00100.133210/2024-31

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXIX SUP. A AO Nº 122, SEXTA-FEIRA, 2 DE AGOSTO DE 2024

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)
Presidente

Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)
1º Vice-Presidente

Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL)
2º Vice-Presidente

Senador Rogério Carvalho (PT-SE)
1º Secretário

Senador Weverton (PDT-MA)
2º Secretário

Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)
3º Secretário

Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN)
4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1ª - Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP)
2ª - Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC)
3º - Senador Dr. Hiran (PP-RR)
4º - Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)

DIÁRIO SENADO FEDERAL
EXPEDIENTE

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Gustavo Afonso Sabóia Vieira
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gleison Carneiro Gomes
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho
Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de Plenários

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

1.1 – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Ata da 27ª Reunião, Conjunta, realizada em 2 de Julho de 2024 (em conjunto com a 21ª Reunião da CAS)**(Vide item 1.2)**

1.2 – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de Junho de 2024 7

Ata da 21ª Reunião, Conjunta, realizada em 2 de Julho de 2024 (em conjunto com a 27ª Reunião da CAE) 12

Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de Julho de 2024 68

Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de Julho de 2024 86

Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de Julho de 2024 139

1.3 – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de Maio de 2024 161

Ata da 16ª Reunião, Ordinária, realizada em 29 de Maio de 2024 223

Ata da 17ª Reunião, Ordinária, realizada em 5 de Junho de 2024 246

Ata da 18ª Reunião, Ordinária, realizada em 12 de Junho de 2024 326

Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de Junho de 2024 411

Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de Junho de 2024 454

Ata da 21ª Reunião, Ordinária, realizada em 19 de Junho de 2024 545

Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de Junho de 2024 628

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de Junho de 2024 672

Ata da 24ª Reunião, Ordinária, realizada em 3 de Julho de 2024 700

Ata da 25ª Reunião, Ordinária, realizada em 10 de Julho de 2024 761

1.4 – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - CE

Ata da 24ª Reunião, Conjunta, realizada em 8 de Maio de 2024 (em conjunto com a 9ª Reunião da CCT)**(Vide item 1.9)**

Ata da 34ª Reunião, Conjunta, realizada em 19 de Junho de 2024 (em conjunto com a 15ª Reunião da CCT)**(Vide item 1.9)**

1.5 – COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de Abril de 2024 888

Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de Abril de 2024 899

1.6 – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de Julho de 2024 903

Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de Julho de 2024 943

Ata da 7ª Reunião, Conjunta, realizada em 11 de Junho de 2024 (em conjunto com a 15ª Reunião da CI)**(Vide item 1.7)**

1.6.1 – SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DEFESA CIBERNÉTICA

Ata da 4ª Reunião, realizada em 9 de Julho de 2024 1014

1.7 – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Ata da 15ª Reunião, Conjunta, realizada em 11 de Junho de 2024 (em conjunto com a 7ª Reunião da CRE) 1068

Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de Julho de 2024 1114

1.8 – COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de Junho de 2024 1149

1.9 – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de Julho de 2024 1163

Ata da 9ª Reunião, Conjunta, realizada em 8 de Maio de 2024 (em conjunto com a 24ª Reunião da CE) 1165

Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de Maio de 2024 1207

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de Maio de 2024 1232

Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de Junho de 2024 1261

Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de Junho de 2024 1276

Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de Junho de 2024 1294

Ata da 15ª Reunião, Conjunta, realizada em 19 de Junho de 2024 (em conjunto com a 34ª Reunião da CE) 1322

Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de Julho de 2024 1361

1.10 – COMISSÃO DE DEFESA DA DEMOCRACIA - CDD

Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de Junho de 2024 1391

1.11 – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Ata da 25ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de Junho de 2024 1436

Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de Junho de 2024 1477

Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de Julho de 2024 1534

Ata da 28ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de Julho de 2024 1572

Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de Julho de 2024 1613

1.11.1 – SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA DISCUTIR E ANALISAR O MERCADO DE ATIVOS AMBIENTAIS BRASILEIROS

Ata da 2ª Reunião, realizada em 9 de Maio de 2024 1664

Ata da 3ª Reunião, realizada em 13 de Junho de 2024 1676

1.12 – COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP

Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de Maio de 2024 1715

Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de Maio de 2024 1741

Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de Maio de 2024 1772

Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de Maio de 2024 1789

Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de Junho de 2024 1802

Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de Junho de 2024 1833

Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de Junho de 2024 1856

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de Junho de 2024 1904

1.13 – COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL - CCDD

Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de Junho de 2024 1916

1.14 – COMISSÃO DE ESPORTE - CEsp

Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de Junho de 2024 1945

Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de Julho de 2024 1959

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 20ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE JUNHO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e trinta e quatro minutos do dia vinte e cinco de junho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Humberto Costa, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Ivete da Silveira, Leila Barros, Marcelo Castro, Weverton, Alessandro Vieira, Flávio Arns, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Otto Alencar, Vanderlan Cardoso, Teresa Leitão, Fabiano Contarato, Romário, Wilder Morais, Laércio Oliveira e Damares Alves, e ainda dos Senadores Professora Dorinha Seabra e Jader Barbalho, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Jayme Campos, Giordano, Styvenson Valentim, Izalci Lucas, Paulo Paim, Ana Paula Lobato, Eduardo Girão e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Antes de dar prosseguimento à apreciação da pauta, a presidência procede à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 10, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 23 da Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019, o nome da Senhora SAMARA FURTADO CARNEIRO, para exercer o cargo de Ouvidora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, na vaga decorrente do término do mandato de Daniela Hoffmann Lobato Chaves Lopes." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos do Art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Humberto Costa
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/06/25

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas das 18ª e 19ª Reuniões.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores o recebimento dos seguintes expedientes:

- Ofício 274, de 2024, da Câmara Municipal de São José do Rio Pardo, São Paulo, que encaminha sugestão de indicação relativa ao fornecimento de medicamentos de alto custo para imunossuprimidos;

- Nota oficial da Associação Médica Brasileira relativa a posicionamento da entidade sobre a regulamentação da reforma tributária.

Os expedientes se encontram à disposição na Secretaria desta Comissão, e fica consignado o prazo de 15 dias para manifestação das Senadoras e dos Senadores, a fim de que sejam analisados pelo Colegiado. Caso não haja manifestação, os documentos serão arquivados ao final do prazo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A presente reunião, que ocorre de modo semipresencial, destina-se à leitura do relatório da Mensagem nº 10, de 2024.

As inscrições para o uso da palavra pelos Senadores e pelas Senadoras que participam remotamente podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" da ferramenta de videoconferência.

A pauta de hoje está restrita a um único tema.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 10, DE 2024

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 23 da Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019, o nome da Senhora SAMARA FURTADO CARNEIRO, para exercer o cargo de Ouvidora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, na vaga decorrente do término do mandato de Daniela Hoffmann Lobato Chaves Lopes.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

Após a leitura do Relatório, será concedida vista coletiva aos membros da Comissão, nos termos do art. 383, II, 'a' e 'b', do Regimento Interno do Senado Federal.

O Senador Veneziano Vital do Rêgo é o Relator, a quem eu agradeço e passo a palavra para a leitura do relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Presidente, meus cumprimentos. Bom dia a V. Exa.; bom dia a todos os nossos queridos companheiros servidores.

Quero, evidentemente, ao saudá-lo, agradecer a sua generosa atenção ao incluir este item, que trata exatamente da indicação da Sra. Samara. Nós por V. Exa. fomos designados a fazer o relatório, até em atenção ao fato de tratar-se de uma conterrânea nossa, paraibana.

Srs. e Sras. Senadoras, nós vamos passar ao relatório conciso, rapidamente, para que nós possamos ter, a mim me parece, na semana vindoura, para a qual V. Exa. haverá de convocar a nossa reunião, a deliberação sobre essa indicação.

Está sob a análise da Comissão de Assuntos Sociais a Mensagem nº 10, da Presidência da República, indicando a Sra. Samara Furtado Carneiro – e eu registro a presença da indicada no plenário da nossa Comissão – ao cargo de Ouvidora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), na vaga decorrente do término do mandato da Sra. Daniela Hoffmann Lobato Chaves Lopes, com base no art. 52, inciso III, alínea "f", da nossa Constituição, combinado com o art. 23 da Lei 13.848, de 25 de junho de 2019.

Foram anexados à mensagem e encaminhados também o *curriculum vitae* da indicada, declarações e certidões expedidas por órgãos públicos, além de argumentação escrita em que defende sua adequação ao cargo.

De acordo com o currículo apresentado pela Sra. Samara, ela se graduou em Farmácia pela Universidade Federal da Paraíba. Além de sua formação básica, a indicada informa ter concluído as especializações – nós fizemos as menções; despiciendo citá-las uma a uma – que já são de conhecimento do Colegiado.

No âmbito profissional, a indicada é servidora de carreira da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, ocupante do cargo efetivo de Farmacêutica/Bioquímica há cerca de 20 anos. Em sua trajetória, exerceu diversas funções na secretaria, entre as quais se destacam a de Diretora de Assistência Farmacêutica, de Coordenadora de Atenção Secundária e Integração de Serviços de Saúde, de Chefe de Assessoria de Gestão Estratégica e Projetos e de Subsecretária de Logística em Saúde, função que ainda ocupa. Vale destacar também sua passagem pelo Programa Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Imunizações do Ministério da Saúde, onde ocupou o cargo de Coordenadora Geral do Programa.

Assim, nota-se que a documentação enviada à nossa Comissão cumpre o propósito de apresentar as atividades profissionais e acadêmicas da Sra. Samara, indicada pela Presidência da República, conforme disposto no item 1 da alínea "a" do inciso I do art. 383 do Regimento Interno do nosso Senado. Quanto ao item 2 da alínea, que trata das publicações de sua autoria, não foram fornecidas informações.

Constata-se, também, que a indicada submeteu todas as declarações exigidas pelo Regimento Interno, no seu art. 383, e nós fizemos as necessárias especificações.

Por fim, na argumentação apresentada conforme o art. 383, já mencionado, do nosso Regimento, a indicada fornece informações que destacam sua experiência profissional, formação técnica e afinidade intelectual e moral para o exercício do cargo, ressaltando sua trajetória na gestão em saúde pública.

Diante do exposto, Presidente Humberto, entendemos que os membros desta Comissão dispõem de informações sobejas e suficientes para deliberar sobre a indicação da Sra. Samara Furtado Carneiro para exercer o cargo de Ouvidora da Agência Nacional de Vigilância.

Esse é o nosso relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fala da Presidência.) – Agradeço a V. Exa.

Concedo vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, e convoco, para o dia 3 de julho, quarta-feira, às 9h, reunião extraordinária desta Comissão, destinada à deliberação de proposições.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos e a todas.

(*Iniciada às 10 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 41 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA PELA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS (21ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (27ª REUNIÃO), EM 02 DE JULHO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quatorze horas e vinte e nove minutos do dia dois de julho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência da Senadora Mara Gabrilli, reúnem-se a Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Jayme Campos, Veneziano Vital do Rêgo, Ivete da Silveira, Izalci Lucas, Alan Rick, Marcelo Castro, Carlos Viana, Weverton, Alessandro Vieira, Fernando Dueire, Flávio Arns, Zenaide Maia, Paulo Paim, Vanderlan Cardoso, Fabiano Contarato, Wilder Morais, Flávio Bolsonaro, Plínio Valério, Rodrigo Cunha, Mecias de Jesus, Damares Alves, Jorge Kajuru, Eduardo Gomes, Margareth Buzetti, André Amaral e Esperidião Amin e ainda dos Senadores Beto Faro e Hamilton Mourão, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Soraya Thronicke, Giordano, Styvenson Valentim, Leila Barros, Jussara Lima, Humberto Costa, Ana Paula Lobato, Romário, Eduardo Girão, Laércio Oliveira e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 52/2024 - CAS, de autoria Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP) e Senador Humberto Costa (PT/PE), e REQ 56/2024 - CAE, de autoria Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO) e Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP). **Finalidade:** Instruir o Projeto de Lei nº 6086, de 2023, que "regulamenta o exercício das profissões de Praticante Avançado de Ayurveda, Terapeuta Ayurveda e Consultor de Saúde Ayurveda". **Participantes:** Rosana Takako Ide, Médica; Fernando Oliveira, Diretor da Faculdade Escola de Ayurveda – FAESDA; Gaurav Davee, Médico Ayurveda Internacional; José Ruguê Ribeiro Junior, Presidente do World Movement for Yoga and Ayurveda; Erick Schulz, Diretor do Instituto de Cultura Hindu Naradeva Shala; Paulo Mayall Guilayn, Coordenador de Democratização do Trabalho na Saúde do Ministério da Saúde; Aderson Moreira da Rocha Neto, Diretor Científico da Associação Brasileira de Ayurveda; Fábio Goulart, Presidente do Conselho Nacional de Autorregulamentação do Ayurveda – Conayur Brasil; Giovanna Maísa Gamba, Coordenadora-Geral de Legislação e Normas de Regulação da Educação Superior do Ministério da Educação; e Daniel Miele Amado, Assessor Técnico do Departamento de Gestão do Cuidado Integral do Ministério da Saúde. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quarenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Mara Gabrilli
Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/07/02

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Fala da Presidência.) – Bom, boa tarde a todos, boa tarde aos presentes, boa tarde àqueles que estão nos assistindo, boa tarde àqueles que vão participar de forma remota, boa tarde aqui à Secretaria...

Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais, em conjunto com a 27ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião atende aos Requerimentos nºs 52, de 2024, da CAS, e 56, de 2024, da CAE, de minha autoria e de autoria do Senador Vanderlan Cardoso, para a realização de audiência pública destinada a instruir o Projeto de Lei nº 6.086, de 2023, que regulamenta o exercício das profissões de Praticante Avançado de Aiurveda, Terapeuta Aiurveda e Consultor de Saúde Aiurveda.

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e contará com os serviços de interatividade com o cidadão, a Ouvidoria, através do telefone 0800 061 2211, e o e-Cidadania, por meio do portal www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores, via internet.

Bom, como convidados, nós temos muita honra em receber Paulo Mayall Guilayn, Coordenador de Democratização do Trabalho na Saúde, do Ministério da Saúde; a Giovanna

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Maísa Gamba, Coordenadora-Geral de Legislação e Normas de Regulação da Educação Superior, do Ministério da Educação; Fábio Goulart, Presidente do Conselho Nacional de Autorregulamentação do Ayurveda, o Conayur Brasil; a Rosana Takako Ide, que é médica, está aqui com a gente; Aderson Moreira da Rocha Neto, que é Diretor Científico da Associação Brasileira de Ayurveda, que vai entrar por videoconferência; José Ruguê Ribeiro Junior, que é o Presidente do World Movement for Yoga and Ayurveda, também por videoconferência; Erick Schulz, Diretor do Instituto de Cultura Hindu Naradeva Shala, que também vai entrar por videoconferência; Fernando Oliveira, que é Diretor da Faculdade Escola de Ayurveda (Faesda), também por videoconferência, assim como o Dr. Gaurav Davee, médico da Ayurveda Internacional, que vai entrar por videoconferência – ele está na Índia.

Então, são esses os nossos convidados.

Bom, primeiro eu queria agradecer, mais uma vez, a presença de todas as nossas convidadas e dos nossos convidados, que eu estou vendo aqui as carinhas.

É uma honra recebê-los nesta audiência, que será a primeira que a gente vai realizar para instruir e debater o Projeto de Lei 6.086, de 2023, que propõe regulamentar o exercício das profissões de Praticante Avançado de Aiurveda, Terapeuta Aiurveda e Consultor de Aiurveda.

Como eu já me manifestei anteriormente, o projeto é uma homenagem à ciência da vida, que é o significado do aiurveda, do qual eu sou uma admiradora, paciente e praticante há seis anos.

Eu já assisti ao aiurveda trazer inúmeros benefícios para a saúde das pessoas e eu posso atestar as qualidades das técnicas de nutrição, de limpeza, de respiração do aiurveda, assim como os mantras e a espiritualidade, que trazem muito equilíbrio e qualidade de vida. Por isso, o projeto foi uma forma de expressar a minha gratidão aos terapeutas ayurvédicos.

Como é de conhecimento de alguns, em 2022, a Organização Mundial de Saúde, a OMS, publicou um documento para oferecer aos países referências para a formação em aiurveda, chamado *Benchmarks for the Training of Ayurveda*. São essas recomendações de carga horária

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mínima para a formação de profissionais que seguimos como base para o projeto de lei e para dar início à regulamentação da profissão no Brasil.

A gente sabe que há outros PLs sobre o tema em tramitação lá na Câmara dos Deputados, mas eles são anteriores à publicação das recomendações da Organização Mundial de Saúde, e a preocupação da OMS é manter o reconhecimento do aiurveda como um método de tratamento seguro, eficaz, com a prevenção e a cura de doenças, e ainda fortalecer essa ciência milenar. E, segundo a OMS, o objetivo principal é acelerar o acesso aos serviços de saúde de boa qualidade que são integrados e centrados nas pessoas e que possam ser monitorizados e avaliados.

Esta audiência apenas dará início a um processo de construção, com ampla participação da sociedade. É assim que eu trabalho. Eu não sei trabalhar de outra forma, senão com a sociedade nos instruindo e nos trazendo as demandas, e a gente precisa ouvir, porque é um material importantíssimo para o nosso trabalho.

Por isso, eu peço aos nossos convidados e também a todos aqueles que estão nos assistindo que comentem as recomendações da OMS. Queremos um debate com ideias sobre o que podemos fazer para tema, e, assim, o Brasil poderá seguir da melhor maneira as orientações mundiais sobre a formação dos nossos profissionais.

E todos nós temos aqui uma grande responsabilidade, que é trabalhar para oferecer profissionais altamente qualificados no atendimento da população, através, no caso, do querido SUS, já que sete a cada dez brasileiros dependem totalmente do SUS para manter sua saúde.

O SUS segue em constante construção e vem se consolidando, ao longo desses 34 anos de existência, como o maior sistema público de saúde do mundo, o que muito nos orgulha. E, no início do segundo semestre, teremos uma nova audiência pública, ampliando os convidados e as vozes nesse debate tão importante.

Vamos dar início à audiência e ouvir nossos convidados e nossas convidadas. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos começar, então, pelo Aderson Moreira da Rocha Neto, que é Diretor Científico da Associação Brasileira de Ayurveda e que eu sei que está com o horário muito apertado.

O SR. ADERSON MOREIRA DA ROCHA NETO (*Por videoconferência.*) – Boa tarde... (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Então, dez minutos de fala.

O SR. ADERSON MOREIRA DA ROCHA NETO (*Por videoconferência.*) – Boa tarde.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Boa tarde.

O SR. ADERSON MOREIRA DA ROCHA NETO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Eu queria começar agradecendo à Senadora e a todos que construíram este momento aqui, que é um momento importante para o aiurveda Brasil, e gostaria de fazer um pequeno relato, de alguns minutos, sobre a história do aiurveda no Brasil, que talvez a Senadora não conheça dessa forma como eu vou colocar aqui.

Acho que, entendendo a história, a gente entende o presente. O nobre Prof. Fabio Goulart colocou uma frase que eu acho muito interessante: "Respeite a nossa história." Acho importante entender a história para respeitar a história.

O aiurveda, de que eu participei no Rio de Janeiro, aqui onde eu trabalho, tem quatro décadas. Nos anos 80 – 1984, 1985 –, o Prof. Fernando Lo Iacono já estava aqui como terapeuta aiurvédico e professor de aiurveda. Isso, foi lá nos anos 80.

O Prof. Fernando foi o meu primeiro professor de aiurveda em 1985. Quando estudei com ele em 1985, 1986, eu era instrutor de meditação transcendental. Foi exatamente a meditação transcendental que trouxe o aiurveda ao Brasil.

Em 1985, eu estava em Brasília, quando uma revista trouxe os primeiros *vaidyas* ao Brasil. E, a partir desse movimento dos anos 80, houve o Hospital de Medicina Alternativa em Goiânia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Dr. Danilo, que não está aqui presente, foi um dos grandes nomes desse movimento lá em Goiânia; isso nos anos 80.

Nos anos 90 – vou seguir aqui um roteirinho rápido –, aqui no Rio de Janeiro, um desses *vaidyas*, médicos indianos, veio para o Rio de Janeiro e construiu um movimento aqui no Rio, o Dr. Chowdhury Gullapalli.

A partir desse movimento, em 1995, 1998, 1999, enquanto ele morava aqui no Rio, nós construímos debates, e a Associação Brasileira de Ayurveda foi construída em 99, foi fundada em 99.

A nossa associação sempre foi de união, de compartilhar, de cooperação do aiurveda. Era aberta a todos. Todos poderiam participar da associação.

Tanto, que, em 2004, nós fizemos um fórum em São Paulo, numa instituição chamada Ayurvida, que era uma empresa de aiurveda, e convidamos todos os terapeutas que nós conhecíamos para participar, e muitos participaram. É interessante ouvir essa evolução do aiurveda no Brasil.

Em 2009, fizemos um congresso em São Paulo, com debates também sobre aiurveda.

Em 2010, o Dr. José Ruguê, que está aqui presente, e a Profa. Marcia de Lucca... Eu peço desculpas aos colegas, se eu estou esquecendo alguma coisa, porque eu não participei de tudo e não tenho tudo de memória.

O Dr. José Ruguê, que está aqui presente, e a Profa. Marcia de Lucca fizeram, em São Paulo, um grande congresso internacional, que foi muito interessante também e em que houve a discussão sobre aiurveda, já em 2010, em São Paulo.

Em 2013, o Dr. Danilo, um dos grandes nomes do Hospital de Medicina Alternativa, um dos grandes nomes de aiurveda no Brasil, fez um grande congresso em Goiânia, com a participação de vários médicos internacionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí, eu quero chegar a 2016, com a participação de vários profissionais – inclusive o Dr. Ruguê estava lá, o Prof. Erick estava lá e outros profissionais de que eu não recordo aqui –, fizemos uma discussão em São Paulo, presencial, que a gente pode chamar de Consenso de São Paulo. Essa discussão aberta e democrática chegou, ouviu, escutou os profissionais, escutou os terapeutas, e chegamos a um consenso do que os profissionais, terapeutas e professores gostariam de ter como formação básica em aiurveda para os terapeutas. Isso em 2016.

Em 2018, tivemos o grande congresso internacional no Rio de Janeiro, com a participação de vários profissionais do exterior e do Rio. Aqui cito o Prof. Juan, que eu já conhecia há muitos anos, que eu também sou instrutor de meditação transcendental.

O Prof. Juan trouxe um projeto que é muito semelhante ao projeto da Senadora, com três níveis de profissionais, e esse projeto, em 2018, foi francamente debatido através da internet.

Esse projeto não foi aprovado pela maioria dos profissionais. Então, a maioria dos profissionais, em 2018, não aprovou esse projeto – lá em 2018.

Bom, esse projeto sobre o qual nós estamos conversando aqui, pelo que eu entendi, é um projeto que foi fundamentado na carta da OMS, na recomendação da OMS sobre a implementação do aiurveda e das práticas integrativas.

Interessante que agora, em maio de 2024, o Lapacis, da Unicamp, e também o ObservaPICS, da Fiocruz, lançaram uma carta, e eu estou com ela aqui na minha mão, sobre essa recomendação da OMS. Essas duas entidades se reuniram para criticar essa recomendação da OMS.

Então, a recomendação da OMS foi criticada pela Unicamp e pela Fiocruz.

Eu vou ler aqui para vocês uma frase deles, que é muito pertinente nessa discussão. A frase da Unicamp e da Fiocruz, sobre o documento da OMS:

> O documento, como redigido, pode retardar avanços significativos na compreensão e implementação de práticas integrativas e complementares em saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> A estratégia se baseia em uma noção de tolerância, quando deveria basear-se em uma colaboração genuína, podendo não alcançar, assim, a diversidade [que temos tanto no nosso país, e que a OMS realmente desconhece], que é essencial para uma verdadeira solidariedade e colaboração intercultural.

Então, eu venho aqui falar o seguinte: esse modelo da OMS, em que é baseado esse PL – eu sei que a Senadora está muito bem intencionada, entendo que ela conhece aiurveda há seis anos e se trata com aiurveda –, está sendo condenado pela Fiocruz e pela Unicamp, duas entidades muito sérias de pesquisa no nosso país. Então, o que nós propomos?

Nós propomos, sim, uma discussão maior, uma discussão mais ampla, uma discussão democrática e ética com os terapeutas. Por exemplo: o primeiro congresso que houve no Brasil, quando eu conheci o Dr. José Ruguê, em 2001, foi feito pela Ma Prem Ila, uma terapeuta que há décadas – há décadas – dá aula de aiurveda aqui no Rio de Janeiro. Ela não está presente nas nossas reuniões. Eu gostaria que ela fosse convidada para as próximas reuniões, ela e vários outros terapeutas que estão há décadas ensinando e trabalhando com aiurveda.

Então, a nossa proposta é que haja uma maior discussão entre os terapeutas, os profissionais e os professores – coisa que houve em 2016 –, para que o terapeuta seja ouvido. Então, precisamos de uma escuta desse terapeuta.

Quando eu li esse PL – desculpe-me, Senadora, por estar falando assim com a senhora –, deu-me a impressão, e pode ser que eu esteja errado, de que não houve uma história de quatro décadas de aiurveda no Brasil.

Então, nós temos que respeitar, como diz o nobre Prof. Fabio, a história do aiurveda, no Brasil, de quatro décadas, e ouvir mais os terapeutas, aqueles que estão há décadas aí, como, por exemplo, os que eu citei: a Profa. Ma Prem Ila, a Profa. Claudia Godart, que é uma das pessoas que conhecem muito de Índia, morou na Índia muito tempo...

Então, eu acho que é muito nobre esta discussão, mas está faltando a escuta maior do terapeuta, que é o profissional a quem mais interessa esta discussão aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que já estou no final do meu tempo, não é? Eu não sei, porque eu não contei, mas eu vou terminar a minha fala, minha breve fala, com uma frase de Charaka.

Charaka é um dos maiores *acharyas*, os mestres do aiurveda, e o texto dele – diferente de um texto de Vagbhata, que é um texto medieval; Charaka é pré-medieval – é um texto muito filosófico. E Charaka fala lá, no meio do texto, a seguinte frase: "Para o ignorante, o mundo inteiro é seu inimigo; porém, para o sábio, o mundo inteiro é seu professor".

Então, eu acho que nós temos a escolha de ser o ignorante e ter muitos inimigos na vida ou de nos tornarmos sábios e aprendermos com todas as pessoas, com todo mundo.

Muito obrigado pela participação. Agradeço muito.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Obrigada, Aderson, pela sua participação.

É importante a gente entender que foi feito um PL, que é um esqueleto, e, se a gente está disponibilizando espaço para a população debater – por "população", a gente entende médico, terapeuta, paciente –, a gente não pode dizer que deixou de fazer alguma coisa, porque a gente está começando agora. A gente está começando a ouvir, oferecendo um espaço para ouvir.

Como foram muitas pessoas que se voluntariaram a falar, a gente já dividiu em pelo menos duas audiências e estamos aqui abertos, colocando todos os canais à disposição para ouvir a todos. É assim que se constrói um projeto de lei.

E abrimos esse canal justamente para receber a história de 40 anos, para receber a visão de cada um... Olha, antes de você falar, Aderson, eu já tinha dito: eu quero saber o que vocês pensam sobre a OMS e sobre como ela enxerga o aiurveda.

Então, eu acho que são etapas da construção coletiva, de um trabalho coletivo que a gente está fazendo junto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu acho que aqui ninguém está querendo ser ignorante não. A gente está querendo é ser sábio mesmo: abrir os canais, poder ouvir todo mundo e tentar enxergar isso no Brasil também, não é? Porque nós não somos a Índia. Então, a gente também tem características diferentes, o nosso sistema de saúde também é diferente, a nossa diversidade também é muito grande, e tudo isso a gente tem que levar em consideração.

Portanto, é para isso esta audiência. É para isso que estamos todos aqui, porque nós que vamos construir esse projeto. Eu sou um instrumento, mas o projeto vai sair, vai crescer com a contribuição de vocês.

Então, ao Aderson e a todos aqui eu agradeço mais uma vez pela participação, porque é este o nosso objetivo: construir um projeto que seja robusto, que seja exequível e que atenda à necessidade do paciente, do terapeuta, do médico brasileiro. Está bom?

Então, eu queria passar a palavra agora para a Rosana Takako Ide, que é médica e está aqui presencialmente.

Namaste. (*Pausa.*)

A SRA. ROSANA TAKAKO IDE (Para expor.) – Eu vou passar uns eslaides, por gentileza.

Na verdade, eu quero trazer um pouco, reforçando aqui, o valor da história do aiurveda no Brasil. Então, vou trazer rapidamente, porque vi que são dez minutos – vocês apitam, não é? (*Risos.*)

Aqui uma definição rápida: é uma prática milenar, que serve para proteger a saúde dos saudáveis e aliviar as desordens na doença.

Aqui... Opa, só um instante...

Apesar de a Organização Mundial de Saúde já valorizar o aiurveda muito antes, na década de 70, foi entre 2014 e 2023 que eles implantaram as medicinas tradicionais. Eles trouxeram isso como forma, estratégias para trazer programas de aiurveda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui, em 2024, está sendo lançado o primeiro o 11º Código Internacional de Doenças, e o Brasil faz parte, está entre os seis países, representando a Organização Mundial de Saúde.

Isso é uma coisa muito recente, muito importante. Então, se a gente for ver hoje o CID 11, está lá um capítulo só de aiurveda.

Aqui, realmente trazendo a história do aiurveda.

No início da década de 80, o Dr. Ruguê, ali começando os estudos, como o Dr. Aderson falou. Está ali ele, o Mestre Maharishi, o Danilo também, em 1985.

Ali, em 1986, começa a implantação do aiurveda na rede pública em Goiânia. O Dr. Ruguê também faz os atendimentos.

Em 1988, tem ali o Hospital de Medicina Alternativa, em Goiânia.

E. 1995, tem os *vaidyas*, que realmente vieram fundamentando o aiurveda.

Em 1997, Dr. Ruguê passa a trabalhar só com o aiurveda.

Em 1998, tem a Clínica Kalayasa.

Em 1999, a criação da Abra. Então, representando ali Erick Schulz, Dr. Guilherme, Dr. Cesar Deveza e mais o Dr. Aderson e toda a equipe antiga.

Em 2007, ali estou eu, na clínica, no Instituto Sachcha. Foi a primeira clínica liberada pelo CRM para prática de aiurveda.

Em 2011, tem o primeiro curso de aiurveda registrado pelo MEC, pelo Erick Schulz, e, atualmente... Na verdade, aqui esse dado ainda é parcial, porque eu sinto que o PL está chegando, inclusive para unir todos os terapeutas aiurvédicos, porque aí nós vamos saber quantos realmente tem no Brasil e qual é o papel de cada um.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, aqui lembrando para quem não sabe, no aiurveda nós temos oito ramos, são os oito braços, que é *dinachary*, que é a rotina diária, alimentação, fitoterapia, massagens, iogaterapia, meditação, *panchakarma* e *rasayana*.

Eu sinto que tanto esses três níveis podem ser adotados para cada item, cada ramo do aiurveda.

Então, só rapidamente, *dinachary*, que é rotina diária.

Então, por exemplo, a prática de limpar a língua, tomar água com limão, são práticas do aiurveda que as pessoas nem sabem que estão praticando.

Então, tem uma capacidade de gerenciar transtornos crônicos que a medicina ocidental não consegue.

Aqui eu não estou trazendo uma competição com a medicina. Pelo contrário: o aiurveda pode ser integrado juntamente com a medicina tradicional ocidental.

A alimentação, aqui, de acordo com cada *dosha*, cada constituição. Tem forma de prevenir e até curar algumas doenças – você sabe muito bem disso, não é? Experienciou.

Aqui a fitoterapia.

É só um exemplo, está bem, gente? Só estou aqui trazendo uma pílula. Por exemplo, a *ashwagandha*, que já está sendo muito usada no Brasil, nas fórmulas manipuladas, e usada para proteger o cérebro.

Então, tem estudos mostrando para doença de Parkinson, e atualmente já há estudos mostrando para câncer, e é um excelente regulador do cortisol, o hormônio do estresse.

Então, só aqui um sopro para quem não a conhece.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui são as diversas massagens que existem: *abhyanga*, *shirodhara*, *udwartana*; são várias aqui – só trazendo mesmo um sopro –, que mostram não só a melhora física, como a liberação da oxitocina, que é o hormônio do amor.

Aqui, a iogaterapia.

No Charaka, existem mais de 120 exercícios. Então, são conteúdos muito antigos mesmo.

Aqui são as doenças...

Vou passar um pouco rápido.

A meditação, como a gente já sabe, que, além da expansão da consciência, harmoniza os *doshas*.

Panchakarma, que são técnicas de limpeza, de biopurificação, e são várias, são cinco tipos...

Aqui o *rasayana*, que são técnicas de rejuvenescimento – a nossa medicina não gosta de usar esse termo, porém ele é usado no aiurveda – e de como prevenir o envelhecimento.

Aqui trago o aiurveda como promoção de saúde.

Então, hoje já se sabe que podemos usá-lo para tratar distúrbios associados ao processo de envelhecimento, depressão, ansiedade, distúrbio do sono, hipertensão, diabetes, Parkinson, Alzheimer... Então, isso tudo já nós temos como pesquisa científica.

Aqui trazendo um pouco sobre a genética e epigenética, mostrando que o aiurveda está sendo estudado pela alta tecnologia e pela medicina mesmo, mostrando a diferença, que é possível hoje detectar isso em crianças, qual o tipo de constituição e o que fazer com essa criança.

Então, para quem quiser, esse material vai ficar disponível.

Aqui é só para entender que, no aiurveda, nós trabalhamos com todos os elementos da natureza. Então, somos nós em acordo com o que está acontecendo com a natureza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui são os *doshas*, são as constituições, como a mente interfere na alimentação, que, por sua vez, interfere na mente e nas emoções.

Aqui eu não podia deixar de trazer, porque eu sou geriatra integrativa, alguns dados sobre envelhecimento, que é o nosso calcanhar de Aquiles na saúde.

Então, trazendo aqui o aumento da expectativa de vida.

Aqui, doença cardíaca, principalmente...

Então, serão 1,5 bilhão de idosos em 2050. Será um envelhecimento rápido, principalmente em países da América Latina e da Ásia, e esse aumento se percebe, principalmente, em países menos desenvolvidos.

A expectativa de vida, entre 2045 e 2050, vai aumentar 19 anos.

Aqui é em relação às causas de morte: das dez principais, sete são devido a doenças crônicas; nisso aí o aiurveda pode trabalhar.

Aqui o Alzheimer e diabetes também como doenças, que com o próprio aiurveda a gente consegue alcançar metas.

Aqui mostrando os gastos.

Aqui eu estou trazendo, na verdade, a população idosa, mas aqui o gasto com internação. Então, em 2030, serão R$5 bilhões que nós vamos gastar só com internação, e o custo médio é de mais de R$1.000, que é quase 54% a mais do que com uma criança ou adolescente.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ROSANA TAKAKO IDE – Eu vou pedir só dois minutinhos, está bem?

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Claro!

A SRA. ROSANA TAKAKO IDE – Eu vou passando aqui as doenças.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui são os gastos que vão...

Aqui são dados do Senado, inclusive. São dados que eu extraí de vocês.

Aqui são os gastos hospitalares.

Então, vou passar aqui, porém eu quero chegar a um outro ponto, que é o aiurveda como solução, que nós estamos trazendo aqui.

Por exemplo, ele é um pacote seguro e econômico, com base no estilo de vida, gestão aiurvédica, terapia rasayana e práticas de ioga.

Isso aqui é um estudo da geriatria aiurvédica.

Aqui são os benefícios: aumenta a imunidade, previne o envelhecimento, desacelera o processo de envelhecimento.

E aqui eu quero trazer, olhe, para doença cardíaca, hipertensão, envelhecimento cerebral...

Aqui são as técnicas de rasayana, o que nós podemos fazer aqui...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ROSANA TAKAKO IDE – Aqui é o objetivo: ele é a melhor opção para atingir a saúde pública.

Então, os próximos eslaides são todos baseados nisso, que o aiurveda cumpre todas as demandas de saúde.

É isso.

É eficaz, é barato e dá para todo mundo. Eu acho que todas as categorias podem ser trabalhadas com o aiurveda.

Muito obrigada.

Namaste.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Muito obrigada, obrigada mesmo.

Tem mais alguém que está com urgência? (*Pausa.*)

Ah, então eu vou chamar mais um e depois eu chamo a Giovanna.

Eu vou chamar o Paulo Mayall Guilayn, Coordenador de Democratização do Trabalho na Saúde, do Ministério da Saúde.

O SR. PAULO MAYALL GUILAYN (Para expor. *Por videoconferência.*) – Boa tarde.

Vocês me escutam?

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Sim.

O SR. PAULO MAYALL GUILAYN (*Por videoconferência.*) – Obrigado.

Boa tarde.

Obrigado, nobre Senadora Mara Gabrilli, pela oportunidade.

Eu creio que não vou utilizar dez minutos para falar, mesmo porque eu não tenho essa pretensão de ter uma compreensão profunda, nem mesmo de 10% do que o aiurveda representa no Brasil e no mundo.

Eu estou aqui como representante do Ministério da Saúde e, mais especificamente, da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde.

Nós não trabalhamos com o aiurveda especificamente. Acredito que existem pessoas do Ministério da Saúde mais habilitadas do que eu para falar sobre esse assunto, não é?

Eu gostaria de falar mais sobre a criação de profissões novas ou a regulamentação de profissões novas no cenário jurídico do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesses últimos dez anos, já houve a regulamentação ou o projeto de regulamentação de mais de 25 profissões. Além das mais conhecidas, 14 regulamentadas que são consideradas da área da saúde hoje em dia.

Eu digo isso porque, para nós, é uma questão sempre delicada. Existe um equilíbrio muito tênue, no ato de regulamentar uma profissão, entre o ato de controlar essa profissão, para impedir o mau exercício da profissão – considerando que o mau exercício de uma profissão é um risco para a sociedade –, e o lado do acesso da população a um serviço e a uma técnica que deveria estar disponível para a população e que deveria ser praticada por mais profissionais. Ao fim e ao cabo, um desequilíbrio entre esses dois aspectos, na criação de profissões, pode levar a resultados ruins para a sociedade, de maneira geral.

Todos nós sabemos do art. 5º da Constituição, que diz que é livre o exercício da profissão, respeitadas as condições que a lei estabelecer. Então, quando o Congresso toma a decisão de regulamentar uma profissão, ou seja, de estabelecer regras para uma profissão, pressupõe-se que essa profissão tem uma trajetória de formação já estabelecida; pressupõe-se que há necessidade de uma trajetória de formação longa e bastante conhecida na sociedade; e pressupõe-se que deve haver procedimentos de controle dessa profissão, para que nem todo mundo possa exercer essa profissão sem o mínimo de controle, o que representaria risco para a sociedade, ao passo que, se houver controle excessivo, nós estamos apenas criando uma reserva de mercado que impede o acesso à população de certos serviços e certas técnicas necessárias, e que, ao fim e ao cabo, não atenderia ao que se espera dessa lei.

Nós, na nossa secretaria, analisamos o projeto de lei e emitimos um parecer – imagino que seja de conhecimento da Senadora –, em que nós entendemos que o aiurveda ainda não está no momento de ser regulamentado como profissão.

Entendemos que, primeiro, se você estabelecer que é preciso ter um bacharelado, nós aqui no Ministério da Saúde pesquisamos e não encontramos cursos de bacharelado no Sistema e-MEC. Acredito que o pessoal da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, que está aqui presente, do Ministério da Educação, possa falar mais profundamente sobre o aiurveda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como educação superior – melhor do que nós. Dentro das nossas limitações, nós entendemos que, neste momento, simplesmente regulamentar uma profissão como profissão de nível superior, da forma como está colocada, seria apenas criar uma reserva de mercado, que diminuiria os praticantes de aiurveda no país.

Acredito que o pessoal do Ministério da Saúde, que está aqui presente, na figura do Daniel Amado, possa explicar melhor a sua posição, já que nós reconhecemos o aiurveda como parte da nossa política de práticas integrativas, e há muito tempo como parte de uma lista enorme de práticas integrativas.

Vejam bem, neste ano, exatamente, a musicoterapia foi regulamentada como profissão pelo Congresso Nacional. No ano passado, a profissão de sanitarista foi regulamentada igualmente pelo Congresso Nacional. Para todas elas, será necessário estabelecer procedimentos que digam como o ministério vai reconhecer e como o poder público reconhecerá essas profissões. Nós já estamos sendo procurados por sanitaristas e musicoterapeutas para estabelecer... Nós já explicamos a eles que não há necessidade de se criar mais um conselho federal, mais uma autarquia específica para controlar uma profissão. Entendemos que não é o momento. Já existem 14 conselhos federais só na área da saúde, provavelmente mais de 50, no total, em áreas que não são da saúde.

Ainda é uma questão muito delicada para nós da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Portanto, nós nos manifestamos contrários à forma como está colocado.

Entramos aqui dispostos a participar deste debate.

É isso.

Eu deixo aos meus outros colegas, do Ministério da Saúde também, que vão falar melhor do que eu.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Muito obrigada.

Eu vou passar a palavra para o Daniel Miele Amado, que é Assessor Técnico do Departamento de Gestão do Cuidado Integral.

O SR. DANIEL MIELE AMADO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos. Boa tarde à Senadora, que conduz esta audiência, e a todos que estão assistindo.

Gostaria de elogiar a proposta de audiência como um processo democrático de discussão, ampliação e valorização das práticas de saúde no nosso país.

Falando, especificamente, da Política Nacional de Práticas Integrativas, ela é uma política que amplia o olhar do Sistema Único de Saúde, trazendo a abordagem de outras medicinas, inclusive, de conhecimentos milenares, como foi colocado, para contribuir com o cuidado em saúde ofertado no nosso Sistema Único de Saúde. Essa política foi implementada desde 2006.

O aiurveda, especificamente, entra na política em 2017. Então, estamos aí com sete anos de ampliação. O aiurveda já faz parte das práticas que estão previstas no Sistema Único de Saúde. Acho que isso é um ponto importante para se colocar. A gente tem mais de 5 mil procedimentos registrados de aiurveda na atenção primária à saúde, realizados de forma multiprofissional.

Eu creio que este é um ponto que eu gostaria de colocar aqui para o debate: a Política de Práticas Integrativas, desde a sua implementação, enxerga essas práticas de forma multiprofissional, respeitando também as atividades de cada uma das profissões de saúde que compõe, hoje, o nosso Sistema Único de Saúde. Então, como um ponto importante para o debate, eu acho que deveria se olhar essa questão da definição desses atos privativos, caso se entenda que vá avançar essa discussão deste PL, porque os atos privativos podem, inclusive, interferir nas práticas que, hoje, são realizadas pelos diversos profissionais de saúde. Apesar de estar no projeto de lei, nos últimos artigos, se eu não me engano, nos arts. 10 e 11, que buscam resguardar as atividades das demais categorias profissionais já regulamentadas, talvez, o texto possa ser revisto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nessa questão dos atos privativos também, não estava descrito, exatamente, no projeto o que seriam esses atos privativos específicos do aiurveda, o que pode causar um grande confundimento de práticas que hoje já são realizadas por algumas categorias profissionais.

E, do ponto de vista normativo, eu acho que precisar avançar essa discussão. Na Índia, por exemplo, os profissionais do aiurveda têm autonomia, inclusive, para fazer procedimentos invasivos, para fazer algumas prescrições de diversos produtos do aiurveda que são importantes, mas, dentro da regulamentação do Brasil, a gente teria que discutir como isso seria feito. Então, não digo que não possa ser regulamentado isso ao profissional, ao praticante do aiurveda, como está sendo colocado, mas eu acho que é preciso um debate aprofundado para a colocação dessas discussões.

E aí quero corroborar que hoje a gente tem um conjunto de evidências da importância do aiurveda para a saúde pública, em que ela pode ajudar tanto nas ações de prevenção, de promoção da saúde, nas questões, também, de recuperação e curativos também. É por isso que ela foi incorporada ao Sistema Único de Saúde. O Ministério da Saúde tem, inclusive, produzido documentos, tem encomendado documentos de evidências científicas para incluir esses conhecimentos nos protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas do ministério a partir das evidências científicas, e o aiurveda tem mostrado em várias questões a sua possibilidade de contribuição.

Mais um ponto em relação ao projeto é que, no art. 6º, ele cita como intervenções do praticante do aiurveda ioga, meditação e outras tecnologias conscientes para a saúde. Do jeito que está no projeto, não fica claro se eles são atos privativos. E, no caso, essas práticas são realizadas também de forma multiprofissional por diversas categorias profissionais. Então, deixo como reflexão a este debate público e ao Senado, ao Senadores, essa discussão da melhor redação e da continuidade...

Acho que o único ponto que eu gostaria de trazer na fala do pesquisador da Associação Brasileira de Ayurveda Aderson Moreira é que ele cita uma crítica da Unicamp e da ObservaPICS à OMS. Eu queria deixar claro que esse documento – a gente tem conhecimento no Ministério da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Saúde – foi uma crítica ao texto da nova estratégia da OMS, que é de 2025 a 2034, em que essas instituições de excelência, que contribuem, inclusive, com o Ministério da Saúde, fazem algumas recomendações de revisão a essa nova estratégia, fazendo apontamentos importantes. Ele não se refere à estratégia que já está colocada e nem aos documentos do aiurveda, como o de *benchmarks* que a Senadora citou.

Acho que são esses os pontos.

E quero dizer que a gente da Secretaria de Atenção Primária à Saúde, em que fica a Política Nacional de Práticas Integrativas, se coloca, assim como as demais áreas do ministério, como o meu colega Paulo, à disposição para a continuidade deste debate público, sempre no intuito de avançar e colaborar com o processo democrático.

Era isso.

Agradeço.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Eu queria aproveitar... Eu queria lhe agradecer, Daniel, e agradecer ao Paulo.

E, ao mesmo tempo, a gente está recebendo perguntas da população.

Aqui, o Allan, do Rio de Janeiro, por exemplo, pergunta: "Como a regulamentação do aiurveda no Brasil [...] garantirá a qualificação profissional e a segurança dos pacientes?".

A Rita, do Rio Grande do Sul, pergunta: "Qual será a formação exigida para o profissional exercer a atividade de consultor de aiurveda? Existe essa formação no Brasil?".

Eu acho que a Giovanna vai falar disso, mas eu queria passar essas duas perguntas que a gente recebeu para vocês do Ministério da Saúde, se vocês puderem responder para o Allan e para a Rita.

O SR. DANIEL MIELE AMADO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu creio que em uma das questões a nossa colega do Ministério da Educação vai poder complementar na sua fala, que é a questão da formação, mas só a regulamentação em si não garante a qualidade da formação. A qualidade da formação deve ser garantida a partir do acompanhamento dos processos formativos. São as diretrizes de formação, como está sendo, se a gente vai ter cursos livres ou se eles vão ser realizados a partir de especializações aos profissionais de saúde, como existem hoje algumas especializações, a formação para outros profissionais específicos do aiurveda... Então, é saber quais seriam esses critérios de formação, se é uma formação técnica, uma formação de nível superior, e, a partir daí, discutir diretrizes curriculares e a qualidade da formação. É a qualidade da formação, a partir do processo formativo, que garante essa questão da qualidade da prática, não é apenas o processo legislativo que garante essa qualidade, na nossa opinião.

Agora, algumas categorias profissionais que já atuam com aiurveda têm estabelecido qual é a carga curricular mínima para aquele profissional atuar com aiurveda. Eu posso citar aqui o Conselho Federal de Nutrição, por exemplo, em que a questão da prescrição dietética no Brasil é uma atividade exclusiva do nutricionista, mas não a orientação alimentar, e, então, tem vários profissionais que podem fazer uma orientação, inclusive no aiurveda ou na medicina chinesa, para se ter uma orientação alimentar de equilíbrio a partir dessas bases, mas a prescrição dietética no Brasil é privativa. A gente tem nutricionistas que têm formação em aiurveda que fazem prescrição dietética baseada em aiurveda ou nutricionistas que trabalham com profissionais do aiurveda, em que eles fazem a prescrição dietética, mas têm o olhar do profissional do aiurveda sobre esse equilíbrio, sobre os *doshas*, sobre outras qualidades que não são essenciais do profissional de saúde.

Essa questão do trabalho multiprofissional, seja no SUS, seja fora do SUS, é fundamental.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Está bom. Muito obrigada, Daniel, por responder.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero passar a palavra agora para a Giovanna Maísa Gamba, que é Coordenadora-Geral de Regulação e Normas de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação.

Obrigada, Giovanna.

O SR. GIOVANNA MAÍSA GAMBA (Para expor.) – Boa tarde.

Obrigada, Senadora.

O nome da coordenação é longo, mas, de fato, é uma série de temas, e ela está alocada na Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior.

Eu queria agradecer o convite para o debate de hoje. É sempre interessante compreender a atribuição do Ministério da Educação no tema da regulação das profissões, como nós contribuímos com esse tema, especialmente da perspectiva da formação profissional. Esse é um dos temas mais latentes.

Quando a gente discute o exercício de uma determinada profissão, a gente discute especialmente a lógica de que o profissional que vai exercer essa determinada atribuição tem competências para tanto. Essa é a preocupação que nós temos, genericamente, em relação a todas as profissões. Então, um profissional formado em Medicina vai ter a competência necessária para garantir que, na ponta, quando atender um paciente, vai ter condições técnicas para fazer isso; um advogado, a mesma coisa.

O Paulo relatou muito bem a necessidade de a regulação da profissão estar associada ao reconhecimento de que o mau exercício daquelas atividades pode colocar em risco um direito social ou individual importante.

Parece-me que o debate aqui tem relação com isso, com o exercício das práticas de aiurveda e o objetivo de assegurar que essas práticas vão ser realizadas por profissionais que têm competência para isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Da perspectiva do Ministério da Educação, o nosso objetivo é sempre garantir a qualidade da formação em geral. A gente regula a oferta de educação em nível superior tanto de profissões reguladas quanto de profissões não reguladas. Existem múltiplos cursos, e nem todos os cursos resultam numa profissão efetivamente regulada. Existem cursos que vão habilitar um profissional a desempenhar uma série de funções, mas que não, necessariamente, estarão vinculados a um conselho, em que ele precisa daquela formação para exercer as profissões. Em todos os casos, a nossa preocupação é a de que a formação dos profissionais seja qualificada.

No caso das profissões reguladas, além de haver uma avaliação da qualidade da oferta educacional de modo amplo, existe a necessidade de observar se aquele curso respeita diretrizes educacionais. Então, é necessário que esse curso tenha uma série de previsões de estágios, por exemplo, de conteúdo mínimo em determinadas áreas... No momento em que o curso é ofertado, o Ministério da Educação verifica se aquele curso preenche determinados requisitos.

É super importante o diálogo também com o Conselho Nacional de Educação, que é o órgão responsável por editar essas resoluções que definem as diretrizes curriculares nacionais. Hoje, como o desempenho dessas atividades não é regulamentado, não existe uma diretriz curricular nacional para oferta desse curso. Então, esse curso de aiurveda, que é previsto na lei, não é atualmente regulamentado, não existe uma DCN que esteja vinculada à prática desse curso.

O Paulo, nosso colega do Ministério da Saúde, da Cgerts, com quem nós temos um amplo diálogo – a Cgerts é responsável, no Ministério da Saúde, também por tratar da educação na área da saúde, por isso a gente tem uma ampla área de convergência e diálogo –, mencionou que não existia um curso. De fato, numa pesquisa livre no e-MEC, por algum problema sistêmico, não aparece um curso. Existe, hoje, autorizado, um curso na área de aiurveda, um único curso de nível superior na área de bacharelado. É um curso de 4 mil horas e, então, é um curso bastante longo, com a previsão de integralização em cinco anos. É o único curso. Há, portanto, somente um curso de nível superior, graduação, nível bacharelado, autorizado, hoje, no país, sobre esse tema.

O que nós observamos é que a oferta de educação nessa área é mais comum em nível de especialização. Em nível de especialização de pós-graduação *lato sensu* existem, hoje, 31 cursos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dessa natureza cadastrados no sistema nacional. Portanto, são permitidas essas ofertas por instituições de educação superior, são cursos regulados, e que têm essa temática de aiurveda trabalhada.

É claro, a gente buscou com a nomenclatura do curso. Nisso pode ter algum equívoco, porque, às vezes, o curso não tem esse nome, mas ele tem o conteúdo. Como a gente precisava identificar isso, identificamos a partir do nome, também porque o projeto de lei prevê que o curso teria essa nomenclatura.

Esse diálogo é importante, assim como pensar na formação dos profissionais que vão atuar nessa área, seja numa profissão específica, como o PL prevê, na área de aiurveda, seja como um dos incisos permitiria que é uma formação na área da saúde. Existem outras possibilidades de formação, como formação na área da saúde e uma especialização em nível *lato sensu*, ou uma espécie de residência médica, se isso for entendido que é pertinente. O projeto tem como foco principal a formação em nível superior. Esse é o objetivo hoje, mas existem alternativas para isso que talvez ampliassem a possibilidade da oferta do exercício profissional nessa área, combinado com uma multiplicidade de profissões, como o Daniel mencionou.

Eu agradeço o convite.

Estamos abertos ao diálogo e à compreensão de como o Ministério da Educação pode regulamentar melhor este tema para assegurar uma boa formação para os profissionais que estão atuando na ponta.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Giordano. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SP) – Obrigada, Giovanna.

Eu vou aproveitar... Posso lhe fazer duas perguntas que vieram? (*Pausa.*)

A primeira é do Lucas, do Distrito Federal, que pergunta: "De que maneira a regulamentação das profissões de aiurveda pode beneficiar a saúde pública no Brasil?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa agora é da Evelim, do Paraná: "Quem estabelecerá os parâmetros para determinar [a grade curricular,] a qualidade dos cursos? E a competência dos profissionais? [...]".

Você pode responder?

O SR. GIOVANNA MAÍSA GAMBA (Para expor.) – É claro.

A primeira eu vou deixar para o Ministério da Saúde responder, porque sobre a regulamentação das profissões tenho certeza de que eles têm mais capacidade técnica do que eu, mas a segunda eu me sinto confortável em responder.

As grades curriculares são definidas em regra... As instituições têm autonomia pedagógica para definir suas grades. Acho que esse é o primeiro pilar de atuação do Ministério da Educação. Quando há uma regulamentação profissional, em regra, o Conselho Nacional de Educação edita uma resolução que é chamada de diretriz curricular nacional, que indica regras gerais que são compreendidas como necessárias de serem observadas por todas as instituições de educação superior. Então, é o Conselho Nacional de Educação que tem essa atribuição. O Conselho Nacional de Educação é um órgão de assessoramento do Ministério da Educação. Uma vez aprovado, a gente participa desse debate na secretaria. E isso é homologado pelo Ministro da Educação. E, então, no processo regulatório, uma vez aprovada a diretriz que indica as grades, no processo de autorização dos cursos, o Inep, em parceria com o Ministério da Educação, atua para avaliar se os cursos estão, de fato, preenchendo esse requisito, se estão cumprindo essas diretrizes curriculares, chamadas popularmente de DCNs. É assim que a gente costuma chamá-las.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Muito obrigada.

Agora, eu vou passar a palavra para o Dr. José Ruguê Ribeiro Junior, Presidente do World Movement for Yoga and Ayurveda.

Dr. Ruguê, com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ RUGUÊ RIBEIRO JUNIOR (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Exma. Senadora.

Muito obrigado pelo convite.

E agradeço também, em nome de todos, pela sensibilidade em ter trazido o aiurveda para o debate público. Isso, de fato, mostra que o aiurveda chegou a um certo grau de maturidade que já permite pelo menos a discussão sobre o tema, sobre a formação, sobre a prática.

Eu gostaria de dar uma pequena contribuição, só trazendo a prática daquilo que a Dra. Rosana colocou como possibilidades e potencial do aiurveda, o que já tem sido feito. Eu quero dar só um pequeno modelo – que é o nosso –, mas é claro que tem outras instituições no Brasil fazendo o mesmo ou até mais. Eu gostaria, então, de ter a possibilidade de mostrar aqui para vocês, com esses eslaides aqui, rapidamente, sobre essa regulamentação.

Aqui é uma foto do trabalho que nós fazemos no SUS, em três centros de saúde na Rocinha, no Rio de Janeiro, atendendo principalmente os funcionários, pois detectamos que eles estão com o estado de saúde muito ruim. Então, precisamos cuidar deles primeiro. Aqui, fazemos isso completamente com aiurveda, principalmente em educação em saúde.

Eu quero apresentar aqui algumas poucas teses.

Primeiro, o aiurveda tem muito a contribuir para a saúde do nosso país.

Segundo, a prática do aiurveda se expandiu muito no Brasil e já adquiriu um alto grau de maturidade.

Terceiro, por isso, a regulamentação das profissões ligadas à prática profissional do aiurveda é fundamental e atual.

Agora, de modo geral, sempre que se vai discutir sobre algum projeto de lei sobre regulamentação, aqueles que contribuíram para criar fazem isso de acordo com algum ponto de vista ou tendência própria do ecossistema que conhecem, o seu grupo de interesse, o tamanho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de sua visão do panorama geral. Então, à primeira vista, quando olhamos o projeto, ele parece muito voltado mais para a formação do que propriamente para a descrição do trabalho profissional, como o próprio Daniel Amado disse, sobre quais são as atribuições e limitações de cada profissional do aiurveda. Ele é voltado muito para a formação, o que talvez tenha muita relação com um dos grupos do Brasil que se empenham nisso e não com todos do Brasil atualmente.

Precisamos discutir um pouco sobre essa classificação em níveis de abrangência e apresentar alguma proposta.

Eu quero mostrar para vocês aqui como nós fizemos em 2001. Nós criamos o nosso centro, que já atendeu e formou mais de 4,5 mil profissionais de aiurveda no Brasil em todos os níveis, desde pessoas no nível de ensino médio até ensino universitário e curso de pós-graduação. Temos uma imensa plantação de ervas medicinais que faz todo o trabalho de atender todas as necessidades da prática do aiurveda no Brasil, além de cursos de especialidades, curso de formação de terapeuta, pós-graduação...

A Secretaria da Educação, aqui representada, colocou muito bem que existem 31 cursos no Brasil de pós-graduação, ou seja, há diploma do MEC para o trabalho do aiurveda em nível universitário, já há um curso, como foi colocado, de bacharelado, mas os vários profissionais que já trabalham em diferentes áreas já têm pós-graduação estabelecida, e praticamente todas as escolas no Brasil já têm vínculo com universidades e faculdades que permitem isso.

Temos uma clínica em vários lugares do Brasil que já atende há 23 anos e resultados comprovados na evolução de doenças degenerativas, ou seja, tudo aquilo que a Dra. Rosana colocou como possibilidades e como estatísticas já há no Brasil e, eu diria para vocês, tão bom quanto o que há na Índia. Isso é comprovado pelo respaldo de especialistas indianos, porque vêm quatro ou cinco professores de aiurveda todos os anos para a nossa escola – e eu sei que outros também trazem –, todos eles mestres, doutores, diretores de faculdade ligados ao Ministério AYUSH, na Índia, respaldando, inclusive por documentos, aquilo que é feito aqui na prática e no ensino do aiurveda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma farmácia que faz parte do nosso sistema, que é farmácia de manipulação, em 12 meses já atendeu 5.337 pessoas, com 11.878 formulações no último ano. Isso aqui já mostra que há um processo do aiurveda estabelecido. São medicações, medicações manipuladas, e a maior parte das ervas são ervas brasileiras, que já são utilizadas após pesquisa.

Mantemos uma fundação e, através dessa fundação, temos dois convênios pelo SUS: um convênio na cidade de Araguari, em Minas Gerais, aqui próximo do *ashram*, onde nós atendemos pacientes do Caps, que são pacientes psiquiátricos, e nós fazemos um trabalho integrado da medicina moderna com aiurveda; e assistência também para um trabalho que estamos fazendo com crianças com paralisia cerebral. E fornecemos os medicamentos.

Nós temos pesquisas e convênios já feitos.

Aqui é o hospital da Índia All India Institute of Ayurveda, que é um instituto do Governo. Nós estamos fazendo com eles um protocolo para um trabalho de pesquisa científica com o Hospital Cruz Verde, de São Paulo, o único hospital no mundo que atende crianças com paralisia cerebral, que é exclusivo para paralisia cerebral. Nós estamos fazendo um protocolo, junto com eles, que demonstrou muita eficácia e que, então, nós estamos utilizando aqui, também, para melhorar a qualidade de vida, diminuir a espasticidade, reduzir as crises convulsivas. Isso foi apresentado num *summit* que foi feito na Índia, em que nós pudemos apresentar esse trabalho nosso lá também.

Vejam. Quando nós pensamos no profissional do aiurveda, existem níveis diferentes de formação. Existem cursos que têm uma duração de 150 horas, cursos de mil horas, cursos de 4 mil horas, experiências práticas... E, no final, a gente vê que a comunidade do aiurveda, de modo geral, parece mais tendente a preferir que haja uma graduação única.

Eu me lembro de que, quando eu ajudei nisso em Portugal, na Espanha, na Itália – porque nós também contribuímos lá com essa classificação, essa regulamentação –, eles preferiram, seguindo o concílio de Bolonha, que atende a Comunidade Europeia toda, ter um padrão só, um nome só, mas, para isso, eles definiram, então, uma formação que fosse o mínimo necessário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, no Brasil, isso ainda é caótico: qualquer pessoa pode colocar o nome de curso de formação de terapeuta aiurveda e pode fazer isso com 50 horas, cem horas; pode uma pessoa que acabar de fazer um curso abrir um curso, com toda a tecnologia moderna que existe.

Então, algum tipo de regulamentação para isso deveria haver, obviamente, atendendo à demanda do que existe. Sem dúvida nenhuma, o respeito à nossa história é fundamental. Por isso, a minha sempre recomendação, Senadora, é que, ainda colocando alguma coisa a mais aqui...

O aiurveda divide as pessoas em três grupos, de acordo com o cliente, eu diria: pessoas saudáveis, pessoas doentes e pessoas em desequilíbrio, que é a maior parte da população. Pessoas saudáveis... Uma pessoa que sai, um terapeuta que sai dos nossos cursos de formação e dos outros também existentes no Brasil, são cursos sérios, bem-feitos, das outras escolas também...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ RUGUÊ RIBEIRO JUNIOR (*Por videoconferência.*) – ... não estou defendendo só uma visão... Nós podemos fazer muito por essas pessoas saudáveis, promover saúde.

Para as pessoas doentes, as coisas se complicam um pouco e exigem uma formação mais profunda em patologia, em fisiopatologia, em entendimento de *dravya guna*, de medicamentos, na relação entre medicamentos aiurvédicos e os medicamentos sintéticos. Isso necessita de um respaldo maior.

Nas pessoas em desequilíbrio, todos os cursos das nossas escolas, e de todas as outras escolas do Brasil já de muitos anos, capacitam uma pessoa para atender e reconhecer o desequilíbrio e promover saúde.

Então, a minha proposta final aqui, Senadora, é a seguinte. Eu proponho que a gente crie, porque não dá para a gente discutir todos os detalhes aqui, numa assembleia grande assim... Eu proponho que a senhora crie, do ponto de vista regimental, ou como for, porque eu não conheço o processo, uma Comissão entre as pessoas que estão aqui se apresentando para poder falar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobre o assunto. Criar uma Comissão em que nós pudéssemos estudar todos esses detalhes, associados ao Ministério da Educação, ao Ministério do Trabalho, ao Ministério da Saúde. Criar uma Comissão entre pessoas que acreditem que, de fato, a regulamentação é uma coisa importante.

Dê um prazo para que essa Comissão reveja o projeto e traga de volta com a perspectiva real, porque senão nós não vamos ter aceitação da população aiurvédica do Brasil. Vamos criar um estado de antipatia muito grande em relação a todos, porque ele parece assim já trazido pronto para cá. Por isso, a minha recomendação é criar... Daria, na minha opinião, uns 60 dias de prazo para que se revisasse esse projeto e trouxesse novamente a esta Casa.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Muito obrigada, Dr. Ruguê.

Estava até aqui conversando que, às vezes, é difícil a gente montar um grupo de trabalho dentro do Parlamento, mas a gente pode fazer isso em parceria com o Ministério da Saúde, por exemplo, para poder trazer mesmo essa robustez de experiências, de informação.

Eu queria até, Dr. Ruguê, se o senhor não se incomodar, tem duas perguntas aqui de São Paulo que, se você puder responder para mim...

A Ana, de São Paulo, pergunta: "Como será incentivada a colaboração interdisciplinar entre profissionais de aiurveda e [...] [outras áreas da saúde]?".

E uma outra pergunta que eu também achei pertinente de fazer, Vanessa, de São Paulo: "[...] Em qual momento [do tratamento] o paciente seria encaminhado para [...] [um profissional de aiurveda]?".

O SR. JOSÉ RUGUÊ RIBEIRO JUNIOR (Para expor. *Por videoconferência*.) – Veja, as práticas integrativas exigem de fato o nome "integração". Então, é preciso que os profissionais se encontrem e conversem sobre o processo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por exemplo, nós lidamos com um hospital na Índia, em Pune, que é de uma instituição chamada Attharva, onde eles atendem e já têm uma experiência de 17 mil casos de câncer, tratados com uma medicina moderna associada com a aiurveda, e com resultados que saem totalmente de uma estatística ruim, ou seja, melhoram a qualidade de vida, melhoram os efeitos colaterais da químio e radioterapia, melhoram as pessoas em todos os sentidos. Então, há práticas muito bem estabelecidas já dessa junção de profissionais atuando. É claro que isso vai demandar aproximação, conversa e apresentar resultados.

Eu acho que, mais que tudo... Nós participamos, por exemplo, da CID-11, como a Dra. Rosana falou, em que o Brasil foi um dos seis países que teve a honra de participar da CID-11, que é colocar o aiurveda dentro da Classificação Internacional de Doenças, o MT2. Eu participei, fui até à Índia como um representante do Brasil; a Dra. Rosana participou também, e outros do Brasil; e o Dr. Daniel Amado também respaldou tudo isso durante o processo. Quer dizer, o aiurveda está realmente se estabelecendo, e o Brasil está tendo um lugar reconhecido no mundo da prática do aiurveda, porque tem um grande potencial para isso, natural e, ao mesmo tempo, já da prática estabelecida.

Então, eu acho que o primeiro ponto é essa aproximação e o diálogo entre os vários profissionais e o pessoal do aiurveda ter consistência na sua formação, para que eles possam realmente mostrar com que o aiurveda pode colaborar. E o aiurveda é tão amplo, mas tão amplo, que permitiria que vários médicos, nutricionistas e profissionais das várias áreas se dedicassem a essa prática, como nós fazemos, trazendo isso para dentro da visão clínica e podendo trabalhar em grupo.

O momento em que o profissional do aiurveda pode entrar no processo é desde o primeiro momento. Quanto mais cedo o profissional do aiurveda entrar no processo todo de tratamento, de prevenção, melhor, porque nós vamos poder ajudar as pessoas a terem uma redução do tempo e das complicações próprias dos tratamentos.

Eu posso dizer para a senhora, por favor, que eu tenho 43 anos de profissão médica. Deles, 20 anos eu fiz sem a prática do *panchakarma*, por exemplo, e 23 anos com a prática do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

panchakarma – os últimos 23 anos. E a diferença de evolução das pessoas é brutal, é impressionante. Então, há muito o que se fazer.

Agora, nesse nível mais complexo de tratamentos, de fato é preciso ter uma formação mais ampla, mais consistente, voltada para esse aspecto, mas há muito o que se fazer. O que não se pode – mais uma vez, perdão pela minha extensão – é afunilar isso no campo do médico, porque, senão, restringe-se totalmente a prática do aiurveda. E há muito, em termos de educação, de prevenção, de cuidados básicos, com que os terapeutas de nível médio e nível universitário, como puramente terapeutas, sem outra profissão regulamentada no Brasil, podem colaborar. Por isso, nós já formamos tantos aqui no Brasil também.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Muito obrigada.

Bom, agora eu queria chamar o Dr. Gaurav Davee, que é Médico aiurveda. Ele é indiano e está participando, de forma remota, lá da Índia mesmo.

Dr. Gaurav.

O SR. GAURAV DAVEE (Para expor. *Por videoconferência*.) – *Namaste.*

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – *Namaste*.

O SR. GAURAV DAVEE (*Por videoconferência*.) – *Namaste*.

Você está me escutando bem? Está me ouvindo?

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Ouvindo-o.

O SR. GAURAV DAVEE (*Por videoconferência*.) – *Namaste*, Senadora. *Namaste*, Dr. Ruguê. *Namaste*, todos. *Namaste*, Prof. Erick Schulz, Fábio e Paulo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora, quem não me conhece, eu gostaria de falar em português. Se eu falar alguma coisa errada, podem me ajudar.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Está bom. Está ótimo o seu português.

O SR. GAURAV DAVEE (*Por videoconferência*.) – Pode colocar a apresentação, por favor.

Passe mais um eslaide. Passe mais, por favor.

Primeiro, eu gostaria de agradecer à Senadora, que me convidou e me dá a oportunidade de falar em audiência pública.

Para quem não me conhece, eu gostaria de falar que temos a tradição de aiurveda na nossa família há mais de cem anos, somos cinco gerações de tradição aiurveda.

Eu gostaria de falar que estou propagando o aiurveda no Brasil desde 2015 e também trabalhando com o aiurveda em oito ou nove países do mundo.

Então, eu observei uma coisa, nos últimos nove anos, enquanto eu ministrava palestras e cursos no Brasil: a maioria das escolas de aiurveda no Brasil tem cursos de, mais ou menos, 400 horas, divididos, às vezes, em básico, intermediário e avançado. Segundo a minha experiência, essa quantidade de horas não é suficiente para dar conhecimento prático e teórico do aiurveda para alunos o praticarem no futuro. Portanto, esta é uma das sugestões para vocês e para o Ministro da Educação: recomendo fortemente que tenhamos três categorias de profissionais de aiurveda, com base na duração do curso e também na duração do estágio, que é a coisa mais importante – no inglês, chamado de *intensive*.

Então, a primeira categoria – por favor, passe o eslaide –: mil horas – técnico em aiurveda. Nesse curso, eu mencionei algumas regras para melhorar e para dar mais qualidade na educação para profissionais de aiurveda que vão trabalhar com pacientes no futuro. Nesse curso, focamos principalmente nas terapias corporais do aiurveda, inclusive estágio obrigatório para os alunos de 60 dias, dividido em dois meses: um mês deve fazê-lo no Brasil e um mês deve fazê-lo na Índia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por que precisa fazer na Índia? Porque o aluno deve saber como o aiurveda funciona na Índia e também no Brasil, os dois; porque, no futuro, esse aluno vai trabalhar mais na terra dele. É muito importante.

Cada mês consiste em seis horas por dia e cinco dias por semana.

Escola de aiurveda em que o curso de aprendizagem do aluno possa fornecer um mês de estágio no Brasil e um mês na Índia. A escola brasileira de aiurveda pode dar sugestões aos alunos de em quais hospitais ou clínicas de aiurveda eles têm que fazer estágio na Índia. Os alunos têm que escolher em qual lugar ou hospital eles têm que fazer o estágio para um mês.

Quando ele terminar ou acabar esse estágio, só depois ele vai ganhar esse certificado.

O segundo nível são 6 mil horas no mínimo de curso. Chama-se curso de bacharelado em aiurveda. Esse curso se concentra em: manter a saúde das pessoas; Nidan, que é descobrir as causas dos problemas de saúde ou doenças, examinando o protocolo dos textos antigos baseado no aiurveda; dependendo das causas dos problemas de saúde, poder-se aconselhar dieta, rotina; e outro tratamento holístico que é baseado no nosso Samhita.

Por favor, pode passar.

A duração do estágio para esse curso de bacharelado – chama-se *bachelor* em inglês – deve ter seis meses, três meses devem ser feitos no Brasil e três meses devem ser feitos na Índia. Essa coisa é a mais importante do ponto de vista de conhecimento prático, porque eu observei que, na maioria das vezes, depois da formação no curso, depois de três, quatro, seis anos também, terapeutas aiurvédicos não têm segurança em praticar aiurveda com pacientes. Por quê? Porque falta conhecimento prático. A pessoa tem conhecimento teórico e conhecimento prático, essas duas coisas são muito diferentes; então, é muito importante que o aluno deva fazer esse estágio.

Por favor, pode passar o eslaide.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O curso de pós-graduação em aiurveda deve ser feito em 3 mil horas. Só pode participar desse curso alunos que já tenham concluído o curso de bacharelado em aiurveda com carga horária de 6 mil horas.

Esse curso também tem a mesma condição, deve-se fazer...

Por favor, próximo eslaide.

Uma coisa que eu gostaria de dizer: temos uma disposição especial de que aqueles brasileiros, hoje em dia, que fizeram BAMS na Índia (Bachelor of Ayurveda, Medicine and Surgery) ou MD Ayurveda na Índia, mas praticam aiurveda no Brasil, podem considerar respectivamente como categoria de pós-graduação em aiurveda, porque na Índia o curso de BAMS é de cinco anos e meio, quase 9 mil ou 10 mil horas concluídas no estágio de um ano, e para pós-graduação também tem três anos, mais ou menos, 6 mil ou 5 mil horas.

Por favor, próximo eslaide.

Por que temos... Por qual razão precisamos aumentar o horário do curso de formação do terapeuta aiurvédico no Brasil? Essa é a minha observação, essa é a minha experiência durante o trabalho no Brasil. Eu gostaria de compartilhar com vocês. É para aumentar a confiança e a segurança do terapeuta e do profissional de aiurveda, melhorar a habilidade, a prática do terapeuta que definitivamente ajudará os profissionais de aiurveda em seu sucesso no futuro.

Esse próximo parágrafo é muito importante.

Observei, muitas vezes, nos cursos de curta duração de aiurveda, por exemplo, que, após concluir o curso básico, o aluno do aiurveda recebeu um certificado. Eles não gostariam ou não querem participar do curso intermediário ou avançado, e esse certificado lhes dá falsa sensação de satisfação, depois que passam a dar aconselhamento ou consulta às pessoas ou pacientes. Infelizmente, esses alunos ou praticantes de aiurveda não têm o conhecimento suficiente para dar consulta de aiurveda ou tratamento de aiurveda para paciente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por essas ações sofridas pelo cidadão do Brasil, esse processo não para aqui. Uma pessoa que sofreu por tratamento errado não só difamou o terapeuta aiurvédico que lhe deu o tratamento, mas também começou a difamar o aiurveda, culpando o aiurveda. Então, essa é uma questão de dignidade do aiurveda que nunca será aceita por nenhum praticante autêntico de aiurveda. Para evitar essa circunstância ou cenário, temos que aumentar a duração de cursos de aiurveda no Brasil.

Quanto tempo eu tenho mais? Posso continuar?

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Na verdade, já acabou, mas você pode dar mais uma estendidinha.

Termina seu raciocínio.

O SR. GAURAV DAVEE (*Por videoconferência*.) – Só um parágrafo.

Neste PL não tem previsão de que, após o curso de aiurveda, o terapeuta ou médico de aiurveda, os profissionais de aiurveda poderão fazer diagnóstico do paciente? Poderá fazer prescrição de dieta ou ervas para curar o paciente com ervas ou medicina. Essa é uma das partes importantes. Precisamos trabalhar para dar mais segurança aos profissionais e também ao paciente.

O que os profissionais de aiurveda devem fazer quando, às vezes, o conselho médico e o conselho de nutrição tomarem ações legais contra os profissionais de aiurveda? O que eles vão fazer no futuro? Por isso, é muito importante dar essa segurança para terapeutas aiurvédicos e praticantes de aiurveda no Brasil. Muito importante.

E a última linha: o conteúdo dos cursos, na maioria das vezes, é muito diferente em cada escola. Então, como podemos fazer um curso... Como se chama *standard*? Padrão. Um curso padrão.

Então, esta é a minha recomendação para vocês: a Comissão Nacional do Sistema Indiano de Medicina. Esta é uma das referências para o Brasil, para dar uma educação, com qualidade, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aiurveda no Brasil. Esta não se deveria evitar, esta referência é muito importante sobre cursos de aiurveda.

Muito obrigado por dar-me esta oportunidade para falar sobre algumas dessas lições. Muito obrigado a todos por escutar meu português. *Namaste*. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – *Namaste*.

Que horas são aí, Gaurav?

O SR. GAURAV DAVEE (*Por videoconferência*.) – Agora, 1h, noite. Eu amo o Brasil e eu amo aiurveda, por isso eu estou aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Porque, pela aiurveda, você já devia estar dormindo, não é? (*Risos.*)

Vai acordar às 4h, não é?

Muito obrigada! *Namaste*, Gaurav!

Agora, eu queria passar a palavra para o Fábio Goulart, que é Presidente do Conselho Nacional de Autorregulamentação do Ayurveda (Conayur Brasil).

Fábio.

O SR. FÁBIO GOULART (Para expor. *Por videoconferência*.) – Perfeito.

Então, quero dar o meu boa-tarde, bom-dia, boa-noite para as pessoas que, possivelmente, assistam em outros horários, se ela for ficar gravada e disponível.

Eu escrevi aqui um texto, para poder concatenar melhor as ideias, uma vez que é um momento extremamente sério, e eu acho que nada deve ser dispersado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu começo, certamente, agradecendo à Senadora pelo convite e pela boa vontade para com o aiurveda, também aqui congratulando e também dando um boa-tarde a todas as senhoras, os senhores, as demais respeitáveis pessoas de todas as identidades de gênero que, possivelmente, possam estar presentes, ouvindo esta transmissão, aqui do Senado, como a Casa do Povo, uma das extensões da Casa do Povo, um lugar de tamanha importância. Estar aqui representa muito para mim e para os meus, que são muitas pessoas.

Eu vou evitar qualquer cumprimento que tenha um caráter religioso, que seja proveniente de alguma religião. Então, vou deixar aqui o meu boa-tarde mesmo para todas as pessoas, respeitando a laicidade do nosso país, porém respeitando também quem o fez, quem se manifestou e cumprimentou com um cumprimento que tem um viés, um caráter religioso.

Eu peço licença também para gerar aqui a minha autodescrição. Sou um homem de estatura média, pardo, com barba, uso óculos aqui, cabelos cacheados. Visto uma camisa social de listras, de riscas azuis e brancas.

Eu represento aqui, em primeiro lugar, conforme me foi feito o convite, o Conselho Nacional de Autorregulamentação do Ayurveda (Conayur), que surgiu em 2018, há seis anos, exatamente ao nos opormos a um projeto de lei muito parecido com esse.

Eu também represento aqui outras instituições. Represento, também, aqui, o Bantu Ayurveda, que é um coletivo de pessoas negras do aiurveda, de profissionais e estudantes negros do aiurveda, que têm questões muito específicas a serem debatidas e até mesmo para serem representadas em um debate como este. Represento também, aqui, as pessoas LGBTQIA+, diante da minha condição. Represento aqui, também, terapeutas, alunos, inclusive, como a Cícera, do Recife, terapeuta aiurveda cega. Eu tive a honra de ministrar um curso de *marma chikitsa*, que são pontos nobres e sensíveis do corpo, totalmente audiodescrito, para ela, para que o curso pudesse ser adaptado. Também me coloco aqui como representante da Angélica. Eu não lembro o sobrenome dessas alunas, mas são pessoas de lugares de afeto que passaram pela minha vida e são pessoas que me marcaram completamente. É por elas que eu também me encontro aqui. A Angélica, mãe de família, mãe solteira, recebia, era beneficiada pelo Programa Bolsa Família – que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

fazia uma diferença muito grande na vida dela – e atuava com a aiurveda, também, como uma frente de trabalho para ajudar na renda familiar. Então, é em nome dessas pessoas, pessoas que dificilmente vão estar em meio a esses trinta e tantos cursos de pós-graduação, que possivelmente poderiam garantir uma qualidade na formação em aiurveda, tampouco em um ou mais bacharelados de aiurveda... Foram pessoas que se formaram através dos cursos livres, que amplamente foram difundidos e nos trouxeram até aqui, como profissionais de aiurveda, e que se mantêm, e que se preservam, e cuja qualidade do ensino pode ser de excelente a péssima, como em qualquer outra categoria de curso.

Hoje, existe um mercado que vem se tornando bastante quente, que é o mercado da conversão dos cursos livres em cursos de pós-graduação. Paga-se um preço x, e a universidade, a faculdade facilita a conversão do seu curso livre em um curso de pós-graduação. Já recebi essa oferta, recebo nas redes essa oferta, é fácil se fazer isso. Não o faço, porque isso vai tornar o aiurveda uma prática ainda mais privativa. Vai tornar o aiurveda uma prática ainda mais elitizada. Vai tornar o aiurveda uma prática ainda mais elitista, como ele vem sendo quase que por tradição no nosso país.

Então, esse PL aqui vai na contramão, já que ele tem esse enfoque na graduação inclusive, do processo de uma maior democratização e acesso, tornando a prática imensamente elitizada. Fala-se em bacharelado e em dezenas de cursos de especialização, mas essas são as categorias de cursos para poucos brasileiros, pouquíssimos.

Tais categorias de cursos garantem realmente qualidade. Como Professor de aiurveda e como alguém que pode falar isso sem falsas modéstias, assim, eu conheço bastante o aiurveda teórica e praticamente. Sou um estudante de aiurveda de longa data que conhece a língua sânscrita, que pode pegar um tratado de aiurveda, e conferir se, de fato, o que está traduzido ali está escrito na língua sânscrita mesmo, e contemplar os variados significados. Então, eu consigo ter um senso crítico a partir de um outro lugar e avaliar se aqueles professores que possivelmente vão estar dentro de determinados cursos estão falando, de fato, de aiurveda, ou se simplesmente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eles vão atender aos critérios do Ministério da Educação, louváveis critérios, mas o aiurveda tem, sim, as suas especificidades que devem ser respeitadas.

Então, eu falo aqui também em nome do aiurveda *shastra*, da tradição do aiurveda. E aí, primeiramente, neste debate aqui, eu gostaria de compreender de qual aiurveda nós estamos falando, o que é o aiurveda nesse projeto. A gente está falando da medicina, que dá toda uma autonomia ao médico lá na Índia – autonomia em diagnosticar, prescrever, realizar procedimentos invasivos e até mesmo procedimentos cirúrgicos, lidar com material biológico e assim por diante – e que permite também que eles manipulem medicamentos e administrem esses medicamentos por diversas vias de administração?

Então, queria saber se a gente está falando desse aiurveda ou se nós estamos falando do aiurveda que foi adaptado para o Ocidente algumas décadas atrás, justamente para que fosse possível ele entrar nesses países e se relacionar, mesmo que indiretamente – hoje nem tanto, porque nós temos as Pics –, naquela época, com os sistemas nacionais de saúde dos diversos países. O aiurveda foi amplamente adaptado e amaciado, facilitado, para que ele fosse viável.

Então, eu gostaria de saber de qual aiurveda nós estamos falando nesse projeto aqui.

Eu me oponho pessoalmente e, como Presidente do Conayur, já que o represento, nós nos opomos ao projeto como ele se encontra hoje.

Eu também destaco aqui à Senadora e às demais pessoas que estão aqui que a oposição sempre... A Senadora sabe bem disso, faz parte da prática política dela inclusive, que é muito bem executada, sabe que a oposição faz parte das construções. A oposição honesta é muito importante sempre.

E aí eu me oponho e também represento a posição do Conayur em relação à divisão nas diversas categorias, no caso das categorias que são apresentadas no PL.

Também, eu percebo que há uma inadequação em relação às diretrizes da OMS. É claro que a Fiocruz se opôs a um outro documento, mas ela nos deu uma luz, que nós podemos adequar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as propostas da OMS a algo que realmente vista aqui o nosso país, que dialogue com a nossa realidade.

O projeto acho que propõe algo muito conflitivo com os conselhos de saúde. O profissional de aiurveda vai prescrever, vai diagnosticar, vai manipular medicamentos? Como isso vai ser resolvido – isso é uma pergunta mesmo – em relação aos demais conselhos de saúde? Vai nascer aí um novo profissional de saúde? Essa é a minha grande pergunta em relação a esse projeto.

Então, hoje, eu vejo que esse PL tende a nos levar a grandes conflitos com os conselhos já existentes na área da saúde.

Eu vou encerrar aqui essa minha contestação, neste momento, ao PL, dizendo também, reiterando que também existem outras categorias de pessoas interessadas na aiurveda e representantes da aiurveda, por exemplo os estudantes do curso de bacharelado da Índia. E eu acho que eles mereceriam estar aqui hoje, inclusive.

Então, é isso, é o que eu tenho a colocar aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Fábio, muito obrigada pela sua participação. Fábio, eu queria te falar que a gente está aqui para isso. A gente está aberto para ouvir suas sugestões, inclusive os questionamentos que você tem, traga para gente, para nos ajudar, para que a gente tenha mais perspectivas. Aí a gente consegue formar uma visão mais global, maior.

Você está falando de talvez elitizar o aiurveda, mas, na verdade, a gente está querendo levar o aiurveda para o SUS. Então, é muito mais universalizar do que elitizar.

Eu tenho muito interesse, sim, em saber a sua opinião, o que você pensa, e como você enxerga que esse projeto poderia funcionar e ser importante para o Brasil.

Eu queria chamar agora o Erick Schulz, Diretor do Instituto de Cultura Hindu Naradeva Shala.

Por favor, Dr. Erick.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ERICK SCHULZ (*Por videoconferência*.) – Boa tarde, Sra. Senadora Mara Gabrilli.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Boa tarde.

O SR. ERICK SCHULZ (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos e todas presentes. É uma grande alegria estar aqui, muito obrigado pelo convite.

Eu, para ser bem sincero: nunca imaginei que um dia eu poderia estar falando no Senado Federal. E, graças ao aiurveda, ele me trouxe aqui hoje. Isso mostra para nós o poder que essa forma de conhecimento da vida tem sobre nós.

Vocês vão perceber aqui que eu vou evitar falar de aiurveda ligado à medicina, porque, no meu ponto de vista, aiurveda não é uma medicina. O aiurveda é um *shastra*, que é muito mais complexo do que simplesmente uma medicina, com todo o respeito a todos da área de saúde – porque eu não estou falando de medicina, eu estou falando de um *shastra*.

Primeiro, eu queria me apresentar, porque muita gente talvez não me conheça. Eu sou um terapeuta aiurveda, com formação em aiurveda no Brasil e em alguns países. E não tenho nenhuma formação na área de saúde. Talvez eu seja a única pessoa aqui somente com formação em aiurveda, talvez o Fernando, ou mais alguém. Infelizmente, na próxima lista também tem pouquíssimas pessoas. Senadora, chame mais terapeutas que sejam só terapeutas, que não estejam também ligados à área de saúde, para representar mais terapeutas, só formados como terapeutas. A gente precisa de mais pessoas assim. Eu sei que esta é só uma primeira audiência – espero que tenhamos muito mais audiências com muito mais pessoas –, mas sabe como é, não é? A gente sempre vai pedir para mais pessoas virem falar também da nossa área.

Eu fico muito feliz de estar aqui. Eu sou Diretor do Instituto Naradeva Shala, que este ano completa 30 anos de prática de divulgação da cultura védica, hindu e tântrica no Brasil. Isso começou com a minha mãe. Agradeço muito a ela. Ela é a minha grande mentora e é uma pessoa que sempre está do meu lado, ensinando-me desde o momento em que eu nasci. Como se diz na cultura védica, os nossos primeiros gurus, os nossos primeiros professores devem ser sempre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os nossos pais. É minha mãe. Eu tenho muito carinho por ela e, por isso, deixo aqui também esse marco.

Bom, eu não tive nenhum envolvimento no desenvolvimento desse PL; então, pode ser, claro, que eu tenha alguma indagação, alguma colocação que não faça sentido, mas eu creio que seja totalmente normal isso aqui, durante esta primeira audiência.

Senadora, eu queria fazer uma pergunta para a senhora – obviamente, não precisa responder agora; responda depois – que talvez seja sobre algo sobre que muita gente está com dúvida, eu também e muitas pessoas aqui: conte para todo mundo, depois, como surgiu essa ideia do PL. Eu sei que a senhora colocou ali, antes, que foi uma homenagem, mas de quem surgiu com essa ideia, quem são as pessoas que deram as ideias? Não é um problema isso. A gente sabe que isso é normal, não é? Nos outros PLs, eu participei de uma audiência, teve outras de que eu não participei, teve outras de que outros grupos participaram. E isso foi uma colocação que muitos alunos, muitas pessoas vieram fazer para mim – o que é totalmente normal, creio eu –: quem é? De quem é esse PL? E tudo mais.

Eu entendo todos os trâmites, entendo o trâmite de que os políticos têm que ter acesso à população, e a população tem que buscar seus direitos – é assim mesmo, eu entendo isso –, e que, quanto mais PLs de aiurveda, eu entendo que seja melhor, para se ter uma melhor discussão sobre o aiurveda, mas eu peço que a senhora, por favor... De repente, as pessoas estão com essa dúvida ainda. Eu estou trazendo uma dúvida das pessoas, porque eu acho que a gente representa um pouco isso aqui também, e eu conversei com muitas pessoas antes de vir, principalmente alunos, pessoas que não teriam esse acesso aqui agora.

Bom, em relação ao PL... Eu vou focar somente no PL, porque creio que colegas aqui já falaram da história da aiurveda, para que serve a aiurveda e tudo mais. Então, eu vou focar só no PL.

O primeiro ponto que eu gostaria de falar é a questão da divisão dos três grupos em formação, o que eu acho totalmente normal, porque é mais ou menos isso que existe em todos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os países – se a gente estiver no Brasil, a gente tem técnico, tecnólogo, bacharelado, e assim sucessivamente –, mas isso muito me espantou, porque não é a realidade do nosso Brasil e não é a realidade dos profissionais de aiurveda que a gente tem hoje em território nacional. E isto é o meu foco 100% sempre: o que a gente tem hoje de realidade.

Eu penso que esse é um PL com essa divisão, que a gente pode pensar no futuro – eu acho isso maravilhoso –, mas eu tenho que pensar em quem hoje atua com a aiurveda. Eu acho que esse é o ponto principal, que é o ponto que eu venho trazer e vou defender sempre, que é, como a senhora colocou – e eu fico feliz de ter ouvido isso –, ser aberto, ou seja, quanto mais pessoas virem falar, melhor – que bom que seja dessa forma democrática –, e que também a gente respeite o que já existe de aiurveda no Brasil – e disso eu fiquei sentindo um pouquinho de falta.

Não tenho nada contra a Organização Mundial da Saúde, mas eu gostaria de fazer uma colocação aqui para complementar e deixar gravado.

Lembremos que esse documento que foi citado pela nobre Senadora Mara Gabrilli, em que foi baseado esse PL... O primeiro documento que foi feito pela OMS, se eu não me engano, foi em 2010; em 2022 eles fizeram o segundo documento, se eu não me engano. Lembremos que esse documento foi redigido após a Organização Mundial da Saúde criar, no estado de Gujarate, o Global Centre for Traditional Medicine *in India*.

Isso que eu estou querendo colocar aqui para vocês foi uma parceria entre o Ministério de Ayush, na Índia, com a Organização Mundial da Saúde. Foi aí que surgiu esse documento.

Por que eu estou falando isso?

Porque, se a gente está realmente querendo se basear em sistemas internacionais, entender como funcionam as várias regras mundiais, entender também a experiência desses profissionais, trazer para o Brasil e adaptar à nossa realidade – que eu entendo que é assim que deve ser feito –, a gente também tem um caminho bem longo, como o próprio Ministério de Ayush nos mostra, até em parcerias com a Organização Mundial da Saúde, até para entender melhor o que está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acontecendo já nesse departamento, não sei como chamar, esse local, esse centro global que eles montaram na Índia, para a gente poder aprender também com eles.

Então, eu gostaria de deixar isso aqui colocado.

A questão da divisão me deixa um pouco com medo e receio, e eu queria deixar isso com todo o coração aberto. Eu entendo que, em algum momento no desenvolvimento das profissões do Brasil, a gente vai ter algumas classificações. Isso é natural no desenvolvimento de qualquer profissão.

Mas eu entendo que ainda não está na hora. A gente tem que esperar também os momentos específicos do desenvolvimento das profissões. A gente pode dar um pulo muito alto. E isso pode gerar problemas até para nós, que já somos profissionais. É essa a minha grande preocupação.

Então, eu queria deixar esse ponto de vista em relação a esse desenvolvimento, para a gente tentar focar mais a nossa conversa no que já existe no Brasil.

Eu sinto, no nosso papo, que a gente está conversando de algo que não são o aqui e o agora. Quem é o nosso terapeuta? Qual é o número de pessoas? A gente não tem o número de quantos profissionais trabalham com aiurveda no Brasil, o número exato. Quais são as áreas dessas pessoas? Todo mundo também tem formação na área de saúde? Qual é a porcentagem desse número?

A gente precisa começar a trabalhar com números exatos, para saber mesmo se essa divisão real de três, vamos chamar dessa forma, é real para a situação atual do nosso povo brasileiro, do trabalhador brasileiro, porque eu estou falando em trabalhador. Eu não estou falando de mim, que sou dono de escola. Não estou falando de mim, que sou professor. Estou falando de quem põe a mão na massa, porque quem põe a mão na massa, a grande maioria, são senhoras, na sua grande maioria, acima de 40 anos ou 30 e poucos anos, que, muitas vezes, têm o seu salariozinho por mês. A grande massa das pessoas que fazem cursos são essas pessoas, que não vão ter CNPJ,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que trabalham como MEI, que trabalham de forma simples, no fundo da sua casa, ou alugam uma clínica, ou alugam uma sala.

Então, a gente precisa fazer esse levantamento para trazer realmente qual é o número dessas pessoas, quem são essas pessoas, qual é o gênero dessas pessoas, aonde essas escolas estão indo, para a gente trabalhar com números.

Eu queria fazer uma sugestão, assim como já foi feito anteriormente, que é criar alguma forma de comissão ou algum grupo, que já foi dado como sugestão pelo José Ruguê aqui.

A própria Senadora falou que é difícil fazer isso só com o Ministério da Saúde. Por quê? Eu queria chegar neste ponto: para ouvir todas as escolas, para ouvir a população que trabalha com aiurveda, para entender esses meandres, esses detalhes e fazer um levantamento real dessas pessoas, desses trabalhadores que trabalham com aiurveda; fazer a integração real do que já existe, gente. Já existe CBO das práticas integrativas. Já existe PL, projeto de lei das práticas integrativas, que inclui, até citado, o aiurveda.

Até queria citar a fala do Paulo Mayall. Desculpa se eu falei seu nome errado, Paulo. Quando você falou, a sua fala foi muito boa.

Eu gostaria de lembrar que, em 2022, se eu não me engano, teve um PL de 2017 que foi rejeitado, em caráter terminativo, justamente pela mesma colocação que o Paulo veio colocar aqui para a gente.

Não sei se vocês conhecem. É o PL 174, de 2017, que regulamenta o exercício da profissão do terapeuta naturista.

Estou dando um exemplo para vocês, porque, quando ele falou isso, eu lembrei automaticamente que tem. A gente está pesquisando, estamos tentando analisar e entender como funciona tudo isso.

E eu queria lembrar mais um ponto, antes de finalizar a minha fala.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ótimo, já estou em cima do tempo, exatamente.

Eu queria lembrar, para todos vocês, meus amigos, amigas, colegas de trabalho, Senadora e todo mundo, de todos os ministérios, que o aiurveda, antes de qualquer coisa, é uma cultura. Ele faz parte de uma cultura, que nasce no subcontinente asiático e que, por milhares de anos, se desenvolveu. E somente há aproximadamente 80 anos ou alguma coisa assim, o aiurveda começou a ser ensinado como bacharelado também na Índia.

Então, a gente tem na mão não só um desenvolvimento de uma nova profissão, mas também temos que aproveitar e respeitar essa cultura que é chamada de aiurveda e de onde ela veio, com todos os seus detalhes e desenvolvimento.

Muito obrigado pela fala, Senadora.

Fico muito feliz de estar aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Obrigada a você, pela fala. Fiquei muito feliz com a sua fala.

Sempre lembro que a gente está querendo levar o aiurveda para o SUS; não é para qualquer lugar.

Acho que a gente vai entender melhor, Erick, quem são as pessoas, quem faz aiurveda hoje, quais os tipos, depois que a gente conseguir regulamentar.

Eu queria dizer para vocês que a Ordem do Dia abriu e que eu deveria encerrar, mas, como só falta o Fernando Oliveira, que é Diretor da Faculdade Escola de Ayurveda (Faesda), eu queria ouvi-lo, Fernando.

Se eu tiver que suspender, de repente, é por conta da Ordem do Dia.

Estamos aqui para ouvi-lo.

Agradeço a você, Erick, mais uma vez.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente quer mais sugestão.

Como você fez a pergunta, eu estou vendo aqui o Mário, que é terapeuta. Um amigo meu conhecia o Mário, terapeuta. Eu andava numa fase muito sem apetite, com muitos espasmos no corpo, aí me foi sugerido um tratamento com aiurveda. Através do Mário, eu conheci o Dr. Gaurav.

Eu fiz um tratamento que foi revolucionário para mim, porque eu tomava muito suplemento nutricional, uns 60 por dia. Quando o Dr. Gaurav me olhou, ele falou assim: "Nossa, você está inchada". Eu estava retendo muito líquido.

Então, foi assim, um choque de realidade. De repente, eu comecei a comer só planta para fazer uma desintoxicação. E, fazendo essa dieta, eu mudei muita coisa na minha vida, inclusive, com relação à alimentação, com relação à forma de encarar as coisas.

E eu queria que muita gente no Brasil pudesse ter acesso a isto, a um tratamento, ou um novo ponto de vista, ou uma nova descoberta das potencialidades do próprio corpo. Eu quero ver isso se espalhar pelo Brasil e muitas pessoas poderem se beneficiar com isso. Não só os pacientes, mas também ajudar os profissionais a, cada vez, estarem mais preparados, a aprenderem mais.

Esse é o nosso objetivo. É o meu, na verdade. Eu tive uma experiência muito boa e eu quero que outros brasileiros tenham também.

Agora, o Fernando Oliveira, por favor.

O SR. FERNANDO OLIVEIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos.

Obrigado, Senadora, pela possibilidade de participar aqui. Tentarei ser breve e objetivo devido à Ordem do Dia, já que a senhora sinalizou.

Eu tenho três pontos principais aqui para destacar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, a minha posição favorável ao projeto de lei e à regulamentação da aiurveda. E gostaria de propor emendas ao projeto, principalmente no que se refere à divisão em diversas classes profissionais e ao acesso daqueles profissionais que já estão em atuação.

Por que que eu me mostro favorável à regulamentação da profissão? Como já foi bem pontuado pelas exposições interiores, a gente sabe o potencial que o aiurveda tem dentro de saúde pública, dentro da saúde privada, para contribuir com a saúde da população de várias formas, de maneira geral, seja na prevenção de doenças, seja na manutenção da saúde, seja no tratamento de forma integrativa e complementar a doenças já existentes.

Comumente chamada de medicina tradicional da Índia, a medicina aiurveda, o aiurveda, claramente, é um sistema de saúde, conforme está escrito nos seus textos clássicos antigos, para manter a saúde e para tratar a doença. Esses são os seus objetivos. Esse conceito é amparado e endossado pelos estudiosos contemporâneos da área. Então, claramente, o aiurveda é algo que está dentro da área da saúde, lida com saúde pública, e devemos tratar isso como tal.

O principal interessado nisso tudo, no meu ponto de vista, é a população em geral, a segurança da população. Aí nós estamos falando do paciente.

Nós estamos falando muito no profissional que está em atuação, mas essa hierarquia deveria se inverter, pois nós devemos garantir saúde, segurança à saúde da população em geral. E essa segurança só consegue ser garantida com a regulamentação.

Nós não podemos contar o bom senso de todos, dentro dos processos de formação e dentro do processo de atuação profissional, embora, felizmente, hoje, na sua imensa maioria, todos têm uma grande consciência, oferecem bons programas de qualificação. E as pessoas que atuam profissionalmente, consequentemente, também atuam dentro dos limites legais, dentro da área da saúde, respeitando e garantindo segurança à população.

Infelizmente, a gente tem toda a sorte de programas de qualificação profissional e, consequentemente, toda a sorte de profissionais em atuação, desde os autodidatas até aqueles

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que são oriundos de cursos de poucas horas e poucos dias de duração, até mesmo os profissionais com cursos oriundos de programas de qualificação mais longos e mais extensos.

É muito importante, dentro desse aspecto, dentro desse âmbito, garantir segurança à população, regulando e estabelecendo limites claros, critérios claros. E só uma regulamentação pode trazer isso, estabelecendo limites para atuação profissional, definindo o que faz esse profissional.

Eu sinto falta um pouco de uma delimitação clara dentro do texto, o que faz esse profissional, quais são os recursos. O aiurveda tem um espectro muito amplo de atuação. Ele se estende a todas as áreas de atuação da saúde humana. E esses recursos que serão utilizados por esses profissionais, que serão ensinados por aqueles que se propõem a qualificar devem estar bem claros, dentro de diretrizes nacionais de educação.

Isso só pode acontecer dentro do sistema formal de ensino, seja técnico, seja superior.

Em relação à divisão de categorias profissionais, entra em questão o texto trazido pelas diretrizes, pelos referenciais da OMS. Uma primeira versão que existe, de 2010, e essa de 2022, ambas são parecidas nesse aspecto que se refere à divisão de classes profissionais.

Isso não funciona muito bem na maior parte do mundo; nem na Índia a gente tem essa divisão em diversas categorias. A gente tem o aspecto farmacêutico na Índia, mas, ao lidar com o paciente, a gente tem apenas duas categorias: um profissional que atua... cujo título de graduação é obtido no programa de graduação; e um profissional que atua no apoio – essa área é não regulada, tem programas de três anos a dois anos de duração na Índia. Então, são duas categorias profissionais apenas, até mesmo na Índia, que é o país que tem a maior demanda por atendimentos e serviços em aiurveda no mundo.

Essa divisão entre as categorias a gente observa na Suíça. Eu já estive lá, conheço muitas pessoas em atuação lá, sejam eles brasileiros, indianos ou suíços – indianos prestando apoio no caso –, e observa-se uma certa confusão entre os profissionais, uma confusão com a população. E aqui, no Brasil, não seria diferente, considerando a nossa estrutura, a nossa prática. Eu estou na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ponta, amparando alunos na sua prática profissional, e a gente vê que seria um verdadeiro caos, inclusive para os profissionais já existentes, e uma verdadeira confusão para a população na hora de buscar os serviços.

Então, não há uma demanda e o nosso país não suporta três categorias profissionais. Se a gente observar o texto, a de terapeuta se subdivide em duas; há terapeutas nível básico e avançado, tecnicamente ficando quatro categorias. Então, como seria a atuação dessas quatro categorias? Uma categoria apenas é o que suportaria o nosso país, quiçá duas, e essas duas categorias deveriam ser dentro do que já existe, dentro do sistema formal de educação, que é o nível técnico e superior, visto a ausência da possibilidade de estabelecer diretrizes curriculares para as formações livres. Há necessidade, é fundamental que tenha só uma apenas, que seja revisto isso. E, se a gente comparar com as outras áreas da saúde – medicina, fisioterapia, enfermagem, odonto, farmácia –, todas elas têm uma única categoria ou duas; essas também, cuja qualificação é obtida em técnico e superior.

E, por último, eu gostaria de falar sobre o acesso aos profissionais já em atuação. A esmagadora maioria das pessoas em atuação obtiveram suas qualificações em programas educacionais de 200 a 400 horas, e hoje o texto prevê ou quatro anos comprovados de prática terapêutica, práticas atuando na terapêutica da aiurveda, quatro anos de atuação profissional; ou um curso com no mínimo 600 horas. Pela esmagadora maioria – reitero – dos cursos existentes no Brasil até a data de hoje, as pessoas existentes se formaram em programas de 200 a 400 horas.

Nós mesmos formamos 767 profissionais, de 2013 a 2020 – nós mesmos, a minha instituição; de 2013 a 2020, foram 767 pessoas em cursos de 400 a 500 horas. Onde essas pessoas se encaixariam? Então, é necessário, caso não seja revista a divisão em diversos níveis, ou até mesmo um nível único, é necessário que, para essas pessoas em atuação, haja uma flexibilização, seja no tempo mínimo de atuação anterior, seja no tempo de qualificação que essa pessoa obteve. Então, tem que se trazer emendas prevendo o acúmulo de horas por diversas certificações. Isto é muito comum na nossa área – educação continuada –, as pessoas vão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acumulando a sua qualificação através de diversos pequenos certificados e, ao longo de cinco, dez anos, você tem uma carga horária bem elevada.

Existem pessoas oriundas de... Por exemplo, o programa de graduação em Naturologia hoje prevê a disciplina de Aiurveda com uma carga horária bem elevada; então, tem que ter também essa transição para as pessoas.

Existem dezenas de pessoas que obtiveram essa qualificação em cursos apenas de massagem, com um ou dois dias de duração, e foram acumulando, agregando técnicas. Essas pessoas estão em atuação e também precisam ser encaixadas. Então, é fundamental que haja também uma emenda em que a gente possa prever que os profissionais em atuação não sejam prejudicados majoritariamente, e, a partir da data da comunicação da lei, aí, sim, a gente consiga estabelecer critérios sólidos para a qualificação profissional e para atuação naquilo que vem adiante. Então, sou for favorável a isso.

Eu parabenizo e agradeço aí a Senadora por essa proposta de o projeto de lei olhar com carinho para o aiurveda.

E eu vejo isso de forma urgente, para garantir a saúde da população em geral. Se for uma pessoa lá prejudicada, essa pessoa é responsabilidade indireta nossa. A gente está tratando da representatividade ao trazer pessoas para cá, e a gente poderia trazer uma representatividade de pacientes, principalmente aquele paciente que é oriundo de um mau atendimento de algum profissional e teve a sua saúde prejudicada. Essas pessoas existem, e isso é fruto da ausência da regulamentação. É lógico que a regulamentação não garante total qualidade do atendimento, total qualidade profissional, pois a gente vê diariamente todas as classes profissionais cometendo aí erros, dentro da área da medicina, da área da odonto, da área de enfermagem. A gente tem, inclusive, óbitos trazidos pela má conduta profissional. Mas, a qualificação adequada...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO OLIVEIRA (*Por videoconferência.*) – ... mediante a regulamentação, minimiza os possíveis problemas que podem ser causados por isso e garante total acesso à saúde universal, com qualidade a todos. Então, é isso.

Agradeço aí o momento e desejo luz e sabedoria a todos, para que a gente possa, de fato, conseguir ter aí um bom texto e garantir o melhor futuro a todos, sejam àqueles que atuam profissionalmente, sejam pacientes, sejam àqueles que qualificam pessoas, e, assim, a gente consiga trazer o melhor aí para o aiurveda. Aquilo que é bom para mim pode não ser bom para o aiurveda, mas aquilo que é bom para o aiurveda, com certeza, vai ser bom para mim. Então, nem sempre aquilo vai ser adequado.

Muitas vezes, esse processo pode trazer desafios e a necessidade de adequação, a necessidade de seguir novas regras, que novas normas se encaixem, mas, se isso for bom para o aiurveda, para a garantia da qualidade, do reconhecimento, e, se isso for sólido para o futuro, com certeza, se não for bom para mim agora, vai ser bom no futuro ou para as próximas gerações.

Muito obrigado a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Muito obrigada, Fernando. Obrigada mesmo. E a gente tem todo o interesse de ouvir o formato que você imagina, com o seu conhecimento, para a gente aprimorar o projeto. Muito obrigada.

Obrigada a todos pela participação. Gratidão a todos.

Acho que a gente está no sentido de construir junto. É uma construção coletiva. E a gente precisa de vocês, para que esse projeto seja bom para o Brasil. É isso que a gente quer.

Obrigada a todos pela inspiração.

Obrigada, Gaurav, por ficar aí até de madrugada, acompanhando a gente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lembro que amanhã, dia 13 de julho, às 10 horas, teremos reunião extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, destinada à apreciação da indicação da Sra. Samara Furtado Carneiro, para exercer o cargo de Ouvidora da Anvisa, e, às 14h30min, reunião extraordinária, em forma de audiência pública, destinada a debater sobre doenças raras e suas novas tecnologias como um desafio significativo para a saúde pública.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada a todos.

(*Iniciada às 14 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 40 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 22ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE JULHO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e trinta e quatro minutos do dia três de julho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Humberto Costa e Mara Gabrilli, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Jayme Campos, Veneziano Vital do Rêgo, Ivete da Silveira, Leila Barros, Izalci Lucas, Alan Rick, Marcelo Castro, Alessandro Vieira, Fernando Dueire, Flávio Arns, Zenaide Maia, Jussara Lima, Paulo Paim, Otto Alencar, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Teresa Leitão, Fabiano Contarato, Sérgio Petecão, Romário e Damares Alves, e ainda do Senador André Amaral, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Soraya Thronicke, Giordano, Styvenson Valentim, Ana Paula Lobato, Eduardo Girão, Wilder Morais, Laércio Oliveira e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Antes de dar prosseguimento à apreciação da pauta, a presidência procede à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta: **Indicação de Autoridade**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 10, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 23 da Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019, o nome da Senhora SAMARA FURTADO CARNEIRO, para exercer o cargo de Ouvidora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, na vaga decorrente do término do mandato de Daniela Hoffmann Lobato Chaves Lopes." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **Observação:** Aprovada a apresentação do Requerimento nº 74, de 2024-CAS, de urgência para a matéria. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 74, de 2024** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para a MSF 10/2024, que "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 23 da Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019, o nome da Senhora SAMARA FURTADO CARNEIRO, para exercer o cargo de Ouvidora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, na vaga decorrente do término do mandato de Daniela Hoffmann Lobato Chaves Lopes"." **Autoria:** Comissão de Assuntos Sociais. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Humberto Costa
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/07/03

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 20ª e 21ª Reuniões.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores o recebimento dos seguintes expedientes:

- Cópias de ofícios e moções de Câmaras Municipais e Assembleias Legislativas contendo considerações sobre a Resolução nº 2.378, de 2024, do Conselho Federal de Medicina, que regulamenta o ato médico de assistolia fetal para interrupção da gravidez, nos casos de aborto previsto em lei, oriunda de estupro.

Os expedientes encontram-se à disposição na Secretaria desta Comissão e fica consignado o prazo de 15 dias para manifestação das Senadoras e dos Senadores, a fim de que sejam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

analisados pelo Colegiado. Caso não haja manifestação, os documentos serão arquivados ao final do prazo.

A presente reunião destina-se à apreciação da indicação da Sra. Samara Furtado Carneiro para exercer o cargo de Ouvidora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Informo que, inicialmente, será concedida a palavra à indicada por dez minutos, para suas exposições iniciais. Logo após, será aberta a fase de arguição. As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores inscritos poderão usar da palavra por até dez minutos cada, assegurada à interpelada igual prazo para resposta e facultadas réplica e tréplica, por cinco minutos. A votação será secreta, em urnas eletrônicas disponibilizadas para esse fim.

Eu informo ainda que a reunião tem cobertura da TV Senado, da Agência Senado e contará com os serviços de interatividade com o cidadão: a Ouvidoria, através do telefone 0800 0612211, e o e-Cidadania, por meio do Portal www.senado.leg.br/eCidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários à indicada via internet.

Eu consulto as Sras. e os Srs. Senadores se já podemos dar início ao processo de votação enquanto procedemos à arguição da indicada. (*Pausa.*)

Não havendo óbice, coloco a indicação em votação.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Passo a palavra para a Sra. Samara Furtado Carneiro para suas exposições iniciais, por dez minutos.

Com a palavra.

A SRA. SAMARA FURTADO CARNEIRO (Para expor.) – Bom dia a todas e todos.

É com entusiasmo que saúdo V. Exa., Senadora da República Mara Gabrilli, Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais desta Casa e que preside esta sessão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Saúdo o Exmo. Senador Veneziano Vital do Rêgo, Relator da minha mensagem de apresentação, na pessoa de quem estendo minha saudação aos demais Senadores da República aqui presentes, a todos os servidores desta Casa, bem como aos demais presentes e a todos que nos assistem pelos canais de comunicação virtual.

Passo, então, a apresentar-lhes um resumo do meu percurso acadêmico técnico-profissional.

Graduada em Farmácia pela Universidade Federal da Paraíba, iniciei minha carreira profissional em Brasília, atuando como farmacêutica no Hospital das Forças Armadas. Nos anos subsequentes, trabalhei na iniciativa privada em drogaria e dois hospitais de Brasília.

Aprovada em processo seletivo do então Instituto de Cardiologia (Incor-DF), exerci atividades de farmacêutica clínica e hospitalar e gerente do Serviço de Farmácia. Posteriormente, assumi a chefia do planejamento estratégico da instituição e, diante do desafio, dediquei minha jornada profissional à gestão executiva e estratégica e me aperfeiçoei através de especializações e MBAs em gestão pública e privada.

Em 2007, assumi o cargo de Gerente da Farmácia do Hospital de Base, o nosso HBDF, um hospital de porta aberta e de alta complexidade, de aproximadamente 800 leitos, destinados a atender o Distrito Federal, a Ride e também outros estados do Brasil. Ali enfrentei grandes desafios para executar a gestão de logística de medicamentos, materiais médico-hospitalares e insumos farmacêuticos e também liderei a grande equipe de servidores das diferentes farmácias clínicas e satélites do hospital.

Aprovada em certame público, integro o quadro de servidores estatutários da Secretaria de Saúde do Distrito Federal (SES-DF). Experienciei com profundidade os três níveis de atenção à saúde, a complexidade, a grandeza e os desafios do nosso Sistema Único de Saúde (SUS).

Há mais de 26 anos, trabalho devotadamente ao SUS, com bravura e comprometimento com o interesse público, para servir a população.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na SES/DF, empreendi diferentes cargos executivos, entre os quais o de Diretora de Assistência Farmacêutica, em que dirigi projetos relevantes para o SUS, tais como incorporação de novas tecnologias em saúde, e implantei e desenvolvi o programa Entregas de Medicamentos em Casa de todas as farmácias de alto custo de Brasília, o que me proporcionou duas honrosas moções de louvor na Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Na chefia da Assessoria de Gestão Estratégica e Projetos, acompanhei projetos estratégicos do GDF na saúde. Como Assessora Especial e Chefe de Gabinete da Secretaria do estado de Saúde, atuei diretamente com o secretário no enfrentamento ao coronavírus e nas pautas daquela pasta naquela época. Concomitantemente, fui Coordenadora da Câmara Técnica Covid-19 da SES/DF, durante a pandemia.

Em 2022, como Coordenadora-Geral do Programa Nacional de Imunizações do Ministério da Saúde, fui responsável direta pela estratégia e pautas de vacinação em todo o território nacional. De volta à SES, coordenei a Atenção Secundária e Integração de Serviços de saúde, a Coasis, dirigindo toda a rede de unidades de média complexidade. Como Subsecretária de Logística em Saúde, respondi pela programação, o armazenamento e o estoque dos quase 4 mil itens, entre medicamentos e demais produtos da saúde, para suprir as unidades de saúde do DF.

Entre 2014 e 2019, me licenciei da SES/DF, a convite do Governo do Estado da Paraíba, para gerenciar e dirigir a Assistência Hospitalar e Logística do Hospital de Emergência e Trauma e do seu Hospital de Retaguarda (HTop), onde vivenciei e aprofundei os conhecimentos da gestão hospitalar e fortaleci a ouvidoria de ambos hospitais.

É importante destacar outros dois cargos relevantes, em parcerias público-privadas, em outros estados. No Estado de Roraima, no cargo de Gerente de Projetos e Logística de uma empresa privada, conduzi a implantação e implementação da logística de medicamentos e insumos hospitalares em todos os hospitais. E no Estado do Pará, através da Cruz Vermelha Brasileira, executei a Coordenação-Geral de Projetos, desenhamos a modelagem e metodologia das ações para melhoria na qualidade da assistência para o enfrentamento emergencial de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

catástrofes. Dirigi equipes de Estratégia Saúde da Família junto às UBSs, em comunidades de Barcarena.

Esse percurso profissional sempre esteve articulado com o adensamento da minha qualificação técnico-acadêmica, por meio dos cursos de pós-graduação *lato sensu*, realizados pela UnB, UFPB, FGV, entre outras, como lido pelo Senador Veneziano, em meu relatório.

Traçada a minha trajetória profissional e acadêmica de forma resumida, é importante falar sobre a Ouvidoria, em especial, da Anvisa. A função precípua da Ouvidoria da Anvisa consiste na interlocução entre cidadãos, instituições e outras instituições de natureza pública e privada, acerca de sugestões, solicitações, reclamações e denúncias relacionadas aos itens e serviços de interesse à saúde regulados por aquela agência.

No exercício das funções, estarei continuadamente estimulando essa comunicação, tornando-a um elemento vivo e fruto das contribuições interna e externa, diligenciando a orientação à gestão das ações relevantes para a inserção no planejamento estratégico da instituição.

A ouvidoria, como sistema ágil e moderno, permite o retorno qualificado às demandas da sociedade, em geral. Sustentada por tecnologia e inovação, facilita o uso das capacidades técnico-administrativas e político-relacionais, para ampliar as competências da organização e otimizar a governança institucional.

Nomeada Ouvidora, firmo o propósito de manter o trabalho atual da ouvidoria, pautado sempre na melhoria e modernização, humanização da operação, dos processos e do atendimento às consultas dos interessados.

Entendo que aperfeiçoar e otimizar para buscar a excelência deve ser um hábito diário e uma meta institucional. Assumindo o cargo de Ouvidora, monitorarei objetivos gerais, ações e metas estabelecidos no planejamento estratégico, empenhada em contribuir para o cumprimento de sua missão e acompanhamento da agência regulatória, para instar ao máximo a transparência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entre minhas intenções de melhoria, em conjunto com a Diretoria Colegiada, servidores e colaboradores, pretendo: propiciar a integração da agência e promover movimento de aproximação da instituição e seus clientes internos e externos, para alcançar a excelência na governança; colaborar com a gestão, para otimizar seus processos de trabalho e garantir uma gestão inovadora, modernizada, focada nos clientes e em acompanhar o dinamismo do mercado; apoiar e impulsionar progressivamente a regulação indutora de boas práticas, para evitar as contestações de qualquer natureza, através de uma ouvidoria ativa e madura, e outras ações que confiram eficácia, eficiência e efetividade aos processos da Anvisa, para beneficiar a população brasileira; desenvolver uma ouvidoria circunspecta, centrada no processo de inovação e tecnologia, para gerar a transformação; intentar a integridade pela capacitação e educação continuada de conduta no ambiente interno, no intuito de afastar atitudes ilícitas, ou que possibilitem má interpretação, ou, ainda, que instalem risco à reputação da Anvisa.

Assim, Exmos. Senadores, considerando a análise criteriosa do meu currículo profissional e todo o histórico no exercício da gestão pública e privada, com passagem por cargos e funções que me conferem propriedade para ser Ouvidora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e considerando a análise da Casa Civil do Governo Federal, que apontou, pelos aspectos éticos e morais, não haver nenhum fato ou conduta que me desabonem, nem verificou condições impeditivas à minha indicação e assunção ao cargo a ser preenchido, inclusive sob os critérios de inelegibilidade previstos no inciso I do *caput* do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990, não foi identificada nenhuma inserção em nenhum dos critérios proibitivos sobre minha pessoa.

Por tudo isso aqui exposto, com convicção, afirmo a V. Exas. que detenho...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SAMARA FURTADO CARNEIRO – ... todos os requisitos, critérios e perfil profissional adequados para exercer o cargo pretendido.

Desculpe-me, serei bem breve.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Oportunamente, não poderia deixar de agradecer a Deus, a meus pais, em memória, e à família, por todo o incentivo, credibilidade e apoio dedicado ao meu crescimento pessoal e profissional.

Agradeço às Senadoras e Senadores, às suas assessorias e aos seus chefes de gabinete, que me acolheram com presteza, interesse e fraternidade.

Agradeço também o Exmo. Presidente desta Comissão, Senador Humberto Costa, por todo o apoio e atenção no trâmite da realização para esta sabatina, e ao Exmo. Senador Veneziano Vital do Rêgo, que se prontificou na missão de conduzir com esmero o meu relatório.

E, por fim, registro os meus agradecimentos ao Excelentíssimo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva e à Ministra da Saúde, Sra. Nísia Trindade, pela indicação e confiança em mim depositada para exercer o cargo de Ouvidora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Assim colocado, fico à disposição para os esclarecimentos, solicitando, ao final, o voto de V. Exas. para ser aprovada nesta sabatina e preencher o cargo de Ouvidora da Anvisa.

Muito obrigada a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Muito obrigada, Samara, por toda a explanação. Parabéns por toda a sua trajetória!

E sabe que o e-Cidadania está mandando um monte de perguntas aqui. Eu queria pelo menos comentar duas para você responder.

O Joaquim, de São Paulo, pergunta se, com o avanço da inteligência artificial, a Anvisa considera utilizá-la para agilizar e melhorar seus processos de registro e controle.

Mais uma, da Maria, do Pará. Ela pergunta quais as medidas de fiscalização previstas para a entrega gratuita de medicações de uso contínuo a pessoas com deficiência em postos de saúde e UBSs municipais.

Só mais uma, Samara, se você me permite.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Alan, do Rio de Janeiro, fala: "Espero que a ouvidoria da vigilância [sanitária] seja eficiente inclusive em cidades pequenas, onde o desrespeito às normas é total."

Então, só algumas perguntas do e-Cidadania, que a gente gosta muito que participe e interaja com as nossas sessões.

A SRA. SAMARA FURTADO CARNEIRO (Para expor.) – Perfeito.

Então, em relação à tecnologia da inovação, eu vou ler aqui porque o nervosismo e a ansiedade acabam me traindo.

A tecnologia da inovação pode desempenhar um papel fundamental, claro, na melhoria dos serviços de ouvidoria. Dessa forma, ela pode contribuir com a digitalização dos processos, tornando-os mais eficientes e acessíveis. Isso envolve o uso de plataformas *online* para receber e registrar reclamações, sugestões e elogios, substituindo os métodos tradicionais.

A automação de tarefas rotineiras, com certeza, vai reduzir o tempo médio de resposta e garantir a eficiência e a efetividade de todos os processos, tais como *chatbots* de inteligência artificial, que podem ser usados para fornecer respostas rápidas e precisas para consultas e problemas comuns. Isso liberaria funcionários para tarefas mais complexas e que exigem a criatividade.

Em relação à liberação de uso contínuo de medicamentos na esfera dos municípios, sabemos que o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária é complexo e que todas as ações e processos são pactuados de forma tripartite. Então, temos responsabilidade em nível de esfera federal, estadual e municipal. Não existe uma hierarquia entre os três entes federados, uma hierarquia de processos ou hierarquia administrativa.

No plano federal, contamos com a Anvisa, que coordena o SNVS e estabelece as diretrizes para sua atuação, e com o Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde (INCQS), que é vinculado administrativamente à Fundação Oswaldo Cruz e, tecnicamente, à Anvisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No plano estadual, nós vamos ter as vigilâncias sanitárias estaduais, ligadas às secretarias de estado, e no municipal, os serviços de vigilância sanitária municipais. Então, não pode nenhum dos entes imperar sobre o outro. É uma construção coletiva, Senadora Mara Gabrilli.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Então eu vou passar a palavra agora para os Senadores, a começar pela nossa querida Senadora Jussara Lima, por dez minutos.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. Para interpelar.) – Bom dia.

Bom dia a todos e a todas.

Quero cumprimentar a ilustre Senadora presidindo esta sessão, a Senadora Mara Gabrilli; cumprimentar os demais Senadores e Senadoras aqui presentes; cumprimentar a indicada, a Samara Furtado Carneiro.

Quero dizer que estou bastante feliz, como mulher, de ver a Dra. Samara Furtado Carneiro sendo indicada para a Anvisa – ela, que, há tanto tempo, tem percorrido aqui os gabinetes e os corredores do Senado. E eu confesso que muitas vezes eu ficava até um pouco aflita pelo fato de a Dra. Samara estar sempre aqui. Nada contra os homens, mas, se fosse um homem, ele já teria sido sabatinado e já estaria no cargo.

Então, eu estou bastante feliz, emocionada, porque eu acompanhei de perto todo esse caminhar da Dra. Samara, e quero dizer que ela transitou com brilho por instituições públicas e privadas de renome, tais como o Ministério da Saúde e o Instituto do Coração, sem demérito para as muitas outras não mencionadas.

A indicação é, portanto, tecnicamente certeira e meritória, porque essa nordestina vitoriosa está apta – como a gente diz por lá – para o exercício da função de Ouvidora da Anvisa.

Não tenho nenhuma dúvida de que a Ouvidoria da Anvisa ficará em excelentes mãos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns ao Presidente Lula, pela indicação. E só quero agradecer – não é isso, Senadora Presidente Mara Gabrilli? –, porque a gente, como mulher, fica muito feliz em ter a Dra. Samara ocupando esse cargo.

Dra. Samara, meus parabéns, e que Deus abençoe a sua caminhada.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Muito obrigada, Senadora Jussara.

Eu também quero te desejar, Samara, uma trajetória maravilhosa, com muita luz.

Eu vou passar a Presidência para o nosso Presidente Humberto e já estou indo lá votar, muito feliz, muito feliz de ter uma mulher para ser nossa Ouvidora. As mulheres já têm, de nascimento ou virtude...

Muita sorte para você. E obrigada, Humberto, pela confiança.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço a Senadora Mara Gabrilli pela gentileza de iniciar os trabalhos na Comissão, hoje exercendo a Presidência; ela, que é a nossa Vice-Presidenta.

Queria convidar o Senador Flávio Arns, que é o próximo inscrito.

Dez minutos.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Para interpelar.) – Bom dia, Dra. Samara Furtado Carneiro. Quero, a exemplo do que a Senadora Jussara Lima colocou, desejar sucesso na empreitada. E, me permita dizer, a senhora tem um currículo bom, experiência boa, não só o conhecimento teórico, que é essencial, mas uma prática também na sua caminhada.

E quero dizer que nós temos tido um contato, eu diria, até bastante próximo com a Anvisa em função de muitos desafios que ocorrem em várias áreas, particularmente em termos de doenças raras, medicamentos, bulas que precisam ser atualizadas, bulas que já são prescritas para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

certas doenças no exterior e que precisam ser atualizadas aqui. Essa interlocução com o Ministério da Saúde, porque afinal a Anvisa tem que trabalhar, lógico, bem articuladamente com o Ministério da Saúde, mas principalmente eu diria – sabe, Dra. Samara? –, essa interlocução a que a senhora se referiu na sua fala com público interno e externo...

A Ouvidoria tem um papel muito importante. Às vezes, as pessoas não se dão conta daquilo que a Ouvidoria pode fazer. A Ouvidoria é justamente, até nas perguntas que foram feitas, ouvir, tomar as providências, buscar as informações e responder adequadamente ao público que procura a Anvisa. Então, uma Ouvidoria forte, boa, independente, inclusive, porque, se você atende o público interno, muitas vezes as dificuldades – não os problemas, eu diria, porque a Anvisa faz um belo trabalho também –, os desafios internos têm que ser colocados na resposta. Como uma das perguntas: "Como é que fica a questão de medicamentos de uso contínuo?", quer dizer, é uma dúvida que a pessoa manda para a Ouvidoria da Anvisa, mas deveria mandar também para a Ouvidoria da Saúde; mas, já que mandou para a Anvisa, a Ouvidoria da Anvisa busca, coleta as informações e repassa. E eu diria que, para o público em geral, o mais importante é a pessoa sempre ser acolhida, bem atendida, dizer: "Não, eu entrei em contato, perguntei, tinha minha dúvida e fui esclarecido". E essa é a responsabilidade da senhora como Ouvidora junto com uma equipe, lógico, que vai trabalhar. Que esse espírito esteja muito presente lá.

Até a Senadora Mara já saiu, mas nós temos aqui a Subcomissão de Doenças Raras, Subcomissão da Pessoa com Deficiência, Subcomissão da Pessoa Idosa, e há toda uma discussão polêmica, infelizmente, ideológica, muitas vezes em termos de comunidades terapêuticas – a gente dá e procura dar para as boas entidades terapêuticas todo o apoio possível, pelo bom trabalho que fazem –, que têm a regulamentação da Anvisa também.

Às vezes se compara... Como na discussão que a gente teve na Anvisa sobre esse assunto, se compara a comunidade terapêutica com um atendimento hospitalar, com as regras do atendimento hospitalar, que exige, naturalmente, muitos cuidados que uma comunidade terapêutica não exigiria. Mas fomos, fizemos a discussão – muito boa, muito acolhedora. Sempre é um diálogo muito bom com a Anvisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu diria, nesse sentido, que a Anvisa tem um papel essencial. Se a gente pensar na Anvisa, só na vigilância sanitária dos municípios, dos estados, em 5.570 municípios que têm que ter a Anvisa local, vamos dizer assim... Não é a agência nacional, mas é municipal. São 27 estados e o Distrito Federal, e os problemas, as dúvidas, os desafios são sempre imensos: "Não, essa regulamentação, em função da diversidade do Brasil, tem que ser alterada. Para quem eu pergunto?" Ouvidoria. "O remédio chega? Não chega? Para quem eu pergunto?" Ouvidoria.

A gente deseja sucesso e quero dizer, Dra. Samara, que a gente fica à disposição também, aqui na CAS, em particular, e no Senado Federal, para que a Anvisa realmente seja cada vez mais fortalecida – que tenha recursos, que tenha quadros, que tenha a infraestrutura necessária –, porque nós, no Brasil, dependemos da Anvisa. Dependemos da Anvisa para tudo: para restaurante, para bar, para orientações, para remédio, para doença, para tudo. Então tem que ser um órgão rápido, ágil, eficiente e competente, como é, mas sempre tem que ter o apoio necessário para melhorar.

Parabéns.

A SRA. SAMARA FURTADO CARNEIRO – Muito obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu vou passar para V. Sa. algumas perguntas que foram enviadas pelo...

Ah, ela já leu, não é? Já teve a oportunidade de responder?

A SRA. SAMARA FURTADO CARNEIRO – Já. Já tive a oportunidade de responder, e o Senador Flávio Arns, muito generosamente, acabou me relembrando a questão dos municípios, porque, às vezes, confundem-se as competências, o que é do Ministério, o que é da LAI, o que é Lei de Acesso à Informação, e, muitas vezes, da Ouvidoria.

Mas nós estamos aqui para, com certeza, diligenciar e fazer esses encaminhamentos corretos: quando for uma denúncia, à corregedoria; e, se for o caso, à AGU, à CGU – dessa forma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O Senador André Amaral.

O SR. ANDRÉ AMARAL (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Senador Humberto Costa, o senhor chegou agora há pouco. É necessário desfilar com todo o currículo da Dra. Samara.

Agora há pouco eu recebi um telefonema da decana da Medicina da Paraíba, a microbiologista Dra. Marluce, Maria Marluce de Melo Vasconcelos Castro, quando fazia referências à Dra. Samara. E ela me dizia: "Foi uma das melhores alunas que a universidade teve, pela sua dedicação, pela sua determinação. Preenche todos os requisitos, e a Paraíba e o Brasil estão em festa com essa indicação", Senador Humberto Costa.

Eu quero aqui, Senadora Jussara Lima, parabenizar o Piauí pela força da mulher através da representatividade de V. Exa, assim como a Sra. Dra. Samara, que também vai brilhar na Anvisa, como brilhou em todos os lugares que percorreu.

Discordando um pouco da senhora, nem todos os homens – nem todos os homens – têm agilidade de percepção para separar o joio do trigo. A Dra. Samara merece o nosso respeito, a Dra. Samara dispensa comentários pelo seu próprio currículo e pela sua maneira tratável, amável e responsável, sobretudo nos cargos que exerceu.

Então, aqui fica o meu registro, Presidente, de votos de muito sucesso. Tenho certeza de que esta Comissão de Assuntos Sociais não negará sua aprovação, pelo seu brilhantismo, pela sua competência, Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para interpelar.) – Presidente, eu também só quero reforçar aqui a fala dos meus colegas. A Samara foi profissional aqui no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Distrito Federal, então não só o povo da Paraíba está satisfeito, como também o daqui do Distrito Federal, e ela exerceu com muita competência o seu trabalho. Tem um currículo invejável, não é?

Então, é só para testemunhar aqui e pedir a todos os nossos pares o apoio à aprovação. Tenho certeza de que ela vai fazer um ótimo serviço lá na Anvisa.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Obrigado, Senador Izalci Lucas.

Eu pergunto à nossa central de votação se já temos número suficiente. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Já.

Então, não havendo mais quem queira arguir a indicada – eu não vou arguir, porque já tive oportunidade de conversar com ela anteriormente –, vou encerrar a votação.

Encerrada a votação.

Solicito à Secretaria que proceda à apuração da votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fala da Presidência.) – Resultado: aprovada a indicação da Sra. Samara Furtado Carneiro por 11 votos favoráveis, nenhuma abstenção e nenhum voto contrário.

A Mensagem nº 10, de 2024, recebe parecer favorável da Comissão.

A matéria vai a Plenário.

Lembro que, hoje, às 14h30, teremos reunião extraordinária desta Comissão, em forma de audiência pública, destinada a debater sobre doenças raras e suas novas tecnologias, como desafio significativo para a saúde pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convoco para o dia 10 de julho, quarta-feira, às 10h, reunião extraordinária desta Comissão destinada a deliberação de proposições.

Nada mais havendo a tratar...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Pela ordem.) – Não, eu só gostaria de, se V. Exa. permitir, fazer uma pergunta, porque habitualmente a gente aprova um requerimento de urgência. Não sei se...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ah, sim.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – .... no caso de autoridades isso acontece.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sim, sim, V. Exa. pode...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Mas eu gostaria de propor que houvesse aprovação do requerimento de urgência, porque fui informado de que a Dra. Samara ficou um longo tempo, não vou dizer quanto tempo...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Esperando.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... aí com o processo tramitando. Então, que seja com urgência, porque é maioria simples, inclusive, no Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k.

Coloco em votação o requerimento de urgência para a matéria apresentada pelo Senador Flávio Arns.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Resultado: aprovada a apresentação do requerimento ao Plenário do Senado Federal.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, desejando boa sorte à Dra. Samara.

(*Iniciada às 10 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 09 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 23ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE JULHO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quinze horas e dez minutos do dia três de julho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências do Senador Dr. Hiran e da Senadora Damares Alves, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Jayme Campos, Veneziano Vital do Rêgo, Ivete da Silveira, Leila Barros, Izalci Lucas, Alan Rick, Marcelo Castro, Carlos Viana, Alessandro Vieira, Fernando Dueire, Flávio Arns, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Paulo Paim, Humberto Costa, Ana Paula Lobato, Otto Alencar, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Teresa Leitão, Fabiano Contarato, Sérgio Petecão, Romário e Wilder Morais, e ainda dos Senadores Ciro Nogueira, Beto Faro e Lucas Barreto, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Soraya Thronicke, Giordano, Styvenson Valentim, Eduardo Girão e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 50/2024 - CAS, de autoria Senador Dr. Hiran (PP/RR), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Finalidade:** Debater sobre doenças raras e suas novas tecnologias como desafio significativo para a saúde pública. **Participantes:** Rosangela Moro, Deputada Federal; Samira Luisa Apóstolos Pereira, Médica Neurologista; Herval Ribeiro Soares Neto, Médico Neurologista; Daniele Americano, Presidente da Associação Brasileira de Pacientes de Neuromielite Óptica e Doenças do seu Espectro - NMO Brasil; Antoine Daher, Presidente da Federação Brasileira das Associações de Doenças Raras - FEBRARARAS; e Cleide de Lima Pires, Presidente da Associação Brasileira de Neuromielite Óptica - ABNMO. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e dez minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Dr. Hiran
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/07/03

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 23ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 50, de 2024, da CAS, de minha autoria, para realização de audiência pública destinada a debater sobre doenças raras e suas novas tecnologias como desafio significativo para a saúde pública.

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado, e contará com os serviços de interatividade com o cidadão da Ouvidoria, através do telefone 0800 0612211, e do e-Cidadania, por meio do portal www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet.

Eu quero aqui, logo em seguida, convidar para este debate a Deputada Rosangela Moro, por favor.

Nós vamos dividir em dois blocos de expositores, porque temos vários participantes, e eles não vão caber na mesa aqui. Então, vamos convidar os primeiros quatro...

A Deputada Federal Soraya Santos acho que ainda não chegou. Então, eu vou...

A SRA. SAMIRA LUISA APÓSTOLOS PEREIRA (*Fora do microfone*.) – Tudo bem, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Seja bem-vinda.

Eu queria convidar a Dra. Samira Luisa Apóstolos Pereira.

Dra. Samira, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dr. Herval Ribeiro Soares Neto, médico neurologista.

Boa tarde, colega, tudo bem? Seja bem-vindo.

Dra. Daniele Americano, Presidente da Associação Brasileira de Pacientes de Neuromielite Óptica e Doenças do seu Espectro (NMO Brasil).

Doutora, seja bem-vinda.

E quero passar a palavra inicialmente para a nossa querida amiga, Deputada Rosangela Moro, que terá... Eu vou fazer o seguinte, eu vou dar dez minutos, que podem ser prorrogáveis, para a gente poder dinamizar o máximo possível a nossa audiência pública.

Está bom, Deputada?

A SRA. ROSANGELA MORO (UNIÃO - SP. Para expor.) – Está ótimo, Senador, a gente precisa mais ouvir aqui nesse ambiente do que falar.

Primeiro, eu quero desejar uma boa tarde a todos, cumprimentar a todos, agradecer ao Senador Hiran pelo convite para estar aqui, parabenizar o Senador Hiran pela iniciativa desta audiência pública; saudar os meus colegas aqui da mesa, e dizer, Senador Hiran, o quão importante é a gente estar aqui debatendo o tema de doença rara.

Eu tenho aprendido muito, eu não sou médica, eu sou advogada de formação, e eu tenho aprendido muito nesse ambiente plural das associações e das famílias, para entender o que realmente essas famílias precisam, porque daí a gente vai ter condição de traçar a política pública para atender de uma maneira eficaz.

Preciso só prestar um depoimento aqui também para o Senador, e parabenizar pela aprovação e pela condução da aprovação do projeto da pesquisa clínica, que é tão importante, que principalmente para as doenças raras a pesquisa já é uma forma, já sabemos que é uma forma de acesso a algum tratamento. Então é muito importante que a gente dê essa segurança jurídica no nosso país. Nosso país tem condições de avançar na pesquisa clínica pela nossa diversidade de etnias. É um país que os pesquisadores buscam para fazer pesquisa, e agora com a legislação dando essa segurança eu quero acreditar que nós vamos avançar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho trabalhado muito, Senador, como eu disse, para compreender a real necessidade das pessoas e das famílias em cada uma das doenças. E eu, aqui no Brasil, em que pese o SUS ser universal, e a regra da Constituição é tudo para todos, a gente sabe que a prestação material tem uma limitação. As necessidades são muitas e as possibilidades são escassas. E, nesse cenário, quem diz o que vai ser incorporado ou não e vai traçar o protocolo clínico de atenção a uma doença, nós sabemos que é a Conitec.

A Conitec até recentemente não tinha também uma cadeira para a Sociedade Brasileira de Medicina, para ABM, e fazia muita falta o médico na Conitec. Porque a Conitec vai aprovar um medicamento, uma terapia já atestada pela Anvisa, pelos critérios técnicos aprovados pela Anvisa, e ela vai decidir se vai ser incorporada ou não essa nova terapia. E a Conitec vai também dizer o protocolo de atendimento dessa doença.

No caso das doenças raras, esse protocolo de atendimento é multidisciplinar e envolve várias especialidades. E, se o medicamento– e a gente tem que acreditar, porque nós confiamos na ciência – vem atestado pela ciência que é eficaz, efetivo, tem todo um arsenal de outras possibilidades, Senador, que aquelas famílias que vivem isso no seu dia a dia podem contribuir com riqueza de informação.

Eu quero dar dois exemplos: primeiro, a espinha bífida. Espinha bífida é uma doença rara. A gente a equiparou na Câmara para ela ser equiparada à deficiência, então somente para poder fazer uso do arcabouço legal do Estatuto da Pessoa com Deficiência, que tem algumas políticas públicas para auxiliar, reconhecendo a dificuldade dessa pessoa.

A espinha bífida, por exemplo, em crianças, gera – aqui os médicos podem me ajudar – bexiga neurogênica. A bexiga neurogênica é a bexiga que tem que colocar sonda, introduzir uma sonda. Então, quando a Conitec eventualmente aprova esse procedimento para espinha bífida, ela precisa levar em consideração que essa sonda tem de vários tipos. Tem uma mais maleável, tem uma não maleável, qual que, num custo-benefício, pode ser melhor atendida pela família, porque tem famílias que a reutilizam. Então, você reutiliza a sonda. Daí, onde você tinha um problema, você gerou dois, porque vai gerar um quadro renal muito mais grave, vai ter internamento, ou seja, tudo isso vai custar mais caro. E a gente precisa ter certeza de que nesse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ambiente da Conitec, esses detalhes do dia a dia, mesmo as pessoas que estão lá, estão atentas para isso.

Outro exemplo, ontem a gente fez uma audiência pública das doenças metabólicas. As mães precisam pesar um galhinho de brócolis para saber a quantidade, se a criança pode comer ou não. A criança vive numa privação infinita para o resto da sua vida. Então, será que quando vai tratar dessa doença na Conitec... E não estou falando nem só do sabor da fórmula, porque eu provei ontem, é muito ruim. É muito ruim! Então, são essas riquezas de detalhes e de informações que a Conitec tem que saber, tem que ouvir. E eu acho que quem tem legitimidade para falar são as pessoas.

Então, Senador, a boa notícia é que nós aprovamos na Câmara, na CCJ e na Comissão de Saúde. O decreto, a gente não podia mexer, por óbvio. Nós propusemos a alteração da lei do SUS (Lei 8.080) e nós conseguimos então colocar uma associação. Essa cadeira vai ser rotativa, obviamente, é nossa ideia: de acordo com a doença que vai ser tratada, convida-se a associação temática correspondente. E constituída há mais de dois anos, por quê? Porque a gente pegou o critério da Lei da Ação Civil Pública, porque tem que ter um critério, não é? E de caráter nacional. E nós aprovamos. Agora esse projeto está a caminho do Senado.

Queremos contar, Senador, com seu irrestrito apoio aqui a todas as associações, porque nós acreditamos mesmo que esses ambientes aqui são muito ricos e precisam estar na Conitec para serem ouvidos.

Bom, eu não vou me prolongar mais, eu quero estar aqui atenta, ouvindo e aprendendo ainda mais com cada um dos senhores.

Obrigada.

Só para terminar aqui, quero fazer a audiodescrição, que nesse ambiente a gente precisa fazer, e eu por equívoco não fiz.

Meu nome é Rosangela Moro, eu sou Deputada Federal eleita pelo Estado de São Paulo, estou aqui na sala da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal. Eu sou uma mulher, tenho a pele branca, tenho olhos verdes, tenho cabelos castanhos compridos, abaixo da altura dos ombros. Estou usando um rabo de cavalo, estou usando um casaco cor-de-rosa, uma calça bege.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao meu lado direito está o ilustre Senador Hiran, conduzindo aqui a Presidência desses trabalhos. Ao lado do Senador Hiran, do lado direito, a Dra. Samira, o Dr. Herval; ao meu lado esquerdo, a Dra. Daniele; e na minha frente, uma plateia repleta de pessoas com doença rara, familiares, vejo associações, servidores, colegas da indústria farmacêutica, enfim. É isso.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado à Deputada Rosangela, que está no seu primeiro mandato, mas tem se mostrado extremamente competente para defender inovações, enfim, e todo o acesso a pessoas portadoras não só de doenças raras, mas de doenças de difícil tratamento, para que seja incorporado ao SUS e também seja disponibilizado na saúde suplementar, que também abarca 50 milhões de pessoas no nosso país.

E eu, Rosangela – vou chamá-la de Rosangela, porque você é minha amiga –, senhoras e senhores, no meu último mandato de Deputado Federal... Eu acho que alguns de vocês acompanharam aqui o drama que muitos de vocês passaram quando o STJ passou a considerar o rol da ANS não mais exemplificativo, mas taxativo. E nós tivemos uma reunião com o Presidente Arthur Lira, com muitos representantes de associações que representam portadores de doenças raras, portadores de autismo, enfim, e o Arthur me deu uma incumbência de produzir um projeto de lei em 15 dias, quer dizer, o Regimento nos dá mais tempo, mas ele disse: "Olha, excepcionalmente vou dar 15 dias para que você me apresente o relatório, para que a gente possa resolver essa questão".

E felizmente nós fizemos um projeto de lei, aprovamos na Câmara por unanimidade, Rosangela, em 15 dias, e aí esse projeto foi encaminhado aqui para o Senado, e o Senador Romário relatou o nosso projeto, não fez nenhuma alteração no texto, nós aprovamos o projeto aqui no Senado e muito rapidamente nós resgatamos aquilo que era um direito das pessoas que têm esses problemas, que estavam tendo um acesso restrito na saúde suplementar.

Eu acho que nós cumprimos aqui o nosso dever e continuamos aqui trabalhando sempre para garantir cada vez mais acesso às pessoas que precisam desses tratamentos, que são às vezes tratamentos muito caros, e isso demanda um debate muito profundo em relação à gente garantir acesso a drogas que são absolutamente caras, muito caras, como o Zolgensma, por exemplo, às

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vezes em detrimento de um programa amplo de controle de diabetes, hipertensão, tratamento de sífilis e suas complicações, por exemplo, que são tratadas por um antibiótico absolutamente barato, que às vezes os laboratórios nem querem mais fabricar, que é a penicilina, e que é tão eficaz nessa doença e que salva muitas vezes e evita muitas deformações.

Enfim, são temas apaixonantes, e eu acho que essas audiências, esses debates que nós produzimos aqui são importantes para que nós possamos aprimorar os textos legislativos para dar realmente mais acesso a todos, indo ao encontro daquilo que preceitua o nosso SUS, que são os princípios de equidade, integralidade e universalidade.

Quero passar em seguida... Primeiro, quero dar boas-vindas ao nosso querido Senador Moro, que também é um homem muito preocupado com esse tema e que abrilhanta aqui o nosso debate.

Seja bem-vindo, meu querido amigo.

Quero passar logo em seguida – como a Rosangela falou, nós estamos aqui mais para aprender, não é, Rosangela? – para a minha colega Samira Luisa Apóstolos Pereira, que é médica neurologista.

Por favor.

A SRA. SAMIRA LUISA APÓSTOLOS PEREIRA (Para expor.) – Primeiro, eu gostaria de agradecer a V. Exa., Senador Dr. Hiran, à Exma. Deputada Rosangela Moro, pela gentileza e pela perspicácia de trazer aqui hoje esse tema tão importante na vida nossa, como médico que está na frente, na linha de batalha de tratamento desses pacientes, e de tantas famílias e pacientes que convivem com essas doenças raras, em cujos rostinhos a gente vê que isso impacta não só a geração dos portadores das doenças, mas também os filhos, os pais, as pessoas que cuidam e que auxiliam de forma geral.

Então, eu gostaria de ressaltar a importância desta audiência pública na vida das pessoas que convivem com essa doença, de que eu vou falar agora, chamada neuromielite óptica. Eu falo em nome e a convite da associação de pacientes, pela Coalizão de Neuromielite Óptica Brasil, que representa duas associações fortes de pacientes que são portadores da doença, mas também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em nome da Academia Brasileira de Neurologia, na qual eu faço parte do departamento científico, na gestão dos últimos dois anos, eleita pelos neurologistas da própria academia.

O que eu quero discutir hoje com os senhores e as senhoras é sobre o impacto dessa doença chamada doença do espectro da neuromielite óptica. Eu vou ressaltar essas três perguntas que eu espero respondê-las, que eu espero que estejam claras para vocês ao final da minha fala: o que todo indivíduo precisa saber sobre essa doença e do que se trata? O que os senhores, como políticos, gestores em saúde pública, que determinam como a saúde pública pode nos auxiliar, precisam saber sobre essas doenças? E como as políticas públicas em saúde impactam na vida das pessoas que convivem com essa doença?

Sendo assim, eu vou falar sobre a primeira pergunta, a primeira questão, e eu escolhi o caso dessa menina, que autorizou a publicação dessa imagem: GPC, ela acompanha com a gente até o momento, agora com 21 anos. É uma menina de pele de cor preta, estudante; ela é filha de uma mãe diarista, reside com a irmã e com a mãe na periferia de São Paulo, o pai já é falecido. Nesta foto aqui descrita, está uma das brilhantes neurologistas e neuroimunologistas com quem eu tenho o prazer de conviver, que cuida da neuroimunologia infantil, e essa menina abre, então, aos 9 anos, um quadro que qualquer um de nós poderia ter. Essa menina tem um desenvolvimento neuropsicomotor absolutamente normal, não é uma doença congênita, não é uma doença hereditária, neurodegenerativa, diferente das que a ilustríssima Deputada colocou antes, não é uma doença com a qual a criança nasce, mas pode se desenvolver em qualquer idade. E aí, senhores, é importante ressaltar: 5% antes de 10 anos, e até 5 a 10% com mais de 60 anos, ou seja, qualquer um de nós pode ser acometido pela entidade. Ela inicia com a dor no olho, seguida de uma situação de nuvem que vai baixando no campo visual dela. Ela tenta procurar o serviço de saúde, ela fica sem diagnóstico, evolui com a cegueira de um olho, que a gente chama de cegueira monocular.

Ela fica sem diagnóstico, o oftalmo fala que seria assim mesmo. Após um ou dois anos, ela evolui com náuseas e vômitos incoercíveis, com emagrecimento significativo, com uma perda de peso de quase 7kg. A menina para de estudar e perde o ano letivo por conta disso. Após três a quatro anos, ela começa com a dor na região da coluna, na região cervical, dificuldade para andar, que se prolonga progressivamente durante duas, três, quatro semanas. Neste período, ela é encaminhada da unidade básica de saúde para o ambulatório do médico especialista em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Neurologia, para a santa casa, e só a seguir ela entra no centro terciário, que é o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP, no qual eu atendo e trabalho.

Essa menina tem uma internação, ela demora quatro meses para acessar um especialista na área de neurologia e de neuroimunologia. A internação se prolonga por seis meses porque inclui tanto diagnóstico, tratamento da fase aguda, que deve ser feito o mais precocemente possível, idealmente com menos de sete dias. Quanto mais precoce, melhor. Pensa-se como acontece com AVC hoje, a política pública para o AVC no Brasil melhorou de forma muito significativa. Então, para essas doenças, o tratamento e o diagnóstico precoce mudam a evolução.

Esta querida paciente, infelizmente, não foi contemplada nisso, ela já teve que sair de lá com incapacidade severa a ponto de ficar cadeirante desde a alta hospitalar. Isto é o que de fato acontece com essa doença: 60% dos pacientes ficam cegos de um olho, pelo menos, o que está descrito ali como amaurose; e 50%, plégicos em cinco anos. Além disso, metade dos pacientes tem capacidade moderada, e um terço tem mortalidade em cinco anos. Senhores, muitos cânceres não têm essa mortalidade. Então, é uma doença extremamente grave.

Trabalhos dos nossos colegas, ressaltando o que a ilustríssima Deputada falou sobre o trabalho do Senador e de pesquisa clínica: um desses nossos colegas da Escola Paulista de Medicina, o Dr. Denis Bichuetti, fez um desses trabalhos, mostrando esse impacto da mortalidade, que se reduziu de 30% para 10% a 11%, 11% a 12%, com as novas possibilidades terapêuticas. Estamos falando, então, de uma doença cuja mortalidade é impactada em redução de 70% por um tratamento eficaz.

E por que esses pacientes morrem? Eles morrem quanto maior a idade de acometimento, então a mortalidade tem a ver com a idade avançada, quanto maior a taxa de incapacidade e com a taxa de surtos recorrentes, taxa de surtos esta que é reduzida pelos medicamentos. E a maioria dos pacientes morrem por infecção ou por insuficiência respiratória, seja relacionada a infecção pulmonar ou por lesões dentro da medula a nível cervical.

Então, como a Deputada Rosangela Moro falou sobre o uso de sonda, muitos desses pacientes também ficam com bexiga neurogênica, têm que usar sonda na sua prática diária, três ou quatro vezes por dia. E o que é mais grave com a nossa população que depende do SUS é que a mortalidade é duas vezes maior em pessoas de ancestralidade africana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente não sabe ainda, do ponto de vista científico, se isso é determinado por algum fator imunogenético relacionado a alguns fatores, proteínas, o chamado HLA desses pacientes, ou se é determinado pelos famosos determinantes ou condicionantes sociais de saúde, porque muitas vezes a população não branca, a população preta ou parda tem um nível, uma dificuldade maior de acesso à saúde, a prestadores de saúde para o diagnóstico. E isso leva a um erro e um atraso do diagnóstico, principalmente dos pacientes que começam com essa síndrome chamada síndrome da área postrema, que é a síndrome de náuseas, vômitos incoercíveis e emagrecimento, perda da visão, e leva muitas vezes esse paciente a fazer um diagnóstico errado de esclerose múltipla, que é outro espectro dessa doença.

É importante ressaltar – o meu colega, o querido Dr. Herval, Professor também, vai falar sobre isto – como essas duas doenças podem andar com aspectos clínicos parecidos, mas a neuromielite óptica é muito mais grave e pior. As medicações do tratamento para a esclerose múltipla, que hoje tem o protocolo de condutas terapêuticas do SUS, fazem com que os sintomas piorem se o diagnóstico for neuromielite óptica. Então, o diagnóstico diferencial e o tratamento adequado são de suma importância. Muitas vezes esses pacientes estão, em até 20% dos casos, com diagnóstico errado, de ansiedade, de sintoma não específico, de sintoma psicogênico, e isso é muito grave numa doença que pode ser fatal, como quase foi o caso dessa menina que, hoje, depois de dez anos, tem, do quadro inicial, uma condição de paraplegia, uma limitação às atividades da vida diária de forma significativa.

Isso é importante ressaltar, porque muito do atraso do diagnóstico, senhores, é dado pela falta de uma dosagem específica de uma proteína no sangue, que é feita pelo exame de sangue comum, que não é disponível ainda no SUS por ausência de uma linha de cuidado. Recentemente, uma medicação foi submetida à Conitec para aprovação – e aprovação ou não da medicação é uma questão –, mas o que é mais importante aqui é a aprovação da linha de cuidado e do diagnóstico desses pacientes. A gente tem cerca de 700 pacientes com suspeita dessa doença no Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP, 400 deles positivos para a aquaporina, e esse diagnóstico só foi feito através de linhas de pesquisa específicas. Não existe como fazer esse diagnóstico pelo SUS. A aprovação pelo rol da ANS para a saúde suplementar foi feita anos atrás, em 2018, mas a aprovação pelo SUS está sendo submetida pela associação Crônicos do Dia a Dia, e o Gustavo vai falar um pouco sobre como está esse processo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É muito importante citar que vários grupos de trabalho, como o da Profa. Vanessa, que é de Ribeirão Preto, têm mostrado que a presença da proteína possibilita um diagnóstico precoce. E esses estudos, tanto nos Estados Unidos, na Europa, como os estudos da América Latina, dos quais o Brasil participou...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SAMIRA LUISA APÓSTOLOS PEREIRA – ... também mostraram essa possibilidade de diagnóstico.

Para finalizar – eu vou passar mais rápido agora nesse momento –, a gente tem o maior programa de pesquisas científicas no Brasil mostrando o impacto dessa doença. Essa doença, o diagnóstico...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. SAMIRA LUISA APÓSTOLOS PEREIRA – Tanto, não é?

Eu quis mostrar ali Sudeste, Nordeste... A gente tem estudos agora de Belo Horizonte mostrando uma prevalência de 4 a cada 100 mil, mas o nosso estudo do Hospital das Clínicas mostrou a prevalência de 2 a cada 100 mil, que caracteriza 1 a cada 50 mil, classificando essa doença como uma doença rara.

Esta paciente em si evoluiu com a dependência da cadeira de rodas e perda de visão de um olho. Ela poderia ter evoluído até com a mortalidade, que acontece em 30% dos pacientes em três anos, e só não aconteceu porque ela chegou ao tratamento adequado. Mas o tempo para o diagnóstico é o que vai determinar isso na maioria dos casos. Lembro que é uma condição que impacta o risco de vida em 5%, 10%, 15% dos casos, mesmo com as possibilidades terapêuticas atuais.

Então, o que a gente espera dos senhores como gestores e determinantes das nossas políticas públicas é uma maior celeridade para o desenvolvimento de linhas de cuidados adequados para esses pacientes. Que evitem atrasos no diagnóstico, que provejam métodos de diagnósticos adequados ao SUS, que provê 70% da nossa população e principalmente a população mais acometida por essa doença, que é a mulher de 40 anos de cor de pele preta ou parda. E, com o diagnóstico precoce, que não ocorra, por consequência, atraso no tratamento,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seja ele com as medicações mais novas, seja com as medicações antigas, mas a gente precisa do diagnóstico precoce para todos os pacientes.

Então, eu acho que é isso que eu queria falar, porque a gente tem que lembrar que a incapacidade precoce no indivíduo jovem tem um custo muito maior do que o custo de qualquer medicamento que possa ser aprovado.

Lembro que ela acomete principalmente a paciente mulher – é nove vezes mais frequente em mulher –, a mulher preta e com piores determinantes sociais de saúde. Acho que a gente tem que lutar por esses pacientes e pela linha de cuidado para esses pacientes.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, Dra. Samira. Queria também enfatizar a importância de nós estarmos conversando sobre esse tema, porque eu sou, entre outras coisas, oftalmologista também.

Veja, no nosso país, no SUS, a oftalmologia não está nos NASFs, não está nos núcleos de atenção primária. Então, nós temos uma dificuldade grande de ter acesso, de as crianças terem acesso à oftalmologia na infância. Então, muitas doenças, como essa doença que a Doutora descreveu agora, a neuromielite, e também, por exemplo, uma doença até mais comum, que a gente chama de olho preguiçoso, a ambliopia, são negligenciadas. Por quê? Porque a gente não dá acesso às crianças a um exame oftalmológico de qualidade. E isso, além de dificultar o diagnóstico, faz com que a gente termine não discutindo sobre essas doenças. A gente discute muito pouco sobre a neuromielite.

Eu fui o Relator de um projeto de autoria da minha colega Soraya Santos em que nós aprovamos, na Câmara, o Março Verde, para chamar a atenção para essa patologia, e o dia 27 de março, que seria o dia da neuromielite, para a gente chamar a atenção para a existência dessa doença, que parece uma coisa simples – viu, pessoal? –, mas a gente fazer diagnóstico diferencial lá na ponta, sem ter um arsenal de exames de diagnósticos para nos dar suporte, não é muito fácil! Realmente, quando a gente vê um quadro desses, a gente pensa logo em esclerose múltipla, mais do que em neuromielite.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essa nossa discussão aqui também serve para alertar não só os gestores do SUS, mas também os colegas que estão na ponta, para que a gente possa ter mais cuidado com o diagnóstico diferencial. A diferença é muito tênue na prática – viu, Senador Moro? – entre a esclerose múltipla e a neuromielite óptica.

Parabéns, Doutora, pela sua explanação.

Quero passar em seguida ao próximo painelista, nosso colega Herval Ribeiro Soares Neto, que é médico neurologista também.

Dr. Herval, por favor.

O SR. HERVAL RIBEIRO SOARES NETO (Para expor.) – Obrigado, Senador Dr. Hiran.

Boa tarde a todos.

Eu queria agradecer, Senador, a oportunidade desta audiência pública para a gente tratar sobre doenças raras.

A gente queria parabenizar a Coalizão Neuromielite Óptica em nome da NMO Brasil e da Associação Brasileira de Neuromielite Óptica pelo forte trabalho em prol desses pacientes e agradecer a presença dos pacientes e familiares aqui nesta tarde também.

Sabe que, neste ano, Senador, eu completo dez anos de neurologista. E, quando eu decidi fazer Neurologia – o senhor fez Oftalmologia –, diziam para mim que a neurologia era a especialidade que fazia diagnósticos complexos, difíceis e brilhantes, mas que a gente não tratava ninguém; que as doenças neurológicas ainda não tinham tratamento. Dez anos se passaram, e, infelizmente, isso ainda é verdade para algumas doenças.

Então, quando a gente pensa hoje sobre a esclerose lateral amiotrófica (ELA), que é uma doença neurológica gravíssima, infelizmente a gente ainda não tem um tratamento efetivo para interrompê-la. Em relação ao Alzheimer, que acomete tantas famílias, tantos indivíduos, a gente também não tem um tratamento que consiga interromper o progresso dele.

Mas, nesses últimos dez anos, nós tivemos uma revolução científica num campo específico da neurologia, que é o campo das doenças autoimunes neurológicas. A principal doença autoimune neurológica é a esclerose múltipla, como o senhor comentou, mas a gente também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem uma outra doença muito importante com que nós, especialistas, lidamos no nosso dia a dia, que é a neuromielite óptica.

E por que chamo a atenção para a importância das doenças autoimunes neurológicas? Porque elas ocorrem em indivíduos adultos jovens. Então, são indivíduos que não têm nenhum fator de risco, e, diferentemente de muitas doenças genéticas, de muitas doenças raras, essas doenças não são doenças genéticas, e em poucos dias, numa mulher de 30 anos ou numa mulher adolescente, você tem um sintoma neurológico muito grave. E a gente não consegue entender o porquê. Eu costumo dizer para os meus pacientes: "Não tente procurar o que causou essa doença, que a gente não vai saber o que causou".

Só que, a partir do momento em que você tem uma doença autoimune, isso o diferencia de muitas condições neurológicas: você tem uma possibilidade de instituir um tratamento que interrompa a doença. Para uma paciente que perdeu a visão de um olho, você consegue instituir um tratamento que evite que ela fique completamente cega. Para uma paciente que está com uma dificuldade de andar, você consegue instituir um tratamento que evite que ela fique tetraplégica. Então, isso foi um ganho da medicina nos últimos dez anos.

Só que por que a maioria das pessoas que não têm um familiar com a neuromielite óptica conhecem a esclerose múltipla, mas não conhecem a neuromielite óptica?

Porque a neuromielite óptica por muitos anos foi considerada uma variante da esclerose múltipla, e, inclusive – e este é um dos motivos da nossa audiência pública –, os pacientes com neuromielite óptica utilizavam o código de doença, o CID, de esclerose múltipla. Só que descobriram um marcador específico, o anticorpo aquaporina 4, o anticorpo que define a neuromielite óptica. E olha que importante: alguns tratamentos da esclerose múltipla podem piorar a neuromielite óptica. E aí separaram a doença: hoje o código da esclerose múltipla é CID G35 e o da neuromielite óptica é CID G36.

E aí o que aconteceu automaticamente? Os pacientes com neuromielite óptica perderam todos os direitos. Perderam o direito a auxílio-doença, perderam o direito de se aposentarem, perderam o direito de terem isenção do Imposto de Renda, perderam o direito de serem reconhecidos como portadores de uma doença grave.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Você me permite um aparte?

Estão consignadas no texto desse PL essas questões. Esse PL está aqui na CAS, e infelizmente... Eu até solicitei a relatoria dele, mas ele está com a Senadora Teresa Leitão. A gente pode fazer uma força-tarefa para tentar pautá-lo o mais rápido possível, porque, na Câmara, Senador Moro, eu sou muito interessado na questão da saúde, então a gente conseguiu andar rápido – vocês acompanharam –, mas aqui a gente pode, com a ajuda dos nossos colegas Senadores e Senadoras, fazer com que esse projeto seja pautado o mais rápido possível, porque eu acho que basta pautá-lo, porque ninguém seria contra esse projeto aqui.

É só uma questão que eu queria informar, tá?

Obrigado.

O SR. HERVAL RIBEIRO SOARES NETO – Perfeito! Muito obrigado.

Quando a gente fala da neuromielite óptica, quando se tornou essa doença diferente, é uma doença cujos surtos, ou seja, cujos sintomas, são mais graves que os da esclerose múltipla. Então, a gente tem uma doença que é mais grave, e existe um abismo de acesso aos direitos, de acesso à oportunidade de diagnóstico e de acesso à oportunidade de tratamento.

A esclerose múltipla é uma doença mais comum em indivíduos brancos, com forte ascendência europeia, enquanto que a neuromielite óptica é mais comum em mulheres – a cada um homem com neuromielite óptica, nós temos nove mulheres com neuromielite óptica – e mais comum em mulheres negras e pardas.

É uma doença que, em um único surto, em poucos dias, Dr. Hiran – o senhor, como oftalmologista, sabe que a neurite óptica muitas vezes chega primeiro para o oftalmologista –, a neurite óptica da neuromielite óptica, em poucos dias, pode deixar o paciente completamente cego, enquanto que, na esclerose múltipla, esse déficit tende a ser mais sutil e mesmo sem tratamento tende a se recuperar.

A doença neuromielite óptica afeta a medula, que leva a um acometimento pelo qual em poucos dias o paciente pode ficar sem andar. E também tem um risco, uma coisa que diferencia:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o surto da neuromielite óptica pode ter risco de mortalidade. A Samira apresentou taxas até de 30% de mortalidade em surtos de neuromielite óptica.

Para essa doença hoje no Brasil, o paciente não tem acesso ao SUS, a um exame – um exame acessível, que não é de alto custo –, que é um exame de sangue simples, para diagnosticar a neuromielite óptica nesses pacientes. Então, se a primeira pauta era aumentar os direitos de acesso ao paciente, a segunda é a urgente incorporação do teste do anticorpo antiaquaporina 4 para definir o diagnóstico dos pacientes com neuromielite óptica.

E aí depois temos a questão do tratamento. Até 2023, nós não tínhamos nenhuma medicação aprovada na Anvisa para neuromielite óptica no Brasil. E aí, em 2023, nós tivemos a aprovação de três medicações que podem fazer a completa diferença na evolução do paciente com neuromielite óptica: evitar o surto; evitar que o paciente que perdeu a visão de um olho perca a visão do outro olho; evitar que um paciente que tem uma dificuldade de andar seja dependente permanentemente de uma cadeira de rodas; evitar a mortalidade.

Só que nós não temos um PCDT para neuromielite óptica no Brasil. Para efeito de comparação, a esclerose múltipla tem um PCDT com dez medicações disponíveis, medicação oral, medicação injetável, medicação de aplicação subcutânea; a neuromielite óptica não tem um PCDT. Tivemos a recente submissão de uma medicação, uma medicação endovenosa, uma vez a cada seis meses, para a incorporação da neuromielite óptica, e a negativa da Conitec. E nesse sentido foi dito que uma das questões que dificultam a incorporação é que a gente não tem uma linha de cuidado e a gente não tem o teste do anticorpo. Então, isto também é uma urgência: a incorporação do teste do anticorpo para a neuromielite óptica.

O senhor comentou sobre o projeto de lei do rol da ANS, a esclerose múltipla tem um rol da ANS robusto. A esclerose múltipla é uma doença de cobertura obrigatória no rol da ANS, nos planos de saúde. E a neuromielite óptica também, mesmo para quem tem plano de saúde, não é considerada uma doença de cobertura obrigatória para os planos de saúde. Então, é muito difícil a gente entender, hoje, em 2024, quando a ciência evoluiu tanto! A gente espera tanto a evolução da ciência... Como eu comentei, na esclerose lateral amiotrófica, no Alzheimer, a gente está esperando a evolução da ciência. Na neuromielite óptica a gente vive outra fase: a gente teve a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

evolução da ciência e a gente não consegue garantir ao nosso paciente o que de melhor a ciência já descobriu.

Nós tivemos recentemente uma experiência com muito engajamento da sociedade civil, que foi a questão da AME (atrofia muscular espinhal), como o senhor comentou, medicações de alto custo, mas a criação de uma linha de cuidado para uma doença genética rara. Quando a gente comenta que a AME pode ser uma inspiração para o fortalecimento dos direitos e para a criação de uma linha de acesso para a neuromielite óptica, muitas vezes eu ouço colegas descrentes que falam: "Mas a AME ataca criança". E isso tem um impacto muito emocional na população. Só que a neuromielite óptica ataca as mães dessas crianças, as provedoras, as mães de famílias e também pode começar na criança. Nós temos no Brasil o principal grupo de casos de neuromielite óptica na infância no mundo, pela Dra. Renata Paolilo, sobre quem a Samira comentou, uma grande pesquisadora respeitada em nível internacional.

Então, a gente precisa entender todas estas questões: que as doenças raras não incluem apenas as doenças genéticas, que as doenças raras nem sempre têm acometimento na infância, mas que, quando nós temos uma evolução tão grande da ciência, nós temos que lutar para melhorar o acesso ao que a gente conquistou para os pacientes com neuromielite óptica.

Em resumo, eu acredito que, para essa doença rara, para essa doença grave, é fundamental: o aumento do acesso aos direitos; o CID G36 da neuromielite óptica ser considerado garantidor dessas questões previdenciárias, auxílio-doença; que haja uma criação de linha de cuidado em urgência para a incorporação do teste da aquaporina 4 como método de diagnóstico para neuromielite óptica; e a construção de um PCDT, que a Conitec receba e veja a importância de uma doença órfã que não tem tratamento...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HERVAL RIBEIRO SOARES NETO – ... sem acesso público, sem acesso pelos planos de saúde, para construir a história e modificar a vida dessas pessoas, desses adultos jovens, dessas mulheres negras, desses pacientes em geral que têm essa doença autoimune como diagnóstico.

Então, eu agradeço, e a gente quer muito ouvir também a experiência dos pacientes com essa doença, porque a gente aprende todo dia com eles.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, Dr. Herval.

Queria também chamar a atenção, falando de alguns pontos importantes que eu vou lembrando aqui.

Pessoal, na minha especialidade nós temos uma prática que é muito danosa à saúde ocular do povo brasileiro, que é a questão da optometria. Optometria são técnicos que se arvoram a fazer exames oftalmológicos sem estarem preparados para tal. Então, muitas patologias que acontecem no segmento posterior do nosso olho, às quais nós só temos acesso através de aparelhos adequados, que eles não sabem usar, passam despercebidas porque essas pessoas se arvoram a prescrever óculos com interesse mais pecuniário de ajudar e ter uma relação promíscua com as óticas. Em muitos lugares, Deputada Rosangela, esses profissionais tentam ser confundidos com médicos e confundem a cabeça das pessoas, fazendo com que as mães levem seus filhos para um exame oftalmológico achando que elas estão levando seus filhos para fazer um exame com um médico, sendo que na realidade eles são técnicos e não têm nas suas diretrizes e competências dos seus currículos as matérias essenciais para prepará-los para fazer um exame oftalmológico completo, que poderia detectar um monte de doenças que acontecem no fundo de olho, como as patologias do nervo óptico, como essa que nós estamos falando aqui, e que passam despercebidas porque essas pessoas não têm nenhum preparo. E hoje, no Brasil, isso aí se prolifera de uma maneira muito perigosa, colocando em risco a saúde ocular do povo brasileiro.

Dito isso, quero passar logo a palavra à Dra. Daniele Americano. Seja muito bem-vinda aqui ao Senado, e muito obrigado por ter vindo.

A senhora tem dez minutos para a sua exposição, Doutora.

A SRA. DANIELE AMERICANO (Para expor.) – Obrigada.

Eu vou começar primeiro fazendo a minha audiodescrição, como fez a Deputada Rosangela Moro. A gente deve fazer sempre, porque a gente não sabe quem está assistindo à gente, mas especialmente hoje, na nossa audiência, tanto aqui no Senado quanto para quem estiver

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assistindo pelas redes sociais, pelo YouTube, a gente tem muitos pacientes cegos ou com baixa visão.

Então, eu queria dizer que eu sou a Daniele Americano, eu sou Presidente da NMO Brasil (Associação Brasileira de Pacientes de Neuromielite Óptica e Doenças do seu Espectro). Eu sou uma mulher branca, loura, eu estou na cadeira de rodas, eu estou usando um vestido verde e um casaquinho meio felpudinho, bege. Ao meu lado está a Deputada Rosangela Mouro, vestida de rosa como ela já comentou, e, em seguida dela, o Dr. Hiran, a Dra. Samira e o Dr. Herval.

E me disseram que, quando a gente faz a audiodescrição, depois a gente deve falar fora do microfone, porque a nossa voz fica pelos microfones, e a pessoa que não enxerga não sabe onde a gente está. Então, eu vou falar especificamente aqui para a Gabi, que eu estou aqui, porque ela eu sei que não enxerga – e para outras pessoas que também não enxergam.

A SRA. GABRIELA VARGAS (*Fora do microfone.*) – Obrigada, Daniele.

A SRA. DANIELE AMERICANO – Eu queria, então, começar agradecendo ao Dr. Hiran por esta audiência. Ela é de extrema importância e ela é muito significativa para todos os pacientes e suas famílias. A gente tem aqui hoje um plenário cheio de pessoas, o que demonstra como isso é importante.

Queria agradecer também à Deputada Rosangela Moro pelo apoio à causa. É muito importante que a gente tenha muitas pessoas e pessoas comprometidas com a causa. A gente está falando de vidas. Parece que é assim: "Ah, toda vida importa", mas a gente está falando de vidas e a gente precisa de vocês nessa caminhada – nessa jornada, na verdade, porque eu não caminho mais; então, é nessa jornada.

Dito isso, vou começar.

Depois da fala da Dra. Samira e do Dr. Herval, eu vou trazer um pouco da realidade dos pacientes com NMO no Brasil, hoje. Eles já colocaram, mas eu trouxe aqui...

Eu vou virar um pouco de lado, porque senão eu não consigo enxergar o que eu vou falar.

As pessoas que têm NMO não têm os direitos constitucionais garantidos, porque hoje a gente não tem tratamento disponível no Sistema Único de Saúde; não há protocolo de tratamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ou linha de cuidados no SUS; não há acesso ao diagnóstico de detecção do IgG anticorpo da aquaporina 4 pelo SUS. Ele está no rol da ANS, mas não tem no SUS, e esse anticorpo, como a Dra. Samira e o Dr. Herval colocaram, é importantíssimo para fechar o diagnóstico de forma célere e assim evitar maiores sequelas.

Além de outras garantias legais asseguradas, como os direitos previdenciários do PL que o Dr. Hiran comentou, que está aqui na Comissão de Assuntos Sociais, eu deixo aqui a minha súplica para a Senadora Teresa Leitão, em nome de todos os pacientes e suas famílias que estão aqui: a gente precisa botar esse PL para votação. Ele está há quase um ano parado e não há motivo para isso. Já passou pela Câmara e já passou pela Comissão de Finanças, está na de Assuntos Sociais, e na de Assuntos Sociais não tem motivo para estar parado. E aí peço essa força-tarefa que o senhor comentou.

E o que eu queria trazer, então, é que a gente não tem acesso à saúde, as pessoas que têm NMO não têm acesso à saúde. E o que acontece? A gente precisa judicializar para ter acesso ao tratamento.

Eu fiz este levantamento no *site* da Jusbrasil só para a gente ter uma ideia. Então, a gente tem 3.009 processos de pessoas com NMO contra o Estado; tem 2.243 processos de NMO contra planos de saúde. E aí, pensando em verba – porque, quando a gente tem a negativa, normalmente é baseada em questões financeiras –, quando a gente não tem acesso à saúde e precisa judicializar para isso, esse medicamento torna-se muito mais caro, porque ele tem o preço dele, que é o preço de tabela, mas ele tem todo o aparato judicial, ele tem o advogado público, ele tem as custas judiciais que vão ser pagas, ele tem danos morais que são pagos. Então, um medicamento que tem um preço x, ele acaba tendo um preço 3x. Então, se a gente pensa em orçamento... E ainda há um detalhe: quando é judicializado, esse valor gasto pelo Estado não está na Lei Orçamentária, não se espera gastar com esses medicamentos.

Então, acho que a gente precisa ter um olhar especial para essa questão, que é muito importante. As pessoas que têm NMO têm urgência de tratamento, porque, como os médicos bem colocaram, essa doença pode deixar a pessoa cega, pode deixar na cadeira de rodas, mas ela também pode levar à morte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui eu trouxe alguns dados dos cadastros da nossa associação e trouxe como é que os pacientes têm acesso ao tratamento: 54% das pessoas têm acesso pelo SUS, 32% pelos planos de saúde, 10% particular, e aquele amarelinho ali, que é 1,5%, é pelas Forças Armadas.

E aqui, falando de tratamento, que o Dr. Herval colocou bem, eu queria ressaltar que muitos pacientes usam o rituximabe, que é um tratamento *off-label*, é uma medicação *off-label,* mas que tem sido usada ao longo dos anos, porque até então nós não tínhamos medicamentos aprovados pela Anvisa para o tratamento da NMO – mas hoje a gente já tem. Então, eu botei ali aquele alerta do lado do rituximabe pelo seguinte, muitos pacientes estão tendo infecções recorrentes, como a Dra. Samira colocou, pós-infusão. E não é só porque o rituximabe baixa a imunidade, mas é porque esses medicamentos estão tendo reações, e as pessoas têm ficado doentes para além da NMO.

Aqui a gente vai ter diversos exemplos. Se a gente conseguir... A Karina, que é da NMO Brasil também, passou três meses internada no ano passado por conta dessas recorrências de infecção, e a Dra. Samira é inclusive a médica dela. Então, elas podem falar melhor do que eu sobre isso.

E um outro ponto: assim como tem a azatioprina e o rituximabe com corticoide, para fazer uso do rituximabe é necessário fazer uso de corticoide. Corticoide por longos períodos vai causando osteoporose e vai causando diversos outros problemas que a gente precisa evitar. A gente tem medicamentos estudados para NMO, com alta eficácia, por que não incorporar? Por que não ter disponível no SUS? Nenhum argumento vai ser plausível se a gente pensar que hoje a gente não tem medicamentos no SUS porque o rituximabe e a azatioprina, que eram os medicamentos até então usados, são considerados *off-label*. E, como a medicação *on-label* a gente continua sem ter porque a Conitec negou, então a gente não tem nem o *off-label* nem um *on-label*, ou seja, quem tem NMO, o cidadão com NMO não tem garantias constitucionais, a gente não tem direito à saúde, a gente não tem direito à vida. E isso não pode continuar assim.

E ali, de novo, sobre judicialização: 2% dos pacientes do nosso cadastro na NMO Brasil já judicializaram e estão esperando a medicação. A gente não pode viver assim, porque, quando a gente judicializa, o que acontece? Você espera que o medicamento chegue – e o paciente com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

NMO não pode ficar esperando, fora o estresse que é você ter a negativa ou do Estado ou do plano de saúde.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DANIELE AMERICANO – Eu vou andar mais rápido porque o meu tempo está acabando.

Este aqui é um ponto que eu trouxe, que... O Dr. Herval falou sobre a azatioprina. A Dra... Fugiu-me o nome.

A SRA. DORALINA GUIMARÃES BRUM SOUZA (*Fora do microfone.*) – Doralina.

A SRA. DANIELE AMERICANO – Obrigada.

A Dra. Doralina Brum cedeu para a gente esta pesquisa: 2.226 pessoas, pacientes atendidos pelo SUS, tiveram acesso à azatioprina pelo CID G35. O CID G35 é o CID da esclerose múltipla, e o da NMO é G36. O que acontece é que as pessoas que têm acesso à azatioprina com o CID G35, na verdade, são pessoas com NMO. O médico, para que a pessoa não fique sem medicação, bota o CID da G35. Foi uma forma que os médicos acharam de não deixar esses pacientes sem medicação. Então, esse é um dado muito importante, principalmente porque não existem dados sobre NMO no SUS.

Ali, também, a Dra. Doralina passou para a gente que oito pacientes foram atendidos pelo SUS entre 2010 e 2023 como G36, que é o CID da NMO, de forma secundária. Não tem no Datasus o CID da NMO de forma primária, porque, se os médicos botam que é G36, os pacientes não têm tratamento. Então, a gente é...

A SRA. ROSANGELA MORO (*Fora do microfone.*) – Sem notificação.

A SRA. DANIELE AMERICANO – Exatamente. Então, os pacientes são subdiagnosticados nesse sentido.

A SRA. SAMIRA LUISA APÓSTOLOS PEREIRA (*Fora do microfone.*) – Subnotificados.

A SRA. DANIELE AMERICANO – Subnotificados, isso, obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente não tem número. Nem a associação acaba tendo números, nem os médicos, porque o Redone é da Academia Brasileira de Neurologia, que a Dra. Doralina passou para a gente.

Ela trouxe também este ponto que é muito importante. Olhem que interessante: de 4.000 pessoas, 2.437 são pacientes do Sudeste. Mas por quê? Será que é porque no Sudeste tem mais pacientes? Não, provavelmente porque os pacientes vêm do Norte, do Nordeste, para serem atendidos no Rio e em São Paulo. Hoje a gente tem mais médicos especializados naquelas localidades, mas as pessoas ainda continuam vindo para o Sudeste atrás de tratamento. E não precisa ser assim, tirar uma pessoa lá do Acre para ser atendida em São Paulo. Já é uma vida tão desgastada, já é uma vida tão difícil para ter ainda mais esses percalços.

E, aqui, uma coisa – que também acho que foi o Dr. Herval que falou – que eu trago: a NMO afeta uma pessoa, mas ela gera consequências em toda uma comunidade. E aí falo que a NMO afeta mais mulheres, mulheres em idade laborativa. Ela afeta todas as idades, mas mais mulheres entre 34 e 44 anos. E a gente sabe que mulheres pretas e pardas... Mulheres não, mas pessoas pretas e pardas no Brasil normalmente, culturalmente, infelizmente, têm menos acesso à educação, à saúde e são também socioeconomicamente menos abastadas.

E o que acontece? Culturalmente, essas mulheres cuidam da família. Elas cuidam da mãe, elas cuidam da avó, de filhos, às vezes três, quatro filhos – são chefes de família. Se essa mulher é afetada e não tem um diagnóstico de forma célere, porque não tem o teste no SUS e não tem o tratamento correto, porque não está também disponível no SUS, ela se torna uma pessoa improdutiva por diversas razões. E aí quem é afetado é toda essa família, que depende dela.

E ela não tem muita instrução. Dentro da nossa associação a gente fez este levantamento: 46% das pessoas só têm ensino médio. E aí temos 25% com ensino superior e outras coisas, outras questões. Mas é muito importante a gente prestar atenção: a gente está falando de mulheres, a gente está falando de mulheres pretas, mulheres ameríndias. É uma questão não só da medicina, mas é uma questão também social e a gente precisa ter esse olhar diferenciado.

E aqui eu peço de novo para a Senadora Teresa Leitão que coloque o nosso PL 2.236, de 2022, para votação exatamente porque ele é indispensável para que as pessoas tenham, então, acesso aos direitos previdenciários. Como bem colocou o Dr. Herval, até 2004 as pessoas com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

NMO eram consideradas uma vertente da esclerose múltipla. Então, elas tinham os direitos garantidos. Quando a doença se torna uma doença autônoma, perdem-se todos os direitos legais. Então, a gente precisa reaver essa questão para que as pessoas... São 20 anos e nada mudou. A gente precisa ter acesso aos direitos previdenciários. A gente precisa ter acesso ao teste de antiaquaporina 4 pelo SUS. A gente precisa que, quanto ao inebilizumabe, que foi submetido para a Conitec, que seja revista essa posição, porque, se até hoje a gente não tem um protocolo porque a medicação era *off-label*, como é que para a *on-label* é negada? Então, a gente não tem nem a *off-label*, nem a *on-label*. Isso não faz o menor sentido.

Eu quero aqui agradecer, em nome da coalizão NMO, que é a NMO Brasil, a ABNMO, a CDD, a Febrararas e a Fedrann, por esse espaço. E quero dizer que a gente conta com o apoio de vocês, da Deputada Rosangela Moro, do Senador Dr. Hiran, do Senador Sergio Moro e de todas as pessoas que acreditam que todo cidadão brasileiro deve ter direito à saúde, porque a Constituição, que é quem rege, diz, no art. 126, que toda pessoa tem direito à saúde. Nós hoje não temos.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, Dra. Daniele.

Eu queria chamar aqui a Senadora Damares, que é coautora desse requerimento. Ela já saiu ou ela está aí atrás? (*Pausa.*)

Muito bem. Então, eu vou pedir para ficar na mesa a Deputada Rosangela, e vou chamar o Senador Moro para compor aqui.

Você vai sair? (*Pausa.*)

Eu vou desfazer a mesa, preservando aqui a Deputada Rosangela na mesa, e chamar a Sra. Cleide de Lima Pires, Presidente da Associação Brasileira de Neuromielite Óptica, e Antoine Daher, Presidente da Federação Brasileira das Associações de Doenças Raras, para comporem a mesa, agradecendo aos expositores que nos antecederam aqui. Agradeço a todos.

E chamo aqui a Senadora Damares para presidir esta sessão, porque ela é coautora desse requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou pedir licença a vocês, porque o Instituto do Coração está com uma pauta para discutir comigo no meu gabinete. Eu vou atender o pessoal do Incor e volto para cá, mas queria aqui passar a palavra e a Presidência desta audiência à Senadora Damares, que é uma pessoa muito dedicada a defender aqui os interesses das pessoas que vivem em vulnerabilidade, dos mais diferentes matizes do Brasil.

Senadora Damares, por favor.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Presidente.

Gente, só para informar, há muitas perguntas chegando via internet. Eu estava em outro ambiente acompanhando esta sessão, que está com uma audiência extraordinária, o que mostra o interesse da sociedade pelo tema. E ver esta Casa, Deputada Rosangela, fazendo mais uma audiência pública mostra que o tema está na pauta e vai ficar por muito tempo. A gente não vai mais abrir mão disso, não é isso, Deputada?

Sejam todos bem-vindos.

Por uma questão de estar aqui mais pertinho de mim e por ter uma mulher dirigindo – as mulheres aqui têm prioridades, Dr. Antoine –, então nós vamos ouvir Cleide, Presidente da Associação Brasileira de Neuromielite Óptica.

Bem-vinda.

Já foi informado o tempo, mas fique tranquila: se a campainha tocar, a gente continua mais um pouquinho.

Bem-vinda.

A SRA. CLEIDE DE LIMA PIRES (Para expor.) – Muito obrigada.

É uma honra enorme estar aqui para a gente poder falar de um tema que, na vida de muitos, já caminha com bastante luta. E é muito bom também a gente poder estar aqui com tantas pessoas, com a Casa cheia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer a todos que nos trouxeram para cá, a todos que nos deram essa voz, a todos que fizeram com que este momento fosse possível, porque hoje, espalhados pelo Brasil, nós temos vários pacientes assistindo à gente pela internet.

E aí eu faço minha audiodescrição: eu sou uma mulher de pele de cor clara, cabelo cacheado; eu uso óculos; estou vestida com uma roupa que disseram para mim que é azul clara, da cor de um céu bem bonito, e um azul escuro, da cor de um céu bem feio. Estou aqui como Presidente da Associação Brasileira de Neuromielite Óptica e também representando a Federação das Associações de Doenças Raras do Norte, Nordeste e Centro-Oeste (Fedrann).

Neste momento, eu gostaria de passar para vocês também alguns eslaides, alguns dados, mas a NMO me tirou isso também, porque, se eu passar para vocês os dados, eu não vou conseguir ler. E aí eu vou ficar com a fala embargada, esperando que alguém leia para mim; então, eu vou abrir mão desse eslaide.

Tendo a fala aqui já dos que já compuseram a mesa, eu vou dar uma fala do que a gente tem vivido e visto e acompanhado de norte a sul deste Brasil.

A ABNMO tem dois anos que circula o Brasil de forma presencial. Em 2022, nós fomos a quase todos os estados do Norte e Nordeste deste país, do Sudeste e Centro-Oeste também.

Dentro dessas, como a gente chamou, incursões – a gente fez uma incursão –, fomos com o objetivo de entender o que realmente estava acontecendo com a NMO no Brasil, porque os médicos diziam algumas coisas, os pacientes que chegavam para a gente falavam outras demandas, o poder público, naquele instante, não se mobilizava também. Então, eu tive a inquietação muito grande de ir até onde as coisas estavam realmente acontecendo. E aí, dentro desse movimento de ir até onde as coisas estavam acontecendo, eu pude observar *in loco* vários desses pontos que já foram trazidos aqui.

Mas um ponto que eu vou seguir aqui, uma linha que eu acredito que é importante, é sobre o dado. A Daniele trouxe alguns dados que o Redone traz, assim como a Academia Brasileira de Neurologia, e nós das associações também temos nossos cadastros. E a gente vai vendo algumas diferenciações nesses dados. Aí a pergunta principal é: esses dados realmente estão equivocados? Ou é porque a gente não consegue chegar até onde esses pacientes estão?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí, quando a gente foi fazer as incursões lá, como eu falei, no Norte e Nordeste – a gente foi até a regiões ribeirinhas lá do Norte –, a gente percebeu que esses pacientes, em uma maioria razoável, estavam em áreas que são não digitais. Então, nós começamos a fazer uma catalogação nacional de pessoas com NMO, e o nosso primeiro movimento foi o não digital, foi tentarmos encontrar onde eles estavam para entender a realidade deles. Então, essa catalogação busca os determinantes sociais. Por quê? O que são esses determinantes sociais? É como essa pessoa vive, é qual a realidade que ela vive.

Então, a minha fala aqui hoje, que viria com vários dados, vem muito mais no contexto de apelo.

Assim como a Daniele mostrou, no nosso cadastro, 86% das pessoas que estão cadastradas hoje, na catalogação nacional de pessoas com NMO da ABNMO, precisam do SUS: 86% usam o SUS; 54% dessas pessoas são 100% usuárias do SUS, não têm outra forma de acessar a saúde. E a gente está falando aqui de 86% de pessoas. E, desse grupo, desse recorte, 4% dessas pessoas estão sem qualquer tipo de tratamento. E eu estou falando aqui de um recorte pequeno, de uma catalogação que começou há dois meses. Assim, a gente precisa levantar pontos para além do tratamento, como a gente chama; a gente tem que trazer aqui também as questões sociais, como a Daniele já falou, as questões que envolvem as famílias, como os doutores também aqui já falaram.

E a gente tem que lembrar que a NMO não afeta criança – ou poucas crianças. Existem, sim. No nosso banco, tem pessoas... A doutora aqui trouxe um caso de uma criança. Mas, quando a gente trata de doenças raras, é normal não ter muitos dados, os dados coerentes já de primeira; ou, logo na primeira movimentação que acontece das doenças, quando as associações se mobilizam. Isso é normal. A gente entende. E a gente entende também que o apelo para as doenças raras que envolvem crianças, em que a criança já nasce com a doença ou que a criança é pequenininha e isso atrapalha o desenvolvimento, é muito maior.

Só que aí aqui eu trago a história de uma mãe lá do Ceará que tem NMO e tem 34 anos. E quem leva essa mãe, que hoje está 100% cega, para fazer o tratamento é uma criança de oito anos. Eu estou falando de uma realidade lá no Ceará. Então, tem uma criança de oito anos, que perdeu a infância dela, porque, a partir de agora, ela foi promovida a ser cuidadora de uma mãe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por quê? Porque essa mãe não conseguiu chegar com acesso rápido ao diagnóstico dela. Ela não conseguiu. Demorou o que a gente chama de saga – na ABNMO, a gente chama isso de saga do diagnóstico. Foi uma saga tão grande que essa mãe se viu em uma situação de hoje estar cega 100% e ter uma criança de oito anos, que é quem a leva para ser atendida. E aí eu pergunto: como que a NMO não afeta a criança? Ela afeta a mãe dessas crianças.

Hoje a gente tem um caso especificamente, que chegou para a gente semana passada, lá do Maranhão: ela teve que ir embora de São Paulo, voltar para o Maranhão, porque, há 11 meses, ela teve um bebê e, há 11 meses, ela luta com a NMO e está acamada. Então, precisou voltar para a cidade dela, para a mãe dela custear toda essa estrutura e cuidar dela e de uma criança recém-nascida.

Então, a gente está falando aqui de uma doença que vai arrasando; ela vai debilitando, ela vai, como no meu caso, cegando.

Tive a oportunidade de voltar a andar – isso foi incrível, porque, naquele momento, eu também tive o acesso ao tratamento rápido; o meu diagnóstico foi demoradíssimo, foram dois anos –, mas hoje eu tenho baixa visão em ambos os olhos, o que não me permitiu mais seguir a minha carreira, o trabalho de jornalista, o trabalho de relações sociais, que foi sempre o que eu desenvolvi. E, principalmente, naquela ocasião, a minha filha tinha dez anos; ela também quase virou uma cuidadora, mas ela não virou, porque eu tive uma rede de apoio que me deu esse apoio. Mas o que eu vejo no Norte, Nordeste e Centro-Oeste deste Brasil são mães, são pessoas que não têm essa estrutura, e as crianças estão com vidas extremamente dificultadas.

E aí, a minha pergunta aqui é: o medicamento inebilizumabe foi solicitado recentemente, e foi negado com justificativas que a gente quer entender. E a gente rodou uma carta pública, a gente solicitou uma audiência pública também e não teve esse pleito atendido. E a questão que fica é: por que estão nos negando isso, sendo que, para várias outras doenças, se a gente buscar na história deste Brasil, em uma história recente, há medicações muito mais caras? Isso porque é questionado sobre o valor. Aí é questionado sobre linha de cuidado: "Ah, porque não tem a linha de cuidado", mas quem é que tem que construir essa linha de cuidado? É quem está dizendo que está negando para a gente o medicamento porque tem que ter uma linha de cuidado. Existe, então, um rito? Existe, então, uma linha sucessória de atividades, de protocolos a serem seguidos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O.k., a gente está aqui para ajudar, para apoiar, para acreditar e confiar nisso. Mas e aí? Quem é que vai agora pegar e meter a mão na massa, literalmente, para fazer isso?

Eu acho que a minha grande fala aqui, quando eu não quero mais apresentar o eslaide, é para questionar, porque hoje a ABNMO faz treinamento de profissionais... A gente roda os territórios fazendo treinamentos presenciais a profissionais; a gente atende pacientes; a gente cuida dos pacientes; a gente tem uma equipe multidisciplinar com que a gente tem feito um trabalho com esses pacientes nos diversos territórios, encontrando formas de apoiar os centros de referência. Quando a gente chega lá aonde dizem que é o centro de referência, presencialmente, é um ambulatório especializado, que às vezes tem um neuroimunologista, e às vezes não tem nem um neuroimunologista – os colegas e os médicos aqui podem falar. Não tem um neuroimunologista, mas tem um neurologista que percebe que está tão crítica aquela quantidade de pessoas com aqueles sintomas e começa a atender pessoas com NMO. Então, a gente está vivendo uma realidade que, quando vai lá para a ponta e vai realmente olhar, é crítica em diversos aspectos.

Então, quem é que vai montar essa linha de cuidado? A gente sabe. Mas, a partir daqui, agora, a gente pode sair daqui com alguma definição, com algum plano de ação, com alguém se responsabilizando?

E a minha fala vem num apelo...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CLEIDE DE LIMA PIRES – ... como a própria Daniele Americano já falou: gente, alguém precisa olhar para NMO. Alguém precisa pegar a causa da NMO e entender: tem que ter linha de cuidado? Tem que ter; é preciso, é necessário, mas como é que... Vamos montar essa linha de cuidado? Tem que ter o PCDT? Vamos pressionar para esse PCDT sair? Se tem que ter um remédio que é *on-label*, por que estão dando para a gente remédio *off-label* e todo mundo tendo um monte de sequela de efeito colateral de medicamento? Isso é aceitável? Aí a gente vem para uma Comissão e a gente vai levando vários discursos por aí, falando de saúde, falando de acessibilidade à saúde, falando de várias questões que são relacionadas a questões sociais, e a gente está aqui falando de um problema que hoje dentro da NMO é social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu venho da Bahia. A Bahia, dentro do cadastro nosso da ABNMO, é o estado que tem mais pessoas com neuromielite óptica, por uma questão também, como já foi dito aqui, de mulheres pardas, não brancas, ameríndias. A gente vem de lá, circula o Brasil todo, e o que eu tenho visto, de fora a fora no nosso país, é: ambulatórios sem condição de atender os pacientes; profissionais que não estão qualificados como poderiam para cuidar desses pacientes; uma rede de apoio que não acontece dentro do próprio SUS para essas pessoas, no sentido da reabilitação. E aí a gente vem falar aqui de linha de cuidado? A gente precisa urgentemente colocar a NMO em todos os pontos que são necessários neste país, para que a gente tenha os direitos garantidos, para que a gente tenha linha de cuidado garantida, para que os remédios *off-label* sejam trazidos para a gente, porque a gente está adoecendo de outras coisas por estar tomando medicamentos que não são específicos para a patologia diagnosticada.

Então, a minha fala pode ser desesperada, mas ela é porque eu estou visitando os espaços, eu estou vendo as famílias, eu estou vendo as pessoas que... As meninas jovens – porque ela também afeta algumas jovens – que estão na faculdade não conseguem concluir sua faculdade. Esse menino de que eu falei para vocês do Ceará teve que parar de estudar, porque ele hoje, com oito anos, faz tarefas domésticas – ele leva a mãe para o hospital, ele cuida dessa mãe e ele faz tarefas domésticas. Então, eu aqui estou trazendo para vocês uma realidade que é triste.

E, para finalizar, existem regiões aqui no nosso país que nem sequer têm direito... Conseguem os médicos na boa vontade, conseguem chegar ao diagnóstico; não conseguem ter o *off-label* disponível para esses pacientes e nem sequer esse ambulatório especializado com um neuroimunologista é disponibilizado. Não tem.

Então, minha fala aqui hoje... Desculpem se eu me excedi um pouco, se eu fiquei um pouco angustiada, porque essa é a sensação que eu tenho. Foi por isto que a ABNMO surgiu: para a gente poder fazer com que a NMO seja dita. E agradeço à coalizão NMO que a gente montou para poder fazer esse volume, para poder fazer esse movimento chegar aonde nós não chegamos até agora.

E eu espero aqui o apoio de todos vocês que estão nesta Casa. Eu espero que, a partir deste dia de hoje, a gente consiga realmente levar a NMO para os vários lugares de discussão. E queremos fazer parte dessa discussão, porque estamos entendendo o que está acontecendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, por fim, eu gostaria de perguntar às pessoas que estão aqui: quem tem a NMO que está nessa plateia? Por favor, levante a mão.

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. CLEIDE DE LIMA PIRES – E quem está nessa plateia e conhece alguém que tem a NMO e viu que a vida virou um caos? Façam assim para eu poder enxergar.

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. CLEIDE DE LIMA PIRES – Então, nós estamos falando aqui de uma plateia em que todo mundo tem alguém diretamente que pode ter ficado com a vida realmente devastada porque não consegue ter qualidade de vida mínima e nem tratamento.

Então, eu peço a vocês: por favor, olhem para a gente, porque a gente está realmente precisando.

Muito obrigada, pessoal. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Cleide, é desafiadora sua fala, provocante.

E, de fato, em uma fala como essa, não é uma instituição que está falando; é uma paciente que está falando, que tem toda uma identificação com a luta. E é muito comum a gente fazer de nossa dor a nossa luta; do nosso sofrimento, a nossa causa. É muito comum isto nas doenças raras: quando você vai descobrir quem fundou a associação, é alguém que tinha a doença ou alguém da família que tinha a doença.

Mas a forma como você colocou foi muito desafiadora – eu não sei como é que o Dr. Daher vai falar depois de você –, foi muito desafiadora.

E eu fiquei impressionada com o número de pessoas que estão aqui no auditório, aqui no plenário conosco, e impressionada com a audiência que nós estamos tendo desta sessão. Tem muita gente acompanhando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E muitos Senadores não estão aqui, mas eu quero que vocês saibam que nós estamos em 50 lugares, nesta tarde, ao mesmo tempo. Mas esta audiência não se resume a isto aqui, ela vai ficar no ar. Os recortes dessas falas serão muito reproduzidos.

No material exibido, inclusive, pela Daniele, lá no final do material, tem uma frase que é exatamente o que ela exemplificou: uma criança, uma mãe... mas quem está sendo afetado diretamente agora é a criança. A frase que você colocou... Não é um paciente; são todos que estão em volta. É uma comunidade, é uma família inteira alcançada. Aquela sua fala é perfeita. Aquela sua frase vou, inclusive, usar nos nossos relatórios aqui, Daniele. Parabéns!

Então, quero estender a todos os pacientes, estender a todas as famílias. O assunto está na pauta, e a gente vai cuidar disso. A sua fala foi desafiadora.

Nesta Comissão, nós temos uma Subcomissão de Doenças Raras, que é presidida pela Mara Gabrilli. E eu tenho alegria de estar ali com ela como Vice-Presidente. Vou levar os desafios para a Subcomissão. Não vão ficar apenas nesta audiência.

Vocês estão aqui na mesa contando também com a Rosangela, que tem uma história, uma luta histórica com todas as doenças raras no país.

Então, isso aqui não é um discurso de uma política. E não é porque eu estou emocionada com a sua fala; é, de fato, como a gente pensa. Trabalhei e trabalho com o tema há muitos anos, e é, de fato, como a gente pensa. Não vai ficar numa fala desafiadora.

Nós vamos aceitar o desafio, Cleide. Muito obrigada pela sua participação. Você enriqueceu demais este debate aqui hoje. Todos vocês.

E deixe-me aproveitar para fazer também a minha autodescrição. Eu sou uma mulher branca, de cabelo preto, na altura dos ombros. Eu uso óculos, e meus óculos têm hastes douradas. Estou com um brinco pendurado – um brinco lindo, que eu ganhei esta semana. Estou com uma camisa azul petróleo. Eu e a Cleide estamos de azul, de três cores diferentes, de três tons diferentes. Eu sou uma mulher muito bonita, considerada a Senadora mais bonita do Brasil. (*Risos.*) (*Palmas.*)

Vocês não estão acreditando? (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu estou muito feliz. E eu quero dizer para quem não consegue ver o que eu estou vendo: há muita esperança no rosto de muita gente que está aqui nesta tarde. E nós não vamos frustrar as expectativas de vocês.

Dr. Daher, que desafio o seu agora, ao falar depois da Cleide. O senhor sabe que o senhor tem um tempo de dez minutos, mas, se a campainha tocar, não se assuste; a prioridade aqui é o debate. Tem um cronômetro lá atrás, se quiser acompanhar.

Mais uma vez, o senhor está aqui com a gente. Daqui a pouco o senhor vai ganhar um bóton de Senador também. (*Risos.*) Obrigada por estar participando. Todas as vezes que a gente demanda, vocês estão conosco; a Febrararas tem sido parceira em todos os debates, no acompanhamento das propostas, nos pareceres. Muito obrigada, Doutor, por estar conosco nesta tarde.

Dez minutos para começar.

O SR. ANTOINE DAHER (Para expor.) – Muito obrigado, Senadora. Eu lhe agradeço pela sua luta desde Ministra, e agora, como Senadora, continua com a pauta das doenças raras, sempre junto.

Agradeço também à Deputada Rosangela Moro, que sempre está conosco nessa luta.

Cleide, querida, tudo que você falou... Você falou do nosso sentimento junto. Estamos com você!

Quero cumprimentar todos os presentes aqui, especialmente os queridos pacientes.

A luta não é fácil – eu sou pai –, mas nós não podemos desistir. Não é porque tivemos um "não" que vamos parar. O "não" incentiva a gente a lutar mais, sempre, para a gente ter o "sim".

Muita coisa foi falada aqui dos profissionais... E não vou voltar a falar da agressividade da doença, do impacto dessa doença no dia a dia dos pacientes.

Mas gostaria de convidar todos vocês, porque, no dia 31, nós vamos lançar a segunda temporada da série Viver é Raro, no Globoplay, que vai estrear no dia 31 deste mês. E há um capítulo sobre NMO, essa doença que já estamos debatendo hoje. E a Mona é a paciente que, ao ser acompanhada no dia a dia, fala da agressividade da doença e de quando os surtos são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

perigosos. Num deles, ela foi hospitalizada e teve o corpo inteiro paralisado. Depois, ao sair da crise, ficou paraplégica. Essa é a realidade de muitos pacientes e – aqui vale o destaque –, a realidade de muitas mulheres negras adultas, as principais vítimas dessa doença.

Então é muito importante isto: todo mundo acompanhar a jornada do paciente, porque, se a gente teve uma negativa da Conitec agora – e a Conitec sempre exige e quer entender mais a prática da vida real do paciente e o impacto na vida real do paciente –, aqui ela vai ter uma jornada inteira do paciente e vai entender o impacto real e não apenas do paciente com a família.

Eu quero pegar aqui alguns pontos que a Conitec... Quando a gente briga com a nossa esposa, muitas vezes a gente consegue entender, a gente até consegue entender muito bem, mas eu não consigo entender a decisão da Conitec às vezes. É muito mais difícil. Desculpa a brincadeira, mas isso é um fato. Não dá para entender, porque algumas decisões são positivas, e a gente entende; algumas são negativas, e a gente não entende; mas muitas são positivas, e a gente não entende; e são negativas também, e a gente não consegue compreender.

Falaram de *off-label* na plenária da Conitec. Todo mundo viu isso. A Cleide comentou. No momento em que vou considerar que existem dois medicamentos *off-label* que tratam essa doença, então, não seria obrigação da própria Conitec ser demandante de um protocolo clínico que avalia o que tem de tratamento para essa doença? Quem pode julgar essa falha da Conitec? Nós podemos. Então quero ouvir a resposta da Conitec sobre isso. Aliás, não tem ninguém aqui, da Conitec. Uma pena.

O segundo ponto que a Conitec falou: sobre limiar de custo-efetividade. Estão aqui a Doutora, o Doutor. Nós estamos falando de uma doença ultrarrara. O ex-Ministro Queiroga deixou claro, no decreto, que doenças ultrarraras não entram no limiar custo-efetividade. É complicado, não é? Se a própria Conitec não respeita o decreto, então vai ficar difícil – desculpe – a gente entender.

Terceiro ponto. Desde quando a linha de cuidado é uma obrigação na Conitec, na prática, para incorporar um medicamento para doenças raras? Se isso é uma obrigação, 90% dos medicamentos que temos hoje incorporados para doenças raras não têm um protocolo. Aliás, se vamos falar de obrigatoriedade, do raciocínio bom, tem que incorporar diagnóstico daquela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

doença, protocolo completo e depois o tratamento medicamentoso. Então, nada está sendo feito da forma correta.

Então nós temos que rever juntos. Cadê o paciente, nesse momento? Os pacientes só existem fora da sala, fora da plenária? Se falam de custo-efetividade, falaram de impacto orçamentário, sempre a negativa então vem em primeiro lugar no impacto orçamentário.

Para qualquer doença rara degenerativa progressiva que demora a ter diagnóstico por mais de 5 ou 6 anos, podem ter certeza de que o paciente não tratado da forma certa gasta muito mais do que o paciente tratado da forma certa.

Estamos fazendo um estudo, na Casa dos Raros, em Porto Alegre, e vamos comprovar que o gasto é muito menor quanto você tem um plano de manejo adequado e um diagnóstico precoce. Então, se estão falando de gasto, custo-efetividade e impacto orçamentário, então vamos fazer o estudo. Por que o Ministério da Saúde, até hoje, não fez um estudo de quanto custa o paciente raro? Vamos pegar grupos de doenças e nós vamos ajudar. A Casa dos Raros está pronta para ajudá-los nesse estudo, para mostrar que, se a gente não enfrentar o problema de uma forma correta, através de um plano de manejo correto, encurtando a jornada do paciente, devolvendo a dignidade do paciente... Porque o paciente, antes de viver, precisa ter dignidade. No momento em que eu deixo um paciente por cinco anos na fila do SUS, é um crime! Um crime contra o qual ninguém está fazendo nada! Um crime em que estou permitindo que esse paciente morra ou degenere à vista da família. A mãe deixa de trabalhar, deixa de contribuir, fica mais doente que o próprio filho enquanto está esperando o primeiro atendimento.

O Rio Grande do Sul sofreu muito nos últimos dois meses. Nós tivemos os primeiros atendimentos, com o convênio do estado, na Casa dos Raros. Os primeiros pacientes que chegaram até nós estavam esperando há 4 anos e 6 meses para ter o primeiro atendimento. Isso é inacreditável, Senadora, sabendo que 30% desses pacientes morrem antes dos 5 anos de idade. Então, como nós vamos nos permitir, num Brasil que luta sempre pela dignidade das pessoas, pela democracia, aceitar que esses pacientes morram na fila? Porque o centro, que é, entre aspas, "habilitado" para atender doenças raras falar: "Não sei, não conheço. Não, esses pacientes, não vão morrer", não sabem. Sabem, esses pacientes vão morrer na fila, porque 30% não chegam ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

primeiro atendimento. Então, como eu permito que isso aconteça todo dia, e ninguém vai preso? Porque isso é crime. Isso é crime!

A mesma coisa quanto se ter um acidente e ter um profissional de saúde que não socorre a vítima. Isso é crime também. Não estou exagerando em nada, porque eu passei por tudo isso. Eu não sou especialista em ATS, mas eu sou pai, que acompanho o filho desde o primeiro dia. Não apenas o meu filho, meus filhos, porque nós temos mais de 20 mil pacientes acompanhados pela Casa Hunter, mais de 200 mil pacientes na Febrararas. Então, nós temos que ter um olhar diferente. Nós só estamos pedindo dignidade, apenas dignidade.

Para esses que querem solução, nós temos, mas eles não aceitam, porque enquanto nós não estivermos participando dessas decisões equivocadas da Conitec, a justiça não será feita para os nossos pacientes.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Doutor. Obrigada, obrigada.

Eu registo a presença dos representantes da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Doenças Raras, da OAB. Obrigada por estarem conosco hoje nesta audiência.

Nós já estamos indo para o final da audiência, mas eu preciso fazer justiça aos nossos internautas. Gente, não param de chegar perguntas.

Quando a audiência foi anunciada, nós estávamos discutindo muito a questão da tecnologia também. Então, muitas perguntas geralmente chegam antes.

Eu vou ler rapidamente algumas perguntas que estão aqui. Se algum dos expositores quiser responder, fique à vontade. Mas a gente já vai caminhar para o encerramento de nossa audiência. Nós temos mais alguém? Não, acho que era o...

O SR. GUSTAVO SAN MARTIN (*Fora do microfone.*) – Eu tinha me inscrito para falar.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Tinha se inscrito? Deixe-me fazer as perguntas, eu lhe dou a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Emily, da Bahia: "Qual a grande dificuldade do SUS [para se tornar] uma referência para importantes tecnologias no auxílio de pessoas com doenças raras?"

Tábita, do Amazonas: "Quais são os impactos positivos que a implementação de tecnologias inovadoras na área da saúde pode trazer para pacientes com doenças raras?"

Observem que as perguntas estão bem parecidas.

"Quais as possibilidades de investimento para essas novas tecnologias na atenção básica de saúde?".

Aqui do Distrito Federal, Lucas: "Quais são os principais desafios enfrentados pelas pessoas com doenças raras em termos de acesso a diagnóstico [a pergunta que está sempre na mesa], tratamento e apoio médico?".

José, do Piauí – agora sobre a indústria farmacêutica: "Como conseguir mais investimentos? [Como] o número de pacientes é pequeno, [a indústria farmacêutica dá pouca atenção para doenças raras]?".

Raul, de São Paulo: "As medidas terapêuticas paliativas que são usadas em conjunto com tecnologias como realidade virtual[...] são estudadas no Brasil?".

Fernanda, de Santa Catarina: "Quais são as principais inovações que podem contribuir para o diagnóstico precoce e a inclusão socioeconômica de pessoas com doenças raras?".

Vem a Renata, do Piauí: "O que impede haver maior investimento em pesquisas universitárias que poderiam desenvolver importantes projetos tecnológicos?".

Gabrielle, de Goiás: "Quais são as doenças raras [e aqui pode ser você, Dr. Daher] de maior relevância [talvez de maior destaque na rede pública de saúde] atualmente?".

Katharina, de São Paulo: "Quais tecnologias emergentes têm maior potencial para revolucionar o diagnóstico e o tratamento de doenças raras?".

Acabando, vem Mário, do Rio de Janeiro: "Quais [...] as implicações éticas das novas tecnologias no tratamento de doenças raras? Como garantir equidade?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pedro, de São Paulo: "Como será feita a capacitação dos profissionais de saúde para que as novas tecnologias sejam aplicadas de forma efetiva na saúde pública?". Pedro, está tão difícil chegar às novas tecnologias! Para chegar à capacitação, ainda vai demorar.

Fernanda, de Tocantins: "Como utilizar a tecnologia para prever ou prevenir o aparecimento de novas doenças [...]?".

Eliete, do Rio Grande do Sul: "Como garantir o acesso igualitário às novas tecnologias, especialmente, [aqui vai, Cleide] para aqueles em regiões remotas e com menor poder aquisitivo?".

Xanda, do Pará: "Qual o motivo da dificuldade de acesso ao tratamento por parte desses pacientes? De que forma o Governo contribuiria como facilitador?".

Munira, de Minas Gerais: "Como melhorar o acesso a serviços de saúde [...] especializados em doenças raras, principalmente [nas] cidades do interior?".

Observe que as pessoas estão preocupadas com aqueles que estão bem longe. Nós estamos no centro, nós estamos na capital hoje. Mas estão falando de áreas muito remotas.

Marinalva, de Alagoas: "Como o Senado pode ajudar as instituições sem fins lucrativos nos atendimentos especializados em doenças raras? [...]".

Joanne, da Paraíba: "Haverá acompanhamento durante o tratamento das doenças raras para saber se as pessoas estão se sentindo bem com as novas tecnologias?".

E, por fim, Vandelson, de São Paulo: "Como a [inteligência artificial] e outras tecnologias podem ser utilizadas no tratamento de doenças raras?".

E para você, Cleide, uma pergunta bem específica: "Você vai ficar bem? Você está bem?".

A gente vai tentar ouvir... Se algum dos senhores que fizeram a exposição inicial quiser responder, no geral... Viram que as perguntas são muito parecidas, pode ser uma resposta genérica.

Mas, antes disso, nós temos uma pessoa que pediu a palavra, é o Gustavo, da Associação Crônicos do Dia a Dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gustavo San Martin. Três minutos, Gustavo.

O SR. GUSTAVO SAN MARTIN (Para expor.) – Que feliz coincidência a senhora, Senadora, me passar a fala. A senhora que é mãe de tantas pessoas com doenças raras no Brasil, desde o seu início aí de trabalho árduo por nós. Eu tenho esclerose múltipla, eu sou desse quadro, desse espectro de confusão entre CID 35 ou CID 36, e foi assim que eu comecei a trabalhar com uma associação de pacientes, que hoje também milita por neuromielite óptica e pela dignidade do tratamento.

Mas, Senadora, eu venho aqui tentar fazer talvez um encaminhamento, já que a senhora, de forma muito propícia, se comprometeu a apoiar a causa. Hoje, quando eu me pego pensando no que é relevante para mim, Senadora, tem tantos Gustavos! Tem o Gustavo pai: e a saúde do meu filho é super-relevante; se ele tiver uma unha encravada, é super-relevante para mim; tem o Gustavo que milita por pessoas com neuromielite óptica. E tudo que foi exposto aqui, com a paixão da Cleide, da Daniele, tudo é relevante. Mas eu não sei definir o que é relevante aos olhos da Conitec, como muito bem questiona Antoine Daher, meu querido amigo e irmão.

Simplesmente porque não há definição de critérios de relevância no rito processual que preconiza a realização de audiência pública no âmbito da Conitec, em caso de relevância da matéria. Mas pasme, Senadora: não existe definição de relevância! Isso é discricionário da autoridade, na figura do Secretário de Ciência, Tecnologia, Carlos Gadelha.

Recentemente, foi solicitado através da coalizão, e também aqui hoje sendo protocolado um interposto, um pedido de recurso para que seja avaliada a decisão de não incorporar.

A Deputada Rosangela Moro também tem algo importante com que contribuiu essa semana, porque de certa forma ela revoga a decisão preliminar. Mas a gente precisa então decidir de alguma forma, não dá para a gente voltar agora daqui a um ano a falar sobre neuromielite óptica...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUSTAVO SAN MARTIN – ... uma doença potencialmente fatal.

Meu encaminhamento para a senhora, Senadora, são dois. A gente tem um PL rolando na Câmara dos Deputados, mas que poderia muito bem ser também replicado aqui, a gente o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tramitaria em caráter de urgência, para estabelecer uma audiência pública obrigatória no âmbito da Conitec em casos de recomendação desfavorável à incorporação.

Pasme, Senadora, essa avaliação, como o Antoine disse, não teve réplica da sociedade, simplesmente ouviram as nossas contribuições, e algumas pessoas que ouviram e participaram da orientação de não incorporar têm claros conflitos de interesse. Eu digo isso porque, se não é o suficiente tudo que nós trouxemos aqui para a senhora, Senadora, representando todas as Casas democráticas do Brasil, eu te digo que hoje a Conitec, que sequer dá a réplica para os pacientes, tem pessoas ali com claro conflito de interesses, ali conflitos ditos no próprio regulamento da Conitec, pessoa que trabalha para a iniciativa privada, representa uma cadeira que sequer teria direito de voto, mas encaminha voto da Conitec, porque tem muita influência, por ter sido, por anos e anos, a Diretora da Conitec.

Então, a gente tem conflito de interesse; a gente tem o menor preço fabricado e praticado no mundo, que é dessa tecnologia; a gente tem os melhores dados que se podem esperar de uma doença ultrarrara no Brasil; e a gente ainda tem recomendação desfavorável.

Certa vez, dois anos atrás, eu perguntei quais são os critérios para definir então a relevância para a audiência pública? E eu parto para o encerramento, Senadora. A resposta foi comoção social.

Eu me recuso a esperar que o Brasil crie políticas públicas para as pessoas para as quais, diferentemente de esclerose múltipla, um surto pode ser potencialmente fatal. Eu me recuso a ter que chamar influenciadores digitais para criar uma pauta para os Parlamentares que representam a gente.

Comoção social é importante, é o que nós estamos tentando fazer aqui, mas dados são mais importantes do que comoção social. E tudo o que nós temos de dados corrobora uma incorporação, ou pelo menos – e aí é o que eu peço para a senhora a sustentação do pedido de audiência pública –, para que tudo isso seja posto, e a gente tenha direito não só de falar, mas também de ouvir da Conitec quais foram as razões para recomendar desfavoravelmente a incorporação dessa tecnologia, que vai tanto mudar quanto salvar a vida de pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É só o encaminhamento que eu lhe peço: que a senhora ajude a gente a fazer a Conitec convocar, na pessoa do seu Secretário Carlos Gadelha, uma audiência pública, para que a gente apresente todos esses dados que já foram apresentados e reforçados em consulta pública e, simplesmente, até num prazo muito célere, a gente ver a publicação da decisão de não incorporar.

Causa muito estranhamento. Ela é mais rara do que o Trikafta®, que foi incorporado para fibrose cística, ela é mais rara do que a atrofia muscular espinhal, que tanto impactou e causou discussões nas duas Casas que a gente vê aqui representadas, na pessoa da Deputada e da Senadora, e essas foram, via comoção social, incorporadas. Por quê? Que mais falta? Será que é porque acomete mulher preta, pobre, marginalizada? Será que é por isso que a gente não causa a comoção social devida? Pior ainda é eu, um homem branco, ter que falar isso, para, de certa forma, abrir os olhos e os ouvidos dos Parlamentares que nos representam.

É isso, Senadora.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Gente, e o Gustavo disse: "É só isso". É tudo, Gustavo. É tudo.

E aqui eu preciso fazer um registro à sociedade civil organizada. Dr. Daher, Cleide, se vocês não estivessem organizados como vocês estão, com a coragem e a ousadia que os senhores têm, nós estaríamos lá atrás ainda. Nós temos muito a avançar. Mas dar oportunidade a você, Gustavo, e a todas as instituições, a todas as associações de se manifestarem é trazer para nós também um norte. Nós aqui precisamos de norte. Nós aqui precisamos saber para onde nós estamos indo. Nós não podemos sair do rumo. E vocês fazem isso com a gente.

Então, a sua fala foi muito oportuna, também provocadora e com encaminhamento. E que bom que você falou tudo que eu queria falar da Conitec. Que bom. Eu não sou mais ativista. Então, às vezes, eu me perco entre ser a Parlamentar e a ativista e eu tenho que me segurar: calma, você é Senadora da República!. Mas que bom que vocês existem. Não se calem! Não se calem!

Nós recebemos o seu encaminhamento. A Secretaria está anotando tudo. Mas a gente vai encerrando. E eu vou fazer o seguinte: quem já falou? A Samira, a Daniele, a Cleide e o Dr. Daher.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Três minutos para a consideração final. E, se puder responder no geral a todas as pessoas que estão nos acompanhando às perguntas que nos foram apresentadas, eu ficaria muito feliz.

Samira, você.

A SRA. SAMIRA LUISA APÓSTOLOS PEREIRA (Para expor.) – Excelência, Gustavo, Cleide, Antoine.

Eu queria dizer que fiquei extremamente motivada, empolgada com a presença... por estar aqui. E estou me sentindo extremamente grata pelo convite, pela associação de pacientes estar aqui e ver esse movimento, na prática, de vocês, diariamente, que nos empodera para lutar pelo melhor tratamento para os pacientes.

Eu digo isso porque eu estou nessa trincheira desde que eu me formei neurologista, em 2004, tem exatos 20 anos que eu luto, no dia a dia, para tratar os pacientes com neuromielite óptica. Essa é a realidade, que a Cleide tão bem descreveu, de mães nordestinas como eu, vindo com filhos, na primeira década de vida, que assumem a função de cuidadoras. Isso sempre me tocou em relação a essa doença, como tantas outras doenças neurológicas. E me tocou, me emocionou quando a Cleide contou essa história. Eu que agora sou mãe de dois meninos, de novo me emocionei com a possibilidade de pensar como impactaria a vida dessas crianças.

Uma das pessoas aqui presentes, que é da associação de pacientes, a Karina, está ali com os dois filhos dela, e ela os trouxe para motivar como é importante que a gente tenha acesso às medicações adequadas para o cuidado desses pacientes.

Então, resumindo, como a Exma. Senadora pediu, o desafio da inteligência artificial, das linhas de cuidado, de como ter acesso aos pacientes que estão nos rincões do país, o desafio para que a gente possa unir tudo isso com a sociedade civil organizada, como o grupo da ABNMO e da associação NMO Brasil, que se juntaram e formaram a coalizão. Nós, aqui eu digo, nós médicos, como representantes da Academia Brasileira de Neurologia, da qual eu faço parte do Departamentos Científicos, junto com meu amigo Herval, que é um dos membros da academia brasileira, nos motivamos por isso. Estamos elaborando – e já em fase de votação – um consenso brasileiro de especialistas em neuromielite óptica.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SAMIRA LUISA APÓSTOLOS PEREIRA – Após esse consenso, a gente quer submeter às revistas científicas para motivar a Conitec a aceitar que seja obrigação do SUS fazer o diagnóstico e prover o tratamento, porque eles não podem argumentar que não vão dar o tratamento porque não tem no SUS um simples exame de sangue que é necessário para o diagnóstico.

Esse exame de sangue, vale a pena ressaltar nesses últimos segundos, é exatamente a tecnologia que é usada para fazer o exame de sangue de outras doenças autoimunes, como o lúpus. A tecnologia não tem nenhuma complicação; basta uma simples incorporação ao SUS, e o diagnóstico seria feito de pronto, possibilitando que esse acúmulo de incapacidades não ocorresse nesses pacientes.

Eu vou concluir a minha fala aqui, o que a gente pode juntar... Todos os colegas, pacientes ou familiares que estão nos ouvindo, é necessário que exista uma linha de cuidado e que a Conitec acate as nossas decisões. É desesperador para nós médicos que estamos na trincheira ver os pacientes acumulando incapacidades, pessoas jovens com 30, 40 anos tendo que ficar desempregadas ou com perda da vida produtiva e sendo cuidadas por outros familiares por falta de acesso a um diagnóstico e um tratamento adequado.

E aqui eu termino com uma fala do nosso conterrâneo Guimarães Rosa: "O correr da vida embrulha tudo, a vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta". E que bom que nós estamos inquietos neste momento. Esta inquietude nos motiva e nos leva adiante, porque o que a vida quer da gente é coragem. E assim iremos. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Doutora. Obrigada. Brilhante, brilhante a sua fala!

Dra. Daniele.

Herval, vou passar para a Daniele, porque as mulheres têm prioridade.

Está bom, Daniele?

A SRA. DANIELE AMERICANO (Para expor.) – Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou começar dizendo que eu estou muito emocionada de estar aqui hoje. Eu participei de uma audiência pública pela instituição do Dia da Conscientização da Neuromielite Óptica, em 2017, com o Senador Romário. E a Loni, que é a assessora dele, comentou: "Que bonito que hoje a gente tem uma plenária cheia de pessoas vestindo verde que são pacientes e seus familiares".

Naquela ocasião, a gente tinha cinco pacientes. E a gente tentou... Ter essas pessoas aqui hoje significa que a gente está conseguindo reuni-las, elas estão tendo acesso à informação, elas estão tendo contato com outras pessoas.

E eu queria primeiro pedir uma salva de palmas para essas pessoas que estão aqui hoje e que estão também assistindo a gente pela internet. (*Palmas.*)

Eu, enquanto Presidente da NMO Brasil, estou aqui por vocês. A NMO Brasil, a gente sempre fala, é de paciente por paciente. O nosso trabalho é esse, porque a gente passa por essas coisas que a Dra. Samira colocou, o Dr. Herval colocou, a Cleide trouxe, o Antoine trouxe, a gente sabe de cada um à sua maneira. Mas eu, quando tive meu diagnóstico, meu filho tinha dez anos. Quando meu dedo mexeu a primeira vez, porque eu perdi todos os movimentos do peito para baixo, eu tenho um vídeo dele que é muito emocionante em que ele fala assim: "Essa é a minha mãe", porque eu fiquei seis meses internada e foi muito difícil meu diagnóstico. E eu não esperava me emocionar agora. (*Manifestação de emoção.*)

Então eu queria agradecer a todos vocês presentes, ao Dr. Herval e à Dra. Samira, que são do corpo científico da NMO Brasil – a gente tem muito orgulho disso –; ao Gustavo, da CDD; ao Antoine; à Cleide; à senhora; ao Dr. Hiran; à Deputada Rosangela Moro; e a todos os outros da Comissão.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DANIELE AMERICANO – É muito importante o apoio de vocês.

E queria dizer que a gente tem uma carta da Coalizão NMO, que é uma coalizão pelas pessoas com neuromielite óptica. E a gente traz aqui os pontos, só complementando o que o Gustavo trouxe, são pontos muito relevantes, são pontos que a gente precisa que sejam revistos: a aprovação urgente do Projeto de Lei 2.236, de 2022, que a gente já colocou; a revisão da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recomendação final da Conitec; e definições mais claras sobre o estabelecimento das linhas de cuidados para a NMO.

Eu queria de novo agradecer. É isso. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Daniele. Muito, muito obrigada.

E nós vamos ouvir agora o Herval.

Três minutos, Herval.

Depois a gente quer a carta, tá?

O SR. HERVAL RIBEIRO SOARES NETO (Para expor.) – Senadora, também agradeço a oportunidade de estar aqui como médico, trazendo voz à neuromielite óptica, a essa causa dos pacientes. Eu acho que a neuromielite óptica mostra como é difícil dar o primeiro passo.

A impressão no Brasil é de que, quando a gente tem um protocolo, por exemplo, como já existe da esclerose múltipla, é mais fácil aprimorar, é mais fácil incluir uma nova terapia, é mais fácil modificar um exame, mas o primeiro passo numa doença que não tem um diagnóstico no SUS, não tem um tratamento no SUS, parece que é o mais difícil.

Na primeira submissão de uma tecnologia para a Conitec, este ano, para neuromielite óptica, após a aprovação da primeira medicação aprovada pela Anvisa no ano passado, o que a gente ouviu da Conitec é que o tema tem relevância, que não há dúvida da eficácia dessas novas medicações *on-label* para neuromielite óptica, mas que não há espaço na lista deste ano para essa discussão.

E isso conflita com a urgência de uma doença que, quando o surto ocorre, em uma semana o paciente pode estar cego, em uma semana o paciente pode estar dependente de uma cadeira de rodas, em uma semana o paciente pode evoluir para uma insuficiência respiratória e para óbito.

Então, eu queria novamente trazer essa questão de que muitas vezes, em neurologia, nós nos sentimos impotentes porque nós temos doenças neurológicas raras que a ciência ainda não descobriu um tratamento para parar essa doença, como, por exemplo, que eu já comentei, a esclerose lateral amiotrófica (ELA). Agora, a gente se sente mais impotente ainda quando a ciência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

já descobriu. A gente sabe que, com o remédio, um paciente que perdeu uma visão não vai perder outro olho; um paciente que está com dificuldade de andar, se a gente instituir esse remédio, pode não ter um novo surto e não ir para a cadeira de rodas. Só que existe, está aprovado na Anvisa, e a gente não consegue dar acesso a esse paciente.

(*Soa a campainha.*)

O SR. HERVAL RIBEIRO SOARES NETO – Durante a medicina, a gente é formado para atuar individualmente: o Herval com cada paciente dele. A neurologia ensinou para a gente que, às vezes, o nosso papel, quando é coletivo, é ainda mais poderoso. Então, estar numa audiência pública como hoje, trazendo o que a gente vive com vários pacientes há mais de dez anos faz mais sentido ainda o que é ser médico. Então, eu agradeço essa oportunidade.

E eu espero que, daqui a alguns anos, a gente esteja aprimorando um protocolo e uma linha de cuidado já existente para todos esses pacientes aqui com neuromielite óptica.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dr. Herval.

Enquanto eu passo a palavra para a Cleide, eu queria falar com aquela mãe. A TV Senado pode filmar?

Na verdade, eu vou fazer diferente. Como essas crianças ficaram quase três horas aqui sentadas, quietas, participando? Eu queria chamar a mãe: sente aqui. Nós vamos encerrar essa reunião com você e sua menina aqui sentadinha. Eu acho que o Brasil tem que ver uma criança participando de um debate tão sério. Ela está com os dois filhos. Os dois são pacientes?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ela que é a paciente. Ela que ficou três meses internada recentemente com duas crianças. Eu queria que a Secretaria providenciasse mais uma cadeira para o menino. Vai ficar aqui uma família – nós vamos encerrar –, porque ela participou do debate, gente. Olha como ela é linda! Quietinha, participando. Bem-vinda!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos ouvir agora a Cleide.

Cleide, responda àquela última pergunta, está bom?

A SRA. CLEIDE DE LIMA PIRES (Para expor.) – Em relação a como o acesso vai chegar aos espaços a que não chega – até a medicina sanitarista é difícil de chegar –, para mim, enquanto pessoa que trabalha com associação, mesmo a gente levando um trabalho multidisciplinar para diversas regiões, é muito difícil e complexo responder a isso, porque não deveria ser uma atividade de uma associação, como a gente tem feito. O treinamento, como todas as associações aqui estão se colocando para informar, para atuar em áreas, é para vir do Governo, é para a gente ser assistido. E aí a gente se coloca num lugar que precisa criar essa assistência, organizar uma estrutura de gestão para poder dar conta de uma coisa, quando não é a gente que deveria estar se preocupando com isso.

Eu sinto muito quando as pessoas, principalmente do Norte e do Nordeste, e de várias outras regiões do Brasil que não são necessariamente Norte e Nordeste, mas que também estão lá mais periféricas nos seus estados, não conseguem ter acesso ao tratamento que minimamente hoje é disponibilizado. Eu sinto muito quando eu vejo tantas perguntas ali que são dessas regiões. São as pessoas que estão desassistidas mesmo.

A gente tem... "Ah, porque o pessoal lá do Norte e do Nordeste não está conseguindo assistência", mas a gente tem pessoas – inclusive, nessa semana, uma nos procurou – do Rio de Janeiro que também estão sem conseguir fazer exame para poder fechar o diagnóstico, da capital...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. CLEIDE DE LIMA PIRES – Exatamente, Brasília. Não têm acesso para chegar ao local de fazer o exame para ter um diagnóstico. E a gente está falando aqui de grandes capitais.

Então, eu sinto muito de verdade por todo esse público e por todos esses pacientes que, infelizmente, sofrem com negligência já histórica não só em relação à NMO, mas em relação à saúde como um todo.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CLEIDE DE LIMA PIRES – E eu espero que a gente consiga, a partir de movimentos como esse de coalizão, fazer com que as instituições percebam que não só a NMO existe, mas que existem regiões no Brasil que também precisam ser vistas e que esses acessos precisam ser estruturados, padronizados, regulados para que cheguem lá. Como vai chegar lá? Isso a gente precisa definir.

Então, mais uma vez, coloco aqui à disposição toda a coalizão para a gente entrar para fazer parte dessas conversas, dessas discussões, desse processo de decisão, porque essa decisão precisa ser tomada junto com quem está vivendo tudo isso, junto com quem está vendo o que está acontecendo, junto com esses pacientes que se reúnem e estão juntos para, literalmente, brigar. A gente está cansado de não ter assistência, de judicializar o que não precisa, de bater em porta, e não conseguir nada.

Sinto muito mesmo por tudo isso que acontece. E é para isto que estamos aqui todos unidos: para que consigamos chegar a lugares a que não chegamos até agora.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Você está bem, Cleide? Você vai ficar bem? Tudo bem?

A SRA. CLEIDE DE LIMA PIRES – Tudo ótimo.

Eu acho que, a partir do momento em que a gente tem um espaço como esse aqui para tratar, para falar, para ser ouvido, para que a gente mostre que os trabalhos que as associações fazem são trabalhos extremamente sérios, extremamente profissionais, isso já traz para a gente um conforto de entender que ao menos estamos tendo lugar – e não só um lugar de fala, mas o lugar também de ação. E essa ação pode ser contínua, pode ser continuada, pode ser em grupo, pode ser unificada.

Então, eu fico muito feliz e honrada de poder estar aqui. E agradeço por toda sua disponibilidade de apoiar nossa causa.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Cleide.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dr. Daher, três minutos.

O SR. ANTOINE DAHER (Para expor.) – Obrigado mais uma vez.

Eu acho que aqui a maior prova de que nós chegamos a um ponto de maturidade é que conseguimos colaborar muito com o Ministério da Saúde e com a Conitec para que a gente tenha um plano não apenas de incorporação, mas da linha de cuidado.

Aliás, já começamos, em Porto Alegre – gostaria de falar também com os Doutores presentes aqui –, na Casa dos Raros em Porto Alegre, junto com os profissionais que tratam mais a NMO no Rio Grande do Sul, um trabalho de montar protocolos adequados e ter uma linha de cuidado adequada a todos os pacientes. Esse trabalho pode também colaborar com a Conitec para ter esses protocolos.

O gargalo aqui que eu vejo não é apenas a NMO, porque ela é muito parecida com as demais doenças raras. Enquanto nós não temos um plano nacional completo para enfrentamento das doenças raras, um plano que vise à sustentabilidade, e não temos um orçamento... E, para isso, temos que ter uma secretaria de atenção especial para as doenças raras com orçamento próprio. Nós não podemos mais tratar as doenças raras à margem das outras doenças. Estamos falando de mais de 13 milhões de pessoas, mas, na verdade, são mais de 40, 50 milhões, porque a família toda adoece. É diferente. Nós não estamos conseguindo enxergar o impacto que nós temos aqui. É muito fácil: estamos criando unidades básicas de saúde, hospitais que virarão elefante branco num futuro próximo, sem focar a medicina de precisão, sem focar as novas tecnologias, sem focar aquilo que a medicina vai exigir de nós nos próximos cinco anos. Será que ninguém está olhando os novos horizontes?

Aliás, tem um departamento específico de monitoramento de novos horizontes tecnológicos em doenças raras também no Ministério da Saúde.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTOINE DAHER – Essa obrigatoriedade... Antes de chegar a qualquer tratamento inovador, tem que fazer o dever de casa, fazer o PCDT, para ver se realmente vale a pena ou não, de uma forma mais democrática, incorporar aquele produto ou não. Nós não estamos falando aqui só de medicamento: 95% das doenças não têm tratamento medicamentoso, mas tem como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mudar a qualidade de vida do paciente através de um plano de manejo correto, encurtar a jornada do paciente, com um diagnóstico precoce, fazer um trabalho integral dos profissionais de saúde, para atender de uma forma integral. Hoje o paciente fica pipocando de serviço para o outro, leva cinco anos para passar por equipe multidisciplinar; enquanto está esperando um especialista correto, ele não está em casa brincando, ele está sendo internado várias vezes por ano, fazendo procedimentos errados, exames desnecessários, para chegar a um especialista, quando tem sorte de chegar a um especialista. E a mãe está tomando medicamento para depressão, porque ela não dorme; o marido já a deixou em casa. Nós fizemos uma pesquisa na Febrararas, 72% das mães viraram solteiras após descobrirem doença rara dos filhos. O marido infelizmente a larga, deixa-a sozinha, sem trabalho, sem nada. Então, isso também é custo-efetividade. Cadê o custo disso?

Então, o plano não deu certo. O Ministério da Saúde tem que entender que o plano atual de enfrentar as doenças raras no âmbito dos SUS não deu certo. E não vai dar certo se a gente não mudar junto com todos os *players*, com todos os interessados. O mais importante é o que vive na ponta. A FDA, a maior agência de regulação de medicamento do mundo – isto já está provado –, não faz incorporação, não faz registro de medicamento sem ouvir, sem incorporar a decisão dos familiares, porque já foi provado que quem vive com as doenças raras tem outra visão.

Então precisamos, juntos... E aqui temos a Senadora que lutou, desde o início da carreira política dela, pelas doenças raras, por todos que necessitam. Então, Senadora, eu lhe peço que incorpore essa luta conosco, para a gente mudar não apenas para a NMO, mas para todas as doenças raras. Precisamos de um plano mais robusto nacional de enfrentamento.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Nós não temos mais nenhum convidado para falar, mas a gente tem a Karina. E a Karina vai falar dois minutos. Karina é mãe de Laura e de Lucas e Karina é paciente. Até plaquinha a Karina já ganhou aqui na mesa.

Karina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. KARINA DOMINGUES (Para expor.) – Quero também agradecer essa oportunidade. Eu vim aqui representando – nem esperava essa fala – os pacientes de NMO, mães de família.

Quando eu tive diagnóstico, há nove anos, de NMO, meu filho mais velho, que agora está com onze, ele tinha na época quase dois aninhos, acompanhou todo o processo. Ele foi, de certa forma, um cuidador também. Graças a Deus, eu tive apoio da minha família também, a família completa, uma rede de apoio, mas muitas vezes ele pegava a minha perna, puxava para fora da cama, porque eu fiquei sem andar por bastante tempo também, e ele falava: "Vem, mamãe". Então, eu falo que os meus filhos eram minha força para me recuperar, para conseguir superar.

E eu já estava superestável com um tratamento *off-label* quando a gente resolveu ter a Laurinha, aumentar a família – a NMO estava estável –, mas, por conta dos tratamentos *off-label*, agora, no final do ano, eu tive uma série de infecções, mais três pneumonias e meningite.

E foi muito difícil, com filhos pequenos...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. KARINA DOMINGUES – ... por três meses internada, entre idas e vindas, e não sabendo se eu ia conseguir voltar para casa – eles também são a minha força –, por conta dessas infecções de tratamento *off-label*. A gente precisa dos tratamentos *on-label*, a gente precisa do tratamento correto. Internação em UTI, longe da família... Meu marido ficou ali com as crianças, todo mundo, meus pais também ajudaram a cuidar, mas meus filhos precisam da mãe. E quantos outros pacientes também precisam?

Graças a Deus, eu tenho acesso a tratamento rápido, uma médica excelente, que é uma grande amiga também, e estou aqui hoje, mas quantos pacientes a gente conhece que não tiveram a mesma sorte? A gente teve muitos pacientes já, muitos amigos, que, infelizmente, faleceram por conta de infecções. Então, a gente precisa de tratamento.

Eu agradeço muito esta oportunidade de estar aqui.

E aqui o Luquinhas e a Laurinha querem entregar a carta da coalizão. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Olha aqui, estou recebendo a carta, e a Secretaria já informou que nós vamos anexar a carta no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

site da Comissão, desta audiência, mas nós vamos encaminhá-la também para ficar anexa ao projeto de lei. Ela vai ficar disponível para todos, para quem quiser baixar a carta depois. A gente a recebe...

E eu acho que essa imagem aqui é muito forte. Eu vi que nossos fotógrafos se posicionaram ali, e a TV Senado fez uma imagem. Quem sabe essa imagem aqui hoje pode ser a de um dia histórico para todos nós, o início de uma nova história para a ABNMO, para todos vocês e para os pacientes?

Mas eu vou fazer o meu encaminhamento também. O meu encaminhamento é: não nos deixem esquecer. A gente se perde nesta Casa. São muitos os desafios, muitas as lutas, mas vocês vão ter uma responsabilidade de não deixar nenhum Senador se esquecer da NMO. Esse é o papel de vocês, porque, se vocês nos deixarem esquecer dela, a gente vai se esquecer. Então, olhem a importância de vocês estarem aqui.

Há 25 anos, eu ficava nos corredores procurando um Senador envolvido com a causa – você se lembra disso. Nós já tivemos audiência pública aqui com uma pessoa no auditório e um Senador. Olhem este Plenário aqui hoje – e muitas pessoas já precisaram sair –, olhem este Plenário aqui hoje, olhem a grandeza desse debate.

Hoje a gente tem inúmeros Senadores envolvidos com a causa das doenças raras, nós temos uma Subcomissão, nós temos lá na Câmara uma frente parlamentar, nós temos um comitê entre Senadores, Deputados e outros especialistas! Nós estamos em um momento com que eu sonhava há 25, 30 anos, como assessora, nos bastidores, nos corredores. Mas esses avanços só foram conquistados por causa de vocês.

Então, por favor, incomodem-nos e lembrem-nos o tempo todo da NMO. Essa é a missão de vocês.

Nó saímos desta audiência com encaminhamentos, com documentos, com testemunhos emocionantes. Eu acho que foi uma aula. Uma audiência desta é um curso de mestrado, Doutores, é uma aula para todos nós.

Eu agradeço a presença de todos que vieram, à OAB, a todas às famílias, às instituições e aos Senadores que passaram por aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada.

Agradeço ao nosso Presidente da Comissão, Senador Humberto, e ao autor do requerimento, o Senador Hiran, que é uma pessoa extremamente sensível a todas essas causas. Obrigada.

Eu acho que a gente termina este semestre com um debate rico no Senado Federal, mas não vai ficar só no debate, nós vamos dar respostas.

Muito obrigada, Laurinha, muito obrigada, Lucas, e a todos vocês. (*Palmas.*)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada.

(*Iniciada às 15 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 10 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 24ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE JULHO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às dez horas e vinte minutos do dia dez de julho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Humberto Costa, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Jayme Campos, Ivete da Silveira, Leila Barros, Izalci Lucas, Alan Rick, Carlos Viana, Alessandro Vieira, Flávio Arns, Zenaide Maia, Jussara Lima, Paulo Paim, Otto Alencar, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Teresa Leitão, Fabiano Contarato, Romário e Damares Alves, e ainda dos Senadores Beto Faro, Marcos do Val, Angelo Coronel e Lucas Barreto, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Giordano, Styvenson Valentim, Mara Gabrilli, Ana Paula Lobato, Eduardo Girão, Wilder Morais, Laércio Oliveira e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Antes de dar prosseguimento à apreciação da pauta, a presidência procede à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1815, de 2024 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, e dá outras providências, e a Lei nº 14.509, de 27 de dezembro de 2022, que dispõe sobre o percentual máximo aplicado para a contratação de operações de crédito com desconto automático em folha de pagamento; altera a Lei nº 14.431, de 3 de agosto de 2022; revoga dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; e dá outras providências, para suspender, por 180 (cento e oitenta) dias, o pagamento das obrigações de operações de créditos consignados em benefícios previdenciários de aposentados e pensionistas abrangidos pelo reconhecimento de estado de calamidade pública objeto do Decreto Legislativo nº 36, de 7 de maio de 2024." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto, nos termos da Emenda nº 4-CAS (substitutivo). Substitutivo adotado definitivamente em turno suplementar. **Observação:** Foi realizado o turno suplementar e, não havendo emendas apresentas, o substitutivo foi definitivamente adotado sem votação. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 5307, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui a Política Nacional de Conscientização e Orientação sobre as Doenças Inflamatórias Intestinais – Doença de Crohn e Retocolite Ulcerativa - e Assistência aos Portadores." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com seis emendas (de redação) que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1-CAS (de redação) a 6-CAS (de redação). **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 194, de 2022 - Não Terminativo -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que: "Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a transferência de empregado público cujo cônjuge ou companheiro tenha sido deslocado no interesse da administração pública." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator para reexame. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1397, de 2021 - Terminativo -** que: "Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a rescisão do contrato de trabalho." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator para reexame. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 2840, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera o § 3º do art. 392 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e insere o art. 71-D na Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a licença-maternidade e o salário-maternidade, em caso de parto antecipado." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (substitutivo), com uma subemenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 3190, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.636, de 20 de março de 2018, para aprimorar e fomentar o microcrédito e as microfinanças." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Jorge Seif (PL/SC), Senadora Margareth Buzetti (PSD/MT), Senador Weverton (PDT/MA), Senador Jaime Bagattoli (PL/RO), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senador Carlos Portinho (PL/RJ), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), Senadora Tereza Cristina (PP/MS), Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT), Senadora Teresa Leitão (PT/PE), Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senadora Leila Barros (PDT/DF), Senador Dr. Hiran (PP/RR), Senador Alan Rick (UNIÃO/AC), Senadora Zenaide Maia (PSD/RN), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR), Senador Chico Rodrigues (PSB/RR), Senadora Ivete da Silveira (MDB/SC), Senador Flávio Arns (PSB/PR), Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Romário (PL/RJ), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). **Relatoria:** Senadora Ana Paula Lobato. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido da relatora. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 3898, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta § 5º ao art. 88 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para prever a atuação do Serviço Social nos hospitais públicos." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Dr. Hiran. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 5993, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta § 6º ao art. 206 da Lei nº 10.406, de 10 de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

janeiro de 2002 (Código Civil), a fim de dispor sobre a prescrição da pretensão de reparação civil em favor da vítima de assédio sexual praticado no âmbito das relações de trabalho." **Autoria:** Senadora Ana Paula Lobato (PSB/MA). **Relatoria:** Senadora Jussara Lima. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAS. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 70, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater Políticas Públicas de Prevenção e Combate às Doenças Cardiovasculares, em comemoração ao Mês de Setembro." **Autoria:** Senador Dr. Hiran (PP/RR). **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 71, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2687/2022, que "classifica o diabetes mellitus tipo 1 (DM1) como deficiência, para todos os efeitos legais"." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (MDB/SE). **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 72, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 71/2024 - CAS, com o objetivo de instruir o PL 2687/2022, que "classifica o diabetes mellitus tipo 1 (DM1) como deficiência, para todos os efeitos legais" seja incluída a convidada que especifica." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP). **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 73, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater aspectos relacionados à linfangioleiomiomatose, doença pulmonar rara e incurável, conhecida como LAM." **Autoria:** Senador Alan Rick (UNIÃO/AC), Senador Humberto Costa (PT/PE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 76, de 2024** que: "Requer, nos termos dos artigos 90, incisos II e XIII, e 93, inciso II, todos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligências, visitação in loco e audiência pública nas áreas atingidas pela Barragem de Itaparica, que abrange municípios dos Estados de Pernambuco e da Bahia, um composto das cidades de Petrolândia, Floresta, Itacuruba, Belém do São Francisco, Cabrobó, Orocó, Santa Maria da Boa Vista, em Pernambuco e Rodelas e Barra do Tarrachil, na Bahia, a fim de verificar a situação dos reassentamentos e problemas relacionados à moradia e ao trabalho das populações atingidas." **Autoria:** Senador Humberto Costa (PT/PE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 75, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre a reforma tributária e seus impactos para a Saúde." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PDT/DF), Senador Humberto Costa (PT/PE). **Resultado:** Aprovado. Antes de encerrar a reunião, a presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e oito minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Humberto Costa
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/07/10

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e a todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 24ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 22ª e 23ª Reuniões.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores o recebimento de vários expedientes:

– Cópias de ofícios e moções de Câmaras Municipais e Assembleias Legislativas, contendo considerações sobre a Resolução 2.378, de 2024, do Conselho Federal de Medicina, que regulamenta o ato médico de assistolia fetal para a interrupção da gravidez, nos casos de aborto previstos em lei, oriundos de estupro;

– Cópias de ofícios e moções de Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas, ministérios e entidades, contendo considerações sobre questões trabalhistas, assistência social e temas relacionados à saúde.

Os expedientes se encontram à disposição na Secretaria desta Comissão, e fica consignado o prazo de 15 dias para manifestação das Senadoras e dos Senadores, a fim de que sejam analisados pelo Colegiado. Caso não haja manifestação, os documentos serão arquivados ao final do prazo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão.

A reunião contará com a possibilidade de as Senadoras e os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital nas deliberações nominais, como nas matérias terminativas.

Informo que os itens 3, 4 e 6, Projetos de Lei 194, de 2022; 1.397, de 2021; e 3.190, de 2023, foram retirados de pauta a pedido dos Relatores, o Senador Fabiano Contarato e a Senadora Ana Paula Lobato.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 194, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a transferência de empregado público cujo cônjuge ou companheiro tenha sido deslocado no interesse da administração pública.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 1397, DE 2021

- Terminativo -

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a rescisão do contrato de trabalho.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 3190, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.636, de 20 de março de 2018, para aprimorar e fomentar o microcrédito e as microfinanças.

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC) e outros

Relatoria: Senadora Ana Paula Lobato

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.)

Vamos iniciar a nossa pauta... Vamos começar com o Projeto de Lei, terminativo, nº 1.815, de 2024.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 1815, DE 2024

- Terminativo -

Altera a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, e dá outras providências, e a Lei nº 14.509, de 27 de dezembro de 2022, que dispõe sobre o percentual máximo aplicado para a contratação de operações de crédito com desconto automático em folha de pagamento; altera a Lei nº 14.431, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

3 de agosto de 2022; revoga dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; e dá outras providências, para suspender, por 180 (cento e oitenta) dias, o pagamento das obrigações de operações de créditos consignados em benefícios previdenciários de aposentados e pensionistas abrangidos pelo reconhecimento de estado de calamidade pública objeto do Decreto Legislativo nº 36, de 7 de maio de 2024.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Relatoria: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

1- A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, com parecer favorável ao Projeto.

2- Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.

Autoria do Senador Paulo Paim, que está sendo homenageado neste momento, no Plenário do Senado, com a Medalha Dom Hélder Câmara.

A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, com parecer favorável ao projeto, com três emendas.

Concedo a palavra à Senadora Zenaide Maia para a leitura do relatório.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Como Relatora.) – Sr. Presidente Humberto Costa, isso aqui é para ajudar, beneficiar a população do Rio Grande do Sul, de cujas dificuldades todos nós estamos sabendo.

Eu queria pedir licença para ir direto à análise.

Conforme disposto no art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal (Risf), compete à CAS manifestar-se sobre matérias pertinentes a previdência e assistência social e assuntos correlatos, temáticas abrangidas pelo projeto em análise. Por incumbir a este Colegiado a apreciação do PL nº 1.815, de 2024, em sede terminativa, também é necessária a análise da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

admissibilidade da matéria, sob os prismas de sua constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa.

Em relação à constitucionalidade formal, direito civil e política de crédito são matérias de competência legislativa privativa da União, conforme preceitua o art. 22, incisos I e VII, da Constituição Federal. A proposição está, portanto, no âmbito da competência legislativa do Congresso Nacional, por força do art. 48, *caput*, da Constituição Federal, cabendo a iniciativa a qualquer Parlamentar.

Já em relação à constitucionalidade material, a proposição está alinhada aos princípios mais nobres da nossa Constituição. É essencial considerar a proporcionalidade e a razoabilidade da medida diante da trágica situação excepcional em que se encontra o Estado do Rio Grande do Sul. A suspensão temporária das cobranças de empréstimos consignados para aposentados visa proteger os direitos fundamentais desses cidadãos, especialmente o direito à dignidade e à subsistência.

Alguns podem argumentar que o PL em análise pode violar princípios como a livre iniciativa e outros da ordem econômica. No entanto, em momentos como este, devemos lembrar dos objetivos maiores da nossa Constituição Cidadã: promover uma sociedade justa, solidária e livre de desigualdades sociais e regionais. Portanto, a medida não só respeita os princípios constitucionais, mas também reforça o compromisso do Estado em assegurar a dignidade humana e a proteção social em tempos de crise.

Ademais, também não identificamos quaisquer vícios de juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa na proposição em análise, estando sua tramitação em perfeita consonância com o Risf e com a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Realizada a análise de admissibilidade, passamos agora ao mérito.

Segundo o último Boletim Estatístico da Previdência Social, de fevereiro deste ano, o valor médio dos benefícios previdenciários e assistenciais urbanos é de R$1.863,38 e, rurais, de R$1.415,06. Com esses valores, as pessoas idosas precisam comprar remédios – que são muito mais caros e necessários para esta faixa etária –, custear alimentação, moradia e pagar contas. Ou seja, como a maioria dos brasileiros, precisam sobreviver. No final do mês, essa conta não fecha,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e muitos acabam recorrendo a empréstimos consignados. A necessidade não espera, gente, e, com o crédito disponível, elas não têm muita escolha.

A vida, que já é difícil, pode piorar inesperadamente. De repente, um desastre climático destrói tudo o que foi construído ao longo de anos de trabalho e luta. A casa já não existe mais; os móveis, roupas e itens pessoais se foram. Como recomeçar se inicialmente já se tinha tão pouco?

A maioria dos aposentados atingidos pelas enchentes no Rio Grande do Sul se encontra em uma situação desesperadora. Em momentos como este, precisamos agir não apenas como Parlamentares desta Casa de Leis, mas também como membros de uma sociedade dotada de empatia, dispostos a fazer o que for necessário para ajudar essas pessoas. Esta proposição dará um alívio, ainda que pequeno, para aqueles que estão enfrentando essa calamidade pública, pois permitirá que, durante seis meses, eles tenham um dinheiro extra para, pelo menos, recuperar um pouco de sua dignidade.

Além disso, apresentamos uma proposta de substitutivo que incorpora as necessárias e excepcionais contribuições contidas nas Emendas nºs 1, 2 e 3 da CAE, de autoria do Senador Otto Alencar, que, acertada e atentamente, expandem essa ajuda para uma população altamente necessitada: os beneficiários de programas federais de transferência de renda – como o Bolsa Família – e também os titulares do benefício de prestação continuada. A título de exemplo, as regras de elegibilidade do Bolsa Família exigem que a pessoa esteja em situação de pobreza, com uma renda *per capita* de R$218 – ou seja, um quarto de salário mínimo –, conforme o inciso II do art. 5º da Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023. Desse modo, como o valor pago por esses programas sociais é baixo, a parcela do empréstimo também é. Assim, para as instituições financeiras, essa suspensão não resultará em grandes perdas, mas, para a pessoa que recebe R$600 mensais e vive na linha da pobreza, qualquer valor a mais, durante esse momento difícil, fará muita diferença.

Por fim, o substitutivo que propomos, em vez de impor a suspensão automática para todos os beneficiários, visa conceder o direito à suspensão, por 180 dias, do pagamento das obrigações de operações de créditos consignados durante a vigência do Decreto Legislativo nº 36, de 7 de maio de 2024, que reconheceu o estado de calamidade pública no Rio Grande do Sul. Dessa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

forma, embora a suspensão não seja automática, todos os aposentados, pensionistas e beneficiários do benefício de prestação continuada e de programas federais de transferência de renda, que assim desejarem, terão a opção de solicitar a suspensão dos pagamentos, mediante expressa requisição perante a instituição financeira credora. Ademais, essa requisição deverá ser realizada até 31 de dezembro de 2024 – pois este é o período fixado no supracitado decreto legislativo para o estado de calamidade pública – e, a partir de sua realização, suspender-se-ão os pagamentos pelos 180 dias subsequentes.

O voto, Sr. Presidente.

Ante as razões apresentadas, votamos pela aprovação do Projeto de Lei (PL) nº 1.815, de 2024, na forma do seguinte Substitutivo, e pela rejeição das Emendas nºs 1, 2 e 3 da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Pronto. O.k. Essa é a leitura.

Eu queria explicar aqui, Presidente, antes de V. Exa. falar, dizendo o seguinte: essa mudança foi porque não se falava que as pessoas podiam solicitar. Pode ter alguém com empréstimo consignado que não queira prorrogar seu débito. Então, eu achei interessante colocar isso aqui.

Sobre a colocação das pessoas beneficiadas pelo Bolsa Família e pelo benefício de prestação continuada, se eles têm o direito de fazer o empréstimo consignado e descontado em folha, teria que estar, porque, de todos que são apresentados aqui, eles são os mais vulneráveis. Por isso, eu peço aqui o apoio de todos os colegas.

É hora de fato de ajudar os nossos irmãos do Rio Grande do Sul. Este olhar, por exemplo, os bancos: isso aqui são bancos. Se fosse um projeto de lei meu, eu proporia que esses 180 dias de prorrogação perdoassem essas dívidas, mas aqui não é o caso.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação, o substitutivo, nos termos do relatório apresentado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A votação é nominal.

Quem vota com o Relator, com a Relatora, vota "sim". Quem vota contrariamente ao projeto e à Relatora, vota "não".

Está aberta a votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Enquanto isso, vamos continuar aqui com os projetos da pauta de hoje.

O nº 2 é um projeto da Câmara dos Deputados.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 5307, DE 2019

- Não terminativo -

Institui a Política Nacional de Conscientização e Orientação sobre as Doenças Inflamatórias Intestinais – Doença de Crohn e Retocolite Ulcerativa - e Assistência aos Portadores.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Favorável ao Projeto, com seis emendas (de redação) que apresenta.

Com a palavra, o Senador Flávio Arns, para a leitura do relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – Agradeço, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, ainda quero cumprimentá-lo publicamente pelo aniversário...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Obrigado, obrigado...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... nesta semana. Saúde, paz, felicidades, pois sempre acho que essas são as coisas mais importantes na vida.

Fazendo uma síntese do relatório, de acordo com a proposição, a referida política será desenvolvida de forma integrada pelos entes da Federação, por meio do SUS (Sistema Único de Saúde), e compreenderá as seguintes ações: campanhas de divulgação sobre essas doenças, com destaque para as escolas, com vistas a assegurar os cuidados aos pacientes em idade escolar e a prevenção de *bullying*; mutirões de colonoscopias em hospitais públicos, priorizando os casos suspeitos de doenças inflamatórias intestinais; parcerias e convênios entre órgãos públicos, entidades da sociedade civil e empresas privadas; e a adoção de programas de encontros mensais entre associações de pacientes e doentes recém-diagnosticados, para acolhimento e orientação. O projeto de lei, portanto, que trata da Política Nacional de Conscientização e Orientação sobre as Doenças Inflamatórias Intestinais – Doença de Crohn e Retocolite Ulcerativa, também prevê a fixação de prazo de 30 dias, após a primeira consulta em postos de saúde, para a realização de exames laboratoriais e de imagem em pacientes suspeitos de doenças inflamatórias intestinais. Ele determina ainda que pacientes que estejam em situação de restrição de liberdade ficarão em celas separadas, nos períodos de crise dessas doenças; além disso, cria a campanha Maio Roxo, a ser realizada, anualmente, no mês de maio, durante a qual serão intensificadas as ações descritas anteriormente. Por fim, a cláusula de vigência estabelece que, caso aprovada, a lei entrará em vigor após 180 dias da data de sua publicação.

Na justificação, o autor, que é o Deputado Domingos Sávio, argumenta que, a despeito dos relevantes impactos sanitários, econômicos e sociais dessas doenças, o ordenamento jurídico não dispõe de normas especificamente voltadas para o manejo dessas enfermidades e para o atendimento aos pacientes.

A proposição, que não recebeu emendas, será analisada exclusivamente por esta Comissão, a CAS, e pelo Plenário.

Na sequência, Sr. Presidente, fazemos uma análise de todos esses argumentos, já disponibilizada no relatório completo à disposição dos Senadores e Senadoras, detalhando isso que acabamos de mencionar, um projeto muito importante. E chegamos, então, finalmente ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

voto. E, no voto, a gente coloca que, ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.307, de 2019, cumprimentando o Deputado Domingos Sávio, com algumas emendas de redação – quer dizer, também com algumas emendas, mas todas de redação. Inclusive, já discutimos com a Secretaria-Geral da Mesa, que realmente apontou que todas elas se encaixam, dentro daquilo que preceitua o Regimento, como emenda de redação.

Então, nesse sentido, o voto é pela aprovação do projeto de lei, com as emendas de redação já disponibilizadas aos Senadores e Senadoras.

E quero cumprimentar o Deputado pela necessidade e cumprimentar principalmente a área, que, inclusive, entrou em contato com a gente para falar da importância de se ter essa política nacional de conscientização e orientação sobre as doenças inflamatórias intestinais, repito, doença de Crohn e retocolite ulcerativa, e também a assistência, como atender bem as pessoas que porventura sejam acometidas dessa doença inflamatória.

É o relatório, é a análise e é o voto, Sr. Presidente, com as emendas de redação.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não.

Agradeço a V. Exa. pelo relatório.

Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação, o relatório.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1-CAS, de redação, e 6-CAS, de redação.

A matéria vai ao Plenário. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, eu vou necessitar, daqui a pouco, sair para ir até a Comissão de Relações Exteriores, porque tenho alguns relatórios para apresentar, e gostaria de pedir aos Srs. Senadores que possam aprovar um requerimento que é de minha autoria.

Vou lê-lo.

EXTRAPAUTA

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 76, DE 2024

Requer, nos termos dos artigos 90, incisos II e XIII, e 93, inciso II, todos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligências, visitação in loco e audiência pública nas áreas atingidas pela Barragem de Itaparica, que abrange municípios dos Estados de Pernambuco e da Bahia, um composto das cidades de Petrolândia, Floresta, Itacuruba, Belém do São Francisco, Cabrobó, Orocó, Santa Maria da Boa Vista, em Pernambuco e Rodelas e Barra do Tarrachil, na Bahia, a fim de verificar a situação dos reassentamentos e problemas relacionados à moradia e ao trabalho das populações atingidas.

Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para encaminhar.) – Requeiro, nos termos dos arts. 90, incisos II e XIII, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligências, visitação in loco e audiência pública nas áreas atingidas pela Barragem de Itaparica, que abrange municípios dos Estados de Pernambuco e da Bahia, um composto das cidades de Petrolândia, Floresta, Itacuruba, Belém do São Francisco, Cabrobó, Orocó, Santa Maria da Boa Vista, em Pernambuco, e Rodelas e Barra do Tarrachil, na Bahia, a fim de verificar a situação dos reassentamentos e problemas relacionados à moradia e ao trabalho das populações atingidas.

As atividades deverão contar com a participação do Governo Federal, Chesf, Codevasf, governos municipais, Governo do Estado de Pernambuco, Justiça Federal, Justiça estadual, Ministérios Públicos Estaduais e Federal, sindicatos e associações de trabalhadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requeiro, ainda, autorização para que esta Comissão pleiteie à Direção do Senado Federal toda a logística para os trabalhos dos membros e da assessoria.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agora vamos para o item 8 da pauta.

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 5993, DE 2023

- Não terminativo -

Acrescenta § 6º ao art. 206 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), a fim de dispor sobre a prescrição da pretensão de reparação civil em favor da vítima de assédio sexual praticado no âmbito das relações de trabalho.

Autoria: Senadora Ana Paula Lobato (PSB/MA)

Relatoria: Senadora Jussara Lima

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Concedo a palavra à Senadora Jussara Lima para a leitura do relatório.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. Como Relatora.) – Bom dia, Exmo. Sr. Presidente, Senador Humberto Costa, Srs. Senadores e Sras. Senadoras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vem a exame desta Comissão de Assuntos Sociais (CAS) o Projeto de Lei nº 5.993, de 2023, de autoria da Senadora Ana Paula Lobato, que acrescenta o §6º ao art. 206 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), a fim de dispor sobre a prescrição da pretensão de reparação civil em favor da vítima de assédio sexual praticado no âmbito das relações de trabalho.

O projeto compõe-se apenas de dois artigos.

O art. 1º acrescenta o §6º ao art. 206 do Código Civil (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002), para determinar que o prazo prescricional será de cinco anos em casos de reparação civil em favor da vítima de assédio sexual realizado no âmbito das relações de trabalho, que começarão a correr a partir do encerramento do vínculo laboral.

O segundo art. contém cláusula de vigência imediata da lei, se promulgada.

A matéria foi remetida à CAS e à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa, competindo a esta última decidir em caráter terminativo.

A matéria não recebeu emendas até o presente momento.

Análise.

Quanto ao mérito, tendemos a nos inclinar por sua aprovação. A problemática do assédio sexual no ambiente de trabalho possui características específicas, derivadas sobretudo da dinâmica profundamente assimétrica e desigual da relação de emprego.

Efetivamente, como sabemos, a premência de a trabalhadora ou de o trabalhador manter seu emprego – decorrente da necessidade de possuir renda de subsistência – em consonância com o poder diretivo e econômico dos empregadores (diretamente ou por meio de seus administradores e prepostos) representa o elemento principal do assédio e da violência cometidos no ambiente de trabalho. É nesse âmbito em que uma parte detém grande poder sobre a outra que se desenrola o drama das relações de trabalho tóxicas e violentas.

Uma de suas características é a de que o assediador usa de seu poder para escamotear ou disfarçar a ocorrência da relação. Outra característica é a de que o empregado frequentemente se vê tolhido em sua capacidade de denunciar o ocorrido, de buscar sua correção ou reparação, em razão de sua necessidade de subsistência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, muitas vezes, somente depois da rescisão da relação de emprego é que a trabalhadora (ou trabalhador) consegue se manifestar, sendo que, a essa altura, a prescrição já abarcou o fato originário, tornando impossível a reparação civil e perpetuando a injustiça de que foi vítima.

O presente projeto busca justamente facilitar o acesso da vítima de assédio sexual à Justiça, ao ampliar o prazo prescricional e fixar, como início desse prazo, o término da relação empregatícia. Assim, reduzem-se as possibilidades de que os assediadores consigam escapar de seus atos e, reversamente, torna-se mais efetiva a atuação dos trabalhadores.

Nesse sentido, trata-se de medida de efetividade evidente, inserindo-se em uma abordagem mais ampla de combate ao assédio sexual, para, em última instância, dar voz, dar capacidade de ação às pessoas vitimizadas.

Assim, nesse sentido, a Convenção nº 190 da Organização Internacional do Trabalho, referente a assédio e violência no ambiente de trabalho – adotada em 2019 e infelizmente ainda não ratificada pelo Brasil –, assevera em seu Artigo 4º, que os países signatários deverão, dentre outras medidas:

– adotar um estratégia compreensiva para implementar medidas de prevenção e de combate à violência e ao assédio no trabalho;

– garantir o acesso a remédios legais e o apoio às vítimas;

– estabelecer as sanções pertinentes.

A presente proposição segue, justamente, essa orientação, ampliando a duração e, em última instância, a efetividade das medidas judiciais civis de responsabilização dos assediadores.

Voto.

Do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.993, de 2023, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº - CAS

Dê-se à ementa e ao art. 1º do Projeto de Lei nº 5.993, de 2023, a seguinte redação:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Acrescenta o inciso IV ao § 5º do art. 206 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para dispor sobre a prescrição da pretensão de reparação civil em favor da vítima de assédio sexual ou moral praticado no âmbito das relações de trabalho."
"Art. 1º O § 5º do art. 206 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso IV:"
"Art. 206. .....
§ 5º .....
IV – a pretensão de reparação civil em favor da vítima de assédio sexual ou de assédio moral praticados no âmbito das relações de trabalho, contado o prazo a partir do término do vínculo empregatício."

Esse é o meu voto, Sr. Presidente, Senador Humberto Costa.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Em discussão, o projeto. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação, o relatório.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Resultado: aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, da CAS.

A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça.

Voltamos aqui ao item 1.

Encerrada a discussão, não tendo sido obtido o quórum, fica adiada a votação...

Diante da necessidade que tenho de ir para a Comissão de Relações Exteriores, para relatar mais de uma indicação de embaixadores, eu gostaria de propor a dispensa da leitura da ata e a aprovação da ata nesta reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores e as Senadoras que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no Diário do Senado Federal.

Nada mais ... (*Pausa.*)

Bom, eu vou subscrever aqui um requerimento da Senadora Leila.

Consulto os Senadores e as Senadoras sobre a inclusão extrapauta do Requerimento nº 75, de 2024-CAS, apresentado pela Senadora Leila Barros. (*Pausa.*)

Não havendo óbices, faço a leitura aqui do requerimento.

EXTRAPAUTA

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 75, DE 2024

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre a reforma tributária e seus impactos para a Saúde.

Autoria: Senadora Leila Barros (PDT/DF) e outros

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para encaminhar.) – Requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater sobre a reforma tributária e seus impactos para a saúde.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

E do Senador Alan Rick...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 73, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater aspectos relacionados à linfangioleiomiomatose, doença pulmonar rara e incurável, conhecida como LAM.

Autoria: Senador Alan Rick (UNIÃO/AC) e outros

Eu subscrevo o Requerimento nº 73, que propõe a realização de audiência pública com o objetivo de debater aspectos relacionados à linfangioleiomiomatose, doença pulmonar rara e incurável, conhecida como LAM.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O Senador Renan já está apoplético, no meu aguardo. (*Pausa.*)

Item nº 1 da pauta.

Precisamos de um único voto para completar. (*Pausa.*)

Bem, obtivemos já o quórum. Vou encerrar a votação.

Encerrada a votação.

Peço que se abra o painel para nós computarmos os votos.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Resultado: 10 votos SIM; nenhum voto NÃO.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma abstenção, que é do Presidente.

Aprovado o projeto, nos termos da Emenda nº 4, da CAS.

Consulto as senhoras... (*Pausa.*)

Consulto as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores se podemos realizar o turno suplementar do substitutivo agora, na sequência.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Dou início ao turno suplementar e coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Não tendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado em turno suplementar, sem votação, de acordo com o art. 284 do Regimento Interno.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 58 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2024, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quatorze horas e treze minutos do dia vinte e sete de maio de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Flávio Bolsonaro, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Fabiano Contarato, Zenaide Maia, Jorge Kajuru, Esperidião Amin, Mecias de Jesus e Hamilton Mourão. Registram a presença fora do sistema o Senador Marcos Rogério e a Senadora Leila Barros. Deixam de comparecer os Senadores Davi Alcolumbre, Sergio Moro, Professora Dorinha Seabra, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Oriovisto Guimarães, Marcos do Val, Weverton, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Omar Aziz, Angelo Coronel, Otto Alencar, Eliziane Gama, Lucas Barreto, Rogério Carvalho, Paulo Paim, Ana Paula Lobato, Carlos Portinho, Magno Malta e Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao Requerimento – REQ 24/2023-CCJ, de autoria do Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Finalidade:** Destinada a instruir a Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2022, que "revoga o inciso VII do caput do art. 20 da Constituição Federal e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; e dá outras providências". **Participantes:** Sra. Carolina Gabas Stuchi, Secretária Adjunta da Secretaria de Gestão do Patrimônio da União no Ministério da Gestão e da Inovação dos Serviços Públicos, Doutora em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo e Professora do Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do ABC em São Paulo; Sr. Edmilson Brito Rodrigues, Prefeito de Belém - PA; Sra. Marinez Eymael Garcia Scherer, Coordenadora-Geral do Departamento de Oceano e Gestão Costeira do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (representante de: Marina Silva, Ministra do Ministério de Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)); Sr. Topázio Silveira Neto, Prefeito de Florianópolis - SC; Sra. Ana Ilda Nogueira Pavão, Representante do Movimento das Pescadoras e Pescadores Artesanais (MPP); Sra. Ana Paula Gadotti Franco, Gerente Técnica da Associação de Terminais Portuários Privados (ATP) (representante de: Murillo Barbosa, Diretor-Presidente da Associação de Terminais Portuários Privados (ATP)); Sr. Reneval Tupinambá Conceição Júnior, Diretor-Presidente do Instituto de Terras do Estado do Amapá (representante de: Clécio Luís Vilhena Vieira, Governador do Estado do Amapá); Sr. Bruno Ferreira de Oliveira, Diretor do Departamento de Assuntos do Conselho de Defesa Nacional, da Secretaria de Acompanhamento e Gestão de Assuntos Estratégicos, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; e Sr. Alceu Moreira, Deputado Federal (MDB - RS). **Resultado:** Realizada Audiência Pública. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e cinquenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Bolsonaro
Presidente Eventual da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/05/27

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos. Quero agradecer a presença de todos aqui nesta audiência pública para tratar da PEC n° 3, de 2022. Quero agradecer a presença do Deputado Túlio Gadêlha aqui conosco, do Senador Esperidião Amin, que está *online* também nos acompanhando.

Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para instruir a Proposta de Emenda à Constituição n° 3, de 2022, conforme o Requerimento n° 24, de iniciativa do Senador Rogério Carvalho. Esta reunião será semipresencial sendo permitida a participação remota das Sras., dos Srs. Senadores e dos convidados, por sistema de videoconferência para exposições e debates. A reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211.

De acordo com o art. 94, §§ 2º e 3º do Regimento Interno, a Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão suas exposições e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Senadoras e Senadores inscritos. A palavra às Senadoras e aos Senadores será concedida na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ordem de inscrição. Os Senadores interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado, sendo-lhe vedado interpelar os membros da Comissão.

Como nem todos estão aqui presencialmente, eu queria convidar para compor a mesa aquelas pessoas aprovadas no requerimento do Senador Rogério Carvalho, para que tomassem assento aqui à mesa dos trabalhos. Se eu me esquecer de alguém, por favor, me avisem. Quero convidar a Sra. Marinez Eymael Garcia Scherer, Coordenadora-Geral do Departamento de Oceano e Gestão Costeira do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima; a Sra. Ana Ilda Nogueira Pavão, representante do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais; o Sr. Murillo Barbosa, Diretor-Presidente da Associação de Terminais Portuários Privados, e a Sra. Carolina Gabas Stuchi, Secretária Adjunta da Secretaria de Gestão do Patrimônio da União.

Tem mais alguém presente aqui, que estava no nosso *hall* de aprovados para palestrar?

Tudo bem?

Bem-vinda. (*Pausa.*)

Então, em substituição ao Sr. Murillo Barbosa, a Sra. Ana Paula Gadotti Franco.

Tem mais alguma substituição aqui? (*Pausa.*)

Bom, só para combinar os procedimentos aqui, a ideia é a gente ir alternando aquelas pessoas que possam falar a favor e contra a PEC. Pelo menos, em tese, é o que a Presidência entendeu e, pelo prazo de dez minutos. Acho que é um prazo razoável para que a gente possa fazer as explanações.

Na sequência, a gente passa para que os Senadores possam fazer as interpelações. Quem estiver *online*, porque, aqui, presencialmente, está apenas o Deputado Túlio Gadêlha, a quem, também, obviamente, vou garantir a palavra, assim que não houver mais Senadores inscritos, já que esta é uma audiência feita no Senado.

Então, queria convidar para fazer uso da palavra a Sra. Marinez Eymael Garcia Scherer, Coordenadora-Geral do Departamento de Oceano e Gestão Costeira do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

É a senhora?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARINEZ EYMAEL GARCIA SCHERER (*Fora do microfone*.) – Sou eu, mas a gente tinha combinado que Ana começaria, pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não tem problema. Pode ser. Lógico, lógico. (*Pausa.*)

A SRA. CAROLINA GABAS STUCHI (Para expor.) – Boa tarde, Sras. e Srs. Senadores.

Boa tarde, Sras. e Srs. Deputados, colegas da mesa, Senador Flávio Bolsonaro e todas as pessoas que acompanham esta audiência pública.

Gostaria de agradecer enormemente a oportunidade de participar desta audiência e de fazer a discussão sobre um tema que é de interesse da União, mas, mais do que da União, é de interesse de toda a população brasileira.

Meu objetivo aqui, hoje, é apresentar um pouco desse instituto dos terrenos de marinha e seus acrescidos, previsto no inciso VII, do art. 20, da Constituição Federal de 1988, que é objeto desta proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2022, e que, numa primeira visão, pode parecer um instituto ultrapassado, mas que foi reconhecido ali, no debate da Constituição de 1988 – e que entendo ser ainda extremamente relevante na atualidade –, e cumpre um papel bastante importante para a preservação do caráter relevante na atualidade, cumpre um papel bastante importante para a preservação do caráter público das praias brasileiras, para a nossa gestão costeira, e cumpre uma função econômica, social e ambiental.

Dentro do tempo, vou ter algumas limitações, então vou tentar passar bem rapidamente pelos primeiros eslaides, que são mais conceituais, mas um pouco para a ideia... se precisar a gente volta para esses conceitos aqui.

Trata-se, como eu falei, do art. 20 da Constituição Federal, que prevê, entre os bens da União – ou seja, na partilha de bens que o nosso federalismo prevê entre União, estados e municípios –, há um conjunto de bens que coube à União gerir para exercer o conjunto das competências constitucionais previstas ali nos arts. 21, 22 e 23. Esses bens estão diretamente relacionados ao conjunto das competências que é dado à União na Constituição Federal de 1988.

O que são esses bens? Pela definição do Decreto-Lei 9.760, de 1946, é uma faixa de 33m ao longo da costa marítima, contada ali da linha do preamar médio do ano de 1831. Se necessário, a gente volta para isso. A imagem mostra um pouquinho a praia, onde está posicionada essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

linha, os terrenos de marinha, e tudo aquilo – entre a demarcação dos terrenos de marinha, esses 33m, e a praia – seria os acrescidos de marinha.

Pode passar.

Aqui há um outro conceito, que está lá no art. 49, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e que também é objeto dessa proposta de emenda à Constituição, que é o conceito de faixa de segurança. Então, para ilustrar um pouquinho o que é essa faixa de segurança, a gente tem o que é a praia, tem a faixa de areia, a gente tem – lembrando do eslaide anterior – o que são os terrenos de marinha e seus acrescidos e uma faixa que a Lei 13.240 delimita em 30m, que é contada do final da praia no sentido do continente, e é essa faixa de segurança que também está sendo objeto de revogação da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2022, e que tem uma série de consequências, conforme o que a gente vai discutir aqui.

Pode passar.

O domínio da União sobre essa faixa... essas áreas se caracterizam como bens da União porque têm uma importância bastante estratégica para garantir vários objetivos de desenvolvimento econômico, social e ambiental. Elas são essenciais para que a gente consiga garantir a soberania nacional. Elas servem para a proteção, é nelas em que se situam ecossistemas de alta relevância ambiental – as áreas de manguezal, restinga, apicum –, que são fundamentais, no momento em que a gente vive hoje – vendo a situação que está acontecendo no Rio Grande do Sul –, para a prevenção de riscos e medidas de adaptação às mudanças climáticas. Aqui eu vou deixar para a minha colega do Ministério do Ambiente, que vai se aprofundar nesse tema, mas queria já chamar atenção para esse ponto.

Também é na zona costeira onde vivem muitos povos e comunidades tradicionais que dependem, para a sua subsistência, desse ecossistema e, enfim, da sua atividade econômica.

Também na faixa costeira, há várias atividades econômicas estratégicas para a União:

- os portos públicos e privados, aqui não incluí, mas alguns aeroportos, inclusive;

- as usinas eólicas, ou seja, é extremamente estratégica para a produção de energia no Brasil;

- a indústria de petróleo e gás;

- pesca industrial e também a pesca artesanal, a gente vai ter aqui um colega que vai falar bastante sobre isso, da nossa associação de pescadores;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- as infraestruturas críticas – a nossa representação do GSI também vai falar um pouco –, e aqui uma das imagens ao lado mostra o cabeamento de internet, os cabos submarinos que chegam ao Brasil ali pela Praia do Futuro, no Ceará, o que tem uma importância gigante para que a gente possa ter proteção dessas áreas, e o domínio da União é o que garante essa proteção estratégica de um conjunto de áreas que, assim como nesse exemplo, são essenciais para a defesa e para o desenvolvimento econômico no Brasil – um conjunto de empreendimentos imobiliários, vários complexos turísticos, de várias naturezas. E aí a gente pode discutir as possibilidades de que o instituto dos terrenos de marinha e os seus instrumentos de gestão sejam conciliáveis com todas essas atividades econômicas tão estratégicas para o Brasil.

Pode passar.

Aqui, eu não vou entrar em cada um, mas é um pouco para mostrar que a PEC trata essas áreas com certa uniformidade, mas cada um desses pedaços, desses trechos, desses territórios brasileiros têm uma especificidade. E esses diferentes perfis de ocupação exigem da gente, por mais complexo que possa parecer, um tratamento diferenciado. Então, quando a PEC transfere para particulares ou para estados e municípios um conjunto de áreas – ela pretende transferir –, ela não leva em consideração a especificidade de cada um desses conjuntos de áreas: as áreas urbanizadas, se eu não estou enganada, 279 municípios confrontantes com o mar; os empreendimentos imobiliários e turísticos; as infraestruturas estratégicas; as comunidades tradicionais e os ecossistemas, as unidades de conservação.

Pode passar.

Pode passar, por favor.

Aqui, trago alguns dados para que a gente saiba em que situação a gente está e entenda como são os efeitos de uma eventual aprovação da proposta com o texto como está. Qual é a situação atual da demarcação dessas áreas? A Constituição declara esses bens como da União, mas é preciso um processo de demarcar, para que a gente possa ter clareza de até onde vão, de qual é a área desses bens da União. Isso, historicamente, foi um processo fragilizado dentro da Secretaria de Patrimônio da União, e, nos últimos anos, a gente vem conseguindo demarcar muito mais.

Então, a gente tem hoje, demarcados na costa brasileira, em posicionamento de linha, 15 mil quilômetros. Estima-se que a gente esteja falando de 48 mil quilômetros, considerando as reentrâncias, especialmente ali nos Estados do Pará e do Maranhão, o que adentra dois estados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que pertencem à Amazônia Legal, colocando um percentual altíssimo desses terrenos de marinha também na Amazônia Legal.

Hoje, o tempo estimado já foi reduzido para dois anos, mas, com o plano de gestão que temos, sabemos que é possível – e com o conjunto de medidas que a gente espera discutir aqui – reduzir ainda mais esse tempo de demarcação. Hoje estão cadastrados nos sistemas da SPU cerca de 565 mil imóveis. Confrontando isso com estimativas do último Censo do IBGE, estima-se que precisamos colocar ainda, ou melhor, temos que chegar a 2,9 milhões de imóveis, ou seja, uma parte desses imóveis não está cadastrada.

Então, ainda que a PEC fosse aprovada hoje – a gente vai falar sobre isso –, a gente teria um caos administrativo, um caos na gestão disso, porque teríamos que achar e cadastrar todos os ocupantes desses quase 3 milhões de imóveis que ainda não conhecemos.

Pode passar.

Aqui, então, há os estados e a situação de demarcação, o que já está concluído e o que está... Todos em andamento, iniciados pelo menos em alguma parte. Alguns deles têm linhas não contínuas por conta dos processos de judicialização – lembrando que esse é um tema que tem muita repercussão judicial, muito questionamento judicial. A gente vai falar sobre isso também.

Pode passar.

No próximo eslaide – enquanto passa – a gente está falando um pouquinho de outros dados, que são as normas infraconstitucionais que regulam os instrumentos pelos quais essas áreas são geridas.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CAROLINA GABAS STUCHI – A gente está falando aqui... Senador...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Pode continuar.

A SRA. CAROLINA GABAS STUCHI – Obrigada.

Se puderem passar um pouquinho mais rápido, isso me ajuda a tentar agilizar aqui a fala – se vocês conseguirem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente tem os dados dos instrumentos – dos instrumentos de aforamento, de inscrição de ocupação –; como são os contratos que são feitos com as pessoas que são ocupantes; e qual é o valor da arrecadação. Então, a gente tem uma carteira em que esses mais de 565 mil imóveis, de toda a base que é gerida pela SPU, já representam 75%. E deles, dos 100% desses 565 mil, 44% são no regime de aforamento, ou da enfiteuse; os outros 54% são no regime de inscrição de ocupação; 1%, outros. Isso significa uma arrecadação de R$1,1 bilhão com dados de 2023.

A gente tem aqui a distribuição, ali na coluna direita – eu não vou passar. E uma parte desses valores, 20% desses valores arrecadados, é repassada para os municípios.

Então, esse valor hoje já não fica totalmente com a União; ele compõe um fundo, que é o Proap, que tem a função exatamente de gerir melhor essas áreas. Então, é uma fonte de receita, é de onde vem a receita da própria Secretaria de Patrimônio da União, e ele também é repassado aos municípios.

Também aqui está o impacto, no balanço geral da União, no patrimônio da União, desses imóveis que compõem aí o patrimônio imobiliário da União.

Pode passar.

Aqui eu vou passar também – acho que a gente já falou, eu fui falando aqui – o que faz a PEC. Acho que todo mundo que está aqui está ciente. Se precisar, a gente pode voltar.

Pode passar.

Eu vou focar aqui nos pontos que a gente acha que são os principais problemas da PEC.

Aqui são dois eslaides.

No primeiro, a gente vai tratar dessa inversão de lógica. A gente tem na Constituição os bens constitucionais e as competências, como eu comentei. A PEC inverte; então, a regra é passar para os particulares que ocupam ou passar para estados e municípios, independentemente, como se já estivesse congelado o interesse público da União e o conjunto de terras que são essenciais para que a União exerça as suas competências de promover, coordenar e implementar um conjunto de políticas públicas e programas prioritários.

O outro problema da PEC é que ela permite, ela extingue esse conceito da faixa de segurança e permite a alienação, a transferência do domínio pleno nessas áreas, sendo que é importante para o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro que sejam mantidas; acaba

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

favorecendo essa ocupação desordenada, ameaçando os ecossistemas brasileiros, tornando esses territórios mais vulneráveis aos eventos climáticos extremos; contraria o rumo da legislação de outros países – acho que o Marinez vai falar – que vêm avançando na proteção dessas áreas, alguns deles recomprando ou desapropriando essas áreas. Então, a relação entre os instrumentos de proteção ambiental, de prevenção de riscos e de adaptação a essas medidas extremas passa pelo domínio também, pela propriedade, por ter esses bens; essas relações são importantes.

Prossigo: favorece a privatização e cercamento das praias; promove perda de receita e o impacto no balanço geral da União; enfim, há impactos no turismo, nas instalações da indústria de pesca; há possibilidade – e aqui nós temos a nossa Associação de Terminais Portuários Privados, que pode falar a respeito – de impactos no equilíbrio dos contratos, no perigo de repasse aos usuários, de impactos que isso tem nas nossas exportações; a intensificação dos conflitos fundiários; e a ameaça à sobrevivência dos povos e comunidades tradicionais, aí reforçando o racismo ambiental que existe no Brasil.

Pode passar.

Além disso, a gente tem algumas questões muito operacionais e que são muito problemáticas, que ferem os direitos das pessoas que hoje ali ocupam. A pretexto de transferir a elas e dar mais segurança jurídica, promovem insegurança e estimulam um conjunto de questionamentos judiciais. A gente quer sair dos questionamentos judiciais e pode intensificá-los, porque a compulsoriedade da aquisição desses terrenos... Essa é uma medida sobre a qual a gente teve a oportunidade, inclusive, de conversar com a assessoria do Senador Flávio Bolsonaro, com o Senador Esperidião Amin e alguns outros Senadores, com o Senador Rogério Carvalho, para tentar pensar em melhorias. Esse é um ponto a que a gente já se dedicou um pouco no nosso debate. Os ocupantes que teriam direito ao aforamento podem ter que comprar, ter que adquirir 100% do terreno, sendo que, se o aforamento já tivesse sido concedido, eles poderiam pagar menos por essa consolidação de domínio. E a gente tem ferido o princípio da isonomia, porque aqueles que já estão ocupando ou que passaram a ocupar, nos últimos anos, por conta, inclusive, de estarem cientes da tramitação dessa proposta de emendamento constitucional, podem ser privilegiados em relação a outros que poderiam ter direitos também sobre a ocupação dessas terras. Ademais, há incentivos a novas ocupações sem inscrição, durante a tramitação.

No tocante à aquisição por valor de mercado, um dos insucessos ou, enfim, a pouca adesão que nós tivemos, na política de remissão de foro, que já é permitida, hoje, pela Constituição e pela legislação, foi que as pessoas, ao terem que fazer o pagamento dessa remição do foro com o valor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de mercado, acabam achando esse valor muito oneroso e não têm interesse em fazer isso. Então, a compulsoriedade combinada com o valor alto pode criar um caos aí na implementação da proposta, na forma como está hoje. Entendemos que é possível aperfeiçoá-la.

E há o prazo de dois anos para finalizar todo esse processo: de reconhecimento das áreas que ainda não estão demarcadas, o cadastramento daqueles quase 3 milhões de imóveis que estão fora, e todo esse processo de transferência de aquisição com valor de mercado.

Pode passar.

O que a gente está imaginando, então, que se pode aperfeiçoar? A gente entende que tem um conjunto de medidas que podem depender de emendamento constitucional, mas há um conjunto de outras em que, apenas com alterações legislativas, a gente já pode aperfeiçoar a gestão desses terrenos de marinha. Então, não se trataria de a União deixar de ter esses bens, de extinguir os terrenos de marinha, mas, sim, de aperfeiçoar os mecanismos de gestão dessas áreas para: reservar áreas para expansão de infraestrutura e expansão urbana; dar escala e agilidade ao processo de demarcação; simplificar o processo de notificação de ocupantes e confrontantes; simplificar os instrumentos de destinação, regularizando ocupações legítimas com transferência de direito real de forma massiva; podemos revisar as datas que permitem o aforamento gratuito – temos um conjunto de instrumentos e já temos estudos que podemos debater para aperfeiçoar a legislação em vigor – e tornar mais justos os pagamentos de taxas, foro, laudêmio e remição de foro, vendo possibilidades em que eles incidem ou não e pensando em isenções; e institucionalizar a gestão compartilhada com estados e municípios. Hoje, a gente já tem cooperações que são feitas caso a caso – a gente tem cooperação sendo feita com o Município de Belém; com o Município de Florianópolis, fizemos uma, recentemente –, mas a gente pode ter aí uma institucionalização de uma gestão compartilhada dessas áreas, ou seja, em vez de transferir essa responsabilidade de áreas tão estratégicas para estados e municípios, a gente pode ter instrumentos de gestão compartilhada dessas áreas.

Pode passar.

Por fim, eu acho que tem um conjunto de medidas, nesse eslaide anterior, que são legislativas, que são normativas, nesse diálogo nosso com o Congresso, mas tem um conjunto de medidas que a SPU já vem adotando.

A SPU, hoje, tem a oportunidade de integrar o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, liderado pela Ministra Esther Dweck, que nos deu um comando claro de fazer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um plano de melhoria de gestão e de fortalecer a SPU. Ela tem nos dado a ampliação de estrutura de cargos, temos novos servidores previstos aí no concurso além de seleção de temporários, e um processo ousado de transformação digital, para que a gente possa reduzir os tempos de análise dos nossos processos, trazer aí toda a tecnologia, ter orçamento garantido e um conjunto de parcerias que são bastante importantes para a gente, em especial a parceria que fizemos com os cartórios, para que a gente possa ter procedimentos simplificados de registro, porque, qualquer que seja a solução que a gente vá dar, ela vai impactar muito a relação de registro desses imóveis.

Muito obrigada.

Obrigada pelo tempo adicional. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Sra. Carolina.

O Prefeito de Belém está virtualmente e pediu se pode passar na frente dos demais, porque ele está com uma agenda apertada. Então, se puder colocar o Prefeito também aí *online* com a gente... (*Pausa.*)

Prefeito Edmilson Brito Rodrigues, Prefeito de Belém do Pará, para sua exposição, também por dez minutos.

Com a palavra, o Sr. Prefeito.

O SR. EDMILSON BRITO RODRIGUES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu lhe agradeço, Presidente Flávio, pelo convite. É uma honra participar desta sessão, como é uma honra ver o meu amigo Esperidião Amin, que foi meu Presidente na Comissão Especial que discutiu o tema na Câmara, com a relatoria do Deputado Alceu, com quem eu briguei muito, mas com quem consegui ter unidade em alguns debates sobre este tema. Bons debates democráticos.

Eu queria dizer que Belém fala sobre o tema de terras de marinha de forma muito especial, porque nós temos 42% da nossa área continental constituídos por terras de marinha ou acrescidos de marinha. Temos bairros inteiros, hoje saneados, que eram áreas de marinha. Bairros como o bairro da Condor, importante aqui na cidade, eram 100% alagáveis. De modo que aqui, em Belém, qualquer engenheiro vai ficar meio admirado de ver uma pessoa semianalfabeta, um morador dessas áreas, conversando sobre programas de macrodrenagem e microdrenagem, o que não é muito comum em outros municípios, porque aqui a realidade que se vê em períodos de chuva

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em cidades do Sul, por exemplo, e agora vemos essa catástrofe no Rio Grande do Sul, e presto a minha solidariedade ao povo irmão gaúcho, nós vivemos aqui 365 dias do ano, com o alagamento.

E o art. 182 da Constituição, em tese, no que diz respeito às áreas urbanas, poderia resolver o problema relacionado a terras de marinha, porque é muito estranho que a Constituição... Ela nos diz aqui: "A política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes". Aí fala do plano diretor, das desapropriações, da função social do solo urbano. Contudo, nós não temos total governabilidade sobre as terras que já estão, muitas vezes, consolidadas há décadas, mas que são pertencentes à União.

Hoje, eu vi um debate num dos *sites* de comunicação analisando o tema, e eles falavam: "As terras da Marinha brasileira...", e era uma informação errada. Levantavam também preocupações que são nossas. Diziam assim: a proposta é privatizar tudo, passar de graça para os donos de *resorts*, hotéis, e nós teremos praias privatizadas. Então, muitas vezes, mesmo com analistas críticos, eles não são tão precisos, como agora há pouco, ouvindo uma linda exposição. As praias não são terras de marinha, mas há uma faixa de segurança, há uma especificidade nessa faixa de segurança. Como é que nós podemos incidir sobre isso?

Qual é a minha ideia? Eu creio que um problema de origem no projeto do nosso colega paraense Arnaldo Jordy é que, ao definir a extinção de terras de marinha e estabelecer nos seus artigos... Tem no art. 1º que elas passariam ao domínio do município.... Primeiro, o que for da União, concessões e permissões da União permaneceriam, áreas estratégicas da União permaneceriam. E Belém, por exemplo, tem várias áreas, como portos, estruturas ligadas à Petrobras, concessionárias do antigo porto que foi usado pela Petrobras, áreas das Forças Armadas, que seriam mantidas sob o controle da União. O inciso II do art. 1º: "passam ao domínio pleno dos respectivos estados e municípios as áreas afetadas". No caso de Belém, mais da metade da população de Belém vive nos quarenta e poucos por cento ocupados que são áreas pertencentes à União, pelo decreto de 1946. Então, seria para nós muito positivo. E há a questão de passar ao domínio pleno dos foreiros. E aí significa um reconhecimento do trabalho que a SPU, representando a União Federal, estabeleceu com documentos dando direito de uso e, portanto, estabelecendo a condição de foreiro a muitos que ocuparam com empreendimentos da área econômica e até a muitos cidadãos comuns que ocuparam áreas de marinha, construindo verdadeiros bairros em sistemas de palafita. Então, há casos e casos diferenciados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma coisa importante é que, na proposta que foi aprovada na Comissão no tempo em que eu fui Deputado, estava claro... E isso foi uma crítica feita hoje por alguns jornalistas, alguns comunicadores... Por que passar de graça? Eu acho que o município realmente deve receber as áreas afetadas gratuitamente. Não tem esse sentido, até porque, em geral, os municípios já fazem investimentos em infraestrutura em terras que, em tese, não são suas, em favor da população, e os estados também. E a União permaneceria sob controle daquilo que hoje já é do seu interesse, onde funcionam atividades sob o seu interesse, o seu controle, o seu comando. Eu creio que, no entanto, as pessoas humildes, de baixa renda, deveriam ter gratuitamente o acesso à terra. E é claro que aquele ocupante com maior renda... E aí o Congresso Nacional teria que ter a sensibilidade para definir como no caso de tarifas de água, de luz, em que quem está no Cadastro Único já tem acesso à tarifa social.

Eu creio que, em termos de terras públicas da União, caso venha a ser extinta a figura da terra de marinha, prevista no art. 20 da Constituição, nós não podemos tratar igualmente os desiguais. De repente, um ocupante, e até foreiro já, é detentor de uma renda significativa, como empresário. Então, seria de fundamental importância que se estabelecesse a competência. No caso, como Prefeito, vou advogar em favor do município, que é o responsável pelo planejamento e pelas políticas de desenvolvimento urbano.

Eu falei, há pouco, que há uma contradição de origem, que acabei não deixando tão claro. É que, ao se extinguir terra de marinha por essa proposta, a Emenda 3, nós fazemos para áreas rurais e áreas urbanas. Eu creio que teremos que trabalhar a separação, porque nós moramos num país que é maior do que muitos países somados da Europa, é um país continental, e há uma área de costa bastante significativa. Portanto, os municípios sob a influência da maré são mais de 1.831, regulados pelo decreto de 1946. Então, são muitos os municípios, muitas as áreas de alguma forma submetidas a essa dinâmica das marés. Querem ver? Na Amazônia, Manaus estaria fora, porque... A gente tem que falar do Alto Rio Amazonas, chegando ao Solimões, como é chamado o Amazonas a partir do Peru.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDMILSON BRITO RODRIGUES (*Por videoconferência.*) – Então, no caso de Belém, que é outra cidade amazônica, o tema de terra de marinha acaba sendo muito significativo e tem criado muitas conflitividades ao longo de décadas.

Agora nós estamos com uma potente política de regularização fundiária, baseada na Lei 13.465, que estabelece, no seu art.69, que dezembro de 1979 seria a referência para que as áreas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

já estabelecidas, inclusive as terras de marinha – se quiser usar o termo afetada... –, onde estivessem configuradas a ocupação e a constituição de bairros, o município passa (*Falha no áudio.*)... de regularizar.

Enfim, estamos tendo um bom diálogo com o Ministério da Gestão. Em breve, possivelmente, assinaremos um convênio para estabelecermos parcerias e avançarmos na regularização fundiária nessas áreas que, hoje, são da União, mas nem sempre o diálogo é bom, daí a importância de ter uma norma que evite, realmente, que quem tem dinheiro possa se apropriar de áreas nobres que hoje pertencem à União. Ao mesmo tempo, não é querendo evitar a especulação imobiliária que nós teremos que também sufocar cidades que já vivem há séculos como no caso de Belém, que tem a situação de ter, até a década de 50, pequena ocupação nas áreas de marinha, mas, a partir da Segunda Guerra, as terras passaram a ser ocupadas. Hoje, de 1,3 milhão de habitantes de Belém, mais da metade moram exatamente nos bairros que se estabeleceram a partir da Segunda Guerra em terras de marinha.

E cria-se essa contradição. A União cobra, e a gente tenta cobrar IPTU, mas aquela pessoa que está na situação de viver em regime de palafita, em áreas alagáveis, não tem como comprar a comida do dia, muito menos pagar IPTU ou pagar as taxas à União. De modo que se cria uma grande injustiça social.

Creio que eu falhei no tempo, peço, assim, desculpa se passei um pouquinho. Agradeço a oportunidade e espero ter contribuído, colocando algumas preocupações: conter a especulação, favorecer com acesso social a quem realmente é carente e precisa e que vive há décadas em áreas alagáveis, que agora, na medida em que pudermos regularizar e levar a infraestrutura, que as pessoas possam continuar morando na área, que foi por muito tempo um sinônimo de sofrimento, de adoecimento, e, ao mesmo tempo, que o princípio estabelecido no art. 182 seja respeitado.

Não importa se o Prefeito é do PSOL, do PSD, se é do PL. É o Prefeito da cidade e, pela Constituição, é o comandante da política de desenvolvimento urbano. E como ter um planejamento para a cidade se você tem controle apenas sobre a metade, como no caso de Belém?

Eu concluo, com isso, mandando um abraço ao Topázio, meu colega Prefeito.

Mais uma vez, quero mandar um abraço ao Esperidião Amin e dizer que nunca mais eu brinquei com essa história de casa da mãe joana por sua causa, por causa da minha amiga Joana, que é uma arquiteta e sua herdeira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quero dizer: sucesso ao debate, que eu tenho certeza de que será feito com sensibilidade, impedindo a especulação imobiliária, garantindo o direito aos pobres e garantindo o direito aos municípios, aos estados e à própria União de gerir de forma mais presente as terras que lhes são de interesse e de domínio.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Prefeito Edmilson Rodrigues.

Eu, na qualidade de Presidente da audiência pública, vou obviamente evitar fazer juízo de valor, dar minha opinião. Acho que isso vai acontecer no momento certo, quando esta PEC vier a votação aqui nesta mesma sala, assim que for pautada pelo Presidente, mas eu vou me permitir só fazer alguns comentários quando a resposta estiver no próprio texto da PEC, pelo menos na minha concepção.

E quero falar para o Prefeito Edmilson Rodrigues que um dos norteadores desta PEC é o sentimento municipalista, sim, é o entendimento de que quem conhece muito melhor a realidade de cada imóvel desse é o Prefeito lá do Pará, é o Prefeito de Florianópolis, muito mais do que nós aqui em Brasília ou de qualquer órgão da União Federal. Então, é um conceito muito presente no espírito desta PEC ter esse olhar municipalista.

E é só para também trazer a conhecimento aqui do Prefeito que o art. 1º, §1º, diz que a transferência das áreas de que trata este artigo será realizada de forma, no inciso I, gratuita, nos casos de áreas ocupadas por habitação de interesse social. É óbvio que isso dependeria de regulamentação, mas no meu ponto de vista estão bem atendidas essas pessoas citadas pelo Prefeito que obviamente não têm menor condição socioeconômica de recolher IPTU, foro, laudêmio, taxa de ocupação. E a transferência será de forma onerosa, pelo inciso II, nos demais casos, conforme o procedimento adotado pela União, nos termos do art. 3º desta emenda constitucional.

Portanto, aqueles casos em que claramente há a possibilidade de se pagar, isso se daria de forma onerosa, o que, sem dúvida alguma, seria uma grande fonte de receita para a União, acredito eu, muito superior ao que se arrecada anualmente hoje com essas taxas.

Mas, dando prosseguimento aqui então aos nossos expositores, eu convido para fazer uso da palavra, já que o Senador Esperidião Amin pediu para falar na sequência dos expositores, a Sra. Marinez Eymael Garcia Scherer, Coordenadora-Geral do Departamento de Oceano e Gestão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Costeira do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, para a sua exposição, por dez minutos.

Obrigado.

A SRA. MARINEZ EYMAEL GARCIA SCHERER (Para expor.) – Obrigada, Senador.

Bom, primeiro, enquanto eles colocam a apresentação, eu gostaria de cumprimentar a todas as pessoas que estão aqui e as que estão nos assistindo *online*, que já sei que são várias, bastantes, várias pessoas. Cumprimento a todos os Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas; e, na pessoa do Presidente da mesa, o Senador Flávio Bolsonaro, cumprimento a todos os meus colegas aqui da mesa.

Bom, eu vou trazer um pouco de um outro viés – desconfigurou um pouquinho, mas não tem importância –, da importância dos terrenos de marinha e da faixa de segurança para a gestão costeira, para a gestão dessa área frente mar.

Eu vou tentar passar aqui, mas eu acho... Deu.

Eu vou trazer várias fotos, gente, que vou passar até rápido, de áreas com processos erosivos. A maioria dessas fotos está em Santa Catarina, não só por eu trabalhar lá, pois também sou Professora da Universidade Federal de Santa Catarina, mas por ser um dos principais estados que sofre com processos erosivos no Brasil.

Então aqui tem do estado todo, de vários municípios. Aqui já se veem algumas...

Sou eu que estou passando ou são vocês? (*Pausa.*)

Eu já não sei.

Você pode passar para mim? (*Pausa.*)

Bem, algumas da ilha de Santa Catarina, Canasvieiras.

Pode passar. Pode passar mais rápido.

Aqui também, dos Ingleses, norte da ilha.

Pode passar.

No sudeste da ilha, Armação do Pântano do Sul, Praia do Campeche.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode passar.

Aqui é um gráfico que mostra as áreas de maior vulnerabilidade de Santa Catarina, segundo dados da Defesa Civil. Isso é um trabalho de uma doutoranda, Rita Dutra. A gente vê que os municípios que estão mais vermelhos são aqueles que têm mais vulnerabilidade. E até agora, nos últimos 40 anos, a gente tem mais de 1 bilhão de perdas financeiras – aí entra o ano, as infraestruturas – e perdas de privados. A maior parte desse valor é perda de privados.

Pode continuar.

Aí é só para não dizer que eu só falei de Santa Catarina, não é gente? Isso aqui é justamente do Pará, onde também temos processos erosivos ali na Praia de Ajuruteua. Isso está no Panorama da Erosão Costeira do Brasil. Ali é uma reportagem sobre Belém ter 27 dos bairros sujeitos a alagamentos e a erosão pelo mar.

Pode passar.

Isso aqui é no Ceará – já é mais recente – e diz que 45% das praias estão com risco de erosão.

Pode passar.

Esse aqui é do Rio, semana passada, duas semanas atrás, de Macaé, no Rio de Janeiro, também com processo erosivo forte nessa linha frontal do mar.

Pode passar.

Isso tudo vem acontecendo, e a gente não pode negar que nós temos um aumento da temperatura do globo e principalmente um aumento da temperatura do mar. Aqui esse gráfico mostra o quanto nós estamos além da temperatura média do mar, da maior temperatura que foi registrada já em 2023. Então a gente já bateu o recorde do recorde.

Pode passar.

Pessoal, isso leva ao aumento do nível do mar, e o mar vai para cima da terra. É justamente nessa área de intersecção entre terra e mar que estão os terrenos de marinha e a faixa de segurança. Um centímetro... Aí a gente fala que aumentou 10cm e não é muito, mas 1cm de elevação do nível do mar significa mais ou menos 1m para dentro da terra. Então se tem 10cm, isso nos últimos 30 anos, a gente já tem 10m a mais para dentro da terra; e a gente está falando aqui de 33m.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode passar.

Isso é uma modelagem de um *site* que coloca as áreas – dá para ver de qualquer lugar do mundo – que vão estar alagadas em 2050.

Pode passar a primeira.

Isso dali é a área do litoral norte de São Paulo, Caraguatatuba.

Pode passar a próxima.

Isso aqui é na cidade de Recife, onde está em vermelho, onde vai inundar em 2050, mas se a gente botar mais para diante inunda mais.

Pode passar a próxima.

E esse é de Vitória.

Pode passar o próximo.

Esse também é do *site*, é uma modelagem, isso é o Copacabana Palace no Rio de Janeiro. Então, se a gente tiver um aumento da temperatura da terra em 1,5 – e a gente já está nela –, a gente não vai ter inundação, mas, se chegar a 3, a gente vai ter uma inundação permanente ali dessa área do Copacabana. Esse também é modelagem.

Pode passar a próxima.

Mas essa não é modelagem, essa é a cidade do Rio Grande, maio, neste mês, no Rio Grande do Sul, completamente alagada, eu não vou nem falar de Porto Alegre, Pelotas, Laranjal, pela inundação que a gente teve e, com certeza, atingindo esses terrenos dos quais estamos falando aqui, os terrenos de marinha e a faixa de segurança.

Pode passar.

Além disso, grande maioria desses terrenos de marinha, da faixa de segurança, estão em áreas consideradas pela legislação brasileira como áreas de preservação permanente, seja as restingas fixadoras de dunas – pode passar –, seja as áreas do manguezal em toda sua extensão, seja as áreas de falésia – pode passar o próximo –, que se concentram no Nordeste brasileiro.

Pode passar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, gente, essas áreas, não é à toa que elas são áreas de preservação permanente, elas são áreas de preservação permanente porque são importantes para a segurança humana e para o bem-estar humano. Então, onde a gente tem os ecossistemas e biodiversidade – eu vou lhe pedir para passar –, a gente tem essas estruturas, os ecossistemas têm funções, essas funções nos trazem serviços ecossistêmicos, que acho que é uma coisa que todo mundo já está escutando, ouviu falar. Esses serviços ecossistêmicos nos trazem benefícios, esses benefícios nos dão valores ecológicos, culturais e econômicos – pode passar o outro – e nos dão bem-estar humano, é simples assim.

Você pode passar o próximo e agora você pode passar mais rápido.

Se a gente perde essas estruturas, se a gente perde esses ecossistemas, a gente vai perder bem-estar humano e a gente vai perder economia. A gente vai perder valor, que é importante para todas as pessoas, além de que é um gasto que acaba recaindo sobre toda a população brasileira. A gente nem precisa falar o quanto está sendo disponibilizado, e tem que ser, para o Rio Grande do Sul, muitas vezes, porque ocuparam áreas que não deveriam estar ocupadas, principalmente por serem áreas de preservação permanente.

E aqui eu trago uma reflexão: isso são áreas, metros em terra, que vários países deixam como área de segurança. Portugal, 50m; Suécia chega a 300m; México, 20m; Uruguai chega a 250m; Espanha, em área privada, restringe o uso muito fortemente até os 200m e depois, nos próximos 300 até 500m; Peru, 250m; Chile, 80m; Argentina, 150m. Eu não estou falando de países superdesenvolvidos, eu estou falando de países da América do Sul também. E ali é uma figurinha da lei de costas espanhola, que é da mesma data da lei de gerenciamento costeiro do Brasil, que depois foi atualizada em 2012.

Pode passar.

Na França, esse instituto, o Conservatório do Litoral, vem comprando, já há algum tempo, terras: eles compram, regulamentam e fazem a gestão de terras na frente do mar. Está ali, cortou um pouquinho. Eles vêm comprando essas terras, justamente para proteger essa área, porque, sabidamente, é uma área que vai ser inundada, vai ser erodida e vai custar muito caro em vidas humanas e em patrimônio.

Pode continuar.

Bom, gente, acabar com a instituição dos terrenos de marinha, da faixa de segurança e, principalmente, ocupar essas áreas – aqui, então, a gente quer mudar o nome, quer modernizar, quer trocar como se faz essa proteção – é perder ecossistemas e serviços ecossistêmicos, perder

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

qualidade de vida e bem-estar humano nas cidades costeiras, um bônus para pouquíssimos e um ônus para toda a sociedade brasileira muito alto.

Pode passar.

Retirar do Estado a possibilidade de planejamento futuro, de ordenar o bem público e de delimitar a ocupação em áreas vulneráveis – isso daqui veio das redes sociais, gente – é um gol contra, é um tiro no pé, é um retrocesso, porque nós estamos indo contra o que o resto do mundo está fazendo, ao proteger essas áreas.

Só finalizando: justamente hoje, estamos na Enap fazendo uma oficina para definir as ações de adaptação referentes ao Plano Clima no Oceano e na Zona Costeira...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARINEZ EYMAEL GARCIA SCHERER – ... estamos definindo ações, e essas ações eu tenho certeza de que não são de retirar a proteção da área costeira e, sim, de aumentar a proteção dessa área.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Sra. Marinez Scherer, em especial por falar dentro do tempo.

Passo, então, a palavra agora ao Sr. Topázio Silveira Neto, Prefeito de Florianópolis, para sua exposição por dez minutos, também de forma virtual.

O SR. TOPÁZIO SILVEIRA NETO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia a todos, boa tarde a todos.

Queria cumprimentar o nosso Presidente, o Senador Flávio Bolsonaro, e dizer que aqui em Florianópolis... Queria cumprimentar, também, o meu Senador Esperidião Amin, além do Prefeito Edmilson, meu colega da Frente Nacional de Prefeitos, e a todos que estão na mesa.

A nossa preocupação em Florianópolis, a partir do tema que está sendo proposto, tem algumas facetas sobre as quais eu vou procurar falar dentro do tempo previsto, até menos que isso.

Primeiro, nós temos, de fato, como foi exposto pela SPU, um cadastro muito limitado daquelas pessoas que hoje ocupam os terrenos de marinha em Florianópolis. Vamos lembrar que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós estamos em uma ilha – 97% do território da cidade é na Ilha de Santa Catarina –, portanto, cercados de terras de marinha por todos os lados e, ao longo dos últimos anos também, de ações civis públicas que tentam regular, fora da legislação tradicional, a ocupação dessas terras...

A exposição, agora, há pouco, da Dra. Scherer é muito interessante. Mas, vejam bem: toda essa gestão da orla tem ficado a cargo do município ao longo dos anos. É um município que tem investido, tem colocado recursos seus, próprios, ou por iniciativa própria ou até por demandas judiciais, implicações judiciais, para proteger as áreas costeiras a partir da elevação do nível do oceano ou por problemas de erosão das praias.

Uma das imagens que a Dra. Scherer colocou tem a ver aqui com uma praia nossa do sul da ilha, a Praia do Campeche, e a Praia do Morro das Pedras, onde nós tivemos que fazer um enroncamento grande para proteger, inclusive, vias públicas na iminência de serem erodidas por conta da maré.

O fato de serem terrenos de marinha hoje não impede ou não elimina que o município tenha que fazer esses investimentos, e eu não acho que o fato de serem privadas ou não vai eliminar esse compromisso do município. Acho que esse ponto é um ponto que teria que ser melhor discutido, porque, inclusive, a APP, pelo fato de ser de proprietários privados, não vai deixar de ser APP, porque APP é uma questão da legislação ambiental e o fato de ser da União ou ser de terceiros não vai eliminar esse ponto. Então, acho que esse é um ponto também que a gente precisa discutir.

Outro ponto que a gente tem aqui em Florianópolis, que é importante, é que, ao longo desses últimos 70 anos, inclusive, a prefeitura construiu loteamentos e vendeu para pessoas físicas lotes no que agora se considera ou se rediscute a questão de serem terras de marinha e de terem que ser vendidas para as pessoas novamente. As pessoas compraram da prefeitura esses terrenos e loteamentos regularizados ao longo do tempo.

Então, eu diria que nós acompanhamos com muito interesse esse tema. Nós achamos que esta discussão, Presidente... É super válido a CCJ abrir essa discussão agora, porque cada município tem uma realidade diferente. Acho que uma única fórmula para o Brasil inteiro não vai funcionar, cada região tem a sua característica, e, de novo, uma cidade como Florianópolis, pelo fato de ser uma ilha, talvez tenha características bastante diferentes das de outros municípios que têm só uma região que não seja a região costeira e, sim, do interior, como falou o nosso Prefeito Edmilson, e que aí tem que ser considerada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, da nossa parte, nós assinamos um termo de cooperação com a SPU recentemente para que a gente também estude outras questões de terrenos da União aqui na ilha. E acho que a gente pode, inclusive, incluir esse tema nessas discussões.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Prefeito de Florianópolis, Topázio Silveira Neto, pela sua contribuição.

Então, eu quero passar a palavra à nossa próxima expositora, a Sra. Ana Ilda Nogueira Pavão, representante do Movimento das Pescadoras e Pescadores Artesanais, para sua exposição, por dez minutos.

A SRA. ANA ILDA NOGUEIRA PAVÃO (Para expor.) – Obrigada.

Primeiro, quero dar um boa-tarde a todos que estão nos ouvindo virtualmente e aos que estão presentes aqui.

Quero saudar a mesa em nome das mulheres, em nome do Movimento das Pescadoras e Pescadores Artesanais e em nome de todos os pescadores do Brasil e dizer que nós estamos aqui representando a todos, não só eu, que sou pescadora artesanal – vim do Maranhão, sou de Santa Helena, da Baixada Maranhense.

E quero dizer que essa PEC vem nos trazer um retrocesso, não é? Essa PEC não nos representa. Como o Prefeito acabou de falar, têm que ser vistas várias áreas. Cada área é de um jeito, cada município é de um jeito.

Então, assim, quando as leis são votadas, elas não reparam as especificidades de cada local, e isso tem que ser visto. E, como fala de nós, como fala das praias – quem mais usa as praias são os pescadores, as praias, os rios, as áreas de marinha –, era para ter mais pescadores aqui nos representando nesta PEC, para ouvir, para falar.

Sei que foi aberto um *link*, mas nem todo mundo tem acesso à internet, principalmente aqueles que são pescadores lá das comunidades ribeirinhas, não têm como acessar, não têm como vir falar, dizer o que sentem, dizer que não é isso o que eles querem. Essas pessoas deveriam estar aqui hoje, porque não teve uma consulta prévia, e primeiro deveria ter sido feito isto: uma consulta pública prévia para que eles pudessem falar. A gente sabe que quando vão fazer alguma coisa e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

dizem "vamos fazer uma audiência, uma consulta pública", chamam só as pessoas que eles já sabem que vão aprovar aquela lei, não chamam quem realmente entende do assunto, quem realmente está ali para dizer o que isso vai trazer para eles, qual é a desgraça que isso vai trazer para eles.

Anotei algumas coisas aqui, sobre essa PEC, que eu queria trazer.

Por que ela não nos representa? Porque nós, dos movimentos dos pescadores e pescadoras, fazemos lutas todos os dias. Queria também poder abrir a bandeira, porque vivemos em um país de democracia, e dizer que nós representamos todos os pescadores, e esta aqui é a bandeira do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil.

(*Manifestação da plateia.*) (*Palmas.*)

A SRA. ANA ILDA NOGUEIRA PAVÃO – Estou aqui em nome deles, como já falei, para dizer que esse desenvolvimento não tem nada a ver conosco.

Primeiramente, quem mora na beira dos rios, quem mora na beira dos lagos, quem mora na área de marinha é que sofre com os assoreamentos, é que sofre com o desmatamento desordenado dos grandes empreendimentos. E a gente sabe que o teor dessa PEC, no fundo, o que ela visa, o objetivo dela é a urbanização das orlas, é a urbanização por grandes empreendimentos, e quem vai lucrar com isso não somos nós. Nós só vamos perder.

Já foram apresentados vários diagnósticos aqui, vários estudos, mas esqueceram de falar da vida, porque o pior de tudo é perder a vida, e muitos têm perdido suas vidas porque têm sido retirados dos seus territórios por causa dos grandes empreendimentos que têm focado ali naquela orla marinha, têm tomado dos que realmente são donos, que vivem lá desde que nasceram – suas ancestralidades –, que estão ali, de fato e de direito, mas que, infelizmente, estão sendo tirados, estão sendo coagidos e, por medo, por represálias, com medo de perder a vida – outros já perderam –, são obrigados a sair.

Essa PEC vem para fazer muito mal para a gente, por isso nós dizemos que nós não a queremos, então ela tem que ser revista. Se for para aprovar, que não seja dessa maneira. Tem que ser revista, tem que se falar com os pescadores, tem que ser falar com as pessoas que estão ali, com as comunidades territoriais, com as comunidades tradicionais e com todos os povos originários que dependem da beira do rio, da beira dos lagos, das praias, da zona costeira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente já viu que não podem ser desconsiderados estudos e, lendo aqui, a gente vê que, em 2018, o Ministério do Meio Ambiente fez um estudo mostrando que 40% dessas áreas já estão comprometidas. O Prefeito de Belém trouxe... que eles já fazem esse trabalho, mas não é todo Prefeito que faz. A gente sabe que as pessoas que estão ali às vezes são impulsionadas a colocarem suas casas na beira, naquelas áreas marinhas, porque não têm outros locais para fazê-lo.

Com o assoreamento vai todo... como a gente viu no Rio Grande do Sul. E muita gente não tem falado, mas tem mais de 30 cidades no Maranhão, principalmente das áreas ribeirinhas, que estão inundadas. Ninguém fala isso na mídia, mas as pessoas lá estão desalojadas, estão desabrigadas. Tudo isso vem por causa desse desordenamento nas beiras das praias, na beira dos rios. E a gente precisa que seja revisto isso.

Não é chegar e aprovar uma coisa, porque a gente nem sabia que ia ter esta audiência hoje. A gente descobriu assim... Nós não fomos informados. Então, nós fomos pegos de surpresa. E para a gente estar aqui hoje não foi fácil, mas, como eu falei, primeiramente tinha que ser por nós porque, se é algo que vai nos atingir, primeiro tinha que começar por nós; tinha que consultar aquelas pessoas que realmente dependem das áreas marinhas, aquelas pessoas que realmente vivem ali naqueles locais. (*Palmas.*)

Eu só queria dizer mais uma coisa, como eu já falei, deveria ter mais pescadores aqui.

E tem uma liderança aqui, que eu estou vendo ali, que também representa os pescadores e, se ele pudesse se pronunciar, seria muito bom – o Carlinhos.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Bom, D. Ana Ilda, obrigado pela sua contribuição. Eu só posso dar a palavra aqui para quem foi aprovado no requerimento aqui nesta CCJ.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – As pessoas podem se manifestar à vontade aqui, não tem problema. Eu só quero falar duas coisas rápidas. Primeiro é que a senhora já estaria atendida. Se a senhora ler aqui na PEC, o art. 1º fala o seguinte: "as transferências diárias de que trata este artigo serão realizadas da seguinte forma: gratuita, nos casos de áreas ocupadas por habitações de interesse social", que é o caso da senhora. Então, assim, não tem nada... entendo a preocupação da senhora, mas a senhora estaria atendida aqui nessa PEC.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E só também para trazer a informação de que essa PEC tramita desde o ano de 2011. Há 13 anos que essa PEC tramita aqui. Então, assim, hoje é uma audiência pública, mais uma etapa da discussão do processo legislativo que está sendo aqui cumprida. E, na sequência, ainda vai passar por votação aqui nesta Comissão, vai passar em Plenário, então tem muitas etapas ainda. Isso faz parte do processo legislativo, mas não é uma coisa que pegou ninguém de surpresa porque está, como eu disse, há mais de dez anos tramitando aqui nesta Casa. Mas eu agradeço a colaboração da senhora conosco, por ter vindo até aqui para colaborar.

Passo a palavra à Sra. Ana Paula Gadotti Franco, Gerente Técnica da Associação de Terminais Portuários Privados, para sua exposição também por dez minutos.

A SRA. ANA PAULA GADOTTI FRANCO (Para expor.) – Boa tarde. Boa tarde, Senador. Boa tarde a todos.

Eu sou a Ana Paula e eu sou representante da ATP (Associação dos Terminais Portuários Privados). Eu falo aqui em nome do meu Diretor-Presidente, o Almirante Murillo Barbosa, que infelizmente não pôde estar presente hoje por questão de saúde.

E nós viemos aqui hoje, agradecendo também o convite, o requerimento do Senador Rogério e o convite feito pelo Presidente da Comissão, Senador Davi Alcolumbre, que recebemos e atendemos prontamente. Agradecendo também e parabenizando a iniciativa da realização da audiência pública, porque é sempre bom vir a esta Casa trazer nossa opinião, trazer nosso voto, nossas impressões para que sejam debatidas, conhecidas e divulgadas.

Pela associação, pela nossa ATP, a nossa visão é mais voltada para o setor privado, porque nós representamos os portos. E não todos os portos exatamente, nós somos uma associação que representa os portos privados que atuam fora do porto público. Todos os terminais portuários que fazem operação ou eles estão dentro de um porto público, mesmo sendo da iniciativa privada, ou eles estão fora do porto público.

Nós representamos na ATP os terminais portuários que estão fora do porto público que são essencialmente privados.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Que são sempre concessões, não é?

A SRA. ANA PAULA GADOTTI FRANCO – Não, não. Os de fora do porto público são autorizações. É um regime mais leve, justamente porque o ativo é privado. O ativo, a infraestrutura,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a superestrutura, é tudo privado, 100% privado. Os que estão dentro do porto público operam mediante concessão, nós não, é risco do privado, 100%.

E o que nós temos a ver com o terreno de marinha? Tudo. Tudo porque todo terminal vai operar usando um espelho d'água, usando uma parte do terreno de marinha. Ele vai operar mediante uma autorização do poder concedente, representado pelo Ministério de Portos e pela Antac, ele vai ter uma autorização do Ibama, aqui presente, da Marinez, vai ter uma autorização para o uso do espelho d'água emitida pela SPU. Então o terminal, mesmo privado, passa por várias instâncias decisórias, instâncias públicas que controlam e que regulam a nossa atividade privada.

Os portos são essenciais, sejam eles públicos ou privados, os privados que operam dentro de um porto público, porque por eles passam 95% da movimentação da carga brasileira. Os portos estão envolvidos no comércio exterior, estão envolvidos na movimentação das nossas *commodities*, das nossas riquezas, *commodities* minerais, *commodities* agrícolas, produtos siderúrgicos, e nós mesmos na ATP temos associados de todos esses segmentos. Nossos portos são terminais de contêiner, terminais agrícolas, terminais da siderurgia, da mineração, multipropósito, que são terminais que movimentam vários tipos de carga, e 95%, como eu disse, da nossa exportação, da nossa carga de exportação, passam pelos portos.

Na nossa associação, os nossos associados representam 66%, quase 70% dessa movimentação. Nós temos mais de 30 associados, que operam mais de 70 terminais no país, e nós temos ao todo, para vocês terem uma ideia, pela autorização do poder concedente, existem mais ou menos 260 portos terminais, TUPs (Terminais de Uso Privado), autorizados no país; em operação, mais de 210. Então, a gente está falando aqui de, além dos meus 70 terminais associados, estamos falando de mais de 200 portos no país, que fazem a movimentação no sentido da exportação do agronegócio brasileiro.

E onde estão os terrenos de marinha nessa operação? Eles têm tudo a ver, eles são íntimos dos nossos portos, porque por eles, através deles, a operação acontece, ela se consolida, e nós precisamos ter todo um controle, também, efetivamente, sobre isso. Pode parecer paradoxal que a iniciativa privada queira mais controle sobre o seu negócio, mas isso nos dá, em alguns pontos, em algumas situações, uma segurança jurídica maior, porque os terrenos de marinha, se forem totalmente privatizados, um terminal portuário, por exemplo, não poderá fazer uma expansão, ficará limitado, confinado no seu terreno. Se ele olhar para um lado e não tiver espaço para crescer, expandir ou receber carga, para poder movimentar e criar novos berços, novos cais para receber navios maiores, para fazer maior movimentação de carga, ele não vai poder crescer, vai ficar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

confinado, pode perder competitividade e perder a sua carga. Então, existem questões de competitividade, de segurança que são muito relevantes para a gente trazer aqui.

Eu não trouxe uma apresentação, após falar aqui rapidamente da ATP, vou ler alguns pontos, comentar alguns pontos aqui com vocês que eu acho interessante trazer de modo escrito, mais explícito, porque sei que fica gravado e os senhores poderão ver mais tarde, novamente, isso que fica registrado nos *Anais* da Casa.

Então, como eu disse, existem dois tipos de impacto, para os empreendimentos atuais, para os portos atuais, que já estão em operação, e para os empreendimentos futuros, porque um terminal privado não se instala da noite para o dia, não é? Num dia a gente recebe uma autorização, no *Diário Oficial da União*, no dia seguinte o porto está operando. O porto pode levar até cinco anos para operar, no caso dos terminais privados; os que são concedidos, a infraestrutura está pronta, o ativo já existe, está pronto, então ele começa a operar de maneira muito mais rápida.

Um ativo *greenfield*, que é aquele que começa do zero, esse, sim, pode levar até cinco anos, ou até mais, infelizmente, para o empreendimento se consolidar e, efetivamente, operar e trazer todos os seus benefícios, não só na cadeia logística, mas empregar pessoas, gerar impostos para o município, para o estado, para a União, enfim.

O nosso questionamento sobre essa PEC, e já adianto aqui que nós somos desfavoráveis, que o nosso setor aqui de portos privados é desfavorável à PEC, diz respeito ao modelo de transferência, basicamente ao modelo de transferência desses imóveis, porque, nessa faixa de terreno de marinha, o uso ali é exclusivo, e isso realmente gera essa insegurança se eles forem realmente repassados, vendidos a qualquer privado que ali já esteja instalado.

A PEC prevê um prazo de dois anos para que a União realize essa transferência. A gente acha que dois anos não vai dar. Dois anos vai ser muito pouco. Esse processo pode ser atabalhoado, complexo. Nós vimos aqui os números, a quantidade de imóveis e os quilômetros a serem... Quase dois milhões de imóveis a serem ainda localizados pela SPU. Obviamente, em dois anos, nesse prazo, não vai se cumprir, o que vai gerar uma insegurança jurídica para muitos dos privados que operam utilizando esse terreno de marinha.

A PEC não prevê, não está ali previsto, ela não viabiliza um prazo de pagamento, ela não prevê também uma possibilidade de parcelamento do valor devido e não permite a recusa da transferência. Ela prevê uma transferência obrigatória, uma transferência onerosa e obrigatória, uma transferência compulsória. Então, nossos terminais serão obrigados, do dia para a noite, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

adquirir a parte, o domínio útil do terreno de marinha. Alguns deles podem até ser favoráveis a isso e podem ver nisso uma vantagem, mas, em consulta aos nossos associados, a grande maioria não é favorável. Esse assunto foi levado aos acionistas, aos donos das empresas, e eles veem isso como um impacto financeiro muito grande que eles não podem nem aquilatar. Eles não sabem qual a métrica, qual a mecânica, qual o valor do metro quadrado, como vai ser cobrado, em quanto tempo eles vão pagar, e isso gera uma insegurança muito grande para o acionista, o que pode impactar o negócio, o *core business* do terminal.

Então, essa transferência compulsória pode criar uma espécie também de liquidação infinita desses ativos, que são os ativos – ativos da União –, e a gente não vê isso com muita preocupação. Esses procedimentos administrativos devem, podem ser caros, podem ser demorados, podem ser onerosos e, frequentemente, podem levar à judicialização, e imagino que a SPU, que o ministério até anteveja isso, e a gente sabe que isso é complicado. Então, essa questão da transferência compulsória, obrigatória para nós, privados, que já operamos lá com os terminais e o risco de judicialização é muito premente.

O fato também, e aí vou ter que cutucar o ministério, o fato de não mencionar um *quantum*, o *quantum* devido, a gente não ter uma base financeira e não prever uma limitação do valor e até da área, que pode chegar a 100% dessa área, isso também, isso pode levar, pode possibilitar um incentivo de prática de preços abusivos. A gente fica um pouco inseguro porque a gente não sabe onde isso vai dar, quanto vai custar. Isso, obviamente, impacta o negócio e aumenta o nosso risco da operação.

Nesses termos aforados, a gente viu que o percentual de compra é limitado a 17% do imóvel...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ANA PAULA GADOTTI FRANCO – ... Mas, nos terrenos em regime de ocupação, pode chegar a 100% do valor. Então, isso vai ser oneroso, vai ser como se a gente pagasse duas vezes pelo mesmo terreno em que a gente opera.

E aqui eu vou trazer outro dado que não é exatamente do meu setor, mas que vai passar por ele, que é a questão dos empreendimentos *offshore*. Os empreendimentos *offshore* estão em franca ascensão, principalmente, agora, pela questão das eólicas. E o que tem o porto a ver com isso? O porto é o apoio das eólicas *offshore*, do trabalho que é feito *offshore*. O porto dá o apoio logístico necessário, então vão passar por ali, vão passar pelo porto, seja privado ou público, todas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as questões envolvendo os serviços de apoio desses empreendimentos: da extração de petróleo, da produção de energia eólica *offshore* e da própria movimentação da carga. Isso vai gerar uma obrigação de remunerar os particulares, até pelo próprio jeito de passagem, de cabos, de dutos, de serviços de apoio que vão ser utilizados para a realização desses negócios.

Com relação aos novos empreendimentos, que ainda não começaram, também, do mesmo modo, vai impactar, porque, nesse caso, se houver a promulgação dessa PEC, com a aprovação, a União vai ser impedida de dispor de novas áreas para esses negócios. Isso vai implicar um engessamento, ruim para a União, obviamente, mas ruim também para nós, porque os terminais de uso privado, em volta do Brasil, onde nós temos 8 mil quilômetros de costas, mais os rios fluviais – e, com a perspectiva do Ministério de Portos de fazer hidrovias, em um projeto, agora, de realizar hidrovias no Brasil, outros portos vão surgir, não só marítimos, mas fluviais –, todos eles vão utilizar os terrenos de marinha. Quer dizer, terrenos de marinha, ao contrário do que o nome pode fazer parecer, não é só na orla do mar, ele é na orla fluvial também. Então, o Brasil tem um potencial enorme para portos, obviamente, por causa da sua geografia, e isso vai impactar, enormemente, nos novos negócios que irão surgir.

Bom, desse modo, eu quero concluir que, também, com relação a esses novos empreendimentos, não vai haver uma equivalência de valores, e isso também nos preocupa muito. Por quê? Se os terrenos de marinha forem passados para municípios, estados, concessionárias públicas, concessionários e permissionários que já operam, nós privados, por exemplo, que operamos mediante uma autorização – um contrato mais simples que se chama autorização, não é uma concessão, nem uma permissão –, seremos impactados muito e teremos que adquirir terrenos de outros particulares.

Qual vai ser o valor? Porque não existe um parâmetro hoje... Os terrenos serão passados para o município, para o estado e concessionários a que preço? A gente não sabe. Se a gente precisar fazer uma expansão e adquirir um terreno do município ou do estado, ele vai vender à iniciativa privada ou a um terminal a quanto? Qual é o valor? Qual é o parâmetro? Não temos, não sabemos. Pode até ser um valor exorbitante que nos impeça de adquirir um terreno lindeiro, vizinho, para expandir a operação, e, assim, o terminal pode ficar limitado. Então, isso é uma insegurança jurídica muito grande, não desejada por nós, obviamente.

É claro que a PEC tem a sua limitação legal, como ela é escrita, mas a falta de regulamentação mais clara sobre esses pontos torna a insegurança muito grande. Portanto, a ATP gostaria de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

participar, estar junto, opinar. E estamos prontos para isso, para colaborar com o aperfeiçoamento do texto legal da proposição legislativa.

Com isso, eu encerro a minha fala, agradecendo, mais uma vez, o tempo extra aqui que nos foi dado.

Obrigada, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Sra. Ana Paula.

Agradeço a presença também da Senadora Leila, que nos prestigia, aqui, nesta audiência pública.

Aproveitando a oportunidade, eu queria até consultar a Sra. Ana Paula pelo seguinte: quando a gente lê o inciso I do art. 1º, ele está dizendo que "continuam sob o domínio da União as áreas afetadas ao serviço público federal, inclusive as destinadas à utilização por concessionárias e permissionárias de serviços públicos" – a senhora está dizendo que, por ser uma autorização, não estaria atendida aqui – "e as unidades ambientais federais, e as áreas não ocupadas". Então, essa preocupação da senhora de estar com o terreno ao lado que possibilita a ampliação de um empreendimento como o que a senhora representa aqui, dos portos privados... Se a área já não é ocupada e é da União, vai continuar sendo, como está escrito aqui na PEC.

Talvez aí a questão da senhora seja com relação a esse passo a mais de incluir também as autorizações.

A SRA. ANA PAULA GADOTTI FRANCO – É, o que nós gostaríamos é de as autorizações portuárias estarem incluídas, porque fica um degrau, fica uma falta de isonomia, quebrada aí com as concessionárias e permissionárias de serviço.

Mas, se obviamente não está previsto ou não for possível incluí-las, nós ficamos atentos por causa desses terrenos que vão passar para a União. E aí, para expansão, nós teremos que comprar da União – no caso de uma expansão.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas, do jeito que está aqui, as áreas não ocupadas ficam do jeito como está hoje, continuam sendo a União.

A SRA. ANA PAULA GADOTTI FRANCO – Ou seja, ainda continuam existindo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Continuam sendo da União, como se não existisse a PEC, entendeu?

A SRA. ANA PAULA GADOTTI FRANCO – Vamos adquirir da SPU, então, futuramente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Tendo a PEC ou não tendo, vai ter que ser do mesmo jeito. A gente pode conversar sobre avançar isso um dia.

A SRA. ANA PAULA GADOTTI FRANCO – Vamos. Teremos, porque, até como está, os arrendatários que operam dentro do porto público levam uma vantagem competitiva sobre nós, os terminais puramente privados, porque no caso deles o terreno de marinha que já está previsto, que já está na área, na poligonal do porto público, já está abrangido, já fica dentro da concepção do porto organizado. E nós, portos privados, fora do porto público, não; a gente vai ter que adquirir, então é um ônus para a gente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – O poligonal para o privado também.

A SRA. ANA PAULA GADOTTI FRANCO – Talvez. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Sra. Ana Paula.

Então, eu passo a palavra para o Sr. Reneval Tupinambá Conceição Júnior, Diretor Presidente do Instituto de Terras do Estado do Amapá, representante do Governador do Estado do Amapá, Sr. Clécio Luís Vilhena Vieira, para sua exposição, também por dez minutos, de forma virtual.

Com a palavra, o Sr. Tupinambá.

O SR. RENEVAL TUPINAMBÁ CONCEIÇÃO JÚNIOR (*Por videoconferência*.) – Boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Boa tarde.

O SR. RENEVAL TUPINAMBÁ CONCEIÇÃO JÚNIOR (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos.

Quero saudar a mesa na pessoa do Presidente Flávio Bolsonaro e também da Carolina Gabas, representante da SPU.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, com relação ao tema, eu também acho um pouco temerária a forma como está sendo proposta, até por conta do que já foi explanado pelos demais participantes, justamente pela insegurança jurídica que isso pode causar durante esse curto espaço de tempo que está sendo proposto.

Eu acredito até que nós nem estaríamos discutindo isso aqui se a SPU realmente tivesse a relevância que ela deveria ter, levando em conta o valor que têm essas terras. Acontece que ela existe aí há 70 anos, mas ao longo do tempo ela não avançou nas demarcações. Ainda são utilizadas técnicas não tão modernas, coisa que foi utilizada aqui recentemente no Estado do Amapá, mas ainda no processo de modelagem de aprovação. Por isso, inclusive, o estado tem as áreas já na lei contidas como demarcadas, mas que ainda não foram finalizadas realmente.

Então, se ela já tivesse isso demarcado, ela já poderia ter destinado as áreas já ocupadas. Na verdade, os terrenos de marinha não é que não possam ser ocupados; eles precisam, na verdade, ser regularizados e destinados para garantir esse reconhecimento de ocupação.

E um outro avanço que precisa ter é justamente na regularização das áreas rurais. Avançou um pouco, muito timidamente, nas áreas urbanas, mas não tem um avanço na área rural. E, com a demarcação dessas áreas no Amapá, boa parte das áreas demarcadas hoje no estado estaria justamente nessas áreas rurais. Então, há a necessidade, sim, de ter um avanço tecnológico nessas demarcações, mas também de ter o comprometimento da União para assegurar que o órgão competente gestor dessas áreas possa dar celeridade nessas destinações. Já que hoje a lei prevê, no caso, a doação ou até mesmo a compra das áreas fora da faixa de segurança – que é essa faixa de 30 metros –, boa parte dessas discussões hoje aqui não precisaria existir.

Eu acho que deveria, sim, ter um avanço nessa destinação, um avanço nessas demarcações, e a União deveria se comprometer em realizar isso no tempo destinado, desses dois anos. E, é claro, buscar, assim como nas áreas urbanas há um acordo feito com os municípios, que isso possa ser feito também com os estados, principalmente com relação às áreas rurais.

Eu acredito que a coisa que realmente a gente precisa fazer é dar segurança jurídica para os ocupantes dessas áreas. E é claro que essa segurança jurídica vem também com uma regularização fundiária para esses ocupantes, porque com isso eles vão poder ter um documento que garanta essa ocupação e acessar financiamentos.

É isso que nós precisamos no estado: ter o desenvolvimento econômico dessas áreas. Independentemente da dominialidade delas, nós temos que avançar com o desenvolvimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

econômico dessas áreas, mas tudo isso de forma segura no campo jurídico, segura no campo econômico. Então, que nós possamos realmente dar essa segurança, independentemente dessa dominialidade.

Hoje, da forma como ela está sendo proposta, eu acredito que vai dar justamente o contrário, vai dar a insegurança jurídica nessas ocupações já existentes, tanto nas áreas já tituladas, tanto nas áreas já destinadas – com aforamentos ou inscrições de ocupações –, como também nas áreas ainda não regularizadas.

É o que eu tenho para abordar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Sr. Tupinambá.

Passo a palavra agora ao Sr. Bruno Ferreira de Oliveira, Diretor do Departamento de Assuntos do Conselho de Defesa Nacional, da Secretaria de Acompanhamento e Gestão dos Assuntos Estratégicos, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, para sua exposição, por dez minutos.

É *online* ou está... Desculpe-me. Eu não vi que o senhor estava aqui. Se o senhor quiser ocupar a mesa junto conosco, fique à vontade, Sr. Bruno.

O senhor tem a palavra.

O SR. BRUNO FERREIRA DE OLIVEIRA (Para expor.) – Boa tarde a todos; Senador Flávio Bolsonaro, na pessoa de quem congratulo todos os presentes.

Representando o Gabinete de Segurança Institucional, hoje eu irei apresentar as considerações ao debate sobre a PEC 3, de 2022.

Com relação ao GSI, em função da Lei 8.183, o GSI exerce a função de secretaria do Conselho de Defesa Nacional para execução das atividades permanentes do CDN, e dentro dessa atribuição, de acordo com a Constituição, no art. 91, §1º, inciso III, compete ao CDN, por meio do GSI, "propor os critérios e condições de utilização de áreas indispensáveis à segurança do território [...]". E é sob essa perspectiva, da defesa da soberania do Estado democrático de direito, que está previsto, no art. 5º da Lei nº 8.183, que vão ser apresentadas as considerações institucionais do GSI.

Próximo, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Avança, por favor, o eslaide.

Isso, pode botar mais duas para frente, mais dois cliques – isso.

A primeira manifestação do GSI foi com a Nota AP 148, de 2023. Ela fez análise em termos de regularização fundiária, receitas, segurança nacional e defesa nacional. Pelo prisma da soberania e do Estado democrático, a gente chega às seis dimensões que vão ser abordadas nessa breve exposição.

Próximo, por favor.

Com relação à nota, a gente destaca, primeiro: "[...] em que pesem as mudanças ocorridas no cenário geopolítico [...], permanecem válidos os princípios que vinculam os territórios de marinha a aspectos estratégicos, [...]". O segundo ponto importante é que a proteção dos interesses democráticos... com relação a essa proteção, "a PEC parece ferir princípios de justiça social [...]". Por fim, considerando-se que a matéria tratada na PEC já se encontra disciplinada no ato de ordenamento, seria desnecessária uma emenda à Constituição.

Próximo, por favor.

Com relação ao primeiro aspecto, falando da soberania em termos de defesa nacional, essas cenas são icônicas, do desembarque da Normandia. Desde essa época, fica clara a importância do terreno de marinha para as guerras convencionais – avança, por favor –, só que, em função do desenvolvimento tecnológico do armamento, a gente costuma sempre fazer surgir esse questionamento com relação à manutenção da forma de guerra, de defesa do território, se ainda precisa ser mantida.

Trinta anos atrás, após a Guerra do Golfo, começou-se a se questionar se o poder aéreo seria, sozinho, capaz de ganhar uma guerra. Hoje a gente já não tem mais resquício desse tipo de questionamento, mas ele, de vez em quando, ressurge. A gente agora traz à tona aqui, dentro do debate, a questão do terreno de marinha com uma importância estratégica para a defesa do país.

Isso aí é uma matéria do West Point, que saiu há pouco mais de dois meses, em que se fala que os conflitos na Ucrânia, agora em andamento, e em Gaza sublinham a importância das operações anfíbias efetivas, não só para agir de um modo ativo, mas também para defender a nossa costa das ações adversárias. E, como alguns exemplos, já nesse século XXI, para demonstrar que o armamento moderno não corrompeu – vamos dizer assim – a importância dos terrenos de marinha para a defesa da soberania nacional, a gente pode citar: a Guerra do Iraque; a Operação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Democracia, nas Ilhas Comores; a Batalha de Kismayo, na Somália; a Guerra Civil da Líbia; e assim por diante.

Avança para o próximo, por favor.

A Rússia, por exemplo, agora durante a Guerra da Ucrânia, usou o Kinzhal, o míssil hipersônico – é o estado da arte de armamento –, mas, nem por isso, ela pôde abrir mão da estratégia de *boots on the ground*, que são tropas ocupando o terreno, realmente. Ela tentou fazer incursões em Mariupol, com operações anfíbias, e não conseguiu, tentou continuamente.

Então, o fato de a revolução tecnológica modernizar o armamento não elimina a necessidade do terreno de marinha, no nosso caso. Os novos armamentos mudam a estratégia, mas não extinguem a missão. Para comprovar isso, 105 países ainda mantêm corpo de fuzileiros navais ou tropas equivalentes com investimento crescente. Para o ano de 2024, os Marines têm um investimento estimado de US$53,7 bilhões, demonstrando ainda a importância do terreno de marinha para a defesa da soberania do Estado brasileiro.

Próximo, por favor.

Também, dentro do aspecto da defesa nacional, da defesa da soberania, nossa Política Nacional de Defesa ressalta a importância da Amazônia Azul, do litoral para a defesa do país. E a Estratégia Nacional de Defesa atribui à Marinha a missão de manter um corpo de fuzileiros pronto, para pronto emprego, com capacidade efetiva para fazer a defesa nesse litoral, que tem um caráter estratégico, como ressaltado pela Política Nacional de Defesa.

Próximo, por favor.

Com relação à defesa nacional, vale a pena apresentar esse pensamento de Fehrenbach, que é um historiado americano: a gente pode voar sobre uma terra para sempre, pode bombardear, atomizar, limpar toda forma de vida, mas, se a gente quer proteger aquele terreno, vai ser feito da forma que as legiões romanas fizeram desde o passado, colocando soldados na lama, ou seja, os terrenos de marinha ainda são imprescindíveis à defesa nacional. A modernidade dos armamentos não elimina essa necessidade.

Próximo, por favor.

Ainda com relação à dimensão estratégica, mas dentro do foco da soberania, como já abordado anteriormente, o terreno de marinha é uma área estratégica para a implantação de infraestruturas críticas. A gente já falou do *hub* de conectividade no Ceará, através dos quais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

passam 90% dos dados que chegam ao Brasil. Como também já comentado, é uma área estratégica para a produção de energia e comércio exterior. No caso de uma mobilização nacional, muito do que a gente vai precisar vai entrar por meio dos portos, como já comentado, por meio dos quais passam 95% do comércio exterior nacional. Além disso, a gente gostaria de destacar na dimensão estratégica a possível elevação de custos em projetos de desenvolvimento nacional. A partir do momento em que eu passo a propriedade para a iniciativa privada, se eu precisar fazer algum empreendimento para o desenvolvimento nacional, eu vou ter que desapropriar aquele terreno, e os custos tendem a ser mais elevados.

Próximo, por favor.

Agora, mudando o foco para o Estado democrático de direito, e aí a gente entende o Estado democrático de direito de primeira à quinta geração, sob a perspectiva da dimensão socioeconômica, a gente vê – e isto aí é o mapa em termos de renda dos Municípios do Rio de Janeiro e de Niterói – que a renda dos possuidores no litoral é superior à dos que vivem no interior. O que isso implica, na verdade? Isso sozinho não implica nada, mas, se a gente for ver a análise, isso vai levar à vulnerabilidade de comunidades tradicionais e grupos sociais de baixa renda, como já comentado, em função da especulação imobiliária que tende a ocorrer a partir da aprovação desta PEC. Há a perda de patrimônio da União, a gente tem a redução da capacidade de implementações de redução de desigualdades regionais, vamos voltar a esse tema um pouco mais para frente sob outra perspectiva. Além disso, a promoção de destinações da PEC pela SPU já é possível com o ordenamento atual, só que a SPU o faz integrando aspectos sociais, econômicos e ambientais, o que a gente perderia com a aprovação desta PEC.

Próximo, por favor.

Ainda sob a dimensão socioeconômica, apesar de a PEC não influenciar, claro, nos acessos às praias, pois praias e mares são domínios públicos conforme fala a Lei 7.661, aqui tem dois excertos de dois *prints* de tela de *sites* de viagem em que a gente vê que já existe a cobrança. O.k., a praia e o mar não são afetados pela PEC, mas o acesso a eles, sim. O acesso hoje, em que a restrição já é ilegal e inconstitucional, já acontece, e, se a gente privatizar, conceder aos particulares essa propriedade, realmente não vai haver uma apropriação de mares e praias de direito, mas vai ter de fato. E isso tem um potencial influenciador na dimensão socioeconômica.

Próximo, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação à dimensão fundiária, pode haver a legitimação de propriedades da União a particulares que nem sempre as adquiriram de boa-fé. É importante lembrar que, desde 1941, com o Decreto 3.438, já se definia o que era o terreno de marinha e já se estabelecia que a União não reconheceria nenhuma ocupação posterior. É claro que a legislação é viva, precisa de atualização, mas precisa ser feita com critérios, que a proposta seja feita conforme o trabalho que tem sido desenvolvido pela SPU. E aí a gente destaca a avaliação que eles fizeram: "uma medida como essa incentiva conflitos nacionais e...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BRUNO FERREIRA DE OLIVEIRA – ... internacionais, disputas locais, a apropriação do patrimônio público, beneficia a grilagem, a concentração de terras, a especulação imobiliária".

Como a gente já disse, a gente antevê um aumento do custo de implementação de projetos e políticas públicas.

Outro aspecto importante também na dimensão fundiária é que a perda desses imóveis da União, que se constituem reservas estratégicas de recursos, vai gerar impactos também na União, com perda estimada, depois que for tudo concluído, segundo levantamento, de em torno de R$500 bilhões, no Balanço Geral da União, e, em termos orçamentários, de R$2,5 bilhões anuais.

Outro aspecto que a gente deveria considerar é que está sendo elaborada atualmente por um GTI coordenado pelo MDR – ali está MGI, mas é MDR – a Política de Ordenamento Territorial.

Próximo eslaide, por favor.

Com relação à dimensão ambiental, não vamos nos deter, mas vemos riscos ambientais ante a dificuldade de fiscalização decorrente da privatização de acessos e a possibilidade de implantação de empreendimentos prejudiciais ao meio ambiente. Além disso, como já comentado também, o terreno de marinha é uma área indispensável às ações de enfrentamento de eventos climáticos.

Próximo, por favor.

Essa é a última dimensão. Com relação aos aspectos jurídicos, a gente vê que a PEC 3, que a gente está analisando agora, tem origem remota na PEC 39, de 2011, aprovada, só que, entre esses dois marcos temporais, a gente teve a Lei 13.240, de 2015, e a Lei 13.465, de 2017, que já permitem, de certa forma, a remição do foro e a alienação de terreno de marinha. E a Lei 13.465 amplia essa possibilidade de regularização fundiária. Então, esse é um novo cenário, diferente do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que se desenrolou com a PEC 39. O ordenamento jurídico já permite diversas ações de regularização que estão sendo executadas pela SPU, só que com observância de critérios sociais, econômicos e ambientais que privilegiam o interesse público ante o privado.

Próximo, por favor.

E aí, em função, vamos dizer assim, do possível prejuízo ao Estado democrático, consubstanciado pelas cinco gerações de direito, e à defesa do país, em termos de soberania, a opinião institucional é de forma contrária à aprovação da PEC 3, de 2022.

Senador, eu agradeço a palavra e o tempo extra, em nome do General Amaro, Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Sr. Bruno, também pela sua explanação.

Com o fim das explanações, eu passo a palavra agora aos Parlamentares.

O Senador Esperidião Amin está *online* desde o início desta audiência pública, mas a Senadora Leila está presente aqui. Eu queria saber se V. Exa. não cede a sua vez de falar à Senadora Leila, que está aqui...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Pode ser o Senador Amin, eu quero ouvir o Senador.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Então, com a palavra, o Senador Esperidião Amin, por favor.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Presidente, eu, em primeiro lugar, gostaria de agradecer a deferência da Senadora Leila Barros, mas eu peço que seja dada a palavra, em primeiro lugar, à Senadora Leila Barros e ao Relator desta PEC na Câmara dos Deputados.

Nós estamos recebendo uma proposta de emenda à Constituição que foi debatida na Câmara dos Deputados – eu fui o Presidente da Comissão. Eu acho que o Deputado Alceu Moreira merece, neste momento, se é que nós queremos esclarecer e ouvir ambas as partes... Todos os que se manifestaram aqui são contra. Eu não quero, naturalmente, desrespeitar ninguém, mas, quando eu vejo a Secretaria do Patrimônio da União dizer que este projeto vai permitir a privatização e o cercamento de praias, que vão continuar a ser patrimônio da União, porque elas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o são, sejam praias fluviais, sejam praias marítimas, protegidas por um outro dispositivo constitucional... Quando eu vejo isso, eu peço encarecidamente a V. Exa. que, respeitada a preferência da nossa Senadora Leila Barros, seja dada a palavra ao Deputado Alceu Moreira, que foi o Relator deste texto.

E eu gostaria de, se fosse possível, pelo menos ler uma mensagem que eu recebi do primeiro signatário que é o Deputado Arnaldo Jordy, casualmente também do Estado do Pará.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador Amin, eu vou só fazer o seguinte encaminhamento: como a gente tem uma ordem de inscrição aqui dos Parlamentares...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Está perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu queria sugerir... Agora, óbvio... Parece que o Deputado Alceu Moreira estava conectado conosco, a conexão caiu.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Está em linha. Ele está em linha.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sim, sim, mas ele não conseguiria entrar neste momento. Então, se todos concordarem, eu queria passar a palavra à Senadora Leila; eu também queria passar a palavra ao Deputado Túlio Gadêlha, que está desde o início, presencialmente, aqui nesta Comissão; e, na sequência, nós passaríamos ao senhor e ao Deputado Alceu Moreira. Pode ser? (*Pausa.*)

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Queria tanto ouvi-lo, Amin. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Vou entender como "sim", então, Senador Esperidião Amin, porque parece que tem um problema de conexão, não é? Ele vai ter que...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Isso é apenas saudade, Leila. Senadora Leila, isso é apenas saudade!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Pois é! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Então, passo a palavra à Senadora Leila para nos brindar também com as suas palavras.

Com a palavra, a Senadora Leila.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores e todos que nos acompanham pelo sistema aqui de comunicação do Senado, apesar de eu não ser membro da CCJ, eu estou aqui na condição de Presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado. Então, eu não poderia deixar de vir a esta audiência pública e manifestar a minha preocupação com a tramitação desta PEC, que busca acabar com os terrenos de marinha, uma vez que estamos diante de uma medida que, ao fim e ao cabo, flexibiliza as normas ambientais e dificulta o combate às mudanças climáticas.

Eu me atrasei, eu queria ter acompanhado desde o início, Senador Flávio. Eu só não acompanhei, porque eu estava lá na sessão de debates no Plenário, tratando sobre a tragédia no Rio Grande do Sul. E causa mais perplexidade constatar o avanço de iniciativa dessa natureza no momento de calamidade ambiental que vivemos no Rio Grande do Sul. Afinal, para 99% dos brasileiros, segundo a pesquisa Quaest, as enchentes no Rio Grande do Sul estão ligadas, sim, às mudanças climáticas. A extinção dos terrenos de marinha e a transferência de propriedades das áreas podem afetar a função dessas áreas na mitigação das mudanças climáticas e na adaptação às mudanças no nível do mar.

Entendo haver problemas relacionados aos terrenos de marinha – todo mundo aqui, ninguém tem dúvida. É verdade que muitos ocupantes desses terrenos não possuem títulos de propriedade formalizados, o que cria insegurança jurídica para esses moradores. Os ocupantes são obrigados também a pagar taxas, incluindo o foro e o laudêmio. Esses custos são frequentemente vistos como altos e injustos pelos ocupantes. Entendo, ainda, que a presença de terrenos de marinha pode dificultar o planejamento urbano e o desenvolvimento econômico, já que a intervenção nesses terrenos requer autorização da Secretaria do Patrimônio da União (SPU).

Entretanto, precisamos pensar em um outro tipo de solução para esses problemas, pois a manutenção dos terrenos de marinha sob domínio e regra da União é crucial para proteger os ecossistemas costeiros e marinhos, que desempenham papel vital na absorção de carbono, na proteção da linha de costa e na estabilização das margens, contribuindo para a resiliência costeira diante dos impactos das mudanças climáticas. Além disso, a transferência de propriedade dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

terrenos de marinha pode aumentar os riscos de erosão e inundações nas áreas costeiras, que já sofrem efeitos diversos em diversos pontos do litoral. Essas áreas atuam como zonas de amortecimento natural – isso foi até falado por ambientalistas, agora, na nossa sessão temática – , que servem como amortecimento natural contra a erosão e o avanço do mar, oferecendo proteção para as comunidades costeiras e a infraestrutura. A perda desses terrenos de marinha para propriedades privadas tende a aumentar as suas ameaças por eventuais flexibilizações ou afrouxamentos de regras federais, limitando, assim, a capacidade de resposta aos eventos extremos e à ocorrência de inundações, que é a maior preocupação. A manutenção dessas áreas como patrimônio público é fundamental para garantir o acesso equitativo à costa e a preservação das praias e ecossistemas naturais como um bem comum.

Diante de tamanhas preocupações relacionadas à aprovação desta PEC, fica só uma pergunta aqui: afinal de contas, a quem interessa essa aprovação? Manter tais terrenos sob titularidade da União significa ter gestão sobre territórios estratégicos ao desenvolvimento econômico, social, ambiental, da infraestrutura e, principalmente, da segurança nacional, como foi falado aqui; significa preservar espaços imprescindíveis para a contenção e a adaptação às mudanças climáticas; significa poder atuar na proteção das comunidades tradicionais, dos povos originários e quilombolas; significa ter governança para atuar em áreas de risco cada vez mais ameaçadas por tais mudanças, que agora nos assombram constantemente.

Eu encerro esta fala chamando a atenção a todos os Senadores e a todas as Senadoras que votarão esta matéria aqui na CCJ ou no Plenário para a responsabilidade que temos – e ela não é pequena – de repensar, porque nós não temos um plano B para a questão das emergências climáticas e não temos um planeta B para podermos sair daqui, evacuar. Então, a gente realmente tem que resolver o que está acontecendo, e o que não podemos fazer é abrir mão da capacidade de a União atuar nessas áreas em defesa da coletividade.

Inclusive, Senador Flávio, nós vamos tentar levar este tema para ser debatido na CMA também. Eu acho que este tema precisa ser debatido lá, porque é um tema que é objeto direto da nossa Comissão e que, de fato, interfere naquilo com que nós mais estamos preocupados agora, que são as emergências climáticas. Eu sei que estão falando de insegurança jurídica, de segurança nacional, mas nós estamos tratando, a metros daqui, no Plenário do Senado, de uma tragédia que assolou o Estado do Rio Grande do Sul – e a gente sabe que é tudo ação do homem –, e nós estamos tentando, aqui, flexibilizar, através de uma PEC, territórios que, querendo ou não, têm proteção da União e que nós estamos entregando para a titularidade privada. Enfim, é um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tema sensível que não dá para se discutir apenas em uma Comissão, como a Comissão de Constituição e Justiça.

Então, vou fazer um apelo aqui aos colegas para que a gente também faça o debate e que levemos o tema – não a PEC – também para a Comissão de Meio Ambiente.

Obrigado, Senador Flávio Bolsonaro. (*Palmas.*)

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senadora. Leila.

Eu passo a palavra, então, ao Deputado Túlio Gadêlha, para também fazer uso da palavra.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado.

Com a palavra, o Deputado Túlio Gadêlha.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (Bloco/REDE - PE. Para expor.) – Presidente Senador Flávio Bolsonaro, colegas que acompanham esta audiência, primeiramente, quero dizer que é muito preocupante ver uma PEC desta natureza sendo discutida, Senadora Leila, em um momento tão trágico como este.

A gente tem observado o desastre no Rio Grande do Sul, tem observado que a legislação ambiental vem sendo flexibilizada em alguns estados, e a maior preocupação é que a gente abra espaço para que isso aconteça nessas cidades e nessas comunidades, muitas delas, inclusive, de pescadores, que sobrevivem porque lá existe manguezal, porque lá existe restinga.

Então, eu queria deixar bem clara uma coisa, Senador: primeiro, que "terreno de marinha", quando a gente fala, não é um terreno que é da Marinha. Terreno de marinha é um terreno da União, e terreno da União é terreno do povo brasileiro. É importante deixar isso esclarecido porque as pessoas confundem, pensam que o terreno de marinha é um terreno onde a Marinha tem autoridade e faz o que bem quer, e não é assim. Esse é um ponto.

Um outro ponto, Senador, é que a gente sabe a quem interessa essa PEC. A gente viu, inclusive, um jogador de futebol, o Neymar, fazer propaganda de um empreendimento, tomando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como certa a aprovação desta PEC – um empreendimento com investimento bilionário nas praias do Nordeste.

E é importante a gente dizer que flexibilizar a legislação ambiental é um risco para o nosso país, mas é um risco também para as pessoas que moram nas cidades costeiras, que é grande parte da população brasileira. A gente está indo contra o mundo todo, que preserva suas florestas, que preserva suas encostas, que cuida do seu litoral, e aqui no Brasil a gente quer acabar com um território que é destinado à União para cuidar dele.

E todos nós sabemos, Senador, que só a União tem a capacidade de cuidar. É a União que consegue fazer o controle, fiscalizar através das instituições como o Ibama, ICMBio, até a própria Marinha ajuda nisso. E quando a gente tira da competência da União a gestão desses espaços e atribui ao município ou à iniciativa privada, você está deixando com o órgão mais frágil, ou, então, com as pessoas que a gente não sabe se têm responsabilidade com aquele ecossistema, deixando nelas a capacidade de gerir, de fazer essa gestão. E essa é a grande preocupação, porque hoje o terreno de marinha impede a alienação e o pleno domínio desses territórios.

A gente sabe também, Senador, que é nos municípios que existe a barganha política... (*Palmas.*)

... e ali está mais suscetível à corrupção, está mais suscetível a um acordo que se faz ali entre um empresário, uma grande empresa e um prefeito. Essa é a realidade do Brasil.

Então, eu queria dizer aqui que esse projeto de lei trata de um problema, um problema que existe, de fato, que é a titularidade da propriedade de muitos desses moradores que estão nesse terreno de marinha.

Se a gente tem um problema fundiário, a gente não o resolve com uma PEC, mudando a Constituição. A gente resolve esse problema com investimento, com georreferenciamento dessas terras, fazendo um trabalho socioeconômico com essas famílias que moram ali, para entender quem está lá, há quantos anos está lá e se ela tem direito àquele território.

E não é isso que está sendo feito aqui. Está se vendo um problema e querendo se mudar todo um ecossistema, para resolver um problema que a gente pode resolver de outra forma.

Mudar a Constituição, para acabar com o terreno de marinha, vai, sim, privatizar as praias; e é lógico que o texto diz. "Ah, mas onde é que está no texto que vão se privatizar as praias?" – um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

texto que está sendo debatido há tantos anos, como o Senador bem colocou aqui, que vem sendo debatido há 11 anos.

Olhe, Senador, o tempo de debate de um texto não diz a qualidade do projeto. A gente tem projetos horríveis aqui que tramitam há 10, 15 anos.

Tem um projeto, por exemplo, de 2004, o PL 41, de 1997, que proíbe atribuir nomes próprios a animais. Tramita aqui. Esse projeto é bom? É horrível! Você não poderia chamar seu cachorro por nome próprio, porque o projeto proíbe, se fosse lei.

Existe um outro projeto aqui, o 6.167, que dá porte de arma a todos os Parlamentares. É um projeto terrível.

Só o fato de esses projetos tramitarem há muito tempo aqui não quer dizer que eles sejam bons; assim como esse projeto é terrível também. (*Palmas.*)

É terrível para o meio ambiente, é terrível para as pessoas, é terrível para as comunidades.

Então, Senador, eu tive a oportunidade de ser Presidente do Instituto de Terras e Reforma Agrária e sei o que é um problema fundiário.

Em Pernambuco, existem mais de 600 assentamentos e acampamentos. E a gente sempre fez um trabalho para regularizá-los, para dar o título de posse àquelas famílias, para que elas tenham direito àquela terra.

Se a gente tem um problema como esse no nosso país, a gente não o resolve com uma PEC.

Existe muito interesse econômico atrás dessa proposta de emenda à Constituição, Senadora Leila. E é importante que a gente fale sobre isso na Comissão de Meio Ambiente. Esse projeto, que tramita há muito tempo aqui, é muito ruim e muito prejudicial.

Aqui falaram representantes de diversas entidades do Governo Federal, a SPU, o Ministério de Meio Ambiente, comunidades de pescadores, e as únicas pessoas favoráveis foram os Prefeitos, que querem fazer a gestão desses territórios. E é lógico que eles querem fazer, querem mais poder, querem dizer o que pode ser construído ali e o que não pode. Assim como os empresários. Se colocar um empresário para se sentar aqui, dono do setor hoteleiro, ele vai dizer que é um projeto bom, porque ele vai querer adquirir aquela área para aferir lucro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essas áreas de restinga, as áreas de manguezais, as áreas que estão preservadas hoje – porque é de competência da União administrar essas áreas – só existem, porque existe fiscalização e controle. Se a gente tira a capacidade da União de fazer a gestão dessas áreas, a gente compromete esses biomas, que hoje dão sustentação a essas cidades que ficam na costa, na beira do mar, na beira dos rios.

Eu quero agradecer a cada um que participou aqui, pelas falas, pelos comentários.

Eu queria dizer que, hoje, a gente não deveria estar tratando de uma PEC que acaba com o terreno de marinha. A gente deveria estar tratando da PEC do clima, da PEC 37, de 2021, tendo em vista o que está acontecendo no Rio Grande do Sul e em outras cidades. (*Palmas.*)

No Recife, morreram mais de cem pessoas vítimas de alagamentos e soterramentos na região metropolitana toda. Na cidade do Recife, foram 52 pessoas que morreram soterradas em virtude de deslizamentos de barreiras, de soterramentos e de alagamentos.

Isso está acontecendo com mais frequência no Brasil. Não tem como negar a ciência para a gente compreender os efeitos das mudanças climáticas. Elas acontecem, as pessoas estão sofrendo e o Brasil tem muitas cidades suscetíveis a esses fenômenos climáticos extremos. São quase 2 mil municípios brasileiros suscetíveis.

A gente não tem como negar a ciência a ponto de ignorar que a temperatura dos oceanos, como foi bem dito aqui, tem aumentado drasticamente. Em um ano, cresceu 0,4ºC – 0,4ºC! Em Fernando de Noronha, há duas semanas, a temperatura do mar estava batendo 33ºC. Os corais estão morrendo. Não é só o derretimento das calotas polares que faz com que a maré aumente, que suba de nível, é também o aquecimento do mar, porque isso expande as moléculas. Essa expansão vai destruir cidades.

Ou a gente preserva esse meio ambiente – o pouco que restou – para proteger essas cidades, ou a gente vai ter consequências seriíssimas para as pessoas que moram lá, principalmente as pessoas mais vulneráveis.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Deputado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora finalmente conseguiu estar *online*, eu quero passar a palavra ao Deputado Alceu Moreira, que foi o Relator dessa PEC lá na Câmara dos Deputados, para que também possa fazer uso da palavra.

Deputado, o senhor está com a palavra.

O SR. ALCEU MOREIRA (Bloco/MDB - RS. Para expor. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente Flávio Bolsonaro, senhores participantes, nossas primeiras palavras são para dizer que, primeiro, o autor dessa lei, Esperidião Amin, é um morador de Florianópolis, de uma ilha; e querer taxar, de maneira rasa, irresponsável e deseducada, como se nós tivéssemos defendendo interesses de terceiros, é tentar medir a nossa conduta por sua própria régua. A Comissão, embora todas as opiniões sejam respeitadas, não é um bom lugar para fazer lacração ideológica. As pessoas que eu ouvi parece que não leram uma linha da PEC que nós estabelecemos.

A PEC, primeiro, só compreende áreas urbanas, e ela, ainda assim, não permite a expansão urbana sem a previsibilidade garantida. Não permite isso. Não há nenhuma permissão para se fazer qualquer tipo de expansão. A PEC diz que todo o interesse público nacional será preservado. Portanto, a União pode preservar todas as áreas em que ela tiver interesse.

Nós não estamos fazendo nenhuma interferência nisso, não estamos oportunizando nenhum negócio imobiliário a quem quer que seja, não estamos autorizando a privatização de praia alguma. Absolutamente nada! Queria perguntar, no entanto, o que fazer, por exemplo, com a terra do Copacabana Palace Hotel, no Rio de Janeiro. Aquela terra é de marinha. Quando aquela terra vai ser desocupada? Em algum momento? Não. Ela vai ficar a vida inteira. É área consolidada, absolutamente consolidada.

Aliás, é o que a PEC trata, áreas consolidadas e que hoje têm duas despesas anuais. Ela tem que pagar as duas: pagar a taxa de área de marinha e também tem que pagar todas as despesas de ocupação do IPTU. Ela tem dupla tributação todo ano. Por que será que essas pessoas em áreas consolidadas não podem ser donos da sua própria terra? Pode na regulamentação... Regulamentar é como estabelecer os valores, de que forma serão pagos... Isso nós podemos estabelecer.

Agora, estabelecer que a PEC.... E falaram-me aqui de áreas e áreas de terreno de marinha. Não, nós estamos falando tão somente de áreas urbanas, só de áreas urbanas, e não permitindo que o Prefeito se beneficie disso – se, imediatamente, quisesse fazer uma expansão urbana, estaria proibido. Ele só pode fazer nos próximos dez anos, fazendo previsibilidade da sua expansão urbana no plano diretor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As áreas em que o município tem interesse ou que já ocupa seriam do município; a área em que o estado tem estrutura e que já ocupa seriam do estado; todas as áreas que a União tiver interesse, pelos mais diversos títulos e motivos, poderá tê-las.

Onde está, na PEC, qualquer tipo de liberação para que a União fique sem isso? Onde está na PEC que nós vamos liberar uns centímetros de praia para privatização? Chega de lacração ideológica, de vir para cá com discurso absolutamente despropositado com relação a isso, de trazer exemplos de outros projetos de lei que não têm nada a ver com esse projeto para tratar o Parlamento como se nós fossemos irresponsáveis. Não! No Parlamento tem pessoas que foram eleitas pela população brasileira e têm direito de fazer os projetos, alguns bons, outros nem tanto. O que ninguém tem direito é de ser chefe de um órgão de Estado e de achar que o Estado serve aos seus propósitos ideológicos, que direito é aquilo o que ele pensa, que o país correto é aquilo que ele pensa.

Quando se fala das enchentes do Rio Grande do Sul, era bom dizer por que será que não deixaram dragar o Guaíba, que tem áreas de sedimento com quase 3m assoreando o rio e nunca permitiram que se mexesse nos entulhos. Não se pode tirar todo o sedimento. O Tietê, em São Paulo, foi dragado. E cadê as enchentes de São Paulo?

Para aqueles que sempre têm uma solução ambiental para tudo temos que dizer o seguinte: grande parte do que nós estamos vivendo é, com certeza, uma questão ambiental, é uma questão do nosso tempo, das agressões que se fazem, mas uma grande parte é com relação a tempestades. Em 1941, tinha meia dúzia de habitantes em Porto Alegre e nós tivemos uma enchente igual. Seria o efeito estufa por acaso, tão somente ele, ou seríamos nós, que estamos plantando batata, que somos responsáveis por isso? Eles têm que parar com esse discurso de lacração absolutamente irresponsável, de virem para cá para uma Comissão, para uma audiência pública, e querer fixar seus conceitos ideológicos fazendo referência a uma PEC não tem nenhuma linha do que eles disseram, absolutamente nada.

A PEC, pura e simplesmente, estabelece o seguinte: não terá mais área de marinha. Aquelas áreas consolidadas, já ocupadas, qualquer área que fique fora da área urbana, não terá nenhum efeito com relação à PEC, nada. Portanto, vão acabar com a área de marinha. E os manguezais... Bom, quando nós tivermos a PEC aprovada, os manguezais... Facilmente, a União vai dizer o seguinte: os mangues não poderão ser terreno de marinha, até porque os mangues não fazem parte da área consolidada e ocupada adequadamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já me disseram também que as comunidades tradicionais que vivem em área urbana, se nós passássemos os bens para o seu domínio, eles, que ocupam a vida inteira, venderiam. Sim, mas, então, nós temos brasileiros que valem menos da metade, que não têm direito ao seu domínio próprio. Eles nunca poderão ter escritura pública e registro das terras que ocupam a vida inteira porque alguém no Governo decidiu que aquela era de marinha e que quem delibera sobre a propriedade em que eles vivem são outros.

Não, nós queremos, pela PEC, que eles tenham direito – uma vez comprovada a sua condição de comunidade tradicional permanente há muito tempo –, que eles tenham condição de ocupar as suas áreas recebendo o título de propriedade definitiva para essas áreas, escritura pública e registro para dispor delas como seu próprio dono, porque é assim que ele é: ele é o seu próprio dono. Portanto, qualquer previsão ou ilação que vai ter especulação imobiliária é por conta de quem imagina, talvez mais um desses que se mede pela sua régua.

Aliás, se vocês querem falar que os Prefeitos é que têm problema de corrupção, era bom dar uma olhada para o Governo Federal também, porque ele tem em todos os lugares em monta muito maior. Querer passar o título para o Prefeito, que Prefeito isso ou aquilo, não! Os Prefeitos são os mais responsáveis neste país em todos os cantos; pode ter raras exceções como tem em todos os lugares.

Agora, pegue aí uma ilha como a de Florianópolis, pegue as áreas portuárias que nós temos abandonadas, verdadeiros cortiços no litoral do Brasil, sem nenhuma conservação, sem nada, pontos absolutamente apodrecidos, destruídos, que poderiam ser áreas nobres das cidades, agregar ao patrimônio das cidades, mas que estão fora, porque são áreas de marinha. A SPU não tem dinheiro para cuidar, não faz absolutamente nada, e elas ficam como verdadeiras cicatrizes nas nossas cidades.

Se quiserem saber se o que eu digo é verdade, andem pelas praias do Rio Grande do Sul e do Brasil e vão encontrar vários lugares absolutamente nobres que faz décadas que não tiveram absolutamente nenhum investimento e, certamente, poderiam gerar trabalho, emprego e renda para milhares de pessoas, mas estão no abandono, e o discurso é de que aquilo tem que ser área de marinha porque tem que ser a área de marinha.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALCEU MOREIRA (MDB - RS. *Por videoconferência*.) – Diga-me que bem ela produz para a sociedade como área de marinha sendo algo absolutamente em destruição, sem nenhuma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conservação, nenhum centavo de investimento público, absolutamente nada? Por que ela não se integra à paisagem urbana? Por que um recurso desses não volta para a União que é a sua proprietária? Por que as pessoas não podem comprar adequadamente?

Aliás, as áreas, quando forem passadas, não serão passadas para o município; a área, que está em domínio da União, será paga para a União, é a União que venderá, não haverá comercialização pelos municípios. Nós apenas vamos garantir na PEC o direito de o cidadão, que usa de maneira permanente, em área consolidada, pagar aquilo que é da sua propriedade, na forma de pagamento que for estabelecida, e, então, ter direito à escritura pública e ao registro.

A nossa PEC, de que fui Relator e de que o brilhante Senador Esperidião Amin foi autor...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Estamos ouvindo, Deputado. Pode continuar.

O SR. ALCEU MOREIRA (MDB - RS. *Por videoconferência*.) – ... não oferece absolutamente...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Agora ficou mudo. Agora paramos de ouvir o senhor.

O SR. ALCEU MOREIRA (MDB - RS. *Por videoconferência*.) – Oi, Flávio.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Oi.

Estamos ouvindo o senhor novamente. Pode fazer uso da palavra.

Para concluir, Deputado, pode fazer uso da palavra, por favor. (*Pausa.*)

Deputado, estamos com algum problema de conexão com o senhor, mas o senhor foi bastante claro também e estava lhe dando o tempo de tolerância que dei aos demais aqui. Em audiência pública, a gente tem que ouvir também quem fala contra.

Para concluir, Deputado, rapidamente, só para a gente poder dar o mesmo tratamento aqui para todos que usaram a palavra com alguma tolerância no tempo.

O SR. ALCEU MOREIRA (MDB - RS. *Por videoconferência*.) – Colocar à disposição da União para ela definir sobre terreno de marinha, não permitir a bitributação, não permitir que qualquer portaria estabeleça o que era de marinha ou não e fazer as pessoas pagarem pelo que não devem e, principalmente, permitir que seu proprietário correto tenha condição de ter escritura pública e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

registro. Na PEC não tem uma só linha que permita qualquer privatização de praia ou qualquer invasão em áreas consolidadas como o mangue ou qualquer outra.

Obrigado, meu querido Senador.

Desculpe por estar tão distante.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Deputado Alceu Moreira, pela sua contribuição também com esse debate público.

Importante ouvir o Relator, que também passou por todo o processo legislativo lá na Câmara dos Deputados.

Então, dando sequência aqui à nossa audiência...

O SR. TÚLIO GADÊLHA (REDE - PE) – Presidente Flávio, só um aparte...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pois não, Deputado.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (REDE - PE) – ... porque o Deputado que me antecedeu aqui cometeu um ato de racismo ambiental quando citou o caso de cortiço, atribuindo às pessoas que moram nessas regiões...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Deputado, com todo o respeito a V. Exa., olha só...

O SR. TÚLIO GADÊLHA (REDE - PE) – Não, mas é importante falar sobre isso, porque...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... mas o Deputado não citou ninguém.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (REDE - PE) – ... esse ambiente de negacionismo climático...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O Deputado não citou ninguém. A audiência pública está transcorrendo de uma forma tranquila.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (REDE - PE) – ... é um ambiente cada vez mais frequente nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É uma opinião do senhor, Deputado. Eu não sei a de outros Parlamentares aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TÚLIO GADÊLHA (REDE - PE) – Não é opinião – não é opinião. Eu queria me desculpar com as pessoas que estão assistindo a esta audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, o senhor não precisa se desculpar. Cada um tem uma opinião.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (REDE - PE) – Queria me desculpar pela infeliz fala do Parlamentar que me antecedeu.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Audiência pública e democracia é assim. As pessoas pensam diferentemente, se posicionam diferentemente.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (REDE - PE) – Sem ofensas. Desde que não haja ofensas.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas você não pode condenar alguém que pensa diferente de V. Exa. como um criminoso.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (REDE - PE) – Pensar diferente é diferente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sim, mas sempre tem...

O SR. TÚLIO GADÊLHA (REDE - PE) – É muito diferente, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, vamos... Deputado Túlio, eu estou aqui com todo o respeito...

O SR. TÚLIO GADÊLHA (REDE - PE) – Citou aqui racismo ambiental.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... conduzindo com toda a tranquilidade esta audiência pública. Nem me manifestei sobre várias coisas que ouvi aqui que também acho absurdas. Na qualidade de Presidente, como tem que ter alguma isenção...

O SR. TÚLIO GADÊLHA (REDE - PE) – Mas nada lhe ofendeu, Presidente. Nada lhe ofendeu.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E o debate vai ocorrer de uma forma normal.

Então, o Deputado colocou a sua posição, o Deputado Túlio também colocou a sua posição, que são antagônicas, e vida que segue.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria passar a palavra ao Senador Marcos Rogério, que quer também... A quem também passo a palavra por dez minutos.

Senador, obrigado pela sua presença também fisicamente aqui na Comissão.

E, na sequência, passo ao Senador Esperidião Amin, que está nos aguardando *online*.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. debatedores, eu fiz questão de vir, Sr. Presidente, a esta audiência pública... Eu estava acompanhando do gabinete, mas fiz questão de vir aqui, porque eu recebi neste final de semana um conjunto de vídeos, informações tratando desse tema, acerca dessa proposta de emenda à Constituição, e confesso a V. Exa. que eu ainda não tinha tomado essa matéria para análise, porque ela ainda não foi debatida no âmbito da CCJ, é a primeira audiência pública de que eu participo, mas, ao receber o conteúdo, eu confesso a V. Exa. que fiquei muito preocupado.

Eu fiquei muito preocupado e fiz questão de vir aqui, afinal de contas, privatizar as praias brasileiras, tornar aquele ambiente, que é um ambiente livre às pessoas... É algo inimaginável, é algo impensável, é algo criminoso, eu diria até. E eu, tomado pelo conjunto de informações, fui olhar para o texto da emenda à Constituição. E aí eu parei por um tempo, fiquei ali analisando. Falei: quanta desinformação! Eu não sei se são ignorantes úteis ou se são mal-intencionados.

Obviamente que as posições de quem é a favor e de quem é a contra devem ser respeitadas em razão da compreensão que cada um tem do que é o terreno de marinha, do que são os acréscimos aos terrenos de marinha, a partir de que momento se aferem os 33m? Se é a partir da área de vegetação, se é na área de impacto das ondas, na área de praia. Enfim, todo mundo pode discutir e ter a sua opinião. Alguém pode voltar ao tempo da Coroa, porque os terrenos de marinha já foram propriedade da Coroa. E, a esse tempo, cabia ao rei, inclusive, dispor, fazendo concessões, doações e outras coisas mais.

Agora, tentar trazer para o debate o argumento de que essa proposta tenta privatizar as praias é um argumento criminoso; é de uma desinformação e uma desinformação sem lastro. Sem lastro, na verdade! Repito, podemos discutir se é adequado manter o modelo atual com o controle da União, na definição clássica de terrenos de marinha, ou se repassa aos municípios o domínio e o controle dessas áreas, garantindo segurança jurídica e transparência para essas pessoas e para essas entidades públicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, eu ouvi aqui alguém preocupado... Eu sou contra qualquer tipo de ofensa, não se pode ter ofensa. Agora, a política do mi-mi-mi... Eu ouvi aqui alguém acusando os Prefeitos: "Não, não, lá no ambiente dos Prefeitos é o ambiente da corrupção".

Olhe para dentro da Petrobras, no Governo do PT, aí você vai ver o que é o ambiente de corrupção. Agora, querer fazer uma acusação genérica aos Prefeitos e querer ser contra um projeto porque os Prefeitos estão no ambiente da corrupção... Com todo respeito, eu não faço esse julgamento.

Obviamente que o ambiente de uma prefeitura está sujeito à corrupção? Está. E aí cabe à polícia, ao Ministério Público, fazer a investigação e enquadrar o criminoso. Agora, não se pode, ao argumento de dizer que as prefeituras são o antro da corrupção, usar isso como argumento para negar a legitimidade da tramitação desse projeto, dessa proposta de emenda à Constituição.

Eu repito, é um tema que eu estou estudando. E, quando eu recebi os vídeos, que eu fui ver a matéria, aí eu vi quem era o Relator da matéria – eu não sabia nem quem era o Relator da matéria –, eu falei: "Poxa vida, mas este Senador é um Senador que mora num estado que tem talvez os maiores problemas dessa natureza". Vai lá! Vão ter que desfazer o aeroporto do Rio de Janeiro, porque está construído em cima de uma área de marinha. Há prédios particulares em cima de terreno de marinha.

Nós estamos diante de uma realidade que se impõe e que é, do ponto de vista lógico, imutável. Ou alguém cogita a ideia, a hipótese de ir lá e derrubar tudo, desfazer tudo e voltar ao que era antes? Aliás, no Rio de Janeiro fizeram até aterramento de parte do mar para atender a população, aí vem... Então, eu respeito as opiniões que são contrárias, mas esse tema, pelo que eu li da proposta, é um tema que está carregado de desinformação.

E veja que eu não tenho ainda aqui uma opinião formada em relação a essa matéria: se a aprovação deve estar na extensão que está na PEC, que veio da Câmara, ou não. Mas o que eu estou dizendo é que essa proposta de emenda à Constituição não torna essas áreas de direito privado; continuam sendo bem público de uso comum. Onde é que está diferente disso? E aí são conceitos que são conceitos clássicos.

Então, eu queria cumprimentar V. Exa. pela realização desta audiência pública. Eu acho que é uma oportunidade para trazer o tema ao debate. Dizer que não pode fazer agora porque está acontecendo uma tragédia do Rio Grande do Sul... Quantos acontecimentos nós tivemos no Brasil, o Parlamento vai continuar discutindo. Não é porque está acontecendo isso no Rio Grande do Sul

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que tem que discutir ou deixar de discutir. Eu disse recentemente aqui, e repito hoje: este é um momento em que a gente tem que ter cuidado com as reações que se tem, exageradas, exacerbadas e, na maioria das vezes, equivocadas, porque são tomadas no calor da emoção, no calor dos fatos.

Nós tivemos, no passado, os casos de Mariana, de Brumadinho e de tantos outros. Agora, tem uma CPI que está sendo encerrada aqui, tratando do caso de Alagoas, de Maceió. Fazer a discussão de determinados temas no calor dos fatos realmente é algo que a gente tem que avaliar, mas não é o caso desta proposta de emenda à Constituição, porque ela nada tem a ver com o que está acontecendo no Rio Grande do Sul. Ela tem a ver com um princípio chamado primazia da realidade, aquilo que é fato, aquilo que é real – e quem está tendo que lidar com isso é o Prefeito da cidade; é o Prefeito que lida com isso.

Então, eu vim aqui, na verdade, mais para fazer uma fala sem entrar no mérito do debate, e me comprometo a estudar com profundidade esse tema, mas eu vim aqui para lamentar o nível de desinformação que se pratica no Brasil. Os mesmos lacradores que estão aí, agora, espalhando desinformação, outrora, algo que é informação eles classificam como desinformação. Ou seja, no Brasil tem uma agência central, agora, que diz: "Olha, se isso me interessa, não é desinformação; se não me interessa, é desinformação".

Nós estamos vivendo um período de crise de liberdade, sabe? E aí os mesmos que se aventuram a querer classificar tudo como desinformação, num momento como este, são os promotores da desinformação. E este é um caso clássico, porque eu peguei a PEC, o texto, para ler. É simples! O que as pessoas precisam fazer neste momento é parar de acreditar nos lacradores e olhar para o texto. Na hora em que olhar para o texto e ler, tiver o trabalho de ler... Porque – não vou dizer todos – quem leu e patrocinou o que patrocinou, no que eu recebi, ou faltou à aula de interpretação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... ou então está mal-intencionado, porque não tem na PEC aquilo que eu recebi, dizendo "agora vão privatizar as praias".

Pelo amor de Deus! A primeira coisa que o texto faz é proteger justamente o bem público, que é de uso comum e vai continuar sendo de uso comum. Está-se buscando resolver um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

problema – e aí nós vamos discutir se esse é o melhor caminho ou não, mas eu acho que o debate deve acontecer.

Eu parabenizo V. Exa. pela realização desta audiência pública e, com a relatoria de V. Exa., eu tenho certeza de que o texto vai ter o equilíbrio necessário, o cuidado necessário em se preservar aquilo que é um direito de todos, e também um caminho para resolver aquilo que aflige boa parte das cidades do nosso litoral.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador Marcos Rogério.

Eu passo a...

O SR. TÚLIO GADÊLHA (REDE - PE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pois não.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (REDE - PE. Para expor.) – ... permita-me um esclarecimento ao Senador, de um minuto só. Uma fala respeitosa, no nível do Senador.

Quero só esclarecer, Senador, que, em momento algum, lendo o texto, V. Exa. vai encontrar qualquer tipo de frase que dê sentido à privatização das praias. Isso não existe no texto. V. Exa. leu e V. Exa. está certo, mas nossa preocupação não é com o que está escrito no texto, são as consequências da lei.

Assim que aprovado o texto, essas consequências vão privatizar áreas. Deixa eu lhe dizer só uma coisa, Senador, só para que V. Exa. possa entender. Eu saí andando, por quatro horas, da cidade de Tamandaré até uma praia de Mamucabinha, porque eu não tinha acesso de carro a essa praia. Eu queria muito conhecer essa praia, porque eu tinha ouvido falar, mas a única forma de acessá-la seria a pé. Eu precisei caminhar quatro horas para conhecer a Praia de Mamucabinha, que fica ali na divisa de Tamandaré.

Então, o que o texto faz? O texto não privatiza praias, mas ele impede o acesso das pessoas a essas praias. Você não vai encontrar, Senador, V. Exa. não vai encontrar em momento algum o termo privatização.

Agora, a preocupação que nós temos que ter, diante desse texto, diante desse debate, é que, se tem um problema com o fato de os terrenos de marinha não terem seus títulos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

propriedades assegurados, não estarem com o problema fundiário resolvido, se dá a solução de acabar com os terrenos de marinha. E essa não pode ser a solução.

É como se nós... Nós sabemos que existem problemas no SUS, que existe falta de medicamento, que existem hospitais precários e falta de profissionais. É como se V. Exa. chegasse aqui e dissesse: "Temos que acabar com o SUS". Ou que, porque nas escolas municipais, por exemplo, falta material didático ou professores são mal remunerados, V. Exa. chegasse aqui e dissesse que tem que se acabar com as escolas, porque o ensino é de má qualidade.

Então, o que nós queremos discutir é que o terreno de marinha cumpre uma função social fundamental para o país, e que nós não podemos acabar com ele, porque existem problemas fundiários. Esse é o argumento, essa é a discussão que permeia aqui tantos especialistas. Eu lamento que, muitas vezes, nós Parlamentares ignoremos os especialistas. E é por isso está acontecendo o que está acontecendo hoje no Rio Grande do Sul.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu acho que o Deputado fez curso de futurologia. Ele lê o texto, não está no texto, mas ele está olhando para frente e imaginando o que vai acontecer. Eu...

O SR. TÚLIO GADÊLHA (REDE - PE) – É ciência, Senador, é a ciência...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Deputado, eu dei o uso da palavra ao senhor. Deixe o Senador concluir, por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu quero, Sr. Presidente, reiterar: a discussão de modelagem é uma coisa, nós podemos discutir. Isso já foi discutido na Câmara, é matéria vencida na Câmara, está no Senado Federal. Vamos discutir. A questão aqui não é uma mudança da destinação das áreas. A emenda à Constituição não trata disso; é desinformação.

A primeira desinformação eles próprios já estão fazendo: "Não, não; realmente não fala de privatização", mas foi o que venderam. Venderam isso. E aí eles estão dizendo: "Não, não;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realmente não fala de privatização, mas...". Ué, mas espera aí. Então, vocês têm que escolher qual a narrativa que vocês querem seguir: ou uma ou outra. Fique com o fato, fique com a verdade. Olhe para o texto e seja honesto com o texto, pelo menos por honestidade intelectual. Não se trata de privatização.

E, mais do que isso. Eu não queria discutir o mérito da matéria hoje, porque eu quero discutir na sessão de debate do Senado Federal, mas, pela leitura que fiz, sequer muda o que tem hoje em termos de destinação.

A questão aqui é você fazer o deslocamento de competência da União para os municípios. Essa questão é discutível? É. E aí eu posso ter uma opinião, V. Exa. pode ter outra. Nós podemos divergir e trabalhar no sentido de buscar uma convergência de qual seria o modelo mais adequado, mas dizer que a emenda constitucional induz a um caminho de privatização é desinformação. Isso é desonestidade intelectual e ao devido processo legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador Marcos Rogério.

Isso é um fato: não trata de privatização de praia. E outra, os problemas que existem hoje acontecem num momento em que não existe a PEC. Se alguém não consegue acessar uma praia, isso está acontecendo hoje, sem a PEC. Se alguém tem que andar horas para chegar à praia, porque não tem acesso por uma propriedade privada, isso acontece hoje, sem a PEC.

Então, é óbvio que... Eu também estou como V. Exa., quero participar do debate muito mais profundo na sessão da CCJ, mas eu vou fazer umas considerações finais aqui. Realmente é importante por isso a audiência pública: para informar e combater também a desinformação.

Por fim, eu quero passar a palavra ao Senador Esperidião Amin, que está desde o início também nos acompanhando de forma virtual. Eu queria garantir-lhe a palavra.

Senador Esperidião Amin, V. Exa. tem a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Presidente, eu estou acompanhando, como o senhor disse, virtualmente, mas eu tenho que reconhecer que o senhor exerceu a Presidência desta sessão virtuosamente, porque praticou a virtude da paciência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou me ater, primeiro, às questões objetivas, como as trazidas pelo meu querido amigo Edmilson Rodrigues, pelo Prefeito de Florianópolis e pelos técnicos que aí estiveram.

Número um: praias, quer marítimas, quer fluviais, são objeto de outro dispositivo constitucional. Aqui não se fala nisso. Toda legislação ambiental é nacional e federal. Os estados podem criar mais restrições, não podem reduzir, e o município também. Portanto, aqui não tem uma vírgula ou um asterisco mudando a legislação ambiental do Brasil, seja na área de inundações possíveis, de terrenos alagadiços, seja de mangues, seja de dunas. Não há nenhuma alteração àquilo que a legislação brasileira faz para o Brasil inteiro. O que o município e o estado podem fazer é ainda restringir mais o uso do solo.

Eu reconheço que esta PEC tem que ser mais esclarecedora em dois aspectos.

Primeiro, o Governo Federal argumenta que o Decreto-Lei 9.760, de 1946, deve ser atualizado. Eu também acho, mas quem pode propor essa atualização é o Governo Federal. Apenas os terrenos com ocupantes ou com aforamento de 1940 ou 1946 – ainda há uma dúvida – é que têm direito à remição de foro. Isso quem pode modificar é o Governo, por uma medida provisória, e ele coloca isso como se fosse um embaraço ou uma alternativa. Pois pratique! Pratique um gesto.

Segundo, a nova demarcação, a demarcação de terras de marinha vem sendo feita desconsiderando regras legais de citação do proprietário, do ocupante ou do foreiro, ou seja, é uma... Imagine você recuperar hoje o que seria a preamar de 1831 – sabe lá o que é isso?! – e considerar que isso é um dogma, que tem que aceitar e que não precisa nem citar o atingido por essa demarcação.

Esse centralismo – e não falo só deste Governo – da União nessa questão é um mal para o país. Não é à toa que a nossa Constituição, como lembrou o Prefeito Edmilson, no art. 182, diz que a política de desenvolvimento urbano tem que ser desenvolvida pelo poder público municipal e não por Brasília. Risco de corrupção? O Prefeito é mais fiscalizado do que a maior parte das autoridades federais. Estou falando aqui genérica e generalizadamente. O Prefeito e a Câmara de Vereadores são muito mais fiscalizados... Aliás, os seus processos, quando investigados e processados, correm com muito mais fluidez e sem derrapagens ou cavalos de pau, como vem acontecendo em outras instâncias. Portanto, os Prefeitos... Eu sou um municipalista, e os municípios, enfim, porque têm Poder Legislativo e têm Ministério Público, são muito mais fiscalizáveis do que decisões em outros ambientes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu acho que o Decreto-Lei 9.760 deve ser atualizado e compete ao Governo Federal. Agora, trazer como pano de fundo para assacar contra a proposta de emenda à Constituição, que nasceu... É bom que se saiba: o primeiro signatário desta proposta era Deputado pelo Estado do Pará, vivendo aquela realidade que o Prefeito Edmilson Rodrigues aqui mencionou.

Esta proposta de emenda à Constituição trata do assunto como Federação, que nós somos. Se alguém está arrependido de que o Brasil seja uma Federação, onde os municípios e os estados são entes federados, têm responsabilidades, têm quem os fiscalize e têm que seguir a legislação federal, estadual e municipal, se alguém está arrependido, tem que propor uma solução que não está na Constituição, porque o Brasil como Federação hoje é, de fato, uma cláusula pétrea. Vamos respeitar o que está escrito na Constituição: nós somos uma Federação. Os municípios têm essa responsabilidade, e, se não tinham recursos, nós todos estamos lutando aqui para lhes assegurar mais.

E, finalmente, se houver o requerimento, Presidente, para que este assunto tramite na Comissão de Meio Ambiente, como disse a querida Senadora Leila Barros, eu assino! Eu subscrevo esse requerimento. Agora, antecipo: neste texto não há o que se modificar, porque este texto em nenhum tópico afeta aquilo que é o direito ambiental brasileiro. Agora, se há desconfianças, eu diria que há também frustrações, porque tudo isso que aconteceu de errado...

E eu não sei se vocês viram uma fotografia ali simulando o Copacabana Palace alagado. Alguém percebeu isso? Foi em uma das exposições. Eu espero que todos os vídeos sejam colocados à disposição da Comissão, porque eu achei até uma coisa meio de gosto duvidoso. Não sei se foi feito antes ou em homenagem à Madonna, mas botaram o Copacabana Palace embaixo d'água, como uma previsão, como uma profecia!

Vi problemas ocorridos na costa da Ilha de Santa Catarina, na costa do Maranhão, enfim, no Brasil inteiro. Tudo isto, senhores, aconteceu sob a égide do centralismo! Isso tudo que aconteceu foi antes desta PEC. Não coloquem sobre a PEC a culpa, se é que há, ou o dolo, se é que existe, sobre o que aconteceu. Qual foi a fiscalização da SPU até hoje? Apontem uma ação de despejo que a SPU fez contra um grande! Anotem, escrevam aí. Deem o nome das ações – deve ter havido – que a SPU moveu contra um incorporador imobiliário, através da AGU ou através da Procuradoria da República!

Enfim, o que possa ter acontecido de errado foi na aposta do centralismo. Esta proposta de emenda constitucional versa sobre descentralização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, finalmente, eu acho que há um ponto que tem que ficar mais esclarecido nesta PEC. Também é uma advertência feita pelo Prefeito Edmilson Rodrigues. O que é área urbana está definido e, sabe-se, é aquilo que consta do plano diretor, na forma do Estatuto da Cidade, ou seja, não é uma inclusão como área de interesse urbano oportunista, é aquilo que está consolidado como sendo a área urbana de uma cidade.

Na área urbana de uma cidade, nós vamos ter que tratar dessa questão dos portos, mas não dos portos públicos, porque esses estão safos. Essa preocupação com portos diz respeito à iniciativa privada. São os portos privados, e eu sou a favor deles, mas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – ... os portos públicos estão todos eles atendidos, porque o que já é de interesse da União ou do estado está preservado pela PEC.

E, se me permite, Senador Flávio, sobra o temor. O temor nos ajuda a ir adiante e não a ficar na retranca. Apostar no centralismo não é bom para o país, que é uma Federação. Esta PEC pode ser aperfeiçoada. Se quiserem levar para a Comissão do Meio Ambiente, eu voto a favor, mas, repito, lá podem ser trazidos preconceitos – não diria *fakes*, mas distorções, como essa da privatização de praias. Privatização de praias?! Cercamento de praias?! Se isso acontecer, sabem quem é o réu? É a União, porque são bens da União as praias fluviais e marítimas. Se alguém cercou ou vai cercar alguma praia ontem, hoje ou amanhã, o réu é a Secretaria do Patrimônio da União, não é o Prefeito. E, se não houver nenhuma ação da SPU, alegando "não, nós não temos capilaridade para examinar isso", vão pedir apoio do Prefeito, vão pedir apoio da polícia estadual. Por quê? Porque nós somos uma Federação.

Olhos, braços e vigilância são requeridos aos Prefeitos, às Câmaras de Vereadores, ao Legislativo, ao Ministério Público e à Justiça. Não vai ser o centralismo, o reacionarismo de ser contra a PEC, porque ela gera riscos. Isso não é motivo.

Faço minhas, para terminar, as palavras do Senador Marcos Rogério. Quero rediscutir o mérito real da proposta. As suposições, ou quem sabe as profecias que eu quero fazer, sobre o que pode ser feito, impedem qualquer evolução da sociedade. Nós não vamos ser sócios do medo nem vamos ser sócios de difundir o medo. Nós vamos discutir a realidade e a proposta concreta.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador Esperidião Amin.

Caminhando para o encerramento da audiência pública, eu quero agradecer a presença de todos os expositores aqui.

É uma honra estar nesta mesa, acompanhado apenas de mulheres, que puderam dar aqui os seus depoimentos.

Fiz as minhas anotações. Algumas coisas não estavam, realmente, aqui no radar, como o que a senhora trouxe de portos que funcionam mediante autorizações. Aqui no texto, realmente, há a previsão de concessões, de permissões, mas não de autorizações. É óbvio que nossa intenção nunca será prejudicar um segmento tão importante para o escoamento da nossa produção, que gera tantos empregos no Brasil como um todo.

Eu quero dizer que foi perguntado aqui a quem interessa essa PEC. Pelo menos do meu ponto de vista, interessa aos moradores, às quase 8,3 mil unidades – melhor dizendo – do Complexo da Maré, no Rio de Janeiro, que estão em terreno da União, e do qual nós estamos tentando, há muito tempo, entregar para eles o título de propriedade, para eles serem os donos das casas deles.

Interessa também aos quilombolas da Restinga da Marambaia, que estão em terrenos da União, cujo título definitivo de propriedade uma mãe não pode deixar para o seu filho quilombola. É o que a gente está buscando resolver aqui.

E interessa também, obviamente, por causa da geração de empregos. Chegou a ser usado aqui, como argumento contra a PEC, o fato de um jogador de futebol ter o interesse de investir em empreendimentos no Nordeste; sendo que, na verdade, o objetivo de todos nós aqui tem que ser a geração de empregos, não a qualquer custo, como essa PEC não está permitindo.

É importante para desfazer essas desinformações, essas *fake news*, essas mentiras de que essa PEC de alguma forma privatiza a praia ou restringe o acesso.

E, para concluir, há uma coisa, para mim, também muito satisfatória nesta audiência pública, que é o próprio material trazido aqui pelo Governo, quando a gente discute o impacto, a renúncia de receita em função da não cobrança a mais do foro, do laudêmio ou das taxas de ocupação. Obviamente que a PEC trata das transferências de propriedade de forma gratuita – caso de ribeirinhos, quilombolas, pessoas carentes, como foi dito aqui –, mas também de forma onerosa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, de forma onerosa, olhem só o mundo de arrecadação que tem para a União, com base nas próprias informações trazidas aqui, como eu disse. Nas utilizações dos imóveis, tem aqui os valores discriminados por pessoa física, pessoa jurídica, ramo hoteleiro, ramo imobiliário.

Então, nas utilizações: a área total dos imóveis e o valor desses imóveis. Pessoa física: R$42 bilhões; pessoa jurídica: R$67 bilhões; setor hoteleiro, R$1,7 bilhão; ramo imobiliário, quase R$24 bilhões. Imaginem, se houvesse a cessão onerosa dessas propriedades, o quanto que a União não arrecadaria – com isso, muito mais! Eu acho que algumas décadas de arrecadação de foro, laudêmio e taxas de ocupação.

Mas, enfim, eu agradeço demais a presença de todos, a colaboração de todos, a dedicação de todos para aprofundarmos esse tema. É uma PEC que vai ser muito discutida, aqui ainda, no Congresso Nacional.

Eu quero também chamar a atenção para uma coisa que foi dita aqui e para a qual, realmente, já tinha sido alertado, que a gente tem que ver como é que faz no texto da PEC, que são aqueles proprietários, os usufrutuários desses terrenos que não queiram comprar. Isso realmente não está, de forma clara, aqui na PEC. Não sei se dá para fazer por alguma forma de regulamentação, mas vamos estudar melhor, tá? Mas, certamente, foi de grande utilidade para este Relator formar ainda mais o seu juízo de valor e atender às demandas específicas de cada setor.

Então, obrigado a todos pela presença.

Declaro encerrada a audiência pública.

Obrigado.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Todo mundo colaborou aqui de alguma forma com tudo aqui.

Está encerrada a sessão.

(*Iniciada às 14 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 49 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE MAIO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e quinze minutos do dia vinte e nove de maio de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Davi Alcolumbre e Marcos Rogério, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Sergio Moro, Professora Dorinha Seabra, Jader Barbalho, Oriovisto Guimarães, Marcos do Val, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Veneziano Vital do Rêgo, Alan Rick, Marcio Bittar, Izalci Lucas, Marcelo Castro, Carlos Viana, Jayme Campos, Omar Aziz, Angelo Coronel, Otto Alencar, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Ana Paula Lobato, Zenaide Maia, Mara Gabrilli, Teresa Leitão, Jorge Kajuru, Flávio Bolsonaro, Rogerio Marinho, Eduardo Girão, Jorge Seif, Ciro Nogueira, Esperidião Amin, Mecias de Jesus, Tereza Cristina, Dr. Hiran e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Beto Faro e Rodrigo Cunha, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Weverton, Eliziane Gama, Janaína Farias, Carlos Portinho e Magno Malta. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 14ª Reunião Ordinária, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 2954, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, para aprimorar a capacitação de agentes públicos e privados em Proteção e Defesa Civil." **Autoria:** Senadora Ivete da Silveira (MDB/SC). **Relatoria**: Senador Esperidião Amin (Ad hoc), substituiu Senador Jorge Seif. **Resultado:** Substitutivo definitivamente adotado (art. 284 do RISF). **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 545, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nºs 14.002, de 22 de maio de 2020, e 11.771, de 17 de setembro de 2008, para atualizar e aprimorar o regime jurídico a que se submete a Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur); e altera a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Marcelo Castro. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com duas emendas, e contrário à Emenda n° 1. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas de redação n°s 2-CCJ e 3-CCJ, e contrário à Emenda n° 1. Vota vencido o Senador Eduardo Girão. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 3519, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), a fim de dispor sobre a competência dos juizados especiais cíveis para o processamento e o julgamento das causas previstas no inciso II do art. 275 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 4626, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para modificar as penas dos crimes de abandono de incapaz e de maus-tratos, e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para modificar as penas do crime de exposição a perigo da saúde e da integridade física ou psíquica do idoso." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 3038, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Cria o Conselho Gestor do Fundo de Aperfeiçoamento da Defensoria Pública da União de que trata o inciso XXI do caput do art. 4º da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

n° 2217, de 2022 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a fim de tornar obrigatória, para a autoridade judiciária, a consulta aos cadastros estaduais, distrital e nacional de crianças e adolescentes em condições de serem adotados e das pessoas ou casais habilitados à adoção." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Favorável ao Projeto e à Emenda nº1-CDH. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Proposta de Emenda à Constituição n° 37, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Modifica o art. 144 da Constituição Federal, a fim de incluir as guardas municipais e os agentes de trânsito entre os órgãos que compõem a segurança pública." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB), Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Weverton (PDT/MA), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senador Reguffe (S/Partido/DF), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Eduardo Gomes (PL/TO), Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES), Senador Fabiano Contarato (PT/ES), Senador Fernando Collor (PTB/AL), Senadora Leila Barros (PDT/DF), Senadora Eliane Nogueira (PP/PI), Senador Chico Rodrigues (UNIÃO/RR), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senadora Nilda Gondim (MDB/PB), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Jorge Kajuru (PODEMOS/GO), Senador Zequinha Marinho (PL/PA), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Alexandre Silveira (PSD/MG), Senador Romário (PL/RJ), Senador Carlos Portinho (PL/RJ), Senador Telmário Mota (PROS/RR), Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB). **Relatoria:** Senador Efraim Filho. **Relatório:** Favorável à Proposta, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 1433, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta dispositivo ao Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990) para determinar que as emissoras públicas de radiodifusão veiculem mensagens sobre prevenção de drogas e maus-tratos infantil." **Autoria:** Senador Magno Malta (PL/ES). **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Favorável ao Projeto com duas emendas de redação que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 2269, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), para dispor sobre os requisitos do registro de nascimento em relação à identificação dos pais." **Autoria:** Senador Luiz Pastore (MDB/ES). **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com a emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 2695, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), para dispor acerca da disponibilização de documentos necessários à promoção da transparência no âmbito das despesas públicas." **Autoria:** Senador Flávio Arns (REDE/PR). **Relatoria:** Senador Carlos Portinho. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 2581, de 2023 - Terminativo -** que: "Esta Lei disciplina instrumentos de proteção, incentivo e recompensa a informantes que noticiem crimes ou atos ilícitos no mercado de valores mobiliários ou em sociedades anônimas de capital aberto; e altera a Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, para prever obrigações às sociedades anônimas de capital aberto a fim de garantir a integridade de suas demonstrações contábeis e financeiras." **Autoria:** Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com o acolhimento parcial da Emenda nº 1-T e o acolhimento da Emenda nº 18, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 2-T e 17. **Resultado:** Aprovado o Substitutivo oferecido ao PL 2581/2023. **Observação:** O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282 c/c art. 92 do RISF. **ITEM 12 - Projeto de Lei n° 3944, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para promover efetiva reintegração social do preso, internado e egresso." **Autoria:** Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG). **Relatoria:** Senador Flávio Bolsonaro. **Relatório:** Pela aprovação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - Projeto de Lei n° 1998, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera o art. 226 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal para prever aumento de pena para os casos de crime contra a dignidade sexual praticado por médico ou profissional da saúde em situação de atendimento médico ou hospitalar." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PODEMOS/GO). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 3464, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera o art. 234-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para prever causa de aumento de pena para o profissional de saúde que praticar crime contra a dignidade sexual no exercício da função." **Autoria:** Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 2016, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera os arts. 217-A e 226 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para estabelecer causa de aumento de pena para a prática de crime contra a dignidade sexual por médico ou qualquer outro profissional da área de saúde no exercício de sua atividade, bem como para dispor que configura estupro de vulnerável a prática de conjunção carnal ou outro ato libidinoso pelos referidos profissionais em face de paciente em situação de atendimento médico, clínico ou hospitalar." **Autoria:** Simone Tebet (MDB/MS). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 2034, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera o art. 226 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal para prever o aumento de pena para os casos de crime contra a dignidade sexual praticado com abuso de confiança." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO/MS). **Relatoria:** Senador Flávio Bolsonaro. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei nº 1998, de 2022, com a emenda que apresenta, restando prejudicados os Projetos de Lei nºs 2016 e 2034, de 2022. **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 - Projeto de Lei n° 3169, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera o art. 150 do Código Penal, para excluir o crime de violação de domicílio por parte do agente de saúde que, no cumprimento de dever funcional, entra em imóvel não habitado para promover ações de saneamento ou de controle sanitário." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Relatoria:** Senador Carlos Portinho. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quinze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Davi Alcolumbre
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/05/29

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião, Ordinária, semipresencial, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 14ª Reunião, Ordinária.

As Senadoras e os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

O Senador Marcelo Castro é Relator do item 2 da pauta.

Como V. Exa. está presente, eu vou fazer a inversão da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 545, DE 2024

- Não terminativo -

Altera as Leis nºs 14.002, de 22 de maio de 2020, e 11.771, de 17 de setembro de 2008, para atualizar e aprimorar o regime jurídico a que se submete a Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur); e altera a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Marcelo Castro

Relatório: Favorável ao Projeto, com duas emendas, e contrário à Emenda n° 1.

Observações:

- Em 21/05/2024, foi recebida a Emenda n° 1, de autoria do Senador Alan Rick;

- Em 28/05/2024, foi recebido relatório reformulado pelo Senador Marcelo Castro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O autor é o Deputado Federal José Guimarães.

Concedo a palavra ao Senador Marcelo Castro para proferir o relatório.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Como Relator.) – Sr. Presidente, esse projeto de lei vem resolver um vazio que existe hoje, porque a nossa Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur) foi transformada num serviço social autônomo pela Lei 14.002, de 2020 – ela, evidentemente, era uma autarquia ligada ao Ministério do Turismo. Ocorre que, apesar de ter sido transformada num serviço social autônomo, ela não adquiriu as características que têm hoje a Apex e a ABDI; e, evidentemente, esse projeto de lei vem suprir todas essas deficiências, permitindo que ela possa fazer eventos de importância internacional, que ela possa ser contratada por órgãos públicos sem licitação e que ela possa receber recursos do Orçamento da União, sendo que tudo isso hoje não está permitido.

Houve um amplo acordo entre o Ministério de Portos e Aeroportos, o Fundo Nacional de Aviação Civil, o Ministério do Turismo, a própria Embratur, a Liderança do Governo, ou seja, todas as partes interessadas estão de acordo para que a gente possa votar esse projeto tal qual ele veio da Câmara, sem nenhuma modificação, para ser sancionado o mais rapidamente possível e entrar em vigência, que é o grande apelo que faz a Embratur, essa entidade, esse órgão tão importante para o turismo brasileiro e para a promoção do Brasil internacionalmente.

Então, diante de todos esses argumentos e estando todos de acordo, nós vamos diretamente ao voto.

Ante o exposto, votamos pela rejeição da Emenda nº 1, pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei 545, de 2024, e, no mérito, pela sua aprovação, com as seguintes emendas de redação:

> EMENDA Nº - CCJ (DE REDAÇÃO)
> Dê-se à ementa do Projeto de Lei nº 545, de 2024, a seguinte redação:
> "Altera a Lei nº 14.002, de 22 de maio de 2020, e a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, para atualizar e aprimorar o regime jurídico a que se submete a Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo – Embratur, e a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, para incrementar o turismo no Brasil."
> EMENDA Nº - CCJ (DE REDAÇÃO)
> Dê-se ao *caput* do art. 63-B, da Lei nº 12.462, de 2011, na forma do art. 3º do Projeto de Lei nº 545, de 2024, a seguinte redação:
> "Art. 63-B. Da arrecadação total do FNAC, 30% (trinta por cento) serão desvinculados do fundo e alocados no Ministério do Turismo, conforme disponibilidade orçamentária e financeira, para a implementação de ações relacionadas ao modal aéreo e para o incremento do turismo, em atendimento do disposto no inciso II do § 2º do art. 63 desta Lei."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São esses o voto e o parecer, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Coloco em discussão a matéria.

Há Senadores inscritos para discutir a matéria.

Concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Presidente, em primeiro lugar, cumprimentando V. Exa., o Senador Marcos Rogério, o Senador Marcelo Castro e os Senadores Eduardo Girão e Sergio Moro, eu queria só lembrar que eu estou a postos, aqui, e o Senador Sergio Moro também, e lembrar que a relatoria do item 1 da pauta é da minha incumbência.

Mas eu quero me dirigir... É o item 1 da pauta. É só para dizer que eu estou presente. Eu não estou reclamando, não; pelo contrário, eu venho reclamar é do Senador Marcelo Castro (*Risos.*) , que fez um belo parecer, mas se esqueceu de enaltecer as belezas do nosso Piauí. Não lembrar que deveria ser um bônus, para cada um de nós, conhecer o Delta do Parnaíba só pode ser ciúme de V. Exa.! Psicologicamente, deve ser decorrência... Se eu fosse psiquiatra, como ele é, eu diria: o Senador Marcelo Castro está querendo esconder a beleza do Delta do Parnaíba só para ele; só para ele e para os piauienses. Como eu me considero meio piauiense, eu protesto por ele não enaltecer essa beleza que eu tive a honra de conhecer na minha jornada piauiense de 1974.

É lógico que isso é muito mais uma provocação ao meu amigo Marcelo Castro, mas uma antecipação, também, do meu voto favorável ao seu parecer.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Senador Amin, pelas palavras de V. Exa.

Eu apenas... Como o item 1 é terminativo, nós vamos já retornar a ele. Eu sei que V. Exa. está presente. O projeto é de autoria da Senadora Ivete da Silveira; o Relator é o Senador Jorge Seif, V. Exa. foi designado o *ad hoc* na última reunião; e nós vamos apregoá-lo logo em seguida à deliberação deste item.

Concedo a palavra, pela ordem de inscrição, ao Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Por videoconferência*.) – Presidente, paz e bem. Estou cumprimentando-o, nesta quarta-feira, por estar conduzindo esta sessão.

Eu vi, na fala do nosso Senador, meu vizinho, do Piauí, Marcelo Castro, que foi reformulado o parecer, e, por uma questão regimental, eu peço vista. Eu quero fazer esse pedido aqui para o senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Na verdade, Senador Girão, eu queria fazer uma ponderação a V. Exa.: só houve essa reformulação, ou essa alteração, no relatório apresentado pelo Senador Marcelo Castro com base nos entendimentos entre o Ministério do Turismo, a Embratur, o Governo, o Ministério de Portos e Aeroportos... Foi feita uma construção para adequação, apenas, do relatório apresentado; não foi um novo substitutivo apresentado pelo Senador Marcelo Castro – tanto que ele não fez a leitura do substitutivo, ele apenas fez as ponderações das alterações apresentadas.

Nesse sentido, eu queria fazer essa ponderação, porque, como não houve uma alteração do substitutivo, foram apenas adequações, não há espaço para a solicitação de nova vista desse projeto.

Queria pedir a aquiescência de V. Exa., a compreensão de nós continuarmos o debate da matéria, para nós deliberarmos ainda no dia de hoje esse assunto, que é muito importante para o Estado brasileiro e, principalmente, para o turismo do Brasil.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Como Relator.) – Sr. Presidente, se a V. Exa. me permite, quero dar mais um esclarecimento para o Senador Girão.

O que nós estamos propondo aqui no parecer é tal qual ele foi aprovado na Câmara. No meu parecer anterior, a gente retirava uma emenda que tinha sido feita na Câmara dos Deputados. Agora, não; nós estamos *ipsis litteris* repetindo aquilo que a Câmara aprovou, sem nenhuma modificação, ou seja, com a sanção presidencial nós vamos pôr em vigência a lei que foi aprovada na Câmara sem nenhuma modificação.

Portanto, não há nenhuma inovação por que necessite o Senador Girão – e aqui eu pediria a sua compreensão – pedir vista, porque ele não tem o que ver, pois está visto o parecer que veio da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não há... Deixe-me fazer mais uma ponderação. O Senador Sergio Fernando Moro está inscrito para discutir a matéria, mas eu quero, novamente, querido Líder, Senador Girão, fazer esta manifestação para que ela fique pública.

Não houve alteração no substitutivo apresentado pelo Senador Marcelo Castro. O que houve foi uma solicitação de vista para a construção de um entendimento que se deu com base na votação do texto originário. Apenas, a única alteração de redação que foi proposta pelo Senador Marcelo Castro, e que foi uma solicitação de todos os envolvidos neste debate, foi que ele acrescentou uma única frase, em um art. 63-B: "conforme disponibilidade orçamentária e financeira". Isso foi a única alteração, que era o entendimento do Governo para que não se extrapolassem as suas condições orçamentárias e financeiras. E é o que todos nós cobramos diariamente aqui de todas as instituições, de todos os órgãos, de todas as autarquias, de todas as empresas públicas: que elas fiquem vinculadas à sua disponibilidade orçamentária e à sua disponibilidade financeira. Esse era o impasse.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria fazer esse registro a V. Exa., dizendo que, como não houve uma apresentação de um novo substitutivo, infelizmente, eu vou ter que rejeitar a solicitação de V. Exa. de pedido de vista, porque não cabe, neste caso concreto, um novo pedido de vista, porque não foi, de fato, apresentado um novo substitutivo.

Eu peço a compreensão de V. Exa.

Concedo a palavra ao Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Presidente, muito rapidamente... Primeiro, um bom dia a todos.

Faço coro aqui ao Senador Esperidião Amin, elogiando a regularidade das audiências aqui da CCJ, que tem sido uma das mais produtivas, inclusive com uma pauta bastante extensa, às vezes, até com um prejuízo do almoço de muitos, mas isso é, de fato, necessário.

Cumprimento aqui o Senador Marcelo Castro. O projeto, o parecer é bastante positivo, adiantando aqui também o meu voto favorável, sem prejuízo da análise dessa questão do pedido de vista.

Eu queria só aproveitar aqui a disposição do Senador Esperidião Amin e também a minha presença e pedir, já que também é um projeto terminativo, quando for iniciada a votação dos terminativos, para de repente trazer o item 11 da pauta, porque também é da relatoria do Senador Esperidião Amin, e eu sou o autor desse projeto, o PL 2.581 – item 11. Se possível, que ele seja em seguida desse terminativo que foi mencionado pelo Senador Esperidião Amin, que é o item 1 da pauta, para aproveitar o quórum, se o quórum estiver presente.

É só isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Sergio Moro, eu vou atender V. Exa., e nós vamos fazer a inversão de pauta para o item de V. Exa. após a votação do item 1.

Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não há mais Senadores escritos para discutir a matéria.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone*.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Aliás, perdão, há o Senador Izalci Lucas.

Concedo a palavra ao Senador Izalci Lucas para discutir a matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem. *Fora do microfone*.) – É o projeto – porque eu estava na CMO – que trata da auditoria da Comissão de Valores e Mobiliários ou não?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone*.) – O.k. Então, vai ficar para... É o próximo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – V. Exa. já gastou a inscrição nesse projeto. Na próxima V. Exa. não será inscrito.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Está bem. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Em semana de feriado, tem um artigo no Regimento da CCJ que diz que o Senador só pode se inscrever uma vez para discutir um item da pauta.

Não há mais Senadores inscritos para discutir a matéria.

Está encerrada a discussão.

Passamos à votação do projeto.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 2-CCJ e 3-CCJ, e contrário à Emenda nº 1.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 2954, DE 2023

- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, para aprimorar a capacitação de agentes públicos e privados em Proteção e Defesa Civil.

Autoria: Senadora Ivete da Silveira (MDB/SC)

Relatoria: Senador Esperidião Amin

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo.

Observações:

- Até o momento, não foram apresentadas emendas em turno suplementar;

- Em 22/05/2024, foi aprovado o Substitutivo oferecido ao PL nº 2954/2023, ora submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal;

- Votação nominal.

Turno suplementar do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 2.954, de 2023.

Como disse, este projeto é de autoria da nossa Senadora Ivete, que inclusive estava de aniversário ontem – muita saúde, querida Senadora Ivete da Silveira, muitos anos de vida, muito sucesso; que Deus a abençoe e proteja sempre!

O Relator da matéria *ad hoc* é o Senador Espiridião Amin.

Informo que a votação desse projeto, por ele ser terminativo, será nominal.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não há Senadores inscritos para discutir a matéria.

Está encerrada a discussão.

Vamos iniciar... (*Pausa.*)

Regimentalmente, não tendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado sem votação – art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Item 11 – inversão de pauta sugerida pelo autor do projeto, Senador Sergio Moro.

ITEM 11

PROJETO DE LEI Nº 2581, DE 2023

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta Lei disciplina instrumentos de proteção, incentivo e recompensa a informantes que noticiem crimes ou atos ilícitos no mercado de valores mobiliários ou em sociedades anônimas de capital aberto; e altera a Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, para prever obrigações às sociedades anônimas de capital aberto a fim de garantir a integridade de suas demonstrações contábeis e financeiras.

Autoria: Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR)

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com o acolhimento parcial da Emenda nº 1-T e o acolhimento da Emenda nº 18, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 2-T e 17.

Observações:

- A matéria foi apreciada pela Comissão de Segurança Pública e pela Comissão de Assuntos Econômicos;

- Durante o prazo regimental, foram apresentadas as Emendas nºs 1-T e 2-T, de autoria dos Senadores Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus, respectivamente;

- Na 14ª Reunião Ordinária, realizada em 22/05/2024, a Presidência concedeu vista coletiva aos Senadores, nos termos regimentais;

- Em 28/05/2024, foi recebida a Emenda nº 17, de autoria do Senador Izalci Lucas;

- Em 29/05/2024, foi recebida a Emenda nº 18, de autoria do Senador Hamilton Mourão;

- Se aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282, do Regimento Interno do Senado Federal;

- Votação nominal.

- Em 28/05/2024, foi recebida a Emenda nº 17, de autoria do Senador Líder Izalci Lucas, dependendo de relatório.

- Em 29/05/2024, foi recebida a Emenda nº 18, de autoria do Presidente Hamilton Mourão, que também depende de relatório.

Concedo a palavra ao Relator da matéria, Senador Esperidião Amin, para relatar apenas as Emendas 17 e 18.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Perfeitamente, Presidente.

Eu só gostaria de fazer um breve comentário a respeito do projeto da Senadora Ivete da Silveira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Creio que o que realça mais a qualidade do projeto é o fato de a Senadora Ivete ter apresentado um projeto de lei com esta dimensão de formação de recursos humanos – agentes para dar proteção e para trabalhar também na prevenção, em termos de defesa civil –, mas de ela não o ter apresentado agora, quando nós estamos vivendo essa tragédia que tem despertado a nossa atenção; ela o apresentou em junho do ano passado, o que torna mais meritório ainda o projeto e me fez entusiasticamente apresentar o voto, que é na verdade do Senador Jorge Seif, pela sua aprovação, agora consumada aqui na Comissão de Constituição e Justiça em caráter terminativo.

Quanto ao projeto do Senador Sergio Moro, eu gostaria de dizer o seguinte: sou a favor e tenho um pouco de vergonha, como deve ter vergonha toda a sociedade brasileira, especialmente os legisladores e as autoridades, pelo fato de termos vivenciado, nesses últimos meses, este caso das Americanas, em que houve um prejuízo imenso, calculado em R$50 bilhões, R$60 bilhões, e tem como vítima a sociedade. Esse prejuízo está sendo arcado pelo Governo, pelos trabalhadores, pelos funcionários e pelos consumidores, consumidores do varejo brasileiro.

Então, eu acho que esta lei, esta arrumação proposta pelo Senador Sergio Moro e, afinal, acolhida na Comissão de Assuntos Econômicos e na Comissão de Segurança Pública, que foi submetida a uma CPI na Câmara de Vereadores, infelizmente, está sendo vista hoje como um crime sem autor, sem responsável. Em nenhum momento, não que eu seja um perseguidor, mas em nenhum momento alguém foi acusado como tendo participado deste terrível, se me permite dizer, golpe desferido contra a economia popular.

De forma que eu queria aplaudir também, tanto o Senador Izalci quanto o Senador Mourão, pela apresentação dessas duas emendas que eu tenho que comentar.

Pessoalmente, inclusive, tenho grande simpatia – pessoal – pela emenda do Senador Izalci, mas, considerando os dados de que dispomos, esta previsão de que a auditoria dos relatórios emitidos pela administração da pessoa jurídica sobre os controles internos voltados à prevenção de erros ou fraudes contábeis tenha uma periodicidade, exigida também para a auditoria das demonstrações financeiras, parece-me uma questão *a latere*, que não é o principal objetivo, que é estabelecer um sistema que favoreça, não o denuncismo, mas favoreça a quem tenha informações a respeito da construção de uma fraude dessa natureza.

Por essa razão, repito, não porque não seja simpático, Senador Izalci – quero dizer que sou simpático à sua tese, e recebi entidades relacionadas à contabilidade nacional, amigos meus, inclusive –, mas não posso, pelo menos *sponte* minha, dar o voto favorável à sua emenda.

Quanto à Emenda nº 18, do Senador Hamilton Mourão, ela acrescenta o §2º ao art. 10 do projeto para incluir, juntamente com as multas recolhidas pela Comissão de Valores Mobiliários, os outros recursos que venham a ser recuperados, a qualquer título, em decorrência da aplicação do art. 11 da Lei 6.385, de 1976, para serem destinados ao Fundo de Reserva de Direitos Difusos, a fim de viabilizar o custeio para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pagamento das recompensas. Ou seja, é uma emenda singela que poderia simplesmente ser resumida assim: os recursos que comporão este fundo são as multas e qualquer outro que possa ser acrescentado ao valor das multas, ou seja, não muda a substância, nem do projeto, nem do relatório, nem do voto complementar que eu estou oferecendo agora, porque a Emenda nº 18, que estou acolhendo, e merece acolhimento, apenas acrescenta fontes de custeio ao pagamento de recompensas a informantes que noticiem crimes ou atos ilícitos relativos a companhias abertas e ao mercado de valores mobiliários. Trata-se de um incremento que ajudará a viabilizar o principal objetivo do projeto, que é promover a possibilidade de se recompensar quem nos avise.

Repito, há outras formas de redigir isso. Qual é a fonte? Nós, há pouco, discutíamos, não é? Qual é a fonte? Quando se apreciou o projeto do Senador Marcelo Castro, o próprio Presidente Davi Alcolumbre nos alertava: "Olhe, a emenda que está sendo feita, simplesmente, acrescenta um recurso adicional para o fundo". Para quê? Para cumprir uma responsabilidade fiscal.

Aquele argumento que o Senador Marcelo Castro apresentou, com o acolhimento do Senador Davi Alcolumbre, é análogo à forma pela qual eu acolho a Emenda nº 18, por acrescentar apenas uma fonte de custeio para subsidiar esse fundo.

Este é o relatório, Sr. Presidente, portanto, acolhendo a Emenda 18, pelas razões que são comuns às razões que V. Exa. adotou no parecer do Senador Marcelo Castro, há pouco, e não acolhendo a emenda do Senador Izalci, contra a qual eu não tenho nenhuma objeção pessoal, mas acho que ela é periférica em relação ao objeto do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Em discussão a matéria.

Concedo a palavra ao primeiro Senador inscrito para discutir, Senador Izalci Lucas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, se V. Exa. me permite, apenas para consignar um registro.

O Senador Girão fez um apelo para que se comunicasse ao Plenário da CCJ – porque ele está remotamente, tentou falar pelo sistema, e não conseguiu, apenas mandou mensagem – e se consignasse o voto dele contra a matéria que foi apreciada, atinente à Embratur, o item 2.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Ficará registrado, Senador Eduardo Girão, o voto contrário de V. Exa. na ata da reunião.

Primeiro Senador inscrito, Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para discutir.) – Presidente, eu gostaria de ressaltar aqui que, primeiro, essa emenda apresentada por mim estava no projeto original do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Sergio Moro, ouviu, Presidente? Já estava no projeto do Senador Sergio Moro. E agora o Relator diz que é muito simpático a essa proposta.

Agora, só para informar, Presidente, esse incremento foi uma reivindicação do segmento de auditores independentes que fazem isso a vida toda, o Ibracon.

Esse item do incremento da confiabilidade das demonstrações contábeis, por meio de declaração a respeito da efetividade dos controles internos, já é adotado pelos Estados Unidos, pelo Japão. Isso aqui visa, realmente, dar mais segurança para os investidores.

Então, é muito importante a gente aperfeiçoar, até porque o Brasil, hoje, é referência mundial em termos de contabilidade. Nós obedecemos às normas internacionais e as incrementamos – a contabilidade já é perfeita –, mas tem essa insegurança, porque os controles internos não são... Não há, realmente, a declaração dos diretores, do presidente, com relação a isso. Eu tinha conversado com o Senador Sergio Moro, e ele me disse que havia, por parte do Governo, alguma dúvida com relação a isso. Eu consultei agora, aqui – o Senador Jaques Wagner está chegando –, a assessoria dele, e ela me disse o seguinte: o Governo não é contra, o Governo não chegou a analisar, só isso. Então, é um incremento interessante e importante para a segurança dos investimentos.

Então, eu pediria ao Senador Amin, o Relator... Tendo em vista que o Governo não é contra, porque não analisou e já estava no projeto original, e, realmente, é uma reivindicação do setor de auditores independentes, do Ibracon, eu acho que isso aumentaria muito a confiança nas demonstrações financeiras.

Eu, como auditor, não tenho dúvida nenhuma de que isso aqui melhora os controles, melhora a confiança nas demonstrações. Então, é importante que a gente possa aprovar isso, inclusive foi proposto pela B3, e é importante para a Comissão de Valores Imobiliários, para a confiança dos investidores.

Então, como é uma matéria muito técnica, é só para dizer isto: o autor do projeto me disse, realmente, que já estava no projeto dele, mas que não fez assim, não insistiu muito em aprovar, porque o ótimo é inimigo do bom, mas, nesse caso, o Governo não é contra, o Governo simplesmente não analisou. Mas é uma reivindicação da B3, do Ibracon, já adotada nos Estados Unidos, no Japão e em outros países.

Então, eu acho que seria interessante aprovar. Se o Senador Amin pudesse rever, tendo em vista que ele não tem nada contra a se colocar, eu agradeceria muito, para o bem do país, da segurança jurídica, das demonstrações contábeis e da auditoria independente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço, Senador Izalci Lucas.

Na sequência da discussão, o Relator terá a palavra novamente e fará as ponderações necessárias ao pleito do Senador Izalci Lucas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na sequência, o Senador Sergio Moro, pelo sistema remoto, terá a palavra.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Agradeço, Senador Marcos Rogério.

Vou fazer aqui uma temeridade, porque tem uma regra informal de que não se pode falar duas vezes em sessão remota, mas estou usando a palavra novamente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Mas, na ausência do Presidente Davi agora, eu asseguro a palavra a V. Exa., até que ele volte. (*Risos.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado. Eu vou tentar falar rapidamente para não cansar os colegas e não violar essa regra informal.

Este é um projeto que é inspirado na legislação norte-americana, e nós buscamos, basicamente, fortalecer o mercado de ações. Uma das melhores formas de canalizar investimentos produtivos na economia é através das sociedades abertas, de capital aberto, das sociedades por ações, que têm o seu capital negociado na bolsa de valores. Agora, para que funcione bem, é necessário que se tenha transparência, é necessário que se dê garantia aos investidores. E a construção que foi feita em cima deste projeto é basicamente um mecanismo antifraude, para prevenir e para facilitar a detecção, inspirado muito na Dodd-Frank Act, que foi um ato editado em 2010, lá nos Estados Unidos, logo após a crise do *subprime*.

Este projeto já passou por ampla discussão na CAE, cujo Relator, inclusive, foi o Senador Esperidião Amin, passou por discussão também na CSP, cujo Relator foi o Senador Jorge Kajuru, a quem também agradeço o trabalho que foi realizado, e, novamente, aqui na CCJ, o Senador Esperidião Amin fez esse trabalho magnífico. Eu agradeço ao Senador Esperidião Amin por esse trabalho.

E nós fomos, nesse período de quase um ano de tramitação do projeto, tendo constantes discussões com a CVM e com o Governo, com o Ministério da Fazenda, para que nós pudéssemos aprimorar o projeto. Contamos com várias contribuições, inclusive, de redação também, em relação ao texto original e tiramos algumas arestas que poderiam gerar ruídos dentro da tramitação, não só aqui no Senado, mas na Câmara.

Essa proposta do Senador Izalci é meritória, de fato, é positiva, mas gerou uma série de divergências em órgãos relacionados. Nós entendemos, nessa tramitação, para evitar maiores problemas, que, como não era um tema principal dentro do projeto, deveríamos retirar e apresentar isso em separado, num outro projeto de lei, para que nós pudéssemos discutir mais especificamente sobre demonstrações contábeis e auditorias ali dentro do mercado de ações. Então, só foi por isto: não pela falta de mérito da emenda, mas, sim, para evitar que isso se tornasse um problema na tramitação do resto, já que esse não era um foco específico deste projeto. Mas é um projeto que, se aprovado, Senador Marcos Rogério, fortalecerá muito o nosso mercado de ações e vai proteger investidores e acionistas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todos nós ficamos tocados com esse caso das Lojas Americanas, uma fraude contábil de 20 bilhões, 40 bilhões – as cifras são astronômicas –, e que só foi descoberto por quê? Por que botaram um CEO novo na empresa, o CEO novo constatou a fraude, entendeu que não tinha como esconder aquilo e fez um comunicado de fato relevante.

Esse projeto visa fazer com que essas fraudes possam ser descobertas logo no seu início, estimulando o recebimento de informações, mecanismos de detecção, de proteção e de recompensa às pessoas que eventualmente tenham esse ato de coragem de realizar um reporte a respeito dessa fraude.

Foi muito bem – e aqui um autoelogio é inapropriado – construído pelo Relator, inclusive, para evitar todos os problemas. Houve uma reclamação ali, uma preocupação do Governo quanto à fonte de recursos para pagamento de eventuais recompensas do FDD, mas creio que isso foi absolutamente dimensionado de maneira adequada na medida em que se colocam, como fonte de custeio, as multas aplicadas pela CVM às empresas infratoras, ou a recuperação do produto de crimes decorrentes do mercado imobiliário. Então, houve até essa preocupação de estabelecer uma fonte de custeio para o projeto, para não onerar mais o contribuinte brasileiro, e houve esse cuidado.

Então, quero pedir aqui humildemente o apoio dos pares para aprovação desse projeto, que é suprapartidário, não tem nada a ver com esquerda, não tem nada a ver com direita, é apenas um fortalecimento do nosso mercado de valores imobiliários, essencial para o desenvolvimento do país.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... Senador Sergio Moro, que é o autor dessa matéria.

Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para discutir.) – Presidente, se me permite, está bem claro que as falas tanto do autor quanto do Relator são meritórias e importantes.

Eu tinha conversado com o Senador Sergio Moro e entendi que o Governo era contra. Por isso é que, realmente, fui consultar aqui, agora. Então, na prática, o Governo não é contra, o Governo, simplesmente, não analisou – o Governo até, pela informação que eu tenho, liberaria a votação.

Então, veja bem, eu quero dizer o seguinte, essa emenda...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone*.) – Liberou...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Liberou?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone*.) – Já liberou.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Então, está pronta. Eu faria um apelo ao Relator...

Senador Rogério Carvalho, se V. Exa. puder se manifestar...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ele já disse que o Governo está liberando a bancada nesta votação. Ele já disse aqui.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – O Governo não se opõe ao debate e à aprovação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O.k.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado. É importante essa matéria, tanto para efeito de segurança e proteção dos investidores quanto para os próprios...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Você veja como nós somos amplos. (*Risos.*)

Às vezes, a gente está precisando de um pouquinho mais de amplitude da Oposição... (*Risos.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Então, eu faço um apelo ao Senador Amin para que...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu vou devolver a palavra ao Relator da matéria, o Senador Esperidião Amin, para fazer as suas ponderações e encaminhar a posição, na condição de Relator.

Senador Amin, V. Exa. tem a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Eu só posso acrescentar o seguinte, se não houvesse um histórico, eu diria que *quod abundat non nocet*, quer dizer, o que tem a mais, em matéria de controle, teoricamente, não prejudica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, convenhamos, eu acho que, como contador, o Senador Izalci não pode ter orgulho – eu falo, agora, profissionalmente – do desempenho dos responsáveis, que têm inclusive fé pública, no acobertamento, vamos dizer bem claro, de uma fraude contábil, por tanto tempo.

Eu não tenho... Eu tenho curso de contabilidade, mas de ensino médio. Aprendi alguma coisa com o Frei Luca Pacioli, o homem das partidas dobradas, sei da importância das demonstrações contábeis, e, quando a gente faz a gestão de uma organização, se baseia em indicadores que são extraídos da contabilidade.

Eu acho que a regulamentação, com vistas a se devolver a fé pública e fortalecer o exercício dessa fé pública, sob o ponto de vista contábil, mereceria uma legislação própria, Senador Izalci, uma legislação que aperfeiçoasse as demonstrações contábeis e as auditorias, tanto internas quanto independentes, que é o que esta emenda sintetiza, mas ela não discrimina o como fazer.

De sorte que eu sugiro que nós adotemos o procedimento regimental do destaque. Eu penso que, se este é o ponto, não da discórdia, mas do necessário ou não para se incluir no projeto, acho que isso pode ser apresentado em um destaque, em separado, para a inclusão. Eu lhe asseguro que, do ponto de vista do mérito, não sou contra.

Agora, eu não vejo como atribuir a esta emenda uma importância capital para sanar o problema central que é a consistência das demonstrações contábeis. Isso é uma matéria que tem que ser dissecada em termos de lançamentos, revisões que a própria contabilidade da empresa deveria fazer. E eu concordo com a simultaneidade das demonstrações da auditoria.

E, cá para nós, o Senador Moro fez uma abordagem sobre 2010, sobre o caso da bolha imobiliária lá nos Estados Unidos, e eu acompanhei isso na biografia. A melhor leitura sobre esse assunto é a biografia do Barack Obama. O Banco Central americano, o FED, se desmoralizou com aquilo. Antes disso, a Enron, que era a campeã da geração de energia nos Estados Unidos, desmoralizou a contabilidade americana. Bush teve que fazer intervenções dramáticas. E outros choques contábeis, choques por fraudes contábeis comprometeram a economia dos Estados Unidos. Nós tivemos aqui, também, inclusive no setor bancário, casos memoráveis, sempre tendo como nó, como busílis da questão demonstrações contábeis falsas acobertadas ao longo do tempo, até em banco, e eu não vou nem repetir o nome do banco, mas todo mundo se lembra do Banco Econômico. Então, setecentas e poucas contas fantasmas, que, cuidadosa, meticulosa e tecnicamente, de maneira correta, eram sustentadas.

Então, eu acho que uma legislação específica, com foco na contabilidade, com foco na auditoria, viria bem a calhar. Neste caso, ela entra, digamos, como uma peça a mais, mas sem assegurar... Não há nada nessa emenda que chegue a assegurar que a demonstração contábil vai ser feita de maneira diferente, com novas responsabilidades e com novos acréscimos de elementos. É isso que eu sinto. Por isso que eu disse que é uma boa sugestão, meritória, porque é um brado de alerta, mas ela é periférica em relação ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

detalhamento da lei. O que ela pretende é proteção, incentivo e recompensa a informante. Ou seja, vamos ser bem claros, a lei nasceu e é de boa destinação porque a contabilidade não está merecendo confiança. Nós estamos criando um elemento novo. O informante deixa de ser um cagueta, como se diz na gíria, um alcaguete, e passa a ser uma peça de socorro pela falta de eficiência e de confiabilidade nas demonstrações contábeis e nas auditorias, inclusive externas, as mesmas que no mercado financeiro não avisam a alguns países, como é o caso do Brasil, que o risco de um investimento internacional vai bem ou mal. Nós somos vítimas dos classificadores da nossa situação contábil, Senador Rogério Carvalho. Nós somos vítimas de auditorias externas, com nomes pomposos, que não vou mencionar, mas praticamente todas, quase todas anglo-americanas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência.*) – ... que asseguram que as seguradoras vão bem, e não tanto, precipitam crises internacionais, e, no final, quem paga pela crise financeira nos Estados Unidos somos nós, porque eles emitem o dólar e nós respeitamos.

Então, eu acho que a questão da demonstração contábil exigiria, pelos meus modestos conhecimentos de administração, de contabilidade e de administração financeira... O meu concurso para a Universidade Federal de Santa Catarina, no distante ano de 1959, foi sobre administração financeira, contabilidade e orçamento. Eu sinto essa necessidade. Por isso, eu repito: se o senhor fizer um destaque para isso, eu não tenho condições de consciência para ser contra. Agora, adotar a emenda...? Eu me sentiria mais à vontade se o Senador Sergio Moro dissesse que vai defendê-la junto comigo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Presidente, só um complemento para entendimento. Veja bem... Só uma explicação.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Senador Izalci, apenas uma ponderação. Eu vejo que o apelo de V. Exa. tem a compreensão dos Senadores, inclusive do Relator: ele só está discordando de essa matéria ser inserida nesse projeto de lei. Essa matéria tramita em caráter terminativo; portanto, ela tem a votação no dia de hoje e terá um turno suplementar.

Eu indago a V. Exa., considerando a boa vontade que eu senti do Relator e do autor da matéria, se não seria o caso de apreciarmos a matéria hoje como ela está e depois, no olho, V. Exa., o Relator e o autor dessa matéria tentarem o entendimento, porque se tiver o entendimento, o texto pode ser inserido na redação no turno suplementar.

É a indagação que faço a V. Exa. para um possível ajuste, porque não vi, da parte dele, contrariedade em relação ao que V. Exa. sugere; ele apenas diverge de ser acrescido ao projeto de lei que estamos a discutir.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para discutir.) – Tá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está bem encaminhado, eu acho que nós estamos falando na mesma linguagem, só tem um detalhe: existem as demonstrações contábeis, que dão segurança, a auditoria, mas o que está sendo colocado aqui... É porque muitos dados das demonstrações contábeis vêm do controle interno; então, por exemplo, se eu quero saber da questão do estoque, eu tenho um controle separado que me dá o valor do estoque, que está nas demonstrações financeiras. Agora, esse controle que deu margem a colocar o valor na demonstração financeira é auditado, é confiável?

O que nós estamos colocando aqui é exatamente isto: que as demonstrações financeiras, aqui nos controles internos, também sejam confiáveis, e para isso o CEO, o administrador, terá também que declarar que os controles internos estão regulares e tal. Não é a demonstração financeira, entendeu?

Quando você faz a demonstração financeira, o balanço, você tira os dados de algum lugar, então tem vários controles internos. O que nós estamos colocando aqui é a declaração a respeito da efetividade do controle interno, para dar mais confiança, não é sobre mexer em demonstração ou não.

É para que esses controles internos que dão margem aos números da demonstração sejam... Mas eu não tenho... Se o Senador Esperidião e o Senador Sergio Moro não entenderam dessa forma, nós podemos discutir, e na redação, no turno suplementar, a gente coloca.

Fica a critério deles, se puderem acatar, ótimo; se não, fica para...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu agradeço a V. Exa., porque o parecer do eminente Senador Esperidião Amin foi muito claro, e ele manteve o relatório dele como está, sugerindo que o encaminhamento de V. Exa., se fosse a voto, que fosse por meio de um destaque.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone*.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Nós estamos numa sessão semipresencial. Então a sugestão que faço a V. Exa. e ao eminente Relator é que nós votássemos a matéria como está hoje, e, até o turno suplementar, V. Exa., com o Relator e com o autor, pudesse dialogar e buscar um entendimento. Eu acho que não está distante essa possibilidade, seja pela via do acréscimo no texto que nós estamos deliberando, seja numa matéria, numa nova proposta a ser deliberada também por esta Casa. Se V. Exa. se sentir contemplado dessa forma, eu acho que teria ambiente para isso até o turno suplementar.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Não tem nenhuma dificuldade, e só quero deixar claro isso, porque hoje os controles internos é que geram o valor do balanço. O balanço é auditado, mas os controles internos... Teria que ter essa declaração, que fortalece a segurança do investidor e do próprio administrador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu agradeço a V. Exa. e vejo que estamos diante de dois técnicos aqui, que conhecem da matéria, e por isso, o debate se alonga um pouco mais. E é uma matéria de relevância para o país.

O Relator pede novamente a palavra. Eu asseguro a ele a palavra, e, na sequência, vamos encaminhar para a votação, uma vez que não há mais Senadores inscritos para discutir.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Eu quero me congratular com V. Exa. mais uma vez. Já me congratulei na audiência pública sobre terreno de marinha, presidida pelo Senador Flávio Bolsonaro, e agora, porque V. Exa. soube interpretar o que é a possibilidade de um acordo.

Eu quero dizer, inclusive, que não estou impedido de votar a favor do destaque, não; mas acho que será no momento apropriado.

E até para contribuir, Senador Izalci, eu já fiz aqui uma pequena correção na emenda que o senhor apresentou. Na última linha, está escrito, na sua emenda, "controles internados". Eu já corrigi para "controles internos". Na última linha do parágrafo único: "gestão baseada em risco e os controles internos implantados".

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O que está sendo colocado é o item: "iii) O incremento da confiabilidade das demonstrações contábeis, por meio de declarações a respeito da efetividade de controles internos". Essa é a...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Mas está escrito, na sua emenda, "controles internados".

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Ah, é? Então tem uma correção, porque a emenda que eu estou lendo aqui é essa aí. Está correto, mas tudo bem. Acho que isso aí...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – A emenda ao PL que o senhor apresentou, que está protocolada, a Emenda 17, na última linha do parágrafo único...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Ah, sim!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – "E os controles internados implantados", está escrito.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Ah, sim, sim! No parágrafo único. V. Exa. já corrigiu. Agradeço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Como eu sou seu torcedor – eu sou um torcedor tão ativo –, já fiz a correção para a eventualidade.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu agradeço ao eminente Senador Esperidião Amin...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Eu sou Avaí, mas torço pelo Brasiliense também, que é o seu time.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Está bom. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado. Agradeço ao Senador Esperidião Amin, que relata tão brilhantemente essa matéria. E agradeço também ao Senador Izalci Lucas pela compreensão.

Nós vamos então...

Bom, está encerrada a discussão. Não há mais Senadores inscritos para discutir.

Então nós vamos encaminhar a votação do texto do Relator como está, e o Senador Izalci terá o tempo necessário até o turno suplementar para apresentar a sua emenda e/ou ela ser acatada pelo Relator no seu relatório final. Ou, não sendo assim, poderá... Essa emenda será obviamente votada nominalmente no turno suplementar.

Então, agradeço a compreensão de todos.

Em votação o substitutivo oferecido ao projeto pelo Relator, nos termos do parecer.

Como se trata de matéria terminativa, a votação é nominal.

As Sras. e os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Consulto o Plenário para saber se todos os Senadores e Senadoras presentes ou *on-line* votaram.

Nós já alcançamos um número mais do que suficiente para a matéria...

O Senador Rogerio Marinho pede para aguardar o voto. Vamos aguardar mais um pouco aqui. (*Pausa.*)

Voto registrado com sucesso.

Está encerrada a votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Votaram SIM 18 Sras. e Srs. Senadores; NÃO, 1.

O substitutivo está aprovado e será submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal. Portanto, ficam prejudicadas as demais emendas.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Eu consulto...

Das matérias constantes na pauta da CCJ, no dia de hoje, não há Relatores presentes nem aqui no Plenário, nem remotamente. Então, sendo assim, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a presença de todos.

(*Iniciada às 10 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 15 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 17ª REUNIÃ ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE JUNHO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e vinte e seis minutos do dia cinco de junho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Davi Alcolumbre, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Sergio Moro, Marcio Bittar, Eduardo Braga, Weverton, Alessandro Vieira, Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho, Marcelo Castro, Izalci Lucas, Carlos Viana, Jayme Campos, Omar Aziz, Angelo Coronel, Otto Alencar, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Janaína Farias, Ana Paula Lobato, Zenaide Maia, Irajá, Vanderlan Cardoso, Jaques Wagner, Teresa Leitão, Jorge Kajuru, Flávio Bolsonaro, Carlos Portinho, Marcos Rogério, Rogerio Marinho, Eduardo Girão, Jorge Seif, Eduardo Gomes, Ciro Nogueira, Esperidião Amin, Mecias de Jesus, Tereza Cristina, Dr. Hiran e Hamilton Mourão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Jader Barbalho, Oriovisto Guimarães, Marcos do Val, Plínio Valério, Eliziane Gama e Magno Malta. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 15ª Reunião Extraordinária, e da 16ª Reunião Ordinária, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 2581, de 2023 - Terminativo -** que: "Esta Lei disciplina instrumentos de proteção, incentivo e recompensa a informantes que noticiem crimes ou atos ilícitos no mercado de valores mobiliários ou em sociedades anônimas de capital aberto; e altera a Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, para prever obrigações às sociedades anônimas de capital aberto a fim de garantir a integridade de suas demonstrações contábeis e financeiras." **Autoria:** Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda n° 19-CCJ (Substitutivo), pelo acolhimento integral da Emenda n° 20-S, pelo acolhimento parcial da Emenda nº 23-S, pela rejeição das Emendas nºs 21-S e 22-S, e com as referidas adequações redacionais, na forma do seguinte texto consolidado que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Substitutivo, em turno suplementar, com o acolhimento integral das Emendas nº 20-S-CCJ, 22-S-CCJ e 24-S-CCJ, com o acolhimento parcial da Emenda nº 23-S-CCJ, e com adequações redacionais, na forma do texto consolidado apresentado. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2234, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a exploração de jogos e apostas em todo o território nacional; altera a Lei nº 7.291, de 19 de dezembro de 1984; e revoga o Decreto-Lei nº 9.215, de 30 de abril de 1946, e dispositivos do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais), e da Lei nº 10.406, de 19 de janeiro de 2002 (Código Civil)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Irajá. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com a emenda de redação que apresenta, e contrário às Emendas nºs 1 a 4. **Resultado:** Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2830, de 2019 - Terminativo -** que: "Modifica o art. 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer que a decisão judicial transitada em julgado poderá ser levada a protesto, gerar inscrição do nome do executado em órgãos de proteção ao crédito ou no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) depois de transcorrido o prazo de 15 (quinze) dias da citação do executado, se não houver garantia do juízo." **Autoria:** Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN). **Relatoria:** Senador Rogerio Marinho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com uma Emenda que apresenta. **Resultado:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CCJ. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 3519, de 2019 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), a fim de dispor sobre a competência dos juizados especiais cíveis para o processamento e o julgamento das causas previstas no inciso II do art. 275 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 4626, de 2020 - Não Terminativo** - que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para modificar as penas dos crimes de abandono de incapaz e de maus-tratos, e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para modificar as penas do crime de exposição a perigo da saúde e da integridade física ou psíquica do idoso." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 3038, de 2021 - Não Terminativo** - que: "Cria o Conselho Gestor do Fundo de Aperfeiçoamento da Defensoria Pública da União de que trata o inciso XXI do caput do art. 4º da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 2217, de 2022 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a fim de tornar obrigatória, para a autoridade judiciária, a consulta aos cadastros estaduais, distrital e nacional de crianças e adolescentes em condições de serem adotados e das pessoas ou casais habilitados à adoção." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Favorável ao Projeto e à Emenda nº1-CDH. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto e à Emenda nº 1-CDH-CCJ. **ITEM 8 - Proposta de Emenda à Constituição n° 37, de 2022 - Não Terminativo** - que: "Modifica o art. 144 da Constituição Federal, a fim de incluir as guardas municipais e os agentes de trânsito entre os órgãos que compõem a segurança pública." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB), Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Weverton (PDT/MA), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senador Reguffe (S/Partido/DF), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Eduardo Gomes (PL/TO), Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES), Senador Fabiano Contarato (PT/ES), Senador Fernando Collor (PTB/AL), Senadora Leila Barros (PDT/DF), Senadora Eliane Nogueira (PP/PI), Senador Chico Rodrigues (UNIÃO/RR), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senadora Nilda Gondim (MDB/PB), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Jorge Kajuru (PODEMOS/GO), Senador Zequinha Marinho (PL/PA), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Alexandre Silveira (PSD/MG), Senador Romário (PL/RJ), Senador Carlos Portinho (PL/RJ), Senador Telmário Mota (PROS/RR), Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB). **Relatoria:** Senador Efraim Filho. **Relatório:** Favorável à Proposta, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 1433, de 2023 - Não Terminativo** - que: "Acrescenta dispositivo ao Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990) para determinar que as emissoras públicas de radiodifusão veiculem mensagens sobre prevenção de drogas e maus-tratos infantil." **Autoria:** Senador Magno Malta (PL/ES). **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com acatamento parcial da Emenda nº 1, nos termos da emenda que apresenta, com duas emendas. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas 2-CCJ e 3-CCJ, e pelo acolhimento parcial da Emenda nº 1, nos termos da Emenda nº 4-CCJ. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 2102, de 2019 - Não Terminativo** - que: "Estabelece critérios mínimos para a outorga do título de Capital Nacional." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 2269, de 2022 - Terminativo** - que: "Altera a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), para dispor sobre os requisitos do registro de nascimento em relação à identificação dos pais." **Autoria:** Senador Luiz Pastore (MDB/ES). **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com a emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - Projeto de Lei n° 2695, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), para dispor acerca da disponibilização de documentos necessários à promoção da transparência no âmbito das despesas públicas." **Autoria:** Senador Flávio Arns (REDE/PR). **Relatoria:** Senador Carlos Portinho. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 4, nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - Projeto de Lei n° 3944, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para promover efetiva reintegração social do preso, internado e egresso." **Autoria:** Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG). **Relatoria:** Senador Flávio Bolsonaro. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 - Projeto de Lei n° 3169, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera o art. 150 do Código Penal, para excluir o crime de violação de domicílio por parte do agente de saúde que, no cumprimento de dever funcional, entra em imóvel não habitado para promover ações de saneamento ou de controle sanitário." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Relatoria:** Senador Carlos Portinho. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1. **Resultado:** Adiado. **ITEM 15 - Projeto de Lei n° 1211, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, para tipificar como infração de trânsito o estacionamento de veículo obstruindo o acesso à rampa para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 16 - Projeto de Lei n° 3728, de 2021 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre o atendimento acessível à mulher em situação de violência doméstica e familiar." **Autoria:** Senadora Leila Barros (CIDADANIA/DF). **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 17 - Projeto de Lei n° 3214, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para prever que as placas veiculares informem o município e o estado no qual o veículo está registrado." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Relatoria:** Senador Marcos Rogério. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. **ITEM 18 - Projeto de Lei n° 904, de 2023 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre o fomento ao empreendedorismo feminino e altera a Lei nº 13.636, de 20 de março de 2018, que institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), para prever prioridade de atendimento a negócios controlados por mulheres." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e das Emendas n° 1-CAE e n° 2-CAE. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinquenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Davi Alcolumbre
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/06/05

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e a todas, bom dia aos nossos servidores da Comissão, bom dia aos assessores, assessoras, convidados, convidadas, Senadoras e Senadores presentes na nossa reunião da Comissão de Constituição e Justiça. Cumprimento também a imprensa aqui presente.

Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 15ª Reunião, Extraordinária, e da 16ª Reunião, Ordinária.

As Senadoras e os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal.*

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens de 1 a 18.

Vou passar a palavra, para questão de ordem, ao Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG. Pela ordem.) – Presidente, bom dia, e a todos os Senadores e Senadoras e a quem nos acompanha pela TV Senado.

Presidente, eu sou também Presidente da Comissão de Ciência de Tecnologia agora, às 11h, e tenho aqui quatro itens com V. Exa. Todas as vezes eu sempre concordo com a inversão de pauta e fico sempre para 1h30 ou 2h da tarde. Então, hoje eu gostaria de pedir aos colegas a possibilidade de – os meus relatórios não são terminativos, então, é só para a leitura – ficar liberado para abrir a outra Comissão, se possível, Presidente.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Primeiro, faço o registro de que V. Exa. está muito prestigiado, porque, de 18 itens da pauta, V. Exa. tem quatro matérias em deliberação. Não está, Líder?

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Isso até depõe contra esta Presidência, porque vai acabar causando...

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Eu agradeço...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – ... ciúmes.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – ... mas é porque eu sempre fico para o final. V. Exa. passa na frente um, passa na frente outro...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Infelizmente é verdade.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Aí quando chega 2h, vou embora.

Obrigado assim mesmo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Deixe-me só fazer um informe aqui antes de nós iniciarmos a deliberação da pauta e a decisão sobre a inversão.

Conversei ontem com o Presidente Rodrigo Pacheco sobre uma demanda que está posta a esta Comissão em relação à sabatina de autoridades. O Presidente Rodrigo Pacheco tem a ideia de fazermos, neste semestre, duas semanas de esforço concentrado. Ele vai anunciar mais tarde, mas me deu a autorização de que aqui, na Comissão, quando estivesse, já que as sabatinas serão realizadas nesta Comissão, eu pudesse informar aos Senadores titulares e suplentes desta Comissão as sabatinas de autoridades.

Nós temos a indicação do Ministro para o Tribunal Superior do Trabalho. Nós temos a indicação do Ministro Mauro Campbell Marques, Ministro do Superior Tribunal de Justiça, para Corregedor Nacional de Justiça, o CNJ. Nós temos duas indicações para o CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público). E nós temos duas indicações para o Conselho Nacional de Justiça.

O Presidente Rodrigo Pacheco, em sinal de respeito ao Ministro indicado para o Tribunal Superior do Trabalho, Dr. Francisco, e ao Ministro Mauro Campbell Marques, para o Conselho Nacional de Justiça, em um acordo com esta Presidência, como nós vamos ter duas reuniões de esforço concentrado neste semestre, pediu prioridade para os membros da magistratura, para o CNJ e para o TST. E vai anunciar – como é o acordo que ele tem com o Senado: de anunciar a semana do esforço concentrado, para que nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tenhamos a presença da maioria dos Senadores no Plenário, porque nós necessitamos de votação nominal e presencial, por conta da digital e da votação secreta das autoridades – que a semana do esforço concentrado será a dia 19. Dia 19 é a quarta-feira da reunião da CCJ, então, será na semana de...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, São João é a outra. É a outra.

É essa que vai ser a de esforço concentrado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É a outra, de 24.

A semana do esforço concentrado de junho – Presidente Veneziano, tudo bem? – será – dia 17, segunda; 18, terça; 19, quarta; 20, quinta; e 21, sexta – antes das festividades do Nordeste do São João. A semana de junho será essa. E a de julho será na primeira semana de julho ou na segunda semana de julho, antes do recesso parlamentar. Esse é o calendário estabelecido pela Presidência.

Nós precisávamos estabelecer o calendário do esforço concentrado para nós marcarmos a sabatina das autoridades. E nós vamos priorizar o Tribunal Superior do Trabalho e o Conselho Nacional de Justiça, na figura do Ministro Mauro Campbell Marques.

Então, para a semana do dia 19, na quarta-feira, nós vamos fazer duas reuniões da Comissão: uma reunião para a deliberação de autoridades, que vai ser marcada extraordinariamente, de 9h da manhã até o horário necessário, para a sabatina do Ministro do Tribunal Superior do Trabalho e do Ministro indicado para Corregedor do CNJ. E assim que nós concluirmos a reunião da sabatina de autoridades, nós vamos continuar em outra reunião da Comissão, numa sessão deliberativa extraordinária de itens da pauta recorrente, da pauta legislativa. E vamos aguardar para o outro esforço concentrado as indicações do CNJ e do CNMP, para a próxima reunião do esforço concentrado de julho.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Presidente Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Eu quero apenas fazer uma indagação a V. Exa.: das indicações dos membros do Conselho Nacional da Justiça, quando será a data? Porque aqui, na verdade, V. Exa. anunciou a sabatina do Mauro Campbell e do Ministro do...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Antônio Fabrício de Matos Gonçalves, TST.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Do TST. E do Mauro Campbell.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Exatamente.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Veja só: e dos membros do Conselho Nacional da Justiça?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Será na próxima semana do esforço concentrado no mês de julho.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Ah, quer dizer que...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O Presidente Rodrigo Pacheco vai definir se vai ser na primeira semana ou na segunda.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Eu faço a indagação para V. Exa. porque alguns que já foram indicados me procuraram. Inclusive, venho aqui também com esta finalidade: para perguntar a V. Exa. quando seria a sabatina dessas pessoas que foram indicadas. Dentre eles, um amigo nosso de Mato Grosso, que V. Exa. já conheceu, está todos os dias me pedindo essa informação.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vai ser na quinzena de julho.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Julho. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Líder Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Pela ordem.) – Sr. Presidente, em relação à questão dos trabalhos de hoje, V. Exa. já elucidou algumas dúvidas sobre as sabatinas que estão represadas, disse que nós vamos ter esforço concentrado. Certamente, mesmo que de forma involuntária, isso vai pressionar a própria pauta, vai impedir que projetos possam ser avaliados, eu diria, com o mesmo cuidado. Nós temos aqui 18 itens hoje. Sem nenhum demérito às demais matérias, nós temos dois itens extremamente relevantes, e eu perguntaria a V. Exa... Do item 1 da pauta, está aqui o Sr.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relator, o Senador Moro, que vai falar um pouco a respeito daqui a pouco, assim que se iniciarem os trabalhos.

O item 2 é o item que trata justamente dos jogos, que tem uma enorme, eu diria, visibilidade em relação à sociedade, porque é um tema delicado, um tema que divide a sociedade e todos nós queremos aqui discutir da melhor forma possível, para que não tenhamos dúvida na hora em que tomarmos o nosso juízo de valor e emitirmos o nosso voto, em respeito à sociedade. Nesse caso específico, eu perguntaria a V. Exa., primeira pergunta, se este projeto será votado hoje ou apenas será discutido e quando seria votado.

E o terceiro item – nós estamos na verdade aguardando o desfecho desse processo desde setembro do ano passado, são quase dez meses – é a questão do direito de oposição na contribuição assistencial. Houve aqui um pedido de inversão de pauta para leitura de relatório a ser feita pelo eminente Senador Carlos Viana, a quem respeitamos muito, mas eu pediria a V. Exa. que, ao responder às nossas indagações sobre como vai ficar a ordem dos trabalhos, veja a possibilidade de, caso não seja votado o item 2, mas seja apenas discutido, o item 3 seja o segundo item de pauta, claro que acordado com os demais Parlamentares, dada a importância do projeto, dada a relevância do projeto. E só para constar: isso atinge diretamente mais de 40 milhões de trabalhadores brasileiros hoje na CLT, que estão compulsoriamente obrigados a contribuírem, sem exercerem o seu direito de oposição. Nós temos quase 3 mil ações no Tribunal Superior do Trabalho tratando do tema. É uma regulamentação necessária e urgente que este Parlamento precisa fazer.

Então, eu pediria a V. Exa. que pudesse nos esclarecer a respeito de como vai se dar aqui a ordem dos trabalhos e solicitaria que, se possível, o item 3 seja o segundo, caso o item 2 seja apenas para discutir.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Líder Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Pela ordem.) – Não, eu já tentei conversar, mas entendo os motivos do Líder Rogerio Marinho. Realmente fizemos um acordo aqui, com V. Exa., com o Líder Marinho, comigo, com o Senador Paim, para que fosse feita a votação hoje.

Eu entrei com requerimento de pedido de adiamento não por falta de palavra, mas porque o Senador Paim está internado. É óbvio que não é vital. Eu estou só dizendo que ele me ligou e disse: "Olha, eu queria participar desse debate". É óbvio que não tem um projeto ainda pronto, porque as centrais sindicais, particularmente com a CNI, ainda não conseguiram chegar a um denominador comum sobre a forma como garantiu o direito de oposição. Eu só estou apresentando requerimento em deferência, porque efetivamente ele está hospitalizado. Não é que ele está doente, ele está hospitalizado, com licença médica. Então...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Hein?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Então, ele está internado. E ele me fez esse pedido. Eu não estou pedindo que o Senador Rogerio Marinho concorde, porque eu sei que já está há um tempão... Eu estou trazendo isso porque é uma pessoa que é ativista nesse assunto e me pediu. Eu não posso deixar de transmitir aqui. Evidentemente... Eu falei com o Senador Marinho, respeito o que ele disse: "Não, fizemos um acordo"... Eu estou falando que um imponderável aconteceu, de ele estar lá.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Hein?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Deixe-me fazer... Líder Wagner, me perdoe. Eu tenho um carinho todo especial pelo Senador Paulo Paim, desejo que ele tenha rápida recuperação, mas, além de nós termos construído um acordo de procedimento, a gente não pode construir um acordo de procedimento e depois quebrar o acordo de procedimento. O Senador Paulo Paim, com todo o carinho – quero seu pronto restabelecimento, que ele retorne rapidamente ao seio da sociedade brasileira –, nós fizemos um acordo de procedimento, não é nem membro titular nem membro suplente da Comissão. Ele participou da outra reunião porque todos os 81 Senadores... É uma decisão desta Presidência: mesmo não sendo membro desta Comissão, eu costumo conceder a palavra, para que todos possam se manifestar, porque eles vão poder se manifestar no Plenário, e eu acho legítimo, porque, quanto maior o debate, Senador Izalci, melhor para a reflexão do conjunto da obra do Colegiado.

Então, eu entendo o requerimento de V. Exa. Eu espero que o Senador retorne rapidamente para o nosso convívio. Conheço a luta do Senador Paim, todos nós conhecemos. Conhecemos o drama que está vivendo o Rio Grande do Sul, todos nós estamos solidários. Mas a gente, de novo, não pode – mais uma vez –, suspender, enfim, por conta dessa...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Pela ordem.) – Presidente, me permita só fazer uma correção.

Na semana passada, no debate – ou semana retrasada –, o Senador Paim estava como membro. Hoje, nós o tiramos porque ele está hospitalizado. Então, se for a voto, evidentemente, eu não iria abrir mão, mas, no dia, houve uma permuta e ele estava como membro, no dia em que ele participou.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É verdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – É só para...

Presidente, repare: eu só estou apresentando porque eu não posso deixar de apresentar um pedido. Eu não estou querendo quebrar; só estou dizendo o seguinte: fato superveniente é fato superveniente. Aconteceu a coisa do Rio Grande do Sul. Ninguém queria; aconteceu, estamos tendo que nos virar em dinheiro para resolver. Eu só estou dizendo que apareceu um fato superveniente, mas acolherei a decisão de V. Exa.

Eu quero transmitir porque...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Com a palavra o Líder Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Presidente, eu vou trazer aqui... Às vezes, a gente está esquecendo um pouco o nosso papel como legisladores, como Parlamentares, mas, acima de tudo, como pessoas que têm respeito mútuo entre nós e que sabem que os tempos... uma semana a mais, uma semana a menos, não vai mudar a realidade de um tema tão importante quanto este.

Então, a presença do Senador Paulo Paim, um Senador que tem uma história, que goza do respeito de todos os Senadores e que respeita todos os Senadores, eu acho que é um gesto que a gente faz ao colega, ao Senador, que nós faríamos sem nenhum problema, se fosse qualquer outro, independentemente de qualquer posição política que estivesse sendo defendida por qualquer Senador. Eu acho que cabe à gente acolher um pedido de um colega que todos nós conhecemos. Nós sabemos da seriedade dele, nós sabemos o papel que ele cumpre nesta Casa. Eu não vejo problema nenhum em a gente adiar em uma semana este debate.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pela ordem...

Deixa... A gente vai falar do tema três. Daqui a pouco, a gente não vai conseguir deliberar sobre o primeiro e o segundo e chegar ao terceiro. Vai acabar que nós estamos discutindo um projeto que nem está na ordem de discussão.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Pela ordem.) – Eu só quis apresentar o meu requerimento, mas, se V. Exa. tocar o nº 1, tudo bem para mim. Na hora certa, eu peço para votar o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, não, Líder. É só para a gente... Se a gente não seguir, acaba que a gente vai chegar no três ou no quinze.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vamos começar com o item 1.

Líder Rogério, V. Exa. fez três perguntas.

A primeira resposta é o item 1; o autor e o Relator estão presentes. Não dá para eu não deliberar o item 1.

No item 2, eu tenho um acordo, construído com vários Senadores, sobre prazos. Tanto que nós iniciamos a discussão, suspendemos a discussão, marcamos uma audiência pública nesse intervalo entre a discussão, o encerramento da discussão e a deliberação da matéria, fizemos a audiência pública do item 2, e, novamente, o Relator ainda não está presente.

Vamos deliberar o item 1. Se nós chegarmos ao item 2, e o Relator não estiver presente, nós vamos decidir oportunamente em relação a se a gente continua com o cronograma para fazermos a discussão... E eu fiz um compromisso, mesmo adiando a votação, de que eu iria conceder vista após todo esse período, inclusive da audiência pública.

E eu vou cumprir o meu compromisso de que nós não vamos votar, em resposta ao Senador Rogerio Marinho, nós não vamos votar o item 2 no dia de hoje. O item 2 vai ser discutido no dia de hoje, mas não vai ser deliberado, porque eu vou novamente conceder vista – do acordo construído.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Só uma pergunta, Sr. Presidente! É só uma pergunta. Eu confirmo o acordo que foi feito. Eu só lhe faço uma pergunta e um pedido, ao mesmo tempo.

O senhor está sendo muito benevolente, reconheço isso, mas nós temos que, por exemplo, durante 30 anos aqui nesta Casa, esse projeto já veio, já voltou, foi derrotado, enfim, e o Senador Magno Malta, um colega nosso, é um grande entusiasta disso, conhece, viajou o Brasil e o mundo sobre esse assunto. Ele fez uma cirurgia, até lhe mostrei, e não vai estar aqui durante o dia de hoje. Só lhe peço uma coisa: que o senhor não encerre a discussão hoje.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. *Fora do microfone*.) – Não tem como.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Esse é o único pedido que eu lhe faço, para o Senador Magno Malta poder participar desse debate. Faço um apelo para o senhor, se for possível isso.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Girão, com todo o carinho novamente, da mesma maneira que faço, reconheço a manifestação de V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu já tirei da pauta naquela semana por conta da cirurgia do Senador Magno Malta. Eu entendo o motivo, mas a gente estendeu, a gente já fez um compromisso de 21 dias, nós já estamos com 30 dias daquele compromisso. Eu vou conceder, da mesma maneira, vista hoje. Então, eu não vou conseguir aguardar o Senador Magno Malta para que ele possa hoje... Nós vamos iniciar a discussão hoje, vamos encerrar a discussão hoje, eu vou conceder vista coletiva, que foi o acordo. (*Pausa.*)

Não, não, não. Eu vou conceder vista coletiva.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente, a vista não é justamente para que a gente possa analisar e possa discutir?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, não, não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não é?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, não, eu suspendi a discussão, eu não concedi vista, não. A vista vai ser concedida hoje, para a gente retornar o projeto na próxima semana para deliberar. Vai encerrar a discussão hoje.

Vamos iniciar o item...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Mas não seriam 12 dias? Não seriam 12 dias? O Senador Rogerio Marinho conversou com o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, Líder Girão. Nós vamos deliberar porque o Relator chegou. Aliás, nós vamos deliberar não: nós vamos discutir. E eu vou conceder vista. (*Pausa.*)

Então, eu estou consultando o Dr. Ednaldo, e, na verdade, eu me equivoquei na colocação.

Nós fizemos um acordo e eu cumpri o acordo, mais do que eu me comprometi com os prazos. Mas o Dr. Ednaldo está me dizendo aqui que, pelo Regimento, a vista suspende a discussão. Então era até bom o Relator fazer a leitura. (*Pausa.*)

Ah, ele já fez a leitura.

A gente... Ninguém se inscreve para falar hoje porque vai voltar na próxima.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone.*) – Perfeito!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pode ser?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Pode.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Então, item 1: turno suplementar do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 2.581, de 2023. Esse projeto é terminativo, precisa de votação nominal. Ementa do projeto.

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 2581, DE 2023

- Terminativo -

Esta Lei disciplina instrumentos de proteção, incentivo e recompensa a informantes que noticiem crimes ou atos ilícitos no mercado de valores mobiliários ou em sociedades anônimas de capital aberto; e altera a Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, para prever obrigações às sociedades anônimas de capital aberto a fim de garantir a integridade de suas demonstrações contábeis e financeiras.

Autoria: Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR)

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda n° 19-CCJ (Substitutivo), pelo acolhimento integral da Emenda n° 20-S, pelo acolhimento parcial da Emenda nº 23-S, pela rejeição das Emendas nºs 21-S e 22-S, e com as referidas adequações redacionais, na forma do seguinte texto consolidado que apresenta.

Observações:

- Foram apresentadas as Emendas nºs 20-S, de iniciativa do Senador Izalci Lucas e as Emendas nº 21-S, 22-S e 23-S, de iniciativa do Senador Jorge Kajuru, em turno suplementar (dependendo de Relatório);

- Em 29/05/2024, foi aprovado o Substitutivo oferecido ao PL nº 2581/2023, ora submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal;

- Votação nominal.

Em 3 de junho, foi apresentada a Emenda 20-S, de iniciativa do Senador Izalci Lucas.

Em 4 de junho, foram apresentadas as Emendas nºs 21-S a 23-S, de iniciativa do Líder Jorge Kajuru.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin, para proferir o relatório apenas sobre as Emendas 20-S a 23-S.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Presidente, exatamente isso que eu pretendo cumprir.

Então, eu pediria, como é um assunto muito complexo e a minha intervenção vai ser a mais breve possível, porque, como V. Exa. falou, não vou rememorar a história do projeto... Só quero dizer que o Congresso está devendo ao Brasil, desde o escândalo das lojas Americanas, vamos ser bem claros, nós estamos devendo ao Brasil uma resposta legislativa. Não saiu da CPI realizada pela Câmara, e, cada vez que a imprensa aborda esse assunto, Senador Eduardo Braga, ela repete um jargão que bate em nós. Trata-se de um escândalo, tudo indica um crime financeiro que pode chegar a R$60 bilhões, sem autoria. É isso que hoje se apresenta perante a sociedade brasileira.

Então, este projeto tramitou por várias Comissões, e, enfim, o relatório que eu apresento é o mais breve possível, como disse o Presidente Davi Alcolumbre. Eu vou comentar apenas as emendas apresentadas desde a última sessão.

Número um, aceito plenamente a emenda do Senador Izalci Lucas. Era o pomo da discórdia na última reunião. S. Exa. o Senador Izalci, que é profundo conhecedor de contabilidade e auditoria, apresentou um artigo que é importante – eu considero que não é o bastante –, de forma que ele, ingressando neste projeto de lei, talvez até estimule o próprio Senador Izalci a apresentar um projeto para uma revisão e modernização de contabilidade, responsabilidade e auditoria.

Portanto, está aceita esta emenda e está aceita uma das três emendas do Senador Kajuru, que foi o Relator na Comissão de Segurança Pública, mas tem todo o direito de apresentar uma emenda pertinente, que está sendo acolhida parcialmente.

A Emenda 23/S altera os §§1º e 2º do art. 10 do substitutivo para prever duas novas fontes de recursos. Portanto, ela é muito bem-vinda, é quase que uma emenda de redação. Por que quem é que vai pagar a recompensa? Precisa de um fundo. Se alguém amanhã tiver mais uma sugestão de fonte, é bem-vinda. Isso demonstra que o projeto recepciona e respeita os princípios da Lei de Responsabilidade Fiscal. Se você vai criar uma despesa, tem que indicar a fonte. E a fonte está sendo ampliada pela Emenda 23/S...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... do Senador Jorge Kajuru.

Portanto, como Relator que ele foi na Comissão de Segurança Pública, ele mostra zelo e exação ao apresentar, no âmbito da CCJ, um elemento a mais para prover o fundo que vai permitir o cumprimento da lei, que é recompensar aquele que denuncia uma manobra contábil que gera prejuízo para a sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não vou mais falar sobre o assunto, sobre o mérito, porque o mérito já foi esgotado ao longo de todos os debates tanto na CCJ quanto nos anteriores e em outros havidos também na outra Casa do Parlamento.

Paro por aí, Presidente, para permitir, se alguém tiver dúvida ou quiser discutir... V. Exa. que preside. Eu cumpri a minha tarefa de ser conciso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Muito obrigado, Senador Esperidião Amin.

Coloco em discussão a matéria.

Com a palavra o Líder Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu quero aqui cumprimentar o nosso querido e eminente Relator Esperidião Amin a respeito deste projeto. E quero aqui lembrar que o Congresso Nacional já votou um projeto com relação à questão de delações. O que eu entendo – e aí, Senador, eu dou integral razão ao que V. Exa. colocou – é que é inadmissível, depois de todos os fatos já narrados, depois de debates na CAE, depois de uma CPI instalada na Câmara dos Deputados, até hoje este crime não ter autoria.

No entanto, existem os mecanismos que deveriam ter esclarecido a autoria deste crime. Esses mecanismos existem na legislação brasileira. Agora, estabelecer que a forma para esclarecer esse crime é incentivar e recompensar informantes de boa-fé que denunciem os crimes ou atos ilícitos em sociedades econômicas de capital aberto é um atestado da falência do sistema de fiscalização do mercado financeiro brasileiro.

Portanto, eu creio – e quero aqui dizer com absoluto respeito ao meu querido, experiente e sempre brilhante Senador Esperidião Amin – que esta CCJ, este Senado, este Congresso deveria estabelecer ações muito, mas muito esclarecedoras em relação aos mecanismos existentes para combate contra crimes financeiros neste país. Agora, ao fazer essa ação, estabelecendo que a solução é incentivar e recompensar informantes de boa-fé que denunciem, creio que isso é uma demonstração da falência da instituição de fiscalização, comando e controle do mercado financeiro brasileiro. E a nossa economia é a oitava economia do mundo.

Eu creio que esta matéria, Sr. Presidente, precisa ser encarada por outro viés. Nós precisamos estabelecer os mecanismos junto com a Comissão de Valores Mobiliários brasileira, junto com as autoridades do sistema financeiro brasileiro, para que nós possamos combater esses tipos de crimes existentes no país. Lamentavelmente, milhares de brasileiros foram vítimas do que aconteceu recentemente no caso das Lojas Americanas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Continua em discussão a matéria.

Senador Sergio Fernando Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – É só registrar aqui os meus elogios ao trabalho feito pelo Senador Esperidião Amin no relatório deste projeto.

Este projeto tem por base uma experiência estrangeira de proteção do mercado de valores mobiliários e de bolsas de valores lá, por exemplo, nos Estados Unidos, com a Lei Dodd-Frank. Por quê? É muito difícil descobrir essas fraudes internas, fraudes contábeis, fraudes em balanços. Muitas vezes, essas companhias com ações na bolsa acabam atraindo investidores, acionistas, mas a situação real da empresa não está ali identificada. Foi o caso aí desta fraude das Lojas Americanas, com 20 bilhões, 40 bilhões, depois, descobertos de falta de provisão contábil adequada. E, quando isso veio à tona, gerou um gigantesco prejuízo a essas entidades. É claro que os sistemas de fiscalização são importantes, como os da própria CVM, mas eles não têm se mostrado suficientes. Isso não é só aqui no Brasil, isso é no mundo inteiro. Então, ali é uma forma...

E, aqui, a gente não está falando exatamente de delação, vamos fazer essa ressalva, porque o informante é alguém que não participa do ilícito, ele apenas vai ser protegido.

Senador Braga, tem um filme que é bem interessante para assistir, que retrata um caso real, que é O Informante, um filme antigo, com Al Pacino e Russell Crowe, em que um diretor de uma empresa farmacêutica de tabaco – é um caso real – sai da empresa e vai revelar publicamente que a empresa estava adicionando produtos químicos ao cigarro para torná-lo mais viciante e gerar o seu mercado. Esse filme é bem interessante, porque é um caso real em que a indústria do tabaco fez a vida daquele informante virar um inferno.

Por isso, é necessário realmente a gente ter mecanismos de proteção e até estímulos a esses informantes, ressalvando que aqui não são pessoas que participaram dos crimes, mas, sim, pessoas que têm conhecimento dessas fraudes ou, às vezes, desses ilícitos corporativos internos. E nós temos que gerar alguns estímulos para eles colocarem...

De todo modo, todos esses relatos, todas essas informações vão ter que ser objeto de uma apuração, uma apuração do órgão administrativo, uma apuração também da polícia ou do Ministério Público, com o que relatos falsos vão acabar sendo passados por esse crivo e não vão prosperar. Então, é um projeto, a meu ver, espelhado em uma experiência internacional positiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu até passei esse projeto recentemente para análise do Banco Central, embora não tenha a ver com o Banco Central, e o Presidente Roberto Campos elogiou o projeto. Acho que é um projeto interessante, e creio que a gente avança com a proteção de algo que é muito importante para o crescimento econômico do Brasil, que é o mercado de ações. A gente protege, assim, os acionistas, os investidores e até mesmo aqueles que orbitam em redor dessas empresas – os fornecedores e os empregados –, quando a gente gera mecanismos para fortalecer a integridade e a transparência da nossa Bolsa de Valores.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Pela ordem.) – Presidente, eu só queria, porque fui citado aqui pelo eminente Senador Sergio Moro, fazer uma colocação: imagine – se houver uma delação que tenha repercussão nacional e que depois venha a se comprovar falsa – os impactos na vida financeira de uma empresa que não cometeu ilicitude, enquanto que aquela que cometeu ilicitude não foi devidamente apurada, como deveria ter sido pelos instrumentos de comando e controle do sistema financeiro.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente, pela ordem.

Na verdade, o Senador Moro, quando fala que o informante não praticou crime, não está correto. O art. 8º é claro e fala: "Os informantes que tenham concorrido para a prática dos crimes [e] [...] dos ilícitos reportados não terão direito à recompensa, salvo no caso de participação de menor importância [...]". E o Código Penal é claro, no art. 29: "Quem, de qualquer [forma] [...], concorre para o crime incide nas [mesmas] penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade". É o Estado declarando sua ineficiência. Esse foi um instituto importado da Operação Mãos Limpas, da Cosa Nostra, na Itália, que entrou no Brasil pela Lei 8.072/90, no art. 8º. Quando, na formação de banda ou quadrilha, um dos quadrilheiros denunciava os demais, ele entrava como causa de diminuição de pena. Depois, nós tivemos um resgate de que teve no Brasil a lei de proteção a testemunha e réu colaborador. E agora nós estamos dando uma recompensa financeira para quem praticou um crime, declarando a ineficiência, porque, na Constituição Federal, no art. 129, quando diz que compete privativamente ao Ministério Público exercer a titularidade da ação penal pública incondicionada, o Estado avocou para si essa *persecutio criminis*. É o Estado que tem a obrigação de coletar provas de natureza objetiva e subjetiva para responsabilizar autor, coautor ou partícipe que, de qualquer forma, tendo concorrido para a prática delituosa, seja com dolo direto ou indireto, aja com culpa por imprudência, negligência e imperícia. Eu não acho razoável nós aprovarmos uma autorização, um pagamento financeiro para quem praticou crime e conceder uma informação.

Se nós resgatarmos até o aspecto do Cristianismo, a formação de bando ou quadrilha remonta aos próprios apóstolos, quando um dos apóstolos denunciou Cristo, que foi Judas, e que ali tem a sanção moral quando ele pratica o suicídio. No Brasil, na Inconfidência Mineira, Joaquim Silvério dos Reis, delatando Tiradentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ora, nós temos que entender que essa função de apurar crime, seja autor, coautor ou partícipe, a título de dolo ou de culpa, é do Estado, por força do que determina o art. 129, I, da Constituição Federal.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Agora, eu só quero alertar os colegas de que não é verdadeira a informação de que o informante não praticou crime. O art. 8º, eu volto a falar, diz que: "[...] salvo no caso de participação de menor importância ou de celebração de acordo de colaboração ou de não-persecução penal com o Ministério Público".

Então, esse informante também praticou o crime, com menor participação, mas o Código Penal não faz diferenciação com relação a isso: "Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas [mesmas] penas ...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – ... a este cominadas, na medida de sua culpabilidade".

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Fabiano, deixe-me fazer um apelo a V. Exa. que sirva também para o Plenário desta Comissão. Eu fiz uma lista de inscrição aqui de oradores que estão me cobrando a inscrição. V. Exa. pediu pela ordem ou questão de ordem, e acabou que V. Exa. estava inscrito aqui e eu pulei o Senador Omar, o Senador Izalci, o Senador Alessandro, que estavam... Rogério Carvalho, Marcos Rogério, que estão na ordem de inscrição. Acaba dando um problema para a Presidência uma questão de ordem que era para a gente organizar o trabalho da deliberação, da discussão na matéria. Eu fico prejudicado porque eu sou cobrado dos outros que estão inscritos também. Então, eu queria pedir a V. Exa. e também ao Plenário que a gente pudesse seguir a ordem de inscrição.

Concedo a palavra ao Senador Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Para discutir.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Senadoras, a fala do Senador Eduardo Braga e a fala do meu querido amigo Senador Contarato eram o que eu ia falar, então não tenho mais o que falar. Eu concordo com os dois, tanto com o Senador Contarato como com o Senador Eduardo Braga. Aliás, você remunerar dedo-duro – você está me entendendo? – é só aqui mesmo. A gente está discutindo – viu, Davi? – uma matéria... Esse negócio de trazer experiência não sei de onde para implantar no Brasil...

(*Soa a campainha.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – ... agora nós estamos remunerando dedo-duro, vamos remunerar o cara, 30%; se for 10 milhões, é 30%, isso são 3 milhões, o cara fica milionário sendo cúmplice e ainda ganha dinheiro. Pelo amor de Deus! Tem Polícia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal, tem Receita Federal, tem não sei o quê, tem não sei o quê, tem não sei o quê, e a gente vai remunerar bandido, rapaz? E o povo brasileiro passando necessidade! Ah, pare com isso, meu amigo! Essa lei aqui é para questões ambientais, para outras questões, essas multas; não é para remunerar dedo-duro. Dedo-duro, quem tem que pegar é a polícia, rapaz!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para discutir.) – Presidente, eu só quero parabenizar o autor, o Senador Sergio Moro, e também agradecer ao Senador Amin por, no relatório, acatar a Emenda 20-S, que é muito importante para dar mais confiabilidade às demonstrações financeiras e também ter bastante clara a responsabilidade efetiva dos controles internos das empresas. Isso vai dar mais confiança principalmente para os investidores. Então, eu quero agradecer e parabenizar, Senador Amin.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Para discutir.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Veja, com todo o respeito às manifestações dos colegas, tenho certeza de que todas muito bem-intencionadas, todas muito preocupadas com excessos, com abusos, com desvios, mas de fato é preciso registrar que determinados crimes exigem ferramentas para indicação de caminhos de prova mais eficientes. Não é à toa que em vários países você tem esse tipo de ferramenta de proteção e de estímulo a denúncias de pessoas que estão envolvidas naquele ambiente e que têm acesso a informações que não são informações acessíveis externamente. Você não tem acesso externo facilitado. A polícia não pode quebrar a porta das Americanas e entrar lá para ver se o balanço está certo ou não.

Tem narrativas que podem até ficar bonitas, porque elas parecem uma defesa do devido processo legal, mas são o inverso, porque atribuem uma suposta ineficiência a quem não tem ferramentas para trabalhar. Vamos fazer um exercício básico de racionalidade: quem teria ferramentas para adentrar o balanço contábil das Americanas e identificar aquela fraude? Fraude que não era apontada pela empresa de auditoria, que não era apontada pelos controles tradicionais, mas que poderia ser naturalmente denunciada, marcada, por algum dos vários funcionários que internamente tiveram ciência daquela realidade.

Então, é um projeto que reproduz boas práticas. E outra coisa também: demonizar a introdução de boas práticas estrangeiras não faz o menor sentido; não faz o menor sentido, por favor. É uma prática de proteção. A gente está falando de países que são liberais, que são democráticos, que têm sistemas judiciais firmes, que aplicam grandes penas e que usam esse tipo de ferramenta porque ela é funcional, porque o prejuízo à sociedade daquele crime é muito maior do que a eventual gratificação. E aí ainda faço um apelo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para usar uma expressão popular: que não se jogue o bebê junto com a água suja. Se o problema é a remuneração, é o estímulo financeiro...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – ... que ao menos se preservem, porque são importantes no projeto, as ferramentas de proteção do informante e também de majoração de pena de crimes graves. Esse projeto não trata só de estímulo financeiro para o informante. É bom ter cautela com isso, para que não se tenha esse fervor súbito que se teve agora aqui contra o projeto sem analisar o seu inteiro teor. Então, peço esse cuidado aos colegas.

Reitero – e aí posso falar com alguma experiência prática por conta da minha profissão, sou delegado de polícia – que vários crimes exigem indicação de caminhos de prova, que eventualmente – no caso específico aqui, um crime financeiro – não estão disponíveis ordinariamente para a polícia ou para o Ministério Público. É uma falácia você dizer que "Não, eles podiam entrar lá". Por que não fizeram? Porque não tinham mecanismo. Não tem estímulo. Nós estamos, talvez, aqui militando no estímulo inverso, reforçando uma regra que no Brasil sempre foi muito vigente e forte, a de que "não se meta com o poderoso, porque você vai se arrebentar no fim da linha". O que tenta esse projeto é fazer o contrário.

Então, vamos... Encaminho, obviamente, meu voto pela aprovação; mas, se não for a aprovação a decisão do Colegiado, que ao menos se aproveitem imensas partes do projeto que são profundamente meritórias e que não geram, imagino eu, nenhum tipo de controvérsia, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Senador Alessandro.

Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu fico preocupado, porque, se no Brasil alguém tem um estímulo de três e outro oferece um estímulo de cinco, porque tem 50 a perder, ou porque tem 1 bilhão a perder, ou seja... Vamos ver um leilão para ver quem é que vai pagar mais para o delator ou para aquele que será o informante.

O que eu acho que está faltando, e isto também requer uma atenção do Governo Federal, é a Comissão de Valores Mobiliários ter a estrutura necessária para cumprir a sua função. Todas essas questões, em tese, deveriam estar sendo acompanhadas pela Comissão de Valores Mobiliários do Brasil. Se nós perguntarmos qual é a estrutura hoje da CVM, nós vamos ver que ela é insuficiente para dar conta de regular esse mercado do tamanho que ele tem hoje no Brasil.

Então, isto é fundamental – e aqui eu estou do lado do Líder do Governo no Senado Federal, o Senador Jaques Wagner –: nós precisamos dar uma atenção especial à CVM. Ela precisa se qualificar, ampliar sua capacidade técnica, ampliar os seus quadros para que possa dar conta da sua função, assim

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como o Banco Central, que precisa ampliar o número de técnicos, voltar a fazer auditoria, fiscalização, para acompanhar o funcionamento do sistema monetário e do Sistema Financeiro Nacional.

Então, o que nós precisamos é parar com essa história de Estado mínimo, certo? E ter o Estado do tamanho que dê conta das suas responsabilidades. Esse Estado mínimo faz com que a CVM vire nada, que o Banco Central vire nada, que as agências, como a ANM, não sirvam para nada, como uma série de outros órgãos de extrema importância e que poderiam estar ajudando a gerar riqueza, emprego, seriedade no mercado de capitais e no mercado de produção de ativos reais neste país. Não está acontecendo isso por conta desse debate de Estado mínimo.

Aí a gente vem compensar com aumento de pena, com recursos extraordinários, para dar conta da tarefa que o Estado não deu porque está submetido a tal austeridade que o obriga a ter um Estado mínimo. Nós precisamos fazer um debate mais sério neste país sobre como esse Estado vai funcionar e qual é o tamanho que esse Estado precisa ter, quais são as carreiras de Estado que precisam ser remuneradas lá em cima, com pagamento como tem que ser, para que a gente possa ter este país funcionando e garantindo que a economia funcione e que a gente saia da oitava para quinta, para sexta economia do Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Marcos Rogério. (*Pausa.*)

O Senador Sergio Moro pediu a palavra. Eu vou conceder a V. Exa. para que faça rapidamente as ponderações.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Só porque foi citado ali o projeto...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só um minuto, Senador Moro.

Capítulo V, Do Uso da Palavra, inciso III: na discussão de qualquer proposição, art. 273, o orador só poderá falar uma única só vez por até dez minutos. Mas eu vou conceder a V. Exa. porque V. Exa. foi citado.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – O projeto (*Falha no áudio.*) ... que não participou do crime. Residualmente, se acontecer, o projeto dá um tratamento de como isso vai ser resolvido. Mas, se ele participou de algum ilícito, ele vai responder ali, salvo se ele depois fizer um acordo, aí vai seguir outra legislação. É apenas essa referência.

Agora, assim, a gente tem canal de denúncia anônima na polícia, 197...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... e ninguém defende que isso seja eliminado. É importante, como foi bem colocado aqui pelo Senador Alessandro, que seja protegido.

E não tem como aumentar o número de fiscais universalmente para entrar nas empresas e ficar vendo todos os livros, vendo o que está acontecendo. É preciso ter mecanismos internos que promovam a integridade. E esse projeto visa exatamente isto: o setor privado ser o primeiro muro contra fraudes corporativas, estimulando que eles mesmos se ajustem e que eventuais irregularidades sejam comunicadas ao poder público. É somente isso.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pela ordem, Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Pela ordem.) – Obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

Apenas quero comunicar ao Sr. Relator, Senador Esperidião Amin, que eu estou apresentando uma emenda supressiva para que se retirem os arts. 8º, 9º e 10 – salvo engano, a equipe está acabando de redigir – para que se suprima o "estímulo financeiro".

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Compreendo, mas é melhor que eu tenha pelo menos a "proteção".

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Senador Alessandro...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só um minuto.

Regimentalmente, o Parlamentar pode apresentar a emenda até o término da discussão.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Então, cabe o que o Senador Alessandro está falando.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Presidente, nessa linha, porque eu já tenho uma emenda nesse sentido que está colocando: "Os informantes que tenham concorrido para a prática dos crimes e dos serviços reportados não terão direito à recompensa". Eu acho que é isso. Contempla essa emenda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Contempla?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Veja, essa será uma decisão do nosso Relator. O que eu estou buscando aqui é um consenso.

De fato, a experiência internacional aponta proteção e estímulo financeiro como ferramentas poderosas no combate ao crime. Mas, se o Colegiado entende que o "estímulo financeiro" é negativo, que ao menos se tenha a "proteção", e a gente avança. O que não pode é paralisar e jogar fora um bom projeto.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Deixe-me fazer uma ponderação antes de passar a palavra ao Relator da matéria. (*Pausa.*)

São quatro emendas que foram apresentadas, e o Relator já apresentou o parecer; acolheu algumas, em parte, outras rejeitou na sua integralidade. Se o Senador Esperidião Amin, ou o Senador Alessandro, ou o Senador Fabiano, que já apresentou a dele, que não foi acolhida pelo Relator... Eu posso votar o projeto todo e votar em separado essa emenda.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pois é. (*Pausa.*)

É terminativo. Eu voto a emenda.

Concedo a palavra ao Relator.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Presidente, eu acho que nós não devemos desconsiderar as colocações que foram feitas. Por isso, eu gostaria de oferecer uma alternativa que permitisse, com lealdade, votar "sim" ou "não" ao projeto e, eventualmente, depois aos destaques. Então, eu quero antecipar, mesmo sem falar com o autor, que merece de mim a maior consideração, que vou comentar duas emendas objetivas sobre o assunto.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Número um: ninguém pode deixar de considerar que nós já instituímos a delação premiada há muito tempo, ou seja, aquilo que o meu amigo Omar Aziz fala de premiar o dedo-duro já existe no ordenamento jurídico do mundo; nem vou falar dos países totalitários, onde o prêmio vem depois de uma tortura. Então, a delação premiada não está sendo criada agora.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não... E o próprio anônimo... Até sugiro uma leitura: *A Praça e a Torre*, de Niall Ferguson. Ele representa a praça de Siena, na Itália, e, lá no canto da praça, Senador Marcelo Castro, tem um buraco que era onde o delator depositava a delação, oral ou escrita, porque teoricamente tinha alguém para escutar – isso na Idade Média.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Tem que mandar o Omar ir atrás desse cara urgentemente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Pois é. Ele tem que começar lá a bater. É na praça. Lá, tem corrida de cavalo e feira. Um lugar belíssimo.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. *Fora do microfone*.) – Na Grécia, tinha o exílio.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Na Grécia, em Roma, ou seja, a delação premiada e a delação anônima são recursos da humanidade, não da polícia ou do Ministério Público ou da Justiça brasileira. Então, não vamos revogar isso.

A Bíblia, inclusive, Senador Jaques Wagner, principalmente no Antigo Testamento... Em Números, o senhor vai encontrar que a comunidade judaica reunida delatou o sujeito que foi buscar lenha para aquecer a sua tenda, e o Deus de Israel mandou apedrejá-lo. Isto faz parte da humanidade: a delação. Então, não foi criada nem pelo autor e muito menos pelo Relator.

Agora, só para concluir, eu tenho duas emendas que podem satisfazer minimamente as duas colocações. Uma é do Senador Kajuru, que reduz de 30%... Como foi... Do Senador Kajuru. Reduz de 30% para 10%, até 10%, o valor da recompensa.

Como é uma conversa com Omar Aziz, Davi Alcolumbre e Esperidião Amin... Essa turma sabe o que é pedir desconto. Então, é um desconto. É um recurso do mercado de Istambul, do mercado de Damasco, do mercado de Tel Aviv. É uma proposta que eu não tinha considerado, mas eu acho que ela pode ser considerada e aprovada para satisfazer esse detalhe.

A segunda é a questão do informante que é réu. Eu acho que a emenda do Senador Fabiano Contarato, esta especificamente... Quer dizer, quem participou do crime não pode ser premiado. E, se ele tiver contas a responder, vai responder – e aí o Senador Moro tem razão. Se ele tiver que sofrer persecução penal é problema do Ministério Público.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Então, só complementando aqui, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – A proposta do Senador Fabiano...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – É só para informar.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – ... foi tirar toda a remuneração.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – É isso. Sabe por quê?

Senador Esperidião Amin, a minha emenda é excluir remuneração financeira. Hoje a lei de proteção a vítimas e a testemunhas e réu colaborador, que é a Lei 12.850, de 2013, no art. 4º, não permite remuneração financeira a delator – não permite. Então, nós estamos aqui inovando. A lei de proteção à testemunha prevê perdão judicial, redução de pena, substituição do nome, substituição de pena restritiva de direito. Você tem aqui a redução da pena em até dois terços ou o perdão judicial. Ela não tem recompensa financeira. Então, a minha emenda é simples. Ela só fala que os informantes que tenham concorrido para a prática do crime ou de ilícito não terão a recompensa financeira. Ela está em consonância com a Lei 12.850, que não estabelece o pagamento de remuneração para réu colaborador ou delator.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Só para esclarecimento, Presidente Davi.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Alessandro, essa emenda do Senador Fabiano contempla?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Eu gosto mais da dele do que da minha, mas tem um problema aí de compreensão lógica. Veja, ele está verbalizando uma coisa e, ao final, concluindo outra. Ele está verbalizando que não terá direito à indenização...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Terá direito.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – ... quem for réu; então, os demais terão. É isso?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O texto... Vamos ser bem claros.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Não. O criminoso, a pessoa que concorrer não terá direito à recompensa financeira.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O texto com o qual eu concordo, Senador Alessandro...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. *Fazendo soar a campainha*.) – Só um minuto aqui eu que quero...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O texto com o qual eu concordo é o texto escrito, não o falado. Eu concordo com o texto escrito, Senador, não vale mudar o texto.

Aliás, essa frase é uma frase que consta de uma biografia emérita de alguém que deve ter inspirado a cruzada do Senador Girão contra o jogo: vale o escrito. É uma biografia, não é?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Perfeito. Tem inclusive um documentário.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Vale o escrito. Eu concordo com a emenda escrita do Senador Fabiano Contarato e com a Emenda 22-S do Senador Kajuru.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Mas vai voltar de novo a remuneração que ele não quer remunerar!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, não.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pois é, mas o Relator vai incluir no texto agora?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não. Vou acolher duas coisas: a emenda do Senador...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. *Fazendo soar a campainha*.) – Só atenção aqui, porque nós vamos ter que votar nominalmente aqui.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O Senador Contarato apresentou a seguinte emenda: os informantes que tenham concorrido para a prática dos crimes ou dos ilícitos reportados, mesmo que minimamente, não terão direito à recompensa, logo, a recompensa existe.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Ah, é a sua? Pode ligar aí, Moro. Liga aí, pode perguntar. Eu estou com essa dúvida também.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Dá licença. Eu estou acolhendo essa.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Mantém a emenda para os demais e tira a dos que participaram do crime. É isso? Está bom, vamos fazer assim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Vou repetir: vale...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só um minuto. Só um minuto, porque é o texto que o Relator vai acolher.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Vale o escrito. O escrito diz: "Os informantes...". "§4º Os informantes que tenham concorrido para a prática dos crimes ou dos ilícitos reportados não terão direito à recompensa".

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É isso?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu concordo, Senador Eduardo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Mas está acolhendo a outra que está diminuindo para 10%.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E a outra emenda... A outra emenda...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Que não é do informante.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Por uma questão de precedência...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... eu vou acolher a do Kajuru.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só um minuto, Amin. Só atenção aqui, um minutinho, porque ele vai fazer a... Vai acatar as emendas agora e eu vou botar para votar nominalmente, sem destaque.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – As emendas... A Emenda 22-S, do Senador Kajuru, altera o §1º do art. 8º para reduzir o percentual da recompensa financeira paga ao informante de boa-fé para até 10% do valor das multas aplicadas e dos recursos recuperados, ou do valor do produto do crime, ou do direito pelo que tiver sido recuperado. Ou seja, veja que, no mercado de Istambul, Damasco e Tel Aviv, funcionou um desconto – viu, Bittar? – que baixa de 30% para 10%, e todo mundo concorda. E eu concordo também.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pronto.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Já acolhi.

Portanto, eu acolho as duas emendas.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Feito o registro...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Em ambos os casos, vale o escrito, Eduardo Braga. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Feitas as ponderações, está registrado nas notas taquigráficas o acordo construído: o Relator da matéria aquiesceu com a emenda do Senador Izalci, já apresentada no relatório, no substitutivo, e aquiesceu agora integralmente com a emenda proferida pelo Senador Fabiano Contarato, com a sugestão do Senador Alessandro Vieira, e acatou a emenda do Senador Líder Jorge Kajuru. É isso?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O senhor vê que chegou o Elmano Férrer? Está aí atrás do senhor.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É o velhinho trabalhador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O velhinho trabalhador já pacificou o ambiente. (*Risos.*)

Uma salva de palmas para o Elmano Férrer. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Consulto os Senadores e as Senadoras se podemos realizar uma única votação para o substitutivo apresentado com as emendas, nos termos do parecer proposto pelo Senador Esperidião Amin.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Ligue o microfone.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – A Emenda 22-S, do Senador Kajuru Nasser, e a Emenda 24-S, de autoria do Senador Fabiano Contarato.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Subscrita pela mesma emenda do Senador Alessandro Vieira.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E apenas a emenda do Senador Alessandro Vieira...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Para facilitar, eu retiro a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Ele retirou essa daí.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Retirei para facilitar o acordo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu acho que a solução ficou boa. Então, um prêmio para o Elmano Férrer. Foi ele que inspirou a nossa pacificação.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Ele resolveu.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Em votação o substitutivo em turno suplementar, com as emendas apresentadas e acolhidas pelo Relator, nos termos da manifestação em plenário.

Está registrado também nas notas taquigráficas o acordo construído.

A votação é nominal. (*Pausa.*)

Só um minuto que eu vou iniciar a votação. Só um minuto.

Já mandou para lá?

Agora. Pronto.

As Senadoras e os Senadores já podem votar.

Abriu agora, Eduardo.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Enquanto os Senadores e as Senadoras... Olha... Ei, Amin, chegou o Omar.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Não, eu votei contra.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, a gente estava te procurando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Eu votei "não".

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não faça isso, foi feito um acordo.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não, comigo, não. (*Risos.*)

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Votou "não"? Vai ser o único "não". (*Risos.*)

Mas fique aqui para votar outro.

Olha, Amin, ele vai mudar o voto. (*Pausa.*)

Eu quero... Me perdoe, Irajá. Deixe-me aproveitar e pedir a atenção aqui do Plenário.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O Senador Irajá fez uma ponderação. Queria agradecer a ponderação de V. Exa. e, com muito carinho, quero registrar a presença do nosso querido Senador, o velhinho trabalhador, Elmano Férrer, uma figura extraordinária. (*Palmas.*) É meu candidato a Vereador em Teresina. Sou cabo eleitoral do Elmano, já vi a propaganda nas redes sociais.

Quero cumprimentá-lo, Senador Elmano, pela coragem, pelo espírito público, pelo novo recomeço de V. Exa., que muito contribuiu com o Senado da República.

Obrigado, Senador Irajá, pela lembrança, para a gente fazer esse registro a um colega nosso...

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - TO. *Fora do microfone.*) – Vai ter uma enxurrada de votos...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – ... que nos ajudou aqui. Ainda vou pedir voto lá. Se me liberar, vou lá pedir voto.

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - TO. *Fora do microfone.*) – Está liberado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Tem que fazer uma pesquisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer, Izalci, todos os colegas, Senador Marcelo, por poder fazer essa manifestação e pela lembrança do Senador Irajá.

O nosso carinho, Elmano, carinho eterno, gratidão, pela sua lealdade, por tudo com que você contribuiu com o Senado da República, por tudo com que você contribuiu com o Estado do Piauí, por tudo com que você contribuiu com o Brasil e vai continuar contribuindo com Teresina, se Deus permitir – e se o povo confiar a V. Exa. – sua eleição para Vereador da capital. Sucesso! Conte com a gente. Estamos aqui sempre para acolhê-lo, recebê-lo, valorizá-lo, porque você merece. Você é um ser humano extraordinário. Seja bem-vindo ao Senado da República, a sua Casa.

Posso encerrar a votação? (*Pausa.*)

O Senador Marcos pediu para esperar.

Senador Seif...

Leila, já vota aí. (*Pausa.*)

Vou encerrar a votação.

Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Cadê ele?

Parabéns, Senador Esperidião Amin! (*Palmas.*)

Por unanimidade.

Aprovado o substitutivo, em turno suplementar, nos termos do parecer.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis. (*Pausa.*)

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 2234, DE 2022

- Não terminativo -

Dispõe sobre a exploração de jogos e apostas em todo o território nacional; altera a Lei nº 7.291, de 19 de dezembro de 1984; e revoga o Decreto-Lei nº 9.215, de 30 de abril de 1946, e dispositivos do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais), e da Lei nº 10.406, de 19 de janeiro de 2002 (Código Civil).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Irajá

Relatório: Favorável ao Projeto, com a emenda de redação que apresenta, e contrário às Emendas nºs 1 a 4.

Observações:

- Foram apresentadas 32 emendas à matéria;

- Estão dependendo de relatório as emendas de nº 5 a 32;

- Na 8ª Reunião Ordinária, realizada em 24/04/2024, foi lido o Relatório;

- Em 09/05/2024 foi realizada audiência pública para instrução da matéria;

- Em 15/05/2024, foi apresentado Voto em Separado do Senador Eduardo Girão, contrário ao Projeto.

Autor: Deputado Federal Renato Vianna.

Relator da matéria: o nosso querido Senador Irajá.

Algumas observações.

Foram apresentadas 33 emendas à matéria.

Estão dependendo de relatório as seguintes emendas: Emenda nº 5, de autoria do Senador Jorge Kajuru; Emendas nºs 6 a 12, de autoria do Senador Mecias de Jesus; Emendas nºs 13 a 15, de autoria do Senador Angelo Coronel; Emendas nºs 16 a 18, de autoria do Senador Mecias de Jesus; Emendas 19 a 29, de autoria do Senador Alessandro Vieira; Emendas nºs 30 a 32, de autoria do Senador Mecias de Jesus; Emenda nº 33, de autoria do Senador Jorge Kajuru.

Conforme acordo com os membros desta Comissão, esta Presidência concede vista coletiva, nos termos regimentais.

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 2830, DE 2019

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Modifica o art. 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer que a decisão judicial transitada em julgado poderá ser levada a protesto, gerar inscrição do nome do executado em órgãos de proteção ao crédito ou no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) depois de transcorrido o prazo de 15 (quinze) dias da citação do executado, se não houver garantia do juízo.

Autoria: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN)

Relatoria: Senador Rogerio Marinho

Relatório: Pela aprovação do projeto, com uma Emenda que apresenta.

Observações:

- A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais;

- Em 15/05/2024 a Presidência concedeu vistas coletivas do relatório, nos termos regimentais;

- Votação nominal.

Em 4 de junho de 2024, foi apresentado o relatório reformulado pelo Senador Rogerio Marinho.

Informo que, desta matéria, trata-se de votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Rogerio Marinho para proferir o relatório.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Pela ordem.) – Presidente, eu só queria saber se V. Exa. vai submeter a voto o requerimento que eu fiz em relação ao pedido do Senador Paim. Eu fiz um requerimento de adiamento.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Este requerimento de adiamento, pela informação regimental, a gente coloca em deliberação. Eu vou colocá-lo em deliberação no momento da discussão. Agora eu estou passando para o relatório. Vai ser apresentado o relatório pelo Relator da matéria.

Concedo a palavra ao Relator, Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Sr. Presidente, antes de entrar no relatório, eu pergunto a V. Exa. se é regimental ainda haver adiamento neste momento se já foi concedida vista, já foi feito um acordo, antes de ler aqui, basicamente, o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só um minutinho, Líder. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deixe-me fazer aqui... Senador Líder Wagner, eu estou consultando aqui o Dr. Ednaldo. Na verdade, quanto ao requerimento de V. Exa., eu reconheço que ele tem amparo regimental, mas há uma construção em relação a esse assunto que nós fizemos nas últimas quatro semanas. Essa é uma matéria que está sendo discutida há, pelo menos, nove meses na Comissão de Assuntos Sociais, onde o Senador Paulo Paim é o Relator da matéria e o Presidente é o Senador Humberto Costa. Esse problema chegou a esta Comissão a partir deste relatório e deste Projeto de Lei nº 2.830, por conta de inúmeras reuniões daquela Comissão em que não foi colocado para deliberação o projeto que está tramitando lá.

De fato, o último acordo que nós construímos foi para que a gente pudesse deliberar na reunião de hoje. Foram feitas as ponderações aqui em relação ao Senador Paim, eu fiz o meu registro e queria solicitar a V. Exa. que nós pudéssemos fazer o entendimento e que V. Exa., com um conjunto de Senadores, pudesse, em outro momento, discutir esse assunto já deliberado nesta Comissão e encaminhado para o Plenário. Queria pedir a V. Exa. – se fosse possível, dentro do acordo e da construção que nós fizemos, ao longo dos últimos 30 dias, sobre o assunto – que pudesse retirar esse requerimento, porque, se nós fôssemos deliberar 30 dias atrás, a gente não teria feito acordo para, três semanas depois, votar a matéria. É só um apelo que faço a V. Exa. para a gente manter o espírito dos acordos e dos entendimentos construídos.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Presidente, repare: eu quero só que V. Exa. entenda – por isso eu pedi vênia aqui ao Senador Marinho – que eu não estou pedindo por mim, não; por mim, eu cumpro a minha palavra. Graças a Deus, temos construído essa relação aqui. Eu fiz questão de trazer à baila o assunto, porque uma pessoa internada me pediu. Se V. Exa. colocar em votação e for derrotado, tudo bem, mas, se V. Exa. está me fazendo um apelo, como eu acho que, ao longo da minha vida aqui, terei que fazer alguns apelos ao Presidente da CCJ, eu fico com esse crédito com V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Muito obrigado, Líder Wagner. Eu agradeço a V. Exa.

Eu quero registrar também... Peço que os Senadores que construíram o entendimento possam entender a grandeza do gesto do Líder Wagner. Eu quero cumprir com aquilo com que me comprometi. Nós adiamos por três sessões a votação dessa matéria, por isso que eu fiz o apelo para ser deliberada hoje.

E eu agradeço, Líder, a V. Exa. a oportunidade de retirar o requerimento proposto por V. Exa., porque iria caber a esta Presidência deferir ou não a votação nominal desse requerimento, e eu fico muito sensibilizado com o gesto de V. Exa. de não transferir a esta Presidência, mais uma vez, a responsabilidade unilateral de decidir se nós íamos...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone*.) – Se fosse decidir por outro Líder, ele iria ficar chateado... (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Foi bom, ficou tudo bem. Ele ficou com muito crédito agora.

Concedo a palavra ao Líder Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Como Relator.) – Agradeço, Sr. Presidente, em especial aí a compreensão do Líder Jaques Wagner, que honra o acordo que fizemos aqui.

É importante, antes de entrar no mérito do processo em si, deixar claro que esse é um assunto que foi exaustivamente discutido desde que houve a decisão do Supremo Tribunal Federal em meados do ano passado, que decidiu, num voto prolatado e acompanhado em acordão pelos demais membros daquele Colegiado, que a contribuição assistencial – e eu chamo a atenção dos senhores – que é devida por ocasião da celebração dos acordos ou das tratativas que são feitas entre os sindicatos de trabalhadores e os empresários é uma remuneração que é devida, e houve a ampliação desse conceito de que ela seria devida pelo conjunto dos trabalhadores, inclusive os não sindicalizados. A isso é que é importante prestarmos atenção.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Hoje a taxa de sindicalização no Brasil é menor do que 10%. Então, nos acordos e convenções coletivas, a taxa assistencial normalmente era cobrada dos trabalhadores sindicalizados. A partir desse entendimento do Supremo Tribunal Federal, isso foi ampliado para o conjunto dos trabalhadores. Nós temos hoje pouco mais de 40 milhões de trabalhadores com CLT. Isso significa que nós temos potencialmente 40 milhões de trabalhadores que passaram a contribuir para os sindicatos sempre que houver um acordo ou uma convenção coletiva.

Bom, dito isso, nessa mesma decisão o Supremo Tribunal Federal assentou que, em respeito à Constituição, era garantido o direito de oposição. Então, esse é o conjunto da decisão.

De lá para cá – e eu estou falando aqui de pouco mais de um ano –, nós temos, até o dia 18 de março de 2024 (eu não fiz ainda uma atualização) no Tribunal Superior do Trabalho, 2.423 processos sobre o tema. Eu vou chamar a atenção dos senhores, pela falta de regulamentação do tema: tem 2.423 processos no TST, frutos da decisão do STF de setembro de 2023, pela qual os ministros admitem por maioria de votos que pode haver cobrança de contribuição assistencial, inclusive aos não filiados. Isso se chama incidente de resoluções por demandas repetitivas; ou seja, se nós, o Parlamento, não fizermos o nosso papel e regulamentarmos o direito de oposição, o TST o fará no vácuo ou na omissão do Legislativo federal.

Existem exemplos de que maneira isso está se dando. Nós estamos falando aí de uma série de tratativas feitas entre os sindicatos e os seus filiados, na grande maioria das vezes, à revelia da vontade dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seus associados ou não associados, porque, como eu frisei anteriormente, menos de 10% da população economicamente ativa que está na CLT é filiada a um sindicato.

Exemplo: o Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados e Tecnologia da Informação do Estado de São Paulo (Sindpd) começou a cobrar R$35 de contribuição assistencial por mês. Foi dado um prazo de apenas dez dias, de 3 a 12 de janeiro deste ano – período em que geralmente os trabalhadores gozam as férias com suas famílias –, para que se exerça, presencialmente, a carta de oposição e seja levada ao sindicato.

Outro exemplo: o Sindicato dos Trabalhadores no Mercado de Capitais do Estado de São Paulo, por sua vez, firmou acordo para cobrar 3% do salário mensal, limitados a R$720 por mês, de cada empregado. Segundo a convenção coletiva firmada, os trabalhadores que quisessem se opor deveriam entregar carta de oposição pessoalmente na sede do sindicato até o dia 25 de março.

Existem mais de 30 notícias – eu falei duas aqui – a respeito da diversidade com que essa cobrança é exercitada, e lembre-se que o antigo imposto obrigatório era um dia de trabalho por ano. Aqui está se cobrando um percentual que muitas vezes extrapola isso, sem nenhuma regulamentação.

O que é que nós propusemos...

O que isso está gerando, senhores? Filas extensas, prazos restritos, horários inoportunos, situações desgastantes de chuva e sol para reivindicar a retirada da cobrança, horas de espera, taxas abusivas, decisões por assembleias de baixíssimo quórum, redução de horário de atendimento, comparecimento presencial compulsório, insistência inconveniente e inoportuna de minoria organizada quando comparada ao quadro de empregados não associados, porque muitas vezes isso é imposto em assembleias em que menos de 1% do total de trabalhadores está presente, entre várias outras obstruções e constrangimentos.

Nós entendemos que há, sim, a necessidade de que os sindicatos que são pertinentes, que exercem o seu papel, que representam de fato os trabalhadores sejam remunerados, mas nós temos também que seguir a Constituição e a própria decisão do Supremo Tribunal Federal, para resguardar a livre associação e o direito de oposição de quem achar que não se sente representado, uma vez que isso vai ser subtraído de forma coercitiva do seu salário, dos seus alimentos, do sustento de sua família.

Então, o que nós propusemos, além do projeto original...

E aqui eu quero saudar o Senador Styvenson Valentim, que nos propõe um prazo para pagamento das ações que foram fruto de trânsito em julgado no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho de 15 dias, que é um prazo bastante razoável, inclusive já está assegurado pela jurisprudência daquele tribunal; aliás, nos chamou a atenção a respeito do tema o Senador Alessandro, e a gente contempla aqui no nosso relatório.

O fato é que nós estamos estabelecendo uma série de mecanismos para permitir que o trabalhador que queira exercer o seu direito de oposição, assegurado pela Constituição e pela decisão do Supremo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tribunal Federal, tenha a possibilidade de fazê-lo sem os constrangimentos que nós já elencamos anteriormente. Isso certamente fortalece os sindicatos que de fato fazem o seu trabalho. Nós somos um país – nunca é demais lembrar – em que temos mais de 17 mil sindicatos – sem dúvida nenhuma, é um recorde mundial. Então, aqueles sindicatos realmente organizados, representativos e que exercem o seu papel terão a possibilidade de fazer o seu convencimento para os seus filiados, para que eles possam, livremente, de espontânea vontade, fazer a sua contribuição para o fortalecimento desses sindicatos.

Então, é essa a ideia que nós propusemos.

É bom lembrar que nós passamos quase seis meses na CAS tentando votar esse projeto.

Entendo a posição do Senador Paim – que, evidentemente, faz um papel em defesa das teses em que acredita e que defende –, mas, utilizando as questões regimentais, impediu que nós pudéssemos votar o tema lá.

Tivemos a oportunidade de fazer o debate, inclusive em audiência pública, presidida pelo próprio Senador Paulo Paim...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – ... na qual as centrais sindicais estiveram representadas e as patronais também.

Tivemos a possibilidade de ouvir diversos setores a respeito desse tema e chegou a hora de votarmos. Existe uma série de outros argumentos que nós poderíamos aqui esgrimir, mas esse é um tema que, eu não tenho dúvida, foi incorporado pelo conjunto dos Srs. Senadores pelo fato de ser um tema caro à sociedade brasileira, em especial aos trabalhadores assalariados, que estão sob a égide da CLT.

Os meses de março, abril e maio são os meses em que habitualmente existem os acordos e as convenções coletivas. Então, se nós ficarmos adiando indefinidamente a resolução desse tema e abrirmos mão de fazer o nosso papel de regulamentar essa situação – e o que nós propomos aqui, inclusive, é permitir que o trabalhador possa exercer o seu direito de oposição, levando em consideração os instrumentos que a própria inovação tecnológica proporciona, ou seja, ao invés de ficar numa fila, você poder encaminhar através do *e-mail*, através de um correio eletrônico, devidamente instrumentalizado pelo próprio sindicato e pela empresa... A proteção dos dados, a vedação de cobrança de taxas pelo envio de boletos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – ... essa cobrança ser feita uma única vez por ano, como no próprio acordo ou na convenção coletiva, já que está vedado o direito da outra atividade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós pedimos aos nossos pares que votem favoravelmente ao relatório. Agradecemos aí a colaboração de todos aqueles que contribuíram com o processo, em especial, ao Senador Styvenson Valentim, que é o autor do projeto original, e àqueles que nos ajudaram a construir isso. Eu não tenho dúvida de que nós estamos aqui ajudando para que os trabalhadores possam, de fato, se sentindo representados, contribuir para o esforço que os sindicatos necessariamente têm que fazer na contratação das suas respectivas consultorias abalizadas para fazerem a negociação com mérito, com condição, com estatura, com legitimidade para defender o direito dos trabalhadores brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Coloco em discussão a matéria.

Primeiro Senador inscrito, Senador Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para discutir.) – Eu queria pedir vênia ao Senador Marinho, Rogerio Marinho, e pedir a atenção dos colegas, porque a matéria não é, me perdoe, tão simples assim.

Minha origem é movimento sindical, eu fui do Sindicato dos Petroquímicos do Estado da Bahia, e tenho orgulho de dizer que foi a primeira categoria, por minha proposição, o primeiro sindicato a assinar um acordo coletivo fora das normas legais, que é a relação direta entre capital e trabalho, que todos defendemos.

Então, eu fiz essa assinatura e, infelizmente, depois tive que vir ao Supremo Tribunal Federal, ganhei a lide contra o sindicato patronal. Depois, num fato superveniente – que foi o Plano Collor –, eles disseram simplesmente que não iriam cumprir. Eu disse: "Mas, amigo, nós assinamos um acordo, dizendo que independentemente de lei, nós teríamos entre nós esse código de relacionamento".

Bom, o empresário não topou, nós viemos aqui e ganhamos no Pleno do Supremo Tribunal Federal – acordo feito é acordo para ser cumprido. Só estou dando esse exemplo, porque, muitas vezes, eu vejo todo mundo: "Não, temos que ter liberdade e autonomia". *Pero, no mucho* – depende de como as coisas lhes interessam. Então, estou dizendo um caso concreto.

Segundo, Senador Marinho, o Supremo Tribunal Federal, quando falou do direito de oposição, não falou que o direito de oposição está no não pagamento da chamada taxa assistencial. E nós temos que pegar a evolução disso. Nós tínhamos o imposto sindical, contra o qual eu lutei a minha vida inteira, pois eu sempre disse que a gente tem que bancar pela negociação ou pelo associativismo, e derrubamos o imposto sindical que tinha para empresários e empregados, para os sindicatos de empresários, para as confederações e para a confederação... Quando caiu o imposto sindical, que era uma obrigatoriedade, naquela época, os sindicatos cobravam três taxas. Não vou dizer três taxas, mas duas, porque uma... É porque a associação é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

livre, mas, se você é associado a um clube, você paga a mensalidade do clube, isso é outra coisa. Aí tinha o imposto sindical, e tinha a taxa confederativa. Quando caiu o imposto sindical, o Supremo já tinha se pronunciado que a assistencial não podia ser generalizada, porque havia uma generalizada que era o imposto sindical. Quando caiu o imposto sindical... É simplesmente porque, Senador Marinho, nós precisamos de a democracia dar sustentabilidade aos dois lados da negociação e não a um só.

E por que eu estou falando isso aqui? Eu queria que os colegas Senadores prestassem atenção. É como se fala: "Quero economia do mercado desde que não seja no meu quintal". Senador Marinho, eu lhe pergunto: como é que os sindicatos patronais ou as confederações patronais, como CNI e CNC, se sustentam? É com a contribuição das empresas? Não, não é, Senador Marinho! Eles se sustentam com o disposto na lei do Sistema S que diz que, a título de gestão deste fundo do Sistema S, que é de alguns bilhões, a confederação dos empresários tem direito a cobrar 4%, 5%, 6%. E eu quero passar para os Srs. Senadores aqui os números, porque aqui está se falando do quintal dos outros, mas não está se falando... E não estou falando de V. Exa., estou falando dos empresários que não querem que cobrem. Eles dão direito de oposição? Houve agora uma eleição da CNI. Quem perdeu a eleição da CNI pode deixar de pagar a contribuição do Sistema S? Não! Pois V. Exas. sabem do Sistema S quanto vai direto para a Confederação Nacional da Indústria, dinheiro com o qual ela se sustenta? Vão 200... Você me deu um papel pior do que o outro. Vão 4%. Sabe quanto é, Senador Esperidião Amin, que vai para a CNI do dinheiro do Sistema S, que não é optativo, pois todas as empresas têm que...? V. Exa. é contador e sabe disso. Isso vai para o custo Brasil. Vão R$270 milhões por ano para a CNI saindo do Sistema S, a título de gestão do bolo do Sistema S. I

Isso aqui é só pegar nos comprovantes. Isso aqui não é mentira.

Vou dizer para a CNC, no caso da CNA, no ano passado, foram R$147 milhões. Pelo amor de Deus, não me digam que o dinheiro é dos empresários.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É por isso que o Paulo Guedes tinha o olho cumprido.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Pois é.

Vou agora falar da CNC (Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo), R$145 milhões. E houve também uma transferência de R$230 milhões.

Eu só quero que V. Exas. entendam o que eu estou falando. Eu estou dizendo que o sagrado direito de oposição, Senador Marinho, não é garantido para as empresas. Alguns falam que é preciso que tenha pelo menos 50% da categoria. Eu quero saber qual é a reunião da CNI que reúne 50% das empresas que são filiadas aos diversos sindicatos. Não existe isso! Quando eles decidem as coisas, é numa reunião aonde vai o Presidente de cada federação das indústrias. No entanto, no caso dos trabalhadores, quer-se que tenha 50% presentes na assembleia para poder valer a votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senhores, eu só quero saber se nós queremos matar por inanição a organização sindical dos trabalhadores dentro de uma democracia ou se a gente quer preservar isso. É sindicalizado quem quiser, e aí paga o sindicato. Se o valor está alto, Senador Marinho, é uma discussão que está sendo travada hoje. Hoje está sendo travada na CNI – por acaso, o Presidente da CNI é baiano e, por acaso, está na China; por isso, foi interrompida a negociação –, está sendo discutida hoje, ao longo desses dias... Por isso, eu pedi o adiamento. Nós estamos aqui substituindo os atores principais. Os atores principais são empresários e empregados. Eles estão sentados negociando – eles estão sentados negociando – para saber como é que vão arbitrar eventuais exageros, Senador Marinho.

E eu quero logo dizer, antecipadamente, que concordo com a sua posição e disse isso para quem assessora os sindicatos de trabalhadores. Se o imposto sindical era um dia de trabalho, como é que se cobra mais de um dia de trabalho? Um dia de trabalho é 3,33% do salário mensal, e não do bolo do ano inteiro. Tem acordo comigo com isso. Na minha opinião, se havia um imposto sindical que era de um dia, como é que a taxa assistencial vai ser superior?

Agora, eu pergunto a V. Exas.: há uma reunião de condomínio – vai quem quer –, e delibera-se uma taxa extra para poder fazer uma reforma do prédio. Alguém não vai à assembleia do condomínio e depois diz que não vai pagar? Pode não pagar quem não foi à assembleia? Quem votou branco e nulo na eleição pode dizer que não aceita quem ganhou a eleição?

Eu vou repetir, Senador Marinho: nós estamos tratando desigualmente as duas partes que se sentam a uma mesa para negociar. Estou falando com a experiência da minha vida inteira do movimento sindical, com orgulho, porque foi lá que eu aprendi o que eu estou fazendo aqui. Foi lá que eu aprendi a buscar consenso, a entender o argumento dos outros, a me sentar no lugar dos outros.

Só estou pedindo vênia aos colegas para dizer duas coisas: um, os atores estão sentados negociando. Não seria de bom-tom nós aguardarmos a decisão entre empresários e empregados?

Agora, Senador Marinho, pelo amor de Deus, não me diga que é um constrangimento alguém ter que entregar uma carta ao sindicato. O constrangimento é ter que ir ao setor de pessoal da empresa para dizer que vai contribuir com a taxa assistencial. Aí há constrangimento, porque a relação é de poder demitir e da necessidade de se manter empregado.

Agora, V. Exas. estão querendo que alguém vá afrontar alguns empresários que têm uma cabeça mais antiga, que acham que o sindicato tem que ser morto, para entregar uma carta? Alguém faz opção pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço? Em tese, é optativo. Você entra na empresa, quer trabalhar, vai assinar opção pelo Fundo de Garantia? Não. Então, você não vai ser empregado. V. Exas. estão achando que constrangimento é chegar num sindicato para entregar a carta e não é constrangimento ter que chegar a um setor de pessoal que pode demitir para dizer "eu vou contribuir para o sindicato"?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso que eu estou dizendo: eu acho que a democracia depende de as partes funcionarem – o contraditório, o sistema e a oposição. Se a gente vai matar os sindicatos, o.k. Esse território, Senador Marinho, caminha para uma coisa pior, porque, quando você não tem interlocutor organizado, a tendência é a esbórnia! É bom ter um sindicato organizado. O direito de oposição, Senador Marinho, está garantido na inscrição de uma chapa e em disputar uma eleição. Eu era oposição ao sindicato, ganhei a eleição e fui Presidente do sindicato. Esse é o direito de oposição. Agora, me dizer que a taxa assistencial, não pagá-la é um direito de oposição, me perdoe, mas não é.

E vou repetir: esses números que eu mostrei aqui estão na contabilidade de cada uma das confederações. O Sistema S – que não é optativo, não tem direito de oposição, quem perdeu a eleição para CNI continua contribuindo – pega 4% a 5% do bolo e transfere R$270 milhões para a sobrevivência da Confederação Nacional da Indústria; pega outro tanto para a Confederação Nacional do Comércio e outro tanto para... Eu não estou dizendo que está errado, eu só quero paridade! Se alguém tem isso de um lado, como é que não vai ter do outro, gente?

Era o que eu queria colocar e, por fim, só lembrar: os que defendem a liberdade e autonomia sindical estão sentados à mesa – eu estou transmitindo porque conversei ontem com a direção da CNI –, negociando como arbitrar os exageros que eventualmente existam. Isso está sendo negociado. Nós vamos atropelar os atores para impor a eles o que tem que ser feito. Perdoem-me, isso para mim não concorre para a liberdade e autonomia sindical nem para a democracia.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, Senador Izalci, só um minuto.

(*Soa a campainha.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Primeiro, só como eu fui citado como contador, eu quero esclarecer uma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, não, não...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Não, quero esclarecer que ele está confundindo as coisas.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Mas V. Exa. está inscrito.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Sistema S é uma coisa, contribuição é outra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – V. Exa. está inscrito, vai falar no momento oportuno, senão vai começar o negócio...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Perdoe-me, Senador Izalci, quando eu falei de contador, foi só para dizer que isso aqui está na contabilidade de cada confederação, não foi para...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Mas é diferente. Eu estou dizendo o seguinte: o Sistema S é essa uma coisa e a contribuição é outra.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, mas ele só quis...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Mas o Sistema S é quem alimenta os sindicatos, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, só espera lá, só um instantinho.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Eu estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está inscrito.

Senador Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Para discutir.) – Sr. Presidente, escutando a fala do Líder e da sua origem, eu conheço essa história, porque é a minha também, líder do movimento estudantil. E eu sei como é que são feitas as assembleias – não todas, mas a maioria. Eu poderia aqui falar mais politicamente sobre o caso. Se fosse para falar mais politicamente sobre o caso, eu diria que nós todos sabemos que quase todo esse movimento sindical do Brasil é coordenado, é instrumentalizado por um aspecto ideológico. E é indiscutível que esses recursos acabam indo para uma militância política apoiando esse aspecto, que é a esquerda. Mas o argumento que eu quero utilizar... E aí eu quero saudar o ex-Presidente Michel Temer e o ex-Deputado, hoje Senador da República, Rogerio Marinho, porque tudo que é imposto é ruim, então deveria se evitar ao máximo, porque foi naquele Governo que houve a corajosa reforma trabalhista.

Então, veja, o Congresso Nacional, que traduz a vontade da população brasileira, já se manifestou sobre isso. Na verdade, por um mecanismo muito utilizado – perde-se aqui, recorre-se ao Supremo –, esse assunto voltou à baila; mas o Congresso já tinha votado, já tinha aprovado uma reforma trabalhista, dizendo claramente que ela não aceita que o sujeito pague uma contribuição se ele não deseja pagar. O argumento de que existem exageros em função do Sistema S... E eu sei que existe, e é por isso que disse ao ex-Ministro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Paulo Guedes, Esperidião Amin, quando ele dizia que queria mexer com isso, que ele contava com o meu apoio; mas depois acabou sendo, enfim...

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Tratorado.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Mas, se estivesse sendo votada aqui, hoje, alguma coisa que deixasse mais claro que uma empresa vai contribuir se quiser, ela teria meu apoio. Quando nós... Então, ficam aqui registrados, Senador Rogerio Marinho, meus cumprimentos – já falei isso várias vezes nos particulares, estou aproveitando este momento para dizer, para ficar registrado –, parabenizo o ex-Presidente Michel Temer e V. Exa., que tiveram essa coragem.

Agora, Presidente Davi, quando nós discutimos a reforma tributária, eu dizia que, se dependesse de mim, aquela contribuição obrigatória para o sistema de previdência pública acabaria, por uma razão simples – claro que não podia acabar de um ano para o outro –: o salário é meu ou não? Se o salário é meu, eu deveria ter o direito de fazer opção. Ora, se eu começo a trabalhar e entendo que para mim é melhor fazer uma previdência privada, é um direito meu. Ora, se eu defendia isso na reforma trabalhista, e até teve um estudo nacional dizendo dessa tese em 20 anos, o que dizer sobre esse tema? É a mesma coisa que penso.

Então, eu não tenho dúvidas de que esse assunto é, na verdade, o grande tema, porque ele separa – e não tem como fugir disso – ideologicamente duas correntes: uma que acha... e que recorre ao Estado, na minha visão chamando o Estado para onde ele não deveria entrar; e a outra que acha que deve prestigiar, privilegiar a liberdade individual. Não tem liberdade coletiva, tem liberdade individual. Essa pode garantir liberdade coletiva. Por isso eu entendo, primeiro, que o Supremo não invalidou... Não estamos reformando decisão do Supremo Tribunal Federal. Nós estamos agindo em sintonia com o que eles decidiram, só que o que eles decidiram precisa ser normatizado, e é isso que nós estamos fazendo agora.

Então, em resumo e em síntese, Presidente Davi Alcolumbre, o que propõe o Relator é dizer o seguinte: faz o evento, faz a assembleia, faz o acordo coletivo, mas tem que deixar com muita facilidade aquele funcionário, aquele trabalhador que não queira pegar, repito, do seu salário. Ou não é dele, ou não é meu o salário?

Então, aquele que não quiser tem a facilidade para não contribuir porque, afinal de contas, a iniciativa é dele, o salário é dele. Por isso, eu parabenizo o relatório e já adianto o meu voto a favor da aprovação do relatório feito pelo Senador Rogerio Marinho.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Próximo Senador inscrito, Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para discutir.) – Sr. Presidente, bom dia ao senhor, às Sras. e aos Srs. Senadores presentes e a quem nos acompanha pela internet.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, a discussão sobre cobrança compulsória da contribuição social, especialmente na questão dos sindicatos brasileiros, é muito complexa. E a reforma trabalhista de 2017, que extinguiu essa obrigatoriedade da contribuição social, já trouxe várias mudanças e impactos no cenário sindical do país.

Primeira coisa, eu acho que é inegável, inclusive pelo Líder do Governo, o Senador Jaques Wagner, que, do número de sindicatos que existem no Brasil, se somarmos todos os sindicatos do mundo, não se chega à metade. Isso não é natural, isso não é normal. Isso é a demonstração de que a proliferação desses sindicatos, em grande parte sem eficácia ou sem representatividade, tem sido um problema, visto que muitos desses sindicatos não representam adequadamente os interesses de suas categorias e muitos existem apenas para financiar seus dirigentes.

E falta eficiência e capacidade, inclusive intelectual e política, para propor políticas públicas. É uma crítica comum. É inegável, Senador Jaques Wagner. Ou é normal a gente ter 17 mil sindicatos e aqui na Argentina, cento e pouco, e na Europa, em países, dez, doze sindicatos? Não é normal. Isso é uma máquina de dinheiro. Virou uma máfia, virou um negócio de chegar compulsoriamente e botar muitas vezes um funcionário, um trabalhador que nem sabe onde é a sede, e ser descontado no salário dele. É absurdo.

E outra coisa, corroborando as palavras aqui do Senador Marcio Bittar, historicamente, Sr. Presidente, muitos sindicatos têm ligações estreitas com partidos de esquerda e utilizam recursos de contribuição social para financiar eventos políticos, partidários, campanhas políticas, que é uma questão controversa porque desvia a finalidade desses recursos sindicais, que deveriam ser usados para a defesa dos interesses dos trabalhadores.

Em 2017, quando isso se tornou opcional, nós tivemos drásticas reduções de greves e manifestações que muitas vezes terminavam em invasões e quebra-quebra. Ou eu estou mentindo? Diminuiu a politicagem. Inclusive vários comícios de alguns candidatos da esquerda foram 100% esvaziados porque não tinha mais mortadela, não tinha mais cafezinho, não tinha mais pagamento de ônibus. Ou eu estou mentindo? Reduziu a politização das atividades sindicais.

E a liberdade de contribuição foi garantida por essa reforma, o direito de escolher se deseja ou não contribuir para os sindicatos, o que é um avanço na liberdade individual, Sr. Presidente.

E, para finalizar, qual é a minha defesa, a minha proposição?

Parabenizo aqui o Senador Styvenson Valentim e o Senador Rogerio Marinho pela autoria e relatoria.

O que é que eu defendo, Sr. Presidente? Livre associação e sindicalização. Se você quer ser sindicalizado, pois que você opte. Livre contribuição. Uma vez que você se sindicalizou e esse sindicato precisa se manter financeiramente, contribui livremente; direito à oposição, saída e baixa dos sindicatos. Ou seja, você tem o direito de falar: "Esses caras me representam, eu quero participar ativamente dessa atividade". E lógico, aqueles que não o quiserem têm que estar livres de taxas, multas e descontos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fui sucinto, Sr. Presidente. Tinha dez minutos, vou dar cinco minutos e meio aí para o senhor de presente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para discutir.) – Sr. Presidente, colegas Senadoras e Senadores, na verdade, isso são duas partes totalmente desiguais. Já se falou aqui de leis, de tudo. Isso vai ser o quê? Uma mãe de família – porque está dizendo que é um direito de liberdade individual; é fácil falar de liberdade para quem tem muitos recursos – vai estar só com o patrão; o filho, com fome. Por favor, colegas, é claro que ela vai fazer qualquer acordo. Uma contribuição assistencial?

Outra coisa, em relação a essa história da reforma trabalhista, eu não vou discutir porque esse já é um efeito. A reforma trabalhista, com o trabalho intermitente, na verdade é um trabalho intermitente análogo ao trabalho de escravidão. Você é contratado como trator ou retroescavadeira. Isso não ficou só no trabalhador braçal, não. As universidades privadas demitiram seus professores para contratar por hora-aula. Esse povo não tem descanso de final de semana, não tem férias, não tem décimo terceiro e nunca vai se aposentar, gente.

Por que o crescimento do sindicato? Porque a maioria são os trabalhadores. Eu aqui não quero nem entrar nesse mérito, mas o mérito do Brasil é deixar o pai e a mãe de família de frente para o patrão, que é quem define o salário deles, e eles vão negociar, sim, porque a mãe e a maioria dos pais fazem qualquer acordo para não chegar em casa e ver seus filhos com fome.

Este é um Senado em que eu acho que a grande maioria é de patrões, e a gente tem que entender, tem que defender. A defesa das empresas é tão grande aqui – nada contra –, mas nós terminamos de aprovar aqui proteção e incentivo de informantes para que contribuam para delatar para o mercado financeiro, imobiliário, seja o que for, e não tem prejuízo. Agora, por favor, isso é esmagar.

Brasil, aqui está sendo votado que o pai e a mãe de família, trabalhador, que ganham no máximo o salário mínimo vão negociar com o seu patrão. E ela vai sim. Pode se preparar, porque o assédio moral vem, como era antigamente com os senhores de engenho e as mulheres negras. É isto que vai acontecer: trabalho análogo à escravidão.

Pedir à Zenaide, mãe e avó, para votar em algo tão cruel, não é... As duas partes se sentam com uma desigualdade assustadora. E eu não estou aqui contra nada, eu votei agora com esse projeto protegendo o mercado financeiro, imobiliário. Agora, a vida dos trabalhadores que ganham, no máximo, um salário mínimo não, porque não vai ter mais nem a contribuição sindical. Já registro aqui o meu voto "não".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero aqui parabenizar o projeto inicial do Senador Styvenson, que, na verdade, era uma proteção. Em vez de protelar o pagamento por 45 dias, teria 15 dias para o patrão, quando julgadas as contas. Agora, querer dizer que está ajudando e que o individual, cara... Nós somos coletivos.

E outra coisa, eu não me acostumo a dizer que está defendendo política. Como não defender política se o nosso salário é decidido aqui politicamente? Nossas horas de trabalho são decididas politicamente, com que idade vamos nos aposentar... O que está sendo votado aqui, em resumo, é que a mãe e o pai de família trabalhadores não vão ter nem um sindicato, nada para defendê-los. Vai ser ela e o patrão, com todos os direitos.

Voto "não".

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. *Fazendo soar a campainha.*) – Quero só pedir que... Todos são sempre muito bem-vindos aqui, mas não cabe nem manifestação a favor nem contra da galeria da Comissão. Então, queria pedir, com muito carinho, a todos os nossos convidados para que pudessem permanecer no Plenário da reunião, da Comissão, mas evitando manifestações a favor ou contra, após a fala de um membro do Senado da República nesta Comissão.

Próximo Senador inscrito, Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para discutir.) – Presidente, primeiro, eu quero fazer aqui alguns esclarecimentos, como contador inclusive. Eu já fui presidente de sindicato patronal e de empregado; então, conheço bem essa realidade.

No Sistema S, a contribuição não tem nada a ver com contribuição, seja do empregado, seja do empregador, são coisas distintas. O Sistema S tem lá, já definidas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – ... as obrigações, onde serão aplicados os recursos.

Agora, contribuição social, assistencial, imposto sindical, da mesma forma que os empregados têm, as empresas também têm. A empresa, se ela quiser se sindicalizar em um sindicato patronal, tem que pagar. Parte vai para o sindicato, parte para a federação e parte para a confederação. A mesma coisa com os trabalhadores. Tem nada a ver com o Sistema S, o Sistema S é outra coisa. Agora, ao sindicato patronal, se não tiver uma atividade que justifique realmente a manutenção do sindicato, as empresas não se filiam. Quantos sindicatos patronais não têm várias empresas que não são filiadas? Exatamente porque elas só se filiam se o sindicato realmente proporcionar para as empresas alguma coisa que justifique a contribuição. Com os empregados é a mesma coisa. Se o sindicato está fazendo um bom trabalho em favor do trabalhador,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eles vão se filiar normalmente, vão contribuir normalmente. Agora, é exatamente igual às empresas, não tem diferença nenhuma. Sindicato de empresa... A empresa não é obrigada a se sindicalizar nem a contribuir. Agora, o sistema é o mesmo.

O Sistema S já é contribuição definida em lei para a formação, que é o caso do Senac e Senai, e assim o Sesi e o Sesc são para serviço social. Está definido isso. Não tem nada a ver negociação coletiva com contribuição do Sistema S. Então, era só para reforçar isso.

Os sindicatos precisam é demonstrar a sua capacidade de trabalho para convencer tanto empresa quanto empregado a se filiarem e contribuírem. É isso, simples assim. Agora, se o sindicato não produz nada, não faz nada, o empregado tem o direito de não contribuir. É isso o que diz a lei. Ninguém está dizendo aqui que o empregado não vai contribuir. Se o sindicato está fazendo um bom trabalho, uma boa negociação, ele vai contribuir espontaneamente.

A mesma coisa é a empresa. Se o sindicato empresarial estiver trabalhando bem, a empresa vai se filiar; se ele não está fazendo nada, a empresa não vai se filiar e não vai contribuir. É exatamente isso. Não tem nada a ver com o Sistema S.

Era só isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Vou falar bem rapidamente, Presidente, aqui endossando a posição do Senador Rogerio Marinho e o elogiando pela relatoria do projeto, assim como o Senador Styvenson.

O princípio maior aqui é liberdade de associação, e quando se estabelece essa contribuição sindical que passa na prática a ser obrigatória, já que o direito de oposição é muito difícil de ser exercido, na prática se está obrigando o trabalhador a se filiar ao sindicato. Ninguém quer enfraquecer o sindicato, os sindicatos são importantes na negociação trabalhista, mas nós também não podemos forçar o trabalhador a se sindicalizar, a se filiar, que é a consequência de ele contribuir obrigatoriamente. Então, o projeto apenas aqui estabelece um mecanismo através do qual o trabalhador pode de fato exercer o seu direito a se opor a se associar compulsoriamente a um sindicato. Nós estamos valorizando aqui um princípio maior da nossa Constituição Federal que é o princípio da liberdade.

E existe a questão do trabalhador que muitas vezes é hipossuficiente; então, ele precisa ter esses mecanismos facilitados, não é tão simples assim ele fazer a oposição pelos meios atuais. Nós temos visto até, inclusive, matérias jornalísticas várias apontando uma série de constrangimentos a que são submetidos os trabalhadores que querem eventualmente se opor, como, por exemplo, prazos exíguos, filas gigantescas. Então, estamos apenas aqui garantindo a liberdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação às contribuições das entidades patronais, de fato cabe um questionamento, como foi colocado aqui pelo Senador Marcio, de que esse Sistema S há muito tempo vem sendo também discutido, se esse é o melhor sistema. Agora, essas contribuições patronais pelo menos também são direcionadas a outras atividades como a formação da mão de obra, não apenas a fortalecer essas entidades para negociação coletiva. Mas, se fosse colocar um projeto para discutir a obrigatoriedade e a voluntariedade dessas contribuições, eu não teria nenhum problema também em entrar dentro desse debate.

O princípio maior aqui é a liberdade e o projeto é meritório.

Eu adianto aqui o meu voto favorável ao relatório do Senador Rogerio Marinho.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senadora Teresa Leitão.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para discutir.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu também fui dirigente sindical, da base sindical de trabalhadores da educação pública, da educação básica do meu estado. Fico muito contemplada com toda a intervenção feita pelo nosso Líder Jaques Wagner.

Eu vi muita gente aqui dizer que também foi de sindicato, que sabe o que é sindicato. Vi também leituras diferenciadas da concepção sindical. Vi muitos Senadores, inclusive no argumento, dizer que sindicatos são ligados à esquerda, sindicatos são partidos de esquerda. E vi também Senadores felizes porque os seus sindicatos, por exemplo, foram desfiliados da CUT, que é a maior central da América Latina, numa conversa...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Democraticamente.

E se aceita isso, porque são várias as centrais sindicais que existem no nosso Brasil. O movimento sindical é diverso, com várias concepções sindicais, inclusive entre os campos, e se convive com isso.

Eu vejo também uma certa confusão entre contribuição sindical de filiados – essa é só para quem livremente se filia – e a taxa assistencial, que é uma taxa eventual, que é cobrada de acordo com a campanha ou os acordos coletivos. Para nós do setor público são campanhas salariais, nós não temos dissídio. Tudo é na política e se assina o acordo. A parte privada tem os dissídios e tem as convenções coletivas. Isso não leva à filiação automática, pelo amor de Deus! Isso é uma inversão total de um conceito. A filiação sindical é livre, individual e atestada por uma assinatura de uma ficha de filiação. Não existe filiação automática.

O que está se propondo na emenda, a meu ver, é...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senador, posso concluir?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sim, está certo.

O que está se propondo na emenda, que, para mim, contamina o projeto – é uma emenda alheia ao conteúdo do projeto –, é uma intervenção do empregador na vida sindical. Isso é tudo que há e que foi derrubado depois que os sindicatos passaram a ter uma vida livre do Estado. O empregador é quem deverá informar, por escrito, a contribuição sindical a ser cobrada pela entidade sindical que representa a categoria. Ora, essa entidade sindical tem uma direção, tem as suas responsabilidades, tem um estatuto. Por que esse empregador vai fazer esse papel, Senador? Não lhe compete esse papel – não lhe compete. O empregador cuida das coisas atinentes ao empregador. O sindicato cuida das coisas atinentes aos empregados. Vão se relacionar? Fatalmente vão se relacionar. Vão se relacionar em processos negociais, vão se relacionar em acordos coletivos, vão se relacionar na atividade laboral. Tudo isso existe, mas a emenda está propondo, a meu ver, uma intervenção patronal no sindicato disfarçada. E isso é muito ruim – isso é muito ruim!

É uma matéria tão rica de conceitos, é uma matéria tão rica de procedimentos que eu acho que, embora ela também seja relacionada à CLT, como é a emenda do projeto original, deveria ser retirada. A gente deveria aprovar o projeto sem essa emenda, com o compromisso, como disse o Senador Jaques Wagner, de fazer uma outra discussão sobre esse tema, uma discussão com mais fôlego, uma discussão mais focada e não a discussão que a gente espera, inclusive, por posicionamentos, consensos ou dissensos das partes envolvidas, que estão discutindo isso fora do Parlamento, de sorte que a gente se antecipe com algo que pode depois se tornar inócuo, pode depois ter que rever.

Então, eu faria este apelo: retire-se essa emenda, aprove-se o projeto com o compromisso de que esse tema possa voltar a ser debatido em outras circunstâncias, como fruto, inclusive, desse processo de debate que está havendo entre os empregados, entre as confederações de empregadores, entre os sindicatos, que é um tema recorrente. E não é um tema recorrente por ilações que são feitas, não. É um tema recorrente porque a vida dos trabalhadores... O acordo coletivo benéfico não atinge só os filiados, não. A taxa assistencial, inclusive, tem esse caráter pedagógico, porque ninguém exclui de um reajuste quem não é filiado. Se vem um reajuste, é para toda aquela base sindical.

E os sindicatos, quer queiram ou não queiram os juízes, têm função social! Numa democracia, Senador Rogerio Marinho, eles são vitais inclusive para se entender a relação entre o empregado e o empregador, as normas. Não só o Sistema S ou o empregador fazem proposta ou projeto de formação, não. Os sindicatos também fazem – também fazem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dizer que a taxa assistencial, que o dinheiro do sindicato é desviado para atividade A, B ou C, é de uma irresponsabilidade muito grande. Eu estou dizendo ao senhor porque eu fui presidente do maior sindicato de servidores públicos do meu estado. Se eu tivesse qualquer mácula na minha vida de dirigente sindical, eu não teria saído da presidência do meu sindicato para a Assembleia Legislativa de Pernambuco, porque a base é exigente com seus dirigentes, talvez mais do que a base dos empregadores – talvez até mais. A nossa vida tem que ser reta e limpa.

Não vou, de forma nenhuma, concordar com qualquer tipo de ilação sobre os destinos e a execução dos recursos que os sindicatos arrecadam, seja pela livre contribuição de quem quer se filiar e paga por mês, seja pela execução da taxa assistencial. O problema é muito maior.

Por isso eu acho isto, Senador Rogerio, por tudo que V. Exa. acumulou com essa emenda: que a gente faça um outro debate, que a gente gere outro projeto, que a gente espere o resultado dessa mesa de negociação que está ocorrendo para a gente poder continuar cada um fazendo a sua função: a função do empregador, a função do empregado, a função do sindicato patronal, a função do sindicato de trabalhadores. Com isso, a gente pode contribuir muito para o aperfeiçoamento da democracia.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Próximo Senador inscrito, Líder Efraim Filho.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Para discutir.) – Sr. Presidente Davi Alcolumbre, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, aqui o debate...

Meu amigo, Senador Marcio Bittar, de volta às atividades, Presidente, depois de passar por um pequeno procedimento cirúrgico, retorna ao nosso convívio aqui – seja bem-vindo! –, nosso ilustre representante do Acre, aqui na nossa Comissão.

Presidente, eu acredito que os argumentos aqui já foram postos, todos os argumentos são válidos do ponto de vista pró e contra, cada um tem a sua visão de mundo.

A minha posição aqui é favorável à posição do Relator, o Senador Rogerio Marinho, porque dois temas me chamam a atenção, e são dois temas objetivos. Eu escuto, mas vamos aos fatos. Por que é que no Brasil se tem 16 mil sindicatos, enquanto o segundo país onde existem mais sindicatos, que são os Estados Unidos, tem 191; e a Argentina e outros países aqui vizinhos, bem menos? Ou nós somos muito bons ou está algo errado. Então, acho que o primeiro argumento objetivo é nesse sentido.

Segundo argumento objetivo: o Brasil é campeão disparado em número de ações trabalhistas. Nós temos – eu procurei o dado aqui no Google, acho que vou encontrar, eu estava aqui no meio dessa busca, mas, rapidamente, alguém pode também ver – algo como, no Brasil, 3% dos trabalhadores do mundo e 96% das ações trabalhistas, algo mais ou menos nesse sentido, não quero aqui cravar a exatidão dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

números. Então, quer dizer, tem alguma coisa errada nessa representação. Nós temos 16 mil sindicatos no Brasil e os Estados Unidos, que são o segundo país, têm 130 ou 170, algo assim; e nós temos 96%, mais de 90% das ações trabalhistas no mundo.

Então, acredito que esse modelo é um modelo equivocado. Perpetuá-lo, fazer seguir adiante não é o caminho adequado. Eu acredito que tem que ser repensado e tem que ser reavaliado, especialmente... E, aí, eu acredito que o projeto traz uma posição valorosa, que é o direito de opção, de eu não querer ser sindicalizado, de eu não querer pagar a taxa e de me ser dado esse direito de eu poder fazer essa comunicação virtualmente, por mensagem, porque o inverso acontece. Hoje se faz citação judicial por correio eletrônico, você é citado num processo judicial por *e-mail*. Olha só...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – ... até por WhatsApp. Então, eu acredito que esse direito para o cidadão deve ser dado e para a manutenção dos bons sindicatos, daqueles que prestam seus serviços adequadamente, que são capazes de conquistar a confiança do trabalhador para que se veja representado nas disputas e nas conquistas.

Os valores, Presidente, que tem aqui – eu fiz um levantamento rápido aqui também – ultrapassam, salvo engano, os R$550 milhões, R$55 milhões. É muito recurso colocado, está certo? Quer dizer, para se ter 16 mil sindicatos, se mostra que realmente o negócio é valioso, com essa obrigação.

Então, contrário a essa obrigatoriedade, a favor da manutenção dos sindicatos, da permanência, da liberdade de os sindicatos poderem, pela opção do trabalhador, continuar a representá-los, mas contrário à obrigatoriedade e vendo uma distorção do sistema brasileiro atual, eu acompanho o entendimento do Sr. Relator Rogerio Marinho.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O próximo Senador inscrito para discutir a matéria é o Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, este é um tema importante, e eu queria fazer algumas brevíssimas ponderações, de modo muito especial e respeitosamente, a par do que trouxe aqui o eminente Senador Jaques Wagner. A força dos argumentos do Senador Jaques Wagner é a expressão daquilo que ele viveu historicamente na militância sindical, como dirigente sindical, como alguém que conhece o sindicato por dentro.

Em boa parte do que V. Exa. aqui expôs ao conjunto dos Senadores, não há controvérsia. A questão que nós temos que observar aqui é de fundo. E aí, revisitando aquilo que decidiu o Supremo Tribunal Federal quando julgou a questão da taxa assistencial, eu pensei em apenas um trecho, porque é a partir daqui que a argumentação a favor ou contra esse projeto se estabelece: "Portanto [aspas], deve-se assegurar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao empregado [ao empregado] o direito de se opor ao pagamento da contribuição assistencial", fecham-se aspas. "Deve-se assegurar ao empregado o direito de se opor ao pagamento da contribuição assistencial."

Em resumo, a fundamentação que trouxe aqui o eminente Ministro Luís Roberto Barroso e que também foi acompanhada por maioria, pelos seus pares, em sede de um recurso que revisou a decisão do próprio Supremo Tribunal Federal, porque, inicialmente, os não sindicalizados não poderiam ser compelidos a pagar, e aqui, reconhecendo efeitos infringentes, portanto modificativos, ampliou-se para acatar a cobrança para aqueles não sindicalizados, deixa claro que o efeito modificativo da decisão anterior foi de que as contribuições assistenciais não se confundem com a contribuição sindical, que tinha natureza tributária. E essa cobrança, como todos nós sabemos, deixou de ser praticada a partir de 2017, com a reforma trabalhista, cujo Relator aqui está, o eminente Senador Rogerio Marinho. Então, o trabalhador não pode, à luz da decisão do Supremo Tribunal Federal e a par da inovação legislativa que nós impusemos, ser compelido, obrigado a arcar com uma obrigação financeira de que ele discorde.

Então, a lei, repito, acabou com a contribuição sindical obrigatória, acabou com o imposto sindical. Não pode, portanto, voltar por via indireta, e é o que está acontecendo. A taxa assistencial não é e não pode ser compulsória – já decidiu o Plenário do Supremo Tribunal Federal –, não tem natureza tributária, não é encargo legal. Ela tem natureza, Presidente Davi, retributiva, porque ela é específica para financiar determinadas situações. Não é compulsória e não pode ser compulsória, já que pode ser exercido o direito de oposição. Ora, e o direito de oposição é coletivo ou individual? Está na ementa da decisão do Supremo Tribunal Federal: o trabalhador. O trabalhador não é o coletivo, o trabalhador é o indivíduo.

E eu vou além: a questão é como exercer o direito de oposição – e aqui situamos o projeto que estamos a discutir. Como está hoje, isso é uma mera possibilidade, é uma ficção jurídico-legal. Na prática, atropelam: não acontece, não há exercício de direito de oposição. O direito de oposição, repito, não é coletivo, não se trata de maioria ou minoria. Eu vou repetir para consignar: o direito de oposição não se trata de maioria ou minoria. Direito de oposição é personalíssimo, é do trabalhador.

Outra coisa – e aqui chamo a atenção ao nobre Líder Jaques Wagner, para respeitosamente divergir – é que, pela força dos argumentos apresentados por V. Exa. e pelo respeito que tenho a V. Exa., tenho que divergir com o fundamento da Carta da República, a Constituição de 1988: o salário é verba alimentar, e pelo menos três dispositivos constitucionais, de forma direta, de forma objetiva, assim cravam. Portanto, é impenhorável, mesmo com as ressalvas oriundas desses tempos mais modernos.

O argumento de que clube ou condomínio... Não cabe. Você não pode impor ao funcionário, ao trabalhador que mude de profissão, que mude de emprego por discordar dessa ou daquela cobrança, mas quem está em um condomínio, se se desagrada do acordo da convenção coletiva, pode mudar de apartamento, pode trocar de condomínio – mas não se pode fazer quando a Constituição abriga como garantia fundamental o salário com natureza alimentar. Portanto, é algo que carece de uma proteção maior, de uma proteção ampliada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o STF já pacificou o entendimento de que é livre o exercício da profissão sem amarras, sem condicionantes, não tem que ser sindicalizado, não há necessidade de ser sindicalizado. O STF garantiu essa possibilidade. O mesmo STF, que... Na verdade, não é o STF que garantiu; é a Constituição que assim determinou, e ele deu aplicação à Constituição Federal. Agora, esse mesmo STF, ao reconhecer o cabimento da contribuição assistencial sindical, vai dizer que o mesmo direito que o sindicato tem de cobrar, tem o trabalhador de se opor a essa cobrança.

Então, com toda a vênia, com todo o respeito aos nobres pares que pensam de forma diversa, eu, Sr. Presidente, vou votar aqui o relatório do Senador Rogerio Marinho, para reafirmar aquilo que o Supremo Tribunal Federal já fez lá, consagrando o sagrado direito de oposição coletivo não, individual – individual.

Portanto, a minha posição é favorável ao projeto do Senador Rogerio Marinho, com o direito claro, objetivo de oposição ao trabalhador quanto à contribuição assistencial.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Próximo Senador inscrito, Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG. Para discutir.) – Obrigado pela gentileza da inscrição.

Eu quero chamar a atenção das Sras. e Srs. Senadores sobre a pouca visão de futuro que nós temos em relação ao nosso país e às mudanças que estão acontecendo no mundo.

Há pouco, eu comentava, ali na Comissão de Ciência e Tecnologia, os dados que nós temos hoje, no Brasil, e que mostram que a nossa nação, o nosso país, em médio e longo prazo, é um país insustentável. Por quê? Nós temos 58 milhões de pessoas no Bolsa Família que não vão sair, vão para a previdência. Nós temos 32 milhões de aposentados que vão se tornar 43 milhões nos próximos 15 anos. Nós temos 15 milhões de servidores públicos, 5 milhões de jovens que não estudam nem trabalham no Brasil. Isso já nos dá 110 milhões aproximadamente, metade da população brasileira. Nós temos 30 milhões de pessoas que declaram Imposto de Renda e 7 milhões de empresas que contribuem. Desses 30 milhões de pessoas que contribuem Imposto de Renda no Brasil, a maioria ganha abaixo de R$3,5 mil por mês.

Então, nós estamos num momento em que, ao contrário de a gente incentivar as novas formas de trabalho, de relações de trabalho que o mundo tem, nós estamos ainda com uma visão dos anos 70 e 80. Visão dos anos 70: quando meu pai saiu do interior de Minas e foi ser motorista de uma central elétrica, construção de usinas, uma grande massa, milhões de brasileiros que saíram do campo analfabetos ou semianalfabetos chegavam às cidades e precisavam, naquele momento, de um outro tipo de relação de trabalho. Esse foi um tempo em que os sindicatos no mundo todo tiveram um papel fundamental na defesa dos interesses dos trabalhadores, mas nós estamos em 2024.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos pegar, por exemplo, países desenvolvidos, como a Alemanha, que conheço muito bem e que agora abriu lá 450 mil vistos para pessoas qualificadas – e estão contratando no Brasil engenheiros, tecnologia de formação, técnicos de qualidade, pessoas da área de saúde; a Alemanha vai levando boa parte.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Vamos falar da Espanha, que diminuiu para dois anos o tempo de permanência para que um técnico de nível superior, uma pessoa de nível superior possa permanecer no país; do Canadá, que está revendo completamente a sua lei de imigração para atrair profissionais de alta qualidade.

Nós estamos ficando esvaziados dessa mão de obra, primeiro porque o nosso sistema de ensino ainda é um sistema de ensino lá dos anos 80, segundo porque nós não estamos conseguindo melhores índices de formação. Os nossos alunos, de 0 a 10, tiram 4,5.

O grande problema das nossas universidades é que os nossos estudantes não têm inglês para poder fazer um intercâmbio de qualidade, e, quando têm, não voltam mais, porque chegam lá e acabam permanecendo. A visão de futuro do Brasil precisa ser modificada com urgência.

E aqui uma palavra que eu dou diretamente aos sindicatos. O trabalho no mundo está ampliando, mas os empregos estão acabando. Hoje algumas categorias – algumas categorias – necessitam ainda de acordo coletivo, vamos falar: trabalhadores ainda das empresas de automóveis, metalúrgicos. Ainda, porque quem visita fora percebe que cada vez mais as fábricas não terão mão de obra, como nós temos hoje de apertadores de parafuso, de montadores de peças. Nós vamos ter, como eu vi na China, em Xangai, em várias fábricas, jovens que são especialistas em computadores que controlam os robôs. Então, hoje nós temos alguns setores. Na Alemanha, químicos, por exemplo, têm sindicatos e acordos coletivos fortes; metalúrgicos ainda têm, mas o restante dos trabalhadores, Senador Jaques Wagner, é livre inclusive para trabalhar em dois três empregos, porque o emprego está diminuindo, mas o trabalho está mudando de forma. E aqui, no Brasil, nós estamos falando em rever uma reforma trabalhista que permitiu que uma pessoa possa trabalhar de casa durante uma pandemia. Porque, até a nossa regulamentação aqui no Parlamento, para uma pessoa que tinha um computador em casa, a empresa era obrigada a pagar hora extra para essa pessoa – 24 horas. Para um trabalhador que levasse um celular para casa, a empresa era obrigada. Isso restringiu as contratações, nós conseguimos modernizar.

Então, hoje os sindicatos precisam também passar por uma grande revisão do momento que nós estamos passando, até mesmo de atrair essa mão de obra que não precisa mais de sindicato. Porque um profissional qualificado não quer mais tutela. Nós estamos no contrário, e não é ser contra o modelo sindical, é dizer que o mundo mudou. Ninguém é obrigado mais a assinar absolutamente nada, nós estamos num período em que a pessoa é livre para escolher o que ela quiser, até diferentes formas de representação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dentro das empresas. Mas, não, nós estamos querendo fazer o país voltar lá para os anos 70, 40, 50, não dá certo isso.

Pensem neste ponto que estou colocando para os senhores: o emprego está acabando. Vejam aí a nossa discussão sobre esses aplicativos de motoristas. Como é que nós vamos proibir, como é que nós vamos proibir isso que no mundo todo se consagrou. "Ah, mas é um trabalho precário". É um trabalho precário que boa parte, quando sabe levar, consegue uma renda extra que paga um curso superior, uma mudança de vida completa.

Então aqui o meu voto, mesmo como suplente, é com a possibilidade de que a pessoa diga não à obrigatoriedade, eu sou contra isso. E os sindicatos precisam se refazer, o mundo do trabalho mudou completamente e os sindicatos têm que acompanhar essa tendência. Nós não podemos ficar aqui com a mentalidade, com a visão para trás, de um Brasil que já passou.

Eu espero, sinceramente, que essa discussão sirva, inclusive, para que a gente repense sobre isso. Olha, nós, há pouco tempo, na tabela do Imposto de Renda, não quisemos corrigir o imposto para quem ganha até 5 mil no Brasil; agora nós queremos impor a qualquer um que seja obrigado a pagar uma taxa de contribuição. É uma incoerência absurda o que nós estamos vivendo.

Então, meu posicionamento é muito claro, nós precisamos começar a discutir o Brasil de 2030, de 2050. Nós estamos agora, em 2024, discutindo um Brasil de lá do século passado.

E, a meu ver, esta medida, esta imposição é um retrocesso que a gente não pode impor ao trabalhador brasileiro.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Presidente, tem muitos inscritos ainda? Faltam quantos? Não poderia já abrir a votação?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só falta um inscrito. Vai terminar a ordem de inscrição para discutir, e nós vamos submeter à votação o projeto, primeiro, nominal; e, em seguida, nominal, a emenda apresentada. São duas votações nominais.

O último Senador inscrito é o Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu quero chamar a atenção dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras de que a vida não é tão simples como a gente ouviu aqui nestas discussões.

Eu ouvi o Senador, por quem eu tenho um grande carinho e respeito, que me antecedeu falar que o mundo está mudando, e nós temos concordância de que o mundo está mudando, mas eu quero dar um exemplo de que o mundo está mudando há muito tempo. Por exemplo, na medicina, o raio-X tem mais de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

70 anos; surgiu a tomografia, surgiu a ressonância, mas nós continuamos fazendo raio-X. Portanto, no mundo, uma coisa não vai automaticamente substituindo outra.

A diversidade com que a humanidade se organiza impõe diversas formas de organização do trabalho. Não é porque existe um mercado de trabalho em que as relações se estabelecem de uma determinada forma que todas as relações de trabalho se estabelecerão dessa forma. Não! Vão continuar simultaneamente várias formas de relação de trabalho entre quem contrata e o contratante.

E o que nós estamos falando aqui é de força, de equilíbrio entre quem contrata e quem é contratado. E o que nós estamos vendo aqui é a defesa de um grupo de Parlamentares de aumentar a força de forma descomunal de quem contrata sobre quem é contratado. E isso não é racional. Isso é um desrespeito! Isso é voltar não 70 anos ou 40 anos, isso é voltar a 1889, quando o senhor de engenho comprava o seu empregado. Isso é voltar a um período de subjugação de quem precisa trabalhar e de quem precisa da força de trabalho.

Nós temos que entender que a melhor forma de a gente construir sindicatos e um movimento mais livre, com menos interferência da Justiça do Trabalho, com menos problema do ponto de vista de questões trabalhistas, é construir o equilíbrio entre forças para que os acordos coletivos, para que as convenções coletivas sejam instrumentos complementares às leis trabalhistas vigentes.

Portanto, o que está em discussão aqui é... Tem um grupo de Parlamentares que defende ferrenhamente a subjugação do trabalhador ao empregador, do contratado ao contratante. Isso, sim, é um grande retrocesso. Isso, sim, é retirar a condição de igualdade entre aqueles que têm riqueza ou podem ajudar na construção e na acumulação de riqueza de um país.

Tem outra questão que a Senadora Teresa Leitão colocou muito claramente e que, às vezes, as pessoas não querem saber, mas uma coisa... Eu fui Presidente de sindicato, eu fui Presidente de federação nacional, e Presidente da federação dos médicos do Estado de São Paulo. Eu sei o que é um acordo coletivo entre uma instituição única e um sindicato. Eu sei o que é uma convenção coletiva, que é entre um sindicato e outro sindicato quando representam vários hospitais. E, neste momento, estabelece-se uma taxa decorrente da negociação, que é fruto da conquista coletiva.

É claro que o indivíduo pode, mas não pelas mãos do patrão, porque o que se está propondo aqui é que o patrão defina se aquele empregado pode fazer ou não a opção. Quem tem que fazer isso diretamente é o trabalhador junto ao seu sindicato e não o patrão junto ao trabalhador. Ao fazer isso, nós estamos estabelecendo uma relação abusiva de poder do contratante sobre o contratado individual, sem a proteção da instituição coletiva, que é o sindicato. É diferente a contribuição associativa, que é livre e que o sindicalizado vai lá e paga, mas o sindicato tem suas despesas, tem advogado, tem que, quando há demissão, acompanhar para verificar as condições dessa demissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu quero dizer aqui que nós não nos opomos ao fato de o indivíduo não querer pagar essa taxa, mas que ele informe isso ao sindicato e não o patrão, numa tentativa de garantir a subjugação e de controle, de tutela do trabalhador pelo contratante. Isso é atrasado demais! Isso é submeter os trabalhadores à tutela de quem contrata! Isso é desrespeitoso! Isso depõe contra a livre negociação entre capital e trabalho, entre empregado e empregador, entre contratante e contratado. Isso é atrasado, independentemente das mudanças no mundo do trabalho, porque elas vão continuar existindo de diversas formas e de diversas naturezas.

Eu fico chocado! Sinceramente, eu fico chocado, eu fico aqui impactado com a coragem de alguns Parlamentares de defenderem que os trabalhadores devem ser subjugados ao contratante, que é o patrão. É como se o patrão voltasse a ser dono do trabalhador; é como se o patrão fosse o próprio senhor de engenho! Isso é o maior retrocesso que a gente pode ver, sob o patrocínio daqueles que estão ocupando uma vaga na Casa Alta do Congresso Nacional – gente com discernimento, gente que tem capacidade de saber que isso ficou no passado, que a subjugação é o primeiro passo para a discriminação e para a eliminação. Pelo amor de Deus! É um apelo que eu faço: vamos votar o projeto original, vamos votar a favor do projeto original.

Agora, essa emenda é uma distorção; é subjugar o empregado ao empregador, é acabar com a condição de igualdade que a Constituição estabelece entre as partes no processo de negociação. Isso é desrespeitoso! Isso é atrasado! Isso é retrocesso! Isso é quase a volta de um regime de escravidão, porque a subjugação do empregado pelo empregador remete aos idos do período da escravidão no nosso país.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Presidente Davi...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Nosso querido Vice-Presidente, Senador Marcos Rogério, fez a inscrição do Líder Weverton, e eu vou acatar a inscrição feita pelo Líder. V. Exa. será o último Senador inscrito.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA. Para discutir.) – Bem rápido, é só para demarcar.

Presidente, o som está baixo, não é?

Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pede para aumentar o som.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Presidente, todos sabem... Agora melhorou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É perseguição da Secretaria.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – É perseguição... Olha que nós estamos defendendo é vocês.

Presidente, é bem rápida a minha fala. Aqui não vai mudar voto de ninguém, mas nós temos que estar sempre vigilantes, porque o trabalhador brasileiro, ao longo do tempo, sempre sofreu ataques e agressões em todas as frentes, inclusive aqui nesta Casa. Basta lembrar que todos os projetos, quando vieram para cá, por exemplo, como reformas, nunca foram para se dar mais direitos para o trabalhador. Sempre com o pretexto de melhorar o diálogo, nós percebemos que se vai fragilizando essa relação, e isso é muito perigoso. E nós não podemos jamais abandonar a nossa origem, a nossa causa, que é não só essa defesa intransigente do trabalhador, mas também saber que o empregador pode e precisa ter condições de sentar de forma organizada com o colegiado, com a representação legítima desses trabalhadores para poder construir os acordos, sim, coletivos e, com isso, fazer com que se tenha harmonia em todas as frentes de trabalho.

Então, todas as conquistas que tiveram aqui não foram individuais, foram sindicatos, foram através de órgãos coletivos – todas! Eles sempre estiveram aqui organizados e com isso conseguiram avançar na pauta. Todas as vezes que perderam espaço ou perderam direitos foi justamente quando o sindicato ou a sua organização estava fragilizada, seja do empregador ou do trabalhador. Lembremos que também os sindicatos dos empregadores têm demandas importantes, e nós sempre estamos aqui, de forma franca, sentando de forma leal para acertar, porque – eu sempre disse a eles – não existe trabalhador se não existe empregador, não existe empregador se não existir trabalhador.

Ontem eu vi a fala do Senador Jorge Seif e fiquei bastante feliz, porque há uma... desculpa o termo, mas há muita falta de honestidade em alguns debates aqui neste país, como os que vão acontecer hoje à tarde, essa história da taxação. Vir falar de quem está discutindo taxar esses *sites* internacionais, que isso é querer colocar ou aumentar imposto no Brasil, é desleal, é covarde, e nós não podemos de maneira alguma baixar a cabeça para esse tipo de intimidação.

Hoje, no Brasil, quem de verdade gera emprego, quem faz com que chegue lá a carteira assinada na ponta é justamente o empregador e o empresário brasileiros. Nós não temos que ter vergonha e medo de falar sobre isso. Então, o que nós temos que ter é paridade de armas: se é para liberar, libera para todo mundo; e se é para cobrar, cobra de todo mundo. É simples assim, não dá para ter dois pesos e duas medidas e, justamente, o tratamento ser o de passar a mão na cabeça justamente para quem é de fora, que não mora neste país, não gera riqueza aqui e muito menos gera emprego aqui neste país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu tenho tranquilidade em ter sempre as minhas posições, e tenha a certeza, Senador Jorge Seif, de que eu vou ajudar e vou votar para que a indústria nacional, o emprego nacional seja defendido e protegido neste país.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. *Fora do microfone*.) – Opa, eu tenho uma emenda boa...

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA. *Fora do microfone*.) – Pode dar que eu assino, na hora.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não há mais Senadores inscritos para discutir a matéria. Está encerrada a discussão.

Vou colocar em votação o projeto, ressalvada a emenda destacada.

Essa votação trata de matéria terminativa, portanto é necessário que cada Senador e cada Senadora vote nominalmente. (*Pausa.*)

Só um minuto que eu vou abrir a votação e vou ouvir as orientações. (*Pausa.*)

Os Senadores e as Senadoras já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Nós vamos deliberar este projeto em duas votações: uma do projeto original, que é essa primeira, e em seguida a votação da emenda.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. *Fora do microfone*.) – Quem vota com o projeto vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Quem vota com o projeto vota "sim".

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Pela ordem.) – Presidente, só para esclarecer, com o projeto tem acordo; com o projeto. A emenda é que tem discordância. (*Pausa.*)

Não, tudo bem, é que eu estou dizendo...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. *Fora do microfone*.) – É porque tem outra votação, aí você encaminha logo a outra.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, querido, eu só estou dizendo... É que tem que ser nominal?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Tem que ser nominal.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Ah, está bom.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu posso... Os Senadores querem indicar orientação "sim" para todos ou...?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone*.) – De acordo.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – "Sim" para todos.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O acordo "sim" para todos... Todos os líderes orientam voto "sim" no projeto original.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – O acordo então é, agora, nessa, todo mundo "sim". Aí na outra, no nosso destaque, o Senador Rogerio se retira. É isso? Para a gente votar? (*Risos.*)

Senador Rogerio Marinho?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu não estava sabendo desse... As Senadoras e os Senadores já podem votar.

Senador Irajá, Senador Omar Aziz, Senador Angelo Coronel, Senador Otto Alencar, Senador Lucas Barreto, Senador Fabiano Contarato, Senador Rogério Carvalho, Senadora Janaína Farias, Senadora Ana Paula Lobato, Senador Vanderlan Cardoso.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Jaques Wagner, Senadora Tereza Cristina, Senador Ciro Nogueira, Senador Mecias de Jesus, Senador Presidente Mourão, Senador Flávio Bolsonaro, Senador Eduardo Girão, Senador Eduardo Gomes, Senador Alessandro Vieira, Senador Jayme Campos, Senador Marcelo Castro, Senador Veneziano Vital do Rêgo, Senador Marcio Bittar e Senador Eduardo Braga.

Concedo a palavra ao Senador Weverton.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA. Pela ordem.) – Enquanto nós estamos em votação, Presidente, eu gostaria só que V. Exa. deferisse o meu pedido de audiência pública para a instrução da PEC 28, de 2023, que altera a Constituição Federal no art. 132.

Nós estamos propondo fazer dia 20 de junho essa audiência pública e estou dependendo do o.k. de V. Exa. para organizar os convidados.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O.k.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – V. Exa. vai presidir a audiência.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Presido com o maior prazer. Obrigado, Presidente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, como o senhor está aguardando o resultado, quero só reforçar o pedido para a antecipação do item 17, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vamos fazer.

Líder Eduardo Braga, Presidente Veneziano Vital do Rêgo, Senadores Omar Aziz, Flávio Bolsonaro, Fabiano Contarato, Vanderlan Cardoso, Irajá, Mecias de Jesus, Tereza Cristina, Hamilton Mourão.

Pode ser quinta-feira às 9h? O requerimento já tinha sido votado... Cadê os convidados? O requerimento já tinha sido votado. São vários convidados, cinco convidados para a instrução da PEC 28. Quinta-feira, dia 20, às 9h da manhã.

Vou encerrar a votação.

Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Votaram SIM 24; NÃO, nenhum Senador.

Está aprovado o projeto.

Vamos passar agora para a votação da Emenda nº 1, de autoria do Relator e Líder Rogerio Marinho.

Nós estamos votando agora a emenda apresentada pelo Senador Rogerio Marinho. Quem vota com a emenda apresentada vota "sim". Quem vota contra a emenda apresentada vota "não".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para orientar, Senador Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para orientar a bancada.) – Então, Presidente, em cima dos argumentos que nós já colocamos aqui, a orientação de Governo é o voto "não".

Eu peço que depois a Senadora Teresa Leitão oriente pelo Partido dos Trabalhadores, mas o Governo pede o voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu posso abrir o painel de votação? Posso? Está iniciada a votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Como vota o Partido dos Trabalhadores, Senadora Teresa Leitão?

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para orientar a bancada.) – A orientação do PT é votar "não", contra a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Como vota, Líder Weverton, o PDT?

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, "não". Vota "não". E peço ao Senador Rogerio Marinho que também nos acompanhe. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Os Senadores e as Senadoras já podem votar.

Como vota, Senador Izalci, o Partido Liberal?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para orientar a bancada.) – Vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O Partido Liberal vota "sim".

Como vota o Progressistas, Líder Esperidião Amin?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para orientar a bancada.) – Vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O Progressistas vota "sim".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como vota o Podemos, Líder Carlos Viana?

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG. Para orientar a bancada.) – O Podemos vota "sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O Podemos vota "sim".

Como vota o União Brasil, Líder Sergio Moro?

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para orientar a bancada.) – O União vota "sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O União vota "sim".

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Sr. Presidente, se não tiver mais ninguém para...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Relator, Senador Rogerio Marinho, autor da emenda destacada.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Como Relator.) – Sr. Presidente, agradeço a gentileza, tive o cuidado de aguardar um pouco para não interromper o processo de votação. Mas, digo ao senhor o seguinte: escutei atentamente aqui...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – ... em especial o eminente Líder Jaques Wagner, e quero começar dizendo que, pelo fato de o Senador Paim não estar presente, eu não tenho dúvida de que ele se sentiu representado por V. Exa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – ... pela tempestividade das declarações, pela firmeza com que V. Exa. se colocou, pelo conhecimento de causa. Então, eu não tenho dúvida de que o Senador Paim está satisfeito e bem representado aqui.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Posso fazer uma colocação a respeito deste assunto?

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Eu quero tornar público. Ontem eu conversei com o Senador Paulo Paim, que está internado no hospital. Fiz até uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recomendação para que ele procurasse alguém a ser indicado pela Senadora Zenaide Maia. Por quê? Porque a Senadora Zenaide Maia é epidemiologista. (*Pausa.*)

Está aqui.

E ele veio da região inundada lá de Canoas com uma infecção que eu acho que poderia merecer essa atenção da Senadora Zenaide Maia. Então, essa particularidade me obrigaria moralmente a votar a favor do requerimento do Senador Jaques Wagner, se ele viesse à votação; eu votaria a favor, porque eu sei que o Senador Paulo Paim está numa situação que merece cuidados, não só por estar no hospital. Então, quero trazer esse depoimento pessoal: se fosse colocado em votação, mesmo eu votando "sim" à emenda aqui, eu concordaria com a postergação, por ter o conhecimento pessoal da situação do Senador Paulo Paim, o que eu quero tornar público agora.

Muito obrigado!

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Sr. Presidente, pelo...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Eu gostaria... Sim, o Efraim quer...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só um minuto, Líder. Concedo a palavra ao Líder Efraim Filho.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, eu já tenho uma posição histórica nesse tema a favor da defesa de quem produz e de quem trabalha. Eu sou contra o imposto sindical, sou contra a contribuição assistencial.

O Brasil tem hoje 17 mil sindicatos; o segundo lugar são os Estados Unidos, com 130 sindicatos. O Brasil hoje tem mais de 90% das ações trabalhistas do mundo. Então, há um defeito na nossa legislação, está desvirtuado esse modelo. É um modelo que está esgotado, arcaico, obsoleto, ultrapassado, não funciona. Não é o imposto sindical que resolve a relação entre empregado e empregador.

O sindicato pode sim contribuir, pode sim ajudar, com aqueles que entendem que ele faz essa boa representação. A legislação não elimina e nem impede os sindicatos, eles irão continuar, desde que sejam capazes de conquistar a confiança daqueles que o representam.

Então, a favor da mudança de modelo, a favor da liberdade de quem trabalha poder escolher se quer ser sindicalizado e da reformulação de algo, no Brasil, que não está correto, com mais de 16 mil sindicatos, ou nós somos muito bons ou está tudo muito errado.

Pelo número de ações trabalhistas que o Brasil tem hoje, a gente vê que está muito errado. É preciso defender quem produz, é preciso defender quem trabalha e, por isso, a minha posição é contra o imposto sindical e a contribuição assistencial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Como Relator.) – Sr. Presidente, apenas dois minutinhos, enquanto faltam duas pessoas para votar aqui.

Primeiro, não se trata – é importante que se diga a quem está nos ouvindo – de nenhuma inovação da nossa parte. Após o STF ter refeito o seu posicionamento sobre a questão do alcance e da obrigatoriedade da contribuição sindical, eu vou espiar aqui a decisão do Ministro Gilmar Mendes: "É constitucional a instituição, por acordo ou convenção coletiva, de contribuições assistenciais a serem impostas a todos os empregados da categoria, ainda que não sindicalizados, desde que assegurado o direito de oposição".

O Senador Marcos Rogério, com muita propriedade, colocou que esse é um direito individual que não se confunde com o direito coletivo. A partir daí, um outro preceito importantíssimo. Foi dito aqui como argumento por aqueles que são contrários que não se pode tratar os desiguais de forma diferente, que se tem que tratar os iguais de forma desigual. Pois muito bem, o argumento que foi colocado aqui vai na contramão desse sentido. Não se pode tratar um indivíduo como se trata uma empresa. O indivíduo tem um livre arbítrio, o direito de opinar. A empresa é uma situação completamente diferente e o Sistema S é reconhecido até por aqueles que são contrários à questão da contribuição federativa como uma escola de excelência.

Eu particularmente advogo – e aí eu chamo a atenção daqueles que estão aqui presentes – o fim da unicidade sindical. Vamos discutir o tema. Sou favorável ao fim da unicidade sindical, que é uma herança varguista, e uma palavra que a turma não gosta de ouvir, fascista, da época de Getúlio Vargas, de Mussolini, e que essa turma defende tanto. Então, vamos discutir aqui o fim da unicidade sindical.

Uma outra questão que eu acho que é importantíssima colocar, depois do que eu ouvi aqui... Nós temos toda a legitimidade, aliás, a obrigação de discutir esse tema. Eu acabei de falar aqui no início da minha exposição que são mais de 2 mil ações no Supremo, desculpem, no Tribunal Superior de Trabalho, justamente por essa falta de uniformidade na aplicação dessa forma de contribuição. Se nós não o fizermos, eles o farão. E nós somos uma democracia representativa. Dizer que nós não podemos discutir aqui esse assunto é dizer que não podemos falar sobre aborto, sobre drogas, sobre nenhum tema que, porventura, afete a sociedade brasileira, e que nós, como seus legítimos representantes, não temos o direito de opinar. É evidente que temos, porque afeta a vida de 40 milhões de brasileiros.

E, por fim, para não ser muito repetitivo – aí podemos concluir o processo de votação –, quero dizer que esse tema não se exaure aqui. Nós temos ainda um processo de discussão, até porque a mudança da legislação trabalhista, que ocorreu em 2017, Senador Presidente Davi Alcolumbre, meus pares aqui presentes, foi uma modernização, Senador Carlos Viana, da década de 40, era uma lei de 1943, quando as pessoas andavam de bonde, quando não havia internet, quando não havia inovação tecnológica que determinou novas formas de trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É evidente que nós temos que estar antenados e permanentemente modernizando, aperfeiçoando e trazendo a lei para o espírito do tempo, e aqueles que resistem certamente serão engolfados pela realidade. Veja o que aconteceu – e vou dar apenas um único exemplo – com o trabalho intermitente ou o teletrabalho, por ocasião da epidemia. Na reforma trabalhista, este Parlamento aqui organizou, sistematizou essa forma de trabalho, que se demonstrou essencial nesse novo mundo de inovações tecnológicas e novas formas de trabalho.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu vou aguardar todos os Senadores da Comissão votarem, os 27, para eu encerrar a votação. (*Pausa.*)

O Senador Veneziano Vital do Rêgo estava presente, falou que vai votar pelo celular. Acabou de votar. E o Senador Eduardo Braga pediu para aguardar que ele vai votar. Então, nós vamos aguardar completar o quórum...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – O Senador Jayme Campos também estava aqui.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O Senador Jayme Campos só vota se empatar.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Pela ordem.) – Presidente, só uma informação, eu tinha falado, no meu pronunciamento, sobre valores. Então, vou trazer a informação atualizada. Em 2017, que foi o último ano em vigor, os sindicatos arrecadaram R$2,04 bilhões, ou seja, um pouco mais de R$2 bilhões em contribuições assistenciais. Se for levar em consideração apenas os sindicatos laborais, voltados aos trabalhadores, as agremiações receberam R$1,47 bilhão, ou seja, aproximado a R$1,5 bilhão em 2017. Esses são os números atualizados antes da reforma trabalhista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só falta um voto: ou o Senador Jayme, ou o Senador Marcelo, ou o Senador Eduardo. Por favor, se puder ligar para os três aí.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Então, ligue primeiro para o Jayme.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Esse é que é um pedido imparcial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu não estou tendenciando...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O senhor me permite dizer?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – O senhor agora é a reencarnação do grande líder Vidal Ramos Filho.

Um eleitor foi procurar o Bispo de Lages, D. Daniel Hostin, porque queria saber em quem votar. Ele disse: "Meu filho, a igreja não se mete, consulte o Vidalzinho" – que era do PSD. (*Risos.*)

Era do PSD.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – A consulta já era uma indicação. (*Fora do microfone.*)

Dr. Ednaldo, o Senador Jayme Campos, ache-o; Marcelo Castro e Eduardo Braga. O primeiro que votar, a gente encerra a votação.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Detenha-o! Detenha-o!

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. *Fora do microfone*.) – O Eduardo não vai votar, não. Ele já disse que não iria votar.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Deixe-me fazer uma proposta aqui.

Nós já estamos há muito tempo discutindo esse assunto. Os Senadores e as Senadoras estão todos informados. E nós vamos aguardar dois minutos. Vou até ligar o cronômetro.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Pela ordem.) – Sr. Presidente, aproveite esses dois minutos para nos dizer sobre a continuidade ou não da sessão e do resto da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vamos continuar porque existem Relatores presentes que estão aguardando, como o Senador Carlos Viana, que pediu às 10h05 a inversão da pauta. Esta Presidência não a fez. E ele voltou às 2h da tarde para votar o projeto dele. (*Pausa.*)

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Também queria saber de V. Exa. sobre o item 8 da pauta, que diz respeito à PEC que trata sobre a situação dos guardas municipais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e dos agentes de trânsito dentro do contexto do arcabouço da segurança pública brasileira, Presidente: se o item 8 da pauta está previsto para votação no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Líder Efraim, tem uma solicitação para que a gente pudesse transferir essa proposta para a próxima reunião.

Consulto V. Exa. se eu posso, acordado com V. Exa., transferir para a próxima quarta-feira a Proposta de Emenda Constitucional nº 37, de que V. Exa. é Relator.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Solicitação por parte de quem, Presidente? Só para conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Do Líder do Governo.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Positivo.

Então, acredito...

Fica atendido, para que dê tempo de o Governo se debruçar sobre a matéria.

Eu acredito que é uma matéria extremamente válida – me permitam dizer. Os guardas municipais e os agentes de trânsito já estão inseridos dentro desse contexto no dia de hoje. Então, eu acho que é previsto... Um guarda fardado na rua é a presença do Estado e traz sentimento de segurança pública para a sociedade. É esse o entendimento, mas fica atendida a solicitação.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Líder Wagner, nós vamos transferir esta proposta para a próxima reunião. (*Pausa.*)

Senador Marcelo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, eles pediram porque querem votar ali...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Mas está dando 27, não?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – *La guerra è finita.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. *Fazendo soar a campainha*.) – Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Votaram SIM 16 Senadores; NÃO, 9 Senadores.

Está aprovado o projeto e a Emenda nº 1, da CCJ.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis. (*Pausa.*)

Senador Amin, nós vamos votar hoje o projeto, mas os outros... O relatório...

Item 5 da pauta...

Valeu, Seif.

Projeto de lei...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pois é, Senador Viana. Como está disponibilizado, leia só o dispositivo final, para a gente deliberar os projetos de V. Exa.

Projeto de Lei 4.626, de 2020, não terminativo...

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. *Fora do microfone*.) – Só temos os cinco?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Nós temos cinco projetos.

ITEM 5

PROJETO DE LEI N° 4626, DE 2020

- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para modificar as penas dos crimes de abandono de incapaz e de maus-tratos, e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para modificar as penas do crime de exposição a perigo da saúde e da integridade física ou psíquica do idoso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Carlos Viana

Relatório: Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações:

A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O autor é o Deputado Federal Helio Lopes.

Concedo a palavra ao Senador Carlos Viana para proferir o relatório.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Eu vou diretamente à análise e lerei também os principais pontos para que a gente possa ter celeridade.

O direito penal e o direito processual penal são matérias de competência privativa da União sujeitas à plena disposição do Poder Legislativo nos limites materiais constitucionais.

Não identificamos vícios de juridicidade ou de inconstitucionalidade no PL.

No mérito, entendemos que a proposta é conveniente e oportuna, conquanto mereça aprimoramentos que, vale destacar, já foram apontados pelo Senador Marcos Rogério quando ofereceu o seu relatório não votado.

De fato, as penas em vigor para os crimes de abandono de incapaz e maus-tratos, bem como para o crime de exposição a perigo de integridade da saúde, física ou psíquica do idoso, são amenas face à gravidade em abstrato dos delitos. São crimes praticados contra quem não pode oferecer resistência e que podem acarretar danos físicos e/ou psicológicos irreparáveis.

Veja-se que as alterações promovidas pelo PL no Estatuto do Idoso também estabelecem que aos crimes previstos nesse diploma legal e aos praticados com violência contra o idoso, independentemente da pena prevista, não se aplica a Lei nº 9.099, de 26 de dezembro de 1995, a Lei dos Juizados Especiais, impedindo, portanto, a concessão de inúmeros benefícios penais e processos penais.

O tratamento mais rigoroso com o qual concordamos segue a vedação que já existe na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, Lei Maria da Penha, especificamente no art. 41.

Trata-se também de entendimento já exarado pelo Supremo Tribunal Federal na Adin 3.096-5, mas que merece ratificação pelo Poder Legislativo. À época, o STF deu interpretação, conforme o art. 94 da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

referida lei, no sentido de se aplicar apenas o procedimento previsto na Lei nº 9.099, de 1995, e não outros benefícios ali previstos.

Voto, Presidente.

Pelo exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.626, de 2020, com as emendas apresentadas no relatório, já disponibilizado aos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não há Senadores inscritos.

Está encerrada a discussão.

Em votação.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneça como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nº 1 e 2, da CCJ.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

ITEM 7

PROJETO DE LEI N° 2217, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a fim de tornar obrigatória, para a autoridade judiciária, a consulta aos cadastros estaduais, distrital e nacional de crianças e adolescentes em condições de serem adotados e das pessoas ou casais habilitados à adoção.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Carlos Viana

Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº1-CDH

Observações:

A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

A Deputada Federal Flávia Morais é a autora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

O projeto não apresenta vício de regimentalidade, muito menos de constitucionalidade. Tem a técnica legislativa perfeita para a proposta. E também, no que concerne à juridicidade, o projeto se afigura em conformidade com as regras e princípios norteadores do Direito: a) adequação do meio eleito ao alcance dos objetivos vislumbrados; b) generalidade normativa, que exige sejam destinatários do comando legal um conjunto de casos submetidos a um comportamento normativo comum; c) inovação ou originalidade da matéria, ante as normas jurídicas em vigor; d) coercitividade potencial; e e) compatibilidade com os princípios diretores do sistema de direito pátrio ou com os princípios especiais de cada ramo particular da ciência jurídica. Todos esses critérios são intrinsecamente atendidos pelo presente projeto.

De acordo com o Painel de Acompanhamento do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento do Conselho Nacional de Justiça, o Brasil tem 4.512 crianças e adolescentes à espera de adoção e 38.148 pretendentes disponíveis.

É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à dignidade e à convivência familiar, dentre outros direitos.

Assim, ao propor alteração no §5º do art. 50 do Estatuto, o Projeto de Lei nº 2.217, de 2022, cria mais um mecanismo de segurança, confiança, efetividade e celeridade ao processo de adoção e amplia a oportunidade de cada criança e adolescente encontrar uma família, e também de as pessoas ou casais interessados em adotar assim o fazerem.

Entendemos que é mais um avanço no sistema de amparo e proteção à criança e ao adolescente.

Nosso voto.

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.217, de 2022, nos termos da redação dada pela Emenda nº 1-CDH, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não há Senadores inscritos para discutirem.

Está encerrada a discussão.

Em votação.

Os Senadores e as Senadoras...

Senador Viana...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – ... essa votação é nominal. Eu posso só encerrar a discussão e deixar para a gente votar, como é nominal, na próxima...

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Perfeitamente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Esse projeto vai ficar para a votação na próxima reunião para a gente ter o quórum mais qualificado para deliberar.

Esse aqui também é terminativo ou não?

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Esse é terminativo? (*Pausa.*)

Esse é terminativo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pois é. É esse que eu estou tirando. (*Pausa.*)

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Pode votar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Ah, não. Espera lá. Eu me enganei aqui. É o relatório do projeto de autoria do Senador Amin que é terminativo.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É isso.

Em votação o projeto relatado pelo Senador Carlos Viana.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1 da CDH-CCJ.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

É isso mesmo.

Eu vou fazer a leitura deste aqui rapidamente e já passo para o próximo de V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG. *Fora do microfone*.) – Perfeito, está bom.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Item 17.

ITEM 17

PROJETO DE LEI Nº 3214, DE 2023

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para prever que as placas veiculares informem o município e o estado no qual o veículo está registrado.

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC)

Relatoria: Senador Marcos Rogério

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos;

- Votação nominal.

Essa matéria... Trata-se de votação nominal.

Eu vou conceder...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Houve, inclusive, uma audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu vou conceder a palavra ao Relator da matéria, V. Exa. apresenta o relatório, eu inicio a discussão, concedo vista, para nós ganharmos esta semana, e a matéria volta, para ser deliberada em votação nominal na próxima reunião. Correto?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Fora do microfone*.) – Perfeitamente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Com a palavra V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, incumbe a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos do art. 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas.

Ademais, nos termos do art. 101, inciso II, do Regimento Interno, também se encontra no âmbito de atribuições desta Comissão manifestar-se sobre o mérito das proposições que tratem de matérias de competência da União, dentre as quais se inclui este Projeto, nos termos do art. 22, inciso XI, da Constituição Federal.

Desse modo, preliminarmente, no que se refere à constitucionalidade da proposição, não observamos qualquer ofensa material ou formal à Constituição Federal de 1988, e, no que se refere à juridicidade e à regimentalidade, não encontramos, tampouco, quaisquer vícios impeditivos da tramitação do projeto em análise.

Quanto à técnica legislativa, o projeto se encontra plenamente adequado ao que determina a Lei Complementar nº 95/1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, de modo a ser desnecessário qualquer reparo em sua redação.

No que tange ao mérito, concordamos com os argumentos da justificação do projeto em análise, no sentido de que a informação ostensiva do local de registro veicular é muito importante para que as autoridades de trânsito e de segurança pública consigam identificar com facilidade a origem de um veículo em situações como infrações de trânsito, roubos, furtos e outros crimes relacionados ao veículo.

Nesse sentido, entendemos que o Projeto de Lei nº 3.214, de 2023, merece acolhimento por esta Comissão.

Voto.

Pelo exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.214, de 2023.

É o voto que apresento, Sr. Presidente, cumprimentando, de maneira muito sincera, pela iniciativa, o eminente Senador Esperidião Amin, pelo acerto da iniciativa.

Nós já tivemos, no Brasil, a identificação das placas, identificando cidade e estado. Hoje nós temos um modelo que não identifica nem a cidade, nem o estado. E é até algo que desprestigia a regionalidade, além dos aspectos de segurança que foram aqui mencionados. Você tem situações de cidades, de regiões que são regiões de fronteira, em que esse veículo, às vezes, em viagem pelo Brasil, quando da abordagem por autoridade policial, diante de uma situação de suspeita, tem esse elemento a mais a informar, na necessidade de uma abordagem feita por alguma autoridade policial Brasil afora, e hoje isso acaba sendo dificultado. Alguém pode questionar: "Mas se entrar no sistema, você vai verificar de onde é essa placa".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O.k., mas o veículo está em trânsito. Até que você entre no sistema para verificar, se você não fez a abordagem e não parou, o veículo já seguiu viagem.

Então, é um projeto meritório, e, para além dessas questões de segurança que eu acho que são fundamentais, eu também entendo a relevância dele do ponto de vista de identidade. Eu me lembro das empresas lá em Rondônia, empresas de ônibus do Estado de Rondônia. As placas dessa empresa de ônibus eram da cidade de origem da empresa. E me lembro de caminhões de empresas transportadoras com o nome da cidade viajando pelo Brasil. Quem via, falava: "Esse caminhão, esse veículo veio do Estado de Rondônia". Então, tem uma questão também aqui de valorização da origem desse veículo, dessa empresa que viaja Brasil afora.

Então, é com louvor que apresento o voto favorável a esse projeto do nobre Senador Esperidião Amin.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Em discussão a matéria.

Não sei se o autor gostaria de se manifestar antes de nós.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Presidente, só quero lhe agradecer e enaltecer a qualidade do... Aliás, o desempenho do Senador Marcos Rogério hoje foi brilhante, particularmente na argumentação a respeito da matéria anterior que nós deliberamos.

Eu só quero agradecer e esclarecer que esse assunto, durante algum tempo, ficou controverso. Por quê? Porque, primeiro, havia sido propalada a ideia de que essa modificação acarretaria a substituição das placas. Isso é absolutamente inverídico. Quando você quer execrar um projeto, você inventa alguma coisa que abominem. E, se aprovado, ele entrará em vigor 365 dias depois, e, assim como as placas anteriores, nós não tivemos que substituir.

E a outra era de que o tratado do Mercosul proibia isso. Também não é verdade, porque o que está acordado no Mercosul é que as placas sem a indicação do município e do estado... São os dados mínimos que devem estar contidos da placa – os mínimos. E para nós, convenhamos, que temos mais de 200 milhões de habitantes em um território continental, o nosso raciocínio tem que ser forçosamente diferente daquele do nosso querido Uruguai, que tem 4 milhões de habitantes e um território relativamente homogêneo.

Então, todas as dúvidas e lendas foram desfeitas na audiência pública, inclusive com manifestação do Ministério da Justiça em prol da segurança desse modelo de placa, da qual o senhor recebeu uma versão simulada – mas isso, em homenagem ao Amapá, a Macapá e também às suas iniciais, é apenas para exemplificar que a placa em nada será prejudicada.

Agradeço o parecer e agradeço a pauta, que voltará na semana que vem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG. Para discutir.) – Só um ponto.

O Senador Marcos Rogério falou uma coisa interessante para mim: quando criança, sempre gostei muito também de ver placa de carro, de onde era, mas o mais interessante mesmo eram as frases, não é? E a que eu mais gostava era: "Feliz foi Adão, que não teve sogra nem caminhão". (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas isso é no para-choque, não é na placa. Em Minas Gerais pode ser, não é? O senhor já imaginou ter a alegria de ver numa placa: "Mar de Espanha (MG)". Isso é uma coisa sensacional...

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – "Tocos do Moji (MG)", onde fica?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – São 853 municípios.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – São 853 municípios.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Fica concedida vista coletiva, nos termos do acordo construído com o Relator.

Eu solicito ao Dr. Ednaldo que coloque na pauta esta matéria na próxima reunião e a PEC relatada pelo Senador Efraim...

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Item 8.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – ... que era o item 8 e que retornará para deliberação na próxima reunião.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Como prioridade.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Como prioridade.

ITEM 9

PROJETO DE LEI Nº 1433, DE 2023

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acrescenta dispositivo ao Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990) para determinar que as emissoras públicas de radiodifusão veiculem mensagens sobre prevenção de drogas e maus-tratos infantil.

Autoria: Senador Magno Malta (PL/ES)

Relatoria: Senador Carlos Viana

Relatório: Favorável ao Projeto, com acatamento parcial da Emenda nº 1, nos termos da emenda que apresenta, com duas emendas.

Observações:

- Em 05/06/2024, foi recebida a Emenda n° 1, de autoria do Senador Rogério Carvalho;

- A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, e será apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Direto à análise.

No que tange aos aspectos de constitucionalidade, regimentalidade e juridicidade, entendemos que a proposta seguiu os trâmites adequados.

Sobre o mérito, concordamos com o parecer da Comissão de Direitos Humanos, que aduz que a comunicação de massa é um bom meio para propagar mensagens de relevância para a coletividade, como a prevenção tanto do consumo de drogas quanto do uso de violência.

Nosso voto, Presidente.

Ante o exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do PL 1.433, nos termos das emendas de redação e acatamento parcial da Emenda nº 1, com a redação que segue no relatório disponibilizado a todos os Senadores.

Pela aprovação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Líder Viana.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não há Senadores inscritos para discutir a matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está encerrada a discussão.

Em votação o relatório apresentado pelo Senador Viana.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a construir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com o acolhimento parcial da Emenda nº 1, na forma da Emenda nº 4-CCJ, com as Emendas nºs 2-CCJ e 3-CCJ.

A matéria vai à CCT.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG. Pela ordem.) – Esse item último, Presidente, depende de votação de painel. Vamos colocar para a próxima sessão. Faço aqui um requerimento, como um dos primeiros itens...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Deixe-me aproveitar esta oportunidade e solicitar ao Dr. Ednaldo que coloque esse item como o quinto item da pauta, porque ele vai precisar de votação e a gente vai precisar de quórum, com os outros que precisam de votação perto dele.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Perfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu queria agradecer, Senador Viana, a V. Exa. São quase 14h. E, quando eu falei, mais cedo, aqui no microfone, sobre nós deliberarmos, sem invertermos a pauta, o projeto relatado pelo Senador Marcos Rogério, de autoria do Senador Esperidião Amin, foi com a consciência de que V. Exa., às 10h da manhã, quando iniciou a reunião, solicitou a inversão da pauta. Então, eu queria agradecer o carinho e a compreensão de V. Exa., que retornou para a Comissão depois das suas atribuições e a gente cumpriu os nossos compromissos. Nós deliberamos o que foi possível. E vamos retornar na próxima reunião para a gente descontar o atrasado das outras dez reuniões em que a gente não conseguiu deliberar o projeto relatado por V. Exa.

Parabéns e obrigado pela compreensão.

Queria agradecer... (*Pausa.*)

Esse aqui ficou adiado para a próxima reunião, será o item 5.

Queria agradecer ao Líder Efraim, ao meu querido Vice-Presidente da Comissão, Marcos Rogério, colaborar com as palavras do Senador Esperidião Amin em relação à defesa de V. Exa. no destaque na votação do projeto em que nós deliberamos o texto principal em votação nominal e o destaque, a emenda destacada, de autoria do Líder Rogerio Marinho, também em votação nominal. Eu queria reconhecer a manifestação feita por V. Exa. V. Exa. fez uma manifestação ponderada, equilibrada, mas com muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conhecimento – conhecimento jurídico. V. Exa., como um operador do Direito, nosso magistrado do Senado, nosso Senador, com essa voz eloquente, com muito conhecimento, fez grandes ponderações.

E da mesma maneira, eu queria cumprimentar o olhar do Senador Líder Carlos Viana quanto a essa relação de trabalho e de emprego, quando sai do universo ou do mundo do Brasil, e faz uma constatação global de que o trabalho, o emprego no mundo está sofrendo uma transformação e nós precisamos acompanhar essa transformação, o Parlamento. Na fala de V. Exa., eu tive a oportunidade de acompanhar o raciocínio de V. Exa. Da mesma maneira como fiz do nosso magistrado Marcos Rogério, faço em relação a V. Exa., Senador Carlos Viana. Meu reconhecimento público da manifestação do tempo que V. Exa. teve para defender as suas ideias. E a forma como V. Exa. se expressou, puxando esse questionamento ou esse problema que nós vamos viver em 2024, a forma como V. Exa. abordou esse assunto foi uma forma muito adequada, moderna e acho que é nesse caminho que o Parlamento tem que enveredar, na modernização da legislação para que a gente não fique fadado a argumentos do passado ou do atraso, sempre da renovação, da modernização da legislação. Parabéns Senador Viana, V. Exa. aprofundou o assunto buscando um tema global e trazendo para o mundo real para a deliberação de uma matéria, no dia de hoje, na CCJ. V. Exa. também foi muito feliz e eu aprendi muito com a manifestação de V. Exa.

Muito obrigado a todos os Senadores que ficaram aqui até o final da nossa reunião, aos nossos assessores, assessores do Senado, servidores do Senado e à imprensa aqui presente. Tenho certeza absoluta de que, nesse período de quase quatro horas de debate, nós pudemos aprofundar todos os assuntos e fizemos o papel na essência do que é o Parlamento e do que é o papel de cada um: discutimos, ouvimos pontos de vista contrários e favoráveis e deliberamos o assunto, e em todas as matérias venceu a maioria. Então, está registrado, dentro da democracia, do Estado de direito, o respeito ao voto, ao sufrágio. Cada um pode e deve votar com a sua consciência e com a sua convicção.

Parabéns a todos os Senadores que participaram hoje dos debates até às 14h, na reunião da Comissão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 56 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE JUNHO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e vinte minutos do dia doze de junho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Davi Alcolumbre, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Sergio Moro, Marcio Bittar, Eduardo Braga, Jader Barbalho, Oriovisto Guimarães, Weverton, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Alan Rick, Efraim Filho, Marcelo Castro, Izalci Lucas, Carlos Viana, Zequinha Marinho, Jayme Campos, Omar Aziz, Angelo Coronel, Otto Alencar, Eliziane Gama, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Janaína Farias, Ana Paula Lobato, Zenaide Maia, Irajá, Jaques Wagner, Teresa Leitão, Jorge Kajuru, Flávio Bolsonaro, Marcos Rogério, Rogerio Marinho, Eduardo Girão, Jorge Seif, Eduardo Gomes, Esperidião Amin, Dr. Hiran, Hamilton Mourão e Humberto Costa (houve mudança na composição, após início da reunião), e ainda dos Senadores Nelsinho Trad, Damares Alves, Paulo Paim, Randolfe Rodrigues e Wilder Morais, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Marcos do Val, Carlos Portinho, Magno Malta, Ciro Nogueira e Mecias de Jesus. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 3519, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), a fim de dispor sobre a competência dos juizados especiais cíveis para o processamento e o julgamento das causas previstas no inciso II do art. 275 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Braga (*Ad hoc*), substituiu Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2102, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Estabelece critérios mínimos para a outorga do título de Capital Nacional." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Braga (*Ad hoc*), substituiu Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2234, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a exploração de jogos e apostas em todo o território nacional; altera a Lei nº 7.291, de 19 de dezembro de 1984; e revoga o Decreto-Lei nº 9.215, de 30 de abril de 1946, e dispositivos do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais), e da Lei nº 10.406, de 19 de janeiro de 2002 (Código Civil)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Irajá. **Relatório:** Favorável ao Projeto e às Emendas nºs 14, 24, 31, 33 e 34, com cinco emendas de redação que apresenta, e contrário às Emendas nºs 5 a 13, 15 a 23, 25 a 30, 32 e 35 a 38. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

n° 3038, de 2021 - Não Terminativo - que: "Cria o Conselho Gestor do Fundo de Aperfeiçoamento da Defensoria Pública da União de que trata o inciso XXI do caput do art. 4º da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 2269, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), para dispor sobre os requisitos do registro de nascimento em relação à identificação dos pais." **Autoria:** Senador Luiz Pastore (MDB/ES). **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CCJ. **ITEM 6 - Proposta de Emenda à Constituição n° 37, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Modifica o art. 144 da Constituição Federal, a fim de incluir as guardas municipais e os agentes de trânsito entre os órgãos que compõem a segurança pública." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB), Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Weverton (PDT/MA), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senador Reguffe (S/Partido/DF), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Eduardo Gomes (PL/TO), Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES), Senador Fabiano Contarato (PT/ES), Senador Fernando Collor (PTB/AL), Senadora Leila Barros (PDT/DF), Senadora Eliane Nogueira (PP/PI), Senador Chico Rodrigues (UNIÃO/RR), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senadora Nilda Gondim (MDB/PB), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Jorge Kajuru (PODEMOS/GO), Senador Zequinha Marinho (PL/PA), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Alexandre Silveira (PSD/MG), Senador Romário (PL/RJ), Senador Carlos Portinho (PL/RJ), Senador Telmário Mota (PROS/RR), Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB). **Relatoria:** Senador Efraim Filho. **Relatório:** Favorável à Proposta, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 410, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para disciplinar as modificações e as adequações destinadas ao uso não convencional dos veículos automotores." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jorge Seif. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. **ITEM 8 - Proposta de Emenda à Constituição n° 65, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o regime jurídico aplicável ao Banco Central." **Autoria:** Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO), Senador Rogerio Marinho (PL/RN), Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO/AP), Senador Wilder Morais (PL/GO), Senador Ciro Nogueira (PP/PI), Senador Laércio Oliveira (PP/SE), Senador Alessandro Vieira (MDB/SE), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Eduardo Gomes (PL/TO), Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS/AL), Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR), Senador Fernando Farias (MDB/AL), Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senador Jorge Seif (PL/SC), Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ), Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senador Fernando Dueire (MDB/PE),

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES), Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS/PR), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Flávio Arns (PSB/PR), Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR), Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senadora Eliziane Gama (PSD/MA), Senadora Tereza Cristina (PP/MS), Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT), Senador Chico Rodrigues (PSB/RR), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB), Senador Dr. Hiran (PP/RR), Senador Wellington Fagundes (PL/MT), Senador Giordano (MDB/SP), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senadora Margareth Buzetti (PSD/MT). **Relatoria:** Senador Plínio Valério. **Relatório:** Favorável à Proposta, com o acolhimento integral das Emendas nºs 1, 2 e 4 e parcial das Emendas nºs 3, 5 e 6, nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovado Requerimento de iniciativa do Senador Plínio Valério e outros, para a realização de Audiência Pública. Aguardando a realização de Audiência Pública. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 2695, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), para dispor acerca da disponibilização de documentos necessários à promoção da transparência no âmbito das despesas públicas." **Autoria:** Senador Flávio Arns (REDE/PR). **Relatoria:** Senador Carlos Portinho. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 4, nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 3944, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para promover efetiva reintegração social do preso, internado e egresso." **Autoria:** Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG). **Relatoria:** Senador Flávio Bolsonaro. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 3169, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera o art. 150 do Código Penal, para excluir o crime de violação de domicílio por parte do agente de saúde que, no cumprimento de dever funcional, entra em imóvel não habitado para promover ações de saneamento ou de controle sanitário." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Relatoria:** Senador Carlos Portinho. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - Projeto de Lei n° 1211, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, para tipificar como infração de trânsito o estacionamento de veículo obstruindo o acesso à rampa para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - Projeto de Lei n° 3728, de 2021 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre o atendimento acessível à mulher em situação de violência doméstica e familiar." **Autoria:** Senadora Leila Barros (CIDADANIA/DF). **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 - Projeto de Lei n° 3214, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para prever que as placas veiculares informem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o município e o estado no qual o veículo está registrado." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Relatoria:** Senador Marcos Rogério. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1. **Resultado:** Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CCJ. **ITEM 15 - Projeto de Lei n° 5073, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera o art. 302 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para estabelecer que se considera em flagrante delito quem subtrair coisa móvel que seja rastreada em tempo real, enquanto for possível o acompanhamento de sua localização." **Autoria:** Senador Marcos Rogério (DEM/RO). **Relatoria:** Senador Flávio Bolsonaro. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e rejeição da Emenda nº 1. **Resultado:** Aprovado o Projeto. Rejeitada a Emenda nº 1. **ITEM 16 - Mensagem (SF) n° 12, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 111-A, inciso I, da Constituição, o nome do Senhor ANTÔNIO FABRÍCIO DE MATOS GONÇALVES, para exercer o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga destinada à advocacia, decorrente da aposentadoria do Ministro Emmanoel Pereira." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. **ITEM 17 - Ofício "S" n° 5, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso II e §2º, da Constituição Federal, a indicação do Senhor MAURO LUIZ CAMPBELL MARQUES, Ministro do Superior Tribunal de Justiça, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, no cargo de Corregedor Nacional de Justiça, no biênio 2024/2026." **Autoria:** Superior Tribunal de Justiça. **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. **ITEM EXTRAPAUTA 18 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 12, de 2024** que: "Requer Inclusão de convidado na Audiência Pública da PEC 28/2023" **Autoria:** Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 19 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 13, de 2024** que: "Requer inclusão de convidado na Audiência Pública solicitada pelo REQ 3/2024 - CCJ, com o objetivo de instruir a PEC 28/2023" **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e doze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Davi Alcolumbre
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/06/12

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente... Presidente...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Já vou passar.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 17ª Reunião, Ordinária.

As Senadoras e os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*. (*Pausa.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente... Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pela ordem, Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, na última sessão, o Projeto 3.124, relatado pelo Senador Marcos Rogério, deixou de ser votado porque, sendo de votação nominal, dependeria de quórum. O Relator está presente – aliás, muito próximo de V. Exa. – e é portador da ideia mais brilhante que V. Exa. teve nos últimos... Ideia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

luminosa, de forma que a sua adesão ao projeto me emociona. Então, esse é o meu pedido para aproveitarmos o momento de...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vamos fazer agora.

Só, questão de ordem, Senador Líder Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, o Senado da República, por convocação do Senador Rodrigo Pacheco, na semana do dia 18 ao dia 20, estará em esforço concentrado para votação de autoridades. É preciso, portanto, que nós estejamos com todos os processos de autoridades aptos para serem votados em Plenário na semana do dia 18 ao dia 20. E eu sou Relator, aqui na CCJ, designado que fui por V. Exa., da indicação do Ministro Mauro Luiz Campbell Marques para a Corregedoria do CNJ.

Eu pediria a V. Exa., com a vênia do Plenário, a inversão de pauta apenas para que eu pudesse ler rapidamente o relatório do referido indicado, Sr. Presidente, à Corregedoria do CNJ.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, total apoio ao Senador, até porque se trata de um Ministro do meu estado – do nosso estado, meu e do Senador Eduardo Braga – e, para a gente, é uma grande honra tê-lo como corregedor. A gente faz esse apelo aos colegas Senadores e às colegas Senadoras para que possa ser possível o Senador Eduardo Braga já ler esse relatório.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vou atender às duas solicitações, tanto a do Líder Esperidião Amin como a do Líder Eduardo Braga. Vou fazer inversão de pauta para o item 17 ser o primeiro item em deliberação na reunião da Comissão no dia de hoje.

ITEM 17

OFÍCIO "S" Nº 5, DE 2024

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso II e §2º, da Constituição Federal, a indicação do Senhor MAURO LUIZ CAMPBELL MARQUES, Ministro do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Superior Tribunal de Justiça, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, no cargo de Corregedor Nacional de Justiça, no biênio 2024/2026.

Autoria: Superior Tribunal de Justiça

Relatoria: Senador Eduardo Braga

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

Leitura do relatório, nos termos do art. 383, II, a, do Regimento Interno do Senado Federal.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Braga para proferir o relatório.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Sr. Presidente, chega a esta Comissão de Constituição e Justiça o Ofício "S" nº 5, de 2024, do Superior Tribunal de Justiça, que submete à apreciação do Senado, nos termos do art. 103-B, inciso II, e §2º, da Constituição Federal, a indicação do Sr. Mauro Luiz Campbell Marques, Ministro do Superior Tribunal de Justiça, para compor o Conselho Nacional de Justiça no cargo de Corregedor Nacional de Justiça, no biênio de 2024 a 2026.

Sr. Presidente, cumpro a missão com bastante alegria, satisfação e honra, até porque Mauro Campbell, como é conhecido na magistratura, é amazonense e goza de grande prestígio pela sua competência jurídica e pela sua capacidade de articulação não apenas no meio jurídico amazonense, mas no meio jurídico nacional...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... e obviamente também no Senado da República.

Portanto, é com muita alegria que recebemos a indicação feita pela Exma. Sra. Maria Thereza de Assis Moura, Ministra Presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que submeteu à apreciação do Senado, por intermédio do Ofício "S" nº 5, de 2024, o nome de S. Exa. o Ministro Mauro Luiz Campbell Marques, Ministro daquela Corte, para compor o Conselho Nacional de Justiça, no cargo de Corregedor Nacional de Justiça, função exercida por Ministro do Superior Tribunal de Justiça, no biênio de 2024 a 2026, cujas atribuições estão definidas no §5º do art. 103-B da Constituição Federal, inserido pela Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004, e no Regimento Interno do CNJ.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cabe a esta Comissão de Constituição e Justiça, de acordo com o art. 2º da Resolução do Senado nº 7, de 27 de abril de 2005, proceder à sabatina do indicado.

Em observância ao art. 5º, inciso I, do mesmo diploma legal, o indicado encaminhou a esta Casa seu *curriculum vitae*, a seguir brevemente relatado.

Nascido no dia 9 de outubro de 1963, na nossa querida capital do meu Estado do Amazonas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... Manaus, é graduado em Ciências Jurídicas pelo Centro Universitário Metodista Bennett (UniBennett), no Estado do Rio de Janeiro, em 1985, e pela Escola Superior de Guerra no Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia, em 1995.

O indicado é Ministro do Superior Tribunal de Justiça desde 17 de junho de 2008, tendo sido nomeado pelo então Presidente – e ora Presidente – Luiz Inácio Lula da Silva, após indicação por seus pares do Ministério Público em lista sêxtupla e formação de lista tríplice pelos Ministros do STJ, sendo membro da Corte Especial e da Primeira Seção e da Segunda Turma.

No ano de 2024, o indicado completa 16 anos de magistratura no Superior Tribunal de Justiça. Em seu relatório de atividades, registra sua brilhante atuação, tendo julgado mais de 221 mil processos entre junho de 2008 e maio de 2024. Já no primeiro semestre, cumpriu praticamente todas as metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça para o ano em curso.

Atuou como Diretor-Geral da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados e como Presidente da Comissão de Regimento Interno do STJ, funções que exerceu cumulativamente com a magistratura desde 1º de setembro de 2022. A convite do CNJ e na qualidade de Diretor-Geral da Enfam, coordenou o primeiro Exame Nacional da Magistratura.

Conforme relatório anual de consumos, o indicado observou todas as diretrizes para o consumo consciente, planejando de modo eficiente a utilização dos materiais de expediente e de consumo, evitando desperdícios e otimizando recursos. Sua gestão no STJ foi marcada pela sustentabilidade, na qual se observou um consumo ínfimo de material de expediente, principalmente em virtude da possibilidade de trabalho remoto dos servidores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidiu a Comissão de Juristas responsável pela elaboração de anteprojeto de reforma da Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429, de 2 de junho de 1992), instituída pela Câmara dos Deputados em fevereiro de 2018.

É Diretor da Escola Nacional de Aperfeiçoamento de Magistrados Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira desde 1º de setembro...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Líder, só um minuto.

Vou pedir para a Polícia Legislativa organizar a questão aqui da nossa Comissão, porque toda reunião eu falo isto aqui: tem um Senador, da tribuna, apresentando um relatório e a gente não consegue... Eu estou a 2,5m do Relator e eu não consigo – ele no microfone – ouvir o que ele está falando no microfone por conta das conversas paralelas dos nossos convidados da Comissão. Eu queria pedir para a Polícia, aliás, para a assessoria da Comissão, organizar aqui do lado, para a gente dar uma diminuída grande aqui no contingente de pessoas que estão na nossa Comissão no dia de hoje, aqui, por gentileza.

Retorno a palavra ao Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Também é membro da Academia Brasileira de Direito Tributário, desde 2017.

O indicado ingressou no Ministério Público do Estado do Amazonas no cargo de Promotor de Justiça de 1ª Entrância em 12 de dezembro de 1987, mediante aprovação em concurso público de provas e títulos, tendo sido promovido, por merecimento, ao cargo de Procurador de Justiça, em 12 de dezembro de 2000. Possui, portanto, mais de 20 anos de carreira na referida instituição.

Foi titular da 16ª Procuradoria de Justiça, com atuação junto às 1ª e 3ª Câmaras Cíveis do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, e exerceu, pela terceira vez, o cargo de Procurador-Geral de Justiça do Amazonas, tendo sido eleito, desta feita, para o mandato de 2007 a 2009.

Anteriormente ao ingresso no Ministério Público, atuou como advogado e, posteriormente, como Assessor de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas.

Entre os cargos exercidos pelo indicado, destacam-se as atuações como:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a) Secretário-Geral do Ministério Público do Amazonas, no período de 1º de agosto de 1989 a 15 de março de 1991;

b) Secretário de Estado de Justiça, entre 15 de março de 1991 e 20 de outubro de 1993;

c) Secretário de Estado de Segurança Pública, entre 20 de outubro e 22 de dezembro de 1993;

d) Secretário de Estado de Justiça, Segurança Pública e Cidadania, entre 22 de dezembro de 1993 e 1º de janeiro de 1995;

e) Assessor e Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, entre 3 de outubro de 1997 e 31 de março de 1998;

f) Secretário de Estado de Controle Interno, Ética e Transparência do Estado do Amazonas, atual Controladoria-Geral do Estado, entre 8 de janeiro e 21 de setembro de 2004, tendo implantado a Comissão-Geral de Ética Pública do Amazonas;

g) Diretor da *Revista do STJ,* no biênio 2018-2020;

h) Membro do Conselho Nacional de Direitos Humanos, como representante titular do CNJ, entre 2017 e 2020;

i) Ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), no biênio 2020-2022.

Mauro Luiz Campbell Marques exerceu o cargo de Professor-Substituto do curso de Direito da Universidade Nilton Lins, em Manaus, durante os anos letivos de 1997 e 1998, onde lecionou as disciplinas Direito Penal III e Direito Constitucional I.

Em 28 de agosto de 2000, foi eleito e empossado como 2º Vice-Presidente do Conselho Nacional de Procuradores Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União (CNPGJ) e, em 6 de junho de 2001, foi eleito e empossado 1º Vice-Presidente do mencionado conselho.

Informa, em extenso rol, a sua participação como palestrante e debatedor em diversos seminários, congressos e certames jurídicos.

É autor de prefácios de obras e de diversos artigos e publicações jurídicas.

Ao longo de sua carreira no Ministério Público, o indicado recebeu inúmeras condecorações, das quais destacamos:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a) Medalha do Mérito Policial Civil, outorgada pela Polícia Civil do Amazonas, em 31 de março de 1994;

b) Medalha Cândido Mariano, conferida pela Polícia Militar do Amazonas, em 4 de novembro de 1994;

c) Medalha do Mérito do Ministério Público do Estado do Amazonas, em 3 de março de 1999;

d) Ordem do Mérito Naval, tendo sido admitido em 27 de abril de 1999, por decreto presidencial;

e) Ordem do Mérito Militar, tendo sido admitido em 11 de abril de 2001, por decreto presidencial;

f) Medalha do Pacificador, outorgada pelo Comandante do Exército Brasileiro, em 25 de agosto de 2001;

g) Medalha do Mérito do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União, em 5 de setembro de 2003;

h) Ordem do Mérito Legislativo do Estado do Amazonas, no grau Mérito Especial, em 24 de janeiro de 2003, e no grau Grande Mérito, em 12 de dezembro de 2005, ambas outorgadas pela Assembleia Legislativa do Estado;

i) Medalha Mérito Tamandaré, outorgada pelo Comando da Marinha do Brasil, em dezembro de 2007.

O indicado apresentou a documentação exigida pela citada Resolução nº 7, de 2005, assim resumida:

a) rol de parentes – irmãs, filha, primo e sobrinha –, vinculado à sua atividade profissional;

b) não atuou nos últimos 5 (cinco) anos em conselhos de administração de empresas estatais ou cargos de direção de agências reguladoras;

c) regularidade fiscal, no âmbito federal, estadual e municipal, conforme atesta a documentação apresentada;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

d) não é membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos estados, do Distrito Federal ou dos municípios, não tendo cônjuge ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de membros desses Poderes;

e) não existem ações judiciais, seja como autor, seja como réu, em todo e qualquer grau de jurisdição, bem como processo administrativo disciplinar;

f) não participou, em qualquer tempo, como sócio, proprietário ou gerente de empresas ou entidades não governamentais.

Em sua argumentação escrita, observa que a sua conduta sempre foi pautada nos princípios republicanos, em especial a probidade, e que exerceu todos os cargos com dedicação, zelo e comprometimento.

Diante do exposto, entendemos que as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores integrantes desta CCJ dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a indicação do Ministro Mauro Luiz Campbell Marques para exercer o cargo de Corregedor Nacional de Justiça do nosso estado.

Sr. Presidente, é esse o meu relatório, apenas lembrando que o Ministro Mauro Campbell já fora sabatinado, pela primeira vez nesta Casa, quando da sua chegada ao Superior Tribunal de Justiça e, agora, mais uma vez, tenho certeza de que receberá o acolhimento e o reconhecimento desta eminente Comissão de Constituição e Justiça, pelo seu trabalho, na próxima sabatina, com destino à aprovação da sua indicação como Corregedor Nacional de Justiça. É o que relatamos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não há mais quem queira discutir o relatório.

Esta Presidência concede vista coletiva, automaticamente, ficando para futura reunião o processo de arguição do candidato e a votação, nos termos do art. 383, II, "b", do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Líder.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 14

PROJETO DE LEI N° 3214, DE 2023

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para prever que as placas veiculares informem o município e o estado no qual o veículo está registrado.

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC)

Relatoria: Senador Marcos Rogério

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1.

Observações:

- A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos;

- Na 17ª Reunião Ordinária, realizada em 05/06/2024, a Presidência concedeu vista coletiva do relatório aos Senadores, nos termos regimentais;

- Em 10/06/2024, foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Davi Alcolumbre;

- Votação nominal.

Aproveito a oportunidade para informar aos Senadores e às Senadoras que nós precisamos da votação nominal deste item de pauta, que foi a solicitação feita pelo Senador Esperidião Amin e pelo Relator Marcos Rogério para inversão.

Concedo a palavra ao Senador Marcos Rogério para proferir o relatório apenas sobre a emenda apresentada.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Como a matéria já é de conhecimento de todo o Plenário da CCJ, eu passarei, Sr. Presidente, direto à análise da matéria, que é muito sucinta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A emenda proposta inclui a bandeira da unidade da Federação nas placas dos veículos. Com isso, além de facilitar a verificação de sua procedência, contribuirá para reduzir a ocorrência de fraudes e outros ilícitos.

Por fim, entendemos meritória a emenda apresentada pelo nobre Senador Davi Alcolumbre, Presidente desta CCJ, e por isso acatamos o pleito por ele apresentado.

Voto.

Ante o exposto, reiteramos nosso voto proferido no relatório lido no dia 05 de junho de 2024 e o complementamos com aprovação da Emenda nº 1.

É o voto, Sr. Presidente, registrando que após o recebimento dessa sugestão de emenda apresentada por V. Exa., oportunamente, eu tive a oportunidade de ouvir, de representantes de vários estados, elogios, recomendação de acolhimento quanto a essa emenda. Isso valoriza as regionalidades do Brasil, isso destaca aspectos regionais, a identidade regional, de sorte que nós avançamos não apenas no aspecto da segurança, porque o projeto apresentado pelo Senador Esperidião Amin tem um fundo muito ligado à questão da segurança. E V. Exa., além de observar o aspecto da segurança, acrescenta um elemento, que é a identificação da questão da bandeira, como um elemento de identidade. Isso é algo que realmente veio a acrescentar no projeto, algo muito valoroso.

Parabenizo V. Exa. e agradeço ao nobre Senador Amin pela iniciativa, cumprimentada por todos aqueles com quem falei do Brasil inteiro.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Para discutir.) – Presidente, pela ordem. Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu queria fazer duas perguntas ao eminente Relator que me parecem pertinentes.

Eminente Relator Marcos Rogério, obviamente que o parecer de V. Exa. é meritório, como sempre brilhante, é uma matéria que eu também reputo importante, mas creio... Recebi algumas manifestações aqui através das redes sociais. Quando nós aprovamos a placa do Mercosul, e que não foi colocada, Senador Esperidião Amin, naquela altura, a origem da municipalidade e dos estados, era para que nós tivéssemos um registro da mobilidade com cadastro nacional e validade no Mercosul. O importante é informar à população, e aí é importante que V. Exa. diga, que a fixação da denominação, tanto do poder local, do município, quanto da unidade federativa dos estados, apenas fará a identificação regional de que o projeto permanece como sendo um projeto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para registro e efeitos nacionais e competência no Mercosul, para que isso não represente novos custos olhando para o futuro e novos registros na área automobilística e na área de mobilidade no país.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Senador Eduardo Braga, agradeço a V. Exa. a provocação, a contribuição. A fala de V. Exa. explicita exatamente aquilo que é a proposta.

Na verdade, quando se estabeleceu esse novo modelo de conformidade com o Mercosul, os parâmetros estabeleciam as informações mínimas que deveriam constar da placa, mas não tinha nenhum impedimento que tivesse nessa mesma placa as informações adicionais que nós estamos a incluir agora, através da iniciativa do eminente Senador Esperidião Amin. Portanto, o projeto não altera esse conteúdo de fundo que trata da universalização das placas no ambiente do Mercosul, ele apenas acrescenta esses elementos, e também não impõe uma mudança abrupta, uma mudança imediata dessas placas, acarretando com isso mais despesa para quem tem os seus veículos emplacados. É um processo paulatino. Assim como aconteceu lá atrás, na transição da placa anterior para a placa do Mercosul, também acontecerá agora.

Portanto, a fala de V. Exa. explicita aquilo que realmente traduz o projeto apresentado pelo Senador Esperidião Amin.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu queria... Continua em discussão a matéria.

Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discutir.) – Presidente, eu, particularmente, acho interessante, mas desnecessário a gente ter o nome da cidade na placa. Se você for à Comunidade Europeia, que são 25 países – 25 países –, você tem na placa somente a bandeira do país, e aqui nós temos a bandeira do país identificando a origem do veículo, porque nós temos um sistema, Sr. Relator, de identificação veicular, inclusive do ponto de vista de segurança pública, mais eficiente do que o sistema de identificação policial do cidadão brasileiro. Os carros, os veículos têm um sistema de identificação nacional. Então, pelo QR *code* ou pelo número da placa, você sabe de onde é o carro, de onde veio, de quem é, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quem foi, você tem o histórico do veículo inteiro. Isso é mais organizado do que a identificação dos cidadãos. Então, eu acredito que é algo que não muda, não melhora e só pode criar algum grau de dificuldade quando as pessoas vão identificar se é de outro estado, ou de uma cidade pequena. Acho que isso não melhora.

O importante é que todos nós somos brasileiros e que a gente não faz esse tipo de divisão. É uma placa do Brasil, é um veículo brasileiro dirigido por um brasileiro, ou é um veículo dirigido por um paraguaio, por um uruguaio, por um argentino, ou por qualquer um membro do Mercosul. E aí nós temos um veículo dirigido por um brasileiro, não importa se esse brasileiro é do Amazonas, se é do Rio Grande do Sul... A gente precisa, de uma vez por todas...

O que aconteceu no Rio Grande do Sul mostra que este país tem unidade, que este país é um país que construiu a sua identidade e a sua solidariedade em cima de uma identidade nacional. Portanto, esse tipo de identificação não é bom para a construção de uma identidade nacional do Brasil, do Brasil no Mercosul, do Brasil sem divisão, do Brasil sem localidade, do Brasil enquanto território, enquanto uma nação. Eu acho que é isto que está em discussão: se é uma nação ou se é um pedaço da nação que está transitando. Quem está transitando em qualquer área do Mercosul é a nação brasileira e não um pedaço da nação brasileira.

Era isso que eu queria dizer.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Senador e Líder Oriovisto Guimarães.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR. Para discutir.) – Sr. Presidente, queria fazer uma pergunta ao Relator: se aprovado este projeto, todas as placas atuais dos veículos atuais teriam que ser trocadas, Relator?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Senador Oriovisto, não. Na verdade, assim como aconteceu com a transição da placa do Mercosul, o modelo é o mesmo. Não há necessidade de ninguém correr às empresas que fornecem placas para fazer a troca imediata. Quando tiver a necessidade da substituição, vai substituindo paulatinamente. Não há necessidade... O projeto não impõe a substituição das placas imediatamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E entra em vigor 365 dias depois da aprovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Exatamente, exatamente.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR) – Perfeito, perfeito. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não há mais Senadores inscritos para discutir a matéria.

Está encerrada a discussão.

Solicito à Secretaria que inicie o processo de votação nominal do relatório apresentado pelo Senador Marcos Rogério.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só vou abrir a votação e já passo a V. Exa. (*Pausa.*)

Os Senadores e as Senadoras já podem votar.

Está iniciado o processo de votação.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Quem vota "sim" vota com o Relator; quem vota "não" vota contra o relatório apresentado.

Questão de ordem, Líder Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Para orientar o voto "sim", para parabenizar V. Exa., que, no dia de ontem, numa grande solenidade do União Brasil, acumulou as funções de Vice-Presidente, secretário, secretário-geral, tesoureiro, vogal e administrador do Senado e da Câmara. Parabéns a V. Exa. pelo grande acúmulo de funções dentro do partido. Parabenizo novamente também o nosso amigo Presidente Rueda, que Deus o ilumine e dê muita sabedoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quero pedir a V. Exa. que retire de pauta o item 10, Presidente, que é de minha relatoria. É que eu realmente pretendo fazer um relatório mais elaborado, mais robusto, inclusive em conjunto com o autor, ver se algo pode ser atualizado no projeto. Eu peço a V. Exa. que o retorne à pauta quando eu estiver com relatório pronto, porque, senão, toda semana volta... Está bom?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Fica, por solicitação do Relator, retirado o item 10, aguardando a orientação do Relator para o retornarmos para a pauta.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 10

PROJETO DE LEI N° 3944, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para promover efetiva reintegração social do preso, internado e egresso.

Autoria: Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG)

Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- Em 05/06/2024, foi recebida a Emenda nº 1, de iniciativa do Senador Rogério Carvalho (dependendo de relatório); Votação nominal.)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Presidente, aproveitando aqui o gancho do nosso amigo Senador Flávio Bolsonaro, também parabenizar V. Exa. pela assunção do cargo ontem da nova diretoria do União Brasil. E temos esse propósito, de construir um grande partido no Brasil, o União Brasil, e tenho certeza aí de que a Secretaria, a nova direção, a Presidência estão em excelentes mãos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Muito obrigado, Senador Sergio Moro. Quero também cumprimentar V. Exa., que participou do nosso encontro. A nossa bancada é uma bancada de 59 Deputados Federais; é uma bancada de sete Senadores, uma bancada, um partido que tem quatro grandes Governadores, quase 600 Prefeitos, muitos Vice-Prefeitos, mais de 5 mil Vereadores no Brasil. E, ontem, nós tivemos a oportunidade de fazer essa travessia, essa trajetória do partido de construção, desde a fusão do partido. Ontem, de fato, fizemos a reunião, a constituição da primeira executiva nacional do partido de forma definitiva.

Eu queria agradecer as palavras do Senador Flávio, do Senador Moro, agradecer a presença, Flávio, no nosso evento do União, assim como do Presidente do MDB, Deputado Baleia Rossi; do Presidente do PL, Deputado Valdemar da Costa Neto; agradecer a presença do Presidente do Republicanos, do Deputado Presidente Marcos Pereira; agradecer a presença do Presidente do Progressistas, do nosso querido Ministro Senador Ciro Nogueira.

Quero fazer esse registro de que foi uma festa democrática, ontem, quando fizemos uma nova diretoria executiva nacional do partido, agora, sob a liderança do Dr. Antonio Rueda, nosso Presidente, Presidente do União Brasil, que eu tive a oportunidade de nessa primeira diretoria executiva nacional de compor, com um cargo muito relevante do ponto de vista partidário, que é a Secretaria-Geral do partido, para coordenar e ajudar o partido a crescer no Brasil, construir as alianças necessárias nessas eleições municipais, e a gente poder, enquanto partido político, sair vitorioso das eleições municipais, avaliando e pensando as próximas eleições nacionais em 2026, com o partido mais robusto, mais forte, mais coeso em todo o território nacional.

Muito obrigado pelas palavras de V. Exa., Senador Sergio Moro.

Ainda temos alguns Senadores presentes.

Senador Zequinha Marinho.

Senador Izalci Lucas para votar.

Senador Veneziano Vital do Rêgo.

Senador Angelo Coronel.

Senador Fabiano Contarato.

Senadora Ana Paula, estou esperando o seu voto, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Jaques Wagner.

Senador Irajá.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Mas pode votar.

Senadora Zenaide.

Senadora Tereza.

Izalci! (*Pausa.*)

Senador Izalci Lucas.

Vou encerrar a votação.

Está encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Votaram Sim 24 Senadores; Não, 1 Senador.

Estão aprovados o projeto e a Emenda nº 1-CCJ.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis. (*Pausa.*)

No item 1 da pauta, o Presidente Veneziano está numa solenidade representando o nosso querido Presidente Rodrigo Pacheco. Ele pediu que, se puder – ele tem muito interesse na deliberação desse assunto –, ele gostaria que eu fizesse a designação *ad hoc* de um colega Senador para que pudesse fazer apenas a leitura dos dois projetos que estão na pauta do nosso querido Presidente Senador Veneziano Vital do Rêgo.

Queria solicitar ao Líder Eduardo Braga que, se pudesse... Faço a designação *ad hoc* de V. Exa.

ITEM 1

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI N° 3519, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), a fim de dispor sobre a competência dos juizados especiais cíveis para o processamento e o julgamento das causas previstas no inciso II do art. 275 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Eduardo Braga

Relatório: Favorável ao Projeto.

Autora é a Deputada Federal Laura Carneiro.

Relator, como disse, é o Presidente Veneziano Vital do Rêgo.

Faço a designação do Senador Eduardo Braga *ad hoc*, Líder do MDB, para proferir o relatório apresentado.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Sr. Presidente, submete-se, nesta oportunidade, ao crivo desta Comissão o Projeto de Lei nº 3.519, de 2019, que altera a Lei nº 13.105...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só um minuto.

Ajude a dar uma diminuída aqui, Polícia Legislativa, por gentileza. Está muito confuso isso aqui tudo.

Só um minuto, Líder. Vamos esperar aqui.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, só quero aproveitar para agradecer os votos – eu não tive oportunidade de agradecer – e dizer que eu não tenho dúvida de que isto vai representar segurança, porque o Ministério da Justiça assim considerou na audiência pública. E não vai ter ônus. Ninguém vai ter que trocar a placa, nunca, como eu não tive que trocar a placa do meu carro, que ainda tem a identificação, a placa cinza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso marca o seguinte: o acordo do Mercosul estabeleceu, como disse o Senador Marcos Rogério, apenas as informações mínimas. Eu, claro, considero que o Brasil tem o dever e o direito de ter mais informações do que a placa do Uruguai. O Uruguai tem 4 milhões de habitantes, vizinho nosso, nos visita sempre. Aqui, em nome da segurança...

O Ministério da Justiça, na audiência pública, Senador Eduardo Braga, se manifestou favorável, porque a identificação pelo QR não é instantânea. Por isso, para você saber que aquele carro tem que ter uma certa tolerância, porque o sujeito tem dúvidas... Eu passo por isso todos os dias. Na minha frente, se tem um carro com essa placa do Mercosul, eu não sei de onde ele é. Ao lado da rodoviária de Florianópolis, ele tem que ir à direita ou à esquerda. Na minha frente, carro já trepou na mureta do viaduto, porque não sabia para onde ia e foi pelo meio. Então, segurança, cautela.

Muito obrigado pelos votos.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Com a palavra o Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Composto de três artigos, o projeto foi apresentado, em 28 de setembro de 2017, pela Deputada Laura Carneiro, na Casa de origem, havendo sido remetido ao Senado da República, pela Mesa da Câmara dos Deputados, em 13 de maio de 2019.

Nos termos do seu art. 1º, ao indicar o objeto da lei e o seu âmbito de aplicação, o projeto pretende alterar o art. 1.063 do Código de Processo Civil, a fim de dispor sobre a competência dos juizados especiais cíveis para o processamento e o julgamento das causas previstas no inciso II do *caput* do art. 275 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973.

O art. 2º do projeto busca alterar o art. 1.063 do Código de Processo Civil, suprimindo a parte inicial do dispositivo – "até a edição de lei específica" –, para dispor, sem restrições temporais, que "os juizados especiais cíveis previstos na Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, continuam competentes para o processamento e o julgamento das causas previstas no inciso II do art. 275 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973".

A cláusula de vigência, prevista no art. 3º do projeto, institui que a lei decorrente da eventual aprovação da matéria entra em vigor na data de sua publicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto foi distribuído exclusivamente a esta Comissão, devendo ser posteriormente apreciado pelo Plenário do Senado Federal.

Nos termos da justificação do projeto, a proponente enfatiza que o art. 1.063 do Código de Processo Civil prolonga, até a edição de lei específica, a competência dos juizados especiais para processamento e julgamento das causas previstas na lei já citada.

Quanto ao mérito, a condicionante do art. 1.063 do Código de Processo Civil estaria prejudicada, uma vez que a exigência de publicação de lei específica, isto é, de norma suplementar com mesma estatura do Código de Processo Civil, violaria o princípio da hierarquia das normas. Recomenda-se, portanto, a revogação da parte programática do art. 1.063 do Código de Processo Civil de modo a sanar o vício identificado.

Não foram recebidas emendas ao projeto no prazo regimental.

O projeto não apresenta vício de regimentalidade.

Os requisitos formais e materiais de constitucionalidade, por sua vez, estão atendidos no presente projeto.

No que concerne à juridicidade, o projeto se configura irretocável.

No que concerne ao mérito, comungamos do mesmo entendimento dos Deputados Federais a respeito da necessidade de inovar o ordenamento jurídico de modo a corrigir mais essa falha encontrada na lei processual civil. É preciso, por certo, mencionar, desde logo, que está prejudicada a parte programática do art. 1.063 do Código de Processo Civil, na qual se menciona a necessidade de edição de lei específica por nítida violação ao princípio da hierarquia normativa, uma vez que a segunda parte do art. 1.063 do Código de Processo Civil manteve a competência dos juizados especiais cíveis para processamento e julgamento das causas previstas no inciso II do *caput* do art. 275, que estavam sujeitas ao antigo procedimento sumário do Código de Processo Civil de 1973.

O caput do art. 1.046 da referida lei, de 16 de março de 2015, que é o novo Código de Processo Civil, revogou expressamente o Código de Processo Civil de 1973, o que implica também a revogação do seu art. 275, e não há, no novo Código de Processo Civil, dispositivo normativo correspondente ao art. 275, que pudesse ser aproveitado pelo inciso II do *caput* do art. 3º, uma vez que o rito sumário não foi previsto no Código de Processo Civil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, o art. 1.063, previsto nas disposições finais e transitórias do Código, cumpre um importante papel de organização sistemática, ao determinar que as causas descritas no inciso II do *caput* do art. 275 do Código de Processo Civil de 1973, não obstante sua revogação integral pelo novo Código [...].

Ao contrário do que se possa parecer num primeiro momento, não há qualquer conflito normativo entre o art. 1.063 e o *caput* do art. 1.046 do Código de Processo Civil, já que o art. 3º da Lei 9.099, de 1995, apenas remete às espécies de causas previstas no art. 275, *caput*, inciso II, do Código de Processo Civil de 1973.

Assim, nos termos da Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995, o Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas:

a) as causas cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo;

b) a ação de despejo para uso próprio;

c) as ações possessórias sobre bens imóveis de valor não excedente a quarenta vezes o salário mínimo;

d) as enumeradas no art. 275, *caput*, inciso II, da Lei 5.869, de 11 de janeiro de 1973.

Com efeito, as causas enumeradas no inciso II do *caput* do art. 275 da referida lei poderiam ser processadas pelo rito sumário, qualquer que fosse o valor atribuído a elas, eram as atinentes a: a) arrendamento rural e de parceria agrícola; b) de cobrança ao condômino de quaisquer quantias devidas ao condomínio; c) de ressarcimento por danos em prédio urbano ou rústico; d) de ressarcimento por danos causados em acidente de veículo de via terrestre; e) de cobrança de seguro, relativamente aos danos causados em acidente de veículo, ressalvados os casos de processo de execução; f) de cobrança de honorários dos profissionais liberais, ressalvado os casos dispostos em legislação especial; g) que versem sobre revogação de doação; h) nos demais casos previstos em lei.

Na verdade, é desnecessária a menção contida no art. 1.063 do Código de Processo Civil à "edição de lei específica" sobre as causas que continuam a ser processadas sob o rito simplificado dos juizados especiais cíveis. Adotou-se, portanto, uma forma mais concisa de redação: basta apenas que se faça menção ao inciso II do *caput* do art. 275 do referido Código, para que os juizados especiais cíveis continuem competentes para as causas enumeradas naquele dispositivo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sem que seja preciso enumerar especificamente cada uma das espécies de causas, como fizemos acima.

À guisa de fecho, a supressão da parte inicial do artigo ora referido é admissível e merece acolhimento por este Colegiado, consolidando a competência.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do referido projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Coloco em discussão a matéria.

Não há Senadores inscritos para discutir a matéria.

Está encerrada a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 2102, DE 2019

- Não terminativo -

Estabelece critérios mínimos para a outorga do título de Capital Nacional.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Eduardo Braga

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações: *A matéria será apreciada pela Comissão de Educação e Cultura.*

Autoria: Deputada Federal Laura Carneiro.

Relator: Senador Veneziano Vital do Rêgo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Faço a designação *ad hoc* do relatório ao ilustre Senador Líder Eduardo Braga, para proferir o relatório.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Agradecendo a oportunidade que V. Exa. me dá...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É porque eu pensei que o Presidente Veneziano iria ficar chateado, se eu não passasse para o Líder do MDB; aí V. Exa...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Agradeço a oportunidade que S. Exa. o Presidente me dá, de poder relatar *ad hoc* o presente trabalho, da lavra do Senador Veneziano Vital do Rêgo.

Recebe esta comissão o Projeto de Lei nº 2.102, de 2019 (PL nº 5.766, de 2016, na origem), da Deputada Laura Carneiro, que estabelece critérios mínimos para a outorga de título de Capital Nacional.

Eu pergunto a V. Exa., Sr. Presidente, se eu posso ir direto ao voto.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pode.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu farei apenas a análise, aqui, Sr. Presidente, que é bastante sucinta, apenas para que nós possamos ir ao voto, que só é uma linha.

Nos termos do art. 101, inciso I, do Regimento Interno, incumbe ao colegiado opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da proposição em tela.

Não há, preliminarmente, ao exame de constitucionalidade, nenhum vício formal do projeto.

Entendemos, portanto, que o projeto de lei configura norma geral sobre esta cultura da constitucionalidade.

No que diz respeito à questão da juridicidade e regimentalidade, de igual modo, não vimos nada que possa incorrer contra a constitucionalidade material, tampouco vislumbramos qualquer ofensa à Constituição Federal.

No mesmo passo, inexiste qualquer violação às normas regimentais.

Por isso, o projeto é veiculado em boa técnica legislativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ante o exposto, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei nº 2.102, de 2019, e, no mérito, pela sua aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não há Senadores inscritos para discutir a matéria.

Está encerrada a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permanecem como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a construir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Educação e Cultura.

Da mesma maneira que fiz a inversão de pauta em relação à autoridade solicitada pelo Líder Eduardo Braga, indicado para Corregedor Nacional de Justiça, tenho a solicitação também do Senador Carlos Viana para invertermos a pauta para fazermos a leitura do relatório da mensagem que indica o Sr. Antônio Fabrício de Matos Gonçalves para exercer o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga destinada à advocacia, decorrente da aposentadoria do Ministro Emmanoel Pereira.

ITEM 16

MENSAGEM (SF) N° 12, DE 2024

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 111-A, inciso I, da Constituição, o nome do Senhor ANTÔNIO FABRÍCIO DE MATOS GONÇALVES, para exercer o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga destinada à advocacia, decorrente da aposentadoria do Ministro Emmanoel Pereira.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Carlos Viana

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

Leitura do relatório, nos termos do art. 383, II, a, do Regimento Interno do Senado Federal.

O Relator é o Líder Carlos Viana.

Concedo a palavra ao Senador Carlos Viana para proferir o relatório da mensagem de indicação.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG. Como Relator.) – Obrigado, Presidente Davi Alcolumbre. Meu bom dia a todas as Senadores e Senadores presentes que nos acompanham.

Vem a exame a Mensagem do Senado Federal nº 12, de 2024, que veicula a indicação do Sr. Antônio Fabrício de Matos Gonçalves, para exercer o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), na vaga destinada à advocacia, decorrente da aposentadoria do Ministro Emmanoel Pereira.

Cuida-se de vaga a ser provida pelo critério do quinto constitucional, destinada à composição do referido Tribunal Superior, em procedimento regrado pelos arts. 111-A; 84, XVI; e 52, III, "a", todos da Constituição Federal.

O indicado constou em lista tríplice formada pelo TST e encaminhada ao Presidente da República. A indicação foi formalizada a este Senado Federal pelo Ofício nº 182, de 30 de abril de 2024, firmado pelo Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

O indicado é advogado trabalhista desde 1993, possui graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (1992) e Mestrado em Direito pela mesma universidade (2003). Atualmente é doutorando em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), tendo sido aprovado em primeiro lugar.

Desde o ano de 1999, é Professor de Direito do Trabalho da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e Professor de Direito Processual do Trabalho da Pós-Graduação no Instituto de Educação Continuada (IEC), da mesma universidade.

Foi Diretor Tesoureiro da Seccional de Minas Gerais da Ordem dos Advogados do Brasil, no período de 2010 a 2015, Presidente da mesma instituição no período de 2016 a 2018, em Minas, e Conselheiro Federal da OAB, no período de 2019 a 2022.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi Presidente da Comissão Nacional de Direitos Sociais da OAB, no período de 2019 a 2022, e participou, como membro, de bancas de exame para ingresso nos quadros da OAB e de concursos públicos para ingresso nas carreiras de Juiz Federal Substituto, Juiz do Trabalho Substituto e Procurador do Trabalho.

Foi membro da Comissão Nacional de Revisão da Legislação Trabalhista no ano de 2007 e membro oficial da delegação brasileira na Convenção da Organização Internacional do Trabalho, a OIT, no ano de 2014. O indicado é Professor da Escola Superior de Advocacia da OAB e membro fundador da Jutra (Associação Luso-Brasileira de Juristas do Trabalho). Foi ainda Presidente da Abrat (Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas), no período de 2012 a 2014.

É autor de diversas obras jurídicas, destacando-se o livro *Flexibilização Trabalhista*, publicado pela Editora Mandamentos, 1ª e 2ª edições. Possui vasta produção acadêmica, com a publicação de artigos científicos, capítulos de livros e apresentação de trabalhos em congressos jurídicos. É palestrante no Brasil e no exterior.

Relativamente à documentação obrigatória, acostou as seguintes declarações: de inexistência de parentes que exercem ou exerceram atividades públicas ou privadas vinculadas ao Poder Judiciário; de que é sócio de escritório de advocacia desde 2015, além de ter ocupado cargo em entidades não governamentais; negativa de débitos tributários com a União, Estado de Minas Gerais e Município de Belo Horizonte...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Obrigado, Presidente.

... de inexistência de ações judiciais nas quais seja autor ou réu; de inexistência de atuação, nos últimos cinco anos, em juízos e tribunais, em entidades estatais e agências reguladoras; de suas condições profissionais, formação técnica e afinidade intelectual com o cargo de Ministro do TST, através de argumentação escrita, nos termos do art. 383, I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Do exame desse acervo documental resulta, em conclusão, que estão atendidas todas as exigências formais necessárias para a apreciação da indicação ao cargo do Ministro do Tribunal Superior do Trabalho.

É o relatório, Sr. Presidente, pela aprovação, e o pedido de voto a todos os nossos Senadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero, primeiramente, agradecer...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só um minuto, Senador Viana.

Eu sei que os nossos convidados aqui são todos assessores e colaboradores do mandato dos nossos Senadores, mas eu queria pedir compreensão com esta Presidência aqui, porque a gente não está conseguindo... Eu já falei duas ou três vezes aqui. Tem que ver lá atrás também, tem muita gente...

Dr. Ednaldo, veja ali atrás para ficar só as pessoas que têm cadeira para ficar sentadas.

A gente não está conseguindo falar aqui, vai acabar eu tendo que fazer... passando por mal-educado.

Concedo a palavra ao Senador Viana.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Obrigado, Presidente.

Eu quero, primeiramente, agradecer a possibilidade de ser o Relator de mais um mineiro indicado para um cargo de um tribunal superior – nosso agradecimento. Quero também dar os parabéns ao Sr. Antônio Fabrício de Matos Gonçalves pelo currículo e pela excelente prestação de serviço a toda a sociedade, especialmente à área trabalhista em Minas Gerais e também na formação de novos advogados.

Quero pedir aos nobres pares a nossa aprovação, assim que colocado em votação, a um nome que, eu tenho certeza, prestará grandes serviços no TST, que hoje tem se tornado referência não só no Brasil, mas em toda a América Latina, na legislação trabalhista, no direito daqueles que vendem sua mão de obra, daqueles que trabalham em nosso Brasil.

Quero também aqui, Presidente, fazer uma saudação ao novo Procurador-Geral das Procuradorias estaduais, o nosso Procurador Jarbas Soares Júnior, que tomou posse agora há pouco como Presidente do Conselho Nacional de Procuradores de estado. É uma satisfação muito grande nesse mesmo dia, como Senador por Minas Gerais, estar aqui realizando tanto a posse de um mineiro ilustre, o Dr. Jarbas Soares Júnior, já muito conhecido do Ministério Público de todo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o país, como agora, fazendo o relatório da indicação do Sr. Antônio Fabrício de Matos Gonçalves, que, tenho certeza, terá a aprovação dos nossos colegas.

Meu muito obrigado, Presidente Davi Alcolumbre.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, querido Senador Carlos Viana.

Queria, no mesmo sentido, aproveitar e fazer um registro em relação ao relatório apresentado pelo Líder Eduardo Braga: meus cumprimentos à história, à biografia e ao currículo do Ministro Mauro Campbell, que está sendo indicado e será sabatinado nesta Comissão, conforme determinação do Presidente Rodrigo Otavio Soares Pacheco, para a semana do esforço concentrado de deliberação de autoridades do mês de junho, que vai acontecer na próxima semana.

Do ponto de vista regimental, nós somos obrigados a fazer a apresentação do relatório, a discussão do relatório e a conceder a vista regimental, para que a gente possa chegar à próxima semana e termos a condição de votar, a partir da sabatina, na CCJ e no Plenário do Senado Federal, as indicações dessas autoridades. E também lembro que o Presidente Rodrigo ficou de organizar, na primeira quinzena de junho, a próxima semana de esforço concentrado para deliberação das outras autoridades que estão pendentes de deliberação da Comissão, que são indicações para o CNMP – duas indicações – e duas indicações para o Conselho Nacional de Justiça, nas vagas destinadas à Ordem dos Advogados do Brasil.

Quero fazer um registro também, Senador Viana: da mesma maneira que o Líder Eduardo Braga e o Senador Omar fizeram em relação ao Ministro Mauro Campbell, que é filho do Amazonas, V. Exa. também, como mineiro, fez a solicitação a esta Presidência para ser o Relator da indicação do Dr. Antônio Fabrício para o Tribunal Superior do Trabalho, também como sendo mineiro, do estado de V. Exa., e eu fiz com muito gosto a indicação de V. Exa. para relatar a indicação para Ministro do TST.

Em discussão o relatório apresentado. (*Pausa.*)

Não há Senadores inscritos.

Está encerrada a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta Presidência concede vista coletiva automaticamente, ficando para futura reunião o processo de arguição do candidato e a votação, nos termos do art. 383, II, "b", do Regimento Interno do Senado Federal.

Senador Viana, vou aproveitar o quórum aqui presente. Da mesma maneira que fizemos com o projeto de autoria do Senador Esperidião Amin, nós interrompemos a deliberação do projeto que V. Exa. relata, o 2.269, porque precisa de votação nominal; então, vamos fazer da mesma maneira que fizemos com os outros, inversão de pauta, para que a gente possa utilizar o quórum presente.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Pois não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Projeto de Lei nº 2.269, de 2022 – terminativo, é necessária a votação nominal dos Senadores e das Senadoras.

ITEM 5

PROJETO DE LEI N° 2269, DE 2022

- Terminativo -

Altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), para dispor sobre os requisitos do registro de nascimento em relação à identificação dos pais.

Autoria: Senador Luiz Pastore (MDB/ES)

Relatoria: Senador Carlos Viana

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com a emenda que apresenta.

Observações:

- Na 4ª Reunião Ordinária, realizada em 13/03/2024, foi lido o relatório e adiada a discussão;

- Votação nominal.

Coloco novamente em discussão a matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG. Como Relator.) – Presidente, apenas para esclarecer e relembrar aos Senadores que é um projeto com apenas dois parágrafos, colocando que o art. 1º estipula que "o registro civil de nascimento não depende do estado civil, do regime de casamento ou de qualquer outra circunstância relativa aos pais da criança para que seja realizado, salvo disposição em contrário".

Portanto, a exigência que nós temos hoje – de se colocar, ao se fazer o registro, se os pais são casados, não são, ou em que regime – deixa de existir, e a criança passa a ter o direito imediato do registro.

O art. 2º traz cláusula de vigência imediata da lei assim que promulgada pelo Presidente da República.

Portanto, é um tema bem pacífico já hoje da nossa sociedade que apenas corrige um problema que muitos pais, que muitas vezes não têm uma formalização na sua união estável, passam a deixar de ter nos cartórios de registro em todo o país, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Senador Viana.

Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não há Senadores inscritos para discutir a matéria.

Está encerrada a discussão.

Consulto as Senadoras e os Senadores se podemos realizar votação única para o projeto e para a emenda, nos termos do parecer apresentado. (*Pausa.*)

De acordo.

Solicito à Secretaria que abra o painel para a votação nominal.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – As Senadoras e os Senadores já podem votar.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Quem vota "sim" vota com o relatório apresentado pelo Senador Carlos Viana. Quem vota "não" vota contrário ao relatório.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Peço aos Senadores e às Senadoras que possam votar.

Com a palavra, o Senador Sergio Fernando Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Presidente, aproveitando...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Rapidamente, querido Senador Moro, quero fazer um registro e um agradecimento.

Quero fazer um registro muito carinhoso pela amizade que tenho, pelo carinho que tenho ao grande magistrado brasileiro, S. Exa. o Ministro Mauro Campbell Marques. Quero agradecer, Ministro Mauro, o carinho, a atenção dispensada por V. Exa. e o respeito ao Senado, ao Congresso Nacional enquanto magistrado do Superior Tribunal de Justiça. E quero desejar-lhe, desde já, muito sucesso nessa nova missão, enquanto... V. Exa. será sabatinado nesta Comissão, e V. Exa. já foi sabatinado nesta Comissão quando da sua indicação para ocupar, na vaga destinada ao Ministério Público, uma cadeira no Superior Tribunal de Justiça. E nós acompanhamos a carreira de V. Exa., nós acompanhamos a labuta na magistratura brasileira. E eu, pessoalmente, como amazônida, tenho muito orgulho de ter V. Exa. representando não só o Amazonas, mas representando o norte do Brasil, representando a Amazônia brasileira, como um grande magistrado do Brasil.

Eu tenho certeza absoluta de que, na sabatina que nós faremos para V. Exa., já neste caso para uma indicação para um cargo relevantíssimo, o de Corregedor Nacional de Justiça, indicação do STJ no CNJ, V. Exa. será sabatinado, V. Exa. será aprovado e V. Exa. vai cumprir um grande trabalho como Corregedor Nacional.

Que Deus o abençoe e o conserve sempre esse homem humilde, sincero, verdadeiro e, acima de tudo, muito, muito, muito bom na magistratura brasileira!

Eu posso... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como ninguém... Vote aí, Omar, mas vote "sim"! (*Pausa.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Aproveitando aqui o intervalo, enquanto o pessoal termina de votar, ao tempo em que eu adiro aos cumprimentos ao Ministro Campbell, eu queria aqui registrar que amanhã a gente tem uma audiência pública na CCJ para discutir a audiência de custódia, que tem gerado um projeto de lei do ex-Senador Flávio Dino, o Ministro Flávio Dino, um projeto importante para esta Casa, e é uma das grandes reclamações que a gente vê da população, audiência de custódia servindo como uma porta giratória para gente perigosa, que é colocada em liberdade, eventualmente, em casos particulares, indevidamente. Então, é um projeto para discutir critérios, e eu queria aproveitar aqui para lembrar aos colegas, àqueles que estiverem aqui e puderem participar, amanhã, às 10h. É uma audiência pública sobre um projeto importante e suprapartidário.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Como não tem ninguém orientando "não", eu posso encerrar a votação aqui, para acelerar?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está encerrada a votação.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Espere aí, deixe-me votar.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, Omar...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É um desrespeito com o outro lado do Rio Jordão.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – E essa confusão tem 5 mil anos já.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O senhor está cassando o direito de voto de um palestino. Vai pegar mal, hein? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vou encerrar a votação.

Posso encerrar, Omar? (*Pausa.*)

Votou, Eduardo?

Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Votaram SIM 24; NÃO, nenhum Senador.

Está aprovado o projeto e a Emenda nº 1, da CCJ.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Item 3. Projeto...

Queria atenção aqui...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Queria a atenção do Plenário, porque nós vamos iniciar a deliberação do item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 2234, DE 2022

- Não terminativo -

Dispõe sobre a exploração de jogos e apostas em todo o território nacional; altera a Lei nº 7.291, de 19 de dezembro de 1984; e revoga o Decreto-Lei nº 9.215, de 30 de abril de 1946, e dispositivos do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais), e da Lei nº 10.406, de 19 de janeiro de 2002 (Código Civil).

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Irajá

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao Projeto e às Emendas nºs 14, 24, 31, 33 e 34, com cinco emendas de redação que apresenta, e contrário às Emendas nºs 6 a 13, 15 a 23, 25 a 30, 32 e 35.

Observações:

- Foram apresentadas 38 emendas à matéria;

- Estão dependendo de relatório as Emendas de nº 5 e 36 a 38;

- Na 8ª Reunião Ordinária, realizada em 24/04/2024, foi lido o Relatório;

- Em 09/05/2024, foi realizada audiência pública para instrução da matéria;

- Em 15/05/2024, foi apresentado Voto em Separado do Senador Eduardo Girão, contrário ao Projeto;

- Na 17ª Reunião Ordinária, realizada em 05/06/2024, a Presidência concedeu vista coletiva do relatório aos Senadores nos termos regimentais.

O autor da matéria é o Deputado Federal Renato Vianna.

Concedo a palavra ao Senador Irajá para proferir o relatório sobre as Emendas nºs 5 a 38.

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - TO. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu vou direto à complementação do relatório.

Em complementação ao parecer apresentado no dia 24 de abril, a fim de aprimorar o Projeto de Lei 2.234, faremos análise das emendas apresentadas posteriormente à leitura desse relatório.

A Emenda nº 5, do Senador Kajuru, propõe alocar 4% da arrecadação da Cide para o Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal.

A Emenda nº 6, apresentada pelo Senador Mecias de Jesus, propõe que 30% da arrecadação da contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins proveniente da exploração de jogos e apostas sejam destinadas aos sistemas públicos de saúde. Os recursos seriam especificamente alocados para financiar programas e ações de saúde relacionados à ludopatia, incluindo prevenção, conscientização e pesquisas médicas.

... ferramentas de consulta para operadoras de jogos verificarem se os apostadores estão dentro do critério de exclusão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Emenda nº 8, do mesmo autor, sugere a inclusão do §4º no art. 103 do Projeto de Lei 2.234, especificando a destinação dos recursos para garantir que no mínimo 10% dos recursos do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) sejam destinados a estudantes das populações do campo, povos originários, incluindo indígenas, e quilombolas.

A Emenda nº 9, apresentada pelo Senador Mecias de Jesus, sugere alterar o art. 80 do Projeto de Lei nº 2.234, de 2022, adicionando dois novos parágrafos para proibir a veiculação de publicidade ou propaganda comercial de jogos e apostas em escolas, universidades e outras instituições de ensino e exigir que qualquer tipo de publicidade ou propaganda em meios de comunicação, físicos ou virtuais, contenha o aviso de classificação indicativa da faixa etária direcionada, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente.

A Emenda 10, do mesmo autor, sugere alterações no art. 49 do PL. As alterações têm como objetivo permitir que qualquer pessoa possa se inscrever voluntariamente no Registro Nacional de Proibidos (Renapro), com a liberdade de estabelecer o período de inclusão. Também objetiva facilitar para que a pessoa inscrita possa obter uma certidão pela internet, atestando sua inclusão no Renapro, sujeita à confirmação de autenticidade. Ainda, objetiva esclarecer que instituições financeiras e de concessão de crédito podem exigir a certidão do Renapro como parte dos procedimentos de concessão de crédito. Ainda entre os objetivos, determinar que empresas podem exigir a certidão do Renapro como parte dos procedimentos de contratação e manutenção de emprego, conforme a Consolidação das Leis do Trabalho.

A Emenda nº 11, também do Senador Mecias, visa adicionar o §2º, alterando o art. 84 do Projeto de Lei 2.234, para estabelecer a obrigação das entidades operadoras de jogos e apostas de entrar em contato com o jogador e apostador a cada 15 dias, informando sobre a obtenção do prêmio e os procedimentos para o recebimento.

A Emenda nº 12, do mesmo autor, sugere alterar o art. 109 do Projeto de Lei 2.234, com o objetivo de fixar um piso (alíquota mínima) de 7% para a Cide-Jogos.

A Emenda nº 13, de autoria do Senador Angelo Coronel, sugere a alteração do art. 102 do PL para especificar que o produto da arrecadação dos jogos e apostas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - TO) – ... após o pagamento de prêmios e impostos, segue as mesmas destinações do §1º-A do inciso V do art. 30

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Lei 13.756, de 12 de dezembro de 2018. Propõe também a supressão dos arts. 103 a 109 do PL em análise.

A Emenda nº 14, também do Senador Angelo Coronel, sugere alterar o §2º do art. 50 do projeto, especificando que os cassinos devem operar em complexos integrados de lazer ou em embarcações.

A Emenda nº 15, do mesmo autor, propõe alterar o art. 45 do projeto de lei. O objetivo é modificar a redação para estabelecer que as máquinas eletrônicas de jogo e aposta sejam exploradas por meio de negociação livre entre a empresa locadora e o estabelecimento de bingo ou cassino. A negociação seria baseada em uma comissão sobre a receita bruta, calculada pela diferença entre o total de apostas efetuadas e o total de prêmios pagos.

As Emendas nºs 16, 17 e 18 são de autoria do Senador Mecias de Jesus. A Emenda nº 16 sugere alterações nos seguintes dispositivos:

Art. 47: adiciona parágrafos que proíbem o acesso de pessoas sob influência de álcool ou substâncias psicoativas e a comercialização de bebidas alcoólicas ou substâncias psicoativas dentro dos recintos de jogos e apostas;

Art. 50: inclui um novo parágrafo aplicando as restrições do art. 47 aos cassinos, especificamente ao ambiente físico interior;

Art. 59: estende as mesmas restrições do art. 47 às salas próprias de jogo de bingo;

Art. 68: aplica as restrições do art. 47 às salas próprias de jogo do bicho.

O objetivo dessas alterações é prevenir problemas associados à combinação de jogos de azar com o consumo de álcool e outras substâncias psicoativas, como comportamentos de risco, perdas financeiras descontroladas e impactos negativos na saúde mental e física, além de relações pessoais e profissionais. A emenda também estabelece a obrigatoriedade de testes de alcoolemia e toxicológicos para os frequentadores desses ambientes.

A Emenda nº 17 sugere alterar os arts. 218-B, 228, 229 e 230 do Código Penal para aumentar a pena em um terço se os crimes tipificados nesses artigos ocorrerem em complexos de lazer ou embarcações com cassinos. O objetivo dessas alterações é estabelecer penas mais severas para a prostituição, incluindo a exploração sexual infantil, e para o rufianismo (atividades de “cafetões”

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ou “cafetinas”) que possam ocorrer dentro de complexos de lazer ou embarcações onde funcionem cassinos.

A Emenda nº 18 sugere alterações no art. 18 da Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023. As alterações visam a regulamentar o uso de *streaming* por plataformas de apostas esportivas. A emenda permite que operadores de apostas transmitam eventos esportivos nacionais ao vivo em suas plataformas, com a condição de que o serviço seja disponibilizado apenas para usuários cadastrados. Estabelece também requisitos técnicos para a transmissão, como o tamanho máximo da tela para a exibição do vídeo e a taxa de transmissão máxima de 730kbps. Além disso, proíbe a inclusão de publicidade, anúncios, patrocínios ou promoção de terceiros durante a exibição ao vivo dos eventos esportivos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - TO) – As Emendas nºs 19 a 29 são de autoria do Senador Alessandro Vieira. A Emenda nº 19 prevê a supressão do parágrafo único do art. 29 do projeto de lei. A razão para esta supressão é que as atividades de videobingo, bingo e jogo do bicho só devem ser iniciadas após a devida regulamentação.

A Emenda nº 20 sugere alterações no PL em análise, especificamente a supressão dos arts. 38 e 77. Propõe também uma nova redação para o art. 78, que trata da proibição da publicidade e propaganda comercial de jogos e apostas em todo o território nacional.

A justificativa para as alterações é a preocupação com o risco de endividamento e ludopatia, sugerindo regras similares às aplicadas à publicidade de cigarros.

A Emenda nº 21 sugere a adição do inciso IX ao art. 4º do Projeto de Lei nº 2234, para garantir a elaboração e publicação de estudos para avaliar os impactos socioeconômicos da atividade de jogos e apostas.

A Emenda nº 22 sugere alterações no art. 101 do projeto de lei para instituir a criação da Taxa de Fiscalização de Jogos e Apostas, que incidiria sobre a arrecadação trimestral das apostas. A taxa é baseada no volume de apostas, refletindo o custo da atividade fiscalizadora. Define com contribuintes as entidades operadoras de jogos e apostas. Os valores da taxa serão atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou outro índice substituto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Emenda nº 23 propõe nova redação para o art. 70 do PL, determinando que o estabelecimento credenciado a exercer a atividade de exploração de jogo deverá proceder à identificação de todos os jogadores.

A Emenda nº 24 altera o art. 89 por meio da inclusão de um parágrafo único que estabelece a aplicação das obrigações e penalidades da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, às atividades reguladas pela nova lei. A emenda visa a esclarecer que as disposições da dessa lei são aplicáveis.

A Emenda nº 25 sugere a adição do art. 55-1 ao projeto de lei com o objetivo de conceder ao Poder Executivo a autoridade para permitir a exploração de jogos de fortuna em cassinos em até 67 estabelecimentos credenciados localizados em complexos integrados de lazer, polos ou destinos turísticos, e em embarcações fluviais e marítimas.

A Emenda nº 26 sugere alterações no art. 95 do projeto de lei: alteração do inciso VII para reforçar a penalidade para o descumprimento de normas legais e regulamentares que devem ser fiscalizadas pelo órgão administrativo; e inclusão dos incisos VIII e IX para, respectivamente, penalizar a veiculação de publicidade ou propaganda comercial que esteja em desacordo com a lei e obrigar a veiculação da mensagem de aviso sobre os riscos e transtornos associados a jogos e apostas, conforme mencionado no inciso V do art. 76 do projeto de lei.

A Emenda nº 27 sugere alterar o Projeto de Lei nº 2.234, de 2022, acrescentando o §4º ao art. 96 do projeto para incluir as sanções previstas nos incisos III a VII do *caput* do artigo no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas, conforme a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

A Emenda nº 28 altera o parágrafo único do art. 99 do projeto de lei para que a multa aplicada pelo não atendimento às medidas cautelares seja baseada na capacidade econômica do infrator.

A Emenda nº 29 sugere a supressão do parágrafo único do art. 97 do projeto.

A Emenda nº 30, do Senador Mecias de Jesus, sugere a adição do inciso III ao art. 20 do PL nº 2234, de 2000. O objetivo é adicionar crimes específicos que impediriam uma pessoa de atuar como agente de jogos e apostas. O Senador Mecias de Jesus também é autor da Emenda nº 31, que sugere alterar o art. 33 do PL, adicionando o inciso VIII. O objetivo é incluir crimes específicos que impediriam uma pessoa de tomar posse e exercer cargos em entidades operadoras de jogos e apostas. Os crimes adicionados são: tráfico de drogas, lavagem de dinheiro, crimes sexuais e terrorismo. Já a Emenda nº 32, proposta pelo mesmo autor, sugere a inclusão de novos artigos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao PL que visam regulamentar e controlar a emissão e o uso de instrumentos financeiros em jogos de azar. Os pontos principais são a sugestão de que o Banco Central do Brasil tenha a competência exclusiva para autorizar a emissão de instrumentos representativos de dinheiro ou valor monetário, como fichas, cartões de jogador, tíquetes e *vouchers*, tanto físicos quanto digitais. Ainda, sugere-se que a Casa da Moeda do Brasil seja a única entidade autorizada a fabricar ou imprimir os instrumentos físicos utilizados nos jogos, garantindo autenticidade e segurança. Sugere-se ainda que as entidades operadoras de jogos mantenham sistemas de controle...

(*Soa a campainha.*)

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - TO) – ... que registrem o histórico de movimentação dos instrumentos e que o acesso a esses sistemas seja franqueado ao Banco Central.

A Emenda nº 33, de autoria do Senador Jorge Kajuru, tem por objetivo ajustar o termo "transações financeiras" para "financiamento", visando a uma definição mais precisa. O objetivo é evitar qualquer forma de financiamento que possa causar endividamento, independentemente do método de pagamento.

A Emenda nº 34 sugere mudanças nos arts. 112 e 113 do PL, para, respectivamente, modificar a pena para exploração de jogos, físicos ou virtuais, sem cumprir os requisitos da lei, de "prisão" para "detenção", de 2 a 4 anos, e alterar a pena para o apontamento ou recebimento de apostas dos jogos para "detenção", de 6 meses a 1 ano.

Finalmente, a Emenda nº 35, proposta pelo Senador Mecias de Jesus, sugere alterar o art. 2º do Projeto de Lei nº 2.234, com foco em jogos de habilidades mentais. Nesse sentido, sugere-se nova redação para o art. 2º do PL para definir jogos de habilidades mentais como jogos em que o resultado depende principalmente de habilidades como destreza, perícia, inteligência e conhecimento, mesmo que haja elementos aleatórios.

Adicionalmente, sugere-se no §2º ao art. 2º que o Ministério da Fazenda terá a autoridade para regulamentar a exploração e organização desses jogos, seguindo diretrizes específicas de legislação própria.

Voto.

Pelo exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e adequação à técnica legislativa do Projeto de Lei nº 2.234, de 2022. Quanto ao mérito, votamos pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprovação do Projeto de Lei nº 2.234, de 2022, com a rejeição das Emendas nºs 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, e 35 e aprovação das Emendas 14, 24, 31, 33 e 34.

E, complementando meu voto, também, pela rejeição das Emendas 5, 36, 37 e 38.

É isso, Presidente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu tenho alguns requerimentos aí de adiamento, uma série de coisas, mas eu queria retirar todos – todos os requerimentos –, porque essa é uma agonia que o país está vivendo e esse assunto tem mobilizado a sociedade. Eu nunca vi, Senador Plínio Valério – eu estou aqui desde 2019, eu nunca vi –, a sociedade se mobilizar tanto, especialmente a CNBB, que fez nota forte contra isso...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... contra a liberação, porque aqui é o libera geral de jogo. São quase mil bingos e 47 cassinos no Brasil. Quem é um pouquinho... quem tem cabelo branco como eu aqui, tem muita gente jovem que não viveu isso, mas sabe a tragédia que foi, especialmente para os aposentados, especialmente para os mais pobres, quando o Brasil tinha os bingos, escândalo de corrupção em cima de escândalo de corrupção.

Então, vamos acabar com isso, vamos deixar claro para a sociedade como nós, cada um de nós, pensamos sobre esse assunto: CNBB contra. Temos a Federação Espírita, que nunca se manifesta sobre esses temas, se manifestou. Os evangélicos, então, são os que estão também muito à frente contra isso há muitos anos. Então, que a gente possa mostrar para o Brasil, Presidente Davi Alcolumbre, que esse assunto não é um assunto de interesse do brasileiro, é um assunto que vai aprisionar, porque é uma armadilha, uma arapuca para tomar dinheiro das pessoas que já estão endividadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu alertei aqui, falta de aviso não foi, naquela votação dos *bets* no ano passado. Eu disse, com todas as letras: nós vamos ver uma tragédia social acontecendo. E essa tragédia social, Senador Marcos Rogério, está acontecendo. O próprio Datafolha mostrou que R$100 do Bolsa Família – R$100 do Bolsa Família – já estão sendo consumidos do brasileiro por apostas esportivas. Então, se as apostas esportivas já estão fazendo isso, você imagina bingo em cada esquina, você imagina cassino, que não gera emprego, não gera renda – eu já trouxe os dados, estão todos aqui –, não gera nova receita, vai existir uma canibalização do...

Hoje, Dia dos Namorados... As pessoas no próximo ano, se esse absurdo passar, não vão ter dinheiro para... o pessoal vai deixar de ir para uma pizzaria com a família. É isso que é feito, é isso, porque é vício.

A própria Organização Mundial de Saúde considera a ludopatia uma doença cada vez mais grave, que tem devastado empregos, porque as pessoas começam a perder produtividade; tem devastado a família, porque a pessoa começa a perder os entes queridos, que começam a sofrer os impactos do vício; isso gera criminalidade, estão aqui os dados dos Estados Unidos; onde tem jogo, a criminalidade é um absurdo: estupro, furto, fraude. Tudo para manter o vício.

O Brasil já tem problemas demais, meus queridos irmãos Senadores e Senadoras. Nós precisamos aqui – e o Senado é um lugar para isso, para dar um "não" à jogatina, porque além de abrir porta para a corrupção, lavagem de dinheiro – a gente já viu esse filme –, abre uma porta absurda para a devastação da vida e da família, que é algo mais precioso, os princípios e valores do povo brasileiro.

Então, Presidente, eu retiro todos os requerimentos, todos os requerimentos que estão aí sob a minha assinatura, para que a gente possa votar isso logo hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente, pela ordem. Só queria tirar também meus requerimentos, Sr. Presidente, para a gente votar logo isso.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está bom.

Concedo a palavra ao Líder Eduardo Braga.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, porque eu venho talvez na contramão.

Exatamente porque todos estão retirando os requerimentos, e nós recebemos o relatório do eminente Senador Irajá, ainda há pouco brilhantemente lido aqui e apresentado. Quero cumprimentar o Senador Irajá.

Eu gostaria de pedir vista do processo, Sr. Presidente, diante das reformulações que foram apresentadas no relatório, para que nós possamos, portanto, nos...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pois não.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Para que nós possamos, portanto, ter numa matéria que tem grande repercussão, como foi dito pelo Senador Eduardo Girão, absoluta convicção de que todas as providências que têm sido discutidas pelo uso não só da tecnologia e das ferramentas disponíveis pela tecnologia, de que nós tenhamos a deliberação com absoluto conhecimento de causa do que nós estamos fazendo.

Portanto, eu gostaria de pedir a V. Exa. vista para que nós possamos dominar o relatório, que sofreu modificações.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Presidente, é um pouco diferente: eu queria pedir adiamento da votação e da discussão da matéria no dia de hoje, que a gente retirasse de pauta, tendo em vista toda a apresentação e que a gente ganhasse mais tempo para a discussão da matéria, ou seja, vista depois que a gente tivesse tempo para ter acesso a todas essas mudanças e, depois, quem sabe, o pedido de vista seria o adequado.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Pela ordem, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não cabe mais vista neste momento da discussão.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Adiamento, Presidente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Portanto, eu concordo com as ponderações do eminente Senador Rogério Carvalho, que houvesse um adiamento diante das reformulações apresentadas.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Adiamento.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Senador Carlos Viana.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Presidente.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Na questão. Primeiro, o adiamento está sendo pedido – é a minha visão –, porque já fizeram as contas de que vão perder – vão perder. O assunto hoje no país é: "Nós somos contra o jogo".

Sociedades como a nossa, que passam por crises, como nós estamos passando, de emprego, de trabalho, de ensino...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – ... são sociedades que, quando tem jogo aberto, são destruídas.

Nós estamos, nesses últimos anos, abrindo o país a uma jogatina absurda. Aprovamos os *bets*, que já tinham tomado conta da televisão, já tinham tomado conta de tudo – hoje já se aposta de dentro de casa –, e nós queremos abrir agora endereços onde as pessoas podem levar à ruína patrimônios inteiros de família, como nós já tivemos no passado.

Aqui o meu respeito pelo Senador Irajá, que é o Relator, mas todas as emendas que ele rejeitou são exatamente as emendas que colocam controle máximo para as pessoas que vão ter

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acesso às casas de jogo. Tudo aquilo que se pediu, como controle de alcoolemia, tudo aquilo que se pediu sobre a possibilidade de a pessoa ter ou não ter dinheiro para gastar, isso tudo está sendo extinto, tudo está sendo rejeitado pelo Relator.

Então, esse é um projeto... E eu falo aqui, com muita clareza, como Presidente da Frente Parlamentar Evangélica do Senado Federal, ao lado do Presidente da Frente Parlamentar Evangélica da Câmara, que é o Pr. Eli Borges: nós não queremos a aprovação do jogo em nosso país, nós não queremos a possibilidade de lavagem de dinheiro para tráfico drogas, não queremos a possibilidade de sonegação, não queremos a possibilidade de que a sociedade brasileira se afunde ainda mais em problemas de endividamento.

Nós temos que buscar do Governo que sejam continuadas as medidas para facilitar a educação pública, para o crescimento da geração de empregos, para incentivar quem gera riqueza no país, porque cassino não gera riqueza no país, não, gente. Vamos colocar isto aqui com clareza: cassino sempre é dominado por grupo internacional que leva o dinheiro embora, e vai levar o dinheiro do sofrimento, da tristeza das famílias brasileiras.

Então, manifesto aqui, mais uma vez, o pedido pelo voto "não".

Hoje seria o dia ideal de votar isso, porque o Governo vai... O relatório vai ser rejeitado.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Inscrição, Presidente.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Nós vamos rejeitar esse relatório aqui.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a...

Eu estou ouvindo todo mundo. Daqui a pouco eu vou decidir.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Inscrição, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Senador Jorge Seif.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu já dei esse depoimento aqui, faço questão de fazê-lo outra vez e peço vênia a todos os Senadores e Senadoras. Eu sofria...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – ... dentro da minha família, dentro da minha casa, o efeito do que o bingo fez na nossa casa. Pessoas da minha família ficavam dia e noite, perdiam noção de tempo. Entra alcoolismo, entra prostituição, perde responsabilidade, fica longe da família, gera briga, confusão, gera crise financeira.

O padrinho do Senado Federal tem uma frase atribuída a ele, Ruy Barbosa, que diz: "Mudo de opinião porque sou capaz de raciocinar".

No passado, eu era a favor do cassino: "Ah, turismo, emprego, renda, vamos trazer os gringos para cá". Mentira! Isso aí, depois que nós estudamos – já fizemos inúmeras audiências públicas –, não podemos mais adiar. Hoje cada um, Senador e Senadora, tem que meter a digital e mostrar o que o *bet* está fazendo, pesquisas – as pesquisas que o Girão já trouxe – que já foram explicitadas aqui nas audiências públicas. Jogo é desgraça, jogo é destruição de família, jogo é destruição de renda, jogo não gera emprego, jogo gera sonegação mais lavagem de dinheiro, mais máfias no Brasil, prostituição, alcoolismo, destruição.

Então, Sr. Presidente, abra esse painel, por favor, para nós já metermos a digital e mostrarmos para o Brasil quem está a favor da família e quem é a favor de jogo, vício, prostituição, lavagem de dinheiro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Senador Zequinha Marinho. Queria que fosse rápida a ponderação porque a Presidência vai decidir...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA. Pela ordem.) – Presidente, meu som está saindo? Está funcionando?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Ah, melhorou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone*.) – Presidente...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – É só para fazer uma consideração que já é óbvia nessa questão.

Qual é o benefício que a sociedade tem liberando a jogatina? Se historicamente se for fazer um levantamento, nós só veremos problemas, desvantagens... O testemunho do Seif ali é um deles. Então, eu não vejo necessidade disso.

Se você tem alguma arrecadação por um lado, você cria problemas para gastar o dobro do que foi arrecadado, pelo outro lado. Então, se o Governo faz uma matemática dessa forma, eu acho que não há por que insistir. Já temos problemas demais neste país! Temos que tentar fortalecer a família, deixar esse povo um pouco mais saudável, com a cabeça no lugar, sem esse tipo de lazer, que começa como lazer e termina como desgraça!

Muito obrigado.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR) – Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Oriovisto Guimarães.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR. Pela ordem.) – Só quero me posicionar radicalmente contra este projeto. Lamento que o Senado tenha perdido tanto tempo com este assunto, quando nós temos tantas coisas sérias e importantes para discutir no nosso país.

Acho que está na hora de votar, está na hora de botar um fim nisso e de a gente usar o nosso tempo para discutir coisa mais importante.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Serei muito conciso, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu me congratulo com o Senador Eduardo Girão por ter retirado todas as propostas procrastinatórias, respeitando, evidentemente, quem faça, dentro do Regimento, aquilo que é o pedido de vista.

Eu vou trazer.... Já foi mencionado o nome do pastor, outros designam o nome do padre, não há problema nenhum. Eu sou cristão, mas vou invocar uma frase do Maomé, pois institucionalizar o jogo tem a ver com a frase: sempre que há um jogo, uma aposta, um é ladrão, e outro é tolo.

Por isso, eu voto contra.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, V. Exa. é quase uma unanimidade aqui no Senado, entre outras razões, porque V. Exa. consegue conviver com as opiniões múltiplas e respeitar sempre a posição e a opinião da maioria, mesmo quando ela não é a mesma opinião de V. Exa. E eu acho que isso está claro aqui hoje. Há maturidade para votar, o debate já foi feito à exaustão.

Eu vou me posicionar contra a matéria. Para mim, o argumento mais importante é o de um país que não consegue hoje recuperar territórios que estão nas mãos das facções criminosas, que já dominam parte da economia brasileira e que também vão dominar isso, com certeza – se não tudo, mas boa parte, vão conseguir dominar –, se a gente fizer a aprovação deste projeto. Por isso, eu voto contra.

E peço a V. Exa., como democrata que é e sempre foi, que respeite a opinião da maioria, e vamos colocar a matéria para votação.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Presidente, obrigada.

Eu só queria dizer uma coisa ao Relator, Senador por quem eu tenho muito carinho, muito respeito: a nação não está pronta para isto agora. É possível, Relator, que, daqui a alguns anos, a nação esteja pronta, mas hoje não. Nós não temos órgãos de controle para acompanhar o que vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acontecer lá na boca do caixa. Nós hoje temos fraudes ali no posto de gasolina, a gente não está dando conta, imagine a lavagem de dinheiro que vai ser lá.

Talvez um dia o Brasil esteja pronto, mas agora, não. Eu sou fundadora, Relator, do movimento nacional Brasil sem Azar. Tenho muito orgulho de estar participando desse movimento, ter sido fundadora e estar lá ainda, mas lhe afirmo que, devido aos debates no Brasil inteiro, a sociedade está reagindo. Eu nunca vi uma matéria, nos últimos anos, ser tão acompanhada como esta. O Brasil não está pronto, não é a hora.

Eu sei que alguns Senadores, como o senhor, Senador Eduardo Braga, e, especialmente, quem está em área de fronteira acham que isso vai levar muito emprego, mas eu vou dizer uma coisa: pode até levar emprego, mas vai levar junto...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... uma fatura muito pior do que o emprego, com certeza; fiquem certos disso.

Então, eu só queria colocar aqui o que as mães do Brasil pensam, o que as famílias do Brasil pensam: não é hora de aprovar uma matéria com esta nem de discutir; temos coisas mais importantes para discutir nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, a pauta do Brasil não pode ser a pauta do azar. A pauta do Brasil tem que ser a pauta do sucesso, do crescimento, da segurança, do respeito às famílias. Essa pauta não dialoga com o interesse dos brasileiros.

Agora, veja a inversão: até pouco tempo atrás, nós da oposição estávamos aqui a pedir sempre o adiamento de votação dessa matéria, porque ela não estava madura, não estava pronta, e hoje os papéis se invertem, hoje os que querem a aprovação da matéria estão pedindo a retirada dela de pauta. Isso é uma inversão.

Eu não vou me alongar no debate desse tema. Eu tenho uma posição contrária a essa questão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Veja V. Exa. que o Brasil já tem hoje parte da rede de postos de combustíveis controlada pelo crime organizado, controlada por PCC, por Comando Vermelho. Isso não é um problema exclusivo das grandes metrópoles brasileiras, não; isso é um problema que já atingiu o Norte do Brasil, já chegou à Amazônia brasileira.

Então, Sr. Presidente, eu penso que essa é uma matéria que impõe sobre todos nós uma responsabilidade muito grande. Pesa sobre os nossos ombros o futuro, o que vai acontecer com a aprovação, caso esse tema seja aprovado; não o será com o meu voto, eu votarei contra e encaminharei contra essa matéria.

Mas hoje não é o dia do debate. Eu vou me reservar para a próxima agenda.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Sr. Presidente, art. 14, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Art. 14, Líder Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Para explicação pessoal.) – Apenas para esclarecer que o meu posicionamento aqui não é antecipação de voto. Alguns Senadores tentaram colocar na minha boca ou na minha manifestação de que o meu voto será a favor ou contra o presente projeto. O que pedi foi, em função das mudanças apresentadas no relatório, um adiamento para que nós possamos ter absoluta convicção com relação ao relatório apresentado, para votar contra ou a favor.

Portanto, apenas para repor que não estou manifestando antecipação de voto; estou, sim, manifestando minha preocupação em entender com profundidade as modificações apresentadas no relatório.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Questão de ordem, Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG. Para questão de ordem.) – Art. 294, do Regimento Interno: "O processo nominal, que se utilizará nos casos em que seja exigido quórum especial de votação ou por deliberação do Plenário, a requerimento de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

qualquer Senador, ou ainda, quando houver pedido de verificação, far-se-á pelo registro eletrônico dos votos"; ou seja, qualquer adiamento tem que ser por voto nominal desta Comissão, para que a gente possa ter a decisão.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Carlos Viana, deixe-me aproveitar que todo mundo fez as suas ponderações...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Presidente, só um detalhe importante, só para o lembrar do acordo que nós fizemos.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, Senador Girão, deixe eu falar.

Nós já fizemos esse acordo dez vezes, para atender V. Exa.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – E eu vou responder agora aqui...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Para votar hoje o acordo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. Para responder questão de ordem.) – Não, não, não. Deixe-me falar aqui agora.

A Presidência está com a palavra, e eu escutei todo mundo atentamente.

Primeiro, eu não quero entrar na questão ideológica. Não quero entrar na questão de se um Senador vai votar contra ou a favor a essa matéria.

Eu quero entrar na questão desta Presidência, que, há mais de um ano, há um ano e um mês, vem escutando, dos Senadores desta comissão, desde o dia em que esse projeto chegou aqui, a ponderação, a solicitação de adiamento. A esta Presidência, no momento da votação da matéria, V. Exa. trouxe um atestado médico do Senador Magno Malta, dizendo que, naquela semana em que nós íamos votar o assunto, eu precisava fazer um gesto de humanidade com o Senador Magno Malta, porque ele gostaria de estar presente para deliberar o assunto. E vários Senadores me cobraram que eu não fizesse aquele gesto. E eu, de novo, aquiescendo à solicitação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de V. Exa. e de outros Senadores, mais uma vez adiei a questão da votação da deliberação do projeto.

Na outra semana em que entrou na pauta o projeto, para a gente deliberar, alguns Senadores apresentaram o requerimento pedindo para que eu suspendesse a deliberação da discussão, que também não está no Regimento, mas, esta Presidência, para tentar atender, tentar construir, ouvir aqueles que pensam a favor, aqueles que pensam contra, em relação às suas manifestações, eu suspendi a discussão, que não está no Regimento, a pedido de vários Senadores, coloquei uma audiência pública no meio da instrução da matéria, quando já havia passado esse momento de instrução de audiência pública, Senador Alessandro, e coloquei uma nova audiência pública, para tratar do mesmo assunto.

Então, se for falar de protelação, eu vou me culpar agora aqui, porque eu estou me culpando de estar protelando essa matéria há muito tempo. Há muito tempo, eu já poderia ter deliberado esse assunto e, há muito tempo, eu estou ouvindo vários Senadores e Senadoras que pedem um requerimento de retirada de pauta.

Eu não coloco em votação. Está escrito no Regimento e foi dito aqui que tem que colocar em votação. Pedem para retirar de pauta, eu olho aqui, compreendo e entendo que querem mais tempo; retiro de pauta.

O Senador Flávio Bolsonaro acabou de pedir para retirar um projeto que está na pauta. Eu nem tenho data para voltar, porque eu falei para ele que só vai voltar, quando ele pedir para voltar, para construir um entendimento.

Então, se eu fosse seguir o Regimento, isso aqui já teria sido votado há seis meses, há oito meses, porque já está há um ano e um mês aqui.

Qual é a minha decisão? Tem, de novo, três requerimentos.

Aí eu vou fazer uma reflexão, na condição de Presidente. O requerimento para retirada de pauta era para quê, até meia hora atrás? Não estou entendendo para que era, de novo, o requerimento apresentado para retirada de pauta.

Mais outros dois requerimentos que foram apresentados, conforme o art. 279, do Regimento Interno, de adiamento de votação.

Ele era para quê, será? Porque foi apresentado depois de a gente ter feito dez vezes o acordo aqui na comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria pedir a compreensão de V. Exas., porque acaba ficando na mão do Presidente decidir e buscar, ou regimentalmente, ou na construção política institucional, uma saída na qual a gente pudesse fazer essa transição e a deliberação dessa matéria no momento adequado.

Então, eu estou adiando há muito tempo isso aqui e tem de novo aqui hoje. Se isso aqui não fosse importante, por que protocolaram aqui pedindo retirada de pauta e adiamento? Eu entendo que a posição política pode mudar. Foi mudada aqui no decorrer da Comissão, foi mudada pelos autores do requerimento, para pedir para retirar e adiada, mas se não tivesse mudado de pauta, não teriam pedido para retirar o requerimento de adiamento e o requerimento de retirada de pauta.

Então eu vou decidir, está tudo retirado, todos os três – adiamento e requerimento – estão retirados e esta Presidência vai marcar, na próxima quarta-feira, na semana do esforço concentrado – é esforço concentrado, não é remota, não. Vai ter esforço concentrado, vai ser até bom, parece que deu certo – viu, Líder? –, porque vão estar todos os Senadores aqui para votar com a digital na próxima semana do esforço concentrado. E aí a gente vai ver mesmo se vão estar os 27 aqui para votarem, titulares ou suplentes; se vão estar os 81 lá no Plenário para votar de liberação das autoridades e a gente vai ver como cada um vai votar. Está tudo certo. Quem vai votar "sim" vai votar "sim"; quem vai votar "não" vai votar "não". Mas, pela última vez eu não estou atendendo quem apresentou o requerimento e retirou; não estou atendendo quem apresentou no momento, achava que ganhava, que ia perder e que hoje mudou de posição; eu estou tentando ser fiel à Presidência da Comissão a tentar, da melhor maneira possível, dar o encaminhamento. Qual é o meu encaminhamento? Quando terminar a reunião da sabatina de autoridade na próxima quarta, eu vou convocar uma reunião extraordinária para depois da sabatina da autoridade do STJ e do TST, aqui nesta Comissão, nós vamos ter uma reunião extraordinária deliberativa para a gente deliberar esse projeto. E eu espero que estejam os 54 aqui – os 27 titulares e os 27 suplentes – para a gente votar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas se não vai haver discussão...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Fora do microfone*.) – Vai haver.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vai haver...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ainda vai haver?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – ... mas nós vamos votar. Vai ser na quarta-feira que vem. Nós vamos continuar a discussão e vamos votar. Essa é a minha decisão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Deve botar para votar logo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Senador Irajá.

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - TO. Pela ordem.) – Presidente, eu queria apenas me somar à sua decisão porque, veja bem, nós...

(*Soa a campainha.*)

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - TO) – Eu também não quero entrar aqui, Presidente, na questão ideológica ou na questão religiosa, eu sei que muitos aqui acabam conduzindo ou norteando a sua decisão por isso, e eu não quero entrar aqui nesse debate. Nós estamos aqui com um projeto sério para o país, um projeto de geração de emprego, de renda, para fazer do turismo brasileiro um dos turismos mais visitados do planeta Terra. Infelizmente, o Brasil não está no calendário do turismo mundial, infelizmente, com todo potencial que nós temos, e esse projeto trata disso, inclusive.

Mas, acima disso, Presidente, nós recebemos 38 emendas de Parlamentares que estão procurando contribuir com o projeto. Agora, pela manhã, nós recebemos mais cinco emendas, e eu também não vou entrar no mérito se elas são factíveis ou se não são factíveis, mas que requerem um tempo para que a gente possa fazer uma avaliação serena e equilibrada e, sendo prudente, sendo factível, nós possamos admiti-las ou não.

Então, a sua decisão do adiamento de discussão não atende apenas ao bom senso, Presidente David, não apenas ao bom senso com que o senhor conduz essa Presidência da Comissão de Constituição e Justiça, mas também à necessidade de o Relator poder avaliar essas novas emendas que foram apresentadas. Por isso o posicionamento do Senador Rogério Carvalho, do Senador Eduardo Braga, creio que teve outro colega também que apresentou uma opinião semelhante, para que, na semana seguinte, conforme V. Exa. já decidiu, como Presidente desta Comissão, nós possamos fazer um debate sereno, equilibrado. E que vença realmente quem tiver mais voto, porque nós vivemos aqui numa democracia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria apenas aplaudir a sua decisão e me somar a esse esforço para que possa prevalecer, meu colega, amigo, Senador Girão, o bom senso.

Essa matéria já tem mais de um ano aqui. O Presidente Davi foi extremamente atencioso, extremamente prestativo à Oposição, inclusive fazendo muito mais do que o Regimento desta Comissão exige na obrigação de Presidente desta Casa, portanto a gente tem que ter neste momento também bom senso. É isso que eu peço.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Sr. Presidente, rapidamente, só para falar para o senhor que eu reconheço o seu esforço, quero deixar isso claro, o espírito democrático que o senhor teve desde o início com relação a esse tema, encontrando um caminho para a gente buscar o diálogo. Particularmente – eu sempre lhe disse isso também –, o senhor falou que nós tivemos audiências – com "s" – públicas, e não tivemos; nós tivemos uma audiência pública num assunto tão polêmico como esse.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Então, eu me expressei mal. Pode tirar o "s" do "audiências".

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pois é, para o senhor ver como esse assunto mobiliza.

Mas eu quero reconhecer e dizer que é uma decisão política, compreendo isso, como também os requerimentos são decisões políticas, faz parte do jogo democrático. Não houve nenhum descumprimento de acordo, isso é importante deixar claro. As emendas que foram rejeitadas e foram aceitas parcialmente são emendas de redação, está claro, não precisava do adiamento; mas é uma decisão política.

Eu queria ter aproveitado, Senador Plínio, aqui, a oportunidade de ter essa votação hoje por um aspecto: estava aqui o Líder do Congresso, do Governo do PT no Congresso, do Governo Lula, e ele fez um voto, e eu passaria décadas para fazer um voto tão bem-feito como o do Senador Randolfe Rodrigues contra o jogo, fortemente contra o jogo, em 2017. Então, eu gostaria que, em homenagem a ele, a gente tivesse hoje votado aqui, porque eu ia relembrar o voto, mas fica para a próxima semana.

Muito obrigado.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Mas não ia dar para ele votar, porque ele não é membro desta Comissão.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu acho que eu não ia dar nem a palavra para ele. Mas as pessoas têm o direito também de evoluir, não é? De repente ele mudou de 2017 para cá.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Isso não é evolução, não, Presidente, perdoe-me. (*Risos.*) Isso é retrocesso.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, pode ser que ele queira. Eu nem sei o voto dele.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Presidente, esse...

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu quero parabenizar o senhor pela sua postura. Realmente, o senhor foi tolerante, foi longânimo com cada um de nós querendo adiar, querendo votar. Então, quero parabenizar a liderança do senhor e agradecer a construção política. Acima inclusive do Regimento, existe a construção política, o momento, o respeito aos colegas. Então, quero agradecer ao senhor e parabenizá-lo. Eu, particularmente, queria que fosse votado hoje, mas eu reconheço que o senhor foi longânimo comigo, com Girão, com Flávio, com Magno, com todos, e é justíssima a construção a que o senhor chegou neste momento.

Muito obrigado e parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Muito obrigado, Senador Seif.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Presidente, eu só quero...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente, vai ser item único? Vai ser item único, não é?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vai ser item único, na próxima reunião...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Único, nominal...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Nominal.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perfeito, perfeito.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Presidente, quero só destacar que esse é um tema complexo e suscita paixões. Acho que adiar uma semana é uma questão bastante razoável, dado o que estamos vendo.

Eu tenho preocupações, Senador Irajá, muito grandes em relação à publicidade. Parece-me que, em relação, por exemplo, a essas *bets* que foram aprovadas, está havendo uma publicidade abusiva; eu só vejo isso na TV, em intervalos comerciais.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – É verdade.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – E é claro que todo negócio tem direito de fazer a sua publicidade, mas a gente tem que tomar cuidado sobre se isso não estimula um vício exagerado nessa matéria. Até gostaria de ver se nesse projeto teria alguma previsão a respeito desse tema.

Mas eu pedi a palavra mesmo, Sr. Presidente, para elogiar a sua posição. Eu concordo em adiar por uma semana, não vejo problema nenhum nisso.

Sabemos que é um tema controverso e cheio de paixões, uma semana não faz ali grande diferença. E nós todos vimos, fomos testemunhas de que V. Exa. atendeu continuamente os contrários ao projeto, assim como os favoráveis ao projeto, para o tema ser amadurecido.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Senador Moro.

Senador Plínio Valério.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM. Pela ordem.) – Preocupou-me... Eu ouvi o senhor falar "item único". Da próxima reunião de quarta ou da extraordinária?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Da extraordinária. A quarta é sabatina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Ah, tá. Porque a gente daqui a pouco vai ler o relatório...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É, exatamente.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Fica para quarta. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Item 7, solicitação do Senador Jorge Seif.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 410, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para disciplinar as modificações e as adequações destinadas ao uso não convencional dos veículos automotores.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Jorge Seif

Relatório: Favorável ao Projeto.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, primeiramente, de novo quero agradecer a V. Exa., porque é um momento especial – gostaria de pautar isso aos demais Senadores e Senadoras – desse projeto. Vocês sabem que veículos *off-road*, jipes, *buggies*, além de amantes da natureza, protetores da natureza, eles muitas vezes geram renda e emprego para questões turísticas, e esses veículos, para escalar dunas, para escalar montanha, para andar em cima de terra e, especialmente nesse momento, Senador Marcos Rogério, em que nós vimos o que os "jipeiros" fizeram no Rio Grande do Sul, dedicando seus carros, arriscando suas vidas e seu patrimônio para ajudar as pessoas gratuitamente, de coração, solidariamente... Existe hoje...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando uma pessoa, Senador Davi Alcolumbre, nosso Presidente, quer alterar uma questão de roda, uma questão de um acessório, um *snorkel*, um bagageiro, um alargador de roda, tudo isso tem uma burocracia, custo, e as autoridades policiais, respeitando o Código de Trânsito Brasileiro, muitas vezes multam, muitas vezes recolhem o veículo. E o que nós queremos? Para aqueles itens, Senador Marcos Rogério, que alterarem as características de segurança – eixo, etc. – continuarão sendo necessárias as vistorias, as autorizações, mas quando essas pessoas colocarem acessórios, que é o caso para subir duna, fazer passeios na natureza, pedra, mato, então que eles estejam dispensados futuramente, quando eles forem fazer vistoria... Eles, então, alteram as características do veículo sem movimentar Inmetro, certificado de segurança do veículo – quando se tratar exclusivamente de acessórios.

Hoje eu creio que é muito oportuno, Senador Carlos Viana, porque nós vamos prestigiar uma classe que se demonstrou importantíssima e imprescindível no momento de enchentes do Rio Grande do Sul, porque esses veículos, Senador Marcos Rogério, com as rodas que têm, com os acessórios que têm, conseguem atravessar enchentes, são mais altos do que muitas vezes as alturas das águas, e salvaram inúmeras vidas, salvaram inúmeros animais, prestaram um serviço humanitário importantíssimo.

Então, gostaria de ir direto, se o meu Presidente me autorizar, para a análise.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Claro.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente, Exmo. Sr. Davi Alcolumbre, nos termos do art. 101 do Regimento Interno, compete à CCJ opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias. Sendo esta a única Comissão a se posicionar acerca da proposição em análise, compete-lhe também opinar sobre o mérito da proposta.

Preliminarmente, registramos que a matéria sob exame não apresenta vícios de constitucionalidade formal, uma vez que o tema da proposição está compreendido no campo da competência legislativa privativa da União, consoante dispõe o art. 22, XI, da Constituição Federal.

Ademais, não se trata, Sr. Presidente, de matéria submetida à iniciativa privativa do Presidente da República, nos termos do §1° do art. 61 da Carta Magna.

No que concerne à juridicidade, o projeto corretamente altera o Código de Trânsito Brasileiro. Note-se, ainda, que não se trata de matéria cuja disciplina exija a aprovação de lei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

complementar, motivo pelo qual a lei ordinária revela-se o instrumento adequado à sua inserção no ordenamento jurídico nacional.

A proposição, Sr. Presidente, ora em análise não conflita com nenhuma outra legislação. Também não há impedimento quanto à regimentalidade, ou seja, o projeto de lei é aderente às normas regimentais desta Casa e não há reparos a fazer quanto a sua técnica legislativa.

No mérito, Sr. Presidente, entendo que a aprovação da proposição dará ao proprietário de veículos a possibilidade de melhor adaptar seu veículo não só às suas preferências, mas principalmente às suas necessidades, de maneira mais célere, uma vez que elimina uma etapa burocrática no processo.

Ademais, a alteração proposta já explicita alterações necessárias aos veículos fora de estrada, *off-road,* jipes e *buggies*. Essas alterações possibilitam maior segurança e capacidade de trafegar em estradas e caminhos com alto grau de dificuldade. Entretanto, ainda que não seja mais necessária a prévia autorização, os proprietários, Sr. Presidente, dos veículos modificados deverão observar os critérios e parâmetros que atestem as condições de segurança do veículo.

Ademais, o inciso VIII do art. 230 tipifica como infração grave conduzir veículo sem ter sido submetido à inspeção de segurança veicular, quando obrigatória.

E o meu voto, Sr. Presidente, em homenagem aos bugueiros de todo o Brasil, aos veículos *off-road* de todo o Brasil, aos jipeiros de todo o Brasil, especialmente de minha Santa Catarina e nossos irmãos gaúchos, que prestaram um excelente serviço à sociedade brasileira: ante o exposto, somos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei nº 410, de 2022, e, no mérito, peço às Sras. e aos Srs. Senadores pela sua aprovação.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pelo carinho e pela homenagem...

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA. Para encaminhar.) – Presidente...

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – ... que o senhor faz aos jipeiros e bugueiros de todo o Brasil.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA. Pela ordem.) – Presidente, eu só quero fazer uma sugestão ao Relator para não pedir vista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Só pedindo pela ordem: pedido de vista, Sr. Presidente.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Ah....

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Deu uma força para o Weverton, agora. (*Risos.*)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Nem me deixou fazer a sugestão, poxa! Economizou o meu pedido. Deixe, que eu falo com o Relator então.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Então fica concedido vista coletiva, nos termos regimentais. (*Pausa.*)

Senador Plínio Valério, deixe-me fazer uma ponderação a V. Exa., mas vou aguardar a sua manifestação para a gente dar um encaminhamento para a discussão dessa proposta de emenda à Constituição.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Sim, vista coletiva: Senador Fabiano Contarato, Senador Weverton e Senador Alessandro Vieira – vista coletiva.

Quanto a essa proposta, querido Senador Plínio Valério, para a qual V. Exa. foi designado Relator por esta Presidência, eu fiz um compromisso com V. Exa. e também com o autor do projeto da PEC, que é o Senador Vanderlan, e outros Senadores, que, assim que V. Exa. entregasse o relatório a esta Comissão, na semana seguinte eu pautaria a proposta. Conversei com vários Senadores, com várias Senadoras, tanto da base do Governo como Senadores de oposição, e vários Senadores solicitaram desta Presidência – inclusive uma conversa que tive com V. Exa. – a possibilidade de nós fazermos...

Senador Seif, parabéns!

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado por tudo. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Há possibilidade de, nesta Comissão, nós realizarmos uma audiência pública que, do ponto de vista regimental, é importante fazermos e é amparada pelo Regimento para instrução da matéria, da proposta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na verdade, eu recebi o relatório e, como fiz um compromisso com V. Exa., coloquei uma semana depois, mas houve, no dia de hoje, várias solicitações.

Eu queria fazer uma consulta: eu prefiro que V. Exa. solicite a audiência pública, como Relator da matéria, do que eu aguardar o ofício de um ou outro Senador que quer fazer para o encaminhamento dos convidados. Eu aguardo que V. Exa. possa conversar com esses Senadores, como, por exemplo, o Líder Eduardo Braga, do MDB, e o Líder Jaques Wagner, do PT, que gostariam de sugerir nomes para participar dessa audiência pública. Eu queria que V. Exa. fosse o signatário do requerimento, já que V. Exa. é o Relator e, provavelmente, V. Exa., como Relator, vai presidir toda a audiência pública para a instrução dessa proposta de emenda à Constituição.

Fiz essa introdução para tentar fazer, agora, o questionamento/pedido a V. Exa.

V. Exa. quer fazer a leitura do relatório, e nós, da mesma maneira como fizemos em outra oportunidade, pela decisão desta Presidência, suspendermos a discussão, marcarmos uma audiência pública nesse intervalo, para fazer e atender a essas manifestações de vários Senadores, e, depois, retornar para a pauta o projeto já tendo sido lido por V. Exa. e apresentado? Porque já foi... Já está no sistema. Mas, regimentalmente, a gente avançaria uma etapa. Ou V. Exa. prefere não fazer nada, fazer a audiência pública e tentar fazer ou não uma adequação no relatório apresentado, e depois nós iniciarmos a discussão, após a audiência pública?

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – O único problema que eu vejo aí, Presidente, é que, após a audiência pública, que nós poderemos fazer na terça, já quarta está pronto, quando eu ler o relatório, vai ter pedido de vista. Aí, é mais uma semana perdida.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Então, vamos...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – A minha preocupação é essa. Aí, eu pergunto se é exatamente isso.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É porque, quando faz, quando suspende no mesmo critério do outro, quando eu suspendo para fazer uma audiência pública, abre um novo espaço para pedido de vista, não é isso?

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Isso. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu, o pensamento era ler hoje, para ter o pedido de vista hoje, para fazer audiência pública na terça, e, na quarta-feira, já estar tudo pronto.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, a vista, não. Suspender. Eu vou suspender, como eu fiz no outro episódio...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Não, deixe eu só passar a minha ideia, para ver se eu estou correto ou errado, Davi. O Secretário está aí para me dizer.

Qual era o meu pensamento hoje? Ler o relatório. Alguém vai pedir vista, com certeza, ao mesmo tempo em que eu já pedi audiência pública para terça-feira. Quando voltar do pedido de vista para quarta-feira, a audiência pública já foi realizada, e a gente pode ir para a discussão e votação. Senão, vai perder mais uma semana, porque, na próxima quarta-feira, alguém vai pedir vista e é mais uma semana que se vai.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É, não vai dar para fazer como V. Exa. quer fazer, regimentalmente.

Eu posso suspender, marcar audiência, que pode ser na terça...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Mas o pedido de vista suspende a discussão?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Suspende a discussão por uma única vez. Esse é o problema. Os Senadores estão pedindo mais tempo para discutir... É o que ele está dizendo.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – O Secretário...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – A vista suspende...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Eu acho que a vista não suspende...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Suspende. E é uma única vez.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E os Senadores querem pedir mais tempo. E é justamente a audiência pública para tentar construir com V. Exa. um texto, porque vai ter muitas emendas apresentadas, e, se V. Exa. alterar, vai novamente abrir o prazo de discussão.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Porque nesse relatório constam as seis emendas, inclusive a do Senador Weverton, que foi acatada.

A minha preocupação, Presidente, é esta: a gente já tem uma semana com pedido de vista, com a audiência pública, e mais uma, quer dizer, acaba o mês, entra o recesso, as festas juninas estão aí, as eleições estão aí...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – "O pedido de vista do processo somente poderá ser aceito por uma única vez e pelo prazo máximo e improrrogável de cinco dias, devendo ser formulado na oportunidade em que for conhecido o voto proferido pelo relator, obedecido o disposto no §4º."

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Porque eu leria o relatório hoje...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Sr. Presidente, o senhor me permite...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só um minuto. Deixe-me ouvir o Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Pela ordem.) – É uma colaboração. Nós não estamos falando de um tema trivial. É uma alteração de altíssima relevância na condução da política econômica de um país tão complexo quanto o Brasil. Não vejo por que se tentar acelerar uma discussão dessa magnitude. Então, o primeiro encaminhamento de V. Exa. me pareceu mais adequado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Então, é esse que eu vou fazer, porque eu também estou achando que é o mais adequado, porque eu fui cobrado por vários Senadores ali...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Mas me permita...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – ... para que a gente fizesse uma audiência pública.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Eu vou usar exatamente essa alegação do Senador Alessandro de que é um tema altamente importante, que a gente tem que decidir logo, porque vai entrar o recesso, vai entrar a campanha política, e a gente não decidiu nada.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não vai, porque nós vamos fazer audiência pública na próxima semana e eu vou pautar na outra.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Deixe-me só resumir. Eu leria o relatório hoje, vão pedir vista...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, nós vamos suspender, porque, se pedir vista, vai dar esse problema de que o Alessandro falou.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Vamos lá! Continuando, então: audiência pública, terça-feira; quando amanhecer quarta, já temos o resultado da audiência pública, o seu compromisso comigo continua de o relatório estar em pauta, e nós não perderíamos... Aí vem o pedido de vista, é mais uma semana, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Plínio, mas vai acontecer, porque isso está há um ano com essa conversa de requerimento. Eu acabei de falar ainda agora aqui.

Deixe-me fazer uma ponderação para a gente tentar encaminhar. Eu acho que a gente pode hoje não fazer a leitura do relatório – minha sugestão –, fazemos uma audiência pública na próxima semana...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – ... que pode ser terça ou pode ser quinta, porque não vai mudar...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Não, não. Terça-feira, eu vou pedir para terça-feira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, mas não dá para fazer... Sobre o esforço concentrado da semana que vem, eu acabei de falar que uma parte da reunião da Comissão na quarta vai ser para deliberação de autoridades; e a outra parte, para deliberação de um item único, que é o PL dos jogos.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Na quarta isso?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Na quarta. Então...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Eu quero a audiência na terça ou na segunda. Eu venho de Manaus na segunda-feira para a audiência pública.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – E eu estarei junto aqui, com o Senador Plínio, na segunda-feira.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – O que eu não quero, Presidente, é...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Na terça, vai estar todo mundo, porque é esforço concentrado. Eu só queria atender essa questão do prazo e a gente marcava uma data para colocar na próxima quarta, após o esforço concentrado, ou 15 dias depois, como a gente já fez várias vezes aqui.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Aí chegou o recesso...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O recesso é só em 15 de julho...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não acaba o mês também. Hoje é dia 12, estão faltando 35 dias para o recesso.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Vamos imaginar a última semana...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Estão faltando cinco quartas-feiras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Vamos imaginar a última semana com festa junina. É isso que eu estou... Eu estou ponderando no que eu vi aqui, durante cinco anos e meio, no que eu trouxe de aprendizagem da Câmara Municipal de Manaus e no que aprendi mais aqui. Então, a experiência minha diz que, se não for feito assim como eu estou pedindo, já era nesse semestre.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu vou fazer... Eu vou fazer...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – E é muito importante, como o Alessandro disse, para a gente deixar para depois.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Me perdoe, me perdoe, mas eu queria... Eu fui... Vários Senadores, quando eu falei que ia propor audiência pública, se retiraram, porque confiaram que a audiência pública eu ia deferir e fazer.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Com certeza. Eu peço audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – E eu queria fazer nestes termos, então: V. Exa. apresenta o relatório, eu vou suspender, não vou conceder vista – igual foi na outra matéria. É uma coisa extraordinária, mas atende em parte V. Exa. e atende em parte os outros que querem audiência pública. V. Exa. lê o relatório, apresenta o relatório; eu suspendo a discussão sem pedido de vista; fazemos a audiência pública; na próxima reunião, a matéria entra em discussão e, se alguém quiser pedir vista, vai pedir só por sete dias. Resolve o problema.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Mas o senhor se compromete que se vote ainda neste semestre?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É o que eu quero falar, eu quero...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Pela ordem.) – Novamente, pela ordem, Sr. Presidente, é apenas para colaborar com a belíssima atuação da Presidência no dia de hoje.

Matérias complexas exigem discussão acertada, ajustada, tem que ter tempo, não é uma coisa simples, não, trivial. Então, é muito meritória a preocupação por acelerar, mas acabamos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

falar numa matéria anterior de muito menor complexidade de impacto da importância do debate que se arrastou por mais de um ano – requerimento de adiamento, requerimento de pauta, volta para a pauta –, mas ainda não é uma questão com o Banco Central, pelo amor de Deus.

Então, eu entendo a urgência que alguns empregam, mas a gente tem que avaliar muito bem e ouvir muita gente com relação a este tema.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Mas eu ouvi muitas ponderações, Senador Plínio, sobre a audiência pública.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM. Pela ordem.) – Embora uma semana seja pouco tempo, já está no sistema há uma semana esperando emendas. Foram apresentadas seis emendas pelos Senadores que estão atentos. Cada um decide o que fazer da sua vida, mas estava há uma semana aí.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Mas pode apresentar, é isso que eu quero... É isso...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Podem continuar apresentando emendas.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Até o encerramento da discussão.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – O que eu estou preocupado, Presidente, é que não seja votado neste semestre, até o final de junho; se nós perdermos mais 14 dias, não será votado.

Vamos lá, vamos fazer, com a sua paciência de budista, que eu também tenho. Vamos aqui. Vamos lá.

Quantas quartas-feiras nós temos?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Cinco.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Deixa... Eu coloco a minha posição e o senhor vai ponderando, e o contrário...

Ah, o Marcos quer colaborar. Marcos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – A ponderação que eu faria, Presidente, é porque, assim, ler o relatório hoje e não ter o pedido de vista caminha em prejuízo ao Relator.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Sim, sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Então, a ideia de fazer audiência pública e fazer a leitura na sequência é muito mais inteligente, porque a matéria vai estar no calor do debate, então o Relator...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – E é verdade, nós estamos com pouco Senador aqui. Eu vou ficar com a... Senador Plínio, vou ficar com a sua...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu tenho a mesma tese do...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vou ficar com a sugestão... Vou decidir. Vou ficar com a sugestão do meu querido Vice-Presidente, Senador Marcos Rogério. Nós vamos encerrar a reunião da Comissão agora, não vamos fazer a leitura do relatório, não vamos fazer...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Ah, não, então, tudo bem, tem um outro projeto.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – É, mas, Presidente, eu vejo nos filmes americanos, o cara, quando vai para a forca, tem direito a pedir, pelo menos, a comida de preferência. Deixe-me fazer o meu último pedido. (*Risos.*)

Até os condenados lá à cadeira elétrica têm direito ao último pedido. Eu vejo isto nos filmes – a não ser que seja mentira –: "Qual o prato que o senhor deseja comer? Vai para a cadeira elétrica amanhã", aí o cara fala. Então...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – É. Não me deram o direito, Mourão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Então, deixa votar... Eu vou atender V. Exa...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Não me deram o direito de pedir meu prato...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – V. Exa. vai fazer um requerimento oral, sem nome de convidados, sobre a audiência pública da próxima terça-feira. Nós não vamos deliberar a matéria hoje. V. Exa. não vai ler o relatório. O relatório está à disposição. Vai-se fazer a audiência pública na terça-feira. Todos os Senadores terão conhecimento e terão prazo, porque V. Exa., na próxima reunião, vai fazer a leitura do relatório, e aí vai ter vista e vai voltar para a pauta sete dias depois.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – E o prazo para quem quiser apresentar os nomes para a audiência pública de terça-feira?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Pois é. Rápido e rasteiro.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Até sexta-feira, 18h.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Legal!

Então, vamos lá. Vamos só resumir. Vou resumir aqui e dizer qual o prato, que não é pirarucu de casaca, nem pato no tucupi, nem jaraqui frito.

Deixe-me falar aqui, Presidente, e vamos ver se eu entendi. Não se lê o relatório hoje...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. *Fora do microfone.*) – Exatamente.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – O prejuízo vai ser o mesmo: uma semana perdida – uma semana perdida.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Mas o problema é que, quando V. Exa. for ler, vai ter os 27 sentados aqui querendo ouvir.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É, é melhor fazer.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Se eu não aceitar, o senhor vai decidir, não é? (*Risos.*)

Então, deixe-me só ponderar...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Como se ouvisse, não é, Presidente? Como se ouvisse, porque, na hora em que se começa a ler relatório, ninguém ouve. Hoje, nós tivemos exemplo disso.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Tanto é que hoje eu ia direto ao voto. Aqui, por exemplo, se eu for ler, eu vou direto ao voto. Se o senhor me der a oportunidade de ler, eu vou direto ao voto, porque, se realmente é tão importante assim, se mexe com o Brasil assim, e todo mundo vai embora... Sem nenhuma crítica a ninguém.

Eu aceito, eu não quero ficar aqui ponderando...

A emenda do Senador Weverton foi acatada, viu, Weverton? A forma que foi...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eles foram embora, porque eu falei que ia ter a audiência no meio.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Vai ter, a gente combinou.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está bom.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Acordo é acordo. Acordo de vascaíno não pode ser desfeito.

Então, vamos lá. Eu peço audiência, mas já quero a data de terça-feira, dando o prazo até sexta para as sugestões de nomes.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Requerimento formulado pelo Senador...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Sexta não é tarde, Presidente, para convidar o pessoal?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É porque vai ter que avisar para todos eles que vai ter audiência na terça, que eu achava que ia ser na quinta, e V. Exa. pediu para antecipar para terça.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Aí seriam duas semanas perdidas.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Hoje é quarta, seis dias.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – É...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – A audiência é daqui a seis dias.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Não, porque, com o pedido de vista... Some sempre o pedido de vista.

Eu queria, na quarta-feira, avançar com isso.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não tem reunião da quarta. A quarta só tem esforço concentrado.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Ah, é? Não tem reunião da quarta?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É isso que eu estou falando aqui, desde o começo.

Na quarta-feira, vai ter uma reunião para esforço concentrado, para sabatinar, do lado direito ou esquerdo, um Ministro do TST e, do outro, um Ministro do STJ. Quando acabar a reunião da sabatina das autoridades, nós vamos iniciar uma reunião extraordinária com um único projeto. Não tem...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Davi, eu acho...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – É o Secretário ali que vai...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É, pode ser.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Eu acho que o prejuízo meu... Eu quero ficar livre disso. Eu leria isso hoje com o maior prazer para ficar livre deste relatório. E quem quiser que apresente emendas, quem quiser que apresente argumentos...

Eu falei com todo os segmentos, falei com os setores do Governo, e não apresentaram nenhuma emenda. Esteve à disposição por uma semana, ninguém deu bola durante esses meses todos a essa PEC. Ninguém deu atenção, e agora todo mundo vai dar atenção? Uma semana não foi suficiente?

Então, se for possível ler o meu relatório hoje, eu gostaria de ler e ficar livre disso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone.*) – Então, lê agora esse relatório.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – E ficar livre disso.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Nós não temos a presença dos Senadores. Eles saíram, porque eu falei que ia ter audiência. Perdoe-me. Vamos fazer a audiência na terça-feira, e eu vou até tentar resumir aqui o requerimento feito pelo Senador Plínio.

Não temos os convidados. Nós vamos aguardar a sugestão de até dez convidados, que é o que nós fizemos de compromisso, que podem ser cinco a favor e cinco contra, como queiram. Os Senadores querem sugerir alguns nomes, e V. Exa. vai ter alguns nomes para sugerir também.

Então, eu vou botar em votação um requerimento de audiência pública...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – A assessoria informa que o Senador Vanderlan apresentou o pedido de audiência pública. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Ele entregou o requerimento, mas, como ele não está presente e não marcou presença...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Eu subscrevo o pedido dele, para não fazer outro... então, faço outro. O que abunda..

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, eu vou fazer aqui e depois a gente vai sugerir os nomes, porque eu não sei quais são os nomes do Vanderlan. Daqui a pouco os outros Senadores querem colocar e o do Vanderlan está limitado à aprovação com nomes.

O requerimento de audiência pública para a próxima semana, terça-feira, que é dia... (*Pausa.*)

Dia 18. Pode ser 10h da manhã? Pode ser 10h?

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Que horas?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Dez horas da manhã da terça-feira?

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Então, em votação o requerimento proposto pelo Senador Plínio Valério de realização de audiência pública para a instrução da matéria da Proposta de Emenda à Constituição nº 65, aguardando o nome dos convidados, de no máximo dez participantes, para a audiência pública.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o requerimento de audiência pública permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Requerimento aprovado com data e horário marcados.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Certo, agora o pedido do meu prato. Não pode isso abrir, não sendo o tema único nessa extraordinária, ser para eu ler o relatório, dessa extraordinária que V. Exa. solicitou? Esse é o pedido do condenado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, eu me comprometi com todos os Senadores da confusão do projeto aí, que estarão os 54 aqui para votar.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Aproveitando, pois é, que vão estar os 54. A gente aproveita.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Lê o relatório na quarta-feira...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Lê o relatório, o item 2. Lê o relatório. Pronto: lê e dá vista na quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – V. Exa. pede, se os membros concordarem nessa reunião extraordinária, que nós vamos estar todo mundo aqui deliberando o PL dos jogos, aí eu incluo extrapauta.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Beleza, aí eu leio e alguém pede vista se a gente e...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É isso aí, pronto.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Aí, melhorou.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Então, ficou o negócio do almoço por último e deu certo.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Aí só melhorou porque teve o beijinho. Ia ser sem beijo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Então, pode ir para a forca agora.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA. *Fora do microfone*.) – Na próxima o senhor vai pagar o almoço.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Item 15.

ITEM 15

PROJETO DE LEI Nº 5073, DE 2019

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera o art. 302 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para estabelecer que se considera em flagrante delito quem subtrair coisa móvel que seja rastreada em tempo real, enquanto for possível o acompanhamento de sua localização.

Autoria: Senador Marcos Rogério (DEM/RO)

Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- Em 12/06/2024, foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Fabiano Contarato (dependendo de relatório);

- Votação nominal.

O autor da matéria é o nosso Vice-Presidente Marcos Rogério; o Relator da matéria é o Líder Flávio Bolsonaro. Ficou tudo no PL aqui, olha: isso aqui é nepotismo.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Bolsonaro para proferir o relatório.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Presidente, leio o relatório aqui de projeto de autoria do Senador Marcos Rogério.

Vem a esta Comissão para exame, em decisão terminativa, nos termos do art. 101, II, "d", do Regimento Interno do Senado Federal, o Projeto de Lei nº 5.073, de 2019, de autoria do Senador Marcos Rogério, que altera o art. 302 do Código de Processo Penal, para estabelecer que se considera em flagrante delito quem subtrair coisa móvel que seja rastreada em tempo real, enquanto for possível o acompanhamento de sua localização.

Em sua justificação, o autor informa que a noção de flagrante está relacionada à ideia da visibilidade do crime, em que a ação delitiva é perceptível de plano.

Dessa forma, aduz que com o avanço da tecnologia surgiu mais uma hipótese que pode ser considerada como flagrante delito: a dos bens subtraídos que possuam rastreamento em tempo real, por exemplo, os automóveis com rastreamento veicular e smartphones, uma vez que o bem e o criminoso continuam sendo perseguidos por meio de instrumentos tecnológicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está escrito no relatório aqui, Presidente, que não foram oferecidas emendas no prazo regimental, mas teve uma emenda de que eu vou fazer já apreciação, na sequência da leitura do relatório.

Da análise.

No mérito, entendemos que a proposta é conveniente e oportuna. O legislador deve estar atento aos avanços da sociedade de modo a atualizar o seu ordenamento jurídico vigente sempre que houver necessidade. A proposição e exame é fundada exatamente nessa premissa, haja vista que, quando da edição do Código de Processo Penal, o rastreamento de bens furtados em tempo real era algo inimaginável.

Como bem colocado pelo autor, no Projeto de Lei 5.073, de 2019, um dos requisitos da prisão em flagrante próprio é a visibilidade do delito, situação que permite a imediata prisão do criminoso por ser evidente o cometimento do crime e por estarem presentes indícios suficientes de autoria. O rastreamento em tempo real, independentemente do instrumento utilizado, tem exatamente essa característica.

Ademais, no nosso entendimento, a ampliação do conceito de prisão em flagrante terá um forte efeito dissuasório, no que se refere ao cometimento de crimes contra o patrimônio, em especial nos crimes de furto, roubo e receptação.

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei 5.073, de 2019.

E, Presidente, acabou de ser apresentada uma emenda, Senador Marcos Rogério, do Senador Fabiano Contarato, alterando aqui a sua proposta, que está, na verdade, inovando no art. 302, e ele só complementa aqui.

Como é que está a redação hoje do seu projeto, Líder Marcos Rogério?

> EMENDA Nº - CCJ (ao PL 5073/2019)
> Dê-se nova redação ao inciso V do caput do art. 302 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, como proposto pelo art. 1º do Projeto, nos termos a seguir:
> "Art. 302. .....
> .....
> V – subtrai ou se apropria de coisa móvel que seja rastreada em tempo real, enquanto for possível o acompanhamento de sua localização, ou adquire ou recebe tal coisa que sabe ou deve saber ser produto de crime." (NR)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que acontece é que isso aqui já é um tipo penal de receptação, acho que não vale a pena misturar, não tem sentido misturar, apesar de a intenção ser boa. Inclusive as previsões, as sanções são diferentes, a dosimetria é diferente, então para não misturar, eu estou rejeitando essa emenda no seu mérito, Presidente.

Esses são o relatório e o parecer sobre a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É rejeitada a emenda apresentada, por V. Exa.? É isso?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Em discussão, o relatório.

Concedo a palavra ao Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu primeiro gostaria de fazer um agradecimento ao Senador Flávio Bolsonaro, como Relator dessa matéria, pelo relatório que fez e pelo cuidado que teve com relação à apreciação da emenda apresentada.

Embora seja uma emenda de mérito, do ponto de vista da previsão legal, você tem um impedimento do chamado *ne bis in idem* em matéria penal e ali você está tratando de duas situações: uma é a situação do furto ou roubo, e a outra é uma situação da receptação, que já tem pena específica para o caso.

Então, até essa cautela que o Senador Flávio Bolsonaro tem, preservando a ideia da proposta, eu agradeço.

Hoje, o art. 302 do Código considera em flagrante delito quem: I - está cometendo a infração penal; II – acaba de cometê-la; III – é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração; IV - é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.

O que eu propus nessa proposta, nesse projeto de lei, foi ampliar o rol do flagrante delito para aqueles casos onde há o rastreamento. Você tem hoje dispositivos celulares, um aparelho de celular, por exemplo, que tem dispositivo de localização. Então, se você tem condições de monitorar onde está o equipamento e você acompanha o trajeto dele, esse dispositivo é capaz

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de determinar, no momento da apreensão, no momento da prisão do criminoso, o estado de flagrante. É o caso dos veículos. Se você tem um veículo que é furtado e tem lá um sistema de monitoramento, de rastreamento, tem a mesma condição. Hoje, até bolsa. Se você tem uma mala de viagem, tem um equipamento, um dispositivo que você compra, coloca na mala e sabe onde ela está. Se houve o desvio, o extravio, o furto ou o roubo, você consegue identificar.

Então, nós estamos ampliando o rol de possibilidade de prisão em flagrante considerando o avanço tecnológico. Veja que, não pela via legal, mas pela esteira do Judiciário, a hipótese de flagrante já foi elastecida para os crimes, por exemplo, virtuais, crimes praticados pela internet. Se alguém colocou um vídeo há um, dois, três anos, mas o vídeo está ativo na internet, a autoridade do Judiciário, o juiz, o desembargador, o ministro é provocado sobre aquela situação, vai determinar a prisão em flagrante porque está diante de um vídeo que continua ativo.

Então, a lógica aqui é uma lógica muito mais conectada com a realidade. A ideia aqui é proteger a sociedade brasileira, proteger o patrimônio das pessoas com essa inovação, dificultar a vida do criminoso e proteger a sociedade.

Parabéns ao Senador Flávio Bolsonaro pelo relatório que faz.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não há Senadores inscritos para discutir a matéria.

Está encerrada a discussão.

Essa matéria... Trata-se de votação nominal.

Consulto os Senadores e as Senadoras se podemos realizar votação única para o projeto e para a emenda, nos termos do parecer. (*Pausa.*)

Perfeitamente.

Os Senadores e as Senadoras já podem votar.

Quem vota "sim" vota com o relatório apresentado, do Senador Líder Flávio Bolsonaro. Quem vota "não" vota contra o relatório.

Solicito aos nossos assessores aqui que informem aos Senadores que nós estamos iniciando uma votação nominal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Sergio Moro.

Senador Marcio Bittar.

Assessores que devem estar acompanhando, por gentileza, informem aos seus Senadores que eles já podem votar, no processo de votação, pelo aplicativo, pelo sistema móvel.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Eduardo Braga, Senador Oriovisto, Senador Weverton, Senador Efraim...

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Com a palavra, o Líder Efraim Filho.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Quero perguntar a V. Exa. se, no intervalo, enquanto se espera o quórum, já podemos aprovar o requerimento para a sessão da semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Flávio, já deu o número mínimo necessário. Posso encerrar? (*Pausa.*)

Vou encerrar a votação. (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Votaram SIM 15; NÃO, nenhum.

Está aprovado o projeto e rejeitada a Emenda nº 1.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis. (*Pausa.*)

Vou votar... Presidente Mourão, tem dois requerimentos: o do Senador Veneziano Vital do Rêgo, do MDB, e o do Senador Efraim Filho, Líder do União.

Requeiro, nos termos do art. 58, II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que, na audiência pública objeto do Requerimento 3, de 2024, da CCJ,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seja incluído como convidado o Dr. Marco Aurélio de Medeiros Villar, representante da Associação Paraibana da Advocacia Municipalista (Apam).

Ambos os requerimentos tratam do mesmo convidado.

Coloco em votação conjunta os requerimentos do Líder Efraim e do Senador Veneziano para acrescermos esse nome à lista de convidados da audiência pública.

Os Senadores e Senadoras que aprovam os requerimentos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Esse nome será incluído no rol de convidados da audiência pública.

Qual é o número da PEC?

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – O número da PEC é 37, Presidente. É o item 6 da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É o item 6 da pauta.

ITEM 6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 37, DE 2022

- Não terminativo -

Modifica o art. 144 da Constituição Federal, a fim de incluir as guardas municipais e os agentes de trânsito entre os órgãos que compõem a segurança pública.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB) e outros

Relatoria: Senador Efraim Filho

Relatório: Favorável à Proposta, com uma emenda que apresenta.

Eu fiz um acordo com o Relator da proposta de emenda constitucional, o Senador Líder Efraim Filho: ele vai apresentar o relatório, e eu vou conceder de ofício vista coletiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Como Relator.) – Sr. Presidente, na sessão passada, este item já estava em pauta, houve a solicitação do amigo Exmo. Líder Jaques Wagner para ter um ano... Perdão, ter uma semana para apreciar...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Ele queria um ano mesmo, mas foi dada uma semana!

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Foi ato falho, mas foi uma premonição. (*Risos.*)

Ele queria uma semana para fazer uma apreciação, não teve nenhuma sugestão, mas, seguindo também aberto ainda para eventuais sugestões, fazemos o acordo hoje para só fazer a leitura do parecer e haver pedido de vista coletiva para que a gente possa avançar na tramitação.

O relatório está publicado, o parecer está publicado, peço vênia a V. Exa. para ir direto ao voto.

É uma PEC que tem como primeiro signatário o Senador Veneziano Vital e que modifica o art. 144 da Constituição Federal a fim de incluir guardas municipais e agentes de trânsito entre os órgãos que compõem a segurança pública.

Na linha do parecer já publicado, *ipsis litteris, o* voto é, em face do exposto, pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 2022, com o oferecimento da seguinte emenda:

> EMENDA Nº – CCJ
> Dê-se ao art. 144 da Constituição Federal, na forma do art. 1º da PEC nº 37, de 2022, a seguinte redação:
> "Art. 144. .....
> VII – guardas municipais;
> VIII – agentes de trânsito.
> ....."

Ambos inseridos nesse rol da segurança pública.

Qual é o fundamento, Presidente, só para deixar claro? Nós hoje reclamamos do avanço da criminalidade, do avanço das facções criminosas, da incapacidade de o Estado, poder político, poder coibir o avanço dessa insegurança, e nós já temos, dentro do arcabouço jurídico e administrativo, Senador Marcos Rogério, as guardas civis municipais e os agentes de trânsito, que,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no meu entender, são agentes fardados ali na rua, transmitem um sentimento de segurança à sociedade.

Se a pessoa passa pela rua e vê ali um agente de trânsito fardado, vê um guarda civil, aquilo ali está compondo o todo do arcabouço de segurança pública no Brasil, mas hoje eles não estão inseridos dentro desse sistema, até para que possam participar de atividades conjuntas, de fiscalização conjunta, até porque nem tudo é repressivo, você tem muitas ações preventivas em que os agentes de trânsito e a guarda civil podem ajudar.

Então, é esse o fundamento do nosso parecer, e aguardamos, após o pedido de vista, a votação do mérito da PEC.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. Fala da Presidência.) – Diante da construção política do acordo, fica concedida vista coletiva em relação à Proposta de Emenda à Constituição nº 37.

Eu queria, Líder Efraim, agradecer a V. Exa.; ao Senador Marcos Rogério, meu querido Vice-Presidente da Comissão; e a todos os nossos assessores que ficam aqui nos acompanhando no dia de hoje até 13h10 na reunião da Comissão.

Informo, querido Líder, que, na próxima semana do esforço concentrado – nós fizemos um compromisso político, como diz o Senador Randolfe Rodrigues, do Amapá, em definitivo –, na próxima reunião da quarta-feira da Comissão, nós vamos fazer uma sessão de sabatina de autoridades para a indicação do Corregedor Nacional de Justiça, Ministro Mauro Campbell Marques, e para a indicação para o Tribunal Superior do Trabalho, Ministro Dr. Fabrício. Em seguida, faremos uma reunião extraordinária desta Comissão, após a sabatina, com um único item na pauta, que é o PL dos Jogos. Foi um acordo construído. Muito tempo tirando-o de pauta, muito tempo colocando-o na pauta, e apareceram requerimentos de adiamento de novo, outro requerimento de retirada, e acabou que a gente fez um entendimento para que a última data em que nós vamos deliberar sobre esse assunto será na próxima quarta-feira, após a reunião ordinária de sabatina de autoridades, com uma reunião extraordinária desta Comissão, que vai deliberar um único item: discutir e votar o PL nº 2.234.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 12 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE JUNHO DE 2024, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e doze minutos do dia treze de junho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Sergio Moro, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Izalci Lucas, Fabiano Contarato, Zenaide Maia, Jaques Wagner, Teresa Leitão, Jorge Kajuru, Eduardo Girão, Jorge Seif, Eduardo Gomes, Esperidião Amin e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Paulo Paim e Wilder Morais, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Davi Alcolumbre, Marcio Bittar, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Oriovisto Guimarães, Marcos do Val, Weverton, Alessandro Vieira, Omar Aziz, Angelo Coronel, Otto Alencar, Eliziane Gama, Lucas Barreto, Rogério Carvalho, Janaína Farias, Ana Paula Lobato, Flávio Bolsonaro, Carlos Portinho, Magno Malta, Marcos Rogério, Ciro Nogueira e Mecias de Jesus. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 10/2024 - CCJ, de autoria Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR). **Finalidade:** Instruir o PL 226/2024, que "altera o Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal) para dispor sobre os critérios para aferição da periculosidade do agente, geradora de riscos à ordem pública, para concessão de prisão preventiva, inclusive quando da audiência de custódia.", de autoria do Senador Flávio Dino (PSB/MA). **Participantes:** Sr. Anderson Sobral de Azevedo, Juiz Auxiliar do Gabinete do Ministro Flávio Dino no Supremo Tribunal Federal (representante de: Flávio Dino de Castro e Costa, Ministro do Supremo Tribunal Federal); Sr. Douglas Fischer, Procurador Regional da República (representante de: Paulo Gustavo Gonet Branco, Procurador-Geral da República); e Sr. Vladimir Barros Aras, Procurador Regional da República e Professor da Universidade Federal da Bahia. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dezoito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Sergio Moro
Presidente Eventual da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/06/13

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição e Justiça da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para instruir o Projeto de Lei 226, de 2024, que altera o Decreto-Lei nº 3.689 (Código de Processo Penal), para dispor sobre os critérios para aferição da periculosidade do agente, geradora de riscos à ordem pública, para concessão de prisão preventiva, inclusive quando da audiência de custódia, conforme Requerimento nº 10, de 2024, da CCJ, de minha iniciativa.

A reunião vai ser presencial, sendo permitida a participação remota das Sras. e Srs. Senadores e dos convidados, por sistema de videoconferência, para exposições e debates, e será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, eu oriento aqui os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas: podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 061 2211.

Esse projeto de lei vem responder a anseios da população, que tem se preocupado com os critérios de definição de decretação da prisão ou de soltura de pessoas presas em flagrante em audiências de custódia.

Muito embora a audiência de custódia seja pertinente por permitir uma presença do preso junto ao juiz diretamente para que o juiz possa proferir uma decisão, o fato é que, em alguns casos, há solturas que têm gerado perplexidade.

O Projeto de Lei 226 é de autoria do agora Ministro Flávio Dino, que o apresentou quando era Senador, preocupado com essa questão da segurança pública, e vem também na linha de projetos que já tramitavam nesta Casa, como o Projeto de Lei 10, de 2024.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho aqui, antes de passar a palavra aos nossos convidados, uns dados interessantes, dados do próprio CNJ.

De 2015 a 2023, foram realizadas, segundo estatísticas oficiais, 1.155.125 audiências de custódia. Em 519.911 delas, ou seja, basicamente, 45%, foram concedidos o benefício da liberdade provisória aos presos. Eu tenho certeza de que os juízes, seja nas capitais, seja no interior do Brasil, fazem ali, buscam fazer o seu melhor trabalho e, em muitos casos, têm proferido as decisões corretas tanto de concessão da liberdade como, também, de decretação de eventual prisão preventiva. Mas, infelizmente, há casos que, muitas vezes, chamam a atenção, de solturas que geram perplexidade na sociedade, e a ideia do projeto é exatamente que nós possamos definir esses melhores critérios para orientar as decisões dos juízes.

Convidamos o Ministro Flávio Dino, que é autor do projeto, pessoalmente, ou pedimos que enviasse um representante. Convidamos, também, o Procurador-Geral da República, Paulo Gonet, ou pedimos que enviasse um representante. Agimos dessa forma, Dr. Anderson, para que o Judiciário e o Ministério Público, que são os maiores envolvidos nesse tipo de ato, possam fazer as suas colocações. O Congresso tem que se aproximar dos agentes do sistema de justiça criminal para que nós possamos ouvi-los na elaboração dessas leis e, no caso do Ministro Flávio Dino, em particular, porque ele é o autor do projeto.

Eu vou esclarecer aqui como vai ser o procedimento.

Seguindo o Regimento, art. 94, §§2º e 3º, o Regimento Interno da Casa, os convidados vão fazer as suas exposições, e, em seguida, será aberta a fase de interpelação pelas Senadores e Senadores inscritos. A palavra será concedida na ordem de inscrição. Vou conceder o prazo de 15 minutos para cada um dos expositores; são três expositores, então a gente tem um pouco mais de liberdade de tempo. E depois concederemos o tempo de três minutos para as indagações dos Senadores – se for o caso, ampliaremos –, e prazo para resposta para os Senadores.

Temos aqui presente para esta audiência o Juiz de Direito Dr. Anderson Sobral de Azevedo, que também hoje é Juiz Auxiliar no gabinete do Ministro Flávio Dino no STF. Eu até conversava antes com o Dr. Anderson, e seria interessante, doutor, antes de dar a sua exposição, o senhor expor as suas circunstâncias profissionais, muito ricas, a demonstrar a sua experiência para essa matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos também o Dr. Douglas Fischer, Procurador Regional da República, representando o Procurador-Geral Paulo Gonet; e o Procurador Regional da República Vladimir Aras, que vão fazer a exposição por meio virtual.

Então, nada mais havendo desses esclarecimentos, vou lhe conceder 15 minutos para a sua exposição, Dr. Anderson Sobral.

O SR. ANDERSON SOBRAL DE AZEVEDO (Para expor.) – Bom dia a todos. Saúdo a todos os presentes na pessoa de V. Exa., Senador Sergio Moro. É uma honra estar aqui nesta Casa, que tanto já entregou à sociedade brasileira, representando o Ministro Flávio Dino; representando também uma parcela da magistratura, que é a parcela que exerce a judicatura em comarcas em cidades pequenas. Como V. Exa. permitiu, vou fazer uma pequena digressão da minha experiência profissional e depois entrar propriamente no tema.

Exerço a judicatura no Estado do Maranhão, já há 21 anos, e, como Juiz estadual, comecei e tive praticamente quase toda a minha carreira em cidades pequenas, comarcas de 20 mil, 30 mil, 50 mil, no máximo 100 mil habitantes. Recentemente fui promovido para a entrância final, que é São Luís. Então, essa possibilidade que o senhor permite – e por meio do Ministro Flávio Dino –, em um tema de extrema importância para a sociedade brasileira no tocante à segurança pública, tema premente na sociedade atualmente, dessa percepção de um juiz de comarcas pequenas tenho certeza de que ajudará e muito esta Casa a conduzir os trabalhos desses projetos de lei.

Trago também a mensagem do Ministro Flávio Dino, que, como V. Exa. falou, foi, enquanto Senador, o autor de um dos projetos de lei, que é o Projeto 226, de 2024, o qual caminha junto com o projeto de lei proposto por V. Exa., que é o de nº 10, também de 2024.

Então, desde o início da minha carreira, eu consigo perceber, eu e os colegas da magistratura estadual, na verdade, os colegas da magistratura nacional, conseguimos perceber a contribuição que esta Casa e o Congresso Nacional como um todo vêm dando à sociedade brasileira no desenvolvimento de um processo penal mais eficaz e, ao mesmo tempo, mais respeitoso dos direitos humanos. Então, quando eu fui aprovado no concurso e comecei a exercer a judicatura numa comarca muito pequena – mas que, apesar de pequena, traz as complexidades de qualquer outra comarca ao redor do Brasil –, logo após a comunicação de uma prisão em flagrante, eu simplesmente, num despacho muito simples, de poucas linhas, homologava a prisão em flagrante e o preso permanecia preso, permanecia naquela condição de custodiado até o fim do processo; salvo se, por meio de um advogado ou, nas comarcas que dispunham, de um defensor público, houvesse um pedido de liberdade provisória.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com o passar do tempo, a sensibilidade do Congresso Nacional, recebendo influxos da ciência jurídica, fez avançar o processo penal, no sentido de que a prisão em flagrante fosse pré-cautelar, ou seja, ela serviria apenas para impedir a continuidade daquela ação criminosa e para angariar meios de provas existentes lá no local do fato, no local do crime. Passado algum tempo, houve outros avanços, como a alteração de 2011 do Código de Processo Penal. Já àquela altura, a prisão em flagrante não podia mais continuar. Como eu disse, ela passou a ser tida não só pela doutrina, mas pela legislação nacional como uma medida pré-cautelar, e, efetivamente, o juiz deveria avaliar se relaxava a prisão em flagrante, no caso de ela ser ilegal; se concedia liberdade provisória naquele momento, caso não houvesse os requisitos da preventiva; ou se convertia a prisão em flagrante em prisão preventiva, caso presentes os requisitos. Até esse momento, era possível a decretação da prisão preventiva de ofício, mas houve a obrigatoriedade de o juiz verificar elementos concretos de cautelaridade, ou seja, elementos concretos que indicassem algum tipo de periculosidade em relação à liberdade do imputado, daquela pessoa que foi flagrada cometendo um crime.

Logo em seguida, alguns anos após, na reforma de 2019, já recebendo influxos de decisões do próprio Supremo Tribunal Federal, mas também de elementos doutrinários da ciência jurídica, este Congresso Nacional, mais uma vez, fez evoluir o nosso sistema de Justiça criminal, no sentido de tornar obrigatória a realização de uma audiência de apresentação da pessoa presa ao juiz da causa; como todos sabemos, é chamada de audiência de custódia. Passou, então, a ser direito de toda pessoa presa a apresentação, logo após sua prisão em flagrante, à autoridade judiciária para, presencialmente, verificar aquelas circunstâncias que antes o juiz verificava sem ter contato direto com a pessoa presa, com o custodiado. Nessa audiência de custódia, o juiz passou a verificar todas aquelas circunstâncias, mas também a ouvir a pessoa custodiada. Não é possível, nessa audiência, produção de prova. É direito do preso dar a sua versão ou falar aquilo que ele e a sua defesa entendam necessários para avaliação do magistrado. E é nessa audiência que o órgão do Ministério Público faz o requerimento, se achar necessário, de conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva.

Então, Senador e presentes, podemos perceber que, em poucos anos, saímos de um modelo em que prisão de quem responde a um processo era automática para um modelo em que há necessidade de verificação de elementos de periculosidade. Isso se deu em pouco tempo, mas não foram desenvolvidos elementos de concretização de um conceito muito importante para essa medida que é o de garantia da ordem pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não tenho dados científicos, estatísticos, mas eu tenho certeza de que eu não erro em dizer que quase a completude das prisões preventivas é dada com base na garantia da ordem pública.

Penso que, ao longo desses meus 20 anos de carreira, em pouquíssimas ocasiões, eu decretei prisão preventiva para garantia da aplicação da lei penal, até porque a questão da periculosidade em relação à fuga é muito peculiar e, em pouquíssimas situações, também para conveniência da instrução criminal, porque também é muito peculiar a produção probatória de elementos indiciários de que o imputado vai prejudicar o processo. Quase na totalidade das vezes é prisão preventiva para garantia da ordem pública. Entretanto, esses, que são o que a gente chama de conceitos jurídicos indeterminados, são muito, mas muito abstratos.

Ao longo desse pouco tempo em que saiu a prisão em flagrante automática para a cautelaridade das medidas de restrição da liberdade durante o processo, na magistratura – e eu digo por experiência própria –, fomos construindo, aos poucos, elementos de concretização desse conceito jurídico indeterminado, e isso num debate jurisprudencial. O juiz de primeiro grau decreta com base em um elemento, porque ele acredita que esse elemento é o que concretiza a ordem pública, mas há todo um debate jurisprudencial até chegar, às vezes, aos tribunais superiores – STF e STJ –, e isso causa um certo tipo de insegurança jurídica.

Então, utilizando as próprias palavras do Ministro Flávio Dino, a ideia do projeto de lei proposto por ele é no sentido de criar um roteiro, um roteiro de concretização dos elementos que podem vir a ser considerados pela magistratura, pelos juízes, no sentido de encontrar elementos num roteiro melhor delineado. Isso diminui a insegurança jurídica, em sentido de decisões díspares, como V. Exa. acabou de dizer, e também no sentido de que melhora a avaliação dos juízes, porque os juízes, numa audiência de custódia, ou melhor, nós juízes, em uma audiência de custódia, temos que extrair elementos concretos de periculosidade para dar completude a esse conceito jurídico determinado chamado ordem pública apenas com elementos colhidos daquele momento do crime, porque, na audiência de custódia, são elementos levados apenas em relação à prisão em flagrante, e elementos colhidos em, no máximo, 24 horas.

V. Exa. foi juiz e sabe bem disso, mas é para que o nosso público presente e os que nos assistem tenham a percepção da dificuldade da magistratura ao realizar um juízo de probabilidade da periculosidade do agente, para dar completude a um conceito chamado ordem pública, com elementos de prova colhidos em 24 horas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na audiência de custódia, é muito difícil o juiz fazer esse tipo de juízo de valoração; já em pedidos de decretação de prisão preventiva, no curso do inquérito policial ou no curso do processo, não, pois há muito mais elementos para os juízes trabalharem, já que tanto a autoridade policial, quanto o Ministério Público vêm angariando, com mais tempo, elementos indiciários de prova. Na audiência de custódia, a única coisa que está diante, os únicos elementos probatórios que estão diante do magistrado, para decidir em relação à liberdade ou à constrição da liberdade do imputado, são elementos de provas colhidos na realização da prisão em flagrante, em até 24 horas. Então, são elementos muito... Às vezes, são poucos elementos para que o magistrado consiga valorar aquela situação de periculosidade.

É exatamente sob esse ângulo que o projeto de lei do Ministro Flávio Dino vem trabalhar e propor a esta Casa e ao Congresso Nacional como um todo uma evolução do nosso sistema de justiça criminal, no sentido de dar um roteiro mais concreto para que os juízes e todos os operadores do sistema de Justiça possam trabalhar e trazer não só mais segurança jurídica, como também mais segurança pública.

Agradeço a oportunidade e me coloco à disposição de V. Exa. e dos presentes.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Agradeço a exposição do Dr. Anderson. Foi cartesiano no tempo, Dr. Anderson. Muito obrigado.

Eu falava aqui, agora há pouco, dos dados estatísticos. Tem dados na página do CNJ, e esses dados nós pegamos no *link*, que tem uma transparência ativa.

Do início de 2015, quando foram criadas as audiências de custódia, inicialmente por resolução do CNJ, até 19/01/2023, que foi quando nós coletamos esse dado – hoje os dados são mais amplos –, foram 1.155.125 audiências de custódia, e, em 45% dos casos, 519.911, foi concedida liberdade provisória; houve 2.659 prisões domiciliares e 632.480 prisões em flagrante convertidas em preventiva. Em princípio, vê-se um certo equilíbrio. O problema é que, como eu disse, a gente tem casos que são talvez excepcionais nessas solturas, mas que têm gerado uma certa percepção negativa em relação às audiências de custódia, ao ponto de existirem propostas para acabar com elas. Esse projeto me parece interessante porque não acaba com a audiência de custódia, até porque é um instrumento importante para a formação da convicção do juiz, mas, pelo menos, define critérios.

Eu vou colocar alguns exemplos aqui que nós pegamos da imprensa:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Preso em flagrante por estupro de criança de 11 anos é solto em audiência de custódia. Isso motivou uma matéria jornalística da Band. É aquela velha história: a polícia prende, mas a audiência de custódia solta;

- Preso em flagrante portando fuzil AR-15, em circunstâncias que indicam integrar organização criminosa, é solto em audiência de custódia;

- Preso em flagrante por tráfico de drogas e que causou grave acidente após fugir com seu veículo da polícia é solto em audiência de custódia;

- Preso em flagrante, líder de facção criminosa é solto em audiência de custódia.

Embora sejam exemplos pontuais – e, como disse, eu tenho convicção da seriedade dos juízes em fazerem essa apreciação –, a falta de critérios e a falta de obrigatoriedade de verificação desses critérios podem estar gerando essas consequências e acabam, no fundo, fazendo com que o instituto seja visto como a porta giratória de criminosos para a sociedade.

Vamos passar a palavra, então, ao nosso próximo expositor e ouvir agora o Dr. Vladimir Aras, que é Procurador Regional da República. Ou o Douglas Fischer? (*Pausa.*)

Vamos ouvir, então, o Dr. Douglas Fischer, que está representando o Procurador-Geral da República, Paulo Gonet. Ele é Procurador Regional da República e tem vários livros publicados em matéria penal e processual penal.

Vou passar a palavra, então, doutor, agradecendo a sua disponibilidade, pelo prazo de 15 minutos. (*Pausa.*)

Há um problema técnico aqui. Está certo? (*Pausa.*)

Acho que está liberado o microfone, doutor. Quer testar?

Ele me ouve lá? (*Pausa.*)

Caiu? Querem tentar com o Aras? Não? (*Pausa.*)

Então, vamos colocar o Dr. Aras enquanto resolvem o problema do... (*Pausa.*)

Tudo certo? Está aberto lá? (*Pausa.*)

Então, peço para entrar o Dr. Aras no *link*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Admitiram o Dr. Fischer? Está pedindo a admissão ali. (*Pausa.*)

Entrou?

O SR. DOUGLAS FISCHER (*Por videoconferência*.) – Alô, vocês me escutam?

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Agora escutamos.

Então, retomando, Dr. Douglas Fischer, Procurador Regional da República, representando, no ato... (*Pausa.*)

É a conexão aqui ou a conexão lá?

O SR. DOUGLAS FISCHER (*Por videoconferência*.) – Não, eu estou ouvindo agora.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Está ouvindo?

O SR. DOUGLAS FISCHER (*Por videoconferência*.) – Estou ouvindo agora. Tive um problema provisório. Eu peço desculpas, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Perfeito.

Então, ao Procurador Regional da República Douglas Fischer, eu passo a palavra por 15 minutos.

Está conectado ou não? (*Pausa.*)

Pode falar, então, doutor, porque daí aparece. Perfeito. A palavra é sua, e agradeço mais uma vez sua presença.

O SR. DOUGLAS FISCHER (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito bom dia a todos. Faço minha saudação e agradecimento ao Senador Sergio Moro, minha saudação ao Dr. Anderson, ao Dr. Vladimir, colega do Ministério Público, e a todos os presentes neste evento.

Peço desculpas por não estar pessoalmente aí nessa Casa legislativa, mas, infelizmente, as situações pelas quais passam o nosso Estado do Rio Grande do Sul agora, sem aeroporto, inviabilizaram completamente eu estar presente aí para apresentar essa fundamentação.

É um momento muito importante para podermos falar sobre esse tema. Eu gostaria de explicitar que estou no Ministério Público Federal há pouco mais de 28 anos, atuando sempre na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

área criminal. Atualmente, eu atuo perante o Tribunal Regional Federal da 4ª Região em competência penal originária em grau recursal de toda a região sul do Rio Grande do Sul, em matéria penal. A partir dessas experiências dentro do trabalho do Ministério Público, talvez eu possa trazer algumas ideias a essa Casa de justiça.

Como dito pelo Dr. Anderson aqui, todos nós buscamos um aperfeiçoamento da legislação e creio que nós andamos muito bem nos últimos anos, com a audiência de custódia. Sim, ela é muito importante. Também partimos para uma situação legislativa em que nós temos agora o que nós chamamos, no "juridiquês", medidas cautelares diversas da prisão. Nós tínhamos uma opção apenas: liberdade ou prisão. Hoje em dia, nós temos as medidas cautelares que propiciam ao juiz a aplicação de outras restrições que não necessariamente a prisão preventiva, sendo a prisão preventiva, digamos assim, a última das hipóteses, desde que não sejam recomendáveis essas medidas substitutivas de uma prisão cautelar.

Mas me parece que é preciso deixar mais explícito na legislação brasileira algumas necessidades, até para evitar interpretações que, às vezes, permitem essas conclusões ditas pelo Senador Sergio Moro quanto a uma incompreensão de que determinadas pessoas são presas e depois soltas em audiências de custódia ou até em momentos posteriores.

Nós temos uma especificação muito importante na nossa legislação. Eu creio que a nova redação do art. 312 do Código de Processo Penal já melhorou muito. Este projeto de lei que está em andamento é muito detalhista, e creio que é importante a aprovação deste projeto, mas, se me permitirem todos, eu gostaria de trazer algumas pequenas sugestões, porque eu tenho acompanhado diuturnamente a jurisprudência dos tribunais, especialmente a do Supremo Tribunal Federal. E que ótimo que o então Senador Flávio Dino, hoje integrante do Supremo Tribunal Federal, lá está, exatamente para dar uma aplicabilidade a este projeto de lei – que oxalá se transforme em lei! –, para uma melhor concretização dos princípios que nós temos quanto a uma questão de justiça.

É importante destacar, Senador, antes de eu fazer essas pequenas anotações pontuais, se me permitirem, referir que, ao contrário do que se diz reiteradamente, o Brasil, é claro, em alguns casos, prende mal, mas o Brasil solta muito. Em muitas situações, solta mal aquelas pessoas que deveriam estar presas, e talvez em outros casos nós deveríamos ter liberdades condicionadas, sim, e não prisões cautelares. Mas em crimes graves nós vemos muitas circunstâncias que acabam permitindo interpretações alargando a possibilidade de prisões, quando nós temos a necessidade da prisão cautelar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, dentro dessa ótica que muitos dizem de que o Brasil é punitivista, nós precisamos recordar aqui que o Brasil foi condenado 13 vezes na Corte Interamericana de Direitos Humanos, e, nas 13 vezes em que o Brasil foi condenado, todas elas foram por uma deficiência na aplicação da lei para responsabilizar aquelas pessoas que cometeram os fatos criminosos. Em nenhuma das vezes, em nenhuma, o Brasil foi condenado por desrespeitar direitos dos investigados ou processados. Isso é um dado muito importante. Nós tivemos mais duas condenações neste ano de 2024 e, infelizmente, nós temos procedimentos em andamento naquela corte de direitos humanos que ensejarão, provavelmente, outras condenações do Brasil.

Então, nós temos que atentar para isso e temos, como um norte, como uma obrigação brasileira, adequar a nossa legislação também no que diz respeito às prisões cautelares.

Dentro dessa ótica, eu analisei o projeto. Ele é, repito, muito bom, mas talvez a explicitação de algumas questões... Primeiro, no §4º, na proposta da redação do §4º, se diz que não se pode decretar uma prisão cautelar com base na gravidade abstrata do crime; e isso é verdade. Entretanto, talvez fosse importante deixar mais expresso ainda o que a jurisprudência do Supremo vem dizendo, que a gravidade concreta do crime... Nós podemos fazer essa interpretação a *contrario sensu*, sem dúvida nenhuma, mas devemos deixar expressa a possibilidade de uma decretação de uma prisão preventiva considerando a gravidade concreta do crime praticado. Pois veja, dois casos relatados há pouco em notícias de jornal: alguém que esteja fazendo importações de fuzis AR-15 certamente não irá utilizar esse tipo de armamento para uma defesa pessoal. Certamente – e isso não é uma presunção, isso é um fato da vida –, essas pessoas estão utilizando para a prática de crimes graves, e isso já revela, por si, uma gravidade concreta.

Eu atuo em processos de tráfico internacional de drogas – e o Senador Sergio Moro, durante o período em que foi juiz federal, visualizava isto muito na sua competência penal –, e o tráfico internacional de drogas traz ao Brasil absurdas quantidades de drogas que, muitas vezes, ficam aqui e outras são repassadas para a Europa. E eu pego seguidamente procedimentos de tráfico de uma tonelada, uma tonelada e pouca, de cocaína. Isso, se nós formos ver o valor dessa mercadoria, é absurdo, e a quantidade dessa droga revela o quê? Revela uma concretude, uma gravidade concreta. E, algumas vezes, a tese trazida para o Judiciário é que essas condutas, na verdade, não são graves. No nosso entendimento, elas são muito graves.

Por essas circunstâncias, talvez constar na lei, neste projeto, que é possível a decretação, e de uma forma expressa, com base na gravidade concreta, seja algo importante a reafirmar. Por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quê? Porque a jurisprudência, especialmente do Supremo Tribunal Federal, já vem reconhecendo isso. O STJ também, mas o Supremo tem reiteradamente dito isso.

E, se me permitem todos, agora no dia 11 de junho – hoje é dia 13 –, foi publicado um Acórdão, que eu cito o número aqui, 239.217. É um *habeas corpus* de n° 239.217, da relatoria do Ministro Edson Fachin, onde ali o Supremo explicitamente – e era um caso envolvendo lavagem de dinheiro e organização criminosa – reconheceu com todas as letras a necessidade da prisão preventiva, por conta da gravidade concreta da conduta praticada por aqueles envolvidos que queriam uma liberdade no processo. Então, essa é uma primeira sugestão, se me permitem, humildemente, para que seja considerada.

Nós temos no projeto também, no §3°, o que o juiz deve considerar na aferição da periculosidade do agente que possa gerar riscos à ordem pública. E o Dr. Anderson foi também aqui muito feliz nas suas considerações: a expressão "ordem pública" – e quem trabalha com o processo penal sabe disto – é muito fluida, é muito aberta. Quanto mais nós pudermos concretizar as situações que caracterizam o risco à ordem pública, melhor. E o meu receio é que se faça uma interpretação de que os incisos do §3º, que são quatro hipóteses ali destacadas, sejam cumulativos e não alternativos.

Talvez pudesse constar que não é necessária a presença de todos os requisitos de forma cumulativa, porque eu posso ter, por exemplo, uma grande quantidade de drogas – que é um exemplo de tráfico – ou de armamentos, que se insira no inciso III, que revele uma gravidade concreta, que demande a aplicabilidade da prisão cautelar, e eu não tenha, eventualmente, naquele caso, elementos maiores sobre uma eventual recalcitrância criminosa, que seria do inciso IV.

Nesse ponto, inclusive, faço uma pequena sugestão ainda, porque o inciso IV fala do "fundado receio de reiteração delitiva, inclusive à vista da existência de outros inquéritos e ações penais em curso". Talvez fosse importante não restringir apenas a inquéritos, que são procedimentos titularizados – e muito bem – pelas polícias, mas também a procedimentos de investigação. Nós temos hoje, na linha do que reconhece o Supremo Tribunal Federal, a possibilidade da realização dos chamados procedimentos de investigação criminal, PICs, que são titularizados pelo próprio Ministério Público, e me parece que talvez constar explicitamente nesse inciso essa possibilidade, e não apenas a de inquérito, seja relevante, não permitindo depois uma interpretação restritiva de que apenas inquéritos seriam fundamentos para a decretação de uma prisão cautelar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais um detalhe que eu acho importante, uma explicitação – e eu a faço também com base na jurisprudência –: parece-me correta a alteração legislativa que exigiu e exige, hoje, o reconhecimento da contemporaneidade para fins de necessidade de prisão cautelar, só que há muitas interpretações dizendo que essa contemporaneidade deveria ser em relação à data dos fatos praticados. A jurisprudência do Supremo – corretamente, na minha ótica; e esse é o posicionamento majoritário também – vem dizendo que a contemporaneidade não diz só com a data do fato, mas com quando surgiram os fundamentos para a prisão cautelar.

Apenas exemplificando um pouco: eu posso estar diante de um fato criminoso muito grave, que aconteceu há dois ou três anos, mas eu descubro a autoria dos fatos apenas hoje. Alguns posicionamentos dizem: como se passaram três anos e eu só descobri hoje, eu não teria uma contemporaneidade, de modo que não seria cabível a prisão preventiva. O Supremo diz: não, nós descobrimos hoje um fato grave que aconteceu há três anos, mas os fundamentos da cautelaridade, da necessidade da prisão se fizeram presentes agora, porque foi agora que nós descobrimos esse fato investigado, de que antes não se sabia.

Então, talvez pudesse constar na legislação de forma expressa que a contemporaneidade, na linha da jurisprudência, não diz apenas com a data dos fatos praticados, mas quanto ao surgimento – ou seja, alternativamente – dos fundamentos da prisão cautelar.

Seriam essas, digamos assim, algumas sugestões, se me permite este Parlamento, para deixar muito claro que não se quer com isso, em hipótese alguma, uma situação que vá gerar um encarceramento maior. Não. É para reforçar que aqueles casos realmente graves...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DOUGLAS FISCHER (*Por videoconferência.*) – ... devam ser submetidos a um regime de prisão cautelar. E, em razão disso, nós vamos ter a necessidade também de os processos serem mais ágeis, porque, quando nós temos uma prisão cautelar, o processo tem que andar mais rápido.

E isso vai atender o quê? Vai atender exatamente o que é determinado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, e o colega Vladimir Aras, com todos os seus méritos, tem – e está agora à distância, porque tem representado muito bem a nossa instituição e o Brasil, que é o mais importante, perante a Corte IDH... E a corte tem dito que nós temos que atuar com muita eficiência e celeridade na resolução dos problemas dos crimes graves.

Então, essas sugestões, eu quero deixar muito claro aqui, não têm um viés de que nós vamos acarretar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. DOUGLAS FISCHER (*Por videoconferência.*) – ... um encarceramento maior. Não! O que nós temos que ver é que nós precisamos ter explicitamente a possibilidade dessa previsão e, naqueles casos menos graves, o juiz hoje já pode resolver os problemas com a aplicabilidade do que eu disse bem no início, as chamadas medidas cautelares diversas da prisão, previstas lá no art. 319 do Código de Processo Penal, o que, repito, é muito importante porque, como falei, antes disso nós tínhamos ou liberdade ou prisão, e isso dava uma margem de situações que talvez devessem ter uma medida cautelar menos gravosa, mas era concedida a liberdade diretamente porque não estava tão explícita a situação para uma prisão preventiva.

Então, eminentes Senador, Senadores e todos presentes, são pequenas sugestões, com toda a humildade, com a finalidade exclusivamente de que esta Casa Legislativa permita ao Poder Judiciário – e ao Ministério Público também – ter um instrumento de eficácia mais firme para esses crimes mais graves, ou seja, a necessidade que nós temos, sim, de reconhecer que uma gravidade concreta enseja uma prisão cautelar.

Então, modestamente, humildemente, eu apresento essas pequenas considerações, agradecendo muito esta oportunidade para tecer pequenas e rápidas sugestões a esta Casa Legislativa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Agradeço ao Procurador Douglas Fischer.

Aproveitando a presença na participação virtual, e já diante dessa sugestão que foi feita, parece-me, lendo aqui o projeto, claro que os incisos do §3º, para a redação proposta, são alternativos, não são cumulativos – não sei se essa também é a opinião do Dr. Anderson.

Mas, para fazer claro isso, e aí indago não só ao Dr. Fischer, mas também ao Dr. Anderson, se se colocar a partícula "ou" no último inciso não resolveria essa questão interpretativa, ou se seria necessário algo adicional.

Dr. Fischer.

O SR. DOUGLAS FISCHER (*Por videoconferência.*) – Perfeitamente, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que só colocando a alternatividade já resolveria e evitaria interpretações no sentido de que seriam cumulativas.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Também é a sua opinião, Dr. Anderson? (*Pausa.*)

Não estamos contrariando aqui a *mens legis* do Senador Flávio Dino? Então, está bom.

Eu vou passar a palavra, então, ao Dr. Vladimir Aras. Vamos ouvir o Dr. Vladimir Aras. Depois, nós abrimos para as perguntas.

Nessa linha da perplexidade, talvez o Dr. Aras possa também abordar este tema, algo que tem gerado também indignação na população são casos de pessoas que foram presas em flagrante, soltas em audiência de custódia e, logo em seguida, são novamente presas em flagrante, ou seja, gerando aquele sentimento de, realmente, ser uma porta giratória, de o sistema não estar conseguindo segurar.

Eu tenho aqui alguns exemplos: "Preso em flagrante por tráfico de drogas é liberado em audiência de custódia e preso novamente em flagrante, alguns dias depois, por novo crime de tráfico. Preso em flagrante por furto é liberado em audiência de custódia e preso novamente em flagrante, no mesmo dia [este foi um tema que correu], em nova tentativa de furto. Preso em flagrante por furto é liberado em audiência de custódia e, no trajeto para casa, é preso novamente, após furtar uma motocicleta".

É claro que o juiz não tem uma bola de cristal para saber a previsão do futuro, mas essas solturas têm sido também um problema para a própria legitimidade do instituto.

Vou passar a palavra ao Dr. Vladimir Aras, que também é Procurador Regional da República, autor de vários livros e estudos sobre o tema.

Temos ele?

Dr. Aras, tem a palavra.

O SR. VLADIMIR BARROS ARAS (Para expor. *Por videoconferência.*) – Escutam-me? O.k.

Muito bom dia a todos e a todas. Cumprimento os Senadores na pessoa do Senador Sergio Moro. Cumprimento também os companheiros de painel, o Dr. Anderson e o colega Douglas e quem mais esteja aí, os demais Senadores e Senadoras, os servidores do Senado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu peço, primeiro, desculpas por não poder estar presente aí, porque, infelizmente, eu perdi minha conexão para Brasília. Neste momento, estou no aeroporto de Atlanta, nos Estados Unidos. Mas eu quis contribuir, atender ao chamado do Senado para contribuir para esta discussão tão importante sobre este Projeto de Lei nº 226, de 2024, que aborda um tema deveras preocupante para a sociedade brasileira.

Nós estamos diante de um incremento cada vez maior da criminalidade. Nós estamos diante de uma expansão significativa do crime organizado. Nós estamos presenciando o surgimento de uma empresa gigantesca no Brasil, que tem diversificado a sua atividade econômica em vários segmentos do mercado, que é aquela facção cujo nome vou me dispensar em dizer. Isso exige, evidentemente, do Senado, da Câmara dos Deputados, do Judiciário, do Ministério Público, da Polícia, de todos nós, um esforço para que nós aperfeiçoemos a investigação criminal, nós aperfeiçoemos o julgamento, com critérios epistêmicos, epistemológicos adequados, para que não haja condenações equivocadas. Evidentemente também, isso passa por uma construção de um marco normativo consistente, que corresponda a essa necessidade, sem que nós pensemos numa inflação legislativa, sem que nós pensemos em um recrudescimento do sistema penal sem amarra, sem nenhum critério. E é por isso que me agrada muito, tal como eu vi na exposição do meu colega Douglas Fischer.

Com isso, eu me apresento também: eu sou membro do Ministério Público Federal há 20 anos, fui Promotor de Justiça na Bahia por 10 anos e sou professor de processo penal desde 1999. Nessas três atividades, eu tenho visto que, efetivamente, nós precisamos aperfeiçoar, tornar mais claro o regulamento da prisão preventiva e das medidas cautelares, em geral, no Brasil, inclusive as cautelares patrimoniais.

Esse projeto parece-me que atende a esse pressuposto, a essa perspectiva de aperfeiçoamento. Parece-me, também, que, além de ser constitucional, é um projeto que atende plenamente a parâmetros de constitucionalidade e àquele outro parâmetro importante, o parâmetro interamericano de convencionalidade, de compatibilidade com o regime convencional, não só de proteção dos direitos humanos, como de outros tratados internacionais que cuidam do tema da criminalidade, sobretudo da criminalidade violenta e profissional.

Com isso, imagino que a ideia do então Senador Flávio Dino, quando propôs esse texto, foi de assegurar um equilíbrio entre garantias e eficácia do sistema penal. Acho que isso foi bem visto aqui, olhando para o §4º, por exemplo, quando se vedam alegações abstratas de gravidade do delito. Isso é positivo e está concertando com as posições dos tribunais superiores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vejo, também, que há uma grande resistência a avanços, do ponto de vista das garantias de liberdade, do direito de liberdade, no sistema criminal brasileiro, especialmente de alguns setores da sociedade, quando veem isso que o Senador Moro acabou de dizer, essa porta giratória em relação a criminosos repetitivos, digamos profissionais habituais, que, embora presos em flagrante, acabam sendo logo liberados, mesmo quando há situações que poderiam resultar em prisões cautelares.

Isso me parece algo que o projeto procura também resolver, então, nessas duas dimensões de garantia e eficiência, e nas outras duas dimensões de constitucionalidade e convencionalidade, concordando aqui com o que disse o meu colega Douglas Fischer, quando mencionou a jurisprudência interamericana e trouxe o dado de que, nas condenações que o Brasil sofreu, normalmente o que acontece, o que nós vemos, é uma reprimenda ao Brasil por falta de reconhecimento, por falta de efetividade na percepção criminal, ou seja, a falta de efetividade na percepção criminal, com o não cumprimento do dever de devida diligência, levou várias vezes o Estado brasileiro a ser responsabilizado internacionalmente por falhas da Polícia Civil, da Polícia Federal, da Polícia Militar, do Ministério Público Estadual, do Ministério Público Federal, ou seja, do sistema de justiça e também do Poder Judiciário.

Isso não pode continuar, na medida em que a desproteção a esses bens jurídicos também é significativa. Se nós precisamos pender muitas vezes para o lado das pessoas acusadas de crimes, para que não haja abusos, para que não haja violações de seus direitos, por outro lado, nós não podemos nos esquecer da vítima, da vítima criminal, e da quantidade de vítimas em potencial que um país violento como o Brasil tem.

Na linha do que os meus antecessores comentaram, quero, portanto, concordar com a sugestão também de que é preciso que o projeto seja aperfeiçoado apenas nesse tópico. Talvez as soluções simples sejam as mais precisas. No caso, não é uma vírgula, mas apenas uma partícula de duas letrinhas, ou que resolverá, parece-me, a principal questão que está aí nesse §3º, que é garantir a alternatividade da redação, para que nós possamos ver os juízes, obrigatoriamente – e é o que se quer –, sempre por ocasião das audiências de custódia, considerando a existência ou não desses requisitos. Se não estiverem presentes, não é caso de prisão preventiva; se estiverem presentes, aí se pode decretar a prisão preventiva a pedido do Ministério Público ou com a representação da polícia. Então, esse é realmente o ponto nodal da questão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na verdade, quando nós examinamos esse tema, tentando conciliá-lo com o direito comparado, com o direito internacional, vemos claramente que o texto também atende a uma regra, que, muitas vezes, é esquecida e está lá no artigo 11, §4º, da Convenção de Palermo.

A Convenção de Palermo é a convenção das Nações Unidas sobre crime organizado transnacional e trata obviamente de criminalidade, muitas vezes, violenta e de criminalidade vinculada também a organizações terroristas, porque pode se aplicar nesse mesmo contexto.

Então, se nós olhamos o artigo 11, §4º, ali está dito: "Cada Estado Parte providenciará para que os seus tribunais ou outras autoridades competentes tenham presente a gravidade das infrações previstas na presente Convenção quando considerarem a possibilidade de uma libertação antecipada ou condicional [...]". É exatamente o que o projeto pretende fazer.

Então, nessa perspectiva, além de ter uma índole claramente constitucional por proteger a segurança pública, proteger o direito à integridade física e pessoal de pessoas que não serão vitimizadas por assassinos, homicidas, estupradores, criminosos violentos, também corresponde a uma perspectiva de um compromisso internacional do Brasil, que está num documento aprovado pelo Senado e pela Câmara dos Deputados e que está em vigor no Brasil desde 2004.

E, já para me encaminhar para o final, eu gostaria também de dizer que o tema do *modus operandi* talvez mereça um aclaramento nessa mesma linha. Claro que a partícula "inclusive" como está – "o *modus operandi*, inclusive quanto ao uso reiterado de violência ou grave ameaça à pessoa" –, já deixa isso claro, mas talvez uma redação mais precisa pudesse ser alcançada, para que não houvesse dúvida quanto à natureza também exemplificativa desses termos depois da expressão "inclusive".

Por fim, eu gostaria de aproveitar a oportunidade, se o Senador Moro me permitir, para que nós pensemos aqui e reflitamos um pouco sobre a possibilidade de o Senado aprovar alguma legislação que trate também mais precisamente do tema de coleta de dados genéticos. Acho que nós podemos avançar nesse campo.

Vimos recentemente como é importante a utilização de perícias com material genético recolhido de criminosos, especialmente violentos, e, nesse contexto aqui, acho que caberiam talvez muito bem, na medida em que esse tipo de providência pode resultar na liberação de pessoas condenadas injustamente, como vimos recentemente, no caso de estupros em série, uma pessoa ser exonerada e inocentada, graças à existência desse material biológico.

Infelizmente, a nossa base de perfis genéticos é muito pequena ainda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador eu sei que acompanha isso desde a época em que estava no Ministério da Justiça, talvez antes disso também, mas, somando as duas coisas – esse texto e o que pode vir também nesse campo de perfis genéticos – nós poderíamos contribuir para que o Ministério Público, as polícias, em geral, e o Judiciário tenham melhores condições de prover justiça, sem excessos, sem que haja uma tentativa de incrementar o número de prisões, mas, sim, de prender, exatamente, aqueles que devem ser presos, os criminosos violentos, e aqueles que não devem sejam beneficiados com medidas alternativas, que já estão previstas no art. 309, do CPP.

Então, o aclaramento do texto do §3º, na minha compreensão, permite que os juízes tenham melhores condições de decidir, com precisão, com parâmetros que, muitas vezes, já são adotados pelos tribunais, aqui e ali, e já são empregados, também, pelo Ministério Público, para pedir prisões preventivas, de modo que, epistemicamente também, o projeto me parece bastante importante, para essa evolução sistêmica do processo penal brasileiro.

Com isso, agradeço a atenção e, de novo, renovo meus agradecimentos, também, ao Senado, pelo convite.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Obrigado, Dr. Aras, pela exposição.

Eu passaria, agora, à fase de indagações, tomando a liberdade de fazer até uma provocação aos três convidados sobre esse tema que foi destacado pelo Dr. Vladimir, se, nesse momento da prisão em flagrante, da audiência de custódia, seria possível, conveniente, pensar nesse momento também, como um momento para que houvesse uma deliberação do judicial, mediante provocação ou algo previsto automaticamente pela lei, para a coleta do perfil genético do preso.

Para nossa audiência, que nos acompanha pela TV Senado, entender, nós temos, desde 2012, a criação do Banco Nacional de Perfis Genéticos, no Brasil, que é, como se fosse, uma moderna impressão digital, que é a coleta do DNA do preso.

Eu sempre falo, brincando, Senador Girão, que coletar o DNA do preso não é igual a uma peça de Shakespeare, em que tem que se tirar uma libra de carne do coração do alvo, mas é, simplesmente, passar um cotonete na boca, tirar as células da mucosa e colocar nesse banco.

Isso é importante, porque possibilita solucionar vários crimes, possibilita também exonerar inocentes, e o interessante é que existem estudos que apontam que tem uma afetação do índice de reincidência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em países que têm bancos de dados de DNA mais amplos, como Reino Unido, Estados Unidos, que tem mais de 21 milhões, por exemplo, há estudos que apontam que coletar o DNA de um criminoso violento gera uma perspectiva de redução de até um quinto da reincidência, após a soltura daquele indivíduo. Por quê? Porque o indivíduo sabe que está registrado seu DNA num banco de dados. Então, se ele cometer qualquer novo crime e deixar algum resíduo biológico, que, hoje, pode ser um fio de cabelo, ele tem chance de ser apanhado.

Então, eu tomaria a liberdade de fazer essa primeira pergunta, tanto aqui ao Dr. Anderson, como, também, ao Dr. Douglas e ao Dr. Aras, se ainda conseguirem nos acompanhar, sobre a opinião dessa possibilidade, se seria pertinente inserir, nesse projeto, uma previsão dessa espécie.

O SR. ANDERSON SOBRAL DE AZEVEDO (Para expor.) – Inicialmente, eu gostaria de saudar o Senador Girão, aqui presente.

Senador Sergio Moro, eu acho de extrema importância e muito pertinente, porque, quando tratamos de projetos de lei...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDERSON SOBRAL DE AZEVEDO – ... sobre essa temática de criação de bancos de perfis genéticos, acaba se criando um debate muito grande, principalmente no meio jurídico, também, refletido na imprensa. Mas, como o Sr. Vladimir Aras bem citou, o perfil genético, bancos de dados desse tipo não servem só com viés acusatório; muito pelo contrário, todos nós já tivemos ciência de situações em que inocentes, após muito tempo de prisão, tiveram suas situações prisionais revertidas em função do desenvolvimento de bancos de dados de perfis genéticos.

Então, observando essa perspectiva, eu a acho por demais pertinente, e o momento mais adequado, certamente, seria o momento da audiência de custódia.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Nos acompanha? Teria uma opinião a esse respeito?

O SR. DOUGLAS FISCHER (Para expor. *Por videoconferência.*) – Perfeito, Senador.

Faço minha saudação...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DOUGLAS FISCHER – ... também ao Senador Girão e faço um acréscimo aqui, para dizer o seguinte: não vejo nenhuma inconstitucionalidade ou quebra de convencionalidade em adotarmos uma regra dessa natureza.

É importante dizer que esse tema de discussões sobre perfis genéticos está em pauta no Supremo Tribunal Federal para ser julgado, está em repercussão geral. Mas eu gostaria também de destacar aqui, como reforço argumentativo, Senador Moro, que o Supremo Tribunal Federal tem um acórdão paradigmático muito importante, mas muito importante mesmo, sobre o tema de direitos fundamentais, que está... Eu vou anotar aqui, fui buscar o dado agora, é o Recurso Extraordinário nº 971.959. Essa decisão é de 2020, do Plenário do Supremo.

O que se discutia ali? Um tema relacionado à não autoincriminação, a garantia constitucional e uma garantia convencional de não se produzir prova contra si mesmo. E o Supremo deu uma interpretação relevantíssima, dizendo que, dentro dessa ótica, essa garantia não é absoluta, que o direito a não se produzir prova pode ser restringido em determinadas situações, se não for atingido o que se chama de âmago da garantia constitucional e convencional daquele que está sendo investigado.

E, dentro dessa ótica, parece-me que a extração dessa informação genética não macula nem a integridade física, nem a garantia constitucional de não se produzir prova contra si mesmo. Ela precisa ser considerada assim – e me parece que essa é a compreensão dos ordenamentos que nós encontramos fora do Brasil, no sentido de admitir como válida essa produção probatória nesse momento – exatamente para ter uma dualidade: garantir uma eficiência na persecução; e, de outro lado, sim, ter uma segurança maior, inclusive para absolver naqueles casos em que não houver essa prova, que é muito importante em determinados crimes – crimes sexuais, inclusive –, para embasar absolvições quando for necessário serem feitas absolvições. Nós sabemos que, em alguns casos, acontecem, sim, condenações que depois vêm a ser revertidas, porque não se tem uma prova segura dessa autoria. Então, parece-me extremamente pertinente haver essa possibilidade, esperando que o Supremo Tribunal Federal reafirme essa viabilidade, como já fez nesse julgado a que eu me referi, 971.959, esse recurso extraordinário da decisão plenária de 2020.

Agradeço esta oportunidade novamente.

São as considerações que tenho.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Perfeito. Agradeço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pergunto ao Dr. Aras: tem uma consideração adicional sobre esse tema?

O SR. VLADIMIR BARROS ARAS (*Por videoconferência*.) – Tenho, Excelência, se me permite?

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Claro.

O SR. VLADIMIR BARROS ARAS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Então, eu agradeço, mais uma vez, ao Senador Moro e cumprimento o Senador Girão.

Para lembrar aqui, na linha do que foi comentado pelos dois expositores anteriores, nós teríamos uma ótima ocasião de fazer isso nesse projeto. Acho que não teríamos como superar a constatação muito clara de que esse tema já foi vencido por democracias, por estados liberais, por democracias sólidas, como nos Estados Unidos – onde estou – quando, em 1966, foi julgado um caso paradigmático, que é o caso Schmerber *versus* Califórnia. Foi decidido que a coleta de material genético é compatível com a Constituição dos Estados Unidos e seria compatível com a Constituição brasileira, sim, porque nesse aspecto as garantias são as mesmas, embora as garantias sejam descritas de forma diferente em momentos distintos da história de cada uma das duas nações, Brasil e Estados Unidos. Nesses aspectos, as garantias são as mesmas: dizem respeito à privacidade, dizem respeito à garantia de não autoincriminação, que estão reconhecidas nos dois sistemas constitucionais. Aqui a solução foi exatamente esta: acolher a possibilidade de coleta de material genético – lá é material biológico, no caso, em 1966, num contexto de uma criminalidade que sequer era muito significativa, é muito mais agora, depois de mais de 50 anos de evolução da criminalidade violenta. Em uma realidade como a nossa, brasileira, isso se mostra muito necessário com as cautelas devidas.

Um outro julgado que deveria ser mencionado, também aqui dos Estados Unidos, em 2003, o caso King. Mas eu queria ressaltar a importância de uma decisão da Corte Europeia de Direitos Humanos, de que a gente falou...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VLADIMIR BARROS ARAS – ...em algum momento, do sistema interamericano, e quero falar também do que a Corte Europeia de Direitos Humanos decidiu sobre esse aspecto de coleta de material biológico para fins de exames genéticos. Inclusive, em um caso chamado Saunders *versus* Reino Unido, de 1996, se estabeleceu a mesma concepção da possibilidade de se realizar essa coleta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Prof. Antonio Henrique Graciano Suxberger e o Prof. Valtan Furtado têm um texto muito bom sobre isso, mostrando essas linhas de julgados internacionais, ou do direito comparado, que permitem esse tipo de coleta.

Eu também escrevi um texto sobre isso, sobre essa possibilidade de diferenciar, na linguagem da Convenção da Corte Europeia e também na linguagem da Corte Americana, o que é *bodily evidence* do que é *testimonial evidence*, ou seja, da prova que é oral, daquela que é extraída, que seria extraída do investigado, do acusado ou réu, que não pode ser extraída de modo algum, porque ele tem direito ao silêncio.

Forçosamente, forçadamente ou mediante tortura, isso está vedado internacionalmente, há uma vedação absoluta da tortura, para esse fim, inclusive. Por outro lado, há a diferença do que se chama de *bodily evidence*, ou seja, evidência corporal, aquela que, como bem explicou o Senador Moro no começo, não gera nenhum tipo de lesão no indivíduo, que é apenas uma raspagem da bochecha, uma coleta de saliva ou de sêmen, que pode, como também lembrou o Dr. Anderson, há pouco, servir muito bem para inocentar pessoas, como, aliás, nós vimos acontecer recentemente no Brasil, e não é a única vez. Nos Estados Unidos, esse projeto Inocência...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VLADIMIR BARROS ARAS (*Por videoconferência.*) – ... que inspirou o projeto brasileiro, utiliza exatamente material biológico, felizmente recolhido e mantido – a importância da cadeia de custódia aqui – durante longos anos, armazenado nos depósitos das polícias americanas, que tem permitido inocentar pessoas acusadas de homicídio, condenadas, às vezes, à morte ou condenadas à prisão perpétua. Nós não temos essas penas, mas nós temos prisões que são terríveis, que são masmorras e não devem ser ocupadas por pessoas inocentes.

Então, nesse aspecto também, é importante introduzir, Senador Moro e Senador Girão, uma regra nesse dispositivo que permita, nos crimes violentos, determinar se a coleta de material genético, com todas as cautelas necessárias para a proteção de dados pessoais, para que não haja utilização desse material biológico para outras finalidades. Então, a gente tem que conectar esse texto. Deve ter, talvez, a ideia de se colocar um parágrafo que amarre a utilização desse material biológico apenas para os fins criminais, aliás, como acontece com interceptações telefônicas, à luz do art. 5º, inciso XII, da Constituição Federal, que determina o uso exclusivamente para fins penais.

Era isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Eu agradeço.

Até para o nosso telespectador entender essa questão, esse caso, Dr. Anderson, é o Maryland *versus* King, de 2013, lá nos Estados Unidos. A história é, mais ou menos, assim: um indivíduo chamado Jay King é preso por assalto à mão armada, provavelmente em flagrante. Coleta-se, pela lei de Maryland, o perfil genético de alguém que foi preso em flagrante por um crime violento; se insere no banco de dados dos Estados Unidos, com 21 milhões de perfis genéticos; e se descobre que o King também era responsável por um estupro, como eles chamam lá, de um *cold case*, que não tinha sido resolvido, mas dá-se a correspondência com o material biológico que tinha sido encontrado no corpo da vítima de um caso antigo de estupro. Aí ele é condenado pelo estupro, além de, depois, pelo assalto, e vai até a Suprema Corte norte-americana, dizendo que, para coletar, precisava de um mandado, e não tinha mandado judicial. A lei não exigia um mandado judicial. A Suprema Corte diz que coletar o perfil genético, que é, simplesmente, hoje, passar um *swab*, que é como eles chamam cotonete, na boca e aí tirar o perfil genético, é o equivalente a colher impressão digital, então, não fere o direito à não autoincriminação, porque ele não é obrigado a confessar, não é obrigado a revelar o que ele sabe, a não ser que a gente vá entender, agora, que nem impressão digital pode tirar mais de alguém que é investigado por um crime... Então, vamos transformar todo mundo em V. Exa... Temos que respeitar os direitos fundamentais, evidentemente, mas também não podemos gerar uma blindagem em torno de alguém que é investigado por um crime e que não pode também fazer nada em relação a ele.

Eu vou conceder a palavra aqui ao Senador Girão.

Senador Girão, para além dessa questão da coleta do perfil genético, da discussão sobre os critérios para a decretação de prisão ou colocar em liberdade na audiência de custódia após uma prisão em flagrante, é um tema em que eu vinha dizendo, inclusive, que existem propostas mais duras que querem simplesmente acabar com a audiência de custódia, porque as pessoas se revoltam, muitas vezes, com essa percepção de que gente perigosa é solta nessas audiências. Se nós não definirmos critérios e deixarmos essa porta de saída mais estreita, é o que vai acabar acontecendo, a aprovação de uma medida mais radical.

Concedo, então, a palavra a V. Exa., com o tempo de cinco minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para interpelar.) – Muito obrigado, Senador Sergio Moro.

Quero, primeiramente, cumprimentar o Dr. Anderson Sobral de Azevedo, que é Juiz Auxiliar do Supremo Tribunal Federal, do gabinete do Ministro Flávio Dino; quero também cumprimentar o Sr. Procurador Vladimir Aras, Procurador Regional da República e Professor da Universidade Federal da Bahia; assim como o Sr. Dr. Douglas Fischer, Procurador Regional da República, representante do Dr. Paulo Gonet, Procurador-Geral da República; pedindo desculpa aos senhores pela demora, pelo atraso, porque eu estava na reunião de Líderes até pouco tempo atrás e não deu para conciliar, mas estou aqui, a nossa equipe está desde o começo, o Roberto, o nosso assessor jurídico.

Mas, Senador Moro, antes de fazer as perguntas, eu queria cumprimentá-lo pela iniciativa desta audiência. O senhor tem feito um trabalho reconhecido por todos os colegas nessa questão da segurança pública, com muita responsabilidade, com muito equilíbrio, isso é muito importante. E o que o senhor acabou de falar, o senhor está aqui antecipando algo para evitar que algo mais drástico possa acontecer. Sabe por quê, Dr. Anderson? O sentimento crescente da população é um sentimento de que ela está percebendo a impunidade, ela vê isso. E essa audiência de custódia é algo em que é recorrente a reclamação da população. A gente percebe isso como quase um libera geral que está acontecendo, e é um problema grave do Brasil, a questão da violência. Nós estamos com índices de países em guerra há muito tempo, e são vidas, são mães chorando, são filhos e nós precisamos encontrar uma solução para isso.

Então, Senador Sergio Moro, assim como ele tem feito no enfrentamento à corrupção, que é uma... Eu estou na política por causa dele, é uma inspiração para mim a Operação Lava Jato. Ontem – parabéns pelo seu discurso –, não deu tempo para fazer um aparte sobre a questão da colaboração premiada, a importância dela, o senhor foi muito feliz e conte comigo, mas eu queria aproveitar aqui agora e fazer algumas perguntas sobre...

Primeiro, ao Dr. Anderson: em que medida a implementação de critérios mais objetivos para a prisão preventiva, como proposto, poderia realmente contribuir para a redução da criminalidade ou o aumento da segurança pública, da percepção da segurança pública no Brasil? Essa eu já deixo para o senhor.

Também para o senhor, uma que eu queria fazer aqui. É óbvio que os direitos de todo cidadão brasileiro têm que ser respeitados, claro. Porém, não é o que nós estamos vendo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

principalmente em processos que hoje estão tramitando na nossa Corte Suprema. Eu falo dos processos referentes a 8 de janeiro, por exemplo – lá, violações de direitos constitucionais básicos, além do devido processo legal e do princípio da ampla defesa e do contraditório. Hoje se liberam muitos criminosos graves, inclusive do colarinho branco, corruptos que saquearam os cofres públicos. O desmonte da Operação Lava Jato é um exemplo disso. Como o senhor, Dr. Anderson, vê essa situação, fazendo um paralelo com a importância de o respeito aos direitos humanos ser reconhecido na audiência de custódia? Então, faça um paralelo.

No meu modo de entender, está muito claro que nós temos presos políticos hoje no Brasil, não está ali na esfera do Supremo estar julgando isso, e a gente tem visto pessoas que sequer quebraram vidraça...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... absolutamente nada, sendo condenadas a 17 anos de prisão, quando estavam a 4km da Praça dos Três Poderes. Então tem alguma coisa muito grave acontecendo e eu queria lhe pedir a opinião sobre isso.

Para o Dr. Douglas Fischer – se o senhor me der essa tolerância, estou cumprindo aqui, acabo já –, Procurador Regional da República, eu pergunto aqui: em sua experiência, quais são os principais desafios enfrentados pelo Ministério Público ao argumentar sobre a periculosidade do agente para fins de decretação da prisão preventiva, em especial, por ocasião das audiências de custódia? E como o Ministério Público avalia os critérios propostos no projeto de lei: *modus operandi*, participação em organização criminosa, natureza de apreensões, receio de reiteração delitiva? Esses critérios são suficientes e adequados para a avaliação da periculosidade e da necessidade da prisão preventiva? Essa é a pergunta que eu faço.

E para o Dr. Vladimir Aras: qual impacto o senhor prevê que as alterações propostas terão na prática jurídica cotidiana, especialmente no trabalho dos procuradores e promotores de justiça, em casos de crimes graves? Com base em sua experiência, Dr. Vladimir, o senhor tem alguma sugestão adicional que poderia melhorar a eficácia e a justiça das medidas propostas no projeto de lei para aferição da necessidade da prisão preventiva?

E, por último, nós estamos convivendo com uma população amedrontada.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – A segurança pública no país inteiro é falha. O meu Estado do Ceará, por exemplo, Dr. Vladimir, é um exemplo claro das facções criminosas que estão dominando completamente a sociedade. Você tem que pedir autorização para entrar, à luz do dia, em certos bairros lá e famílias estão sendo expulsas pelo crime organizado. Eu lhe pergunto... Nós vemos que juízes, inclusive o STJ, têm colocado em liberdade criminosos de alta periculosidade, seja na audiência de custódia, seja na tramitação do processo. Eu pergunto: qual a sua visão sobre essa questão, que traz uma imensa sensação de impunidade na nossa população?

Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Obrigado.

Só antes de passar às respostas, nós recebemos algumas perguntas aqui pelo e-Cidadania, e algumas delas, Senador Girão, convergem com as indagações feitas por V. Exa. Então, eu tomo só a liberdade também de colocá-las aqui rapidamente. São duas:

André, do Rio de Janeiro: "Como o [...] [projeto define] os critérios para a prisão preventiva e a sua relação com a ordem pública e segurança?".

E Cristiany do Acre: "De que forma o projeto [...] busca equilibrar a preservação da ordem pública com a proteção dos direitos fundamentais dos cidadãos?".

Tem outras aqui, mas aproveito para formular essas duas dos nossos telespectadores, já que convergem com indagações feitas por V. Exa.

Eu vou passar, então, por três minutos, à resposta para cada um dos expositores, não necessariamente precisam utilizar todo o tempo.

Sobre eventuais indagações sobre casos concretos, tendo em vista as questões de limitações da magistratura, eu deixo à vontade o Dr. Anderson para responder ou não.

O SR. ANDERSON SOBRAL DE AZEVEDO (Para expor.) – Inicialmente, agradeço os questionamentos do Senador Girão. Gostaria de saudar a presença do Senador Mourão.

Os questionamentos de V. Exa. são extremamente importantes. Em relação ao que os projetos de lei, os dois projetos, tanto o do Ministro Flávio Dino, então Senador Flávio Dino, como o projeto de lei proposto pelo Senador Sergio Moro, podem contribuir para a percepção da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sociedade, para a segurança pública e, efetivamente, como esses projetos podem reduzir, melhorar e trazer mais eficiência à segurança pública em concreto...

Em relação à percepção da sociedade, no projeto de lei proposto pelo Senador Moro, na exposição de motivos – inclusive, o Senador citou isso hoje aqui nesta audiência pública –, segundo dados do CNJ, foram realizadas, desde o início de 2015, quando foi implantada a audiência de custódia, 1.155.125 audiências de custódia. Ao longo desses anos, na média, foram concedidas liberdades provisórias em 45% das situações das audiências de custódia, ou seja, o que isso quer dizer? Que mais da metade daqueles levados à audiência de custódia permaneceram presos – 55% permaneceram presos. Então, a despeito da percepção da sociedade em relação à audiência de custódia, na média, a audiência de custódia contribui para a prevenção – e aí entrando na segunda parte do questionamento – do cometimento de novos crimes, os dois projetos de lei preveem, como concretização do sentido de ordem pública, a probabilidade...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDERSON SOBRAL DE AZEVEDO – ... de reiteração delitiva. Isso fará com que aqueles que permanecerem presos, efetivamente, não possam voltar a delinquir. O que talvez venha gerando uma percepção não tão positiva das audiências de custódia, perante a sociedade, são esses casos citados pelo Senador Moro, que foram trazidos de notícias veiculadas pela imprensa.

E, mais uma vez, os dois projetos de lei contribuem nesse sentido, porque, hoje, Senador, o que temos no Código de Processo Penal é o conceito de ordem pública e os dois projetos de lei convergem no sentido de trazer mais concretude ao que é esse conceito. Então, no sentido de dizer que é a reiteração delitiva, no sentido de dizer que é o modo de execução do crime, no sentido de dizer que aqueles que participam de organização...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDERSON SOBRAL DE AZEVEDO – ... criminosa, isso facilitará para que os juízes tenham uma melhor percepção daquilo que eles têm que avaliar e valorar no momento da audiência de custódia.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Quero registrar presença aqui também do Senador Hamilton Mourão, que, inclusive, relatou um projeto similar – que é esse Projeto 10 –, de forma brilhante, que também foi aprovado por unanimidade na CSP e está aqui na CCJ, e é um projeto que converge com aquela área.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quero lembrar que nós temos ouvido – não é, Senador Mourão? Talvez V. Exa. possa falar um pouquinho sobre isso – que, nessa tragédia que há lá no Rio Grande do Sul, está havendo também um surto de... Apesar de toda a solidariedade humana do resto do país, e mesmo entre os gaúchos, infelizmente tem aqueles que se aproveitam dessa situação de fragilidade da segurança pública para cometer novos crimes e, especialmente, realizar saques. Talvez esse projeto seja também uma oportunidade para colocar um freio, um maior rigor, em relação a esse tipo de criminalidade.

Eu vou lhe conceder a palavra em breve, mas antes vou passar aqui, então, para o tempo de resposta, por três minutos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem, rapidamente. Eu vou ter que ir ao Plenário agora...

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Tá.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... mas eu volto daqui a pouco, eu não sei se a sessão vai ter terminado, mas, sobre as respostas, a nossa equipe está aqui e vai me passar.

Eu lhe agradeço, parabenizo-o e cumprimento aqui o nosso querido Senador Hamilton Mourão.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Eu agradeço também, Senador Girão, a V. Exa., que tem se destacado por uma preocupação com a pauta de segurança pública, inclusive para a sua cidade lá, Fortaleza, é uma pauta que a gente sabe que é fundamental no Ceará. O Ceará é um estado em que, infelizmente, há uma crescente criminalidade organizada e, às vezes, sobre esses pequenos furtos, nós temos uma ilusão de que estão vinculados a infratores atuando sozinhos, mas no fundo vários deles fazem parte de uma cadeia maior de criminalidade.

Então, esse rigor na segurança, essa preocupação que V. Exa. tem de endurecer a legislação penal, é relevante para todo o Brasil, mas especialmente relevante para o Ceará, onde há esse, infelizmente, certo descontrole.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Quero cumprimentar o Dr. Anderson – muito obrigado pela presença –, também o Dr. Vladimir Aras e o Dr. Douglas Fischer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Passo a palavra para o Dr. Douglas Fischer por três minutos.

O SR. DOUGLAS FISCHER (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado novamente. Obrigado pelas perguntas do Senador Girão.

Minha saudação ao Senador Hamilton Mourão, representante do nosso Estado do Rio Grande do Sul.

Eu gostaria de dizer o seguinte: na linha do que destaquei no início, prever aquela alternatividade das possibilidades da prisão cautelar vai auxiliar muito, mas muito mesmo, e vou dar um pequeno exemplo a respeito do que eu destaquei, que a periculosidade concreta ou a gravidade concreta podem justificar uma prisão cautelar.

Como eu referi, eu atuo perante o Tribunal Regional Federal da 4ª Região e agora, no dia 6 de junho, semana passada, eu peguei um caso concreto que veio do Paraná – que infelizmente é um local de grande entrada de drogas via Paraguai –, um caso concreto do tráfico de 1 tonelada, de 1.507kg, para ser mais exato, de maconha, uma carga absolutamente enorme, e a tese defensiva é que as pessoas que foram flagradas transportando essa droga eram apenas condutores daquele caminhão onde estava a droga acondicionada e que sequer sabiam que estavam transportando 1,5 tonelada de maconha. Vejam, ninguém confia 1,5 tonelada de uma carga valiosíssima de maconha a quem não seja de um esquema criminoso. Ao menos, a pessoa pode não saber quem são aqueles que estão no patamar acima da organização, mas certamente são pessoas que são de confiança para realizar essa conduta criminosa.

E eu digo, com absoluta tranquilidade, que nós temos que responsabilizar os principais, mas não podemos afastar a responsabilidade dessas pessoas que praticam esses crimes, que viabilizam o transporte e revelam o quê? Uma periculosidade concreta da prática criminosa. E esse projeto vai nos propiciar um reforço argumentativo de que essa situação demanda uma prisão cautelar, pela gravidade concreta. Isso é apenas um exemplo de uma situação em que esse detalhamento vai auxiliar muito na aplicação da lei.

Claro que o juiz sempre vai ter que analisar o caso concreto, não se está engessando o juiz. Mas me parece que, na medida em que o Parlamento, seguindo a própria jurisprudência da Corte Suprema, der essa linha possível dentro da lei, nós teremos uma segurança maior, exatamente propiciando... E, quanto à primeira pergunta – eu inverti a ordem das respostas – do Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Girão, pela experiência que nós temos, esse detalhamento nos permitirá ter uma dificuldade menor de justificar a necessidade de uma prisão cautelar, afastando-se aí, ou melhor, permitindo-se não conceder a liberdade nesse tipo de ação, que é extremamente grave. Então, tendo essas novas disposições, será uma ferramenta muito importante para esse momento da audiência de custódia.

E, vejam, os dados revelam que – vamos lá, vamos arredondar – metade dos casos das audiências de custódia ensejam a manutenção da prisão, e as outras situações ensejam a concessão de liberdade, condicionada ou não a medidas cautelares. Não haverá um recrudescimento – porque este normalmente é o argumento que mais se vê: recrudescimento –, que isso vai aumentar sobremaneira, vai para 70% das situações de prisões cautelares. Isso não tem como acontecer. Mas vai reforçar a possibilidade, naqueles casos realmente graves, de que nós possamos ter uma imposição mais segura de uma medida cautelar, de uma prisão preventiva.

Então me parece que é extremamente importante a aprovação, com aquelas considerações que eu, modestamente também, trouxe aqui para a consideração do Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Passo, por três minutos, a palavra ao Dr. Vladimir Aras.

O SR. VLADIMIR BARROS ARAS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Sr. Presidente, Sr. Senador Moro. Cumprimento também o Senador Mourão.

E, quanto à pergunta feita pelo Senador Girão, eu queria dizer que o impacto dessa lei será, sem dúvida alguma, positivo, não só em relação ao trabalho do Ministério Público, mas também ao trabalho da polícia. A sensação que os policiais têm de que as coisas não funcionam, às vezes, é uma sensação equivocada e, outras vezes, não.

E, com a precisão maior do texto do CPP nesse aspecto, eu creio que haverá um avanço, não só concreto, da solução de casos penais e da proteção de interesses relevantes mediante medidas cautelares, interesses relevantes para o processo, mas também interesses relevantes para evitar outros processos, porque, quando nós aumentamos o número de processos penais, o que nós, na verdade, estamos vendo é um aumento do número de vítimas nos últimos anos.

Esses números no Brasil, embora os números de homicídio tenham caído seguidamente durante alguns anos, o fato é que esses números ainda são gigantescos comparativamente com países que têm uma população muito maior do que a nossa. Então, a minha preocupação maior

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– e acho que do Senado e da Câmara também, e de toda a sociedade brasileira – é que esse tipo de criminalidade violenta não continue progredindo, e que criminosos violentos, ainda que ainda não condenados, não possam, repetidamente, cometer esses delitos nessa medida.

Então, eu creio que o texto é positivo por vários desses aspectos e, repetindo o que eu disse antes, com a conciliação de interesses constitucionais, convencionais, tanto de proteção dos acusados investigados, pessoas presas em flagrante, quanto de vítimas e potenciais vítimas.

É preciso que nós façamos sempre esse balanço...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VLADIMIR BARROS ARAS (*Por videoconferência.*) – ... sob os dois pilares, porque, já que a audiência de custódia foi uma inovação introduzida na prática forense brasileira a partir de uma resolução do Conselho Nacional de Justiça e, só depois, pela lei, é importante que nós lembremos que essa inovação tem base convencional, ela tem base nos tratados internacionais de direitos humanos, os mesmos tratados internacionais de direitos humanos que, quando interpretados em relação ao Brasil, especialmente a Convenção Americana de 1969, têm sido, repetidamente, apontados como violados pela Justiça brasileira, pela Justiça criminal brasileira, por falta de efetividade, por falta de proteção efetiva, por falta de devida salvaguarda dos interesses das vítimas de casos violentos, quem quer que seja a vítima; qualquer que seja a vítima

A expectativa é de que haja uma resposta estatal, de que haja um remédio efetivo e, muitas vezes, um remédio efetivo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VLADIMIR BARROS ARAS (*Por videoconferência.*) – ... para a violência é a ação penal, é a condenação criminal e, no caminho para ela, a prisão preventiva pode ser necessária. O texto traz essa maior segurança para os juízes, aumentando a necessidade de reconhecer ou não os pressupostos. Esse reconhecimento já deveria ser feito, mas a lei deixa isso mais claro.

Para garantir – atendendo a pergunta que foi feita pela cidadã –, atendendo a essa perspectiva também de proteção de direitos, o texto exige que essas decisões sejam fundamentadas. Não é qualquer decisão: mando prender porque mando; é mando prender, por isso, por isso e por isso. E essas decisões devem ser públicas, sempre que possível, para que haja o escrutínio da sociedade, o escrutínio da opinião pública, a crítica da imprensa, se for o caso, e obviamente os recursos cabíveis, sempre cabíveis, da pessoa prejudicada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. VLADIMIR BARROS ARAS (*Por videoconferência.*) – Um outro aspecto de integração dessa ideia com a proteção dos direitos fundamentais está, como eu comentei na minha primeira manifestação, exatamente no §4º, quando se proíbe que a gravidade abstrata do delito seja alegada e isso sirva como um motivo para prender alguém. Não é esse, creio, o objetivo do projeto do Senador Flávio Dino e nem deve ser esse o resultado do texto aprovado pelo Congresso Nacional.

Agradeço mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Obrigado, Dr. Aras.

Registro aqui também a presença do Senador Jorge Seif. O Senador Jorge Seif, também, dá para dizer que é da bancada da segurança pública. Eu não gosto da história da bancada da bala, porque é um pouco mais complexa, mas tanto ele quanto o Senador Hamilton Mourão têm sido defensores não de um endurecimento sem causa da legislação penal... O Direito Penal tem que ser sério.

Eu vejo essas estatísticas de 45% de liberdade e eu acho que elas são um pouco altas, embora seja difícil avaliar. Mas, quando a gente vê esses casos escabrosos de crimes violentos e as pessoas sendo colocadas em liberdade, não é uma questão... O juiz aí não pode ser generoso, porque há um risco para a vítima, um risco de reiteração delitiva, um risco para a sociedade. Então, ele tem que ponderar muito para proferir uma melhor decisão. Então, no fundo, o que a gente defende é um Direito Penal sério.

Todos aqui, Senador Mourão, até para situar melhor, defendem que haja critérios, como foi estabelecido naquele projeto, para que o juiz possa decidir sobre a prisão ou a liberdade, na audiência de custódia. Todos defendem que há uma necessidade de o juiz percorrer todos aqueles critérios para que a decisão fique fundamentada tanto para a proteção do cidadão quanto, também, para a proteção da sociedade.

Eu vou passar a V. Exa. a palavra pelo prazo de até cinco minutos. Vou tomar a liberdade, também, de passar, em seguida, para o Senador Seif e aí passo para a finalização das respostas dos expositores.

Então, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para interpelar.) – Bom dia Presidente, Senador Sergio Moro, a quem eu cumprimento pela iniciativa desta audiência pública, uma vez que nós já tínhamos aprovado na Comissão de Segurança Pública o projeto da autoria de V. Exa. e que balizava alguns aspectos para, vamos dizer assim, orientar a decisão do magistrado por ocasião da audiência de custódia. E aí temos também esse projeto do nosso então colega Senador Flávio Dino, atual Ministro da Suprema Corte, que também se orienta por aspectos objetivos que muitas vezes fazem falta na hora de se tomar uma decisão.

Eu cumprimento o Dr. Anderson Sobral de Azevedo, o Dr. Douglas Fischer, meu conterrâneo, e o Dr. Vladimir Aras pelas exposições que fizeram, pelas respostas que eu acompanho agora aos questionamentos do nosso colega o Senador Girão.

Eu, na realidade, não tenho questionamentos específicos a respeito do assunto, mas eu quero aqui fazer algumas considerações, Senador Sergio Moro.

O Brasil é um país de dimensões continentais, com mais de 200 milhões de habitantes e, consequentemente... E aí entra a questão da natureza humana. A natureza humana, lamentavelmente, está dividida entre aqueles que procuram fazer o bem e outros que procuram fazer o mal. E compete à sociedade organizada conter as pessoas que se dedicam ao crime, a fazer o mal. Não é uma questão de encarcerar ou não encarcerar, é uma questão pura e simples de deixar afastadas do convívio aquelas pessoas que se dedicam única e exclusivamente à atividade criminosa. E hoje essa atividade atingiu dimensões que afetam o Estado brasileiro.

O Estado brasileiro vive uma situação de guerra interna. Essa é a realidade da qual nós não podemos fugir. Essas narcoquadrilhas eu considero uma narcoguerrilha. Quem, como nós, viveu a vida inteira na profissão militar, entende que uma força de guerrilha se estrutura entre a força de combate propriamente dita, uma força de sustentação e uma força de apoio, e, quando a gente vai analisar a estrutura dessas quadrilhas, elas estão estruturadas dessa forma.

Então, o Estado brasileiro tem que se preparar, efetivamente, para travar esse combate de forma a proteger a população que trabalha e produz no nosso país. E nós vemos, muitas vezes, criminosos de alta periculosidade sendo liberados nessas audiências de custódia. O Senador Sergio Moro, no seu requerimento, citou exemplos que são compulsados nas notícias que colhemos nos jornais quase que diariamente.

Então, eu acho que esse projeto é fundamental. Que a gente o faça avançar! Eu vi agora no meu Estado, no Rio Grande do Sul, durante essa situação de calamidade, a narcoquadrilha agindo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agindo no desvio das doações, agindo em saques e roubos às casas que ficaram abandonadas, mesmo estando submersas. Houve tentativa de ataque no próprio aeroporto de Porto Alegre, que tinha armamento guardado lá dentro.

Isso mostra que nós não estamos lidando com um problema de menor proporção. É um problema de grande proporção e que realmente necessita da união de todos os setores, tanto do setor que se engajar diretamente no combate ao crime, como dos setores que são responsáveis pelo julgamento dessas pessoas, e chegando na execução penal. E isso aí é um dos calcanhares de Aquiles que nós temos. O nosso sistema penal tem que ser melhorado. Nós não podemos continuar misturando nos nossos presídios aqueles bandidos que são líderes de facções com bandidos, ou malfeitores, ou meliantes de menor periculosidade, que têm uma pequena pena a cumprir e, no entanto, chegam no presídio e são arrastados para o furacão que é a maneira como se vive lá dentro. Se nós não conseguirmos consertar isso, nós vamos continuar fornecendo, vamos dizer assim, tropa para o crime organizado.

Então, são três setores em que nós temos que trabalhar, e trabalhar bastante.

Eram essas as considerações, Senador Sergio Moro.

Mais uma vez, cumprimento V. Exa., que tem sido um batalhador incansável...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – ... na causa da segurança pública. A nossa Comissão de Segurança Pública é a Comissão que não falha em uma reunião e não temos ali debatido temas que não sejam do precípuo interesse da sociedade brasileira, buscando sempre o quê? Proteger a nossa sociedade daquelas pessoas que não têm outra determinação que não seja causar o mal.

Parabéns, Senador Sergio Moro!

E, mais uma vez, cumprimento os três debatedores que aqui compareceram, expondo com muita tranquilidade a sua visão sobre essa questão.

E peço desculpa, Senador Sergio Moro, mas tive que participar da reunião de Líderes e da Comissão Temporária Externa do Rio Grande do Sul, mas ainda cheguei a tempo de poder participar desta nossa reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Obrigado, Senador Mourão. Nós sabemos aí da sua proatividade nesses temas do Rio Grande do Sul e da segurança pública. Infelizmente, essas atividades concomitantes no Senado são, infelizmente, normais, então não tem problema nenhum, evidentemente.

Passo a palavra, então, ao ilustre Senador Jorge Seif, pelo prazo de até cinco minutos, para suas indagações ou colocações.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Senador Sergio Moro, primeiramente, quero parabenizar o senhor pelo PL 226 e quero agradecer ao Dr. Anderson, que é juiz auxiliar do Supremo, pela participação e também àqueles que já passaram por aqui. E também peço vênia, Sr. Presidente, porque estávamos participando de outras reuniões, inclusive lá na CSP, na reunião de Líderes, etc. Mas eu tenho algumas questões que, talvez pelo tema já estar exaurido, por eu não ter participado anteriormente, a gente possa utilizar partes disso para um futuro questionamento ou respostas.

Então, eu tenho uma série de críticas à audiência de custódia, porque, na minha cabeça, hoje, pelos casos que muitas vezes são publicizados, é um *habeas corpus* automático para malfeitores. Nós tivemos, General Mourão, em Santa Catarina – em Santa Catarina, que é exemplo de segurança pública em todo o Brasil –, bandidos com fuzis, com quilos de cocaína, sendo liberados na audiência de custódia. Isso é um deboche! Isso não pode ser sério! O cara com fuzil, equipamento inclusive automático, que é proibido no Brasil, não tem porte de arma, não comprou arma no Brasil – é arma fria –, com drogas e foi solto numa audiência de custódia.

E eu lhes pergunto: nós não estamos invertendo, subvertendo a realidade e desvalorizando o policial, o homem público, em detrimento de malfeitores, com essa humanização de "ah, pequenos furtos", com essa política de desencarceramento, com o voto do atual Presidente, inclusive, contra o que nós votamos aqui, das saidinhas, que era outro deboche?

Então, eu tenho algumas outras colocações, Senador Moro e Dr. Anderson. Vamos lá.

Essa questão da audiência de custódia não foi criada por lei, e sim por uma resolução do CNJ, que é, na minha opinião, um movimento político do Judiciário que não deveria existir; isso é uma atribuição nossa, do Congresso Nacional. Outra coisa, e é nisso aqui que realmente nós vemos como as coisas estão subvertidas: alto número de liberações de presos, 39%, segundo o CNJ; 39% de todas as audiências de custódia resultam em concessão de liberdade. Dr. Anderson, o senhor com certeza soube daquele caso em Blumenau, em que um covarde entrou com uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

machadinha numa creche e matou crianças. Com certeza o senhor soube, foi o último caso de grande repercussão. Adivinha? Já tinha passado por três audiências de custódia recentemente, foi liberado nas três, e o seu quarto ato foi então matar crianças.

Outra coisa: preconceito contra o policial, Senador Sergio Moro. Por quê? Como nós aqui não temos o crime de perjúrio – para quem está nos assistindo, agradeço inclusive a audiência, o perjúrio é fazer um falso juramento –, o que o vagabundo faz, Dr. Anderson? Chega lá e diz: "Fui maltratado pelo policial, fui torturado". E aí, basicamente, esse é o *green card* para ele já sair. E pior: o policial, que arriscou sua vida, saiu de manhã de casa, mas não sabe se vai voltar, e que combate fuzil muitas vezes com um 38 ou com uma 9 milímetros – que, perto de fuzil, o senhor sabe que não são nada, especialmente de fuzis automáticos –, ele vai, prende, coloca a vida em risco – vimos recentemente, lá em Minas Gerais, inclusive a questão da saidinha, um bandido que saiu na saidinha e matou um policial que tinha um filho de meses –, e aí o policial sofre PAD – o senhor sabe o que é, é um processo administrativo – e joga na lama a fama e o trabalho dele, Senador Mourão. Então, olha como nós estamos invertendo as prioridades; quem realmente é herói, quem realmente é mocinho; quem realmente está trabalhando pela sociedade e quem não está.

Continuo. Ainda tenho um minuto e trinta e quatro.

Nesse ponto, as estatísticas do CNJ registram que em 125 mil audiências houve denúncias de maus-tratos e tortura, por parte dos presos, contra os policiais. Em 8% das prisões, falam que foram torturados, e muitas vezes vão para o IML, fazem corpo de delito e nada é encontrado – e o cara mentir ou não mentir tanto faz, porque não existe tipificação para perjúrio na nossa legislação.

(*Soa a campainha.*) (*Pausa.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu vejo, Dr. Anderson e Senador Moro, a desnecessidade da audiência de custódia, uma vez que os mecanismos constitucionais já funcionavam: faziam um depoimento, ali, para o policial; o policial mandava para um juiz; o juiz já analisava a soltura ou a prisão. Foi um instituto criado que burocratiza mais, e infelizmente tem esses péssimos números de agressões contra o policial e índices elevadíssimos de liberação de pessoas, por exemplo, que bateram na mulher, ameaçaram a mulher, traficaram drogas, estão com porte ilegal de arma, etc., etc.

Então, eu quero agradecer ao senhor e parabenizá-lo, Presidente, pela proposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu acho que vem em bom tempo, uma vez que hoje o tema da segurança pública está na boca de todos os brasileiros, Dr. Anderson. Não sei se o senhor acompanhou uma pesquisa ampla que teve no Brasil: antigamente o brasileiro estava preocupado com a sua velhice, com o emprego, com a sua saúde e até com a educação; um dos índices mais abordados, hoje, pelos brasileiros, do Oiapoque ao Chuí, é segurança pública.

Então, quero parabenizá-lo, Senador Moro, pela proposição. Conte conosco.

Obrigado, Dr. Anderson e todos os demais expositores que participaram desta audiência.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Eu agradeço ao Senador Seif, muito eloquente e que reflete exatamente aquilo que eu falei antes: existe essa percepção de porta giratória, muitas vezes ilustrada por esses casos recorrentes, que não são o padrão, mas são casos que chamam atenção e acabam gerando essa postulação, até da população, de que vão acabar com a audiência de custódia. Para não acabar com a audiência de custódia é que se precisa definir critérios, para que ela não sirva como uma porta de liberação de criminosos.

Um dos critérios que nós vamos colocar, Senador Seif, expressamente na lei – e que já foi aprovado naquele projeto relatado pelo Senador Mourão – é que, se foi liberado numa audiência de custódia, não pode ser liberado de novo em outra audiência de custódia, a não ser que tenha sido absolvido pelo crime anterior, mas não tem como... Tem casos, que a gente leu aqui, em que – e, às vezes, até crimes menores do que aquele trágico – furtou num dia e no outro dia está furtando de novo. Espere aí! Tudo bem, o furto pode até ser de pequeno potencial, mas tem-se que dizer que a lei é séria, que o direito penal é sério.

Mas eu vou passar, então, a palavra aos expositores, para as respostas e considerações finais, dado o adiantado da hora, apenas destacando aqui também outras indagações dos nossos telespectadores, que, de certa maneira, estão dentro das proposições.

Andressa, do Paraná: "Quais medidas garantem a aplicação justa e imparcial da prisão preventiva?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vitória, de Rondônia: "Como [...] [essa proposta] pretende agilizar decisões [...] [relacionadas à] prisão preventiva [...]?".

E um comentário geral aqui do Carlos, do Espírito Santo, entre vários outros que nós recebemos, elogiando a discussão sobre a audiência de custódia, para que se possa otimizar o serviço policial no combate ao crime.

Então, passo aqui, por três minutos, a palavra a cada um dos expositores, para suas considerações finais e respostas.

O SR. ANDERSON SOBRAL DE AZEVEDO (Para expor.) – Primeiro, eu gostaria de saudar o Senador Seif. Os questionamentos, tanto de V. Exa. quanto do Senador Mourão, foram extremamente pertinentes e convergem para os dois projetos de lei.

Hoje, o que temos no Código de Processo Penal é o conceito de ordem pública, prisão preventiva para garantia da ordem pública, e, na maior parte das vezes, essa avaliação é feita na audiência de custódia. Talvez essa seja a razão pela qual se chama tanto atenção em relação a esse instituto da audiência de custódia.

E o projeto de lei converge no sentido de especificar melhor, não só para os juízes, mas também e principalmente para a sociedade, quais são os casos de ordem pública. Tenho certeza de que esses projetos de lei, se aprovados por esta Casa e pelo Congresso Nacional como um todo, vão fazer com que diminua a percepção da sociedade em relação à positividade ou não das audiências de custódia, tendo em vista que vai dar um roteiro para os juízes, para o promotor de justiça, para o procurador da República, para o defensor público, para os advogados, ou seja, para todos os operadores do sistema de Justiça, a respeito do que vai precisar ser avaliado no momento da audiência de custódia para a concessão de liberdade provisória ou conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva.

Então, como acabou de dizer o Senador Moro, há especificidades, como gravidade, periculosidade do agente, pela forma como o crime foi cometido – como naquela fatídica situação de Santa Catarina, citada por V. Exa. –, em relação à periculosidade advinda de participação em organização criminosa, entre outras situações.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDERSON SOBRAL DE AZEVEDO – Então, eu tenho certeza absoluta de que, mais uma vez, o Congresso Nacional, o Senado, vão dar uma resposta à sociedade ao aprovar estas duas propostas de lei.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Passo, então, a palavra ao Dr. Douglas Fischer para suas considerações por até três minutos.

O SR. DOUGLAS FISCHER (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador Sergio Moro, mais uma vez eu agradeço a oportunidade de estar aqui, pelas perguntas e considerações, que foram feitas também pelo Senador Jorge Seif.

Eu preciso destacar apenas o seguinte: entendo a preocupação do Senador e as ponderações do Senador Jorge, mas me parece que a audiência de custódia é um importante instrumento inserido na legislação brasileira. Aliás, sim, ela foi criada a partir de uma resolução, mas nós temos agora isso tudo codificado: está dentro do Código de Processo Penal o procedimento a ser adotado. E me parece que a audiência de custódia decorre de imposição de convenções internacionais, da Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Então, nós tínhamos que adotar esse procedimento.

Ela é importante, mas, sim, em alguns casos, talvez até pela vagueza da legislação... E me parece que agora essa alteração vai conferir uma rigidez, uma segurança maior para aqueles crimes graves, para aquelas situações graves, em que o juiz poderá ali ter um parâmetro mais claro para a decretação de uma prisão preventiva e não concessão de uma liberdade ou então de uma medida cautelar menos gravosa para aquelas situações que efetivamente sejam graves. Então me parece que a proposta deste projeto de lei virá ao encontro de nós termos uma efetividade maior, como eu já disse antes, e evitarmos situações em que não se conceda a liberdade para aquelas situações, para aqueles fatos que sejam considerados mais graves, uma gravidade concreta dos crimes, e aqueles todos outros requisitos de que nós já falamos aqui.

Então, eu agradeço muito a oportunidade de estar aqui tecendo algumas considerações. Eu me coloco à disposição dessa Casa Legislativa, se necessário, para inclusive fazer fundamentações escritas ou outros debates, porque é muito importante que nós tenhamos uma efetiva participação e ponderação, para que nós tenhamos uma legislação um pouco mais adequada para esse tipo de criminalidade.

Muito obrigado pela oportunidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Eu agradeço ao Dr. Douglas Fischer.

E passo, por três minutos, para as considerações finais do Dr. Vladimir Aras.

O SR. VLADIMIR BARROS ARAS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Agradeço mais uma vez, Senador Moro, pela oportunidade de participar deste debate tão relevante para o aperfeiçoamento do sistema processual brasileiro, sobretudo nessa linha que surgiu aí dos comentários dos Srs. Senadores.

Eu gostaria de acompanhar o que disse meu colega Douglas agora sobre a importância da audiência de custódia, porque, além de ela ter essa base convencional na Convenção Americana sobre Direitos Humanos, ela também tem base convencional no Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, de 1966. São dois tratados internacionais aprovados pelo Congresso Nacional; e, portanto, pelo menos teriam força de lei. O Supremo Tribunal Federal, em algum momento, determinou que esses tratados internacionais têm força supralegal – em alguns países, tratados de direitos humanos têm eficácia mesmo constitucional, *status* constitucional. Então, é importante que nós percebamos isso. Não se trata de um procedimento judicial criado por resolução. A resolução especificou o procedimento, mas a sua gênese está realmente nos tratados internacionais que foram aprovados pelo Congresso Nacional.

E é importante que nós identifiquemos, na audiência de custódia, um símile com o *habeas corpus*. Não um símile no sentido negativo, porque, na origem, a palavra *habeas corpus*, o procedimento, inclusive, do *habeas corpus* exigia a apresentação física da pessoa aos juízes. Isso deixou de existir ao longo dos anos, os juízes passaram a decidir no papel. Mas, com o incremento da atividade processual penal dos Estados, inclusive do nosso, do Estado brasileiro, passou a ser necessário que houvesse a apresentação física dessas pessoas para checagem não de acusações propriamente contra policiais, mas de eventuais vícios...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VLADIMIR BARROS ARAS – ... que podem ser corrigidos pelo controle externo da atividade policial, da atividade que o Congresso atribui ao Ministério Público, para que haja ocasião para que os bons policiais sejam separados dos maus policiais. Os bons policiais seguirão fazendo o seu trabalho, conseguindo realizar prisões que passarão por todo esse crivo, e não se sujeitarão a nenhuma reprimenda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, o Senador Seif tocou num ponto importante, que é o ponto das acusações falsas. Pode haver e, de fato, há acusações falsas. E o que nós podemos fazer em relação a isso? Nós podemos pensar nas câmeras corporais, nas câmeras corporais utilizadas pelos policiais, que servirão de prova da isenção do trabalho policial. Então, não é apenas útil para obter elementos probatórios a respeito do que o indivíduo fez, o preso fez, mas também elementos que isentem, que deixem o policial em boas condições quando houver uma audiência como essa. E aí uma acusação falsa poderá fazer com que esse indivíduo incorra em outro crime, que seria o de denunciação caluniosa, o que é possível se o policial passar a ser alvo de uma investigação criminal por conta de uma informação falsa passada por ele.

Então, eu acho que a gente poderia vincular essa ideia da custódia com um aprofundamento do aperfeiçoamento da atividade investigativa e da atividade repressiva e policial do Estado, trazendo ao debate também a questão das câmeras corporais.

Com isso eu, de novo, agradeço o convite do Senado, cumprimento o Senador Sergio Moro pela audiência pública e parabenizo o ex-Senador, agora Ministro do Supremo... (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Cortou lá. Parece que não foi aqui, não é? Perdão.

Bem, eu quero aqui agradecer – caminhando para o final –, mais uma vez, a presença ao Dr. Anderson Sobral, que veio representando aqui, vou deixar claro, o Ministro Flávio Dino, que foi convidado pessoalmente. E a gente entende os afazeres, ele enviou um representante de extrema qualificação. Agradeço ao Dr. Douglas Fischer, que representa, neste ato também, o Dr. Paulo Gonet, que também foi convidado para esta audiência; e ao Dr. Vladimir Aras, por todas as suas colaborações. Foram anotadas aqui as sugestões, vamos examinar o texto.

Como eu disse, nós precisamos melhorar a segurança pública no nosso país. Existe esse sentimento, essa percepção negativa da população sobre a audiência de custódia. E acaba-se, muitas vezes, gerando um risco de que o instituto... de que haja um movimento do Congresso, eventualmente, até para eliminá-lo, quando o melhor, na verdade, é nós definirmos os critérios para evitar a soltura de quem não deve ser solto nessas audiências.

Sabemos aí que os juízes fazem bem o seu trabalho, e, na maioria dos casos, essas situações são decididas com bastante serenidade e ponderação sobre as circunstâncias dos casos concretos, mas, infelizmente, existem maus exemplos de casos mal decididos e criminosos perigosos sendo colocados em liberdade. Então, vamos definir esses critérios na lei. Quem sabe, utilizar essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

audiência para também aproveitar para fazer o perfilamento genético, já que tem o potencial investigatório e também o potencial de diminuição de reincidência; vamos avaliar e colocar isso dentro do projeto, sem embargo de reconhecer que a audiência de custódia, que é o contato direto do juiz com o preso, por si só, não é negativa; o grande problema e a grande reclamação das pessoas é quando vem o instituto como um elemento de porta giratória.

Só destaco, por último, aqui que é um projeto do Senador Flávio Dino, hoje Ministro do Supremo. Lá atrás, éramos adversários políticos, adversários no sentido clássico da política, não no sentido de inimizade ou de adversidade dessa espécie, mas ele representava um campo político – hoje não o representa mais, é Ministro do Supremo –, e eu represento um outro campo político, mas é importante ver a possibilidade de termos convergências em temas que transcendem essas polarizações que, muitas vezes, impedem que nós encontremos soluções importantes para a sociedade. O que importa não é quem fez o projeto, não é quem relata o projeto, não importa quem vai votar no projeto assim ou assado, o que importa é nós aprovarmos uma medida que atenda o cidadão brasileiro e que reforce a segurança pública, protegendo, assim, a vítima e a sociedade da criminalidade.

Com isso, eu declaro encerrada a reunião, agradecendo, mais uma vez, aos presentes e aos convidados para esta audiência pública.

Muito obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 18 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 20ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE JUNHO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e trinta e quatro minutos do dia dezoito de junho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Plínio Valério, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Sergio Moro, Renan Calheiros, Oriovisto Guimarães, Marcos do Val, Weverton, Alessandro Vieira, Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Alan Rick, Izalci Lucas, Carlos Viana, Zequinha Marinho, Jayme Campos, Angelo Coronel, Fabiano Contarato, Janaína Farias, Ana Paula Lobato, Zenaide Maia, Jaques Wagner, Teresa Leitão, Jorge Kajuru, Flávio Bolsonaro, Eduardo Gomes, Esperidião Amin, Mecias de Jesus e Hamilton Mourão. Deixam de comparecer os Senadores Davi Alcolumbre, Marcio Bittar, Eduardo Braga, Jader Barbalho, Omar Aziz, Otto Alencar, Eliziane Gama, Lucas Barreto, Rogério Carvalho, Carlos Portinho, Magno Malta, Marcos Rogério e Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 14/2024 – CCJ, de autoria do Senador Plínio Valério (PSDB/AM). **Finalidade:** Destinada a instruir a Proposta de Emenda à Constituição n° 65, de 2023, de autoria do Senador Vanderlan Cardoso e outros senhores senadores, que "Dispõe sobre o regime jurídico aplicável ao Banco Central". **Participantes:** Sr. Henrique de Campos Meirelles, Ex-Presidente do Banco Central do Brasil; Sr. Paulo Nogueira Batista Júnior, Economista; Sr. Fernando Alberto Rocha, Chefe do Departamento de Estatísticas (DSTAT) do Banco Central do Brasil; Sr. Lademir Gomes da Rocha, Procurador do Banco Central do Brasil; Sr. Marcos de Barros Lisboa, Economista e Ex-Presidente do Insper; Sr. André Lara Resende, Economista; Sr. Edison Vitor Cardoni, Diretor Jurídico da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef); Sr. Marcel Mascarenhas, Advogado; Sr. Luiz Awazu Pereira da Silva, Economista e Ex-Vice-Presidente do Banco de Compensações Internacionais - BIS; e Sr. Gustavo Jorge Laboissière Loyola, Ex-Presidente do Banco Central do Brasil. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quarenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Plínio Valério
Presidente Eventual da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/06/18

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para instruir a Proposta de Emenda à Constituição nº 65, de 2023, que dispõe sobre o regime jurídico aplicável ao Banco Central, conforme Requerimento nº 14, de 2024, da CCJ, de iniciativa minha, Plínio Valério, o Relator da PEC.

Esta reunião será semipresencial, sendo permitida a participação remota das Sras. e dos Srs. Senadores e dos convidados, por sistema de videoconferência, para exposições e debates. Será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade da participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 061 2211.

Os convidados que estejam presentes, eu queria chamá-los:

- Sr. André Lara Resende;

- Sr. Fernando Alberto Rocha;

- Sr. Paulo Batista Júnior; e

- Sr. Lademir Gomes da Rocha.

Ficam faltando dois, que ficam esperando, não é? (*Pausa.*)

Tivemos a preocupação, por ocasião do pedido da audiência pública, de dividir cinco convidados que vão falar de forma favorável e cinco que vão falar de forma contrária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu espero – e conversei com os funcionários que são contra – e até gostaria que vocês dessem a palavra de ordem agora para que nós saibamos que vocês que estão aí são contrários, para que a gente tente, na exposição, não perturbar.

Portanto, se quiserem dizer a palavra de ordem aí atrás, digam agora, para a gente saber claramente que vocês estão aqui para protestar.

Está bem? Porque, fazendo isso, a gente já define e não precisa estar interrompendo os convidados.

Os que não vieram já estão aptos a participar do sistema remoto? (*Pausa.*)

Já, não é?

Então, pela ordem aqui...

Ah, ainda falta...

De acordo com o art. 94, §§2º e 3º, do Regimento Interno, a Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão suas exposições, e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Senadores e Senadores inscritos.

A palavra aos Senadores e às Senadoras será concedida na ordem de inscrição.

Os Senadores interpelantes dispõem de três minutos, assegurando igual prazo para a resposta do interpelado, sendo-lhe vedado interpelar os membros da Comissão.

Concedo a palavra ao Sr. Henrique de Campos Meirelles, ex-Presidente do Banco Central do Brasil, para sua exposição, por dez minutos.

Agradeço, Sr. Meirelles, sua contribuição, sua presença e disposição em participar para enriquecer os nossos detalhes.

Antecipando só, nós vamos ouvir, e, se forem acatadas mudanças, sugestões, e, certamente, serão, a gente apresenta o relatório já amanhã.

Com a palavra, o Sr. Henrique Meirelles.

Muito obrigado por ter aceitado o convite.

O SR. HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É um prazer enorme estar aqui, é um prazer enorme poder conversar com os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras e com todos os interessados no assunto, o público em geral, funcionários, pessoas, cidadãos que têm a sua vida impactada pela atuação do Banco Central.

Eu gostaria de, inicialmente, cumprimentar o Senador Davi Alcolumbre, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o Sr. Senador Plínio Valério, autor do requerimento, as Sras. Senadoras, os Srs. Senadores, as autoridades à mesa, as senhoras e os senhores.

É, portanto, um momento muito importante. A questão da autonomia tem uma relevância muito importante dentro da missão do Banco Central de controle da inflação e de criação de condições para um crescimento sustentável e para geração de emprego e renda, em consequência.

Quando assumi a Presidência do Banco Central, em 2003, onde fiquei por oito anos, eu o fiz por convite do então Presidente eleito Lula, atual Presidente da República.

Naquele momento, durante o processo de conversas iniciais, etc., nós firmamos um compromisso de que a minha gestão no Banco Central teria autonomia de fato, haja vista que, naquela época, não existia, evidentemente, a autonomia legal, que só foi concedida anos após. Mas o compromisso foi honrado pelo Presidente Lula durante os oito anos do meu mandato no Banco Central. Isso permitiu que o país crescesse – com a inflação controlada, naquela época, mantendo-se ao redor da meta por um período prolongado e por vários outros –, que gerasse, durante aqueles oito anos, mais de 10 milhões de empregos no Brasil, fazendo com que mais de 40 milhões de pessoas saíssem da pobreza. Foi, de fato, um compromisso importante, cumprido e que gerou resultados excepcionais. A taxa média de crescimento do Brasil, de 2005 a 2010, foi de 4% ao ano, em média, que é uma taxa realmente substancial.

Eu diria, portanto, que esse compromisso e o controle da inflação foram fundamentais para esses resultados. No entanto, essa palavra do Presidente Lula, naquela época, o compromisso cumprido, é um equilíbrio que não pode ser alcançado necessariamente em todos os momentos.

A autonomia formal do Banco Central, inclusive agora com a possível ampliação para a autonomia financeira, é necessária por um simples motivo: o Brasil não pode ficar dependente do compromisso informal com a autonomia do BC a cada Presidente eleito. É fundamental ter a garantia de perenidade dessa autonomia. Sem previsibilidade, os riscos se ampliam e fica mais difícil controlar a inflação pela falta de confiança. Um dado muito importante: a sociedade precisa ter confiança de que a inflação vai estar na meta, porque aí todos os formadores de preços – sejam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as grandes empresas, sejam as pequenas e microempresas –, os empresários vão fixar o preço de acordo com a sua expectativa de inflação, que é influenciada pela expectativa geral da sociedade na inflação.

Portanto, a formação das expectativas é absolutamente fundamental para facilitar o controle da inflação; caso contrário, os juros terão que ser sempre mais altos para controlar uma inflação, uma expectativa que não está de acordo com as metas de inflação.

Isso impacta também o prêmio de risco do país. A autonomia tem um ganho para o país, e isso diminui o prêmio de risco, o que significa na prática a diminuição da taxa de juros e a diminuição não só do custo para a sociedade, dos empréstimos, etc., mas principalmente também do Tesouro Nacional no carregamento da dívida pública. Impactos, portanto, relevantes para, além do Governo Federal, o governo dos estados, dos municípios e a população em geral.

A autonomia completa, financeira e orçamentária, é o último passo que resta para completarmos definitivamente o ciclo de incremento da autonomia formal, desde o sistema de metas e inflação, que foi reforçado em 2003, foi formalizado em 2021, através do devido procedimento legal.

Então, esse processo todo agora tem o seu complemento, e isso é fundamental e muito importante.

O Banco Central, por quê? O Banco Central, nos últimos anos, tem tido dificuldades orçamentárias importantes, o que é normal. O Governo tem que controlar despesas, é fundamental para a economia, é fundamental para o crescimento do país o controle das despesas públicas. No entanto, isso gera, para uma instituição como o Banco Central, severas e sucessivas limitações orçamentárias e uma ausência de recomposição do seu quadro funcional.

Entre 2015 e 2023, por exemplo, um período aí de vários anos, o Banco Central viu o seu orçamento de projetos corporativos ser reduzido, em termos reais, em 91%. Já as despesas com investimento tiveram quedas de 64%. E o corpo técnico tem um déficit hoje de 50%. Quer dizer que não há recursos para contratação dos técnicos necessários.

Por exemplo, o Pix é fundamental hoje, no país; 73 milhões de brasileiros usaram Pix no ano passado – é um sistema fundamental. O ritmo de agenda evolutiva está sendo executado aquém, menos do que o seu potencial. O Pix automático, que viabilizará pagamentos recorrentes, já está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com mais de dois anos de atraso, por dificuldades da ampliação da capacidade de processamento e investimentos na questão tecnológica.

O Registrato, que é o sistema mais acessado do BC, informa ao cidadão os recursos: se há um empréstimo em seu nome, chaves-Pix registradas, cheques sem fundo, dados de compra e venda de moedas. Só em 2024, já são quase 9 milhões de relatórios disponibilizados. Esse sistema também está enfrentando dificuldades de atualização, etc., devido às restrições orçamentárias – o sistema de valores a receber, etc.

Olhando à frente, isso pode se tornar ainda mais preocupante.

Olhando agora o panorama internacional, muito bem, como é que se trata isso hoje, na maior parte do mundo? Em geral, os bancos centrais pagam suas despesas com recursos próprios, sem depender de recurso governamentais para arcar com os seus custos de funcionamento. Temos, como exemplo, bancos centrais dos Estados Unidos, do México, de Portugal, da Espanha, da Suíça, da Austrália, da Indonésia, da Coreia, entre outros.

A aprovação de um orçamento do Banco Central. A autonomia orçamentária prevalece na grande maioria dos países. Temos os bancos centrais com aprovação ou totalmente autônoma, em alguns casos, ou com aprovação conjunta com o Congresso Nacional, em última instância. A aprovação (*Falha no áudio.*)... do Banco Central: Estados Unidos, México, Portugal, Austrália, Coreia do Sul. Aprovação pelo Parlamento: Espanha, Suíça... Portanto, são exemplos de que, de fato, nos países mais relevantes, na grande maioria dos países, inclusive nos países europeus, por exemplo, na comunidade europeia etc., é assim que o processo continua.

O Banco Central hoje é uma autarquia, é uma autarquia especial. O problema da autarquia especial, com ressalva, é que para fazer esse sistema com autonomia orçamentária, isso levaria a uma série de dificuldades, como todo o aparato constitucional e jurídico que seria necessário se estruturar para isso. E teria grande dificuldade, grande incerteza de ordem jurídica, podendo ser questionada a constitucionalidade.

Nesse sentido, o modelo de empresa pública permite a flexibilidade e a capacidade de mobilização de recursos naturais e humanos, e na escala necessária para o melhor cumprimento da missão institucional: garantir a estabilidade e o poder de compra da moeda e zelar por um sistema financeiro sólido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Finalmente, é importante mencionar que a constitucionalidade da PEC 65 foi avaliada por Senadores, pareceristas contratados pelos próprios servidores, analistas do Banco Central, procurador-geral do Banco Central e agora aqui, pela Comissão de Constituição e Justiça.

Finalmente, existe o argumento de que uma empresa pública independente seria um quarto poder, isso não é um fato. Se fosse assim, todas as empresas públicas brasileiras seriam um quarto poder, o que claramente não acontece. O Presidente da República mantém o poder de nomeação dos diretores e do presidente, por devida aprovação do Senado, e o fato é que continua tendo que apresentar o seu plano estratégico de quatro anos ao Conselho Monetário Nacional, estabelecido agora, inclusive nessa PEC, e as metas de inflação também aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional.

Portanto, este é o quadro que eu acredito que reflete exatamente o contorno e toda a estrutura dessa PEC. Em resumo, mantém-se a vinculação técnica com o Conselho Monetário Nacional, em termos de o conselho aprovar o plano estratégico, de o conselho aprovar a ação; o Presidente da República mantém o seu poder de nomeação dos presidentes do Banco Central e o Banco Central tem autonomia, portanto, orçamentária, que completa o ciclo de autonomia do Banco Central já aprovada através de lei e de estabelecimento já comprovado e de sucesso durante esses últimos anos.

Basicamente, esses são os pontos fundamentais.

Vou encerrar aqui para respondermos às perguntas e cumprir o tempo definido por essa egrégia Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Obrigado, Sr. Henrique de Campos Meirelles, ex-Presidente do Banco Central.

Na realidade – já conversei aqui –, a gente estendeu, a gente viu que dez minutos não serão suficientes. A gente até já concedeu mais ao Henrique Meirelles aqui. Portanto, a gente está ampliando para 15 minutos. Como Parlamentar, eu odeio aquela cigarra que toca avisando do último minuto. Eu já vou conceder os 15 e peço que o senhor olhe para o cronômetro, para não ter que pegar aquela coisa terrível quando dá um minuto, aquela cigarra terrível. Então, nós estamos estendendo para 15 minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente vai já esperar mais a exposição agora do Sr. Paulo Nogueira Batista Junior, que é economista e está aqui também. Muito obrigado por aceitar o nosso convite. A gente fica feliz em ouvir os dois lados.

Com a palavra, por 15 minutos.

O SR. PAULO NOGUEIRA BATISTA JÚNIOR (Para expor.) – Bom dia a todos.

Eu queria, em primeiro lugar, agradecer à CCJ pelo honroso convite, na pessoa do Senador Alcolumbre e na pessoa do Relator da PEC, Senador Plínio Valério, e cumprimentar os Senadores e participantes da mesa.

A PEC que altera o regime jurídico do Banco Central e que está em discussão aqui amplia e reforça a autonomia do Banco Central. Portanto, parece-me útil começar com um panorama bem breve sobre a discussão teórica e prática do tema autonomia no mundo e no Brasil.

Qual é o argumento a favor da autonomia? Essencialmente, é um argumento que parte do princípio de que o horizonte dos políticos eleitos tem o caráter de ser muito curto, e que seria preciso isolar a autoridade monetária da influência supostamente perniciosa dos políticos, inclusive do Governo eleito. Então, cria-se uma espécie de cordão sanitário, em que o Banco Central, com liberdade, seguindo a famosa boa teoria econômica, decidiria em função do interesse público.

Esse argumento tem muitas falácias e omissões. Não há consenso entre os economistas, nem no Brasil nem no exterior, sobre a validade desse argumento. Eu diria apenas que uma falácia nisso é a ideia de que existe uma boa teoria inequívoca que poderia orientar uma tecnocracia independente na definição das funções do Banco Central, especialmente na condução da política monetária.

Os problemas que o Banco Central enfrenta, as suas atribuições são extraordinariamente importantes para a sociedade; não são de caráter puramente técnico, são de economia política; envolvem incertezas enormes e têm repercussões muito importantes para a sociedade, por exemplo, sobre o nível de atividade de emprego, sobre a distribuição da renda, sobre a inflação, todos temas que são de grande interesse para a sociedade em geral, que se expressa nas urnas. Então, o poder político eleito é aquele que representa – digamos – os anseios da maioria dos cidadãos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Por exemplo, no Brasil, já há algum tempo, nós praticamos juros reais extraordinariamente altos – quando não os mais altos do mundo, quase sempre entre os mais altos do mundo. O que isso significa? Isso afeta negativamente a economia, o nível de atividade, afeta negativamente o investimento e provoca desequilíbrio das finanças públicas. Raramente se invoca o argumento do risco fiscal quando se discute a questão dos juros, mas os juros praticados pelo Banco Central afetam diretamente ou indiretamente o custo da dívida pública de maneira apreciável. E a política de juros extraordinariamente altos praticada no Brasil concentra a renda nacional, concentra a renda e a riqueza, porque quem são os beneficiários desses juros altos? É a minoria de classe média alta para cima, super-ricos, e as corporações financeiras e não financeiras que têm reserva de caixa. São esses os beneficiários dessa política de juros extraordinariamente altos. Então, só para mencionar a importância de levar em conta que o Banco Central exerce, com incerteza, funções que afetam a sociedade como um todo.

Qual é a situação atual do tema no Brasil depois da lei complementar de autonomia do Banco Central, a que fez referência o ex-Presidente do Banco Central Henrique Meirelles? Criaram-se mandatos fixos para o Banco Central, para a Diretoria do Banco Central, para o Presidente e demais diretores, o que significa que eles não são mais demissíveis *ad nutum* pelo Governo, mas, mais do que isso, criaram-se mandatos não coincidentes com o do Presidente da República, o que é sempre problemático, mas é particularmente problemático num cenário de polarização política, como grande parte do mundo vive hoje, inclusive aqui no Brasil.

Então, o Presidente da República eleito em 2022 tem que conviver nos seus primeiros dois anos de mandato com o Presidente indicado pelo seu antecessor, cuja proximidade política com o atual Presidente é pequena, para dizer o mínimo, criando uma incongruência nesses mandatos não coincidentes que suscita problemas constantes para o Governo.

Teoricamente, o Banco Central é autônomo operacionalmente para conduzir a política monetária de forma a alcançar as metas de inflação fixadas pelo Conselho Monetário Nacional. Essa é a teoria, então, o Banco Central não seria independente, mas autônomo para cumprir as metas que o Governo, através do Conselho Monetário, fixa.

Mas olhando um pouquinho mais de perto a questão, o que você verifica? O Conselho Monetário tem apenas três membros desde os anos 90: o Ministro da Fazenda, o Ministro do Planejamento e o Presidente do Banco Central. O Ministro do Planejamento, normalmente, é o mais distante dessa temática e o Banco Central exerce a secretaria do conselho. Todos que têm alguma experiência sabem que exercer a secretaria de um órgão dá muita influência, muito poder,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

então, em larga medida, o Banco Central fixa as metas para si mesmo. Ele é mais independente do que se imagina pela simples contraposição que eu mencionei antes.

Agora, quanto ao grau de autonomia que o Banco Central tem, é em relação a quem essa autonomia? É em relação ao poder político eleito, mas não é uma autonomia em relação a interesses financeiros privados, a *lobbies* privados. Então, você veja aqui o seguinte, existe, no Brasil, como em vários outros lugares, a captura do regulador pelo regulado, a captura do Banco Central por interesses financeiros privados através da chamada porta giratória. E não é um fenômeno só brasileiro – se achar em inglês, chama-se *revolving door*. Os técnicos, os economistas, os financistas que vão para o comando do Banco Central, em geral, saem do mercado financeiro, do sistema financeiro, e aí eles retornam. Não existem regras fortes de saída para aqueles que passam pela Diretoria do Banco Central. E o que acontece é que se o integrante da Diretoria do Banco Central diverge muito dos interesses financeiros privados, ele corre o risco de, na sequência da sua participação na diretoria, não ter uma carreira, digamos assim, confortável no sistema financeiro.

Através da porta giratória, portanto, nós temos uma situação em que o Banco Central autônomo legalmente está insulado do poder político eleito, mas não está insulado da influência de *lobbies* financeiros privados. Neste contexto, Senador, é que surge a PEC que está em discussão agora, agravando, no meu entender, os problemas que já existem na situação atual. Ao examinar, com pouco tempo, os documentos pertinentes, ficou aparente para mim a complexidade do tema e, se me permite dizer, também tive a impressão de que falta uma discussão mais aprofundada da questão.

Foi muito oportuno o requerimento do Senador para trazer aqui esta audiência, mas eu fico com a sensação, Senador, de que seria importante convocar outras audiências, para que o tema possa ser mais aprofundado do que será aprofundado hoje. São muitas pessoas no Brasil – economistas e especialmente juristas – que estão tão ou mais preparados do que eu ou do que outros participantes desta mesa para ajudar os Senadores a destrincharem essa matéria ampla e complexa que a PEC procura abarcar.

Quais são os problemas? Eu vou tentar ser sintético para ficar dentro do tempo que o Senador me deu. São muitos, parecem ser muitos. Vou dar alguns exemplos sem a pretensão de abordar todos os problemas. Por exemplo, a PEC reforça a autonomia do Banco Central ao constitucionalizar diversos princípios que estão em lei complementar, por exemplo: a autonomia operacional e administrativa, a ausência de subordinação do Banco Central a qualquer ministério

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ou órgão público. Isso já está em lei complementar e seria agora conduzido para um nível constitucional. E, ainda, essa autonomia é ampliada pela inclusão da dimensão orçamentária e financeira do Banco Central, da autonomia do Banco Central.

Tenho duas observações, uma muito breve: muitos dos que criticavam a Constituição de 1988 diziam que ela era excessivamente detalhada. Eu me pergunto se esses que criticavam a Constituição de 1988 com esse argumento agora vão dizer a mesma coisa em relação ao fato de que essa PEC transforma matéria que pode ser considerada de lei complementar em princípio constitucional. Até se pode questionar a constitucionalidade de fazer isso, porque a Constituição, no art. 192, estabelece que o Sistema Financeiro Nacional, do qual faz parte o Banco Central, tem que ser regulado por lei complementar. Então, aqui nós temos uma situação, possivelmente, que é a de atribuir à Constituição o papel que está reservado, na própria Constituição, à lei complementar.

Outro exemplo dos problemas que eu vi ao fazer o primeiro exame desta questão: a PEC, como já foi dito aqui, transforma o Banco Central, que é autarquia especial, em empresa pública de direito privado. Ora, as atribuições do Banco Central são eminentemente estatais, são centrais do Estado: emitir moeda primária por delegação do Estado, exercer a política monetária, regular o sistema financeiro, supervisionar o sistema financeiro e gerir as reservas internacionais que são do Estado. O Banco Central é o depositário e gestor dessas reservas. Então, parece uma incongruência atribuir a uma empresa pública de direito privado tarefas que são eminentemente estatais, que são centrais para a ação do Estado. Como é que a PEC responde a isso? Criando um novo tipo de entidade – se eu entendi bem –, que é uma empresa pública de direito privado que exerce atividades do Estado, que exerce atividades centrais do Estado.

Uma terceira dúvida: como se financia esse Banco Central que teria – se a PEC for aprovada – autonomia orçamentária e financeira? Não me parece que esteja claro na documentação que eu pude ver. Fala-se que seria usada a receita de senhoriagem. Observem que a definição de receita de senhoriagem está um pouco escorregadia, pelo menos três definições são apresentadas. A ideia de que a receita de senhoriagem cubra as despesas do Banco Central é fundamentada em práticas internacionais vagamente definidas, estimativas preliminares que não foram apresentadas. De qualquer maneira, o que nós temos é uma receita do Estado, que é a receita de senhoriagem, transferida a uma empresa pública de direito privado, o que é algo complicado.

A quarta questão é o tratamento dado aos servidores do Banco Central. Há duas opções: permanecer no Banco Central – no novo Banco Central –, ou ir para carreira congênere. Essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

abordagem suscita dúvidas jurídicas e até constitucionais. Por exemplo, quem define o que é congênere? É possível estabelecer carreiras congêneres para todos os servidores do Banco Central? É possível, juridicamente, argumentar que o servidor que entrou por concurso para uma determinada carreira no Banco Central pode ser transferido para uma função diferente, para outra função, outra carreira? Isso juridicamente é sustentável? Enfim, são questões que devem ser mais bem discutidas.

E há também um vício de origem aqui, porque a Constituição Federal, no seu art. 61, estabelece que tratar questões referentes a servidores, cargos e salários é competência privativa do Presidente da República, e esta PEC foi iniciada aqui no Senado, como se sabe. Além do mais, transfere-se a supervisão do Banco Central para o Congresso Nacional. Pode-se argumentar que isso viola o art. 60 da Constituição, que faz a separação dos Poderes.

Em suma, Senador, se aprovada como está, como emenda à Constituição, é bem possível que a questão acabe parando no Supremo Tribunal Federal.

E nós estamos em uma situação muito peculiar, porque nós temos uma proposta de emenda à Constituição que tira o Banco Central, que exerce atividades tão centrais para o Estado, da órbita da administração pública, inteiramente. Consagra o isolamento do Banco Central do resto da política econômica e, no meu entender, consagra o Banco Central como o quarto Poder, pelo grau de autonomia e de liberdade que ele terá em relação ao poder político eleito.

Obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Obrigado, Sr. Paulo Batista, pela exposição.

E, certamente, a gente ouvindo... Estão os nossos consultores aqui, o Waldery, o Britto, a Vania, e a gente vai poder aproveitar todos os depoimentos.

Eu só queria... Não quero entrar no mérito dessa questão constitucional. Só para lembrar, porque estava nesse meio: a autonomia operacional foi levada ao Supremo, e o Supremo disse que podia. Só defendendo a minha parte aqui rapidinho, eu não vou entrar no mérito, eu estou aqui para mediar, eu não estou aqui para...

Muito obrigado pela sua exposição.

A gente vai a mais um convidado e, em seguida, aos Senadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao Sr. Fernando Alberto Rocha, Chefe do Departamento de Estatísticas do Banco Central do Brasil, para a sua exposição por dez minutos.

Ele cumpriu rigidamente, por isso a gente pulou para 15 minutos, porque ficam ali os 15 minutos. (*Pausa.*)

O SR. FERNANDO ALBERTO ROCHA (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Plínio Valério. Obrigado por convocar, por requerer esta audiência pública.

Obrigado aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que estão assistindo.

Cumprimento meus colegas de mesa: Dr. André Lara Resende, Dr. Paulo Nogueira Batista Junior, Dr. Lademir, Dr. Marcel Mascarenhas, Edison Cardoni; Presidente Meirelles e Presidente Loyola, que estão nos vendo por videoconferência; o Diretor Luiz Pereira; também os meus colegas que estão aqui no Senado Federal, servidores do Banco Central como eu, representados pela ANBCB, pelo Sinal, pelo Sindsep, pelo SinTBacen, pela Anafe. Muito obrigado pela presença de todos. É um bom debate.

A minha apresentação se baseia no texto da PEC, e, enfim, durante a apresentação, eu espero poder comentar alguns temas que foram levantados aqui que certamente são importantes para o debate. A estrutura da apresentação é esta. Certamente eu não vou fazê-la em 15 minutos, mas a apresentação fica para registro e consulta posteriormente.

Podia passar para o próximo eslaide, então?

No próximo eslaide, a gente tem o ponto central da PEC, que é essa ampliação da autonomia do Banco Central. Eu acho que esse é o objetivo fundamental da PEC e ele está no §4º, que a PEC propõe inserir no art. 164 da Constituição Federal.

O seguinte, por favor.

Esse art. 4º então define... Eu acho que esse é o centro da PEC. Eu acho é que a esse artigo, por exemplo, que o Dr. Paulo fazia referência. Nós temos aqui o Banco Central definido como instituição de natureza especial, esse é o primeiro ponto; dotado de autonomia técnica, operacional, administrativa, orçamentária e financeira como segundo ponto; que se organiza como empresa pública que exerce atividade estatal, o terceiro ponto; e dotada de poder de polícia. Então, cada um desses pontos caracteriza o Banco Central e a plena autonomia que ele vai ter se esta PEC for aprovada, assim como a lei complementar que a regulamentará. A gente vai tratar de cada um desses quatro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode passar o eslaide, por favor?

Em relação à natureza especial, bancos centrais, tipicamente, em qualquer lugar do mundo são instituições únicas, instituições próprias que têm características específicas. Essa definição do Banco Central como de natureza especial foi consagrada na legislação brasileira, na Lei Complementar 179, que definiu o Banco Central como uma autarquia de natureza especial. A PEC mantém essa característica de especial, definindo-a como instituição de natureza especial, obviamente, porque ela vai mudar de natureza, de autarquia para empresa pública. Os bancos centrais... Ali tem uma lista de atribuições. O Dr. Paulo já se referiu a elas como atribuições de bancos, atribuições específicas de bancos centrais, atribuições estatais. E exatamente por isso, no arcabouço estatístico internacional, os bancos centrais são classificados como corporações financeiras públicas.

No próximo eslaide, a gente tem uma árvore que define – essa árvore foi tirada do *Manual de Estatísticas de Finanças Públicas e Governamentais* do FMI – o Banco Central como uma corporação financeira pública, tomadora de depósitos, numa categoria única e exclusiva. Em todos os outros, você tem definições; nessa, você tem apenas o Banco Central, é o azulzinho ali embaixo. E, devido à classificação do Banco Central atualmente, como subordinado ao Governo central, integrante do Governo central e dependente de transferências de recursos orçamentários para que o Banco Central possa se manter, as estatísticas do Banco Central classificam o Banco Central de uma forma diferente do padrão internacional, e o Banco Central faz parte do Governo central orçamentário. Entre outras coisas, é por isso que nós temos dois conceitos de dívida bruta: o conceito chamado Banco Central e o conceito FMI, que é o padrão internacional.

No próximo eslaide, a gente vai ver um estudo recente feito pelo Departamento Legal do FMI, que consultou a base de dados internacionais – acho que 193 países foram consultados –, bases de dados legais de 155 países foram analisadas para definir padrões de autonomia do Banco Central.

O estudo propõe um índice sintético que mescla essas dez características que vocês estão vendo na tela. Os autores perguntaram aos dirigentes de bancos centrais e advogados de bancos centrais quais dessas eram vistas como mais críticas. E receberam 87 respostas, que são, enfim, distribuídas em todos os continentes, em todos os níveis de renda, e tudo mais. Dessas 87, o item que teve a maior validação como um item crítico, nesse estudo, foi a autonomia financeira. Aproximadamente 75% dos respondentes disseram que a autonomia financeira é o ponto crítico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa, de fato, foi, digamos assim, a mais bem votada de todas e é justamente essa que o Banco Central do Brasil não tem e que se pretende que a PEC atribua ao BC.

Em terceiro lugar, autonomia orçamentária. Antecipando, o que está um pouquinho mais à frente, a autonomia orçamentária, nos termos que o próprio Senador Plínio Valério definiu no seu substitutivo, pode ser definida como a capacidade de elaborar, aprovar e executar seu próprio orçamento. E autonomia financeira pode ser definida como a capacidade de usar suas receitas próprias para pagar suas despesas. Isso é o que os bancos centrais fazem, tipicamente, ao redor do mundo.

O Dr. Paulo disse que os sistemas não estão claros, talvez não caibam na PEC. A gente pode detalhar quais são as fontes de receita do Banco Central. São, basicamente, receitas financeiras geradas pelos seus ativos que podem ser usados, que são usados, nos bancos centrais ao redor do mundo, para pagar as suas despesas próprias. Dessa forma, nós temos receitas utilizadas para pagar despesas. E isso é uma das explicações para a alteração da natureza jurídica do Banco Central, porque, na situação atual, como uma autarquia integrante do setor público brasileiro, devido a princípios constitucionais de unidade, totalidade e legalidade orçamentária, o Banco Central não tem como utilizar as suas receitas próprias para pagar despesas, porque não é dessa forma que se dá o processo, por causa do princípio da legalidade, e receitas financeiras não são também fontes para o pagamento de despesas primárias. A gente detalha isso mais à frente.

No eslaide seguinte, também baseado nessa comparação internacional, usando os microdados de cada país nessa série, a gente vê que, em termos de autonomia financeira, o Banco Central, não só está aquém do padrão internacional, como está aquém da linha mediana dos países considerados. Desses 155 países na base de dados legal do FMI, nós estamos na 94ª posição e estamos abaixo da linha mediana. Esse histograma põe cada uma das coisas... Aquela linha é o Brasil, ou seja, a maior parte dos países têm um índice de autonomia financeira maior do que o Banco Central do Brasil e do que o país tem hoje.

Na sequência, no eslaide seguinte, acho que fica bem clara a característica específica do Banco Central, a natureza especial, e, no caso da empresa pública, eu já me antecipei e mencionei os dois conceitos de autonomia orçamentária e financeira. Essa autonomia está prevista na Lei Complementar 179. O art. 6º da lei diz que o Banco Central, entre outras definições legais, tem autonomia financeira e administrativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse dispositivo não é efetivo, porque ele se contradiz ou se contrapõe a outros dispositivos do ordenamento jurídico nacional que estabelecem que dentro do setor público brasileiro, evidentemente, nós temos um órgão central de gestão de pessoas e temas correlatos, que é o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Um exemplo disso é a ausência de autorização para o Banco Central fazer concurso nos últimos dez anos. A última vez que o Banco Central conseguiu contratar pessoas foi em 2013, com ingressos em 2014 e 2015. Nesses dez anos, o Banco Central se reduziu, sei lá, de algo como 3,7 mil servidores para um pouco mais de 3 mil.

Então, a ideia da PEC é dar efetividade a uma norma legal, a uma legislação que já existe, tornando-a efetiva. E, enfim, essa característica de bancos centrais que não são autarquia, que estão organizados na forma de empresas públicas ou no equivalente no sistema jurídico de cada país ou em formatos híbridos, nós temos em bancos centrais de sistemas legislativos próximos ao nosso, como Portugal, de países vizinhos da América Latina, como o Chile, o México, em outros países europeus como a Espanha. E, enfim, há uma diversidade de sistemas com bancos centrais e instituições privadas, como no caso da África do Sul, da Itália, da Suíça, bancos centrais que têm personalidades híbridas. Nem adianta falar aqui do Federal Reserve, que é uma coisa à parte, muito diferente de qualquer coisa. Esse formato já nos parece a adaptação jurídica ao sistema institucional brasileiro do que a gente vê lá fora.

No eslaide seguinte, depois de mencionar a atividade pública e estatal, aquele mesmo trecho trata do poder de polícia. O poder de polícia é uma forma de garantir que o Banco Central mantenha os poderes que já detém hoje. Então, em tese, se a gente puder tornar mais simples um tema complexo, a ideia é manter o Banco Central tal qual existe hoje, com o acréscimo da autonomia orçamentária, financeira e administrativa para concluir um longo processo de evolução institucional – que a gente pode marcar com o início de 1996, com a criação do Copom, com o início de 1999, com o sistema de metas ou, enfim, qualquer outro marco – que se completa agora.

No eslaide seguinte – mais um, por favor – a gente fala de governança, que é um tema importante sobre essa história do Banco Central ser um quarto poder da República, ou o quinto, a gente nunca sabe exatamente, como tem os comentários.

Então, o modelo que está previsto na PEC, que deve ser detalhado na lei complementar, é basicamente o seguinte: a proposta de emenda à Constituição define as dimensões da autonomia; a lei complementar define a estrutura, organização e governança do Banco Central, inclusive estabelecendo limites para as despesas do Banco Central, que vão ser limitadas em lei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

complementar, como, enfim, faz parte do novo regime fiscal sustentável, por exemplo, que é a Lei Complementar 200, a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei Complementar 101.

A partir dessa definição, em primeiro lugar, o Banco Central vai ter que fazer um plano estratégico plurianual para definir quais são suas diretrizes institucionais e legais e como cumpri-las. Isso vai ser submetido ao Conselho Monetário Nacional, que deve aprová-lo, na forma que achar melhor. O Conselho Monetário Nacional define a meta de inflação. Então, de duas formas o Governo define como o Banco Central atua: diretamente, digamos, no curto prazo anual, pelas metas de inflação; e, num prazo mais longo, pelo plano plurianual. Além, claro, de estar mantida toda a regulamentação do CMN e as suas competências, e de o Governo pode continuar, evidentemente, indicando o Presidente e todos os diretores do Banco Central.

Então, a partir dessas definições governamentais para o Banco Central, este vai elaborar o seu orçamento, que respeita os limites definidos em lei e que respeita o plano plurianual aprovado pelo Governo por meio do CMN. Em seguida, encaminha ao Congresso Nacional, ao Senado Federal, para aprovação. Aprovado, o Banco Central executa o seu orçamento e executa as suas atribuições.

Durante essa execução, o Banco Central está sujeito, como já está hoje, à fiscalização do Congresso Nacional, por meio do TCU e...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO ALBERTO ROCHA – ... e estará sujeito – um minuto –, posteriormente, à fiscalização das suas demonstrações financeiras.

Então, acho que esses aspectos são relevantes para mostrar que a ideia é que se tenha a ampliação da autonomia com a devida governança e os devidos controles ao Banco Central.

Um último ponto, e eu peço que se passe direto para o último eslaide, por favor, é sobre as estatísticas fiscais. Como eu já havia mencionado, nas estatísticas fiscais há uma alteração do Banco Central, que deixa de ser parte do Governo central, que é uma característica única do modelo da estatística brasileira, e passa a ser consistente com o modelo internacional, e isso provoca três impactos.

O primeiro, nas estatísticas fiscais, de fluxo, de resultado primário, nominal, é que o resultado é pequeno. O Banco Central hoje tem um déficit primário...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO ALBERTO ROCHA – ... de mais ou menos R$0,5 bilhão. Ele sai desse déficit e o resultado fica mais superavitário.

Nos fluxos entre o Banco Central e o Tesouro Nacional, que são inteiramente mantidos na Lei n° 3.820, esses fluxos deixam de ser financeiros e passam a ser fluxos primários, tanto as transferências do resultado positivo quanto as capitalizações, ou seja, tanto a ida quanto a volta.

Em seguida, na dívida líquida, vocês podem ver que o Banco Central tem mais ou menos a mesma quantidade de ativos e passivos: R$4 trilhões. Não tem alteração relevante.

E na dívida bruta, nós deixaremos de ter uma estatística própria nacional e passaremos a ter uma estatística mais alinhada com o padrão internacional. A diferença é a chamada carteira livre do Banco Central. (*Pausa.*)

Pois não.

Essa carteira livre do Banco Central é a garantia para o Banco Central aumentar ou reduzir as suas operações compromissadas e ela vai passar a ser considerada como dívida porque são títulos públicos que estão nas mãos do Banco Central, de fato.

Muito obrigado aos senhores e às senhoras presentes. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Obrigado, Sr. Fernando Alberto Rocha.

Tem uma pergunta aqui... Cadê a pergunta? Tem a pergunta do Clodoaldo, de São Paulo: "Poderíamos afirmar que a autonomia financeira do Banco Central é a prática mais adotada nas economias mais maduras e desenvolvidas?".

Eu considero a resposta de quem acha que sim, com o Sr. Meirelles e agora com o Rocha, outro expositor. Mas eu queria saber se quem expôs contrário quer responder a esta pergunta que é: "Poderíamos afirmar que a autonomia financeira do Banco Central é a prática mais adotada nas economias mais maduras e desenvolvidas?". Porque nos dois depoimentos favoráveis disseram que sim. E o senhor está perguntando... É só para pediria que...

O SR. PAULO NOGUEIRA BATISTA JUNIOR (Para expor.) – Eu creio que esse é um dos pontos obscuros da discussão, porque a experiência internacional é muito variada e complexa, e, antes de fazer afirmações genéricas desse tipo, seria preciso apresentar com mais cuidado os dados referentes à atuação de outros bancos centrais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Obrigado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – O senhor quer ver os dados? Ele está perguntando se quer receber os dados ou fica isso aí mesmo.

O SR. PAULO NOGUEIRA BATISTA JUNIOR (*Fora do microfone.*) – Receber.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Está bom. Receber...

Então, você pode encaminhar a ele.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Não, o senhor pode encaminhar os dados para ele, para tentar convencê-lo.

A Senadora Margareth chegou agora, ela e o Alessandro: nós tivemos três expositores. A gente estava abrindo agora... E pergunto aos Senadores que não estavam se alguém quer fazer pergunta agora, já nesse bloco de três, ou se quer esperar.

Fiquem à vontade, Alessandro e Senadora Margareth.

Por três minutos, está bem, Alessandro?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Pela ordem.) – Obrigado, Sr. Presidente.

É apenas para esclarecimento: nós teremos outros expositores, correto?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM. *Fora do microfone.*) – Sim.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Então, a gente pode aguardar para fazer mais adiante. Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – A palavra é do Sr. Lademir Gomes da Rocha, Procurador do Banco Central do Brasil, para a sua exposição.

O Lademir está conosco aqui, não é?

O SR. LADEMIR GOMES DA ROCHA (Para expor.) – Alô, alô?

Senador, eu vou pedir licença para ficar de pé. Eu me sinto mais tranquilo falando de pé.

Então, eu queria pedir a inclusão dos arquivos e agradecer primeiramente ao Senador Valério pelo convite, também ao Senador Alcolumbre, nas pessoas de quem eu cumprimento todos os Senadores; também a confiança depositada pelas entidades associativas, que me convidaram para fazer essa exposição sobre a questão da PEC 65 e a afirmação da tese de que se trata de uma escolha imprudente.

Eu queria deixar aqui o meu ponto de vista registrado de que é uma abordagem institucionalista, mais voltada aos aspectos jurídicos, pressupondo, assim, a escolha pela autonomia como escolha dada, e, portanto, levantando os pontos críticos do caminho que está se fazendo para o aprofundamento dessa autonomia.

Por favor, próximo eslaide.

O Banco Central é uma instituição de Estado – é importante registrar isso –, responsável por dois, digamos assim, pilares da estabilidade: estabilidade monetária, que é a preservação do valor da moeda; e estabilidade do sistema financeiro. Esse é um objetivo que deve ser alcançado com prudência nas escolhas políticas, e a reforma, portanto, desse modelo, deve ser orientada também pela busca de crescente estabilidade e também pelo valor "prudência nas escolhas".

Próximo eslaide, por favor.

A PEC ataca três pontos fundamentais, que poderíamos sintetizar: a transformação do Banco Central de autarquia em empresa pública, mais adiante, com modificações do relatório, ressalvando que se trata de uma atividade estatal, o que sai um pouco do eixo das empresas públicas tradicionais; o uso de receitas de senhoriagem para o financiamento das despesas do Banco Central, portanto, afastando-se do Orçamento Geral da União; e o deslocamento da fiscalização do Banco Central do Poder Executivo para o Congresso Nacional, com o auxílio do TCU e, portanto, envolvendo a exclusão do controle por parte da Controladoria-Geral da União.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Próximo eslaide.

A PEC, então, teve transformações que me parecem – e aqui eu quero saudar – no sentido de que houve um esforço para responder a várias insuficiências que, na nossa visão, a PEC tinha, mas ainda continuamos tendo essas insuficiências, esses problemas não resolvidos que nos permitem continuar afirmando que, apesar das modificações, continuamos tendo lacunas, insuficiências e erros graves de concepção que transformam essa escolha numa escolha imprudente.

Próximo eslaide, por favor.

Quais as razões, então – esse é o nosso ponto de vista –, para mantermos o Banco Central como sendo uma autarquia e, portanto, um órgão integrante da administração pública, mantendo suas características essenciais?

Primeiro, contrariando o que foi afirmado aqui, uma aderência ao padrão internacional. Segundo, um balizamento jurídico dado pela nossa Constituição e pela legislação pátria na medida em que em toda a transposição de modelo para o ambiente interno deve-se observar os balizamentos constitucionais e jurídicos dogmáticos da nossa cultura, da nossa tradição jurídica e da própria tradição institucional do Banco Central, uma *path dependence* – para usar um jargão mais dos economistas aqui –, no sentido de que o Banco Central vem evoluindo nessa perspectiva de uma autarquia e cumprindo todas as atribuições que lhe são atribuídas.

Próximo eslaide, por favor.

Por que nós falamos de aderência ao padrão internacional? Porque a regra, meus caros, é que os bancos centrais assumam personalidade jurídica de direito público, são entidades públicas. E aí cito os exemplos de Portugal, Espanha, Itália e França, que, observadas as características específicas de cada ambiente, são entidades públicas.

Houve uma evolução incremental, os bancos centrais privados se transformaram em entidades públicas ao longo da história e houve um reforço da necessidade de resolver os problemas do Banco Central a partir da perspectiva do direito público, inclusive do ponto de vista das salvaguardas à autonomia que se concede. A autonomia é um problema de política pública, é um problema de direito público.

Próximo eslaide, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em nosso modelo nós temos uma diferenciação já bastante sólida entre autarquias e empresas públicas, competindo às autarquias o exercício descentralizado de atividade típica de Estado, ao passo que as empresas públicas são pessoas jurídicas de direito privado, controladas pelo poder público, mas que exercem atividades próprias ou não privativas da atuação estatal.

Próximo eslaide, por favor.

A evolução da autonomia da autarquia Banco Central do Brasil considerou alguns aspectos que já foram alcançados. O aspecto pessoal que já se origina lá atrás pelo insulamento dos seus servidores, ou seja, antes de nós termos mandatos dos dirigentes nós já tínhamos uma proteção à independência técnica dos servidores do Banco Central – servidores do Banco Central –, que foi acrescentada agora com o mandato para os seus dirigentes, aderindo ao padrão internacional do FMI. Também há autonomia operacional no sentido do manejo dos instrumentos de política monetária e também há autonomia institucional. O que se quer obter? A autonomia financeira orçamentária com fontes estáveis e suficientes para o custeio permanente.

Há problemas na escolha do modelo da PEC 65, entre elas o risco grave de retrocesso em relação as outras autonomias e o agravamento dos problemas de *accountability* e governança democrática.

Por favor.

No risco de retrocesso, eu destacaria dois aspectos. No que toca a autonomia pessoal, nós temos ali um corpo funcional altamente técnico e haveria permeabilidade ou risco de maior permeabilidade, e nós já vimos isso na reforma administrativa, do ingresso de pessoas estranhas ao quadro de servidores no âmbito do Banco Central, portanto, um estiolamento da autonomia pessoal. Do ponto de vista da autonomia institucional, interferências políticas e agravamento do risco de interferências do mercado no processo de escolhas de decisão da autoridade monetária e, portanto, o agravamento do risco de captura e incertezas quanto à interação que vai se estabelecer entre Banco Central, Conselho Monetário Nacional e Congresso Nacional, que ingressa aqui como ator relevante.

O próximo eslaide, por favor.

Os riscos jurídicos, meus caros, atingem duas faces da atuação do Banco Central, porque o Banco Central é, ao mesmo tempo, autoridade monetária e é supervisor/regulador do sistema financeiro; portanto, exercente do poder ou de parcela do poder de polícia do Estado brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Próximo eslaide.

No que se refere às intervenções da autoridade no mercado, esse deslocamento, do âmbito do direito público para o direito privado, da esfera pública para a esfera privada, gera incertezas quanto à fundamentação dos contratos que autorizam a autoridade monetária interferir no mercado. Nós temos um agravamento desse risco, principalmente em situações de instabilidade, em que há necessidade de intervenções mais pesadas no sentido de prover liquidez no mercado.

A crise cambial de 1999, por exemplo – e o bom de ser velho no Banco Central, de ser antigo é ter experiência e ter memória –, nós resolvemos aplicando princípios de direito público que vão ser, pelo menos, colocados em questão, caso o instrumento de intervenção nesse domínio de mercado passe a ser predominantemente orientado pelo direito privado.

Próxima lâmina, por favor.

Riscos jurídicos quanto à capacidade normativa do Banco Central. Nós sabemos que há um precedente de empresas públicas exercendo poder de polícia, como a BHTrans, mas ficou claro no julgamento que tratou da BHTrans que não está compreendido, nessa possibilidade de exercício de poder de polícia, o exercício de capacidades normativas, que são essenciais para o Banco Central.

Por favor, próximo eslaide. Ficou um pouco bagunçado o eslaide. Desculpe-me.

Riscos jurídicos quanto a atuações do Banco Central no regime de autorizações, na supervisão e, principalmente, no regime de resolução. Nós somos a porta de entrada do sistema financeiro, permitindo ou bloqueando o acesso de empresas, e somos também a porta de saída pelos regimes de resolução. Aqui há severas dúvidas quanto à possibilidade de uma empresa pública coordenar esses dois instrumentos, em especial o instrumento de saída, que interfere pesadamente no direito de propriedade e também na liberdade de empresa.

Por favor.

Riscos jurídicos quanto ao direito sancionador. Nós não estamos falando aqui da aplicação de simples multas de trânsito, nós estamos falando da aplicação do poder sancionador essencial à supervisão prudencial e também aqui do risco de descontinuidade quanto ao papel do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional no tocante a esse aspecto.

Por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O agravamento, por conta dessa série de dúvidas de natureza jurídica, em situação principalmente de risco sistêmico. Nós sabemos que o risco jurídico é um dos elementos a serem ponderados para se evitar o risco sistêmico, e aqui nós trazemos essa preocupação de que a fragilização do Banco Central como poder de polícia pode acarretar implicações em termos de agravamento do risco sistêmico.

Risco jurídico-funcional é uma ruptura de várias relações de trabalho com consequências ainda não previsíveis. Nós tivemos, por exemplo, uma declaração de inconstitucionalidade do art. 251, do Regime Jurídico Único, lá atrás, quase 30 anos atrás, vinte e tantos anos atrás, que gerou problemas de transição de regime que não foram resolvidos até hoje. Nós estamos fazendo uma nova aposta em regimes de transição e desencadeando novas potenciais de conflito no âmbito da relação do Banco Central com seus servidores.

O deslocamento da competência para julgar os casos da Justiça Federal para a Justiça do Trabalho, afinal de contas, estaremos agora diante de empregados celetistas e processos que não saberemos se continuarão na Justiça Federal ou se terão, a partir de então, de transitar para a Justiça do Trabalho.

Com o afastamento da Lei 8.112 e de todos os mecanismos de apuração de responsabilidade, nós cairemos num vácuo normativo.

A indeterminação do conceito de carreira congênere e também dos benefícios previdenciários, inclusive de quem já está aposentado, na medida em que desaparece para aqueles que se aposentaram sob o regime da integralidade e da paridade o critério da paridade.

O risco jurídico processual é o risco de execução, a perda do regime de execução contra a Fazenda Pública, a possibilidade de penhora de bens públicos, a perda da prerrogativa do prazo em dobro, a perda da intimação pessoal. Mas eu queria sublinhar o que me parece mais grave, que é o risco de não se tornarem mais aplicáveis precedentes que foram construídos sob o pressuposto de que o Banco Central era uma autarquia, por exemplo, abrindo margem para a aplicação do Código de Defesa do Consumidor sobre os cadastros restritivos, cadastros usados pela supervisão bancária na apuração do risco das operações transitadas pelo sistema financeiro. Nós já consolidamos uma jurisprudência de que essa responsabilidade é das instituições financeiras, mas atrair o Código de Defesa do Consumidor aqui e o Banco Central na cadeia de fornecedores pode agravar esse risco.

Próximo eslaide, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A questão da ADI 6.696, que julgou, ou melhor, não entrou no mérito da questão da inconstitucionalidade da Lei Complementar 179, de 2021. É importante destacar os votos dados pelo Ministro Alexandre de Moraes, que foi acompanhado por outros dois ministros, em que ele afasta o vício de iniciativa pela coincidência desse projeto com outro que havia sido encaminhado pelo Poder Executivo, coisa que não se verifica com a PEC 65. O Ministro Nunes Marques destacou, no seu voto, a importância e a relevância do controle exercido pela Controladoria-Geral da União. Esse controle pela Controladoria-Geral da União irá desaparecer em caso de empresa pública. E há nova querela a respeito da invasão de competência privativa da Presidência da República.

Próximo eslaide, por favor.

E aí nós temos uma situação que é a vedação de emendas que tendam a abolir a separação de Poderes. Nós estamos num processo de escavamento interno. E aqui eu trago a teoria constitucional, que é escavar um instituto internamente a ponto de transformá-lo num vazio semântico, num vazio jurídico. O que acontece aqui? A retirada do controle do BCB pelo Poder Executivo, via CGU, fragilizando os mecanismos republicanos de controle interno da administração pública; o afastamento do Poder Executivo da execução, ainda que sob autonomia da autarquia, de importante parcela da política econômica – isso se desloca do Poder Executivo –; a independência...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LADEMIR GOMES DA ROCHA – ... do Banco Central em relação ao Poder Executivo, liderado pelo Presidente da República, e, portanto, a transformação do instituto da Presidência numa casca de ovo.

Próximos eslaides, por favor. Eu já estou tentando finalizar.

Portanto, nossa conclusão antes do último eslaide: trata-se de uma escolha recheada de incertezas. Os riscos mapeados, senhores, senhoras, Sras. e Srs. Senadores, não compensam os potenciais benefícios da medida, e se trata, concluindo, de uma escolha imprudente.

Mas o que fazer, senhores? E aí nós temos algumas sugestões, no próximo eslaide, de mudanças incrementais, não disruptivas da tradição e da trajetória do Banco Central: repensar a taxa de fiscalização, ajustes no orçamento da autoridade monetária, mantendo sua natureza jurídica, e o estudo em torno da remuneração por *performance*, como já ocorre na administração pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. LADEMIR GOMES DA ROCHA – Muito obrigado, e desculpem-me se excedi meu tempo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Obrigado, Sr. Lademir Gomes da Rocha.

Nós vamos ouvir mais um convidado, Senadores que estão presentes. Em seguida, a gente abre... Está difícil, porque, se for esperar para ouvir todos, os senhores têm outras Comissões a fazer. Eu vou só abrir para mais um, e aí a gente abre para os Senadores que estão aqui presentes: Senadora Margareth, Alessandro, Jaques Wagner, Oriovisto, Renan, Fernando Farias e Contarato.

Vamos ouvir a palavra do Sr. Marcos de Barros Lisboa, economista e ex-Presidente do Insper, para sua exposição.

Nós já ampliamos para 15 minutos, que era para evitar essa sineta horrível, mas nós ampliamos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Para mim! Olhem aí! (*Risos.*)

Eram 10, e a gente viu que isso era insuficiente. A gente ampliou já para 15, direto.

Com a palavra, o Sr. Marcos de Barros Lisboa.

O SR. MARCOS DE BARROS LISBOA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Senador, muito obrigado pelo convite. Eu queria muito estar presente aí com os senhores. Tenho memórias muito educativas e prazerosas das vezes em que fui a essa Casa.

Vou-me ater aos dez minutos.

O Banco Central do Brasil, nos últimos 30 anos, trouxe ganhos impressionantes para o país. A gente evitou uma crise bancária severa nos anos 90, e eu tenho prazer de estar aqui junto com o Gustavo Loyola, que liderou uma agenda incrivelmente difícil no fim da inflação, para evitar uma crise severa, como outros países tiveram depois, por dificuldades do sistema financeiro; o Gustavo Franco, que ajudou a consolidar a institucionalidade do Banco Central; e, depois, Armínio Fraga, que trouxe o modelo de metas de inflação e iniciou uma agenda de expansão do crédito, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

redução do *spread* bancário, a diferença de juros entre o que o Tesouro paga e o que as pessoas pagam, muito importante no começo dos anos 2000; e tive o prazer de trabalhar com o Henrique Meirelles no começo da sua gestão do Banco Central, eu no Ministério da Fazenda.

Para além dessas agendas importantes de conquistas para o país, de que a sociedade não aceita mais inflação, a sociedade não quer mais aquela insegurança sobre política monetária e as criatividades que a gente teve antes, o Banco Central conduziu uma agenda fundamental de expansão do crédito e de acesso a instrumentos com impactos diretos na vida das pessoas.

Eu lembro, no começo dos anos 2000, eu, no Governo, explicando para estrangeiro que, no Brasil, você depositava um cheque em Rio Branco, no Acre, e ele amanhecia em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Isso não existia em muitos países. Muitos países desenvolvidos não tinham nada semelhante a isso. O Sistema de Pagamentos Brasileiro foi uma inovação fantástica que o Banco Central implementou e com o qual nós nos acostumamos, porque é parte do nosso quotidiano. Isso não é usual no resto do mundo.

Para ficar no exemplo mais recente, o Pix surpreende doutores em Economia, professores das melhores universidades. Eu estava num seminário recente em homenagem ao José Alexandre Scheinkman, aqui em São Paulo, para onde vieram pessoas das boas universidades americanas e europeias, e eles surpresos comigo pagando as contas no Pix. "Como é que é isso?". Eu falava: "Não, tem um sistema aqui que o Banco Central do Brasil desenvolveu, por um custo incrivelmente baixo, em que você paga a conta no celular; você sabe quem está recebendo e a pessoa sabe quase que instantaneamente que recebeu". Esses são alguns exemplos das inovações impressionantes que o Banco Central do Brasil tem implementado.

Eu tenho preocupação, contudo, com o constrangimento dos recursos do Banco Central. Já era para a gente ter o Pix automático – que está atrasado aqui há dois anos, eu acho –, para que você pudesse fazer transações mais fáceis ainda, por aproximação ou equivalente, o que seria um débito em conta-corrente. A arquitetura tecnológica do Banco Central fica prejudicada com a falta de autonomia de recursos. Isso fragiliza o sistema. Isso coloca em risco os meios de pagamento que cuidam da vida das pessoas. Tenho sempre a preocupação, já tem algum tempo, de a gente acordar amanhã com uma notícia ruim de que alguns desses sistemas fundamentais que o Banco Central executa com uma qualidade, acho eu, incomparável à de outros países, mas que, por falta dos investimentos, por falta dos recursos, esses sistemas fiquem em risco, prejudicando o dia a dia das pessoas. Vai ser um susto muito ruim e muito comprometedor para a vida das pessoas, das empresas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente precisaria e seria útil para o país ter maiores recursos para toda a central de risco que o Banco Central gere. Se tivesse maiores recursos, poder-se-ia dificultar a ocorrência de problemas contábeis, de fraudes. Não vou entrar aqui na parte técnica, mas a central de risco do Banco Central hoje tem dificuldades pela falta de recursos, o que dificulta o acompanhamento das informações de empresas, como: quanto tomaram emprestado? Os empréstimos são adequados? As dívidas são adequadas ou não são? Qual é o montante de risco envolvido?

Eu acho que seria muito útil para o país se a gente conseguisse avançar, se a gente continuasse avançando nessa agenda de inovação tecnológica que o Banco Central tem liderado há 30 anos com tamanho sucesso, fortalecendo toda a área de pesquisa do Banco Central que contribuiu tanto para uma agenda de expansão do crédito e redução do *spread*.

A gente, no Brasil, discute, acho eu, excessivamente a taxa básica de juros e acaba descuidando da agenda do *spread* bancário, a diferença entre os juros que o Tesouro paga e que o consumidor, a família e a empresa pagam na ponta. Essa foi uma agenda que avançou muito no Brasil nas últimas décadas, tem uma quantidade impressionante de trabalhos com microdados publicados nas melhores revistas acadêmicas internacionais demonstrando, com microdados, essa queda dos juros, mas a fragilização que o Banco Central tem sofrido já há alguns anos dificulta tanto o avançar dessa agenda de construção dos instrumentos financeiros, das seguranças para a queda dos juros quanto, e isso é bastante preocupante, da sua capacidade tecnológica de preservar, de garantir a higidez desses instrumentos tecnológicos que estão em nosso dia a dia, e essa é uma área em que o Brasil está bem mais avançado do que os demais países.

A gente gosta de falar dos problemas do Brasil. Estou numa fase de falar das coisas que o Brasil tem feito bem, e a estrutura do Banco Central, a qualidade dos seus servidores e a impressionante inovação que ele tem feito, já há muito tempo, é algo a ser celebrado no Brasil e a ser apoiado. Eu acho que medidas como as que estão sendo propostas suportam esse avanço e eu acho que poderiam afastar os riscos da falta de recursos que o Banco Central tem tido nos últimos anos e que, confesso aos senhores, me tira o sono.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Você ainda tem seis minutos e meio.

Vai abrir mão dos seus minutos?

O SR. MARCOS DE BARROS LISBOA (*Por videoconferência.*) – Eu não vou abrir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que... Só um último comentário então, Senador.

Eu acho que, com frequência, a gente acaba focando em temas que parecem emblemáticos, como a taxa básica de juros e a questão da governança da política monetária. Há um desenho hoje de política monetária que é um pouco usual nos principais países: os bancos centrais têm autonomia, mas autonomia para gestão da política monetária. Quem define as metas é o Governo eleito, quem diz quais são os objetivos a serem atingidos é o Governo eleito.

Se é uma discussão sobre o Conselho Monetário Nacional, o Banco Central ter muita influência para se discutir a governança, acho extremamente legítimo, mas esse desenho das agências de Estado, em que o poder eleito define as metas, os objetivos e a gestão para cumprir os objetivos – inclusive sob possibilidade de perda de mandato dos gestores –, cabe às agências e é um modelo bastante frequente nas principais economias.

Agora, o que me preocupa é que essa discussão sobre a condução da política monetária não deveria contaminar a discussão sobre os muitos instrumentos que afetam a vida das pessoas e que hoje eu temo que tenham sido debilitados pela carência de recursos.

O Pix foi um sucesso extraordinário. A gente tem que explicar Pix para outros reguladores, gestores de outros países, porque eles falam: "Como é isso?". Agora, o sucesso do Pix gerou um crescimento imenso no volume de acessos por dia, centenas de milhões de novos negócios. Isso requer investimento em tecnologia. Garantir esse notável crescimento requer o aporte de recursos que viabilize tanto gente quanto sistemas para preservá-lo, e o receio é que a carência de recursos atual possa botar esse notável crescimento, esse grande avanço do país em risco.

Muito obrigado aos senhores. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Obrigado, Sr. Marcos de Barros Lisboa.

Aos Senadores e Senadoras que aqui estão informo que nós ouvimos até agora a metade, cinco – são dez. Eu pergunto se os senhores e senhoras querem ouvir mais para as perguntas ou já querem fazê-las agora. Eu não quero me prender muito a essas regras, a essas coisas todas, e prejudicar.

Com a palavra o Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente. Serei muito breve.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ouvindo as exposições, lendo a justificativa da PEC e do relatório prévio, já apresentado por V. Exa., parece-me claro que a grande questão é a garantia de financiamento adequado para o Banco Central. E, se essa é a necessidade e uma necessidade legítima, eu não consigo identificar qual é a razão necessária para que se faça uma alteração tão substancial na Constituição, porque eu gero toda uma massa de potenciais problemas para resolver uma questão que deve ser resolvida como prioridade de alocação orçamentária. As inovações celebradas, os feitos realizados se deram na atual legislação, na vigência da atual legislação.

Então, eu me alinho ao desejo de garantia de firmeza orçamentária substancial – existem caminhos para isso –, mas continuo, apesar das apresentações em diversos sentidos, com grandes dúvidas com relação à necessidade desse encaminhamento. Até porque há de se reconhecer que a definição da estratégia político-econômica em uma nação deve ser feita pelos seus representantes eleitos, não por instituições tecnocráticas. E existem caminhos para que isso seja feito virtuosamente no Brasil, como já o foi. A gente acabou de ouvir a exposição de um ex-Presidente do Banco Central, que, num Governo de esquerda, manteve uma política austera e registrou que teve total autonomia.

Então, acho que é preciso parcimônia num tema que seguramente pode gerar mais turbulência ainda num país que já tem problema demais.

Portanto, preservo minhas dúvidas, reconheço o mérito da intenção e me comprometo a buscar alternativas para essa garantia de financiamento adequado que não sejam pela via da alteração constitucional.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Só um esclarecimento: esta audiência está servindo para isso, para que nós possamos ouvir o que for possível ouvir, adaptar ou não, mudar ou não. Há uma convicção do Relator de que é preciso ampliar essa autonomia. Essa convicção eu tenho, como autor da lei que deu a autonomia para o Banco Central; agora, de que forma ou como vai ser, eu não sou dono disso. E, Alessandro, esta Casa é a ideal, o Senado é ideal para isso.

Podemos seguir, então? Algum Senador quer a palavra? Porque eu quero fazer isto, Renan e Oriovisto, da forma mais coloquial possível, em que o Senador não se amarre a três minutos e acabou. Alguém quer a palavra?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O autor da PEC, Senador Vanderlan.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Para interpelar.) – Sr. Presidente e Relator desta PEC, eu estava presidindo a Comissão de Assuntos Econômicos – hoje temos quase 15 matérias, aliás, mais de 15 matérias –, mas pedi licença para vir aqui e cheguei no momento em que o Sr. Marcos de Barros Lisboa falava sobre a necessidade de ter essa autonomia orçamentária e financeira. E ele falava de um ponto, Senador Alessandro, que é muito importante. Nós tivemos o avanço do Pix, e hoje eu tenho certeza de que já tem muitos países de olho nesse sucesso que é o Pix no Brasil, mas o que se aumentou de usuários do Pix foi por alguns milhões ou talvez bilhões de transações pelo Pix. Cada vez que se aumenta – eu ouvi aqui o Marcos falar –, necessita-se de técnicos, de profissionais que estão sendo pegos de outras áreas do Banco Central, que já está com dificuldade de manter os técnicos, as pessoas que trabalham ali. A gente tem informações de que tem muita gente que já está procurando outra alternativa de trabalho, mais bem remunerado, e essa era uma carreira que era muito disputada pela população brasileira. Então, essa autonomia orçamentária e financeira veio para que o Banco Central não ficasse nessa dependência desse orçamento atrelado à União.

Quando se tem contingenciamento, ele pega também o Banco Central. E eu tenho informações de que, em tempos passados, o Banco Central ficou sem pagar a conta de energia, Sr. Relator, por até dez meses, por falta de recursos, ou seja, o Banco Central não teve como pagar a energia.

(*Soa a campainha.*)

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Não vão mudar a política monetária – tem tanta *fake* sendo espalhada com este projeto –, não vão mudar a autonomia; vai ter as mesmas auditorias, praticamente as mesmas, vai continuar a auditoria externa do próprio Banco Central, do TCU.

Mas eu só queria aqui, pegando um gancho da sua fala, tirar algumas dúvidas, já que eu sou o autor desta PEC.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Vanderlan.

Então, vamos ao sexto dos dez convidados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Senador Oriovisto.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR. Para interpelar.) – Rapidamente, é só para pedir aos próximos oradores que, sobretudo, caminhem no sentido de oferecer sugestões – sugestões.

Nós sabemos que este Senado aprovou a autonomia do Banco Central, mas ele não tem autonomia administrativo-financeira. Então, é uma autonomia capenga, porque, se o Presidente da República não gosta muito da gestão da política econômico-financeira do Banco Central, ele pode fazer uma reprimenda contra o Banco Central, cortando recursos, o que inviabiliza a autonomia de gestão do Banco Central.

Então, nós precisamos... este Senado já deu autonomia para gestão. Agora, precisa dar autonomia financeira também, senão fica uma autonomia capenga.

Fiquei muito impressionado com a exposição do nosso Procurador do Banco Central. Nas questões jurídicas todas acho que ele tem muita razão. Esse mundo jurídico é uma coisa infernal, não é? Evitar todos aqueles problemas não é fácil.

Então, se nós tivéssemos sugestões – é isso que eu quero pedir – de como conceder essa autonomia administrativo-financeira ao Banco Central sem criar problemas jurídicos, seria de grande contribuição.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Oriovisto.

Concedo a palavra ao Sr. André Lara Resende, economista, para sua exposição de agora, por 15 minutos, viu?

O SR. ANDRÉ LARA RESENDE (Para expor.) – Muito obrigado.

Agradecendo o convite e a honra de estar aqui na CCJ, convite do Senador Plínio Valério, inicio por dizer que o Banco Central do Brasil tem sido um órgão extraordinariamente competente, sempre foi competente. É um órgão moderno, não há dúvida nenhuma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o Banco Central do Brasil precisa ter recursos no seu orçamento para poder manter um quadro bem remunerado de competência e fazer os investimentos necessários para o aprofundamento e a melhoria do sistema de pagamentos em um mundo em que esse sistema está em rápida mudança, devido às mudanças tecnológicas, especialmente em relação à digitalização da moeda.

O Banco Central do Brasil tem hoje autonomia operacional, algo que está consolidado na teoria e na prática. Esta autonomia, mesmo antes de estar formalizada em lei, como disse aqui o ex-Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, já era respeitada, como sempre foi, inclusive antes do Governo Lula e da Presidência dele no Banco Central.

Eu fui Diretor de Política Monetária do Banco Central no Governo Sarney. O Governo Sarney não tinha nenhuma influência e pressão política espúria sobre o Banco Central. Depois disso, acompanhei também o Banco Central, estive no Banco Central junto com Pedro Malan, durante o Governo Itamar Franco e, depois, no início do Governo Fernando Henrique Cardoso, voltei ao Governo e nunca houve pressões políticas espúrias do Governo no Banco Central do Brasil.

O Banco Central do Brasil, portanto, é e sempre foi independente. A formalização foi interessante, especialmente devido à aprovação dos mandatos dos seus diretores intercalados, dando, de certa forma, uma certa estabilidade, de modo que você não tenha mudanças bruscas com mudanças de Governo.

Esta PEC, eu acho que é importante, porque o aprimoramento do quadro institucional das autoridades monetárias e das autoridades fiscais de um país precisa estar em permanente revisão e reflexão de aprimoramento. Portanto, a ideia da discussão aqui, nesta Casa, no Senado, nesta Comissão, é muito importante.

Bom, dito isso, eu vejo inúmeras dificuldades jurídicas e a criação de problemas jurídicos para frente. Eu não vou me deter sobre essas questões, não é minha área de competência, já foi falado aqui, e acho que para isso tem gente mais competente, inclusive nesta Casa e no Congresso Nacional – para refletir sobre essas questões.

Eu tenho uma enorme concordância e simpatia pelo que acabou de dizer o Senador Alessandro Vieira. O problema, o que parece, é que o risco à autonomia do Banco Central é uma questão da sua dotação orçamentária. Para resolver isso, não precisamos de uma PEC com esta complexidade e que toca em assuntos tão difíceis, tão questionáveis e potencialmente problemáticos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou me ater aqui, simplesmente, à questão das implicações fiscais desta PEC como ela está. Primeiro, a PEC retira o orçamento do Banco Central do Orçamento da União, da LDO. Aparentemente, isso tem uma vantagem, porque está tirando da LDO os R$5 bilhões que são atualmente o orçamento do Banco Central e abrindo, inclusive, um espaço para gastar na LDO. Vejam aí o perigo do que isso significa. E dizem: "Não, agora é porque o Banco Central vai se financiar com outras fontes". Que fontes são essas? O que se atribui às chamadas receita de senhoriagem. Não vou entrar na história do que é receita de senhoriagem, que tem a ver com o direito de cunhar moedas, dado claramente ao Estado. É uma receita do Estado. Então, estão dizendo: "Olha, a senhoriagem é uma receita do Estado e estamos atribuindo diretamente ao Banco Central". Sem me alongar muito.

Esse cálculo da senhoriagem sugere que se faça aplicando a taxa Selic à base monetária. A base monetária é o papel moeda em poder do público, que hoje está se reduzindo rapidissimamente, inclusive pelo sucesso do Pix – o papel moeda em poder do público tende a desaparecer, então, é praticamente nada – e reservas do sistema bancário no Banco Central, reservas dos bancos no Banco Central. Então, a base monetária hoje é da ordem de R$434 bilhões, dos quais apenas R$38 bilhões são papel moeda em poder do público, e está se reduzindo rapidamente.

As reservas, o grosso, são quase R$400 bilhões. E as reservas são todas as reservas relativas a depósitos a prazo, que é o que existe hoje, porque depósitos à vista também estão desaparecendo. A própria sofisticação do sistema financeiro faz com que se transfira rapidamente de contas de investimentos para conta a prazo. Então, não tem mais contas de depósitos à vista, estão desaparecendo. Essas reservas de depósitos a prazo, no Banco Central, são remuneradas. Então, o Banco Central já paga por isso, o Estado paga por essas reservas, remunera essas reservas. Essa ideia de que com uma receita de R$45 bilhões, aplicando a taxa Selic (10,5%), sobre R$340 bilhões, nós teremos R$34 bilhões, R$35 bilhões que seriam para o orçamento do Banco Central. Então, um Banco Central que custa hoje R$5 bilhões vai ter espaço para chegar a até nove vezes isso. Vejam o que nós estamos abrindo de potencial de gastos no setor. Isso na defesa das pessoas que são consideradas as responsáveis fiscais e que vivem avisando sobre o problema do risco fiscal do país.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – E cobrando providências.

O SR. ANDRÉ LARA RESENDE – E cobrando providências imediatas. Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito bem, rapidamente. E o Banco Central terá, inclusive, um estímulo perverso: quanto mais alta for a Selic, maior a remuneração do seu orçamento.

Ao abrir espaço no Orçamento da União, além... Se essa é a questão, se o problema é que o Orçamento da União está apertado, nós precisamos rever o Orçamento da União, pensar nisso, não fugir do problema escondendo-o debaixo do tapete, que é o que se está fazendo.

Mais um pequeno problema. O fato de você... O Banco Central do Brasil hoje, como já foi dito aqui, tem no seu ativo as reservas internacionais. As reservas internacionais remuneram hoje ao Banco Central muito abaixo da taxa interna de juros, que é muito mais alta que a taxa externa. Essa diferença entre a taxa externa, que remunera as reservas internacionais, e a taxa interna que o Banco Central paga no seu passivo remunerado é um custo para o Banco Central. Um custo alto, elevado, é um custo do Estado, mas as reservas internacionais justificam você ter 30 bilhões, 300 bilhões de reservas internacionais, por outras razões de interesse do país.

O Banco Central, para poder fazer o seu papel, tem uma dotação de títulos públicos hoje equivalentes a quase 24% do PIB, são títulos públicos que estão na carteira do Banco Central. Parte desses títulos, metade aproximadamente, é usada pelo Banco Central para fazer as chamadas operações compromissadas, que retiram o excesso de liquidez do sistema financeiro. Para o Banco Central poder fazer isso, essa parte é considerada dívida pública.

O que está na carteira do Banco Central, como o setor público é consolidado, abate com a outra. A dívida do tesouro, um ativo do Banco Central, abate e isso não é contado na definição de dívida líquida do setor público. Na definição de dívida bruta do Governo geral, isso está incluído. Isso é só uma questão contábil, mas a ideia de que esses 14% do PIB adicionais, que estão na carteira do Banco Central de dívida pública e não são utilizados nas operações compromissadas, irão compor a estatística de dívida pública. Isso servirá para sustar, inclusive internacionalmente, a ideia de que o Brasil tem uma dívida pública insustentável.

Muito bem.

Ao contrário do que foi dito aqui, a PEC 65, como ela está, não é um avanço institucional, é um profundo regresso, é uma coisa regressiva. É a volta a uma ideia das atribuições de um Banco Central executadas por um banco público privado, Banco do Brasil, pré-1945.

De lá nós tivemos: em 1945, criou-se a Sumoc (Superintendência da Moeda e do Crédito); em 1953, a Cacex; em 1986, o fim da conta movimento e a criação da Secretaria do Tesouro, em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que eu participei diretamente; em 1996, a criação do Copom; em 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal; em 2021, a autonomia operacional do Banco Central. São anos de cuidadosa evolução na organização do sistema financeiro brasileiro e das autoridades monetárias do Banco Central. A PEC, como ela está, é claramente um regresso a mais de 70 anos atrás.

Para terminar, a retirada do orçamento do Banco Central da LDO é o exemplo perfeito das distorções, da falta de transparência e da rigidez orçamentária que levaram ao colapso fiscal do Brasil pré-Real.

Há 30 anos – o real está fazendo 30 anos neste ano –, eu fui incumbido de redigir as notas para a Exposição de Motivos nº 395, de 7 de dezembro de 1983, que anunciou a URV e a criação do real. Essas notas, que eu entreguei ao então Clóvis Carvalho, foram publicadas este mês, com um fac-símile, na revista *Piauí*. Eu peço licença para ler um trecho curtíssimo do que dizem aqui essas notas. Numa seção que é intitulada "O irrealismo orçamentário", depois de dizer que a reorganização fiscal é a pedra fundamental do processo de estabilização, dizem essas notas para a exposição de motivos:

> [...] o avanço da rigidez orçamentária provocada pelas vinculações de receita, compõe um trágico quadro de fragmentação fiscal, em que as diferentes unidades de despesa [assumem autonomia e] procuram assegurar superávits em seus "suborçamentos" à custa das demais unidades e da cada vez mais [reduzido espaço livre no Orçamento] da União.
> [...] o colapso fiscal tem sido contornado [...] graças ao mecanismo de repressão fiscal [utilizado nos últimos anos].

Esta PEC, infelizmente, é uma regressão a esse tipo de quadro. É um primeiro passo, e as pressões para isso, se esta PEC for aprovada desta forma, serão cada vez maiores. Nós corremos o risco de voltar a um quadro de fragmentação fiscal, de balcanização fiscal, em que o Orçamento da União, a LDO, se torna, mais uma vez, uma peça de ficção completamente irrelevante.

Para concluir, política monetária e política fiscal, sabe-se hoje, são rigorosamente complementares, não podem ser conduzidas de formas independentes e não podem ser conduzidas de formas contraditórias, criando questões e tensões que nós estamos temos visto no Brasil nos últimos anos.

Portanto, o aprimoramento das instituições e das práticas da condução de política monetária e de política fiscal é fundamental, e esta Casa, Senador, tem, sem dúvida nenhuma, um papel

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fundamental em liderar essa discussão sobre esse aprimoramento. E, com certeza, não é na direção em que está encaminhada esta PEC.

Esta PEC, como disse, é um regresso a uma percepção de autoridade monetária de cem anos atrás. O que nós devemos pensar é: como se desenha a autoridade monetária do século XXI?

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ LARA RESENDE – Como se desenha a autoridade monetária para os desafios de uma moeda digital, que é o que nós teremos no futuro, e o sistema financeiro baseado quase que integralmente em transações imediatas digitais?

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Só quero agradecer ao Sr. André Lara Resende. E eu gostei da palavra "aprimoramento". É isso que a gente está querendo aqui. Ninguém está querendo eliminar; aqui ninguém chegou já dizendo: "Eu não quero porque não quero ou eu quero porque quero". A gente quer aprimorar sempre todo o Brasil.

Senador Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Presidente, primeiro, quero elogiar aqui os componentes da mesa pela discussão técnica.

Eu acho que esse debate sobre o aprimoramento institucional do Banco Central é algo que transcende a questão de governos que estão no momento, seja do passado, seja do presente. A própria PEC que foi apresentada anteriormente, que definiu essa autonomia – e agora existe essa intenção de aprofundá-la –, visa não ao Governo X ou ao Governo Y, mas, sim, melhorar o cenário internacional.

Agora, a gente não pode perder de vista que, infelizmente, na América Latina, nós temos não raramente uma tradição de populismo. Seja o populismo de um lado ideológico, seja o populismo de outro lado ideológico, isso faz com que nós precisemos muitas vezes reforçar a segurança e a proteção das nossas instituições. Se nos faltassem razões para a PEC, com todo o respeito a quem dela discorda, hoje tivemos um exemplo, porque hoje nós vimos um ataque do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da República – um ataque pessoal – contra o Presidente do Banco Central às vésperas de uma reunião do Copom. Se não fosse a garantia da independência do Banco Central, muito bem aprovada por esta Casa, o Senado, e pela Câmara, de autoria de V. Exa., certamente o Presidente do Banco Central já teria sido demitido há muito tempo, o que colocaria o Brasil num cenário de absoluta instabilidade da política monetária. A forma como eu entendo a PEC é que ela visa reforçar a autonomia do Banco Central, garantindo-lhe essa independência orçamentária.

É claro que tudo vai passar pelo Congresso, pois ninguém é dono absoluto dos seus próprios recursos públicos, mas é apenas uma outra forma procedimental de um orçamento que vai continuar sendo controlado, como é, pelo Congresso. E uma preocupação que eu tenho, sinceramente, e eu já vi isso acontecer com outras instituições, é haver uma tentativa às vezes oblíqua de enfraquecer uma instituição através de asfixia financeira. Eu já vi, por exemplo – é claro que sem fazer aqui comparações, mas nós já vimos, e até existe um problema fiscal que às vezes gera esse tipo de consequência –, até faltar dinheiro para pagamento de luz de prédio da Polícia Federal.

É outro cenário completamente diferente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... mas a gente vê que o Banco Central hoje vem fazendo um grande trabalho, um trabalho importante, reconhecido inclusive internacionalmente. E a proposta que vem à tona para discussão nesta Casa, que tem que ser sob a perspectiva técnica, é se não vale a pena aprofundar essa autonomia financeira, essa autonomia do Banco Central, dando-lhe condições de ter um orçamento adequado para o exercício das suas funções, independentemente de pressões políticas que venham dos governantes, que, infelizmente, na América Latina, são não raramente populistas. O que a gente está vendo hoje é uma tentativa de transferência dos maus resultados da gestão econômica para o Banco Central, para o Presidente do Banco Central, às vésperas de uma reunião do Copom, com consequências que nós sabemos: o dólar já aumentando, a taxa de juros futuros...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... indo para as alturas, com um prejuízo para a nossa atividade econômica.

Eu, sinceramente, sei que a discussão aqui é muito técnica, muito qualificada, mas nós não podemos perder de vista o populismo dos governantes da América Latina, que é uma constante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, se alguém duvida disso, hoje o nosso Presidente da República deu mostras desse populismo e o escancarou na nossa frente, num dia em que nós fazemos uma audiência pública para debater a PEC do Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Sergio Moro...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Eu já concedo...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – ... só pela ordem, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Já concedo.

Eu só quero deixar, Senador... Eu estou tendo a oportunidade de presidir esta audiência. Esta é a Casa dos Senadores, e a mim constrange muito quando a gente fala só dois ou três minutos e ouve por três horas. Por isso, sintam-se à vontade para pedir a palavra a hora que quiserem, da forma que quiserem, que eu concedo.

Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Pela ordem.) – É apenas para antecipar as escusas, porque a multiplicidade de Comissões está fazendo com que eu tenha que me ausentar, mas para não deixar de cumprir o dever de casa passado pela Presidência, que é o de apresentar alternativas.

Então, me parece que uma alternativa muito simples e óbvia é retirar da possibilidade de contingenciamento essa despesa. Nós temos uma série de despesas que não são contingenciáveis. Não é nada complexo, é só orçamento, ajuste de orçamento.

E quero reiterar aqui, aproveitando esse grupo tão qualificado, a sugestão que eu apresentei na CAE ao nosso colega Vanderlan: nós precisamos apurar o tamanho da renúncia fiscal que o Brasil tem neste momento. Ela já chega a cerca de 7% do PIB – e não tem problema, pode ser 30% do PIB, desde que seja uma escolha transparente, e hoje nós não temos transparência nisso, aí a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente faz toda essa série de contas de estabilidade fiscal, mas sem ter base; e a gente tem que ter base para isso.

Acho que realmente a Casa é o Senado, o espaço técnico é a CAE. A gente precisa, nem que seja numa comissão parlamentar de inquérito – porque, se não tiver um jeito, a gente vai por esse caminho mais de minoria –, abrir essa caixa-preta, ter clareza e explicar para o cidadão: "Cidadão, você paga juros mais altos não só porque o político A ou B ideologicamente acha, mas porque existe um custo, embutido nas escolhas que nós fizemos historicamente, que não é revelado".

Então, acho que é um caminho muito importante que nós temos para aí, sim, prestar um serviço para a estabilidade financeira e fiscal do país de longo prazo, porque não vai ser transferindo a gestão da política econômica brasileira para um órgão externo que eu vou ter sucesso. Não existe garantia nenhuma de que o privado é melhor que o público; isso é uma falácia, e acho que nós temos, sim, caminho para fazer... E, de novo, só para não deixar de registrar e para não permitir uma contaminação meramente ideológica ou político-partidária de momento: o histórico do Banco Central do Brasil, todo o histórico do Banco Central do Brasil é positivo; não consigo apontar, e nenhum dos expositores, em algum momento, apontou problemas de maior monta na atuação técnica do Banco Central, e ela se deu com a legislação que está aí.

Então, não há fundamento...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – ... para se dizer que não está funcionando por causa da legislação.

Peço desculpas por não poder permanecer, deixo uma sugestão, e vamos continuar o nosso debate, Sr. Presidente.

Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Esse, Senador Alessandro, é um dos motivos de a gente deixar o Senador falar, porque tem outros afazeres, outras Comissões, e as pessoas que assistem, às vezes, nem percebem isso.

Eu pediria, Senador Renan, se tu puderes ainda agora... Eu ainda não vi a sua presença; a gente está quase na totalidade da CCJ – então, 22 –, e até agora eu não vi a sua presença. Se puder, Renan, dar presença depois...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, o Senador Renan.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Presidente, anotou o meu pedido?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Desculpe-me, Jaques; não, não anotei. Desculpe-me, irmão. Assim que o Renan finalizar, eu passo para você.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Pela ordem.) – Nós ouvimos há pouco aqui, do Senador Sergio Moro, que essa questão do Banco Central transcende uma questão de Governo. E isso, Sr. Presidente, é verdade. Mas o que ficou claro na intervenção do André Lara Resende, coerente, objetiva, consequente, foi que essa discussão não transcende a questão fiscal; pelo contrário, a agrava.

Nós estamos vivendo no Brasil uma circunstância dramática. Nós tivemos implantado no Brasil o presidencialismo orçamentário. Depois do Governo anterior, o Congresso Nacional se apoderou do Orçamento. Hoje a participação congressual no Orçamento é de R$53 bilhões, sem qualidade absolutamente nenhuma.

Eu também, como o Alessandro, tenho muita dúvida a respeito da PEC, da sua eficiência, da oportunidade de discussão – muita, muita. E acho até que o Presidente do Banco Central, que provavelmente tem inspirado essa mudança, poderá contribuir com este debate, para que nós nos sentemos todos e façamos uma verificação qualitativa da nossa dívida pública. Não se fez isso no Brasil, nunca. É a grande reforma que nós estamos precisando fazer. E que aí se discuta a autonomia financeira do Banco Central, mas num contexto de equilíbrio fiscal também.

O Presidente Lula, Senador Moro, fez uma crítica ao Presidente do Banco Central e isso não interfere na autonomia. Interferem na autonomia, sim, e no próprio mercado de câmbio, declarações que o Presidente do Banco Central sistematicamente tem feito com relação ao equilíbrio fiscal do Brasil.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Ele tem cobrado isso todos os dias.

(*Manifestação da plateia.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa é uma oportunidade, a discussão dessa PEC do Vanderlan, para que nós possamos verificar como um todo o déficit público, ver essa questão da renúncia fiscal, que já passa de R$700 bilhões ao ano, uma grande parte com a participação do Congresso Nacional, uma grande parte com a participação do Congresso Nacional. É isso o que nós podemos ter.

Eu defendi a independência e a autonomia do Banco Central, mas essa é uma independência para todos: para a política, para o mercado, para as autoridades. Eu não sei se a independência do Banco Central, com todo o respeito, se compatibiliza com os posicionamentos do atual Presidente do banco...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – ... quando ele vai, vestido de pijaminha, votar no dia da eleição, a indicar em que candidato estava votando; e quando ele vai participar de uma reunião no Governo de São Paulo e se colocar como provável futuro ministro de um futuro candidato a Presidente da República. (*Palmas.*)

Essas coisas precisam verdadeiramente ser discutidas. E acho que o Presidente da República, ao dizer que vai fazer uma verificação do gasto público, e que se compromete a cortar, ele está fazendo exatamente o que devia ter feito desde o momento em que assumiu, em que tomou posse na Presidência da República do Brasil.

Eu quero aqui, nessas poucas palavras, deixar, a exemplo do Alessandro, também as minhas dúvidas com relação à oportunidade...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – ... de aprovação desta PEC, em que pese o mérito, sobretudo da iniciativa do Senador Vanderlan.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Renan. Volto a lhe pedir – seria interessante a gente chegar perto aí da totalidade da CCJ – se puder dar presença.

Senador Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Pela ordem.) – Presidente, eu, na verdade, depois da fala do Senador Renan, praticamente não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisaria falar, mas, como o Presidente da República foi citado já hoje, pela segunda vez, na minha presença, pelo Senador Moro, eu quero repisar as palavras do Senador Renan.

Repare: eu acompanho o Presidente Lula desde o seu primeiro Governo, fui o seu primeiro Ministro do Trabalho. Ele contratou, escalou para ser Presidente do Banco Central nada mais nada menos que um ex-dirigente do Banco de Boston. Então, não me parece que essa pessoa estava disposta a fazer populismo de esquerda ou de direita. Ele colocou um homem que conhece a matéria, que é fiscalista, como tocou o banco.

Eu vou contar uma experiência pessoal.

Eu, Ministro do Trabalho, primeiro ano do Governo do Presidente Lula, 2003, vou lá cobrar o nosso compromisso de campanha de dar um aumento real ao salário mínimo. Falei eu, como Ministro do Trabalho; falou o Ministro da Fazenda, Palocci; e falou também o Presidente do Banco Central. O Presidente Lula ouviu a todos e optou por uma saída conservadora: não deu um centavo de aumento de ganho real ao salário mínimo.

Segundo ano, 2004, eu, ainda Ministro do Trabalho. Volta-se à mesa do Presidente da República, e o mesmo debate: que reajuste vamos fazer ao salário mínimo? Eu, de novo, cumprindo a minha tarefa como Ministro do Trabalho, demandei um aumento com ganho real; falou o Ministro da Fazenda; falou o Presidente do Banco Central; e arbitra o Presidente da República, que arbitrou pelo conservador: não deu, pelo segundo ano consecutivo, ganho real ao salário mínimo.

Eu voltava à minha Bahia e tinha que explicar para o meu povo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – ... do meu partido que ele não tinha ido para a direita, que ele estava sendo apenas responsável e cauteloso, porque sabia o que poderia acontecer se exagerasse na dose do gasto. O resto das histórias V. Exas. conhecem, como ele saiu do Governo, como ele ultrapassou esse período todo.

Então, não busquem ali um irresponsável fiscal. Não busquem ali um irresponsável fiscal. Não existe essa figura na cabeça desse senhor chamado Luiz Inácio Lula da Silva. A única coisa que ele disse é que ele não vai botar o torniquete na área social, como foi colocado durante quatro anos do Governo anterior. Não há populismo, Presidente Plínio! Não há populismo aí!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou repetir: o Presidente do Banco Central, durante quatro anos, foi Henrique Meirelles e teve total autonomia sem que a autonomia formal tivesse sido declarada à época. Eu prefiro ficar no campo que V. Exa. disse: vamos ver como melhorar, e não a gente cair em algo que acaba inviabilizando o debate e nos cegando que é o debate meramente ideológico: se é populismo, se não é populismo.

O Presidente, como já disse o Senador Renan, fez críticas a algo que eu acho que não é pertinente à liturgia do cargo de Presidente do Banco Central.

Não me consta que o Presidente de Banco Central, nos Estados Unidos, saia em favor de quem quer que seja, participando de ato político. Não é próprio. É próprio do Presidente da República, não do Presidente do Banco Central.

Se a autonomia é para isso, ela está sendo mal utilizada. Não estão compreendendo o que quer dizer autonomia do Banco Central.

Então, só para deixar claro que o Presidente Lula vai continuar respeitando a responsabilidade fiscal, respeitando.

Agora, não foi o Presidente Lula.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Nos primeiros meses do primeiro ano deste Governo Lula, foi o Presidente Lula e mais a torcida do Flamengo, do Vitória, da academia, do mercado financeiro, da Febraban que achava que o juro mantido estava alto, como, hoje, o juro neutro, calculado pela própria equipe do Banco Central, é da ordem de 8,5%. Nós estamos com 10,5%, ou seja, aplicando uma política claramente contracionista.

Vou repetir: quem está dizendo o número não sou eu, é o Banco Central. O juro neutro é 8,5%, nós estamos trabalhando com 10,5%.

Tudo bem. É a política que foi adotada. Mas, se não for contracionista, é o quê? (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Jaques Wagner.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Deixe-me começar pelo Moro. Está bom, Vanderlan?

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Sim, claro.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Os aplausos são extremamente necessários, oportunos. Eu só pediria que fossem no final da fala, se é que podem ser. Podem aplaudir à vontade, mas eu gostaria que fossem no final fala.

Quem está acompanhando em casa, na hora de ouvir quem está falando, os aplausos acabam perturbando. No final da fala de cada um, podem aplaudir à vontade, se assim for o desejo e a vontade.

Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Eu só quero fazer um registro bem rápido aqui. Vou até pedir desculpas, porque eu vou ter que me ausentar também, aos expositores aos colegas.

As críticas que podem ser feitas ao Presidente do Banco Central são uma coisa, mas o problema é que o ataque é à política monetária do Banco Central. E isso gera instabilidade ao país.

A manutenção da taxa de juros tem sido uma decisão técnica ali dentro do Banco Central, claro que, sobre técnica, pode haver divergências razoáveis. Mas, quando se quer fazer uma ligação das decisões técnicas a alguma preferência político-ideológica, é um ataque populista.

E também acho que a gente tem que discutir este projeto não em vista necessariamente do atual Governo, assim como a PEC anterior foi aprovada em outro Governo. Mas nós não podemos perder a realidade do contexto, infelizmente, da América Latina de sucessão de Governos populistas.

É, sim, um ataque populista, um ataque pessoal feito ao Banco Central, que tenta relacionar coisas que não têm a menor ligação.

A política monetária do Banco Central, sendo definida por questões técnicas, está sendo politizada pelo Presidente da República.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Peço vênia aos Senadores por ter trazido este assunto mais de uma vez.

Ele também me citou na fala dele. Então, eu me sinto até compelido a dizer algo a respeito, mas o momento nem é de defender Lava Jato ou coisa parecida, mas defender, sim, a autonomia do Banco Central e a PEC, a que, eu já registro aqui, serei favorável, muito bem-feita pelo Senador Vanderlan, aperfeiçoando institucionalmente a autonomia do Banco Central. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Muito obrigado, Senador Sergio Moro.

Enquanto o Senador Vanderlan fala, eu queria chamar à mesa aqui o nosso próximo palestrante, o Sr. Edison Vitor Cardoni, para tomar assento aqui à mesa, e, em seguida será o nosso expositor. Eu já citei o Vanderlan, está bom? Já passo, Senadora.

Senador Vanderlan.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Para interpelar.) – Presidente Plínio Valério e Relator da PEC 65, eu tenho lamentado muito que um projeto como esse, que é apresentado com o intuito de melhorar, esteja pegando essa polarização política que está sendo danosa para o nosso país, extremismo.

É sabido de todos que, quando apresentamos um projeto, a gente acha que o projeto é perfeito, mas, quando passa nas Casas e escolhe-se um Relator, como foi escolhido V. Exa., que tem dialogado e conversado com todos – não tem se furtado a conversar com ninguém, nem deixado de ouvir todos aqueles que o procuram para conversar –, recebem-se emendas e, através de audiências públicas como esta, muito bem qualificada, explica-se melhor para nós, Senadores e Senadoras, o ponto de vista de cada um. Ou seja, como disse V. Exa., o projeto é aperfeiçoado, melhorado. V. Exa. tem ouvido diversos setores que têm interesse, principalmente do Banco Central.

Mas, a título de esclarecimento, pelo que eu ouvi aqui, Sr. André Lara Resende, a quem eu respeito muito pelo que já colaborou com este país, a autonomia sobre política monetária não muda com a PEC. Não muda nada! Não há como dar autonomia dentro do OGU (Orçamento Geral da União). Essa é a conclusão do ex-Ministro do STF Ayres Britto, quando era Ministro ainda; não muda. A mudança de metodologia do cálculo da dívida pública não causa necessidade de primário. E este é um engano.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Aliás, sobre a PEC, Sr. Presidente e Relator, são inúmeras as distorções, até alguns chamam de *fake news* o que estão espalhando sobre a PEC. Mas nós aqui no Senado Federal, em especial na CCJ, estamos de parabéns pela discussão com pessoas com pontos de vista diferentes.

Parabéns pela escolha dos nossos debatedores aqui, alguns favoráveis, outros contra, mas isso faz parte da democracia. Era só esse ponto que eu queria colocar, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Vanderlan.

Com a palavra, Senadora Margareth.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente Plínio Valério.

Eu só quero fazer uma pergunta: a criação de uma taxa de supervisão orçamentária e o aumento do orçamento da autoridade monetária, conforme sugerido pelo palestrante Lademir, podem trazer a almejada autonomia orçamentária e financeira do Banco Central? Essas alterações conseguiriam resolver os problemas pelos quais o Banco Central está passando hoje?

É isso. Acho que o Rocha seria o mais indicado para responder... Eu acho que o Rocha é o melhor para responder.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Isso, eu ia pedir que escolhesse o Senador ou o palestrante.

Então, com a palavra, o nosso palestrante Rocha.

O SR. LADEMIR GOMES DA ROCHA (Para expor.) – Tudo bem? Senadora, primeiro, sobre a taxa de fiscalização, me parece que ela já existe em outros segmentos do sistema financeiro. Um dos grandes problemas dessas taxas é que elas acabam caindo no caixa único. A gente precisa repensar em termos de uma remodelagem do ponto de vista tributário da destinação dessas taxas. Eu não sou especialista na área tributária. Estou trazendo aqui a reflexão, porque o Banco Central é um paradoxo, é o único regulador financeiro, porque eu equiparo a um regulador financeiro, e regulador de vários segmentos financeiros que não tem taxa de supervisão.

Nós sabemos que a taxa é uma forma de internalizar custos. Nós temos taxa de supervisão da CVM, nós temos taxa da Susep, temos da Agência Nacional de Saúde, e o Banco Central não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem. Chegou a ter por um breve período, depois veio uma medida provisória, acho que ainda no Governo Fernando Henrique Cardoso, que caducou, e essa questão não voltou mais à tona.

Então, tem que pensar todo o sistema de taxas, porque eles especificam que são uma contrapartida de um serviço específico. Então, essa é uma primeira dimensão, que tem que estudá-la junto com as demais taxas do sistema financeiro. Além disso, trazer a equidade, porque me parece inexplicável, do ponto de vista da equidade, da eficiência, que justamente o principal regulador financeiro não tenha uma taxa que traz para dentro do sistema um sistema de custeamento do seu funcionamento.

Outra questão do orçamento da autoridade monetária, eu também já de antemão peço desculpas por não ter detalhes exatamente dessa hipótese exploratória, mas nós já tivemos... A própria ideia do orçamento da autoridade monetária foi um arranjo possível para dar justamente autonomia operacional para o Banco Central, fazendo uma quebra dentro do Orçamento Geral da União. Então, assim, não havia possibilidade de a autoridade monetária operar no mercado se não houvesse o orçamento de autoridade monetária.

Parece-me que esse passo dado, em que se divide e se afasta o orçamento da autoridade monetária do Orçamento Geral da União, é uma hipótese exploratória...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LADEMIR GOMES DA ROCHA – ... porque outros custos não poderiam ser trazidos para dentro desse arranjo, fazendo uma mudança muito mais econômica – eu digo econômica em termos normativos e de continuidade das instituições. Ou seja, nós temos que fazer todo um movimento para tirar o Banco Central de suas características, de sua trajetória como autarquia, transformando-o em empresa pública, abrindo mão de explorar essa possibilidade. E eu confesso que até agora não estão claras as razões pelas quais se abre mão dessa possibilidade e se escolhe justamente o caminho não da mudança incremental, e sim o da ruptura institucional... Sim, não é de ruptura institucional, mas, digamos assim, o caminho mais disruptivo da trajetória da instituição.

Então, assim, são essas as ponderações que eu trago aqui, com todas as reservas de não ser nenhum especialista na matéria tributária e tampouco na matéria orçamentária. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Obrigado. Houve aqui um ruído na comunicação, mas foi um prazer ouvir o Lademir Gomes, que também é da Rocha, porque quando eu fui ler...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Não, mas foi um prazer ouvi-lo, porque é antagônico, porque aqui o computador tirou o nome dele, aparecia só "Rocha". Eu explico por que eu não estava lhe dando atenção na hora em que você falou aqui exatamente, mas foi bom ouvir os dois Rochas.

O SR. LADEMIR GOMES DA ROCHA – Desculpe, Senador, é que...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Não, não, nada. Aqui é oficial, mas tem que ser extremamente coloquial, porque todos nós estamos querendo o melhor para a República.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Pois não.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Pela ordem.) – Eu fiquei na dúvida, Sr. Presidente, se já podia fazer as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Não, a gente está deixando – Van, desculpe – à vontade, mas se quiser pode. Eu queria agora, para a gente evoluir um pouco mais, porque nós já vamos para o sétimo e seria bom, só a resposta à pergunta da Senadora Margareth, aí, Vanderlan, eu chamaria o...

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – E a minha pergunta para ele também. Já responderia aos dois, Senador e Senadora.

Pode ser, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Pode, senão vou contradizer o que tenho dito desde o começo, que o Senador e a Senadora mandam. (*Risos.*)

Então, o senhor responde à Senadora Margareth ou quer que o Senador lhe pergunte e o senhor responde aos dois de uma vez?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Os dois, os dois. Então, pronto.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Para interpelar.) – Ao Sr. Fernando Rocha, que é Chefe do Departamento de Estatísticas do Banco Central.

Minha pergunta: como o Banco Central tem conseguido fazer as entregas atuais de Pix, drex, etc., neste cenário atual de restrição orçamentária?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Com a palavra, então, o Alberto Rocha.

O SR. FERNANDO ALBERTO ROCHA (Para expor.) – Muito obrigado.

Agora, a partir de agora, usando a informalidade, talvez abusando da informalidade do Senador Plínio Valério, temos os primos Fernando Rocha e Lademir Rocha, os dois primos, ambos carecas, então, estamos juntos.

Em relação à pergunta da Senadora Margareth Buzetti...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO ALBERTO ROCHA – ... sobre a criação de taxa de supervisão do Banco Central, acho importante, é uma importante iniciativa o Banco Central ser capaz de usar a taxa, de ter uma taxa de supervisão. Como o primo Lademir falou, a gente, na existência dessa taxa, continuaria submetido às necessidades de unicidade, de totalidade do Orçamento Geral da União. Então, assim, as taxas recebidas pelas autarquias, em geral, compõem o Orçamento Geral da União, e não teria possivelmente condições de torná-las fonte de recursos para pagar as despesas do Banco Central.

A própria definição de autonomia financeira, como é exposta pelo substitutivo do Senador Plínio, é a capacidade de usar receitas próprias – messe caso, as taxas de supervisão poderiam ser uma receita própria – para pagar suas despesas próprias. E ela não pode fazer isso, nos termos do OGU, pela necessidade de vinculação de despesa, unidade, totalidade.

Então, eu acho que é importante o Banco Central ter taxas. Inclusive, o Banco Central hoje já cobra multas de instituições financeiras, tarifas diversas, inclusive, pelo uso do Sisbacen e outras – a taxa de supervisão seria uma a mais. Quanto mais receitas não financeiras o Banco Central

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

puder obter na sua configuração de empresa pública, caso a PEC seja aprovada, menos o Banco Central precisará ter de utilizar receitas financeiras. As receitas financeiras serão só aquele valor que vai permitir fechar o *gap* entre as despesas do Banco Central e as receitas não financeiras que ele tiver, de acordo com os limites estabelecidos em lei complementar e aprovação do Congresso Nacional sem que isso se caracterize com um gasto desmesurado.

Aproveitando a tese dos gastos desmesurados e da fonte de recurso do Banco Central, como foi comentado aqui, acho que a gente pode mencionar que o Banco Central dos Estados Unidos, o Federal Reserve, tem autonomia financeira, e as suas principais fontes de financiamento são a renda de juros de seus ativos e taxas cobradas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO ALBERTO ROCHA – ... de instituições financeiras por serviços prestados.

No caso do Banco Central Europeu, também há autonomia financeira e as suas despesas são arcadas com fontes próprias de recurso, incluindo novamente o rendimento dos seus ativos e a taxa de supervisão. O Banco do Canadá também igualmente utiliza suas fontes próprias de recurso. O Banco da Inglaterra é um pouco diferente: entre as suas receitas próprias ele tem uma *cash rate,* ou depósitos, que ele estabelece, uma parte de depósitos que são feitos sem remuneração. O Dr. André mencionou isso.

Eles têm uma taxa de supervisão, eles estão estudando criar uma Bank of England Levy: um imposto para financiar o Bank of England. No caso do Riskbank da Suécia, a principal fonte também são as receitas de ativos financeiros. No caso da Nova Zelândia, eles citam os retornos dos seus investimentos próprios. O Banco Central do Chile é uma instituição autônoma, em que uma das dimensões mais importantes é a autonomia financeira, não depende do financiamento do Governo através da lei de orçamento da nação, que seria o nosso OGU. Isso são os termos em que o próprio Banco Central do Chile se define. No caso da República Tcheca, o Banco Central da República Tcheca não é parte do orçamento público da República Tcheca e cobre suas despesas operacionais a partir das suas próprias receitas de acordo com a lei, e idem para o Banco Central da Austrália.

Então, nós temos uma ampla experiência internacional a partir das próprias fontes e da literatura sobre o tema.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Pronto, foi respondida a pergunta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos ao sétimo do total de dez.

Eu acho que o ritmo está bom. A gente está dando uma acelerada.

Concedo a palavra ao senhor...

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente, sobre a minha pergunta!

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Ligue o som.

Pois não, Vanderlan. Pois não, pode falar.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Para interpelar.) – Eu que fiz a pergunta aqui... Vou repetir a pergunta: como o Banco Central tem conseguido fazer as entregas atuais de Pix, Drex, etc., neste cenário atual de restrição orçamentária?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Portanto, ele complementa a resposta.

O SR. FERNANDO ALBERTO ROCHA (Para expor.) – Mil desculpas, Senador.

Em relação ao Pix e a outros desenvolvimentos tecnológicos e institucionais que o Banco Central tem, até 2017, o Banco Central tinha uma reserva, um fundo, que se chamava Redi-BC, que era um fundo institucional que financiava o desenvolvimento de atividades do Banco Central.

Em 2017, exatamente por causa dos temas orçamentários, de unidade, da qual precisa que todas as receitas estejam no orçamento público, a Redi-BC foi extinta. Ela passou a integrar o orçamento público. O Banco Central deixou de ter essa fonte de receitas como forma de financiar as suas inovações.

De lá para cá, os recursos orçamentários do Banco Central têm se reduzido. No total eles são, hoje, semelhantes ao que eram em 2017, teve uma subida e uma redução. Essa redução afeta fundamentalmente a receita de investimentos. O ponto é que a Redi-BC e a sua capacidade de fazer capacitação dos servidores e investimentos está se esgotando. Nós estamos vivendo, tendo uma sobrevida do que a Redi-BC nos proporcionou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Daqui para frente, é cada vez mais difícil manter as inovações: por exemplo, existem diversas novidades do Pix que estão com o cronograma atrasado. E só para dar um único exemplo de um processo de que eu participo diretamente, em 2021, o Congresso Nacional aprovou e o Presidente da República sancionou a Lei 14.286, que é a Lei de Câmbio e Capitais Internacionais, que modernizou o mercado cambial brasileiro. Ela foi publicada em 31 de dezembro, de 2021, com um ano de *vacatio legis,* para entrar em vigor em 31 de dezembro, de 2022, e o Banco Central deveria, nesse um ano, atualizar os sistemas e preparar toda a regulamentação do mercado. Nós estamos em junho de 2024, e a previsão é de que a última parcela dessa regulamentação – que deveria ter sido encerrada em 2022 – aconteça em junho de 2025, dois anos e meio ou três anos, após, exatamente, pela insuficiência de recursos.

(*Soa a campainha.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Eu quero deixar os nossos convidados que já fizeram a sua exposição...

Parece-me que o nosso amigo Lara Resende precisa se ausentar.

Fiquem à vontade aqueles que já fizeram a sua exposição, serão outros a fazer. Nós vamos aqui acho que até as 14h.

Antes de sair, claro, se quiser fazer uma observação, fique à vontade.

O SR. ANDRÉ LARA RESENDE (Para expor.) – Muitíssimo obrigado. Só peço desculpas, porque eu realmente tenho que voltar a São Paulo, então... Eu gostaria de poder continuar a ouvir este debate interessantíssimo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Nada de desculpas; pelo contrário, o senhor somou, ajudou muito, contribuiu muito. Por isso, a gente quer deixá-lo à vontade, se quiser fazer essa exposição. (*Pausa.*)

Vamos ouvir, então, a palavra do Sr. Edison Vitor Cardoni, Diretor Jurídico da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal, por 15 minutos. (*Palmas.*)

O SR. EDISON VITOR CARDONI (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Plínio Valério.

Quero agradecer, Senador, e parabenizá-lo pela realização desta audiência extremamente importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu falo aqui em nome da Condsef, que é a Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal. Na pessoa do nosso companheiro Fabio Faiad, eu quero cumprimentar todas as entidades aqui presentes e os colegas, o SinTBacen, a Anafe – o Fabio é Presidente do Sinal –, a ANBCB e muitos colegas que fazia tempo que eu não via, consegui encontrá-los hoje, foram pessoas que estiveram conosco nas grandes lutas sindicais que nós travamos na década de 2000.

Eu acho que ninguém discorda de que o Brasil vive hoje uma crise institucional, entre choques entre o Judiciário, o Legislativo e o Executivo, e a Constituição Federal de 1988, desfigurada por 132 emendas constitucionais, uma a cada três meses. E o ponto central dessa crise é a disputa encarniçada por fatias do orçamento público federal, o Orçamento Geral da União.

Ao transformar o Banco Central de autarquia para empresa de direito privado, a PEC 65 pega uma autarquia que exibe uma estabilidade institucional, que passou por situações de estresse muito grandes, que superou Plano Collor, Plano Real, Proer, crise dos *subprimes* em 2008, e a lança no meio da crise para disputar orçamento também. Provoca uma insegurança jurídica extraordinária, uma complexidade jurídica, contábil, financeira e monetária.

Hoje, Senador, milhares de servidores da ativa, aposentados e suas famílias vivem uma situação de angústia em relação ao seu futuro, em relação ao plano de saúde, em relação ao seu salário, em relação à sua aposentadoria, em relação à sua carreira, que vai ser extinta pela PEC 65.

Nós temos acompanhado o esforço do Senador Plínio Valério em resolver os problemas criados pela ideia do Presidente do Banco Central de fazer essa empresa pública. Mas não tem jeito: tapa-se um buraco, vem outro. Então, nós nos perguntamos: por que o Presidente Campos Neto pretende... Qual problema ele quer resolver, transformando o Banco Central em empresa pública?

Bom, quando ele começou a batalha, a campanha, a verdadeira campanha pela PEC 65, ele começou dizendo o seguinte: "O Bacen está derretendo: perdem-se sete servidores por semana para o mercado financeiro, e os mais qualificados são chamados ao mercado". Sete por semana dá 350 por ano, 1,4 mil em quatro anos. O Banco Central tem hoje 3,2 mil servidores, 1,4 mil é quase metade, em quatro anos.

Nós fomos lá ver que número era esse. Sabem quantas pessoas pediram exoneração do Banco Central em quatro anos? Foram 19. Muito longe de 1,4 mil, não é? (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E nós não sabemos quantos dos 19 foram para o mercado. Aliás, dizer que os mais qualificados são puxados para o mercado significa dizer que os outros não são qualificados. Isso já introduz um choque dentro do Banco Central!

Quero dizer a vocês que o clima institucional no Banco Central hoje está deteriorado por conta da PEC 65.

Outro argumento é alinhar o Banco Central às melhores práticas internacionais. Esse é um argumento falacioso. Obviamente as estatísticas que foram apresentadas estão corretas, mas elas estão sob uma base pantanosa, falsa. Por quê? Porque faltou um detalhe: comparar as atribuições de cada Banco Central.

Já foi dito aqui que é muito difícil você, por conta de legislações diferentes, histórias diferentes, nações diferentes, fazer essa comparação, mas vamos pegar algum critério. O Banco Central do Brasil tem uma gama de atribuições que pouco se encontra por aí: política monetária e cambial, regulação do sistema financeiro, supervisão, resolução bancária, regimes de resolução, intervenção, liquidação, administração das reservas internacionais e uma série de outros. Crédito direcionado, uma boa parte da potência do agronegócio hoje do Brasil tem a ver, lá atrás, com os problemas de crédito agroindustrial, que eram financiados a juros subsidiados pelo Brasil: colheitadeira, trator, silo, depósito, etc. Isso tudo é Banco Central. O mais perto disso é o da Inglaterra, que é, comparativamente, de domínio do Estado, e os seus servidores são servidores públicos, não são empregados.

Tem outro detalhe, a Profa. Larissa Dornelas, da Universidade Federal do Paraná, fez um trabalho importante explicando o seguinte, Senador: o Banco Central do Brasil é o único caso no mundo que usa as operações compromissadas para fazer política monetária, num grau elevadíssimo, na casa dos trilhões, e é único no mundo. Então, como é que você vai comparar Banco Central do Brasil com esse tamanho de atribuições, com esse peso das compromissadas que impactam diretamente a dívida pública, como explicou o Prof. Lara Resende, para fazer comparação com os outros bancos? Não tem sentido.

Depois, a questão do gasto primário. Aqui é o seguinte, a senhoriagem. O centro da PEC é a receita de senhoriagem para pagar as despesas, certo? Está escrito lá, é o que o Presidente Roberto Campos Neto tem repetido. Essa história de senhoriagem dá não apenas uma tese de mestrado, mas umas três ou quatro audiências públicas. O curioso é que, embora isso esteja no centro da PEC, está escrito lá, não se fala nisso no Banco Central.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos fazendo um debate intenso sobre a questão da PEC 65; ninguém fala da senhoriagem. Precisou o sindicato, Senador, ir atrás para fazer estudos. Nós publicamos artigos acadêmicos, artigos de economistas, artigos de juristas e artigos produzidos pela nossa sessão sindical do Sindsep no Banco Central. A senhoriagem é um troço complicado, parece uma receita um pouco etérea, mas, já que está escrito na PEC que a senhoriagem é a fonte de financiamento do Banco Central independente, nós fomos lá fazer as contas.

De 2018 a 2021, o total de senhoriagem – está no *site* do Banco Central – foi de 105 bilhões, vamos dizer 100 bilhões, para arredondar. As despesas nesse mesmo período não chegam a 30, vamos botar 30 para arredondar também, sobram 70. Hoje, pela Lei 13.820, essa receita vai para o Tesouro Nacional. A partir de agora ela vai para onde?

O Prof. Lara Resende colocou o mesmo problema.

O Banco Central vai ficar com esses 70 bilhões em quatro anos? Vai ficar para a Diretoria do Banco Central decidir o que fazer com esse dinheiro? Numa situação de arrocho e aperto fiscal que nós estamos vivenciando, defendida, sabe-se evidentemente bem, pela posição do próprio Presidente do Banco Central.

Além disso, tem um detalhe que o Prof. Lara falou que eu quero repisar: a senhoriagem é tanto maior quanto maior for a taxa de juros, então o Banco Central vai estar sendo empurrado, como empresa pública que precisa fazer lucro, a obter lucro com a senhoriagem, mantendo a taxa de juros artificialmente alta.

Isso aí concentra a riqueza, aumenta a desigualdade social. Eu vou falar do Pix em seguida, mas eu quero dizer o seguinte: ótimo que tenha tido o Sistema de Pagamentos Brasileiro, ótimo que tenha tido o Pix, mas nada disso diminuiu a miséria deste país e a desigualdade social gigantesca que nós enfrentamos. Nós não podemos viver numa redoma de vidro, achando que, com essa discussão toda, a gente está resolvendo alguma coisa. Não! Nós estamos aumentando a crise institucional. Esse é o problema, a insegurança. A insegurança jurídica, a insegurança política, a insegurança social.

A relação com o Tesouro Nacional é o centro da discussão. Nós não podemos pegar patrimônio do povo, reservas internacionais, moedas, etc., e deixar isso sendo administrado sem muito controle. Porque uma coisa é você ser uma autarquia, submetida a uma série de regras, etc., outra coisa é você ser uma empresa pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Porque às vezes dá prejuízo – às vezes dá prejuízo –, e o Banco Central, nos dois últimos anos, teve prejuízo. O Tesouro Nacional acabou de pagar R$36 bilhões, agora em janeiro, do prejuízo do Banco Central em 2022. Em 2023, teve prejuízo de cento e poucos bilhões de novo. Ainda não se sabe quanto vai ter que passar porque tem as regras da Lei 13.820 – tem que pegar das reservas, diminuir o patrimônio do banco – antes de ver o valor que o Tesouro vai ter que pagar, mas tem que pagar. Quando dá prejuízo, o Tesouro tem que pagar.

Bom, essa PEC traz insegurança, fragiliza os controles, fragiliza a política monetária para obter lucro.

Um detalhe que foi falado, mas eu quero ressaltar: os bens do Banco Central hoje não podem ser penhorados, mas amanhã poderão. Empresa pública... Se tem uma empresa, em qualquer lugar do mundo, que deixou de pagar alguma coisa, um juiz deste país poderá penhorar a reserva internacional do Brasil para pagar uma conta de uma empresa brasileira.

Para a população...

O Pix, para eu não gastar mais tempo. Veja bem, é uma conquista, evidentemente. Alguém perguntou, o Senador perguntou... Os funcionários do Banco Central são servidores públicos, eles vestem a camisa. Desde sempre foi assim. Então, mesmo em dificuldade... Eu trabalhei numa época no banco, na época do Governo Fernando Henrique, e não tinha dinheiro para comprar cafezinho. A gente fazia vaquinha para comprar cafezinho, está certo? Porque o constrangimento orçamentário depende de uma série de coisas: do Governo, do Congresso Nacional, da situação econômica. Em qualquer dessas situações, os servidores trabalham e trabalham bem. Fizeram o Pix, vão fazer o Drex e assim por diante.

Agora, pensem bem: o Pix é um produto do mercado financeiro. Banco Central autarquia é uma coisa, Banco Central empresa... Por que o mercado financeiro vai tolerar que o Banco Central empresa seja o único a poder operar com o Pix? Por que eles não vão pressionar para o Pix ter que ser licitado, para que algum banco qualquer faça parte da licitação?

Mesma coisa com as reservas internacionais. Aliás, o Paulo Guedes – não sei se vocês lembram –, o ex-Ministro, defendeu a taxação do Pix – não sei se vocês se recordam –, em 2020. O atual Presidente do Banco Central já falou em terceirizar as reservas internacionais, e não é essa terceirização que tem hoje – que não é terceirização, que são 2% apenas, para captar *know-how* da aplicação das reservas e treinar servidores, isso aí está certo. O que o Roberto Campos Neto falou era terceirização para valer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, para os servidores, no respeito às regras de transição das últimas reformas, a tentativa que o Senador fez – e que nós louvamos – não resolve o problema, porque o servidor aposentado perde a paridade e continua perdendo, por aquele art. 7º – viu, Senador? –, inciso I. E o que a gente deveria estar discutindo? Veja bem: a Lei Complementar 179, que é de autoria do Senador Plínio Valério, não tem quatro anos; está fazendo três anos e meio. Tudo tem que ser paulatino.

Numa instituição da importância do Banco Central, você não pode ter uma mudança radical de uma hora para outra. Acabou de ter, há quatro anos, uma mudança importante. Essa mudança não foi estabilizada. Não seria o momento de analisar as implicações dessa mudança, em vez de propor uma ruptura radical com o modelo de autarquia? Não deveria estar sendo discutida a regulamentação da Lei 179, por exemplo, para avaliar o desempenho do Presidente do Banco Central na consecução da pluralidade dos seus objetivos? Não é só a política monetária. Tem a suavização das crises econômicas e a questão do pleno emprego, que é um dos objetivos que está na lei, que o Senador Plínio Valério muito bem apresentou. Tem muita coisa clara. Acho que nem mesmo o Presidente Roberto Campos Neto... E tem coisa que não está clara.

Eu acho que era a hora de o Senado refletir – eu acho que ele tem essa responsabilidade pela Lei 179 – se está conforme a Lei 179 o Presidente do Banco Central autônomo participar de palestra no exterior, sinalizando para aonde vai a taxa de juros; ou então dar uma declaração, como ele fez em março de 2023, dizendo que a taxa de juros tinha que ir para 26,5 ao ano. Vocês se recordam disso? Isso está conforme a Lei 179? Esse é o papel do Presidente de um Banco Central autônomo? É compatível com um Banco Central autônomo e a Lei 179 o seu Presidente antecipar a sua participação, em dois anos e meio, numa campanha eleitoral? É compatível esse Presidente do Banco Central autônomo circular em jantares políticos e perante uma plateia de altos dirigentes no mercado financeiro, declarando o seguinte, aspas: "A situação econômica, nos próximos anos, sofrerá forte deterioração, o que pode atrapalhar Tarcísio em uma eventual vitória em 2026." Eu acho que essa discussão é necessária. E não é uma discussão ideológica, é uma discussão concreta, porque o que o Banco Central faz impacta a vida da população o tempo todo. São muitas atribuições. Cada decisão do banco na política monetária vai ter reflexo no emprego, na inflação, no desenvolvimento da economia, e assim por diante.

Então, nós queríamos fazer um pedido, Senador...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDISON VITOR CARDONI – ... que houvesse mais audiências públicas, que esse debate fosse feito aprofundadamente. É uma questão de extrema importância para o país. E aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não importa a opinião de cada um. Vamos confrontar as opiniões, como o Senador falou, contraditórias, a favor ou contra, para que se busque encontrar uma solução.

Eu quero dizer o seguinte: nós pedimos estudos para o Banco Central, e não apareceram. Até agora são só palavras. Nós publicamos estudos. E eu quero anunciar o seguinte, com a autorização das outras entidades: nós assumimos a tarefa de preparar um projeto de lei – o Sinal, o SinTBacen, a Anafe, o Sindsep e a Condsef – justamente para atacar o problema da falta de verbas do Banco Central. Não precisa de PEC, não precisa de empresa pública; precisa de uma legislação infraconstitucional que resolva o problema.

Muito obrigado.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Obrigado, Sr. Edison Vitor Cardoni.

Com a palavra o Senador Vanderlan.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Para interpelar.) – Presidente Plínio, primeiro eu quero agradecer a participação do Sr. Edison Vitor Cardoni. Sabe, Sr. Presidente, eu, antes de chegar ao Senado Federal, talvez por falta de experiência no Legislativo, não era muito favorável à audiência pública. Mas, chegando aqui ao Senado Federal hoje e presidindo uma Comissão tão importante como a CAE, sempre que posso, ali na Presidência, levo a discussão para a audiência pública, para a gente poder debater, discutir e entender melhor.

Mas até a título aqui de colaborar e reforçar, digo que a PEC não muda essa política monetária e não há necessidade de primário em razão da mudança de metodologia; só para reforçar o que eu disse anteriormente, que, inclusive, é o padrão internacional. A PEC também estabelece que o Banco Central terá limite, isso foi colocado na sua relatoria. Ele vai ter limite para o seu orçamento de custeio e investimento.

Não é verdade que o Banco Central terá R$70 bilhões para gastar como quiser; isso não procede.

E eu queria também aqui... eu tenho aqui, foi distribuída – não pedi e acho que V. Exa. também não pediu, mas a Associação Nacional dos Analistas do Banco Central do Brasil, que representa 90% dos servidores do Banco Central... – a informação...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Sr. Presidente... Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Ah, só um minutinho. Eu entendo os senhores, mas os senhores têm a mim para procurar pela relatoria. O Senador pode usar o argumento que quiser. Aqui é plural. São 81 Senadores. Já pensou se todo mundo quisesse o amarelo, o que seria do vermelho, do roxo?

Então, se tiverem alguma observação a fazer sobre a fala do Senador, por favor, procurem o Relator para me convencer, está bom?

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Estes são os dados pela Associação Nacional dos Analistas do Banco Central do Brasil. Não são todos favoráveis à PEC. Tem pessoas...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Sr. Presidente, mais uma vez, eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Por favor, deixem-me falar uma coisa para vocês: a Casa é política. À medida que vocês instigam, aceleram as críticas a um político, a tendência é de ele se colocar do outro lado, gente. Eu posso falar isso porque eu tenho 69 anos, está bom? Então, à medida que vocês protestam, apupam, não é legal.

Aplaudam no final, quem quiser, ou, quem não quiser aplaudir... mas, por favor.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Tem que reforçar o respeito, Senador Plínio.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Só porque a gente precisa respeitar. O respeito que a gente tem por todos vocês, nós precisamos ter de volta também, está bom?

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – E reforçando, Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Vai lá, Sr. Vanderlan. (*Palmas.*)

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – ... sempre que fui requisitado para dialogar e receber, recebi a todos no meu gabinete, certo? Então, só reforço isso.

Sr. Presidente, a minha participação era essa. (*Palmas.*)

Obrigado, Senador Vanderlan.

Eu concedo a palavra ao nosso Edison Vitor. Só precisa ser sintético.

O SR. EDISON VITOR CARDONI (Para expor.) – Claro, bem rápido, é um minuto.

Senador Vanderlan, veja bem, acho que o senhor foi induzido ao erro, porque ninguém, em nenhum momento, disse que 90% são a favor. O que os colegas apresentaram...

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. *Fora do microfone.*) – Noventa por cento são os analistas.

O SR. EDISON VITOR CARDONI – Não, não, não, não. Noventa por cento dos filiados da associação que são a favor, compreende? Na verdade, nós temos, no Banco Central, várias entidades. Eu não quero falar em nome de nenhuma, também não quero...

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – São três, não é?

O SR. EDISON VITOR CARDONI – São quatro, na verdade. Cometi a indelicadeza...

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Então, eu creio que recebi todos.

O SR. EDISON VITOR CARDONI – Cometi a indelicadeza de falar em nome de outras entidades, mas houve uma votação no Banco Central, em que 4.525 pessoas votaram, e 74,6% foram contra a PEC, independentemente de alterações. (*Palmas.*)

Tem muita conversa... Aliás, isso também aconteceu de ficar o *pool* do ativo com o do aposentado, o que não é bom. Nós todos somos servidores, somos colegas, temos que nos unir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desses, os ativos, inclusive, 51% são contra a PEC 65, independentemente de alterações. A gente está à disposição, depois, para ir até o seu gabinete apresentar esses números em detalhes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Correto, Edison.

São tantas coisas... (*Palmas.*) ... inclusive ameaças. Inclusive ameaças, na minha rede, do pessoal, servidores me ameaçando, mas bobagem, eu não considero isso. O homem público que tem medo de calúnia, injúria e difamação não merece esse nome. E eu não estou aqui à toa. Eu nasci há 4,5 mil quilômetros de distância de Brasília. Então, eu não vim aqui à toa. Por isso que essas ameaças são perda de tempo. São ameaças do tipo de que vão distribuir uma carta lá em Manaus falando que eu sou a favor de juros altos, que a Zona Franca vai acabar... As ONGs estão fazendo pior do que isso comigo. Mas, a cada coisa que eles fazem, é bom para mim, porque eu estou aqui pelo Amazonas. Então...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Não, não, claro que não, e eu não considerei isso, não, mas tem. Eu tenho aí... A gente tem tudo, mas não considerei isso. E nem vou considerar coisíssima nenhuma.

Com a palavra o nosso oitavo, Sr. Marcel Mascarenhas, advogado, para sua exposição.

São 15 minutos, tá, Marcel?

Se você quiser o controle, ali aparece, tá?

O SR. MARCEL MASCARENHAS (Para expor.) – Perfeito.

Bom dia ou boa tarde a todas e todos!

Eu agradeço imensamente o convite para participar, Senador Plínio Valério, que brilhantemente conduz, como ex-servidor do Banco Central, como advogado e também como cidadão. Eu me sinto participando de uma verdadeira festa da democracia.

Fiquei muito bem impressionado pela capacidade de argumentação de todos os expositores, e espero, dentro da minha área de conhecimento e da minha experiência profissional... Eu tive a chance de ser Procurador do Banco Central por 16 anos, hoje sou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

advogado, mas convivi, nesses 16 anos, justamente trabalhando com projetos de lei, de medidas legislativas, buscando o aprimoramento institucional do Banco Central, e, ao mesmo tempo, com a fiscalização exercida no Banco Central tanto pelas Casas Legislativas como pelo Tribunal de Contas e pela Controladoria-Geral da União. Então, me sinto bem à vontade para tentar contribuir e me permito até aqui evitar um pouco essa dicotomia de favorável ou contrário à PEC. Eu acho que a gente está aqui diante de uma oportunidade ímpar de debater todas as possibilidades que a gente tem para ver um Banco Central sustentável no futuro.

Eu, infelizmente, na minha trajetória no setor público, vi o contrário. Eu vi justamente a redução do espaço de atuação e de desenvolvimento do Banco Central, com um reflexo bastante severo sobre os servidores, que, inclusive, hoje também, obviamente, são muito afetados, e aqui aproveito para fazer um cumprimento a tantos amigos e amigas do Banco Central que eu vejo aqui, alguns simpatizantes ou apoiadores da PEC, e outros tantos, e reconheço que a maioria, inclusive, é, a princípio, contra, ainda que haja alteração.

Mas, enfim, eu prefiro superar um pouco essa dicotomia para tentar identificar, a partir da proposta apresentada, uma oportunidade de ver um Banco Central que seja realmente sustentável para o futuro.

Vale lembrar que, há cerca de 20 anos, o Supremo Tribunal Federal reconheceu ao Conselho Monetário e, por extensão, ao Banco Central a chamada capacidade normativa de conjuntura. O que significa isso? Significa justamente reconhecer que o regulador do sistema financeiro precisa se adaptar ao dinamismo dos tempos: ele precisa ser ágil, ele precisa ser tempestivo, ele precisa apresentar soluções para a complexidade das relações financeiras e para as demandas da sociedade. Mas, ao mesmo tempo em que se reconheceu a capacidade normativa de conjuntura, foi sendo negada, pela prática e até mesmo por dificuldades legislativas, a capacidade de supervisão de conjuntura, a capacidade de autorização de conjuntura, a capacidade de inovação.

E aí, falando de inovação, eu gostaria de responder à pergunta da Senadora Margareth, que não está mais aqui. Como o Pix foi feito? Basicamente por dois motivos, e o primeiro é até o menos relevante: ele foi feito pelo redirecionamento de recursos escassíssimos; e, segundo ponto, pela dedicação, pelo compromisso, pela lealdade, pelo sacrifício e pela abnegação dos seus servidores. Então, a gente está diante aqui de um novo cenário em que a gente precisa pensar o Banco Central para o presente e para o futuro. Então, não vejo sentido em perder a oportunidade de debater. Ainda que não seja a PEC o texto final a ser aprovado, que saia daqui uma solução para enfrentamento, se possível de forma definitiva, das dificuldades que o Banco Central tem de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazer as suas entregas. Se hoje essas entregas são feitas, elas são feitas por essa parcela de servidores aqui representada, mas que precisa de apoio institucional, e parte desse apoio institucional depende da fonte de financiamento.

Mas essa não é a única questão, e aqui eu gostaria de abordar um outro aspecto: quem faz a legitimidade da atuação do Banco Central não é a sua forma jurídica; quem faz a legitimidade da atuação do Banco Central é a sua competência constitucional e legal. O Banco Central não faz supervisão, não é respeitado pelo regulado, não pode aplicar sanção porque ele é uma autarquia; ele faz tudo isso porque existe na Constituição a previsão de que o Banco Central atuará em determinadas competências e a legislação posteriormente veio atribuindo essas competências ao Banco Central. A forma jurídica do Banco Central vai ser essencial para definir como vai funcionar essa entidade Banco Central, e é isso que eu acho que a gente está debatendo: como vai ser a forma de relacionamento dela com a União, como vai ser a forma dela de atuação junto aos regulados. E, aí, o ponto crucial, na minha visão, é a previsão constitucional das garantias e das prerrogativas necessárias ao exercício dessas funções.

Neste ponto, saudando o Senador Vanderlan pela iniciativa, com tantos outros Parlamentares, de trazer essa oportunidade do debate, eu vi muito mérito justamente na previsão de manutenção de todas as prerrogativas do Banco Central. Então, quero dizer o seguinte: se hoje o Banco Central pode regular e pode aplicar sanções com base na Lei 4.595 ou com base na Lei 12.865, por que não haverá de ter essas mesmas prerrogativas e capacidades quando isso está previsto no corpo da própria Constituição; quando é consagrado, consolidado no art. 164, como foi a sua sugestão original, aprimorada pelo Relator e também pelas emendas, não só de V. Exa. como de outros representantes da Casa Legislativa?

Então, eu vejo aqui, realmente, essa oportunidade e eu acho importante repensarmos por que se está abrindo mão do modelo de autarquia que, de fato, é um modelo mais conhecido, é um modelo consagrado. Porque o próprio modelo de autarquia vem apresentando uma certa falência no Estado jurídico brasileiro. Se a gente perceber a autarquia é, na sua essência, ente autônomo.

Quando o Banco Central foi criado, em 1964, se entendeu que a roupagem que melhor caberia ao Banco Central era a de uma autarquia, não que ele precisaria ser uma autarquia para exercer aquelas competências, mas, dentro dos modelos disponíveis, era aquele a que mais se amoldava. Mas o Decreto-Lei 200, de 1967, e tantas outras normas, foi reduzindo o espaço de atuação das autarquias de forma autônoma, seja na gestão, seja na própria disponibilidade e no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uso dessas ferramentas, dos seus recursos orçamentários e tudo o mais. Tanto é assim que, em 1990, a gente viu a criação das agências reguladoras, que não são nada mais do que autarquias de natureza especial.

A gente viu, de 2003 para 2004, esta Casa aprovar a primeira autarquia ministerial, subvertendo os livros de direito administrativo, mas encarando como uma necessidade para dotar o Banco Central de mais agilidade dentro da dinâmica do Poder Executivo federal. Então, era uma autarquia com um Ministro de Estado. O ex-Presidente Meirelles, Henrique Meirelles, que esteve aqui, foi Ministro de Estado. Mas se viu, também, que isso causava certas limitações e que poderia gerar uma certa confusão quanto ao mandato político dos dirigentes do Banco Central, então, se evoluiu ou se buscou uma nova solução, com a Lei Complementar 179, para estabelecer o regime de mandatos. E aí, obviamente, não fazia sentido que o Banco Central fosse uma autarquia com Ministro de Estado. Era muito mais prudente distanciar o Banco Central do ciclo político. Essa foi uma escolha desta Casa.

Então, o que gente representa aqui agora, na verdade, o que a gente está debatendo é: cabe uma evolução desse cenário? O modelo de autarquia, na minha visão, tem limitações que não permitem o avanço desejado, de acordo com o que é posto na justificativa e no parecer do Relator, por todos esses aspectos.

Só me atendo, por exemplo, à questão das fontes de financiamento. O Banco Central tinha, antes da própria Constituição, a plena disponibilidade do seu orçamento da autoridade monetária e ainda uma fonte adicional de financiamento, que eram as reservas monetárias. Tinha também a reserva para desenvolvimento institucional, a Redi-BC. Tudo isso já foi suprimido, seja pela legislação, seja pelo controle do TCU e pela divergência de interpretação no âmbito do Poder Executivo federal. Então, o próprio OAM foi sendo limitado e contingenciado. Aqui eu não enxergo apenas como uma questão de contingenciamento, é a questão mesmo de poder utilizar fontes próprias para o exercício das suas funções, é de se financiar.

Eu vou além da discussão da senhoriagem, porque eu acho que não é o único ponto aqui, mas o Banco Central tem outras fontes, outras receitas, que poderiam, sim, custear a sua atividade. Esse caminho já foi tentado, Senador Plínio.

A Medida Provisória nº 784 tentou criar um fundo para utilização de recursos destinados pelas entidades fiscalizadas para o Banco Central se custear. A opção do Congresso foi simplesmente excluir isso do texto da medida provisória e trabalhar um projeto de lei sem essa fonte de financiamento, que virou a Lei nº 13.516.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação à taxa de fiscalização, houve essa proposta dentro do Banco Central que sequer foi encaminhada pelo Governo Federal a esta Casa, mas, ainda que fosse, não seria suficiente, porque, de novo, ela representaria uma arrecadação que entraria direto como recurso da União e não seria destinada necessariamente ao Banco Central. Esse é o modelo existente para as autarquias. A CVM (Comissão de Valores Mobiliários) não consegue utilizar sua taxa de fiscalização, porque ela é justamente uma autarquia.

Então, a gente vê que o que faz uma entidade pública é a sua competência legal, mas o modelo jurídico que foi imposto agora se está voltando contra o exercício da própria atividade. Por isso, o que se pensa aqui – e eu louvo o Congresso por estar debatendo uma nova forma de enxergar essa questão – é: o modelo de empresa pública permitiria, então, o funcionamento mais adequado dessas atribuições? E aí eu não vejo impedimento constitucional para essa mudança.

A gente está falando aqui de emenda constitucional. Quase todos os julgados do Supremo Tribunal tinham em conta leis que estavam sendo avaliadas em confronto com a Constituição. Aqui a gente tem a atuação do poder constituinte derivado. Trata-se de uma alteração constitucional que não invade cláusula pétrea. Nada há na Constituição dizendo que o Banco Central é obrigatoriamente uma autarquia ou que não pode ter uma parcela maior de supervisão do Congresso Nacional em relação à posição do Poder Executivo. Então, eu vejo espaço e acho que é importante aprofundar este debate, como se está fazendo na audiência pública.

A gente tem ali, como eu falei, as previsões do substitutivo, sobre o qual estou me debruçando agora, a clareza do poder de polícia, a preservação de todo exercício dessas funções. Houve o avanço na concessão da estabilidade aos servidores, que era um ponto de preocupação. De novo, é um modelo que nunca foi testado, mas é um modelo que está escrito na Constituição. Se a gente não tiver a esperança de que, estando na Constituição, vai ser respeitado, então a gente realmente está decretando, praticamente, a falência do Estado e da função legiferante.

Quanto ao quadro de pessoal, houve o avanço também na garantia da opção, na preservação de benefícios previdenciários. E é muito importante o que ficou consignado no seu relatório, Senador Plínio Valério, de não haver nenhum tipo de prejuízo, seja aos aposentados ou aos servidores, porque não se quer construir, falando como cidadão, não se quer construir um Banco Central a partir apenas de jovens que vão entrar no futuro. Toda essa parcela de servidores que está aí é extremamente essencial para continuar o legado de construção do Banco Central.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, avançando para o meu último minuto, se me permite trazer algumas ponderações e sugestões nessa reta final, justamente dentro desse ambiente colaborativo, acho que há pontos de atenção no substitutivo.

A questão da supervisão pelo Congresso Nacional. Acho que não existe essa experiência, então vai ter um trabalho, um desafio, para vocês Parlamentares construírem de que forma se dará isso.

A aprovação do Orçamento pelo Senado ou pelo Congresso representaria não propriamente uma limitação, mas uma diferença em relação ao modelo que vinha da Lei de Responsabilidade Fiscal, em que se tinha, pelo menos quanto às despesas operacionais, a aprovação no âmbito, agora, pelo Conselho Monetário, mas que poderia ficar sim a cargo do Banco Central. Isso não implica falta de transparência ou de controle, porque todas essas despesas precisam ser apresentadas, justificadas, e há ainda o acompanhamento legislativo que é feito pelo Tribunal de Contas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCEL MASCARENHAS – A Controladoria-Geral da União hoje já não faz o controle direto do Banco Central, por força da Lei Complementar 179, mas também não haveria, por exemplo, uma impossibilidade de ter, no arcabouço infraconstitucional, mecanismos de freios e contrapesos adicionais para o cenário.

Outro ponto que eu acho importantíssimo, Senador, já falando também... O substitutivo veio trazendo o reforço da manutenção das prerrogativas funcionais dos servidores aposentáveis, dos servidores da ativa, mas seria talvez importante também cravar no texto da emenda à Constituição a previsão da paridade dos servidores já aposentados, que tinham essa paridade assegurada. Então, caberia ali eventualmente à lei complementar definir a forma de apuração disso. Isso poderia ser construído por interpretação, mas acho que é muito mais seguro para toda essa parcela dos servidores que já entregou a sua contribuição à sociedade que também tivesse essa garantia no texto.

Enfim, parabenizo a iniciativa, agradeço a oportunidade e fico à disposição para o debate. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Agradeço ao Marcel Mascarenhas. Essa questão da previsão de paridade é extremamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importante. Peço que, se puder me ajudar com isso, por favor, mande uma ideia para mim, uma sugestão.

Senador Vanderlan, eu vou só anunciar o próximo e aí você fala, só para... Acho que ele está em sistema remoto, o Luiz Pereira da Silva, que falará após a fala do Senador Vanderlan.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Pela ordem.) – Minha fala é rápida, Sr. Presidente. É só para parabenizar o Marcel pelas suas explicações, dispondo-se a colaborar com o nosso Relator, conosco aqui no Senado Federal.

Eu tenho algumas perguntas aqui, mas vou encaminhá-las, devido ao horário... A gente quer ouvir ainda o Paulo. São dois que faltam, não é, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Luiz Pereira da Silva e Gustavo Loyola.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Quero ouvir os dois ainda, então vou encaminhar a V. Exa. as perguntas que eu tenho, para que V. Exa. tire as nossas dúvidas.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Marcel, o nosso consultor está ali, o Waldery, e eu gostaria dessa ideia da paridade. Eu queria me aprofundar mais nisso, porque eu não posso relatar, já antecipei favoravelmente, se prejudicar servidor. Eu não ficaria feliz da vida.

Se puderem ter uma conversa um pouquinho antes, Waldery, eu agradeceria.

Com a palavra o Sr. Luiz Pereira da Silva, Economista e ex-Vice-Presidente do Banco de Compensações Internacionais, para exposição por 15 minutos.

O SR. LUIZ AWAZU PEREIRA DA SILVA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Presidente. É uma honra poder participar desta audiência pública de extremo alto nível, debate de qualidade.

Agradeço à Presidência e agradeço aos membros presentes da CCJ.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tive a felicidade de trabalhar como Diretor do Banco Central do Brasil em várias diretorias e também no chamado Banco de Compensações Internacionais, que é o chamado banco central dos bancos centrais. Então, eu queria trazer um pouco dessa perspectiva para os nossos debates.

Eu queria trazer sobretudo – depois, como sou um dos últimos a falar –, Presidente, um pouquinho de nota de otimismo, eu diria, em relação a um debate, que obviamente existe, entre pessoas favoráveis ao encaminhamento da PEC 65 e pessoas mais céticas em relação a esse encaminhamento. Eu começaria por coisas que eu ouço, que eu ouvi e que eu acho que são coisas de consenso.

Primeiro – e eu posso dizer isso testemunhando com a minha experiência internacional –, de fato, o nosso Banco Central é um organismo considerado de excelência no mundo dos bancos centrais, por vários motivos que foram ditos aqui: pela sua maneira de ter sido capaz de reduzir e controlar a nossa inflação, pelo trabalho de redução de risco de crédito, pelo trabalho de aperfeiçoamento dos seus mecanismos de pagamento rápido, pelas suas inovações financeiras, pela sua capacidade de supervisão, pela sua regulação forte, respeitando o Basileia. Eu agregaria um elemento que me é caro, que é o fato de ter também iniciado uma agenda inovadora sobre as finanças verdes, a luta contra as mudanças climáticas. Então, do ponto de vista da nossa autonomia operacional, que foi decidida por esta Casa recentemente e que funcionou, eu diria que estamos de parabéns. A comunidade internacional nos parabeniza.

Também uma coisa que vi como consensual é esse reconhecimento de que a nossa excelência hoje – e a excelência dos meus colegas, a dedicação deles, a competência dos meus antigos colegas e dos dirigentes da instituição, alguns deles presentes nesta audiência – também se percebe sofrendo de um momento de deficiência de recursos para justamente manter essa qualidade de excelência e manter o nível de remuneração adequado à qualificação dos quadros funcionais do Banco Central. Então, esse eu acho que é o tema sobre o qual nós estamos discutindo aqui.

A questão que eu me pergunto é: para efetivamente assegurarmos uma maior segurança orçamentária, é preciso realmente haver essa mudança de estatuto jurídico legal que a PEC 65 está propondo?

Presidente, isso, no linguajar dos bancos centrais, é uma questão chamada de balanço de riscos. Quais são as coisas que realmente, como foi dito aqui por vários membros deste painel, são favoráveis a assegurar, além da autonomia operacional, uma maior autonomia orçamentária;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ou se é necessário, para que essa autonomia orçamentária se fortaleça, que exista essa mudança de estatuto jurídico para um estatuto de empresa pública.

Eu gostaria aqui – é a minha responsabilidade com a minha experiência – de colocar para esta ilustre Comissão o fato de que, no meu julgamento técnico pessoal, o balanço de risco, com os elementos de mudança de estatuto, assim como foi salientado por alguns dos oradores que me precederam, parece-me desfavorável; não me parece ser condizente com os ganhos potenciais, e eu queria dar alguns exemplos. Eu acho que essa mudança, apesar de ser intencionada em favorecer uma segurança para o orçamento do Banco Central, deixa questões importantes em aberto. Deixa questões de natureza técnica e deixa, sobretudo, questões de relacionamento entre o Banco Central e o Tesouro público que me parecem impedir uma maior cautela, um maior tempo de reflexão para esta Comissão e também para o conjunto dos participantes deste debate, antes de nós decidirmos uma mudança para assegurar recursos orçamentários no sentido de enveredarmos por um caminho de uma transformação constitucional tão importante como é esta PEC 65.

Deixem-me dar alguns elementos de dúvida, de riscos, que considero suficientemente importantes para que se tenha mais cautela, para que se dê mais tempo à reflexão, para que se ponderem esses elementos de risco.

Primeiro, cito o fato de a experiência internacional que eu tive no BIS mostrar, como foi dito aqui, que existem vários regimes jurídicos bem diversos de gestão para a maneira de se assegurar a segurança orçamentária de bancos centrais. Mas, no meu entender, todos os estudos que eu acompanhei no Banco de Compensações Internacionais nunca anteciparam uma mudança estatutária antes de se ter uma perfeita clareza sobre os elementos, por exemplo, das relações claras e específicas de transferências de recursos entre o Tesouro e o Banco Central, coisas que pelo meu entender seriam remetidas a legislações ulteriores. Que haja uma definição realmente clara da maneira como seriam repartidos os ganhos de senhoriagem no Banco Central... (*Falha no áudio.*) ... a contabilidade da carteira de dívida pública no novo estatuto do Banco Central.

Ou seja, parece-me que, para o que nós estamos de certa forma desejando, que é uma estabilidade orçamentária para o Banco Central para completar o seu sucesso como órgão que foi capaz, com a sua autonomia operacional, de fazer os progressos macroeconômicos, financeiros que o país teve, seria preciso pensar mais, pensar melhor, porque algumas coisas estão sendo decididas através de um texto constitucional sem que os detalhes precisos, que são importantes e que em outros bancos centrais preexistem a uma mudança, estejam presentes nos textos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

constitutivos desses bancos centrais, seja o Banco Central Europeu, seja o FED, sejam outras instituições.

O segundo elemento importante que eu gostaria de colocar, que tem a ver com o quadro de remuneração de um novo banco central sobre o estatuto de uma empresa pública, eu diria que, sim, nós queremos que haja uma remuneração do talento no funcionalismo público. Apesar de nós considerarmos que temos que endereçar a questão de desigualdade social no nosso país, é importante reconhecer que temos que valorizar as qualificações necessárias para algumas funções técnicas de alto nível no Governo, que são funções que produzem justamente alguns desses bens públicos que foram lembrados nesta audiência: estabilidade monetária, estabilidade financeira, gerenciamento sustentável da dívida. Agora, isso me parece, Presidente e membros da Comissão, uma questão muito mais de RH do Estado em geral, que deve ser resolvida por uma política conjunta do funcionalismo, num projeto de gestão administrativa, do que ser tratada através, digamos, da tentação de se criarem empresas específicas, isoladas, em que cada um poderá determinar suas condições salariais específicas, em função de suas receitas, em função do seu estatuto. Parece-me que isso levaria a uma fragmentação que, no fundo, de certa forma impede que nós tenhamos um sistema público de gerenciamento da política monetária, da política fiscal e da supervisão bancária com coerência e consistência.

Eu queria só dar alguns outros exemplos, sem, digamos, desmerecer alguns dos pontos levantados por alguns dos meus ex-colegas e que são, me parece, relevantes para melhorar a situação. Eu queria lembrar e me alinhar nessa posição defendida pelo Senador Alessandro sobre o fato de nós não necessariamente precisarmos, para melhorar a estabilidade orçamentária do Banco Central, fazer esse passo muito forte de uma mudança constitucional, quando a gente pode ter elementos de melhora do orçamento do Banco Central e da sua segurança orçamentária através de coisas que já foram mencionadas nesta audiência, como a utilização, por exemplo, de instrumentos que hoje estão obsoletos, mas do tipo Rede BC.

Outro elemento de risco... Eu estou elencando elementos de risco porque justamente é esse balanço de riscos que eu estava mencionando. Vale a pena melhorar com o arcabouço que nós temos ou vale a pena arriscar uma mudança constitucional sem saber exatamente os elementos que poderão eventualmente ser decididos por uma lei complementar?

Por exemplo, a empresa estatal que seria criada poderia se engajar em atividades econômicas, justamente a fins arrecadatórios, porque justamente faria parte de assegurar o seu orçamento e arcar com os seus custos? Isso tem elementos positivos, mas tem, Presidente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

elementos de risco, porque nós sabemos hoje que, com as novas tecnologias do setor financeiro, pode haver uma falta, uma perda de controle, seja do Congresso Nacional, seja do Executivo Federal, sobre a criação desses novos instrumentos financeiros.

Sabemos todos que hoje a inovação financeira tem aspectos extremamente positivos de inclusão social, mas ela também pode ter aspectos extremamente, digamos, problemáticos em matéria de criação de elementos de riscos sistêmicos, de bolhas, etc., etc.

Então, finalmente, do lado do relacionamento entre o novo estatuto do Banco Central e seus órgãos de supervisão, a minha pergunta e a minha dúvida sobre o risco é saber como se coadunaria a relação que hoje existe entre o Conselho Monetário Nacional e a supervisão feita pelo Congresso Nacional.

Eu queria só terminar com alguns elementos que também me parecem elementos de risco, Presidente, que já foram mencionados. Não me parecem esclarecidos hoje...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ AWAZU PEREIRA DA SILVA – ... da maneira como está encaminhado o processo, os detalhes específicos do relacionamento dessa nova empresa estatal com o Tesouro Nacional.

Existe a possibilidade, como nós sabemos, de haver a eventualidade de perdas oriundas das atividades e das carteiras de bancos centrais. Como exatamente se fariam essas compensações? Como, por exemplo, também se faria a exata repartição dessa senhoriagem? Eu entendi que certamente a integralidade não seria revertida para essa nova empresa estatal, mas não há detalhes sobre exatamente como se faria essa chave de repartição. Por exemplo, no Banco Central Europeu, isso é feito de uma maneira muito precisa, ou seja, na definição dos ganhos de senhoriagem e na maneira como eles são repartidos entre os acionistas. Como sabemos, o Banco Central Europeu é feito de acionistas de todos os bancos centrais europeus, mas esse detalhe de repartição preexiste na maneira como o ato de criação do Banco Central Europeu foi desenhado. E me parece que a sociedade precisa ter clareza sobre como esses recursos seriam redistribuídos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Finalmente, eu acho que já foi mencionada aqui a questão da contabilização da dívida da carteira do Tesouro no Banco Central. Não acho que seja um problema trivial. Acho que pode causar, sim, um elemento de incerteza.

Enfim, a minha colocação, Presidente, é para que tenhamos cautela e não nos precipitemos para uma aprovação de um instrumento constitucional antes que haja um debate aprofundado sobre esses elementos de risco e de dúvida que eu acabei de elencar.

Agradeço.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Todos nós Senadores e Senadoras é que agradecemos. Agradecemos ao senhor pela disponibilidade, pelo esclarecimento, na busca em que todos nós estamos para aprimorar esta PEC.

No final, a gente vai fazer algumas perguntas de internautas, e cada um vai ter a oportunidade de acrescentar algo, está bem?

Vamos, então, ao Sr. Gustavo Jorge Loyola, que está esperando – é o décimo ex-Presidente do Banco Central do Brasil –, para sua exposição, por 15 minutos.

O SR. GUSTAVO JORGE LABOISSIÈRE LOYOLA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Queria inicialmente agradecer e saudar o Senador Plínio Valério, agradecendo pelo convite. Quero saudar também todos os Senadores e Senadoras presentes, os palestrantes, os expositores, todos que estão participando desta audiência pública.

Em primeiro lugar, acho que, de fato, é preciso reconhecer que estamos diante de um tema muito complexo e que merece ampla discussão. Por isso, mais uma vez, quero parabenizar o Senador Plínio por ter convocado esta audiência pública e colocado o tema em discussão.

Eu vou evitar aqui repetir argumentos daqueles que me precederam, mas quero desde o início me colocar a favor desta proposta de emenda à Constituição.

Acho fundamental que o Banco Central do Brasil tenha plena autonomia financeira e orçamentária. Falo isso não apenas por razões teóricas, porque evidentemente quem acredita – como eu acredito, e a maioria dos economistas – que é fundamental o Banco Central ter autonomia para o exercício das suas funções de autoridade monetária automaticamente tem que acreditar também que há necessidade de autonomia financeira e orçamentária; porque, se não há

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

autonomia financeira e orçamentária, evidentemente a política monetária pode ser constrangida, pode sofrer um garrote, um fechamento, justamente pela falta de oxigênio orçamentário e financeiro do Banco Central.

Então, eu vejo que é uma proteção adicional importante para a autonomia do Banco Central, e na grande maioria dos países do mundo, economias importantes, os Bancos Centrais têm essa autonomia. Portanto, eu me declaro favorável à proposta da emenda.

Obviamente, não quero com isso dizer que não há maneiras de se aperfeiçoar a emenda e que, principalmente, não possam ser acrescentados dispositivos para reduzir os riscos que alguns dos que me precederam mencionaram, inclusive o Diretor Luiz Pereira, os riscos também colocados pelo Procurador do Banco Central, o Rocha, enfim. Isso, vamos dizer assim, me parece algo em que se tem que avançar.

Diante disso, eu queria mencionar a minha experiência no Banco Central, trazer aqui a minha experiência.

Eu fui funcionário de carreira do Banco Central. Eu entrei no Banco Central por concurso público em 1977. Servi à instituição em várias funções. Fui Diretor e depois Presidente por duas vezes. Eu tive a experiência de ser funcionário do Banco Central, funcionário no início de carreira, e a experiência de chegar a Presidente.

Quando eu entrei no Banco Central, nós funcionários do Banco Central tínhamos o regime celetista. Os funcionários do Banco Central tinham um excelente plano de aposentadoria. Nós tínhamos uma fundação, que existe até hoje, um fundo de previdência privado. Nós tínhamos os melhores planos de saúde entre os servidores públicos. Nós tínhamos uma carreira muito bem estruturada, uma carreira que tinha vários níveis de progressão, enfim. Obviamente, se viam aqui e acolá situações de insatisfação salarial, mas elas eram muito mitigadas.

Ao longo do tempo, essa autonomia que o Banco Central tinha na gestão de pessoas, na gestão financeira, na gestão de projetos foi sendo diminuída, exatamente como mencionou o Marcel, principalmente pela mudança do conceito de autarquia. A Lei 4.595, que vai completar 60 anos este ano, quando disse que o Banco Central era autarquia, o que tinha por trás disso era o conceito de autarquia mesmo, de ser uma instituição que tinha um orçamento próprio. O próprio art. 16 da redação original da Lei 4.595 elenca as receitas do Banco Central, inclusive a receita de fiscalização. A receita financeira dos seus ativos também está lá elencada. Então, era um outro conceito. O Banco Central foi sendo, vamos dizer assim, essa capacidade do Banco Central de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gerir o seu orçamento e os seus funcionários e ter uma política de pessoal adequada às suas pessoas foi sendo perdida.

Eu presidia o Banco Central em 1996, quando houve uma decisão do Supremo de tornar inconstitucional um artigo que retirava os servidores do Banco Central do regime jurídico único do funcionalismo. Isso significou que nós, funcionários do Banco Central naquela ocasião, deixávamos de ser celetistas para sermos funcionários públicos, servidores públicos mesmo. Servidores públicos, sempre fomos, não é? Mas funcionários públicos.

E foi, de fato, um trauma. Um trauma que inclusive, como o Supremo não modulou a decisão, somente tomou a decisão, nós tivemos que lidar com o problema que havia dos servidores, por exemplo, aposentados entre 1988 e 1996. Eles tiveram que reverter as suas aposentadorias, mudar o seu regime de aposentadoria. Então, de fato, foi traumático.

Por isso que eu sempre defendo tudo aquilo que for incluído nessa PEC para reduzir esse tipo de trauma. Inclusive, há uma boa sugestão que houve de garantir o regime atual dos servidores aposentados. Isso não pode voltar àquilo que a gente viu no passado.

Essa é uma questão que pode ser resolvida no âmbito do projeto, esse tipo de risco. Ao contrário do que o Luiz Pereira falou, eu acho que nós temos, no Brasil, uma legislação que delineia claramente como é o relacionamento do Banco Central com o Tesouro. Essa legislação evoluiu muito durante os últimos anos.

E o projeto também, no meu entendimento, não altera essa parte. Concordo, no entanto, com o Luiz e outros que o precederam, em que é preciso delimitar claramente que parcela da receita de senhoriagem ou das receitas financeiras do Banco Central, vamos considerar assim, pode ser transferida para o orçamento administrativo do Banco Central, para o custeio do Banco Central. Não tem nenhum sentido, obviamente, o Banco Central ficar com essa receita toda. De fato, seria um absurdo.

Então eu acho que também aí cabe um aperfeiçoamento, para deixar muito claro aquilo que o Banco Central pode apropriar dessa receita. E esse é um outro ponto de aperfeiçoamento que eu vejo.

Uma outra questão que eu queria colocar é sobre a dificuldade que o Banco Central tem experimentado para colocar de pé os seus projetos. Nós somos muito bem sucedidos, somos elogiados mundo afora. Sem dúvida, o Pix foi uma grande evolução. Mas além dos atrasos que foram mencionados, na agenda, a gente tem que lembrar que os nossos colegas do Banco Central

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

têm feito esforços sobre-humanos para manter algum ritmo dessas inovações. Há carências por todo lado do Banco Central.

Além disso, eu gostaria também de mencionar que hoje, em função da estrutura do nosso sistema de pagamentos, o Banco Central ocupa uma posição muito mais central do que anteriormente. Então, o colapso, hoje, do Banco Central pode criar um risco sistêmico inacreditavelmente alto no Brasil.

Vou lembrar um caso aqui que aconteceu. Houve um Banco Central da Ásia que teve o seu sistema de informática invadido e houve lá um desvio importante de reservas internacionais, de caixa desse Banco Central, mostrando, por exemplo, o risco que você tem de não ter as proteções adequadas na área de tecnologia. E construir proteções tecnológicas adequadas significa que você tem que ter recursos, principalmente quando se lida com sistemas complexos, como é o caso do nosso Pix e de outros sistemas que o Banco Central gerencia e hospeda, não é? E nós sabemos que essa é uma área extremamente consumidora de recursos, não apenas recursos materiais, mas recursos humanos. Então, é importante sempre lembrar essa questão.

Sobre esse tema, até me lembro de uma situação curiosa, e a história sempre nos ajuda: a penúria do Banco Central é uma coisa meio histórica até, já vem de muito tempo. Eu me lembro, recordo aqui, de que o chamado sistema de liquidação de títulos, o Selic – a famosa taxa Selic vem daí –, na sua origem, não foi financiado pelo Banco Central, foi financiado pelo próprio mercado. Dentro do Banco Central, você tinha computadores, funcionários e tal que não eram do Banco Central. O Selic era administrado pelo Banco Central; estava lá dentro do Banco Central, mas você não era do Banco Central. Isso que é grave quando se fala em captura de autoridade monetária. Como é que o Banco Central tem dentro dele, exercendo, vamos dizer, o controle de todo o estoque de títulos públicos do país, por uma instituição, por um sistema de financiamento que é diretamente feito pelo setor privado? O Banco Central tinha que pedir ao setor privado, no caso à antiga Andima – hoje não existe mais; existe a Anbima – recursos para poder modernizar o seu parque de computadores relacionados a essa questão do Selic, do sistema de gestão de títulos públicos. Nós não queremos que isso volte a acontecer. Nós queremos um Banco Central que tenha recursos próprios, tenha autonomia, inclusive em relação ao mercado, como foi dito aqui. O Banco Central não pode ficar dependendo de arranjos desse tipo: "Ah, eu não consigo fazer aqui essa inovação. Então, eu tenho que ver se alguém aí do setor privado se dispõe a fazer".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu vejo grandes avanços nessa PEC. Eu acho que a grande maioria dos riscos mencionados aqui – e há riscos, não vou dizer que não há riscos – podem ser objeto de mitigação na própria PEC ou na legislação infraconstitucional.

Eu acho que foi muito útil ouvir algumas críticas aqui à questão da PEC, mas eu continuo convencido de que ela é favorável, ela é positiva. Por exemplo, acho que as questões que foram colocadas pelo André Lara Resende, sempre brilhante... Não vejo que a transformação do Banco Central em empresa pública seja mais um caminho para a balcanização do orçamento. Eu acho que nós temos problemas nas nossas leis orçamentárias. As leis orçamentárias brasileiras são obsoletas. Nós temos uma questão que a gente precisa resolver – a gente, eu falo, o Congresso – , que é a resposta à pergunta seguinte: de fato, existe essa questão de orçamento autorizativo ou não na Constituição? Na maioria dos países, as despesas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUSTAVO JORGE LABOISSIÈRE LOYOLA (*Por videoconferência.*) – ... que são fixadas no orçamento têm que ser realizadas, só quem pode contingenciar o orçamento é o Congresso. Aqui no Brasil, não; existe um controle na boca do caixa, só no Brasil que tem isso.

Então, assim, evidentemente, também concordo com o Luiz no sentido de que muita coisa poderia ser resolvida, por exemplo, de uma maneira mais geral. O Brasil precisa de uma reforma administrativa que dê ao setor público maior capacidade de gestão dos seus recursos humanos. Sem dúvida, a reforma administrativa é algo que precisa vir e que claramente favoreceria também o Banco Central, mas, nessa situação orçamentária que nós temos e no nosso quadro de legislação hoje, eu acredito que essa PEC traz ao Banco Central, vamos dizer, a tranquilidade e a capacidade, mais do que isso, de realizar bem as suas funções, tanto no âmbito da política monetária quanto no âmbito das políticas de supervisão e regulação financeira.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Obrigado ao Gustavo Jorge Loyola, que foi o décimo dos dez convidados.

Eu tenho certeza de que todos vocês, todos os senhores, Henrique Meirelles, Paulo Nogueira, Fernando Alberto, Lademir Rocha, Marcos de Barros Lisboa, André Lara Resende, Edison Vitor Cardoni, Marcel Mascarenhas, Luiz Pereira da Silva e Gustavo Loyola, sabem da importância que tiveram para o nosso esclarecimento, para o nosso debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fico feliz. Eu fico muito feliz mesmo. Fiz questão desta audiência pública até para ficar ouvindo. Embora eu tenha escutado prós e contras o tempo inteiro, essa é a nossa função, essa é a nossa missão.

Tenho algumas perguntas aqui. Eu vou, pelo tempo, para o que está mais apressado em sair logo, passar uma pergunta. Ele responde e faz o que todo político faz: aproveita e diz o que quer no final, que não tem nada a ver com a pergunta. Está bom? Você pode se despedir dessa forma.

Lademir Gomes da Rocha, que é primo do Alberto Rocha.

Eu só pediria a síntese, porque está todo mundo a fim de ir embora.

O SR. LADEMIR GOMES DA ROCHA – Claro. Claro. Então...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Deixe-me só fazer uma pergunta para você, tá? Eu vou botar aqui qualquer pergunta para responder, mas na área de procuradoria.

Se ficar... "Qual o grau de coerção [...] [que o Banco Central terá], [...] [na condição de] empresa pública, [...] [ao fiscalizar a] sua congênere?". É o Raimundo, do Ceará.

O SR. LADEMIR GOMES DA ROCHA (Para expor.) – Pois então, Senador, essa questão, eu diria, é uma das questões que está em aberto, e nós procuramos aqui, justamente, na perspectiva do mapeamento dos riscos, suscitar que é um dos riscos que nós não precisaríamos estar incorrendo caso a opção fosse manter a natureza jurídica do Banco Central como autarquia. Então, é um risco que está dentro dessa escolha e que vai ter de ser definido, em última palavra, eu diria, pelo Poder Judiciário.

Então, se fosse possível, se houvesse outra maneira de resolver esses problemas de financiamento do Banco Central que não implicasse alteração da natureza jurídica, nós estaríamos indo por um caminho, eu diria, mais seguro e, com isso, eu quero dizer que nós não temos, a essa altura, uma condição de dar uma resposta peremptória, mas, sim, de alertar para o risco jurídico implicado na proposta.

Então, acho que, dizendo isso, eu queria, mais uma vez, agradecer a oportunidade do debate, de ter encontrado, inclusive, aqui colegas de trabalho, os quais eu admiro muito. E acho que nós temos um espaço muito oportuno para, quem sabe, revisar alguns pressupostos dessa PEC que, na nossa perspectiva, estão em desacordo com a ideia de melhor defesa do interesse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

público e com a ideia de que a moeda e seu guardião são patrimônio da sociedade brasileira. Então, é isso que eu queria dizer.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Obrigado. Este foi o Sr. Lademir Gomes da Rocha, Procurador do Banco Central, um dos nossos palestrantes aqui.

Vamos ver uma pergunta aí, quem quiser... Se não quiser, a gente passa para outra. Aqui em respeito ao internauta: "[...] [A concessão de] autonomia fiscal ao [...] [Banco Central pode evitar] interferência política [...]?". Essa eu gostaria de responder, porque lá na autonomia operacional foi esse o objetivo.

"Como a autonomia pode fortalecer a atuação do BC no cumprimento de sua missão, especialmente no fomento do bem-estar econômico da sociedade?". Eu acho que é uma pergunta a quem foi favorável. Eu sei que tem uma pergunta meio dirigida ao senhor, mas... (*Pausa.*)

O SR. FERNANDO ALBERTO ROCHA (*Fora do microfone.*) – Felipe, do Pará?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Felipe, do Pará.

O SR. FERNANDO ALBERTO ROCHA (Para expor.) – Muito obrigado, Senador. É um prazer responder ao Felipe, do Pará, sendo eu mesmo o Fernando, do Pará, também.

A primeira pergunta era sobre a autonomia fiscal do Banco Central e interferência política. Eu acho que o tema mais geral da autonomia dos bancos centrais tem a ver com a separação dos ciclos de política monetária e dos ciclos políticos. Acho que isso é o *razionale* por trás da autonomia, e o que se está discutindo na PEC, a autonomia financeira de orçamento e administrativa do Banco Central, complementa esse conjunto de autonomia técnica e operacional que o Banco Central já tem e que foi historiado aqui por diversas pessoas que falaram. E eu acho que isso vai no sentido de um Banco Central reforçado e mais capaz de cumprir suas atribuições constitucionais, legais e institucionais.

Emendando com a pergunta sobre a autonomia e o fortalecimento do Banco Central, foram apresentados aqui, e apenas o último a fazer isso foi o ex-Presidente Gustavo Loyola, diversos casos de fragilidade do Banco Central, os mais recentes têm a ver com a evolução da carteira de projetos do Banco Central, os atrasos que têm sido observados para melhoria do Pix, o atraso na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regulamentação da lei cambial, que eu mesmo mencionei. Então uma instituição com um arcabouço mais robusto, com mais segurança no fortalecimento institucional, na continuidade das suas receitas e capacidade de pagar suas despesas, com mais previsibilidade e planejamento, certamente será uma instituição fortalecida no cumprimento dos seus objetivos. Então, respondendo a essa pergunta, eu gostaria, como palavras finais, de agradecer imensamente...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – A que foi endereçada ao senhor para complementar é da Fabiana, do Rio de Janeiro: "Sr. Fernando Rocha, por que a transformação do BC em empresa pública é a melhor solução para os graves problemas que o BC está passando?". O senhor responde e encerra, despeça-se, e eu agradeço.

O SR. FERNANDO ALBERTO ROCHA – Perfeito. Obrigado pela pergunta.

Nós vimos vários palestrantes mencionarem riscos envolvidos na transformação do Banco Central. Essa observação dos riscos, o levantamento dos riscos é uma atividade importante e necessária para que esses riscos antecipados sejam devidamente mitigados e endereçados. Então, os riscos que foram colocados, em geral, diziam respeito a incertezas sobre a empresa pública, sobre seus relacionamentos, o último deles dizia respeito, que foi a pergunta ao meu colega Lademir, à capacidade de coerção do Banco Central. A PEC prevê, no seu §4º, que agrega o art. 164, o poder de polícia do Banco Central, inclusive para suas atividades de regulação, supervisão e resolução, o que inclui a capacidade de regular o sistema financeiro, autorizar o funcionamento de instituições, fiscalizar as instituições e os sistemas que são supervisionados, aplicar sanções e resolução, que significa a necessidade de fechar instituições financeiras caso elas apresentem risco à estabilidade do sistema financeiro. Então esse é um risco que está tratado no texto da PEC, no seu §4º, acrescido ao art. 164. E os demais, por exemplo, a questão dos relacionamentos financeiros entre o Banco Central e o Tesouro Nacional, a PEC também prevê, se não me engano, no §8º, acrescentado ao art. 164, que a lei disporá sobre o relacionamento ente o Banco Central e o Tesouro Nacional, que é a forma jurídica, no arcabouço brasileiro, de recepcionar na nova configuração constitucional, recepcionar a Lei 13.820, que já existe, foi adotada em 2019, e que tem regras fixas e definidas, por exemplo, sobre o que fazer com a receita, com o resultado positivo do Banco Central. A lei define que o Banco Central apura seu orçamento separando o seu resultado, se esse resultado for positivo, ele separa as receitas vindas, o resultado vindo das operações cambiais dos demais resultados, e esses demais resultados são na íntegra repassados ao Tesouro Nacional. Da mesma forma, quando o Banco Central tem prejuízo, ele vai sucessivamente, nos termos da lei, um, reduzindo a sua reserva de resultado que compõe o seu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

patrimônio líquido, dois, reduzindo o seu patrimônio institucional e, em terceira opção, o Tesouro faz a cobertura desse resultado negativo, sob forma de uma capitalização do Tesouro.

Então, esses termos, que a PEC permite que a lei complementar seja recepcionada na sua íntegra, já estão estabelecidos... Não só estão devidamente estabelecidos, e com clareza, na minha opinião, como já estão em vigor desde 2019, com o formato atual da Lei nº 13.820, e, antes disso, desde 2008, com a anterior lei de equalização cambial.

Então, essas são as ponderações que eu tinha que fazer em resposta.

Eu queria, então, agradecer a presença de todos; agradecer aos Senadores e às Senadoras que possibilitaram esta audiência pública; agradecer aos meus colegas de mesa pelo debate; e dizer que nós anotamos todos os pontos, todos os aspectos de riscos que foram levantados, os pontos favoráveis e os pontos negativos, para dar o devido encaminhamento a todos eles: minimizar os pontos desfavoráveis, fortalecer os pontos positivos e minimizar os riscos ou equacionar os riscos, para que, de fato, se possa ter um Banco Central mais fortalecido e mais preparado para os desafios do futuro, como o Dr. André mencionou aqui em relação a inovações tecnológicas, competitividade, concorrência e os desafios do sistema financeiro moderno.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Esse foi Fernando Alberto Rocha, Chefe do Departamento de Estatísticas do Banco Central do Brasil, um dos nossos convidados, a quem eu volto a agradecer por ter participado conosco.

Sr. Paulo Nogueira Batista Júnior, economista. Como não tem perguntas, então diga o que quiser.

O SR. PAULO NOGUEIRA BATISTA JÚNIOR (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Eu queria, nesse comentário final, agradecer, de novo, o convite que me foi feito pelo senhor para participar desta audiência. Eu aprendi muito sobre o tema, ouvindo os demais expositores e os Senadores.

Eu tenho muita concordância com o que disse o Senador Alessandro: por que alterar a Constituição para garantir o financiamento adequado do Banco Central, que tão importante é? Essa proposta de emenda à Constituição cria uma massa de problemas jurídicos que foi bem detalhada pelo Procurador Gomes da Rocha, do Banco Central, que alertou minuciosamente para o enorme número de questões jurídicas e até constitucionais que surgem dessa PEC.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Dr. Edison, aqui, lembrou a nossa tendência, como sociedade, de propor emendas constitucionais, querer resolver tudo na base da emenda constitucional. Será que nós não estamos incorrendo... Será que o Senado não está incorrendo nesse risco de novo?

A Senadora Margareth mencionou uma alternativa, que depois foi retomada por vários expositores: é criar uma taxa de fiscalização, uma taxa de supervisão para cobrir as necessidades orçamentárias para o funcionamento adequado do Banco Central.

Eu, quando falei primeiro, no início, mencionei o desconforto, a complexidade de uma situação em que o Presidente eleito precisa conviver com o Presidente do Banco Central e com parte de uma diretoria de um Banco Central indicados pelo governo anterior.

O Senador Moro fez referências duras à fala do Presidente da República hoje de manhã.

O que é a fala do Presidente da República senão uma demonstração de desconforto do Presidente eleito com a herança que ele recebeu por ter mandado não coincidente com o do Presidente do Banco Central.

Alguém disse muito bem, já não me recordo quem, que a lei de autonomia do Banco Central é muito recente. Nós não tivemos ainda a possibilidade de aprender o que funciona, o que não funciona.

O que o Presidente da República, no meu entender, manifestou foi um desconforto com a dificuldade de coordenar a política monetária com o resto da política econômica e com a política fiscal. Esse desconforto é decorrente de um problema que foi agravado, a meu ver – e digo isso com todo respeito –, pelo comportamento do Presidente do Banco Central, que foi mencionado aqui pelo Senador Renan e pelo Senador Jaques Wagner, que dificilmente pode ser conciliado com a posição de um Presidente de uma entidade autônoma.

Finalmente, Senador Plínio, eu queria lhe agradecer não só pelo convite, mas ressaltar a importância do que o senhor fez aqui. Infelizmente, é muito raro, no debate público sobre questões econômicas, questões de interesse nacional, haver o contraditório, as opiniões divergentes trazidas à mesa.

Quem olha o debate econômico pela mídia convencional tem a impressão de que só existe um lado, que existe um consenso. E aqui, o senhor trouxe, com muita habilidade, conduziu muito bem, uma discussão em que pontos de vista muito divergentes foram colocados à mesa para que os Senadores possam avaliar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, agradeço mais uma vez. Tenho que pedir desculpas, porque está se aproximando o horário de um compromisso meu e eu terei que sair neste momento, sem aguardar o final das exposições.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Sr. Paulo Batista Júnior, economista, um dos nossos convidados, a quem eu volto a agradecer. O senhor enriqueceu muito, muito essa nossa audiência pública.

O Edison... Aí tem só mais dois.

Edison, por favor, você deu sorte, não tem pergunta aqui, então fale sobre o que quiser. Edison Vitor Cardoni, obrigado mais uma vez.

O SR. EDISON VITOR CARDONI (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Bom, em primeiro lugar, eu queria fazer minhas as palavras, Senador, do Prof. Paulo Nogueira Batista Júnior sobre essa questão da necessidade de contraditório. É um samba de uma nota só! Todo mundo só fala em cortar, cortar, cortar... ajuste fiscal, ajuste fiscal, ajuste fiscal.... ignorando para onde isso leva.

Eu falei que a gente está numa crise institucional, e ela vai se agravar se essa política não for revertida. Inclusive, a política do novo arcabouço fiscal, que foi proposta pelo Governo e foi modificada no Congresso, está impondo um arrocho orçamentário absolutamente brutal. Hoje, está se falando em retirar a vinculação da educação e da saúde do seu piso constitucional, o que seria um absurdo, um retrocesso, que foi colocado na Constituição em 1988 e precisaria continuar. Hoje, já se fala nisso abertamente. É algo inimaginável um pouco antes, e tem a ver com esse arcabouço fiscal.

Eu queria voltar rapidamente à questão da senhoriagem. Vocês ouviram vários oradores falarem – não lembro se das várias opiniões – da necessidade de estabelecer claramente como é que vai funcionar essa história da senhoriagem em relação às despesas do Banco Central e às suas receitas.

Quando eu falei dos R$70 bilhões que poderiam ficar no Banco Central, eu antes expliquei: a senhoriagem é uma coisa um pouco etérea, um pouco que está no ar. Ela não está nem separada no orçamento do Banco Central, na prestação de contas, está separada ali por orientação do TCU. Mas é preciso dizer o seguinte: a maior parte da senhoriagem hoje é uma senhoriagem financeira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apropriada pelos bancos privados. Então, interessa, sim, aos bancos privados que a taxa de juros possa ficar mais alta, para que haja mais senhoriagem, para que possa...

Então, essa discussão precisa ser feita. Nós não podemos passar ao largo. Como eu falei: é muito complexo, é muito árido, mas é necessário discutir. E eu insisto que foi o sindicato, Senador, que teve que fazer esse estudo, porque a gente cobrava no Banco Central: "Cadê a discussão? Cadê o estudo? Cadê aquilo que demonstra a necessidade de fazer uma PEC que transforma o Banco Central em empresa pública?". E isso não apareceu.

Então, há muito ainda a discutir. Eu quero só sublinhar aqui que não é possível pensar em reforma administrativa tal qual foi pensada no Governo anterior, que é a destituição do serviço público; não é uma reforma, é a destituição. Nós somos a favor de discutir, obviamente, melhorias no serviço público; estamos dispostos.

A Condsef fez um estudo aprofundado a esse respeito, estamos à disposição.

Uma vez mais, muito obrigado pela oportunidade.

Quero parabenizar a mesa, acho que todos nós aprendemos muito com este debate.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Obrigado. Obrigado, Edison Vitor Cardoni, Diretor Jurídico da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal.

Eu pergunto ainda se o Sr. Henrique de Campos Meirelles está ainda, se resistiu heroicamente. Quem está remoto? Ele está? Se estiver, e quiser, eu abro espaço para as considerações finais. (*Pausa.*)

Não mais, não é?

A gente tem aqui o Luiz Pereira, mas antes dele tem um que está... Mas não. Luiz Pereira da Silva, se estiver também em sistema remoto, fica franqueada a palavra.

O SR. LUIZ AWAZU PEREIRA DA SILVA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Presidente. Queria só agradecer a qualidade dos debates.

Eu quero frisar que nós todos aqui estamos procurando melhorar a maneira como funciona uma instituição que é uma instituição de excelência. A gente reconhece os problemas difíceis que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ela está enfrentando. Eu quero me solidarizar aqui com muitos dos meus ex-colegas que trabalham duramente com recursos escassos.

Eu quero, por exemplo, também estar de acordo com algumas coisas, mesmo se a gente não está de acordo com o encaminhamento da PEC, o que o Presidente Loyola disse sobre o risco cibernético, eu compartilho inteiramente. É o Banco Central de Bangladesh – não é, Gustavo? – que foi atacado, foi hackeado, roubaram-se bilhões de dólares, ou seja, o Banco Central do Brasil, que tem a qualidade de defesas cibernéticas que ele tem, certamente vai ter que utilizar esses recursos adicionais, não só do ponto de vista de remuneração, de qualificação da sua mão de obra, mas também de defesa contra esse tipo de risco, e também vai ter que continuar entrando nessa pauta, que é uma pauta muito promissora, que é a pauta da transformação para a neutralidade de carbono no país, em que, no BIS, eu me esforcei para fazer com que bancos centrais tivessem um papel relevante nessa neutralidade de carbono no futuro.

Então, agradeço a oportunidade. Acho excelente esse debate contraditório. E peço, mais uma vez, que essa ideia de que precisamos de um pouco mais de tempo para decidir essas coisas seja acatada, pelo menos endereçada para os membros da Comissão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Obrigado.

Eu vou arriscar aqui: é Luiz Awazu...

O SR. LUIZ AWAZU PEREIRA DA SILVA (*Por videoconferência*.) – É, exato.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – ... Pereira da Silva. É isso?

O SR. LUIZ AWAZU PEREIRA DA SILVA (*Por videoconferência*.) – É isso.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Pois é, eu só estou perguntado se é do... Evitei falar a audiência toda, para... Não falei a pronúncia correta. Agora, como estava no final, eu arrisquei. Está bom?

O SR. LUIZ AWAZU PEREIRA DA SILVA (*Por videoconferência*.) – É japonês. A origem é metade japonesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Por isso, agora, fiz questão de citar, de dar essa descendência. Obrigado pela importância da sua palestra, obrigado mais uma vez.

O Gustavo Jorge Loyola ainda está aí? Se estiver, franqueio a palavra.

O SR. GUSTAVO JORGE LABOISSIÈRE LOYOLA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador.

Mais uma vez, gostaria de agradecer a oportunidade de debater, de participar deste debate de alto nível. É necessário reencontrar aqui alguns colegas e algumas pessoas extremamente importantes, como é o caso do Luiz Pereira, que fez um trabalho excelente no Banco Central, e representou o Brasil muito bem no BIS.

E quero colocar também a minha opinião de que eu acho que a discussão desse tema, vamos dizer assim, tem que tomar o tempo que for necessário. Enfim, não acho que deva se tomar nenhuma medida de afogadilho, sem analisar os riscos, os prós e os contras, mas continuo convencido, como mencionei, de que os benefícios dessa proposta de emenda à Constituição são maiores que os riscos. E acho que os riscos podem ser gerenciados e mitigados no próprio projeto de emenda à Constituição e também na legislação infraconstitucional.

Muito obrigado, mais uma vez, Senador Plínio, demais Senadores e Senadoras, participantes dos debates e a todos.

Termino dizendo o seguinte. É muito importante o que foi mencionado sobre a importância, a relevância do contraditório, da discussão sobre temas relevantes na economia, de maneira tão aberta como tivemos aqui hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Obrigado.

Dr. Gustavo Jorge Loyola foi o penúltimo.

Vamos já, já, passar – tá, Marcel?

A gente ouve...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado. É de uma importância tremenda! Obrigado pela paciência de ficar no sistema remoto.

Parece-me que o Henrique Meirelles está de volta. Se estiver, será um prazer ouvi-lo neste final.

O SR. HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito bem! Gostaria, em primeiro lugar, de cumprimentar o Senador Valério pela condução de todo o debate. Foi muito útil, muito produtivo. Diversos pontos foram colocados, que acho que vão servir, inclusive, para um aperfeiçoamento, como já houve vários aí na condução da medida provisória.

Quero também cumprimentar o Senador Vanderlan Cardoso, por toda a condução do processo na Comissão como um todo, e os meus colegas, todos eles, os meus nove colegas que colocaram suas posições com clareza e com diversidade. Quer dizer, uma abordagem, uma outra abordagem, um ponto negativo aqui, um ponto negativo do outro lado, positivo aqui, positivo do outro lado, que eu acho que é o debate.

Uma coisa me parece que fica clara, o fato de que há uma absoluta necessidade de assegurar, para o Banco Central, a capacidade de financiar os seus projetos mais importantes, toda essa gama de projetos modernizantes do sistema financeiro, que estão impactando a vida dos cidadãos positivamente e a vida também de estados, de municípios e da própria União. Em resumo, isso ajuda a aumentar a produtividade nacional.

É importante assegurar a fonte de financiamento disso. A PEC é um instrumento muito forte, um instrumento poderoso e, realmente, viabiliza todo esse processo.

Evidentemente, tem aperfeiçoamentos que precisam ser feitos e etc. Muito bem, acredito que serão. Agora, de uma forma ou de outra, até independentemente do formato legal, o importante é que se assegurem receitas para que esses projetos tenham andamento.

Evidentemente, tem questões muito importantes levantadas, de limite disso, do que financiou os projetos mais importantes. E o restante? O que se vai fazer com o restante das receitas de senhoriagem?

Quer dizer, tudo isso são discussões relevantes que eu acredito que serão bem endereçadas pelo Congresso Nacional. O importante é assegurar as fontes de financiamento dos projetos importantes para o país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns aos Senadores, parabéns ao Senador, às Senadoras e também, evidentemente, aos meus colegas e a todos os debatedores.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Este foi o Sr. Henrique de Campos Meirelles, ex-Presidente do Banco Central, que dedicou algumas horas das suas atividades para aceitar o nosso convite.

Marcel Mascarenhas, nosso advogado aqui, que já foi procurador.

Com a palavra, Marcel.

O SR. MARCEL MASCARENHAS (Para expor.) – Mais uma vez, boa tarde.

Agradeço novamente, Presidente, o honroso convite de participar, como eu já disse, desta festa da democracia, em que a gente pôde ouvir e entender. Para mim, foi uma experiência riquíssima, uma aula aprender com tantos profissionais admiráveis, especialistas.

Como recado final, eu gostaria realmente de desejar muita sabedoria ao Parlamento, ao Senado na condução do assunto.

O tema é delicadíssimo, tem diversos impactos. Eu procurei falar um pouquinho de impactos jurídicos e de repercussões de controle, mas existem tantos outros desafios.

Talvez eu não possa assegurar que – foi uma pergunta de um dos internautas – esta é a melhor opção, mas, entre todas as opções que já foram testadas, apresentadas, eu acho que esse é o projeto mais maduro, o projeto que trouxe mais consistência em relação a todo o seu regramento e consequências. Então, acho que vale a pena aprofundar este debate.

Desejo êxito na condução dos trabalhos, pensando também na futura regulamentação, na infraconstitucional, na futura lei complementar, que vai ter aí também o desafio de entender quais são os espaços, quais são as distinções em relação às estatais comuns, porque agora a gente teria uma estatal de atividade estatal, completamente diferente; Lei de Acesso à Informação; transparência; lei de conflitos de interesse, se já seriam aplicáveis as normas existentes; mas é certo que haverá espaço para colocar mais travas, para evitar as preocupações que foram tão sinalizadas aqui, de captura pelo mecanismo político, de captura pelo mercado, de maior proteção para que os servidores consigam exercer seu trabalho com isenção, independência e altivez.

Então, é esse o meu voto final de sabedoria e muito êxito nos trabalhos do Parlamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Obrigado, Marcel. (*Palmas.*)

Marcel Mascarenhas, advogado.

Eu deixei duas perguntas finais, uma eu queria responder no final, mas eu pediria ao Waldery Rodrigues Junior, que é o nosso consultor, que pormenorize essa pergunta aqui.

Antônio, do Distrito Federal: "Será garantida a aposentadoria com integralidade e paridade para os servidores que têm esse direito e que se aposentarem na empresa pública?".

Eu queria que você respondesse.

O SR. WALDERY RODRIGUES JUNIOR (Para expor.) – Pois não.

Boa tarde a todos. Obrigado, Senador Plínio, pelo endereçamento da resposta.

Waldery Rodrigues aqui, da Consultoria, bem como ex-membro do Conselho Monetário Nacional no Governo anterior e ex-Secretário Especial de Fazenda, buscando, então, com essa experiência pregressa, também contribuir com a discussão para essa importantíssima PEC.

Na realidade, entendo que, nos últimos 24 meses, certamente, essa PEC se constitui entre as duas mais importantes, dado o impacto que tem entre diversos temas a questão da coordenação entre políticas macroeconômicas, em particular, monetária *vis-à-vis* fiscal.

A pergunta específica trata da questão dos aposentados, e, sobre a PEC, já em um complemento no sentido de aperfeiçoamento do que foi colocado, no segundo parecer que o Senador Plínio apresentou, nós temos alguns artigos e parágrafos que endereçam esse assunto.

Para o art. 164 da Constituição, é colocado o §6º, no qual se endereça uma lei complementar que trará as especificidades da discussão posta na PEC.

No art. 2º desse substitutivo, do segundo parecer, aponta-se que ficam preservadas as funções do Conselho Monetário Nacional, portanto, não há interferência.

Mas, seguindo diretamente e indo especificamente à questão da previdência, o art. 5º diz literalmente o seguinte:

> É assegurado aos atuais servidores do Banco Central do Brasil que optarem por integrar o quadro próprio e permanente do Banco Central o direito a compensação financeira [esse ponto é importante; essa compensação financeira é detalhada mais à frente]

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> calculada com base nas contribuições recolhidas ao regime próprio de previdência [então, repetindo: regime próprio de previdência] dos servidores públicos de que trata o art. 40 da Constituição, nos termos da lei complementar [...] [já referida aqui, que está] no §6º do [...] 164 [...].

Além disso, o art. 6º do substitutivo aponta:

> Aos atuais servidores do Banco Central [...] que vierem a integrar o quadro próprio e permanente do Banco Central é assegurado, nos termos [...] [dessa] lei complementar [...], o direito à aposentadoria com base nos critérios constitucionais de transição previdenciária [portanto, isso traz segurança a esse processo; e continuando aqui] que lhes seriam aplicáveis caso [esses servidores] ostentassem, na data da entrada em vigor da norma constitucional que instituiu os critérios de transição [portanto, traz essa segurança, isso está no art. 6º; e ele finaliza], a condição de segurados do regime geral de que trata o art. 201 da Constituição.

E, por último, no endereçamento dessa pergunta, o art. 7º traz, no seu inciso II, dado que a PEC... o substitutivo aponta que:

> Fica o Banco Central autorizado [...] a processar, gerir e pagar:
> I – a compensação financeira de que trata o art. 3º; e [e ele cita também no inciso II]
> II – os proventos de aposentadoria e as pensões concedidos pelo Banco Central [...].

Alonguei-me um pouco, mas trouxe a completude necessária para endereçar essa pergunta, e aponto que a própria PEC já traz a necessidade de uma lei complementar em que os detalhes serão certamente contemplados.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Obrigado, Waldery.

Eu fiz questão de deixar essa resposta para o final. Se algum servidor aqui presente ou que esteja vendo tiver algo que possa aperfeiçoar esse artigo, este Relator está plenamente apto, disposto a entender e acatar.

Repito: eu não quero sair daqui do Senado sabendo, carregando na consciência, que um dia eu prejudiquei um só servidor. Por isso ainda estamos abertos a sugestões.

A outra, até o Rocha respondeu, mas eu tinha dito que responderia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Do Frederico, de Santa Catarina: "Ao conceder autonomia fiscal ao BACEN, podemos afirmar que evitará que este órgão tenha interferência política em sua gestão?".

Como eu fui autor da lei operacional, eu a fiz com esse objetivo. Nós estamos no Brasil – não precisei falar nada, mas estamos no Brasil. Aqui, quando o time da gente perde, a gente acorda no outro dia mal-humorado. Então, a gente quis evitar simplesmente... Eu não sou um *expert* em finanças, em mercado financeiro – nada disso! –, mas eu trouxe para cá a vontade de fazer o que fosse bom para a República; eu achei que seria, e foi, porque se os juros tivessem aumentado da forma como queriam, nós não teríamos controlado a inflação. Eu acho que interfere, sim, por mais conscientes que sejamos nós. Quando o mau humor vem, a coisa piora. E quando você está no poder – quando você dirige, comanda e está no poder –, você pensa que é diferente dos outros.

Eu só tenho a agradecer a todos vocês que ficaram aqui, que estiveram aqui, aos que aplaudiram, aos que não aplaudiram, aos que vieram assessorar, aos que vieram palestrar. Isso foi muito, muito bom. Eu sei que todos vocês saíram daqui ganhando, mas ninguém sai daqui ganhando mais do que eu. Eu saio bem melhor do que entrei aqui.

Nada mais... Não sei como está aqui, mas é isto que a gente diz: nada mais a continuar, não tendo nenhum tema, gente, considero então encerrada esta sessão.

Obrigado a todos.

Fiquem em paz! (*Palmas.*)

(*Iniciada às 10 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 42 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 21ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE JUNHO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e doze minutos do dia dezenove de junho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Davi Alcolumbre, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Sergio Moro, Marcio Bittar, Eduardo Braga, Jader Barbalho, Oriovisto Guimarães, Marcos do Val, Weverton, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Alan Rick, Efraim Filho, Marcelo Castro, Izalci Lucas, Cid Gomes, Carlos Viana, Jayme Campos, Omar Aziz, Angelo Coronel, Otto Alencar, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Janaína Farias, Ana Paula Lobato, Zenaide Maia, Irajá, Jaques Wagner, Teresa Leitão, Jorge Kajuru, Flávio Bolsonaro, Carlos Portinho, Magno Malta, Marcos Rogério, Rogerio Marinho, Eduardo Girão, Jorge Seif, Eduardo Gomes, Ciro Nogueira, Esperidião Amin, Mecias de Jesus, Tereza Cristina, Dr. Hiran e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Damares Alves, Paulo Paim e Laércio Oliveira, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros e Eliziane Gama. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 18ª Reunião Ordinária, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Indicação de Autoridades**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 12, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 111-A, inciso I, da Constituição, o nome do Senhor ANTÔNIO FABRÍCIO DE MATOS GONÇALVES, para exercer o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga destinada à advocacia, decorrente da aposentadoria do Ministro Emmanoel Pereira." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome do Senhor ANTÔNIO FABRÍCIO DE MATOS GONÇALVES, para exercer o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, nos termos do art. 111-A, inciso I, da Constituição Federal, com 27 votos favoráveis. **ITEM 2 - Ofício "S" n° 5, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso II e §2º, da Constituição Federal, a indicação do Senhor MAURO LUIZ CAMPBELL MARQUES, Ministro do Superior Tribunal de Justiça, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cargo de Corregedor Nacional de Justiça, no biênio 2024/2026." **Autoria:** Superior Tribunal de Justiça. **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome do Senhor MAURO LUIZ CAMPBELL MARQUES, Ministro do Superior Tribunal de Justiça, para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no cargo de Corregedor Nacional de Justiça, no biênio 2024/2026, nos termos do art. 103-B, inciso II e § 2º, da Constituição Federal, com 27 votos favoráveis. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e dez minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Davi Alcolumbre
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/06/19

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 18ª Reunião Ordinária.

Os Senadores e as Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens nºs 1 e 2.

Esta Presidência esclarece às Senadoras e aos Senadores que a votação será obrigatoriamente presencial, por meio de duas urnas de votação secreta na Ala Senador Alexandre Costa, sendo uma urna no corredor e outra dentro da sala.

Item 1...

Eu gostaria de convidar... (*Pausa.*)

Eu gostaria de convidar S. Exa. o Relator da indicação do Sr. Ministro Mauro Luiz Campbell Marques, Senador Eduardo Braga, Relator e Líder do MDB, e gostaria de convidar o Sr. Senador Vice-Líder e Presidente de Comissão Omar Aziz, representando o PSD, para que pudessem recepcionar o ora sabatinado, Sr. Ministro Mauro Campbell Marques e trazê-lo à mesa dos trabalhos, em homenagem à Bancada do Amazonas. (*Palmas.*)

Quero aproveitar a oportunidade e pedir que o Relator Eduardo Braga fique à mesa. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria de convidar S. Exas. o Senador Sergio Fernando Moro, representando o União Brasil, e o Senador Lucas Barreto, representando o PSD, para acompanhar até a mesa dos trabalhos o ora sabatinado Antônio Fabrício de Matos Gonçalves. (*Pausa.*) (*Palmas.*)

Na mesma oportunidade, gostaria de convidar o Relator do indicado à vaga do Tribunal Superior do Trabalho, S. Exa., representando também a Bancada do Podemos, o Senador Carlos Viana, para que pudesse, em homenagem ao Estado de Minas Gerais também, ficar à mesa para fazer a leitura do indicado. (*Pausa.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Mensagem nº 12, de 2024.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) N° 12, DE 2024

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 111-A, inciso I, da Constituição, o nome do Senhor ANTÔNIO FABRÍCIO DE MATOS GONÇALVES, para exercer o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga destinada à advocacia, decorrente da aposentadoria do Ministro Emmanoel Pereira.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Carlos Viana

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

Em 12/06/2024, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como disse, o Relator desta indicação é o Líder Senador Carlos Viana.

ITEM 2

OFÍCIO "S" Nº 5, DE 2024

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso II e §2º, da Constituição Federal, a indicação do Senhor MAURO LUIZ CAMPBELL MARQUES, Ministro do Superior Tribunal de Justiça, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, no cargo de Corregedor Nacional de Justiça, no biênio 2024/2026.

Autoria: Superior Tribunal de Justiça

Relatoria: Senador Eduardo Braga

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

Em 12/06/2024, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais.

O Relator da matéria é o Líder do MDB amazonense Eduardo Braga.

A votação das indicações será obrigatoriamente presencial.

Na presente reunião, procederemos à arguição dos indicados e à votação dos relatórios referentes à segunda etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades no âmbito da CCJ.

Esta reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania – www.senado.leg.br/ecidadania – ou ligando para o número 0800 612211.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra...

Antes de passar a palavra, eu queria fazer alguns registros.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – Presidente, só uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pois não.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP. Pela ordem.) – É só para comunicar a todos aqui que hoje é aniversário do nosso Presidente Davi, e eu queria pedir uma salva de palmas ao Davi. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Muito obrigado, Senador Lucas Barreto.

Nós vamos colocar no Regimento agora um artigo sobre questão de ordem de aniversariante. (*Risos.*)

Queria agradecer a V. Exa. e queria aproveitar esta oportunidade de dizer do carinho e da satisfação de conviver com V. Exas. aqui no Senado Federal, da felicidade de estarmos hoje comemorando mais um aniversário, com uma coincidência muito incrível: o meu aniversário acontece no mesmo dia da minha data de nascimento. (*Risos.*)

É uma coisa extraordinária, e eu queria agradecer o carinho dos Deputados, das Deputadas, dos meus colegas Senadores, Marcio, em sua pessoa, na pessoa do Lucas Barreto, agradecer o carinho, a acolhida, a compreensão e dizer que, com muita satisfação, tenho a oportunidade que Deus e o povo do Amapá me deram de conviver com V. Exas.

O Senado da República é uma Casa bicentenária, estamos completando 200 anos, Senador Laércio, e é uma honra e um privilégio poder conviver ao lado de grandes homens públicos, de grandes Senadores, de grandes Senadoras, de homens e mulheres de vários estados do Brasil, que estão no Senado da República defendendo a Federação. E, neste dia de hoje, do meu aniversário, nesta reunião da Comissão, a minha gratidão pela convivência, pelo carinho, pelo afeto, pela compreensão de V. Exas. com este Senador, com este cidadão, que, na condição de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente desta Comissão e de Senador da República, fica muito honrado todos os dias, Dra. Daniella, pela convivência.

A convivência me engrandece todo dia, e todo dia eu cresço um pouco, ouvindo V. Exas., escutando os conselhos, as ponderações. De fato, é um dia muito importante para eu estar aqui trabalhando, no Senado Federal, numa data tão significativa para mim, pessoalmente, e, em meu nome e em nome da minha família, gratidão eterna pelo carinho de V. Exas. comigo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

Obrigado, Marcio. Obrigado a todos.

Queria fazer um registro e queria pedir à Secretaria, porque nós estamos, hoje, graças a Deus, recebendo a visita de muitas autoridades de todos os Poderes constituídos, especialmente da magistratura brasileira, de todos os tribunais... Eu queria registrar alguns aqui, que vieram acompanhar, Líder Eduardo, esta reunião da Comissão de sabatina de autoridades.

Quero fazer o registro e pedir à Secretaria que pudesse também, a todo instante, renovar, porque, com certeza absoluta, o carinho... (*Pausa.*)

Quero agradecer a presença da Sra. Presidente do Superior Tribunal de Justiça, a Ministra Maria Thereza; do Sr. Vice-Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Ministro Og Fernandes; do Ministro Herman Benjamin; do Ministro Benedito Gonçalves; do Ministro Reynaldo Soares da Fonseca; do querido Ministro Messod Azulay Neto; do Ministro Afrânio Vilela; do Ministro Teodoro Silva Santos; do nosso querido Presidente Humberto Martins; do nosso amigo Ministro e Corregedor Nacional de Justiça, Ministro Luis Felipe Salomão – seja muito bem-vindo, Ministro Salomão, a esta Comissão –; do Ministro Rogerio Schietti; do Ministro Gurgel de Faria; do Ministro Sérgio Kukina; do Ministro Ribeiro Dantas; e do Ministro Marco Aurélio Bellizze. V. Exas. sejam muito bem-vindos a esta Comissão!

Todos os Ministros do STJ passaram nesta Comissão quando da arguição da sabatina na indicação para compor o Superior Tribunal de Justiça, e é uma honra e um privilégio para esta Comissão, na minha condição de Presidente, receber V. Exas. novamente para acompanhar e participar da sabatina não só do Ministro Antônio Fabrício, mas também do Ministro Mauro Luiz Campbell Marques, Ministro do STJ, indicado para Corregedor Nacional de Justiça. Sejam,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

carinhosamente, sempre muito bem-vindos aqui à CCJ, ao Senado da República, ao Congresso Nacional.

Que Deus nos abençoe!

Quero fazer o registro de outras autoridades que estão presentes. S. Exa. o Governador Wilson Lima, Governador do Estado do Amazonas, seja bem-vindo, Governador, ao Senado Federal.

Quero agradecer ao Desembargador Flávio Pascarelli, ex-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas; à Desembargadora Carla Reis, do Tribunal de Justiça também do Estado do Amazonas; à Desembargadora Joana Meirelles, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas; ao Desembargador João Simões, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas; à Dra. Juíza Giselle Falcone, do TRE do Amazonas; ao Dr. Frederico Mendes Júnior, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB); à Sra. Eunice Haddad, Vice-Presidente Legislativa da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB); ao Dr. Thiago Massad, Presidente da Associação Paulista de Magistrados; ao Desembargadora Nélia, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas – seja muito bem-vinda, Presidente –; à Dra. Renata, Conselheira do Conselho Nacional de Justiça; à Dra. Adriana, Juíza Federal e Secretária; ao Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. Beto Simonetti – seja muito bem-vindo, Presidente –; ao Desembargador Jomar Fernandes, Corregedor-Geral do Tribunal de Justiça do Amazonas; ao Desembargador Abraham Peixoto, Ouvidor-Geral do Tribunal de Justiça do Amazonas; ao Sr. Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Dr. Lelio – seja muito bem-vindo, querido Presidente –; à Dra. Daniela Madeira, Conselheira do Conselho Nacional de Justiça; e ao Dr. Engels, nosso Conselheiro do CNMP.

Em nome de V. Exas., quero agradecer a presença. Daqui a pouco, vou registrar a das outras autoridades.

Senador Cid, tudo bem?

Concedo a palavra ao Sr. Antônio Fabrício de Matos Gonçalves para a sua exposição. V. Exa., regimentalmente, tem 15 minutos, mas V. Exa. fique à vontade para fazer a manifestação que queira, e esta Presidência vai prorrogar o tempo que for necessário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já fiz o registro do nosso querido Presidente Lelio.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone*.) – Já me inscreveu?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Já. (*Pausa.*)

O SR. ANTÔNIO FABRÍCIO DE MATOS GONÇALVES (Para expor.) – Bom dia a todos e todas.

Exmo. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Senador Davi Alcolumbre; Exmo. Relator desta indicação, Senador Carlos Viana; Exmas. Sras. Senadoras e Srs. Senadores...

Cumprimento também o Presidente do Tribunal Superior de Trabalho, o Ministro Lelio Bentes; a Ministra Maria Thereza, Presidente do Superior Tribunal de Justiça; todos os Ministros do Superior Tribunal de Justiça aqui presentes; os Conselheiros do CNJ; os Conselheiros do CNMP; o Ministro José Roberto Freire Pimenta, do TST. Cumprimento o meu Presidente, Beto Simonetti, da OAB Nacional. Cumprimento o Presidente Sérgio Lanar da OAB de Minas; a minha família aqui representada pelo meu irmão Eric Francis; pelo meu amor, a Tatiana Goulart; todas as pessoas de Minas Gerais e de outros estados brasileiros que vieram e estão aqui acompanhando esta sabatina.

Minhas primeiras palavras são de agradecimento pela generosa receptividade e pelo acolhimento dispensado pelas Senadoras e Senadores ao me receberem nos seus gabinetes, nessa fase do processo de escolha para a vaga destinada a advogadas e a advogados trabalhistas de Ministro do TST.

De enorme importância para nutrir a harmoniosa relação entre os Poderes, cumpre a sabatina pelo Senado avaliar a reputação ilibada e o notório saber jurídico que condicionam o acesso ao Tribunal Superior de Trabalho. Honrado por ser sabatinado por esta Casa, registro, Exmas. Sras. Senadoras e Exmos. Srs. Senadores, meu respeito e apreço pelo trabalho que realizam. Eu sou filho do Dentista Antônio Gonçalves da Silva e da Professora de escola pública estadual Maria Inês de Matos Gonçalves, sou mineiro de Brasília de Minas, a primeira cidade do país a ser Brasília, situada no norte do estado, na área mineira da Sudene. Ali fiz toda minha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

formação fundamental em escola pública e, aos 13 anos, me mudei para Montes Claros para completar meus estudos. Também em Montes Claros dei os primeiros passos para a docência como professor particular de História, minha primeira experiência profissional.

Decidido a cursar Direito, fui aprovado na PUC-Minas, em Belo Horizonte, no ano de 1988. Nessa tradicional faculdade de Direito fundada por Dom Cabral em 1949, fui monitor, fui membro da pastoral universitária, participei ativamente da vida estudantil, além da oportunidade inestimável de ter como professores consagradas referências na área jurídica – para citar alguns: hoje Parlamentar, o Prof. Patrus Ananias de Souza; hoje Ministra, Presidente do TSE, a Profa. Cármen Lúcia Antunes Rocha; o Prof. Mauricio Brandi Aleixo; o Prof. Hermes Guerrero, entre tantos outros. Nessa instituição em que me tornei a primeira pessoa da minha família a se graduar em Direito, segui meus estudos, cursando pós-graduação em Direito de Empresa e mestrado em Direito do Trabalho. Há 25 anos sou Professor de Direito e Processo de Trabalho da PUC-Minas, tendo orientado mais de 400 alunos em trabalhos de conclusão de graduação e pós-graduação.

Meus escritos foram publicados no Brasil e no exterior, dentre mais de 20 artigos, capítulos de livro e prefácios. A principal obra, *Flexibilização Trabalhista,* a primeira obra do Brasil a fazer uma análise histórica e jurídica sobre o tema, alcançou duas edições, que estão esgotadas.

Exmas. Sras. Senadoras, Exmos. Srs. Senadores, sou advogado trabalhista. Por mais de 30 anos, advoguei apenas nessa área, fosse em favor de empregados ou em favor do setor empresarial para empregadores, que é a grande parte da minha advocacia. Sem distinção, sempre empenhei a mesma dedicação e determinação para qualquer parte que representei. Graças a isso, conheço bem de perto as realidades desses atores sociais e, sobretudo, reconheço os valores constitucionais da livre iniciativa e do trabalho.

Acolhido por Belo Horizonte, capital onde me fixei e tornei pai das gêmeas Eduarda e Isabela, hoje com 13 anos, que tanta alegria trazem ao meu coração, de maneira intensa, participei da vida institucional da Ordem dos Advogados do Brasil desde 1998. Na seccional mineira, ocupei os cargos de Conselheiro Suplente, Conselheiro Titular, dirigente da Escola Superior de Advocacia estadual, dirigente da Escola Nacional de Advocacia, Tesoureiro da OAB por duas gestões e presidi, com muita honra, a OAB de Minas Gerais no triênio 2016-2018. Por fim, fui Conselheiro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal, presidindo, naquele conselho – para minha honra –, a Comissão Nacional de Assuntos Relativos à Área Trabalhista.

Meu entusiasmo pelo associativismo e a experiência em colegiado me levaram à Presidência da Associação Brasileira da Advocacia Trabalhista (Abrat) entre 2012 e 2014. Nessa época, compus a delegação oficial do Brasil na Organização Internacional do Trabalho, em Genebra. Participei também da fundação da Jutra (Associação Luso-Brasileira de Juristas do Trabalho), com sede em Coimbra e Brasília.

Do meu perfil conciliador, sempre empenhei esforços para mediação de interesses nos âmbitos jurídicos e políticos de pessoas e classes que representei.

Mesmo ciente de tamanha responsabilidade, e instado por vários colegas à reflexão, entendi o enorme desafio e me apresentei para esta caminhada para a vaga do quinto constitucional de Ministro do TST, destinada às advogadas e advogados trabalhistas. Fui escolhido pela OAB Nacional em primeiro lugar para a formação de sua lista sêxtupla e incluído na lista do TST.

Cunhei uma frase que bem representa a minha trajetória: "A vida me deu o direito e o trabalho, e eu fiz o direito do trabalho a minha vida".

Exmas. Sras. Senadoras, Exmos. Srs. Senadores, muitas vezes, o trabalhador não sabe escrever o próprio nome, mas tem a Justiça do Trabalho como referência quando lhe faltam direitos básicos, como os créditos da sua rescisão. De outro lado, a importância da regulação do trabalho e do apaziguamento dos conflitos sociais assegura a garantia jurídica para o desenvolvimento do setor empresarial. E é nesse cenário que o papel da Justiça do Trabalho se torna significativo para estabelecer regras e um patamar civilizatório mínimo nas relações de trabalho, distribuir renda para estimular o consumo e a produção do mercado nacional.

Ao longo do tempo, esse Congresso Nacional, pelo qual mais uma vez expresso grande consideração e apreço, vem assegurando o direito fundamental e o patamar civilizatório mínimo nas relações de trabalho. De tantos exemplos que posso trazer do trabalho desse Congresso Nacional, cito a Lei do Estágio, 11.788, de 2008; a Lei do Empregado Doméstico, a Lei Complementar 150, de 2015; a regulamentação do motorista autônomo, em 2007; a Declaração de Direitos da Liberdade Econômica, em que foi previsto o registro de entrada e saída de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empregados para empresas com mais de 20 empregados; e as alterações promovidas pela Lei 13.467, de 2017, reforma trabalhista no Governo Temer, que dentre outras coisas possibilitou a divisão das férias em três períodos.

É claro que eu preciso destacar a atuação parlamentar durante a pandemia de covid-19, quando, de uma hora para outra, as empresas e os trabalhadores foram obrigados a suspender suas atividades por tempo incerto. E esse Congresso desdobrou-se para assegurar um patamar mínimo civilizatório para todos, de maneira a garantir a sobrevivência de pessoas, a manutenção dos empregos e a conservação do mercado. Por isso, em respeito e deferência à legislação trabalhista, à Justiça do Trabalho e, em especial, ao pilar constitucional do direito do trabalho, peço, em respeito também, humildemente, o voto de V. Exas., me colocando à disposição para dialogar sobre as questões processuais e materiais institucionais acerca da Justiça do Trabalho.

Muito obrigado pela acolhida. E é uma honra muito grande estar nessa Comissão de Constituição e Justiça, no Senado do meu país. Muito obrigado.

Bom dia. (*Palmas.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Portinho, Líder. (*Pausa.*)

Quero cumprimentar o Dr. Antônio Fabrício de Matos Gonçalves.

Concedo a palavra a S. Exa. o Sr. Mauro Luiz Campbell Marques, para sua exposição.

Da mesma forma, querido Ministro Mauro, V. Exa. terá regimentalmente 15 minutos, mas, naturalmente, o tempo que achar conveniente esta Presidência dará a V. Exa.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAURO LUIZ CAMPBELL MARQUES (Para expor.) – Sr. Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, meu querido Senador Davi Alcolumbre, eu quero dar início a esta fala saudando V. Exa., e, na pessoa de V. Exa., as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores desta Comissão, que, honrando mais uma vez a tradição desta Casa, da Câmara Alta da República, aqui me recebem. E cá estou para me submeter ao crivo de V. Exas. para, uma vez

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprovado, poder exercer a tarefa e os encargos de Corregedor Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça deste país.

V. Exa., sempre lhano, afetuoso, probo e honrado, a exemplo de seus pares nesta Casa, faz com que este evento se torne muito mais leve, e, com certeza, quero mais uma vez, Senador Alcolumbre, aqui, desta bancada, onde cá estive há 16 anos – naquele momento presidido por ninguém menos que Marco Antônio de Oliveira Maciel, a quem homenageio –, reiterar o meu compromisso de cumprir a Constituição e as leis deste país no exercício do cargo de Corregedor Nacional de Justiça.

Quero saudar o Governador da minha terra, o Governador Wilson Lima, que está aqui presente.

Quero saudar a Presidente do Superior Tribunal de Justiça, a Ministra Maria Thereza; o Sr. Vice-Presidente, o Ministro Og Fernandes; os meus colegas, queridos colegas de jurisdição, no Superior Tribunal de Justiça: Herman Benjamin, Benedito Gonçalves, o Corregedor Nacional de Justiça, Ministro Luis Felipe Salomão, S. Exa. o Sr. Ministro Benedito Gonçalves, S. Exa. o Sr. Ministro Humberto Martins, os Srs. Ministros Gurgel de Faria, Sérgio Kukina, Ribeiro Dantas, Marco Aurélio Bellizze, Messod Azulay, Afrânio Vilela, Teodoro Silva Santos, Rogerio Schietti Cruz.

Quero saudar igualmente o meu querido amigo e Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, o Ministro Lelio Bentes.

Quero saudar os desembargadores e desembargadoras da minha terra natal, do Amazonas, na pessoa da Sra. Presidente do Tribunal de Justiça do meu estado, a Desembargadora Nélia Caminha Jorge.

Quero saudar, igualmente, S. Exas. os senhores membros do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas.

Quero saudar os juízes brasileiros, nas pessoas do Dr. Frederico Mendes Júnior, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, e também da Dra. Eunice Haddad, Vice-Presidente legislativa da Associação dos Magistrados.

Quero saudar as minhas futuras colegas de Conselho Nacional de Justiça, uma vez aprovado que seja por esta Câmara Alta, as conselheiras Renata Gil e Daiane Lira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero saudar o meu conterrâneo e honrado Presidente da augusta Ordem dos Advogados do Brasil, Beto Simonetti, e na pessoa de S. Exa. quero saudar as senhoras advogadas e os senhores advogados aqui presentes.

Quero saudar igualmente a eminente Conselheira do CNJ, Daniela Madeira.

Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, eu quero fazer uma saudação especial à bancada do Amazonas, aqui representada pelo meu Relator, ex-Governador da minha terra, Eduardo Braga, a quem tive a honra de servir quando Governador era S. Exa., e eu Secretário de Estado de Controle Interno, Ética e Transparência, no seu último mandato como Governador do meu estado.

Quero saudar V. Exa., os Senadores Omar Aziz e Plínio, aqui presentes, e agradecer antecipadamente pela lhaneza igualmente com quem me trataram e me tratam sempre na minha vida, ao longo desses 40 anos de minha atuação no sistema judiciário brasileiro.

Quero igualmente, Sr. Presidente, saudar as senhoras e senhores membros do Ministério Público brasileiro aqui, minha instituição, na qual forjei 21 anos de minha atuação, desses 40 anos de atuação no sistema judiciário nacional.

Vou falar um pouco, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, da minha história de vida. Tentarei ser breve, obviamente, para me dedicar aqui a responder todos os questionamentos que V. Exas. queiram fazer.

Sou amazonense, sou de Manaus, do coração da Floresta Amazônica, do maior estado da Federação, que é aquele que, graças ao seu povo, meus conterrâneos caboclos amazonenses, preserva – o Estado do Amazonas – mais de 96% de sua cobertura florística. Graças ao empenho dos meus conterrâneos caboclos e graças à atividade econômica e à riqueza geradas pela Zona Franca de Manaus.

Faço questão de fazer esse registro, Sr. Presidente Davi Alcolumbre, para relembrar que aqui se vão quase 40 anos, como disse, de atuação no sistema judiciário brasileiro, como advogado; como assessor da companhia energética do Amazonas; como membro do Ministério Público do Amazonas, no qual ingressei por concurso público nos idos de 1987, tendo sido promotor de Justiça no interior do meu Estado do Amazonas, na cidade de Manicoré, onde residi e atuei, onde

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

passei a maior parte de minha atuação no início da carreira, mas também atuando nas comarcas Humaitá, terra da avó do Senador Hamilton Mourão.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MAURO LUIZ CAMPBELL MARQUES – Novo Aripuanã... (*Pausa.*)

Depois, cheguei à capital, promovido por merecimento, sem embargo de ter atuado no interior, na 16ª Zona Eleitoral, lá em Manicoré, onde atuei nas eleições municipais e estaduais por lá. Atuei tanto na área criminal quanto na área civil, Sr. Presidente, na capital do Amazonas e também na Secretaria-Geral do Ministério Público do Amazonas. E em três zonas eleitorais, também na capital, atuei em eleições nacionais. Além de Secretário-Geral da minha instituição, o Ministério Público, de início de minha carreira, tive a honra de ser eleito pelos meus pares, por três oportunidades, para ser o gestor do Ministério Público do Estado do Amazonas por três mandatos, como Procurador-Geral de Justiça, tendo interrompido meu último mandato para tomar posse, há 16 anos, no Superior Tribunal de Justiça. Assim, deixei os quadros do Ministério Público para dar início, naquele momento, em 2008, em 17 de junho de 2008, a essa conversão permanente de um membro do Ministério Público em um juiz.

No Superior Tribunal de Justiça permaneço na busca pela eficiência do serviço público. E é com imensa satisfação e consenso de estar no caminho certo que registro a V. Exas. meu permanente compromisso com o atingimento das metas nacionais estipuladas pelo Conselho Nacional de Justiça, prestando, ano após ano, uma jurisdição célere e qualificada, com mais de 8 mil processos julgados anualmente, em média.

Os números são estarrecedores e inacreditáveis: nesses 16 anos de atuação no STJ, foram-me atribuídos 152.246 processos; eu decidi e julguei 221.558 processos, e foram extintos 141.203 processos. São números estarrecedores a demonstrar a necessidade de um reordenamento do sistema judiciário nacional.

E esta Casa, o Congresso Nacional, especialmente o Senado da República, deu provas de seu comprometimento com a cidadania brasileira, ao aprovar, com o quórum que fez história nesta Casa, de 76 Senadores presentes no ano de 2022, à unanimidade, a Emenda Constitucional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

125, que criou o filtro da relevância para o Superior Tribunal de Justiça. Gratidão do jurisdicionado brasileiro e do Superior Tribunal de Justiça a V. Exas.

Naquela oportunidade, por designação do Ministro Humberto Martins, então Presidente da nossa Corte, eu fui o encarregado de, em nome dos meus colegas, Ministras e Ministros do STJ, para cá, para o Senado da República vir e, com V. Exas., em memorável noite de trabalho aqui no Senado da República, ver aprovada a PEC da Relevância.

Em meio a este singelo relato de minha dedicação ao sistema judiciário brasileiro, Sr. Presidente, importa também realçar a minha relação com esta Casa, que é igualmente longeva, tanto assim que tenho muito orgulho de, por diversos Presidentes desta Casa e também pelo atual Presidente Rodrigo Pacheco, ter atuado em algumas Comissões desta Casa e da Câmara dos Deputados.

Sou até hoje Presidente da Comissão de Desburocratização do Senado da República, e isso me valeu o privilégio de poder acessar as dependências mais restritas, sobretudo do Plenário do Congresso Nacional, desde a Assembleia Nacional Constituinte, assim como da Câmara dos Deputados, e conviver com V. Exas., Sras. Senadoras e Srs. Senadores, de uma forma muito altaneira, muito proba, direta, franca, honesta, e não passageira, por aqueles que eventualmente tenham interesses pessoais – não –, mas por alguém que está, como estou aqui neste momento, nesta sabatina, aberto ao diálogo.

Faço questão de dizer que é por meio da política, sim, que as crises podem ser resolvidas, e é nesta Casa, no Parlamento nacional, que as crises são resolvidas.

É por isso, Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, que eu estou aqui para prestar todos os esclarecimentos necessários.

O Judiciário nacional é grandioso e tem números desafiadores, como já dito. Nenhum país do mundo possui 80 milhões de processos em tramitação. Nenhum juiz do mundo possui a carga de trabalho que o juiz brasileiro possui. São números desafiadores, e o sistema judiciário nacional precisa, sim, de uma reorganização cultural – cultural, primeiro –, para que juízes respeitem as decisões de desembargadores e desembargadores respeitem as decisões de ministros dos tribunais superiores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Somente se nós fizermos este reordenamento, esta correção de rumos, nós poderemos vislumbrar um horizonte melhor para o cidadão brasileiro que busca o Judiciário nacional. Caso contrário, o processo, que será sempre o processo da vida dele cidadão, será colocado na fala comum de centenas de milhares de processos entre aqueles 221 mil que julguei nesses 16 anos que passei, que estou atuando no STJ.

Esse reordenar passa necessariamente por um despertar na magistratura nacional para um comprometimento público dela com o cidadão. Não foi por outra razão que também o Conselho Nacional de Justiça, nessa tentativa de reordenar o sistema, instituiu o Exame Nacional da Magistratura para despertar vocações, dar transparência e dar unidade de conhecimento técnico para todos os juízes nacionais. Tenho o privilégio de dirigir atualmente a Escola Nacional de Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) e, por delegação do Conselho Nacional de Justiça, aplicamos, agora neste semestre, o Exame Nacional da Magistratura, a primeira edição do exame, em que, entre 32,8 mil inscritos, 7 mil obtiveram até agora, em resultado preliminar, a habilitação para poderem, por sua vez, candidatarem-se a concursos de acesso ao Judiciário brasileiro.

Este é mais um passo que se dá para que o juiz, repito, brasileiro, tenha unidade de pensamento. Lugar de juiz é na jurisdição, é na sua comarca, é no juízo onde atua. O papel do juiz não se cinge a proferir sentenças; ele tem, sim, um papel social de grande relevo na sua comunidade. Ele tem que ir às escolas, sim; ele tem que ir aos hospitais, sim, aos postos de saúde; ele tem que conhecer a realidade da sua jurisdição, da sua circunscrição judiciária, para que tenha ele a dimensão de como, por meio de suas decisões, ele possa mudar a realidade sem perder a isenção e a imparcialidade, jamais como combatente, mas ele precisa ter, repito, a dimensão da realidade da comunidade onde vive!

Para tanto, Sr. Presidente, aqui fica o primeiro registro, acaso aprovado por V. Exas. e por esta Casa, pelo Senado da República, para o exercício do cargo de Corregedor Nacional de Justiça, de reinaugurar um diálogo com a magistratura nacional. Por quê? Porque nós temos vários brasis num só Brasil, e o juiz que atua no Rio Grande do Sul, no interior de São Paulo, no interior de Goiás, no interior do Ceará e no interior do Amazonas, todos eles enfrentam peculiaridades nessa atuação e merecem o nosso respeito pela dignidade do cargo e pelo excesso de trabalho que exercem, mas é inadmissível que eles busquem se converter em juízes metaversos, em juízes virtuais, abandonando as suas comunidades, entregando-as a um computador ou a um celular, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma relação absolutamente distante daquilo que é a realidade dos nossos conterrâneos brasileiros.

Por certo, eu falei em diálogo, com muita parcimônia e ponderação. Quer dizer certamente que, em algumas comarcas, por certo, do interior do Brasil, haverá, sim, dificuldades de manutenção do juiz com a sua família, com seus filhos, mas isso não significa dizer que ele possua uma carta de alforria para fazer da magistratura, permitam-me o linguajar bem coloquial, um bico – não – ou eventualmente fazer turismo na sua comarca – também não. Lá ele deve residir, porque recebeu ajuda de custo, dinheiro público para lá se mudar e lá residir. E quem recebe ajuda de custo para se mudar e permanecer na sua comarca, e não o faz, comete um ato de improbidade administrativa, quem sabe nos mesmos moldes da que eventualmente pode cometer, Sr. Presidente, um Prefeito que recebe uma sentença pela prática de ato de improbidade administrativa por esse mesmo juiz.

É este o reordenar que precisa ser feito na magistratura nacional, e vou buscar dialogar com a magistratura para que isso seja feito.

Portanto, eu tenho conhecimento próprio da Amazônia brasileira, Sr. Presidente. Por exemplo, sei que, na imensa maioria das comarcas do meu estado, eu não poderia residir casado com meus filhos, porque há uma saúde incipiente ainda, uma educação incipiente, mas eu não vou converter essa saúde e essa educação em um quadro melhor para a sociedade onde eu morei, em Manicoré, sem lá residir, ter a dimensão dos problemas dos meus conterrâneos e poder fazer com a satisfação que fiz – e registro aqui que, como Promotor de Justiça, atuei em Manicoré e lá residi. Lá também residia, morava e atuava – hoje o Desembargador Flávio Pascarelli Lopes está aqui presente –, e deixamos a cidade de Manicoré, no Rio Madeira, com um quadro bem diferente daquele que recebemos. Quando chegamos a Manicoré, encontramos presos por ordem do Prefeito e encontramos uma triagem na unidade de saúde em que a prioridade era atender os correligionários do grupo político que lá dominava a comarca. Isso foi extinto, porque nós mudamos para Manicoré e atuamos lá.

É por isso, a meu sentir, Sr. Presidente, com toda a humildade que penso, que a sociedade clama e por isso precisa do Judiciário nacional. Ela precisa ter, na figura do juiz, a serenidade, a ponderação, a mediação, o veículo condutor de paz social na comarca, talvez não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ininterruptamente, por certo, por 30 dias, já que não pode levar seu filho, como disse, sua família, sua esposa, seu companheiro, sua companheira. Mas é isto que se quer, que o acesso ao Judiciário – que V. Exa. e vários Senadores hoje, ex-Deputados, ex-Constituintes, grafaram na Constituição, que o rol de entrada, de acesso ao Judiciário – seja perante um juiz, é isso que nós queremos, que o recepcionista do Judiciário, o juiz, lá esteja a receber a população.

Por certo, vamos encetar vários outros projetos, Sr. Presidente, e fazer com que os que lá já existem, no Conselho Nacional de Justiça, sejam aprimorados e haja capilaridade. Uma das dificuldades existentes na magistratura nacional é a falta de capilaridade, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, daquilo que o CNJ já tem por projetos de grande valia.

Ultimamente, o Ministro Salomão encetou projetos como o Solo Seguro, o Registre-se!. Imagine, o Ministro Salomão subiu as barrancas de Belém do Solimões, lá na Comarca de Tabatinga, no Alto Solimões, Presidente Alcolumbre. Mas, lá atrás, Gilmar Mendes criou o Projeto Começar de Novo, em que, em 2009, faço o registro, Senador e Governador de sempre, Jader, o nosso gabinete foi reformado por carpinteiros e pedreiros ex-detentos, ex-presidiários, beneficiados pelo Projeto do CNJ Começar de Novo, encetado lá atrás, pelo Presidente do CNJ de então, Gilmar Ferreira Mendes.

Este fato é inexorável. Políticas públicas são, sim, geradas também no Conselho Nacional de Justiça.

Senador Romário, saúdo V. Exa. também.

Portanto, são mais de 90 tribunais brasileiros a serem fiscalizados e inspecionados pelo Conselho Nacional de Justiça, especialmente pela Corregedoria Nacional de Justiça. Isto faz com que haja uma capacidade de centralidade do Conselho Nacional, que tem esse papel realmente centralizador, sim, mas para dar unidade ao Poder Judiciário, para que falemos a mesma língua sob todos os aspectos, também sob o aspecto tecnológico, no que já se avançou sobremaneira, ultimamente, para que haja uma interoperabilidade na gestão dos sistemas de informática, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, pelo Conselho Nacional de Justiça, para o Judiciário nacional. E a utilização de ferramentas tecnológicas de ponta, como a inteligência artificial, possam, essas ferramentas, ser utilizadas efetivamente para qualificar ainda mais a jurisdição que nós prestamos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, fico por aqui, ansioso para receber os questionamentos de V. Exa. e das Sras. Senadoras e Senadores.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Gostaria de fazer um registro e cumprimentar a presença da esposa do Ministro Mauro Campbell, Dra. Lúcia. Seja muito bem-vinda a esta Comissão.

Passemos à fase de arguição.

Para a inquirição dos candidatos, cada Senador interpelante disporá de dez minutos, assegurado igual prazo para a resposta, imediata, dos interpelados, facultadas réplica e tréplica, ambas também imediatas, por cinco minutos, nos termos do art. 383, II, "f", do Regimento Interno do Senado Federal.

Concedo a palavra ao Relator da Mensagem do Senado Federal nº 12, de 2024, Senador Carlos Viana, por dez minutos.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Pela ordem.) – Presidente, questão de ordem. O nosso querido Bandeira se encontra aqui no plenário, foi assessor nosso e hoje está no Conselho Nacional de Justiça. É um prazer recebê-lo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Questão de ordem importante, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Com a palavra o Senador Carlos Viana, Relator da indicação.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG. Como Relator.) – Primeiramente, bom dia a todos os Srs. Senadores e Senadoras, meus colegas deste Parlamento, aos Srs. Deputados e Deputadas que estão presentes. Quero saudar também todas as nossas autoridades do Judiciário que estão aqui, do STJ, do Conselho Nacional do Ministério Público, do Ministério Público, do Tribunal Superior do Trabalho, das diversas varas, da OAB, em especial com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a presença de Sérgio Leonardo, Presidente da OAB de Minas Gerais, um grande parceiro. Sintam-se muito bem-vindos a esta Casa!

E, como Relator, tenho a satisfação de apresentar aos senhores a história do Dr. Antônio Fabrício de Matos Gonçalves. Não se trata apenas de um currículo, Presidente Davi, mas da história de uma pessoa vencedora...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – ... que saiu de uma das regiões mais carentes – ou melhor, que foi, porque hoje não é mais, graças a Deus, está entre as que mais crescem –, mas uma história de muita simplicidade, e, com muita luta, determinação, resiliência, conseguiu chegar a diversos cargos de liderança na área do trabalho. Como Professor da Universidade Católica, tem um trabalho excepcional, e a fama dele – eu, que fui professor também da PUC, em Minas – corre e corre com muita segurança, porque é baseado em conhecimento e experiência de vida.

O Dr. Antônio Fabrício é Advogado Trabalhista desde 1993, possui graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, mestrado em Direito pela mesma universidade. Atualmente é doutorando em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde foi aprovado, inclusive, em primeiro lugar, seleção.

Desde de 1999, é Professor de Direito do Trabalho da PUC, de Minas Gerais, e Professor de Direito Processual do Trabalho da Pós-Graduação no Instituto de Educação Continuada.

Foi Diretor-Tesoureiro da Seccional de Minas Gerais da OAB de Minas no período de 2010 a 2015, Presidente da mesma instituição no período de 2016 a 2018 e Conselheiro Federal da OAB no período de 2019 a 2022.

Foi Presidente da Comissão Nacional de Direitos Sociais da OAB, no período de 2019 a 2022 e participou, como membro, de bancas de exame para ingresso nos quadros da OAB e de concursos públicos para ingresso nas carreiras de juiz federal substituto, juiz do trabalho substituto e procurador do trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi membro da Comissão Nacional de Revisão da Legislação Trabalhista no ano de 2007 e membro oficial da delegação brasileira na Convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 2014.

É autor de diversas obras jurídicas, destacando-se o livro *Flexibilização Trabalhista*, publicado pela Editora Mandamentos, primeira e segunda edições.

Possui vasta produção acadêmica, com a publicação de artigos científicos, capítulos de livros e apresentação de trabalhos em congressos jurídicos. É palestrante no Brasil e no exterior.

Portanto, tenho a mais tranquila convicção de pedir a todos os Senadores e Senadoras o voto de aprovação, para Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, ao Dr. Antônio Fabrício. Tenho certeza de que, como grandes mineiros da história, servirá ao país com dignidade, sempre de forma republicana.

Muito obrigado, Presidente.

É o meu posicionamento aqui, pedindo a aprovação do nome.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Senador Viana.

Concedo a palavra a S. Exa. o Líder, Relator da indicação do Ministro Mauro Campbell Marques, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Meu caro Presidente Davi Alcolumbre, eu quero iniciar, mais uma vez, em nome dos amazonenses, em nome da nossa Bancada do MDB aqui no Senado, na condição de Líder do MDB, dando-lhe um abraço pelo seu aniversário, desejando muitas felicidades, saúde, paz, vitórias, conquistas para o nosso querido Amapá, para a nossa Região Amazônica e para o nosso querido Brasil. Portanto, meus parabéns pelo seu aniversário! É uma alegria poder fazê-lo na condição de seu amigo.

Queria cumprimentar os membros do STJ aqui na presença da sua Presidente, Maria Thereza. Queria cumprimentar os membros do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas aqui presentes nesta solenidade através da sua Presidente, Dra. Desembargadora Nélia Caminha. Queria cumprimentar os membros do Ministério Público aqui presentes. Queria cumprimentar os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

membros do CNJ, na figura do atual Corregedor, Ministro Felipe Salomão, aqui presente – é uma alegria tê-lo em nossa Casa mais uma vez. Queria cumprimentar a Dra. Lúcia Campbell Marques, esposa e companheira sempre do nosso querido Ministro Mauro Campbell Marques. Queria cumprimentar todos os advogados do Brasil na pessoa do nosso Presidente do Conselho Nacional da OAB, nosso conterrâneo Beto Simonetti. Queria cumprimentar a bancada do Amazonas, aqui toda, representada por Deputados Federais, pelos três Senadores: o Plínio, o Omar e por mim.

Eu me sinto, Sr. Presidente, Relator do Ministro Mauro Campbell, na condição de representante exatamente da bancada do Amazonas. Foi nesse sentido que nós sempre conversamos.

Portanto, eu quero aqui dizer que, do ponto de vista do relatório, formal, em que reconhecemos o notório conhecimento, as condições constitucionais da eleição do eminente Ministro Mauro Campbell para o cargo de Corregedor-Geral do CNJ, eu gostaria, Sr. Presidente, de destacar, portanto, as qualidades humanas e do profissional da área jurídica Mauro Campbell, o que nos leva a recomendar a sua aprovação para o cargo de Corregedor Nacional de Justiça.

É, portanto, com grande prazer que recebi a missão de ser o Relator da indicação de S. Exa. o Senador – Senador, não –, o Ministro Mauro Luiz Campbell Marques, Ministro do Superior Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, para compor... Aliás, Tribunal de Justiça do Brasil, para compor o Conselho Nacional de Justiça, como Corregedor Nacional de Justiça, no biênio de 2024/2026.

O meu parecer já foi lido e apresentado, e só poderia ser favorável a esse amazonense, nosso conterrâneo de Manaus, que agora seguirá honrando o nosso estado, à frente da Corregedoria Nacional de Justiça.

Posso destacar que sua formação é irretocável e teve início em 1985, ao se graduar em Ciências Jurídicas na Unibennett, no Rio de Janeiro, e a experiência acumulada ao longo de sua carreira começou com sua entrada para o Ministério Público do Estado do Amazonas, no cargo de Promotor, em 1987. Uma trajetória de sucesso, que lhe garantiu, em 2008, sua indicação, pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, para o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sua brilhante atuação se traduz em mais de 221 mil processos julgados nesses 16 anos de magistratura no STJ e no seu trabalho como Presidente da Comissão de Regimento Interno desse tribunal, onde sua gestão foi marcada pela sustentabilidade, a partir do planejamento, de modo eficiente, do uso de materiais de expediente e de consumo, evitando desperdícios e otimizando recursos.

Vale destacar ainda seu papel à frente da Comissão de Juristas responsável pela elaboração do anteprojeto da reforma da Lei de Improbidade Administrativa, instituída pela Câmara dos Deputados, em 22 de fevereiro de 2022, e ainda a sua atuação como Diretor da Escola Nacional de Aperfeiçoamento de Magistrados.

À frente deste novo desafio, só posso lhe desejar mais sucesso. Siga honrando a história do nosso povo amazonense e, claro, dos seus saudosos e queridos país, a quem eu tive a honra de poder conhecer, conviver em privada amizade.

Portanto, para nós, amazonenses, é uma grande honra poder ver, neste momento, a sua coroação nesta sabatina, que, tenho certeza, levará a sua indicação ao Plenário do Senado, e hoje – com a grande maioria, se não unanimidade dos votos dos Senadores – veremos a aprovação da sua indicação.

Mas consta, Sr. Presidente... E aqui quero formular as minhas duas perguntas ao eminente Ministro Mauro Campbell.

Consta, em seu currículo, portanto, que V. Exa. possui uma intensa e profunda...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... dedicação à área do direito, com atuação como advogado, Secretário de Estado, palestrante, autor de livros, membro do Ministério Público, Ministro do Superior Tribunal de Justiça e Ministro também, agora, sendo indicado para o cargo de Corregedor-Geral de Justiça, do CNJ.

Neste ano de 2024, V. Exa. completou, como já disse, 16 anos de magistratura.

Em seu relatório de atividades do STJ, há o registro da sua brilhante atuação, tendo julgado mais de 221 mil processos entre junho de 2008 e maio de 2024. Consta ainda que, já no primeiro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

semestre, cumpriu praticamente todas as metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça para o ano em curso.

Neste momento em que seu nome é indicado para o cargo de Corregedor do Conselho Nacional de Justiça, gostaria que V. Exa. esclarecesse como essa experiência acumulada e os desafios enfrentados nessa eficiente atuação, ao longo de sua carreira, podem contribuir para as boas práticas na melhoria da eficiência e da busca da sustentabilidade na Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça, já sucedendo a brilhante administração do eminente Ministro Felipe Salomão.

A segunda pergunta.

Uma pauta muito importante, atualmente, é a gestão sustentável. A diminuição de gastos sem perda de efetividade é de suma importância no mundo de hoje e nas contas públicas nacionais. Percebe-se, a partir do relatório de atividades disponibilizado pelo STJ, que seu gabinete teve gastos baixíssimos desde o início de sua trajetória, em 2008, o que não significou queda de rendimento, muito pelo contrário...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... o que mostra que é possível fazer controle de gasto público não diminuindo programas ou projetos, mas sim buscando eficiência. Dessa forma, tendo em vista a sua futura atuação no cargo de Corregedor, como V. Exa. enxerga a importância de um planejamento adequado para poupar recursos e aumentar resultados na Justiça brasileira?

Eram esses os questionamentos, cumprimentando mais uma vez o nosso querido Ministro Mauro Campbell, desejando a ele sucesso nessa sua nova empreitada.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – A gente tem feito, de praxe, aqui na Comissão, a arguição dos indicados em blocos de três Senadores. Como o Relator da matéria fez apenas dois questionamentos, Sr. Ministro, eu vou conceder a palavra a V. Exa., para fazer a manifestação em relação às indagações feitas pelo Relator Senador Líder Eduardo Braga, e, em seguida, eu vou iniciar o processo de inscrição.

Nós temos inscritos dez Senadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra a V. Exa.

O SR. MAURO LUIZ CAMPBELL MARQUES (Para expor.) – Agradeço ao Sr. Presidente mais uma vez, renovando a saudação às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores.

Assim como V. Exa., devido ao nervosismo por estar aqui, eu deixei de trazer a minha nota familiar e não citei a Liana, sua esposa...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. MAURO LUIZ CAMPBELL MARQUES – ... que festeja hoje o seu aniversário, mas sobretudo a minha companheira de 35 anos de carreira familiar e pública e meus filhos, que não estão, por razões de trabalho, aqui presentes, Guilherme e Manoella. Lúcia, minha gratidão pela sua presença.

Sras. Senadoras e Srs. Senadores, as duas perguntas do eminente Senador Eduardo Braga, que festejo e também agradeço a V. Exa., Senador, por ter feito uma alusão à D. Vivi e ao Seu Manoel, meus pais, que eram amigos da sua mãe, D. Dorothéa, saudosa mãe, e do meu querido amigo Sr. Carlos, seu pai.

Sras. e Srs. Senadores, exatamente pela vivência nossa, pela atuação nossa, nos últimos 16 anos, na corte, é que eu falava – e V. Exa. ainda há pouco –, na minha primeira peroração, da necessidade desse reordenar do sistema judiciário nacional, para que esses números inacreditáveis, eu diria, julgados pelo Superior Tribunal de Justiça... O Superior Tribunal de Justiça, é preciso registrar aqui, no ano passado, julgou 0,5 milhão de processos – 0,5 milhão de processos. Então, essa interlocução nossa, magistrados das cortes superiores, com os magistrados ordinários, das distâncias ordinárias, necessariamente precisa ser mais enfatizada, e isso já tem sido feito pelo Superior Tribunal de Justiça, por sua Comissão de Precedentes, por exemplo, Senador Eduardo Braga, que percorre os tribunais nacionais exatamente para fazer com que haja um mínimo de respeito às decisões dos tribunais superiores.

No nosso gabinete, em particular, nós temos isso por prática. Todas as vezes em que nós verificamos o julgamento de uma questão inédita, Senador Izalci, e de grande relevo, que foi fruto de uma sentença proferida, às vezes, 20 anos, 15 anos passados, por um determinado juiz ou juíza

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deste país, tão logo ao regresso da sessão julgadora da Segunda Turma, a melhor delas, com o perdão dos colegas que estão aqui das outras turmas do STJ, ou da Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, também a melhor delas, eu peço sempre ao Diego, meu Secretário, ou ao André, que está aqui presente e que eu homenageio – André Machado, meu Chefe de Gabinete, que, há 16 anos, me tolera –, que façam buscas na Ajufe ou na AMB, para que consigam o celular desse juiz que proferiu essa sentença lá atrás. Eu pessoalmente ligo para ele para dizer a ele que a tese que ele sustentou e defendeu na sua sentença foi a que ficou majoritariamente vencedora na Corte Cidadã, no Superior Tribunal de Justiça. Essa interlocução é necessária.

O outro ponto colocado pelo Ministro e Senador Eduardo Braga diz respeito à sustentabilidade ambiental. Senador, este foi um projeto encetado também pelo Superior Tribunal de Justiça e, no nosso caso, no nosso gabinete, aconteceu de uma forma muito espontânea. Nós começamos a fazer um trabalho, Senador Alcolumbre, de contenção de gastos públicos para a gestão do gabinete, passando por coisas muito simples, ou seja, cada um ter o seu copo, a sua caneca, não termos garrafas de plástico, diminuímos de quinze para cinco impressoras somente em todo o gabinete, sendo lá 32 servidores comigo atuando na equipe do STJ, energia, todo o gasto. Papel, papel, papel: quanto ao gasto para julgar esses 221 mil processos, mas anualmente julgando cerca de 10 mil recursos, eu consumo menos do que uma resma de papel por ano. Todo papel é reutilizado, sobretudo quando as senhoras e senhores advogados que recebo, ou os senhores procuradores do Ministério Público, ou os procuradores das autarquias, da AGU, ou os procuradores de estado, que me levam memoriais sempre alentados... Eu necessariamente agradeço, porque no verso desses memoriais é que nós vamos imprimir qualquer coisa de borrão, qualquer minuta de voto. Então, não há consumo algum. Isso fez com que nós saíssemos de R$12.982,92 de consumo do gabinete em 2008 e, hoje, em 2024, até agora, foram R$18,25, se colocarmos na conta a produção do gabinete para o cidadão brasileiro.

Este é um projeto, sem dúvida alguma, que já está caminhando no Conselho Nacional de Justiça e que nós vamos fazer com que tenha capilaridade para todo o país.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Deixe-me fazer uma... Antes de iniciarmos a lista de oradores, há algumas solicitações de alguns

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadores que desejam votar e têm outros compromissos fora da Comissão. Eles estão solicitando para que eu possa abrir o painel.

Eu queria consultar os Senadores se, mesmo antes da arguição, eu posso abrir e iniciar a votação?

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Perfeitamente, Presidente.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM. *Fora do microfone*.) – Pode e deve.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pois não. Solicito...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Solicito aqui à Secretaria que faça a abertura da votação, da urna, na cabine e no corredor também, e que libere a outra cabine de votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Presidente Davi, questão de ordem importante aqui também.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pois não, Senador Viana.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG. Pela ordem.) – Além de comemorar o de V. Exa., vamos comemorar também o aniversário do Dr. Hiran.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Salva de palmas para o Dr. Hiran! (*Palmas.*)

Está completando 67 anos hoje, com aparência de 66. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone*.) – E meio.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu queria só pedir a compreensão dos Senadores, antes de passar a palavra ao Senador Omar, para que a gente pudesse, aqueles Senadores que têm agenda fora, ir gradativamente à cabine para não atrapalhar a reunião da arguição do ora sabatinado.

Concedo a palavra ao Senador Omar Aziz e, em seguida, ao Senador Jayme Campos.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Antônio, Sr. Mauro, Ministros, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, para a gente que é do Amazonas – para mim, para o Eduardo e para o Plínio –, é lógico que é uma honra muito grande sabatinar uma pessoa da nossa terra.

Eu conheço o Mauro há uns 40 anos e o Ministro Mauro tem uma história no nosso estado e nós temos muito orgulho de tê-lo como Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

Mas há uma aflição, de que o Senador Eduardo Braga pouco falou, sobre a questão ambiental. Está se falando muito sobre crédito de carbono, Ministro Mauro, muito, que fica pouco ou quase nada para os povos originários. São empresários que estão se locupletando de terras do Amazonas, principalmente do Amazonas. E muitos cartórios estão sob liminar, funcionando sem ter feito concurso público. Está na hora de a gente fazer uma verdadeira varredura em cima de cartórios que vão e refazem registro em cima de registro para beneficiar grileiros no nosso estado.

Eu tive a oportunidade uma vez de ligar para o Ministro Luis Salomão e até mandei para ele: tem uns dois ou três cartórios sob liminar funcionando no nosso estado. Isso não pode acontecer mais, até porque eu dei até o número, o nome de um dos cartórios ao Ministro Luis Salomão e estou lhe fazendo um apelo: que V. Exa. comece pelo Estado do Amazonas a fazer o levantamento do funcionamento dos cartórios, principalmente...

Há pouco, por exemplo, teve uma pessoa que comprou mais de 1 milhão de hectares de terra lá dentro do Estado do Amazonas para vender crédito de carbono sem ficar absolutamente nada lá e não pagou por essas terras. Não, vai lá no cartório, registra e fica... Isso está acontecendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em Manaus, tem vários casos que posso passar para V. Exa. depois de absurdos que estão acontecendo. Só não vou citar os nomes dos donos de cartório aqui por uma questão de não ser deselegante, mas nós sabemos quem são lá no estado, até porque vivemos. Mas, se isso está acontecendo no Amazonas, com certeza, está acontecendo na Amazônia de modo geral, onde mais se procura terra para fazer crédito de carbono.

Flávio, virou, realmente... Ou a gente dá um chega nisso para saber o que vai ficar com a população originária ou, senão, daqui a pouco, estão vendendo crédito de carbono na Amazônia, ficando com o dinheiro e grilando terras com cartórios ajudando isso a acontecer.

Então, esse é um apelo que faço a V. Exa., Ministro Mauro, para que o Amazonas comece a ser um exemplo para o Brasil em relação à duplicidade, à triplicidade de registros de imóveis que está tendo em nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para interpelar.) – Sr. Presidente, caro e estimado amigo Senador Davi Alcolumbre; Srs. Relatores Eduardo Braga e Carlos Viana; Srs. indicados aqui, Dr. Antônio Fabrício e meu prezado e ilustre Ministro Mauro Luiz Campbell Marques, primeiro, eu quero cumprimentar aqui o Senador Davi, já mandei a mensagem cedo para V. Exa. Parabéns, felicidades, muita saúde e que Deus o abençoe! Eu tenho o Davi, quase na conta, como filho meu aqui. Estamos juntos há alguns anos, não é, Davi? Eu o conheci quando era Deputado Federal ainda.

Quero saudar também o Dr. Hiran, da mesma forma aqui, grande amigo, com quem tive o privilégio de ter essa bela convivência aqui. Eu o conheci aqui, nesse seu mandato, e é um grande Senador da República, sobretudo um homem em que muitos de nós podemos espelhar em sua figura, pelo trabalho e por tudo que V. Exa. vem promovendo aqui como representante do seu querido povo do Estado de Roraima.

Serei rápido, Sr. Presidente.

Quero saudar aqui, se me permite, a nossa querida Presidente do Superior Tribunal de Justiça...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. *Fazendo soar a campainha*.) – Eu queria só pedir a atenção do Plenário. Eu queria pedir a atenção dos Senadores, porque nós temos um orador na tribuna.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Eu serei rápido, espero que meus colegas sejam também generosos comigo e me deem essa mínima atenção.

Quero saudar a nossa Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Maria Thereza, que, com certeza, muito bem representa essa instituição como Presidente daquele Poder.

Aqui, para mim, eu quero apenas, Sr. Presidente, dizer que já tive a oportunidade de votar no Mauro aqui, quando ele foi indicado como Ministro do STJ, por volta de 2008. Eu já era Senador da República, no meu primeiro mandato.

Aqui eu estava passando uma flanelinha e tem vários em que eu votei. Estou vendo aqui, Afrânio, Teodoro e outros. Da mesma forma, lá no Supremo Tribunal Federal, praticamente, em 70% ou 80%, eu votei como membro desta Comissão e, naturalmente, no Plenário.

Mas, Mauro, eu vou fazer apenas duas indagações a V. Exa., para ser bem breve, tá?

Quero dizer que é um prazer votar novamente aqui e votar em V. Exa. para ser nosso Corregedor do Conselho Nacional de Justiça. É um prazer muito grande, e meu voto já declaro aqui: eu voto "sim", Sr. Presidente.

Mas eu quero dizer o seguinte, Ministro Mauro, tramita nesta Casa a Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2024, a qual propõe a alteração dos arts. 42, 93, 142 da Constituição Federal, para vedar expressamente o uso de aposentadoria como sanção quando do conhecimento da infração disciplinar.

Considerando a indicação de V. Exa. ao Conselho Nacional de Justiça, onde exercerá a função de Ministro Corregedor, qual a opinião de V. Exa. sobre a concessão de aposentadoria compulsória como punição aos magistrados no caso de infração disciplinar?

Mais uma só. Por vezes, a imprensa ecoa diferentes posições de autores diversos acerca da atuação do CNJ no que concerne a punição dos magistrados: ora vista como muito branda em virtude da concessão de aposentadoria compulsória, ora tida como aquela que persegue críticos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aos judiciários e à classe política. Considerando esse contexto, como V. Exa. entende o papel do CNJ e pretende reagir a esses posicionamentos?

Da mesma forma, Presidente, apenas a indagação ao nosso ilustre indicado, Antônio Fabrício, para Ministro do Tribunal Superior do Trabalho. Faço a V. Exa. – quero me dirigir ao Sr. Antônio.

Na reforma trabalhista, foi reconhecida a previdência do que é negociado ou acordado, em alguns casos, sobre o legislado. Como V. Exa. avalia essa mudança e outras flexibilizações trazidas por essa legislação, especialmente, considerando sua extensa experiência com o direito do trabalho e as expectativas na sua tramitação no Superior Tribunal do Trabalho?

Considerando a discussão acerca de encargos, direitos trabalhistas, como V. Exa. avalia o efeito do fenômeno de pejotizações e da uberização para as empresas, os trabalhadores e a Justiça do Trabalho?

São duas indagações, tanto para o Dr. Mauro, como para o Dr. Antônio.

Concluindo, Sr. Presidente, para ser rápido e breve, até para que eu posso votar, Presidente Davi, um segundo só.

Eu quero fazer uma indagação a V. Exa. Nós temos alguns indicados ainda para o Conselho Nacional. Por sinal, eu sou Relator da indicação do Dr. Ulisses Rabaneda aqui, que é indicado, meu conterrâneo do Mato Grosso. Eu indago a V. Exa.: em que dia que nós vamos sabatinar essas três autoridades que foram indicadas? Só para eu me agendar, para eu me programar, porque na próxima semana, se não me falha a memória, aqui vai ser votação remota. Para nos programarmos, faço a indagação de forma muito humilde e espero que V. Exa. me dê uma data, até porque estão todos, mais ou menos, numa expectativa grande aqui, sobretudo o Ulisses.

Obrigado. Sucesso. Boa sorte.

E já vou votar também, Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu sou o terceiro sabatinado aqui hoje, pelo Senador Jayme – é mais uma arguição para a Presidência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador, meu irmão Jayme, o nosso querido Presidente Rodrigo Otavio Soares Pacheco, em uma reunião no Colégio de Líderes, organizou um calendário de esforço concentrado para a sabatina e a votação de autoridades que obrigatoriamente necessitam ser presenciais. Seria esta semana de esforço concentrado de junho, e o Presidente Rodrigo disse que teremos uma semana de esforço concentrado em julho.

Então, eu não consigo responder a V. Exa. uma data, mas vai ser ou na primeira ou na segunda semana de julho, conforme orientação do nosso querido Presidente.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. *Fora do microfone*.) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Senador Rogério Carvalho. (*Pausa*.)

Rogério, só um minuto, Líder.

Antes de passar a palavra a V. Exa. para fazer a arguição, eu queria agradecer a presença de vários Deputados Estaduais do meu Estado do Amapá que estão em Brasília, num encontro da Unale, que é um encontro das Assembleias Legislativas do Brasil e que está se realizando aqui em Brasília, e, de forma muito carinhosa e afetuosa, quero agradecer a presença de V. Exas. aqui na Comissão de Constituição e Justiça.

Sejam bem-vindos Deputado Estadual Jaime Perez; Deputado Diogo Senior, Deputado Fabricio Furlan, Deputado Jory Oeiras, Deputado Rayfran Beirão e Deputado Rodolfo Vale! Queria agradecer a V. Exas. o carinho e o apoio de sempre em nome do povo amapaense, agradeço a V. Exas. o apoio incondicional à nossa Presidente da Assembleia Legislativa do Amapá – desde a criação do estado, é a primeira mulher a presidir a Assembleia Legislativa do Amapá, Deputada Alliny Serrão –, e V. Exas. também têm ajudado muito o Governador Clécio Luís, apoiando-o na Assembleia Legislativa e construindo um projeto político para melhorar a vida dos amapaenses.

Enquanto Senador e enquanto filho do Amapá, eu queria agradecer o apoio de V. Exas. a este Senador, a este cidadão, e a presença de V. Exas. em Brasília nesta Comissão, o que é, também, para mim, muito gratificante. Muito obrigado pela presença em nome da Assembleia Legislativa do Amapá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, o Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – Eu quero cumprimentar, Sr. Presidente, na pessoa do Ministro Mauro Campbell e do sabatinado Dr. Antônio de Matos Gonçalves, todos os membros que compõem o sistema de justiça aqui presente.

Quero cumprimentar V. Exa., na pessoa de quem eu quero estender os meus cumprimentos a todos os colegas Senadores e Senadoras.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Quero cumprimentar o nosso querido Senador Dr. Hiran pela passagem do seu aniversário, assim como V. Exa., que eu já o fiz pessoalmente.

Eu tenho, Ministro Mauro Campbell, algumas preocupações.

Nós vivemos um período na humanidade de muito obscurantismo na Idade Média, e o Renascimento foi colocando luz, produzindo e criando filtros que dirigiram a humanidade para um processo civilizatório permanente. Mesmo com tudo isso, tivemos guerras, tivemos problemas diversos, mas é inegável que o Renascimento trouxe para a humanidade um período e um ambiente de construção deste processo civilizatório. E, nesse sentido, surgem sistemas como o sistema judiciário, sistemas como a democracia moderna, porque a gente tem um período de democracia no Império Romano, na Grécia, e, depois, ela volta com os Parlamentos, nos séculos XVII e XVIII, na Europa, ou seja, nós vamos criando instituições e, ao mesmo tempo, organizações sociais, conhecimento, o que vai produzindo filtros, filtros que preparam o indivíduo para se colocar na sociedade e filtros que fazem com que o indivíduo receba da sociedade e valide aquilo que a sociedade está colocando.

Nos últimos 12 anos – 14, no máximo –, a humanidade tem passado por um processo de transformação muito veloz. E essa velocidade, de certa maneira, vem de um processo de retirada desses filtros. No momento em que, num grupo ou no ambiente de redes sociais, você junta pessoas, você cria uma opinião sem nenhum filtro, com a negação de tudo aquilo que a humanidade acumulou quando o homem e o bem-estar humano passaram a ser centralidade,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso deixa de ter relevância e deixa de ter importância, e o que passa a ter relevância e ter importância são os instintos primitivos das pessoas, novamente. E isso vai produzindo ondas, fluxos na humanidade, que são fluxos, eu diria, anticivilizatórios.

E nós temos um exemplo disso. Aqui nós votamos contra um sistema consolidado de progressão de pena. E a maioria votou contra a saidinha, famosa saidinha. Para mim, isso reflete um retrocesso civilizatório, porque a ressocialização de quem está em progressão de pena é fundamental. Como para mim, é um retrocesso o debate que estão fazendo sobre algo que está consolidado há pelo menos 80 anos, que são as regras para tornar o aborto... as condições e as situações que permitem o aborto de forma legal, não como método contraceptivo, mas como forma de proteger a vida da mãe e proteger a integridade familiar.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Então, eu quero, diante disso, Ministro, para terminar, colocar como lidar com esse senso comum primitivo, absolutamente descontrolado, raivoso, extremista, incivilizado, que tende, inclusive, a propor que o sistema judiciário seja reduzido, que questiona uma decisão do sistema de justiça, ainda que não tenha sido o sistema de justiça que provocou a necessidade de tomar aquela decisão, mas conflitos na própria sociedade, e isso é questionado.

Como a gente ampliar esse debate para fortalecer a democracia? E como o Conselho Nacional de Justiça e a Corregedoria vão lidar com as consequências, por exemplo, de algo como a saidinha, de algo como juízes que desrespeitam a lei, juízes que simplesmente tornam a lei a sua autorreferência por conta dessa incivilidade? Porque essa incivilidade não está presente nos menos estudados; ela está presente com uma presença de censo comum de toda a humanidade, porque é o retorno do impulso, é o retorno do instinto conduzindo sem os filtros civilizatórios que a humanidade acumulou. Como lidar com juízes que vão desobedecer à lei? Como lidar com o resultado dessas saidinhas? Como vamos lidar com as rebeliões que vão ocorrer em função dessas mudanças impensadas?

Por fim, eu quero também colocar outra questão: de que maneira nós poderíamos ter alguma organização, alguma referência para o sistema federal de justiça para que as decisões não sejam tão díspares entre a interpretação da lei em casos que se repetem? Por que essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Câmara Especial do STJ já não consegue criar uma referência jurisprudencial? Eu apresentei um projeto de lei nessa direção. Isso é fundamental para a gente não ter esse acúmulo de decisões que têm que vir aqui. Se tem jurisprudência, como fazer? O que a gente precisa e pode fazer em conjunto para melhorar, dar mais agilidade, melhorar o nosso sistema de justiça?

Por fim, Dr. Antônio de Matos, a inteligência artificial, na minha opinião, é a grande aliada e a grande inimiga que a gente tem no futuro. É a grande aliada para a gente ajudar a romper com esse negacionismo absurdo, diante de tantas frentes negacionistas que a gente está vivendo. Se ela for inclusa no processo de apresentação de notícias, de checagem em tempo real de notícias, eu acho que a inteligência artificial pode ser um grande filtro das redes sociais e deste grande circuito neural que é a internet, esse ambiente neural, global, universal e que junta toda a humanidade. Porém, no trabalho, isso vai representar, de certa maneira, extinção, substituição, modificação do modo de trabalho, do modo de como lidar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... com isso na vida cotidiana, de como lidar com uma mudança tão profunda que nós vamos enfrentar. Ou seja, não basta só produzir leis, não basta só produzir... É preciso que a gente faça debates, é preciso que a gente aprofunde esse debate para que a gente encontre caminhos que possam ajudar a liderar esse processo de transformação por que a humanidade está passando neste exato momento. E não é uma mudança que vai acontecer daqui a dez anos, é uma mudança que está acontecendo agora. Daqui a dez anos a gente pode estar afundado ou se autoconduzindo novamente. Ou a gente toma as rédeas ou a gente vai perder o rumo do processo civilizatório e de uma sociedade minimamente organizada, senão teremos a barbárie como resultado.

Obrigado, senhores.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Como nós concluímos o bloco de três Senadores, eu vou conceder a palavra ao Ministro Mauro Campbell.

O SR. MAURO LUIZ CAMPBELL MARQUES (Para expor.) – Sr. Presidente, o primeiro questionamento é do Senador Omar Aziz, do meu Estado do Amazonas, querido amigo. O ponto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de vista de V. Exa. sobre crédito de carbono é coincidente com o nosso. E já fiz isso aqui e no exterior, em palestras que proferi, para reiterar que nenhuma valia haverá para os povos da floresta, para os nossos conterrâneos, sobretudo da Amazônia brasileira, se nós não reservarmos um percentual razoável disto para investimento de ordem social. E isso é muito evidente, Senador Flávio.

Tomemos o Estado do Amazonas, em que no início da minha fala eu disse que 96% de sua cobertura florística está intacta, floresta pura. A intenção da política de crédito de carbono nada mais é senão remunerar para que aquilo permaneça como está. Então, se lá já está preservado, os grandes latifundiários, como disse o Senador, serão os grandes privilegiados com isso, muitos sequer residem no Amazonas – V. Exa. sabe disso –, e as comunidades amazonenses não irão auferir nenhum benefício desse crédito de carbono.

Sobre as informações que V. Exa. lançou aqui. Já há... Se houve uma área no CNJ que, no mandato ainda em curso do eminente Ministro Salomão, avançou sobremaneira em matéria de regulação... Não sei se ainda está aqui presente a conselheira Daniela Madeira, do CNJ. S. Exa. é juíza federal da 2ª Região e era juíza coordenadora exatamente do extrajudicial no CNJ. Ela fez um trabalho belíssimo nessa área de controle e fiscalização da atuação dos cartórios. E especificamente é a área do Pussuari, lá embaixo, a que V. Exa. se refere, a área do Pussuari, Lábrea, Apuí, Humaitá, lá embaixo. Já há uns 90 dias o atual Corregedor-Geral de Justiça do Amazonas, Desembargador Jomar Fernandes, que está aqui presente, encetou fiscalizações nos cartórios para suspender o registro de terras naquela área. E já há, por determinação judicial também, afastamento de titulares de cartórios. Portanto, o CNJ e a própria Corregedoria-Geral no Amazonas já estão atuando para estancar e extinguir esse mal que assola esse registro.

Está ali a conselheira Daniela Madeira, a quem homenageio também.

Faço um registro aqui da presença do Dr. Tarcísio Bonfim, da Conamp, meu ex-colega de Ministério Público; do Desembargador João Simões, Presidente do TRE do Amazonas; e dos meus queridos amigos Balazeiro e Pimenta, do TST. É uma honra tê-los aqui também.

Também saúdo o meu querido colega Ricardo Cueva, que, assim como meus colegas de STJ, me delegaram a missão de representar o STJ no CNJ.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Jayme Campos, eu concordo com V. Exa. Acho que é um tema que precisa ser... Senador Jayme, o tema da aposentadoria compulsória, como punição, é um tema que tem que ficar no passado deste País. Até admito que, proporcionalmente, para que não haja um enriquecimento sem causa do Estado, pelo menos até o momento em que o delito ou a infração disciplinar foi cometida pelo magistrado, que será punido, até...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAURO LUIZ CAMPBELL MARQUES – ... aquele momento, para que não haja uma quebra constitucional do enriquecimento ilícito do Estado, ele perceba a aposentadoria proporcional até o momento em que ele foi punido, ou – o que eu acho mais correto – fique ele restrito ao sistema geral de previdência, para que não seja ele premiado pelo crime ou pela infração disciplinar. Isso é algo que tem que ficar no passado deste País, com certeza.

Senador Rogério, essencialmente, digo a V. Exa. que, para enfrentarmos qualquer forma de mudança legislativa – foi o que eu disse aqui no início da minha fala –: ponderação, bom senso, serenidade e balizas constitucionais e legais – esses são os instrumentos de que nós dispomos na magistratura brasileira para lidar.

Já há regulamentação do CNJ e há uma atuação muito rigorosa, franca e direta do atual Corregedor Nacional em relação à atuação em redes sociais de magistrados. É a aula que eu dou, na Enfam, aos juízes que ingressam na carreira, no início da carreira, e que vêm para Brasília para ter a primeira aula, antes de entrar em exercício conosco lá, a explicar que a nossa opinião, como magistrados, passa a ser relevante a começar da nossa mesa familiar. Ela não passa despercebida por ninguém. Quando um juiz fala, ele se pronuncia sobre qualquer coisa. E o papel do juiz não é protagonizar crises, o papel do juiz é apaziguar.

Tenha certeza absoluta de que também concordo com V. Exa., que foi o protagonista da nossa PEC 125 aqui no Senado. Reitero a gratidão institucional do STJ e dos brasileiros a V. Exa. e tenho conhecimento também do projeto que V. Exa. insertou, para que nós tenhamos estabilidade jurisprudencial. Essa é uma tarefa normal e natural que nós, no tribunal superior, temos que fazer.

Na última sessão da Corte Especial, eu lancei um voto – e está interrompido o julgamento por um honrado pedido de vista de um colega – em que eu determinava a legalidade da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atribuição de multa à parte que agravasse instrumento interno contra decisão de um juiz que cumpriu um acordão qualificado do STJ ou do Supremo Tribunal Federal. É dizer: se o juiz decidiu sobre o processo, monocraticamente, com base num precedente estável, qualificado de um tribunal superior ou do Supremo Tribunal Federal, encerra-se a demanda, sob pena de nós continuarmos a nutrir essa pretora de processos que faz com que, repito, o processo da sua vida, o processo do qualquer do povo, que é o processo principal da vida do cidadão, da cidadã, caia numa vala comum, o que nós não queremos. Nós queremos prestar uma jurisdição qualificada, equânime e isonômica.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Dr. Antônio Fabrício.

O SR. ANTÔNIO FABRÍCIO DE MATOS GONÇALVES (Para expor.) – Cumprimento novamente todas as Senadoras e Senadores aqui, neste Plenário, começando a responder ao Senador Jayme Campos, que traz três temas.

A questão do negociado sobre o legislado, aprovada na reforma trabalhista, alterando o art. 611 da CLT, criando, assim, o 611-A, com a classificação alfanumérica, trazendo que, quando existe um acordo, uma convenção coletiva, se previsto, pode-se estar negociando abaixo da lei.

O que diz o 611? "A convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho têm prevalência sobre a lei quando, entre outros, dispuserem sobre [...]", e aí vem trazendo quais são os limites, e basicamente os limites são os limites do art. 7º da Constituição.

A reforma está consolidada. Eu costumo dizer que eu não luto contra a realidade. Está aí a reforma trabalhista, ela é uma realidade, e o art. 611-A diz que o negociado prevalece sobre o legislado. Portanto, Senador, a aplicação do 611, com a limitação constitucional, é o que se impõe.

E tratando ainda... Eu volto com as questões relativas à pejotização e uberização, e o que eu tenho para tratar é o seguinte: eu, como disse, advogo para várias empresas, corporações do mundo empresarial, e tenho vivido as questões relativas à pejotização. O que é um marco de virada dessa história? O marco de virada é a aprovação da legislação que permite a terceirização com barreiras muito amplas. Daí, então, o limite da pejotização, na minha concepção e no meu entendimento, é a legalidade; ou seja, sendo legal, não sendo criação para criar um biombo, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

falsear uma relação que claramente é de trabalho, a pejotização, as empresas terceirizadas, nesse caso, estão dentro da legislação.

Então, como advogado que há anos, 31 anos, tem experiência da advocacia dos dois lados, eu vejo a ampliação da terceirização sendo colocada e a ampliação da terceirização aprovada. A pejotização é válida quando lícita, quando respeitada e não criada para falsear relações.

A uberização, nós sabemos que as plataformas vieram e são geração de renda. O que muito se discute é limitação. Eu trago aqui que o Parlamento está se debruçando sobre essas questões no Projeto de Lei Complementar 12, de 2024, em que traz o trabalho intermediário de empresas. E aqui vem trazendo – e é o que eu disse, na minha fala inicial –, o que esse Parlamento tem tentado é criar um patamar civilizatório nessas relações entre empregados e empregadores, e o Parlamento está se debruçando para dizer, porque é novo para todo mundo, como ficará a situação das pessoas que trabalham, tendo também uma realidade colocada e uma realidade clara que traz renda para as pessoas que trabalham, mas eles vão ser regulados pela legislação que vier.

E, por último, com o Senador Rogério, e aqui, Senador, a questão da inteligência artificial, o direito não dá resposta para tudo. A gente aprende nas aulas de introdução ao estudo do direito, que ele vem sempre depois do fato social e muitas vezes está atrasado. Eu passei 45 dias aqui dentro desta Casa, estou impressionado e acho que todo brasileiro deveria vir aqui para ver como o trabalho é frenético aqui dentro deste Senado, como se trabalha, Comissões concomitantes... E, por mais que os senhores e senhoras trabalhem para que o direito, para que a legislação acompanhe o fato social, o fato social toda hora nos surpreende.

E a Constituição traz limites à automação. É claro que, quando a Constituição foi criada em 1988, nós nem falávamos em inteligência artificial, mas encaixam em questão de automação as questões da microeletrônica, dos *softwares* que vieram para o mundo do trabalho. Portanto, o que se coloca, nesse caso sobre automação, é que nós já vimos postos de gasolina, que poderiam ter todas as bombas automatizadas, o que geraria um desemprego muito grande, mantêm pessoas trabalhando; os cobradores de ônibus continuam trabalhando nos ônibus, podendo haver outras catracas. Por quê? Porque tem que se preservar, preocupar com a geração de renda, porque o trabalho, como eu disse, o direito do trabalho serve para criar um patamar mínimo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

civilizatório nas relações e distribuir renda. Daí tem que se preservar e tem que saber que a inteligência artificial... Algumas atividades sempre precisarão, não têm como excluir a mão de obra. Então, é uma compatibilização entre a mão de obra e a assistência artificial.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Próximo bloco de Senadores inscritos, Senador Mecias de Jesus.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Para interpelar.) – Presidente Davi, primeiro quero abraçar também...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – ... V. Exa. pelo seu aniversário, parabenizá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. *Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – V. Exa. também está completando 50 com cara de 55. (*Risos.*)

Quero abraçar o Senador Hiran, meu parceiro, meu amigo, Senador do meu Estado de Roraima; cumprimentar o Dr. Antônio Fabrício, parabenizá-lo pela ascensão ao cargo de Ministro do TST.

E, Presidente Davi, eu vim aqui, claro, como membro desta Comissão, neste momento especial para os amazônidas. O Ministro Mauro Campbell não é apenas um amazonense; ele é um amazônida, um brasileiro de caráter irretorquível, passado limpo e vida decente. E, como amazônida, eu tenho muito orgulho de estar neste momento aqui, podendo votar no Ministro Mauro para assumir um cargo de relevância. Logicamente, o currículo dele está à altura do Conselho Nacional de Justiça, está à altura do Ministro Salomão, que deixa, nesse momento, o cargo, que também é um grande juiz, um grande Ministro.

Portanto, Ministro Mauro, quero parabenizá-lo. V. Exa. merece toda a deferência do Congresso Nacional, desta Comissão e do Senado Federal, e, logicamente, merece os aplausos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Amazonas e de todos os amazônidas como eu. Parabéns! Que V. Exa. tenha, cada dia mais, dado por Deus, discernimento e sabedoria.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Sergio Fernando Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para interpelar.) – Boa tarde a todos.

Primeiro, aqui, Presidente, tenho que registrar também meus cumprimentos a V. Exa. e ao nosso querido Senador Hiran pelo aniversário. Ele me disse também que V. Exa. faz aniversário na data de nascimento dele, coincidência com V. Exa. Registro aqui então minhas congratulações.

Eu quero também cumprimentar os dois indicados, Dr. Antônio de Matos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... e o Ministro Mauro Campbell, dois nomes qualificados para os postos indicados, que têm uma história, que têm um currículo.

Tenho aqui algumas breves indagações.

Dr. Antônio, nós conversamos até, no gabinete, falamos sobre pejotização. Eu iria lhe fazia essa pergunta, vi que V. Exa. já a respondeu, mas registro aqui que existe a nossa preocupação em relação à questão da segurança, porque as pessoas fazem os contratos pensando em uma realidade, que essa realidade vai ser reconhecida pela Justiça, um contrato de prestação de serviço entre pessoas jurídicas, e, muitas vezes, vem, depois, uma decisão judicial desconstituindo. Claro que, se houver uma situação de aproveitamento de uma vulnerabilidade, a Justiça – a meu ver – pode intervir, mas esses fatos têm gerado uma grande insegurança. V. Exa. já respondeu, mas se quiser voltar ao tema...

Outra situação, Dr. Antônio. Houve a reforma trabalhista e uma das ideias da reforma era diminuir aquela multiplicidade de ações trabalhistas, às vezes, algumas apontadas como temerárias, que vinham tornando o ambiente de negócios no Brasil difícil, também gerando imprevisibilidade e insegurança para as empresas. Veio posteriormente uma decisão do Supremo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tribunal Federal invalidando parte da reforma trabalhista no que se refere aos honorários de sucumbência. Eu queria indagar a V. Exa. qual é a sua avaliação, como atingir o equilíbrio entre preservar o acesso à Justiça sem, no entanto, estimular demandas temerárias? É algo que afeta não só a Justiça do Trabalho, mas afeta também outros campos da Justiça. Qual seria a visão de V. Exa. sobre esse tema específico?

Essas são as indagações dirigidas a V. Exa.

Ministro, mais uma vez, destaco meu grande respeito à sua história, como Ministro. Acho que existem grandes expectativas para a sua gestão no CNJ.

Eu queria rememorar aqui uma história que, ao meu ver, é importante, do direito brasileiro. Acho que é uma das mais belas páginas que foram escritas pelo maior jurista brasileiro e também um grande Senador da República, da República Velha, que foi Ruy Barbosa. Ruy Barbosa assumiu, lá no final do século XIX, a defesa de um juiz gaúcho, Alcides de Mendonça Lima, que havia proferido uma decisão judicial lá, no Rio Grande do Sul, e foi, Senador Esperidião Amin, confrontado, na época, pelo Governador Júlio de Castilhos, que, na época, se chamava de presidente, que ficou contrariado com uma decisão do juiz. E o Júlio de Castilhos disse simplesmente: "Que se processe esse juiz faccioso". E ele foi condenado no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, dois a um, por abuso de autoridade.

Ruy Barbosa impetrou um *habeas corpus* no Supremo Tribunal Federal, defendendo o Juiz Alcides, e disse o seguinte... Não só a interpretação dele está correta, que motivou a decisão... Eu não vou entrar aqui nos detalhes, era relacionado ao sigilo dos vereditos do tribunal do júri, mas disse que, se o juiz estivesse errado, ele não poderia ser responsabilizado por crime de hermenêutica. E o Supremo Tribunal Federal deu ganho de causa ao Ruy Barbosa, e esse texto, essa história ficou imortalizada no escrito dele, *O Júri e a Independência da Magistratura*.

Um dos valores mais importantes, a meu ver, por que o CNJ precisa velar é a independência da magistratura. É claro que o juiz que comete um crime – foi o caso do Juiz Nicolau, de triste memória, responsabilizado por desvios de recursos –, comprovadamente, sofrer punição, ser afastado, a meu ver, é algo absurdamente pertinente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um juiz desidioso, que não comparece na comarca. Como V. Exa. mesmo colocou na sua fala, o juiz tem que estar na comarca; é importante para conhecer a comunidade local.

Agora, temos que tomar muito cuidado para que a tarefa do CNJ acabe interferindo na independência da magistratura. Penso que passamos por alguns momentos complicados na história do país, mas eu tenho sempre dito: o tempo de pacificação está aí, e acho que o tempo de excessos passou.

Queria indagar a V. Exa. – essa seria minha primeira indagação – qual é a sua visão para conciliar a necessidade de o CNJ preservar a independência da magistratura em relação ao exercício do seu poder disciplinar? Eu confesso que vejo alguns casos que me parecem que pertencem ao tempo dos excessos, e creio que o tempo da pacificação urge para todos nós neste país, para preservar algo que não pertence ao juiz. A independência da magistratura não é uma garantia do juiz; é uma garantia do jurisdicionado.

A segunda indagação – e aqui encerro com ela –, precisa aproximar, Ministro, o CNJ do Legislativo. O CNJ tem um conhecimento técnico considerável, não só pelos seus conselheiros, mas pelo pessoal técnico, juízes convocados, auxiliares, e, muitas vezes, nós nos debruçamos aqui sobre matérias, principalmente de índole processual, em que seria absolutamente pertinente um envolvimento maior do CNJ.

Do outro lado, temos um receio de uma eventual invasão pelos órgãos administrativos – e, no fundo, o CNJ é um órgão administrativo, muito embora na sua elevação, nessa hierarquia constitucional – de matéria legislativa.

Nós fizemos, recentemente, uma audiência pública na Comissão de Segurança do Senado, e o tema foi a Resolução 487, que dizia respeito ao fechamento dos hospitais de tratamento psiquiátrico de custódia.

A resolução do CNJ é bem-intencionada, que é resgatar um tratamento mais humanitário àqueles considerados inimputáveis que cometeram condutas equivalentes às criminais, mas a avaliação que fizemos, os Senadores, na ocasião, foi que a resolução não dá uma resposta adequada ao que fazer com alguém que tenha sido absolvido por inimputabilidade, ou seja, ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cometeu a conduta típica, mas não foi considerado culpado, porque ele é inimputável, e em relação ao qual não houve uma cessação do diagnóstico de periculosidade.

Então, a solicitação, que aqui é uma questão mais concreta... Há um movimento para nós solicitarmos, Senadores aqui, ao CNJ, respeitosamente – a gente não quer entrar em confronto de instituições –, uma reavaliação parcial dessa Resolução 487, porque isso tem gerado uma certa insegurança nas pessoas e inclusive nos próprios hospitais.

O que fazer com esses internos que não têm cessação de periculosidade e que não podem ser simplesmente colocados em tratamento ambulatorial ou na rede pública de saúde, porque podem oferecer um perigo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... a outras pessoas, inclusive ao pessoal médico?

São essas as duas indagações, e, com isso, eu encerro a minha inquirição, adiantando também, Senador Eduardo Braga, que votarei a favor de ambos os indicados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Agradeço a V. Exa. e passo a palavra ao próximo orador inscrito, o Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA. Para interpelar.) – Eu vou ser bem rápido, Presidente.

Quero cumprimentar aqui os Relatores, tanto o Senador Carlos Viana quanto V. Exa., Senador Eduardo Braga. Sem dúvida nenhuma, já sabíamos que iriam executar um excelente trabalho, até por razões óbvias.

Quero cumprimentar aqui os sabatinados e desejar a eles boa sorte.

Eu disse ao Ministro Mauro Campbell que deveria ter aqui, no Regimento Interno, algumas regras, algumas opções de exceções, e uma dessas, sem dúvida nenhuma, é a carreira dele, a luta dele. O seu currículo fala por si só, e todos sabem que ele vai estar desempenhando um grande trabalho em frente ao Conselho Nacional de Justiça, assim como o Ministro Salomão está fazendo e todos os outros que passaram por lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Três pontos que eu ia colocar, na fala dele, ele já me contemplou. Esse desafio que a Justiça brasileira tem em enfrentar a questão dos excessos de processos, da morosidade, da sensação que o cidadão lá na ponta tem de falta de acesso à Justiça... Eu me sinto totalmente contemplado. Então, já votei.

Então, na verdade, é apenas para cumprimentar e desejar boa sorte.

E ao próximo Ministro, o Antônio Fabrício, do TST... Aqui eu quero cumprimentar o Presidente Lelio, que está representando todo o tribunal. Temos tido também essa parceria e esse entendimento de fortalecer cada vez mais as instituições do nosso país. Eu tenho certeza de que esse desafio é enorme. Você, que está vindo da advocacia, então, tem esse olhar ali da ponta, sabe do desafio que tem.

Minha assessoria até colocou vários pontos aqui, mas um deles, esse aqui que eu vou só deixar apenas não como pergunta, mas como comentário de desafio que V. Exa. terá lá à frente do tribunal junto com seus pares, é essa questão do problema estrutural que nós temos na questão das mulheres. Em 2020 e 2023, a Justiça do Trabalho, em todas as suas instâncias, julgou 419.342 ações envolvendo assédio moral e assédio sexual. O volume julgado sobre assédio sexual cresceu 44,8% e sobre assédio moral, 5%. O crescimento, contudo, não significa necessariamente que estejam ocorrendo mais situações de assédio em ambientes profissionais, mas pode revelar uma maior conscientização das pessoas sobre o tema e uma sensação de maior segurança para reivindicar os seus direitos. Então, não é pergunta, mas V. Exa. podia fazer essa reflexão de como vai ajudar a atuar nesse debate dentro do tribunal. E já também lhe desejo boa sorte.

Não é só a Amazônia; os nordestinos, os amazônidas, todos os brasileiros estão bastante felizes com a sua assunção, viu, Ministro Mauro Campbell? E quero cumprimentar todos os advogados do Brasil na pessoa do nosso maranhense Conselheiro Federal Daniel Blume, que está aqui presente pela OAB do Maranhão. Tenho a certeza de que eles, assim como todos, podem continuar contando conosco aqui na CCJ e aqui no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Agradeço ao nobre Senador, passo à próxima Senadora inscrita, Senadora Teresa Leitão, e passaremos aos Ministros aqui para poderem responder às indagações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Bom dia, Sr. Presidente; bom dia a todos os Senadores e Senadoras, aos dois sabatinados, que certamente terão todo o nosso apoio.

Peço desculpas por não ter acompanhado tudo, porque nós tivemos uma reunião extraordinária da Comissão de Educação, mas felizmente chego a tempo de fazer algumas perguntas.

Vou tentar não ser repetitiva, algumas das que eu gostaria de fazer já foram feitas.

Dando os parabéns também ao nosso Presidente Davi Alcolumbre e ao Dr. Hiran, eu quero trazer para o Dr. Antônio Fabrício de Matos Gonçalves uma questão que está sendo debatida conjuntamente por homens e mulheres, mas diz respeito sobretudo a nós mulheres: o que V. Exa. acha em relação às necessidades crescentes de avanço na legislação em relação à proteção do trabalho da mulher? Não só com relação a ingressar no mercado de trabalho, como estamos fazendo; porém, ainda enfrentando muita desigualdade.

Nós aprovamos recentemente uma lei da igualdade salarial, que acho que vai levar um tempo para ser totalmente contemplada, mas é um dos pontos importantes.

E, dialogando com isso, é um debate que está sendo feito pela Frente Parlamentar Mista pela Licença Paternidade. A licença parental avança o período no qual pais e mães podem se alternar no afastamento para cuidados aos filhos? O senhor considera isto uma ferramenta útil para evitar a discriminação da mulher no mercado de trabalho? É um debate que estamos fazendo, Senador Presidente.

E, para o Dr. Mauro, quero acrescentar um dado – não sei se ele mencionou quando expôs sua biografia –, mas, para nós, pernambucanos e pernambucanas, sendo eu uma Senadora de Pernambuco, é muito honroso ter agora o Dr. Mauro Campbell como cidadão pernambucano, título que ele recebeu recentemente na Assembleia Legislativa de Pernambuco. Muito nos honra; sabemos da sua capacidade de diálogo, da sua capacidade de juntar, da sua capacidade de hoje ser uma grande liderança nesse setor, muito ouvido, muito apoiado. E, com toda certeza, nesse novo desafio, certamente essa experiência vai lhe valer muito e a todos nós também. Por isso, eu quero fazer duas perguntas um tanto quanto desafiadoras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A primeira delas é em relação à população carcerária e ao racismo estrutural. O perfil majoritário da população carcerária brasileira é de homens, negros, de baixa renda e de baixa escolaridade. Muito se tem discutido sobre o racismo estrutural, sobre as políticas institucionais como vetor de perpetuação desta realidade. O Poder Judiciário, cumprindo o seu papel de guardião da Constituição, deve zelar para que as provas no processo penal sejam produzidas com atenção à igualdade e, portanto, que sejam nulas as provas obtidas mediante ações estatais discriminatórias. O senhor concorda com essa afirmação? Como podemos enfrentar o racismo estrutural no sistema de justiça criminal brasileiro?

Muito obrigada.

Também já antecipo o voto que dei em todos os dois, como fez o Senador Moro. Não sei se meu voto vai ser computado, porque eu sou suplente, mas dei com muito gosto o meu voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Você quer responder primeiro? (*Pausa.*)

Passo a palavra, então, ao Ministro Antônio de Matos Gonçalves.

O SR. ANTÔNIO FABRÍCIO DE MATOS GONÇALVES (Para expor.) – Cumprimento novamente as Senadoras e os Senadores, fazendo registro aqui da presença do Ministro Balazeiro, do Tribunal Superior do Trabalho, que compõe a bancada com o Presidente Lelio Bentes e com o Ministro Freire Pimenta.

Senador Moro, eu agradeço muito essa possibilidade de discussão, sobretudo a questão do acesso à Justiça e à Justiça gratuita. Como eu disse, a minha experiência de 31 anos de advocacia traz, para mim, advogar representando empregados, empregadores, grandes empresas e trabalhadores que sofreram na tragédia de Mariana. Como eu disse ao senhor, os que sobreviveram e estão discutindo essas indenizações.

O que acontece é que a Justiça do Trabalho tem essa função e vem cumprindo muito bem essa função de dar essa segurança jurídica para as partes. Como eu falei na minha fala inicial, o trabalhador, às vezes, não sabe falar o nome, mas sabe procurar a Justiça do Trabalho. Então, quando vem com esse julgamento em que o Supremo traz a ADI 5.766, declarando incondicional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o §4º do 791, faz com que também atinja essas pessoas que foram privadas das suas verbas rescisórias na dispensa. Então, acredito que tenhamos que pensar nesse acesso àqueles que precisam da Justiça do Trabalho, portanto. Eu entendo que hoje existe um equilíbrio de acesso. Hoje a reforma veio, trouxe suas questões, mas há uma necessidade de que esse acesso não seja negado e a Justiça do Trabalho vem cumprindo essas questões relativas à sucumbência.

O Senador Weverton traz a questão das mulheres e do assédio. É um ponto... Eu posso aqui trazer a experiência e eu entendo que a prática é o critério da verdade. Como Presidente da OAB de Minas, o que nós fizemos para ampliar o espaço das mulheres advogadas é sentido, é real, traz a concepção que nós temos do que é o trabalho da mulher e a questão da jornada tripla, que impede a participação. Então, a visão que nós temos a esse respeito é que qualquer tipo de discriminação e qualquer tipo de assédio têm que ser analisados com as provas e como se dão, analisando como o CNJ já decidiu os julgamentos por perspectiva de gênero e assim a Justiça vem tratando.

Então, Senadora Teresa Leitão, seguindo com esse mesmo entendimento que eu tenho do que é o trabalho da mulher, que venho estudando e me debruçando sobre isso, da importância, das dificuldades da jornada tripla – como eu já trouxe aqui –, eu entendo que essa legislação de proteção que vem vindo, ao longo dos anos, é necessária por causa das peculiaridades e da possibilidade de trazer a paridade para o gênero masculino e feminino.

Por último, tanto que o CNJ decidiu e tem assim sido feito nos julgamentos, porque essas regras da legislação, a Constituição, a CLT e as decisões do CNJ serão o que vai pautar, se escolhido aqui por esta Comissão, a minha atuação, na legalidade dos pontos. E quanto a pais e mães, esse instrumento ser útil, eu acho absolutamente útil. Esse é o meu ponto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Agradeço ao Sr. Dr. Antônio.

Passo a palavra ao Ministro Mauro Campbell.

O SR. MAURO LUIZ CAMPBELL MARQUES (Para expor.) – Sr. Presidente, eu quero agradecer a manifestação do Senador Mecias de Jesus, e a qualificação que me fez, como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

amazônida que sou também, e agradecer ao povo de Roraima e ao Estado de Roraima, representado pelo Senador Mecias. Agradeço a V. Exa., Senador Mecias.

Senador Moro, eu fui, entre vários outros membros do Ministério Público brasileiro, um aguerrido lobista nesta Casa para a criação dos Conselhos Nacionais de Justiça e do Ministério Público. V. Exa. era magistrado à época e sabe que não existia essa unanimidade no âmbito da magistratura nacional. Havia um temor muito grande pela vinda do CNJ, exatamente com a preocupação de que nós feríssemos o dogma inafastável que é a independência da atuação do juiz e do membro do Ministério Público, de forma que eu nunca tergiversei de opinião acerca disso.

Penso que é inafastável a atuação nossa, retilínea, para que nós tenhamos ponderação e contenção na lida administrativa desse controle administrativo sancionador do Conselho Nacional, para que não desborde para a invasão de punirmos crimes de hermenêutica, ou coisa que o valha. Nossas opiniões são consonantes.

Agora, penso que necessariamente temos que ser ciosos na cobrança das atuações eventualmente administrativas do magistrado. Fiz uma menção passageira aqui, mas muito enfática, da postura em sede de presença do juiz na sua comarca e ter ele a dimensão de sua atuação na sua cidade.

O outro ponto é em relação CNJ/Legislativo. Esse foi um ponto sobre o qual eu falei com V. Exa. inúmeras vezes e falei com as Sras. Senadoras e Senadores aqui. Eventualmente, tenho eu o privilégio, Senador Marcos Rogério de... Até de forma jocosa eu brincava aqui com o Davizinho, Davi Alcolumbre, que eu tenho um crachá de acesso ao Plenário do Senado aqui, exatamente para ter essa interlocução direta com V. Exas. Não pode ser diferente no CNJ, sobretudo na Corregedoria também.

É certo que o CNJ já tem essa interlocução com o Parlamento brasileiro, mas temas, como citado por V. Exa., necessariamente precisam ter a oitiva do CNJ, exatamente para irmos ao encontro do que é afirmado inicialmente sobre a mantença da independência do Judiciário nacional e da opinião do juiz nas suas decisões e não criemos nenhuma lacuna, nenhum vezo, nenhuma alternativa capaz de vilipendiar a independência do juiz. De forma que necessariamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu tenho de concordar com V. Exa. de que há uma necessidade premente desse contato direto e leal entre as instituições.

Sobre a resolução, eu digo a V. Exa. que tenho algum conhecimento dessa crise. Não sei se já se retirou daqui o ex-Deputado e meu ex-colega Promotor de Justiça Carlos Sampaio, que é um dos ex-Parlamentares e hoje advogado que trabalha exatamente nessa situação da Resolução 487, a que V. Exa. fez menção, mas, sem dúvida alguma, é um tema que o Ministro Salomão... Eu levei uma delegação até o Ministro Salomão para tratar especificamente desse tema. Por quê? Porque a resolução traçou balizas, mas, a meu sentir, carece de efetividade, ou seja, como é que nós vamos dar o tratamento às pessoas que necessariamente tiveram a excludente, mas que não podem, de uma hora para a outra, ser colocadas no convívio da população? Então, já há uma reabertura, eu digo a V. Exa., do CNJ para a reanálise dessa resolução. V. Exa. tenha o conhecimento de que houve sucessivas prorrogações de prazo, mas, repito, há uma falta de interlocução mais amiudada para que a comunidade científica que trata desse assunto tenha uma opinião consentânea com aquilo que é a vida prática do que acontece no dia a dia.

Tivemos tragédias criminais extraordinárias em que, por exemplo, até mesmo dispositivos do ECA foram desafiados para que ficassem segregados menores infratores que não poderiam retornar ao seio da sociedade, de forma que, nesse aspecto, nós temos opiniões também convergentes.

Quero agradecer a manifestação do meu querido amigo de longa data e também porteiro da Amazônia brasileira, já que maranhense o é, o Weverton.

Quero agradecer a manifestação da minha conterrânea, com muita honra, Senadora Teresa Leitão, de Pernambuco, e dizer a V. Exa. que a preocupação em extinguirmos o racismo estrutural é do Superior Tribunal de Justiça também. Basta V. Exa. fazer uma simples consulta à rede de computadores e verificará que o STJ já tem decisões e vem protagonizando decisões reiteradas para que estanquemos isso. E dou uma notícia alvissareira a V. Exa.: no primeiro Exame Nacional da Magistratura em que tive o prazer de aplicar a prova por delegação do Conselho Nacional de Justiça, dos 6,9 mil aprovados, habilitados, dos 32,8 mil, 1.979 eram negros. É um trabalho de base para fazer com que o racismo estrutural também seja extinto no âmbito da magistratura brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eram essas as manifestações, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Ministro Mauro.

Próximo bloco de Senadores para a arguição, Senador Líder Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – Boa tarde, Presidente Davi.

Também faço aqui questão de registrar os meus parabéns ao meu amigo Davi, ao meu amigo Hiran. Que Deus continue dando a vocês muita sabedoria e saúde para estarmos muito tempo juntos aqui trabalhando pelo nosso país!

Presidente, eu ia fazer uma fala breve, mas é impressionante, Ministro Antônio Fabrício, Ministro Mauro Campbell, como invariavelmente a política convida a magistratura para sua seara. E qualquer um que venha aqui preparado para ouvir um candidato a trabalhar na seara trabalhista ou na correicional... São perfis diferentes, perguntas diferentes, temas diferentes, mas em função disto, Senador Marcos Rogério, dessa politização permanente e de extremos na política, acaba que as perguntas ficam sendo na mesma seara para os dois. Era para ser uma sabatina mais técnica, mas acaba virando uma sabatina bastante política.

Eu quero já, inicialmente, parabenizar o Ministro – chamo de Ministro porque acredito, por aclamação, na sua aprovação aqui nesta Comissão e logo, na sequência, no Plenário – Antônio Fabrício, ao se posicionar sobre perguntas aqui que parecem sempre convidar o magistrado a se posicionar numa espécie de recurso com efeito suspensivo após a aprovação em dois turnos de uma matéria no Congresso Nacional, uma matéria afeta ao Poder Legislativo, cobrando do magistrado que se posicione mais uma vez sobre algo que não é de sua competência.

Portanto, V. Exa. foi muito bem, Ministro Antônio Fabrício, ao dizer: "Olha, eu vou cumprir o que está na Constituição, vou cumprir o que está na lei". Portanto, se pejotização é um assunto já consagrado na legislação, na reforma trabalhista e, inclusive, salvo engano, no Tema 725 de Repercussão Geral do Supremo Tribunal Federal, que trata exatamente da possibilidade da constitucionalidade de pejotização, de terceirização de mão de obra, ainda que para uma atividade-fim de determinada empresa – é óbvio que o caso concreto tem que dizer se há

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aderência ou não a esse tema, porque às vezes também há o subterfúgio da empresa de dizer que tem aderência, mas não tem, trata-se apenas de causa trabalhista, não se trata de pejotização ou de uberização –, então eu fico muito tranquilo com a posição de V. Exa. de estritamente seguir o que já está consagrado no Supremo Tribunal Federal, consagrado na legislação, porque é competência nossa, parlamentar, definir o que pode e o que não pode, se muda ou se não muda.

O Judiciário, sempre que provocado, obviamente quando houver lacuna ou dúvida, vai se posicionar, mas nunca legislar. Então V. Exa. pode ser a favor ou contra a pejotização, mas, em papel de magistrado, a sua obrigação constitucional é seguir o que está na legislação ou consagrado na jurisprudência da nossa Magna Corte. Então, parabéns pelo posicionamento de V. Exa.!

Assim como V. Exa., Ministro Mauro Campbell, quando instado aqui a se pronunciar sobre questões que o Parlamento acabou de decidir – sobre saidinhas de presos, por exemplo, ou sobre aborto –, V. Exa. usa uma expressão aqui que eu inclusive anotei para não correr o risco de falar diferente e por que também parabenizo V. Exa., o senhor disse que "juiz não deve ser protagonista de crise, o papel do juiz é apaziguar". E eu fico muito satisfeito também com a sua resposta, porque, invariavelmente, num passado muito próximo, não foi o que aconteceu no nosso país. Em nome de defender a democracia, Senador Amin, cometeram-se diversos ataques aos pilares da democracia; relativizou-se a censura; no meu ponto de vista, desequilibrou-se a concorrência no processo eleitoral; deram-se punições a pessoas que quebraram vidraças maiores do que punições dadas a estupradores, sequestradores, assassinos, como se houvesse alguma possibilidade de o que aconteceu no 8 de janeiro aqui ser considerado um atentado à democracia, uma tentativa de tomar o poder.

Imaginem, senhores: é um crime impossível ou não? Alguém em sã consciência acredita que algum daqueles que estavam aqui no 8 de janeiro iriam sentar na cadeira de Presidente da República, começar a dar ordens e todos nós iríamos seguir, iríamos cumprir? É óbvio que isso se trata de um crime impossível.

E, mais uma vez, Ministro Mauro Campbell, eu fico muito tranquilo com o posicionamento de V. Exa. ao ir nessa linha, porque é o que o país precisa. E o CNJ tem um papel importante nisso, porque nós temos visto, inclusive, se pesar a mão, às vezes, não num sentido educativo, num

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sentido correcional, parece mais num sentido vingativo. E é preciso que uma corte de pessoas experimentadas, um conselho, melhor dizendo, como o Conselho Nacional de Justiça, tenha, busque sempre esse equilíbrio para que nós possamos voltar à normalidade, inclusive sendo muito firme quando houver a tentativa de convidar para a seara política um magistrado ou quando um magistrado se aventurar na seara política, porque, quando vem para o campo político, você está autorizado a tratar em termos políticos.

Portanto, V. Exa. também foi muito bem na resposta ao dizer sobre o posicionamento do magistrado, seja em rede social, seja em entrevistas, que virou uma coisa corriqueira. Eu acho que é algo a que o CNJ também deveria dar uma atenção especial e regulamentar de alguma forma um limite para isso, porque alguns magistrados viraram comentaristas de decisões políticas ou comentaristas de processos, sobre os quais eles deveriam comentar apenas dentro dos autos, em clara, em evidente situação de enquadramento... de ferimento a questões que estão na própria Loman, que impedem o magistrado de dar opinião sobre um monte de coisas. Isso tudo causa uma instabilidade inevitavelmente. Então, quando um magistrado vem para se posicionar politicamente sobre alguma coisa, a própria população se acha no direito de questionar esse magistrado politicamente. E, em vez de se fazer uma autorreflexão, em que o magistrado fizesse o mea-culpa e dissesse: "Olha, eu não deveria ter falado, não vou me pronunciar sobre esse assunto, não é da minha competência", não, virou uma coisa rotineira. E, quando é agredido injustamente ou justamente – eu discordo sempre da agressão que é feita à pessoa de um magistrado ou de um Parlamentar –, aí a culpa é daquele que está atacando, sem que haja esse mea-culpa de que o magistrado pode ter dado margem para que uma situação desconfortável acontecesse. E a consequência qual é, Senador Marcos Rogério? Vamos endurecer a lei, vamos censurar, vamos excluir perfis, vamos prender.

Então, Ministro Mauro Campbell, eu mais uma vez reitero que fiquei satisfeito com o posicionamento de V. Exa. quando indagado, quando chamado a se pronunciar sobre questões políticas e muito sabiamente V. Exa. foi na linha de que vai seguir o que está na legislação, vai seguir o que está na Constituição e vai se ater ao papel do CNJ, que é exatamente, uma delas, a questão correcional quando houver excesso por parte de algum magistrado.

Então, Presidente, eu não tenho perguntas. Eu queria só que os Ministros ficassem à vontade para comentar algo que eu falei, que eu acho que vale a pena, porque é sempre um recado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importante não só aqui neste Senado, não só nesta Comissão, mas para toda a sociedade quando entende que há pessoas indo para postos estratégicos no nosso país com esse pensamento de apaziguar, de olhar para a frente e tomar decisões que não sejam com o fígado ou que não transpareçam muito mais uma vingança do que o cumprimento da sua obrigação jurisdicional.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O próximo Senador inscrito é o Senador Dr. Hiran Gonçalves.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para interpelar.) – Querido Presidente Davi, quero aqui também reiterar a minha manifestação mais profunda de admiração, de desejo de que V. Exa. tenha sempre uma vida profícua, saudável, competente, e que continue assim, guiando os nossos caminhos por muito tempo, cuidando do Congresso Nacional no futuro, se Deus quiser. Eu acho que esse será o grande presente de V. Exa.

E quero aqui saudar os nossos ilustres sabatinados de hoje.

O Dr. Antônio Gonçalves, que não é meu parente, mas é um homem muito competente, que reúne todas as condições de prestar um grande serviço jurisdicional no TST do nosso país.

E já considero os senhores também, como o Flávio falou, aprovados aqui, inclusive pela história de ambos. Felicidades, parabéns!

E quero também fazer um comentário muito particular para o meu amigo Dr. Ministro Mauro Campbell, que conheço desde sua trajetória no Ministério Público do meu Amazonas, no Colégio Dom Bosco. Ele sabe que eu estudei no Colégio Dom Bosco, nasci lá em Tefé, ele sabe um pouco da história. E nós temos uma ligação familiar: o Donato é meu querido colega oftalmologista, por quem tenho um carinho muito grande, grande respeito. E espero que V. Exa., ao assumir essa responsabilidade de cuidar da boa prestação jurisdicional da Justiça brasileira, que o faça com o mesmo denodo, com a mesma responsabilidade, com a sua sensibilidade e inteligência, sempre preservando a independência, como foi falado aqui, inclusive pelo nosso querido colega Moro. E que nós possamos ter aí uma simetrização dos Poderes da República, que, ao meu ver, andaram relativamente assimétricos, que a gente possa restaurar a harmonia, a boa convivência e o respeito entre os Poderes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns a V. Exa.! Que o senhor tenha um desenvolvimento do seu trabalho no CNJ que venha ao encontro das aspirações da sociedade, assim como fez o nosso querido Ministro Luis Felipe, que também é um grande amigo. E também tive o prazer de ser grande amigo do seu irmão, Desembargador Paulo César Salomão, quando na minha residência no Rio de Janeiro, ainda há 40 anos.

Parabéns a V. Exas. e que sejam muito felizes nas suas atribuições futuras! Um grande abraço.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Líder Efraim Filho.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Para interpelar.) – Sr. Presidente, faço aqui uma saudação inicial aos nossos sabatinados, Sr. Antônio de Matos Gonçalves, Sr. Ministro Mauro Campbell Marques. São duas funções extremamente relevantes. Eu acredito que as perguntas aqui já esgotaram muitos dos temas sobre os quais pairavam algumas dúvidas.

Na verdade, eu teço até mais um comentário sobre o que disse o Sr. Antônio Gonçalves. A pergunta que foi feita sobre a questão da prevalência do negociado sobre o legislado era também o meu tema de dúvida, e eu me sinto satisfeito já com a resposta encaminhada. Acredito que a gente tem que priorizar, neste Brasil, quem produz e quem trabalha. A flexibilidade das relações tem feito bem, até porque a dinâmica das relações profissionais tem mudado bastante.

Falou-se aqui já sobre inteligência artificial. A gente lida, por exemplo, com o problema da desoneração da folha de pagamento, que tem a ver com os setores intensivos em mão de obra, que tem cada vez mais perdido espaço para automação, robotização e inteligência artificial. Essa mudança de modelo tem, cada vez mais, valido a pena, até pelo elevado custo do emprego. Quanto mais alto é o custo do emprego, mais vale a pena o *payback*, o retorno de se investir na automação.

Eu conversava com um empreendedor da construção civil, por exemplo, e ele disse que tem lá um determinado equipamento de levar material à obra, automatizado, que custa R$900 mil, mas, quando ele começa a fazer a conta de que ele substitui 16 trabalhadores... Se a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

continuar elevando o custo do emprego, vai ficar cada vez mais difícil ter a máquina, porque o encargo social sobre o emprego está cada vez mais alto. Acho que não é mais uma pergunta, porque o senhor já respondeu, mas queria agregar esse sentimento diante de uma discussão da agenda econômica que está acontecendo no Brasil que é a desoneração da folha de pagamento.

Quanto à Corregedoria no CNJ, Ministro Campbell, sob o seu mandato – vamos assim dizer –, nós vamos, provavelmente, inserir o novo contexto da execução fiscal extrajudicial, que terá, nos cartórios, um apoiamento forte. Esse é, hoje, um tema que o Presidente do CNJ, o Ministro Barroso, defende. Já é uma resolução do CNJ, por exemplo, a questão da obrigatoriedade do protesto para, de forma prévia ao protocolo da execução fiscal, poder formatar a certidão de dívida ativa, mas isso agora já está sendo tratado em lei, uma lei que já foi aprovada no Senado Federal, o PL 2.488, que irá agora à Câmara dos Deputados.

Há sempre uma dúvida muito grande sobre a questão da praça do protesto, e tem-se trabalhado para evitar uma concentração muito forte dessa praça do protesto na jurisdição do credor, porque, normalmente, são grandes bancos, são grandes empresas que estão concentradas só ali na cidade, e você não dilui. O grande ganho do extrajudicial é poder diluir essa demanda que hoje está concentrada em uma vara ou em um grande centro, para que você possa dar celeridade. Então, também não é uma pergunta, mas, como eu relatei o projeto de lei e acompanhei de perto essa definição de buscar o caminho extrajudicial para as execuções fiscais...

E, indo mais além, nesse mesmo âmbito da reformulação do processo administrativo tributário no Brasil, também estamos avançando, Senador Eduardo, em temas como transação tributária, temas como a mediação e a conciliação na relação tributária, tanto da Receita Federal do Brasil quanto da PGFN. Então, são temas de soluções alternativas ao litígio para temas tributários, também avançando aquilo que já deu certo na área cível, na área da jurisdição comum, para que a gente possa avançar.

Então, fica também esse comentário a V. Exa. Sou conhecedor da sua capacidade, do seu conhecimento, de uma experiência acumulada durante tantos anos no Superior Tribunal de Justiça, e tenho certeza de que, à frente da Corregedoria do CNJ, poderá trazer uma grande contribuição a um órgão que tem muito a discutir e a lidar, sentados à mesma mesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acredito que o tema – se surgiu aqui, me perdoe, que eu não estava no início da sabatina –, da política manicomial também é uma questão que tem que ser vista. O CNJ tomou uma decisão baseada em lei. Então, é preciso que o Congresso, Senador Eduardo Braga, se debruce sobre essa legislação que fez com que o CNJ determinasse um prazo para o fechamento ou não dos manicômios judiciais. E qual a solução que será dada a isso? Então, é um tema que precisa do diálogo entre o Legislativo e o CNJ. E o perfil de V. Exa., Ministro Mauro Campbell, traz um dos mais capacitados para poder exercer essa missão. Fica também esse comentário aqui para contribuir com esse momento, de ambos os nossos sabatinados.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Senador Líder Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para interpelar.) – Presidente, isso... Interrompa o seu telefonema, só para que eu possa publicamente cumprimentá-lo pelo seu aniversário. Fiz questão de me inscrever com o número 11, porque 47, 4+7=11. Foi em sua homenagem. O senhor pensou que fosse por causa do meu partido, não é?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Também.

E quero cumprimentar o nosso querido Hiran, que ali há ética, há estética e também há luminosidade, porque faz gente enxergar o que nunca tinha enxergado antes, inclusive no Senado, com mais de 15 intervenções bem-sucedidas. E há grande expectativa sobre o que vai acontecer quando o Kajuru Nasser enxergar o que nunca enxergou. Aí pode haver uma revolução.

Quero cumprimentar ambos os nossos sabatinados, os ministros, e cumprimentar todas as autoridades aqui presentes por uma questão de corporativismo ao Conselheiro do CNJ Bandeira de Mello. Todos se considerem, portanto, abrangidos aqui na minha fala.

Eu gostaria de fazer, objetivamente, ao nosso Ministro Antônio de Matos Gonçalves uma indagação genérica. São muitos os murmúrios de conflitos de entendimento entre o Supremo Tribunal Federal e decisões da Justiça do Trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não vou me estender aqui em exemplificações, mas eu queria uma opinião sua sobre a pacificação ou a redução desses conflitos, eu não diria nem conflitos, mas de controvérsias que são públicas, algumas delas, inclusive, abordadas pelo Senador Flávio Bolsonaro.

Ao Ministro Mauro Campbell eu vou me estender um pouquinho mais nas circunstâncias. Quero dizer que eu nem votei ainda, mas o senhor pode computar o voto do Hiran como sendo o meu. Se o senhor confia nele... (*Risos.*) Então, eu prometi que eu iria dizer isso como prêmio pelo seu aniversário. Considere-se votado pelo Hiran.

Mas gostaria de fazer aqui um breve resumo. Quando tivemos a oportunidade de conversar rapidamente: eu acho que o déficit constitucional e institucional do Brasil passa pela impossibilidade de o CNJ interferir – eu vou usar esse verbo – em decisões do Supremo, tanto de hermenêutica quanto administrativas. Eu vou dar um exemplo concreto: Lei das Estatais. Ela não fez mal ao Brasil, ela fez bem. A crônica policial mostra, toda a crônica policial mostra: de 2016 a 2023, com vigência plena, ela tirou das páginas policiais as estatais do Brasil. É um fato midiático e irreprochável.

Uma decisão monocrática, no dia 15 de março de 2023, abriu a porteira. Ao contrário do que se supõe, a Súmula 52 do Supremo não conseguiu produzir decisões colegiadas em 90 dias. Quatorze meses depois – 14 meses depois –, preenchidos cargos... A porteira significa 587 cargos preenchidos ou preenchíveis sem acatar o que está na Lei das Estatais – 587 cargos! Quatorze meses depois, o Supremo, colegiado, considera que a lei era constitucional, contrariando, portanto, a liminar monocrática que produziu efeitos. E duas singularidades posteriores ao julgamento: primeiro, quem está ocupando o cargo fica; portanto, ressalvados os destaques ocorridos ao abrigo de uma monocrática. Um Ministro do Supremo criticou a decisão do Colegiado – não foi um político, foi um Ministro do Supremo; vou abdicar de dizer o nome –, criticou a decisão do Supremo.

Então, eu queria lhe dizer que o senhor tem uma dupla responsabilidade a assumir. Tem experiência, tem conhecimento, tem conduta.

A Corregedoria do CNJ tomou algumas decisões que deixaram a sociedade preocupada, usou mão pesada contra juízes – se for necessário, na réplica, eu dou o nome –, usou mão pesada contra juízes que participaram do combate à corrupção. Usou mão pesada. Até porque... Aí eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estou copiando uma frase do Ministro Luís Roberto Barroso, que se manifestou a respeito antes que a punição fosse concretizada à juíza... Inclusive, ele se referiu àquela moça – tenho bem em mente a frase. Então, isso não pode servir de licença para usar, vamos dizer, de condescendência com transgressões.

A Corregedoria tem um papel muito importante. Eu lamento que, em 2004, ela tenha perdido o seu alcance em relação a decisões que trazem consequência política, social, jurídica e de confiança, na sociedade brasileira, muito sérias, muito sérias, muito graves, e as pesquisas de opinião estão aí para mostrar. O conceito Internacional de agências abalizadas sobre a impunidade e a corrupção no Brasil estão aí para mostrar.

Então eu quero lhe desejar, sinceramente, que toda essa experiência, toda essa conduta que consagra a sua vida profissional, pessoal e pública lhe ajude a cumprir...

Eu tenho um tempinho?

Eu ganhei esta plaquinha do Senador Tasso Jereissati, grande amigo – costumo dizer que ele pensa que é inglês, mas ele é "brimo", ele é descendente de libaneses. O Flávio Bolsonaro jamais acreditaria nisso. Isto aqui eu li para ele quando da reforma da Previdência, quando eu fiz um apelo para que nós déssemos uma solução justa para os mineiros de subsolo. Eu estava sentado aqui e ele estava sentado aí porque era o Relator da Previdência. Estava exatamente nessa cadeira. Eu usei essa expressão, esse pensamento, e ele mandou fazer isso aqui – ficou com um para ele e outro, me deu de presente. É do livro *As Sandálias do Pescador*, de 1970, um livro profético, porque o Morris West cantou a pedra de que iríamos ter um papa de nome Kiril; aconteceu o Karol. Seria ucraniano; foi polonês. Iria acabar com a União Soviética; nisso ele acertou. Por certo, é um livro profético: Kiril, Karol.

Então, fico feliz. Só vou repetir o que está na página 182: "Nenhum homem permanece imutável após a experiência do poder. Alguns são pervertidos ao ponto da tirania; outros, pela corrupção da lisonja e da autoindulgência". Essa última é muito perigosa: "Eu não fiz mais, mas ninguém fez". "Muitos poucos são os que atingem a sabedoria pela têmpera da sua compreensão [das consequências dos atos que praticam] [...]".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Peço, de coração, que o senhor seja iluminado pelos mesmos valores que procurou respeitar ao longo da sua vida.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. *Fora do microfone*.) – Parabéns, meu guru, meu guia espiritual!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pois é, para a gente tentar fazer perguntas e respostas ou ponderações e colocações, eu vou conceder a palavra para os ora sabatinados aqui.

Primeiro para o Dr. Antônio de Matos Gonçalves.

O SR. ANTÔNIO FABRÍCIO DE MATOS GONÇALVES (Para expor.) – Complementando novamente e ressaltando, mais uma vez, a honra de estar aqui, eu respondendo ou me posicionando com relação... ou reafirmando, Senador Flávio Bolsonaro – e agradeço as palavras aqui dirigidas –: é o olhar sob o olhar da Constituição, da CLT, dos princípios condicionais, dos princípios que regem o direito do trabalho e as resoluções do CNJ, que vão realmente direcionar – se aqui escolhido – o nosso encaminhamento.

Senador Esperidião Amin, sobre as questões relativas ao direito do trabalho no TST e no Supremo Tribunal Federal.

Ao longo da história, muitas vezes o TST e o Supremo Tribunal Federal tiveram súmulas diferentes sobre o mesmo tema. Eu posso trazer aqui a prescrição intercorrente, por exemplo: o Supremo Tribunal Federal tinha a Súmula 327, e o TST, a 114; um dizendo que aplicava prescrição intercorrente no direito do trabalho, e o outro não. Então, ao longo dos anos, as posições do Supremo Tribunal e do TST podem ser descoincidentes em algum tema.

O que não acontece, sobretudo hoje, na legislação brasileira, com súmula vinculante, é que, quando definido pelo Supremo Tribunal Federal, até chegar ao ponto da súmula vinculante, não há, no Brasil, o desrespeito à hierarquia dos tribunais. Então, essa descoincidência já aconteceu, por exemplo, na prescrição intercorrente, mas, ao longo do tempo, não é o fato de a Justiça do Trabalho ser especializada, estudar aquele tema, e o Supremo ter uma decisão, uma compreensão por outros temas e por temas mais genéricos... faz com que, às vezes, o olhar do julgador trabalhista seja mais específico naquelas questões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, o que eu não vejo é o desrespeito da hierarquia judiciária quando súmula vinculante é trazida ou o TST vem seguindo essas súmulas vinculantes. Enquanto não chega a esse ponto, as decisões vão se encaminhando, cada qual com o tribunal, até chegar a essas questões de unificação que a legislação brasileira traz.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Ministro Mauro Campbell Marques.

O SR. MAURO LUIZ CAMPBELL MARQUES (Para expor.) – Sr. Presidente...

Senador Flávio, agradeço o reconhecimento de V. Exa.

A minha postura, como juiz, não foi distinta da minha postura como promotor de Justiça. Eu nunca constrangi ninguém com nenhuma demanda judicial, cível ou penal. Não posso dizer que me regozijo disso, mas, de igual modo, nunca tive julgado improcedente em nenhuma das ações que intentei ainda como membro do Ministério Público. Sem embargo, repito, nunca expus nenhuma opinião demeritória a nenhum réu condenado ou submetido a essas ações. Do mesmo modo como juiz. A régua que eu pretendo aplicar na aferição da disciplina judiciária nacional no CNJ não será distinta daquela que eu uso para mim no dia a dia.

O CNJ já tem regulamentação sobre o uso de redes sociais, e há uma atuação muito candente e firme do CNJ nessa área. Esta expressão que utilizo constantemente e até profilaticamente é exatamente para que nós pacifiquemos o país: juízes não podem e não devem ser jamais protagonistas de crises, e sim de solução delas. Em quê? Nos processos sob sua jurisdição. E, quanto às opiniões nossas, nós somos seres humanos, sim, mas acessamos o exercício de um cargo que é singular.

Muitas pessoas pensam que, depois da TV Justiça, adquiriram a capacidade de julgar. Não, podem saber seus direitos; julgar é algo bem distinto do que saber direito. Falo isso com certeza, em nome de eméritos magistrados que estão aqui.

Por uma curiosidade, Senador – é uma expressão jocosa que uso sempre –, nós, terceirizados do Ministério Público, eu, Lelio – Balazeiro ainda está aí ainda? Estava aí. Kukina está ali... Somos da bancada terceirizada do Ministério Público, da magistratura nacional, e temos exatamente esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cuidado de temperança e parcimônia e ponderação e bom senso no trato da jurisdição, seguindo os bons exemplos daqueles magistrados que nos inspiram, que são os magistrados de carreira.

Senador Hiran, quero cumprimentá-lo mais uma vez pelo seu aniversário e agradecer as manifestações de carinho e afeto. Realmente, o Senador Hiran é um contemporâneo meu de Colégio Dom Bosco, Colégio Salesiano Dom Bosco. Ele, que nasceu na cidade de Tefé. Para quem não teve o privilégio de conhecer Tefé, Tefé está no centro geodésico do Amazônico, bem no centro do Amazonas. Foi um município que foi criado para ser a capital do estado a certa altura.

Senador Efraim, agradeço as manifestações de carinho e respeito de V. Exa. para com o meu trabalho.

Registro que é um avanço, sem dúvida alguma, a execução fiscal na via extrajudicial. Para tanto, na via judicial, Kukina e eu já tivemos a oportunidade de, na Primeira Seção, julgarmos um único tema, o art. 40 da Lei de Execução Fiscal, e este julgamento paradigmático fez com que 25 milhões de processos, Senador Efraim, fossem arquivados somente com o julgamento de um recurso repetitivo que tratou da prescrição intercorrente do art. 40 da Lei de Execução Fiscal. Isso virou depois um tema de repercussão geral, com este acórdão nosso confirmado no Supremo Tribunal Federal, cujo Relator foi o Ministro Barroso, que, assentado agora na augusta Presidência do CNJ, encetou o passo seguinte, que é fazer com que isso seja extinto e, consequentemente, com que a execução fiscal, prioritariamente, digamos assim, tramite na área extrajudicial. Eu acho que nós já podemos avançar muito mais nessa atuação e concordo com V. Exa. que é inadmissível. Eu citar esse acórdão... O Kukina se lembra muito bem de que eu falava: é tão óbvio o voto que proferi, que eu, a certa altura, pensei até em desafetar o tema, porque eu estava lendo apenas o que dizia a lei, mas alguns magistrados e membros das procuradorias fiscais de estados, União e municípios entendiam que eles eram donos do prazo de execução fiscal. Então, eu apelidei o voto, que era o voto da execução da bicicleta Caloi 10, porque não valia valor nenhum, não teria valia nenhuma, senão uma estatística de mais um processo. E nós temos que sanear isso também no Judiciário. Já há um trabalho do CNJ, Excelência, muito alvissareiro nesse ramo.

Senador Esperidião Amin, é uma honra renovada estar aqui e ouvir a manifestação de V. Exa. Tomo de empréstimo o que disse o Senador Flávio Bolsonaro de que a regra, a minha postura, que V. Exa. bem conhece há muitos anos, não será destoante lá no CNJ também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E peço realmente, como católico que sou, a Deus, e por intercessão de São Cirilo – São Cirilo, grego, que levou o cristianismo para aquela região...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MAURO LUIZ CAMPBELL MARQUES – Exatamente.

E uma curiosidade a V. Exa. Estava sentada perto de V. Exa. a Lúcia Clara, que é patrícia – ela está atrás de V. Exa. –: ela é libanesa, é de origem libanesa também.

Mas reitero a V. Exa...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Salém.

O SR. MAURO LUIZ CAMPBELL MARQUES – Salém, exatamente.

Eu reitero a V. Exa. o compromisso de não alterar a minha postura, que V. Exa. conhece há tantos anos, estando eu no desempenho de um cargo tão relevante para a República que é o de Corregedor Nacional de Justiça.

Sr. Presidente, eu quero reiterar as manifestações de apreço pela presença até aqui do Conselheiro Bandeira, que é o nosso *coach* dos sabatinandos no Senado também. (*Risos.*)

Ele fica ali... Cadê o Bandeira? Saiu?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MAURO LUIZ CAMPBELL MARQUES – Não, mas ele fica colocando o polegar para cima e o polegar para baixo ali na minha fala. E quero render minhas homenagens também aqui à bancada acriana aqui presente, ao Conselheiro Ronald Polanco, do Tribunal de Contas do Acre, e ao Ministério Público do Acre, na pessoa Dr. Sammy Barbosa Lopes, aqui presente também, capitaneados que são pelo Petecão.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra à Senadora Professora Dorinha Seabra.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Ela é a última?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Ainda tem 30 Senadores inscritos.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Para interpelar.) – Com certeza não. (*Risos.*)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu gostaria só de destacar, de maneira bastante breve, que eu tenho certeza absoluta da confirmação, a partir dessa sabatina, pela história de cada um, pelo trabalho, em relação à indicação do Sr. Antônio de Matos Gonçalves.

Eu gostaria só de reforçar o quanto a segurança jurídica faz diferença em relação ao custo Brasil, em relação à disposição de investimento e, logicamente, também na lógica do trabalhador, a segurança em relação às decisões tomadas. E eu tenho certeza de que a sua história, a sua representação, fará jus a essa indicação.

Ao Ministro Mauro Campbell, eu gostaria de, de igual forma, dizer da responsabilidade que é a sua história e gostaria de lhe fazer um apelo, na verdade, em relação a um tema para nós mulheres tão caro, que é a violência contra a mulher. Eu fui Líder da Bancada Feminina na Câmara, hoje pertenço à Bancada do Senado, e o tema da violência tem crescido muito, a legislação tem avançado, mas de igual forma...

Presidente, tem muito barulho.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Professor tem mania de silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – E V. Exa. está certa.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Então, o que eu gostaria de colocar é que, acompanhando a frente da Secretaria da Mulher e Procuradoria, em muitas situações, nós precisamos muito da sua ajuda, como Corregedor, no ajuste, principalmente, no cumprimento dos prazos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Infelizmente, muitos casos são... a prescrição acontece pelo não cumprimento dos prazos. Eu tenho vários casos à frente da Procuradoria da Mulher, da procrastinação, que acabam culminando na perda da validade da ação, e a violência cresce em virtude, inclusive, disso.

O sistema judiciário precisa funcionar, no caso para que a nossa luta para que as Secretarias de Segurança Pública criem estruturas próprias no combate à violência contra a mulher. Mas nós precisamos muito dessa ação e, com certeza, a Bancada Feminina do Senado deve procurá-lo para tratar desse tema, cuja ação é tão importante para nós no combate à violência, que tem crescido muito, não só em relação à prática de violência, mas também ao número de mortes, hoje caracterizadas como feminicídio.

Eu tenho certeza de que esse será um tema pelo qual nós o estaremos procurando. Então, com certeza, um grande trabalho será realizado. Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Com a palavra, o Vice-Presidente desta Comissão, o Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu quero cumprimentar os sabatinandos, o Dr. Antônio de Matos Gonçalves e o Ministro Mauro Campbell, que cumpre a tarefa de se apresentar à CCJ neste momento.

Quero deixar minha saudação aqui ao Pastor Silas Malafaia...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ...que visita esta Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal. É uma honra muito grande tê-lo conosco, aqui ao lado do Deputado Sóstenes Cavalcante.

É uma alegria, Sr. Presidente, rever aqui entre nós o nosso combatente, Magno Malta. Ele está aqui desafiando o conselho dos amigos e dos médicos também, porque eu vi o Magno, dias atrás, nós estávamos numa agenda lá no Ceará, em Fortaleza. Depois de cumprir uma jornada, ele foi para o hotel, viria no dia seguinte e iria para Paraíba numa outra agenda. Eu testemunhei a dor e a angústia do Magno com essa situação que afeta o joelho dele. Foi uma coisa muito forte, ele acabou não podendo vir no dia seguinte. Ele ficou lá o final de semana, só retornou,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

depois, direto para o hospital e teve que se submeter a uma cirurgia delicadíssima, mas aqui está em nome da pauta, em nome da causa, em que todos nós estaremos imbuídos daqui a pouco.

O médico está aqui também? Além de vir, ainda trouxe o médico e o fisioterapeuta de São Paulo – estão aqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eles vieram a contragosto. É um desobediente, mas por causa justa.

Mas, enfim, eu queria, Sr. Presidente... Eu não vou fazer questionamentos aos nossos sabatinandos, porque já apresentaram aqui os seus currículos. Eles já fizeram aqui suas falas dentro de uma linha, em que há observância da nossa Constituição, do nosso ordenamento jurídico – é o caso do Dr. Antônio de Matos, que é egresso da advocacia em Minas Gerais. O que se espera de alguém que vai para um tribunal é um estrito cumprimento daquilo que manda a Constituição Federal, daquilo que disciplina a legislação brasileira: esse ativismo. Especialmente no campo do TST, durante muito tempo, o que orientavam as decisões do TST eram mais as OJs do que a lei propriamente dita. Foi necessário vir uma reforma trabalhista dura, mas necessária para o Brasil.

E vez ou outra – e aqui a gente observa isso, eu vi o Senador Flávio Bolsonaro, agora há pouco, fazendo menção –, o próprio Parlamento ou membros do Parlamento, às vezes, enfraquecem a atividade legiferante quando desafiam o decidido, o legislado, levando aquele tema a uma terceira instância para contrariar o que decidiu o legislador. Isso é muito ruim – isso é muito ruim. É a supremacia das minorias por instâncias impróprias.

Veja, no caso da reforma trabalhista, nós acabamos – entre outras coisas – com o imposto sindical. Mais recentemente, esse assunto foi revisitado pelo Supremo Tribunal Federal e tirou-se de dentro dessa tese, Líder Eduardo Braga, a figura da contribuição assistencial, que, de fato, guarda consonância com a legislação. O Supremo, então, falou: "Olha, é devido, é cabível, todavia, é preciso respeitar o direito de oposição do trabalhador". E eu mencionei isso aqui de maneira eloquente quando discutimos essa matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, o que você passa a ver no Brasil inteiro? As entidades representativas tomando a decisão de fazer a cobrança, mesmo com a oposição do trabalhador, pela via daquilo que seria o acordo coletivo. Não foi isso que decidiu o Supremo Tribunal Federal. E não é isso que diz a legislação.

Então, decidir dentro do que manda a Constituição Federal, dentro do que manda a legislação, é respeitar o devido processo legislativo, é respeitar a separação de Poderes, cada um dentro do seu papel.

Eu fiquei feliz em ouvi-lo aqui, repetindo aqui aquilo que V. Exa., na sua carreira, na sua trajetória, sempre defendeu. Eu tenho a segurança de que será um bom julgador naquela alta instância da Justiça trabalhista do Brasil.

Dr. Mauro Campbell, Ministro Mauro Campbell, já é conhecido e vem aqui e faz uma fala muito segura, muito firme, inclusive com temas que às vezes não são temas tão simples de serem abordados numa reunião coletiva, porque às vezes você agrada aquele que defende aquela tese, aquela orientação ideológica, e desagrada quem pensa diferente.

Agora, a experiência de V. Exa. no CNJ, na condição de Corregedor, eu tenho certeza de que poderá contribuir em muito com aquela Casa. Eu sou um defensor dos nossos conselhos, mas defensor dos conselhos dentro do papel que foi desenhado pela Constituição Federal. Nem além, nem aquém.

O que me preocupa, demasiadamente, Ministro Mauro Campbell, e aqui faço essa fala não no sentido de inquiri-lo em relação a isso, porque conheço sua trajetória e a sua ponderação, mas no sentido de sublinhar uma preocupação.

Nós não podemos fazer do Conselho Nacional de Justiça uma instância recursal, ou uma instância revisora de atos jurisdicionais, com todo respeito. Eu não quero aqui entrar na seara do caso concreto, porque o que diz a Constituição Federal lá no §4º, vai dizer qual é a competência do Conselho Nacional: "Compete ao Conselho o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, cabendo-lhe além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura [...]".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não me parece que o Estatuto da Magistratura tenha dado competência alargada ao Conselho Nacional de Justiça para que esta Casa transpasse, ou ultrapasse, essa linha. Talvez pudesse até se questionar, em sede de alguma ação no Supremo Tribunal Federal, o que significa, o que quer dizer "do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes".

Dentro de uma hermenêutica um pouco mais elastecida, talvez até pudesse: "Olha, quando o Constituinte derivado tratou desse tema e colocou aqui o cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, entre os deveres funcionais dos juízes estava a função judicial". Mas isso significa que o CNJ pode ir além para revisitar aspectos derivados de uma decisão judicial?

Então, eu tenho tido... Assim, não é a primeira vez, a gente já fez esse debate aqui na CCJ em outras ocasiões com essa preocupação, vez ou outra, diante de situações que, com todo o respeito, eu também tenho as minhas preocupações, porque não está imune a erros, a exageros, a atropelos, o magistrado de primeiro grau, de segundo grau, mas para isso nós temos as instâncias recursais.

A preocupação que tenho é de não transformar o Conselho em uma Casa revisora de decisões jurisdicionais pela via da revisão do ato administrativo ou pelo julgamento da questão administrativa se revisitar a questão jurisdicional. Isso é muito perigoso para a magistratura.

Então, a minha fala é no sentido apenas de dizer que tenho plena convicção de que, no desempenho da função de corregedor, V. Exa. conferirá ao CNJ a estatura que ele realmente precisa ter.

Não estou fazendo aqui nenhuma crítica pontual... (*Pausa.*)

Ajude, Presidente Davi.

... a algo que aconteceu, porque é algo que a gente precisa olhar com bastante atenção. Já manifestei o meu voto na condução dos dois, e a expectativa é de que a gente tenha uma atuação exitosa, porque isso fará bem à magistratura a partir do CNJ, bem como ao Tribunal Superior do Trabalho também.

Minha saudação e os meus elogios aos dois indicados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Último Senador inscrito, Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para interpelar.) – Muitíssimo obrigado, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, quero cumprimentá-lo pelo seu aniversário hoje.

Poxa, que coincidência, não é? Fico feliz, no dia da sessão da CCJ...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. *Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não, o dia do aniversário no dia da sessão da CCJ, que o presidente Davi conduz, sempre aqui com muita frequência.

Muita saúde, muita paz, harmonia para o senhor nesta data tão especial.

Queria saudar o Ministro Mauro Campbell Marques aqui, sabatinado, e também o Dr. Antônio Matos Gonçalves: sejam muito bem-vindos a esta Casa.

Antes de fazer apenas dois questionamentos, Dr. Mauro, para o senhor, eu queria saudar a presença aqui de um grande brasileiro, de um grande cidadão que eu aprendi a admirar, a respeitar, pela coragem. Hoje em dia isso é algo que é fundamental, um valor importante.

Quero saudar Silas Malafaia, pastor aqui presente, que veio especialmente para esta sessão, porque daqui a pouco nós vamos ter uma deliberação que já foi adiada muitas vezes, mas que o Presidente inclusive hoje já me confirmou que nós vamos votar e realmente essa agonia precisa acabar, porque é uma espada na cabeça dos brasileiros essa questão de se cogitar – e aí nós temos argumentos contra, a favor, mas eu acho que nós estamos aqui para encarar a verdade – a legalização, a liberação de mil bingos e 67 cassinos.

Isto é muito grave: quando a gente vê uma cooptação hoje de muitos postos de gasolina no Brasil pelo crime organizado, quando a gente vê a pandemia do momento, que é suicídio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

batendo forte na porta do brasileiro, porque isso aí leva ao vício – a ludopatia já é considerada pela própria OMS algo muito grave.

E eu acabei de receber aqui, Senador Magno Malta, uma pesquisa do DataSenado. Acabou de chegar. E nessas coisas não existe coincidência. Olhe só a pesquisa que o nosso gabinete solicitou ao DataSenado, amplamente trabalhada no Estado do Ceará.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Girão...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Só para concluir, porque eu já vou para a pergunta. Só para concluir: deu 85%, está aqui, 85% dos cearenses, do meu povo, são contra liberação de cassino.

Mas eu vou agora para a pergunta, para o questionamento aqui ao Dr. Mauro Campbell. Eu quero mais uma vez agradecer e perguntar o seguinte, Dr. Mauro Campbell. A gente tem visto um *lobby* cada vez maior na liberação da maconha no Brasil. A gente sabe que esse *lobby* atua e que certamente não é do interesse do povo brasileiro. Muitas decisões do STJ têm sido, inclusive assim, de uma forma preocupante, com relação à liberação de plantio de maconha em casas, em fazendas, em áreas, para tratamento.

Ora, não dá para entender essas liberações porque, se existe medicamento feito em laboratório com o CBD, que é, repito, trabalhado em laboratório, e que não tem o THC, que leva ao vício, se esse medicamento existe inclusive no Brasil – é importado, mas existe também no Brasil já, com produção local –, por que existe tanta liberação? E eu queria perguntar se o senhor é favorável a isto: à liberação do plantio de maconha em casas, algo que não tem nenhuma sustentação científica e que abre uma porta para que perpasse o caminho para tráfico. Muitas vezes esta é a minha preocupação, que isso seja usado para a questão da maconha chamada recreativa e não para tratamento. Óleo para quê, se tem o CBD, se tem um medicamento que resolve o problema, inclusive tem cientistas que o atestam. E eu acho que a gente tem que buscar solucionar o problema das crianças, dos adolescentes que têm epilepsia refratária, esse é o nosso dever.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho um projeto de lei aqui na Casa para dar de graça esse medicamento para quem precisa no Brasil – são cerca de 1,8 mil famílias que precisam –, mas eu não entendo essas decisões reiteradas do STJ e eu queria saber a sua posição com relação a isso.

Já que nós estamos falando de droga também, nós temos visto muitas liberações de traficantes com quantidade de entorpecentes absurda. O tempo aqui não vai dar para a gente colocar alguns casos aqui. Mas, como o STJ tem responsabilidade como tribunal do povo, tribunal da cidadania, e a nossa sociedade vive um clima de medo em face da violência, principalmente vinda de organizações criminosas, como o senhor vê esse posicionamento do STJ concedendo liberdades para traficantes de drogas com enorme quantidade de entorpecentes? Qual a sua opinião sobre essa questão, como Ministro do STJ e futuro Corregedor do CNJ?

Inclusive eu queria também aproveitar para lhe perguntar sobre essa questão da luta antimanicomial. Como é o seu posicionamento sobre isso? Essa resolução... O que vão fazer as pessoas que têm familiares, pessoas com problemas que já cometeram violência? Essas pessoas estão hoje nesses hospitais psiquiátricos e agora vão voltar para casa, vão voltar para rua? Isso não é uma irresponsabilidade do CNJ, que foi criado inclusive nesta Casa... O Senador Magno Malta, inclusive, fez um discurso forte, até um mea-culpa sobre isso, que, se imaginasse que indo por esse caminho era danoso para a sociedade, ele não teria feito. Então eu lhe pergunto sobre isso, sobre essa luta antimanicomial: qual é o seu posicionamento sobre isso?

E, nos minutos que faltam, Sr. Presidente, só lhe peço, já que a gente tem uma expectativa enorme da sociedade brasileira, que a gente possa manter o quórum, se possível, desta sessão e agilizar imediatamente depois para a votação dessa matéria que tem deixado o brasileiro apreensivo. Cassino e bingo na altura do campeonato é algo realmente muito preocupante.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Girão, rapidamente, apenas respondendo a V. Exa., este quórum vai prevalecer para a próxima reunião. Não será preciso iniciar uma nova contagem de quórum para a próxima reunião, extraordinária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Nós não temos mais Senadores inscritos.

Eu vou conceder a palavra...

Foi feito algum... (*Pausa*.)

Não.

Eu vou conceder a palavra ao Ministro Mauro Campbell para fazer...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Senador Davi...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Ah, o Senador Magno Malta.

Um minuto, Ministro.

Senador Magno Malta, com a palavra.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Para interpelar.) – Eu quero saudá-lo e quero agradecer também o carinho e a compreensão que teve durante todo esse tempo em que eu precisei passar por esse processo cirúrgico. Por duas vezes, a sessão foi adiada, exatamente entendendo esse momento, porque é uma luta histórica minha. Assim, a gente tem as posições, e eu respeito a posição de cada um. E o fato de aqueles que são contrários à minha posição concordarem em adiar para que eu pudesse participar, isso é muito nobre, nobre da parte de V. Exa., do Senador Irajá, que é o Relator e que mandou recado a mim, eu no hospital.

E hoje eu venho fazendo esse grande esforço, porque penso na importância desse assunto para o país, para as próximas gerações e para o momento dramático que o país vive neste momento, com a criminalidade e o crime organizado fazendo parte da sociedade como um todo e até se comportando como autoridade – hoje, o crime organizado no Brasil.

E, como eu fiz essa luta a vida inteira aqui, ao longo da minha vida, eu vim e quero fazer esse registro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Registro também a presença aqui do Dr. Roberto, que é cirurgião ortopedista, Chefe do Núcleo de Ortopedia da USP, em São Paulo, que fez uma cirurgia absolutamente complicada, mas fez questão de me acompanhar hoje aqui; e do meu fisioterapeuta também. Já fiz fisioterapia hoje, duas vezes.

Quando a gente fala "Ah, fez uma cirurgia de joelho e está demorando a voltar", as pessoas sempre imaginam uma artroscopia ou que você teve uma lesão de um ligamento, mas não é isso. Eu tive o joelho amputado. Quer dizer, quando se coloca uma prótese, é uma amputação. E aí o corpo tem que entender que essa prótese que vem é um corpo estranho dentro do corpo. Então, Senador Eduardo Braga, é muito difícil a recuperação. É muito difícil, muito difícil.

E, até há um tempo, a gente discutia, na saúde do Brasil, Senador Eduardo Braga, como o médico não pode se dispor a operar pessoas obesas que não têm um pouco de massa muscular para fazer a cirurgia e colocar uma prótese. Ela não vai se recuperar nunca, Senador Irajá – nunca.

Então, eu faço esse registro, antes de fazer a minha colocação, grato mesmo ao Presidente, ao Irajá, que é o Relator, e também a todos aqueles que não comungam com a minha posição, mas que fizeram coro a fim de que eu pudesse estar aqui no dia de hoje. E faço isso com o coração muito agradecido.

Eu estava aqui quando o CNJ foi criado. E o CNJ foi criado quando havia um exagero, quando começou a acontecerem exageros por parte do Ministério Público, uma instituição seríssima, e também por parte de juízes. E, ao se constatarem esses exageros, que vinham desde abuso de autoridade até transferência de traficantes, benefícios a traficantes e a bandidos, a sociedade precisava de algo que regulasse isso, uma comissão de ética para o Judiciário e para o Ministério Público. Por isso, o Conselho Nacional do Ministério Público e também o CNJ foram criados com essa visão; ou seja, simplificando, tão somente existe o CNJ por conta de se posicionar sobre comportamentos éticos ou não éticos de magistrados e mais nada.

Eu estava aqui na criação, participei do debate, participei de tudo, mas nós cometemos um erro gravíssimo quando se criou o CNJ. Qual foi o erro gravíssimo cometido? Foi que o Presidente do Supremo também é o Presidente do CNJ. Nós demos poder, nós demos dois colegiados para um homem só.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o Brasil não é o de agora de um ano e meio, não é o de agora de dois anos, de três anos ou de cinco anos: já há muito – e estou falando porque eu denuncio –, nós vivemos um ativismo judicial no país, e o CNJ passou a ser usado como um instrumento para monitorar o ativismo judicial. O CNJ no Brasil hoje é um outro Poder – é um outro Poder. O CNJ não foi criado com o poder de decidir nada. E eu falo isso para os conselheiros, para quem vai no meu gabinete, para quem não vai, até porque tenho muitos amigos lá. O senhor acabou de citar o Bandeirinha, aqui, e o Bandeira foi ali o nosso orientador na Mesa por muito tempo aqui, é da Casa, é amigo, é querido. E eu sempre falei isso para ele e sempre falo para todos.

Agora a minha pergunta é: dentro do propósito e dos preceitos para os quais o CNJ foi criado, o senhor está disposto...? Até porque o CNJ toma decisão hoje em que não existe um ordenamento jurídico nenhum. Por exemplo, quando eles começaram, na covid, a soltar os presos para eles não pegarem a covid – e preso tem duas horas de sol –, e a prender a sociedade dentro de casa, isso foi com base numa recomendação do CNJ. O CNJ não foi criado para recomendar nada. O CNJ foi criado para poder julgar comportamento ético ou não ético de juiz. Ponto. Mas lá está cheio de gente competente, que estão lá bem nomeados, tem pessoas importantes da televisão que hoje estão lá bem nomeadas lá dentro. Não me impressiona nada, porque essas pessoas têm um conhecimento jurídico tão vasto, tão profundo que merecem estar lá – virou um cabidão de emprego!

Então é o seguinte, a minha pergunta é clara, porque participei do debate. "Ah, esse cara nem participou, esse cara não participou." E cometi um erro – e peço perdão à sociedade –, Senador Eduardo Braga, de dar dois colegiados para uma pessoa só. O Joaquim Barbosa, quando foi Presidente do CNJ, não tinha nada escrito, não, meu irmão: eles se reuniam e davam a ordem. Por exemplo: "Comunique-se aos cartórios que estão autorizados a fazer casamento homossexual". Isso nunca foi votado – nunca! –, nunca passou pelo Parlamento, foi uma ordem de Joaquim Barbosa. Ponto. Saiu do CNJ. Não, eu não tenho nada contra a escolha sexual de ninguém, eu só estou dizendo que nós cometemos um erro com o Brasil, e espero que nós cheguemos ao tempo de consertar.

Então a minha pergunta é: o propósito para o qual foi criado, os pressupostos, se absolutamente o senhor os conhece, porque, senão, não estaria aqui...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quero fazer um outro registro: não existe uma pessoa que se senta aqui para ser sabatinada, para ir para qualquer posição, que não esteja pronta para cumprir tudo do que nós perguntamos aqui. Mas, para a nossa tristeza, após a chamada posse, eles fazem de outro jeito. Estou me referindo ao Supremo Tribunal Federal também. Quando se sentam aqui, os homens são cumpridores da Constituição, respeitadores dos códigos; mas eu pergunto, onde estão os códigos? Onde está a Constituição? Onde estão os guardiões da Constituição? Eles não existem. A lei no Brasil hoje se escreve num pedaço de pão: "Cumpra-se em 48 horas, 72 horas, 24 horas".

Então, essa é a minha pergunta, com base no que debati, discuti, participei aqui nesta Casa, se as razões pelas quais foi criado e com base nos preceitos fundamentais da criação... se teremos essa alegria de ver V. Exa. realmente fazendo cumprir aquilo que esta Casa votou.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não temos mais Senadores inscritos para arguição.

Concedo a palavra ao Ministro Mauro Campbell para as suas respostas.

O SR. MAURO LUIZ CAMPBELL MARQUES (Para expor.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Senadora Dorinha, é uma satisfação imensa. Agradeço a presença de V. Exa. e poder sofrer o controle de V. Exa. aqui para, quem sabe, uma vez aprovado por esta Casa, acessar ao CNJ.

É compromisso que reafirmo a V. Exa. de tratar com especial valia e relevo a atuação do Conselho Nacional de Justiça, no que pertine à Corregedoria, ao seu controle administrativo, no combate administrativo a qualquer desídia que haja, ou que houver, por parte de magistrados brasileiros que sejam eventualmente lenientes com o trato da violência contra a mulher. Essa covardia tem que ter termo e é o juiz que tem que pôr termo a isso. Nós vimos, lamentavelmente, posições até mesmo de magistrados brasileiros desconsiderando esse dogma e destratando publicamente, em audiências judiciais, mulheres, ou tratando com menoscabo crimes e violências praticados contra mulheres brasileiras.

Tenho a convicção absoluta de que o trabalho que já existe hoje, rigoroso do CNJ nesse campo, no que depender da minha atuação, terá a minha módica contribuição para que seja exitoso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E fica aqui, reitero a V. Exa., a abertura absoluta de um canal direto comigo para receber de V. Exa. qualquer indicação de procrastinação de processos por parte de juízes. Sobre esse ponto, eu quero realçar aqui que a postura da Corregedoria, no que pertine a esse controle específico de tramitação de processos para salvaguarda do princípio constitucional de razoável duração do processo, deve ser ciosa sob todos os aspectos, a começar por não demandarmos o juiz, o desembargador ou o ministro antes de efetuarmos toda uma pesquisa do acervo, do número de decisões proferidas por esse magistrado, das condições de trabalho que ele vive, o tempo que ele está naquela vara ou juízo, como queira, para só ao final, ao fim e ao cabo, tomar uma atitude, sem a necessidade de instauração, espero eu, de procedimento algum. Só terá valia para o cidadão brasileiro o julgamento do processo, que é sempre o mais importante da vida dele.

E, especificamente quanto à violência contra a mulher, há que ser prioridade absoluta, nos mesmos termos em que, na primeira correição que fiz, como Corregedor Auxiliar, no Ministério Público do Amazonas, na 4ª Vara Criminal da capital do Amazonas, nós tivemos uma situação em que uma promotora titular daquela vara criminal não tinha observado que ela tinha atuado em quatro inquéritos de estupro no mesmo perímetro urbano, e era um serial, era o mesmo estuprador e isso não foi comunicado à autoridade policial. De um provimento da Corregedoria, se alcançou o estuprador, que foi preso, e era o autor de todos esses crimes.

Este é o trabalho que tem que ter a Corregedoria: converter em eficiência a prestação jurisdicional, como é eficiente a prestação de V. Exas. aqui como Senadores no Parlamento brasileiro.

Senador Marcos Rogério, agradeço as manifestações de respeito e carinho de V. Exa., são recíprocas de longa data.

Só reitero publicamente, então, para fim de registro, Sr. Presidente, que também não permitirei, a exemplo dos meus antecessores todos, que o CNJ seja convertido em instância revisora de decisões judiciais. Isso é admissível e vai ao encontro – vou saltar aqui, com a permissão do Senador Girão – do que me ponderou o Senador Magno Malta. Agradeço a V. Exa. pela presença, nos conhecemos de longa data. Eu estava aqui, V. Exa. não tinha chegado ainda, com esse sacrifício todo, e rememorava aqui que eu na época era promotor de Justiça e lobista do Ministério Público pelos conselhos aqui nesta Casa. E me lembro bem da postura de V. Exa. na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

criação do Conselho Nacional do Ministério Público, que tanto ansiamos. E lembro a V. Exa. que, naquele momento, havia sim uma campanha, às vezes, demeritória de falar na caixa-preta do Judiciário, caixa-preta do Ministério Público, não era bem isso? Graças à criação do conselho nacional, houve realmente um avanço na gestão administrativa dos tribunais brasileiros e do Ministério Público brasileiro. Inexoravelmente isso é fato. Porém, é muito importante que essa delimitação de atribuições de controle seja fixada nos termos em que debatemos lá atrás, para que nós não tenhamos que desbordar para nenhuma aferição de decisão judicial especificamente, mas só naquilo que transpuser o muro do limite do livre convencimento do magistrado e, ultrapassando esse muro, alcançar a parte administrativa da gestão da vara, do juiz e do tribunal. Aí, sim, o CNJ vai atuar.

Senador Girão, permita-me, talvez eu tenha que frustrá-lo, porque, se eu respondesse às indagações de V. Exa., eu estaria desdizendo toda a minha postura desde que tomei posse lá como promotor de Justiça e como juiz há 16 anos. Eu não comento nenhuma decisão judicial deste país, não porque a lei me proíba, mas porque a minha opinião sempre será considerada de alguma forma; e este fato, a meu sentir, não traz contribuição alguma. Penso que necessariamente a régua que disse que vou aplicar no CNJ é esta, é esta que estou a falar aqui: necessariamente ponderação, bom senso, serenidade, que é o que o Brasil precisa de sua magistratura para ver a paz social reinar.

Desculpas a V. Exa., peço perdão...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo, para as suas manifestações...

O SR. MAURO LUIZ CAMPBELL MARQUES – Presidente, perdão, mas eu não poderia deixar, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, de tributar aqui a minha gratidão, o meu reconhecimento a todos os servidores e servidoras do Senado Federal...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu vou conceder a palavra a V. Exa... Já que já respondeu, vou conceder ao Dr. Antônio de Matos. Em seguida, eu passo a V. Exa. para fazer as suas ponderações finais.

O SR. MAURO LUIZ CAMPBELL MARQUES – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Dr. Antônio de Matos Gonçalves, para as suas considerações finais.

O SR. ANTÔNIO FABRÍCIO DE MATOS GONÇALVES (Para expor.) – Neste momento, já boa tarde a todas e a todos.

Todas as minhas palavras são de agradecimento, sobretudo pela forma com que este Senado me acolheu.

Eu sugiro a quem esteja assistindo, a todos os brasileiros que não tiveram ainda oportunidade de estar neste Senado que passem aqui dias, tardes para ver qual é o tamanho do trabalho, como se trabalha e qual é a contribuição, a forma frenética com que esta Casa funciona, dando um retorno gigante à população brasileira.

Com essas palavras e esse tributo ao trabalho do Senado, eu cumprimento o Presidente Davi Alcolumbre e agradeço o acolhimento.

Agradeço também ao Relator desta indicação, o Senador Carlos Viana, e o cumprimento, além de cumprimentar todo o seu gabinete, nas pessoas dos assessores Will e He-Man.

Agradeço muito a forma com que as Senadoras e os Senadores me receberam e me acolheram. Foram 70 visitas, e hoje tive a oportunidade de falar com mais dois Senadores, chegando a 72 Senadores visitados, a quem pude me apresentar.

Eu agradeço também ao Presidente do TST, que, sendo eu aprovado aqui, estará nos recebendo na casa que eu tanto respeito e que tributo uma casa fundamental para a justiça social deste país.

Agradeço ao Ministro Freire Pimenta, meu professor, que agora está aqui presente, e aos dois Ministros que também estiveram aqui, o Ministro Balazeiro e o Ministro Cláudio Brandão.

Eu agradeço ao meu irmão, representando aqui toda a família Matos Gonçalves, do norte de Minas, e ao meu amor, Tatiana Goulart, além de aos advogados, porque Minas Gerais veio quase toda para cá hoje: meu sócio, futuro ex-sócio Alex Santana; Marcos Chagas; Moysés Monteiro, da OAB de Minas; João Rafael, Presidente da Subseção de Pirapora; João Rafael, assessor parlamentar; Vinicius Rezende; Egmar, do Triângulo Mineiro; Dimair; André Sturaro, da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bahia; Juíza Marília; Dr. Antônio Nunes, do Maranhão; as jornalistas Adriana Peres e Gisela Mendonça; o Presidente Beto Simonetti; e o Sérgio Leonardo, com o compromisso de sempre saber que eu saí da advocacia com o olhar do direito de defesa, que levarei comigo para dentro do tribunal.

Eu quero usar minhas últimas palavras para dizer que é com muita honra que sou a primeira pessoa da cidade de Brasília de Minas a ser sabatinada neste Senado, e a origem geográfica do nosso nascimento não nos limita.

Foi um prazer.

Muito obrigado, Sras. Senadoras e Srs. Senadores.

Muito obrigado, Presidente.

Para quem saiu de Brasília de Minas, a gente caminhou muito.

Uma boa tarde. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra, para suas considerações finais, a S. Exa. o Sr. Ministro Mauro Luiz Campbell Marques.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. MAURO LUIZ CAMPBELL MARQUES (Para expor.) – Sr. Presidente, nós estávamos rindo aqui porque ele me chamou de Luiz.

Sr. Presidente, eu quero reiterar a V. Exa. e às Sras. Senadoras e Senadores aqui a honra renovada que tive de estar aqui sendo submetido ao crivo desta Casa, da Comissão de Constituição e Justiça, nesta memorável data, em que V. Exa. me presenteia em poder estar aqui, ao lado de V. Exa., coincidentemente, com seu aniversário, em sua data de nascimento. Quero desejar que você comemore junto com a Liana e os meninos um ano venturoso e, sobretudo, na boa tradição judaica, um ano doce. Que seja um ano doce, muito doce a V. Exa., e que o Eterno lhe guarde, para todo o sempre, feliz e saudável. Parabéns a V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço, igualmente, ao Senador, amigo de longa data, Eduardo Braga, meu Relator, por ter me conduzido aqui na relatoria desta Comissão e exposto aqui um pouco da minha vida pública ao longo desses 40 anos de atuação no sistema judiciário brasileiro. Agradeço ao Senador Eduardo Braga, mais uma vez.

Sr. Presidente, eu, como dizia a V. Exa., também não poderia deixar de registrar aqui o meu agradecimento a todos os servidores e servidoras desta Casa, já que o Ednaldo Magalhães Siqueira... O Ednaldo está aqui há anos já. Há 16 anos, ele cá estava a me auxiliar, aqui, quando fui sabatinado. E ele é um exemplo retilíneo daquilo que foi Bandeira, é Bandeira também aqui, de um extraordinário servidor público que guarda esta Comissão há muitos e muitos anos, com tanta eficiência e competência. Muito obrigado, Ednaldo. E a todos os que lhe assessoram também a minha gratidão.

Sr. Presidente, para encerrar, eu agradeço a esta delegação extraordinária de conterrâneos meus, não só do Amazonas, mas da Amazônia brasileira, que também lá atrás, há 16 anos passados, festejaram a primeira vez em que um amazônida tomou assento no Superior Tribunal de Justiça. E lá guardo a representação da Região Amazônica.

Reiteradamente, então, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, a minha gratidão. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Nós não temos mais Senadores inscritos para a arguição. Já foi iniciado o processo de votação, diante de um acordo construído com os Senadores antes mesmo do término da arguição dos ora sabatinados.

Eu sei do adiantado da hora, mas eu queria fazer apenas uma manifestação rápida antes de nós iniciarmos a sessão extraordinária em seguida.

Quero cumprimentar o Dr. Antônio Fabrício de Matos Gonçalves pela sua passagem aqui no Senado Federal. Eu o recebi no meu gabinete, e naturalmente ele fez a peregrinação nos gabinetes dos Senadores e das Senadoras apresentando a sua história, o seu currículo, a sua biografia e cá está hoje, nesta sessão convocada de esforço concentrado, para a deliberação da indicação da mensagem que o Tribunal Superior do Trabalho fez do nome de V. Exa. e que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da República também fez do nome de V. Exa. para ser sabatinado e arguido no Senado da República. Quero cumprimentá-lo pelo currículo e pela história de V. Exa. e lhe desejar sucesso nessa nova jornada.

De forma muito carinhosa, eu queria, na pessoa da Lúcia, a esposa do Ministro Mauro Campbell Marques, e de toda a sua família, Lúcia, cumprimentar este amazônida. O Dr. Mauro Campbell, hoje, no Superior Tribunal de Justiça é o único membro daquele tribunal superior que veio da Amazônia brasileira, do Norte do Brasil. E, na minha condição de Senador do Amapá, do Norte do Brasil, eu faço das palavras do Senador Mecias as minhas palavras. Hoje, o Ministro Mauro Campbell Marques, com as suas qualidades, com a sua história, 40 anos de magistratura... Hoje, todos nós, Ministro Mauro, sabemos e conhecemos a forma com que V. Exa. conduz como um magistrado brasileiro que veio da Amazônia brasileira, do Norte do Brasil e está integrando hoje... Das 33 cadeiras do Superior Tribunal de Justiça, apenas uma é do Norte do Brasil. E eu tenho certeza absoluta de que o Amapá está bem representado, enquanto amazônida, pela capacidade de V. Exa., com conhecimento do Judiciário brasileiro. E, nessa nova missão, sem dúvida nenhuma, terá uma grande responsabilidade, já que V. Exa. irá suceder S. Exa. o Sr. Ministro Luis Felipe Salomão, que também é um ser humano extraordinário, um grande magistrado. Eu queria fazer dessas minhas palavras as palavras de um brasileiro que o admira e, ao longo dos últimos anos, aprendeu a conhecer V. Exa. e a respeitá-lo ainda mais. Que Deus continue o abençoando, abençoando a sua família! Eu lhe desejo muito sucesso nessa missão, que não é fácil. Nós que colocamos o nosso nome para algum cargo em destaque sempre somos contestados em alguns momentos, mas isso é legítimo também. O que não pode acontecer é a gente passar do tom, como infelizmente, em alguns momentos da história nacional, a gente acaba vendo alguém passar do tom. Discordar é legítimo, ter ponto de vista diferente é legítimo. E é para isto que nós estamos aqui: tentar buscar uma construção e fazer o que nós nos propusemos a fazer que é ajudar o Brasil – V. Exa. na magistratura, cada Parlamentar aqui, as instituições.

Quero registrar a presença do Pastor Silas Malafaia nesta Comissão e recebê-lo muito bem, Pastor Silas, aqui no Senado Federal.

Quero lhe desejar muito sucesso e muito êxito nessa nova caminhada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Determino à Secretaria da Comissão que encerre a deliberação e proclame o resultado no painel.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Resultado: SIM, 27 votos ao Sr. Antônio Fabrício de Matos Gonçalves; nenhum NÃO.

Aprovado, à unanimidade, no Plenário desta Comissão. (*Palmas.*)

Mauro Luiz Campbell Marques, indicado para Corregedor Nacional de Justiça: 27 votos SIM; nenhum NÃO.

Aprovado, à unanimidade, no Plenário da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal. (*Palmas.*)

As matérias vão imediatamente ao Plenário do Senado Federal para deliberação ainda no dia de hoje. (*Pausa.*)

Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 10 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE JUNHO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quatorze horas e vinte e nove minutos do dia dezenove de junho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Davi Alcolumbre, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Sergio Moro, Marcio Bittar, Eduardo Braga, Jader Barbalho, Oriovisto Guimarães, Marcos do Val, Weverton, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Alan Rick, Marcelo Castro, Izalci Lucas, Cid Gomes, Carlos Viana, Zequinha Marinho, Jayme Campos, Omar Aziz, Angelo Coronel, Otto Alencar, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Janaína Farias, Ana Paula Lobato, Zenaide Maia, Irajá, Vanderlan Cardoso, Jaques Wagner, Teresa Leitão, Jorge Kajuru, Flávio Bolsonaro, Carlos Portinho, Magno Malta, Marcos Rogério, Rogerio Marinho, Eduardo Girão, Jorge Seif, Eduardo Gomes, Ciro Nogueira, Esperidião Amin, Mecias de Jesus, Tereza Cristina, Dr. Hiran e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Cleitinho, Paulo Paim e Laércio Oliveira, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros e Eliziane Gama. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2234, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a exploração de jogos e apostas em todo o território nacional; altera a Lei nº 7.291, de 19 de dezembro de 1984; e revoga o Decreto-Lei nº 9.215, de 30 de abril de 1946, e dispositivos do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais), e da Lei nº 10.406, de 19 de janeiro de 2002 (Código Civil)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Irajá. **Relatório:** Favorável ao Projeto e às Emendas nºs 14, 24, 31, 33 e 34, com seis emendas de redação que apresenta, e contrário às Emendas nºs 1 a 13, 15 a 23, 25 a 30, 32 e 35 a 38. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 14-CCJ, 24-CCJ, 31-CCJ, 33-CCJ, 34-CCJ e com as Emendas de redação nºs 39-CCJ a 44-CCJ, e contrário às Emendas nºs 1 a 13, 15 a 23, 25 a 30, 32 e 35 a 38. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e vinte e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Davi Alcolumbre
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/06/19

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à deliberação de item único.

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 2234, DE 2022

- Não terminativo -

Dispõe sobre a exploração de jogos e apostas em todo o território nacional; altera a Lei nº 7.291, de 19 de dezembro de 1984; e revoga o Decreto-Lei nº 9.215, de 30 de abril de 1946, e dispositivos do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais), e da Lei nº 10.406, de 19 de janeiro de 2002 (Código Civil).

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Irajá

Relatório: Favorável ao Projeto e às Emendas nºs 14, 24, 31, 33 e 34, com cinco emendas de redação que apresenta, e contrário às Emendas nºs 1 a 13, 15 a 23, 25 a 30, 32 e 35 a 38.

Observações:

- Foram apresentadas 38 emendas à matéria;

- Na 8ª Reunião Ordinária, realizada em 24/04/2024, foi lido o Relatório;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Em 09/05/2024, foi realizada audiência pública para instrução da matéria;

- Em 15/05/2024, foi apresentado Voto em Separado do Senador Eduardo Girão, contrário ao Projeto;

- Na 17ª Reunião Ordinária, realizada em 05/06/2024, a Presidência concedeu vista coletiva do relatório aos Senadores nos termos regimentais.

Deixe-me falar aqui. Eu vou falar no microfone: vou aguardar todos os Senadores chegarem, e, até eles chegarem, todos os que saíram estão inscritos para discutir a matéria.

Concedo a palavra ao Senador Irajá, Relator da matéria.

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - TO. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, eu gostaria, diante da presença do Plenário, de agradecer aqui, de público, em primeiro lugar, a confiança do Presidente desta Comissão, Senador Davi Alcolumbre, por ter me confiado a relatoria desta matéria, um projeto importante para o país, que vai impactar a vida de milhões de brasileiras e brasileiros.

Quero saudar, da mesma maneira, o Presidente Rodrigo Pacheco, do Senado Federal, pelo apoio de sempre, e o Deputado e colega Felipe Carreras, que foi o Relator, inclusive, deste projeto na Câmara dos Deputados e lá fez um trabalho extraordinário, um trabalho brilhante, que nós, inclusive, aproveitamos, e muito, dentro desse relatório que foi apresentado à esta Comissão. E, é claro, eu gostaria de agradecer a todos os que participaram de uma forma indireta, à opinião pública, à imprensa, a todos que contribuíram com a formulação desta relatoria.

Sr. Presidente, eu estudo este tema dos jogos e apostas há cinco anos, desde que eu cheguei aqui ao Senado Federal, no ano de 2019. Tenho estudado esta matéria com profundidade. Apresentei, inclusive, um projeto semelhante a este que nós estamos discutindo, o Projeto de Lei 4.495, de 2000, que trata exclusivamente dos *resorts* integrados.

Tive a oportunidade de poder, em viagens oficiais, visitar vários modelos que foram adotados no mundo. Tive a chance de compreender os modelos de jogos e apostas adotados em Las Vegas, que é um modelo americano. Tive a oportunidade de conhecer o modelo também bem-sucedido em Cancún, no México; o modelo e a proposta adotada e exitosa também em Singapura, que é uma cidade-estado, em Macau e em vários países, inclusive, europeus. E também tive a oportunidade de conhecer aqui, na América do Sul, em países vizinhos, como a Argentina,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Uruguai e o Chile, o que eles fizeram lá que deu certo e que nós poderíamos, evidentemente, replicar aqui no Brasil.

Essa experiência extraordinária, Presidente, comprovou a mim e a todos os que desejarem também conhecer que todos os países do mundo, países democráticos e civilizados, como o Brasil, que regulamentaram com responsabilidade os jogos e apostas e disseram basta ao jogo ilegal e clandestino cresceram socialmente e também economicamente. Isso, dizem, são os indicadores oficiais. Se checarmos esses indicadores nesses países que adotaram a regulamentação de jogos e apostas, nós vamos constatar que, no mínimo, dobrou o fluxo de turistas que passaram a visitar esses países em um relativo curto espaço de tempo, numa média de cinco anos.

E eu cheguei, depois de muito tempo estudando com profundidade esse tema, eu cheguei à seguinte reflexão: não é possível que está o mundo inteiro errado, e apenas o Brasil certo, em não enfrentar e estabelecer critérios e limites nesse projeto tão importante, necessário e, o mais importante de tudo, presente na vida das brasileiras e de todos os brasileiros, todas as faixas etárias, de crianças, adolescentes, aos idosos, e que está presente na rotina de cada um. Ou alguém é capaz de questionar que isso é uma realidade que nós vivemos?

Se vocês puderem verificar no G20, que é o grupo das 20 maiores economias mundiais, do qual o Brasil faz parte, e eu gostaria que a assessoria pudesse entregar às mãos dos nossos Senadores esse mapa, apenas três países não regulamentaram jogos e apostas, de 20 países, as maiores economias mundiais, que foram exatamente a Arábia Saudita e a Indonésia, em parte porque são países muçulmanos, e o Brasil. São as únicas exceções.

E esse mapa, que eu fiz questão de compartilhar, Presidente Davi, é o mapa mundial, ele destaca, em vermelho, todos os países que já regulamentaram jogos e apostas no mundo. Em azul, apenas os países que ainda não o fizeram, e vocês vão poder observar que é a grande minoria.

Foi entregue, juntamente com esse mapa, a relação de todos os países que já fizeram essa regulamentação em algum nível. E, se vocês observarem essa lista que foi entregue também às mãos de cada Senador, de cada Senadora, vocês vão notar que a OCDE, por exemplo, os países que constituem a OCDE, todos eles, sem exceção, têm o jogo regulamentado na sua economia, com uma ressalva apenas, para não cometer aqui um equívoco: apenas a Islândia ainda não o fez, dos que participam da OCDE.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em nenhum dos países, Sr. Presidente, civilizado, democrático, como o nosso, que fizeram essa regulamentação dos jogos há um caso, pelo menos que eu conheça, em que eles tenham se arrependido de tê-lo feito, que voltaram atrás porque foi prejudicial à população, à economia ou mesmo nocivo às pessoas. Muito pelo contrário: todos esses países fizeram foi ampliar essa regulamentação, expandir a participação, inclusive dos *resorts* integrados, nas suas economias.

Além disso – eu gostaria que a assessoria também pudesse compartilhar com as Senadoras e os Senadores –, nós temos seis notas técnicas de apoiamento a esse projeto. Nós temos a nota técnica da CNC, que é a nossa Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do país; temos a nota técnica da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis nacional, a ABIH; do Fórum de Operadores Hoteleiros do Brasil; do Sindepat; da Resorts Brasil; e ainda do Ministério do Turismo, também manifestando, tecnicamente, através de nota técnica, o apoiamento incondicional a essa matéria devido à sua importância e relevância para a economia nacional.

O nosso país está infelizmente posicionado, gente, fora do calendário turístico mundial dos *resorts* integrados, cassinos, bingos e jogos e apostas em geral, mas todos os países, Sr. Presidente, concorrentes do Brasil estão posicionados dentro da rota turística mundial, e nós não podemos perder mais essa grande oportunidade que os outros países concorrentes já entenderam e enxergaram de gerar emprego, renda, impostos, que serão evidentemente revertidos em benefícios ao povo brasileiro nas áreas mais essenciais, como a saúde, a educação, o social e a infraestrutura.

Com relação ao projeto, ao relatório apresentado, eu queria tranquilizar meus colegas Senadores e Senadoras, porque nós tivemos o maior cuidado para que nós pudéssemos garantir à população brasileira o mínimo de impacto ruim que pudesse acontecer.

Esse projeto não tem absolutamente preconceito algum com as modalidades de jogos existentes no Brasil. Nós tratamos isso sem nenhum tipo de preconceito ou mesmo de privilégios, até porque todos, sem exceção, estão presentes na rotina dos brasileiros, inclusive o jogo do bicho, já presente na economia brasileira há 133 anos – foi criado em 1892, virou contravenção em 1941 e lá em 1946, através do Decreto-Lei 9.215, no Governo do Eurico Dutra, foi feita a proibição dos jogos de azar no país. Um mercado que só nesse segmento gera quase 1 milhão de empregos diretos e indiretos.

Agora, o que nós sabemos é que infelizmente isso – o jogo do bicho, o bingo, os cassinos clandestinos – funciona hoje à sombra da lei, debaixo dos nossos narizes, de forma ilegal e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

clandestina, sem nenhum imposto recolhido ou mesmo algum proveito retirado para a nossa população. Isso é um fato que infelizmente nós estamos vivenciando.

Apresentamos nesse relatório ajustes necessários na redação, emendas de redação para corrigir algumas imperfeições do relatório, como, por exemplo, no art. 50, a que eu chamo a atenção das Sras. e Srs. Senadores, que prevê que: "Os cassinos deverão funcionar em complexos integrados de lazer ou embarcações especificamente construídos a esse fim". Nós fizemos um ajuste de redação, alterando a palavra "construídos" para "destinados", pois estaríamos incorrendo num grande equívoco, excluindo e prejudicando o setor hoteleiro brasileiro, que já possui hotéis construídos em todo o Brasil e que poderia inclusive ficar impedido de participar das futuras concessões dos *resorts* integrados que serão implantados no Brasil.

Acatamos também outras emendas e contribuições importantes de Senadoras e Senadores, a quem eu quero aqui, publicamente, agradecer pelo apoio, como o Senador Angelo Coronel, o Senador Alessandro Vieira, o Senador Mecias de Jesus, o Senador Jorge Kajuru e também o Senador Fabiano Contarato.

Com relação ao vício, que é um tema sempre muito debatido, muito questionado e muitas vezes também criticado, eu queria tranquilizar os colegas Senadores e Senadoras, porque nós temos a consciência de que os jogos e apostas, assim como tudo em excesso, são nocivos à saúde humana, na mesma medida também em que outros vícios – o álcool, as drogas, o cigarro e tantas outras mazelas no mundo – infelizmente estão presentes na sociedade.

Por isso tivemos, Sr. Presidente, a preocupação e o cuidado de estabelecer no projeto, no relatório, no art. 46, que nenhuma brasileira ou brasileiro possa participar de qualquer modalidade de jogo, que não seja através do PIX ou do cartão de débito, sendo proibido, terminantemente proibido, participar com cartão de crédito ou que a empresa possa oferecer qualquer tipo de empréstimo ou qualquer modalidade de financiamento ao participante, justamente para coibir esse vício e esse endividamento do cidadão.

Com relação à sonegação e evasão de divisas, eu também gostaria de elucidar nesta discussão que estabelecemos também no projeto que é terminantemente proibido o jogo em espécie. Porque nós ainda tínhamos a impressão de que os jogos, nos dias de hoje, eram como há 50 anos, a que as pessoas iam com dinheiro em espécie. Às vezes até nos filmes, como nós estamos acostumados a ver, de Hollywood, com malas de dinheiro para jogar nos cassinos. Então, isso não existe absolutamente, porque o processo é todo eletrônico, na pessoa física do jogador,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nunca na pessoa jurídica, para apostar ou mesmo, eventualmente, para receber o prêmio. Por isso esse processo tem lastro, é auditável e pode ser fiscalizado pela Receita Federal, pelos órgãos de controle, pela Polícia Federal e todos os órgãos competentes.

Eu queria dizer, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, que esse projeto aprovado nesta Casa será um grande divisor de águas no turismo brasileiro. Lembraremos, com a aprovação desse projeto do turismo, o turismo brasileiro antes e o turismo brasileiro depois desse grande projeto, estejam certos disso, porque vamos posicionar o Brasil na rota mundial do turismo internacional, garantindo que turistas de todo o mundo possam gastar aqui seus dólares, os seus euros ou qualquer outra moeda de outro país dentro da nossa economia, com o nosso povo, gerando emprego, renda, impostos e também ambiente de negócio.

Mas vamos também, Sras. e Srs. Senadores, aos nossos indicadores para poder ilustrar a grande transformação que esse tema gerou nos países em que foi feita a regulamentação dos jogos e apostas. Sem esquecer que, no Brasil, nós ainda, infelizmente, recebemos apenas 6,3 milhões de turistas de fora, e esse índice já perdura por dez anos consecutivos. Nem na Copa do Mundo de 2014, e muito menos na Olimpíada do Rio de Janeiro, em 2016, nós conseguimos ultrapassar essa marca histórica de 6,3 milhões de turistas. No entanto, 18 milhões de brasileiros viajam anualmente para fora do Brasil, ou seja, a cada três brasileiros que viajam para fora, nós recebemos um turista internacional. Nossa balança turística é deficitária, e infelizmente essa é uma grande realidade.

Sem contar que hoje o Brasil, que é a nossa oitava economia mundial, tem se posicionado e crescido na sua economia, ainda amarga a...

(*Soa a campainha.*)

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - TO) – ... 50º posição no *ranking* do turismo mundial como país visitado como destino internacional.

A Argentina, Sras. e Srs. Senadores, país vizinho ao Brasil, com o qual fazemos divisa, recebe – para vocês terem uma ideia – 7,4 milhões de turistas anualmente, contra 6,3 milhões que o Brasil. Olha que o Brasil – sem desmerecer a Argentina – é um país que ganha de longe nas belezas naturais. São as praias do Nordeste, a nossa Amazônia, o Pantanal, o Rio de Janeiro e os pontos turísticos belíssimos que temos também na Região Sul do país. Com todo esse potencial, ainda assim, nós conseguimos ter um desempenho inferior à Argentina, inclusive também – por incrível

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que pareça – à Torre Eiffel em Paris, que recebe mais que o Brasil inteiro de turistas internacionais, porque recebe 6,7 milhões de turistas.

O México, 33 milhões de turistas internacionais. Singapura, para vocês terem uma ideia, Sras. e Srs. Senadores, quando adotou, no ano de 2009, a regulamentação dos jogos e apostas, recebia, naquele ano de 2010, 9 milhões de turistas. Passados quase nove anos, Singapura passou a receber 19 milhões de turistas, ou seja, mais do que dobrou o número de visitantes apenas adotando o modelo de *resorts* integrados no Brasil.

Las Vegas, o modelo americano, que é muito conhecido mundialmente e visitado, recebe 41 milhões de turistas internacionais. O mais interessante, que se observa, é que em Las Vegas, na sua concepção, 20% de tudo que é movimentado dentro de Las Vegas, há 50 anos, era de turismo, 80% eram os jogos, era o cassino. Passados 40 ou 50 anos, isso se inverteu. Hoje, Las Vegas é um grande *player* mundial no turismo internacional, e 80% do seu faturamento, de tudo que é movimentado – dentro de Las Vegas – é do turismo. São os centros de convenções, são os eventos empresariais, é o entretenimento que nós todos sabemos e conhecemos. Apenas 20% do que circula dentro de Las Vegas hoje é do jogo, do cassino. Esse projeto, senhoras e senhores, prevê o investimento da ordem de R$100 bilhões.

Vamos ampliar a frente de trabalho na ordem de mais de 700 mil empregos diretos e 600 mil empregos indiretos – quase 1,5 milhão de novos empregos. Temos o objetivo, num universo de cinco anos, de saltarmos de 6,3 milhões turistas para mais de 12 milhões de turistas, num curto espaço de tempo. A previsão é a de que isso aconteça nos próximos cinco anos.

Impostos arrecadados, Sr. Presidente, nós vamos arrecadar desses jogos hoje, que são ilegais, que são clandestinos, que estão funcionando na sombra da lei – em que nós não arrecadamos absolutamente nada –, nós passaremos a arrecadar algo em torno de R$22 bilhões anualmente. Isso, claro, será dividido entre os estados, os municípios e a própria União.

Então, muitas vezes, eu me pergunto, conversando no dia a dia com os colegas Senadores que ainda possuem alguma resistência, eu respeito a posição individual de cada um: qual, afinal de contas, o medo de nós enfrentarmos esse tema? Com tantos exemplos que nós temos no mundo todo, exemplos exitosos, qual é, afinal de contas, o medo? Porque um projeto conservador como esse, que prevê apenas uma licença por estado, apenas uma licença por estado; com exceção de São Paulo, Rio, Minas, a Bahia, que poderão ter duas licenças, e o Estado do Amazonas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e o Estado do Pará, por causa da sua dimensão territorial, ficou assim prevista a possibilidade de duas.

Se houver alguma imperfeição, qual o problema de nós corrigirmos essas imperfeições na matéria, ou mesmo de identificarmos que foi uma mudança nociva, ruim para a economia do nosso país, voltarmos atrás e proibir novamente, como aconteceu em 1946, quando foi proibido? Qual é a dificuldade?

Nenhum de nós aqui tem o compromisso com o erro, em absoluto, muito pelo contrário. Agora, nós não podemos ficar, com toda a franqueza, de braços cruzados fazendo de conta que o mundo todo está errado e apenas o Brasil está certo, porque esses outros países fizeram a regulamentação do jogo com responsabilidade, com bom senso e, comprovadamente, esses países demonstraram que foi uma decisão acertada. Até onde eu conheço e, se me permitem, alguém apresentar um exemplo de um país que se arrependeu de fazê-lo, que possa se manifestar, porque eu desconheço. Todos esses países evoluíram e avançaram nesse sentido, nos seus indicadores sociais e também econômicos.

O nosso país, colegas Senadoras e Senadores, já ficou famoso e, às vezes, infelizmente, somos motivo até de piada lá fora, porque dizem que nós somos o país o quê? Da promessa. E nós precisamos demonstrar que não, que nós queremos, sim, entrar no calendário internacional dos eventos de jogos e apostas, de jogos integrados, e tantos outros modelos que se comprovaram eficazes.

O que nós precisamos, Sr. Presidente Davi, para encerrar a minha participação, o que nós precisamos fazer aqui é uma reflexão, porque quem não quer um jogo legal, com limites, critérios, credenciado às empresas, fiscalizado, é porque, em algum grau, gente, está favorecendo o jogo ilegal. Ou alguém aqui é capaz de negar que não existe o jogo ilegal? E qual é o proveito disso para a nossa população? Do jogo clandestino e do ilegal continuarem funcionando na sombra da lei? Qual é o objetivo de que esse jogo ilegal, clandestino, continue nas mãos do crime organizado, das milícias, continue promovendo a sonegação fiscal, a evasão de divisas? Que é o que acontece hoje. Então, essa é a grande reflexão que nós precisamos fazer.

Por isso, eu concluo, Sr. Presidente, pedindo o apoio e o voto das Senadoras e Senadores – sem posição ideológica. Esse projeto não trata aqui de um duelo de esquerda ou de direita.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - TO) – Esse projeto é uma agenda econômica, uma agenda social de interesse nacional.

Por isso, eu peço a cada Senador e Senadora que manifeste o seu voto pelo convencimento, pelos argumentos técnicos, por todos os outros bons exemplos exitosos que o mundo nos deu, inclusive os nossos concorrentes, que regulamentaram também essa matéria para fazermos o que é certo para o Brasil.

Esse projeto, o tempo provará às Sras. e aos Srs. Senadores, proporcionará um ganho extraordinário para o povo brasileiro, para o turismo nacional, para a geração de emprego, renda e também de impostos.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Passamos à discussão da matéria.

Concedo a palavra ao Líder Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Girão, o tempo regimental é de dez minutos.

V. Exa. me alertou por duas vezes que o nosso Relator passou do tempo.

Então, eu vou pedir para todos os Senadores, nós não temos todos os membros da Comissão inscritos, então, esta Presidência terá tolerância também, dentro do razoável, para que a gente passe do Regimento, mas que faça cada Senador a sua manifestação.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perfeito.

Parabéns, Presidente.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Presidente Davi.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Parabéns!

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM. Pela ordem.) – Girão, perdoa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente Davi, pela ordem.

Eu não vi isso aqui, mas eu poderia dividir o meu tempo de dez em dois de cinco? Para, até o final, eu ter outros argumentos.

Poderia dividir ou não é permitido?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, espera lá, Plínio.

V. Exa. regimentalmente tem dez minutos, se V. Exa. quiser usar cinco vai ser bom porque nós vamos adiantar a deliberação.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Mas não tendo os outros cinco?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Então, eu vou buscar 11.

Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está bom.

Senador Girão.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone.*) – A tolerância será à la Mão Santa ou à la Suplicy?

Porque se for à la Suplicy a gente não acaba hoje.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – À la Mão Santa. (*Risos.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discutir.) – Sr. Presidente, muito obrigado pela oportunidade, quero cumprimentar as colegas Senadoras e os colegas Senadores aqui presentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Cumprimentando também o Relator, nós já estivemos alguns debates na mídia brasileira sobre esse assunto, sempre muito respeitoso o Senador Irajá, quero cumprimentá-lo, mas eu não posso deixar de colocar, Senador Irajá, alguns equívocos do que o senhor acabou de ler aqui.

Primeiro, o senhor não falou, não sei se alguém ouviu, nenhuma vez a palavra bingo, porque é cassino, é cassino o tempo inteiro. Jogo do bicho, pois é.

Esse projeto tem algo que é muito grave, o senhor fala em cassino como se fosse um *resort* integrado e não é isso que trata esse projeto que vai ter cassino em centro urbano, que é para tomar.... E a gente sabe o que acontece, está lá o Presidente da CDL de Fortaleza, Dr. Assis Cavalcante, que soltou uma nota, da Câmara de Dirigentes Lojistas, dizendo que o comércio já está sofrendo. O comércio já está sofrendo em seis meses de liberação dessa tragédia que está sendo as apostas esportivas.

Eu venho do esporte, e votei contra.

Nós, no Senado, fizemos nosso papel em tirar jabutis, mas a Câmara colocou de novo.

Essa mesma Câmara, Senador Oriovisto, em que, nesse projeto, na véspera do Natal, os Deputados votando remotamente, votou essa matéria e só ganhou por 40 votos, foi um susto. Quarenta votos na véspera do Natal! Isso é projeto que foi excluído do debate na Câmara dos Deputados.

Eu quero cumprimentá-lo, Senador Davi Alcolumbre, porque o senhor está dando essa oportunidade de fazer um debate sério aqui nesta Casa.

Quero dizer que o senhor elogiou um colega que foi o Relator lá na Câmara dos Deputados, que eu não tenho absolutamente nada contra a pessoa, mas ele foi o Relator que surgiu, inclusive...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não, não, o nosso Relator... que surgiu um escândalo de corrupção, uma denúncia na capa da revista *Veja*, que está sendo investigado pela PGR por uma denúncia de R$35 milhões em propina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria também colocar o seguinte: violência relacionada a jogos de azar. Está aqui: FBI, *crime data*, Las Vegas, Estado de Nevada, a média nacional. Onde tem cassino nas regiões metropolitanas, o índice de criminalidade é muito maior, sabe em quê? Furto médio mensal – claro, para sustentar o vício. Estupro: a média mensal é sempre maior, 127 – a média nacional é 82. Em Las Vegas, que é a meca da jogatina no mundo: 86, estupro; a média nacional é 43 nos Estados Unidos. Está aqui o que faz o jogo de azar. Aliás, o nome está dizendo, jogo de azar. Se fosse bom, seria jogo da sorte. O nome está dizendo: quem vai ganhar é a banca.

E esse projeto, com todo o respeito a quem pensa diferente, é um projeto que... E inclusive eu ouvi isto da própria ABIH, que estava aqui, que participou da única audiência pública que teve nesta Comissão, sobre um tema tão importante: ela disse que estavam excluindo os investidores de hotéis nacionais, quem tem hotel no Brasil. É algo que beneficia magnatas de fora. Isso é muito importante que a gente possa deixar claro.

Aqui, olhem. Lesão corporal: média de Las Vegas, 313; média nacional nos Estados Unidos, 250. Quer outro? Roubo, 639; média nacional, 341. É isto que a gente quer para o Brasil: mais problema para o Brasil? Não para por aí, não. Comparando aqui Las Vegas, Cleveland, Boston, São José, Portland, Austin, Colúmbia, Cincinnati, Cambridge... Está aqui. Tudo mostrando...

Agora vamos para o turismo. Foi colocado, "não, isso vai ser a solução do problema do Brasil no turismo". Será que esse é o problema? Será que o cara que tem cassino lá, do lado dele, na Europa, na França, por exemplo, vai acordar de manhã... Vamos parar para pensar. Eu fui da área hoteleira. Eu sei do que eu estou falando. Eu fui da área de segurança. Não cheguei ao ponto da SWAT, mas eu fui. Eu quero dizer uma coisa para vocês. O cara vai acordar de manhã, Senador Esperidião Amin, e dizer o seguinte, "poxa, estou com uma vontade de ir para o Brasil para jogar"? Ah, meu amigo, vamos falar sério. Eu sou do Nordeste. E, lá no Nordeste, todo mundo sabe dos escândalos que tem de prostituição infantojuvenil. Casos gravíssimos. Não é para jogar que eles vêm, não. Isso aqui é uma porta de entrada também para um turismo ruim do Brasil, porque turismo bom a gente vai fazer quando investir em segurança. É o inverso disso aqui. Isso aqui escancara a porta para lavagem de dinheiro, para corrupção. Aí vem um argumento – com todo o respeito ao Relator – que coloca: "Ah, não, mas tem jogo ilegal. Tem jogo ilegal. Está acontecendo. Vamos liberar...". Esse argumento é o mesmo argumento de: "Tem aborto, vamos liberar, vamos legalizar"; "Tem maconha, vamos legalizar, vamos liberar". É essa a solução?

E outra coisa: fizeram, lá atrás, com os cigarros, a indústria do tabaco, lembram? Um dos argumentos era: vamos regulamentar a morte – porque isso aqui também, para mim, é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regulamentar a morte –, vamos regulamentar tabaco, porque vai acabar com o tabaco ilegal. Acabou? Acabou com o tabaco ilegal, Senador Marcos Rogério?

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - ES. *Fora do microfone*.) – Não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Quarenta por cento do tabaco consumido no Brasil, do cigarro, sabe de onde são? Contrabandeado. Não acabou, Senador, muito pelo contrário. A Anvisa e o Instituto Nacional de Câncer colocaram 116 rótulos de cigarros contrabandeados no Brasil. Essa é a realidade.

Na hora em que a gente fizer... Deus nos livre! E aí não é questão de direita, de esquerda, de centro, não, muito pelo contrário, muito pelo contrário. Isso transcende essa questão ideológica, isso é técnica pura. Na hora em que a gente liberar – Deus nos livre liberar um troço desse –, vai acontecer como aconteceu nas apostas esportivas, que estão destruindo famílias inteiras. Você sabe quanto? R$100 do Bolsa Família, Senador Oriovisto Guimarães, R$100 do Bolsa Família, segundo o Datafolha, do brasileiro, em média, já estão sendo consumidos com aposta, dinheiro da comida, dinheiro do lazer, para ela reunir a família para comer uma pizza, dinheiro para comprar um tênis para uma filha. Você imagina se liberarem mil bingos e 67 cassinos. O que vai acontecer, Senador Magno Malta?

Senador Magno Malta, o nosso Relator diz que estuda esse assunto há cinco anos. Eu sei que ele estuda mesmo, porque eu já participei de debates, é preparado. Mas eu aprendi com o senhor. O senhor...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... há 20 anos, faz esse enfrentamento, tira pessoas do vício. E eu estou aqui ansioso para ouvi-lo sobre essa tragédia humana que acontece.

Então, Senador Davi Alcolumbre... Tenho mais cinco, não é? Senador Davi Alcolumbre, as apostas esportivas... Não sei se o senhor gosta de futebol.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu gosto, mas eu sou vascaíno, eu estou meio ausente. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pois, olhe, eu vou dizer uma coisa para o senhor: está difícil, e não é só para "vascaindo", não. (*Risos.*)

Está difícil a gente assistir a uma partida de futebol. É só propaganda: aposte, aposte, aposte, aposte... E ainda fazem o seguinte...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não, ainda tem outra coisa muito pior, que é o seguinte: eles usam palavras que são palavras respeitosas de evangélicos, como profetize. A propaganda é assim. Não tem pudor para tirar dinheiro.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É, tem. Profetize. E as pessoas caem sabe por quê? Porque vicia, a ludopatia vicia.

Olhe aqui, ó: "Eu devia R$500 mil. Perdi minha irmã para o vício em jogo, em jogo de aviãozinho". Está aqui, ó. Rapaz, o que acontece hoje, olhe as notas públicas aqui... Não é por acaso que a PGR (Procuradoria-Geral da República) editou duas notas técnicas contra a liberação de cassino e bingo. Não é por acaso que a tradicionalíssima Anfip (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil) editou uma nota técnica contra a liberação, contra a volta de bingo.

Aliás, Davi, o senhor é muito novo, mas eu digo uma coisa, quem tem aqui um pouco de cabelo branco e quem não tem e tem uma experiência...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... viu uma tragédia acontecendo nos bingos. Quando os bingos, Senadora Damares, eram liberados no Brasil, você via os aposentados torrando até o último centavo da aposentadoria, passavam dia e noite virando, os aposentados.

Você se lembra do esquema de corrupção, lavagem de dinheiro? Lembra-se disso, Senador Plínio? Até o Presidente Lula... E eu tenho que, neste momento, parabenizá-lo, na época daquele Governo, primeiro Governo, porque era tanto escândalo de corrupção, lavagem de dinheiro por causa de bingo – que agora a gente está pensando em trazer de volta, é isso –, que aí o Presidente Lula acabou, fez um decreto proibindo bingo no Brasil. É isto que a gente quer trazer de volta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para a nossa nação: uma tragédia social que não gera emprego, não gera nova receita, já falei aqui, que vai canibalizar do comércio, não gera turismo?

Meu querido amigo Senador Irajá, a Las Vegas eu fui para pesquisar esse assunto. A cada US$1 tributado, você gasta US$3 com custo social, doença mental, porque é vício a ludopatia – a OMS já reconhece como grave –, você gasta com segurança pública, estão aqui os dados que eu trouxe, você gasta também com fiscalização.

E eu nunca vi, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, todas as religiões unidas, as principais do Brasil, mobilizadas... Os evangélicos há muito tempo combatem isso, porque sabem, tiram muita gente, fazem um resgate humanitário. A CNBB fez uma nota fortíssima contra. E eu vou dizer, a Federação Espírita, que nunca se envolve muito ou faz notas técnicas em muitos assuntos, nesse fez questão de fazer.

Tem a frase de Maomé que, daqui a pouco, o nosso querido Senador Esperidião Amin vai revelar.

Então, no minuto que me falta, eu quero dizer que nós estamos aqui...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... de forma muito serena, muito tranquila, para dizer "não" mais uma vez. Este Senado Federal sempre cumpriu com esse papel e rejeitou esse tipo de projeto, ainda mais um projeto que vem da Câmara votado à véspera de Natal, como aconteceu, com problemas aqui que precisam ser investigados.

Então, Sr. Presidente, que Deus nos abençoe, nos guie para que a gente rejeite, eu acredito, até por unanimidade!

Eu acredito que esse deveria ser um recado para a população brasileira já sofrida e que não quer mais problemas para sua família, porque isso aqui devasta família, devasta vida. É de vício que nós estamos tratando, e o senhor, com a sua responsabilidade, está colocando esse assunto abertamente para que todos possam ouvir, Senador.

Que a gente possa ter sabedoria nessa decisão!

Deus abençoe!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Pela ordem, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pela ordem, Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Em primeiro lugar, eu quero enaltecer o esforço do Relator – o meu maior respeito pelo seu trabalho.

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - TO. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas, Presidente, se alguém disser que o senhor não deu tempo... Foi a vez em que o senhor foi mais democrático ao longo da sua vida. No dia do seu aniversário, o senhor pode dizer... Hoje, quando 4 mais 7 faz 11, o senhor deu todas as oportunidades para debate.

Então, eu tomo a liberdade de pedir que o senhor abra a votação. Só isso. É só abrir a votação. Não há nenhuma transgressão, e ninguém pode dizer que não teve tempo de amadurecer a ideia.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vou abrir a votação...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – ... mas eu quero fazer um compromisso aqui. Vou abrir a votação, mas vou escutar todos os Senadores inscritos.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Sr. Presidente... Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – ... porque, senão, vai ser deslealdade com os Senadores que estão...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria... Com respeito ao Senador Amin, eu acho que... Eu não participei do debate deste relatório e me sentiria frustrado ao saber que...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas o senhor não participou por motivo de força maior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Deixe-me falar, Senador Magno, permita-me.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Foi uma exceção.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu queria fazer uma...

Senador, só um minutinho.

Eu sei que V. Exa. está com a palavra, mas eu queria... Deixe-me fazer um pedido para V. Exa. e uma ponderação. Eu vou me comprometer a escutar todos os Senadores inscritos, com tolerância do tempo.

Está há um ano e dois meses isso aqui.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Que é isso?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Já entrou na pauta da Comissão por mais de 20 vezes neste um ano e dois meses. Eu o colocava e o tirava a pedido de alguém.

Deixe-me fazer um...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Escute-o e abra – escute-o e abra. Ele é o próximo.

(*Intervenções fora do microfone*.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Sabe por quê, Sr. Presidente? Sabe por quê? Porque o relatório do Senador, uma vez sendo debatido por alguém, quem sabe me convença – veja bem – e mude o meu voto?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Magno...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Espere aí. E quem sabe a minha fala vai mudar o voto de alguém?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Aposto como ninguém muda o seu voto.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Até o encerramento... Regimentalmente, até o encerramento da discussão, o Senador pode mudar o voto.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone*.) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Então, está tudo tranquilo, porque eu vou esperar todo mundo falar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Muito bem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Determino à Secretaria que abra o processo de votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Mas eu vou escutar todos os inscritos para encerrar a votação.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR. *Fora do microfone*.) – Os favoráveis votam "sim"? É isso?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Os favoráveis...

Só um minuto.

Com o relatório apresentado pelo Senador Irajá, o voto é "sim". Para quem for contrário ao relatório apresentado pelo Senador Irajá, o voto é "não". Quem vota com o Relator vota "sim". Quem vota contra o Relator vota "não".

Concedo a palavra ao Senador Rogério Carvalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discutir.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Cumprimentando V. Exa., eu quero cumprimentar o Senador Irajá pela forma didática como S. Exa. apresentou o seu relatório e fez a discussão sobre o tema, mostrando o quanto esse tema e o quanto a questão do jogo está presente no mundo inteiro. Isso não mudou, definitivamente, a vida das pessoas nesses países. Eu acho que essa primeira apresentação de V. Exa. é muito ilustrativa.

Segundo, eu quero, Sr. Presidente, aqui, dizer que os jogos no Brasil, de certa forma, em todas as áreas, estão legalizados. Então, se a gente for ver, o cassino *online* já foi aprovado no Plenário do Senado, há possibilidade de uma pessoa entrar num *site,* fazer, participar e jogar. Os jogos esportivos, as *bets*, já estavam funcionando, foram legalizados e ainda não foram regulamentados na totalidade, mas vão ser regulamentados, mas todo mundo está jogando. Os caça-níqueis, com a regulamentação que foi aprovada, já estão funcionando em vários ambientes.

Então, eu não estou entendendo por que esta modalidade, que é a modalidade que pode gerar emprego, que pode mobilizar setores da economia, não pode ser regulamentada, uma vez que outras atividades, dos jogos, ou outras modalidades e outras formas de permitir já foram legalizadas, já estão em processo de regulamentação, não têm mais retorno. Só aquela que significa ter um cassino físico – aonde as pessoas vão, se deslocam, consomem o táxi da cidade, consomem o leito de hotel, tem o trabalho da camareira, tem o trabalho do *croupier*, tem o trabalho do *barman*, tem o trabalho do cozinheiro, tem uma série de pessoas trabalhando, pelo menos 400, 500 pessoas, diretamente, são empregadas em cada um desses cassinos, só para a atividade do jogo – não pode ser regulamentada.

A gente sabe que o Cassino da Urca teve uma importância muito grande para a economia, para o turismo e para o conhecimento do Rio de Janeiro. Nós sabemos o que aconteceu com Petrópolis depois que fechou o cassino de Petrópolis, a gente sabe o que aconteceu com Poços de Caldas quando fecharam os cassinos no Brasil. Quantas cidades perderam relevância e importância porque esse tipo de organização da atividade do jogo foi proibido? Então, eu não consigo entender.

Veja, as pessoas saem daqui – e não é uma nem duas pessoas, inclusive pessoas que fazem isso de forma meio que escondida – para irem jogar em Vegas, saem daqui para irem jogar no Uruguai, saem daqui para irem jogar na tripla divisa brasileira, Paraguai, Argentina e Brasil. Eu não consigo entender por que nós não podemos ter... E eu acho que V. Exa., ao abrir para os hotéis

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que já existem, faz uma abertura correta. Você não precisa construir um novo hotel para que naquele estado tenha o cassino, senão inviabilizaria a própria atividade, ou seja, é mais um atrativo.

E, onde tem atividade e essa liberdade, a gente sabe que tem mais turistas. Se a gente for olhar Mônaco, para onde você olhar no mundo, onde tem esse tipo de atividade, tem uma presença maior de pessoas. Agora, nós não podemos confundir uma cidade como Vegas, em que hoje a atividade maior não é a do jogo – ela é uma cidade onde as pessoas vão tirar férias, onde as pessoas vão extravasar de diversas maneiras –, e confundir isso com a atividade do jogo. Eu acho que isso, de uma certa forma, é uma tentativa de confundir a opinião sobre essa atividade em particular.

Então, eu quero chamar atenção também para o fato de nós não perdermos essa oportunidade de regulamentar esta atividade física. E isso para mim é central, porque, no momento em que você regulamenta o cassino *online*, nós só pegamos a parte que não gera emprego ou que pode gerar emprego fora. Então, particularmente, eu acho que nós devemos – e eu sou a favor de que haja uma regulamentação, de que seja feita de forma transparente –, que a gente não tenha que ficar com nada escondido, que essa atividade não seja feita no subsolo e no submundo das grandes cidades, porque hoje tem cassino clandestino no Brasil, em várias cidades brasileiras. Inclusive, a gente já viu jogadores de futebol – não vou citar o nome para preservar – indo para esses cassinos clandestinos participar de jogos. A gente tem visto campeonatos que são chamados de campeonatos esportivos, de jogos típicos de cassino, que ocorrem algumas vezes por ano. Então, por que essa atividade não pode vir para a luz do dia?

Eu quero concluir dizendo que um país é tanto mais corrupto quanto menos ele torna transparente as suas atividades. Quanto mais ele é rigoroso, quanto mais ele é fechado, mais ele cria espaço para o caminho paralelo, que é o caminho da corrupção, que é o caminho da contravenção, que é o caminho do crime, que é o caminho da lavagem do dinheiro. No momento em que você torna a atividade transparente, objeto da fiscalização, objeto da lei, objeto do controle do Estado, objeto da fiscalização pública, menor é a possibilidade de a gente ter a criminalidade, a lavagem de dinheiro e tudo que isso implica na clandestinidade em torno de uma determinada atividade.

Então, se isso não fosse verdade, os países da OCDE não tinham regulamentado. Se isso não fosse verdade, o mundo inteiro, inclusive países asiáticos que são extremamente rigorosos não tinham legalizado esta atividade, porque eles são rigorosos em uma série de outras coisas, mas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nessa atividade, eles preferiram torná-la legal para garantir que o Estado tenha o controle dessa atividade e diminuir com isso os crimes que podem ser cometidos em função da ilegalidade e da clandestinidade.

Por isso, Sr. Presidente, eu voto "sim" nessa matéria e defendo que a gente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... pare com essa história de querer botar debaixo do tapete, de achar que as pessoas não vão fazer porque tem alguma proibição ou alguma reflexão que os atinge, que as pessoas vão deixar de fazer. As pessoas continuarão fazendo queiramos ou não. Então, é melhor que faça à luz do dia e sob proteção do próprio Estado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Para discutir.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu espero que a minha fala alcance quem ainda não votou.

Gostaria de parabenizar o Relator. Toda e qualquer matéria depende de ter um relator. Sendo eu a favor ou não, há que se louvar o esforço de quem relata uma matéria, sendo para negar ou para aprovar.

Há muitos anos, faço uma batalha. Não é a primeira vez, nesses últimos cinco anos, que se tenta aprovar a jogatina aqui. Fala-se de jogos, mas ninguém está falando aqui em bingo.

Eu quero contar uma história e quero que Deus me ajude a ser rápido para eu usar bem esses 15 minutos. Quando a GTech, um jogo... Eu fui chamado aqui por uma família para ir à Ceilândia conversar com uma senhora de idade que já tinha gastado tudo no bingo, devendo a agiota, tendo ameaças na porta, e família de bem, de gente religiosa.

Eu sabia que a Polícia Federal estava tentando fazer uma grande operação contra a contravenção – jogo é contravenção. Acontece que, naquela mesma semana, um homem chamado Waldomiro, que tomava conta da Loterj do Rio, assessor de José Dirceu – Brasil, preste atenção, para relembrar comigo! –, é filmado recebendo o dinheiro da contravenção. Então, aqui eu tenho o texto em que o dinheiro da contravenção, dos jogos, dos cassinos e dos jogos que eram da própria Loterj... A GTech dava concessões e Carlinhos Cachoeira, um contraventor de Goiás, tinha essa concessão. E o Waldomiro é preso. Aí, deu reboliço no Governo Lula porque José

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dirceu era Ministro da Casa Civil e Waldomiro – V. Exa. é novo, está fazendo aniversário hoje, mas não é besta; V. Exa. se lembra dessa história...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. *Fora do microfone*.) – Eu era Deputado Federal.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Era Deputado Federal. E se lembra do Waldomiro recebendo os pacotinhos lá, sendo filmado.

Antero de Barros, Senador do Mato Grosso, do PSDB, que era adversário do PT – hoje a gente sabe que nunca foram adversários; era: me engana que eu gosto –, entrou com o pedido de CPI do Waldomiro. Ele alcançou 25 assinaturas. Não chegava a 27. Ele veio a mim e falou: "Malta, eu estou admirado de você não assinar, porque você assina CPI, pô! Esse cara foi pego na contravenção". E eu disse: "Eu não vou assinar porque Waldomiro não é fato determinado; fato determinado é contravenção. Entre com a CPI dos Bingos que eu assino". Ele disse: "Não vou entrar". "Então, eu vou fazer".

Eu fui lá, escrevi o fato determinado e, com 24 horas, eu tinha 47 assinaturas para a CPI dos Bingos. O Presidente da Casa, na época, era ligado ao Governo Lula, este Governo Lula – e o Lula não aprende. Eu quero lembrar aos petistas que estão me vendo pela TV, que estão nos gabinetes, que vão votar *online*, que vão votar de lá, que prestem atenção: vocês não aprendem. Quando o Waldomiro foi preso, e se atingiu o Zé Dirceu em cheio, o Lula, então, para minimizar a pancadaria que deu na sociedade, fez a tal portaria e fechou os bingos, não por não acreditar nos bingos, não por nada disso, mas para tentar abafar algo.

Eu entro com a CPI dos Bingos, e o Presidente desta Casa, na época, ficou demorando, morrinhando para mandar fazer as indicações. Então, o PFL foi ao Supremo pedir ao Supremo que mandassem instalar; o Supremo não mandou instalar.

Agora pasmem V. Exas.: eu fui o autor, eu escrevi o fato determinado, Senador Zequinha, e eles não me deixaram ser membro – não me deixaram. Pensei que eu iria ser o Presidente; eu não fui nem membro da CPI dos Bingos.

O que eu fiz, Senador? Eu participei, Senador Irajá. Fiquei sentado na última bancada e eu era o último Senador a falar, porque, afinal de contas, eu não pertencia, mas eu fazia parte.

A GTech dava concessão, era a Caixa Econômica, e o setor jurídico da Caixa foi todo envolvido. E aí, como o Lula fechou os bingos, não porque ele não acredita nisso, porque, veja,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está de volta... Só que este Governo não aprende. O caminho é o mesmo: contravenção, lavagem de dinheiro, lavagem de dinheiro de sangue, de narcotráfico, de corrupção, dinheiro desviado de licitação superfaturada – eles não aprendem.

O Paulinho da Força veio para a rua com a Força Sindical, para abrir os bingos. Sabe quem que era o segurança dos bingos? Leão de chácara, policial expulso. Sabe como eram tratados os funcionários? Até hoje? Como, até hoje, são tratados funcionários de bingos e funcionários de cassinos? Eles criam uma associação, e essas pessoas não têm direito nenhum, direitos trabalhistas.

Quando o Senador Irajá disse, citou Las Vegas como um exemplo, citou a Singapura como exemplo, aí eu concordo com o V. Exa.: Las Vegas é um exemplo e Singapura também, porque minha mãe dizia que os maus servem de exemplo; os bons servem para ser copiados, e Las Vegas não serve para ser copiada no Brasil. Singapura não serve.

Vejam os filmes: o filme normalmente é alguém encenando na tela uma realidade. Veja toda a corrupção policial, veja que são os gângsteres que mandam nos cassinos dos Estados Unidos. Assistam aos filmes policiais dos Estados Unidos: só tem envolvimento de cassinos, jogatina, onde rola prostituição, tráfico de droga e máfia.

Singapura, pior ainda! Assistam aos filmes dos asiáticos. São cartéis, Senador. Cartéis. Está na mão dos cartéis. Eles cobram pedágios. É narcotráfico, é estupro, é assassinato.

"Ora, o Brasil é pra ser copiado, porque o Brasil tem belezas naturais". Eles não têm, mas o Brasil é vendido como o país da prostituição, do abuso de criança, das mulatas, do Carnaval... É por isso que o nosso turismo – V. Exa. diz que é fraco – é fraco.

Bom, já existe o jogo do bingo. Clandestino. Já existe o jogo do bicho, clandestino. Existe. (*Pausa.*)

Posso continuar?

Clandestino!

Vá ali ao Cassino Conrado, no Uruguai, que vocês vão encontrar muitos brasileiros de nome, não só artistas, mas políticos também, mas eles vão lá não é por uma diversão; é porque são viciados. Porque o jogo vicia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele vai gastar o dinheiro dele lá fora. Por que é que ele não vai gastar numa praia lá no Sergipe? Por que é que ele não vai gastar lá no meu Estado do Espírito Santo, lá nos meus restaurantes? Não, ele vai para dentro do cassino, porque ele é viciado.

O dano moral, o dano psicológico, que destrói famílias, destrói pessoas, a área da saúde é atingida... Isso não traz o mínimo benefício.

Agora vejam: quando Paulinho da Força foi para a rua...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – ... ele dizia isso sobre o emprego...

Como a CPI da pedofilia, em 2007, estava no auge, o Lula então usa essa frase. Quando Paulinho diz "o jogo já existe", gritando na rua, Força Sindical. "Tem que legalizar". Uma fala do Lula.

Pedofilia existe. Pedofilia existe e movimenta hoje, Sr. Presidente, hoje, no mundo, através... Três bilhões!

O Brasil, hoje, Senador Irajá, é o maior consumidor de abuso de criança, na internet, do mundo!

As pessoas não vão vir aqui para o Brasil, porque não existe segurança. Hoje, o PCC e o Comando Vermelho comandam a jogatina, e essas coisas estarão nas mãos deles. E as pessoas vão pagar pedágio.

Agora me diga onde nós temos tantos fiscais para fiscalizar tanto bingo.

Agora, pensem comigo, o senhor, que está em casa me ouvindo, a senhora que está me ouvindo em casa, o Sr. Senador que está me ouvindo: imaginem caça-níquel na região dos milicianos, na região da polícia corrupta, na região do narcotráfico, onde eles mandam, onde a venda de bujão é deles, o "gatonet" é deles, as vans são deles...

Eles vão colocar caça-níquel em farmácia, Doutor. Vão colocar caça-níquel, Doutor, sabe onde? Na padaria! Um pai vai entrar com R$10, para comprar pão para os filhos, vai comprar uma ficha e vai jogar. E vai voltar, para arrumar mais R$10, sem se importar com a família, porque o vício do jogo é tão nocivo quanto o vício de uma pedra de *crack*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós não estamos falando de uma coisa simples, com todo o respeito a todos os Relatores que eu já ouvi.

E a conversa é esta: já existe. Vem cá, violência doméstica existe. Não existe, Presidente Davi? A gente vai legalizar? Assalto a banco existe? Existe. Vamos legalizar, porque aí para, aí acaba. Abuso de criança existe, pedofilia, estupro... Vamos legalizar, porque aí acaba. "Ah, já existe o bingo, já existe o jogo do bicho". Um país tem que ter grandeza de fazer enfrentamento ao crime, não é trazê-lo para a legitimidade.

A Lei Seca... Na verdade, a bebida alcoólica era proibida. Por que eles a trouxeram e a aprovaram? Qual era o argumento? Vamos aprovar a bebida, porque assim acaba a graça. Aprova a legalização da maconha! Está lá o Uruguai. Os índices de violência são tremendos. Você põe os índices financeiros, econômicos desses cassinos e desses bingos, porque ninguém fala em bingo... Aliás, eu gostaria de fazer uma reverência, com todo o respeito, ao ex-Governador do Paraná, que é o Requião, que foi o único, quando o Supremo Tribunal Federal, nossa Suprema Corte, com seu ativismo judicial... Começaram a abrir os bingos, começaram a abrir os bingos com liminar, mas Requião foi o único Governador que foi para a porta dos bingos: "Aqui ninguém abre", e ninguém abriu.

Veja V. Exa. como eu conheço a história – como eu conheço a história.

E aprovar isso hoje, aqui, num país onde o Ministro da Justiça diz que nós precisamos humanizar os pequenos crimes, onde o Presidente da República diz que um jovem pode roubar um celular, não importa se o dono do celular está pagando a prestação, se é um jovem ou alguém que ganha um salário mínimo, mas pode comprar uma cervejinha, onde se foge de presídio de segurança máxima e onde o Presidente chama um ser humano no útero de uma mulher de monstro que sofreu estupro... Que monstro é que vai nascer? Ainda faz referência debochada ao então Deputado Sóstenes, que está aqui neste plenário. Só não cita o nome de Sóstenes, até porque ele não tem coragem, porque, se a filha dele fosse estuprada, queria ver o que ele ia fazer. Ora, primeiro, não é só a filha do Sóstenes que está vulnerável: as minhas estão, a de V. Exa. está...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – ... as nossas esposas, os nossos filhos, para o país inteiro, porque o PCC, o Comando Vermelho e toda a marginalidade abaixo de 18 anos de idade estão soltos nas ruas e protegidos por eles. E Lula disse: que monstro é esse que essa mulher que foi estuprada foi dar à luz. Eu quero alertar o Lula de que monstro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pode nascer também de parto natural, porque só pode falar o que ele falou, um monstro bêbado, descondenado, desrespeitoso, condenado por lavagem de dinheiro, condenado por desviar bilhões do país, com dois filhos bilionários... Um parto natural também pode produzir um monstro dessa categoria.

Nós estamos falando de um país sem segurança, nós estamos falando de um país em que não há segurança jurídica, há insegurança jurídica. Eu sei que na época do...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Ei, ei, ei! Eu estou atrapalhando vocês aí?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Para concluir, Senador Magno.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Ah, já foi o tempo?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Sim.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Eu achei que no meu caso era feito o Suplicy, não era Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Mas eu dou mais.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – O senhor está bonzinho, não sei no que o senhor está interessado.

Eu não sei, mas o senhor está bom demais para o meu gosto. (*Risos.*)

O senhor é sabido, mas parabéns pelo seu aniversário, não é, Irajá?

Num país de insegurança jurídica, onde um ministro... E quero avisar ao Senhor Presidente da República que não somos nós que estamos a favor de saidinha para que o estuprador saia, para que saia e estupre.

Não somos nós que somos a favor de saidinha na qual sai marginal, assaltante de banco e assassino de toda ordem. É essa gente que vai comandar essa jogatina. E, aliás, essa jogatina já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

existe na clandestinidade, como disse aqui um Senador, sabe por quê? Porque as autoridades fazem vista grossa.

Portanto, não vamos dar ao Brasil esse presente de grego, Senador. Não vamos dar esse presente de grego, porque nós estaremos colaborando com a violência!

E esse dinheiro arrecadado supostamente com o bingo e o cassino certamente será para ser dividido, porque é assim que acontece no mundo do crime, para que se aguce a corrupção, lavagem de dinheiro de narcotráfico, de choro e sofrimento de quem trabalha neste país.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Senador Magno.

Concedo a palavra ao Senador Plínio Valério.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Senador Plínio, rapidamente, só uma informação para o Presidente Davi Alcolumbre.

O Senador, o nosso querido colega Carlos Viana, não está conseguindo votar remotamente.

Queria perguntar à Mesa...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Nós ainda temos muitos inscritos aqui.

A gente vai...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Então, vou informar ao Prof. Wil, que é da assessoria dele.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Informa o departamento técnico que ele não está conseguindo...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Mas pode votar remotamente essa daqui.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Plínio Valério.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM. Para discutir.) – Presidente, todos nós estamos aqui com um mandato popular, a gente faz campanha, vai ouvindo, sendo ouvido, perguntado, respondendo, escondendo ou não.

Na minha campanha, por onde eu passei, sempre perguntavam sobre aborto, jogos, essa coisa toda. E enquanto relacionado a esse tipo, eu sempre disse que num projeto que falasse só em *resort*, eu votaria, e não é o caso aqui agora. Botaram jogos, apostas e o escambau a quatro.

Os meus argumentos aqui já foram suprimidos.

O Rogério Carvalho falou que os magnatas pegam aviões e vão para o cassino, que os jogadores de futebol vão para o cassino. A minha preocupação aqui é com a família, com o desempregado, com o trabalhador, com o pobre, porque quem vai pegar avião pode ter sua riqueza lá seja como for.

O meu voto sempre, declaradamente, é "não", mas eu queria dar essa posição aqui.

Eu falava do eleitor que a gente vai, conversa, ouve e eu estou aqui honrando aquilo que ouvi. Eu não sei, de quase um milhão de votos que eu tive, quem é a favor, mas certamente eu conheço milhares deles que são contra.

Então, aqui, nada mais. O meu papel é o de representar quem me mandou para cá e quem me mandou para cá, eu posso lhe dizer, dos que eu conheço, do que eu tenho contato, do que eu tenho alcance, são contra.

Eu já estava, Irajá, se tivesse só *resort*, talvez eu voltasse ao meu eleitor e ponderasse com ele, ponderaria com ele, porque no *resort* só vai quem pode, só vai rico, jogador de futebol e magnata, mas uma máquina de apostas na porta de uma igreja, de uma drogaria, de uma padaria?

Eu sou jornalista a vida inteira, sei como isso funciona, a gente vê, sente e acompanha esses dramas.

Os argumentos, antes, como eu disse, superam tudo o que eu penso. O Girão, o Malta e o Rogério que me deram aqueles exemplos que eu teria que ter citado aqui.

Portanto, em nome daqueles, ou pelo menos da maioria daqueles que me colocaram aqui, o meu voto vai ser "não". "Não" mesmo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu encerro, Presidente, por esse pouco tempo – até votaria só "não" e fim de papo – com essa história de que vai gerar dinheiro, gerar turismo. Sabe, se fizer no Amazonas, eu duvido que vá alguém para lá direto para cassinos. Se turismo atraísse, a gente estaria muito bem com os recursos naturais que se tem. É falácia de turismo, de arrecadação. Até onde eu sei, até onde eu alcanço, até onde eu constato, até onde eu vou e vejo, é o mesmo dinheiro. É o mesmo dinheiro o da aposta. Como disse o Malta, é o do pão, é o do remédio, é o do pneu novo, que vai ser agora o pneu careca, o pão passa de cinco pães para três. Então, é com esse pessoal que eu estou preocupado.

Falou-se muito – e outros falarão aqui – na questão do vício, na questão do crime, na questão da lavagem de dinheiro. Quando eu falo que na Amazônia a gente precisa acabar com essa hipocrisia e dizer o que é permitido, por exemplo, na exploração de recurso natural, as ONGs vão em cima de mim, dizendo que eu estou defendendo o garimpo clandestino. Então aqui fica a pergunta – aqui fica a pergunta –: o garimpo já existe. Vamos legalizar o garimpo também? Quer dizer, essas mesmas pessoas que hoje argumentam em prol da legalização, são as mesmas que vão combater esse tipo de ilegalidade na Amazônia.

Então, no meio de tanta hipocrisia, no meio de tanta falsidade, no meio de tantos argumentos hipócritas que eu vejo externamente – não estou me referindo, Irajá, ao relatório, estou falando do que eu sofro, do que eu vejo em relação ao meu desempenho e à minha missão –, é preciso que nós assumamos o nosso papel. E o meu papel aqui, em nome dos eleitores que me mandaram para cá, do Amazonas, é "não" a esse tipo de projeto, é "não" a esse tipo de jogo.

Economizei aí cinco minutos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Muito obrigado, Senador Plínio Valério.

Concedo a palavra ao Senador Marcos do Val.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - ES. Para discutir.) – Obrigado, Presidente. Vou tentar ser bem breve aqui.

Primeiro, agradeço o Irajá pelo relatório, pela conversa que nós tivemos aqui. Eu me informei com a minha base eleitoral, com os capixabas, que me pediram para votar "não", e assim eu vou atendê-los. Por quê? Primeiro, eu nunca nem frequentei fliperama quando era criança. E já tive um conhecido que, por conta de dívida de jogos, cometeu um suicídio, se enforcou. E aí eu queria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aproveitar a ilustre presença aqui que nós estamos tendo, do Pastor Silas Malafaia, para perguntar se nas igrejas que ele coordena existem muitos viciados em jogos, tentando tratamento, tentando aí fazer a vida. Então, já são pessoas que lidam com isso, e não há dúvida da questão do vício e da destruição da família.

Bom, o meu partido também, o Podemos, recomendou o voto "não". E aí começamos a falar aqui... eu vi muita gente falando que Las Vegas deu certo, que nos Estados Unidos dá certo, que não sei o que dá certo. Aí, pedi para um amigo, que é – aí já vão fazer piadinha, não sei – do FBI, a página oficial do FBI. E eu fui pesquisar o que diz o FBI sobre jogos de azar.

E ele disse o seguinte – esse é o *site* oficial do FBI (Federal Bureau of Investigation) – nessa página: "FBI confirma que jogos abrem portas para fraudes e lavagens de dinheiro". Aí vem o texto do Chefe de Investigação. Então, quando a gente fala que nos Estados Unidos deu certo, não é... É *fake news*, hein? Vocês podem ter rede social fora do ar. Então, olhe só, diz o seguinte... Esse aqui é o Chefe de Investigação do FBI, Joseph Campbell. Ele fala o seguinte: "Implicações da lei de jogos de azar". Aí coloca: "A declaração para registro...". Isso eles estavam falando em Washington, capital, dentro do Congresso, dentro do Parlamento americano. Ele coloca: "Declaração para registro. Boa tarde, Presidente desse comitê. Tenho o prazer de comparecer perante vocês hoje para discutir os jogos de azar e a potencial atividade criminosa que pode surgir dentro deles. O Departamento de Justiça leva a sério a questão de jogos ilegais e tem usado cuidadosamente seus recursos, que também são limitados, para concentrar suas investigações em processos de jogos nos grupos envolvidos em condutas criminosas e flagrantes. Isso inclui conduta vinculada ao crime organizado, inclui La Cosa Nostra, conduta que faz parte de um esquema criminoso que é bem maior, conduta que inclui localizar pelo menos parte da operação de jogo e cobrança dentro dos Estados Unidos, da busca pela lavagem de dinheiro. O Departamento de Justiça continua a investigar com sucesso o surgimento de crimes organizados devido à liberação dos jogos de azar". Então, não é verdadeira a informação de que nos Estados Unidos dá certo.

E, como nós não temos uma cultura e nem profissionais capacitados, policiais preparados, efetivos que a sociedade demanda, nós não vamos ter condições de tornar isso legal, nós vamos só incentivar o mercado ilegal. E, como o próprio pastor disse, pela experiência dele antes dessa lei, já é notório o que acontece dentro do núcleo familiar de quem é viciado em jogo.

Era isso que eu tinha para dizer.

O nosso amigo Irajá tem sido aí um esforçado, acreditando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, nessa nossa democracia, a gente tem que se posicionar. Então, eu reafirmo aqui o meu voto "não", por pedido dos capixabas.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Senador Marcos do Val.

Concedo a palavra ao Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Para discutir.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Quero renovar os parabéns e desejar saúde e felicidade pelo seu aniversário.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. *Fora do microfone*.) – Obrigado, Senador Alessandro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Eu acompanhei o relatório e acompanhei o trabalho do Senador Irajá, um trabalho que merece elogios, porque foi muito cuidadoso, tentou sanar os vários problemas. Então, me pego muito claramente aos pontos utilizados para fundamentar o seu relatório, meu colega Irajá.

O primeiro deles é a questão da geração de empregos, o fomento do turismo. Eu tive a cautela de verificar os 50 pontos mais visitados do mundo – os 50 pontos –, só um deles é vinculado a jogos, dos 50. Então, me parece que ter ou não ter jogos não é um fator decisivo para um turista fazer sua escolha de viagem.

O segundo ponto são as notas de apoio daqueles que desejam obter recursos com essa atividade, comércio, enfim, uma série de confederações que merecem o nosso respeito, mas eu prefiro me guiar pelas orientações de quem é contra, especificamente Polícia Federal, Ministério Público Federal, Receita Federal. E não é à toa, porque essa atividade de fato abre um espaço muito largo para lavagem de dinheiro, abre um espaço muito largo para a ocupação e legitimação de organizações criminosas. O bandido não deixa de ser bandido porque a sua atividade foi legalizada. Todo aquele conjunto de atividades que já faz parte do seu *modus operandi* o acompanha. E foi assim também em outros países.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, com muita brevidade e com todo respeito – não vou gastar nem dois minutos, Presidente Davi –, registro o meu voto contrário e manifesto respeito às opiniões diversas, mas de fato o Brasil já tem problema demais.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu quero fazer uma abordagem considerando alguns pontos em relação a esta matéria: a liberação de cassinos e jogos de azar no Brasil.

Primeiro, quando verificamos a opinião científica, os especialistas sobre esse tema, a primeira afirmação é de que jogos de azar criam dependência, e uma dependência que custa caro. A Organização Mundial da Saúde já reconhece o vício em jogos como doença. Com os jogos *online*, Sr. Presidente, temos hoje uma epidemia. Estima-se que cerca de 22 milhões de pessoas gastam dinheiro em competições virtuais. Este é o retrato da realidade hoje: 22 milhões de brasileiros, na esperança de fazer renda extra, se endividam, alguns chegam a perder a vida.

Portanto, nós já estamos diante de um cenário que é ruim, e a minha preocupação é que esse cenário, Senador Jorge Seif, pode piorar ainda mais. São, em média, 2 milhões de pessoas viciadas no Brasil que já jogam de forma compulsiva. Agora, a liberação de cassinos e jogos de azar agrava ainda mais essa situação.

E aí, Sr. Presidente, além da dependência, há o custo social: aumento da criminalidade e da violência. A legalização dos jogos pode e vai favorecer a lavagem de dinheiro, a corrupção e os crimes ligados ao jogador compulsivo. Organizações criminosas, como o PCC, seguramente, vão se fortalecer ainda mais. E não apenas isso, impulsionados pelo vício, os próprios jogadores podem ser levados a cometer crimes, fraudes, para financiar o vício ou para pagar dívidas. É disso que nós estamos falando.

Sr. Presidente, não custa lembrar que o crime organizado já está tomando conta de espaços públicos e privados. No Rio de Janeiro, em São Paulo e Brasil afora, postos de combustíveis já são comandados, já são de propriedade do crime organizado. Distribuição de gás, o gás de cozinha, Senador Magno Malta, já é controlado pelo crime organizado. E o Estado brasileiro não dá conta de impedir, não dá conta de controlar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, os jogos. Se engana quem pensa que o vício em jogo fica atrás do vício em drogas. Pesquisa da USP já indica que o vício em aposta só fica atrás do álcool e do cigarro. "É pior que droga", diz um ex-viciado em jogos de azar. E aqui eu trago uma manifestação, reportagens, estudos que apontam justamente para esses dados.

Um outro aspecto: a dependência em jogos, em apostas, causa dano à saúde mental. Não sou eu que estou dizendo isso, são os especialistas. É só observar o que dizem os especialistas. Em entrevista concedida ao UOL, a psiquiatra Cynthia Leite alerta para os males ocasionados à saúde dos jovens como ansiedade, depressão, isolamento social e até pensamentos suicidas. E ela acrescenta: "Os jovens que têm uma queda por emoções intensas e aventuras estariam especialmente vulneráveis".

Sr. Presidente, atualmente, o distúrbio do jogo compulsivo é diagnosticado por meio do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, DSM-5, publicado pela Associação Americana de Psiquiatria, e já é considerado uma doença. Mas nós queremos trazer... Nós, não. Eu, desde o começo, me manifestei contra. Muitos querem trazer para o Brasil essa desgraça.

Outro aspecto: destruição de famílias – destruição de famílias. As consequências atingem a todos, mas principalmente os mais vulneráveis, os filhos, as crianças. O vício leva a tudo, coloca em risco a segurança alimentar dos filhos, traz prejuízos significativos à educação e, em alguns casos, a própria morte do dependente, colocando em absoluta situação de vulnerabilidade toda a família.

A pergunta é: será que queremos no Brasil esse cenário de terra arrasada? Não vale tudo. Não vale tudo. A compulsão, Sr. Presidente, em jogos de azar acarreta problemas diversos para a saúde, incluindo, repito, ansiedade e depressão.

O SUS, o velho e guerreiro SUS, já desgastado, surrado pelas muitas demandas, já sobrecarregado pelas demandas, tantas demandas que tem, vai ser um dos primeiros a sofrer o impacto dessa política nefasta. E aqui uma observação: eu sou contra a matéria, eu sou contra a pauta dos jogos, Pastor Silas Malafaia, mas quem lê o projeto... Quando foram tratar da destinação dos dividendos da jogatina no Brasil, colocaram lá percentuais altos para outras áreas, mas para o velho, e guerreiro, e resistente SUS, 4%. Aquela que será a área mais sensível da jogatina, o impacto na vida das pessoas, na saúde das pessoas, na segurança das pessoas, não teve daqueles que desenharam o cuidado de uma maior proteção. Onde há maior vulnerabilidade, a lógica seria maior cuidado, maior proteção. É isso que traduz o projeto? Não, o projeto diz o contrário. E, se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quiserem, eu tenho aqui os números, que estão no projeto apresentado. Então, nós estamos diante de uma situação gravíssima.

Exploração de crianças e adolescentes vulneráveis: aqui tem outro aspecto, porque, atrás da pauta dos jogos, vem a exploração sexual, vem o tráfico de crianças, vem a violência. É isso que nós queremos para o Brasil? Não, eu não, eu não! Essa matéria não conta e não contará com o meu apoio.

Os argumentos apresentados na grande maioria são acerca de vantagens financeiras, como se o aspecto financeiro fosse o mais determinante, fosse o mais importante. Eu me pergunto, a troco de quê? A troco de quê? Da exploração dos nossos jovens, da destruição das famílias?

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Será que o dinheiro vale mais do que a vida das pessoas, a preservação dos nossos jovens? Será que queremos realmente esse tipo de turismo no Brasil, que explora, e destrói, e mata? Pois eu digo, o dinheiro não é mais importante do que vidas humanas. Quem é viciado perde sua liberdade, perde sua saúde mental e coloca em risco seu patrimônio e a sua família?

Agora, o argumento de que, como não podem controlar, então, é melhor legalizar será que é um argumento razoável, será que é um argumento factível? Analisemos! O Estado não consegue controlar o tráfico de drogas. Logo, vamos liberar o tráfico de drogas no Brasil? O Estado brasileiro não consegue controlar a matança, homicídios, assassinatos acontecem a todo momento. Bom, se eu não consigo controlar, vamos liberar? Não é um argumento razoável, não é um argumento válido.

Sr. Presidente, eu concluo dizendo que a jogatina no Brasil já é uma aposta perdida, essa já é uma aposta perdida! E é a sociedade brasileira que irá pagar pelo custo da legalização da jogatina. Eu espero que esse tema não passe.

E aqui eu queria fazer um último adendo com relação a aspectos jurídicos da matéria. Com a aprovação dessa matéria, Sr. Presidente, o Brasil poderá sofrer embargos econômicos. O texto, Senador Girão, que veio da Câmara dos Deputados e foi acolhido na íntegra pela relatoria, não se adéqua aos compromissos internacionais, o que pode gerar sanções e restrições ao Brasil. Por quê? Em razão da ofensa aos acordos internacionais de prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo. Ah, mas alguém pode dizer: "Não, mas tem um artigo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que vai falar sobre isso; está lá no art. 4º". Genericamente – genericamente –; portanto, não há proteção. A sociedade está desprotegida.

Além desse aspecto, esse tema, independentemente de qual seja o resultado aqui na CCJ – espero que seja rejeitada a matéria na CCJ, mas, independentemente de qual seja o resultado aqui –, essa matéria vai para o Plenário do Senado Federal.

E eu estou fazendo um outro estudo, porque a mim me parece, não pelo texto do Relator, mas pelo texto do dispositivo legal, que nós estamos diante de uma matéria que tem nítido caráter de direcionamento. É algo que me parece estar direcionado. Eu não vou nem entrar aqui num outro aspecto – eu fui o Relator da Lei da Liberdade Econômica –: é a primeira vez que eu vejo uma matéria de lei, assim, em que você coloca na lei, especificando, o que o dono da banca, o que o dono do cassino vai ganhar. Aqui já está especificado o quanto ele vai ganhar. Tem 40 e tem 60.

Então, esse tema vai para o Plenário, e eu vou continuar estudando essa matéria, Sr. Presidente, porque me parece que jabuti não sobe em árvore. Jabuti não sobe em árvore. No texto que veio da Câmara dos Deputados – e aqui tinha um outro texto sendo construído; de repente, houve uma mudança e está prevalecendo ao texto do Senado o texto da Câmara integralmente –, me parece que claramente há um objetivo de direcionamento com relação a esse tema. Haverá um rei dos jogos no Brasil.

Eu espero que essa matéria não passe, mas, se passar, debateremos esse aspecto no Plenário do Senado.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Senador Jorge Seif.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente, dizem que o rei é espanhol, o rei é da Espanha.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para discutir.) – Sr. Presidente, saúdo o senhor, primeiro, pela longanimidade de pautar essa matéria, pelo respeito ao mandato do Senador Magno Malta, que sempre foi um guerreiro militando sobre essa matéria. Também quero saudá-lo pelo aniversário. Quero, na verdade, agradecer ao senhor todos os gestos que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem feito para o Senado Federal e, especialmente, para mim. Eu lhe tenho muita gratidão. Desejo, de todo o meu coração, felicidades para o senhor!

E quero saudar uma pessoa. Eu, desde garoto, desde muito novo, comprava aqueles vídeos de videocassete para ver as pregações dele, era fã. Ele nem imaginava que eu existia, e eu jamais imaginaria que chegaria aqui o Pastor Silas Malafaia, que é o pastor do coração de todo o Brasil. Amo muito o senhor! Obrigado pela sua presença aqui.

Sr. Presidente, eu tenho muita estima pelo Irajá, respeito esse guri, com todo o respeito, esse garoto que faz um trabalho magnífico, pela sua juventude, e a ajuda, inclusive, a oxigenar o Senado Federal. Nós, mais jovens, ajudamos nisso. O Senado sempre foi uma Casa mais sênior, e nós... O senhor tem 47; ele tem 44, se eu não me engano; eu também fiz 47. Está aqui o Cleitinho. O Portinho já está velho, está meio Matusalém, mas, não é...

Mas, vamos embora. Então, ele fez um brilhante trabalho no relatório – a gente sabe que dá trabalho – e relatou uma matéria dessas, com a polêmica que tem. E se, por um lado, no meu partido, o PL, nós falamos "Deus, pátria, família e liberdade", cassino é uma liberdade econômica, sem dúvida nenhuma, mas, Irajá, a que preço? A que preço?

Então, eu não vou falar – zero aspecto religioso – nem nas minhas crenças, nem na Bíblia, nem no Torá, em nada. Vamos falar baseados em números e estudos, em sete itens.

Senador Girão, pare de cochichar aí. Presidente, meta a buzina aí!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vamos encaminhar para o Conselho de Ética.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Por favor. (*Risos.*)

São sete pontos, Sr. Presidente.

Impacto econômico-social. Sr. Presidente, Senador Irajá, de acordo com estudo realizado pela Universidade de Illinois, cada dólar gerado em receitas de jogos de azar resulta em custo social de US$3. Esses custos, Sr. Presidente, incluem despesas de saúde mental, perda de produtividade e aumento de criminalidade. Isso significa que, a longo prazo, os benefícios econômicos, Senador Irajá, são facilmente superados pelas despesas sociais. Isso não pode ser ignorado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ponto dois, Sr. Presidente Davi Alcolumbre, aniversariante do dia: aumento da criminalidade. Um estudo, Senador Irajá, realizado pela Comissão Nacional de Impacto de Jogos de Azar nos Estados Unidos da América revelou que as regiões com cassinos legais, Pastor Silas Malafaia, registraram aumento de 10% na taxa de criminalidade. Esse número aumenta e inclui delitos, como roubo, assalto, violência doméstica, diretamente ligada ao desespero e à necessidade de sustentar o vício em jogos de azar. Será que é isso que nós queremos, Marcos Rogério?

Item nº 3, prostituição e exploração. A presença de cassinos, Senador Magno Malta, e outros estabelecimentos de jogos de azar também está correlacionada com o aumento de prostituição. Um estudo – todo mundo aqui gosta de estudo, de ciência, não é? – da Universidade de Nevada observou que cidades com cassinos têm uma taxa de prostituição 35% maior do que aquelas que não têm cassinos. Esse número, Senador Portinho... Esse aumento não só alimenta o tráfico de seres humanos – contra o que nós aqui lutamos; inclusive a Senadora Damares trabalha nisso desde o Governo do Presidente Bolsonaro –, mas também expõe jovens, crianças e vulneráveis à condição de exploração e abuso.

Item nº 4, Pastor Sóstenes Cavalcante, o qual eu amo com o amor de Cristo Jesus: alcoolismo e problemas de saúde.

A ligação entre jogos de azar e alcoolismo é bem documentada. Uma pesquisa publicada no *American Journal of Public Health* indicou que jogadores problemáticos têm quatro vezes mais chances de desenvolver dependência alcoólica.

A combinação de alcoolismo com a compulsão por jogos, Senador Irajá, pode levar a problemas graves de saúde, incluindo doenças hepáticas e transtornos mentais.

Esta é a parte que o Senador Girão gosta: item nº 5 – já estou terminando –: ludopatia: um problema real.

A ludopatia – ou vício em jogos de azar – é uma doença reconhecida pela OMS (Organização Mundial da Saúde).

Estudos mostram que cerca de 1 a 2% da população adulta, no mundo, sofre de ludopatia, e esse vício, Senador Irajá, leva ao endividamento, destruição de relacionamento familiar, casos extremos de suicídio. E, de acordo com a Associação Americana de Psiquiatria, pessoas viciadas em jogos de azar têm taxas de suicídio 20 vezes maiores do que a população em geral.

Penúltimo item, Senador Davi Alcolumbre: desigualdade econômica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os jogos de azar tendem a afetar desproporcionalmente as comunidades de baixa renda. Pessoas nessas comunidades são mais propensas a gastar uma parte significativa de sua renda em jogos de azar, na esperança de melhorar a sua situação financeira, o que frequentemente resulta em mais pobreza e desigualdade social.

Sétimo e último número, Pastor Silas: o exemplo de outros países.

Países que liberaram os jogos de azar, como a Austrália, enfrentam sérios desafios sociais. A Austrália, por exemplo, tem uma das maiores taxas de ludopatia do mundo, com cerca de 2,5% da população adulta sendo jogadores problemáticos.

O impacto social é evidente, em termos de divórcios, falência e criminalidade.

Conclusão, Senador Davi Alcolumbre.

Diante de todas as evidências, é claro que a liberação de jogos de azar traria mais malefícios do que benefícios para a nossa sociedade.

Precisamos focar em políticas que promovam o bem-estar social e econômico, e não medidas que possam exacerbar os problemas já existentes na nossa pátria amada Brasil.

Devemos, Senador Davi Alcolumbre, proteger nossa comunidade da violência, exploração e desigualdade que, inevitavelmente, acompanham a liberação de jogos de azar.

Vamos investir em educação, saúde e segurança, garantindo um futuro melhor e mais justo para todos.

Parabéns, Senador Irajá. Apesar de eu votar contra, parabéns pelo seu relatório.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Senador Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, meu querido amigo Relator, Senador Irajá...

É uma batalha dura de um tema polêmico, e esse tema realmente se torna polêmico, e eu não vou aqui ser purista, até por uma questão muito simples: eu quero chamar a atenção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convencer os Parlamentares a votar a favor das apostas esportivas seis meses depois. Qual o resultado? Tudo exatamente como antes. O Governo não regulamentou uma linha, e, com isso, as *bets* continuam como antes: elas não pagam imposto, elas não pagam outorga.

Então, todo aquele discurso do Governo de que era importante regularizar, porque isso se reverteria em receitas, não foi verdadeiro, não é verdadeiro.

O Governo – o Governo Lula –, para poder apoiar, como apoia essa proposta, que é o jogo no Brasil, precisava ter feito o dever de casa dele, Senador Girão, no mínimo, para começar a discutir e ter mostrado que ele está arrecadando com as apostas esportivas.

E não só não está arrecadando. Pior: lá na CPI da manipulação dos resultados, a gente está vendo uma barata-voa. O Governo não criou nenhuma estrutura de fiscalização do jogo e não vai criar. Nós não temos, na Polícia Federal, um grupo tático especializado; não temos no Ministério Público um grupo tático especializado.

Esse projeto que, prematuramente, quer liberar geral o jogo no Brasil é prematuro, porque está no tempo errado, porque o Governo não fez sua parte. Ele próprio prejudica o projeto, sem entrar ainda no mérito.

Então, toda a falácia de que a legalização dos jogos ia reverter em maior arrecadação é mentirosa mesmo.

Há seis meses a gente está lá, meu querido amigo Silas Malafaia, na CPI da manipulação, vendo que há 109 partidas manipuladas, no Campeonato Brasileiro do ano passado, da Série B e da Série C; vendo que esse material foi para o Ministério Público há quase seis meses, e nem o Ministério Público ainda se dignou a dar uma resposta a isso.

O Governo não tem estrutura nenhuma para fiscalizar as apostas eletrônicas, quanto mais os cassinos, os bingos, que já não deram certo no Brasil.

No Rio de Janeiro, foram tomados pelo crime. Eu sei porque tinha amigos que abriram, na época, casas de bingo. Na semana seguinte, o bicho sentou na mesa e disse: "Qual o seu preço?", "Não está à venda", "Está sim, porque eu estou comprando e vou comprar".

E qual é o cidadão de bem que, com sua vida ameaçada, não vai largar o negócio e entregar para o crime organizado?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, falando em crime organizado, o mais grave é a matéria recente, Senador Magno Malta – ontem a abordamos na CPI da manipulação e estamos chamando a Loterj. Inclusive, já está aprovado o requerimento –, porque, pasmem, pasmem, a Santa Casa de Misericórdia de Lisboa, operadora de loterias e bancas de apostas em Portugal, deve cerca de R$200 mil ao Primeiro Comando da Capital.

Então, vocês querem saber quem vai ser o rei do jogo no Brasil? É quem já domina o jogo, porque, se a Santa Casa de Lisboa, em matéria verídica, que foi repetida na revista *Piauí*, que atravessou o oceano para nos alertar do perigo, já deve R$200 mil para o PCC...

É isso que a gente quer no Brasil, que ele se instale definitivamente, financiado pelo jogo, como acontece na maior parte do mundo?

Envolve a Santa Casa de São Paulo isso, a licença que foi dada pela Loterj, e quem opera é o PCC!

A gente não está elucubrando, isso não é uma fantasia. A manipulação de resultados é uma praga no esporte e no mundo. E o jogo – o jogo! – é o ambiente do crime organizado, que o Governo, esse Governo Lula muito menos, tem a mínima estrutura, uma mínima estrutura para fiscalizar.

Então, no PL, como Líder, nós orientamos toda a bancada a votar contrariamente e votar a favor da sociedade, que está endividada, que está doente, que está perdendo suas economias e que vai entregar para o PCC, que vai entregar para o crime organizado, o qual já domina territórios, venda de gás, vans, transporte, e agora ele vai dominar o jogo.

E lá, meus amigos, os compromissos são pagos com sangue do apostador e daqueles que não se curvarem ao crime organizado.

Não há a menor possibilidade de aprovar isso neste momento, muito menos sem que o Governo crie para o que já foi aprovado... Que foi uma falácia, que está aí, que está rasgando, sangrando o esporte nacional, que é a manipulação de partidas.

Semana passada, Senador Davi, no jogo do sub-20 do campeonato estadual do Rio de Janeiro, Caixa Prego contra o Mico Leão sei lá o quê. Esse jogo foi fraudado! A federação já suspendeu os times, já suspendeu os atletas... Um sub-20, envolvendo menores de idade inclusive.

E a gente vai liberar o jogo no Brasil neste cenário?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ponham a mão na consciência. É prematuro, é fora de contexto, é impossível que a gente confira segurança a uma proposta dessa neste momento.

E para encerrar: o jogo, meus amigos, está aqui.

No passado, havia o argumento de que era bom para as cidades, para o desenvolvimento econômico, para a empregabilidade...

Hoje ninguém precisa viajar para Caxambu, como era no passado, lá em Minas Gerais, divisa com o Rio, para jogar num cassino. Ninguém precisa ir à Punta del Este, ninguém precisa ir a Las Vegas. A pessoa que joga, o jogador compulsivo – e há muitos –, ele economiza a passagem de avião, o hotel, o que ele consumiria na cidade, que não vai gerar emprego, para jogar aqui, ó. Então, é uma falácia...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... que isso vai gerar desenvolvimento econômico. Não vai. Vai fomentar o crime organizado no Brasil, a praga que assola a sociedade brasileira.

Muito obrigado.

O voto é "não"!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Muito obrigado, Senador Carlos Portinho.

Todos os Senadores já votaram.

O Presidente Rodrigo Pacheco está convocando para que a gente possa iniciar a votação.

Senador Cleitinho, já encerrei a ordem de inscrição. Vou encerrar a votação.

Não há mais Senadores inscritos...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Só uma pergunta, Presidente, porque não houve aqui a orientação.

Nós não vamos ter orientação?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador, todos os Senadores já votaram ali.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou encerrar a votação.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Sim, mas eu vou fazer uma pergunta para o senhor com relação a isso, porque a gente sempre tem um procedimento aqui, que é o de orientação das bancadas.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – A reunião do Plenário, o Presidente está convocando para a gente encerrar a reunião, para votar as autoridades.

Os 27 Senadores já votaram. Nós estamos desde 2h da tarde aqui, gente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Deixe-me explicar: houve uma mudança aqui no quadro.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Mas só que, quando abriu o painel, acabou a orientação...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu sei. Eu faço parte da CCJ desde que cheguei aqui. Eu conheço, eu sei como é que funciona. O problema é que houve mudança de nomes de Senadores que não estavam como suplentes ali, no início, e houve uma troca.

Então, a gente precisa fazer...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Perdoe-me, mas eu vou encerrar a votação. Eu vou encerrar a votação.

Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Sr. Presidente... Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Já encerrei.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Não, já encerrou. Mas em nome do seu aniversário, hoje...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Deixe-me ver quanto foi o resultado.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Só um minutinho.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só para ver o resultado.

Votaram SIM 14 Senadores; NÃO, 12 Senadores.

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 14, da CCJ; 24, da CCJ; 31, da CCJ; 33, da CCJ; 34, da CCJ e com as Emendas de Redação nºs 39, da CCJ, a 43, da CCJ, e contrário às Emendas nºs 1 a 13, 15 a 23, 25 a 30, 32 a 35, a 38.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem.) – É só para lamentar que os Senadores que se comprometeram – e alguns disseram que de alma, de compromisso com seus princípios, eram contra –, desapareceram. Eu quero lamentar esse desaparecimento e quero que fique o registro. Ainda que alguém venha a se ofender, quero lembrar aos Senadores que vão para a reeleição que as pessoas conservadoras que votaram nos senhores estão olhando. E quero fazer um outro compromisso comigo também. De muitos deles, eu gravei vídeo para que eles pudessem se eleger. Pois eu estarei pronto também no processo eleitoral. E certamente como essa matéria é cara – e espero em Deus que no Plenário a gente derrube – e vai trazer uma desgraça para este país, eu estou comprometido a participar do processo eleitoral nesses estados, exatamente contra essas pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 24 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 23ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE JUNHO DE 2024, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e dezenove minutos do dia vinte de junho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Weverton, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Plínio Valério, Alan Rick, Otto Alencar, Fabiano Contarato, Ana Paula Lobato, Jaques Wagner e Eduardo Gomes. Deixam de comparecer os Senadores Davi Alcolumbre, Sergio Moro, Marcio Bittar, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Oriovisto Guimarães, Marcos do Val, Alessandro Vieira, Omar Aziz, Angelo Coronel, Eliziane Gama, Lucas Barreto, Rogério Carvalho, Janaína Farias, Flávio Bolsonaro, Carlos Portinho, Magno Malta, Marcos Rogério, Ciro Nogueira, Esperidião Amin e Mecias de Jesus. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 3/2024 – CCJ, de autoria do Senador Weverton (PDT/MA), REQ 12/2024 - CCJ, Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB) e REQ 13/2024 - CCJ, Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB). **Finalidade:** Destinada a instruir a Proposta de Emenda à Constituição n° 28, de 2023, de autoria do Senador Veneziano Vital do Rêgo e outros senadores, que "Altera o art. 132 da Constituição Federal para incluir os Procuradores dos Municípios entre os que compõem a advocacia pública e dá outras providências". **Participantes:** Sr. Shaymmon Emanoel Rodrigues de Moura Sousa, Presidente da Comissão Especial de Advocacia Municipalista (representante de: José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)); Sr. Mártin Haeberlin, Consultor Jurídico da Confederação Nacional de Municípios (CNM) (representante de: Paulo Roberto Ziulkoski, Presidente da CNM); Sr. Gustavo Haddad Francisco e Sampaio Braga, Consultor Legislativo do Senado Federal; Sr. Marco Aurelio de Medeiros Villar, Presidente da Associação Paraibana da Advocacia Municipalista (APAM); Sra. Clarice Costa Calixto, Secretária-Geral de Consultoria da Advocacia Geral da União (representante de: Jorge Rodrigo Araújo Messias, Advogado-Geral da União); e Sra. Lilian Oliveira de Azevedo Almeida, Presidente da Associação Nacional das Procuradoras e dos Procuradores Municipais (ANPM). **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Weverton

Presidente Eventual da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/06/20

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 23ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para instruir a Proposta de Emenda à Constituição n° 28, de 2023, que "altera o art. 132 da Constituição Federal para incluir os procuradores dos municípios entre os que compõem a advocacia pública e dá outras providências", conforme o Requerimento nº 3, de 2024, da CCJ, de iniciativa do Senador Weverton; o Requerimento nº 12, de 2024, da CCJ, de iniciativa do Senador Efraim Filho e o Requerimento nº 13, de 2024, da CCJ, de iniciativa do Senador Veneziano Vital do Rêgo.

Esta reunião será semipresencial, sendo permitida a participação remota das Sras. e dos Srs. Senadores e dos convidados, por sistema de videoconferência, para exposições e debates. Será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade da participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da nossa Ouvidoria, 0800 0612211.

Nós teremos dois convidados que vão fazer a sua participação, dar a sua contribuição através do sistema remoto, e quatro convidados presenciais.

Ao tempo em que eu vou aqui chamá-los, eu gostaria já de ir convidando-os para compor a mesa:

Sr. Shaymmon Emanoel Rodrigues de Moura, Presidente da Comissão Especial de Advocacia Municipalista da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que está representando aqui o Presidente Simonetti; convido também a Sra. Clarice Costa Calixto, Secretária-Geral de Consultoria da Advocacia-Geral da União, representando o Advogado-Geral da União, Dr. Messias; o Sr. Mártin Haeberlin, que está de forma remota, é Consultor Jurídico da Confederação Nacional de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Municípios, representando o Presidente da CNM, Paulo Roberto. Também está de forma remota o Sr. Gustavo Haddad Francisco e Sampaio Braga, que é Consultor daqui do Senado Federal.

Convido a Sra. Lilian Oliveira de Azevedo Almeida, Presidente da Associação Nacional das Procuradoras e dos Procuradores Municipais, e convido o Sr. Marco Aurelio de Medeiros Villar, Presidente da Associação Paraibana da Advocacia Municipalista (Apam).

De acordo com o art. 94, §§2º e 3º, do Regimento Interno, esta Presidência vai adotar as seguintes normas: os convidados farão as suas exposições e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Senadoras e pelos Senadores inscritos. A palavra às Senadoras e aos Senadores será concedida na ordem de inscrição. Os Senadores interpelantes vão dispor de um tempo de até três minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado, sendo-lhe vedado interpelar os membros da Comissão.

Antes de conceder a palavra, também... eu vou abrir o tempo, para cada convidado, de até dez minutos. Vocês vão ouvir sempre a campainha – no sétimo minuto ela vai tocar – e vocês vão ter mais ou menos três minutos ali para construir o raciocínio final, porque aí fica mais fácil de a gente poder fazer a condução.

O Senador Romero Jucá já foi embora?

(*Intervenção fora do microfone.*)

Estava te procurando.

Quero registrar aqui a presença do Romero Jucá – sempre Senador aqui desta Casa, seja bem-vindo –, acompanhando aqui esta importante audiência pública, que vai ser o primeiro passo. Já tem muita gente brigando: "por que não estão se discutindo 100% dos municípios?", a gente não conseguiu ainda nenhum pedaço e vocês querem tudo. (*Risos.*) Vamos por partes para poder ir avançando, mas tenho certeza de que este aqui será um grande passo para consolidarmos essa atividade importante na administração pública brasileira.

Eu vou conceder a palavra ao Sr. Shaymmon Emanoel Rodrigues de Moura Sousa, que é Presidente da Comissão Especial de Advocacia Municipalista da Ordem dos Advogados do Brasil, para expor, fazer as suas exposições.

V. Sa. tem até dez minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SHAYMMON EMANOEL RODRIGUES DE MOURA SOUSA (Para expor.) – Sr. Presidente, demais componentes desta seleta mesa, Exmos. Senadores e Senadoras da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, estimados colegas advogados municipalistas, senhoras e senhores, é com grande honra e profundo respeito que represento o Presidente do Conselho Federal da OAB, Dr. Beto Simonetti, e dirijo-me a todos nesta ocasião de suma importância para a advocacia municipalista e para o fortalecimento da democracia em nosso país.

Hoje, reunimo-nos para discutir um tema de extrema relevância, que é a Proposta de Emenda à Constituição nº 28, de 2023. Esta proposta, que visa incluir os procuradores dos municípios entre os que compõem a advocacia pública e outras providências, representa um marco significativo na valorização da carreira de procurador municipal e na consolidação da autonomia dos municípios, no que diz respeito à contratação de advogados e sociedades de advogados.

A advocacia municipalista, segmento vital para a administração pública, tem desempenhado um papel crucial na defesa dos interesses locais, na consultoria jurídica e na representação judicial dos municípios. Reconheço que a inclusão dos procuradores municipais no art. 132 da Constituição Federal é um passo essencial para garantir que esses profissionais possam exercer suas funções com a segurança e a estabilidade necessárias para uma atuação efetiva e independente. Contudo, essa inclusão não deve criminalizar a contratação de advogados e sociedades de advogados pelos municípios brasileiros.

A PEC 28, de 2023, de autoria do Senador Veneziano Vital do Rêgo, propõe alterações que, se aprovadas, exigirão um novo olhar sobre a organização da advocacia pública municipal. Reconhecemos a importância de adequar as normas constitucionais às peculiaridades locais, respeitando a autonomia municipal, como previsto no art. 18 da nossa Constituição Federal.

Devemos também considerar as diferentes realidades dos mais de 5.570 municípios brasileiros. Cada um possui características únicas e desafios específicos que precisam ser levados em conta na formulação de políticas públicas e na estruturação de suas procuradorias. A autonomia dos municípios é um princípio fundamental que deve ser preservado, garantindo que cada ente federativo possa se organizar de acordo com suas necessidades e capacidades financeiras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nessa perspectiva, a Comissão Especial de Advocacia Municipalista, sob minha presidência, tem trabalhado arduamente para elaborar uma nota técnica que avalie a constitucionalidade e o mérito dessa proposta.

Agradeço ao Relator, Dr. Galindo, aqui presente, e aos demais membros da Comissão pelo empenho e a dedicação na elaboração de um relatório que reflete as necessidades e peculiaridades da advocacia municipalista, sobretudo, no que diz respeito à possibilidade de contratação de profissionais diretamente pelo gestor público.

A inclusão dos procuradores municipais no art. 132 é um reconhecimento da importância desses profissionais na estrutura administrativa do país. No entanto, é necessário garantir que essa inclusão respeite a autonomia municipal e não imponha encargos financeiros que os municípios não possam suportar.

Na visão da comissão, a proposta deve ser aperfeiçoada para assegurar que os municípios possam continuar a contratar advogados ou sociedades de advogados, conforme suas realidades específicas, em conformidade com os preceitos constitucionais e legais vigentes.

Sobre o tema, o Supremo Tribunal Federal, em reiterados julgados, tem reforçado a necessidade de regulamentar as contratações de escritórios de advocacia para causas específicas, garantindo a transparência e a eficiência nos serviços prestados. E aí, tem diversos julgamentos, sendo que o último diz respeito... foi no julgamento da ADI 6.331, em que o Ministro Luiz Fux destacou a obrigatoriedade de criação de procuradorias municipais pela Constituição Estadual de Pernambuco conflitava com a autonomia federativa dos municípios, enfatizando que essa organização deve ser uma escolha política autônoma de cada município. Essa autonomia é uma característica fundamental da nossa Federação, prevista como cláusula pétrea no art. 60, §4º, inciso I, da Constituição Federal.

Além disso, é imperativo garantir a legalidade das contratações de advogados e sociedades de advogados, seja para demandas gerais, a depender da autonomia municipal, ou para demandas específicas, mesmo quando existirem procuradorias municipais estabelecidas. A necessidade de especialização, em determinados casos, e a busca por eficiência na gestão pública requerem que os municípios tenham a possibilidade de contratar especialistas de forma transparente e legal, assegurando que todas as normas constitucionais e legais sejam rigorosamente observadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relembramos aqui a recente aprovação, Senador Weverton, do art. 3-A da Lei 8.906, que reforça a independência e a importância da advocacia na sociedade. Contudo, continuamos a enfrentar ações do Ministério Público que buscam criminalizar a advocacia, o que exige de nós uma vigilância constante e uma defesa firme dos direitos e prerrogativas dos advogados. É fundamental que as contratações de escritórios de advocacia para prestar assessoria geral ou demandas específicas sejam feitas de maneira clara e legal, autorizadas constitucionalmente, evitando qualquer tentativa de criminalização indevida da nossa profissão.

Ao tempo, desde já solicito ao Relator da PEC 28, de 2023, Senador e Presidente desta Mesa, que anexe a nota técnica emitida pela comissão do Conselho Federal à tramitação da Proposta de Emenda à Constituição nº 28, para que as considerações e sugestões apresentadas possam ser devidamente analisadas e consideradas durante o processo legislativo, sobretudo a nova proposta de redação do texto.

A advocacia municipalista não é apenas uma carreira, mas uma missão. Defendemos o direito de cada município escolher o melhor caminho para a sua representação jurídica, garantindo sempre a legalidade e a eficiência dos serviços prestados. Tenho certeza de que tanto a advocacia municipalista quanto os procuradores municipais, unidos, construiremos uma sociedade mais justa e democrática.

Por fim, gostaria de reiterar nosso compromisso com a defesa da advocacia – sobretudo a municipalista – e com a promoção de um debate amplo e democrático sobre esta importante proposta.

Agradeço aos Senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania pela oportunidade de discutir este tema, e aos colegas advogados pelo incansável trabalho em prol da justiça e do direito.

Desejo a todos um excelente e produtivo debate, na certeza de que juntos podemos construir um futuro mais justo e equitativo para a advocacia e para os municípios brasileiros.

Seria essa a minha primeira intervenção. Eu gostaria aqui de mencionar que nós estamos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SHAYMMON EMANOEL RODRIGUES DE MOURA SOUSA – ... representando tanto o Conselho Federal como também a advocacia municipalista, por ser Presidente da comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem algumas inquietações que foram trazidas, tanto por parte da comissão... Foi uma conversa também que nós tivemos com a própria diretoria do Conselho Federal, e são situações, Presidente e demais membros, que precisam, na nossa visão, ser solucionadas e resolvidas. Hoje é patente que diversas contratações de escritórios de advocacias, mesmo quando já há procuradorias constituídas, em casos específicos, em demandas específicas, na própria questão dos *royalties*, Fundef, Fundeb e demais outras matérias, que...

Só quero agradecer – por conta do tempo – e dizer que estamos aqui à disposição para continuar ouvindo e debatendo sobre esse importante tema.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Muito obrigado, Sr. Shaymmon Emanoel, pela sua contribuição.

Eu vou agora, de forma remota, convidar o Sr. Mártin Haeberlin, Consultor Jurídico da Confederação Nacional de Municípios, da CNM, representando aqui o Presidente Paulo Roberto.

Sr. Mártin, o senhor está conectado, está nos escutando?

O SR. MÁRTIN HAEBERLIN (*Por videoconferência*.) – Estou aqui, conectado e escutando, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Muito bem. Então, V. Sa. já está com a palavra.

O SR. MÁRTIN HAEBERLIN (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, então, Presidente, Senador Weverton, demais componentes da mesa. Em especial cito aqui o Shaymmon, que me antecedeu, mas já cito também a Lilian, como Presidente da Associação Nacional dos Procuradores de Municípios, e os demais presentes. Peço desculpas, talvez eu não consiga ficar para a parte de discussões, porque eu tenho uma reunião, depois, do Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, agora às 10h da manhã.

Mas eu queria, inicialmente, fazer uma saudação ao Relator. É muito bem-vinda a PEC 28, de 2023, ou pelo menos a ideia da PEC, porque ela tem relação com a qualidade da nossa Federação. Nós, na CNM, repetimos muito, falamos muito que nós temos um problema no Brasil relacionado à qualidade da nossa Federação. A qualidade de Federação tem a ver fundamentalmente com três aspectos: a distribuição dos bens entre as pessoas jurídicas de direito público, a questão das competências materiais e legislativas e a questão da distribuição de receitas. E a gente sabe que, no nosso país, no que toca aos bens, à distribuição de competências

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e à distribuição de receitas, os municípios ficam sempre num lugar abaixo dos demais entes federados. Então, uma valorização, em todos os aspectos, dos municípios é absolutamente necessária.

E eu entendo que uma PEC que valorize os procuradores de município entra na linha, justamente, de melhorar a qualidade da Federação, do nosso país. Então, é de se saudar a ideia da PEC 28, de 2023. Queria fazer isso estendendo os cumprimentos, em especial, a alguns procuradores, especialmente da Associação Nacional dos Procuradores Municipais, com quem nós temos conversado e que, com muita cordialidade, estão muito abertos ao debate e, inclusive, a eventuais modificações no texto.

Eu digo essa primeira parte justamente para dizer – e agora vem a conjunção coordenada adversativa – que nós temos alguns problemas ou, pelo menos, algumas preocupações. Eu vou citar aqui, Presidente, três preocupações, que eu posso dizer que são preocupações minhas, mas são também preocupações da Confederação Nacional de Municípios, a partir daquilo que chega à Confederação Nacional de Municípios por meio de gestores públicos locais, em especial Prefeitos e Prefeitas. Então, eu quero externar aqui três dessas preocupações.

A primeira preocupação é muito na linha da preocupação que o Dr. Shaymmon referiu presencialmente, que tem a ver com a autonomia da gestão municipal. Nós sabemos – aqui é uma Comissão de Constituição e Justiça – que o art. 18 da nossa Constituição Federal garante autonomia a todos os entes federados, incluindo, evidentemente, a autonomia política e administrativa dos municípios. E essa autonomia é muito importante, notadamente em municípios menores, claro, mas em todos os municípios, no que toca a todos os aspectos da gestão desses municípios. Preocupa muito os gestores locais – e isso é algo que aparece bastante em termos de conversas de Prefeitos e Prefeitas com a Confederação Nacional de Municípios – como ficariam alguns municípios diante de uma obrigação de ter procuradores de município na forma de carreiras de Estado, especialmente esses municípios menores. Por quê? Porque alguns municípios, mesmo não sendo pequenos, mesmo tendo menos de 60 mil habitantes, estão em locais remotos, Presidente. E nesses locais remotos, muitas vezes, é difícil que pessoas queiram prestar concurso público para lá morar. Então, qual seria a qualidade respectiva desses procuradores? Isso é uma preocupação.

Mas eu falo também de uma outra preocupação de Prefeitos e Prefeitas, que é o fato de que eles têm uma experiência às vezes negativa com concursos públicos nos quais há uma carreira de Procurador nos respectivos municípios e há, às vezes, uma incompatibilidade de gênios – para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lembrar aqui a música do João Bosco – ou mesmo uma incompatibilidade de pensamento político, ou uma divisão entre Prefeitos e Prefeitas e os respectivos procuradores. Isso gera alguns distúrbios e constrangimentos, justamente no que toca à gestão municipal, e isso é um problema sério no que toca à autonomia de gestão. Este é o primeiro problema, então, a questão da autonomia.

O segundo problema: aspectos orçamentários. Aqui a gente está falando de uma possível criação de despesas não existentes dentro dos municípios. E há aqui duas questões importantes. A primeira delas tem a ver com o art. 167, §7º, da Constituição Federal, incluído na recente Emenda 128, de 2022, que tem a ver com nós entendermos qual é a fonte de custeio para a criação dessa despesa, que é fazer um concurso público com uma carreira de Estado para procuradores de municípios.

E por que eu digo isso? Porque, quando há a contratação de escritórios de advocacia, eles não entram, para efeito de receitas públicas, no contexto de despesa de pessoal. Isso é um gargalo muito grande, Presidente e Relator, quando a gente pensa a autonomia financeira de municípios que já estão, às vezes, sufocados nos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal. Então, a questão orçamentária também tem um caráter constitucional e é também importante.

Mas, por fim – e este é o aspecto em que eu quero tocar, é o nosso ponto principal aqui, parece-me –, a redação, como disse, embora a ideia da PEC seja louvável, como ela se encontra, precisa ser modificada; isso na visão da Confederação Nacional de Municípios. E eu digo isso por quê? Por dois motivos, Presidente.

O primeiro deles: como está pensada a redação do art. 132 agora, procuradores de município se encontram no *caput* da redação junto com procuradores de estado e do Distrito Federal, quando, a rigor, esses procuradores de município que seriam carreira de Estado seriam obrigatoriamente apenas para os municípios com acima de 60 mil habitantes. Só que municípios com acima de 60 mil habitantes são a exceção no nosso Brasil; eles são excepcionais no nosso país, nós estamos falando de algo em torno de 10% dos municípios brasileiros.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRTIN HAEBERLIN (*Por videoconferência.*) – Então, a regra e a recomendação, em termos de técnica legislativa, é deixar a regra para o *caput* e a exceção para os parágrafos. Aqui, estaríamos fazendo o oposto: a exceção está no *caput*. Por quê? Justamente porque municípios com mais de 60 mil habitantes são excepcionais no nosso cenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda que ultrapassássemos isso, para efeito de redação, temos aqui um problema, Presidente, que me parece um problema ainda maior, que é o fato de que a redação como se encontra hoje... E eu leio aqui rapidamente, diz: "§ 1º Com relação aos Procuradores dos Municípios, aplica-se obrigatoriamente o disposto no *caput* aos entes municipais com população igual ou superior a 60.000 (sessenta mil) habitantes, podendo os Municípios com população inferior a esse quantitativo [...] serem representados por advogados"; ou seja, *a contrario sensu*, parece que municípios com 60 mil habitantes não poderiam ser representados por advogados.

E, como o Dr. Shaymmon falou – eu já encero, Presidente –, é importante que, mesmo em municípios maiores... Porque municípios com acima de 60 mil habitantes às vezes têm um procurador concursado, dois procuradores concursados, que, em matérias específicas que necessitam de uma notória especialização, não poderiam contratar. Então, seria importante que nessa redação fosse incluso algum título, ou em novo parágrafo ou neste parágrafo, a possibilidade de contratação de advogados nos termos que a Constituição permite, no art. 37, XXI, e nos termos da Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Então, em termos de fala inicial, Presidente, é isso. Em síntese: louvar a ideia da PEC, mas, por outro lado, pensar que essa redação precisa ser modificada, notadamente em favor da autonomia dos entes municipais.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Obrigado, Sr. Mártin.

Eu pergunto: o Gustavo Haddad está conectado? O Sr. Gustavo, nosso Consultor...

O SR. GUSTAVO HADDAD FRANCISCO E SAMPAIO BRAGA (*Por videoconferência.*) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Então, Gustavo, eu vou lhe passar a palavra. Você tem também o tempo que já foi disponibilizado aos demais integrantes desta audiência pública.

V. Sa. já está com a palavra.

O Gustavo Haddad é Consultor Legislativo aqui do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GUSTAVO HADDAD FRANCISCO E SAMPAIO BRAGA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu começo cumprimentando V. Exa., cumprimentando os demais convidados que compõem a mesa; o Sr. Mártin, que está conosco por videoconferência também; a todos que estão nos assistindo. Eu agradeço enormemente a oportunidade e a honra de estar aqui presente, hoje, para poder tratar de um tema de tamanha relevância.

Essa é uma PEC muito importante, porque ela, ao mesmo tempo, avança três importantíssimos valores constitucionais, que são: a advocacia enquanto função essencial à Justiça; o princípio constitucional do concurso público; e a própria – e talvez o ponto mais importante da PEC – autonomia federativa, em particular, a autonomia municipal.

Então, eu queria, em primeiro lugar, tratar brevemente deste terceiro ponto antes de avançar sobre alguns outros pontos que, na verdade, são comuns em relação aos dos demais convidados que me antecederam, para dizer que é importante que a gente estabeleça uma distinção entre a autonomia municipal em sentido negativo formal e a autonomia municipal em sentido positivo material.

O que acontece é que muitas vezes se vê a autonomia num sentido essencialmente negativo, do que não se pode fazer; então, vê-se autonomia como o que a União não pode impor aos municípios, o que os estados não podem impor aos municípios. E essa PEC, nesse sentido, é importantíssima, porque ela vai além disso e ela, na verdade, preconiza uma autonomia em sentido material, porque a autonomia dos municípios de nada vale se eles não forem capazes de fazer valer os seus interesses, em juízo e fora dele. Então, essa PEC, na linha do relatório que V. Exa. apresentou, Presidente, realmente vai favorecer, e muito, a autonomia no sentido material, que é o sentido que mais nos importa aqui.

Eu queria tratar brevemente de alguns pontos em que os demais convidados que me antecederam já tocaram.

Começando aqui com relação à contratação de advogados privados por municípios, tanto os com menos de 60 mil habitantes quanto os com mais de 60 mil habitantes. Esse é um ponto que o Supremo Tribunal Federal teve a oportunidade de, neste ano, em abril deste ano, no julgamento da ADI 6.331, reforçar como uma jurisprudência já relativamente consolidada no âmbito do tribunal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Neste caso específico desta ADI, relativamente aos municípios que já tenham procuradorias, que vai ser o caso dos municípios com mais 60 mil habitantes, e também daqueles com menos de 60 mil habitantes que, porventura, escolham constituir procuradorias, se essa PEC for aprovada, isso não vai ser uma obrigatoriedade para esses municípios, mas vai continuar sendo uma opção, como já é hoje. Então, no sentido de que estariam preservadas as possibilidades de contratação de advogados e de escritórios de advogados privados, nos mesmos termos que são aplicáveis aos demais entes federativos – à União, aos estados e ao Distrito Federal.

Isso é uma consequência que, na verdade, decorre naturalmente do art. 37, inciso XXI, que já está abarcado tanto na proposta original quanto na... Na verdade, esse trecho não foi modificado no relatório do Senador Weverton, no sentido de que isso decorre lá da parte final desse inciso. Então, continua. Nas situações excepcionais em que se permite a contratação de advogados privados, esse ponto não estaria sendo modificado pela PEC. A diferença é que isso é excepcional, e continuaria sendo excepcional nos mesmos termos que existem hoje para a União, estados e Distrito Federal.

Portanto, não se vai permitir uma ampla contratação de advogados para toda e qualquer causa, mas, naquelas situações em que a União, estado e Distrito Federal hoje podem contratá-los, os municípios também poderiam fazê-lo.

Eu compreendo a preocupação do Dr. Mártin, no sentido de que, realmente, a gente, até por uma questão de técnica legislativa, costuma colocar a regra no *caput* e as exceções nos parágrafos, ou, porventura, nos incisos, mas mais frequentemente nos parágrafos.

Uma reflexão que eu provoco é no sentido de realmente: Qual é a regra? Qual é a regra que a PEC está tentando estatuir? Porque uma coisa é a gente colocar a regra como a ausência de procuradorias e a exceção como a presença de procuradorias em municípios com mais de 60 mil habitantes, mas não me parece, com todas as vênias, ser essa realmente a intenção que se procura, e mais uma outra no sentido de que a regra sejam as procuradorias e, para municípios com menos de 60 mil habitantes, exista não uma exceção obrigatória, mas uma mera possibilidade de exceção.

Então, para os municípios com menos de 60 mil habitantes, haveria a possibilidade de que essas procuradorias não fossem instituídas. Essa lógica é, inclusive, reforçada no art. 3º da PEC, quando se diz que ela já seria obrigatória, essa instituição de procuradorias seria obrigatória e as procuradorias já existentes não poderiam ser extintas, no caso de municípios que, porventura, já as possuíssem. A gente sabe que, apesar de a maioria dos municípios brasileiros, a larga a maioria,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ter menos de 60 mil habitantes, vários deles, com menos de 60 mil habitantes, já têm procuradorias.

Parece-me importante reconhecer o elevado *status*, como membros da advocacia pública, função essencial à Justiça, dos procuradores desses municípios – ainda que com menos de 60 mil habitantes. Então, essa é uma provocação que faço, Excelência, no sentido de pensarmos realmente qual é o escopo pretendido da norma.

E isso aqui é mais no sentido realmente de prestar uma homenagem a esses importantes profissionais, no sentido de reconhecê-los como advogados públicos no texto constitucional, porque esse reconhecimento hoje, por uma questão, na Constituinte, de paralelismo até, se nós pensarmos, não existe Judiciário em nível municipal.

Então, o que acabou acontecendo é que a Constituição não trouxe as funções essenciais da Justiça em nível municipal, mas a gente sabe, obviamente, que a advocacia, tanto privada quanto pública, não deixa de ser função essencial da Justiça quando atua em nível municipal.

Então, é de todo salutar a proposta da PEC de, realmente, fazer essa inclusão expressa, ao lado da advocacia dos demais entes federativos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUSTAVO HADDAD FRANCISCO E SAMPAIO BRAGA (*Por videoconferência.*) – Avançando aqui, com relação à questão da previsão orçamentária, que foi uma questão que tanto o Dr. Shaymmon quanto o Dr. Mártin, que me precederam, trataram, eu acho que essa é uma consideração importantíssima, e, realmente, nós temos um aspecto fundamental, no que diz respeito ao limite de despesas, bom, ao orçamento como um todo, porque, obviamente, contratações têm um custo, mas, especificamente, ao controle do limite de despesas com o pessoal.

Como o Dr. Mártin bem pontuou, a gente, hoje, quando ocorre contratação de advogado privado, tanto por estados, Distrito Federal, União, mas também, naturalmente, pelos municípios, essa despesa não está contabilizada para o limite de gastos.

Então, essa é uma questão importante de ser tratada, mas que eu entendo, com as devidas vênias, que seria mais bem tratada na legislação infraconstitucional, como é o caso da própria Lei de Responsabilidade Fiscal, que hoje já trata da matéria, e talvez fosse o caso de uma proposição autônoma, para regular essa matéria nessa seara.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço, novamente, a possibilidade de participação e me coloco à disposição para quaisquer perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – O.k. Obrigado, Gustavo.

Gustavo é o nosso Consultor, aqui do Senado Federal – Consultor Legislativo.

Eu vou convidar agora o Sr. Marco Aurelio Medeiros Villar. Ele é Presidente da Associação Paraibana da Advocacia Municipalista (Apam).

V. Sa. já está com a palavra.

O SR. MARCO AURELIO MEDEIROS VILLAR (Para expor.) – Senador Weverton, demais Senadores, demais colegas, advogados, em especial Presidente Shaymmon, Presidente Lilian, Dra. Clarice, os demais que aqui se encontram e os que nos assistem, de fato, o que foi dito anteriormente, em alguns questionamentos, é o que causa, sim, a inquietação dos gestores públicos, em especial no que tange à autonomia, à questão orçamentária – os gastos –, à garantia, obviamente, da advocacia, que quer, de forma mais segura, ter essa garantia da manutenção dos seus contratos, e, para além disso, obviamente, a valorização da advocacia municipalista.

De fato, a criação... Isso aqui é um avanço, e chegamos a esse ponto, após diversos debates e reuniões, de forma conjunta, de forma sempre amistosa com a ANPM, em sua Presidência, inicialmente com o então Presidente Gustavo, posteriormente com a Presidente Lilian, tendo a solicitação, à época, do Presidente Beto Simonetti, do Conselho Federal, mas demos continuidade a esse diálogo e chegamos a um possível consenso; mas, ainda assim, se vê a dificuldade, claro, e a inquietação que isso gera, por termos a necessidade de, de forma pontual, garantir, inicialmente, aos gestores públicos...

E aí, quando se fala em um corte populacional, essa questão dos 60 mil habitantes, pode-se dizer que uns 90% da população dos municípios estão inseridos nesse corte populacional e, sem sombra de dúvida, mais de 50% desses municípios já possuem procuradores devidamente concursados, exercendo os cargos. E nada obsta a continuidade da contratação, de forma conjunta, de forma solidária, dos advogados, das sociedades de advogados, não só no Estado da Paraíba.

E aqui, no momento, represento, como Presidente, a Associação Paraibana da Advocacia Municipalista, que foi a primeira associação fundada no Brasil, para defender, especificamente, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

advocacia municipalista. Então, desde a época, fui o primeiro Presidente e venho, agora, ao terceiro mandato.

Através da associação, trouxemos inicialmente o tema que nos era muito caro à época, que era a tentativa de criminalização da contratação dos advogados. E, através de esforço conjunto, tivemos a Lei 14.039, de 2020, que veio abraçar a possibilidade de contratação dos advogados municipalistas. Todavia, falo, por experiência também de causa, não só do Estado da Paraíba, mas também de outros estados que conheço, que o concurso público para a contratação de procuradores – eu acho – antecede, inclusive, a necessidade de termos a garantia da possibilidade de um pagamento justo, de um pagamento que possa ser arcado pelo Erário. Por que de que adianta? E aí, vou dizer alguns exemplos de procuradores municipais que ganham R$1,5 mil, ganham um salário mínimo. E não é porque o gestor não queira pagar mais, é porque simplesmente não tem recursos para isso. Não há recursos.

Então, tivemos concursos, não só na Paraíba. Tivemos concursos, sim; alguns, inclusive, a nossa seccional tentou anular, porque eram para pagar um salário de R$1,5 mil, um salário mínimo. E digo mais: não faltaram candidatos a querer concorrer. Mas isso é valorizar a carreira? Afinal, que eu saiba, todos nós somos advocacia: ANPM, Apam, Presidente da Apam. Enfim, independentemente de funções, todos somos advocacia, todos aqui.

Então, unicamente pensar em um concurso, sim, é importante, é um avanço que temos aqui e há possibilidade, sim. Não vejo o rumo de outra forma, até termos a garantia de que, primeiro, o gestor público tenha essa sua autonomia garantida.

E aqui, salvo engano, Senador Weverton, a emenda de V. Exa. já trata do tema, inclusive, quando coloca no §3º: "o disposto neste artigo não prejudica as atribuições conferidas aos chefes de Poder Executivo por esta Constituição Federal e, nos termos de seu art. 125, §2º, pelas Constituições estaduais".

E o art. 132-A, também emenda de V. Exa.: "Art. 132-A. Aos titulares de cargos efetivos de representação, consultoria ou assessoramento a órgãos ou entidades públicas, admitidos sempre mediante concurso público, são assegurados [obviamente] todos os direitos, deveres funcionais e garantias da advocacia." Então, pela leitura, vê-se já esse aspecto de ter garantido ao gestor esse poder, por assim dizer, discricionário.

Concordo também com o que foi dito anteriormente, temos um art. 3º da proposta original que remete, deixa muito ao poder de análise futura dos órgãos ministeriais; e sabemos o quanto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sofremos na época, quando dependíamos do que seria – o que foi diversas vezes debatido – a questão da singularidade para a contratação dos advogados.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCO AURELIO MEDEIROS VILLAR – E, aí, sempre as questões e as ações contra os advogados dependiam do que seria o critério de singularidade, que obviamente é subjetivo.

O art. 3º, quando remonta que a emenda constitucional produz efeitos imediatos em relação aos municípios que já tenham atendido as disposições contidas, isso é algo que particularmente – e também em representação à nossa categoria – entendo que causaria também uma possível conturbação, por ser de um entendimento de que remeter ao *caput* estaria restringindo, de imediato, inclusive, aqueles municípios com até 60 mil habitantes à impossibilidade de contratação de advogados. Poderia, sim, remeter a essa interpretação, o que obviamente estaria totalmente em desacordo e que obviamente não seria do nosso agrado, nesse sentido.

Então, inicialmente, Sr. Presidente, demais membros desta mesa e aqui participantes desta audiência pública, são essas as considerações que trazemos para colocar em debate.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Muito obrigado, Sr. Marco Aurelio.

Eu já passo imediatamente aqui a palavra à Sra. Clarice Costa Calixto, Secretária-Geral da Consultoria da Advocacia-Geral da União.

A SRA. CLARICE COSTA CALIXTO (Para expor.) – Bom dia a todas as pessoas presentes aqui.

É uma alegria para a Advocacia-Geral da União ter a oportunidade de contribuir para o debate desta PEC.

Quero cumprimentar o nosso Presidente, o Senador Weverton, parabenizá-lo pela iniciativa. Que bom quando podemos debater amplamente, ouvir diversos aspectos. Estamos muito felizes com essa iniciativa.

Quero cumprimentar também o Dr. Shaymmon, o Dr. Marco Aurelio, o Dr. Mártin, que falou conosco pelo remoto, o Consultor Gustavo e, finalmente, de maneira muito afetuosa, cumprimentar a minha amiga, a Presidenta Lilian Azevedo, que tem feito um trabalho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

extraordinário de liderança, uma liderança generosa, cuidadosa, que tem sido muito hábil na construção de uma proposta razoável, de uma proposta que consegue efetivamente garantir essa inclusão da advocacia pública municipal de maneira justíssima, adequada, na Constituição, mas construindo isso de maneira cautelosa, tendo em vista o histórico e os desafios todos que estão colocados na vida real dos municípios brasileiros.

Eu queria dizer que, na visão da Advocacia-Geral da União, esta não é uma pauta corporativa, Presidente. Esta não é uma pauta corporativa, muito menos uma pauta corporativista. Estamos muito convencidos – por isso a Advocacia-Geral da União está acompanhando esta PEC com muita atenção – de que esta pauta significa o fortalecimento da democracia brasileira. A democracia brasileira depende dos municípios. Depois de décadas – décadas – de um direito administrativo, de um direito público e de um arranjo federativo muito centralizado no Governo Federal, o que nós temos a partir da Constituição de 1988 é claramente, expressamente, o privilégio, o destaque para um arranjo federativo de cooperação, um arranjo federativo mais descentralizado. O Constituinte de 1988 é muito claro no momento em que ele fortalece os municípios como entes federativos essenciais – essenciais – para as entregas que o Estado brasileiro tem que fazer para a sociedade. De modo que, quando esta PEC se coloca fortalecendo a capacidade estatal do município – é disso que se trata, de fortalecimento de capacidade estatal nos municípios brasileiros de todo o Brasil –, é um fortalecimento da democracia brasileira. A sociedade brasileira precisa de entregas na ponta. Essas entregas na ponta dependem da capacidade estatal do município.

A advocacia pública não é um órgão de controle. A gente já teve, num passado recente, algumas crises de identidade de colegas que se achavam Ministério Público, que achavam que eles estavam controlando o gestor público de alguma forma. É claro que, com o que a gente faz – um acompanhamento permanente, um cuidado, um zelo pela legalidade dentro da gestão pública –, nós contribuímos, sim, do ponto de vista de controle da atuação estatal, mas isso não é o papel central do advogado. O papel central do advogado público é a viabilização das políticas públicas. E viabilizar a política pública, Presidente, é viabilizar a entrega de serviço, a entrega de direitos para a sociedade, para a população brasileira, que precisa tanto.

Não adianta um advogado da AGU, de qualquer das nossas quatro carreiras, um advogado da União, um procurador federal, um procurador da Fazenda, um procurador do Banco Central... Qualquer um de nós formula aqui em Brasília uma política belíssima, uma política pública nova, incrível. Vou dar um exemplo concreto, recente: todo o fortalecimento que a gente está buscando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da educação integral no Brasil. Não adianta eu fazer uma bela política aqui – e fica bonito no decreto, fica bonito numa lei que a gente aprova aqui no Congresso –, se na hora em que esse dinheiro do recurso federal chega ao município, à ponta, com a modelagem jurídica que a gente coloca, na hora em que chega à ponta, com o desafio do município de implementação, não tenha um advogado público garantindo que essa efetiva abertura de vaga de educação integral, na ponta, aconteça de maneira ágil e efetiva. O que vai acontecer nesse caso? O trabalho da AGU não vai ter sido efetivo de verdade se a vaga não for aberta para aquelas famílias, para aquelas mães que precisam, na ponta, daquela vaga de educação integral. Então, nós precisamos da advocacia pública municipal. É essa a nossa convicção. Nós precisamos, como Estado brasileiro, como Governo Federal, da advocacia pública municipal muito capaz.

Isso significa não ter espaço para advocacia privada nessa atuação? Não, isso não significa. A gente acredita muito que a advocacia privada pode contribuir demais. Não é à toa que a OAB, hoje, traz uma visão aberta, uma visão generosa, em relação a esta PEC. A advocacia, como um todo, se fortalece, se a advocacia pública municipal tem o seu espaço e a sua atuação valorizada.

Então, eu vim aqui para dizer que nós não acreditamos em entregas reais para a população brasileira e na transformação do Estado, sobre a qual temos muito falado atualmente... A gente não tem transformação do Estado sem fortalecimento da capacidade estatal dos municípios, e a capacidade estatal dos municípios depende da advocacia pública municipal.

A PEC é razoável, a PEC trata, de maneira bastante adequada, de uma preocupação com a viabilidade dessa constituição das Procuradorias onde ainda não existem. O recorte de 60 mil habitantes é bastante razoável. Então, há uma preocupação real em tornar possível essa institucionalização, tornar possível esse fortalecimento sem estrangular a realidade municipal. Os prazos que estão colocados são prazos elastecidos, são prazos cuidadosos. Não há, na gestão pública brasileira, capacidade de a gente crescer, melhorar o nosso volume e a qualidade das nossas entregas se a gente não tiver aquilo que se chama, na literatura de política pública, de gestão pública, de elaboração incremental. Precisamos ir avançando aos poucos.

Aí, nesse sentido, deixo o meu recado para todos os colegas procuradores municipais que, como o Senador estava aqui destacando no começo, dizem: "Mas é tão pouco, só os acima de 60 mil...".

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CLARICE COSTA CALIXTO – O próprio consultor da Confederação Nacional dos Municípios disse que isso é exceção e não a regra, acima de 60 mil habitantes. Elaboração incremental é o único jeito de fazer gestão pública e política pública de uma maneira sustentável em um país como o Brasil. Elaboração incremental é, exatamente, dar um passo depois do outro.

Esta PEC é um excelente passo, esta PEC traz um enorme ganho para o Estado brasileiro, e, por isso, em nome do Ministro Jorge Messias, eu vim aqui trazer uma mensagem de apoio, uma mensagem de entusiasmo da Advocacia-Geral da União em relação a esta proposta.

Muito obrigada pela oportunidade de estar aqui, Senador, e me coloco, totalmente, à disposição, para dialogar sobre qualquer questão jurídica ou técnica que tenha a ver com a proposta.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Obrigado, Sra. Clarice.

Pelo e-Cidadania, nós estamos recebendo aqui várias perguntas e comentários. Vou ler algumas antes de passar para a Lilian.

O Rodrigo, de São Paulo, faz a seguinte pergunta: "O escritório contratado realizará fiscalização de atos, licitações e gastos públicos muitas vezes contra a vontade do gestor que o contratou?".

A Manuela, do Rio Grande do Sul, também pergunta: "Se a advocacia pública constitui carreira de Estado, qual a justificativa para os municípios pequenos contratarem escritórios de advocacia?"

A Aline, do Paraná: "A proteção de uma procuradoria efetiva que fiscaliza os atos públicos apenas para os municípios maiores não representa uma discriminação?".

Nixon, da Bahia: "Passando a carreira a integrar a advocacia pública, há previsão de equiparação salarial em relação às procuradorias estaduais e federal?".

Laira, do Pará: "Municípios precisam de uma procuradoria municipal forte e independente. O primeiro passo para isso é seu reconhecimento constitucional".

Genilson, do Tocantins: "Municípios, independente do número de habitantes, devem se submeter à mesma regra. Procuradoria municipal institucionalizada para todos".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rodrigo, de São Paulo, já falei aqui...

Fabrício, de Alagoas: "A aprovação acaba com a contratação e nomeação frequente de advogados escolhidos por políticos para a representação dos municípios?".

Fernanda, do Rio Grande do Sul: "A institucionalização das procuradorias municipais garante corpo técnico e não político, evitando corrupção e má utilização dos recursos?".

Vitória, de Rondônia: "Como a PEC impactará a qualidade jurídica e a autonomia das procuradorias municipais?".

E Rodrigo, do Rio Grande do Sul: "Seria constitucional delegar a função de procurador (Estado/União) a escritório de advocacia? Por que o raciocínio é diferente para o município?".

Eu passo a palavra à Lilian Azevedo, Presidente da Associação Nacional das Procuradoras e dos Procuradores Municipais (ANPM).

Seja bem-vinda! V. Sa. está com a palavra.

A SRA. LILIAN OLIVEIRA DE AZEVEDO ALMEIDA (Para expor.) – Senador Presidente, Senadores que compõem a CCJ, meus colegas que estão aqui, de todo o Brasil, meus colegas advogados, públicos ou privados, senhoras e senhores, primeiro, me permita, Presidente, ainda que rapidamente, trazer aqui o nosso agradecimento, em nível nacional, por este momento histórico, Senador Weverton, que o senhor está nos proporcionando.

Fiquei extremamente tocada com as palavras de Dra. Clarice, porque entendo que a advocacia pública municipal é, sobretudo, uma missão, uma vocação, porque nós trabalhamos com a política pública de ponta, nós trabalhamos com a realidade de pessoas em situação de rua, com a política pública da saúde, da educação, e, se um procurador não tem essa consciência, é melhor que ele nem venha. Então, o senhor hoje está permitindo à gente discutir e debater não sobre, como a Dra. Clarice trouxe aqui, a advocacia pública ou a advocacia privada em si, pois o senhor aqui está debatendo a possibilidade de cidadania, de meio ambiente, de você pensar em cidades mais urbanizadas, de você pensar nos municípios de forma mais estruturada. E isso começa com você analisar o que está acontecendo na prática nesses municípios.

Registo também minha gratidão, e não poderia ser diferente, ao Senador proponente desta PEC, que é o Senador Veneziano Vital do Rêgo, a quem também expresso a gratidão de ter assumido esse compromisso de enfrentar esse problema, e, igualmente, Shaymmon, ao Presidente Simonetti, que, ao longo de oito meses – na época, você não estava presente, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nosso amigo Marco Villar estava –, pôde conduzir esses dois filhos, advocacia pública e privada, mas somos todos advogados, juntos, a pensar como melhor resolver essa demanda.

Agradeço, igualmente, a todo o Senado Federal, principalmente à sua equipe, Senador Weverton, por toda a atenção, e, com isso, eu já faço referência aqui ao Consultor Gustavo, que nos ajudou a construir, assim como ao revisor João, o que propomos aqui hoje.

Faço referência também à CNM, que muito nos honra, ao Dr. Paulo, representado aqui por Dr. Mártin, que falou recentemente pelo movimento municipalista, e pela importância de a CNM também estar aqui, neste local.

Eu acho que muitos já falaram aqui. Eu vou tentar ser breve, até para não cansar, e vou trazer aqui, resumidamente, quatro pontos que eu acho que abarcam um pouco de tudo que foi falado aqui e até um pouco das perguntas que foram lidas aqui pelo senhor, Senador.

Bom, primeiro é importante que se diga que o apoio da Associação Nacional das Procuradoras e dos Procuradores Municipais (ANPM) se baseia na busca do consenso. Nós partimos da ideia de um debate ético que busca um consenso, busca um consenso de entender que nós temos um federalismo assimétrico na prática. Há uma simetria no sentido, sim, de que há uma autonomia entre a União, os estados e os municípios, mas na prática, o que é que vemos? Na prática... E eu passei muito por isso, Senador Weverton, agora nas discussões inclusive da reforma tributária, ao perceber que na prática muitos municípios se ressentem em não conseguir custear suas políticas públicas e têm medo, inclusive, no âmbito da reforma, de como isso seria conduzido.

Por isso, é importante a gente entender que, quando a gente fala, por exemplo, em 10%... Eu recebi aqui uma manifestação muito interessante, inclusive aqui no fórum, que me traz essa divisão, mostrando que a PEC, ao fazer esse corte, representa, acima de 60 mil, 10% dos municípios, e, abaixo de 60 mil, 90%. Mas, se a gente for parar para olhar, quem é que vive nesses 10% acima? Só aqui, para nos esclarecer e lembrar, nós estamos falando de um Brasil, Dr. Shaymmon, com aproximadamente 203 milhões de habitantes. Só que, desses 203 milhões de habitantes, a maior parte da população, e eu lhe digo em termos de percentual, 75% dessa população vivem, sonham, têm seus dramas em 10% desses municípios. Então, é natural, em uma administração gerencial, como trouxe aqui a Dra. Clarice, que você busque soluções adequadas para essas realidades. É por isso que nós buscamos as soluções consensuais, por entender que, nesses municípios em que há um volume de população, em que há um volume de processos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

judicial ou extrajudicial, em que há uma complexidade no que diz respeito à implementação de políticas públicas, nesses municípios, que mais se assemelham na sua estrutura ao estado e às demandas da União, você precisa chegar com um modelo robusto, estruturado, um modelo permanente que pense nessas políticas públicas.

E eu trago aqui outra ponderação, quando você pensa nessa própria simetria e nessa diversidade. Foi muito citado aqui o STF, quando traz a decisão do Recurso Extraordinário 663.696, em que ele fala e sinaliza qual é o papel da advocacia pública municipal, o papel de concretizar direitos fundamentais na cidade. E, quando a gente pensa que o papel do procurador municipal é concretizar direitos fundamentais na cidade, é você, como procurador e como advocacia pública, olhar para esses municípios e ver essa diversidade, ver que você não pode dar a mesma solução para todos.

Mas a ideia, Dr. Shaymmon, não é a gente ficar numa briga. Não pense que eu fico feliz quando eu tenho notícias de que colegas meus advogados estão sendo criminalizados pela sua atuação junto ao Prefeito. Vamos lembrar que, quando a gente fala do Prefeito, a gente fala de alguém que foi democraticamente eleito, a gente fala de um político que está sendo validado pela democracia, é bom que a gente entenda isso. Então, não é certo também determinadas posturas de criminalizar essa escolha que foi feita pelo Prefeito.

Mas o fato é que elas estão sendo criminalizadas. Não adianta a gente fechar os olhos, olhar o mapa...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LILIAN OLIVEIRA DE AZEVEDO ALMEIDA – ... e achar que isso não está acontecendo na vida prática. Hoje, neste momento, a escolha desses Prefeitos não está sendo legitimada.

E a PEC 28 vem com a solução de pensar numa segurança jurídica, em que você reconhece uma maior estruturação nos municípios que têm demanda e volume, mas você reconhece uma flexibilidade, uma discricionariedade desses Prefeitos, desses 90%, que equivalem... abaixo de 75%, de poderem escolher qual é o melhor modelo, e isso em nada desvaloriza a advocacia pública municipal.

Por fim, quando se fala aqui principalmente de dois pontos da questão orçamentária, a gente não está violando, com essa PEC, a autonomia municipal. Cada município tem a sua legitimidade de escolher, com base no seu orçamento, os melhores passos a dar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu termino minha fala pedindo a aprovação da PEC...

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA. *Fora do microfone*.) – Pode ficar à vontade.

A SRA. LILIAN OLIVEIRA DE AZEVEDO ALMEIDA – Obrigada.

Eu termino minha fala pedindo a aprovação da PEC, ressaltando que a PEC é uma valorização, sim, da advocacia pública municipal, nesse seu papel de preservação e concretização de direitos fundamentais.

Nós não somos o Ministério Público, nós estamos aqui em parceria com o Chefe do Poder Executivo para realizar direitos fundamentais nas cidades e nós reconhecemos que também passa por entender que, às vezes, é adequado, sim, que se tenha um escritório de advocacia e que podemos conviver, pensando sempre no melhor para a sociedade brasileira.

Muito obrigada por esta oportunidade. Fico à disposição para o debate. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – O.k., doutora. Obrigado, Dra. Lilian.

É óbvio que, como nós estamos numa Casa que é composta por representação... principalmente aqui no Senado, mas, quando chegar lá na Câmara, você vai ter mais condição de aprofundar ainda mais esse debate. Eu tenho certeza de que vai chegar, porque nós iremos construir um texto que possa ser exequível, não só lá na ponta, mas também que ele possa ser votado, aprovado, e possa se tornar uma condição para que nós possamos dar esse primeiro passo.

Muitas das pessoas que estão começando agora a sua carreira ou que estão estudando para passar num concurso vão, ao longo da vida, percebendo que muitas das teorias que nós temos aqui no papel, muitas das vezes, ficam frias na hora que você vai ver lá na realidade, lá na ponta, o que acontece. Eu digo isso porque eu sou um político municipalista, então eu convivo na ponta com os reclames, com as dificuldades dos municípios. Sou um crítico, brigo muito com eles, mas também dou muita sugestão.

Acho que este país, do tamanho, das dimensões que tem o Brasil, não dá para ser um país composto apenas por cabeças punitivistas e por pessoas que adoram apontar o dedo e que não têm coragem de se olhar no espelho. Eu costumo dizer que nós vivemos num país extremamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

hipócrita, porque na prática muitos, quando têm a oportunidade, utilizam ou fazem pior na sua condição de estar no poder e de utilizar a sua caneta, em detrimento da sua vontade.

Nós estamos num momento tão difícil, e isso vem desde o *impeachment* da Dilma para cá. Eu costumava dizer – quem puxar aí nos *Anais* da Casa poderá ver –, quando eu ainda era Deputado Federal, eu falava: "Olha, remédio para governo ruim é voto, não é golpe, vocês estão esticando demais a corda". Chegou a um ponto que ficou o fosso que está aí, quem não pensa igual a mim está errado e não presta, dentro da família inclusive. Então, só serve quem pensar igual a mim, essa possibilidade de discordarmos, essa possibilidade de pensar de outra forma vem se impondo a tal ponto que os gestores vêm com esse grande entrave, em pleno século XXI. E a gente está preocupado com a história do apagão das canetas, porque todo mundo tem medo de dar um parecer ou de escrever alguma coisa, já que não sabe o que aquele órgão fiscalizador ou quem vai estar do outro lado aguardando aquela possibilidade de se fazer; principalmente quando é novo, quando é alguma coisa que nunca foi, você não quer ousar, você não quer fazer diferente com medo de um possível problema no seu CPF.

Então essa mistura do... E eu fui aqui o Relator da improbidade administrativa, recebi muita crítica na época e disse: "Espera aí, nós não viemos para cá para fazer o que não é o correto", e o correto é você discutir questões da vida real. Não dá para um gestor, que não tem nenhuma possibilidade de dolo, ser totalmente penalizado e ser imputada a ele uma ação que o leva, inclusive, a tirar de sua vida pessoal a possibilidade de continuar na vida pública e participar do que ele mais gosta e sabe fazer, que é política. Eu tenho vários casos, vários casos. Essa possibilidade de qualificação da nossa administração pública, tirando essa visão de criminalização, vai melhorar isso, vai melhorar, porque aos poucos você vai começando a perceber que dá para melhorar.

Eu tenho um caso concreto de um Prefeito do meu estado que tem um problema na Justiça hoje, da gestão dele de 14 anos atrás, e simplesmente ele descobre hoje que está inelegível; e, quando você vai olhar o processo, o seu técnico simplesmente não prestou conta de um dinheiro que ele nem chegou a utilizar. Imaginem só, ele não utilizou, ficou lá na conta, esse dinheiro voltou, mas, como ele não prestou conta, foi punido, e agora está tentando reverter a situação.

E aí vem a pergunta, isso nas campanhas políticas, por exemplo, quantos candidatos passam por situação de estar na rua... O Ministro Flávio Dino – eu fui Relator dele – mesmo disse aqui: "O político que está lá na ponta, na campanha, no sol quente, não sabe o que o seu contador ou se o responsável pela sua prestação de contas emitiu certo uma nota do posto de gasolina ou da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gráfica ou do carro que ele alugou". Essa parte técnica, que quem assina ali é o contador... Se a sua conta é reprovada é ele quem fica punido, o candidato, o contador nada tem a ver com aquilo.

A mesma coisa para o advogado, a mesma coisa para os outros responsáveis. Se uma obra foi feita de forma equivocada, deu um problema e o engenheiro assinou aquela obra, mas aconteceu um acidente ou qualquer outra confusão, no final vai sobrar para o gestor, mas aquele técnico ali no meio que deu aquela condição, aquele conforto para o gestor tomar aquela decisão é o último a ser procurado numa possível culpabilidade, numa possível imputação de algum processo ou de alguma pena.

Então, eu estou fazendo aqui apenas uma reflexão do que nós estamos ouvindo aqui no dia a dia. Não dá para criminalizar de jeito nenhum a decisão de um Prefeito eleito, porque só quem não conhece a ponta deste país, lá nos cantinhos da Paraíba, do Maranhão, é que vem me dizer que o Prefeito toma a decisão errada ao sentar na cadeira e nomear alguém de sua confiança para poder tomar as decisões ou lhe dar a assistência necessária para ele fazer a transição.

Porque, todos sabem, ainda acontece nos dias de hoje, quando se perde... Para quem não sabe, basta você ir, no dia 1º de janeiro do ano que vem, nos municípios do Brasil: ainda vai ter lá – ainda acontece, em pleno século XXI – um monte de garagens com ônibus, do Prefeito que perdeu, boicotados, ônibus com açúcar lá no tanque de combustível dele e do trator. Para quê? Para quando for ligar bater o motor, para criar condições que inviabilizem o início da gestão do seu adversário que sentou naquela cadeira. É isso, infelizmente! É aquela cabeça fechada mesmo, é inacreditável, mas estão lá os boicotes. É gente que leva computador, leva CPU, zera tudo e começa de novo do zero.

Então, qual é o nosso desafio para que se possa diferenciar e dizer: "Isto aqui é do Estado brasileiro, é do município, é do estado, é do Governo Federal", "Isto aqui é dos políticos ou dos integrantes que participaram de determinado governo, que, quando saírem, vão sair com a sua pasta e o seu CPF, mas aquele CNPJ não lhe pertence"?

Então, isso é uma cultura que nós vamos ter que implementar e é isso que está acontecendo. Se você pegar várias legislações, várias ações que foram votadas por este Congresso Nacional, elas estão ajudando a ir modulando.

Agora, precisa fazer essa ação preventiva. Acabou a eleição, custa o quê o tribunal, o TCU, gestores e pessoas do bem, que querem ajudar este país, saírem fazendo palestras, reuniões, chamando esses gestores, principalmente em cidades menores, para falar para eles que contratar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

técnicos bons ou fazer bons concursos não é gasto, é investimento para a gestão dele, porque ele vai ver que aquele dinheiro ali vai ter retorno com a qualidade da sua gestão e da sua administração?

Isso não é fácil, vai ser uma consciência que nós vamos ter que ir construindo ao longo do processo, mas eu tenho certeza de que esse é um desafio em que vai se dando um passo.

Eu fui o Relator aqui da atividade de risco. A advocacia pública foi incluída na atividade de risco. É uma conquista importante? É, mas vai chegar a hora em que vai se ter também as obrigações. Então, sobre tudo o que se quer – "Ah, eu quero mais espaço, vou me fortalecer" –, também vai ser mais cobrado, e é isso que tem que ser. Então, é preciso ter esse peso, medida...

A SRA. LILIAN OLIVEIRA DE AZEVEDO ALMEIDA (*Fora do microfone*.) – Freio e contrapeso.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – ... freio e contrapeso, para você poder saber como é que nós vamos avançar ainda mais dentro dessa busca incessante da qualidade da administração.

Então, eu quero mesmo, de verdade...

Não tem nenhum Senador inscrito.

Nós temos conversado bastante e quero cumprimentar o Senador Veneziano Vital do Rêgo, que é o autor dessa PEC. Ele também, que é um Senador da qualidade que tem e tem um irmão Ministro do TCU, que já foi Senador da República, o Vice-Presidente daquele tribunal, o Ministro Vital do Rêgo, que tem justamente essa preocupação. Ele veio entregar aqui as contas do Presidente da República, do exercício de 2023, e, nessa reunião junto ao Presidente Rodrigo Pacheco – como membro da Mesa Diretora, eu estava presente –, uma das providências e um dos desafios que ele mesmo colocou foi justamente isto, como fazer com que os Prefeitos possam abrir de verdade a cabeça, a mente e perceber que dá para eles melhorarem a qualidade dos seus técnicos dentro da administração, porque das muitas coisas que chegam aqui no tribunal são por erros que poderiam ser evitados. Ao mesmo tempo, não é correto se imaginar que advogado privado, no caso, de escritório de advocacia, não tenha competência, não tenha qualidade e não tenha condição de ir lá prestar uma boa assessoria e um complemento àquela gestão; porque uma coisa é eu ter um procurador em um município, mas não dá para você me dizer que ele é especialista em tudo, especialista do criminal ao cível, ao tributário, ao previdenciário, não dá para imaginar isso. Então, como defensor da sua área, daquele município, ele pode e deve procurar os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

especialistas para cada área para que ele possa ter uma melhor defesa, uma melhor qualidade na luta que o município vier a enfrentar.

Muitas das vezes, recebe um bloqueio por uma dívida impagável de diária tributária, como acontece toda hora. Aquele procurador que passou naquele concurso não tem jamais a condição técnica de sozinho fazer a defesa com a qualidade que tem que fazer como um escritório especialista tem, e, na vida real, é assim que acontece. Ele vai conseguir uma grande obra do PAC, vai precisar fazer uma grande licitação, ele sozinho não vai conseguir fazer se ele não tiver também uma boa assessoria.

Então, eu não sou jamais contra a terceirização de empreitadas. Por quê? Porque elas precisam ter, sim, os especialistas para nos ajudar e nos dar a condição de fazê-lo. Porém tem que ter o representante ali do município, não é apenas daquela gestão, para dar a continuidade e, quando sair aquele prefeito e entrar outro, estar naquela cadeira dizendo assim: "Fizemos em defesa, acima de tudo, daqui, do interesse municipal e do cidadão que está aqui nesta cidade".

Agora, a questão de interferência vai acontecer sempre, e é para isso que vocês e nós estamos aqui, para estarmos ajustando. Eu tenho vários casos de juízes que incidem em comarca e acham que é o Prefeito ou o Governador lá da região dele. E por quê? Porque ele acaba vivendo lá. E isto acontece: ele está lá, aí ele acaba casando com alguém local, aí ele tem a família local, ele tem a turma da bola, do jogo, de não sei o quê, da cerveja e acaba criando um lado. Imagine o que está só dentro da cidade vivendo ali direto naquela relação? Entra o adversário, o cara já entra de cara feia.

Então, você acaba também tendo essas dificuldades das questões que acabam saindo da institucionalidade e do efetivo papel daquele representante que, de forma reconhecida por todos, passou naquele concurso, foi elevado àquela função e lá está para representar aquela cidade e, claro, para cumprir o seu papel.

Mas isso é uma agonia de cada vez. Acho que os que estão lutando para que sejam 100%... Eu vi aqui o manifesto. Perguntaram se podiam distribuí-lo: não tem problema nenhum, acho que tem que fortalecer os debates. O Fórum Nacional da Advocacia Pública Municipal soltou uma nota técnica contra a PEC 28, falando da inconstitucionalidade e defendendo que sejam 100% dos municípios.

Eu vou concluir aqui lembrando do meu grande líder, saudoso Jackson Lago. Ele lembrava sempre de um histórico, lá do Maranhão, na época que a gente ainda rodava naquela luta, era

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito forte o Sarney contra Sarney, e, na época, a gente era sempre contra lá, e briga, porrada, bomba, tudo. (*Risos.*) E o Dr. Jackson sempre dizia assim: "Olha, cuidado, que fulano de tal ali [que se dizia da esquerda] é tão complicado, tão complicado que, às vezes, para coçar a barba normal, ele acaba dando a volta na mão para coçar no mesmo lugar". Então, assim, às vezes você acha que está defendendo tanto seu o campo que você acaba fazendo a volta e está lá defendendo o outro lado.

Então, cada um faça o que quiser, mas quem de verdade quer fortalecer a luta dos procuradores municipais entenda que é um passo de cada vez, não se consegue tudo de uma vez só. Quem está agradecendo, eu tenho certeza... Eu até achei que foram os escritórios privados que fizeram isso aqui. (*Risos.*)

Porque vai agradecer isso aqui, óbvio, são os escritórios, pois, se não andar, vai ficar do jeito que está. Então, está tudo tranquilo. Eu acho que mais claro do que eu estou sendo não precisa. Então, cada um sabe o movimento e a luta que vai construir.

Não havendo mais nada a tratar, eu declaro encerrada a audiência pública.

Eu sei que vão me perguntar: "Quando vai para a pauta?". Eu precisava vencer este momento, aí nós iremos agora, em breve... Quando passar o São João, eu vou conversar com o Presidente Davi e com o Presidente Pacheco, porque eu quero fazer de forma sincronizada com eles. Não adianta aprovar aqui e ficar parado aqui na CCJ. Então, é melhor esperar, nem que seja depois do recesso, para, quando vier para a CCJ, a gente fazer na semana, já correndo direto para o Plenário. Está combinado?

Então, nada havendo a tratar, declaro encerrada a sessão. (*Palmas.*)

(Iniciada às 9 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 35 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 24ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE JULHO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e quatorze minutos do dia três de julho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Davi Alcolumbre, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Sergio Moro, Oriovisto Guimarães, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Marcelo Castro, Jayme Campos, Izalci Lucas, Veneziano Vital do Rêgo, André Amaral, Alan Rick, Omar Aziz, Otto Alencar, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Janaína Farias, Ana Paula Lobato, Vanderlan Cardoso, Mara Gabrilli, Jaques Wagner, Humberto Costa, Teresa Leitão, Jorge Kajuru, Flávio Bolsonaro, Marcos Rogério, Flavio Azevedo, Eduardo Girão, Jorge Seif, Eduardo Gomes, Ciro Nogueira, Esperidião Amin, Mecias de Jesus, Tereza Cristina, Dr. Hiran e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Nelsinho Trad, Paulo Paim e Sérgio Petecão, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Marcos do Val, Weverton, Angelo Coronel, Eliziane Gama, Lucas Barreto, Carlos Portinho e Magno Malta. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das Atas das 19ª, 20ª, 22ª, 23ª Reuniões Extraordinárias e da 21ª Reunião Ordinária, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 3038, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Cria o Conselho Gestor do Fundo de Aperfeiçoamento da Defensoria Pública da União de que trata o inciso XXI do caput do art. 4º da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Parecer da CCJ favorável ao Projeto, com as Emendas n°s 1-CCJ e 2-CCJ. **Observação:** - Aprovado requerimento de urgência para a matéria. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 410, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para disciplinar as modificações e as adequações destinadas ao uso não convencional dos veículos automotores." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jorge Seif. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Proposta de Emenda à Constituição n° 37, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Modifica o art. 144 da Constituição Federal, a fim de incluir as guardas municipais e os agentes de trânsito entre os órgãos que compõem a segurança pública." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB), Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Weverton (PDT/MA), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senador Reguffe (S/Partido/DF), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Eduardo Gomes (PL/TO), Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES), Senador Fabiano Contarato (PT/ES), Senador Fernando Collor (PTB/AL), Senadora Leila Barros (PDT/DF), Senadora Eliane Nogueira (PP/PI), Senador Chico

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rodrigues (UNIÃO/RR), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senadora Nilda Gondim (MDB/PB), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Jorge Kajuru (PODEMOS/GO), Senador Zequinha Marinho (PL/PA), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Alexandre Silveira (PSD/MG), Senador Romário (PL/RJ), Senador Carlos Portinho (PL/RJ), Senador Telmário Mota (PROS/RR), Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB). **Relatoria:** Senador Efraim Filho. **Relatório:** Favorável à Proposta, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Parecer da CCJ favorável à Proposta, com a Emenda n°1-CCJ. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1246, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Estabelece a obrigatoriedade de reserva mínima de participação de mulheres em conselhos de administração das sociedades empresárias que especifica; e altera as Leis nºs 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e 13.303, de 30 de junho de 2016." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira *(ad hoc)*, substituiu a Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com a Emenda nº 2-CDH-CAE (de redação). **Resultado:** Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. **ITEM 5 - Proposta de Emenda à Constituição n° 65, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o regime jurídico aplicável ao Banco Central." **Autoria:** Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO), Senador Rogerio Marinho (PL/RN), Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO/AP), Senador Wilder Morais (PL/GO), Senador Ciro Nogueira (PP/PI), Senador Laércio Oliveira (PP/SE), Senador Alessandro Vieira (MDB/SE), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Eduardo Gomes (PL/TO), Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS/AL), Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR), Senador Fernando Farias (MDB/AL), Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senador Jorge Seif (PL/SC), Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ), Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senador Fernando Dueire (MDB/PE), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES), Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS/PR), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Flávio Arns (PSB/PR), Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR), Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senadora Eliziane Gama (PSD/MA), Senadora Tereza Cristina (PP/MS), Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT), Senador Chico Rodrigues (PSB/RR), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB), Senador Dr. Hiran (PP/RR), Senador Wellington Fagundes (PL/MT), Senador Giordano (MDB/SP), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senadora Margareth Buzetti (PSD/MT). **Relatoria:** Senador Plínio Valério. **Relatório:** Favorável à Proposta, com o acatamento total das Emendas nºs 1, 2, 4, 7 e 8 e acatamento parcial das Emendas nºs 3, 5 e 6, nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 2695, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), para dispor acerca da disponibilização de documentos necessários à promoção da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

transparência no âmbito das despesas públicas." **Autoria:** Senador Flávio Arns (REDE/PR). **Relatoria:** Senador Carlos Portinho. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 4, nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 3169, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera o art. 150 do Código Penal, para excluir o crime de violação de domicílio por parte do agente de saúde que, no cumprimento de dever funcional, entra em imóvel não habitado para promover ações de saneamento ou de controle sanitário." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Relatoria:** Senador Carlos Portinho. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 1211, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, para tipificar como infração de trânsito o estacionamento de veículo obstruindo o acesso à rampa para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 3728, de 2021 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre o atendimento acessível à mulher em situação de violência doméstica e familiar." **Autoria:** Senadora Leila Barros (CIDADANIA/DF). **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 226, de 2024 - Terminativo -** que: "Altera o Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal) para dispor sobre os critérios para aferição da periculosidade do agente, geradora de riscos à ordem pública, para concessão de prisão preventiva, inclusive quando da audiência de custódia." **Autoria:** Senador Flávio Dino (PSB/MA). **Relatoria:** Senador Sergio Moro. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com cinco emendas que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 15, de 2024** que: "Requeremos, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 3038/2021, que "cria o Conselho Gestor do Fundo de Aperfeiçoamento da Defensoria Pública da União de que trata o inciso XXI do caput do art. 4º da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994"." **Autoria:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Davi Alcolumbre
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/07/03

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 24ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 19ª, 20ª, 22ª e 23ª Reuniões Extraordinárias e também da 21ª Reunião Ordinária.

Os Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*, com apenas uma observação do Senador Omar...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Pela ordem.) – Não, não, eu quero aqui... Eu estou falando com você, mas queria aqui dar as boas-vindas a Mara Gabrilli, que se recuperou e está aqui hoje. Mara, a sua presença aqui ilumina todo este plenário. (*Palmas.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Ela tem um halo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Apoiado, apoiado!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente, pela ordem.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Obrigada, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, quero só informar ao Senador Omar Aziz, em primeiro lugar, que a...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... Senadora Mara Gabrilli foi fotografada por mim com um halo, um halo de luz, e ela sabe disso.

Mas, Presidente, eu gostaria de fazer um pedido, com uma pequena justificação. Nós tivemos aqui uma sessão de debates em que o projeto de emenda constitucional sobre terras de marinha, relatado pelo Senador Bolsonaro, foi execrado, apelidando-se o próprio projeto de PEC das praias. E, a partir daí, houve uma série de informações distorcidas, querendo execrar um projeto que fala sobre terras de marinha...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Nada a ver com praia.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Que é outra coisa! Primeiro, é outra coisa na Constituição; segundo, na prática.

E eu tomei a liberdade de apresentar um projeto de lei que está sob a sua guarda – e, hoje, expira-se o prazo de apresentação de emendas – e que fala sobre praias. O projeto de lei que regula a questão das praias, complementando a Constituição, é da época do Presidente Sarney, é a Lei 7.661, que declara o seguinte: praia marítima ou fluvial é bem público de uso comum do povo, ou seja, patrimônio intangível público. Se a União quiser vender, não pode, porque ela é bem público de uso comum do povo. O que falta à lei é uma pena, é uma sanção para quem transgredir; ela só diz que é proibido. Então, o PL 2.511, que está sob a sua guarda, estabelece uma pena para quem faz a obstrução da praia, invade a praia, ocupa a praia ou para a autoridade que é leniente e que deixa isso acontecer, ou seja, está faltando alguma coisa. Não é a PEC que ofende as praias, é outro dispositivo constitucional, outro dispositivo legal. E está faltando a penalidade. Eu peço ao senhor que designe o Senador Flávio Bolsonaro...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Com o maior prazer, Presidente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... que está nos defendendo, simplesmente para esclarecer: praia é uma coisa, terreno de marinha é outra. E quem quiser se apropriar de praias está cometendo um crime, só que falta a penalidade. Sem a penalidade o crime fica sendo um discurso apenas. Se a dose da pena é pouca ou muita, vamos discutir, mas têm que ser penalizados tanto o infrator quanto a autoridade que se omite e favorece a ocupação mesmo que provisória de uma praia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É o apelo que eu lhe faço.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Deixe-me fazer uma pequena observação em solidariedade ao Senador Flávio Bolsonaro. De fato, infelizmente, houve exageros, propositados ou não, quando do debate ou da votação ou da deliberação ou da discussão ou da instrução daquela proposta de emenda constitucional que trata dos terrenos de marinha. O Senador Flávio Bolsonaro foi deveras agredido por muitos veículos de comunicação ou por muitos atores que não tinham conhecimento da redação do texto da proposta de emenda constitucional, falando desta Presidência, que de maneira açodada teria colocado para discutir essa proposta. Essa proposta de emenda constitucional, que V. Exa. tem relatado ao longo dos últimos anos nesta Casa... Tem mais de uma década o debate, a discussão, a construção no Parlamento em relação a essas terras acrescidas de marinha, um debate de 1800 ou 1900, uma confusão maluca. Se falar para uma pessoa comum no Brasil, 99,9% não sabem como pode uma regra de 1831 prevalecer em relação a esses patrimônios do povo brasileiro.

Então, eu queria, Senador Flávio, cumprimentar a coragem pela defesa de uma proposta legítima que tramita no Congresso, no Parlamento brasileiro, e que merece, sim, a nossa discussão, merece a nossa deliberação.

Nesse sentido, reconhecendo a importância desse assunto e a fala do Senador Esperidião Amin, eu vou fazer imediatamente a designação do Senador Flávio, que está apropriado das informações adequadas para discutir a PEC, agora, para discutir o projeto de lei que trata da punição, de estabelecer na legislação qual é a punição em relação àqueles que tentam ousar vender ou deixar de cuidar de uma praia pública brasileira, que é do povo brasileiro. Fica a Secretaria determinada a fazer a designação de V. Exa. para esse projeto de lei também.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Muito rapidamente, Presidente – bom dia a todos –, para agradecer as palavras de V. Exa., para agradecer a confiança do Senador Esperidião Amin, porque eu digo sempre o seguinte: *fake news* e mentira a gente combate com verdade e com informação, e é isso que V. Exa. está me dando a oportunidade de fazer mais uma vez. Então, é importante, foi importante a audiência pública, o debate sobre a pauta.

E quero também adiantar a V. Exa. que, antes do recesso, ainda, eu vou apresentar o relatório sobre a PEC dos terrenos de marinha com as emendas que estou sugerindo, para, primeiro, ficar bem claro que essa PEC não tem absolutamente nada a ver com praia. Praia, como disse o Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esperidião Amin, é regulada inclusive por legislação infraconstitucional, é garantido o acesso universal e irrestrito a todas as pessoas. Então, vamos trazer esse texto para a PEC e vamos fazer com que as cessões onerosas, as transferências... Presidente, vamos sugerir, nas transferências dos terrenos de marinha para o privado, quando forem na forma onerosa, que esses recursos sejam usados exatamente para preservação de praias e para saneamento básico – em especial, para praias marítimas ou fluviais. Tem muitas praias fluviais, como tem no estado de V. Exa. e no estado do Senador Omar Aziz.

Então, obrigado pela deferência e vou ser célere na apresentação dos relatórios.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Com a palavra, o Senador Líder Eduardo Gomes.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Pela ordem.) – Presidente, é para me solidarizar também em apoio às suas palavras ao Senador Flávio Bolsonaro, mas também para, Sr. Presidente, Senadores e Senadoras, dar um abraço à querida Mara Gabrilli e dizer que há acordo sobre o item 1. A gente precisa de só cinco minutos para a leitura do relatório, Sr. Presidente. Depois de muito tempo, gostaria de que V. Exa., passando para a pauta, desse preferência ao item 1.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vamos...

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – É redundante, mas é verdade.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Senador Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Pela ordem.) – Só para dizer ao Senador Flávio Bolsonaro que a narrativa que foi dada nesse tema foi uma narrativa que jogou você contra muitas pessoas, e às vezes a gente fica falando sozinho para o deserto – quando as pessoas não querem nos ouvir, a gente fala para o deserto. Então, é bom esse debate, Senador Flávio Bolsonaro, porque isso serve para todos nós aqui. Muitas vezes, a interpretação e a forma como é colocada... Eu não diria nem *fake news*, é a narrativa mesmo, sabe? É a narrativa que é dada. É um projeto que cabe ao Senado, ao Congresso debater. Alguém tem que pagar essa conta. Não dá. Por exemplo, agora está se debatendo sobre os rios da Amazônia que, como são rios novos, são rios que têm alguns milhões de anos só, eles são rios que mudam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o seu leito conforme vai havendo desbarrancamento. Aqueles rios consolidados são rios que têm bilhões de anos, e rios novos não, você vê que a água é amarela porque desbarranca, e mudam ano a ano, conforme a cheia ou a seca. E aí você vai debater, dizem: "Não, querem privatizar os rios". Não é privatizar os rios. Alguém tem que ser responsável pelas dragagens, pela sinalização, pela segurança desses rios, porque senão tudo cai no colo do Estado brasileiro para tomar conta, e nem de tudo o Estado brasileiro é competente para cuidar.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. *Fora do microfone*.) – Não dá conta do que tem competência...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Hoje não se dá conta daquilo que é de competência do Estado brasileiro, imagine uma série de outras coisas. Então, essa narrativa que foi feita e que deve... V. Exa. teve até o equilíbrio de esperar um pouco mais para debater. Eu acho que agora é um momento que não só V. Exa., mas todos aqueles que querem debater esse assunto... Votar contra ou a favor é um direito de qualquer um de nós, mas debater eu acho que é o dever de todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vamos iniciar o primeiro item da pauta rapidamente.

Eu tenho uma solicitação da nossa Senadora Mara, mas eu queria apenas fazer o primeiro item – é muito rápido, Mara. Em seguida eu vou inverter a pauta para atender a uma solicitação da Senadora Mara Gabrilli, porque ela tem outra agenda em outra Comissão, que ela vai presidir, e ela me pediu que eu pudesse fazer essa inversão de pauta, e, como eu atendo os Senadores todos, eu quero atender a Senadora Mara.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 3038, DE 2021

- Não terminativo -

Cria o Conselho Gestor do Fundo de Aperfeiçoamento da Defensoria Pública da União de que trata o inciso XXI do caput do art. 4º da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Eduardo Gomes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações:

A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Autoria: Defensoria Pública da União.

O Relator é o Líder Eduardo Gomes.

Queria agradecer a presença do Presidente Vanderlan, Presidente da CAE, aqui no plenário da nossa Comissão.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Gomes para proferir o relatório.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, chega ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania o Projeto de Lei (PL) nº 3.038, de 2021, de iniciativa da Defensoria Pública da União, o qual "cria o Conselho Gestor do Fundo de Aperfeiçoamento da Defensoria Pública da União de que trata o inciso XXI do *caput* do art. 4º da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994".

Peço vênia a V. Exa. e aos colegas Senadores e Senadoras para pular a leitura do relatório e passar diretamente à análise da proposição, uma vez que está distribuído o voto.

Análise.

Nos termos do art. 101, inciso I, e inciso II, alínea "j", do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CCJ opinar sobre a constitucionalidade, a juridicidade e a regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas e emitir parecer de mérito sobre a organização da Defensoria Pública da União e dos Territórios.

O projeto versa sobre atribuições da Defensoria Pública da União. Assim, nos termos do art. 48, inciso IX, da Constituição Federal, cabe ao Congresso Nacional legislar sobre a organização administrativa da DPU.

Da interpretação conjunta do §4º do art. 134 e do inciso II do art. 96 da Constituição Federal extrai-se que a apresentação do presente projeto de lei se submete à iniciativa privativa da DPU. Nesse sentido, a proposição não sofre de vício de iniciativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No tocante ao aspecto material, a proposição também não afronta qualquer dispositivo constitucional, pois não apresenta incongruência com os preceitos estabelecidos na Lei Maior.

Quanto à juridicidade em sentido estrito, o projeto atende aos pressupostos de novidade, abstração, generalidade, imperatividade e coercibilidade, sendo compatível com o ordenamento legal vigente.

De igual forma, a tramitação do projeto tem respeitado os ditames fixados no Regimento Interno do Senado Federal.

A técnica legislativa empregada é apropriada, observando os ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Do ponto de vista do mérito, o PL nos parece conveniente e oportuno.

O Fundo de Aperfeiçoamento da Defensoria Pública da União foi criado pela Lei Complementar nº 132, de 7 de outubro de 2009, que inseriu o inciso XXI ao art. 4º da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994, lei de organização da Defensoria Pública da União e dos Territórios. Nos termos desse dispositivo legal, cabe à DPU executar e receber as verbas sucumbenciais decorrentes de sua atuação, inclusive quando devidas por quaisquer entes públicos, destinando-as a fundos geridos pela Defensoria Pública e destinados, exclusivamente, ao aparelhamento da Defensoria Pública e à capacitação profissional de seus membros e servidores.

Acontece que a operacionalização do Fundo de Aperfeiçoamento da DPU depende de regulamentação legal, tarefa que será realizada mediante o projeto de lei ora analisado.

Por oportuno, cabe registrar que não se aplica ao PL a vedação de criação de fundos contida no inciso XIV do art. 167 da Constituição Federal. Isso porque essa vedação é oriunda da Emenda Constitucional nº 109, de 2021, e o Fundo de Aperfeiçoamento da Defensoria Pública da União já havia sido criado pela Lei Complementar nº 132, de 2009. Portanto, o fundo foi criado antes da mencionada vedação constitucional.

Por outro lado, a proposição dá destino adequado e republicano aos recursos destinados ao Fundo de Aperfeiçoamento da Defensoria Pública da União. O projeto, assim, está em consonância com o estabelecido no inciso XXI do *caput* do art. 4º da Lei Complementar nº 80, de 1994.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De fato, o PL destina os recursos do fundo ao aperfeiçoamento da atuação dos defensores públicos, determinando a vinculação da despesa em programas de capacitação profissional e de aparelhamento da instituição.

Além disso, não há no projeto nenhuma possibilidade de distribuição dos recursos como remuneração adicional aos defensores e servidores administrativos do órgão. A integralidade dos recursos será aplicada para a melhoria do atendimento à população.

Portanto, não há dúvidas de que a proposição promove a destinação nobre dos recursos, atendendo à finalidade do Estado, que é a de melhorar a vida da população mais carente, mediante o aperfeiçoamento das grandiosas funções da Defensoria Pública da União, instituição que merece nosso respeito e admiração.

Não obstante, notamos a necessidade de pequenos ajustes de redação, a fim de melhor deixar claro a natureza das verbas do fundo e evitar interpretações errôneas sobre as formas de sua utilização.

A primeira emenda de redação opta pela utilização, em todo o projeto, do termo "curador" no lugar do adjetivo "gestor" para qualificar o Conselho do fundo, a fim de adequar a redação à natureza privada do fundo, uma vez que isso transmite a conotação de cuidado e proteção de interesse do fundo, alinhando-se melhor com a responsabilidade de administrar recursos privados com atenção e zelo. Utiliza-se o precedente do Conselho Curador...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – ... de Honorários Advocatícios da Advocacia-Geral da União (AGU). Essa escolha de semântica, que não altera o mérito da matéria, também destaca a garantia de que as receitas serão utilizadas conforme os objetivos específicos do fundo, diferenciando-se da gestão pública tradicional.

A segunda emenda de redação compatibiliza a redação dos parágrafos do art. 4º com a natureza privada com finalidade pública do fundo, dando mais clareza ao texto, sem lhe alterar o mérito, tornando a redação mais direta e compreensível quanto à natureza das verbas do fundo.

Voto.

Ante todo o exposto, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei nº 3.038, de 2021, e, no mérito, pela sua aprovação, com as emendas de redação apresentadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não há Senadores inscritos para discutir a matéria.

Está encerrada a discussão.

Em votação o relatório apresentado pelo Líder Eduardo Gomes.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Como Relator.) – Requeiro urgência para a votação, porque demoramos muito para chegar a um acordo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Em votação o requerimento de urgência proposto pelo Senador Eduardo Gomes.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a urgência, a matéria segue ao Plenário do Senado Federal.

A Senadora Mara pediu para fazer a inversão e saiu para ir à Comissão a que ela queria ir. Eu vou voltar à pauta, e, quando ela voltar, a gente vota a inversão.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 410, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para disciplinar as modificações e as adequações destinadas ao uso não convencional dos veículos automotores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Jorge Seif

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

-Na 18ª Reunião Ordinária, realizada em 12/06/2024, a Presidência concedeu vista coletiva aos Senadores nos termos regimentais;

- Em 02/07/2024, foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Alessandro Vieira (dependendo de relatório);

- Em 03/07/2024, foi recebida a Emenda nº 2, de autoria da Senadora Mara Gabrilli (dependendo de relatório);

- Em 03/07/2024, foi apresentado Voto em Separado do Senador Fabiano Contarato, contrário ao Projeto.

O autor da matéria é o Deputado Federal Luis Miranda.

Na verdade, o voto em separado é contrário ao relatório apresentado pelo Senador Jorge Seif, não é isso? (*Pausa.*)

Concedo a palavra ao Senador Jorge Seif para proferir o relatório sobre as Emendas 1 e 2.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, mais uma vez eu quero lhe agradecer, porque esse foi um pedido do Deputado Darci de Matos e meu a V. Exa., até prestigiando os jipeiros, os bugueiros de todo o Brasil e, especialmente, nesse momento de enchente, os do Rio Grande do Sul, que prestaram um grande serviço comunitário, um serviço gratuito, um serviço humanitário para as pessoas que estavam em locais isolados e alagados no Rio Grande do Sul.

Como nós tivemos emendas apresentadas hoje – uma da Senadora Mara Gabrilli, uma do Senador Alessandro Vieira, e também algumas considerações –, eu peço para o senhor que tire de pauta e recoloque na semana que vem, para nós analisarmos as emendas e apresentarmos um relatório à altura das emendas propostas pelos Senadores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Jorge Seif, deixe-me aproveitar essa oportunidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Fabiano Contarato tem também uma experiência profissional em relação a esse assunto específico, enquanto delegado de polícia. Eu conversei um pouco com ele, e não é uma posição ideológica ou partidária em relação a esse projeto. Eu compreendi a fala do Senador Fabiano e queria fazer um pedido a V. Exa.

Ele ponderou alguns trechos do relatório apresentado por V. Exa. quanto à impossibilidade de os órgãos do Estado fazerem a fiscalização adequada em relação a algumas alterações propostas pelo relatório de V. Exa. Eu entendo... Não falei com o Senador Alessandro Vieira, mas acho que o próprio Alessandro também, quando apresenta essa emenda, está tentando aprimorar o relatório de V. Exa.

Eu vou retirar a pedido de V. Exa. e quero cumprimentá-lo pela iniciativa, porque acho que essa construção política é feita a todo instante. E, a todo momento, nunca é demais a gente buscar a convergência ideal, para que a gente chegue à exaustão e que a gente possa melhorar e aprimorar um projeto importante, com essa envergadura que V. Exa. tem colocado ao longo dos últimos meses, mas, ao mesmo tempo, contemplar esse aspecto técnico, redacional e, do ponto de vista legislativo, poder fazer algumas alterações para melhoramento do projeto e tentar consensuar para ter uma votação mais pacificada.

Então, eu queria fazer um pedido: além de V. Exa. estar me solicitando a retirada, eu queria pedir que V. Exa. fizesse uma reunião com o Senador Fabiano e com o Senador Alessandro para olhar esses aspectos, para a gente voltar para a pauta um projeto mais bem arredondado do ponto de vista da opinião dos Senadores, que não divergem do todo, mas que querem, em parte, melhorar o relatório de V. Exa. Eu acho muito importante essa integração.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente, nós estamos convivendo aqui há um ano e meio. Se há algo que é característico meu, é o diálogo, é a conversa, é a entrada. Não tem obstáculo para isso. Inclusive, nossa equipe já procurou a equipe do Senador Fabiano Contarato para buscar esse entendimento. É um projeto importante para o Brasil, porque desburocratiza. Eu compreendo e respeito a experiência profissional, mas estamos abertos, vamos procurar esses Senadores e queremos buscar entendimento para aprovação da matéria.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Muito obrigado, Senador Seif.

Senador Fabiano, acho que fiz um rápido relato do interesse de V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao Senador Fabiano.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu quero, mais uma vez, parabenizar a sensibilidade de V. Exa. sobre um tema que é de fundamental importância.

Quero também aqui, meu querido Jorge Seif, me colocar à disposição. Espero que nós façamos uma reunião, sim, para a gente ponderar como é hoje, como, com a alteração, passa a ser...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – ... e qual o impacto que isso vai dar, inclusive de forma ruim, para o proprietário, porque, se você altera qualquer sinal identificador do veículo e depois você apenas comunica, se ele for flagrado por um policial, ele vai ser autuado em flagrante.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Então, isso não é tão simples como se faz.

Eu coloco o mandato à disposição e acredito no poder de diálogo que é peculiar a V. Exa.

Parabéns, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Fabiano.

Quero cumprimentar também o Senador Alessandro. Eu fiz essa ponderação, e V. Exa. estava chegando aqui. Acho que é uma construção muito interessante para a gente viabilizar um bom projeto.

Item 2. Projeto... (*Pausa.*)

Ah, o item 2 fica adiado, a pedido do Relator.

(É o seguinte o item adiado:

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 410, DE 2022

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para disciplinar as modificações e as adequações destinadas ao uso não convencional dos veículos automotores.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Jorge Seif

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

-Na 18ª Reunião Ordinária, realizada em 12/06/2024, a Presidência concedeu vista coletiva aos Senadores nos termos regimentais;

- Em 02/07/2024, foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Alessandro Vieira (dependendo de relatório);

- Em 03/07/2024, foi recebida a Emenda nº 2, de autoria da Senadora Mara Gabrilli (dependendo de relatório);

- Em 03/07/2024, foi apresentado Voto em Separado do Senador Fabiano Contarato, contrário ao Projeto.) (*Pausa.*)

Item 3.

ITEM 3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 37, DE 2022

- Não terminativo -

Modifica o art. 144 da Constituição Federal, a fim de incluir as guardas municipais e os agentes de trânsito entre os órgãos que compõem a segurança pública.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB) e outros

Relatoria: Senador Efraim Filho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável à Proposta, com uma emenda que apresenta.

Observações:

Em 12/06/2024 a Presidência concedeu vistas coletivas do relatório, nos termos regimentais.

Já foi feita a leitura, e a matéria passa à sua discussão. (*Pausa.*)

Não há Senadores inscritos para discutir a matéria.

Está encerrada a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável à proposta de Emenda nº 1-CCJ.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Presidente, só para registrar...

Quero parabenizar o Senador Veneziano e também o Senador Efraim por essa importante matéria, já que a lei do SUS já contempla realmente os agentes de trânsito. Então, quero parabenizar todos os Senadores que apoiaram a matéria.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pela ordem, Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Pela ordem.) – Presidente, no mesmo sentido, eu quero parabenizar tanto o autor quanto o Relator e falar que essa é uma reparação muito justa com essas pessoas que efetivamente praticam, asseguram e contribuem com a segurança pública.

É sabido, é público e notório que, quando um agente de trânsito ou um guarda municipal é abordado numa situação, a população não sabe distinguir quem é policial militar, civil ou federal, e eles fazem efetivamente esse trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu quero parabenizar e manifestar aqui meu apoio pela aprovação dessa tão importante modificação da Constituição Federal, em especial no art. 144.

Obrigado, Sr. Presidente.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Deixem-me fazer uma solicitação aqui. Não estou conseguindo ouvir os Senadores e conversar com alguns Senadores.

Concedo a palavra ao Senador Líder Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Queria dizer da minha alegria aqui em participar desta votação serena, tranquila, com relação a esta proposição, a PEC 37, de 2022.

O nosso Veneziano teve essa brilhante iniciativa, com relatoria também do Senador Efraim, um relatório bem objetivo, direto e – importante – fazendo justiça com a guarda municipal e com as agentes de trânsito. Eu acho, inclusive, que deveria se tornar polícia municipal – defendo essa ideia – e que tem tido uma missão importante no país, neste momento grave que vive a segurança pública da nossa nação. E eu acredito que essa PEC vai reforçar, vai colocar realmente aí uma atribuição mais pertinente, com mais possibilidades, para que a gente possa ter tanto a guarda municipal como agentes de trânsito em um trabalho cada vez mais valorizado, cada vez com mais resultado para a população.

Eu acho muito importante esse passo que o Senado deu hoje, e eu fico muito feliz em poder ter votado contra... votado a favor.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Girão, queria cumprimentar V. Exa., porque fez um registro importante em relação ao autor, Senador Veneziano, que teve vários signatários na aprovação dessa proposta, e ao Relator, Senador Efraim, que construiu esse caminho para incluir as guardas municipais nesse rol do aparato de segurança pública, assegurando na Constituição Federal que a gente possa ter a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

valorização das guardas municipais do Brasil, que já fazem a segurança de homens e mulheres em todos os municípios brasileiros.

O item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI N° 1246, DE 2021

- Não terminativo -

Estabelece a obrigatoriedade de reserva mínima de participação de mulheres em conselhos de administração das sociedades empresárias que especifica; e altera as Leis nºs 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e 13.303, de 30 de junho de 2016.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Favorável ao Projeto, com a Emenda nº 2- CDH-CAE (de redação).

Observações:

A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Eu queria cumprimentar a Deputada Tabata, que está aqui, Deputada Federal, autora desse projeto de lei muito importante, que trata também da defesa das mulheres brasileiras. Ele é relatado pela Senadora Dorinha. A Senadora Dorinha está em viagem oficial, e ela e a Deputada Tabata, autora do projeto, solicitaram a esta Presidência que pudesse fazer a designação do Senador Alessandro Vieira como Relator *ad hoc*, para a gente aproveitar a oportunidade, porque esta matéria já entrou várias vezes em discussão na reunião da Comissão. E, para a gente não perder a oportunidade, pelo tema muito relevante, eu vou acatar a solicitação da Senadora Dorinha e vou fazer a designação *ad hoc* do Senador Alessandro Vieira, sem prejuízo, logicamente, no registro, da Relatora da matéria, a Senadora Professora Dorinha Seabra. Ela apenas fez essa solicitação para que a gente pudesse ainda deliberar no dia de hoje esse projeto de lei importante.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pois não, Líder.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Antes de iniciar essa leitura ou votação, eu, como contador, não poderia deixar de me manifestar sobre uma matéria como essa.

No Brasil, a gente tem a mania de colocar, no conselho fiscal, no conselho de administração, pessoas que não têm a mínima condição de avaliar realmente as questões empresariais. Isso acaba comprometendo a gestão das empresas, seja pública, seja privada. Então, é óbvio que você tem que trocar o pré-requisito, porque tem que se ter as condições para ocupar o cargo. E eu vejo o Governo fazendo muito isto, colocando pessoas no conselho de administração e no conselho fiscal apenas como argumento de aumento salarial. Então, estão cheios de pessoas que não têm a mínima condição técnica de dar o parecer de conselho fiscal, de conselho de administração ocupando esses cargos; vão lá numa reunião, duas, três, ganhando não sei quantos mil por mês, mas comprometendo toda a gestão pública, que já é ineficiente. E a gente fica sujeito a essas fraudes, etc.

É só para registrar isso, porque, de fato, como contador, eu não poderia deixar de fazer isso aqui.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só um minuto! O Senador Izalci Lucas já está discutindo a matéria, antes de a gente...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone*.) – Relevantíssimo!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Mas está tudo certo. V. Exa. tem prioridade, está protegido pela legislação brasileira.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só um minuto.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone*.) – É regimental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não! É a legislação brasileira que trata dos contadores, que é um artigo novo que a gente criou agora. (*Risos.*)

Mecias, só um minutinho, porque eu vou passar a palavra aqui para o Senador...

V. Exa. quer falar desse assunto?

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – Quero falar desse assunto para adiantar que eu vou pedir vista da matéria.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – E eu também quero acompanhá-lo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Deixe-me só terminar aqui o...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Inclusive a matéria não veio. O senhor falou que ela entrou algumas vezes aqui, mas, pelo meu registro, não entrou aqui na CCJ; deve ser na CAE.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Sim, na Comissão de Constituição e Justiça, a pedido da Senadora Dorinha.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Pela ordem!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Vou pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Mas me deixe fazer aqui o Relator *ad hoc*, só um minuto.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Pela ordem.) – Perfeito!

Presidente Davi, a sugestão é pela leitura do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pois não! Concedo a palavra a V. Exa.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Registro os cumprimentos aqui à Deputada Tabata Amaral, que é autora, e também à Professora Dorinha Seabra, que é a Relatora e que me permitiu a honra de representá-la neste momento.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Nos termos do art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas, bem como emitir parecer sobre as matérias de competência da União, especialmente sobre direito comercial. O mérito da proposição, sob a perspectiva da garantia e promoção dos direitos humanos, bem como dos direitos da mulher, já foi objeto de apreciação pela CDH. Por sua vez, no tocante aos aspectos econômicos e financeiros, o mérito foi apreciado pela CAE.

Sob o aspecto da constitucionalidade formal, entendemos que a matéria veiculada no projeto se insere no âmbito da competência privativa da União para legislar sobre direito comercial (art. 22, inciso I, da Constituição Federal), bem como na competência da União para editar lei de caráter nacional – aplicável a todos os entes federados – dispondo sobre o estatuto jurídico das empresas públicas, das sociedades de economia mista e de suas subsidiárias, especialmente sobre sua função social, sobre a constituição e o funcionamento do conselho de administração e sobre mandato dos administradores.

Em regra, a autonomia político-administrativa assegurada aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios pelo art. 18 da Constituição Federal, no modelo de federalismo adotado em nosso ordenamento jurídico, confere a esses entes federados a competência para legislar sobre temas de direito administrativo, como regime jurídico dos órgãos e entidades que integram suas respectivas administrações públicas, o que incluiria, em tese, regras sobre empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias, que são pessoas jurídicas de direito privado integrantes da administração indireta de cada ente federado – conhecidas como "empresas estatais".

Porém, a existência de dispositivo expresso na Constituição Federal atribuindo competência legislativa em caráter nacional à União em relação a determinados assuntos, configura exceção à citada regra de distribuição de competências. É o caso, por exemplo, da competência privativa da União para legislar sobre desapropriação, requisições e normas gerais de licitações e contratações públicas, todos temas de direito administrativo (art. 22, incisos II, III e XXVII, da Constituição Federal).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É o que ocorre também em relação ao art. 173, §1º, da Lei Magna, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998, que atribui à União a competência para legislar sobre o regime jurídico das empresas estatais de todos os entes federados, e não apenas das estatais federais. Nesse sentido, inclusive, já decidiu o Supremo Tribunal Federal, ao julgar a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 1.846, em 2022.

No exercício dessa competência, foi editada a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, conhecida como "Lei das Estatais", que inclusive o projeto pretende modificar e que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, abrangendo toda e qualquer empresa pública e sociedade de economia mista da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que explore atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, ainda que a atividade econômica esteja sujeita ao regime de monopólio da União ou seja de prestação de serviços públicos.

Justamente por se tratar de matéria a ser veiculada em lei de caráter nacional, aplicável a todos os entes federados, compreendemos que não há reserva de iniciativa do Chefe do Poder Executivo federal, não incidindo, portanto, a norma do art. 61, §1º, inciso II, alínea “e”, da Constituição Federal. A própria Lei das Estatais, de 2016, foi fruto de projeto de lei de iniciativa parlamentar, mais especificamente de iniciativa de Comissão Mista do Congresso Nacional.

Sob a ótica da constitucionalidade material, por sua vez, entendemos que a proposição está em perfeita sintonia com o espírito da Constituição Federal de 1988. O projeto cria verdadeira ação afirmativa em prol da igualdade de gênero, tema de enorme relevância para a sociedade brasileira.

A Constituição Federal estabelece o dever de inclusão de grupos historicamente vulneráveis. Cabe ao Estado incentivar e fomentar medidas direcionadas à inserção das mulheres – que compõem a maioria da população brasileira – na vida pública e laboral, especialmente quando o tema envolve a sua integração nos órgãos de administração das empresas, historicamente ocupados por pessoas do sexo masculino. Mesmo com as políticas afirmativas até hoje implementadas, o cenário de desequilíbrio entre homens e mulheres ainda se mostra muito acentuado.

O princípio da igualdade garante os mesmos direitos e obrigações aos homens e mulheres e proíbe a diferenciação de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alguns dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil consistem na construção de uma sociedade livre, justa e solidária, na redução das desigualdades sociais e na promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, cor, sexo, idade e quaisquer outras formas de discriminação, vedação essa que se estende ao exercício e preenchimento de cargos e funções públicas.

Assim, a política pública que se pretende criar com o projeto de lei está em harmonia com os dispositivos constitucionais relacionados ao tema, especialmente aqueles relativos à dignidade da pessoa humana, que é um fundamento da nossa República; ao direito à não discriminação em razão de sexo; ao direito à isonomia e à igualdade entre homens e mulheres; ao direito à proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos; e à proibição de adoção de qualquer critério discriminatório por motivo de sexo, quando da admissão em ocupações públicas.

É possível extrair da jurisprudência do STF diversos julgados no sentido de que as ações afirmativas criadas com o objetivo de assegurar a igualdade material e o tratamento singularmente favorecido para as mulheres não violam o princípio da isonomia; muito pelo contrário: o concretizam – e aí citamos exemplos de várias ADIs já julgadas.

É de suma importância a participação de mulheres, inclusive mulheres negras e com deficiência, nos conselhos de administração das empresas estatais, a fim de pluralizar o debate de ideias e ampliar o compartilhamento de diferentes perspectivas nesse meio. O conselho de administração é órgão colegiado e deliberativo permanente, obrigatório para quase todas as estatais, podendo ser considerado o órgão administrativo mais importante da sociedade empresária, com atribuições para: (i) traçar a política empresarial da estatal e definir os rumos estratégicos do negócio; (ii) eleger, fiscalizar, controlar e destituir diretores; (iii) atuar como elo entre a diretoria e os sócios; (iv) convocar assembleias gerais ordinárias e extraordinárias; (v) discutir, aprovar, implementar e monitorar os regimes de governança corporativa, gestão de riscos, controle interno, transparência e *compliance* das estatais; entre outras.

Tendo isso em vista, entendemos pela constitucionalidade da proposição.

Na sequência, no plano da juridicidade, compreendemos que a proposição é adequada ao ordenamento jurídico e atende aos atributos de novidade, abstração, generalidade, imperatividade e coercibilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sob o prisma da regimentalidade, a proposição mostra-se em conformidade com as regras do Regimento Interno desta Casa, estando sua tramitação harmônica e coesa com o sistema normativo regimental.

Por fim, entendemos que deve ser aprovada a Emenda nº 2-CDH-CAE (de redação), que busca incluir as empresas estatais pertencentes ao DF no rol daquelas que devem observar a cota de gênero na composição de seus conselhos de administração. A ausência de menção expressa ao DF configura lapso manifesto da proposição, não existindo qualquer razão lógica ou jurídica para o excluir. Pode-se entender, inclusive, que a menção aos estados engloba o Distrito Federal, já que, para quase todos os efeitos, o DF é equiparado aos estados, tanto pela Constituição como pela legislação infraconstitucional. Não há dúvidas, portanto, de que se trata apenas de emenda de redação.

O voto, Sr. Presidente, então, é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do PL nº 1.246, de 2021, bem como, no mérito, pela sua aprovação, com a emenda de redação já lida e referida.

E faço só um registro, Sr. Presidente, no tocante à provocação, muito justa, do Senador Izalci Lucas. De fato, é louvável que se exija a qualificação adequada para ocupação de cada espaço do poder público, mas, evidentemente, essa exigência deve vir numa legislação geral e não numa norma que é de afirmação e de inclusão das mulheres. Não seria razoável exigir qualificação das mulheres e deixar de lado a qualificação dos homens. Não faz sentido e não se alinha com o entendimento desta Casa e, tenho certeza, com o entendimento do próprio Senador Izalci, que terá o meu apoio numa proposição autônoma nesse sentido.

É como voto, Sr. Presidente.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Senador Mecias de Jesus.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sr. Presidente, é só para reafirmar o nosso pedido de vista à matéria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Fica concedida vista ao Senador Mecias, nos termos regimentais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Vista coletiva. Parece-me que o Senador Girão também pediu.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Girão, V. Exa. vai solicitar vista do projeto?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não.

Fica concedida vista ao Senador Mecias de Jesus.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Sr. Presidente, não cabe o pedido de vista coletiva...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Cabe.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – ... por determinação desta Mesa? Peço nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Fica concedida vista coletiva.

Vou retirar de pauta dois projetos, por solicitação do Relator, Senador Carlos Portinho, que encaminhou um documento, solicitando, pois não poderá participar da reunião de hoje. Por isso, pede para que sejam retirados de pauta o item 6, PL 2.695, e o item 7, PL 3.169. Ficam retirados de pauta por solicitação do Relator.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 6

PROJETO DE LEI N° 2695, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), para dispor acerca da disponibilização de documentos necessários à promoção da transparência no âmbito das despesas públicas.

Autoria: Senador Flávio Arns (REDE/PR)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Carlos Portinho

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 4, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- A matéria foi apreciada pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor;

- Em 15/05/2024 a Presidência concedeu vistas do relatório ao Senador Jaques Wagner, nos termos regimentais;

- Em 22/05/2024, foi recebida a Emenda n° 4, de autoria do Senador Fabiano Contarato;

- Se aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282, do Regimento Interno do Senado Federal;

- Votação nominal.

ITEM 7

PROJETO DE LEI N° 3169, DE 2023

- Terminativo -

Altera o art. 150 do Código Penal, para excluir o crime de violação de domicílio por parte do agente de saúde que, no cumprimento de dever funcional, entra em imóvel não habitado para promover ações de saneamento ou de controle sanitário.

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

Relatoria: Senador Carlos Portinho

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1.

Observações:

- Em 04/06/2024, foi recebida a Emenda nº 1, de iniciativa do Senador Humberto Costa;

- A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Votação nominal.

)

ITEM 5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 65, DE 2023

- Não terminativo -

Dispõe sobre o regime jurídico aplicável ao Banco Central.

Autoria: Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO) e outros

Relatoria: Senador Plínio Valério

Relatório: Favorável à proposta, com o acatamento total das Emendas nºs 1, 2, 4, 7 e 8 e acatamento parcial das Emendas nºs 3, 5 e 6, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- Foram apresentadas 9 emendas à proposta;

- Em 02/07/2024 foram recebidas as Emendas nºs 8 e 9, de autoria do Senador Oriovisto Guimarães (a última dependendo de relatório);

- Em 18/06/2024 foi realizada Audiência Pública para instrução da matéria.

Concedo a palavra ao Senador Plínio Valério, para proferir o relatório.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Obrigado.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Presidente, eu tinha pedido adiamento.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Nós vamos fazer, daqui a pouco, essa discussão, mas eu vou fazer a leitura do relatório apresentado. Vai ser logo em seguida.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM. Como Relator.) – Mas eu quero já dar a minha opinião. Qualquer pedido de adiamento está alimentando... é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

interesse em alimentar esse acirramento entre Banco Central e Presidente Lula. Eu acho que adiar essa discussão é só... Para mim era muito cômodo adiar. Eu estou sob o foco, sob as luzes da mídia. Para mim seria ótimo adiar. Vou ficar dando entrevista o tempo todo, mas eu não estou no Senado para brincar. Isso aqui é coisa de Estado. Esse projeto é de Estado. Esse projeto não é político...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – ... não é do Banco Central nem é do Presidente Lula. Esse projeto é de Estado. Eu vejo assim. Por isso, insisto em ler. Para dizer que eu sou favorável e as condições nas quais eu sou favorável. Eu vou ler todo, que é para cansar mesmo. Eu vou ler todinho ele.

É submetido ao exame...

É, pela primeira vez, eu vou ler todo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Não, vou fazer sim. Eu vou fazer sim.

É submetido ao exame desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) a Proposta de Emenda à Constituição nº 65, de 2023, que dispõe sobre o regime jurídico aplicável ao Banco Central do Brasil (BCB).

A PEC é assinada por 42 Senadores e tem como primeiro signatário o meu amigo Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO).

A proposta, na forma apresentada na CCJ, apresenta 3 artigos e tem como objetivo central prever autonomia orçamentária e financeira ao BCB.

O art. 1º da PEC nº 65, de 2023, acrescenta os §§4º a 8º ao art. 164 da Constituição Federal, conforme descrito abaixo.

O §4º do art. 164 estipula que o Banco Central é instituição de natureza especial com autonomia técnica, operacional, administrativa, orçamentária e financeira, organizada sob a forma de empresa pública e dotada de poder de polícia, incluindo poderes de regulação, supervisão e resolução, na forma da lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O §5º do art. 164 determina que também é extensiva ao Banco Central a vedação a que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios estão sujeitos em termos de instituição de impostos no que se refere ao patrimônio, à renda ou aos serviços (vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes) uns dos outros (inciso VI, "a", do art. 150 da CF).

O §6º do art. 164 determina que lei complementar disporá sobre os objetivos, a estrutura e a organização do Banco Central, asseguradas: (i) a sua autonomia de gestão administrativa, contábil, orçamentária, financeira, operacional e patrimonial, sob supervisão do Congresso Nacional; e (ii) a ausência de vinculação a Ministério ou a qualquer órgão da Administração Pública e de tutela ou subordinação hierárquica.

O §7º do art. 164 estabelece que a fiscalização contábil, orçamentária, financeira, operacional e patrimonial do Banco Central, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, e pelo sistema de controle interno do Banco Central.

O §8º do art. 164 estabelece que a lei disporá sobre o relacionamento financeiro entre o e a União.

Por sua vez, o art. 2º da PEC nº 65, de 2023, determina que aos atuais servidores do Banco Central do Brasil será assegurada, nos termos da lei, a opção, de forma irretratável, entre carreiras congêneres no âmbito do Poder Executivo Federal e o quadro de pessoal do Banco Central. O parágrafo único deste artigo determina que após o término do prazo para opção, os servidores optantes permanecerão em exercício no Banco Central até a recomposição de seu quadro de pessoal, consoante disposto em lei.

O art. 3º da PEC nº 65, de 2023, estabelece que esta emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

Na justificação, os autores e o autor Senador Vanderlan defendem que o Banco Central possui autonomia operacional pela lei concedida e aprovada neste Senado pelos Senadores, em 2021, complementada por um arcabouço legal sobre o relacionamento com a União, dado pela Lei nº 13.820, de 2 de maio de 2019. Contudo, o Banco Central não possui autonomia orçamentária e financeira para garantir a plena execução de suas atividades, sendo que a necessidade de recursos financeiros para o cumprimento de sua missão institucional exigiria a alteração do arcabouço legal e esta PEC traria a necessária evolução institucional do Banco Central do Brasil ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prever a garantia de recursos para que as atividades relevantes da Autoridade Monetária para a sociedade sejam executadas sem constrangimentos financeiros, tanto para o Banco Central quanto para o Tesouro Nacional.

O núcleo da proposta consistiria no uso de receitas de senhoriagem para o financiamento de suas despesas. Os autores da PEC apontam que o uso da receita de senhoriagem para financiamento das atividades do Banco Central é adotado entre os mais importantes bancos centrais do mundo.

Neste sentido, os autores argumentam que a Lei nº 13.820, de 2019, já prevê o uso do resultado do Banco Central do Brasil pelo Tesouro Nacional para o pagamento da dívida mobiliária federal e não deve sofrer alteração.

A justificação trata também da análise do Princípio da Unicidade Orçamentária.

Nesse sentido, foi recepcionada pela Constituição de 1988 a Lei nº 4.595, de 1964, que determinava que a decisão sobre o orçamento do BCB caberia ao Conselho Monetário Nacional, na figura do Orçamento de Receitas e Encargos das Operações de Autoridade Monetária ou, simplesmente, Orçamento de Autoridade Monetária.

Essa diretriz peculiar do BCB foi reconhecida desde a primeira Lei de Diretrizes Orçamentárias, que fixou, na ausência das leis complementares previstas nos arts. 165, §9º, e 192, da Constituição de 1988, a programação das despesas de caráter administrativo, que também integrariam o projeto de lei orçamentária.

A essa época, o BCB era custeado unicamente por receitas próprias.

A justificação finaliza com a consideração sobre a lei complementar.

Foram apresentadas até a data de 1º de julho de 2024 oito emendas.

A Emenda nº 1, de autoria do Senador Weverton, acrescenta parágrafo ao art. 164 da Constituição Federal, estabelecendo que a autonomia conferida ao Banco Central, nos termos desta emenda à Constituição, não abrange, restringe, altera ou acumula os serviços próprios da competência dos tabeliães e registradores atribuídos em lei e exercidos na forma do art. 236 da Constituição Federal e demais normas especiais, os quais são exercidos em caráter privado, por delegação do poder público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Emenda nº 2, de autoria do Senador Carlos Portinho, apresenta conteúdo idêntico ao da Emenda nº 1.

A Emenda nº 3, de autoria do Senador Marcio Bittar, acrescenta o art. 2º, §1º, à proposta, apontando que ficam preservadas as competências do Conselho Monetário Nacional previstas na Lei Complementar nº 179, de 24 de fevereiro de 2021, e aquelas relacionadas à função regulatória do sistema financeiro estabelecidas na legislação.

A Emenda nº 4, de autoria do Senador Eduardo Girão, acrescenta artigo à proposta, determinando que fica o Banco Central autorizado, na forma da lei complementar prevista no §6º do art. 164 da Constituição, a processar, gerir e pagar: (I) a compensação financeira de que trata o art. 3º; e (II) os proventos de aposentadoria e as pensões concedidos pelo Banco Central do Brasil ao amparo do art. 40 da Constituição.

Estabelece também que as despesas associadas aos pagamentos de que trata o *caput* deste novo artigo e às atividades a eles acessórias serão custeadas pelo Banco Central, conforme disposto na lei.

A Emenda n° 5, de autoria do Senador Vanderlan Cardoso, dá nova redação ao § 6º do art. 164 da Constituição, estabelecendo que a LEI complementar, cuja iniciativa observará o disposto no *caput* do art. 61, disporá sobre os objetivos, a estrutura e a organização do Banco Central, assegurando três itens: (I) a autonomia de gestão administrativa, contábil, orçamentária, financeira, operacional e patrimonial, bem como a competência do Banco Central...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Não precisa, não, Presidente. Não perturbe, não. Pode deixar o pessoal falar à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não fui eu, foi o tempo aqui que apitou.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Não me perturba, não. Na Câmara Municipal de Manaus, a gente era acostumado a fazer assim.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Tranquilamente, eu continuarei lendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda sobre a Emenda n° 5: (III) a submissão, pelo Banco Central, de plano estratégico plurianual à aprovação do Conselho Monetário Nacional, visando a orientar a atuação da empresa para a consecução de seus objetivos institucionais.

A Emenda n° 6, de autoria do Senador Vanderlan Cardoso, suprime o § 10 do art. 164 da Constituição.

A Emenda nº 7, de autoria do Senador Lucas Barreto, acrescenta novo artigo à PEC, estabelecendo que os proventos de aposentadoria e as pensões concedidos pelo Banco Central do Brasil, ao amparo do art. 40 da Constituição com critérios constitucionais de paridade, serão revistos com base na remuneração de cargo de carreira congênere, conforme disposto na lei complementar de que trata o § 6º do art. 164 da Constituição.

A Emenda nº 8 busca ressalvar implicações da criação de novos produtos bancários, os quais – trata-se aqui dos cartórios –, pelas características das tecnologias digitais em voga ultimamente, poderão requerer novos modelos de registro, distintos do modelo atual.

O Senador Oriovisto apresentou outra emenda, que a tendência é ser favorável, mas, como tem pedido de vista, vai ficar para depois. Eu reservo a outra emenda do Senador Oriovisto para o próximo relatório.

Análise.

Antes de enfrentarmos as questões de mérito, avaliaremos os aspectos de constitucionalidade... Isso tudo está na forma da lei.

Análise de mérito.

Como salientam os autores, a proposta tem como objetivo principal conceder... Isso aqui eu já falei.

As especificidades no tratamento orçamentário e financeiro estão bem detalhadas na justificação da PEC.

Existem alguns pontos que merecem aperfeiçoamentos. Abaixo fazemos a descrição destes pontos e levantamos algumas informações adicionais que são relevantes para a análise de mérito.

Avanços institucionais relacionados à autonomia do Banco Central do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As autonomias financeira, orçamentária e administrativa do BCB, a serem tratadas constituem um complemento natural e necessário de avanços anteriores da autonomia operacional e de instrumentos do BCB. Em particular destacamos as seguintes medidas – e, antes de destacar as medidas, quero dizer que isso é um complemento, um aperfeiçoamento da lei que este Senado aprovou, que concedeu autonomia operacional ao Banco Central, que, cá para nós, salvou o país da inflação:

i) Lei nº 4.595, de 1964, que criou o BCB;

ii) Decreto nº 3.088, de 21 de junho de 1999, que estabeleceu o regime de metas para a inflação, sistemática de política monetária vigente até hoje.

A PEC nº 65, de 2023, preserva todos os procedimentos associados ao regime de metas inflacionárias, e eu cito aqui várias leis.

> Art. 6º O Banco Central do Brasil é autarquia de natureza especial caracterizada pela ausência de vinculação a Ministério, de tutela ou de subordinação hierárquica, pela **autonomia técnica, operacional, administrativa e financeira**, pela investidura a termo de seus dirigentes e pela estabilidade durante seus mandatos, bem como pelas demais disposições constantes desta lei complementar ou de leis específicas destinadas à sua implementação.

A PEC permitirá um complemento ao estabelecido na Lei Complementar 179, de 2021 – a qual me referi há pouco –, permitindo o atingimento da autonomia técnica, operacional, administrativa e financeira do BCB. Também ficam preservadas as funções – isso aqui é importante, porque é importante que permaneçam – do Conselho Monetário Nacional, cujas responsabilidades principais são a formulação das políticas da moeda e do crédito e cujo objetivo central é a garantia da estabilidade da moeda e do desenvolvimento econômico e social do país.

E é bom adiantar que fica preservado, em nosso substitutivo, que o Conselho Monetário Nacional fica subordinado ao Presidente da República.

A PEC altera o regime jurídico aplicável ao banco, mudando a sua forma de organização para empresa pública, com natureza especial, devido ao exercício de atividade estatal, passando a ter personalidade jurídica de direito privado.

A autonomia orçamentária e financeira do banco implica importante consequência fiscal para o Governo, com impacto para as metas de resultado primário, pois o banco não mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

necessitará de transferências orçamentárias do Governo e será autorizado a usar suas receitas para pagar suas próprias despesas, o que significará um alívio fiscal para o Governo Federal e vai causar um impacto positivo no resultado primário, porque, no mais, o Governo vai ter que fazer essa despesa.

O poder de polícia do banco inclui poderes de regulação, supervisão (autorização, fiscalização e aplicação de sanções) e resolução sobre as operações, entidades e sistemas sob sua supervisão. Este poder é fundamental para o atingimento do seu objetivo.

Dado que o Banco Central não exerce especificamente uma atividade econômica, mas presta uma atividade estatal fundamental, e para melhor definir a natureza jurídica única da empresa pública, entendo necessário apresentar uma alteração na PEC, conforme segue abaixo:

> Art. 164. .....
> .....
> §4º O Banco Central é instituição de natureza especial com autonomia técnica, operacional, administrativa, orçamentária e financeira, organizada sob a forma de empresa pública que exerce atividade estatal e dotada de poder de polícia, incluindo poderes de regulação, supervisão e resolução, na forma da lei.

Limites para o crescimento das despesas orçamentárias do banco.

O aumento do escopo da autonomia, com a inclusão das características de autonomia orçamentária, financeira e administrativa, deve vir acompanhado de um aumento na transparência, bem como de um desenho de incentivos corretos, para que a instituição persiga seus objetivos de forma eficiente e sem conflitos de interesses outros. Isto implica, por exemplo, a necessidade de regras e limites para suas despesas orçamentárias, o que deve ser feito no texto da PEC 65, delegando para a legislação complementar a definição dos detalhes da implementação destes limites.

Para a despesa com pessoal e encargos sociais do Banco Central deve haver um sublimite específico – e foi aí que a gente colocou a trava –, para evitar crescimento exacerbado desta rubrica orçamentária. Sugiro, portanto, a inclusão de novo artigo, conforme abaixo:

> Art. 3º A lei complementar de que trata o §6º do art. 164 da Constituição estabelecerá, após concluída a recomposição do quadro de pessoal prevista no §1º do art. 4º, limites para o crescimento das despesas de custeio e de investimento do Banco Central,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> respeitando a sua autonomia orçamentária e financeira e o pleno alcance de seus objetivos institucionais, previstos em lei complementar.
> Parágrafo único. A lei complementar de que trata o §6º do art. 164 da Constituição estabelecerá para as despesas de pessoal e encargos sociais do Banco Central limite a ser determinado pelo Senado Federal.

Gestão para preservação dos direitos dos atuais servidores. E aqui os servidores que estão ouvindo ou acompanhando pela televisão ou como for é o item em que eu mais estou aberto para conversar e corrigir, se alguma distorção estiver por aqui.

A mudança proposta de regime jurídico para o BCB afetará as relações de trabalho dos atuais servidores do Banco Central que deixarão de ser regidos pelas normas do Regime Jurídico Único e passarão a ser empregados públicos regulamentados pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Há também impacto sobre as expectativas de direito dos atuais servidores, incluindo as condições de suas aposentadorias.

Deve-se levar em conta o princípio máximo de não prejuízo e de proteção aos atuais servidores que não podem sofrer perda de direitos adquiridos na sua atual situação funcional, adotando uma regra de transição no processo de mudança de regime jurídico do BCB. Outro ponto importante é estabelecer regra que evite a despedida imotivada como um mecanismo de proteção dos futuros empregados do banco.

Dessa forma, é necessário complementar a PEC com elementos que protejam futuros empregados contra despedida imotivada. Então, a gente colocou no substitutivo:

> Art. 2º. .....
> §2º O tempo de exercício nos cargos das carreiras do Banco Central do Brasil será considerado, para todos os fins, como de efetivo exercício nos cargos que vierem a ser ocupados, pelos servidores optantes, nas carreiras congêneres.
> §3º Os integrantes do quadro próprio e permanente de pessoal do Banco Central somente poderão ser demitidos em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou em caso de cometimento de falta grave, apurada em processo disciplinar em que lhes sejam assegurados contraditório e ampla defesa, observados, ainda, os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, conforme previsto na lei complementar de que trata o §6º do art. 164.
> Art. 3º [ainda para proteger os servidores] É assegurado aos atuais servidores do Banco Central do Brasil que optarem por integrar o quadro próprio e permanente do Banco

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Central o direito a compensação financeira calculada com base nas contribuições recolhidas ao regime próprio de previdência dos servidores públicos de que trata o art. 40 da Constituição, nos termos da lei complementar prevista no §6º do art. 164 da Constituição.

Art. 4º [são cinco artigos] Aos atuais servidores do Banco Central do Brasil que vierem a integrar o quadro próprio e permanente do Banco Central é assegurado, nos termos da lei complementar de que trata o §6º do art. 164 da Constituição, o direito à aposentadoria com base nos critérios constitucionais de transição previdenciária que lhes seriam aplicáveis caso ostentassem, na data da entrada em vigor da norma constitucional que instituiu os critérios de transição, a condição de segurados do regime geral de que trata o art. 201 da Constituição.

Art. 5º [do capítulo dos servidores, da blindagem que a gente procurou dar] Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

A análise das emendas – e aí a gente vai para o voto, Presidente.

As Emendas nºs 1 e 2 são plenamente acatadas e tratam de acréscimo de parágrafo ao art. 164 da Constituição Federal estabelecendo...

Eu já li as emendas, só vou dizer as que foram acatadas.

As Emendas nºs 1 e 2 foram plenamente acatadas.

A Emenda nº 3 foi parcialmente acatada pela inclusão de legislação adicional. Essa emenda acrescenta o art. 2º à proposta, apontando que ficam preservadas as competências do Conselho Monetário Nacional previstas em lei complementar e aquelas relacionadas à função regulatória do sistema financeiro estabelecidas na legislação. É indicado que o atendimento deve ser feito também em relação à Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e à legislação pertinente, como o Decreto nº 1.307, de 9 de novembro de 1994.

A Emenda nº 4 é integralmente acatada. Já foi lida lá na frente também.

A Emenda nº 5, parcialmente acatada.

A Emenda nº 6 é parcialmente acatada, sendo aceito o texto que suprime o §10 do art. 164 da Constituição, previsto no art. 1º do Substitutivo oferecido à PEC 65, de 2023, e acrescenta o art. 3º.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Emenda nº 7 é integralmente acatada. Esta emenda acrescenta artigo à proposta, determinando que "os proventos de aposentadoria e as pensões concedidos pelo Banco Central do Brasil ao amparo do art. 40 da Constituição com critérios constitucionais de paridade [...]"... Isso aqui foi um assunto que surgiu durante a nossa audiência pública.

A Emenda nº 8 é integralmente acatada, ressalvando do art. 164 os novos produtos financeiros que vierem a ser criados. Diz respeito aqui aos cartórios. Tudo que, a partir de agora, o Banco Central criar, instituir, inventar, promover e colocar em prática não será alcançado pelos cartórios.

Voto.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sr. Presidente...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Eu vou para o voto, porque eu quero ficar livre disso. Vou lá. Posso ir, Presidente, ao voto, para ficar livre?

Voto.

Em face das considerações, somos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa da Proposta de Emenda à Constituição nº 65, de 2023, e, no mérito, votamos por sua aprovação, na forma do substitutivo a seguir, com acatamento total das Emendas 1, 2, 4, 7 e 8 e acatamento parcial das Emendas 3, 5 e 6.

Só finalizando, Presidente, o voto é favorável, dizendo que eu quero ficar livre. Por isso que eu li, porque essa discussão, que deveria ser uma discussão de Estado, está se tornando picuinha entre o Presidente do Banco Central e o Presidente Lula, que não se cansa de prejudicar o país.

O voto é favorável à PEC.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Feita a leitura do relatório apresentado pelo Senador Plínio Valério...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Só o substitutivo precisa ser lido, porque a gente fez o substitutivo. Eu já falei das emendas...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O Dr. Ednaldo disse que, como está publicado, não precisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Beleza, está publicado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – E a gente não pode mais fazer isso com a Senadora Mara.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – A quem interessar possa, está publicado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pronto.

Deixe-me fazer uma ponderação antes de iniciar a discussão da matéria. Foi apresentado requerimento que tem apoiamento de outros Senadores, mas o autor do requerimento é o Senador Rogério Carvalho: "Requeiro, nos termos do art. 279, III, do Regimento Interno do Senado Federal, adiamento da discussão da PEC 65, que dispõe sobre o regime jurídico aplicado ao Banco Central do Brasil, por 30 dias úteis".

Regimentalmente, esta Presidência, para deliberar esse requerimento, precisa ter uma data prevista para a votação do requerimento. Como nesse requerimento pode ser apreciado duas vezes o adiamento – ou seja, nós estamos falando de 60 dias –, eu conversei com o Senador Vanderlan, com o Senador Rogério Carvalho, com o Senador Otto, com o Senador Jaques Wagner, com outros Senadores, e a solicitação era que nós suspendêssemos o início da discussão da matéria, não colocaria em deliberação o requerimento de adiamento de discussão. Eu apenas, como já fiz em outros projetos polêmicos, suspenderia o início da discussão da matéria, para que a gente não ficasse limitado a dois adiamentos de 30 dias. Eu fiz o entendimento com o autor da PEC, o Senador Vanderlan, com o Senador Rogério Carvalho, o autor do requerimento, que tem apoiamento de outros Senadores, inclusive do Líder Otto Alencar, de que eu apenas suspenderia o início da discussão, e nós retornaríamos, para não ficarmos limitados a dois adiamentos de 30 dias.

Eu sei que esse é um assunto polêmico, nós temos Senadores favoráveis e contrários à votação dessa proposta, mas a minha sugestão de adiamento de início da discussão é para que a gente possa não ficar limitado a 30 mais 30, que é o que o Regimento, no art. 279, III, impõe a esta Presidência.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM. Pela ordem.) – E quando começaria a discussão, Presidente? Daqui a 30 dias?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, mas, se a gente adiar, isso aí não dá mais tempo ainda? Por exemplo, se a gente está adiando a votação do requerimento, que pode ser 30 mais 30, se nós adiarmos isso, não se estará procrastinando por mais tempo? Não seria melhor colocar isso em votação, e se nós tivermos que esperar 30 dias...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Seif, não se está procrastinando, não, está matando até.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, não está matando.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Não vai ser votada, a eleição está aí e não vai ser votada.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente, deixe-me dar um encaminhamento aqui...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Isso foi o que eu aprendi na política.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Deixe-me dar uma sugestão aqui. Se o Colegiado... Porque a gente percebe o quanto o Senador Plínio trabalhou e se dedicou, a gente tem acompanhado o esforço dele do diálogo. Realmente, passa-se uma mensagem para a população, no meu modo de ver, legítima, faz parte do jogo democrático, mas passa uma ideia ruim nossa para a população, porque esse assunto está na ordem do dia. Se a gente ficar empurrando com a barriga, isso vai ser pior para o Brasil. Melhor a gente saber, vai ou não vai. Então, a sugestão que eu dou para o senhor: hoje cabe vista, vamos fazer essa vista hoje e voltar na próxima semana e acabar com essa agonia que nós estamos vivendo no país. (*Palmas.*)

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É esse o pedido que eu faço para o senhor.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Deixe-me fazer uma fala aqui. Todos os servidores públicos, todos os brasileiros são muito bem-vindos aqui, mas, se for externada manifestação dos nossos convidados, aqui na reunião da Comissão, a favor de uma manifestação ou em contrário a outra, a Presidência vai solicitar à Secretaria da Comissão que infelizmente possa retirar V. Sas. do plenário da Comissão, porque, do mesmo jeito que pode aplaudir, pode agredir um Senador, e aqui é o Senado da República, eu não vou deixar, na condição de Presidente, um Senador ser nem elogiado demais nem ser ofendido demais aqui na Comissão. Está bom assim?

Com a palavra, o Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, foi feita a solicitação de adiamento de discussão e foi feito um acordo com o Senador Otto Alencar, com o Senador Vanderlan Cardoso. Eu acho que, quando a gente faz um acordo de procedimento, a gente deve seguir. E a gente está pedindo um prazo que não é adiamento duas vezes, está pedindo um prazo de 30 dias de adiamento, como V. Ex. apresentou aqui, que foi fruto de um acordo.

Eu acho que esta é uma Casa em que a gente faz acordo de procedimento, e isso é muito bom para o andamento dos trabalhos, quando é possível a gente dialogar e fazer acordos de procedimento, senão fica difícil o trabalho e a convivência entre nós, Parlamentares, que o tempo todo estamos negociando, cedendo, acolhendo, modificando posição. Faz parte da construção legislativa esse tipo de maleabilidade e esse tipo de entendimento, ainda mais quando se trata de uma questão tão relevante quanto esta que está em discussão, que é mudar a natureza jurídica de uma instituição como o Banco Central.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Senador Vanderlan Cardoso, Presidente da CAE.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Pela ordem.) – Presidente Davi, em respeito ao trabalho que o Senador Plínio Valério fez nesse período todo, ouvindo a todos com maior respeito, desde os trabalhadores do Banco Central, os sindicatos, o relatório dele, eu posso dizer para V. Exa., está perfeito.

V. Exa. sugeriu o adiamento. Eu, conversando com os pares aqui, acredito que a gente pode fazer o adiamento, mas já com uma data talvez da próxima semana para nós votarmos, porque,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, o assunto é polêmico. Cada dia que passa a corda está esticando. Nós estamos com um problema sério, Sr. Presidente, Senadores e Senadoras aqui presentes. A inflação está batendo à porta, o dólar está disparando e essas falas têm que parar. Então, se nós ficarmos protelando a votação desse projeto, onde é que vai parar isso? O Plenário é soberano, aqueles que não concordam votam contra o projeto.

Quando apresentei essa PEC, Sr. Presidente, foi para melhorar as condições não só do Banco Central, mas do nosso país.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Dar segurança jurídica.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Dar segurança jurídica, como o Senador Seif falou.

Então, pode-se suspender a discussão hoje, mas já com prazo de voltar, e de preferência que a gente faça isso agora neste primeiro semestre. Senão, nós vamos ter, nas férias aí, mais agonia nesse esticar de corda que nós estamos vendo em que está a questão do Banco Central com o Executivo.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Já vou conceder, Senador Seif.

Só passo para o Senador Mecias, que pediu primeiro aqui.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, a minha sugestão é que V. Exa. coloque o requerimento dele em votação simbólica aqui e a gente decida aqui se aprova ou não o requerimento.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Até porque, Presidente, nesse acordo de que falam aí, ignoraram não só o Relator, como o PSDB. Embora tenha um só Senador, o PSDB não participou desse acordo.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – O PL também não.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Eu nem soube desse acordo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu também não soube desse acordo, não fui consultado e queria pedir vista, viu, Presidente?

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Se tem acordo? Não tem acordo, não.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, o proponente da ação não fez acordo nenhum. O Relator não fez acordo nenhum. Foi o acordo de quem? Do Partido dos Trabalhadores com o Partido dos Trabalhadores? Tem que parar de protelar isso. Presidente...

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. *Fora do microfone*.) – Senador...

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Só um minutinho.

Presidente, tem que colocar para votar. Não adianta a gente ficar... Assunto polêmico mata. Bota para votar. Normalmente, tem 50 votos dentro do Plenário. Bota para votar e acaba com essa agonia. Agora, 30 dias é uma vergonha, isso é um desrespeito com o trabalho dos Senadores. Trinta dias postergando? Isso aqui não é circo, não. Respeite o assunto em voga. Está todo dia na CNN. O meu café da manhã na CNN: "Banco Central não sei o quê. Lula falou não sei o quê. Dólar disparando. Inflação batendo na porta". Tem que acabar com isso e dar autonomia, como em todo o mundo, ao Banco Central para não ter interferência política, porque nós sabemos o que o Partido dos Trabalhadores sempre fez com estatais. Governo Bolsonaro deu lucro. Já está aí dando prejuízo geral, roubalheira, sem-vergonhice. Então, tem que votar em respeito ao Brasil e em respeito à história do Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Com a palavra o Senador Flávio Bolsonaro.

Líder Flávio Bolsonaro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Presidente, de uma forma muito tranquila e sóbria, eu acho que esta Casa tem a responsabilidade de concluir a autonomia do Banco Central. O relatório está bem feito. Eu acho que não será adiamento, audiência pública, seja lá o que for que vai mudar o voto de um Senador ou outro aqui.

Infelizmente, o atual Presidente da República tem politizado o Banco Central de uma forma que só prejudica os mais pobres. Cada fala dele, negativa, aumenta o dólar. Isso encarece os produtos que são importados aqui, incluindo os da cesta básica, e fica mais cara a comida na mesa para o mais pobre.

Eu acho que o Senado tem a oportunidade de dar uma sinalização positiva para o país, Presidente, porque senão vai parecer, claramente, o seguinte: a base do Governo Lula trabalha contra o fechamento desse ciclo de garantir a autonomia do Banco Central. Então, o PT está contra a questão da autonomia e independência do Banco Central.

Agora, o Congresso Nacional vai contribuir também para essa instabilidade? Eu acho que é o momento de nós termos a responsabilidade, Presidente Davi, de votar aqui logo. Vamos ver o que acontece, com o resultado da votação. E, aí, acho que o Congresso faz a sua parte.

Acho que uma votação dessa impacta, Senador Vanderlan, até na cotação do dólar hoje. Se o Congresso Nacional dá uma sinalização de autonomia, de respeito ao que foi feito recentemente aqui pelo Congresso Nacional de forma responsável...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... eu acho que a gente consegue, enfim, dar uma boa resposta, Presidente, porque a minha posição aqui é a de que se vote logo também isso.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Presidente, primeiro, eu quero...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Rogério Carvalho, autor do requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... chamar a atenção do Senador Vanderlan Cardoso, que conversou comigo e combinou de, em até 30 dias, a gente votar, a gente colocar em discussão e votar. Esse foi um... A gente fez uma combinação aqui.

Veja, ele é o autor do projeto, tem o Relator...

Agora, se é uma questão de Estado, é uma questão para a vida inteira. Não é uma questão de governo o que nós estamos discutindo, é uma questão do Estado.

Se não houver o cumprimento do acordo que nós discutimos, não tem problema. É só dizer que não vai ter o acordo – o acordo feito com a gente e com o Senador Otto Alencar – e que o autor da PEC também não reconhece o acordo. Que isso fique claro aqui para todo o Plenário, porque aí a gente vai ter uma outra posição, e eu quero manifestar essa posição.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu preciso fazer...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – O que eu vou dizer é importante...

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Presidente...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – ... por causa da data, Presidente.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Sr. Presidente, fui...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM. Pela ordem.) – Veja o tempo. Quem acha que é pouco tempo? Eu estou querendo discutir isso aqui desde o dia 27 de novembro do ano passado. É pouco tempo? Vocês que dizem se é pouco tempo. Seis meses é pouco tempo? Então, de quanto tempo esta Casa precisa para discutir um assunto dessa importância? Desde 27 de novembro...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Às vezes, dez anos.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só um minuto.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Dez anos quando quer protelar. Dez anos quando interessa...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Deixem-me fazer uma fala aqui.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só para esclarecer, talvez...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Desde 27 de novembro do ano passado.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, talvez tenha havido um mal-entendido por parte do Senador Rogério. A minha concordância foi com suspender a discussão – e aí ele concordou também com relação ao requerimento dele – e voltar na próxima semana. Então, voltar...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone*.) – O acordo está fechado. Não tenho problema com isso.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Agora...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Então, espere lá. Não entendi também isso aí agora.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Suspende-se a discussão e já marca para a próxima semana...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Então, o Senador Rogério retira o requerimento, a gente pede vista, e volta na semana que vem. Esse é o acordo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vai ser isso agora, porque o requerimento...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Então, eu peço vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vista coletiva.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Vista coletiva, e eu vou apresentar o voto em separado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pronto. Então...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – E fica retirado o requerimento do Senador Rogério?

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Ele retirou. Ele retirou...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só... Deixe-me falar aqui.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone*.) – É como se não tivesse acordo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Deixe-me falar aqui.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone*.) – As pessoas fazem acordo e não o cumprem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Foi feito um requerimento...

Queria só pedir atenção aqui.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone*.) – Isso não existe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Foi feito um requerimento pelo Senador Rogério Carvalho de adiamento da discussão da PEC 65 por 30 dias.

Esta Presidência entendeu que estava sendo construído um entendimento para que nós fizéssemos o adiamento sem votar o requerimento de adiamento, o que seria uma construção política, como é feito a todo instante aqui. Isso foi feito, ainda há pouco, em relação ao relatório apresentado pelo Senador Jorge Seif, quando dois Senadores apresentaram divergência em relação ao texto, e ele mesmo pediu para retirar de pauta, como foi feito várias vezes ainda hoje e em outras sessões, em outras reuniões. Ainda há pouco, isso foi feito pelo Senador Carlos Portinho, que tinha dois projetos para deliberarmos no dia de hoje e que foram retirados pelo autor, porque ele gostaria de estar presente. Então, a todo instante, o diálogo, a construção política é muito importante no Parlamento.

E, agora, eu percebi que não há uma convergência em relação a votar um requerimento de adiamento, até pelas manifestações. As manifestações feitas no Plenário da Comissão foram amplamente favoráveis a nós discutirmos e deliberarmos a matéria.

Ocorre que, regimentalmente, quando a gente termina a apresentação do relatório e coloca em discussão a matéria, cabe, do ponto de vista regimental, o pedido de vista, que é o que está sendo feito agora. Já que esse requerimento não tem o apoiamento necessário, nós vamos passar para a segunda parte da discussão. A matéria entrou em discussão, foi solicitada por vários Senadores a vista, inclusive pelo autor do requerimento, e esta Presidência, regimentalmente, concede vista coletiva da Proposta de Emenda à Constituição nº 65.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – E adia a discussão para a próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Exatamente.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – É exatamente isso que se queria. É normal.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pronto.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Não é bom quando se faz a coisa normal? É tão bom!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu vou iniciar...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pois não, Líder.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Antes de V. Exa. passar para o próximo item da pauta, eu queria lhe fazer uma solicitação.

Nós aprovamos aqui, nesta Casa, a Lei 14.701, de 2023, que foi relatada aqui pelo nosso querido Senador Marcos Rogério, a Lei do Marco Temporal. Essa lei está sendo questionada, através de três ações diretas de inconstitucionalidade, no Supremo, de autorias da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, do Partido Rede, do Partido dos Trabalhadores, do PCdoB, do PV e do PDT. E nós temos também três ações declaratórias de constitucionalidade, do Partido Liberal, do Progressistas e do Republicanos. Isso gera uma insegurança jurídica no campo aqui, tanto na agricultura familiar quanto no agronegócio. E nós temos aqui, nesta Casa, a PEC 48, que trata do marco temporal, para dar mais segurança jurídica a esse tema. Essa PEC é de minha autoria e foi relatada pelo Senador Esperidião Amin. Ela está pronta para ser votada.

Então, eu queria pedir a V. Exa. que a gente pudesse pautar essa PEC aqui na Comissão, porque é um pleito do Brasil, é algo que dá segurança jurídica ao nosso país.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Já que nós estamos organizando a próxima quarta-feira, que, pelo visto, vai começar às 8h da manhã, extraordinariamente, e vai terminar às 8h da noite – vai ser uma reunião boa –, eu vou pedir à Secretaria que inclua esta PEC também na pauta.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Opa! Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vai ficar incluída esta PEC na próxima reunião da Comissão e a PEC do Banco Central, da qual foi solicitada vista coletiva. E o Senador Flávio Bolsonaro já é Relator do projeto de lei solicitado pelo Senador Esperidião Amin.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Faça o relatório.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Quarta-feira – quarta-feira.

ITEM 8

PROJETO DE LEI N° 1211, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, para tipificar como infração de trânsito o estacionamento de veículo obstruindo o acesso à rampa para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

Votação nominal.

Queria a atenção do Plenário.

(*Soa a campainha.*)

Este projeto é relatado pela Senadora Mara Gabrilli, que solicitou, no início da reunião, inversão de pauta.

Por se tratar de um projeto de lei de matéria terminativa, eu peço a atenção e a presença dos Senadores, para que a gente possa votar nominalmente, a partir da apresentação do relatório da Senadora Mara Gabrilli.

Concedo a palavra à Senadora Mara Gabrilli para proferir o relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Como Relatora.) – Relatório.

Chega ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal o Projeto de Lei nº 1.211, de 2019, de autoria do Senador Fabiano Contarato, que altera a Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997, Código de Trânsito Brasileiro (CTB), para tipificar como infração de trânsito o estacionamento de veículo obstruindo o acesso à rampa para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

O PL 1.211, de 2019, está estruturado em dois artigos. O art. 1º traz o comando normativo da proposição ao acrescentar o inciso XXI ao art. 181, do CTB.

A alteração proposta com a inserção do referido inciso determina que a infração por estacionar o veículo onde houver guia de calçada (meio-fio) rebaixada destinada ao acesso de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida é gravíssima, acarreta como penalidade a multa e como medida administrativa a remoção do veículo.

O art. 2º traz a cláusula de vigência imediata.

De acordo com a justificativa do autor, o estacionamento de veículos bloqueando o acesso às rampas de acesso às calçadas é comportamento antissocial e até desumano, merecendo ser punido exemplarmente.

O nobre autor da proposição, Senador Fabiano Contarato, atesta que o Código de Trânsito Brasileiro traz expressa proteção à passagem de veículos e estabelece como infração média impedir a entrada ou saída onde houver guia de calçada rebaixada. Por outro lado, há um absoluto vazio legislativo para casos semelhantes, mas em que o bloqueio impeça a passagem de pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida, assim como de carrinhos de bebê e de demais pessoas que necessitam da rampa para seu ir e vir, ao invés de automóveis.

O PL nº 1.211, de 2019, foi distribuído para esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. No prazo regimental, não foram oferecidas emendas.

Análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do art. 101 do Regimento Interno, compete à CCJ opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias, sendo esta a única Comissão a opinar sobre o mérito da proposta.

Preliminarmente, registramos que a matéria sob exame não apresenta vícios de constitucionalidade formal, uma vez que o tema da proposição está compreendido no campo da competência legislativa privativa da União, consoante dispõe o art. 22, XI, da Constituição Federal. Ademais, não se trata de matéria submetida à iniciativa privativa do Presidente da República, nos termos do §1º do art. 61 da Carta Magna.

No que concerne à juridicidade, o projeto corretamente altera o Código de Trânsito Brasileiro. Note-se ainda que não se trata de matéria cuja disciplina exige a aprovação de lei complementar, motivo pelo qual a lei ordinária revela-se o instrumento adequado à sua inserção no ordenamento jurídico nacional.

Em linha com o autor da proposição, entendo que é mandatório que a legislação preveja claramente punições aos condutores que deliberadamente obstruírem e limitarem o direito de ir e vir das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. É desnecessário relembrar os transtornos que essa prática causa, principalmente às pessoas que dependem de cadeira de rodas para transitar, mas também às pessoas com carrinhos de bebê, aos ciclistas – que têm os mesmos direitos de pedestres se estiverem empurrando a bicicleta – e aos cidadãos que necessitam da rampa para o seu ir e vir.

Uma cidade que se torna melhor para as pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida torna-se naturalmente mais harmoniosa para todos os habitantes.

Dessa forma, conforme proposto, tipificar como infração de trânsito o estacionamento em locais que bloqueiam o acesso a essas rampas, com penalidade equivalente ao estacionamento em vagas reservadas, é medida imperiosa para garantir a fruição dos espaços urbanos por todos.

Com essas considerações, somos pela aprovação do Projeto de Lei 1.211, de 2019.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Dra. Mara.

Coloco em discussão o relatório apresentado pela Senadora Mara. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não há Senadores inscritos para discutir a matéria, está encerrada a discussão.

Como se trata de matéria terminativa, é necessária a votação nominal.

Os Senadores e as Senadoras já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para orientar a bancada.) – Presidente, o PL encaminha o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O PL encaminha o voto "sim".

Está aberto o painel para o início da deliberação. (*Pausa.*)

As Senadoras e os Senadores já podem votar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para orientar a bancada.) – Progressistas recomenda "sim" também.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Progressistas orienta o voto "sim".

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para orientar a bancada.) – O Novo também orienta o voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, o Republicanos orienta o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O Novo orienta o voto "sim".

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – O Republicanos, Sr. Presidente, também.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O Republicanos orienta o voto "sim".

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para orientar a bancada.) – O União Brasil orienta o voto "sim" também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O União Brasil orienta o voto "sim".

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – A Oposição! A Oposição!

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para orientar a bancada.) – O PL!

O PL orienta "sim". A Oposição orienta "sim", não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – E o Izalci também orienta "sim".

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Eu também oriento "sim". (*Risos.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para orientar a bancada.) – A Oposição orienta o voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – A Oposição orienta o voto "sim".

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Antes que se vote, Presidente, quero só registrar aqui o elogio à Senadora Mara Gabrilli, porque esse é o tipo de projeto que a gente lê e pensa: "Poxa, mas não é assim?".

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É, é verdade.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Não é?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – É, mas falta a sanção, faltava a pena.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. *Fora do microfone*.) – É.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Nada a ver...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Na mesma com o PL...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Qual é o número do PL, Amin?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – PL 2.511.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Que já tem Relator.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Que já tem Relator!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – A pedido de V. Exa.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Acho que já está pronto o relatório.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – A pedido da lógica e da justiça.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É que eu não ganho uma do Amin! (*Risos.*)

Mas está indo bem! É boa.

Quando se atingirem 14 ali, que é o mínimo necessário para abrir o painel, para a gente dar celeridade, eu vou encerrar a votação.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Fora do microfone*.) – Espere aí, por favor!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, eu vou esperar V. Exa. votar! Deus o livre até! Se a Relatora do projeto não votar, a gente não abre o painel nunca! Ainda mais que a Mara pediu a inversão de pauta às 8h05 da manhã, e nós estamos votando às 11h49!

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Fora do microfone*.) – Pronto!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – E foi o 14º voto, parece. Olha...

Por solicitação do Senador Flávio Bolsonaro, eu vou encerrar a votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Posso encerrar a votação, Senadora Ana Paula? (*Pausa.*)

Posso.

Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Votaram SIM 16 Senadores; NÃO, nenhum Senador.

À unanimidade, está aprovado o projeto.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

ITEM 9

PROJETO DE LEI Nº 3728, DE 2021

- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre o atendimento acessível à mulher em situação de violência doméstica e familiar.

Autoria: Senadora Leila Barros (CIDADANIA/DF)

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa;

- Votação nominal.

E novamente trata-se de matéria que necessita de votação nominal.

Concedo a palavra à Senadora Mara Gabrilli para proferir o relatório.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Como Relatora.) – Tá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, eu posso ir direto à análise?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Com certeza absoluta!

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Preliminarmente, registramos que a matéria sob exame não apresenta vícios de constitucionalidade formal, uma vez que o direito processual penal está compreendido no campo da competência legislativa privativa da União, consoante dispõe o art. 22, I, da Constituição Federal.

Ademais, não se trata de matéria submetida à iniciativa privativa do Presidente da República, nos termos do §1° do art. 61, da Carta Magna.

No mérito, verificamos que a proposição tão somente complementa a legislação que protege a mulher da violência doméstica e familiar, exigindo-se o atendimento acessível.

Ora, já é obrigação do sistema de segurança pública estar atento às necessidades de acessibilidade, comunicação e adaptações das pessoas com deficiência, a fim de promover, em condições de igualdade, o exercício dos seus direitos e liberdades fundamentais, visando à sua inclusão social e cidadania.

Trata-se de um imperativo advindo da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, da qual tive a honra de ser Relatora e autora de seu texto final, que assim determina, em seu art. 4º: "Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação". A lei ainda prevê que se considera discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão que prejudique o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas. Assim, o presente projeto tão somente especifica uma obrigação que já é decorrente da lei.

De fato, como defendeu a autora do projeto, a nobre Senadora Leila Barros, se a mulher que sofreu a violência tiver algum tipo de deficiência, não é admissível que a ida à delegacia seja uma nova fonte de tensão e violência. O poder público tem o dever de propiciar meios de assistência digna a todos os cidadãos, e isso inclui a acessibilidade a quem tenha deficiência sensorial, física, intelectual, ou de qualquer outra natureza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Somente assim, a dignidade da pessoa humana prevista no art. 1º, inciso III, da Constituição Federal pode ser verdadeiramente compreendida como um direito de todos, a ser resguardado pelo Estado de forma prática, e não apenas como um conceito retórico.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.728, de 2021.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Senadora Mara.

Em discussão o relatório apresentado. (*Pausa.*)

Não há Senadores inscritos para discutir a matéria.

Está encerrada a discussão.

Nesta votação, novamente trata-se de votação nominal, por ser matéria terminativa. (*Pausa.*)

Os Senadores e as Senadoras já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Mecias, Senador Esperidião Amin, é só votar aqui, rapidamente. (*Pausa.*)

Queria, enquanto nós estamos num processo de votação nominal, fazer um registro da nossa felicidade de termos aqui, no Plenário da CCJ, a nossa eterna Senadora Ana Amélia.

Senadora Ana Amélia, seja sempre muito bem-vinda! Eu tenho acompanhado a sua participação agora, como comentarista, na imprensa brasileira, em um veículo de comunicação importante do nosso país, e eu queria cumprimentá-la e dizer a V. Exa. que V. Exa., para todos nós, é uma inspiração, como uma grande mulher, uma grande brasileira, que colaborou muito e continuará colaborando com as instituições brasileiras, representando a boa política. Mesmo fora do mandato eletivo, V. Exa. tem ajudado a construir muitas agendas positivas para o Brasil. A gente entende o papel que V. Exa. cumpre hoje, também na iniciativa privada, na questão da construção institucional da relação política com o Congresso e pela experiência de V. Exa., pela amizade e pelo respeito que V. Exa. tem, de todos nós aqui, eu tenho certeza absoluta de que tem conseguido ajudar muito o Brasil, mesmo fora do mandato, enquanto agente política e enquanto cidadã brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Seja muito bem-vinda ao Plenário da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal sempre!

Foi o Senador Flávio Bolsonaro que lembrou. (*Risos.*)

Então, eu tenho que dar... Como é que se fala, no final?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Crédito.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O crédito. E o Marcos também, o meu Líder.

Posso encerrar a votação? (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Votaram SIM 16 Senadores; NÃO, nenhum Senador.

Está aprovado o projeto.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

ITEM 10

PROJETO DE LEI Nº 226, DE 2024

- Terminativo -

Altera o Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal) para dispor sobre os critérios para aferição da periculosidade do agente, geradora de riscos à ordem pública, para concessão de prisão preventiva, inclusive quando da audiência de custódia.

Autoria: Senador Flávio Dino (PSB/MA)

Relatoria: Senador Sergio Moro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do Projeto com cinco emendas que apresenta e pela rejeição da Emenda nº 1.

Observações:

- Em 13/06/2024 foi realizada Audiência Pública para instrução da matéria;

- Em 03/07/2024, foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Carlos Viana;

- Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Sergio Moro para proferir o relatório.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Como Relator.) – Presidente, questão de ordem.

Houve um pedido aqui, de alguns Senadores, para poderem examinar o projeto. Então, eu pediria para que nós pudéssemos colocar na pauta da próxima Semana, retirar e colocar na pauta da próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Fica adiado, a pedido do Relator da matéria, e eu determino à Secretaria que este projeto retorne à reunião da próxima quarta-feira, na Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. *Fora do microfone*.) – Antes da PEC. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É verdade! Uma boa observação! Na ordem, vamos colocar. Já que esse 1 era o décimo, o último item da pauta...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM. *Fora do microfone*.) – Fica como primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – ... nós vamos inverter... Também não dá para ser o primeiro, para não ficar inversamente...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Quais...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Com a vênia do Senador Plínio Valério, mas é que a PEC vai longe.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vamos colocar logo no início da pauta da próxima da reunião, antes da PEC 65.

Muito obrigado aos Senadores e às Senadoras. Agradeço ao Senador Presidente Mourão, ao Senador Líder Girão, Senador Sergio Fernando Moro, Senador Líder Flávio Bolsonaro, meu Vice-Presidente Líder Marcos Rogério e ao querido Líder, grande Líder, do Norte do Brasil, Mecias de Jesus, Líder do Republicanos e Senador da República.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE JULHO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e vinte e um minutos do dia dez de julho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Davi Alcolumbre e Marcos Rogério, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Sergio Moro, Marcio Bittar, Eduardo Braga, Jader Barbalho, Oriovisto Guimarães, Marcos do Val, Weverton, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Marcelo Castro, Jayme Campos, Izalci Lucas, André Amaral, Alan Rick, Carlos Viana, Zequinha Marinho, Professora Dorinha Seabra, Omar Aziz, Angelo Coronel, Otto Alencar, Eliziane Gama, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Janaína Farias, Jorge Kajuru, Zenaide Maia, Vanderlan Cardoso, Jaques Wagner, Humberto Costa, Teresa Leitão, Flávio Bolsonaro, Carlos Portinho, Flavio Azevedo, Eduardo Girão, Jorge Seif, Eduardo Gomes, Ciro Nogueira, Esperidião Amin, Mecias de Jesus, Tereza Cristina, Dr. Hiran e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Nelsinho Trad e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros e Magno Malta. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 24ª Reunião Ordinária, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 410, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para disciplinar as modificações e as adequações destinadas ao uso não convencional dos veículos automotores." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jorge Seif. **Relatório:** Favorável ao Projeto, às Emendas nºs 1 e 2, nos termos de Subemenda, e com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, às Emendas nºs 1 e 2, nos termos da Subemenda nº 1-CCJ, e a Emenda nº 3-CCJ. **ITEM 2 - Proposta de Emenda à Constituição n° 48, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera o §1º do art. 231 da Constituição Federal para definir marco temporal de demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas." **Autoria:** Senador Dr. Hiran (PP/RR), Senadora Margareth Buzetti (PSD/MT), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), Senador Wilder Morais (PL/GO), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Mecias de Jesus

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(REPUBLICANOS/RR), Senador Marcos do Val (PSDB/ES), Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG), Senadora Tereza Cristina (PP/MS), Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senador Marcio Bittar (UNIÃO/AC), Senador Magno Malta (PL/ES), Senador Jorge Seif (PL/SC), Senador Chico Rodrigues (PSB/RR), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senadora Ivete da Silveira (MDB/SC), Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ), Senador Irajá (PSD/TO), Senador Carlos Portinho (PL/RJ), Senador Marcos Rogério (PL/RO). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Favorável à Proposta. **Resultado:** Vista coletiva concedida. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 850, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, a fim de explicitar a natureza alimentar dos honorários advocatícios." **Autoria:** Senador Carlos Portinho (PL/RJ). **Relatoria:** Senador Renan Calheiros. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, e aprovação parcial da Emenda nº 1-T, nos termos da Emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e parcialmente a Emenda nº 1-T, nos termos da Subemenda nº 1-CCJ. **Observação:** O Senador Marcos Rogério fez a leitura do relatório, como relator *ad hoc*. **ITEM 4 - Proposta de Emenda à Constituição n° 65, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o regime jurídico aplicável ao Banco Central." **Autoria:** Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO), Senador Rogerio Marinho (PL/RN), Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO/AP), Senador Wilder Morais (PL/GO), Senador Ciro Nogueira (PP/PI), Senador Laércio Oliveira (PP/SE), Senador Alessandro Vieira (MDB/SE), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Eduardo Gomes (PL/TO), Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS/AL), Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR), Senador Fernando Farias (MDB/AL), Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senador Jorge Seif (PL/SC), Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ), Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senador Fernando Dueire (MDB/PE), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES), Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS/PR), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Flávio Arns (PSB/PR), Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR), Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senadora Eliziane Gama (PSD/MA), Senadora Tereza Cristina (PP/MS), Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT), Senador Chico Rodrigues (PSB/RR), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB), Senador Dr. Hiran (PP/RR), Senador Wellington Fagundes (PL/MT), Senador Giordano (MDB/SP), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senadora Margareth Buzetti (PSD/MT). **Relatoria:** Senador Plínio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Valério. **Relatório:** Favorável à Proposta, com o acatamento total das Emendas nºs 1, 2, 4, 7 e 8 e acatamento parcial das Emendas nºs 3, 5 e 6, nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 2695, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), para dispor acerca da disponibilização de documentos necessários à promoção da transparência no âmbito das despesas públicas." **Autoria:** Senador Flávio Arns (REDE/PR). **Relatoria:** Senador Carlos Portinho. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 4, nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto, nos termos da Emenda nº 5-CCJ (Substitutivo). **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 3169, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera o art. 150 do Código Penal, para excluir o crime de violação de domicílio por parte do agente de saúde que, no cumprimento de dever funcional, entra em imóvel não habitado para promover ações de saneamento ou de controle sanitário." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Relatoria:** Senador Carlos Portinho. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1. **Resultado:** Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CCJ. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - Projeto de Lei n° 3455, de 2023 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a transformação do campus de Oiapoque da Universidade Federal do Amapá em Universidade Federal da Fronteira Norte (UNIFRON)." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Relatoria:** Senador Davi Alcolumbre. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - Projeto de Lei n° 226, de 2024 - Terminativo -** que: "Altera o Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal) para dispor sobre os critérios para aferição da periculosidade do agente, geradora de riscos à ordem pública, para concessão de prisão preventiva, inclusive quando da audiência de custódia." **Autoria:** Senador Flávio Dino (PSB/MA). **Relatoria:** Senador Sergio Moro. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com cinco emendas que apresenta e pela rejeição da Emenda nº 1. **Resultado:** Vista coletiva concedida. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - Projeto de Lei n° 1246, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Estabelece a obrigatoriedade de reserva mínima de participação de mulheres em conselhos de administração das sociedades empresárias que especifica; e altera as Leis nºs 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e 13.303, de 30 de junho de 2016." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira (*Ad hoc*), substituiu Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com a Emenda nº 2- CDH-CAE (de redação). **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 2- CDH-CAE-CCJ (de redação), e contrário à Emenda nº 3. **Observação:** Vota vencido o Senador Marcio Bittar. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e três minutos. Após aprovação, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Davi Alcolumbre
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/07/10

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 25ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 24ª Reunião, Ordinária.

Os Senadores e as Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens de nºs 1 a 6.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Questão de ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pois não, Senador Sergio Moro. Com a palavra V. Exa.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Presidente, na última sessão, estava pautado o Projeto de Lei 226, de 2024, de autoria do então Senador Flávio Dino e de minha relatoria, e houve um pedido para que fosse retirado de pauta, para ajustes, para uma discussão, na verdade, em relação a ele. Essa discussão foi feita e havia um compromisso de V. Exa. para mantê-lo na pauta dessa semana. Como não entrou, eu pediria, se fosse possível, que o colocasse, então, extrapauta, para que nós pudéssemos fazer valer aquele compromisso e aproveitar que é um projeto importante, inclusive de um Ministro do Supremo. Ele trata de um tema de que nós temos sido cobrados: as audiências de custódia. Então, peço a V. Exa. a inclusão.

E, aqui, contando com a compreensão do nosso querido Senador Plínio, pediria que ele fosse apreciado antes da PEC do Banco Central, à qual sou favorável, porque eu imagino que a discussão dela será um pouco mais longa, enquanto dele a discussão será mais breve.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Bem, primeiro vamos definir a inclusão extrapauta desse projeto.

Eu tenho uma demanda também do Senador Randolfe Rodrigues, e eu tive a incumbência de ser o Relator desta proposta, porque se trata de uma transformação do *campus* da Universidade Federal do Amapá em Universidade Federal da Fronteira, lá no Município de Oiapoque. Eu sou o Relator dessa matéria. E, da mesma maneira que o Senador Sergio Moro solicita a inclusão extrapauta, eu também, enquanto Senador e Relator desta proposta, já que é uma questão que trata da Universidade Federal do Amapá na relação binacional da fronteira, gostaria de colocar em deliberação a inclusão extrapauta deste item e do item a que o Senador Sergio Moro se referiu. Na verdade, foi uma falta de comunicação com o Dr. Ednaldo, porque foi feito um acordo para tirarmos e incluirmos na próxima pauta.

Eu quero incluir este aqui também, extrapauta, e tem uma solicitação da Senadora Professora Dorinha e do Líder Efraim, que são os três – digamos assim – problemas que eu tenho em relação à pauta da reunião de hoje. E eu queria, naturalmente, incluir este item também, que a Senadora Dorinha solicitou, para a gente deliberar, extrapauta, hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo objeção, consulto o Plenário sobre se posso incluir as três proposituras, como itens extrapauta. (*Pausa.*)

Muito obrigado, Senadores. Está aprovada a inclusão, como extrapauta.

Senador Jorge Seif está aqui.

Item 1.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 410, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para disciplinar as modificações e as adequações destinadas ao uso não convencional dos veículos automotores.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Jorge Seif

Relatório: Favorável ao Projeto, às Emendas nºs 1 e 2, nos termos de Subemenda, e com uma emenda que apresenta.

Observações:

-Na 18ª Reunião Ordinária, realizada em 12/06/2024, a Presidência concedeu vista coletiva aos Senadores nos termos regimentais;

- Em 02/07/2024, foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Alessandro Vieira (dependendo de relatório);

- Em 03/07/2024, foi recebida a Emenda nº 2, de autoria da Senadora Mara Gabrilli (dependendo de relatório);

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Em 03/07/2024, foi apresentado Voto em Separado do Senador Fabiano Contarato, contrário ao Projeto.

Autor: Deputado Federal Luis Miranda.

Concedo a palavra ao Senador Jorge Seif, para proferir o relatório.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, primeiramente eu quero agradecer ao senhor, mais uma vez, porque foi meu pedido pessoal que fosse incluído, até pelo momento que o Rio Grande do Sul está passando. O trabalho que essa classe – os jipeiros – está fazendo voluntariamente em prol dos gaúchos comoveu. Esse projeto já está, há bastante tempo, aguardando deliberação, e o senhor prontamente me atendeu.

Outra coisa também, Sr. Presidente, nós fizemos de tudo para que esse projeto não precisasse retornar à Câmara dos Deputados. No entanto, conversando com a equipe da Senadora Mara, com o Senador Alessandro, com o Senador Contarato, nós entendemos que as emendas que eles apresentaram têm todo sentido. Nós precisávamos avançar, precisávamos aprovar essa questão na CCJ. Então, nós acatamos.

Eu vou direto para a análise, se o senhor me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Com certeza.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Nos termos do art. 101 do Regimento Interno, compete à CCJ opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias. Sendo esta a única Comissão a se posicionar acerca da proposição em análise, compete-lhe também opinar sobre seu mérito.

Registramos que a matéria sob exame não apresenta vícios de constitucionalidade formal, uma vez que o tema da proposição está compreendido no campo da competência legislativa privativa da União, consoante dispõe o art. 22, XI, da Constituição Federal. Ademais, não se trata de matéria submetida à iniciativa privativa do Presidente da República, nos termos do §1º do art. 61 da Carta Magna.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No que concerne à juridicidade, notamos que a lei ordinária é o instrumento adequado à inserção do conteúdo proposto no ordenamento jurídico nacional e que o projeto possui os elementos necessários de novidade, generalidade e abstratividade.

Faltam-lhe, porém, elementos de coercibilidade, visto que o texto não dispõe sobre os prazos de comunicação das alterações, nem tipifica a sua ausência, o que corrigimos mediante apresentação de emenda que acrescenta parágrafos à redação proposta para o art. 98, estabelecendo prazo de 60 dias para que o proprietário notifique o Detran das alterações realizadas, para fins de atualização do Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam) e emissão de novo certificado de registro do veículo. Optamos por remeter ao Contran a regulamentação da dispensa do certificado de segurança veicular (CSV) para as alterações de menor importância.

No mesmo sentido, Sr. Presidente, optamos por explicitar no inciso VII do art. 230 do Código de Trânsito Brasileiro a infração de transitar com um veículo que tenha sofrido alterações com o prazo de comunicação vencido, com pena de incorrer em multa de infração gravíssima e remoção do veículo. Quando se tratar, porém, de alterações que, ainda que dispensadas de autorização prévia, exijam emissão posterior de CSV, o valor da multa será dobrado no caso de ausência desse documento.

Em relação ao agravamento da pena por modificação na suspensão e nos eixos dos veículos de passageiros e de carga, acreditamos que merecem ser incluídas todas as alterações relativas à estrutura do veículo e a seus itens de segurança de que trata o art. 106 do Código de Trânsito Brasileiro, por representarem exatamente o mesmo risco aos ocupantes e ao trânsito nas vias públicas.

Para separar os casos de inspeção previstos nos arts. 98 e 106 das inspeções veiculares periódicas, foi necessário retirar as primeiras do inciso VIII do *caput* do art. 230, criando-se os incisos XXV e XXVI.

Quanto à técnica legislativa, há reparos a fazer, por falta de precisão. Conforme a alínea "a" do inciso II do art. 11 da Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a redação das leis, para a obtenção de precisão deve-se "articular a linguagem, técnica ou comum, de modo a ensejar perfeita compreensão do objetivo da lei e a permitir que seu texto evidencie com clareza

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o conteúdo e o alcance que o legislador pretende dar à norma". Não é o que acontece aqui, já que o termo "jipe" não se encontra definido no CTB. Embora os jipes já sejam citados no código desde as alterações promovidas pela Lei 14.071, de 13 de outubro de 2020, a permissão de modificação dada aos proprietários de jipes era apenas relativa ao diâmetro externo dos pneus, e, portanto, o potencial para insegurança jurídica era muito menor.

É necessário para os órgãos de fiscalização e até mesmo para os próprios estabelecimentos que realizam modificações em veículos que os jipes possam ser facilmente diferenciados dos demais utilitários. Assim, consideramos apropriado, neste momento, estabelecer inequivocamente o alcance do §2º do art. 98 do Código de Trânsito Brasileiro, apresentando emendas para introduzir a espécie jipe no art. 96 do código, que trata da classificação de veículos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Pessoal está agitado aí, hein? Vamos lá, pessoal, vamos respeitar aí.

Com isso, os jipes passarão a ser diferenciados dos demais utilitários por seus próprios documentos de registro, de acordo com a definição acrescida ao Anexo I do CTB, eliminando qualquer dúvida sobre se determinado veículo está nessa categoria ou não. Tal como ocorre com outras espécies de veículos, o jipe poderá ser um veículo regular ou um veículo especial. No caso dos veículos regulares, isto é, os veículos de uso misto que sejam de marca/modelo com características de jipe, a reclassificação será automática, desde que não tenham sofrido alterações.

Além disso, Sr. Presidente, reorganizamos a lista de alterações permitidas para os jipes, para que cada alínea se refira apenas a uma delas, em cumprimento ao disposto no art. 11, III, "d", da Lei Complementar nº 95, de 1998.

No mérito, o pleito do projeto de desburocratização de alterações realizadas em veículos automotores é justo. No entanto, é necessário ponderar que existem diversos tipos e graus de alteração, que vão desde a simples estética (mudança da cor do veículo) aos mais avançados projetos (uso de hidrogênio como combustível). Eles não têm, e nem poderiam ter, o mesmo tratamento. Assim, o entendimento construído durante as discussões sobre este PL é que muitas alterações podem ser dispensadas de autorização prévia, mas não todas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Resolução nº 916, de 2022, do Contran, traz duas listas de alterações em seus Anexos IV e V. A primeira delas incide, segundo o entendimento do órgão, na hipótese de fabricação artesanal de veículo de que trata o art. 106 do CTB, que não está sendo alterado por este PL. Essas modificações demandam obtenção de certificado de adequação à legislação de trânsito (CAT), junto à Secretaria Nacional de Trânsito, e, em função de seu elevado potencial de risco à segurança dos ocupantes dos veículos e do trânsito, devem continuar necessitando de autorização, o que esclarecemos no §5º que propomos para a redação do art. 98.

Estou terminando, Sr. Presidente.

Entre essas alterações, está o aumento da potência do motor de mais de 10% em relação à original, que tem impactos importantes sobre itens de segurança dos veículos, como os freios. Por esse motivo, optamos por limitar a alteração da motorização dos jipes sem autorização a esse mesmo valor.

A segunda lista é a de modificações que exigem apenas a autorização prévia dada pelo Detran de registro do veículo, e algumas dessas podem ser objeto de flexibilização.

No caso dos jipes, as regras permanecem estipuladas diretamente no CTB...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – ... conforme o texto aprovado pela Câmara dos Deputados, o que achamos razoável, em função da sua característica de uso primariamente fora da estrada, que o diferencia dos demais veículos. Acrescentamos apenas a observação de que, no caso da alteração de combustível dos jipes, permanece a obrigatoriedade de atendimento às regras relativas ao uso do óleo diesel e do gás liquefeito de petróleo, cujo emprego é restrito no Brasil.

Para os demais veículos, seguindo a linha das Emendas nºs 1 e 2, que acatamos, estamos criando parágrafos no art. 98 para remeter ao Contran a elaboração de regulamentação que dispense a autorização prévia de modificações para os veículos em geral, podendo ser dispensável até mesmo, como já dissemos, a obtenção de novo CSV para alteração do registro do veículo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sabemos que as modificações sugeridas ao texto vindo da Câmara são extensas, porém este é o papel desta Casa revisora. Desde já, Sr. Presidente, agradecemos a contribuição de todos os Senadores na discussão desta matéria e acreditamos, com a redação proposta neste Relatório, ter atingido o equilíbrio necessário entre a liberdade dos proprietários e a segurança dos ocupantes e do trânsito em vias públicas e a preservação da atualização dos dados constantes no Renavam.

O voto, Sr. Presidente.

Ante todo o exposto, somos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei nº 410, de 2022, e, no mérito, pela aprovação da proposição e das emendas da CCJ.

Obrigado, Sr. Presidente. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não há Senadores inscritos para discutir a matéria.

Está encerrada a discussão.

Em votação o relatório apresentado pelo Senador Jorge Seif.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Fica aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto e às Emendas nºs 1 e 2, nos termos da Subemenda nº 1, da CCJ, e também com a Emenda nº 3, da CCJ.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – Sr. Presidente, pela ordem!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sr. Presidente, pela ordem!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pela ordem, o Senador Lucas Barreto.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria pedir permissão a V. Exa., porque eu preciso fazer um comunicado de que no final do século XIX, mais precisamente 139 anos atrás, a França passou a intensificar suas ações diplomáticas e militares para se apropriar ilegitimamente da região do Contestado Franco-Brasileiro, que envolvia as terras entre a margem esquerda do Rio Araguari e a atual fronteira do Brasil com a Guiana Francesa. E a garantia do direito de o Brasil pleitear e vencer no tribunal suíço o domínio dessa região nasceu do princípio *uti possidetis*, ou seja, aquela que ocupa é o legítimo dono.

Então, Sr. Presidente Davi Alcolumbre, Presidente desta CCJ, os ocupantes que legitimaram o direito do domínio foram os garimpeiros brasileiros, que no início dessa semana... E com muita tristeza comunico a V. Exa. e a esta Comissão, que zela pela Constituição e esmero da justiça, que suas habitações e fontes de suprimentos, lá no garimpo do Lourenço – os suprimentos e as instalações de acordos, inclusive com o Ministério do Trabalho, de alojamentos com banheiro, com tudo –, foram ontem queimadas pelo Exército Brasileiro, sem nenhum processo legal e sem direito à ampla defesa e ao contraditório, conforme estabelece o art. 5º da Constituição Federal, que tem o seguinte direito: "ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal".

Então, as informações que temos da operação de ontem realizada por uma força-tarefa que envolvia forças constitucionais, Ibama, Sema do Amapá e policiais judiciários, tanto da União Federal quanto do Estado do Amapá... E aqui eu quero reconhecer o pronto atendimento e retorno imediato dos Ministros Lewandowski e José Múcio, que, estarrecidos, estão tomando as providências emergenciais e perícia na territorialidade onde a Constituição não só foi violada, mas a justiça também foi exilada para aquela comunidade do distrito do Lourenço, que V. Exa. visitou agora, que colocou emenda para fazer asfalto e que inaugurou vários equipamentos lá.

Então, eu quero finalizar, Sr. Presidente, relembrando a nossos colegas desta Comissão e a este Senado que esses descendentes dos garimpeiros, que estão lá há mais de 130 anos, conquistaram com trabalho árduo e em muitos casos com a própria vida, definindo aquela região

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não como território francês, mas como um novo território brasileiro. Então, o direito à habitação, à livre iniciativa, ao trabalho e aos bens não podem ser discricionariamente violados numa operação policial sem produzir um devido processo indenizatório e uma ação de regressão penal e cível que possa alcançar os responsáveis por tão grande abuso de autoridade e crimes contra a dignidade humana e o bem-estar social.

E aqui quero deixar minha solidariedade aos 7 mil habitantes lá do distrito do Lourenço, que ontem tiveram os seus bens... Inclusive, há vídeos, Sr. Presidente, queimando até os documentos. Os garimpeiros da cooperativa regularizada na Agência Nacional de Mineração tiveram seus documentos queimados sem direito à defesa, a nada, contra a força que impuseram lá ontem.

Então, quero aqui externar minha solidariedade e pedir a V. Exa. providências pela CCJ.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Queria, da mesma maneira, Senador Lucas, me associar à fala de V. Exa. em relação ao garimpo do Lourenço, no Município de Calçoene, no Estado do Amapá.

Este garimpo, há apenas 2 anos, foi reconhecido pelo Ministério Público Federal como uma comunidade tradicional garimpeira, porque existe há 135 anos. E eu acompanhei todo esse processo, na Procuradoria da República, quando dos questionamentos em relação à possibilidade de homens e mulheres subsistirem da exploração legal de uma jazida de minério de ouro que lá no Lourenço existe, explorada há 135 anos. O Ministério Público Federal, a Procuradoria da República, reconheceu formalmente, num processo, que aquele garimpo, naquele Município de Calçoene, que tem o distrito do Lourenço, que foi considerado o primeiro caso do Brasil, é uma comunidade tradicional garimpeira, como é uma comunidade de pescadores, como é uma terra indígena, como é um quilombo, como é um assentamento da reforma agrária. O Ministério Público Federal reconheceu, num primeiro caso na história do Brasil, pela existência de mais de um século.

E agora, infelizmente, V. Exa. traz ao conhecimento desta Casa, do Senado Federal e do Brasil esta operação que foi feita lá no Lourenço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero me solidarizar com esses milhares de homens e mulheres do nosso estado. E eu fico à disposição, junto com V. Exa. e com a bancada do Amapá, para tomarmos as providências cabíveis para proteger a subsistência desses homens e mulheres que vivem lá há mais de um século. Conte comigo. O que for necessário fazermos, faremos juntos. E parabéns pela iniciativa.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM. Pela ordem.) – Presidente Davi, permita-me, a esses comentários que está fazendo, ser solidário, em nome do Amazonas, e dizer que essa é uma das formas violentas, mas existem as pacíficas.

O ICMBio acaba de, no Município de Itacoatiara, no Novo Remanso, onde tem plantação de abacaxi, mamão, onde tem cerca de quase 3 mil pessoas em dez comunidades, criar uma reserva para proteger o sauim-de-coleira equivalente a 15 mil campos de futebol. Sabe o que vai acontecer? O Ministério Público Federal já disse que, se tornando reserva, não tem financiamento agrícola, ou seja, estão expulsando os garimpeiros com violência. E lá, com suposta mansidão. É a mesma coisa, faz parte de um plano grande.

Assim como eu sou solidário ao Amapá, eu gostaria da solidariedade de vocês. Solicitei uma audiência pública na CMA. E nós vamos tentar reverter, porque a audiência pública foi forjada, não teve a participação de nenhum comunitário.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Conte com o nosso apoio integral, Senador Plínio Valério.

Projeto de Lei nº 226, de 2024, terminativo, que altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, eu tinha pedido pela ordem ao senhor. É muito rápido.

V. Exa. tinha anunciado, na reunião anterior, a inclusão, na pauta de hoje, do PL 2.511, cujo Relator é o Senador Flávio Bolsonaro. É só para conferir.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Deixe-me lhe dizer, querido Líder, que o relatório foi entregue só ontem. Eu o aguardei até sexta-feira, para que a gente pudesse incluí-lo na pauta, e o Senador Flávio o entregou ontem. Então, eu acho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais prudente, já que ele o entregou ontem, a gente colocar... Eu me comprometo a colocá-lo na próxima reunião, o que não vai mudar muita coisa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – A próxima é...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Quarta-feira.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Quarta-feira?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está bom.

EXTRAPAUTA

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 226, DE 2024

Altera o Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal) para dispor sobre os critérios para aferição da periculosidade do agente, geradora de riscos à ordem pública, para concessão de prisão preventiva, inclusive quando da audiência de custódia.

Autoria: Senador Flávio Dino (PSB/MA)

Relatoria: Senador Sergio Moro

Relatório: Pela aprovação do Projeto com cinco emendas que apresenta e pela rejeição da Emenda nº 1.

Observações:

- Em 13/06/2024, foi realizada Audiência Pública para instrução da matéria;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Em 03/07/2024, foi apresentada a Emenda nº 1, de iniciativa do Senador Carlos Viana;

- Votação nominal.

Eu queria a atenção dos Senadores e das Senadoras, porque, neste projeto, trata-se de votação nominal, por se tratar de um projeto terminativo.

Concedo a palavra ao Senador Sergio Moro para proferir o seu voto.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Só um esclarecimento inicial, antes da leitura do parecer: é um projeto de autoria do então Senador Flávio Dino e da minha relatoria. Este projeto, basicamente, visa dar racionalidade às chamadas audiências de custódia.

Todos nós temos ouvido, nas nossas bases, reclamações quanto às solturas, muitas vezes, erradas, equivocadas nessas audiências. Em geral, os juízes fazem um bom trabalho, mas, ocasionalmente, ocorre a soltura, a colocação em liberdade, após uma prisão em flagrante, de presos perigosos, presos em flagrante por crimes graves, como até estupro, e casos de pessoas que se envolveram em reiteradas infrações – furtos, roubos – sendo colocadas em liberdade, dando vazão àquela frase "a polícia prende, e a Justiça solta", que é um estereótipo equivocado mas acaba, de certa maneira, refletindo esses erros judiciários, que não são tantos, mas que terminam comprometendo a credibilidade do instituto.

Este projeto é apresentado para definir critérios para a decretação da preventiva e também na audiência de custódia. É um projeto que está sendo alterado aqui em parte, com as emendas – essas alterações de texto foram tratadas também com o autor do projeto, com a sua concordância –, e, se aprovado, vai dar maior racionalidade e evitar essa porta giratória das audiências de custódia.

Então, vou ao relatório e não vou lê-lo inteiro, porque ele ficou um pouco longo, mas vou ler as partes principais.

O Projeto de Lei 226, de 2024, acrescenta os §§3º, 4º e 5º ao art. 312 do Código de Processo Penal, com o que o dispositivo passa a ter a seguinte redação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí, remeto ao texto do relatório ali disponível.

Na justificação, o então Senador Flávio Dino, autor da proposição, esclarece o seguinte:

> No que tange aos critérios para aferição da periculosidade do imputado, sugere-se que sejam considerados o *modus operandi* do agente, a eventual participação em organização criminosa, a natureza, quantidade e variedade de drogas, armas e munições apreendidas [...], bem como o fundado receio de reiteração delitiva.
> Esses quesitos, em geral, apontam um comportamento do imputado que requer mais atenção e controle das autoridades públicas, especialmente no curso das investigações. Com a previsão de tais critérios, entende-se que as decisões de prisão preventiva poderão ocorrer de modo mais célere, afastando controvérsias acerca de seu cabimento, garantindo-se, assim, a regularidade das investigações e do processo penal, bem como a ordem e a segurança públicas.

Não obstante, ressalta que "tais hipóteses não limitam o juízo do magistrado, que pode considerar outras situações incidentes no caso em análise".

No âmbito desta CCJ, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Carlos Viana, para acrescer como critérios que devem ser considerados na aferição da periculosidade do agente durante a audiência de custódia o fato de ter residência fixa e ocupação lícita.

Passo à análise.

Não tem vícios de constitucionalidade ou de juridicidade no PL, nem óbices de natureza regimental.

Ele trata de direito processual penal, que é de competência legislativa da União.

No mérito, consideramos o PL conveniente e oportuno.

Como se vê da redação do *caput* do art. 312 do CPP, um dos pressupostos para a decretação da prisão preventiva é a presença de indício suficiente de perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado, tanto assim que o §2º prescreve que o decreto de prisão deverá ser motivado e fundamentado no receio desse perigo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A inovação trazida pelo §3º do art. 312, na forma do PL, consiste no estabelecimento de critérios que deverão ser levados em conta pelo magistrado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... para fins de aferição da periculosidade do agente.

Por sua vez, o §5º prevê que esses critérios serão obrigatoriamente analisados na audiência de custódia, de modo fundamentado, antes do deferimento de liberdade provisória ou de prisão preventiva.

Do nosso ponto de vista, apenas um desses quatro fatores descritos no §3º já se mostra suficiente para a decretação da prisão preventiva, ou seja, no quesito da periculosidade, o decreto de prisão poderá ser motivado e fundado em qualquer dos quatro incisos do §3º do art. 312.

Isso não significa que o magistrado ficaria adstrito a esses quatro aspectos, pois, a depender do caso concreto, pode decretar a prisão preventiva com base em outros critérios. Isso foi ressaltado pelo próprio autor na justificação do projeto.

O §4º do art. 312 estabelece que é incabível a decretação da prisão preventiva com base em alegações de gravidade abstrata do delito, devendo ser concretamente demonstrados a periculosidade do agente e o seu risco à ordem pública, à ordem econômica, à regularidade da instrução criminal e à aplicação da lei penal, como já é da jurisprudência.

De um lado, o projeto indica critérios que devem ser necessariamente observados na oportunidade de decretação da prisão preventiva e, de outro, veda que ela seja baseada em gravidade abstrata.

O PL merece ser aprovado. Propomos pequenos ajustes de redação decorrentes de sugestões que recebemos durante a audiência pública havida em 13 de junho na CCJ do Senado Federal, seguindo sugestão do representante do Procurador-Geral da República, Exmo. Dr. Paulo Gonet, de que os incisos do §3º do art. 312 tratem de critérios alternativos e não cumulativos. Incluímos ainda a expressão, entre aspas, “ou quanto à premeditação do agente para a prática delituosa” no final do inciso I do §3º, por sugestão do representante do Ministro Flávio Dino, agora no Supremo Tribunal Federal, na audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como medida de aprimoramento da proposta, apresentamos emenda para deixar mais claro que esses critérios também devem ser considerados na avaliação da manutenção da prisão cautelar ou da concessão da liberdade provisória nas audiências de custódia. Nessa linha, propomos mudanças no art. 310 do CPP, nos termos abaixo.

As audiências de custódia após a realização de prisões em flagrantes foram implementadas no Brasil a partir da Resolução 213, do CNJ, tendo posteriormente, sido incluídas no CPP.

Desde o início de 2015 e até 13/06/2024, foram realizadas, segundo estatísticas do CNJ, 1.652.593 audiências de custódia após prisões em flagrantes.

Segundo as estatísticas do CNJ informam, nas audiências de custódia realizadas após prisões em flagrante, em 653.885 delas foram concedidos benefícios de liberdade provisória; em 4.651 delas, foram concedidos benefícios de prisões domiciliares; já em 993.937 audiências, a prisão em flagrante foi convertida em preventiva. Ou seja, em 39% dos casos há colocação em liberdade.

Não estão disponíveis dados mais precisos a respeito do conteúdo das decisões proferidas nas audiências de custódia, em particular sobre a periculosidade ou não dos beneficiados. No entanto, na imprensa, são noticiados, com frequência, casos de pessoas que foram presas em flagrante por crimes graves, mas que, não obstante, foram colocadas em liberdade após audiências de custódia. Destaco alguns casos: preso em flagrante por estupro de criança de 11 anos é solto em audiência de custódia; preso em flagrante portando fuzil AR-15 em circunstâncias que indicam pertinência à organização criminosa é solto em audiência de custódia; e coloco vários outros exemplos no relatório.

A imprensa também divulga casos de pessoas libertadas em audiências de custódia e que, logo em seguida, cometeram novos crimes: preso em flagrante por tráfico de drogas é liberado em audiência de custódia e preso novamente em flagrante alguns dias depois por novo crime de tráfico; e coloco vários outros exemplos.

O percentual elevado dos presos em flagrante beneficiados com solturas, de cerca de 39%, e casos como os mencionados, com a falta de decretação da prisão preventiva de pessoas presas por crimes graves, têm gerado a percepção da opinião pública de que as audiências de custódia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

geram impunidade, o que tem sido amplamente explorado pela imprensa. Tem-se que o problema não consiste nas audiências de custódia, mas na falta de critérios mais definidos para orientar o juiz na concessão da liberdade ou na conversão da prisão em flagrante em preventiva.

Com base nesse entendimento, a emenda proposta visa promover mudanças também no art. 310 do CPP e introduzir critérios semelhantes ao do projeto original para orientar as autoridades judiciais na decisão, recomendando a conversão do flagrante em preventiva em circunstâncias específicas.

São circunstâncias exemplificativas. Optamos por elencá-las a título de recomendação à autoridade judicial, pois não é o objetivo estabelecer na lei hipóteses obrigatórias de prisão preventiva.

O objetivo da emenda é, no mesmo sentido do projeto de lei em análise, evitar a concessão de liberdade, nas audiências de custódia, a criminosos perigosos para a sociedade ou para outros indivíduos, estabelecendo critérios mais objetivos que devem ser objeto de exame obrigatório na decisão judicial.

Em razão do teor da emenda, entendemos pelo deslocamento do §5º proposto ao art. 312 do CPP na redação originária para nova localização topográfica e com alteração da redação para o §6º do art. 310.

Noutro aspecto e baseados nas sugestões recebidas na audiência pública, propomos ainda emenda que objetiva viabilizar a coleta de material biológico para obtenção de perfil genético do custodiado que tenha sido preso em flagrante por crime praticado com violência ou grave ameaça contra pessoa, por crime contra a liberdade sexual...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... ou por crime sexual contra vulnerável, ou por integrar organização criminosa que utilizar ou tiver à sua disposição armas de fogo.

A extração do perfil genético consiste em mecanismo poderoso para investigação criminal, tanto para identificar o autor do crime como para exonerar o inocente. Além disso, a identificação genética tem grande potencial para redução da reiteração delitiva, já que alguém que, preso em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

flagrante, tenha o perfil genético extraído pelo Estado terá naturais receios de cometer novas infrações penais já que será mais facilmente identificado a partir de vestígios deixados no local do crime.

Quanto à Emenda nº 1, apresentada pelo ilustre Senador Carlos Viana, aqui, com todo o respeito ao Senador, estou opinando pela rejeição, uma vez que a inclusão dos critérios que exijam do agente possuir residência fixa e ter ocupação lícita, para fins de aferição da periculosidade, pode conduzir a uma distinção com relação às pessoas sem residência fixa, a exemplo dos moradores de rua, bem como dos desempregados ou trabalhadores informais. Certamente compreendi as intenções: para dar mais segurança aos juízes, mas, como pode ter esse efeito colateral negativo, nós estamos optando aí, com todo o respeito, Senador, com as vênias e com a sua compreensão, pela rejeição desse ponto.

Vou ao voto.

Pelo exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 226, de 2024, pela rejeição da Emenda nº 1-CCJ e pela apresentação das seguintes emendas:

> EMENDA Nº - CCJ
> Insira-se a conjunção 'ou' ao final do inciso III do §3º do art. 312 do Decreto-Lei [...] Código de Processo Penal, nos termos do art. 1º do Projeto de Lei nº 226 [...]".

Outra emenda:

> EMENDA Nº - CCJ
> Dê-se a seguinte redação ao inciso I do §3º do art. 312 do [...] Código de Processo Penal, nos termos do art. 1º do Projeto de Lei nº 226, de 2024: [aí a mudança no inciso I]
> "Art. 312 .....
> § 3º.....
> I - o *modus operandi*, inclusive quanto ao uso reiterado de violência ou grave ameaça à pessoa ou quanto à premeditação do agente para a prática delituosa;
> ....." (NR)

Mais uma emenda:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EMENDA Nº - CCJ
Suprima-se o §5º proposto ao art. 312 do [...] [CPP], nos termos do art. 1º do Projeto de Lei [...].

Outra emenda:

EMENDA Nº - CCJ
O art. 310 do [...] Código de Processo Penal, passa a vigorar com as seguintes alterações". [E aí tem a redação que estamos propondo].

E outra emenda:

EMENDA Nº - CCJ
O [...] Código de Processo Penal, passa a vigorar com o acréscimo do [...] art. 310-A [que trata aí da coleta do perfil genético por ocasião da audiência de custódia, como foi... E aqui tem a redação específica].

É o voto, então, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente... Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Coloco em discussão a matéria.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, eu queria pedir vista. Apesar de achar que a gente precisa diminuir a discricionariedade de quem decide, de quem toma a decisão, acho que é preciso dar uma ajustada naquilo que se estabelece como regra definitiva para decretar a prisão preventiva. Então, eu queria pedir vista, Sr. Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Vista também, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Como foi concedida, Líder Viana...

Nos termos regimentais, fica concedida vista coletiva do projeto.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Presidente, uma questão de encaminhamento, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pois não, Líder Marcio.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Pela ordem.) – Presidente, com todo o respeito ao mecanismo legal de incluir extrapauta, eu quero pedir a V. Exa. que a gente mantenha agora a ordem que a própria Presidência já estabeleceu. Nós temos duas votações que o Brasil inteiro está esperando: essa questão do marco temporal, que, ao não votar, nós estamos mantendo uma insegurança no Brasil inteiro; e a questão do Banco Central. Então, se V. Exa. puder concordar, o meu pedido de encaminhamento é que a gente volte à pauta e, depois, faz os extras.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vamos voltar já, já. Só vou fazer o segundo item extrapauta, que já foi aprovado. E, em seguida, vou voltar.

Não é o meu. O meu, se precisar, não volta hoje, não tem problema. Eu quero cumprir meus compromissos.

EXTRAPAUTA

ITEM 9

PROJETO DE LEI Nº 1246, DE 2021

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estabelece a obrigatoriedade de reserva mínima de participação de mulheres em conselhos de administração das sociedades empresárias que especifica; e altera as Leis nºs 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e 13.303, de 30 de junho de 2016.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Favorável ao Projeto, com a Emenda nº 2- CDH-CAE (de redação).

Observações:

- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, e pela Comissão de Assuntos Econômicos;

- Em 03/07/2024, foi concedida vista coletiva à matéria;

- Em 04/07/2024, foi apresentada a Emenda nº 3, de iniciativa do Senador Mecias de Jesus (pendente de relatório).

Não terminativo.

Autoria: Deputada Federal Tabata Amaral.

Em 03/07/2024, foi designado, como Relator *ad hoc*, o Senador Alessandro Vieira.

Concedo a palavra ao Senador Alessandro Vieira, para proferir o relatório apenas sobre a Emenda nº 3.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

A emenda apresentada pelo Senador Mecias pretende excluir o art. 5º do projeto de lei. Nós votamos pela rejeição da emenda, porque esse artigo é fundamental para garantir a coercitividade dessa legislação nova.

Peço o apoio dos colegas à aprovação do projeto, que é fundamental para esse avanço na garantia dos direitos das mulheres no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não há Senadores inscritos para discutir.

Está encerrada a discussão.

Em votação o relatório.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos do parecer apresentado, com o voto contrário do Senador Marcio Bittar. (*Pausa.*)

ITEM 2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2023

- Não terminativo -

Altera o §1º do art. 231 da Constituição Federal para definir marco temporal de demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas.

Autoria: Senador Dr. Hiran (PP/RR) e outros

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Favorável à Proposta.

Concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin para proferir o relatório.

V. Exa. está com a palavra, Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Sras. e Srs. Senadores, eu reputo este assunto da maior importância, não apenas porque o primeiro signatário é o Senador Hiran Gonçalves, mas porque o tema é complexo e tem servido de embate não só no Judiciário...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... mas no campo social, econômico e até em vários aspectos de segurança pública.

Trata-se de uma proposta de emenda à Constituição, de autoria do Senador Hiran, primeiro signatário, que altera o §1º do art. 231 da Constituição Federal, para definir marco temporal de demarcação de terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas.

A complexidade do tema é enorme, tanto do ponto de vista jurídico quanto político, econômico e social. Por isso, eu peço licença aos membros deste Colegiado para fazer uma breve contextualização histórica sobre o quadro que levou os Senadores e as Senadoras a apresentarem esta PEC. Logo em seguida, eu passo a opinar sobre a admissibilidade e o mérito da proposição, nos termos do art. 354 e seguintes do nosso Regimento.

Sem recuar tanto no tempo, a ponto de precisar analisar a legislação aplicável no período colonial, percebe-se que, embora já na Primeira República a questão das terras indígenas se coloque, foi apenas a Constituição de 1934 que tratou diretamente do tema, em seu famoso art.129, que dispunha: "Será respeitada a posse de terras de silvícolas que nelas se achem [presente do indicativo] permanentemente localizados, sendo-lhes, no entanto, vedado aliená-las", ou seja, não é uma propriedade incondicionada.

A mesma dicção foi repetida no art. 154 da Constituição de 1937: "Será respeitada aos silvícolas a posse das terras em que se achem localizados em caráter permanente [presente do indicativo], sendo-lhes, porém, vedada a alienação das mesmas".

Também sem alterações de relevo, o art. 216, da Constituição de 1946, dispôs que: "Será respeitada aos silvícolas a posse das terras onde se achem [presente do indicativo] permanentemente localizados, com a condição de não a transferirem".

A Constituição de 1967 inovou parcialmente, ao prever o usufruto exclusivo das comunidades indígenas em relação aos recursos naturais. Portanto, foi essa Constituição que alargou os direitos dos indígenas, a do chamado período ditatorial ou revolucionário, ao escrever: "É assegurada aos silvícolas a posse permanente das terras que habitam [presente do indicativo]

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e reconhecido o seu direito ao usufruto exclusivo dos recursos naturais e de todas as utilidades nelas existentes" (art. 186).

A Emenda Constitucional nº 1, de 1969, Senador Alessandro, inovou mais substancialmente no tema, trazendo, pela primeira vez, a previsão da nulidade dos atos de ocupação não índia. Portanto, de todas, foi a mais ampla na proteção dos indígenas e é tida pelos juristas como a menos democrática das intervenções constitucionais.

Ela prescreve, no art. 198:

> Art. 198. As terras habitadas [portanto, presente, não do indicativo, mas as terras habitadas] pelos silvícolas são inalienáveis nos termos que a lei federal determinar, a eles cabendo a sua posse permanente e ficando reconhecido o seu direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades nelas existentes.
> §1º Ficam declaradas a nulidade e a extinção dos efeitos jurídicos de qualquer natureza que tenham por objeto o domínio, a posse ou a ocupação de terras habitadas [presentemente] pelos silvícolas.
> §2º A nulidade e extinção de que trata o parágrafo anterior não dão aos ocupantes direito a qualquer ação ou indenização contra a União e a Fundação Nacional do Índio.

Sempre, porém, como se vê, foi prevista uma norma de natureza declaratória, reconhecendo aos índios as terras que, naquele momento, naquele tempo, portanto, temporalmente, ocupavam.

Durante a Constituinte de 87 e 88, houve, sobre o tema, vários debates. Sempre, porém, a questão girou em torno da forma de exploração das terras indígenas e da obrigação da União de demarcar as terras que estavam ocupadas presentemente pelos índios.

No art. 108 do Anteprojeto da Comissão da Ordem Social, Fase H da Constituinte... Portanto, nós fizemos um trabalho de prospecção do debate, da origem das expressões que foram utilizadas na Constituição de 88. Chegava-se mesmo, nesta Fase H da Constituinte, chegava-se mesmo a estipular a porcentagem de terras demarcadas a cada ano, porque nós teríamos cinco anos para demarcar, 20% no total, por ano, o que, obviamente, pressupõe que existisse um total de terras indígenas ocupadas naquele momento da promulgação da Constituição Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O primeiro dispositivo, quando foi mantido o anteprojeto da Comissão de Sistematização, Fase I, art. 498, e praticamente em todas as fases seguintes, resultando no atual art. 67 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o qual dispõe: "A União concluirá a demarcação das terras indígenas no prazo de cinco anos, a partir da promulgação da Constituição". E até a taxa de 20% ao ano foi debatida. Isso é a busca, é a exegese do texto.

Ora, o termo "concluirá" traduz uma ideia de finitude, de término, de missão a ser cumprida. Sabe-se que a interpretação gramatical é apenas um ponto de partida do processo hermenêutico e que a análise do contexto histórico da Constituinte não determina por completo a interpretação do dispositivo aqui e agora.

Porém, é inegável que, a partir da análise de todo o processo de debates na Constituinte, e com base no texto positivado, parece claro que não se previu a demarcação de terras indígenas como um processo constantemente renovado no tempo, mas como algo sujeito a conclusão, a término, a termo. Ou seja, parece claro que havia um propósito de pacificar o assunto e adotar as providências subsequentes à demarcação. A grande questão é que a União jamais concluiu essa demarcação, de modo que se agigantou a dívida histórica da sociedade brasileira com a proteção das comunidades indígenas em relação às terras que tradicionalmente ocupavam até 5 de outubro de 1988, bem como em relação às terras que não estavam ocupadas nessa data por causa de renitente esbulho. Sim, houve renitente esbulho, reconhecido naquela época. De qualquer forma, porém, quando dos debates na Constituinte, não havia expectativa de ampliação das terras indígenas, mas de demarcação daquelas já ocupadas naquele momento, como se colhe do texto do art. 67 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Foi também por isso que, em 2008, o STF, ao julgar o rumoroso caso da Raposa Serra do Sol (STF, Pleno, Petição nº 3388/RR) – uma ação popular de autoria do então Senador Mozarildo Cavalcanti – fixou a tese do marco temporal. Foi aí que se fixou a expressão, o sentido da expressão "marco temporal". Essa tese, aliás, não foi firmada à toa: derivou de uma composição entre o Ministro Relator do caso, Ayres Britto – aliás, uma decisão celebrada à época –, e o Ministro Menezes Direito, a fim de, ao mesmo tempo em que se validava o novo critério (ampliativo) de demarcação das terras indígenas (modelo contínuo, em substituição ao chamado “modelo arquipélago”, ou seja, a busca de aglutinações), também impedir que isso viesse a ampliar em demasia as terras indígenas. Foi nesse contexto que a Corte decidiu que, cito:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> A Constituição Federal trabalhou com data certa – a data da promulgação dela própria (5 de outubro de 1988) – como insubstituível referencial para o dado da ocupação de um determinado espaço geográfico por essa ou aquela etnia aborígene; ou seja, para o reconhecimento, aos índios, dos direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam [presente do indicativo].

Essa ideia do "marco temporal" foi questionada nos embargos de declaração opostos contra a decisão, e o Plenário do STF, dessa vez sob a relatoria do Ministro Luís Roberto Barroso, validou esse critério.

Depois disso, sabem as senhoras e os senhores o desenrolar do tema. O STF pautou o julgamento do Recurso Extraordinário nº 1.017.365, originário do meu estado, Santa Catarina, no qual se opunham a Fundação Nacional do Índio e o Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina. O julgamento, contudo, aconteceu quando a Câmara dos Deputados já aprovara o PL nº 490, de 2007, na forma de substitutivo que positivava a tese do marco temporal, e quando esta CCJ analisava o tema em sede do PL nº 2.903, de 2023. Veio então o STF alterar sua jurisprudência, firmando a Tese nº 1.031 da Repercussão Geral da Corte, que, reconheça-se, com redação bastante confusa, refutou parcialmente – depois vou explicar o porquê de usar esse adjunto adverbial do modo – a tese do marco temporal.

Aprovamos, nós, a CCJ, o relatório impecável do Senador Marcos Rogério. Prometo não o elogiar hoje de novo, senhor, (*Risos.*) chega.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - ES. *Fora do microfone.*) – Chega!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Por hoje, chega. Pela constitucionalidade do PL nº 2.903, na forma do Parecer nº 69, de 2023. A matéria foi à sanção presidencial, e o Presidente da República vetou quase a íntegra do projeto, mas o veto foi rejeitado pelo Congresso Nacional – por uma expressiva maioria constitucional –, originando a Lei nº 14.701, de 20 de outubro de 2023, que se encontra em pleno vigor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação a ela, porém, foram ajuizadas diversas ações de controle concentrado de constitucionalidade perante o STF. Até o momento, aguardam decisão da Corte os seguintes feitos:

(*Soa a campainha.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 7.583, de autoria do Partido dos Trabalhadores, do Partido Comunista do Brasil e do Partido Verde;

- ADI nº 7.586, de autoria do Partido Democrático Trabalhista;

- ADI nº 7.582, de autoria da Rede Sustentabilidade, do Partido Socialismo e Liberdade e da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil; e

- Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 87, de autoria do Partido Liberal, do Republicanos e do meu partido, o Progressistas.

Todo esse contexto ajuda a explicar a iniciativa do Senador Dr. Hiran, encampada por outros Senadores, para tentar positivar, na própria Constituição, a tese do marco temporal, pondo fim, em nível constitucional, à controvérsia que tanta insegurança jurídica tem gerado.

Eu fiz questão – e não é meu hábito – de trazer essa longa, porém relevante contextualização, porque só a partir dela se pode discutir tecnicamente a admissibilidade ou não desta PEC.

Eu registro ainda que se estivéssemos a tratar de um projeto de lei ordinária, eventual decisão do STF em sentido contrário ao tema não seria impeditivo à aprovação da matéria. Cito, apenas a título de exemplo, porque em verdade são centenas de casos, a ADI nº 5.105, de relatoria do Ministro Luiz Fux. Isso porque o legislador não está vinculado a seguir eventual entendimento da Corte Suprema, por interpretação que o próprio STF confere ao §2º do art. 102 da Constituição Federal. Aliás, numa democracia, não há última palavra, já que todos os temas podem ser revisitados, tanto assim que já é muito estudado o fenômeno do efeito *backlash* – ou efeito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

revanche –, por meio do qual setores da sociedade (re)voltam-se contra decisões judiciais, inclusive buscando meios de superá-las – cito *Direito e Backlash*, Salvador, Bahia, 2019, p. 23.

Em se tratando de uma PEC, menos ainda estamos vinculados a qualquer entendimento do STF. Ao exercer essa prerrogativa – isto é uma prerrogativa de quem é eleito – de emendar a Constituição, o Congresso Nacional age como verdadeiro poder constituinte, chamado "poder constituinte derivado reformador", de modo que suas únicas limitações são as de ordem circunstancial (art. 60, §1º), formal (art. 60, *caput* e §§2º, 3º e 5º) e o respeito às chamadas cláusulas pétreas (art. 60, §4º). Para isso não vale emenda constitucional.

Ora, o país não se encontra em estado de defesa nem de sítio, nem está em vigor uma intervenção federal, de modo que não incide qualquer das limitações circunstanciais citadas no referido art. 60, §1º.

Quanto aos limites formais, a iniciativa foi exercida por um terço dos membros do Senado Federal – cumpre-se, portanto, o art. 60, inciso I –, e a PEC seguiu, até aqui, toda a tramitação constitucionalmente estabelecida.

Finalmente, em relação às cláusulas pétreas, a PEC em questão não afeta o núcleo essencial da forma federativa de Estado, nem do voto direto, secreto, universal e periódico, nem da separação de poderes.

Vale lembrar, a propósito, que o próprio STF já registrou que tais limitações materiais ao poder de emenda devem sofrer leitura restritiva, só sendo ilícita uma reforma constitucional quando restringir o núcleo essencial dessas normas superprotegidas (conforme Pleno do Supremo Tribunal Federal, no Agravo Regimental na ADI 2.024, Distrito Federal).

Além disso, ao efetivar a previsibilidade e a preservação das relações jurídicas, a PEC na verdade reforça um direito individual previsto no art. 5º, *caput* e inciso XXXVI, da Constituição Federal – a segurança jurídica, especialmente em seu aspecto do princípio da não surpresa. De mais a mais, apenas se está restaurando a interpretação que foi fixada pelo STF e que vigorou até 2023, de modo que não se pode falar aqui, em absoluto, em tendência de abolir qualquer cláusula pétrea.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dessa forma, a PEC sob análise deve ser admitida, pois que respeita todos os limites estabelecidos pelo Constituinte originário ao Constituinte derivado. Todo o resto é discussão de mérito, de política legislativa, que vou procurar rapidamente abordar.

É preciso ter extremo cuidado ao enfrentar a espinhosa questão de definir um limite temporal para o reconhecimento das terras indígenas. Se se recua demais no tempo, até mesmo áreas como Copacabana e o Aeroporto de Cumbica – Guarulhos – seriam reconhecidas como terras indígenas; se se avança demais, corre-se o risco de legitimar o escamoteamento gradativo e não violento das comunidades indígenas por atividades de garimpo – aliás, atividade que, há pouco, foi nobremente citada por V. Exa. e aplaudida por mim –, extração ilegal de madeira. Se não se fixa marco algum, o risco é se cair num casuísmo, em detrimento da segurança jurídica. Essa é a minha opinião.

Nesse sentido, é perfeitamente compreensível a iniciativa do Senador Dr. Hiran e de outros colegas do Senado, a fim de positivar na própria Constituição a tese de que uma terra só pode ser considerada como tradicionalmente ocupada pelos índios se já o estivesse em 5 de outubro de 1988. Dessa forma, não se está a impedir que novas demarcações sejam feitas, desde que se comprove que a ocupação da terra já ocorria pelo modo tradicional nessa data.

Aliás, o próprio STF, ao fixar a tese no Tema nº 1.031 – já mencionado este, que decorreu da ação de Santa Catarina –, exarou, no item IV:

> IV – Existindo ocupação tradicional [...] ou renitente esbulho contemporâneo à promulgação da Constituição Federal [ou seja, se havia o conflito naquele momento], aplica-se o regime indenizatório relativo às benfeitorias úteis e necessárias, previsto no § 6º do art. 231 da [...] [Constituição]; V – Ausente ocupação tradicional indígena ao tempo da promulgação da Constituição Federal ou renitente esbulho na data da promulgação da Constituição, são válidos e eficazes, produzindo todos os seus efeitos, os atos e negócios jurídicos perfeitos e a coisa julgada relativos a justo título ou posse de boa-fé das terras de ocupação tradicional indígena, assistindo ao particular direito à justa e prévia indenização das benfeitorias necessárias e úteis, pela União; e, quando inviável o reassentamento dos particulares, caberá a eles indenização pela União (com direito de regresso em face do ente federativo que titulou a área) correspondente ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> valor da terra nua, paga em dinheiro ou em títulos da dívida agrária, se for do interesse do beneficiário, e processada em autos apartados do procedimento de demarcação, com pagamento imediato da parte incontroversa, garantido o direito de retenção até o pagamento do valor incontroverso, permitidos a autocomposição e o regime do § 6º do art. 37 da [...] [Constituição Federal]; VI – Descabe indenização em casos já pacificados, decorrentes de terras indígenas já reconhecidas e declaradas em procedimento demarcatório, ressalvados os casos judicializados e em andamento.

Portanto, esta deliberação do Supremo tem uma série de condicionantes...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... de grave repercussão em termos de segurança jurídica. Como se nota, embora oficialmente tenha refutado a tese do marco temporal, na verdade o STF parcialmente adota a tese, ao reconhecer que os ocupantes de terras sobre as quais não havia ocupação indígena quando da promulgação da Constituição têm direito a indenização das benfeitorias e do valor da terra nua, além de direito de retenção – ou seja, direito de não serem retirados até o pagamento do valor incontroverso.

Por conta disso, penso que o caminho correto é mesmo o de aprovar a íntegra da PEC, a fim de pôr termo à balbúrdia interpretativa que o próprio STF criou...

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone.*) – É verdade, boa; boa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O próprio STF criou. Não foi criada pelo advogado que requereu, mas pela forma como foi acolhida a decisão.

... positivando de forma inequívoca o que a Constituição já tem escrito, ou seja, que são terras indígenas as que estavam ocupadas em 5 de outubro de 1988 – e eu acrescento: e havia cinco anos de prazo para demarcação.

Creio que, dessa forma, este Congresso Nacional cumpre inclusive seu papel de estabelecer um saudável diálogo institucional com o próprio STF – com o próprio STF –, sem afrontas de uma parte ou outra, mas com respeito às visões diferentes, para se criar uma legislação constitucional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que equilibre o respeito às comunidades indígenas e o direito fundamental dos ocupantes de boa-fé à segurança jurídica.

Gostaria, Sr. Presidente, apenas de, à guisa de conclusão pessoal, esclarecer o seguinte: eu duvido...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... que algum outro Senador tenha tido as experiências que eu, filho de imigrantes, tive – portanto, eu sou o primeiro da minha família que nasceu no Brasil – em relação às comunidades indígenas, particularmente do meu estado, dirigindo atos no campo da educação, no campo da facilitação de negócios e de produção.

O primeiro empréstimo, feito pelo Banco do Brasil, com aval do Governo do estado, para uma comunidade indígena, que eu saiba, ocorreu em Ipuaçu, e a comunidade pagou a obrigação. Pagou o empréstimo que lhe foi consignado, sob a orientação de um técnico agrícola de Santa Catarina, chamado Tadeo Carniel, sediado na Epagri de Xanxerê. Com as escolas indígenas, Cacique Vanhkre é motivo de orgulho para mim, na comunidade guarani também, na comunidade de xoclengue, que é a comunidade afeta à decisão judicial 1.031, e a Escola Cacique Laklãnõ, que formou e que deu abrigo, inclusive, a pessoas que estão aqui presentes: a Cacique Ana e a Cacique Nandja, que estão aqui representando aquela comunidade.

Portanto, eu não sou portador de nenhum outro sentimento que não o do respeito ao que me parece o Estado de direito. Não sou o dono da verdade, mas cumpri a minha obrigação com honestidade.

Muito obrigado.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Quero me inscrever, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vou fazer inscrição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, eu recebi uma solicitação do Senador autor da proposta – logicamente, o primeiro signatário –, o Dr. Hiran. Neste caso, a Presidência fez a inscrição do autor da proposta de ofício, como primeiro orador inscrito para discutir a matéria. Concedo a palavra ao Dr. Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para discutir.) – Muito obrigado.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Briga com ele.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Ele não vai brigar; só tenho amigos aqui, meu querido Kajuru.

Meu querido Presidente, Sras. e Srs. Senadores, todos que nos assistem em todo o Brasil, esse tema é importante para o nosso país, Senador Seif.

Eu quero aqui, antes de mais nada, agradecer a Deus por ter me dado a oportunidade de estar aqui, hoje, nesta situação, nesta Comissão, defendendo um tema que sempre me disse muito respeito, porque eu sou um brasileiro nascido, querido Esperidião Amin, na beira do Rio Solimões, no Médio Solimões, lá em Tefé, e desenvolvi minha vida profissional no Estado de Roraima – estou lá há 42 anos praticando medicina, ainda hoje, como sabe meu amigo Kajuru, que é meu paciente.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Prazerosamente.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Durante todo esse tempo, eu vivenciei no meu estado, querido Senador Davi, que é um homem também de lá pertinho do Hemisfério Norte, no meio do Hemisfério Norte...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu senti e vivenciei na pele o que é uma cobiça que não é dos indígenas, são cobiças inomináveis para condenar a nossa Amazônia e particularmente Roraima ao subdesenvolvimento e comprometer toda a assistência que nós devemos às nossas populações naturais nos mais diferentes matizes: na educação, na saúde, no progresso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vejam vocês. No meu Estado de Roraima, se vocês imaginarem o mapa, nós estamos lá fazendo fronteira de mais de 2 mil quilômetros com a Venezuela e com a Guiana. Querido Senador Moro, ao lado esquerdo, no nosso norte, nós temos mais que um Portugal de reserva indígena, que é a Reserva Yanomami, que é de 9,6 milhões de hectares, mais ou menos o tamanho de Santa Catarina, do Senador Amin e do Senador Seif, e mais ou menos um pouco menor que Portugal, para 19 mil índios. Olhem só, imaginem Portugal com 19 mil pessoas. Se nós não tivéssemos muita competência para cuidar dessas pessoas, que vivem num imenso vazio, essas pessoas desapareceriam.

Há um ano e pouco, quando eu cheguei a esta Casa, existia uma crise ianomâmi, com subnutrição, mortalidade infantil aumentada, e imputaram ao Governo anterior, do Presidente Bolsonaro, toda a culpa de tudo que estava acontecendo na Reserva Yanomami. E sabe o que aconteceu? O atual Governo estabeleceu uma Casa de Governo lá, criou uma força-tarefa para dar auxílio alimentar e médico às populações indígenas. E sabe o que aconteceu, querido Senador Esperidião, autor desse relatório que me deixou muito emocionado? Os índices epidemiológicos em relação à saúde pioraram nesse último ano.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Mortalidade também.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Mortalidade também. O que significa que, ao demarcarmos uma reserva tão grande, nós condenamos os nossos irmãos ianomâmis e iecuanas que estão lá à morte, ao subdesenvolvimento.

E muito mais do que isso: quando juntamos a Reserva Yanomami, com 9,6 milhões de hectares, um pouco mais à direita, mas também ao norte, na nossa fronteira, que é a nossa Reserva São Marcos, com 800 mil hectares, que vai do Rio Uraricoera até Pacaraima, mais de 100km numa estrada...

E, se juntarmos com 1,7 milhão de hectares da Raposa Serra do Sol, nós temos aí um país que fala a sua própria língua, que tem povo e que tem território. Aquilo já não podemos considerar que é Brasil, porque não tem identidade conosco, está isolado. E aí nós ferimos de morte a nossa soberania e ferimos de morte aquelas comunidades que estão lá isoladas e que precisam tanto do nosso trabalho, que não tem nos faltado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Querido Esperidião, você que me conhece como profissional da saúde, eu, ainda durante a minha fase de jovem, fui coordenador da Funasa. A ela era dada a atribuição de cuidar das comunidades indígenas do nosso país. Àquela época, 1989 e 1990, nós criamos lá, na minha gestão, o primeiro Distrito Sanitário Especial Indígena do país, que foi o Distrito Sanitário Yanomami.

E aí ninguém venha me dizer que eu não gosto de indígenas. Muito pelo contrário, ninguém mais do que eu, naquele estado, operou mais indígenas durante a minha atividade como médico, e ninguém cuidou mais deles na minha atividade como coordenador da Funasa naquele estado.

Mas eu não posso entender que, depois de estarmos aqui discutindo nesta Casa há cerca de 26 anos essa questão do marco temporal, ainda hoje eu me deparei, ali na mesa do Presidente, com um requerimento para se fazer uma audiência pública para discutir o tema. Ah, estão de brincadeira! Ora, nós temos aqui no nosso país vigendo uma lei, a 14.201, de 2023, tão bem relatada aqui pelo nosso Marcos Rogério, aprovada no Congresso Nacional, vetada pelo Presidente, derrubado o veto aqui, e está vigendo essa lei. A nossa preocupação é que, na vigência da lei, já se apresentaram lá três ações diretas de inconstitucionalidade, o que volta a gerar insegurança não só para os indígenas, como para a população não indígena do nosso país, que precisa de terra para trabalhar – o agronegócio, a agricultura familiar, principalmente.

De forma que eu quero aqui chamar a atenção: nós estamos atrasados desde a publicação da nossa Constituição, porque lá estava consignado, no art. 67 das Disposições Constitucionais Transitórias, que, como foi falado aqui pelo Relator, nós tínhamos cinco anos para demarcar nossas terras indígenas. Então, o que nós estamos fazendo aqui hoje, Senador Marcos Rogério? Nós estamos resgatando aquilo que não foi feito nesta Casa durante esses 26 anos e que gerou toda essa confusão jurídica entre o Parlamento, que tem como uma das suas competências constitucionais legislar... Nós estamos legislando, nós não estamos brigando com quem quer que seja.

E eu espero que aqui, hoje, nesta Casa, querido Presidente, que é um amazônida, que conhece as nossas particularidades, e grandes Senadores aqui que conhecem todas as vicissitudes que nós vivemos lá naquela região, que nós possamos avançar e votar esse tema para o bem também das populações indígenas, que, a meu ver, não precisam de mais território, precisam é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de políticas inteligentes para garantir a sua sobrevivência digna, o progresso, a sua inserção na sociedade, porque não são os índios que querem ficar isolados lá.

Na própria Raposa Serra do Sol, nós temos entidades como a Sodiurr, que quer fazer hidrelétrica no Cotingo, por exemplo, mas nós temos lá o CIR (Conselho Indígena de Roraima), cuja representante mais genuína é a nossa Presidente da Funai, Joenia Wapichana, e cujo sonho é manter aqueles índios isolados lá, para ficar vendendo – vendendo – uma ideia de preservação nos convescotes internacionais, e nós e os índios, aqui, sofrendo com toda essa situação política instável que se instalou neste país.

Eu espero que hoje, aqui, Sras. e Srs. Senadores, nós possamos exercer aquilo que é mais genuíno que o povo nos concedeu que é o poder de legislar, e legislar com inteligência, com equilíbrio.

Que belo relatório apresentado pelo nosso querido Esperidião Amin! Eu tenho a impressão de que dificilmente alguém vai se colocar contrariamente ao que foi posto aqui pelo nosso Relator.

Meu Presidente, muito obrigado. Quero saudar aqui V. Exa. pela sua coragem, pela sua envergadura. É por isso que todos aqui nesta Casa respeitam V. Exa. e querem que V. Exa. continue comandando os destinos aqui desta Comissão e – quem sabe? –, no futuro, os do Congresso Nacional.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Senador Hiran.

Concedo a palavra ao Senador Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para discutir.) – Bom, queria cumprimentar V. Exa., Presidente, e todos os Senadores e todas as Senadoras, e cumprimentar o Senador Esperidião Amin, pelo relatório, e o Senador Hiran, pela iniciativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pela relação que já construí com o Senador Hiran, quero testemunhar a legitimidade – independentemente de se alguém concorda ou discorda dele – das suas palavras e da sua indignação.

Mas eu queria lembrar que, já na Constituição de 1988, houve uma decisão da Constituinte de que se fizesse, se promovesse a regulamentação em cinco anos – diz isso o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Nós temos mais de 35 anos da promulgação da Constituição, e a verdade é que, até hoje, não foi regulamentado aquilo que o Constituinte decidiu. Há controvérsia se o Constituinte falou se era quem estava já assentado ou se ele abria a possibilidade de futuras identificações de terra indígena.

A verdade é que nós temos – e eu sou da Bahia, Senador Hiran, e também os temos – vários conflitos dessa natureza, de não índios com índios, não evidentemente tanto quanto em Roraima, cujo território tem uma presença muito mais consistente, eu diria, de tribos indígenas. Mas concordo com V. Exa. no sentido de que tudo na vida tem quem queira defender com legitimidade e tem quem queira defender para tirar proveito, de um lado e de outro, porque eu acho que santos e diabos estão em todos os lados, e não em um lado só.

Eu estou dizendo isso, porque todos sabemos que houve uma decisão do Supremo que constrangeu a Casa, e daí, de uma certa forma, surgiu, se eu não me engano, a PEC de V. Exa. O Ministro Gilmar Mendes – isto já está nos jornais –, na minha opinião, numa postura correta, porque eu vou dizer sempre que, na democracia, é melhor um acordo de que uma boa briga no Judiciário... E a verdade é que o que se tem estabelecido recentemente, como no caso de Santa Catarina daqueles colonos... E realmente é dramático, alguém que estava lá há cem anos, de repente, dizerem que está desalojado. Eu já vivi isso na Bahia. Então, fez o Ministro Gilmar Mendes uma proposta ao Presidente da nossa Casa e ao Presidente da Câmara dos Deputados de se fazer uma comissão com três representantes de uma Casa, com três da outra e, imagino, com três do Supremo ou... Não sei, eu não conheço a composição. Isso na tentativa de, a partir de 5 de agosto, se trabalhar nesta matéria visando a uma visão que pudesse conciliar.

Eu quero logo antecipar que eu sou a favor de que se tem que botar definitivamente um ponto-final nisso. Todos conhecem minha posição. Eu acho que nós não podemos viver a eterna

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

insegurança jurídica fundiária nesse tema e em outros. Eu falo isso como Governador de estado que fui por oito anos. E digo que, nos meus oito anos, nunca se fez uma discriminatória levantando questionamentos sobre título de terra. Alguém de boa-fé compra um título de terra com certidão vintenária, cinquentenária, e, de repente, alguém diz: "Não, mas isso aqui era terra pública". Aí ninguém vai andar. Nós estamos apostando num conflito que não vai resolver nossa vida.

Eu estou olhando aqui para o colega Marcio: quem vive lá... Ou o Plínio, que já, na CPI, mostrou vários filmes sobre essa questão...

Só que eu vou continuar com a minha máxima de que uma conciliação, um entendimento é melhor para pacificar, para não ficar eternamente numa guerra, porque amanhã alguém leva um caso concreto para lá de novo...

Bom, é um membro do Supremo que faz uma proposta aos dois Presidentes do Congresso Nacional. Eu entendo – não conheço a posição do Presidente Arthur Lira – que o Presidente Rodrigo Pacheco, talvez no mesmo espírito que o meu... Eu confesso que não participei da ideia, não sugeri a ideia, não fui eu que criei a ideia; eu soube quando ela veio de lá para cá. E, como eu disse ao Presidente Pacheco, se precisar de alguém que esteja disposto a apanhar dos dois lados – porque é disso que se trata –, eu me disponho a entrar. Se for para fazer palanque, é melhor não ir. Eu me disponho a entrar, porque eu me disponho a apanhar do meu lado, defendendo aquilo que eu acho sensato e razoável, para nós não esticarmos esse conflito *ad infinitum*.

Eu me dirijo ao Presidente, ao Relator, ao autor e aos colegas, porque essa é uma decisão... Eu acho que a ideia seria trabalhar de agosto até novembro...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Não, 18 de dezembro.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Ou 18 de dezembro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – De 5 de agosto a 18 de dezembro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Pronto.

A minha proposta objetiva... É óbvio que eu tenho direito a pedir vista, nós iríamos pedir vista, mas não se trata disso. Eu estou querendo muito mais dizer, se nós concordarmos, de acolhimento.

Já estamos há 35 anos atrás do fim desse conflito; não serão três ou quatro meses que vão, vamos dizer, nos matar. A PEC está aí, o relatório está lido. Eu proponho, Sr. Presidente, que nós pudéssemos abrir esse espaço. "Eu sei que a medida não vai dar em nada." Se não der em nada, nós voltamos para cá e vamos votar a PEC. Se não for aqui, vai ser, sei lá, em fevereiro, no retorno dos trabalhos.

Então, eu acho que foi feito um convite. Na minha opinião, é um sinal. Repare: eu não conversei nada com o Ministro Gilmar; eu soube disso pelo Presidente desta Casa; então, não conversei, não preparei, não sugeri nada! Eu só acho que, se há um gesto do Supremo, e nós sabemos que houve e há um mal-estar entre o Congresso e aquele órgão, eu acho que não é bom dar um tapa na cara. Eu sempre prefiro que quem proclame a briga seja o outro lado, não eu.

Então, eu estou, Presidente, fazendo essa ponderação ao Relator, ao autor, reconhecendo a legitimidade e de todos os que estão aqui me olhando, principalmente, os amazônidas. Eu só estou dizendo o seguinte: em 35 anos, a Casa não regulamentou. Essa que é verdade, porque o Constituinte mandou regulamentar, e nós não regulamentamos. Se há uma proposta de pacificação nesse tema, para isso não continuar se esticando, eu ouso fazer o pedido, vou repetir, em nome do Presidente Rodrigo, que não está aqui, mas, como ele me convidou para participar, e eu disse "eu topo", porque eu topo apanhar dos dois lados para achar uma saída do meio, então, eu estou querendo fazer essa colocação para V. Exas.

Era só isso.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Já que eu fui citado pelo Líder Wagner, primeiro, eu quero cumprimentar a coragem de V. Exa., enquanto Líder do Governo, de fazer uma fala muito coerente em relação a um assunto muito delicado. E, se nós estamos, há 35 anos, sem tomar uma decisão efetiva, Marcio, em relação a esse assunto,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é porque, concretamente, é um assunto tão polêmico que nunca veio, de fato concreto, ao debate desta Casa. E, como nós estamos iniciando a tramitação desta proposta pelo Senado da República e há a manifestação do Presidente da Câmara e do Presidente do Senado em buscar um entendimento na construção adequada e ideal de uma legislação que já foi aprovada pelo Congresso, sancionada pelo Governo e que, questionada no Supremo Tribunal Federal, em outra esfera de Poder, também um poder constituído, acabou criando todo esse problema, essa celeuma em relação a uma legislação em vigor...

E, concretamente, Líder – estou falando como Senador pelo Estado do Amapá, da Amazônia brasileira e também do Brasil –, concretamente, essa proposta de emenda constitucional surgiu, a bem da verdade, por conta justamente desse imbróglio criado pelo Poder Judiciário. Não é embate, enfrentamento, protagonismo; é papel constitucional desta Casa deliberar sobre assuntos legislativos. Quando a demanda chega ao Judiciário, lógico, evidente, ele, instado, tem que tomar um encaminhamento.

Mas, diante de todo esse cenário, eu entendo a manifestação de V. Exa., compreendo, acolho a manifestação. Eu tenho certeza de que, no fundo, todos os Senadores estão aqui hoje estão buscando um caminho para resolver esse problema, porque fica essa pendência, ninguém sabe o que vai acontecer amanhã, todo mundo inseguro juridicamente, um problema gigantesco para o país, não é para um governo, ou para este atual Governo, para os outros que passaram ou para os que virão, é um problema de país, do Estado brasileiro. É muito maior que uma proposta de emenda constitucional ou uma discussão jurídica de um projeto de lei no Supremo Tribunal Federal.

Apenas uma coisa: sei que V. Exa. tem, e vários Senadores que conversaram comigo, todo o direito regimental de fazer o pedido de vista, assim nós fizemos em outros assuntos importantes e assim eu tive que cumprir regimentalmente, há essa decisão, mas acho que o caminho que V. Exa. propõe e a coragem de V. Exa. quando fala em apanhar dos dois lados têm que ter um efeito significativo em cada Senador e em cada Senadora desta Comissão. Porque se o Presidente do Senado, Dr. Hiran, fez uma fala buscando conciliação, se chamou o Governo para dentro, se convocou a Senadora Tereza Cristina para fazer parte dessa construção, uma construção institucional entre o Poder Legislativo, o Poder Executivo e o Poder Judiciário... Aliás, eu acho que é mais isto que está faltando em muitos problemas que nós estamos vivendo no Brasil: construção

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

político-institucional de alto nível, um olhando no olho do outro e pedindo apenas que cada um cumpra as suas atribuições em vários assuntos.

Se nós estamos vivendo muitas polêmicas no Brasil nos últimos anos, é porque, infelizmente, de um modo ou de outro, acaba um Poder tentando ter o protagonismo em relação ao outro e isso cada vez mais nos impõe, no mandato popular, no voto popular, com o direito assegurado na Constituição, falar: para isto é o Parlamento, para isto é o mandato outorgado pelo povo. Os 81 Senadores representam os 27 estados da Federação.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - ES) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – A população brasileira nos delegou essa missão e essa atribuição nos nossos estados. E cada vez mais, se nós buscarmos esse entendimento, esse diálogo concreto e efetivo...

Eu também sou daquela parte da população brasileira que, quando busca o diálogo, quer buscar o diálogo não com um sentimento de iniciar uma proposta sem encaminhar. Eu quero buscar o diálogo sabendo que nós vamos ter uma luz no fim do túnel e que nós vamos buscar um caminho, da mesma maneira que faço com as críticas, porque a crítica pela crítica, Senador Viana, eu não levo em consideração, mas a crítica com o encaminhamento adequado para que a gente possa corrigir os caminhos naturais eu fico muito sensibilizado em atender.

Então, eu queria fazer uma fala, mas eu quero também fazer uma proposta. Eu tenho vários Senadores inscritos aqui para falar. V. Exa. fez uma proposta concreta. Eu, nessa linha da construção, gostaria de que isto fosse possível, que acontecesse: aguardar esse período para a gente fazer uma decisão construída a várias mãos. Mas eu me comprometi a ouvir todas as manifestações de todos os Senadores, mesmo que, no final, a gente retire de pauta, de comum acordo com o Relator e com o autor, porque eu tenho certeza absoluta de que todas as falas de 12, 14, 18, 20 Senadores que estão inscritos aqui vão contribuir muito para esse caminho, porque vai dar uma percepção do mundo real, e o mundo real quem vive é um Vereador, um Deputado Estadual, um Deputado Federal, um Senador e um Governador. É a gente que é cobrado a todo instante em relação a decisões estratégicas e importantes para o país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, concretamente, eu vou ouvir todos os inscritos, e eu sei que essas falas aqui hoje vão ser o início da discussão dessa construção institucional que V. Exa. propõe.

Concedo a palavra ao Senador Plínio Valério.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM. Para discutir.) – Presidente Davi, o senhor falou em decisão efetiva. Se vivêssemos nós num Estado pleno de direito, que nada mais é do que os Poderes...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – ... se respeitando – legislador legisla, juiz julga e o Executivo executa –, esse problema não teria surgido.

O problema é que nós Senadores, nós instituição Senado, permitimos – e já faz tempo – que o Supremo Tribunal Federal se apoderasse, se intrometesse e usurpasse as nossas prerrogativas. Isso é efeito colateral. Nós legislamos aqui para manter o marco temporal; foi para o Executivo, que, no direito dele, vetou; voltou para nós, que, no nosso direito, derrubamos o veto. O que o Supremo Tribunal Federal tem a ver mais com isso? Nada. É porque a vaidade de alguns Ministros não permite que eles simplesmente digam: "Isso é *interna corporis*. Está decidido". E já está decidido, porque só quem pode colocar, na lei e na Constituição, alguma coisa somos nós legisladores.

O problema... E eu volto, porque não precisa mais, o relatório foi excelente, a exposição do Hiran esclareceu tudo e a proposta do Senador Jaques de conciliar... Não preciso falar sobre o marco temporal. Eu quero falar do efeito colateral dessa usurpação do Supremo Tribunal Federal, que nos tomou isso. E está pior: não só nos tomou a prerrogativa, como também nós o estamos imitando, com essa proposta de prorrogar, de protelar. Lá no Supremo, eles pedem vista de 13 anos; aqui nós temos uma semana para devolver. Então, a gente começa não só a se quedar, a se ajoelhar, a ficar submisso ao Supremo, como também a imitar o próprio Supremo.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Muito bom, Plínio. (*Palmas.*)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu levei 36 anos da minha vida me dedicando à política para chegar aqui. Eu não quis ser juiz, eu não quis ir para o Judiciário. Então, como eu vou aceitar um Ministro – que não deveria ter esse nome de ministro, mas de juiz – usurpar a minha prerrogativa dada por quase 1 milhão de votos de amazonenses? Nós não podemos mais!

Jaques Wagner, a sorte deste Governo é tê-lo como Líder aqui – é tê-lo aqui. Se não fosse isso, Jaques, a coisa aqui era muito pior, porque você é um príncipe, você é um diplomata, tudo que você propõe é sensato. Só que eu acho que agora nós chegamos àquela de ter que resolver. Na CPI, a gente descobriu alguns dados, que são públicos e que precisam ser resolvidos.

Eu vou deixar no final uma pergunta aqui: se se demarcar terra resolvesse problema dos índios, por que 42% deles vivem na cidade, saem das reservas e vão para a cidade? Por que, Hiran, se isolam os nossos irmãos e os condenam à miséria? Eles não têm para onde ir, saem e fogem disso. Com o marco temporal, temos 13% do território nacional para um milhão e poucos mil índios, o que é mentira do IBGE. Mas vou admitir: sem o marco temporal, vai passar de 20%.

Nos Estados Unidos – que é o exemplo que o brasileiro adora imitar, com esse complexo do colonizado que tem; adora imitar – são mais de 3 milhões de indígenas para 3% do território nacional.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone*.) – Para 2,5%.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Para 2,5%, não é? Não chega nem a 3%.

E o que nós descobrimos, o que nós vimos... E o Marcio, que está aqui, foi o nosso Relator na CPI das ONGs. E aqui eu faço sempre um adendo: não demonizamos ONGs. Elas são necessárias e importantes. Mas essas ambientalistas que combatemos temos que continuar combatendo.

Eu ia falar de Amazônia, eu ia falar disso tudo, mas é importante, neste momento que o Brasil está nos ouvindo, falar do Supremo Tribunal Federal. Chegou a hora. Não podemos mais aceitar essa intromissão, essa usurpação. Eles não podem legislar numa Constituição que eles imaginam, que eles gostariam de ter e que tem a frustração de não ser o que nós somos. Eles

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pensam que são mais que nós, mas, no íntimo, eles sabem que não são, porque eles não podem criar leis. Eles não podem colocar, na Constituição, leis. Eles podem rasgar a Constituição, mas não podem colocar na Constituição as leis que nós podemos colocar. E daí essa desavença. Eu não falo da instituição, Jaques. O Supremo Tribunal Federal é respeitado, é extremamente necessário e dele se precisa. Eu falo de alguns Ministros que se julgam semideuses, de alguns Ministros que pensam que o prédio do Supremo é o Olimpo, e não é o Olimpo.

Portanto, eu acho que a questão não pode mais ser levada adiante. A gente tem que decidir pelo sim ou pelo não, porque nesse tempo, Jaques, eles vão lá e vão acabar julgando que o marco temporal não deve permanecer lá. E aí nós vamos enfrentar uma coisa que está decidida. O Legislativo legislou, o Executivo vetou, o Judiciário derrubou o veto. Pronto! Isso é o Estado pleno de direito. Repito: Estado pleno de direito é coisa simples, juiz julga, legislador legisla, executor executa. Só isso. E a gente não vive o Estado pleno de direito.

A sua exposição, Davi, é esclarecedora e corajosa. Eu acho que é porque nós amazônidas sofremos mais do que os outros nesse aspecto. A gente sofre muito mais por saber que o Amapá está amordaçado, com cadeados ambientais, que Roraima está amordaçada, que o Amazonas está amordaçado.

Eu vou dar dois exemplos, para encerrar, de como são manipuladores. Sobre o potássio, em Autazes, onde são 34 etnias, eles dizem – o ICMBio, todos eles – que precisam da unanimidade, trinta querem e quatro não querem. E haja Procurador Federal da República dar liminar vetando. Temos agora, lá no Novo Remanso, em Itacoatiara, Amazonas: O ICMBio foi lá, fez audiência pública, e já está num decreto, numa norma aí, reservando o equivalente a 15 mil campos de futebol para proteger o sauim-de-coleira, sem ouvir nenhuma comunidade – e são dez comunidades. Olhe só a hipocrisia dessa gente!

Então, se a gente protela, se a gente não põe um freio, se a gente não enfrenta dessa vez o Supremo, não vamos enfrentar nunca mais. E, quando eu digo enfrentar, não é por querer aquilo que não nos pertence, é por querer o que é nosso por direito. Eu estaria envergonhado aqui se não estivesse dizendo isso. O meu eleitor, quando me mandou para cá, sabia que eu ia dizer isso. Então, se eu fico submisso, se eu me quedo perante os maus Ministros... Existem os maus Ministros, sim, no sentido de que não estão fazendo o seu papel. Eu não posso deixar que eles

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

façam o meu trabalho, sob pena de que eu estou falhando e enganando aqueles que votaram em mim, que acreditam nisso.

Então, como amazônida – eu só falei isso como amazônida; na realidade, como cidadão –, volto a repetir: o relatório, Amin, é perfeito; a intervenção do Dr. Hiran é perfeita, e a sua também, Davi. Então, quisera eu não ter que dar esse desabafo e esse grito.

Quando eu falo do Supremo, eu não estou – pelo amor de Deus! – falando do comportamento de Senadores. Eu não falo. Eu falo do meu comportamento. Eu não ouso falar de nenhum comportamento de nenhum colega e nenhuma colega. Eu falo do meu comportamento, e o meu comportamento me diz que não podemos mais tolerar a usurpação, a intromissão do Supremo Tribunal Federal na causa que só nos diz respeito. Marco temporal já está decidido. Nós decidimos, o Presidente Lula vetou, nós derrubamos o veto, e o Executivo respeitou. Aí recorrem, e o Supremo não tem a humildade, a consciência de dizer: "Não, isso está decidido, a gente não vai mais se meter".

Agora, olhe só! Olhe só! Um Ministro propõe: "Tu trazes três representantes, tu trazes três, e nós vamos decidir". Caramba! Não é assim que funciona! Isto aqui é Legislativo, isto aqui é democracia. Eu sou igual ao Moro, o Moro é igual a mim, o Seif é igual ao Girão, o Girão é igual a mim... Aqui, todo mundo é igual, com a mesma prerrogativa: voto. O que me trouxe aqui foi o voto. Esse tapa na cara de que o Jaques fala... Nós fomos para lá dar a cara a tapa pelo seu voto: "Diz o que você quer, se me quer ou não me quer". Nós vencemos. E esses Ministros, cara, não têm um voto. Eles vêm aqui pedir para a gente na sabatina, com toda a humildade do planeta, e depois se acham. Eles já não conhecem mais, não sabem, Davi, que, pela lei atual do *impeachment*, nós podemos impichá-los, sim.

E eu encerro dizendo que, nesse caso, só remédio amargo, e o remédio amargo é impichar um desses Ministros.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Muito bem! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Marcio Bittar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Para discutir.) – Senador Jaques Wagner, embora V. Exa. tenha mais cabelos brancos do que, talvez eu possa lhe fazer um uma fala. Bem-vindo ao grupo! Eu também passei muito por isto: patrulha ideológica. Uma época, eu achava que ela só existisse no campo da esquerda. Hoje eu sei que ela existe dos dois lados. Aconteceu comigo recentemente.

Agora, Senador, louvando a sua fala, eu acho que, de qualquer forma, é fundamental que o Líder do Governo compreenda que, de fato, essa é uma causa muito maior do que todos nós. Nós vamos, todos, passar, mas ela vai permanecer, porque aqui se trata de soberania nacional perdida, de patrimônio nacional em que nós não mandamos mais.

Não pense V. Exa. que quem tem mais poder sobre a reserva indígena é o atual Governo de V. Exa. Não é, não foi o Governo de que eu participei, que era o do Bolsonaro... O ISA, só esse instituto, só essa ONG comanda muito mais, 14%, do território nacional, do que qualquer Governo Federal que esteja ou que esteve no cargo, governos estaduais e prefeituras. O Instituto Socioambiental é mais poderoso, nesses 14% do território nacional, do que qualquer instituição que passa, como disse o meu querido amigo Plínio, pela instituição do voto.

Com relação à fala do Ministro Gilmar Mendes, eu aprendi com o meu pai, que tinha o 3º ano de grupo, que a autoridade é um patrimônio pelo qual você tem que zelar, porque, se você não zelar, você gasta. Então, quando o Ministro, esse mesmo, vai a Portugal dizer lá, de uma opinião política, que ele entende que não há clima no Brasil para uma anistia, ele está indo para uma área em que não foi convidado.

Estou dando um exemplo do mesmo Ministro. E, de repente, ele gasta a sua autoridade se metendo a dar opinião sobre tudo e todos, entrando claramente numa área que não é dele, que não deveria ser deles, e aí, quando propõe algo que poderia ter algum juízo, algum valor, essa autoridade está desgastada por ter sido exercida quando não deveria ter sido, mas de qualquer maneira, eu louvo e, como brasileiro e amazônida, louvo mesmo, porque de fato é uma questão muito maior do que todos nós.

Nós estamos falando – e aí o meu querido amigo Plínio, que fez e lutou pela CPI, V. Exa. esteve lá, participou, ele me deu o privilégio de ser Relator – que isso está errado, Jaques, essa conta não bate. Fora aqueles militantes que vivem disso, como aqui hoje nós temos outros que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vêm aqui, conseguem pagar passagem de avião, hotel, hospedagem, etc., esses estão instrumentalizados. Agora, qual é a realidade? O último IBGE deu conta de que nós temos apenas 700 mil índios na área rural. Ora, como é que você tem apenas 700 mil índios na área rural, o resto está na área urbana? Têm 14% do território nacional e estão morrendo de fome? Então essa conta não bate. E aí, ao invés de parar para analisar o que é que está acontecendo com irmãos nossos que estão morrendo de fome e em reservas que ultrapassam o tamanho de Portugal, não, cria-se mais reserva e mais e mais e mais. E aí você não resolve o problema, e o problema é – e nós sentimos isso na CPI – que eles se sentem manipulados, tutelados, vivendo em cima de recursos infinitos e tendo problema de alimentação, doenças que já foram quase eliminadas na área urbana. Então, você não resolve isso, porque é para olhar para dentro e ver o que precisa ser feito.

V. Exa. mesmo, na CPI, não só concordava, como usou a palavra, porque não é possível que qualquer ONG entre na Justiça e o Ministério Público recomende ao Supremo Tribunal Federal que pare as obras. O meu estado, tem estado... Jaques, como é que, daqui a 500 anos, um professor, em qualquer lugar do planeta, como é que ele vai explicar, e o aluno não vai entender, como é que você vai explicar que numa região imensa do Brasil não se pode fazer estrada, não se pode fazer ponte, não se pode fazer hidrelétrica, que é uma das energias mais limpas, mais baratas e não poluentes do planeta!

Agora mesmo, o Ministério Público entrou no Supremo pedindo para suspender a licença de uma hidrelétrica no estado do meu querido amigo Marcos Rogério, em Rondônia. Quer dizer, como você vai tirar aquela população imensa da miséria – somos a região mais pobre do país – se você não pode usar recursos naturais, se você não pode fazer infraestrutura? Portanto, deixar aberta a possibilidade de criação de mais e mais reservas não resolve, a gente foge do problema, que é dar a eles a autoridade de serem donos.

A Kátia Abreu gravou um vídeo agora, nós falamos isso na CPI, mas ela tem razão.

O Brasil paga *royalty* de forma indireta para índios do Canadá, porque parte do potássio que eles não querem que a gente tire do Brasil vem do Canadá de reserva indígena. Então, eles podem, o nosso índio não pode.

A perda da autonomia... Jaques, das audiências que nós fizemos, eu gravei muito, na cabeça, coisa que não vai sair, e uma delas é o único exemplo de uma aldeia que se impôs e abriu menos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 2% do seu território para o agronegócio, em Campo Novo do Parecis – não é isso? –, e um dos líderes índios... eles criaram cooperativas, o padrão de vida deles nem se compara com o resto do Norte e da Amazônia Brasileira. E há uma frase que nunca vai sair da minha cabeça, ele disse assim: "não se preserva cultura com estômago vazio", simples assim.

A aldeia, Senadora Tereza, estava... os jovens todos indo embora. No momento em que eles adquiriram o agronegócio, eles retomaram. Vários desses jovens que nós vimos lá, hoje cuidam das cinco cooperativas que eles criaram.

Então, você não resolve um problema e cria outro. Qual é o outro? Você cria instabilidade para um setor que é responsável por quase 30% da exportação brasileira, do PIB brasileiro, e de 25% da mão de obra no Brasil, que é o agronegócio.

Eu louvo, mais uma vez, o Líder do Governo pela experiência de se colocar numa visão diferente do próprio Presidente porque, como disse o Plínio, o assunto, a nosso ver, estava encerrado – o Presidente vetou e nós julgamos o veto –, aí recorrem ao Supremo e o Supremo reinventa a história, porque ela já tinha terminado.

Então, eu louvo a sua atitude e peço que V. Exa. continue nisso, firme. Aqui é uma Casa de... a gente não tem como impor nada. Se há pedido de vista, o Presidente da CCJ vai ter que conceder e, ao conceder, de qualquer forma, já vai dar o prazo para chegar, lá, no dia 5 de agosto, mas que V. Exa. mantenha essa firmeza.

Eu termino por reafirmar: o que está em discussão é a perda da soberania nacional sobre grande parte do território nacional. O que foi criado até agora mantém o índio pobre, miserável e, se nós não pusermos um olhar verdadeiro sobre esse problema, nós não resolvemos esse flagelo e atacamos um outro setor que funciona muito bem no Brasil, que é o agronegócio.

Eu estou pronto para votar, há tempos, mas é claro e evidente que o Presidente da CCJ, nosso querido Davi Alcolumbre – meu amigo – vai ter a prerrogativa e vai ter que ceder vista, e aí vai dar o prazo que o Senador Jaques Wagner está pedindo.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra à Ministra Senadora Tereza Cristina.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Para discutir.) – Presidente, este assunto – outros, aqui, brilhantes oradores já falaram e eu concordo plenamente – é um assunto que não dá mais para se arrastar.

Nós já votamos. A Constituição, na minha visão, é clara, mas, está bom, questionaram. Fizemos uma lei, votamos. Foi derrubado o veto, enfim. Ela tem que estar valendo, mas ainda temos o Supremo, as pessoas instam o Supremo, e eles estão lá querendo votar novamente o que já é realidade, o que já existe. Nós tínhamos que virar essa página.

Quando nós votamos por ampla maioria, não só na câmara como no Senado, eu fiquei esperançosa de a gente resolver os problemas dos dois lados, injustiças que são cometidas dos dois lados, Presidente Davi. Mas, está bom. O que temos hoje? Uma PEC para reafirmar o que já está na Constituição. Mas, tudo bem, se é isso que precisamos fazer, vamos fazer. É o nosso papel de legisladores votar. E que a maioria vença.

Então, está aqui colocado o relatório brilhante do Senador Amin. Agora, o que eu penso é que nós poderíamos, em vez de fazer esse acordo, votar vista, aprovar vista, porque, a qualquer momento, a gente volta com esse assunto. Isso não quer dizer que a gente está afrontando Supremo. Que o Supremo faça lá a comissão. Tomara que dê certo, que a gente avance para um entendimento, para caminhar, vamos dizer, de maneira mais célere. De repente, o caminho é esse, mas aqui nós estamos colocando a nossa posição de colocar a PEC, de votar a PEC e resolver esse assunto de uma vez por todas.

Essa é a minha opinião.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Vice-Presidente desta Comissão, Marcos Rogério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Sr. Presidente, Senador Davi Alcolumbre, Sras. e Srs. Senadores, primeiro, eu gostaria de começar a minha fala fazendo dois registros.

Primeiro, um registro de reconhecimento e agradecimento a V. Exa., porque pauta esse tema. Eu sei que esse é um tema sensível, especialmente para o Governo, mas V. Exa. reafirma o papel desta Casa de Leis, desta Comissão de Constituição e Justiça, numa demonstração de absoluto respeito ao Pleno da Comissão de Constituição e Justiça ao pautar esse tema, que é caro para muitos de nós, talvez por razões diferentes... Para todos nós, alguns contra, outros a favor, mas é um tema da maior importância para todos nós. E eu queria fazer o registro de reconhecimento ao gesto de V. Exa.: num ambiente de tensão, diante dos apelos que recebeu, V. Exa. trouxe o tema à pauta, e nós estamos a discutir. Então, é o primeiro registro.

O segundo registro que faço é um reconhecimento ao brilhante relatório que o eminente Senador Esperidião Amin apresentou, e aqui emprestando ao texto do Líder Senador Hiran, que teve a iniciativa, que, não por acaso, aqui reúne duas situações fáticas. A situação fática primeira aconteceu no caso Raposa Serra do Sol, que levou o Supremo até a primeira decisão. Vou falar sobre isso daqui a pouco. E o Senador Hiran traz a proposta, apresenta à Mesa a proposta de emenda à Constituição. Então, meu reconhecimento a V. Exa. V. Exa. viveu, o seu estado viveu essa situação na prática, viveu isso. E o Senador Esperidião Amin traz um relatório com muita força, porque é um relatório com o fundamento constitucional, mas com a compreensão histórica, com a visão dos fatos, trazendo também a sensibilidade de alguém que viveu, no seu estado, o segundo drama que levou a Suprema Corte a mudar o entendimento – foi justamente no Estado de Santa Catarina. Então, meu reconhecimento a esses dois colegas: a um, pela iniciativa; ao outro, pelo brilhante relatório, que acrescenta a esta Comissão condição para apreciar essa matéria, nobre Senador Esperidião Amin.

Mas esse tema só está sendo constitucionalizado porque a via ordinária, Senador Oriovisto, não foi o bastante para resolver a questão.

Eu tive a honra de ser o Relator do projeto do marco temporal, mas não bastou para pacificar o tema. A insegurança jurídica continua afligindo, atormentando a vida de milhares e milhões de brasileiros. E eu até diria, Senador Seif, não aceitar o marco temporal é não aceitar o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

papel do Poder Legislativo, porque o originário estabeleceu o texto constitucional primeiro, na Constituição de 1988; o derivado reafirmou a partir da legislação ordinária. E o que está acontecendo? O Governo ignorou a lei, dizendo que o Supremo fixou o entendimento. E é bom frisar, porque se não apequenamos o papel do Legislativo. A decisão do Supremo não vincula o Poder Legislativo. Não tem o alcance de proibir o Legislativo de legislar, sob pena de aniquilar o papel; aniquilar um dos Poderes da República pela força do outro, em ofensa ao pacto da separação dos Poderes.

Da mesma forma, obviamente que o Poder Legislativo não pode desrespeitar o poder atribuído ao Poder Judiciário, pela mesma lógica o Legislativo também não pode desrespeitá-lo, assim como a ele não é dado o poder de usurpar o papel do Legislativo pela via decisória jurisdicional. E isso, lamentavelmente, não tem sido fato raro. Isso tem acontecido de modo até insistente – eu diria. Por vezes, é preciso fazer aqui um recorte de reconhecimento, por vezes, por omissão do Parlamento. Mas nem sempre aquilo que atribuem como omissão do Parlamento é uma omissão. Às vezes o fato de não legislar, Senador Ciro, é uma escolha política das Casas do Congresso Nacional. Veja a questão de pautas, pautas de costumes, aborto, drogas e tantos outros temas, o Parlamento já fixou sua posição. Não é omissão, é escolha política.

Agora, o pior e o mais grave é o Poder Executivo desrespeitar o Legislativo. O Parlamento legislou, o Governo vetou, o Congresso Nacional derrubou o veto. E o Presidente da República não teve a coragem e a disposição de fazer o ato protocolar da Presidência, que é promulgar a decisão do Congresso Nacional. Essa tarefa coube ao Presidente do Congresso Nacional fazê-lo, o Senador, Presidente, Rodrigo Pacheco. Portanto, aqui depois desses atos houve o chamado exaurimento do processo legislativo. Não há mais o que se fazer. Há ações declaratórias de constitucionalidade, ações diretas de inconstitucionalidade? É uma outra questão.

Ao derrubar o veto à lei do marco temporal, o que o Parlamento fez foi devolver, Senador Portinho, segurança jurídica para o campo, buscando justamente aquilo que é o objetivo de todos nós: a pacificação no campo.

O marco temporal das terras indígenas materializa o direito de propriedade, tanto de índios quanto de não índios. Você não pode viver uma situação de absoluta insegurança no campo. A intranquilidade permanente é um ato de tortura; é inaceitável. Famílias com terras documentadas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

há mais de 50 anos, mais de cem anos... E, quando eu digo documentadas, eu não estou dizendo aqui de uma posse precária, eu estou falando do direito de propriedade, traduzido em escritura pública ou título definitivo. Ora, se o Estado não pode garantir a presunção de validade jurídica, a segurança jurídica, pelos títulos que emite, quem mais pode? Mas esse é o quadro do Brasil – esse é o quadro do Brasil.

E aí, todo mundo, com título na mão, famílias centenárias estão perdendo, em razão de uma mudança de entendimento do Supremo Tribunal Federal. Porque foi isso que aconteceu. O Supremo Tribunal Federal reconheceu o marco temporal no caso Raposa Serra do Sol – é bem verdade que, naquele caso, sem a repercussão geral. Depois, o mesmo Supremo Tribunal Federal mudou de posição, mudou de entendimento, já nesse segundo caso, aqui, reconhecendo o instituto da repercussão geral, decisão que atinge o Brasil inteiro. Ao reapreciar essa questão, em nova situação fática, o Supremo Tribunal Federal reconhece a repercussão geral e cria um problema gigantesco para o campo no Brasil inteiro.

Então, o Legislativo, ao cumprir o seu papel, escreveu na lei o que o próprio STF estabeleceu como condicionantes na decisão primeira. É o mesmo que dizer que a decisão primeira do STF é inconstitucional. Porque foi isso que o legislador fez. Eu fui o Relator dessa matéria. Tenho absoluto respeito pela Corte, mas o que fez o legislador foi reproduzir no texto legal aquilo que os integrantes daquela Corte colocaram como condicionantes.

Agora – e aqui eu destaco –, o STF pode mudar de posição, pode mudar de entendimento sobre determinadas pautas, claro que ele pode mudar, em razão da mudança de composição, em razão da mudança de compreensão. Eu ia repetir uma frase do ex-Ministro Marco Aurélio aqui, que ele sempre usava, falava... Mas pode mudar. Todavia, por óbvio, isso cria um ambiente de insegurança jurídica. A coisa julgada no Brasil perdeu estatura – perdeu estatura. Essa questão do marco temporal, repito, já tinha sido enfrentada pelo Supremo e o entendimento fixado era no sentido de garantir validade ao marco temporal. Agora, o mesmo Supremo, ao apreciar essa questão, diante de uma situação fática lá de Santa Catarina, traz uma decisão diferente.

E aqui, Sr. Presidente, eu acrescento: é razoável querer mudar de posição. Aliás, querer, não; mudar de posição. É razoável mudar de posição em um ato, em um fato que não teve repercussão geral; e, agora, com o novo fato, com repercussão geral, muda-se de posição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui vem o mais grave – o mais grave –: querer, ao fazê-lo, elevar ao patamar de cláusula pétrea o 231 da Constituição Federal. E por que eu estou tratando desse tema aqui, Senador Marcio Bittar? Porque, se isso, de fato, acontecer – eu espero que não; e aí eu vou finalizar com a relação à questão do entendimento –, aquela primeira decisão do Supremo foi uma decisão inconstitucional, que violou a própria Constituição, porque mexeu em algo que era a cláusula pétrea. Não pode agora o mesmo Supremo, respeitosamente, mudar de posição.

Eu até... Só não muda quem já morreu. Quem está vivo pode mudar. Quem está vivo pode mudar de posição, de entendimento. Agora, não pode, Senador Jaques Wagner, mudar de posição e elevar ao patamar de cláusula pétrea aquilo que não se verificou, aquilo que não se verifica, aquilo que não é, simplesmente para obstar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... o papel do Poder Legislativo.

Eu concluo aqui, Sr. Presidente, dizendo que eu sou favorável a essa proposta de emenda constitucional, em razão do que posto: o ambiente de insegurança jurídica permanece. Todavia, eu tenho que dizer: ela seria desnecessária se houvesse respeito ao legislador.

E aqui, quanto à proposta trazida pelo Senador Jaques Wagner de abrir espaço para que, no campo da mediação, se buscasse o entendimento, eu entendo que esta Casa é uma Casa política, uma Casa de concepções plurais. Não vejo prejuízo nisso quando movido por boa-fé, por boa intenção, na busca de uma solução que resolva o problema de quem está lá na ponta.

Então, eu quero concordar com a tese da busca de entendimento. Quem está propondo é um Ministro do Supremo Tribunal Federal que tem envergadura, tem estatura para construir esse diálogo no âmbito do Supremo, mas que está invocando aqui o Presidente do Senado Federal, o Presidente da Câmara dos Deputados, para que, numa ação a muitas mãos, muitas cabeças pensantes, compreensão do problema... E aqui, Senador Jaques...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perdoe-me, Presidente, vou concluir aqui. Eu sei que estou sendo um pouco até extensivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho a compreensão de que, no caso, nós temos o 231, os parágrafos, e o 67 do ADCT, que estabeleceu ali um lapso temporal, e, naqueles casos em que, na época, se confirmou, se comprovou a presença dos índios, naquela época, houve pedido, houve processo para o reconhecimento, é preciso buscar um entendimento, em razão da omissão do Governo brasileiro ao se praticar ou não a demarcação a partir do comando constitucional dado em 1988. Isso é possível.

"Ah, não cumpriu dentro dos cinco anos, então é preclusão, não cabe mais discutir". Eu não sou dessa tese, eu sou da tese de que o marco temporal está estabelecido em 5 de outubro de 1988. Isso está posto. Agora, no que aconteceu de lá para cá, quanto ao descumprimento do que seria o papel do Poder Executivo, eu acho que é possível construir o entendimento.

Por isso, eu vou na linha também da busca do entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Senador Marcos.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para discutir.) – Não, é apenas que eu quero pedir vênia porque eu trouxe uma ideia, só que eu já estou atrasado para uma reunião com o Presidente Pacheco e o Presidente da República, que seria às 12h e eu pedi para ir para 12h30, e o Presidente Rodrigo já está lá com o Presidente.

Então, eu sei que é deselegante eu fazer uma proposta e não estar aqui para ouvir a todos, mas é ruim para mim porque nós vamos tratar de um problema lá também que diz respeito à dívida dos estados e à própria desoneração...

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR. Para discutir.) – Sr. Presidente, uma questão de ordem. Eu queria fazer um apelo ao Jaques Wagner, em um segundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho, assim, que a sua proposta é brilhante, mas o prazo pelo caminhar normal da carruagem vai existir. Se nós aprovarmos hoje isso aqui, ainda tem que ir a Plenário, ainda tem que ir para a Câmara, isso não será uma PEC aprovada antes do final do ano. Então, esses 90 dias ou mais que o senhor pede naturalmente já vão acontecer, e a negociação pode ser feita a qualquer instante. Então, se nós votássemos aqui, poderíamos fazer emendas no Plenário, a Câmara pode mudar.

Então, o meu apelo é – senão a gente não vota hoje – que o senhor retirasse esse pedido, entendendo que esse prazo já vai ser dado pelo próprio processo, e que nós pudéssemos votar. Eu quero fazer esse pedido enquanto o senhor está aqui ainda.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discutir.) – Eu queria, Jaques Wagner, antes de você sair...

O que eu acho que nós estamos...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Líder, é só porque V. Exa. está inscrito, então eu estou concedendo a palavra para discutir.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Tudo bem, pode, eu vou discutir, Presidente, sem...

Eu queria chamar a atenção dos Srs. e das Sras. Senadoras de que o que está se propondo é a construção de um texto que seja consensual, e o que eu estou entendendo é que a postura, a posição aqui defendida pelo Senador Jaques Wagner vai ser a posição do Governo nesta Comissão. E a posição que vier do STF, do Judiciário, vai se transformar num entendimento, para que a gente possa acabar com esse problema, e já se vão 35 anos sem uma solução.

Eu queria propor ao Senador Oriovisto, ao Senador Hiran, ao Senador Marcio Bittar, a todos que, em vez de a gente dar 90 dias, isso pudesse ser feito em 45 dias, reduzisse o prazo para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essas... Não tem muito – não é? – o que conversar, a não ser se acertar e fechar um acordo o mais rápido possível.

A minha sugestão é que fossem 45 dias, meu Líder, se houvesse concordância, e aí a gente terminaria aqui, aprovaria, iria para o Plenário já num rito, que também poderia ser de um acordo aqui...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. *Fora do microfone*.) – Mais acelerado.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... num rito acelerado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. *Fora do microfone*.) – Concordo.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Deixem-me só fazer um esclarecimento. Eu não sou o autor da proposta do grupo de trabalho: eu apenas fui convidado e a trouxe.

O Senador Esperidião Amin, assim como V. Exa., assim como o Senador Marcos Rogério – já falamos aqui rapidamente no sentido de reduzir esse prazo –, tinha falado de ir até 30 de outubro, porque daria tempo de depois, se frustrada a tentativa, voltar a esta Casa e votar a matéria.

Então, Senador Oriovisto, quando eu peço vista, é só para nós maturarmos, não é para procrastinar. Entendeu? Porque a vista não é só minha, tem vários colegas que estão pedindo vista aqui.

O que eu estou dizendo é o seguinte: houve a proposta até mais enxuta de Rogério. Eu estou dizendo... Eu não sou o autor da proposta, não fui eu que pedi até 18 de dezembro, mas eu levarei isso ao Presidente Pacheco, para levar para o Ministro Gilmar Mendes.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Isso foi aventado pela comunicação do Ministro Gilmar Mendes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não. Claro! Mas eu acho que... Claro!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Só que isso representaria o quê? Representaria jogar para fevereiro do ano que vem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Tudo bem, mas nessa linha, só para tentar ajudar, eu vou fazer um compromisso: se não resolverem, nós vamos votar, neste ano, aqui.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas, então, isso não impede que haja o pedido de vista com esse acordo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Mas é este o acordo: nós vamos votar neste ano.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Quem quiser pedir vista peça.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vai pedir.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Pede vista. Ele está sob vista e há uma possibilidade de acordo, sejam 45 dias, seja para 15 de setembro. Só que nós temos uma eleição. Então eu acho que é melhor marcar para outubro, que seja para 30 de outubro...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu vou fazer o meu compromisso aqui: que, no mês de outubro, nós vamos deliberar isso aqui.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Com pedido de vista coletiva?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É, vista coletiva.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Vista coletiva para 30 de outubro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Já que está feito o acordo de vista coletiva, eu posso tirar todas as inscrições?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu dou tempo na outra matéria.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Vista coletiva até outubro para deliberação.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vista coletiva concedida, com prazo determinado para, no mês de outubro, deliberar. *Show*!

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Pela ordem, Presidente.

(*Manifestação da plateia.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Queria...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Presidente, pela ordem.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Proposta de Emenda à Constituição nº 65, de 2023.

ITEM 4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 65, DE 2023

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dispõe sobre o regime jurídico aplicável ao Banco Central.

Autoria: Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO) e outros

Relatoria: Senador Plínio Valério

Relatório: Favorável à Proposta, com o acatamento total das Emendas nºs 1, 2, 4, 7 e 8 e acatamento parcial das Emendas nºs 3, 5 e 6, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- Foram apresentadas 9 emendas à Proposta;

- Em 02/07/2024 foram recebidas as Emendas nºs 8 e 9, de autoria do Senador Oriovisto Guimarães (a última dependendo de relatório);

- Em 18/06/2024 foi realizada Audiência Pública para instrução da matéria;

- Na 24ª Reunião Ordinária, realizada em 03/07/2024, a Presidência concedeu vista coletiva aos Senadores, nos termos regimentais.

- Em 10/07/2024, foi recebido o Voto em Separado do Senador Rogério Carvalho, contrário à Proposta.

Concedo a palavra ao Senador Plínio Valério, para proferir o relatório sobre a Emenda de nº 9.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Obrigado, Presidente...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Presidente...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Vai dar pela ordem?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pela ordem, Senador Zequinha Marinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA. Pela ordem.) – É uma comissão que vai representar o Senado junto ao Supremo para tratar desse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – E ao Governo.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Requeiro, verbalmente, a minha inscrição.

Dos 100% das terras indígenas brasileiras, 82% desse território está na Amazônia. O meu estado não tem mais onde criar terra indígena, correto? Então, é uma situação deprimente, lamentável e vergonhosa, porque a gente não dá conta. Eles vão levar no queixo.

E eu queria aqui fazer uma movimentação com os Senadores da Amazônia: ou a gente acorda agora ou dorme para sempre. A situação é crítica, e lamento profundamente... O nosso papel tem que ser feito, porque cada um faz o seu. Não tem, não tem por que ficar... Então, Presidente, inscreva-me, por favor. Eu quero fazer parte da comissão.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Zequinha, eu vou encaminhar a manifestação de V. Exa., que será redigida nas notas taquigráficas, para o Presidente do Senado, que está organizando, junto com o Presidente da Câmara, esse grupo.

Senador Plínio Valério, com a palavra.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM. Como Relator.) – Senador Zequinha, se essa Comissão não tiver um Senador da Amazônia, é brincadeira. Aí, o assunto não é sério. Portanto, alguém da Amazônia vai ter que ir.

Presidente, não falei com o Senador Oriovisto e falo agora. Não acatei a Emenda 9. Vou conversar muito...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Não, não, a 9 não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente discutiu, Senador Oriovisto, e eu peço desculpas agora, mas vamos ter ainda algum tempo para maturá-la, porque a gente vai para o Plenário ainda, está bom? Eu ainda vou conversar com o meu amigo Senador Oriovisto, para comunicar-lhe que ela não foi acatada, mas a gente a tem no radar.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pronto.

Vou colocar em discussão a matéria.

Para discutir a matéria, o Senador Marcos Rogério. (*Pausa.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sr. Presidente, esse tema... (*Pausa.*)

Alguma coisa? Quer falar antes?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Tenho voto em separado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pois é, nós estamos discutindo a matéria agora...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM. Como Relator.) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – ... o relatório apresentado.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Eu acho que o voto em separado é depois do relatório, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Depois, exatamente.

Deixe-me garantir a palavra aqui ao Senador Marcos Rogério e vou fazendo as inscrições conforme...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone*.) – Já abra para a votação, assim que puder, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É, eu vou fazer, mas daqui a pouco. É depois.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone*.) – É depois que vota?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu até faria uma fala um pouco diferente sobre essa questão do Banco Central, mas, hoje, pela manhã, eu recebi uma nota da Casa Civil da Presidência da República enfrentando os pontos com relação a essa proposta de emenda à Constituição. Eu ouvi...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone*.) – Eu vou discutir e ler o voto em separado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu ouvi os dois lados: eu ouvi os representantes do Banco Central que...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. *Fora do microfone*.) – É isso mesmo, pode fazer... No meio da discussão...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu ouvi os representantes do Banco Central que defendem a proposta, suas razões, os fundamentos – ouvi diretores do Banco Central e, inclusive, um diretor indicado pelo Presidente Lula, que esteve no gabinete defendendo a proposta de autonomia financeira do Banco Central –, e ouvi também os representantes sindicais, que são contrários a essa proposta.

E, para ser honesto com o que falei, com o que tratei com todos eles, eu disse que existem pontos daqueles que são contrários, pontos de preocupação, que eu acho que são pertinentes – são pertinentes. Agora, eles são pertinentes para discutir na fase certa, porque, depois da aprovação desta emenda constitucional nas duas Casas e da sua promulgação, ela não entra em vigor para gerar mudança na estrutura ou na política do Banco Central, pois será necessária, por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

derivação da própria emenda constitucional, por comando do texto constitucional, a aprovação de uma lei complementar disciplinando justamente o modelo que será adotado. E muito daquilo que foi apresentado para mim naquele momento é justamente o campo de atuação da legislação complementar, e não da proposta de emenda à Constituição.

Hoje, eu peguei a nota que veio da Casa Civil, e me parece que fizeram com muita pressa, porque nem os erros ortográficos tiveram tempo de corrigir.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Confiaram que o senhor faria.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não, não farei. Eu vou apenas fazer algumas ponderações em relação aos pontos que apresentaram.

Falaram aqui que inviabiliza o arcabouço fiscal, com impacto primário de cerca de 125 bilhões no Ploa 2025, submete o Orçamento às variações cambiais... Bom, as relações financeiras entre a União e o Banco Central, regidas pela Lei 13.820, serão recepcionadas pela PEC e permanecerão em vigor. Portanto, não há prejuízo. Logo, não haverá mudança no resultado primário, nem despesa, nem receita. Isso está claro na PEC. Inclusive, a PEC trará espaço fiscal próximo a 5 bilhões – a conta do próprio Banco Central é de 5 bilhões, o Relator diz que pode chegar a 6 bilhões – ao Orçamento, porque retira dele os gastos com custeio e investimentos do Banco Central.

Outro ponto: dizem que ela constitucionaliza a forma jurídica e a autonomia administrativa e orçamentária do Banco Central; ao transformar a autarquia em empresa pública de direito privado, amplia o risco de captura do Banco Central, incerteza sobre interação do Banco Central, Conselho Monetário, Congresso Nacional, poder de polícia, de empresa, acompanhamento da execução de despesas, enfim... O fato de ser por emenda constitucional e não por lei complementar, como foi a Lei 179, é uma escolha política, porque você tem uma situação em que, na emenda constitucional, você tenha que ter um quórum qualificado, muito embora na lei complementar também – você tem que ter 41 aprovando, no caso do Senado Federal.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Isso é uma escolha política. E este é justamente o escopo da PEC: manter e ampliar sua autonomia. Aqueles que são contra a autonomia são contra a autonomia administrativa e são contra a autonomia decisória do Banco Central – é preciso dizer claramente. Então, se fosse meu pai falando, ele ia dizer assim: "Essas desculpas esfarrapadas", elas não pegam, elas não colam! Então, quem é contra por ser contra, o.k., eu respeito. Agora, dizer que a PEC é um instrumento inapropriado para fazê-lo, com todo o respeito, não tem amparo constitucional.

Ao retirar o Banco Central da LOA, tensiona contra a Conta Única do Tesouro, conquista que organiza as finanças públicas, e pode induzir futuras mudanças em casos semelhantes – é a afirmação que a Casa Civil está fazendo. Aqui tem uma verdade, é algo que em parte é verdadeiro. Porém, o prejuízo de capturar politicamente o Banco Central por governo de ocasião é quantas vezes maior do que isso? Uma fala de Lula sobre o Presidente do Banco Central faz o dólar saltar de R$5,56 para R$5,70; aparece milionário do dia para a noite. Então, essa coisa de dizer que não... As oscilações da falta dessa autonomia geraram, ao longo do tempo, os maiores prejuízos não ao Banco Central pura e simplesmente; ao povo brasileiro, à sociedade brasileira. Então, esse argumento é um argumento falacioso e que não para de pé. De todo modo, é prerrogativa justamente do Congresso Nacional discutir e aprovar tais medidas.

Ele diz aqui na nota que retira a capacidade do Executivo de aprovar o orçamento do Banco Central, limitar o gasto com pessoal do Banco Central. Novamente, essa é justamente a intenção da proposta de emenda constitucional, dar autonomia administrativa ao Banco Central.

Sobre gastos com pessoal, e essa foi uma preocupação que eu tive também, porque daqui a pouco com uma mudança no modelo... "Ah, vão estabelecer salários estratosféricos sem controle." Não, a emenda constitucional cuidou disso também, reservou essa competência ao Congresso. Então, não há, essa preocupação também não para de pé. Poderá ter essas mudanças? Claro, com o aval do Congresso. O orçamento vai ser aprovado por quem? Pelo Congresso. Então, é um argumento que não subsiste.

Eleva o indicador da dívida bruta do Governo geral, ajuste apenas contábil, mas que produz dano à imagem de sustentabilidade da dívida. Aqui é irrelevante, porque se trata de conceito, não de dívida em si. O mercado não terá dificuldades com isso. O mercado tem dificuldades é com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

falatório fora de tempo, é com os ataques ao Presidente do Banco Central e com a mudança de foco, porque tenta colocar o foco no Presidente do Banco Central para tirar o foco da irresponsabilidade do Governo, que leva a um ambiente de insegurança, de fuga de investidores, aos problemas econômicos que nós temos.

Por fim, insegurança jurídica sobre o montante do limite de gastos do Banco Central que sai da LOA. Bom, não configura insegurança jurídica. O Banco Central se tornará empresa pública, com orçamento submetido à aprovação do Senado Federal, e fiscalizada pelo Congresso Nacional e pelo Tribunal de Contas da União. Onde é que está o problema?

Então, Sr. Presidente, com todo respeito, eu poderia continuar falando da nota que a Casa Civil mandou, que foca mais em questões que nada têm a ver com a proposta, e é uma escolha política. E a escolha política eu respeito: o Governo é contra a autonomia do Banco Central. Todo dia Lula amanhece olhando e imaginando: "Temos que derrubar o Presidente do Banco Central". E aí, depois de ser aconselhado, em razão das oscilações do mercado e do dólar, que não para de crescer, quando ele fala, deu uma trégua, mas nós não queremos ficar reféns de uma retórica política ou de uma escolha desse ou daquele governo. Nós queremos uma escolha que seja permanente, que tenha validade...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... para o Governo do Presidente Lula, como terá validade também...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... para o próximo governante, uma regra que tenha validade para todos.

Portanto, o meu voto será a favor da proposta de emenda à Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Senador Rogério Carvalho para proferir o voto em separado contrário ao relatório apresentado. Em seguida... Ele vai fazer a leitura do voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para voto em separado.) – Então, eu vou fazer a leitura na íntegra, Sr. Presidente.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 65, de 2023, propõe alterar a natureza jurídica do Banco Central do Brasil de autarquia de natureza especial para empresa pública e tem como principal objetivo garantir a autonomia orçamentária e financeira da instituição.

Aqui eu já quero antecipar que essa empresa pública terá natureza autárquica, portanto, ela não terá essa autonomia, conforme está sendo sugerido aqui, porque vai precisar de subsídio e de dinheiro do Tesouro Nacional.

A PEC prevê que uma lei complementar disporá sobre os objetivos, a estrutura e a organização do Banco Central. Outra lei disporá sobre o relacionamento financeiro entre o Banco Central e a União.

A fiscalização contábil, orçamentária, financeira, operacional e patrimonial do Banco Central, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, e pelo sistema de controle interno do Banco Central.

A proposta determina ainda que aos atuais servidores do Banco Central do Brasil será assegurada, nos termos da lei, a opção, de forma irretratável, entre carreiras congêneres – o que são carreiras congêneres? – no âmbito do Poder Executivo Federal e o quadro de pessoal do Banco Central. Após o término do prazo para opção, os servidores optantes permanecerão em exercício no Banco Central até a recomposição de seu quadro de pessoal, consoante disposto em lei.

Na justificação, os autores da matéria defendem que o Banco Central do Brasil possui autonomia operacional, concedida pela Lei Complementar nº 179, de 24 de fevereiro de 2021, complementada por um arcabouço legal sobre o relacionamento com a União, dado pela Lei nº 13.820, de 2 de maio de 2019. Sustentam que o Banco Central do Brasil não possui autonomia orçamentária e financeira para garantir a plena execução de suas atividades, sendo que a necessidade de recursos financeiros para o cumprimento de sua missão institucional exigiria a alteração do arcabouço legal e esta PEC traria a necessária evolução institucional do Banco

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Central do Brasil, ao prever a garantia de recursos para que as atividades relevantes da Autoridade Monetária para a sociedade sejam executadas sem constrangimentos financeiros tanto para o Banco Central quanto para o Tesouro Nacional.

O núcleo da proposta consistiria no uso de receitas de senhoriagem... Não sei o que sabem V. Exas. sobre o que significa senhoriagem: é a diferença entre o que se gasta para produzir moeda e o valor de face da moeda. Essa riqueza seria apropriada pelo Banco Central, enquanto essa riqueza é da nação, é do Brasil, e não de uma instituição isolada. Isso é tirar do povo brasileiro, é tirar de todas as instituições do país, que teve um Presidente eleito, para estar submetida a uma única instituição essa riqueza decorrente da senhoriagem para o financiamento de suas despesas.

Os autores da PEC apontam que o uso da receita de senhoriagem para financiamento das atividades do Banco Central é adotado entre os mais importantes bancos centrais do mundo e que as melhores práticas internacionais recomendam que a permissão para uso da senhoriagem como fonte de financiamento seja acompanhada de regras para transferência de resultados da autoridade monetária para a autoridade fiscal.

A matéria foi distribuída à Comissão de Constituição e Justiça, onde foi designado, como Relator, o Sr. Plínio Valério, que apresentou voto pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa da PEC 65, de 2023, e, no mérito, por sua aprovação, na forma de substitutivo, com acatamento total das Emendas nºs 1, 2, 4, 7 e 8 e acatamento parcial das Emendas nºs 3, 5 e 6.

Em linhas gerais, o substitutivo apresentado pelo Senador Plínio Valério manteve o núcleo da proposta; porém, alterou a natureza jurídica proposta para o Banco Central do Brasil de "empresa pública" para "empresa pública que exerce atividade estatal".

Onde existe esta denominação de "empresa pública que exerce atividade estatal"? Empresa, como um instrumento jurídico, existe para atividades concorrentes. Quando o Estado brasileiro ou o Estado quer concorrer com o setor privado, ele lança mão da natureza jurídica de empresa, e aí pode ter uma atividade concorrente. O Banco Central tem atividades exclusivas de Estado, e aí se cria aqui uma jabuticaba chamada de "empresa pública que exerce atividade estatal". Isso é uma teratologia, teratologia legislativa. Isso é uma teratologia contra o princípio da separação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos Poderes, que é o Poder Legislativo criar estrutura de empresa para abrigar um órgão típico da atividade exclusiva de Estado.

Sras. e Srs. Senadores, essa é uma discussão séria. Este país tem institucionalidade séria, não dá para a gente brincar com a seriedade do que é o Banco Central do Brasil.

Também determinou que ficam preservadas as competências do Conselho Monetário Nacional previstas – vejam, tudo isso – na Lei Complementar 179, de 24 de fevereiro de 2021, e aquelas relacionadas à função regulatória do sistema financeiro estabelecido na legislação. Apresentou alterações para garantir a estabilidade dos futuros servidores do Banco Central empresa pública, bem como para evitar perdas no cálculo dos proventos de aposentadoria dos atuais servidores, seja se optarem por carreira congênere no serviço público...

Prestem atenção: não existe aposentadoria integral para celetistas, não existe emprego público de empresa com estabilidade. Isso é outra teratologia que vai acabar no STF, e, depois, nós vamos reclamar que o STF está interferindo nas decisões do Congresso. "Ah, mas é uma PEC", mas a PEC não pode ser um instrumento para burlar aquilo que está estabelecido na Constituição como cláusula pétrea, que é a separação dos Poderes.

Há pouco, o Senador aqui fez uma digressão sobre a questão da separação dos Poderes quando se tratou do marco temporal. E aqui nós estamos vendo o contrário: quando interessa, as cláusulas pétreas não podem ser chamadas. Agora, aqui, as cláusulas pétreas são jogadas na lata do lixo, numa verdadeira teratologia legislativa e jurídica, no caso em tela.

O substitutivo trouxe inovação não relacionada a seu objeto principal, ao determinar que a autonomia conferida ao Banco Central do Brasil não abrange, restringe, altera ou acumula os serviços próprios da competência dos tabeliães e registradores. Entretanto, ressalvou que tal determinação não alcança a operacionalização de novos produtos financeiros que vierem a ser criados ou regulados pelo Banco Central, a partir da utilização de novas tecnologias no processo de criação de produtos do sistema financeiro.

Por discordarmos tanto do texto original da PEC quanto do substitutivo proposto pelo Relator, estamos apresentando voto em separado, nos termos do art. 132, §6º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Análise.

Inconstitucionalidade por vício de iniciativa e violação à separação de Poderes.

O princípio da separação dos Poderes é estabelecido no art. 2º da Constituição Federal, que determina: "São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário". A independência entre os Poderes tem por finalidade estabelecer um sistema de freios e contrapesos para evitar o abuso e o arbítrio por qualquer dos Poderes. A harmonia, por sua vez, exterioriza-se no respeito às prerrogativas e faculdades atribuídas a cada um deles. A relevância da separação dos Poderes é ressaltada pela Constituição Federal, ao defini-la como cláusula pétrea (art. 60, §4º, inciso III) e estabelecer toda uma estrutura institucional de forma a garantir a independência entre eles, matizada com atribuições de controle recíproco. É cláusula pétrea, Sras. e Srs. Senadores!

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Assim, em respeito ao princípio da separação de Poderes, o art. 61, §1º, inciso II, da Constituição Federal determina que são de iniciativa privativa do Presidente da República, entre outras, as leis que disponham sobre: criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração; servidores públicos da União e territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; e criação, estruturação e atribuições dos ministérios e órgãos da administração pública, sejam eles de que natureza for. Então, é cláusula pétrea; não é uma emenda constitucional que vai atropelar e tentar burlar – burlar – o que está dito na própria Constituição, que é cláusula pétrea.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Argumentamos, portanto, que a PEC 65, de 2023, incorre em vício de iniciativa, pois trata de tema de iniciativa privativa do Presidente da República, mas foi proposta por Senadores, por uma Casa Legislativa, por outro Poder. Consideramos que as restrições de iniciativa legislativa previstas no art. 61 da Constituição Federal alcançam a proposta de emenda à Constituição em exame, tendo em vista o conjunto substancial de alterações que são buscadas. Vejamos: a PEC transforma a natureza jurídica de órgão da estrutura do Poder Executivo – do Poder Executivo –, extinguindo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma autarquia para criar uma empresa pública, estabelece atribuições para essa nova entidade da administração pública, altera o regime jurídico aplicável aos seus servidores, dispõe sobre estabilidade e aposentadoria, promovendo, enfim, inúmeras alterações que afetam profundamente o funcionamento do Banco Central, tudo à revelia do Poder Executivo, a quem este banco está vinculado. É uma flagrante inconstitucionalidade, senhoras e senhores, Senadores e Senadoras.

Além disso, a PEC prevê que sua regulamentação será feita por meio de lei complementar que será de iniciativa ampla, ou seja, não limitada à iniciativa privativa do Presidente da República. Nesse aspecto, a PEC determina que "Lei Complementar, cuja iniciativa observará o disposto no *caput* do art. 61, disporá sobre os objetivos, a estrutura e a organização do Banco Central". Ao fazer menção apenas ao *caput* do art. 61, trata-se de fugir das restrições de iniciativa legislativa impostas pelo §1º, inciso II, do referido artigo. Tal subterfúgio não faz sentido e, claramente, fere a separação de Poderes, pois não é possível ler-se apenas parte do art. 61, ignorando a sua essência, que é a restrição de iniciativa legislativa.

Certamente, se aprovada essa PEC, será criada enorme incerteza jurídica, com complexas e longas discussões levadas ao Supremo Tribunal Federal sobre sua constitucionalidade.

Segundo item: a incompatibilidade entre o modelo de empresa pública e as atribuições típicas de Estado exercidas pelo Banco Central do Brasil.

A Lei Complementar nº 179, de 2021, estabelece que:

> O Banco Central do Brasil é autarquia de natureza especial caracterizada pela ausência de vinculação a Ministério, de tutela ou de subordinação hierárquica, pela autonomia técnica, operacional, administrativa e financeira, pela investidura a termo de seus dirigentes e pela estabilidade durante seus mandatos [...].

A PEC nº 65, de 2023, propõe transformar o Banco Central em empresa pública, como forma de ampliar sua autonomia financeira e administrativa. O objetivo é não sujeitar o Banco Central aos limites de gastos impostos a todos os órgãos da administração pública nem ao teto de remuneração dos servidores públicos, bem como submetê-lo a regras mais flexíveis de contratação de pessoal e aquisição de bens e serviços.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conforme texto apresentado nas demonstrações financeiras do Banco Central:

> ... em razão da composição do seu balanço patrimonial, o resultado do BCB é fortemente impactado pelas oscilações nas taxas de câmbio e de juros. Isso ocorre, principalmente, porque parte relevante dos seus ativos, que compõem as reservas internacionais do país, são constituídos em moeda estrangeira. Além disso, é importante ressaltar que todas as operações que o BCB realiza visam o alcance dos seus objetivos institucionais e não a obtenção de lucro. [Ele é uma instituição que regula o mercado financeiro brasileiro, o sistema financeiro brasileiro, não é uma empresa que vai concorrer com o Bradesco ou com qualquer outra agência bancária.] Dessa forma, a apuração de resultados positivos ou negativos decorrem das condições gerais da economia nacional e internacional e da necessidade de atuação do BCB junto ao sistema financeiro para o cumprimento da sua missão [da sua missão].

Dessa forma, em documento oficial, a instituição ressalta seu papel como executor de políticas públicas e que, diferentemente de empresas privadas ou públicas, não tem objetivo de lucro – não tem objetivo de lucro.

Em nosso ordenamento jurídico... Prestem atenção, Sras. e Srs. Senadores! Em nosso ordenamento jurídico, as atividades típicas de Estado são desempenhadas sob regime de direito público – de direito público –, pela administração direta ou pelas autarquias, neste caso se for recomendada gestão administrativa e financeira descentralizada para seu melhor funcionamento. Empresa pública é entidade com personalidade jurídica de direito privado – de direito privado.

E as implicações disso nós vamos ver que é a função exclusiva de Estado, que tem que ser exercida por instituições de direito público e não pode ser exercida por instituições de direito privado de natureza, segundo o ordenamento jurídico brasileiro. Essa empresa pública é entidade com personalidade de direito privado, criada por autorização legal, com patrimônio próprio e capital social integralmente detido pelo poder público.

Conforme o art. 173 da Constituição, as empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias são instituições estatais caracterizadas pela exploração de atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços. Os bens ou serviços produzidos por essas empresas estatais são comercializados no mercado e geram as receitas que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pagarão suas despesas. Dessa forma, o Banco Central não se enquadra na caracterização de empresa pública, pois não explora atividade econômica, como faz, por exemplo, na área financeira, os bancos públicos Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e BNDES.

Tendo em vista as funções exercidas pelo Banco Central, as quais abrangem, entre outras atribuições – e de uma agência reguladora –, regulamentar, controlar e fiscalizar a execução de serviços públicos, sua natureza jurídica deve ser mantida como autarquia de natureza especial, a fim de reafirmar a segurança jurídica na execução dos seus atos, que são típicos dos praticados pela administração pública, típicos da atividade de Estado e que são exclusivos do Estado – exclusivos do Estado.

Como bem salientou o Procurador do Banco Central Lademir Gomes da Rocha, em audiência pública na CCJ, a mudança do direito público para privado gera incertezas quanto à fundamentação dos contratos que autorizam o Banco Central do Brasil a interferir no mercado como autoridade monetária. O risco é agravado em situação de instabilidade, em que há necessidade de intervenções mais pesadas, no sentido de prover liquidez no mercado.

É necessário destacar ainda o risco jurídico do exercício do poder de polícia. O Presidente do STF, que autorizou empresas públicas exercerem poder de polícia, como a BHTrans, deixou claro que não estava compreendido, nessa possibilidade, o exercício de capacidades normativas que são essenciais ao Banco Central. Há risco para o regime de autorização e de produção pelos quais o Banco Central intervém diretamente na gestão de instituições privadas do sistema financeiro, interferindo pesadamente no direito de propriedade e na liberdade de empresas.

Também há risco quanto ao direito sancionador, pois não se trata de aplicação das simples multas de trânsito, mas do exercício da supervisão prudencial e do papel do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional.

A fragilização do Banco Central, como poder de polícia, pode acarretar agravamento de riscos sistêmicos no sistema financeiro nacional, e nós já vivenciamos isso no passado, quando tivemos que fazer o salvamento de todo o sistema financeiro. A gente se modernizou, e a gente se organizou, e virou um dos sistemas financeiros mais organizados do mundo – e agora a gente quer desorganizar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposta do Relator da PEC, em seu substitutivo, de criar uma nova figura jurídica específica para o Banco Central, empresa pública que exerce atividade estatal, apenas confirma os sérios problemas e as incertezas trazidas pela mudança proposta, submetendo a execução da política monetária e a regulação do sistema financeiro a riscos desnecessários.

Terceiro item: criação de precedentes para outros órgãos públicos que tenham receitas próprias e pleiteiam autonomia financeira semelhante.

Nós vamos ser um país com vários pequenos países, com seus orçamentos, em que o povo, em que esta Casa, em que os Parlamentares, o Governo, o Executivo não terão força para definir e estabelecer o orçamento com essas receitas.

Se aprovada a PEC, será criado um perigoso precedente – dito isso por André Lara Resende, num dos debates. Será criado um perigoso precedente para outras autarquias reivindicarem autonomia semelhante, com a prerrogativa de financiar suas despesas permanentes a partir de receitas próprias. Entre as quais, destacam-se as seguintes: a CVM, a Previc, a Susep, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), a Agência Nacional do Petróleo e Gás (ANP), a Anvisa, a ANA, a ANS, a ANTT, todas as agências de regulação, por exemplo.

Reivindicação semelhante pode vir de órgãos do Poder Executivo, como universidades públicas, e sobretudo do Ministério Público e do Poder Judiciário, que têm elevado potencial de obter receitas próprias.

Tanto os incentivos para aumento de despesas permanentes podem ser substanciais, nestes casos, como para a expansão de receitas, sem o devido cuidado com seus impactos sobre a atividade econômica em geral e setores econômicos em particular. O resultado final seria a perda de controle sobre o Orçamento da União, com a sua fragmentação em várias partes autônomas, forte aumento das despesas públicas, sem quaisquer preocupações com a eficiência e economicidade desses gastos, e tudo isso em favor, basicamente, de um seleto grupo de funcionários públicos.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Prestem atenção, Sras. e Srs. Senadores.

4º - efeitos sobre os servidores públicos do Banco Central

Vamos lá.

O art. 2º da PEC 65, de 2023, estabelece que “aos servidores do Banco Central do Brasil será assegurada, nos termos da lei, a opção, de forma irretratável, entre carreiras congêneres, no âmbito do Poder Executivo Federal e o quadro de pessoal do Banco Central”, o que nos parece uma afronta direta ao princípio do concurso público.

Em que pese o fato de o princípio do concurso público não constar do rol de disposições que constituem cláusula pétrea, há manifestações do Supremo Tribunal Federal em sentido diverso, como, por exemplo, a Súmula Vinculante nº 43, que diz: "É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido".

Dentre a vasta jurisprudência da Corte sobre o tema, destacamos aqui a inconstitucionalidade das normas que permitiram a investidura em cargos ou em empregos públicos diversos daqueles para os quais prestou concurso. Aqui, no caso, o Banco do Desenvolvimento do Rio Grande do Norte, e outros exemplos.

Outro ponto a ser levado em consideração é a falta de definição do que sejam carreiras congêneres, dadas as especificidades de cada carreira, tais como diferenças de conhecimento, formação e experiência exigidos, de funções e trabalhos exercidos, de remuneração, de local de trabalho, entre outras.

A migração do atual funcionário do Banco Central para outra carreira do Poder Executivo Federal ou para a carreira de empregado na empresa pública Banco Central cria enormes incertezas e riscos em relação a questões relevantes, como a estabilidade no emprego, os benefícios de aposentadoria, acesso ao plano de saúde, definição do local de trabalho, entre várias outras situações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Destaque-se aqui que, se, diante de tantas incertezas, os atuais funcionários do Banco Central migrarem, em massa, para carreiras congêneres, mesmo com a previsão de que eles deverão permanecer no exercício na instituição até a recomposição de seu quadro de pessoal, haverá uma renovação abrupta do quadro de funcionários, com perda de conhecimento e experiência essenciais para um bom andamento dos trabalhos da instituição.

Além disso, atualmente, o Banco Central do Brasil tem sua autonomia operacional e administrativa reforçada pelo fato de o seu quadro de pessoal ser constituído de servidores públicos de carreira, com estabilidade no emprego, sendo comum a permanência desses funcionários na instituição por décadas, até a sua aposentadoria. Com a transformação em empresa pública, os funcionários passarão a ser empregados públicos celetistas, sem estabilidade no emprego.

Também há muita incerteza sobre a forma de contratação e blindagem da carreira, pois, atualmente, somente os cargos de diretores e presidentes podem ser ocupados por indicados não egressos da carreira.

No Banco Central empresa, poderá haver aumento dos cargos de livre provimento, com a tendência de ocupação por indicados de fora da carreira, o que pode fragilizar fortemente a supervisão bancária e a regulação do sistema financeiro.

O Relator da PEC, em seu substitutivo, tentou tratar desses muitos problemas, ao prever a estabilidade no emprego dos futuros funcionários celetistas da empresa pública Banco Central, bem como definir regras para preservar os benefícios de aposentadoria dos atuais funcionários da instituição.

Ao tentar consertar a PEC, o Relator, apesar do voto favorável, deixou transparecer todas as fragilidades jurídicas e de mérito da iniciativa.

Ademais, ainda há muitas questões não resolvidas, que serão deixadas para lei complementar. Tal incerteza levou a maioria dos funcionários do Banco Central a rejeitar a PEC, como mostra o resultado de votação formal em que participaram 4.524 servidores da ativa, aposentados e pensionistas, dos quais 3.369 assinalaram a opção 3: "Sou contra a PEC 65/2023, independentemente de qualquer alteração", uma esmagadora maioria de 74,5%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

5. Aumento da dívida pública – nós não estamos falando que vai aumentar o recurso? vamos ao aumento da dívida pública – e riscos associados às interações entre Banco Central e Tesouro Nacional.

O Banco Central e o Tesouro Nacional têm forte interação financeira. A Conta Única do Tesouro Nacional, que acolhe todas as disponibilidades financeiras da União, é mantida no Banco Central, que, por sua vez, utiliza títulos públicos da União em suas operações de controle da liquidez.

Prestem atenção nisso, porque nós estamos falando de R$1,7 trilhão! Nós não estamos falando de R$5 bilhões para custear o Banco Central por ano; nós estamos falando de R$1,7 trilhão; nós estamos falando de uma mobilização diária de R$1 trilhão. Por isso é que eu chamo de teratológica essa propositura!

Tudo isso, que acolhe todas as disponibilidades, como eu falei, da União, tudo isso é regulado por uma legislação que assume que ativos e passivos da instituição também são ativos e passivos da União. A PEC traz incertezas a essa regulação.

Na Lei 13.820, de 2 de maio de 2019, que dispõe sobre as relações financeiras entre a União e o Banco Central do Brasil e sobre a carteira de títulos mantida pelo Banco Central do Brasil para fins de condução da política monetária, as operações entre o Banco Central e o Tesouro Nacional são tratadas como transações financeiras!

Prestem atenção no que eu estou falando aqui. Transações financeiras não entram na dívida pública. Se passar a ser uma empresa, esses recursos passam a entrar no cálculo do superávit primário.

Isso é uma irresponsabilidade com o povo brasileiro e com o Brasil! Não é possível essa cegueira tamanha!

As operações entre o Banco Central e o Tesouro Nacional são tratadas como transações financeiras. Essa lei regulamenta a sistemática de transferência de resultados positivos ao Tesouro Nacional, bem como a cobertura de resultados negativos do Banco Central do Brasil. Ao final, por recursos do Tesouro Nacional, essa regulação garante que o Banco Central tenha os recursos financeiros necessários para a execução de suas atividades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não há falta de recursos ao Banco Central para execução de suas atividades, porque esses recursos são da União.

As mudanças promovidas pela PEC podem transformar os fluxos que hoje são considerados financeiros em fluxos primários, em dívida, impactando o resultado do primário e o limite de despesa, definidos na Lei Complementar 200, de 30 de agosto de 2023 (regime fiscal sustentável, ou novo arcabouço fiscal).

Em outras palavras, na qualidade de empresa pública não dependente, caso apresente resultado negativo, o novo Banco Central seria obrigado a demandar aportes e capitalizações do Tesouro, que não seriam contabilizados enquanto despesas financeiras, sensibilizando o resultado primário e o limite de despesas.

Uma vez que tais resultados... Prestem atenção a isso. Vocês não estão prestando atenção. É coisa muito séria.

Vou repetir, para que prestem atenção: em outras palavras, na qualidade de empresa pública não dependente, caso apresente resultado negativo, o Banco Central do Brasil seria obrigado a demandar aportes e capitalizações do Tesouro, que não seriam contabilizados enquanto despesas financeiras, interferindo no resultado primário e no limite de despesas.

Uma vez que tais resultados venham a impactar o resultado fiscal, a transformação do Banco Central em empresa pública representaria um desastre para as contas públicas e, por conseguinte, para a economia brasileira.

À guisa de ilustração, nos anos de 2022 e 2023, o Banco Central apresentou resultados negativos significativos. O Tesouro Nacional realizou uma transferência de R$36,6 bilhões ao Banco Central, para cobrir os prejuízos acumulados em 2022. Esse valor foi diretamente alocado a partir do Orçamento Geral da União. Em 2023, o Banco Central reportou resultados negativos ainda mais substanciais, atingindo R$114 bilhões, e o Tesouro Nacional precisou preparar uma nova alocação, de aproximadamente R$111 bilhões, para cobrir esse déficit.

Esse déficit poderia ser no primário, e não uma transação financeira. Isso impacta na questão da equação fiscal do país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É muito sério esse tema, para a gente tratar com tanta superficialidade e com tanto amadorismo, como está sendo tratado nesta Comissão.

Essa situação destaca a interdependência financeira entre o Banco Central e o Tesouro Nacional, evidenciando como as finanças do Banco podem impactar diretamente o orçamento nacional.

A dinâmica entre essas duas entidades é crucial para a estabilidade fiscal do país, especialmente em períodos de volatilidade econômica ou financeira.

Não são alvos da proposição legislativa, por exemplo, os impactos da PEC na aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal e na forma como se dará a contabilização dos aportes do Tesouro Nacional ao Banco Central sob a forma de gasto primário, que é gasto fiscal.

O risco fiscal decorrente da obrigação de a União cobrir os resultados negativos do Banco Central, portanto, não podem ser menosprezados. A contaminação do arcabouço fiscal pelos resultados negativos do Banco Central colocaria em vão todo esforço que o país está fazendo para combinar responsabilidade fiscal com inclusão social e sustentabilidade ambiental.

A ausência de uma avaliação rigorosa e detalhada do impacto da PEC nº 65, de 2023, sobre a complexa relação financeira entre o Banco Central e o Tesouro já seria motivo suficiente para recomendar a não aprovação da matéria. Além disso, a gestão monetária tem relação direta com a gestão fiscal, de forma que as alterações propostas terão desdobramentos para o cenário fiscal de estabilização da dívida pública.

Ressalte-se que um efeito financeiro imediato da mudança da natureza jurídica do Banco Central para empresa pública não dependente será a aplicação de uma nova forma de contabilizar a dívida pública, o que levará à percepção de aumento da dívida bruta. Todos sabem – eu não sei se os Senadores e Senadoras, quem está aqui assistindo e quem está, pela televisão, assistindo sabem – que o que o FMI, as agências de risco, todo mundo olha não é para a dívida líquida, é para a dívida bruta em relação ao PIB. Esta proposta aumenta em 10% a dívida bruta brasileira – 10%. O montante refere-se a títulos públicos – prestem atenção – na carteira do Banco Central que não são utilizados em operações compromissadas – ainda, que estão lá e vão virar dívida pública em 10%, porque nós temos um quarto da nossa dívida pública em operações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

compromissadas, o que equivale a R$1,7 trilhão – e que passariam a ser contabilizados na dívida. Apesar de ser uma mudança de metodologia contábil, o aumento pode ter impactos sobre a percepção de risco da dívida pela sociedade e por investidores estrangeiros que comparam dívidas brutas dos países e sobre o nível de resultado primário necessário para estabilizá-la.

Parcela substantiva da dívida bruta do Governo geral é constituída por títulos na carteira do Banco Central, voltados à gestão da liquidez da economia, sem relação direta com a questão fiscal. A Lei de Responsabilidade Fiscal proíbe que o Banco Central emita títulos para fazer a gestão da liquidez, de modo que tais títulos são emitidos pelo Tesouro Nacional: "Art. 34. O Banco Central do Brasil não emitirá títulos da dívida pública a partir de dois anos após a publicação desta Lei Complementar."

Um ponto crucial, frequentemente negligenciado, é a gestão da política monetária por meio do uso extensivo das operações compromissadas, que envolvem compra e venda de títulos públicos com acordos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... de recompra ou revenda. Embora outros bancos centrais também utilizem esse método, o volume dessas operações no Brasil é notavelmente único, distanciando-se, assim, das práticas internacionais consideradas ideais.

O Banco Central brasileiro utiliza as operações compromissadas – que são títulos da dívida pública, que geram a dívida pública e que impactam na dívida bruta – para adicionar ou remover liquidez do sistema bancário, com o objetivo de estabilizar as reservas bancárias e manter a taxa Selic alinhada com a meta definida pelo Copom. Nessas operações, o Banco Central e o Tesouro Nacional estão sempre envolvidos com os títulos públicos servindo como garantias para as reservas bancárias.

Caso vire empresa não dependente, 10%, ou seja, mais quase metade dos títulos que estão à disposição do Governo...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... que estão no Banco Central, que não estão sendo utilizados, se transformarão imediatamente em dívida bruta do país.

Entre 24 e 28 de junho de 2024, o Banco Central realizou operações...

Aliás, é importante ressaltar que uma parcela significativa da dívida pública brasileira possui natureza monetária. O que é natureza monetária? Não é déficit fiscal. Tal relevância alcançou a cifra de R$1,205 trilhão em dezembro de 2023, proporção que representava 11,1% do PIB, e aumentou para 12,3% do PIB em fevereiro de 2024. Portanto, a gestão monetária no Brasil está intrinsecamente ligada à gestão da dívida pública, e a conexão entre o Banco Central e o Tesouro Nacional não deve ser desconsiderada.

Entre 24 e 28 de junho de 2024 – veja, em quatro dias –, o Banco Central realizou operações compromissadas tomadoras de recursos de curtíssimo prazo, que é dívida pública, que impacta a dívida bruta da União, e não utilizou a remuneração dos depósitos voluntários como regra, uma lei que nós aprovamos aqui nesta Casa, um volume de R$1 trilhão por dia – R$1 trilhão por dia! Para efeitos de comparação, em 2006, essas operações representavam cerca de R$150 bilhões com valores atualizados. As operações compromissadas saíram do patamar de cerca de 1% em 2006 para o volume total de 24% da dívida bruta geral – que não é dívida fiscal; é dívida de gestão monetária, que contamina dívida pública, que aumenta o risco do país, que aumenta o prêmio para rolagem da dívida do Governo brasileiro – em 2024, um crescimento vertiginoso de operações de curto prazo, que evidencia uma relação complexa entre Banco Central, Tesouro Nacional e instituições financeiras privadas.

Aqui é importante dizer que os bancos não estão trabalhando; estão todos colocando em fundo para obrigarem o Governo a fazer compra de título, vender títulos de curto prazo para ganharem mais. Então, eles criam os fundos, colocam o dinheiro em fundo, que é para poder o Banco Central não operar. Já deveriam estar fazendo isso, e não estar aqui tentando transformar essa empresa sem cumprir a sua obrigação, que é a gestão monetária sem interferir na equação fiscal do Governo brasileiro e colocando em risco a população do Brasil.

No geral, a dívida pública federal do Brasil encerrou o mês de abril de 2024 em R$6,7 trilhões. Além disso, há previsões que indicam que a dívida pública poderá alcançar R$7 trilhões

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao final de 2024. Parcela significativa do montante foi paulatinamente aumentado artificialmente pela utilização das operações compromissadas para gestão monetária, e não por déficit público. Ou ninguém entende isso? Não é déficit público! É a gestão monetária, que poderia estar sendo resolvida com a remuneração dos depósitos voluntários, sem gerar aumento da dívida pública e diminuindo, reduzindo a relação dívida/PIB. Como eu digo aqui, parcela significativa do montante foi paulatinamente aumentando, artificialmente, pela utilização das operações compromissadas para gestão monetária pelo Banco Central, instrumento já superado pela possibilidade de se utilizar depósitos voluntários.

Que gestão do Banco Central é esta? Tem que estar sob questionamento. E esta Casa foi que botou esse Presidente do Banco Central! Por que não resolve a dívida pública, que é monetária e não fiscal, e deixa o Brasil exposto, com sua nota de risco aumentando e aumentando a dívida bruta brasileira?

As notas de crédito de um país, também conhecidas como *ratings* de crédito soberano, são avaliações feitas por agências especializadas que indicam a capacidade e a probabilidade de um país pagar suas dívidas. Esses *ratings* são fundamentais para os investidores, pois influenciam as condições sob as quais os países podem tomar empréstimos no mercado internacional. Pondero: caso o instrumento de operações compromissadas fosse excluído na gestão monetária, cerca de R$1,7 trilhão seria excluído da contabilização da dívida pública brasileira, melhorando a avaliação de risco e também o grau de investimento do país. Tal medida atrairia bilhões de dólares em investimento, contribuindo para o cenário econômico do país.

Esta, eu creio, deveria ser uma grande preocupação do Senado da República: como pressionar o Banco Central para, em vez de fazer operação compromissada, fazer gestão de liquidez interbancária, refazer remuneração, fazer remuneração... Por que ele não faz? Não faz porque tem algum interesse. Não faz porque não está querendo reduzir a dívida pública brasileira.

A Lei nº 14.185, de 14 de julho de 2021, dispõe sobre o acolhimento pelo Banco Central de depósitos voluntários à vista ou a prazo das instituições financeiras. A lei, aprovada pelo Congresso Nacional, teve autoria deste mesmo Senador que está falando e representa importante instrumento monetário para o país migrar do sistema de operações compromissadas para depósitos remunerados voluntários. Esses depósitos não configuram relação direta com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tesouro Nacional, sendo possível assim o Banco Central realizar gestão da moeda sem incorrer em dívida, sem impactar no resultado fiscal do país.

Ele quer autonomia, mas não deixa de gerar déficit fiscal para o país, emitindo título de curto prazo, que são as operações compromissadas. Esses depósitos não configuram relação direta. Caso seja levado adiante, esse instrumento poderia reduzir a dívida pública em cerca de um quarto; um quarto da dívida pública brasileira poderia deixar de existir, 25% da dívida bruta brasileira. E, na relação dívida/PIB, isso significaria uma mudança do que o mundo vê sobre o Brasil. Resta a dúvida quanto aos motivos que levam o Banco Central a não avançar na autorização dos depósitos voluntários como instrumentos de gestão monetária. Essa questão deveria estar no centro das preocupações desta Casa que a transformação do Banco Central em empresa pública suscita. Trata-se de grande montante de valores, na ordem de trilhões de reais, e toda cautela é necessária para avaliar os impactos de alterações legislativas.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente. O tempo é livre?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O tempo é livre porque eu estou no voto.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu tenho três projetos tão importantes quanto...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, eu queria pedir respeito.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só uma palavrinha.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... que, de todos nós, todos os projetos são importantes. Quero saber se o tempo é livre.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Líder Portinho...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Nunca vi isso aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, deixa eu falar aqui.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O tempo é livre.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Espera lá.

O voto apresentado pelo Senador Rogério Carvalho é um voto contrário ao Relator da matéria. Isso, no âmbito do processo legislativo, é uma prerrogativa do Senador, e, como ele está votando contrário a uma matéria muito importante, esta Presidência está aquiescendo para que o Senador que apresentou o voto contrário ao outro Senador, que é o Relator da matéria, possa fazer a sua manifestação para que os Senadores compreendam o porquê do voto contrário.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É melhor adiar a sessão do Plenário, então.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ou seja, demora o tempo que leva.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Como diz o chefe da oficina, quando vou levar o meu carro.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Se vocês não têm paciência para ouvir o colega... Pelo amor de Deus!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, está todo mundo com paciência.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Então, vamos me deixar terminar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – A gente está perdendo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Faltam três páginas só.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O financiamento adequado do Banco Central não requer sua transformação em empresa pública. Na justificativa da PEC, argumentava-se que a maior autonomia orçamentária e financeira do Banco Central era necessária para garantir que as relevantes atividades da instituição sejam executadas sem constrangimento financeiro, tanto para a instituição quanto para o Tesouro Nacional.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O argumento de que a autonomia orçamentária e financeira é necessária para garantir a plena execução da atividade do Banco Central, como colocado na justificativa da PEC, não é correto, pois as maiores despesas da Autoridade Monetária não são as despesas de custeio, investimento e pessoal, mas sim, as despesas financeiras do orçamento da Autoridade Monetária, resultantes do descasamento da remuneração de seus ativos e passivos. Tais despesas não enfrentam qualquer restrição, e, como vimos, o arcabouço legal atual garante a cobertura pelo Tesouro Nacional de eventuais resultados negativos do Banco Central do Brasil.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Atualmente, o Banco Central do Brasil trabalha com dois orçamentos:

a) Orçamento administrativo: esse orçamento é regulado pela Lei Orçamentária Anual e inclui despesas obrigatórias do Banco Central, como salário e benefícios, além de despesas discricionárias de custeio e investimento. Impacta diretamente os gastos prioritários da União. Segundo o valor pago em 2023, o total recai em R$3,8 bilhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

b) Orçamento da Autoridade Monetária (OAM): legalmente, prevê receitas e despesas ligadas às funções do Banco Central, como gestão das reservas internacionais e circulação de moeda. Aprovado pelo Conselho Monetário Nacional, não passa pela LOA e é dividido em:

- Financeira: inclui despesas e receitas financeiras (cerca de R$1 trilhão) relacionadas à política monetária e cambial, que não afetam a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP).

- Administrativa: engloba despesas e receitas primárias (cerca de R$1 bilhão em despesas e R$0,5 bilhão em receitas) que impactam na Dívida Líquida do Setor Público, incluindo custos de manutenção e distribuição de numerário, entre outros.

Percebe-se que o Banco Central do Brasil tem lógica dual, ao ter orçamento gigantesco de Autoridade Monetária, ao mesmo tempo em que, administrativamente, trabalha com recursos modestos de funcionamento do corpo administrativo. A questão de restrição fiscal, decorrente dos déficits primários acumulados do país na última década, tem levado diversas áreas do Estado brasileiro ao quase colapso em termos de funcionamento administrativo básico.

A questão de restrição fiscal decorrente dos déficits primários acumulados do país, na última década, tem levado diversas áreas do Estado brasileiro ao quase colapso em termos de funcionamento administrativo básico. Servidores em inúmeras áreas reivindicam recursos, após cenário devastador da Emenda Constitucional 95, de 2016, chamada também de teto de gastos, que inaugurou a austeridade fiscal sem precedentes no país.

Com o Banco Central não foi diferente. De 2019 a 2022, o orçamento administrativo teve uma redução contínua de 16%, devido às restrições impostas. No primeiro ano do atual Governo Lula, em 2023, já houve uma pequena recuperação do orçamento administrativo do Banco Central, que deve se ampliar, nos próximos anos, com a aprovação dos reajustes dos servidores da instituição de 23% nominais, divididos em duas parcelas: uma em janeiro de 2025 e outra em maio de 2026. O salário de final de carreira de analista, que hoje é de R$29,8 mil, chegará a R$36,7 mil, em 2026.

Segundo consta no Relatório Integrado de Gestão do Bacen:

> Comparando com os valores utilizados em 2022, houve um aumento de 7,4% no grupo de despesas discricionárias (custeio e investimento) e de 4,3% no grupo de despesas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

obrigatórias (pessoal, encargos sociais e benefícios). Assim, o valor utilizado total de 2023 foi 4,5% maior que o de 2022;

Ainda segundo o relatório, em 2023, das dotações orçamentárias de R$3,8 bilhões alocadas na unidade orçamentária, 92,7% do total, R$3,69 bilhões são destinados para pessoal, encargos sociais e benefícios, R$222 milhões são verba de custeio e somente R$69,6 milhões, verbas de investimento.

Em outras palavras, o orçamento de investimento do Banco Central poderia ser aumentado substancialmente com algumas centenas de milhões de reais. O montante seria suficiente para resolver o problema de gestão orçamentária do Banco Central e assegurar o aumento remuneratório e reajuste reivindicados pelos servidores. A expansão da rede informatizada e do sistema de transferência monetário instantâneo em real – Pix – pode ser alvo de projetos específicos que reorganizem internamente o Banco, sem a necessidade de alteração constitucional e de inovação legislativa de tanta expressão e com tamanhos riscos. As questões orçamentárias podem ser resolvidas por instrumentos legítimos do Congresso Nacional e do Poder Executivo, que é quem tem a prerrogativa para encaminhar matéria desta natureza.

Ante os números apresentados, questiona-se se realmente é necessário alterar a natureza jurídica da instituição mais alta da gestão do sistema financeiro, por conta de valores administrativos na ordem dos milhões de reais, que podem ser considerados pequenos se comparados com o volume de trilhões de reais transacionados pelo Banco Central.

Vejamos a questão orçamentária por outra ótica. Ao discutir as receitas do Banco Central, é crucial reconhecer que, exceto por taxas e multas que são contabilizadas como parte das receitas primárias do orçamento de autoridade monetária, o Banco Central não possui o que tradicionalmente se chamaria de "receitas próprias". Isso se deve ao fato de que os ativos geradores de receita sob sua gestão não pertencem ao Banco Central isoladamente, mas, sim, ao Estado e aos brasileiros.

A Constituição Federal do Brasil, em seu art. 21, incisos VII e VIII, esclarece que a emissão de moeda e a gestão das reservas internacionais são competências exclusivas da União. Esses ativos, portanto, são de propriedade coletiva nacional e estão sob a administração do Banco Central, que é uma autarquia especial, como parte das suas funções institucionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Embora os ganhos de senhoriagem e os resultados advindos da gestão de reservas internacionais não sejam diretamente contabilizados como receitas na contabilidade tradicional, essas formas de receitas geradas pela gestão de ativos e passivos são em geral transferidas à União. Essa transferência é obrigatória, conforme art. 7º da Lei Complementar 101, de 2000, e reiterada pela Lei 13.820, de 2019, que determina a destinação desses recursos.

No caso, senhoriagem é a diferença entre o custo para fazer a moeda e o valor de face da moeda. Isso dá – a senhoriagem – um lucro para o Banco Central, que, na verdade, deve ser revertido para a União, porque é dela o dinheiro. O dinheiro é do país, não é do Banco Central, é do povo brasileiro.

A senhoriagem, no caso, frequentemente está associada às atividades de um Banco Central e refere-se ao lucro obtido pela emissão da moeda – eu já expliquei.

Pela ótica das despesas, vemos que há uma relação complexa entre o Tesouro Nacional e o Banco Central na gestão dos ativos da autoridade monetária que faz gestão das reservas. Conforme mencionado anteriormente, nos anos de 2022 e 2023, o Banco Central apresentou expressivos resultados financeiros negativos, que chegaram a R$111 bilhões, valores que precisaram ser cobertos pelo Tesouro Nacional.

No contexto do regime jurídico de empresas públicas, a possibilidade de receber recursos financeiros do controlador poderia caracterizar uma situação de dependência. A Lei Complementar nº 101, de 2000, define, no inciso III do art. 2º, que uma empresa estatal dependente é aquela controlada que recebe do ente controlador recursos financeiros para despesas de pessoal, custeio em geral ou capital, com a exceção dos recursos provenientes de aumento de participação acionária.

De acordo com o relatório da PEC, a autonomia orçamentária de uma autoridade monetária é descrita como a capacidade de um banco central elaborar, aprovar e executar seu próprio orçamento, de forma separada e independente do Governo. Adicionalmente, a autonomia financeira é vista como a capacidade de o Banco Central poder utilizar as receitas próprias, geradas pelos seus ativos, para custear suas despesas com pessoal...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... custeio em geral, investimentos e outras. A dependência financeira das estatais as integra ao Orçamento Geral da União, afetando assim a autonomia orçamentária que se busca alcançar – a própria PEC é contraditória.

Além disso, a PEC não promove alterações na Lei 13.820, de 2019. Argumenta-se que não é possível garantir antecipadamente que não haverá necessidade de transferências orçamentárias do Governo, contrariando afirmações anteriores de independência financeira.

Nesse contexto, o Banco Central atua mais como um administrador de recursos nacionais do que como proprietário de ativos que geram receitas. A emissão de moeda, por exemplo, não é uma atividade comercial com fins lucrativos, mas uma função monetária central que visa controlar a oferta monetária e sustentar a estabilidade econômica – que é uma atividade exclusiva da União, do estado, do Governo brasileiro. Similarmente, as reservas internacionais, apesar de serem ativos que podem gerar retornos financeiros por meio de investimentos, são primariamente mantidas para apoiar a política cambial e fortalecer a posição financeira do país no cenário global.

Portanto, ao considerar a estrutura financeira e a natureza das receitas do Banco Central, torna-se evidente que as operações que geram retornos não são medidas de geração de lucro para o Banco Central, mas, sim, estratégias de gestão macroeconômica em nome de toda a nação. Essa distinção é fundamental para entender a função e o papel do Banco Central dentro da estrutura fiscal e econômica do Brasil.

As únicas restrições orçamentárias e financeiras enfrentadas atualmente pelo Banco Central estão relacionadas às despesas relativas a pessoal e encargos sociais, custeio administrativo, inclusive os destinados a benefícios e assistência aos servidores, e a investimentos. Em relação às despesas mencionadas, o Banco Central do Brasil enfrenta as mesmas restrições que outros órgãos públicos, autarquias, fundações públicas ou agências reguladoras. Nesse aspecto, as restrições de recursos enfrentadas pelo Banco Central não são diferentes das enfrentadas por outras autarquias que exercem função de regulação e supervisão de determinadas atividades econômicas, tais como a Comissão de Valores Mobiliários e as agências reguladoras. Tais restrições apenas refletem as limitações de recursos enfrentadas pelo Estado brasileiro como um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todo, bem como a necessidade de a União alcançar suas metas fiscais, como sempre ressaltada, em pronunciamentos públicos, pelo Presidente do Banco Central, Roberto Campos, o próprio.

Claro que há demandas com vistas a melhorar a remuneração e as condições de trabalho dos servidores, bem como ampliar a disponibilidade de recursos para investimentos relevantes da instituição, mas tudo isso pode ser tratado no âmbito de negociações com o Ministério do Planejamento e Orçamento, não fazendo sentido criar tantas incertezas e graves problemas jurídicos, fiscais, econômicos e operacionais, resultantes da alteração inconstitucional da natureza jurídica do Banco Central.

Consideramos possível e necessário pensar mecanismos que assegurem o financiamento adequado do Banco Central nas suas despesas discricionárias, operacionais, sem os riscos que envolvem a transformação da autarquia em empresa pública por meio de PEC de iniciativa parlamentar, que é um claro vício de iniciativa, ferindo diretamente uma cláusula pétrea.

Por isso, o voto.

Pelo exposto, o voto é pela rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 65, de 2023, bem como do substitutivo a ela apresentado.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Muito obrigado, Senador Rogério Carvalho.

Concedo a palavra ao Senador Sergio Fernando Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Presidente, eu vou me manifestar brevemente.

Primeiro, faço um elogio aqui ao projeto do Senador Vanderlan e ao relatório feito pelo Senador Plínio Valério. Eu sou muito prático nesse assunto. Tem aquela famosa frase do Deng Xiaoping, que foi o líder chinês que acabou impulsionando a China para esse desenvolvimento econômico tão expressivo a partir da década de 70, transformando-a na segunda maior potência econômica do globo, ele já dizia: não importa a cor do gato, mas se ele pega ou não o rato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui nós estamos discutindo uma nova formatação jurídica do Banco Central e estamos fazendo por meio de uma emenda constitucional, uma emenda constitucional que só não pode violar cláusula pétrea. Não existe nenhum argumento jurídico substancial que possa apontar que a transformação do Banco Central nesse novo regime jurídico de empresa pública violaria uma cláusula pétrea. Aí nós temos que ser bastante razoáveis. Nem sequer há a questão do vício de iniciativa, porque, para PEC, não se exige uma iniciativa qualificada.

Claro que, na regulação, talvez, quem vai ter que encaminhar a lei complementar é o Poder Executivo, para regulamentar essa PEC. Até sugeriria aqui ao autor da PEC que fizesse uma modificação do texto no Plenário para deixar isso expresso, fixando, a meu ver, um prazo, porque, como o Executivo é contra – não é, Senador Esperidião Amin? – esse projeto, acho que é importante fixar um prazo ao Executivo para o encaminhamento dessa lei complementar.

E existem precedentes...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Dois precedentes, pelo menos: o arcabouço fiscal e a reforma tributária.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Exatamente. Então, há essa possibilidade.

Não é verdadeira a afirmação de que empresa pública não pode exercer poderes próprios de uma autarquia ou próprios da administração pública central de fiscalização e poder de polícia.

Cito aqui o Recurso Extraordinário 633.782, decidido pelo Supremo Tribunal Federal, em 2020, e a tese ali estabelecida:

> É constitucional a delegação do poder de polícia, por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta de capital social majoritariamente público que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial.

Então, existe precedente do próprio Supremo Tribunal Federal admitindo que a empresa pública exerça atribuições que, originariamente ou na nossa tradição jurídica, nós normalmente localizamos em autarquias ou na administração pública direta. Não existe esse tipo de óbice.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que nós temos visto, infelizmente – e não vou entrar aqui na guerra verbal do Presidente Lula contra o Banco Central, contra o Roberto Campos Neto –, o que não é um problema de agora, é um declínio do orçamento do Banco Central, que vem afetando as suas atividades, e a rigidez do regime jurídico do Banco Central, muitas vezes impedindo que ele possa completar o seu quadro com servidores qualificados, que, paulatinamente, ele vem perdendo para o mercado. Então, alguma flexibilização jurídica para deixar o Banco Central mais eficiente, mais eficaz, mais apto a realizar esse importante trabalho que ele realiza é oportuna.

Não me convence o argumento – e não convence nenhum jurista, com todo o respeito – de que nós alterarmos o regime jurídico do Banco Central seja algo incompatível, seja algo contrário a uma cláusula pétrea da Constituição. Não tem nenhum objetivo escuso aqui, não tem nada sendo feito pelas sombras. Aliás, o Relator teve muito cuidado de colocar normas para proteger os direitos dos servidores atuais do Banco Central, inclusive expressamente garantindo-lhes a aposentadoria, mesmo indo para o regime público-privado. E, se o regime de empresa pública é tão ruim assim, por que temos tantos no Brasil? Por que tem a Petrobras, que é sociedade de economia mista? Ou Correios, empresa pública? Se isso tudo fosse um grande mal, deveríamos transformar tudo isso também em autarquia ou em algo parecido.

Enfim, sou favorável ao projeto, que tem conveniência e oportunidade.

Afirmar que o Congresso não tem competência para alterar o regime jurídico do Banco Central, para ele desempenhar melhor as atribuições que ele já exerce hoje e para que ele possa ter algum fôlego orçamentário para essas importantes funções – orçamento que vai ser definido pelo Congresso, ou seja, não tem nada aqui fora do que é próprio dentro do regime público –, aí nós podemos largar aqui as nossas funções, Senador Oriovisto, e ir para casa, porque o Congresso não serve mais para nada.

Eu quero adiantar aqui o meu voto favorável a este projeto que aperfeiçoa o regime jurídico do Banco Central, dando-lhe melhores condições não só para persistir nesses desafios atuais, mas para melhor exercer as suas atribuições públicas, que ele vem desempenhando bem, graças ao atual Presidente do Banco Central, que, aliás, tem sido premiado internacionalmente, mas igualmente graças ao corpo funcional do Banco Central, que tem servidores da mais elevada qualidade, sejam os da ativa, sejam os inativos. Já tive oportunidade, inclusive, de trabalhar com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vários deles, de acompanhar o trabalho deles em atividades relacionadas, por exemplo, à fiscalização do sistema financeiro e à apuração de crimes financeiros, e sempre desempenharam o seu trabalho com aquela qualidade que a gente sempre viu no Banco Central.

Eu tenho certeza de que este projeto não visa diminuir o *status* dos servidores do Banco Central; pelo contrário, ele visa até possibilitar que eles sejam mais bem remunerados, colocando um regime jurídico um pouco mais flexível. Aliás, se a gente for fazer um paralelo, vamos ver as remunerações que são pagas aos gerentes e empregados da Petrobras, que é sociedade de economia mista, e ver quem ganha mais, se é o pessoal do Banco Central, que está com um regime autárquico, ou o pessoal da Petrobras, que está trabalhando dentro de um regime mais próximo ao das empresas privadas. Nada aqui visa diminuir o Banco Central.

E nós confiamos na origem do projeto e na proposição, que irá aperfeiçoar a autonomia do Banco Central que este Congresso tão bem definiu anos atrás. E talvez, se soubéssemos, Senador Plínio, o contexto...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... atual, aquele projeto teria sido aprovado por unanimidade nesta Casa naquele momento.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu tenho uma lista de inscrições aqui, mas eu vou conceder a palavra ao Senador Jaques Wagner, que pediu pela ordem.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Pela ordem.) – Presidente, eu pedi para me ausentar, porque eu acabei de estar numa reunião com o Presidente Rodrigo Pacheco, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Ministro da Fazenda, o Ministro Haddad. O tema era outro, mas eu disse que eu estava preocupado, porque aqui estava se discutindo o Bacen. Ouvi do Ministro Haddad... Inclusive, o Presidente Rodrigo Pacheco é testemunha. Por isso, eu quero fazer uma proposta aqui. Eu não vou adjetivar nada. Eu peço até vênia ao autor e ao Relator, mas eu quero dizer o seguinte. Aqui nós estamos discutindo duas coisas diferentes, e talvez essa mistura é que esteja dando esse imbróglio. Sobre a autonomia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

financeira e administrativa do Bacen não há nenhum problema conosco – nenhum! Com a forma de atingi-la é que nós não concordamos, ao se transformar o Bacen em uma empresa, e explico o porquê. Para transformar – não sei se está ainda no relatório –, tem figuras como celetistas estáveis, que são figuras exóticas, eu diria, no mínimo. Segundo, há o prejuízo da administração das reservas nacionais pelo Bacen.

Se há uma desvalorização, ele gera prejuízo, e eu cito: em 2022, o prejuízo foi de R$40 bilhões; estamos pagando este ano. Quem está pagando? O Tesouro está aportando. Essa é a obrigação do Tesouro e continuará a ser. Qual foi o prejuízo de 2023? R$125 bilhões. No ano que vem, 2025 – porque reza a lei que, em dois anos, você tem que zerar –, o Tesouro terá que aportar R$125 bilhões. Quando o Bacen, que tem a sua autonomia financeira e administrativa, vai receber esse dinheiro, se ele está dentro do sistema Governo... Não é para dominá-lo, pelo amor de Deus!

E aí eu quero trazer um exemplo prático. O Presidente Lula contratou o Sr. Henrique Meirelles – que não era seu amigo, não era do PT; era do PSDB e era Diretor do BankBoston – e ele ficou oito anos. O Presidente Fernando Henrique trocou quatro vezes de Presidente do Banco Central. Então, eu não estou discutindo autonomia, pelo amor de Deus! O que eu estou dizendo é o seguinte: se ele for empresa, e o Governo tiver que aportar à empresa Banco Central R$120 bilhões, isso vai entrar no primário do Governo e, portanto, vai contaminar a conta pública.

Então, eu queria separar... E aí, para mim, Presidente, a única forma que eu vejo de separar seria ter uma reunião com o Relator e com o autor. Do meu ponto de vista, vou repetir, vou assumir publicamente, porque eu ouvi, na presença do Presidente da República, do Presidente deste Senado, do Ministro Haddad: eu não tenho problema nenhum com a autonomia, até porque a autonomia financeira do Banco Central custa R$70 milhões, é ridículo perto do montante que significa o orçamento dele; é R$70 milhões, R$80 milhões. Então, o que eu quero propor é que a gente possa construir um texto que atenda o central da proposta, que é o quê? A autonomia financeira e administrativa. E a gente não misture as coisas...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Para valer.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Hein?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Para valer!

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Para valer! Que esteja na PEC essa autonomia administrativa e financeira. Agora, não com a transformação do Banco Central em empresa.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR) – Mas com prazo, Jaques. Dê um prazo...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Por mim, pode votar semana que vem.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR) – Semana que vem é inviável.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, não é inviável, porque vai ter sessão...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não é inviável, não. Se fizerem um acordo, eu convoco até uma sessão extraordinária, uma reunião, e a gente pode votar no modelo semipresencial.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR) – Concordo, perfeito!

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Nós teremos sessão, segundo foi anunciado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O quê?

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Teremos sessão terça e quarta.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Se quiserem fazer o acordo hoje à tarde, amanhã eu convoco uma extraordinária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Fora do microfone*.) – Para quinta-feira.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Por mim, tudo bem.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Questão de redação.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vou repetir, vou repetir para não ter quatro conversas.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Tem que consultar o autor...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Amin, só um minuto.

Vou repetir: se quiserem construir um acordo entre hoje e amanhã, esta Presidência está à disposição para construir uma sessão extraordinária, e nós votarmos o texto em consenso com a construção política necessária.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Dessa vez, eu vou ter direito a pedir o prato?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O prato do quê?

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Do condenado à cadeira elétrica, do prisioneiro condenado à cadeira elétrica, como aqueles filmes que a gente vê. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Sobre o quê?

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – É, eu tenho direito a escolher um prato.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – O prato é o último pedido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – É o último pedido.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Tem direito ao último desejo, ao último desejo!

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Às vezes, é um cigarro, um charuto, um prato de comida...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O último pedido, desde que seja a bala. É, o cara pede a bala para resolver logo a vida. (*Risos.*)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Eu quero saber... Pô, tu és meu amigo, hein? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Quer falar, Plínio?

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM. Como Relator.) – Não, eu vejo que tudo que é para acordar, para chegar a um consenso, é bom. No meu entendimento, como Relator, é uma coisa difícil, porque vai mexer, mas a votação de hoje iria ser 13 a 13, empate do mesmo jeito, o que mostra que os dois lados estão certos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Davi Alcolumbre, em legítima defesa...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – É. O que mostra que...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... vai evitar.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Eu tenho que consultar os principais aliados que a gente tem: o Marcos Rogério, o Moro, o Seif.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Marcos Rogério? Esse aqui?

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – É. O Marcos Rogério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – E o Esperidião?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Por que não o Esperidião? Está me excluindo?

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O Seif já...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – E o Esperidião?

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O Seif já balançou a cabeça, com suas madeixas...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Mas, antes disso, Sr. Presidente, eu só queria fazer uma coisinha aqui: eu sei que o Rogério vai defender... Ele falou da cegueira tamanha do Relator. Não me ofende isso aí. Não tem problema nenhum. Foi essa cegueira que permitiu que o PSDB pudesse fazer o Plano Real, a Lei de Responsabilidade Fiscal, a nossa autonomia operacional. O PT foi contra tudo isso. É só para colocar na história.

O PT está com medo de enfrentar a modernidade e inovações, mas eu seria radical se não aceitasse conversar. Agora, eu quero relatar que, desde o primeiro minuto, a gente tentou conversar com o Governo, tentamos conversar. Foram cinco meses e pouco, sempre aberto ao Governo; fiz vários sinais ao Governo para que ele viesse, para a gente conversar, com a maior boa vontade, mas isso não impede. A gente está tratando de uma coisa que, como disse, como o Jaques fala, é Estado. A gente não pode se deixar contaminar por essa narrativa, essa briga lá fora.

Eu vejo com bons olhos – eu vejo com bons olhos.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Boa.

Senador Esperidião Amin, com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – O cerne dessa questão se chama autonomia financeira verdadeira. Quando você quer convencer a pessoa pela falta de oxigênio, nós sabemos o que se faz. Uma pequena estrofe do Antônio Chimango diz o seguinte: "Pra pegar um pescoceiro", pescoceiro é o cavalo desobediente, "que há sempre algum na tropilha", sempre tem um na tropilha, "desses que pouco se encilha", como o Simon, "não precisas ter cansaço; que os bobos puxem o laço", quer dizer, faz uma armada, laça, puxa, faz um escândalo, "fica-te tu na presilha", tranca, amarra, vai cansar e vai parar.

Quer dizer, não é justo que se ignore que há no ar – pelo menos, está no ar – uma convicção de que o Banco Central estaria sofrendo represália financeira. Se este assunto, que é o cerne da questão, for resolvido, não se precisa discutir, e eu fiquei feliz com a fala do Relator. Agora, eu gostaria de saber do autor se ele...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, o autor, que é o Vanderlan.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Vanderlan.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – A proposta merece o nosso esforço.

E só para que ninguém fale, depressa, vocês sabem como é que o New Deal do Roosevelt foi votado? Com papel e lápis. O New Deal, que salvou os Estados Unidos, foi votado em cima de um rascunho feito a lápis no papel em 1932.

Então, pressa para fazer o bem...

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Presidente Davi...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... para o acordo nunca é demais.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Muito bom, Amin.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Pela ordem.) – Presidente, o nosso Líder Jaques Wagner, acho que a proposta dele é muito interessante, e acho que para quem é favorável e quem é contra.

Presidente Davi, se V. Exa. e os demais pares aqui concordarem e o nosso Relator também, nós podemos fazer a virtual na semana que entra, com um único item – que este seja o único item.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está fechado um único item.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Líder...

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR) – Quarta-feira da semana que vem.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Então, é o nosso Relator.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Um único item.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está fechado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – A próxima reunião da Comissão vai ser na quarta-feira da semana que vem, com um único item, por acordo, numa reunião semipresencial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR) – Perfeito. Perfeito. Fechado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Acabaram de falar "um único projeto". Tiraram o do Amin.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR) – Tiraram o do Amin.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Vamos clarear só, Jaques. Essa conversa seria quando? Para a gente poder agilizar para quarta-feira

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Bom, saindo daqui, eu transmito ao Ministro da Fazenda, e eu só falei isso aqui porque eu ouvi lá, e aí ele vai ter que botar técnico dele para vir discutir com...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só uma pergunta aqui rapidinho, porque eu estou com outro problema aqui. Deixem-me ler. Se vai ser feito o acordo, vamos votar mais rápido.

O projeto do Senador Esperidião Amin é o Projeto de Lei nº 2.511. Posso colocar junto com o outro?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Então, eu não vou cumprir com o Oriovisto mais.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR) – Mas o dele vai ser o segundo item.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O segundo item. O primeiro é a PEC.

Está bom, Amin, o segundo item? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pronto.

Eu queria agradecer, para a gente continuar aqui, porque ainda tem projetos.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR) – Eu só quero falar uma coisa antes de o senhor passar para o item seguinte.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só se for agora, Líder.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR) – Agora.

Jaques Wagner...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Prestem atenção!

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR) – Jaques Wagner! Jaques Wagner, o seu partido, através do Marcos Rogério, fez um discurso aqui de duas horas contra.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O Marcos Rogério não.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR) – O Marcos Rogério não.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR) – Desculpem-me.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não vamos brigar com ele, porque ele estava com essa missão.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR) – Rogério Carvalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só queria dizer o seguinte: eu me lembro do Fidel Castro fazendo um discurso de 12 horas, e Cuba continua pobre e miserável até hoje. Mais nada.

Vamos para frente, Presidente. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Esse aí é o...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Presidente Davi, está acertado aqui?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está acertado.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Deixem-me só, deixem-me até... Não sei se o Rogério ainda está aqui, eu quero até pedir...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Melhor ele não vir, porque ele passou três horas falando aí.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, calma.

É que eu tenho que justificar, inclusive, porque ele estava cumprindo um papel, independentemente do tempo que ele levou, de defender a posição que era a minha.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Wagner, está tudo certo.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu só vim aqui mudar porque acabei de sair de uma reunião com o Ministro Haddad. Então, ele fez o trabalho dele. Não estou dizendo que tinha que falar duas ou três horas, mas...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, está tudo certo. É o Oriovisto que é apressado.

Item 3, Projeto de Lei 850, de 2023, terminativo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria que os Senadores, mesmo que saiam da reunião, votassem pelo celular, porque precisa de votação nominal este projeto.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 850, DE 2023

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, a fim de explicitar a natureza alimentar dos honorários advocatícios.

Autoria: Senador Carlos Portinho (PL/RJ)

Relatoria: Senador Renan Calheiros

Relatório: Pela aprovação do Projeto, e aprovação parcial da Emenda nº 1-T, nos termos da Emenda que apresenta.

Observações:

- Em 04/04/2023, foi recebida a Emenda nº 1-T, de autoria da Senadora Soraya Thronicke, nos termos do Art. 122, II, "c", do RISF;

- Votação nominal.

Concedo a palavra, *ad hoc*, para proferir o relatório, ao Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Sr. Presidente, posso dar como lido o relatório?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Com certeza absoluta. Está todo mundo informado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sr. Presidente, apenas, então, na parte dispositiva do voto, para que possamos ganhar tempo. O projeto já está disponibilizado e não há nenhum acréscimo a ser feito. Portanto...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Se você vier com relatório igual ao do Rogério Carvalho, de 36 páginas, nós vamos romper.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não, Sr. Presidente, o voto foi disponibilizado.

Eu dou como lido o voto, na sua integralidade, e passo apenas para a manifestação do voto.

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei 850, de 2023, bem como parcialmente da Emenda nº 1-T, a ele apresentada, na forma da emenda anexa, também no sistema.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Em votação a matéria, com o relatório apresentado pelo Senador...

Perdão, em discussão. (*Pausa.*)

Não há Senadores inscritos para discutir.

Está encerrada a discussão.

Consulto os Senadores e as Senadoras se podemos realizar votação única para o projeto, a emenda e a subemenda, nos termos do parecer.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Acordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Tem acordo.

Os Senadores e as Senadoras já podem votar.

A votação é nominal.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Os Senadores que votarem favoravelmente ao relatório apresentado pelo Senador Presidente Renan

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e relatado *ad hoc* pelo Relator Marcos Rogério, votam "sim". Quem vota contrário ao relatório apresentado, vota "não".

Solicito à Secretaria da Comissão que entre em contato com os Senadores.

Na próxima reunião, a gente bota os itens mais polêmicos por último, porque aí acaba esvaziada a reunião da Comissão, por conta dos temas polêmicos.

Inclusive, eu queria cumprimentar o servidor do Senado Federal Miguel, que estava ali, na reunião da votação do marco temporal. Eu vou fazer uma fala mais adequada em relação ao trabalho dele na próxima reunião. (*Pausa.*)

Há uma solicitação do Senador Carlos Portinho, através da sua assessoria. Ele saiu aborrecido, em alta velocidade dali, com um hambúrguer, passou por aqui, e não deu atenção para ninguém. É porque ele ficou bravo com o Senador Rogério Carvalho e sobrou para mim. Mas é assim mesmo, tem que sobrar para alguém.

E a assessoria pediu para... Mesmo ele em alta velocidade, esta Presidência vai votar os projetos dele hoje, porque ele tem 50% de razão. E ao Rogério Carvalho nós vamos fazer uma representação no Conselho de Ética, porque não dá para falar por três horas, igual Fidel Castro. (*Pausa.*)

Quando inteirarem 14 votos...

Voltou, ele voltou!

Vamos votar, vamos votar.

Quando derem 14 votos, eu vou encerrar ali.

Senador Eduardo Braga, Senador Marcio Bittar, Senador Jader Barbalho, Senador Oriovisto Guimarães, Senador Alexandre Vieira, Senador Plínio Valério, que correu com o negócio do Banco Central, e não se acha mais. Já não está mais nem votando. (*Pausa.*)

Fran, chama o Plínio. Ele fez uma confusão, por cinco meses, com esse negócio desse Banco Central, e agora que ele fez um acordo, ele foi embora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Vanderlan é que criou essa PEC. Fizeram uma reunião: "Como é que a gente vai fazer uma confusão grande aí? Dá para o Vanderlan, que ele..."

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Weverton, Senador Flavio Azevedo, Senador Eduardo Girão, Senador Otto Alencar, Senador... Quatorze.

Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Votaram SIM 13 Senadores; NÃO, nenhum Senador.

Está aprovado o projeto e, parcialmente, a Emenda nº 1-T, nos termos da Subemenda nº 1, da CCJ, de Relator.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providencias cabíveis.

Em homenagem ao Senador Carlos Portinho, Projeto de Lei nº 2.695, de 2019, terminativo.

Da mesma maneira, eu gostaria de solicitar a todos os Srs. Senadores que pudessem ficar atentos, porque esta matéria também exige votação nominal.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 2695, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), para dispor acerca da disponibilização de documentos necessários à promoção da transparência no âmbito das despesas públicas.

Autoria: Senador Flávio Arns (REDE/PR)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Carlos Portinho

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 4, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- A matéria foi apreciada pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor;

- Em 15/05/2024 a Presidência concedeu vistas do relatório ao Senador Jaques Wagner, nos termos regimentais;

- Em 22/05/2024, foi recebida a Emenda n° 4, de autoria do Senador Fabiano Contarato;

- Se aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal;

- Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Líder Carlos Portinho para proferir o relatório apenas sobre a Emenda nº 4.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Em complemento ao... Vou proceder ao relatório apenas sobre a emenda e vou passar direto ao voto, Sr. Presidente.

Em complemento ao acolhimento da Emenda nº 4, propomos que o Senado Federal ou qualquer de suas Comissões – órgãos titulares do controle externo, nos termos do art. 71, *caput*, da Constituição Federal – sejam competentes para decidir sobre a manutenção do sigilo das despesas pessoais de agentes públicos que utilizem recursos dos cofres federais ou pelos quais a União responda.

Ademais, após diálogo com equipe do Governo, entendemos adequado transportar a alteração legislativa pretendida relativa ao §2º do art. 174 para o art. 54 da nova Lei de Licitações, de modo que os principais atos da fase de planejamento da contratação elencados no projeto sejam sempre disponibilizados depois da homologação do certame, e não, necessariamente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

durante a tramitação do processo licitatório, haja vista a eventualidade da necessidade de sigilo de determinados atos da fase preparatória.

Consideramos necessário, por fim, prever um período de *vacatio legis*, compatível com o prazo necessário para a adoção das medidas previstas na proposição. De fato, nos termos do art. 8º, *caput*, da Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998, a cláusula de vigência imediata é reservada às leis de pequena repercussão, o que, inequivocamente, não se trata do caso em questão.

Sendo assim, com todo o acolhimento da Emenda nº 4, o voto é:

Ante o exposto, ratificamos o voto pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do PL nº 2.695, de 2019, acolhida a Emenda nº 4, na forma do seu substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Líder Portinho.

Em discussão a matéria, com a ressalva do acolhimento da emenda apresentada, que já está no relatório inclusive. (*Pausa.*)

Não há Senadores inscritos para discutir.

Está encerrada a discussão.

Em votação o substitutivo oferecido ao projeto pelo Relator.

Trata-se de matéria terminativa, portanto, nós precisamos de votação nominal.

Vamos iniciar a votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está iniciada a votação. As Senadoras e os Senadores já podem votar.

Da mesma maneira, liguem para os Senadores para, quando a gente atingir o número de 14, a gente encerrar e iniciar outra votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Sergio Moro, Senador Marcio Bittar, Líder Eduardo Braga, Presidente Jader Barbalho, Líder Oriovisto Guimarães, *sniper* Marcos do Val, Líder Weverton, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Flávio Bolsonaro, Flavio Azevedo, Marcos Rogério, Omar Aziz, Angelo Coronel, Otto Alencar, Eliziane Gama, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Janaína Farias, Jorge Kajuru, Ciro Nogueira, Esperidião Amin. (*Pausa.*)

Estamos a três votos de encerrar a deliberação deste item. (*Pausa.*)

Atingimos o número mínimo necessário para encerrarmos. Como há entendimento, vou encerrar.

Posso encerrar, Líder?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, porque de repente tem oito "não", aí já é confusão.

Vou encerrar a votação.

Você é igual ao Romário, o cara olha para um lado e joga para outro, entendeu? Às vezes o cara não deu sinal, não fez confusão e vota "não". Por isso é que eu perguntei.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Mudei de ideia.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Ah, já? Está vendo como estou te atendendo, mesmo você ficando chateado comigo?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Eu não fiquei chateado com você, fiquei chateado com o Rogério.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pior que vai ficar registrado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Rogério, Castro. (*Pausa.*)

Vou encerrar a votação.

Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Deu certo.

Votaram SIM 14; NÃO, nenhum Senador.

Está aprovado o substitutivo, que será submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Com a palavra o Presidente Vanderlan Cardoso.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Pela ordem.) – Quantos itens mais nós temos aí na pauta?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Trinta e dois. Eu vou tirar trinta, em sinal de respeito a V. Exa., e vamos votar só mais dois.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Então, nós temos dois itens?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É. Fica aí, Vanderlan, sua PEC andou hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – É por isso que eu estou perguntando.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pois é. Se você sair, eu não marco essa reunião.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 3169, DE 2023

- Terminativo -

Altera o art. 150 do Código Penal, para excluir o crime de violação de domicílio por parte do agente de saúde que, no cumprimento de dever funcional, entra em imóvel não habitado para promover ações de saneamento ou de controle sanitário.

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

Relatoria: Senador Carlos Portinho

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1.

Observações:

- Em 04/06/2024, foi recebida a Emenda nº 1, de iniciativa do Senador Humberto Costa;

- A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais;

- Votação nominal.

Da mesma maneira, solicito a esses Senadores que estão nos acompanhando que possam aguardar, porque nós vamos ter votação nominal.

Concedo a palavra ao Relator, Líder Carlos Portinho, para proferir o relatório.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Ainda ganhei o voto do Hiran, que chegou para votar presencialmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Meus caros colegas Senadores, parecer...

Para a leitura do PL 3.169, de 2023, Presidente, peço vênia para ir direto à análise, considerando que o parecer foi previamente publicado.

Não observamos vícios que comprometam a constitucionalidade e a juridicidade do PL, nem óbices de natureza regimental.

Como é cediço, com amparo na pacífica jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, nenhum direito abstratamente considerado no ordenamento jurídico brasileiro é absoluto. Deve-se verificar, no caso concreto, os direitos que eventualmente se colidem, ocorrendo o sopesamento de cada um deles, para que se harmonizem com o mínimo de sacrifício possível.

Considerando os direitos em colidência, entendemos que a presente proposição não apresenta vícios de inconstitucionalidade e é meritória. A nosso ver, é possível excepcionar a garantia da inviolabilidade do domicílio no caso proposto, inclusive porque a proposição restringe sua aplicação apenas aos imóveis desabitados.

A exceção feita é, portanto, constitucionalmente razoável, adequada e proporcional, pois o bem jurídico a ser sacrificado deve ceder frente ao direito à saúde, titularizado por todos e potencialmente ameaçado caso os agentes de saúde pública não tenham acesso ao interior dos imóveis para buscar e erradicar vetores de endemias.

Os agentes de saúde pública, previstos constitucionalmente e cujo exercício é fundamental e regulamentado pela Lei 11.350, de 2006, realizam diversas ações de polícia de interesse público e têm, como uma de suas atribuições, a execução de ações de prevenção e controle de doenças, com a utilização de medidas de controle químico e biológico, manejo ambiental e outras ações de manejo integrado de vetores.

Além disso, a Lei nº 13.301, de 2016, que dispõe sobre a adoção de medidas de vigilância em saúde quando verificada situação de iminente perigo à saúde pública pela presença do mosquito transmissor do vírus da dengue, do vírus chicungunha e do vírus da zica, já autoriza e regulamenta o ingresso forçado em imóveis públicos e particulares, no caso de situação – exatamente como aqui – de abandono, ausência ou recusa de pessoa que possa permitir o acesso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de agente público, regularmente designado e identificado, quando se mostre essencial para a contenção das doenças.

No entanto, conforme destacado pelo autor na justificação, os agentes de saúde pública frequentemente deixam de realizar ações de saneamento ou de controle sanitário em casas ou prédios não habitados por receio de incorrerem no crime de violação de domicílio, tipificado no art. 150 do Código Penal.

Dessa forma, a previsão expressa de uma nova excludente de ilicitude específica no bojo do art. 150, §3º, do Código Penal conferiria, de fato, maior segurança jurídica aos profissionais visados, medida de grande importância diante da gravidade da epidemia de dengue, por exemplo, que vivemos atualmente.

No mais, somos pelo acolhimento integral da Emenda nº 1, que torna a nova excludente de ilicitude mais completa ao abranger todas as situações de ingresso forçado em imóveis públicos e particulares autorizadas e regulamentadas pela lei específica sobre a matéria.

Por todo o exposto, consideramos que o PL nº 3.169, de 2023, é meritório, ao garantir maior proteção e segurança jurídica aos agentes de saúde quando exerçam suas funções em imóveis desabitados, retirando a possibilidade de lhes ser imputado o crime de violação de domicílio, previsto no art. 150 do Código Penal.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.169, de 2023, com o acolhimento da Emenda nº 1.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não há Senadores inscritos para discutir, está encerrada a discussão.

Consulto os Senadores e as Senadoras sobre se podemos realizar votação única para o projeto e para a emenda, nos termos do parecer apresentado pelo Relator, o Líder Portinho. (*Pausa.*)

Está iniciada a votação.

Os Senadores e as Senadoras já podem votar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu acho que foi até uma estratégia que a gente fez, Portinho, para votar sem ninguém. Foi bom, porque vai aprovar todos.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Pois é, e eu ainda vou ter que lhe agradecer.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É, pois é. Olha! Hein?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, agora...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Olha aí. Olha aí, viu?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Primeiro ele passa aqui...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu estava certo, então.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Primeiro ele passa aqui com cara de poucos amigos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, eu estava certo. Olha aí. Vai aprovar tudo, não tem vista, não tem audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Bom é se fosse simbólico, aí eu ficaria tranquilo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Mas é porque o projeto é...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Portinho, Portinho...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não é culpa minha.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu só não posso dar a definição do enfezado. Você passou enfezado aqui.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – E em alta velocidade.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – E em alta velocidade. Agora, depois...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está vendo? Olha aí, eu fiquei... Rapaz! Eu vou ter que... Eu posso fazer confidências? O autor do projeto pediu: "Espere-me chegar porque eu quero votar", mas eu não podia dizer para o Portinho.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Fora do microfone*.) – Está vendo? É igual ao Rogério Marinho: "Segura até o Jaques chegar". Ficou três horas falando.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – É isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Fora do microfone*.) – Está vendo aí?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – É isso. Se tivesse avisado, eu tinha ido almoçar e não estava enfezado aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Mas eu fiquei três horas esperando o Astronauta.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Foi. V. Exa. não pediu que queria estar presente? (*Risos.*)

Olha, e atingiu o número rápido, não teve obstrução...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Fé é a esperança das coisas não vistas.

Estamos a dois votos para eu encerrar.

Posso encerrar?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Mais um voto. (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Votaram SIM 18 Senadores; NÃO, nenhum Senador.

Estão aprovados o projeto e a Emenda nº 1, da CCJ.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Passo a palavra ao Vice-Presidente, Senador Marcos Rogério. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Item 7.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 3455, DE 2023

Dispõe sobre a transformação do campus de Oiapoque da Universidade Federal do Amapá em Universidade Federal da Fronteira Norte (UNIFRON).

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

Relatoria: Senador Davi Alcolumbre

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação e Cultura;

- Votação nominal.

Concedo a palavra ao eminente Senador Davi Alcolumbre, para proferir o relatório.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. Como Relator.) – Presidente, vou tentar ser bem breve.

Primeiro quero cumprimentar o Senador Randolfe Rodrigues pela iniciativa. Há uma relação bilateral internacional muito forte do Oiapoque com a Guiana Francesa, no extremo norte do Brasil. Nós fazemos... O Amapá faz fronteira com a União Europeia, a Guiana Francesa, e, nesse sentido, essa propositura feita pelo Senador Randolfe Rodrigues, por meio desse projeto, trata da transformação do nosso *campus* da Universidade Federal do Amapá lá na fronteira em Universidade Federal da Fronteira Norte (Unifron).

A proposição autoriza a criação da entidade, com natureza jurídica de autarquia, sede e foro no Município de Oiapoque, no Amapá – no meu estado –, vinculada ao Ministério da Educação, por transformação do *campus* existente hoje, no Município de Oiapoque, da Universidade Federal do Amapá, a nossa Unifap.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Unifron terá por objetivo oferecer ensino superior de graduação e pós-graduação, desenvolver pesquisas, extensão e cultura, bem como promover a inovação e o desenvolvimento regional e organizar-se-á na forma de seu estatuto, de seu regimento interno e das normas legais pertinentes.

A proposição dispõe ainda sobre as normas aplicáveis à administração, ao patrimônio e os recursos financeiros da nova universidade, cuja implantação estará sujeita à existência de dotação específica no orçamento da União.

Finalmente, é previsto que os servidores da Unifap lotados no *campus* Oiapoque serão redistribuídos para a sede ou outros *campi* da Unifap, podendo optar de forma expressa pela remoção para a Unifron.

O projeto foi aprovado pela Comissão de Educação e Cultura, na forma do relatório apresentado pelo nosso Senador Líder Fabiano Contarato, e vem à análise desta Comissão, em caráter terminativo.

Ademais, a matéria vem vazada na melhor técnica legislativa e trata de todos os aspectos necessários para a criação da nova entidade pública, dentro da legislação própria que rege o tema, além de prever que sua implantação estará sujeita à existência de dotação específica.

O projeto se mostra totalmente adequado no tocante à organização da administração pública federal e às normas que disciplinam as finanças públicas.

Do ponto de vista do mérito, não há como discordar dos argumentos apresentados pelo eminente autor do projeto, Senador Randolfe Rodrigues, aprovados pela colenda Comissão de Educação e Cultura desta Casa. Efetivamente, o desenvolvimento da região do Oiapoque, bem como a necessidade de que o Brasil avance na direção da integração com o departamento ultramarino da Guiana Francesa impõem a transformação buscada na proposição sob exame.

A nova instituição universitária, assim, representará passo fundamental para o progresso do extremo norte do nosso país e para a integração regional e internacional.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei 3.455, de 2023.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E queria, novamente, exaltar, cumprimentar a iniciativa, que é a possibilidade de, na academia, na universidade, na relação bilateral, na relação internacional, termos um novo instrumento dentro do arcabouço legislativo brasileiro e das normas, do ponto de vista do Ministério da Educação; é a possibilidade que teremos de que essa instituição possa consagrar uma relação internacional que é vivenciada ao longo de séculos com a Guiana Francesa, haja vista que a nossa relação internacional do Amapá com a Guiana Francesa é muito forte. Tanto que fizemos e faremos sempre no Amapá encontros transfronteiriços, para estreitarmos as relações, inclusive comerciais, nessa relação que, a meu ver, é muito promissora para o Brasil, mas também para o Amapá.

Portanto, queria agradecer a oportunidade de estar relatando essa matéria, pela envergadura e pela representatividade de um assunto tão importante para o Oiapoque, para o Amapá e, por que não dizer, para a relação internacional do Brasil.

Era esse o voto.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa., nobre Senador, Presidente Davi Alcolumbre.

Eu penso que a demonstração da importância maior dessa universidade federal é feita justamente pelo gesto de V. Exa. Repito: a demonstração da importância estratégica dessa universidade federal é feita justamente pelo gesto de V. Exa.

V. Exa. avoca para si a relatoria dessa matéria, que transforma um *campus* da Universidade Federal do Estado do Amapá numa nova universidade federal, uma universidade autônoma, com a possibilidade de criação, de expansão, de novos cursos. Só quem vive em regiões como V. Exa. vive, em um estado com as características do Estado do Amapá, que também é o caso do Estado de Rondônia, é o caso dos estados da Região Norte do Brasil, sabe reconhecer a importância de um avanço como esse.

Parabéns a V. Exa., parabéns também ao autor dessa matéria, por esse reconhecimento, que leva o ensino universitário de qualidade para uma região tão importante dessa região do Brasil. Parabéns! E que venha a Unifron, para poder servir aquela gente lá, que tanto espera.

Está em discussão a matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Sr. Presidente...

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Com a palavra o Senador Vanderlan.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não, Senador Vanderlan.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Para discutir.) – Prometo que vou ser breve, porque são quase 3h da tarde – alguns não almoçaram ainda –, mas, Sr. Presidente Davi, o senhor não sabe, ao relatar esse projeto do Senador Randolfe Rodrigues, o bem que está fazendo não somente àquela região do Oiapoque, mas a todo o Estado do Amapá e ao nosso país, já que ali é a divisa com a Guiana Francesa – eu conheço tudo ali.

Recentemente, na sua Presidência, no final da última sessão de 2020, nós aprovamos um projeto do Senador Wellington Fagundes, dando a autonomia, realmente, de fato e de direito, a seis universidades, consideradas seis supernovas. Já tinham sido, através de projeto de lei, criadas essas universidades – se eu não me engano, foi em 2014 –, mas não tinha sido realmente dada a oportunidade de elas terem ali o seu corpo docente, seu orçamento. Então, estavam vinculadas às universidades-mãe, que não querem largar os filhos em hipótese alguma.

E olha só o resultado: dessas seis universidades, duas eram em Goiás – Catalão e Jataí –, uma em Pernambuco, uma no Vale do Parnaíba, no Piauí, uma no Mato Grosso e uma no Tocantins. Algumas, Presidente Rogério, há mais de 40 anos tentando essa autonomia, para se transformar, sair de *campus* para universidade.

Mas o mais importante, ao colocarmos, aprovarmos a lei, criando os cargos e organizando tudo, foi o que se transformou nessas duas universidades. Falo pelo meu estado e tenho certeza de que nos outros estados também.

A Universidade Federal de Catalão possibilitou que, através dessa autonomia mesmo, de ser uma universidade de fato e de direito, nós pudéssemos trabalhar ali o prédio da área de saúde. Já vai ser inaugurado agora, em agosto ou setembro. Receber recursos: o curso de Medicina

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

daquela universidade, Senador Davi, estava com um problema sério por falta de professores; resolveu-se o problema.

A Universidade Federal de Jataí da mesma forma: o prédio de medicina estava parado, da área de saúde.

Já terminaram o prédio, depois que realmente se transformou na universidade. Ali nós começamos a trabalhar, através de recursos de emendas e também de recursos do próprio MEC, o polo tecnológico. Hoje, aliás, daqui uns dias vai ser inaugurada já uma usina fotovoltaica para atender a todo o *campus*.

Talvez, Senador Davi, tudo que o senhor e o Senador Randolfe têm feito para o Estado do Amapá aqui é muita... O senhor tem levado muitos benefícios, com o senador Randolfe, mas eu posso assegurar a V. Exa. que essa universidade de fato e de direito talvez vá ser o maior legado de V. Exa. e do Senador Randolfe para o estado e principalmente para aquela região. Parabéns!

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Presidente Vanderlan.

Presidente Marcos, se V. Exa. pudesse abrir e iniciar a votação, eu queria pedir aos Senadores...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu vou acatar o pedido de V. Exa. e vou assegurar o direito de fala para todos os Senadores que queiram ainda discutir a matéria na sequência. Só vou abrir a votação neste momento, para a gente aproveitar o quórum.

Não havendo objeção, está em votação.

Como se trata de matéria terminativa, a votação é pelo sistema eletrônico.

Então, declaro aberta a votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Para discutir, Senador André Amaral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDRÉ AMARAL (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Para discutir.) – Prezado Presidente Marcos Rogério, situação similar – e é louvável essa atitude – foi na Paraíba. A Paraíba tinha a Universidade Federal da Paraíba, Senador Davi, e foi criada a Universidade Federal de Campina Grande. Isso levou para a educação milhões de vantagens e deu robustez à educação, porque isso é importante, pois um país sem educação não se valoriza. E no extremo do Brasil – que lá o Senador Davi com muito brilhantismo representa – se faz necessário.

De forma muito pontual, quero parabenizar pela propositura e, com certeza, pela aprovação. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Senador André, V. Exa. concluiu?

O SR. ANDRÉ AMARAL (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. *Fora do microfone.*) – Concluí.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa.

Nós estamos aguardando a votação. Assim que atingir o quórum, nós proclamaremos o resultado.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. Como Relator.) – Queria agradecer, Presidente, a todos os Senadores e Senadoras que estão aqui até às 15h, numa sessão que nós iniciamos às 10h15 da manhã.

E eu tenho certeza absoluta de que faço... As palavras do Senador Vanderlan, nosso Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, ao reconhecer que uma iniciativa como essa é fundamental, não só do ponto de vista da academia, do conhecimento, mas concretamente, Vanderlan.

Nessa região, essa relação bilateral do Amapá com a Guiana Francesa, como disse, é histórica e centenária, mas é uma condição muito grande para a gente buscar professores, estudiosos, que possam ajudar a fomentar essa região importante, com muitas peculiaridades, com muitas riquezas naturais. E esse é um ambiente adequado, até por conta da nossa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

biodiversidade da Floresta Amazônica, para compreender, de fato e de direito, que essa relação toda se dará a partir da constituição dessa universidade.

Eu reconheço o que V. Exa. falou do ponto de vista da formalização da autonomia na transformação de um *campus* para uma universidade. As conquistas estão aí: em pouco mais de dois anos, tudo o que não se conseguiu, em 20 anos, nesses *campi*, se conseguiu em dois anos.

E lá, de maneira muito especial, por conta dessa relação... Porque o território ultramarino da Guiana Francesa é um pedaço da Europa ao lado do Brasil. O meu Estado do Amapá faz fronteira ao sul com o Estado do Pará e ao norte com a União Europeia. Olha só o tamanho da dimensão do Brasil, o tamanho dos nossos desafios, o tamanho das demandas nessa região, uma região que foi construída numa ponte binacional que interliga já hoje, em cima do Rio Oiapoque, o Amapá à Guiana Francesa. E olha o que é engraçado: o Amapá não tem uma ligação terrestre com o Brasil. Hoje, do ponto de vista de Brasil, nós não temos uma relação com o Pará, nem uma rodovia que possa nos interligar ao Estado do Pará, mas o Amapá tem uma interligação com a Europa. Nós estamos lutando para conseguir os recursos para fazer essa ponte sobre o Rio Jari, que está muito avançada. Foi iniciada há alguns anos essa obra, mas paralisou por problemas operacionais e jurídicos da construção. Mas nós temos essa interligação.

E, olha só, a interligação para nós, do ponto de vista comercial, também é necessária. A Guiana Francesa, Caiena, tem dois voos diários da Air France, um 7h da manhã e um 7h da noite, todos os dias. A pessoa decola 7h da manhã e, sete horas depois, está em Paris, lá do lado do Amapá. Ou seja, para a Amazônia, para o norte do Brasil, essa integração pode proporcionar essa relação. Aqueles brasileiros que querem ir para Europa, que eles possam conhecer o Amapá, conhecer o Oiapoque, atravessar a ponte, pegar um avião em Caiena e ir para Paris, porque a viagem economiza mais de seis horas.

A não ser também outro aspecto que é fundamental na nossa relação, que a nossa relação comercial é o real com o euro. A relação do Oiapoque e do Amapá com a Guiana Francesa é cinco para um, quase seis para um. Portanto, a comercialização de todos os produtos que a Guiana Francesa consome... Eles vão todos os dias nesse Air France, de manhã e de tarde, cargueiro, levando carne, levando leite, tudo de Paris. E a gente pode, o Amapá, ser um fornecedor desses insumos, inclusive para a subsistência dessas pessoas que vivem lá, dos guianenses.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E essa universidade vai ser essa interlocução que faltava para a gente trazer esses debates à tona e fazer as coisas acontecerem para melhorar o ambiente no Oiapoque: melhorar a relação institucional, mas também promover essa construção comercial entre o Amapá e a Guiana Francesa.

Muito obrigado pelo apoio de todos os Senadores e Senadoras desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa., nobre Senador Davi Alcolumbre, e o parabenizo uma vez mais. É um grande avanço, uma grande conquista para o Estado do Amapá, para a Região do Oiapoque. Não é à toa que o Presidente Davi tem essa pinta e a influência de europeu!

Indago se há algum outro Senador que...

Já votou, Izalci? (*Pausa.*)

Agradeço, está bem.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Declaro encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Votaram SIM 18 Sras. e Srs. Senadores; nenhum voto contrário.

Aprovado o projeto.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Devolvo a Presidência ao Senador Davi Alcolumbre.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, meu querido irmão Marcos Rogério. Obrigado pelo carinho. Obrigado a todas as Senadoras e aos Senadores que até este adiantado da hora ficaram aqui acompanhando a reunião

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para que a gente pudesse deliberar esse projeto também, que é muito importante para o meu Amapá.

E agradeço a construção política. Nunca é demais lembrar que hoje nós tivemos uma reunião muito produtiva porque tivemos, cada um de nós, a oportunidade de dialogar e de construir o consenso em relação a dois assuntos muito importantes para o Brasil que foram tratados aqui hoje na Comissão: a questão da PEC apresentada pelo Senador Hiran, que trata do marco temporal, e foi muito importante a condução e a construção que foi viabilizada na reunião de hoje, e naturalmente a proposta de emenda constitucional de autoria do Senador Vanderlan, que trata da autonomia do Banco Central.

Tenho certeza absoluta e convicção de que, em todos os dois assuntos, nós demos um grande passo. Nós estamos a passos largos da solução de problemas de décadas: do desejo da autonomia do Banco Central e da consolidação da legislação em relação ao marco temporal.

Muito obrigado e parabéns pela construção. É só através do diálogo, do entendimento, da conversa que a gente consegue esquecer um pouco as divergências e buscar sempre construir as convergências.

Muito obrigado a todos e a todas, e aos servidores desta Comissão e do Senado Federal.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 03 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às onze horas e trinta e oito minutos do dia dez de abril de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Omar Aziz, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Sergio Moro, Rodrigo Cunha, Soraya Thronicke, Marcos do Val, Izalci Lucas, Alessandro Vieira, Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Otto Alencar, Ana Paula Lobato, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Fabiano Contarato, Rogerio Marinho, Flávio Bolsonaro, Ciro Nogueira e Laércio Oliveira, e ainda dos Senadores Magno Malta, Eliziane Gama, Sérgio Petecão, Professora Dorinha Seabra, Confúcio Moura, Zenaide Maia, Janaína Farias, Carlos Viana e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Braga, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Mara Gabrilli, Humberto Costa, Beto Faro, Eduardo Girão, Luis Carlos Heinze e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 27, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Jean Paul Prates, Presidente da Petrobras, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre sobre a política de preços da Petrobrás, o impacto inflacionário da medida, o eventual prejuízo ao setor público quanto aos impostos e dividendos por ele recebidos, bem como sobre o impacto na dívida pública." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho (PL/RN). **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 28, de 2023** que: "Nos termos do art. 71, IV da Constituição Federal e do art. 102, I, "e" do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Auditoria, com o auxílio do Tribunal de Contas da União – TCU -, com o objetivo de avaliar a regularidade da vigente política de preços da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras." **Autoria:** Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS). **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 29, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, V, da Constituição Federal, que seja convidado representante das Empresas 123 Milhas e Hurb, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre o cancelamento geral de pacotes já vendidos aos clientes pelas duas empresas." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS/AL). **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Consumidor n° 30, de 2023 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2o, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir as ações do PROCON e da Secretaria Nacional do Consumidor face aos cancelamentos de pacotes de viagens das empresas HURB e 123Milhas." **Autoria:** Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG). **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 32, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. Ministro das Comunicações, Juscelino Filho, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre diversas denúncias envolvendo seu nome." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 33, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, II e V, da Constituição Federal, que seja convidada a Exma. Sra. Simone Tebet, Ministra do Planejamento e Orçamento, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a autorização de empréstimo de US$ 1 bilhão do Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) à Argentina." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 1, de 2024** que: "Requer, os termos do art. 58, § 2°, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. Rui Costa, Ministro da Casa Casa Civil, a comparecera esta Comissão, a fim de prestar informações sobre o novo aporte de recursos a Agência das Nações Unidas de Assistência e Trabalho para Refugiados da Palestina no Oriente Próximo (UNRWA), que esta sendo acusada de ter ligação com o Hamas, anunciado pelo Presidente Lula." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 2, de 2024** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Diretor-Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Paulo Rebello, informações sobre a venda da Amil, operadora de planos de saúde, que pertencia ao UnitedHealthGroup (UHG) e foi comprada pelo senhor José Seripieri Filho." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS). **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 3, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo de instruir o PL 5008/2023, que "dispõe sobre a produção, importação, exportação, comercialização, controle, fiscalização e propaganda dos cigarros eletrônicos, e dá outras providências"." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 4, de 2024** que: "Requer informações do Ministério da Fazenda e o acionamento do Tribunal de Contas da União para auditar a legalidade dos atos praticados acerca da compensação devida

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pela União Federal pelas perdas pelo Estado do Maranhão e pelos Municípios do Maranhão, de que trata a Lei Complementar nº 201/2023, a partir da redução da carga tributária estadual sobre combustíveis e energia elétrica pela Lei Complementar nº 194/2022 e o nível de endividamento do Estado do Maranhão." **Autoria:** Senadora Ana Paula Lobato (PSB/MA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 5, de 2024** que: "Nos termos do art. art. 71, IV da Constituição Federal e do art. 102, I, "e" do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Auditoria, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, com o objetivo de avaliar a decisão de retenção da distribuição de dividendos extraordinários aos acionistas da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobrás." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 6, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a exploração mineral na Bahia e suas consequências devido o recente surgimento de uma cratera misteriosa, no município de Vera Cruz, aproximadamente 1 km da vila de Matarandiba." **Autoria:** Senador Otto Alencar (PSD/BA). **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 7, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Rafael Batista, consultor jurídico do Twitter/X, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre publicações no X a respeito da divulgação de arquivos do Twitter pelo jornalista norte-americano Michael Shellenberger." **Autoria:** Senador Marcos Rogério (PL/RO). **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 8, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Michael Shellenberger, jornalista e ativista climático norte-americano, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre reportagem feita em 3/4/2024 ao programa Oeste Sem Filtro da Revista Oeste a respeito da divulgação de arquivos do Twitter." **Autoria:** Senador Marcos Rogério (PL/RO). **Resultado:** Adiado. **ITEM 15 - Projeto de Resolução do Senado n° 79, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Institui o Grupo Parlamentar de Prevenção e Combate à Fraude e à Corrupção." **Autoria:** Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES). **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 16 - Projeto de Lei n° 1769, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Estabelece definições e características para os produtos derivados de cacau, percentual mínimo de cacau nos chocolates e disciplina a informação do percentual total de cacau nos rótulos desses produtos, nacionais e importados, comercializados em todo o território nacional." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PSC/PA). **Relatoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Pela aprovação da emenda nº 2-PLEN com uma subemenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta pelo relator. **ITEM 17 -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Projeto de Lei n° 1914, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, para dispor sobre o dever de motivação dos atos administrativos de caráter normativo no âmbito da Administração Pública federal." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 18 - Projeto de Lei n° 4687, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para permitir que os Estados, os Municípios e o Distrito Federal possam prever a obrigatoriedade de programas de integridade em editais de licitação segundo sua realidade e necessidades locais." **Autoria:** Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR). **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 19 - Projeto de Lei n° 4889, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nº 9.613, de 3 de março de 1998, e no 14.286, de 29 de dezembro de 2021, para dispor sobre a simplificação da documentação exigida nas operações de câmbio de valores até o limite da cota na forma da lei." **Autoria:** Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG). **Relatoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 20 - Projeto de Lei n° 3953, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 e a Lei nº 12.414, de 9 de junho de 2011, para fomentar o acesso do cadastrado aos seus dados inseridos em cadastro positivo de crédito." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI). **Relatoria:** Senador Ireneu Orth. **Relatório:** Pela aprovação nos termos da emenda nº 1-CAE (substitutivo). **Resultado:** Adiado. **ITEM 21 - Projeto de Lei n° 4652, de 2019 - Terminativo -** que: "Obriga os estacionamentos privados de shopping centers, centros comerciais ou estabelecimentos semelhantes a concederem o dobro do período de tolerância para saída a idosos, pessoas com deficiência e seus acompanhantes." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatório:** Pela aprovação nos termos da emenda nº 1-CDH (substitutivo). **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz
Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/04/10

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Declaro aberta a 1ª Reunião Ordinária da Comissão de Transparência e Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da última reunião. (*Pausa.*)

A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Comunico que foi publicada na pauta uma listagem de documentos recebidos pela Comissão, que estão disponíveis em sua página, pelo prazo de 15 dias. Não havendo manifestação, serão arquivados nos termos da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019.

Eu vou primeiro analisar o item 16, um projeto do Senador...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Pois não, Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Eu gostaria de pedir a gentileza, Sr. Presidente, cumprimentando todos, na manhã de hoje, Senador Zequinha também, todos os servidores, para que se invertesse a pauta.

Eu tenho dois requerimentos, o nº 8 e o nº 9, apenas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Seria possível?

Acho que seria bastante rápido.

Os de nºs 8 e 9. Um de audiência pública e o outro é aquele requerimento de um pedido de informação apenas, porque... (*Pausa.*)

Não. Está na pauta. Faz três semanas. Quatro semanas.

Não veio, não ligou, não...

Os de nºs 8 e 9. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Item 9.

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 3, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo de instruir o PL 5.008/2023, que "dispõe sobre a produção, importação, exportação, comercialização, controle, fiscalização e propaganda dos cigarros eletrônicos, e dá outras providências".

Autoria: Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS)

Em votação o Requerimento da Senadora.

Há alguém que queira discutir o requerimento?

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI) – Qual o requerimento?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – O item 9.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI) – De audiência pública, não é?

Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Audiência pública.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam, permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado, Senadora.

Item 8.

O item 8 é uma falha minha, Senadora. Não é nem... Eu peço para, semana que vem, a gente analisar esse item 8, por favor?

Obrigado, Senadora Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Eu que agradeço, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Eu que agradeço à senhora.

Senador Zequinha, item 16.

O Senador Rodrigo Cunha pediu para retirar de pauta, Senador Zequinha, porque ele quer reexaminar o projeto.

É um pedido do Relator, e eu não posso negar esse pedido, Senador, em respeito aos colegas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA. *Fora do microfone*.) – Tudo bem...

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 16

PROJETO DE LEI Nº 1769, DE 2019

- Não terminativo -

Estabelece definições e características para os produtos derivados de cacau, percentual mínimo de cacau nos chocolates e disciplina a informação do percentual total de cacau nos rótulos desses produtos, nacionais e importados, comercializados em todo o território nacional.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PSC/PA)

Relatoria: Senador Rodrigo Cunha

Relatório: Pela aprovação da emenda nº 2-PLEN com uma subemenda que apresenta.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Viu como a minha boa vontade de votar era rápida?

Senador, nós vamos fazer semana que vem. Espero votar na terça-feira; aliás, quarta-feira, às 11h30... Vai ser terça-feira, às 11h30, a nossa reunião; não será na quarta. Na quarta nós estaremos no Município de Maceió, na Comissão... A CPI que está investigando os problemas que aconteceram estará em Maceió na quarta-feira que vem.

A Senadora Ana Paula tem um requerimento de pedido de informações?

A SRA. ANA PAULA LOBATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - MA. *Fora do microfone*.) – Item 10.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Item 10.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 4, DE 2024

- Não terminativo -

Requer informações do Ministério da Fazenda e o acionamento do Tribunal de Contas da União para auditar a legalidade dos atos praticados acerca da compensação devida pela União Federal pelas perdas pelo Estado do Maranhão e pelos Municípios do Maranhão, de que trata a Lei Complementar nº 201/2023, a partir da redução da carga tributária estadual sobre combustíveis e energia elétrica pela Lei Complementar nº 194/2022 e o nível de endividamento do Estado do Maranhão.

Autoria: Senadora Ana Paula Lobato (PSB/MA)

Em discussão esse requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento da Senadora Ana Paula permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado, Senadora Ana Paula, o seu requerimento de informações a respeito de atos praticados pelo atual Governo do Maranhão, e eu espero que ele mande essas respostas –senão a gente chama o Governador para ele explicar pessoalmente aqui para a gente. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Item 11.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 5, DE 2024

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do art. art. 71, IV da Constituição Federal e do art. 102, I, "e" do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Auditoria, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, com o objetivo de avaliar a decisão de retenção da distribuição de dividendos extraordinários aos acionistas da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobrás.

Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI)

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Eu também quero saber esse negócio, como é que aconteceu tudinho aí, porque deu uma celeuma em cima... Fizeram uma tempestade num copo d'água; eu nunca vi um negócio desses: cai fulano, cai ciclano – não caiu ninguém, mas tudo bem.

Mais alguma coisa a tratar com os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras? (*Pausa.*)

Senador Zequinha.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA. Pela ordem.) – Trago um assunto que não diz respeito a este momento, mas é com V. Exa.: O Instituto Federal do Ceará (IFCE)...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Sim.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – O reitor está aqui com alguns diretores, e eles gostariam de ter uma palavra com V. Exa. lá para as 5h da tarde, pelo Plenário. Eu disse para ele que...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Será um prazer atendê-los. Às 16h eu tenho uma audiência no ministério, e depois que eu chegar eu estou à disposição.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Combinado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Muito obrigado.

A nossa sessão está encerrada.

Convoco esta reunião para terça-feira que vem, às 11h30.

(*Iniciada às 11 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 45 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às onze horas e quarenta e quatro minutos do dia dezessete de abril de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Omar Aziz, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Sergio Moro, Rodrigo Cunha, Alessandro Vieira, Veneziano Vital do Rêgo, Ana Paula Lobato, Jussara Lima, Flávio Bolsonaro, Ireneu Orth, Laércio Oliveira e Damares Alves, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Angelo Coronel, Janaína Farias e Professora Dorinha Seabra, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Braga, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Mara Gabrilli, Otto Alencar, Humberto Costa, Beto Faro, Eduardo Girão, Rogerio Marinho e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 27, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Jean Paul Prates, Presidente da Petrobras, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre sobre a política de preços da Petrobrás, o impacto inflacionário da medida, o eventual prejuízo ao setor público quanto aos impostos e dividendos por ele recebidos, bem como sobre o impacto na dívida pública." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho (PL/RN). **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 29, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, V, da Constituição Federal, que seja convidado representante das Empresas 123 Milhas e Hurb, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre o cancelamento geral de pacotes já vendidos aos clientes pelas duas empresas." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS/AL). **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 30, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2o, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir as ações do PROCON e da Secretaria Nacional do Consumidor face aos cancelamentos de pacotes de viagens das empresas HURB e 123Milhas." **Autoria:** Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG). **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 33, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, II e V, da Constituição Federal, que seja

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

convidada a Exma. Sra. Simone Tebet, Ministra do Planejamento e Orçamento, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a autorização de empréstimo de US$ 1 bilhão do Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) à Argentina." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 1, de 2024** que: "Requer, os termos do art. 58, § 2°, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. Rui Costa, Ministro da Casa Casa Civil, a comparecera esta Comissão, a fim de prestar informações sobre o novo aporte de recursos a Agência das Nações Unidas de Assistência e Trabalho para Refugiados da Palestina no Oriente Próximo (UNRWA), que esta sendo acusada de ter ligação com o Hamas, anunciado pelo Presidente Lula." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 2, de 2024** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Diretor-Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Paulo Rebello, informações sobre a venda da Amil, operadora de planos de saúde, que pertencia ao UnitedHealthGroup (UHG) e foi comprada pelo senhor José Seripieri Filho." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS). **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 6, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a exploração mineral na Bahia e suas consequências devido o recente surgimento de uma cratera misteriosa, no município de Vera Cruz, aproximadamente 1 km da vila de Matarandiba." **Autoria:** Senador Otto Alencar (PSD/BA). **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 7, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Rafael Batista, consultor jurídico do Twitter/X, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre publicações no X a respeito da divulgação de arquivos do Twitter pelo jornalista norte-americano Michael Shellenberger." **Autoria:** Senador Marcos Rogério (PL/RO). **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 8, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Michael Shellenberger, jornalista e ativista climático norte-americano, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre reportagem feita em 3/4/2024 ao programa Oeste Sem Filtro da Revista Oeste a respeito da divulgação de arquivos do Twitter." **Autoria:** Senador Marcos Rogério (PL/RO). **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 9, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2o, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 3/2024 - CTFC sejam incluídos os seguintes convidados:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a Senhora Stella Regina Martins, Médica Assistente da Divisão de Pneumologia do Instituto do Coração do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (InCor HCFMUSP); Especialista em Dependência Química pela UNIAD/UNIFESP; Certificação em Transtornos por Uso de Substâncias e Dependências Comportamentais pela ABEAD e Certificate on Global Tobacco Control/Johns Hopkins Bloomberg Scholl of Public Health.; o Senhor Carlos Roberto Ribeiro de Carvalho, Professor Titular da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP) e Diretor da Divisão de Pneumologia do Instituto do Coração do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (InCor HCFMUSP); o Senhor Guilherme Athayde Ribeiro Franco, 30o. Promotor de Justiça de Campinas – SP - Especialista em Dependência Química pela UNIAD/UNIFESP; o Senhor Representante da Comissão de Combate ao Tabagismo da Associação Médica Brasileira (AMB).; o Senhor Paulo César R. P. Corrêa, Coordenador da Comissão Científica de Tabagismo da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia, Membro da Câmara Técnica de Pneumologia do Conselho Federal de Medicina; Professor/Pesquisador da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Especialista em controle do tabagismo certificado em grau de excelência pela OPAS/ Organização Mundial de Saúde." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Projeto de Resolução do Senado n° 79, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Institui o Grupo Parlamentar de Prevenção e Combate à Fraude e à Corrupção." **Autoria:** Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES). **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - Projeto de Lei n° 1914, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, para dispor sobre o dever de motivação dos atos administrativos de caráter normativo no âmbito da Administração Pública federal." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - Projeto de Lei n° 4687, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para permitir que os Estados, os Municípios e o Distrito Federal possam prever a obrigatoriedade de programas de integridade em editais de licitação segundo sua realidade e necessidades locais." **Autoria:** Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR). **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 - Projeto de Lei n° 4889, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nº 9.613, de 3 de março de 1998, e no 14.286, de 29 de dezembro de 2021, para dispor sobre a simplificação da documentação exigida nas operações de câmbio de valores até o limite da cota na forma da lei." **Autoria:** Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG). **Relatoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Omar Aziz
Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/04/17

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 2ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Acontece que tem um debate muito acirrado na CCJ e geralmente os Senadores participam de várias Comissões ao mesmo tempo.

Então, vou encerrar por falta de quórum e marcamos na semana que vem, terça-feira, nesse mesmo horário, às 11h30, para que a gente possa deliberar em relação a essa pauta.

A reunião está encerrada.

(*Iniciada às 11 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 44 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE JULHO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e treze minutos do dia três de julho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Renan Calheiros, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Fernando Dueire, Alessandro Vieira, Ivete da Silveira, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Mara Gabrilli, Vanderlan Cardoso, Jaques Wagner, Humberto Costa, Chico Rodrigues, Margareth Buzetti, Sérgio Petecão, Fabiano Contarato, Flávio Arns, Astronauta Marcos Pontes, Rosana Martinelli, Tereza Cristina, Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Paulo Paim e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Professora Dorinha Seabra, Randolfe Rodrigues, Marcos do Val, Cid Gomes e Daniella Ribeiro. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1006, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Institui normas aplicáveis a atividades espaciais nacionais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Aprovado o relatório, com voto pela aprovação do projeto e das Emendas nºs 1 e 2-CRE, de redação. **Observação:** - Aprovado requerimento de urgência para a matéria (REQ 12/2024-CRE). **ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo n° 1117, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e a República da Bulgária, assinado em Brasília, em 1º de fevereiro de 2016." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Tereza Cristina (*Ad hoc*), substituiu Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo n° 385, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre a República Federativa do Brasil e a República do Equador, assinado em Nova York, em 25 de setembro de 2019." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo n° 464, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo de Cooperação Econômica e Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado do Catar, assinado em Brasília, em 20 de janeiro de 2010." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo n° 84, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre a República Federativa do Brasil e a República de Ruanda, assinado em Kigali, Ruanda, em 14 de agosto de 2019." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Tereza Cristina (*Ad hoc*), substituiu Senador Cid Gomes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 6 - Projeto de Decreto Legislativo n° 167, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo de Cooperação e Facilitação em Matéria de Investimentos entre a República Federativa do Brasil e o Reino de Marrocos, assinado em Brasília, em 13 de junho de 2019." **Autoria:** Câmara dos Deputados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senadora Margareth Buzetti. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 7 - Projeto de Resolução do Senado n° 56, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Institui a Frente Parlamentar pelo Desenvolvimento da Indústria Aeroespacial Brasileira." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin (*Ad hoc*), substituiu Senador Magno Malta. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 8 - Projeto de Resolução do Senado n° 5, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a criação do Grupo Parlamentar Brasil-Chipre e dá outras providências." **Autoria:** Senador Jorge Seif (PL/SC). **Relatoria:** Senadora Tereza Cristina. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 11, de 2024** que: "Requer a realização de Audiência Pública para debater o tema Descarbonização dos Mares" **Autoria:** Senador Renan Calheiros (MDB/AL). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 10 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 12, de 2024** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 1006/2022." **Autoria:** Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Renan Calheiros
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/07/03

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

NOTAS TAQUIGRÁFICAS REVISADAS

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Fala da Presidência.) – Havendo o número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, conforme pauta publicada.

Antes de iniciarmos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 6ª Reunião desta Comissão, ocorrida em 6 de junho de 2024.

As Senadoras e os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Conforme a pauta publicada, a presente reunião destina-se à apreciação de projetos.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 1006, DE 2022

- Não terminativo -

Institui normas aplicáveis a atividades espaciais nacionais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela aprovação com emendas

Observações:

1. Em 17/06/2024, foram apresentadas as emendas nºs 1 e 2, de autoria do Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO).

2. O relator acatou as alterações redacionais propostas pelas Emendas nº 1 e 2.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho a honra de conceder a palavra ao Relator do projeto, Senador Astronauta Marcos Pontes, para proferir o seu relatório.

Com a palavra, V. Exa.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Obrigado. Obrigado, Presidente. Inicialmente, eu gostaria de agradecer a V. Exa. por pautar essa matéria, que é tão importante para o nosso programa espacial, para o desenvolvimento das atividades do programa espacial, e para que tenhamos cada vez mais a utilização dos recursos do espaço para a melhoria de tantas áreas: agricultura, saúde, defesa, meio ambiente, ou seja, tem uma importância gigantesca. E, durante décadas, o Brasil tem tido dificuldades justamente por falta de uma legislação que possa apoiar o desenvolvimento dessas atividades.

Se me permitir, eu vou direto à análise.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Por favor.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – A competência da Comissão de Relações Exteriores para apreciar o mérito do PL nº 1.006, de 2022, está fundamentada no art. 103, VIII, do Regimento Interno do Senado Federal.

Quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, não vislumbramos óbices ou inconformidades. Realçamos, por oportuno, a competência privativa da União para legislar sobre direito espacial, regime aeroespacial e defesa aeroespacial, segundo art. 22, incisos I, X e XXVIII.

Sobre o mérito, na justificação do projeto, o Deputado Pedro Lucas Fernandes chama atenção para a circunstância de que o Brasil necessita de uma legislação consistente, integrada e favorável ao pleno desenvolvimento das atividades espaciais. A exploração do espaço exterior representa um mercado promissor, em franca expansão, que opera na fronteira tecnológica e apresenta grande capacidade de estímulo a ramos de alto valor agregado e à disseminação de inovações.

Com efeito, entendemos que a aprovação deste projeto trará amparo legal para as atividades espaciais no país, com fomento para a indústria espacial brasileira, o comércio, o desenvolvimento social e o crescimento tecnológico da nação. A expectativa é de que sua aprovação trará benefícios à sociedade brasileira, gerando empregos, além do desenvolvimento sustentável do Brasil e de todo o ecossistema espacial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ademais, traz, para o conceito atual de "novo espaço", o Tratado sobre Princípios Reguladores das Atividades dos Estados na Exploração e Uso do Espaço Cósmico, inclusive a Lua e demais Corpos Celestes – ou Tratado sobre o Espaço Exterior –, negociado sob os auspícios da Organização das Nações Unidas de 1967, promulgado no Brasil pelo Decreto nº 64.362, de 17 de abril de 1969.

O "novo espaço" é noção que se contrapõe à ideia de um "espaço tradicional" vigente desde o lançamento do primeiro satélite artificial da Terra, o Sputnik 1, no ano de 1957, no qual as atividades espaciais eram lideradas, operadas e exploradas tão somente pelos Estados e seus governos, sem participação ativa da iniciativa privada.

Essa nova realidade, em que atores privados passam a operar de forma ativa, mais do que nunca exige ambiente com segurança jurídica, clareza e previsibilidade. Cuida-se de requisitos imprescindíveis para que o ambiente operacional brasileiro se torne atrativo para investimentos.

É nessa esteira que o presente projeto de lei vem detalhar o compromisso internacional assumido pelo Brasil quando se vinculou ao Tratado sobre o Espaço Exterior, cujo Artigo VI prescreve que os Estados Partes do Tratado têm a responsabilidade internacional das atividades nacionais realizadas no espaço cósmico, inclusive na Lua e demais corpos celestes, quer sejam elas exercidas por organismos governamentais ou por entidades não governamentais, e de velar para que as atividades nacionais sejam efetuadas de acordo com as disposições anunciadas no presente Tratado.

Para tanto, o texto da proposição em exame prevê, por exemplo, prestação de garantias para a execução de atividades espaciais por operadores civis (art. 15); direitos e deveres para os titulares de licença e autorização (arts. 16 a 18); supervisão das atividades espaciais nacionais (arts. 19 e 21); responsabilização subsidiária da União (art. 39); penalidades que poderão ser imputadas a operadores espaciais, sem prejuízo de eventual responsabilização civil ou criminal (arts. 41 e 42).

É imperioso recordar que a aprovação deste projeto de lei atende a recomendação da ONU contida na Resolução nº 68/74, adotada em 11 de dezembro de 2013, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em decorrência de sugestão do Comitê das Nações Unidas para o Uso Pacífico do Espaço Exterior (COPUOS, na sigla em inglês).

Adicionalmente, a aprovação deste PL reafirma o compromisso brasileiro com a Convenção sobre Responsabilidade Internacional por Danos Causados por Objetos Espaciais, da ONU, de 1972, incorporado ao nosso ordenamento jurídico por meio do Decreto nº 71.981, de 22 de março de 1973.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, ainda, confirma a posição do Brasil na Convenção sobre Registro de Objetos Lançados no Espaço Cósmico, da ONU, de 1974, internalizada por meio do Decreto nº 5.806, de 19 de junho de 2006.

Além disso, o atual Programa Nacional de Atividades Espaciais (2022-2031), principal instrumento da Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais, instituída pelo Decreto nº 1.331, de 8 de dezembro de 1994, reconhece que as normas que regulam as atividades de lançamentos espaciais a partir do território nacional demandam contínuo aperfeiçoamento e monitoramento, com vistas à sua adequação às novas tendências, tecnologias e práticas do setor espacial, que evoluem constantemente. Isso porque o lançamento de satélites pode qualificar um país como Estado Lançador, o que carreia responsabilidades no âmbito internacional. Faz-se, assim, necessária a adoção de legislação robusta nesse campo.

Nesse sentido, realçamos os principais pontos deste relevante projeto: i) definição de marco legal para as atividades no Brasil; ii) desenvolvimento socioeconômico sustentável do Brasil; iii) aplicação dos recursos em prol da sociedade; iv) fomento da indústria brasileira (ecossistema espacial); criação do Conselho Nacional do Espaço; implementação do Tratado do Espaço, da ONU; estabelecimento das autoridades espaciais civil e de defesa; prevenção e investigação de acidentes espaciais; definição de responsabilidades e de garantias.

O projeto de lei reafirma a Agência Espacial Brasileira e o Comando da Aeronáutica como as autoridades espaciais civil e de defesa, respectivamente, definindo assim, de forma mais clara, as responsabilidades envolvidas na realização das atividades espaciais no Brasil.

Atualizar a legislação em atenção ao conceito de "novo espaço" coloca o Brasil na vanguarda dos países com capacidades de dominar os quatro segmentos das operações espaciais, ou seja, as infraestruturas de solo; os sistemas satelitais; os veículos lançadores; e os produtos e serviços baseados no espaço (segmento solo, segmento espacial, segmento lançador e segmento usuário).

A indústria espacial nacional será diretamente beneficiada com as atividades espaciais realizadas no país, de modo que a aprovação da lei de atividades espaciais promoverá o direcionamento dos recursos obtidos com essas atividades para pesquisa, desenvolvimento e inovação do setor espacial; manutenção da infraestrutura espacial; desenvolvimento e manutenção da consciência situacional espacial; fomento à indústria espacial nacional e desenvolvimento do país.

Em última análise, a edição de uma lei de atividades espaciais é reflexo da capacidade do país de se adaptar, colaborar e aplicar o contínuo desenvolvimento tecnológico em um mundo globalizado e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cada vez mais interconectado. Este projeto é fundamental para assegurar a exploração responsável, o uso pacífico e a preservação do espaço para as gerações futuras.

Em síntese, a proposição almeja estabelecer e colocar o país na vanguarda do "novo espaço", bem como trazer segurança jurídica para as operações espaciais realizadas em solo brasileiro. Esses motivos justificam fortemente a aprovação desta proposição.

No que concerne às duas emendas de redação – e ressalto: são emendas de redação – apresentadas pelo Senador Vanderlan Cardoso, estamos de acordo com seu teor, uma vez que os ajustes redacionais por elas propostos tornam o texto mais preciso e claro. É bem verdade que o conceito de atividade espacial dual, isto é, com possibilidade de emprego nos âmbitos da defesa e civil, abrange não apenas iniciativas que tenham sido concebidas com esse propósito, mas também aquelas que no curso de sua aplicação assim se revelem. Da mesma forma, é de fato conveniente que se deixe expresso no projeto de lei a possibilidade de o Comando da Aeronáutica, responsável pela coordenação dos meios para a consciência situacional dos artefatos e dos detritos espaciais, selar parcerias nacionais para esse fim, ainda que seja evidente que o texto não restringia essa condição a parceiros internacionais.

Voto.

Diante do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei nº 1.006, de 2022, e, quanto ao mérito, por sua aprovação, bem como das Emendas (de redação) nºs 1 e 2, do Senador Vanderlan Cardoso.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Em discussão o relatório.

Senador Hamilton Mourão, concedo a palavra a V. Exa.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para discutir.) – Bom dia, Presidente, Senadoras, Srs. Senadores, quem nos acompanha.

Queria cumprimentar o Senador Astronauta Marcos Pontes pelo brilhante relatório de um projeto que é extremamente importante, sempre destacando que é um projeto em que o espaço tem um emprego dual, mas, quando nós lembramos a evolução da arte da guerra – primeiro, era um combate linear; depois, com o surgimento da artilharia, deu profundidade e, com a ocupação do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

espaço pela aviação e, mais recentemente, pelo uso do espectro eletromagnético e de satélites, tornou o controle e a capacidade de um país de atuar nessa área extremamente importante.

Em relação aos detritos espaciais, Presidente, eu vou dar um depoimento aqui. Em 1987, eu era um jovem capitão na brigada paraquedista e foi reunido um grupo ali de 60 saltadores livres, porque havia a iminência de um satélite chinês, com material radioativo, cair em território nacional, em área completamente inóspita. Felizmente, não foi necessário o nosso emprego, porque o satélite caiu no mar, mas essa é uma realidade que ocorre no mundo, e o Brasil tem responsabilidade nessa parte.

Então, mais uma vez, cumprimento o Marcos Pontes por esse relatório, e acho que é fundamental para o nosso país.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Agradecemos a intervenção do Senador Hamilton Morão.

Continua a discussão. (*Pausa.*)

Senador Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Presidente, só para complementar alguns pontos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Por favor, fique à vontade.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Como o senhor sabe, eu sou do Comando da Aeronáutica, tenente-coronel da reserva do Comando da Aeronáutica, trabalhei no Instituto de Aeronáutica e Espaço durante bastante tempo. Minha vida foi, de certa forma, ligada ao programa espacial no Brasil e fora do Brasil. Nós vemos as enormes possibilidades que o Brasil tem de utilização do espaço, e isso concerne não só às aplicações para uso em diversos setores, mas também na área comercial para que nós possamos utilizar isso para o benefício do Brasil, gerando empregos, etc., e também no alinhamento do Brasil com as normas internacionais, o que é extremamente importante. E o Brasil é um dos poucos países do mundo que tem capacidade de fazer essas quatro áreas: satélites, foguetes, centros de lançamento, infraestrutura e aplicações do espaço.

Então, esse projeto de lei, eu o tenho esperado durante muito tempo, porque o nosso programa espacial... um dos maiores problemas para o desenvolvimento do programa espacial, primeiro, foi a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

falta de prioridade ao longo de muito tempo, por falta de visão; acho que a gente poder aplicar isso mais claramente... Segundo, por causa da coordenação. Então, é a dificuldade de coordenação dentro do próprio programa, e, com a relação civil e militar, também era sempre um problema, e isso aqui deixa muito claro isso.

E agora, com a continuidade, por exemplo, do desenvolvimento do Centro Espacial de Alcântara, com a criação da empresa Alada, que vai poder trazer ao Brasil, para o programa espacial, mais de 3 bilhões. Se pegar 1% do mercado internacional de lançamento de micro e pequenos satélites, o que é perfeitamente possível, isso vai acelerar o nosso programa espacial de uma forma maravilhosa, e é muito importante ter essa legislação para apoiar.

Então, novamente, eu gostaria de agradecer. Inclusive, eu fui informado de que existe um requerimento de urgência do Senador Vanderlan para a tramitação desse projeto, e gostaria de subscrever também esse requerimento de urgência do Senador Vanderlan para a urgência na tramitação do projeto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não havendo mais quem queira discutir, nós declaramos encerrada a discussão e passamos à votação do relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável, portanto, ao projeto, e pelo acolhimento das Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Relações Exteriores, de redação.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação. (*Pausa.*)

Sobre a mesa, há requerimento que será lido:

EXTRAPAUTA

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 12, DE 2024

Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 1006/2022.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO) e outros.

O PL 1.006, de 2022, institui normas aplicáveis às atividades espaciais nacionais.

Em discussão. (*Pausa.*)

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Pela ordem.) – Eu gostaria de subscrever também o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Tá.

Em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

As providências serão tomadas.

Item 6 da pauta.

ITEM 6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 167, DE 2023

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo de Cooperação e Facilitação em Matéria de Investimentos entre a República Federativa do Brasil e o Reino de Marrocos, assinado em Brasília, em 13 de junho de 2019.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Margareth Buzetti

Relatório: Pela aprovação

Tem como Relatora a nobre Senadora Margareth Buzetti, a quem tenho a honra de conceder a palavra para proferir o seu relatório.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Como Relatora.) – Obrigada, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom dia a todos os colegas Senadores.

Como é de conhecimento de todos, o relatório está disponível no meio digital para todos e é bastante extenso. Então, eu fiz um resumo dele.

O projeto de decreto legislativo contém o Acordo de Cooperação e Facilitação em Matéria de Investimentos entre a República Federativa do Brasil e o Reino de Marrocos.

Segundo o PDL 167, de 2023, as Partes seguirão um marco institucional para facilitar investimentos e um mecanismo de diálogo, de mitigação de riscos e de prevenção de controvérsias.

Os investimentos poderão ser em ações, títulos – exceto de dívidas do país –, bens móveis ou imóveis, direitos de propriedade, concessões conferidas por leis, obrigações, direitos creditícios ou direitos de propriedade intelectual.

Condições favoráveis.

O texto do acordo estabelece que cada Parte, na medida do possível, criará uma condição favorável para os investidores da outra Parte realizarem seus investimentos em seu território. Além disso, nenhuma das Partes estabelecerá medidas arbitrárias ou discriminatórias relacionadas à gestão, à manutenção, ao uso ou à venda de investimentos em seu território.

Desapropriações.

Um dos itens do Acordo trata da segurança jurídica referente a desapropriações ou nacionalizações, que somente poderão ocorrer se observarem as seguintes condições: para fins públicos ou de acordo com o interesse geral; não discriminatórias; acompanhadas do pagamento efetivo de uma indenização; e conforme as normas exigidas pela lei.

Perdas por conflito.

O Acordo estipula ainda que deverá haver medidas compensatórias aos investidores da outra Parte se, no território de um dos países, houver perdas de um investidor por razões tais como guerra ou outro conflito armado, revolução, estado de emergência nacional, revolta, insurreição, distúrbio ou outro acontecimento similar.

Questões sociais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um comitê conjunto deverá administrar o Acordo e examinar qualquer assunto que possa afetar o bom funcionamento do Acordo, incluindo questões relacionadas à responsabilidade social corporativa, à preservação do meio ambiente, à saúde e à segurança pública, ao respeito dos direitos humanos, incluindo os direitos dos trabalhadores, e à luta contra a corrupção.

Análise.

Observamos, destarte, que inexistem defeitos quanto à juridicidade do tratado em exame. Não encontramos, igualmente, vícios de constitucionalidade sobre a proposição, uma vez que observa o disposto no art. 49, I, e no art. 84, VIII, da Constituição Federal. Ainda em relação ao texto constitucional, o Acordo em análise enquadra-se no comando que estabelece que o Brasil rege suas relações internacionais pelo princípio da cooperação entre os povos para o progresso da humanidade (art. 4º, IX).

No mérito, entendemos ser o Acordo importante instrumento de cooperação entre o Brasil e o Reino do Marrocos, contribuindo com os esforços de promoção de investimentos envolvendo os dois países. Fundamental que se facilite o investimento e se promovam as boas relações entre brasileiros e marroquinos. Os ganhos serão significativos para o desenvolvimento das duas nações.

Voto.

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 167, de 2023.

Esse é o voto, Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a matéria, nós declaramos encerrada a discussão e passamos à votação do relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Voltamos ao item 4 da pauta.

ITEM 4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 464, DE 2022

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Econômica e Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado do Catar, assinado em Brasília, em 20 de janeiro de 2010.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação

O Relator é o Senador Esperidião Amin, e eu tenho a honra de conceder a palavra a S. Exa., para proferir o seu relatório.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, obrigado.

Eu serei breve, uma vez que projetos deste gênero têm que cumprir uma formalidade. Preenchidos os requisitos, eles merecem de nós apenas a anuência ou não, desde que os termos do Acordo respeitem as regras gerais ou genéricas.

O Acordo corresponde, em linhas gerais, a convênio econômico-comercial padrão que o Brasil celebra com diversos países para promover as relações econômicas e comerciais bilaterais.

O principal dispositivo do Acordo é o que trata da criação de um grupo de trabalho sobre cooperação econômica e comercial; ou seja, além de formalizar o Acordo sobre o que já se sabe, procurar novas formas de cooperação com um país de uma região com capacidade exuberante de investir no mundo inteiro. Então, acho que é uma providência muito adequada à constituição desse grupo de trabalho que, se propuser algo que acrescente ao Acordo, merecerá uma nova deliberação do Congresso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, o projeto de decreto legislativo veio da Câmara dos Deputados já com apreciação e, no âmbito desta Casa, merece de mim, pelas razões que já expus, a colocação à qual eu quero só acrescentar o seguinte: como está destacado na exposição de motivos, a visita do então Presidente Jair Bolsonaro, em outubro de 2019, cuja organização teve engajamento pessoal do governante máximo do país, no caso do Catar, Emir Al-Thani, teve como enfoque a pauta econômica, tendo sido marcada por encontro com investidores do Catar e tratativas com autoridades da esfera econômica.

O fato de o Governo do Catar ter designado delegação robusta para acompanhar a visita é sintomático do desejo de estreitamento dessa relação. Na mesma linha, a circunstância de o Catar já ter ratificado o Acordo revela o ambiente propício para a aproximação econômico-comercial entre os dois países.

Diante do exposto, estamos certos de que o Acordo em exame constituirá marco jurídico relevante para o desenvolvimento das relações econômicas entre Brasil e Catar.

Nesse sentido, formalmente chamamos atenção para a criação, por meio do Artigo 8, do Grupo de Trabalho sobre Cooperação Econômica e Comercial, mecanismo institucional que deverá cuidar da implementação dos termos do Acordo e prospecção de novas oportunidades, como já mencionei.

Por tudo isso, somos pela aprovação do projeto de Decreto Legislativo nº 464, de 2022.

É o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Agradecemos ao Senador Esperidião Amin.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a matéria, nós declaramos encerrada a discussão e passamos à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

ITEM 8

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 5, DE 2024

- Não terminativo -

Dispõe sobre a criação do Grupo Parlamentar Brasil-Chipre e dá outras providências.

Autoria: Senador Jorge Seif (PL/SC)

Relatoria: Senadora Tereza Cristina

Relatório: Pela aprovação

Eu tenho a honra e a satisfação de conceder a palavra à nobre Relatora para proferir o seu parecer.

Com a palavra, V. Exa.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Como Relatora.) – Muito obrigada, Presidente Renan Calheiros.

Quero cumprimentar aqui os colegas Senadores.

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 5, de 2024, do Senador Jorge Seif, que dispõe sobre a criação do Grupo Parlamentar Brasil-Chipre e dá outras providências.

O relatório.

Vem ao exame desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional o Projeto de Resolução do Senado (PRS) nº 5, de 2024, do Senador Jorge Seif, que dispõe sobre a criação do Grupo Parlamentar Brasil-Chipre e dá outras providências.

Cuida-se, nos termos do art. 1º da proposição, de serviço de cooperação interparlamentar, cuja finalidade é incentivar e desenvolver as relações bilaterais entre seus Poderes Legislativos.

Integrarão o Grupo Parlamentar Brasil-Chipre os membros do Congresso Nacional que a ele livremente aderirem (art. 2º).

O art. 3º enumera, de forma exemplificativa, as atividades de cooperação interparlamentar, com destaque para:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

I - visitas parlamentares;

II – realização de congressos, seminários, simpósios, debates, conferências, estudos e encontros de natureza política, jurídica, social, tecnológica, científica, ambiental, cultural, educacional, econômica e financeira, indispensáveis à análise, à compreensão, ao encaminhamento e à solução de problemas, visando ao desenvolvimento das relações bilaterais;

III – permuta periódica de publicações e trabalhos sobre matéria legislativa;

IV - intercâmbio de experiências parlamentares.

O Grupo Parlamentar terá regulamento interno ou, na falta desse, será regido por decisão da maioria absoluta de seus membros fundadores, respeitadas as disposições legais e regimentais em vigor (art. 4º, *caput*). Subsidiariamente à resolução decorrente da aprovação do projeto em apreço e ao regulamento interno do grupo, aplicam-se o Regimento Comum do Congresso Nacional, o Regimento Interno do Senado Federal e o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, nesta ordem (art. 4º, parágrafo único).

Os arts. 5º a 7º referem-se a normas gerais sobre estrutura e funcionamento dos grupos parlamentares. São, portanto, normas comuns a todos esses colegiados.

Na justificação, a autor do PRS assinala ser a instituição do grupo de suma importância para ambos os países, pois permitirá o aumento do diálogo político, jurídico, social, tecnológico, científico, ambiental, cultural, educacional, econômico e financeiro mais estreito e estruturado, contribuindo significativamente para o entendimento mútuo e para a solução conjunta de problemas. Possibilitará, ainda, maior intercâmbio entre os Parlamentos e seus membros e a troca de experiências, conhecimentos e melhores práticas entre os legisladores de ambos os países.

A proposição foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e esta que subscreve designada Relatora.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

Análise.

Os grupos parlamentares permitem que se intensifique a chamada diplomacia parlamentar. Nesse sentido, há, no âmbito do Parlamento brasileiro, uma miríade desses grupos com distintos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

países e organizações. Não se identifica, portanto, qualquer óbice ao estabelecimento de grupos parlamentares no Regimento Interno do Senado Federal.

Destacamos, ademais, que, a partir da Resolução nº 14, de 2015, os grupos e frentes parlamentares internacionais passaram a contar com disciplina própria. Referido ato normativo cuida, de modo específico, da criação do Grupo Parlamentar Brasil-Marrocos. Contudo, acrescentou dispositivo que passou a ser aplicado genericamente aos grupos parlamentares, como o ora em apreço:

> Art. 6º Além das normas específicas de cada resolução que estabeleça grupos interparlamentares, grupos internacionais de amizade e frentes parlamentares internacionais, aplica-se o disposto neste artigo.
> §1º Os grupos e as frentes parlamentares internacionais referidos no *caput*, de caráter permanente e sem objetivos político-partidários, destinam-se a exercer a diplomacia parlamentar.
> §2º Os grupos e as frentes parlamentares internacionais serão constituídos por parlamentares que a eles aderirem e funcionarão segundo estatutos próprios, sempre submetidos às regras contidas no Regimento Interno do Senado Federal e nas demais normas aplicáveis.
> §3º Após a criação dos grupos ou frentes parlamentares internacionais referidos no *caput*, será realizada reunião de instalação para eleger a diretoria e elaborar o estatuto, que, juntamente com a ata de instalação e os subsequentes registros de reuniões, será encaminhado à Secretaria-Geral da Mesa para publicação no *Diário do Senado Federal*.
> §4º No início de cada legislatura, cada grupo ou frente parlamentar internacional referido no *caput* realizará reunião de reativação para proceder à eleição da diretoria e ratificar ou modificar o estatuto, mediante solicitação de qualquer parlamentar ao próprio grupo ou frente, dispensado requerimento ao Plenário do Senado Federal com essa finalidade.
> §5º Os grupos e as frentes parlamentares internacionais referidos no *caput* não disporão de verbas orçamentárias do Senado Federal, salvo quando eventuais despesas imprescindíveis ao seu funcionamento forem expressamente autorizadas pela Comissão Diretora ou pelo Presidente da Casa.
> §6º Compete à Secretaria-Geral da Mesa, na forma de sua estrutura administrativa, secretariar as reuniões e dar apoio administrativo aos grupos e às frentes parlamentares

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

internacionais referidos no *caput*, mantendo seu cadastro e o dos parlamentares que os integram.

Isto posto, não há dúvidas acerca da dimensão do propósito e do mérito do projeto, pois a aproximação entre Brasil e Chipre certamente trará benefícios a ambas as nações e a seus Parlamentos.

Além disso, a proposição representa, repetimos, o exercício da diplomacia parlamentar, a qual se tem mostrado cada vez mais relevante nas relações internacionais e contribuído para a democratização dos processos decisórios nesse campo.

Esse o quadro, a proposição, que tampouco carrega vícios de constitucionalidade ou juridicidade – merece ser aprovada.

Voto.

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 5, de 2024.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Em discussão.

Agradecemos à Senadora Tereza Cristina. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir a matéria, nós declaramos encerrada a discussão e passamos à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão Diretora do Senado Federal, para prosseguimento da tramitação.

Item 7 da pauta, Projeto de Resolução nº 56...

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente, me perdoe. O senhor me permite fazer um agradecimento?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com a palavra, V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Como eu fiz questão de citar aqui quando anunciei o projeto de resolução: é de autoria do Senador Jorge Seif.

Com a palavra, V. Exa.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Primeiramente eu quero agradecer à Senadora Tereza Cristina, pela qual a gente tem grande estima e carinho por ter relatado essa matéria.

Senadora, eu queria fazer aqui alguns comentários para conhecimento do público, Sr. Presidente, e até dos próprios Senadores e Senadoras que não conhecem algumas questões do Chipre, porque é importante ter – e já agradeço aos Senadores que votaram conosco – a potencialidade dessa ilha.

Bom, é com grande prazer que me dirijo a vocês para falar sobre as imensas potencialidades da nossa querida ilha de Chipre, terra rica em história, cultura, beleza natural e com muito a oferecer aos habitantes quanto a nós no mundo.

Primeiramente, Sr. Presidente, é essencial destacar a localização geográfica e estratégica do Chipre, situado no cruzamento entre três continentes: Europa, Ásia e África. Essa posição privilegiada, Sr. Presidente, não só facilita o comércio internacional, como também torna o país um ponto de conexão crucial para negócios e viagens.

Senadora Tereza, o Chipre, ao longo dos séculos, tem sido uma ponte entre civilizações, um centro de trocas culturais, comerciais, e continua a desempenhar esse papel de forma notável. Em termos de economia, o Chipre possui um setor de serviços robustos e diversificado, com destaque para o turismo, que atrai milhões de visitantes anualmente. As praias deslumbrantes, montanhas pitorescas e cidades históricas são apenas algumas das atrações que fazem do Chipre um destino turístico de classe mundial. Além disso, Sr. Presidente, o país tem investido consistentemente na modernização de sua infraestrutura turística, garantindo que visitantes de todo o mundo possam desfrutar uma experiência inesquecível.

Outro pilar vital na economia cipriota é o setor financeiro. Com um sistema bancário bem desenvolvido e uma reputação de centro financeiro internacional, o Chipre oferece um ambiente favorável para investimentos e sistema jurídico baseado na *common law* inglesa, que proporciona

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

segurança e confiança aos investidores e estrangeiros, tornando o Chipre local atraente para negócios e investimentos.

Além disso, não podemos esquecer a crescente indústria de tecnologia e inovação, que o Chipre tem se posicionado como *hub* tecnológico emergente, atraindo *startups* e empresas de tecnologia com incentivos fiscais, infraestrutura de alta qualidade e um ambiente de negócios acolhedor.

O governo tem implementado políticas voltadas para a promoção da inovação e empreendedorismo, criando um ecossistema dinâmico vibrante para desenvolvimento de novas tecnologias.

No setor de energia, Sr. Presidente, o Chipre possui reservas significativas de gás natural *offshore*, que prometem transformar a economia do país nos próximos anos. E esses recursos naturais oferecem uma oportunidade única para desenvolvimento de uma indústria energética robusta, que pode não só satisfazer necessidades internas, mas também tem energia para a Europa e outros países.

Finalmente, é crucial mencionar o potencial humano do Chipre, população educada, multilíngue e altamente qualificada. Instituições de ensino superior do país têm formado profissionais competentes e preparados para enfrentar os desafios do mercado global. Esse capital humano, Sr. Presidente, é o verdadeiro motor de desenvolvimento sustentável e inovação.

Em conclusão, o Chipre é uma nação com imensas potencialidades, uma terra de oportunidades e um futuro brilhante e com localização estratégica e economia diversificada, recursos naturais e capital humano excepcional.

Estamos prontos, Sr. Presidente, enquanto país, enquanto nação Brasil, para, junto com o Chipre, enfrentar os desafios do futuro e garantir um desenvolvimento próspero para os cipriotas e para os brasileiros.

Muito obrigado, Senadora Tereza.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Item 7 da pauta.

ITEM 7

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 56, DE 2023

- Não terminativo -

Institui a Frente Parlamentar pelo Desenvolvimento da Indústria Aeroespacial Brasileira.

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

Relatoria: Senador Magno Malta

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão Diretora do Senado Federal.

2. A matéria constou das pautas das reuniões dos dias 29/02/2024, 21/03/2024 e 18/04/2024.

Eu havia designado, anteriormente, o Senador Magno Malta para ser o Relator. Em função da ausência do Senador, eu tenho a honra de designar como Relator *ad hoc* o Senador Esperidião Amin.

Com a palavra, V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Presidente, fico muito gratificado pela designação e faço minhas as palavras escritas pelo Senador Magno Malta a propósito da iniciativa. Aliás, quero anunciar que, se eu não assinei ainda, quero subscrever a frente parlamentar muito justificadamente proposta pelo Senador Astronauta Marcos Pontes. Ninguém melhor do que ele, pelas suas peripécias em grande altitude, para nos propor esse desafio.

A proposta, portanto, institui regularmente a Frente Parlamentar pelo Desenvolvimento da Indústria Aeroespacial Brasileira, cuja importância é inequívoca.

Há um fato curioso que me ocorre aqui. No período do breve Governo do Presidente Jânio Quadros, Brasil e Índia anunciaram a sua participação futura na pesquisa e no desenvolvimento de todo o aparato exigido pela indústria aerospacial. Nós não andamos muito rápido. A China decolou e já chegou ao lado oculto da Lua.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. *Fora do microfone*.) – Pois é. E vai mais longe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E vai mais longe.

Então, fica como uma advertência para nós que somos competitivos.

Saúdo o Senador Chico Rodrigues, que andou colocando o dedo num baleiro errado, no mínimo. (*Risos.*)

Dessa forma, cabe à Comissão, a teor do art. 103, inciso VIII, do Regimento Interno, opinar sobre o propósito e sobre a validade da frente parlamentar.

É evidente que o Brasil não pode ficar de fora de algo que, além de ser a curiosidade mais antiga da humanidade – que é o céu que existe por lá –, em todas as noites e em todos os dias, o homem sempre se perguntou. Então, nós podemos dizer que temos uma indústria importante, especialmente no Hemisfério Sul, mas devemos a nós mesmos um desenvolvimento mais de acordo com a importância do Brasil no cenário mundial.

Por isso, a criação da frente parlamentar pode e deve contribuir para alertar, para buscar viabilizar e, sempre que possível, estimular o Governo, criticar o Governo e prover o Governo de meios para que o Brasil discuta, seja parceiro e adentre nas atividades de pesquisa, projeto, fabricação, operação e manutenção de aviões, foguetes e outros veículos de transporte aéreo e espacial. Portanto, o projeto é altamente meritório.

Faço minhas, eu repito, as palavras do Senador Magno Malta para, além de subscrever a frente como um de seus signatários, aplaudir o Senador Marcos Pontes pela iniciativa e dizer que a aprovação deste projeto de resolução, na forma regular que toca a instituição de frentes parlamentares, será muito útil e preencherá um vácuo nessa atividade legislativa uma vez aprovada.

Portanto, voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Em discussão.

Não havendo...

Senador Astronauta Marcos Pontes, com a palavra V. Exa.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para discutir.) – Presidente, eu gostaria inicialmente de agradecer ao Senador Magno Malta pelo relatório, agradecer ao Senador Esperidião Amin pela leitura e pelos comentários sobre essa frente parlamentar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou muito feliz, porque esse projeto tem aderência completa com o que nós tivemos no item 1 da pauta hoje, da aprovação da lei geral do espaço, do marco das atividades espaciais no Brasil, e eles se complementam da seguinte forma: nós temos Senadores, obviamente, aqui, de todos os estados, e nós temos um mercado gigantesco no setor aeroespacial, no que concerne a aeronaves, foguetes, infraestrutura aeroespacial e aplicações dessa infraestrutura. Nós tratamos disso, de certa forma, na lei geral do espaço, de forma a permitir segurança jurídica, segurança para a operação dessas empresas no Brasil. A importância de se ter Senadores de diversos... Aliás, aproveito para convidar todos os Senadores a participarem dessa frente também, porque nós temos, por enquanto, uma concentração muito grande das atividades da indústria aeroespacial, na região de São José dos Campos, no Estado de São Paulo, que é o meu estado, mas, idealmente, no Brasil, nós precisamos ter uma distribuição maior também, ou seja, a criação de *startups*, novas empresas, nos diversos estados do Brasil, para permitir não só o desenvolvimento desses sistemas e subsistemas, mas também o das aplicações do espaço e aplicações aeronáuticas, vamos dizer assim, do setor de aeronáutica no Brasil todo. Nós temos um país continental que precisa de desenvolvimento mais homogêneo, e, sem dúvidas, isso aqui pode colaborar. Então, eu conto com a participação dos Senadores dos diversos estados para nos ajudarem a seguir com isso e termos mais desenvolvimento econômico e social, gerar recursos nos diversos estados, utilizando as oportunidades do setor aeroespacial.

Eu lembro do fundador da Embraer, o Coronel Ozires Silva, o engenheiro Ozires Silva, do ITA também – eu copiei a carreira dele, diga-se de passagem; eu falo que eu copiei, realmente, a carreira dele –, que é lá da minha cidade, de Bauru, também.

É uma coisa que me deixa muito feliz ter esta participação aqui em conjunto.

Novamente, quero agradecer. Eu tenho certeza de que essa frente vai ser muito útil para o Brasil, como um todo, para o desenvolvimento e para que nós tenhamos – quem sabe? – mais ozires silvas, no Brasil, criando empresas, para aumentar esse parque industrial no Brasil, que é tão importante.

Obrigado.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com a palavra, o Senador Chico Rodrigues, para discutir a matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Para discutir.) – Sr. Presidente, é meritória essa iniciativa. Há mais de 20 anos, eu acompanho esse segmento da aérea espacial. Inclusive, estive presente durante parte expressiva do treinamento do Senador Astronauta Marcos Cesar Pontes, na NASA, em Houston. Lá fomos, várias vezes, como membro da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, acompanhando missões da AEB (Agência Espacial Brasileira). Participamos, ativamente, de cada passo que o sonhador Coronel Marcos Pontes tinha, na NASA, para que pudesse o Brasil ter, na Estação Espacial Internacional, um astronauta brasileiro. Acompanhamos as dificuldades, o trabalho foi incansável, inclusive, ainda no primeiro Governo do Presidente Lula, com idas e vindas, para que se pudesse desenvolver essa operação.

Quando é proposta a criação dessa frente parlamentar – aqui, tão bem e mais do que ninguém poderia explicar, de uma forma didática e rápida, o Senador Marcos Pontes –, as alternativas são gigantescas desse segmento aeroespacial. Inclusive, em vários pontos do Brasil, acima da Linha do Equador, nós temos lançadores de órbita baixa, que reduzem, substancialmente, o custo dos lançamentos, como é o caso, especificamente, de Alcântara, enfim, e o de Kourou, que está ali próximo, comprovando isso.

Então, o Brasil tem uma potencialidade gigantesca para essa área da atividade aeroespacial, e tudo, na verdade, de uma forma transversal, se encontra. Eu agora estou desenvolvendo – estou desenvolvendo, não –, mas por ideia, por imaginação, porque o homem sonha, e a obra nasce, estamos fazendo um trabalho juntamente com um grupo chinês de uma verdadeira revolução com *drones* numa atividade ainda reservada que, se Deus quiser, vai revolucionar um dos segmentos da área de saúde no Brasil e, quiçá, no mundo. Portanto, esses pontos em que no Brasil inteiro possam se multiplicar essas ações para desenvolver uma atividade aeroespacial são fundamentais.

E essa frente parlamentar, como disse o Senador Marcos Pontes, é importante, inclusive com Parlamentares de norte a sul do Brasil, para que cada um, no seu tempo e na ordem, possa, na verdade, propor a implantação de empresas, o desenvolvimento de determinadas atividades que venham, na verdade, cada vez mais impulsionar a atividade aeroespacial brasileira, que é um segmento de valor agregado gigantesco.

Então, eu gostaria de deixar esse registro, dizendo inclusive que, na verdade, já sou candidato a fazer parte dessa frente parlamentar.

Parabéns, Senador Marcos Pontes!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Encerrada a discussão, passamos à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão Diretora para prosseguimento da tramitação.

Antes de passarmos para o item 2 e para o item 5 da pauta, eu gostaria de lembrar que, na próxima terça-feira, às 14h, nós teremos uma audiência pública interativa da Subcomissão Permanente de Defesa Cibernética, destinada a debater os riscos internacionais em segurança cibernética e a importância de uma agência nacional de segurança digital no Brasil.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211.

A reunião contará com tradução simultânea inglês para português.

Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu, primeiro, quero lhe agradecer pelo registro e convidar os integrantes da Comissão.

O trabalho da Subcomissão, que foi implantada neste período – já havia sido proposta anteriormente –, tem se desenvolvido de uma maneira surpreendentemente crescente.

O Governo – e é isso que eu gostaria de expressar –, já na administração do Presidente Bolsonaro, estudava uma maneira de regular essa questão. O problema da *cyber* ou cibersegurança – em português, nós devemos dizer "ciber" – se agravou muito...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Muito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... e é uma guerra crescente.

Imagine que o Fórum de Davos mencionou uma cifra. Essa bandidagem do crime cibernético representa um dano da ordem de 14% do PIB mundial; ou seja, é como se o crime cibernético surrupiasse, no caso do Brasil, o PIB da indústria e ainda ia sobrar dinheiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Neste encontro que teremos na terça-feira, às 14h, nós contaremos, entre outros, com o representante da agência americana de cibersegurança e infraestrutura, que é o Sr. Clayton Romans, e também com o representante do Banco Interamericano de Desenvolvimento, que tem um olhar sobre esse assunto. Onde existe perda, investimentos podem reduzir as perdas. Isso vale para a defesa civil. E, se houver prevenção, pode-se perder menos e economizar prejuízo.

Então, eu acho que seria importante tanto o anúncio que V. Exa. faz quanto o convite, que eu aqui reitero, na condição de responsável por esta Subcomissão, enquanto ela perdurar, já que ela tem o objetivo último de avaliar a política pública de defesa cibernética.

E, se não for abusar, Presidente, eu tenho dois comentários a fazer, aproveitando inclusive a presença do Senador Mourão. O assunto Avibras decolou. O Senador Mourão propôs, em abril, o Convite nº 7, de 2024, que convidava o Sr. João Brasil Carvalho Leite, CEO da Avibras, e o Secretário de Produtos de Defesa, do Ministério da Defesa, para participarem de uma reunião sobre o assunto.

Com as crescentes referências a essa possibilidade de a Avibras ser comprada, ou pelo menos 49% do controle acionário ser adquirido por uma empresa chinesa, a coisa parece que ficou um pouco mais complexa, de forma que o meu pedido elementar é o seguinte: que seja marcada a audiência pedida pelo Senador Mourão, e, se for o caso, até que se suba um degrau na relação dos convidados. Não sei se o Senador Mourão concorda com isso, mas eu acho que tem que, primeiro, marcar a audiência.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – É, eu acho que a gente tem que marcar a audiência, Senador Amin, e subir um degrau seria trazer o Ministro da Defesa, mas eu acho que essas duas autoridades aí...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Pelo menos iluminariam o assunto.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – ... iluminariam o assunto, porque o assunto é delicado.

A Avibras tem um *know-how* que foi estabelecido em parceria com o Exército Brasileiro, e o principal produto hoje, que está em fase de ultimação, é o míssil de longo alcance, que dá uma dimensão estratégica muito grande para o nosso país, porque ele tem um alcance de 300km. E a gente não pode entregar essa tecnologia de mão beijada, sem ter conhecimento de como vai ocorrer essa partição entre a Avibras e a empresa chinesa Norinco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sem querer aprofundar demais o assunto, mas vou reportar aqui uma nota da *Folha,* de 21 de junho: "A compra da Avibras [...] pela [...] [empresa] chinesa Norinco pode resultar em embargo dos Estados Unidos à exportação e ao uso de produtos de defesa americanos para o Brasil." Por quê? Porque, segundo o Governo americano, existe um veto ao uso de produtos da chinesa Norinco, sob o argumento de que a companhia representa ameaça para a segurança nacional, para a política externa e para a economia americana; ou seja, o interlocutor teria mais ou menos o anátema que pesa sobre a Huawei. Todo mundo sabe o que os Estados Unidos fizeram e têm feito a respeito de parcerias com a Huawei, parcerias com o Irã. A gente, sem perceber, entra num baile de cobra, para usar uma expressão popular.

Então, eu acho que a marcação da reunião, conforme o proposto, é o primeiro passo. Os indícios de que a coisa pode se agravar ficam por serem comprovados ou não, na audiência, se ela for marcada...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu acho que, como nós vamos ter, na próxima semana, o encerramento dos trabalhos do Senado Federal, talvez fosse importante nós tentarmos realizar a audiência na terça-feira, na próxima terça.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Tem que ver aí o horário, Presidente, porque, na terça, já tem audiência pública, às 14h, da Subcomissão...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Ah, tem aqui, às 14h.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu acho que marcar seria importante.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Ou então deixaríamos para os primeiros dias de agosto.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Para a primeira semana de agosto, eu acho que seria...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Para a primeira semana de agosto. E, até lá, pode-se esclarecer até mais essa situação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Secretaria da Comissão entrará em contato com o gabinete de V. Exa. para ultimarem as providências.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Um segundo ponto que eu queria lembrar é que nós tivemos um requerimento aprovado, convidando a então pré-candidata Corina, só que ela não é mais uma pré-candidata, mas a eleição vai ser no dia 28 de julho, não é isso?

E também é um assunto conexo com...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – É, o Chico Rodrigues vai lá, para conferir se vai haver eleição mesmo.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Chico Rodrigues.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ele vai é fazer campanha, isso sim. (*Risos.*)

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Pela ordem.) – Quem sabe?

Presidente, em função de o tema ser abordado agora, eu estou solicitando a V. Exa. que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional possa ultimar esforços, no sentido de que, através das relações com o Itamaraty e com a nossa embaixada, inclusive, também em Caracas, V. Exa. indique alguns Srs. Senadores da Comissão para acompanharem, como observadores, as eleições na Venezuela.

E isso tem, obviamente, uma implicação importantíssima no caso do nosso estado, porque o meu estado faz fronteira por mil quilômetros com a República Bolivariana da Venezuela.

A situação interna é complexa, e nós, obviamente, temos todo interesse em acompanhar o desenrolar dessas eleições porque elas implicam diretamente nas relações com o nosso estado e com o Brasil.

Então, deixo aqui o registro a V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Faremos isso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Só complemento dizendo que (*Fora do microfone.*) o requerimento que foi aprovado foi subscrito pelo próprio Senador Mourão – o Senador Mourão é subscritor também desse pedido e o Senador Sergio Moro, que trouxe o assunto, inclusive, à época –, de forma que a designação de um representante seria, talvez, uma evolução ...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Concordo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... já que não podemos falar nem com a Corina nem com o candidato.

Então, seria pelo menos um gesto...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Vamos, vamos fazer.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... que a Comissão endossaria.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Tá.

Item 2 da pauta ...

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Astronauta.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Pela ordem.) – São três comentários rápidos.

Primeiro, com esse último assunto falado com relação à Venezuela, lembrei-me do fato de que nós aprovamos aqui aquela participação da Bolívia...

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. *Fora do microfone.*) – Ah, eu ia falar...

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Então, da Bolívia dentro do Mercosul, quando, uma das condicionantes, vamos dizer assim, seria a nossa visita, a visita de alguns Parlamentares dentro do sistema, para verificar o sistema democrático da Bolívia. Até

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agora eu não ouvi nada. Eu não sei se eu estou desatualizado, mas eu não vi nenhum outro avanço nesse sistema. Talvez seja uma coisa para a gente trazer voltar à pauta.

Com relação à Avibras, sem dúvida nenhuma é uma empresa de muita importância dentro do aspecto aeroespacial no Brasil, na indústria de defesa. E, quanto à relação com a China, nós temos uma relação muito boa com a China com foguetes, ou melhor, com satélites, com, por exemplo, o Programa CBERS – eu participei de várias atividades com a China, inclusive, no lançamento de satélites em parceria com a China. Ou seja, nós temos uma boa relação, mas é importante sempre ter em mente como isso se coloca no contexto geopolítico, com a proximidade ou o afastamento dos Estados Unidos e de outros países que têm restrições na utilização.

Eu, como Ministro de Ciência, Tecnologia e Inovação, tive, na área de comunicações, de tratar da questão da Huawei na época em que nós estávamos fazendo os estudos para se ter o leilão de telecomunicações no Brasil. Aquilo ali foi... eu sentei com os Estados Unidos, sentei para conversar com calma, para explicar o que nós tínhamos ali. É importante isso ser colocado de forma bem transparente para que não prejudique o Brasil de qualquer forma, tanto na estratégia ou estrategicamente aqui... nós temos condição de desenvolver tecnologias no Brasil, como tem sido feito pela Avibras. Existe uma questão financeira na Avibras que precisa ser tratada, sem dúvida nenhuma – isso deve ser pauta da nossa reunião –, mas tecnologicamente nós temos condição de desenvolver muita coisa aqui no Brasil sem a participação exterior, inclusive, nessa área, e tem-se que tomar um cuidado com a com a questões geopolíticas desses envolvimentos.

E finalmente, o terceiro ponto é com relação à defesa cibernética, ou segurança cibernética. Isso, como dito pelo Senador Esperidião Amin, é uma pauta que vai aumentar e muito nos próximos anos, exponencialmente, inclusive, com a adoção de inteligência artificial, no lado bom e no lado ruim, como toda tecnologia.

Ela pode ser utilizada também por aqueles que tentam fazer o mal através da segurança cibernética. Então, a gente precisa estabelecer critérios fixos, inclusive no desenvolvimento de inteligência artificial no Brasil, o que a gente chama de "segurança *by design*", com segurança cibernética, desde o início de todos os projetos.

E uma sugestão que eu tenho falado várias vezes é de que nós temos proposto à Autoridade Nacional de Proteção de Dados, como um órgão de coordenação de conselhos, para que nós tenhamos tudo isso organizado estruturalmente e que atenda ou conecte todos os setores, inclusive a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sociedade civil, a academia, a comunidade científica e os órgãos reguladores em três áreas que são interconectadas: primeiro, a proteção de dados – temos que lembrar que a inteligência artificial não usa só dados de pessoas, mas principalmente os dados de pessoas, então, eles já fazem a proteção de dados –, a inteligência artificial, conectada com outro conselho, e um terceiro conselho de segurança cibernética.

Esses conselhos trabalhando em conjunto, de forma harmônica, podem trazer ao Brasil uma maior segurança nesse setor, e a preparação dessa estrutura vai proteger ou ajudar a proteger o Brasil de um crescente problema que vai ter nessas áreas.

Temos que lembrar que entrará aqui a computação quântica, daqui a pouco: criptografias que demorariam cem anos, com o melhor supercomputador, vão demorar cerca de dois ou três minutos para serem quebradas com computação quântica. Dá para imaginar – é só um exemplo – o quanto isso é perigoso.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Item 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1117, DE 2021

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e a República da Bulgária, assinado em Brasília, em 1º de fevereiro de 2016.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Daniella Ribeiro

Relatório: Pela aprovação

Eu tenho a honra e a satisfação de designar a Senadora Tereza Cristina como Relatora *ad hoc*.

Concedo a palavra a V. Exa. para proferir o parecer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Como Relatora.) – Muito obrigada, Presidente Renan.

Antes da leitura, só quero dizer que, realmente, o Senador Marcos Pontes trouxe aqui um assunto que eu também ia colocar, porque nós íamos rejeitar a entrada da Bolívia no Mercosul, lá no início, acho que em fevereiro. E houve um acordo aqui – o senhor não estava presente – com o Senador Cid Gomes, no dia, para que a gente aprovasse, mas que o Itamaraty iria providenciar um acompanhamento e a ida nossa – de alguns Parlamentares – para tentar libertar a ex-Presidente, que está presa já há algum tempo, e também o Governador da Província de...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone*.) – Não é de Santa Cruz de La Sierra?

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – ... Santa Cruz de La Sierra.

Então, só deixando aqui o registro...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Perfeito.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – ... que nós gostaríamos que o Itamaraty nos trouxesse se houve algum encaminhamento ou não, e, se não, a gente reforçar esse pedido.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Até porque o grupo de trabalho foi constituído. A comissão, para fazer essa verificação, foi constituída em votação no Plenário.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Isso, exatamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Inclusive com a distribuição por partidos, ou seja, o Congresso está em dia.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Então, estou aqui para relatar como Relatora *ad hoc*. Já está disponível no *site* do Senado Federal o relatório. Então, eu pediria ao Presidente para ir diretamente à análise.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – No tocante ao tratado, inexistem defeitos quanto à sua juridicidade. Não há, por igual, vícios de constitucionalidade sobre a proposição, uma vez que observa o disposto no art. 49, I, e no art. 84, VIII, da Constituição Federal.

No mérito, o Acordo implementa a estrutura jurídica para regular as relações entre os dois países em matéria de previdência social. Nesse sentido, o documento há de favorecer, de maneira significativa, os trabalhadores de ambos os Estados contratantes que se encontram fora de seu Estado de origem.

O tema adquire maior relevância à medida que observamos o crescente fluxo internacional de trabalhadores. Ao facilitar a extensão da proteção social para cidadãos brasileiros e búlgaros, por meio do reconhecimento do tempo de contribuição em ambos os países para a concessão de benefícios previdenciários, o Acordo em análise visa a mitigar quaisquer potenciais desconfortos no âmbito previdenciário para aqueles que estão empregados em território de um Estado contratante que não seja o seu país de origem.

Some-se a esse contexto a circunstância de o ato internacional envolver países unidos por sólidos vínculos de amizade.

O voto.

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.117, de 2021.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu tenho a honra, também, de designar a Senadora Tereza Cristina como Relatora *ad hoc* do Projeto de Decreto Legislativo nº 84, de 2023.

ITEM 5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 84, DE 2023

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre a República Federativa do Brasil e a República de Ruanda, assinado em Kigali, Ruanda, em 14 de agosto de 2019.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Cid Gomes

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. A matéria constou da pauta da reunião do dia 18/04/2024.

O Relator era o Senador Cid Gomes; em função da ausência de S. Exa., designo, com satisfação, a Senadora Tereza Cristina como Relatora *ad hoc*. Concedo a palavra a V. Exa.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Como Relatora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente. Então, eu também peço para passar diretamente para a análise do projeto.

Não foram identificados vícios de juridicidade ou de constitucionalidade sobre a proposição. O projeto observa o disposto no art. 49, I, e no art. 84, VIII, da Constituição Federal. E, com efeito, o tratado veiculado pelo PDL atende o comando constitucional que estabelece que o Brasil rege suas relações internacionais pelo princípio da cooperação entre os povos para o progresso da humanidade (art. 4º, IX).

É imperioso ressaltar que o texto do Acordo em exame segue o teor de outros tratados bilaterais de mesma natureza firmados pelo Brasil e se harmoniza com os acordos-modelo da Oaci. Ademais, como assinalado na exposição de motivos, encontra-se em conformidade com a Política Nacional de Aviação Civil, estabelecida pelo Decreto nº 6.780, de 18 de fevereiro de 2009.

Há que se recordar que Brasil e Ruanda estabeleceram relações diplomáticas em 1981, sendo que a representação brasileira junto a Ruanda ficava a cargo da Embaixada do Brasil em Nairóbi, Quênia. A missão diplomática de Ruanda em Washington, Estados Unidos, por sua vez, é cumulativamente responsável pelas relações com o Brasil.

Em novembro passado, por meio do Decreto 11.810, foi criada a Embaixada do Brasil em Kigali. A despeito de o volume das trocas comerciais ser bastante modesto, Brasil e Ruanda mantêm ações de cooperação que vão desde atividades nos setores de energia, como biocombustíveis, até agricultura, mais precisamente na cana-de-açúcar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cabe ainda enfatizar o programa de cooperação trilateral na área de segurança alimentar, que viabilizou o recebimento de ajuda humanitária brasileira a Ruanda, no ano de 2020, no contexto da pandemia da covid-19, via Programa Mundial de Alimentos da Organização das Nações Unidas.

Assim, no mérito, por meio do ato internacional sob exame, o Brasil e Ruanda objetivam disciplinar os serviços de transporte aéreo de um país ao outro. A construção deste marco legal poderá reforçar os laços de amizade, viabilizar outras ações de cooperação econômica, comercial, de investimentos, cultural e de turismo.

Essa integração resultante do estabelecimento de rotas aéreas certamente levará ao aprofundamento das relações bilaterais, sobretudo considerando que, como pano de fundo dessas medidas, está a abertura da embaixada brasileira em Kigali.

O voto.

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto do Decreto Legislativo nº 84, de 2023.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nós agradecemos mais uma vez à Senadora Tereza Cristina.

Aproveitando aqui a presença do Senador Chico Rodrigues, nós também anunciamos o item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 385, DE 2022

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre a República Federativa do Brasil e a República do Equador, assinado em Nova York, em 25 de setembro de 2019.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação

Com a palavra, V. Exa., como Relator da matéria.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Como Relator.) – Obrigado, meu caro Senador Renan Calheiros, Presidente desta Comissão.

Eu já passaria à análise, porque é importante, no seu conteúdo, até a compreensão de modificações que foram processadas pelo Poder Legislativo para que esse instrumento de Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos fosse realmente posto em prática.

Vamos à análise.

A proteção de investimentos estrangeiros está dotada de grande sensibilidade política, uma vez que põe em evidência diferentes visões sobre o papel das relações internacionais e as estratégias de desenvolvimento nacional.

O Brasil tem posição histórica de resistência à celebração de acordos que preveem garantias a investidores estrangeiros, justificada pela dificuldade em se desvencilhar de tratados desiguais nas décadas que sucederam a nossa independência, ainda no século XIX.

Durante a onda liberal dos anos 90 do século XX, marcada também pelo significativo aumento dos fluxos internacionais de capitais, cogitou-se a possibilidade de o Brasil, finalmente, reverter essa tendência, pela adesão de acordos bilaterais de investimentos (comumente designados pela expressão BITs, da língua inglesa).

Nesse contexto, contudo, nenhuma das tratativas articuladas pelo Poder Executivo alcançou a fase de ratificação, algumas delas sendo refreadas por este Poder Legislativo, em prol do interesse nacional.

Fundamentavam a oposição aos BITs diversas ideias: o fato de que os acordos estavam baseados no reconhecimento de garantias que iam muito além daquelas asseguradas aos próprios investidores nacionais, a interferência exagerada sobre as legislações nacionais e a existência de ônus muito custosos para o Estado brasileiro impostos pelos mecanismos de solução de controvérsias e de satisfação das demandas.

A alternativa brasileira a esse cenário foi o lançamento de um modelo próprio de proteção de investimentos, sob a figura dos Acordos de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFIs), que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

visam a balancear a proteção de investidores estrangeiros com a margem regulatória estatal. O primeiro ACFI foi firmado em 30 de março de 2015, com Moçambique, ao qual se sucederam mais de uma dezena de outros acordos da mesma espécie, muitos deles atualmente em tramitação neste Congresso Nacional.

Em texto desse mesmo ano, que já se tornou referência sobre o assunto, os Profs. Michelle Ratton e Fábio Morosini sintetizam sob dois eixos as principais medidas adotadas. Em primeiro lugar, a facilitação de investimentos, a partir da construção de agendas temáticas que tratam de temas como a simplificação de procedimentos, a derrubada de requisitos administrativos desnecessários e o relaxamento de restrições de licenciamentos e vistos. Em segundo lugar, a mitigação de riscos, pelo estabelecimento de mecanismos de prevenção de disputas, de assistência aos investidores, de intercâmbio de informações, de transparência e de solução negociada. Com isso, diferentemente de outros BITs, para os ACFIs a arbitragem é apenas o último recurso a ser adotado para a solução de controvérsias, quando já esgotados os instrumentos de governança.

Exame do texto do ACFI Brasil-Equador demonstra seu alinhamento com acordos semelhantes firmados por nosso país. O padrão de tratamento de investidores estrangeiros é estabelecido com referência à garantia de tratamento nacional, com a cláusula “em circunstâncias semelhantes”, que assegura margem para medidas regulatórias. São estabelecidos instrumentos de governança e cooperação, como o Comitê Conjunto para Administração e os Pontos Focais Nacionais, que promovem a prevenção de conflitos e as gestões políticas. Estão também previstos padrões sociais, ambientais, éticos e de governança corporativa como contrapartida para investidores estrangeiros e seus investimentos.

Destaco que, em contraste com outros ACFIs, o instrumento em exame não previu nas disposições gerais sobre tratamento a exclusão do recurso supletivo e interpretativo ao padrão de “tratamento justo e equitativo”. Embora ressalva semelhante pudesse ter sido incluída, o acréscimo pode ser dispensado neste caso diante da oposição do Equador ao referido padrão desde 2009, notadamente após uma sequência de derrotas em arbitragens de investimentos.

Com isso, não vislumbro óbices jurídicos, em sentido amplo, à aprovação do tratado, na forma do presente projeto de decreto legislativo.

Quanto ao mérito, o fluxo de investimentos entre Brasil e Equador pode ser dinamizado pela celebração do tratado que estamos agora a examinar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dados do Banco Mundial mostram que o Equador ainda recebe volume muito limitado de investimentos diretos estrangeiros, os quais representam menos de 1% do PIB equatoriano. Embora os investimentos brasileiros no Equador não sejam irrisórios nesse conjunto, nosso país ainda se situa atrás de diversos outros atores, como Argentina, China, França, Itália, Suécia, Austrália e Cingapura.

Por sua vez, dados da Ceic mostram que o fluxo do Equador para o Brasil é ainda muito tímido, em patamar semelhante aos investimentos recebidos da Eslovênia, embora o comércio bilateral com o último país seja três vezes inferior àquele com o parceiro sul-americano.

Acrescento que a relevância de proteger os investimentos e os investidores brasileiros é reforçada pelo fato de Brasil e Equador já terem vivido contencioso bilateral, quando, em 2008, houve o cancelamento unilateral de contratos e o sequestro de bens e valores de empresa brasileira que operava no país parceiro.

Por fim, convém destacar a importância estratégica da aproximação dos mercados platino e andino e as previsões constitucionais de cooperação entre os povos para o progresso da humanidade (art. 4º, inciso IX) e de integração econômica dos povos da América Latina (art. 4º, parágrafo único), que prestam apoio à proposição. Brasil e Equador possuem atualmente mais de cem acordos bilaterais em vigor, os quais tratam de temas variados, como a cooperação técnica, a mobilidade humana e até mesmo a promoção comercial. Assim, é pertinente estender os contatos bilaterais à cooperação e facilitação de investimentos, tal como o faz o ACFI Brasil-Equador.

Por todos esses motivos, convém decidir favoravelmente à proposição, que se dirige não apenas à promoção de investimentos bilaterais, como também à proteção de investidores brasileiros no país parceiro.

Voto, Presidente.

Somos pela aprovação do PDL nº 385, de 2022, que aprova o texto do ACFI Brasil-Equador. A proposição é meritória e está em conformidade com os requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Passamos agora à discussão em globo dos itens 2, 3 e 5 da pauta. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir as matérias, declaramos encerrada a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passamos à votação em globo dos itens anunciados.

As Sras. e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

As matérias seguirão à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

Último item da pauta:

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 11, DE 2024

- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública para debater o tema Descarbonização dos Mares

Autoria: Senador Renan Calheiros (MDB/AL)

Em votação.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu queria aproveitar a oportunidade para combinar com os Senadores e com as Senadoras a antecipação da nossa reunião da próxima semana para quarta-feira, portanto, dentro do prazo de funcionamento do Senado Federal.

Nós temos uma pendência sobre a mesa: uma, duas, três, quatro, cinco, seis, sete sabatinas para realizar. São os Embaixadores de Cabo Verde, cuja relatoria, nós designamos à Senadora Tereza Cristina, o Embaixador Alexandre Henrique; a sabatina do Embaixador Colbert Soares Pinto, de Santa Lúcia, para a qual nós sugerimos o nome do Senador Jaques Wagner para Relator; Eugênia Barthelmess para Angola, e sugerimos o nome do Senador Esperidião Amin; Luciano Mazza de Andrade para Singapura, e sugerimos o nome do Senador Hamilton Mourão; Nedilson Ricardo Jorge para o México, e sugerimos o nome do Senador Humberto Costa; Rafael de Mello Vidal para Embaixador na Ucrânia – este nome não foi mandado a esta Comissão ainda, continua na Mesa do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senado Federal –, e nós sugerimos o nome do Senador Chico Rodrigues como Relator; e Rosimar da Silva Suzano para a Estônia, e nós sugerimos o nome da Senadora Margareth Buzetti.

Com essas sabatinas que realizaremos na quarta-feira, nós teremos realizado 55 sabatinas, mais a sabatina da Abin; logo, 56 sabatinas nesse período. Pelo menos com relação às sabatinas, nós avançamos bastante. (*Pausa.*)

Esgotada a pauta, mais uma vez eu agradeço a presença de todos.

Convocamos reunião para quarta-feira, às 10h, aqui nesta Comissão.

Senador Astronauta, com a palavra V. Exa.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Pela ordem.) – Quero apenas, Presidente, parabenizá-lo pela chamada desta audiência pública – ou dessas audiências públicas – com relação aos nossos oceanos e mares. É um assunto extremamente importante, muitas vezes esquecido, mas que precisa da participação internacional, e isso envolve uma série de possibilidades, tecnologias, metodologias que precisam ser tomadas em conjunto e decisões, então parabéns...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – ... porque realmente é um tema que muitas vezes é esquecido, e a gente precisa trazê-lo de volta.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 43 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE JULHO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e dezenove minutos do dia dez de julho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Renan Calheiros, Chico Rodrigues e Hamilton Mourão, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Marcos do Val, Alessandro Vieira, Sergio Moro, Ivete da Silveira, Carlos Viana, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Jaques Wagner, Humberto Costa, Margareth Buzetti, Fabiano Contarato, Flávio Arns, Astronauta Marcos Pontes, Rosana Martinelli, Tereza Cristina, Carlos Portinho, Esperidião Amin e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Angelo Coronel, Paulo Paim, Eliziane Gama e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Fernando Dueire, Cid Gomes, Daniella Ribeiro e Mara Gabrilli. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Indicação de Autoridades**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 20, de 2024 - Não Terminativo** - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora EUGÊNIA BARTHELMESS, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República de Angola." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **Observação:** 16 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 21, de 2024 - Não Terminativo** - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora ROSIMAR DA SILVA SUZANO, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Estônia." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Margareth Buzetti. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **Observação:** 16 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 3 - Mensagem (SF) n° 17, de 2024 - Não Terminativo** - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor NEDILSON RICARDO JORGE, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil nos Estados Unidos Mexicanos." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **Observação:** 14 votos favoráveis, nenhum contrário e 2 abstenções. **ITEM 4 - Mensagem (SF) n° 23, de 2024 - Não Terminativo** - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor RAFAEL DE MELLO VIDAL, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Ucrânia e, cumulativamente, na República

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Moldova." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **Observação:** 16 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 5 - Mensagem (SF) n° 22, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor LUCIANO MAZZA DE ANDRADE, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Singapura." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **Observação:** 16 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 6 - Mensagem (SF) n° 18, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor COLBERT SOARES PINTO JUNIOR, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil em Santa Lúcia e, cumulativamente, na Comunidade da Dominica." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (*Ad hoc*), substituiu Senador Jaques Wagner. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **Observação:** 16 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 7 - Mensagem (SF) n° 19, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor ALEXANDRE HENRIQUE SCULTORI DE AZEVEDO SILVA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Cabo Verde." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (*Ad hoc*), substituiu Senadora Tereza Cristina. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **Observação:** 16 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e dez minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Renan Calheiros
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

NOTAS TAQUIGRÁFICAS REVISADAS

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/07/10

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 2ª Sessão Legislativa Ordinária (*Fora do microfone.*) da 57ª Legislatura.

Conforme a pauta publicada, a presente reunião destina-se à apreciação da indicação de duas Embaixadoras e de cinco Embaixadores para postos no exterior.

A reunião, como todos sabem, é aberta à participação da sociedade por meio do Portal e-Cidadania, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo 0800 0612211.

A votação, esclarecendo as diretrizes, será obrigatoriamente presencial por meio de duas urnas de votação secreta – localizada uma na porta do plenário e outra dentro dele.

Cada sabatina começa com a leitura do respectivo relatório pelo Relator; em seguida, é concedida a palavra à indicada ou ao indicado por até 15 minutos para a sua exposição inicial; na sequência, será aberta a fase de inquirição pelas Sras. e pelos Srs. Senadores inscritos, com a duração de até cinco minutos por Senador, organizados em blocos de quatro Senadores; a resposta do sabatinado será a todos os questionamentos do bloco e terá duração de cinco minutos, podendo haver réplica e tréplica por até três minutos cada; por fim, será realizada a votação, seguida da apuração dos votos.

Eu consulto as Sras. e os Srs. Senadores sobre se as interpelações dos sabatinados serão feitas em reunião aberta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Atendendo à deliberação do Plenário, passemos às sabatinas em reunião, portanto, aberta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já presentes na mesa os Embaixadores e as Embaixadoras.

O item 1 da pauta...

Amin, está bem?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Perfeito.

Indicação do nome da Sra. Eugênia Barthelmess, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República de Angola.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) N° 20, DE 2024

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora EUGÊNIA BARTHELMESS, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República de Angola.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pronto para deliberação

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Está terminando... (*Risos.*)

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Obrigado, Jaques.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem. *Fora do microfone*.) – Presidente, eu peço desculpas, mas eu tenho que dizer que eu tinha que atender a uma determinação do Senador Jaques Wagner...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Sem dúvida.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone*.) – Do Lula, para atender ao Lula. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – ... como um cidadão cumpridor da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Sem dúvida.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Eu estava salvando a reputação do meu amigo, um ato generoso de salvar a reputação dele. E eu não posso submetê-lo ao nº 1, pois não posso ser indelicado nem com as mulheres, porque eu tenho uma leitura muito complexa para fazer na CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Perfeito, na CCJ...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Trata-se da PEC do marco temporal.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Novamente...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – É uma tempestade. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Passo, portanto, a palavra com muita satisfação ao Relator, o Senador Esperidião Amin, para suas breves considerações e resumo do seu relatório.

Com a palavra V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Serão muito breves, Presidente.

Muito obrigado, quero agradecer pela compreensão em função do momentâneo problema que eu tive aqui, atendendo a um telefonema, mas eu queria combinar o seguinte: o relatório, Presidente, já foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

distribuído, e o que eu posso dizer a respeito da Sra. Eugênia Barthelmes... Pronunciei corretamente, razoavelmente?

A SRA. EUGÊNIA BARTHELMESS (*Fora do microfone*.) – Perfeito, Senador. Sim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E a sua missão na Angola é uma missão muito relevante para um país que tem os compromissos e o terreno a cumprir e a vencer no nosso relacionamento com a África. A sua missão é muito importante. Os dados econômicos do nosso relacionamento, ainda que não sejam os desejáveis, os satisfatórios, são um incentivo para a sua missão no intercâmbio multissetorial que nós temos que travar.

E, como todo corpo diplomático, quando se trata de apreciar uma indicação, você não tem preocupações de natureza funcional, operacional ou de competência, porque todas elas foram testadas desde seus tempos de Instituto Rio Branco, que é uma instituição muito respeitada no mundo.

Por isso, sem mais tomar o tempo dos senhores e agradecendo pela oportunidade, eu desejo à nossa Embaixadora sucesso, desde que efetivamente aprovada pelo Senado – como eu espero –, e afirmo aqui, como digo no relatório já apresentado, que ela preenche todas as condições para bem cumprir o papel a que está incumbida e o Senado deliberar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Agradeço ao Senador Esperidião Amin e concedo a palavra à Sra. Eugênia Barthelmess, indicada para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República de Angola.

Eu informo à Embaixadora que o tempo inicialmente destinado a V. Exa. para a exposição é de 15 minutos. Com a palavra V. Exa.

A SRA. EUGÊNIA BARTHELMESS (Para expor.) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, muito obrigada. Para mim é um privilégio pessoal ter, como Relator da minha indicação, o Senador Esperidião Amin.

Sr. Presidente e ilustre Comissão de Relações Exteriores, o relacionamento do Brasil com a Angola se inscreve em um contexto em que a África aparece hoje, para as potências médias e primeiras potências do mundo, como a última fronteira para estabelecimento de novas relações de influência política e de introdução de presença comercial competitiva.

Presidente Renan Calheiros, o motor da economia do mundo está hoje na Ásia, mas o próximo passo é o desenvolvimento muito ágil dos países do continente africano. É com consciência disso que estão na África hoje as grandes potências – a China, os Estados Unidos –, as potências médias – Rússia, Turquia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil entra na África pela porta de Angola. A Angola é para nós a porta natural, a entrada natural da presença do Brasil no continente.

Nós estamos em um momento muito auspicioso de retomada do relacionamento com Angola, de reaproximação com o Governo angolano. Em agosto do ano passado, o Presidente da República realizou uma visita de Estado a Angola. O Embaixador Rafael Vidal, que se encontra, Sr. Presidente, aqui à mesa, organizou essa visita de Estado muito trabalhosa e muito bem-sucedida do Presidente da República a Luanda, no ano passado. A visita de Estado presidencial foi um marco histórico no relacionamento bilateral. Ali foram relançadas as bases do relacionamento Brasil-Angola, que é tão importante para a presença brasileira na África. Angola é a maior economia entre os países africanos de língua portuguesa, é a maior população, é o país do qual nós sejamos talvez os mais próximos. Agora, realizada essa visita histórica e recebidas as diretrizes do Presidente da República, o que nos cabe, Sr. Presidente, como embaixada e como Itamaraty, é fazer cumprir as determinações, as diretrizes políticas de mais alto nível. É entendimento do Itamaraty que o sucesso das nossas iniciativas na África como um todo passará pelo sucesso do que nós formos empreender com Angola.

Eu queria, Sr. Presidente, se eu puder, dizer uma palavra sobre o país, sobre Angola, no seguinte sentido: nós todos – esta ilustre Comissão, os Srs. Senadores, o Itamaraty – sabemos que Angola é um país que obteve sua independência muito recentemente, em 1975. O Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência angolana no próprio dia, no próprio dia em que o país se declarou independente. É uma independência muito recente e é um país que atravessou uma história de guerra civil até 2002. Há apenas 20 anos, o país saiu de uma situação de guerra civil. É tudo muito recente em Angola.

Ao mesmo tempo, é um país em que o Governo tem um projeto muito claro, muito coerente e muito deliberado de redefinição do seu perfil como potência africana e como economia. Hoje a economia é dependente do petróleo. Angola é o segundo produtor de petróleo na África, depois da Nigéria. Mas existe, Senador Renan Calheiros, um projeto deliberado, sistemático, formal de transformação dessa economia, de diversificação da economia. E é aí que nós entramos como parceiro político e comercial de Angola. O Brasil já coopera com Angola, em termos de saúde, em termos de educação. É tradicional a nossa cooperação com Angola.

Muito recentemente, nas mãos do Embaixador Rafael Vidal, que lá está conduzindo a embaixada e que eu terei a honra de substituir se aprovada pela Comissão de Relações Exteriores do Senado, instituiu-se um projeto de cooperação emblemático, é o chamado projeto do Vale do Cunene. O Vale do Cunene, Senador Marcos Pontes, é no sul de Angola, na fronteira com a Namíbia, região do semiárido, muito parecida com a nossa região do Vale do São Francisco, e a ideia é que o Brasil, através do Mapa, da Codevasf, leve a sua experiência de valorização da economia do Vale do São Francisco, de resgate daquela região, que hoje é tão afluente no Brasil, que o Brasil possa levar isso a Angola.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A pergunta que sempre se faz é: qual o objetivo de um relacionamento político bilateral? Para que um país tem o seu serviço exterior? Para que um país estabelece relações políticas com outro país? No fundo, é sempre... Política externa é política. Se eu puder, Presidente Renan Calheiros, se o senhor me autorizar a fazer um comentário um pouco à margem do tema principal, política externa é política, e política se faz com o objetivo do desenvolvimento nacional. Toda política externa, de qualquer país, por mais poderoso que seja o país, por menos poderoso que seja o país, é uma política que tem por objetivo final o desenvolvimento próprio, doméstico, interno. Os gestos externos são feitos, no fundo, por uma razão egoísta – uma razão nobre, mas egoísta – de desenvolvimento interno. O que o Brasil quer, no seu relacionamento com a África, no seu relacionamento com Angola, é promover as suas empresas, o seu comércio, de maneira competitiva, o seu perfil como operador internacional e como formador de opiniões no cenário internacional.

Aí nós temos que falar sempre de comércio, de investimentos e, falando de comércio e investimentos, nós temos que falar de capacidade de financiamento. Neste momento, estão na África e estão em Angola grandes operadores internacionais – países europeus, Estados Unidos, Rússia. Basta dizer que a embaixada da Rússia em Luanda mantém 56 diplomatas. Na nossa embaixada, em Luanda, somos quatro, o Embaixador e mais três jovens diplomatas. Se a embaixada russa em Luanda tem 56 diplomatas, a embaixada chinesa deve ter 560 diplomatas; e a embaixada americana, talvez, 1.560. O Embaixador Rafael, que é um experimentado operador em Angola, conta que é realmente colossal a presença das outras potências em Angola.

Essas potências entram com as suas linhas de financiamento para as suas empresas, para os seus operadores do setor privado. E aí comento, Sr. Presidente: Angola não deve ao Brasil nenhum centavo. Aqueles empréstimos que o BNDES fez a Angola, ao longo do relacionamento bilateral, foram integralmente quitados em 2019. Angola pagou integralmente o que devia ao Governo brasileiro; pagou antes do tempo, desejou assim, optou por pagar, por quitar essa dívida antes do tempo. Em 40 anos de relacionamento na área de financiamento, Angola, em nenhum momento, esteve em *default* em relação ao Brasil. Isso jamais ocorreu e a situação atual é que tem sua dívida plenamente quitada desde 2019.

Há uma presença comercial brasileira em Angola importante, neste momento...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. EUGÊNIA BARTHELMESS – ... mas essa presença é financiada por terceiros países, por bancos europeus, pelo Banco Africano de Desenvolvimento, por fontes de financiamento que não são brasileiras. Isso naturalmente diminui o peso da nossa presença comercial, que nós sabemos que é muito eficiente, é muito importante. Mas, neste exato momento, nos falta ainda um elemento de estar em negociação, um acordo, um memorando de entendimento para a liberação de financiamento de bens – não de serviços, mas de comércio de bens –, que está, neste momento, do lado... É uma negociação muito complexa, mas que está se aproximando do final e está neste momento do lado angolano. O lado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

angolano precisa definir a sua modalidade de contrapartida. E Angola já não deseja dar petróleo como contrapartida, porque Angola desenvolve um programa com o Fundo Monetário Internacional, que desencoraja oferecimento de petróleo como contrapartida de linhas de financiamento.

Presidente, o relacionamento é multifacetado, é muito complexo e é extremamente importante para a presença do Brasil na África e no mundo.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. EUGÊNIA BARTHELMESS – Há uma cooperação...

Eu não vou...

É impossível cobrir todo o leque.

Vou mencionar, Presidente Renan Calheiros, a questão do relacionamento em defesa, por exemplo, na qual a nossa presença poderia ser muito mais ampla. Havia três missões de assessoria militar brasileira em Angola, que foram suspensas em 2019 e 2020, e poderiam ser eventualmente retomadas. Há uma expectativa angolana de aproximação com a nossa Marinha, com a Marinha do Brasil. Faltaria que nós pudéssemos corresponder a essa expectativa. Hoje, a cooperação que a Marinha de Portugal oferece a Angola é muito mais presente, é muito mais substantiva.

Em termos de Força Aérea, se o Brasil pudesse ter uma presença mais íntima, mais próxima com Angola em termos de cooperação entre as duas Forças Aéreas, para, por exemplo, manutenção de equipamento brasileiro que já faz parte da frota militar angolana ou equipamento brasileiro, KC-390 por hipótese, que a Embraer deseja vender ao Governo de Angola, e o Itamaraty tem a obrigação institucional de participar, de facilitar, de oferecer intermediação para esses contatos, se, de novo, nós pudéssemos estar com uma presença militar mais próxima, tudo isso proporcionaria... São elementos de aproximação que geram fatores de multiplicação sempre de enorme benefício para o Brasil ou para o setor privado nacional.

Eu penso, Presidente, que eu não vou me estender. Nós somos sete candidatos a nos apresentar nesta manhã perante a Comissão de Relações Exteriores do Senado. Eu vou me aproximar da minha conclusão, se o Senador me permitir.

A conclusão a que se pode chegar estudando o estado atual das relações entre Brasil e Angola é de que a capacidade de apoio brasileiro ao desenvolvimento de Angola é fundamental, e é fundamental não por uma questão de generosidade brasileira em relação a Angola... Também por isso, por parceria, por fraternidade, por solidariedade com Angola, mas, mais além disso, por uma questão de que o assunto é vital para a projeção do Brasil no continente africano, que o mundo inteiro observa neste momento, e, portanto, para a projeção do Brasil como grande ator internacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa nossa presença em Angola depende de recursos, em primeiro lugar, humanos, da presença de recursos humanos. Nós temos uma embaixada... Como sempre, o Senador Esperidião Amin teve palavras muito generosa sobre o Itamaraty e o serviço exterior brasileiro. De fato, os diplomatas brasileiros têm, cada um deles, especialmente em postos considerados, Senador Chico Rodrigues, menos confortáveis ou menos fáceis, é ali que a missão do diplomata brasileiro é heroica realmente, porque cada um faz o trabalho de quatro, de cinco, de seis diplomatas chineses ou americanos ou russos.

Se eu puder dizer uma palavra, Presidente, um parêntese, a Turquia é a décima oitava economia do mundo e o Brasil é a oitava hoje. A Turquia é apenas a décima oitava, mas a Turquia resolveu investir na sua presença na África. A Turquia tem 44 embaixadas na África. A Turkish Airlines voa para 60 destinos na África. O comércio entre a Turquia e a África, que era, até recentemente, da casa de US$5 bilhões ao ano, hoje é de US$40 bilhões. No caso brasileiro, nós temos que constatar a verdade indo além da retórica. Os números são os seguintes, os fatos são os seguintes: ao longo da última década, nos últimos dez anos, o comércio entre o Brasil e o conjunto da África declinou, diminuiu.

Em 2013, nós estávamos com um comércio bilateral de US$28 bilhões, que é pouco. Um país como o Brasil – que é grande, potência exportadora global, no seu contato com 54 outros países – ter um comércio de US$28 bilhões é pouco, mas o fato é que caiu para US$21 bilhões em 2023. Como se explica isso?

Uma das explicações – e aqui eu vou concluir, Presidente – passa pela nossa carência de recursos humanos no continente africano. Nós temos 32 embaixadas na África, o Brasil mantém 32 embaixadas nos 54 países africanos. Em 20 dessas 32 embaixadas, estão lotados dois diplomatas apenas...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. EUGÊNIA BARTHELMESS – ... apenas dois. Dessas 20 embaixadas – onde há apenas dois diplomatas –, em oito só há um. Em 20 há um máximo de dois, em oito dessas 20 só há um diplomata.

Um diplomata brasileiro ou dois diplomatas brasileiros não conseguem tocar as tarefas de política, propriamente, bilateral, de política comercial, de assistência consular, de promoção comercial, de promoção cultural. Não conseguem. Um diplomata consegue administrar o posto, dois diplomatas não conseguem competir com 56 diplomatas em outras embaixadas.

Nesses 32 postos que temos na África, apenas nove são Ministros de Primeira Classe, como nós, que estamos nos submetendo, Presidente, a esta sabatina desta manhã.

Último comentário que eu faço: o Itamaraty valoriza imensamente a coordenação com o Senado Federal, com a Comissão de Relações Exteriores, para juntos nós podermos somar forças e somar capacidade analítica para procurar uma distribuição de recursos humanos que corresponda a nossa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

retórica, que é uma retórica muito correta. A nossa diretriz teórica é: a África é importante e, na África, Angola se destaca como porta natural para o Brasil.

Nós temos a obrigação, como Itamaraty... e o Congresso, parece-me, tem muito a contribuir, a aconselhar o Itamaraty nesse sentido, no sentido de que a política de pessoal do Itamaraty passe a corresponder à realidade atual do mundo.

Presidente, nós temos 80 diplomatas brasileiros no conjunto dos países africanos. Por acaso, esse número – 80 – é a soma de todos os diplomatas brasileiros que estão hoje na Cidade de Paris, que são 37, e na Cidade de Genebra, que são 43.

Hoje há – eu vou citar só dois ou três – em Lisboa, na Cidade de Lisboa – não em Portugal, mas na Cidade de Lisboa –, 25 diplomatas brasileiros. Em Roma, nós somos 28; em Londres, 28; em Paris, na cidade de Paris, 37; na cidade de Genebra, 43; na Suíça, 52 diplomatas. E, nos 54 países africanos, há esses 80 diplomatas heroicos que lá estão trabalhando e produzindo o melhor trabalho possível para tornar ilustre o nome do Brasil na África e colocar o Brasil como grande influenciador de posições no cenário internacional.

Presidente, essa era a mensagem que, com a sua permissão, eu me atrevi a trazer a esta Comissão. Com o apoio da Comissão de Relações Exteriores, talvez possa ser refletida uma política de distribuição de pessoal diplomático que corresponda à realidade política e econômica do mundo, e já não a uma percepção anacrônica de onde estão os centros de poder.

Eu agradeço muito, Presidente, pela oportunidade de me manifestar perante esta Comissão. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nós é que agradecemos.

E eu quero propor aos Senadores e às Senadoras uma inversão dessa ordem. Como as sabatinas começam necessariamente pela leitura do relatório, nós vamos exatamente dar a palavra a cada Relator e, em seguida, nós daremos a palavra aos sabatinados.

E eu vou pedir, inclusive, que alguns Senadores possam, uma vez designados como Relatores *ad hoc*, substituir os relatórios do Senador Humberto Costa, do Senador Jaques Wagner e da Senadora Tereza Cristina.

Em seguida, nós passamos ao item 2 da pauta.

ITEM 2

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

MENSAGEM (SF) N° 21, DE 2024

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora ROSIMAR DA SILVA SUZANO, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Estônia.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Margareth Buzetti

Relatório: Pronto para deliberação.

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra à Senadora Margareth Buzetti, como Relatora da indicação do nome da Sra. Rosimar da Silva Suzano, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Estônia.

Concedo a palavra a V. Exa.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Bom dia, Presidente...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sr. Presidente, só um pela ordem, antes da...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Pela ordem.) – Eu só queria um minuto para cumprimentar a futura Embaixadora de Angola, Dra. Eugênia Barthelmess, pelo fato de ter sido minha aluna na Universidade Federal do Paraná. Eu já tinha participado da Sabatina, quando ela foi para a Singapura, agora está indo para Angola. É uma pessoa competente, qualificada. E os pais dela, com muito orgulho, foram meus colegas no setor de educação da universidade.

Então, eu quero só dar as boas-vindas de novo para uma nova sabatina de uma ex-aluna, o que é muito bom e muito interessante ver como o pessoal vai longe na vida, não é?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nós agradecemos a intervenção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. EUGÊNIA BARTHELMESS (*Fora do microfone*.) – Senador, a única explicação é que se tratava de um professor muito jovem. Explica-se assim. (*Risos*.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Agradecemos a intervenção do Senador Flávio Arns.

Senadora Margareth Buzetti.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Como Relatora.) – Obrigada, Presidente.

Quero dar as boas-vindas a todos os Embaixadores, em especial à Rosimar da Silva Suzano, Ministra de Primeira Classe, cuja indicação eu vou ter o prazer de relatar. Se vocês chegaram até aqui, não tem por que nós não aprovarmos vocês, não é? Já estão mais do que aprovados.

O relatório.

Trata-se da indicação da Sra. Rosimar da Silva Suzano, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Estônia.

De acordo com o art. 52, IV, da Constituição Federal, compete privativamente ao Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Atendendo ao art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou o *curriculum* da diplomata, do qual destacamos os dados que se seguem.

A diplomata, em 1990, graduou-se em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e concluiu o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata no Instituto Rio Branco. Em 2000, concluiu o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, e, em 2010, o Curso de Altos Estudos, defendendo a tese "As perspectivas das relações do Brasil com a Autoridade Nacional Palestina depois da abertura do escritório em Ramala: diálogo político, cooperação e temas consulares". Em 2021, a indicada obteve o título de mestre em Diplomacia e Estratégias Internacionais pela Escola de Londres de Economia e Ciência Política.

Foi nomeada Terceira-Secretária, em 1991; promovida a Segunda-Secretária, em 1996; a Primeira-Secretária, em 2005; a Conselheira, por merecimento, em 2008; a Ministra de Segunda Classe, por merecimento, em 2010; a Ministra de Primeira Classe, em 2020.

No Brasil, entre outras funções, foi Chefe substituta da Divisão da Europa-I do Ministério das Relações Exteriores, em 2005; Ouvidora do Serviço Exterior, entre 2019 e 2020, cargo para o qual foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

novamente designada em 2023 e no qual permanece desde então; e Inspetora-Geral do Serviço Exterior, de 2020 a 2023.

No exterior, serviu no Consulado-Geral em Munique, Alemanha, de 1995 a 1999; na Embaixada em Tel Aviv, de 1999 a 2003; na Embaixada em Ancara, Turquia, de 2003 a 2005; no Escritório do Brasil em Ramala, Palestina, de 2007 a 2010; na Embaixada do Brasil em Londres de 2010 a 2014 e, novamente, entre 2014 e 2015; e no Consulado-Geral em Mumbai, de 2015 a 2019.

Também em atendimento ao art. 383 do Risf, o MRE elaborou relatório sobre a Estônia, do qual destacamos as informações seguintes. A Estônia é um país do leste europeu, com 45.228 quilômetros quadrados e mais de 1,3 milhão de habitantes. Em 2024, o Produto Interno Bruto (PIB) nominal *per capita* foi superior a US$31 mil.

Brasil e Estônia mantêm diálogo político fluido, traduzido em visitas e em apoios recíprocos a candidaturas nos fóruns multilaterais. Os dois países já organizaram duas reuniões de consultas políticas. A primeira, em 2009, ocorreu em nível de diretor de departamento, em Talin, ao passo que a segunda, de 2011, ocorreu em nível de secretários, em Brasília.

A área científico-tecnológica emergiu como uma das mais dinâmicas e promissoras no âmbito das relações bilaterais. Nos últimos anos, várias delegações brasileiras têm visitado a Estônia. A cooperação em tecnologias da informação e comunicação é particularmente promissora.

A Estônia é reconhecida como um país altamente informatizado e líder no uso de e-gov, utilizando assinatura eletrônica para validação de documentos e plataformas virtuais para uma ampla gama de serviços públicos e administrativos. Além disso, é pioneira no uso da internet para eleições, sendo o primeiro país do mundo a permitir o voto *online*.

Em 2023, o montante das exportações brasileiras para a Estônia foi de US$64,7 milhões, e o total das importações brasileiras da Estônia foi de US$61,7 milhões. Os principais produtos exportados pelo Brasil foram café torrado, outros minérios concentrados e ferro-gusa, e os principais produtos importados foram óleos combustíveis, instrumentos e aparelhos de medição e acessórios de veículos automotivos.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Agradecemos muito à Senadora Margareth Buzetti.

Item 3 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 3

MENSAGEM (SF) N° 17, DE 2024

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor NEDILSON RICARDO JORGE, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil nos Estados Unidos Mexicanos.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pronto para deliberação.

Eu tenho... (*Pausa.*)

O Senador Humberto Costa, que é o Relator, está votando. Nós vamos aguardar um minutinho.

Eu terei a honra de designar V. Exa. como Relator *ad hoc* do item 6 e do item 7 da pauta. É uma honra muito grande.

Com a palavra, o Senador Humberto Costa, para breves considerações e para leitura do seu relatório.

Com a palavra, V. Exa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Senadoras, Srs. Embaixadores e Embaixadoras que aqui serão referendados, peço desculpa pelo atraso, eu estava presidindo a reunião da Comissão de Assuntos Sociais e interrompi a reunião para que pudesse fazer este relato, que é de muita satisfação da minha parte.

O Presidente da República indicou o nome do Senhor Nedilson Ricardo Jorge, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil nos Estados Unidos Mexicanos.

De acordo com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, é competência privativa do Senado Federal apreciar de antemão a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente, bem como deliberar por voto secreto acerca da matéria.

Para tanto e em observância ao disposto no art. 383, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministério de Relações Exteriores elaborou currículo do Diplomata, do qual extraímos o seguinte resumo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Sr. Nedilson Ricardo Jorge graduou-se em Direito pela Faculdade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro, em 1986. Ingressou na carreira diplomática como Terceiro-Secretário em 1987, após conclusão do Curso de Preparação para a Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco.

Na carreira, ascendeu a Segundo-Secretário em 1994; a Primeiro-Secretário em 2000; a Conselheiro em 2004; a Ministro de Segunda Classe em 2007; e a Ministro de Primeira Classe em 2015. Todas as promoções foram obtidas por merecimento.

Entre as funções desempenhadas pelo Diplomata ao longo da carreira destacam-se as de: Chefe Substituto da Divisão de Acompanhamento e Coordenação Administrativa dos Postos no Exterior, de 2000 a 2002; Assessor e Subchefe do Gabinete do Ministro de Estado, de 2003 a 2005; Conselheiro e Ministro-Conselheiro na Embaixada em Buenos Aires, de 2005 a 2010; Diretor do Departamento da África, de 2010 a 2016; Embaixador na Embaixada em Pretória, de 2016 a 2020; e, desde 2020, Cônsul-Geral no Consulado-Geral em Montreal.

Em atendimento às normas do Regimento Interno, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Itamaraty sobre os Estados Unidos Mexicanos. Nele constam informações acerca das relações bilaterais com o Brasil, dados básicos desse país, e de suas políticas interna e externa, bem como de sua situação econômica.

Desse documento, que está à disposição das Sras. e Srs. Senadores, recolhemos algumas informações, a fim de subsidiar os membros desta Comissão em sua sabatina.

O México, Federação composta por 31 estados e a Cidade do México, é o 5º maior país das Américas em extensão territorial e o 13° do mundo. Sua população é estimada em 126 milhões de habitantes, sendo o 11° país mais populoso do planeta. Trata-se de uma das maiores economias do mundo. Detentor do 13° Produto Interno Bruto (PIB) nominal, os mexicanos são considerados uma potência emergente. Sua economia é altamente ligada à dos seus parceiros do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA, da sigla em inglês), de modo particular à dos Estados Unidos da América, com quem divide uma fronteira de 3.141 km.

Para além disso, o país ocupa o quinto lugar no mundo e o primeiro nas Américas na lista de Patrimônios Mundiais da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), com 31 lugares inscritos.

Essa circunstância diz muito sobre sua história e cultura e explica, de alguma forma, o fato de o país ter sido o sexto destino de turistas estrangeiros em 2023, de acordo com a Organização Mundial de Turismo. Ainda no plano cultural, os católicos mexicanos representam, em termos absolutos, a segunda maior comunidade católica do mundo, após a brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No que se refere ao relacionamento diplomático mexicano-brasileiro, que teve início formal em 1834, as respectivas representações foram elevadas ao nível de embaixada em 1922. Desde então, as relações alcançaram densidade compatível com a posição das duas maiores populações e economias da América Latina, configurando, nos dias de hoje, cerca de 65% do PIB regional. No plano político, as diferenças de perspectivas condicionadas pelo entorno geográfico de cada país têm determinado uma maior ou menor aproximação. No momento presente, sob a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva e Andrés Manuel López Obrador, as relações têm se caracterizado por uma expressiva reaproximação. Esse contexto tende a ser mantido com a posse, em 1º de outubro deste ano, da primeira mulher eleita Presidente na história do México, Claudia Sheinbaum.

A retomada dos trabalhos da Comissão Binacional Brasil-México, em abril de 2023, após interrupção de cinco anos, é indicação sólida dessa nova etapa do relacionamento bilateral. O encontro, realizado na capital mexicana, contou com a presença dos dois chanceleres e resultou em declaração conjunta que contemplou uma abrangente agenda de trabalho em áreas como: segurança e defesa; cooperação jurídica; assuntos migratórios e consulares; questões econômicas, comerciais e financeiras; cooperação científica, técnica, educacional e cultural; bem como coordenação de posições em foros regionais e multilaterais.

No tocante ao comércio bilateral, seu fluxo atingiu valor recorde de US$14,1 bilhões no ano passado. Essa cifra significa aumento de 14,4% em relação ao ano anterior, com superávit brasileiro de US$3 bilhões. Exportamos automóveis (US$1,1 bilhão), soja (US$823 milhões), caminhões de carga (US$494 milhões), motores para veículos (US$445 milhões), carne de aves (US$426 milhões) e milho (US$422 milhões), entre outros produtos. Importamos, principalmente, autopeças (US$694 milhões), automóveis (US$677 milhões) e caminhões de carga (US$335 milhões). Esse cenário situa o México como o sexto maior parceiro comercial do Brasil.

Em relação aos investimentos, Brasil e México são, de modo respectivo, os dois maiores captadores externos na América Latina. Além disso, eles possuem grande fluxo de negócios entre si. O principal setor de investimentos mexicanos no Brasil é o de telecomunicações – por exemplo, a empresa Claro –; já de brasileiros no México é o setor químico – exemplo, a Braskem. Em termos de estoque, estima-se em US$10 bilhões os investimentos mexicanos no Brasil e em US$7,1 bilhões os investimentos brasileiros no México.

No que diz respeito à comunidade brasileira residindo no México, ela é estimada em 33 mil pessoas. Desse montante, os dados apresentados pelo Ministério de Relações Exteriores apontam que aproximadamente 26 mil encontram-se em situação regular.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sala da Comissão, na data de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Agradecemos ao Senador Humberto Costa e passamos ao item 4 da pauta.

ITEM 4

MENSAGEM (SF) N° 23, DE 2024

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor RAFAEL DE MELLO VIDAL, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Ucrânia e, cumulativamente, na República da Moldova.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Pronto para deliberação.

Eu concedo a palavra ao Relator da matéria, Senador Chico Rodrigues, para suas considerações iniciais e para breve leitura do seu relatório.

Com a palavra, V. Exa.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidente Renan Calheiros.

Quero cumprimentar todos os sabatinados e desejar o resultado esperado por todos vocês. Obviamente, há um juízo coletivo de valor desta Comissão sobre a importância que cada um dos senhores representa, ao serem indicados pela Presidência da República.

Vou passar ao relatório.

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre a Mensagem nº 23, de 2024, da Presidência da República, que submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Sr. Rafael de Mello Vidal, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Ucrânia e, cumulativamente, na República de Moldova – ou Moldávia, como, na verdade, se pronuncia.

Trata-se da indicação do nome do Sr. Rafael de Mello Vidal, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Ucrânia e, cumulativamente, na República da Moldova – ou Moldávia.

De acordo com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, compete privativamente ao Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Atendendo ao art. 383, inciso I, alínea "a" do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou currículo do diplomata, do qual destacamos os dados que se seguem.

É Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Distrito Federal (UniCeub) desde 1987 e iniciou sua carreira diplomática em 1991.

Em 2011, concluiu o Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, defendendo a tese "A Inserção de Micro, Pequenas e Médias Empresas no Processo Negociador do Mercosul".

Foi promovido a Ministro de Segunda Classe em 2011, por merecimento.

No Brasil, entre outras funções, foi Subchefe da Divisão do Mercado Comum do Sul, de 2003 a 2005.

No exterior, foi Cônsul-Adjunto do Consulado-Geral em Nova York, Estados Unidos, de 1995 a 1998; Segundo-Secretário na Embaixada em Bogotá, Colômbia, de 1998 a 2002; Segundo-Secretário na Embaixada em Montevidéu, Uruguai, em 2002; Cônsul-adjunto no Consulado-Geral em Miami, Estados Unidos, de 2005 a 2008; Conselheiro comissionado Ministro-Conselheiro na Embaixada em Caracas, Venezuela, de 2008 a 2010; Ministro-Conselheiro na Embaixada em Assunção, Paraguai, de 2010 a 2012; Encarregado de Negócios na Embaixada em Assunção, Paraguai, em 2012; Ministro-Conselheiro na Embaixada em Copenhague, Dinamarca, de 2013 a 2016; Ministro-Conselheiro na Embaixada em Madri, Espanha, de 2016 a 2019; Embaixador em Bamako, Mali; e Embaixador em Luanda, Angola (2020 até o presente).

Como se vê, o ministro é viajado, ocupou várias funções representando o Itamaraty e o Governo brasileiro, portanto, estando extremamente credenciado para mais uma função.

Em atendimento ao art. 383, inciso I, alínea "d", número 1, do Regimento Interno, o Ministério de Relações Exteriores elaborou relatório sobre Ucrânia e Moldova, bem como o candidato apresentou seu planejamento estratégico para o cumprimento de suas funções na Embaixada da Ucrânia e, cumulativamente, da Moldova.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Ucrânia, país cuja capital é Kiev, detém população de 37,8 milhões de habitantes, com decréscimo populacional em razão da guerra.

Cuida-se de república semipresidencialista, com Parlamento unicameral, em que o Presidente Volodymyr Zelensky, eleito em abril de 2019, teve seu mandato prorrogado em 20 de maio de 2024 por Lei Marcial pela impossibilidade de realização do pleito eleitoral.

O Presidente ucraniano, ao chegar ao poder, elaborou algumas reformas, como o fim da imunidade parlamentar, mas logo teve de enfrentar o desafio trazido pela pandemia e a guerra, iniciada em fevereiro de 2022. Com esta, tornou-se figura mundialmente conhecida.

A economia ucraniana tem mostrado sinais de recuperação. E, para 2024, espera-se aumento real do PIB de 3,6%, em plena guerra. No início da guerra, vigorava a "Iniciativa Grãos do Mar Negro" promovida pela Organização das Nações Unidas e Turquia para escoar a produção de alimentos e, atualmente, estabeleceu-se o Corredor Marítimo Ucraniano para os portos do Mar Negro na região de Odessa, retomando o escoamento da produção ucraniana e dando fôlego à economia local.

O Brasil reconheceu a independência da Ucrânia em relação à ex-União Soviética no ano de 1991. E, no ano seguinte, as relações diplomáticas foram estabelecidas.

A abertura de embaixada residente em Brasília se deu em 1993 e a embaixada brasileira em Kiev foi instalada em 1995.

De acordo com o documento enviado pelo Itamaraty – aspas:

> "A posição brasileira sobre o conflito russo-ucraniano combina votos condenatórios à violação da integridade territorial da Ucrânia na Organização das Nações Unidas com a busca de solução pacífica para a guerra, nos termos da tradição diplomática pátria e com amparo nas disposições do artigo 4º da Constituição Federal, que consagra a defesa da paz entre os princípios norteadores a ação exterior do País" – fecho aspas.

No campo do comércio bilateral, os principais produtos exportados pelo Brasil para a Ucrânia, em 2023, foram amendoins (22%), máquinas (17%), café não torrado (7,1%) e produtos da indústria de transformação (4,5).

Os principais produtos importados da Ucrânia foram medicamentos (11%) e equipamentos de telecomunicações, peças e acessórios (11%).

O fluxo total, que chegou a alcançar patamar superior a US$1 bilhão, em 2011-2012, despencou para US$ 31,5 milhões, em 2023, obviamente fruto da crueldade da guerra.

Por sua vez, a República da Moldova conta com 3,2 milhões de habitantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nossas relações bilaterais foram estabelecidas em 1993. No entanto, a agenda política e econômica é incipiente.

Saliente-se que a Moldova tem apoiado as candidaturas brasileiras a organismos internacionais.

No que tange ao intercâmbio bilateral, tem-se verificado ausência de padrão, em grande parte por se tratar de um dos países com menor desenvolvimento relativo da Europa.

Em 2019, nossas exportações foram de US$9,4 milhões e importações, de US$4,9 milhões, enquanto, em 2023, as exportações foram de US$5,8 milhões e importações, de US$3 milhões apenas.

Nosso principal produto de exportação é o tabaco (30%), seguido de amendoins (24%), ao passo que importamos, sobretudo, artigos de plástico (60%).

Destaca-se, por fim, do planejamento estratégico, que o Embaixador indicado pretende apoiar a organização de nova reunião do mecanismo de consultas políticas Brasil-Ucrânia, acompanhar e informar sobre sinergias na área de segurança alimentar no âmbito da presidência brasileira do G20, em 2024, apoiar o Grupo de Amizade Brasil-Ucrânia, com a possibilidade de realização de missão parlamentar brasileira à Ucrânia, e lograr avançar na obtenção do certificado sanitário que permita ao Brasil exportar carnes para a Moldova.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório senão aprová-lo.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Agradecemos muito a V. Exa., Senador Chico Rodrigues.

Passamos ao item 5 da pauta.

ITEM 5

MENSAGEM (SF) N° 22, DE 2024

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor LUCIANO MAZZA DE ANDRADE, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Singapura.

Autoria: Presidência da República

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pronto para deliberação.

O Relator é o Senador Hamilton Mourão. Eu tenho a satisfação de conceder a palavra a V. Exa., para breves comunicações, iniciais comunicações, e para a leitura do seu relatório.

Com a palavra V. Exa.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, bom dia.

Bom dia, Sras. Senadoras, Srs. Senadores.

Mais uma vez, cumprimento as Sras. Embaixadoras e os Srs. Embaixadores pela nobre missão que receberam de representar o Estado brasileiro em momento de relações internacionais, que não são tão simples.

O Embaixador Luciano Mazza de Andrade é Bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo e concluiu Mestrado em Direito Europeu, na Escola de Economia e Ciência Política de Londres. Sua tese, no Curso de Altos Estudos do Itamaraty, tratou do fortalecimento institucional do Mercosul.

Foi promovido a Ministro de Primeira Classe no ano passado.

Ao longo de sua carreira, chefiou a Coordenação-Geral de Contenciosos, a Divisão de Negociações Extrarregionais do Mercosul II, o Departamento de Promoção Tecnológica e a Secretaria de Comunicação e Cultura, todos cargos aqui no Brasil.

No exterior, fez parte dos quadros da Embaixada em Londres, da Delegação Permanente junto à Aladi e ao Mercosul, da Missão junto à União Europeia, da Embaixada em Camberra e da Embaixada em Lisboa.

Atualmente, é Diretor do Departamento de Ciência, Tecnologia e Propriedade Intelectual do Itamaraty.

Destina-se ele à República de Singapura, que possui relações bilaterais com o nosso país.

Lembro que o Brasil foi o primeiro latino-americano a reconhecer a independência de Singapura, que ocorreu em 1965.

O mapa que está projetado mostra a posição geoestratégica deste microestado, que foi colônia inglesa até a dissolução da Federação Malaia. Lembro que, na Segunda Guerra Mundial, era conhecido como uma fortaleza, mas foi conquistado pelos japoneses com a rapidez de um raio, o que assombrou o mundo inteiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo informações prestadas pelo Itamaraty, Singapura atingiu, no ano de 2023, a invejável posição de 8º maior destino das exportações brasileiras. A gente lembra que Singapura teve a Presidência de uma pessoa extremamente importante para país, que escreveu um livro que se chama "Do Terceiro ao Primeiro Mundo", que é uma bíblia do liberalismo, se assim nós podemos falar.

A nossa pauta esteve concentrada ao redor do petróleo, com a exportação de óleos brutos e refinados e de plataformas e embarcações. A Petrobras é um ator fundamental nessas relações, com a participação na instalação e na operação de plataformas de exploração de petróleo em águas profundas.

Temos a Seara, a Embraer, a WEG, a Vale e, lá do meu Estado do Rio Grande do Sul, a Tramontina presentes na região.

A cooperação é extensa, cobrindo temas variados como comércio e investimentos; ciência, tecnologia e inovação; meio ambiente; defesa; infraestrutura; transportes; e segurança alimentar.

Desde o ano de 2007, quando firmado memorando de entendimento sobre cooperação em comércio e investimentos, o catálogo de acordos bilaterais e trilaterais ganhou fôlego. Os países firmaram instrumentos vinculantes e não vinculantes sobre cooperação, isenção de vistos e dupla tributação. Em dezembro passado, foi firmado o Acordo de Livre Comércio entre Mercosul e Singapura, ainda não recebido por este Congresso Nacional, Sr. Presidente.

Nas últimas décadas, as visitas de alto nível têm-se intensificado. O Ministro de Relações Exteriores de Singapura visitou nosso país em duas oportunidades no ano passado, para o recém-inaugurado mecanismo de consultas bilateral e para a Cúpula do Mercosul. Esperamos que, em novembro deste ano, retorne, ao lado do respectivo dignitário, para a Cúpula do G20. Do lado brasileiro, a última visita a Singapura de Chefe de Estado ocorreu em maio de 2018, pelo então Presidente Michel Temer.

Por fim, destaco que o aumento dos encontros de alto nível pode também ser aproveitado no contexto da diplomacia parlamentar, a exemplo da inclusão de visita à Câmara dos Deputados na recente vinda do Chanceler de Singapura ao Brasil. Da parte deste Senado Federal, convém mobilizar o Grupo Parlamentar Brasil-Singapura, estabelecido em 2014 e instalado em 2019.

Sras. e Srs. Senadores, ao concluir o relatório, que não está sujeito a voto aberto, aproveito para novamente cumprimentar o indicado, Embaixador Luciano Mazza, ressaltando as grandes oportunidades associadas à posição de Embaixador do Brasil em Singapura.

Era o que eu tinha que expor a esta Comissão, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Agradeço muito ao Senador Hamilton Morão.

Passamos aos itens e 6 e 7 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou anunciá-los cumulativamente porque eu estou tendo a satisfação de designar o nosso querido Senador Astronauta Marcos Pontes como Relator *ad hoc* em substituição aos dois Relatores desses itens respectivos.

ITEM 6

MENSAGEM (SF) N° 18, DE 2024

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor COLBERT SOARES PINTO JUNIOR, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil em Santa Lúcia e, cumulativamente, na Comunidade da Dominica.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

O Relator seria o Senador Jaques Wagner, e eu designo como Relator o Senador Astronauta Marcos Pontes.

ITEM 7

MENSAGEM (SF) N° 19, DE 2024

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor ALEXANDRE HENRIQUE SCULTORI DE AZEVEDO SILVA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Cabo Verde.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

A Relatora é a Senadora Tereza Cristina e, como Relator *ad hoc*, nós designamos também o Senador Astronauta Marcos Pontes.

Concedo a palavra a V. Exa.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Obrigado, Presidente. Bom dia a todos.

Antes de mais nada, eu gostaria de parabenizar os nossos Embaixadores, os nossos representantes, com quem eu tive a satisfação de conversar ontem, e eu desejo a todos vocês muito, muito sucesso, muitas felicidades nos postos.

Relatório.

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Sr. Colbert Soares Pinto Junior, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil em Santa Lúcia e, cumulativamente, na Comunidade da Dominica.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV). Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou o currículo do diplomata.

O Sr. Colbert Soares Pinto graduou-se em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1988. Ingressou na carreira diplomática em 1990, após concluir o Curso de Preparação da Carreira Diplomática no Instituto Rio Branco. Ainda no âmbito do Instituto Rio Branco, frequentou o Curso de Altos Estudos em 2008, quando defendeu a tese intitulada, abro aspas: "A doutrina bolivarista: origem, forma atual e possíveis implicações para a política exterior brasileira", fecho aspas.

Após o início de sua carreira diplomática como Terceiro-Secretário, em 1990, ascendeu a Conselheiro, em 2006, e a Ministro de Segunda Classe, em 2008; ambas as promoções por merecimento.

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria, destacam-se as de chefia na Divisão de Serviços Gerais, de 2005 a 2007; de Subchefe do Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores, de 2007 a 2010; e de Chefe de Gabinete da Subsecretaria de Cooperação, Cultura e Promoção Comercial, de 2015 a 2017.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No exterior, exerceu, entre outros, os cargos de Segundo-Secretário na Embaixada em Caracas, de 1997 a 2000; de Cônsul-Geral no Consulado-Geral em Santa Cruz de La Sierra, de 2010 a 2015; de Embaixador em Lusaca de 2017 a 2020; e de Embaixador em Praia, de 2021 até o presente.

Ainda em atendimento às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre Santa Lúcia e Comunidade da Dominica.

O território de Santa Lúcia é uma ilha que tem aproximadamente a mesma extensão que a cidade de Salvador (616km^2), com população de 179 mil habitantes. Com língua oficial inglesa, sua monarquia constitucional parlamentarista tem por chefe de Estado o Rei Charles III, representado pelo Governador-Geral Cyril Charles, e por Primeiro-Ministro o economista Philip Pierre.

Santa Lúcia integra a Comunidade do Caribe (Caricom) e a Comunidade das Nações (Commonwealth of Nations). Desde 12 de setembro de 1979, o país é membro da Organização das Nações Unidas (ONU). Além disso, Santa Lúcia integra e sedia a Organização dos Estados do Caribe Oriental (OECO).

O país caribenho possui quadros políticos e burocráticos qualificados, além de uma democracia estável, fatores que facilitam o diálogo político-diplomático com o Brasil. Ademais, o país se orgulha de ter dois ganhadores do prêmio Nobel: de economia, em 1979, William Arthur Lewis, e de literatura, em 1992, Derek Alton Walcott, já citado.

As relações diplomáticas entre a nação brasileira e Santa Lúcia foram estabelecidas em 1980. A criação da Embaixada do Brasil em Castries, por sua vez, deu-se em dezembro de 2007, o que contribuiu para o estreitamento dos laços com o país e a diversificação da agenda bilateral. A intensificação no relacionamento inseriu-se em processo mais amplo de aproximação política e econômica com a região do Caribe a partir da década de 2000.

Em 2024, foi dado sinal claro da disposição do Governo brasileiro de reativar a agenda e retomar os canais de cooperação com os países do Caribe, de que é exemplo a participação do Presidente Lula na 46ª Conferência de Chefes de Governo da Caricom.

A Comunidade da Dominica, por sua vez, é um Estado insular que conta com 754 quilômetros quadrados, com população próxima a 73 mil habitantes. O país é uma República parlamentarista.

Dominica integra a Organização dos Estados do Caribe Oriental (OECO) e, antes da passagem do furacão Maria, em 2017, o país se apresentava como uma economia relativamente estável com contas públicas equilibradas. Previa-se expansão do setor industrial, com a criação de usinas geotérmicas. O furacão, entretanto, ocasionou grave impacto na economia do país. O setor turístico, um dos mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importantes da ilha, foi diretamente afetado, com a destruição da rede hoteleira e da infraestrutura existente.

O comércio bilateral é pequeno, quase integralmente contabilizado em favor do Brasil. Em 2023, as exportações brasileiras para Dominica somaram US$5,6 milhões, compostas em sua maioria por produtos congelados de frango, 60%, e materiais de construção diversos, 9%. No mesmo período, o Brasil importou cerca de US$9 mil daquele país, principalmente equipamentos elétricos, 60%; e óleos essenciais, 31%.

A assistência humanitária destaca-se no relacionamento bilateral. Diante da destruição causada pela tempestade tropical Erika, em 2015, o Governo brasileiro doou medicamentos para apoiar o atendimento emergencial dos afetados. Com a devastação trazida pelo mencionado furacão Maria, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) apoiou subprojeto visando à restauração da produção de alimentos de 1.125 famílias.

Diante da natureza da matéria ora apreciada, eram essas as considerações a serem feitas no âmbito do presente relatório.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Agradeço a V. Exa.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Passo direto para o sétimo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Item 7.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – No item 7 da nossa pauta, esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Sr. Alexandre Henrique Scultori de Azevedo e Silva, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Cabo Verde.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente, segundo art. 52, inciso IV. Nesse sentido e observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo do diplomata (art. 383, III).

O indicado ingressou na carreira diplomática em 1994, após concluir o Curso de Preparação da Carreira Diplomática no Instituto Rio Branco (IRBr). Ainda no âmbito desse Instituto, realizou o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas em 2003, bem como o Curso de Altos Estudos em 2008, quando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

defendeu a tese intitulada – abro aspas –: "Fortaleza Europa: a Diretiva de Retorno e os desafios para a atuação consular do Brasil" – fecho aspas. Para além disso, o diplomata indicado bacharelou-se em Direito pelo então Centro de Ensino Unificado de Brasília no ano de 1997.

Após o início de sua carreira diplomática como Terceiro-Secretário, em 1995, ascendeu a Conselheiro em 2008; e a Ministro de Segunda Classe, em 2014. Ambas as promoções por merecimento.

Entre as funções desempenhadas destacam-se as de subchefe e chefe da Divisão de Pessoal, de 2006 a 2009; conselheiro na Embaixada em Bruxelas, de 2009 a 2012; Ministro-Conselheiro comissionado na Embaixada em Praia, de 2012 a 2015; Ministro-Conselheiro na Embaixada em Estocolmo, de 2015 a 2019; e Cônsul-Geral Adjunto no Consulado-Geral em Amsterdã, de 2019 aos dias de hoje.

Ainda em atendimento às normas regimentais, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República de Cabo Verde, o qual informa acerca das relações bilaterais desse país com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos, suas políticas interna e externa, assuntos consulares e economia.

Cabo Verde é um arquipélago formado por dez ilhas situadas no oceano Atlântico. Cuida-se de República semipresidencialista, que se encontra organizada em um Estado unitário. O país é considerado exemplo de solidez institucional e prática democrática no continente africano.

A maior parte dos cabo-verdianos reside fora do país. Essa comunidade diaspórica, estimada em 1,5 milhão de pessoas, representa cerca de três vezes a população residente. Esse contingente humano é responsável, mediante transferências financeiras, por aproximadamente 15% do Produto Interno Bruto do país.

No que concerne às relações diplomáticas entre Brasil e Cabo Verde, elas datam da independência daquele país, em 5 de julho de 1975. Desde então, foram realizadas visitas oficiais de alto nível entre os dois países. Nesse sentido, merecem destaque as visitas ao arquipélago realizadas pelos presidentes brasileiros João Baptista Figueiredo (1983), José Sarney (1986), Michel Temer (2018) e Luiz Inácio Lula da Silva (2004 e 2010).

Com respeito às trocas comerciais, elas são compatíveis com a dimensão territorial e humana de Cabo Verde. Em 2023, a corrente de comércio totalizou US$38,9 milhões, com superávit brasileiro de US$38,8 milhões. Com isso, o Brasil responde, no momento presente, por cerca de 5% das importações cabo-verdianas.

O traço característico mais importante das relações bilaterais está na cooperação técnica prestada pelo Brasil em diversos domínios, que responde pela superlativa quantidade de atos internacionais em vigor entre os dois países. Merece destaque, no entanto, a cooperação educacional. Nesse sentido, é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

expressivo o número de autoridades e de formadores de opinião que teve experiência universitária em nosso país. Veja, por exemplo, que o atual Presidente de Cabo Verde, José Maria Neves, foi aluno de administração pública da Fundação Getúlio Vargas (FGV) em São Paulo.

Por fim, importa noticiar que a comunidade brasileira em solo cabo-verdiano é estimada em 350 pessoas.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Este é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) **–** Agradeço ao Senador Astronauta Marcos Pontes.

Voltamos à fase das intervenções para breves considerações dos indicados e das indicadas.

Eu concedo a palavra à Sra. Rosimar da Silva Suzano, indicada para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Estônia.

Informo à Sra. Embaixadora que o tempo destinado à sua exposição inicial é de até 15 minutos.

Com a palavra, V. Exa.

A SRA. ROSIMAR DA SILVA SUZANNO (Para expor.) **–** Muito obrigada, Exmo. Sr. Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) **–** Sem interrompê-la, desculpe-me, mas eu queria, mais uma vez, comunicar que a votação está aberta e os Senadores que quiserem votar, por favor, podem fazê-lo.

Com a palavra, V. Exa.

A SRA. ROSIMAR DA SILVA SUZANNO – Muito obrigada, Senador Renan Calheiros, Presidente desta Comissão.

Faço menção também à Senadora Margareth Buzetti, Relatora da minha indicação.

Quero deixar registrado os meus agradecimentos aos Srs. Presidente da República e Ministro de Estado das Relações Exteriores; ao Embaixador Mauro Vieira, pela indicação do meu nome. Quero agradecer ao meu colega Embaixador José Gomes Piras e à sua dedicada equipe na Embaixada em Tallinn, pelos valiosos subsídios que embasaram a preparação desta sabatina.

Agradeço igualmente aos meus colegas na Secretaria de Estado que me assistiram neste exercício, particularmente à Afepa e à área geográfica. Sinto-me muito honrada por comparecer, pela primeira vez,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

perante esta Comissão para participar deste exercício, que é de grande relevância para o fortalecimento da transparência pública e da participação social. Caso receba aprovação de V. Exas., serei a primeira mulher a chefiar a única embaixada residente de um país latino-americano em um estado báltico.

A Estônia, como foi mencionado pela Relatora, é um país pequeno, do tamanho do Estado do Espírito Santo, que recuperou sua independência em 1991, após 46 anos de isolamento dentro do bloco soviético. Os desafios à reconstrução nacional, à época, lançavam dúvidas sobre o futuro desta jovem nação, mas, graças à elite visionária e ocidentalizada que conduziu o país nessa transição, a Estônia fez a opção inequívoca pela Europa e pelo Ocidente.

Em 2004, foi formalmente admitida à União Europeia e a Otan. A adesão a essa última visou a assegurar a soberania e a integridade territorial do país.

Em 1º de maio deste ano, o país comemorou 20 anos de adesão a ambos os blocos. Na economia, o país fez a escolha acertada pela revolução digital, que entendeu ser a resposta mais efetiva aos desafios socioeconômicos e à garantia de um nicho para sua inserção na economia europeia.

A jovem nação passou a dedicar 1% do Produto Interno Bruto para financiar o setor de tecnologia da informação. Em 1997, lançou o programa Salto do Tigre, para desenvolver a infraestrutura de tecnologia da informação no país e priorizar o ensino da computação nas escolas. Hoje, a Estônia é mundialmente reconhecida como uma das principais nações digitais do mundo, onde 99% dos serviços públicos são obtidos *online*.

Brasil e Estônia estabeleceram relações diplomáticas em 1921, após a primeira declaração de independência da Estônia, ao final da Primeira Guerra Mundial. O Brasil manteve o reconhecimento da independência de direito, mesmo no período da anexação soviética, e, por esta razão, em 2021, ambos os países puderam celebrar cem anos de relações diplomáticas, inclusive com o lançamento de um selo comemorativo.

Em 2011, o Brasil criou a Embaixada Residente em Tallinn, para estreitar o diálogo político e a cooperação com o país, que teve a sua importância geopolítica realçada no novo contexto europeu, onde a fronteira leste, com a Rússia, passou a ser uma fronteira da Otan e da União Europeia. A Estônia reciprocou, abrindo a Embaixada Residente em Brasília, em 2014, que, por razões orçamentárias, viu-se obrigada a fechar em 2016, ficando o país sem representação residente em toda a América Latina. Esse fato explicaria, em parte, o déficit de visitas bilaterais de alto nível, desde então, bem como a escassez de acordos bilaterais.

Caso o meu nome receba a aprovação de V. Exas., pretendo estabelecer como metas prioritárias para o fortalecimento deste eixo apoiar a retomada do mecanismo de consultas políticas Brasil-Estônia. O mecanismo é fundamental para repassar a agenda bilateral, identificar pontos de convergência a serem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

defendidos em foros multilaterais, definir metas para o futuro do relacionamento e esboçar um cronograma de visitas.

Pretendo, ainda, apoiar o fortalecimento do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Estônia. É importante mencionar que a iniciativa de criação do grupo foi estoniana. O grupo foi reinstalado, no novo Parlamento estoniano, em 2023, sob a liderança do Deputado Andres Sutt, que, inclusive, visitou o Brasil no ano passado.

As relações interparlamentares, os senhores todos sabem, têm o potencial de contribuir para o fortalecimento do diálogo político e para a construção da agenda bilateral, aproximando governos e povos, fomentando o incremento de visitas, facilitando negociação de acordos e viabilizando a formação de parcerias nos setores onde há sinergia.

Ciência, tecnologia e inovação. Como bem destacou a Relatora, trata-se, de forma inequívoca, da área mais promissora e mais dinâmica das relações bilaterais. Caso o meu nome seja aprovado por esta Casa, este será o eixo prioritário de cooperação na minha gestão. Nas vertentes de grande relevância para o lado brasileiro, cito governança eletrônica, segurança cibernética e inovação.

A importância da cooperação com a Estônia, no setor de governança eletrônica, aumenta, significativamente, no atual contexto de transformação digital do Governo e da sociedade brasileira, em particular, desde a publicação do Decreto 10.977, de 2022, que dispõe sobre cadastro único de identidade.

Para cumprir as determinações do referido decreto, sete estados brasileiros firmaram, em maio de 2022, acordo de cooperação técnica com a Estônia, por meio do qual passaram a adotar, de forma crescente, a solução implementada em 2001 pelo Governo estoniano. Trata-se do sistema de rodovia única de dados, X-Road, que consiste em plataforma única para integração e interoperabilidade segura de bancos de dados públicos e privados. Desde 2022, outros estados brasileiros aderiram ao consórcio e hoje pelo menos 15 estados da Federação se beneficiam, de algum modo, da tecnologia estoniana. E, desde 2022, com a assinatura do acordo de cooperação técnica, numerosas delegações mistas público-privadas das esferas federal, estadual, municipal visitam anualmente a Estônia para participar da conferência de governança eletrônica em Tallinn, que ocorre todos os anos, geralmente no mês de maio. Em 2023, a delegação brasileira foi a mais numerosa no evento, e os estonianos ficaram bastante lisonjeados; foram 120 delegados.

Defesa e segurança cibernética. A Estônia é hoje o primeiro lugar da Europa no Índice Global de Segurança Cibernética e, desde 2008, a capital estoniana hospeda a sede do Centro Cooperativo de Excelência em Defesa Cibernética da Otan, que é um foro multinacional e multidisciplinar dedicado à pesquisa, treinamento e exercício em quatro áreas: tecnologia, estratégia, operações e legislação.

A Estônia também hospeda a sede da Agência da União Europeia para a Gestão Operacional de Sistemas de TI em grande escala.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 2019, foi criada a Adidância de Defesa não residente em Tallinn, operada pelo Adido de Defesa da nossa embaixada em Varsóvia para coordenar a cooperação entre o Comando de Defesa Cibernética do Exército Brasileiro e o Centro da Otan. Em 2022, a cooperação nesse setor aumentou, intensificou-se com a assinatura de um memorando de entendimento entre o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e o centro de sistemas de informação da Estônia. Este último será responsável por implementar a rede de capacitação cibernética da União Europeia, e o referido memorando propiciará ao Brasil acesso às iniciativas da mencionada rede.

No campo da inovação, proliferam as parcerias entre empresas de tecnologia de informação dos dois países. Em 2023, duas empresas brasileiras abriram escritórios em Tallinn e, no mesmo ano, o Governador do Estado do Piauí, Rafael Fonteles, inaugurou em Tallinn um escritório da agência de investimentos do estado, uma câmara de comércio digital Brasil-União Europeia e iniciou cooperação com a Associação Estoniana de Tecnologias de Hidrogênio.

Do lado estoniano, três unicórnios: a Wise, com que eu acho que todos nós estamos bem familiarizados, a Pipedrive e a Veriff já se estabeleceram no Brasil.

A Pipedrive anunciou muito recentemente, este ano ainda, que o Brasil já se transformou em seu segundo mercado global, atrás apenas dos Estados Unidos. Em 2021, a empresa estoniana de solução de monitoramento e manejo sustentável de florestas abriu seu primeiro escritório no Brasil. E, em 2023, a empresa brasileira Valid anunciou a criação de uma parceria técnica com uma empresa estoniana para o desenvolvimento de plataforma de interoperabilidade segura adaptada à realidade brasileira.

Caso receba a aprovação de V. Exas., pretendo aprimorar o mapeamento dos ecossistemas de inovação na Estônia com vistas a identificar empresas, fundos de financiamento, laboratórios e parques tecnológicos interessados em parcerias com o Brasil. Pretendo também aprofundar o relacionamento com associações que congregam ecossistemas de inovação na Estônia, a exemplo da Academia de Governança Digital, do Centro de Sistema de Informações da Estônia e da Associação Estoniana de Tecnologia de Hidrogênio.

Pretendo ainda fomentar conexões entre universidades, agências governamentais, institutos de pesquisa e parques de ciência de ambos os países com vistas a desenvolver parcerias. E pretendo ainda apoiar e acompanhar os projetos de cooperação em andamento nas áreas de governo eletrônico, segurança cibernética, *startups*, manejo sustentável de florestas e tecnologias de hidrogênio.

Quando passamos ao campo da promoção do comércio e dos investimentos, o comércio bilateral é pequeno – já foi dito –, mas no ano passado chamou a atenção o aumento de 120,7% nas exportações de café brasileiro, que sinalizaria a oportunidade para expansão da exportação desse produto no mercado estoniano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Apesar do comércio acanhado, graças à moderna logística digital, a Estônia transformou-se em um *hub* de exportações para a Escandinávia e os demais países bálticos. Diante disso, empresas brasileiras buscam utilizar a Estônia como porta de entrada para o mercado europeu. Pesam, ainda, a favor dessa estratégia de mercado outras medidas implementadas pelo Governo estoniano para atração de capital e investimento.

A Estônia ocupa o primeiro lugar no índice global de competitividade fiscal da OCDE. O país possui um programa pioneiro de residência virtual, por meio do qual o empreendedor brasileiro pode abrir e operar uma empresa na Estônia, residindo no Brasil. Possui um programa de concessão de vistos para *startups*, que facilita a concessão de residência na Estônia a empreendedores extracomunitários e ainda o ambiente de negócios na Estônia é avesso a burocracias.

Caso receba a aprovação de V. Exas., estabeleci como meta principal para o fortalecimento desse comércio, com a devida coordenação com a Secretaria de Estado e no momento que a condição orçamentária assim o permitir, a criação de um setor comercial na Embaixada em Tallinn, com alocação de servidor com perfil técnico e qualificação em promoção comercial.

Outras metas, caso o meu nome seja aprovado – outras metas para a minha gestão –, seriam apoiar a instalação de empresas brasileiras no mercado estoniano e encorajar exportadores brasileiros a incluírem a Estônia em seus roteiros de promoção comercial na Europa e facilitar a aproximação entre exportadores brasileiros e potenciais compradores e distribuidores na Estônia.

Outras ações, no campo da promoção da língua e da cultura nacionais. Pretendo concluir o estabelecimento do...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ROSIMAR DA SILVA SUZANO – ... Programa Leitorados Guimarães Rosa junto à Universidade de Tallinn, assim que as dificuldades financeiras do lado brasileiro forem superadas. Continuarei apoiando a participação de artistas brasileiros nos grandes festivais da Estônia e pretendo ainda apoiar e promover iniciativas culturais da comunidade brasileira residente no país, que hoje soma 745 pessoas, segundo registros do setor consular da embaixada, em Tallinn.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Quero agradecer à Sra. Rosimar da Silva Suzano, indicada com louvor para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Estônia.

Parabenizo V. Sa. pela explanação detalhada, segura e, acima de tudo, com um conteúdo programático muito interessante para as relações do Brasil com a República da Estônia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Continuando a exposição dos indicados, eu passo a palavra ao Sr. Rafael de Mello Vidal, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Ucrânia e, cumulativamente, na República da Moldova.

O SR. RAFAEL DE MELLO VIDAL (Para expor.) – Obrigado, excelência, Presidente desta mesa e meu Relator.

Agradeço aos representantes do Senado – Sras. Senadoras e Srs. Senadores – que prestigiam este ato de indicação de embaixadores, ao Presidente da República pela minha indicação e ao Ministro Mauro Vieira.

A diplomacia brasileira é uma construção coletiva que envolve princípios constitucionais, diretrizes de Governo e diplomacia parlamentar, as diretrizes emanadas desta Casa, que representa o povo brasileiro. Portanto, para nós é uma grande honra estarmos aqui e apresentarmos um programa de gestão de embaixada, caso venhamos a ser aprovados por esta Casa.

Eu agradeço ao Senador Flávio Arns, que é o Presidente do Grupo Parlamentar Brasil-Ucrânia, um grupo que tem sido muito atuante desde 2023 e que volta a se reunir, inclusive na tarde de hoje, para discutir questões vinculadas a direitos humanos na Ucrânia.

Não poderia deixar de fazer um reconhecimento ao Embaixador Norton Rapesta, que tem sido um grande aliado, uma grande fonte de informações, me ajudou muito na preparação para esta arguição no Senado e foi um grande ator no momento crucial da eclosão da guerra, em 2022, quando, à frente da embaixada, ajudou na evacuação de centenas de brasileiros, inclusive esteve à frente dessa evacuação pessoalmente, conduzindo-os a lugar seguro nas fronteiras ucranianas e nas regiões seguras da Ucrânia.

Agradeço à Embaixadora Eugênia por suas palavras generosas em relação à minha gestão à frente da embaixada em Angola.

Eu me motivei, Excelências, a assumir a Embaixada em Kiev, em 2022, quando a eclosão da guerra impactou profundamente a toda a comunidade internacional, ao Brasil em particular, país que acolhe 600 mil ucranianos. Naquele momento, me dei conta de que estava acontecendo um conflito de escalas planetárias que nossa geração ainda não havia conhecido.

Depois da Segunda Guerra Mundial, tivemos vários conflitos localizados, frutos de instabilidades regionais; mas, na guerra da Ucrânia, nós, pela primeira vez, vimos o terror da guerra diante dos nossos olhos. Isso fez com que gerasse em mim – gradualmente, à medida também que a minha amizade com o Embaixador na Ucrânia se fazia dia a dia, com troca de informações, com a preocupação com a segurança da equipe da embaixada, e, posteriormente –, a vontade de contribuir de alguma forma, sobretudo após a assunção do Presidente Lula, quando ele se dispôs a ser um grande mediador para que o Brasil fosse, seja um mediador no processo de pacificação daquele conflito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não preciso reiterar a importância da Ucrânia, que já está no relatório que foi lido pelo Senador Chico Rodrigues, mas eu gostaria de destacar alguns aspectos.

A Ucrânia é o maior país da Europa continental na sua dimensão territorial. Maior que a Ucrânia apenas a Turquia e a própria Rússia, mas, se nós considerarmos o continente e os processos de adesão à União Europeia que estão em curso, a Ucrânia é o maior país em extensão territorial.

A sua base industrial é poderosíssima. Durante a União Soviética, a Ucrânia respondia por cerca de 30 a 40% da produção interna da União Soviética. Isso explica, em grande parte, os interesses que existem de ocupação, de invasão no leste do país, que é a região mais industrializada e responde pela produção de minerais, por uma indústria de maquinário pesado, pela indústria militar, pelo petróleo e gás, que se concentram na região leste, hoje invadida.

Da região leste para a fronteira com a Polônia, nós temos o grande celeiro agrícola europeu com, digamos, uma força global de produção de praticamente todos os grandes gêneros alimentares, com ênfase em milho, óleo de girassol, cevada, trigo, hortaliças e frutas.

A Ucrânia é um país forte em tecnologia e inovação, tem uma grande indústria aeroespacial, uma indústria aeronáutica pesada. Todos conhecem o famoso Antonov, o maior avião do mundo que foi produzido na Ucrânia. A fábrica da Antonov foi destruída no primeiro momento da invasão russa ao país.

As relações diplomáticas entre o Brasil e a Ucrânia se caracterizam por uma parceria estratégica. Assim como com a Rússia, nós temos uma parceria estratégica com a Ucrânia. Foram inúmeras visitas presidenciais, três visitas presidenciais brasileiras à Ucrânia e três da Ucrânia ao Brasil – duas vezes pelo Presidente Lula. A própria Comissão de Relações Exteriores da Defesa Nacional da Câmara dos Deputados visitou Kiev.

Nós temos 26 acordos e tratados em vigor, um número expressivo, Presidente; 26 acordos e tratados em vigor, começando com o Tratado de Amizade de Cooperação, de 1995. Esses tratados abordam cooperação diplomática, serviços aéreos, isenção de vistos, transferência de pessoas condenadas, cooperação educacional, cultural, espacial, extradição, industrial e máquinas de energia, petróleo, energia, dupla tributação, cooperação na área penal, acordo para uso da Base de Alcântara, que foi suspenso, mas que, digamos, ainda pode ser objeto de negociação para sua retomada, uso pacífico do espaço exterior, ciência e tecnologia, turismo e consultas políticas. Portanto, é um farto universo de acordos bilaterais nessa parceria estratégica.

O comércio com a Ucrânia caiu bastante depois da guerra, evidentemente. Nós tínhamos algo em torno de 200 milhões de fluxo comercial bilateral, que caíram para, hoje, cerca de 55 milhões, mas a Ucrânia, apesar da situação que vive, começa a retomar a sua capacidade econômica. A sua economia, inclusive, tem previsão de crescimento em 2024, o que pode ser afetado evidentemente pelo ataque à infraestrutura energética do país, que, sem dúvida alguma, traz repercussões negativas para a produção,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas o país busca se reerguer, se recuperar e conseguir acordos, inclusive, de transferência de energia de países vizinhos, como a Polônia e a própria Moldávia. E, portanto, por hoje, as expectativas são de crescimento da economia em 2024.

Eu não poderia deixar de mencionar a questão da guerra. Existem vários aspectos que devem ser considerados. E entendo que isso é parte do interesse grande hoje em torno do país e também desta nobre Comissão.

A guerra da Ucrânia é o resultado de um processo que vem desde o colapso da União Soviética, do fim da Guerra Fria, da primeira Guerra Fria, porque hoje nós vivemos a segunda Guerra Fria, na verdade, e da atuação da Otan naquele momento em que a Guerra Fria acabou, com o colapso da União Soviética. Foi quando a Otan se desdobrou entre a sua dissolução – porque o que justificava a criação da Otan era o antagonismo e a bipolaridade entre a União Soviética e os Estados Unidos, e a questão de que, naquele momento, houve oportunidade de se rever a atuação da Otan, havendo, inclusive, conversas sobre a possibilidade de adesão das três repúblicas mais importantes da União Soviética, a Rússia, a Ucrânia e a Bielorrússia, à organização – ou, possivelmente, a desintegração da organização, porque, digamos, o fator gerador que motivava a sua criação havia sido extinto. Mas nem uma coisa nem outra aconteceu.

A Otan continuou, a Ucrânia, a Rússia e a Bielorrússia não foram convidadas a integrá-la e hoje nós vivemos uma forma de segunda Guerra Fria, mas uma segunda Guerra Fria mais perigosa, na minha opinião, do que a primeira, porque a primeira tinha alguma motivação, digamos, ideológica que justificava aquele cenário. Eram dois modelos de economia e de organização da sociedade que se antagonizavam: o comunismo de um lado, o capitalismo e o liberalismo do outro; regimes políticos de um lado, regimes políticos do outro; democracia, autoritarismo... Hoje, o que eu vejo como uma segunda Guerra Fria é mais perigoso, porque ela, na verdade, passa a ser uma grande disputa pela hegemonia do poder mundial entre dois lados do planeta, que, na verdade, não têm diferenças ideológicas claras, mas que, de certa forma, buscam uma hegemonia econômica e política global. E ela acaba sendo, no meu modo de ver, um pouco mais perigosa do que a que nós vivemos antes.

É preciso entender, nesse conflito, o nacionalismo ucraniano. A Ucrânia é uma nação que foi ocupada durante séculos por diferentes impérios: lá atrás, pelo grande principado polonês-lituano, já há mais de 500 anos; depois essas ocupações foram sendo alternadas pelo Império Russo. Finalmente, com a Revolução de 1917 e a União Soviética, houve um primeiro movimento de independência da Ucrânia, em 1917, que foi abafado poucos anos depois pela União Soviética. E, enfim, finalmente a Ucrânia logrou a sua independência com o colapso da União Soviética. Mas isso tudo para dizer que, durante séculos, o sentimento nacional ucraniano foi abafado por diferentes forças imperiais que ocuparam o país.

Isso justifica, Presidente, ou explica muito o sofrimento que o povo ucraniano vive hoje e também o processo irreversível de nacionalidade que não vai se render diante do conflito. A questão da integridade territorial ucraniana é uma questão essencial para o país na busca de uma solução negociada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para o fim do conflito. Por outro lado, temos um país que se desdobrou com questões de segurança também em função da presença da Otan na sua vizinhança. Então, são dois processos que precisam ser entendidos, mas eu, como Embaixador do Brasil na Ucrânia, busquei entender e entendo hoje mais do que nunca o sentimento nacional ucraniano e como ele vem sendo, digamos, desafiado pela guerra.

O que também é importante lembrar, Presidente, é que hoje nós vivemos uma situação em que há equilíbrio no conflito entre os dois lados. Esse equilíbrio é o momento exato, o momento ideal para se buscar uma negociação de paz – porque existe uma teoria clássica da guerra de que se consegue negociar um acordo de paz quando existe um desequilíbrio. Essa é a teoria que justificou Hiroshima, por exemplo, de trágicas consequências. Portanto, na nossa visão, este momento em que ainda existe um certo equilíbrio de forças é o momento ideal para se buscar uma negociação de paz. Ao contrário do que dizia o filósofo romano no século IV – "se queres a paz, prepara-te para a guerra" –, nós entendemos que, se não queres a guerra, prepara-te para a paz. Essa deveria ser a visão dos parceiros dos dois países na busca de uma solução negociada.

O Brasil evidentemente adota uma posição de neutralidade. Eu, em função do tempo, não vou me alongar mais. Possivelmente, nas perguntas, eu possa tentar explicar nossa posição melhor. A neutralidade do Brasil, no nosso modo de ver, é a melhor forma como o país pode responder ao conflito, porque, se abandonássemos a neutralidade, que é um princípio constitucional da nossa política externa... Nós adotamos a neutralidade, por exemplo, em um conflito que foi na nossa vizinhança, que foi a Guerra das Malvinas, quando, naquele momento, inclusive participávamos de um acordo de defesa, que era o Tiar; e, mesmo assim, nós mantivemos a nossa neutralidade. Embora sempre tivéssemos sido a favor da soberania argentina nas Malvinas, nós não nos posicionamos militarmente a favor de um ou de outro.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RAFAEL DE MELLO VIDAL – Da mesma forma, hoje nós condenamos a invasão da Rússia na Ucrânia, mas mantemos a nossa neutralidade e consideramos que é a melhor forma de agir, porque, se nós abandonássemos a neutralidade, não teríamos capacidade militar para mudar as regras do jogo, nem capacidade financeira para atender às necessidades ucranianas, e perderíamos a nossa capacidade de interlocução com os dois lados do conflito, porque ela é necessária e há sinais já de que se contempla a possibilidade de atores terceiros fazerem as pontes necessárias entre os dois países, entre a Ucrânia e a Rússia.

Para não perder mais tempo, Excelência, eu vou me dedicar rapidamente a mencionar algumas metas à frente da embaixada, caso meu nome seja aprovado pelo Senado. Além de apoiar os esforços da diplomacia brasileira de mediação para a paz, convidar o setor privado para apoiar a Ucrânia nas suas necessidades essenciais, sobretudo na questão da infraestrutura energética, propor abertura da adidância de defesa em Kiev, hoje nós temos a adidância de defesa na Turquia, e isso tem dificultado o trabalho de análise política e estratégica da embaixada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eventualmente considerar a adidância agrícola em Kiev, porque a Ucrânia é um celeiro agrícola global, e nós podemos nos beneficiar da cooperação bilateral nessa área. Possivelmente um Instituto Guimarães Rosa também poderia ser aberto na Ucrânia em função dos 600 mil ucranianos que vivem no Brasil, uma cifra considerável e do intercâmbio cultural, que pode ser explorado e aprofundado entre os dois países. Valorizar a cultura de integração dos 130 anos de imigração ucraniana ao Brasil que foram celebrados neste ano.

Eu não posso deixar – se o tempo me permitir, Excelência – de mencionar, rapidamente, a nossa relação com a Moldávia. As relações são ainda de baixa intensidade, mas o Embaixador Norton iniciou um trabalho de aproximação, e nós queremos intensificar essa relação diplomática. A Moldávia não deixa de ser um país estratégico em função da sua localização geográfica. Inclusive nós chegamos a transferir a embaixada para Chisinau durante o momento mais crítico do conflito. Tem a questão da Transnístria, que é uma ocupação russa na fronteira entre a Moldávia e a Ucrânia, que vem da época da dissolução da União Soviética. Curiosamente, as tropas russas estão lá, mas não participam das atividades bélicas.

Queremos avançar na cooperação em processamento de alimentos – criação de animais, saúde e vigilância sanitária. São demandas da Moldávia dirigidas ao Brasil –; aprovar o memorando de entendimento entre Abex e a Agência de Promoção de Investimentos da Maldóvia; incluir Chisinau nas missões empresariais que nós pretendemos organizar à Ucrânia e estão em exame no momento alguns acordos, como o Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica, Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI); em matéria cível e penal; e cooperação em turismo.

Enfim, espero não ter me estendido demais, Presidente, e deixarei qualquer dúvida adicional para a fase de perguntas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Embaixador Rafael de Mello Vidal, nós acompanhamos atentamente a sua explanação e, assim como afirmamos anteriormente com a Embaixadora Rosimar, nós vimos exatamente a profundidade das informações que chegam até a esta Comissão de Relações Exteriores, porque ela dá substância exatamente à interpretação de seus membros, para que se possa, num processo de julgamento, no voto, entender a capacidade de argumentação e conhecimento de vocês, obviamente, que representam o nosso país – inclusive, no seu caso, especificamente, num país a que talvez poucos quisessem ir, pelo conflito, o que é natural nessa compreensão macro do momento que vive a Ucrânia. Mas, obviamente, nós torcemos por uma bela missão, com essas informações, que são fundamentais ao Governo brasileiro, atividades e informações em tempo real. Até porque a população brasileira se preocupa também com os seus pares que se encontram na Ucrânia, seja um diplomata, seja um cidadão que, por vários motivos, ali vive.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, continuando a apresentação dos membros, vou convidar para fazer uso da palavra e a sua apresentação o diplomata Luciano Mazza de Andrade, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Singapura, que foi exercido até o momento, com louvor, pela Embaixadora Eugênia Barthelmess, que hoje, na verdade, é designada a outra função também – esse rodízio natural do Itamaraty.

Portanto, o senhor dispõe de 15 minutos para fazer a sua apresentação.

O SR. LUCIANO MAZZA DE ANDRADE (Para expor.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, muito obrigado.

Eu gostaria de registrar especialmente os agradecimentos ao Senador Hamilton Mourão, pelo relatório, e registrar também os agradecimentos ao Senhor Presidente da República, ao Sr. Ministro de Estado, pela confiança em mim depositada com a indicação ora em consideração por esta Comissão.

O relatório trouxe muitos elementos para entender o que é Singapura e quais são as relações do Brasil com Singapura. Eu acho que eles se mostram claramente um país que aposta num modelo de eficiência, de alta competitividade, de abertura econômica e que busca se projetar como um grande entreposto, uma plataforma de comércio exterior, de negócios, de serviços, fazendo-se valer de um entorno geográfico muito particular e da falta de recursos próprios, que fazem com que a vocação para abertura e para o comércio internacional seja algo absolutamente natural para o país.

Eu acrescentaria alguns dados interessantes: que a Singapura aparece na quinta posição no Índice Global de Inovação da Organização Mundial da Propriedade Intelectual, aparece em primeiro lugar num *ranking* mundial de competitividade, e é um país que tem, nesse contexto, se modernizado e atualizado o seu modelo, e passou a investir muito pesadamente em ciência, tecnologia e inovação. É um país que, apesar das suas dimensões relativamente modestas, tem centros universitários de ponta, tem duas universidades muito bem-posicionadas nos *rankings* internacionais – uma delas em particular, a Universidade Nacional de Singapura, aparece em oitavo lugar num dos principais *rankings* de universidades internacionais.

Eu acho que são características que ajudam a entender um pouco o país e a entender os contornos das relações com o Brasil, e apontam, a meu juízo, para vertentes do relacionamento que merecem destaque, merecem ser aprofundadas, são aspectos que se encontram refletidos no planejamento estratégico que foi apresentado e que, claro, se tiver a oportunidade de ser confirmado, gostaria de poder implementar.

Evidentemente, nada do que é feito é feito no vazio. Eu acho que se tiver essa oportunidade, o trabalho a ser realizado se constrói num trabalho de excelência, que foi realizado nos últimos quatro anos e meio pela Embaixadora Eugênia e sua equipe, que acho que terei – não é? –, se confirmado, a satisfação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de dar continuidade e aprofundar, claro, numa agenda que vai se atualizando, vai se inovando, e nós precisamos sempre nos adaptar a essas novas realidades.

Como mencionado no relatório, é um contexto muito favorável de adensamento das relações com Singapura, nos planos político, econômico e de cooperação em ciência e tecnologia, entre outros. Dois fatos muito marcantes no ano passado, quando houve a primeira reunião do mecanismo de consultas políticas bilaterais – um mecanismo que tinha sido criado dez anos antes, mas nunca tinha sido efetivamente realizado – e a assinatura, em dezembro, do Acordo de Livre Comércio Mercosul-Singapura, o que levou a duas visitas do Ministro de Relações Exteriores no ano passado.

Há um contexto de aposta de Singapura a parceiros menos tradicionais do seu relacionamento, por razões da dinâmica geopolítica regional, e eu acho que isso deve ser muito aproveitado pelo Brasil, como parceiro que tem se mostrado disponível e disposto a aprofundar o relacionamento com o Brasil. É interessante, acho que os dados comerciais são muito eloquentes.

Singapura é um dos principais mercados brasileiros para exportações brasileiras, é o principal mercado dentro da ASEAN, é o segundo mercado na Ásia. Os dados de 2023 apontavam, mostravam Singapura como oitavo destino das exportações brasileiras. Dados atualizados, do primeiro semestre de 2024, mostram um dado bastante espantoso: Singapura parece como o sexto principal destino das exportações brasileiras. São exportações ainda muito concentradas – aspecto que eu tocaria um pouco adiante –, mas sem dúvida é um número muito expressivo.

É sede regional de várias das grandes empresas brasileiras, porque todas as principais multinacionais brasileiras têm sedes em Singapura, sedes regionais em Singapura, buscando se valer justamente dessa posição de Singapura como centro regional de negócios, enfim, com muita facilidade para atuação empresarial.

Um eixo que eu acho importante da atuação futura na embaixada é justamente essa perspectiva de implementação do Acordo de Comércio Mercosul-Singapura. Eu acho que esse acordo terá um potencial de gerar um efeito transformador no plano do relacionamento econômico e comercial, ajuda a balizar as expectativas futuras, traz segurança jurídica, traz previsibilidade e, sem dúvida, reforça a vocação de Singapura como entrada para a região alavancada pela rede de acordos de livre comércio que Singapura já tem. Singapura tem hoje 27 acordos de livre comércio implementados, ao quais se somará o acordo com o Mercosul, quando em vigência, e também o acordo que foi assinado com a Aliança do Pacífico.

Então, com a implementação do acordo com o Mercosul, acho que há uma perspectiva de incremento do fluxo de bens, capitais e serviços e, esperamos, de diversificação das exportações. Eu acho que a atuação, nos próximos anos, pode estar muito orientada para preparação e apoio à implementação do acordo, que ainda não está vigente, e trabalhar para que esse potencial possa efetivamente ser realizado. Para isso, acho que é válido um diálogo estreito com o Governo de Singapura nos planos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

técnicos, políticos, diálogo com os diferentes atores econômicos, justamente para identificar aquelas áreas onde se pode trabalhar em preparação para a entrada em vigor do acordo.

Duas áreas no plano comercial que merecem destaque e atenção, justamente, a diversificação das exportações, hoje muito concentradas em petróleo e óleos minerais. Nós já temos sinais interessantes disso, negócio da Embraer no passado com a venda de nove aviões. A exportação de aeronave sempre é algo que não aparece tão facilmente na balança comercial, dada a complexidade das operações financeiras em torno disso, mas acho que já aponta para um novo tipo de relação que pode se consolidar com Singapura.

E a atração de investimentos. Singapura é uma potência financeira. Singapura tem dois dos principais fundos soberanos, e esses dois fundos têm presença no Brasil. Então, justamente aumentar o portfólio desses fundos no Brasil acho que é algo que é muito interessante e que, possivelmente, poderá ser facilitado com a entrada em vigor do acordo.

Uma área que eu gostaria de destacar é a cooperação em ciências, tecnologia e inovação, algo que tem ganhado impulso nos últimos anos com o trabalho da embaixada, da Embaixadora Eugênia, acho que merece atenção. O Brasil desenvolve, por meio do Itamaraty, o Programa de Diplomacia da Inovação, que busca justamente conectar os ecossistemas de inovação dos países, isso implica ações muito variadas, como participação em feiras, realização de missões, ações em diferentes modalidades, promoção de ações como, por exemplo, o projeto de Incubação Cruzada, por meio do qual se pode levar *startups* do Brasil para Singapura, e trazer *startups* de Singapura para o Brasil para um mergulho, uma imersão nos ecossistemas de inovação locais. E eu acho que é uma área interessante, uma série de tecnologias emergentes vão surgindo, como computação quântica, inteligência artificial e outras onde há uma perspectiva de cooperação muito interessante.

No plano digital, Singapura tem apostado também em se projetar como uma potência na área digital, é uma área que acho que tem potencial para o aprofundamento do diálogo, de intercâmbios, de troca de experiências em temas como inteligência artificial, plataformas digitais e governo digital, área na qual o Brasil tem experiências muito interessantes. Acho que isso poderia, sem dúvida, ser objeto de cooperação e de aprofundamento das parcerias bilaterais.

Singapura tem avançado, de uma maneira um pouco mais ambiciosa, em acordos de economia digital que procuram tratar de uma maneira global e mais abrangente os temas digitais da perspectiva mais econômica. Eu acho que isto chegaram a propor para o Brasil: considerar uma negociação nessa linha. Eu acho que é algo a ser considerado no futuro. Talvez o Brasil ainda precise consolidar os seus arcabouços institucionais nessa área, antes talvez de embarcar num projeto mais ambicioso como esse, mas sem dúvida é algo que merece atenção, merece consideração e um diálogo aprofundado da parte brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de mencionar especificamente a questão do diálogo político. Acho que a gente vive um momento muito interessante, a gente deve aproveitar esse momento. Eu acho que uma coisa que eu gostaria, se for possível, seria estimular realmente uma nova reunião do diálogo político num período de um horizonte não muito distante, não deixar passar muito tempo para que a gente tenha essa nova oportunidade. E justamente, como eu mencionei, um contexto em que Singapura tem trabalhado pela diversificação de suas parcerias políticas. Acho que o Brasil pode e deve valorizar esse momento e aproveitar essa oportunidade.

E um aspecto que eu acho muito importante mencionar, no plano político um pouco mais amplo, é não perder de vista o contexto e o significado do contexto da ASEAN, que é a Associação das Nações do Sudeste Asiático. Singapura é um país fundador da ASEAN, é um membro influente da ASEAN. ASEAN entra numa visão de Singapura de multipolaridade no cenário internacional, muito alinhada com uma visão brasileira também. E Singapura faz um investimento diplomático e de toda ordem na ASEAN muito, muito significativo.

Então, acho que o acompanhamento da atuação de Singapura dentro da ASEAN é um aspecto fundamental da atuação da embaixada. E a recente elevação do patamar das relações do Brasil com a ASEAN, que passou, muito recentemente, a parceiro de diálogo setorial com a ASEAN, reforça a importância de se ter presente, na interação e na cooperação com Singapura, justamente essa vertente regional, essa dimensão regional e esse contexto mais amplo da ASEAN. Essa parceria com a ASEAN abre uma série de novas possibilidades, inclusive para atuação conjunta em projetos em terceiros países.

É interessante que, na visita do Chanceler de Singapura, foi assinado um acordo de cooperação técnica trilateral, e esse acordo – acho até que de maneira surpreendente, de maneira muito rápida – já começou a ser implementado.

Está sendo realizado um projeto de cooperação técnica trilateral que começou com o Timor, um país que está em processo de acessão para a ASEAN, e que foi ampliado, muito recentemente, para a ASEAN como um todo. É um projeto para capacitação de técnicos na área de segurança de alimentos, envolvendo, do lado brasileiro, a nossa ABC, do Itamaraty, o Mapa e a Anvisa, além de já estar agendado um curso para setembro. Então, acho que mostra aí uma fronteira desta participação do Brasil com Singapura na ASEAN, que eu acho que deve e merece ser aproveitada e aprofundada.

Gostaria de mencionar, nesse plano mais político, que eu acho que, para a atuação diplomática cotidiana, é importante aproveitar ao máximo a riqueza que Singapura oferece, como um ponto privilegiado de observação regional da atuação das grandes potências naquela região do mundo. Acho que essa é uma responsabilidade muito grande da embaixada de ajudar a informar e a trazer informações atualizadas e de qualidade, que auxiliem no planejamento e na atuação diplomática brasileira. Acho que é um papel importante que a embaixada tem desempenhado e deve continuar a desempenhar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu, por fim, gostaria de mencionar uma vertente da cooperação que parece muito promissora na área de sustentabilidade. Singapura tem mencionado, em diferentes oportunidades, um desejo de cooperação com o Brasil no desenvolvimento de mercados de créditos de carbono. Isso se explica pela posição de Singapura, que olha, no futuro – com as suas perspectivas de cumprimento das suas obrigações, dentro dos acordos para redução de emissões –, para a necessidade de adquirir créditos de carbono no mercado internacional e vê no Brasil um potencial fornecedor desses créditos para aquisição por Singapura.

Tem sido dito à Singapura que o Brasil está trabalhando no seu arcabouço institucional interno, mas que, sim, considera muito promissor aprofundar o diálogo com Singapura para, no futuro, poder avançar numa cooperação mais consistente nessa área.

Eu acho que encerro por aqui minha apresentação e, evidentemente, fico à disposição para qualquer dúvida, qualquer questionamento, qualquer provocação.

Muitíssimo obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Nós estávamos aqui acompanhando a apresentação do Embaixador Luciano Mazza e vendo, exatamente, pela posição estratégica que tem hoje Singapura – e que o diga a Embaixadora Eugênia, que ali esteve durante três anos –, que V. Sa. vai encontrar grandes desafios e desafios também importantes.

Nós verificamos, inclusive, com relação ao crédito de carbono, que essa equação que pode ser desenvolvida como Singapura, que detém praticamente dois fundos enormes, ele pode, neste momento em que o mundo fala em crédito de carbono, em preservação ambiental, em Amazônia, principalmente... É uma grande resposta que V. Sa. pode dar ao Brasil, exatamente também agora neste momento, nesta interface com as instituições nacionais, para que se possa desenvolver realmente esse projeto, porque nós temos uma capacidade gigantesca exatamente de fazer com que esse crédito de carbono seja creditado para o nosso país. E, obviamente, de uma forma paralela, vai vir também no rastro o desenvolvimento do país. Então, é um tema que eu acho que vai ser muito forte também na sua gestão lá à frente da Embaixada do Brasil em Singapura.

Eu, vendo a ordem dos Embaixadores aqui, passo a palavra ao Embaixador Colbert Soares... (*Pausa.*)

Por sugestão da assessoria parlamentar e assessoria aqui da Mesa, como tem ainda três Embaixadores a serem ouvidos, nós passaríamos a palavra agora aos Srs. Senadores, que fariam perguntas aos Embaixadores que se encontram à mesa. Seriam perguntas talvez mais expeditas, mais rápidas, para facilitar, inclusive, a apresentação dos outros três Embaixadores que ainda não foram ouvidos.

Passo a palavra a V. Exa., Senador Mourão. V. Exa. dispõe de cinco minutos para sua formulação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para interpelar.) – Positivo, Senador Chico Rodrigues.

Acompanhei aí a exposição dos quatro Embaixadores, mas eu vou me dedicar aqui a dois deles: a Embaixadora Eugênia e o Embaixador Rafael.

O que eu vou fazer são comentários, e, depois, se os Embaixadores quiserem tecer outras considerações sobre os meus comentários, está correto.

A Embaixadora Eugênia, primeiro, nos trouxe uma questão muito séria que é o problema da presença brasileira na África ou da subpresença, vamos colocar assim. E isso é uma questão de política de Estado. E, por isso, esta Comissão, Senador Chico Rodrigues, deve se debruçar sobre isso como forma de entender que nós temos que, às vezes, rocar as nossas prioridades, principalmente porque nós não temos disponibilidades de pessoal para mobiliar tudo aquilo que nós queremos. O cobertor é curto. Nada contra, Embaixadora Rosimar, o posto a que a senhora vai, mas para nós não representa tanto quanto uma presença na África. Tenho aqui o meu amigo Colbert, que vai para Santa Lúcia, vai pegar um bom sol lá, mas também ele já pagou bastante coisa na África. É óbvio que tem muita gente... E aí é a característica da carreira, a carreira que eu servi por 46 anos é a mesma coisa – está cheia de gente que quer morar no Rio de Janeiro e em Brasília, mas ninguém quer morar em Bagé ou em São Gabriel da Cachoeira. A mesma coisa ocorre na carreira das senhoras e dos senhores. Ninguém quer ir para Kigali, não é? O pessoal prefere Paris, Londres, aquele chamado Circuito Elizabeth Arden, não é, Embaixador Rafael? Então, eu acho que é uma questão instigante, que a Embaixadora Eugênia trouxe aqui para a gente.

A Angola é um desafio, Embaixadora Eugênia. O Embaixador Rafael estava lá. É um país jovem, egresso de uma guerra civil, e, na minha visão, ainda não estão totalmente debeladas as consequências dela. Há uma divisão em etnias forte. É diferente de quando se fala na questão indígena, por exemplo, aqui no Brasil, em que quer se tratar tribos indígenas como etnia, descartando toda a trajetória que nós temos de uma fusão de raças. A Angola é distinta; a senhora tem idiomas diferentes. No período que eu vivi lá, durante um ano, intensamente, tendo passado e sobrevivido a duas emboscadas, nós vimos que havia essa dificuldade de comunicação no país inteiro.

O Presidente João Lourenço é um oficial da arma de artilharia, formado na extinta União Soviética. Quando a senhora fala da presença da Rússia... A Rússia nunca deixou de estar presente naquela região. Inclusive, durante o período dos acordos de paz, a Comissão Tripartite era Estados Unidos, Rússia e Portugal, que são países que têm uma presença muito grande.

Agora, para nós, dentro do princípio geopolítico do domínio das costas opostas, Angola é importantíssimo. Então, comungo com a senhora de todas as apreensões que a senhora colocou. Eu acho que nós que temos um longo caminho aberto ali na questão, principalmente, do desenvolvimento do planalto central angolano, que é idêntico ao nosso Planalto Central. E Angola, então, pode produzir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alimentos e participar dessa questão de segurança alimentar, e nós temos o *know-how* para transformar aquela região, a região ali de Huambo, do Andulo, que são regiões importantes para o país. Então, a senhora conte com a gente aqui da Comissão de Relações Exteriores nesse seu trabalho.

Quanto ao Embaixador Rafael, ele vai para o olho do furacão, não é, Embaixador?

E eu discordo do senhor, em relação à Guerra Fria 2.0, de que ela não tem dois lados ideológicos. Tem, sim! Tem, porque um lado é o lado do liberalismo, é o lado das democracias ocidentais, que respeitam os direitos humanos; e o outro lado é o dos governos autoritários, aqueles que hoje chamam de Eixo da Resistência, mas eu não considero resistência, isso aí para mim é eixo do mal mesmo, onde está situada a Rússia, independentemente das relações que nós tenhamos que praticar com esse país. Então, existem dois pensamentos.

Nós temos uma guerra que até hoje não terminou que se chama a Guerra da Coreia. Então, poderá acontecer a mesma coisa. A Guerra da Coreia, Senador Chico Rodrigues, tem um armistício, que foi assinado em 1953 e nunca foi resolvido. Existe uma zona desmilitarizada e, volta e meia, há algum incidente entre as duas Coreias. Poderá acontecer isso aí na Rússia.

(*Soa a campainha.*)

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Eu lembro também, Embaixador, que a ação da Rússia vem desde 2014, são dez anos de guerra, desde que ela anexou a Crimeia e passou, com operações de guerra híbrida, a atuar ali ao leste do Dniepre.

Então, é uma tarefa difícil que o senhor vai ter. O Brasil tem adotado essa posição de neutralidade. Ela é uma posição importante, mas, às vezes, nós temos que nos pronunciar e condenar situações como a que ocorreu agora, o recente ataque aéreo russo a um hospital, com morte de crianças. Então, a escolha de alvos tem que ser muito bem selecionada para evitar o massacre de civis, como já vem ocorrendo em alguns momentos, inclusive com crimes de guerra, que, no futuro, terão que ser julgados em algum momento, e nós vamos ter que participar disso aí.

Então, eram esses os comentários que eu gostaria de fazer.

Peço desculpa, porque passei um minuto, Senador Chico Rodrigues, mas era importante que eu colocasse essas ideias para os dois Embaixadores.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Eu quero agradecer a participação de V. Exa., Senador Hamilton Mourão. V. Exa. tem conhecimento, largos conhecimentos dessa área, não apenas da área militar, mas da área de diplomacia também. Sempre são comentários que subsidiam e, ao mesmo tempo, esclarecem, às vezes, pontos negros de algumas apresentações – não por culpa dos Srs. Embaixadores, mas pela vivência desses fatos que V. Exa. tem ao longo da carreira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de consultar...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Primeiro, eu gostaria de consultar...

Bom, com a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu só ia sugerir para V. Exa., porque a minha intervenção é rápida também, aí poderia haver, eventualmente, alguma...

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Com a palavra V. Exa. para fazer suas intervenções.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... se V. Exa. permitir.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Permitido.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Para interpelar.) – Em primeiro lugar, eu quero cumprimentá-los pelas exposições todas. Eu tenho, da minha parte, o maior respeito pelo quadro do Itamaraty, também da nossa carreira diplomática, pessoas, na sua quase totalidade, competentes, qualificadas, que podem exercer muito bem todos esses aspectos mencionados de aproximação, de desenvolvimento e colocar o Brasil de uma maneira adequada no cenário internacional, em termos de todas as relações possíveis de serem construídas.

Ao mesmo tempo, já me referi de uma maneira pessoal à Embaixadora Eugênia também, já fiz essa menção; é uma alegria revê-la também.

Quero parabenizar o Senador Mourão pela abordagem que fez, também com conhecimento.

E quero colocar para o Embaixador Rafael Vidal que, de fato, nós queremos ter uma aproximação muito grande com o senhor, sendo embaixador na Ucrânia, sendo confirmado – no Plenário também, como vai ser –, para que nós possamos articular, como Senado Federal, ações que visem fortalecer as relações entre os dois países do ponto de vista pessoal, humanitário, de direitos. Porque, afinal, a discussão da guerra é uma discussão também que vai acontecer, obviamente. Aliás, eu me expressei equivocadamente: eu nunca uso a expressão "guerra", eu sempre uso a expressão "invasão" da Ucrânia pela Rússia, é uma invasão – que resultou num conflito, lógico, a Ucrânia tem que se defender também, mas foi uma invasão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nesse sentido, a gente gostaria, até pelo fato de termos o Grupo Parlamentar Brasil-Ucrânia... Eu presido esse grupo, o Senador Oriovisto é o Vice-Presidente, o Senador Sergio Moro faz parte e outros Senadores também estão participando, até na organização de uma viagem à Ucrânia. Então, nesse sentido, essa aproximação é muito importante.

Hoje à tarde, vamos ter até uma videoconferência – vamos dizer assim – com o Parlamento ucraniano. Eles vão estar presentes nesse diálogo, e, naturalmente, a gente quer fazer tudo isso numa articulação com a embaixada, sempre que possível também – quer dizer, o Congresso, a embaixada, o governo –, tudo para colaborar. Já fomos à Agência Brasileira de Cooperação, no Ministério das Relações Exteriores.

Agora, como a gente tem também esse respeito pelo quadro diplomático do nosso país, e um respeito muito grande, eu penso que o Brasil está claudicante nesse sentido, em termos de tomada de posições nos conflitos de uma maneira geral.

Se a gente não pode tomar... Pensando numa negociação Brasil-Rússia, é claro que a situação sempre é complexa, qualquer coisa que se aborde, mas é impensável o Brasil não tomar uma posição diante do ataque de mísseis, por exemplo, que aconteceu dois dias atrás contra a capital Kiev, que atingiu o centro da cidade – não foi uma fábrica de armamentos ou coisa semelhante –, inclusive atingindo um hospital pediátrico que também atendia oncologia, atendia, pelo que relatam, hemodiálise. E a 2km da Embaixada do Brasil, pelo que me relataram; 2km da Embaixada. Tinha o risco de ter atingido a Embaixada do Brasil também. E qual seria a posição do Brasil se a Embaixada fosse atingida? Não haveria uma nota de repúdio? Então, tem que haver uma nota de repúdio veemente em relação ao hospital onde crianças foram mortas; quer dizer, não é só o nosso lado que nos interessa, mas é o lado da humanidade.

E esse posicionamento tem sido assumido pelo Brasil no conflito de Israel com o governo terrorista do Hamas também, dizendo: "Olha, um hospital foi atacado...". Então, há uma posição sobre um dos conflitos existentes no mundo, e não existe a posição sobre o outro lado. A gente exercer a diplomacia em tempos de paz é uma coisa; exercer a diplomacia numa situação de conflito, de guerra e de tomada de posições tem que ser diferente.

Então, o Brasil está perdendo uma oportunidade de se posicionar. Tem que ter lado. Também não é ser contra a Rússia, mas ser veementemente contra o que aconteceu no lançamento dos mísseis, assim como é veementemente contra aquilo que Israel está fazendo – e tem que ser, tem que ser também –, ou contra aquilo que o Hamas fez. É ser veementemente contra, é isso que a gente tem que também pensar.

E, lá na Ucrânia, há escolas destruídas, vida destruída, prédios históricos destruídos, tudo destruído, e "está tudo bem": "Não, o Putin vai retirar as tropas russas na hora que anexar toda a Ucrânia,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

novamente, à Rússia". Digo: isso é brincadeira. Nós temos aí uma pessoa que está brincando no cenário internacional, porque tem um poderio nuclear, bélico, e fica fazendo essa chacota com o mundo também.

Então, o Brasil tem que se posicionar, como acontece aqui na América do Sul. A gente tem a Venezuela e o ditador da Venezuela é recebido com honras que não são prestadas para outros chefes de Estado eleitos democraticamente. Então, quanto a essa questão, que a gente tem que observar muito bem, não é o embaixador que vai tomar essa posição ou a embaixadora, porque isso depende, lógico, de uma orientação do Governo. Vocês estão representando o Brasil dentro do Ministério. Mas há uma decepção muito grande para todos nós que estamos acompanhando esse processo de idas e vindas na diplomacia, o que não poderia estar acontecendo em termos do posicionamento que o país deveria ter, nesses processos bélicos principalmente.

Então, nós gostaríamos, Dr. Rafael – referindo-me especificamente –, nós já conversamos ontem também, e temos muita esperança, não de tomar posições, não é... Assim, eu acho que é o Governo do Brasil. Quando eu falo tudo isso, não me refiro à V. Exa., eu me refiro ao Governo brasileiro, é uma crítica ao Governo brasileiro, que tem que tomar posição. Então, nesse sentido, a gente espera poder trabalhar muito junto, tenho certeza de que isso vai acontecer.

Há uma brasileira lá no *front*, na Ucrânia, coordenando uma entidade também filantrópica de apoio, ela está lá no *front* da guerra, a Clara Magalhães. Ela participou já de reuniões à distância e relata os horrores daquilo que está acontecendo. Então, a gente pede até esse apoio para ela, para ela ser escutada. Já falamos ontem que a ABC se propõe a mandar material, e até a legislação precisa ser melhorada, para que, quando o apoio precisar ser dado – não só para lá, mas eventualmente numa catástrofe em outro país –, o recurso possa chegar, recurso monetário possa chegar ao país.

Então, eu quero saudar os diplomatas aqui presentes, as diplomatas, dizer do meu respeito à carreira, da qualificação, da competência do nosso quadro diplomático, e dizer que o Brasil, como Governo, precisa acertar a sua diplomacia em termos de episódios que fujam da normalidade. Porque tratar a diplomacia quando tudo está correndo bem é uma coisa, mas de repente você tem um presidente, uma guerra e tal e tem que ter uma posição, eu diria, pelo menos aos meus olhos, bastante diferente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Quero agradecer ao Senador Flávio Arns pelas manifestações.

Gostaria de consultar os Srs. Embaixadores se gostariam de fazer comentários. (*Pausa.*)

Com a palavra a Embaixadora Eugênia Barthelmess.

A SRA. EUGÊNIA BARTHELMESS (Para expor.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma palavra inicial de agradecimento ao Senador Flávio Arns pela referência pessoal tão generosa à época em que foi sua aluna no curso de mestrado na Universidade Federal do Paraná. O Senador era um jovem professor do curso de mestrado.

Muito obrigada, Senador.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) **–** Continua jovem. (*Risos.*)

A SRA. EUGÊNIA BARTHELMESS – Permanece jovem, era e continua sendo, agora um jovem Senador. Muito obrigada, Senador Flávio Arns. Há um carinho muito grande da minha família pela sua atuação profissional e pela sua família. É algo que une as duas famílias. Muito obrigada.

O Senador Hamilton Mourão fez comentários que vêm da sua experiência, do seu vasto e concreto conhecimento de campo em Angola. O Senador mencionou a complexidade do país, inclusive do ponto de vista étnico e linguístico. O Senador comentou o enorme potencial de cooperação que há para o Brasil como parceiro de Angola no desenvolvimento de uma cultura agrícola que ainda não existe por questões, limitações internas que o país enfrentou até agora.

E, Senador, o senhor comentou a questão dos recursos humanos. Tanto em termos de parceria diplomática como em termos de segurança, o Brasil deveria estar mais presente em Angola. A segurança do Golfo da Guiné é uma questão real, concreta. Existe pirataria no Golfo da Guiné, que é uma rota fundamental de escoamento para a produção agrícola brasileira: 95% das exportações brasileiras passam pelo Golfo da Guiné, ali diante do litoral angolano. E, se as Forças Armadas brasileiras tivessem recursos humanos e materiais para estar mais presentes em Angola, isso seria fundamental. Da mesma maneira, se o Itamaraty pudesse redirecionar os seus escassos recursos humanos a uma prioridade real de política externa...

Há uma questão, Sr. Presidente, que nós todos conhecemos: os espaços políticos, os espaços de poder não ficam vazios, eles não ficam à espera, sequer do Brasil. Se nós não estivermos presentes agora em Angola, na África, daqui a pouco poderá ser tarde demais.

Muito obrigada, Senador Hamilton Mourão, por ter feito esses comentários, fico muito grata.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) **–** Eu quero agradecer a intervenção da Embaixadora Eugênia e gostaria de saber se os demais Embaixadores gostariam de usar a palavra. (*Pausa.*)

Com a palavra, o Embaixador Rafael de Mello.

O SR. RAFAEL DE MELLO VIDAL (Para expor.) **–** Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É apenas para agradecer as sugestões, os comentários dos Senadores Mourão e Flávio Arns. A diplomacia brasileira deve estar sempre atenta à voz popular, à voz do Parlamento. Como eu disse inicialmente, na minha introdução, a diplomacia é uma construção de cláusulas pétreas constitucionais, diretrizes de governo e diretrizes do Parlamento. A diplomacia parlamentar é, cada vez mais, uma realidade inexorável e necessária, eu diria; necessária.

Esse diálogo que nós temos nos dá orgulho, na verdade. Nós nos sentimos orgulhosos de ser brasileiros quando vemos essa institucionalidade tão fortalecida entre os Poderes constituídos. Nós estamos seguros de que, enfim, os formuladores de política externa, o Planalto, o Itamaraty, todos os órgãos da sociedade, o Parlamento, estão num processo de construção de posições, e temos que estar atentos à voz do povo, que é representada aqui, nesta Comissão.

O princípio da neutralidade, que nós temos adotado, é um princípio complexo, difícil, porque, muitas vezes, esperam-se posições firmes de lado a lado. Eu, recentemente, estava lendo um artigo de uma autoridade da Cruz Vermelha internacional, Diretor de direito humanitário da Cruz Vermelha internacional, em que ele dizia justamente – claro, não se pode exatamente aplicar, digamos, o pensamento de uma organização internacional ao de um Estado, de um país, de uma nação – que é necessária, muitas vezes, a neutralidade, para que a Cruz Vermelha possa dialogar com os dois lados e buscar o tratamento da questão humanitária e, digamos, sobretudo, atender a respostas emergenciais e urgentes que são derivadas desses conflitos tão devastadores, como o conflito na Ucrânia. Quer dizer, a invasão da Rússia na Ucrânia tem causado uma tragédia humanitária muito forte, e nós estamos atentos a isso, estamos atentos justamente a esse diálogo parlamentar.

Eu pretendo estreitar esse diálogo que V. Exa. mencionou, Senador Arns, em função também dos subsídios dados pelo Senador Mourão, com quem tive o prazer de estar em Luanda, durante muitos dias, na inauguração da cúpula da CPLP.

E conheço o trabalho da Clara Magalhães, acompanhei o trabalho dela, graças, inclusive, aos trabalhos do Grupo Parlamentar Brasil-Ucrânia. Ela tem sido, de certa forma, heroica nesse papel na Ucrânia. Eu pretendo, quando chegar lá, entrar em contato, talvez antes mesmo – caso, evidentemente, meu nome seja aprovado no Senado –, entrar em contato com ela e já ver como a gente vai poder se ajudar mutuamente.

É importante relembrar o que eu não pude relembrar aqui na minha intervenção, que o Brasil, mesmo na neutralidade, tem buscado ser um parceiro, já tem uma parceira estratégica com a Ucrânia e tem buscado um trabalho de cooperação humanitária muito forte. Graças, inclusive, também à Senadora Mara Gabrilli e à Agência Brasileira de Cooperação do Itamaraty, nós temos cálculos mensurados de mais de US$760 mil em apoio humanitário à Ucrânia; outros não mensurados, mas que estão em andamento, e isso deve continuar e deve ser fortalecido. A gente pretende fortalecer isso também, enfim, nessa parceria público-privada, que pode ajudar a Ucrânia, mesmo que não... sobretudo naquilo que não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

compõe, digamos, o que a gente chama de uso dual, quer dizer, comércio de uso dual, comércio que é claramente humanitário, que é claramente para apoio ao país, no desenvolvimento do país, na atenção das emergências, como a emergência energética que o país enfrenta no momento.

Então, tudo isso a gente deve trabalhar, deve ouvir as expectativas da Ucrânia, ouvir as expectativas do Congresso brasileiro e, digamos, os princípios da diplomacia brasileira. E, a partir daí, devemos trabalhar sempre juntos no equacionamento dessa questão tão delicada, que afeta a todos nós.

Houve um momento, Senadores, quando a guerra eclodiu, em que eu vi um menino, nas imagens da televisão, que tinha mais ou menos uns 14, 15 anos – a idade do meu filho naquele momento –, e ele saía de um edifício em chamas portando um PlayStation, um jogo de computador, como meu filho faz. Aquilo me emocionou profundamente, porque, pela primeira vez, a guerra... Como eu disse inicialmente, a guerra, na nossa geração, é presente, real e ameaçadora; ela não é apenas de militares, mas está envolvendo a população civil. Isso é tocante, isso nos motiva e nos faz buscar trabalhar para o fim desse conflito.

No momento, a posição do Brasil de neutralidade busca que o conflito acabe o mais rápido possível, porque, a cada dia, centenas de pessoas morrem, às vezes milhares de pessoas morrem. Então, nós estamos buscando a negociação para, a partir daí, encontrar as fórmulas de paz, tentando trazer os dois lados, que têm posições extremas, para uma mesa de negociação. Eu tenho certeza de que, nesse esforço, a gente contará com essa diplomacia parlamentar, que é tão importante nesse processo.

Muito obrigado, Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – São interessantes essas observações de V. Sa. em relação ao país em que vai servir.

Eu diria que esse componente humano também é fortíssimo. Quando o senhor faz essa análise comparativa entre o seu filho e um jovem ucraniano que estava ali nos sonhos da sua juventude, talvez protegendo o seu PlayStation, isso já demonstra exatamente que o senhor vai, na verdade, imbuído do propósito de ser também um dos agentes que possam ajudar, através do Brasil, do Itamaraty, do Governo brasileiro, a, se não acabar imediatamente, pelo menos, mitigar os efeitos nefastos da guerra.

Portanto, muito obrigado pelos comentários.

Eu gostaria de consultar os demais Embaixadores e Embaixadoras se gostariam também de fazer uso da palavra. (*Pausa.*)

Não havendo mais comentários, eu gostaria apenas de dizer que nós temos recebido aqui muitas indagações dos internautas no e-Cidadania.

O Anderson, do Rio de Janeiro, pergunta...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Necessariamente, não vai dar para responder a todas, porque, obviamente, o tempo é escasso, mas vou citá-los apenas como referência.

O Anderson, do Rio de Janeiro, pergunta à Embaixadora Eugênia Barthelmess: "[...] [Ainda existe] dívida financeira de Angola com o Brasil? Como acha que ela deve ser tratada?

O Elmo, de São Paulo: "Que iniciativas pretende adotar como Embaixadora em Angola para reforçar a soberania do Brasil e nossas relações bilaterais?".

À Embaixadora Rosimar, o Pedro, do Rio de Janeiro: "Quais estratégias você propõe para fortalecer a presença diplomática do Brasil na Estônia, considerando os nossos interesses?".

O Anderson, do Amazonas, pergunta: "Como lidar com a pressão dos EUA [...] [sobre o] México [ainda vai ser apresentado, mas de qualquer forma já estou adiantando] para que [...] controle a entrada de brasileiros, recuperando o visto eletrônico para turistas?".

O Fábio, do Distrito Federal: "O Itamaraty tem intenção [...] [de expandir o] acordo automotivo [entre] México e Mercosul para outros setores, inclusive um [...] [tratado de livre comércio]?".

O Fábio, do Distrito Federal, pergunta ao Embaixador Rafael Vidal: "Como o indicado almeja equilibrar a tensa situação entre Ucrânia e Rússia, que estão em conflito, sem contradizer nosso Presidente?".

O Elmo, de São Paulo: "Como sua atuação como Embaixador na Ucrânia pode ajudar a proteger a soberania do Brasil em meio ao conflito [...] [da guerra]?".

Ao Embaixador Luciano Mazza, o Lucas, de Minas: "Como pretende promover o aumento do comércio e dos investimentos entre os dois países?".

O Emanoel, de Rondônia: "Qual é a sua experiência profissional e acadêmica relacionada à diplomacia [...] [em] relações internacionais?". Vasta experiência.

O Elmo, de São Paulo, pergunta ao Embaixador Colbert Soares: "Como [...] [Embaixador em Santa Lúcia e Dominica, como pretende] promover a soberania do Brasil e fortalecer as relações [...] [com o] Caribe [...]?".

O Pedro, do Rio de Janeiro: "Quais estratégias você propõe para fortalecer a presença diplomática do Brasil em Santa Lúcia, considerando os nossos interesses?".

E por aí vão. Depois, eu citarei mais alguns internautas. As perguntas vão ser distribuídas aos Srs. Embaixadores, que eventualmente irão responder a todos esses.

Eu quero agradecer aqui na mesa à Embaixadora Eugênia Barthelmess, em Angola – logo deverá ser aberto o painel, e tenho certeza de que todos vão ser ratificados como Embaixadores –; à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Embaixadora Rosimar da Silva Suzano, na Estônia; ao Rafael de Mello Vidal, na Ucrânia e Moldávia; e ao Luciano Mazza, Embaixador em Singapura. Agradeço-lhes pela bela apresentação, esclarecedora, que obviamente que foi distribuída já para todos os Srs. Senadores membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que devem estar realmente todos conscientes da capacidade de cada um de vocês. É lógico que, a seguir, deverão apresentar-se nas suas embaixadas, depois da indicação do Presidente da República e do Sr. Chanceler, para ocupar os seus postos.

Então, gostaria de convidá-los para sentar na primeira fila aqui dos Senadores.

E vou convidar o Embaixador Nedilson Ricardo Jorge para a sua apresentação, e o Embaixador Colbert Soares Pinto Junior e o Embaixador Alexandre Henrique Scultori de Azevedo Silva para comporem a mesa. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) **–** Concedo a palavra ao Sr. Nedilson Ricardo Jorge, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil nos Estados Unidos Mexicanos.

V. Sa. dispõe de 15 minutos.

O SR. NEDILSON RICARDO JORGE (Para expor.) **–** Muito obrigado.

Em primeiro lugar, eu gostaria de cumprimentar o Senador Chico Rodrigues e todos os integrantes da Comissão. É um prazer estar aqui e uma honra essa indicação, pelo que eu gostaria de também mencionar o meu agradecimento, para ser Embaixador do Brasil no México.

As relações entre o Brasil e o México são excelentes, atravessam um momento não apenas ótimo, como eu diria, cada vez melhor, tanto do ponto de vista político, econômico e comercial quanto em suas outras vertentes. Acho que vale a pena ressaltar **–** sem querer repetir dados que já foram mencionados no relatório **–** que Brasil e México juntos representam cerca de 60% da população e cerca de 65% do PIB da América Latina, da região. Então, além da importância da relação bilateral, a relação com o México também tem uma importância como pilar da integração regional, e também são países com uma atuação internacional significativa, com diversos interesses no sistema das Nações Unidas, com uma presença importante no mundo. Então, a relação entre o Brasil e o México vai além da relação bilateral, ela tem uma importância regional e uma importância mundial.

Isso significa que a embaixada precisa atuar em várias frentes. Eu, nos nossos papéis, no planejamento estratégico da atuação da embaixada, tive que mencionar muitas áreas, porque realmente é uma relação multifacetada, multissetorial e que engloba vários aspectos, tanto no sentido bilateral e de integração regional quanto de coordenação de posições em nível multilateral e em nível mundial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu vou tentar rapidamente mencionar apenas algum panorama e algumas das metas e das propostas de atuação que eu trouxe ao conhecimento dos senhores, para que possam pelo menos ter ideia de algumas prioridades.

Do ponto de vista político, vale mencionar que realmente hoje há uma convergência muito grande de visões entre os dois Governos e isso facilita a aproximação entre os dois países. A eleição: tivemos uma eleição recente a Presidente, cerca de um mês atrás, no dia 2 de junho, no que foi eleita a candidata do Governo, e isso traz também uma perspectiva de continuidade, tanto de políticas domésticas do México quanto de excelência e aprofundamento nas relações com o Brasil.

Esse aspecto multifacetado das relações com o México, por exemplo, pode ser comprovado pela reunião que houve no ano passado, uma comissão bilateral, com a presença dos dois chanceleres e que resultou em uma declaração conjunta com uma ampla agenda de trabalho em áreas como segurança e defesa, cooperação jurídica, temas migratórios e consulares, questões econômicas, comerciais e financeiras, cooperação científica, técnica, educacional e cultural, além da coordenação de posições em foros regionais e multilaterais.

Vale ressaltar que a excelência da relação política acaba trazendo efeitos positivos para todas as demais áreas. Então, nós vimos, em mais de uma situação, como a boa coordenação e a boa relação política com o México permitiram resolver, por exemplo, problemas técnicos na área comercial e avançar em temas culturais, de cooperação, etc.

Então, eu vou, primeiro, falar rapidamente que não pode deixar de ser uma das minhas metas continuar a acompanhar a situação interna do México em todos os temas de relevância para o Brasil e preparar análises, preparar recomendações e sugestões para a formulação da política externa, de forma a melhorar cada vez mais essa relação. Será importante, nesse sentido, trabalhar pela regularidade de reuniões desses foros bilaterais de diálogo. Como eu mencionei, ano passado, houve a comissão bilateral, mas há vários outros mecanismos. Essa regularidade desses foros vai permitir avançar cada vez mais na relação entre o Brasil e o México.

Um aspecto que eu acho que é de especial interesse para esta Casa aqui é justamente que eu acho importante estimular e apoiar o diálogo interparlamentar entre os dois países. Recentemente se mencionou em relação a um outro país. No caso do México, no ano passado, foi reinstalado o Grupo Parlamentar Brasil-México. E eu acho que seria importante incentivar e apoiar essas visitas recíprocas de grupos parlamentares, porque acho que são diálogos que trazem a sociedade, integram cada vez melhor as duas sociedades, e coordenam as visões políticas também do ponto de vista do Poder Legislativo.

Passando para a promoção de comércio e investimentos, na área comercial, essa densidade da relação política trouxe também muitos benefícios comerciais para o Brasil. Um aspecto importante nos últimos anos foi o pacote contra a inflação e a carestia que o México lançou, que, nos primeiros meses,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não chegou a afetar positivamente a balança comercial do Brasil, mas logo permitiu um aumento de exportações de produtos agrícolas em níveis que nunca antes tinham ocorrido para o México.

Então, para dar um exemplo de movimento comercial concreto, positivo, em favor do Brasil, em 2021, por exemplo, as nossas exportações de arroz para o México eram zero e as nossas exportações de frango e de suínos não chegavam a US$10 milhões, o que é um valor irrisório. Em 2023, ou seja, dois anos depois, em função desse pacote contra a inflação, as exportações de arroz do Brasil passaram de zero para US$175 milhões e as exportações de frangos e de suínos, em conjunto, passaram de menos de US$10 milhões para US$440 milhões. E muitas questões técnicas foram resolvidas. Havia muitos empecilhos técnicos, sobretudo na parte de carnes, de proteína animal, carne suína, que foram resolvidos graças ao bom diálogo político e à boa relação que temos com o México, que permitiram esses níveis de exportação de produtos agrícolas.

Então, com esse aumento das exportações de produtos agrícolas e com o aumento também das exportações do setor automotivo, graças à ampliação que houve no ACE (Acordo de Complementação Econômica) 55, que é da área automotiva, o México, em 2023, foi o sexto maior parceiro comercial do Brasil, com recorde de US$14,1 bilhões de comércio, o que representa um aumento de 14,4% em relação a 2022, e, vale notar, com superávit brasileiro de cerca de US$3 bilhões.

Então, nós temos, nos últimos dois anos, um crescimento muito grande de comércio e de exportações brasileiras, e, no momento, a gente identifica que há ainda um grande potencial de crescimento a ser explorado nessa área de comércio e de exportações brasileiras.

Apenas para citar um exemplo recente que eu acho que é muito alvissareiro, cerca de um mês atrás, no dia 3 de junho, concretizou-se a venda de 20 aviões da família E2 da Embraer para o México, que é uma negociação no valor de US$750 milhões. Então eu acho importante esse tipo de dado para mostrar que a relação política, quando é coordenada, quando está muito bem azeitada e quando está com muita identidade de propósito, acaba gerando também muitas possibilidades em termos de benefícios concretos na área de negócios, de comércio, de investimentos.

Então, vou falar ainda de investimentos, mas apenas nessa área de comércio, entre os objetivos da minha atuação, estará promover a expansão e diversificação das exportações brasileiras, que hoje estão muito concentradas em produtos agrícolas e automotivos, mas há muito potencial de outros produtos também. Na área de proteína animal, o objetivo é consolidar o suprimento regular de proteína animal para o mercado mexicano. Para isso, serão necessárias gestões políticas e técnicas, mas nós temos uma expectativa positiva nesse sentido. E vou, claro, colaborar diretamente com a Apex Brasil para desenvolver a promoção de outros produtos brasileiros da nossa oferta exportável em geral de bens e serviços.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda na área de comércio, eu acho que é importante promover o diálogo entre o setor privado dos dois países, então eu vou procurar atuar para conferir maior regularidade às reuniões do Conselho Empresarial Brasil-México, que, do ponto de vista brasileiro, é coordenado pela CNI, e, do ponto de vista mexicano, pelo Conselho Empresarial Mexicano de Comércio Exterior, porque eu acho que é um diálogo que vai favorecer muito não apenas novas vertentes de comércio, mas também de investimento.

Antes ainda de falar de investimento, esse bom comércio e crescente comércio nos leva também a ter uma atuação no sentido da integração regional de caráter econômico, então será uma prioridade minha apoiar retomadas de negociações do Acordo de Complementação Econômica 53. O ACE 53 hoje cobre apenas 13% do universo tarifário entre o Brasil e o México, e, identificado o interesse do setor privado dos dois países, o próximo passo será justamente a gente entrar em negociações com o México para ampliar o ACE 53, para que possa incluir outros produtos, outras linhas tarifárias, com redução tarifária, de modo a, concomitantemente, favorecer o aumento do comércio bilateral.

Na parte de investimento, realmente, o Brasil e o México são os dois maiores captadores de investimentos externos na América Latina e possuem um significativo investimento mútuo. Então, já foi dito aqui, há cerca de US$10 bilhões de investimentos mexicanos no Brasil, você destaca aí a Claro, a Móvil, e cerca de 7,1 bilhões de investimentos brasileiros no México. Então, caso, naturalmente, aprovado pelo Senado, eu pretendo atuar a favor da atração de mais investimentos mexicanos para o Brasil, porque a gente identifica que há muito potencial ainda a ser explorado nisso, e a apoiar as empresas de capital brasileiro instaladas no México. Nós temos a Braskem, mas temos outras empresas em várias áreas de atuação além de siderurgia e motores. Então, essa é uma atuação que eu acho que é importante da nossa embaixada.

Bom, eu não posso deixar de falar de cultura brasileira. A cultura brasileira é muito bem recebida no México. Os mexicanos consomem e gostam de atividades culturais brasileiras. Então, a gente vai também ter de atuar, é uma prioridade, para intensificar e diversificar as ações de promoção da cultura brasileira em todas as vertentes na sociedade mexicana. E, em particular, neste ano, nós estamos no âmbito do Ano Dual Brasil-México, comemorando 190 anos do estabelecimento de relações diplomáticas, e, com isso, também há alguns projetos culturais em curso que são prioritários, como o Festival Internacional Cervantino, a Feira de Livro de Guadalajara, enfim, é uma área também muito rica e muito ampla de atividades culturais que a gente pode fazer, promover no México.

Nesse contexto, há também um aspecto específico em que eu acho que gostaria de poder atuar para impulsionar as negociações do novo acordo de coprodução audiovisual dos dois países. Já está em curso, e acho que isso é uma forma também de facilitar a coprodução cinematográfica conjunta. Eu pretendo atuar também nessa área, sem descuidar, naturalmente, das atividades de promoção da língua portuguesa, como na promoção de eventos comemorativos da língua portuguesa e de outra natureza. Então, como eu disse, a gente tem muitas áreas de atuação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não posso deixar de falar da cooperação bilateral. Esse é outro diálogo importante que nós temos com o México. Também, menos de uma semana atrás, de 12 a 14 de junho, teve uma reunião do grupo de trabalho de cooperação técnica entre os dois países, em que se aprovou uma nova carteira de projetos em vários setores diferentes, como o combate a moscas-das-frutas, a produção de mamona para biocombustíveis, igualdade de gênero, engenharia espacial, resposta a emergências, inclusão digital e também um programa de cooperação trilateral em benefício de outros países, sobretudo da América Central, Salvador e Honduras. E, na área de ciência e tecnologia, também, nós já fizemos incubação cruzada com o México. Então, estará na minha pauta de atuação apoiar e acompanhar a implementação dessa agenda de cooperação bilateral e procurar incentivar que sejam cada vez mais desenvolvidas entre as instituições dos dois países novas vertentes de cooperação.

Não quero deixar de falar muito rapidamente que também a área de desenvolvimento sustentável, produção e meio ambiente é uma área de muita convergência de posições com o México. Nós vamos continuar a trabalhar nisso...

(*Soa a campainha.*)

O SR. NEDILSON RICARDO JORGE – ... identificar posições e fazer, nesse ponto, uma divulgação das tecnologias limpas que já são produzidas e utilizadas no Brasil, em especial, no setor energético. Essa é uma atuação importante e que nós precisamos sempre ter presente.

Para concluir – por último, mas não menos importante –, tem a questão da comunidade brasileira residente do México. Já foi dito aqui que é uma comunidade de cerca de 33 mil pessoas. Nós precisamos levar em conta que é uma comunidade flutuante que já chegou a mais de 300 mil turistas – hoje, em função da imposição pelo visto no México, caiu para 213 mil brasileiros, então, além dos 33 mil que residem no México, nós temos mais de 200 mil, dependendo do ano, mais de 300 mil brasileiros que passam ali, que muitas vezes precisam de assistência. Em 2021, o México suspendeu o acordo com o Brasil para a supressão de vistos e, como resposta a isso, com as nossas gestões, foi acordado no ano passado que ambos os países iriam implementar o visto eletrônico como forma de facilitar aos cidadãos dos dois países obter vistos para visitar. Então, nesse caso, essa é uma tarefa que também está próxima a se concluir. Eu não estou participando das negociações, mas a informação que eu tenho é de que está muito próximo de se chegar a uma solução.

(*Soa a campainha.*)

O SR. NEDILSON RICARDO JORGE – Espera-se que, em breve, o México possa adotar o visto eletrônico. O Brasil já está no processo, também, de licitação, para adotar o visto eletrônico para o México. Então, eu pretendo manter canais fluidos com a comunidade brasileira residente no México, apoiar não só a comunidade residente, mas também essa comunidade flutuante que visita o México e manter a interlocução regular com as autoridades locais para facilitar, resolver eventuais problemas que existem na comunidade brasileira, mas também para que seja adotado logo – caso isso não aconteça antes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da minha chegada ao posto –, para que seja logo adotado o visto eletrônico, do ponto de vista do México, para facilitar aos brasileiros que desejam visitar o México.

Então, desculpe se eu corri, um pouco, para tentar me limitar ao tempo, mas eu gostaria de agradecer a oportunidade e me coloco à disposição para qualquer dúvida.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Eu agradeço ao Embaixador Nedilson Ricardo Jorge, que vai exercer o posto de Embaixador do Brasil no México, um país amigo, um país importante, estrategicamente, para o Brasil, o sexto país, no mundo, em comércio com o nosso país. Portanto, é uma função também importantíssima.

V. Exa., detentor de uma larga experiência no Itamaraty, tenho certeza de que vai ser essa interface entre o Governo brasileiro e o Governo mexicano, ampliando, trabalhando, obviamente, para ampliar, mais ainda, os negócios entre os dois países.

Continuando a apresentação dos Srs. Embaixadores, concedo a palavra ao Sr. Colbert Soares Pinto Jr., indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil em Santa Lúcia e, cumulativamente, na Comunidade da Dominica.

V. Sa. dispõe de 15 minutos.

O SR. COLBERT SOARES PINTO JUNIOR (Para expor.) – Muito obrigado.

Eu gostaria, inicialmente, de cumprimentar a Presidência da CRE e, assim também, às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores membros desta ilustre Comissão, e fazer um agradecimento ao Relator da minha sabatina, o Senador Jaques Wagner, e também ao Senador Marcos Pontes, que leu o relatório.

Bem, conforme já adiantado pelo relatório, Santa Lúcia e a Comunidade da Dominica são dois pequenos Estados insulares, localizados na região do Caribe Oriental. Ambos foram colônias britânicas e fizeram as suas independências no final da década de 70.

O Brasil reconheceu essas duas nações independentes pouco tempo após a independência; no caso de Santa Lúcia, a partir de 1980. Os dois países são membros da *Commonwealth* britânica e também integram a Oeco (Organização dos Estados do Caribe Oriental), que é composta por sete Estados-membros e quatro territórios associados, dois britânicos e dois franceses. Ambos os Estados também integram a Caricom, a Comunidade do Caribe, que é composta por 15 países.

Bem, é importante também salientar que esses dois países integram o grupo dos chamados SIDS, que é a sigla em inglês para Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento. Esse grupo é formado por 39 países, e eles representam dois terços daqueles países que são mais afetados pela crise climática global.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, são países que têm uma grande vulnerabilidade e fragilidade diante dos eventos climáticos, que estão, como nós sabemos, se agravando e se intensificando.

No caso do Caribe, em especial, nós vemos que, além das preocupações com o aumento do nível do mar, nós temos também a preocupação com os furacões. E vemos que, neste ano, por exemplo, a temporada de furacões iniciou-se muito precocemente. Foi o início mais precoce de que se tem registro, o dessa temporada de furacões no Caribe. O Furacão Beryl passou recentemente pelas ilhas – passou perto de Santa Lúcia, atingiu São Vicente, Granadinas e Granada –, provocando alguma destruição. E nós temos também o exemplo de 2017, do Furacão Maria, que devastou a ilha da Dominica. E os efeitos da passagem do Furacão Maria continuam a ser sentidos fortemente pela Dominica, que antes já tinha sido atingida por outra tempestade tropical, a Tempestade Erika, em 2015, que desmontou o sistema produtivo da ilha. A Dominica era muito próspera na agricultura – a agricultura correspondia a 15% do PIB do país –, que foi duramente atingida por essa catástrofe natural.

O Brasil tem ajudado nesses momentos através de ajuda humanitária, mandando medicamentos, enviando técnicos. No caso da Dominica, participamos através da nossa agência de cooperação, junto com a FAO, num programa de apoio, auxílio aos agricultores que se encontravam num estado de emergência na Dominica.

Bem, é importante a gente ter presente que o Caribe é uma área geográfica contígua à América do Sul. O Caribe tem suas fronteiras delimitadas por América do Sul, América Central, Golfo do México e Atlântico. Então, ele está justamente no eixo da integração regional. Portanto, nós termos uma presença no Caribe faz todo o sentido para nós. E não é por outra razão que outros países estão presentes. Por exemplo, em Santa Lúcia, nós temos a Embaixada da Venezuela e nós temos a Embaixada do México, além de outras – são nove embaixadas que estão residentes lá. Nós temos que considerar que, em ambos os casos, ambos os países são membros de organizações que integram outros países, que são formadas por outros países da região, e, portanto, podem servir como plataforma para ações e para operações econômicas e comerciais nessa área.

As relações com o Brasil são muito amistosas, ambos têm apoiado as nossas posições, os nossos pleitos nos fóruns internacionais. Nós já tivemos uma embaixada na Dominica, que foi fechada em 2018, e Castries passou, quer dizer, Santa Lúcia passou a cobri-la em regime de cumulatividade a partir do ano passado. Antes estava a cumulatividade com Barbados, com a nossa Embaixada em Barbados.

Eu acho que é importante também a gente ter presente que esses países, apesar de pequenos, demonstram sua viabilidade quando a gente, por exemplo, vê o PIB *per capita*. O PIB *per capita* de Santa Lúcia é de US$13,5 mil, é superior ao PIB *per capita* brasileiro. O PIB *per capita* de Dominica é de US$8,8 mil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro fator a se considerar é o número de turistas que passam por essas ilhas e cada vez mais o Caribe tem sido um destino importante para milhares de turistas brasileiros anualmente. No caso de Santa Lúcia, em 2019, o ano anterior à pandemia, esse número, essa população flutuante de turistas chegou a 1,3 milhão no ano. São países que têm um grande potencial e que, no caso, Santa Lúcia já realiza esse potencial no turismo. Além disso, Santa Lúcia é também um paraíso fiscal do Caribe. Portanto, tem um sistema bancário e financeiro ágil e desenvolvido.

Esses países demandam a nossa atenção e a nossa assistência técnica, sobretudo na área de agricultura, em que o Brasil tem uma *expertise* e é muito demandado. O Brasil é muito demandado nessa área. E nós precisamos avançar, porque temos feito pouco nessa área. Precisamos avançar e encontrar as melhores áreas para aprofundar essa relação de cooperação.

Temos que pensar também que a vida da comunidade das nações não passa só por interesses econômicos e comerciais. A vida da comunidade das nações passa por relações de cooperação, de solidariedade, pelo diálogo e pela construção de consensos. E, nesse sentido, a aproximação com o Caribe, que vem dos anos 2000, é muito importante e estratégica para nós, porque com esses países nós podemos construir parcerias. E esses são países que hoje estão na vanguarda nos organismos internacionais, na discussão, justamente, de temas importantes como esse do aquecimento global e dos efeitos climáticos e ambientais.

Bem, eu vou passar para os meus objetivos e metas.

Se aprovado aqui nesta Comissão, eu pretendo me dedicar a estreitar ainda mais as boas relações diplomáticas por meio de um diálogo fluido e construtivo com as autoridades santa-lucienses. Pretendo trabalhar para que se concretize a primeira visita de uma autoridade governamental brasileira de alto nível à Santa Lúcia, o que ainda não aconteceu.

Santa Lúcia já veio ao Brasil duas ou três vezes, em três ocasiões: duas visitas de chanceler e uma de Primeiro-Ministro, em 2010. Há uma manifestação de vontade do atual Primeiro-Ministro, Philip Pierre, de visitar o Brasil. Eu pretendo trabalhar para que esse convite seja feito ao Primeiro-Ministro.

Pretendo realizar visitas à Dominica com frequência anual, pelo menos, e acompanhar, continuar acompanhando, porque eu, como Embaixador em Cabo Verde, já acompanho a agenda dos SIDS (Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento) e seus desdobramentos na conjuntura política internacional. Inclusive, no que concerne à COP, lembrando que nós vamos sediar a COP 30 em Belém, do Pará, no ano que vem, em novembro de 2025. Pretendo continuar acompanhando as atividades da Oeco, que tem sede... Faltou-me dizer que essa Organização dos Estados do Caribe Oriental tem sede em Castries, em Santa Lúcia, e o seu Diretor-Geral é um cidadão santa-luciense.

No campo das relações econômicas e comerciais, eu irei acompanhar o processo, a finalização do processo de certificação da importação de carnes e derivados por Santa Lúcia. É um processo que já está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

adiantado. Já houve visita de uma delegação técnica, formada não apenas por técnicos de Santa Lúcia, mas também por técnicos da CARICOM. Aí vemos como esses temas podem realmente se refletir nas estruturas de cooperação da região.

Quando Santa Lúcia manifestou a intenção de importar carnes do Brasil, inicialmente essa intenção era voltada para carnes de aves. Os técnicos da CARICOM, ao saberem disso, se interessaram e montaram uma visita ao Brasil para inspeção de frigoríficos e se dividiram. Fizeram uma delegação que se dividiu em visitas a frigoríficos de aves, carne bovina, suínos e ovinos. O resultado disso é que eles ficaram tão bem impressionados com o que viram aqui, que sabemos agora, em primeira mão, pela nossa Embaixada em Castries, que Santa Lúcia está recomendando ao Governo não apenas a importação de carnes de aves, mas também a de todos os tipos de carne. Isso irá trazer um acréscimo, seguramente um acréscimo, ao nosso saldo na balança comercial, que no ano passado foi de US$70 milhões.

(*Soa a campainha.*)

O SR. COLBERT SOARES PINTO JUNIOR – Pretendo também prospectar novas oportunidades para produtos brasileiros nas ilhas, trabalhar para que seja realizada uma nova missão empresarial – a anterior foi de 2016 – cobrindo setores a serem definidos.

Na área da cooperação para o desenvolvimento, eu pretendo trabalhar para corresponder às expectativas de Santa Lúcia e da Dominica, no sentido de se montar algum projeto de cooperação na área agrícola, na área agropecuária.

A Dominica tem muito potencial na área do turismo ecológico – é uma ilha muito bonita, que abriga muitas espécies raras de plantas, animais e aves. Enfim, eu acho que é uma área também a que nós podemos dar uma atenção e tentar talvez uma aproximação com o Norte do Brasil, que tem uma experiência com o ecoturismo. É importante. Vou trabalhar também para que a Dominica ratifique o acordo de cooperação técnica, que foi assinado em 2014.

Por fim, na área da cooperação cultural e educacional, eu acho que é importante difundir ainda mais amplamente os nossos programas PEC-G e PEC-PG. Nós temos aqui uma dificuldade da língua, porque o inglês é a língua oficial em Santa Lúcia e na Dominica. Eu pretendo discutir essa questão com o nosso Instituto Guimarães Rosa, nossa área cultural do Itamaraty, que cuida de cooperação cultural e educacional. Vamos discutir mecanismos para que a gente possa fazer chegar o ensino do português, talvez hoje por canais de...

(*Soa a campainha.*)

O SR. COLBERT SOARES PINTO JUNIOR – ... ensino à distância, para os estudantes de Santa Lúcia e da Dominica.

Basicamente era isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu agradeço pela atenção.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Embaixador Colbert Soares, nós agradecemos, a Comissão agradece a V. Sa. pela apresentação, mostrando a importância dessa missão em Santa Lúcia e Dominica, praticamente de uma forma muito estratégica: a localização, enfim, com uma capacidade do Brasil de fazer muitas ações em toda aquela região do Caribe. Ali são quantas ilhas?

O SR. COLBERT SOARES PINTO JUNIOR (*Fora do microfone*.) – Na Oeco são sete ilhas. Na verdade, são onze.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – E é onde o Brasil, na verdade, em todas as áreas, tem como expandir a sua economia.

Enfim, a gente verifica, como o senhor acabou de falar, que a questão da importação de carnes pode se expandir: não apenas aves, mas para outros segmentos, como bovinos, suínos, etc., e isso aí, logicamente, é mercado que se abre para a nossa economia.

O turismo também é extremamente relevante. A gente às vezes se questiona. É um país com 616km². Nós temos 8,5 milhões de quilômetros quadrados e temos menos de 8 milhões de turistas, e em uma área de 616km² há mais de 1 milhão de turistas por ano.

Então, eu acho que nunca na história deste país – se posso repetir essa frase conhecida – se trabalhou de uma forma em que o turismo fosse uma atividade econômica importante para o Brasil. E uma coisa que me chama a atenção, pelos dados: a Torre Eiffel recebe por ano em torno de 7 milhões de turistas. A Torre Eiffel é um... Bom, não quero tirar o valor, a importância etc., mas, entre a Torre Eiffel e as riquezas turísticas do Brasil, é inimaginável que nós não tenhamos um turismo extremamente forte, mostrando as belezas do Brasil, na nossa costa de 7 mil quilômetros, na nossa costa atlântica, na nossa fronteira com 11 países, uma fronteira seca com mais de 17 mil quilômetros, o Pantanal, a Amazônia, enfim, o Sul do país. Então, é um segmento que... Eu sempre cobro nos meus pronunciamentos, nas reuniões que, no Brasil, não existe justificativa para nós termos menos de 10 milhões de turistas por ano. Isso é um absurdo!

Então, é uma atividade que nos inveja, a todos nós brasileiros, mas cobra dos governos, de todos eles, que tenham uma política agressiva em relação ao turismo nacional, que é uma fonte de renda, é gerador de empregos e assim por diante.

Continuando a exposição dos indicados, concedo a palavra ao Sr. Embaixador Alexandre Henrique Scultori de Azevedo Silva, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Cabo Verde – V. Sa. dispõe de 15 minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu gostaria de, ao término da sua apresentação, convidar o Senador Hamilton Mourão para me substituir, porque eu cheguei de uma viagem internacional ontem com o Presidente ao Paraguai e à Bolívia, já quase na madrugada; hoje, já estou aqui nesta Comissão presidindo; e vou ter que presidir a sessão do Senado hoje, na sua abertura, a pedido do Presidente Rodrigo Pacheco, a qual começa exatamente às 14h.

Então, eu gostaria de passar a palavra a V. Sa., Embaixador Alexandre Henrique, que dispõe de 15 minutos.

O SR. ALEXANDRE HENRIQUE SCULTORI DE AZEVEDO SILVA (Para expor.) – Muito boa tarde.

Muito obrigado, Sr. Presidente, por conduzir esta sessão. Para mim, Senador, é um privilégio estar aqui.

Eu gostaria de cumprimentar os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras integrantes desta Comissão, muito especialmente a Senadora Tereza Cristina, por ter gentilmente relatado minha indicação, e o Senador Marcos Pontes, por tê-lo apresentado.

Eu não poderia deixar de agradecer ao Presidente Lula pela confiança em mim depositada e também ao Ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira.

Sr. Presidente, de forma a fazer o melhor uso possível do tempo a mim atribuído, eu vou tratar na minha fala, de uma maneira muito sucinta, primeiramente, de alguns aspectos gerais sobre a República de Cabo Verde; em seguida, vou ressaltar os eixos estruturantes das relações bilaterais; e, em seguida, apresentar um programa de trabalho que eu proponho implementar na hipótese de minha indicação ser aprovada por esta Casa.

Uma característica marcante da República de Cabo Verde reside no fato de ser considerado um exemplo de democracia na África. Os processos eleitorais têm sido realizados regularmente, com uma transição totalmente pacífica de poder. O país também se caracteriza por ser muito organizado institucionalmente, tem uma burocracia muito estável e muito bem preparada.

A diplomacia cabo-verdiana é muito engajada nos organismos internacionais e regionais de que faz parte e pauta sua atuação pela moderação, pelo diálogo, pela promoção da democracia. O Brasil, a União Europeia, os Estados Unidos e a China estão entre os parceiros declarados estratégicos pelo país.

O arquipélago mostra-se muito dependente do mercado europeu. Em 2023, por exemplo, mais de 90% dos produtos exportados por Cabo Verde dirigiram-se a países daquele continente. Quase 60% foram para Espanha, sobretudo, pescado processado. O principal fornecedor de produtos para Cabo Verde, por sua vez, é Portugal, com quase 68% de participação na pauta importadora do país. O Brasil fornece cerca

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 4,4% do total de produtos importados por Cabo Verde, tendo sido verificado um crescimento em torno de 28% entre os anos de 2022 e 2023.

Assim como Santa Lúcia, Cabo Verde apresenta-se muito vulnerável em face das mudanças climáticas, mas também das oscilações internacionais dos preços de alimentos e de combustíveis, da ação do crime transnacional e da pesca irregular. Então, o caráter arquipelágico, a ausência de recursos naturais e a ausência até mesmo de água impõem obstáculos sérios ao desenvolvimento do país.

Em face desses e outros tantos desafios, Cabo Verde concebeu uma estratégia de desenvolvimento que leva em conta o fato de ser um ponto de encontro entre o Atlântico Norte e o Atlântico Sul, a meio caminho entre Fortaleza e Lisboa, para afirmar-se como um *hub* regional em transportes, comércio e serviços, resgatando do passado um papel que gerou ciclos de prosperidade ao país.

Com relação às relações bilaterais, elas estão em um patamar excelente, expresso nos encontros de alto nível, com visitas ao Brasil tanto do Presidente de Cabo Verde, José Maria Neves, quanto do Primeiro-Ministro, Ulisses Correia e Silva, nos anos de 2022 e 2023. Do lado brasileiro, vale ressaltar a visita a Cabo Verde do então Vice-Presidente da República, Senador Hamilton Mourão, que foi a Cabo Verde para a posse do Presidente José Maria Neves, em 2021.

Cabo Verde foi o primeiro país africano em que o Presidente Lula esteve em seu novo mandato, em escala técnica, em julho de 2023, e, depois, novamente em fevereiro deste ano. Vale sublinhar ainda a participação do Ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, na VIII Reunião Ministerial da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (Zopacas), realizada em abril de 2023 na Ilha de São Vicente.

As relações entre Brasil e Cabo Verde têm quatro eixos estruturantes que merecem especial destaque. O primeiro deles é a cooperação técnica, que é o eixo central da relação bilateral, que é engendrada pela Agência Brasileira de Cooperação, envolvendo instituições de ponta do lado brasileiro e com resultados muito concretos na realidade do país, e iniciativas nos mais diversos campos, como agricultura, saúde, educação, habitação social, agências reguladoras, empreendedorismo, entre outros.

O segundo eixo estruturante da relação bilateral é a cooperação educacional. O Brasil desempenha um papel muito importante como formador de quadros cabo-verdianos, por meio do Programa de Estudantes-Convênio (PEC), que oferece vagas a estudantes cabo-verdianos em instituições de ensino superior brasileiras, em nível de graduação e de pós-graduação; no Instituto Rio Branco, na formação de diplomatas; e nos diversos cursos oferecidos pelas Forças Armadas brasileiras, especialmente a Marinha, que forma militares e integrantes da Marinha Mercante cabo-verdiana. A cooperação educacional, Sr. Presidente, tem um impacto enorme nas relações bilaterais, e a sua importância pode ser emblematicamente expressa no fato de o Presidente de Cabo Verde, José Maria Neves, ser egresso de um curso da Fundação Getúlio Vargas; também a Ministra da Defesa Internacional, Janine Lélis, e a da Justiça, Joana Rosa, estudaram no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O terceiro eixo estruturante das relações bilaterais é o da cooperação em defesa e segurança. O Brasil mantém hoje uma adidância em defesa e uma missão de assessoria naval, que é atualmente considerada a principal assessoria da Guarda Costeira de Cabo Verde, que enfrenta um enorme desafio na vigilância do seu espaço marítimo – a Zona Econômica Exclusiva de Cabo Verde compreende um território maior do que o território da França.

O quarto eixo seria o da diplomacia cultural. A Embaixada em Praia desenvolve uma intensa atividade de promoção da língua portuguesa e da cultura brasileira, por meio tanto do Instituto Guimarães Rosa, que substituiu o antigo Centro Cultural Brasil-Cabo Verde, atuante há mais de duas décadas no país, quanto do leitorado brasileiro junto à Universidade de Cabo Verde.

Com relação ao programa de trabalho, caso a minha indicação para chefiar a Embaixada em Praia seja aprovada por esta Casa, eu intenciono implementar um programa de trabalho que leve em conta os esforços auspiciosos dos embaixadores que chefiaram aquele posto nos últimos anos, o dinamismo dos eixos estruturantes que eu acabei de mencionar e também novas áreas de potencial interesse da sociedade brasileira.

A primeira vertente seria a de promoção do comércio e investimentos. O turismo responde por 25% do PIB cabo-verdiano. O país recebe aproximadamente 900 mil turistas por ano. A demanda por produtos alimentícios da parte de hotéis, *resorts* e navios de cruzeiro vem sendo suprida principalmente por países europeus. Eu creio haver margem para se continuar a trabalhar a inserção de fornecedores brasileiros nessa promissora fatia de mercado. Há também um grande potencial de fornecimento pelo Brasil de materiais de construção civil para o mercado doméstico. No campo dos investimentos produtivos, é muito importante se ter em mente que investimentos naquele país em bens ou serviços poderiam contar com acesso preferencial aos mercados dos países da CEDEAO, com mais de 380 milhões de habitantes, da União Europeia e dos Estados Unidos.

A segunda linha de ação diz respeito à ligação aérea e marítima. A retomada do voo entre Cabo Verde e Brasil, interrompido em 2020 no contexto da pandemia de covid-19, merece alta prioridade. O Governo cabo-verdiano tem anunciado uma firme intenção de retomar essa rota, com destino a Fortaleza e a Recife, e eu intenciono, dessa forma, dar todo o apoio da Embaixada em Praia no sentido de sustentar a concretização para que esse voo seja retomado.

No que respeita à conexão marítima, desde os anos 2010, o projeto de estabelecimento de uma linha marítima direta vem sendo almejado pelos dois lados. E tal projeto me parece também merecer todo o apoio do posto e, quando concretizado, certamente, impulsionará fortemente as relações comerciais entre os dois países.

A terceira linha de ação seria com relação à Zopacas. A realização da VIII Reunião Ministerial da Zopacas, em abril de 2023, no Mindelo, após dez anos de intervalo, contou com forte apoio político do Governo brasileiro. Seria minha intenção apoiar, em coordenação com o Governo cabo-verdiano, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possibilidade de se desenvolverem iniciativas que venham a avançar com as disposições não somente dos pontos negociados no plano de ação do Mindelo, mas também de forma a manter vivo o interesse dos países participantes.

A quarta linha de ação seria a cooperação em inovação. Parece-me haver perspectivas muito boas nesse campo, especialmente na conformação de parques tecnológicos, que é um projeto em ascensão em Cabo Verde. Eu buscaria explorar possíveis sinergias entre o projeto cabo-verdiano em gestação e os parques tecnológicos constituídos, sobretudo, nos estados do Nordeste do Brasil, notadamente Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, tanto de uma perspectiva de cooperação quanto de negócios.

Por fim, assuntos consulares.

Seria também minha intenção dar seguimento à proteção dos interesses da comunidade brasileira radicada em Cabo Verde, uma comunidade pouco numerosa, mas muito bem-integrada. Eu creio que caberia aperfeiçoar o sistema de processamento de pedidos *online* de forma a aproximar o posto dos brasileiros residentes nas ilhas mais distantes da capital.

Eu agradeço imensamente a V. Exas. a oportunidade que me foi dada de apresentar a minha visão sobre as relações bilaterais.

Eu acredito que a minha experiência anterior no país vai ser de grande valia neste novo desafio e sigo à disposição de V. Exas. para eventuais esclarecimentos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Agradeço ao Embaixador Alexandre Henrique Scultori de Azevedo Silva a apresentação.

A localização estratégica de Cabo Verde é fundamental nessa rota, inclusive, não apenas como alternativa para turismo. Como V. Sa. já falou, quase 1 milhão de turistas recebe, por ano, Cabo Verde, uma pequena ilha do Atlântico, que, estrategicamente, é importante também para o Brasil, obviamente.

Eu acho que V. Exa. terá uma bela missão também nesse posto e vai envidar todos os esforços exatamente para que, cada vez mais, se consolide a posição do Brasil ali naquele país amigo, inclusive, com a vantagem da língua portuguesa, que, em todas as negociações, enfim, facilita bastante as relações com o nosso país.

Como anunciei anteriormente, convido o Senador Hamilton Mourão para presidir a sessão em função dos motivos a que antes eu já havia me reportado.

Muito obrigado, Srs. Embaixadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) **–** Bem, prosseguindo aqui com a nossa sessão, apenas vou ler, Srs. Embaixadores, que agora terminaram de apresentar as suas exposições, algumas perguntas que nos chegaram pelo e-Cidadania, e aí, se alguém quiser fazer algum comentário de alguma delas, é livre.

Anderson, do Amazonas: "Como lidar com a pressão dos EUA no México para que este controle a entrada de brasileiros, recuperando o visto eletrônico para turistas?". O senhor mencionou isso durante a sua exposição.

Fábio, do Distrito Federal: "O Itamaraty tem intenção da expansão do acordo automotivo México e Mercosul para outros setores, inclusive um [...] [tratado de livre comércio]?".

Elmo, de São Paulo, para o Embaixador Colbert: "Como você pode [ele deve ser íntimo amigo seu] promover a soberania do Brasil e fortalecer relações no Caribe como Embaixador em Santa Lúcia e Dominica?". Eu acho que ele é formado pela UFRGS também.

Pedro, do Rio de Janeiro: "Quais estratégias você propõe para fortalecer a presença diplomática do Brasil em Santa Lúcia considerando os nossos interesses?". Foram respondidos aí ao longo da sua explanação.

E para o nosso Embaixador em Cabo Verde: "Como sua atuação, como Embaixador em Cabo Verde, pode fortalecer a soberania e a cooperação Brasil-Cabo Verde?". Essa é do Elmo, de São Paulo.

Érica, também de São Paulo: "Que projeto de intercâmbio nos países você propõe para estudantes de medicina?". Essa aqui é interessante, essa da medicina aí, viu, Alexandre?

Emanoel, de Rondônia: "Como você se prepara para trabalhar em um país com uma cultura e sistema político diferentes?". Não é tanto assim.

Henrique, de São Paulo: "O senhor como embaixador pretende promover laços comerciais agrícolas com Cabo Verde? Se sim, como e sobre quais produtos?". Isso aí foi colocado durante a sua exposição, considerando uma janela de oportunidade a venda de produtos agrícolas brasileiros para a questão aí de abastecer os *resorts* e cruzeiros.

Então, Embaixador Nedilson, o senhor quer fazer algum comentário? Depois, Colbert; e, depois, Alexandre, por favor.

O SR. NEDILSON RICARDO JORGE (Para expor.) **–** Muito obrigado, Senador Mourão.

Muito rapidamente, vou começar pela segunda pergunta.

O setor automotivo, no momento dos dois países, parece estar razoavelmente satisfeito com os termos do Acordo de Complementação Econômica 55, mas, evidentemente, se houver margem e interesse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos setores privados dos dois países, nós vamos promover e facilitar uma renegociação, uma ampliação do ACE 55. No momento, a informação que nós temos é de que há muito mais necessidade urgente de ampliação do ACE 53, que são as demais linhas tarifárias, que, como eu disse, cobrem apenas 13% do universo tarifário, e esse seria o primeiro foco de prioridade, mas, repito, estamos sempre atentos aos sinais recebidos do setor privado quanto à ampliação de qualquer tipo de acordo existente ou novo, se for o caso de assinar com o México.

Com relação à pergunta sobre o visto, permito-me até complementar. Primeiro, cabe ressaltar que o México, ao impor visto aos brasileiros, acabou decidindo excluir a necessidade de vistos para os brasileiros que já contam com vistos para alguns países. Então, brasileiros que têm visto para os Estados Unidos, Canadá, Reino Unido e alguns outros que estão na lista não precisam de visto para o México. Isso já é um primeiro sinal positivo.

E nós estamos trabalhando para favorecer essa implementação do visto eletrônico, porque essa será uma maneira muito concreta de facilitar a vida do cidadão brasileiro que deseja pedir visto para o México. Por isso que houve um acordo, inclusive, de implementação mútua, no ano passado. E nós estamos, realmente, na fase final. Eu não gosto de fazer previsões que não dependem de mim, mas, talvez, até mesmo antes de chegar ao posto esse assunto esteja resolvido.

Paralelamente – isso foi uma coisa que eu não mencionei – um dos trabalhos importantes que nós temos a fazer é o de dar atenção aos brasileiros inadmitidos. Nós temos um contingente grande de brasileiros que chegam ao México e não são admitidos no México. E, apesar de ser, evidentemente, um direito soberano de cada país decidir quem entra e quem não entra, é nosso dever – e isso vai ser uma das minhas áreas de atuação, sem nenhuma dúvida – assegurar que todos os cidadãos brasileiros que não sejam admitidos sejam tratados com o devido respeito aos seus direitos, cuidados para que não sejam maltratados, nem tratados de forma indigna. Então, essa é uma vertente também. Ao mesmo tempo que vamos trabalhar e gestionar para que, no mais breve prazo possível, seja implementado o visto eletrônico, vamos também continuar a dar muita atenção ao atendimento e à assistência consular aos brasileiros que, porventura, não sejam admitidos na sua entrada no México.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Muito obrigado, Embaixador Nedilson. A missão não é simples nessa questão aí, face ao México ser uma zona de transição para a entrada nos Estados Unidos. E nós temos nacionais, brasileiros, que buscam chegar àquele país cujo destino final é entrar nos Estados Unidos da América.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Faz parte do momento que em que a gente vive.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Embaixador Colbert, o senhor quer colocar alguma coisa?

O SR. COLBERT SOARES PINTO JUNIOR (Para expor.) – Sim. Obrigado, Senador.

Ambas as perguntas que me foram feitas falaram em fortalecer o interesse nacional. Sobre esse ponto, eu acho que, no meu modo de entender, como eu vejo a prática da política externa brasileira para a região, acredito que o nosso maior interesse ali, nos países do Caribe, seja de nós nos consolidarmos como um parceiro confiável, como um parceiro em que esses países possam realmente contar nos momentos de dificuldade, que lhes possa dar segurança.

Um país da dimensão do Brasil tem um grande papel, um papel importante a desempenhar nessa região para esses países que estão aqui na nossa vizinhança e que fazem parte do grupo, como eu mencionei na minha exposição, de 39 países que são os mais ameaçados pela crise climática, pelos efeitos das alterações climáticas. Então, eu acredito que o nosso interesse seja esse.

Quando nós falamos, por exemplo, em relações comerciais, em exportar, como a escala é muito pequena, eu acho que a nossa lógica na relação é de sermos parceiros, porque nós estamos contribuindo para a segurança alimentar do país. No momento em que nós fornecemos produtos alimentares, que são de ótima qualidade e a bom preço, porque estamos próximos do Caribe, nós também estamos contribuindo para que o país tenha fortalecida essa dimensão da sua segurança.

No caso da soberania, também mencionaram a soberania do Brasil. Acho que ela não está em questão aqui; está muito bem garantida pelas instituições nacionais, mas nós estamos falando de países dos quais, aí sim, a soberania é um ponto mais preocupante, em função das crises e potenciais desastres.

Então, o Brasil ser um país confiável, um país que pode ser um parceiro, conta muito para esses vizinhos nossos, inclusive a nossa prontidão em prestar auxílio humanitário, ajuda humanitária, nos momentos difíceis, porque esses momentos são recorrentes para esses países. Eu acho que é nessa direção que nós temos que caminhar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Muito obrigado, Embaixador Colbert.

Embaixador Alexandre, algum comentário de V. Exa.?

O SR. ALEXANDRE HENRIQUE SCULTORI DE AZEVEDO SILVA (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Eu acho que eu vou abordar a questão da Érica, sobre as perspectivas, se eu bem entendi, de intercâmbio para estudantes de medicina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queria só rapidamente contextualizar. Acho que os estudantes cabo-verdianos são os principais beneficiários do programa PEC-G, dentre todos os países para os quais o Brasil oferece esse programa. São mais de 3,6 mil cabo-verdianos que já participaram desse programa de estudo no Brasil, e uma boa parte era na área de saúde.

E o curso de medicina em Cabo Verde é, relativamente, recente. Quando eu servi lá em 2012, por exemplo, não havia curso de medicina. Os estudantes cabo-verdianos ou iam para o Brasil ou iam muito para Portugal também. Então, por ser um curso recente, eu acho que é interessante, sim, a ideia da Érica, de que possam ser vistas, com as universidades brasileiras, a adaptabilidade dos currículos, as equivalências, etc., porque eu acho que pode ser, realmente, interessante e me proponho a cuidar disso.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Muito obrigado, Embaixador Alexandre.

Realmente, tem cabo-verdianos pelo Brasil inteiro.

Eu era comandante de unidade do 27º GAC, em Ijuí, no interior do Rio Grande do Sul, e havia cabo-verdianos estudando na Unijuí que eram colegas do meu filho.

Muito bem. O processo eleitoral já ocorreu. Então, eu determino à Secretaria que proceda à apuração.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Estão todos devidamente aprovados.

Embaixador Nedilson, não fique triste, porque toda unanimidade é burra. (*Risos.*)

Já dizia o grande Nelson Rodrigues.

Bom, as mensagens respectivas às sabatinas do dia de hoje serão enviadas à Secretaria-Geral da Mesa, para o prosseguimento da tramitação.

Eu queria, antes de encerrar, mais uma vez, em nome da Comissão de Relações Exteriores, cumprimentar as Sras. Embaixadoras e os Srs. Embaixadores pelas apresentações que fizeram. Peço desculpas até, em nome dos meus colegas, porque quarta-feira é um dia muito difícil aqui. As senhoras e os senhores devem ter visto que foi um entra e sai de Parlamentares. Especificamente, no meu caso, eu tinha três Comissões ao mesmo tempo. Então, deixei as outras duas de lado para estar aqui. Foi um acerto que eu fiz. E agora temos o Plenário. O prosseguimento é esse. Então, é um dia difícil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas a missão das senhoras e dos senhores também é árdua, deixando muito claro que representar o nosso país num momento das relações internacionais tensas, cada um aqui com a sua missão, com as características do país distinto, menores ou maiores, mas todos com esse grande peso sobre seus ombros. Mais uma vez eu enfatizo que contem com esta Comissão, com o Parlamento, com o Senado brasileiro, no apoio às suas missões.

Vamos aguardar agora o momento em que os seus nomes serão submetidos ao Plenário, e acredito que só após o recesso parlamentar. Apesar de haver reunião na semana que vem, na terça e na quarta, pode ser que o Presidente Pacheco coloque o nome das senhoras e dos senhores para serem votados em Plenário, o que eu acho importante, porque todo mundo está louco para cumprir a sua tarefa aí. Ninguém mais quer ficar aguardando mais tempo.

Então, muito bem.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a todos pela presença e, desejando mais uma vez êxito, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 10 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DEFESA CIBERNÉTICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE JULHO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e quinze minutos do dia nove de julho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Esperidião Amin, reúne-se a Subcomissão Permanente de Defesa Cibernética com a presença dos Senadores Fernando Dueire, Sergio Moro, Nelsinho Trad e Astronauta Marcos Pontes, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Marcos do Val, Sérgio Petecão, Angelo Coronel, Professora Dorinha Seabra, Hamilton Mourão, Rogério Carvalho, Izalci Lucas e Weverton, não-membros da comissão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Destinada a debater os riscos internacionais em segurança cibernética e a importância de uma agência nacional de segurança digital no Brasil. **Participantes:** Senhor Belisario Contreras, Diretor Sênior (representante de: Venable Advocacia (LLP)); Senhor Santiago Paz, Especialista Setorial em Segurança Cibernética (representante de: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)); Senhor Jorge Blanco, Diretor de Segurança da Informação (CISO) (representante de: Google); Senhor Rafael Gonçalves, Executivo (representante de: Trellix); Senhor Paulo Manzato, Chefe da Área de Setor Público (representante de: Cloudfare); e Senhora Patricia Soler, Líder no Colaborativo Conjunto de CiberDefesa (representante de: CISA - Agência Americana de Cibersegurança e Infraestrutura). **Resultado:** Audiência Pública Interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e cinquenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Esperidião Amin
Presidente da Subcomissão Permanente de Defesa Cibernética

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/07/09

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

NOTAS TAQUIGRÁFICAS REVISADAS

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Subcomissão Permanente de Defesa Cibernética da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Conforme pauta publicada...

Antes de iniciarmos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 3ª Reunião da Subcomissão, ocorrida em 18 de junho de 2024.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada.

Finalidade desta reunião: a presente audiência pública interativa tem como objetivo debater os riscos internacionais em segurança cibernética e a importância de uma agência nacional de segurança digital no Brasil. Ou seja, nós estamos numa jornada em que o Governo brasileiro também está estudando alternativas de como se posicionar em face a este risco internacional, que é reconhecido. Qual modelo a ser adotado incumbirá quase que certamente a uma iniciativa do Executivo e a uma manifestação do Legislativo.

Aproveito para registrar aqui a presença do Senador Mourão.

Aqui eu procurei resumir o que nós temos de informação advinda do Governo Federal.

A reunião será interativa. Portanto, a nossa busca é de subsídios para dar eficácia a tal política pública, a esta política pública. Então, é transmitida ao vivo, aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211.

O presente encontro contará com a tradução simultânea, quando necessário, em inglês-português.

Contaremos com a participação dos seguintes convidados: Sr. Belisario Contreras, Diretor Sênior da Venable Advocacia, com mais de 120 anos de experiência; Sr. Santiago Paz, Especialista Setorial em Segurança Cibernética do Banco Interamericano de Desenvolvimento; Sr. Jorge Blanco, Diretor de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segurança e Informação do Google; Sr. Rafael Gonçalves, Executivo da Trellix; Sr. Paulo Manzato, Chefe da Área de Setor Público da Cloudflare; e a Sra. Patricia Soler, Líder do Colaborativo Conjunto de CiberDefesa da Cisa, Agência Americana de Cibersegurança e Infraestrutura.

Registo mais uma vez, com satisfação, a presença de todos os que estão assistindo e registo, mais uma vez, a presença do Senador Mourão.

Esclareço que nós vamos dividir os oradores em dois painéis: o primeiro, com ênfase no tema "A importância de uma agência nacional de cibersegurança para o Brasil", e o segundo, com o tema "A importância da cooperação entre o poder público e o setor privado no combate aos crimes cibernéticos".

Os senhores debatedores terão inicialmente dez minutos para a sua participação. Claro que esse limite de tempo é um limite especificado para que a reunião não se prolongue por um tempo demasiado. Se houver necessidade de prolongar por algum momento, a Presidência não fará objeções intransigentes.

Caso necessário, será permitida uma réplica de até cinco minutos e tréplica de três.

Portanto, este primeiro painel tem como objetivo, repito, a ênfase à importância de uma agência nacional de cibersegurança para o Brasil. Esse seria o principal tema dos três primeiros convidados, ao tempo em que registro, com grande satisfação, a presença do Senador Fernando Dueire.

Concedo a palavra... Em homenagem à paz, concedo a palavra primeiro à Paz.

Salaam ou *Shalon*, estaremos dizendo a mesma coisa.

O SR. SANTIAGO PAZ (Para expor.) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O senhor tem dez minutos, por favor, Sr. Santiago.

O SR. SANTIAGO PAZ – Perfeito.

Então, boa tarde a todos.

Muito obrigado, Senador, pelo convite, muito obrigado a todos pelo tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou o Santiago Paz. Desculpe-me pelo meu portunhol, mas eu vou fazer o maior esforço.

Hoje eu vou falar da importância que tem um modelo de governança nacional para a segurança cibernética.

Eu gostaria de compartilhar a apresentação.

A próxima.

Então, primeiro, a importância do risco cibernético.

Eu não quero perder muito tempo falando disso, mas todos aqui conhecemos os riscos cibernéticos que existem. Hoje, o Fórum Econômico Mundial considera o risco cibernético um dos dez maiores riscos do mundo.

Uma vez depois da pandemia, a quantidade de incidentes no ano foi duplicada nos últimos quatro anos, e isso está muito relacionado com o aumento da transformação digital. Todos os governos, todas as empresas tiveram que fazer uma transformação digital muito grande. Então, a superfície de exposição cresceu e, agora, está exposta a ter mais ataques.

O Instituto Ponemon fala que o custo médio de um ataque a uma organização do governo é uns US$4 milhões. E temos países pequenos, como a Espanha, com 40 milhões de habitantes, que tem 100 mil incidentes no ano. Os Estados Unidos têm muitos, mas estamos falando de bilhões de dólares de impacto econômico que têm os ataques cibernéticos todos os anos.

O Brasil, vocês sabem, tem um nível de digitalização muito bom, é o segundo país melhor do mundo em governo digital. Tem um nível de exposição muito alto e tem que fazer alguma coisa para melhorar.

Você pode ir à próxima?

Então, no desafio da governança você tem mais e mais atores envolvidos todos os dias. Hoje não é somente um atacante e um defensor; tem muitos atacantes e muitos defensores: organizações que podem ser públicas, que podem ser privadas, e todas estão inter-relacionadas, trabalhando juntas.

Temos empresas de tecnologia que dão suporte a instituições de saúde, temos empresas de organizações do Governo que dão serviços a empresas do setor financeiro, temos um nível de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relacionamento muito grande, e isso faz muito complexo poder ter uma governança da cibersegurança correta no país.

Eu vou usar o exemplo da NIS 2, a normativa europeia de cibersegurança, que começou no fim de 2022 e tem que ser adotada, agora, neste ano, por todos os países da Europa. A Europa é a região do mundo que tem maior maturidade em temas de cibersegurança.

Então, a NIS 2 define 18 setores críticos para a segurança cibernética, 11 de alta criticidade e 7 também críticos. Cada um dos setores vai ter organizações que são essenciais para o funcionamento do país e organizações que são importantes, mas muitas organizações importantes podem mudar um problema, um serviço que é essencial.

Pode passar para o próximo.

Eu estou falando disso porque eu quero mostrar o exemplo de um caso em que não aconteceu uma boa governança, e, por isso, tiveram um problema muito, muito grande.

Você tem setores onde tem organizações de energia, tem o setor bancário, com os bancos, tem o mercado financeiro, saúde, instituições médicas, produtos químicos, água potável, todos os setores que trabalham, de forma diferente, que têm culturas diferentes e que respondem a reguladores diferentes, mas, ao mesmo tempo, todos os operadores, todas as organizações que trabalham, em cada um dos setores...

Se puder, o próximo.

Tem algumas organizações que são públicas – pode ser um hospital público, pode ser a Petrobras, pode ser o Banco Central –, mas tem também organizações privadas – você tem empresas privadas, bancos privados. Então, na hora de ter um incidente, a coordenação não é somente entre setores diferentes, não é somente entre o setor elétrico e o setor de infraestrutura digital, mas é também entre o setor público e o setor privado. Eles têm diferentes interesses, e é muito complexo fazer isso ao mesmo nível que a organização que está sendo afetada.

Então, vou falar um exemplo muito interessante que aconteceu, infelizmente, ano passado, na Colômbia, no caso, com a empresa IFX Networks, um provedor de serviços da nuvem, que trabalha em 17 países da América Latina. É um provedor privado da nuvem que teve um ataque de *ransomware*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que fez com que toda a sua infraestrutura estivesse fora de serviço por muito tempo, um ataque de *ransomware* que afetou uma empresa do setor privado.

Essa empresa do setor privado, no caso da Colômbia, tinha 50 órgãos do Governo instalados na mesma infraestrutura do provedor da nuvem do setor privado, especialmente o sistema de saúde, que a Colômbia não pôde ter, por uns dias. Até os planos de contingência começarem a funcionar, a Colômbia não tinha capacidade para fazer a gestão da saúde e do sistema de Justiça também. Então, não podia atender os casos, teve que passar tratamentos em papel, assinaturas dos juízes, novamente, em papel, e priorizar os casos. Foi um ataque a uma empresa do setor privado que afetou o setor da Justiça e que afetou o setor da saúde.

Porque, se vocês se lembram, cada um deles são setores críticos ao mesmo tempo, e, para fazer a coordenação da resposta a incidentes, a Colômbia não tinha uma organização centralizada para poder coordenar a todos, isto é, trabalhava, por um lado, o Ministério da Saúde, por outro lado, o Ministério de Justiça, por outro lado, a Presidência, por outro lado, o Ministério de Tecnologias; todos, ao mesmo tempo, tentando solucionar um problema cuja origem era uma empresa privada. Então, isso foi muito complexo e gerou um impacto muito grande, especialmente nos cidadãos da Colômbia, que não tiveram acesso à saúde e não tiveram acesso à Justiça.

A mesma infraestrutura do IFX Networks afetou também os sistemas de aquisições do Governo do Chile, o ChileCompra.

O ChileCompra teve um impacto de US$2 milhões por dia do incidente, porque não pôde fazer compras e vendas eletrônicas, tiveram que mudar tudo novamente para o papel. Também, o Governo, outro setor, mas outro país também.

Então, você imagina que tinha o Ministério da Saúde tentando falar com o nosso setor do Governo de compras e aquisições do Chile, justiça, setor privado. Isso provocou, nos 20 dias, um serviço muito defeituoso, afetando os colombianos e os chilenos.

Então, esse caso de incidentes mostra que, agora, você tem uma matriz em que o setor privado, o setor público, diferentes setores, como o setor elétrico, o setor de telecomunicações, de infraestrutura digital, estão todos, todos misturados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Levando isso em conta, eu vou falar de umas ações que estão chegando aos países mais maduros em temas de cibersegurança.

Primeiro, do ponto de vista da estratégia, nós fizemos um estudo de umas 40 estratégias de cibersegurança no mundo, em que 75% das estratégias mais modernas, mais maduras da terceira geração consideram a segurança cibernética como um habilitador para a prosperidade econômica. A economia digital precisa de cibersegurança para poder funcionar.

Oitenta por cento das estratégias consideram que a parceria público-privada tem que ser feita, tem que ser levada em conta; sessenta por cento das estratégias mais modernas consideram também a promoção do setor local, da indústria de cibersegurança como uma indústria próspera em seus países.

Um caso muito bom é o caso de Israel. Eles têm uma indústria muito forte em desenvolvimento da cibersegurança...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SANTIAGO PAZ – ... e 80% das estratégias falam da cooperação internacional.

Também estamos fazendo outro estudo, que é um estudo de agências de segurança cibernética nacionais, agências nacionais de segurança cibernética dos países mais avançados, especialmente Europa, Espanha, França, Itália, Austrália e Estados Unidos, em que encontramos que o objetivo principal de todas as agências nacionais de cibersegurança é a coordenação, obviamente, mas a coordenação de quem? Do setor público, do setor privado e do de defesa.

Não é uma coisa tanto dentro dos diferentes setores, mas sim do público-privado.

As atribuições mais comuns que têm as agências nacionais.

Capacidade regulatória: as agências podem regular o setor público, mas também o setor privado diretamente, fiscalizar e sancionar *incumplimiento*; têm muito foco na gestão de incidentes, como eu mostrei o caso da Colômbia, da IFX; e têm muito da inteligência, *cyber threat intelligence*, como um dos pontos importantes para a troca das informações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também, se falamos do orçamento, do orçamento anual aproximado, nós encontramos que vai de uns 20 milhões para agências menores, países como Itália, ou US$200 milhões de dólares para agências maiores, países como França. Estamos falando de países muito menores que o Brasil.

Tem uma estrela, porque tem o caso da Cisa, por exemplo, que é de bilhões de dólares. Os Estados Unidos investem muito mais, mas os países da Europa têm isso, e, em todos os casos, o orçamento incrementa ano após ano, uma vez que foi criada a agência.

Do número de...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Poderia só repetir o valor do orçamento da agência da França?

O SR. SANTIAGO PAZ – Sim, França, exatamente, se me recordo, US$176 milhões para o ano de 2025.

Pode checar?

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Por ano?

O SR. SANTIAGO PAZ – Por ano. Por ano. (*Pausa.*)

Sim, exatamente isso.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Muito obrigado.

Pode prosseguir.

O SR. SANTIAGO PAZ – São 176 milhões de euros – são euros, não dólares – por ano para o ano 2025. Mas também foi aumentando ano após ano.

E o número da RHs também. Países como França e Itália têm de 150 a 800, mas têm uma estrela. Países maiores... A Austrália, por exemplo, tem 1,9 mil pessoas, aproximadamente, trabalhando lá. A Cisa também tem milhares de pessoas trabalhando lá. Mas países como a França e a Itália, da Europa, têm isso, umas 150 a 800.

Então, isso é para ter um comparativo do que estão fazendo outros países.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Europa começou criando um enfoque muito *bottom-up*. Eles começaram criando um centro de resposta para o Governo, um centro de resposta da internet, muito parecido com o Brasil, especializado na parte de saúde, o setor financeiro sempre foi muito líder em cibersegurança, e, depois, eles criaram... Porque, uma vez que tiveram todo o desenvolvimento necessário, encontraram os problemas da governança.

Mas todos fizeram tudo em fases. Essa é a mesma recomendação. Não pode começar de zero e criar tudo, uma agência... Você pode ter uma primeira fase, nos primeiros anos, onde você vai colocar o foco na criação institucional e desenvolvimento do modelo de governança, a parte da capacidade normativa, a capacidade dos padrões técnicos, e um ponto muito importante é o fortalecimento do capital humano...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SANTIAGO PAZ – ... porque, sem pessoas, você não vai poder desenvolver nada.

Na segunda fase, finalmente, é onde tem um fortalecimento operacional, capacidade operativa e distribuição geográfica.

A Coreia, com o tamanho da Coreia, tem quatro centros distribuídos geograficamente na Coreia. Pelo tamanho do Brasil, tem que se pensar que vai ter que ter vários centros também.

E, finalmente, cinco ou sete anos depois, você vai já estar numa fase de melhora contínua, onde tudo vai ser mais aprimorado, ano após ano.

É tudo. Desculpe-me pelo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu quero me congratular com o senhor, porque o senhor focalizou pelo menos dois aspectos que fazem parte das nossas prioridades. Eu não vou comentar, mas, naturalmente, os Senadores vão se inscrever.

Eu lhe agradeço por enquanto e passo a palavra ao Sr. Jorge Blanco, desejando que o senhor siga a trilha da objetividade do Paz.

O SR. JORGE BLANCO (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Boa tarde, caro Presidente, Senador Amin, Senadores membros do subcomitê de segurança cibernética, caros senhoras e senhores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiramente, gostaria de agradecer em meu nome, em nome do Google, o convite para participar desta audiência pública.

E agora eu vou mudar do português. Eu consigo entender portunhol, mas está bem ruim. Perdão, eu vou falar em inglês. O.k.? Então, é o portunhol avançado.

Eu gostaria de começar a minha apresentação dando uma introdução sobre o cenário da ciberameaça brasileira, que tem um papel geopolítico em assuntos globais que continua a crescer: vários atores, com diferentes...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Só para esclarecer aos nossos telespectadores e aos (*Fora do microfone.*)... quem tem acesso: canal 19, em português; canal 16, em inglês.

Obrigado.

O SR. JORGE BLANCO (*Tradução simultânea.*) – Muito obrigado.

Vários atores, com diferentes motivações vão ter a oportunidade para usar a infraestrutura eletrônica do Brasil e todos os aspectos da sociedade.

Indivíduos e organizações no Brasil têm uma ameaça ciberúnica. É uma interconexão global e local de ameaças, colocando riscos aos indivíduos, organizações e setores críticos da sociedade brasileira.

O *status* do Brasil como um poder de grande influência e como a maior economia da América do Sul trouxe a atenção de ciberespiões, e outras atividades financeiramente motivadas são uma ameaça constante aos usuários.

Notavelmente, temos uma variedade de operações, incluindo *data fetch* e outras distorções. Tem o fórum subterrâneo para ter acesso a pessoas maliciosas, informação sensível e ferramentas para comprometer usuários e instituições brasileiras.

Na medida em que o Brasil continua a crescer em significância econômica e geopolítica, vai permanecer um alvo para vários atores com diversas motivações. Esse cenário é uma arena complexa, desenvolvido e expandido ao longo dos anos pela convergência de ameaças globais e locais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para efetivamente salvaguardar as empresas brasileiras e os usuários brasileiros, é importante que essa ameaça... E ter uma tendência proativa para a cibersegurança. Então, da Google, realmente recomendamos ter um *approach* bem proativo para a cibersegurança.

Na escala nacional, cibersegurança é difícil, tem desafios únicos, diferentes da área privada. As coisas são muito conectadas por governos, a infraestrutura é crítica, desenvolvimento econômico, operações militares e o dia a dia dos cidadãos

Depois de ciberataques devastadores, como o que teve na corte, no STJ, em novembro de 2022, ou o ataque de *ransomware* na Costa Rica, tem um reconhecimento global sobre a importância da cibersegurança em nível nacional.

A Google oferece os princípios centrais e recomendações para todas as organizações, incluindo governos, para desenvolver uma postura de cibersegurança robusta, seguindo os princípios que nós também tomamos para a segurança interna.

Falando desses princípios, o primeiro passo é criar uma estratégia de cibersegurança... O Brasil publicou em fevereiro de 2022 e atualizou em dezembro de 2023.

Mesmo com uma forte estratégia para acessar o plano de cibersegurança, alguns desenvolvimentos inesperados ou circunstâncias inesperadas podem surgir: atores que antes não eram ameaças, mudanças políticas globais, como temos agora com o nosso ambiente geopolítico ou qualquer um dos eventos disruptivos. Dada essa realidade, as estratégias que sejam adaptáveis, flexíveis e responsivas são as mais efetivas.

Em cibersegurança, é crítico aprender sobre o passado e não reinventar a roda. Aprender da experiência de outros governos e companhias. Há muitos bons exemplos, alguns já foram mencionados. Nos Estados Unidos, tem as agências de segurança, a Cisa, que protege a infraestrutura crítica, e vocês vão ter a oportunidade de ouvir deles diretamente, depois desse painel.

No Reino Unido, eles têm um centro, CNC, que dá conselho ao Governo, negócios e ao público sobre cibersegurança.

Também temos vários exemplos na América Latina, iniciativas que já existem, como no Chile, a Agência Nacional de Cibersegurança do Estado. Tem o exemplo colombiano e do México... Centro internacional de cibersegurança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também tem a Agência da União Europeia para Cibersegurança, trabalhando para melhorar a cibersegurança entre os estados membros da União Europeia.

Cada uma dessas agências tem diferentes responsabilidades, mas todas compartilham o objetivo de coordenar os esforços de cibersegurança nacionais e internacionais, criando mecanismos robustos para a colaboração privada e pública e colaboração com parceiros... Desenvolvam um plano para uma emergência nacional, criando um plano de resposta nacional, mantendo-o e coordenando as diferentes instituições e os CSIRTs, que são responsáveis por uma resposta em nível nacional, é também uma responsabilidade centralizada.

Cria a sua força de trabalho cibersegurança...

Tem uma falta de profissionais de cibersegurança, como vocês provavelmente já sabem, e o problema só piora. Revolver esse problema não requer somente investimento em profissionais, mas investimento e planos devem ser coordenados de forma centralizada.

Uma das responsabilidades de uma agência de cibersegurança é investir em educação de cibersegurança, com avenidas formais e informais, durante a carreira de um profissional. Isso pode ter um impacto não somente na segurança nacional, mas também no setor privado, criando um sistema efetivo em volta da cibersegurança, que pode ter um impacto direto no PIB do país.

Outro princípio crítico tem a ver com infraestrutura segura e dispositivos seguros.

Dispositivos e redes do governo são de alta visibilidade e alvos de alto valor para ciberataque. Então, é importante usar a melhor segurança possível, para prevenir a perda de serviços, recursos, tempo e dinheiro. Com essa atividade crítica deve se lidar de forma coordenada.

Em termos de cibereducação, a escala de sociedade... Os setores públicos e privados não são os únicos *stakeholders* no sistema. Quase todo mundo usa a internet e a tecnologia para se comunicar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE BLANCO (*Tradução simultânea.*) – ... fazer negócios e aprender. E, se eu não me engano, no Brasil estamos falando de 150 milhões de usuários de internet. O governo tem a obrigação de aumentar a conscientização do público (*Falha no áudio.*)... campanhas públicas para empoderar seus cidadãos e serviços providos por agências de cibersegurança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na medida em que se constrói seu programa de cibersegurança, haverá oportunidades para se regular, em que se pode avaliar onde se pode beneficiar de regulações. É importante pensar sobre o impacto no ecossistema como um todo, mantê-lo competitivo, saudável, dentro do seu país e dos seus mercados.

Em conclusão, o estabelecimento de uma cibersegurança robusta é uma tarefa multifacetada, requer planejamento estratégico e colaboração em vários setores. Uma entidade central coordenadora modelada em exemplos internacionais de sucesso ajuda a harmonizar o esforço, ajudando as colaborações privadas para emergências nacionais. Investir nisso e no desenvolvimento de uma força, garantir a infraestrutura de governo e promover o ecossistema nacional são importantes para garantir a infraestrutura crítica e os interesses nacionais.

Adicionalmente, educar o público empodera os cidadãos para participarem na defesa nacional contra as ciberameaças.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Desejo registrar aqui (*Fora do microfone.*) a presença – acho que não fiz o registro – do Senador Marcos Pontes e do Senador Sergio Moro.

Quero agradecer também a presença do Brigadeiro Luiz Fernando, do Dr. Marcelo Malagutti e do Dr. André Molina, do Gabinete de Segurança Institucional do Governo Federal, presenças muito oportunas e que nos prestigiam sobremodo.

Concedo a palavra agora ao Sr. Rafael Gonçalves, da Trellix – eu pedi para ele nos apresentar o que quer dizer Trellix.

Registro a presença do Senador Jorge Seif, afinal, voltando ao nosso convívio sem o disfarce que vinha utilizando...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... sem se assemelhar aos Peaky Blinders.

É sempre muito bem-vindo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o Sr. Rafael Gonçalves, que é o Gonçalves, definiu a Trellix como sendo uma plataforma aberta e agnóstica – isso me remeteu aos meus tempos de quase jesuíta –, para conectar múltiplos sistemas de segurança, permitindo um ecossistema integrado de ciberdefesa.

Isso tem muito a ver, juntamente com as palavras do Sr. Santiago Paz, Senador Moro, com algo que V. Exa. já trouxe à nossa reflexão.

Com a palavra o Sr. Rafael Gonçalves.

O SR. RAFAEL GONÇALVES (Para expor.) – Muito obrigado.

Boa tarde a todos.

Até parafraseando o contexto que eu passei sobre o que seria a proposta agnóstica, faz muito jus ao que foi falado aqui já nesta Comissão.

A (*cyber)*segurança ou a cibersegurança – é um termo que eu preciso adaptar ao meu vocabulário – traz um desafio para as empresas, que é o volume de eventos, o alto volume de eventos e a escassez de pessoas para lidar com esse volume de eventos. Para dizer apenas esse como um único desafio, mas a gente poderia elencar outros, como a falta de mão de obra qualificada.

Um estudo da PUC Campinas demonstra que a gente tem, hoje, um déficit de 500 mil pessoas capacitadas em tecnologia, das quais apenas 140 mil, ou boa parte disso, são necessárias em cibersegurança.

Da forma como a gente vê a integração de múltiplos sistemas, a gente entende que não adianta a gente priorizar a coordenação de um ou outro sistema, mas interconectar qualquer um deles, independente da plataforma ou do fabricante dessa tecnologia.

Até por isso – um pouco da minha experiência: eu atuo diretamente aqui em Brasília, moro aqui em Brasília, meu principal papel é o aconselhamento de gestores públicos –, a gente percebe essa escassez, essa dificuldade no dia a dia do combate aos incidentes cibernéticos, muitos dos quais são, na verdade, traduzidos em crimes cibernéticos.

A atuação do crime cibernético tem crescido exponencialmente e só tende a aumentar. Então, respondendo à pergunta do Senador Esperidião Amin, sobre qual seria a importância da criação de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma agência que possa olhar para a cibersegurança, coordenar, padronizar, eu diria que ela é indispensável e urgente.

A gente percebe uma falta de padrão, muitas vezes uma falta de priorização daquilo que seria o processo básico de padronização e proteção das empresas, não somente do setor público, mas muitas empresas do setor privado, que sofrem do mesmo problema, talvez até por uma situação cultural que a gente percebe diluída, mediante a ocorrência de uma situação, de uma ocorrência, de um incidente cibernético.

Muitas vezes, o aconselhamento se torna ineficaz, diante de uma despriorização das necessidades de cibersegurança.

Quando há um evento, quando há um incidente, tudo se ajeita, tudo se prioriza, mas, como mostram dados do relatório Insights do The World Economic Forum, o Global Risks Report, a gente percebe um pareamento, um crescimento muito vertical do ciber-risco ou da ciberinsegurança, como um consumidor de recursos financeiros, apontando na casa de dezenas de trilhões com o passar dos anos, dado este, inclusive, presente no estudo que embasa a própria fundamentação da agência, do comitê e da Política Nacional de Cibersegurança.

Então, dentro de todas as dificuldades que a gente percebe na gestão pública, na gestão dos recursos financeiros, o principal entrave para se conseguir um arcabouço básico que permita aos gestores públicos conhecerem os incidentes e responderem a contento é justamente a falta de um ecossistema integrado, e isso joga a luz exatamente sobre grande parte dos pontos da proposta, em que a centralização e a padronização seriam funções vitais da agência. Isso, para não dizer também um ponto importante, que é a orientação ou o embasamento para que agências do setor público possam buscar parâmetros definitivos e diretos em como elas podem construir esse ambiente favorável para o monitoramento e defesa contra ataques cibernéticos.

Dentro dessa proposta, a gente percebe que existem muitas coisas que hoje faltam ao dia a dia do gestor público. Para dar um dado um pouco mais empírico, relacionado à prática, à convivência, do que eu atuo no dia a dia, muitas empresas não possuem um profissional de cibersegurança especificamente. Acredito que deva haver – e acho que a agência é fundamental para isso – uma reformulação até mesmo da própria carreira pública em torno da tecnologia da informação e – por que não? – da cibersegurança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma coisa que ainda agrava as condições de como a cibersegurança é sustentada no serviço público é a evasão de profissionais, dos poucos profissionais que existem, para fora do Brasil; a gente vem exportando profissionais de tecnologia da informação. E também há uma evasão de pessoas do serviço público para o setor privado, dado também demonstrado com bastante presteza dentro de todos os documentos e todos os estudos que embasam a criação da agência, onde se demonstra que a própria carreira pública precisa de uma reformulação em torno do profissional de cibersegurança, pela relevância que ele tem para a organização.

Mas eu vejo com bons olhos a mentalidade, neste momento, cercada pelo advento de inovações, como, por exemplo, a inteligência artificial, que vem muito para ajudar. Mas, da mesma forma como ela pode ajudar a ciberdefesa, ela também é veículo, também é ferramenta do cibercriminoso.

Então, eu diria que a necessidade é vital, é vital que a gente possa determinar e orientar o gestor público, suportando o déficit de conhecimento de pessoas capacitadas, de sustentação dos processos de cibersegurança, porque, por trás dessas atividades, pode não ter mais – e aí, entregando um pouco a idade aqui – uma pessoa muito estudiosa querendo se vangloriar de que obteve um dado do governo, mas sim uma pessoa mal-intencionada, visando a obter recursos de maneira ilícita, visando até ao financiamento de crime organizado, e isso passa pela tecnologia, passa pela reformulação, passa por tudo isto que a gente discute hoje aqui e que está muito bem colocado dentro do estudo de embasamento para a criação da agência.

Então, eu queria trazer essa visão prática, essa vivência que eu tenho em ciberdefesa.

Tive a felicidade, há alguns anos, de participar de uma das coordenações dos Jogos Olímpicos Rio 2016, na parte de cibersegurança, e, de lá para cá, dedico todo o meu tempo, a minha vida profissional, justamente a orientar e a auxiliar o setor público federal a como se proteger e a como resguardar as informações e – por que não? – os processos sistêmicos que sustentam a sociedade hoje em dia.

Então, agradeço muito a presença de todos os interessados, principalmente o convite e a possibilidade de discutir esse tema...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RAFAEL GONÇALVES – ... tão importante para o nosso país.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Parabéns pela exatidão do tempo. (*Risos.*)

Eu estou abrindo aqui a inscrição.

Temos a inscrição do Senador Sergio Moro, a inscrição do Senador Marcos Pontes e a inscrição do Senador Jorge Seif.

Antes de passar a palavra para o Senador Sergio Moro, eu só queria oportunizar duas questões: primeiro, uma das nossas propostas é conhecer mais a fundo a NCFTA. Trata-se... Vou me socorrer aqui da minha anotação.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. *Fora do microfone*.) – The National Cyber-Forensics and Training Alliance

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Alliance, exatamente.

É, pelo menos a nosso ver, algo que vem ao encontro do que aqui foi exposto.

Mas, como esse interesse foi despertado pelo próprio Senador Sergio Moro, e ele é o primeiro inscrito, eu só assinalei isso como primeiro ponto para a sua colocação.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Perfeito.

Agradeço ao Senador Esperidião Amin, cumprimento também os demais colegas aqui presentes e cumprimento também os expositores.

Eu creio que não existe aí uma controvérsia sobre a oportunidade, a necessidade de criação de uma agência nacional de cibersegurança no Brasil. Talvez a questão mais pertinente seja a estruturação de um formato e de um financiamento, até porque, infelizmente, embora entendamos que o investimento nessa área traz um retorno positivo, até mesmo para a economia do país, o Brasil vive um momento de aperto fiscal.

Mas as minhas perguntas são, assim, bastante objetivas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As agências nacionais que foram mencionadas têm, entre as suas tarefas, a de combater ameaças cibernéticas, tanto à defesa nacional como à infraestrutura crítica, mas também crimes cibernéticos contra o setor público e o setor privado? É possível misturar todas essas tarefas numa única agência nacional? Por exemplo, as ameaças à defesa nacional, normalmente, têm uma peculiaridade em relação a, por exemplo, ameaças cibernéticas, por exemplo, golpes contra usuários privados da internet. Esses modelos que foram mencionados reúnem essas tarefas, especificamente?

O Senador Esperidião mencionou... Eu, quando fui Ministro da Justiça e Segurança Pública, fiquei muito bem impressionado com a experiência que existe nos Estados Unidos, mas também em outros países, dos chamados *fusion centers*, que reúnem agentes da lei de diversas agências governamentais, compartilhando inteligência, compartilhando estratégias e iniciativas.

Em particular, chamou-me a atenção essa NCFTA (National Cyber-Forensics and Training Alliance), que é um *fusion center*, até onde compreendi, criado a partir da iniciativa privada. As empresas e indústrias de vários ramos criaram esse centro de fusão, para compartilhar experiências, informação e para coordenar ações contra ameaças cibernéticas contra o setor privado, especificamente – inclusive, promovendo treinamento.

Não creio que esse tipo de centro substitui uma agência nacional, mas gostaria de ouvir a opinião dos senhores a respeito, caso, evidentemente, se sintam confortáveis em tratar desse assunto.

E, por fim – e aqui é uma pergunta bastante específica –, como as entidades que os senhores representam, por exemplo, o próprio BID, o Google ou a Trellix, poderiam ajudar o Brasil na criação de uma agência nacional de segurança cibernética, com modelos, projetos, assessoria, e, talvez, especificamente ao BID, com financiamento, porque essa é uma pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Se já houve precedente...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... importantíssima para nós.

São essas as três indagações.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu considero as perguntas – as colocações – muito objetivas. Por isso, nós vamos fazer em bloco; somos poucos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu concedo a palavra, pela ordem, ao Santiago Paz, ao Jorge Blanco e ao Rafael Gonçalves, para um comentário de – em torno de – três minutos, podendo ser prorrogado.

O SR. SANTIAGO PAZ (Para expor.) – Perfeito.

Senador, muito obrigado pelas perguntas muito interessantes.

Em relação à primeira pergunta, de se ter um centro integrado com cibersegurança, cibercrime e ciberdefesa, tudo junto, no estudo que nós fizemos, dos seis países que analisamos, não é possível encontrar um padrão em que você pode ver tudo junto, tudo separado. Alguns países têm as agências de inteligência, onde também tem a parte de cibersegurança; outros países têm no âmbito civil a parte de cibersegurança.

Então, a coisa mais fácil de poder ver é que a mistura não é uma boa opção. Em geral, as agências nacionais são a coisa que faz coordenação entre os corpos da *law enforcement* – a polícia, o Ministério Público, a Justiça –, coordenação também com ciberdefesa e coordenação de tudo no âmbito civil e em infraestruturas críticas. É uma missão em que está tudo integrado e pode ter algum risco da troca incorreta das informações.

Se a polícia está vendo um ataque, tem que ver do ponto de vista do crime, mas, se a cibersegurança está vendo um ataque, tem que ver do ponto de vista de contenção e mitigação. Então, tem algumas diferenças.

Esse é o primeiro. O segundo é de *fusion center*.

Eu gosto também muito de *fusion center,* ISAC, *information sharing alliance* ou centros de excelência, que também têm... A Otan tem um centro de excelência na Estônia de cibersegurança, tem muitos exemplos de pontos de contacto...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SANTIAGO PAZ – ... para troca de conhecimentos e para troca de informações de cibersegurança, mas acho que é outro modelo.

Habitualmente, os órgãos centrais de coordenação de cibersegurança têm uma visão mais operativa, têm uma regulação mais direta. *Fusion center* tem mais desenvolvimento de conhecimento, desenvolvimento de capacidades, mas não tem a capacidade de gerar uma regulação, porque é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

obrigatório ter uma política de cibersegurança e fazer a fiscalização, e também não tem a capacidade de sancionar. Então, acho que é muito bom ter um – ou mais de um, para o tamanho do Brasil –, mas acho que não é uma substituição do órgão central de coordenação de cibersegurança.

E o terceiro ponto do papel do BID, como podemos apoiar vocês.

O BID tem diferentes instrumentos de trabalho, todos gêneros de desenvolvimento de conhecimento. Vocês sabem que, junto com a OEA, o BID tem um reporte de maturidade em cibersegurança de toda a região que fazemos a cada quatro anos, usando o modelo de maturidade da Universidade de Oxford. Temos também muitos documentos da cibersegurança para setores específicos, para setores de saúde, para *smart cities*, para setor de energia, para setor de água potável. Então, temos toda uma linha de trabalho, que é desenvolvimento de conhecimento.

Temos também ações de cooperação técnica, em que temos apoiado a SGD, o desenvolvimento do Centro Integrado de Cibersegurança, em que temos apoiado o Uruguai e muitos países da região, com assistência técnica para desenho, para consultorias de apoio aos países.

E também temos a linha de empréstimo, de financiamento, em que temos operações de financiamento de crédito para todo o desenvolvimento do Centro Nacional de Operações do Uruguai, que foi financiado pelo BID, também do Centro de Cibersegurança para Infraestruturas Críticas da Argentina, que também foi financiado pelo BID.

Então, temos diferentes instrumentos. Então, contem conosco para trabalhar coisas de que vocês precisam.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Posso passar para o seguinte?

O SR. JORGE BLANCO (Para expor. *Tradução simultânea*.) – Obrigado.

Sobre a primeira pergunta, sobre uma agência única, sobre os diferentes exemplos em diferentes países... O modelo, como o Sr. Paz mencionou, não é homogêneo. Então, por exemplo, nos Estados Unidos, temos muitas agências de segurança que estão cuidando de operações militares ou de defesa, inteligência contra ameaças... No final, todas as organizações estão coordenadas e reguladas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre a estratégia da Cisa, por exemplo, no Reino Unido é a mesma coisa. A Agência Nacional de Cyber Segurança no Reino Unido cuida não só do setor privado, mas também do setor público e dos cidadãos.

Eu posso falar mais sobre o meu próprio país. Na Espanha, por exemplo, nós temos duas agências diferentes. Uma lida com o setor público e com a inteligência. Então, lida também com as ameaças militares. É o Centro Criptológico Nacional. A outra cuida do setor privado, especialmente de empresas pequenas e médias e de cidadãos, mas ambos são coordenados pelo Departamento de Segurança Nacional. Sempre tem uma entidade, pode ser uma agência com o poder de execução, mas também pode ser uma agência só com orientações e uma estratégia que está coordenando tudo.

Então, é uma mistura de diferentes modelos, dependendo do país, sobre os Fusion Centers, ou CISAs, que também são conhecidos na indústria, que são os Centros de Compartilhamento...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE BLANCO (*Tradução simultânea.*) – ... de Informação.

Nos Estados Unidos, por exemplo, temos vários centros para cada indústria, e é obrigatório compartilhar inteligência entre as diferentes empresas no setor privado, mas esse modelo não está funcionando muito bem em diferentes locais. Eu tenho experiência na Europa e na América Latina porque o compartilhamento não é obrigatório. Esse modelo não funciona bem, se não o for.

Sobre como o Google pode ajudar o Brasil a criar um centro nacional de cibersegurança, podemos fornecer nossa própria experiência, ajudando outros governos. Nós temos uma referência pública, e foi mencionado.

Estamos ajudando o Governo de Israel, em um conceito chamado *cyber shield*, ou *cyber* escudo, que contém nossas melhores práticas, processos e serviços. Também já estamos desenvolvendo o mesmo conceito em outros países, que não é referência pública. Por exemplo, no Oriente Médio, em um país na África e em alguns países da América Latina. Então, nós temos experiências em proteger governos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Agradeço ao Sr. Jorge Blanco e passo a palavra ao Sr. Rafael Gonçalves.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RAFAEL GONÇALVES (Para expor.) – Obrigado.

Bom, com relação à primeira pergunta, a criação da agência, num primeiro momento, figuraria muito importante, de maneira a orientar e a regular o ciclo de vida da segurança de informação, para depois embasar um processo de resposta a incidentes. Então, como a gente chama, é uma segurança viva que precisa evoluir a cada instante, principalmente porque o próprio ofensor se moderniza também.

Então, o papel da agência para lidar com o próprio volume de eventos precisaria ter um corpo muito, muito maior, mas, em termos de proposição mandatória do compartilhamento de dados, este eu acredito que já não seria exatamente o caminho para a agência, mas sim o de regulamentar, o de propor ações e até mesmo fiscalizar as empresas que não adotam a postura mínima, que não adotam a padronização, cuja criação seria vital.

Com relação a como a gente pode auxiliar, seria justamente com a nossa experiência, a nossa presença – como empresa americana, muito presente no próprio Governo americano.

A experiência que a gente pode trazer é, justamente, de como é pensada a ciberdefesa em outros países. A gente tem atuação no mundo inteiro, claro, mas essa presença no próprio Governo americano nos traz muita "vanguarda" em como a gente poderia auxiliar, de repente, fazendo uma proposição de intercâmbio de informações dentro do possível da confidencialidade, mas acredito que, dentro dessa proposta...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RAFAEL GONÇALVES – ... de compartilhamento dessa *expertise*, a gente já faz isso naturalmente e a gente poderia buscar uma forma de intensificar essas ações, trazendo realmente o nosso conhecimento e o nosso interesse para fomentar aqui iniciativas de inovação, padronização e melhoria do monitoramento e resposta a incidentes cibernéticos no Brasil.

Obrigado. (*Fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Antes de passar a palavra para o Senador Marcos Pontes, pergunto se o Senador Sergio Moro gostaria de fazer algum comentário sobre as respostas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou fazer um, para estimular o senhor a fazer uma pequena colocação.

Se a memória não estiver me falhando, quando o GSI fez o levantamento da proposta de constituição de uma agência, fez inclusive um pré-orçamento e, se a memória não estiver me falhando, ele chegou ao valor de R$594 milhões por ano. É isso? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E um número de servidores de até 800, coincidindo com o padrão que o BID aqui apresentou. Por serem euros, dá um pouco mais do que isso...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone*.) – Compartilhamento.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... ou seja, eu tenho a impressão de que alguém espionou alguém. (*Risos.*)

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone*.) – Eu acho que alguém espionou alguém.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Com a palavra o Senador Sergio Moro, se quiser fazer alguma...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. *Fora do microfone*.) – Não, eu acho...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então vamos ouvir o nosso Senador Marcos Pontes.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. *Fora do microfone*.) – ... mas agradeço.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente, boa tarde. Boa tarde a todos.

Prezados, obrigado por estarem aqui conosco para compartilhar informações.

Também tenho três perguntas relativamente simples, mas importantes nesse sentido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu faço parte da Comissão de Inteligência Artificial, e essa discussão tem sido bastante intensa aqui no Brasil.

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Inicialmente, nós tínhamos uma proposta de uma agência para a inteligência artificial – regulação – e, no final, essa proposta acabou caindo, porque inteligência artificial é uma tecnologia, é uma agência para uma tecnologia, é algo que não faz muito sentido.

Então, isso aí ficou de lado e foi substituído por uma ideia mais de um conselho formado por vários representantes de diversos setores, das agências reguladoras, por exemplo, que podem trabalhar levando os princípios dessa lei para dentro de cada uma das suas respectivas áreas de atuação., e eu fui um dos proponentes dessa ideia de não haver uma agência e de que tivesse esse tipo de conselho.

E aí, dentro desse contexto, dessa estrutura, quando eu ouço a respeito de uma agência para segurança cibernética, eu vejo de uma forma um pouco diferente, porque não é uma tecnologia. Ela envolve diversas tecnologias e acaba sendo um sistema, ou até um setor, pode-se imaginar, que até conteria essa ideia de uma agência.

Mas aí entra o que o Senador Sergio Moro falou nessa questão, também comentado pelo Sr. Santiago Paz, da dificuldade de se colocar defesa cibernética, segurança cibernética, crimes cibernéticos, todos no mesmo contexto, mesmo porque nós temos já, dentro do Exército Brasileiro, um setor destinado à defesa cibernética, pensando em nível de país, logicamente.

A minha pergunta, a primeira pergunta, é em relação a essa estrutura.

Uma das ideias que eu andei pensando, à medida que trabalhávamos com a inteligência artificial, é a seguinte: a nossa Autoridade Nacional de Proteção de Dados, que trabalha com dados de pessoas... É lógico que inteligência artificial usa muitos dados, incluindo de pessoas, mas de outras coisas. Então, ela seria a coordenadora desse conselho, que, de acordo com o texto atual, está dessa forma, para que nós tivéssemos ali o próprio Conselho Nacional de Proteção de Dados, que já existe, um outro conselho ligado à inteligência artificial, que são, de certa forma, correlatos, existe uma correlação entre eles, e a minha ideia seria de que ali também tivesse um conselho para segurança

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cibernética, relativamente, da mesma forma, com representantes dos diversos setores reguladores, com representantes da sociedade civil e, aí sim, representante do Exército Brasileiro, na questão da segurança, da defesa cibernética, e, obviamente, do setor privado, que já tem os seus setores de segurança cibernética estabelecidos, principalmente as empresas maiores, como bancos e etc.

Dentro desse contexto, a minha pergunta é o que vocês acham dessa estrutura, se vocês a acham adequada e se ela poderia responder às necessidades, colocando dessa forma.

Ainda nessa sequência, falando de estruturas, nós vemos, por exemplo, nos Estados Unidos, existe lá o Nist, que tem já desenvolvido uma série de estudos de fragilidades, vulnerabilidades com relação à segurança cibernética, que são utilizados... Os desenvolvedores de *software* utilizam aquilo frequentemente, para verificar e testar seus *softwares* para ver onde e como podem ser vulneráveis. Se for em termos de *network*, por exemplo, ou de *websites*, o ASP também... O ASP publica sempre, anualmente, as dez maiores fragilidades, e assim por diante, o que também é utilizado. Ela é uma organização que não é do Governo, é uma organização não governamental. Nós não temos algo semelhante ou com essa estrutura aqui no Brasil, embora nós tenhamos algumas coisas ligadas mais à internet.

Como vocês veem a cooperação internacional, pensando do ponto de vista de que segurança cibernética é algo que transcende as fronteiras? Como que essa cooperação internacional pode ser vista? Mesmo porque os nossos fornecedores ou desenvolvedores de *software* também utilizam aquelas informações para esse desenvolvimento.

E, finalmente, a terceira pergunta é a utilização da inteligência artificial, porque, à medida que nós aumentamos as utilizações boas da inteligência artificial, também vêm as possibilidades de utilizações ruins da inteligência artificial, no contexto de dificultar inclusive a própria segurança cibernética, com ferramentas que você pode utilizar da inteligência artificial para buscar meios de ataque ou mascarar, por exemplo, uma anormalidade na rede. Existem dispositivos, logicamente, para detectar anormalidades na rede, IDS e assim por diante, que trabalham com isso, mas, logicamente, sempre uma inteligência artificial pode... Mas a gente pode usar também do lado positivo para a segurança cibernética. Eu só coloquei isso aí como exemplo, mas, de forma geral, como vocês veem a utilização de inteligência artificial, positiva ou negativamente, afetando a segurança cibernética? São essas três perguntas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Concedo a palavra ao Sr. Santiago Paz.

O SR. SANTIAGO PAZ (Para expor.) – Muito obrigado pela pergunta, muito interessantes todas.

Da primeira pergunta, infelizmente eu não conheço os detalhes da legislação brasileira para saber se o nome é agência ou é, por isso eu falei todo o tempo de órgão central, uma organização, mas tem que ter uma estrutura orgânica com capacidade operativa. Então, habitualmente você tem um nível mais estratégico, político, em que os conselhos, os comitês fazem muito bom trabalho, porque eles têm uma visão estratégica, mais política, mas não é operativa. Então, o conselho trabalha, discute, chega a recomendações, mas não tem uma capacidade operativa como você precisaria, como no caso da Colômbia, que eu falei. Você não tem justiça, não tem saúde, tem que responder rápido. Então, você tem um nível político-estratégico, em que habitualmente os comitês e os conselhos funcionam muito, tem um nível tático e tem um nível operativo. Os lugares mais embaixo são onde as organizações operativas têm que trabalhar, que é a parte mais difícil. Muitas vezes os conselhos fazem isso, um bom trabalho político e estratégico, mas, na hora de ter uma resposta operativa, que você precisa o mais cedo possível, o conselho não é a melhor opção. É essa a minha percepção.

Isso primeiro. Depois, falando da cooperação internacional, de OWASP, de NIST, de diferentes padrões internacionais, isso é muito importante, o ponto. Creio que meu colega falou do ecossistema de cibersegurança. Não é somente o governo que vai desenvolver todas as ferramentas necessárias...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SANTIAGO PAZ – ... não é somente a academia, não é somente a sociedade civil e o setor privado. São todos juntos trabalhando que vão conseguir o resultado.

Finalmente, a inteligência artificial: sim, acho que tem mais benefícios o uso de inteligência artificial do que os riscos de cibersegurança pelos ataques, mas eu prefiro que meus colegas falem mais disso.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Antes de passar a palavra ao Sr. Jorge Blanco, eu vou conceder ao Senador Seif, que vai ter que se retirar, para que ele faça uma intervenção. Pelo que eu entendi – foi gestual apenas –, a pergunta é para o Sr. Santiago Paz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar.) – Não, na verdade, Sr. Presidente, primeiramente quero parabenizá-lo pela Comissão, por esta reunião, que nós estamos fazendo, e cumprimentar o Sr. Santiago, o Sr. Jorge e o Sr. Rafael.

Na verdade, é só uma reflexão; depois, eu vou acompanhar a resposta dos senhores, porque eu tenho uma videoconferência para participar e já estou até um pouco atrasado.

A vida imita a arte, porque nós vemos hoje muitos filmes de Hollywood em que terroristas invadem, por exemplo, torres de aeroportos, causam caos nos centros de semáforos e causam confusão, alteram a leitura de GPS dos satélites para que aconteçam acidentes aéreos, etc. E, na vida real, nós vemos, hoje, empresas sendo sequestradas, ou seja, vai um ciberterrorista, bloqueia ali os dados de nota fiscal, de cobrança, de cliente, de receita, de produtos e fala o seguinte: "Rafael, ou você me paga R$2 milhões, ou vou deletar o seu banco de dados".

Deletar esse seu banco de dados é destruir a história da sua empresa. Você não sabe nem para quem cobrar mais nada, até que você se recupere; inclusive, existem reportagens de muitas empresas que jamais se recuperaram, não se propuseram a negociar com os terroristas e tiveram suas atividades encerradas.

A minha pergunta é simples. A iniciativa privada é muito mais eficiente, muito mais eficaz, muito mais veloz do que qualquer governo – pode ser Governo brasileiro, espanhol, americano, não adianta. As empresas privadas têm a capacidade de atrair os melhores talentos, pagar os melhores salários para profissionais de TI, sejam mais jovens, sejam mais antigos. Então elas têm uma condição... O próprio Google, dando aqui um exemplo, tem uma capacidade de atrair talentos, por exemplo, para cibercrimes ou ciberdefesa muito melhor do que se eu tiver uma agência aqui no Governo brasileiro, em que eu tenho uma meta fiscal, eu tenho teto de gastos e eu posso pagar, no máximo, sei lá, US$1 mil, US$2 mil ou US$3 mil.

A pessoa vai falar assim: "Poxa, se eu for para o Google, eu vou ganhar isso, aquilo e ainda posso subir; no Governo brasileiro, criaram aqui a agência de cibersegurança e o máximo de teto que eu tenho são US$3 mil; não tenho dúvida, eu vou para o Google".

Então, a minha pergunta para os senhores é: não é melhor que os governos façam contratos com empresas de defesa que façam segurança das suas plataformas digitais do que criar uma agência que, muitas vezes, fica obsoleta, muitas vezes vira um cabide de emprego e não vai ter os melhores

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

talentos? Não é melhor que os governos – e vou falar, obviamente, do Brasil – terceirizem essa atividade de segurança, para fazer um *firewall* sobre os sistemas dos municípios, dos estados ou do Governo Federal?

Essa é a minha dúvida, vou ouvir vocês depois pelo YouTube e peço perdão, porque o debate está interessantíssimo, mas eu tenho uma videoconferência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Antes de passar a palavra para o Sr. Jorge Blanco, eu vou dizer que os meus ouvidos não perceberam uma imparcialidade na sua pergunta (*Risos.*), mas ela é muito válida e vem ao encontro do que o Senador Sergio Moro falou sobre a NCFTA.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sim, sim. Uma coisa não exclui a outra.

Com a palavra... Não sei se o Santiago quer fazer algum comentário a respeito, especificamente...

O SR. SANTIAGO PAZ (Para expor.) – Não, não. Somente... É simples, eu posso responder muito rápido, porque o que você falou do Governo e do setor privado é coisa que acontece em todos os países do mundo.

O Governo dos Estados Unidos faz um *outsourcing* no setor privado, muitas vezes para a capacidade operativa de ciberdefesa, para trabalhar tecnologia, para gerir os incidentes. A coisa que não acontece é a transferência da capacidade de regulação. Então, se você transferir para o setor privado, você vai regular a companhia elétrica... Isso não acontece. Então, é uma combinação que tem agências...

No caso da Espanha, é a mesma coisa. Eles têm a capacidade regulatória, têm algumas pessoas que trabalham lá e têm muitos serviços no setor privado, que são os que trabalham com a tecnologia.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone.*) – Entendi. Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SANTIAGO PAZ – Sou eu quem agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Jorge Blanco, voltando à pergunta do Senador Marcos Pontes e, complementarmente, à pergunta do Senador Jorge Seif...

O SR. JORGE BLANCO (Para expor. *Tradução simultânea*.) – Eu vou tentar responder às suas perguntas.

Em relação à estrutura, é diferente a criação de um conselho, como vocês estavam pensando, de inteligência artificial – ou uma agência, seja lá que nome vocês queiram dar – para uma entidade que vai ter responsabilidade operacional. O Sr. Paz mencionou o mesmo. Você não está trabalhando só em criar a legislação e a estratégia, mas você tem que agir, responder a um incidente e fazer uma análise forense... a proteção de um país... Então, essa é a diferença. Num conselho... E há outras iniciativas em termos de inteligência artificial globalmente, até nos Estados Unidos e na União Europeia. Estamos tentando engajar e, com o uso responsável de inteligência artificial, criar uma legislação para proteger os efeitos dessa tecnologia... A ausência de viés e o uso correto, e a proteção de dados com os quais eu estou pronto para, usando os modelos... legislando ou regulando, mas não operando. Essa é a grande diferença.

Desculpem-me.

No Google, como um jogador-chave da inteligência artificial, estamos promovendo esse uso responsável da IA. Em relação ao uso da IA em cibersegurança, devemos equilibrar, porque os criminosos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE BLANCO (*Tradução simultânea*.) – ... estão usando esse tipo de tecnologia já faz muitos anos. Eles têm muitos recursos, mas também podemos usar – não só podemos, como devemos usar – a inteligência artificial para defender nossas organizações e governos. Em ambos, assegurar o uso da inteligência artificial e, do outro lado, usá-la para melhorar nossa cibersegurança. Então, são ambos.

Só para complementar a pergunta do Senador, de fato, o modelo que o meu colega mencionou é o mais comum, não só nos Estados Unidos e na Espanha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O setor público – e isso é uma realidade – não tem os mesmos recursos que o setor privado, mas deveria depender de alguma taxa ou de uma camada de pessoas públicas ou trabalhadores públicos que mantivessem e protegessem os interesses nacionais, e, sobre esses, você pode usar quaisquer contratados, mas você tem que ter em conta essas confrontações geopolíticas com nações. Por exemplo, na Espanha, usamos não só servidores espanhóis, mas também empresas americanas, e novamente a gente só trabalhava com agências de ciberseguranças nacionais. Então, o uso de ambas as forças de trabalho é a melhor combinação.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sr. Rafael.

O SR. RAFAEL GONÇALVES (Para expor.) – Bom, com relação às três perguntas, na criação de um conselho no lugar de uma agência – e aí concordando totalmente com o colega Santiago –, a operacionalidade vai fugir. Como lidar com o uso nos computadores pessoais, nos dispositivos pessoais, sabendo que essa informação trafega por meios controláveis? Mas como controlar esses meios?

O próprio uso do que a gente chama de *deep web*, que é uma internet não conhecida para o grande público, contrasta com o quanto a inteligência artificial ficou famosa. Apesar de ela ser novidade na sociedade, ela não é novidade na computação. Então, controlar a forma como o Governo poderia influenciar no uso da inteligência artificial é algo um tanto difícil, mesmo para uma agência, mesmo para um conselho.

O que eu vejo, na proposta do conselho, seria a observação desse tema na sociedade, os impactos que o uso da inteligência artificial – os impactos nocivos, claro – podem causar na sociedade, a coleta de insumos para o embasamento de políticas ou até mesmo de legislações que visem ali a auxiliar e a melhorar a sociedade quando a inteligência artificial for mal utilizada.

A segunda pergunta: cooperação internacional. Então, apesar de ser novidade para o Brasil e para o grande público a utilização da inteligência artificial, também é novidade para boa parte dos países. Então, a cooperação internacional...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RAFAEL GONÇALVES – ... acho que é um tema que vai surgir naturalmente, mas, realmente, para fomentá-lo, são discussões como essa, são proposições como essa que vão beneficiar o pensamento para que se vá em direção realmente de uma cooperação nesse sentido.

Com relação ao uso da inteligência artificial, é extremamente benéfico na aceleração de alguns processos, mas, de maneira muito crítica, beneficamente, no ensino. O aprendizado com a inteligência artificial é muito mais facilitado.

Então, é claro que abusos podem ocorrer mesmo dentro disso, e isso, sim, é passível de observação e de controle, mas, dentro da utilização da inteligência artificial, a gente percebe que uma pessoa, talvez, sem determinado conhecimento prévio, para ir buscar capacitação num assunto, pode fazer uma busca muito mais orientada, embora o próprio Google já tenha revolucionado os motores de busca. Mas a inteligência artificial, sem dúvida nenhuma, pelo comportamento de ela, permita-me aqui o paralelo, falar com a pessoa com quem está interagindo, cria um cenário mais favorável para o ensino.

O uso da inteligência artificial, na minha opinião, deve ser encorajado, mas, em contrapartida, ele também não é algo controlável. Então, ele vai acontecer sim ou sim.

E, com relação ao que foi colocado pelo Senador antes de sair, se a agência se tornaria obsoleta, se haveria a possibilidade de se substituir esse trabalho, essa função por contratos de *outsourcing*, aí eu volto ao que eu falei inicialmente. A gente sofre com a falta de padronização, com a falta de priorização, e a agência entraria com regulamentação, fiscalização e, também, é claro, criação desses padrões mínimos de estratégia em cibersegurança.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Perfeito.

Como tinha sido anunciado inicialmente, nós vamos ter um segundo painel agora com três outros participantes.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. *Fora do microfone.*) – Deixe só uma pergunta, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para interpelar.) – Só para esclarecer a natureza: talvez se possa ter como referência uma das agências espanholas ou a Cisa americana.

Então, vamos colocar uma situação hipotética. Um ataque cibernético ao sistema financeiro brasileiro, a bancos, vários bancos, para roubar dados de correntistas. A atuação contra esse ataque caberia, no nível operacional, à agência ou isso já é *law enforcement*? Como funciona? Qual é a missão para a gente poder delimitar... Porque, é claro, a atividade regulatória é uma, a fiscalizatória é outra, mas, no nível operacional, na reação imediata a esse ataque, caberia a coordenação pela agência? Caberia também a investigação?

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Se me permite, só um detalhamento: se fosse só um banco e se fossem vários bancos.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Até para se saber sobre a solidariedade.

O SR. SANTIAGO PAZ (Para expor.) – Sim.

A responsabilidade final de cibersegurança é da organização dona dos dados. O banco é o responsável final pela sua defesa, mas o banco tem regulações setoriais, em que vai ter que ter alguma normativa.

Então, primeira linha de defesa, o próprio banco. Depois, depende do nível de maturidade dos países. No caso de Israel, por exemplo, eles têm, setorialmente, no setor financeiro, um centro de defesa para o setor financeiro e depois têm um nível nacional de defesa, e o nível nacional tem não somente o setor financeiro, mas tem todos os outros setores, então tem uma visão muito mais abrangente, em que eles podem ver se é o mesmo atacante que está atacando o setor financeiro e, ao mesmo tempo, a energia.

Então, como é a colaboração com a *law enforcement?* Habitualmente, o objetivo da *law enforcement* é procurar e processar o criminoso. Esse é o objetivo principal. Então, eles trabalham coordenados. Habitualmente, a primeira linha é a cibersegurança, e, uma vez que eles podem conter,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

levando em conta os procedimentos para preservação das informações, entra a equipe da *law enforcement,* que faz toda a investigação para processar o atacante.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Acho que foi respondido.

Senador Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para interpelar.) – Só uma curiosidade, uma pergunta, aproveitando o Google aqui. Realmente, é só um comentário com relação a isso.

Eu vejo essa dificuldade que talvez exista de uma organização governamental interferir com a parte privada, etc., o que pode ser um tanto complexo. Portanto, essa utilização como a de Israel, setorial, é interessante.

Mas só uma curiosidade. A respeito de inteligência artificial, lógico que isso evolui no dia a dia, e, como o Google está sempre trabalhando na fronteira desses desenvolvimentos, não sei se é possível falar sobre isso ou não, mas, por enquanto, hoje em dia, nós temos alguns grandes centros ou algumas grandes inteligências artificiais que trabalham com muitos dados – Gemini, ChatGPT e assim por diante –, mas são grandes e centralizados. O que eu quero dizer é que o sistema é centralizado. Então, se eu quero utilizar, eu tenho que utilizar uma conexão para entrar em contato com aquele ente e buscar as informações aqui. Ótimo.

Ideias de *federated learning*, por exemplo, em que os dados ficam no usuário e são transmitidas só as informações, me levam a crer que, eventualmente, esses sistemas vão se descentralizar, e eu imagino, por exemplo, a possibilidade de, assim como os nossos cérebros separados, pensando em separado, não conectados com um cérebro central, chegar a um certo momento em que a inteligência artificial vai estar contida em um dispositivo separado, um usuário separado, o que modifica o contexto como um todo, porque, por enquanto, a gente consegue regular. Se eu quiser desenvolver algum sistema, eu posso usar APIs para tentar conectar, buscar dados, mas eu estou usando um sistema central. De repente, se o sistema é isolado, tudo isso que a gente tem discutido sobre inteligência artificial, de repente, toma outro sentido, porque vai ficar muito mais difícil controlar uma situação como essa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Existe algum desenvolvimento do Google nesse sentido, em se descentralizar a inteligência artificial? Só curiosidade, não sei se pode responder ou não.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sem dar a pergunta por vencida, não sei se vocês assistiram, ontem, a uma descrição de um golpe que está sendo dado em alguns bancos no Brasil. O "eletricista", entre aspas, falso, que vai lá e altera o cabo de conexão, ou seja, com isso ele passa a manobrar, pelo menos, o arquivo daquela agência, os dados daquela agência. E, um dos bancos – não sei se foi o Banco do Brasil ou um outro que foi vítima – diz que gasta, por ano, na sua defesa – daquele banco, não dos bancos – R$9 bilhões.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Essa é uma das...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E R$9 bilhões é o dobro do custo da agência daqui a cinco anos, se ela fosse criada. Aliás, o dobro não, são vinte vezes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – É um dos tipos de ataques *man in the middle,* homem no meio, esse tipo de ataque cibernético.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Inclusive, um fato que ocorreu – chega a ser hilário – do falso eletricista querendo entrar no forro do banco, no teto, e o teto desmanchou em cima dele... Ele numa escada, e o teto desmanchou em cima dele. (*Risos.*)

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Tecnicamente, a gente chama isso de *spoofing* com *man in the middle*. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas só para acrescentar, para fazer a individualização do que é o sistema bancário e do que é uma instituição bancária.

O SR. JORGE BLANCO (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Sobre a sua pergunta mais relacionada à sua curiosidade, eu tenho que dizer que não sou um especialista em inteligência artificial; eu sou especialista em cibersegurança, mas eu posso responder. Isso não é algo que o Google está pensando, ou até os nossos competidores; isso é o presente. E nós temos visto essa centralização e descentralização desde o início da computação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, lembrem do *mainframe*, depois os microcomputadores. Depois, tudo na inteligência artificial foi descentralizado alguns anos atrás. Mas agora temos que considerar que estamos treinando os modelos de forma centralizada e estamos disseminando os resultados até para o seu celular. Vocês estão executando: não só perguntando e fazendo perguntas a esse modelo centralizado, mas executando minimodelos de inteligência artificial no celular de vocês, no seu *smartwatch*. Isso está acontecendo agora e tem a ver com a pergunta sobre cibersegurança que você fez.

E a coordenação... O exemplo do setor financeiro ou de um banco, de um ataque a banco, depende, como foi mencionado antes, do tipo de ataque. Não é a mesma coisa se, em nível nacional, estamos falando sobre um ataque a um setor sistêmico. Todo o setor financeiro na Espanha recebe um ataque ao mesmo tempo, por exemplo; não dá para responder a esse ataque só com a lei. A lei investiga e tenta achar os atores do crime. Se só um banco for atacado, provavelmente a capacidade própria, com a ajuda da lei, consegue lidar com a situação, mas, se for um ataque sistêmico, precisamos da coordenação de uma entidade. Pode ser uma agência nacional ou como vocês quiserem chamar, mas coordenar não só com o setor financeiro, mas também com os agentes da lei, com as pessoas no Judiciário, os procuradores, tudo tem que ser coordenado da mesma forma.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Algum comentário adicional? Posso fazer, então, a conversão? (*Pausa.*)

Vou lhes pedir para abrir o espaço para os nossos próximos debatedores. Os senhores podem se instalar nas cadeiras. (*Pausa.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, vamos ver ainda. (*Fora do microfone.*)

Não estou mandando vocês embora, não; é só uma modificação de plateia. (*Pausa.*)

O Sr. Paulo Manzato e o Sr. Belisario Contreras são nossos convidados para tratar especialmente da segunda visada da nossa reunião.

Aqui, nós queremos conhecer especialmente...

Você tinha me mandado...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. *Fora do microfone*.) – Eu já vi lá, já estou de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O segundo tema que nos reúne é a importância da cooperação entre o poder público e o setor privado no combate aos crimes cibernéticos. De alguma forma, a questão foi abordada, com respostas que estimulam, mas que não esgotam o assunto, de forma que eu passo a palavra, inicialmente... (*Pausa.*)

Quem está *online*? (*Pausa.*)

Está *online*, também – estou sendo informado –, a Sra. Patricia Soler, Líder no Colaborativo Conjunto de Ciberdefesa da CISA (Agência Americana de Cibersegurança e Infraestrutura), por videoconferência.

Eu vou passar a palavra, inicialmente, à Sra. Patricia, dentro daquele princípio universal de *ladies first*.

A senhora tem dez minutos para fazer a sua manifestação, especialmente sobre este enfoque, ainda que o nosso tema seja mais abrangente.

A SRA. PATRICIA SOLER (Para expor. *Por videoconferência*. *Tradução simultânea*.) – Ótimo. Muito obrigada por me receberem.

Eu tenho alguns eslaides que vou compartilhar.

Vocês conseguem me ouvir? (*Pausa.*)

O.k.?

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – *We are understanding you and hearing you.*

[Tradução simultânea: Sim, te ouvimos e te entendemos.]

A SRA. PATRICIA SOLER (*Por videoconferência*. *Tradução simultânea*.) – Ótimo.

Vocês veem a minha tela, o PowerPoint? (*Pausa.*)

O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada por me receberem, novamente. Eu sinto muito não poder estar presencialmente com vocês, mas obrigada pelo convite. Eu realmente gostei muito da conversa até agora, incluindo os ótimos comentários e ideias compartilhados na primeira sessão.

Eu vou falar hoje sobre parcerias público-privadas e o papel da CISA (Agência Americana de Cibersegurança e Infraestrutura) nos Estados Unidos.

Para falar um pouco sobre o que nós fazemos no Governo norte-americano – um palestrante anterior mencionou que temos muitas agências que têm autoridades de cibersegurança nos Estados Unidos –, o que nós fazemos que é diferente e qual é o nosso mandato, da perspectiva legislativa? Somos responsáveis pela infraestrutura crítica nos Estados Unidos e, recentemente, nos beneficiamos de um esclarecimento feito pela Casa Branca, em abril desse ano, especificando, em um memorando de segurança nacional sobre infraestrutura, segurança e resiliência críticas, que a Cisa lidera o Governo nesse assunto. Isso clarifica o nosso papel com as outras agências nos Estados Unidos.

Temos muitas legislações sobre cibersegurança, especialmente, porque precisamos acompanhar o que os atores de ameaça estão fazendo. Quanto a atores de ameaça, eu quero dizer tanto os criminosos quanto os Estados nacionais que os protegem, dentro de suas divisas. Então, não é só cibercrime, mas diferentes tipos de atividades que um governo estrangeiro pode estar fazendo contra a nossa infraestrutura.

Três diferentes itens que eu quero enfatizar, nesse memorando, é que a Cisa, agora, é o coordenador nacional para essa infraestrutura crítica de segurança e resiliência. Nós temos responsabilidade de coordenação e também temos responsabilidade de gestão de oito setores críticos de infraestrutura e um subsetor. Temos 16 setores de infraestrutura críticos nos Estados Unidos. Somos a agência que comanda oito deles e, agora, um subsetor.

Nós também apoiamos o trabalho feito por nossos parceiros em todo o Governo dos Estados Unidos. Esse trabalho não é novo. A Cisa tem pouco mais de cinco anos de idade, então somos relativamente novos, mas muitas das nossas autoridades e programas já existiam antes da criação da agência. Nós estamos sob o Departamento de Segurança Interna, e isso é relevante porque, no primeiro painel, falamos sobre como o modelo é diferente em cada país e como essa estruturação, para apoiar os espaços de missão de cibersegurança, é diferente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui, estamos sob o Departamento de Segurança Interna e trabalhamos, é claro, com o Departamento de Segurança Interna, mas também com o FBI, a NSA e outros. Tudo isso depende das nossas autoridades individuais dentro do Governo dos Estados Unidos. A Cisa, especificamente, é responsável por ciberdefesa. Nós somos civis, não somos agentes da lei e não fazemos parte do setor de inteligência ou de defesa.

Vai ficar diferente, em outros países, como eles vão querer estruturar... Também temos a responsabilidade CERT. A função de resposta de emergência está dentro da divisão da CISA e eu vou falar isso mais tarde, na minha apresentação.

Na direita da tela, vocês podem ver os nossos 16 setores de infraestrutura crítica. Eu peço perdão pelo tamanho, mas é para dar uma visualização de quais são os 16 setores e de como estamos posicionados como uma agência para identificar, avaliar atividade maliciosa de outros países ou de criminosos e melhorar a nossa compreensão desses riscos para a cibercomunidade mais ampla. Isso inclui nossos participantes internos e nossos parceiros internacionais. E, nesse caso, eu sou responsável por trabalhar com os nossos parceiros CERT, a função CERT que existe em outros países. Eu queria mencionar que é uma coisa comum do governo e, cada vez mais, é raro chegar a um país que não tem um CERT.

Trabalhamos com CERTs globo afora para o propósito de ciberdefesa. Nós recebemos informação acionável de organizações, no nosso país, para podermos proteger redes, dados e empregados de ciberataques maliciosos e de algo que nos incomoda a todos, que são os *ransomwares*.

Queremos trabalhar com o setor privado, com nossos outros parceiros de agência para fazer com que seja realmente difícil para cibercriminosos operarem. Queremos aumentar os custos deles e interromper suas operações. Não estamos do lado da ciberofensiva, mas temos que trabalhar como uma cibercomunidade, dependendo das autoridades e dos nossos papéis.

Outro pedaço de legislação que é relevante para a CISA, em termos de cibersegurança, é *cyber incidents,* de 2022. É a lei para a proteção de infraestrutura crítica. Ainda está sendo desenvolvida, mas requer que a CISA coordene, com nossos parceiros federais, o que são relatórios obrigatórios de incidentes. Daqui a pouco, vamos receber dados de entidades, geralmente de entidades de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

infraestrutura crítica, que vão ter que relatar entre *cyber incidents* e *ransomware*. Isso não é o final, mas pode mudar.

Que identidades seriam necessárias... Tem a ver com entender o ambiente das ameaças. Muito dela é voluntária, e não temos uma imagem holística do que está acontecendo à infraestrutura crítica e com relatórios obrigatórios, mas o que é mais e mais comum com nossos parceiros internacionais é que vamos ter um melhor entendimento e entender riscos específicos para certos setores, o que está acontecendo no setor de água, no nuclear, e trabalhar nossos parceiros entre agências, nossos parceiros do setor público e a indústria privada.

Teve umas conversas mais cedo sobre a força de trabalho. Para a CISA, algo que eu queria indicar é que CISA não faz só cibersegurança. Também fazemos a segurança de infraestrutura. Então, metade do nosso trabalho tem a ver com cibersegurança. E a última informação pública disponível era que temos mais de 3 mil pessoas com a divisão de cibersegurança, tendo 1.150 empregados. Esses dados são de 2023, e só aumentamos o nosso pessoal. Eu não tenho o orçamento aqui nesse eslaide, mas a última informação pública disponível é que foi de US$3 bilhões.

Uma coisa que nos faz diferentes, dado o tamanho dos Estados Unidos e a diversidade geográfica, é que temos dez escritórios regionais. Muitos estão em Washington, mas temos empregados em todo o país nesse modelo regional com escritórios em cada região. E esses empregados são responsáveis por entender as necessidades daquela região e, talvez, as empresas de pequeno, médio ou grande porte naquele local com essas entidades. E, certamente, não podemos fazer tudo de Washington. Então, é importante para nós termos esse modelo regional, mas isso é devido ao tamanho do país. Nem todo país faz isso, mas é um exemplo de como isso pode funcionar num modelo nacional usando empregados que não estão somente em Washington. Parcerias público-privadas.

Uma coisa que eu mencionei: a CISA só tem cinco anos, e o nosso colaborativo de ciberdefesa, que é para trabalhar com o setor privado, tem três anos de idade, o que significa que trabalhamos com empresas privadas. Eu sei que o Google está aqui no auditório. Então, suas empresas têm seus QGs nos Estados Unidos e os gigantes da internet do mundo, e trabalhamos com eles numa base voluntária para entendermos, usar a telemetria deles de quais são as ciberameaças. Isso não é um modelo regulatório, isso é como podemos, em boa-fé, compartilhar ameaças ciber e entender o que está acontecendo com a infraestrutura e também com as nossas agências federais. E, se temos uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

informação que é mais relevante a um parceiro internacional, é a parte em que entro para compartilhar com a minha equipe e com as nossas contrapartes CERT.

Queremos ser proativos com o setor privado, mas sempre tentando alcançar as últimas ameaças. Como é que avaliamos o risco coletivo a que todos estamos sujeitos para não sempre estarmos atrasados? Temos parcerias entre agências e especificamente com o Departamento de Defesa, somos parte do DHS, Departamento de Justiça, NSA e FBI. Temos muito claramente colocado com quem trabalhamos, não são só essas agências, mas essas agências estão no lugar em que elas podem entender o tipo de informação técnica com que estamos lidando. Nem todos conseguem falar esse idioma, e aí tem um papel para traduzir os aspectos mais técnicos para os que fazem as políticas e de volta. É importante que os que fazem as políticas entendam o ambiente, mas necessariamente não serão especialistas. Como é que podemos facilitar essa conversa para entender se algo é importante ou não?

Coisas com as quais trabalhamos, com os nossos parceiros, eu vou pular um eslaide aqui. Trabalhamos com parceiros interagências e parceiros internacionais, em diretivos, aconselhamentos, alertas, e podemos dizer que melhoramos no Governo americano. Em vez de o FBI, CISA e NSA fazerem algo diferente em relação à ameaça, vamos colocar o nosso selo no mesmo produto e colaborar para trabalharmos juntos para produzir um guia que os nossos operadores possam usar. Estamos tentando muito falar com uma voz e não falar muito tecnicamente para assim termos uma diretriz de mitigação clara para as nossas partes interessadas. Pus uma planta de água no meio dos Estados Unidos, temos que ser capazes de alcançar essa audiência e também com as nossas contrapartes internacionais.

Eu falei sobre o que a JCDC faz, eu posso compartilhar esse eslaide. Eu sei que estou quase sem tempo, mas uma coisa que eu gostaria de mencionar é que isso é um esforço colaborativo e as nossas parcerias são críticas ao trabalho que fazemos, à função de coordenação, de nós termos autoridade legal para fazê-lo no local central. Nós valorizamos nossas parcerias externas com as indústrias, Estado local, tribal e nossos parceiros internacionais. Esperamos continuar o nosso trabalho com o Brasil e com outros países vizinhos nas Américas.

Muito obrigada por me ter e aguardo ansiosamente o resto da conversa.

Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Quero agradecer à Sra. Patricia Soler.

Passo a palavra ao Sr. Paulo Manzato, chefe da área de setor público da Cloudflare.

O SR. PAULO MANZATO (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Exmo. Sr. Senador Esperidião Amin, muito obrigado pela gentileza e pelo convite.

Demais Senadores, em especial o Exmo. Sr. Senador Sergio Moro, o tema de agora foi mencionado no painel anterior, mas acho que vale uma reflexão, que é a importância da cooperação entre o poder público e o setor privado.

A crescente ameaça dos crimes cibernéticos tem se tornado uma preocupação significativa para governos, empresas e indivíduos em todo o mundo. A complexidade e a sofisticação dos ataques cibernéticos exigem uma abordagem colaborativa para garantir uma defesa eficaz. A cooperação entre o poder público e o setor privado é essencial para enfrentar esses desafios de forma eficiente.

Os crimes cibernéticos, que incluem desde o roubo de dados pessoais até ataques de *ransomware*, espionagem digital, afetam não apenas a segurança nacional, mas também a estabilidade econômica e a privacidade individual. Os recursos e a *expertise* necessários para combater essas ameaças são vastos e diversificados, e nenhuma entidade isolada pode enfrentar esses desafios de maneira adequada.

O setor privado, com suas inovações tecnológicas e rápida adaptação às mudanças no mundo digital, como foi mencionado anteriormente, desempenha um papel crucial na identificação e mitigação das ameaças cibernéticas. Empresas de tecnologia, como provedores de serviços de internet, desenvolvedores de *softwares* de segurança e firmas de consultoria em cibersegurança, possuem conhecimentos especializados e recursos avançados que são vitais na detecção precoce de ataques e na implementação de medidas preventivas.

Por outro lado, o setor público possui a autoridade legal e os recursos necessários para coordenar esforços em uma escala nacional e internacional. Agências governamentais podem promulgar leis e regulamentos que incentivem práticas de segurança cibernética robustas, além de facilitar a troca de informações entre diferentes setores. Além disso, as forças de segurança e as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agências de inteligência possuem a capacidade de conduzir investigações criminais e desmantelar redes de criminosos; neste caso, cibercriminosos.

A colaboração entre esses dois setores permite a criação de um ecossistema de segurança resiliente. Programas de parceria público-privada, como a partilha de informações sobre as ameaças em tempo real e a realização de treinamentos conjuntos, podem melhorar significativamente a capacidade de resposta a incidentes. Além disso, iniciativas conjuntas podem promover a conscientização sobre cibersegurança entre o público em geral e as pequenas empresas, que são muitas vezes alvos fáceis dos atacantes.

Foi uma coincidência, mas, sinceramente, uma felicidade a Cloudflare falar depois da CISA. A Cloudflare, por exemplo, ao trabalhar com a CISA – é um parceiro nosso –, fornece os serviços de DNS autoritativo e registros para os domínios "*dot* gov": os .gov.

Não vou entrar em detalhes técnicos, mas gostaria muito, depois, de ter a possibilidade de explicar como a Cloudflare estabeleceu essa parceria, que é pública. Essa parceria exemplifica como a colaboração entre setor público e privado pode fortalecer a infraestrutura digital de uma inteira nação: vocês podem imaginar que todos os domínios "*dot* gov" dos Estados Unidos são protegidos pela Cloudflare.

Através dessa parceria, é possível reduzir a superfície de ataques e automatizar a segurança de DNS, protegendo informações sensíveis e garantindo a confiança nas comunicações governamentais. A cooperação também permite a criação de padrões e protocolos de segurança unificados, que podem ser adotados em diferentes setores – novamente uma abordagem talvez setorial.

Isso assegura que as melhores práticas de segurança sejam seguidas amplamente, aumentando a resiliência contra ataques cibernéticos em escala global. Além disso, a parceria facilita a criação de centros de resposta a incidentes cibernéticos – no nosso caso – ou de infraestrutura crítica, onde especialistas de ambos os setores podem trabalhar juntos para responder rapidamente às ameaças emergentes.

Um comentário apenas aqui: vários elementos que eu acabei de citar são acelerados, não quero voltar ao item anterior, mas são acelerados através de uma entidade que coordena isso, chamada agência ou outro nome.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A cooperação também permite a criação de padrões e protocolos de segurança unificados. Não há outra maneira de criar esses protocolos se não tiver uma agência coordenando isso.

Eu vou passar aqui. Encaminho-me para algumas conclusões.

Um outro aspecto importante da colaboração é o compartilhamento de inteligência das ameaças cibernéticas; como realizar esse compartilhamento e essa coordenação, sem uma entidade legal, é um ponto a se debater.

O setor privado pode fornecer informações valiosas sobre as ameaças e vulnerabilidades descobertas em suas operações diárias. É assim que, de fato, acontece na nossa parceria com a CISA, enquanto o Governo pode compartilhar dados de suas investigações e suas redes de inteligência. Esse intercâmbio é fundamental e crucial para antecipar e neutralizar ataques antes que causem danos significativos.

Um último ponto é a educação e a capacitação, também como áreas de cooperação entre o poder público e o setor privado. São áreas em que a cooperação tem um impacto significativo. Programas de formação desenvolvidos conjuntamente podem equipar tanto os funcionários do setor público quanto os do privado, com habilidades e conhecimentos necessários para enfrentar os desafios cibernéticos. *Workshops*, seminários e cursos de cibersegurança podem ser realizados para disseminar as melhores práticas e mais recentes inovações de ciberdefesa.

O nível e a disparidade da maturidade em cibersegurança, tanto no setor público, quanto no privado, são muito grandes. Eu tenho a sorte de conversar com setores com um nível de maturidade excepcional, todos aqui brasileiros, como de conversar com entidades governamentais com um baixo nível de maturidade. As pequenas empresas e médias claramente não estão equipadas com as mesmas ferramentas e conhecimentos para combater as ameaças cibernéticas. Isso também é verdade no setor público, como eu acabei de fazer referência, reforçando a necessidade de uma coordenação público-privada.

Em conclusão, a cooperação entre o setor público e o privado é fundamental para enfrentar a crescente ameaça dos crimes cibernéticos. Somente através de um esforço coordenado e colaborativo, podemos garantir um ambiente digital seguro e protegido para todos. A integração de recursos, conhecimento e capacidade de ambos os setores cria uma defesa mais robusta, adaptável contra as ameaças cibernéticas em constante evolução.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado pela palavra.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Obrigado ao Dr. Paulo Manzato. (*Fora do microfone.*)

Concedo a palavra ao Sr. Belisario Contreras, da Venable.

O SR. BELISARIO CONTRERAS (Para expor.) – Muito prazer, Senador Esperidião Amin, Presidente da Subcomissão Permanente de Defesa Cibernética, Senador Sergio Moro, distinguidos colegas brasileiros, é uma honra para mim estar aqui hoje.

Meu portunhol não é o melhor. Eu vou falar em inglês, mas, se eu ler, tomei a caipirinha e o rodízio, então é melhor um pouco. (*Risos.*)

Sempre falam isso.

Mas é muita honra. Há quase 20 anos, estive pela primeira vez em Brasília, numa missão oficial da OEA. Meu primeiro chefe, Rômulo Dantas, era oficial da Abin, estava designado pela OEA. Ele transmitiu para mim muito amor, carinho pelo Brasil, mas a mensagem é do prazer de estar aqui. Há 20 anos ou mais, estamos trabalhando o tema de segurança cibernética no Brasil. Então, é importante um chamado de atenção para vocês.

Agora eu vou trocar para o inglês.

O SR. BELISARIO CONTRERAS (*Tradução simultânea.*) – Agora eu vou trocar para o inglês.

Primeiro, boa tarde, honrados assessores e distintos convidados. É uma honra conversar com vocês sobre um assunto tão importante, a cibersegurança. Na era digital, a nossa dependência da tecnologia vem crescendo, e isso traz oportunidades, mas também risco. E estamos em uma encruzilhada de progresso e temos que tomar ações para salvar o nosso futuro digital.

Hoje eu estou com os meus distintos colegas para discutir o risco internacional de cibersegurança e suas implicações para o Brasil, a importância e os benefícios de estabelecer uma agência nacional de segurança digital e as lições aprendidas de outras nações, como os Estados Unidos, que já navegaram por esses desafios com sucesso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A paisagem de ameaças globais está aumentando. As ciberameaças não são mais incidentes isolados; elas se tornaram um grande desafio que afeta todas as nações. A pandemia acelerou a adoção de novas tecnologias, mas essa integração rápida também expôs muitas vulnerabilidades.

Para o Brasil, as implicações são profundas. O país é um dos principais alvos de ciberataques e é responsável por 42% de todos os incidentes na América Latina na primeira metade de 2023. Com os nossos 328 mil ataques testemunhados, estamos testemunhando um ataque generalizado em nossa infraestrutura. O Brasil é a quarta maior economia do mundo e o uso de *smartphones,* muito disseminado aqui, torna a nação especialmente vulnerável.

De acordo com a Forbes, essa situação é mais exacerbada pelo fato de que é o segundo país mais suscetível globalmente aos ciberataques, apenas atrás dos Estados Unidos. O impacto financeiro desses ataques é muito alto. De acordo com os especialistas, o mercado de cibersegurança no Brasil foi avaliado em 8,3 bilhões em 2023 e vai chegar a 20 bilhões em 2028.

Eu quero enfatizar que cibercrime é um negócio muito bom. Um grupo estimou que os danos causados por todas as formas de cibercrime, incluindo o custo de recuperação, totalizaram 3 trilhões em 2015, 6 trilhões em 2021 e chegarão a 10,3 trilhões anuais até 2025. O Brasil, o México e a Colômbia, que são responsáveis por quase 80% dos ataques cibernéticos na região, têm muito desse fardo.

A maioria desses ataques são *malwares*, vazamento de dados, e isso enfatiza a necessidade de uma abordagem unificada. A segurança não é só uma questão de segurança corporativa ou individual, mas uma responsabilidade coletiva que exige unidade e colaboração. A falta de educação do usuário e a configuração errada das tecnologias deixaram lacunas significativas que os criminosos ficam cada vez mais capazes de explorar.

A abordagem no Brasil é fragmentada e as responsabilidades são de diversas agências. Esse sistema desagregado cria confusão e impede a nossa habilidade de responder às ciberameaças de forma eficiente. Nós precisamos de uma entidade centralizada para dar uma direção. O estabelecimento de uma agência nacional de segurança digital é um passo muito necessário. Essa agência vai centralizar recursos e acelerar a execução da estratégia nacional de cibersegurança, além da coordenação e supervisão, para garantir que os esforços sejam unificados e eficientes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os benefícios estão claros. Uma agência nacional de segurança digital dá resiliência ao país contra ciberameaças, definindo papéis e responsabilidades de forma mais clara e facilitando a melhor coordenação entre as entidades governamentais, o setor privado e os parceiros internacionais, como minha colega da CISA mencionou.

Essa agência também liderará iniciativas de educação e promoverá carreiras, construindo um *pipeline* de talento bem robusto. Além disso, uma agência nacional de segurança digital seria elevada ao mais alto nível de governo, fornecendo a direção necessária para coordenar ações e monitorar a implementação da estratégia nacional. Ela agiria como uma autoridade competente para definir, esclarecer papéis, responsabilidades, processos e atividades necessárias para implementar a estratégia e outras ações relacionadas à ciber-resiliência.

A agência também identificaria *stakeholders*, estabeleceria alvos de *performance* e criaria planos de ação para cumprir com os objetivos de cibersegurança do país. Além disso, uma agência coordenaria a colaboração intergovernamental em ciberiniciativas, garantindo que todos os esforços sejam alinhados e mutuamente reforçados. Isso inclui trabalho com parceiros internacionais para compartilhar práticas, melhorar o compartilhamento de informações e fortalecer nossas capacidades de ciberdefesa.

Recentemente, o Chile adotou uma legislação para estabelecer uma agência de cibersegurança nacional. Com mais liderança na região, o Brasil não pode ser a exceção. Como eu sempre digo, o Brasil é o maior país do mundo.

Temos que demonstrar liderança em cibersegurança e dar o exemplo para que os outros sigam. Podemos aprender lições valiosas de exemplos internacionais. Nos Estados Unidos, a agência CISA e o Escritório do Diretor Nacional de Cibersegurança têm papéis-chave na cibersegurança e na proteção de infraestruturas.

A CISA lidera os esforços federais de cibersegurança segurança e coordena a infraestrutura e a resiliência dos Estados Unidos. O escritório prevê uma estratégia para garantir que a cibersegurança continue uma prioridade. Além disso, temos o centro de cibersegurança do Reino Unido, que oferece um ponto de contato com partes interessadas, trabalhando diretamente com a lei e com parceiros internacionais. O Centro Nacional de Cibersegurança do Reino Unido traz especialistas de diferentes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agências para fornecer uma abordagem à cibersegurança abrangente. E esses exemplos enfatizam a importância de uma autoridade centralizada na gestão dos esforços de cibersegurança.

Podemos construir um ambiente mais resiliente no Brasil aprendendo com esses modelos bem-sucedidos. Uma agência centralizada acelera os esforços, melhora a coordenação e a cooperação entre diferentes partes interessadas, garantindo uma resposta mais eficiente às ameaças cibernéticas.

Eu geralmente espero que Senadores não discutam se é necessário, porque isso deveria estar claro, mas como estabelecer uma agência nacional de segurança digital. Essa agência não é só uma adição burocrática, é uma evolução necessária na nossa abordagem para garantir o futuro digital do Brasil. Nós precisamos agir o mais rapidamente possível para criar essa agência, definir seu mandato e alocar os recursos necessários para garantir seu sucesso.

Para iniciar esse processo, eu insto vocês a buscar apoio legislativo, alinhar a estrutura da agência e coordená-la com as entidades existentes. Nosso compromisso tem que ser firme e nós demonstramos isso através de ações concretas. Além disso, temos que investir em educação sobre cibersegurança e programas de conscientização para garantir que os cidadãos, negócios e agências governamentais estejam bem equipados para lidar com as ameaças cibernéticas. Isso inclui promover pesquisa em cibersegurança, desenvolver carreiras sobre cibersegurança e fomentar a conscientização sobre cibersegurança em todos os níveis da sociedade.

Para concluir, a segurança de uma infraestrutura digital é uma questão de segurança nacional. Estamos em uma encruzilhada em que ações decisivas são necessárias para proteger cidadãos, negócios e governos de ciberameaças.

Estabelecer uma agência nacional de segurança digital pode criar um ambiente digital mais seguro e resiliente para o país. Os desafios que enfrentamos são significativos, mas eles não são intransponíveis. Com a abordagem correta e o esforço unido, podemos construir uma estrutura de cibersegurança que garanta o nosso futuro digital.

Obrigado pela sua atenção e apoio.

Estamos animados para trabalhar com vocês, moldando essa agência.

Juntos, podemos construir um Brasil mais forte e mais seguro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Nos anos 70, *together we stand, divided we fall.*

Chegou a cantar esse rock?

O SR. BELISARIO CONTRERAS – Não, era muito mais jovem. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – De 1973. Pode procurar no Google *together we stand, divided we fall.*

O SR. BELISARIO CONTRERAS (*Tradução simultânea.*) – E devemos trabalhar juntos assim como os criminosos.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu quero agradecer a todos e, antes de compartilhar as perguntas, especialmente com o Senador, eu vou mencionar aqui as perguntas feitas pelo e-Cidadania. E me permito dizer quais as que eu considero já respondidas.

Luan, de Santa Catarina: "Quais as principais ferramentas a serem instituídas pelo Brasil para garantir a segurança [e soberania] cibernética [...]?".

Acho que esse é o nó, esse é o fulcro. Nós não temos a resposta definitiva, mas há uma tendência para termos uma agência reguladora e várias formas de parceria a definir. É a resposta que eu posso dar agora.

Gostaria de saber se o Santiago Paz está disponível, porque a segunda pergunta é para ele. (*Pausa.*)

Avisa a ele que eu tenho uma pergunta do Gilson, de São Paulo, para ele rerratificar.

Igor, do Distrito Federal: "Quais são as principais estratégias propostas no Plano de Trabalho da Política Nacional de Cibersegurança?".

Estamos desenhando e teremos um resultado até o final deste ano. Naturalmente, pode ser que tenhamos outras reuniões, tipo audiência pública, mas, em função de algumas missões que nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pretendemos cumprir, certamente o assunto vai evoluir bastante em nível de proposição do Senado. Quanto às ações do Executivo, eu espero que sejam convergentes e, para isso, temos contado com essa interlocução.

Leonardo, do Rio de Janeiro: "Como será feita a integração entre o [...] [Centro de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos, que é um suposto], o Centro Integrado de Cibersegurança e o Comando de Defesa Cibernética para gestão do ciberespaço?".

Essa pergunta eu vou endereçar ao Senador Marcos Pontes.

Ney, do Acre: "Qual é o principal desafio enfrentado pelo Brasil em termos de cibersegurança atualmente?".

Não do Brasil, mas do mundo nós tivemos aqui uma resenha muito interessante, inclusive com a participação da Sra. Patricia Soler, que trouxe... Eu peço desculpas se eu não estiver pronunciando o nome corretamente. Aqui a gente diz "Solér"; pode ser que seja "Sóler". A dúvida de minha parte continua. Mas o mundo está procurando formas de enfrentamento a esses incidentes.

Sheyla, do Ceará: "Será criada uma equipe de resposta a incidentes cibernéticos que possa atuar rapidamente em casos de ataques cibernéticos?".

É o desejável, mas eu não tenho dúvida de que vai depender muito não apenas da nossa formação de recursos humanos, mas da organização e da cooperação entre iniciativa privada e poder público. Esta última é crucial.

Renan, de Goiás: "Haverá certificações para fomento aos [...] [Grupos de Resposta a Incidentes de Segurança Cibernética] e *compliance* de ambientes públicos ou para prestarem serviços para empresas públicas?".

Acho que é uma resposta correlata à última.

Márcio, da Bahia: "Quais as garantias de que a agência não será utilizada para fins políticos? Quais as punições para os casos de utilização indevida [...]?".

Sem dúvida, esse será sempre um ponto nevrálgico, mas nós já temos experiência legislativa suficiente para tomar as cautelas legais; e, em matéria de legislação de punição, nós já temos: isso se enquadra perfeitamente como crime na administração pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Maria, de São Paulo: "A criação de uma Agência Nacional de Segurança Digital não [...] [aumenta] [...] os custos para o Estado? Por que não utilizar a [...] [Agência Nacional de Proteção de Dados]?".

Este foi o debate que nós travamos também aqui: criar ou não. Há quem defenda; não existe uma conclusão ainda, mas existe uma tendência. A audiência de hoje traz uma tendência de criar uma agência reguladora própria, sem perder a coordenação, cooperação e solidariedade com a iniciativa privada.

O Santiago Paz onde está? (*Pausa.*)

Aeroporto.

Tem que ser enviado para ele o seguinte – Gilson, de São Paulo –: "[...] como o [...] [Banco Interamericano de Desenvolvimento] pode apoiar o Brasil na criação e no fortalecimento de sua infraestrutura de segurança cibernética?".

Ele mencionou. Se estão recordados, ele mencionou: o quarto item é o financiamento, mas são três formas de cooperação que existem, e a quarta, mencionada por ele, é a possibilidade de financiamento. Isso é para dar uma satisfação, ainda que muito rápida e expedita, aos que nos acionaram pelo e-Cidadania.

Consulto o Senador Sergio Moro sobre se ele tem alguma indagação a fazer aos nossos debatedores: Patricia Soler, Paulo Manzato e Belisario Contreras.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para interpelar.) – Primeiro, gostaria de congratular os expositores, Sr. Belisario, Sr. Paulo, Sra. Patricia, pela exposição. Eu achei bastante interessante a referência que foi feita sobre *mandatory reporting* de incidentes de ataques cibernéticos, inclusive pelo que eu entendi ali sobre regulação no âmbito da CISA.

E, já que essa legislação de criação da agência teria que vir pela legislação brasileira, de iniciativa do Executivo federal, sem prejuízo de depois nos debruçarmos sobre esse texto, uma sugestão que faria – até porque existem membros do Executivo aqui presentes – é que já fosse analisada essa colocação de uma obrigação legal de que empresas, setor público e setor privado, façam comunicados, *reporting*, como diz a lei, de incidentes de ataques cibernéticos, pelo menos em algumas circunstâncias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A minha dúvida, e aí posso indagar a todos, é se *mandatory reporting* abrange a informação quanto ao ataque, mas também quanto à solução, se uma solução for encontrada. E, nesse último caso, se não existe, eventualmente, pelo menos para o setor privado, para as empresas, algum obstáculo no que se refere a direitos intelectuais, de proteção intelectual da solução encontrada para os ataques.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu vou endereçar a pergunta do Senador Sergio Moro à Sra. Patricia "sóler" ou Soler, que ainda está, pelo que me informam, *online*, para que ela, por favor...

A SRA. PATRICIA SOLER (*Por videoconferência*. *Tradução simultânea*.) – Sim, estou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O.k.

A SRA. PATRICIA SOLER (Para expor. *Por videoconferência*. *Tradução simultânea*.) – Em relação a reportar ataques, há diferentes modelos de diferentes países. Tem o modelo americano, que estamos colocando, que ainda não está finalizado. Há outros países que já o têm completo, têm o mecanismo de fazer valer, também, e a obrigação – se são penalidades financeiras, se vão relatar, se são criminais... Então, realmente depende do país e da relação com o setor privado.

Eu diria que a recomendação é olhar várias formas diferentes de relatórios obrigatórios. Quanto tempo a empresa tem para relatar? Em alguns países, elas têm que ligar para o Governo em até quatro horas e têm 72 horas para dar um relatório escrito. A ideia é que a gente quer que eles respondam ao incidente. Vai parecer diferente em diferentes países – quanto tempo, quanta informação... –, e a nossa lei ainda não está finalizada nos Estados Unidos.

Em termos de propriedade intelectual, ela é protegida pela nossa legislação. Então, algumas das autoridades que criaram isso em 2015, empresas e outras entidades, podem compartilhar informação para motivos de ciberdefesa. Não nos importamos com como eles chegaram a um certo resultado, com qual *software*; é mais nos resultados em que estamos interessados, e não no *software* único que os permitiu derivar algum resultado.

Nas nossas páginas, temos uma página para advogados. Isso é algo que eu recomendo para qualquer ciberentidade em qualquer país. Inevitavelmente, outras agências federais, o público, o setor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

privado vão querer saber quais são as proteções que estão no local e, tendo isso no *website*, eles podem investigar e fazer suas perguntas.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Consulto o Senador Sergio Moro se tem alguma consideração a fazer. (*Fora do microfone.*) Considera satisfatória?

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Muito obrigado.

O senhor tem alguma indagação a fazer aos nossos Belisario Contreras e Paulo Manzato?

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para interpelar.) – Acho que vale aquela pergunta sobre o que as suas respectivas entidades e instituições poderiam fazer, eventualmente, para ajudar o Brasil na criação de uma agência nacional, como uma pergunta final, mas também deixo a V. Exa., querendo...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Repasso aos senhores.

O SR. PAULO MANZATO (Para expor.) – Bom, com relação a essa última pergunta, eu tenho alguns eslaides, mas eu não queria colocá-los aqui, porque talvez com tempo que eu... A Cloudflare tem como missão, como um *statement* nosso, ajudar a construir uma melhor internet. E essa palavra ajudar é uma palavra absolutamente importante, porque ela fala de cooperação. Nenhuma empresa pública e privada pode guerrear nessa guerra sozinha. É assim que a Cloudflare tem feito com a iniciativa privada e com o poder público.

Ela fez acordos com... A gente acabou citando aqui várias agências, mas todas elas, com exceção da de Israel, têm *partnership* com a Cloudflare, a CISA e a correspondente em UK, para fazer a proteção do DNS autoritativo. Acordos de cooperação de inteligência, de troca, baixo memorando de *understanding*, mas a Cloudflare é uma empresa absolutamente transparente, sem revelar informações de propriedade intelectual, mas, todas as vezes que ela encontra uma vulnerabilidade, isso é criado, registrado, os famosos CSEs, e reportado como se chegou ao resultado, mais ou menos como a Patricia Soler acabou de dizer. A gente está preocupado no como, na resolução.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Cloudflare tem total interesse de participar e discutir uma criação de uma agência nacional de cibersegurança, mas o que eu gostaria de dizer é que, por exemplo, a Cloudflare, para o Brasil, não é alguma coisa nova...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO MANZATO – Só para complementar. Há três anos, foi criado o GovShield, que é um programa do Serpro. E o GovShield, é público isso, é um produto Cloudflare e está disponível para todos os municípios e estados fazerem adesão a ele. Então, a cooperação da Cloudflare com o Governo brasileiro não é recente. Talvez, não seja um nome tão conhecido como o Google, mas a Cloudflare, em cibersegurança, é uma empresa super-respeitada. Além de ter outros projetos na área de eleições, iniciativas públicas...

Então, respondendo à sua pergunta, Senador, a Cloudflare pode contribuir com tecnologia, com inteligência e no modelamento da agência.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Perfeitamente.

Sr. Belisario.

O SR. BELISARIO CONTRERAS (Para expor. *Tradução simultânea*.) – Muito obrigado.

Um dos meus papéis era o de coordenador da aliança. E um dos propósitos era crescer a segurança ciber e digital na região. Agora, temos mais ou menos 20 membros e muitas organizações que cá estão, Google, Cloudflare, Apple e outras, muitas outras; ambos, Estados Unidos, América Latina, com CISA, Alumo, e europeias, como Telefônica ou Santander.

O que podemos oferecer é colocar *expertise* e habilidade de todas as empresas multinacionais, e os interesses que eles têm em apoiar vocês, o Legislativo e o Governo. Temos feito esses engajamentos em outros países. Por exemplo, com a Colômbia fizemos um engajamento próximo com o Legislativo e o Executivo, organizando uma mesa redonda no palácio presidencial para discutir o que é necessário para avançar nisso. Na Colômbia, eles estão em um processo similar, não só com uma lei, mas com dois projetos de lei para criar... Propomos isso ao Brasil, esperamos fazer isso em breve, e, novamente, estamos prontos para trabalhar com vocês, para conectar vocês com todas as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

organizações, e não por motivos nossos, mas para garantir que vocês tenham os *insights*. Tem dezenas de programas de educação, pesquisa, recursos que estão disponíveis para vocês a nenhum custo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. BELISARIO CONTRERAS (*Tradução simultânea.*) – Podemos oferecer muitas coisas para o Governo, para o Legislativo, até para o povo, que, no fundo, são os que vocês querem proteger.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Agradeço a todos os participantes (*Fora do microfone.*) e indago se alguém gostaria de acrescentar alguma coisa.

Agradeço especialmente a participação dos companheiros, colegas Senadores, aqui na pessoa do Senador Sergio Moro, pelas suas inestimáveis colaborações.

Agradeço muito aos representantes do GSI, que, com a sua presença, preservaram esse espírito de cooperação que existe entre o Parlamento, especialmente o Senado, e o GSI, na busca dessa formulação da maneira menos surpreendente possível, e, sim, da maneira mais cooperativa possível.

Agradeço muito à equipe da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Agradeço ao Presidente da Comissão, o Senador Renan Calheiros. Sem essa colaboração, esta reunião seria impossível. Agradeço ao pessoal do nosso gabinete, que deu a infraestrutura e nos ajudou aqui a conduzir esta reunião. São quase três horas de reunião, com muitas informações interessantes e absolutamente proveitosas e úteis para essa tarefa de fazermos uma avaliação da política nacional de defesa cibernética e dar os próximos passos que nos levarão à apresentação de um relatório até o fim deste ano.

Agradeço finalmente aos palestrantes, ao Santiago Paz; à Sra. Patricia Soler – agora, eu vou alterar para completar a possibilidade de entonação do seu sobrenome –; ao Rafael Gonçalves; ao Paulo Manzato; ao Belisario Contreras; e o Sr. Jorge Blanco. Acho que foram esses os nossos participantes, indispensáveis à realização desta reunião.

Com isso, declaro encerrada a reunião e, eventualmente, teremos convocação de nova reunião, a ser proximamente divulgada.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 14 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 52 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA PELA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA (15ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (7ª REUNIÃO), EM 11 DE JUNHO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e vinte e quatro minutos do dia onze de junho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Wellington Fagundes, reúnem-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura e a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Rodrigo Cunha, Confúcio Moura, Carlos Viana, Weverton, Efraim Filho, Alan Rick, Marcelo Castro, Alessandro Vieira, Vanderlan Cardoso, Lucas Barreto, Teresa Leitão, Beto Faro, Chico Rodrigues, Margareth Buzetti, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Jorge Seif, Astronauta Marcos Pontes e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Ivete da Silveira, Flávio Arns, Zenaide Maia, Angelo Coronel, Hamilton Mourão, Izalci Lucas, Paulo Paim e Professora Dorinha Seabra, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo, Marcos Rogério, Daniella Ribeiro, Otto Alencar, Augusta Brito, Tereza Cristina, Ireneu Orth e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 30/2023 - CI, de autoria Senador Wellington Fagundes (PL/MT), Senador Wilder Morais (PL/GO), REQ 45/2023 - CI, de autoria Senador Wellington Fagundes (PL/MT), REQ 47/2023 - CI, de autoria Senadora Tereza Cristina (PP/MS), e REQ 48/2024 - CI, de autoria Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Finalidade:** Debater a implantação da Rodovia Binacional Brasil-Bolívia. **Participantes:** Mauro Mendes, Governador de Mato Grosso; André Bringsken, Prefeito de Vila Bela da Santíssima Trindade (MT); Viviane Esse, Secretária Nacional de Transportes Rodoviários do Ministério dos Transportes; Irajá Lacerda, Secretário-Executivo do Ministério da Agricultura; Luciano Severo, Subsecretário de Articulação Institucional do Ministério do Planejamento; João Carlos Parkinson de Castro, Chefe da Divisão de Integração de Infraestrutura do Ministério das Relações Exteriores; Edeon Vaz Ferreira, Famato (Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso); Miguel Mendes, Presidente da ATC (Associação dos Transportadores de Carga de Mato Grosso); Fausto Vieira Coutinho, Subsecretário de Administração Aduaneira (substituto), da Secretaria da Receita Federal; Pedro Lacerda, Presidente do Comitê Pró-Asfaltamento e Integração Brasil-Bolívia; Valmir Moretto, Deputado Estadual do Mato Grosso; e Arthur Nogueira, Superintendente da Polícia Rodoviária Federal em Mato Grosso. Fazem uso da palavra os Senadores Esperidião Amin e Chico Rodrigues. **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Wellington Fagundes
Presidente Eventual da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/06/11

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura e a 7ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que ocorrem de forma conjunta na 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 11 de junho de 2024.

Comunico que foi apresentado à Comissão o seguinte documento: Ofício nº 175/2024, da Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia, Santa Catarina, que encaminha a Moção de Apoio nº 13/2024, aprovada em sessão plenária naquela Casa Legislativa, que trata da defesa das indústrias da região do Alto Uruguai Catarinense, devido a situações impostas pela Lei nº 10.098, de dezembro de 2000.

Os documentos, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão, pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste colegiado solicitar a autuação nesse período.

Informamos ainda o arquivamento dos expedientes com prazos de manifestação encerrados.

Objetivos e diretrizes da nossa reunião.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater a implantação da Rodovia Binacional Brasil-Bolívia, em atenção ao Requerimento 30/23 - CI, de autoria dos Senadores Wellington Fagundes e Wilder Morais; ao Requerimento 45/2023 - CI, de autoria do Senador Wellington Fagundes; ao Requerimento 47/2023 - CI, de autoria da Senadora Tereza Cristina; e ao Requerimento 48/2024 - CI, de autoria do Senador Wellington Fagundes.

Convido para tomar lugar à mesa os seguintes convidados:

– participará por videoconferência o nosso Governador de Mato Grosso, Mauro Mendes, que chamaremos logo a seguir;

– Viviane Esse, Secretária Nacional de Transporte Rodoviário do Ministério dos Transportes, também participará por videoconferência;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– eu vou aqui citar o Embaixador da Bolívia no Brasil, Horacio Villegas Pardo. Ele, infelizmente, veio aqui, disse que teve dificuldades para entrar no Senado e acabou voltando. Vamos fazer o contato pela Comissão sobre a possibilidade de ele participar virtualmente;

– André Bringsken, Prefeito da cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade, Mato Grosso, já está aqui do lado. Que bom! Já chegou aqui do lado;

– João Carlos Parkinson de Castro, Chefe da Divisão de Integração de Infraestrutura do Ministério das Relações Exteriores, também já aqui à minha direita;

– Pedro Lacerda, Presidente do Comitê Pró-Asfaltamento e Integração Brasil-Bolívia;

– Edeon Vaz Ferreira, que está aqui à frente, da Famato (Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso), também, vou incluir aqui, representando a Frenlogi, ele que é especialista na logística do Brasil;

– também o Miguel Mendes, Presidente da ATC (Associação dos Transportadores de Carga de Mato Grosso), que está ali também;

– Fausto Vieira Coutinho, Subsecretário de Administração Aduaneira (substituto), da Secretaria da Receita Federal, bem aqui à frente;

– Henrique Freitas Candine, Policial Rodoviário Federal, que participará também por videoconferência;

– Deputado Valmir Moretto, do Estado do Mato Grosso, que também participará por videoconferência.

Informo também que foi convidado o Jaime Verruck, Secretário de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação de Mato Grosso, que não pôde comparecer a esta audiência.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou também pelo telefone 0800 0612211. Repito: 0800 0612211.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos, mas, claro, com uma certa tolerância. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas e/ou comentários.

Registo aqui também a presença – eu vou citando aqui vários para depois não faltar com nenhum – do Senador Márcio Lacerda, que é o nosso histórico defensor dessa binacional, bem como também da implantação da ZPE de Cáceres, da Zona de Processamento de Cáceres, que, felizmente, hoje já temos pronta. Inclusive, quero aqui convidar todo o Brasil que queira conhecer a região, pois nós já temos lá, com todas as condições de receber, na ZPE de Cáceres, indústrias que queiram se implantar naquela região.

Vamos, então, inicialmente...

Já está? (*Pausa.*)

Então, já está a postos, representando a Secretaria Nacional de Transporte Rodoviário do Ministério dos Transportes, a Secretária Viviane Esse.

Vamos então...

Tinha um vídeo para ser projetado...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Viviane já está pronta.

Viviane, com a palavra.

A SRA. VIVIANE ESSE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senador.

Bom dia a todos.

É um prazer poder participar desta importante Comissão.

É realmente muito importante que a gente tenha um cuidado e um planejamento sobre as nossas infraestruturas estratégicas. O Ministério dos Transportes está à disposição para discutir os projetos que já estão em andamento e também os novos projetos necessários. É um prazer poder participar com os senhores.

Peço desculpas por não estar presente pessoalmente, mas nós tínhamos algumas reuniões agendadas com a Bancada de São Paulo e de Minas Gerais, há um certo tempo, pelo Ministro Renan, então, a gente não conseguiu fazer o remanejamento. Peço desculpas mais uma vez, mas é realmente um prazer estar com os senhores para discutir esse importante tema.

Estamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Viviane, eu vou, então, pelo menos, fazer uma pergunta aqui a você. Pelo que eu entendi, você também já tem outro compromisso, é isso? E está aqui uma representante, a Mariana Campos, que vai continuar, não é? Mas eu gostaria de deixar aqui uma pergunta.

Você ainda está lincada? (*Pausa.*)

Está, não é?

A SRA. VIVIANE ESSE (*Por videoconferência*.) – Estou ouvindo, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Eu gostaria, pelo menos, de deixar aqui uma pergunta para você, se possível, responder logo.

A SRA. VIVIANE ESSE (*Por videoconferência*.) – Eu agradeço a gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Como é o posicionamento do Ministério dos Transportes em relação a essa estrada? Como o Ministério vê a possibilidade dessa parceria, efetivamente, entre o Brasil e a Bolívia? E que entraves você pode também apontar nesse sentido da construção? Porque é um projeto, é um trabalho que é um anseio da população brasileira e também... Brasileira, eu digo, de um modo geral; não só Mato Grosso, porque seria o caminho mais próximo para que a gente possa chegar ao Pacífico. Então, eu gostaria de saber dos estudos por parte do Ministério, como vocês hoje pensam essa possibilidade.

A SRA. VIVIANE ESSE (*Por videoconferência*.) – Agradeço, Senador, a gentileza.

Realmente, tenho outro compromisso, mas eu fiz questão de participar com os senhores, mesmo que *online*, mesmo que no início. A nossa Diretora substituta Mariana Campos vai continuar em toda a Comissão. Então, nós estaremos presentes para discutir e fazer outros esclarecimentos.

É muito importante, Senador, que a gente pense o Brasil para além das suas fronteiras. É comum que a gente, quando plota um mapa do Brasil, coloque ali o Brasil e se esqueça dos seus vizinhos, dos seus parceiros comerciais na América Latina. A gente geralmente coloca o Brasil, destacando com uma cor, projeta as nossas rodovias, ferrovias e hidrovias, mas deixa em cinza ali... É como se a gente estivesse isolado na América Latina, o que não é verdade e não é o que nós queremos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A nossa estruturadora de projeto, a empresa Infra S.A., está à disposição dos nossos vizinhos. O Ministro Renan já colocou no Fórum ITF, a disponibilidade, inclusive, de fazer o plano logístico para os países parceiros que tiverem interesse. Nós temos um planejamento logístico para o Brasil, mas é interessante que a gente faça essa parceria com outros países.

Então, é muito importante que a gente conheça os nossos corredores logísticos para fora do território nacional, para que a gente pense em outros corredores, para que a gente pense em outras oportunidades de transporte.

A gente verifica uma mudança, no Brasil, de áreas produtivas. Isso até impacta, quando a gente apresenta a nossa carteira de concessões, outros países. Eles ficam impactados, porque os nossos setores, as nossas áreas produtivas, em dez anos, mudam totalmente, mostrando a pujança que o Brasil tem principalmente nesse setor do agronegócio. Para isso, a gente precisa pensar outras rotas de transporte, para além de melhorar os nossos corredores logísticos nacionais.

Dentro do Brasil, então, a gente está com um trabalho intenso. Hoje temos 100% da malha rodoviária federal com projetos, com contratos. Então, nós temos a malha 100% coberta. Estávamos com uma malha numa situação bastante crítica: 57% da malha, no início do ano passado, estava classificada como regular, ruim e péssima. Agora a gente já inverteu, reverteu isso, e esperamos chegar com 80% da malha em condições boas – ótima e boa – até o final do ano que vem. Isso é um avanço. A gente precisa ter uma infraestrutura que dê condições para que a gente faça a integração nacional, para que a gente dê condições aos brasileiros de se movimentarem, mas também para que os nossos produtos sejam movimentados. Nós somos muito produtivos – fazendo menção ao agronegócio novamente – da porteira para dentro, e a gente perde parte dessa produtividade quando a gente faz esse transporte; aí a gente precisa reverter.

Então, fazemos isso com investimento público, por meio do Dnit, com parcerias, com execução de obras tanto de ampliação de capacidade, como de melhoria da nossa malha, mas também precisamos, Senador, da parceria com a iniciativa privada. Por isso, este ano, nós temos previsão de 13 leilões para que a gente tenha, então, um investimento privado em rodovias onde a gente tem condição econômica de ter esses investimentos. Nós já fizemos um leilão este ano – foi um sucesso – do trecho da BR-040, de Juiz de Fora até Belo Horizonte. Temos mais dois leilões agendados: da BR-381, em Minas Gerais, e também de um trecho da BR-040. Nós temos, especificamente, nessa localidade, um projeto de concessão que envolve a BR-364, um trecho da BR-070 e também da BR-174, que tem correlação com esse trecho que os senhores mencionaram. Esse trecho é um trecho de rodovia estadual. Para isso haveria a necessidade de federalização desse trecho para a incorporação na malha federal, o que nos possibilitaria a execução de obras. Ele já foi mapeado pela Infra S.A. como um importante corredor logístico. E estamos à disposição para discutir essa possibilidade, conversa com os nossos projetos – como mencionei, temos aí um leilão previsto para dezembro deste ano dessas importantes rodovias, não só para escoamento de soja e farelo de soja pelo Arco Norte, mas também para transporte de bovinos, que é um perfil, bastante, da BR-174 e da BR-070. Estamos à disposição, Senador, para discutir, analisar e propor melhorias para esse trecho, se assim for a vontade de todos.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – O.k. Eu agradeço, Viviane.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Quero um aparte.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Eu agradeço a sua participação. Claro que o papel do Ministério dos Transportes também é muito importante, junto com o Ministério das Relações Exteriores.

Por parte de Mato Grosso, o Governador vai falar daqui a pouco. Nós estamos adiantando bem para que a gente consiga, efetivamente, buscar a solução pelo lado do Brasil.

O Senador Confúcio está aí, foi o primeiro, mas o Senador Confúcio sempre é uma pessoa tranquila. Ele sempre cede a palavra para o mais inteligente. Então, está aqui o Senador Esperidião Amin com a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para interpelar.) – Eu queria pedir... Porque o senhor vai me provocar. O senhor está muito bem acompanhado aí.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – De todos, não é, Senador?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Por André Bringsken, um homem de cabeça brilhante. Eu estou ao lado de um outro...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Olha, segundo o André, Deus fez as cabeças lindas. Naquela que não é tão privilegiada, botou o cabelo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E em alguns botaram o cabelo duas vezes, como é o seu caso. Inconformado, fugiu dessa confraria pela porta do dermatologista. Deve ser aquele lá de Pernambuco, o Basto, que basta para as cabeleiras. Mas isso não é inveja.

Eu só queria fazer dois registros: um endereçado à Dra. Viviane, que sempre conta com a minha solidariedade desde que participou de vários eventos em Santa Catarina; e o segundo para lembrá-la de que nós estamos aguardando, em Santa Catarina, a audiência pública relacionada à otimização das concessões da BR-101, trecho norte, e da BR-116. Só isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Peço que seja projetado um vídeo, um filme pequeno que fala um pouquinho do que é a região e, principalmente, também, de Vila Bela da Santíssima Trindade.

Antes de começar, digo que é a primeira capital brasileira projetada, em Portugal, para proteger a nossa costa fluvial, nessa região, a primeira do Brasil. Tem uma história muito longa, muito rica. É uma cidade construída pelos africanos, que vieram para cá naquela labuta, na época ainda da escravatura. Ainda temos lá uma população de originários africanos muito forte, muito expressiva, com toda a história de Tereza de Benguela, uma negra que reinou por 40 anos naquele quilombo.

Vamos lá.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Muito bom!

Então, agora, vamos, na sequência...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O contato daqueles que estão... O Governador, vocês estão fazendo... Eu vou passar, então, aqui ao Prefeito André Bringsken, Prefeito de Vila Bela da Santíssima Trindade.

O André sempre fala muito. Hoje, ele vai falar o ideal. Se deixar ele contar a história de Vila Bela, aí pronto. (*Risos.*)

O SR. ANDRÉ BRINGSKEN (Para expor.) – Também, são quase três séculos de história, não é?

Mas é um prazer estar aqui. Agradeço ao Senador Wellington Fagundes, que sempre foi um apaixonado pela nossa região e por essa integração.

Eu sou Prefeito da cidade que foi, durante 83 anos, a primeira capital da Província de Mato Grosso. E Mato Grosso tem esse nome hoje em função de dois sertanistas que chegaram àquela região, no Vale do Guaporé, e mandaram uma carta ao Rei de Portugal, dizendo que chegaram a uma região onde o ouro era superficial, em pepitas, e que o mato era tão grosso que 12 homens não conseguiam abraçar um tronco de mogno. Então, passou a ser conhecida como a região do Mato Grosso, Mato Grosso, e, depois, virou a Província de Mato Grosso, e, quando capital, nós éramos capital de Rondônia, metade de Rondônia, porque metade foi cedida pelo Amazonas, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso.

Então, hoje nós estamos aqui defendendo a sexta Rota de Integração. O Brasil já colocou como prioridade cinco rotas de integração latino-americana e de chegada ao Pacífico. Nós defendemos essa sexta rota porque nenhuma das cinco rotas hoje instituídas ou prioritárias chega à Bolívia.

Eu sei que existe uma justificativa de que a Bolívia tem, na sua cultura, o que eles chamam de *paro*. Se há qualquer situação com que a população não concorde, eles param o país inteiro, quatro, cinco dias, vinte dias, o tanto que for necessário para poder resolverem a situação. Exemplo disso foi a queda de Evo Morales. O país parou, e ele foi obrigado a renunciar. E para tudo realmente.

Então, muitos colocam esse empecilho de passar a rota de integração para o Pacífico pela Bolívia por causa do *paro*.

Bom, é uma questão cultural que o próprio país vai ter que trabalhar.

Essa rota de integração, para nós, é fundamental, e, principalmente hoje, definido pelo Ministério da Agricultura, o Senador Carlos Fávaro e o Secretário-Executivo Irajá Lacerda colocaram como prioridade nacional a integração com a Bolívia. Por quê? Porque a Bolívia hoje produz todos os fertilizantes de que o Brasil precisa: o cloro, o potássio, a ureia, o boro, o sal... Na Bolívia, montanhas e montanhas de sal, e não têm para quem vender. O nosso sal do Mato Grosso, por exemplo, vem de Mossoró, que abastece o Brasil inteiro, supercompetitivo, a 4 mil quilômetros de distância, e o sal da Bolívia está a 1,5 mil quilômetros de Cuiabá. Então, isso diminui o frete, diminui o transporte e faz com que essa rota seja extremamente interessante ao Brasil, porque os nossos fertilizantes vêm da Rússia, vêm da Alemanha, vêm da África do Sul. Imagina o custo de frete que se vai reduzir trazendo os fertilizantes da Bolívia.

Eu quero mostrar aqui esse corredor bioceânico, binacional. Vila Bela está lá em cima – não aparece aqui –, está ali em cima. Neste trecho, como foi falado no vídeo, são 240km que faltam; retificando, cai para uns 220km, entre Vila Bela e San Ignacio de Velasco, que é o primeiro município do lado boliviano. De San Ignacio até o Porto de Arica, já temos todo o asfaltamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero dizer que, por algum tempo, pregou-se que seria impossível levar a produção de grãos de Mato Grosso até o Porto de Arica, por causa da Cordilheira dos Andes. Isso é um mito, já está ultrapassado. Por quê? Porque a Bolívia hoje produz grãos e os exporta pelo Porto de Arica. Em San Ignacio de Velasco, tem um frigorífico – que nós temos, do mesmo grupo, em Vila Bela – que exporta dez contêineres de carne todos os dias para a China, através do Porto de Arica. Então, é extremamente viável, é possível, e, para nós, é muito interessante, porque reduz em 16 dias a produção, que hoje passa pelo Porto de Santos ou pelo Paraná, sobe o Atlântico e entra no Canal do Panamá para chegar ao Pacífico. Neste trajeto aqui, nós reduzimos, Senador Wellington, em 16 dias.

Mostro aqui o interesse do Governo de Mato Grosso, do Governador Mauro Mendes. Como já disse a Viviane, até Vila Bela chega a BR-174B. A BR-174 liga Cuiabá com Porto Velho; a BR-174B liga com Vila Bela. De Vila Bela até a fronteira, é uma estrada estadual, e o nosso Governador já fez o projeto, já está em análise e, provavelmente, ainda este ano faz a licitação dos 80km para serem pavimentados. Do lado boliviano, que são 140km, nós temos a palavra do Governador de Santa Cruz de que ele fará um chamamento para concessão, por 25 anos, para a construção desses 140km e, ao mesmo tempo, a exploração durante 25 anos, o que passa a ser extremamente interessante para nós.

Aqui, nós vemos, então, mais uma vez, o que eu falei do sal: nós temos aí 1,5 mil quilômetros da maior mina de sal, as minas de sal de Uyuni. A Bolívia praticamente está lá com montanhas de sal e, segundo o nosso Embaixador Horacio colocou, ela não tem para quem vender; então, todo esse sal pode abastecer essa região a um preço mais competitivo e com redução do frete.

A ureia, no Bulo Bulo, fica a 700km de Vila Bela. Então, é um caminho muito viável e competitivo, barateando o custo de produção da nossa agricultura, da nossa pecuária.

Aqui nós vemos as integrações. Há também um interesse da parte do Governo de Santa Cruz de fazer uma ligação ali, onde se vê aquela linha amarela reta, do Distrito de San Vicente – do nosso lado, é o Distrito de Vila Bela de Santa Clara do Monte Cristo – com Roboré. Roboré já tem a ferrovia. Então, nosso acesso também vai ser facilitado com a implantação dessa rodovia para poder chegar na ferrovia.

E aí nós vemos ali a integração que o Governador tem o interesse de fazer, que é com Rondônia, uma ligação interna ali, de Vila Bela com Cabixi. Com apenas 200km, nós chegamos em Rondônia, favorecendo toda a descida dessa produção de Rondônia para o Porto de Arica, através de Vila Bela. Então, essa integração é também com todo o norte de Mato Grosso. Nós temos ali Comodoro, Campos de Júlio, Sapezal, que são altamente produtores de grãos, que vão poder ter uma nova rota de escoação.

Do que nós precisamos, de imediato? A estrada já existe: Vila Bela–San Ignacio – já existe. Nós precisamos da implantação da alfândega, do aduamento, porque hoje toda a produção que é levada ou que é trazida, se for apreendida pela polícia, é tida como ilegal. É um descaminho, é um contrabando. Eu estava comentando com o Fausto que Vila Bela hoje é o Município que mais consome cerveja no Estado do Mato Grosso. Não é que nós sejamos alcoólatras, não, mas é porque eles colocam um botequinho lá na fronteira, tiram nota fiscal para a fronteira, e depois passa para a Bolívia. Então, é muito consumo de cerveja. Os bolivianos gostam principalmente da nossa Skol. E aí Vila Bela passa a ser a maior consumidora de cerveja do Mato Grosso. Pelos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

índices calculados, seriam mais ou menos dez latinhas por habitante, por dia. Então, nós estaríamos todos, como diz o boliviano, *borrachos*.

Então, esta é a nossa solicitação: a implantação imediata da aduana em Vila Bela, para já poder atender a essa demanda nacional, que é prioridade do Governo Lula, no Ministério da Agricultura, para trazer os fertilizantes que a Bolívia produz, além do acesso ao Pacífico.

E aí nós temos um último videozinho, que já passou no início, mas vou passar mais uma vez. Só sobraram alguns minutos ainda, não é Senador? (*Pausa.*)

Então, falando da nossa cidade, é o município com maior diversidade étnico-cultural. Nós temos ali os quilombolas; os chiquitanos, que é um povo tradicional da fronteira, temos 40 comunidades rurais. Eu tenho 4 mil quilômetros de estrada para cuidar. Vila Bela é um Município aonde o agro está entrando com bastante força, mas a receita do agro ainda não entrou. Então, imagine um município que tem uma receita pequena cuidar de pontes de madeira. Temos 264 pontes de madeira, e 23 dessas já conseguimos transformar em pontes de concreto de aduela, mas ainda a situação é calamitosa.

Nós temos 14 escolas rurais. Das 47 linhas de transporte escolar, 22 são terceirizadas e 25 são próprias. E, nessas terceirizadas, eu gasto mais de meio milhão por mês; o nosso transporte escolar roda 6 mil quilômetros por dia para levar as nossas crianças até as escolas.

Então, eu gostaria de pedir essa atenção, porque com essa saída para o Pacífico, nós deixamos de ser fim de linha, assim como o Cabixi, para a Bolívia, também deixa de ser fim de linha com essa integração. Com isso nós entendemos que o desenvolvimento vai chegar, nós vamos ser porta de entrada, porta de saída e vamos voltar a fazer o que nós fizemos desde a implantação na economia brasileira, porque Vila Bela sempre foi uma cidade que trouxe muito ganho para o Brasil. Para vocês terem uma ideia, na época da capital, nós tínhamos a Casa da Moeda em Vila Bela, o ouro saía alcunhado já em lingotes, fundido em lingotes para a Coroa portuguesa. Então, como disse aqui o nosso Senador, foi a primeira cidade planejada no mundo e construída no Brasil para garantir a fronteira oeste do Brasil, em função do achado de ouro.

Então, é um município com uma riqueza histórica muito grande...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ BRINGSKEN – ... e eu convido todos para participar e para conhecer a nossa história *in loco*. Em Vila Bela, nós temos riquezas imensuráveis, tanto na cultura quanto nas belezas cênicas, na nossa história, e convido a todos. Na terceira semana de julho, Senador, nós temos a tradicional Festança, que é o maior evento cultural do Estado de Mato Grosso, que é a relíquia que veio através da tradição, passada de pai para filho, dos nossos remanescentes quilombolas da época da escravatura.

Agradeço a atenção de todos e me coloco à disposição.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – A Dra. Viviane...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Trezentos anos foram razoáveis!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. VIVIANE ESSE (*Por videoconferência*.) – Isso, Senador. Muito obrigada. Eu tenho que...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – A Dra. Viviane, acho que provocada pelo Senador Esperidião Amin, volta, então, e gostaria de falar.

Dra. Viviane, com a palavra.

A SRA. VIVIANE ESSE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senador.

Eu peço desculpas, mas eu vou ter que realmente ir para aquela outra audiência que eu mencionei, mas a Mariana Porto vai continuar representando o Ministério dos Transportes nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – O.k.

Você viu a indagação do Senador Esperidião Amin, Viviane?

A SRA. VIVIANE ESSE (*Por videoconferência*.) – Vi, sim, e gostaria, se tiver oportunidade, já de respondê-la.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Pois não.

A SRA. VIVIANE ESSE (*Por videoconferência*.) – Nós temos agora justamente duas apresentações para a bancada de Minas Gerais e para o Governador Zema e também para o Governador Tarcísio, de São Paulo, e para a bancada de São Paulo sobre a otimização de Fernão Dias e Régis Bittencourt, e já estamos com pré-agenda para a apresentação para as respectivas bancadas dos projetos de otimização de litoral e planalto. Então, estamos já na agenda, viu, Senador? Não se preocupe.

Estamos fazendo essas agora e temos uma sequência de projetos para apresentar tanto para os Governadores como para a bancada.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para interpelar.) – Quero lembrar, prezada Secretária Viviane, a quem eu saúdo com muito carinho, que o nosso compromisso do Ministro era realizar em 90 dias. Isso foi no dia 18 de abril, na inauguração do PPD. Então, nós temos, a rigor, até meados de julho para realizar essa reunião, e acho que a sua preparação é muito importante; por isso, eu o trago.

Aproveito essa carona generosa do Senador Wellington Fagundes para lhe pedir para diligenciar com o Ministro, que esteve recentemente em Santa Catarina, no oeste – tenho aqui o apoio do Senador Seif para isso também –, e agendar a reunião preparatória para a otimização do contrato da 101 Norte e da 116.

Mais uma vez, agradeço ao Senador Wellington pela carona e cumprimento o Prefeito André, que, fazendo jus à inteligência que exibe e que alguns fogem dela, conseguiu resumir a história, pelo menos, da região, do município, que dirige, de 300 anos, em dez minutos.

Muito obrigado.

O SR. ANDRÉ BRINGSKEN (*Fora do microfone*.) – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Perfeito!

Eu vou passar a palavra, então, agora ao Pedro Lacerda. Da mesma forma, por dez minutos. O Pedro é o Presidente do Comitê Pró-Asfaltamento e Integração Brasil-Bolívia, um histórico defensor também, como toda a família Lacerda, dessa integração.

O SR. PEDRO LACERDA (Para expor.) – Bom dia a todos!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em primeiro lugar, eu queria agradecer, especialmente, ao Senador Wellington, que, há mais de 15 anos, vem trabalhando firmemente pela logística do Mato Grosso. Agradeço ao Governador Mauro Mendes, que definiu já e determinou a realização do projeto executivo da estrada de Vila Bela, a linha Brasil-Bolívia, objeto deste trabalho nosso, que já foi concluído – inclusive já está protocolado. Agradeço ao Sr. Otaviano Pivetta; ao Deputado Moretto, que tem ajudado muito nesses trabalhos do processo de integração; e a meu Prefeito, Dr. André, companheiro da vida toda. Enfim, agradeço a todos os presentes aqui; aos Senadores; ao Ministério dos Transportes, à Aprosoja, presente aqui, na pessoa do Edeon; e ao Sr. Fausto, representando aqui a Receita Federal, que eu não digo, que é uma coisa tão importante, eu diria que é a mais importante, até mais do que o asfalto, na conclusão e na realização desse trabalho.

Eu pediria ao meu companheiro que colocasse o primeiro mapa, que é o que nós chamamos de mapa-proposta. É o primeiro. (*Pausa.*)

Isso.

Aqui, Senador Wellington, a gente observa que... (*Pausa.*)

A gente observa que já existe um asfalto, que é rodovia federal, ali em Vila Bela. Esse asfalto está no Município de Vila Bela, no Brasil, que é vizinho do Município de San Ignacio, na Bolívia.

A partir desse asfalto de Vila Bela, nós temos acesso a todos os portos do Oceano Atlântico via asfáltica no Brasil. Nós vamos a Paranaguá, vamos a Santos, vamos a Manaus e vamos a todos os portos do Oceano Atlântico. E, ao lado de Vila Bela, no Município de San Ignacio, nós já temos hoje um asfalto, que também é rodovia federal e, através dele, acessamos todos os portos do Oceano Pacífico, tanto do Chile quanto do Peru.

Então, a conclusão seria a simples ligação do asfalto de Vila Bela, da BR-174, com o asfalto da rodovia federal em San Ignacio. E, junto com essa necessidade do asfaltamento, eu reputo aqui uma necessidade maior ainda, que é a implantação de uma estação aduaneira de fronteira. Porque eu sou testemunha – estou ali desde criança – de que, por falta dessa agência aduaneira de fronteira, obrigou-se a Bolívia a viver de costas para o Brasil, e o Brasil a viver de costas para a Bolívia.

Qualquer iniciativa de qualquer cidadão de Vila Bela ou de San Ignacio com relação ao outro país é ilegal, é crime, não é permitida. Então, em função dessa não permissão, nunca existiu nenhum tipo de integração, nenhum tipo de estabelecimento de comércio ou de turismo. Porque, por exemplo, se o senhor passar com um ônibus por Vila Bela, nessa linha do Brasil para a Bolívia, é ilegal; é caso de destituição, inclusive, do ônibus.

Então, essa proibição levou os dois países a viverem 100% de costas um para o outro. Você vê que a rodovia tão importante de Vila Bela nunca teve nenhuma utilidade para a Bolívia, assim como o asfalto de San Ignacio nunca teve nenhuma utilidade para o Brasil, em função da ausência de agência da Receita Federal.

Eu vou pedir para meu amigo o mapa de Arica. (*Pausa.*)

Aqui, Senador Wellington, eu vou fazer uma afirmação de que está muito mais fácil nós acessarmos o Pacífico do que a gente pensa. Por quê? Por exemplo, em San Ignacio, que é vizinho de Vila Bela, nós temos um frigorífico, de propriedade do Grupo BMG, que tem uma desossa, desossa 800 reses todo dia e transporta toda a carne para o porto de Arica. Eles embarcam 800 reses por dia de Vila Bela para Arica, e não comercializam no mercado interno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PEDRO LACERDA – San Ignacio. O frigorífico BMG de San Ignacio, todos os dias, embarca dez carretas de carne, mas, em San Ignacio mesmo, muitas serrarias... Existem muitos outros tipos de atividades, inclusive agrícolas, que embarcam para Arica.

Eu levei o Embaixador para conhecer esse embarque há poucos dias, e nós conversamos com quatro motoristas que estavam saindo. Perguntei para ele: "Quantos quilômetros tem de onde o senhor embarca aqui, em San Ignacio, do frigorífico, até onde o senhor desembarca?". Ele falou: "Tem 1.533km". Falei: "Quantos dias o senhor leva de viagem?". Ele falou: "Como nós viajamos com calma, porque um pouco passa na cordilheira lá, é uma média de quatro dias". Aí, eu conversei com o gerente do frigorífico, e ele afirmou que, do dia do lacre, aí em San Ignacio, para o dia da quebra do lacre no destino, lá no Porto de Xangai, lá na China, é uma média de 19 dias.

E o mesmo Grupo BMG tem um frigorífico em Vila Bela e, em Pontes e Lacerda, que é o município vizinho de Vila Bela, tem dois frigoríficos grandes que abatem 1,1 mil reses todo dia cada um deles, um do grupo JBS e outro do grupo Marfrig. Os três, tanto de Vila Bela, como o de... Eles exportam também para China, só que a carne de Vila Bela, como não é permitido ir para San Ignacio para ir para o destino, vem 2,4 mil quilômetros para trás, vem ao porto de Santos e, do porto de Santos, anda uns 4 mil quilômetros em direção ao Canal do Panamá. De lá, depois, com todas as dificuldades de atravessar o canal, eles retornam uns 3 mil quilômetros e pegam o destino da China.

Então, esse processo, reafirmando, é um processo totalmente já pronto, consolidado e que depende exclusivamente da instalação da nossa agência aduaneira – que, se Deus quiser, nós já estamos aqui com apoio, uma vez que a Receita está presente, já é uma demonstração de apoio – e do asfaltamento.

Aí só vou falar uma palavra a mais sobre os benefícios internos de integração que existem entre a Bolívia... Por exemplo, importação de sal é uma coisa muito viável; a própria ureia. Nós estamos, de Vila Bela, a 700km da fábrica de ureia. A região de Vila Bela historicamente importa ureia da Ucrânia, que é 2,4 mil quilômetros do Porto de Santos, mais uns 18 mil quilômetros marítimos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PEDRO LACERDA – ... historicamente, a vida toda, comprou da Ucrânia, Rússia. Então, é uma coisa, num nível de integração, muito própria, muito conveniente para o Brasil, para Mato Grosso e para a Bolívia.

Agradeço a todos.

Meus parabéns ao Senador Wellington por esta iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Nós agradecemos e queremos convidar o Sr. Miguel Mendes, representando aqui a ATC (Associação dos Transportadores de Carga de Mato Grosso). Se V. Sa. quiser falar daí ou vir aqui, vai da sua vontade.

O SR. MIGUEL MENDES – Pode ser daqui,

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – O.k.

O SR. MIGUEL MENDES (Para expor.) – Bom dia a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiramente, gostaria de agradecer ao Senador Wellington Fagundes pelo convite. O Senador Wellington é meu conterrâneo lá de Rondonópolis, um grande defensor da melhoria da logística da produção do nosso estado. Ele foi um dos principais responsáveis pela nossa rodovia, BR-163, os 851 quilômetros da divisa de Mato Grosso do Sul até Sinop estarem sendo duplicados. Esse sonho começou em 2004, num evento da entidade que represento, e, naquela ocasião, começava um sonho. Esse sonho, inclusive, foi, naquela oportunidade, explanado pelo nosso então Deputado Federal Wellington Fagundes. E agora a gente está diante de um novo sonho, um sonho muito próximo de se tornar realidade, Pedro. É muito bom a gente ver pessoas engajadas principalmente em melhorar a logística nacional.

No Mato Grosso, apesar de ter evoluído muito em sua logística, hoje a gente ainda sofre. O setor de transporte ou rodoviário de cargas sofre muito ainda com a atual logística, principalmente em relação à intermodalidade. Nós temos em Rondonópolis o maior terminal rodoferroviário da América Latina, temos uma rota também muito importante dos municípios do Médio-Norte do estado até os portos de Miritituba, mas, justamente essa intermodalidade, acaba apresentando toda ineficiência.

Só para vocês terem uma ideia, hoje um caminhão, quando carrega seja soja, seja milho, demora em torno de dois a cinco dias para saber quando irá descarregar. Por quê? Porque hoje o volume, que é direcionado tanto aos terminais portuários de Miritituba, hidroviários, como também ao terminal rodoferroviário de Rondonópolis, já está na sua capacidade máxima. Então, o volume de caminhões é muito menor do que a demanda das *trades* que operam, e isso faz com que os caminhões acabem se tornando verdadeiros armazéns sobre rodas.

É muito importante, Senador, mais uma rota, lógico, uma rota através da qual a gente vai poder acessar o Pacífico.

Para nós, para o setor, é muito importante que sempre novas rotas de escoamento da produção possam ser abertas, e nós estamos muito atrasados. A gente vê países de primeiro mundo que não têm tanta pressão de ONGs, com a desculpa de impactos no meio ambiente, e se impede o crescimento logístico do nosso país.

Apesar de representar aqui o setor de transporte rodoviário de cargas, nós entendemos que o transporte eficiente, o rodoviário, é de curta distância. Então, todos os projetos, sejam eles de incentivo ao transporte hidroviário, sejam eles de incentivo ao modal ferroviário, nós apoiaremos.

Eu gostaria só de fazer um adendo aqui. Muitas vezes, a gente vê os defensores de outros modais atacarem o modal rodoviário, dizendo que ele é ineficiente, dizendo que ele é causador de acidentes, dizendo que ele é mais caro. Sim, lógico, ele tem todos os seus problemas, mas é o único modal que, se acabar, nenhum outro modal funcionará. Ele é o principal responsável por interligar os demais modais. Se você acabar com o modal rodoviário, não tem transporte. Então, a gente tem essa consciência de que o modal rodoviário jamais vai acabar.

Então, fica aqui a minha colocação para todos aqueles defensores de outros modais: você não precisa atacar o modal para poder exaltar o seu. Todos são importantes. E o Brasil só vai ser eficiente, só vai reduzir o seu custo quando a gente tiver essa intermodalidade funcionando como ela deve funcionar. Infelizmente, hoje, não é o que acontece.

Lógico, além de brigar por novas rotas de escoamento, que são de extrema importância para o nosso país, Senador, eu faço um apelo aqui também aos nossos Parlamentares, ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Congresso Nacional e até ao Poder Executivo – já que a gente tem *online* uma representante do Ministério dos Transportes – em relação aos entraves burocráticos. Não adianta nada a gente abrir novas rotas para agilizar esse escoamento, se hoje um caminhão, quando carrega numa fazenda, tem uma "balançona" que vai aferir o peso total daquele caminhão.

Hoje, o veículo mais utilizado é o de nove eixos, que tem capacidade de até 50 toneladas de carga e com 24 de equipamento. Então, dariam ali 74 toneladas. Por incrível que pareça, esse caminhão sai da fazenda e, quando vai ser fiscalizado na rodovia, ele é fiscalizado por uma balança que vai fazer a fiscalização por eixo. E, muitas vezes, acaba dando ali um excesso. Por que é que dá o excesso? A gente está transportando grãos, essa carga se movimenta. Então, em algum determinado momento, ela vai realmente ocasionar um excesso, mas hoje não se carrega, pelo menos no agronegócio, em nenhuma *trading*, em nenhuma fazenda se carrega o excesso de peso, mas a gente tem esse problema da fiscalização por eixo, que acaba penalizando o setor e que acaba atrasando o escoamento da safra.

Só para vocês terem ideia, ali em Rondonópolis, próximo ao terminal da Rumo, você tem uma balança que é administrada pela ANTT, que fica após uma descida. Ou seja: o caminhão, para chegar até lá, costumeiramente vai freando, e a carga vai se movimentando. E, quando ocasiona esse excesso de peso por eixo, o motorista é obrigado a subir em cima do caminhão com um balde, para escoar, às vezes, mil ou até 2 mil quilos que acabaram sobrecarregando um desses eixos dos caminhões.

Além disso, nós temos um outro entrave aqui: uma licença.

Gente, nós temos hoje mais de 100 mil rodotrens rodando no Brasil escoando a safra. E, por incrível que pareça, o dono do caminhão precisa de uma licença do Dnit, em que se listam as rodovias pelas quais ele pode trafegar.

Não seria mais certo o Dnit sinalizar as rodovias e também disponibilizar em seu *site* as rodovias pelas quais ele não pode trafegar? Porque não vai ser um papel que vai, às vezes, impedir o motorista infrator de passar por aquele trecho, mas isso acaba gerando custo para o transportador, que anualmente tem que renovar essa licença, não só para andar nas rodovias federais, mas também nas rodovias estaduais.

E, se não fosse só isso, nós temos também o cúmulo de que, quando um caminheiro autônomo ou um empresário de transporte compra um caminhão e vai buscar esse caminhão na fábrica, ele já tem que sair dali e parar numa oficina credenciada do Inmetro para pegar um selo do tacógrafo. Ou seja: gera-se custo, perda de tempo, um excesso de burocracia desnecessária. É um absurdo. Acho que é só no Brasil que acontece isso.

E, se não fosse isso também, outro entrave burocrático é em relação a termos hoje uma legislação ambiental de primeiro mundo, mas que, na prática, acaba penalizando muito o transportador também.

Só para se ter ideia: hoje, um caminhoneiro autônomo ou um empresário de transporte que tem seu caminhão nas rodovias, se chegar a um posto e não tiver o óleo diesel S10, e ele abastecer com o S500 e cair numa fiscalização, além de receber uma multa e ter o seu caminhão apreendido, ele ainda vai ser processado, podendo ser condenado até a cadeia por crime ambiental.

Então, gente, ser transportador não é fácil não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E também estamos muito próximos de um verdadeiro apagão logístico, por causa da falta de mão de obra. Ninguém quer mais ser caminhoneiro no Brasil; os filhos dos caminhoneiros não querem ser mais caminhoneiros. E olha que nós evoluímos muito. Nós temos caminhões, hoje, monitorados via satélite, com ar-condicionado, todos automáticos – o motorista não precisa mais nem trocar marcha. São caminhões novos, mais potentes, que encurtam as viagens, e há salários que chegam até R$15 mil mensais, e, mesmo assim, a gente não está conseguindo mão de obra. Por quê? Porque, hoje, se um jovem quiser ser caminhoneiro, ele vai gastar, até chegar na categoria E, mais de R$10 mil para obter uma CNH.

Então, nós precisamos olhar para esse setor, para que, em pouco tempo, a gente não sofra esse apagão.

Então, Senador Wellington, peço a sua costumeira atenção, que possa levar esses problemas que a gente vem enfrentando.

Agora, principalmente, o setor acaba sendo vítima até do crime organizado. Nós temos, lá no Mato Grosso, muitos caminhoneiros que são abordados enquanto dormem e têm...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MIGUEL MENDES – ... um módulo desse veículo furtado. Por quê? Porque ele vai ser comercializado no mercado negro, e esse recurso vai para o Comando Vermelho, como a gente já apurou.

Fora isso, nós vivemos numa insegurança jurídica. Nós temos duas ADIs paradas lá no STF: uma que fala do piso mínimo de frete e a outra, mais importante, que é a da jornada, na qual, há quase um ano, nós aguardamos uma decisão sobre uma lei que foi votada aqui nesta Casa, foi votada na Câmara, foi sancionada pelo Presidente.

Há quase nove anos que o setor respeita essa lei, e agora, com a última decisão do STF, há quase um ano, essa lei deixou de valer – os principais artigos –, e o setor, hoje, acumula um passivo trabalhista – se não forem modulados os efeitos dessa decisão – de R$500 mil por caminhão. Ou seja: se não modularem esses efeitos, o setor de transporte rodoviário de cargas está falido.

E aguardamos ansiosamente também, por parte do Ministério dos Transportes, a implantação do DT-e, que é o documento de transporte eletrônico, que unificaria toda a burocracia, todos os documentos do transporte em um só. Infelizmente, ele encontra-se parado, e isso iria resolver muitos problemas do setor, porque é um absurdo hoje, na era da informática, com inteligência artificial, um caminhão ainda ter que parar em um posto fiscal para carimbar nota, mesmo com toda a documentação eletrônica e com o fiscal podendo conferir tudo ali.

Então, pessoal, eu finalizo... Desculpem-me até por esse desabafo, mas eu acho que o transporte rodoviário de cargas é um setor muito importante para a economia do Estado. Todos puderam observar isso com a greve de 2018, quando eles pararam por 20 dias, o desastre que foi para o país. Só que agora a paralisação não vai ser para reivindicar nada. A paralisação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MIGUEL MENDES – ... vai acontecer pela falta de mão de obra, pelos entraves burocráticos e, para fechar com chave de ouro, agora mais essa paulada que nós levamos com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a MP do fim do mundo, que tirou do transportador também a possibilidade da compensação dos créditos do PIS-Cofins.

Então, o país precisa olhar com carinho para esse setor.

E, Pedro, parabéns. Parabéns, Senador Wellington, por encampar mais essa luta em prol da logística do nosso estado, que não vai beneficiar só o Mato Grosso; vai beneficiar também os países vizinhos e também o Brasil como um todo.

Muito obrigado.

Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Agradecemos.

Queremos convidar o Secretário-Executivo do Ministério da Agricultura, o Irajá Lacerda, para que se sente aqui à minha direita.

Eu quero convidar agora o Policial Arthur Nogueira, que é o Superintendente da Polícia Rodoviária Federal de Mato Grosso, que está por videoconferência.

O SR. ARTHUR NOGUEIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador Wellington, na pessoa de quem eu cumprimento a todos os integrantes da mesa e participantes desta audiência.

Primeiramente, quero parabenizar essa iniciativa – que é muito importante – da audiência, para discutirmos e para evitarmos alguns equívocos do passado, como, por exemplo, a BR-163, quando foi projetada a concessão da rodovia, após Sinop, depois de 853km bem-sucedidos, da divisa do Mato Grosso do Sul até Sinop – a qual, em grande parte, já está duplicada. Tivemos a concessão no sentido Pará, justamente para facilitar o transporte até Miritituba, localizada a 1.080km do Município de Sorriso, onde há uma sede da delegacia da Polícia Rodoviária Federal.

Digo isso, em termos de equívoco, porque não foi prevista, no contrato de concessão, a duplicação da via. Não foi prevista também a verba de reaparelhamento para a Polícia Rodoviária Federal, que é uma verba bastante importante para que a gente possa, nesse sentido, melhorar a segurança pública e a segurança viária naquele trecho.

E hoje a BR-163, após Sorriso, é o ponto mais sensível, mais crucial, de ocorrência de acidentes de trânsito, principalmente na Serra do Cachimbo, onde há um trecho de aclives, declives e muitas curvas, e o fluxo de veículos de carga aumentou consideravelmente, subindo parte da safra para o Estado do Pará, até chegar ao Porto de Miritituba.

Dito isso, é importante lembrar sobre a 174.

Um levantamento recente, do ano de 2023, da PRF aqui em Mato Grosso, do Núcleo de Segurança Viária, aponta que a BR-174 é a rodovia federal com maior letalidade das cinco rodovias que nós temos em Mato Grosso. Leia-se: BRs-163, 364, 070 e 158.

O Senador Wellington conhece muito bem a malha rodoviária, assim como o Miguel Mendes, da ATC, que me antecedeu, e nos assusta saber que a 174 é a de maior letalidade, não a 163 ou a 364, da conhecida Serra de São Vicente, que já foi chamada de rodovia da morte.

A 174 teve, em 2023, 21,19% de letalidade em pessoas que morreram em relação ao número de acidentes que ocorreram. Foram 39 mortes só na BR-174, naquela região de Pontes e Lacerda e Vila Bela de Santíssima Trindade. E a PRF é responsável por 80km, que vai de Pontes e Lacerda à Vila Bela da Santíssima Trindade, onde nós discutimos, nesta manhã, sobre esse importante eixo de transporte rodoviário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é importante lembrar que é necessário pensar em termos de segurança pública e segurança viária, porque, a partir do momento que você lança o fluxo, direciona o fluxo de veículos, sobretudo veículos de carga, nós precisamos pensar na segurança dos profissionais motoristas de transporte de carga, porque aumentará o número de estabelecimentos, aumentará o fluxo de pessoas na região e outras empresas se instalarão nessa região. Então, há um natural aumento de crimes, como a exploração sexual infantil, tráfico de drogas, há um aumento natural de ocorrências de acidentes de trânsito, e é necessário, então, ter a mão do Estado, através da Polícia Rodoviária Federal, das polícias estaduais.

Já foi citada aqui a importância da Receita Federal, porque quem conhece a região sabe que, abrindo esse corredor, é mais um eixo de escoamento também não só de produtos lícitos, mas de ilícitos, como a cocaína, como o mercúrio e outros ligados ao contrabando e ao descaminho que virão dos países vizinhos.

Então, a PRF fica à disposição, para poder somar nesse esforço de pensarmos juntos, em nível de segurança pública, para o crescimento dessa região e a tranquilidade não só dos motoristas de veículos de carga, mas isso abrirá uma exploração do turismo.

Quem conhece Vila Bela da Santíssima Trindade sabe que isso melhorará a área do turismo na visitação e isso levará muita gente a um turismo internacional, e nós precisamos, então, prever a presença das forças de segurança nessa região.

Dito isso, agradeço a oportunidade e estou aqui acompanhando e à disposição, Senador Wellington, para que possamos, então, contribuir para esse grande avanço na região muito merecida aqui no Estado de Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Muito obrigado, Sr. Arthur Nogueira, Superintendente da Polícia Rodoviária Federal do Mato Grosso.

Vamos ouvir agora o Edeon Vaz, representando aqui a Aprosoja.

O SR. EDEON VAZ FERREIRA (Para expor.) – Bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Não, representando a Famato, não é?

O SR. EDEON VAZ FERREIRA – Também.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Então, representante da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso (Famato), a Aprosoja, o Movimento Pró-Logística e também a Frenlogi, e mais alguma coisa. (*Risos.*)

O SR. EDEON VAZ FERREIRA – Obrigado, Senador, pela oportunidade de estar aqui falando um pouco sobre esses corredores bioceânicos.

Nós temos uma preocupação, como setor produtivo, de buscar alternativas que possam reduzir o custo do frete, e já é notório que o produtor de Mato Grosso é muito competitivo da porteira para dentro, mas perde boa parte dessa competitividade da porteira para fora. Isso tem melhorado, sem dúvida alguma.

Eu acho que a gente tem que remontar aos anos 2010, 2009, quando, por exemplo, pelo Arco Norte, nós exportávamos 7,2 milhões de toneladas, e hoje já se exportam 61 milhões de toneladas.

Então, o crescimento é notório, a nossa redução do custo do frete também aconteceu...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando chegou a ferrovia, por exemplo, a Rondonópolis, muitos questionavam: "Mas qual o benefício que isso aí traz ao produtor?". Bom, o benefício é que, se não tivesse a ferrovia, nós estaríamos pagando um frete muito mais alto – isso já é o primeiro benefício. E, quando a gente vê as alternativas para o Atlântico, elas já são alternativas consolidadas, quer seja pela Hidrovia do Madeira, do Tapajós, pela ferrovia que liga o Estado de Tocantins até o Porto do Itaqui... Então, tudo isso aí já está consolidado. O que é que a gente tem que fazer? Tem que melhorar os acessos, melhorar as rodovias, construir a Ferrogrão... Então, nós temos o que fazer, mas para melhorar.

Muito bem.

Em relação ao Pacífico, sempre foi um interesse muito grande do setor produtivo de Mato Grosso poder acessar os portos do Pacífico, quer seja os portos de Antofagasta, Mejillones, Angamos, que vão trazer benefício direto principalmente ao Mato Grosso do Sul, assim como aos portos do Chile, do Peru. E aí nós temos o corredor Mato Grosso até os portos de Iquique, Arica, Tacna, e aos portos também do Peru.

Qual a limitação que nós temos em relação a isso? Esse corredor pela Bolívia, já foi dito aqui pelo Prefeito André que existe a figura cultural do *paro* lá no país. Esse *paro* é espontâneo, quer dizer, você teve um pequeno problema ao longo da rodovia, uma comunidade em que faltou água, eles param a rodovia. Faltou energia elétrica, param a rodovia. Morreu um líder político, param a rodovia.

Então, o que nos preocupa nesse corredor é o fato de você ter a insegurança de ter uma carga que você tem dia e hora para ser entregue e ela ficar parada no *paro*.

Muito bem.

Em setembro do ano passado, nós fizemos a viagem por esses corredores. Saímos de Cuiabá, fomos a Porto Murtinho, passamos pelo Paraguai, passamos pelo Chile, chegamos a Antofagasta, Mejillones, Angamos. De lá nós, fomos para Iquique e, de Iquique, nós fomos, voltamos, em direção à Santa Cruz de La Sierra, a San Ignacio e também a San Matías, chegando a Mato Grosso.

Muito bem.

O que é que a gente viu nesse corredor? Nós vimos, na fronteira entre o Chile e a Bolívia, quatro dias para transpor a aduana, porque é muito demorado lá. Já tinha caminhão há quatro dias. Não são quatro horas, mas quatro dias. Então, esse é um ponto que vai ter que se corrigir.

Outro ponto: os *paros*.

Então, quanto aos *paros*, vai ter que haver uma política entre o Brasil e a Bolívia, para que tenha um salvo-conduto, alguma coisa assim.

E é impressionante. Teve um *paro* logo vindo de Oruro para Cochabamba. A polícia estava nesse *paro*, e a polícia precisava sair em direção a San Matías. O que essa polícia fez? Pediu ao caminhoneiro para se afastar, passou e mandou o caminhoneiro fechar de novo. Ou seja: a própria segurança pública da Bolívia protege esse tipo de *paro*. Então, isso é um problema.

Nós pegamos três *paros*: um que tinha oito dias, um que tinha quatro dias e um que tinha três dias. Aí, tivemos que fazer voltas, passando por outras vias, para poder chegar ao destino. Então, isso preocupa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A outra limitação: o transporte. A condução do veículo, na Bolívia, não é permitida para motoristas brasileiros. Lá, tem que ser motorista boliviano. Então, isso é outro problema que tem que se encarar.

Esse corredor atende muito bem ao transporte de produtos de alto valor agregado. O Pedro Lacerda mesmo estava falando, contando que a exportação feita era de carne, de carne e vários outros produtos de Mato Grosso que podem ser transportados. Agora, eu reputo que muito mais importante do que a gente atingir o Pacífico é nós atingirmos mercados da Bolívia, do norte do Paraguai, do norte da Argentina, do Chile, do Peru... Nós temos mais de 60 milhões de pessoas ali que podem consumir produtos brasileiros e, principalmente, mato-grossenses, tanto do Mato Grosso quanto do Mato Grosso do Sul.

Eu acho que isso é muito mais importante, porque, quando você fala no transporte ao Pacífico... Eu não quero duvidar da palavra, obviamente. O Pedro citou 19 dias. Mas, consultando os operadores, os armadores internacionais, o tempo que eles calculam é de 43 dias. Por quê? Porque o navio sai pegando as cargas ao longo da costa do Chile, do Peru, e depois ele vai para lá. Se você tiver, obviamente, um navio carregado com contêineres brasileiros, um navio só, aí são 26 dias. Aí é muito mais rápido. O problema é que, quando você envia uma carga do Mato Grosso para a China, ela tem dia e hora para chegar. Então, nós temos que ver como equacionar isso.

É mais perto? Sem dúvida alguma o é, agora, temos que ter instrumentos, nós temos que ter políticas que façam, de repente, plataformas logísticas, como defendido pelo nosso amigo Parkinson, que seja entendidas como uma forma diferenciada de transporte.

Nós temos o Atlântico, e o Atlântico está consolidado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDEON VAZ FERREIRA – Agora, do que nós precisamos é deixar de estar de costas para esses países e estar de frente para eles, levando produtos do Mato Grosso para abastecer a Bolívia, o Chile, o Peru...

Então, esse é o nosso grande mercado, que nós podemos muito bem alcançar.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Agradecemos aí a presença do Edeon, representando aqui a Famato e a Aprosoja e as frentes que já citei.

E eu quero aqui, então, registar a presença do Senador Jayme Campos...

Também... (*Pausa.*)

Pede a palavra?

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Pois não.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Pela ordem.) – Em função de outra reunião que está agora na agenda, eu gostaria apenas de pedir a V. Exa. para que fizesse uma rápida intervenção, em função da importância do tema – eu vim do meu gabinete –, porque nós entendemos que esse movimento que V. Exa. está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

encabeçando, o Movimento Pró-Logística, no Brasil, não apenas em Mato Grosso, tem uma importância excepcional.

Na verdade, nos últimos governos, e eu não estou me referindo apenas a este, mas, nos últimos governos, e, para ser mais preciso e objetivo, desde após o período dos governos militares, não houve mais planejamentos estratégicos no Brasil. Afinal de contas, o que tem havido é um governo do governo. Não existe um governo de ação continuada, como era no passado, em que as ações iam sendo desenvolvidas à medida que se iniciava um projeto de interesse nacional.

Portanto, essa preocupação que V. Exa. na verdade adotou está ganhando corpo ao longo dos anos, esse movimento pró-logística. Hoje, nós estamos debruçados sobre a questão da interligação da Bolívia com o Brasil através do Estado do Mato Grosso.

Aqui nós temos um dos defensores também, gigante, nessa questão, que é o Senador Jayme Campos, e até não poderia ser diferente, porque sabe tudo. Sabe tudo, pela experiência, pela idade, pelo valor que dá ao seu Estado, assim como V. Exa.

E tem os aspectos econômicos, impactos sociais, ambientais, aspectos políticos, aspectos diplomáticos, em todo esse conjunto de decisões.

Quero apenas deixar o registro também de uma ligação logística com o meu estado.

E aqui eu não poderia deixar de cumprimentar, também, o Governador Mauro Mendes, que tem sido, na verdade, uma referência entre os governadores do Brasil. Não sou eu que estou dizendo. Quem está dizendo é a grande imprensa, são os políticos, é a população.

V. Exa. está de parabéns pelo belo trabalho que tem feito, enaltecendo cada vez mais o Estado de Mato Grosso. Então, quero deixar aqui o meu reconhecimento como Senador, mas, acima de tudo, como brasileiro.

Quero dizer que, dentre desses corredores logísticos, nós temos um com o qual estamos teimando há muitos anos: é a ligação entre o Brasil, através do nosso estado, o Estado de Roraima, lá no Norte, e a Guiana. A Guiana, hoje, é a nova Dubai. A nova Dubai é a República Cooperativa da Guiana. São apenas 700km – sendo mais preciso, 680km – entre a nossa capital e a capital da Guiana, que é a saída norte natural para o Oceano Atlântico. Então, é um trabalho muito duro, intenso, que nós estamos fazendo.

Eu tenho ido lá sistematicamente, inclusive como Presidente do Grupo Parlamentar Brasil-Guiana. Tenho tido reunião com as autoridades do Governo...

É lógico que o Governo do Brasil compreende a dimensão e a importância geopolítica dessa saída, porque, por exemplo, no caso da soja de Mato Grosso, é pelo Pacífico; no nosso caso, especificamente, é pelo Atlântico, Atlântico Norte, via Georgetown.

Então, eu queria deixar aqui os meus cumprimentos a V. Exa. pela iniciativa, inclusive desta audiência. Quero dizer que, cada vez que esse tema do Movimento Pró-Logística se apresenta, ganha corpo, porque o Brasil precisa, na verdade, desenvolver programas de médio e longo prazo nessa integração latino-americana, como dizia Simón Bolívar. A integração latino-americana é o grande oxigênio de que se precisa para que haja uma integração econômica, social e política de toda a América Latina. Então, esse é o registro que eu gostaria de deixar aqui.

E quero parabenizar todos os que compareceram para participar desta audiência pública, pela dimensão, pelo alcance e pelo que representa, a médio e longo prazo, para o Brasil, como uma liderança consentida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil tem uma liderança consentida na América Latina. Então, não poderia deixar essa iniciativa de partir do nosso país.

Era esse o registro, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Senador Chico Rodrigues, muito obrigado.

Agora passo a palavra, então, ao Fausto Vieira Coutinho, representando aqui a nossa Receita Federal.

O SR. FAUSTO VIEIRA COUTINHO (Para expor.) – Bom dia a todos.

Em primeiro lugar, eu quero agradecer o convite para participar desta audiência pública à pessoa do Senador Wellington Fagundes.

É extremamente importante a gente ter a Receita Federal aqui neste fórum para discutir todas as questões relacionadas com este importante tema: a criação dos corredores bioceânicos e não só a melhoria da nossa forma de transporte, mas o aprimoramento da economia do Brasil, junto com a da América Latina.

Na Receita Federal, nos últimos dez, talvez quinze anos, não apenas temos nos colocado como um órgão de Estado que não pode ser um empecilho para o desenvolvimento do comércio exterior, mas, em especial na área aduaneira, temos buscado ser proativos e temos investido muito em termos de metodologia dos nossos processos de trabalho e em tecnologia, para que a gente possa, de forma proativa, aprimorar a nossa eficiência e buscar a nossa missão. A Receita Federal tem duas grandes missões: uma é prover a arrecadação para o Estado, e a outra é exercer a administração aduaneira, ou seja, buscar dar um maior controle aduaneiro para as nossas fronteiras, especialmente portos, aeroportos e pontos de fronteira. Então, nós temos investido muito. Isso que eu vou falar tem tudo a ver com o que a gente está discutindo aqui agora.

Agradeço muito ao Prefeito André e ao Pedro pela colocação de que a Receita é um órgão, de fato, extremamente importante nas fronteiras, mas não é o único. Temos o Ministério da Agricultura, extremamente importante, a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, temos diversos outros órgãos de extrema importância e tão relevantes quanto a Receita Federal nesse processo.

A Receita Federal tem, nestes últimos anos, investido na modelagem dos nossos processos de trabalho. Nós temos buscado aumentar nossa eficiência com a regionalização dos nossos processos de trabalho e, muitas vezes, com a nacionalização de alguns processos de trabalho, o que nos dá mais eficiência, nos economiza recursos e nos economiza pessoas naqueles processos de trabalho.

Nós temos hoje o que eu acho que é um dos maiores projetos na área de comércio exterior em desenvolvimento que é o Portal Único de Comércio Exterior, que busca justamente aumentar a eficiência dos órgãos de Estado, para que a gente possa dar mais fluidez ao comércio exterior.

Nós temos, por exemplo, o sistema Confere, que é um sistema em que conseguimos fazer uma conferência que eu não diria que é virtual, mas que é mais rápida, porque eu tenho os auditores fiscais em um local e a nossa equipe móvel em outros locais. E fazemos, assim, uma conferência via videoconferência das cargas, o que dá mais mobilidade, mais rapidez e mais segurança para as nossas conferências aduaneiras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos um projeto extremamente importante que tem tudo a ver com as fronteiras. Nós, o Brasil e a Aduana brasileira, estamos liderando, no âmbito do Mercosul, a revisão do modelo de gestão das áreas de controle integrado, áreas com mais de 30 anos agora que, no nosso entendimento, não têm a eficiência necessária que o país merece. Então, nós estamos trazendo a nova metodologia que é a Gestão Coordenada de Fronteiras da Organização Mundial das Aduanas. Estamos buscando, com isso, uma melhoria dessa gestão das áreas de controle integrado. Não é um processo fácil. Nós estamos no início dessa averiguação. As áreas de controle integrado têm 30 anos, e nós temos, de fato, poucas ACIs que são eficientes. Com isso, nós vamos – acho que no curto prazo – ter um novo modelo que a gente poderá implementar para o futuro, mas não é um processo imediato. Nós estamos com um processo justamente de avaliação, usando essa metodologia da Organização Mundial das Aduanas, para dar mais eficiência e um controle mais integrado de todos os órgãos, não só os do Brasil, mas também os órgãos dos nossos países vizinhos, em especial do Mercosul, mas também poderíamos fazer a mesma metodologia com a Bolívia, enfim, com todos das nossas fronteiras.

Uma coisa é certa e é uma grande preocupação nossa... A Receita Federal se coloca como uma parceira proativa, estamos buscando e não vamos ser empecilhos ao desenvolvimento econômico, queremos ser mais do que isso, queremos ser um órgão que vai ajudar e facilitar o comércio exterior, mas temos algumas preocupações. A principal delas é que, mesmo com esse desenvolvimento imenso da inteligência artificial e do Portal Único, de tudo que a gente tem feito, não há como a gente criar aduanas virtuais. A Receita Federal, na área aduaneira, necessita de pessoas, necessita de infraestrutura, assim como também, obviamente, o Mapa, no Vigiagro, a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal. Faço minhas as palavras do colega da Polícia Rodoviária Federal, que falou exatamente isto: se a gente não se preparar, não tiver a infraestrutura, não tiver as pessoas adequadas, junto com o desenvolvimento econômico, junto com o comércio, vem o contrabando, vem o descaminho, vem uma série de ilícitos transfronteiriços a que, se nós não estivermos equipados, não vamos conseguir fazer frente.

Com isso, destaco a necessidade de nós termos a prioridade – se é isso que o Estado brasileiro quer, se é o que o Estado necessita – orçamentária e de pessoal para que os quadros das nossas unidades, dos nossos pontos de fronteira alfandegados estejam bem estruturados, operando. Digo isso por quê? Porque a Receita Federal, num ponto de fronteira, obviamente, tem, por ser o órgão que sempre está presente... Um ponto de fronteira alfandegado precisa ter estrutura e ter todos os demais órgãos. O Vigiagro precisa estar presente, principalmente em áreas onde o comércio exterior é de produtos agrícolas; é fundamental a presença do Vigiagro. É fundamental a presença da Polícia Federal, porque nós não controlamos somente cargas, controlamos veículos, pessoas; então, precisamos ter também a Polícia Federal. Precisamos ter a Polícia Rodoviária Federal como parceira fiel, uma grande parceira nossa, um dos maiores parceiros nossos nas apreensões de contrabando de cigarro nas fronteiras. Então, eu digo que a gente precisa também priorizar.

Digo isso, porque a gente está fazendo um esforço muito grande agora em Porto Murtinho, que também é uma rota do Corredor Bioceânico, que tem um investimento grande, um investimento da Itaipu Binacional, e que precisa de um porto seco... Temos, então, a questão de que se faz o investimento em um porto seco, e aí vamos ter um outro porto seco...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FAUSTO VIEIRA COUTINHO – ... ali em Vila Bela, no Mato Grosso? Qual é a viabilidade econômica disso tudo? É para que a gente tenha, de fato, prioridades para serem colocadas, para que todos nós possamos, dentro das nossas funções, fazer os investimentos necessários e entregar para o país as proteções de que nós precisamos, principalmente nós como órgãos de Estado.

São essas as minhas palavras, Senador.

Muito obrigado, mais uma vez, pelo convite para a gente participar deste evento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Agradecemos ao Fausto Vieira Coutinho, que é Subsecretário de Administração Aduaneira da Secretaria da Receita Federal.

Convidamos agora o Secretário-Executivo do Ministério da Agricultura, Irajá Lacerda.

O SR. IRAJÁ LACERDA – Bom dia a todos e a todas. Quero...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Quero ler rapidamente aqui algumas perguntas dos internautas.

A Marielle, de Mato Grosso: "Quais são os impactos econômicos e sociais previstos com a implantação da rodovia para as comunidades [...] e [..] comércio [locais]?".

A Vitória, de Minas Gerais: "Como acontecerá a divisão de custos? E [...] [quais são os benefícios] além do acesso [...] [facilitado] a ambos [os] países?".

O Renan, do Rio de Janeiro: "[É um projeto] importante [...] para integração latina, quais oportunidades de negócios podem surgir a partir da implantação da rodovia?".

A Janaíne, de São Paulo: "Qual plano de segurança pública [...] para inibir [...] [a utilização dessa rodovia] para transporte de drogas e outros objetos ilegais?".

O Guilherme, do Espírito Santo: "Qual seria o trajeto dessa estrada?".

E outra: "Por que não retomar [...] [a construção das] ferrovias? Defendo acelerar o progresso econômico aliado à preservação do meio ambiente".

Algumas dessas aqui já foram respondidas, mas estão aí registradas.

Com a palavra, mais uma vez, o Secretário-Executivo do Ministério da Agricultura, Irajá.

O SR. IRAJÁ LACERDA (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas.

Quero agradecer o convite do Senador Wellington Fagundes e quero cumprimentar a todos aqui presentes.

Quero também agradecer a presença do nosso Governador do estado, o Governador Mauro Mendes, e do Prefeito da nossa primeira capital do Estado do Mato Grosso, o Prefeito André.

Quero agradecer ao Pedro Lacerda, que está presidindo o Comitê Integração Brasil-Bolívia, e ao nosso ex-Senador Márcio Lacerda.

Quero dizer que o Ministério da Agricultura e Pecuária do Brasil trabalha com algumas pautas urgentes em virtude do grande plano estratégico que foi lançado no final do ano passado, um decreto assinado pelo nosso Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Nós lançamos um programa que é um grande programa, que visa impulsionar ainda mais o agro brasileiro, para trabalharmos para garantir a segurança alimentar mundial.

Nós lançamos o programa de conversão de áreas degradadas. Nós lançamos esse programa com o intuito de passar dos 65 milhões de hectares para somarmos mais 40 milhões

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de hectares em áreas que já são abertas, porém que possuem a característica de área degradada. Então, fizemos um estudo juntos – Embrapa, Banco do Brasil, técnicos do Ministério da Agricultura – e estabelecemos uma meta de 4 milhões de hectares por ano. Hoje, já se vê o crescimento dessa conversão de área degradada: em torno de um milhão e trezentos e poucos mil hectares por ano. Com todos esses arranjos interministeriais e com a força do Governo Federal para impulsionarmos isso, estabelecemos a meta de aumentarmos mais 40 milhões de hectares por ano.

Isso nos trouxe grandes desafios e algumas preocupações. Entre as principais preocupações está a questão dos fertilizantes. Nós importamos 90% de todo fertilizante que o agro brasileiro consome. Estabelecemos um plano no Confert, que é um conselho capitaneado pelo Vice-Presidente Geraldo Alckmin, para tratarmos da questão de fertilizantes como questão de segurança nacional, porque isto é o grande desafio do agro brasileiro: aumentarmos a produção de fertilizantes nacional. Escrevemos, depois de 20 anos, Governador Mauro Mendes, o Plano Nacional de Fertilizantes e conseguimos aumentar, no primeiro ano de gestão do Presidente Lula, em 6% a produção de fertilizantes nacional, só que, na contramão disso, também estamos acompanhando o grande desenvolvimento do agronegócio, essa grande expansão que não para. A demanda mundial aumenta, e nós do Brasil somos, hoje, os grandes *players* responsáveis por garantir a segurança alimentar nacional.

Quando vemos o programa da Rota Rondon, que são rotas alternativas à Rota Bioceânica – vou me permitir fixar agora nessa rota específica de que estamos tratando aqui, Brasil-Bolívia –, nós enxergamos uma grande oportunidade de diminuirmos o custo da produção dos fertilizantes para o setor e também diminuirmos essa distância entre a produção brasileira, em especial do Estado do Mato Grosso, com a Ásia. Nós acreditamos que a saída do Pacífico é a alternativa mais barata e mais rápida para que possamos escoar a nossa produção, o que vai diminuir os gargalos para os outros mercados sem atrapalhar o desenvolvimento dessas outras regiões para atender, por exemplo, o mercado europeu, entre outros mercados. Nós acreditamos que conseguimos diminuir o custo através da saída do Pacífico. Nós temos várias rotas.

Em específico aqui, nós estamos discutindo é essa rota. Hoje, vou focar em dizer o trabalho que está sendo desenvolvido na rota entre Vila Bela, Cáceres, São Inácio, saída do Pacífico. Como o nosso Presidente da Famato, Edeon, nos disse, temos grandes desafios que o Embaixador João Carlos vai explicar. Temos a questão dos caminhões; temos a questão do asfalto do lado boliviano; temos a questão da receita; temos questões da Vigiagro. Todas essas problemáticas, Edeon, já estão sendo mapeadas.

Nós estamos já em tratativas, em especial com o Governo boliviano, através do Embaixador Horacio, estamos fazendo já, Senador, um quadro comparativo das legislações, para que nós possamos trabalhar em conjunto com o Governo boliviano, para que nós consigamos construir um cronograma para que a carga possa sair do Brasil e chegar ao Pacífico, por exemplo, ao Porto de Iquique, com toda segurança jurídica, para que não tenha nenhum risco de que essa carga fique parada. Então, já estamos trabalhando isso inclusive com o Parlamento boliviano. Nós já fizemos várias agendas na Bolívia, várias missões oficiais para tratar isso juntamente com o Governo boliviano. A questão não é tão simples como a questão somente do financiamento desses 300km. Esse financiamento dos 300km nós já estamos tratando com o Fonplata, através da Presidente Luciana Botafogo. Tivemos uma audiência com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ela em Santa Cruz. O Ministério dos Transportes do Governo boliviano acabou o projeto agora, elaborando custos tanto do lado da Vila Bela, do percurso da Vila Bela a San Ignacio, quanto também do lado de Cáceres a San Ignacio. Então, uma rota não inviabiliza a outra, elas são complementares, e as duas são extremamente possíveis de execução. E existe uma vontade grande do Fonplata em ajudar a viabilizar. O Fonplata é um dos maiores grupos, bancos de investimento, e esse programa pode ser tratado de forma estratégica pelo Fonplata, para financiar o Governo boliviano para construção dessa estrada.

Outro parâmetro que estamos trabalhando é a questão em que o Embaixador João Carlos está nos ajudando, junto com a equipe do Ministério da Agricultura, sobre esses entraves legislativos, toda essa logística, que já estamos fazendo e que o Embaixador João vai explicar para o senhor. Nós já temos isso de certa forma mapeado. Agora nós vamos instaurar um grupo de trabalho entre o Governo boliviano e o Governo brasileiro para que nós possamos fazer essa equalização legislativa, da forma que for necessária, para que se garanta essa segurança.

O que essa rota viabiliza – e eu acho que isto que vale o empenho de todos nós como agentes públicos, agentes políticos – é que nós, primeiramente, estaremos abrindo um mercado de 160 milhões de pessoas, que é o mercado andino. Hoje nós estaremos abrindo o mercado andino, o que vai viabilizar a ida, às vezes, dessa carga somente para o mercado, mas a volta trazendo fertilizantes a um custo mais barato. Por exemplo, Senador Wellington, lá em Mato Grosso, onde temos um dos maiores rebanhos bovinos, nós trazemos o sal lá do Rio Grande do Norte, lá de Mossoró, e nós temos ali do lado, a...

(*Soa a campainha.*)

O SR. IRAJÁ LACERDA – ... mil e poucos quilômetros, uma das maiores salinas ali na Bolívia, com um preço que pode mudar o custo da produção. Eu acho que hoje o grande desafio nosso, do Governo, é trabalhar muito para conseguir mudar o custo da produção.

Em Cáceres, na região oeste, nós temos outro desafio, como foi falado aqui pelo Subsecretário Fausto e em algumas perguntas aqui dos internautas, que é a questão de segurança pública. Nós temos, na região oeste, 22 municípios de fronteira com a Bolívia, o que gera um grande desafio para a segurança pública. Onde nós temos esses 22 municípios são mais de quase 500km de fronteira seca, nos quais nós temos, Governador Mauro, municípios do Mato Grosso que ficaram à margem do desenvolvimento do resto de Mato Grosso, nós temos ali um dos menores IDHs. Então, hoje, nós temos, em Cáceres, o conjunto da soma de ações de vários governos, e, hoje, o Governador Mauro Mendes conseguiu fazer a entrega efetiva da ZPE. Isso pode mudar a realidade da região oeste de Mato Grosso, pois, em vez de termos um problema de segurança pública, nós poderemos ter um polo de desenvolvimento. A forma de combater a criminalidade, conforme as perguntas, é a gente levar esse desenvolvimento.

E a Rota Rondon completa tudo isso, porque não adianta a gente ter só a ZPE. A ZPE se viabiliza através de um conjunto de ações, como o aeroporto, a hidrovia, a saída para o Pacífico... Então, eu acredito que a Rota Rondon se encaixa de uma forma em que nós, que estamos olhando, buscando os nossos fertilizantes na China...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IRAJÁ LACERDA – ... na Bielorrússia, em todos os lugares do mundo, num custo muito mais alto, Edeon, para os nossos produtores... Estamos de costa para o nosso melhor parceiro, que é a Bolívia. A Bolívia, hoje, é o melhor parceiro comercial para o agro do Mato Grosso.

Nós temos ali, Senador Wellington, em Cáceres, uma oportunidade também de termos uma planta estratégica de ureia. Dentro do plano nacional, nós estamos vendo o engajamento de vários *players* do agro com projetos estratégicos de fábrica de ureia em vários outros lugares que estão 100% atrás do que é a oportunidade que nós temos ali em Cáceres. O gasoduto, Governador Mauro Mendes, já está em Cáceres. Nós não temos que tratar de licenciamento do gasoduto igual às outras plantas estratégicas de Minas Gerais, etc., pois o gasoduto já está posto em Cáceres. Então, se nós conseguirmos garantir o preço do gás boliviano abaixo dos US$7, viabilizaremos uma planta de ureia dentro de Cáceres. Com isso, se você pegar a distância dessa produção desse fertilizante para todos os polos, para todos os municípios do Mato Grosso, nós estamos falando em quanto na diminuição desse custo?

Eu acredito que a Rota Rondon vai conseguir viabilizar tudo isso. E, por isso, há a importância de nós superarmos todos esses desafios, Edeon, que você elencou, que já estão em nosso radar e, por isso, o convite do Embaixador João Carlos para integrar esse grupo junto ao Ministério de Agricultura, porque ele já conhece a grande maioria deles. Nós já estamos tratando isso em conjunto com o Ministério de Agricultura e com o Vice-Presidente Geraldo Alckmin para que nós possamos apresentar essa alternativa para que possamos viabilizar e trazer a segurança jurídica necessária para que todos os produtos que saírem tenham a segurança do transbordo, igual à que nós temos para ir para Santos, para ir para o Pará. Então, isso já está em nosso radar, e já estamos nessa construção junto com o Governo boliviano.

Já existe essa predisposição de o Governo boliviano equacionar essas dificuldades, porque também o Governo boliviano já identificou que, para o desenvolvimento da Bolívia, o melhor parceiro econômico é o Brasil, é o agro brasileiro. Se eles fornecerem os fertilizantes somente para o mercado do Mato Grosso... Nós estamos falando de desenvolver os dois polos. É uma integração em que nós vamos trazer a diminuição da criminalidade, entre outros pontos, e vamos trazer prosperidade para a região oeste, que precisa tanto dessa equalização social, em comparação com o resto do Estado de Mato Grosso.

Eu queria deixar esses apontamentos. O Ministério da Agricultura está cuidando dessa rota de perto.

Inclusive, Senador Wellington, Governador Mauro Mendes, eu acredito que agora, no próximo dia 21... A Ministra Simone Tebet entrou em contato conosco ontem para a gente fazer o reagendamento, pois foi cancelada a ida de todos os ministérios lá para o Estado de Mato Grosso, em Cáceres, em virtude do desastre no Rio Grande do Sul. Então, nós desmarcamos. Houve uma concentração de esforços do Governo para atender o povo do Rio Grande do Sul. E agora as agendas voltarão, dentro de uma normalidade, a acontecer. Estamos só aguardando a confirmação, vou enviar o convite a todos os senhores, para que, no dia 21, confirmando a agenda de todos os ministros, a gente faça esse grande ato da Rota Rondon no Município de Cáceres.

É isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero agradecer a oportunidade de esclarecer os pontos que o Ministério da Agricultura está pautando, trabalhando neles, em conjunto com os demais ministérios do Governo Lula, em que o nosso foco principal é cuidar de pessoas, nosso foco principal, Edeon, é trabalhar a forma de diminuir o custo da produção brasileira. O Ministério da Agricultura, por determinação do Ministro Carlos Fávaro, tem um setor específico que já está trabalhando todas essas demandas.

Eu quero agradecer a todos.

Obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Nós agradecemos ao Secretário-Executivo Irajá Lacerda.

Convidamos agora João Carlos Parkinson de Castro, nosso Embaixador.

O SR. JOÃO CARLOS PARKINSON DE CASTRO (Para expor.) – Bom, bom dia! Bom dia a todos!

Agradeço, Senador, pelo convite.

É um prazer também estar aqui com o Governador Mauro Mendes, com o Subsecretário Fausto, com o meu amigo Edeon – é um prazer voltar a vê-lo aqui –, com a Mariana também, representando a Viviane. É um prazer estar aqui com vocês.

Eu vou comentar a ideia da proposta de se construir um corredor Vila Bela-Arica, partindo de um eslaide mostrando o que é a logística nacional desenvolvida a partir dos anos 90 e o que isso representou para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Com a logística nacional, que privilegiou São Borja-Uruguaiana, um fluxo rodoviário terrestre, pela dimensão continental brasileira, realmente, eu diria que isso penalizou os territórios do Norte, do Centro-Oeste e do Nordeste, já que o frete encarece os produtos argentinos e chilenos que ingressam pelo sul do país. Isso tem sido, obviamente, um grande impedimento, um grande obstáculo para uma integração dos territórios brasileiros com países vizinhos: Bolívia, Peru, mesmo Paraguai.

Com os corredores, o que nós mudamos é essa logística. Passamos a ter uma nova logística no Brasil muito mais integracionista, em que os corredores serão facilitadores dessa integração não só com a Ásia, que, como foi mencionado, é, obviamente, um objetivo relevante ante a ascensão do continente asiático, lembrando que hoje o grande parceiro comercial do Brasil é a China e que o Brasil está exportando hoje mais para o Vietnã e para a Indonésia do que para o Reino Unido e para a França... Essa logística, de fato, responde às necessidades e às mudanças que ocorreram no sistema internacional, mas também responde a um novo Brasil que emergiu com a expansão do agronegócio para estados como Mato Grosso e Mato Grosso Sul. Isso abre, obviamente, os corredores... E é um ponto importante: os corredores não serão só exportadores, eles também serão importadores. Poderemos, através dos ganhos na redução de custos de transporte e logística, construir, como o Irajá acaba de mencionar, polos industriais nas nossas fronteiras, agregando valor a insumos importados – veremos mais informações a esse respeito. Esse é o Brasil de hoje, é o Brasil que, então, responde, através dos corredores, às mudanças que foram introduzidas no sistema econômico brasileiro com a expansão do agronegócio. Os estados fronteiriços hoje, que são os mais dinâmicos no comércio exterior, fazem fronteira terrestre, não estão mais na fronteira atlântica. Obviamente, isso pede ao Governo uma atenção especial, um olhar especial para as fronteiras terrestres, para a integração

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

física. Como bem tem ressaltado o Presidente Lula, é importante fortalecer a conectividade dos nossos estados de fronteira terrestre com os países vizinhos.

Bom, como fazer isso? Aí a primeira mensagem... No passado, falou-se muito sobre corredores, e alguns intentos na América do Sul foram realizados, mas eles tiveram uma deficiência em comum: uma precária governança. A experiência do Corredor Rodoviário Bioceânico mostra que é importante ter uma boa governança. O que significa ter uma boa governança? Agregar todos os atores que tenham interesses diretos ou indiretos, não trabalhar unicamente com as esferas governamentais, mas também explorar o dinamismo do setor privado e o interesse particular das autoridades locais, envolver a academia... Essa experiência rica e agregadora, em que todos os atores dão a sua contribuição – público-privado, privado-privado, local –, é importantíssima.

No caso, então, do corredor Vila Bela-Santa Cruz-Arica, a primeira proposta que eu faria, a primeira proposta que eu faria, Senador Irajá, Senador Wellington, Governador Mauro Mendes, seria criar um grupo de trabalho binacional Brasil-Bolívia, em que a gente implantasse essa governança.

Criaríamos, então, mesas de trabalho, como temos a do Corredor Rodoviário Bioceânico, inclusive uma mesa de segurança, uma mesa, também, que aborde as questões aduaneiras, em paralelo com questões de logística, de produção e a própria rede universitária. Aí passaríamos a enfrentar problemas como esse.

Isso aqui é um resultado da logística que foi implantada, tendo como origem o Sul e o Sudeste do Brasil; ou seja, segundo a ANTT, nós temos apenas três empresas de transporte, hoje, de Mato Grosso autorizadas a realizar transporte de carga para a Bolívia e apenas uma para o Chile. Obviamente, há necessidade de se adequar o sistema de transporte, através da habilitação da ANTT, para um olhar mais voltado para o Pacífico.

Não estou querendo, com isso, diminuir a importância do escoamento de carga para Santos e Paranaguá, mas, obviamente, temos que promover ajustes no sistema de transporte de carga, de modo a ter mais empresas habilitadas a realizar esse transporte, porque, obviamente, a construção de corredores implica ganho de escala, e, se for um modal rodoviário, precisaremos, então, contar com caminhões e – por que não? – bitrens, rodotrens, já que, para Santa Cruz, é possível você movimentar caminhões de maior peso.

Outro problema é isso aqui, que foi muito falado. Mostra um certo – eu diria – abandono pelos Governos anteriores das nossas fronteiras terrestres.

A integração aduaneira por Mato Grosso, seja por Cáceres, seja por Vila Bela, carece de postos de fronteira modernos, integrados, digitalizados, que sejam um facilitador da movimentação de carga, em direção ao Pacífico.

Infelizmente, há problemas, inclusive, como foi bem mencionado pelo Subsecretário Fausto, de contratação de pessoal. É importante que a gente, também, Secretário, reveja um pouco essa política. Por que não contratar funcionários locais? Em conversa com funcionários da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Federal, da Receita Federal, eu os vejo, muitas vezes, um pouco insatisfeitos, porque estão longe das suas capitais, das suas famílias, quando haveria a possibilidade, também, de contratarmos agentes locais, para ter um caráter mais permanente nos nossos postos de fronteira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso é algo sobre o qual nós deveríamos nos debruçar, para não mencionar, como foi indicado pelo Subsecretário Fausto, a dificuldade e a complexidade que é se trabalhar com vários órgãos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO CARLOS PARKINSON DE CASTRO – ... de controle de fronteira.

Aqui, é para chamar atenção, também, para as diferenças entre Arica e Iquique, que serão os portos no Chile, são portos distintos. Veremos aqui, por exemplo, que Iquique tem uma frequência maior do que Arica. Veremos que o Porto de Iquique, por exemplo, é a porta de ingresso dos produtos chineses na América do Sul, portanto contamos com a disponibilidade de contêineres vazios que poderiam, muito bem, ser utilizados por transportadores de carga brasileiros. Há também uma Zona Franca em Iquique, onde poderíamos agregar valor a insumos brasileiros transportados. No caso de Arica, há a vantagem de ser um porto que está habilitado a movimentar carga a granel; Iquique já é um porto mais para a movimentação de carga conteinerizada. É por Arica que, efetivamente, é escoada a produção de grãos, de minério e de outros produtos bolivianos que foram mencionados.

Agora, um aspecto importante, porque eu não deixaria de responder aos comentários que foram feitos por outros palestrantes, é a necessidade de envolver o Governo boliviano, construindo condições que sejam favoráveis para todos. O corredor só tem sucesso, só é plenamente aceito quando todos são beneficiados. Então, é importante, obviamente, sentar com o lado boliviano e encontrar soluções em que o corredor não seja apenas uma passagem de caminhões pelo território boliviano, mas que agregue valor e que seja possível utilizar mais empresas de transporte bolivianas.

Poderíamos, por exemplo, implantar plataformas logísticas, porque um dos grandes problemas dos corredores é o fato de o caminhão ir carregado e voltar descarregado, o que leva o transportista a dobrar o valor do frete...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO CARLOS PARKINSON DE CASTRO – ... retirando a competitividade do corredor. Então, a construção de plataformas logísticas fomentaria parcerias com empresas de transporte boliviano. Também, poderíamos pensar em agregação de valor em pontos estratégicos, como em Santa Cruz, sempre com o intuito de criar condições que motivem o Governo boliviano e a população boliviana a acreditar, a apoiar e a se envolver na construção do corredor. O corredor só será bem-sucedido se todos, como eu disse, saírem beneficiados.

Por último, só quero chamar a atenção ao que nós estamos promovendo: a adesão do Brasil à Convenção TIR. Seria também, obviamente, de suma importância que a Bolívia venha a aderir, já que a Convenção TIR é um instrumento facilitador para a movimentação de carga em trânsito. Portanto, nós teremos condições de agilizar o trânsito aduaneiro quando a Bolívia e o Brasil vierem a ser membros da Convenção TIR.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Já, aqui, a última fala eu acho que foi a mais importante... Não, digo, o último item é extremamente importante. É isso? Adesão à TIR.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO CARLOS PARKINSON DE CASTRO – A adesão à TIR, Senador, facilitará a movimentação de carga em trânsito, porque a carga estaria acompanhada com o carnê TIR. O carnê TIR é um reconhecimento internacional, emitido pela URI, em que há, inclusive, um seguro de 10 mil euros, que respalda o carnê e permite, então, que a carga não seja fiscalizada. É uma carga em trânsito destinada a um terceiro país, passando por países intermediários. Reconhece-se o valor do carnê TIR, o amparo do sistema ONU, que está por trás da emissão desse carnê. Agiliza-se a movimentação de carga em trânsito. Para, por exemplo, o que foi mencionado aqui, para a carne conteinerizada, obviamente, com destino ao mercado chinês, é um grande facilitador.

Então, essas e outras iniciativas poderiam ser exploradas sempre quando tivermos governança no corredor e a criação de um grupo binacional Brasil-Bolívia. Isso é facilmente feito por troca de notas, em que se reuniriam representantes do Governo, representantes das autoridades locais, setor privado e portos. Poderíamos começar então a articular, como fizemos no Corredor Rodoviário Bioceânico, soluções para os problemas que o Edeon muito bem apontou.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Nós temos ainda, virtualmente, o Deputado Valmir Moretto. Depois, aqui, o Governador e, finalmente, o Luciano Severo, para concluir.

Valmir Moretto, Deputado Valmir Moretto.

O SR. VALMIR MORETTO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Alô, está ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – O.k.

O SR. VALMIR MORETTO (*Por videoconferência*.) – Quero parabenizar o nosso Senador por essa grande iniciativa, o Dr. André, o Governador Mauro Mendes e o Ministro.

Realmente, é uma necessidade bastante grande fazermos essa exportação aqui pela região da Grande Cáceres, envolvendo a Vila Bela da Santíssima Trindade. Para nós desta região que está bastante esquecida no desenvolvimento, nos últimos anos de desenvolvimento... Com a chegada forte aqui na cidade de Pontes e Lacerda – em toda a região – do agro, que era uma região mais voltada à pecuária... A Bolívia é uma grande parceira do nosso estado, e nós não temos mecanismos legais para que a gente possa fazer essa locução Brasil e Bolívia.

Alguns comentários antes colocaram bastante a situação da segurança pública aqui, do tráfico, dos movimentos ilícitos, que esse movimento, essa logística que está sendo planejada possa trazer mais esse movimento. Eu queria deixar aqui claro que essa situação ilícita aqui na nossa região, na parte da fronteira – furto e drogas –, se deve à falta de oportunidade de trabalho que nós temos nesta região, o IDH é bastante baixo, e isso tem proporcionado aqui, na língua popular, as tais mulas que fazem esse tráfico ilícito em nossa região.

Eu acredito e confio muito na chegada da evolução. É lógico que, com a necessidade de manter a rigorosidade da lei, ela tem a necessidade de melhorar e, com a ausência dos investimentos para o desenvolvimento, a nossa situação é a cada dia mais precária. Eu acredito que, com o avanço, com essa união de forças para a nossa região, as atividades ilícitas que são praticadas, hoje, fortemente nessa região a gente consiga até diminuir, porque nós vamos ter amparo legal, vamos ter pessoas e policiais aqui que vão auxiliar. O Gefron faz um excepcional trabalho aqui, a Polícia Militar e as forças do Estado de Mato Grosso têm feito um excepcional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalho. Podem pegar no Gefron e com a Polícia Militar dados: nós temos apreensões de veículos, recuperação de veículos, tráfico de drogas, que são semanalmente apreendidas pelo conjunto de forças de segurança que nós já temos.

Eu acredito muito... Foi colocada aí a questão do tráfico, do aumento das atividades ilícitas, mas eu não acredito nessa possibilidade, eu acredito na diminuição, porque hoje é precária a nossa questão dessas atividades ilícitas na faixa de fronteira. Acredito muito que, com essa chegada, até a segurança vai melhorar – e melhorar muito – para essa região e para o Estado de Mato Grosso.

Então, eu estou aqui, mas gostaria de estar em Brasília – por motivo de força maior, não consegui.

Quero parabenizar a todos, agradecer ao Governador por estar olhando esse cenário de perto e também ao Senador Jayme, que está aí. Eu acho que a força da política do Estado de Mato Grosso precisa oportunizar esse desenvolvimento, fazer essa ligação com a Bolívia, que vai trazer um enriquecimento enorme para essa região, para o Brasil e para o Estado de Mato Grosso.

Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Muito obrigado, Deputado, representando a região, Valmir Moretto.

Passo, agora, ao Governador Mauro Mendes.

O SR. MAURO MENDES (Para expor.) – Bom dia a todos.

Cumprimento a todos os presentes aqui neste encontro e nesta audiência. De forma especial, Senador Wellington, agradeço a oportunidade mais uma vez de debatermos esse tema que seguramente é um tema importante, como tantos e tantos outros que existem neste país.

Senador, eu acho que esse tema – e eu estou como Governador há seis anos, e aqui temos muitos mato-grossenses que conhecem esse tema de muitos e muitos anos –, debater a integração da América Latina, especificamente ali no canto do nosso país, Mato Grosso, com essa saída para Bolívia, é algo que nós já fazemos há algumas décadas. Algumas décadas já se passaram desde quando nós fizemos estradeiros percorrendo esse caminho, discursos foram feitos, audiências foram feitas.

Permitam-me dizer um pouco da indignação, porque, muitas vezes, eu falo, como cidadão, que este é um problema do nosso país: nós falamos muito, dialogamos muito, conversamos muito, e as coisas não acontecem! Muito diferente das intenções... E eu tenho certeza de que, aqui, mais uma vez, todos nós estamos bem-intencionados, queremos e enxergamos as grandes oportunidades de fazer essa integração.

Nós estamos em um mercado de mais de 400 milhões de pessoas na América Latina e, como dito e percebido por todos, estamos de costas uns para os outros. O comércio entre os países da América Latina é sempre muito pequeno em relação àquilo que esses países fazem com comércio em países de outros continentes. É claro que nós temos importantes mercados na Ásia e na Europa, mas nós temos mercados aqui, próximos de nós, de forma bilateral, que poderíamos estar explorando muito mais! Nós priorizamos trazer, como dito aqui já anteriormente, os nossos fertilizantes lá da Rússia, lá do outro lado do mundo, a um custo, provavelmente, maior, em vez de priorizarmos soluções logísticas para trazer isso do nosso vizinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando a gente fala de Bolívia, quando a gente fala de América Latina, se a gente fizer uma rápida pesquisa no Brasil, quando você fala de alguns países latino-americanos, o que vai vir na cabeça de grande parte do brasileiro é o quê? Drogas. É nisso que vão pensar. Esse seria ou será, talvez, o primeiro pensamento. Nós precisamos desmistificar isso.

Agora, tem que ter um plano um pouco mais objetivo e ações mais concretas, porque, senão, por mais exitosas e importantes que sejam, Senador Wellington, essas iniciativas e tantas outras... Quando eu digo isso, eu não quero estar aqui, neste momento, criticando governo A, B ou C; é uma crítica a um modelo de sociedade brasileira, porque a gente conversa muito e, no final, realiza pouco. Nós nos acostumamos, neste país, a conviver com os problemas e temos medo, muitas vezes, de tomar medidas disruptivas, fortes, para mudar o rumo da história e daquilo que nós estamos fazendo.

Ali na região oeste, poderíamos falar, como exemplo disso, da própria zona de processamento, da ZPE de Cáceres. Senhores, as ZPEs no Brasil são criadas há mais de 40 anos! São um excelente modelo de industrialização de um país; a China fez isso, muito próxima de nós, e olhem no que se transformou a China na área industrial, e olhem o que é o Brasil, nesses 40 anos. O PIB industrial brasileiro caiu, porque nós não soubemos estabelecer um modelo de desenvolvimento e de competitividade em nível nacional e em nível global.

Quando nós falamos desse tema, claro, encurtar distância é importante, integrar é importante. Para nós, em Mato Grosso, a Bolívia significa 11 milhões de consumidores, nós temos 3,7 milhões. Quando nós falamos de Mato Grosso para a Bolívia, está se falando do maior mercado produtor do agronegócio mundial. Mato Grosso é, hoje, a região do planeta que mais produz alimentos. Eles, que produzem fertilizantes, podem, então, ter em nós o seu maior mercado, o seu maior fornecedor, e nós podemos ter neles... Podemos ter grandes alternativas, mas ficamos sempre na possibilidade. Ficamos sempre na possibilidade.

Então, eu quero só aqui, Senador, também louvar, como todos fizeram, as iniciativas, mas eu quero rogar, quero implorar, para que nós sejamos mais efetivos na política brasileira! Do lado do Mato Grosso, senhores, é o seguinte: o Governo decidiu, contratamos o projeto. Nós já estamos fazendo o projeto para asfaltar de Vila Bela até a divisa ali, Palmarito, que é do lado do Mato Grosso. Dali até San Matías são 148km.

O SR. ANDRÉ BRINGSKEN (*Fora do microfone*.) – San Ignacio.

O SR. MAURO MENDES – San Ignacio, desculpem-me. São 148km até San Ignacio. Cabe, obviamente, ao Governo boliviano fazer isso, mas cabe ao Governo brasileiro interagir, através da nossa diplomacia, da negociação bilateral, tão importante, para tornar isso efetivo. Imagina o turismo!

Eu conheci aquelas planícies de sal ali, o Salar de Uyuni. Um espetáculo! Tenho certeza de que, com a rodovia ali, asfaltada, para transitar com mais segurança, eles receberiam dezenas de milhares de turistas a mais do Brasil, de grande parte do Brasil, para conhecer, e há tantas outras oportunidades. Dali, para chegar ao Peru, para andar pela América Latina, nós teríamos muito mais facilidade, mas nós ficamos sempre no campo das possibilidades.

Gente, 148km de asfalto não são nada! O Governo de Mato Grosso estará fazendo, nesses oito anos em que estaremos por lá, Senador Wellington, quase 6 mil quilômetros de rodovias asfaltadas, e já fizemos 3,5 mil quilômetros. Só neste ano estão em obras, nas mãos das empreiteiras, 2 mil quilômetros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é possível fazer. Temos que fazer. Do lado do Mato Grosso, eu garanto aos senhores, ficando pronto o projeto, nós temos o compromisso de asfaltar o primeiro trecho de 40km e, na sequência, asfaltar mais 40km, para chegar com mais uma chegada até a fronteira. Já existe uma hoje. O problema é que essa ligação, para chegar até San Ignacio, passa por uma região muito mais complexa, vamos assim dizer, para poupar aqui alguns predicados que não conviriam neste momento falar, e, com isso, cria-se uma nova alternativa, muito mais barata, muito mais curta, de uma obra que poderia ser feita, mas isso não depende do Governo de Mato Grosso, depende do Governo boliviano. Aí acho que o Governo Federal, tenho absoluta convicção, compreende isso e poderia fazer essa interlocução para viabilizar esse asfaltamento e uma solução de uma melhor integração com a Bolívia e com a própria América Latina.

Acredito que é possível, acredito que é necessário, mas nós temos que, cada vez mais, agir, porque falar o que nós falamos aqui, o que eu mesmo estou falando tenho certeza de que dezenas ou centenas que nos antecederam falaram, mas nós temos que ir para o campo da ação e tornar isso realidade.

Obrigado.

Parabéns, Senador!

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Eu gostaria de dois esclarecimentos aqui, Governador, até para que a população que está nos assistindo possa também conhecer essa realidade.

V. Exa. disse que conheceu, que foi lá na planície, no passado, de carro. É só para mostrar que é perfeitamente possível hoje esse trânsito lá.

O SR. MAURO MENDES – Não, eu fui a Salar de Uyuni, mas eu fui até Santa Cruz e, de Santa Cruz, eu fui até aquela região ali, que é algo realmente muito espetacular. Vale a pena, a beleza é única, diferente, que já atrai muitos turistas e que poderia, como exemplo de uma outra fonte de riqueza para a Bolívia e de alternativa para os brasileiros, utilizar esse fluxo turístico e vice-versa, sempre de mão dupla, que poderia acontecer ali.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – O Pedro pode até complementar, porque, às vezes, as pessoas acham que é impossível, e é importante dizer que muitas caravanas já saíram do Mato Grosso, com esse destino, inclusive lideradas pela Federação das Indústrias de Mato Grosso.

Eu gostaria que o Pedro pudesse, rapidamente, colocar esse aspecto.

O SR. PEDRO LACERDA (Para expor.) – Eu fui, inclusive, procurado ontem por um senhor que faz a linha até Porto Velho com o raciocínio de desenvolver uma linha de transporte turístico de Porto Velho, por Comodoro, Vila Bela, a Santa Cruz, porque é o seguinte. Na verdade, isso que o Governador está dizendo... Santa Cruz inteira sonha em conhecer Cuiabá, até porque Cuiabá tem umas coisas muito importantes para eles todos, essa evolução, essas coisas modernas. Santa Cruz não chegou a esse nível de modernidade na área agrícola, todos eles são da agricultura, Santa Cruz é a cidade hoje mais importante em produção na Bolívia: dos nove estados bolivianos, Santa Cruz é o principal. Hoje Santa Cruz, no último censo que teve, há poucos dias, está com dois milhões e quatrocentos e poucos mil habitantes, enquanto Cuiabá e Vargem Grande juntos têm 1 milhão. Então, é um mercado, como bem se disse, e essa parte, como se comentou também, dos insumos agrícolas é uma coisa que viabiliza a ida do nosso produto tanto para o mercado boliviano...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por exemplo, uma particularidade aqui: Santa Cruz tem sete refinarias de soja, em Mato Grosso só tem três. Santa Cruz tem sete refinarias de soja, que esmagam e refinam, fazem óleo de soja no litro. Por que se criou essa pressão lá? Porque, dos nove estados bolivianos, somente dois estados têm terras agricultáveis, que é Santa Cruz e Beni, sete estados bolivianos não têm terra agricultável e não produzem cana e, consequentemente, açúcar, não produzem soja e não produzem óleo de soja. Só nesses sete estados bolivianos, onde não há terras agricultáveis, em que não há produção desses produtos que nós produzimos, como açúcar e óleo, tem hoje 10 milhões de habitantes. Ao lado está o Chile, que tem 23 milhões de habitantes, que não produz 1kg de açúcar e em que, todo dia de manhã, a pessoa tem que comprar açúcar, óleo. O Peru tem 31 milhões de habitantes, não produz 1kg de açúcar, não produz 1 litro de óleo, não tem terras agricultáveis para essa agricultura que nós temos, principalmente milho. Então é um mercado muito interessante, não é, D. Mauro?

Outro dia eu fiz uma reunião com a Diretoria toda da Coprodia, com o Sr. Luis Loro, lá em Campo Novo dos Parecis. Hoje a Coprodia é a segunda maior produtora de açúcar do estado, perde só para a Itamarati. Na reunião com a Coprodia, eu fiz uma pergunta para o Sr. Luis Loro – eu já sabia a resposta, mas só para colocar o assunto na mesa, eu perguntei: "Como andam as exportações de açúcar, Sr. Luis, da Coprodia? A Coprodia cresceu muito, aumentou muito a produção, é a segunda maior do estado, como estão as exportações?". Ele disse: "Mal como sempre". Aí eu perguntei: "Por quê?". Ele falou: "Acontece que as exportações nossas só são possíveis pelo Porto de Santos ou pelo Paranaguá, mas principalmente por Santos. Acontece que existem dezenas de usinas produtoras de açúcar ao lado do Porto de Santos. Então, nós, para competirmos com eles, temos que pagar 2,3 mil quilômetros de frete até chegar lá, para podermos começar a competir com eles. Então, nós não competimos, eles têm vantagens sobre nós". Aí ele disse para mim: "Mas, se um dia o Governo do estado...". Eu estava dizendo para ele que o D. Mauro estava com um projeto e esta reunião tinha esse sentido de dar conhecimento para eles do projeto. Ele disse assim: "Se um dia o estado concretizar essa estrada, eles lá de São Paulo é que não vão conseguir competir conosco, porque eles é que vão ter que pagar 2,3 mil quilômetros de frete para chegar aqui para poder ir para esse destino". Então, nós contamos com que um dia nós tenhamos essa liberdade de exportação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Eu acho que também um outro detalhe importante é esclarecer que muitos empresários brasileiros estão em Santa Cruz. Então, isso é extremamente importante, mais ainda porque esses brasileiros estão voltados não para o mercado mato-grossense... E é claro que, se tivermos essa verdadeira integração, ela facilitará muito mais.

Luciano, eu vou passar a palavra para você, que representa o Ministério do Planejamento, porque eu quero fazer uma provocação. Aliás, eu vou fazer até essa provocação antes, porque eu acho que o Ministério do Planejamento tem um papel extremamente importante, até por a Ministra também ser nossa irmã do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul.

Quero aqui aproveitar, João Carlos Parkinson, porque toda audiência pública, às vezes, peca por não ter uma finalização e uma objetividade... Então, você fez aqui uma colocação que eu acho extremamente importante. Esse assunto já vem sendo discutido há muitos anos. Os Lacerdas, a família Lacerda tem esse carimbo nesse sentido dessa integração desejada, e aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se falou, cada vez mais, nessa necessidade da integração andina. O Mercosul ainda é algo que a gente precisa aperfeiçoar com todas as suas dificuldades, mas o mercado está ali, está muito próximo, e nós só vamos vencer isso se rompermos mesmo, não tem outra alternativa. Eu acho que a integração do turismo é fundamental, porque, a partir dele, vem também... Se brasileiros tiveram a coragem de ir para a Bolívia, e a economia lá é muito forte a partir de brasileiros, por que não fazê-lo?

E aí entendo, Governador Mauro, que hoje a realidade do Mato Grosso é outra. O Mato Grosso já poderia ser um país, a economia do Mato Grosso hoje tem essa força para, inclusive, pressionar aqui o Governo Federal, já que somos um país federativo, inclusive. Eu acho que esta audiência aqui tem esse aspecto extremamente importante.

Aqui eu gostaria de que o Governador, ao final, pudesse falar ainda mais, para deixar mais claro qual é a determinação, a definição já por parte do seu Governo em relação a este projeto, não só a execução desse pedaço do lado do Mato Grosso, mas também o papel do Governador de estar liderando – junto, claro, com o Congresso – esse trabalho das relações internacionais dos dois países. Claro que o papel é do Ministério das Relações Exteriores, e aí eu faço, então, aqui a provocação ao ministério, Parkinson, para que...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Vou concluir já. Para que, a partir desta audiência, possamos, então, ter, junto com a Embaixada da Bolívia, a formação desse grupo de trabalho, e aí creio que a participação do Governo do estado é extremamente importante, e o Parlamento vai estar presente também.

Com isso, então, como o Governador tem outro compromisso – ele ficou aqui muito tempo –, o Parkinson vai finalizar, mas eu vou deixar o Governador falar para liberá-lo, para que, depois, o Luciano, então, possa também usar da palavra.

O SR. MAURO MENDES (Para expor.) – Senador, é só para finalizar, então, e, mais uma vez, ratificar...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Só, Governador: essa é a cultura de um país federativo, então eu acho que é extremamente importante, porque, às vezes, a gente fica esperando muito do Governo Federal, e acredito que o Governo do estado tem hoje condições de a gente poder, junto com o Parlamento, claro, e com o Ministério das Relações Exteriores, fazer essa efetivação de um trabalho.

O SR. MAURO MENDES – Eu acho que é importante, Senador, que a gente também – cada um – cumpra o seu papel. Acho que o Governo do estado tem um papel, e o nosso papel, que nós queremos desempenhar, é asfaltar hoje de Vila Bela até a fronteira, até Palmarito – dali até San Ignacio são 148km ou 150km. Isso promoveria, definitivamente, uma infraestrutura logística melhor para que essa tão sonhada integração, cantada em versos e prosas ao longo de décadas, possa acontecer, porque os caminhões não vão circular por estradas inseguras e, principalmente, por estradas em péssimas condições.

O turismo, 98% do turismo mundial, é feito onde tem boa infraestrutura, boa condição de receber, então nós precisamos dar esses passos.

O que eu posso dizer ao senhor e a todos os que nos acompanham neste momento é que o Governo entende a estratégia e o Governo entende que temos que agir, e estamos agindo: já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contratamos o projeto. O projeto ficando pronto, nós temos o compromisso de contratar os primeiros 40km. Se houver um compromisso do outro lado, nós contratamos imediatamente a obra total e asfaltamos e entregamos até a fronteira, permitindo esse novo eixo – já existe um outro –, que é o eixo que liga, a partir de Palmarito, a partir de Marfil – que é a cidade do lado boliviano – até San Ignacio, que é uma obra muito mais barata do que fazer hoje de San Ignacio até aquele ponto que nós temos ali na fronteira já com Mato Grosso, mais próximo da cidade de Cáceres.

Então, é isso. Do nosso lado, compromisso firme, ações tomadas para cumprir o asfaltamento. Do outro lado, dispostos a colaborar, a cooperar com o Senado, com o Congresso, com o Governo Federal, mas eu entendo que a liderança disso tem que ser do Governo Federal, através das suas instituições, através do Ministério de Relações Exteriores e, principalmente, através do próprio Governo Federal, dialogando com o Governo central, para que haja um aprimoramento e até uma intenção mais firme de se tomarem as providências lá do outro lado.

Muito mais do que investir em outros continentes, precisamos investir, como já foi feito no passado, financiando obras na África, na América Central, nós temos que ajudar a desenvolver os nossos vizinhos. É muito melhor ser vizinho de gente rica do que de gente pobre...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Fora do microfone*.) – Isso mesmo.

O SR. MAURO MENDES – ... porque isso vai resolver um dos grandes problemas da América do Sul, que são as desigualdades sociais e também esse narcotráfico que atormenta o Brasil e atormenta todas as regiões. O desenvolvimento econômico cria um passo definitivo para melhorar a condição social e até de segurança no continente.

Obrigado.

Peço desculpa, eu tenho que me retirar.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Queremos agradecer aqui a presença do Governador, e passo a palavra ao Luciano Severo.

Claro, no final, nós teremos as nossas conclusões.

Muito obrigado.

Luciano.

O SR. LUCIANO SEVERO (Para expor.) – Bom dia a todas e todos. É uma satisfação e uma alegria participar desta audiência pública. Em primeiro lugar, quero parabenizar a iniciativa, Senador Wellington. O ato foi um sucesso, acho que muito representativo. Tivemos a passagem aqui de vários Senadores, do Governador do Estado de Mato Grosso, do Secretário-Executivo do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Muito representativo pela presença também da Receita Federal, do Ministério das Relações Exteriores e de representantes do Estado do Mato Grosso, do Prefeito de Vila Bela...

Sr. Pedro Lacerda, é uma satisfação encontrá-lo aqui, um guerreiro por essa causa. Trago um abraço caloroso e o compromisso da Ministra Simone Tebet, do Ministério do Planejamento.

Queria comentar com os senhores, de maneira muito breve, que desde fevereiro, março do ano passado, nós começamos a organizar reuniões com os estados de fronteira, desde o Amapá até o Rio Grande do Sul. Conversamos com os secretários de desenvolvimento e planejamento dos estados, buscando qual era o problema que esses estados tinham e quais eram os obstáculos que eles tinham para aprofundar suas relações com os países vizinhos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No caso do Mato Grosso, fomos atendidos, o Governo do Mato Grosso veio, o Sr. Edeon Vaz esteve aqui conosco também, no Ministério de Planejamento, assim como o Secretário de Planejamento do estado, e nós, a partir desse trabalho no Ministério do Planejamento, desenhamos algumas rotas de integração regional, de integração do Brasil com a América do Sul, que recuperam um trabalho histórico de muitas décadas que foi feito, e isso não saiu da cabeça de nenhum gênio, isso é um trabalho de escuta ativa da Federação, de o Ministério do Planejamento escutar as prefeituras, escutar os governos estaduais e entender qual era o problema e qual era a necessidade que eles tinham para aprofundar sua relação com os países vizinhos.

Também recebemos as instituições do recinto alfandegado, ou seja, recebemos a Receita, a Anvisa, o Vigiagro, a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária, para identificar quais eram os problemas e as necessidades de articulação que existem do Brasil para dentro e dessas instituições com as correspondentes nos países vizinhos.

Por que é que isso pode dar certo agora? Acho que essa é uma mensagem que a gente queria trazer. Por que é que isso pode dar certo hoje e não deu certo há 10, 20 ou 30 anos? E aí, nós temos duas grandes razões para que isso dê certo hoje, Senador e presentes.

Primeiro ponto, o mundo mudou radicalmente nos últimos 20 anos. Em 2000, de todas as exportações do Brasil, 2% iam para a China, e hoje mais de 30% vão para a China – dependendo do estado que a gente considere, isso vai a 35% –, ou seja, o mundo mudou radicalmente nos últimos 20 anos. Há 20 anos, o Brasil exportava mais para uma ilhazinha, que é uma dependência francesa no Caribe, que se chama Martinica. O Brasil exportava mais para a Martinica do que para o Vietnã. Há 20 anos. Hoje o Brasil vende mais para o Vietnã do que para a França. Então, os nossos produtos estão sendo demandados pela Ásia-Pacífico; ou seja, pela primeira vez em 500 anos, os nossos principais sócios comerciais estão nas nossas costas. Isso não aconteceu durante 500 anos. O Brasil não teve esse problema, porque nós vendíamos para a Europa e para os Estados Unidos. Hoje, esse problema está presente. Os nossos sócios estão atrás de nós.

Temos um outro tema, que é uma mudança estrutural da economia e da sociedade brasileira. Os estados que mais crescem são os da fronteira. É onde a população mais cresce, segundo o IBGE, é onde a produção mais cresce, é onde as exportações mais crescem.

Há 20 anos, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Roraima e Acre vendiam 1% de tudo o que o Brasil vendia para o mundo. Hoje, chega-se perto de 15%. Então, é uma transformação radical e que não pode ser freada. O Brasil está avançando para a sua fronteira oeste. E o mundo está avançando de maneira acelerada para o Pacífico, para a Ásia-Pacífico. Então, nós temos, diante dessas realidades, que agir de maneira consciente.

O Ministério do Planejamento tem contribuído com esse trabalho, que é um trabalho de vários outros ministérios – o das Comunicações, o dos Transportes, o Ministério da Agricultura, o Ministério de Energia, o próprio Ministério das Relações Exteriores, obviamente –, e, a partir do trabalho das Rotas de Integração, das cinco Rotas de Integração, a Ministra Simone tem viajado as cidades de fronteira, os estados de fronteira e os países vizinhos, com a finalidade de escutar a demanda dessas regiões.

Termino...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Antes de terminar, eu quero agradecer ao Fausto, que já está aqui desde o início, representando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a Receita Federal. Eu acredito que a representação desta reunião foi extremamente importante, cada um dentro da sua responsabilidade.

Como conclusão, nós vamos aqui passar a palavra, ao final, para que o Ministério das Relações Exteriores possa se posicionar, porque acredito que estamos concluindo com objetividade, para formarmos um grupo de trabalho, com essa legitimidade, e aí eu quero convidar o Ministério do Planejamento, principalmente pela representação que hoje temos, da Ministra Simone Tebet. O Governo do estado, eu acho que assumiu também esse papel – todos nós que aqui estamos –, e acredito que a Receita também tem esse papel extremamente importante.

Eu gostaria de fazer essa provocação, Fausto, no sentido seguinte: de que tenhamos já, também, esse compromisso, você assumindo aqui, para a gente integrar esse trabalho.

Sabemos que isso não é de um dia para o outro, mas só o fato de o Governo do Estado de Mato Grosso já estar elaborando um projeto – olha o desafio que foi feito – no sentido de fazer a parte brasileira... Foi feita até uma provocação. É claro que vamos ter que ajudar a Bolívia nas suas dificuldades também e encontrar, se for o caso, até essas alternativas de financiamento, mas acredito, pelo volume de recursos – que não é tão grande, são cento e poucos quilômetros –, que o Brasil pode, através do BNDES, inclusive, fazer esse financiamento, ou outros fundos, como o Fonplata, e aí eu acho que o Ministério da Agricultura, aqui também, o Irajá vai poder falar nesse sentido.

O Ministério da Agricultura é extremamente importante, inclusive pela economia de Mato Grosso. Temos um Ministro do Mato Grosso também, e eu acho que tudo isso faz oportuna essa nossa reunião.

E aí, Márcio Lacerda, em seu nome, como Senador da República, como a família Lacerda, com toda essa tradição, claro, eu acho que é um grande passo, e o seu testemunho aqui presente...

Então, agradeço muito, Fausto, a sua presença aqui, dada a importância, acredito, desse passo que estamos dando para... Porque o Mato Grosso, hoje, com a sua força de desenvolvimento... Realmente, a região de Cáceres é uma das regiões que mais necessita dessa atenção por parte de todos nós. Até porque, como foi colocado, uma faixa de fronteira no Brasil, de um modo geral, foi abandonada, e nós temos que fazer da faixa de fronteira uma faixa de desenvolvimento. E nós, realmente, deixamos isso um pouco à margem, o que leva a toda essa situação.

Luciano, me desculpe. Eu quero a sua conclusão.

Muito obrigado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUCIANO SEVERO – Obrigado, Fausto.

Para concluir, quero comentar que, no dia 30 de maio, há poucos dias, o Presidente da República, o Presidente Lula, assinou um decreto que cria a Comissão Interministerial para a Infraestrutura e Planejamento da Integração da América do Sul. Então, esse é um ponto muito importante. Nós acreditamos que o Ministério do Planejamento pode e deve se inserir nessas discussões, porque está criada já a Comissão Interministerial para a Infraestrutura e o Planejamento da Integração da América do Sul. Essa comissão é composta por 12 ministérios

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que estão relacionados diretamente ou de alguma maneira com o processo de integração regional e é presidida pelo Ministério do Planejamento, tendo a Vice-Presidência no Itamaraty, no Ministério das Relações Exteriores.

Então, nós estamos trabalhando em conjunto com todo o Governo, com um processo de escuta ativa com todos os estados e buscando os municípios de fronteira. Somos entusiastas desse processo. Acreditamos que essas rotas de integração não são contraditórias e não competem entre si, são complementares, assim como devem ser multimodais. Nós temos projetos de aeroportos em região de fronteira, de extensão de fibra ótica por dentro dos rios amazônicos, nós temos pequenos portos para o transporte de passageiros nas cidades amazônicas que não contam com rede rodoviária, nós temos a extensão e a duplicação de rodovias federais, temos o plano ferroviário, linhas de transmissão elétrica, ou seja, é um grande pacote de obras que, inclusive, estão no PAC, que estão garantidas pela Lei Orçamentária (LOA), que facilitam a articulação da economia brasileira com a dos vizinhos.

Então, contem com o Ministério do Planejamento.

Fica um abraço. Parabéns pela grande atividade e pela grande audiência pública. Desejamos muito êxito. Que nós possamos, logo... Dia 21, a Ministra estará com o Ministro...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUCIANO SEVERO – ... Fávaro, em Cáceres, para uma atividade. A Ministra esteve com o Ministro Fávaro agora – nós chegamos há dois dias de Pequim. Foram anunciadas as Rotas de Integração em Pequim, buscando financiamento para esses recursos. A Ministra Simone é Delegada brasileira no Fonplata, ou seja, nós temos que agir de maneira muito articulada para que esses projetos avancem porque, ao contrário de 20 anos atrás, hoje a realidade nos empurra.

Obrigado.

O SR. IRAJÁ LACERDA (*Fora do microfone*.) – Ele já fez a consideração que eu ia fazer.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – O Secretário-Executivo Irajá está dizendo que você já fez a consideração. Mas fica aqui, claro, o nosso compromisso, até pelo Irajá ser Lacerda também, mais ainda por esse compromisso dele genético, do DNA. (*Risos.*)

Eu vou finalizar com o João Carlos, mas o Márcio Lacerda, na condição de ex-Senador da República... Nunca é ex, quem foi rei sempre é majestade, então, sua majestade o Senador Márcio Lacerda.

O SR. MÁRCIO LACERDA (Para expor.) – Bom, em primeiro lugar, Wellington, meus parabéns aí pela iniciativa!

Só para fazer algum registro do que é a lentidão, as dificuldades com que nós andamos para essa questão da integração.

A primeira reunião para se tratar de uma ligação de Cáceres a San Ignacio foi em 1960, quando meu pai era Prefeito de Cáceres, quando veio uma comissão de San Ignacio, e, de lá para cá, várias ações, de alguma maneira até informais, foram realizadas, por exemplo, um programa de cooperação na vacinação contra febre aftosa – que levou a Bolívia, inclusive, a se habilitar antes de nós –, exatamente porque era uma precaução da pecuária brasileira para poder garantir que não houvesse a falta de imunização na fronteira e limitassem nossas possibilidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E até mais um registro, essa agricultura que existe hoje de soja no entorno de Santa Cruz, a produção de soja que existe lá, saiu de Mato Grosso, praticamente pela via que o nosso representante do Ministério da Fazenda estava colocando agora: pela falta de uma estrutura de Estado nas fronteiras, praticamente isso foi feito lá com semente contrabandeada daqui, com equipamento levado daqui. Foi isso o que deu esse *start* nessa produção boliviana, que hoje é significativa, e também por conta dessa informalidade, por conta desse pioneirismo e da força desse trabalho de formiguinha que foi feito, o que possibilita que hoje nós tenhamos essa realidade.

Como disse o Wellington, é outra realidade. O Centro-Oeste... A fronteira oeste é outra realidade, e o Brasil precisa despertar para ela.

Muito obrigado, Wellington.

E parabéns a vocês todos por essa nova fase desse esforço!

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Eu tenho depois alguns encaminhamentos, mas eu não quero aqui cansá-los, até pelo tempo também.

Eu, inclusive, ao final, vou dispensar aqueles que precisam se deslocar.

Mas eu vou passar, então, agora ao João Carlos Parkinson de Castro, representando aqui o Ministério das Relações Exteriores.

Só vou dizer que vou apresentar um requerimento para as duas Comissões, a Comissão de Relações Exteriores... Eu quero aproveitar, inclusive, para agradecer ao Senador Renan Calheiros, que é o Presidente da Comissão, bem como ao Senador Confúcio Moura, que é o Presidente da Comissão de Infraestrutura, por terem nos apoiado para fazer esta reunião, esta audiência conjunta aqui, e, claro, no desdobramento, vou apresentar o requerimento nas duas Comissões, de que faço parte, também.

Pretendo fazer isso de hoje para amanhã, até porque também deverei estar entrando com uma licença amanhã, e quero fazê-lo, ainda, oficialmente, para que a gente tenha já, oficialmente, aqui dentro da Comissão a minha suplente, a Rosana Martinelli, que vai assumir amanhã. Ela vai dar continuidade a isso aqui como missão. Já conversei com ela hoje pela manhã. E eu acredito – ouviu, Pedro? – que nós vamos ter que juntar as mãos, todos aí, porque esse assunto não pode ficar adormecido.

E eu creio que o momento é muito oportuno, principalmente dada a economia forte que o Mato Grosso representa e a determinação do Governador também, já colocada aqui.

Então, eu vou passar aqui ao João Carlos para que ele possa fazer as suas considerações, inclusive sobre essa nossa provocação e em cima, inclusive, da própria fala dele, mas eu sei que o Ministério das Relações Exteriores tem todo o seu roteiro a ser feito.

Com a palavra, João Carlos.

O SR. JOÃO CARLOS PARKINSON DE CASTRO (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Bom, de fato, a criação de um grupo de trabalho Brasil-Bolívia requer certa formalidade. Normalmente, por troca de notas diplomáticas, podemos propor ao Governo boliviano a criação de um grupo bilateral. Criado o grupo, na composição, obviamente, estariam presentes todos os atores interessados. Eu me refiro não só aos atores governamentais, onde figuram Planejamento, Agricultura, Ministério das Relações Exteriores, mas também os atores locais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É importante que as autoridades locais e o setor privado também sintam a mobilização que os governos tomaram a decisão de empreender, de levar adiante, para também se articularem. E essa soma de interesses, de motivação, de ações é que, efetivamente, molda, constrói um corredor rodoviário bioceânico, já que há uma diversidade de problemas, uma diversidade de atores, e todos têm que, obviamente, se integrarem num ambiente aberto, transparente, de modo a promover ações sinérgicas.

A primeira iniciativa, então, confirmando: eu me proponho, internamente, a submeter à chefia da casa a criação de um grupo binacional Brasil-Bolívia, para discutir com o Governo boliviano e outros atores, como eu mencionei, o desenvolvimento desse corredor. Eu acho que esse é um primeiro passo que a gente poderia tomar de modo a dar a concretude que o Governador de Mato Grosso pediu, com toda correção.

De fato, eu estou ciente de várias caravanas que foram feitas no passado, ajudei muitas delas, e que poucos resultados produziram. Então, contem com o meu envolvimento pessoal, meu interesse, minha disposição e, obviamente, o respaldo do Ministro das Relações Exteriores para levar adiante o seu pleito, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Eu agradeço, Embaixador.

Fique à vontade também, já que liberado o Secretário-Executivo, porque eu vou fazer uma fala aqui e até porque outros podem ter compromissos e não precisam aguardar.

Mas, como conclusão aqui de tudo, de tudo que eu falei e que nós falamos aqui, serão oficialmente tomadas as providências pelas duas Comissões. Nós o faremos com todos os ministérios envolvidos, o Ministério do Planejamento, o Ministério da Agricultura e o Ministério das Relações Exteriores, que será, claro, o catalisador de todo esse trabalho.

Portanto, eu quero dizer que, aqui, por meio desta audiência entre as duas Comissões... E, mais uma vez, agradeço aqui ao Senador Confúcio Moura e ao Senador Renan Calheiros por nos propiciarem que tivéssemos, então, esta reunião e transformando numa audiência conjunta para discutir a rodovia binacional.

E aqui não há dúvida, depois de tudo que discutimos, de que esse empreendimento não é apenas uma estrada, mas um verdadeiro corredor de oportunidades e desenvolvimento, capaz de capacitar e também impactar positivamente diversos setores da nossa sociedade – na sociedade conjunta: brasileira, boliviana, chilena e de todo o mercado andino e até do Mercosul.

Por isso, eu gostaria aqui de destacar alguns dos principais benefícios que esse trabalho... Eu vou dizer mais do que a rodovia, mais do que... Porque o que nós estamos discutindo aqui é uma integração. Aqui foi perguntado sobre a possibilidade de uma ferrovia. Todos os meios, e aqui não discutimos.... Inclusive eu queria ter falado aqui na presença do Governador, porque também nós estamos ultimando a internacionalização do nosso aeroporto de Várzea Grande, em Mato Grosso, na nossa capital; isso também é uma luta de muito tempo.

Agora, através de uma concessão em que a gente trabalhou muito... Eu quero aqui dizer que, como Deputado Federal, começamos esse trabalho, e como Senador, para que pudéssemos ter a concessão dos aeroportos do Centro-Oeste à época, que foram o aeroporto de Rondonópolis, de Alta Floresta, de Sinop e de Várzea Grande, o aeroporto Marechal Rondon. Naquele momento era um sonho, começamos a trabalhar e conseguimos, então, chegar à licitação. Comemoramos muito. Depois veio a pandemia, claro; isso trouxe uma certa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

instabilidade, mas hoje nós estamos verdadeiramente comemorando, porque os quatro aeroportos já estão nas obras finais.

Eu estive, 15 dias atrás, no aeroporto Marechal Rondon a convite da concessionária, e toda a infraestrutura está pronta, já está na fase final de aprovação da Receita Federal, Polícia Federal, e a área de inspeção sanitária, toda ela está pronta. Acredito que, até o mês de julho, a gente tenha já definitivamente a internacionalização do nosso aeroporto.

E isso vai permitir que a gente possa, Pedro Lacerda, fazer a tão sonhada integração, mesmo que seja inicialmente com voos *charter*, com voo semanal, quinzenal. O importante é que a gente tenha, inclusive, a oportunidade de sair de Cuiabá e chegar a Santa Cruz de la Sierra; chegar à capital boliviana...

Pois não. O Pedro se entusiasma, não é? (*Risos.*)

O SR. PEDRO LACERDA (Para expor.) – De Santa Cruz de la Sierra...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Ao mundo.

O SR. PEDRO LACERDA – De Santa Cruz de la Sierra já existem dois voos por dia, sem escala, para Miami. A gente vai daqui para Miami, via Santa Cruz, voando três horas e meia a menos a partir de Cuiabá do que fazendo esse roteiro por São Paulo. Então, isso diminui o tempo de voo e diminui o custo.

E, lembro aqui – o que o senhor está falando é algo que eu ia propor; eu vim para fazer essa proposta junto com você, para a gente trabalhar essa questão da internacionalização – que, na verdade, existe uma malha aérea ou viária imensa a partir de Santa Cruz, voltada para todo o setor do Atlântico, e existe uma malha viária grande também em Cuiabá, voltada para todo o setor do Pacífico, e não existe uma ponte aérea entre essas duas malhas, e Cuiabá-Santa Cruz fecha essa malha.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Isso é uma realidade que pode acontecer a partir do mês de julho, e eu tenho conversado com a Latam e com a Azul, que estão estudando já isso; inclusive, a concessionária do aeroporto de Cuiabá, de Várzea Grande, também está estudando, e Sinop é outra capital, também, de onde podem sair voos, porque hoje nós temos voos diretos de Sinop para São Paulo. Essa integração, com certeza, não só vai agilizar como também vai diminuir o custo para viagens internacionais, sem dúvida nenhuma. Então, é um outro aspecto extremamente importante de que a gente fala aqui nesta nossa audiência.

Eu ainda continuo: é claro que todo esse trabalho vai melhorar a nossa logística de transportes. Com isso, a nossa rodovia binacional vai revolucionar, com certeza, a logística e o transporte em nossa região, com a redução significativa das distâncias entre os centros de produção de Mato Grosso e também os portos de exportação do Pacífico. Com isso, teremos um trajeto mais curto e eficiente. Isso significa um menor tempo de viagem para escoar a produção, tanto agrícola como de passageiros e industrial, reduzindo, assim, os custos logísticos. Também, uma consequência direta será a melhoria da competitividade dos produtos mato-grossenses no mercado global. Eu entendo que isso é, também, uma forma de podermos viabilizar a nossa ZPE de Cáceres.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda, um outro aspecto é o fortalecimento econômico, porque o impacto econômico será notável. Com a facilitação do acesso aos mercados internacionais através dos portos do Pacífico, as exportações de Mato Grosso serão significativamente ampliadas; além disso, a importação de insumos agrícolas – aqui tão falados – vitais, como a ureia e o sal, será realizada a preços mais competitivos, beneficiando os nossos produtores.

A construção e a manutenção da rodovia também gerarão empregos diretos e indiretos, impulsionando, assim, o desenvolvimento econômico nas regiões envolvidas. Destaco ainda a integração regional, porque a rodovia binacional integrará a zona de processamento de exportação de Cáceres com os mercados internacionais, aumentando sua atratividade para investimentos. A melhoria da infraestrutura beneficiará as cidades ao longo da rodovia, promovendo um desenvolvimento local e regional sustentável e inclusivo.

Ainda, quero destacar a atração de investimentos. Com uma infraestrutura logística aprimorada, haverá um maior interesse de investidores estrangeiros, e isso incentivará o desenvolvimento de infraestrutura adicional, como armazéns, centros de distribuição e serviços relacionados ao transporte, criando um ambiente propício para novos negócios e também investimentos.

Ainda, destaco a competitividade agrícola: a eficiência do escoamento da produção agrícola será aprimorada, tornando os produtos de Mato Grosso mais competitivos no mercado global. Além disso, o acesso mais rápido e econômico a tecnologias e insumos agrícolas essenciais impulsionará a produtividade e a inovação no setor.

Destaco ainda a integração internacional. Este projeto também fortalecerá as relações bilaterais entre Brasil e Bolívia, consolidando um corredor de transporte que ligará o Atlântico ao Pacífico. Essa integração beneficiará não apenas o Mato Grosso, mas também outras regiões do Brasil, promovendo um intercâmbio econômico e cultural mais intenso.

E, finalmente, a segurança e infraestrutura. Por isso, a melhoria nas condições das estradas proporcionará maior segurança para motoristas e reduzirá a ocorrência de acidentes. A infraestrutura rodoviária será modernizada, beneficiando tanto o tráfego local quanto o internacional. Eu gostaria de substituir essa palavra "tráfego", porque pode ser confundida com "tráfico", mas é exatamente a logística da região. Acho que fica mais propício.

A rodovia binacional é um projeto transformador que trará inúmeros benefícios para Mato Grosso e para o Brasil como um todo. É um passo crucial rumo ao desenvolvimento econômico sustentável, à integração regional e à internacionalização e também à melhoria da qualidade de vida de nossa população.

Que possamos todos, os aqui presentes, aqueles que nos estão assistindo, aqueles que participaram, inclusive virtualmente, apoiar e acompanhar com entusiasmo a concretização desse grandioso projeto.

Eu quero passar aqui também ainda ao André Bringsken, porque ele é um entusiasta, junto com os Lacerda, ali pela nossa histórica Vila Bela da Santíssima Trindade.

O SR. ANDRÉ BRINGSKEN (Para expor.) – Mais uma vez eu quero agradecer ao Senador Wellington, que é um grande parceiro de Vila Bela, pela realização desta audiência, que trouxe à tona uma situação. Pedro Lacerda, você, como meu parceiro, meu companheiro – muito obrigado –, conseguiu trazer, Senador Wellington, em nível nacional, um ponto importantíssimo para o desenvolvimento não só de Mato Grosso, mas de todo o Brasil, porque essa integração

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com a Bolívia vai permitir que nós possamos levar muitos produtos brasileiros para a Bolívia. A Bolívia produz menos de 20% do que consome em termos de alimento. Então, é um grande mercado.

Os fertilizantes que a Bolívia hoje produz são importantíssimos para nós. E aí, Márcio Lacerda, eu quero dizer que me sinto realizado e feliz nesta manhã...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ BRINGSKEN – ... porque é um sonho de mais de 40 anos, em que nós sonhamos com essa integração, e hoje isso vislumbra-se possível através de uma parceria aqui com o Senado, o Ministério das Relações Exteriores. Quero agradecer de coração, João Carlos, a sua participação. E já peço que nesta comissão seja incluído o representante de Vila Bela, que é o nosso parceiro, Pedro Lacerda, que está integrado nessa luta e que já é o Presidente do Comitê Pró-Asfaltamento e Integração Brasil-Bolívia.

Quero agradecer, Luciano, a sua intervenção também junto à nossa Ministra Simone Tebet, que é do meu partido, o MDB. Sinto-me muito em casa nesse sentido.

E, lá em Cáceres, queremos ter essa audiência para mostrar para ela que esse corredor possa ser o sexto corredor de integração latino-americana e de chegada ao Pacífico, junto com os cinco que já estão definidos por ela.

Então, quero agradecer de coração a todos os que estão nos assistindo e ao meu povo de Vila Bela.

Quero dizer que contem sempre conosco, com o Senador Wellington Fagundes, com Irajá Lacerda e com toda a estrutura do Governo, para ver... E nós vemos agora um momento em que chegou a nossa vez, chegou a vez da nossa riqueza, chegou a vez da nossa integração. Vila Bela foi, por muito tempo, fim de linha, e hoje nós estamos passando a ser começo de um momento importante de importação e exportação.

Quero agradecer todos os demais participantes, o Miguel, o Edeon, a Mariana, o Fausto, e dizer que Vila Bela os aguarda. Se vocês tiverem um tempo para conhecer a nossa história, vão se vislumbrar com ela e com a nossa riqueza turística também e nossas belezas cênicas. A maior cachoeira de Mato Grosso, a quarta mais alta do Brasil, está lá, a Cachoeira do Jatobá, além do cânion que já foi classificado pelo Ministério do Turismo como o ponto mais visitado, nos últimos dois anos, em Mato Grosso. E temos n riquezas, como o belíssimo Guaporé que nos une lá com Rondônia, que é um rio bastante preservado, totalmente preservado. Então, toda essa riqueza está à disposição para que a gente possa fazer essa integração também do turismo com o país vizinho, a Bolívia.

Muito obrigado, Senador.

Que Deus te abençoe sempre nessa luta pela nossa região e como amigo de Vila Bela!

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Pedro Lacerda, para concluir.

O SR. PEDRO LACERDA (Para expor.) – Primeiramente, quero parabenizá-lo. Foi um ato histórico este momento de hoje, para nós, para Mato Grosso. Foi um dia histórico.

E queria oferecer... Eu estive, há 20 dias, com o Governador de Santa Cruz, que se propôs a vir aqui. Inclusive, ele virá. Na ida da Simone Tebet a Cáceres, naquele dia que estava

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

marcado, eu cheguei a fazer uma reserva no hotel, para ele, em Cáceres. Então, o Governador se colocou à nossa disposição.

Inclusive, Senador Wellington, na hora em que o senhor quiser uma visita dele, vamos fazer um convite, com o pessoal também do Governo Federal, com o Ministro, tá? O Governador é um rapaz jovem, gente boa, e está à nossa disposição. E, junto, nesse trabalho do aeroporto, eu queria ceder o Secretário, vou trabalhar junto contigo. Wellington, esta semana passada...

Há dois anos, conversei com o Diretor da Azul – desculpe, dois anos não, foi naquele ano da Copa do Mundo –, conversei com o Sr. Ronaldo, um senhor da Azul, e expliquei tudo para ele o que que significava esse voo Cuiabá-Santa Cruz. Ele foi à Santa Cruz e chegando lá, na hora, alugou um box no aeroporto, e ia começar o voo para Santa Cruz. Só que aconteceu o seguinte: quando fizeram o alfandegamento obrigatório para a Copa do Mundo, a Receita Federal fez o alfandegamento provisório, que vale por seis meses, e o rapaz da Azul não sabia disso nem eu. O rapaz da Azul contratou um *box* no aeroporto de Cuiabá e estava se organizando para começar um voo definitivo Santa Cruz-Cuiabá, só que, na semana seguinte, nós soubemos que o alfandegamento foi cancelado. Ele esperou 90 dias pagando o *box* lá, pensando em conseguir reverter a situação, mas não a reverteu. Ele conversa bastante comigo, e eu, com ele; na semana passada, tive uma conversa com ele nesse sentido.

Obrigado, Wellington.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Eu gostaria de agradecer aqui a toda a equipe da nossa Comissão de Infraestrutura, através do nosso Secretário Thales, e também ao Eduardo Leão, ao Ricardo e ao Júnior; da minha equipe, ao nosso companheiro Fernando Damasceno, Chefe de Gabinete do Bloco Vanguarda; também ao Mauro Barbosa, da Frenlogi; ao João Lopes, também do Bloco Vanguarda; da minha assessoria legislativa, ao Vicente Barreto; e da assessoria de comunicação, à Larissa de Mello.

Esteve presente conosco também o Mario Povia, Executivo do IBI, da Frente Parlamentar Mista de Portos e Aeroportos.

Com isso, então, eu dou por encerrada a sessão, agradecendo a presença de todos.

Registro aqui também a presença do Prefeito da cidade de Lucas do Rio Verde, Miguel Vaz. Temos outras pessoas que aqui estão presentes. Lucas do Rio Verde é uma das cidades também que eu convido todos os brasileiros a conhecerem, é uma das cidades mais desenvolvidas do Mato Grosso e do Brasil e um dos maiores IDH também do país.

Assim, eu vou falhar ao não registrar a presença de todos, mas agradeço-lhes imensamente.

Creio que foi uma audiência extremamente produtiva. E eu me comprometo – viu, Pedro? –, em nome da família Lacerda, a ter esse compromisso de trabalhar agora para que a gente possa, efetivamente, dar os passos na concretização não só da rodovia, mas, principalmente, dessa integração. Acredito que o primeiro passo será exatamente a internacionalização do Aeroporto Marechal Rondon, em Várzea Grande. Começando os voos, nem que seja uma vez por mês, eu acho que será um grande passo para essa integração tão sonhada por vocês da família Lacerda, mas também por toda a população da região da grande Cáceres.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 9 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 35 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 20ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE JULHO DE 2024, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e quatorze minutos do dia quatro de julho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Jorge Kajuru, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Carlos Viana, Otto Alencar, Rosana Martinelli, Eduardo Gomes, Astronauta Marcos Pontes e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Paulo Paim, Hamilton Mourão e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo, Weverton, Marcos Rogério, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Lucas Barreto, Augusta Brito, Teresa Leitão, Beto Faro, Chico Rodrigues, Wilder Morais, Tereza Cristina, Ireneu Orth e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 46/2024 - CI, de autoria Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). **Finalidade:** Debater a implementação do BRT Eixo Sul e BRT Eixo Norte com recursos previstos no novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). **Participantes:** Viviane Esse, Secretária Nacional de Transporte Rodoviário do Ministério dos Transportes; Diego Sorgatto, Prefeito de Luziânia (GO); Maria Caroline Fleury de Lima, Secretária de Estado do Entorno do Distrito Federal, do Governo de Goiás; Pábio Correia Lopes, Prefeito de Valparaíso de Goiás (GO); Fabiano dos Santos Campos Guimarães, Chefe da Unidade de Projetos da Secretaria de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal; Josiel França Penha Neto, Administrador Regional de Santa Maria (DF); Bruno Almeida, Assessor da Secretaria de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal; e Breno Gontijo, Expresso Planalto Central. Fez uso da palavra o Senador Esperidião Amin. **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jorge Kajuru
Presidente Eventual da Comissão de Serviços de Infraestrutura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/07/04

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 4 de julho de 2024.

Objetivos e diretrizes da reunião.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater a implementação do BRT Eixo Sul e do BRT Eixo Norte com recursos previstos no novo Programa de Aceleração do Crescimento, o chamado PAC, em atenção ao Requerimento nº 46, de 2024, da Comissão de Infraestrutura, presidida pelo homem público, acima da média, Confúcio Moura.

Esse pedido de audiência pública foi de minha autoria, em parceria com a Leila do Vôlei – eu, por Goiás; ela, pelo Distrito Federal.

Convido para tomar lugar à mesa, por enquanto, os seguintes convidados:

- Sra. Viviane Esse, Secretária Nacional de Transporte Rodoviário do Ministério dos Transportes.

- Sr. Zeno José Andrade Gonçalves, representante do Secretário de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal. Obrigado, Zeno, querido. Atrasou-se um pouco, mas foi pouco.

- Sra. Maria Caroline Fleury de Lima, Secretária de Estado do Entorno do Distrito Federal, que eu espero e de cujo atraso reclamo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

Ah, desculpem-me, eu acabo de falar uma bobagem aqui. O Kajuru também fala bobagem. Ela foi a primeira a chegar. Já registrei, inclusive, a Maria Caroline. Abração para as duas. Muito obrigado pela presença. Ela está representando o Governo de Goiás.

- Sr. Diego Sorgatto, que está chegando – ligou para mim ontem à noite, inclusive –, Prefeito de Luziânia.

O Fábio... Na verdade, eu sempre erro o nome dele, mas sou amigo pessoal dele, da família dele.

- Sr. Pábio Correia Lopes, Prefeito de Valparaíso de Goiás. Também me ligou ontem à noite, está chegando.

- Sr. Josiel França Penha Neto, Administrador Regional de Santa Maria, Distrito Federal. Obrigado pela presença. Já chegou? (*Pausa.*)

Quem for chegando pode vir à mesa, por gentileza, com o maior prazer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Sr. Erinaldo Pereira da Silva Sales, Subsecretário de Acompanhamento e Fiscalização da Secretaria de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal.

São esses convidados por enquanto, e quem chegou primeiro fica na mesa. Se não couber, podem ocupar aqui as primeiras colocações deste nosso plenário.

Mas, só para concluir, e antes de exibir aqui um vídeo do Ministro-Chefe da Casa Civil do Governo Lula, Rui Costa... E eu falava, quando a Ana estava aqui, que de todo filho bonito todo mundo quer ser pai. E, como eu não tenho papas na língua e já fui processado quase 200 vezes, mas nunca condenado, graças a Deus, eu fico indignado, porque esta é uma audiência pública do Senado Federal e, ao ver homens públicos desqualificados, na minha opinião... E podem mandar processo, até porque processo desses de quem eu vou falar representa, para mim, atestado de idoneidade. Eu coloco num quadro no meu gabinete.

Como a pessoa tem a cara de pau de gravar um vídeo e dizer que quem conseguiu, com o Presidente Lula e com o Ministro da Casa Civil, Rui Costa, essa obra histórica, que será concluída no Governo Lula, no entorno de Goiás, que tem, como primeira etapa, transporte de velocidade, e, posteriormente, como segunda etapa, trem-bala Brasília-Goiânia...

Todo mundo sabe – e a imprensa toda informou – que o Presidente Lula gravou vídeo falando: "A autoria, o pai da criança se chama Jorge Kajuru, que foi o primeiro a me procurar para falar desse sonho dele e, especialmente, de Goiás". Eu prometi ser o melhor Senador da história do entorno, e vou ser, e Deus quer. Deus me ama, e eu mais ainda a Ele.

E aí, concluindo: o Senador Wilder Morais – eu dou nomes – e a Deputada Federal Lêda Borges, esses dois "polichinclos"... Como nunca leram nem gibi, eles não vão saber o que significa "polichinclo", até porque não está no Aurélio. Para interpretar essa palavra, esse adjetivo, alguém "polichinclo", você tem que ler os diálogos de Nietzsche e Sócrates. Esses dois Parlamentares de Goiás certamente vão achar que é o Sócrates, ex-jogador da Seleção Brasileira; eu já lhes aviso, em função da ignorância de ambos, que se trata do Sócrates, filósofo grego. E o Nietzsche, se vocês não sabem, é o novo centroavante do Flamengo.

Então, desculpem-me o desabafo, mas, felizmente, o Governo Lula tem palavra.

O Estado de Goiás, então, tenha a certeza de que ninguém mais do que eu, por Goiás, orientado aqui, para fazer justiça ao meu amigo e irmão de 25 anos, pelo eterno Deputado Federal Elias Vaz, que me ajudou demais nessa conquista – o Ministro Flávio Dino também me ajudou muito – e a mãe da criança... Repito e deixo claro que ela também sofreu esse mesmo tipo de jogo sujo, aqui no Distrito Federal, onde também um ser "polichinclo", uma tal de Celina – parece-me que é Vice-Governadora, sei lá o que ela é e nem quero saber –, gravou vídeo dizendo que ela é que tinha conseguido com o Governo Lula. Agora, será que as pessoas não têm a mínima inteligência de que Parlamentares que chamam Lula de ladrão todo dia, que são da oposição... Como esses três conseguiriam solicitar ao Presidente Lula e ter o apoio total e a palavra dele para a realização desse sonho de todo o Estado de Goiás, iniciando especialmente pelo entorno? Então, Distrito Federal, mãe da criança: Leila do Vôlei. Ponto final.

O vídeo, para abrirmos os trabalhos, para que não haja rigorosamente nenhuma dúvida e para que se mostre que este Governo tem comprometimento, está aqui.

Vejam, por fineza, senhoras e senhores presentes e em todo o Brasil, especialmente no Estado de Goiás, numa audiência pública, aqui mesmo nesta Comissão de Infraestrutura, o que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

declarou, em função de uma pergunta feita por mim, o Chefe da Casa Civil, o baiano, Ministro Rui Costa.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Obrigado, Ministro-Chefe da Casa Civil, Rui Costa.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião é interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, que até já mandou perguntas na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone 0800 0612211. O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos, e eu sou tolerante, é evidente. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos, para fazerem suas perguntas ou comentários.

Lembrando que, se aqui chegar Wilder Morais, Lêda Borges, a Vice-Governadora, eu apenas os cumprimentarei, se puderem, podem evitar me dar a mão, a minha mão ficará grata, mas, tenham certeza de que eles não farão parte desta reunião promovida por mim. Ponto final.

Quero agradecer a chegada, atrasado, Prefeito, que é meu amigo pessoal, Prefeito histórico de Luziânia, Diego Sorgatto. Ele me ligou ontem à noite, falou que estaria às 9h, mas trabalha demais o homem, não é?

O SR. DIEGO SORGATTO (*Fora do microfone*.) – É que ainda não tem o BRT. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Olha o que ele falou, o Diego, ainda não tem o BRT lá. Seja bem-vindo, meu querido.

Então, antes de passar a palavra aos nossos convidados... Não, já falei, não é? Aqui a Secretaria é eficiente, que me ajuda em tudo, até na questão minha visual, olha o tamanho da letra, 52, mas o Dr. Hiran, oftalmo e Senador, vai salvar a minha visão, principalmente porque Deus quer. (*Pausa.*)

Só me dá a ordem, por fineza.

Quero agradecer também a todas as minhas redes sociais e à minha equipe, tanto do YouTube como Instagram, Facebook, TikTok, enfim, Twitter, todas elas estão transmitindo ao vivo, sem parar, e competindo com a TV Senado. Desculpa, TV Senado, eu vou bater de chinelo na audiência com vocês hoje de novo. Brincadeira.

Viviane Esse, Secretária Nacional de Transporte Rodoviário do Ministério dos Transportes, que foi a primeira a chegar, por fineza, o seu tempo, use à vontade. Grato, novamente, a você, que se tornou uma amiga, que eu considero como uma das mais eficientes mulheres do Governo histórico de Ronaldo Caiado. Fique à vontade para este dia 4 de julho de 2024, que eu creio vá ficar na história de Goiás, especialmente, por enquanto, e depois de Goiás todo, no entorno querido e tão abandonado. Fique à vontade. Vivi.

A SRA. VIVIANE ESSE (Para expor.) – Bom dia a todos.

Muito obrigada, Senador. É um prazer estar aqui com os senhores, só fazendo uma pequena observação. A primeira que chegou foi a Maria Caroline, eu fui a segunda a chegar, então tenho que ser justa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador, é um prazer estar aqui. O Ministro Renan fez questão de que não só eu, como Secretária Nacional de Transporte e de Rodovias do Ministério dos Transportes e também os meus Diretores, tanto o Alan, que é Diretor de Obras Públicas, quanto a Fernanda, que é a Diretora de Outorgas, estivéssemos presentes...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Viviane, desculpe-me, é rapidinho, por interromper – eu não gosto –, mas você citou o Ministro Renan Filho.

A SRA. VIVIANE ESSE – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Meu amigo pessoal, de uma competência insofismável. A ele, também, eu devo gratidão, porque quem não tem gratidão não tem caráter. Se não fosse por ele, não teria conseguido, com o Presidente Lula, porque ele foi até o Presidente Lula... A Ana Carolina se lembra disso, eu contei para ela, relatei a ela. Isso, já em 2023, no ano passado.

Então, o meu abraço ao Ministro Renan Filho e a toda a equipe dele, que é uma das mais competentes e bem escolhidas do Ministério do Governo Lula.

Pode seguir e perdoe-me pela interrupção.

A SRA. VIVIANE ESSE – Obrigada, Senador.

Certamente, falarei a ele as suas palavras, viu, Senador?

Nós fazemos questão de estar presentes porque realmente essa é uma obra muito importante, não só para a população de Goiás, mas para a do Distrito Federal. Realmente, nós temos ali a Rodovia BR-040, que hoje está concedida – é uma concessão da terceira etapa – a uma concessionária que entrou num processo de devolução amigável. O que significa isso? Ela estava com um contrato estressado, enfrentou alguns problemas para a execução das obras e, utilizando um instituto legal, optou por devolver esse trecho à União.

O Ministério dos Transportes, então, dividiu esse trecho em três segmentos. Um deles foi levado a leilão. O primeiro trecho a ser novamente concedido foi o trecho de Belo Horizonte até Juiz de Fora, que a gente levou a leilão na B3 no início deste ano, Senador – o nosso primeiro leilão deste ano e o terceiro leilão do Governo Lula. Nós, então, temos uma concessionária vencedora que está para assinar o contrato agora, no início de julho. Então, ela já vai assumir, já haverá a transferência desse trecho para a nova concessionária.

O segundo trecho a ser concedido é o trecho de Belo Horizonte até Cristalina. Para esse trecho nós temos um leilão marcado agora no dia 29 de agosto, na B3. Temos uma quantidade significativa de empresas estudando, o que nos indica que haverá uma concorrência boa, o que para a gente é muito interessante por questão de justiça tarifária. Então, então está bem encaminhado.

O último trecho, Senador, é o trecho mais relevante, é o trecho que nós estamos discutindo aqui por conta de interferência com o BRT, que é o trecho do Distrito Federal até Cristalina. Esse trecho ficou denominado de Pequi, é um trecho com a maturidade do estudo um pouco mais atrasada, então ele não é uma concessão prevista para este ano, é uma concessão prevista para o ano que vem. Como ele ainda está em estruturação, Senador, então nós estamos num momento oportuno de fazer os ajustes necessários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, o trecho opera em nível F. Não preciso nem explicar o que é nível F, todo mundo passa por lá e sabe que o nível de congestionamento ali é bastante significativo. A concessionária anterior tinha uma obrigação de fazer vias marginais; a nova concessionária também tem essa obrigação, parte utilizando o canteiro central – onde haveria, então, um conflito com as obras do BRT – e parte das obras utilizando, então, as vias marginais.

É comum utilizar, senhores, o canteiro central para evitar interferências com a área urbana, que é muito densa ali. Então, quando a gente utiliza o canteiro central, minimizamos essas interrupções, essa interferência, desapropriações, a retirada de postes, de toda a infraestrutura subterrânea como ligações de água e esgoto. Apesar de ser mais fácil, o que a gente sempre espera é o que é melhor para todos.

Estamos à disposição. Se for um entendimento do projeto do BRT, o Ministério dos Transportes, Senador, está à disposição para discutir o cronograma para tentar adequar os projetos. Esse atraso nessa concessão, especificamente, acaba sendo positivo porque nós temos tempo para discutir. Mas é importante a gente deixar claro, senhores, que, mesmo que a gente não tivesse conflitos entre o BRT e a implantação de marginais nesses dois segmentos, nós ainda não teríamos o nível de serviço adequado.

Então, mesmo com a implantação de marginais, a gente não melhora, de forma significativa, o nível de serviço nesse segmento. O que é um indicativo... Na verdade, não é nem um indicativo, é uma evidência de que a gente precisa de outras ações ali para melhorar o nível de serviço. Então, mesmo concedendo e mesmo executando as obras por meio da concessionária, de forma rápida e célere, não seria uma solução definitiva, Senador.

Por isso, é muito importante que estejamos aqui todos juntos para a gente discutir uma melhor solução, para que a gente possa dar condições de deslocamento adequadas e seguras à população que trabalha e vive nos dois estados, o que é muito importante. A gente sabe o quanto é desgastante; nós acompanhamos a operação da concessão ali, que é bastante complexa, Senador. A gente tem um alto número de acidentes, a gente tem um número de atropelamentos bastante grande. Nós temos ali, fora o congestionamento, carros quebrados, número de acessos, que no passado a gente tentou disciplinar, mas é muito difícil, porque ali já é uma via urbana.

Então, estamos muito felizes de estar aqui hoje, Senador, e mais uma vez agradeço a disponibilidade de conversarmos e, em comum acordo, chegarmos a uma boa solução, porque a população merece.

Contem conosco no Ministério dos Transportes. (*Palmas.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Bom, eu queria quebrar o protocolo aqui, e vou dizer por quê. Porque a Secretária Viviane Esse, que é Secretária Nacional de Transporte Rodoviário do Ministério dos Transportes, que aqui veio representando o Ministro Renan Filho, deu um *show* de informações extraordinárias para o nosso entorno de Goiás.

Eu tenho o privilégio de sempre dizer em entrevistas que sou um aprendiz de um homem público catarinense, apaixonado pela Santa Catarina querida, que é Esperidião Amin, uma reserva moral, uma reserva cultural deste nosso Congresso Nacional. Ele é catarinense, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está aqui presente. Poderia estar aqui presente um goiano, um Deputado Federal, exceto quem eu falei, evidentemente, não é? De Senador também não vou falar, porque nenhum dos dois quis saber dessa obra. Ele é catarinense e está aqui nesta audiência pública. Então, eu queria, primeiro, também te aplaudir. (*Palmas.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Muito obrigado.

Mas eu faço questão de, por alguns momentos, estar aqui presente. Eu tenho que participar da Comissão que trata das questões do Rio Grande do Sul, cujo trabalho é do seu conhecimento também, mas fiz questão de passar aqui e flagrei a exposição da Secretária Viviane Esse, sem prejuízo da avaliação dos Prefeitos, que estão aqui por estarem no outro lado do balcão, mas seja por regulação, seja por compromisso com obra, representantes do Governo Federal e o representante de Goiás.

Então, estou aqui, em primeiro lugar, em consideração ao cumprimento do dever público, político, que todos estão cumprindo e, segundo, para cumprimentar o Senador Kajuru, não apenas pela iniciativa, mas para cumprimentá-lo, apesar de ter arrebatado o comentário que eu ia fazer. O senhor for indelicado comigo, porque eu conheço a Secretária Viviane há mais de dez anos. Só não vou dizer que é muito mais do que dez anos porque pode comprometer uma noção equivocada sobre a...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Ela falou aqui que é mais.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É há mais tempo, mas vamos deixar por...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Sim, decano!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... mais de dez anos.

Eu a conheço desde momentos difíceis que enfrentamos numa obra que está por ser inaugurada: o Contorno Viário da Grande Florianópolis. É uma obra que deveria estar pronta em 2012 e, ao que tudo indica, será inaugurada no dia 2 de agosto deste ano, ou seja, daqui a menos de um mês.

Estou aqui para trazer o meu testemunho sobre a competência, sobre a precisão das informações e, o que é o mais importante, pela prudência de não assumir compromissos extravagantes, o que a Secretária Viviane cultua ao longo da sua vida no serviço público.

Portanto, em vez de ser o primeiro, estou secundando, mais uma vez, sendo um alegre sacristão de V. Exa., que já se antecipou pedindo aplausos. E faço meus os aplausos que o senhor pediu para a exposição da Secretária Viviane, para as demais intervenções e, especialmente, aos Prefeitos que clamam por essa obra que, sem dúvida alguma, é a modernização de um transporte interurbano, que é quase, podemos dizer, um transporte metropolitano, na verdade, e que exige, portanto, um investimento que o torne mais adequado, barato. Ainda que o investimento possa ser considerado alto, ele vai ter uma operação mais limpa e, certamente, mais democrática, pelo barateamento da tarifa de operação.

Boa sorte.

E a minha licença para me retirar, uma vez que a Comissão sobre o Rio Grande do Sul...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – E eu faço parte dela.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... que o senhor integra...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – E eu queria te pedir... Porque, sempre, ouvir Esperidião Amin é uma aula. Eu queria te agradecer muito e também, irmão e amigo Amin, pedir que lá nessa nossa Comissão, da qual você, eu, Paim, Mourão, Ireneu, Leila do Vôlei, fazemos parte, de socorro ao Rio Grande do Sul...

Eu fico triste até de dar essa notícia – não cheguei a comentar contigo –, mas eu enviei, sem mexer nos recursos que tenho para Goiás, R$10 milhões, em duas parcelas. A primeira já está lá, de R$5 milhões, para a saúde do povo do Rio Grande do Sul, e agora vão mais R$5 milhões para a habitação, a reconstrução de casas. Além da doação daquela casa, do que eu fiz questão, em função daquela gaúcha, a D. Márcia, lá em Encantado, no Rio Grande do Sul. Na reunião a que você não pôde ir, porque você tinha um compromisso, eu fiquei emocionado com ela. Uma mãe que tem uma filha só, que vive com a madrinha, e ela e o marido não sabem onde dormir todos os dias: ou é ponte, ou é ginásio, ou é acampamento. E ela disse "A única coisa que eu queria ter na minha vida era a minha casinha e voltar a morar com a minha filhinha". Eu não aguentei e, evidentemente, do meu bolso, fiz a doação de uma casa de madeira para ela.

Então, se possível, eu queria te pedir esse registro lá em relação aos primeiros R$5 milhões. Já enviei a cópia à Comissão. O Governo do Rio Grande do Sul já a recebeu e vai prestar contas de centavo por centavo.

Agradecidíssimo, Senador Esperidião Amin.

E só uma lembrança: o senhor cometeu também um ato indelicado comigo, porque eu tenho o privilégio também de ser chamado por ti de Kajuru Nasser. Hoje você só me chamou de Kajuru, querido.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Mas eu me despeço de Kajuru Nasser. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Um abraço. Obrigado.

Bem, como o Amin falou sobre o outro lado do balcão, num pingue-pongue – eu pediria a compreensão de vocês, porque alguns chegaram mais cedo –, agora o que importa é o conteúdo que começou dessa forma absolutamente irretocável com a Secretária Viviane, o conteúdo desta audiência pública.

Então, eu vou agora dar para o primeiro Prefeito do Entorno que chegou – repito, um Prefeito histórico na cidade de Luziânia –, que é o Diego Sorgatto, o uso da palavra inicial para explanação por dez minutos.

Por fineza, Diego. Muito obrigado por estar aqui presente.

E você sabe da luta que eu comecei, travada – obrigado, Amin, de novo – com um pedido seu, com um pedido de outro amigo pessoal meu, que é o Pábio Mossoró, histórico Prefeito também, de Valparaíso. Vocês dois me empurraram, vocês dois ficaram em cima o tempo inteiro, me ligavam duas, três vezes por semana, e daí a minha insistência com o Presidente Lula e com o Ministro Rui Costa para que acelerasse com o Ministro Renan Filho para que a gente desse para a população a certeza de que isso não é uma mentira e de que não é apenas uma promessa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

política, como tantas já foram feitas na história de Goiás. A Maria Caroline deve saber muito bem disso. Quantos Governadores chegaram a fazer inauguração e não aconteceu absolutamente nada?

Com a palavra, Diego Sorgatto, Prefeito de Luziânia.

O SR. DIEGO SORGATTO (Para expor.) – Bom dia, Senador.

Quero cumprimentar aqui esta mesa, saudando o senhor, que é o autor do requerimento deste importante momento para a nossa população aqui do Entorno do Distrito Federal. Quero cumprimentar aqui o Fabiano, que representa a Secretaria de Mobilidade do GDF; a Carol Fleury, Secretária do Entorno do Distrito Federal, pelo Governo de Goiás, atuante e presente; saudar a Dra. Viviane, que representa aqui o Ministério dos Transportes; o meu colega Prefeito Pábio, da cidade de Valparaíso; e todos os demais convidados.

Primeiro, Senador, agradeço a oportunidade de participar deste momento, desta discussão.

Eu disputei uma primeira eleição lá em Luziânia no ano de 2008; portanto, 16 anos atrás, naquela ocasião para Vereador. E, nesses 16 anos, a gente sempre escutou falar que vai acontecer alguma coisa, que vai ter alguma melhora com relação ao problema de mobilidade, mas nenhum movimento sequer foi feito pelo poder público ao longo desses anos.

De lá para cá, a população perece com essa dificuldade, que é de ficar quatro, cinco, talvez seis horas, todos os dias, dentro de um transporte precário, aqueles que têm – e são dezenas de milhares de pessoas – a missão de desempenhar as atividades do dia a dia aqui no Distrito Federal e voltar para suas residências.

Então, quero, aqui nesta audiência, iniciar agradecendo ao Senador Kajuru e agradecer, Senador, por ter compaixão com a nossa comunidade e propor esse que é, com certeza, talvez o mais importante benefício para a gente melhorar a qualidade de vida das pessoas que moram nas cidades de Luziânia, do Distrito Jardim Ingá, Valparaíso, Ocidental, Novo Gama, em se tratando aqui do Entorno Sul do Distrito Federal.

Quero até agradecer aqui ao Prefeito Pábio, que iniciou uma importante intervenção lá em um trecho da BR-040, onde talvez ocorra o principal congestionamento, que é aquela obra importante do viaduto, Pábio, que, com certeza, vai colaborar muito para que a gente tenha uma melhor qualidade no tráfego ali.

Quero também saudar o ex-Secretário, que iniciou esse projeto, o Marcus Vinicius, aqui presente, ex-Vereador da cidade de Valparaíso.

Mas quero dizer, Senador Kajuru, que, se a obra do BRT, que parou ali em Santa Maria, se estender até para lá um pouco do trevo de Luziânia, será a ferramenta que vai nos permitir, de fato, resolver hoje o principal problema que nós temos na nossa região. Já foi, lá atrás, segurança pública, já foi saúde pública. Hoje, se se fizer qualquer pesquisa, não tenho dúvida de que o problema que mais atrapalha a qualidade de vida das pessoas que moram ali é o problema de mobilidade. Então, eu quero agradecer aqui a sua sensibilidade por propor a inserção dessa importante obra no Programa de Aceleração do Crescimento, como foi falado aqui pelo próprio Ministro da Casa Civil. A gente fica feliz.

E, lá em Luziânia, nós iniciamos, ao final do ano passado, um programa no transporte público que é o Tarifa Zero. Hoje a gente tem lá várias linhas e horários no serviço de transporte,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e essa é uma política que a gente empreitou lá atrás e conseguimos implementar na cidade de Luziânia. Quero trazer alguns números aqui para se ter a noção da grandeza desse programa. Antes de a gente implementar, que foi em novembro do ano passado, ainda pagando a tarifa, que, naquela ocasião, era de R$2,90, transportava-se nos ônibus do transporte público municipal, esse que nós temos a competência de regulamentar pela prefeitura, uma média de 5 mil pessoas por dia. Depois que a gente implementou esse programa da tarifa zero, hoje não tem nenhum dia em que andem menos que 17 mil pessoas no transporte público dentro da cidade de Luziânia. Para se ter uma noção, foi um programa que resolveu o problema de mobilidade. É um programa no transporte público e também é uma política social.

Agora, guardadas as devidas proporções, pensem o que seria a gente conseguir, de fato, implementar e consolidar essa obra para toda essa comunidade que hoje, só no Entorno Sul, é de aproximadamente 1 milhão de habitantes.

Então, eu quero dirigir uma pergunta aqui à Dra. Viviane, do Ministério dos Transportes, porque, ainda numa última audiência de que eu participei com o Lucas Vissotto, que estava naquela ocasião como Presidente da Goinfra – até o Deputado Cambão tinha me acompanhado –, ele tinha nos relatado que existiria, não sei se um convênio, mas algum instrumento entre o Governo do Estado de Goiás e o Ministério dos Transportes, uma espécie de convênio, em que o recurso, aproximadamente R$1 bilhão, seria enviado à Goinfra e essa obra seria licitada e executada por lá. Só que depois o Lucas saiu de lá, e eu não tive mais acesso às informações.

Falo isso até a título de esclarecimento com relação ao prazo de licitação do projeto, da obra em si, ou do início, como que está toda essa situação, porque a gente é abordado a todo momento pelas pessoas das nossas cidades, querendo saber sobre esse importante benefício. Mas quero aqui, de fato, agradecer ao Senador Kajuru.

Também, Dra. Viviane, há uma importante questão que eu queria levantar aqui: a senhora falou com relação à concessão desse trecho que – eu não sabia, mas tem um nome sugestivo: o trecho Pequi – vai do Distrito Federal até a cidade de Cristalina; é justamente onde pega os municípios de que nós estamos aqui representando a população. Ali não tem mais hora, Senador Kajuru. Antigamente, era nesse período, no início da manhã, vindo para o Distrito Federal, e no sentido contrário, no final da tarde, que a gente tinha congestionamento. Hoje você passa ali por Santa Maria e por Valparaíso, pode ser de manhã, à tarde, à noite, toda hora, aquela rodovia está congestionada. É trânsito!

Até peço desculpas pelo atraso. Foi porque, de fato, ali no Park Way, travou tudo e eu não consegui chegar a tempo. Então, é um problema que atrapalha a vida do cidadão do Entorno Sul do Distrito Federal, e a gente fica feliz de o senhor ter essa sensibilidade. Eu tenho certeza de que essa obra, de fato, depois de tantos anos, saindo do papel e começando a ser executada – de fato, acontecendo isso –, nós vamos ter que colocar uma estátua do senhor lá para a população saber. Como o senhor disse aqui: a gente tem que ter gratidão, dar a César o que é de César. E, de fato, hoje, eu não tenho dúvidas, é a principal obra necessária para poder melhorar a vida dos cidadãos das nossas cidades.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Bom, como sempre preparado e apaixonado pelas boas causas, o Prefeito de Luziânia, Diego Sorgatto, acaba de fazer a sua explanação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Secretária Viviane Esse, do Transporte Rodoviário do Ministério dos Transportes, aqui representando o Ministro Renan Filho, é inquestionável a sua competência. O Prefeito fez uma observação, a senhora gostaria, por favor, de acrescentar?

A SRA. VIVIANE ESSE – Claro, claro.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Muito obrigado, fique à vontade.

A SRA. VIVIANE ESSE (Para expor.) – Obrigada, Senador.

Prefeito, obrigada pela explanação. Acho que o senhor colocou muito bem a situação que vive a população que utiliza esse trecho da rodovia. Isso nos incomoda muito também e estamos à disposição para ajudar.

Nós temos hoje, no Ministério dos Transportes, 300 empreendimentos previstos no PAC, que é o Programa de Aceleração do Crescimento, mais de 180 bilhões em obras em execução. Mas essa, Prefeito, não é nossa, essa é do Governo do Estado de Goiás.

O Lucas saiu realmente da Goinfra. Está no seu lugar agora o General Santos Filho, que é extremamente competente também e já trabalhavam juntos em parceria. Se o senhor quiser, a gente pode ir atrás das informações necessárias e a gente se coloca à disposição para qualquer ajuda, se tiver alguma interferência com alguma obra federal.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Respondido, Prefeito Diego?

O SR. DIEGO SORGATTO (*Fora do microfone*.) – Respondido.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Muito obrigado, então.

Vamos dar a sequência.

Já pedi aqui a compreensão do querido Zeno e, aproveitando o Zeno aqui, quero dizer que, de vez em quando brinco, faço críticas ao Governador do Distrito Federal, o Ibaneis.

Ibaneis, saiba que tenho divergências políticas com você, mas eu te respeito – pode ter certeza disso. E eu quero cumprimentá-lo porque acabou aquela bobagem inicial, no tempo do Governo Bolsonaro, de sua briga com o Ronaldo Caiado, do desentendimento.

Eu sei que prevalece em você a disposição honesta, o bem-querer ao próximo.

Portanto, eu o aplaudo por estar junto com a gente e por querer ver, dentro do seu Governo, essa obra, como disse o Prefeito Diego Sorgatto, de Luziânia, que vai ser a mais importante da história do entorno, sem nenhuma dúvida. Então é claro que é importante ter a sua digital, a de Ronaldo Caiado, a minha, a da Leila do Vôlei.

Então é isso que eu queria deixar bem claro aqui, para que o próprio Zeno transmita esse meu comentário, que é do fundo do meu coração, ao Governador do Distrito Federal, Ibaneis.

Na compreensão do revezamento aqui, eu vou agora do Prefeito de Luziânia para a nossa Carol Fleury. Eu falo Carol porque tenho o maior respeito por ela, o maior carinho. Já jantamos juntos, já batemos papo. Nós e amigos, para ficar bem claro, não é? Nós temos vários amigos em comum. Ela que é uma das mais eficientes, insisto, mulheres do Governo Ronaldo Caiado, um Governo histórico, o maior da história de Goiás, sem dúvida alguma.

À sua explanação, no tempo de dez minutos, querida.

Fique à vontade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARIA CAROLINE FLEURY DE LIMA (Para expor.) – Bom dia a todos. Obrigada, Senador.

Cumprimento ao Exmo. Sr. Senador Kajuru. Parabéns pela iniciativa! O senhor é sempre muito atuante, cuidando dessa população do entorno do Distrito Federal, que são municípios goianos, e que o senhor, enquanto representante de Goiás, tão bem o faz.

Cumprimento, Viviane Esse. Eu falo... E a gente precisa ser justa: a gente, nessa briga por transporte, e, quando eu consegui falar com a Viviane, ela falou: "Pera aí, não – Isso foi no final de ano –, vamos montar agora um grupo de trabalho". E não é grupo de trabalho. Nessa conversa, quando se quer enrolar, "vamos fazer grupo de trabalho"; e, pelo contrário, é para a gente colocar todos os atores à mesa. E assim foi feito, depois dessa conversa com ela. E hoje está em andamento, de forma muito eficiente, esse grupo de trabalho que o Ministério dos Transportes coordena. A Viviane faz essa coordenação e a gente tem avançado bastante.

Cumprimento o Fabiano, representante aqui do Zeno; o nosso Prefeito de Luziânia, Diego Sorgatto. E vai chegar até lá uma obra importantíssima, e, da mesma forma, o Prefeito Pábio Mossoró, que, além do Prefeito de Valparaíso é o Presidente da Amab, associação que há muito também levanta esse tema e o traz à discussão. E agora a gente, com esse esforço em conjunto, vê se tornar realidade.

Realmente o Governo Federal o incluiu na obra do PAC. Foi um pedido do Governador Ronaldo Caiado. E, dos pedidos de Goiás, colocados foi o PAC de Santa Maria até Luziânia, e o Cora, o Hospital de Câncer, que também está sendo feito com o Governo Federal.

Então, como é que está a situação? Até Prefeito Diego, como a Viviane coloca, essa obra do PAC já está sendo com o Ministério das Cidades. Hoje a Goinfra já entregou os primeiros estudos, os estudos preliminares, que o Ministério das Cidades já entendeu que foram suficientes, e já abriu a plataforma Transferegov. Então, agora, a gente está pronto para assinar um termo de compromisso entre o Estado de Goiás – que vai ser executado pela Goinfra, o representante será a Goinfra – e o Governo Federal. E a Goinfra está, nesse momento, fazendo os estudos de viabilidade necessários. Mas os pré-projetos já foram entregues e aceitos pelo Ministério das Cidades.

Então a gente está no momento de a Goinfra terminar de entregar o estudo de viabilidade, para a gente celebrar o contrato. Mas isso já está proposto e já está no sistema. Então, já está bem encaminhado, para a gente conseguir realmente avançar com a obra do Entorno Sul, Santa Maria a Luziânia.

Essa questão do BRT é fundamental para a 040. Nós estamos falando hoje de 224 mil pessoas, que fazem esse deslocamento do entorno para o Distrito Federal, e 70% disso são mão de obra. Então, são nossos servidores, como o senhor bem coloca, não é? No gabinete do senhor tem.

Hoje, aqui na entrada, ao anunciar, a colega já falou na hora: "pelo amor de Deus, nos ajudem, eu sou de Águas Lindas, eu passo horas...". Porque, como o Prefeito Diego bem coloca, se fizessem uma pesquisa anteriormente, seriam outros assuntos; hoje é transporte público, é mobilidade. A gente está falando da vida das pessoas, a gente está falando de as pessoas passarem um dia por semana dentro de um ônibus, porque elas gastam de quatro a cinco horas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por dia. Então, a gente está falando de uma tarifa absurda e de um transporte de péssima qualidade, algo que a gente realmente precisa resolver.

Agora, falando disso, nós temos que chamar aqui a atenção para a questão da governança, porque agora a obra de infraestrutura o Governo Federal realmente já colocou via Ministério das Cidades, Ministério dos Transportes, mas a grande questão é que vai fazer, que quer fazer – e o senhor foi fundamental nisso. Agora, depois, nós precisamos avançar. E o principal é que nós precisamos falar de governança, porque a gente está falando de um transporte interestadual. Por ser interestadual, hoje a responsabilidade é da ANTT. Como nós vamos integrar isso? Como nós vamos fazer essa operação realmente funcionar? Porque, senão, a gente gasta, só no BRT Sul – previsto –, R$1 bilhão, e como essa operação para em pé? Como a gente integra com o Distrito Federal? Não adianta a gente parar aqui. Como a gente vai fazer? Vai atravessar a rua, vai pagar outra passagem? Então, nós precisamos trabalhar a governança. E, para isso, nós precisamos avançar com o consórcio interfederativo, para que realmente seja uma autarquia criada, para que seja um transporte integrado.

E aí, depois, sim, precisamos avançar na questão do subsídio. Nós temos a maior passagem para a população que mais precisa. Para Goiânia e região metropolitana, isso resolve. Funcionam muito bem com a tarifa subsidiada, uma tarifa que, desde o Governador Ronaldo Caiado, não tem aumento, está ali em R$4,30. O Distrito Federal tem os subsídios, e a nossa população – nós estamos falando de 1,5 milhão de pessoas – fica ali invisível, as pessoas ficam ali realmente no limbo. Então, a população que mais precisa hoje paga a passagem mais alta e de um transporte de péssima qualidade. Então, a gente não pode tirar...

Avançando, é fundamental a obra de infraestrutura, porque, senão, não vai existir o BRT, mas nós precisamos avançar e nós precisamos aqui – eu peço muito – da ajuda do senhor e dessa intervenção junto ao Governo Federal – o senhor sempre faz essa interlocução do Governador Ronaldo Caiado com o Governo Federal – para que a gente consiga avançar na questão da governança. A gente precisa, depois, que essa operação realmente pare em pé, porque, senão, não tem como. Depois, essas linhas não se comunicam, e as pessoas ficam no meio da rua. Brasília, com toda razão, não pode de repente passar a receber mais 224 mil pessoas, se a gente levar só até o ponto nosso em Goiás, então a gente precisa ter essa questão muito forte. Se vai ser o consórcio interfederativo, se vai ser uma autarquia... Quem vai fazer essa gestão? Como será feita? Porque nós estamos falando de uma licitação. Como o DF vai licitar de uma forma e Goiás vai licitar de outra? Quem coordena isso? Porque hoje é um transporte que realmente está na mão da ANTT, e a gente não tem visto avanços nessa questão do cuidado e da qualidade com o transporte do Entorno. Então, a gente precisa...

As obras, como eu disse – até esclarecendo ao Prefeito Diego Sorgatto –, do BRT Sul estão bem encaminhadas, nessa fase da Goinfra, já entregando os documentos; logo isso vai ser assinado pelo Governador Ronaldo Caiado – quem vai ser o representante por Goiás vai ser a Goínfra – junto ao Governo Federal. Então, isso está bem encaminhado, com os estudos avançando bem, mas depois a gente precisa... Tem essa preocupação muito séria com a governança.

Outro ponto que eu trago aqui... Porque a gente fala do Entorno Sul, que é mais populoso. Isso já é PAC – foi o acordo com os Governadores –, mas a gente tem o PAC de Águas Lindas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente cadastrou a proposta no PAC Seleções, e não saiu ainda o resultado do PAC Seleções para mobilidade. Então, também peço muito essa ajuda junto ao Governo Federal, Senador, Viviane, para que saia no PAC Seleções a obra do BRT Águas Lindas.

A gente já cumpriu todas as diligências que o Ministério das Cidades nos apresentou. Nós estamos falando de uma obra também de R$778 milhões, previstos nessa proposta que a gente fez no PAC Seleções.

Então, a gente pede essa sensibilidade para que, na seleção dos projetos, o BRT Águas Lindas também entre, porque a gente trabalha o BRT Entorno Sul, fundamental, mas também não podemos esquecer o lado norte.

Inclusive, o senhor está indo para lá agora. Parabenizo-o. Está indo inaugurar duas excelentes obras, de que a população precisa muito. Também têm a digital do senhor.

Então, Águas Lindas também precisa.

Nós estamos falando da cidade que concentra a população do Entorno Sul, mas da nossa cidade mesmo, de mais de 225 mil habitantes, porque as pessoas também têm sofrido bastante.

Agradeço muito a participação.

Parabenizo muito o senhor por trazer este tema à tona, desta forma muito positiva, com a questão de as obras de infra estarem avançando.

Agradeço muito ao Governo Federal por isso, à sensibilidade do Governo Federal em ter feito isso.

O Estado de Goiás está fazendo a parte dele, na parte de documentação.

Inclusive, o próprio Ministério das Cidades está falando que a gente está à frente de vários outros estados por conta da documentação, com cronograma, com o Goinfra fazendo todo o dever de casa. Veio já do Lucas Vizzotto. Agora, como Viviane bem falou, o general tem dado sequência com muita qualidade também.

A gente está bastante otimista.

Agora, peço, então, que o PAC Águas Lindas também saia no PAC Seleção.

Chamo a atenção para o que a gente mais precisa hoje, visto que isso já avançou na parte de infra: a sensibilidade com a governança.

A governança tem nos preocupado muito, tem sido o assunto tratado no grupo de trabalho junto ao Ministério das Cidades, porque, hoje, se se estalasse o dedo e o BRT estivesse pronto, a gente não conseguiria operacionalizar isso.

Então, tem que ter cautela quando for conceder essa parte da 040, tem que estar previsto que já teremos o BRT, mas, principalmente, depois, a gente precisa fazer a operação parar em pé.

Futuramente, primeiro, a governança mesmo para fazer a operação, mas, depois, nós não podemos esquecer de que a gente precisa subsidiar esse transporte. O transporte no mundo inteiro é subsidiado.

Dessa parte, a gente tem que buscar as fontes alternativas de receita, para conseguir fazer isso.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIA CAROLINE FLEURY DE LIMA – Para encerrar, como o Governador sempre propôs dividir esse subsídio por três – GDF, Estado de Goiás e Governo Federal –, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

grupo de trabalho vai apresentar o que é, porque, hoje, nós não sabemos nem quanto isso seria, qual é o preço ideal, qual seria esse custo extra, quanto a gente dividiria.

Senador, parabéns. Obrigada. Siga nos ajudando, com o mandato do senhor, que é voltado para o povo.

Isso vai ser um marco, e a gente transforma a região que tanto precisa.

Faço só essas observações.

O Governo está à disposição. O que for necessário, pelo Estado de Goiás, será feito, porque o Governador entende que são municípios goianos e que as políticas públicas que precisam chegar são as do Estado de Goiás.

Quando a gente fala de mobilidade interestadual, é a ANTT, e a gente precisa dessa relação sempre de parceria com Brasília, nunca mais de dependência, não mais essa questão do nem-nem.

É uma população cinturão de desenvolvimento do estado, tanto de Brasília quanto de Goiás.

Muitíssimo obrigado.

O estado está à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Carol Fleury também é merecedora de palmas. (*Palmas.*)

Mais uma mulher com esse preparo.

Além de você ter, Carol, competência, você tem caráter.

Agradeço aqui o seu reconhecimento de que eu, prazerosa e espontaneamente, sou o único intermediário entre o Governador Ronaldo Caiado e o Presidente Lula.

Em função de suas divergências políticas, eu mostrei ao Presidente, logo nos dois primeiros dias da posse dele, que isso teria que acabar, que ele teria que pensar na população do Estado de Goiás, que lhe deu quase 42% dos votos – isso não é fácil, sabemos –, e que o Governador Ronaldo Caiado é meu amigo pessoal, irmão, salvou a minha vida duas vezes: uma com um sujeito com um revólver na minha cara para me matar, o Dr. Volney Almeida, que está no colo de Deus – se não fosse o Caiado, eu não estaria aqui hoje –, e, depois, com aquela grave cirurgia, que eu fiz, de 13 horas, em função do diabetes.

Então, fazer o que eu fiz foi só minha obrigação, porque eu provei ao Presidente Lula a diferença do Caiado em relação ao respeito. Você, para discordar de alguém, não precisa desqualificar ninguém. O Caiado é um homem de opinião própria, mas ele é um homem que não é oposição ao Governo Lula somente, ele é oposição aos fatos que acontecem, às vezes; agora, ele não é oposição ao Brasil e, principalmente, não é oposição ao Estado de Goiás.

Por exemplo, o Presidente Lula ia hoje – e, graças a Deus, ele não foi, porque, se fosse, a gente não teria esta audiência pública hoje – a Goiânia e a Aparecida e me disse: "Toda vez que eu for para lá, quem vai comigo é você, Kajuru. Você vai ter que quebrar essa mania sua de não aceitar viajar em avião presidencial". Eu falei: "Tá, eu vou quebrar só por isso, só Goiânia, não me convide para ir para Nova York, para ir para Paris, que eu não vou, Presidente Lula. Estou fora!". Odeio avião da FAB e ir para lá para ficar igual a um bobinho. O Presidente faz tudo, e você fica igual a um bobinho, aí você tem que ir para *shopping*, para restaurante, gastar dinheiro público. Então, graças a Deus, na minha história aqui de cinco anos e meio de mandato, eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nunca usei o avião da FAB para esse tipo de viagem. Então, só para deixar claro que hoje o Governador Ronaldo Caiado estaria cancelando toda a sua agenda para receber, no hangar do aeroporto, o Presidente Lula, acompanhá-lo e, depois, pessoalmente, no palácio, iria fazer uma homenagem a ele e recebê-lo.

Então, isso é para o Estado de Goiás entender o que é pensar no próximo e esquecer as divergências que existem entre todos os homens públicos. Portanto, eu tenho o prazer de continuar sendo o único intermediário entre Lula e Caiado pelo bem do estado, que amo e a que sou grato de forma impagável.

Com a palavra agora, na explanação de dez minutos, dando sequência ao conteúdo belíssimo e riquíssimo desta audiência pública, um Prefeito, que é reconhecido em todo o Estado de Goiás – para mim, o maior da história de Valparaíso, assim como o Diego, de Luziânia; os dois foram os meus principais incentivadores para esse ato e para essa obra, que ficará na história para sempre –, Pábio Mossoró, da nossa querida e amada Valparaíso.

Eu também falo dos outros Prefeitos do entorno. Todos eles têm o meu carinho e o meu respeito e sabem que eu os atendi em rigorosamente tudo. O Hospital de Águas Lindas, que é belíssimo, o Governador Ronaldo Caiado e eu inauguramos na semana passada, e eu consegui o custeio de saúde, que é o mais caro. Por isso, às vezes, as pessoas que têm inveja – inveja é um sentimento que ninguém confessa, essa é a minha definição sobre inveja, além de ser o mau hálito da alma – falam: "Mas como que o Kajuru conseguiu bilhões para Goiás?"

Vamos somar aqui – desculpem. Quanto essa obra vai custar? Certo? Quantos bilhões ela vai custar? O custeio de saúde de quatro hospitais em Goiás, que eu consegui. Custeio para o resto da vida! Não é custeio para quatro anos.

Hospital Cora, com a pediatria que inaugura agora no final do ano. Consegui. Em Rio Verde, Hospital Materno Infantil, que já funciona há quatro meses e atende a 1 milhão de crianças em todo o sudoeste. Hospital de Águas Lindas. E amanhã inauguro, às 18h – e também consegui o custeio e a compra de equipamentos, todos por mim –, em Palmeiras de Goiás. Quanto custa, Pábio, quatro custeios de saúde?

As pessoas ignorantes e, minimamente, com falta de cérebro são aquelas que acionam a boca e não ligam o cérebro, até porque não os têm. Aí querem saber como.

Então vamos lá, seguindo.

Kajuru conseguiu 18 rodovias para o Estado de Goiás. As duas primeiras já vão começar agora, em Formosa, e também aquela rodovia da morte – que é a BR-040 ou a BR-020?

O SR. FABIANO DOS SANTOS CAMPOS GUIMARÃES (*Fora do microfone*.) – BR-070.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – BR-070 – o Zeno me lembra aqui. Hã?

O SR. FABIANO DOS SANTOS CAMPOS GUIMARÃES (*Fora do microfone*.) – BR-080.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – BR-080! BR-080.

E lá, aquele sonho de Formosa, que o Ministro Renan Filho anunciou em vídeo, na semana passada, comigo e com a Leila do Vôlei. Quanto custa isso?

São 18 rodovias, 8 aeroportos para Goiás. Semana que vem já começa a obra do aeroporto de cargas de Anápolis, depois vai ser o de Alto Paraíso, e aí vai seguindo. Quanto custam 18

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

rodovias? Quanto custam 8 aeroportos? Custam milhões ou bilhões? Vamos lá. Isso tudo provado; não tem conversa fiada aqui. Se eu mentir, podem pedir a minha renúncia.

Quase 10 mil casas – habitação. Quanto isso custa? Também quem conseguiu? Pergunte aos ministros, pergunte ao Presidente Lula. Um tal de Jorge Kajuru, que trabalha, que não brinca; esse é o problema dele.

Eu não sou melhor do que ninguém; eu sou mais trabalhador do que os outros. Eu estou aqui todo dia, de segunda a sexta, chego às 7h da manhã, fico até o fim do dia; eu não tiro férias. Esse final de ano eu não tirei férias; eu fiquei aqui em 24 de dezembro, no Natal, passei o *réveillon* aqui. Para quê?

Porque é nessa hora que você surpreende. Você chega a um ministro que acha que não tem nenhum Senador aqui, nenhum Deputado aqui, e aí ele fala: "Estou livre deles"; mas do Kajuru não fica livre. Aí eu vou lá, fico duas horas, pedindo dinheiro mesmo para Goiás, e consegui recurso na noite de Natal, consegui recurso no dia de *réveillon*.

E neste ano eu estou passando de R$1 bilhão de recursos para Goiás, nos ministérios, nas emendas, em bancada, em tudo que eu tenho direito. E sem falar em oito institutos de autismo, que eu banco – não só inaugurei, eu banco o custeio deles –; quatro centros diabéticos, hospital de doenças raras, cirurgias de cataratas, que eu proporcionei até agora 3,6 mil. Quanto custa isso? É só somar, queridinhos, invejosos. Somem.

E, lembrando o Zagallo, para terminar e não ser longo, aquela frase dele, eu respondo para ele o seguinte: gostem ou não gostem de mim, vocês vão ter que me engolir. Pronto.

Eu vou deixar um legado, como o Caiado já me disse: "Kajuru, você vai ficar na história como o maior Senador da história do Estado de Goiás [e ele fala isso em todo discurso que ele faz – o Caiado], porque eu, Kajuru, nunca vi na minha vida [e olha o tempo que ele tem de Parlamentar] um Parlamentar goiano conseguir o que você conseguiu até hoje. É algo impressionante, Kajuru".

Isso é por causa de quê? É por causa de relacionamento, de trabalhar, de ir atrás. Não é porque tem prestígio, não. Não é porque é Vice-Líder do Governo Lula e Líder do Vice-Presidente Geraldo Alckmin; é porque a gente tem que trabalhar realmente, é a nossa obrigação. Não fazer oposição gratuita e não ficar xingando um Presidente da República significa o quê? Você criticá-lo, como eu às vezes critico o Lula na tribuna do Senado – ele sabe disso –, e critico às vezes até duramente, mas existe uma relação entre nós, de 35 anos... E eu não iria perder essa oportunidade de ser opositor a ele, por opositor, e perder a chance de ser o Parlamentar com mais recursos para o Estado de Goiás, perfeito? Então, é uma satisfação que eu quero dar para aqueles que não entendem. "Ah, Kajuru, você tinha que bater no Lula todo dia." Mas por quê? Eu tenho um bom relacionamento com todos, inclusive com o ex-Presidente Jair Bolsonaro.

Toda terça-feira à noite – e a Carol sabe disso –, na minha casa, com dinheiro meu – que fique bem claro –, eu faço jantar para 14 Senadores bolsonaristas. Toda terça, eles vão à minha casa, com esposas, sempre levam a bebida, e eu forneço a alimentação. Na quarta-feira, eu faço com quem? Com os Ministros do Governo Lula e Senadores do Lula. Qual problema tem isso? Em relacionamento, a divergência existe; mas a gente combina bem, a gente se dá bem. A gente, à noite, vai ouvir música, vai bater papo, vai ter ideias, vai conversar de coisas boas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, para mim, a política serve para isso, porque, na verdade, o único prazer da política é você servir as pessoas, é você salvar vidas, porque o resto é frustrante. A vida aqui, no dia a dia, não é fácil, gente. Aqui, tem dia em que você, à noite, tem que tomar Dormonid. Não é fácil, Zeno. Você não queira ser Senador, não, porque você vai se preparar para terapia semanal, para psicanálise.

Nesses dias aqui, o Senado viveu uma cena – pelo amor de Deus! – na discussão do aborto... porque tem colegas que defendem sabem o quê? Que, se uma mulher – prestem atenção – estuprada, tipo com 12 anos de idade, fizer aborto, a condenação dela será dez anos maior do que a do estuprador. Gente, vocês imaginavam que nós fôssemos ver isso no Senado Federal, no Plenário? E ainda uma mulher aqui fez a cena do feto, aos gritos. Vocês conseguem dormir bem com isso, vendo esse tipo de coisa, vendo o Senado discutindo cassino, jogo do bicho, bingo, questão de estuprador? Então, não é fácil o dia a dia aqui.

Desculpe-me, meu amigo e irmão, Prefeito Pábio Mossoró. A palavra é sua, para sua explanação. Fique rigorosamente à vontade.

É um privilégio ter você e ter o Diego como meus amigos pessoais. (*Palmas.*)

O SR. PÁBIO CORREIA LOPES (Para expor.) – Bom dia a todos.

Inicialmente, eu quero cumprimentar o meu amigo Senador Kajuru e, diante do Senado, das autoridades, quero agradecer pelos recursos, pelos maquinários, pelas emendas que o senhor destinou à cidade de Valparaíso.

Estou acompanhado aqui do nosso ex-Secretário de Obras e do nosso pré-candidato a Prefeito, Marcus Vinicius.

Quero saudar também o Jefferson, que trabalha na Casa e é morador de Valparaíso. Quero saudar o meu amigo Prefeito Diego; o Fabiano, representando o GDF; a Viviane, representando o Ministério dos Transportes; e a nossa amiga, competente, Carol, representando o Estado de Goiás.

É uma alegria poder participar dessa discussão, porque, há muitos anos, existiam promessas, mas, desde que Kajuru assumiu essa missão de poder defender o Entorno, principalmente na questão do transporte, da saúde, da segurança aqui no Senado... Porque às vezes as pessoas não entendem qual é o papel do Senador, e nós que estamos no meio político sabemos a importância de ter verdadeiramente um Senador que defenda o nosso estado. A maior demonstração está aí: o tanto de investimento que o senhor explanou aqui para o Estado de Goiás.

Eu estou agora finalizando o meu segundo mandato. Desde que eu assumi a prefeitura, em 2017, o grande clamor da sociedade, da minha cidade de Valparaíso, que é cortada pela BR-040, é a questão do transporte. Há muito tempo, a região tinha uma concessão com a Anapolina, depois vieram outras empresas – até porque, devido a esse monopólio, não conseguiu se sustentar, e automaticamente a ANTT deu oportunidade para outras empresas –; mas não é só falar do transporte, nós temos que falar das condições para o transporte. E, com certeza, este vai ser um dos maiores investimentos do estado, a pedido do Senador Kajuru: a extensão do BRT de Santa Maria até a cidade de Luziânia. São milhares de pessoas. A cidade de Valparaíso é cortada pela BR-040; o Ingá, que é um distrito hoje com mais de 80 mil habitantes, também é cortado pela BR-040; e a própria cidade de Luziânia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lá, Senador Kajuru, nesse trecho, nós tínhamos um dos maiores índices de acidente. Na nossa gestão à frente da prefeitura, nós conseguimos duas passarelas. Agora, com o senhor, a gente conseguiu liberar o destravamento – até porque quem está fazendo o investimento é a própria prefeitura – para poder investir, porque existe uma concessão da VIA 040 que precisa da autorização do Dnit. Há praticamente dois anos, tanto eu como o nosso Secretário Marcus Vinicius estávamos trabalhando na construção do viaduto, que é o viaduto de Valparaíso sobre a BR-040.

Então, essa é a importância e a essência de ter um Parlamentar que realmente olhe pela nossa região, fora as emendas que tem direito a mandar.

Esteve na minha cidade... Eu estava com um problema também com o Parque Anhanguera, o senhor atuou junto ao ministério, conseguiu destravar essa obra. Nós vamos agora licitar essa obra. Já iniciamos uma parte dessa obra lá no bairro Anhanguera, o senhor esteve lá comigo.

Nessa questão do diabetes, nós criamos lá o primeiro centro de referência de diabetes da cidade. O senhor também já destinou recursos para essa finalidade.

Sem dúvida nenhuma, Brasília também depende da região metropolitana do Entorno, com a mão de obra.

O que nós temos que proporcionar aqui, como falou muito bem a Carol, e o próprio Diego, que hoje é uma referência na questão do transporte local... Inclusive, nós estamos agora com o processo licitatório para iniciar o transporte municipal na cidade de Valparaíso, porque estava na Justiça há muito tempo. Nós temos que garantir ao usuário que se desloca todos os dias para o Distrito Federal para ofertar uma mão de obra com qualidade a segurança e um transporte de qualidade. Uma das maiores obras do Governo Lula vai ser esse investimento.

Também temos que ressaltar a importância do Governo de Goiás. Essa parceria do Kajuru com o nosso Governador Ronaldo Caiado, tem trazido resultados positivos: o hospital, o recurso para manter a saúde... Mas, sem dúvida nenhuma, um dos maiores investimentos que o estado vai receber do Governo Federal é a extensão do BRT de Santa Maria até a cidade de Luziânia. Por quê? Porque são milhares de pessoas. Então, o Governo conseguiu enxergar isso.

Goiás sabe dessa necessidade, até porque passou por vários Governadores que, na época, no período de eleição, prometiam que iriam colocar tarifa a R$1 e que iriam proporcionar transporte de qualidade. Prometeram, falando que estavam executando projeto executivo, e isso nunca saiu da promessa. Agora, nós temos garantido, no Orçamento da União, o recurso que vai iniciar esse importante processo.

Eu acho que, mesmo finalizando o mandato – e agora nós vamos entrar no período eleitoral –, eu queria aqui deixar um pedido a essa ilustre mesa: que a gente possa montar uma Comissão com alguns Prefeitos, com o Ministério do Transporte, com o Governo de Goiás, através da Carol, e com o próprio Distrito Federal, porque há necessidade dessa integração. O primeiro passo é construir o BRT até Luziânia. E o segundo passo é realizar esse consórcio interfederativo, para que a gente possa proporcionar um transporte de qualidade e também barato, porque, às vezes, o empresário de Brasília não quer contratar mais a mão de obra do Entorno devido à taxação das tarifas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, já que nós temos o recurso garantido aqui pelo nosso Vice-Líder, Senador Kajuru, o que nós temos que fazer agora é arregaçar as mangas e trabalhar, em parceria com o Governo Federal, com os Governos de Goiás e do Distrito Federal e com o Senado, que é importante, porque, a partir do momento em que se monta esta Comissão e todo mundo se reúne uma vez no mês – esse grupo de trabalho –, nós vamos atuar para que esses projetos realmente possam definitivamente avançar e essa obra possa ser licitada o quanto antes.

Você imagine que para eu executar uma obra de R$35 milhões, correr atrás de burocracia, de autorização do Dnit, de autorização de licença ambiental da VIA 040, que tem a concessão hoje da BR-040, foram quase dois anos! Então, o que nós temos que fazer é, a partir de agora, montar esta Comissão, pedir as licenças ambientais, as autorizações sobre a ferrovia, porque a ferrovia também corta a BR-040.

E, com um pouco do nosso conhecimento, ou seja, do que eu tive que exercer para a autorização de apenas esses três viadutos que nós estamos executando lá – um sobre a BR-040 e dois sobre a ferrovia, que são as marginais que vão ligar até o distrito do Jardim Ingá –, que a gente possa realmente, daqui para frente, montar esse grupo de trabalho e realmente fazer valer o trabalho do nosso Senador Kajuru, que garantiu, junto ao Orçamento da União, esse recurso.

Quero agradecer a todos e dizer que, com certeza, o dia de hoje é ímpar para a região do Entorno.

A gente sabe que quem está defendendo, quem realmente lutou por esse recurso, quem fez audiência com o Ministro, com o Presidente Lula, foi o Senador Kajuru – porque agora, quando chegar esse período, vai aparecer um monte de pai e um monte de mãe querendo ser o dono da obra, porque é importante: mobilidade hoje é discutida nacionalmente. A gente que faz parte de grandes cidades e faz parte de associações – eu sou o Presidente da Amab, faço parte da Frente Nacional de Prefeitos – sabe que as grandes cidades e, principalmente, as regiões metropolitanas sofrem com o transporte.

E a nossa é diferenciada. Por quê? Não é uma região que está ligada à capital; ela está entre dois estados, o Distrito Federal e Goiás. E esse transporte é executado pelo Governo Federal. Só tem um caminho: união. E aqui a gente já tem o mais importante, que é o recurso que foi garantido pelo nosso Senador Kajuru.

Então, Senador, a minha referência é o senhor. Conte com o meu apoio, conte com o apoio da cidade de Valparaíso. E, certamente, após o início dessa obra, a região será outra: antes do pedido do Kajuru e após o pedido do Kajuru.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Bom, eu só posso agradecer ao Prefeito Pábio Mossoró, da nossa amada cidade de Valparaíso. Eu sei do caráter dele, sei da postura dele, do exemplo que é como gestor, por isso que eu falo que ele e o Diego são meus amigos pessoais. O que é importante também na política é isto: você criar essas relações que são diferenciadas, com pessoas que você pode levar na sua casa, e eu também posso ir à casa delas.

Você foi muito feliz em tudo o que falou, especialmente nessa sugestão da comissão. Eu já quero antecipar aqui que ela será acatada, eu tenho certeza, por todos nós. Falarei com os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministros, falarei com o Presidente Lula, falarei com o Governador Ronaldo Caiano, com o Governador Ibaneis.

Aproveitando, por falar em Distrito Federal, me mandam aqui, eu chego aqui... Olha como a vida é! Vieram dois recados aqui da Luma Paschoalato, minha competente assessora. O primeiro: a Senadora Damares Alves, admirável amiga e Senadora, que frequenta a minha casa, inclusive, que janta na minha casa sempre, está comandando uma outra audiência pública, mas mandou anunciar que ela gostaria de estar aqui presente, porque ela também quer ver, evidentemente, essa obra histórica sair do papel depois de décadas.

E a outra notícia – aí vejam o que quer trabalhar –: mesmo eu estando aqui, eu consigo dinheiro. Eu estou aqui com vocês, mas tem gente minha já ligando: "Ministro, o Kajuru está falando daquele dinheiro". Só nesta semana, eu já anunciei, está nas redes sociais, para quem quiser ver, no Facebook do Kajuru, no YouTube do Kajuru, tudo e tal, só nesta semana, na terça-feira, que eu consegui R$282 milhões – só nesta semana! Isso porque os Parlamentares dizem a vocês, Prefeitos, que não têm mais emenda: "Olha, não adianta pedir, porque agora acabou". Para mim, nunca acaba! O Lula sabe que eu sou chato mesmo. Eu vou todo dia. Para mim, não tem esse negócio de acabou. Acabou o caramba! Não acabam os problemas das cidades, as necessidades das cidades, então eu vou atrás de dinheiro mesmo!

O Lula sabe que não é bom ser inimigo do Kajuru. Aliás, todos sabem disso. É melhor ser amigo do Kajuru ou, então, suportá-lo, engoli-lo. Eu sou péssimo para ser inimigo! Eu não seria inimigo de mim mesmo.

Aí chega, agora, a notícia aqui: o Ministério da Agricultura, Plano Safra, me mandou mais R$10 milhões. Então, R$292 milhões – isso em uma semana. Aí veio a outra notícia. Qual? Mais R$83 milhões a que eu tenho direito para: pontes vicinais, estradas vicinais, asfalto, recapeamento, maquinário, turismo, eventos. Então, só aí já são quase quantos milhões? Além dos R$700 que eu consegui, no começo do ano, nas emendas impositivas e nas emendas de bancada federal.

E assim eu vou continuar, não adianta aqueles que... Infelizmente, hoje, nas redes sociais, o clima é assim, lamentavelmente. Aqueles que desejam a minha morte, cuidado, porque eu vou enterrá-los. A notícia de Deus é que eu vou morrer de parto aos 120 anos. Então, eu vou conseguir muito mais dinheiro ainda, podem ter certeza. Eu tenho mais três anos de emendas, até 2027, e emenda para mim é todo dia. E, se eu for continuar na vida pública, o que eu não sei se vou, mas, se eu for continuar, imagine a que valor nós vamos chegar para salvar vidas e para ver o Estado de Goiás cada vez melhor.

Eu gostaria, agora, de dar o direito para a explanação, com sua presença prazerosa aqui, a Fabiano dos Santos Campos Guimarães, Chefe da Unidade de Projetos da Secretaria de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal.

Fique à vontade, por fineza, querido!

O SR. FABIANO DOS SANTOS CAMPOS GUIMARÃES (Para expor.) – Bom dia a todos!

É um prazer estar nesta Casa democrática, onde as discussões importantes da sociedade são colocadas. E daqui, certamente, sairão as diretrizes e todo o empenho aqui das unidades federativas, de Goiás, do DF, e do próprio Governo Federal, para a gente poder avançar nessas melhorias para toda a população.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria saudar a Maria Caroline, representante do Estado de Goiás, a Viviane Esse, o excelente Senador Jorge Kajuru, tão operoso, assim como o Prefeito Diego Sorgatto e o nosso Prefeito Pábio Mossoró, de Valparaíso. E vamos avançar nessas discussões.

Nós do GDF estamos trabalhando em projetos do BRT Norte. Temos R$1,5 bilhão para poder lançar essa obra, que deverá estar concluída em três anos. Temos o BRT Sul, dos Eixos 3 e 4, que são obras que estão orçadas com valores de R$750 milhões. Nesse sentido, a gente sabe das grandes vantagens dos BRTs, que são obras de mobilidade que avançam dentro do Distrito Federal, com o Eixo Oeste, que já está em execução. Temos o BRT Sudoeste também, que está em projeto, e as melhorias.

Toda a sociedade já conhece os benefícios desse modal de transporte, um modal que traz qualidade de vida, que agiliza todo o deslocamento da população, além de ter uma vantagem muito importante, que é a diminuição do número de acidentes, Senador. E também a própria emissão de gases poluentes nesse modal é bem menor do que nos outros; são veículos já com tecnologia Euro 6. E, nesse sentido, o Governo do Distrito Federal tem como meta fazer todos esses corredores de transporte, para que a gente possa melhorar a vida da comunidade.

Isso é uma determinação do Governador Ibaneis Rocha desde o início do seu mandato. E todos os órgãos de infraestrutura do Distrito Federal trabalham nessas obras estruturantes, obras que tendem a avançar. Já há muitas entregas, nós estamos com projetos avançados, e certamente a comunidade vai ter o seu reconhecimento, através dos seus pagamentos de impostos, por essas obras tão importantes. São obras que estão no PAC também, e todos os incrementos em nível de projeto estão avançados. E a gente tem certeza que, com a contribuição do Estado de Goiás junto ao BRT da 040, como tão bem explanaram os Prefeitos Diego e Pábio Mossoró, certamente teremos um grande benefício à população de todo o Distrito Federal, Goiás, já que hoje nós praticamente temos rodovias que estão dentro de características urbanas. São rodovias que, apesar de federais e mesmo rodovias distritais, hoje, com o avanço do perímetro urbano, a gente acaba tendo características urbanas dentro dessas rodovias. E o BRT é um modal que vem aí realmente para poder trazer essa melhoria à população, trazer essa rapidez para todo trabalhador, para toda a sociedade ter mais qualidade de vida.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO DOS SANTOS CAMPOS GUIMARÃES – Agradeço a todos aqui a presença e a contribuição. Nós estamos abertos a perguntas. E é uma satisfação enorme estar nesta Casa. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Obrigado, eficiente Secretário Fabiano.

Eu pediria a compreensão do Josiel e do Bruno, que são os dois últimos a completarem as explanações iniciais, e depois iremos às perguntas que estão sendo feitas inclusive pela internet, especialmente do Entorno e do Estado de Goiás: a Viviane tem um compromisso de uma reunião no Ministério dos Transportes, ela que aqui veio, a gente agradece imensamente a sua colaboração e agradecemos tudo que você trouxe para quem não sabia ainda.

Apenas uma pergunta então para liberá-la: como serão coordenadas, Viviane, as ações entre o Governo Federal e os dois Governos estaduais na implantação do BRT? Qual é o papel de cada um desses entes na realização desse projeto? Qual é a quantidade prevista de criação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de empregos com as obras do BRT? Quanto dessa mão de obra deve ser formada por trabalhadores e trabalhadoras locais? E, no que diz respeito à matriz energética empregada nos BRTs, qual é a previsão do uso de ônibus elétricos no sistema, tendo em vista a sustentabilidade ambiental? Para liberá-la, Viviane, e lhe agradecer, se você puder responder essas colocações, todos ficarão e todas ficarão contentes em todos os sentidos.

A SRA. VIVIANE ESSE (Para expor.) – Obrigada, Senador. Obrigada pela gentileza.

Eu, realmente, peço desculpas aos senhores, mas eu tenho um outro compromisso e eu vou ter que me ausentar no final. Então, agradeço esta gentileza de me passar a pergunta antes.

Sendo uma rodovia federal concedida, com o contrato agora próximo ao fim, mais próximo de um novo contrato, ainda permanece a obrigação de autorização conjunta para a implantação de qualquer obra num trecho federal. Para isso, a gente já tem uma parceria para discutir o projeto, para analisar em conjunto e, para a gente, será prioridade essa análise.

É importante que a gente conheça o projeto. Eu já conversei com a Maria Caroline agora para que haja a disponibilização do projeto para que a gente já faça os ajustes necessários à implantação das faixas adicionais, que é uma previsão do nosso estudo para melhorar o nível de serviço, lembrando que, como eu disse inicialmente, mesmo com a implantação das faixas adicionais – sejam elas pelo canteiro central ou pelo lado externo à faixa de rolamento da rodovia –, ainda assim nós teremos um nível de serviço insuficiente para a localidade. Então, isso demonstra a necessidade de a gente ter outras ações, como o BRT, por exemplo.

Então, nós estamos à disposição. Assim que recebermos o projeto, nós faremos, então, um estudo para analisar a adequação dos dois projetos, sempre priorizando a melhoria do nível de serviço. Talvez, em algumas localidades, a gente tenha que fazer uma alteração significativa no nosso projeto de faixas adicionais para que comporte o BRT, para que a gente tenha, senhores, como prioridade o mínimo de interferência necessário à população lindeira. O que significa isso?

Como, em algumas localidades – em mais de 70% –, nós estávamos originalmente prevendo, para as vias marginais, a utilização do canteiro central para minimizar o impacto na comunidade lindeira, a gente vai ter que fazer algumas adequações. E aí a gente vê o que é melhor de fazer: se a gente vai trabalhar com faixa reversível nas localidades onde a gente não conseguiu implantar as vias laterais... A gente vai analisar em conjunto. Mas o primeiro grande passo é a gente ter o projeto.

A gente está à disposição para estudar em conjunto e fazer todas as aprovações necessárias, já que é uma obra prevista no PAC, o que facilita imensamente a sua execução.

A Maria Caroline vai ter as respostas das demais perguntas, porque eu acho que elas se referem muito mais ao projeto, mas saibam que estamos à disposição, porque o que a gente espera – e é o nosso objetivo conceder essa rodovia – é melhorar o nível de serviço, e a gente sabe que o BRT é extremamente importante para isso. Então, contem conosco. Assim que a gente receber o projeto, a gente já o analisa.

Como palavra final, Senador, eu concordo plenamente com a Carol: a gente precisa de uma gestão integrada. Não é só apenas a execução de infraestrutura que vai resolver esse problema, um problema histórico é muito difícil de resolver; nós vamos realmente precisar pensar numa modelagem de gestão desse viário, porque ele é mais urbano – não tem muita

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

característica de rodovia federal –, ele é uma ligação, uma artéria que liga regiões muito importantes, e nós vamos ter que , realmente, pensar no modelo de gestão, para além da infraestrutura implantada, que é o nosso primeiro desafio.

A gente precisa ter essas marginais, a gente precisa ter uma operação, a gente precisa ter uma concessionária atuando nesse trecho para a gente poder manter socorro médico e mecânico, senhores, que são serviços essenciais.

Então é importante que a gente faça isso de forma célere para não impactar os nossos estudos de concessão, porque, saindo a concessionária daqui a 30 ou 40 dias, volta para o Dnit, e aí a gente perde algumas operações essenciais, como socorro médico e mecânico, que são muito importantes para essa região, para dar fluidez, para dar pronto atendimento no caso de acidentes. Então, é importante que a gente corra com esses estudos para que a gente faça essas adequações necessárias.

Conte, Senador, sempre com o Ministério dos Transportes nessa parceria para o desenvolvimento do que é melhor para a população do entorno do Distrito Federal e de Goiás, que são regiões muito importantes.

Contem conosco.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu que lhe agradeço, Secretária Viviane.

Vá para o seu compromisso e repita ao Ministro Renan Filho o meu agradecimento, a minha gratidão por ele, até porque eu virei amigo pessoal da mãe dele, a D. Verônica, e ela, de minha companheira.

A mãe ligou para ele e falou assim: "Se você não cuidar bem do Kajuru, eu vou te dar umas chineladas!", (*Risos.*) e ele cuida muito bem de mim.

Muito obrigado.

A SRA. VIVIANE ESSE (*Fora do microfone*.) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – E vamos, então, dar sequência agora à penúltima fala das explanações iniciais e, depois, às últimas perguntas – que serão necessárias – desta histórica audiência pública sobre o entorno de Goiás e do Distrito Federal e, de forma geral, à segunda etapa que será o sonhado trem-bala Brasília-Goiânia. Por enquanto, estamos cuidando do BRT no entorno.

Com a palavra, Josiel França Penha Neto, que é Administrador Regional da importante Santa Maria.

Sua explanação, fique à vontade.

Muito obrigado pelo tempo, pela paciência. Certamente, o Jó da Bíblia era mais afobado do que você. Desculpa.

O SR. JOSIEL FRANÇA PENHA NETO (Para expor.) – Primeiramente, bom dia a todos. Quero cumprimentar a todos da mesa. Fico muito feliz em ver amigos aqui também.

Senador, primeiro quero agradecer, primeiramente, como administrador e como morador, pela implantação da ampliação do BRT que liga Santa Maria a Luziânia, obra esta que é muito importante para a gente. A gente daquela região sabe da dificuldade de todos os moradores que frequentam essa via e que passam por ela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como o nosso amigo Fabiano falou, são vias, essas, federais, que hoje estão dentro do Distrito Federal, que acabam sendo vias distritais. Lembrando, Senador, que essa obra, que vem acrescentar muito, pelo fato de a gente estar trabalhando – junto com o nosso amigo Fabiano – a ampliação do BRT de Santa Maria, que está para se iniciar a licitação – não é, amigo? –, e essa obra vem só acrescentar isto: essa questão de atender à população local.

Sabemos de todas as dificuldades e, com isso, o Governo do Distrito Federal não tem parado. Tanto é que vai se iniciar – esperamos que este mês – esta obra, pedida pelo nosso Governador Ibaneis Rocha, junto com o DER, com intervenção da Deputada Jaqueline Silva: uma marginal próxima à 040, para tentar desafogar aquele trânsito ali que é uma coisa de louco, para ajudar todos os nossos trabalhadores, trabalhadores esses que vêm do nosso entorno do Distrito Federal para ganhar o seu ganha-pão diariamente.

Quero agradecer a todos e dizer, Senador, que fico muito feliz pelo seu empenho por toda a nossa população, não só do Goiás, mas também do Distrito Federal. E muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Josiel, eu que tenho que lhe agradecer, por favor, entre nós não há conta-corrente. Parabéns pelas suas posições.

E eu gostaria de trazer uma novidade para vocês, especialmente para os Prefeitos que aqui estão, meus amigos pessoais, o Diego e o Pábio. Claro que isso vai aumentar ainda mais a inveja dos tolinhos. Nós não temos só, no caso eu, Kajuru, o sonho do BRT, que eu estou realizando, não; nós temos uma outra opção. Eu queria quebrar o protocolo aqui, Secretaria, que eu tanto respeito, porque ninguém faz isso em audiência pública, mas eu adoro fazer o que ninguém faz, ou seja, eu aprendi uma coisa na minha vida: Kajuru, às vezes, é melhor você fazer o contrário do que o outro faz, que dá certo. Então vou quebrar o protocolo.

Minha assessora eficiente, Luma Paschoalato, venha até a mesa, por finesa.

Ela vai ficar brava comigo, pode até pedir demissão depois, porque é tímida demais. E é como uma filha para mim. Eu a conheci quando ela nasceu, ela é da minha cidade de Cajuru e filha do meu melhor amigo de infância, o Celso Cajuru.

Luma, objetivamente, dê essa notícia para todos aqui, especialmente para o Entorno, neste microfone. É sobre aquela nossa outra opção, que não custaria um centavo do dinheiro público, em relação ao transporte do Entorno. Por favor, aqui no microfone, não tenha vergonha. Você é uma mulher bonita, inteligente, vai ter vergonha de microfone? Para quê?

A SRA. LUMA ROSA PASCHOALATO (*Fora do microfone*.) – Tenho não.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Não tem, não.

A SRA. LUMA ROSA PASCHOALATO (*Fora do microfone*.) – Mas hoje estão presentes aqui...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Espere aí, só ligar. Pode falar.

A SRA. LUMA ROSA PASCHOALATO – Hoje estão presentes aqui o Rodrigo e o Breno, que são os donos desse projeto. E eu acho que...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Que é a nossa segunda opção.

A SRA. LUMA ROSA PASCHOALATO – Segunda opção. E acho que eles teriam mais propriedade para falar. Posso colocá-los na fala aqui?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Claro, evidentemente, por gentileza. Tem microfone onde eles estão ou não?

A SRA. LUMA ROSA PASCHOALATO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Não, então têm que vir aqui. Porque essa notícia é muito importante, para mostrar que 24 horas por dia, a gente só pensa nesse sonho histórico de mais de meio milhão de pessoas do entorno de Goiás e do Distrito Federal.

Quem está vindo é o Rogério? É o Rogério? Não? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – O Breno que quer falar?

Breno, por gentileza, fique à vontade. Muito obrigado pela nossa parceria, que se iniciou com várias reuniões já feitas. Já estivemos inclusive no Ministério dos Transportes, com o próprio Ministro Renan Filho, que viu com bons olhos tudo que vocês lá apresentaram, mas que ainda o Entorno não tinha conhecimento, tanto o Diego como o Pábio, como os demais Prefeitos das cidades goianas do Entorno.

Fique à vontade, Breno.

O SR. BRENO GONTIJO (Para expor.) – Bom dia, obrigado pela oportunidade, Senador. É uma honra estar presente aqui.

Quebrando o protocolo, gostaria de dar um bom-dia também à Dra. Maria Caroline, Fabiano, Diego, Pábio, todos, o administrador aqui de Santa Maria, também presente, outros que falaram.

As falas de todos demonstram a urgência e a necessidade de uma modificação do que existe hoje, para melhorar a vida da população da região do Entorno do Distrito Federal.

E a partir da Lei 14.273, que foi promulgada agora em 2022, nós iniciamos um projeto de autorização privada de um pedido de concessão de autorização ferroviária para esse trecho, para ligar Luziânia até Brasília.

É um processo que está na ANTT, junto ao Ministério dos Transportes. Nós estamos fazendo toda a adequação e a promoção, o andamento desse processo, que será, se for realizado, custeado 100% com recursos públicos – perdão, com recursos privados.

Então, o que nós pretendemos é modificar...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Zero centavo público.

O SR. BRENO GONTIJO – Exatamente.

A nossa pretensão é grande, e é modificar o transporte dentro do Distrito Federal e do Entorno, sem utilização de recursos públicos.

Para isso, a gente tem contado com a ajuda do Senador Kajuru, a ajuda da Senadora Leila, que têm sido muito importantes. Contamos com o apoio do Ministro Renan também, que tem nos atendido, tem nos solicitado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E estamos em andamento. Temos a confiança de que será um projeto de sucesso, que vai resolver muitos desses problemas, e torcemos para que seja um padrão pioneiro no Brasil, o de usar a ferrovia para desenvolver o transporte urbano, desenvolver as cidades e desenvolver a economia local.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Muito obrigado, Breno.

Eu pergunto ao Plenário: é merecedor de aplausos ou não? (*Palmas.*)

Com a palavra, agora, o último integrante desta audiência pública, para darmos início, imediatamente, às perguntas – inclusive do e-Cidadania, de todo o Brasil, especialmente de Goiás – que já estão aqui.

Bruno Almeida é Assessor da Secretaria de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal. Mais uma vez, cumprimento o Governador Ibaneis pela parceria conosco, pelo entendimento de que estamos juntos, e mesmo na sua ausência, ele fez questão de enviar os seus dois competentes representantes.

Bruno, à sua explanação, fique à vontade. Agradeço a sua paciência e principalmente a sua presença.

O SR. BRUNO ALMEIDA (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Cumprimento a mesa; na pessoa do Senador Jorge Kajuru, a todas as autoridades que compõem a mesa posta. O que eu quero explanar para vocês, senhores? É importante a gente, antes de falar de mobilidade aqui, a gente falar, na verdade, de tempo. A grande demanda da sociedade é saúde, educação, segurança e tempo. A mobilidade nada mais é do que tempo.

Eu sou servidor de carreira do DER, sou técnico, e eu vou falar para vocês quais são os desafios que a gente vai ter para poder enfrentar essa obra após a construção.

Reza a lenda que Lúcio Costa, quando começou a fazer o planejamento de Brasília, viu as cidades americanas que funcionavam. Na cidade de Nova York, naquela época, a pessoa morava próximo de onde trabalhava, e ele viu que aquilo não estava funcionando, porque tinha um problema de segurança muito grande. Ele resolveu ligar todas as cidades através de rodovias, porque era assim que estava sendo feito em Boston e era assim que estava nascendo a cidade de Orlando.

Então, Brasília teve essa questão de ser ligada, toda, através de veículos individuais. O problema é que, em 1970, para quem lembra, a gente tinha um discurso – um discurso, não –, um hino, durante a Copa, que era: "Noventa milhões em ação". Hoje o Brasil está com 210 milhões, ou seja, a gente mais do que dobrou.

Então, as rodovias que a gente tinha implantado lá nas décadas de 50, 60, por Lúcio Costa e por Juscelino Kubitschek, não comportam mais. Foi muito bem colocado pela Viviane Esse: a gente está com uma quantidade de serviço "f", ou seja, horrível, para o transporte que a gente tem.

País desenvolvido não é aquele onde o rico anda de transporte individual, mas, sim, onde o pobre anda de transporte coletivo. A partir do momento em que a gente está colocando o BRT para ligar cidade-satélite cujo morador, quem mora lá, vem trabalhar aqui em Brasília ou vice-versa, a gente está dando essa oportunidade para a pessoa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasília, quando foi pensada, foi ligada toda por rodovias: 040 BRT Sul; 020 BRT Norte; 070 BRT Oeste. Eu sou executor, hoje, do BRT Oeste, em Brasília. Essa obra é de quando a gente passa aqui pela Epia. É uma obra de RS$165 milhões. Eu sou o executor dela, a gente está fazendo um transporte coletivo.

Qual vai ser o desafio que a gente vai ter para implantar o BRT aqui em Brasília? Eu estou falando de construção, eu estou sendo técnico, eu sou engenheiro. Além de trazer toda a população para Brasília, a gente vai enfrentar uma questão de mobilidade durante a execução da obra. A gente vai precisar de um desvio de tráfico que seja eficiente, de uma segurança de tráfico que seja correta. A gente vai precisar explanar à sociedade não só o benefício, mas a dificuldade da construção durante aquela etapa, seja de um ano, seja de um ano e meio. A gente está falando de uma obra de um bilhão e alguma coisa. A gente tem um BRT Norte que está na casa de R$1,7, não é, Fabiano? O Fabiano falou R$1,7 bilhão.

O SR. FABIANO DOS SANTOS CAMPOS GUIMARÃES – O BRT Norte, R$1,5 milhão; e R$750 milhões o BRT Sul, nos trechos 3 e 4.

O SR. BRUNO ALMEIDA – Então, eu estou sendo bem categórico porque é o que a gente está enfrentando hoje em Brasília.

Brasília virou um canteiro de obras, a gente sabe, devido ao Governador Ibaneis, que está trabalhando com mobilidade. Então, ao implantar o BRT, tanto o Sul quanto o Norte – o BRT Norte vai pegar Planaltina, vai pegar Sobradinho, Sobradinho I e II, a região da Fercal, toda a 020, e trazer para o centro de Brasília –, nós iremos enfrentar um desafio muito grande durante a construção. Porém, depois de construído, o legado que fica para a sociedade é muito bom, uma vez que a gente vai reduzir a quantidade de tempo. A pessoa vai ter tempo para poder estudar, a pessoa vai ter tempo para poder ficar com o filho, com a esposa. Então, a gente não está falando aqui apenas de mobilidade, a gente está falando, realmente, de tempo, que seria o quarto grande pilar que a gente tem.

Então, eu agradeço. Foi uma explanação rápida, muito técnica. O que for relacionado à técnica, dentro do setor do Distrito Federal, eu estou apto a responder.

Era essa a minha consideração para vocês todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Rápida, porém rica, Bruno.

Muitíssimo obrigado.

Também os nossos aplausos. (*Palmas.*)

Bem, eu já fiz aqui questão, no início desta audiência pública, de registrar que, se não fosse ele, este dia histórico para Goiás – na primeira etapa, para o entorno, e, na segunda etapa, o trem-bala de Brasília a Goiânia –, sem ele, que é o Presidente desta Comissão de Infraestrutura, nós não estaríamos aqui hoje. Ele simplesmente cancelou várias audiências e disse: "Amigo Kajuru, a sua é extraordinária, é fundamental. Vamos fazê-la antes do recesso, agora, do dia 17 de julho, e não deixá-la para agosto". Então, aqui, publicamente, deixo um agradecimento do Estado de Goiás, que tem tudo a ver com ele, onde ele chegou para ser médico, para quem não sabe. Ele é amado no Estado de Goiás. Lá ele tem uma ex-Secretária que é a maior Secretária da história da educação no Estado de Goiás, a Fátima, que trabalhou com ele. Aliás, trabalhava

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com ele em reuniões até três horas da madrugada, ela e todo o secretariado. Ele é tudo isso que eu estou falando, mas também é o inventor da escravidão na vida pública. Reunião com ele, no Governo... Simplesmente, ele foi o maior Governador da história de Rondônia. Se quiser voltar, vai ser imbatível. Esse que é para mim uma das maiores referências da vida pública que eu tenho, o Senador Confúcio Moura.

O meu agradecimento sincero, que não é meu, que é do povo que o senhor tanto ama, o povo de Goiás, que o recebeu tão bem pelo tempo em que lá o senhor viveu.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu é que te agradeço.

Ele é tão tímido, entendeu, que ele já fala obrigado... (*Risos.*)

Mas é verdade. Esta audiência, se não fosse você, não teria acontecido.

Bom, eu gostaria de dar prioridade aqui, no início, às perguntas feitas pela internet no portal nosso do Senado Federal, o e-Cidadania.

Pergunta do Cícero, que é do entorno de Goiás. Ele questiona – e fique à vontade quem quiser responder –: "Quais medidas e mecanismos serão adotados [...] para evitar que ocorra superfaturamento e crimes de corrupção nessa obra [histórica do BRT]?".

Quem pode responder? (*Pausa.*)

O Zeno vai responder. Ah, o Breno. Desculpa, o Bruno. Perdão. O Bruno, que é do Governo do Distrito Federal.

O SR. BRUNO ALMEIDA (Para expor.) – Hoje, quando se vai executar uma obra, temos, normalmente, uma comissão de executores por parte do Governo, de três, quatro. Numa obra de grande vulto como essa, a gente precisa de ter uma supervisora. A supervisora vai supervisionar o que a contratada está fazendo, ou seja, a empreiteira está fazendo. Hoje o serviço público conta com uma quantidade reduzida de laboratoristas e de pessoas que realmente... Tem quantidade insuficiente de pessoas para poder fazer o serviço de topografia. Então, normalmente, numa obra de grande porte, você faz uma contratação de uma supervisora. Depois dessa supervisora, que atesta o serviço, você, como executor de contrato, atesta o que a supervisora fez. Baseado nisso aí tudo, a gente ainda tem os órgãos de controle. Toda documentação e toda medição, que é o pagamento que a gente faz junto com as empreiteiras, a gente manda para os órgãos de controle, seja ele Tribunal de Contas, seja ele Ministério Público, seja ele CGDF. Então, essa é uma forma que a gente tem de minimizar e combater qualquer tipo de desvio de parte financeira de uma obra.

Respondido?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Sem nenhuma dúvida.

O Cícero é aqui de Brasília, do Distrito Federal... Desculpa, o Bruno. O Cícero é do Entorno. O Bruno agora.

Pergunta da internet: "Por que não...".

Eu estou impressionado com o tamanho da nossa audiência tanto nas minhas redes sociais, como no grupo TV Senado, Rádio Senado, Agência Senado e Portal e-Cidadania.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Por que não investir em metrô? BRT para o norte do DF precisará de uma logística que vai além da ampliação de novas vias. [Aí ele coloca:] População grande."

Quem pode responder? (*Pausa.*)

Ah, sim. O Zeno, agora, que também é representante do nosso querido Governador Ibaneis do Distrito Federal.

O SR. ZENO JOSÉ ANDRADE GONÇALVES (Para expor.) – Respondendo à pergunta do... É Bruno?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Bruno.

O SR. ZENO JOSÉ ANDRADE GONÇALVES – Bruno.

Bruno, o BRT Norte já está sendo executado. Já estamos com um projeto que vai atender à mobilidade da área norte do Distrito Federal. Isso aí é uma prioridade do Governador Ibaneis, que foi colocada para nós. Esse BRT terá em torno, a princípio, de 14 estações. É uma obra de R$1,4 bilhão, mas nós já temos aí o recurso liberado pelo Governo Federal para a implantação dos terminais e de todas as estações para o BRT Norte.

Com relação ao metrô, há um investimento previsto muito grande. Nós estamos finalizando licitações agora, no final do ano, colocando o trecho de Santa Maria e também a expansão do metrô para a Ceilândia. Então, são investimentos com que o Governo do Distrito Federal ataca em todas as diretrizes, tanto nos modais como BRT, como metrô, como modais viários, como ciclovias. Então, há todo um trabalho, inserido até no nosso PDTU, que envolve essa melhoria e grandes investimentos por parte do Governo do Distrito Federal na mobilidade urbana.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Bom, primeiro, o meu pedido de desculpas aqui. Eu não tenho compromisso com o erro. Quando eu erro, eu volto atrás. Foi o momento Kajuru burro. E olha que não é fácil o Kajuru burro, hein? O Kajuru leu mais do que viveu, graças a Deus! Mas quem está falando aqui é o Fabiano, o Fabiano representa o Zeno, que é outro homem servidor do Governo do Distrito Federal.

Desculpe-me, Fabiano querido, e muito obrigado pela resposta.

Tem uma pergunta do Pedro, também aqui do Entorno, que me parece já respondida: "Quais os prazos previstos, a divisão de investimentos e os impactos positivos esperados?". Isso já foi bem colocado aqui, não é?

O Diego, também aqui do Distrito Federal, pergunta: "Não seria mais benéfico realizar obras de implantação de trens de alta velocidade e capacidade?".

Fabiano.

O SR. FABIANO DOS SANTOS CAMPOS GUIMARÃES (Para expor.) – Senador, são investimentos altos e, assim, em nível de... Nós precisamos de distâncias consideráveis para implantar um trem de alta velocidade. A gente entende que o metrô é o transporte de massa, é o transporte que faz as ligações em áreas urbanas e, certamente, também há a previsão, estudos para a implantação do veículo de alta velocidade, ligando Brasília a Goiânia. Agora, são investimentos altos que dependem de estudos de viabilidade e que estão sendo tratados em nível de Governo Federal e governos dos estados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Perfeito. Perfeito, Fabiano.

A última pergunta, também do Entorno, vem da Amanda: "Como estão sendo asseguradas as medidas para evitar impactos negativos nas comunidades locais durante a fase de construção?".

Bruno, responda por gentileza.

O SR. BRUNO ALMEIDA (Para expor.) – Quando a gente tem uma obra de infraestrutura de grande impacto, a gente, normalmente, faz um cronograma de execução em que a gente verifica a cidade, o adensamento da cidade, e onde será feito aquele desvio para poder minimizar o transtorno para o transeunte. A gente faz reuniões normalmente com a Semob para verificar a parte de transporte coletivo, quanto a gente faz a verificação junto ao DER e ao Detran para poder verificar o transporte do veículo individual. Dessa forma, através de um cronograma, a gente faz pequenos lançamentos na mídia, falando: "Ó, a gente vai fazer o trecho tal. Então, durante um mês, a gente vai estar fechado e, em determinado pedaço da cidade, você vai ter que utilizar tal rota alternativa". Então, a forma como a gente tem de executar uma obra de grande vulto de infraestrutura como essa é, realmente, lançando na mídia e informando a sociedade.

Não tem jeito, gente! Quem trabalha com obras de infraestrutura não tem como não criar um impacto na sociedade; não tem como a gente fazer uma omelete sem quebrar um ovo. Não tem como, infelizmente! É uma situação que a gente vive, e, depois, fica o legado; depois que a gente consegue terminar, fica o legado. Mas, durante a execução da obra, a forma de a gente realmente minimizar é com um cronograma de execução e encaminhando para frente.

Por exemplo, vou dar um exemplo rápido aqui: eu fui executor da obra do túnel de Taguatinga. Quando a gente estava na obra do túnel de Taguatinga, a gente precisou fazer um grande desvio. Esse desvio foi lançado durante uma ou duas semanas. Depois, realmente, precisamos fazer a intervenção. Não tinha como a gente começar a obra do túnel de Taguatinga e da Estrutural ao mesmo tempo. Então, como foi o cronograma da gente? Fizemos o túnel de Taguatinga, inauguramos a obra. Um mês depois, iniciamos a obra da Estrutural. A obra da Estrutural demorou menos de um ano – foi do dia 22 de dezembro até o dia 21 de dezembro do ano seguinte –, e, imediatamente, a gente começou e Epig, que é essa obra em que estou agora, do BRT Sul.

Por mais que a população sofra durante aquele período de execução, a gente tem um planejamento, macro e micro, mas não tem como evitar qualquer tipo de transtorno. Se eu falar aqui que não vai ter transtorno, é uma mentira. Não tem como negar qualquer tipo de transtorno, porque não tem como fazer uma gemada, ou um omelete, sem quebrar o ovo. Tudo bem?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Muitíssimo bem. Obrigado, Bruno.

Bem, como, graças a Deus, sou um homem público que, em cinco anos e meio de mandato – e quem duvidar, entre agora no telefone celular, no Portal de Transparência do Senado Federal, e coloque lá: "Prestação de Contas, Senador Jorge Kajuru" –, o único da história do Brasil que, em cinco anos e meio de mandato, nunca gastou um só centavo dos R$126 mil por mês a que tenho direito em privilégios e mordomias. Nada! Auxílio-moradia, auxílio-alimentação... Nada! No meu gabinete, o café é dividido entre os assessores; nem o café eu aceito. Papel Chamex eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pago, graças a Deus. Eu pedi muito pouco a Deus, e Deus me deu em dobro. Eu ganhei muito dinheiro na televisão e continuo ganhando, então, não me custa nada fazer isso. Eu não tenho um periquito para criar. E, graças a Deus, só consigo namorar mulher rica, mulher que divide a conta comigo. É bom demais, não é, gente? Falem a verdade... Então, apenas nessa brincadeira, o tom sério é para pedir a compreensão de todos, porque eu tenho que viajar de carro, naturalmente, para Águas Lindas – se fosse para Tóquio, eu viajaria de avião por minha conta –, onde vou inaugurar uma obra lindíssima para atender milhares de crianças na entrada da cidade. Ela vai ser iniciada hoje. Eu tenho que estar lá até meio-dia e meia.

Daqui até lá, Pábio, é uma hora de viagem, não é, saindo agora? Daqui a Águas Lindas, vou gastar uma hora, não é isso? (*Pausa.*)

Mais ou menos.

Então, eu vou inaugurar o Cmei e também a Apae lá, com o Prefeito Dr. Lucas e com toda a cidade.

Eu quero justificar a ausência do Prefeito Diego Sorgatto, de Luziânia, que também teve compromisso. O meu irmão, Pábio Mossoró, o maior Prefeito da história de Valparaíso, também tem compromisso – eu também quero liberá-lo.

E peço à Luma Paschoalato, minha assessora, por favor, que envie tanto ao Fabiano quanto ao Bruno todas essas perguntas que estão aqui ainda. Eles poderão responder no tempo deles, na hora deles. A gente encaminha e envia para cada um – tem o endereço, aqui no portal, deles, perfeito? – as respostas, para que ninguém, rigorosamente ninguém, fique sem qualquer tipo de satisfação e se estabeleça rigorosamente qualquer dúvida.

Eu sempre faço questão de registrar – eu sei que poucos fazem isso – o que é o sentido plural de um trabalho público. Nada para mim, em vida – aprendi com o Silvio Santos, o meu melhor patrão –, é singular. Tudo na vida é plural. Então, sem a eficiência da Secretaria desta Comissão de Infraestrutura, que esteve à minha disposição e de toda a minha equipe, nada disso estaria acontecendo. Há o carinho deles, em função da minha visão, enfim, de tudo, tudo, tudo. O Thales Roberto Furtado Morais; o Pedro – que sobrenome, hein Pedro?! – Kleinübing.

Você é casado, Pedro? (*Pausa.*)

Ele é casado? (*Pausa.*)

Ele conseguiu se casar com esse nome?

O Eduardo Leão, o Ricardo Ribeiro, o Valdir Júnior e, finalmente, uma mulher na Secretaria, a Kelem Severiano. Muito obrigado, de coração, pelo trabalho de vocês.

Minha querida Carol Fleury, Secretária do entorno, representando o Governo histórico de Ronaldo Caiado, você deseja fazer alguma observação final?

A SRA. MARIA CAROLINE FLEURY DE LIMA (Para expor.) – Só agradecer novamente, Senador, cumprimentar a todos e falar que, no Estado de Goiás, como a gente falou, a execução vai ser feita pela Goinfra, mas tudo isso é coordenado pela SGG, pelo nosso Secretário Adriano – e aqui estão os representantes da SGG; a Gleicia, aqui me assessorando também.

O senhor falou bem do Elias, como nosso amigo...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – E irmão, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARIA CAROLINE FLEURY DE LIMA – ... e irmão. Hoje ele é aniversariante, não é?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É, o Elias Vaz, eterno Deputado Federal por Goiás, faz aniversário hoje. Sem ele eu também não teria chegado a esse sonho realizado.

A SRA. MARIA CAROLINE FLEURY DE LIMA – Não é? Quero agradecê-lo e cumprimentá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Aliás, a esposa dele está aqui, não? É a Gleisi.

A SRA. MARIA CAROLINE FLEURY DE LIMA – Exato. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Bonita, não é? Como ela pode ter se casado com o Elias Vaz, com aquela cara tão derrubada dele, não é? É bonita, educada, amiga. Eu realmente não consigo entender.

A SRA. MARIA CAROLINE FLEURY DE LIMA – Parabéns, Senador, por tudo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Obrigado, Carol.

É a lábia, não é? Só pode ser lábia. E o Elias Vaz é bom de lábia. Ele é bom de tudo, não é?

Alguém mais deseja fazer uso da palavra para o encerramento?

Fiquem à vontade, Fabiano, Pábio, Bruno. Quem quiser.

O SR. PÁBIO CORREIA LOPES (Para expor.) – É só para agradecer aqui ao nosso Senador Jorge Kajuru, a toda a sua equipe, ao Fabiano, ao Bruno, ao nosso Administrador ali de Santa Maria e também à nossa amiga Carol, ao próprio Diego e à Viviane, que estiveram aqui presentes nesta importante audiência. Mais uma vez, os nossos agradecimentos.

Com certeza, saio daqui hoje muito confiante com a perspectiva dessa grande obra que vai revolucionar o estado e principalmente a nossa região do entorno.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu que agradeço, Pábio Mossoró. Saiba que você também é pai dessa criança linda que vai fazer a maior história do entorno de Goiás e de todo o Estado de Goiás, quando chegarmos à segunda etapa do trem-bala Brasília–Goiânia, que também foi um pedido meu e de minha irmã, mãe da criança, Leila do Vôlei, ao Presidente Lula, em um jantar inesquecível que tivemos, em que o Presidente... Para quem fica brincando com ele, não tomou pinga, tá? O Presidente não toma mais cachaça. A Primeira-Dama Janja não deixa. Ele, de vez em quando, toma um uísque japonês que ele ganha de presente de um amigo chamado Jorge Kajuru.

Fabiano, quer falar um pouquinho para se despedir? (*Pausa.*)

Por favor, fique à vontade.

O SR. FABIANO DOS SANTOS CAMPOS GUIMARÃES (Para expor.) – Senador, eu gostaria de agradecer a presença de todos. Temos aqui vários representantes dos órgãos e eu gostaria de fazer referência aos representantes do BRDF, Secretaria de Obras, à nossa própria Terracap, que hoje também contribui também com as obras de infraestrutura da nossa cidade, de agradecer essa oportunidade e de nos colocar à disposição para qualquer tratativa. Tenham

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

certeza de que o Governo do Distrito Federal está de portas abertas e de que o Governador Ibaneis sempre nos coloca a missão de trabalhar incansavelmente para poder melhorar a vida da população. Todos os órgãos de infraestrutura do Distrito Federal têm se empenhado na busca de recursos, na elaboração de projetos e na contratação de obras. Assim tem sido feito, graças a Deus, com o nosso timoneiro Ibaneis Rocha, que tem buscado recursos.

E o Senado Federal, junto com a Câmara, com os nossos Ministros Renan e Jader Filho, tem colocado os recursos à disposição do Distrito Federal.

Nesse sentido, eu agradeço a todos.

Estamos sempre à disposição dentro do GDF.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Fabiano, muito obrigado mesmo pelo teu conteúdo, por tudo.

Quanto ao Governador Ibaneis, eu que já cometi algumas injustiças com ele, mas, graças a Deus, estou refazendo todas as injustiças que eu cometi e tendo, de novo, um bom relacionamento com tantos amigos, desde Luciana Gimenez, Boris Casoy, Milton Neves, Marconi Perillo. Enfim, não vale a pena ódio na vida, não é? O contrário do amor não é o ódio; é a indiferença, é o desprezo. O esquecimento é a única vingança, é o único perdão. Não vale a pena ser alimentado por ódio. Às vezes, você voltar atrás e ter um bom relacionamento com a pessoa... Amanhã, você vai saber que ganhou um novo amigo.

Eu gostaria até que você transmitisse ao Governador Ibaneis a possibilidade de uma audiência, para que eu fale isso olhando no olho dele, para que ele saiba da sinceridade que eu tenho. Perfeito?

Um grande abraço.

Muito obrigado mesmo, de coração, a todos e todas que estiveram nesta audiência pública histórica. Ela é o pontapé inicial de tudo.

E, agora, o que nós precisamos é ter a certeza, com Deus – no caso, eu, como devoto de Nossa Senhora Aparecida, amando todos os evangélicos como eu amo, tanto que, no meu pulso aqui, a minha pulseira azul é da igreja evangélica Fonte da Vida, que tem mais de 800 igrejas no Brasil e no mundo inteiro, então, eu não tenho nenhuma dificuldade de religião, do mesmo modo, no meu relacionamento com o mundo espírita... Então, é com eles, é com Deus e com todos que nós vamos agora trabalhar mesmo, porque a gente tem que colocar em prática tudo o que nós falamos aqui.

O Presidente Lula tem essa consciência. Para quem não viu, eu peço que peçam à minha assessora Luma que envie no celular de vocês – aí vocês vão ter no celular de vocês – a fala do Ministro-Chefe da Casa Civil Rui Costa. Quem viu o que ele falou viu que ele já está programando o edital para o mais rápido possível. Ele deu ali a palavra dele e deu a palavra do Presidente Lula. E vocês vão ver, neste final de semana, um vídeo em que o Presidente Lula fala quem é o pai da criança, quem é a mãe da criança, em Goiás e no Distrito Federal, e fala do sonho dele de ver, no Governo dele, essa obra fenomenal, que vai atender milhões de goianos, de goianas, que merecem mais dignidade, principalmente no que tange ao transporte público.

Nada mais havendo a declarar, eu declaro encerrada esta audiência pública.

Agradecidíssimo.

Deus e saúde em suas vidas, com alegrias e vitórias sempre!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 9 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 24 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE JUNHO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quatorze horas e onze minutos do dia doze de junho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Alan Rick e Hamilton Mourão, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Jayme Campos, Izalci Lucas, Sergio Moro, Professora Dorinha Seabra, Margareth Buzetti, Eliziane Gama, Beto Faro, Humberto Costa, Jussara Lima, Angelo Coronel, Janaína Farias, Teresa Leitão, Flávio Arns, Jorge Seif, Wilder Morais, Ireneu Orth, Hamilton Mourão, Tereza Cristina e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Zenaide Maia, Ciro Nogueira e Nelsinho Trad, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. A presidência registra, ainda, a presença do Deputado Federal Pedro Uczai (PT/SC) e o Secretário de Agricultura do Cruzeiro do Sul/AC, Eutimar Sombra. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1548, de 2022 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 117, de 2018) - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, para estender ao farelo e ao óleo de milho o mesmo tratamento tributário concedido à soja relativamente à incidência da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição para o PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Tereza Cristina. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado o relatório. ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2647, de 2022 - Não Terminativo - que: "Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, a fim de incluir o incentivo à aquisição de equipamentos para a produção de energias renováveis entre as prioridades da política agrícola." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Alan Rick. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda 1-CI. Resultado: Aprovado o relatório. ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo n° 467, de 2023 - Não Terminativo - que: "Susta os efeitos do § 9º do Art. 12 do Decreto nº 11.688, de 05 de setembro de 2023, que Altera o Decreto nº 10.592, de 24 de dezembro de 2020, que regulamenta a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, para dispor sobre a regularização fundiária das áreas rurais situadas em terras da União e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, por meio de alienação e concessão de direito real de uso de imóveis, e sobre a destinação de terras públicas da União em consonância com os art. 188, art. 225 e art. 231 da Constituição, o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e a Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, e susta os efeitos do Ofício Circular nº 1296/2023/DF/SEDE/INCRA- INCRA, em 05 de outubro de 2023, com orientações acerca das alterações na regularização fundiária, ocorridas devido à edição do Decreto 11.688, de 05 de setembro de 2023." Autoria: Senador Marcos Rogério (PL/RO). Relatoria: Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Jaime Bagattoli. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado o relatório. ITEM 4 - Projeto de Lei n° 752, de 2022 - Terminativo - que: "Confere ao Munícipio de Santa Rosa de Lima, no Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Meliponicultura." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Ivete da Silveira. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 5 - Projeto de Lei nº 800, de 2024 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências, para incluir o Índice de Desenvolvimento Humano-IDH entre os critérios de classificação de municípios na Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-PNSAN." Autoria: Senador Jader Barbalho (MDB/PA). Relatoria: Senador Chico Rodrigues. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda 1-T. Resultado: Retirado de pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. ITEM EXTRAPAUTA 6 – Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº15, de 2024 que: "Requeiro, nos termos dos arts. 40, § 1º, alínea "c", combinados com os artigos 67 e 68 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja apreciado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária o convite direcionado a este Parlamentar para participar, acompanhado de um assessor, do Global Agribusiness Forum (GAF) que ocorrerá nos dias 27 e 28 de junho de 2024 no munícipio de São Paulo – SP". Autoria: Senador Jaime Bagattoli. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 7 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº16, de 2024 que: "Requeiro, nos termos do art. 90 inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão de convidados na audiência aprovada pelo Requerimento Nº 14 de 2024 desta Comissão com o objetivo de debater as ações do INCRA no combate à invasão ilegal de terras, que sofreram um expressivo aumento em 2023, bem como discutir soluções para impedir ocupações irregulares. Proponho para a audiência a inclusão dos seguintes convidados: • Representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. • Representante da Associação Brasileira dos Produtores de Soja (APROSOJA). • Senhor Francisco Graziano, Ex-Presidente do INCRA e Ex-Secretário de Agricultura do Estado de São Paulo". Autoria: Senador Alan Rick. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quarenta e um minutos. Usam da palavra os Senadores: Hamilton Mourão, Tereza Cristina, Ireneu Orth e o Senador Alan Rick, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Alan Rick
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/06/12

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa – Senador Hamilton Mourão – da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião está destinada à deliberação de três itens não terminativos e dois itens terminativos, conforme a pauta previamente divulgada. (*Pausa.*)

ITEM 3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 467, DE 2023

- Não terminativo -

Susta os efeitos do § 9º do Art. 12 do Decreto nº 11.688, de 05 de setembro de 2023, que Altera o Decreto nº 10.592, de 24 de dezembro de 2020, que regulamenta a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, para dispor sobre a regularização fundiária das áreas rurais situadas em terras da União e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, por meio de alienação e concessão de direito real de uso de imóveis, e sobre a destinação de terras públicas da União em consonância com os art. 188, art. 225 e art. 231 da Constituição, o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e a Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, e susta os efeitos do Ofício Circular nº 1296/2023/DF/SEDE/INCRA- INCRA, em 05 de outubro de 2023, com orientações acerca das alterações na regularização fundiária, ocorridas devido à edição do Decreto 11.688, de 05 de setembro de 2023.

Autoria: Senador Marcos Rogério (PL/RO)

Relatoria *ad hoc*: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- Em 08.05.2024, LIDO o Relatório na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para prosseguimento da tramitação.

- Votação simbólica.

Relator: Senador Jaime Bagattoli.

Eu designo como Relator *ad hoc* o Senador Hamilton Mourão... (*Pausa.*)

Autorizamos já a votação, porque a matéria já foi lida nas sessões anteriores.

Consulto os Senadores e as Senadoras presentes sobre a manifestação decorrente do pedido de designação *ad hoc*.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, em votação o relatório.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Portanto, está aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para prosseguimento da tramitação.

Agradeço ao Senador Hamilton Mourão, Relator *ad hoc*.

Quero aqui cumprimentar o Secretário de Agricultura de Cruzeiro do Sul, do Acre, Eutimar Sombra, que em breve deterá o título de Capital Nacional da Farinha, concedido inicialmente por esta Comissão, pelo Senado da República, e em breve também pela Câmara dos Deputados, onde a matéria já tramita em fase terminativa.

Do item 5 foi pedida a retirada de pauta, a pedido do Relator, para reexame do relatório.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 800, DE 2024

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências, para incluir o Índice de Desenvolvimento Humano-IDH entre os critérios de classificação de municípios na Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-PNSAN.

Autoria: Senador Jader Barbalho (MDB/PA)

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda 1-T.

Observações:

- *Em 25.03.2024, o Senador Mecias de Jesus apresentou a Emenda 1-T.*

- *Votação Nominal.*)

Prosseguindo com a nossa reunião, convido o Senador Hamilton Mourão para presidir a reunião, enquanto eu faço a leitura do meu relatório ao Projeto de Lei 2.647, de 2022, que tem como objetivo incluir o incentivo à aquisição de equipamentos para a produção de energias renováveis entre as prioridades da política agrícola.

Senador Hamilton Mourão, por gentileza, assuma aqui a Presidência. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Passamos ao item 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 2647, DE 2022

- Não terminativo -

Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, a fim de incluir o incentivo à aquisição de equipamentos para a produção de energias renováveis entre as prioridades da política agrícola.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Alan Rick

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda 1-CI.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Em 12.12.2023, a Comissão de Serviços de Infraestrutura aprovou Parecer favorável ao Projeto com a Emenda 1-CI.

- A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação.

- Votação simbólica.

O autor é o Deputado Federal Pedro Uczai, do PT, de Santa Catarina.

Concedo a palavra ao Senador Alan Rick, para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, ilustríssimo Senador Hamilton Mourão.

Compete à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado, segundo estabelecido no art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal, pronunciar-se sobre proposições concernentes à política de investimentos e financiamentos agropecuários. No presente caso, são analisados aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa, regimentalidade e mérito do PL 2.647, de 2022.

No âmbito da constitucionalidade, o projeto está em consonância com os requisitos constitucionais relativos à competência legislativa da União, às atribuições do Congresso Nacional e à iniciativa em projeto de lei, conforme preconizado nos artigos: 22, inciso I; 23, inciso VIII; e 187, inciso IV, da Constituição Federal, bem como nos art. 48, 49, 51 e 52 da Constituição Federal.

No que concerne à juridicidade, além de inovar o ordenamento jurídico e com ele se compatibilizar, o projeto atende ao requisito de coercitividade, estando, desse modo, consoante com a legislação pátria.

Ademais, o PL demonstra ser fruto de uma técnica legislativa adequada, em conformidade com as Leis Complementares nºs 95, de 26 de fevereiro de 1998, e 107, de 26 de abril de 2001, e satisfaz todos os demais requisitos regimentais para o seu processamento.

No mérito, destaca-se a pertinência da proposição. Considerando-se a dinâmica da economia brasileira, é evidente que a demanda por energia elétrica proveniente do sistema interligado tenderá a aumentar. A aquisição de painéis solares para instalação de energia solar no campo revela-se como uma medida eficaz para promover o desenvolvimento sustentável. Com mais de 200 mil consumidores e 170 mil conexões de sistemas solares no campo e uma potência instalada de 3,1GW, a tecnologia fotovoltaica já está presente em 4,9 mil municípios brasileiros, demonstrando sua viabilidade e eficácia na produção de energia limpa e renovável.

Outra iniciativa relevante é a apresentação pelo Governador Tarcísio de Freitas de uma nova alternativa de energia solar flutuante em São Paulo. A inauguração da Usina Fotovoltaica Flutuante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Araucária, na represa Billings, na zona sul da capital paulista, representa um avanço significativo na política energética de sustentabilidade do estado. Com um investimento inicial de R$30 milhões, a planta tem capacidade para produzir até 10GWh por ano de energia solar, equivalente ao consumo de 4 mil casas no mesmo período. Essa iniciativa aproveita o espelho d'água para gerar energia limpa, contribuindo para a redução da emissão de gases de efeito estufa e para a diversificação da matriz energética do estado.

A emenda proposta pelo Senador Zequinha Marinho sugere uma modificação no art. 2º do projeto de lei. Ela visa incluir a aquisição de equipamentos que utilizem biocombustíveis para a produção de energia elétrica, como uma das ações prioritárias. A utilização de biocombustíveis em equipamentos para geração de energia elétrica limpa, bem como em geradores de hidrogênio que empregam o processo de reforma de etanol, apresenta-se como uma alternativa substancial para a descarbonização no meio rural e por isso a proposta deve ser apoiada. Entretanto, tal emenda poderia ter sido apresentada como emenda de redação, uma vez que apenas aumenta o rol de equipamentos destinados à produção de energia limpa e sustentável, que são o objeto desse projeto que ora se analisa.

Por esse motivo entendemos oportuno rejeitá-la por um lado e, por outro lado, apresentar emenda de redação que produza todos os méritos excertos da Emenda nº 1 da Comissão de Infraestrutura a fim de explicitar que equipamentos que utilizem biocombustíveis, também poderão ser adquiridos por meio de linha de crédito diferenciada, nos termos propostos pelo PL 2.647, de 2022.

Uma outra proposta inclui a aquisição de biodigestores e de biotoilets, que se apresentam como uma alternativa muito promissora, já que apenas 4kg de matéria orgânica, senhoras e senhores, produzem gás suficiente para três horas de uso, equivalente a um botijão de 13kg, Senador Mourão, e ainda produzem adubo para uma horta familiar, capaz de alimentar até 16 famílias. Este tipo de proposta atende a uma população carente de infraestrutura de saneamento básico, como moradores de áreas rurais, ribeirinhos, extrativistas, comunidades indígenas, quilombolas, entre outras comunidades isoladas.

Em suma, o projeto de lei em análise, juntamente com as medidas supracitadas, reflete um compromisso com a promoção do desenvolvimento sustentável e a adoção de inovações no setor agropecuário brasileiro.

O voto, Sr. Presidente.

Pelo exposto, votamos pela aprovação do PL 2.647, de 2022, com a emenda de redação já estabelecida e já divulgada na pauta. Portanto, Sr. Presidente, o nosso voto é pela aprovação deste PL, com a emenda de redação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Lido o relatório, a matéria está em discussão.

Eu cumprimento o nosso Senador Alan Rick pelo relatório, extremamente bem-feito e objetivo, Senador. Nós sabemos que o uso da energia renovável nas propriedades rurais é um grande salto e, havendo o incentivo para a aquisição de equipamento, é favorecido o nosso produtor, que já carrega uma carga enorme. E uma coisa que não falta no nosso país são fontes de energia renovável.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda 2 desta Comissão, emenda de redação.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação.

Com isso, devolvo a Presidência ao nosso Presidente Alan Rick. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Obrigado, Senador.

Srs. Senadores, Sras. Senadoras, amigos que nos acompanham, por falha no sistema da TV Senado, não foi capturada na gravação o áudio da nossa primeira votação, apenas o vídeo. Portanto, vamos ratificar o que aconteceu. Portanto, em virtude dessa não captura, nós vamos apenas ratificar a deliberação do item 3, o primeiro item que nós analisamos na reunião de hoje.

Foi o Projeto de Decreto Legislativo nº 467, de 2023, que susta os efeitos do §9º do art. 12 do Decreto nº 11.688, de 5 de setembro de 2023, para dispor sobre a regularização fundiária das áreas rurais situadas em terras da União e do Incra, por meio de alienação e concessão de direito real de uso de imóveis, e sobre a destinação de terras públicas da União e susta os efeitos do Ofício Circular nº 1.296, de 2023, do Incra, em 5 de outubro de 2023, com orientações acerca das alterações na regularização fundiária, ocorridas devido à edição do Decreto 11.688, de 5 de setembro de 2023.

Foi designado Relator *ad hoc* o Senador Hamilton Mourão, e a matéria foi aprovada.

O relatório, portanto, passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, e a matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para o prosseguimento da tramitação.

Portanto, está corrigida aqui a falha no áudio anterior. (*Pausa.*)

O item 1 da pauta será relatado pela Senadora Tereza Cristina, que já está a caminho da Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 1548, DE 2022 (SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 117, DE 2018)

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, para estender ao farelo e ao óleo de milho o mesmo tratamento tributário concedido à soja relativamente à incidência da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição para o PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Tereza Cristina

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento da tramitação.

- Votação simbólica.

A autoria da iniciativa é do Senador Cidinho Santos, do PL, do Mato Grosso.

A relatoria no Senado, como já colocamos, é da Senadora Tereza Cristina, e seu relatório será lido na sequência. Estamos apenas aguardando a chegada da Senadora. (*Pausa.*)

EXTRAPAUTA

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA N° 15, DE 2024

Requeiro, nos termos dos arts. 40, § 1º, alínea "c", combinados com os artigos 67 e 68 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja apreciado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária o convite direcionado a este Parlamentar para participar, acompanhado de um assessor, do Global Agribusiness Forum (GAF) que ocorrerá nos dias 27 e 28 de junho de 2024 no munícipio de São Paulo - SP

Autoria: Senador Jaime Bagattoli (PL/RO)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O evento é um encontro internacional que reúne os maiores expoentes da agropecuária e da agroindústria mundial para debater o agronegócio e buscar soluções para desafios enfrentados pela humanidade para se desenvolver socioeconomicamente e preservar o meio ambiente.

Levando em consideração a importância do evento, submeto o presente requerimento para que seja apreciado na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal. (*Pausa.*)

Como o nosso querido Vice-Presidente, o Senador Jaime Bagattoli, está ausente, eu peço a subscrição do Senador Ireneu Orth e do Senador Hamilton Mourão para o requerimento do Senador Jaime Bagattoli.

Portanto, está subscrito pelos Senadores Ireneu Orth e Hamilton Mourão o requerimento do Senador Jaime Bagattoli.

Os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado, portanto, o requerimento do Senador Jaime Bagattoli.

Cumprimento a nossa Senadora Tereza Cristina, que engrandece esta reunião com sua presença, e já passo a palavra à Senadora para a leitura do seu relatório relativo à alteração da Lei 12.865, de 2013.

Com a palavra, a nossa Relatora, Senadora Tereza Cristina.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Como Relatora.) – Muito obrigada, Presidente.

Desculpe o atraso, mas nós estávamos com o nosso Presidente Rodrigo Pacheco.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone*.) – Foi por um bom motivo.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Quero cumprimentar aqui os colegas, Senador Hamilton Mourão e Senador Ireneu – aliás, os dois do Rio Grande Sul.

Vou direto à análise, então, do voto.

Compete à Comissão de Agricultura opinar sobre tributação da atividade rural, nos termos do inciso XI do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal. Como não se trata de análise em caráter terminativo, cabe à Comissão, nesta oportunidade, manifestar-se sobre o mérito da Proposição. À CAE, caberá, oportunamente, a análise da constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, técnica legislativa e mérito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inicialmente, destacamos que o autor da proposição, Senador Cidinho Santos, argumentou que não haveria qualquer justificativa plausível para que se diferenciassem os complexos soja e milho, que contribuem, efetivamente, de forma equivalente, tanto no incremento da mão de obra, direta ou indireta, quanto na produção de alimentos para o consumo humano, como óleos de soja e de milho, e de insumos para outras cadeias do agronegócio, como farelos de soja e de milho para o consumo animal.

Nesse sentido, por uma questão de justiça e isonomia, a CRA, ao analisar o PL original, entendeu que se fazia necessário que fosse estendido ao farelo e ao óleo de milho o mesmo tratamento tributário concedido à soja, relativamente à incidência da contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público, a contribuição para o PIS-Pasep e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

Assim, acompanhamos a opinião, já exarada anteriormente por este Colegiado, no sentido de que o PL apoia a produção agropecuária e se mostra de grande relevância para o Brasil, uma vez que os grãos de milho e soja vêm apresentando contínuo desenvolvimento de produtividade no país, com alto potencial de geração de desenvolvimento socioeconômico em muitas regiões.

Portanto, em relação ao mérito, a transformação em lei da proposta diminuirá o acúmulo de créditos de PIS-Pasep e de Cofins de que, hoje, padecem as empresas que vendem no mercado interno ou exportam produtos do complexo milho, dando concretude à máxima econômica de que não se deve exportar tributos.

De outra parte, somos também sensíveis aos ajustes propostos pela Câmara dos Deputados, que visa excluir o tratamento proposto para o milho em grão, que, atualmente, como argumentado pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR), que analisou, igualmente, a matéria, em profundidade, tem destinação importante para alimentação animal e já conta com adequado tratamento tributário.

Dessa forma, entendemos razoável, proporcional e isonômico estender ao farelo e ao óleo de milho o mesmo tratamento tributário concedido à soja, relativamente à incidência da Contribuição para o PIS-Pasep e da Cofins, medida que contribuirá para apoiar esse importante segmento do agronegócio brasileiro.

O voto.

Dessarte, votamos pela aprovação do PL nº 1.548, de 2022, na forma atual.

Esse era o voto, Sr. Presidente. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Agradeço, Senadora Tereza Cristina, pela leitura do relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, a matéria está em votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para o prosseguimento de sua tramitação.

Parabenizo a Senadora Tereza Cristina pelo brilhante relatório. (*Pausa.*)

Último item da pauta.

Requerimento de nossa autoria para que, nos termos do art. 90, II, do Regimento Interno do Senado Federal, incluamos como convidados na audiência pública aprovada pelo Requerimento nº 14, de 2024, desta Comissão, com o objetivo de debater as ações do Incra no combate à invasão ilegal de terras, que sofreram um expressivo aumento em 2023, bem como discutir soluções para impedir ocupações irregulares; propusemos para a audiência a inclusão dos seguintes convidados:

- representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar;

- representante da Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja);

- Sr. Francisco Graziano, ex-Presidente do Incra e ex-Secretário de Agricultura do Estado de São Paulo. (*Pausa.*)

Inclusive, acabo de receber a informação aqui da nossa Comissão de que o Presidente do Incra está confirmado para esta importante audiência pública, onde nós possamos debater essa questão das invasões de terra e as ações do Incra para que nós possamos realizar efetivamente a reforma agrária neste país e combater o esbulho, a apropriação indébita das terras e as invasões. Portanto, temos aqui a informação da presença confirmada do Presidente do Incra.

Os Srs. Senadores que aprovam o nosso requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Pois não.

Senador Hamilton Mourão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem.) – É apenas um pequeno comentário, Presidente. Até tinha falado aqui com a nossa Senadora Tereza Cristina que parece que a gente vive um eterno dia da marmota nessa questão da reforma agrária.

Eu sempre lembro: nas décadas de 60 eram as ligas camponesas, e assim vamos. Parece que nós vamos viver mil, 2 mil anos aqui na história do Brasil e não vamos nos libertar dessa questão. Então, é importante esta audiência pública para...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – ... que a opinião pública compreenda que já ultrapassamos isso aí. Está bem?

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Muito bem colocado pelo Senador Hamilton Mourão.

Concedo a palavra ao Senador Ireneu Orth.

O SR. IRENEU ORTH (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Pela ordem.) – Boa tarde a todos!

Bem colocado pelo nosso colega Senador Hamilton Mourão essa questão da reforma agrária. Aliás, o Governo emitiu o Decreto n° 11.995, dia 14 de abril, onde ele cria várias condições favoráveis ao Governo para fazer desapropriações de terras e também expropriações, dependendo da situação. Nós entramos com um PDL justamente para sustar isso. Esse assunto está tramitando no Senado, e nós precisamos avançar rapidamente para que se suste esse decreto governamental.

Essa história de reforma agrária e invasão de terra é uma insegurança jurídica total no campo. Eu sou vizinho... já fui vizinho de áreas indígenas e sei o quanto isso atrapalha quando é o MST. Então, as coisas têm que efetivamente ter uma parada com relação a isso. Essa questão da PDL, que não é o assunto específico aqui, é fundamental para suspender esse Decreto n° 11.995.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Cumprimento o Senador Ireneu Orth e parabenizo-o pela proposição do PDL em questão.

Cumprimento também a nossa querida Senadora Margareth Buzetti, integrante ativa desta Comissão, sempre apresentando propostas, relatórios extremamente importantes para a agricultura neste país.

Cumprimento aqui o Deputado Pedro Uczai. Acabamos de aprovar, Deputado, o nosso relatório ao seu projeto, que trata de um tema muito importante, da aquisição de equipamentos para a produção de energia limpa, o incentivo à produção de energia renovável no campo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é um projeto extremamente meritório. Parabenizo V. Exa. por tê-lo proposto na Câmara dos Deputados.

Estamos muito felizes com a aprovação da matéria aqui nesta Comissão.

Portanto, o requerimento...

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento, portanto – o último item da pauta.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos.

(*Iniciada às 14 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 41 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 17ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE JULHO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e sete minutos do dia dezesseis de julho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Carlos Viana, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Soraya Thronicke, Fernando Dueire, Alan Rick, Vanderlan Cardoso, Beto Faro, Omar Aziz, Janaína Farias, Astronauta Marcos Pontes, Izalci Lucas, Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Dr. Hiran, Damares Alves e Hamilton Mourão, e dos Senadores Wilder Morais, Professora Dorinha Seabra, Jader Barbalho, Eduardo Gomes, Flávio Arns e Paulo Paim, não membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores André Amaral, Daniella Ribeiro, Jussara Lima, Teresa Leitão, Chico Rodrigues e Carlos Portinho. Deixa de comparecer o Senador Confúcio Moura, conforme REQ 476/2024-CDir. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Eleição de vice-presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática. Resultado:** Eleita, por aclamação, a Senadora Soraya Thronicke como Vice-Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática do Senado Federal. Os senadores Soraya Thronicke e Carlos Viana fazem uso da palavra na presente reunião. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e onze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Carlos Viana
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/07/16

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos.

Declaro aberta a 17ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A presente reunião extraordinária se destina à eleição de Vice-Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática, uma vez que eu, como Presidente, saio em licença e permanecerei quatro meses ausente por interesses particulares.

O Líder do Podemos, o Senador Rodrigo Cunha, apresenta a candidatura da Senadora Soraya Thronicke para ocupar a Vice-Presidência da Comissão.

Proponho procedermos à eleição da Senadora Soraya Thronicke por aclamação.

Se as Sras. e os Srs. Senadores concordarem... (*Pausa.*)

Com a concordância das Sras. e dos Srs. Senadores – há alguma manifestação *online*? Nenhum Senador? Nenhuma Senadora? –, então, proclamo eleita Vice-Presidente, por aclamação, a Senadora Soraya Thronicke.

Concedo a palavra à Senadora, para suas primeiras palavras como Vice-Presidente e, a partir de amanhã, Presidente desta Comissão.

Parabéns, Senadora!

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Caro Senador, amigo, colega Carlos Viana e caros servidores da CCT, é um prazer estar aqui com vocês.

Quero agradecer também a indicação ao nosso Líder Rodrigo Cunha e dizer, Senador Carlos Viana, que é uma missão importante substituí-lo, e é óbvio que eu não o conseguirei à altura, mas eu farei tudo, tudo o que estiver ao meu alcance para substituí-lo.

Eu desejo, de verdade, que esse motivo pessoal do seu afastamento temporário dê certo para que o senhor se torne Prefeito de Belo Horizonte, daquela capital linda e maravilhosa de Minas Gerais. Tenha certeza de que todos nós aqui estaremos vibrando pela sua campanha, pela sua candidatura, pela sua vitória. Eu sei que não é nada fácil. Acabaram de me perguntar aqui... Foi você? Como é seu nome?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Itamar. Ele me perguntou: "A senhora é candidata?". Eu falei: "Graças a Deus, não neste momento".

Viana, nós estaremos aqui torcendo muito, mas muito, muito por você, e a gente tem certeza de que você vai conseguir lograr êxito. Então, os votos são de vitória, agradecendo-lhe, acima de tudo, pela confiança de sempre, pela amizade, pela parceria. E saiba que aqui vai permanecer tudo como está e, acima de tudo, que a gente vai trabalhar pela CCT em prol do nosso país. De verdade, que Deus o acompanhe! Conte conosco.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senadora.

Eu desejo-lhe muito boa sorte e agradeço-lhe os votos.

A decisão da Comissão será comunicada à Presidência do Senado Federal.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião e desejo a todos um ótimo recesso.

Obrigado.

(*Iniciada às 14 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 11 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA PELA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA (9ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA (24ª REUNIÃO), EM 08 DE MAIO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às onze horas e treze minutos do dia oito de maio de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Astronauta Marcos Pontes, reúnem-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática e a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Fernando Dueire, Izalci Lucas, Alan Rick, Jussara Lima, Beto Faro, Teresa Leitão, Chico Rodrigues, Lucas Barreto, Janaína Farias, Flávio Bolsonaro, Damares Alves, Angelo Coronel, Laércio Oliveira, Soraya Thronicke, Marcelo Castro, Alessandro Vieira, Paulo Paim, Esperidião Amin, Eliziane Gama, Professora Dorinha Seabra, Nelsinho Trad, Plínio Valério, Flávio Arns, Ivete da Silveira, Leila Barros e Zenaide Maia. Deixam de comparecer os Senadores Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Veneziano Vital do Rêgo, Carlos Viana, Styvenson Valetim, Cid Gomes, Wellington Fagundes, Jaime Bagattoli, Romário, Vanderlan Cardoso, Carlos Portinho, Marcos Rogério e Dr. Hiran. Deixam de comparecer os Senadores Daniella Ribeiro e Magno Malta, conforme os Requerimentos nº 305 e 291/2024-CDir. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. A Presidência comunica o recebimento da Carta Aberta da Associação de Fiscais de Radioproteção e Segurança Nuclear, formada por servidores da Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen), solicitando providências para a implementação imediata da Autoridade Nacional de Segurança Nuclear, tendo como base a Diretoria de Radioproteção e Segurança Nuclear. O expediente lido será publicado na página da Comissão de Ciência e Tecnologia, pelo prazo de 15 dias, para que as Senadoras e os Senadores membros possam manifestar interesse na análise da matéria por esta Comissão, conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019. Passa-se à Audiência Pública Interativa, atendendo ao Requerimento nº 4, de 2024-CCT, de autoria Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), subscrito pelo Senador Fernando Dueire (MDB/PE), e Requerimento nº 29, de 2024-CE, de autoria Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), subscrito pela Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), com a finalidade de discutir os desafios do ensino médico no Brasil, incluindo o crescimento no número de escolas médicas, a qualidade do ensino, a atuação interprofissional na competência médica e o papel da tecnologia na medicina, com a participação de Francisco de Assis Rocha Neves, Coordenador-Geral na Diretoria de Desenvolvimento da Educação em Saúde do Ministério da Educação (MEC); Lívia Milena Barbosa de Deus e Méllo, Diretora do Departamento de Gestão da Educação na Saúde do Ministério da Saúde (MS); Donizetti Dimer Giamberardino Filho, Conselheiro Federal pelo Estado do Paraná (representante de: José Hiran da Silva Gallo, Presidente do Conselho Federal de Medicina (CFM)); Eliete Bouskela,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da Academia Nacional de Medicina (ANM); César Eduardo Fernandes, Presidente da Associação Médica Brasileira (AMB); Armando de Carvalho Lobato, Presidente da Sociedade Brasileira de Angiologia e de Cirurgia Vascular (SBACV); Giovanni Cerri, Professor Titular da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP); Antonio José Gonçalves, Presidente da Associação Paulista de Medicina (APM); e Priscilla Azevedo Souza, Coordenadora-Geral de Residências em Saúde do Ministério da Saúde (MS). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinquenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Astronauta Marcos Pontes
Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
https://www12.senado.leg.br/multimidia/evento/124806

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática e a 24ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Inicialmente, eu gostaria de dar bom dia a todos. Obrigado pela presença, obrigado àqueles que nos assistem também, através das redes do Senado Federal.

Esta audiência pública tem uma importância muito grande. Uma das nossas funções, aqui no Senado, é a defesa, obviamente, da nossa população. A defesa da saúde da nossa população é extremamente importante, portanto, esta audiência foi motivada por várias provocações – vamos chamar assim – que nós tivemos de diversas pessoas, setores, com relação à qualidade da formação dos cursos de Medicina no país.

Acho que todo mundo aqui, sem dúvida nenhuma, já foi alguma vez ao médico e sabe muito bem da importância, da confiança que nós precisamos ter na capacidade desses profissionais que tratam de nós nos momentos mais difíceis das nossas vidas, ou dos nossos familiares, portanto, eu considero esta audiência pública uma das mais importantes que nós podemos fazer neste momento no nosso país.

Sem dúvida nenhuma nós queremos ter muitos médicos no país, principalmente com uma distribuição homogênea, para que a gente possa atender as populações em todos os lugares, não só nas maiores capitais e nos lugares com maior desenvolvimento humano e econômico, mas, sem dúvida nenhuma, também nos lugares mais remotos do país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

É importante atender toda a nossa população, contudo, além disso, é importante atender com qualidade, para que cada uma das pessoas atendidas não só possa se recuperar do problema que motivou a busca de um profissional de Medicina, mas também que isso possa ser feito com a devida qualidade do atendimento.

Basicamente, são quatro temas que nós temos aqui dentro. Então, eu vou pedir a atenção dos nossos participantes, aqueles que estão aqui presentes, eu já vou nominar os que estão aqui presentes e aqueles que estão na videoconferência.

São quatro temas centrais: o primeiro deles é sobre a expansão dos cursos de Medicina no país; o segundo é sobre a qualidade do ensino médico; o terceiro é sobre a atuação interprofissional na competência médica; o quarto é sobre o impacto do Decreto 11.999, de 17 de abril de 2024; e o quinto é sobre a incorporação de tecnologia na Medicina.

Nós temos aqui presentes: o Dr. Donizetti Dimer Giamberardino Filho, Conselheiro Federal pelo Estado do Paraná, Representante do Conselho Federal de Medicina; o Dr. César Eduardo Fernandes, Presidente da Associação Médica Brasileira; o Dr. Armando de Carvalho Lobato, Presidente da Sociedade Brasileira de Angiologia e de Cirurgia Vascular.

E, por videoconferência, nós temos: o Dr. Francisco de Assis Rocha Neves, Coordenador-Geral na Diretoria de Desenvolvimento da Educação em Saúde do Ministério da Educação; a Dra. Lívia Milena Barbosa de Deus e Méllo, Diretora do Departamento de Gestão da Educação na Saúde do Ministério da Saúde; a Dra. Eliete Bouskela, Presidente da Academia Nacional de Medicina; o Dr. Antonio José Gonçalves, Presidente da Associação Paulista de Medicina; e o Dr. Giovanni Guido Cerri, Professor Titular da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

São oito participantes, a quem eu gostaria aqui, publicamente, de agradecer, e muito, a participação de cada um dos senhores e senhoras.

Na sequência aqui do expediente, a Presidência comunica o recebimento da Carta Aberta da Associação de Fiscais de Radioproteção e Segurança Nuclear, formada por servidores da Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen), solicitando providências para a implementação imediata da Autoridade Nacional de Segurança Nuclear, tendo como base a Diretoria de Radioproteção e Segurança Nuclear.

O expediente lido será publicado na página da Comissão de Ciência e Tecnologia, pelo prazo de 15 dias, para que as Senadoras e os Senadores membros possam manifestar interesse na análise da matéria por esta Comissão, conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019.

Aliás, neste ponto especificamente, só para colocar, acho que todos sabem, eu fui Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação e no ministério nós temos a Cnen, conectada ao ministério. Durante a minha gestão nós fizemos a criação da Autoridade Nacional de Segurança Nuclear, que inicialmente era para ser uma agência nacional de segurança nuclear. Não foi assim criada por determinação do Ministério da Economia na época, por falta de cargos para equipar essa nova entidade, mas a existência de uma entidade de segurança nuclear era já uma necessidade do país há 34 anos naquele momento, falando de 2019. Então, naquele momento, já era uma necessidade de 34 anos que não estava sendo atendida pelo Brasil perante as autoridades nucleares

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

internacionais, especificamente a agência internacional de energia nuclear, assim como do TCU; algumas determinações do TCU também.

Então, perante isso, quando eu cheguei ao ministério, eu determinei a criação dessa agência através de uma divisão da Cnen, repartindo uma parte da Cnen. E, logicamente, isso exigia não só um esforço administrativo, mas também técnico, na determinação de quais partes estariam envolvidas no que ficou da Cnen, que é obviamente a maior parte, e da Autoridade Nacional de Segurança Nuclear.

E, para isso, era de primordial importância que a Autoridade Nacional de Segurança Nuclear permanecesse dentro do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, tese que eu defendo até hoje, e é extremamente importante que isso aconteça e que não seja transferida para o Ministério de Minas e Energia. Mesmo porque isso acaba eliminando a principal razão da criação dessa entidade, que era a separação da execução da fiscalização, o que é óbvio que tem que ser feito, mas, indo para o Ministério de Minas e Energia, onde se concentra a maior utilização de combustível nuclear, essa ideia acaba indo por água abaixo.

Portanto, é importante que fique no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Eu espero que isso seja feito e, uma vez que nós temos esse expediente aqui, eu, como membro da Comissão de Ciência e Tecnologia, já anuncio de pronto que nós vamos tomar providências para que isso seja estudado aqui dentro desta Comissão, de forma que as devidas providências sejam tomadas do ponto de vista Legislativo e que o Executivo seja, portanto, instruído da forma como a população, que nós representamos aqui, determina. Numa democracia, a população é quem manda no país – vamos chamar assim –, e é importante a gente sempre lembrar disso em tudo o que fazemos neste país.

A presente reunião conjunta se destina à realização de audiência pública para discutir os desafios do ensino médico no Brasil, incluindo o crescimento do número de escolas, a qualidade do ensino, a atuação interprofissional na competência médica e o papel da tecnologia na medicina, em cumprimento dos Requerimentos nº 4, de 2024, da Comissão de Ciência e Tecnologia, e nº 29, de 2024, da Comissão de Educação, de minha autoria.

O público interessado em participar desta audiência pública poderá enviar perguntas ou comentários pelo endereço do Portal do Senado, www.senado.leg.br/ecidadania. Novamente, senado.leg.br/ecidadania ou ligar para 0800 0612211. De novo, 0800 0612211.

Então, podem enviar suas perguntas para cá que nós as apresentaremos para os nossos convidados. Nós já temos algumas perguntas que eu vou deixar mais para o final da apresentação.

Na dinâmica dessa apresentação, nós teremos as apresentações e as falas de cada um dos convidados. Eu vou procurar intercalar um presencial e um na telepresença, na videoconferência, para justamente não deixar o nosso pessoal na videoconferência muito tempo desligado por lá; vou procurar intercalar um daqui e um de lá. Cada apresentador terá dez minutos para fazer a sua apresentação e, depois, ao final, nós vamos passar às perguntas. Então, eu vou refrisar, eu vou entregar as perguntas que nós formos recebendo para os apresentadores que estão aqui, e também nós vamos enviar para aqueles que estão na videoconferência, para já irem se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

preparando e depois, na hora das perguntas e considerações finais, nós teremos todas as respostas para a nossa audiência.

Obviamente, é livre também para cada um dos participantes interagir, perguntando para o outro participante, para tirar alguma dúvida, ou para ressaltar algum ponto.

Bom, dito isso, novamente eu agradeço a participação de cada um que está presente em videoconferência aqui como participante, como conferencista, e também daqueles que nos assistem nas redes do Senado e na TV do Senado.

A sequência da apresentação será, portanto: nós vamos iniciar com o Dr. Donizetti Dimer Giamberardino Filho, eu pediria para assumir posição aqui junto comigo. (*Pausa.*)

Depois, na sequência, será a Dra. Lívia Milena Barbosa de Deus e Méllo, que está por videoconferência; depois, o Dr. César Eduardo Fernandes, que eu pediria também para se posicionar aqui junto comigo, no presencial; em quarto, o Dr. Giovanni Guido Serri, em videoconferência; em quinto, o Dr. Armando de Carvalho Lobato, que está aqui conosco, eu pediria também para tomar posição aqui junto à mesa; em sexto, o Dr. Francisco de Assis Rocha Neves, por videoconferência; em sétimo, o Dr. Eliete Bouskela, por videoconferência também; em oitavo, e finalmente, o Dr. Antonio José Gonçalves.

Então, passamos diretamente aos pronunciamentos.

Eu gostaria de passar a palavra ao Dr. Donizetti Dimer, que é Conselheiro Federal do Estado do Paraná e do Conselho Federal de Medicina.

Doutor, o senhor tem dez minutos. Lembro que pode concluir a fala, não é escrito em pedra, não. Pode concluir a fala, fique tranquilo, que a gente pode aumentar o tempo se necessário, mas eu vou pedir para manter o tempo o máximo possível.

O SR. DONIZETTI DIMER GIAMBERARDINO FILHO (Para expor.) – Muito obrigado. Bom dia a todos, cumprimento a Mesa, na figura do Senador. Agradecemos o convite.

Estamos representando aqui o Presidente Gallo, do Conselho Federal de Medicina. Eu, atualmente, coordeno o Departamento de Sistema de Acreditação de Escolas Médicas, chamado Saeme, sob domínio do nosso Conselho Federal.

Então, vou fazer uma breve introdução para ver se eu cumpro os oito minutos.

O ensino médico deve ser tratado como uma área de interesse público, e a concessão de sua atividade necessita de regulação. Não se trata de uma área de atividade comercial de iniciativa liberal.

Na formação do médico, espera-se um indivíduo crítico, reflexivo e humanista, e que deve adquirir durante o seu curso conhecimentos e habilidades.

E – tentando fazer todo esse tema – para a formação do médico de hoje, é importante a comunicação e o uso da tecnologia, além de outras medidas, como a inteligência artificial. A tecnologia está para a sociedade, e a medicina está dentro da sociedade. Nesse sentido, o médico deve fazer, sempre de forma complementar, racional, o uso dessa tecnologia.

O trabalho, a participação do médico, hoje, exige... Hoje nós temos como objeto o foco no nosso paciente, e nós temos que avaliar a jornada desse paciente. Nesse sentido, o médico deve ser treinado também para trabalhar em equipe multiprofissional, e esses membros devem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

respeitar as competências estabelecidas em cada conselho de classe – é por isso que a formação médica tem competências específicas, que só o médico deve acarretar –, e esse time deve sempre trabalhar em harmonia; é nesse sentido...

Com essa introdução, eu vou passar alguns dados que nós temos do nosso observatório, chamado Radiografia das Escolas Médicas, em que o conselho faz o papel do observatório e do controle social. Toda a gestão de vagas está com o Governo, na figura do MEC e do Ministério da Saúde, e o Conselho Federal, que tem como norma fiscalizar o exercício profissional, faz essa avaliação de uma forma a informar a sociedade, como controle social disso.

Então, eu vou iniciar. (*Pausa.*)

Esse primeiro número mostra algo que não foi visto no mundo: esse crescimento, com essa velocidade, de escolas médicas. Isso só aconteceu no nosso país; e hoje o nosso retrato: vejam que são 210 novas escolas abertas. É um número assustador. E dessas, como perfil, nós temos que hoje são 34% públicas e 66% privadas. Então, vejam que, da abertura delas, 70% foram privadas – isso é um dado numérico.

A criação das novas escolas médicas por ano: vejam, senhores, que em preto estão as privadas. No ano de 2018, veio uma moratória das escolas médicas – e tem muita crítica de que ela não funcionou, mas, quando essa moratória veio, ela veio com uma lista de espera de mais 53 escolas, que abriram durante os cinco anos. Foi o que aconteceu, mesmo.

Então, nós tivemos um movimento... As escolas médicas sempre foram abertas por necessidade social. A partir de 2014, nós começamos a ter um movimento político, e, nos últimos tempos, o mercado identificou isso, e nós temos uma grande pressão mercantil, comercial, por abertura de escolas médicas. Isso preocupa muito, por isso eu comecei a minha fala dizendo que é uma área de interesse público.

Aqui é um dado que é o número de vagas que os países têm por 100 mil habitantes. Ele tem a vantagem de que ele antecede em seis anos a realidade nossa. Então, no mundo, senhores, essa escala mostra uma média da OCDE de 14,2 vagas para cada 100 mil habitantes. Então, países como o Chile têm 9, o máximo que nós temos ali é Letônia com 27,3.

Continuando, eu trouxe para os senhores o Brasil. Então, em amarelo nós temos a média da OCDE, em vermelho temos a média do Brasil e nós temos por estado as médias. Então, temos estados como Tocantins e Rondônia em que o número de escolas médicas tem essa proporção 4, 5 vezes já. Então, esse indicador é um acelerador de velocidade, porque nós temos as escolas abertas e, quanto mais abrir, mais se acelera o número de médicos formados.

Aqui, só para ilustrar, esse indicador, que é o mais conhecido de todos, que é o de médicos por mil habitantes, nós crescemos de 2001 para 2024 – não estou conseguindo ler bem daqui –, é dessa forma de 2,1 para 2,8, a média da OCDE é maior.

Mas vejam, senhores, se a gente utilizar esse indicador, há possibilidade de discurso para mais vagas, mas na hora que nós olhamos indicadores anteriores, fica muito claro que a abertura de escolas médicas hoje foge da razoabilidade e da responsabilidade.

Aqui temos uma distribuição por município. Então, vejam, senhores, que nós temos alguns municípios muito pequenos, com 20 mil habitantes, com 50 mil. Se nós calcularmos que nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

temos como número mínimo de uma escola médica 40 alunos e nós adequarmos que sejam 14 ou 20 vagas por 100 mil, a região para abrir uma escola médica deveria ter pelo menos 300 mil pessoas. Então, levar uma escola médica aonde não tem médico ou não tem professor de Medicina é uma incoerência. Escola médica não é fomento de desenvolvimento econômico, ela tem que vir onde já está estabelecido para ter uma organização hierarquizada.

Aqui a projeção pelos números de hoje. Então, com as vagas de hoje, em 2030 nós vamos ter 837 mil médicos, sem contar com aqueles que fazem o Revalida, lembrando que a população brasileira em 2034 vai parar de crescer; os médicos, não.

Estrutura, então, o que nós temos que está nas portarias do MEC é uma flexibilização. O Conselho Federal defende essas estruturas mínimas de cinco leitos públicos para cada aluno, três alunos para cada equipe de saúde da família e um hospital de ensino, e ainda com essa "flexibilidade", entre aspas, com potencial para ser, como se fosse um direito presumido.

Na prática ainda, esses cinco leitos públicos teriam que ter uma ocupação mínima de 80%, coisa que não é vista. Então, hoje escolas estão sendo abertas com o número de vagas SUS que não são usadas. Então, não existe medicina sem médico e você não forma médico sem paciente. É uma coisa tão óbvia, mas tem que ser repetida aqui.

Aqui temos como estrutura para o ensino, então, 168 mil leitos SUS que estão disponíveis em 250 municípios. São 78% desses municípios e 20 estados que não têm esses cinco leitos preconizados, que dirá com ocupação correta.

Aqui, então, se nós formos cumprir todas as escolas abertas, o Governo teria que credenciar mais 50 mil novos leitos SUS.

A mesma carência nas equipes de família, são 19 mil equipes disponíveis nos 250 municípios que têm escolas médicas, que têm carência da mesma forma. Nós temos seis estados que têm indicadores incompatíveis entre o número de alunos e a equipe de saúde da família, então, seriam precisos, nesses estados, 270 novas equipes. É como se o ensino médico estivesse chegando antes da presença das unidades.

Temos 178 hospitais de ensino no Brasil e 171 estão em municípios que já têm escolas médicas.

Vou passar mais rápido aqui.

Encaminhamentos.

Diante desse cenário, o Conselho Federal de Medicina investe com o dinheiro dos médicos, porque ele é financiado pelos médicos, num sistema de acreditação, que é uma certificação de qualidade para o aprimoramento dos cursos de Medicina, é voluntário e gratuito, com escolas que queiram ser avaliadas com critérios internacionais. Nós queremos dizer para a sociedade as escolas que têm certificação de qualidade.

Nós propomos a necessária criação de um grupo de trabalho com participação dos representantes dos ministérios e das entidades médicas.

Há necessidade de definição de parâmetros para a regulamentação da abertura e aumento de vagas. Nós precisamos de critérios técnicos e não de critérios político-financeiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Os procedimentos todos que estão sob a gestão do MEC precisam ser muito claros para nós evitarmos liminares, eu acho isso outro fato muito relevante. E, hoje, nós vemos que há uma grande pressão e não se justifica mais abrir escolas médicas.

Nós vemos que nenhuma escola médica fecha; se ela for fechada...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DONIZETTI DIMER GIAMBERARDINO FILHO – ... vai ser vendida.

Terminando, então.

Nesse sentido, o Conselho Federal considera a observação dos cinco leitos mínimos que nós já falamos, determinados exclusivamente em contratos com as escolas e os estabelecimentos. Nas unidades básicas também da mesma forma, uma equipe para três alunos e a presença de um hospital de ensino reconhecido e habilitado.

E, finalmente, de forma complementar, a presença de residência médica para todos os alunos nas áreas básicas, preenchendo todas as áreas das diretrizes curriculares; oferta de professores graduados em Medicina, médico ensinando para médico, principalmente nos cursos clínicos, com uma definição mínima de detentores de títulos de pós-graduação e RQEs, que seriam dos especialistas;

(*Soa a campainha.*)

O SR. DONIZETTI DIMER GIAMBERARDINO FILHO – ... presença majoritária de docentes médicos nos programas de graduação e pós-graduação; e estabelecimentos de ensino com instalações e equipamentos à altura.

Vamos terminar, Senador.

Finalmente, dados do nosso Saeme: temos 155 processos de acreditação; 97 concluídos; hoje temos 48 reconhecidamente aprovados em vigência. E nós temos esse trabalho para avaliarmos de 30 a 40 escolas por ano.

Esta é a nossa mensagem.

E nós solicitamos muito que em ensino médico e escola médica haja necessidade de uma regulação. O mau médico, o médico malformado é um risco à sociedade, é um risco ao financiamento da saúde, é um risco à importância da confiança da sociedade no médico. Portanto, nem o país mais liberal, os Estados Unidos, aceita abrir...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DONIZETTI DIMER GIAMBERARDINO FILHO – ... escolas por uma livre opção comercial.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Dr. Donizetti Dimer Giamberardino Filho, que é Conselheiro Federal pelo Estado do Paraná, do Conselho Federal de Medicina.

Obrigado pelas informações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Vou deixar para o final as perguntas, mas tenho uma série de considerações importantes sobre isso.

Na sequência, eu já passo a palavra para a Dra. Lívia Milena Barbosa de Deus e Méllo, que está em videoconferência, Diretora do Departamento de Gestão da Educação na Saúde do Ministério da Saúde

Dra. Lívia, a senhora tem dez minutos para a apresentação. E eu peço que controle o tempo por aí, porque não vai ter as dicas que nós temos aqui com som. Aos 15 segundos finais, vai aparecer uma voz feminina, muito convincente... (*Risos.*)

... que vai falar dos 15 segundos, mas pode terminar os pensamentos logicamente.

Obrigado.

A SRA. LÍVIA MILENA BARBOSA DE DEUS E MÉLLO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia a todas as pessoas presentes nesta audiência.

Queria, na pessoa de S. Exa. o Senador Marcos Pontes, agradecer o convite do Ministério da Saúde para participar deste debate tão importante para a nossa sociedade, principalmente para a área da saúde, em que temos um Sistema Único de Saúde que demanda trabalhadores e trabalhadoras com a melhor qualidade possível para a atenção da nossa população.

Bem, eu falo aqui da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (Sgtes) no âmbito do Ministério da Saúde. A gente trouxe uma apresentação. Não sei se já pode – por favor – colocar, não sei se já está à disposição. Deixa eu pegar aqui, e vamos compartilhar. (*Pausa.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – O.k., Doutora. A apresentação está no visual aqui também.

A SRA. LÍVIA MILENA BARBOSA DE DEUS E MÉLLO (*Por videoconferência.*) – Então, quero saudar a todos aqui presentes.

Vou fazer uma apresentação rápida em torno deste tema: "Os desafios do ensino médico no Brasil: abertura de escolas médicas e qualidade do ensino médico", muitos dados em comum ao que já foi apresentado na apresentação anterior. Mas outros eu acho que vêm no sentido de somar para o debate que a gente vai fazer logo em seguida.

Então, sobre a regulação da abertura de cursos de graduação em Medicina, é importante destacar que o que compete ao Ministério da Saúde é o Sistema Único de Saúde.

Na Constituição Federal de 1988, na Lei 8.080, está lá demarcado o papel do Ministério da Saúde como ordenador da formação de recursos humanos em saúde, e que esse ordenamento venha para atender às necessidades da saúde da população brasileira.

Hoje, como é que está o acesso aos médicos no Brasil? A gente já trouxe outros dados aqui que vêm nesse mesmo sentido. Aqui a gente traz o número de consultas, consultas médicas presenciais nesses anos até 2021. A gente vê um quantitativo de consultas no Brasil de 1,6 consulta comparando com os outros países e com a média da OCDE que está em torno de 6 consultas para...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Dra. Lívia, só um momentinho. É o Senador Marcos Pontes aqui. A apresentação está estagnada. Ela está parada aqui no primeiro eslaide.

A SRA. LÍVIA MILENA BARBOSA DE DEUS E MÉLLO (*Por videoconferência*.) – Está passando agora?

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – É. Agora foi para o terceiro.

(*Intervenções fora do microfone*.)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Se puder colocar no modo apresentação, isso também ajuda aqui na visualização.

A SRA. LÍVIA MILENA BARBOSA DE DEUS E MÉLLO (*Por videoconferência*.) – Vamos ver aqui. Está no modo apresentação para vocês agora?

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – O.k. Agora está no padrão.

Obrigado.

A SRA. LÍVIA MILENA BARBOSA DE DEUS E MÉLLO (*Por videoconferência*.) – Obrigada também.

Então, como eu vinha dizendo, a gente traz esses números de consultas anuais por pessoa. Comparando o número de consultas, o Brasil hoje está com 1,6 consulta médica por ano, por pessoa, enquanto a OCDE tem uma média de 6.

Então, o número de médicos no Brasil é muito alto? A gente faz essa pergunta e, mais uma vez, olha para a realidade comparativa com outros países. A gente tem a média da OCDE de 3,7 médicos para cada mil habitantes, enquanto o Brasil tem 2,6 médicos por mil habitantes.

Está passando...

Então, a gente vê uma desigualdade na distribuição de médicos. Hoje a gente puxa aqui alguns dados para olhar que o Sudeste hoje tem uma média de 3,6 médicos para cada mil habitantes, enquanto a Região Norte 1,65.

Se a gente pegar alguns estados, comparando o Distrito Federal tem 6,3 médicos por mil habitantes, enquanto o Estado do Maranhão 1,17. Temos 16 estados brasileiros abaixo da média nacional de 2,6 médicos por mil habitantes. Chama a atenção aqui o caso de algumas capitais, como é o caso de Vitória, no Espírito Santo, com 18,14 médicos por mil habitantes, enquanto a capital Macapá 2,21.

Também a gente traz esse cenário de que 62% dos médicos estão onde vivem 29% da população. Então, municípios com mais de 500 mil habitantes têm 6,23, enquanto municípios de 20 a 50 mil habitantes têm 0,99 médicos por mil habitantes, e municípios de menor porte, com menos de 5 mil habitantes, às vezes, chegam a não ter sequer um, 0,43 médicos por mil habitantes.

A formação médica no Brasil acaba que dá uma... a gente consegue ter algumas leis, algumas normativas. A partir de 2003, esse marco do Programa Mais Médico, através da Lei 12.871, estabelece alguns eixos importantes que vão no caminho tanto de ampliar a melhoria de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

infraestrutura do SUS, para poder garantir uma formação adequada, mas também o eixo da própria formação. Então, a ampliação de ofertas de graduação e de residência médica são estabelecidas dentro desse programa, uma mudança no eixo de locais de formação, para atender aquele cenário que eu falei anteriormente de desigualdade e iniquidades regionais, e a própria discussão da reorientação da formação, mudança das diretrizes curriculares. E o eixo provimento, que foi o que a sociedade conseguiu ver mais facilmente, que foi ampliar a quantidade de médicos a partir de editais de chamada nacional e internacional, e mesmo com cooperação internacional, a garantia de mais médicos nas regiões de difícil acesso por esse programa.

Então, qual é o cenário do Programa Mais Médicos hoje? A gente já, ao longo desse último ano, fez uma adesão de novos municípios ao programa, foram mais 744 adesões municipais; 977 novas vagas ampliadas para a Saúde Indígena, Saúde Prisional e Consultório na Rua. Foram mais de 16 mil médicos que iniciaram a especialização em Medicina de Família e Comunidade e mil novas vagas na Amazônia Legal, garantindo a ampliação de vagas com financiamento federal.

Num panorama geral dos programas de provimento, que envolvem tanto o Mais Médicos quanto o Médicos pelo Brasil, hoje a gente contabiliza 25.636 profissionais ativos por esses dois programas distribuídos no território nacional.

Então, sobre a regulação da abertura de cursos de graduação de Medicina, a gente teve a lei e essa lei abre editais com critérios para abertura. A gente destaca aqui o art. 2º, que fala dos objetivos do programa, que serão adotados, entre outras, as seguintes ações: a reordenação da oferta de cursos de Medicina e de vagas para residência, priorizando regiões de saúde com menor relação de vaga e médico por habitante, e com estrutura de serviços de saúde em condições de ofertar esse campo de prática suficiente e de qualidade para os alunos.

Nessa mesma lei, e segundo os editais e seus critérios, a gente também, no art. 3º, destaca que a autorização para o funcionamento de curso de graduação em Medicina por instituições de educação superior privada será precedida de chamamento público e caberá ao Ministro de Estado da Educação dispor sobre critérios do edital de seleção de propostas para obtenção de autorização de funcionamento do curso de Medicina.

Então, a gente viu essa expansão, como foi colocada na apresentação anterior, de cursos de graduação em Medicina, que foi interrompida a partir da moratória de 2018, que o MEC, através da Portaria MEC 328, de 2018, estabelece. Ao mesmo tempo, a gente vê um aumento da judicialização para a abertura por fora dessa moratória. Então, há uma expansão de cursos privados, sem seguir os critérios definidos pela lei do Mais Médicos, foi esse o cenário que a gente percebeu e que aconteceu ao longo desse período. Então, apesar da moratória, a gente vê um aumento de abertura de escolas médicas.

Acho que foi destacado também, na apresentação anterior: a gente destaca que, de 2016 para cá, houve um aumento de vagas de 61,1% no geral, e, entre essas, 96,4% eram vagas em instituições privadas, de forma tal que hoje, em 2023, a gente chegou a um número total de 42 mil vagas de cursos de Medicina para estudantes de cursos médicos.

Em 2024, a gente chega a um total, atualmente, de 373 cursos de Medicina distribuídos no país. Mais uma vez, apesar da moratória, a gente também viu o aumento de vagas suplementares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O que seria isso? Cursos que já existiam pedem aumento de vagas, suplementando o número de vagas dentro dos cursos que já existem. A gente vê um aumento de 342% de vagas suplementares de 2016 para cá.

Um aumento de vagas no interior também foi destacado na apresentação anterior. Isso é importante colocar, mas considerar também que a gente precisa ver que interior – se a gente fala das regiões metropolitanas ou interior. Apesar de haver um aumento no interior, de fato, como esse gráfico mostra, o interior em regiões dos estados do Norte, enfim, outros territórios que precisariam ser considerados foram mostrados no início da apresentação.

Então, a razão de estudantes matriculados em cursos de graduação de Medicina, hoje... A gente tirou alguns dados dessa pesquisa do Dr. Mário Scheffer, que foi feita com a USP, em parceria com a AMB. A gente destacou alguns dados em relação a isso.

A gente vê que São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro tiveram 44% das matrículas. Amazonas, Amapá, Pará e Maranhão têm menos de uma matrícula por mil habitantes; enquanto Vitória, do Espírito Santo... Mais uma vez, comparando duas capitais, essa razão é bem díspar: Vitória, do Espírito Santo, tem 6,85 estudantes matriculados por mil habitantes, enquanto Macapá tem 0,91.

Então, a gente sabe das ações judiciais que as instituições de ensino privadas apresentam. Em agosto de 2023, o MEC recebeu 336 ações judiciais – tinha acumulado, na verdade – para abertura de novos cursos e 34 ações judiciais para aumento de vagas em cursos já existentes, totalizando 60.323 novas vagas pretendidas por instituições de ensino superior privadas.

Então, os critérios que a gente considera para avaliar, os critérios que o Ministério da Saúde utiliza para avaliar e dar o seu parecer nessas ações judiciais, consideram: a avaliação de número de leitos por município; a existência de três programas de residência médica em áreas prioritárias; termos de compromisso do município para que o gestor municipal possa garantir que vai dispor do campo de prática para a prática dos estudantes; e a existência de equipamentos públicos adequados e suficientes para oferta do curso, tanto equipamentos em atenção primária, urgência e emergência, saúde mental, atenção especializada, hospitalar e de vigilância em saúde.

Então, além do estabelecimento de critérios para a abertura de cursos, é necessária a avaliação para garantia dessa qualidade.

Está estabelecido também, na Lei do Mais Médicos, que a gente faça avaliação específica dos cursos de Medicina, de conhecimentos, habilidades e atitudes, regulamentada por ato normativo do MEC.

É importante destacar também o papel do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), que tanto coordena o Enade como o Revalida.

É importante a gente, aqui, discutir que existe mais de um modelo em discussão hoje para avaliação. Temos em discussão o exame de proficiência médica e o teste de progresso, tendo o exame de proficiência alguns riscos: penalizar o estudante; fazer uma avaliação pontual com provas; estimular o mercado de cursos preparatórios; desmotivar estudantes para o aprendizado prático, com um ensino para passar nessa prova. E apenas a aprovação final não garantiria a qualidade dessa formação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Por outro lado, a lógica do teste de progresso é avaliar de forma permanente esse estudante, que: garante uma avaliação progressiva processual ao longo do curso; responsabiliza as instituições pela formação; permite a intervenção ao longo da formação, para reorientar essa qualidade; estimula o aprendizado por ano de treinamento; prioriza a avaliação de qualidade por múltiplos métodos e a avaliação por ano de treinamento no mínimo a cada dois anos.

Ainda nessa perspectiva comparativa das duas lógicas, modelos de avaliação, é importante cuidar para que, no exame de proficiência, não haja nessa lógica uma fuga de recursos públicos – investida sem retorno ao SUS –, o que pode criar um contingente numeroso de profissionais que concluem a graduação e não podem atuar, ou estimulam o exercício ilegal da medicina.

Então, a gente tem que cuidar para que não ocorram gastos adicionais com profissionais reprovados após a conclusão de curso.

E a gente se pergunta: quem se responsabiliza pela formação desse profissional não aprovado? Pode haver um aumento de custo para formação nas universidades públicas e um impacto direto no aumento de carência de profissionais em regiões com necessidades de médico.

Já, pela lógica do teste de progresso, a gente tem a vantagem de: ensino focado no aprendizado prático; avaliação supervisionada, que é mais consistente; avaliação em cenários reais e cenários simulados; avaliação das próprias escolas, o que permite credenciamento, recredenciamento e cancelamento de cursos com infraestrutura inadequada e mau desempenho; e fortalece o papel do Ministério da Saúde e do MEC na avaliação de cursos de graduação e no ordenamento de formação para as necessidades do SUS, como está na Constituição.

Então, qual é o nosso compromisso? O compromisso do Ministério da Saúde é garantir uma formação médica de qualidade, garantir uma distribuição regional equânime e que isso tudo venha para fortalecer o Sistema Único de Saúde.

Então, agradeço.

A gente fica à disposição para o debate.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Dr. Lívia Milena Barbosa de Deus e Méllo, Diretora do Departamento de Gestão da Educação na Saúde, do Ministério da Saúde.

Nós vamos deixar as perguntas para o final.

Eu passo agora, imediatamente, a palavra ao Dr. César Eduardo Fernandes, Presidente da Associação Médica Brasileira, de forma presencial conosco.

O SR. CÉSAR EDUARDO FERNANDES (Para expor.) – Bom dia a todos os presentes aqui neste auditório e àqueles que nos assistem através das mídias sociais.

Eu quero, inicialmente, manifestar profundo agradecimento ao Senador Astronauta Marcos Pontes por organizar junto à Comissão de Ciência e Tecnologia e à Comissão de Educação e Cultura esta audiência pública, que para nós é um espaço primoroso, valioso para que possamos discutir algo de tamanha relevância para a assistência da população brasileira.

Eu gostaria, antes de iniciar as minhas considerações, de fazer um pequeno esclarecimento que eu não sei se é conhecido de todos: o nosso curso de Medicina no Brasil é um curso terminal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Isso significa o quê? Que o indivíduo, ao terminar o curso, está plenamente capacitado para exercer a medicina na sua plenitude. É importante fazer comparações de que não é assim na maioria dos países: em países que têm o seu sistema de ensino organizado, é exigido, é obrigatório que o indivíduo faça a residência médica. Aqui, no Brasil, não. Portanto, tudo que se discute aqui é extremamente relevante, porque, insisto, nosso curso é um curso terminal: esse indivíduo formado é, de pronto, sem qualquer filtro nos dias atuais, colocado para atender a nossa população. No entanto, a residência médica é muito importante não apenas... Ela é destinada para a formação de especialistas, mas não apenas para isso; ela virou quase que um complemento obrigatório para corrigir as deficiências de formação do médico no nosso país.

Queria também esclarecer, antes de colocar os pontos que eu quero trazer para os senhores, que aqui eu represento a Associação Médica Brasileira. E não sei se todos sabem o que é a Associação Médica Brasileira. Nós representamos as 55 especialidades médicas legalmente existentes no país; portanto, junto com as sociedades médicas, nós fazemos exames cognitivos e práticos para que possamos, então, aprovar, por um exame de pares, que o indivíduo possa se intitular como especialista. Essa é uma atribuição das nossas sociedades de especialidades junto com a Associação Médica Brasileira.

E mais um único comentário introdutório que me parece da extrema relevância: cada um de nós, como cidadãos, tem suas posições político-partidárias e ideológicas. No entanto, eu quero deixar claro: eu não quero que as posições que a AMB está trazendo hoje aqui, ou que sempre vem público declarar, sejam confundidas ou a elas sejam emprestadas conotações políticas, ideológicas ou partidárias. Aqui não faço nenhuma crítica a quem professa ideologia ou tem posições político-partidárias, o que eu acho nobre na pluralidade de pensamento; mas, como instituição, se algum conflito nós temos, é que o nosso partido é o partido da boa assistência à população, é o partido do bom exercício da medicina. Não tem pauta oculta aqui.

É importante que eu faça essas considerações preliminares, e, com isso, fico ansioso, porque eu já vi que falei três minutos e meio e ainda não falei absolutamente nada do que eu queria falar.

É importante dizer para os senhores que, no ensino médico, é muito importante – já mencionei – a residência médica. E, nestas últimas duas, três semanas, um assunto saltou à frente, neste momento, em relação à educação médica. Eu considero a residência também dentro do sistema de formação médica. Eu quero falar do Decreto Presidencial 11.999, que trouxe mudanças radicais, profundas na Comissão Nacional de Residência Médica. A Comissão Nacional de Residência Médica tem como missão aprovar novos cursos, novos programas de residência médica, fiscalizar os programas, discutir os conflitos; enfim, está dentro da Comissão Nacional de Residência Médica toda a organização das residências médicas do nosso país. Esse decreto alterou profundamente o que vinha acontecendo, e quero registrar que nós sempre estivemos dentro da Comissão Nacional de Residência Médica, como Associação Médica Brasileira, e ela funcionava bastante a contento; tinha lá suas mazelas, tem os seus problemas, mas ela funcionava bastante a contento e não tinha conflito de interesses para decidir os temas. Eram 12 membros divididos, segundo a vigência do decreto anterior, em dois grupos: um grupo que era dos representantes governamentais, 6 membros; e os outros 6 membros das entidades médicas, das quais a AMB era

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

uma delas. Isso mudou radicalmente e eu quero então trazer algumas considerações para os senhores.

A primeira delas foi a mudança na Câmara Recursal. A Câmara Recursal me parece algo que não caberia... Porque, se você tem 12 membros discutindo os assuntos e eles tomam decisões, essas decisões não podem ser mudadas por uma Câmara Recursal, que agora foi proposta existir, em que um membro é do Ministério da Saúde – nesse novo decreto –, outro do Ministério da Educação e um terceiro eleito pela plenária, que também é do Governo, ou seja, nada vai ser decidido que não seja pensamento único do Governo.

Eu não quero aqui colocar em dúvida as intenções do Governo, não me cabe isso, mas eu acho que é muito importante ouvir a sociedade sempre. Bem falou o Senador Marcos Pontes, a sociedade e o povo são que devem tomar a decisão e, quando necessário, a sociedade organizada em relação ao assunto que está se tratando, no caso as entidades médicas. Então nós propomos que seja excluída a Câmara Recursal. E tudo que eu estou falando aqui não é produto do meu pensamento, isso foi organizado pelas entidades médicas. Então nunca foi implementado; ela já existia, não era tão ruim como a que se propõe agora. Nós propomos então que ela seja extinta.

Mais do que isso, que retorne a paridade entre membros técnicos. Quem são os técnicos? As entidades médicas: Associação Médica Brasileira, Conselho Federal de Medicina, Associação Nacional de Médicos Residentes, federação de médicos do Brasil e assim por diante. Nós elencamos, eu vou mostrar daqui a pouco, os membros que, a nosso juízo, devem fazer parte dos membros: metade do Estado – metade do Estado – e metade da sociedade. Parece-me que isso equilibraria as decisões e não tornaria essa decisão apenas uma decisão estatal, senão não precisa de Câmara, senão não precisa de Comissão Nacional de Residência Médica, o Governo faz tudo e não consulta a sociedade. Esse é o ponto que eu quero trazer para vocês.

E eu estou falando deste Governo, porque é o Governo que aí está. Se fosse outro Governo, eu falaria a mesma coisa. Eu não estou aqui a favor de Governo ou contra Governo. Repito: o nosso partido é o partido da boa assistência médica, da boa formação médica e do bom exercício da medicina.

Propomos manter as competências do secretário-executivo. Havia um secretário-executivo que era um profissional de valor muito considerado em relação a sua história como docente ou como preceptor de residência médica, que tinha acumulado uma experiência médica, e era ele, então, que fazia a pauta da reunião. Colocou-se um secretário-executivo que não tem mais nenhuma dessas funções e tampouco voto. Então, nós queremos que volte a ter um secretário-executivo, assim como era anteriormente.

Mais um ponto: esse decreto-lei diz que não há necessidade de que os componentes da Comissão Nacional de Residência Médica sejam médicos, e me parece algo estapafúrdio isso, porque, a nosso juízo, eles precisam ser médicos e conhecer o processo. Então, obrigatoriedade de todos os membros votantes na Comissão Nacional de Residência Médica serem médicos – serem médicos. Quem trabalha numa padaria é padeiro. E, aqui na Residência Médica, parece-me que devam ser médicos, exceto o secretário da Sesu (Secretaria de Ensino Superior), que, claramente, não há necessidade de ser médico, mas todos os demais, sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Exclusão de câmaras técnicas regionais que foram agora criadas. Não precisa de câmara técnica regional. Quando houver problema regional, traz-se esse problema para a Comissão Nacional de Residência Médica; senão, vai haver situações de ambiguidade de decisões de câmaras técnicas regionais com aquelas da Comissão Nacional de Residência Médica.

E manutenção, neste Decreto 7.562, de 2011, dos critérios para indicação de especialistas que compõem as câmaras técnicas, sem obrigatoriedade, como está no decreto editado agora em 17 de abril, da participação de membros do Ministério da Saúde e da Educação em cada um deles.

Como o tempo está avançado, eu vou me permitir não projetar outros eslaides que eu havia trazido para dizer o seguinte: ou nós revogamos, suspendemos esse decreto e trazemos...

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. *Fora do microfone*.) – O senhor tem dois minutos ainda. Eu controlo o tempo aqui.

O SR. CÉSAR EDUARDO FERNANDES – Ah! Ainda tenho dois minutos. Está bom. Então, isso me dá tempo de fazer com tranquilidade as minhas conclusões.

Nós entendemos que, nesse decreto, deve – eu me permito assim imaginar e é pura imaginação minha – ter alguma pauta oculta. Esse decreto é pano de fundo, por exemplo, para acabar com o título de especialista emitido pela sociedade de especialidade.

Em países avançados como, por exemplo, nos Estados Unidos, a residência médica, que é o melhor aparelho formador para o especialista, é uma condição necessária, porém não suficiente; é obrigatória – e estou dando o exemplo daquele país, porque é um país organizado do ponto de vista de formação médica; o número de escolas médicas não aumenta naquele país, está estável há 30 anos, não aumenta o número de escolas médicas naquele país –, e eles exigem que o residente passe por um exame de pares. O que é o exame de pares? Lá também, aqui como no Brasil, tem sociedades de especialidade. Exemplo: temos aqui o Dr. Lobato...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CÉSAR EDUARDO FERNANDES – ... da Sociedade Brasileira de Cirurgia Vascular, que emite o título de cirurgia vascular, para o qual fazem os cirurgiões vasculares um exame cognitivo, teórico e um exame prático.

Então, eu imagino que a proposta desse decreto, já concluindo, é flexibilizar a residência, e vem na linha do Mais Médicos, com a situação que se criou deste número abusivo de escolas médicas, mais residentes com flexibilização da formação e mais especialistas com qualidade duvidosa. Esse é o meu pensamento.

Quero agradecer, mais uma vez, a excelente oportunidade que nos é dada para trazer assuntos de tamanha importância nesta audiência pública.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Dr. César Eduardo Fernandes, Presidente da Associação Médica Brasileira. Parabéns pela apresentação e por nos trazer um ponto extremamente importante! Depois eu pretendo comentar no final.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Neste momento, eu passo a palavra ao Dr. Giovanni Guido Cerri, Professor Titular da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP), que se encontra por videoconferência.

Professor, eu vou pedir para o senhor controlar o tempo dos dez minutos aí, porque não vai ter as dicas que nós temos aqui, com o relógio na parede, e aos 15 segundos vai ter um aviso também. Obrigado, o senhor tem os dez minutos.

O SR. GIOVANNI CERRI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos.

Queria cumprimentar o Senador Marcos Pontes pela importante iniciativa de discutir a questão dos grandes desafios do ensino médico no Brasil. Queria cumprimentar também os nossos representantes das entidades médicas, o Dr. Donizetti, o Dr. César Fernandes, a Dra. Eliete Bouskela e os demais participantes dessa discussão, e dizer que eu estou muitíssimo preocupado com o destino que o ensino médico está tendo no Brasil. E essa preocupação é porque o médico vai atender a nossa população, a população do Sistema Único de Saúde, e infelizmente não estamos realmente preocupados, não estamos consolidando a formação de médicos de qualidade. Isso põe em risco a população que está sendo atendida.

Por isso é que essa discussão é fundamental. Não adianta número, aliás, nós já passamos por isso em outras profissões do Brasil, é o caso dos bacharéis de Direito, dos dentistas, e nós vimos que número não resolve. O que resolve para um bom atendimento da população é qualidade. E eu faço essa reflexão para que nós possamos realmente dar uma guinada no sentido de que, sim, nós temos que atender a população, mas nós temos a população com qualidade, porque o mau médico não só não atende adequadamente a população, mas se torna um mecanismo de ônus, de aumento de custo, de exames repetidos, de medicamentos mal prescritos. Então, como nós vamos fazer para poder modificar esse panorama? – onde infelizmente a formação dos médicos transformou-se num negócio, num negócio lucrativo, e a formação do médico perdeu a função social. Nós precisamos rever realmente esse processo.

Veja, nada contra a formação, a abertura de escolas médicas de qualidade, mas não é isso infelizmente que nós estamos vendo. Nós temos 390 escolas médicas no país, no momento, e certamente superaremos as 400, e talvez cheguemos até a 500, o que seria um desastre maior, mas nós não temos 390 hospitais-escola no país. A medicina, o médico tem que ter uma formação prática. E como é que nós vamos dar essa formação prática onde nós não temos hospitais-escola adequadamente aparelhados, não temos professores em quantidade suficiente, médicos que possam formar esses novos profissionais? E, isso, fora a questão da infraestrutura, da infraestrutura deficiente, certamente, na maior parte das escolas médicas hoje que formam profissionais.

Hoje, a medicina é uma especificidade muito tecnológica. Nós estamos vivendo uma época de transformação digital, em que o atendimento remoto e a utilização de inteligência artificial são fundamentais para que o médico possa exercer adequadamente a sua missão. E, se nós avaliarmos a infraestrutura da maior parte das escolas médicas, nós não vamos encontrar tecnologia suficiente para a formação desses profissionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Como nós poderíamos caminhar para melhorar esse quadro, que é um quadro bastante negativo em termos de assistência à população?

Em primeiro lugar, eu devo dizer que eu sou professor na Faculdade de Medicina da USP, faculdade muito bem ranqueada dentro das escolas médicas do país e do mundo, uma das 50 maiores escolas de medicina do mundo, e devo dizer que um médico formado na faculdade de medicina não tem condições de sair da faculdade e atender a população. A residência médica é parte essencial na formação do médico. Então, nós temos que ter a formação do médico com essa formação complementada pela residência médica, como é em muitos países desenvolvidos com uma formação adequada de médicos. E o que ocorreu nesses últimos dez anos? O número de vagas para medicina expandiu-se de forma muito desordenada, enquanto o número de vagas de residência permaneceu praticamente inalterado. Em breve, metade dos médicos do país não terá possibilidade de fazer residência médica. Esse é um desastre anunciado! O médico, depois do curso, tem que fazer a sua residência, se for atender o paciente, para poder complementar a sua formação tanto na atenção primária como em especialidades como pediatria, ginecologia, clínica médica, em especialidades que vão atender a população como um todo.

Então, primeiro, nós temos que corrigir essa distorção de não ter residência médica para os médicos que se formam, mas uma residência médica também de qualidade.

É por isso que eu vejo que, dentro do panorama atual, é muito importante que se avaliem os graduandos, os estudantes de Medicina ao longo do seu curso. O teste de progresso é uma ótima proposta; é realizar, ao longo do curso de graduação, testes que permitam avaliar o conhecimento que o aluno tem tido ao longo do curso, para poder interferir durante o curso e não deixar formar o aluno, fornecer o diploma, sem que possa ter sido corrigida essa formação ao longo da graduação.

O exame de proficiência médica também é algo que pode prejudicar o aluno, que entrou de boa-fé numa escola de medicina achando que era de qualidade e, depois, no final do curso, descobre que a escola de medicina não tem qualidade, e ele não tem conhecimento para poder atender o paciente. Por isso é que o exame de proficiência médica é uma alternativa para defender a população, para que só possa atender os pacientes quem tem uma formação adequada – se bem que, ao meu ver, participar da residência médica é uma parte fundamental da formação do médico.

E o terceiro ponto, que eu também acho fundamental, é uma avaliação constante das escolas médicas, para ver a infraestrutura das escolas médicas, se elas estão utilizando tecnologia adequada; se o número de leitos, em relação aos alunos, é adequado; se existe uma atenção primária, um contato com medicina da família, um contato com unidades básicas de saúde que possa realmente proporcionar um médico adequado para a nossa realidade e com uma formação suficiente.

Eu digo que formar médicos ou profissionais de saúde – isso incluindo outras áreas, como a enfermagem, enfermeiros, que são essenciais para esse atendimento – é muito importante, mas nós temos que formar profissionais que tenham competência, qualidade para poder dar sustentabilidade ao sistema de saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E por que nós temos essa distribuição tão inadequada? Não é formando mais médicos que nós vamos conseguir consertar essa má distribuição dos médicos pelo país. O que nós temos é que estimular a formação de uma carreira médica, assim como existe a carreira do Judiciário. Que os médicos possam ser fixados em regiões, por uma carreira, por um salário digno e por uma infraestrutura mínima, que permita que eles possam atender à população, mesmo em regiões remotas, de forma adequada.

Então, eu vejo que nós temos que corrigir o rumo da questão do ensino médio e de forma urgente, visando qualidade, acompanhando a formação dos alunos e, principalmente, olhando também para a estruturação de uma carreira médica que possa fixar os médicos em locais remotos.

Agradeço muito, Senador Marcos Pontes, pela oportunidade de poder – como representante de uma faculdade de Medicina que sempre se pautou pela formação de bons médicos – dar a minha opinião num fórum tão importante, com essa representatividade.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Dr. Giovanni Guido Cerri, Professor Titular da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, faculdade que nos dá muito orgulho.

Eu, na sequência, gostaria de passar a palavra ao Dr. Armando de Carvalho Lobato, que está aqui, presencialmente, conosco, Presidente da Sociedade Brasileira de Angiologia e de Cirurgia Vascular.

Dr. Lobato, o senhor tem dez minutos.

O SR. ARMANDO DE CARVALHO LOBATO (Para expor.) – Muito obrigado.

Acho que está com som.

Inicialmente, gostaria de agradecer imensamente ao Senador Astronauta Marcos Pontes por esta importantíssima reunião, num momento importante da medicina no Brasil. Hoje, na atual mesa, eu sou o único representante de sociedade de especialidades. Como o nosso Presidente César já comentou, somos 55. Eu vou ter a oportunidade de comentar os cinco pontos que o Senador Marcos Pontes mostrou anteriormente. Eu não vou pautar só num ponto. É porque a nossa sociedade, a nossa especialidade e várias especialidades médicas estão tendo inúmeros, inúmeros problemas, que estão acarretando – que é o pior de tudo – a complicação no nosso paciente, na população, porque, no fundo, nós estamos como médicos, fomos treinados, estudamos para cuidar da população, e hoje, isso, eu observo que está sendo esquecido.

Eu faço a mesma palavra do Dr. César: eu não vou fazer críticas ao Governo, nós não temos aqui partido. Nós estamos colocando o que está acontecendo. Se é o partido A, se é o partido B... O que nós estamos vendo hoje é uma deturpação de algo que eu não diria que estava indo perfeitamente – existem, assim, suas mazelas –, mas estão em ordem, em progressão geométrica os desvios da mentalidade do médico.

Pode passar o meu primeiro diapositivo, por favor.

Então, como eu falei, sou o Presidente da Sociedade Brasileira de Angiologia e de Cirurgia Vascular. Só como curiosidade, é a única sociedade, das 55, em que nós temos duas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

especialidades. Então, nós temos a angiologia e nós temos a cirurgia vascular. Todas as outras sociedades de especialidades têm apenas uma. Então, o nosso peso foi importante.

Pode passar o próximo também.

Isso.

Então, como eu falei, nós vamos representar na sociedade, hoje...

Pode passar o próximo.

E vamos começar pelo primeiro ponto, a invasão das especialidades médicas.

Obviamente que eu coloquei aqui os pontos maiores das minhas especialidades, que são angiologia e cirurgia vascular, mas isso ocorre muito também com optometria, por exemplo, com oftalmologista, isto ocorre com os dermatologistas...

Qual é o fundo disso?

Primeiro ponto: não existe cirurgia simples. É muito importante que a população tenha esse conhecimento, porque a pessoa não treinada, não habilitada, não só não tem o conhecimento anatômico do que ela vai tratar, como não tem a mínima ideia das complicações que podem ocorrer e como ela vai tratar este paciente.

O que acontece com esse paciente? Ele é enviado para o hospital, para que o médico trate esta complicação feita por não médicos.

No fundo, quem sofre é a população, e eu acredito que nós temos uma suma importância de, cada vez mais, divulgarmos isso.

Nós temos, inclusive, alguns pontos em que talvez o próprio profissional, o médico que receba uma complicação feita por um não médico deva fazer um boletim de ocorrência, porque, se hoje nós levantarmos quantos casos de complicações de não médicos há no Brasil, não sabemos, nós não temos este dado, porque o que acontece? Ele chega ao hospital, o hospital não faz o boletim de ocorrência, o médico não faz o boletim de ocorrência, e nós não temos esse número, para poder... Hoje eu poderia falar: "Nós temos aqui que 30% das escleroterapias feitas por enfermeiro causam complicações de úlcera, necrose ou trombose, ou até embolia pulmonar".

Nós não temos esse dado, porque este é um dos pontos que nós temos que mudar também: o pensamento do médico atual. Não estou nem falando do futuro, mas do atual. O atual quer resolver o caso agora e acaba não se preocupando que nós possamos obter dados efetivos desta complicação. Então, a invasão das especialidades médicas por não médicos é algo extremamente grave, mas não...

Volto a dizer aos senhores que não são médicos: isso não é reserva de mercado, isso é proteção da população. Isso pode acontecer com um tio de vocês, com um primo de vocês ou com vocês mesmos. Eu vou dar um exemplo de São Paulo. Os grandes salões de beleza, de cabeleireiros, especialistas em pintar de louro ou não sei o quê, têm já áreas extremamente diferenciadas economicamente com *lasers* para tratar seja pele, seja vasinhos. E não é questão de dizer que o não médico cobra R$20, R$30, não é isso, não; ele cobra R$20 mil, R$30 mil para um tratamento desse, e existem inúmeros. Por que eu sei disso? Porque eu tenho muitos amigos meus que são sócios desses grupos. Isso é um absurdo!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, o que eu estou dizendo a vocês é que... "Não, isso só acontece com pessoas de baixo nível social." Não, isso está hoje ocorrendo na população em geral. Então, pode ser que um familiar de vocês possa ter uma complicação por falta de informação. Nós temos obrigação com a nossa sociedade de divulgar efetivamente o que a população tem que entender, que esta doença tem que ser tratada por um médico, e não existe – não existe – cirurgia sem risco, não existe cirurgia simples, nenhuma, nenhuma cirurgia simples. Eu sou cirurgião, não há nenhuma. Isso eu falo para todos os pacientes.

Então, mostrei essas complicações aqui.

Nós já falamos várias vezes agora algo sobre educação médica no Brasil. Nós estamos vendo essa progressão geométrica que vocês estão observando aqui. Então, para ficar mais claro aqui, vamos comparar os países mais populosos do que o Brasil, como a Índia, os Estados Unidos e a China. Observem que o Brasil só está abaixo, do número de população por escola de Medicina, da China, é a única. O Brasil possui uma população de 211 mil e nós temos 598 mil – é só menor que a Índia, desculpe – escolas, ou seja, nós temos muita escola de Medicina no Brasil.

Voltando a falar sobre o que eu quero comentar agora, o problema da escola de Medicina e sobre o percentual. Como foi mostrado anteriormente, em que, por exemplo, no Espírito Santo, tem mais médicos, alunos de Medicina por habitantes, médicos, e, no Amapá, tem quase 0,6 para cada mil habitantes, 100 mil habitantes, eu acho.

Eu viajei o Norte inteiro. Por que não existe um médico nessas regiões distantes? É simples, porque não tem carreira médica. Isso é muito... porque não falta, nessa cidade... Eu acho que o Senador Astronauta até viajou ao Xingu quando teve aquele negócio, ele foi ao Xingu! Nas regiões menores, você vai encontrar um delegado sempre e um juiz, mas não tem um médico. Não tem um médico porque ele não tem carreira, como tem um delegado, como tem um juiz.

E vou dar o exemplo de Macapá, porque tenho vários alunos meus, residentes, que estão em Macapá. Às vezes ocorre que a Prefeitura oferece um pagamento de R$40 ou R$30 mil, e não paga – não paga –, e vão embora. É simples. É simplesmente porque não recebem. Não é que o médico não quer ir para os rincões do Brasil. Se você der uma carreira para este médico, ele vai.

Bem, nós temos de importante hoje que o Governador de Goiás...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ARMANDO DE CARVALHO LOBATO – ... tem um projeto de progressão de carreira que está correndo aqui no Congresso Nacional. Isso é um dado muito interessante.

E frisando agora residência médica, que foi muito comentado agora. Já foi mostrada por vários essa lei agora. Será que, em 2024, com esse Decreto 11.999, vai-se decretar o fim da residência médica? E sobre residência médica, eu volto a dizer a vocês: o médico que sai de uma faculdade de Medicina não tem as mínimas condições de atender um paciente – mínimas, mínimas, não tem.

Outro dado que é importante que vocês observem: eu vejo muito o CFM, AMB, as sociedades de especialidades fazendo declarações contra este decreto...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. ARMANDO DE CARVALHO LOBATO – ... mas eu sinto falta de as universidades brasileiras se posicionarem. Eu não sei porque as universidades... Eu pelo menos não li nenhum posicionamento de uma universidade brasileira contra esse decreto. Nós precisamos do posicionamento, porque essa universidade tem os residentes. Isso seria muito importante.

Bem, a solução, rapidamente terminando aqui – acho que o Senador Astronauta vai comentar em detalhes –, é o projeto de lei em relação à invasão da especialidade médica, o 1.914. Este Projeto de Lei 1.914 é de autoria do Senador. Eu tive a oportunidade de trabalhar esse projeto junto com o setor jurídico dele, que hoje está em andamento já numa Comissão. Eu acho que o Senador vai falar com maiores detalhes sobre isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado. Obrigado, Dr. Lobato. O Dr. Lobato é Presidente da Sociedade Brasileira de Angiologia e Cirurgia Vascular. Obrigado pelos comentários nos vários pontos que são tema dessa reunião.

Realmente, só complementando, esse Projeto de Lei 1.914, de 2023, foi construído junto com o conselho, junto com o Dr. Lobato. Ele tem uma importância muito grande, pois ele trata justamente da invasão das atividades médicas por outras profissões e isso coloca em risco a vida das pessoas, como eu falei aqui no começo. É importante – o Dr. Lobato refrisou aqui, mostrou vários exemplos, inclusive – essa proteção das pessoas. Portanto, esse projeto de lei está na Comissão de Transparência junto com a relatoria, já pela aprovação do Doutor também, Senador Otto Alencar, que também é médico. Eu tenho certeza de que ele vai progredir dentro aqui do Congresso, para que nós tenhamos melhor proteção de todos os brasileiros com isso.

Vou deixar para o final para a gente falar a respeito de exames de qualificação, mas eu já gostaria de passar a palavra, neste momento, à Dra. Eliete Bouskela, Presidente da Academia Nacional de Medicina, que está conosco por videoconferência.

Obrigado.

A SRA. ELIETE BOUSKELA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Boa tarde a todos.

É com enorme prazer que eu participo, porque este é um dos pontos fundamentais na gestão atual da Academia Nacional de Medicina.

Eu gostaria de dizer que eu apreciei muitíssimo as palavras do meu confrade Giovanni Guido Cerri e gostaria de, simplesmente, pontuar algumas coisas, agradecendo muito ao Senador Astronauta Marcos Pontes, aos representantes das entidades médicas e especialidades pela oportunidade de a academia discutir esses assuntos.

Eu gostaria de dizer que a visão, hoje, do Governo – não estou falando deste Governo em especial, mas dos Governos do Brasil – a respeito de médicos, de ensino médico, é uma visão, na minha opinião, extremamente simplista. E por que eu acho simplista? Porque quando eu me formei em Medicina – já vão 50 anos –, o que aconteceu é que houve uma expansão do número de alunos na Universidade Federal do Rio de Janeiro, e a ideia por detrás disso era a de que, ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

aumentar o número de alunos, nós faríamos com que os médicos, que teoricamente não arranjassem emprego no Rio de Janeiro, iriam para outras cidades menores. Obviamente isso não aconteceu, pelo menos não na quantidade que foi desejada. Aí se tentaram várias outras coisas.

Na minha opinião, além do que é necessário para ter uma carreira médica, é fundamental que a cidade que vá receber um médico tenha condições de acolher não só o profissional, com a carreira e um salário, mas também a sua família, porque ninguém vai se mudar para uma cidade que não tenha escolas boas, que não tenha hospitais bons, que não tenha uma infraestrutura geral para se estabelecer. Então, eu acho que essa ideia de que vamos colocar faculdades de Medicina em todos os lugares é uma visão extremamente simplista, com pouquíssimas chances de êxito.

Eu acho que nós temos que ver, além da quantidade de médicos, a qualidade do que nós estamos formando. E aí eu gostaria de falar umas coisas que me preocupam muito, aqui no Brasil. É o fato de que, se uma coisa não está funcionando, a gente não conserta o que não está funcionando, a gente cria vias alternativas.

Então, por exemplo, uma pessoa entra no ensino médio, em vez de estudar bastante durante os três anos de ensino médio, a maioria dos alunos não faz isso, ou um número significativo de alunos não faz isso. E o que é que se criou? Criou-se o cursinho pré-vestibular, pré-Enem ou pré-qualquer coisa, em vez do que a gente deveria observar: o desenvolvimento desse aluno durante todo o curso médio, como é feito, durante todo o ensino médio, na maioria dos países. Então, a gente não faz isso, a gente simplesmente resume os três anos numa prova que o aluno vai fazer. Se ele não estiver bem, se tiver acontecido alguma coisa especial, obviamente ele não fará bem esse exame, em vez de se observar esse aluno durante todo o ensino médio, que é o que é feito na maioria dos países. Não adianta a gente colocar um número a respeito de número de médicos por 100 mil ou mil habitantes sem olhar como é que a gente vai formar esse menino ou essa menina. Então, isto eu acho que é a primeira coisa.

E agora nós aumentamos o internato para dois anos. Mas, como não existem vagas para residência, criou-se também o Medcurso. Então, o que acontece é que os alunos fazem mal o internato porque eles estão preocupados em fazer o Medcurso e, com isso, ter uma vaga de residência.

E eu também coloco – eu sou professora titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro –, eu coloco um desafio a que eu duvido que alguém possa me responder afirmativamente, que é que nós não temos não só infraestrutura para essas faculdades de Medicina que estão abrindo como não temos sequer professores formados, e bem formados. Com certeza, não temos isso. Aí, o que a gente coloca é que... E também não temos hospitais com um número suficiente de leitos para que esses alunos possam ver patologias diferentes acompanhados por professores e preceptores de boa formação para que eles tenham uma formação médica minimamente decente.

Então, o que acontece é que nós estamos formando esses meninos muito mal. O que nós temos visto de coisas absolutamente ridículas em pedidos de exame por médicos formados é uma coisa assustadora. E isso não só complica o SUS, mas complica o sistema suplementar de saúde, e nós estamos atendendo mal a população, a atenção primária é pouco resolutiva... Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

por que a gente está fazendo isso sistematicamente sem olhar, sem fazer uma autocrítica? O que é que nós estamos formando? Eu acho que o Brasil é mau em planejamento. Então, a gente precisa planejar o que a gente efetivamente quer e partir para formar esse tipo, para dar resposta a esse tipo de demanda. Não adianta a gente querer fazer coisas de afogadilho, porque essas coisas não vão funcionar. A população está cada vez mais idosa e, com isto, dependendo cada vez mais de bons profissionais, de melhores estruturas médicas, e foi colocado aí muito bem que nenhuma cirurgia é simples, nós temos uma população envelhecida, com várias patologias, e estamos formando mal esses médicos.

Então, eu acho que essa colocação do Senado, Senador Marcos Pontes, é extremamente bem-vinda. Acho que nós, efetivamente, precisamos olhar isto, e uma das possibilidades pode ser o exame de proficiência médica. Mas aí eu acho que não é o caso de implantar isso, mas é o caso de ter uma enorme discussão para que a gente possa ver quais são as melhores maneiras de fazer esse exame de proficiência médica. Nós queremos ter três exames durante o curso médico? Um exame único? Como é isso? Com que tipo de infraestrutura? E como a gente vai avaliar? Porque avaliação é uma coisa que, normalmente, não existe aqui no Brasil. A gente avalia mal e cria atalhos para prover aquilo que não está funcionando. E eu acho que está mais do que na hora de a gente acabar com isso e começar a trabalhar seriamente para a formação de bons alunos a partir do ensino médio, durante a faculdade e durante a residência.

Muito obrigada pela oportunidade de participar.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Dra. Eliete Bouskela, Presidente da Academia Nacional de Medicina. Tenho o prazer de ter aqui o Dr. Marcelo Morales também, que é membro da Academia.

Neste momento, eu gostaria de passar a palavra ao Dr. Francisco de Assis Rocha Neves, Coordenador-Geral da Diretoria de Desenvolvimento da Educação em Saúde do Ministério da Educação (MEC), que também se encontra por videoconferência.

Dr. Francisco, o senhor tem dez minutos. Eu peço para controlar o tempo pelo seu lado, porque não vai ter aqui o nosso relógio para acompanhar. Obrigado.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS ROCHA NEVES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos aqui presentes.

Eu queria agradecer o convite e a iniciativa do Senador Astronauta Marcos Pontes. É um privilégio estar aqui presente com todos vocês. Eu quero cumprimentar o Senador e estender este cumprimento aos demais representantes de todas as entidades que estão aqui presentes e falar que eu sou Coordenador-Geral de Expansão e Gestão de Saúde, uma coordenação que está dentro da Diretoria de Desenvolvimento e Educação em Saúde da Sesu.

Considerando o convite que nós recebemos, a Dra. Lívia já falou, anteriormente, pelo Ministério da Saúde, e abordou várias questões relacionadas ao número de escolas, número de matrículas, etc. Eu vou focar, basicamente, falando da experiência que estamos tendo aqui no MEC, dentro da Lei do Mais Médicos, de 2013, a 12.871. Nessa lei também houve o estímulo à criação de novas escolas no interior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu acho interessante, porque eu cheguei aqui no ano passado, vim da Universidade de Brasília e, quando cheguei, não fazia ideia da dimensão desse trabalho que foi desenvolvido ao longo dos últimos dez anos. Nessa lei, foram propostas a criação de novas escolas médicas privadas, mas também a de escolas médicas públicas federais.

Nesse sentido, foram criadas 34 e tem mais 5 que estão para começar. Essas escolas foram criadas dentro do interior do Brasil, em diversos locais, pensando que o Brasil – interessante a gente ver, eu acho, todos os representantes aqui das entidades médicas –, está claro que todos querem o bem do país, que estão preocupados com o número de vagas, com a qualidade e também com a melhor distribuição dos médicos.

O Brasil é um país complexo. Nós temos situações aqui – os números que foram apresentados mostram isso –, nós temos lugares que são como a Áustria, por exemplo, o Distrito Federal, e temos lugares que são muito próximos aos lugares mais pobres do mundo, do continente africano, por exemplo. Essa diferença mostra que o desafio é muito grande que nós temos que enfrentar à frente.

Então, dentro do Programa Mais Médicos, o MEC, exatamente, a CGEGES, que é a coordenação que eu represento aqui, trabalhou na criação de mais 34 cursos na Região Centro-Oeste, Jatai, Catalão, Três Lagoas, Sinop, Rondonópolis, Nordeste, Norte, Sudeste e Região Sul.

E eu posso dizer que é muito interessante porque, em todos os cursos, conforme está surgindo a avaliação – o Enade, por exemplo –, as notas são quatro e cinco, e o Enade é um exame muito sério que está acontecendo no Brasil. O Inep, que faz o Revalida e cada dia mais aprimora o Enade, identificou que esses cursos tiveram desempenho muito bom. Hoje, esses cursos estão oferecendo 1.778 vagas em diversos locais do país. E, para nossa surpresa, em alguns lugares é impressionante, na visita que nós fazemos, o impacto que esses cursos tiveram dentro da instituição.

Obviamente que isso não pode ser esperado a curto prazo, mas, por exemplo, recentemente... (*Falha no áudio.*)

... é claro o impacto que o curso teve dentro daquela região, dentro de Caicó, no Rio Grande do Norte, é outro exemplo. Então, nós temos inúmeros exemplos bem-sucedidos.

Como vocês falaram, não é fácil, realmente. Nós temos algumas unidades que estão sofrendo ainda com a incorporação de novos docentes, mas ela está ocorrendo, aos poucos está crescendo, e eu acredito piamente que se vão vencer vários desses obstáculos.

E em alguns deles foi mudada a estratégia. Por exemplo, no interior do Ceará foi proposto um curso de Medicina em Redenção. Posteriormente, foi trocado para Baturité. Por quê? Porque Baturité tem maiores condições na cidade, cenários de prática, já tem outros hospitais, mas vai ter a construção de um hospital regional, que vai trazer um grande impacto para a região. Então, a criação de residência médica, tudo isso traz grandes impactos, e nós estamos realmente muito impressionados com a qualidade dos alunos que são formados no geral.

Um outro ponto que eu vou trazer aqui que está relacionado à minha coordenação – e como o convite falava do Mais Médicos, eu entendi que isso se estendia também ao Programa Mais Médicos – é um outro papel que o MEC desempenha, que também eu imagino que não é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

conhecido pela maioria das pessoas. Eu mesmo, quando cheguei no ano passado, não conhecia, já estávamos em agosto de 2023 e eu ainda não conhecia a importância do MEC nesse sentido. Mas no Programa Mais Médicos, por exemplo, nós temos a ampliação do programa, e nessa ampliação nós estamos agora chegando a aproximadamente 20 mil, 23 mil médicos no Mais Médicos. Desses, 60% são médicos graduados no Brasil – a gente não pensa que são só estrangeiros ou brasileiros formados no exterior, a maioria é graduada no Brasil –, e um número – eu não tenho esse número – significativo tem residência, inclusive, a maioria, em Medicina de Família e Comunidade, mas a maioria não tem.

Mas o fato é que esses médicos são acompanhados pelo MEC. O MEC os acompanha criando a supervisão. Como o MEC os acompanha? Criando a supervisão acadêmica.

Na supervisão acadêmica são supervisores vinculados a instituições universitárias e secretarias de saúde. Esses supervisores têm reuniões mensais com esses médicos e se colocam à disposição desses médicos. Então, os médicos que estão atendendo têm um supervisor por trás deles.

E, além disso, do supervisor por trás dele, eles têm também um tutor. Quem é o tutor? O tutor é um médico mais experiente, todos eles são médicos, mas é um médico mais experiente, vinculado às instituições supervisoras, que a gente chama, que são, em grande maioria, universidades. E também esses tutores fazem reuniões mensais com os supervisores para discutir quais são as dificuldades dos médicos, propõem cursos de treinamento para esses médicos, discutem com os médicos o treinamento que eles têm junto aos cursos de especialização no Ministério da Saúde, de forma a aprimorar a qualidade do atendimento.

Isso ocorre sem problemas? Não, a gente sabe que não é fácil você administrar esse número grande de médicos, mas eu confesso que ao chegar aqui eu imaginava um número de problemas ainda maior e, na grande maioria das vezes, está tendo um impacto positivo. Não tem grandes estudos dessa segunda leva do Mais Médicos, mas na primeira leva foi observado, isso está publicado, a diminuição da mortalidade infantil, a diminuição de hospitalização, por exemplo.

Então, o MEC participa da questão do Mais Médicos tanto nas universidades, na criação dos novos cursos, como eu falei, que estão... Eu esqueci de citar, nós temos uma Comissão de acompanhamento e monitoramento que se chama Camem e conta com 33 membros. Esses 33 membros acompanham mensalmente todas essas instituições; todos são formados por membros professores de outras universidades e faculdades de Medicina.

O que eu posso observar ouvindo todos vocês, e falando por último, é que nós entendemos perfeitamente a preocupação que as entidades médicas têm em relação à qualidade, também nos assusta esse crescimento e principalmente o número de processos judiciais. E, por esse motivo, o Governo Federal, o Ministro Camilo, propôs o edital das privadas exatamente para tentar ter pelo menos critério, porque o critério hoje, que está sendo colocado, é simplesmente o judicial.

Mais uma vez agradeço ao Senador pela oportunidade.

Senador Marcos Pontes, é um prazer tê-lo aqui, participar aqui, conhecê-lo, mesmo que virtualmente nesse momento, e quero agradecer a todos os outros membros aqui o que aprendi durante a sessão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Dr. Francisco de Assis Rocha Neves, Coordenador-Geral da Diretoria de Desenvolvimento da Educação em Saúde do Ministério da Educação.

E, agora, eu passo a palavra ao Dr. Antonio José Gonçalves, Presidente da Associação Paulista de Medicina, que também se encontra por videoconferência.

Dr. Antonio José, o senhor tem dez minutos, eu peço para controlar o tempo pelo seu lado.

Obrigado.

O SR. ANTONIO JOSÉ GONÇALVES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos! É uma satisfação muito grande estar participando desta audiência pública.

Sendo o último a falar, acho que eu gostaria de fazer uma espécie de uma síntese, mas, em primeiro lugar, quero agradecer ao Senador Astronauta Marcos Pontes por esta oportunidade tão importante para todas as nossas entidades médicas. Assim como a Vascular representa a sociedade, a Associação Paulista de Medicina representa as federadas da AMB. A AMB é que nos coordena e nós estamos perfeitamente alinhados com as posições colocadas com o Prof. César Fernandes, no que diz respeito a não termos cor político-partidária. Estamos aqui para defender o bom exercício profissional e, consequentemente, a boa qualidade da assistência à população.

Eu gostaria, em primeiro lugar, de talvez modificar um pouquinho o nome desta audiência, que está escrito audiência sobre desafios e avanços. Tudo o que nós ouvimos aqui não foram avanços; foram retrocessos no ensino da Medicina, retrocessos importantes.

Eu sou professor universitário aqui na Santa Casa de São Paulo há 40 anos, há mais de 40 anos. O Prof. César é professor universitário, oriundo da Santa Casa, está na ABC, é uma grande escola; Prof. Giovanni Cerri é da USP e, assim, não vou nominar os outros para não perder mais tempo. Mas nós estamos junto ao produto final, nós estamos junto aos alunos, nós estamos junto aos residentes. Então, nós sabemos o que acontece. A qualidade, mesmo nas nossas escolas, que são boas escolas, vem decaindo. Então, está havendo um retrocesso no ensino médico, tanto pelo número de alunos, que aumentou de maneira desordenada, mesmo na minha escola, aumentou bastante: 50%. E isso gera problemas na formação do médico.

Traçando uma linha do tempo, a gente poderia dizer que a formação do médico passa pela escola, passa pela residência e finaliza na sua especialização. A escola médica nós não temos mais condição de controlar. Infelizmente, essa abertura é desordenada.

Em 1808, quando Dom João VI trouxe a família real portuguesa para o nosso país, ele criou a primeira escola em Salvador e, no mesmo ano, em 1808, a segunda escola no Rio de Janeiro. Então, nós tínhamos duas escolas.

Em 2010, nós tínhamos por volta de 200 escolas e, 13 anos depois, temos 400 escolas. É o país com o maior número de escolas médicas no mundo, o que é um absurdo, porque a nossa população não é a maior do mundo, ao contrário disso. Isso, obviamente, gera distorções, e distorções importantes. Não se forma um professor de Medicina em menos tempo do que, pelo menos, 10, 12 anos. São 6 anos de curso, no mínimo, 5 anos de residência, mais 2 ou 3 de mestrado, e 4 ou 5 de doutorado. Mesmo não tendo título de doutor, tendo título de mestrado,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

são 12, 13 anos para se formar um professor de Medicina, qualificado para realmente ensinar Medicina, essa arte tão nobre e que tão bem pode fazer ou tão mal pode fazer a nossa população.

Então, veja, o médico se forma – hoje se formam 43 mil médicos – e nós temos 20 mil vagas de residência. Esse decreto citado pelo Prof. César, o 11.999, claramente, vai buscar abrir um número maior de residências para contemplar os 20 mil médicos... (*Falha no áudio.*)

O SR. ANTONIO JOSÉ GONÇALVES (*Por videoconferência.*) – ... escolas abertas de uma maneira inadequada e que não vão ter a complementação da sua formação.

Foi citado aqui que a residência é, hoje, um passo extremamente importante na complementação da formação do médico. E eu concordo com isso. Não há dúvida de que isso é verdade. O médico que faz residência é um médico diferenciado, é um médico que tem a sua formação complementada e qualificada; e, ao final dessa residência, ele obtém o título de especialista. Parece que essa tentativa do ministério de modificar a Comissão Nacional de Residência Médica, que é uma medida extremamente grave e absolutamente desnecessária, porque a comissão funcionava extremamente bem, é porque ele precisa abrir um maior número de vagas de residência para complementar a má formação médica que está aí às vistas. Só não vê quem não tem olhos e não quer ver.

Qual é a solução para a questão das escolas? Porque nós não conseguimos controlar e, seguramente, nós vamos chegar a 500 escolas, porque o critério é econômico. O critério é econômico, lamentavelmente; não é um critério técnico. Nós não somos contra a abertura de boas escolas. Recentemente, abriram-se escolas muito boas: a escola do Hospital Albert Einstein, uma excelente escola médica, formando excelentes profissionais.

Mas o que acontece não é isso, é que as escolas não têm critério. Então, nós precisamos de algum critério para segurar isso. E eles são dois, já estão bem estabelecidos. É o teste do progresso, feito três vezes durante o curso médico: no fim do primeiro, no fim do terceiro e no fim do quinto ano, para ver o aproveitamento do estudante e tentar corrigir distorções, para que ele tenha condições de estudar e de se formar melhor, desde que a escola lhe dê condições – muitas não vão lhe dar condições, e ele não vai passar. E o outro é fazer o teste de proficiência, sim, no final do curso, para todos, que vai ser semelhante ao teste do Revalida. O teste de proficiência pode ser exatamente igual ao do Revalida; não tem diferença entre o médico estrangeiro e o médico aqui no país.

Então, eu daria como solução isto: o teste do ensino, para corrigir essa distorção, que nós não vamos fazer, reavaliando 400 escolas. O Conselho Federal consegue avaliar 30, 40 escolas por ano. E, mesmo que fizéssemos um mutirão, quantas conseguiríamos avaliar? E os critérios políticos, as pressões que existem para que essas escolas não fechem? Isso seria impossível de nós controlarmos.

Vejam, eu acho que, para a questão do ensino médico, nós temos duas saídas: o teste do progresso, que vai alertando o aluno; e o teste de proficiência, ao final do curso. Se o aluno não passar, a representante do Ministério da Educação diz: "Bom, com isso, você penaliza o aluno". Sem dúvida o aluno vai ser penalizado, mas eu prefiro penalizar o aluno do que penalizar a população, do que colocar um profissional inadequadamente formado para fazer barbaridades

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

com a nossa população. E isso já vem acontecendo, como foi citado por alguns dos que me precederam.

Na residência, temos que revogar, de imediato, esse decreto – revogação imediata desse decreto! Não tem condições. Vamos continuar funcionando daquele jeito e vamos tentar abrir vagas de residência de qualidade.

Hoje, nós temos no total, nos 5 anos de residência, 70 mil vagas de residência, e 46 mil são preenchidas. Existem vagas nos outros anos de residência, o que não existe é para R1. Então, nós temos que priorizar a lista, saber por que essas vagas não são preenchidas e tentar preenchê-las com as especialidades de que temos maior necessidade no país, como a medicina de família, por exemplo, que tem uma ociosidade de quase 60%. Não se preenchem 60% das vagas da medicina de família nas residências. Por que isso?

E, no fim, eu acho que a gente tem que valorizar o título de especialista, valorizando a sociedade de especialidade, porque eu digo e afirmo, com muita certeza que acho que o único grande critério que nós temos de qualidade na formação do médico é a concessão do título de especialista, porque é feita pelos pares, é feita por cirurgiões ou por clínicos ou por médicos experientes, que são dirigentes das sociedades das especialidades, chancelada pela Associação Médica Brasileira, feita com uma seriedade absoluta, com um índice de reprovação que chega, em média, a 30%, 40% e até 50% ou 60%, em algumas especialidades, mostrando a seriedade com que nós, os médicos, avaliamos os nossos pares para a eles conferirmos o título de especialista em determinadas especialidades. E essa qualidade tem que ser mantida, tem que ser mantida. É a única coisa que nós temos ainda de qualidade. A residência ainda tem alguma qualidade, mas as nossas escolas médicas já foram para o vinagre, vamos dizer assim. Então, nós temos que lançar mão do teste da proficiência.

E, por fim, eu acho que essa questão do Mais Médicos não vai distribuir melhor os médicos pelo nosso país. Nós precisamos é de uma carreira de Estado, precisamos de investimento para isso. Nós precisamos fazer com que o médico vá, após terminar a sua residência, para locais longínquos, mas que tenham condições de exercer a medicina lá, que tenham uma infraestrutura à sua disposição. Hoje, nós não podemos fazer medicina só com estetoscópio no pescoço e com termômetro na mão. Nós precisamos de ultrassonografia, nós precisamos de uma endoscopia, de radiologia, e, eventualmente, em centros médicos, até de uma tomografia, que são exames, hoje, sempre necessários para que a gente possa fazer os diagnósticos corretos, oferecer uma melhor qualidade de saúde à população, mas, para isso, os nossos médicos precisam ser adequadamente treinados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado ao Dr. Antonio José Gonçalves, Presidente da Associação Paulista de Medicina.

E agora, concluídas as falas de cada um dos participantes, os nossos debatedores, eu vou passar à fase de perguntas.

Como nós temos uma limitação de tempo nesta sala, que vai ser ocupada às 14h, nós vamos adotar o seguinte procedimento: eu vou ler as perguntas que nós recebemos através do e-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Cidadania, também as perguntas que recebemos do Senador Wellington Fagundes, duas perguntas, e todos os nossos debatedores já receberam as perguntas, os que estão aqui e os que estão também por videoconferência, receberam pelo *chat* aqui do Senado. Então, eu vou ler as perguntas e, depois, vou passar a palavra novamente para cada um dos nossos participantes para que eles façam as suas considerações finais e respondam as perguntas que acharem conveniente dentro das suas respectivas áreas ou para o que desejarem enfatizar e alguns comentários também.

Eu gostaria de agradecer, inicialmente, novamente, pela participação, a todos que nos assistem, a todos aqueles que participam também aqui presencialmente, e aproveitar e agradecer à nossa Mesa também aqui pelo trabalho que faz para manter tudo isso funcionando bem.

Eu vou começar com a leitura das perguntas, inicialmente as do Senador Wellington Fagundes.

A primeira delas: "Como os especialistas presentes na audiência avaliam o impacto das mudanças propostas pelo Decreto nº 11.999 na formação de médicos especialistas no Brasil, especialmente considerando a composição e as atribuições da Comissão Nacional de Residência Médica."

Acho que isso foi bastante falado aqui pelo Dr. César e também agora pelo Dr. Antonio. Acho que é bastante pertinente e nós já comentamos. Se o doutor depois quiser complementar também nas suas considerações, eu agradeço.

A segunda pergunta: "Como os especialistas presentes na audiência percebem o impacto potencial do Projeto de Lei nº 1.914, de 2023, proposto pelo Senador Astronauta Marcos Pontes, que trata da invasão de especialidades médicas por não médicos. Qual é a importância de regulamentar essa questão para garantir a qualidade do atendimento médico e a segurança dos pacientes?". Acho que o Dr. Lobato falou mais sobre isso aqui.

Passando às questões, às perguntas que nós recebemos no e-Cidadania.

Inicialmente, a Bruna, do Rio Grande do Norte: "Por que esse aumento de profissionais no mercado não necessariamente acarreta melhoria no atendimento médico à população?".

Segunda pergunta, da Larissa, da Bahia: "Como fomentar o interesse em pesquisa ainda na graduação médica?". Acho que essa vai diretamente também para o professor da nossa Universidade de São Paulo, Prof. Giovanni Guido.

Axel, de Rondônia: "Qual o impacto gerado pelas instituições com déficit de peças biológicas para o estudo prático de anatomia humana?". Isso não foi um ponto tratado aqui, mas eu acho que é uma pergunta interessante também.

O Felippe, do Rio de Janeiro: "Sendo a Medicina uma área que exige extrema responsabilidade, por que não exigir provas de ordem periódicas para essa atuação?".

O Leonardo, do Mato Grosso: "Como o Senado tem atuado para colaborar com o crescimento do número de escolas médicas no Brasil?". Esta eu posso responder aqui diretamente, Leonardo.

Esta audiência pública tem justamente esse interesse de colaborar com o crescimento saudável do número de escolas médicas com qualidade no Brasil. Esta é a ideia desta audiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

É uma delas, assim como utilizar o conhecimento que nós estamos tendo aqui através desta audiência para balizar outras ações, como eu vou citar daqui a pouco, que já estão em andamento aqui no Senado para ajudar na qualidade do atendimento médico da população no Brasil.

Santiago, de São Paulo: "Como podemos promover a formação médica mais alinhada com as necessidades da população, considerando os desafios atuais da saúde pública?".

A Pollyanne, do Distrito Federal: "[...] falta de padronização do ensino médico no país influencia na qualidade dos profissionais?".

Giselli, do Rio de Janeiro: "O desafio começa pela elitização no acesso à graduação e pela ideologia sociocultural de hierarquia na área da saúde. Como mudar isso?".

A Joyce, do Distrito Federal: "O que tem sido feito para avaliar a qualidade dos cursos de medicina, especialmente das novas universidades abertas?".

O Ricardo, de São Paulo: "Como fortalecer nos profissionais de saúde a atuação generalista na atenção primária, visto que existe grande incentivo à especialização?".

Comentários.

Paulo, do Paraná: "Tantas vagas levam à formação de médicos teóricos, pois há poucos hospitais para praticar e muitos nem sequer vão ver ou verão um paciente real".

Peres, da Bahia: "O Brasil não precisa de mais médicos e, sim, de políticas públicas para levar o número de médicos dos grandes centros para o interior com estabilidade".

Então, essa foi a leitura tanto das perguntas quanto dos comentários que nós recebemos através do e-Cidadania e também do Senador Wellington Fagundes, a quem agradeço muito pela participação.

Neste momento, então, eu gostaria de retornar a palavra para os nossos debatedores, na ordem em que foram as apresentações, para suas considerações finais – deixe-me ver o tempo ali... por minutos cada um; vai ficar apertado no tempo –, por dois minutos cada um, e para responder alguma das perguntas que ache conveniente para a sua resposta.

Então, eu passo a palavra ao Dr. Donizetti Dimer Giamberardino Filho, Conselheiro Federal pelo Estado do Paraná do Conselho Federal de Medicina, para suas considerações finais e respostas às perguntas.

Obrigado.

O SR. DONIZETTI DIMER GIAMBERARDINO FILHO (Para expor.) – Mais uma vez agradecemos o convite, a oportunidade ao Senador, por estarmos aqui colocando uma informação à sociedade.

O médico tem, entre seus deveres, o dever de informação. Ninguém consegue exercer sua autonomia sem informação. Então, é preciso que a sociedade saiba o que representa o aumento de escolas médicas sem uma grande preocupação com a qualidade. Isso é muito importante. E, se nós formos ver, o Conselho Federal de Medicina realizou – acho que foram – duas pesquisas com a população, perguntando à população se ela gostaria de um exame ao final do curso. A resposta foi positiva em mais de 90%, nas duas ocasiões. Então, o que significa isso? A população quer acesso ao médico e à sua saúde, mas quer segurança também. É muito claro, e essa mensagem eu acho que é para os representantes políticos nossos aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Bem, o Conselho Federal de Medicina, dentro das suas atribuições, hoje criou, então, o departamento de acreditação das escolas médicas, em que elas podem se candidatar e ser certificadas, e, dessa forma, como selo de qualidade, nós publicizamos isso no nosso *site* às famílias, que vão fazer investimentos que muitas vezes chegam a R$1 milhão, nos seis anos do curso.

Acredito eu que nós precisamos de uma conscientização. As escolas médicas devem ser formadas dentro das necessidades sociais, e nós temos que regular a distribuição de médicos como políticas de Estado, não como políticas governamentais momentâneas. Então, nós precisamos de uma política de Estado de fixação dos profissionais de saúde nas cidades de difícil provimento. Nós não podemos inverter as coisas.

Nós temos muitas ações descompassadas. Num sistema como o nosso, sem dúvida, a atenção primária é a principal porta de entrada. Nós precisamos melhorar a resolubilidade das pessoas que as procuram. Vejam só, nós lançamos os programas de família, da comunidade, antes de formar médicos especialistas nessa área. Então, há um descompasso nisso. Hoje eu tenho 60 mil empregos nessa área e tenho 11 mil médicos especialistas. Então, isso mostra o descompasso que nós temos. E precisamos, sim, de planejamento racional e responsável.

Então, muito obrigado, Senador. Eu acho que nós precisamos dar compreensão.

Finalmente, o conselho defende avaliações periódicas – segundo ano, terceiro ano, sexto ano –, preferencialmente feito por entidades externas à entidade formadora, para dar total independência e credibilidade.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Dr. Donizetti Dimer, Conselheiro Federal pelo Estado do Paraná do Conselho Federal de Medicina. Obrigado pela participação, pelas considerações também.

Neste momento, eu passo a palavra à Dra. Lívia Milena Barbosa de Deus e Méllo, Diretora do Departamento de Gestão da Educação na Saúde, do Ministério da Saúde, para suas considerações finais e resposta às perguntas que achar conveniente responder, por um período de dois minutos, por favor.

Obrigado.

A SRA. LÍVIA MILENA BARBOSA DE DEUS E MÉLLO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Primeiro, quero agradecer mais uma vez o convite do Ministério da Saúde para fazer esse debate tão importante.

Queria ver aqui se posso fazer uma apresentação de duas, três lâminas aqui porque vai ser direcionada a minha fala com essas imagens. Se for possível... Pode ser? Só para orientar essa minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Consegue colocar aí? (*Pausa.*)

Tem que compartilhar pelo seu lado, Doutora.

A SRA. LÍVIA MILENA BARBOSA DE DEUS E MÉLLO (*Por videoconferência*.) – Pronto, agora. Agradeço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou aqui com a nossa Coordenadora-Geral de Residências em Saúde, Priscilla Azevedo, e a gente optou por poder esclarecer algo em torno da pergunta que foi feita sobre o Decreto 11.999. E aí, vou passar a fala aqui para ela poder complementar.

A SRA. PRISCILLA AZEVEDO SOUZA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos e todas. Vou reforçar aqui alguns esclarecimentos em relação ao decreto referente à Comissão Nacional de Residência Médica e ao que motivou a publicação do decreto, atualizando o decreto antigo, de 2021.

Com esse decreto, a perspectiva é de qualificação no ordenamento da formação de médicos especialistas; expansão, qualificação e estruturação de programas de residência em especialidades e áreas de atuação estratégicas para o Sistema Único de Saúde e em regiões de saúde e localidades prioritárias; ampliação da qualidade técnica e pedagógica dos programas de residência médica – então, o decreto reforça e compromete a qualidade dos programas de residência –; implementação do Banco de Avaliadores de Residência Médica; e atualização dos procedimentos, fluxos e prazos de supervisão dos programas de residência, em acordo com as normativas e princípios da administração pública.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Doutora, só um aparte. A apresentação não está passando aqui. Ela está projetada, mas está parada no primeiro eslaide e não está no modo de apresentação.

Eu gostaria também que você atentasse ao tempo, o limite de tempo, porque nós temos que entregar esta sala às 14h, e os outros ainda têm que falar. Então, se puder resumir bastante, eu agradeço.

A SRA. PRISCILLA AZEVEDO SOUZA (*Por videoconferência*.) – Certo.

Em resposta ao questionamento da composição, da alteração da composição do Plenário da Comissão, eu reforço que são seis representações do Governo Federal e sete representações de demais entidades. Então, o que ampliou foi a representação do Ministério da Educação e do Ministério da Saúde. Então, o Ministério da Saúde, que antes tinha uma indicação da Sgtes, passa a ter Sgtes, Secretaria de Atenção Primária e Secretaria de Atenção Especializada à Saúde, trazendo a qualificação nesse ordenamento da formação; e as demais entidades, juntas, somam sete representações.

Uma outra mudança foi em relação à melhora da qualidade técnica das residências em relação à implementação das câmaras técnicas regionais. A defesa é que sejam emitidos pareceres técnicos com relação a denúncias, aberturas e supervisão de programas referentes às instituições e programas de cada região geográfica do país, que, obviamente, vão ser norteados pela resolução da Comissão Nacional de Residência Médica, como sempre foi. Então, nada se altera (*Falha no áudio.*) ... das normativas definidas pela Comissão Nacional.

As competências serão definidas pela Comissão Nacional, o que reforça a qualidade das residências, porque os integrantes deverão possuir experiência de cinco anos em preceptoria, supervisão ou coordenação de programa de residência, para manter a qualidade técnica das residências médicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A implementação do banco de avaliadores também é um aspecto que vai ser constituído por um quadro de especialistas na área de residência médica para a avaliação desses programas.

Um outro ponto em relação à melhoria da qualidade técnica é a garantia da imparcialidade, então não houve alteração da competência da secretaria executiva, alteração em relação à votação do secretário-executivo – ele não vai ser membro do Plenário, mas não há alteração na competência dele: ele permanece sendo médico com reputação ilibada, docente de instituição que tenha prestado serviços relevantes ao ensino médico.

O que se manteve foi a indicação dos conselheiros, que permanece – isso não foi alterado –, assim como a indicação de médicos para a composição da comissão. Não houve alteração em relação aos requisitos exigidos pelas indicações do Ministério da Saúde e do Ministério da Educação, os quais continuam com os mesmos requisitos e com a maioria das representações das entidades médicas em relação ao Governo Federal.

Outro ponto que se manteve se refere à câmara recursal, que não foi algo instituído pelo Decreto de 2024. Este reforça que, no momento da instituição, pelo Decreto de 2011, não houve funcionamento, o que houve foi uma permanência disso, e regulamenta que o Regimento Interno dessa câmara recursal vai ser elaborado e aprovado pelos membros da Comissão Nacional de Residência Médica.

E um outro ponto que se manteve foi que as entidades médicas continuam com a participação nas câmaras técnicas, inclusive é o requisito exigido para a participação, conforme o regimento interno que vai ser aprovado. E algo importante a reforçar é que não houve redução das competências das comissões estaduais de residência médica, porque elas serão estabelecidas em Regimento Interno da Comissão Nacional de Residência Médica, que vai ser aprovado com a participação das CEREMs.

São esses os pontos em relação aos questionamentos e informações do Decreto 11.999.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado...

A SRA. LÍVIA MILENA BARBOSA DE DEUS E MÉLLO (*Por videoconferência*.) – Bem, então, a gente agradece, mais uma vez, ao Senador Marcos Pontes, e a gente fica aqui à disposição para novos esclarecimentos e para qualquer outra audiência nesse sentido, para a gente poder somar esforços no rumo da qualificação da formação médica no Brasil.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Dra. Lívia Milena Barbosa de Deus e Méllo, Diretora do Departamento de Gestão da Educação na Saúde do Ministério da Saúde.

Neste momento, eu passo a palavra ao César Eduardo Fernandes, Presidente da Associação Médica Brasileira, por dois minutos, para as suas considerações finais e resposta, ou réplica, a algumas das perguntas ou respostas.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÉSAR EDUARDO FERNANDES (Para expor.) – Bom, eu quero, nesta minha última participação, renovar nosso profundo agradecimento por essa oportunidade primorosa para que a gente venha debater este tema.

Eu quero respeitar os dois minutos que o Senador me propôs, para não passar o tempo e dar oportunidade para que todos falem. Claro, eu teria muita coisa para falar, mas não vou ter a ousadia de não respeitar os dois minutos. Portanto, não terei tempo para rebater cada um dos pontos aqui colocados pelo Ministério da Saúde sobre a residência médica, mas quero dizer, em caráter geral, que não concordo com nada do que foi dito aqui – nada do que foi dito. Dou apenas um exemplo para mostrar que a gente precisa ter transparência. Foi colocado que as entidades médicas têm sete representantes, incluindo Conass e Conasems, que não são entidades médicas. Embora mereçam todo o respeito – nós temos uma interlocução muito saudável com Conass e Conasems, são instituições da maior respeitabilidade –, não têm alinhamento com as entidades médicas e, portanto, não nos representam. Então, não contem Conass e Conasems... Acho que Conass e Conasems estão muito mais próximos do Governo – acho que tem que ser assim, não há nenhuma crítica nisso – do que propriamente das entidades médicas. Então, eu não concordo com nada. Não podemos maquiar. Nós estamos entre pessoas inteligentes e temos que ser transparentes e claros, sem maquiagem.

Com isso, respondo já a primeira pergunta do Senador Wellington Fagundes, dizendo que esse decreto tem que ser revogado. Ele não pode continuar, ele é maléfico à residência médica. Uma crítica desarmada do decreto, sem conflitos de interesse, mostra que ele não pode continuar, até pela fala que nós acabamos de ouvir.

Eu vou falar mais alguns pontos, mas, na hora que derem meus dois minutos, eu encerro prontamente.

Ficou claro aqui que precisamos fazer um exame de proficiência. Mais do que isso, tem uma pergunta aqui que fala do exame de ordem periódica. Isso me parece relevante, e não estamos tratando aqui. Primeiro, queremos um exame de proficiência. E, depois, eu acho que o exame de especialista, por exemplo... Eu fiz o meu título de especialista em 1979 – jurássico que sou, este ano estou completando 49 anos de formado – e nunca mais foi exigido que eu mostrasse que tenho competências. Os Estados Unidos exigem que, a cada cinco anos, você faça a recertificação do seu título especialista. A medicina avança a passos largos, e eu tenho que mostrar que estou atualizado. Será que aquele médico que eu era em 1979 era suficiente para ser um médico em 2024? Creio que não.

Há uma palavra que nós não usamos aqui, mas que é fundamental, e tem uma pergunta aqui a respeito: o médico precisa ser – nós precisamos de mais médicos, sim – bem alocado, tem que ter uma política de provimento de médicos; e o médico precisa ser qualificado e, sobretudo, resolutivo. Um médico resolutivo nas unidades básicas de saúde, na atenção primária dos países envolvidos, resolve 90% dos casos. A resolutividade nossa é muito baixa porque o nosso médico é mal qualificado.

E, por fim, o último comentário que quero fazer é de que precisamos efetivamente de uma carreira de Estado. Não adianta essa política do Mais Médicos, que coloca o médico em tempo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

precário – quatro anos; vamos dobrar, oito anos – e, depois, o médico termina esse contrato e volta para o seu local de origem, sem ter continuidade de carreira. Não é assim com o promotor, não é assim com o magistrado. Portanto, nós temos que fazer... O médico é tão importante quanto o Judiciário para cuidar da saúde da população, especialmente naquelas áreas básicas. Acho que a carreira de Estado tem que ser feita para o médico de atenção básica: aquele que atende crianças, atende gestantes, atende idosos, faz pequenas cirurgias. Esse é o médico que deve ser contemplado pela carreira de Estado.

Fico muito feliz de estar aqui e acho que cada um pôde fazer seu juízo próprio. E tenho a impressão de que aqueles que têm independência para professar sua opinião hão de concordar que a situação, na forma como está, não está boa.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Dr. César Eduardo Fernandes, Presidente da Associação Médica Brasileira.

Neste momento, eu passo a palavra ao Dr. Giovanni Guido Cerri, Professor titular da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de São Paulo, para dois minutos das suas considerações finais e resposta a algumas das perguntas que achar conveniente.

Obrigado.

O SR. GIOVANNI CERRI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Agradeço, mais uma vez, ao Senador Marcos Pontes por essa iniciativa importantíssima, e aos demais presentes que mostram de forma, eu diria, quase unânime, que nós passamos por um momento muito grave, muito preocupante na questão do ensino médio.

Eu queria aproveitar e responder duas perguntas que eu acho muito relacionadas com a nossa atuação como professor da Faculdade de Medicina.

Sobre a pergunta da Larissa, de como fomentar o interesse em pesquisa ainda na relação médica, a pesquisa ajuda a complementar a formação do médico. O graduando entende a pesquisa, entende como evolui a medicina, como a medicina é uma ciência muito viva, sempre em transformação. Agora, se fomenta tendo infraestrutura. Nós precisamos de escolas médicas com infraestrutura. A pesquisa é obrigatória numa faculdade de Medicina. Não deveria existir faculdade de Medicina sem uma estrutura de pesquisa, sem uma estrutura de ensino, sem uma estrutura de inovação. Nós precisamos pensar em escolas médicas como formadoras de médicos, de uma forma completa.

E a segunda questão é sobre o déficit de peças biológicas para estudo prático da anatomia humana, do Axel de Rondônia, e também está relacionada com a questão da infraestrutura. As escolas médicas têm que ter o suficiente para que os alunos possam completar seu ensino de forma adequada, o que infelizmente, atualmente, não ocorre em muitas escolas médicas.

Queria só fazer alguns comentários finais e dizer que, vejam, eu acho que a nossa grande preocupação é com a formação de um médico de qualidade. Número não resolve. Nós precisamos de médicos de qualidade. Médicos de má qualidade só vão agravar o quadro da saúde e do Sistema Único de Saúde no país.

Para isso, existem algumas propostas na mesa. A questão da avaliação durante o curso de medicina, fundamental. Teste de progresso é uma boa proposta. O exame de proficiência pode

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ser uma necessidade para ver se o médico que se forma tem condições de atender a população. Uma avaliação rigorosa das escolas médicas também: infraestrutura, qualidade de professores, a presença de um hospital-escola adequado.

Eu também ressalto que, se nós queremos fixar médicos em regiões remotas, nós temos que ter uma carreira médica de Estado com uma infraestrutura para exercício da Medicina. A carreira existe em outras áreas do poder público, como no Judiciário, que funciona bem. Eu não vejo por que não deva existir para médicos, para poder atender justamente essas regiões remotas.

São os comentários que eu queria fazer.

Agradeço muito a oportunidade de ter esta discussão tão importante, com pessoas tão qualificadas.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Dr. Giovanni Guido Cerri, Professor Titular da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

Agora, eu passo a palavra, por dois minutos, para suas considerações finais e respostas às algumas das perguntas, ao Dr. Armando de Carvalho Lobato, Presidente da Sociedade Brasileira de Angiologia e de Cirurgia Vascular.

O SR. ARMANDO DE CARVALHO LOBATO (Para expor.) – Eu vou também me deter aos dois minutos que eu tenho. Não vou ultrapassar o tempo.

Quero deixar claro que foi muito importante esta reunião, porque nós observamos que os comentários de todos os membros da mesa foram exatamente semelhantes. Não houve ninguém que teve uma ideia diferente.

Em relação à carreira médica, como eu venho falando, há um projeto do atual Governador Caiado que está correndo na Câmara dos Deputados e já está em fase avançada. Acho que nós temos que divulgar, nós temos que fazer esse apoio, pois é da carreira médica.

Fui procurado pelo Presidente da Alesp, de São Paulo, que propôs ajudá-lo a escrever também um projeto de lei relacionado à carreira médica em São Paulo. Isso deverá ser entregue à Alesp provavelmente no próximo mês. Nós estamos trabalhando nisso.

O segundo ponto, sobre a avaliação no final do curso, é que também existe um projeto na Câmara dos Deputados feito por um Deputado paraense, de 2020. Não me lembro do nome dele agora. Também está em fase de andamento.

Então, nós temos que estar em cima, porque já existem esses projetos, mas nós temos que fazer pressão.

Responderei à pergunta do Senador Wellington.

O Senador é um exemplo de político no Brasil. Ele já está aqui no Senado há mais de 25 anos. Eu o conheço pessoalmente. Fico muito feliz com a pergunta que ele fez.

Quero fazer um depoimento, rapidamente. Eu tenho 25 segundos.

Este projeto foi totalmente encampado pelo Senador Astronauta. Eu estava na reunião com ele, com o grupo do jurídico. E eles falavam: "Senador, isto daqui é mexer em vespeiro; ninguém

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

mexeu nisto daqui. O senhor tem certeza?". Ele falou: "Nós temos que proteger a população". Eu nunca vou me esquecer disso, Senador.

A população está sofrendo, está morrendo e está ficando aleijada. Nós vamos dar um jeito nisso.

Então, aqui é uma homenagem ao Senador. Este projeto é todo do Senador Astronauta.

O que vai ocorrer, Senador Wellington? Com este projeto, nós vamos, pelo menos, delimitar os campos, as áreas de trabalho por lei. Até parece absurdo, porque já existe lei de cada profissão.

Se você é um dentista, por exemplo, a lei que rege a Odontologia, que é de 1963, não fala que você pode fazer um rejuvenescimento facial. Não está na lei. Então, eles fazem. Por quê? Porque o conselho federal da profissão emite pareceres que acabam saindo como lei.

Então, isso também não vai poder ocorrer.

Como também, neste projeto de lei do Senador, você tem que ter, na sua base universitária, matéria sobre cirurgia plástica, sobre cirurgia vascular. Você tem um conhecimento maior? Se você não tiver, você aumente a sua faculdade, aumente um ano, dois anos, aí você vai poder fazer isso.

Então, o Senador não está proibindo ninguém de fazer, ninguém. Esse projeto, que é do Senador, não proíbe ninguém; no entanto, você vai ter que ter parâmetros, é isso que vai ocorrer.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Dr. Armando de Carvalho Lobato, Presidente da Sociedade Brasileira de Angiologia e de Cirurgia Vascular.

Agora, eu passo a palavra... Eu não sei se a Eliete está ainda *online*. (*Pausa.*)

Não.

Então, eu passo a palavra ao Dr. Francisco de Assis Rocha Neves, Coordenador-Geral da Diretoria de Desenvolvimento da Educação e Saúde do Ministério da Educação, para seus dois minutos para considerações finais e resposta a algumas das perguntas.

Eu peço para controlar o tempo pelo seu lado.

Obrigado.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS ROCHA NEVES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Mais uma vez, eu agradeço-lhe a oportunidade, Senador, e a chance de estar aqui compartilhando com todos vocês.

Eu não tenho dúvida de que este é um momento importante que estamos vivendo e que ouvir todos é fundamental para conseguirmos construir um projeto de qualidade e capaz de atender de forma mais significativa as demandas da população.

Eu vi as várias perguntas, e, obviamente, é difícil responder a todas, mas o Governo, o MEC está preocupado com a questão de favorecer a maior diversidade dentro dos cursos de Medicina e apoia os editais que dão contrapartida, que dão bônus para as pessoas que são da região na questão dos quilombolas, na questão étnico-racial, indígena, etc.

Mas um ponto a que eu queria voltar é relacionado ao decreto da residência médica. Nós entendemos que a residência médica é um programa de formação fundamental. É necessário

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ampliarmos a discussão para conseguir não ter mais vagas ociosas, melhorarmos a qualidade da residência e também trabalharmos para aumentar o número de vagas para não ter um número grande, como tem hoje, de alunos graduando sem residência médica e alguns graduando e deixando ainda vagas. Nisso daí é fundamental ampliarmos a discussão, e o MEC, junto à Sesu, trabalha seriamente nisso.

Em relação ao decreto, o que a gente tem a dizer é que o Governo Federal, junto ao ministério, está trabalhando junto às entidades para tentar construir uma situação em que possamos aprimorar o decreto, responder às demandas das entidades e, ao mesmo tempo, garantir o crescimento e também a qualidade da residência médica.

Muito obrigado pela oportunidade.

Mais uma vez, foi um prazer ter ouvido todos vocês.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Dr. Francisco de Assis Rocha Neves, Coordenador-Geral da Diretoria de Desenvolvimento da Educação e Saúde do Ministério da Educação.

Na sequência, eu passo a palavra ao Dr. Antonio José Gonçalves, Presidente da Associação Paulista de Medicina, para suas considerações finais e resposta às perguntas que achar convenientes, por seus dois minutos.

Obrigado.

O SR. ANTONIO JOSÉ GONÇALVES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador.

É uma satisfação muito grande voltar aqui a falar.

Eu acho que as minhas palavras finais são, primeiro, comentando só a questão que o nosso colega do Ministério da Educação falou. Nós não precisamos de mais vagas de residência. Como eu disse, nós temos 70 mil vagas de residência e 46 mil preenchidas; 40% já estão vazias. O que nós precisamos é incentivar os programas de residência que interessam ao Governo. E quais são esses? Medicina de família e comunidade, clínica médica, pediatria, ginecologia e obstetrícia, cirurgia geral. Esses programas precisam ser incentivados, porque eles podem resolver mais do que 90% dos problemas da população com qualidade – com qualidade.

Finalmente, eu gostaria de pedir consciência aos nossos Parlamentares. Vejam: o teste do progresso a universidade pode fazer; avaliar os egressos, não. Há que existir um projeto de lei, porque tem que ser aprovado o teste de proficiência. Então, eu gostaria realmente de fazer uma solicitação, um apelo até, que os Parlamentares – nós já fomos a Brasília várias vezes, eu tive a oportunidade de participar da diretoria da AMB nos anos passados –, que alguém realmente encampasse esse projeto da proficiência, porque ele é fundamental para corrigir a distorção da escola médica.

Segundo, que revogassem o decreto. Nós não nos furtamos a discutir com o Ministério da Educação e com o Ministério da Saúde os prós e os contras desse decreto da Comissão Nacional de Residência Médica. Ele realmente altera.

E, terceiro, que algum parlamentar realmente... Esse projeto da carreira do médico tem mais de 20 anos que está correndo aí no Parlamento, e nenhum Parlamentar realmente o pega com as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

unhas, vai lá e aprova esse projeto. As entidades estão à disposição para fazer isso, para ajudar no que for preciso fazer, para a gente poder dar subsídios para essa aprovação.

Esses três apelos ficam: a carreira de Estado, o exame de proficiência e a revogação do decreto, que, se não for revogado em 90 dias, a gente sabe que ele vira lei. E aí vai ser muito mais difícil a gente mexer nele.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Dr. Antonio José Gonçalves, Presidente da Associação Paulista de Medicina.

Neste momento, concluídas as considerações finais de todos os nossos debatedores, e, ainda dentro da limitação de tempo desta sala de audiência, eu gostaria de fazer alguns comentários finais do ponto de vista do Legislativo.

Primeiro, quero agradecer a presença dos nossos debatedores, tanto presencialmente, quanto virtualmente, por videoconferência. Quero agradecer, também, a audiência de todos aqueles que nos acompanharam ao longo desta audiência pública de grande importância para o Brasil, para a saúde de todos nós aqui no Brasil. Quero agradecer àqueles que nos enviaram as perguntas e os comentários através do e-Cidadania. Quero agradecer à nossa Mesa pelo trabalho que sempre faz, um trabalho de excelência, para que nós tenhamos a possibilidade de oferecer conhecimento à população.

E quero dizer o seguinte: a existência de uma audiência pública dentro de uma Casa legislativa tem justamente essa finalidade de trazer a informação para o público, de trazer a oportunidade de um debate e de colocar pontos importantes dentro da sociedade brasileira, como é o caso de hoje. E também – eu que fiz parte do Executivo até recentemente, como Ministro de Ciência, Tecnologia e Inovações e também Ministro de Comunicações – que se deem ao Executivo parâmetros e dados de especialistas para que o Executivo possa transferir isso em políticas públicas ou trazer, vamos dizer assim, as demandas, atender as demandas de quem está na frente de combate, para dentro das políticas públicas, das estratégias que têm que ser criadas e executadas dentro do Poder Executivo.

Então, eu me lembro do meu tempo de Ministro em que eu costumava prestar muita atenção a essas audiências e participar sempre que possível, como Ministro, porque eu acho que o Ministro tem essa responsabilidade com a população. A partir do momento que você tem a sua outorga para fazer, para usar a caneta, para colocar as políticas públicas para o Brasil, acho que o Ministro tem essa responsabilidade de participar e acompanhar com detalhes isso aqui, porque tudo isso vem de especialistas, aqueles que trabalham no dia a dia dentro disso.

Então, eu quero agradecer também a participação do Ministério da Saúde e do Ministério da Educação, aqui conosco, que participaram ao longo de toda essa apresentação, de toda essa audiência.

Umas coisas que ficaram bem claras aqui, que eu gostaria de ressaltar neste final: primeiro é que, dos nossos especialistas, eu pude notar que existe um alinhamento completo em todos os pontos que foram tratados aqui. Lembro que nós tratamos aqui da expansão dos cursos de Medicina, o que é também uma conexão direta com a qualidade dos cursos do ensino médico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Também sobre a atuação ou a invasão de competências médicas, o impacto do Decreto 11.999, de 2024, decreto presidencial. Também tratamos de forma menor – mas também é importante – da incorporação da tecnologia de medicina. E dentro de cada um desses eu pude tomar algumas notas aqui. Eu gostaria que os participantes, depois, se acharem que pode ser complementado, por favor o façam. Tem o Dr. Marcelo Morales aqui para que possa trazer todas essas informações, para que nós tenhamos providências. Não adianta nada discutir, discutir e não ter providências depois de uma reunião. Então, é importante ter essas ações.

Primeiro e segundo ponto: primeiro ponto, com relação à expansão dos cursos de Medicina; e segundo ponto, qualidade do ensino médico. Eu anotei aqui a necessidade de uma melhor avaliação das escolas, das discussões necessárias para testes de proficiência e testes de progressão. A possibilidade, inclusive, de se colocar isso como lei, como um projeto de lei, foi citada agora pelo Dr. Antonio na sua apresentação final.

Com relação ao terceiro ponto, da invasão de competências: nós já temos o Projeto de Lei n° 1.914, de 2023, da minha autoria, que já foi relatado pelo Dr. Otto Alencar, Senador Otto Alencar, que é médico também, com um relato de aprovação dentro da Comissão de Transparência. Então, vamos acompanhar esse projeto de lei para que ele seja acelerado dentro do Senado e da Câmara, para que tenha os seus efeitos o mais rápido possível no país.

No item quarto, com relação ao Decreto n° 11.999: nós vimos aqui que existe claramente uma discordância do setor técnico com o que foi dito aqui pelo Ministério da Saúde.

Eu gostaria de informar que já existe o Projeto de Decreto Legislativo n° 202, de 2024, apresentado pelo Dr. Hiran, Senador Dr. Hiran, que, como o nome diz, ele também é médico, oftalmologista. Esse Decreto 202, de 2024, visa sustar o decreto existente, esse Decreto Presidencial 11.999. Então, a ideia é, justamente, que esse decreto seja sustado, vamos dizer assim – a palavra não é, exatamente, essa, mas a ideia é essa.

Logicamente, precisa-se de mais discussões dentro disso, assim como com relação à distribuição geográfica de médicos no Brasil, porque entra o conceito – nós vimos aqui falado, várias vezes – da existência de um projeto de carreira médica. Tem que ser um projeto de Estado, diga-se de passagem, como foi citado aqui pelo Dr. César Eduardo e outros. Isso não é questão de Governo ou de qualquer tipo de ideologia política. Isso é técnico, isso é para a saúde da nossa população e isso precisa ser feito. Isso tem que ser um projeto de Estado. O Governo, que está de plantão ali, trabalhando naquele momento, durante aqueles quatro anos, tem que atender às necessidades da população como um dever de Estado.

Então, nós vamos olhar também aqui. Eu já assumo o compromisso, para que nós possamos estudar juntos esses projetos de lei e as possibilidades de ação aqui dentro do Legislativo. Eu vou, logicamente, trabalhar junto com o Dr. Hiran e junto com o Dr. Otto Alencar, que são médicos também, para que nós tenhamos, em andamento, todas essas possibilidades de lei ou de projetos de lei aqui no Senado.

Finalmente, com relação ao quinto item, de incorporação de tecnologias, nós vemos aí um número grande de tecnologias que, obviamente, precisam ser implementadas e utilizadas na medicina. A medicina é o que é hoje... Não é porque eu era Ministro de Ciência e Tecnologia que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

eu falo isto, mas a gente vê a necessidade da utilização da ciência e tecnologia no dia a dia na medicina. Isso vai ser cada vez mais. Agora, nós temos ferramentas de grande poder, como a inteligência artificial, já sendo utilizadas, e isso exige, como o Dr. César também ressaltou, uma análise, uma avaliação, um acompanhamento das competências médicas, com a utilização dessas novas tecnologias. Sem dúvida nenhuma, isso também é importante e vamos considerar isso, dentro desse contexto, em termos da qualidade e avaliação de competências.

Finalmente, só um ponto aqui com relação à liberdade. Como foi citado, uma audiência como esta é uma representação clara da importância do Legislativo como representante da população. Cada um de nós aqui representa uma parcela da população dos respectivos estados, com a responsabilidade de defender essa população, em todos os sentidos, seja no sentido da vida, como a saúde, seja no sentido da liberdade, liberdade de expressão, liberdade de manifestação, reunião, o que está previsto como um dos pilares da democracia.

Tanto falam sobre democracia, mas a gente precisa aprender a utilizar a democracia na sua plenitude aqui e não utilizar nenhum tipo de manobra para tentar burlar o que é democracia ou mesmo disfarçar autoritarismo com democracia. Ou seja, a democracia tem que ouvir a todos, tem que aceitar o contraditório e a discussão. Esta é uma Casa para esse tipo de discussão, para aceitar os contraditórios e não maquiar nenhum ponto. É importante que a população saiba, tenha transparência do que acontece, e lembre que, em última instância, em uma democracia, como previsto no art. 1º da Constituição, no parágrafo único, todo o poder emana do povo, que o exerce através dos seus representantes, aqui nesta Casa, ou de forma direta.

Então é importante sempre se lembrar disso, que democracia não é aquilo de "se você falar contra mim você é antidemocrático". Democracia é o que todos nós queremos como uma forma absoluta aqui neste nosso país, e nós temos a responsabilidade, cada um de nós, seja como representante da população aqui, seja como cada um de nós no seu dia a dia, de defender essa liberdade que nós temos prevista na democracia.

Muito obrigado a todos que aqui hoje estiveram, àqueles que nos assistem também e acompanharam durante esse tempo a nossa audiência pública.

Não havendo mais nada a tratar, eu declaro encerrada esta sessão.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 11 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 53 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE MAIO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às onze horas e dezenove minutos do dia quinze de maio de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Izalci Lucas, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Confúcio Moura, Fernando Dueire, Marcos do Val, Alan Rick, Vanderlan Cardoso, Jussara Lima, Beto Faro, Teresa Leitão, Janaína Farias, Astronauta Marcos Pontes, Flávio Bolsonaro, Wellington Fagundes, Damares Alves e Hamilton Mourão, Fabiano Contarato, Paulo Paim, Flávio Arns, Zenaide Maia, Angelo Coronel, Professora Dorinha Seabra e Weverton. Deixam de comparecer os Senadores Carlos Viana, Chico Rodrigues, Carlos Portinho, Marcos Rogério e Dr. Hiran. Deixa de comparecer a Senadora Daniella Ribeiro, conforme REQ 319/2024-CDir. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. Passa-se à Audiência Pública Interativa, atendendo aos Requerimentos nº 27, 28, 31, 32 e 34, de 2023-CCT, de autoria Senador Izalci Lucas (PL/DF), e Requerimento nº 37, de 2023-CCT, de autoria Senador Rogério Carvalho (PT/SE), subscrito pelo Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), com a finalidade de discutir a proteção regulatória do dossiê de testes (PRDT) para produtos farmacêuticos destinados ao uso humano, com a participação de Leandro Pedron, Diretor do Departamento de Programas Temáticos da Secretaria de Políticas e Programas Estratégicos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); Ana Claudia Dias Oliveira, Especialista em Propriedade Intelectual, Inovação e Biodiversidade da Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades (ABIFINA); Adriana Diaféria, Vice-Presidente Executiva do Grupo FarmaBrasil; Julia Paranhos, Coordenadora do Grupo de Economia da Inovação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), representante de Lia Hasenclever, Pesquisadora do Grupo de Economia da Inovação da UFRJ; Susana van der Ploeg, Coordenadora do Grupo de Trabalho sobre Propriedade Intelectual da Rede Brasileira pela Integração dos Povos (GTPI/Rebrip); e Ana Carolina Navarrete, Consultora de Saúde do Instituto de Defesa de Consumidores (IDEC), representante de Marina Magalhães, Analista de Saúde do Instituto de Defesa de Consumidores (IDEC). O Senador Astronauta Marcos Pontes faz uso da palavra na presente reunião. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Izalci Lucas
Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
https://www12.senado.leg.br/multimidia/evento/125160

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A Presidência comunica o arquivamento do Aviso nº 134 - GP/TCU, do Aviso nº 171 - GP/TCU e do Aviso nº - 251 GP/TCU, lidos na 8ª Reunião, realizada dia 24 de abril de 2024, sem que tenha havido manifestação de Senador, membro da CCT, para análise da matéria por este Colegiado, conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019.

A presente reunião se destina à realização de audiência pública para discutir a Proteção Regulatória do Dossiê de Testes para produtos farmacêuticos destinados a uso humano, em cumprimento aos Requerimentos nºs 27, 28, 31, 32, 34 e 37, de 2023, da CCT.

O público interessado em participar desta audiência pública poderá enviar perguntas ou comentários pelo endereço www.senado.leg.br/ecidadania ou ligar para 0800 0612211.

Encontra-se presente, por meio do sistema de videoconferência, Leandro Pedron, Diretor do Departamento de Programas Temáticos da Secretaria de Políticas e Programas Estratégicos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); Ana Claudia Dias de Oliveira, Especialista em Propriedade Intelectual, Inovação e Biodiversidade da Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades (Abifina); Adriana Diaféria, Vice-Presidente Executiva do Grupo FarmaBrasil; Julia Paranhos, Coordenadora do Grupo de Economia da Inovação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), representante de Lia Hasenclever, Pesquisadora do Grupo de Economia da Inovação da UFRJ; Susana van der Ploeg, Coordenadora do Grupo de Trabalho sobre Propriedade Intelectual da Rede Brasileira pela Integração dos Povos (GTPI/Rebrip); e Ana Carolina Navarrete, Consultora de Saúde do Instituto de Defesa de Consumidores (Idec), representante de Marina Magalhães, Analista de Saúde do Idec.

Registro aqui a presença do nosso Senador Marcos Pontes.

Eu vou imediatamente passar a palavra então para o Sr. Leandro Pedron, que é Diretor do Departamento de Programas Temáticos da Secretaria de Políticas e Programas Estratégicos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

Prof. Leandro Pedron.

O SR. LEANDRO PEDRON (*Por videoconferência*.) – Bom dia a todos.

Só me confirma se consegue me escutar bem?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Está ótimo.

O SR. LEANDRO PEDRON (Para expor. *Por videoconferência*.) – Ótimo, maravilha.

Quero cumprimentar o Sr. Senador pela iniciativa desta audiência pública. Meu bom-dia aos demais também.

Bom, a audiência tem o objetivo de discutir a Proteção Regulatória do Dossiê de Testes (PRDT) para produtos farmacêuticos destinados ao uso humano no Brasil.

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, especificamente dentro das competências da Secretaria de Políticas e Programas Estratégicos, à qual o departamento que no momento estou dirigindo se vincula, tem como uma das competências incentivar a interlocução com pesquisadores, identificar as demandas e auxiliar a promoção da formação de cientistas, dentre outras. Então, acho que, dentro do que nos cabe em relação ao fomento da pesquisa na área da saúde, se conecta diretamente com a PRDT.

Dentro de um contexto regulatório, no entendimento à PRDT, ela é conhecida como exclusividade de dados e é um mecanismo que visa proteção de informações tanto clínicas quanto pré-clínicas, submetidas às autoridades reguladoras. No Brasil, cabe à Anvisa a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

aprovação de novos medicamentos e, em alguns outros contextos, ele vai impedir que essas informações possam ser utilizadas por terceiros para obter aprovação de produtos relacionados à área da saúde, desenvolvimento de fármacos para humanos, por um certo tempo específico. Então se conecta diretamente com uma proteção parecida com ativos de propriedade intelectual, que seria a exerção de um direito negativo, aqui neste contexto, especificamente em relação ao dado para acesso a terceiros.

Essa proteção já existe em alguns países. Não vou correr o risco aqui de citar como é que isso é feito dentro de outros países, mas é sabido que Estados Unidos, União Europeia, Japão, Canadá, entre outros, enfim, países que a gente conhece que têm um histórico de desenvolvimento de produtos para a área da saúde e um investimento público grande em ensaios clínicos, também têm um tipo de proteção parecida. E o meu intuito aqui não é especificamente defender, mas trazer – dentro de um contexto regulatório não só nacional, mas também internacional – como se dá a proteção disso.

Esses países que eu citei têm, de certa maneira, uma legislação específica internalizada dentro de cada país que protege os dados obtidos a partir dos testes clínicos e pré-clínicos. A União Europeia é uma das que, salvo engano, tem um período mais extenso, de oito anos, com possibilidade ainda de reserva de mercado para, a depender da exclusividade de mercado, um período que pode ser estendido por mais um ano.

Quando tratamos especificamente do Brasil, como eu comentei no início, é uma situação... é uma competência dos dados de envio – e proteção deles – à Anvisa, uma vez que é o órgão responsável pela regulamentação e supervisão de medicamentos – é uma autarquia. O que identificamos como possibilidade de desafios, e o debate deve ser feito... Então, mais uma vez, quero parabenizar a Comissão de Ciência e Tecnologia por trazer esse ponto ao debate, porque são alguns desafios que, talvez, precisamos sempre discutir para tentar ter sempre o melhor consenso na formulação de políticas públicas.

Um dos primeiros que eu elencaria seria a parte de inovação *versus* acesso, que é: a gente tem que sempre pensar no equilíbrio entre como vamos promover a inovação e a necessidade de garantir o acesso à população. Como estamos tratando de dossiê de testes clínicos, enfim, em última instância, isso vai resultar no desenvolvimento e na possibilidade de acesso da população a medicamentos. Como a gente consegue ter esse equilíbrio e sempre...

Considerando que temos um Sistema Único de Saúde, acho que é sempre importante prezar que o interesse grande do SUS consiga internalizar novos medicamentos e, assim, atender à população no contexto geral. Devemos sempre pensar como é que conseguimos fazer o equilíbrio, especificamente aqui acerca da PRDT, entre inovação *versus* acesso.

Um outro ponto eu acho que é a parte de harmonização internacional, como eu comentei. Alguns países já têm isso implementado, mas isso não quer dizer que nós, como Brasil, devemos seguir exemplos de outros países. Acho que é sempre interessante entender e saber como é feito o contexto no cenário internacional, especificamente dentro de legislações de outros países, e o que nós podemos tirar desse aprendizado. Então, acho que o debate também tem que seguir por essa linha.

Vale sempre lembrar: o Brasil também faz parte da OMC e, considerando que haveria proteção, derivada do Acordo TRIPS, para a propriedade intelectual relacionada, isso também tem que seguir uma harmonização internacional. Então são dois aspectos.

Especificamente como comentei no começo, nós como ministério temos essa interlocução, como dever institucional, como missão, como competência, com a academia, ainda que pendamos a um debate mais próximo com eles acerca dos assuntos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Especificamente sobre a PRDT, eu acho que vale a pena trazer quatro pontos principais, que eu tomei a liberdade de elencar e que talvez representem um posicionamento da academia ainda não consolidado. De novo, ressalto que devemos colocar isso no debate com a comunidade acadêmica mais específica, mas o primeiro seria a ressalva acerca do acesso a medicamentos.

Há alguns que defendem que a proteção do dossiê de testes prolongaria o período em que medicamentos genéricos ou biossimilares se tornariam acessíveis e poderiam entrar no mercado, o que, em algum ponto, poderia fazer com que o preço de medicamentos inovadores se tornasse mais alto e, assim, haveria dificuldade de acesso à população. E também leva-se a um ponto de impacto no sistema de saúde pública. Mas, de novo, falta bastante debate sobre o assunto.

Um outro ponto, que eu elencaria como dois, é a parte de justiça e equidade social. Considerando justamente que o direito à saúde é um direito fundamental – caso se entenda que uma política que restringe acesso a medicamentos seria eticamente problemática, caso também se continue o debate no entendimento de que a PRDT possa trazer algum tipo de impedimento ao acesso do direito à saúde –, então, teríamos que verificar e conduzir a construção disso de uma maneira que facilitasse e produzisse, gerasse a equidade e justiça social.

Na parte de inovação e pesquisa, como eu comentei, talvez haja uma preocupação grande de que a exclusividade de dados possa criar barreiras para pesquisadores acadêmicos que desejam conduzir estudos independentes sobre o aproveitamento de dados a partir de testes já conduzidos. Então, talvez, em alguma instância, isso poderia trazer uma barreira também ao fomento e inovação local, gerando uma restrição ao desenvolvimento de medicamentos genéricos e biossimilares, impedindo, assim, em última instância, uma indústria farmacêutica mais dinâmica e competitiva no Brasil.

São fatores que também devemos sempre considerar na construção e na discussão da PRDT.

Como eu comentei lá em cima, uma preocupação da academia também é entre a harmonização internacional *versus* realidade local. Devemos sempre analisar o contexto nacional, não para necessariamente estar alinhado com os contextos internacionais, mas para cada país entender, dentro das suas necessidades, dentro das suas competências locais.

Enfim, apenas para concluir – eu tentei ser o mais breve –, a gente deve sempre prezar pela inovação do setor industrial, do complexo econômico industrial da saúde, desenvolvimento de novos produtos que, em última instância, visem sempre a atender a população dentro da nossa necessidade local como país.

Então, a discussão acerca desses temas eu acho que é superimportante. E eu estou sempre prezando... Inclusive, quero deixar aqui ressaltado que o objetivo principal é atender gargalos e demandas que resultem no atendimento, na garantia de direitos fundamentais, como o acesso à saúde, que é respaldado por nossa Constituição.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Sr. Leandro.

Tenho algumas perguntas e comentários aqui, que eu já vou ler, porque, na medida do possível, vocês já respondem também essas perguntas.

O Gustavo, aqui do Distrito Federal, diz o seguinte: "Com proteção dos dados do dossiê, como garantir que a PRDT não irá impedir a entrada de genéricos e o acesso à medicamentos com preço justo?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A Emanuelle, do Mato Grosso: "Como as associações farmacêuticas veem a PRDT em termos de impacto nos interesses dos pacientes, na inovação e na competitividade do setor?".

Esaú, do Ceará: "Qual o impacto no tempo de disponibilidade do medicamento, caso haja alguma mudança? Qual a probabilidade de diminuir a burocracia?".

A Liliane, de Goiás: "Qual o impacto da PRDT [...] para os interesses do setor farmacêutico e para o paciente?

Giovanni, também do Ceará: "Como a PDRT trará segurança à saúde da população brasileira, no tratamento de medicamentos com baixa inovação, sendo esses muito caros?".

Comentários.

Margery, do Paraná: "A proteção regulatória é importante como uma forma de incentivo para que haja mais investimento nessa área em nosso país".

Antes de passar para os próximos expositores, eu pergunto ao ex-Ministro e nosso Senador Marcos Pontes se quer fazer alguma colocação, antes da exposição.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente.

Antes de mais nada, queria parabenizá-lo pela iniciativa. É um tema extremamente importante e que envolve muitos fatores e setores. Não é só uma questão de dados. Mas, sem dúvida, essas exposições de hoje vão nos deixar mais atentos por perspectivas diferentes do setor e vão nos ajudar a ter qualquer tipo de providência ou auxiliar o desenvolvimento, sempre visando a melhorar tanto a inovação no Brasil quanto a vida dos pacientes, os potenciais usuários. Então, sem dúvida nenhuma, isso vai ser importante.

A gente viveu isso durante a pandemia, o desenvolvimento de vacinas no Brasil, medicamentos, etc. Então, isso aí é uma coisa importante de se discutir e acho que aqui é o local correto.

Então, parabéns pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Senador.

Vou passar, então, a palavra para a Ana Claudia Oliveira, que é Especialista em Propriedade Intelectual e Biodiversidade da Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina.

Com a palavra, a Ana Claudia.

A SRA. ANA CLAUDIA DIAS OLIVEIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, bom dia a todos.

Eu gostaria de agradecer ao Senador Presidente e à CCT pelo convite para participar desta importante audiência pública e já me colocar à disposição para auxiliar no entendimento desse tema.

Eu sou bióloga, doutora em Biotecnologia pela UFRJ, doutora em Propriedade Intelectual pela Academia do Inpi e atualmente estou fazendo pós-doutorado no Instituto de Medicina Social da Uerj. Sou ex-examinadora de patentes farmacêuticas e de biotecnologia e trabalho com propriedade intelectual há 25 anos.

Bom, hoje eu estou aqui representando a Abifina (Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades).

É importante ressaltar que a Abifina possui, entre os associados, laboratórios públicos, como os laboratórios da Fiocruz e Vital Brazil, e indústrias nacionais, não só dos setores farmoquímico e farmacêutico de uso humano, mas também empresas produtoras de intermediários químicos, de saúde animal e de defensivos agrícolas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu preparei uma apresentação. Vocês estão vendo?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Sim. O.k.

A SRA. ANA CLAUDIA DIAS OLIVEIRA (*Por videoconferência*.) – Bom, eu preparei uma apresentação para tentar facilitar a compreensão desse tema, que, a princípio, parece um tema simples, no entanto é complexo. E o entendimento, como o Senador Marcos Pontes falou, é um entendimento diferente. Dentro do mesmo setor tem entendimentos diferentes.

A proteção de dados de testes no Brasil existe através da Lei nº 10.603, de 2002, e ela protege os dados de testes para medicamentos veterinários e defensivos agrícolas. Os medicamentos de uso humano foram excluídos dessa legislação e esse contexto foi pensado já há muitos anos. O Senador José Serra, na época, alertou o Congresso Nacional para o retrocesso que o país viveria na área de saúde com a adoção do *data protection* para medicamentos de uso humano.

Então, a gente tem que entender que esse assunto está voltando à tona, mas ele já foi muito debatido e muito criticado pela sociedade, justamente por uma questão muito simples: ele barra e atrasa o acesso aos medicamentos no Brasil.

Bom, a lei que existe para a saúde animal e para defensivos agrícolas funciona, gera uma extensão, uma proteção de dez anos da concessão do registro ou até a liberação das informações. Isso pode ser reduzido para cinco. Agora, existe um problema de conceito que é um pouco grave. Ela considera nova entidade química ou biológica toda e qualquer molécula ou organismo ainda não registrados no Brasil, podendo ser análogos ou homólogos a outras moléculas ou organismos. O.k. O que isso significa? Ele não traz inovação. Não é uma molécula ou um organismo novo no mundo. É uma molécula que ainda não foi registrada aqui no Brasil.

Então, é uma falácia você dizer que o *data protection* vai trazer inovação para o nosso país, porque ele não vai. Ele vai trazer moléculas ainda não registradas aqui, protegendo-as ainda mais do que o tempo de patentes e atrasando, ainda, o acesso à saúde pública.

Mas por que a retomada desse debate agora? Em 2021 teve o julgamento do STF da ADI 5529 sobre a inconstitucionalidade do parágrafo único do art. 40 da Lei de Propriedade Industrial do Brasil, ou seja, decretaram inconstitucional, decidiram como inconstitucional o parágrafo único do art. 40 e deram fim à extensão da vigência de patentes para além dos 20 anos da lei. Isso gerou uma modulação com efeito retroativo para patentes relacionadas à saúde. Isso foi em 2021.

Desde 2021 vem-se discutindo no âmbito do Gipi (Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual) e um dos temas foi *data protection*. Um dos temas também foi a extensão da vigência de patentes e a compensação desse prazo de vigência, que tem total relação com o tema que a gente está trazendo aqui hoje. A decisão do Gipi foi de encerrar a discussão, porque a medida proposta não era do interesse da administração.

Então, isso foi discutido ao longo de pelo menos dois anos entre todos os ministérios, todas as empresas, todo mundo que fazia parte do Gipi.

Bom, então, em 2021, o STF derruba a prorrogação do prazo de patentes. Em 2022, confirma a impossibilidade de se estender o prazo de vigência de patentes no Brasil. Em 2023, farmacêuticas movem vários processos judiciais que barram a entrada de genéricos para importantes doenças, como câncer, diabetes, HIV – uma avalanche de ações.

É feito um estudo pela UFRJ, onde é evidenciado que é uma falácia, como eu falei, a atração de inovação farmacêutica pelo *data protection* – a Dra. Julia está aqui, ela vai poder descrever bastante sobre o estudo que a UFRJ fez.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Ano passado, Fux libera laboratório para produzir genérico entre o fim da patente e a publicação da ADI 5529, justamente em cima da decisão retroativa dos medicamentos para a saúde. Então, ao longo desses dois últimos anos, e ainda este ano, vão acabar diversas patentes, vão cair diversas patentes de medicamentos que são *blockbusters* no mundo, indicados para diabetes, para câncer, para leucemia mieloide crônica, para HIV, para doenças neurodegenerativas.

Paralelo a isso, estão acontecendo outras estratégias de prorrogação do monopólio, como as ações *PTA*, que já são de conhecimento de todos que estão aqui; as ações contra a mora do Inpi; as ações visando à internalização desses instrumentos que não existem aqui no Brasil e que não estão previstos no TRIPS, em acordos bilaterais e multilaterais. Foi interessante o Dr. Leandro citar os países que têm *data protection* – não sei se vocês perceberam, mas são só países desenvolvidos. Então, o que ele falou foi importante, a gente tem que ver o cenário que a gente tem aqui no Brasil de desenvolvimento industrial.

Como eu falei, cerca de 200 patentes, pelo menos, vão cair em 2024, e aqui tem alguns exemplos: Revlimid, Venvanse, Januvia, Stelara. São medicamentos que custam até R$50 mil a dose. Então, é disso que a gente está falando, é o acesso ao medicamento, é o acesso à saúde pública.

E aqui embaixo tem um gráfico bem simples para entender isso, que é o monopólio de patentes, que são de 20 anos, e, a partir do fim dos 20 anos, a entrada dos genéricos. Com o *data protection*, pelo menos cinco anos vão ser acrescidos aí.

Estudos foram realizados – isso vai ser falado mais aqui – e outras estratégias são adotadas pelo mercado. Houve uma decisão histórica do Tribunal de Justiça da União Europeia, que houve fraude de documentos de primeiro registro e fraude de entradas de dados para medicamentos de segunda geração. Retirou o dossiê de primeira geração perto do fim da exclusividade do *data protection* para colocar o de segunda geração.

Então, essas são estratégias em que, mesmo que condenadas, como ocorreu nesse caso na Europa, os valores com o lucro desses medicamentos exclusivos, com o monopólio desse medicamento, passam e compensam a penalidade. Então, a Abifina é contrária ao *data protection*; o INPI já reduziu o *backlog* de pedidos de patentes com propostas de novos fluxos; a Anvisa já reduziu a fila de registros de medicamentos – os dois precisam de estruturação –; o STF já decidiu pelo fim da extensão da vigência de patentes; estudos robustos, como o da UFRJ, evidenciaram que a decisão por inovar não depende da existência da exclusividade de dados, mas de outras variáveis, como o custo Brasil; e a introdução do *data protection* no Brasil vai reduzir a entrada de genéricos e biossimilares, gerando atraso no acesso aos medicamentos.

Então, só esse eslaide já responde a várias das perguntas que foram feitas. Vai, sim, ter um impacto negativo na saúde pública; vai, sim, ter um impacto negativo para a sociedade.

Então, agradeço a sua atenção.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Ana.

Antes de passar para a Adriana, o Senador Wellington Fagundes pediu que eu fizesse aqui algumas perguntas. Eu já vou fazê-las, porque, na medida do possível, os expositores poderiam aproveitar e responder a essas questões.

O Senador Wellington Fagundes pergunta aqui, primeiro: "Após quase uma década de tramitação no Congresso Nacional, aprovou-se recentemente o Projeto de Lei (PLS) 200, de 2015. A proposição, que aguarda a sanção presidencial, regula diversos aspectos das pesquisas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

com seres humanos no país, em especial os ensaios clínicos para o desenvolvimento de novos medicamentos. A iniciativa resultou de demanda de pesquisadores brasileiros, devido à demora na aprovação dos protocolos de pesquisa e à falta de segurança jurídica na regulação da matéria, que era tratada apenas no âmbito infralegal. A expectativa é que a atividade de pesquisa científica com novos medicamentos seja impulsionada com a entrada em vigor da nova lei".

Então, ele pergunta: "Em que medida a ausência de proteção regulatória do dossiê de testes (PRDT) para produtos farmacêuticos destinados a uso humano pode impactar os avanços esperados da nova lei? A eventual adoção do PRDT pode implicar algum conflito com as disposições do PLS 200 referentes aos requisitos de publicidade dos ensaios clínicos, conforme o Capítulo VIII do texto normativo enviado à sanção?".

Diz ainda: "A proteção regulatória do dossiê de testes, defendida nesta audiência, poderia ensejar algum conflito com as disposições da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, mais conhecida como a Lei de Acesso à Informação, especialmente no que se refere às informações sobre os efeitos adversos dos produtos sob investigação?".

E por último: "Qual tem sido a conduta habitual da Anvisa em relação ao sigilo das informações contidas nos dossiês de testes? Há casos confirmados de divulgação das informações contidas nesses dossiês?".

Então, são as perguntas do Senador Wellington Fagundes. Se puderem, na fala, responder, eu agradeço.

Vou passar agora a palavra, então, à nossa Adriana Diaféria, que é Vice-Presidente-Executiva do Grupo FarmaBrasil.

A SRA. ADRIANA DIAFÉRIA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador Izalci Lucas; bom dia a todos.

Primeiramente, gostaria de agradecer imensamente a oportunidade de nós termos esse espaço para debater um tema que se mostra de grande relevância para o nosso país, para toda a sociedade brasileira. Como os meus colegas que me antecederam colocaram, existem questões e fatores que, de alguma forma, trazem dimensões diferenciadas, perspectivas diferentes de visão acerca desse tema. O Grupo FarmaBrasil vai trazer uma contribuição.

Se o senhor me permitir, eu vou compartilhar uma apresentação, um pouco para a gente situar a nossa visão em relação a esse tema e por que consideramos absolutamente relevante termos bastante espaço para esse debate público, para que as ideias fiquem colocadas, todas à mostra, para essa discussão ser estruturada.

O Grupo FarmaBrasil, eu vou fazer aqui o compartilhamento da imagem...

Bom, o Grupo FarmaBrasil é uma entidade que representa um grupo composto por empresas farmacêuticas, 100% brasileiras, todas detentoras de capital nacional, que objetivaram – com a criação do FarmaBrasil – focar nesse trabalho de articulação junto às instâncias governamentais, junto ao Congresso, junto ao Judiciário, para demonstrar esse movimento que hoje a indústria nacional vem fazendo em busca da consolidação do desenvolvimento da inovação de medicamentos no Brasil.

Graças a políticas acertadas que tivemos na década de 90, já como bem mencionado aqui, a política de genéricos possibilitou a consolidação de um parque industrial bastante expressivo na produção de genéricos e similares, que tem permitido às nossas empresas nacionais terem liderança de mercado já há alguns anos.

Então, se nós pegarmos um *ranking* de participação no mercado de varejo, entre as 20 posições, a gente já pode ver que as quatro primeiras são empresas nacionais. E temos ainda a participação de outras que inclusive são associadas do FarmaBrasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Esse grupo de empresas tem gerado uma contribuição significativa para o nosso país, porque gera empregos formais já há alguns anos, e, cada vez mais, com a expansão das fábricas e com a expansão dos seus centros de pesquisa e desenvolvimento, tem ampliado a possibilidade dessa agregação de pessoas com especialidades bastante relevantes para esse desenvolvimento.

Além disso, a indústria, que de fato inova no nosso país, por dados recentes demonstrados pela Pintec... Aqui há um dado – que é a última consolidação que a Pintec traz a público – que demonstra que esses investimentos em P&D, no setor farmacêutico e farmacoquímico, têm alcançado em torno de R$1,5 bilhão, em 2017, com um crescimento em torno de 186% desde 2000. Mas, se fizermos uma atualização em relação à projeção até 2023, esses valores são muito mais significativos.

E por que é importante trazer esse dado? Porque, se nós olharmos com base nesses dados da Pintec, a efetiva participação no desenvolvimento da inovação no território local ocorre de fato com a participação das empresas nacionais. Se a gente faz essa análise de projeção ao longo do tempo, a gente percebe que há uma retração do desenvolvimento da inovação na indústria estrangeira localmente, porque houve uma redução significativa do parque industrial de multinacionais no território local, e há uma redução significativa de seus centros de desenvolvimento. Então, basicamente hoje nós podemos considerar que essa atividade é realizada pelas indústrias que estão aqui localizadas no Brasil.

Um pouco aqui, a gente também faz um comparativo em termos de investimentos em P&D ao longo desse período projetado pela Pintec. A gente consegue ver que, de fato, essa diferenciação mostra que há um movimento efetivo do desenvolvimento da indústria nacional.

Também um outro dado da Pintec demonstra que, entre dos setores da economia, quem tem realizado o maior dispêndio para a atividade de P&D, em relação ao total de empresas da indústria, continua sendo o nosso setor farmacoquímico e farmacêutico. Então, o percentual de participação tem sido bastante significativo.

E também quero acrescentar mais esta informação relevante de que, para além de todo esse esforço a que, ao longo dos últimos anos, essas empresas têm se dedicado, elas estão absolutamente comprometidas com as recentes políticas lançadas no sentido de apoio à produção industrial, fortalecimento do complexo industrial e econômico da saúde, buscando cada vez mais expandir esse parque fabril e expandir a atividade de pesquisa e desenvolvimento no Brasil.

Portanto, nós colocamos esse cenário para demonstrar para os senhores que hoje nós temos uma condição que traz uma realidade de mercado em que, se não houver uma avaliação precisa dessas decisões em relação à adoção de institutos que podem estimular um retardo do desenvolvimento, inclusive da produção de genéricos e similares, isso pode ter um impacto direto não só para a questão do acesso à população de medicamentos com custos reduzidos e de uma forma expandida, mas especialmente um impacto direto no desenvolvimento da inovação nesse parque industrial local.

Então, essa é uma questão que precisa ser posta, que precisa ser aclarada para demonstrar que hoje qualquer medida TRIPS-Plus ou qualquer medida de proteção adicional pode ter um efeito perverso e irreversível para essa indústria local que tem feito seus esforços para oferecer para a população os seus medicamentos.

Aqui, com esse dado, a gente também contribuiu com a NIB na criação de uma plataforma, um banco de dados no sistema Power BI em que você permite a todos acessarem os dados do INPI e entender o comportamento dos pedidos de patentes que são realizados aqui no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente só traz esse dado para demonstrar o que de fato acontece. A quantidade... Os que estão em azul claro são pedidos de não residentes e o que está em amarelinho são os pedidos de residentes. Então, a gente percebe que há um esforço efetivo das indústrias nacionais para começar a consolidar em seus modelos de negócio o salto para inovação. Estamos em um estágio, em um momento de transição, bastante crítico e bastante relevante, em especial, depois de todo o período da pandemia que nós enfrentamos, quando sentimos na pele a necessidade de termos um parque local fortalecido. E aí a gente percebe que, se nós fizermos um movimento errado neste momento, podemos criar uma circunstância de não conseguirmos mais fazer com que essa indústria farmacêutica local consiga dar o passo que precisa ser dado para termos inovação no Brasil.

E por que eu trago, então, esse contexto todo? Vou falar muito rapidamente – a Ana já teve a oportunidade, de forma excelente, de explanar essa questão. Como ela disse, tivemos uma situação em que foi levada para o STF uma discussão sobre a inconstitucionalidade do parágrafo único do art. 40, que era como se fosse um colchão de conforto para, na hipótese de análises morosas por parte do INPI dos pedidos de patente, as empresas terem períodos adicionais.

Isso caiu, criou um equilíbrio e criou uma justiça no nosso sistema, mas instantaneamente após essa decisão, como a Ana disse, uma série de ações judiciais começaram a ser interpostas aqui na Justiça de Brasília, questionando de alguma forma essa decisão, porque o objetivo da maior parte dessas ações é exatamente tentar adquirir, como que uma indenização *in natura*, prazos adicionais de patentes. E como nós sabemos, qualquer prazo adicional de patente é tempo de exclusividade no mercado.

Então, essa discussão que está posta agora sobre a proteção regulatória de dossiê de testes, como a Ana também disse, não é atual. Ela é uma discussão antiga e é uma discussão que não se mistura com outros temas, como até a gente já teve em uma das perguntas, porque proteção regulatória de dossiê de testes não é proteção de dados pessoais e, portanto, não tem nenhuma correlação com a ANPD, mas, sim, com a Anvisa. Ela não tem a ver com patentes, porque o objetivo da proteção são os dados que são apresentados para a obtenção do registro sanitário na Anvisa; portanto, não tem a ver com o que é o objeto das patentes; não tem a ver com o Linkage, que é um outro instituto jurídico, assim como a exclusividade de mercado, que são utilizados para, de alguma forma, protelar os prazos de proteção e manter essa exclusividade estendida por mais tempo.

O Acordo TRIPS estabeleceu essa previsão – de fato, o Brasil recepcionou essa orientação de termos a questão da proteção dos dados de testes –, porém fez uma escolha intencional de focar essa proteção para o mercado de medicamentos de uso veterinário, porque, à época, havia um entendimento de que, se fosse estendido para uso humano, nós estaríamos, basicamente, destruindo a possibilidade da política de genéricos avançar. Então essa lacuna foi intencional, nas palavras do Ministro Relator Felix Fisher, no sentido de ter sido feita uma escolha deliberada para não proteger dados de teste que impediriam o avanço da expansão do acesso a medicamentos no seu formato genérico.

Então aqui a gente inclusive traz à tona, para conhecimento, ou à memória dos Srs. Parlamentares, a mensagem que o Senador José Serra, na época, expressou, quando da conversão da medida provisória na Lei 10.603, em que ele deixa claro este posicionamento: se fosse estabelecido o *data protection* para medicamentos de uso humano, nós geraríamos um retrocesso para a política de genéricos no país. Então, essa foi a discussão, na época, com a Lei da Propriedade Industrial, lá em 2002.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Em 2021, o Ministério do Desenvolvimento, na época Ministério da Economia, resolveu fazer uma atualização sobre essa discussão no nosso país e o Mdic contratou a Dra. Julia Paranhos para fazer um estudo robusto para identificar se o país estaria em condições de recepcionar esse instituto jurídico para medicamentos de uso humano. Esse estudo foi apresentado – a Dra. Julia está aqui na mesa; eu não vou me aprofundar, porque ela vai ter a oportunidade de falar –, mas ele foi questionado pelo estudo apresentado massivamente pela Interfarma, realizado pelo Instituto Copenhagem Economics. E esse estudo faz uma abordagem, levando em consideração 53 mercados em um período de dez anos ou mais, para identificar os efeitos da *data protection*.

Então, nós, pelo FarmaBrasil, contratamos um conjunto de quatro outros estudos, fazendo uma avaliação desse estudo, trazendo a perspectiva econômica, uma outra perspectiva econômica da própria UFRG, com o Prof. Ricardo Torres; um estudo que traz a dimensão econômica com a empresa Ferres Economia; temos um estudo jurídico com a jurista Dra. Laura Schertel Mendes, e temos um estudo da área regulatória feito pela Dra. Claudia Cilento, com bastante especialidade na ciência regulatória.

Então, aqui rapidamente, só para pontuar, eu acho, Senador Izalci, que, seria bom termos a oportunidade de fazer um debate bastante aprofundado, pois são estudos extremamente complexos, são dados bastante complexos, que precisariam de tempo para uma análise aprofundada. Eu até sugiro à Comissão que gere uma oportunidade para ter o confronto desses especialistas para essa abordagem mais precisa em relação aos estudos, que serão entregues, de toda forma, a esta Comissão para os estudos e avaliações e decisão sobre os temas.

Só um dado relevante que a Ferres Economia trouxe para nós. Com base nessa avaliação do que foi aportado pela Copenhagem, os medicamentos novos têm preços em média cinco vezes maiores que os genéricos e três vezes maiores que os medicamentos similares. Então, a gente não consegue enxergar qual é o grau de eficiência e de contribuição que isso poderá trazer no país a partir da adoção do *data protection*.

A outra questão também que foi levantada é que se estima que um acesso a medicamentos superior em quase 1,2 bilhão de doses seria vendido a preço médio de genéricos e similares em vez de preço de novos.

O que a gente está querendo apontar aqui, já quase caminhando para o fim? Que a adoção desse instituto da proteção de dados de teste vai retardar a entrada de novos medicamentos e resultar num aumento significativo dos preços medicamentos. Estima-se que mais de 350 milhões de doses deixarão de ser consumidas ao ano se forem inseridas no mercado com esse medicamento protegido em vez do medicamento genérico ou similar. No melhor cenário de inovação, estima-se uma retração de quase 10% no consumo de medicamentos, o que equivale a quase 500 milhões de doses. Portanto, a adoção desse instituto só vai aumentar os gastos com saúde, vai reduzir o acesso a medicamentos da população e pressionar ainda mais o orçamento público da saúde, que já tem tantas frentes para se preocupar. Então, a gente não consegue identificar, na perspectiva de Ferres Economia, qual é o benefício e a eficiência gerada pela implementação dessa proteção.

Na questão regulatória, a gente também faz algumas considerações – o parecer vai ficar disponível –, mas especialmente em relação à questão de expor os pacientes a testes desnecessários, uma vez que eles já foram realizados nessa primeira versão do medicamento referência. Portanto, na perspectiva regulatória, para além de adicionar um custo regulatório adicional à Anvisa, que já passa por problemas estruturais significativos, já temos problemas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

sérios na fila do registro, quiçá seria considerar uma estrutura interna para avaliação dessa dimensão regulatória com o *data protection*.

Por fim, coloco alguns aspectos do ponto de vista jurídico, porque, quando se trata desta discussão, a gente está basicamente falando de um direito fundamental previsto na nossa Constituição Federal, que estabelece como dever do Estado a obrigação de promover a saúde de toda a população.

A eventual adoção de qualquer regime de exclusividade para dados de teste – e, como sua consequência, a ampliação do prazo do monopólio do inventor sobre esse medicamento – vai, necessariamente, exigir um sopesamento das eficiências geradas por essa regulamentação.

Por fim, a gente não poderia deixar registrar: pelo princípio da vedação ao retrocesso social, não são permitidas alterações de legislações infraconstitucionais que possam afetar negativamente o direito social já concretizado.

Aqui, só um compartilhamento de um último eslaide, para passar uma mensagem para os senhores de que os Estados Unidos, com toda a sua potência e toda a sua pujança tecnológica, científica, quando se sentem ameaçados, tomam decisões na busca de fortalecimento da sua indústria nacional.

Então, o que nós pedimos aqui, para os senhores, é que tenham uma cautela bastante excessiva, porque temas de propriedade intelectual e correlatos, como o caso do *data protection*, são temas que passam no âmbito de discussões internacionais, para sopesar os interesses estrangeiros *versus* os interesses locais.

Portanto, pedimos a cautela, pedimos a atenção, porque esse instituto, se adotado neste momento no nosso país, vai causar um efeito irreversível para o desenvolvimento da indústria nacional brasileira.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Adriana.

Passo imediatamente para Julia Paranhos, Coordenadora do Grupo de Economia da Inovação, da Universidade do Rio de Janeiro.

A SRA. JULIA PARANHOS (*Por videoconferência*.) – Eu não estou conseguindo abrir o meu vídeo. (*Pausa.*)

Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Bom dia.

A SRA. JULIA PARANHOS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Agradeço a oportunidade para apresentar este estudo aqui, sobre o qual a Adriana e a Ana Cláudia já comentaram

É realmente um tema muito importante de ser debatido, e a gente traz algumas evidências científicas para fortalecer o debate e ampliar a discussão, como a Adriana falou, de um tema que realmente pode trazer muitos efeitos, tanto para a saúde da sociedade brasileira, quanto para a indústria farmacêutica nacional.

Eu tenho uma pequena apresentação também. Eu estava sem autorização para compartilhar... Agora, eu já tenho.

Bom, eu sou Coordenadora do Grupo de Economia da Inovação. Sou Mestre e Doutora em Economia. Não sou da área farmacêutica, mas estudo a indústria farmacêutica brasileira há quase 20 anos.

Eu realizei esse estudo, como a Adriana comentou, sobre contratação do Mdic com financiamento do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Deixe-me ver se eu consigo aqui abrir a minha apresentação. (*Pausa.*)

Esse estudo foi realizado pela universidade brasileira... Na verdade, são pesquisadores de três universidades públicas federais: a Universidade Federal do Rio de Janeiro, a Universidade Federal da Paraíba e a Universidade Federal do Paraná, que trazem algumas evidências científicas sobre a avaliação dos impactos da exclusividade sobre dados de testes de registro de medicamentos para a inovação e o sistema de saúde brasileiro.

Então, pela primeira vez, nós trazemos estudos sobre o mercado de medicamentos como um todo, para o Brasil, e seus efeitos sobre o sistema público e privado de saúde, utilizando uma metodologia internacional já bastante consolidada; e também os efeitos sobre inovação de medicamentos na indústria brasileira, com uma metodologia inédita desenvolvida por essa equipe de pesquisadores, com metodologias quantitativas e qualitativas.

A gente fez uma pesquisa de campo também, além dos dados que eu vou apresentar aqui, para tratar desse tema e de seus efeitos sobre a inovação na indústria brasileira. Além da equipe dos pesquisadores, nós contamos com acompanhamento de equipes técnicas da saúde, da propriedade intelectual, das relações exteriores, da indústria e da inovação do Governo brasileiro.

Esse estudo foi desenvolvido durante oito meses, um estudo de bastante robustez científica e também de debate com indústria e com Governo, para a gente poder trazer dados e evidências que fortaleçam e deem base para um debate bastante importante para a sociedade brasileira.

Para desenvolver, para analisar esses impactos, a gente criou cinco cenários alternativos de exclusividade de mercado e/ou de exclusividade de dados.

O cenário 1 traz a manutenção do que existe hoje no Brasil, que é a não exclusividade de dados para medicamentos de uso humano.

E foram então criados outros quatro cenários com base em legislações internacionais ou acordos comerciais de países desenvolvidos com países em desenvolvimento. E aí trago o ponto que a Ana Claudia comentou, de que os países em desenvolvimento que adotam esse tipo de mecanismo adotam por pressão dos países desenvolvidos no estabelecimento de acordos comerciais. Então, tem um forte interesse dos países desenvolvidos e da indústria desses países em estender a proteção intelectual em mercados pelo mundo, particularmente nos países em desenvolvimento.

Então, nesses cenários, o cenário 2...

Eu vou explicar rapidamente, só para depois, quando eu trouxer os resultados, a gente ter um panorama do que está sendo tratado.

No cenário 2, a gente estabeleceu um cenário em que há cinco anos de exclusividade de mercado para produtos químicos e biológicos. Isso significa que a empresa produtora de genérico pode fazer o pedido durante esse período de exclusividade, mas ela só pode compartilhar após os cinco anos, quando a exclusividade de mercado termina.

No cenário 3, eu já tenho cinco anos de exclusividade de dados para produtos químicos e biológicos. Isso implica que o pedido para o genérico só pode ser feito após os cinco anos. Então, a gente vai ter um tempo adicional ao período de exclusividade, que é o período em que a Anvisa vai analisar e vai, eventualmente, autorizar essa comercialização. Então, há uma diferença aqui entre esses dois mecanismos.

O cenário 4 envolve cinco anos de exclusividade de dados e dois anos de mercado para produtos químicos e biológicos.

E o cenário 5 traz o que está na legislação dos Estados Unidos, que são 5 anos de exclusividade de dados para medicamentos químicos e 12 anos para medicamentos biológicos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

– de exclusividade de dados também para medicamentos biológicos. Esses são os cenários básicos que a gente inclui para fazer as simulações do estudo.

Então, nos efeitos para o mercado de medicamentos, é o primeiro estudo que trata do mercado de medicamentos como um todo, não focando somente em determinadas classes, nos efeitos para os gastos em saúde.

No sistema público e privado, a gente faz uma simulação de 30 anos, de qual seria o efeito da introdução dessas exclusividades em 30 anos. E todos esses cenários apresentaram a mesma tendência, que é: aumento na vigência e no leque dos produtos sob exclusividade. Porque é uma falácia dizer que a exclusividade já vai ficar incluída na proteção da patente. Para o caso brasileiro, o tempo médio entre o depósito da patente no INPI e o registro do medicamento na Anvisa é de cerca de 16 anos. Então, mesmo que a gente estivesse somente no cenário 2, com cinco anos de exclusividade de mercado, você tem, no mínimo, um ano a mais, você teria 21 anos de período de exclusividade; isso contando somente o cenário 2. Para os demais, então, a gente vê que esse período seria ainda maior.

E isso geraria, consequentemente, uma intensificação do déficit da balança comercial de medicamentos, que, em 2019 – que é um dado do estudo, mas esse déficit é crescente –, foi de US$5,7 bilhões. Então, a gente já tem uma dependência externa muito forte, e a ampliação da exclusividade, a ampliação da proteção intelectual, nesse sentido, geraria uma intensificação desse déficit.

Para ficar bastante claro – eu acho que esse eslaide responde a várias das perguntas que foram feitas no início –, haveria, sim, uma postergação da disponibilidade de genéricos e biossimilares, que geraria a ampliação no nível de preços; a redução no consumo de medicamentos; a redução no faturamento e na participação das empresas nacionais, considerando principalmente que elas são as grandes produtoras de genéricos no país; e a ampliação das despesas públicas, ou seja, do Ministério da Saúde, mas também as despesas das famílias com medicamentos. E aqui esses dados apresentam as variações entre o cenário 2 e o cenário 5. No estudo, obviamente, isso está tudo detalhado.

Para a gente ter uma ideia, principalmente no cenário 2, geraria um efeito para 2048: o aumento dos gastos do Ministério da Saúde seria de 19,5% do que foi o gasto em 2018. Então, a gente vê aqui neste gráfico uma intensificação no início da introdução da exclusividade de dados na perda do consumo, mas o que é mais importante mostrar é que, ainda que esse efeito se reduza, no final, na simulação de 2048, em todos os cenários, a situação final é pior do que a situação em 2019, ou seja, não há nenhum benefício para o sistema de saúde, para o consumo de medicamentos, para o acesso a medicamentos da implementação desse mecanismo.

Em relação à inovação, nós fizemos uma análise, então, em relação aos produtos novos na introdução de inovação radical no país. Considerando, então, as três classes terapêuticas que nós estudamos, nos registros de medicamentos, de aparelho digestivo e metabolismo, por exemplo, para diabetes, a gente viu que o Brasil, que não adota esse mecanismo, tem um tempo de entrada de medicamentos novos em relação aos Estados Unidos menor do que o Canadá e o México que adotam. E, por outro lado, nas outras classes terapêuticas que foram analisadas, os intervalos foram semelhantes. Então, não há ali nenhum benefício claro. Além disso, o México, que adota esse mecanismo e que tem um perfil de desenvolvimento mais próximo ao Brasil, tem um tempo médio de entrada de dois anos superior à entrada de medicamentos novos, superior ao Brasil, e tem uma menor disponibilidade desses produtos.

Então, o que a gente identificou é que a adoção da exclusividade de dados de teste de registro não tem uma correlação direta com o tempo de entrada de medicamentos novos e nem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

com a maior disponibilidade de medicamentos novos, que é o argumento que vem por trás da defesa desse mecanismo no Brasil. E aqui eu estou trazendo evidências de dados levantados no Brasil, no Canadá e no México.

Por fim, com relação aos produtos com inovação incremental – que é onde a indústria farmacêutica nacional começa a avançar na inovação, como a Adriana apresentou ali os grandes esforços que estão sendo feitos –, na simulação para esses cinco cenários, naquelas mesmas três classes terapêuticas, há uma ampliação do tempo médio da introdução desses medicamentos inovadores em 17 anos, ou seja, a inovação também é atrasada, a entrada da inovação também é atrasada, ou então ela vai encarecer a entrada de medicamentos inovadores concorrentes no mercado, porque a empresa concorrente ou vai ter que pagar para a empresa que detém o dado para poder solicitar o seu registro, ou para usar aquele registro como comparador, ou ela vai ter que realizar novos testes clínicos, o que se torna uma ineficiência econômica, uma ineficiência social, uma questão ética ao se reproduzirem testes clínicos.

Por fim – eu já estou aqui terminando –, os registros, as empresas estrangeiras, entre 2010 e 2019, e continuam hoje, são as maiores detentoras, tanto dos registros dos produtos novos como dos inovadores. A inovação incremental é bastante incipiente na indústria nacional. Então, a ampliação dessa proteção para as empresas e o bloqueio aos concorrentes vai gerar uma reserva de mercado para as empresas que já são detentoras dos registros dos produtos novos. Como resultado, para a inovação, a exclusividade de dados teria um efeito de ampliação da participação das empresas transnacionais, que são as principais detentoras dos registros de produtos novos e inovadores, e, principalmente, de um bloqueio ao avanço da inovação incremental da empresa farmacêutica nacional, que tem esforços recentes, crescentes.

A Adriana apresentou o conjunto como um todo. A gente tem estudos mostrando que os esforços das nacionais, no Brasil, são ainda mais significativos do que os das transnacionais, que fazem seus esforços, particularmente, no exterior, seus esforços em inovação. Então, a questão da inovação também tem que estar no cerne dessa discussão.

Eu agradeço. O tempo é muito rápido para apresentar muitas informações. Ficou bastante coisa aqui faltando, mas eu me coloco à disposição, não só para as perguntas como para eventuais outros debates.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Julia.

Chegaram mais algumas perguntas aqui que eu vou também já antecipar.

Marcos, do Rio de Janeiro: "Qual o custo estimado para a indústria se o PRDT for regulamentado? Espera-se impacto nos preços para os consumidores finais?".

Antônio, do Rio Grande do Norte: "Qual impacto real essas disposições legais e/ou regulatórias relacionadas ao PRDT terão sobre a população?".

Marcela, de São Paulo: "Quais as implicações do PRDT sobre a ética em pesquisa em seres humanos com a potencial duplicação de ensaios clínicos desnecessários?".

Lia, do Rio de Janeiro: "A proteção regulatória resulta em extensão da validade das patentes?".

Juliana, do Paraná: "Existem exemplos de países onde o PRDT influenciou significativamente a inovação farmacêutica? Como isso poderia se refletir no SUS?".

E Thiago, de São Paulo: "Quais informações e documentos são necessários para compor o Dossiê de Testes e garantir sua conformidade com os regulamentos vigentes?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Vou passar, imediatamente, a palavra à Coordenadora do Grupo de Trabalho sobre Propriedade Intelectual da Rede Brasileira pela Integração dos Povos, Susana van der Ploeg.

A SRA. SUSANA VAN DER PLOEG (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá! Bom dia a todos e todas.

Muito obrigada pelo convite.

Agora está autorizado o vídeo.

A princípio, eu gostaria de expressar toda a solidariedade do GTPI e da Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS a todo o povo do Rio Grande do Sul, que está passando por uma tragédia climática sem precedentes. Como isso também afeta a saúde de todo o seu povo! É uma tragédia verdadeira!

Eu gostaria de compartilhar a minha tela. (*Pausa.*)

Bom, o tema desta audiência eu acho que a Adriana, a Ana Claudia e a Julia Paranhos expuseram muito bem, a Proteção Regulatória do Dossiê de Testes (PRDT), mas a gente poderia chamar também de exclusividade de dados para produtos farmacêuticos destinados ao uso humano.

Bom, meu nome é Susana. Eu sou Coordenadora do GTPI, tenho mestrado em Direito e Inovação pela Universidade Federal de Juiz de Fora e, agora, estou no doutorado na Uerj sobre Atividades Econômicas.

Quem somos? O Grupo de Trabalho sobre Propriedade Intelectual da Rede Brasileira pela Integração dos Povos trabalha há 20 anos com o impacto das patentes e da propriedade intelectual sobre a saúde do povo brasileiro. Nós somos um GT formado por organizações da sociedade civil que defendem o interesse dos usuários do SUS e que defendem uma saúde pública de qualidade. Também fazemos parte de diversas redes internacionais, como a Rede Latino-Americana por Acesso a Medicamentos; a Make Medicines Affordable, que reúne 24 países do mundo; e a The People's Vaccine Alliance, que também reúne diversas organizações de acesso a medicamentos.

Eu acho importante a gente começar reafirmando que "a saúde é direito de todos e dever do Estado". E aí eu grifo que é importante que esse direito seja "garantido mediante políticas sociais e econômicas", políticas que são formuladas dentro do Congresso Nacional, no Senado Federal, na Câmara dos Deputados e também dentro do Executivo, e que é dever de nossos representantes defender a saúde de todo o povo brasileiro e defender o sistema único de saúde.

Mas o que é exclusividade de dados? Eu acho que parte das perguntas podem ser respondidas nesses próximos eslaides.

Para que um medicamento possa ser utilizado no Brasil, ele precisa de um registro sanitário que é concedido pela Anvisa. A Anvisa avalia, durante essa análise, a eficácia, a segurança e a qualidade dos produtos. É importante a gente mencionar aqui também – eu, como Coordenadora do GTPI, não poderia deixar de mencionar – que nós tínhamos um papel na Anvisa, dentro do Escritório Brasileiro de patentes, do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, o papel da anuência prévia, que foi retirado logo depois do fim, da extinção das patentes pelo STF, através de uma medida provisória em que esse papel de defesa da saúde pública foi retirado do INPI. E agora nós não temos, dentro da análise dos requisitos de patenteabilidade uma perspectiva da defesa da saúde pública. É lamentável, mas, enfim...

Antes da solicitação do registro, o produto precisa ser submetido a estudos para demonstrar sua atividade no corpo humano. Esse é o dossiê. Então, são feitos inicialmente estudos pré-clínicos, que envolvem os animais, que são sucedidos por estudos clínicos, que envolvem os seres humanos. E esses estudos clínicos aumentam o grau de complexidade;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

então, temos estudos de Fase I, Fase II e Fase III. Os objetivos desse estudo são: determinar a segurança, os níveis seguros de toxicidade; a eficácia, ou seja, ter no paciente os efeitos desejados – então, aí tem a qualidade.

Então, a primeira vez que um fabricante for solicitar o registro de uma nova entidade química – e, como a Ana Claudia e a Adriana também colocaram, não necessariamente é um medicamento inovador, mas pode ser um medicamento novo no Brasil –, ele tem que apresentar os dados dos estudos pré-clínicos e clínicos, e aí se tem o dossiê. No caso do registro do medicamento genérico, esses dados não precisam ser apresentados novamente. Então, para obtenção do registro genérico é preciso ter os testes de bioequivalência: mostrar que o medicamento tem qualidade e é intercambiável com o produto de referência; então, que pode haver uma troca entre o produto de referência e o medicamento genérico. Mas o que a exclusividade de dados faz? Ela impede que as autoridades reguladoras – a Anvisa – utilizem como base de dados para aprovação desse novo medicamento o dossiê que foi apresentado inicialmente pelo registro do medicamento inovador.

Então, o que nós temos em risco com o medicamento genérico e o medicamento biossimilar no Brasil?

A Agência Senado publicou, em 2021, que: "Lei dos Genéricos é divisor de águas para a saúde no Brasil" – isso foi avaliado pelos Senadores. Então, eu trago aqui a fala do ex-Senador José Serra, que eu espero que esteja com saúde e se cuidando bem. Serra coloca que os genéricos ampliaram fortemente a oferta e a diversidade de medicamentos, levando a significativa redução de preços; "do ponto de vista econômico, além de gerar milhares de empregos [o que foi apresentado pela Adriana], os genéricos foram um divisor de águas para a indústria brasileira". E o Senador Nelsinho Trad, também médico, coloca que a chegada dos genéricos incentivou a inovação com concorrência entre fabricantes e mais uso de tecnologia em favor da medicina. Então, "todos ganharam com a Lei de Genéricos [fala o Senador Nelsinho Trad]: a população, os fabricantes e os profissionais da saúde [...]".

Temos agora 25 anos da Lei dos Genéricos, e 37% dos medicamentos brasileiros são genéricos. É um marco que nós temos. A Anvisa também publicou sobre os 25 anos dos medicamentos genéricos, colocando que: "Essa política não apenas garantiu a equivalência em qualidade, eficácia e segurança entre os medicamentos genéricos e os produtos de referência, como também democratizou o acesso a tratamentos essenciais, reforçou a cadeia de saúde brasileira e impulsionou a economia nacional".

Nós temos aqui, em resumo, danos à saúde pública e ao povo brasileiro. A exclusividade de dados vai impedir o registro de novos medicamentos genéricos, permitindo um monopólio mesmo sem patentes. E eu acho importante, quando a gente for construir políticas públicas no Brasil envolvendo propriedade intelectual, que a gente utilize os estudos empíricos, como os apresentados tanto pela Adriana, como pela Ana Claudia, como pela Julia Paranhos, mas a gente também ver as realidades dentro da América Latina, com o que aconteceu, por exemplo, na Colômbia, com a adoção da exclusividade de dados através de um tratado de comércio bilateral. Então, a exclusividade de dados limita a concorrência, restringe o acesso e permite preços altos. Ela prejudica a saúde pública e o orçamento público, ela prejudica a indústria nacional, ela prejudica a política pública do complexo econômico industrial da saúde e prejudica o povo brasileiro.

Mas quem é o maior interessado? O maior interessado são as empresas farmacêuticas transnacionais – é preciso a gente deixar isso claro. Existem diversas propostas legislativas caminhando dentro do Congresso Nacional que têm como seu maior impulsionador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

representantes da indústria farmacêutica transnacional, como a Intrapharma. Então, nós temos aqui nessa imagem um homem gigante, carregando uma mala com a inscrição "Big Pharma", dizendo: "Seu dinheiro ou sua vida". Então, quando a gente passa por questões de saúde, as pessoas vendem suas casas, vendem seus carros, vendem todos os seus bens para garantir a saúde daqueles que amam. Isso se chama uma política perversa, que o Governo brasileiro e os Parlamentares não podem defender. Então, é pelo acesso a medicamentos que a gente luta dentro do GTPI.

Mas eu questiono também de que lado estão os Senadores: do povo brasileiro ou da *big pharma*? Aqui eu trago um trecho do estudo da Julia Paranhos, de que a exclusividade de dados, a "apropriação privada de informações submetidas à regulação pública tem efeitos sobre políticas públicas sensíveis, especialmente as políticas de saúde e assistência farmacêutica [...], afetando a produção de medicamentos genéricos e o desenvolvimento de melhorias e adaptações de medicamentos para populações [...]".

Quem defende? "Empresas farmacêuticas transnacionais de países de alta renda, como os Estados Unidos (EUA), União Europeia (UE), Japão e os membros da Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA), [que] têm demandado", dentro dos acordos bilaterais de comércio, que seja protegida a exclusividade de dados. E é importante colocar, quando se colocou sobre a harmonização internacional legal, que não há no Acordo TRIPS a previsão de exclusividade de dados.

Então, de que precisamos? É hora de reduzir os preços de medicamentos, e não os direitos da população. Então, dentro de um contexto de direitos humanos e justiça social, é imperativo afirmar e promover princípios como igualdade, equidade, universalidade e solidariedade para erradicar o sofrimento humano decorrente da exclusão do acesso às tecnologias de saúde. Então, o que a gente não precisa é de exclusividade de dados.

A gente precisa de transparência da indústria farmacêutica. A gente precisa regular o preço dos medicamentos. É preciso que seja indicado o porquê do preço alto dos medicamentos.

A gente precisa defender o SUS com financiamento adequado e sustentável. A gente precisa ampliar os investimentos do SUS; a gente não pode diminuir. Então, a ideia de acabar com o piso constitucional da saúde é um grave erro para toda a população brasileira. A gente não pode deixar isso acontecer.

A gente precisa defender também o uso das salvaguardas de saúde do Acordo TRIPS, que estão previstas tanto no acordo internacional como na legislação nacional para promover a eliminação de barreiras de propriedade intelectual, reduzir os preços e estimular a produção local e regional de medicamentos, vacinas e outras tecnologias de saúde.

A gente precisa também defender a proteção dos cidadãos no desenvolvimento de ensaios clínicos e o acesso aos resultados desses ensaios clínicos e às tecnologias derivadas para toda a população. A gente precisa de repartição de benefícios dos ensaios clínicos. A população brasileira não pode ser cobaia. E, aí, eu chamo a atenção para nota que o GTPI também assinou, da Abrasco, pedindo vetos ao Presidente nesse PL que foi aprovado, que a gente chama de "PL das cobaias", porque a gente não pode deixar o povo brasileiro ser cobaia.

Para finalizar, a gente deve rejeitar – e aí eu peço aos Senadores – todas as iniciativas regulatórias que vão contra o direito à saúde e o acesso a tecnologias de saúde. Então, é não à exclusividade de dados, é não à PEC do plasma. Não podemos deixar que comercializem nosso sangue e partes do corpo humano.

É isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada. Estou à disposição de todas e todas, e seguimos juntos na luta por um SUS mais forte e pelo direito à saúde a todos os usuários.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Suzana.

Eu passo, rapidamente, a palavra à Consultora de Saúde do Instituto de Defesa de Consumidores (Idec), Ana Carolina Navarrete.

A SRA. ANA CAROLINA NAVARRETE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá, bom dia, Sr. Senador Izalci, na pessoa de quem cumprimento os demais membros dessa mesa. Bom dia a todas as pessoas presentes!

Eu estou tentando aqui... Ah, agora foi. Minha tela foi liberada.

Queria agradecer de novo a oportunidade de o Idec participar dessa discussão também. Eu espero que a minha fala contemple muitas perguntas do Gustavo, acho que da Giovana, que estão perguntando qual é o impacto direto da exclusividade de dados para o usuário, para os consumidores e para o acesso a medicamentos. Então, a minha fala vai se concentrar a partir disso.

E eu queria também fazer coro à solidariedade que foi exposta pela Susana ao povo do Rio Grande do Sul, que está sofrendo com o desastre climático das enchentes.

Vou aqui compartilhar a minha tela. Deixa eu ver... Vocês conseguem ver minha tela, pessoal? (*Pausa.*)

Dá pra ver?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Está o.k. É só ampliar lá embaixo, lá no... Como é que chama lá o...

A SRA. ANA CAROLINA NAVARRETE (*Por videoconferência*.) – Assim, não é? Dá pra ver a passagem?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É, falta colocar no modo de apresentação – acho que é ali embaixo.

A SRA. ANA CAROLINA NAVARRETE (*Por videoconferência*.) – Não entrou o modo de apresentação?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Embaixo. Do lado direito, lá embaixo, tem. É só apertar ali – como é que chama esse botão aí? (*Pausa.*)

A SRA. ANA CAROLINA NAVARRETE (*Por videoconferência*.) – Aqui para mim entra, mas não consigo...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Modo apresentação – lá embaixo, assim; à direita e embaixo. (*Pausa.*)

Se você entrar lá embaixo, à direita e embaixo, tem um modo apresentação.

A SRA. ANA CAROLINA NAVARRETE (*Por videoconferência*.) – É, aqui em cima também tem.

Aí, pronto!

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É, qualquer um, o de cima ou o de baixo.

A SRA. ANA CAROLINA NAVARRETE (*Por videoconferência*.) – Foi agora? Foi?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Não.

A SRA. ANA CAROLINA NAVARRETE (*Por videoconferência*.) – Agora foi. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Coloca lá embaixo. Aperta o botãozinho lá embaixo, à direita, ali embaixo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ANA CAROLINA NAVARRETE (*Por videoconferência*.) – Eu estou apertando, mas não está entrando. Deixa eu ver se eu consigo pela guia do PDF. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Você tem que fazer isso aí antes de compartilhar a apresentação.

A SRA. ANA CAROLINA NAVARRETE (*Por videoconferência*.) – Dá pra ver maior agora?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O.k.

A SRA. ANA CAROLINA NAVARRETE (*Por videoconferência*.) – Vamos com o PDF, então. Eu vou passar, então...

Eu falo em nome do Idec. O Idec é o Instituto de Defesa de Consumidores, uma organização que, há 37 anos, trabalha para orientar, conscientizar e defender o consumidor brasileiro a respeito da ética e direitos dos cidadãos em suas relações de consumo.

O Idec trabalha em sete programas temáticos: alimentação, consumo sustentável, saúde, energia, telecomunicações e direitos digitais, serviços financeiros e mobilidade urbana. A gente trabalha numa perspectiva muito ampla como é a relação de consumo mesmo, e eu falo aqui do programa de saúde.

Dentro do programa de saúde, a gente trabalha com uma série de relações de consumo, entre elas o acesso a medicamentos. Na linha de acesso a medicamentos, a gente trabalha o uso racional de medicamentos – acesso sem excesso – e também as lutas por preço justo de medicamentos, muito na linha do que a representante do GTPI trouxe.

A gente tem um assento no Comitê Nacional para a Promoção do Uso Racional de Medicamentos, ligado ao DAF, no Ministério da Saúde. A gente tem também uma campanha que é Remédio a Preço Justo – eu vou falar um pouquinho sobre isso ao final. E, basicamente, o que a gente tenta fazer também é articular as discussões de avaliação de tecnologia em saúde, com as de regulação de preço e as práticas da indústria farmacêutica também.

Eu sei que a discussão já foi abordada em múltiplas perspectivas – tanto da perspectiva da indústria nacional, da indústria de química fina, do desenvolvimento tecnológico no país, das entidades de patologia, dos movimentos de acesso a medicamentos –, e eu vou falar muito da perspectiva do usuário, o consumidor que vai à farmácia comprar o seu medicamento. É uma perspectiva um pouco mais simples, mas eu espero que também passe a mensagem, ou seja, um pouco dessa perspectiva de quem está acessando no varejo farmacêutico os tratamentos para a sua saúde.

Se a gente fosse resumir a vida de um medicamento, o ciclo de vida, ele começa com pesquisa e desenvolvimento, vai para a fabricação, comercialização, uso e descarte. Esse debate que a gente está fazendo sobre exclusividade de dados, sobre estudos de teste tem muito a ver com a fase de pesquisa e desenvolvimento, que, como já foi apresentado aqui, envolve etapas pré-clínicas e estudos em seres humanos e culmina no registro feito pela Anvisa. São esses estudos, que envolvem a fase pré-clínica e a fase de estudos clínicos, que formam esse dossiê regulatório sobre o qual – se deve ou não ser disponibilizado para acelerar a produção de genéricos, a gente deve disponibilizar – é o debate que a gente está travando aqui. Acho importante – e sei que isso já foi muito bem endereçado nas falas que antecederam a minha – dizer que, da perspectiva da inovação tecnológica, a gente já viu que tem evidência científica muito bem mostrada pela Profa. Julia Paranhos de que você promover exclusividade de dados, de que você permitir que a indústria farmacêutica que fez os testes clínicos e pré-clínicos tenha cinco anos ou um período ainda maior em que esses estudos não possam ser disponibilizados para registro de novos medicamentos genéricos acaba atrasando muito a entrada de medicamentos genéricos no país. A gente sabe que hoje no Brasil é possível registrar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

medicamentos usando os mesmos dados de pesquisa de um medicamento inovador. Isso facilita, acelera processos e exige do fabricante do genérico comprovar apenas que o seu produto é igual ao medicamento de referência. A questão é justamente essa. E essa ideia simples e genial, que foi muito encabeçada pelo ex-Senador e ex-Ministro José Serra, é a base principal, é o coração da política de genéricos do Brasil, que é promover o acesso através da ampliação de concorrentes que possam ofertar no mercado, sem os mesmos gastos e riscos com a inovação, aqueles em que incorreram os produtores do medicamento inovador de referência, que têm, em remuneração e em contrapartida pelos seus custos com inovação, 20 anos de proteção patentária, monopólio. Então, não ter que repetir esses testes é um fator barateador muito importante e também um fator ético muito importante. Por quê? Porque, quando a gente fala de pesquisas em seres humanos, ter que repetir pesquisas em seres humanos, de novo, sabendo já o resultado dessas pesquisas, também é uma questão ética muito, muito relevante. Assim, não ter exclusividade de dados, que é a situação que a gente tem hoje no Brasil, é um atalho importante para a gente promover concorrência e acesso a medicamentos por meio da política de genéricos.

Aqui vou trazer uma pesquisa feita também dentro do Grupo de Pesquisa de Economia da Inovação, que é liderado pela Profa. Julia Paranhos, que é uma das grandes referências nesse tema, mostrando uma comparação entre preços de genéricos e preços de medicamentos referência. Ela analisa o impacto da política de genéricos na perspectiva de concentração do mercado – e uma das conclusões desse estudo é de que a política tem um fator importante em termos de redução das concentrações –, mas chamo a atenção especialmente para esta parte aqui, este quadro final que fala da diferença de preços praticados: aproximadamente 92% das apresentações comerciais de genéricos praticavam diferença de preço em relação ao medicamento inovador, ao medicamento de referência superior a 35%, e 37% das apresentações comerciais de genéricos praticavam diferença de preço em relação ao medicamento de referência superior a 60%. Ou seja, os genéricos são bem mais baratos que os medicamentos inovadores. Em pouquíssimas exceções, o genérico tem um preço acima, mas é a exceção que confirma a regra de que genérico não só garante uma oferta mais barata como também puxa os preços dos medicamentos de referência para baixo e tem um efeito importante no longo prazo, porque amplia a concorrência, e, ampliando a concorrência, a gente tem uma oferta mais barata.

E aí também trouxe também alguns dados que não são só do pessoal do Grupo de Economia da Inovação, mas que também são do Idec. O Idec faz monitoramento de preço no varejo. A gente faz pesquisa de preço na farmácia e compara muito com o teto da Cmed, que é o órgão regulador de preço de medicamento no Brasil. Enfim, eu não vou falar muito sobre a metodologia com que a gente coleta essas informações, mas queria chamar atenção só para o fato de que, diferentemente da pesquisa que compara o preço de genérico com o do medicamento referência, a gente percebe que, mesmo olhando para medicamentos diferentes de marca ou genéricos, os descontos de farmácia, as políticas de desconto que a gente vê no varejo farmacêutico, tantos os aplicados pelo medicamento referência quantos os aplicados pelos genéricos, acontecem. A gente vê descontos para os dois medicamentos, mas em média os descontos de medicamento genérico são maiores. Então, é só para trazer um pouquinho essa informação da realidade do consumidor em termos de mostrar que eles têm um impacto importantíssimo para garantir acesso.

E aí eu vou passar um pouco rápido para cumprir o meu tempo.

Eu queria deixar bem sopesada a mensagem de que, de um lado... Isto já foi colocado antes, mas acho importante a gente trazer isto. Acho que um dos patrimônios, uma das coisas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

mais importantes que a gente tem hoje em termos de acesso a medicamento é a política de genérico, e essa política é essencialmente baseada no fato de as fabricantes de genérico poderem acessar os estudos clínicos, o dossiê regulatório, que é feito no âmbito do registro sanitário. Então, permitir exclusividade de dados é retardar a entrada de genéricos e é retardar a concorrência no Brasil. O tempo importa. Poder utilizar os dados de teste antes de expirada a patente é um diferencial na prontidão da indústria fabricante de genérico.

Utilizar a concorrência junto à defesa do consumidor compõe a ordem econômica brasileira. Sei que a gente já usou muitos argumentos em termos de direito à saúde e de vedação ao retrocesso social – acho que isso foi colocado pela Adriana, inclusive –, mas também é importante dizer que a nossa ordem econômica está estruturada no sentido de equilibrar os interesses. E aqui trago o que diz não só a Constituição Federal no art. 170, mas o que diz o art. 4º do Código de Defesa do Consumidor, que vai falar que a Política Nacional de Relações de Consumo tem que harmonizar os interesses dos participantes da relação de consumo, compatibilizando proteção do consumidor com a necessidade de desenvolvimento econômico e tecnológico. Então, esse equilíbrio, que eu acho que foi bem colocado também pelo Leandro na fala dele, de interesses de acesso a medicamento, acesso a insumos essenciais para a saúde com o desenvolvimento tecnológico é extremamente importante. E aí não ter a exclusividade de dados é justamente o que permite a gente chegar a esse equilíbrio. Por isso, a gente entende que efetivar a exclusividade, permitir ou regular a exclusividade de dados para medicamentos de uso humano no Brasil é uma ofensa à ordem econômica, porque isso tem o potencial de destruir instrumentos relevantes de livre concorrência no país, como a política de genéricos. A política de genéricos permite equilíbrio e justiça econômica, entre muitos interesses, e alguns deles são de interesse de defesa do consumidor e desenvolvimento tecnológico.

É importante também fazer a ressalva de que o Acordo TRIPS não obriga o Brasil a fazer a regulação da exclusividade de dados ou de *data protection*, enfim, outros nomes. Ele não é explícito quanto a isso, ele deixa essa escolha para os Estados-membros. Por isso, o Brasil é livre para decidir como quer colocar essa política e já decidiu como quer colocar essa política quando tomou a decisão por implementar a política de genéricos no país.

Eu queria encerrar a minha fala com essa mensagem, agradecendo de novo a oportunidade e me colocando à disposição, e queria, rapidamente, apenas fazer uma menção a que, nesta Casa, tramita outro projeto de lei extremamente importante que trata de regulação de preço de medicamentos, que tangencia o tema aqui, mas quero só deixar também os Senadores a par desta medida que é o PL 5.591, de 2020, que está neste momento na CCJ. Acho que vale a pena também que ele seja do conhecimento de vocês, porque traz questões de governança, regulação e transparência de preços.

É isso.

Muito obrigada novamente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Ana.

Ficou muito claro aqui, nesta audiência pública, que todos que falaram são exatamente favoráveis a um ponto só – a gente não viu aqui o contraponto. É lógico que com tudo que foi falado aqui eu particularmente concordo plenamente, 100%. Agora, eu, por coincidência, sou contador e sou auditor; então, eu entendo de contabilidade de custo. Quanto é que custa esse investimento no caso de patente, no caso dessa pesquisa que é feita? Quanto é que custa isso no preço do medicamento? Deve ser bastante significativo. Então, quando você utiliza esses dados de alguém que fez a pesquisa, é evidente que copiar é muito mais fácil do que promover

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

e, então, merece realmente um estudo mais fácil, mas é evidente que todos que aqui apresentaram, que fizeram apresentação... Com tudo que foi falado aqui todo mundo concorda, acho que ninguém discorda disso aqui. A questão é que – a gente não viu o contraponto –, para você desenvolver medicamento ou qualquer inovação, isso custa, e alguém paga a conta. Quem paga a conta é o consumidor. Agora, o que o Brasil tem que fazer é verificar, na importação desses medicamentos, qual é a condição da importação. Pode colocar regras sobre isso. Eu vi, durante a pandemia, se quebrando a patente da vacina. O Paim apresentou um projeto, não é, Marcos? Você lembra? Houve um pedido de quebra de patente. É lógico que, naquele momento da covid, era até razoável, todo mundo concorda com isso, mas, se não houver investimento em pesquisa, quem é que vai fazer investimento se não vai poder colocar no preço do remédio? Então, é realmente um debate, um assunto que, nesta audiência, parece muito simples, mas que não é tão simples em função de que, se não houver investimento, não haverá o produto.

Passo a palavra ao Senador Marcos Pontes para suas considerações.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para discursar.) – Obrigado, Senador Izalci.

Eu gostaria de aproveitar e agradecer a todos os participantes pelas informações, pelas apresentações.

Primeiro, eu me sinto muito à vontade e feliz em participar desta audiência, sendo que ela trata de um tema que foi iniciado pelo – um tema de muito apreço dele – Senador José Serra, de São Paulo. Eu estou aqui no lugar que era do Senador José Serra e, logo após a minha eleição, fiz questão de conversar com ele, com a família, no sentido de dar prosseguimento aos projetos do Senador José Serra. Então, isso é importante. No ano passado, inclusive, eu prossegui com muitas das emendas dos projetos que ele tinha também. Eu acho importante isso. Da mesma forma, eu fiz no ministério: peguei o que vinha na sequência, o que estava acontecendo no ministério, dei prosseguimento nos projetos, alinhei, criei outros projetos para trazer mais sinergia a tudo isso. Acho que essa é uma importante providência, um procedimento ou um sistema, uma metodologia para economizar dinheiro público, energia, tempo e tudo mais. Então, estou feliz em poder participar aqui.

Vou tentar resumir um pouquinho o que eu entendi com relação a este tema, e, depois, se for necessário, havendo algumas correções, isso seria interessante.

Nós estamos falando aqui sobre proteção regulatória de base de testes. Essa proteção é relativa aos dados que são coletados durante as fases de testes pré-clínicos com animais e depois nos testes clínicos em Fases I, II e III, que são necessários em qualquer medicamento ou qualquer vacina para utilização humana. Não há dúvida de que os custos envolvidos nisso, para que esses testes sejam realizados, são custos altos. No ministério, por exemplo, eu coloquei recursos para que esses testes fossem feitos em vacinas nacionais – que continuam no seu desenvolvimento – para a covid e que não só precisam ser úteis para a covid, mas também para outras doenças ou para as próximas pandemias também. Nós temos, inclusive, um sistema que nós introduzimos no ministério, junto com a Universidade Federal de Minas Gerais, para o desenvolvimento de vacinas no Brasil. O Brasil nunca tinha desenvolvido nenhuma vacina antes e agora o Brasil tem capacidade de fazer isso, graças a esse trabalho que foi feito no ministério, junto com a Universidade Federal de Minas Gerais e o BH-Tec. Hoje nós temos um centro nacional de desenvolvimento de tecnologia de vacinas nacionais. E ali deu para ver bem o custo de se fazerem esses testes clínicos. Primeiro, há a dificuldade em se ter um sistema de produzir pequenos lotes de insumo para testes pré-clínicos com animais, de ter um biotério próprio com boa qualidade, logicamente; e há toda a necessidade ali de melhores práticas de laboratório para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que isso seja feito e depois de melhores práticas de produção, para que também os lotes sejam feitos com essas melhores práticas. Isso tem que ser avaliado e outorgado pela Anvisa.

Nós estamos falando em custos, em termos do Brasil, para que sejam feitos esses testes clínicos, da ordem de R$400 milhões. Inicialmente, é a fase pré-clínica com animais; depois, é a Fase I, com poucos seres humanos escolhidos dentro de uma faixa etária adequada para aquilo, e aí é testada a segurança inicial da vacina, com voluntários; depois, é a Fase II, já com a ampliação da quantidade de voluntários para testar, em que começa o teste de eficiência da vacina; e há a Fase III com milhares de voluntários para testar realmente a eficiência em fase final. A segurança vem sendo testada o tempo todo. É um processo lento, é um processo difícil de fazer, é difícil conseguir os voluntários também, mas tem que ser feito em qualquer tipo de desenvolvimento de medicamento ou vacinas para os seres humanos.

E, o Brasil, em que nós precisamos de desenvolvimento de inovações, em que precisamos de desenvolvimento de medicamentos e de vacinas, tem que fazer parte de testes clínicos.

A parte de que eu discordei um pouco é que isso é antiético. Não, isso é um procedimento normal feito em todos os países para o desenvolvimento da indústria, para o desenvolvimento de produtos da indústria farmacêutica. Isso é normal e é feito com todos os itens de segurança colocados ali para que, logicamente, seja feito com o maior nível de segurança possível. Essa é a parte na defesa disso.

Agora, as empresas, as indústrias, principalmente no exterior, que desenvolvem novos medicamentos, logicamente, têm um custo de desenvolvimento, um período grande de pesquisa e desenvolvimento até você chegar à fórmula de um medicamento químico ou biológico, e, depois, têm um custo grande para o desenvolvimento disso, sem dúvida nenhuma, mas, por outro lado, esse custo é computado dentro do preço do medicamento, e existe aí um período de patente, 20 anos, em que a empresa recupera esse investimento – logicamente, ela tem um retorno de investimento dentro desse período.

O Brasil ainda não tem uma indústria capaz de fazer a inovação, no nível de Estados Unidos e outros países, em medicamentos, infelizmente, mas a gente vai chegar lá. Para isso, a gente precisa de providências daqui, do Ministério de Ciência e Tecnologia e outros ministérios, para apoiar a nossa indústria farmacêutica local.

Uma dessas maneiras de o Brasil reduzir os custos de medicamentos... Logicamente, o medicamento custa caro. Se a gente olhar medicamento para doenças raras, por exemplo, é um absurdo, são milhões de reais – a gente está falando de R$15 milhões, R$16 milhões um medicamento. Então, a gente precisa desenvolver isso no Brasil, mas, enquanto a gente não tem, os genéricos são uma solução muito acertada, colocada pelo Senador José Serra, que o Brasil já tem utilizado durante todo esse tempo. Isso faz com que nós tenhamos menor custo para a população, menor custo para o Sistema Único de Saúde, e, além disso, as empresas do Brasil que participam com os genéricos acabam desenvolvendo inovações através desse conhecimento, mesmo inovações incrementais dentro daquilo ali. Ou seja, isso aí também ajuda a inovação na indústria brasileira, além de fortalecer a própria indústria aqui. A gente viu ali um percentual alto de venda de genéricos, mais de 30%.

Então, o que a gente está discutindo aqui são alguns pontos: o custo de medicamento original é alto; o Brasil usa genéricos como uma ótima solução; as empresas nacionais desenvolvem inovações com base nesses genéricos, o que também aumenta a capacidade da indústria nacional; os genéricos são feitos depois que vence, que termina a patente original – depois de 20 anos, que é quando os genéricos podem começar a ser feitos, ou seja, existe uma proteção das empresas originárias daquele medicamento, que desenvolveram o medicamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A proteção desses testes, dos testes clínicos, dos dados de testes clínicos, a proteção regulatória da base de testes feitos amplia o período em que é impossível para as empresas de genéricos poderem começar a fabricar – ou seja, atrasam o desenvolvimento dos genéricos no Brasil as consequências advindas disso aí –, ou se exigem novos testes, o que vai custar caro, e eu acabei de falar aqui quanto é que custa isso aí, o que vai, de certa forma, aumentar o custo do medicamento genérico também se formos fazer isso, além do tempo necessário para fazer isso, o que não é uma coisa rápida de fazer, pois demora muitas vezes anos fazer isso.

Outro ponto importante é que esses testes clínicos colocam algumas outras variáveis dentro desse sistema que podem dificultar, inclusive, o prosseguimento daquele mesmo medicamento, se acontecer, e a probabilidade é extremamente baixa, porque ele está utilizando a mesma fórmula. Mas, quando a gente fala de biológicos, as coisas podem ser diferentes – se acontecer, pode inviabilizar aquele medicamento também.

Em consequência disso aí, a aprovação dessa proteção regulatória de base de testes para medicamentos humanos pode trazer aumento de custo para o SUS, aumento de custo do remédio para a população e aumento de custo para o SUS; maior tempo também para que seja disponibilizado esse remédio no Brasil; e prejudica a indústria nacional.

Então, do que eu vejo, isso foi o que eu retirei daqui dessa informação, e eu não vejo nenhuma vantagem em se ter essa proteção regulatória neste momento no país. Quando a gente chegar em nossa indústria com capacidade de desenvolvimento claro de medicamentos de alto nível, com alto nível de tecnologia – e a gente vai chegar lá em um tempo, como os Estados Unidos e outros países –, aí você já não precisa mais dessa proteção do genérico. E, nesse caso, seria mais pertinente se ter uma legislação desse tipo aqui.

Neste momento, eu não vejo nenhuma vantagem.

É isso que eu retiro, Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Eu acho que ficou muito claro, tanto pela fala do Senador Marcos Pontes como também pelas apresentações.

É evidente que todos aqui, acho que todos os Senadores, têm interesse em manter realmente a situação hoje, sem regulamentar isso.

Agora, o genérico, evidentemente, passou por uma grande negociação, porque, se você quebra a patente, se você abre os dados antes de vencer a patente, isso pode ocasionar situações em que as empresas deixam de fornecer o medicamento para o país. Então é evidente que tudo isso interfere.

Mas acho que ficou claro aqui que, da forma como está, é a melhor forma para manter realmente o genérico funcionando melhor. Então, acho que foi bastante esclarecedor.

Acho que vale a pena, depois, fazer uma audiência do contraponto para ver a situação, para ver de que forma nós poderemos buscar um entendimento que seja bom para o consumidor, para as pessoas e para o país.

Então, eu agradeço a participação de todos os expositores.

Nada mais havendo a tratar, eu declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado. (*Pausa.*)

Temos mais duas audiências já marcadas sobre esse tema.

(*Iniciada às 11 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 58 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE MAIO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às onze horas e quinze minutos do dia vinte e dois de maio de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Izalci Lucas e Dr. Hiran, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Efraim Filho, Confúcio Moura, Fernando Dueire, Carlos Viana, Marcos do Val, Alan Rick, Vanderlan Cardoso, Jussara Lima, Beto Faro, Chico Rodrigues, Sérgio Petecão, Janaína Farias, Flávio Bolsonaro, Wellington Fagundes e Damares Alves, e ainda dos Senadores Wilder Morais, Professora Dorinha Seabra, Weverton, Paulo Paim, Flávio Arns, Zenaide Maia, Eliziane Gama e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Rodrigo Cunha, Daniella Ribeiro, Teresa Leitão e Astronauta Marcos Pontes. Deixa de comparecer o Senador Carlos Portinho, conforme REQ n° 343/2024-CDir. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à Audiência Pública Interativa, atendendo aos Requerimentos nº 27, 28, 31, 32 e 34, de 2023-CCT, de autoria Senador Izalci Lucas (PL/DF), e Requerimento nº 37, de 2023-CCT, de autoria Senador Rogério Carvalho (PT/SE), subscrito pelo Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), que tem a finalidade de discutir a proteção regulatória do dossiê de testes (PRDT) para produtos farmacêuticos destinados ao uso humano, com a participação dos seguintes convidados: Renato Porto, Presidente-Executivo da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (Interfarma); Miguel Campo Dall Orto Emery de Carvalho, Coordenador-Geral de Propriedade Intelectual do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC); Jussanã Cristina de Abreu, Chefe de Posto de Gestão da Qualidade e Propriedade Intelectual da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa); Marcela Vieira, Assessora Regional de Advocacy para América Latina da Organização Médicos Sem Fronteiras, representante de Francisco Viegas, Assessor de Política e Inovação em Saúde da Organização Médicos Sem Fronteiras; Tiago de Moraes Vicente, Presidente-Executivo da Associação Brasileira das Indústrias de Medicamentos Genéricos e Biossimilares (PróGenéricos); e Ricardo Lobato Torres, Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), representante de Renato de Castro Garcia, Presidente da Associação Brasileira de Economia Industrial e Inovação (Abein). O senador Dr. Hiran faz uso da palavra na presente reunião. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Izalci Lucas
Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/05/22

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião se destina à realização da segunda audiência pública para discutir a proteção regulatória do dossiê de testes (PRDT) para produtos farmacêuticos destinados ao uso humano, em cumprimento aos Requerimentos nºs 27, 28, 31, 32, 34 e 37, de 2023, da CCT.

O público interessado em participar desta audiência pública poderá enviar perguntas ou comentários pelo endereço www.senado.leg.br/ecidadania ou ligar para 0800 0612211. O *site* é www.senado.leg.br/ecidadania.

Encontram-se presentes no plenário da Comissão – e peço-lhes já para ocuparem aqui a mesa –: Miguel de Carvalho, Coordenador-Geral de Propriedade Intelectual do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic); Renato Porto, Presidente Executivo da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (Interfarma); Marcela Vieira, Assessora Regional de Advocacy para América Latina da Organização Médicos Sem Fronteiras, representante de Francisco Viegas, Assessor de Política e Inovação em Saúde da Organização Médicos Sem Fronteiras. Convido, também, Tiago de Moraes Vicente, Presidente Executivo da Associação Brasileira das Indústrias de Medicamentos Genéricos e Biossimilares (PróGenéricos). Encontra-se também presente, por meio do sistema de videoconferência, Jussanã Cristina de Abreu, Chefe de Posto de Gestão da Qualidade e Propriedade Intelectual da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e Ricardo Lobato Torres, Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), representante de Renato de Castro Garcia, Presidente da Associação Brasileira de Economia Industrial e Inovação (Abein).

Agradeço-lhes, então, a presença.

Bem, esta é a segunda audiência. Estamos trabalhando para a aprovação do projeto de lei. É importante... Nós temos já aqui algumas participações, mas continuam abertos o *site* e o telefone para as perguntas e as considerações.

Cada convidado poderá fazer uso dá palavra... Vou colocar oito minutos, inicialmente. Após a exposição dos convidados, nós vamos passar para os inscritos, para os Senadores e Senadoras.

Eu já vou fazer aqui algumas perguntas, ler algumas perguntas, que já chegaram, porque, se estiverem no meio da fala e puderem responder, já ajuda.

Gabriella, de Minas Gerais, pergunta: "Quais são os principais objetivos da [...] [proteção regulatória do dossiê de testes] na regulamentação de produtos farmacêuticos?".

Carolina, de Pernambuco: "Em meio a inúmeras informações falsas que nos permeiam, como proceder no quesito transparência, diante das pessoas leigas sobre o dossiê?".

Larissa, do Rio de Janeiro: "Como as inovações tecnológicas, como a biotecnologia e a inteligência artificial, podem influenciar a PRDT?".

Júnior, do Amazonas: "Quais são os principais desafios enfrentados pelas autoridades regulatórias na implementação e fiscalização da PRDT?".

Luana, de São Paulo: "Qual é a duração da PRDT? Quais são as principais implicações para a indústria farmacêutica e para os consumidores?".

Ana, do Distrito Federal: "A burocracia da PRDT pode impactar negativamente o desenvolvimento de medicamentos e prejudicar a saúde pública?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, à medida que fazem as apresentações, quem puder já responder a essas perguntas... Está ótimo.

Eu vou passar, imediatamente, então, para o Renato Porto, que é o Presidente Executivo da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (Interfarma).

Com a palavra, Renato.

O SR. RENATO PORTO (Para expor.) – Obrigado, Presidente Senador Izalci, pela oportunidade de debatermos um assunto extremamente técnico e um assunto em que, de fato, hoje temos muitas confusões de entendimentos conceituais. Então, a minha apresentação vai se circunscrever exatamente a isso para, muito objetiva e claramente, mostrar conceitos para que este Parlamento, o Senado e todos nós tenhamos a oportunidade de debater o que vier pela frente – projetos de lei e outros temas –, de uma maneira clara, de uma maneira efetiva em relação às proteções que um produto pode ter.

A minha apresentação começa com: o que está por trás do seu medicamento? Como ele chega... A gente tem hoje uma larga utilização... O sistema brasileiro, tanto quem produz medicamentos como o próprio Sistema Único de Saúde – que comporta uma faceta privada e uma faceta pública – dá, de fato, um atendimento muito oportuno e muito adequado ao brasileiro. Mas, muitas vezes, muitos de nós não somos especialistas e não conhecemos o que está por trás desse processo.

Bom, aqui é um quadro, Senador, que mostra qual é o percurso para se chegar a um medicamento. Então, nós estamos falando de um processo de pesquisa que pode levar seis anos, que leva, em média, seis anos. Nós estamos falando de dezenas de milhares de componentes que são estudados para que se chegue, de fato, a uma possibilidade de passar do âmbito de uma pesquisa aberta, que os desenvolvedores fazem, para a pesquisa restrita de um medicamento.

Então, nessa apresentação, em que a gente vê algumas pipetas, se não estou enganado, ou tubos de ensaio, a partir dali é que a gente tem um componente que pode ter uma eficácia como medicamento, que pode ser levado a estudos como medicamento. Portanto, quando você vê aquela pílula, você está observando ali um candidato a medicamento. E aí nós ainda percorremos todo um caminho para se fazer a pesquisa com esse próprio medicamento, na qual se leva mais seis ou sete anos. Então, nós estamos falando de um processo em que, para se chegar, de fato, a uma molécula ativa, Presidente, nós levamos 12 anos.

A partir desse caminho, a gente tem, sim, um outro passo, por isso a divisão em três grandes passos. Um passo é aguardar que esse medicamento comprove a sua eficácia e segurança.

Quando a gente apresenta um dossiê – e todas as empresas que têm medicamentos registrados no Brasil fazem isso – para a Anvisa, todo aquele processo anterior já foi vencido em diferentes estilos ou em diferentes formas para provar para a indústria de inovação radical... Isso é feito através de uma pesquisa clínica demorada, de estudos clínicos randomizados, duplos-cegos, alguns com poucos pacientes, o que dificulta, outros com muitos pacientes, o que também dificulta esse processo. Então, nós temos, ao final disso, um medicamento inovador disponível à população.

Ali tem um asteriscozinho porque ainda tem um passo que está fora desse processo, que é o passo de registro, de aprovação do preço do produto no Brasil. O Brasil tem preço regulado, quase todos os países do mundo têm preço regulado.

Bom, esse processo envolveu, na nossa avaliação, mais de mil pessoas. Ele levou de 12 a 15 anos e custou entre US$1,3 e 1,6 bilhão. É claro que a gente não faz comparações, eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

tenho que ser muito racional. E as pessoas me perguntam, "Renato, cada medicamento custa US$1,6 bilhão?". Não, significa um estudo de dezenas de milhares de moléculas e, no final, uma vira um projeto, de fato, com absoluto sucesso e o produto vai para a população, para os pacientes.

Aqui, Presidente, é um outro passo muito importante. É que a patente – e eu vou falar desses dois conceitos, tanto da patente quanto do dossiê de proteção, da proteção do dossiê de teste – é uma troca justa. É importante que a gente diga isso para que não se desqualifique ou demonize um instrumento que é utilizado no mundo inteiro para recompensar alguém, que é um inventor, e que colocou a sua cabeça, o seu tempo – às vezes, vários cientistas –, para desenvolver algo para a sociedade. Ela é justa e tem um limite tanto temporal quanto de conteúdo.

A patente não é para tudo, ela é extremamente restrita. O Brasil tem um escritório de patente, também reconhecido globalmente, que faz uma avaliação muito qualificada desse processo. E talvez, Senador Izalci, esse seja um dos processos de maior dificuldade de análise dentro do INPI. Por isso, também, é o processo, hoje, que demora mais tempo de avaliação no INPI. Ela também tem uma proteção temporária, uma proteção de 20 anos, e quanto a isso não se discute. A patente é de 20 anos. Não há nenhum projeto, nenhuma ideia, nenhuma fala global de se modificar esse tempo de patente. Patente é de 20 anos e é assim que a gente deve trabalhar. É um acordo feito pelos países, por centenas de países, de que esse é o modelo de proteção que nós temos no mundo.

A proteção regulatória dos dados de teste – eu vou já qualificar – não aumenta o tempo de vida de uma patente e nem bloqueia o mercado por mais tempo. Um medicamento, Presidente, tem centenas de patentes, hoje. Não é um produto... Um produto não tem simplesmente uma patente. Terapias mais avançadas, hoje, têm centenas de patentes. Patentes que muitas vezes, ou que na maioria das vezes, não são de propriedade dos laboratórios farmacêuticos, são de propriedade de cientistas, de *startups,* de centros de pesquisas globais e nacionais que fazem isso. Então, um medicamento, por outro lado, tem um único dossiê de pesquisa, que contempla uma série de informações. E nessa série de informações – nesta, sim –, a PRDT busca proteger quem é o detentor daquela autorização de comercialização do produto. Tanto é assim que são órgãos diferentes que utilizam, que regulamentam e que dão autorização para esses dois instrumentos de proteção. Quem dá a patente é o INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial), quem dá a proteção aos dossiês de teste é a Anvisa, porque ali está um outro grande diferencial do processo farmacêutico, Presidente.

A maioria dos produtos, quando é autorizada por meio do INPI ou quando tem uma patente autorizada...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RENATO PORTO – Eu vou concluir, Presidente.

Quando a patente é autorizada, imediatamente esse produto pode ir para o mercado. Medicamentos, não. Você deposita uma patente e ainda corre um tempo para que os órgãos regulatórios no mundo – não é só no Brasil – tenham capacidade de dizer ou digam "este produto pode ser utilizado", no nosso caso, pela população brasileira. E é por isso que se deve proteger também esse outro lado.

Tanto é assim que nós temos – e a demonstração está aí na tela também, por fim – produtos com diferentes titulares, ou seja, produtos brasileiros cuja titularidade da patente é de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

uma universidade, a Universidade de São Paulo, e produtos cujo direito ao exercício da exclusividade comercial é de uma empresa farmacêutica, obviamente.

Aqui temos um quadro, Presidente – eu já estou encerrando –, em que a gente tenta simplificar, dizer claramente que a proteção regulatória do dossiê de teste não tem nada de diferente, não tem nada longe do que os outros países do mundo fazem. Eu destaquei, está ali demonstrado, países como Chile, Colômbia, Costa Rica, México, Peru. Não são só países desenvolvidos ou países que desenvolvem tecnologia de uma maneira mais eficiente. É isto o que a gente quer mudar, Presidente: trazer para o Brasil o desenvolvimento tecnológico, trazer para o Brasil a capacidade de os cientistas e de as pessoas que desenvolvem confiarem nesse processo, ao longo de muitos anos, para que isto aconteça, para que os cientistas brasileiros tenham a segurança dessa proteção.

Muito obrigado, Presidente. Estou inteiramente à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para interpelar.) – Eu tenho uma curiosidade aqui. Esse prazo da PRDT é após os 20 anos?

O SR. RENATO PORTO – Não. Na minha última fala... respondendo às perguntas: no prazo do dossiê de proteção, a gente pede uma média daqueles países do mundo – é o que a gente defende –, de cinco anos. Esse dossiê de proteção é computado a partir do momento em que ele é depositado na Agência Nacional de Vigilância Sanitária, porque ali é o momento em que a gente apresenta todo o pacote de informação, toda a receita – vamos simplificar, para falar de forma comum – desse bolo. A gente apresenta à Anvisa e, a partir dali, ela daria uma proteção de cinco anos. Não tem patente no Brasil, Presidente, de medicamentos, com menos de cinco anos. Então, a gente tem um *delay* muito grande, um atraso muito grande, no Brasil, em relação aos países do mundo, mas os medicamentos têm, no Brasil, uma proteção de cerca de oito anos, de dez anos, do exercício exclusivo.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone*.) – Para você fazer um genérico precisa também....

O SR. RENATO PORTO – Para você fazer um genérico, você vai utilizar um teste chamado de bioequivalência. São vários testes, mas esse é o mais importante – e o Dr. Tiago pode também nos esclarecer. Você faz uma comparação com base nesse teste. Esse teste comprova que a utilização de um produto de inovação, referência, e a utilização de um produto genérico, na população real, no paciente, têm o mesmo efeito. E a Agência Nacional de Vigilância Sanitária precisa aprovar essa comparação – e aí é onde se tem a proteção do dossiê, nos cinco primeiros anos de depósito.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone*.) – Envolve a pesquisa dos pacientes, dos "cobaias", vamos dizer, assim chamados.

O SR. RENATO PORTO – O dossiê que é apresentado para a Anvisa contempla tudo o que foi feito para provar a eficácia, inclusive as pesquisas clínicas, os estudos clínicos...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – E os genéricos utilizam essa mesma pesquisa ou eles têm uma pesquisa própria?

O SR. RENATO PORTO – Os genéricos têm uma pesquisa própria. O estudo central para isso é o estudo de bioequivalência, em que eles comparam, nos seres vivos, a utilização destes dois produtos: o produto que foi registrado e que foi feito com base num teste de estudo clínico, randomizado, duplo-cego, e o produto que está sendo utilizado como medicamento genérico.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Mas a demanda que foi questionada comigo aqui é: quem é que quer ter acesso para não ter que fazer de novo a pesquisa. Como é que é isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENATO PORTO – Quem tem acesso... todas as empresas, as indústrias farmacêuticas, que fazem cópias, produtos que não são de inovação radical, novos insumos, novas terapias, fazem estudos clínicos chamados de bioequivalência, e elas precisam comparar esses produtos. Aí é que está, de fato, a necessidade ou a proteção que a agência pode dar: nos cinco primeiros anos, se você quer desenvolver esse produto, você faria o estudo clínico novamente, e não estudo de bioequivalência.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Entendi.

Porque foi aprovado recentemente com os animais. Com os animais foi liberado isso.

O SR. RENATO PORTO – O dossiê de proteção... O Brasil tem aprovada – não recentemente. Se não estou me confundindo, desde 2002, Presidente – uma autorização legal para a proteção de dossiê para medicamentos veterinários e para pesticidas. Então, o Brasil não teve, em nenhum momento, prejuízo no desenvolvimento desses produtos; tem, inclusive, uma indústria muito forte de fabricação de pesticidas e de medicamentos veterinários.

Então, o que a gente compara é que essa proteção que a gente pede à Anvisa e que a gente defende em nenhum momento dificulta a entrada desses produtos, até porque esse tempo de cinco anos é computado dentro de um processo de patente, que dura de mais de cinco anos. Portanto, em nada isso prejudicaria.

O que não se pode fazer é, de fato, a partir do momento que você apresenta um dossiê à Anvisa, imediatamente se começar estudos para que sejam feitas comparações entre um produto que foi desenvolvido radicalmente...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Que é a reivindicação de alguns segmentos.

O SR. RENATO PORTO – Que é a reivindicação de alguns.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – De ter acesso à pesquisa de imediato lá.

O SR. RENATO PORTO – De ter a possibilidade de...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Para não ter que fazer novamente a mesma coisa, é isso?

O SR. RENATO PORTO – De ter a possibilidade de comparar esses dois dossiês.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Entendi.

O SR. RENATO PORTO – Para não ter que fazer a pesquisa clínica, que é essa pesquisa que eu tentei demonstrar, que leva 12 anos e que envolve tantos pacientes.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O.k.

Bem, passo, em seguida, então, a palavra ao Miguel de Carvalho, que é o Coordenador-Geral de Propriedade Intelectual do Mdic.

O SR. MIGUEL CAMPO DALL ORTO EMERY DE CARVALHO (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Izalci.

Agradeço o convite ao Mdic para participar desta audiência pública. Consideramos que é uma oportunidade interessante de discussão. O Mdic não se furta a esse debate. A gente tem participado e analisado essa questão há algum tempo, como eu vou apresentar aqui em seguida, e, mais uma vez, considero muito relevante a discussão aqui no Senado.

Vocês podem projetar minha apresentação, por favor?

Enquanto não entra, só para aproveitar aqui... Eu assisti à audiência da semana passada e acho que ainda é necessário um esclarecimento sobre a interface entre patentes e PRDT. São dois mecanismos de proteção diferentes. Como o Renato explicou, a patente vai proteger a invenção e a PRDT protege os dados dos dossiês de testes de ensaios clínicos apresentados à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Anvisa para a aprovação da comercialização do medicamento. Mas o que acontece é que pode haver uma sobreposição entre os tempos de proteção da patente, de 20 anos, e da PRDT. E isso, em alguns casos, pode levar a uma proteção efetiva além dos 20 anos da patente daquele produto.

Existe um desafio de se correlacionar todas as patentes existentes aos medicamentos aprovados. Esse é um desafio regulatório de monitoramento, mapeamento de patentes e medicamentos, que existe. E é muito difícil fazer essa avaliação de impacto, de fato, de quanto tempo pode haver uma proteção efetiva estendida, caso seja adotada uma PRDT. Os países, geralmente, têm dificuldade quando se veem diante dessa avaliação.

Pode passar para o próximo eslaide, por favor.

Obrigado, Renato.

Eu vou voltar um pouco aqui à origem da discussão, tá?

A origem dessa discussão vem do Acordo TRIPS, do Artigo 39, parágrafo 3, que é um artigo sobre proteção de informações confidenciais contra o seu uso desleal. O Artigo 39, parágrafo 3, tem alguns termos relevantes na consideração. Ele dispõe que:

> Os Membros [da OMC] que exijam a apresentação de resultados de testes ou outros dados não divulgados, cuja elaboração envolva esforço considerável, como condição para aprovar a comercialização de produtos farmacêuticos ou de produtos agrícolas químicos que utilizem novas entidades químicas, protegerão esses dados contra seu uso comercial desleal.

É daqui que surge toda a discussão sobre a necessidade de PRDT nos diferentes países-membros da OMC, tá?

Como a gente pode ver por essa redação, não existe nenhuma previsão legal, no Acordo TRIPS, de que os países devem proteger exclusivamente esses dados de ensaios clínicos por 5, por 8, por 10, por 12 anos, qualquer que seja. Está previsto que eles devem ser protegidos. E o nosso entendimento aqui é de que a prática do Brasil está conforme a previsão de TRIPS, porque a Anvisa confere um tratamento confidencial a esses dados. A Jussanã vai falar com mais propriedade do que eu, representando a Anvisa em seguida. Mas acho que é importante destacar isso. E é por isso que os países que adotam a PRDT a adotam de formas diferentes. Não há uma harmonização no tipo de PRDT adotada entre os países que têm esse mecanismo.

Como eu falei, o Mdic já tem discutido e avaliado essa questão há algum tempo, em função de negociações comerciais, principalmente com a União Europeia e com a EFTA, que é uma outra comunidade, um acordo regional comercial que existe na Europa. Em 2016 e 2017, a gente realizou *workshops* com representantes da indústria farmacêutica nacional e multinacional e especialistas no tema, para debater o assunto, e, depois, nós realizamos a contratação de um estudo, via recursos do Pnud, que foi o estudo apresentado pela Dra. Julia Paranhos na semana passada, da UFRJ, para subsidiar o Governo brasileiro nas negociações internacionais sobre esse tema, porque existia uma carência de dados que precisava ser suprida. E a PRDT é uma demanda de países desenvolvidos quando se engajam em negociações comerciais com o Brasil. Foi uma demanda da União Europeia, da EFTA e tende a ser de outros países.

Em resposta ao estudo que foi feito pela UFRJ, contratado por nós, foi realizado, a partir de demanda da Interfarma, um estudo realizado pela Copenhagen Economics. (*Pausa.*)

Foi.

E, aqui, eu trago, como o Renato trouxe também, um *benchmarking* internacional. A gente tem alguns países que realmente adotam esse mecanismo da PRDT, que são, principalmente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

os países de renda média alta. Originalmente, isso surgiu nos Estados Unidos com a Lei Hatch-Waxman, em 1984, que é uma legislação que prevê os testes de bioequivalência para registro de medicamentos genéricos e, em contrapartida, criou esse mecanismo de PRDT nos Estados Unidos. A partir daí, isso se expandiu para outros países do mundo, principalmente países com renda maior do que a do Brasil. Quando a gente tem isso em outros países menos desenvolvidos, como Colômbia, México, Chile ou os países ali do Caribe, geralmente isso foi adotado por via de negociação comercial. E a gente tem vários países que não adotam a PRDT ainda – o Brasil é um deles. Índia, Argentina, África do Sul são apenas alguns que a gente tem aqui nesse quadro.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para interpelar. *Fora do microfone*.) – O Brasil não adota?

O SR. MIGUEL CAMPO DALL ORTO EMERY DE CARVALHO – O Brasil, hoje, não tem PRDT. A gente não confere um período de exclusividade de dados nem de mercado para ensaios clínicos apresentados à Anvisa para fins de registro de medicamentos. A gente confere um tratamento confidencial aos dados que são apresentados.

E, aí, eu fiz esse quadrinho aqui para comparar os resultados, conclusões e achados de cada um dos estudos: do que foi realizado pela UFRJ e do que foi realizado pela Copenhagen Economics.

Quanto à disponibilidade de medicamentos inovadores no país. O estudo nacional identifica que não há um impacto, não haveria mais medicamentos disponíveis, se adotada a PRDT, e o estudo da Copenhague aponta que aumentaria a disponibilidade de medicamentos inovadores no país, se adotada uma PRDT.

Quanto a gastos com saúde, principalmente gastos com saúde pública pelo SUS, em função de impacto nos preços dos medicamentos, se adotada a PRDT. O estudo da UFRJ indica que haveria um aumento desses gastos públicos com saúde e o estudo da Copenhagen Economics indica que, a longo prazo, não haveria um impacto.

Sobre a entrada de medicamentos genéricos no mercado. O estudo da UFRJ indica que, se adotada a PRDT, haveria um atraso na entrada de medicamentos genéricos, e o estudo da Copenhague indica que não haveria um impacto.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MIGUEL CAMPO DALL ORTO EMERY DE CARVALHO – Sobre a disponibilidade de medicamentos genéricos no mercado. Da mesma forma, derivado do anterior, a UFRJ indica que diminuiria a disponibilidade de medicamentos genéricos, em caso de adoção de PRDT, e a Copenhague indica o contrário, que aumentaria a disponibilidade de medicamentos genéricos no mercado, porque os genéricos derivam da introdução de medicamentos inovadores no mercado. Uma vez que você tem mais medicamentos inovadores, você tem mais possibilidade de ter medicamentos genéricos.

Quanto à realização de pesquisas clínicas no país. O estudo da UFRJ não avaliou essa questão, e o estudo da Copenhague aponta que poderia haver um aumento da realização de pesquisas clínicas no país, caso adotada a PRDT.

E, aí, trazendo um pouco aqui do que aconteceu já no Gipi. O Gipi é o Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual; é um colegiado do Governo Federal, presidido pelo Mdic, que conta com outros 12 ministérios. A gente, nos últimos dois anos, realizou diálogos técnicos para discutir questões de atualização, necessidade de atualização da legislação de propriedade intelectual. A PRDT não foi objeto dessas discussões, mas, em 2023, em agosto do ano passado, a Interfarma propôs a organização de um grupo técnico no Gipi para discutir o tema. A Secretaria Executiva

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

do Gipi se posicionou da seguinte forma: foi entendido que o tema não se restringe a aspectos de propriedade intelectual e, por isso, não deveria ser discutido exclusivamente no Gipi, mas deveria ser discutido em conjunto com outros colegiados, como o G6. O Ministério da Saúde é parte do Gipi e está ciente dessa manifestação e dessa interface entre os temas de propriedade intelectual e política de saúde.

É isso que eu tinha para responder, para apresentar e fico à disposição, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para interpelar.) – Eu vou passar, na sequência, mas é só para eu entender melhor, porque isso aí é meio confuso: para desenvolver, como foi falado ali, um medicamento, você tem todo um período de pesquisa, gasta seis anos de pesquisa, depois você tem toda essa parte da PRDT, também fazendo pesquisa, utilizando já no ser humano etc. E também tudo isso tem custo, não é isso? E, depois, vem a autorização da Anvisa e tal. A Anvisa assegura o segredo da PRDT. Quer dizer, ninguém tem acesso a isso, só a Anvisa?

O SR. MIGUEL CAMPO DALL ORTO EMERY DE CARVALHO (Para expor.) – A Anvisa trata os dados, o dossiê de testes de forma confidencial; eles não divulgam.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Sim, mas se eu tiver um concorrente que quer fazer o medicamento, ele tem acesso a isso ou não?

O SR. MIGUEL CAMPO DALL ORTO EMERY DE CARVALHO – Como o Renato explicou – eu não sou especialista no assunto, acho que o Renato e a Jussanã podem explicar melhor que eu –, eles têm acesso ao resultado e, a partir disso, eles fazem testes de bioequivalência para alcançar o mesmo resultado nos testes.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Chegou numa hora boa!

O Dr. Hiran está chegando aqui e vai ser bom porque ele pode esclarecer um monte de coisas. O Dr. Hiran, nosso Senador, é médico inclusive.

Você entendeu, não é?

Então, eu digo assim: com relação a medicamentos de animais, hoje, a empresa desenvolve o medicamento, faz a PRDT e tal, e qualquer um vai lá e pode copiar, ter acesso a esses testes que foram feitos, sem precisar fazer os testes?

O SR. RENATO PORTO (Para expor.) – Se me permite...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Só para eu entender aqui, porque eu sou meio leigo nesse...

O SR. RENATO PORTO (Para expor.) – Vou tentar classificar aqui. Existem dois tipos de produtos no cenário farmacêutico: os produtos que são...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Por exemplo, eu quero fazer um genérico, pronto, igual ao outro lá. O genérico utiliza... Ele vai fazer tudo novamente ou ele vai lá e pega essas informações hoje?

O SR. RENATO PORTO – Ele não pega as informações, mas ele faz um estudo que é muito mais simples do que o estudo de pesquisa clínica. E aí depois... No estudo de pesquisa clínica, todos são pesquisa clínica. Esse estudo que ele faz, que é muito mais simples, a Anvisa, no caso do medicamento, compara os resultados e diz: "Olha, o resultado que o medicamento cópia tem é o mesmo resultado para o ser humano que o medicamento de inovação teve". Essa comparação é que não poderia ser feita nos primeiros cinco anos pela defesa que nós fazemos.

Então, a Anvisa diria o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Mas hoje é feito, hoje tem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENATO PORTO – Hoje, pode ser feito a qualquer momento, porque não existe a PRDT no Brasil.

Então, hoje, a partir do momento em que uma indústria farmacêutica inovadora apresentou um dossiê para a Anvisa, uma indústria de medicamentos cópias pode utilizar engenharias reversas e tudo mais, fazer um produto genérico e começar a comparar estudos para ter a prova de que esse produto...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – De pronto, não é? Sem aguardar aquele tempo.

O SR. RENATO PORTO – Sem aguardar o tempo de cinco anos, que é o que se faz com o medicamento veterinário e pesticidas.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Está bom! É só para a gente entender um pouquinho, porque é um assunto meio complexo, não é? Então...

A Jussanã está o.k. aí, gente? (*Pausa.*)

Vou passar então, agora, à Chefe de Posto de Gestão da Qualidade e Propriedade Intelectual da Anvisa, Jussanã Cristina de Abreu, de forma remota.

A SRA. JUSSANÃ CRISTINA DE ABREU (*Por videoconferência*.) – Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Bom dia.

A SRA. JUSSANÃ CRISTINA DE ABREU (Para expor. *Por videoconferência*.) – Agradeço pelo convite. Em nome da Anvisa, cumprimento todos os presentes.

Com o objetivo de contribuir para o debate, eu vou projetar uma apresentação. Quero pedir o suporte desta Comissão para poder guiar minha fala, que está organizada em três tópicos.

O primeiro tópico, que eu acho bem relevante a gente esclarecer, é o atual sistema que protege os dados regulatórios de teste no Brasil.

Pode avançar, por favor, para mais um eslaide.

Foi falado já pelo Miguel...

Isso! Pode deixar aí.

Foi falado pelo Miguel um pouco da questão fundamental, no âmbito dos acordos internacionais, sobre a proteção da informação sigilosa no âmbito industrial – especificamente, a gente tem foco aqui nos medicamentos de uso humano. O TRIPS estabeleceu que os países-membros deveriam adotar medidas, no caso desses dados de teste, para protegê-los de divulgação contra a concorrência desleal.

E a gente avança para o próximo eslaide.

Como isso se materializou aqui no nosso país? Isso acontece na LPI...

Por favor, poderia passar?

A Lei de Propriedade Industrial, a Lei nº 9.279, de 1996, no capítulo que trata dos crimes de concorrência desleal, estabelece que é condição, passível de penalidades, a exploração e a divulgação dos dados sigilosos. E, além disso, ela inclui, em seu §2º, uma possibilidade de uso governamental desse dado apresentado para fins de registro, para autorizar a comercialização do produto quando necessário para proteger o público.

A gente pode avançar mais um pouco, porque também é importante esclarecer que nem todo dado ou informação que é submetido nesse dossiê de registro – e são apresentados muitos testes e provas – deve ser entendido como um segredo industrial. O Acordo TRIPS traz e disciplina os requisitos que permitem identificar qual a informação é aquela informação considerada passível de proteção contra concorrência desleal: que ela seja secreta, que tenha um valor comercial, que também tenha sido objeto de precauções pelo detentor dessa empresa,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

e também aquela informação que tenha sido submetida a uma autoridade reguladora para fins de comercialização do seu produto.

Em síntese, nesse primeiro bloco de informações, a gente precisa entender que o Brasil, nesse sentido, não tem uma prática, no âmbito regulatório, de divulgar a informação apresentada dos medicamentos. Essa informação é mantida em sigilo. Então, esses dados não são franqueados a um terceiro interessado em reproduzir esse medicamento como uma alternativa terapêutica de categoria genérica ou similar. Não há uma livre cópia desses dados. Essa hipótese tem que ser afastada no contexto em que se está pensando em modificar o atual sistema. O nosso sistema não permite o franqueamento das informações.

Agora, num segundo momento, é importante também a gente trazer algumas reflexões em relação aos requisitos para registro de medicamentos.

A nossa Lei nº 6.360, de 1976, definiu os medicamentos que são regulados aqui no nosso país, e nós temos os medicamentos genéricos, os similares e os de referência. Cada uma dessas categorias de medicamentos possui suas características técnicas e demanda necessidades de provas e documentos, a serem apresentados junto à Anvisa, que se diferenciam.

Dentro desse contexto infralegal, além de vários outros regulamentos, destacam-se a RDC 753, de 2022, e a RDC 55, de 2010. Essas duas normas fazem toda a baliza em relação ao registro dos medicamentos sintéticos e semissintéticos e quanto aos medicamentos biológicos no âmbito do nosso país.

É importante destacar também que, para a comprovação da segurança e eficácia de medicamentos – no caso dos medicamentos novos já foi apresentado pelo Renato –, há todo um fluxo informacional que precisa ser gerado para garantir a sua segurança, e, dentro desse contexto, destacam-se também os dados clínicos e não clínicos dos medicamentos. Em geral, o desenvolvimento clínico se dá a partir de uma pesquisa, e essa pesquisa, todo esse desenvolvimento, demanda a necessidade de se ter um registro prévio dessas informações junto a bases de dados especializadas. Quanto a esses protocolos, até por uma questão de transparência, uma boa parte desses dados que são gerados já são passíveis de acesso para qualquer interessado, inclusive para uma empresa competidora que busca fazer uma versão genérica ou similar.

E esse procedimento de publicação dessas informações dos protocolos de estudos garante um papel muito importante no contexto da informação e da comunicação em saúde, tanto para os profissionais como para os pacientes, e é parte de uma transparência que é preconizada já em nível internacional, até porque há uma preocupação de se afastar todo viés de publicação que pode acontecer quando no decorrer de uma pesquisa alguns dados desfavoráveis possam surgir. Deve-se garantir que tanto o dado favorável quanto o dado não favorável sejam publicizados.

No plano, agora, do aspecto dos medicamentos genéricos, como foi falado, a intercambialidade é a palavra-chave. A intercambialidade trata-se de um parâmetro que vai garantir que, a partir da sua avaliação, você vai conseguir aferir se é possível a substituição desse dito medicamento de referência – que na maioria das vezes é um medicamento novo –, se ele pode ser realmente trocado, se se tomar um pelo outro, pela população, pode ser seguro e eficaz. E tudo isso é feito baseado numa comparação de testes *in vitro* e *in vivo.* Ou seja, a mensagem aqui que é importante destacar é que, durante todo esse processo regulatório, a Anvisa não precisa voltar e ler o dossiê do medicamento de referência para definir se vai ou não aprovar um medicamento genérico.

Atualmente, aqui, a Anvisa tem 11.304 registros vigentes de medicamentos no país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Poderia passar, por favor, os eslaides para o segundo bloco?

E as solicitações de registro têm apresentado um crescimento da ordem de 100% comparado ao ano de 2017 e de 27% comparado ao ano de 2002. Então, o número de solicitações passou de 275 para 329 no ano de 2023.

O percentual de aprovações também tem se mantido alto em termos dos pedidos de registro, mas a Anvisa apresenta desafios no caso da mudança desse componente que hoje a gente tem aí, a forma como a gente regula isso no país. Por quê? A nossa equipe operacional que trabalha na avaliação desses medicamentos passa por uma redução de aproximados 30% em relação ao ano base de 2017, ao passo que o número de solicitação de registros aumentou em 100%. Os quadros que fazem essa avaliação demandam uma formação específica. Somado a isso, a gente vislumbra também um aumento da carga regulatória em relação ao volume das solicitações, à complexidade dos pleitos e a um potencial aumento também de litígios.

O tempo de avaliação dos dossiês de registro também podem sofrer acréscimo, especialmente se for permitida, a depender da legislação adotada, a geração dos dados próprios pelo produtor de genérico durante a vigência da PRDT nos moldes dos países internacionais que foram citados. E, além disso, na verdade, todo o cumprimento dos prazos legais para registro sanitário, que hoje são definidos por lei – hoje estamos com prazo um máximo de 365 dias no rito ordinário e de 120 dias para o rito prioritário –, será comprometido. E tem o potencial de ser comprometido se esse volume que hoje já apresenta uma tendência crescente sem a alteração do sistema de PRDT acontecer.

Então, essa é a mensagem que eu gostaria de deixar para essa ilustre Comissão.

Nós temos um sistema de PRDT, mas ele trabalha de uma forma diferente da dos países líderes. Ele trabalha no âmbito da proteção à concorrência desleal, como foi preconizado no TRIPS. Não há necessidade de consulta aos dados regulatórios de testes de medicamentos de referência para concluir ou avaliar um dossiê de medicamento genérico. E, na hipótese dessa troca, da substituição do atual sistema, deve-se ponderar também os impactos no plano regulatório, que podem gerar uma evidência concreta de interferência no acesso da população a medicamentos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para interpelar.) – Obrigado, Jussanã.

Antes de passar para a próxima, só uma pergunta rápida para o Renato.

Renato, essa PRDT representa quantos por cento no custo do medicamento? Você tem ideia ou não, em termos percentuais?

O SR. RENATO PORTO (Para expor.) – Cerca de 57% de tudo que é investido daquele valor de um medicamento é para pesquisa e desenvolvimento.

Então, esse pacote de dados contempla 57% do que se investe em um medicamento.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Bem, vou passar a palavra à Marcela Vieira, Assessora Regional de Advocacy para a América Latina da Organização Médicos Sem Fronteiras.

Marcela...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Senador Izalci...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Senador Hiran, pois não.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para interpelar.) – Bom dia a todos os convidados para esta audiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esse é um tema que é muito importante para o nosso país, porque ele vai impactar, a meu ver... Eu estou envolvido muito com pesquisa clínica. Agora eu estou relatando um projeto de patentes e eu acho que ele vai impactar muito na questão de algo que foi uma conquista do povo brasileiro, que são os genéricos, e eu queria fazer duas perguntas para o Dr. Renato.

Nós temos uma lei que versa sobre esse assunto em relação aos produtos veterinários, e essa lei, aparentemente, não tem muito sentido, porque não existe produto veterinário genérico no país, não é? Na sua visão, qual seria... O senhor está do outro lado do balcão, mas qual seria o impacto prático dessa discussão aqui no sentido de que, a meu ver, isso atrasaria...? Olha que nós acabamos de fazer um projeto de lei muito interessante para quem trata de inovações tecnológicas, inovações no âmbito da medicina, que foi o nosso projeto de lei que regulamentou esse setor que não era regulado por lei, lei de pesquisas clínicas no nosso país.

Por outro lado, eu acho que toda essa discussão é para gerar – não existe um projeto de lei nesse sentido... As grandes empresas nacionais que trabalham com genéricos ou biossimilares vão ter um atraso no lançamento desses medicamentos de pelo menos uns cinco anos.

Então, eu queria saber, assim, do Dr. Renato, qual seria a proposta da indústria farmacêutica internacional em relação a esse assunto, porque hoje, quando se disponibiliza o dossiê de testes, as empresas nacionais vêm trabalhando na formulação desses genéricos ou biossimilares, que elas vão lançar no mercado depois de 20 anos.

Eu acho que se a gente estabelecer a disponibilidade disso depois dos 20 anos que estabelece a lei das patentes, eu acho que a gente vai ter um atraso, e isso pode gerar um desequilíbrio de preço, pode gerar um atraso no lançamento de genéricos no Brasil.

Eu tenho um pensamento mais ou menos assim. Eu queria que o senhor me esclarecesse em relação a isso, até porque nós estamos fazendo uma audiência pública. Eu pedi para a minha assessoria pesquisar aqui se já tem algum projeto de lei que versa sobre esse assunto, mas não tem.

Então é por isso que eu queria que o senhor... Se o senhor puder me dar um esclarecimento em relação a isso, eu lhe agradeço.

E quero dar um abraço em todos aqui que estão presentes nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Só para saberem, o Dr. Hiran é médico também...

O SR. RENATO PORTO – Sim...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – ... especialista em tudo aqui.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Nós estamos sempre discutindo sobre pesquisa clínica, enfim. Renato é amigo antigo.

O SR. RENATO PORTO (Para expor.) – Senador Hiran, primeiro, quero cumprimentá-lo por toda a busca por conhecimento em relação a esse processo de inovação, de incentivo ao ecossistema farmacêutico brasileiro.

O senhor está se tornando, além de um médico extremamente qualificado... E ontem, no nosso evento, você demonstrou, de fato, uma *expertise* e uma sensibilidade para o sistema brasileiro muito grande quando deu um exemplo de um tipo de cegueira próprio do sistema brasileiro. E avança, de fato, em outro tema muito complexo, que é o dossiê de proteção.

Primeiro, a gente precisa ter muita segurança de que patente protege quem inventa, cientistas – o senhor é um especialista. Tem isso, e eu vou fazer uma fala para tentar esclarecer, porque senão fica muito difícil, Presidente, chegar só à conclusão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Patente protege o inventor. A proteção do dossiê protege aquele que apresenta o dossiê e vai ter o direito à comercialização daquele produto, seja uma inovação, seja um produto cópia.

O estudo que o Miguel apresentou da Copenhagen muito rapidamente aqui, mostra, de fato, que quanto mais rapidamente novos produtos, produtos inovadores, como a Jussanã disse, produtos de referência chegarem ao Brasil, mais rapidamente chegarão medicamentos genéricos. Portanto, a gente sai de um ambiente em que a gente tem uma velocidade de internalização de produtos, inclusive cópias, porque essa sequência é alguém inova, depois alguém faz uma cópia. Então, quanto mais rapidamente se trouxer a inovação, mais rapidamente vai vir uma cópia.

Esse estudo da Copenhagen mostra que o dossiê de proteção seria capaz de agilizar esse tempo em 85% das moléculas que estão no Brasil, o que significa dizer também que, a cada um produto que se traz nessa velocidade, a gente aumentaria a entrada de mais 3,17 genéricos no mercado. Por quê? E por que a gente também tem que explicar? O dossiê de proteção é uma segurança para quem vai trazer cada vez mais rapidamente para a Anvisa toda a receita do bolo.

Hoje não temos isso. Vários países do mundo têm. E, quando a gente faz isso, quando a indústria traz isso para a Anvisa (e a gente está litigando no processo de melhoria do INPI, melhoria do processo da Anvisa), se esses tempos todos, Senador Hiran, se ajustarem adequadamente, talvez – eu estava conversando aqui antes de começar a sessão – parte dessas discussões que nós temos aqui no Senado não existiriam, porque seria absolutamente normal. Você tem, de fato, que proteger os cinco primeiros anos de quem apresenta toda uma carga documental capaz de dizer para a Anvisa que era um requisito.

Nem em todos, na maioria dos produtos, Senador Hiran, não existe isso. Se você criar um novo produto que não seja regulado, ele entra no mercado imediatamente. Entrou, teve uma patente aprovada, no outro dia você pode colocar esse produto no mercado. Depende meramente da produção desse produto. O medicamento não. Você protocola uma patente e vai discutir com vários outros órgãos. Esse tempo hoje está demorando oito anos – mais de cinco anos.

Portanto, o dossiê de proteção não impactaria a produção de genéricos. Pelo contrário, também o estudo da Copenhagen traz esse dado, diminui a médio e longo prazo o custo da saúde, porque você vai trazer, Senador Izalci, mais produtos. Então, quanto mais cópias e mais genéricos tiver, o que, de fato, é uma oportunidade de acesso à população, um produto que tem no máximo 65% do produto referência, quanto mais rapidamente isso acontecer, melhor será o sistema de atenção farmacêutica brasileiro.

Depois de 20 anos a gente vai aumentar esse prazo? Nunca, Senador, nunca, porque 20 anos é, logicamente, muito maior que 5 anos, e esse dossiê é apresentado quase... Hoje o Brasil tem a capacidade de ter registros em primeira onda. O que significa dizer isso? Significa dizer que, no momento em que um produto é apresentado nos Estados Unidos, na Europa e toda a litigância – o senhor fez em vários processos como os de pesquisa clínica –, no momento em que isso é feito, ele é apresentado aqui.

Portanto, não há que se falar, em nenhum momento, em aumento desse prazo de 20 anos, porque esses prazos se cumularão. Você tem um prazo maior que é o prazo da proteção patentária e você teria um prazo menor que é o prazo de proteção do dossiê de testes que é apresentado para a agência.

Isso também é, Senador Hiran, uma contribuição e uma troca, como eu disse no início da minha apresentação, muito justa, seja para quem inventa, seja para quem representa. O Estado exige que esse produto seja regulado e, portanto, uma série de dados. O Estado exige que seja

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

apresentada uma série de informações para se ter patente e, por outro lado, o Estado devolve alguns requisitos e algumas proteções, como é a proteção patentária e como é a proteção do dossiê.

São instrumentos diferentes. Esse é o primeiro passo para a gente não confundir os dois instrumentos.

Então, tentei, Senador Hiran, mas não sei se fui exaustivo ou se consegui esclarecer todos os seus questionamentos.

Muito obrigado, Senador, mais uma vez, pela preocupação com o sistema farmacêutico brasileiro e mundial.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu até, Senador Izalci, louvo o seu interesse pela matéria, porque eu acho que o Parlamento brasileiro tem que estudar muito sobre isso. É um assunto muito específico, não é?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – É um assunto extremamente específico que ele...

Você falou em INPI. Quando se entra com um registro no INPI, que ele disse que é de cinco a oito anos – não é, Renato? –, a gente precisa, e eu já conversei com o Vice-Presidente Alckmin, a gente precisa também, ao lado de tudo isso, reestruturar o INPI, porque é uma estrutura completamente anacrônica para as demandas, para a velocidade com que a ciência avança.

Então, eu já tive uma conversa com o Presidente para que a gente possa fazer... Tem aqui uma representante do ministério, e tem lá um projeto de se fazer um concurso para 120 servidores qualificados. A gente tem que colocar a inteligência artificial para funcionar lá, para assessorar, para nos ajudar nas análises, para otimizar as análises.

Mas eu acho que, por exemplo, nesse caso, eu acho que a indústria nacional vai ficar cerceada, por exemplo, de conseguir matéria-prima para começar os estudos. Tem que haver um estudo, uma análise muito acurada disso, porque eu respeito muito a indústria. Eu acho que inovação fora do país não são só as grandes companhias que fazem. As universidades fazem, as grandes companhias compram inovações que, nos seus estudos, nas suas avaliações, têm uma possibilidade de serem altamente lucrativas e serem importantes para a humanidade, enfim, mas também há uma compensação de perdas quando essas inovações que são adquiridas pelas empresas também não surtem grandes efeitos, porque os países ricos compensam quem faz pesquisa e não é só instituição privada.

Então, eu acho que a discussão é grande, e sempre procurei aqui, trabalhei muito para a gente fazer esse marco legal, para trazer investimento para cá, para trazer inovações, para fortalecer nossos centros de inovações, como existem centros de inovações no mundo e precisam existir aqui no Brasil, mas também a gente não pode deixar de proteger a nossa indústria nacional, que é uma indústria que gera muitos empregos, que eu acho que faz, inclusive, um equilíbrio de preço no mercado. Porque eu ainda não levantei uma questão nesta Casa que um dia eu vou levantar: validade dos medicamentos. Aí eu vou jogar, incendiar as coisas aqui, porque as indústrias ganham muito na validação dos medicamentos.

A minha velha e falecida mãe, se ela estava tomando um comprimido que vinha dentro de uma embalagem de alumínio, que conserva muito, se vencesse o remédio hoje, amanhã ela não tomava mais o remédio, apesar de eu dizer para ela que aquele remédio tinha efeito terapêutico. E assim são a maioria das pessoas. E, se a gente for ver o efeito terapêutico de muitos medicamentos, a gente vai ver que tem medicamento que depois de 30 anos, Senador Izalci,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

tem efeito terapêutico semelhante ao efeito de hoje. E as pessoas e as instituições os jogam fora. Isso é uma coisa também que a gente precisa enfrentar.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Muitas vezes isso vai para os nossos lagos também...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – ... contaminando aí.

Mas, Dr. Hiran, só para esclarecer...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Mas, desculpe-me por atrapalhar. Eu vim só...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Não, é só para esclarecer o seguinte.

Eu sou o Presidente da Frente Parlamentar de Ciência e Tecnologia desde quando ainda era Deputado e, pela formação, eu sou contador e auditor. Então, sou especialista em custo.

Então, quando, na pandemia, por exemplo, veio projeto querendo quebrar todas as patentes, ótimo! Isso aí é maravilhoso. O custo vai lá embaixo. Só que, quando você quebra uma patente, você inibe que outras inovações... Outros investidores vão fazer isso aqui.

Então...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – É um desafio.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É uma discussão exatamente para a gente poder...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – É um desafio para a gente poder parametrizar e equilibrar as coisas.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Exatamente.

E nós mudamos todo... Eu fui Secretário, duas vezes, de Ciência e Tecnologia. Então, a gente conseguiu colocar a inovação na Constituição, mudar o marco regulatório de ciência e tecnologia. O gargalo foi exatamente o INPI, que é um gargalo antigo. Outro gargalo é na universidade, porque os pesquisadores, as universidades, valorizam o plano de carreira pelos artigos científicos.

Então, nós somos o 13º país em artigo científico, mas um dos últimos lá dos países em termos de transformar isso aqui em conhecimento, em produto, em serviço.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Fazemos muito *paper*.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É, exatamente.

Por isso é que eles copiam muito o nosso aqui.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Mas eu quero parabenizar V. Exa. pela audiência pública...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Mas agradeço a colaboração de V. Exa.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – E aqui nós estamos mais é para aprender mesmo com a turma aí, que são *experts*.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Eu vou passar para a próxima aqui, mas eu vou pedir a V. Exa. para presidir, só por um minutinho aqui, enquanto eu vou aqui do lado.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Com todo o prazer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Eu vou passar aqui, então, para o Tiago de Moraes Vicente, que é o Presidente-Executivo da Associação Brasileira...

Ah, não, é a Marcela, é porque eu já tiquei a Marcela aqui.

É a Marcela Vieira, que é Assessora Regional de Advocacy para a América Latina da Organização Médico Sem Fronteiras.

A SRA. MARCELA VIEIRA (Para expor.) – Bom dia a todas e a todos aqui presentes e também aos participantes *online*.

Em nome de Médicos Sem Fronteiras, eu agradeço o convite, a oportunidade de estar aqui hoje para apresentar a nossa posição em relação ao tema de proteção regulatória de dossiê de testes.

Eu queria começar a minha fala também em solidariedade ao povo do Rio Grande do Sul. Inclusive eu estou aqui substituindo o meu colega Francisco Viegas, que é de Pelotas e, então, não pôde estar aqui hoje presente por conta de toda a situação que está acontecendo lá.

Enfim, para quem não sabe, a Médicos Sem Fronteiras é uma organização internacional humanitária que leva cuidado de saúde principalmente para pessoas afetadas por graves crises humanitárias, inclusive a gente está dando apoio lá para a situação do Rio Grande do Sul também, e tem operações em mais de 75 países.

Um dos grandes desafios que a gente enfrenta na prestação desse serviço médico é exatamente a questão do alto preço dos medicamentos. E em relação a isso, a gente já tem estudos, há muito tempo, demonstrando que quando não tem concorrência, quando existe uma situação de exclusividade de mercado – que pode ser gerada por diferentes fatores, um deles sendo a patente e o outro sendo a exclusividade de dados, que a gente está discutindo aqui hoje –, isso evita que tenha concorrência e os preços dos medicamentos ficam muito altos.

Historicamente, o MSF depende da existência de medicamentos genéricos e de qualidade para fornecer um tratamento adequado para as pessoas que atende. Por isso, a gente tem historicamente se posicionado contra medidas que possam afetar a disponibilidade de medicamentos genéricos.

Enfim, várias coisas na apresentação já foram faladas por pessoas que me precederam aqui hoje e também na audiência realizada na semana passada, mas eu queria trazer aqui um esclarecimento – Senador, se o senhor puder ficar um minuto, é só porque eu acho que essa pergunta surgiu na semana passada e também o senhor tem voltado a ela – sobre essa questão, enfim, dos princípios de ética em pesquisa em seres humanos. E acho que, na conclusão da audiência da semana passada com o Senador Marcos Pontes, houve uma pequena confusão sobre o que que é que a gente fala que violaria o princípio de ética em pesquisa em seres humanos.

É evidente que a pesquisa em seres humanos, em si, é toda regulada, e isso não é uma violação dos princípios de ética em pesquisa porque ela segue todas as regulamentações existentes. Mas o que seria, sim, uma violação é você obrigar os produtores de genéricos a repetir ensaios clínicos que já tenham os seus resultados conhecidos.

Então, isso que foi colocado aqui, o medicamento original realiza os ensaios clínicos para demonstrar dados de eficácia e segurança e, a partir dessa pesquisa clínica, esses dados já são conhecidos e ficam disponibilizados na agência reguladora. O medicamento genérico tem que demonstrar que é intercambiável pelos testes de bioequivalência, mas não precisa repetir todos esses ensaios de fase um, fase dois e fase três; ele tem que fazer um ensaio mais simples, só para demonstrar que é igual ao medicamento de referência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A partir do momento em que a gente impede a agência reguladora de fazer uso desses dados que já existem e já são comprovados, e você obriga o medicamento genérico a realizar essas pesquisas todas novamente, você tem aí uma violação dos princípios de ética de pesquisa, que é muito séria, exatamente porque você está submetendo seres humanos a uma pesquisa totalmente desnecessária, porque o intuito é demonstrar algo que já se sabe.

Todos esses ensaios clínicos têm participantes que vão receber o tratamento, têm participantes que vão receber placebo. A gente vai estar dando placebo para pessoas que já se sabe que tem um medicamento que poderia funcionar. Então, assim, obrigar medicamentos genéricos a ter que repetir ensaios de pesquisa com seres humanos para comprovar o que já é reconhecido, que já tem dados comprovando, é uma violação dos princípios éticos de pesquisa em seres humanos. É importante que isso fique claro. Eu espero ter esclarecido esse ponto que ficou um pouco em dúvida.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Se me permite, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pois não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Concordo plenamente. Quando a gente olha a questão de custo, porque essa é a dificuldade como contador...

Porque na medida em que... Por isso que eu perguntei ao Renato: quanto é que essa pesquisa está na composição do custo do medicamento. Ele disse, pelo que entendi, 57%. Então, 57% do custo do medicamento é essa pesquisa.

Se o concorrente... Estou dizendo assim, se o concorrente vai fazer um produto similar para concorrer com ele e simplesmente não vai fazer, ou vai fazer 57% mais barato, é evidente que a tendência é você inibir novos investimentos em pesquisa. Estou só dizendo assim... mas eu entendi, não tem lógica mesmo. Se já tem a pesquisa, não tem sentido fazer novamente. A questão é que haverá, evidentemente, uma compensação de alguma forma. Mas entendi perfeitamente, acho que você tem toda razão, não faz sentido fazer duas, três pesquisas da mesma forma. Mas entendi perfeitamente.

A SRA. MARCELA VIEIRA – Obrigada, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Dr. Hiran, agradeço a V. Exa. por continuar a audiência, porque hoje é aniversário da minha esposa e eu tenho que... eu tenho um almoço lá e tenho que chegar lá, senão depois vou ter problema. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Transmita os parabéns em nome de todo o nosso auditório aqui e, infelizmente, você não vai nos convidar para esse convescote, mas dê um abraço nela. (*Risos.*)

A SRA. MARCELA VIEIRA – Então, é evidente... eu vou chegar na questão dos custos depois, mas para deixar claro que a gente está falando de questões de ordem absolutamente diferente. Uma coisa são os custos financeiros, os investimentos financeiros, e outra coisa são os princípios de ética que têm que ser seguidos para qualquer pesquisa com seres humanos, que não são cobaias; são participantes de pesquisa clínica que têm regras que devem ser seguidas e têm direitos a serem garantidos.

Enfim, são ordens de valores diferentes de que a gente está falando aqui. Dando seguimento... (*Pausa.*)

Ah, é para cá, não é?

Enfim, isso aqui também já foi falado várias vezes, então eu só vou aqui fazer uma distinção. Quando a gente fala de proteção regulatória do dossiê de testes, a PRDT, existem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

diferentes formas de se proteger esses dados; não existe uma forma única de se proteger esses dados.

Já foi colocado que o Acordo TRIPs da OMC, sim, estabelece uma obrigação para os países-membros de proteger os dados de testes não divulgados contra o uso comercial desleal. É só isso que o TRIPs fala. O TRIPs não fala em um direito de exclusividade sobre os dados. Aliás, essa questão de como se daria essa forma de proteção dos dados – se seria uma proteção, se seria uma exclusividade, diferentes países adotam diferentes modelos – foi negociada durante o Acordo TRIPs. Não é que eles não sabiam dessa possibilidade; isso foi colocado como uma hipótese para ter a exclusividade, e isso foi rejeitado pelos países no texto final.

Inclusive, esse tema voltou de novo no âmbito da OMC, na famosa reunião ministerial de Doha, em 2001, onde, de novo, foi colocado pelos países, foi reiterado que não há uma exigência da concessão de direitos exclusivos ao proprietário dos dados, apenas uma proteção contra o uso comercial desleal. E também ficou claro que o fato de a autoridade nacional, como a Jussanã, da Anvisa, aqui colocou, confiar nos dados que já tem em sua posse para avaliar outros pedidos de registro de um medicamento com aquela mesma molécula, não implica em um uso comercial injusto.

Então, isso também já foi discutido extensivamente em fóruns internacionais e já está claro que não há uma exigência de direito de exclusividade, e tampouco essa prática, que é adotada para o registro de medicamentos genéricos, que faz referência a dados já em posse das agências reguladoras para aprovação de medicamentos genéricos, configura uso comercial injusto.

É por isso que a gente vê aí que na verdade muitos países não adotam exclusividade de dados. Todos os países adotam alguma forma de proteção de dados porque isso é uma obrigação dos países, mas a grande maioria dos países, inclusive membros da OMC, não adota exclusividade de dados.

Inclusive, só 16 países de renda média adotam esse tipo de proteção nessa forma de exclusividade, e geralmente isso é decorrente de acordos comerciais com a União Europeia e os Estados Unidos, e são negociados fora do âmbito da OMC. Então, é importante também deixar esse ponto claro.

Como já foi colocado aqui, na verdade, o Brasil já tem uma proteção de dados de teste. Isso está na Lei de Propriedade Industrial, no art. 195. A forma que o Brasil adota hoje já está dentro do que é obrigação internacional. E a gente tem a exclusividade de dados para produtos farmacêuticos de uso veterinário, fertilizantes e agrotóxicos por um período de dez anos. Isso, como foi dito, é uma lei de 2002, e, na época, também se discutiu a possibilidade de adotar essa exclusividade de dados para produtos farmacêuticos de uso humano. Isso também foi rejeitado exatamente pelo impacto que isso teria na política de genéricos, que, como foi colocado aqui pelo Senador, é uma grande vitória da população brasileira.

Enfim, existe aí uma tentativa, já faz muito tempo, de que essa questão da exclusividade de dados está sendo debatida em território nacional por diferentes formas. Já houve um projeto de lei em discussão no Congresso que acabou sendo arquivado no âmbito maior da reforma da lei de patentes. Não foi aprovado, mas já foi amplamente discutido, e a gente teve também algumas decisões na esfera judicial, com algumas empresas farmacêuticas que entraram com ações judiciais...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARCELA VIEIRA – ... pedindo que fosse estendida para o produto de uso humano essa exclusividade. Inclusive, isso levou à retirada de versões genéricas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

medicamentos que já estavam em comercialização no país. Então, a gente vê um impacto que, inclusive, a gente já sentiu devido a essas decisões judiciais, que depois foram revertidas, mas que houve, de fato, uma retirada das versões genéricas que já estavam no mercado. Então, há sim um impacto grande na disponibilidade de medicamentos genéricos.

A gente já trouxe também, às pessoas que participaram da audiência anterior, muitos estudos de impacto que demonstram o atraso na aprovação de medicamentos genéricos. Esse estudo que foi trazido hoje da Copenhagen, eu confesso que não sou familiarizada com ele, mas é o único estudo de que eu já ouvi falar que fala o contrário. Porque, na verdade, tem amplos estudos, e, enfim, posso disponibilizar depois o *link* para todos eles, que demonstram que há um atraso na aprovação de medicamentos genéricos.

Inclusive, há estudos de impacto que são feitos para frente, para estudar o que eventualmente seria um cenário caso essa medida seja adotada, mas também estudos posteriores à adoção dessa medida. Então, como principais resultados, todos demonstram que houve um aumento dos preços dos medicamentos, houve um aumento das despesas farmacêuticas do setor público, houve uma disponibilidade reduzida de medicamentos genéricos e também não resultou em lançamento mais rápido de novos medicamentos no país. Isso é um estudo de impacto da Colômbia, que adotou exclusividade de dados por pressão de acordos comerciais, feito dez anos depois, demonstrando que isso não aconteceu.

Queria chamar a atenção aqui também para um estudo de que participei também há uns anos, em conjunto com a Fiocruz, com a Escola Nacional de Saúde Pública, que foi feito no âmbito do Tratado de Livre Comércio que estava em negociação entre a União Europeia e o Mercosul. Na época, uma das propostas...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Doutora, dá licença, seu tempo expirou. Vou lhe conceder mais um minuto.

A SRA. MARCELA VIEIRA – Tá, desculpe, eu vou avançar. Só para falar que uma das propostas que estava em discussão era exatamente a questão da exclusividade de dados. A gente fez aqui diferentes cenários e, em muitos deles, sim, a exclusividade de dados acabaria gerando um período adicional em relação à proteção patentária.

Então, essa questão de que a exclusividade de dados nunca vai além da proteção patentária não é exatamente assim que funciona.

Se fosse assim, não haveria um interesse tão grande da indústria em solicitar uma exclusividade de mercado, porque já haveria uma exclusividade de mercado concedida pela patente. Enfim, o impacto nos gastos públicos é da ordem de bilhões de reais. Então, é um impacto muito grande, e também a gente demonstrou uma redução das vendas do medicamento por empresas nacionais. Esse estudo, inclusive, foi utilizado pelos negociadores do tratado e acabou levando novamente à rejeição dessa proposta.

Senador, se o senhor me permite, vou avançar, mas eu queria só mais um minutinho. Eu vou concluir.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pois não, doutora.

A SRA. MARCELA VIEIRA – Eu também gostaria de chamar a atenção para outro estudo, inclusive na União Europeia, que é, enfim, um dos países mais desenvolvidos e que acaba trazendo muito a pressão para que países em desenvolvimento adotem esse tipo de medida. Eles estão atualmente passando também por um processo de avaliação e há o impacto da revisão da legislação farmacêutica lá, e foi demonstrado que, enfim, havia uma proposta para estender ainda mais o período de exclusividade de dados que eles têm, e foi demonstrado que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

um ano adicional de exclusividade de dados geraria um custo adicional para o sistema de saúde da União Europeia de mais de €1 bilhão por ano.

Então, os países, inclusive da Europa, estão se posicionando contra qualquer aumento no tempo de exclusividade e também revendo o tempo atual de exclusividade de dados.

Só para voltar aqui ao argumento, que eu acho que ainda resta, e eu prometo que já estou concluindo, que é essa questão do investimento financeiro, que foi trazida aqui diferentes vezes. É verdade que custa caro para desenvolver um medicamento, mas também é verdade que tem muito pouca transparência em relação a quanto custa, de fato, para desenvolver o medicamento. Tem muitas estimativas que estão disponíveis na literatura e essas estimativas variam enormemente. Então, tem estudo que fala que com US$40 milhões você consegue desenvolver o medicamento e outros falam que custa mais de US$4 bilhões, e as metodologias de desenvolvimento desses estudos não são claras. Alguns estudos incluem, por exemplo, custos de *marketing* dentro dos custos de P&D, outros incluem custos de capital, o quanto deixou de se ganhar por estar investindo nisso e não investindo em outras coisas.

E recentemente, o MSF, visando a contribuir para este debate sobre a transparência do custo de ensaios clínicos, divulgou os resultados detalhados do custo de um ensaio de fase dois, três para um medicamento de tuberculose, que custou na faixa de €34 milhões, quando estimativas para esse tipo de ensaio variam entre €4 milhões e €135 milhões. Então, a gente vê que essas estimativas são muito amplas, não têm transparência e não são baseadas em evidências. Então, o mínimo que a gente tem que demandar, se for seguir esse argumento de retorno de investimento, é que haja uma transparência, de fato, em quanto é que se investiu para o desenvolvimento daqueles medicamentos.

E um outro ponto é realmente que não é só a indústria farmacêutica, não é só o detentor do registro final que investe recursos no desenvolvimento de um medicamento. Tem, historicamente, estudos comprovando que muito da pesquisa básica vem de recursos públicos, de institutos públicos de pesquisa e universidades. Mas também, cada vez mais, há estudos que demonstram que os recursos públicos são muito grandes na fase dos estudos clínicos. Então, se no final...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARCELA VIEIRA – ... vai ser uma empresa privada que é a detentora desse registro, ela se beneficiou de muitos recursos públicos que foram aí colocados no caminho.

Trago aí uma análise recente de ensaios clínicos realizados em todo o mundo que demonstrou grande participação. A gente vê do lado esquerdo a participação de atores não comerciais em ensaios clínicos, tanto como patrocinadores quanto financiadores, que, na verdade, são mais do que aqueles que fazem com fim lucrativo.

Então, também é importante considerar que o investimento, e esse investimento todo que foi colocado, não é um investimento exclusivamente privado; não é um investimento exclusivo de quem vai deter a patente.

Então, esse é o meu último eslaide, é o meu último ponto, e eu também gostaria de lembrar que a exclusividade dos dados é automática. Ela é diferente da patente, por exemplo, que tem critérios para ser concedida; você tem que demonstrar novidade, atividade inventiva, aplicação industrial. A exclusividade de dados não requer nenhuma comprovação; ela simplesmente faz os dados e obtém uma exclusividade de mercado, não tem nenhum requisito.

Então, você não tem que demonstrar que tem a necessidade de recuperar os custos, você não tem que demonstrar o nível de investimento. Então, aí mais ou menos seria igual para todo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

mundo. E também, um ponto importante é que normalmente ela não tem salvaguarda de saúde pública. Por exemplo, no caso da patente, a gente tem um instrumento da licença compulsória, quebra de patente, que poderia ser adotado em caso de relevante interesse público. No caso da exclusividade de dados, isso não tem. Então, também limita aí possibilidades de utilização desse conhecimento, inclusive para fins de interesse público.

Então, eu gostaria só de concluir exatamente falando que a exclusividade de dados não é uma obrigação internacional, o Brasil já possui uma lei que protege os dados de teste contra o uso comercial desleal. A exclusividade de dados atrasa, sim, como tem vários e vários estudos comprovando, a entrada de medicamentos genéricos e aumenta o custo para o SUS e para os consumidores. Inclusive, tem muitas recomendações de organizações internacionais, da ONU, da OMS, do Pnud, contra a adoção desse tipo de medida exatamente pelo impacto que isso tem no acesso a medicamentos e na garantia do direito à saúde, e a gente adotar uma medida baseada única e exclusivamente no interesse financeiro de uma indústria, e como visto aqui, é uma indústria estrangeira nesse caso; a indústria nacional tem se posicionado contra essa medida, exatamente...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – É...

A SRA. MARCELA VIEIRA – ... para proteger o investimento que se quer, a transparência que se quer, a comprovação da necessidade...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Dra. Marcela...

A SRA. MARCELA VIEIRA – ... e isso é um grave retrocesso na garantia do direito à saúde. Eu encerro aqui.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – ... a senhora pediu dois minutos.

A SRA. MARCELA VIEIRA – Muito obrigada, Senador. Eu peço desculpas e encerro aqui a apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado. Até por conta de salvaguardarmos aqui o tempo dos próximos expositores, eu vou passar... Agradeço a sua exposição e vou passar em seguida a palavra ao Tiago de Moraes Vicente, que é Presidente-Executivo da Associação Brasileira das Indústrias de Medicamentos Genéricos e Biossimilares (PróGenéricos), por oito minutos.

O SR. TIAGO DE MORAES VICENTE (Para expor.) – Senador, Dr. Hiran, em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer muito a oportunidade, o convite e esse ensejo de poder tratar de alguns assuntos, inclusive alguns que eu acho que poderiam ter sido mais esclarecidos, como o caso dos medicamentos genéricos veterinários.

Eu acho que a introdução aqui da nossa apresentação já diz tudo, já diz muito, até complementa o que a Dra. Marcela disse, mas eu gostaria de passar para o próximo eslaide, por favor.

A gente... Isso.

A nossa associação congrega os principais laboratórios que fabricam e distribuem medicamentos genéricos aqui no Brasil, e o dado mais importante dessa página é a gente falar dos 90%. Essas 90% das enfermidades conhecidas hoje podem ser tratadas por medicamentos genéricos. Isso aqui eu vou voltar a refletir em uma coisa que pouco se falou, com exceção da Dra. Marcela. No final do dia, o que a gente está tratando aqui são vidas, é a melhora na saúde, é a inclusão daqueles que têm menos recursos para poder ter acesso à saúde, é pensar no SUS, que é uma estrutura que precisa ser tratada com muito carinho. E quando a gente fala em muito carinho, é desonerá-lo, é tratar o SUS de uma forma que ele seja cada vez menos onerado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Desde que surgiu a política de medicamentos genéricos, há 25 anos, completados nesta segunda-feira, dia 20, que foi o dia do medicamento genérico, a economia já chega a R$300 bilhões. Esse número é muito significativo, e eu vou voltar nele em alguns momentos.

Deixa eu só... Desculpa, acho que o meu está em PDF. (*Pausa.*)

Isso, obrigado.

Em relação a esse dado aqui, a gente fala aqui muito em números, mas eu quero ficar mais focado em falar em vidas e por que isso está sendo discutido hoje.

Se você olhar para esse gráfico, em 1975, a participação da indústria nacional era de 17%. A partir dali, do ano de 2000, 2001, com o início da política de medicamentos genéricos, a indústria nacional veio num crescente muito positivo. E esse crescimento não é só dando mais acesso, fornecendo mais ao SUS, disponibilizando medicamentos com uma eficácia idêntica ao medicamento original. Nesse esteio, a gente começa a observar alguns assuntos que nos preocupam e preocupam muito a indústria.

Primeiro, o excesso de judicialização e, agora, mais recentemente, a questão da proteção regulatória do dossiê de testes. A inovação é dentro da... O que eu consigo enxergar muito claramente é que a inovação, quando se fala das empresas internacionais, ocorre no nosso país em três âmbitos.

Ela é uma inovação mercadológica; ela procura vir para cá de forma a ampliar aqueles ganhos de uma inovação que foi feita no país de origem; ela é uma inovação jurídica, porque, muitas vezes, você vê ações de uma criatividade imensa para você poder retirar um medicamento genérico que está sendo fornecido ao SUS, que está sendo fornecido à população, disponibilizado nas farmácias. E isso tudo faz com que hoje a gente perceba uma nova inovação, que é uma inovação legislativa, que é algo que nós não temos para medicamento de uso humano, que é o chamado PRDT.

E Senador, eu queria deixar muito claro: essa política existe, ela está na lei de medicamentos genéricos veterinários, feita em 2014 ou 2015 pelo então Deputado Benedito de Lira, filho do Presidente Arthur Lira.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. *Fora do microfone*.) – Pai.

O SR. TIAGO DE MORAES VICENTE – Pai, desculpa. Pai do Presidente Arthur Lira, e que fez uma ponderação muito interessante comigo. Ele falou: "Tiago, até hoje não foi registrado um único medicamento genérico veterinário no nosso país". E a explicação é justamente essa: nós temos, na lei de medicamentos genéricos veterinários, a proteção regulatória de dossiês de testes. Isso impediu que houvesse um avanço nessa área também.

No eslaide seguinte, por favor... No eslaide seguinte, a gente vê a questão da judicialização, os chamados processos de PTA, que é o *patent adjustment agreement, patent term adjustment*. Ele fala justamente aquilo que a gente está discutindo, que é um fortalecimento ao INPI, que vem sendo feito.

Houve a aprovação do PLP na Câmara, o projeto PLP nº 148, que visa a fazer a desvinculação do orçamento do INPI para que ele possa trabalhar com mais velocidade. E quero deixar muito claro uma coisa que eu disse ao próprio Presidente Júlio Moreira, quando ele me recebeu – foi minha primeira audiência como Presidente da PróGenéricos –, que é: ninguém defende mais o direito patentário de 20 anos do que a PróGenéricos. Isso é a base da nossa indústria, isso dá a previsibilidade jurídica, isso dá a facilidade para que se calcule e veja quanto vai se precisar investir no medicamento para que ele possa, ao fim de 20 anos, sem um dia a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

mais, entrar no mercado. É disso que a gente está falando aqui no final do dia. E, de novo, falamos em vidas aqui.

Se essas 39 ações de que a gente está tratando hoje fossem totalmente negadas, a gente já estaria falando de uma economia que gira, para o SUS, perto de e ultrapassando R$1 bilhão, e a gente estaria falando de R$7,6 bilhões para os brasileiros.

Por favor, pode ir para o próximo eslaide.

Eu gostaria muito de falar de um mito em que eu sempre acreditei, mas que eu não conhecia até me debruçar muito sobre o assunto. Aquela frase que está lá: "O preço dos medicamentos não é determinado por seus custos de pesquisa. Ao contrário, é determinado por seu valor em prevenir e tratar doenças". Quem diz isso não sou eu. Eu vou evitar, até em decorrência do eslaide passado, citar nomes, citar marcas, porque a indústria internacional tende a ser muito profícua em judicializar, e eu não quero ser também judicializado. Mas isso foi dito por um ex-CEO de uma empresa internacional. Ele disse claramente: não é o preço da pesquisa que vai determinar o custo final do medicamento.

E aqui eu até gostaria de dizer também um pouco do que a Dra. Marcela disse; eu acho que a gente até usou o mesmo exemplo, o da hepatite. Mas falar que isso está na mão só do privado – a pesquisa – é um pouco... É falacioso. Eu não acredito, porque, quando você pega de 1965 a 1992, 15 de 21 medicamentos foram financiados com recursos federais. E os números vão se somando: quando você pega que 28 dos 35 medicamentos baseados em descobertas científicas foram também feitos por pesquisa do setor público... Aqui a gente está falando muito do NIH (National Institutes of Health), instituto nacional de saúde dos Estados Unidos que tem vários institutos coligados, entre eles o instituto nacional do câncer, que teve 50 descobertas no período de meio século passado, sendo que, de 58 medicamentos, 50 vieram do setor público. É isso que a gente precisa ver.

Para desenvolver a vacina de que a gente tanto fala, os Estados Unidos investiram US$39 bilhões, não só para fazer as pesquisas, mas também para depois fazer as primeiras compras. Sem contar que a estrutura orçamentária que um país como os Estados Unidos tem permite...

(*Soa a campainha.*)

O SR. TIAGO DE MORAES VICENTE – ... que se façam coisas que nós hoje, infelizmente, não conseguimos. Todo investimento é voltado em créditos tributários, e quando a gente fala, por exemplo, no caso do sofosbuvir, da hepatite C, sobre o qual acho até que a Dra. Marcela havia comentado, em que uma empresa grande, uma grande corporação adquiriu uma outra empresa por US$11 bilhões. Quer dizer, ela não fez a pesquisa, a parte dela foi fazer a comercialização, o *marketing* – porque o *marketing* é muito específico para esse tipo de produto; eu não vou entrar em detalhes –, mas a partir daí, o custo aumentou drasticamente. O custo aumentou drasticamente. Hoje a gente tem esse mesmo medicamento genérico no Brasil por um preço muito mais conveniente, muito mais acessível e que, inclusive, dá uma economia para o SUS que é gigantesca. Isso é uma coisa que a gente sempre tem que falar.

Quando a gente fala em inovação, em área de pesquisa, eu não consigo imaginar hoje, com o país que nós temos, com as dificuldades orçamentárias que nós temos, a mudança ou a criação de um *cluster* de pesquisas inovadoras, radicais, que possam vir para cá, apesar de que a gente já tem indícios, apesar de que a gente já vê focos. As empresas que hoje, lá fora, são grandes, um dia tiveram o tamanho da gente. Lá fora, elas são tão grandes que... Eu tenho até o dado aqui... De 2003 a 2016, essas empresas receberam um total de US$33 bilhões em multas. Isso equivale a R$170 bilhões. Todas elas continuam no mercado. Ou seja, o que foi pago

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

apenas em multa – eu não estou nem falando em pesquisas, que são compradas – é quase que a metade de tudo aquilo que a gente já economizou com o medicamento genérico. Entendeu?

(*Soa a campainha.*)

O SR. TIAGO DE MORAES VICENTE – Então, é muito importante a gente ter esse parâmetro em voga, porque às vezes eu fico pensando: se há uma extensão de patentes...

Por favor, próximo.

Aqui, a gente está falando do *data protection*, colocando um pouco do que eu já falei nos outros eslaides e complementando o que os outros também já disseram; toda a linha, a cadeia, o dominó negativo que causa a inserção dessa política num país como o nosso.

Por favor, vamos para o próximo.

Aqui a gente tem um estudo que foi feito pelo IGBA, que é um instituto que é a PróGenéricos internacional, vamos dizer assim. Eles fazem os cálculos com os dados locais e mostram... Por exemplo, o caso do México é muito emblemático. Eles têm uma economia total, eles têm uma perda total de praticamente R$1,7 bilhões. O número de moléculas genéricas, de princípios ativos genéricos disponíveis no México é muito menor do que o que tem no Brasil. Lá eles adotam o PRDT também.

Eu tenho mais um último eslaide, Senador. Eu sei que o meu tempo está acabando, mas eu gostaria...

Esse aí é o que mostra exatamente aquilo que já foi muito falado aqui: hoje, é essa estrutura, que é a estrutura saudável para o ecossistema brasileiro, que é o monopólio patentário que é concedido por lei, que nós respeitamos. São 20 anos e nem um dia a mais. Após isso, as empresas podem fazer os seus medicamentos genéricos, com benefício para toda a sociedade. Com o PRDT, isso aí pelo menos vai aumentar em cinco anos. É uma nova forma de se olhar a exclusividade.

Para finalizar, eu queria falar um pouco daquele estudo que é muito citado, que é o estudo da Copenhagen Economics, que também foi... O estudo da Copenhagen Economics, que está em circulação aqui, que serve para combater o estudo que foi feito pela OMS e pela UFRJ, foi feito pelo Governo brasileiro, foi feito pela OMS. O estudo que foi encomendado para a Copenhagen Economics pela União Europeia mostra algo diferente:

> Existe uma vasta literatura que estuda a relação entre os incentivos farmacêuticos, bem como os direitos de propriedade intelectual e o estímulo à inovação nacional. No entanto, os resultados são ambíguos [...] [de novo, é a Copenhagen Economics] [...] Por si só, a proteção da patente nacional não estimula a inovação nacional [...] ou seja, as patentes farmacêuticas têm mais efeitos sobre a inovação quanto mais desenvolvido o país for.

Nós, infelizmente, ainda não chegamos lá. Isso tudo é Copenhagen Economics.

E eu não poderia deixar de dizer o nível de acesso que o medicamento genérico promove – isso aqui eu tenho até a Dra. Marcela, aqui, do Médicos Sem Fronteiras, para poder me lastrear. Por exemplo, nós temos um associado meu, uma empresa brasileira, que vai ser uma empresa que vai extinguir uma doença que é global em países subdesenvolvidos, que é a bouba. Tudo isso com doações, dada a capacidade de produção, dada a capacidade de acesso e dada a capacidade de fornecimento, não só local como mundial. Ou seja, nós temos uma empresa brasileira que está tornando extinta uma doença que hoje assola países subdesenvolvidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, basicamente, espero ter respondido à Luana, de São Paulo; à Ana; à Larissa; e à Gabriella, dizendo que infelizmente hoje... Espero que daqui a 50 ou 80 anos a gente seja um país diferente e a gente possa, sim, adotar uma política de proteção de dados que vá, sim, gerar mais inovação e centros de pesquisa no nosso país.

Era isso que eu tinha para dizer.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, Tiago.

Passamos em seguida para o Dr. Ricardo Lobato Torres, que é Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal do Paraná, representando a Associação Brasileira de Economia Industrial e Inovação (Abein).

Prof. Ricardo, por favor.

O SR. RICARDO LOBATO TORRES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador. Bom dia aos convidados e demais Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Bom dia.

O SR. RICARDO LOBATO TORRES (*Por videoconferência*.) – Você me ouvem bem?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Sim.

O SR. RICARDO LOBATO TORRES (*Por videoconferência*.) – Bom, vamos lá.

Em primeiro lugar, eu quero agradecer o convite à Associação Brasileira de Economia Industrial e Inovação. Em nome do Prof. Renato Garcia, professor da Unicamp, eu estou aqui como representante da Abein. A minha indicação foi feita pelo fato de eu fazer parte de uma rede de pesquisadores, de nível nacional, que tem se dedicado há algumas décadas a estudar a indústria farmacêutica brasileira e também o complexo industrial da saúde no Brasil.

A discussão que eu vou trazer aqui para complementar as palavras anteriores é fruto de um trabalho que a gente realizou – eu em parceria com um colega da Universidade Federal do Paraná, o Prof. Hugo Carcanholo –, que foi justamente fazer uma comparação entre esses dois principais estudos que têm sido citados aqui, que estão circulando no âmbito desse debate, que são: o estudo que foi realizado lá pela UFRJ, liderado pela Profa. Dra. Julia Paranhos, de cuja equipe eu fiz parte também; e a resposta, o estudo mais recente, de 2023, que é esse que o Tiago acabou de citar, o da Copenhagen Economics.

Então, a minha fala vai nesse sentido, com o propósito de demonstrar, basicamente, a diferença entre os estudos, mas sobretudo para colocar quais são os principais argumentos favoráveis à implementação da proteção regulatória de dados, e em que medida esses argumentos fazem ou não sentido para a realidade brasileira.

Bom, antes de eu adentrar especificamente esse assunto, os estudos que a gente tem feito, ao longo do tempo, basicamente conseguiram mapear duas das principais dimensões dessa discussão. É claro que tem outras discussões, por exemplo, no âmbito da ética em pesquisa, que já foi mencionado anteriormente, mas, basicamente, a gente tem uma dimensão jurídica, que, para não me estender muito na fala, porque isso já foi apresentado nesta audiência e na semana passada... No âmbito da Abein, a gente tem o entendimento de que, para todas essas questões que estão colocadas aqui neste eslaide, a resposta é negativa. Ou seja, como já foi colocado, o art. 39(3) do TRIPS não implica a obrigação de o país conceder um período de exclusividade no qual a agência regulatória pode confiar naqueles dados para aceitar os medicamentos genéricos. Então isso, na verdade, não é necessário, não é obrigatório, e o Brasil atende o dispositivo por outros marcos legais que já foram citados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Também, o uso regulatório, ou seja, o fato de a Anvisa ter o dossiê de testes para autorizar o medicamento inovador, o medicamento original, não significa dizer que ela, de maneira indireta, está causando uma concorrência desleal a favor da indústria produtora de genérico, porque, na verdade, como já foi colocado aqui, a própria empresa produtora de genérico tem que apresentar o seu próprio dossiê. Ele é mais simplificado, obviamente não há necessidade de repetir uma série de testes clínicos, mas não há, do ponto de vista da interpretação da lei, uma concorrência desleal, muito menos uma divulgação não autorizada dos dados de teste.

E também, como já foi colocado aqui, acho que até isso ficou bem interessante, bem evidenciado, e nos grupos de trabalho por que a gente tem circulado isso tem sido demonstrado: os dados que estão no dossiê de teste não são essenciais para aprovar o medicamento genérico, porque toda informação relevante para aprovar o medicamento genérico já está contida no dossiê abreviado que é apresentado pela própria empresa produtora de genérico.

Então, quando a gente pensa na possibilidade de implementar a proteção de dados no Brasil, a gente tem que analisar desde uma perspectiva econômica, e o primeiro ponto – eu acho que isso é bastante importante; já foi discutido aqui – é balancear os custos e benefícios para a sociedade. Também tem algumas discussões que vão aparecendo, e eu vou tentar, nesse breve período de tempo, aqui, esclarecer algumas coisas.

Há uma diferença em termos de disponibilidade de medicamentos que são lançados em nível global, no país, e em termos de acesso. Disponibilidade é uma coisa e acesso aos medicamentos é outra, que é mediada pelo preço do medicamento, pela oferta de concorrentes, que faz com que esse preço seja equilibrado e permita pagar um preço mais acessível, seja do ponto de vista privado, da pessoa que vai à farmácia comprar um medicamento, seja intermediado por um sistema de compras públicas, como é o caso do nosso Sistema Único de Saúde.

Também se dá a entender, na narrativa favorável à implementação do dossiê de teste, que essa regulamentação é condição fundamental para promover mais inovação, mas, na verdade, a gente tem que qualificar um pouquinho o que se diz quando se fala no termo inovação, porque ele é um termo bastante genérico – ou seja, ele pode ter várias conotações.

E aí, nessa discussão, basicamente, centrando nesses dois textos que eu mencionei, tem algumas conotações, e eu vou tentar esclarecer um pouquinho cada uma delas. Com relação aos principais argumentos, eu listei três que estão lá no estudo da Copenhagen Economics, que acho que é um texto que resume bem tudo que tem sido apresentado nos textos e em outras narrativas que fazem a defesa da implementação da proteção dos dados de teste no Brasil.

A primeira ideia é que a concessão desse direito vai fazer com que haja um aumento da disponibilidade de medicamentos inovadores no Brasil. Isso quer dizer que as empresas estrangeiras vão registrar esses medicamentos no Brasil numa quantidade maior por conta dessa proteção. Bom, o raciocínio básico por trás disso é que esse tipo de proteção garante o retorno sobre o investimento em P&D, ou seja, esse é um elemento, lógico, e aí, como já foi demonstrado, existe uma situação em que a patente, às vezes, não é suficiente para garantir esse retorno, porque o tempo entre o pedido de patente, quando você descobre uma nova molécula que tem o potencial terapêutico, e a realização de todo o desenvolvimento tecnológico depois, as pesquisas, até entrar no mercado... Pode ser que o tempo entre uma coisa e outra demore, e, quando ele entra efetivamente no mercado, ou falta pouco tempo para a patente expirar ou ela já expirou.

Então, isso significa dizer que o pleito, principalmente das empresas que lançam esse tipo de produto, é que haja uma extensão dessa exclusividade, dessa exploração comercial do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

medicamento, porque a patente já está acabando, ou seja, seria uma forma de compensar financeiramente os investimentos em P&D.

Bom, como eu já vou mostrar mais adiante, esse tipo de argumento – o de relação de causa e efeito entre ter a regulação de dados e o aumento da disponibilidade de medicamentos nos países que implementam esse tipo de coisa ou não – é questionável. Eu vou mostrar alguns dados mais adiante para mostrar como esse argumento é fraco. Esse argumento é fraco, ou seja, uma coisa não causa a outra necessariamente. Há outros fatores mais importantes, como o tamanho do mercado, o perfil epidemiológico de cada país, a existência ou não de um sistema público que garante compras de medicamentos, que vão determinar se a empresa vai disponibilizar esse produto inovador em um país ou em outro.

O segundo argumento se refere ao fato de que, se houver a regulação de dados de teste, isso vai atrair investimento estrangeiro para a realização de ensaios clínicos. Isso também é problemático no sentido de que as evidências, inclusive as evidências produzidas pela própria Copenhagen Economics, são na verdade contraditórias, porque fornecem evidência contrária em relação a esse argumento.

Por fim, o último argumento é o de que essa regulação de dados implicaria efeitos multiplicadores na economia. Basicamente existe uma lógica, na narrativa, de que o fato de ter a proteção regulatória de dados implicaria mais pesquisa e desenvolvimento no país, especificamente mais ensaios clínicos, e isso implicaria o aumento da produção local de novos medicamentos, e aí a gente teria um efeito de aumento de emprego e renda.

Falta ainda base teórica e evidência empírica para fazer relação entre uma coisa e outra, porque, na verdade, ainda que a gente aceite que aumentem as pesquisas clínicas no país, nada garante que esses medicamentos novos serão produzidos nacionalmente. O que a gente tem observado, do ponto de vista empírico, é que cada vez mais a gente está importando não só o insumo farmacêutico ativo, como também o medicamento acabado. Isso é um desafio, principalmente com os medicamentos inovadores, que estão em grande medida sendo trazidos do exterior, então isso gera um efeito... Esse efeito multiplicador na economia não acontece; na verdade, ele gera renda...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO LOBATO TORRES (*Por videoconferência.*) – ... para a produção local – para a produção, na verdade, em outras localidades que não o Brasil.

Já ouvi aqui que o meu tempo está acabando, e eu quero mostrar algo que talvez não tenha ficado muito explorado, mas que é um elemento básico da discussão, que é o seguinte: esse dado que está lá no estudo da Copenhagen Economics usa Taiwan como um exemplo de sucesso. Basicamente, existe um método estatístico utilizado lá que compara o que teria acontecido com Taiwan caso não tivesse adotado a proteção de dados de teste. Isso aconteceu no ano de 2016 ou 2017, e aí a linha contínua mostra que há um aumento nos ensaios clínicos, por milhão de pessoas, em relação ao que teria acontecido caso esse país não tivesse adotado a proteção.

Por outro lado, quando a gente compara países mais próximos, que eu acho que são mais adequados de comparar... Nos casos do Chile, da Colômbia, do México, que já foi citado, a gente vê que...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Dr. Ricardo, o senhor tem mais um minuto para encerrar, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO LOBATO TORRES (*Por videoconferência*.) – Obrigado, mais um minuto e eu encerro.

Quando a gente olha para o caso do Chile, a gente vê que lá em 2005 isso foi implementado, e a quantidade de ensaios clínicos que aconteceram de lá para cá, que é um período de tempo mais longo, é inferior àquilo que teria acontecido caso o Chile não tivesse adotado a proteção de dados de teste.

Ou seja, há um conjunto de evidências que vêm mostrando que não há uma relação de causa e efeito muito clara entre a concessão do benefício de ter a proteção de dados de teste para as empresas inovadoras com relação à entrada dos medicamentos nos países e, sobretudo, com relação aos ensaios clínicos, que são a parte da pesquisa e do desenvolvimento.

Então, para encerrar a minha fala, quando a gente faz um balanço, a gente vê que a gente tem alguns benefícios que isso vai trazer. Um benefício privado é um tempo maior de geração de lucros extraordinários para o inovador, que poderia ser justificado do ponto de vista do retorno sobre o investimento. Por outro lado, a questão de maior disponibilidade de medicamento e de maior investimento em pesquisa e desenvolvimento é muito incerta, ou seja, não há evidência que comprove que esses tipos de benefícios, que poderiam ser socializados, vão acontecer. Então, eles são incertos.

Por outro lado, há custos sociais, que são o aumento das despesas com aquisição de medicamentos, seja de maneira direta, pelo paciente, seja de maneira indireta, pelo sistema público de saúde, isso vai aumentar, já está bastante claro para quem tem estudado o assunto.

E um outro elemento importante com relação às inovações é que muitas inovações que são feitas pelas empresas brasileiras são inovações incrementais, ou seja, são melhorias de medicamentos já existentes, mas, para que elas possam lançar suas novidades, aquele medicamento original não pode estar protegido. Então, se a gente expande esse tempo de proteção dos medicamentos originais, isso faz com que haja um retardo também nessa competência da indústria brasileira, que é lançar produtos com inovação incremental no país.

Para eu concluir, o recado da Abein é que, dado o nível de desenvolvimento do país, dado o processo de maturação da indústria nacional e dada a própria questão do acesso a medicamentos, não se recomenda a adoção da proteção regulatória de dados no Brasil neste momento.

Mais uma vez, eu agradeço a oportunidade e fico à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, Dr. Ricardo Lobato.

Eu quero aqui agradecer a todos os nossos expositores convidados: o Dr. Renato Porto; o Dr. Miguel Carvalho; a Jussanã Cristina de Abreu, que fez a exposição remota; a Dra. Marcela, aqui do meu lado esquerdo; o Dr. Tiago de Moraes; e, agora, o Ricardo Lobato.

O Senado da República agradece a presença de todos vocês e os esclarecimentos aqui expostos, que serão muito importantes para a formulação do convencimento dos Senadores e Senadoras por ocasião de um eventual projeto de lei que possa surgir, nesse sentido, nesta Casa.

Nada mais havendo a tratar, eu declaro encerrada a presente reunião.

Uma boa tarde e Deus abençoe a todos.

(*Iniciada às 11 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 03 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE JUNHO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às onze horas e sete minutos do dia cinco de junho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Carlos Viana, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Rodrigo Cunha, Confúcio Moura, Fernando Dueire, Vanderlan Cardoso, Jussara Lima, Beto Faro, Teresa Leitão, Chico Rodrigues, Sérgio Petecão, Janaína Farias, Astronauta Marcos Pontes, Carlos Portinho, Izalci Lucas, Flávio Bolsonaro, Wellington Fagundes, Damares Alves e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Zenaide Maia e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Efraim Filho e Dr. Hiran. Deixa de comparecer a Senadora Daniella Ribeiro, conforme REQ n° 372/2024-CDIR. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação das atas da 8ª, 9ª, 10ª e 11ª reuniões, que são aprovadas. A Presidência comunica o arquivamento da carta aberta da Associação dos Fiscais de Radioproteção e Segurança Nuclear (AFEN), lida na nona reunião, realizada em 08/05/2024, sem que tenha havido manifestação de senador membro da CCT para análise da matéria pelo Colegiado, conforme instrução normativa da Secretaria-Geral da Mesa n° 12 de 2019. Passa-se à apreciação da pauta Deliberativa: **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 138, de 2024 - Terminativo -** que: "Institui o dia 12 de setembro como o Dia Nacional do Biofísico." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Relatoria:** Senador Fernando Dueire. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **Observação**: O Senador Astronauta Marcos Pontes e Carlos Viana fazem uso da palavra na fase de discussão da matéria. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática n° 9, de 2024,** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre as medidas de segurança em instalações de estações de recarga para veículos elétricos." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS/AL). **Resultado:** Aprovado o requerimento. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática n° 10, de 2024,** que: "Requer a inclusão de Yves Nogueira, Presidente do Centro de Excelência em Tecnologia de Software do Recife - Softex Pernambuco, na audiência pública, objeto do REQ 7/2024-CCT, para discutir o tema " Conecta e Capacita"." **Autoria:** Senador Fernando Dueire (MDB/PE). **Observação**: Os senadores Astronauta Marcos Pontes, Rodrigo Cunha e Carlos Viana fazem uso da palavra na fase de encaminhamento da votação da matéria. **Resultado:** Aprovado o requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Senador Carlos Viana
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/06/05

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG. Fala da Presidência.) – Meu bom-dia às Sras. e aos Srs. Senadores e àqueles que nos acompanham pela transmissão das redes sociais do Senado Federal, dando as boas-vindas a todos.

Declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 8ª, 9ª, 10ª e 11ª Reuniões.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A Presidência comunica o arquivamento da carta aberta da Associação dos Fiscais de Radioproteção e Segurança Nuclear (Afen) lida na 9ª Reunião, realizada em 08/05/2024, sem que tenha havido manifestação de Senador ou membro da CCT para análise da matéria por este Colegiado, conforme a Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019.

Informo que os itens 2 e 3, não terminativos, serão votados pelo processo simbólico e que o item 1, terminativo, será votado nominalmente com a abertura do painel eletrônico.

Quero dar um bom-dia especial ao Senador Fernando Dueire e ao Senador Astronauta Marcos Pontes. Meu muito obrigado mais uma vez, pela presença dos senhores.

E quero aqui fazer um agradecimento público ao Senador Astronauta Marcos Pontes pelo trabalho e esforço realizados com relação a uma criança de Minas Gerais, da cidade de Varginha, que tem uma doença rara, cuja medicação beira os R$15 milhões cada caixa. Nós buscamos ajudar e foi feito um grande trabalho, um mutirão em todo o estado, buscando recursos para ajudar a família do menino Enrico, a quem quero dar um grande abraço aqui, como aos avós e aos pais muito jovens, que enfrentaram com muita maturidade e com muita firmeza esse momento difícil, inclusive, de apoio necessário à criança. A família conseguiu boa parte dos recursos e nós também empenhamos em fazer com que a importação ficasse isenta dos impostos, especialmente do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços, por conta de se tratar de uma doença em um caso muito específico de uma família em necessidade. Conseguimos, pelo Estado de São Paulo, o apoio necessário à importação.

A presença e a ação do Senador Astronauta Marcos Pontes foram fundamentais para que o Governo paulista nos ajudasse e colaborasse na isenção. E agora a família já tem pelo menos a possibilidade de comprar o medicamento, Senador Fernando Dueire, num valor menor, justo. Trata-se de uma doença rara e de uma criança, de um brasileiro de pouca idade que precisa da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

nossa atenção. Portanto, Senador Astronauta, o meu muito obrigado a V. Exa. pelo apoio imediato de toda a sua equipe na ajuda à família do menino Enrico. Fico muito agradecido.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Pela ordem.) – Presidente, olhe, foi um prazer poder ajudar.

Eu também faço parte da frente. Sou coordenador da Frente de Doenças Raras aqui, uma frente mista. E isso é muito importante. Esse caso é um exemplo do problema por que passam muitas famílias no Brasil com essas doenças raras. A gente fala de doença rara e às vezes a gente pensa que é pouca gente. São quase 11 milhões de pessoas no Brasil que possuem algum tipo de doença rara. São mais de 7 mil tipos diferentes de doenças raras e, muitas vezes, o custo do medicamento é enorme. E, se a gente se coloca no lugar dos pais ou da pessoa que possui a doença, você vê que tem que comprar isso, que tem que dar um jeito de conseguir isso. É a vida contra o recurso. Então, a gente precisa ter soluções no Brasil para isso aí. Eu fiquei muito feliz em poder ajudar nessa questão dos impostos ali em São Paulo.

Também quero anunciar aqui que, na Unesp, em Botucatu, no dia 13 agora, tem a inauguração – tem um nome mais complicado, é um centro biomolecular, etc. – do que eu costumo chamar, desde o tempo do ministério lá, de centro nacional de desenvolvimento de medicamentos. Por quê? Qual é a ideia? Esse centro vai ter a capacidade de pegar o que existe na pesquisa brasileira e transformar essa pesquisa em medicamento junto com as indústrias. Isso envolve melhores práticas de laboratório, envolve um trabalho junto com a Anvisa também, envolve logicamente a infraestrutura. Eu, quando Ministro, lá ajudei a ser montada essa infraestrutura. Agora está completo o prédio e tudo o mais. Então, como eu falei, a inauguração será no dia 13 agora, na semana que vem. Esse centro vai permitir, inclusive para doenças cujos remédios são muito caros, porque fabricam em pouca quantidade, que, de repente, a gente consiga fazer no Brasil esses medicamentos.

É uma esperança que a gente tem para as pessoas com doenças raras também, porque ele vai pegar da nossa biodiversidade. Por exemplo, a Amazônia tem o programa Salas, com 50 laboratórios. Com os cientistas trabalhando ali, eles descobrem algum ativo; o conhecimento desse ativo é transferido para o que a gente chama de fábrica de moléculas, que são laboratórios que são capazes de sintetizar aquilo em moléculas – moléculas sintetizadas –; de lá, vai para Botucatu, e lá eles transformam esse conhecimento em parceria com a indústria e com todo o setor, com pequenos lotes de insumo, com testes pré-clínicos com animais e depois testes clínicos com pessoas, e transformam aquilo num medicamento.

Então, se a indústria não se interessar em fazer o medicamento porque são poucos clientes – vamos chamar assim –, a gente consegue fazer no Butantan, consegue fazer em Bio-Manguinhos, em Manguinhos, etc., ou seja, é uma esperança que a gente tem para essas pessoas com doenças raras, de ter o medicamento no Brasil, feito no Brasil, obviamente muito mais barato. Isso também ajuda o nosso SUS a poder trazer esses recursos, usar esses medicamentos aqui e economizar recursos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Está aí, parabéns ao Enrico. Eu desejo a ele e à família muitos e muitos anos de vida, com felicidade!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Se Deus quiser. Muito obrigado, Senador, e, mais uma vez, um agradecimento em nome de todo o povo de Minas Gerais pelo trabalho.

ITEM 1
PROJETO DE LEI N° 138, DE 2024
- Terminativo -

Institui o dia 12 de setembro como o Dia Nacional do Biofísico.

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

Relatoria: Senador Fernando Dueire

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Concedo a palavra para a leitura do relatório, Senador.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente Carlos Viana, meu querido amigo Senador Astronauta Marcos Pontes, é muita alvissareira – antes de diretamente ir ao relatório – a notícia que V. Exa. passa com relação à questão da produção de medicamentos.

A Amazônia realmente tem um potencial muito grande, e é preciso que nós possamos enfrentar isso com criatividade, com disposição, com determinação. Nós temos grandes cientistas no país que podem dar essa contribuição.

É interessante, Presidente Senador Carlos Viana. As pessoas com doenças raras aqui no Brasil sofrem muito. Minha esposa, por exemplo, há 37 anos é portadora de esclerose múltipla. É uma doença degenerativa do sistema nervoso central e incapacitante. Imagine que, num determinado momento de minha vida – ela já incapacitada de exercer atividade laboral –, eu apresentei à Caixa Econômica Federal... Ela sendo minha dependente direta, solicitei o resgate do FGTS, visto que nós precisávamos ter um tratamento custoso. E a resposta que eu recebi foi que, entre as doenças classificadas, essa doença não estava, não tinha sido classificada ao tempo nem atualizada a legislação que permite esse tipo de ação.

E aí, Senador Carlos Viana e Senador Astronauta, eu me lembrei daqueles pilares e princípios do Código Napoleão, principalmente daquele que fala da revolta dos fatos contra os códigos. Os códigos muitas vezes, ou na maioria das vezes, não estão atualizados para recepcionar os fatos que acontecem na ponta como eles são. E isso traz mais do que uma deseconomia, isso traz uma ação injusta com milhares de brasileiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou, por acaso, classificando não só uma experiência pessoal minha, mas a de brasileiros que precisam e têm direito, porque esse recurso não é do Estado brasileiro, é do empregado. E, com o empregado nos seus desassossegos, o legislador desta Casa, junto à Câmara dos Deputados, teve a lucidez de entender que poderia ser sacado para socorro em algumas disciplinas, inclusive na da saúde. E essa doença, como um conjunto de outras doenças, não está contemplada no socorro desses ativos a que o trabalhador brasileiro tem direito.

Portanto, dado esse depoimento, abraçando o seu reconhecimento, em nome de tantos, a essa ação que o nosso amigo, homem de grandes gestos, homem muito preparado, Senador Astronauta, fez, eu somo esse depoimento pessoal ao de muitos que estão nos ouvindo e que sofrem esse problema. No nosso caso, já não há mais o que fazer, mas eu trabalho, dentro desta Casa, para que nós possamos ter uma legislação para que outras pessoas – e não serão poucas – que precisam desse direito, do atendimento a esse direito, sejam efetivamente atendidas.

Com sua permissão, feita essa introdução, eu vou ao Projeto de Lei 138, de 2024, que vem à análise da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática, em caráter exclusivo e terminativo, de autoria do Senador Astronauta Marcos Pontes, que institui o dia 12 de setembro como o Dia Nacional do Biofísico.

Na justificação, o autor destaca que objetiva, com a proposição, ressaltar a importância da biofísica no Brasil e as valiosas contribuições dos biofísicos para o bem-estar de nossa população por meio de suas pesquisas. Nada mais justo, Senador Marcos Pontes.

A matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, em especial com as determinações da Lei 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que estabelece critérios para a instituição de datas comemorativas.

No que concerne ao mérito da proposição, reconhecemos a importância ímpar do projeto, Senador Astronauta Marcos Pontes. Como descrito por V. Exa.:

> A Biofísica, em sua natureza interdisciplinar, utiliza métodos e conceitos da física para desvendar os mistérios da biologia, abrangendo desde a estrutura molecular até a complexidade de organismos e ecossistemas. Esse campo tem desempenhado um papel indispensável no avanço da medicina, farmacologia, biotecnologia e na promoção de iniciativas ambientais.

A escolha da data remete ao nascimento de Carlos Chagas Filho – felizes lembrança e iniciativa –, em 1910. Ícone no cenário mundial da biofísica, Chagas Filho personifica a transformação que a biofísica trouxe para a compreensão dos sistemas biológicos, impactando diretamente áreas cruciais como saúde, medicina, agricultura sustentável e sustentabilidade ambiental, pilares fundamentais da vanguarda científica do país, com reflexos profundos em nossa sociedade.

Destacou-se, o cientista, pela fundação do Instituto de Biofísica na Universidade Federal do Rio de Janeiro e pela revitalização da Sociedade Brasileira de Biofísica, fundada em 1936, a mais antiga do mundo, reforçando o pioneirismo do Brasil no cenário internacional da biofísica.

O voto, Sr. Presidente, ante o exposto, é pela aprovação do Projeto de Lei nº 138, de 2024.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Era o que eu tinha a colocar.

Agradeço a designação da relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Fernando Dueire.

Está lido o relatório.

Coloco em discussão a matéria.

Com a palavra o Senador Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para discutir.) – Eu só gostaria de parabenizar o Senador Fernando Dueire pelo relatório, agradecer pelo parecer positivo.

Essa é uma data realmente importante, 12 de setembro, o nascimento de Carlos Chagas. Acho que todo mundo no Brasil já deve ter estudado na escola os trabalhos de Carlos Chagas, principalmente quando se trata de doença de Chagas, transmissão pelo inseto lá, o barbeiro, e assim vai, e muitas outras coisas, inclusive a criação do centro de biofísica.

A medicina hoje em dia tem cada vez mais... É como se fosse um assunto multifacetado, com muitas ciências trabalhando em conjunto com a medicina. Então, nós vemos aí agora já o desenvolvimento de medicamentos de aplicação direta, vamos dizer assim. Numa pessoa que tem, numa parte do corpo, uma célula com câncer, por exemplo, a possibilidade de se utilizar nanotecnologia como carreador de um medicamento que vai atingir só aquelas células com problema é um exemplo de como a física, a biologia e muitas outras áreas se interlaçam para trazer melhores tratamentos e melhor qualidade de vida para as pessoas, através de uma medicina cada vez mais avançada.

Então, eu acho muito justo a gente colocar o Dia do Biofísico, assim como existe o Dia do Físico e de outros profissionais. Acho que é um reconhecimento merecido.

Então, obrigado. Obrigado pela aprovação do relatório.

Eu tenho certeza de que vai ser aprovado e comemorado no Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

Nessa questão do Carlos Chagas, só um fato rápido aqui. Eu estava nos Estados Unidos, em 2004. E, naquele ano, havia uma leva muito grande de brasileiros chegando pela fronteira, como chegam agora – brasileiros indo embora para trabalhar nos Estados Unidos, para trabalhar fora do Brasil –, um assunto a que, inclusive, nós precisamos ter um pouquinho mais de atenção.

Esses dias eu estou preparando uma palestra para a Associação Comercial de Minas Gerais e eu me assustei com os dados que nós temos sobre a demografia brasileira em relação à evasão de cérebros do Brasil. Nós somos um país insustentável a médio prazo, pelo envelhecimento, pela natalidade em baixa e, principalmente, pela evasão de cérebros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Cientistas brasileiros estão indo embora por não se sentirem aqui bem. E há a mão de obra que também está indo embora diante da situação brasileira. Nós estamos vivendo um esvaziamento muito preocupante dessa questão da produção no Brasil. Mas isso é outro ponto.

Naquele ano, já havia uma leva muito grande de brasileiros que chegavam à fronteira, e eu fui a Houston, no Texas, para estudar um caso interessante: um brasileiro chegou pela fronteira passando mal, os médicos não deram conta de saber o que ele tinha, e ele foi transferido de hospital para hospital até chegar a um hospital de clínicas da Universidade de Houston. Os americanos não sabiam o que era aquilo que estava acontecendo com brasileiro. Aí, tinha um brasileiro, um médico, fazendo um pós-doutorado lá na universidade, e eles chamaram esse brasileiro para que ele pudesse ajudar. Ao primeiro exame que ele fez, falou: "Ele está com a doença de Chagas". Eles não tinham a menor noção do que estava acontecendo, porque eles não têm esse problema lá. Então, foi um brasileiro quem fez a identificação desse problema, lá na Universidade de Houston, e isso passou a ser, inclusive, parte da formação dos médicos americanos, para entenderem. Olhem como o mundo é diferente em toda essa história, não é?

Lido...

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será feita com o painel eletrônico aberto ao final da aprovação dos nossos dois itens de pauta.

ITEM 2
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA N° 9, DE 2024
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre as medidas de segurança em instalações de estações de recarga para veículos elétricos.

Autoria: Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS/AL)

Concedo a palavra a S. Exa. para a leitura do requerimento.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, Senador Carlos Viana, é uma alegria sempre estar ao seu lado acompanhando o seu trabalho em várias frentes, e uma das principais, de fato, é a tecnologia. Seus projetos, sua atuação, dá muito orgulho acompanhá-los de perto porque trazem resultados efetivos para o Brasil, não só nessa área. E aqui eu quero de público parabenizá-lo. Acredito que foi aprovado recentemente como lei um projeto de sua autoria que permite que os professores tenham acesso ao transporte escolar. É muito interessante isso, porque os professores no Brasil têm várias realidades, e para muitos deles pesa esse transporte. Então, isso demonstra como a atuação de V. Exa. é diversificada, e aqui o parabenizo por isso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – E diversos Prefeitos foram denunciados por transportar professores em ônibus escolar. É um negócio impressionante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Interessante.

O objetivo desse requerimento, Sr. Presidente, infelizmente traduz muito do que é o Brasil: é aquela insegurança de um dia estar de um jeito, outro dia estar de outro; uma norma técnica estabelecida hoje, amanhã de manhã, é mudada; uma situação que acontece em São Paulo é diferente da que acontece em Minas Gerais.

E aqui eu quero me referir a uma regulamentação que me foi apresentada, uma sugestão de regulamentação, pelos bombeiros do Estado de São Paulo, no que se refere à estação de recarga de veículos elétricos, principalmente dentro dos prédios, colocando uma limitação – e a gente já sabe que há uma grande dificuldade em conseguir vagas em prédios para os automóveis –, sendo que há uma contrainformação de realidade, em que a segurança já é dada em um limite muito menor do que aquilo que está sendo estipulado. Portanto, se assim for acolhida essa sugestão e orientação dos bombeiros de um estado, iríamos diminuir a quantidade de vagas por prédio para cada apartamento.

Então, segundo o outro lado, que eu também ouvi – na verdade só ouvi esse outro lado –, a limitação é extensiva, coloca regras muito rígidas, o que faz com que se desestimule a implantação das recargas elétricas para os veículos elétricos dentro dos prédios. É um assunto de grande importância, para que não seja normatizado no Brasil inteiro, se assim proceder.

Por isso, a melhor forma é debater publicamente, e a apresentação deste requerimento é para isso. Solicita aqui a presença de representante do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo, de representante da Associação Brasileira do Veículo Elétrico (ABVE), de representante da Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores), de representante da Ademi e de representante da Câmara Brasileira de Indústria da Construção (Cbic), para que possam aqui esclarecer e ficar na mesma página no que se refere a uma regulamentação tão importante, que pode interferir até na venda do automóvel, porque muitas pessoas hoje encaram, e é uma realidade, como sendo um entrave ter que sair de casa para recarregar o automóvel, quem mora em prédio, e as novas construções já estão vindo com essas normatizações. Muitos prédios já foram vendidos garantindo uma determinada quantidade de vagas, e, se assim for feito, vão ter que readaptar todo o seu projeto, vão ter que indenizar quem comprou, porque quem compra um apartamento compra também uma área útil que compõe as garagens.

Por isso, considero importantíssimo este debate dentro desta Comissão específica.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Rodrigo Cunha.

Consulto se há quem queira usar a palavra para encaminharmos a votação. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira usar a palavra, coloco em votação.

A votação será simbólica.

As Senadoras e Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Está aprovado.

A Secretaria da Comissão tomará as devidas providências.

Concordo plenamente com V. Exa. Qual é o sentido de nós não permitirmos, dentro dos prédios, a possibilidade de que o dono de um carro elétrico possa carregar seu veículo? Isso é uma reserva de mercado que só interessa a grupos econômicos muito fortes, e cabe a esta Casa o debate aberto para que a gente possa deixar com muita clareza o assunto.

ITEM 3
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA N° 10, DE 2024
- Não terminativo -

Requer a inclusão de Yves Nogueira, Presidente do Centro de Excelência em Tecnologia de Software do Recife - Softex Pernambuco, na audiência pública, objeto do REQ 7/2024-CCT, para discutir o tema " Conecta e Capacita".

Autoria: Senador Fernando Dueire (MDB/PE)

Concedo-lhe a palavra para a leitura do requerimento, Senador.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, no próximo dia 3 de julho, está prevista uma audiência pública para tratar de um assunto relevante, que é a questão do Conecta e Capacita. Nós já apresentamos requerimento solicitando um conjunto de convidados.

Neste momento, apresento o Requerimento nº 10, para solicitar a inclusão do Sr. Yves Nogueira, Presidente do Centro de Excelência em Tecnologia de Software do Recife – Softex Pernambuco, nesta audiência para discutir o tema que mencionei há pouco, nos moldes do plano de trabalho para avaliação da política pública que trata da superação dos obstáculos à inovação no Brasil.

Nós temos já conversado em outras reuniões desta Comissão, Sr. Presidente, que temos cerca de meio milhão de vagas, de postos de trabalho, inclusive, com boas remunerações, e que o Estado brasileiro precisa, de alguma forma, ter uma política mais eficiente de treinamento para a qualificação desse pessoal.

Para essa audiência que está prevista para o dia 3, eu peço, nesse Requerimento nº 10, a inclusão de mais um convidado. É isso que eu ponho na mesa.

Era o que eu tinha a dizer.

Peço aos colegas que possam acompanhar a aprovação do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Pois não.

Está lido o requerimento.

Consulto se há quem queira fazer uso da palavra.

Senador Marcos Pontes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Pela ordem.) – Bom, eu só gostaria de parabenizar o Senador Fernando Dueire pela inclusão, também, nessa discussão, da Softex. A Softex é uma organização que nos ajudou muito no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação como uma aglutinadora de esforços para a formação de recursos humanos para o setor de tecnologia de informação e comunicação.

Nós lançamos, lá no Ministério, um programa que se chamava MCTI Futuro – tinha até um sobrenome –: Futuro do Trabalho, Trabalho do Futuro, que são os trabalhos na área de tecnologia de informação e comunicação.

Como foi falado, são quase 500 mil vagas abertas, precisando de pessoas qualificadas. Então, a questão não é o emprego, a questão é a formação.

Esse programa nós tínhamos aberto com 70 mil vagas gratuitas no Brasil, para vários tipos de cursos, dependendo da região, dependendo das necessidades da região; e esses cursos variavam em tipo e também na extensão, no tempo de curso.

Muito importante: o salário médio dos profissionais dessa área é 2,6 vezes o salário médio de outras profissões. A pessoa pode trabalhar de qualquer lugar, isso é importante também citar. Por exemplo, imagine que, no meio da Amazônia, se nós tivermos energia e conectividade, um jovem, ali no meio, um ribeirinho de lá, pode trabalhar na Microsoft ou na Apple, tendo a formação adequada.

Então, a gente costuma falar muito de desenvolvimento sustentável, de proteção ambiental, mas esquece que a parte de formação é essencial para isso também.

Aliás, eu quero aproveitar, já que eu estou com a palavra aqui, para parabenizar também o Senador Rodrigo Cunha pelo trabalho no mover desse projeto, na relatoria. Fiquei muito feliz em ver a sua relatoria ontem – hoje vai ser discutido novamente. É um assunto muito importante, em que, como foi dito ali, colocaram coisas que não tinham nada a ver com aquele projeto, dentro. Então, a sua atitude ali foi exemplar; gostei muito disso.

E quero dizer o seguinte também: a gente fala muito da competitividade do Brasil, da indústria brasileira e dos vários setores produtivos, e geralmente a gente leva para o lado da tributação, das dificuldades tributárias, que existem, obviamente. O Brasil tem uma tributação extremamente alta, que sufoca as empresas, que tira a capacidade das empresas de investir, produzir postos de trabalho, produzir empregos – isso é o setor privado que faz, não é o setor público. Agora, não se pode esquecer que a gente nunca vai ser competitivo no Brasil se nós não investirmos da forma correta em ciência e tecnologia, para que as empresas possam utilizar a tecnologia como elemento de melhora de eficiência, como melhora de produção, redução de energia, redução de custos e assim por diante. Geralmente eu não vejo isso sendo falado.

A gente fala aqui, demais, na Comissão, sobre a importância do financiamento da ciência e tecnologia, desde a ciência básica até a tecnologia aplicada, até a inteligência artificial sendo aplicada em diversos setores, mas a gente não vê falar, em geral, da parte do orçamento. Essa era a minha briga no Ministério e continua sendo aqui. Quando entra na parte do orçamento, a gente vê os recursos sendo passados para outras emergências, vamos chamar assim, sem pensar que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

competitividade das nossas empresas, a competitividade do Brasil depende da ciência e tecnologia. Isso não é acessório, isso é item estratégico que tem que estar no topo do orçamento. Assim como a educação, ciência e tecnologia tem que estar no topo. É só para lembrar disso aí: que a gente nunca vai ser competitivo no Brasil se nós não tivermos realmente o fomento para ciência e tecnologia adequado no país.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Senador, são posicionamentos nossos que muitas vezes demonstram o nosso atraso. Na questão da Amazônia, por exemplo, na cobertura pela internet, nós tivemos agora essa discussão totalmente infrutífera de um grande empresário dessa área, que é o da Starlink, todo mundo sabe disso, com um juiz brasileiro – cada um tem seu lado, tem sua razão –, que mostrou, de certa forma, a pequenez dos argumentos. E o Governo, por questões ideológicas, decide pegar a Telebras para cobrir a Amazônia – a Telebras existe já há 50 anos, e não deu conta até hoje de fazer –, ao contrário de nós deixarmos de lado as questões pequenas, ideológicas, e entrarmos com a tecnologia, porque ele oferece uma tecnologia que está tomando conta. Inclusive, boa parte do agro, no Brasil, agora, começa a utilizar a internet para as máquinas se deslocarem sozinhas, o que vai resolver um problema sério. A visão brasileira ainda é uma visão de mercado muito fechado, muito pequena. Isso mostra por que nós estamos atrasados em boa parte.

Nessa questão, Senador, da formação, só complementando meu raciocínio aqui, a Alemanha abriu 450 mil vistos e quer brasileiros, porque os brasileiros se adaptam bem, trabalham bem, se dedicam e não são radicais em absolutamente nada. A Alemanha está com um problema seriíssimo de radicalismo com relação à imigração muçulmana, eles estão com problemas sérios lá dentro da Alemanha, então, eles querem os brasileiros. A Espanha está reduzindo para dois anos a concessão de cidadania a professores, estudantes e técnicos, dois anos, a pessoa vai para lá com um contrato de trabalho, dois anos depois, a Espanha dá a cidadania. Portugal está no mesmo caminho. O Canadá vai rever toda a sua legislação sobre imigração justamente para poder tentar preencher as vagas de trabalho que tem. Só de motoristas de caminhão lá, são 85 mil vagas, de motoristas de caminhão, que eles têm. Nos Estados Unidos, chega a quase 100 mil vagas.

Na minha visita recente agora, conversando com os municípios...

Enfermeiros, área de saúde, 2 milhões de vagas nos Estados Unidos. É para a gente ter uma ideia do que pode acontecer conosco, à medida que nós formos formando melhor os nossos estudantes, e da visão que eles têm de futuro do Brasil. Por isso que eu tenho uma preocupação muito grande de a gente ficar esvaziado a longo prazo.

Se você pegar 58 milhões de pessoas do Bolsa Família, que não vão sair do Bolsa Família, vão para a previdência, não tenha esperança de que esse pessoal vai querer, vai sair, não vai ter como sair, não tem como a gente quebrar esse ciclo de miséria nos próximos 30 anos. Se pegarmos aposentados, mais 32 milhões, vão passar para 43 milhões na próxima dezena. Só aí nós já estamos falando de 105 milhões, 110 milhões de brasileiros. Se você pegar mais 5 milhões de jovens que não estudam nem trabalham, já chegamos a 110 milhões, 115 milhões; 14 milhões de servidores públicos, já vai para 125 milhões, ou seja, mais da metade da população depende

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

do Estado. E nós temos 30 milhões de pessoas que declaram Imposto de Renda – 80% delas ganhando menos de R$3,5 mil – e 7 milhões de empresas. E, ao contrário de a gente pensar: "vamos incentivar o país", nós estamos tratando esses empresários como uma espécie de culpados pela situação. Essa é a minha preocupação.

Eu tenho falado aqui sobre o quanto nós precisamos investir em ciência e tecnologia, em formação de mão de obra e de novos cientistas, porque é a nova riqueza do mundo.

Pois não, Senador.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Pela ordem.) – Eu concordo com 100%.

Só para somar a essa questão da internet no país nas áreas remotas, em termos satelitais, se utilizarmos o SGDC – diga-se de passagem, esse satélite foi lançado em 2017, e, quando eu cheguei ao ministério, em 2019, ele tinha 12 pontos conectados, 12 antenas somente, com uma capacidade de 50 mil –, da área militar, na banda X, os 30% estavam bem utilizados, mas, a banda Ka, da parte civil, que são 70% da utilização do satélite, estavam praticamente sem uso. Aí foi um trabalho grande feito, nos primeiros meses, para liberar esse satélite, tanto na área jurídica quanto no TCU, na questão de contratos, ajustar esses contratos. A partir daí, conseguimos instalar, em um ano e meio, 12 mil pontos – 12 mil pontos. Isso dá um acréscimo grande: são, praticamente, 2,5 milhões de crianças em escolas rurais, afastadas, remotas, recebendo sinal de satélite. E ele atende? Atende, mas não de forma perfeita. Ele tem a limitação de 10 a 20 megabytes. Com isso aí, não atende o principal, porque, para uma escola, o mínimo seriam 50 megabytes, em termos de transmissão de internet. Então, você pode mudar o ajuste? Pode e tem que ser feito. Com isso aí, a gente consegue atender vários pontos, mas não resolve o problema como um todo.

Então, a utilização de sistemas comerciais, como Starlink, ajuda, e muito, a levar internet para as regiões mais remotas e, com isso aí, melhorar o desenvolvimento econômico e social e tudo que traz junto com a internet. Internet, energia e água são coisas essenciais para tudo isso.

Agora, sobre as ideias de se criar uma constelação pública de satélites a exemplo da Starlink aqui no Brasil, eu falo isso até rindo porque é utopia completa, não tem condição de fazer isso aqui. Então, por que já não usar um sistema comercial? A gente está falando de mais de 5 mil satélites. Tecnicamente, a gente vê, às vezes, algumas notícias assim e fala: "Pô, isso aí"... Não sei quem fez isso, mas, certamente, não foi um técnico que falou uma coisa desse tipo. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Muito bem!

Pois não.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL. Pela ordem.) – Presidente, aqui eu quero falar da importância dessa audiência pública. Eu gostaria até de saber se tem audiência, Senador Fernando?

Trata-se de um tema extremamente pertinente, necessário e que tem que ser corriqueiro. Infelizmente, não vai ser uma audiência única. Tenho certeza de que, daqui a algum tempo, iremos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

fazer outras e outras, para que a gente consiga mobilizar este país diante de um tema tão importante, já que se busca inovação, que é como superar os obstáculos.

Então, nesse sentido, trata-se aqui de um assunto específico, que é a questão de levar cidadania para as pessoas. A gente está falando aqui de internet, que, a princípio, para alguns, pode ser algo relacionado a lazer, mas já ficou para trás esse conceito. Internet hoje é você dar oportunidade para as pessoas crescerem na vida. Quem tem acesso à internet tem mais chances e condições de crescer na vida do que uma pessoa que não tem acesso à internet, ponto. Isto é cidadania: é querer colocar as pessoas no mesmo nível, é dar condições para que as pessoas possam prosperar. Então, este é um assunto necessário e aqui é o local propício para isto.

Permitam-me dividir um exemplo, eu já falei sobre este assunto com o Presidente Carlos Viana, e vou rememorá-lo. Vou voltar um pouco ao passado, no momento em que eu conheci o nosso Senador Marcos Pontes; ele não se vai lembrar, mas eu me lembro muito bem. Inclusive, antes de ir para o ministério, eu liguei para casa e falei com o meu filho: "Olhe, o pai está indo visitar o primeiro astronauta do Brasil". Então, aí já começou a cabeça dele a voar, literalmente. E eu saí de lá conhecendo um grande gestor, foi muito interessante. Acho que foi um tempo curto, mas foi muito enriquecedor para mim, tanto nos pequenos detalhes, como na organização – quando eu cheguei lá, tinha tipo uma roleta com todos os estados e os Parlamentares que passavam por ali; ele colocava a foto de cada um, e eu disse: "Eu quero também, na próxima, estar aí" –, até nas explicações que ele trouxe sobre as dificuldades orçamentárias desde aquele momento.

A minha visita tinha um objetivo, que era algo que eu tinha internalizado para mim, com que eu tinha me comprometido. À época, eu era Presidente desta Comissão de Ciência e Tecnologia, e me comprometi comigo e com o meu estado – não publicamente com o meu estado, mas era algo que eu queria –, e eu disse: "Estamos em 2020 e quero levar internet para todo o Estado de Alagoas, para todas as cidades de Alagoas". Aí, pronto, acabou. Fui ao Ministério da Ciência e Tecnologia, fui conversar. E, naquele momento, me foi passada a informação de que não era ali exatamente que seria resolvida a situação apesar de ter passado todas as informações, mas, sim, no Ministério das Comunicações, com um programa específico que existia para o Brasil inteiro. Destinei, de minhas emendas parlamentares, R$10 milhões e consegui colocar, em todas as cidades de Alagoas, pontos de internet Wi-Fi, para que as pessoas pudessem ter acesso nos locais mais afastados – para quilombolas, indígenas e também zona rural.

E isso acabou me surpreendendo bastante, porque eu fui em quase todos os locais pessoalmente e vi como isso mudava a realidade das pessoas em coisas que eu nem imaginava. Acabou sendo um ponto para uma mulher que estava grávida ligar para pedir que a ambulância fosse buscá-la, porque o filho estava nascendo, porque nem o telefone pegava lá, mas a internet por satélite chegava.

Foi um ponto de encontro entre jovens, acabou criando uma convivência em um local que não tinha nenhuma praça. Então, as pessoas ficavam afastadas. Naquela época, ainda era muito mais difícil pagar internet, e normalmente era o cartão que se utilizava, mas, com a Wi-Fi de graça,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

todo mundo ia para aquele local. Aí me rememorou uma época que eu não peguei no seu auge, mas que ainda encontro, de maneira simbólica, em algumas praças. Lá no interior de Alagoas, a gente passa em algumas praças e ainda tem uma televisão no meio da praça. As pessoas saíam de casa para assistir à televisão e era ali o local onde elas se encontravam. Hoje, em muitas cidades, o local onde se encontram é onde está a Wi-Fi. Aí começou a chegar o carrinho de pipoca e começou a mexer com a cidade.

São situações simples que demonstram que é possível fazer, inclusive em locais de difícil acesso. Os telefones 2G, 3G, 4G, 5G não chegam, mas a internet por satélite chegou. Então, nós conseguimos fazer isso.

Não foi muito bem recebido por alguns, principalmente políticos, houve críticas dizendo que não era isso que ia acabar com a fome do Estado de Alagoas, mas não é bem assim. A gente tem várias linhas de atuação, é lógico que se preocupa, mas tem que se dar oportunidades às pessoas de crescerem.

Então, quando eu vejo um tema como esse, a gente tem, sim, que trazer as experiências, tem que dividir e demonstrar que é possível.

O Senador Carlos Viana tem total interesse nisso, já fez alguns direcionamentos nesse sentido, e isso é hoje uma realidade.

O *lobby* das telefônicas hoje é completamente diferente. Antes elas dominavam a voz. Hoje o que mais se consume são dados, as pessoas nem ligam mais para isso. Então, a concorrência hoje não é tangível. As pessoas conseguem se conectar de várias outras maneiras. Inclusive, eu consegui entrar na capital, no projeto inicial do Governo Federal, e nós inovamos nisso, o que não era permitido. Como tinha o critério da vulnerabilidade, eu disse: "Eu vou levar para a área mais vulnerável que tem, de acordo com o IDH do município tal, naquele local específico, em que as pessoas não têm recurso. Então, vamos levar para lá". E levamos para 40... A gente chama de grotas. Elas são conhecidas como favelas normalmente, mas nós as chamamos de grotas, que são as regiões mais periféricas da cidade, em Maceió, na capital, e conseguimos colocar lá um programa nesse sentido.

Então, a dificuldade é receber manutenção, está funcionando até hoje, mas é importante dizer que é possível o Brasil estar conectado. É possível, realmente, fazer com que um programa como esse chegue aos quatro cantos.

Então, parabenizo o Senador Fernando, o Senador Astronauta – muito obrigado pelo direcionamento desde o início.

Obrigado, Presidente, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – É um prazer!

Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

A Secretaria da Comissão tomará as devidas providências.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Vamos retornar ao item 1.

Solicito a abertura do painel eletrônico para votação do item 1, PL 138, de 2024, relatório do Senador Fernando Dueire.

Quem concorda com o Relator vota "sim" ao projeto.

Assim que abrirmos a votação, vamos solicitar à Secretaria que entre em contato com as assessorias e os Senadores para votação remota, para que a gente possa deliberar esse item, o único da nossa pauta de hoje, o nosso projeto de lei, o mais rapidamente possível.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Os Senadores e as Senadoras já podem votar.

Reforço aqui o pedido às assessorias para que entrem em contato com os Srs. Senadores da Comissão, para que a gente possa deliberar o item 1 da pauta, o PL 138, de 2024. (*Pausa.*)

Já temos dez votos.

Temos quórum para a deliberação.

Agradeço a todos os assessores. Agradeço àqueles que buscaram os Senadores.

Está encerrada a votação.

Peço à Secretaria que mostre no painel os votos que tivemos com relação ao PL 138, de 2024.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – SIM, 9 aprovações; NÃO, 0.

Nenhuma abstenção.

Está aprovado o projeto.

Meus parabéns ao Senador Fernando Dueire pela leitura do relatório!

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Nada mais havendo a tratar, todos os itens deliberados, encerro a presente reunião.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 11 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 59 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 13ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE JUNHO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às onze horas e seis minutos do dia doze de junho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Izalci Lucas, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Efraim Filho, Confúcio Moura, Carlos Viana, Cid Gomes, Alan Rick, Jussara Lima, Beto Faro, Teresa Leitão, Janaína Farias, Flávio Bolsonaro, Damares Alves, Ciro Nogueira e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Wilder Morais, Angelo Coronel, Professora Dorinha Seabra, Nelsinho Trad, Paulo Paim, Flávio Arns, Eliziane Gama e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Rodrigo Cunha, Fernando Dueire, Daniella Ribeiro, Chico Rodrigues e Dr. Hiran. Deixam de comparecer os Senadores Vanderlan Cardoso, Astronauta Marcos Pontes e Carlos Portinho, conforme os Requerimentos REQ n° 433, 401 e 384/2024-CDir, respectivamente. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à Audiência Pública Interativa, atendendo aos Requerimentos nº 27, 28, 31, 32 e 34, de 2023-CCT, de autoria Senador Izalci Lucas (PL/DF), e Requerimento nº 37, de 2023-CCT, de autoria Senador Rogério Carvalho (PT/SE), subscrito pelo Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), com a finalidade de discutir a proteção regulatória do dossiê de testes (PRDT) para produtos farmacêuticos destinados ao uso humano, com a participação de Laís Alves de Souza Bonilha, Coordenadora da Comissão de Ética e Pesquisa (Conep), representante de Fernando Pigatto, Presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS); Gabriel Leonardos, Presidente da Associação Brasileira da Propriedade Intelectual (ABPI); Sergio Alejandro Sosa-Estani, Diretor Executivo da Iniciativa Medicamentos para Doenças Negligenciadas (DNDi) na América Latina; Pedro Villardi, Coordenador Global para Equidade em Saúde da Internacional dos Serviços Públicos (ISP); Henrique Tada, Presidente Executivo da Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Nacionais (Alanac); e Marcelo de Matos Ramos, Coordenador-Geral de Promoção e Regulação do Complexo Industrial do Ministério da Saúde (MS). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quinze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Izalci Lucas
Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/06/12

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 13ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A presente reunião se destina à realização da terceira audiência pública para discutir a Proteção Regulatória dos Dossiês de Testes (PRDT) para produtos farmacêuticos destinados a uso humano, em cumprimento dos Requerimentos nºs 27, 28, 31, 32, 34 e 37, de 2023, da CCT.

O público interessado em participar desta audiência pública poderá enviar perguntas ou comentários pelo endereço www.senado.leg.br/ecidadania ou ligar para 0800 0612211 – 0800 0612211.

Encontram-se presentes no Plenário da Comissão: Henrique Tada, Presidente Executivo da Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Nacionais (Alanac); e Pedro Villardi, Coordenador Global para a Equidade em Saúde da Internacional dos Serviços Públicos (ISP).

Encontram-se também presentes, por meio do sistema de videoconferência: Laís Alves de Sousa Bonilha, Coordenadora da Comissão Nacional de Ética e Pesquisa (Conep), representante de Fernando Pigatto, Presidente do Conselho Nacional de Saúde; Gabriel Leonardos, Presidente da Associação Brasileira de Propriedade Intelectual (ABPI); e Sergio Alejandro Sosa-Estani, Diretor Executivo da Iniciativa Medicamentos para Doenças Negligenciadas da América Latina.

E estamos aguardando o Norberto Prestes. (*Pausa.*)

Convido para compor a mesa o Pedro Villardi, que é o Coordenador Global para Equidade em Saúde da Internacional dos Serviços Públicos; e também o Henrique Tada, Presidente Executivo da Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Nacionais. (*Pausa.*)

Antes de iniciarmos, já temos aqui algumas participações do e-Cidadania, algumas perguntas. Eu vou ler para que vocês, na medida do possível, já possam incorporar na apresentação e nas respostas.

Pergunta aqui do Allan, do Rio de Janeiro: "Como a proteção regulatória do dossiê de testes (PRDT) para produtos farmacêuticos impacta a inovação, pacientes e economia brasileira?".

Juliana, de São Paulo: "Existe algum programa que contribuiu financeiramente nas análises para que o produto acabado seja mais acessível à população?".

Marília, de Rondônia: "Como a população vai se beneficiar após a proteção [regulatória do dossiê de testes]?".

Murilo, de São Paulo: "Qual papel/exercício o farmacêutico terá junto à Proteção Regulatória de Dossiê de Testes (PRDT) para produtos farmacêuticos?".

Pedro, do Rio Grande do Sul: "Qual será o impacto [...] [da proteção regulatória do dossiê de testes] na vida do brasileiro comum?".

Já passo então imediatamente a palavra, por oito minutos, ao Pedro Villardi, que é o nosso Coordenador Global para Equidade em Saúde da Internacional de Serviços Públicos.

O SR. PEDRO VILLARDI (Para expor.) – Muito obrigado, Presidente. Na sua figura, cumprimento os presentes Parlamentares nesta Comissão. Bom dia a todas e todos. É um prazer estar aqui. Em nome da Internacional dos Serviços Públicos, agradecemos o convite para esta importante audiência pública.

Queria começar apresentando a Internacional dos Serviços Públicos. Nós somos uma federação sindical global que representa mais de 30 milhões de trabalhadores em todo o mundo, organizados em mais de 700 sindicatos, confederações e federações. A ISP também faz parte do Grupo de Trabalho sobre Propriedade Intelectual e também da Rede Brasileira pela Integração dos Povos, que acompanha já há muitos anos os impactos do tema do comércio nos direitos humanos e o GTPI especificamente no direito à saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, hoje eu queria trazer uma perspectiva de como os profissionais de saúde e cuidado, principalmente, têm visto o avanço dessa agenda que busca colocar ainda mais monopólios no campo da saúde.

Queria começar retomando, Presidente, o que são os ensaios clínicos. São testes feitos num crescente de complexidade – primeiro, numa escala laboratorial; depois, com pequenos animais, com grandes animais; até chegar aos seres humanos – que buscam determinar principalmente segurança e eficácia de novos medicamentos.

E aí, quando eu falo novos medicamentos, não necessariamente são medicamentos inovadores, mas medicamentos que ainda não foram lançados no mercado. Podem ser combinações de medicamentos, novas formulações, enfim. No que diz respeito à segurança, esses testes buscam determinar se um medicamento faz mais bem do que mal, ou seja, se faz sentido a gente colocar esse medicamento na população; e, sobre a eficácia, se ele trata aquilo que ele se propõe a tratar.

Não adianta a gente ter um medicamento para uma doença cardiovascular que não trata uma doença cardiovascular. Então, a gente precisa determinar se esse medicamento trata o que se propõe a tratar. E esses ensaios geram dados que são justamente os dossiês de teste.

Esse dossiê é apresentado à agência reguladora – no nosso caso aqui, a Anvisa, e a Anvisa usa esse dossiê para determinar se esse medicamento pode ser colocado no mercado. Quando esse dossiê é monopolizado, o que acontece é que a agência reguladora é impedida de usar as informações que estão ali para registrar outros medicamentos – no nosso caso brasileiro, medicamentos genéricos. É isso que acontece.

Então, é muito importante a gente lembrar, primeiro, que os dossiês não são públicos, eles ficam com a agência reguladora, e que a agência reguladora usa os dados que estão ali para comparar com outros dados submetidos por empresas de genéricos para ver se esse medicamento genérico é bioequivalente e se ele tem a mesma biodisponibilidade, ou seja, se ele é um medicamento exatamente igual àquele registrado anteriormente.

Eu acho muito importante a gente colocar isso, já foi falado exaustivamente nas últimas duas audiências públicas, mas eu queria também lembrar aqui o que estava acontecendo há quatro, três anos, Senador. O que estava acontecendo era uma mortandade no nosso país, especialmente de profissionais de saúde e cuidado, que se sacrificavam para salvar a vida de pessoas que eles não conheciam, não é? E tem um aspecto fundamental que marcou a pandemia da covid-19, que foi a desigualdade no acesso a tecnologias de saúde. E o que gerou essa desigualdade, Presidente Izalci, foi justamente o monopólio gerado pelas patentes. Poucas empresas controlavam todas as tecnologias que estavam disponíveis para enfrentarmos a covid-19, colocaram os seus preços onde queriam, distribuíram para os países que queriam, os países que pagavam mais. E o Brasil, Senador, registrou o recorde de mortes de profissionais de saúde e cuidado.

Então, na nossa perspectiva, é uma desonra à vida dessas pessoas se discutir mais monopólio no Brasil depois do que a gente passou. Essa decisão deveria se encerrar hoje. A gente não pode mais discutir monopólio. O que a gente tem que discutir são formas de aumentar o financiamento público de pesquisa e desenvolvimento e proteger esse investimento público de pesquisa e desenvolvimento para que esses investimentos não se transformem em lucros privados, que foi justamente o que aconteceu na pandemia de covid-19.

Se a gente olhar os dados, a maioria das tecnologias e das vacinas desenvolvidas ao longo da pandemia de covid-19 teve um grande investimento público, inclusive nos ensaios clínicos. Mas o que aconteceu foram empresas registrando lucros de US$1 mil por segundo, deixando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

profissionais de saúde e cuidado e a população de países em desenvolvimento morrerem sem acesso às vacinas.

Então, depois do que a gente passou, o Brasil registrando recordes e recordes de mortes de profissionais de saúde e cuidado, profissionais com sequelas seriíssimas, profissionais que não conseguiram recuperar suas atividades diárias, a gente não pode estar discutindo aqui mais monopólio.

O que a gente tem que estar discutindo aqui é como diminuir o monopólio e aumentar as possibilidades de o Brasil, como um país soberano, investir em pesquisa e desenvolvimento, melhorar suas capacidades produtivas e tecnológicas, para a gente, no caso de uma próxima pandemia, que é muito provável que aconteça, ter a capacidade de produzir o que a gente precisa produzir em domínio público, para que a gente possa distribuir de forma equânime, para que a gente possa distribuir salvando vidas, e não ceifando vidas.

Sobre o monopólio dos dossiês de teste, nas duas anteriores audiências públicas, a gente viu como a evidência é robusta para mostrar os impactos altíssimos do ponto de vista econômico no Sistema Único de Saúde. Então, a gente está discutindo como onerar ainda mais o SUS, depois do que o SUS fez pelas brasileiras e brasileiros? Porque eu acho que é um consenso no Brasil que, se não fosse o SUS, a pandemia teria sido uma tragédia muito maior do que efetivamente foi. Inclusive, acho que a gente pode dizer que, se não fosse o SUS, a tragédia no Rio Grande do Sul teria sido muito maior do que ela efetivamente foi. Então, se a gente for colocar na ponta de lápis todas as vidas que o SUS já salvou em momentos de tragédia, em momentos de catástrofe, também é um desrespeito ao nosso Sistema Único de Saúde...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PEDRO VILLARDI – ... discutir como onerar ainda mais em bilhões – com o "b" – o nosso Sistema Único de Saúde. E não vou dizer que é consensual, mas a literatura traz evidências totalmente robustas que mostram que os impactos para o Sistema Único de Saúde vão ser catastróficos, que o Sistema Único de Saúde não vai conseguir lidar com mais tempo de monopólio em tecnologias de saúde essenciais.

Vou ser breve, Presidente, já que o senhor disse que tem um compromisso daqui a pouco, e terminar dizendo, já que a gente está falando sobre ensaios clínicos, que é fundamental que esta Casa mantenha o Veto 13, de 2024, o veto que fala sobre o sistema de ética em pesquisa aqui do Brasil.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PEDRO VILLARDI – O sistema de ética em pesquisa é feito para proteger os participantes da pesquisa, que colocam a sua vida em serviço da ciência, para avançar a ciência no mundo e para trazer mais segurança para as pessoas que vão tomar aquele medicamento depois deles.

Uma das coisas mais básicas que a gente deve garantir para esses participantes de pesquisa – e muitos deles são profissionais de saúde – é que essas pessoas continuem tendo acesso ao medicamento ao qual elas se submeteram sem ter certeza de que era um tratamento eficaz no ensaio pós-estudo, porque o que foi aprovado no Congresso brasileiro é que a pessoa se voluntaria, participa do estudo, e não tem a garantia de que vai continuar recebendo aquele medicamento pela patrocinadora do estudo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esse trecho da lei aprovada foi vetado pelo Presidente Lula, e a ISP e suas afiliadas do Brasil estão fazendo esta demanda aqui para o Congresso brasileiro: que mantenha esse veto para que seja garantido o acesso pós-estudo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Pedro.

Passo imediatamente a palavra ao Henrique Tada, que é o Presidente-Executivo da Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Nacionais.

O SR. HENRIQUE TADA (Para expor.) – Bom dia a todos. Em nome da Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Nacionais, a gente agradece a oportunidade de estar aqui nesta audiência pública. A gente agradece muito ao Senador Izalci. É o terceiro bloco de uma audiência pública de um assunto que é tão impactante que teve uma demanda muito grande de interesse e de participação. Para resolver isso, foi estruturada em três blocos. A gente agradece muito a oportunidade.

Propósito da Alanac (Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Nacionais): promover o desenvolvimento das indústrias, tanto da farmacêutica como a de farmoquímica e também a de produtos veterinários nacionais, laboratórios de capital nacional brasileiro, estimulando a pesquisa, desenvolvimento, inovação, produção do Brasil, reduzindo a dependência desse setor junto ao exterior, promovendo mais saúde e qualidade de vida tanto às pessoas como aos animais, por meio do acesso a mais produtos, mais medicamentos, mais matéria-prima.

Para iniciar e deixar muito claro o assunto desta audiência pública, esse quadro aqui eu gostaria de apresentar mostrando as diferenças entre patente e o PRDT, a proteção regulatória de dossiê de dados. Então a patente protege invenções e inovações e assim ela dá publicidade às suas características. Tanto é que, a partir do início do depósito da patente, as demais empresas farmacêuticas já começam a pesquisar um produto genérico, medicamento similar, que é feito com base nesse produto inovador de referência. Enquanto que a PRDT protege os dados e informações, impedindo que as características do produto sejam utilizadas. Ela impede, ela bloqueia a utilização para poder iniciar o desenvolvimento do medicamento genérico e similar.

A patente protege moléculas novas no mundo; enquanto que o PRDT protege moléculas novas no Brasil, se isso for implantado, mas que não são conhecidas em outros países.

Estimula o conhecimento e a inovação enquanto garante o período de exclusividade ao inventor, a patente faz isso; enquanto que a proteção de dados evita que os dados sejam utilizados, impedindo a inovação a partir do conhecimento gerado. É muito distinta uma coisa da outra.

A patente também tem a vigência de 20 anos de exclusividade a partir do seu depósito; enquanto que a proteção de dados, no mínimo, cinco anos a partir da concessão do registro pela autoridade sanitária no país que tiver adotado essa proteção.

A patente também permite o desenvolvimento de medicamento genérico e similar durante a sua vigência. Então, iniciou o período de exclusividade, o produto no mercado, do medicamento novo está lá no mercado, mas não bloqueia o início do desenvolvimento da concorrência, vedando apenas a sua comercialização, só não pode comercializar no período de 20 anos, que é o principal, que é o mais importante. Enquanto a proteção não, ela impede o desenvolvimento do medicamento genérico e similar durante sua vigência, atrasando a entrada desses produtos que têm menor preço, muito menor preço, no mercado brasileiro.

O que a lei fala? A lei determina, no seu art. 42, que "a patente confere ao seu titular o direito de impedir terceiro, sem o seu consentimento, de produzir, usar, colocar à venda, vender

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ou importar com esses propósitos". No seu art. 43, a LPI determina que o disposto no artigo anterior não se aplica – aí vamos lá para o inciso VII – "aos atos praticados por terceiros não autorizados, relacionados à invenção protegida por patente, destinados exclusivamente à produção de informações, dados e resultados de testes, visando à obtenção do registro de comercialização, no Brasil ou em outro país, para a exploração e comercialização do produto objeto da patente, após a expiração dos prazos estipulados no art. 40".

Então, a pesquisa e o desenvolvimento dos medicamentos genéricos e similares podem ser iniciados durante a vigência. Isso é extremamente importante e relevante para a produção nacional de medicamentos para acesso à população, onde a gente vai explorar mais esses termos.

A proteção regulatória também e os medicamentos genéricos e similares. Similares e genéricos devem realizar estudos de comparabilidade, que é a equivalência farmacêutica e/ou bioequivalência, frente a um medicamento inovador. A proteção impede a realização de tais estudos, que só poderão ser iniciados após o término da vigência dessa proteção regulatória de dados. Não altera a vigência de patente, porém aumenta o período de exclusividade de mercado do medicamento inovador ao retardar o início da pesquisa e desenvolvimento dos medicamentos genéricos e similares. Então, a pesquisa e o desenvolvimento dos genéricos e similares só poderão ser iniciados após a cessação da vigência da proteção regulatória de dossiê de testes. Se isso for implantado, a gente vai atrasar em vários anos, como a gente vai demonstrar aqui a seguir.

Aqui tem duas linhas de tempo, uma superior e uma na parte inferior. A superior é o sistema atual de patente. Então, a patente é depositada no ano zero, demora-se em média 12 anos para pesquisa e desenvolvimento dos medicamentos, mais três anos para registrar o medicamento novo. E, na sequência, numa média que nós colocamos aqui, a partir de três anos antes de terminar o período de exclusividade de 20 anos, isso pode variar de produto para produto...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HENRIQUE TADA – ... será colocado o período de início para desenvolver o genérico e o similar. Então, quando termina o prazo da vigência do medicamento genérico, do medicamento inovador, o genérico e o similar já podem ser lançados e concorrer, dando uma diminuição no valor do preço, fazendo uma concorrência saudável, onde quem ganha mais é a população, com mais acesso a produto.

No sistema na linha de baixo, que mostra, com a implementação da proteção de dados, antes de terminar o período de exclusividade de 20 anos, começa a valer essa vigência de proteção, que só vai iniciar, permitindo o início do desenvolvimento do genérico e do similar após os 20 anos de exclusividade, jogando o início da entrada no mercado desses medicamentos, que são muito importantes para a população, para o abastecimento do SUS inclusive, mais anos para frente aí; pode variar entre dois, três, cinco ou mais anos.

Aqui a gente queria mostrar a diferença de tempo entre o que acontece na solicitação de registro do medicamento novo nos Estados Unidos e no Brasil, com exemplos aqui que podem variar de 600 dias do Keytruda, para câncer; para o Ozempic é quase um ano de diferença de prazo.

Nessa participação de mercado, é importante demonstrar o quanto são impactantes essas duas classes de medicamentos: genérico e similar juntos compõem 70% em unidades da participação no mercado brasileiro. Então, com a implantação da proteção de dados, vão diminuir muito esses números aqui, o que é bastante preocupante. Então, para o acesso a medicamentos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

as categorias de medicamentos genéricos e similares representam juntas 70% com menos de 35% do faturamento. Então, a quantidade maior de produtos e que oferece um menor faturamento será bastante prejudicada, não é?

Por terem valor médio menor têm papel importante no acesso, ampliação da assistência farmacêutica.

A PRDT atrasa, então, a entrada desses medicamentos no mercado aumentando os gastos de assistência farmacêutica.

Não há evidências também que demonstram maior disponibilidade de medicamentos novos nos países que têm um nível de desenvolvimento semelhante ao do Brasil. E tem países aí que, desde 2005, adotaram a PRDT, desde 2015...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HENRIQUE TADA – ... e, até agora, não se demonstrou nenhum indício de que vai ter mais medicamentos novos.

Risco de redução dos investimentos também em desenvolvimento de medicamentos genéricos similares.

O último eslaide é esse, Senador, referente à inovação. O Brasil é signatário do TRIPS. Tal acordo trata a patente como ferramenta de estímulo ao desenvolvimento por permitir que, após o seu período de exclusividade, outras empresas possam utilizar esse conhecimento para poder também fazer suas inovações.

Esse estudo Copenhagen Economics, que foi patrocinado pela Interfarma, alega que a PRDT estimula a realização de PD&I. Porém, isso é muito mais intenso – para não dizer que é exclusivamente – nos países desenvolvidos, sem evidência nenhuma de internalização desse PD&I e produção no Brasil.

Aqui vale fazer um parêntese de que no Brasil não temos nenhum centro de PD&I de indústria farmacêutica multinacional, não há! O último centro de multinacional no Brasil foi fechado em 2007 pelo laboratório Stiefel e, desde então, somente as indústrias de capital nacional conseguem manter os seus centros de PD&I no país.

Então, essa inovação de que se fala, a gente não consegue enxergar onde e como isso vai aumentar no país. A gente não consegue detectar isso, eu vi uma dificuldade aqui muito grande.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HENRIQUE TADA – Isso, exato.

E a extensão do período de exclusividade reduzirá a capacidade da indústria nacional de incorporar novas tecnologias e aumentar o acesso a medicamentos no país, por conta desse *delay* do prazo, o *time* de registro, considerando que o Brasil não é a primeira onda. O Brasil não é escolhido para serem registrados os medicamentos, quando eles obtêm a patente, o registro. Isso acontece nos países mais desenvolvidos.

E a inovação incremental também vai ser bastante prejudicada, comprometida, se tiver essa proteção, que é o desenvolvimento das inovações tecnológicas a partir de medicamentos já existentes.

É isso. Perdoem-me extrapolar um pouquinho o tempo, mas estamos à disposição para esclarecer. Espero ter sido claro nas explicações.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Henrique.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Vou passar imediatamente a palavra ao Sergio Alejandro Sosa-Estani, Diretor-Executivo da Iniciativa Medicamentos para Doenças Negligenciadas na América Latina.

Sergio.

O SR. SERGIO ALEJANDRO SOSA-ESTANI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia.

Eu passarei a compartilhar a...

Está aparecendo?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O.k.

O SR. SERGIO ALEJANDRO SOSA-ESTANI (*Por videoconferência*.) – O.k., perfeito.

Bom dia a todos.

Inicialmente eu gostaria de agradecer, em nome da DNDi, o convite para participar desta audiência pública de extrema importância.

A DNDi (Iniciativa Medicamentos para Doenças Negligenciadas) – DNDi é a sigla em inglês – foi criada em resposta à frustração de médicos e à necessidade de pacientes tratados com medicamentos ineficazes, pouco seguros, indisponíveis, inacessíveis ou simplesmente que nunca foram desenvolvidos.

Em 1999, foi publicado um artigo científico na revista *JAMA* sobre o problema de acesso a medicamentos de qualidade para o tratamento de doenças que afetavam predominantemente o mundo em desenvolvimento. Nesse mesmo ano, a organização Médicos Sem Fronteiras destina o dinheiro do Prêmio Nobel da Paz ao Grupo de Trabalho de Medicamentos para Doenças Negligenciadas e, em 2003, tem a iniciativa DNDi como uma organização sem fins lucrativos de pesquisa e desenvolvimento de medicamentos para doenças negligenciadas, implementando um modelo alternativo, baseado em parcerias com a indústria farmacêutica, a academia ou programas de saúde, entre outros.

A DNDi conta com seis instituições líderes em pesquisa como sócias-fundadoras – o Instituto Pasteur, o Ministério de Saúde da Malásia, o Programa Especial de Pesquisa e Capacitação em Doenças Tropicais da Organização Mundial da Saúde, o Instituto de Pesquisa Médica do Quênia, o Conselho de Pesquisa Médica da Índia, a Fundação Oswaldo Cruz, do Brasil, e a organização internacional Médicos Sem Fronteiras – e atualmente contamos com mais de 200 parceiros ao redor do mundo.

A exclusividade de dados refere-se aos direitos exclusivos de comercialização concedidos pelas autoridades regulatórias a empresas farmacêuticas que apresentam um dossiê regulatório completo contendo dados de segurança e eficácia para apoiar a aprovação de mercado de seus produtos que compreendem novas entidades químicas.

A justificativa por trás disso é que é custoso produzir esses dados de segurança e eficácia e que os direitos exclusivos de comercialização são necessários para permitir que as empresas que geraram tais dados recuperem seus custos por meio de vendas exclusivas. Essa é uma proteção que concede exclusividade para além da proteção dos 20 anos concedida pela lei de patentes.

Em seus 20 anos de existência, a DNDi desenvolveu 13 novos tratamentos, dos quais três foram com novas entidades químicas, quatro foram novas formulações, seis foram novas combinações.

Nossa experiência mostra que o custo pode variar entre 4 e 60 milhões de euros, dependendo do estágio de desenvolvimento, até o registro final, ou seja, é um custo muito abaixo das estimativas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Sergio, não está aparecendo aqui a sua apresentação, só está na página primeira ainda.

O SR. SERGIO ALEJANDRO SOSA-ESTANI (*Por videoconferência*.) – Obrigado pela advertência.

Então, eu estava mencionando que a nossa experiência mostra que o custo pode variar entre 4 e 60 milhões de euros, dependendo do estágio de desenvolvimento até o registro final, ou seja, é um custo muito abaixo das estimativas colocadas geralmente pela indústria e por relatórios internacionais.

É essencial ter a transferência dos custos para questionar esse argumento das necessidades de recuperar as despesas tidas em pesquisa e desenvolvimento por meio de preços elevados dos medicamentos, ainda mais considerando que já existem incentivos para a indústria com esse fim através da proteção de patentes.

A exclusividade de dados não é exigida pela lei internacional, o acordo TRIPS, como foi mencionado anteriormente, portanto, os países adotaram políticas diferentes: desde nenhuma exclusividade de dados até exclusividade de dados de cinco a dez anos a partir da concessão e da aprovação. A maioria dos países de baixa e média renda não concede exclusividade de dados, pois isso beneficia apenas os proprietários desses dados regulatórios sobre a segurança e eficácia do produto, que até agora são principalmente empresas farmacêuticas multinacionais.

O efeito da exclusividade de dados, uma vez implementada a lei, é impedir que as autoridades regulatórias nacionais ou regionais concedam aprovações de mercado a fabricantes genéricos de produtos bioequivalentes até que essa exclusividade de dados expire no país, como foi mencionado anteriormente. Portanto, a exclusividade de dados atrasa a aprovação de produtos genéricos mais acessíveis e confere direitos monopolísticos aos proprietários de novos produtos farmacêuticos durante o período de exclusividade de dados. Esse *status* de monopólio geralmente é utilizado pelos beneficiários da exclusividade de dados para solicitar preços altos dos seus produtos, mesmo que as patentes dos produtos tenham expirado ou sido rejeitadas. A exclusividade de dados é, portanto, uma estratégia alternativa das empresas para obter monopólio de mercado, além do sistema de patentes, por meio de sistemas regulatórios, portanto, é uma política que apoia preços elevados dos medicamentos.

A DNDi considera a pesquisa em saúde como um bem público. Compartilhar dados de pesquisa e resultados é, portanto, um princípio fundamental que estimula parcerias estratégicas como a da DNDi e Fiocruz, entre outras, como o exemplo do Brasil, para promover a inovação e a produção local de medicamentos. A DNDi contribui significativamente para o financiamento de estudos de segurança e eficácia dos produtos que desenvolve e nossas parcerias são baseadas no princípio da não exclusividade, portanto, solicitamos aos parceiros, regularmente, que não busquem ou renunciem a seus direitos de exclusividade de dados em relação aos produtos desenvolvidos em parceria com a DNDi. Um movimento para ampliar a exclusividade de dados consiste em um retrocesso para o fortalecimento da produção local e acesso a medicamentos. A não exclusividade de dados garante pesquisas complementares e preços acessíveis aos produtos desenvolvidos, ou seja, beneficiam o sistema de saúde como um todo, mas principalmente as populações mais vulnerabilizadas.

Muito obrigado pela atenção. Estou à disposição para as consultas.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Sergio.

Passo, imediatamente, a palavra a Gabriel Leonardos, que é o Presidente da Associação Brasileira da Propriedade Intelectual.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GABRIEL LEONARDOS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador Izalci Lucas, demais ilustres Senadores e Senadoras, todos e todas presentes a esta audiência.

Agradeço o convite para esta terceira audiência pública a respeito desse relevante assunto para o nosso país. Parabenizo o Senado Federal por essa preocupação em escutar a sociedade civil brasileira.

Represento aqui a ABPI (Associação Brasileira da Propriedade Intelectual), uma associação de estudos sem fins lucrativos, que, desde 1963, se dedica ao aprimoramento do sistema de propriedade intelectual brasileiro. Contamos com mais de 900 associados em todo o país e acreditamos que o desenvolvimento social e econômico somente será possível com inovação e desenvolvimento sustentável, para os quais são indispensáveis os estímulos proporcionados pela proteção à propriedade intelectual. Somos uma entidade de propriedade intelectual de âmbito nacional que não é vinculada a interesses de setores econômicos específicos, e, dentre as realizações de que nos orgulhamos, está a redação da atual Lei de Propriedade Intelectual Brasileira, a Lei 9.279, de 1996, que incorporou, em sua quase totalidade, o anteprojeto elaborado pelos integrantes da nossa entidade nos primeiros anos da década de 90.

É com esse histórico e legitimidade que vimos aqui, diante de V. Exas., defender que seja adotada entre nós a exclusividade de uso de dados regulatórios de medicamentos para uso humano, à semelhança do que já existe para medicamentos veterinários, fertilizantes e defensivos agrícolas. Os prazos de proteção também deveriam ser, no mínimo, os mesmos: cinco anos para medicamentos que não utilizem novas entidades químicas ou biológicas e dez anos para os medicamentos que utilizem novas entidades químicas ou biológicas, ambos contados da data da publicação da concessão do registro sanitário.

Aliás, a modificação introduzida no último momento dos debates legislativos na Lei 10.603, de 2002, para dela excluir os medicamentos de uso humano, em que pese o indiscutível poder do Congresso Nacional para ter assim agido, deixou a nossa legislação descompassada e incompreensível para as empresas inovadoras. A mensagem que passamos é que o nosso país não deseja receber investimentos em inovação no desenvolvimento de medicamentos de uso humano.

Já foi mencionado, nas audiências públicas que aqui se realizam sobre esse assunto, que estudos revelariam que a PRDT não traria inovações em novos medicamentos ao país. Não há dúvida, Excelências, de que podem ser produzidos estudos em diversos sentidos. Também já foi aqui apresentado um estudo realizado na Dinamarca, dizendo exatamente o contrário, isto é, que a PRDT atrairia consideráveis investimentos em medicamentos inovadores e viabilizaria uma indústria farmacêutica intensiva em pesquisa e desenvolvimento em nosso país.

Em lugar de cansar V. Exas. repetindo estudos e teses que já foram apresentados, trago-lhes uma indagação: o nosso país quer estimular a ciência, a tecnologia e a inovação ou viver de copiar, como autônomo e com muitos anos de atraso, a criatividade em países mais avançados? Em outras palavras, vamos ocupar o nosso devido lugar no cenário internacional ou permaneceremos eternamente conformados com a nossa reduzida capacidade tecnológica?

Se pareço duro a V. Exas., lembrem-se de que em 2013 foram protocolados 35 mil pedidos de patentes no INPI brasileiro e, no ano passado, foram apenas 27 mil. Em 11 anos, o número de patentes requeridas no Brasil caiu em mais de 20%, enquanto, no resto do mundo, esse mesmo número cresceu em mais de 25%.

A nossa defasagem tecnológica aguda e crescente precisa da atenção desta importante Comissão do Senado Federal, e assegurar o uso exclusivo do dossiê de dados para a aprovação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

regulatória que é produzido, com dispêndios elevados de tempo, esforços e custos, é um imperativo simples da moral e da ética.

Do ponto de vista jurídico, é importante lembrar que a PRDT não configura nenhum tipo de extensão de prazo de exclusividade de mercado para a empresa que é a titular do medicamento original, de referência.

Como explicou o saudoso Prof. Denis Borges Barbosa, a PRDT "não impede precisamente o registro de um produto equivalente; o que ela veda é que a autoridade pública utilize os dados sob reserva para viabilizar registros de terceiros".

Ou seja, na hipótese (improvável) de a patente do medicamento original já ter expirado e o prazo da PRDT ainda estiver em vigor, não existirá qualquer proibição ao registro e comercialização de produto genérico por terceiros, bastando que o fabricante do medicamento genérico produza os testes que comprovem a segurança e eficácia da sua cópia ou, se ele preferir não realizar esse investimento, basta que ele aguarde a expiração do prazo da PRDT.

Finalizando, enquanto for possível que uma empresa, independentemente de sua origem, simplesmente "pegue carona" e enriqueça sem causa às custas dos esforços das empresas inovadoras, estaremos dizendo ao mundo: não venham investir aqui, pois iremos nos aproveitar do resultado dos seus investimentos, e não pagaremos nada por isso. Essa, certamente, é uma mensagem que limita o nosso desenvolvimento.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Gabriel.

Passo imediatamente ao Norberto Prestes, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Insumos Farmacêuticos. (*Pausa.*)

Houve um problema tecnológico aí.

Enquanto isso, vamos passar a palavra para a Laís Alves de Souza Bonilha, Coordenadora da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa.

A SRA. LAÍS ALVES DE SOUZA BONILHA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos e a todas.

Eu gostaria de começar agradecendo pela oportunidade de fazer uma apresentação do Conselho Nacional de Saúde aqui, neste momento, a todos os Senadores e a toda a audiência que nos escuta.

Eu vou começar, sem demora, compartilhando aqui a minha tela. Vocês podem... Já podem ver?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Sim, é só colocar no modo de apresentação aqui.

A SRA. LAÍS ALVES DE SOUZA BONILHA – Entrou?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O.k.

A SRA. LAÍS ALVES DE SOUZA BONILHA – O.k. Vamos começar.

Então, eu estou representando o Conselho Nacional de Saúde, na figura do Pigatto, que é o Presidente do Conselho Nacional de Saúde hoje e faz parte da mesa diretora e de um coletivo – de que eu vou falar daqui a pouco para vocês – de grande significância para debater a Proteção Regulatória do Dossiê de Testes. E nós dizemos não à Proteção Regulatória do Dossiê de Testes enquanto coletivo.

Em primeiro lugar, é importante dizer que não há conflito de interesse a declarar. Eu sou Conselheira Nacional de Saúde, já fui Conselheira Municipal de Saúde, sou professora de uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

universidade pública e tenho como premissa a defesa do Sistema Único de Saúde, como profissional de saúde que sou também.

O CNS é o Conselho Nacional de Saúde. Essa instância é colegiada, deliberativa e permanente, que defende o Sistema Único de Saúde e tem a missão de fiscalizar e acompanhar as políticas públicas de saúde de acordo com as demandas da população brasileira. Esse é um conselho que conta com usuários do SUS em 50% das entidades que participam, com os trabalhadores do SUS em 25%, a comunidade científica está envolvida – isso é muito importante falar quando a gente fala desse assunto –, estão envolvidos lá gestores e prestadores de serviços do SUS também em 25%, lembrando que a indústria, representantes da indústria nacional estão também presentes nesse conselho.

Então, é um lugar realmente muito legítimo para que a gente fale sobre a escolha e, repito, a nossa escolha, a nossa orientação aos Senadores é que digam não ao PRDT, porque ele é prejudicial à saúde da população brasileira.

A gente precisa trazer primeiro uns considerandos e, dentre esses considerandos, a gente traz que existe a dependência de medicamentos de grande parte da população mundial, e mais especificamente da brasileira, para a garantia da saúde e também do controle de doenças. As pessoas dependem dos medicamentos. Nós não estamos falando de um produto, de um bem comercial, nós estamos falando de um produto que garante às pessoas o direito à vida e o direito à saúde, isso é muito importante.

Um colega que me antecedeu falou sobre ética, e essa é uma questão ética. Nós não podemos tratar as pessoas como objetos, não podemos tratar o medicamento como uma camiseta a ser vendida. A gente precisa considerar o valor de uso do medicamento, é sobre isso que a gente está falando aqui: sobre a ética de promover a vida e a saúde da população brasileira e sobre a ética de vender um produto que só pode ser comprado por uma pequena parcela da população. Essa é uma questão extremamente importante, porque não é eticamente aceitável, em uma sociedade justa, em que as pessoas que precisam do medicamento para sobrevivência ou para uma qualidade de vida, que elas sejam excluídas do acesso ao medicamento em benefício da indústria farmacêutica estrangeira, isso é muito importante também. Não estamos falando aqui, não estamos defendendo aqui os interesses da indústria farmacêutica nacional quando defendemos o PRDT, estamos defendendo a indústria estrangeira, e isso é muito importante que a gente se lembre.

O Brasil, além disso, é um país com grandes desigualdades sociais, e o direito à saúde é um direito que não é possível de ser negociado nessas condições. Por isso, repito, a gente defende que o PRDT não seja instituído aqui no Brasil.

Existe um artigo, esse artigo que eu coloquei aqui na minha apresentação: Acesso aos medicamentos como direito humano. É um artigo interessante que a gente leia, e, como nosso tempo aqui é curto, não vai dar tempo de falar sobre ele, mas é muito interessante que todo mundo leia.

O Brasil tem uma população já idosa, então o envelhecimento da população foi graças, sim, às melhores qualidades de vida e às possibilidades de acesso aos medicamentos necessários para que a gente sobreviva e que tenha, além disso, uma qualidade de vida e saúde.

O Brasil escolheu e escreveu na Constituição Federal que a saúde é um direito de todos e é dever do Estado, então conclamo aqui os que estão por decidir em nosso nome se a PRDT vai ser instituída ou não no Brasil, lembrando que a saúde é direito e é um dever do Estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Estou falando aqui, solicitando que o Estado realmente faça a Constituição Federal de 1988... Que a Constituição realmente garanta o direito à saúde da população brasileira em nome deste Senado.

A existência do SUS no Brasil foi uma escolha da população para que esse direito fosse efetivado, e a gente precisa defender esses recursos do SUS, que hoje já são insuficientes para o tamanho da demanda do Brasil. A gente não pode comprometer mais recursos ainda para ofertar, para contemplar os interesses da indústria estrangeira em detrimento da saúde da população brasileira e da vida.

A indústria farmacêutica é uma das atividades mais lucrativas do mundo – ela não precisa ser ajudada, essa é uma questão –, ela lida com a produção de medicamentos que garantem a vida e a saúde. É possível que essa relação seja equilibrada. E é em nome disso que a gente pede que a PRDT não seja instituída no Brasil. A indústria não vai quebrar, a indústria continua lucrando muito. O que a gente está falando é que ela não precisa lucrar além do que já lucra, ou seja, de muito, muito, muito mais dinheiro em nome – e sobre eles – dos corpos das pessoas. Ela não precisa lucrar sobre a morte de brasileiros ou sobre a saúde dos brasileiros.

É necessário limite. A gente precisa considerar que a indústria farmacêutica precisa ter um limite com relação a esse maior lucro possível quando ele invade o direito básico das pessoas, que é o direito à vida, o direito à saúde do povo brasileiro. Lembrando que a gente está falando aqui que a gente precisa defender o povo brasileiro e a indústria nacional também.

Então, a adoção ou não desse período de exclusividade de dados de testes, lembrando que ele é um a mais, a gente já tem a proteção... Acabamos de ouvir o colega falando sobre a necessidade de proteção da inovação. O Brasil tem a proteção à inovação. Nós não queremos um a mais. A exclusividade de dados de testes aumenta o tempo que o brasileiro vai ter de acesso à disponibilidade dos medicamentos genéricos. Isso já foi muito bem explicado. Inclusive, depois de assistir à apresentação do meu colega, que trouxe um gráfico muito melhor do que esse, a gente já compreende.

Aqui é só para mostrar o atraso. A exclusividade de mercado já é uma garantia de proteção para a indústria, está aqui em azul, e, ao mesmo tempo em que existe essa exclusividade de mercado, hoje em dia é possível que a Anvisa trabalhe já na análise de alguns pedidos e, quando terminar a exclusividade de mercado, é possível então a disponibilidade dos medicamentos genéricos para a população brasileira. Quando se insere, em vermelho, a exclusividade de dados de teste, uma proteção a mais – a mais que a exclusividade de mercado –, você atrasa a disponibilidade dos medicamentos genéricos para o povo brasileiro.

Desculpem-me. Eu vou andar um pouquinho mais rápido.

Esse é um relatório essencial e disponível na internet, um relatório que se chama Avaliação dos Impactos, da Exclusividade sobre Dados de Testes de Registro de Medicamentos sobre a Inovação e o Sistema de Saúde Brasileiro. É enorme, é completíssimo, é recente, foi coordenado pela Dra. Juliana Paranhos e está disponível na internet, é só jogar na busca que você encontra. Eu estudei esse relatório, ele é muito interessante. E o que ele nos diz? Que o aumento dos medicamentos genéricos disponibiliza um aquecimento no mercado e um acesso maior das pessoas ao tratamento enquanto reduz o custo do medicamento. Inclusive, nos Estados Unidos, reduziu, em média, 51% o valor dos medicamentos.

Tem várias formas de proteção dos interesses da indústria farmacêutica. No Brasil, esses interesses são contemplados, sendo que uns tipos de proteção são mais justos do que outros, e o Brasil está, de modo justo, protegendo a indústria, está de acordo com o Acordo TRIPS, no artigo 39º, 3. Então, a gente não precisa no Brasil de mais proteção ainda para proteger o lado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

mais forte dessa relação; a gente precisa proteger o lado mais fraco, o povo brasileiro, que precisa do medicamento.

De acordo com o Acordo TRIPS, cada país pode escolher, de acordo com as necessidades econômicas sociais e políticas, a melhor forma de proteção de dados de testes. E a gente está aqui falando sobre isto: o Brasil e as necessidades do povo brasileiro. Aumentar o investimento do SUS com a compra de medicamentos mais caros vai dificultar que as pessoas tenham acesso não só aos medicamentos, mas a outras ações em saúde, ao comprometer parte do financiamento do SUS para ofertar à indústria estrangeira. É importante falar sobre isto: para onde vai o dinheiro.

Isso vai comprometer o desenvolvimento da indústria farmacêutica nacional, porque o PRDT impede que a indústria farmacêutica nacional comece a trabalhar nos genéricos, o que consequentemente reduz postos de trabalho e consequentemente compromete a economia interna do Brasil, quando a gente aprova – e espero que não aprovem – o PRDT.

Sobre o vencimento das patentes, foi bem falado, o colega que me antecedeu falou sobre isso. Então, a gente já tem essa proteção e não precisa do PRDT. Precisamos é de ampliar o acesso aos medicamentos e reduzir os custos tanto para o consumidor final quanto para o SUS.

Assim, é possível a convivência no mercado dos produtos genéricos, similares e também da inovação dos novos produtos, contemplando todos os interesses, inclusive o da indústria, sem sobrepor os interesses da indústria estrangeira sobre os interesses das pessoas que precisam usar os medicamentos e também sobre o desenvolvimento econômico brasileiro na indústria farmacêutica nacional. Podemos manter esse sistema de proteção de dados que existe hoje no Brasil, que é legal, que é coerente com a regulamentação internacional e que é suficiente para nós.

A adoção da exclusividade de dados de teste é desnecessária e ainda deletéria para o povo brasileiro, já respondendo aí a pergunta que se fez.

Qual é a escolha do Brasil, então? O Conselho Nacional de Saúde orienta que a população brasileira tome pé dessa situação, se informe e diga "não" à proteção regulatória do dossiê de testes.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Laís.

Passo já a palavra ao Marcelo de Matos Ramos, que é o Coordenador-Geral de Promoção e Regulação do Complexo Industrial do Ministério da Saúde.

O SR. MARCELO DE MATOS RAMOS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá, bom dia, Senador Izalci.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Bom dia.

O SR. MARCELO DE MATOS RAMOS (*Por videoconferência*.) – Bom dia, demais Parlamentares. Bom dia, audiência. Bom dia, demais membros da mesa.

Eu enviei uma apresentação, mas, caso não seja possível pilotar daí, eu vou tentar compartilhar. Só um momento.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Pode compartilhar que a gente coloca aí.

É isso.

O SR. MARCELO DE MATOS RAMOS (*Por videoconferência*.) – Está compartilhada?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Está o.k. É só botar no modo apresentação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO DE MATOS RAMOS (*Por videoconferência*.) – Sim, sim. Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Não... Continua... Não deu...

O SR. MARCELO DE MATOS RAMOS (*Por videoconferência*.) – Não?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – ... no modo apresentação. De novo. (*Pausa.*)

Mais para a direita. (*Pausa.*)

O SR. MARCELO DE MATOS RAMOS (*Por videoconferência*.) – Deixe-me ver se eu consigo... Interrompi e vou começar de novo.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Tem que colocar no modo apresentação antes de compartilhar a tela aqui.

O SR. MARCELO DE MATOS RAMOS (*Por videoconferência*.) – Ah, entendi. Só um momento, então. Certo. (*Pausa.*)

Não, mas aí, se eu coloco no modo apresentação, ele sai. Na hora em que eu vou para a tela da... É, não estou conseguindo.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Coloca do jeito que estava, dá para ver também.

O SR. MARCELO DE MATOS RAMOS (*Por videoconferência*.) – Está certo. Está bem. Desculpe aí o atraso.

Bem, primeiramente, obrigado pelo convite. Em nome do ministério, especialmente do Secretário Carlos Gadelha, eu venho trazer aqui o ponto de vista da Secretaria do Ministério da Saúde que está trabalhando na reestruturação institucional do Complexo Econômico-Industrial da Saúde.

O complexo é um conceito desenvolvido há alguns anos já e que se constitui no que a gente pode dizer a base material da saúde pública e privada do país. Seu objetivo é a redução da vulnerabilidade e o aumento da resiliência do Sistema Único de Saúde para garantir o acesso universal, integral e equânime da população a serviços e produtos de saúde de qualidade e inovadores, obedecendo ao mandamento constitucional.

Recentemente, nós tivemos aí o aprendizado doloroso da pandemia de covid, que nos mostrou as limitações de modelo em que você não detém algum controle da produção, alguma possibilidade de produção local. Nós temos bastante produção local, mas a pandemia nos mostrou que coisas, que fornecimentos com que nós contávamos em alguns momentos poderiam nos ser negados. Vários países, por exemplo, passaram a proibir a exportação de bens, o que nos levou a situações bastante problemáticas aqui de saúde.

Então, desde o início do ano passado, temos nos esforçado aqui para fazer a recriação institucional do complexo. Foi primeiramente recriado o departamento que cuida disso no Ministério da Saúde; foi recriado o Grupo Executivo do Complexo Econômico-Industrial da Saúde, que reúne ministérios e órgãos e também tem uma participação da sociedade civil; houve também a nova política industrial brasileira, na qual o complexo foi incluído como uma das missões; houve a inclusão de vários projetos do Ceis no PAC; foi lançada a Estratégia Nacional para o Desenvolvimento do Ceis; e, finalmente, foi criada a Matriz de Desafios Produtivos e Tecnológicos em Saúde, com as áreas prioritárias para investimento e fomento. Tudo isso implica reforço.

Aqui eu estou mostrando o modelo conceitual do complexo, que são justamente os seus subsistemas principais: de base química e biotecnológica, base mecânica, subsistemas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

serviços e de informação e conectividade. Nessas áreas tentaremos, estamos já estimulando a produção local, o desenvolvimento local e a inovação local.

Aqui são os objetivos declarados da Estratégia Nacional para o Desenvolvimento do Ceis. Eu realço aqui o II e o V: fortalecer a produção local de bens e serviços e impulsionar a pesquisa, o desenvolvimento, a inovação e a produção de tecnologias e serviços.

Como fruto desse trabalho extenso que está sendo desenvolvido, já foram criados vários programas, pelos quais haverá chamamentos públicos, para que a gente possa começar esse investimento tanto na produção local quanto na inovação. Especificamente eu gostaria de chamar a atenção para programas importantes como o Programa para Preparação em Vacinas, Soros e Hemoderivados e também o Programa de Produção e Desenvolvimento Tecnológico para Populações e Doenças Negligenciadas.

Agora, no tocante à proteção regulatória dos testes especificamente, já foi bastante falado, não vou ficar chovendo no molhado, que ela se preocupa em conferir direitos de propriedade ao pacote de dados associado aos testes que permitem avaliar a segurança e a eficácia de um produto. Já foi bem falado das diferenças entre esse tipo de proteção e a proteção patentária em si e também existe grande variabilidade, pelo que a gente viu, nos modelos dos prazos de proteção, onde é que ele incide etc.

Nós coletamos aqui alguns relatórios com efeitos calculados da adoção dessa proteção. Já foi falado também que o relatório da Copenhagen Economics aponta para um efeito líquido benéfico para o país, que seria a introdução, tornaria mais atraente para empresas oferecerem medicamentos no Brasil e isso automaticamente também alavancaria a indústria de genéricos e biossimilares, porque haveria maior número de medicamentos disponíveis para que se fizesse o seu genérico etc. Aumenta os investimentos no Brasil, inclusive em pesquisa clínica. E o relatório fala no efeito líquido total de US$24 bilhões com quase 800 mil empregos locais gerados.

Eles mesmo apontam, entretanto, que a experiência internacional detecta um aumento nos gastos de saúde no curto prazo, que teoricamente reverteria a trajetória base entre cinco a dez anos. Porém outros estudos, como o da Profa. Julia Paranhos – que se não me engano já foi convidada numa outra sessão, em outra audiência na verdade –, apontam, como o estudo dela da UFRJ, que pode haver efeitos deletérios nessa adoção, como, por exemplo, a intensificação do déficit da balança comercial, a ampliação do nível de preço, redução do consumo de medicamentos, redução do faturamento das empresas nacionais e ampliação das despesas públicas e privadas com medicamentos.

O que eu posso trazer aqui como novidade talvez seria um relatório de 2012 da Colômbia, onde eles apontam que aparentemente a adoção da proteção de dados não teve efeitos líquidos positivos. Dez anos após a adoção dessa proteção, as novas entradas representaram apenas 1% das substâncias já registradas, com a maioria delas não sendo inovadoras; a maioria dos novos registros foi de empresas estrangeiras, ou seja, não houve incentivo à inovação local; a comparação com outros países similares sugeriu que o ingresso obedece a condições de mercado na essência da proteção de dados. E houve um problema: mesmo quando foi decretada uma emergência na Colômbia, essa proteção se manteve em vigor, então, houve muitas reclamações por parte da sociedade civil. E, finalmente, a avaliação da experiência mostra que a proteção de dados com exclusividade não estimula a inovação local, o rápido ingresso das novidades no mercado ou a concorrência. – nesse caso, especificamente, na Colômbia.

Para concluir, nós acreditamos que a aprovação da proteção precisa de uma discussão bem ampla a nível jurídico e econômico para avaliar os resultados líquidos, porque, como eu mostrei no início da apresentação, do ponto de vista das políticas que estão sendo geradas no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Complexo Econômico-Industrial da Saúde, que é um dos pilares da nossa nova política industrial, a gente tem que avaliar bem esse risco, que não está totalmente dimensionado, de que essa aprovação possa ir em sentido contrário aos objetivos da política.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Marcelo.

Eu acho que nessas três audiências ficou muito clara aqui a posição de todos que apresentaram seus argumentos.

Não sei nem se precisaria de considerações finais.

O Pedro está pedindo aqui um tempo para fazer alguma consideração.

Pedro, a palavra é sua.

O SR. PEDRO VILLARDI (Para expor.) – Muito obrigado, Presidente.

Ao fim de todas as apresentações, de três audiências, de um debate longo, profundo, muito bem informado, com pessoas estudiosas do tema, acho que ficou muito claro que o único setor que defende a adoção do monopólio sobre dados de teste é justamente o único setor que se beneficiaria financeiramente da adoção dessa medida, que são as empresas farmacêuticas transnacionais. Se a gente for pensar, os setores que representam os usuários do SUS, a academia, a sociedade civil sem fins lucrativos – que defende o interesse público –, a indústria farmacêutica nacional pública e privada e o setor sindical, todos se colocaram contra a adoção dessa medida no Brasil, com evidências muito robustas, apresentando dados, argumentos éticos, argumentos do ponto de vista da saúde pública.

As apresentações que defenderam a adoção dessa medida a única coisa que apresentaram foi o velho terrorismo dos investimentos perdidos, de que o Brasil não vai receber investimento, de que o Brasil não vai ter inovação, quando o nobre colega Dr. Henrique trouxe que, desde 2007, a gente não tem um centro de pesquisa, desenvolvimento e inovação de indústria farmacêutica transnacional do Brasil. Então, são sempre promessas vazias de que perdemos investimentos, de que perdemos inovação, quando, na verdade, isso aqui, essa busca pela adoção do PRDT, trata-se de reserva de mercado e de segmentação de mercado. Não tem nada a ver com inovação, não tem nada a ver com saúde pública, não tem nada a ver com produção nacional. Tem a ver com reserva de mercado, aumentar os lucros e prejudicar a população brasileira.

Então, o que nós, do setor sindical, a ISP, que representa 700 sindicatos ao redor do mundo, 30 milhões de trabalhadores, defende é que essa discussão se encerre hoje e que, no lugar, a gente passe uma agenda para atacar os monopólios, diminuir o tempo dos monopólios de medicamentos no Brasil, aumentar e defender os investimentos públicos, para que, justamente, no médio prazo, a gente consiga aumentar a inovação brasileira, baseados nos investimentos públicos nacionais, e defender esses investimentos para que eles não sejam privatizados no futuro.

Muito obrigado pelo tempo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado.

Eu acho que as apresentações foram suficientes para os Parlamentares tirarem as suas conclusões.

Mas, como eu dei aqui ao Pedro a possibilidade de uma consideração final, eu quero perguntar ao Gabriel. Gabriel, quer fazer suas considerações? O contraponto aí? (*Pausa.*)

Não está mais com a gente o Gabriel?

O SR. GABRIEL LEONARDOS (*Por videoconferência*.) – Eu estou aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Quer fazer alguma consideração final, Gabriel?

O SR. GABRIEL LEONARDOS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Absolutamente, não é necessário. Eu só queria novamente agradecer a abertura da Comissão para ouvir todos os lados.

Eu sempre digo, diante dessas questões difíceis, o seguinte: se fosse fácil, a gente já tinha resolvido. Se a gente não resolveu até hoje, é porque não é fácil, e é por isso que o debate é muito enriquecedor. Acho que todos nós queremos a mesma coisa: queremos acesso universal à saúde, queremos o SUS fortalecido, queremos a disponibilidade dos medicamentos, dos tratamentos mais modernos para toda a população brasileira.

Há uma divergência muito clara em relação a caminhos, meios e instrumentos para se atingir esse objetivo, mas certamente o Senado Federal e V. Exa., Senador, vão encontrar os melhores caminhos, com toda a legitimidade democrática que possuem.

Então, muito obrigado pela possibilidade de participação neste debate.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Bem, eu quero agradecer a todos os convidados aqui. Foram três audiências bastante esclarecedoras. Acho que os Parlamentares têm todas as condições hoje de tomar uma posição, assim, com muita clareza, tendo em vista o que foi colocado aqui, pelos nossos palestrantes.

Temos algumas perguntas aqui. Rapidamente, só para ler aqui a participação dos nossos internautas.

O Rodrigo, daqui, do Distrito Federal: "Como a proteção regulatória do dossiê de testes afeta a capacidade das maiores empresas farmacêuticas de trazer novos medicamentos?".

Caroliny, São Paulo: "Com a [...] [proteção regulatória do dossiê de testes], quais informações clínicas seriam relatadas nas bulas dos medicamentos? Haveria a necessidade de adequação?".

Celso: "Qual é o limite da proteção das informações perante as autoridades sanitárias brasileiras? Atenção para as questões éticas relacionadas ao dossiê".

Iryce, Rio de Janeiro: "A [...] [proteção regulatória do dossiê de testes] vai aumentar a quantidade de novos medicamentos no Brasil?".

E a Juliana, de São Paulo: "Como a [...] [proteção regulatória do dossiê de testes] impacta a inovação e a pesquisa farmacêutica? Existem dados mostrando aumento ou diminuição de novos medicamentos?".

Bem, eu acho que todas elas já foram respondidas nessas apresentações que foram feitas aqui, neste debate que foi feito. Então, eu agradeço a todos.

E, nada mais havendo a tratar, eu declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 15 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 14ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE JUNHO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e quinze minutos do dia doze de junho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Rodrigo Cunha, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Efraim Filho, Confúcio Moura, Carlos Viana, Cid Gomes, Alan Rick, Jussara Lima, Beto Faro, Teresa Leitão, Janaína Farias, Izalci Lucas, Flávio Bolsonaro, Ciro Nogueira e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Flávio Arns, Eliziane Gama, Zenaide Maia, Wilder Morais, Angelo Coronel, Professora Dorinha Seabra, Nelsinho Trad e Weverton, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Dueire, Daniella Ribeiro, Chico Rodrigues, Dr. Hiran e Damares Alves. Deixam de comparecer os Senadores Vanderlan Cardoso, Astronauta Marcos Pontes e Carlos Portinho, conforme os Requerimentos REQ n° 433, 401 e 384/2024-CDir, respectivamente. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à Audiência Pública Interativa, atendendo ao Requerimento nº 9 de 2024-CCT, de autoria Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS/AL), com a finalidade de debater sobre as medidas de segurança em instalações de estações de recarga para veículos elétricos, com a participação dos seguintes convidados: Max Alexander Schroeder, Chefe do Departamento de Segurança e Prevenção contra Incêndio do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo (CBPMESP); Henry Joseph Junior, Diretor de Assuntos Técnicos da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea); Lauro Gomes Ladeia, Membro da Comissão de Materiais, Tecnologia, Qualidade e Produtividade da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC); Clemente Gauer, Coordenador do Grupo de Trabalho sobre Segurança e Membro Efetivo do Conselho Diretor da Associação Brasileira do Veículo Elétrico (ABVE); Hugo Dâmaso, Vice-Presidente da Associação das Empresas do Mercado Imobiliário de Alagoas (Ademi-AL); e Rodrigo de Almeida, Diretor da Associação Brasileira dos Proprietários de Veículos Elétricos Inovadores (Abravei). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Rodrigo Cunha
Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/06/12

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL. Fala da Presidência.) – Boa tarde, senhoras e senhores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática do Senado Federal da 2ª Seção Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que está sendo realizada hoje, dia 12 de junho de 2024.

A presente reunião se destina à realização de audiência pública com o objetivo de debater sobre as medidas de segurança em instalações de estações de recarga para veículos elétricos, em cumprimento ao Requerimento nº 9, de 2024. Inclusive, esse requerimento é de minha autoria.

Eu aqui já agradeço a presença de todos, inclusive a atenção que foi dada pela forma célere com que responderam e já estão aqui presentes.

Este assunto é um assunto que diz respeito ao país, é um assunto que interfere no consumidor, interfere no fabricante, interfere na construtora e nas montadoras e importadores de veículos elétricos, também com total interesse; mas nada deve se sobrepor, com certeza, a segurança. Então, acredito que é através do diálogo, da prestação de informação que se busca a melhor saída e, principalmente, para que ninguém seja surpreendido com normas novas, constantes mudanças, ou, então, que a gente divida o país em regiões, em estados, de acordo com as suas prerrogativas, que podem legislar e interferir no posicionamento em determinada norma, sendo diferente de um outro estado. Então, unificar, padronizar acredito que só traz benefício para o desenvolvimento do país e para o bem-estar e satisfação do cidadão, do consumidor.

Este assunto é um assunto que eu apresentei há cerca de três semanas nesta mesma Comissão, como também apresentei na Comissão de Defesa do Consumidor, por entender que os dois temas estariam relacionados, mas, como esta Comissão de Ciência e Tecnologia foi a primeira a conseguir pautar, nós estamos aqui neste momento.

Eu quero registrar a presença dos convidados. Vou nominá-los, até para que todos saibam quem vai se posicionar aqui: Sr. Max Alexander Schroeder, que é Chefe do Departamento de Segurança e Prevenção contra Incêndios do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo; Sr. Lauro Gomes Ladeia, membro da Comissão de Materiais, Tecnologia, Qualidade e Produtividade da Câmara Brasileira de Indústria da Construção (Cbic); Sr. Hugo Dâmaso, representando a Ademi seccional Alagoas; Sr. Clemente Gauer, Coordenador do Grupo de Trabalho sobre Segurança e suplente do Conselho Diretor da ABVE (Associação Brasileira do Veículo Elétrico); Sr. Henry Joseph Junior, Diretor de Assuntos Técnicos da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea); e Sr. Rodrigo de Almeida, representante da Abravei.

Então, senhores, primeiro reforço – acho que quase todos, se não todos, a grande maioria já esteve comigo em vários outros momentos – que também sou Presidente da Frente Parlamentar pela Eletromobilidade. É um assunto ao qual eu busco me dedicar e, mais do que isso, eu busco ser um instrumento de trabalho para todos aqueles que acreditam em um novo momento, em busca de automóveis sustentáveis, em busca de inovação de qualidade, em busca de fazer com que o Brasil não fique à margem de um mercado crescente, mundial, de renovação de suas matrizes energéticas e de tecnologia.

O ponto mais alto de todos esses anos de trabalho, eu posso aqui relatar, foi a contribuição junto, inclusive, ao Governo Federal, que eu nomino; e recebi ontem a ligação do Vice-Presidente Geraldo Alckmin, que é Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Desde o início do mandato, busco fazer com que a Rota 2030 fosse atualizada, no meu ponto de vista, de uma maneira exemplar, colocando o Brasil em outro patamar, numa visão global de sustentabilidade,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

buscando como prioridade a descarbonização, a inovação e fazendo com que a indústria automotiva elétrica e de novas fontes seja sustentável e tenha estímulo e incentivo do Governo.

Através do projeto que aprovamos na semana passada, um projeto muito debatido, que fez com que o Senado também fosse ouvido e de que os senhores também se sentissem parte, o Mover é um programa de mobilidade, com esse foco em sustentabilidade e com um alcance necessário. Então, já percebi que teve um retorno imediato da indústria – palavras do Presidente, ontem, ao telefone –, numa expectativa já real, que na verdade não é nem uma expectativa, mas passos que já foram dados, de investimentos já aportados e futuros de R$130 bilhões. Ou seja, é um movimento de uma economia, é o país dizendo que sim, que quer sair do discurso e quer ir para a prática.

E agora o que nós buscamos é exatamente a segurança jurídica, não é? Não se pode ter um Brasil de um jeito, amanhã de outro, e, através de uma normatização como essa, eu acredito que nós avançamos. Inclusive o Senado teve um papel importantíssimo ao fazer com que o projeto não tivesse alguns elementos surpresas, como foi o caso do NO_x, como foi o caso do gás de petróleo, que foi atravessado no projeto principal, que não deveria constar e que poderia, sim, causar um problema no caminhar do Mover. Mas o projeto saiu daqui desta Casa melhorado, já foi aprovado na Câmara dos Deputados e vai ser sancionado.

É o momento em que serão investidos quase 20 bilhões – são 19 bilhões –, nos próximos três, quatro anos, em pesquisa, desenvolvimento, qualificação. O Brasil renova sua malha automobilística. Os senhores sabem – e eu aprendi com os senhores – que hoje o Brasil não é mais uma referência, por exemplo, em exportação de ônibus, que já foi no passado, e tem que mudar toda a sua frota e fazer parte daquilo que o mundo busca e respeita. E dessa maneira o Mover fez com que esta Casa também se "antenasse" para o assunto de novas energias sustentáveis. Por isso é que a Frente Parlamentar pela Eletromobilidade vai agora passar para uma nova fase, a fase de integração, e nós nos encontramos, hoje, aqui, para isso.

O que me trouxe a, neste momento, apresentar esse requerimento foi o fato de que nós ainda somos incipientes, ainda estamos num momento em que o Brasil está avançando, mas que ainda está muito longe de muitos países que já têm o carro elétrico e carros com outras alternativas, que não a combustão, como lemas a serem seguidos, cujos consumidores passam a ter cada vez mais acesso, carros passam a ser vendidos, plantas passam a ser adquiridas pelas montadoras e importações aumentam. Isso precisa ser padronizado.

Eu acompanhei e recebi também alguns questionamentos sobre um posicionamento do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo, que, através de um parecer que eu achei muito interessante, permitiu ainda o diálogo e não fechou as portas. Tanto é que aqui está presente e, através de um parecer, colocou um posicionamento. E até esta é a minha dúvida: se esse posicionamento já passa a ser seguido por algum outro estado, se já está definido, se foi colocado algum prazo, e as bases que o levaram a ter essas regulamentações, para que possa também o setor estar preparado, ser ouvido, fazer um contraponto, colocar os seus argumentos – lógico que todos respeitando a segurança.

Mas a gente sabe que, no momento atual, quem compra um automóvel elétrico quer recarregá-lo. E, se antes o possível era recarregar quando parasse, estacionasse o seu carro no local de trabalho, ou então num *shopping*, hoje em dia as pessoas não querem mais isso, as pessoas querem ter um local onde possam parar seu carro, e, quando acordarem, ele estar lá abastecido. Isso se dá em suas residências, e hoje a grande maioria das pessoas mora em prédios. Então, a realidade do Brasil é essa. O setor da construção também demonstrou uma preocupação, principalmente porque muitos negócios já foram fechados com entregas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

determinada quantidade de vagas de carro, essas vagas de carro com a estação de recarga, e isso vai afetar... Então, tem que haver um ressarcimento, ou então vão buscar justiça por uma reparação, ou foi propaganda enganosa, enfim.

Então, tudo isso é motivo de discussão, e por isso convidei e tive a felicidade de receber os senhores neste momento. Dessa maneira, eu gostaria de chamar aqui para fazer parte da explanação inicial o Sr. Max Alexander Schroeder, Chefe do Departamento de Segurança e Prevenção contra Incêndios do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

Já agradeço a atenção e a forma célere como o senhor se apresentou perante o Senado Federal. Irei lhe dar a oportunidade de fala por 15 minutos; os outros não terão esses 15 minutos, mas o senhor, sendo o principal objeto do requerimento, terá aqui o tempo necessário para fazer a explanação que desejar.

Então, com a palavra.

O SR. MAX ALEXANDER SCHROEDER (Para expor.) – Exmo. Sr. Senador Rodrigo Cunha, Presidente da Mesa, na pessoa de quem eu cumprimento os demais integrantes das Comissões que estão participando aqui conosco hoje, senhoras e senhores, estou aqui neste ato representando o Comandante do Corpo de Bombeiros, Coronel Nilton, e acredito que seja uma oportunidade extremamente importante para tratar desta questão relacionada à parte de segurança contra incêndio envolvendo as estações de recarga de veículos elétricos.

Como os senhores sabem, nós tivemos a publicação, em *Diário Oficial*, no dia 2 de abril, da Portaria 001/800, de 2024, pela qual foi colocada em consulta pública uma proposta de parecer técnico do corpo de bombeiros, especificando algumas medidas de segurança contra incêndio para estações de recarga.

Antes de entrar especificamente nessa questão, eu tenho que vir do geral para o específico. Então, nós temos que falar primeiramente da questão do corpo de bombeiros, de qual é a nossa missão. O corpo de bombeiros tem, por uma atribuição constitucional e por leis infraconstitucionais, a obrigação de normatizar a questão da segurança contra incêndio. No caso dos bombeiros militares do Brasil, cada um no seu estado, nós temos que fazer essa normatização. E isso é feito através de decretos, normalmente, de instrução técnica e de outras normas que compõem todo esse cenário na parte normativa.

No corpo de bombeiros, inicialmente, a missão principal nossa é a preservação da vida, do meio ambiente e do patrimônio. Então, em tudo que é feito pelo corpo de bombeiros, ele coloca sempre em primeiro lugar a vida humana. Obviamente, outras questões também têm que ser levadas em conta, questões sociais, questões econômicas, mas sempre, em primeiro lugar, a vida humana.

Como é que nós atuamos, basicamente? Atuamos através da prevenção e atuamos através da pronta resposta às emergências. Então, todos os senhores já presenciaram uma viatura do corpo de bombeiros passando com a sirene ligada, indo atender uma emergência, salvar uma vítima, seja uma viatura de resgate, seja uma viatura de incêndio, que diariamente saem do quartel em menos de um minuto, em menos de 30 segundos às vezes, para tentar salvar a vida de alguém que, de alguma forma ou de outra, acabou ficando numa situação de risco e que precisa do nosso apoio. Esse é o trabalho principal.

Na canção do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo, tem uma que fala que "a sirene nos apraz". Então, embora a sirene nos seja aprazível, Senador, nós gostaríamos que ela fosse acionada por uma quantidade menor de vezes. Seria melhor para a sociedade que a gente saísse menos para atender ocorrência. Então, essa é uma preocupação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que o bombeiro tem. E esse é o tema da área de prevenção. Para a gente reduzir o número de ocorrências, nós precisamos fazer a prevenção.

Como o bombeiro faz a prevenção? Ele faz de duas formas. Uma é através da segurança contra incêndio nas edificações. No caso lá de São Paulo, nós temos um decreto que é o regulamento de segurança contra incêndio nas edificações e áreas de risco no Estado de São Paulo. E, dentro desse decreto, nós temos um rol de edificações que estão sujeitas a uma série de normas que foram desenvolvidas ao longo de muitos anos, de muitas experiências e de muitos estudos e, muitas vezes, a custa de um aprendizado doloroso, como no caso dos grandes incêndios dos anos 70, no Joelma, no Andraus, que tinham normas mais brandas – e também naquela época não havia uma preocupação tão grande, porque não tinha acontecido um incêndio daquela magnitude que causasse um número de mortos tão grande. A partir daí, a norma mudou, ela se tornou um pouco mais rígida, e conceitos que antes não eram considerados importantes passaram a ser observados: compartimentação vertical; fechamento das escadas; escadas de segurança, numa atenção especial às rotas de fuga; posteriormente, previsão de sistemas mais avançados, como sistemas de chuveiros automáticos. Tudo isso veio, infelizmente, a partir de tragédias.

Essa área é uma área extremamente importante que, infelizmente, evolui dessa forma. Em 2001, o Corpo de Bombeiros de São Paulo inovou através das instruções técnicas. Até então, nós trabalhávamos apenas com o decreto, com as NBRs e algumas normas internas. A partir daí, nós iniciamos o uso das instruções técnicas, e uma delas era a Instrução Técnica 10, que falava de controle de materiais de acabamento e revestimento. Naquela ocasião, o corpo de bombeiros sofreu bastante crítica. Por quê? Porque era uma inovação: era cobrar o revestimento de uma edificação. Como assim? Cobrar aquilo que é aplicado na parede, no teto, no carpete? Mas por que isso? Nunca precisou disso.

Nisso, não tem um problema tão grave. Que diferença isso faz? Se pegar fogo, a gente vai lá, joga água e apaga. Aí a gente sofreu bastante crítica, em 2001.

Alguns anos depois, a gente teve um evento em Santa Maria. E uma das principais causas da morte de 240 – acho – jovens foi o material de acabamento e revestimento, que não era adequado. Se tivesse o material de acabamento e revestimento, junto com outras medidas de segurança, no caso das saídas de emergência, alguns cuidados a mais, esses jovens estariam vivos. Foi o que motivou até a Lei Kiss, que também tratou desta temática muito importante.

O Corpo de Bombeiros parte desta premissa de fazer a prevenção, através dessas medidas. E aquilo que nós não conseguimos atingir, com a parte de regularização, com a parte de regulamentação nas emissões das nossas licenças, que seguem esse regulamento, nós buscamos através da educação pública, com trabalhos como o Bombeiro na Escola, com trabalhos no nosso *site*, onde a gente tem cursos EAD, para promover a segurança contra incêndio também para as pessoas que não estão sendo afetadas pelo regulamento de segurança contra incêndio.

Residências unifamiliares, a casa onde o cidadão mora individualmente com a sua família, não estão dentro do regulamento de segurança contra incêndio. Elas não vão ser abrangidas por esse parecer, por exemplo.

O Corpo de Bombeiros não vai se imiscuir naquilo que é feito na residência unifamiliar. Essa é uma dúvida que alguns já tiveram e vieram me perguntar. O que a gente faz são recomendações. Nesse caso, é a parte de educação pública que atua, buscando o quê? Fazer a prevenção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esse é um trabalho que é feito já há muito tempo pelo Corpo de Bombeiros, que é desenvolvido com o apoio da própria sociedade.

Todas as normas sempre são colocadas em consulta pública de forma que nós possamos obter informações da sociedade acadêmica, de outros atores nesse cenário.

Desse modo, a legislação vai evoluindo, sempre com a participação da sociedade, mas com a preocupação do Corpo de Bombeiros, sobretudo, com a segurança e a vida das pessoas.

No caso específico que nós estamos tratando, desta portaria, como ela nasceu? Esta é uma pergunta que alguns me fizeram já: por que o bombeiro resolveu tratar deste tema?

Eu acredito que não seja mistério para nenhum dos senhores que estão aqui comigo que são encontradas muitas informações a respeito de incêndio envolvendo veículos elétricos, principalmente na internet. Isso pode ser contestado de uma forma ou de outra, mas basta procurar na internet que a gente encontra essas informações. Há alguns anos, isso já tem sido colocado, tem sido exposto.

O Corpo de Bombeiros atua dentro dos parâmetros normativos de sempre, que estão estabelecidos em relação a veículos a combustão. O veículo elétrico é uma inovação e uma inovação muito bem-vinda. Ele está alinhado com uma das preocupações do bombeiro, que é o meio ambiente. O Corpo de Bombeiros se preocupa com a vida, o meio ambiente e o patrimônio. Então, é óbvio que esse tipo de transporte é muito interessante para a sociedade e é bem-vindo. No entanto, ele tem que vir possuindo realmente as condições de segurança que efetivem esse mercado de uma maneira positiva.

Grandes incêndios ou problemas mais graves envolvendo veículos elétricos seriam ruins não apenas para o Corpo de Bombeiros, para as pessoas envolvidas, mas para o próprio mercado do veículo elétrico, que se veria afetado, obviamente, por uma ocorrência desfavorável. Certamente, isso seria negativo.

A ideia, de forma alguma, é colocar obstáculo. Pelo contrário: é proteger e preservar para que as coisas deem certo e para que o mercado possa evoluir de forma segura, em consonância com a segurança contra incêndio.

Lá atrás, há coisa de um ano, um ano e meio, nós começamos a ser questionados por vários setores da sociedade, às vezes até por documentos. A gente recebeu formulários de atendimento técnico no Corpo de Bombeiros perguntando quais seriam as regras a serem observadas na instalação de carregadores de veículos elétricos em subsolos, por exemplo, de residenciais multifamiliares.

Alguns projetistas nos procuraram para perguntar quais eram as regras que o bombeiro achava oportuno que eles adotassem, regras internacionais.

E aí estava a dificuldade de encontrar uma normativa que parametrizasse esses pontos de recarga, principalmente nos locais fechados, locais de subsolo, que são os locais onde, sabidamente, você tem uma dificuldade maior de fazer o combate a incêndio e de retirar fumaça. E você também tem o risco de um dano estrutural.

Esses projetistas iniciaram esse trabalho e começaram a nos questionar. E nós começamos a receber projetos de segurança contra incêndio constando esses pontos de recarga de veículos em subsolos, para que fossem aprovados pelo Corpo de Bombeiros, sem que houvesse uma normativa.

Paralelo a isso, com o surgimento destes vídeos que eu falei para vocês, de incêndios envolvendo veículos elétricos, não apenas na recarga, mas vídeos de uma maneira geral que vocês encontram quando vão procurar, a gente começou a receber questionamentos também no aspecto operacional, sobre como nós iríamos fazer o atendimento dessas emergências, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

recursos nós iríamos utilizar, quais seriam os procedimentos adotados pelo Corpo de Bombeiros, quais os riscos dessa nova tecnologia, quais os riscos que esse incêndio traria para o bombeiro.

Uma série de interrogações foi trazida ao Corpo de Bombeiros, e elas, obrigatoriamente, precisam de uma resposta em algum momento. A gente não pode se omitir e esperar uma fatalidade ou um evento extremamente negativo, uma tragédia, para, depois disso, a gente reagir.

Isso já aconteceu no passado, mas nós entendemos que a sociedade tem que evoluir e tem que tratar dos assuntos com seriedade, com antecedência. Esse foi o motivador de o Corpo de Bombeiros buscar efetivamente estudar o tema.

Uma vez que surgiram esses questionamentos, que surgiram essas dúvidas, o comando do Corpo de Bombeiros nomeou uma comissão de estudos com oficiais de áreas distintas, da área operacional, da área de segurança contra incêndio, da Escola de Bombeiros, que também recebe sempre muita inovação, muitos novos meios de combate a incêndio para serem testados.

Vários oficiais foram colocados numa comissão para estudar esse tema. Essa comissão visitou vários fabricantes, pelo menos três ou quatro fabricantes de veículos elétricos.

Eu mesmo cheguei a visitar uma fábrica de veículo elétrico para acompanhar o processo e, realmente, achei muito interessante, algo de grande qualidade realmente, que nos impressiona.

Essa comissão visitou o Porto de Santos, para receber os veículos que chegavam de importação. Buscou especialistas no mercado, com entendimentos muitas vezes diversos, alguns que são de uma linha que entende que é algo mais brando, outros que veem problemas mais graves com relação às características do incêndio em veículo elétrico, que são diferentes do veículo a combustão.

A partir desse trabalho e dessa dialética, eles, efetivamente, depois de um ano de trabalho, concretizaram um parecer. Não foi um parecer. Na realidade, foi um relatório. Nesse relatório, eles propuseram um parecer para ser estudado, a implementação dele, com relação à parte de recarga de veículos elétricos.

Eu sei que existem questionamentos e eu acho que eles são legítimos. Quem tem que buscar realmente uma justificativa ou uma explicação realmente tem que buscar esses dados e nos trazer.

Finalizando, para não me alongar demais e dar a oportunidade aos senhores de também fazerem questionamentos, para que a gente possa abordar outros aspectos, o que a gente constatou é que, de fato, existem diferenças no incêndio em veículo elétrico por conta da bateria de íons de lítio, que tem uma reação que, quando afetada por um aumento de temperatura ou afetada por um dano mecânico ou é submetida à imersão em água, como no caso de enchentes e tal, pode, por sofrer esse tipo de abuso, entrar num quadro de fuga térmica – tem outros termos para isso também – que pode desencadear um incêndio com uma alta intensidade e com muita dificuldade para ser combatido, que necessitaria, efetivamente, de técnicas que estão sendo desenvolvidas ainda no mundo.

Algumas técnicas são viáveis. A meu ver, peço desculpas se eu estiver equivocado, mas eu tenho algum tempo de serviço no Corpo de Bombeiros – são 32 anos de PM e 25 anos de Corpo de Bombeiros –, eu não consigo ver muita razoabilidade em pensar em fazer imersão de um veículo elétrico dentro de uma piscina. Eu acho tecnicamente muito difícil.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAX ALEXANDER SCHROEDER – Então, só para eu finalizar, eu acho difícil. Eu acho que tem outras técnicas sendo desenvolvidas, e o bombeiro quer conhecer essas técnicas e aplicá-las.

E a gente quer também que as empresas cada vez se aproximem mais do Corpo de Bombeiros, para trazer as informações de quais são os dispositivos de segurança que podem ser desenvolvidos, para que a gente possa trabalhar em parceria para mitigar os riscos.

Tudo tem um grau de risco. Toda tecnologia implica um grau de risco, mas a gente tem que mitigar a um mínimo possível e tem que ter condição de combater efetivamente quando a gente estiver diante de um sinistro envolvendo, no caso especificamente do que a gente está falando, o veículo elétrico.

Então, a gente sabe das características, da dificuldade de combater esse incêndio. A gente sabe que ele emana uma quantidade de gases altamente venenosos, uma quantidade ainda maior do que no caso do veículo a combustão. A gente sabe que tem diferença na extinção de um e na extinção de outro. A gente sabe que o veículo elétrico perdura com esse incêndio, por conta da reação na bateria, por mais tempo. A gente sabe que pode haver uma reignição desse veículo, mesmo depois de apagado. Daí alguns cuidados até no transporte desse veículo e na localização dele posteriormente a um incêndio.

Existem muitos pontos que precisam ser elucidados, clareados e tratados com a seriedade que o tema merece.

Eu acredito que nós podemos fazer esse trabalho em conjunto e encontrar, sim, uma equação que atenda a segurança contra o incêndio, proteja a vida das pessoas, torne os veículos cada vez mais seguros e o seu uso cada vez mais recomendado sem que haja uma preocupação por parte do usuário.

A gente quer que a pessoa tenha a tranquilidade realmente de pôr o seu veículo para carregar à noite e, no outro dia de manhã, ela acordar com tranquilidade...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAX ALEXANDER SCHROEDER – ... e poder utilizar o seu veículo sem que tenha um sobressalto, sem que tenha um problema qualquer naquela garagem. Esse é um exemplo do que a gente deseja. A gente quer realmente fazer esse trabalho em conjunto.

Daí a publicação não foi de um parecer já de forma determinativa. Ele foi colocado como uma consulta justamente para fazer esse chamamento para os diversos atores envolvidos no cenário da área de veículos, no setor automobilístico, para que a gente pudesse evoluir nesse sentido.

Basicamente, é isso.

Sobre a pergunta que o próprio Senador tinha colocado, a respeito da natureza desse parecer, se ele já era para ser implementado ou não, como eu disse, ele não foi implementado, é uma consulta ainda, foi colocado em forma de consulta.

Nesses 30 dias que foram dados, no primeiro período, nós conversamos com a ABVE, com a Abravei, com a própria BYD. E nós entendemos que seria oportuno aumentar esse prazo de estudo, para que fosse realmente bem trabalhada essa questão. A ideia não é criar dificuldade. É o contrário: é trabalhar em conjunto, para achar soluções efetivas que também não sejam a solução de simplesmente fechar os olhos. Que sejam soluções efetivas, para que a gente possa progredir para um futuro, gradativamente, o mais seguro possível.

A ideia é também, mesmo com a aplicação do próprio parecer, Senador, de não ser uma aplicação imediata, principalmente para as edificações existentes. O próprio parecer contém,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

numa parte final dele, que seria dado um prazo para adaptações, para ajustes. Seria um ano, mas um ano para o licenciamento. Por exemplo, quem fosse tirar o AVCB nesse um ano, ele iria ter o seu AVCB com a validade normal. Então, só na próxima renovação, muito provavelmente, ele teria que estar com essas instalações já concluídas. Daria um fôlego para que as coisas fossem feitas gradativas. Essa foi a ideia inicial, que também, como eu falei, não está ainda fechada, porque, obviamente, a gente está nesse período de estudo. Existem alguns trabalhos que estão sendo realizados.

Nas reuniões que nós fizemos com algumas das organizações que estão aqui ou das associações, nós recebemos a possibilidade de participar de testes, de ensaios que estão sendo programados. A gente já está combinando para, na próxima semana, marcar uma reunião para a gente poder fazer esses testes em laboratório, ensaios, simulados, para realmente definir quais seriam as melhores medidas neste cenário que se está apresentando.

Então, é isso, basicamente, Senador.

Agradeço a palavra, a oportunidade de expor de forma sucinta.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAX ALEXANDER SCHROEDER – Certamente, não encerrei o assunto. Tem muitos pontos a serem elucidados, mas eu me coloco à disposição.

De uma maneira geral, eu acho que consegui, pelo menos, dar uma visão do todo.

Eu fico à disposição para esclarecer qualquer eventual dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Eu agradeço a sua explicação, Sr. Max, principalmente porque eu vou pegar a sua última fala, quando você diz aqui que quer evoluir nesse sentido, que está ainda no momento de diálogo, não só de diálogo, de sentar e conversar, mas, sim, de comparar os seus argumentos, os argumentos dos bombeiros, dos seus técnicos, do grupo de trabalho que está criado, que já demonstra uma preocupação em fazer o melhor possível, com aqueles que também detêm a tecnologia e as informações necessárias para que o parecer seja, de fato, o melhor possível.

Então, eu percebi aqui, atentamente, a busca efetiva por algo positivo para o país. Os bombeiros de São Paulo são as referências que nós temos em todo o país, e os outros estados tendem a segui-los. Então, essa manifestação aqui, de colocar algo através de um parecer, levá-lo para uma consulta pública, está aberto ainda, fazer-se presente na audiência pública aqui, já tem um caminho na Câmara dos Deputados também a ser seguido, demonstra que nós vamos conseguir um resultado positivo.

E, aqui, eu quero trazer um pouco da minha experiência como Senador, dentro desta Comissão de Ciência e Tecnologia, nos últimos três, quatro anos, falando sobre esse assunto. Então, o que me levou a ter uma proximidade foi, de fato, acompanhar o que estava acontecendo no mundo. Primeiro, você tem países, como Alemanha, como Inglaterra, que colocaram uma meta: em 2030, os carros fabricados aqui serão elétricos. E já modificaram, anteciparam, já colocaram para 2028, 2025, ou seja, houve mudanças; e, aqui, a gente não sabia nem aonde ia chegar. E não seria possível que o Brasil fechasse as suas fronteiras para que não permitisse que esses carros entrassem aqui, esses automóveis, o que, hoje, já é uma realidade. Já estão entrando e já estão, como eu falei aqui no início, com as suas plantas para produzir o automóvel aqui no país.

Então, quando conversava aqui com os Senadores, a cada semana eu ia para casa estudar, porque eu falava sobre o carro elétrico, dizendo que era algo positivo, e alguém levantava a mão dizendo que ia prejudicar o setor do álcool. Aí, eu: "Não é possível que vá

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

prejudicar! O setor do álcool é a principal indústria que eu tenho no meu estado. Isso está errado!". Depois, eu voltava aqui com a informação: "Não é isso! A parceria ideal é a híbrida, e o álcool é o nosso combustível". Aí, na outra semana, chegava alguém aqui afirmando: "Mas o carro elétrico, quando você vai calcular toda a eficiência do que ele leva para rodar, ele acaba poluindo mais do que um carro a combustão". Aí, pegava o parâmetro e, quando fui buscar a informação, mesmo que naquele momento eu não tivesse como responder, mas na outra semana eu tinha. Buscava uma fonte de um país da Europa em que a sua matriz energética já é a mais poluente possível, é cavão, energia nuclear, é algo do tipo. Aí, depois, chegam aqui trazendo o assunto novamente, dizendo que o carro elétrico não é um carro seguro, que as baterias, se bate um carro com outro, explodem e ninguém sobrevive, é uma situação mortal. E aí eu, que nunca tinha me aprofundado sobre baterias, fui ver que, hoje, as baterias realmente têm um padrão de segurança fora do comum, inclusive atestado pelos maiores centros de certificação deste planeta. Aí, depois, vem a situação do descarte: "Ah, essas baterias poluem o meio ambiente de uma maneira que jamais vai ser reversível!" Mas só que essas baterias valem ouro. Quando elas saem de um carro, elas podem ser... Os equipamentos dela, os elementos dela podem ser vendidos a preço de ouro ou reaproveitados de outras maneiras. É um processo, como você disse aqui, evolutivo, de formação, que a cada dia a gente passa.

Vou me remeter novamente à última reunião que eu tive com o Presidente Geraldo Alckmin – tem umas três semanas –, e, também, saí de lá muito motivado, porque esse programa Mover – eu volto a ele – traz algumas inovações.

É um pouco do que eu estou falando aqui. Antes, se tinha uma preocupação, quando se falava em sustentabilidade, em descarbonização, do que se fala conceitualmente da bomba à roda, ou seja, do próprio carro, da manutenção que ele tem, da forma como ele gasta combustível, da sua eficiência; isso que era medido.

Em um outro momento, o conceito já passou a ser mais amplo: a preocupação do poço à roda; ou seja, como o combustível vai chegar lá, se é o álcool, o cavão, o nitrogênio, o hidrogênio. Gerou-se uma preocupação com isso também, com essa emissão de gases poluentes na camada de ozônio. Já está fazendo parte, conceitualmente, daquilo que está sendo medido.

E foi quando ele disse: "Rodrigo, mas a gente não para por aí, a nossa preocupação é do berço ao túmulo"; ou seja, há uma preocupação, inclusive, com a destinação, a reciclagem daqueles automóveis.

Então, nós estamos em um momento de evolução. É por isso que legislar não é fácil – eu sempre digo isso. A gente está falando aqui sobre tecnologia. Quando você faz uma lei sobre tecnologia, você está falando do futuro. Você faz uma lei hoje, para o amanhã. Há uma constante transformação. Por isso, o diálogo é a melhor forma; às vezes, o não legislar é o melhor, mas, às vezes, é necessário, para trazer uma segurança jurídica, para os investidores e, também, para o cidadão, sem dúvida alguma. É por isso que sua contribuição aqui foi muito importante.

Eu gostaria, aqui, de agradecê-lo.

Vou convidar também... Se o senhor também puder ficar aqui presente, é muito importante, já que é uma reunião, também, de trabalho, de certa forma, e que a gente possa aqui estar na mesma página, falando a mesma língua, ou pelo menos ouvindo os mesmos argumentos.

E, dessa maneira, eu gostaria de convidar, e quero chamar aqui, o Sr. Lauro Gomes Ladeia, que é membro da Comissão de Materiais – eu acho que ele está virtualmente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Então, eu vou inverter aqui, porque teve uma solicitação primeiro. Ele será o próximo.

O Sr. Clemente Gauer, Coordenador do Grupo de Trabalho sobre Segurança e membro da Associação Brasileira do Veículo Elétrico.

Neste caso, até pela eficiência do tempo – e nós temos ainda a sessão do Senado –, será concedido o tempo de dez minutos.

O SR. CLEMENTE GAUER (Para expor.) – Muito obrigado, Sr. Senador Rodrigo Cunha.

É uma grande honra, para a gente da ABVE, poder dividir, aqui, este espaço com vocês.

Eu gostaria de trazer, hoje, um pouco da visão do nosso setor e, também, estou à frente das relações corporativas de um dos maiores *players* de recarga no Brasil, a Tupi, empresa investida pela Raízen Power. Cem por cento da nossa energia vêm do agronegócio em São Paulo – energia gerada a partir de biomassa da cana, alimentando veículos elétricos.

Eu trouxe uma apresentação para vocês e vou passá-la muito rapidamente; acho que tem todos os pontos que são técnicos e vitais deste debate. Vamos lá.

Posso passar aqui? (*Pausa.*)

Agora foi.

O assunto, claramente, é a segurança dos veículos elétricos. A gente acredita que nenhuma vida vale a pena ser consumida por uma nova tecnologia.

Então, o nosso esforço aqui é muito amplo, e máximo, no sentido de proteger a todos diante de uma nova tecnologia. Esse é o esforço de todo o nosso grupo de trabalho dentro da ABVE, a qual tenho muita honra de presidir.

Antes de mais nada, gostaria de fazer um grande agradecimento pela existência desse debate e também por uma história pessoal da qual fui resgatado por Bombeiros no Estado de São Paulo. Então, essa é uma entidade por que a gente tem muito respeito, e a gente gostaria muito que esse tipo de debate sempre fosse muito amplo e amplamente realizado. Temos aqui alguns números. Somente em 2021, o Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo recebeu mais de 2,7 milhões de ligações. Foram 211 mil resgates. Essa é uma instituição com um trabalho que me faltam palavras para manifestar o nosso contento por existir.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone*.) – Um órgão da maior credibilidade.

O SR. CLEMENTE GAUER – Exato. Eles fazem o melhor trabalho de todos: salvam vidas, não é?. E também prevenindo que essas vidas sejam consumidas ou então perturbadas por qualquer tipo de questão tecnológica.

Eu trago aqui uma questão superimportante sobre o Brasil e sua característica ampla na questão de propriedade para os veículos elétricos.

Em primeiro lugar, pode parecer um pouco estranho, mas o Brasil é um país tropical, ideal para os veículos elétricos. A gente não tem o rigor e a severidade do inverno do Hemisfério Norte, então aqui as baterias estão na sua zona de máximo conforto. A gente também tem uma matriz elétrica, 94% renovável e crescendo. Isso é maravilhoso, ou seja, energia ampla, barata e de baixíssima emissão. A gente também tem um excedente hoje de 15% de energia elétrica. Energia elétrica está sobrando no Brasil.

Um percentual de 65% dos brasileiros desejam, como próximo veículo, um veículo eletrificado. A gente só perde para os chineses. Você pega a Europa e os Estados Unidos, esse número é na faixa de 50%.

O nosso disjuntor padrão, da casa mais humilde no Brasil, do Minha Casa, Minha Vida, é de 45 amperes. Isso quer dizer o seguinte, até a casa mais humilde no Brasil pode carregar um veículo elétrico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Você vai para o Chile, para a Argentina e outros países da América Latina, esse disjuntor é de 10 amperes. Por quê? A gente tem uma instituição chamada chuveiro elétrico no Brasil. Então, isso torna a recarga de veículo elétrico muito adequada.

Um percentual de 98% do nosso país está no Sistema Interligado Nacional, ou seja, aquela energia que sobra lá em cima pode ser usada no Rio Grande do Sul e vice-versa. Isso é único. Lembra o que aconteceu com o Texas no inverno? Então, o Brasil é muito feliz também nesse sentido.

Temos todos os minerais críticos, do lítio até mesmo o cobalto, que aliás nem é mais necessário nas baterias.

Recentemente, a gente observa, dentro da ABVE, um investimento total no setor da eletromobilidade de leves, levíssimos e pesados, que já superam os R$500 bilhões, diretamente refletindo na força e nos empregos no país.

Foi 400% o crescimento da produção de estações de recarga no país de um ano para o outro. A gente está falando aqui da WEG, o maior fabricante de estações de recarga no Brasil. Foi 400%, de um mil para quatro mil estações, em um ano, por mês.

Também, de um ano a outro, a gente cresceu estações públicas de recarga de 4 mil para 8 mil, do ano passado para este. É incrível o crescimento.

Eu tenho que trazer o contexto histórico. Toda tecnologia chega carregada de muitas dúvidas, incertezas e medos.

Quando a eletricidade chegou, todo mundo pensava que ia morrer eletrocutado nos postes, ao passo que as pessoas morriam queimadas em casa porque a lamparina derramava, ou por doenças respiratórias por conta da fumaça das lamparinas. A gente vê até o Thomas Edison advogando contra a corrente alternada, eletrificando um elefante em Coney Island, Nova Iorque, para mostrar que era superperigosa a energia do adversário dele.

Os fabricantes de veículos com tração animal desdenhando dos veículos a combustão, porque sem cavalos o seu carro poderia cair dentro de um rio. Na Inglaterra, havia uma lei que obrigava pessoas a caminharem com uma bandeira vermelha na frente do veículo a combustão recém-lançado, para evitar que este atropelasse as pessoas na rua.

Na Alemanha, havia caldeiras explodindo por pressão excessiva de vapor, e foi formado todo um comitê de engenheiros para que avaliassem esse risco. Então, surgiu uma instituição chamada DÜV – de *dampf*, de vapor – que certificava essas caldeiras e, quando deixou de existir caldeira, essa empresa virou TÜV.

Os aviões, quando foram lançados, eram motivo de risada, porque eles caíam e feriam as pessoas, mas hoje, com esse papel hercúleo de defender a segurança, com critérios também utilizados pelos bombeiros, não há um voo sequer que a gente faça em que a gente não receba instruções de como tornar esse voo cada vez mais seguro. Mas eu vou dizer: aviões continuam caindo, e é horrível quando isso acontece. Agora, se eu tiver que escolher a melhor maneira de ir daqui para Belém, o avião – eu posso garantir para todos vocês – é a forma mais segura de a gente viajar; mas vão continuar acontecendo acidentes, e a gente tem que estar preparado para saber o que fazer.

Aqui, eu trago um comparativo. Não viajem de moto. (*Risos.*) É mais arriscado.

São Paulo tem uma questão bastante interessante da proibição do uso de celular em posto de gasolina. Foi uma lei que passou, através dos Vereadores, em 2002, sob o argumento... A prerrogativa era de que poderiam saltar fagulhas da antena e explodir o estabelecimento – e a gente observa que isso não chegou a acontecer –, sendo que, naquele momento, o maior

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

problema era – e é até hoje – o catalisador em ponto de rubro, a 900 graus, debaixo do carro, e não o seu celular; e hoje todas as maquininhas de adquirentes são celulares.

A gente tem que trazer a questão da casualidade desses episódios com os veículos elétricos. Entre 100 mil veículos elétricos, mesmo recorte de idade, a gente vai ter só 21 deles pegando fogo, e isso nos Estados Unidos, onde as tecnologias não são tão maduras quanto aquelas que a gente tem no Brasil. Então, os veículos que a gente tem no Brasil já são bastante mais seguros do que aqueles que estão neste recorte aqui. E se você me perguntar: "E o híbrido?" – é transitório.

Correlação: trago alguns exemplos de estudos que foram feitos há mais de 10 anos na Europa – no caso, da Suécia – que trazem, por exemplo, um parâmetro muito interessante, que diz que veículos elétricos, nesses raríssimos episódios em que eles pegam fogo, estavam sabe o quê? Estacionados, em 47% das vezes; carregando, em apenas 16% das vezes; carregando por uma falha elétrica, em 5% das vezes; carregando com os dois cenários, em 21% das vezes. Isso quer dizer o seguinte: o maior risco de o veículo pegar fogo não ocorre quando ele está carregando – essa é a menor fatia –; ou seja, todas as vagas onde o veículo for estacionar devem gozar de segurança. Não pode ter discriminação entre veículo a combustão e elétrico. E eu vou explicar isso daqui a pouco.

Em 5% das instalações elétricas onde ocorreram esses episódios de incêndio na Europa, as pessoas estavam usando tomadas de recarga que não são feitas para recarregar veículos – não são feitas para aguentar essa carga. Então, se a gente não fomenta o uso de estações de recarga profissionais, e faz com que as pessoas improvisem tomadas, a gente está fragilizando a segurança de todos.

Aqui, a gente vem, com uma série de associações e instituições, levar essa palavra de que a gente defende realmente a regulação, normas técnicas e certificados rígidos.

Cenário/veículos. Também trazemos um estudo da NFPA americana onde se observa o seguinte: os veículos a combustão têm tanto plástico hoje em seus elementos que se tornam iguais ou até maiores, em termos de risco a incêndio, do que veículos elétricos – são estudos fundamentados pela NFPA, nos Estados Unidos. Então, se a gente olha, por exemplo, a quantidade de calor que esses veículos vão produzindo ao longo dos anos, com cada vez mais plástico...

Lembram que, antigamente, o para-choque do Corsel era de metal? Hoje é tudo de plástico. Isso é combustível. Então, a gente observa que eles podem liberar muito calor.

E a gente tem, por exemplo, até o tanque de combustível de plástico. Aqui, olha o que acontece depois de quatro minutos de um incêndio: ele derrete, e o combustível vaza e escorre, como a gente observou, recentemente, num acidente de ônibus, em São Paulo, que virou um verdadeiro rio de fogo pelas ruas, até mesmo contaminando as casas.

Aliás, ontem a gente teve o primeiro incêndio de veículo elétrico no Brasil. Em Salvador, um ônibus pegou fogo – vandalismo –, e a gente pôde observar que esse episódio foi facilmente controlado, sem colocar em risco e sem sequer ferir qualquer pessoa que estava nas suas proximidades.

Aqui, a gente vê a liberação de calor, em cinza, de um veículo a combustão e a de um veículo elétrico – total. Notem o pico de um veículo a combustão: isso é quando o tanque explode. Notem as baterias de um veículo elétrico, em breve.

Agora, a gente entende que a preservação da vida passa pela supressão do incêndio, se possível de forma automática. Então, vamos falar de chuveiros? Se a gente vai para a Europa, eles existem nas vagas de veículos a combustão desde os anos 70, os mesmos que hoje

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

garantem a vida das pessoas nessas edificações, em casos de incêndio em apartamentos e prédios.

Eu trago aqui o estudo das próprias pessoas que fazem esses chuveiros automáticos. A gente observa, à esquerda, um veículo a combustão quando pega fogo. Ali, na seta vermelha, é o pico de calor dele. A gente está falando de 8 mil quilowatts de potência, ou seja, 8MW de potência em calor sendo liberados instantaneamente quando o tanque deflagra. Esses são aqueles cenários em que as pessoas não conseguem sair do carro e morrem carbonizadas. Não tem tempo de ação; o bombeiro não chegou.

À direita, a gente tem um veículo elétrico. Aqui, também, o *sprinkler* entrou em ação, o chuveiro automático, mas a gente vê que o pico de calor é bem mais brando. Porém, tem um adicional, o bombeiro tem que estar preparado para este cenário no veículo elétrico: após a extinção do incêndio, o veículo elétrico pode voltar a pegar fogo. Porém, aqui você tem 40 minutos para conseguir remover, eventualmente, esse veículo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CLEMENTE GAUER – E o mais importante de tudo aqui é o *golden time*, é o tempo dourado. Num veículo elétrico, você tem dez minutos para conseguir fazer alguma ação; num veículo a combustão, às vezes, segundos. Isso salva a vida de muita gente, inclusive de quem está combatendo.

Depois, a gente traz uma série de estudos sobre o total de energia liberada: em veículos elétricos, hoje é consideravelmente menos, com as novas tecnologias de bateria. Esse é um estudo bastante recente.

E as conclusões que eu trago, para finalizar, são: não há evidência de correlação entre o processo de recarga e os incêndios de veículos elétricos, afinal, como eu mostrei, eles acontecem, normalmente, com o veículo estacionado, após uma colisão ou algum dano à sua bateria, geralmente esperando para um reparo; não podemos discriminar os elétricos dos veículos a combustão; e, finalmente, devemos incentivar estações de recarga do tipo *wallbox*, seguir as normas técnicas e certificados e promover os intercâmbios de experiência.

Vou precisar de mais 15 segundos e acabo aqui.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CLEMENTE GAUER – E, de novo, conto aqui com a presença de todos esses setores que também defendem esses ideais de preservação da vida e seguimento das normas técnicas.

Temos, para a instalação, a NBR 5410, NBR 17019 – a gente tem que garantir que as instalações cumpram essas regras já estabelecidas e vigentes no Brasil – e temos também, para as estações de recarga, a NBR/IEC 61851-1, que garante que a estação de recarga seja extremamente segura, preservando de riscos de choque elétrico, eletrificação e casos de incêndio.

Próximos passos – já finalizando aqui o meu discurso –: a gente tem um trabalho em conjunto com o Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo, a ABVE e as demais entidades, a gente está promovendo esse ensaio junto com essas entidades e o corpo de bombeiros e a gente gostaria de promover intercâmbios tecnológicos no Brasil e no exterior; a aplicação de todas essas normas técnicas que eu trago aqui na instalação, nos equipamentos e demais partes; e também o rastreamento de todos esses episódios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço a atenção de todos e o convite ao Exmo. Senador Rodrigo Cunha. Fico aqui muito grato pelo convite.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Eu disse que eu aprendo a cada reunião e não é diferente.

Inclusive, parabenizo pela explicação o Sr. Clemente, que aqui foi muito feliz, inclusive conseguiu, pelo menos, me colocar no cenário ali, em várias épocas, do mundo. É só imaginar um elefante sendo eletrificado para demonstrar o risco. Realmente é algo inimaginável. Isso demonstra que a gente tem sempre que estar baseado em dados, estatísticas, experimentos e buscar sempre ouvir quem tem os estudos técnicos. Então, aqui, a todo momento, eu observei isto: a importância de seguir normas baseadas em evidências. Então, agradeço.

O senhor pode retornar ao local. (*Pausa.*)

Convido o Sr. Henry Joseph Junior, Diretor de Assuntos Técnicos da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea). (*Pausa.*)

Sr. Henry, o senhor tem dez minutos para fazer os seus apontamentos e também questionamentos.

O SR. HENRY JOSEPH JUNIOR (Para expor.) – Boa tarde, Senador Rodrigo Cunha. Tenente-Coronel, boa tarde.

Queria, antes mais nada, cumprimentar os meus colegas de mesa, aqueles que estão aqui participando, e agradecer profundamente pelo convite feito para que a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores também pudesse se pronunciar nesse tema, que é realmente um tema bastante relevante.

Já começo parabenizando o Corpos de Bombeiros do Estado de São Paulo pela preocupação com o tema. Eu acho louvável essa ação e eu acho que é uma questão realmente que temos que conhecer, para saber como enfrentar e como agir.

E também queria parabenizar o Senado pela ação de trazer este tema à discussão no âmbito do Legislativo, porque provavelmente essa questão terá que ser, depois, se eventualmente houver necessidade de uma regulamentação maior, trazida ao âmbito do Legislativo. Então, acho que todos aqui estamos buscando a mesma solução para uma eventual questão.

Eu acho que o meu colega da Associação Brasileira do Veículo Elétrico foi bastante feliz na apresentação dele. Ele já colocou praticamente as questões técnicas, então eu não vou ficar repetindo questões que foram aqui colocadas.

Eu acho que também é importantíssima – e aqui a gente tem que agradecer ao Corpo de Bombeiros de São Paulo – a prorrogação do prazo para a audiência pública, porque é um tema que tem que ser tratado com cuidado, procurando realmente avaliar todas as questões.

Como foi colocado, existe um grupo que está tratando desta temática, que está procurando avaliar a questão. Já foi mencionado aqui que se farão, inclusive, simulações que vão ser tratadas de modo a se avaliarem todas as questões.

Com a entrada cada vez maior dos veículos elétricos, como foi aqui mencionado, essa é uma questão com a qual vamos ter que nos acostumar, porque realmente é uma tecnologia que está entrando com uma força bastante grande.

Ao contrário da Europa e de outros países onde os veículos elétricos estão entrando por força de lei, até para que esses países possam cumprir seus compromissos internacionais de descarbonização, no caso brasileiro nós temos a alternativa dos biocombustíveis, que, sem dúvida, nos ajuda muito nessa questão, de uma maneira que o Brasil já conhece e com uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

tecnologia que a gente já conhece. A utilização dos biocombustíveis, nessa questão da descarbonização, sem dúvida também é uma resposta, uma resposta talvez condizente com o nível tecnológico e com as nossas condições econômicas principalmente. Mas a eletrificação não é descartada e vai ser sempre uma alternativa. Provavelmente, vamos nos aprofundar nessa questão da eletrificação com bastante intensidade no futuro, porque ela tem as suas qualidades próprias, independentemente da questão da descarbonização. É uma tecnologia que traz um conforto, que é uma questão muito grande para o consumidor, o que vai fazê-lo procurar essa tecnologia independentemente da descarbonização.

Sobre essa questão do carregamento do veículo elétrico, qual é a grande questão? A grande questão do veículo elétrico é como levar a energia elétrica junto, porque a motorização do veículo é uma coisa razoavelmente simples; o problema do veículo elétrico é termos essa possibilidade de ter a energia elétrica disponível para alimentar esse motor elétrico. E, no caso, até hoje, com relação a tudo em que nós estamos evoluindo, a questão da bateria está se tornando, ainda, a principal fonte de energia elétrica para o veículo em movimento.

Essa questão está evoluindo também, e, provavelmente, em um futuro próximo, nós teremos outras alternativas além da bateria. Nunca vamos nos livrar da bateria, porque, para momentos de utilização, ela vai estar presente, mas outras formas de energia no veículo vão acontecer. Hoje, nós falamos muito do veículo híbrido, mas ela vai ser provavelmente substituída por outras formas de energia. Aí, a questão do hidrogênio e das células de combustível devem entrar com alguma força no futuro, principalmente no veículo – ao qual, hoje, a gente talvez não esteja dando muita atenção no caso aqui – pesado elétrico. O mundo inteiro tem hoje dificuldade com essa tecnologia por causa dos pesos da bateria, do contrassenso que é transformar espaço de carga em espaço para bateria, ou seja, um veículo que é produzido para transportar carga ou passageiro perde essa capacidade para poder ter baterias. Mas essa é uma questão que, no mundo inteiro, está sendo avaliada também e provavelmente teremos soluções para isso – a questão da célula de combustível, a célula de hidrogênio, vai ser, talvez, uma dessas alternativas.

Voltando ao nosso caso aqui dos veículos elétricos, eu acho que foi muito feliz essa colocação feita, no final da apresentação, pelo Clemente, o colega da ABVE, ao falar das necessidades de certificação dos pontos de recarga. Como foi colocado aqui, a parte da recarga do veículo não é a parte principal nos casos que foram citados em termos de combustão do veículo, de incêndio do veículo, mas é, sem dúvida, um ponto importante, principalmente quando essa recarga não é feita do modo adequado e em condições técnicas adequadas.

Então, esse é um dos pontos que eu acredito que, no trabalho que estamos fazendo, Tenente-Coronel, vai talvez ficar mais claro. Acho que a gente tem várias entidades que vão nos ajudar muito – o Inmetro e a ABNT são entidades que devem entrar nessa discussão, que estão já presentes nessa discussão e vão ajudar bastante –, mas é um estudo que ainda está em evolução. Nós fabricantes de veículos automotores estamos tentando dar todo o apoio a essa discussão de modo a poder trazer toda a parte tecnológica, todo o conceito que pudermos trazer para a solução que for buscada.

Senador, eu não tenho muito mais a acrescentar. Eu acho que essa é uma questão ainda em evolução. Estamos à disposição para debater e colocar o que for necessário em termos de colaborar o máximo possível.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Sr. Henry, só a participação da Anfavea, neste momento, demonstra que é um assunto que tem, sim, que ser debatido. Nós sabemos o alcance e o tamanho que tem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Repito, mais uma vez, que a Frente da Eletromobilidade, que foi criada, tem servido como um instrumento de trabalho. Acredito que todos que estiveram presentes no lançamento da frente e nos eventos que eu realizei sabem que eles foram neste sentido: queremos ser um instrumento de trabalho.

E você disse tudo aqui: estamos do mesmo lado. O bombeiro está do mesmo lado. Todo mundo quer um ambiente mais seguro possível, todo mundo quer um Brasil próspero e que as pessoas possam adquirir um bem sem terem que perder o sono se vão correr algum risco à sua segurança.

Então, a sua colaboração já se faz justificada com a sua presença, ainda mais com as suas palavras.

O SR. HENRY JOSEPH JUNIOR – Senador, posso só acrescentar?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Claro, claro.

O SR. HENRY JOSEPH JUNIOR – Eu acho que essa nossa preocupação também tem o viés de não criarmos uma jabuticaba no Brasil ou alguma coisa que não seja aquilo que internacionalmente já é aceitável, já é discutido. Então, a nossa participação também tem este ponto: a preocupação forte de trazer todo o conhecimento internacional que a gente puder para que essa discussão realmente caminhe de modo adequado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Perfeito.

Agradeço a participação.

Aqui nós estamos também sendo acompanhados pelo Brasil através dos canais de comunicação do Senado Federal, através, principalmente, do Portal e-Cidadania, em que o Raymer, de Minas, e a Keit, do Rio de Janeiro, já se manifestaram também muito no sentido do que já foi falado aqui – já foi respondido o questionamento referente à etapa em que está esse parecer; o outro é perguntando se isso pode gerar algum imposto mais à frente, mas aí já foge aqui à nossa esfera.

Sendo assim, dando sequência, eu convido o Sr. Hugo Dâmaso, representando a Associação de Empresas do Mercado Imobiliário (Ademi), para fazer o uso da palavra por dez minutos.

O SR. HUGO DÂMASO (Para expor.) – Boa tarde a todos!

Eu queria, inicialmente, parabenizar aí o Senador por essa iniciativa de tornar pública esta discussão através desta audiência pública, um tema tão importante para a gente, tão importante para o mercado imobiliário também, que está vivenciando no dia a dia essas evoluções, essas mudanças que impactam muito o nosso setor.

E o que eu queria trazer aqui? A minha forma de contribuir seria falar um pouquinho sobre o mercado imobiliário e essas questões ligadas às vagas de garagem e esses carregamentos. Além de ser Vice-Presidente da Ademi em Alagoas, eu sou diretor de uma construtora local, e eu estou vivenciando diariamente o mercado imobiliário. Então, a gente vem sentindo muito isso dos consumidores, essa necessidade cada vez maior de que os apartamentos já tenham essa possibilidade de ter, nas vagas de garagem, esses carregadores.

Em 2023, nós entregamos o primeiro empreendimento que foi lançado em que a gente já prometia ter em cada apartamento pelo menos um ponto de carregamento por apartamento. Então, foi entregue no ano passado. Isso, até então, eu podia dizer que era o suficiente, mas este ano a gente já começa a ter uma cobrança diferente, ou seja, os consumidores já querem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ter mais de um ponto de carregamento, porque já começou a ser comum não apenas uma pessoa da família ter um veículo elétrico, mas mais de uma pessoa ter um veículo elétrico, e elas não querem estar disputando ali aquele ponto de carregamento. Então, isso é uma cobrança que o mercado vem fazendo às construtoras, e a gente tem que justamente seguir exatamente o que o mercado está buscando.

Então, hoje eu digo que é um ponto primordial, no lançamento de um empreendimento, a gente poder fazer constar lá a possibilidade de fazer o carregamento desses veículos. E não adianta a gente conseguir colocar apenas um ponto coletivo de carregamento. Esses pontos realmente têm que ser pontos individuais, e esses consumos de energia têm que ser feitos nos medidores de cada dos apartamentos.

Então, analisando essa norma que saiu, a gente visualiza que hoje seria impraticável para a gente conseguir colocar em vigor aquelas regras no subsolo dos empreendimentos. Uma vez que, muitas vezes, na viabilidade de um empreendimento, a gente não tem apenas como parâmetro para viabilizar aquele empreendimento aspectos normativos em termos de taxa de ocupação e outras questões como essa; mas a questão do número de vagas de garagem, muitas vezes, é um ponto que viabiliza um empreendimento. Então, se a gente for respeitar aquelas normas que estão ali colocadas, pelas quais eu teria que ter afastamento de 5m entre um carro e outro e ter as paredes ali dividindo, isso inviabilizará grande parte dos empreendimentos que hoje estão sendo trabalhados pelo mercado como um todo.

Então, eu acho que esse é um ponto muito importante a ser observado.

Outra questão que a gente vê é justamente a falta – acho que a gente teria que atentar bastante para isso – da certificação dessas instalações. Hoje, a gente não tem um regramento para isso. É uma consulta que a gente tem ali, acho que semanalmente, dos clientes de empreendimentos antigos, em que não existe essa infraestrutura já projetada por um engenheiro eletricista e entregue e executada pela construtora. Estamos observando que isso está sendo feito de qualquer forma, sem nenhum tipo de certificação, sem nenhum tipo de fiscalização. Isso, sim, traz uma preocupação muito grande para a gente, uma vez que já começaram a acontecer alguns incidentes, não no veículo, mas nas instalações para esses veículos elétricos. Então, esse é um ponto para o qual a gente acha que deve ter bastante atenção.

Outra situação é a gente realmente conseguir balizar essas regras justamente por essas questões internacionais, pelas regras de outros países: como é que eles estão adotando esses regramentos, se realmente é necessário a gente ter toda essa situação que está aí posta, uma vez que a gente vê que vai realmente ter um impacto muito grande.

Uma outra questão também é em relação a questão da insegurança jurídica que a gente termina vivenciando hoje. Então, a gente hoje está lançando empreendimentos, prometendo ter pontos de carregamento, e pode estar muito próximo de ter essa proibição. E a gente não consegue simplesmente adaptar esses empreendimentos para essas novas regras. Mesmo que se tenha o período de concepção de um produto imobiliário, a gente muitas vezes passa ali por um período de quatro a cinco anos, então esse prazo de um ano a mais para se adaptar também não seria suficiente para que a gente consiga fazer essas mudanças de rumo – porque, na verdade, se hoje isso fosse implementado, a gente teria que mudar a concepção desses empreendimentos ou simplesmente voltar a não entregar mais essas vagas com pontos para carregamento.

Acho que seria essa a minha contribuição: trazer um pouco da visão do mercado imobiliário, do que a gente está vivenciando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E quero dizer que cada vez mais... Esse crescimento – eu posso dizer – não é um crescimento linear. A procura dos clientes por esses pontos de carregamento é um crescimento exponencial; é uma coisa que a gente vê que está tomando uma proporção gigantesca. E acho que, em pouquíssimos anos, a gente vai estar vivendo uma situação totalmente diferente do momento que a gente está vivendo hoje aqui.

Então, é isso aí que tenho para trazer para vocês.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Agradeço ao Hugo Dâmaso, que aqui representa a Ademi e que também demonstra um outro lado. A gente estava ouvindo aqui muito a parte dos fabricantes, dos responsáveis por automóveis, e agora estamos ouvindo... Ainda não é nem o consumidor, que vamos ouvir também aqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – É, exatamente.

Estamos ouvindo o empresário, aquele que investe, que quer continuar investindo, que quer entregar o melhor possível e que quer se adequar às regras postas. Então, é uma fala muito importante, que eu tenho certeza de que contribuirá para os debates seguintes, para modificações e sugestões que teremos mais à frente. Então, obrigado.

Agora, vamos, no espaço virtual aqui, passar para o Sr. Lauro Gomes Ladeia, que está representando a Cbic (Câmara Brasileira da Indústria da Construção).

Acredito que ele esteja conectado – ele está desde o início, inclusive, acompanhando aqui. Peço para que a mesa abra o sinal da tela dele e o áudio. (*Pausa.*)

Lauro, está ouvindo?

O SR. LAURO GOMES LADEIA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde! Eu estou ouvindo.

Vocês estão me escutando aí também?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Já estamos ouvindo você.

Você tem dez minutos para fazer sua apresentação.

O SR. LAURO GOMES LADEIA (*Por videoconferência*.) – Só confere para mim se estão acompanhando também a minha apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – A apresentação também.

O SR. LAURO GOMES LADEIA (*Por videoconferência*.) – Ótimo.

Então, vou comentar aqui...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Eu quero só fazer uma sugestão aqui. Eu estou vendo a tela com a imagem do Lauro e também a apresentação. Se for possível, coloquem para que todos vejam. (*Pausa.*)

Pode seguir, Lauro.

O SR. LAURO GOMES LADEIA (*Por videoconferência*.) – Posso seguir?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Pode seguir.

O SR. LAURO GOMES LADEIA (*Por videoconferência*.) – Boa tarde, então, a todos os presentes e também aos que estão remotamente, assim como eu aqui, neste nosso modelo virtual.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de começar realmente agradecendo imensamente a oportunidade de estar com vocês participando desta audiência pública sobre um tema que é fundamental para o momento que vivemos.

Pela dinâmica da convocação, Sr. Senador, eu não pude estar presente aí com vocês, mas, da próxima vez, com certeza, farei um esforço para isso.

Gostaria realmente de agradecer ao Exmo. Sr. Rodrigo Cunha e saudá-lo e agradecer também a todos os convidados que compõem este debate comigo aqui nesta tarde.

O nosso tema de hoje – ocupações com estações de recarga para veículos elétricos – remete diretamente à necessidade de instalação de bases para recarga nos estacionamentos das nossas edificações, sejam eles em residências ou em imóveis comerciais, sejam eles existentes ou futuros. E aí nós aqui, do Sinduscon-SP (Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo), o qual eu represento, e também da Cbic (Câmara Brasileira da Indústria da Construção), estamos diretamente relacionados ao tema.

Vocês vão ver que o enfoque da minha fala vai ser um pouco mais nesse sentido, aproveitando a oportunidade, já que os meus colegas deram enfoque mais aos veículos e o nosso Tenente-Coronel Max deu enfoque ao corpo de bombeiros, para fazer a dinâmica ficar melhor e dividir aqui com todos.

Eu montei, então, uma breve apresentação, que está aí na tela, e vou começar a compartilhá-la com vocês, contando quem somos e o histórico recente do tema de carregamento de veículos elétricos dentro das nossas entidades. E também vou ressaltar os nossos pontos de atenção.

Então, o nosso Sinduscon-SP é a maior associação de empresas da indústria da construção da América Latina, além de ser a principal base de apoio e ponto de referência para o setor da construção civil no Estado de São Paulo. Ele atua na defesa incansável dos interesses coletivos e de suas empresas associadas.

Vou avançar aqui um pouco para a gente chegar logo ao final da minha apresentação e debater os temas principais.

Só contextualizando onde a gente está aqui no Estado de São Paulo, a gente está dividido em dez pontos do estado, desde o seu ponto mais a oeste, ali em Presidente Prudente; ao norte do estado, em São José do Rio Preto; e também aqui, na parte central e mais próxima a São Paulo. É uma representatividade, de fato, muito grande no estado e na nossa construção civil.

Em números breves, para compartilhar com vocês, nós temos mais de 300 associados que são empresas de construção civil, mais de 50 mil seguidores em nossas redes sociais, 40 mil usuários utilizam esse portal que a gente tem do Sinduscon, em média, por mês. É bastante gente, Senador e todos os presentes. Realmente, é uma atuação muito grande na área de construção civil no Estado de São Paulo, assim como a Cbic o faz na atuação nacional. Temos uma ampla participação em eventos e promovemos muitos cursos e muitas didáticas para dividir informação e capacitar a nossa mão de obra no nosso mercado de construção civil.

Agora, entrando diretamente no tema de nossa audiência, eu vou começar a compartilhar com vocês como está a história do tema de carregamento de veículos elétricos dentro de nossa entidade nesses últimos meses.

O nosso Tenente-Coronel Max começou apresentando ali e já fez um *briefing* desse histórico, mas a gente, com essa preocupação vigente aqui, montou um grupo de trabalho no nosso CTQ, que é justamente também, Senador, o Comitê de Tecnologia e Qualidade. Assim como vocês nomeiam aí, a gente tem também um CTQ aqui dentro do Sinduscon. A gente já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

estava com essa discussão desde o final do ano passado, e foi montado um grupo de trabalho com esse foco, agora este ano, no final de fevereiro.

No início de março, nós já tivemos uma reunião extensa com o Instituto de Engenharia e alguns convidados. Naqueles momentos, a gente trouxe a indústria; a gente já estava, num primeiro momento, com a ABVE, com alguns fornecedores; a gente teve uma primeira agenda com eles. No final deste mês de março, houve uma palestra híbrida, no Instituto de Engenharia, aqui em São Paulo, onde foram tratados os desafios atuais e futuros da engenharia para garantir justamente a proteção à vida e ao patrimônio.

Foi naquele momento que o time do nosso Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo, aí bem representado pelo Tenente-Coronel Max, já comentou sobre a publicação que estava em vias de ser emitida e comentou bastante sobre o parecer técnico que seria colocado em consulta pública. Então, foi naquele momento ali, Coronel, que a gente ficou claramente sabendo dos próximos passos que seriam dados e dessa consulta, em que a gente poderia participar em conjunto com vocês, da definição e discussão desse tema.

Ainda falando de histórico e pegando um gancho, um pouco, no que o Clemente também apresentou anteriormente a mim, logo na publicação dessa consulta pública, que foi no início de abril, como o Coronel Max citou, a gente montou um grupo de trabalho, aí sim entre as entidades, estando presente o Sinduscon-SP, a ABVE – o Clemente participou intensamente dessas reuniões, tanto que, nesse fórum de debate aqui, essas apresentações que ele compartilhou com todos a gente já vem discutindo ao longo dos últimos dois meses –, a turma do Secovi, a Abrainc, consultores e empresas de carregadores. Foi, de fato, um fórum bastante diverso, com muita gente envolvida e que ficou intensamente ali, em abril e maio, trabalhando no assunto, logo após a consulta pública emitida pelo corpo de bombeiros.

Basicamente, para dividir com vocês, eram quatro os pontos principais o nosso foco inicial.

Um era a prorrogação da data – e a gente já teve a confirmação de que ela, sim, foi feita: a gente prorrogou para o início de agosto.

Foi feito, também, um comunicado ao mercado. E aí qual era a grande preocupação nossa, das entidades? Já surgia, naquele momento, uma grande demanda aqui da sociedade, dos condomínios, dos moradores, dos projetistas, dos construtores, para saber o andamento do tema. Então, essas entidades se juntaram e definiram um comunicado ao mercado para poder dar o *status* da situação e dar uma breve orientação sobre como é que ia ser tratado o tema.

E também dois outros pontos já foram compartilhados ali: a discussão de um possível simulado de incêndio, que é esse que o Coronel Max também comentou e que deve ser feito nos próximos dias ou nos próximos meses; e também, principalmente, um *workshop* com o corpo de bombeiros para a discussão dessas propostas que saíram na consulta pública.

Basicamente, essa foi a gama principal de informação que a gente tratou naquele momento e o nosso foco inicial.

Aqui eu trouxe, somente para dividir com vocês, a cara dos nossos documentos, tanto a consulta pública como também a prorrogação do prazo por mais de 90 dias e o comunicado que as entidades que estão aqui listadas fizeram ao mercado.

Eu gostaria de aproveitar a minha fala para dividir com vocês basicamente o eslaide final que eu coloco aqui, que eu chamo aqui de desafios e principais pontos de atenção. É um olhar nosso – um pouco mais parecido com o que a turma da Ademi trouxe – sobre o que a gente focar bastante agora nessa próxima etapa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E o que a gente ressalta com importância, para levarmos em conta, é a viabilidade técnica e econômica dessas propostas, e é nisso que a gente tem focado e sobre isso temos discutido bastante nesses últimos meses.

As questões técnicas, eu não tenho a menor dúvida de que a nossa engenharia e a indústria nacional vão conseguir bem resolver, porque a gente já fez isso em diversos outros desafios. Então, a parte técnica talvez não seja o que mais nos aflige, mas a questão financeira pode, realmente, impactar mais essas nossas edificações – e eu vou trazer para vocês alguns pontos abaixo. Sei também que esse ponto do impacto financeiro está na pauta de todo mundo, tanto da ABVE como do Corpo de Bombeiros. Todo mundo tem ressaltado bastante esse ponto.

Estou aqui representando a indústria da construção civil do Estado de São Paulo, mas também sei que nacionalmente... e, principalmente, a execução das edificações residenciais e comerciais da nossa população, seja ela da habitação popular, da classe média e dos demais padrões das unidades.

Esse é um dos nossos pontos principais aqui. A gente precisa discutir esse tema com um olhar mais abrangente, com um olhar para, desde a turma que está executando as habitações populares até o empreendimento que está aqui, da classe média, ou do bairro de classe alta em São Paulo. O ponto de segurança aflige a todos, e esse é um ponto de atenção para nós.

A gente não vai poder ter uma definição, ali num segundo momento, que possa ser aplicada em um tipo de edificação, em uma região e em outra não. Por isso, as propostas que temos discutido e que vamos elencar à frente têm que ter no horizonte impacto em toda essa gama de obras e empresas que atuam no nosso setor.

Falando agora... a gente tem também o desafio de entender e definir como vamos tratar as edificações prontas, as edificações em andamento e também as futuras. Quem veio antes de mim aqui neste debate também comentou um pouco com relação a isso.

A gente está hoje com uma grande demanda de centenas de condomínios e incorporadoras em São Paulo – e acredito que isso também está acontecendo nas demais áreas do país – em que os síndicos, os moradores e os construtores estão questionando o caminho a seguir com relação ao tema. E hoje, como meu parceiro anterior já comentou, existe uma clara demanda do consumidor por um produto que possibilite a ele realizar o carregamento de veículo dentro de sua residência.

Logo, as soluções que definimos precisarão avaliar tanto o que pode ser exequível nas edificações que estão prontas hoje, como também o que a gente vai fazer nas edificações futuras. Esse é um dos desafios que a gente vai precisar discutir bastante com o Corpo de Bombeiros. Tudo isso visando aquele tema-chave que saiu na convocação desse nosso debate, de que não podemos inviabilizar a expansão da infraestrutura de recarga elétrica, que é de grande importância para manter a crescente eletrificação dos veículos no nosso país, o que foi uma das justificativas desse nosso debate.

Nós estamos aqui, e já estivemos, ao longo do tempo, apoiando integralmente o Corpo de Bombeiros, que tanto nos dá suporte na orientação e nas regulações das nossas edificações e obras. A gente entende a necessidade vigente da melhor definição desses protocolos e equipamentos de combate a incêndio nos veículos elétricos, mas, como frase final, que ficou aqui, após ouvir os nossos colegas, principalmente o Clemente... eu ressalto que a gente não tem um histórico de problemas em garagens relativos a incêndio com veículos a combustão. Esse talvez seja o nosso grande ponto da questão, que pode exigir mudanças no regramento vigente hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A gente, sabiamente, e o Sr. Senador comentou logo no início da fala, as nossas cidades, hoje, basicamente, a grande maioria delas, têm estacionamentos, boa parte deles, em subsolos. Então, a gente já tem desafios muito grandes com relação a contenção.

Então, com todas essas questões relativas a distanciamento, compartimentação, sistema de ventilação, a gente vai precisar ter um cuidado bastante grande, principalmente por conta do impacto financeiro desses pontos em nossas edificações. Basicamente, esse é o grande desafio que a gente tem.

Eu aproveitei esta oportunidade para dividir com vocês aqui esse olhar da construção civil, o olhar da CBIC, o nosso olhar aqui do sindicato das construtoras e como isso pode impactar nossos projetos e como a gente vai discutir aí nos próximos meses com o Corpo de Bombeiros para a gente chegar a um consenso a favor da segurança e de nossas obras e manutenção das metas que a gente tem preconizado aqui.

Muito obrigado mesmo pela oportunidade, mais uma vez, e espero, remotamente, ter dividido com vocês aí nossos anseios.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Bem, Lauro, a sua fala é muito importante, e aqui eu já percebi também, nas outras falas que foram feitas, que esse assunto estava sendo já muito bem trabalhado e discutido diretamente com o Corpo de Bombeiros em São Paulo, e por isso a importância de a gente estar falando agora para o Brasil, porque essa preocupação surge em Alagoas, no Amapá, no Rio Grande do Norte, no Rio Grande do Sul; ou seja, é uma situação que deve ser nacionalizada.

Observo aqui que alguns pontos são muito parecidos com aquilo que foi levantado pela Ademi, outras situações estão ainda em aprimoramento, mas também sei, porque o nosso tenente-coronel já me falou aqui, que tem um passo a passo a ser seguido, que está começando desde o fabricante aos órgãos responsáveis, associações, sindicatos...

Então, dessa maneira, nós sabemos a força que a CBIC tem, a Sinduscon também, da mesma forma, e vamos conseguir evoluir para que ninguém seja surpreendido, mas, sim, seja partícipe de toda essa transformação.

Para dar sequência, convido o último a usar da fala, que é Sr. Rodrigo de Almeida, que representa aqui a Abravei, dos proprietários de veículos elétricos inovadores.

Rodrigo, você tem a difícil missão de fazer com que a gente consiga terminar esta sessão antes de iniciar a Ordem do Dia.

Está com palavra por dez minutos.

O SR. RODRIGO DE ALMEIDA (Para expor.) – Boa tarde!

Muito obrigado.

Agradeço a oportunidade de, mais uma vez, estar aqui participando de uma sessão da CCT representando talvez o maior interessado de todos neste debate, que é o consumidor, é quem vai usar o carro.

Eu não pretendo discorrer sobre grandes estudos e números porque, como as fontes são as mesmas... Eu tenho uma apresentação que amanhã, casualmente, eu vou fazer na CDC da Câmara, mas o Clemente já passou pela maior parte. Vou só acrescentar algumas informações e vou começar...

Obrigado pelo Tenente-Coronel Max colocar a precaução com vidas.

Se a gente tem esse foco, acho que vale lembrar um número que passa ao largo e ninguém se dá conta. Só em São Paulo, por ano, 11,2 mil pessoas morrem por causa de problemas de saúde advindos da poluição atmosférica. No Brasil inteiro, são 50 mil pessoas. E não sei se vocês

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

viram, mas é interessantíssimo: nós falamos de poluição atmosférica, mas tem a poluição sonora. Os pássaros de São Paulo tiveram que mudar os seus hábitos e começaram a cantar às 3h da manhã, porque a partir de 4h já não conseguem se ouvir. Uma coisa muito estranha.

Mas vamos lá!

Vou trazer alguns dados importantes.

A primeira coisa que me chamou a atenção quando houve a apresentação do Sr. Max... assim, na internet, tem vídeo de carro pegando fogo.

Bom, um estudo da EV FireSafe, que é australiana, diz o seguinte. Primeiro, uma concepção equivocada que existe, que veículos elétricos em processo de recarga pegam fogo, e geralmente isso é causado, intencionalmente, como estratégia do que se chama de *clickbait*. Isso gera audiência. Se você colocar que um carro a combustão pegou fogo, não gera audiência.

Continuando, esse estudo da EV FireSafe diz basicamente o seguinte: se o veículo seguir o uso que foi projetado pelo fabricante e fizer o uso de uma instalação elétrica que está de acordo com as normas, é eletricamente impossível para a bateria sobrecarregar a ponto de pegar fogo espontaneamente. E aponta o seguinte: quando acontece isso, geralmente é por causa de quatro problemas: o veículo teve um dano, uma colisão anterior, e foi colocado para carregar; o veículo foi submerso e foi colocado para carregar – não à toa, uma enorme preocupação que nós temos é com os veículos elétricos que ficaram alagados lá em Porto Alegre –; o veículo, o usuário, não fez o *recall* que o fabricante exigiu; ou ainda uma causa de incêndio externo que chegou até o veículo.

É importante falar das normas que o Clemente já citou, da ABNT, em relação às instalações elétricas e carregadores, porque, como consumidores que somos, nós não queremos o equivalente, numa questão de infraestrutura de recarga de veículo elétrico, à instalação de um botijão de gás de cozinha, porque é mais caro você fazer uma instalação, de acordo com as normas técnicas, de um cilindro de GNV. Não; nós queremos uma instalação adequada.

E aí vale a pena citar números absolutos para deixar claro qual é o tamanho do risco de um veículo elétrico pegar fogo.

De 2010 a 2023, no mundo inteiro – inteiro! – num universo de 30 milhões de veículos elétricos, nós tivemos 393 casos. Se a gente considerar até maio, mês passado, de 2024, agora, no universo de 40 milhões de veículos elétricos, foram 491 casos – houve uma queda de quase 7%. Se você entrar no Google e perguntar, colocar, incêndio em veículos à combustão, só este ano, até maio, no Ceará, foram 228 veículos à combustão que incendiaram, inclusive estacionados.

Então, nós estamos falando que, no mundo inteiro, até hoje, desde 2010, lembrando que a tecnologia evoluiu – estão muito mais seguras, como bem falou a representante de Anfavea, as baterias são cada vez mais seguras –, nós tivemos 491 casos.

Esse mesmo estudo da EV FireSafe, perdão, da Rise, que é sueca, diz o seguinte: chegou-se à conclusão que, se você seguir as normas que existem de instalações elétricas, o risco de um incêndio, mesmo num lugar fechado, é tão ínfimo que é aceitável.

Vou concluir, rapidinho, porque eu sei que nós temos aqui um horário, voltando a falar: acho que o grande risco hoje é que nós temos instalações elétricas fora de norma.

No Brasil, que nós já temos um universo de mais de 50 mil veículos elétricos em circulação nas nossas ruas, até hoje, nós não tivemos um único caso de incêndio de um veículo elétrico que tenha acontecido espontaneamente. Já tivemos vários por instalações elétricas mal feitas. Então, o que nós vamos tentar fazer é focar no cumprimento das normas existentes para as instalações elétricas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Sobre a questão, acho que foi bem colocada, da troca de experiências, a Abravei faz parte de duas entidades internacionais: a Alamos (Associação Latino-Americana de Mobilidade Sustentável) e a GEVA (Global EV Drivers Alliance). Inclusive, coloco a nossa associação à disposição para poder promover essa ponte entre os corpos de bombeiros de diversos países.

E, dito isso, eu vou pedir para nós passarmos dois vídeos que foram gravados em abril, em Oslo, pelo nosso ex-presidente, atual membro da diretoria, em que ele – tem quatro, mas por causa do tempo vamos passar dois –, para vocês verem qual é a preocupação que houve no país que tem mais de um milhão de veículos elétricos circulando com a segurança. Existem normas de combate a incêndio em todos os lugares – isso vocês vão ver – para qualquer tipo de veículo. Não existe uma norma ou um cuidado específico para veículos elétricos num país que tem só um milhão de veículos elétricos em comparação com a nossa frota de 50 mil.

Por gentileza.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO DE ALMEIDA – Pode pular para o próximo vídeo – tem 30 segundos –, por favor. (*Pausa.*)

O tenente-coronel falou: tem *sprinkler.* Sim, porque todos os prédios têm que ter esse tipo de sistema, independentemente do tipo de tecnologia do veículo. E é engraçado a gente falar sobre isso, pois no Brasil qualquer prédio comercial tem que ter. Os residenciais não.

Por isso que eu acho que essa fala do Clemente sobre não descriminalizarmos as normas de segurança e haver o combate ativo e preventivo de incêndio, entre veículos da combustão elétrica, é importante. Na verdade, do risco a gente não se dá conta, mas tem muito mais risco hoje nas nossas garagens com os veículos a combustão que estão estacionados do que com os elétricos, e ninguém está fazendo nada para isso, nas residências. Isso é número, não é o Rodrigo falando.

Por favor, toca outro rapidinho, para a gente encerrar.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RODRIGO DE ALMEIDA – Nessa última frase, Senador, quase 90% das recargas de veículos elétricos são feitas na residência; algumas em ambiente de trabalho. Se nós criarmos uma situação, um tipo de norma que na prática se torna inviável de ser seguida, seja pelo custo, seja por questões técnicas – você tem um espaço de 5m entre uma vaga de um veículo elétrico para outro, e, num prédio que já existe, isso é inviável –, o que vai acontecer na prática é que nós vamos matar a opção do veículo elétrico no mercado. E o consumidor brasileiro, independentemente da sua classe social, já mostrou que quer veículo elétrico. A quantidade de venda dos veículos de entrada superou as expectativas. O que tem de motorista de aplicativo comprando, porque traz uma real economia, é muito grande.

Então, agradeço muito a oportunidade.

Acho que nós temos que ter, sim, uma preocupação com as normas de segurança, mas fazer esse intercâmbio, buscar essa troca de experiência e informações com quem já tem muito mais veículos elétricos com relação às suas ruas.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Bem, Rodrigo, eu agradeço. Pode ter certeza que o consumidor sempre terá voz nesta Comissão ou em qualquer outro lugar que eu esteja.

Você representou muito bem. Colocou aqui um comparativo internacional, inclusive, trazendo dados e informações, que faz com que a gente também robusteça os nossos entendimentos.

Muito obrigado.

E já caminhando para o final, eu vou passar a palavra para o Tenente–Coronel Max, para que ele possa fazer um apanhado das informações que foram passadas. É lógico que não é nem responder, mas um senso geral. Pelo que eu percebi aqui também, estamos num processo evolutivo de uma normatização que irá ser apresentada no momento oportuno.

O SR. MAX ALEXANDER SCHROEDER (Para expor.) – Senhores, só para fechar a nossa tarde aqui, a nossa discussão, eu gostaria de colocar alguns pontos, até porque são alguns pontos que têm uma interface com a questão do parecer do corpo de bombeiros e da elaboração dele.

Então, houve um questionamento a respeito dos afastamentos das vagas e da inviabilidade. Esse afastamento está sendo cobrado só para áreas abertas, e não para áreas fechadas. Para áreas fechadas estão sendo propostas. Não quer dizer que vá ser aplicado, até porque nós estamos aqui nesse processo de dialética: de ter uma tese, uma antítese, para a gente chegar numa síntese. A gente viu que, às vezes, até entre as entidades que defendem a questão do veículo elétrico e as próprias construtoras existem divergências de entendimentos, até com o bombeiro também. Então, a gente vai ter que achar um ponto em comum que atenda a todos e que privilegie a vida, a segurança das pessoas, obviamente levando em conta tudo o que a gente já falou.

Sobre a questão das vagas de afastamento, existem duas soluções, uma delas está aí, que foi apresentada agora nesse vídeo da Abravei, que é a instalação de s*prinklers*. A instalação de s*prinklers* é, praticamente, a parte mais importante para que não tenha nenhum tipo de afastamento entre os veículos. Isso já está na nossa proposta, pode ser melhorado, pode ser evoluído, além de algumas outras medidas que a gente também pode observar nesses vídeos que têm sido apresentados. Esse não é o único vídeo de alguém circulando na Europa e mostrando que tem carregadores. Na China, também aparecem. Mas, assim, na grande maioria desses vídeos, nós encontramos também a presença de detector de fumaça e muitas vezes de extração. A gente observa, a gente vê as grelhas de extração. Então, não é muito diferente do que está sendo discutido aqui.

A Comissão de estudo observou diversas normas internacionais. Então, não foi uma criação da cabeça de ninguém, nem uma suposição. Embora os nossos bombeiros tenham muita experiência e todos eles já tenham vivenciado incêndios em veículos, em autos... Eu já apaguei muitos incêndios em autos, então eu sei como é o comportamento do fogo num veículo a combustão. Lembro também que a gente está falando de estatísticas, mas de estatísticas de coisas diferentes. A gente tem veículos a combustão que estão rodando e eles têm 20, 30 anos e são esses que pegam fogo normalmente. A maioria dos veículos em que eu apaguei incêndio eram veículos mais velhos, que apresentavam problemas mecânicos o que, por si só, aumenta a probabilidade de incêndio.

Essa tecnologia de veículos elétricos é mais nova, é mais recente. Então, isso também é um ponto que a gente tem que colocar em discussão. Como eu disse, as portas do corpo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

bombeiros estão abertas, as minhas portas estão abertas lá no 5° andar do CCB para a gente discutir tecnicamente.

Com relação a dados estatísticos, existem vários de diversos lugares. Aqui a gente já viu divergência de dados estatísticos entre a própria Abravei e a ABVE. Então, assim, existem diferenças nesses números. Eu também tenho números diferentes de outros lugares. Eu tenho estudo, por exemplo, na Austrália, de *site* australiano que condensa algumas estatísticas, que fala que o incêndio, por exemplo, provocado, os incêndios que se iniciaram a partir do... Ou com o veículo carregando – não quer dizer a partir de – têm um número diferente desse que foi apresentado: chegam a 18%.

Então, são números que também podem ser contestados e eu acho que todos têm que ser estudados. Por quê? Porque os dados estatísticos ainda são frágeis para a gente determinar que: "Olha, é quase impossível de acontecer e não vai acontecer". O impossível acontece, senhores.

Foi bem colocado pela ABVE a questão do acidente de avião. Eles acontecem muito raramente, mas acontecem. Eu já atendi ocorrência com queda de avião. Eu tirei 80 corpos numa noite de dentro de um Airbus. Então, eu sei que cai. Óbvio, existe toda uma tecnologia, toda uma segurança, todo um cuidado que a sociedade tem que impor para toda nova tecnologia, com racionalidade, não de forma a inviabilizar. De forma alguma, o corpo de bombeiros quer isso. A gente quer trabalhar junto com vocês. A gente quer aprender junto. Eu acho que todos nós podemos crescer com esse processo e chegar a uma condição de equilíbrio que favoreça o mercado, que favoreça o mercado imobiliário, mas que também privilegie a questão da segurança, que a gente possa pensar, talvez, daqui para a frente, em novas medidas. E a gente tem que fazer um trabalho bem franco, buscando, realmente, concentrar todas essas informações.

O que eu quero dizer é que o bombeiro está de portas abertas, mas que os estudos foram feitos, consultando tudo isso que os senhores falaram, diversas fontes. E a gente chegou a uma conclusão, a toda essa distância. Existe a questão da distância de afastamento. Vários países falam distâncias diferentes.

A gente pegou de dois países que citavam 5m, mas, nos Estados Unidos, tem lugares em que a distância é menor; na Irlanda, tem lugares em que a distância é menor. Então, vamos discutir isso, vamos trabalhar.

Está certo, gente? Então, só para poder fechar, que fique claro que nós estamos observando todos esses fatores que foram colocados e, novamente, estamos de portas abertas, para que a gente possa construir um parecer juntos, que atenda o mercado e atenda a segurança das pessoas.

Senador, muito obrigado pela palavra e desculpe por me estender um pouquinho.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Bem, eu que agradeço ao Tenente Coronel Max Alexander Schroeder.

Em suas palavras, aqui, diz aquilo que eu busco também: buscar o equilíbrio, trabalhar juntos, encontrar o máximo possível de consensos.

E, dessa forma, todos vão evoluir essa norma, que, a partir deste momento, passa a ser, também, algo de interesse nacional. E o Corpo de Bombeiros de São Paulo, com todo o respeito que tem, no Brasil inteiro, tem um direcionamento, sim, influente.

Tenho certeza de que iremos contribuir para este debate, que começou hoje e não termina aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, na próxima reunião com Senadores, irei repassar, sim, um apanhado das informações sobre este assunto, inclusive a postura que o senhor tem aqui, perante os interessados – e eu também me coloco entre os interessados –, em fazer com que o Brasil não vá engessar qualquer tipo de desenvolvimento, não vá afastar qualquer tipo de consumo, mas que também não coloque a segurança em segundo plano.

Então, dessa maneira, eu agradeço a todos que participaram.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 14 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 02 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA PELA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA (15ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA (34ª REUNIÃO), EM 19 DE JUNHO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às onze horas e dezesseis minutos do dia dezenove de junho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Astronauta Marcos Pontes, reúnem-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática e a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Efraim Filho, Fernando Dueire, Carlos Viana, Marcos do Val, Cid Gomes, Alan Rick, Jussara Lima, Beto Faro, Teresa Leitão, Janaína Farias, Izalci Lucas, Flávio Bolsonaro, Rosana Martinelli, Damares Alves, Professora Dorinha Seabra, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Ivete da Silveira, Soraya Thronicke, Alessandro Vieira, Leila Barros, Zenaide Maia, Paulo Paim, Flávio Arns, Eduardo Gomes, Laércio Oliveira, Esperidião Amin, e os senadores Weverton e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Rodrigo Cunha, Confúcio Moura, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Chico Rodrigues, Carlos Portinho, Dr. Hiran, Styvenson Valentim, Nelsinho Trad e Romário. Deixa de comparecer o Senador Magno Malta, conforme REQ 452/2024-CDir. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. Passa-se à Audiência Pública Interativa, atendendo aos Requerimentos nº 5 de 2024-CCT, e 28 de 2024-CE, de autoria do Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), subscrito pela Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), e Requerimento nº 39 de 2024-CE, de autoria da Senadora Leila Barros (PDT/DF), subscrito pela Senadora Teresa Leitão (PT/PE), com a finalidade de debater os desafios e perspectivas para a atual situação do financiamento das Universidades Federais, programas de Pós-graduação e o fomento à pesquisa no Brasil, com a participação de Tania Mara Francisco, Diretora de Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Educação Superior (MEC); Olival Freire Junior, Diretor Científico do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), representante do CNPq e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); Antonio Gomes de Souza Filho, Diretor de Avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); Claudia Xavier, Vice-Presidente do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação (FOPROP); José Geraldo Ticianeli, Reitor da Universidade Federal de Roraima (UFRR), representante da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes); Helena Bonciani Nader, Presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC); e Fábio Guedes Gomes, Secretário Executivo da Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento (ICTP.Br). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinquenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Astronauta Marcos Pontes
Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/06/19

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática e a 34ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião conjunta se destina à realização de audiência pública para debater os desafios e as perspectivas para a atual situação do financiamento das universidades federais, programas de pós-graduação e fomento à pesquisa no Brasil, em cumprimento aos Requerimentos nº 5, de 2024, da Comissão de Ciência e Tecnologia; nº 28, de 2024, da Comissão de Educação, ambos de minha autoria; e nº 39, de 2024, da Comissão de Educação, da Senadora Leila Barros.

O público interessado em participar desta audiência pública poderá enviar perguntas ou comentários pelo endereço www.senado.leg.br/ecidadania, tudo junto, ou ligar para 0800 0612211.

Encontram-se presentes no plenário da Comissão: a Sra. Tania Mara Francisco, Diretora de Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Educação Superior do Ministério da Educação; o Doutor Olival Freire Junior, Diretor Científico do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), representando o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e o CNPq; o Doutor Antonio Gomes de Souza Filho, Diretor de Avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); a Doutora Claudia Xavier, Vice-Presidente do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação; e o Doutor José Geraldo Ticianeli, Reitor da Universidade Federal de Roraima, representando a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes).

Encontram-se também presentes, por meio do sistema de videoconferência: a Doutora Helena Bonciani Nader, Presidente da Academia Brasileira de Ciências; e o Doutor Fábio Guedes Gomes, Secretário-Executivo da Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento.

Primeiro eu agradeço a presença de todos aqui. (*Pausa.*)

Eu agradeço a presença de todos e também daqueles que nos acompanham através da rede aqui do Senado, da TV Senado, de todas as redes sociais.

Esta audiência tem uma importância muito grande, por várias razões. Primeiro, porque é bem sabida, e muitas vezes pouco compreendida, a importância das universidades no desenvolvimento econômico e social do país. Se a gente observar – e eu não preciso pregar aqui para vocês, porque certamente vocês sabem disso, mas às vezes quem está nos assistindo tem alguma dúvida – todos os países desenvolvidos, todos eles, sem exceção, são desenvolvidos não é por causa de cultura, religião, qualquer coisa diferente, é por causa do investimento correto, focado em educação, educação de qualidade, acompanhado do desenvolvimento de ciência, tecnologia e inovação, acompanhado do ambiente de negócios adequado para o desenvolvimento de *startups*, transformação do conhecimento em novos produtos, serviços e novos empregos, que vão gerar, sem dúvida nenhuma, um desenvolvimento muito maior para o país.

Eu fico muito preocupado – vocês devem ter acompanhado, também, no meu tempo, como Ministro de Ciência, Tecnologia e Inovação – com o financiamento da pesquisa. Lembro que a maior parte, grande parte, vamos dizer assim, da pesquisa, principalmente pesquisa básica no país, é feita nas universidades. Nós precisamos ter as universidades bem abastecidas, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

infraestrutura adequada para as pesquisas, com infraestrutura e estrutura adequadas para a carreira dos profissionais de educação, ciência e tecnologia, dos pesquisadores ali dentro.

Então, me preocuparam muito as notícias que nós acompanhamos, através da imprensa, e, por isso, para não ficar com uma informação de segunda mão – vamos chamar assim –, eu pedi a realização desta audiência, com o seguinte objetivo: eu quero ouvir, diretamente, o que está acontecendo, em termos do financiamento das universidades, em termos das carreiras, em termos da nossa infraestrutura para a pesquisa e para a educação. Com isso, qual é o objetivo final? Nortear possíveis projetos de lei que possam ajudar, para resolver esse problema agora e resolver para o futuro também, ou seja, estruturar, de forma perene, essas coisas que acontecem no Brasil. Isso é muito importante. É uma questão de trabalhar em conjunto, estudar o problema, buscar soluções e trabalhar junto para essa solução.

Quando digo trabalhar junto, eu estou falando aqui do Legislativo, do ponto de vista do Senado, da Câmara e do Congresso, de forma geral. Nós estamos representando aqui duas Comissões importantes, a de Ciência e Tecnologia e a de Educação. Nós temos essa força das duas Comissões, para poder ajudar, e, logicamente, também, junto com o Ministério da Educação e o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Então, buscaremos essa solução em conjunto e, como resultado, quem ganha é o Brasil. São os nossos alunos que vão ter melhor qualidade de ensino e os nossos professores que vão ter melhores condições de trabalho, assim como os funcionários das universidades. A infraestrutura para tudo isso é um trabalho que tem que ser feito em conjunto. É esta a ideia: buscar informações para nortear esses projetos de lei ou iniciativas, para que a gente possa trabalhar, em conjunto, com projetos estruturantes, no setor do Executivo também. Então, essa é a ideia como um todo.

Novamente, eu quero agradecer a todos, por estarem aqui conosco. Agradeço àqueles que estão também no virtual, inclusive, em especial, ao Dr. Fábio Guedes, que está na China.

Então, eu vou começar por ele e, depois, eu vou passar para a Helena Nader – ela tem um compromisso às 12h –, para que ela possa falar na sequência. Depois, eu venho na relação que eu tenho aqui: Dra. Tania; Dr. Olival; Dr. Antonio Gomes; Dra. Claudia; Dr. José Geraldo, nessa sequência.

A nossa ideia é que cada apresentador tenha dez minutos de fala. A gente vai fazer as apresentações na sequência e, depois, no final, eu vou colecionar as perguntas que vêm pelo e-Cidadania. Já chegaram algumas aqui, que eu vou pedir para passar para todos, inclusive para aqueles que estão no remoto. No final, então, nós respondemos as perguntas de todos.

Já aproveito para agradecer a: Fernanda, de São Paulo; Allan, do Rio de Janeiro; Guilherme, do Rio Grande do Sul; Alane, de Rondônia; Nícolas, do Distrito Federal; Fernanda, de São Paulo; e Pedro, de Mato Grosso do Sul, que enviaram perguntas e comentários aqui. E a gente aguarda outros que possam chegar, porque esse é um assunto que interessa a todos nós no Brasil.

Então, sem mais demoras aqui, vamos iniciar passando a palavra ao Dr. Fábio Guedes Gomes, Secretário Executivo da Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento, que fala conosco da China.

Na China deve ser tarde da noite agora, imagino. Então, obrigado, Fábio, por participar.

Tem a palavra por dez minutos. Eu peço para você controlar o tempo por aí, porque você não vai ouvir aqui os sinais que a gente tem. Também não tem... A gente tem um relógio na parede aqui que ajuda. Então, controle o tempo por aí, por favor. Não precisa terminar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

exatamente em dez minutos, mas conclua a ideia. É só para a gente ter aqui a sequência no tempo correto. Está bem? Um abraço aí para você. Obrigado pela participação. A palavra é sua.

O SR. FÁBIO GUEDES GOMES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa noite daqui da China e bom dia aos amigos e amigas do Brasil.

Eu queria cumprimentar, inicialmente, o Senador Marcos Pontes e também, pela iniciativa, a Senadora Leila.

Aqui, neste momento, na China, são 22h25, 11h25 aí no Brasil.

Eu vou passar imediatamente à apresentação, mas, enquanto isso, também cumprimento a Profa. Helena Nader, Presidente da ABC, nossa amiga; a Tania Mara, representante do MEC; a Claudia Xavier, Vice-Presidente do Foprop; o Prof. José Geraldo Ticianeli, Reitor da Federal de Roraima e representante da Andifes; o Prof. Marcus Fernandes de Oliveira, da UFRJ; o amigo e também professor, Olival, Diretor do CNPq; e o Prof. Antonio Gomes, também da Capes.

Aqui vai ser muito rápido. Eu vou passar minha apresentação.

Deixe-me ver se ela já está passando. (*Pausa.*)

Pronto.

Eu vou fazer algumas advertências. A primeira delas é que esta apresentação vai se concentrar nas condições de financiamento da ciência e tecnologia, que é o termo de que nós temos nos aproximado mais nos últimos anos. Sobre o financiamento das universidades, eu creio que temos participantes, aqui nesta audiência, que darão conta desse universo.

Eu gostaria somente de relembrar para todos e todas, especialmente aos que estão presentes ou estão nos vendo pelas plataformas digitais do Senado Federal, nesta audiência, que as duas principais fontes de financiamento federais daquilo que eu vou abordar neste momento, que é a ciência, tecnologia e inovação, são orçamentárias da União e o nosso Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

No quadro geral, eu gostaria de enfatizar que a situação e a dinâmica do orçamento do Ministério da Ciência e Tecnologia e a disposição dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, neste atual contexto do Brasil, ainda estão muito aquém das necessidades que precisamos para enfrentar o desafio do século XXI e a competitividade internacional, principalmente envolvendo a relação do Brasil com outras economias desenvolvidas.

Apesar dos avanços que nós temos observado nos últimos anos, principalmente em 2023 e 2024, o que nós vemos, em comparação com a Europa, os Estados Unidos e a China, é que, de fato, nós estamos muito, mas muito aquém com os recursos que nós hoje contamos.

E quais são os aspectos a considerar para podermos comentar a respeito dessa afirmação? A primeira é que, tanto em termos nominais e reais, os valores são insuficientes até mesmo, neste momento, para a gente recuperar o quadro que nós experimentamos entre os anos 2008 e 2015, quando nós vivemos a primavera da ciência brasileira, quando o Ministério da Ciência e Tecnologia, por exemplo, contou, em termos orçamentários, com mais de 15 bilhões/ano em seu orçamento, e o FNDCT praticamente executou a plenitude dos seus recursos, durante todo esse período, numa média de 5,5 bilhões por ano.

Além disso, eu tenho defendido, em alguns momentos, que tanto as bases de financiamento, ou seja, as fontes de financiamento, quanto o modelo de financiamento da ciência, tecnologia e inovação no país estão em crise, precisam ser repensados se quisermos enfrentar a segunda metade do século XXI. Nós não podemos continuar com as mesmas bases de financiamento e o mesmo modelo de financiamento praticamente constituído nas últimas quatro décadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Outros aspectos a considerar. Do ponto de vista das bases de financiamento, o orçamento do MCTI e, dentro dele, o da maior agência de fomento à ciência na América Latina, o CNPq, continuará, durante muito tempo, limitado pelas regras fiscais propostas pelo Poder Executivo e aprovadas pelo Congresso Nacional. Esse é um problema que vai ser de difícil solução. Do ponto de vista orçamentário, nós estaremos nos arrastando nos próximos anos. Em 2023, por exemplo, o orçamento do ministério foi de 3 bilhões apenas, equivalente para 2024 também, que agora está sendo executado. Aproximadamente um terço desse valor é destinado ao CNPq, especialmente para garantir o pagamento de bolsa de pesquisa, que não tem muita margem para ampliação neste momento. Então, para a execução de problemas estratégicos e não ordinários, o MCTI e o CNPq dependem agora, neste momento, especialmente de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, porque o seu próprio orçamento mal dá para manter a administração direta e o pagamento de bolsas do CNPq.

Outros aspectos a considerar. É claro que devemos comemorar a posição política do Governo Federal de respeitar a lei complementar que foi aprovada pelo Congresso Nacional, de janeiro de 2021, que limitou o contingenciamento ou proibiu o contingenciamento do FNDCT e liberou integralmente os recursos, em 2023, quando nós vimos que, do ponto de vista dos recursos não reembolsáveis, ou seja, recursos que não são de empréstimo, foram executados 4,8 bilhões em CTI. Em 2024, estão programados 6,3 bilhões. Então, há até uma tendência de elevação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, sobretudo na parte não reembolsável. É bom comemorar isso.

Outro aspecto a considerar. Quando a gente vai observar a execução do FNDCT em relação aos recursos não reembolsáveis, em 2023, vemos três características principais. A primeira: dos 4,8 bilhões que foram executados plenamente em 2023, com a liberação total do FNDCT, da parte não reembolsável, 46% deles se direcionaram ao fomento de empresas, das áreas de defesa à espacial e aeronáutica, sendo 82% dos recursos concentrados na Região Sudeste, principalmente em quatro grandes projetos. E 25% dos 4,8 bilhões foram para as instituições de ciência e tecnologia, como, por exemplo, as universidades e os centros de pesquisa, novamente com uma concentração muito forte, de 55%, na Região Sudeste, ou seja, se a gente for contar as universidades e os centros de pesquisa para remodernizar e reequipar todas as nossas universidades com recursos do FNDCT, excluindo o orçamento das universidades, de fato, nós demoraríamos pelo menos de três a quatro décadas para poder ter um sistema de produção de ciência e pesquisa de alta qualidade compatível com o que a gente está observando no mundo contemporâneo. E, por fim, 29% desses recursos se destinaram à subvenção direta, ou seja, principalmente para financiar as estratégias do MCTI e do CNPq que foram definidas nos dez programas que o ministério propôs para a execução do FNDCT no ano passado; 1,4 bilhão apenas.

Se a gente for levar em conta como é que os recursos não reembolsáveis, sobretudo para as empresas, se distribuíram pelos estados, observaremos aqui o que nós já vimos, que 82% deles estão concentrados na Região Sudeste, sendo que 75% em São Paulo. Então, vejam que, do ponto de vista de alavancar o setor empresarial que tem projetos de inovação que são estratégicos para o Brasil, é claro que eles estão muito concentrados aqui na Região Sudeste do país. Quando nós vamos observar aquele percentual para as universidades e centros de pesquisa, nós observamos que 55%, como nós vimos, também estão na Região Sudeste, sendo 26% e 19% no Rio de Janeiro e em São Paulo, ou seja, do FNDCT, não tocando no assunto do orçamento das universidades, 55% dos recursos estão se concentrando em instituições de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ciência e tecnologia do Sudeste do país, universidades do centro mais envolvido da nossa Federação.

Para arrematar, chegando já aqui próximo ao final, as bases de financiamento de ciência e tecnologia estão muito estreitas para as necessidades, no momento de recuperação do sistema nacional de produção do conhecimento. Contamos com uma base de financiamento e modelos arcaicos que não são mais coniventes e na escala necessária para atender a nossa sociedade e ao desenvolvimento econômico, científico e tecnológico. Precisamos reabrir a discussão sobre a reforma das bases e do modelo de financiamento da ciência brasileira.

Está ocorrendo, neste momento, uma reconcentração dos investimentos em CTI a partir da execução dos recursos não reembolsáveis do FNDCT, sobretudo nas regiões desenvolvidas. Aquela antiga estratégia de obedecer às regras de aplicar 30% dos recursos em regiões como o Nordeste não são mais suficientes para mitigar as assimetrias regionais.

Por fim, o Conselho do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, que foi criado há bastante tempo, não corresponde mais ao tamanho e representatividade do sistema nacional de CTI. É estratégico que ou o Poder Executivo ou o Parlamento proponha um projeto de lei para modernizar e atualizar o Conselho do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Aqui eu gostaria de colocar que, neste quadrinho "A inovação no mundo globalizado de 2011", observando aqui, no lado esquerdo, os Estados Unidos: empresas que produzem inovação, o que fica nos Estados Unidos de riqueza e o que eles importam. Observem aqui o Japão também: o que eles produzem de inovação e o que eles importam. Observem também a Alemanha: o que eles produzem e exportam e o que eles importam.

E a China? A China, praticamente, em 2011, importava basicamente toda a tecnologia, ou grande parte da tecnologia que consumia. A partir de um quadro evolutivo, você vê o caso no Brasil, aqui, bem pequenininho, ou seja, praticamente é um país importador de tecnologia. Porém, se a gente for olhar alguns documentos da China, neste momento, veja só o que eles dizem:

> Sem a capacidade melhorada para a inovação, que funciona como motor de crescimento, ficaremos numa oposição desvantajosa na competição econômica global, por isso, devemos considerar a inovação como o principal motor do crescimento e os profissionais talentosos como o mais importante recurso que suporta o crescimento, além de adotar a inovação como o núcleo dentro do desenvolvimento nacional e promovê-la nas teorias, sistemas, ciências, tecnologias e cultura.
>
> Fazendo uma retrospectiva sobre o processo de evolução mundial desde os tempos modernos, podemos perceber que a capacidade de inovação de um país ou uma nação influencia fundamentalmente ou até determina seu futuro e destino.
>
> Os países que avançarem na inovação tomarão a iniciativa de liderar o desenvolvimento global.
>
> O desenvolvimento liderado e impulsionado pela inovação torna-se uma necessidade urgente para o progresso do país. Portanto, enfatizei por vezes que a inovação é o desenvolvimento e a inovação é o futuro.
>
> Xi Jinping, Presidente Chinês, na 5ª Plenária do 18° Congresso Nacional do Partido Comunista da República Popular da China, em 2016.

Vejam o que acontece: ascensão científica da China; produção de artigos científicos nesse período; a China como uma potência científica; uma China que vai, Senador Marcos Pontes, ao outro lado da lua – que não foi explorado ainda –, colher materiais para pesquisa; e a China que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

hoje se tornou a maior exportadora de carros do mundo e é a maior exportadora para o Brasil atualmente, com tecnologia de ponta.

Vejam esse mapa agora, bem diferente daquele anterior que eu apresentei. Vejam os principais polos de ciência e tecnologia, por economia ou por região, classificados entre os cem primeiros de 2023: aqui temos os Estados Unidos, aqui temos a Europa e aqui temos a Ásia, com a China, apresentando-se de maneira muito intensa e enfática, realmente surpreendendo o mundo com essa evolução no desenvolvimento científico e tecnológico, tendo, como eixo, o desenvolvimento e não como capítulos, apenas, de suas propostas quinquenais.

Muito obrigado pela atenção, obrigado pela oportunidade e por ter me privilegiado por ser o primeiro a falar.

Parabéns, pela audiência pública, ao Senador Marcos Pontes e à Senadora Leila.

Desejo uma boa apresentação aos demais!

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Dr. Fábio, pela sua apresentação, com alguns pontos importantes ressaltados aqui com relação ao FNDCT (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

Eu me lembro bem da luta que foi, na minha época, na minha gestão do ministério, para fazer a liberação disso que aconteceu na Lei 177, de 2021. Não foi fácil. Foi muito complicado, teve que ter a participação enorme aqui do Congresso, uma participação muito grande de muitos setores.

A gente vê a importância desse fundo para o desenvolvimento do país, embora eu ainda ache que a parte reembolsável e a não reembolsável ainda possam ser melhoradas no que temos. Idealmente, eu acho que deveria chegar, o não reembolsável, a 75% e, o reembolsável, a 25% do valor. Isso nos daria mais margem de manobra e a possibilidade de se distribuírem melhor também esses recursos que são tão importantes.

Também anotei aqui com relação ao modelo de financiamento. Uma coisa que eu acho que o Brasil ainda está muito distante é a possibilidade de utilização do setor privado, a ajuda direta do setor privado dentro das universidades, dentro dos centros de pesquisas. Isso é de interesse do setor privado, logicamente, para poder desenvolver sistemas, desenvolver equipamentos, serviços, utilizando o conhecimento que está dentro das universidades, dentro dos centros de pesquisas, e a gente ainda tem muita trava jurídica, muita trava para que isso seja feito aqui no Brasil.

Existem as fundações de amparo, que auxiliam, mas não resolvem o problema. Os NITs também teriam uma função muito boa com isso aí, mas também não têm funcionado da maneira como deveriam. Sem dúvida nenhuma, o exemplo do investimento feito e uma decisão de Estado da China para que eles fossem transformados na fábrica do planeta, vamos chamar assim, ajudaram bastante. Eu estive lá no meu tempo no ministério também e fiz um contrato com o Step, que é uma organização da Coreia do Sul, um país também que nos dá um exemplo magnífico de como se recuperar de uma situação muito ruim socioeconômica para uma situação privilegiada graças ao investimento em educação, ciência e tecnologia de forma integrada, de forma muito bem-feita. Então, eles passaram muitos conhecimentos para a gente e nós desenvolvemos ao longo do período ali no ministério – espero que tenha continuidade.

Isso inclusive envolve a migração, vamos chamar assim, de mestres e doutores da academia para o setor privado, um trabalho no setor privado, a integração muito maior das empresas nas universidades, mas é um trabalho que tem que ser feito até como uma mudança cultural aqui no Brasil para que isso seja possível. Então, há muita coisa importante e interessante. Já anotei aqui com relação ao projeto de lei também. Eu estou jogando essas ideias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

para depois surgirem aí como discussões e possíveis outros projetos de lei que a gente possa trabalhar em conjunto.

Neste momento, passo a palavra à Dra. Helena Bonciani Nader, Presidente da Academia Brasileira de Ciências, também de forma remota, para dez minutos de apresentação.

Helena, obrigado por participar com a gente. Faz tempo que eu não te vejo, é bom te ver de novo. Um abraço. Dez minutos.

Eu peço que você possa controlar o tempo por aí, porque não vai ter as dicas que a gente tem aqui do horário.

Obrigado.

A SRA. HELENA BONCIANI NADER (Para expor. *Por videoconferência*.) – Pode deixar. Obrigada.

Eu quero inicialmente agradecer a você, Senador Marcos Pontes, nosso ex-Ministro da Ciência e Tecnologia, e agradecer à Senadora Leila Barros por esta audiência pública.

Eu não trouxe dados em forma de eslaides porque eu sabia – vi quem eram os convidados – que eles iriam trazer dados muito bem coletados.

Eu quero também saudar todos os nossos convidados. Para ser mais objetiva, na pessoa da Dra.Tania, eu saúdo todas as mulheres aqui presentes e, na pessoa do Dr. Fábio Guedes, nosso companheiro que está na China, todos que estão participando.

Eu gostaria de trazer... Eu concordo com todos os dados que foram colocados pelo Fábio, e vou continuar um pouco ainda nessa discussão da China. A China, 40 anos atrás, era conhecida como mandando os seus estudantes para fazerem pós-graduação, até graduação na Europa e nos Estados Unidos, mas assim, espalhados. E nos últimos 20, 10 anos, a China se transformou no que o Fábio nos mostrou.

Se a gente for olhar nas universidades de classe mundial, a China está com cinco universidades entre as 100 primeiras. Varia, às vezes, com o *ranking.* E ela tinha, em 2021, mais de 3 mil universidades e centros universitários. Então é um projeto de nação, a gente não pode esquecer isso.

Está certo que eles têm uma população que é cerca de, vamos arredondar a nossa para 200 milhões, e a deles, para 1,4 bilhão, sete vezes, seis a oito vezes a nossa população. Então eles têm que ter um número maior. No entanto, isso foi uma decisão do Estado, e é isso que está faltando no Brasil, decisão de realmente... E aí, eu coloco os dois que fazem as leis, o Congresso Nacional e o Executivo, que, como o nome diz, executa essas leis.

Eu queria aproveitar, Senador Marcos Pontes e Senadora Leila, para de público – eu já fiz isso numa audiência na Câmara – agradecer o Senado, e quero, de novo, ficar muito triste com o que aconteceu na Câmara. Todos se lembram da lei, do PLP 93, de 2023, que depois foi votado no final, início de 2024, foi aprovado no Senado, é uma lei complementar, foi aprovado no Senado, que diz que ciência e educação estariam fora dos gastos. Tem um outro nome nessa lei, mas são os gastos de Governo. E não seria só do Ministério da Ciência e Tecnologia, seria em todos os ministérios onde tivessem... Eu não gosto da palavra gasto, mas o que se usa é gasto, mas tivessem investimentos em ciência, isso estaria garantido. A gente aplaudiu de pé, porque foi votado e voltou para a Câmara. Infelizmente, na Câmara, foi derrubado.

Então, o que eu vejo é... Eu já estou ficando... Você sabe disso, Senador, porque eu falo sempre: eu era a velhinha de Taubaté. Eu estou deixando de ser a velhinha de Taubaté. Estou ficando muito preocupada com o Brasil que a gente vai entregar para os jovens.

Está precisando haver, de fato, no Congresso Nacional, uma visão do que é o Estado brasileiro. Deixar de fora partidos e gostos e olhar o que a nação brasileira precisa. Isso é o que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

a China fez; ela decidiu. A Coreia decidiu, a Alemanha decidiu, os Estados Unidos... Nos Estados Unidos tiveram um estudo feito, Senador – eu gostaria depois de poder compartilhar com os senhores – sobre por que que a China estava indo tão bem. E eles viram que a China estava investindo muito. O que o Congresso americano fez? Aumentou os investimentos em ciência e tecnologia. Nós, o que fizemos? Ao contrário, cortamos. Então, isso é uma preocupação que eu queria compartilhar, além do que, eu sei que nossos colegas – Andifes, Foprop, Capes, CNPq – vão trazer.

O Governo está com boas ideias, boas iniciativas, mas, gente, só o FNDCT – o Fábio já fez os cálculos – não mantém nada. A gente olha o modelo de fora. Aqui no Brasil não se conseguiu ainda que doações não sejam taxadas para ciência e educação. A gente não conseguiu... Várias isenções que são dadas à indústria – na minha simples, bem direta visão – deveriam ser acompanhadas de contratação de jovens doutores e mestres – podem ser velhos também. Quando eu digo, eu digo: ter um projeto de desenvolvimento científico e tecnológico de inovação. Nada lá fora acontece por acaso. Todos eles têm investimento, têm incentivos.

Eu vejo que nós temos tudo para sermos uma grande potência de ciência, tecnologia e inovação. Fiquei muito feliz de termos a USP (Universidade de São Paulo) entre as cem primeiras. Todo mundo aplaudiu. Faltou se fazer a análise crítica: por que isso aconteceu? Planejamento. Eles têm um financiamento que é garantido. Então, você pode planejar, não tem como fazer... Milagres não acontecem.

Então, eu gostaria de trazer como proposta – o senhor já colocou, Senador – rever como é que é a proposta do FNDCT. Ela não sai dos 50%. O Conselho votou por 60% para ir paulatinamente chegando aos 75%. E, independentemente de quem tenha caneta, de novo, graças à Lei Complementar 93, de 2023, os cortes são feitos, porque não é para ter um olhar diferenciado de ciência e educação. Infelizmente, isso é o que está acontecendo. Então, a proposta de 60% caiu, com base em que não dá, porque 60% vão cair acima do que pode ser o teto. O nome não é mais teto de gastos, mas é o equivalente.

A outra coisa que eu gostaria de pedir é que se olhe os fundos patrimoniais. Tem aberrações acontecendo de quererem taxar fundo patrimonial. Inclusive o Instituto Serrapilheira está lutando contra isso. Imagina, um dinheiro de família que se põe para fazer ciência e estão querendo taxar.

Então, nós temos uma visão, infelizmente, no país, sobre a importância da educação e da ciência que não está impregnada na – como é que eu poderia dizer? – sociedade brasileira.

Então, Senador, se o senhor puder olhar as doações, se o senhor puder olhar, com carinho, e articular... Porque vota-se aí... Como eu falei, o Senado fez a parte dele, nós temos que deixar isso claro. Quem não fez sua parte foi a Câmara. Então, precisa ter uma articulação. Não pode ser o partido A contra o partido B ou o fulano contra o ciclano. O Brasil é maior do que indivíduos. Era isso que eu queria deixar como mensagem. Se a gente conseguir isso, nós vamos conseguir ter o Brasil que todos queremos.

Hoje, colegas, Senador, a China é o país que está com o maior número de *facilites,* grandes, em estruturas de ciência, mais até do que os próprios Estados Unidos e a Europa.

Muito obrigada.

Agradeço, mais uma vez, essa oportunidade. E agradeço, mais uma vez, ao Senado, por ter tentado.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, obrigado, Helena.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Tem mais uma pessoa aqui olhando com muita atenção e anotando tudo, o Marcelo Morales, o Dr. Marcelo Morales aqui conosco. É seu companheiro, também, de academia.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Então, deixa eu fazer um comentário rápido sobre isso, também, com relação ao orçamento.

Olha, isso aí é uma coisa que me incomoda, e muito, e por quê? A gente ouve todo mundo falando positivamente que "não, a educação é importante, a ciência, a tecnologia e a inovação são importantes", mas aí, quando chega na hora do orçamento mesmo... Começa lá: a gente coloca no orçamento, o ministério faz uma proposta; depois, vai para a Economia ou para a Fazenda, quem estiver ali, e já lá tem um primeiro corte; depois, tem que distribuir para outros ministérios também, e tem essa briga toda; depois, quando chega aqui no Congresso, outros cortes em cima. Ou seja, fica só no discurso. A gente tem que mudar de discurso para a coisa prática, tem que colocar na prática.

Eu sou da Comissão Mista de Orçamento. Eu entrei na Comissão justamente para olhar o orçamento de ciência e tecnologia. Só que, na hora da escolha dos Relatores setoriais, como o meu bloco é um bloco que estava em 12º ali na escolha, eu acabei não conseguindo pegar isso aí, acabei ficando com a parte de Justiça e Segurança Pública – não que não seja importante, também é muito importante –, mas eu conheço o orçamento de ciência e tecnologia. Ou seja, eu acho que tem que repensar isso aí em termos de distribuição técnica, para quem conhece as partes do orçamento. Este é um dos pontos que a gente encontra, uma das dificuldades que a gente tem aqui.

Do meu ponto de vista... Vou fazer uma comparação aqui: imagina que você tenha um problema financeiro pessoal, você quer ajustar as suas contas, vamos dizer assim. Aí, você vai procurar uma assessoria para isso, vai procurar alguém ali, um especialista nesse setor. Provavelmente, ele ou ela vai falar assim para você: "Olha, faz o seguinte: para você aumentar, primeiro você vai pegar, por exemplo, 5% de quanto você ganha e reservar isso aí para ações estratégicas. Vamos supor: aqui é um curso que você precisa fazer para assumir um cargo de diretoria e assim por diante, ações estratégicas; e vive com 95%. Quando você se acostumar com isso, comece a viver com 90% e reserva 10%, ou para reserva, ou para as ações estratégicas; e assim vai até chegar em 20% ou algo do tipo". O que eu vejo, do meu ponto de vista, é que educação, ciência, tecnologia, inovações são ações estratégicas do país. Eu acho que isso deveria ficar no topo do orçamento. A partir dali, você trabalha com o restante. A saúde é importante? Muito importante! A parte social é importante? Muito importante! Mas o fato é que, quando você tem inovações, ciência e tecnologia funcionando bem, vai vir mais dinheiro. Da mesma forma que você aumenta o seu salário, aqueles 80% vão passar a ser muito mais, vai vir isso aí.

O exemplo que eu vou dar... Desculpem eu estar usando o tempo aqui, mas é que esse é um assunto importante. Como ministro lá, fui procurado pelo Dr. Silvano Raia, de São Paulo, um médico extremamente conhecido na área de transplante de fígado, assim por diante, o primeiro do planeta, para falar sobre o xenotransplante. Eu sou engenheiro aeronáutico, não conhecia sobre isso. Ele me explicou o que era e a importância disso para salvar muitas vidas, e ele me deu números, o que, como gestor, me convenceu 100%. O que ele falou? Ele falou: "Olha, no Brasil, nós temos uma fila, para transplantes de rim, com cerca de 100 mil pessoas aguardando; entram, por ano, 33 mil pessoas nessa fila; conseguem transplante 22 mil pessoas. e essa fila não aumenta porque, a cada dia, morrem sete pessoas aguardando". Isso sem dizer que a vida

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

com dialise é terrível, em termos de qualidade de vida e tudo mais. Por esse sistema, através de transplantes de rins de porcos – obviamente, não é um porco qualquer; é um porco desenvolvido em laboratório, criado para não dar rejeição –, você consegue fazer essas substituições e tem uma rejeição de só 10%.

Eu falei: "Pô, isso é maravilhoso; e quanto o SUS gasta para isso?". Ele falou: "Olha, o SUS gasta R$3,6 bilhões por ano para fazer a diálise em todo mundo". "Se a gente fizer isso, quanto custa um laboratório?". "Custa R$100 milhões para fazer". E vamos considerar um Opex de R$20 milhões para você manter o laboratório por ano. Se você fizer cinco laboratórios desses no país, são R$500 milhões com R$100 milhões de Opex.

Esse dinheiro é amortizado ao longo do tempo. Se você pegar R$3,6 bilhões, significa que por ano, se fizer as contas, vai economizar pelo menos R$3 bilhões para o SUS, que pode melhorar a tabela SUS, pode utilizar em outras coisas, além de melhorar a vida de tantas pessoas e salvar a vida de tanta gente. Olha como a ciência e a tecnologia ajudam e é imediato. Não é aquela coisa que o pessoal pensa: "Bom, a ciência e a tecnologia vai ser usada... eu vou investir agora, só para daqui a 20 anos começar a dar resultado". Não, é agora, é agora!

Então, a gente precisa ter essa consciência um pouco maior aqui no Brasil e utilizar isso de forma que quem está com a caneta na mão cumpra a sua função ali para dar sequência e seja um programa de Estado, como a Helena falou, como o Fábio falou, um programa de Estado: todo mundo cumpre a sua função para fazer isso funcionar. Então, essa é uma coisa importante.

Eu coloquei aqui, por falar nisso, a PEC 31, chamada PEC da Ciência. O que diz essa PEC? O Brasil investe em pesquisa e desenvolvimento 1,14% do PIB, o que é extremamente baixo, muito baixo. Os países da OCDE investem, pelo menos, em média, 2,73% do PIB. Quando a gente fala de Israel, de Coreia do Sul, a gente está falando de 5% do PIB; Estados Unidos, 3%; e assim por diante.

E eu coloquei essa PEC para que, em um prazo de dez anos, o Brasil passe a investir de 1,14% do PIB para, pelo menos, 2,5% do PIB, com ter um período de transição. Isso não significa que o Governo... porque a dificuldade que eu estou tendo, já que está parada na CCJ, é justamente convencer o Governo para apoiar essa PEC; e é bom para o Governo. O retorno de investimento é muito bom. Não é questão de partido, ideologia, nada disso, é Brasil. A gente tem que trabalhar com o Brasil.

E com isso aí, o que o Governo tem que fazer? Basicamente, incentivar o investimento em ciência e tecnologia, ou pesquisa e desenvolvimento, através de ferramentas, como a Lei do Bem, que alavanca R$1 investido na Lei do Bem, como isenção. Você traz R$5 do setor privado, e isso representa R$29 bilhões no orçamento de pesquisa e desenvolvimento do país. É incentivar esses investimentos feitos pelo setor privado. Esse valor de 1,14% do PIB não é somente público; ele é público-privado. O terceiro setor é a somatória de tudo isso.

Então, isso é um trabalho de articulação que o Governo tem que fazer. Nós temos que fazer em conjunto; e essa PEC, sendo aprovada, o Brasil entra nesse rumo correto que a China usou, os Estados Unidos, a Coreia, Israel e etc. tomaram. Mas a gente precisa tomar uma atitude para sair do discurso e passar à prática, porque a dificuldade que a gente sente, muitas vezes, é convencer outros pares a votarem com a gente num caso desse de importância para o Brasil – a correlação é 100% no investimento de pesquisa e desenvolvimento com o desenvolvimento do país –, e convencer o Executivo a trabalhar junto também para a gente fazer isso em conjunto para o país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, Helena, obrigado e desculpa por falar bastante aqui depois, é que me lembrei desses pontos que a gente precisa realmente sair do discurso e entrar na prática e fazer funcionar.

Eu gostaria de passar a palavra agora para Dra. Tânia Mara Francisco, Diretora de Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Educação Superior do Ministério da Educação, do MEC. Por favor.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Aí, do lado do microfone.

A SRA. TANIA MARA FRANCISCO (Para expor.) – Pronto, acho que agora eu liguei.

Bom dia – acho que é quase boa tarde já, não é? (*Risos.*) – a todas as pessoas presentes. Quero cumprimentar a Profa. Helena Nader e o Prof. Fábio, que estão remotos.

Quero agradecer o convite, em nome do MEC, para participar da audiência, e agradecer a iniciativa do Senador Marcos Pontes e também da Senadora Leila. E quero cumprimentar meus colegas que estão aqui, também, que vão participar com fala nesta audiência.

Dentro do documento que eu recebi, Senador, eu entendi que era importante falar também do orçamento das universidades. Acho que isso é uma coisa importante. Então, eu vou dividir em duas partes: eu vou falar do orçamento das universidades e depois eu vou falar um pouquinho sobre a questão da inovação, porque nós estamos com um projeto que eu gostaria de apresentar aqui.

A primeira questão é sobre o que foi falado pela própria Profa. Helena, e que o próprio Senador disse, que diz respeito à questão do arcabouço fiscal. A gente tem, ali, limites estabelecidos para crescimento dos gastos públicos, e a educação, a ciência e tecnologia e a saúde, apesar de serem consideradas discricionárias rígidas, na linguagem técnica do Ministério da Fazenda – ou seja, são despesas obrigatórias –, são reguladas também pela arrecadação e pelo arcabouço, ou seja, a gente não tem uma liberdade ou uma liberação de limites diferenciada por conta disso.

Então, nessa perspectiva, este ano nós tivemos um orçamento de partida que se equivaleu, para as universidades federais, ao orçamento do ano passado, e, no processo, como o senhor bem colocou, ele foi tramitando nas diversas... Ele foi sendo fatiado (*Risos.*) , diminuído, vamos falar assim. E no fim, aqui, na última votação, apurou-se que as universidades tiveram uma diminuição do orçamento de partida de R$242 milhões, aproximadamente – um pouquinho mais.

O Ministro imediatamente tomou a iniciativa – provocado, também, é lógico, junto com a Andifes –, e nós fomos buscar recursos para poder complementar e devolver esse recurso para o que estava estimado, que já era insuficiente se considerarmos a inflação e outros indicadores importantes. Então, fizemos essa recomposição, que chamamos de recomposição dos valores que foram retirados no processo entre o Ploa e a LOA.

As universidades receberam esses recursos, eles foram realocados para as instituições da forma como foram cortados, porque eles não foram linearmente retirados, então a gente não fez uma distribuição linear, mas fez a distribuição conforme os cortes. Chegou ao absurdo de uma universidade, a Univasf – vou falar aqui nominalmente –, ter 100% do seu recurso de assistência estudantil cortado; inclusive, ficou sem a ação orçamentária na LOA. Demorou um pouco para conseguir devolver o recurso, porque nós precisamos criar a ação novamente, através de um projeto de lei, para poder aportar recursos para a Universidade Federal do Vale do São Francisco

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

(Univasf), uma universidade que tem sede em Pernambuco, mas tem *campus* na Bahia e no Piauí. Então, essa é uma realidade.

Como o recurso, apesar de a gente ter conseguido recompor, não era suficiente também, e ainda não será, trabalhamos novamente, buscando mais recursos, tirando de outras áreas, remanejando, conversando, articulando com o Ministério do Planejamento, o Ministério da Fazenda.

E acabamos de fazer... O Presidente Lula fez um anúncio na segunda, estamos aí aguardando a publicação da portaria: estamos colocando mais R$279 milhões nas universidades federais.

Aí, sim, como não se trata de uma recomposição de um corte, ele será distribuído com base nos indicadores que nós tratamos dentro da forma de distribuição, que é a matriz, Andifes. Temos ali também questões relacionadas aos hospitais, às universidades que não têm hospital e que têm um recurso específico, e alguns detalhes; mas basicamente pelos indicadores de matriz.

Então, hoje, o que nós temos é isso. Precisamos de mais recursos? Precisamos. O senhor está lá na Comissão Mista de Orçamentos e vai ajudar a gente, tenho certeza, a trazer um orçamento melhorado para as universidades.

Hoje, nesse orçamento que as universidades têm, existe muita necessidade de ampliação, principalmente para que a gente possa cumprir questões finalísticas, relacionadas à extensão, graduação, porque hoje, dos recursos que as universidades recebem, 70%, 80% dizem respeito aos contratos de funcionamento – energia elétrica, terceirizações –, ou seja, sobra muito pouco recurso para ser investido nas questões finalísticas, reposição de questões de laboratórios, por exemplo, melhorias de laboratórios, coisas que são essenciais, principalmente para a pesquisa, para a graduação, etc. – atividades finalísticas da instituição.

Eu vou pegar um gancho na questão das empresas e na questão de inovação propriamente dita. Então, nós temos uma visão de que é importante, a partir, principalmente, do relatório da CGU (Controladoria-Geral da União)... Que mostrou o quê? Que o Brasil está numa posição bastante favorável no que diz respeito à produção de ciência, artigos, mas numa posição muito ruim no que diz respeito à inovação, à criação de produtos, patentes. A gente exporta a matéria-prima, e não o produto. A gente precisa mudar essa lógica no país.

Existem várias políticas públicas em andamento destinadas a essa finalidade, e a palavra é exatamente articulação. Então, o Ministério da Educação articulou com outros ministérios. Hoje, temos seis ministérios, e deve ser assinado um acordo de cooperação técnica nos próximos dias; em 15, 20 dias, deve estar assinado. E tem mais dois ministérios já querendo entrar.

Qual é a estratégia desse projeto? É exatamente articular a universidade com as demandas: as demandas da indústria, as demandas de governo, as demandas de produção da inovação. A gente trouxe ali... O MCTI faz parte, o Ministério da Fazenda, com a transição ecológica e energética... Deve ser, inclusive, apresentado um plano, ou seja, o recurso do próprio Governo ser reinvestido em inovação, e a articulação com as empresas.

Então, a gente tem parceria... Ah, vou acabar o dos ministérios primeiro: Ministério da Fazenda; Ministério do Meio Ambiente, com a questão climática; o Ministério da Indústria e Comércio, com as missões da nova indústria, com a economia social e com o BIM; o MEC, coordenando isso.

A ideia é ter a criação de um NIT Brasil, que faça o fortalecimento dos NITs lá na ponta, ou seja, dê consultoria, dê suporte para questões técnicas. Por exemplo, para escrever uma carta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de patente, às vezes o NIT não tem condições, não tem pessoas. Então, o fortalecimento, ampliar pessoas, ampliar investimento, isso está dentro do PPA também.

Nós temos uma ação chamada Universidades Federais Sustentáveis, e, a partir daí, a gente tem um PO lá dentro que vai destinar recursos para essa finalidade. Temos parcerias das fundações de apoio, do Sebrae, do FNDCT, através da Finep, da Embrapii, que é importantíssimo, para que a gente possa envolver a iniciativa privada no empreendedorismo. Trouxemos a empresa Brasil Júnior, para conversar com a gente também; já fizemos alguns seminários.

A gente está com uma expectativa muito boa de que a gente possa ser um ator ou um agente na articulação desse sistema todo, que o pessoal chama de ecossistema, para que a gente possa, efetivamente, trazer as universidades para dentro desse processo de inovação, não apenas do pensar, mas também do criar o produto e atuar junto à empresa, porque o Brasil precisa demais para se desenvolver economicamente.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. TANIA MARA FRANCISCO – Eu acho que é isso.

Agradeço muito a oportunidade e estou à disposição para questões.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Dra. Tania Mara Francisco, Diretora de Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Educação Superior do Ministério da Educação. Obrigado. Parabéns pela iniciativa.

Realmente, eu vejo que os NITs têm uma possibilidade muito grande, mas eles ainda são muito travados para trabalhar isso. Então, a gente precisa ter esse envolvimento. E o orçamento não tem como...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Pois não.

A SRA. TANIA MARA FRANCISCO – Vou fazer um aparte aqui, porque eu esqueci um ministério importante que está envolvido, que é a AGU. Agora, com o senhor falando, eu lembrei.

Nós identificamos que temos um marco legal, mas não temos segurança jurídica para implementar. Então, precisamos desse suporte e estamos trabalhando, junto com a AGU, para viabilizar, até fazendo capacitação com os próprios procuradores federais, porque às vezes o NIT quer fazer, e o procurador fala: "Não pode, não dá". Então, a gente está trabalhando nessa lógica também.

Eu tinha esquecido. Se eu não citasse aqui, iria ficar chateada.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Excelente. Obrigado. Muito obrigado.

Eu passo a palavra, então, agora, por dez minutos, para o Dr. Olival Freire Junior, Diretor Científico do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

O SR. OLIVAL FREIRE JUNIOR (Para expor.) – Bom dia.

Eu quero, inicialmente, saudar o Senador Marcos Pontes, assim como a Senadora Leila Barros, pela iniciativa desta audiência, extremamente importante. Quero saudar, também, os colegas que estão aqui, participando deste debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A temática proposta para a audiência pública contempla a situação das universidades e o fomento à ciência e tecnologia.

Portanto, ao fazer aqui uma apresentação, como CNPq, eu preciso fazer uma espécie de ponderação inicial, que pode parecer óbvia, mas é importante que seja feita: embora exista uma forte superposição entre a atividade científica – produção de ciência, tecnologia e inovação – e o sistema das universidades, essa superposição não é integral, não foi integral na história do Brasil.

O CNPq foi criado em 1951, enquanto, por exemplo, o nosso Sistema Nacional de Pós-Graduação foi institucionalizado na segunda metade da década de 60, a partir do Parecer Sucupira.

Por outro lado, existem atividades que são financiadas diretamente pelo CNPq, nas quais você não tem uma correspondência direta com a própria situação das universidades.

A figura da iniciação científica é uma figura que é típica aqui do Brasil, e é algo do qual uma parte importante ocorre nas universidades, estimulando talentos. Mas, na realidade recente do Brasil, a Iniciação Científica Júnior é utilizada justamente para apoiar alunos que, na escola básica, tenham um desempenho excepcional e um desempenho voltado, medido ou inferido, em particular, pela sistemática da participação nas Olimpíadas. Então, feita essa ponderação, é claro que há uma interação muito forte entre o fomento à atividade científica e tecnológica e a situação das universidades.

Eu vou tentar, dentro do tempo aqui limitado, fazer uma apresentação rápida do que tem sido feito pelo CNPq, com alguns comentários. A primeira iniciativa importante foi possível pela PEC da transição, que, no final de 2022, permitiu que o Governo do Presidente Lula tivesse início com um quadro orçamentário que – digamos assim – nos deu uma certa flexibilidade, em certos aspectos. O próprio orçamento do CNPq chegou a R$1,6 bilhão, e não R$1,4 bilhão, como sugerido pelo número do Prof. Fábio Guedes, e a medida mais importante, mais urgente, foi esta: o reajuste do orçamento do CNPq permitiu que CNPq e Capes reajustassem as bolsas de pós-graduação que estavam há mais de dez anos congeladas.

É claro que, em perspectiva, isso não é suficiente. A gente tem que olhar a perspectiva de regularização da situação orçamentária, para que a gente não tenha que esperar um largo período e uma nova luta dos estudantes de pós-graduação para um novo reajuste. Mas esse reajuste aí, em março de 2023, foi extremamente importante.

Aqui estão os números dos reajustes – eu passo rápido. Chamo a atenção, porque eu fiz referência à Iniciação Científica Júnior, que foi a bolsa que teve maior percentual de reajuste: 200%. É claro que era a bolsa menor, R$100, mas passou para R$300, porque é uma bolsa que tem um sentido estratégico nessa interação entre se formarem talentos para o desenvolvimento científico e tecnológico e se apoiar a qualidade da educação básica.

É preciso dizer que, no caso do CNPq, todas as modalidades de bolsa foram reajustadas, inclusive demandando um enorme esforço de entendimento com diversas agências, porque muitas das bolsas do CNPq são financiadas por acordos via FNDCT, via Ministério da Saúde, via outros ministérios, mas o resultado final é que todas as bolsas foram reajustadas.

Ainda no espírito da formação de recursos humanos, mas agora deslocando o olhar para as bolsas de mestrado e doutorado, nós tivemos esses valores aí investidos, e a PEC da transição nos permitiu também termos mil novas bolsas de mestrado e doutorado: 400 para mestrado e 600 para doutorado.

Aqui eu sei que é um ponto que foi objeto – digamos assim – de certa controvérsia, mas é importante que seja esclarecido. Tanto o CNPq quanto a Capes têm feito, nos últimos anos – e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

não é deste Governo, mas já do fim do outro Governo –, ajustes no sistema de distribuição dessas bolsas, de modo que essa distribuição possa vencer certas assimetrias existentes.

Então, no caso do CNPq, por exemplo, essa nova sistemática de distribuição das bolsas de pós-graduação nos permitiu que nós tivéssemos 37 instituições contempladas, pela primeira vez, com bolsa do CNPq. Esse reajuste, tanto na Capes quanto no CNPq, terminou trazendo um efeito colateral que nós estamos buscando – justamente conversando as duas agências – mitigar. Qual é o efeito colateral? É que algumas instituições – eu cito aqui a Federal do Rio de Janeiro, o Instituto de Matemática Pura e Aplicada, a Unicamp, apenas para ficar em algumas – tiveram alguns programas com o número de bolsas reduzidos. Então, isso é o que a gente está buscando mitigar, são ações que estão sendo pensadas pelas duas agências.

Eu faço alguma referência ao CNPq aqui, mas certamente o Antonio Gomes vai fazer também uma referência às ações que têm sido pensadas pela Capes.

Quero dizer que é muito importante que a gente perceba que esses são ajustes que precisam ser feitos dentro de uma política que, globalmente, está correta, que é uma política de vencer a assimetria na distribuição das bolsas, assimetria tão bem criticada, tão corretamente criticada aqui pelo Fábio na sua apresentação inicial.

Já falei da importância das bolsas de iniciação científica, aqui eu passo mais rápido, mas quero dizer que a PEC da transição também nos permitiu a concessão de 3 mil novas bolsas, particularmente voltadas para as chamadas bolsas de Pibic-Af, de ações afirmativas, que são voltadas para jovens em situação de vulnerabilidade social.

Também, a PEC da transição nos permitiu a concessão de 500 novas bolsas de produtividade em pesquisa. A gente sabe que essas bolsas representam a ponta de lança do que há de melhor na produtividade na ciência, na tecnologia e na inovação. São bolsas PQ e DT, e nós temos cerca de 15 mil dessas bolsas. Nós conseguimos, então, com a PEC da transição, atribuir 500 novas bolsas.

Ao longo deste ano, nós renovamos 4 mil bolsas, mas a medida mais importante que eu queria valorizar aqui... A alocação de R$130 milhões nos permitiu atribuirmos o chamado adicional de bancada a todos os pesquisadores PQ e DT, sendo muito preciso. Esse adicional de bancada, que é um pequeno valor para despesas correntes a cada mês, para uma viagem de emergência, uma aquisição de um reagente de emergência, uma coisa desse tipo, apenas os pesquisadores nível 1 tinham esse valor. Isso representava cerca de um terço dos nossos bolsistas, cerca de 5 mil dos 15 mil, para pegar um número redondo, e ele foi estendido para todos os pesquisadores.

Essa medida, digamos assim, permitiu também nós equacionarmos um problema que era objeto sistemático de crítica dos pesquisadores 2, que não passavam para o nível 1 e reclamavam do modo como estavam sendo avaliados. No fundo, você tinha um problema de orçamento que travava isso. O problema de orçamento era simples: dois pesquisadores 2 correspondiam ao valor de um pesquisador 1, e, portanto, os comitês assessores travavam a transição do PQ2 para o PQ1 para não consumir o orçamento nessa conta, de cada dois PQ2 correspondendo a um PQ1.

Medidas extremamente importantes aqui, agora: o apoio à fixação de jovens doutores. E aqui tem um problema que eu queria – eu diria mesmo – polemizar.

(*Soa a campainha.*)

O SR. OLIVAL FREIRE JUNIOR – Muitas vezes nós discutimos a fixação de jovens doutores olhando só para as universidades ou só para os institutos federais, e nós temos que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

olhar para a fixação de jovens doutores... Nós já chegamos a formar 24 mil doutores por ano, caímos para 22 mil na pandemia, estamos retomando isso, mas há uma conta do Prof. Galvão, o nosso Presidente do CNPq, que mostra, como toda a conta de padeiro – eu não vou aqui detalhar – que, se nós nos ativermos a repor a mão de obra das instituições universitárias e institutos, a gente vai conseguir absorver 10 mil doutores. Então, o Brasil teria que tomar uma decisão absolutamente salomônica que seria uma decisão de parar de formar mais doutores. O problema é que nós precisamos de formar ainda mais doutores.

É um grande desafio nós apostarmos na fixação de jovens doutores nas instituições da sociedade...

(*Soa a campainha.*)

O SR. OLIVAL FREIRE JUNIOR – ... nas instituições estatais e nas empresas.

Então, eu passo rápido só para mostrar algum dos esforços que vêm sendo feitos nesse sentido.

Nós, neste ano, divulgamos já os resultados e estamos contratando 2 mil novos bolsistas de pós-doutorado – que é pouco ainda –, mas justamente nesse esforço de alocação, hoje, em combinação com a Capes, nós estamos generalizando o que era uma experiência piloto, que é o Programa MAI/DAI, que é o Programa de Mestrado e Doutorado Acadêmico para Inovação.

Os números estão aí.

Eu passo rápido, adiante.

Aqui, rapidamente, Fomento à Pesquisa, que rebate no problema do orçamento, mesmo com essa melhoria dele.

A missão do CNPq não pode ser realizada no quadro do atual orçamento do CNPq, porque isso requer, necessariamente, que a gente tenha mais espaço orçamentário para não só apoiar bolsas, mas, particularmente, apoiar diretamente o fomento à pesquisa. Ainda sobre fomento à pesquisa, justamente a liberação do FNDCT nos permitiu retomar, de modo sistemático, o financiamento aos INCTs, aprovando, financiando não só os 58 projetos de INCTs que tinham sido aprovados em final de 2022, mas que não tinham assegurado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. OLIVAL FREIRE JUNIOR – ... a garantia do seu financiamento, como, em combinação, de novo, com a Capes e com as Fapes, a aprovação de 42 novos INCTs que tinham ficado em prioridade 2.

Eu estou me aproximando já dos meus resultados.

Aqui, eu passo rápido.

Dinheiro do FNDCT para recuperação emergencial de equipamentos. Também recursos do FNDCT para ampliação dos programas de apoio à Amazônia.

Aqui, então, volto a falar do MAI/DAI, mas também de bolsas nesse espírito da relação com a empresa. Muito importante aqui é a cooperação com o Instituto Euvaldo Lodi (IEL) – foram 1.060 bolsas neste ano.

E devo anunciar que nós estamos na iminência de lançar outros programas, inclusive o Programa Rhae, que nos permitirá alocar força científica qualificada na indústria.

Aqui, eu falo rápido da diáspora científica, não tenho tempo para me estender sobre isso.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OLIVAL FREIRE JUNIOR – Finalizo com uma palavra sobre a importância da diversidade e inclusão no mundo científico. Nós precisamos de uma ciência mais diversa e mais inclusa não só por um problema de reparação histórica, mas também porque o mundo aprendeu que uma ciência mais diversa e mais inclusiva é uma melhor ciência.

Então, são várias iniciativas que estão sendo tomadas. Chamo atenção, em particular, para essa chamada, em colaboração com o Ministério da Igualdade Racial, pela qual nós apoiamos 69 pesquisadoras negras, indígenas e quilombolas para realizar doutorado sanduíche e pós-doutorado no exterior com esses recursos.

Não tenho tempo de ir até o final. Digo só uma palavra: nós estamos cuidando no CNPq também de ajustarmos a preocupação maior com a ética na avaliação da atividade científica, levando, inclusive, à criação de um Código de Conduta de Ética para os comitês e pareceristas do CNPq.

Aqui, eu finalizo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. OLIVAL FREIRE JUNIOR – ... e agradeço o tempo dispensado. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Dr. Olival Freire Junior, Diretor Científico do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Realmente, o CNPq é um órgão extremamente importante. Só quero fazer um apartezinho, para que não apareçam ideias brilhantes, que, de vez em quando, aparecem por aí, de alguém querer juntar o CNPq com a Capes, porque são órgãos distintos que funcionam assim, desde o início, têm as suas finalidades adequadas, e não convém juntá-los. Desde o começo da criação, já se sabia disso. Então, é só para ressaltar esse ponto.

O SR. OLIVAL FREIRE JUNIOR – Eu acho extremamente importante o que o Senador Marcos Pontes acabou de chamar a atenção, porque nós tivemos, no passado, ameaças desse tipo. O Senador observou, com absoluta precisão: são agências distintas que correspondem ao modo de configuração do Estado brasileiro e, não por acaso, ambas foram criadas, no mesmo ano, 1951, com objetivos distintos e complementares.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Excelente! Essa é a ideia, e é sempre bom ressaltá-la, para que não surjam ideias brilhantes.

Outro ponto importante, como o Fábio falou no início – aliás, ele levantou a mão, e eu vou deixá-lo falar daqui a pouco –, com relação à distribuição, é o de que é importante que a gente consiga desenvolver pesquisas em desenvolvimento nas várias regiões do Brasil. Por exemplo, foi citada a Região Amazônica – tem um representante aqui da Universidade Federal de Roraima. É importante ter esse desenvolvimento.

Eu me lembro do programa Salas. O Marcelo está aqui e foi o desenvolvedor da ideia do programa Sistema Amazônico de Laboratórios Satélites, com 50 laboratórios, para desenvolver pesquisas, no meio da Amazônia. Isso é extremamente importante que a gente tenha, e tenha a fixação dos resultados na região também, com a presença das pessoas da região. Isso é extremamente importante.

Antes de passar a palavra, então, ao Dr. Antonio Gomes de Souza Filho, eu vou, rapidamente, abrir a palavra, para dois minutos de comentário do Dr. Fábio Guedes, porque é noite, lá na China.

Pois não, Fábio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FÁBIO GUEDES GOMES (*Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador. Eu não vou nem tomar esse tempo todo.

Eu só gostaria de agradecer ao Prof. Olival pela correção. De fato, dos 4,8 bilhões que o Ministério executou, no ano passado, quase dois terços...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FÁBIO GUEDES GOMES (*Por videoconferência*.) – ... ou seja, 1,6 bi foram para o CNPq. Há um erro aqui de digitação, que, inclusive, já corrigi, para que a apresentação fique à disposição do público, mas, de qualquer maneira, isso não invalida a análise, porque a gente ainda continua na mesma situação.

A importância que o CNPq tem, hoje, nesta gestão atual do Prof. Galvão e do Prof. Olival, por pensar, dentro de um orçamento tão apertado, de maneira tão estratégica, mostra que precisamos, de fato, ainda mais, lutar por mais orçamento para o MCTI, porque, apesar dos reajustes das bolsas, nós precisamos formar muito mais doutores neste país e também precisamos, de fato, investir, lá na base, no ensino médio.

Só para se ter uma ideia, nós, Prof. Olival, aqui em Alagoas, por exemplo, concedemos mil bolsas de iniciação científica, com recurso do Tesouro estadual, para estudantes do ensino médio. Nós fizemos uma avaliação, agora, Senador, de 579 bolsistas de iniciação científica no desempenho, nas notas do coeficiente de rendimento escolar. O percentual de notas entre 8 e 9 desses 579 bolsistas aumentou consideravelmente; ou seja, diminuíram as faixas entre 6 e 7 e entre 7 e 8 e aumentaram as faixas de nota entre 8 e 9 e entre 9 e 10, o que mostra que a iniciação científica ajuda não somente a despertar o interesse do estudante do ensino médio pela ciência, mas também o seu desenvolvimento escolar.

Então, obrigado por sua correção.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Dr. Fábio.

Concordo em 100%. Aliás, uma das coisas por que eu tinha o maior carinho no Ministério era justamente a secretaria que tratava da promoção e popularização da ciência, apoiando as olimpíadas. Tínhamos 62 olimpíadas científicas, que são extremamente importantes para desenvolver essa vontade pela educação dos jovens, e não custam caro. Era isto que eu iria falar: não é uma coisa extremamente cara e vale a pena. O resultado, o retorno do investimento é muito grande para isso.

Uma das dificuldades que a gente tem... O CNPq é um terço, praticamente, do orçamento do Ministério, e tem que sair do orçamento, dali. A gente sempre queria que isso fosse de fora, para que a gente pudesse ampliar não só o valor das bolsas, mas o número de bolsas também, porque o Brasil é um país grande e precisa ter esse apoio com as bolsas na posição.

A gente vai chegar lá. De algum jeito, a gente vai ter que aumentar esse orçamento para que a gente tenha mais bolsas e para mais pessoas no Brasil.

Eu passo a palavra agora, por dez minutos, ao Dr. Antonio Gomes de Souza Filho, Diretor de Avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, da Capes.

Por favor.

O SR. ANTONIO GOMES DE SOUZA FILHO (Para expor.) – Bom dia.

Eu gostaria, inicialmente, de agradecer ao Senador Marcos Pontes e à Senadora Leila pelo convite à Capes para que a gente possa esclarecer alguns números e as ações da agência no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

que diz respeito a essa parte muito importante do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia que é a formação de mestres e doutores.

Cumprimento os colegas que compartilham aqui comigo as falas e também quem nos assiste *online* e aqui, presencialmente.

Bem, a Capes tem várias missões, e, dado o conteúdo do convite que nos foi feito, eu vou me concentrar bastante na questão das bolsas e no sentido de, já de partida, deixar uma declaração muito cristalina: não houve corte de bolsas. E eu vou demonstrar com dados e também colocar algumas ações que estão sendo realizadas e outras planejadas, como bem colocou o Diretor Olival, do CNPq, em conversas das duas agências. Então, eu vou focar na questão da formação de mestres e doutores.

Bem, o Sistema Nacional de Pós-Graduação é bastante complexo, envolve várias instituições de vários setores da sociedade, e, de forma bastante resumida, responde por 90% da produção científica de todo o sistema. E eu acho que aqui tem algo muito importante que a gente precisa contextualizar e, de fato, se alinha com algumas falas no que diz respeito a olhar o Brasil do tamanho que ele é e com a diversidade que ele tem. Toda política de Estado que a gente eventualmente construa não pode perder de vista esse olhar. A fala do Prof. Fábio foi muito feliz em diagnosticar algumas distorções que estão acontecendo atualmente e que precisam ser corrigidas.

Quando o Sistema Nacional de Pós-Graduação começou, basicamente ele era concentrado no Sudeste, basicamente em São Paulo, e, ao longo do tempo, ele se expandiu e hoje atinge mais ou menos 323 municípios nos quase 4,8 mil programas de pós-graduação. Esse sistema é uma política de Estado, e eu acho que todos nós na comunidade científica e na sociedade também temos uma avaliação muito precisa de que é uma política do Estado brasileiro, muito robusta, muito resiliente às flutuações, muito resistente às perturbações. Em parte, isso se deve à avaliação e fomento continuados. Claro que, da forma como o Senador Marcos Pontes colocou, com o investimento da ordem de 1,2% do PIB, todas as nossas falas certamente têm uma repercussão geral no sentido de dizer que precisamos ampliar o orçamento. Acho que esse número é o ponto de partida para qualquer dessas discussões.

E aqui tem um efeito importante quando eu falei que, na elaboração das políticas, a gente precisa olhar o Estado brasileiro com a diversidade e com o tamanho que tem. A partir das políticas de fomento para o desenvolvimento das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste que foram estabelecidas nos primeiros Governos Lula, permitiu-se a gente ter hoje o mapa do Brasil com vários programas de pós-graduação e vários programas de pós-graduação com qualidade. Então, essa estratégia é muito importante.

Eu trago um número que é bastante emblemático. Em 2000, praticamente Rio e São Paulo contribuíam com 56% da produção científica do país; hoje, por conta dessa política e de outras, a produção científica dos outros estados é da ordem de 60%. Então, é muito importante nessa configuração de políticas a gente ter esse olhar para a simetria.

O número de programas de pós-graduação tem evoluído. Eu tenho dados até 2020, e aqui eu não estou colocando programas, mas cursos. A gente tem um aumento recente, mas o sistema chegou num estado em que cresce com taxas não muito aceleradas, porque a gente tem inclusive essa dificuldade que foi colocada na questão do orçamento. E aqui tem um diagnóstico importante: por que a ampliação do orçamento, do investimento ou do percentual do PIB nessas atividades é importante? A pós-graduação acontece basicamente no setor público e é da ordem de 85%, tendo 60% nas universidades federais e 25% nas universidades estaduais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aqui tem um dado de um estudo recente do CGEE que mostra de forma muito clara que a estratégia de formação de recursos humanos altamente qualificados é muito importante para o país até quando a gente olha pela dimensão da resiliência que a gente tem em termos do emprego formal. Mesmo o país vivendo situações econômicas de não crescimento, a capacidade de emprego, as taxas de crescimento do emprego formal se mantêm bastante resilientes nesse cenário. Então, esse é um dado importante.

Temos mais necessidades de formar mestres e doutores. O Brasil está muito abaixo ainda dos países da OCDE, da média inclusive, 30 vezes mais ou menos nos mestres, 3, 4 vezes nos doutores. Mas precisamos de estratégia. E uma das estratégias da agência atualmente, da Capes, é exatamente expandir a oferta de pós-graduação por meio do que a gente chama de parcerias institucionais, que podem envolver, inclusive, instituições que não são acadêmicas, como, por exemplo, empresas e outros setores da sociedade.

Tem se falado, nas notícias, que a pós-graduação brasileira vive uma crise. É verdade que a gente enfrenta dificuldades, por conta do período que tivemos recentemente, mas, quando nós olhamos os dados oficiais da população do Sistema Nacional de Pós-Graduação, a gente tem, ao longo do tempo, e eu trago aqui os dados de 2023 já atualizados... Quando a gente compara matriculados e titulados, o sistema tem um crescimento, manteve um crescimento, e, em 2023, pela primeira vez, nós atingimos a meta do PNE de formar mais de 25 mil doutores. Então, a pós-graduação não vive uma crise com a dimensão que é colocada e que a gente escuta nas notícias.

E aqui a questão do orçamento; este é o orçamento da Capes ao longo do tempo. A Capes tem duas atuações, tem a pós-graduação em *stricto sensu*, fomentando bolsas e alguns programas estratégicos, e também a parte de formação de professores para a educação básica. Então, se a gente olhar o histórico do orçamento da Capes, em 2023 a gente teve um aumento importante, e esse orçamento se repetiu em 2024. Então, só para colocar números, teve um aumento da ordem de 50%, que foi permitido com a PEC da transição do Governo Lula.

O reajuste das bolsas. Como o Prof. Olival já falou, esse aspecto é muito importante, porque a formação de mestres e doutores passa necessariamente por estratégias que levem à percepção dos jovens de que a pós-graduação é atrativa e, com os valores das bolsas que a gente tinha, certamente não era atrativa. A gente entende que o aumento foi importante, mas, para que fique mais atrativa, é preciso aumentar ainda mais esse valor.

E aqui temos o número de bolsas. Este gráfico eu trago exatamente para confirmar a afirmação que eu fiz no início da apresentação de que o número de bolsas de pós-graduação, de mestrado e de doutorado, de 2021 para cá, vem continuamente aumentando, e, em 2024, a gente tem um número da ordem de 101 mil bolsas no sistema para financiar mestrados e doutorados. Se a gente contar com as bolsas de pós-doutorado, a agência hoje financia mais de 104 mil bolsas. Então, não tem corte de bolsas. Essa é a mensagem.

O que teve, de fato, foi um modelo de redistribuição das bolsas, e esse modelo aconteceu, porque o sistema tinha algumas distorções, ou seja, programas mais antigos, às vezes até avaliados com nota menor, tinham historicamente mais bolsas do que outros. Então, esse modelo considerou vários elementos: a nota do programa, que é atribuída por meio de avaliação; o local, ou seja, o município onde o programa está; e o tamanho do programa.

Esse modelo foi discutido com o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação, portanto, com a participação das instituições, das universidades principalmente. Foi uma discussão que começou em 2018...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTONIO GOMES DE SOUZA FILHO – ... e o modelo teve a primeira implementação em 2020; este ano é o quinto ano dele. O modelo, basicamente, tem alguns ingredientes, e um deles bastante importante é o IDHM do município em que o programa está localizado.

Só para trazer um dado aqui, nos programas de excelência, que são os programas 6 e 7, essa redistribuição do modelo permitiu redistribuir as bolsas não só entre instituições, mas também dentro da própria instituição. Então, se a gente olhar do ponto de vista dos programas notas 6 e 7 – que foram os programas em que, em alguma medida, tiveram algumas perdas –, apenas 34% desses programas perderam bolsas, mas 61% ganharam bolsa. Então, foi uma redistribuição que tornou a distribuição de bolsas mais equânime do ponto de vista dessas variáveis. Aqui eu trago...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTONIO GOMES DE SOUZA FILHO – ... de novo o dado de que ele começou em 2020 – este é o quinto ano –, o modelo passa neste momento por algum aprimoramento, e a agência, exatamente para corrigir essas pequenas distorções que aconteceram nos cursos de excelência, em parceria com o CNPq, também concedeu bolsas para as instituições, de forma que esse problema foi parcialmente mitigado e será mitigado num futuro muito próximo – isso também dá protagonismo para as instituições.

Eu vou, então, finalizar.

Eu falei das bolsas e esse aqui é o investimento no custeio dos programas de pós-graduação, tanto no programa Proap, como no programa Proex, que são os programas de excelência, e, de novo, em 2023 e em 2024, a gente tem aumento nos investimentos.

Portanto, eu queria concluir – já estourei o tempo – dizendo claramente que a gente teve um aumento no número de bolsas da Capes nos anos de 2023 e de 2024, a redistribuição corrigiu distorções, não tirou bolsas do sistema. Foi um modelo que começou em 2018 e foi discutido com as instituições, e o aumento dos recursos para o custeio da pós-graduação, como os senhores puderam ver, também aconteceu.

Então, esse é o cenário atual que a gente tem na Capes, em termos das bolsas de mestrado e doutorado e do fomento às atividades dos programas.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Dr. Antonio Gomes de Souza Filho, Diretor de Avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior da Capes.

Eu passo a palavra, então, agora para a Dra. Claudia Xavier, Vice-Presidente do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação.

Por favor, dez minutos.

A SRA. CLAUDIA XAVIER (Para expor.) – Olá, bom dia a todos, então. Agradeço ao Senador Marcos Pontes e à Senadora Leila Barros pelo convite e pela organização desta audiência pública. Cumprimento o Prof. Olival e, na sua pessoa, todos os companheiros aqui da mesa, presentes nesta oportunidade para discutirmos os desafios e perspectivas para a atual situação do financiamento das universidades federais.

Eu falo, então, desde a Vice-Presidência do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação, que congrega mais de 270 entidades e pró-reitores das cinco regiões do país e dos quatro segmentos: as privadas, as instituições comunitárias, as federais e as estaduais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Na Diretoria Executiva, que está mostrada no quadro, a gente tem representantes das regiões e também dos segmentos, sendo o Presidente o Prof. Charles, da UFABC.

De forma geral, então, eu começo falando um pouco das instituições federais de ensino, que congregam as universidades federais, os institutos federais, os CEFETs, o Colégio Dom Pedro e algumas escolas técnicas, que vêm sofrendo, desde 2016, consecutivos cortes dos recursos para o seu gerenciamento.

Essas instituições federais de ensino congregam mais de 1 milhão de estudantes de graduação, com mais de 211 matrículas de alunos de pós-graduação, com mais de 50 mil concluintes por ano. E a dificuldade que a gente vê é que o orçamento atual não cobre as necessidades dessas instituições. Se fosse feita uma correção no valor recebido em 2016, corrigido pelo IPCA, o valor que as universidades deveriam receber de manutenção este ano deveria ser de R$12 milhões, quase R$13 bilhões, e a educação básica, quase R$6 bilhões, e está bem longe do que a gente tem observado. Temos uma perda real, nos últimos oito anos, bastante importante que chega a mais de 50% para as federais e quase 60% para os institutos federais, CEFETs e outras instituições. Então, nós temos uma precarização das condições de manutenção das universidades e das instituições federais no geral.

Este ano, tivemos uma suplementação anunciada em maio, em junho de mais de R$700 milhões. Ali está a partilha entre as federais e a rede de educação básica, técnica e tecnológica, mas isso é aquém da necessidade. Foi visto já pelo Fórum de Planejamento e Administração que para 2024 a necessidade é que houvesse uma recomposição da ordem de R$2,5 bilhões para que as universidades pudessem tocar o ano de 2024. Então, esses R$521 milhões correspondem a apenas uma parte da necessidade para este ano.

Então, as universidades são um sistema que está em expansão. Se você vir, desde 2016 até agora, elas estão aumentando, as universidades federais, sobre uma forte pressão de políticas de cotas, ações afirmativas, agregar mais alunos, assistência estudantil, especialmente pelo Sisu. Os alunos vêm de outras cidades morar ali naquele local, precisam de uma casa, de assistência. E nós temos ali que o orçamento teve uma recomposição bastante importante em 2023, ali para R$6 bilhões, mas, em 2024, como também a Tania relatou aqui para nós, recentemente mandaram um valor, mas isso foi recortado desde o Ploa até a LOA, chegando a um valor histórico, o menor valor da década. E depois teve, então, essa recomposição, essa luta que você também relatou para que voltasse a um valor mais próximo do Ploa, chegando aí aos R$6 bilhões.

Uma parte positiva também que eu queria destacar é a inclusão das universidades no Programa de Aceleração de Crescimento do Governo, que foi anunciado, ficou em destaque, com mais de R$5,5 bilhões de investimentos para obras a serem concluídas. No entanto, esse valor não supre essa necessidade de manutenção, desde que os recursos de investimentos e outros recursos também estão chegando num momento de muita escassez, de muita falta de manutenção, então, para que você consiga cobrir isso o déficit é muito grande.

Além disso, o parque de equipamentos. Como é que nós vamos formar alunos inovadores quando eles estão trabalhando, às vezes, com tecnologias superultrapassadas, ou equipamentos que não têm manutenção para a graduação? Para a pesquisa a gente ainda tem a Finep, que dá um bom aporte, um bom suporte nesse sentido, mas o aluno que está na graduação pode não ter contato com essas inovações, com as novas tecnologias. Então, é importante que haja investimento também nesse parque de manutenção dos equipamentos.

E a principal dúvida que paira sobre as universidades federais e que nos traz aqui também como fórum no debate e na defesa dessa educação pública das universidades federais é a Ploa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de 2025. O que esperar? Se no ano passado foram propostos R$5 bilhões, será que este ano vão ser propostos R$4 bilhões? A gente não pode realmente aguardar algo assim. Então, esperamos que haja uma mobilização. Somos parceiros nessa proposta e na construção de propostas para que isso seja superado, porque nós temos universidades de diferentes idades – digamos assim –, as novas, as novíssimas, algumas não têm pessoal. Então, fazem contratação de terceirizados; não conseguem pagar muitas vezes esses terceirizados. Os valores das contas mudaram bastante nesse período e o valor de aporte para as universidades está constantemente diminuindo. Precisamos de universidades federais com financiamento mínimo permanente. Então, sobre as universidades era esse ponto que eu queria destacar.

Na visão do Sistema Nacional de Pós-Graduação, quero destacar principalmente que nós temos programas avaliados nos três colégios bastante equilibrados ali – que é a figura do canto inferior – e que muitos dos programas avaliados na última quadrienal tiveram, então, aumento do seu conceito. Isso redunda em maior custo de manutenção, muitas vezes, programas de doutorados são criados e a gente tem a Capes com um orçamento congelado, constante. Então, isso não pode acontecer.

Destaco aqui também que nós temos – ali também no canto inferior – uma porcentagem importante: quase 20% de programas profissionais que não recebem nenhum tipo de fomento. Isso, muitas vezes, onera a própria universidade na qual ele está instalado, que não o abandona, mas que o ajuda com fomentos internos e gasto do seu próprio recurso, então, para estimular esse trabalho dos programas profissionais.

Aqui, enfatizo também – ressaltando a fala do Prof. Antonio – como a gente tem umas assimetrias também na distribuição das notas dos programas. Os programas mais conceituados e que vão realmente demandar mais recursos estão ali no Sudeste e no Sul. Temos alguns ali no Norte, mais programas com nota 2, nota 3; e que precisam, então, também de um apoio, de uma ação de solidariedade, para melhorarem o conceito. Melhorando o conceito, vão precisar de mais recursos. De onde virão esses recursos?

Aqui, enfatizando um pouco que, no Sistema de Pós-Graduação, a gente tem também essa assimetria importante quanto à raça e à etnia dos povos – a representação disso, inclusive, nas diferentes regiões da Federação, sendo que isso redunda também nos professores. Agora, a gente está com uma representação ali: 2,7% apenas dos alunos da pós-graduação são pretos, autodeclarados. Então, isso precisa ser mapeado e precisa ser realmente estudado. Sobre os docentes da pós-graduação, apenas 1,5% se declaram pretos.

No Brasil, também acontece esse outro fenômeno da formação tardia.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CLAUDIA XAVIER – Mais de 50% dos nossos pós-graduandos se formam com mais de 35 anos, diferentemente de outros países, onde isso é acelerado. Os alunos se formam antes. Então, também tem o movimento da Capes nesse sentido de acelerar a formação. O aluno, por exemplo, que fez iniciação científica poder passar direto a um doutorado ou aquele que tem uma boa dissertação também pode ser promovido.

Aqui, é um pouco do que o Prof. Antonio já disse, mas a gente tem, então, que está crescendo essa titulação. Os alunos titulados somam mais de 22 mil no doutorado, e a gente precisa de um orçamento para isso.

Mas como está o orçamento da Capes? Então, indo um pouquinho mais rapidinho. A PEC da transição foi realmente um impacto importante. Vocês viram como ia diminuindo ali o valor dos recursos para a bolsa. Desse reajuste...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CLAUDIA XAVIER – ... dos valores de bolsa é algo que a gente já vê o impacto. Os pró-reitores que estão à frente das pró-reitorias, dos ingressos, dos alunos, das atividades já veem o impacto dessa recomposição, em ter mais alunos nos programas, mas ainda é preciso complementar isso. Então, reforço que foi aquilo naquele momento, mas continuou essa necessidade.

E a gente vê aí, com toda essa transformação, o orçamento de 2023, que está ali mais para a direita, e o de 2024, com mínima diferença. Então, o sistema cresce, o Sistema Nacional de Pós-Graduação, e a gente permanece com o mesmo recurso. Como é possível trabalhar dessa forma?

De forma breve, então, não são só as bolsas em demanda social, mas também a Capes aporta bolsas e dá suporte também a universidades particulares para que os alunos entrem lá, tenham sua mensalidade, às vezes, paga e possam também...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CLAUDIA XAVIER – ... cursar seu curso. E também há as comunitárias. Isso é importante, porque essa também é uma forma de inclusão social dos estudantes. Nem todos os estudantes conseguem entrar no sistema federal de ensino, apesar das vagas oferecidas, então eles participam em diferentes pontos.

E no caso das particulares é importante ressaltar, visto que, como Fórum de Pró-Reitores, nós participamos dos diferentes nichos, desde as estaduais até as comunitárias e as particulares, é que nós temos uma bolsa-taxa, que não é reajustada há certo tempo, deixando, então, esse ônus também para a universidade. Então as comunitárias, muitas vezes, estão mantendo seus programas de pós-graduação baseados nas suas graduações, porque é mais volumosa e tem mais alunos, então, participando.

Aí o que a gente quer evitar é isto: que a cada ano, por exemplo, essa é uma notícia do fim do ano 2023, a gente tenha notícias como essa, de que vai ser contingenciado, de que vai ser cortado, tentar minimizar esse tipo de ação, que gera muita perturbação...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CLAUDIA XAVIER – ... no sistema, e seguir o exemplo de países mais desenvolvidos que mantêm o investimento, apesar das crises que acontecem, pandemia, etc., têm tentado manter o investimento, enquanto que o Brasil teve um decréscimo nos últimos dez anos.

Já indo quase para o final, vou falar um pouquinho do CNPq. Tudo que estou compartilhando é com base em dados da Andes, da Andifes, do CNPq e da Capes, que são compartilhados com o Fórum dos Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação. Então, vocês vejam lá que, por mais que haja um esforço, a gente tem realmente essa diferença do caminhar entre a demanda e a disponibilidade. Então, existe um esforço do CNPq em ter os contemplados no edital universal, mas o que ele tinha de recurso era muito inferior à demanda.

Na parte dos grupos consolidados, imaginem lá que são 275 mil...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CLAUDIA XAVIER – ... por proposta, é quase como se fosse um valor inferior, tem que ter um grupo de cinco doutores, e a demanda deles era de 1 bilhão, e eles tinham disponíveis

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

162 mil. Então, é muito diferente, é um cobertor bem pequenininho mesmo para muitos pesquisadores. Então, a gente tem que fazer políticas indutoras. As empresas que têm financiamento, Finep, BNDES, têm que dar como contrapartida absorver o pessoal da academia, trabalhar em conjunto com a universidade, para que a gente possa, então, ter essa manutenção também por parte desses parceiros.

E aqui, de forma mais breve também, vejam o esforço de duplicar o valor para a bolsa de pós-doc, mas a demanda do pós-doc júnior, as atendidas foram 1,5 mil, e foram mandadas mais de 5 mil propostas. Então, quer dizer, é realmente uma necessidade muito importante, Senador, que fique em marca isso, que se trabalhe junto com o Foprop, que o coletivo possa ajudar. Gostei de saber do PL, eu não conhecia ainda, mas eu acho que esta é uma das estratégias: um crescimento constante, uma pactuação para o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação.

E aí há alguns programas também, de atração e fixação dos pesquisadores, que o Prof. Galvão também anunciou aos pró-reitores – porque nós temos os pesquisadores na diáspora –, que é o item 2, ali: tentar fazer eles trabalharem em uma rede, com pesquisadores brasileiros, atraí-los novamente para o Brasil, de certa forma, e outras ações.

Então, para terminar, eu tenho três considerações. Quanto às universidades, a gente precisa recompor os recursos orçamentários aos patamares de 2017, com as correções necessárias – foi o melhor momento –, com uma reestruturação orçamentária. Precisamos também pensar... Estamos vivendo um momento de greve nas universidades federais. Eu ressalto aqui como isso está impactando, realmente, e pode impactar, inclusive, no uso do orçamento de 2024, porque parte dos recursos que nós temos não está sendo executada, nós não temos o pessoal para executá-la. Então, a gente precisa de uma recomposição salarial também, reestruturação das carreiras, tanto dos docentes quanto dos técnicos administrativos, abertura de novas vagas para concurso de docentes e servidores TAEs. E, aqui, eu reforço uma coisa que é algo que a minha universidade, que é a Universidade Tecnológica Federal do Paraná, tem vivido nos últimos anos, que é uma relação docente-TA muito baixa, é a segunda menor do Brasil. A gente podia usar esse modelo, por exemplo, que a Capes tem, de equiparar esse número de bolsas para que ninguém fique com extremos, e ir ajustando isso com o tempo, para que todas as universidades fiquem igualmente regradas.

Quanto à pós-graduação e pesquisa, eu reforço o impacto positivo do reajuste que houve por parte do Governo Federal. Foi muito importante, mas há uma necessidade da expansão do orçamento nas agências, tanto na Capes quanto no CNPq. Está demonstrado aqui, com números, que assim não é possível a gente trabalhar. E se precisa interagir mais também com esse meio social.

E a expansão do orçamento para 2025 para permitir o reajuste de bolsas no exterior também é um calcanhar de Aquiles muito importante. Eu quero ressaltar aqui que os nossos alunos que estão participando de programas no exterior estão parcialmente descobertos, porque é muito diferente o valor da nossa moeda. Eles chegam lá, muitas vezes, em uma situação em que o que eles recebem os coloca numa lista dos indigentes, num nível de pobreza em outro país, o que é diplomaticamente uma vergonha para o Brasil – a gente tem que evitar isso ao máximo.

Quanto à valorização do trabalho dos pós-graduandos, reforço que existe também um PL para que eles possam recolher recursos previdenciários e ter já o seu reconhecimento do trabalho – do pessoal que está já graduado e trabalhando em projetos avançados de pesquisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E, o último ponto, para terminar mesmo, é uma busca ativa pela inovação na pós-graduação – nós temos feito muitos trabalhos sobre isso no fórum; inclusive fizemos uma conferência livre dentro da Conferência Nacional Ciência, Tecnologia e Inovação com esse foco –, para uma aproximação cada vez maior com a sociedade nos diferentes setores. Para além da indústria, da empresa, é interiorizar, trabalhar com as prefeituras. Tem muitas necessidades no interior do Brasil, em que os nossos estudantes podem participar, e que podem fixar lá, também, esses estudantes.

E aqui eu deixo a última mensagem, que eu acho que é a mais importante: nós queremos que todo o investimento feito nos nossos alunos – como é o meu caso, que sempre estudei em escola pública – possa ser revertido no Brasil, com impostos que ficam no Brasil, com consolidação e crescimento do Brasil. Então, por isso a gente tem que ver a educação como um investimento.

Agradeço, então, e me desculpo por passar um pouco do tempo.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Profa. e Dra. Claudia Xavier, Vice-Presidente do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação. Obrigado pelas considerações.

Aliás, anotei alguma coisa, se me permite. É rapidamente. A respeito da PEC 31, da chamada PEC da ciência, eu vou pedir o apoio de vocês para pressionarem também, porque aqui a gente precisa desse apoio para pressionar, para que a gente tenha aprovada essa PEC. Sem dúvida, vai ser importante.

Reforço, novamente, ao Governo, que é bom para o Governo, na verdade, isso aí. A correlação é entre o investimento em pesquisa e desenvolvimento e o desenvolvimento econômico e social do país. Isso a gente já sabe. E isso não significa um aumento, necessariamente, do setor público, por exemplo, no Ministério de Ciência e Tecnologia etc., mas exige uma coordenação, uma articulação, do Governo com as entidades públicas, privadas, do terceiro setor, para que isso tudo, esse fomento como um todo, no país, aumente. Então, isso é muito importante.

Há um ponto... Eu lembro que, na época do Prof. Evaldo, lá no CNPq, eu cheguei a falar com ele. Eu continuo nesta ideia de que uma das dificuldades que a gente sempre tem – quando a Professora falou eu me lembrei disto – é que, muitas vezes, a sociedade fica achando que a ciência vai ser daqui a tanto tempo, porque não vê aquela aplicação, aquele retorno de investimento imediato que se tem no investimento dentro das universidades, nos centros de pesquisa, com as chamadas do CNPq ou os editais da Finep. Uma coisa que eu havia proposto ali é que nós tenhamos... Como existem várias áreas e uma delas é humanidades, a parte social e humanidades, ciências sociais e humanidades, que fosse incluído em cada chamada um percentual, por exemplo, 2%, 5% da chamada, para que o setor de humanidades faça uma avaliação do resultado da chamada, em termos de retorno de investimento social e econômico. Às vezes, uma chamada, uma pesquisa, não tem um retorno econômico, mas tem um retorno social muito grande. E é importante ter esses números para a gente poder defender e falar: "Olha, está vendo? A gente investiu aqui R$1 e olha o retorno disso aqui". A Embrapa faz muito bem isso, tem lá o Dr. Brasil que faz muito bem – a gente investiu R$1 e tem um retorno de R$7. É importante as pessoas verem isso aí, principalmente aquelas que tratam mais da economia, que gostam de ver os números o tempo todo, o contador do Ministério da Fazenda, da Economia, o nome que for, para olhar, para falar assim: "Realmente, olha só, isso aqui tem um retorno prático".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Isso é importante. Eu acho que dá para usar o conhecimento desses setores para aumentar essa argumentação.

Outro ponto é o PL. Foi até citado, achei muito importante isso aí também. O PL vai dar valor à pós-graduação na questão previdenciária. Quem estuda muito tempo, fica muito tempo sem contribuir. Essa contribuição feita de uma forma mais simplificada ou com um valor menor, mas que tem o mesmo valor, o mesmo retorno, é muito importante também. Isso foi um projeto de lei que a gente colocou aqui, também. Isso aí tem que andar bem.

Sobre a greve. Eu até não perguntei, mas vou deixar para depois aqui sobre os impactos, como é que estão esses impactos da greve, vou deixar para o Dr. José Geraldo, no final, com as universidades, para ver esses impactos na parte prática, para os alunos, na parte das instituições. É muito importante. E, nas nossas instituições de pesquisa, para mim, a preocupação grande era que não tinha concurso público para substituir ou para repor os nossos pesquisadores. Por exemplo, o Instituto Mata Atlântica está precisando desesperadamente de pesquisadores ali, e outros também sofrem do mesmo problema. Tem as bolsas PCI. É uma possibilidade, é uma possibilidade de se ter. Esse trabalho funciona; não é o ideal, mas funciona. Agora, ter a reposição é extremamente importante, sem dúvida nenhuma.

Bom, finalmente então, eu passo a palavra ao Dr. José Geraldo Ticianeli, Reitor da Universidade Federal de Roraima e meu conterrâneo também, por dez minutos, por favor.

O SR. JOSÉ GERALDO TICIANELI (Para expor.) – Boa tarde!

Eu queria, em nome da Presidente da Andifes, a Reitora Márcia Abrahão, cumprimentá-lo. Quero cumprimentar também e parabenizar a Senadora Leila pela iniciativa de debater esse tema tão importante a todas as nossas instituições.

Eu gostaria também, Senador – não poderia perder esta oportunidade –, de agradecer-lhe, mesmo que não seja o tema desta audiência, pela relatoria do Projeto de Lei nº 5.066, de 2020, de iniciativa do Senador Plínio Valério, do PSDB, do Amazonas, estado vizinho ao nosso, já que estamos tratando de distribuição de investimentos em pesquisa nas diferentes regiões do país, principalmente na Região Norte.

Para quem não conhece esse projeto de lei, ele trata, resumidamente, da distribuição de recursos para estímulo à pesquisa e à adoção de novas tecnologias na exploração e produção de petróleo, também para as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, recursos esses que, hoje, são basicamente distribuídos para as Regiões Sul e Sudeste. Então, quero lhe agradecer. Esse projeto foi aprovado nesta Comissão, já passou pela Comissão de Infraestrutura, onde o Senador Chico Rodrigues, do nosso estado, relatou; e, agora, ele seguiu para a Câmara, onde nós manifestamos o nosso interesse na continuidade e na aprovação desse projeto.

Também gostaria de agradecer, em nome de todos os reitores e reitoras das 69 universidades, aqui também já citadas, e dois CEFETs, pelo empenho no projeto, que também estimulamos, de transformação desses dois CEFETs em universidades tecnológicas, a fim de que ele possa acontecer com a maior brevidade, como aconteceu no Paraná, com a Universidade Tecnológica, que tem dado grandes frutos para a nossa sociedade.

Conforme já posto, Senador, eu acho que sempre é importante reforçar o papel das universidades brasileiras no fortalecimento dessa política de estado, principalmente no nosso tripé fundamental, que é o ensino, a pesquisa e a extensão, e, principalmente, no cenário atual, que é a inclusão daqueles que não tenham acesso à educação.

Eu vou colocar dois exemplos – um muito notório, muito reconhecido, e outro mais recente –: primeiramente, o papel das universidades no momento da covid-19, que é indiscutível, principalmente nos seus hospitais, que são do SUS, o seu papel de salvar vidas naquele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

momento; e, recentemente, nas enchentes do Rio Grande do Sul, quando as seis universidades federais gaúchas se posicionaram em prol da sociedade, mesmo tendo sido também atingidas pelas enchentes.

Mas eu acho que é importante aqui, reforçando o que a Dra. Claudia comentou – e ela descreve também muito do que eu tinha pautado para falar, mas acho que é um reforço importante, já que nós estamos falando do desenvolvimento de nação através da educação –, ressaltar que, hoje, nós estamos tratando de manutenção e sobrevivência, e isso tem que ser feito neste espaço que é o Congresso. E aí, volto a falar novamente da importância deste momento, que é a discussão do Ploa 2025.

Sobre a questão orçamentária, eu reforço um pouquinho, mas vou tentar explicar um pouco mais. Eu até pincei duas perguntas que foram feitas no painel desta audiência – não são essas que foram passadas, mas eu consegui puxar duas –, que falam muito de orçamento. Mas se eu não entender como é estruturado o orçamento, eu não consigo vislumbrar, e aí vem a palavra-chave desta audiência, que trata dos cenários e das perspectivas do presente e futuro.

A questão orçamentária é pontual. Ela vem sendo defendida e vem sendo um cenário muito preocupante ao longo dos anos. A Andifes se posiciona sempre considerando que o cenário ideal para 2024 sempre foi de R$8,5 bilhões, como foi também comentado pela Dra. Claudia. E por que tem essa justificativa histórica de R$8,5 bilhões?

Em 2016, o orçamento dos IFEs, conforme já foi comentado, com despesas discricionárias, ou seja, retirando a parte obrigatória, e quem nos escuta talvez não entenda o que é discricionário, é aquilo que trata do funcionamento da universidade... E a universidade, se diferenciando de faculdades, tem obrigações de manutenções que tratam desde asfalto, água, esgoto, iluminação, e nós estamos falando de R$7,5 bilhões há oito anos.

E por que R$8,5 bilhões? E por que 2017? Dentro das nossas análises, é um ano em que a manutenção ainda era possível, obviamente considerando a questão inflacionária.

Se pudéssemos atualizar, porque quando você coloca a inflação acumulada do IPCA de janeiro de 2016 a janeiro de 2024, nós temos uma inflação acumulada de 50,46%. Então, até refazendo também algo que foi comentado aqui, eu penso que para o orçamento ideal para manutenção como uma política de Estado de educação brasileira – não estou tratando apenas das universidades federais, porque os institutos federais também entram nessa mesma linha – nós teríamos que ter hoje um orçamento de R$11 bilhões para desenvolver nossas atividades. Isso é o dobro do orçamento das despesas discricionárias, de funcionamento, da LOA de 2024, em que foi inicialmente, como já comentado aqui, em cada ato de movimento desse orçamento retirada uma parcela significativa que atinge diretamente os nossos jovens. E aí, o Censo de 2023 talvez reflita essa questão. E quando me perguntam a respeito da greve, talvez as evasões sejam um dos fatores que mais nos afeta.

E a LOA inicial de R$5 bilhões, quase R$6 bilhões, que posteriormente foi equiparada – como a Dra. Tania também comentou, a quem agradeço sempre o diálogo que a Andifes vem fazendo com as universidades – à de 2023. Só que aí nós não estamos considerando uma série de indicadores, dos quais o cenário hoje, mesmo com esse reajuste ao ano anterior, não nos permite. E por que isso acontece? Eu acho que essa é a minha contribuição.

Qual o motivo dessa dificuldade orçamentária das instituições que ano após ano vem diminuindo cada vez mais a perspectiva de funcionamento? E aí, muitas vezes nós escutamos: "Ah, mas passa governo, sai governo, as universidades sempre estão pedindo recurso". A diferença desse processo... Eu vou explicar algo aqui para que, talvez, fique um pouco mais claro, que é como é estruturado esse orçamento, as matrizes que o compõem. Também já foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

comentado muito em vários jornais, vários veículos de comunicação, que as universidades não têm recursos para o funcionamento em setembro ou outubro do corrente ano. Isso é também facilmente identificado se olharmos o painel de execução orçamentária da Andifes, onde basicamente as nossas universidades já empenharam, aproximadamente – obviamente, o painel de execução flutua a cada dois ou três dias –, entre 65% e 70%, em média. Se nós considerarmos o ano corrente, em setembro ou outubro teremos obrigatoriamente que tomar decisões mais drásticas nas nossas instituições, ou cortando algumas ações ou revisando o planejamento para diminuir esses custos. Então é algo que, basicamente, irá acontecer.

Mas a dúvida que aparece em várias perguntas – novamente, principalmente na página desta audiência – e pela qual eu pautei a minha fala é: quais são as fontes de financiamento disponíveis para as universidades federais? Como a alocação de recursos federais é decidida, e quais critérios são usados?

Então, basicamente – e talvez tracemos algumas posições e cenários futuros –, um dos motivos é a estruturação da matriz orçamentária, que é formada por várias outras matrizes para a composição do orçamento. Como é montada a matriz de alocação de orçamento? Matriz de Outros Custeios e Capital (Matriz OCC), que é a Matriz Andifes, conforme já comentado; matriz do Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes); matriz do Projeto Milton Santos (Promisaes); matrizes de hospitais veterinários, das escolas técnicas vinculadas, dos colégios de aplicação, do Programa de Acessibilidade, do Idiomas sem Fronteiras; enfim, há uma série de matrizes que compõem o nosso orçamento.

Mas eu vou um pouquinho além: principalmente a Matriz OCC, que é a matriz base desse processo, que foi institucionalizada pela Portaria 651, de 14 de julho de 2013, e alterada pela Portaria 748, de 22 de setembro de 2021, como instrumento de distribuição anual dos recursos destinados a universidades federais, é basicamente estruturada...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ GERALDO TICIANELI – ... em dois percentuais: 90% em cálculo de aluno-equivalente de graduação presencial, de residências, de cursos de mestrado e doutorado; e 10% em eficiência e qualidade acadêmica e científica.

A Matriz OCC é formada por parâmetros auditáveis, mensuráveis e objetivos, como alunos diplomados; ingressantes; duração de curso; peso de grupo, como no caso do curso de Medicina, que tem um peso 2 por causa da sua estruturação e do seu fator de retenção; além de parâmetros indutores de políticas públicas, como é o caso de cursos fora de sede para atender regiões onde não temos acesso à educação superior; cursos noturnos, que são um bom processo de inclusão àqueles que precisam do seu emprego para conseguir se manter; e um que recentemente nós conseguimos – a Andifes também foi uma grande parceira desse processo –, que é o Fator Amazônia, atendendo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ GERALDO TICIANELI – ... a instituições da Região Norte, na qual nós estamos inseridos.

Mas em nenhum momento, Senador, nós tivemos a previsão... E já temos estudos em relação a isto, através do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Planejamento e Administração, o nosso Forplad, num fator que poderíamos chamar – e aí a nossa contribuição – de custo-existência, como no caso de água, esgoto, iluminação, vigilância, tributos, encargos, esse combo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de ações que as instituições têm que manter e no qual eu não tenho um aluno-equivalente que o mantenha.

Ao longo dos anos também... Aí eu até faço uma analogia, que nós podemos chamar essa taxa de existência como uma taxa metabólica basal. O Sr. Astronauta sabe muito bem da importância do volume residual de oxigênio que nós temos no pulmão para ele não colapsar. Então esse volume-existência foi aumentando ao longo dos anos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ GERALDO TICIANELI – As universidades cresceram, se expandiram, estão mais estruturadas, as demandas por terceirizados aumentaram muito, e a Dra. Claudia comentou sobre isso. As universidades hoje têm uma responsabilidade de empregabilidade muito grande por meio dos terceirizados. Isso impacta na sobrevivência de pessoas, e não só na formação.

Todos os contratos e contratações são registrados através de índices inflacionários que não estão sendo considerados na estruturação das nossas matrizes orçamentárias.

Algumas universidades, como é comum, assumiram patrimônios históricos, sociais, culturais, como no caso dos museus, e nós não temos fator de taxa aluno-equivalência para sua manutenção. Algumas com navio-escolas, e não existe nenhum indicador, conforme definimos na matriz, que possa sustentar o funcionamento dessas estruturas.

Então, para resumir, nós estamos criando um círculo vicioso...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ GERALDO TICIANELI – ... no qual a taxa de evasão é bastante considerada, e o Ministro anunciou, como um dado alarmante, que, se nós tratarmos – e foram citadas estas palavras várias vezes aqui – política de Estado e nação... No Censo da Educação Superior brasileira, dos jovens 18 a 24 anos, apenas 25% estão nas instituições de ensino superior. E aqui não estou incluindo apenas universidades federais, mas também privadas, filantrópicas, comunitárias. Então, esses dados são alarmantes e precisam ser discutidos como uma política de Estado.

Nesse círculo vicioso, o que está acontecendo? Se os nossos orçamentos são pautados em taxa aluno-equivalente, ingressante, retenção, evasão e taxa de sucesso, como vamos conseguir manter infraestrutura, funcionamento, fatores agregados como, mais uma vez, iluminação, água e esgoto, se esses fatores não estão vinculados à taxa aluno-equivalente?

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ GERALDO TICIANELI – Então, isso precisa ser discutido de forma urgente. Se nós não tratarmos isso como presente, certamente não teremos perspectiva para o futuro. E talvez a luz do fim do túnel já esteja fechando, porque isso que eu estou comentando agrega a pós-graduação, pois a pós-graduação precisa de infraestrutura, precisa de água, luz, ar condicionado. Correto, Professor? E essas taxas-equivalentes não estão vinculadas ao seu funcionamento.

Dessa maneira, realmente para concluir, a necessidade de orçamento das universidades cada vez mais está crescendo ao longo dos anos, principalmente relacionada ao seu custo, e precisamos montar uma nova base orçamentária.

Essa mudança de cenário e novas perspectivas estão aqui nesta Casa, principalmente neste momento em que estamos discutindo o Ploa 2025.

Tudo isso que eu comentei, se não for analisado agora...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ GERALDO TICIANELI – ... com uma perspectiva de um Ploa 2025 que atenda a todas essas características, certamente voltaremos aqui no próximo ano, talvez com um cenário um pouco pior, Senador.

Então, agradeço esta oportunidade para que nós pudéssemos discutir a educação brasileira. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Dr. José Geraldo Ticianeli, Reitor da Universidade Federal de Roraima, representando a Andifes aqui também.

Eu gostaria de passar neste momento... Eu vou fazer a leitura – a gente já passou para todos os participantes – das perguntas e de alguns comentários que nós recebemos através do e-Cidadania. Aliás, eu agradeço a todos aqueles que nos acompanham pelas redes do Senado.

Dado o nosso horário, porque eu tenho que entregar esta sala antes das 14h, porque tem outra sessão – dez minutos antes para eles a prepararem –, eu vou fazer o seguinte: vou ler as perguntas.

Os dois que estão remotamente saíram já, então nós temos aqui, basicamente...

Eu vou ler e vou passar para as considerações finais. Peço que usem cerca de dois minutos, três minutos, que seja curta a resposta, que escolham algumas das perguntas ou alguns temas que estão nas perguntas para citar nas suas considerações finais, e a gente faz as duas coisas ao mesmo tempo: consideração final e respostas às perguntas.

Então, rapidamente aqui, o Rodrigo, do Distrito Federal, faz a seguinte pergunta: "Quais são os riscos para o desenvolvimento social e econômico do país se os problemas de financiamento persistirem?". Acho que, de certa forma, já foi respondida, mas está aqui a colocação.

A Ingrid, de São Paulo: "Como o Governo planeja apoiar instituições federais afetadas pela falta de verba, para garantir a permanência dos alunos vulneráveis?".

O Luiz, de Santa Catarina: "Como melhorar a qualidade dos investimentos no ensino superior público [...] [do Brasil]? Como integrar o ensino superior e o mercado de trabalho?".

O Jhon, do Paraná, pergunta quais propostas estão sendo discutidas para que o fomento à pesquisa se transforme em política de Estado no Brasil.

A Cristiane, do Rio de Janeiro: quais estratégias o MEC e o MCTI estão elaborando para assegurarem a continuidade dos programas de pós-graduação e o fomento à pesquisa?

O Guilherme, do Rio Grande do Sul: por que os alunos de alta renda não contribuem com mensalidades e, assim, ajudam o financiamento das universidades federais?

Esse é um tópico que, volta e meia, retorna. Vou deixar para o MEC.

A Fernanda, de São Paulo: quais as estratégias para reverter a desistência dos jovens brasileiros da carreira de professor? Esta é outra coisa importante: professor. Sem professor, tudo o que a gente está falando aqui não funciona.

O Allan, do Rio de Janeiro: "Como enfrentar os desafios do financiamento das universidades federais e dos programas de pós-graduação frente aos cortes orçamentários recentes?".

O Guilherme, do Rio Grande do Sul também... Ah, bom, essa já foi feita: "Por que os alunos [...] mensalidade [...]?".

A Alane, de Rondônia: "Como a autonomia universitária pode ser preservada e fortalecida em meio a esses desafios financeiros?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O Nícolas, do Distrito Federal: "Como se dá a divisão de financiamento entre áreas diferentes de estudo e pesquisa?".

Acho que também foi, de certa forma, respondida.

Alguns comentários.

A Fernanda, de São Paulo: "Investir nas universidades, na educação e na obtenção de conhecimento salva vidas e muda realidade das pessoas de diversas classes sociais".

O Pedro, do Mato Grosso do Sul: "Por favor, criem em nosso país a profissão professor pesquisador!". Essa também é outra para fazer essa junção.

Considerando que ele tem um compromisso logo na sequência, eu vou começar, então, pelo Prof. José Geraldo Ticianeli, para os seus comentários finais, de dois ou três minutos – coloquem três minutos–, e para responder a algumas das questões ou tocar em alguns dos temas falados aqui nas perguntas e nos comentários.

Por favor.

O SR. JOSÉ GERALDO TICIANELI (Para expor.) – Bom, eu queria novamente agradecer, em nome da Andifes, esta oportunidade. Acho que é um momento ímpar para todos nós quando o Congresso nos convida para discutir a educação brasileira e, em especial, as nossas universidades.

Eu acho que a algumas dessas perguntas nós conseguimos responder ao longo da nossa fala.

Eu queria colocar um ponto importante, Senador, que é desmistificar algo que nós escutamos e que, talvez, atenda um pouco a essas perguntas. A Andifes, em 2019, fez uma pesquisa socioeconômica do perfil dos estudantes das universidades federais públicas brasileiras. As famílias desses jovens não ganham um salário mínimo e meio. Então, esse diploma é a única forma, total ou parcial, da transformação social, econômica e profissional da sua família.

Esses investimentos... E aí, alguns desses de que eu estou falando permeiam essas perguntas, porque entra autonomia, entra... A questão do Pnaes, como foi comentado agora há pouco, precisa ser tratada com muita responsabilidade. Os jovens não estão conseguindo se manter – se manter dentro ou fora da instituição – e a geração que se aproxima, quando não tem a perspectiva do ensino superior, também não busca o ensino médio. Então, não há de se falar em autonomia, não há de se falar em investimentos se nós não tratarmos o cerne do nosso problema.

Mais uma vez, como o tempo é muito curto para a gente tratar de todas as questões, nós nos colocamos à disposição para outros momentos. Mas eu acho que, mais uma vez, nós estamos em um momento ímpar de solucionar, porque o PLOA 2025 começou a ser discutido.

Obrigado por esta oportunidade e obrigado, também, por dividir este espaço com tantos profissionais e com tantas autoridades...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ GERALDO TICIANELI – ... que também definem a educação brasileira do país.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Dr. José Geraldo Ticianeli, Reitor da Universidade Federal de Roraima, aqui, também, representando a Andifes.

Aliás, eu já vou fazer uma proposta aqui inicialmente – o Dr. Marcelo, que está aqui também, trabalha comigo, já foi Secretário Nacional de Pesquisa –, para que nós tenhamos fora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

daqui, para dar prosseguimento, para a gente marcar na minha agenda, uma conversa, uma reunião propriamente dita, para trazer resultados práticos desta conversa toda aqui nossa, para que a gente possa colocar, em projeto de lei, mudanças, ver como a gente consegue apoiar essas ações necessárias para resolver esse problema. É óbvio que a gente não vai conseguir uma solução 100%, mas é importante estar na direção certa. Então, é para a gente marcar, depois, essa reunião, porque eu acho importante dar continuidade.

Eu gostaria de passar, então... Eu vou subir, eu vou fazer o retorno aqui... Então, vou passar a palavra à Dra. Claudia Xavier, Vice-Presidente do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação, por três minutos, para considerações finais e para responder a algumas das perguntas.

Por favor.

A SRA. CLAUDIA XAVIER (Para expor.) – Muito obrigada, Sr. Senador.

Eu gostaria de comentar um pouco a pergunta da Fernanda, de São Paulo, sobre as estratégias para reverter a desistência dos jovens brasileiros pela carreira de professor – não só a carreira de professor, mas pelo ensino superior, a dedicação realmente ao estudo, visando ao desenvolvimento do país.

Eu acho que, em termos gerais, a gente tem que trabalhar mais com a divulgação científica dentro das universidades, para fora dos muros da universidade. A universidade tem que integralizar, estar mais próxima, desde a formação básica, o ensino médio, comunicando o que o pesquisador faz lá, o que o professor faz na universidade, atraindo essa força jovem, esses alunos; e, com certeza, nós vamos ter uma maior valorização da ciência, valorização do papel do professor.

Isso passa também por uma cultura, divulgação e propaganda também por parte do Governo. É muito importante que o Governo fortaleça esses laços do respeito ao professor, do talento do professor, muitos concursos, possibilidades de o professor brilhar realmente, de ele aparecer, mostrar o que ele está fazendo nas diferentes áreas.

Aqui foi pedido o professor pesquisador, mas a universidade faz pesquisa, extensão, trabalha com sustentabilidade, com cultura, com inovação, a gente tem todos os tipos de professores dentro de uma instituição de ensino superior. Então, a questão da profissão do professor pesquisador não sei se não seria, na verdade, um enjaulamento, uma atrofia, inclusive, do que o professor pode fazer, que é muito mais e permeia muito mais do que também a comunicação.

Eu acho que faltou muito tempo para a universidade estar próxima da sociedade e comunicar os seus feitos. A gente tem que começar a praticar e incentivar isso cada vez mais. Isso tem que pontuar o impacto social, o impacto local, a transformação que começa da apresentação de quem somos. A universidade é rica. Nós estamos em um país muito rico, com uma força jovem...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CLAUDIA XAVIER – ... extraordinária, por isso a gente tem que investir, para que eles venham para a universidade e estejam preparados para atender o futuro da nação.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, professora.

Aliás, só um comentário com relação a isso, novamente reforçando. Gostaria de pedir ao nosso representante do CNPq duas coisas. Primeiro, reforçar no CNPq a questão de se ter esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

estudo de retorno de investimento, do investimento que a gente faz na ciência, como é importante para retornar e divulgar muito isso. E, também, no próprio Ministério de Ciência e Tecnologia, retomar as atividades da Secretaria de Articulação e Promoção da Ciência, porque a gente vê o quanto é importante você levar isso para a população, para eles saberem, levar para dentro da escola – aquele Programa Ciência na Escola –, levar a ciência para dentro da escola, a escola para dentro das universidades... Quando digo escola, é o ensino fundamental, o médio também, levar para dentro da universidade, para verem os laboratórios, conversarem com os pesquisadores, terem esse contato.

E o ensino técnico... A gente não falou aqui do ensino técnico, logicamente estava fora, mas ensino técnico, ensino profissionalizante, tecnológico. Eu sou o Presidente da frente aqui, eu criei essa frente justamente para tirar qualquer tipo de percepção ideológica. Para você ver: eu sou o Presidente, o Vice-Presidente é o Senador Paulo Paim, do PT, e a gente quer trazer todos os Senadores para participarem disso, porque a gente precisa ter isso espalhado no Brasil, porque transforma vidas realmente.

A gente vê esses números... Eu acho que ter um ensino técnico forte ajuda a manutenção do aluno na universidade. Eu falo isso por minha própria vida. Eu nasci na periferia, meu pai era faxineiro, e eu só consegui chegar lá porque fiz o ensino técnico, e aquilo ali me dava um pequeno salário. Eu era aprendiz, ganhava meio salário mínimo, mas eu já sabia aonde eu queria chegar. Ou seja, isso me transformou e me tirou da zona de risco, vamos dizer, do risco social. Isso foi muito, mas muito importante. A gente pode fazer isso para os nossos jovens no Brasil.

Bom, eu passo então a palavra agora ao Dr. Antonio Gomes de Sousa Filho, Diretor de Avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), por três minutos, para comentários sobre as perguntas e os comentários.

Obrigado.

O SR. ANTONIO GOMES DE SOUZA FILHO (Para expor.) – Bem, é difícil escolher qual pergunta responder, porque todas são bastante interessantes e desafiadoras também.

Eu gostaria de comentar essa pergunta sobre o pagamento de mensalidades. Eu acho que esse é um assunto que hora ou outra volta. Mas, como eu estudei, ou seja, fui beneficiário de várias políticas públicas ao longo da minha formação, tenho uma posição muito clara a esse respeito. Eu acho que a universidade pública brasileira é um patrimônio nacional muito importante, porque talvez seja o único lugar no Brasil onde todos os brasis se encontram. Então, quando alguém coloca por que os alunos de alta renda não pagam mensalidades, eu acho que esse é um tema que a gente não deveria mais nem discutir. Eu acho que a universidade pública brasileira é para todos os brasileiros.

Fizemos avanços com as políticas de cotas, com as políticas de assistência estudantil. Esse investimento é muito alto, porque, como eu falei, integra todos os brasis e este país é um país só. Então, não podemos perder esse local onde todos os brasis se encontram. Eu acho que esse é um ponto que eu gostaria de deixar muito claro.

Com respeito à autonomia universitária, a ser preservada e fortalecida em meio a esses desafios financeiros, eu acho que tem algo no Brasil em que a gente precisa avançar de uma vez por todas. Nós temos muita dificuldade em fazer execução de orçamento nas instituições. É impossível fazer inovação sem inovar nos marcos regulatórios. Eu acho que o Parlamento poderia dar uma grande contribuição nesse sentido, porque é muito difícil executar algumas ações. E uma possível fonte de recursos cumpre dois papéis: primeiro, traz recursos para o sistema; segundo, integra os centros geradores de conhecimento com os centros de tecnologia, com as empresas e outros organismos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTONIO GOMES DE SOUZA FILHO – Muitas vezes, a dificuldade que se tem com tanto regulamento impede que contratos sejam celebrados, porque o mundo da inovação precisa andar rápido e a celebração desses contratos demora bastante. Eu acho que o Parlamento poderia nos ajudar muito em duas frentes, desburocratizando esses processos, gerando inovação nos marcos regulatórios e também sempre muito atento para classificar os investimentos em educação e em ciência como realmente prioritários.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Dr. Antonio Gomes de Sousa Filho, Diretor de Avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior da Capes.

Concordo. Os marcos são uma coisa em que a gente tem trabalhado aqui: marco da inovação e marco legal das *startups*. Agora, a gente está na batalha para passar uma melhoria, um aperfeiçoamento da Lei do Bem, que também ajuda muito no financiamento de pesquisa e desenvolvimento do país, simplificar. Não sei como estão os dados agora, mas, no meu tempo, a gente conversava muito com as fundações, inclusive. O pesquisador gasta quarenta e tantos por cento do seu tempo com a burocracia. Pesquisador não é para ficar fazendo burocracia; ele tem que trabalhar no seu foco. Precisamos simplificar as coisas.

Eu passo, agora, para os três minutos de considerações finais e resposta a perguntas, ao Dr. Olival Freire Junior, Diretor Científico do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Por favor.

O SR. OLIVAL FREIRE JUNIOR (Para expor.) – Obrigado, Senador. Como V. Exa. fez uma referência ao problema da avaliação, me permita dizer que a reorganização institucional do CNPq, ainda sob o comando do Prof. Evaldo, criou uma nova diretoria, a Diretoria de Análise de Resultados e Soluções Digitais, que é tanto responsável pela dinamização da base de dados do CNPq quanto, exatamente, pela introdução de programas desse tipo de avaliação.

Eu selecionaria, Senador, uma pergunta, para dar uma resposta mais global relacionada ao tema da ciência e tecnologia. É a pergunta do Rodrigo: "Quais são os riscos para o desenvolvimento social e econômico do país se os problemas de financiamento persistirem ou se os problemas de insuficiente política pública e política de Estado persistirem?". Eu diria que, se nós queremos ser uma nação soberana, nós não temos alternativa. Ou nós somos capazes de produzir soluções científicas, tecnológicas e de inovação aqui no país ou nós não encontraremos – se quisermos e se tivermos recursos – para comprar no exterior. Essa é uma lição que eu diria que a sociedade brasileira, apesar dos vários exemplos, ainda não extraiu completamente, essa conclusão.

Eu ficaria muito feliz se o Parlamento brasileiro compreendesse isso em uma área que lhe é a cara. Bem sabe-se que o papel dos satélites é um papel, cada dia, mais crucial no mundo, o mundo do GPS, o mundo que depende do GPS. O Senador sabe que, para se colocar um satélite lá em cima, dependemos de uma tecnologia que nós não dominamos, que brasileiros morreram em um acidente ligado a essa tentativa de nós dominarmos essa tecnologia, e essa tecnologia não nos é vendida, é considerada uma tecnologia dual. O exemplo do satélite é um; o exemplo da área nuclear é outro. O Brasil teve...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OLIVAL FREIRE JUNIOR – Eu cito a área nuclear, em particular, porque é o legado do Almirante Álvaro Roberto. Nós só conseguimos dominar a tecnologia do enriquecimento do urânio a partir de um programa centrado no Brasil, o chamado Programa Autônomo de Energia Nuclear.

Eu finalizo com um exemplo desses últimos dias. O Brasil tinha e tem uma tradição de colaboração com a França na área da chamada ótica quântica. Essa área, agora, se transformou em uma área com grandes promessas tecnológicas – essa colaboração anterior do Brasil remonta, por exemplo, ao Prof. Moysés Nussenzveig –, mas, esses dias, em conversa com colegas franceses, eu soube que a legislação francesa que impede colaborações que possam, de algum modo, colocar em risco a potência econômica da França e a potência militar da França, essa legislação, que é de 2011...

(*Soa a campainha.*)

O SR. OLIVAL FREIRE JUNIOR – ... começa a incidir sobre propostas de colaboração dos franceses com os brasileiros, exatamente em áreas como estas: ótica quântica e computação quântica.

A conclusão é que ou aprendemos a fazer isso com os nossos recursos, ou não teremos acesso a essas tecnologias.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Cem por cento. Dr. Olival Freire Junior, fico feliz que providências estão sendo feitas lá para avaliação de retorno de investimento social e econômico. Isso é muito importante.

A área do espaço, eu sou suspeito para falar sobre isso, mas eu tenho a satisfação de dizer que a gente está, nos momentos finais, aqui, para apresentar o relatório.

Eu sou o Relator da Lei Geral do Espaço, que já veio da Câmara e está aqui agora, no Senado, e daqui, da Comissão de Relações Exteriores, vai ao Plenário para aprovação e, depois, sanção, e a gente procura melhorar essa legislação de forma a permitir um maior investimento, a abrir um tanto mais o mercado. Nós já temos ali algumas empresas do exterior, como, por exemplo, da Coreia, a Innospace, trabalhando ali em Alcântara, e teve um lançamento, a primeira empresa privada a lançar de Alcântara, mas muito mais tem que ser feito. Eu incluo nisso aí a criação da empresa Alada, o que já tem sido estudado durante muito tempo no Comando da Aeronáutica, de que eu também faço parte, e isso vai permitir que a gente ganhe um pedacinho do mercado internacional, mas que, em termos de recursos, o programa é muito, muito, muito importante aqui.

A utilização de sistemas espaciais, as aplicações do espaço são amplas, e o programa nuclear também é outra área em que o Brasil precisa desenvolver. Já conseguiu certo avanço, mas nós precisamos desenvolver, sim, aqui a tecnologia. Muitas vezes, eu ouço o pessoal perguntar "para que eu vou desenvolver isso aqui? Já tem no exterior". Não, não é assim. Muitas coisas não são dessa forma, a gente precisa desenvolver no nosso país.

Então, eu fico feliz de o CNPq estar alinhado com esse tipo de ideias também, de desenvolvimento local, de desenvolvimento de tecnologias críticas aqui no Brasil.

Eu passo agora, então, finalmente, à Dra. Tania Mara Francisco, Diretora de Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Educação Superior do Ministério da Educação, para suas considerações finais e resposta a algumas das perguntas.

A SRA. TANIA MARA FRANCISCO (Para expor.) – Obrigada.

Como se diz, os últimos serão os primeiros e os primeiros serão os últimos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, eu queria fazer um reparo em relação à questão do orçamento, porque, ouvindo o colega Olival, eu me esqueci de fazer a apresentação de um valor que foi importante, que foi o da PEC. Então, a projeção do orçamento para 2023 era de R$4,7 bilhões. Quando da aprovação da chamada PEC da Transição, nós tivemos um acréscimo de R$1,3 bilhão, o que representou 28% no orçamento das universidades. Então, muita gente... A Andifes fala em R$2,5 bilhões. A gente traz lá, na planilha que eles apresentam, os investimentos dentro desse cálculo. E hoje a gente também tem, além desse R$1,3 bilhão, R$5,5 bilhões no PAC. Então, em tese, aí, *grosso modo*, a gente avalia que já ultrapassamos bastante os R$2,5 bilhões que estão sendo colocados aqui.

Mas vamos lá!

Com relação, também... Eu quero fazer um comentário sobre o que apresentou o Reitor Ticianeli sobre a matriz, internamente, como é essa divisão.

Se a gente não tiver um acréscimo do valor total, não adianta eu ter... Separar ou não não faz nem sentido, porque eu quero até travar um valor de funcionamento, que seria o custo fixo, numa linguagem mais técnica, mas, no fim, se o dinheiro for o mesmo, vai sobrar do mesmo jeito. Então, vão ficar lá 70% travados. Talvez até prejudique alguma instituição que, eventualmente, pudesse fazer o manejamento disso.

Em relação às perguntas: "Como o Governo planeja" – eu vou responder aqui à Ingrid – "apoiar instituições federais afetadas pela falta de verba, para garantir a permanência dos alunos vulneráveis?".

Então, veja, o programa de assistência estudantil...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. TANIA MARA FRANCISCO – ... foi fortalecido. Agora, acabou de ser aprovada uma lei aqui, no Congresso. Então ele vai mudar bastante sua forma de gestão, sua forma de abrangência, vai tratar separadamente cada situação. Então a gente tem uma perspectiva boa. Nos últimos dois... nesse Governo aqui, apesar da dificuldade orçamentária, a gente teve um acréscimo ano passado, que não foi tão grande, não chegou a 10%, acho que foi 6,7%, se não me engano, estou tentando puxar da cabeça, nas ações de assistência. E agora estamos passando a atender 100% dos alunos quilombolas e indígenas. Então, a partir de agora, já nesse recurso que vai ser descentralizado, a gente vai ter, além dele, 35 mil... Não vou falar, acho que talvez eu esteja equivocado, mas o valor necessário para incluir todos os alunos quilombolas e indígenas na assistência estudantil.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. TANIA MARA FRANCISCO – Então acho que isso é importante, a gente trabalha bastante pelos alunos, estamos dedicando, inclusive dentro do Congresso, a articulação para que a gente possa chegar a resultados favoráveis. Nós precisamos aumentar é o valor global destinado à educação superior, à educação como um todo e à educação superior.

Obrigada, mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado à Dra. Tania Mara Francisco, Diretora de Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Educação Superior do Ministério da Educação.

É, tem dado o tempo exato, viu?

Eu gostaria de aproveitar este momento para agradecer, agradecer a todos que participaram aqui presencialmente, aos nossos dois palestrantes também no remoto, agradecer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

àqueles que nos acompanharam através das redes do Senado, através da TV Senado também, agradecer à nossa mesa, sempre muito prestativa e eficiente aqui, que mantém o horário e fazendo as coisas corretamente.

Só para solicitar então, como um pedido final aqui a todos os nossos participantes, que, conversando com o Dr. Marcelo, a gente possa organizar uma reunião para discutir com mais detalhes sobre como a gente pode colocar em prática o que foi discutido aqui, para ter resultados realmente, sair da narrativa e entrar na prática. Eu espero que toda essa situação que acabou incentivando esta audiência pública, em relação às greves, ao que tem acontecido no sistema, a gente possa gradualmente resolver, assim como eu espero também que a nossa PEC 31, que todo mundo tem uma cópia inclusive, a PEC 31, da ciência, para que a gente possa aumentar o investimento em pesquisa e desenvolvimento no nosso país, dos atuais 1,2% do PIB, que é muito, muito pouco, para um país que tem as pretensões do Brasil, com as dimensões do Brasil, para chegar a um mínimo de 2,5% em 10 anos, o que é perfeitamente factível, viável e precisa do trabalho em conjunto de todos nós. A gente vive num só país e precisamos atender a todos os brasileiros.

Muito obrigado a todos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(*Iniciada às 11 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 51 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 16ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE JULHO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e quatro minutos do dia três de julho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Fernando Dueire e Astronauta Marcos Pontes, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Rodrigo Cunha, Alan Rick, Vanderlan Cardoso, Jussara Lima, Beto Faro, Teresa Leitão, Sérgio Petecão, Janaína Farias, Izalci Lucas, Flávio Bolsonaro, Rosana Martinelli, Damares Alves e Ciro Nogueira, e ainda dos Senadores Nelsinho Trad, Fabiano Contarato, Paulo Paim e Flávio Arns, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores André Amaral, Confúcio Moura, Carlos Viana, Chico Rodrigues e Dr. Hiran. Deixam de comparecer os Senadores Daniella Ribeiro e Carlos Portinho, conforme Requerimentos REQ 437 e 446/2024-CDir, respectivamente. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à Audiência Pública Interativa, atendendo aos Requerimentos nº 07 e 10, de 2024-CCT, de autoria Senador Fernando Dueire (MDB/PE), com a finalidade de debater o tema CONECTA e CAPACITA: Panorama da Escassez de profissionais de TI no Brasil – Delimitação dos Desafios e impactos sobre a inovação; com o objetivo de subsidiar a Avaliação da Política Pública sobre a "Superação dos Obstáculos à Inovação no Brasil", com a participação dos seguintes convidados: Flávio José Marques Peixoto, Gerente de Pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Marcelo Almeida, Diretor de Relações Institucionais e Governamentais da Associação Brasileira das Empresas de Software (ABES); Mariana Rolim, Diretora Executiva da Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Tecnologias Digitais (Brasscom); Christian Tadeu, Presidente da Federação das Associações das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação (Assespro); Ingrid Guimarães Barth, Presidente da Associação Brasileira de Startups (ABStartups); Yves Nogueira, Presidente do Centro de Excelência em Tecnologia de Software do Recife (Softex Pernambuco); e André Barrence, Diretor do Google for Startups para a América Latina. O Senador Izalci Lucas faz uso da palavra na presente reunião. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Fernando Dueire
Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/07/03

O SR. PRESIDENTE (Fernando Dueire. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Declaro aberta a 16ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A pauta deste encontro da presente reunião se destina à realização de audiência pública para debater o tema Conecta e Capacita: Panorama da escassez de profissionais de TI no Brasil – Delimitação dos desafios e impactos sobre a inovação, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública sobre "Superação dos obstáculos à inovação no Brasil", em cumprimento aos Requerimentos nºs 7 e 10, de 2024, CCT, de minha autoria.

Nós precisamos registrar que o público interessado em participar desta audiência – e nós temos sempre boas contribuições – poderá enviar perguntas ou comentários pelo endereço www.senado.leg.br/ecidadania.

Encontram-se presentes no plenário da Comissão o Dr. Marcelo Almeida, Diretor de Relações Institucionais e Governamentais da Associação Brasileira das Empresas de Software; o Dr. Christian Tadeu, Presidente da Federação das Associações das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação (Assespro); e o Dr. Yves Nogueira, Presidente do Centro de Excelência em Tecnologia de Software do Recife (Softex Pernambuco).

Encontram-se também presentes, por meio do sistema de videoconferência, o Dr. Flávio José Marques Peixoto, Gerente de Pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); a Dra. Mariana Rolim, Diretora-Executiva da Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Tecnologias Digitais; a Dra. Ingrid Guimarães Barth, Presidente da Associação Brasileira de Startups; e o Dr. André Barrence, Diretor do Google for Startups para a América Latina.

De todos aqui presentes e dos que nos acompanham por videoconferência muito agradeço a presença.

É importante nivelarmos aqui o nosso trabalho, colocando que nós recebemos a missão de ser Relator, perante esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática, da avaliação de políticas públicas norteadas pelo tema "Superação dos obstáculos à inovação no Brasil", quando apresentei o plano de trabalho e foquei em duas políticas públicas chaves para o desenvolvimento nacional, quais sejam: primeira, o programa Conecta e Capacita; segunda, a situação do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. (Ceitec Semicondutores).

Hoje, abrimos os nossos trabalhos com a primeira audiência pública com o tema do programa Conecta e Capacita. Contudo, é preciso ressaltar que, mesmo com os investimentos que estão sendo feitos na área, segundo a Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Tecnologias Digitais, embora o mercado brasileiro de TI esteja em franca expansão, há um significativo déficit de formação na área. Estima-se que, enquanto a demanda média seja de 159 mil profissionais, o Brasil forma apenas 53 mil profissionais por ano. Significa dizer, portanto, que, a cada três vagas criadas, somente uma é preenchida.

Dados da indústria apontam, ainda, um déficit superior a meio milhão de profissionais em diferentes áreas tecnológicas até 2025, o que evidencia a necessidade de uma política pública efetiva para capacitação adequada de mão de obra.

É importante também ressaltar que, logo que assumimos a relatoria, nós marcamos um encontro com a Ministra Luciana Santos, do ministério que cuida dessas atividades, e com sua equipe, porque nós tínhamos e temos o claro entendimento de que a política pública precisa ouvir o Executivo, verificar quais são os seus caminhos, entrar como colaboradora, para que se tenha a execução das políticas que estão propostas, mas também, sobretudo, para participar do esforço para a captação dos recursos financeiros que são necessários para tamanho desafio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

De forma que eu tenho certeza de que este nosso encontro será muito produtivo para a construção desse espírito colaborativo e desse tamanho desafio que temos pela frente, de forma que volto a agradecer o interesse e a presença dos senhores que aqui estão e dos que nos assistem e também serão colaboradores desta audiência pública que estão por videoconferência.

Gostaria de colocar que cada convidado poderá fazer o uso da palavra por até dez minutos. Com isso, a gente apela ao poder de síntese de todos que aqui estão, visto que nós temos uma presença substantiva, para que tenhamos esta audiência num tempo adequado.

Eu convido o Dr. Flávio José Marques Peixoto, Gerente de Pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cuja participação é remota – ele já está aqui *online* –, para que ele possa fazer a sua exposição e oferecer a colaboração com a qual contamos, da qual precisamos e a qual vai agregar valor ao trabalho que nós estamos desenvolvendo.

Muito obrigado.

Dr. Flávio, uma palavra, está com o senhor.

O SR. FLÁVIO JOSÉ MARQUES PEIXOTO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito bom-dia a todos e a todas. Estão me ouvindo bem?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Dueire. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Sim, estamos o ouvindo bem.

O SR. FLÁVIO JOSÉ MARQUES PEIXOTO (*Por videoconferência*.) – Muito obrigado. Ah, o.k.!

Muito obrigado pelo convite.

Eu estou aqui em nome da Pesquisa de Inovação do IBGE, estou gerente nessa pesquisa nos últimos sete anos e eu trabalho no IBGE há 20 anos. Essa pesquisa explora, de uma forma mais abrangente, o processo inovativo das empresas, relativo aos esforços inovativos, todas as questões que levam as empresas a inovar.

Nós observamos, nos últimos anos, nos últimos 20 anos, em que essa pesquisa tem estado em campo, o papel da tecnologia de informação. São tecnologias pervasivas, que são essenciais no processo inovativo e que vêm sendo utilizadas de uma forma extremamente importante nos últimos anos – eu vou especificar mais na última década –, de uma forma muito mais interessante e dinâmica no processo inovativo. E, ao mesmo tempo, a gente tem notado – é exatamente o ponto desta audiência – que as empresas têm nos relatado exatamente uma escassez de pessoal para desenvolver essas inovações.

Então, eu fiz aqui uma breve apresentação, se me permitem, trazendo alguns dados da nossa pesquisa. Eu vou compartilhar minha tela. (*Pausa.*)

Estão vendo em modo apresentação? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Dueire. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Perfeito.

O SR. FLÁVIO JOSÉ MARQUES PEIXOTO (*Por videoconferência*.) – Está o.k. Muito obrigado.

Então, eu vou trazendo alguns dados realmente bem sintéticos, porque essa pesquisa tem o propósito, exatamente, de investigar o processo inovativo das empresas. É um processo mais amplo, em que a gente vai, em um primeiro momento, a empresas de dez ou mais pessoas ocupadas. A gente já está, há 20 anos, com essa pesquisa em campo, que é a Pintec – Pesquisa de Inovação, em que a gente investiga empresas da indústria extrativa e de transformação de eletricidade e gás e de serviços selecionados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Aqui é o ponto interessante: são empresas exatamente que utilizam, de uma forma mais dinâmica, mais intensa, a tecnologia de informação. Então, aqui eu estou falando de empresas de telecomunicações, de informática – de modo geral – e de outras atividades relacionadas.

Como eu falei: a ideia é investigar os esforços inovativos, as atividades inovativas das empresas. Isso implica tentar olhar de uma forma sistêmica para todos os componentes que influenciam e que, ao mesmo tempo, podem atrapalhar também o processo inovativo. Entre esses, estamos falando, por exemplo, da dificuldade para desenvolver as atividades inovativas, que é um dos componentes dessa pesquisa, a que a gente traz exatamente essa pergunta, essa variável de qual a importância da falta de pessoal qualificado na empresa para desenvolver essas inovações.

Então, o que eu vou trazer na sequência são dados muito sintéticos dessa pesquisa, e eu convido os senhores e as senhoras para entrar no nosso *site* e olhar as tabulações, que são muito ricas, e as várias possibilidades de cruzamento, tendo exatamente esse olhar para a falta de pessoal qualificado; ela pode ser vista de uma forma mais específica.

Então, eu trouxe as três últimas edições da pesquisa, que abrangem três períodos: de 2009 até 2011, de 2012 a 2014 e de 2015 a 2017. Então, a pergunta aqui: Qual foi a importância da falta de pessoal qualificado como entrave, digamos assim, às atividades inovativas? Num total, a gente percebe que – esse total implica todas as atividades na indústria e serviços – houve uma queda relativa da falta de pessoal qualificado enquanto entrave para as atividades inovativas. No entanto, se abrirmos pelas atividades, a gente nota que nas extrativas caiu, nas de transformação caiu e nos serviços caiu, mas ela fica mais estável.

Esses serviços, que são o nosso ponto mais específico, são empresas relacionadas a todas estas atividades: empresas de tratamento de dados, hospedagem na internet, outros serviços de tecnologia, desenvolvimento de *software*, customizável e não customizável, *software* sobre encomenda, atividade de serviços de forma geral e telecomunicações. Então, são exemplos bem específicos.

A gente nota comportamentos distintos ao longo desse tempo. Nas telecomunicações, por exemplo, no período de 2009 a 2011, a gente tem que 87% diz que a falta de pessoal qualificado é um entrave muito importante. Esse percentual já caiu nos anos seguintes. Então, no último período, de 2015 a 2017, 55% relatou isso.

Se olharmos todos esses setores, a gente vai ver comportamentos distintos sobre essa questão. No *software* customizável, a gente vê um aumento significativo inclusive nos períodos mais recentes.

Esse comportamento precisa ser visto no tempo. Então, o que está acontecendo em cada um desses período? Ele pode ser visto tanto de um lado positivo quanto negativo. O que a gente notou ao longo desses últimos anos? Em um período muito intenso, de muita atividade, em que há recursos públicos, apoio público específico para as empresas, a falta de pessoal qualificado é um entrave muito importante para o desenvolvimento dessas atividades inovativas. O que as empresas nos relatam, no geral, é: "Olhe, não faltam recursos materiais. A gente tem apoio público de uma forma muito interessante, no entanto, nos falta pessoal". Isso é algo que é muito "interessante", entre aspas, de se observar ao longo do tempo e exatamente mostra como o processo inovativo é sistêmico e dinâmico. Ele depende de uma série de fatores que precisam estar, no tempo e no espaço, interconectados. Acho que a política pública entra de uma forma muito interessante para se resolver esses gargalos ao longo do tempo.

Então, na sequência, seria interessante exatamente ver o que eu mostrei anteriormente, ver as taxas de inovação nesse período. Às vezes, você tem uma taxa de inovação alta e pode

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

refletir, num setor ou em outro, exatamente que a falta de pessoal é um entrave para essas atividades.

Olhando mais uma vez, os serviços e suas taxas de inovações são relativamente altas, especificamente em algumas atividades e, se relacionarmos isso, com a falta de pessoal qualificado, também temos informações muito interessantes.

Nos últimos dois anos, nós viemos desenvolvendo uma outra modalidade de pesquisa de inovação também, que é a Pintec Semestral. Ela tem uma característica um pouco diferente da outra que mostrei até então, porque agora a gente fez um formato de pesquisa focado em grandes empresas, de cem ou mais pessoas ocupadas, em que nós vamos, duas vezes por ano, a campo para investigar.

No primeiro semestre do ano, temas específicos relacionados ao processo inovativo; no segundo semestre, sempre o tema inovação. Então, no ano passado, 2023, nós fomos a campo para investigar – no primeiro semestre – informações relacionadas às tecnologias digitais avançadas: o teletrabalho e o *cyber* na segurança no ano de 2022. É sempre sobre o ano anterior, que é o nosso ano de referência.

Neste questionário, nós também trouxemos essa pergunta sobre as dificuldades agora para a adoção de tecnologias digitais avançadas. Nós trouxemos duas variáveis: a limitada oferta de pessoal qualificado no mercado e a falta de pessoal na empresa, ou seja, qualificado na empresa.

Eu vou apresentar rapidamente algumas informações. Nós fizemos a mesma pergunta para dois conjuntos de empresas, para as empresas que implementaram essas tecnologias avançadas... Então, a pergunta foi: “Em 2022, os fatores abaixo dificultaram a adoção das tecnologias?”. Nós notamos que, em relação à falta de pessoal qualificado no mercado, quase 50% relataram que tiveram essa dificuldade.

Sobre a falta de pessoal na empresa, quase 55% relataram essa dificuldade. Essa pergunta também foi feita para o conjunto de empresas que não utilizou. Aqui a gente já nota um percentual um pouco menor: a falta de pessoal qualificado na empresa é 46,4%. Este dado aqui pode ser visto tanto como um entrave, de fato – a empresa não adotou –, ou, então, aquilo pode não ter sido relativamente um fator importante pelo fato de ela não ter se engajado naquela atividade.

Então, eu agradeço este espaço. Acho que o meu tempo já se encerrou e eu convido os senhores e as senhoras a olhar o *site* da Pintec, onde tem várias informações sobre essas duas linhas de pesquisa.

Muito obrigado. Eu paro aqui.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Dueire. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Dr. Flávio, eu agradeço muito a sua participação. A pesquisa deixa muito claro aquilo que, na realidade, nós encontramos no dia a dia da atividade de TI: retrata bem e de forma objetiva essa preocupação que o Senado toma, agora, para si, buscando desenvolver uma matéria crítica, no melhor sentido, para se somar ao ministério que tem a liderança das políticas em relação à ciência, tecnologia, inovação e informática, de forma que agradeço bastante a sua colaboração e a sua exposição.

Nós estamos já aqui com algumas perguntas do e-Cidadania, mas, antes disso, eu gostaria de passar a palavra ao Dr. Marcelo Almeida, Diretor de Relações Institucionais e Governamentais da Associação Brasileira das Empresas de *Software*, que aqui está presente nesta bancada.

Muito obrigado. A palavra está com o senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ALMEIDA (Para expor.) – Exmo. Sr. Senador Fernando Dueire, muito obrigado pela oportunidade de estarmos, aqui, para refletir sobre esse importante tema, que é superar os obstáculos da inovação do Brasil.

Quando a gente fala em obstáculos, no mundo contemporâneo, a gente é, invariavelmente, convidado a fazer reflexões em ciclos de progressão muito mais curtos do que fazíamos antigamente, porque a tecnologia, especificamente, encurta, no tempo, essa dinâmica da inovação.

Então, falar de progresso econômico-social no ambiente de inovação é sempre um convite para a eterna reflexão, razão pela qual eu agradeço a V. Exa., não só a oportunidade de estar aqui, mas de empreender esse projeto de fiscalização de política pública tão importante para que a gente possa colocar o nosso Brasil em um eixo de desenvolvimento adequado à grandeza que significamos, não só em razão do que somos, mas em razão do que representamos no mundo inteiro.

Capacitar é um convite eterno à reflexão, porque, invariavelmente, a gente encontra vários estudos reveladores desses espaços, como foram demonstrados, aqui, agora. Nós, de fato, temos esse déficit de profissionais alocados nas mais variadas ações de desenvolvimento tecnológico e de progressão e garantia da inovação, no mercado do varejo, no mercado do atacado, no mercado do desenvolvimento tecnológico.

O que a gente precisa compreender é: quais são os incentivos que nós estamos dando para que essas pessoas busquem essa qualificação que vai fazer frente a essa realidade que o mercado está precisando. Esse, talvez, seja o grande desafio, porque, na Abes, por exemplo, Senador, a gente tem uma série de cursos de qualificação, a gente tem um portal que se chama RH Tech. A gente tem lá uma série, tem *hub* de requalificação, de vagas, a gente tem cursos que são dados por nossos associados, que são qualificadíssimos – o Google, que vai falar aqui, a Microsoft, todos eles fornecem cursos para qualificação.

Só que talvez a gente não consiga identificar se esses sujeitos que entram nesse curso saem transformados, e a minha sugestão – já a antecipo, Senador – é a gente botar uma espécie de KPI nesse pós-curso, para a gente conseguir identificar se esses cursos estão adequados à realidade do mercado – e aqui faço mea-culpa também, Senador: a gente também tem que fazer isso na Abes – e se esses cursos estão garantindo que essas pessoas que os buscam alcancem os seus próprios desideratos, os seus próprios desejos. Porque as pessoas precisam estar felizes qualificadas também, as pessoas precisam fazer as coisas porque elas se interessam, porque, senão, elas não conseguem empreender aquele trabalho ou prestar aquele serviço para o qual se candidataram só para satisfazer uma necessidade de mercado. Então, a gente precisa fazer isso.

E vejam as evidências. O tema da audiência fala do programa Capacita. Eu ontem fiz uma visita ao *site* do Capacita, capacita.gov, e identifiquei que, dos aproximadamente 1 milhão de servidores ativos que nós temos no Governo Federal – e o programa Capacita se presta exatamente a melhorar as habilidades dos servidores públicos federais –, ele capacitou 91.328 pessoas; são 9%. Então, menos de 10% dos servidores ativos estão sendo capacitados nas áreas de tecnologia.

Então, quais são os mecanismos de incentivo, portanto, para que a gente possa aumentar isso para 40% ou 30% de capacitação? Por que o servidor que tem, à sua disposição, a Enap (Escola Nacional de Administração Pública), com todo o seu conteúdo de excelência, não está sendo atraído a buscar esse ambiente para poder requalificar as suas habilidades e, portanto, entregar um serviço público mais satisfatório? Eu não sei responder essa pergunta, Senador,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

mas eu gostaria de deixá-la aqui para reflexão, para que a gente possa verdadeiramente buscar os elementos que podem funcionar como gargalos dessa qualificação.

E também, quando falo de incentivos, não falo de incentivos meramente econômicos, não estou falando aqui de subsídio, porque eu poderia aqui, na qualidade de associação privada, dizer: "Dê-me um incentivo econômico, uma redução tributária". A gente tem um escopo enorme de benefícios que não necessariamente precisa ser econômico para que a gente possa fazer. A gente pode ter programas de incentivo em que as próprias políticas públicas sejam direcionadoras do mercado – a propósito, nós temos, no órgão federal, duas empresas públicas que, constitucionalmente, se prestariam a fazer esse trabalho –, portanto, ocupar *locus* em que o mercado poderia ser incentivado, protagonizando, portanto, propriamente esses mecanismos e fazendo o desenvolvimento tecnológico ser uma diretriz de política pública dentro do Brasil. Parece-me que essa é uma premissa bastante interessante.

Eu vou trazer também – assim como o nosso colega do IBGE, o Flávio, trouxe – aqui alguns dados, mas tem um dado que é muito significativo, que é o do Fórum Econômico Mundial, que saiu em 2023. Depois, eu vou passá-lo a V. Exa., Senador. Em maio do ano passado, nós fomos perguntados pelo Vice-Presidente Geraldo Alckmin quais seriam as profissões, as habilidades que seriam importantes no contexto da transformação digital. Nós mandamos para ele, e eu vou dizer aqui para o senhor quais são: ciência de dados e análise de dados; desenvolvimento de *software* e programação; segurança cibernética; inteligência artificial e *machine learning;* internet das coisas, o chamado IoT, que faz com que nós, praticamente todos nós aqui, tenhamos acoplados, às vezes, um *smartwatch* ou alguma coisa que faça a leitura de questões que nos tragam benefícios, assim, na nossa rotina; experiência do usuário e *design* de interfaces; *marketing* digital; gerenciamento de projetos digitais; e robótica e automação.

Então, esse elenco, nós mostramos isso para o Vice-Presidente Geraldo Alckmin, na expectativa, em maio de 2023, na expectativa de que isso possa verdadeiramente ocasionar o desenvolvimento de uma política pública incentivadora da apreensão dessa qualidade pelos jovens, por aqueles que já estão reenquadrados no mercado ou por aqueles que já buscam uma qualificação, ou, por que não dizer, empreender nessas áreas.

A maior parte da economia brasileira é gerada a partir de pequenos e médios empreendedores, que, nos diferentes espaços brasileiros, estão entregando soluções tecnológicas no interior ou estão entregando soluções tecnológicas, muitas delas, tendo por base grandes modelos, por exemplo, de inteligência artificial que estão postos no mercado, mas são empreendedores. São empreendedores que estão solucionando lá na ponta, onde, muitas vezes, a gente não consegue chegar, ou a grande tecnologia não enxerga – o pequeno empreendedor está lá prestando um serviço.

Então, fomentar a capacidade empreendedora brasileira por intermédio desses mecanismos de incentivo na área de tecnologia da informação é absolutamente importante para que a gente possa gerar um motor de sustentabilidade social, econômica e tecnológica para o Brasil.

Mas falava do Fórum Econômico Mundial. Quero aproveitar os poucos minutos que me restam. O Fórum Econômico indica que analista e cientista de dados são funções-chave que devem ser priorizadas para a requalificação e o aperfeiçoamento profissional nos próximos cinco anos, quer dizer, nós estamos nesses cinco anos. A pesquisa é de 2023; então, nós estamos nisso.

Além disso, o que é mais importante, talvez as pessoas não observem: além das atividades técnicas, que dizem a respeito a entender uma miríade de sistemas de codificação, para poder

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

resultar em aparatos tecnológicos que vão satisfazer a necessidade de quem demanda, a gente também precisa incentivar que esses cursos de qualificação busquem as chamadas *soft skills.* E aí, eu vou trazer também as nove habilidades, Senador, que esse Fórum Econômico Mundial apontou como sendo fundamentais...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO ALMEIDA – ... para o desenvolvimento dessa perspectiva de análise de dados. E aí, veja que aqui ele coloca inteligência artificial como uma habilidade cognitiva. E isso é um ponto bastante importante, porque a inteligência artificial – nós estamos discutindo aqui, no Parlamento, os mecanismos regulatórios da matéria – transversaliza a questão tecnológica, porque a inteligência artificial é utilizada nas mais variadas habilidades: medicina, advocacia – que é o meu caso, por exemplo, sou formado em direito. Então, essa transversalidade faz com que o Fórum Econômico Mundial enxergue isso como uma *soft skill*. Pensamento criativo, resiliência, flexibilidade e agilidade, pensamento analítico, liderança e influência social, gestão ambiental, gestão de talentos, *design*, experiência do usuário e aprendizagem contínua.

Então, quando falamos de capacitação, como falamos de necessidade de superar um déficit, nós temos que olhar as habilidades técnicas, nós temos que olhar as habilidades chamadas *soft skills,* e a conjunção disso deve deflagrar um mecanismo de incentivo, para fazer com que o jovem que hoje, às vezes, não se interessa em se enquadrar no mercado de trabalho, ou aquela pessoa que busca uma nova qualificação esteja verdadeiramente convidada a fazer parte desse universo tecnológico, que, sem dúvida nenhuma, é um motor poderoso para o desenvolvimento da economia. E nós, brasileiros, o mercado brasileiro é um mercado muito convidativo para que a gente possa eternizar o desenvolvimento tecnológico e colocar o Brasil não só como referência latino-americana, mas como referência mundial no mercado.

Eu queria terminar, Senador, para dizer que, na Abes, a gente tem um propósito, que é tornar o Brasil mais digital e menos desigual. Ao capacitar as pessoas para que elas se enquadrem no mercado de trabalho, a gente tem absoluta certeza de que a gente contribui para a diminuição da desigualdade brasileira, que é uma mazela, que, invariavelmente, transversaliza não só o mercado da tecnologia, mas todo o mercado formalmente estabelecido no Brasil.

Muito obrigado pela sua atenção e obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Dueire. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Muito obrigado, Dr. Marcelo Almeida. Sua exposição foi muito objetiva.

Nós temos aqui um corpo de consultores do Senado, e eu já pediria, antecipadamente, permissão aos participantes para que o corpo de consultores, passado esse nosso encontro, tivesse a confiança de procurá-los, em razão de algum desenvolvimento da exposição aqui feita.

O senhor colocou, de uma maneira extremamente clara, uma luz em ações que precisam de uma atenção clara e precisam de uma presença do Governo. Eu costumo dizer – e digo isso com muita propriedade e sem qualquer pudor – que o que nós percebemos no Governo, Dr. Yves, é que o Governo, muitas vezes, bota a mão onde não deve estar e ausenta a sua mão de onde se precisa que ele esteja. E é no desenvolvimento de trabalhos dessa natureza que a gente consegue ir buscar focos e chamar para uma ação de resultados um tema tão relevante quanto a questão do emprego e da necessidade das empresas de alta tecnologia, como foi falado aqui pelo Dr. Marcelo Almeida.

Eu convido a Dra. Mariana Rolim, Diretora Executiva da Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Tecnologias Digitais – ela já está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

aqui conosco, de forma remota –, para que possa fazer sua exposição, agradecendo já, de antemão, a presença.

A SRA. MARIANA ROLIM (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senador.

Eu que agradeço ao Senado e à Comissão de Ciência e Tecnologia pelo convite e também os parabenizo pela iniciativa.

A gente sabe que esse tema é caríssimo para o setor de tecnologia – a escassez de mão de obra. E, na contramão, é uma oportunidade para o Brasil a gente ter esse olhar para formar mais gente, capacitar mais gente e realmente conseguir ter uma competitividade maior no setor de tecnologia.

Eu vou compartilhar aqui a minha tela.

Eu acho que eu não estou com...

Deixe-me ver...

Ah, consegui. (*Pausa.*)

Vocês estão vendo a minha tela? Está tudo O.k.?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Dueire. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Perfeito.

A SRA. MARIANA ROLIM (*Por videoconferência*.) – Está joia!

Vou começar aqui só mostrando um pouco da representatividade da Brasscom. Então, a gente reúne mais de 75, quase 80 grupos empresariais. São empresas realmente voltadas ao setor de tecnologia, mas o que a gente gosta de dizer é que a gente consegue ter um olhar holístico do setor, porque a gente tem tanto empresas de *software* como de serviços de TI, a gente tem as empresas de *hardware*, tem empresas de telecom e também as empresas da nova economia da internet.

Ao mesmo tempo, a gente também tem empresas de diversos tamanhos: tem grandes empresas nacionais e multinacionais e até as pequenas, as menores, as *startups,* e conosco também temos os centros de pesquisa e desenvolvimento, que são essenciais, também, para a inovação do país.

Vou trazer um pouco dos dados do setor. A Brasscom considera o macro setor de TIC, das empresas de TIC propriamente ditas; então, empresas de tecnologia da informação, as empresas de *software*, as empresas de *hardware*. A gente também traz aqui uma análise nossa do TI *in-house*, que são as empresas que não são de tecnologia, mas que possuem um grande contingente de profissionais de tecnologia, que é o caso, por exemplo, dos bancos e também o setor de telecom.

Então, quando a gente olha o macro setor de TIC, em 2023, o setor produziu quase R$711 bilhões, com um crescimento nominal de 6,3%. Foram empregados 2,05 milhões de profissionais. Somente no ano de 2023, a gente agregou ao macro setor de TIC 29,2 mil profissionais. Então, como vocês podem ver – depois, a gente tem aqui as quebras, mas eu não vou entrar em detalhe – é um setor pujante, um setor que tem um crescimento bem robusto ao longo dos últimos anos, e a gente precisa, realmente, continuar com esse aquecimento – e sem mão de obra isso não é possível.

Vou puxar um pouco aqui dos dados, que já foram até falados pelo senhor, Senador, que é o nosso estudo de demandas de talentos, que foi publicado em 2021. Então, nesse estudo, a gente fez uma projeção que mostra que, em cinco anos, o segmento de *software* e de serviços de TIC, mais o setor de TI *in-house*, teriam uma demanda por quase 800 mil profissionais.

E quando a gente olha, qual que é o perfil desses profissionais? Então, desses quase 800 mil, 70%, que é equivalente a 564 mil profissionais, têm esse aspecto, essa atuação mais técnica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aqui, a gente conseguiu fazer uma quebra até usando também o estudo *The Future of Jobs*, do World Economic Forum que, inclusive, foi citado também pelo colega Marcelo. A gente conseguiu fazer uma projeção de quais seriam esses perfis mais demandados.

Então, aqui, olhando para as tecnologias maduras, como já foi falado até por outros colegas, analista e cientista de dados estão colocados como número um. Então, nos próximos cinco anos, a gente vai ter uma demanda de quase 150 mil profissionais.

Estes são seguidos aí pelos especialistas em nuvem, que são responsáveis por toda a parte de processamento, de armazenamento de dados e também de fazer toda essa transição da empresa para a transformação digital, avaliar a infraestrutura física e transformá-la na infraestrutura utilizando-se de plataformas. Então, esse especialista também está aqui como segundo colocado.

E os próprios desenvolvedores *web* e *mobile*. Isso, a gente olhando para as tecnologias maduras.

Nas tecnologias emergentes, eu quero destacar aqui dois perfis, que é o de inteligência artificial, que vão chegar a quase 78 mil profissionais, e segurança da informação, com 29 mil profissionais em cinco anos.

Com relação a esses dois perfis, a gente tem acompanhado, nos últimos anos, como que a inteligência artificial generativa tem evoluído e como a segurança da informação acaba sendo essencial para, realmente, mitigar qualquer risco e propor soluções para não ter nenhum empecilho, nenhum problema com as informações das empresas.

E, por fim, nas tecnologias de nicho – eu não vou entrar em detalhes em nenhuma delas –, redes sociais, impressão 3D, quando a gente olha para esse perfil de profissionais, a gente chega aí a quase 4% da demanda total de profissionais de tecnologia.

Esse *chart* mostra o estúdio que a gente publicou, já em 2022, com a projeção de talentos para o setor de telecom. E, aqui, a gente vê que, em três anos, a gente vai ter uma demanda de 34,6 mil profissionais, sendo que, destes, quase 9 mil são profissionais de TIC.

A gente está vendo uma migração grande também das próprias operadoras, empresas de telecom, em busca desses profissionais mais com esse perfil de tecnologia.

Aqui, esse *chart* é mais para chamar a atenção de como há uma oportunidade enorme para os jovens, para as pessoas que estão em transição de carreira, de quanto que o setor pode agregar para as famílias, para as vidas dessas pessoas. Então, o salário médio nacional, quando a gente olha para o macro setor de TIC, é de R$4.300, 2,1 vezes o salário médio nacional. Quando a gente olha especificamente para as empresas de *software*, os profissionais que trabalham com *software*, e de serviços de alto valor agregado, o salário médio nacional chega a R$5.200, o que é 2,5 vezes o salário médio nacional. Então, há uma oportunidade também gigantesca aqui para a gente conseguir ter mais talentos e melhorar a qualidade de vida das pessoas do país.

E, passando aqui para o meu último *chart*, eu quero só destacar que a gente teve um aquecimento muito grande, durante a pandemia, do setor de tecnologia, por conta da transformação digital das empresas. No ano passado, em 2023, a gente já viu que teve um pouco de readequação, um equilíbrio já do setor de tecnologia, mas agora, em 2024, a gente já está vendo essa retomada no número de contratações, essa retomada da demanda por tecnologia.

Então, somente nos meses de janeiro a abril de 2024, a gente já teve 20.638 profissionais adicionais novos contratados pelas empresas. Isso, especificamente dos segmentos de *software*, serviços de TIC e de TI *in house*. E, para a Telecom, a gente também já viu um aumento no volume de contratações de 3.166 profissionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, se a gente comparar os meses de janeiro a abril de 2024 com os meses de janeiro a abril de 2023, a gente já teve um aumento de quase 24% no volume de contratações.

E o que eu quero destacar aqui é a importância de a gente ter realmente uma articulação entre o setor privado, o setor público, as instituições de ensino, para que a gente consiga ter um maior volume de pessoas qualificadas para o setor de tecnologia. A gente precisa atrair mais jovens, mais pessoas em vulnerabilidades socioeconômicas para as carreiras de tecnologia – então, despertar o interesse realmente desses jovens –; a gente precisa ter professores capacitados; começar a qualificação já desde o ensino fundamental e do ensino médio...

Existe uma taxa alta de evasão, nos cursos de tecnologia, de aproximadamente 34%, e isso se dá muito pela adequação curricular que precisa ser feita – na verdade, os currículos estão obsoletos –, e a gente também tem a questão da requalificação profissional, até para atender às novas tecnologias que vão surgir.

Então, aqui, só para fechar, quero mostrar que a gente tem um desafio, sim, mas que a gente tem uma grande oportunidade com tecnologia para colocar o Brasil à frente, numa posição mais favorável economicamente, com um crescimento econômico sustentável, com inclusão e com muita geração de empregos.

Agradeço pela participação, mais uma vez, e fico à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Dueire. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Muito obrigado, Dra. Mariana Rolim. Sua apresentação foi bem elucidativa e traz valor ao trabalho que nós estamos desenvolvendo aqui no Senado.

É importante também colocar que o Senado está trabalhando em duas Comissões especiais, sendo uma com relação à inteligência artificial, onde nós estamos presentes e o Senador Marcos Pontes, que aqui está, tem tido um papel extremamente relevante, em função, inclusive, de sua formação e de sua posição de ex-Ministro de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação. E a informática, de fato, como falou aqui o Marcelo, é uma ferramenta transversal a tudo que nós estamos desenvolvendo e fazendo.

E nós estamos, como falei, também com uma Comissão especial sobre crimes cibernéticos. Temos ouvido entidades governamentais e estamos com um envolvimento também, uma contribuição da cooperação internacional.

Nós estamos até com uma missão ao Departamento de Estado norte-americano, para desenvolver lá um conjunto de informações que podem trazer uma riqueza ao trabalho que está sendo construído por esta Casa.

Continuemos aqui as perguntas que eu já registrei do e-Cidadania, mas, antes disso, gostaria de convidar o Senador Marcos Pontes para ocupar a Presidência deste encontro, em virtude de uma consulta médica que surgiu, em razão de um problema que eu estou sentindo.

De fato, até agora, pelas exposições que foram aqui colocadas, eu diria que já valeu muito este encontro e muito mais vai valer, com a contribuição que nós estamos recebendo do e-Cidadania e vamos receber dos demais expositores.

Peço licença e passo a Presidência do encontro ao ex-Ministro e nosso Senador Marcos Pontes.

Obrigado. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – O.k. Vamos lá.

Bom dia a todos.

Antes de mais nada, eu gostaria de agradecer ao Senador Fernando Dueire, não só por ter conduzido isso aqui, mas também parabenizá-lo pela iniciativa de um tema tão importante, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

afeta e tem afetado muito o desenvolvimento de empresas e tecnologias de informação e comunicação no país.

Esse é um tema em que eu tenho bastante interesse, desde o tempo lá no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, pela necessidade que nós temos desses profissionais. Existe um *gap* muito grande na quantidade de profissionais com qualificação e muita gente precisando de emprego.

Isto é uma coisa interessante: muita gente precisando de emprego de um lado, muitos empregos abertos do outro. Precisa-se fechar esse *gap* com formação profissional.

Eu sou também Presidente, aqui no Congresso, da frente para a formação profissionalizante e tecnológica, ou seja, também tenho uma aderência muito grande com esse tema, e, sem dúvida nenhuma, essas discussões vão nos enriquecer bastante para que nós possamos tomar providências efetivas para melhorar.

No tempo do ministério, nós tínhamos o Programa Brasil Futuro, na formação de pessoas no Brasil, mas ainda em número insuficiente. Nós tínhamos colocado 70 mil vagas, que parece bastante, mas ainda em número insuficiente para o tamanho das nossas necessidades. Então, tenho certeza de que essas discussões vão ajudar bastante.

Novamente, quero parabenizar o Senador Fernando Dueire pela iniciativa e por ter conduzido esta audiência, apesar do problema... Eu sei que ele estava com problema de saúde. Eu estava correndo para vir para cá para poder assumir, para liberá-lo.

Dando continuidade à nossa sequência de apresentações, nosso próximo apresentador é o André Barrence, Diretor do Google for Startups para a América Latina. (*Pausa.*)

André – eu estou vendo que está no remoto –, você tem a palavra por dez minutos, lembrando que você não tem as dicas que a gente tem aqui dos relógios na parede, tocando sirene, etc. Então, peço para controlar o tempo por aí.

Obrigado pela participação.

O SR. ANDRÉ BARRENCE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador.

Agradeço a todos da Comissão pela oportunidade, especialmente para a gente tratar de um tema tão central, como já foi falado aqui pelos meus colegas ao longo da sessão.

Eu começo aqui fazendo um comentário sobre a natureza do trabalho que eu conduzo no Google, que é justamente voltado ao desenvolvimento de um ecossistema para empresas de tecnologia poderem se desenvolver aqui no Brasil. Então, as *startups*, que são essas empresas que têm tecnologia no centro dos seus produtos, no centro dos seus negócios, e que estão ainda em estágio nascente são grandes protagonistas dentro dessa revolução tecnológica que a gente vem vivendo ao longo das últimas décadas.

E é notório e conhecido que, para que esse desenvolvimento aconteça, existem algumas condições importantes e encontradas nos principais ecossistemas ao redor do mundo – seja no Vale do Silício, seja em Israel e outros –, para que, então, se tenha um ecossistema próspero.

O primeiro é a cultura empreendedora daquele lugar, como se valoriza ou não a inovação; a densidade de empresas ou empreendedores que estão ali dispostos a construírem seus negócios; o capital ou o financiamento disponível para empreendedores desenvolverem as suas ideias; um ambiente regulatório que seja favorável, dando diretrizes claras, reduzindo barreiras e tornando o ambiente de negócios mais oportuno; e, obviamente, talento, e é aqui que a gente encontra a convergência com o objeto da Comissão, porque talento, no fundo, é a base fundamental de qualquer ecossistema, e ele é, talvez, o ingrediente mais necessário para que a gente consiga ter uma boa leva, uma boa safra, uma grande geração de empresas de tecnologia aqui no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esse assunto é um assunto no qual eu tenho particular interesse, Senador, e, em 2023, nós conduzimos aqui, no Google for Startups, um estudo dedicado a entender esse tema, que foi denominado "Panorama de Talentos em Tecnologia", lançado no ano passado, em parceria com a BOX1824 e a Associação Brasileira de Startups, que vai ser representada aqui pela Ingrid também, para a gente conseguir mapear esses principais desafios, dores do mercado de tecnologia no Brasil, especialmente em relação à questão de profissionais.

E é fato, como já foi trazido aqui pelos meus colegas, que esse é um desafio não só futuro, mas presente. Os dados apresentados aqui pela Brasscom deixam muito claro não só o déficit atual, mas o futuro projetado, de que teremos que fazer frente para continuar desenvolvendo esse sistema.

E, aí, os principais problemas ou desafios identificados por esse estudo foram, primeiro, a enorme lacuna de profissionais qualificados. Para a gente ter uma ideia, apenas 7% das *startups* consideram que tenham todas as capacidades e competências profissionais nos seus times; 92% acreditam que faltam profissionais de tecnologia, para que elas possam contratar, sendo que as maiores áreas de concentração são, justamente, engenharia de *software*, ciência de dados, cibersegurança e inteligência artificial.

O segundo ponto trazido e acho que muito discutido é que faltam profissionais e faltam profissionais seniores, pois dois terços das *startups* relatam dificuldades em atrair profissionais mais seniores, porque os talentos juniores são muito rapidamente absorvidos – os poucos estão disponíveis –, aí a competitividade de salários, na contratação de talentos mais seniores, torna proibitivo para essas empresas acessarem talentos com maior experiência.

Um outro ingrediente importante, Senador, é a questão da distribuição regional. Existe uma clara concentração de empregos de tecnologia no Sudeste, especialmente em São Paulo, o que limita muito o desenvolvimento de talentos e de empresas em outras regiões do Brasil, fazendo com que um potencial nacional e diversificado, regionalmente, que talvez seja um dos grandes atributos do Brasil, acabe encontrando barreiras muito fortes ao seu desenvolvimento.

E, por fim, temos ainda o desafio da inclusão. Então, o mercado de tecnologia ainda é excludente a determinados grupos sociais, principalmente mulheres e pessoas negras, e aí esse desafio também se reflete na questão de formação e disponibilidade de talentos.

Para tudo isso existem algumas soluções ou possíveis soluções. Nós nos debruçamos também para compreender quais seriam elas, mas grande parte delas passa por, de fato, endereçar o tema central, que é a educação, a educação tecnológica.

Existe, hoje, uma falta de ensino de pensamento lógico e computacional nas escolas brasileiras, fazendo com que essa escassez acabe produzindo mitos de que a carreira em tecnologia é para poucos ou para pessoas com habilidades excepcionais, quando, na verdade, a gente deveria ampliar a possibilidade e o alcance, para que mais pessoas, com perfis diferentes, acessassem esse mercado.

É importante dizer que tudo isso está sendo, ao mesmo tempo, endereçado e agravado, por conta das novas habilidades que vão ser demandadas a partir, por exemplo, do advento da inteligência artificial generativa. E, aí, aqui eu compartilho com vocês que, na semana passada, o Google for Startups lançou um estudo específico para mapear qual é o potencial e como desbloquear esse potencial da inteligência artificial generativa no Brasil, e o tema da educação salta aos olhos como sendo um dos principais.

Só para a gente ter uma ideia, Senador, 43% dos empreendedores ou das *startups* entrevistadas consideram que o desenvolvimento de *soft skills* – e aí a gente está falando de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

linguagem, comunicação, relacionamentos – é essencial para o desenvolvimento da *AI* generativa no Brasil.

Desses empreendedores entrevistados, 38% acreditam que é necessária uma revolução na educação básica para desenvolvimento de um raciocínio lógico que seja capaz de habilitar um número maior de brasileiros a interagir e a criar com a IA generativa.

E, aí, isso tudo se agrava quando a gente percebe que os talentos que estão sendo formados com as devidas capacidades têm encontrado um mercado amplo e aberto pelo mundo, e isso faz com que o *brain drain,* ou a fuga de talentos, seja uma realidade.

Só para a gente ter uma ideia, no estudo, a gente mapeou um dado de uma consultoria especializada no assunto, que disse que, entre janeiro e dezembro de 2022, o Brasil teve um recorde de fuga de talentos. Então, 200% a mais de crescimento para Portugal, 115% a mais para os Estados Unidos, quase 550% para Austrália e Nova Zelândia. Ou seja: um talento, hoje em dia, não encontra barreiras físicas e geográficas, e, consequentemente, a atração e retenção desse talento se tornam cada vez mais importantes.

No Brasil, a gente encontra também, Senador, a questão dessa diversidade como um aliado para o desenvolvimento da inteligência artificial que tenha a cara do Brasil. Então, entender que diversidade será importantíssimo para que a gente tenha uma IA realmente representativa, ética e transparente, faz com que o tema do talento se torne ainda mais central quando a gente pensa nesse desenvolvimento.

Mas eu queria talvez trazer também algumas reflexões sobre coisas que já acontecem e dizer que a gente tem visto muito bons resultados do lado do Google.

Então, em termos de educação e capacitação, nós temos alguns programas considerados principais, que vêm trazendo resultados muito concretos na formação e progressão de carreira de profissionais aqui no Brasil.

Eu citaria aqui um programa voltado a habilidades de *cloud*, de nuvem, que é o Capacita Mais, que vem treinando milhões de pessoas em habilidades em nuvens, uma das mais demandadas pelo mercado, e formando continuamente talentos para trabalhar com essas habilidades.

Além disso, a gente tem, aqui no Brasil também, disponível um programa de certificações ou certificados profissionais do Google. Desde 2022, Senador, foram anunciadas 500 mil bolsas, sendo que, dessas, a gente teve, este ano, 38 mil sendo direcionadas para a própria Enap, fazendo com que a gente possa avançar também na capacitação dos servidores públicos.

E, aí, um dado importante, que demonstra a relevância e a centralidade de iniciativas como essa: 88% das pessoas que se graduaram nesses certificados revelaram algum resultado positivo, seja um novo emprego, uma promoção, um aumento, apenas seis meses depois da conclusão. E é importante dizer que os pré-requisitos para acessar esses certificados são pequenos. Mais de 55% dos participantes não dispunham, por exemplo, de nenhum tipo de diploma universitário.

Tudo isso acho que demonstra que a gente precisa de iniciativas em todos os níveis, sejam os mais básicos de formação até os mais especializados, para que a gente possa endereçar esse desafio de disponibilidade de talento, especialmente, para o setor de tecnologia e, no caso, para as *startups*, sendo um ponto central ao seu desenvolvimento.

Obrigado, Senador – para não passar do tempo aqui. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Nada. Sem problema.

André, obrigado pela sua apresentação. Parabéns pela apresentação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nós tivemos a apresentação de André Barrence, Diretor do Google for Startups para a América Latina.

Na sequência, eu passo a palavra, para dez minutos de apresentação, ao Christian Tadeu, Presidente da Federação das Associações das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação (Assespro).

Obrigado, o senhor tem a palavra.

O SR. CHRISTIAN TADEU (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Exmo. Sr. Senador Astronauta Marcos Pontes...

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Vou somar o tempo aqui.

Eu queria registrar a presença do Senador Izalci Lucas aqui conosco, sempre junto na Comissão.

É muito importante sua participação. Obrigado por estar aí conosco.

O SR. CHRISTIAN TADEU – Obrigado, Senador (*Fora do microfone.*) Exmo. Sr. Senador, Astronauta Marcos Pontes, com o qual já tivemos várias conversas, vários diálogos, como Ministro e depois como Senador. Agradeço também ao Senador Fernando Dueire, que nos convocou, e ao meu amigo, aqui, Senador Izalci, que sempre esteve à disposição do setor para travar as boas batalhas aqui junto ao Congresso.

Muito obrigado.

Eu começo somando à fala dos amigos que me antecederam, por um recorte aqui do Distrito Federal, para a gente poder entender os números desse nosso setor.

No Distrito Federal, nós somos 14 mil CNPJs, sendo que desses 14 mil CNPJs, 6 mil são MEIs.

Eu sei que já teve uma pergunta dessa, se MEIs, hoje, já desenvolvem. Desenvolvem sim. Nós temos 6 mil, hoje, microempreendedores desenvolvendo.

Nós temos 50 mil empregos diretos no Distrito Federal e, por uma projeção, nós entendemos que isso vai a 200 mil empregos indiretos no nosso setor.

Nós temos o maior tíquete salarial de todos os setores, duas vezes e meia a mais do que todos os setores. Hoje, o nosso salário, aqui no Distrito Federal, em início de carreira, é, em média, R$5 mil.

Nós temos o setor mais inclusivo: 52% dos nossos colaboradores são negros ou pardos – isso, através de autodeclaração.

Nós temos o maior índice de cursos superiores, mestrados e doutorados no nosso setor, e existe um índice que está avançando de uma forma bastante acelerada, que é a inclusão das mulheres no nosso setor, que historicamente sempre foi muito baixa, mas que, no Distrito Federal, atingiu 42% dos nossos colaboradores.

Do ponto de vista econômico, no Distrito Federal, nós somos... A gente tem essa troca de posição, mas nós somos ou o segundo, ou o terceiro maior contribuinte de excesso do Estado. Ou seja, isso mostra a pujança do setor de tecnologia.

Para quem não conhece a Assespro, é uma entidade que foi criada em 1976 – é a mais antiga do setor, com 2.500 empresas associadas, presente em 14 estados brasileiros.

Então, Senador, é com grande honra que participo deste importante debate sobre a escassez de profissionais de TI no Brasil e seus impactos na inovação.

Como Presidente da Federação Assespro, testemunho diariamente os desafios enfrentados pelas nossas empresas em encontrar e reter talentos qualificados na área de tecnologia da informação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Quando eu entrei nessa área, 34 anos atrás, Senador, os nossos profissionais eram dedicados somente a nós, às nossas empresas de tecnologia. Hoje, nossos profissionais estão nos bancos, grandes varejistas, grandes atacadistas, no sistema de saúde. Ou seja: nós perdíamos nossos profissionais somente entre nós, e hoje nós temos uma concorrência com todos os demais setores no país e também fora do país.

A demanda por profissionais de TI no Brasil cresce a uma taxa impressionante de 7% ao ano. No entanto, nossas instituições de ensino não conseguem acompanhar esse ritmo, formando novos profissionais a uma taxa de 4,5%, ou seja, nós temos um *gap* anual de 2,5% de profissionais no nosso mercado.

Essa discrepância cria um cenário de escassez que ameaça não apenas o crescimento das empresas, mas também a competitividade do Brasil no cenário global.

Entre as principais causas dessa escassez, Senador, destacamos a inadequação dos currículos acadêmicos às demandas do mercado. E tem uma coisa que tem nos assustado muito e sobre a qual que nós temos conversado muito sobre isso com o mundo acadêmico, que é a baixa formação de educação em *steam* – ciência, tecnologia, engenharia, artes e matemática –, a falta de programas de requalificação contínua e a competição com mercados internacionais, que oferecem condições muito mais atrativas do que a nossa.

Se nós fizermos um paralelo sobre moeda, um profissional nosso que ganha US$5 mil – e hoje ele não precisa mais sair daqui do país – está ganhando aí por volta de R$26 mil, R$27 mil, contra um profissional meu que ganha R$5 mil aqui no país.

Os impactos dessa escassez são profundos e abrangentes. A inovação, um dos principais motores do envolvimento econômico-social, é diretamente afetada. Sem profissionais qualificados, a adoção de novas tecnologias é retardada, a competitividade de nossas empresas diminui, e as desigualdades regionais, obviamente, se acentuam.

Mas, apesar desses desafios, acreditamos que é possível reverter esse quadro, através de políticas públicas eficazes e de investimentos e estratégias. Precisamos incentivar parcerias entre universidades, empresas e governos, para atualizar os currículos acadêmicos e implementar programas de formação técnica e tecnológica. Além disso, é crucial ampliar o acesso ao programa de qualificação e requalificação profissional e fomentar a educação continuada.

Para tornar o Brasil mais atrativo para os profissionais de TI, precisamos criar um ambiente que valorize e recompense esses talentos. Talvez, incentivos fiscais para empresas que invistam na capacitação de seus funcionários, bem como a melhoria de condições de trabalho, podem ajudar a reter esses talentos e profissionais do país.

Este é o momento decisivo para o futuro da inovação no Brasil. Precisamos de ações concretas e coordenadas para superar os obstáculos da inovação e garantir que o Brasil possa competir de igual para igual no cenário global. Contamos com o apoio desta Casa para que a gente possa cumprir essa importante missão.

A Assespro, por meio de suas regionais, tem sido protagonista na execução de programas para formação de mão de obra nos últimos anos, programas esses sempre ligados às necessidades e experiências das empresas locais. E aqui volto a citar, por exemplo, o Distrito Federal, onde a Assespro fez um termo de cooperação técnica com a Universidade Católica. Nós colocamos os empresários numa imersão dentro da universidade, junto com seus doutores e seus mestres, e formamos um projeto de capacitação para as nossas empresas. Criamos trilhas de conhecimento, dentre outras, sempre ligadas às experiências das empresas locais, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

maneira não apenas a ensinar uma profissão, mas a, efetivamente, gerar empregos formais de qualidade, que tenham potencial de transformação social e de desenvolvimento econômico local.

Observando este trabalho, tivemos a felicidade de avançar, neste ano, na assinatura de um termo de cooperação técnica com o MCTI.

O MCTI integrou um belíssimo trabalho que nós desenvolvemos no estado do nosso amigo Yves, em Pernambuco, onde nós fizemos um belíssimo trabalho de capacitação, e, através deste trabalho, nós assinamos este termo de cooperação técnica. E é uma parceria em que estamos confiantes de que ajudará a consolidar a ampliação dos programas para preencher o gigantesco *gap* entre o número de vagas em aberto, do setor, e as pessoas em busca de novas oportunidades de trabalho em nosso país.

Tendo em vista a importância estratégica do desenvolvimento das empresas do setor de TI no Brasil, aproveito ainda para pedir para esta Comissão e aos Senadores aqui presentes que direcionem recursos orçamentários para esses programas, recursos esses que certamente repercutirão na transformação econômica e social do país em pouquíssimo tempo, Senador.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, parabéns pela apresentação. Nós tivemos a apresentação do Christian Tadeu, Presidente da Federação das Associações das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação (Assespro).

E esse é um tema, lógico, como eu falei no início, que eu conheço bem, nós já tínhamos lá uma série de projetos e programas voltados para isso, mas eu acho que a gente pode aproveitar muito mais essas possibilidades.

Inclusive, eu lembro que a gente colocou, na época, lá no ministério, recursos na Amazônia para transformação digital e biotecnologia. E a ideia de se colocar isso era fazer parcerias para que, vamos dizer assim, se a gente tiver energia elétrica, conectividade e informação para os garotos e garotas que estão no meio da Amazônia, isso possa ser uma ajuda gigantesca de desenvolvimento sustentável daquela região, dando a eles capacidade de trabalhar na região utilizando isso, ganhando dinheiro ali, e de trabalhar com uma empresa que pode ser até no Brasil ou fora – idealmente é no Brasil, para produzir as coisas aqui, mas eles podem trabalhar fora também. O importante é trazer essa possibilidade para eles.

Parabéns pelo trabalho. Sem dúvida nenhuma, a gente precisa dar prosseguimento. Pode contar com a gente aqui.

Gostaria de aproveitar e perguntar para o Senador Izalci Lucas se gostaria de usar a palavra.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para interpelar.) – Muito! Se eu pudesse falar aqui o dia todo, porque realmente é um assunto em que a gente vem lutando há muito tempo...

E, se depender realmente de uma política pública do Ministério da Educação, a gente vai levar aí mais alguns anos, se é que vamos chegar lá, a não ser mudando muita coisa.

Em educação profissional, nós temos aí uma... Bem, eu fui o Presidente da Comissão que aprovou o novo ensino médio, que tinha cinco anos para ser implementado, 2017 para 2022 agora, mas, já antes de começar mesmo a funcionar, já estão mudando aí o novo ensino médio. Nós tivemos aí o Pronatec, que foi uma bela ideia, mas que também não pagou ninguém. O pessoal botou um orçamento da época da eleição, incompatível, ofereceu um monte de curso e depois não pagou ninguém. Tudo questão eleitoreira. Esse é o grande problema do Brasil, que não tem política de Estado. Eu acho que o caminho vai ter que ser universidade ou faculdade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

corporativa, fazer o que foi feito com a Católica. Tem que chegar lá à universidade e dizer: "Olhe, eu quero isso". Se for depender de um novo...

O próprio IBGE... Eu estou vendo aqui uma estatística apresentada pelo IBGE, de 2017. Qual o significativo dessa pesquisa de 2017? Nada, porque, de 2017 – nós estamos em 2024 – são sete anos. As coisas hoje mudam todo mês, não é nem mais anual. O IBGE vai ter que, inclusive, mudar essas fórmulas todas, para fazer pesquisa quase que instantânea, ou mensal, ou semanal, sei lá. Não dá para ficar esperando dez anos para um censo.

Agora, eu não posso desistir, não podemos desistir, não é? Tem que ter esperança de que a gente vai conseguir.

Eu tenho visitado as escolas e fico horrorizado com a situação. Ontem mesmo, participei de uma audiência aqui com a Anup (Associação Nacional das Universidades Particulares), que fez 35 anos. E o que está acontecendo hoje? Os alunos chegam à faculdade, à universidade, e 90% deles saem do ensino médio sem saber português e matemática. Não vou nem falar em educação profissional. O cara que não sabe matemática nem português vai fazer o quê? Não dá. O ensino regular, infelizmente, por questão ideológica ou sei lá o que está acontecendo...

E eles querem que a educação profissional aconteça com os professores atuais, coisa que não existe.

Eu, quando fui Secretário de Ciência e Tecnologia, trouxe a educação profissional aqui no DF para a ciência e tecnologia. Foi dada, então, uma atenção especial. Então, a gente realmente tinha cursos de alta qualidade, trouxemos para cá os institutos federais, que nós não tínhamos aqui, e assinamos convênios para construir mais nove escolas técnicas.

O profissional tem que ser quem está no mercado. Não adianta pegar para dar aula um engenheiro que nunca construiu nada ou pegar um enfermeiro que nunca entrou num hospital para dar aula de enfermagem.

Eu estou acompanhando lá no Ministério da Educação para ver se acontece alguma coisa.

O Prouni, o Fies, que são instrumentos de financiamento – o Prouni, de bolsas... É óbvio, evidente – eu já falei com 500 ministros que já entraram aqui – que tem que se direcionar as bolsas do Prouni, do Fies para aquilo que interessa para o mercado. Não adianta eu ficar financiando Fies para curso de Administração e Economia e, depois, todo mundo terminar o curso e ficar desempregado.

Melhorou muito essa relação da universidade com as empresas, mas ainda falta muita coisa. A gente tem que conscientizar os conselhos de educação, que são eles que fazem a prova, os conteúdos, as disciplinas e tal. A gente precisa criar um programa específico de formação profissional para atender ao emergencial, que é o caso da tecnologia da informação. Não tem lógica o número de profissionais de que nós precisamos e não tem qualificação, seja nas escolas... E, além disso, há essa competição que tem hoje no mercado internacional. As pessoas hoje fazem de casa, recebendo em dólar. Os bons profissionais hoje estão trabalhando para as multinacionais, ganhando em dólar e competindo aqui com as empresas nacionais. E vem agora uma reforma tributária com um aumento de 200%, 300%, 60% algumas... Então, é um negócio inexplicável.

E a educação profissional precisa ter uma política pública séria mesmo, porque, de fato, nessa juventude de hoje, 20% dos jovens entram na universidade, na faculdade; 80% fazem o quê? Nada, porque não tem a educação profissional, a escola também não é de qualidade, aí fica a geração nem-nem. Ainda liberam as drogas... Aí é que virou uma festa essa questão! Minha bisavó já dizia: "Cabeça vazia, oficina do diabo". Se não tem o que fazer, vai fazer o que não presta. Você vai a essas escolas aqui, e elas não têm estrutura: não têm laboratório de ciência,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

não têm laboratório de informática, não têm profissionais qualificados, não têm esporte, não têm cultura, não têm nada hoje. É só cuspe e giz. Então, essa é a educação nossa, do século passado.

Mas eu parabenizo! Nós temos que estar, todo dia, falando isso aqui, em discursos, em audiências públicas, para, um dia, alguém escutar e ousar fazer o que já deveria ter sido feito há muito tempo. Parabéns pela iniciativa! Estamos juntos nessa guerra!

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Vamos lá! Obrigado, Senador Izalci Lucas, sempre batalhando aqui pela educação, pela ciência e tecnologia.

Aliás, durante a sua fala, eu me lembrei de um dado que vi hoje. A gente vê os resultados péssimos do Brasil, no PISA, nas matérias básicas, como Português e Matemática – lembrando que educação fundamental tem esse nome não é à toa, e é muito importante que nós tenhamos isso –, mas também agora eles têm um critério novo: criatividade. Em criatividade, 55% dos nossos alunos com 15 anos foram considerados em 44º lugar entre 56 países, ou seja, também em criatividade a gente está muito, muito ruim. Criatividade! Você veja quantos parâmetros a gente tem aí para medir. E, quando a gente fala de engenharia de computação, programação, criatividade certamente é um item importante dentro dessa competência.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Sem querer interromper, mas eu visitei uma escola agora, na semana passada... E olhem que é uma escola cívico-militar, que tem elogio do pai, da mãe, de todo muito, satisfeitos. Aí fui conversar com o professor de Matemática. Falei assim: "Vem cá. O que está acontecendo que os nossos alunos saem todos sem saber Matemática?". Ele falou assim: "Izalci, não tem jeito. Aqui não pode reprovar. Todos os alunos já sabem que não podem reprovar. Então, não adianta. Eu não consigo mais dar aula de Matemática". Essa é a palavra de um professor de Matemática. E olha que foi numa escola em que respeitam e tal... Nas outras eu nem pergunto, não, porque eu já sei por quê: é porque ninguém respeita o professor, ninguém faz nada. A gente precisa...

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Você veja a soma dos problemas: investimento – o nosso é menos da metade da média da OCDE por aluno –; infraestrutura precária; formação dos professores precária; valorização dos professores muito precária. Tem muita coisa a ser feita. Vamos ver se a gente continua na luta, porque não podemos desistir, não.

Eu passo a palavra agora à Ingrid Guimarães Barth, Presidente da Associação Brasileira de Startups, que está conosco remotamente.

Ingrid, por favor, controle o tempo em dez minutos.

Obrigado.

A SRA. INGRID GUIMARÃES BARTH (Para expor. *Por videoconferência*.) – Combinado.

Pessoal, muito obrigada.

É um prazer imenso estar aqui para discutir um dos pontos de que eu mais falo, que mais faço e em que sou atuante no Brasil, que é essa questão de tecnologia e inovação, dessa escassez de profissionais de tecnologia e dos impactos que isso tem na inovação.

Hoje eu sou Presidente da Associação Brasileira de Startups e também sou Presidente do Startup20, que é um grupo de engajamento de pequenas e médias empresas de inovação e *startups* do G20. Então, é um tema que, como eu falei, está bastante profundo na minha vida.

E grande parte dos dados que eu vou trazer aqui são desse estudo, inclusive, que o André Barrence comentou, que é o "Panorama de Talentos em Tecnologia", que a gente fez em 2023 em uma parceria da ABstartups com o Google for Startups. Ele traz que o Brasil tem enfrentado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

um déficit significativo de profissionais de tecnologia da informação, um problema que se agrava a cada ano. Esse estudo revela também que até 2040 o país pode ter um déficit de aproximadamente 408 mil profissionais de tecnologia. Essa escassez não só limita o crescimento das *startups*, empresas de tecnologia, pequenas e médias empresas de uma maneira geral, mas também impacta a questão da competitividade do Brasil com relação aos outros países e no cenário global de uma maneira geral.

São muitos desafios, e complexos, como a gente vem falando aqui – todo mundo falou um pouco sobre isso –, mas o primeiro é a formação acadêmica. E eu acho que foi muito bem falado aqui que não dá para depender única e exclusivamente da formação acadêmica, porque, apesar de a gente ter boas instituições de ensino, de qualidade, a quantidade de profissionais formados não acompanha a demanda de mercado. Até o tamanho, muitas vezes, dos cursos impede muita gente de acessá-los, porque, enfim, sabemos que os nossos estudantes, de uma maneira geral, precisam trabalhar também e não têm esse incentivo de continuarem estudando, pois a gente sabe que muitas vezes questões logísticas, financeiras e de incentivo mesmo acabam atrapalhando. Além disso, há uma defasagem entre o que é ensinado na universidade e as habilidades exigidas pelas empresas, como já bem exposto aqui. A gente precisa de currículos mais alinhados às necessidades reais no mercado de trabalho.

Em segundo lugar, tem a questão da retenção de talentos. Muitos dos nossos profissionais altamente qualificados, e eu tenho um exemplo muito próximo na minha família, estão sendo atraídos por oportunidades no exterior, onde salário e condição de trabalho são mais competitivos. E isso é uma perda significativa para o nosso país e para o nosso sistema de inovação.

Outro desafio é a inclusão. A área de tecnologia ainda é predominantemente masculina e branca. A gente precisa, urgentemente, promover diversidade e inclusão, incentivando a participação de mulheres, negros e outros grupos minorizados, não só como uma questão de justiça social, mas também porque a diversidade é essencial para o processo inovador e para trazer novas perspectivas e novos olhares para esses processos. Diferentemente do que todo mundo acha, do que o senso comum acha, inovação é processo. Não é porque se foi atingido por uma maçã na cabeça que se inovou.

Os impactos dessa escassez são muito evidentes. As *startups* e as empresas de tecnologia estão tendo muita dificuldade em crescer e inovar. É caro, custoso, e, o tempo todo, você perde esses talentos por R$500 a mais. Projetos são adiados, investimentos são perdidos, a competitividade do Brasil no mercado global é comprometida. Além disso, a falta desses profissionais também afeta setores tradicionais que estão em processos de transformação digital, como agricultura, saúde, educação e a indústria brasileira.

Para enfrentar esses desafios, algumas ações são imprescindíveis. E aqui eu peço licença para indicar algumas sobre que a gente vem pensando.

É necessário investir em educação e capacitação, principalmente pensando nesses cursos de curta duração. E eles podem, inclusive, ser digitais, não precisam, necessariamente, ser presenciais, porque a gente sabe que o presencial muitas vezes dificulta o engajamento desses jovens ou desses adultos. Programas de requalificação e treinamento contínuo podem ajudar nessa questão da atualização das habilidades profissionais existentes. Parcerias entre universidades, empresas e governos são fundamentais para criar currículos que reflitam as demandas do mercado. Eu não acho que isso é uma responsabilidade única e exclusivamente do Governo, ou única e exclusivamente das empresas, ou única e exclusivamente das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

universidades. Isso é um conjunto de atores que são responsáveis, acredito, por direcionar esses desafios da melhor maneira possível.

Segundo: a gente precisa criar incentivo para a retenção de talentos. Isso pode incluir desde políticas de incentivo fiscal até a melhoria das condições de trabalho e remuneração. É essencial que o país se torne um ambiente atrativo para os profissionais de TI, não só para os formados aqui, mas também para atrair talentos internacionais. Se você cria um ambiente de negócios competitivo, acreditem que tem muita gente interessada, muito estrangeiro interessado em vir empreender no Brasil, em trabalhar com tecnologia no Brasil, porque aqui a gente tem um grande mercado consumidor e extremamente engajado com tecnologia. Somos um dos países mais *early adopters* do mundo. O que significa isso? Um dos países que mais adotam, e adotam muito rapidamente, novas tecnologias. E isso é um grande atrativo para que esses profissionais de tecnologia venham para o país, mas a gente precisa criar esse ambiente que seja, de fato, atrativo e facilite esse intercâmbio, porque isso vai acelerar o nosso processo de tecnologia, de formação de outros profissionais, inclusive pelo exemplo.

Eu sou empreendedora na área de tecnologia e muitas vezes vi que um desenvolvedor ensina outros desenvolvedores com relação àquilo que ele sabe. Então, o próprio ambiente profissional, quando você tem uma pessoa especializada, promove essa ampliação, essa disseminação desse conhecimento de maneira, inclusive, informal, que pode acelerar a adoção de tecnologia, essa educação tecnológica que a gente vem falando aqui.

Por último, mas não menos importante, é necessário fomentar a inclusão e a diversidade, como eu comentei. Programas de mentoria, bolsas de estudo, iniciativas que promovam a entrada de mulheres e minorias no setor de tecnologia são superimportantes para construir um ambiente mais justo e inovador. E aí eu estou falando com relação até a vieses inconscientes. Muitas vezes, muitos grupos minorizados não entram no setor de tecnologia, porque parece muito complexo, muito difícil, muito caro e parece que não é para eles, pois é predominantemente masculino e branco. Então, quando você abre, de fato, essa diversidade, fica mais convidativo para esses grupos minorizados se interessarem.

Senhoras e senhores, essa escassez de profissionais de tecnologia é um desafio que precisa da colaboração de todos os setores da sociedade, como eu mencionei. O estudo que a gente fez com o Google fornece um diagnóstico claro e aponta caminhos possíveis. Com ações coordenadas e investimentos estratégicos, podemos transformar esse cenário e posicionar o Brasil como líder em inovação tecnológica.

Eu queria só complementar um comentário que o senhor fez sobre a questão do Brasil no *ranking* de inovação brasileiro. Permita-me discordar. Acho que o Brasil é o país mais criativo e mais inovador do mundo, só que esses *rankings* muitas vezes servem a quem a gente não sabe e colocam como características ou critérios para você fazer esses *rankings* coisas como patente. Minha concepção é que patente não é um critério que consegue diagnosticar se um país é inovador e criativo. Então, a gente tem que repensar também como a gente compra esses *rankings*, porque muitos deles estão servindo para alguém que não é o Brasil e muitas vezes colocam o Brasil em uma posição com a qual eu não concordo. Eu acabei de voltar de Parintins, fiquei no final de semana em Parintins. Foi a coisa mais linda que eu já vi na minha vida, extremamente tecnológico, extremamente inovador, além de valorizar a nossa cultura de uma maneira geral, mas não é só isso, é negócio que eu vi ali, eu vi muita possibilidade de negócio. Cadê esse tipo de coisa sendo ranqueada mundialmente com relação à tecnologia, inovação e criatividade? Então, eu tenho bastante conforto em dizer que eu acredito que o Brasil não está nessa posição de criatividade e que são esses critérios que precisam ser revistos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Ingrid. Só refrisando aqui – talvez você não tenha entendido direito –, eu não falei sobre índice de inovação.

Aliás, o Brasil teve um avanço nesse índice de inovação quando eu entrei no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Nós estávamos ali em 59, algo desse tipo, e avançamos, dentro desses critérios, para, se não me engano, abaixo de 40. Idealmente, eu acho que o Brasil merecia estar abaixo de 20 nisso aí. Isso aí é uma soma dos esforços que a gente pode fazer com educação focada, com investimento constante e bem aplicado, com pesquisa e desenvolvimento, para que a gente tenha a utilização das nossas capacidades e a transformação de conhecimento em produto, com nota fiscal, serviço, emprego, etc. Então, esse é um dos... Essa é a parte de inovação.

O que eu falei foi sobre o PISA, que faz os exames para os alunos de Matemática, Física, Português, etc., e eles incluíram um novo critério ali de criatividade. Eu não sei exatamente qual é esse critério, que logicamente precisa ser analisado e estudado, mas o fato é que os nossos resultados do PISA para os nossos alunos não têm sido muito adequados para o Brasil, o que, no mínimo, levanta aquele nosso alerta de que algo precisa ser feito, principalmente quando a gente fica atrás de países – eu não vou citar o nome para não ser antiético – dos quais, notadamente, o Brasil deveria estar à frente.

Como o Izalci aqui, nós vamos lutar para a gente se encaixar bem em qualquer um desses critérios em que a gente vê constantemente sempre os mesmos países ali na frente. Eu acho que a gente tem condição de chegar lá.

Eu passo agora a palavra ao Yves Nogueira, Presidente do Centro de Excelência em Tecnologia de Software do Recife (Softex Pernambuco), para dez minutos de apresentação.

Obrigado, Yves.

O SR. YVES NOGUEIRA (Para expor.) – Muito obrigado, Senador.

Boa tarde já a todos e a todas.

Queria cumprimentar o Il.mo Senador Astronauta Marcos Pontes, cumprimentar o Il.mo Senador Izalci e o Il.mo Senador do nosso Estado de Pernambuco Fernando Dueire pelo convite para participar deste importante encontro aqui, que presta um grande serviço à nossa nação.

Eu queria cumprimentar o meu amigo Christian Tadeu, atual Presidente da Federação Assespro, e, na pessoa dele, cumprimentar todos os demais colegas que estão compondo as contribuições para esta Comissão hoje.

Pessoal, o nosso colega do IBGE e o nosso colega Marcelo, da Abes, já trouxeram vários números aqui. Eu queria só trazer, Senador, um indicador adicional que eu percebi que não foi citado e que é um indicador da OCDE. Isso contextualiza um pouco da apresentação que eu vou fazer. Eu acho que eu tive a sorte de ficar por último aqui, porque eu vou trazer um caso prático da aplicação desse tipo de recurso nessa área de capacitação para o nosso setor, que a gente está fazendo lá em Pernambuco, com a coordenação do Softex Pernambuco, com o apoio do Ministério da Ciência e Tecnologia, do qual o senhor foi Ministro. A OCDE tem um estudo, Senador Izalci, dos chamados nem-nem. É uma pesquisa que chama a atenção, a gente não pode se esquecer dela. Essa pesquisa já tem mais de dez anos. Eles provocam a gente que desde 2012 – o dado de 2012 não se altera em 2022 – a gente tem que, em jovens de 15 a 29 anos, 20% da nossa população no Brasil estão classificados como nem-nem, ou seja, nem trabalham, nem estudam. Isso é grave, e a gente não pode se esquecer desse dado. Isso tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

tudo a ver com o contexto da nossa iniciativa de capacitação na área de desenvolvimento de *software*.

O Marcelo, da Abes, citou aqui os indicadores de sucesso. Marcelo, acho que foi superimportante a provocação que você faz.

O André, lá do Google for Startups, cita a questão da ampliação do alcance para a gente atrair jovens de várias classes sociais. Isso está contemplado nessa iniciativa, vocês vão poder ver isso aqui também.

E o Senador Marcos Pontes citou a iniciativa no Amazonas, no Estado do Amazonas, na questão das comunidades. Vocês vão ver que a gente se preocupou também em interiorizar, Senador, a capacitação no Estado de Pernambuco, ou seja, sair literalmente da nossa ilha do bairro do Recife – você teve a oportunidade de conhecer lá o nosso ecossistema do Porto Digital. A gente não pode ficar restrito aos jovens e aos adultos aqui da nossa região metropolitana. A gente fez a iniciativa pensando na interiorização, porque a gente mantém muitos desses jovens hoje desenvolvendo *software* no Agreste e no Sertão do estado, e isso é muito relevante.

O Izalci, citou, Senador, a importância da continuidade. Você cita descontinuidade de governos, e aqui eu preciso fazer, por questão de responsabilidade, um depoimento exatamente do contrário disso. A gente tem um programa através do PPI do Softex que é esse projeto que a gente vai apresentar, que acaba culminando no Conecta e Capacita, de continuidade de um programa eficiente. A gente começou esse projeto exatamente com o apoio da equipe do Senador Marcos Pontes, enquanto Ministro, do Ministério da Ciência e Tecnologia. Eu queria publicamente agradecer o apoio que tivemos da sua equipe e publicamente o apoio que continuamos tendo da Ministra Luciana Santos, que atualmente toca o ministério com o seu time. Esse programa continua acontecendo.

Vamos apresentar aqui para vocês uma iniciativa do Softex Pernambuco...

Orientaram-me a apontar para cá.

O Softex Pernambuco é a maior associação de empresas de TIC do Nordeste, porque a gente congrega especificamente empresas de tecnologia da informação e comunicação lá no nosso ecossistema do Porto Digital.

Aqui é a questão da interiorização de que eu falei. Apesar de estarmos lá... E o Softex Pernambuco – para quem não conhece, gente – é um dos pilares do ecossistema de inovação do Porto Digital. Eu estou Presidente do Softex no segundo mandato. O Softex Pernambuco tem uma cadeira no Conselho do Porto Digital, e a gente acompanha de maneira integrada, juntamente com o Assespro Pernambuco, que é um grande parceiro, e o Seprope. Juntos, a gente integra esse ecossistema. E a gente se preocupou em levar... O Softex tem uma iniciativa em Caruaru, no Município de Caruaru, para levar o projeto para o Agreste; e lá em Petrolina, lá no Sertão.

A gente ultrapassou, na semana passada – dados atualizados –, 420 empresas de TIC associadas ao Softex Pernambuco. Então, a gente tem uma grande representatividade. Apenas algumas marcas estão aí, é só para ilustrar, mas a gente tem, Senador, desde empresas muito pequenas – a gente dá o mesmo apoio àquela *startup* que acabou de sair da universidade, um garoto ou uma garota pode se associar – até globais como a Accenture, a NTT Data, que a gente vê aí nesse eslaide. A gente tem empresas de vários setores.

Essa formação de mão de obra tem acontecido em várias cidades do estado. A gente tem turmas de 25 alunos espalhadas por vários municípios e a gente tem tido um sucesso muito grande – eu vou falar de alguns cuidados que a gente teve – que passa pela questão dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

indicadores que o Marcelo bem citou no início. São mais de 500 jovens e adultos já formados em desenvolvimento *front end* e *back end,* e aqui vale a pena citar que a gente teve alguns cuidados iniciais. A gente fez uma escuta, Senador Izalci, com o mercado empregador. Por ter essas mais de 400 empresas associadas, a gente teve o cuidado de entender qual era a demanda daquelas empresas para a gente formar esses jovens de acordo com uma capacitação que tivesse... O nosso indicador, Marcelo, é quantos desses jovens vão estar trabalhando, empregados, e não necessariamente só capacitados, que é a provocação que o Senador Izalci também faz.

A gente começa lá em 2022, Senador, o ciclo. A gente está já no terceiro ciclo, que é o ciclo de 2024. O Softex Pernambuco tinha um projeto piloto com 50 jovens, e a gente se desafia: como é que a gente pode dar uma contribuição em escala e efetiva para essa problemática de que nós estamos tratando aqui hoje? A gente já está aí, em 2024, com a terceira turma de 500 alunos, com o que, então, a gente soma aqueles 1,5 mil alunos que a gente falou há pouco.

As etapas das seleções são absolutamente transparentes. A gente tem um lançamento do edital... E vale a pena dizer para vocês que, no primeiro edital que a gente lançou, para preencher 500 vagas, tivemos em dez dias mais de 8,7 mil inscritos. Então, isso mais uma vez demonstra a importância desse tipo de apoio para programas como o Conecta e Capacita e esse aí do PPI. A gente tem o início das inscrições, depois um teste de raciocínio lógico. Algum dos colegas falou aqui insistentemente da importância de matemática. A gente está tendo esse cuidado, tem um teste de raciocínio lógico, porque não adianta o aluno fazer só a prova teórica e depois não ter capacidade de acompanhar a formação. Então, tem um módulo de raciocínio lógico. Há a submissão de um vídeo, porque eles vão interagir, e, então, a gente precisa checar também as *soft skills*, a capacidade dele de interagir com seus pares, com os professores e com o mercado. Depois, vêm a divulgação e a aula inaugural. Esse é o processo, em resumo, que a gente está fazendo.

Ali a gente tem uma lista muito breve das cidades. A gente tem cidades no Agreste e no Sertão do Estado de Pernambuco.

E no item 2 a gente destaca ali o Projeto Integrador. Isto é superimportante, gente: no Projeto Integrador, as empresas associadas ao Softex Pernambuco se comprometem a submeter projetos para que aqueles alunos possam praticar ao final do curso. É uma formação de seis meses, e, então, do quarto ao sexto mês, os alunos estão fazendo formação prática em problemas reais desenvolvidos pelas empresas. Obviamente, muitos deles vão ficar, na sequência, nessas empresas.

E há a Residência em TIC. Nessa Residência, os formandos são alocados na empresa. Depois do sexto mês... A gente tem uma bolsa de inserção prevista no programa, mas o empresário assume o compromisso, a partir do sexto mês, de aportar também a bolsa da empresa, e obviamente ele fica livre até para ampliar esse valor. Isso tem sido um sucesso extraordinário e tem resolvido, como o Senador Marcos Pontes falou, o problema também da empresa, do lado da empresa.

Há o desenvolvimento de soluções inovadoras durante as aulas teóricas e práticas.

E a gente tem, com o Projeto Integrador, como eu já falei, 53 empresas que apresentaram projetos, dos quais 34 projetos de inovação estão sendo desenvolvidos por esses alunos já.

E há a inclusão no mercado de TIC no final do processo, que é o que nos interessa.

Essa residência tecnológica com bolsa de inserção eu coloco aqui com uma importância crucial. A gente percebeu a diminuição da evasão do primeiro ciclo para o segundo. E acho que uma das colegas – se eu não me engano, a nossa colega Ingrid – falou da questão dos cursos à distância, que eu reforço, sei da importância, mas, pela experiência que a gente está tendo, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

modelo semipresencial tem sido muito mais positivo, porque a gente gera integração na turma. E essa bolsa de inserção tem feito muita diferença.

E há a questão da diversidade: a gente tem monitorado também o público feminino...

(*Soa a campainha.*)

O SR. YVES NOGUEIRA – A gente tem já 30% de público feminino nas nossas formações. Isso é uma pauta cara também para a gente lá no setor.

Essa apresentação vai ficar disponível.

Há alguns depoimentos, não vamos perder tempo lendo, mas a gente tem depoimentos. A Ministra Luciana Santos esteve lá na formatura do ciclo passado, e foram emocionantes, Senador Marcos Pontes, os depoimentos não só dos alunos como dos pais do que a gente está fazendo de transformação na vida desses jovens. Muitos deles, inclusive, estão fazendo migração de carreira, Senador Izalci, jovens de outros mercados que estão migrando para o setor de tecnologia.

Isto foi o lançamento de uma das turmas.

Meu tempo está acabando.

Eu agradeço e reforço aqui o pedido do Christian. Eu acho que a gente tem que reforçar – e aqui, obviamente, a Comissão pode fazer isso – o volume de recursos disponível para esse tipo de iniciativa de capacitação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Pois não, Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para interpelar.) – É só para informar, para as pessoas entenderem...

A Softex é uma organização social, não é uma instituição governamental. Então, esses cursos são elaborados baseados nas demandas das empresas e não obedecendo às normas do conselho nacional e tal. Quantas horas normalmente são esses cursos? Tem...?

O SR. YVES NOGUEIRA (Para expor.) – É uma formação de 280 horas, Senador Izalci. É feita em seis meses. Então, é um curso de curta duração.

E eu fiz uma anotação aqui que é importante: num país apaixonado por futebol como nós somos, a gente está tratando a categoria de base. Eu tive a oportunidade de estudar na Escola Técnica Federal lá em Pernambuco, sou oriundo do investimento público em educação, empreendo há 30 anos nesse setor, mas a gente está olhando para a categoria de base, que é a meninada que tem só o ensino médio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Entendi.

O SR. YVES NOGUEIRA – Eles já conseguem acessar o setor de TI através desse tipo de capacitação.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Nossa Softex aqui está funcionando, aqui em Brasília? (*Pausa.*)

Não? Tem que botá-la para funcionar, não é? Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – O.k. Obrigado, Izalci; obrigado, Yves Nogueira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Terminadas as apresentações, dado o nosso adiantado da hora, qual é a ideia que nós temos aqui? Eu vou ler as perguntas que nós recebemos através do e-Cidadania. Aliás, aproveito para agradecer a todos que participaram da audiência, seja presencialmente, seja acompanhando pelas redes do Senado e pela TV Senado, e que enviaram suas perguntas. Eu vou ler essas perguntas e comentários e depois eu vou abrir para cada um dos nossos debatedores que ainda estão aqui conosco para que eles façam os seus comentários finais, as suas considerações finais, e respondam – acho que todo mundo já recebeu também as perguntas – as perguntas que acharem mais conveniente dentro do seu foco de *expertise*, de especialização. Então, eu vou começar lendo as perguntas, para dar tempo para o pessoal ir pensando também.

Elinaldo, de São Paulo: "Com mais de 15 anos em TI, percebo que nossa grade curricular é ruim. Existe projeto para atualizá-la e alinhá-la ao mercado real?".

Daniel, de São Paulo: "Como o Programa Capacita pretende abordar a lacuna entre as habilidades atuais dos profissionais de TI e as demandas do mercado?".

Hugo, de Minas Gerais: "Existem métricas para avaliar o sucesso das parcerias público-privadas em criar um ecossistema inovador de TI no Brasil?".

Júlio, de São Paulo... Aliás, muita gente de São Paulo, obrigado pela participação do meu estado. Júlio, de São Paulo: "Quando iremos reforçar o ensino de Matemática [...] e inserir disciplinas como Lógica e Programação Básica nas escolas públicas?".

Pedro, do Rio Grande do Norte: "O setor público é um dos que mais sofrem ataques cibernéticos, onde estão os concursos para os tecnólogos de redes e [...] [segurança cibernética]?".

Santhiago, do Tocantins: "Como o Programa Conecta e o Capacita mitigarão a escassez de profissionais de TI e os impactos na inovação, considerando o avanço da inteligência artificial?".

Lucas, do Distrito Federal: "Além de programas como Conecta e Capacita, quais são os outros investimentos em infraestrutura digital?".

Maximiliano, de Minas Gerais: "Por que não permitir atividades de desenvolvimento de *software* e consultoria como MEI? Isso ampliaria a oferta de profissionais".

Gabriel, de São Paulo: "Os cursos técnicos integrados ao ensino médio [...] podem ser um caminho para a escassez desses profissionais?".

Matheus, do Rio de Janeiro: "Quais medidas o Governo está considerando para prevenir a migração de profissionais de TI para fora do país?".

Francisco, do Paraná: "Não há escassez, o que há são baixos salários. Quando teremos empresas com salários competitivos de verdade?".

Daniel, de São Paulo: "Como o Governo está garantindo que os recursos destinados aos Programas Conecta e Capacita sejam utilizados de forma transparente e eficaz?".

Edvandro, do Mato Grosso: "Como o Governo pode incentivar a inovação e o desenvolvimento tecnológico no país, considerando a escassez de mão de obra qualificada?".

Alguns comentários.

Leandro, de Minas Gerais: "É importante que a pauta de informática comece a fazer parte da vida dos jovens desde cedo, devendo ser inserida ainda no [...] [ensino básico]".

Rony, de Goiás: "Não existe escassez de profissionais. Tanto é que houve uma série de demissões em massa no Brasil. O que falta é um ambiente competitivo".

Mais alguns comentários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Daniel, de Minas Gerais: "A desburocratização nos departamentos de informática é essencial para aumentar a produtividade dos poucos profissionais que temos".

Hugo, do Rio Grande do Norte: "O mercado de TI é predominantemente masculino. Deveria haver incentivos ao público feminino nesse segmento para suprir a escassez".

Lidas as perguntas e os comentários, novamente eu agradeço as participações pelo e-Cidadania e eu retorno a palavra, para seus comentários finais, suas considerações finais, por três minutos, com resposta de alguma das perguntas – pode ser em massa, em grupo –, ao Flávio José Marques Peixoto, Gerente de Pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que se encontra conosco remotamente.

Obrigado, Flávio. Você tem três minutos para suas considerações e respostas. Obrigado.

O SR. FLÁVIO JOSÉ MARQUES PEIXOTO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado mais uma vez.

Bom, quanto às perguntas, acho que o escopo do IBGE é bem restrito para responder a essas perguntas, a gente está muito mais relacionado com as pesquisas, como olhar para essa dinâmica das empresas e entender esse processo inovador e o que ajuda e atrapalha.

Tem dois pontos específicos que eu queria comentar sobre essas perguntas e comentários. Um tem a ver com a métrica para se avaliar o sucesso da parceria público-privada. Toda métrica precisa ter um critério de avaliação: o que é um critério de sucesso, baseado no objetivo dessa parceria, desse programa ou o que seja, para se avaliar. O que é o sucesso vai depender do objetivo dessa parceria e se existem informações específicas para monitorar exatamente o processo, o que é feito e esses resultados. Então, existem várias métricas nesse sentido, vários estudos, principalmente estudos acadêmicos de impacto, estudos de influência da cooperação entre empresas. Na pesquisa de inovação a gente traz vários insumos, muitas variáveis para se modelar, para se pensar como avaliar esse sucesso. Então, existem várias coisas nesse sentido.

E o segundo ponto é que há um comentário sobre não haver escassez de mão de obra, e sim, baixo salário. Durante os anos em que a gente vem desenvolvendo essa pesquisa, conversando diretamente com as empresas, em muitos momentos elas dizem que de fato não há escassez, mas a desqualificação. Às vezes, há os profissionais disponíveis, no entanto, eles não chegam nem perto de atender as necessidades e as demandas que essas empresas possuem para desenvolver aquelas inovações ou para desenvolver essas questões relacionadas com tecnologia de informação. É claro que isso depende do tempo, do momento. Em certos momentos eles relatam de fato escassez, mas, no geral, há escassez, pelo que a pesquisa mostra, de mão de obra qualificada.

Eu acho que esses são os pontos principais que eu posso agregar neste momento, pensando no escopo a que o IBGE está relacionado.

Muito obrigado mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Flávio José Marques Peixoto, Gerente de Pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Com suas considerações finais, concordo em 100%. Parabéns pelos pontos levantados também.

Agora eu passo a palavra, por três minutos, ao Marcelo Almeida, Diretor de Relações Institucionais e Governamentais da Associação Brasileira das Empresas de Software (Abes), para suas considerações finais e respostas. Obrigado.

O SR. MARCELO ALMEIDA (Para expor.) – Exmo. Sr. Senador Marcos Pontes, uma satisfação, novamente, estar aqui mais uma vez com V. Exa. Talvez, se eu estiver em mais uma audiência pública com V. Exa., eu vá pedir gol no Fantástico essa semana. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

É sempre um prazer estar aqui com V. Exa., porque V. Exa. tem no seu mandato essa diretriz de amplitude da oitiva, e sobretudo no tema de inteligência artificial, que estivemos anteontem debatendo. Então, é uma satisfação muito grande.

Tem várias questões, são várias perguntas, eu aqui destaco uma pergunta do Pedro, que fala sobre a questão de cibersegurança, que é um dos temas que nos clama pela necessidade de termos uma participação mais efetiva, porque ainda essa semana a revista *Veja*, Senador, fez uma reportagem revelando que até maio de 2024 nós tivemos, só esse ano, 6 mil casos de incidentes de vulnerabilidade em órgãos do Executivo federal. Então, veja V. Exa. a importância dessa temática. E alguns desses dados dizem respeito aos nossos dados pessoais, aos dados pessoais dos brasileiros que estão armazenados em diversas bases de dados do poder público federal. Então, é a importância de nós acelerarmos para suprir a necessidade de termos profissionais qualificados, para que eles possam cumprir essa missão de proteger os nossos dados pessoais que estão armazenados nos órgãos públicos.

E tem uma série de perguntas que falam sobre a questão da capacitação e da necessidade de a gente fazer o aprimoramento, mas, respondendo a essas indagações, eu vou contar uma história, Senador. Meu pai veio para Brasília, do Rio de Janeiro, para trabalhar no IEL nacional, quando o IEL nacional... O CNI tinha sede no Rio de Janeiro, veio para cá. Aí, papai veio cumprir uma função que era de coordenador de interação universidade-indústria.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO ALMEIDA – E aí, ao longo da minha trajetória de vida, eu fui vendo que essa função não existia em outros lugares do mundo, porque não é possível a gente conceber uma realidade empresarial distante da realidade acadêmica. Isso tem que ter uma simbiose absoluta, porque se retroalimentam. Então, a gente não necessariamente precisa ter elementos formais estabelecidos para fazer essa conjugação de interesses; isso tem que ser natural, de forma que essa questão de entender que há uma necessidade de realidade empresarial de um jeito, uma necessidade de realidade acadêmica de outro, a gente tem que lutar para terminar isso. A gente precisa conjugar esses interesses para que a gente possa ter profissionais sendo formados para a satisfação da necessidade de mercado e vice-versa.

Eu acho que essa é uma das questões que me chamam bastante a atenção, seja no âmbito técnico, seja no âmbito profissional. A gente precisa acelerar esses mecanismos.

Muito obrigado mais uma vez, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado. Aliás, realmente a gente tem estado junto em várias audiências aqui. Isso é importante também. Cumprimento o Marcelo Almeida, Diretor de Relações Institucionais e Governamentais da Associação Brasileira das Empresas de Software.

Na sequência, eu passo a palavra ao Christian Tadeu, Presidente da Federação das Associações das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação (Assespro), para os seus três minutos de considerações finais e respostas.

O SR. CHRISTIAN TADEU (Para expor.) – Professor, obrigado mais uma vez, Senador Astronauta Marcos Pontes.

Como disse o colega Marcelo aqui, acho que nós já respondemos a várias questões nas nossas apresentações, como é o caso das MEIs – isso já é uma realidade no nosso setor.

Existem perguntas sobre cursos técnicos integrados ao ensino médio. Essa é uma reivindicação de quase todas as associações e entidades que nós conhecemos, as nossas entidades coirmãs, então isso é uma reivindicação do nosso setor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Sobre o aspecto de mais escassez, estão os salários baixos. Se a gente olhar sob a análise do nosso mercado, ele é duas vezes maior do que todos os demais setores, ou seja, para o Brasil, ele tem salários compatíveis aqui com a atividade.

"É importante que a pauta de informática comece a fazer parte da vida dos jovens desde cedo [...]". Correto o entendimento: quanto mais jovem ele for iniciado em empreendedorismo, inovação e tecnologia, mais facilidade ele terá em desenvolver e apresentar soluções tecnológicas.

Sobre o Júlio, de São Paulo, que fala sobre matemática – mas no caso aí são todas as matérias, como o STEAM –, é importante a gente voltar com isso fortemente no ensino público e no ensino privado para que a gente tenha facilidade na contratação desses jovens.

"O mercado de TI é predominantemente masculino [...]", isso é um fato, mas aqui eu falo até em nome das entidades coirmãs, da Abes, aqui, pelo Marcelo, pela Brasscom. A gente vem fazendo um trabalho e apresentando projetos de inclusão a todo tempo e a gente tem tentado e tem conseguido mudar esse percentual. Como eu disse, aqui em Brasília, nós já temos 42% dos colaboradores de público feminino.

Senador, essas são as considerações. Eu acho que aqui a gente consegue fazer um grande compêndio para poder transformar este país, reverter essa situação da capacitação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CHRISTIAN TADEU – ... e fazer com que o setor de tecnologia faça a transformação de que este país precisa.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Excelente! Obrigado, obrigado pelas suas considerações finais, Christian Tadeu, Presidente da Federação das Associações das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação (Assespro).

Imediatamente eu passo a palavra, então, ao Yves Nogueira, Presidente do Centro de Excelência em Tecnologia de Software do Recife (Softex Pernambuco), para suas considerações e respostas.

O SR. YVES NOGUEIRA (Para expor.) – Obrigado, Senador Marcos Pontes.

Eu vou passar rapidamente aqui para algumas contribuições nas respostas, já agradecendo, reforçando o agradecimento, a participação dos cidadãos pelo vídeo.

O Daniel, de São Paulo, pergunta: "Como o Programa CAPACITA pretende abordar a lacuna entre as habilidades atuais dos profissionais de TI e as demandas do mercado?". Na nossa apresentação, eu disse que a gente está tendo esse cuidado de ouvir o empresariado, Daniel, para poder formar a grade curricular adequada.

O Hugo, de Minas Gerais, pergunta: "Existem métricas para avaliar [...]". Isso está ligado com a provocação que o Marcelo fez. Nossa provocação para o Ministério da Ciência e Tecnologia no próximo ciclo é que inclusive a gente tenha um portal para poder acompanhar esse jovem, Senador, não só durante o período da capacitação, mas depois, onde é que ele está, em que empresa ele está, se ele fez uma graduação. Isso eu acho que é um trabalho adicional que a gente pode fazer.

O Hugo, do Rio Grande do Norte, cita a questão do mercado predominantemente masculino. Apesar de o Christian já ter citado, eu acho que vale a pena o reforço. É importante você saber que, na seleção do projeto do FAP, se a nota for igual, a gente incluiu um critério de desempate em que a participante feminina tem prioridade, para a gente ir ampliando a possibilidade de acesso a esse tipo de capacitação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, Senador, quero agradecer mais uma vez o convite desta Comissão, em sua pessoa e nas pessoas dos Senadores que aqui estiveram, e reforçar a importância desta Comissão.

É uma felicidade enorme para a gente, como cidadão e empresário, saber que a gente tem na bancada federal Senadores que estão preocupados com essa pauta e, não à toa, integram a Comissão de Ciência e Tecnologia. Então, vamos continuar trabalhando juntos. Contem conosco.

O Senador Fernando Dueire, enquanto aqui esteve, provocou para que a gente estivesse à disposição depois da audiência. Já coloco a Softex Pernambuco inteiramente à disposição para que a gente possa colaborar com as assessorias para qualquer informação adicional nessa pauta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Yves Nogueira, Presidente do Centro de Excelência em Tecnologia de Software do Recife (Softex Pernambuco).

Cumpridas todas as falas, eu gostaria neste momento de agradecer novamente a todos que estão aqui presencialmente, assim como àqueles que nos acompanharam ao longo de toda esta audiência pública pelas redes do Senado, pela TV Senado.

Agradeço àqueles que nos enviaram perguntas também, refrisando o nome aqui de cada um deles, porque é importante dar valor a essas participações: Maximiliano, de Minas Gerais; Gabriel, de São Paulo; Matheus, do Rio de Janeiro; Francisco, do Paraná; Daniel, de São Paulo; Edvandro, de Mato Grosso; Leandro, de Minas Gerais; Rony, de Goiás; Santhiago, do Tocantins; Lucas, do Distrito Federal; Daniel, de Minas Gerais; Hugo, do Rio Grande do Norte; Elinaldo, de São Paulo; Daniel, de São Paulo; Hugo, de Minas Gerais; Júlio, de São Paulo; e Pedro, do Rio Grande do Norte. É muito importante essa participação. Aliás, a audiência pública tem exatamente esse sentido de que a população nos acompanhe e dê a sua opinião a respeito dos temas que são tratados nessas audiências, que sempre têm o interesse de todos nós.

Gostaria de agradecer também ao Senador Fernando Dueire e parabenizá-lo por ter chamado esta audiência pública; a participação do Senador Izalci, que estava aqui conosco; e também agradecer à nossa mesa, que sempre faz um trabalho excelente para que nós tenhamos tudo isso funcionando 100%.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado a todos.

(*Iniciada às 11 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 06 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DEFESA DA DEMOCRACIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE JUNHO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às onze horas e dezenove minutos do dia doze de junho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência da Senadora Eliziane Gama, reúne-se a Comissão de Defesa da Democracia com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Soraya Thronicke, Teresa Leitão, Ana Paula Lobato, Fabiano Contarato, Humberto Costa e Alan Rick, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Ciro Nogueira, Beto Faro, Paulo Paim, Flávio Arns, Esperidião Amin, Zenaide Maia, Wilder Morais, Angelo Coronel e Professora Dorinha Seabra, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcos do Val, Renan Calheiros, Randolfe Rodrigues, Carlos Portinho, Magno Malta e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 5/2024 - CDD, de autoria Senador Humberto Costa (PT/PE), e REQ 6/2024 - CDD, de autoria Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Finalidade:** Discutir a Democracia e as Eleições: o impacto da Inteligência Artificial no contexto eleitoral brasileiro. **Participantes:** Renato Monteiro, Global Head of Privacy no X; Flávia Annenberg, Gerente de Relações Governamentais e Políticas Públicas do Google Brasil; Marcelo Eugenio Feitosa Almeida, Procurador-Geral da União (representante de: Advocacia-Geral da União); Mag Kang, Gerente de Políticas Públicas da Meta; Estela Aranha, Membro do Conselho Consultivo de Alto Nível da ONU para a Inteligência Artificial.; e Fabiano Barreto, Gerente de Políticas Públicas do TikTok Brasil. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Eliziane Gama
Presidente da Comissão de Defesa da Democracia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/06/12

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão de Defesa da Democracia da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 12 de junho de 2024.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 6ª Reunião, realizada em 6 de junho de 2024.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a democracia e as eleições: o impacto da inteligência artificial no contexto eleitoral brasileiro, em atenção ao Requerimento nº 5, de 2024, de autoria do Senador Humberto Costa, e ao Requerimento nº 6, de 2024 de autoria da Senadora Teresa Leitão.

Participarão da audiência – e eu já convido para estar conosco, à mesa, o Senador Beto Faro –, o Marcelo, na verdade o Renato Monteiro, Chefe Global de Privacidade do X. A Margareth... O Renato está presente ou está no virtual? (*Pausa.*)

No virtual.

Convido também para estar conosco, à mesa, a Margareth Kang, Gerente de Políticas Públicas da Meta, já convido. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ah, ela também está virtualmente.

Convido para estar conosco à mesa o Fabiano Barreto, Gerente de Políticas Públicas do TikTok Brasil, e a Estela Aranha, membro do Conselho Consultivo de Alto Nível da ONU para a Inteligência Artificial.

Também estará conosco na audiência a Flávia Annenberg, Gerente de Relações Governamentais e Políticas Públicas do Google Brasil. A Flávia está presente ou é virtual? (*Pausa.*)

Também virtual.

Então, nós temos aí dois presentes e três pelo sistema virtual. Aguardamos também a presença do Marcelo Eugenio Feitosa Almeida, Procurador-Geral da União.

Eu gostaria aqui, gente, profundamente, antes de tudo, de agradecer a presença de todos aqui, nesta reunião, de cumprimentar os Parlamentares, os Senadores que foram também autores dessa solicitação, dessa audiência, que tem como temática central o impacto da inteligência artificial no processo eleitoral brasileiro. Contamos hoje aqui com a presença de vários representantes das chamadas *big techs*, empresas que operam nas fronteiras limites da tecnologia informacional e também cibernética.

Os meus agradecimentos e a manifestação de uma convicção da colaboração entre o poder público e o segmento privado tecnológico, o que, em nosso caso, é recomendável, imprescindível e também fundamental. Sem essa colaboração, crises são inevitáveis e todos nós, claro, não as queremos. Também quero fazer um registro de que, exatamente agora, no momento desta audiência pública, nesta manhã, nós temos, durante a tarde, uma comissão especial... Na verdade, estará sendo votado um projeto que é defendido, de autoria e também defendido muito, pelo próprio Presidente Rodrigo Pacheco, que vem tratar exatamente da inteligência artificial no Brasil.

Ontem, nós tivemos também uma rica sessão temática sobre inteligência artificial, que evidenciou com clareza a complexidade dessa tecnologia sofisticada, que trará grande impacto às sociedades, às nações e também à vida das pessoas. No caso brasileiro, é bom lembrar que, ao contrário da maioria dos países mundo afora, aqui, no Brasil, nós temos uma Justiça Eleitoral,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hoje muito bem conduzida por uma mulher; uma mulher, aliás, absolutamente competente, que é a nossa Ministra Cármen Lúcia. A Justiça Eleitoral brasileira hoje, não há dúvida nenhuma, tem um nível de responsabilidade quanto à integridade do voto e do processo eleitoral, que, como todos nós sabemos, são a raiz da credibilidade da nossa democracia. Certamente essa postura será apurada cada vez mais, para que as informações falsas não permaneçam e acabem realmente complicando e trazendo prejuízo à consciência da cidadania e dos eleitores brasileiros.

Nessa direção destaco a recente resolução da maior importância do TSE, que são as novas normas disciplinadoras das eleições avançadas para inibir crimes e manipulações de informações. Como mulher e Senadora, eu também fico contente em saber que a Ministra Cármen Lúcia é muito zelosa quanto aos princípios democráticos e, particularmente, na igualdade entre gêneros, uma mulher batalhadora dentro do arcabouço legal e constitucional para que outras mulheres possam também representar tanto o Parlamento brasileiro como também a mais alta Corte do nosso país.

Vivemos um mundo contemporâneo tumultuado, complexo, onde mentiras e narrativas procuram solapar a integridade do voto e, mais largamente, a própria razão. E quando as tecnologias são responsabilizadas massivamente e de forma mais rápida que as próprias ações do poder público para coibi-las, portanto, mais uma vez, creio que só a colaboração entre atores privados e públicos pode retirar da tecnologia tudo o que é positivo, inibindo ações nefastas que agridem os princípios da transparência e também da liberdade.

A inteligência artificial, neste momento, é uma espada de Dâmocles sobre as nossas cabeças. É um instrumento perigoso na formação das *deepfakes*, também das *fake news* e também de bolhas, onde são capazes de separar o cidadão de seu diálogo com a sociedade aberta e também com as diferenças. Espero que o Brasil seja um exemplo no combate a crimes tão estúpidos que não matam necessariamente pessoas fisicamente, mas matam a democracia e até mesmo o processo civilizatório tal como nós conhecemos.

Esta Comissão de Defesa da Democracia, aliás, nasceu exatamente nesse sentido, nessa linha do fortalecimento da democracia no país. E esta audiência pública vai na esteira daquilo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que nós defendemos e num programa continuado e sistemático de vigilância do processo democrático brasileiro.

O 8 de Janeiro não acabou; é uma luta diária, e aí, portanto, as instituições brasileiras, que são fortes, têm um papel preponderante para que o 8 de Janeiro nunca mais volte na história do Brasil. É um dia em que nós precisamos esquecer do ponto de vista da sua repetição, mas nós precisamos lembrá-los, todos os dias, do ponto de vista da luta e do combate, para que essa situação de fato nunca mais aconteça na história do Brasil.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211. O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem perguntas ou comentários. (*Pausa.*)

O sistema virtual já está o.k., não é?

Então, nós vamos iniciar a nossa audiência pública, e a gente inicia passando a palavra pelo tempo de até... quantos minutos? Vinte? (*Pausa.*)

Até dez minutos, e a gente inicia com o Renato Monteiro, que é Chefe Global de Privacidade do X.

Pois não, Renato, você tem até dez minutos de fala inicial.

O SR. RENATO MONTEIRO (*Por videoconferência.*) – Obrigado, Senadora, só para verificar: tudo o.k.? Estão conseguindo me ouvir aqui?

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Tudo certinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENATO MONTEIRO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado. Primeiro gostaria de cumprimentar a Presidência desta Comissão de Defesa da Democracia, a Senadora Eliziane Gama, bem como os Parlamentares autores dos requerimentos para debater esse assunto tão relevante para o ecossistema digital, junto a autoridades interessadas no tema. Também gostaria de cumprimentar todos os aqui presentes.

Agradeço pela oportunidade de falar aqui hoje. É uma honra poder dividir esse espaço com vocês.

Como dito pela Senadora, eu sou o líder global em privacidade e proteção de dados do X e também sou responsável, em conjunto com os mais diversos times da nossa organização, por várias das nossas iniciativas de desenvolvimento e uso seguro de ferramentas e funcionalidades que se valem de inteligência artificial, nas suas mais diferentes formas. A gente sabe que existem hoje as mais diferentes tecnologias.

Nesse contexto, temos participado ativamente das discussões no Brasil das iniciativas de regulação de IA, como algumas mencionadas aqui pela Senadora. Para a nossa conversa de hoje, gostaria de focar no impacto da inteligência artificial no contexto eleitoral brasileiro.

Como plataforma pública e em tempo real, o X – ou aqui o "xis", vamos falar – tem o objetivo de oferecer a todos a capacidade de se conectar, debater e compartilhar informações e suas perspectivas, além de se engajar em conversas e ter acesso a cada lado de um debate.

De acordo com o interesse da discussão de hoje, acreditamos que temos a importante responsabilidade de garantir que nosso serviço não seja usado com a intenção de manipular o discurso público ou interromper a autenticidade da conversa.

Levamos essa responsabilidade a sério. Explicarei, em minha declaração, as medidas que estamos implementando para garantir que combatamos efetivamente a manipulação do serviço, bem como a desinformação e a má informação de um modo geral.

O X, Senadora, é fundado sobre um conjunto de valores fundamentais para a defesa e o respeito à voz do usuário e um compromisso com a liberdade de expressão e a proteção à privacidade. Nós fazemos isso servindo à nossa audiência global e focando nas necessidades das pessoas que usam o nosso serviço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No X, estamos comprometidos em prover um serviço que encoraje e facilite o debate aberto, democrático e mais diverso e plural possível.

Para que esse objetivo seja alcançado, o X entende ser necessário prover às pessoas um ambiente em que elas se sintam seguras ao se comunicar na plataforma.

Como centro global de conversa pública, sabemos que o debate público no período que antecede as eleições terá lugar e acontecerá no X. Estamos orgulhosos de que o nosso serviço seja um impulsionador de conversas que alimentam o debate democrático no Brasil e em vários lugares do mundo.

Em tempos de eleições e em todos os momentos, é fundamental manter a autenticidade da conversa no X. Nossas equipes permanecem alertas sobre qualquer tentativa de manipulação da plataforma por parte de maus atores e redes, seja por meio de uso de ferramentas de IA ou não.

Temos políticas robustas em vigor para evitar *spam* e manipulação da plataforma e removeremos contas envolvidas nesse tipo de comportamento.

É importante frisar, Senadora, que, independente de um conteúdo violador das nossas políticas ter sido criado por meio de ferramentas de IA ou não, ele será acionado.

Também nos certificamos de que estamos bem equipados para lutar contra qualquer mídia manipulada e *deepfakes* e colocaremos rótulos visíveis em qualquer conteúdo que tenha sido denunciado por uma fonte confiável que indique que este viola as políticas da nossa plataforma.

Temos vários exemplos de situações globais, situações no Brasil, em que isso aconteceu e, caso seja aqui do desejo da Comissão, da Senadora, nós podemos compartilhar algumas métricas que podem consubstanciar o nosso debate.

De acordo especificamente, Senadora, com a política de integridade cívica do X, é proibido, por exemplo, usar o serviço com o propósito de manipular ou interferir em eleições e em outros processos cívicos, como postar ou compartilhar conteúdo que possa suprimir a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

participação, enganar as pessoas sobre quando, onde ou como participar de um processo cívico ou levar à violência *offline* durante uma eleição.

Se a tentativa de manipulação e violação se der por meio de ferramentas de IA, ela será acionada, Senadora.

Qualquer tentativa de minar a integridade da participação cívica impacta os princípios fundamentais de liberdade de expressão, proteção da privacidade e outros direitos fundamentais. Como resultado, aplicamos rótulos visíveis a publicações violadoras das nossas políticas, informando aos utilizadores que o conteúdo viola a nossa política de integridade física – cívica, em específico.

Finalmente, o X oferece uma ferramenta única e colaborativa, a qual eu gostaria de destacar aqui na nossa conversa, conhecida em inglês como *Community Notes*, que permite que qualquer pessoa no X leia, comente e avalie os conteúdos postados na plataforma de forma cooperativa, e os colaboradores que desbloquearem a capacidade de escrever notas podem adicionar comentários às postagens para adicionar contexto para permitir o melhor entendimento e informar a todos os usuários.

Esta ferramenta está se tornando ferramenta útil e valiosa de informação dirigida pela comunidade colaborativa em tempos de eleições. O *Community Notes* está disponível no Brasil e em vários lugares do mundo, com novos contribuidores sendo adicionados frequentemente.

Ainda estamos de contato regular com nossos reguladores e com as autoridades competentes para explicar os nossos esforços para proteger a conversa em torno das eleições e fornecer-lhes canais de emergência em caso de necessidade.

No contexto de regulação de IA, inclusive no Brasil, Senadora, em termos gerais, qualquer regulamentação deve refletir as diferentes formas de funcionamento das plataformas e dos demais sistemas, incluindo as formas como os conteúdos são classificados e potencialmente amplificados, ao mesmo tempo em que protege direitos fundamentais, maximiza a concorrência, equilibra a segurança, a proteção de dados, a liberdade de expressão e protege contra outros impactos não intencionais e manipuladores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acreditamos que as pessoas precisam de mais opções e controle sobre os algoritmos (*Falha no áudio.*)... as suas experiências *online*.

Os algoritmos que empregamos no X são projetados para permitir experiências personalizadas e relevantes para o usuário, ao mesmo tempo em que permitem o uso seguro e que fomentam o debate público saudável.

Dito isso, Senadora, mais uma vez agradeço a oportunidade de participar deste importante debate.

O X está comprometido em colaborar com a proteção da democracia, a civilidade da conversa pública, a privacidade e a produção de dados no contexto eleitoral, e nos responsabilizaremos publicamente sobre essa missão.

Seguir a conversa pública e manter as pessoas informadas sobre o que está acontecendo no mundo é central para o nosso trabalho.

A saúde da conversa no X será construída e medida pela forma como incentivamos o debate cívico, as conversas e o pensamento crítico.

Muito obrigado, Senadora. Fico aqui à disposição.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Muito obrigada, Renato Monteiro.

Eu quero cumprimentar aqui o Deputado Jilmar Tatto, dar aqui as boas-vindas a você na nossa Comissão de Defesa da Democracia; cumprimentar a Senadora Teresa Leitão, a nossa grande Senadora, que, aliás, é autora do requerimento de que resultou esta audiência pública – tem que falar corretinho, porque ela é professora, então, você errou aqui, ela corrige na mesma hora. Profa. Teresa, na verdade, como eu disse, é autora do requerimento desta audiência pública.

A Professora quer fazer uma fala, não é isso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Ah, a Deputada Edivanda...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Deputada Dilvanda Faro, também muito obrigada pela sua presença.

Olha, nós temos um Parlamento neste momento com maioria de mulheres. Então, nós temos aqui três Parlamentares, que são os Senadores e o Deputado, e três outras Parlamentares: duas Senadoras e uma Deputada. É raríssimo a gente ter a maioria.

Um dia nós chegaremos lá, viu, Deputado?

Então, parabéns às nossas Parlamentares.

Senadora.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Muito obrigada, Senadora Eliziane Gama, Presidenta desta tão importante Comissão. Quero cumprimentá-la.

Quero cumprimentar o Sr. Fabiano Barreto, a Sra. Estela Aranha, os nossos colegas aqui de bancada.

Quero dizer que a paridade é nosso sonho. Nós chegaremos lá. Embora nós sejamos maioria na população, a paridade nas Casas Legislativas já nos contentaria. Estamos lutando por isso, não é, Senadora?

Quero agradecer a possibilidade de falar antes de todos, porque eu fui demandada para uma entrevista, que era agora às 11h30, e eu pedi para retardar um pouquinho, porque não queria faltar. É evidente que terei acesso a todo esse rico conteúdo, importante conteúdo, Deputado Jilmar, que nós estamos querendo debater nesta audiência, porque eleições democráticas precisam de transparência.

Fiz um rápido texto, para ser mais objetiva. A uma das questões a Senadora já se referiu. Não só eu, mas ela também, além do Senador Beto Faro, além do Senador Humberto Costa,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

subscrevemos esse requerimento, e acho que a audiência vai nos enriquecer bastante com aquilo que a gente precisa saber.

Um tema dessa proporção achamos que deve ser enfrentado sob diversos ângulos, de maneira multidimensional, uma vez que envolve a elaboração de regras e regulamentos específicos, mas também o entendimento do potencial da inteligência artificial e o desenvolvimento de ferramentas de combate a notícias falsas.

O nosso veto, o veto do Governo em relação às *fake news* foi derrubado. Todos sabemos disso, não é? Então, existe ainda uma preocupação maior com o uso da inteligência artificial por conta dessa trava, que seria uma trava democrática, mas democraticamente o Congresso não entendeu assim, e isso resulta em mais preocupações e, ao mesmo tempo, mais atenção para vencermos o problema.

Nossos convidados, eu tenho certeza, representam muito bem essa diversidade de pensamentos e de conhecimentos.

O debate entre representantes de empresas de tecnologia e autoridades do Judiciário, do Executivo e do Legislativo será certamente instrutivo e enriquecedor, além de contarmos com a presença muito importante de um representante das Nações Unidas.

Estamos dialogando sobre inovações que nos oferecem uma possibilidade em meio a dois caminhos. Um caminho traz imensas contribuições à democracia, como o estímulo à participação popular, a simplificação de processos eleitorais e a redução de custos de campanha. Outro caminho é o uso abusivo de inteligência artificial disseminando notícias falsas e desinformação.

Eu mesma fui vítima disso na última campanha. Uma coisa simples, mas que eu não havia dito, mas a minha voz foi modificada. A voz de quem falou foi modificada para ter o tom da minha voz, e eu fazia uma chamada que não era verdadeira. Era uma simples chamada para um ato de uma candidata que eu não apoiava, era a candidata de oposição ao nosso candidato, e aí botaram a minha voz fazendo a chamada. Uma coisa relativamente simples, mas altamente comprometedora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nesse sentido, enquanto o uso adequado da inteligência artificial tende a auxiliar a campanha eleitoral e direcionar mensagens para diferentes públicos, o uso inadequado pode gerar *fake news*, bem como *deepfakes*, com um elevado grau de realismo, confundindo os eleitores. Foi o que aconteceu com a minha voz.

Essa nova dinâmica exige adaptação da nossa maneira de enfrentar o problema. Precisamos mudar o foco. Percebam que, em lugar de nos dedicarmos ao acesso à informação, devemos agora conferir especial atenção à avaliação do conteúdo.

Podemos dizer que nosso acompanhamento não é mais centrado apenas na questão da transparência e publicidade do candidato ou candidata e de suas propostas, o que ainda é muito importante.

Passamos também a ser mais exigidos na análise do conteúdo que está sendo efetivamente gerado pelas campanhas.

Essa verificação se deve ao nosso receio de que a inteligência artificial seja utilizada para manipular informações e opiniões. Isso não é um exagero. A inteligência artificial generativa dispõe de recursos que podem ser utilizados para simular discursos, criar perfis falsos de candidatos e candidatas e disseminar informações errôneas.

Condutas desse tipo já foram inclusive vedadas pelo Tribunal Superior Eleitoral, mas não é tarefa simples fazer a sua apuração no dia a dia das eleições.

Já nos deparamos com textos, imagens, áudios e vídeos manipulados com o propósito de influenciar o eleitor e corromper o sistema político.

A manipulação encontra, de modo lamentável, campo fértil em nossa sociedade, em razão de vivermos uma política polarizada, marcada pela rivalidade e chegando até o extremo das violências.

Os grupos extremos e os gabinetes do ódio gostam desse ambiente e se utilizam da desinformação para conquistar espaços. Todavia, devemos reforçar o entendimento de que a eleição manipulada não é legítima. Um voto influenciado por informações falsas não atende ao interesse democrático nem a indicativo da ampla liberdade de expressão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Ministra Cármen Lúcia tem batido nesta tecla: a liberdade de expressão jamais deve servir de propósito da arbitrariedade e da falta de controle. Inclusive, no seu discurso de posse, ela foi veemente em relação a esta questão.

Foi nesse sentido que o TSE aprovou resolução para manter a inteligência artificial dentro dos parâmetros da legalidade e da moralidade. Todavia, ainda estamos nos familiarizando com esse novo contexto. Precisamos ficar atentos e atentas às inovações tecnológicas e ao que tem ocorrido em outros países.

Vou pular um pedaço, porque repete um pouco essa mesma informação, mas eu quero citar algo que está ocorrendo aqui na Casa, que é a minha fala final. Quero citar especificamente a Comissão Temporária sobre Inteligência Artificial, que irá votar daqui a poucas horas, ainda na tarde de hoje, o relatório do PL 2.338, de 2023. O Relator é o Senador Eduardo Gomes, e o autor do projeto é o Presidente da Casa, Senador Rodrigo Pacheco. Esse PL tramita em conjunto com outros dois projetos, todos ligados diretamente à regulamentação da inteligência artificial. Espero e desejo que o relatório apresente as soluções adequadas e que possamos, em breve, aprovar a proposta.

Eu participei de uma atividade, no ano passado, em outubro, se não me engano, em Montevidéu, uma cúpula de Parlamentos para analisar a utilização da inteligência artificial em vários âmbitos, Dr. Fabiano, no âmbito tanto da gestão pública, quanto da gestão privada e dos Parlamentos. E é uma matéria realmente sobre a qual nós não podemos mais olvidar ou desconhecer. É uma coisa que a gente pode dizer que é dessas que vieram para ficar, mas o cuidado tem que ser realmente redobrado para que não se manipulem nem se veiculem informações que desinformam.

Concluo, realçando o meu entendimento de que não há espaço na democracia para manipulação de ideias nem para liberdade de expressão sem limites. A vida em coletividade pressupõe o respeito às diferenças e o reconhecimento de opiniões diversas. Isso significa que as liberdades individuais não podem se sobrepor aos direitos alheios e aos direitos coletivos.

Muito obrigada, Sra. Presidenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desculpo-me e lamento, por mim própria, porque não vou poder me enriquecer e ouvir a todos e a todas que, certamente, vão abrilhantar muito esta audiência pública.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Muito obrigada, Senadora, pelas suas palavras. Fique à vontade. A gente sabe que, na terça-feira e na quarta-feira, a situação no Senado Federal – no Congresso Nacional como um todo, pois também na Câmara dos Deputados – não é fácil. A gente acaba tendo que ir a várias Comissões, ser meio onipresente, para poder dar conta, de fato, da agenda.

Eu vou passar aqui a palavra à Dra. Flávia Annenberg, que é Gerente de Relações Governamentais e Políticas Públicas do Google Brasil, que vai fazer a sua participação também pelo sistema virtual.

Flávia, você tem dez minutos.

O SR. FLÁVIA ANNENBERG (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia.

Muito obrigada.

Antes de iniciar, eu só queria conferir que conseguem me escutar.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Sim, querida.

O SR. FLÁVIA ANNENBERG (*Por videoconferência*.) – Certo. Muito obrigada.

Bom dia a todos e a todas.

Meu nome é Flávia Annenberg. Sou da equipe de políticas públicas do Google.

Quero começar agradecendo pelo convite para falar hoje.

Cumprimento a Senadora Eliziane Gama, na pessoa de quem cumprimento também os demais membros da Comissão de Defesa da Democracia.

E agradeço a possibilidade de participação virtual. Infelizmente, não pude estar em Brasília hoje. Muito obrigada por viabilizar minha participação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O assunto discutido hoje nesta reunião é da maior importância para o Google. Apoiar e proteger as eleições é essencial para o compromisso do Google com o processo democrático brasileiro. A gente sabe que mais de 5 mil municípios vão às urnas em outubro, e o nosso objetivo é continuar ampliando os esforços para manter as nossas plataformas seguras contra abusos e desinformação e, ao mesmo tempo, melhorar o acesso das pessoas a fontes confiáveis, ajudando os eleitores para que eles entendam os conteúdos que eles encontram na internet e, assim, possam tomar decisões bem informadas. O combate à desinformação é, então, uma parte central desse compromisso do Google, e o Google tem como missão justamente organizar as informações do mundo e torná-las úteis e disponíveis para todos.

O que isso significa quando a gente fala de eleições? Isso significa justamente fornecer suporte para os eleitores na busca por informações oficiais e úteis para que eles possam fazer uma escolha mais informada quando eles vão votar. Conectar pessoas a informações confiáveis é, portanto, o primeiro pilar da nossa atuação nas eleições.

A espinha dorsal desse trabalho, como muitos já devem saber, tem sido uma parceria com o TSE, que vem desde 2014; então, tem quase dez anos. Nas eleições de 2022, por exemplo, nós lançamos com o TSE as ferramentas "como tirar título de eleitor" e "como votar", que eram recursos que apareciam diretamente na busca do Google para ajudar as pessoas a encontrar o melhor conteúdo para participar do processo democrático, justamente o conteúdo que era fornecido pelo TSE, a fonte oficial de informação sobre eleições no Brasil.

Eu gostaria de compartilhar alguns números para dar a dimensão do quanto essas ferramentas foram importantes. Durante o primeiro e o segundo turnos das eleições de 2022, esses recursos foram vistos quase 240 milhões de vezes. Também nos dias de votação, a gente entregou na busca, em tempo real, o resultado das eleições com dados extraídos, de novo, diretamente do TSE. Nos dias do primeiro e do segundo turnos, esse recurso representou aproximadamente 30% de todo o tráfego de pesquisa na busca do Google no Brasil, o que mostra a relevância de a gente ter ferramentas que dão destaque ao conteúdo do TSE como fonte oficial.

Na nossa loja de aplicativos, a gente também teve uma coleção de aplicativos destacados para fácil acesso dos usuários que incluía aplicativos da Justiça Eleitoral, como o e-Título, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

certamente muita gente conhece, e aplicativos cívicos relacionados às eleições, como, por exemplo, para a checagem de fatos, que foi o caso do aplicativo do Comprova, um aplicativo que contou com o apoio do Google e foi o primeiro aplicativo de checagem no Brasil.

A gente também lançou a campanha "Conheça seu voto", para ampliar o uso consciente das informações que circulam sobre eleições. Essa campanha impactou mais de 100 milhões de eleitores.

A gente também teve uma série de iniciativas para apoiar checadores de fatos e veículos jornalísticos, com foco especial em eleições.

E, no YouTube, a gente desenvolveu alguns recursos destinados a eleições no Brasil, especificamente. Tinha o alerta de integridade eleitoral, que era exibido nas buscas no YouTube por eleições no Brasil e direcionava o usuário, de novo, para informações oficiais do TSE sobre a integridade do processo eleitoral. E a gente também disponibilizou no YouTube o painel de informações sobre a urna eletrônica. Então, para um grupo específico de assuntos passíveis de desinformação, como era o caso da urna eletrônica, era apresentado um contexto adicional com informações de terceiros, como o TSE.

Neste ano, esses esforços nossos para ajudar as pessoas a tomarem decisões informadas e divulgar informações de qualidade vão continuar, mas agora com um foco maior no papel da inteligência artificial. Como já foi falado aqui, qualquer tecnologia emergente tem os seus desafios e as suas oportunidades. No Google, a gente tem se preparado para entender como a inteligência artificial pode tornar o cenário da desinformação ainda mais complexo.

Nos últimos anos, o Google tem apoiado eleições no mundo todo, e, em cada ciclo eleitoral, a gente vai aplicando novos aprendizados para melhorar os nossos produtos. Quando a gente fala do desenvolvimento de inteligência artificial, o Google tem adotado uma abordagem responsável, considerando, de novo, oportunidades e riscos de qualquer tecnologia emergente. Os nossos modelos de inteligência artificial tendem a melhorar os nossos esforços de combate ao abuso, incluindo aí a capacidade de aplicar as nossas políticas em uma escala cada vez maior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Google já tem políticas de longa data para coibir conteúdos que tenham ódio, assédio, incitamento à violência, alegações comprovadamente falsas que podem minar os processos democráticos, entre outros. O Google tem políticas que proíbem conteúdo e anúncios que confundam os eleitores sobre como votar ou que estimulem a interferência no processo democrático. E isso não depende do tipo de conteúdo: pode ser vídeo, imagem, texto, inclusive o conteúdo sintético, o conteúdo criado por inteligência artificial. Então, por mais de uma década, a gente já tem utilizado a inteligência artificial para identificar e remover conteúdos que violam essas políticas que eu mencionei, mas, agora, com avanços mais recentes, esses sistemas têm se tornado cada vez mais rápidos, cada vez mais adaptáveis.

O Google está especialmente focado no papel que a inteligência artificial generativa pode ter no contexto eleitoral. Por isso, o segundo pilar da nossa atuação é o de ajudar o usuário a entender o conteúdo gerado por inteligência artificial. E, para ajudar o usuário a identificar um conteúdo que pode parecer realista, mas que, na verdade, é gerado por inteligência artificial, o Google introduziu várias ferramentas e políticas novas, e eu vou dar aqui alguns exemplos.

Primeiro, há o de rótulos de conteúdo. Em março, o YouTube passou a exigir que todos os criadores identifiquem os conteúdos criados por inteligência artificial ou com uso de ferramentas de inteligência artificial para facilitar o entendimento do público sobre vídeos manipulados ou modificados digitalmente. Então, esse conteúdo tem que ser sinalizado por meio da aplicação desses rótulos. Esse novo rótulo tem como objetivo fortalecer a transparência com os espectadores e construir uma confiança entre o criador e o seu público. Alguns exemplos que o criador precisa identificar incluem usar a semelhança de uma pessoa real, alterar a imagem de eventos ou lugares reais, gerar cenas realistas, entre outros.

Também no Gemini, a gente começou a implementar restrições sobre os tipos de perguntas relacionadas às eleições para as quais o Gemini vai dar respostas. O Gemini acaba direcionando muitas dúvidas para a própria busca do Google e, além disso, tem um recurso de verificação dupla, que avalia se tem um conteúdo na *web* disponível para fundamentar a resposta que ele fornece.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente tem também o SynthID, que é uma ferramenta do Google DeepMind, que incorpora diretamente uma marca d'água digital em imagens e áudios gerados por inteligência artificial.

A gente também tem buscado oferecer contexto adicional para os usuários sobre o que eles veem. E aqui vou dar o exemplo de um recurso que é o "Sobre esta imagem". O "Sobre esta imagem" está disponível na busca do Google e é um recurso que dá para as pessoas mais contexto e mais ferramentas para ajudá-las a avaliar a confiabilidade do que elas estão vendo *online*. E isso é fundamental para combater a desinformação, sendo ela gerada por inteligência artificial ou não. Então, esse recurso permite identificar quando uma imagem foi vista pela primeira vez na busca e se ela já foi publicada antes. Também dá para ver o que os *sites* de notícias e agências de verificação já publicaram sobre essa imagem e conferir, quando disponíveis, os metadados que foram adicionados pelos criadores e editores de conteúdo sobre aquela imagem. Então, essas informações ajudam a entender se a imagem foi retirada de contexto, por exemplo.

O Google tem feito um trabalho contínuo em colaboração com autoridades locais, com a indústria, com a sociedade civil, justamente como eu falei no início, para continuar conectando os eleitores com as informações mais confiáveis. Para dar alguns exemplos, recentemente, o Google aderiu a um esforço intersetorial para ajudar a fornecer mais transparência e contexto para as pessoas do conteúdo gerado por inteligência artificial. Então, junto com outras empresas líderes em tecnologia, a gente assumiu esse compromisso. É um acordo tecnológico para combater o uso enganoso de IA nas eleições, com um conjunto de compromissos para implantar a tecnologia que combata o conteúdo prejudicial gerado por IA, que pode ser destinado a enganar os eleitores.

E o último exemplo – aqui eu já vou encerrar – é que a gente também se juntou, recentemente, ao C2PA, um órgão global de padrões que promove a transparência *online*, por meio da certificação da procedência de conteúdo digital. Foi um passo importante, justamente para trazer mais transparência para o conteúdo digital, incluindo como e quando o conteúdo foi criado ou modificado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todos esses esforços de que eu falei aqui contribuem para o nosso trabalho para conectar os eleitores a informações confiáveis e úteis, o que é um passo fundamental para combater a desinformação na eleição brasileira.

Para encerrar, queria reforçar que o Google está sempre comprometido com as iniciativas para apoiar o processo eleitoral no Brasil, e eu sigo à disposição da Comissão para tirar qualquer dúvida.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Muito obrigada, Flávia, pela sua participação.

Queria registrar aqui a presença também do nosso sempre Senador Donizeti Nogueira. Seja bem-vindo à nossa sessão!

Cumprimento o Dr. Marcelo Eugenio Feitosa Almeida, Procurador-Geral da União, que já convido para estar conosco aqui, na mesa dos trabalhos.

Vou passar aqui a palavra ao Senador Beto Faro, porque, como eu disse, as nossas reuniões, as nossas agendas realmente são muito cheias, e ele também terá que seguir para uma outra Comissão.

Senador Beto Faro.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para interpelar.) – Senadora Eliziane Gama, Presidente desta Comissão, agradeço – também coautora desta audiência pública.

Cumprimento aqui o Deputado Jilmar Tatto, que, inclusive, é Secretário de Comunicação do PT, do Brasil, além de Deputado por São Paulo, e que tem feito um trabalho importante nessa área da comunicação.

Cumprimento aqui a todos os nossos palestrantes, vamos dizer assim, como o Fabiano Barreto, o Marcelo, a Estela e aqueles que estão participando de forma virtual; o ex-Senador e também nosso parceiro aqui Donizeti; e a Senadora que já, inclusive, saiu, por Pernambuco. Cumprimento a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, é uma audiência extremamente importante. Nós estamos nos avizinhando de uma eleição, uma eleição que, para este tema, às vezes, é até bem mais complexa, porque, em eleição municipal, há municípios pequenos em que o único instrumento de comunicação talvez sejam as redes sociais, porque não tem rádio, não tem televisão participando das eleições. Talvez o único instrumento seja essa questão das... E é uma eleição até com uma complexidade maior para acompanhamento daquilo que se põe nas redes: é verdade ou é falso? É até mais complexo para você acompanhar e monitorar.

Eu quero até lamentar – e não estou entendendo muito – a ausência aqui do TSE, porque o TSE tem sido um guardião dessa questão da democracia, tem nos ajudado muito, tem trabalhado a regulamentação, inclusive, dessa questão das redes. Não estar aqui é ruim, mas eu entendo que...

Eu sei do compromisso da Ministra Cármen Lúcia, do Alexandre, que saiu, e dos projetos que estão dentro do TSE trabalhando essa questão da regulamentação. Os resultados desta audiência com certeza chegarão a eles, e a gente aprimorará cada vez mais isso.

Quero agradecer muito aqui a participação das *big techs*, trazendo as informações do trabalho que está sendo feito, para que a gente possa inibir essa questão das inverdades nas redes. Então, é fundamental.

E quero dizer que me sinto muito contemplado, porque nós estamos debatendo isso na Casa, no Senado, tem projetos também tramitando na Câmara e que, com certeza, não chegarão a tempo dessas eleições. Não, nós não teremos o resultado desse trabalho e dos projetos já votados em Plenário para tempo dessas eleições, mas teremos para o futuro. Como é uma coisa que cresce, a gente precisa disso a tempo, mas o TSE está trabalhando nisso, e todas as informações que nós podemos debater aqui no Parlamento são fundamentais.

Eu também já fui vítima, aliás, é muito difícil alguém não ter sido vítima – alguém público – da má informação, das *fake news*; é muito difícil alguém no país não ter sido vítima disso. Portanto, audiências como esta aqui melhoram, aprimoram e nos ajudam a vencer essa etapa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos exemplos já de eleições no mundo em que essa questão foi muito forte, como na Argentina e em outros países – foi muito forte –, e é necessário nós nos preocuparmos com isso.

Eu quero parabenizar, então, aqui a iniciativa. Quero dizer que eu vou ter que sair porque tenho uma outra agenda importante, mas queria saudar aqui e parabenizá-lo, Presidente, pela condução do nosso trabalho.

Era isso.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Muito obrigada, Senador Beto Faro, pelas suas palavras.

Eu vou passar aqui a palavra ao Dr. Marcelo Eugenio Feitosa Almeida, que é Procurador-Geral da União, e, na sequência, ao Deputado Jilmar Tatto, que também dará sua contribuição.

Dr. Marcelo.

O SR. MARCELO EUGENIO FEITOSA ALMEIDA (Para expor.) – Bom dia. Obrigado, Senadora Presidente desta Comissão.

Eu gostaria de fazer dois registros iniciais, Senadora. O primeiro é um registro em relação à própria criação da Comissão de Defesa da Democracia. Existe hoje uma literatura que trata de defesa da democracia, de democracia defensiva, em que eles colocam quatro estratégias, agrupam as estratégias em quatro, e uma dessas estratégias é a defesa da democracia por meio da ação política, é a defesa da democracia por dentro dos Parlamentos. E esta Comissão é um instrumento claro dessa estratégia de defesa de democracia. Então, eu acho importante fazer esse registro e ressaltar a importância desta Comissão dentro do ferramental de democracia defensiva no Brasil. E isso, Senadora, não sou eu que digo, são os pesquisadores, enfim, dessa matéria.

Um outro destaque inicial que eu gostaria de fazer é a escolha da temática. Nós temos desafios relacionados à tecnologia, temos desafios relacionados às novíssimas tecnologias, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esta Comissão também se ocupa desse tema, se preocupa e busca o debate para que a gente possa aqui reunir estratégias para esse enfrentamento.

Em relação à manifestação da Advocacia-Geral da União, eu queria problematizar a partir de uma fala de um jurista americano, que é o Thurgood Marshall, que foi Juiz da Suprema Corte dos Estados Unidos. Enquanto advogado, atuando em um caso muito importante de comunicação política, ele disse o seguinte, que centraliza muito bem o problema de que nós estamos falando aqui, dentro desse contexto de igualdade de oportunidades eleitorais, de campo de jogo nivelado eleitoral: como somos realmente iguais, quando determinados grupos podem usar o seu poder econômico – e agora o poder tecnológico – para exercer um controle extraordinário sobre o mercado de ideias?

Basicamente, é dessa temática que nós estamos falando hoje. A gente sabe que, se as novas tecnologias e as novíssimas, por um lado, barateiam, aumentam o alcance da comunicação política, do debate político, nós temos algumas preocupações associadas que impactam o campo de jogo nivelado eleitoral, a possibilidade de produção de uma desinformação mais sofisticada, mais precisa em termos de público-alvo, mais precisa em termos de capacidade de manipulação e de maior alcance e com padrão composicional mais difícil de ser destacado. Especialmente em relação às *deepfakes*, há justamente uma sofisticação na criação do conteúdo desinformacional, com a utilização de imagens e vídeos altamente realistas, criados por inteligência artificial, que podem até mesmo imitar indivíduos reais em situações inexistentes, que é a preocupação maior de todos nós.

Trata-se de uma preocupação global, hoje liderada aqui pelo Senado e também pelo Tribunal Superior Eleitoral, como o Senador bem destacou. Nós temos que garantir a precisão, a consistência e a confiabilidade da informação de interesse político para a formação livre de convicções e, consequentemente, livre exercício do sufrágio.

Senadora, nós vamos propor quatro linhas de atuação, muito brevemente.

A primeira foca na criação de marcos jurídicos regulatórios bem desenhados. É importante que eles sejam bem desenhados, bem debatidos, e uma audiência como esta é fundamental para um bom desenho desses marcos regulatórios. É importante que esses marcos deem previsibilidade, porque, na medida em que nós temos marcos regulatórios previsíveis, eles

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

passam a ser confiáveis, então as pessoas envolvidas, as entidades envolvidas vão ter mais confiança no tratamento dessa matéria. Isso dá mais estabilidade e isso pacifica o trato da matéria.

Um outro ponto importante é a estruturação de instituições competentes e independentes. Mais uma vez, eu reitero o papel do Senado Federal. A Justiça Eleitoral é uma dessas instituições com competência e vocação para tratar dessa matéria.

Uma terceira linha de atuação é a cooperação multissetorial. Ou seja, essas instituições que eu mencionei – o Parlamento, a Justiça Eleitoral –, a indústria de serviços tecnológicos, os partidos políticos são muito importantes dentro deste debate, e é importante a cooperação e a atuação em comunhão de objetivos para o bom uso das novas e novíssimas tecnologias.

O quarto ponto eu vou deixar para o final.

Voltando um pouquinho, Senadora, à questão das instituições e dos marcos jurídicos regulatórios, este Senado tem desempenhado um papel essencial nesse debate. Entendemos, como eu falei, que os partidos podem contribuir muito, por meio de orientações e diretrizes às campanhas eleitorais, sobre práticas, bons usos e aplicações dessas novíssimas tecnologias.

A Justiça Eleitoral, que é uma instituição que, como o Senador Beto Faro falou, é uma ponta de lança no enfrentamento desses desafios que as novas tecnologias impõem, tem se voltado à instituição de medidas para assegurar a regularidade da propaganda política veiculada pela internet, como também tem combatido a desinformação sobre a própria higidez do processo eleitoral, exatamente diante dessa premissa inafastável, que deve orientar o nosso debate, de que a informação de qualidade é indispensável para o efetivo exercício do direito ao voto.

É importante destacar a Resolução 23.732, de 2024, do TSE, que estabelece normas específicas para o uso de inteligência artificial na criação e propagação de conteúdo durante as eleições.

Ainda quanto a esses marcos jurídicos, é importante destacar a jurisprudência do tribunal e das cortes regionais eleitorais, que tem equilibrado cada vez mais a liberdade de comunicação política, ainda que por meio de tecnologias, com a necessidade de proteção da integridade da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

informação de interesse político, para que a cidadania possa formar livremente as suas convicções e tomar as suas decisões políticas.

Quanto à cooperação multissetorial, voltando a esse tema, eu queria registrar um movimento muito importante, que é a criação do Centro Integrado de Enfrentamento à Desinformação e Defesa da Democracia (Ciedde), do TSE. Qual é o objetivo ali? Abro aspas: "[...] será auxiliar na atuação coordenada da Justiça Eleitoral junto aos Poderes, órgãos da República e instituições públicas e privadas na promoção da educação em cidadania, nos valores democráticos, nos direitos digitais e no combate à desinformação, discursos de ódio, discriminatórios e antidemocráticos, no âmbito eleitoral". Portanto, nós temos ali vários órgãos reunidos, a indústria de serviço de tecnologia está lá também, e temos atuado nessa comunhão de propósitos. A AGU está lá, atendeu o convite também.

E eu tenho visto cada vez mais as grandes plataformas colaborativas e em diálogo com o poder público no enfrentamento dessas situações. Junto à AGU, eu posso assegurar que isso tem acontecido cada vez mais.

E aqui eu faço uma conclusão, já encerrando, Senadora, que é uma reflexão fazendo um paralelo com o desafio que nós enfrentamos no passado, em relação ao que viveram as instituições financeiras no passado, quando elas faziam a seguinte reflexão: "Circulam recursos aqui no meu sistema, mas eu não tenho que me ocupar com a origem lícita ou ilícita desses recursos, eu tenho que prestar o meu serviço". E essas instituições financeiras, com o passar do tempo, evoluíram no seu pensamento, entenderam a importância do papel delas em combater a lavagem de dinheiro e, hoje, as instituições financeiras protagonizam os esforços e a luta de combate à lavagem de dinheiro. Parece-me que esse é o momento...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO EUGENIO FEITOSA ALMEIDA – ... de reflexão por que eles estão passando – e aqui eu concluo, Senadora – de dizer... Não pode ter mais aquela indiferença e dizer: "Ah, eu não tenho nada a ver com isso, se o conteúdo é lícito ou se é ilícito, eu estou só hospedando esse conteúdo". Não, é preciso que as plataformas – e eu acho que elas estão nesse movimento, sim – saiam desse sentimento de indiferença ao que elas hospedam para cada vez mais terem um dever de cuidado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, concluo, Senadora, dizendo que a quarta e última estratégia é a gente focar na formação de capacidade crítica da nossa cidadania. Essa é a arma, melhor dizendo, a ferramenta definitiva para a gente enfrentar esses desafios que se impõem.

Obrigado. Espero ter contribuído.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Muito obrigada, Dr. Marcelo.

Eu vou passar aqui a palavra agora ao Deputado Jilmar Tatto, do PT, de São Paulo. Na sequência, nós vamos ouvir a Margareth Kang – não sei se estou pronunciando corretamente –, que é Gerente de Políticas Públicas da Meta.

Deputado Jilmar Tatto.

O SR. JILMAR TATTO (PT - SP. Para expor.) – Obrigado, Senadora Eliziane Gama. Parabenizo-a pela condução dos trabalhos e parabenizo a iniciativa dos Senadores de fazer esta audiência pública, um debate tão importante, tão urgente e tão necessário em relação a garantir que a vontade do eleitor aconteça na sua plenitude.

Nós estamos falando de democracia. Uma das questões mais sagradas da democracia é justamente a vontade do eleitor, é a eleição, e você garantir que o pleito seja feito de forma transparente, democrática, com lisura é fundamental. Portanto, esta audiência pública é fundamental.

Cumprimento a Sra. Estela Aranha, representante da ONU; cumprimento o Sr. Marcelo Eugenio Feitosa Almeida, Procurador-Geral da União, o Fabiano Barreto, do TikTok, *big tech*, que está aqui, e as outras *big techs* que estão *online* conosco.

Eu sou representante do PT lá na Câmara. O Presidente Arthur Lira fez uma Comissão de 20 Parlamentares de todos os partidos para discutir o Projeto 2.630, que está sendo discutido lá, e tem 90 dias para concluir os trabalhos. Portanto, 90 dias significam que para essa eleição não vai dar certo, porque, se vocês considerarem julho, agosto e setembro, então, não serve para essas eleições. Mas eu fiquei bastante preocupado e triste – para não falar outra coisa – com o veto em relação a *fake news*, o veto feito pelo Congresso Nacional, portanto, pelos nossos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputados e Senadores, que regulamentava *fake news*. O que causa estranheza é que os Parlamentares não concordaram em regulamentar isso.

Eu ouso dizer, primeiro, que tem uma parte dos nossos legisladores de desconhecimento, do que é *fake news*, *deepfake*, essa é uma parte. Tem uma outra que, de forma muito legítima, acha que está cerceando a liberdade, que todo mundo tem direito a entrar na rede, todo mundo tem direito de fazer o que quiser, quer dizer, o vale-tudo, e que – eu estou tentando ser bastante generoso com quem pensa isso, vamos dizer – isso é legítimo. E tem uma parte que usa o ódio, usa *fake news* para lacrar, para ganhar dinheiro e para conseguir votos. Então, quando se fala da democracia, tem uma parte também dos Parlamentares que usa isso para conseguir votos e usa, inclusive, para ganhar dinheiro e para ganhar votos.

Então, eu acho que o esforço que o Tribunal Superior Eleitoral está fazendo é importante. A Resolução 23.610, de 2024, está proibindo *deepfakes*. É fundamental... Quer dizer, está proibido. Segundo, há a obrigação do aviso sobre o uso de inteligência artificial na propaganda eleitoral. Eu vi a representante do Google falando isso. Então, ela está obrigando as *big techs* a dizerem que é uma inteligência artificial, que aquilo lá foi modificado de forma eletrônica.

Restrição a emprego de robôs é importante, responsabilizando as *big techs* de não retirar do ar imediatamente conteúdos com desinformação, discursos de ódio, ideologia nazista, fascista, assim como falas antidemocráticas, racistas e homofóbicas. Vamos lembrar que hoje as *big techs* estão aqui, entenderam que isso tem que ser discutido, que tem que ser regulamentado, mas estava havendo uma resistência muito grande, Sra. Senadora Presidenta. Elas não estavam concordando no início. Achavam que podiam fazer o vale tudo na rede social.

E o Dr. Marcelo colocou uma coisa – eu gostei do exemplo do senhor –, que é essa coisa dos agentes financeiros, dos bancos, entendeu? É verdade. Não vale movimentar dinheiro se esse dinheiro é do narcotráfico, se esse dinheiro é da comercialização de drogas, se esse dinheiro é de corrupção. Eles têm responsabilidade. Então, as *big techs* também têm responsabilidades.

Então, eu acho que nós estamos numa situação em que, felizmente – e eu sou uma pessoa que acha que a gente tem que ser otimista –, agora todo mundo está colocando na mesa e vamos dizer o seguinte: não se trata de cercear a liberdade de opinião, de expressão. As pessoas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

têm o direito de se expressar e ter opinião. Não se trata aqui de atitudes autoritárias. Trata-se do seguinte: o vale tudo está deixando a nossa sociedade doente, o vale tudo não serve para a democracia, o vale tudo não ajuda na liberdade de expressão.

É por isso que esta iniciativa, esta audiência pública, as iniciativas que o Senado está fazendo, as iniciativas que a Câmara está fazendo, mais as iniciativas que o Judiciário e os órgãos de controle estão fazendo eu acho importantes. E as experiências que nós estamos tendo do ponto de vista internacional, em que já há um avanço muito grande, Sra. Estela, em relação aos outros países, são experiências importantes para a gente chegar aqui e ter um denominador em que, vamos dizer o seguinte, a liberdade é importante, é necessária, mas também tem que ter limites.

É por isso que hoje a disputa política eleitoral se dá muito nas redes. Ainda tem muitas reuniões presenciais, mas se dá muito nas redes. O Google tomou a decisão de não fazer impulsionamento em relação às eleições deste ano por causa das restrições do TSE, entendeu? Não chegaram a um acordo, vamos chamar assim.

Então, eu acho que, colocando na mesa, colocando as dificuldades, todos nós vamos chegar e vamos garantir o pleito democrático, transparente, em que a vontade do eleitor aconteça.

Por isso, parabenizo a iniciativa desta Comissão no sentido de abrir esse debate.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Muito obrigada, Deputado Jilmar Tatto, pelas suas palavras.

Agora eu vou passar para Margareth Kang – que ela vai me corrigir se estiver falando o nome dela errado –, que é Gerente de Políticas Públicas da Meta.

Margareth.

A SRA. MAG KANG (Para expor. *Por videoconferência*.) – Exma...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Não estamos ouvindo, Margareth.

A SRA. MAG KANG (*Por videoconferência*.) – Agora sim?

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Agora sim.

A SRA. MAG KANG (*Por videoconferência*.) – Ótimo.

Exma. Senadora, o meu nome está corretamente pronunciado. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Obrigada. Ufa! (*Risos.*)

A SRA. MAG KANG (*Por videoconferência*.) – Cumprimento, então, todos aqui presentes na pessoa da Presidente da Comissão, assim como os demais membros da Comissão, Senadores, Deputados e colegas também da indústria. Agradeço a oportunidade de falar desse assunto que é tão caro para a Meta, porque de fato a democracia e as eleições são prioridades para a Meta.

Inicio aqui a minha apresentação. Um segundo.

Eu vou precisar apresentar assim, se vocês não se incomodam, por um problema que eu estou tendo aqui no meu computador. Mas entendo que a compreensão da tela não vai ser comprometida.

Vale destacar primeiramente que a missão da Meta é dar às pessoas o poder de elas criarem comunidades e se aproximarem do mundo. Nesse sentido, a ampliação das fronteiras das descobertas científicas em termos de IA, além dos inúmeros benefícios que ela pode trazer, que são globais, proporciona também benefícios que precisam ser mais bem avaliados. Nesse contexto, a IA não é novidade para a Meta. A Meta utiliza a IA, a inteligência artificial, há muitos anos em duas grandes áreas de trabalho. A primeira seria na área de infraestrutura, de recomendações, classificações que alimentam os produtos, tanto nos *feeds*, quanto nos *reels*, no sistema de anúncios; e também no sistema de integridade, no qual a Meta trabalha há muitos anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vale destacar que também, em segundo plano, os modelos que utilizam a inteligência artificial não estão restritos a essa atividade que a Meta realiza há muito tempo de gestão dos aplicativos em si, mas também eles estão imbuídos nos modelos de base generativa que estão possibilitando uma classe completamente diferente e nova de produtos e experiências.

Trazendo um pouco mais de informação sobre a utilização da inteligência artificial em nossa infraestrutura, destaco aqui os nossos padrões da comunidade, que são as regras em que são explicados o que pode e o que não pode ser compartilhado dentro das plataformas dos aplicativos Meta.

E aqui eu trouxe tanto a Central de Transparência da Meta quanto as diretrizes do Instagram, mas também existem diretrizes específicas para o Threads. Vale ressaltar que as políticas aplicáveis que estão disponíveis na plataforma do Facebook são aplicáveis tanto para o Instagram quanto para o Threads, mas para esses dois últimos aplicativos nós temos algumas orientações adicionais. E, dentro desse escopo, tanto a implementação dessas políticas como a gestão para que a gente consiga ter mais escalabilidade e eficiência nos processos utilizam muito a inteligência artificial.

Para além disso, quando nós pensamos nas IAs de origem, de modelo generativo, que são essas *deepfakes*, que são essa nova classe de produtos e serviços com inteligência artificial, a Meta possui um direcionamento de uma inteligência responsável, e, nesse sentido, quando ela aplica isso para dentro de seus produtos e serviços, ela traz consigo compromissos.

Quais compromissos, então, estão imbuídos dentro dos produtos e serviços que a Meta tem criado? A criação de conjunto de dados e ferramentas para produtos de IA mais inclusivos, a proteção da privacidade, a inovação no aprimoramento da imparcialidade, a geração de associações responsáveis e redução de associações de conteúdos problemáticos que possam refletir de alguma forma ou reforçar preconceitos e intolerância, o "proporcionamento" às pessoas de mais controle sobre *feeds* e recomendações baseados em inteligência artificial, o desenvolvimento de novos métodos para explicar os sistemas de inteligência artificial e como eles funcionam, e testes de novas abordagens.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou trazer aqui alguns exemplos, a partir de agora, de como nossos compromissos são aplicados no dia a dia. Eles não são exaustivos, são apenas exemplificativos para trazer um pouco mais de clareza de como nós aplicamos isso no dia a dia.

Um dos projetos incríveis que a Meta tem muita alegria de poder trazer para o público é o projeto chamado No Language Left Behind, um projeto pioneiro que usa modelo de código aberto e que é capaz de fazer traduções de alta qualidade em mais de 200 idiomas. Então, é a nossa proposta, é a proposta da Meta trazer mais inclusão e disponibilidade desse tipo de tecnologia.

Outro exemplo é o Red Teaming, que é um exemplo de aplicação em que o modelo é testado, é estressado através de um esforço sistemático no intuito de identificar vulnerabilidades, riscos que possam provocar comportamentos ou resultados indesejados. Esses exercícios de Red Teaming são realizados tanto internamente, com os especialistas internos, quanto com especialistas externos, inclusive especialistas brasileiros.

Além disso, quando nós pensamos sobre os compromissos aplicados dentro dos produtos e serviços imbuídos de IA, existe também o pilar da transparência e da explicabilidade, e alguns exemplos que trouxe aqui para vocês são: o cartão de modelo de IA, que é uma forma de trazer informações em um formato padroniza o, documentado, rastreável e monitorável desses modelos individuais; o cartão de sistema de IA, que explica como um grupo de modelos de *machine learning* e de outras tecnologias de IA e de não IA trabalham em conjunto. Então, são formas de trazer transparência para a comunidade para que ela possa entender como que tudo isso tem sido construído; e o Guia de Uso Responsável, que é um guia para desenvolvedores com boas práticas e considerações na criação de produtos habilitados por grandes modelos de linguagem.

A Meta acredita que é superimportante que as decisões sobre produtos e políticas relacionadas com a inteligência artificial generativa sejam baseadas em pessoas e especialistas de todo o mundo. Por isso, eu trago aqui o exemplo do Fórum Comunitário da Meta sobre IA Generativa. Esse fórum é realizado em conjunto com o Deliberative Democracy Lab, da Stanford, e a equipe de *insights* comportamentais e foi criado exatamente para atuar como uma ferramenta de governança e um recurso para a comunidade. Reúne, portanto, representantes e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoas de diversas habilidades para discutir e deliberar sobre quais valores devem sustentar a inteligência artificial, e muitos brasileiros foram incluídos dentro desses debates. O relatório está disponível dentro do *site* da Stanford, e eu posso compartilhá-lo com vocês depois.

Mais um exemplo da aplicação dos compromissos ora lá citados é a cooperação técnica para combater o uso enganoso da inteligência artificial no contexto das eleições de 2024. Existe, como foi levantado aqui por diversos membros, a necessidade e a atenção sobre essa temática, que é tão cara, e é por isso que nós estamos aqui. E o objetivo foi fazer, então, uma aliança de organizações, de empresas do setor, para que possamos trabalhar em relação a esse tema de forma conjunta, trazendo mais força, inclusive, às iniciativas internas.

Sigo aqui com algumas outras iniciativas da empresa que são, de forma proativa, para trazer mais transparência, mais explicabilidade quanto aos conteúdos que tem a inteligência artificial, que nos preocupa tanto hoje.

Em fevereiro, além dessa cooperação técnica que foi lançada na Conferência de Munique, nós também anunciamos, neste ano, a inclusão do rótulo criado com AI para todas as imagens que forem criadas com o Meta AI.

Para além disso, a Meta também trabalha com parceiros da indústria na identificação de conteúdos com a inteligência artificial, incluindo vídeos e áudios, para que os sinais sejam lidos uns dos outros. Acho que cabe destacar que, quando esses sinais são legíveis, a Meta coloca para os conteúdos orgânicos, a partir de maio, essa identificação de que foram criados com a inteligência artificial. No entanto, cabe destacar que, em alguns casos, esses sinais não são legíveis. Em outras circunstâncias, atores mal-intencionados podem, inclusive, retirar esses sinais para fins inúmeros.

A Meta trabalha, tem um centro de pesquisa chamado FAIR, desde 2010, e um dos pontos centrais, um dos pontos de trabalho desse laboratório de pesquisa é incluir dados, metadados, marcas d'água que não sejam passíveis de serem retiradas, para que quaisquer empresas, quaisquer atores do ecossistema possam entender que aqueles conteúdos que saíram da Meta têm a IA envolvida quando a IA está... (*Pausa.*)

Vou correr um pouquinho com a apresentação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente também tem a obrigação de que anunciantes que têm anúncios em temas sociais ou políticos coloquem a informação em que utilizaram a inteligência artificial, quando de fato isso for colocado. Isso é uma regra hoje.

E, por fim, os esforços que incluem também investimentos em segurança de informação, são mais de 20 bilhões de investimentos aí colocados desde 2016, com mais de 40 mil pessoas trabalhando nessa área, parcerias e colaborações com autoridades eleitorais. A Meta também trabalha capacitando candidatos em suas campanhas eleitorais em todo o Brasil e no combate à desinformação com a maior rede independente de verificadores de fatos da indústria. Hoje, só no Brasil, são seis grandes empresas que fazem essas verificações para combater a desinformação.

Então, em razão do tempo, termino aqui a minha apresentação.

Agradeço imensamente pela oportunidade de poder compartilhar e dialogar sobre esse assunto.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Muito obrigada, Margareth, pelas suas palavras. A gente ainda vai voltar com todos para fazer... Nós temos uma série de perguntas aqui que vieram pelo e-Cidadania. A gente, então, vai passar todas as perguntas, e aí os nossos convidados poderão responder resumidamente, porque são várias perguntas.

Vamos passar, agora, a palavra à Estela Aranha, membro do Conselho Consultivo de Alto Nível da ONU para a Inteligência Artificial.

Estela.

A SRA. ESTELA ARANHA (Para expor.) – Boa tarde, Senadora. Boa tarde a todas e todos que estão na mesa e que estão nos acompanhando.

Enfim, eu trouxe uma vasta... exemplos de como foi usada a inteligência artificial em diversos países, o que nós acompanhamos no debate do AI Advisory Board da ONU, de inteligência artificial, que é o conselho consultivo de alto nível da ONU de inteligência artificial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós tivemos contribuições de muitos países, tivemos um amplo debate inclusive sobre esse tema, num aprofundamento recentemente promovido pelo Ministério da Holanda.

Mas, antes, eu queria gastar uns minutinhos da minha fala técnica, porque eu acho que a gente precisa ressaltar que todos esses problemas técnicos a gente tem que entender como trabalhar, como fazer a legislação, mas hoje, sobretudo, a gente está falando de um problema grande político – não é? –, o uso das ferramentas de IA em relação ao contexto eleitoral, contra a integridade eleitoral faz parte de um processo político, de uma crise política, de uma crise institucional, de uma crise social que também é amplificada pelo modo da comunicação hoje social, das redes sociais. E, também, sem a gente olhar isso, a gente também não consegue resolver este problema. Esse é o impacto sociotécnico. A gente tem diversos países com realidades históricas, políticas e econômicas diferentes sofrendo do mesmo problema, porque tem um fator técnico aí que está unindo, que é a mudança desse modo de comunicação, essa economia de atenção, esse modo de espetáculo. Então, isso cria um campo político que é contra a regulação, que não se preocupa com integridade dos processos eleitorais, que quer criar o caos para, enfim, se autopromover e atua contra qualquer tipo de regulação em que fatos não importam, o compromisso é só com narrativas que podem mobilizar, engajar, entre outras coisas. Então, é importante todo o debate técnico, mas, na verdade, tudo isso é resultado de uma crise política que nós temos que atacar, tanto o seu lado político quanto esses elementos sociotécnicos que levam a estados das coisas no mundo.

Falando um pouco aqui dos desafios que nós temos. No Legislativo, nós temos aqui o debate do projeto de lei de IA; o projeto que a gente discutiu ao largo do ano todo e agora vai ter uma nova Comissão sobre regulação de redes sociais, que era o Projeto 2.630, que eu não sei se vai seguir ou não; o Código Eleitoral, que o Senador Marcelo Castro entregou recentemente, com todo um acompanhamento na parte de direito digital, que são, enfim, diplomas que nós vamos ter que debater nos próximos meses, em relação às eleições.

Eu queria falar um pouco do uso de *deepfake* em eleições que nós temos visto e acompanhado em alguns países. Eu acho que o país que teve mais impacto em relação às eleições foi a Índia, a recente eleição da Índia, para qual é importante chamar atenção, porque a gente está falando de alguns dispositivos, e uso de *deepfakes* de voz, por exemplo, que eu vou mostrar como foram feitos, que hoje o nosso TSE veda para candidatos, mas isso não quer dizer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que eventuais apoiadores... Hoje a gente vê muito isso, movimentações que não são necessariamente de campanhas oficiais, que não são de candidatos, que o TSE eventualmente não alcança com sua proibição e que elas têm um impacto enorme pedindo votos ou, enfim, criando fatos negativos contra outras campanhas, ou debatendo fatos negativos de outras campanhas, ou trazendo outras discussões políticas que interferem no resultado das eleições.

Então, um modelo mais básico que é o autorizado, que é o aprimoramento facial usado por IA, criado de material político, que é o mais tranquilo. Eu vou falar um pouco da questão do salto do uso da *deepfake*, que é vedada hoje para os candidatos. Ela foi usada em outros países, mas pode ser usada por isso, por apoiadores, por todo esse sistema.

Eu vou dar um exemplo da eleição da Índia. A gente tinha criação de vídeos em que um candidato falava diretamente com o seu eleitor. Você chamava pelo nome, você tinha um recolhimento de dados pessoais, mandava uma mensagem altamente personalizada, e isso criava um alto grau de engajamento. Então, eram dois tipos desse tipo de mensagem, tinha de vídeo e tinha de áudio. E também para militantes e pessoas participando do processo de campanha eleitoral para incentivar a trabalhar mais, e dos próprios candidatos. Elas não tinham, obviamente, rótulo, então tinha uma falsa sensação de intimidade. Na Índia, ainda tinha a questão da língua, são dialetos e línguas diferentes e a IA também mexia nessa questão.

A outra questão, enfim, em que houve um grande problema, por exemplo, foi na Eslovenia, na questão de voz, de *deepfake*s em relação a entrevista. Na Indonésia isso também foi muito explorado, especialmente na questão de línguas, mas para, por exemplo, usos de TikTok, dancinhas e tal. Na Indonésia, um exemplo, como é um eleitorado muito jovem, é que, para aproximar um candidato que era o presidente, que tinha, enfim, um perfil mais autoritário, que não tinha mais aproximação, foram criados tanto um avatar, que inclusive espalhava desinformação, quanto este clima, infantilizava, às vezes, até a imagem dele e trazia o que muita gente diz, trazia um revisionismo histórico das questões, porque infantilizava todo o debate e criava toda essa manipulação. Então, tanto a partir de vídeos e criando cenários que não existiam, entre outras coisas, quanto desses avatares fofinhos, bonitinhos e tal, para você amansar a imagem de candidatos mais duros, principalmente em relação a candidatos muito mais jovens, cantando canções, fazendo dancinhas. E esse tipo de material é o que viraliza. Se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

você vai ao TikTok fazendo discursos, não vai viralizar; vai viralizar é uma dancinha, alguma coisa que é perto daquele discurso que viraliza.

Outra coisa muito usada na Índia, por exemplo, foi para coletar dados, e aí tanto para pesquisa eleitoral – a gente não tem nada de pesquisa eleitoral na nossa resolução – quanto para as próprias campanhas, porque elas, tanto por telefone quanto pessoalmente, gravavam entrevistas de nome, dados, opiniões, etc., e por meio de IA transcreviam e criavam grandes bancos de dados. A gente não está olhando para isso, mas tem um impacto enorme esse direcionamento de mensagem, e essa é a questão principal hoje em relação às redes sociais. A gente tem um grande caso do Cambridge Analytics, que foi justamente isto: você trabalhar com diferentes humores, criar esses bancos de dados e direcionar a publicidade, a propaganda em relação a isso, e você usar a IA generativa, por exemplo, para criar mensagens hiperpersonalizadas, com um poder de persuasão muito grande, e ainda trazendo instruções do tipo aquilo que gera mais engajamento nas redes sociais. A gente sabe que, dependendo das palavras e da mensagem, a gente gera um engajamento enorme.

Eu mesma tive experiências de *posts*, de assuntos. Tem *post* meu em uma rede social que tem 10 milhões de reações e visualizações e outros com mil, dependendo do conteúdo, desta monta, imagine um candidato que quer, entre outras coisas...

Entre outros usos de IA também tem o *big data*, que é muito importante; esses vídeos... É muita coisa.

Ah, e a gente já vê hoje muitos políticos no Brasil usando a IA generativa para produzir esse material. Tem alguns candidatos, futuros candidatos, políticos, que a gente já vê, por meio das palavras mais repetidas. E não tem como detectar isso, porque ele faz, coloca palavras que são as que mais engajam.

Perfis falsos de eleitores, com *cards*, depoimentos, etc., também. *Bots* de manipular debate. A gente tem debates em que mais de 50% das interações – eu tenho relatórios – políticas no Brasil são de robôs. Então, cria uma falsa percepção da realidade.

O uso de *chatbot* hoje, cada vez mais, parecendo que é uma pessoa, porque, com a IA generativa, você consegue realmente ter respostas e travar um diálogo que engana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outras ferramentas também que a gente viu, por exemplo, e não têm nenhum tipo de regulamentação – isso foi na Indonésia –: Pemilu.AI, que é um consultor político de IA que fornece conteúdo político personalizado para os políticos que usam o serviço. Com só um aplicativo, você consegue criar esse monte de coisas muito baratas, usando todas essas ferramentas.

Outra que ficou muito popular entre os jovens nas eleições lá...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ESTELA ARANHA – ... e não tem nenhuma regulação é uma que ajuda os eleitores iniciantes, como assistente de IA, a escolher um candidato ideal com base no seu perfil. A gente não tem nenhuma regulação. "Ah, quem é o candidato que mais parece com você?" A gente já viu em outras eleições algumas enquetes em jornais, etc., mas isso daí pode ser usado para manipular, entre outras coisas.

Também modelos preditivos de pesquisa que acabam alterando o debate eleitoral, às vezes, de institutos até sérios e tal, e a gente não conhece qual é o modelo de IA preditivo de pesquisa, entre outras coisas.

Esses são alguns dos exemplos aqui. A gente teve vários problemas... Eu falei da Indonésia, da Índia, enfim, da Austrália, entre outros países que tiveram essas questões. E, aí, no debate, eu vou falar mais um pouco sobre como a gente trabalhar em relação a isso, o que o TSE propõe, quais são as *lacks*, as faltas que a gente tem em relação a esse debate e a esse uso de IA nas eleições.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Muito obrigada, Estela.

Nós vamos, então, ao nosso último participante, que é o Fabiano Barreto, Gerente de Políticas Públicas do TikTok Brasil.

O SR. FABIANO BARRETO (Para expor.) – Bom dia, Senadora. Obrigado.

Eu sou Fabiano Barreto, Gerente de Políticas Públicas do TikTok aqui no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu agradeço, primeiro, o convite para participar desta audiência e poder contribuir com este debate.

Como o TikTok é a plataforma mais nova – como plataforma e como empresa, o TikTok ainda é muito novo –, eu queria começar a minha fala por apresentar a empresa e contextualizar um pouco a nossa abordagem, que ainda não é conhecida de todos. Eu acho que isso ajuda a direcionar um pouco os pontos específicos que a gente vai tratar aqui sobre IA e eleições, bem como a sua intersecção.

O TikTok é uma empresa mais nova, tem apenas seis anos, e a gente tem trabalhado a partir de uma abordagem de cooperação: cooperação com o poder público, com a sociedade civil, com a academia. O TikTok, mesmo nessa curta história de seis anos, já tem um longo histórico de cooperação com o TSE e, mais recentemente – o Procurador está aqui do meu lado, não me deixa mentir –, um recente acordo de cooperação que foi assinado com a própria AGU.

A plataforma do TikTok é uma plataforma de entretenimento cuja missão é inspirar a criatividade e trazer alegria. Hoje a gente tem mais de 1 bilhão de pessoas no mundo que utilizam os nossos serviços e, quando a gente fala em 1 bilhão de pessoas, eu acho que é muito difícil a gente fazer um recorte e dizer que a gente está falando de 1 bilhão de pessoas de uma faixa etária específica ou com uma preferência específica por um tipo de conteúdo só. Quando a gente fala de 1 bilhão de pessoas, certamente, a gente tem uma comunidade muito grande e muito diversa de pessoas que estão ali no TikTok para ver conteúdos de esporte, de culinária, de viagens, de entretenimento, de leitura.

Esse, aliás, com o exemplo mais recente, que está sendo divulgado bastante nos jornais e não me deixa... e não consigo escapar desse exemplo mais recente, o sucesso de vendas, em 2024, nos Estados Unidos, do livro Brás Cubas, do nosso escritor Machado de Assis, que foi impulsionado justamente por uma criadora de conteúdo lá nos Estados Unidos, falando com a sua comunidade de leitores sobre o quanto ela gostou de ler Machado de Assis lá, nos Estados Unidos, e isso impulsionou as vendas. Hoje a gente está com Machado de Assis, nos Estados Unidos, entre os primeiros livros mais vendidos. Eu acho que isso é só para ilustrar o quanto a comunidade do TikTok é diversa, e é impossível a gente classificá-la só com uma faixa etária, só com um tipo de conteúdo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a gente sabe que, para que a gente tenha uma comunidade que possa criar de forma autêntica, ela precisa se sentir segura. E por isso que a gente trabalha de forma proativa no desenvolvimento de ferramentas e recursos, pensando na segurança e na privacidade da nossa comunidade dentro do TikTok.

Em eventos cívicos, como é o caso das eleições, isso ainda é mais importante. A gente sabe que a política e as notícias ocupam uma pequena parte do conteúdo do TikTok. O TikTok não é o principal destino quando a gente vai falar de conteúdo político ou de eleições. Independentemente disso, a gente reconhece que esse tema pode ter um impacto grande na sociedade, e é por isso que a gente tem um olhar dedicado para o tema durante as eleições. Citei aqui e reitero nosso histórico de ações em cooperação com a própria Justiça Eleitoral, com o TSE.

E aqui eu trago dois pontos que diferenciam o TikTok de outros serviços quando a gente fala de ações eleitorais. O primeiro é que o TikTok não permite propaganda política ou eleitoral paga. A gente nunca permitiu, e, até pouco tempo, o TikTok era a única plataforma que não permitia publicidade política. Ou seja, não é possível pagar para que um conteúdo seja promovido no TikTok como publicidade.

E aqui, conversando um pouco com a preocupação trazida pelo Deputado Gilmar, no TikTok também não é possível ganhar dinheiro com o conteúdo político. Então, por exemplo, um candidato, durante as eleições, não tem acessíveis ou não estão disponíveis para o candidato as nossas ferramentas de monetização. Ou seja, não é possível pagar para promover conteúdo político no TikTok e, ao mesmo tempo, não é possível ganhar dinheiro no TikTok com o conteúdo político.

O segundo ponto que eu trago sobre eleições é nossa abordagem em relação à moderação de conteúdo. O TikTok tem uma política que veda, uma política específica que veda a desinformação eleitoral. E a nossa opção de moderação é a remoção. O TikTok não rotula. Se o conteúdo viola as nossas regras, se o conteúdo é desinformativo, a opção de moderação que o TikTok adota é a remoção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui eu trago um número sobre as eleições de 2022. Somente pela violação da política de desinformação eleitoral, o TikTok removeu, de forma proativa, 66 mil vídeos. Ao mesmo tempo, a gente removeu 222 vídeos com base em ordens judiciais.

E aqui, Procurador Marcelo, eu acho que a gente conversa um pouco com a sua preocupação do protagonismo. A gente está falando, na ordem de grandeza, de 200 vídeos que foram removidos por ordem judicial, contra mais de 66 mil vídeos que foram detectados de forma proativa, por violação das nossas políticas. Então, proativamente com o protagonismo o TikTok decidiu remover esses conteúdos que eram violativos.

E o que a gente faz em relação ao conteúdo gerado por IA? Primeiro, a gente aprecia o potencial criativo que essa tecnologia e outras tecnologias digitais têm na criação de conteúdo. A gente sabe e reconhece que a maioria das pessoas têm o interesse de usar essa tecnologia, aproveitar essa tecnologia, o conteúdo gerado por IA de forma responsável, mas ao mesmo tempo a gente sempre esteve atento àqueles maus atores que querem usar a tecnologia digital, que querem usar IA para criar conteúdo inverídico e enganar outras pessoas de forma intencional.

O conteúdo gerado por IA traz essa dificuldade de a gente conseguir distinguir o que é fato e o que é ficção. E é justamente por isso que, desde sempre, a gente exigiu que o conteúdo gerado por IA fosse identificado. A gente foi a primeira plataforma a determinar que os criadores de conteúdo rotulassem o conteúdo gerado por IA; e aí, para isso, a gente disponibilizou um rótulo. Então, quando a pessoa sobe um vídeo no TikTok, ela tem a opção de autodeclarar que aquele conteúdo foi gerado por IA. Isso é um esforço de transparência para que as pessoas que vão assistir a esses vídeos possam saber. Então, elas identificam porque há um rótulo. Então, se eu estou assistindo ao TikTok, eu consigo saber se aquele conteúdo foi gerado por IA ou não, porque o criador daquele conteúdo tem a opção de disponibilizar essa informação, ele tem a opção de tornar isso transparente. Essa ferramenta, do último trimestre de 2023 para cá, já foi usada por mais de 37 milhões de criadores na nossa plataforma.

A gente sabe que não é de hoje que o Senado se dedica ao tema de IA, e também não é de hoje que o TikTok se dedica ao tema de IA.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente tem um conjunto de regras que regula o que pode e o que não pode ser feito no TikTok. Esse conjunto de regras é chamado de diretrizes da comunidade. O TikTok é uma plataforma de 6 anos, história recente, e, desde 2020, a gente já tem uma política específica para tratar do conteúdo de IA dentro do nosso aplicativo. Essas diretrizes vão sendo atualizadas de forma constante, obviamente – a gente precisa acompanhar o desenvolvimento tecnológico –, e a atualização mais recente data agora de abril de 2024. Nessa atualização, a gente segue caminhando no sentido de potencializar o uso da tecnologia, para potencializar o uso criativo e positivo dessa ferramenta, ao mesmo tempo em que a gente segue fornecendo às pessoas que assistem a esses vídeos um contexto importante para que elas saibam se aquele conteúdo foi gerado por uma pessoa ou se aquele conteúdo foi gerado por IA.

E aqui vou trazer alguns exemplos do que a nossa política permite ou não. Então, primeiro ponto: a gente não permite que conteúdos gerados por IA representem menores de idade com aparência realista. Isso não pode no TikTok. Um outro exemplo, dialogando com o caso que a Senadora Teresa trouxe: o TikTok não permite um conteúdo gerado por IA que represente figuras públicas, por exemplo, Senadores, endossando um programa político, endossando um candidato, endossando um produto comercial ou uma grande questão política, como é o caso das eleições. Esse é exatamente o exemplo que a Senadora trouxe aqui. Então, esse é um exemplo, é um caso de algo que o TikTok não permite.

E o que a gente permite, por exemplo? O TikTok permite o conteúdo gerado por IA que represente, por exemplo, a semelhança de uma figura pública num contexto artístico educacional – aqui, sem dúvida, explorando e potencializando essa capacidade criativa dessa ferramenta. Quem sabe a próxima história que eu conte sobre literatura seja justamente um vídeo do Machado de Assis num contexto educacional, promovendo e alavancando cada vez mais a nossa literatura para fora do Brasil.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO BARRETO – Para finalizar, eu queria contar um pouco sobre como a gente mesmo, como plataforma, usa a tecnologia para identificar os vídeos que são gerados por inteligência artificial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em maio, ou seja, há pouco mais de um mês, o TikTok implementou uma tecnologia desenvolvida por uma coalizão de empresas que permite rotular e identificar os conteúdos gerados por IA de forma automática. Dizendo isso de forma muito simples, essa tecnologia permite que o TikTok identifique o conteúdo que foi gerado fora da plataforma, por terceiros ou em produtos de terceiros. É como se a gente tivesse uma impressão digital. Então, um usuário, numa plataforma de terceiros, criou um vídeo gerado por IA. Com essa impressão digital, quando esse vídeo chega ao TikTok, a gente tem a capacidade de identificar isso de forma automática e, portanto, aplicar e rotular as nossas políticas específicas de IA e, com isso, aumentar a transparência para que as pessoas saibam que aquele conteúdo foi gerado por IA. Esse recurso chegou recentemente. Ele começou a ser implementado com imagens e vídeos, e, muito em breve, a gente deve expandir isso para conteúdos de áudio também, então a gente vai conseguir identificar de forma ativa conteúdos de áudio, imagem e vídeo que foram gerados por IA quando esses conteúdos chegarem para a nossa plataforma.

Eu encerro por aqui. Acho que esses são exemplos de medidas e iniciativas em colaboração, de medidas proativas, exemplos do nosso compromisso em continuar a trabalhar e evoluir a nossa abordagem à medida que a própria tecnologia evolui, e de como a gente responde a esse avanço tecnológico.

Eu agradeço de novo a oportunidade, Senadora, e fico à disposição para o debate.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Muito obrigada. Eu quero lhe agradecer, Fabiano, e a todos os demais que também já participaram conosco.

Eu vou passar aqui as perguntas do e-Cidadania de uma vez só, porque são várias perguntas; e aí passar a palavra aos senhores que queiram fazer algum comentário e também as suas considerações finais, inclusive àqueles que participaram conosco através do sistema do Zoom.

O Pedro, do Rio Grande do Sul, diz: "De fato [...] [a inteligência artificial é] uma ferramenta que pode gerar muita desinformação, principalmente com dublagem, [...] [como diminuir os impactos da inteligência artificial nas eleições]?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Como a inteligência artificial pode ser usada para fortalecer a democracia e garantir a integridade do processo eleitoral?"

"Qual o papel do Senado [Federal] no que diz respeito à inteligência artificial nas urnas?"

São as perguntas do Pedro, do Rio Grande do Sul; do Eustáquio, do Distrito Federal; e do João, do Rio Grande do Norte.

Ainda o Eustáquio diz: "Como podemos garantir que os algoritmos de inteligência artificial usados em eleições sejam transparentes e compreensíveis para os eleitores [...]?".

Matheus, do Paraná: "Como a inteligência artificial poderia ser usada [...] [para] identificar anomalias no pleito eleitoral? [...]".

A Neydiane, do Distrito Federal: "Como garantir segurança das informações e votos com a inteligência artificial frente a um cenário de [...] crimes [cibernéticos] e invasão de privacidade?".

O Bruno, da Paraíba: "A inteligência artificial é fundamental no processo democrático. Com ela, se alcançam frutos que fortalecem a nossa democracia [...]".

Essas são as perguntas. (*Pausa.*)

Eu queria agradecer profundamente a presença de todos que participaram conosco desta audiência pública.

As perguntas são essas.

E perguntaria, primeiramente, aos que estão no Zoom se querem fazer algum comentário ou já deixar as suas considerações finais. (*Pausa.*)

Não consigo ver aqui ninguém que faça manifestação.

Vou, então, passar aqui aos que estão presentes para fazerem as breves considerações e, se quiserem, algum comentário aí sobre as perguntas feitas através do e-Cidadania.

A gente começa aqui com a Estela.

A SRA. ESTELA ARANHA (Para expor.) – Acho que a primeira coisa que acompanhei em relação ao debate dos outros países e a diferença que nós temos no Brasil é sobre a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sensibilização e prontidão dos órgãos eleitorais para monitorar e controlar a utilização de inteligência artificial das eleições. Eu acho que não tem país que tenha essa sensibilização e essa prontidão tão grande quanto o Brasil. Então, a gente tem uma vantagem em relação a essas questões. Enfim, a gente tem um trabalho muito grande, primeiro, nas questões técnicas, em relação a como você vai normatizar isso.

E, quando a gente está falando de moderação comercial de conteúdo, a gente precisa, obviamente, do compromisso de onde esse material é disseminado, que são as diversas plataformas de redes sociais, serviços de mensagerias, entre outros, porque senão é impossível, obviamente, caso a caso ser olhado por qualquer órgão de Justiça, por isso que se precisa desse trabalho de detecção. A gente sabe que é muito difícil uma detecção de 100% hoje. Acabou de se trazer uma nova ferramenta aqui do TikTok, mas a gente sabe que todas têm problemas. Tecnicamente a gente tem muita dificuldade de detecção de áudio e de vídeo em números maiores. Isto é uma questão que é importante em relação à criação, entre outras coisas: trabalhar essas recomendações.

Deixe-me ver, eu até anotei aqui...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ESTELA ARANHA – Outras coisas também, quando a gente está falando dessas redes sociais, são: trabalhar um pouco essa avaliação de risco, como é que você vai mitigar esses riscos – e essas empresas e companhias têm essa possibilidade muito maior, avaliando, entendendo os modelos de risco em relação ao conteúdo eleitoral enganoso –; a distribuição de conteúdo, como se aborda adequadamente este conteúdo após ser detectado na plataforma – se é rotulação, se é exclusão, quando se pode ou não –; como a gente promove essa resiliência intersetorial em relação a esse tipo de conteúdo, porque são diversas partes envolvidas, como a gente trabalha em relação a isso; a transparência em relação ao público, em relação à abordagem, à forma; e também a educação midiática. Enfim, é necessário envolver, obviamente, o conjunto global de sociedade civil, acadêmicos, a própria indústria, a população, os Parlamentares para esse esforço coletivo. Também tem um trabalho de conscientização pública, que a gente chama de alfabetização midiática, e a resiliência de toda a sociedade em relação a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso, mas eu falei em linhas muito gerais. Depois, numa outra oportunidade, a gente pode aprofundar questões específicas.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Muito obrigada, querida Estela.

Vou passar aqui a palavra ao Dr. Marcelo, Procurador-Geral da União.

O SR. MARCELO EUGENIO FEITOSA ALMEIDA (Para expor.) – A título de uma palavra final e tentando contemplar alguns questionamentos que foram enviados, a gente precisa focar, até por estarmos hoje no Parlamento – dentro do Parlamento –, a questão dos marcos regulatórios, o que eu reitero: marcos regulatórios que tratem de princípios, de liberdade de escolha dos usuários; que garantam uma proteção em relação ao uso dessas tecnologias para discursos de ódio, discursos discriminatórios, antidemocráticos. É isso que a gente tem que focar, além também de algumas ferramentas que permitam a explicabilidade e a gente conhecer exatamente como vêm se desenvolvendo e sendo aplicadas, no caso concreto, essas tecnologias.

É isso. Agradeço, Senadora.

Estamos à disposição.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Muito obrigada, Marcelo.

Com a palavra, para encerrar a nossa audiência pública, o Marcelo Barreto... Fabiano! De onde eu tirei Marcelo? Juntei o Marcelo com o Fabiano. (*Risos.*)

É o horário e a pressão para as próximas reuniões.

Fabiano Barreto, que é Gerente de Políticas Públicas do TikTok Brasil.

O SR. FABIANO BARRETO (Para expor.) – A nossa cooperação com a AGU está resultando em frutos que a gente não esperava. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero só agradecer mais uma vez o convite. A gente está à disposição, quer continuar colaborando com o Senado, com o Congresso, com o poder público como um todo, na construção de boa regulação.

Quero reforçar que a nossa abordagem em relação a temas de política pública é uma abordagem de cooperação. Trouxe aqui alguns exemplos que eu acho que evidenciam muito isso. O TikTok quer ser um parceiro na construção de boa regulação.

Então, quero agradecer por ter um lugar a essa mesa. Esse é o lugar que a gente quer ocupar para poder ajudar a ter um debate mais bem fundamentado e ser parceiro na construção de boa regulação.

Obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Muito obrigada, Fabiano.

Eu quero dizer que esta Comissão nasceu para isto: para debater a democracia no Brasil. E o debate da inteligência artificial – não há dúvida nenhuma – é muito importante.

Eu quero agradecer profundamente a presença do Dr. Marcelo, do Renato, da Margareth Kang, que participou conosco pelo Zoom, do Fabiano Barreto, da Flávia Annenberg, que também participou pelo Zoom, do Renato, que também participou pelo Zoom, e da Estela Aranha, pela sua participação aqui conosco nesta audiência pública.

Quero registrar e agradecer a presença do Dr. João Ataíde, que é especialista em inteligência artificial e servidor público do Superior Tribunal da Justiça. Muito obrigada pela sua presença aqui em nome do Superior Tribunal da Justiça do nosso país.

Quero agradecer a todos e todas e convidar, é claro, para as próximas audiências públicas que faremos.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e todas e declaro encerrada a presente reunião. Muito obrigada.

(*Iniciada às 11 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 25ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE JUNHO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e vinte e sete minutos do dia dezenove de junho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Leila Barros, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Jayme Campos, Confúcio Moura, Carlos Viana, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Margareth Buzetti, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Otto Alencar, Jaques Wagner, Teresa Leitão, Eduardo Gomes, Jaime Bagattoli, Rosana Martinelli, Jorge Seif, Tereza Cristina, Damares Alves, Ireneu Orth e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Angelo Coronel, Izalci Lucas, Paulo Paim, Professora Dorinha Seabra, Weverton e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Giordano, Marcos do Val, Eliziane Gama, Sérgio Petecão, Beto Faro e Rogerio Marinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência comunica os documentos recebidos pela Secretaria. Submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei n° 5482, de 2020 - Terminativo - que: "Dispõe sobre a conservação, a proteção, a restauração e a exploração sustentável do bioma Pantanal e altera o art. 36 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza." Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT). Relatoria: Senador Jayme Campos. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo. Resultado: Vista coletiva concedida. ITEM 2 - Projeto de Lei n° 292, de 2020 - Não Terminativo - que: "Altera os limites do Parque Nacional da Serra do Itajaí, localizado nos Municípios de Ascurra, Apiúna, Blumenau, Botuverá, Gaspar, Guabiruba, Indaial, Presidente Nereu e Vidal Ramos, no Estado de Santa Catarina, e criado pelo Decreto de 4 de junho de 2004." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Jorge Seif. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo. Resultado: Aprovado o relatório. ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo n° 183, de 2020 - Não Terminativo - que: "Susta a Instrução Normativa nº 9, de 16 de abril de 2020, que disciplina o requerimento, análise e emissão da Declaração de Reconhecimento de Limites em relação a imóveis privados." Autoria: Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), Senador Jean Paul Prates (PT/RN), Senador Paulo Paim (PT/RS). Tramita em conjunto com o Projeto de Decreto Legislativo n° 187, de 2020 - Não Terminativo - que: "Susta a Instrução Normativa nº 9, de 16 de abril de 2020, do Ministério da Justiça/Fundação Nacional do Índio, que “Disciplina o requerimento, análise e emissão da Declaração de Reconhecimento de Limites em relação a imóveis privados.”" Autoria: Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), Senador Jean Paul Prates (PT/RN), Senador Paulo Paim

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(PT/RS). Relatoria: Senador Jayme Campos (*Ad hoc*), substituiu Senadora Ana Paula Lobato. Relatório: Pela declaração de prejudicialidade dos Projetos de Decretos Legislativos nº 183, de 2020, e nº 187, de 2020. Resultado: Aprovado o relatório. ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 30, de 2024 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir os possíveis impactos da proposta de alteração do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília." Autoria: Senadora Leila Barros (PDT/DF). Resultado: Aprovado. ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 31, de 2024 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre a PEC 3 de 2022 e as preocupações com seus impactos no meio ambiente." Autoria: Senadora Leila Barros (PDT/DF). Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 6 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 32, de 2024 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 31/2024 - CMA, seja incluído como convidado o Senhor Helzio Mascarenhas, Presidente do Observatório do Setor de Serviços e Secretário Executivo da Frente Parlamentar Mista do Setor de Serviços." Autoria: Senadora Tereza Cristina (PP/MS), Senadora Leila Barros (PDT/DF). Resultado: Aprovado. Observação: Subscrito pela Senadora Leila Barros. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Leila Barros
Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/06/19

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 25ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 19 de junho de 2024.

Comunicados da Presidência.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos:

- Ofício nº 09054200350, de 2024, do Ministério das Relações Exteriores, que comunica e solicita divulgar aos Parlamentares desta Comissão a realização do Fórum Político de Alto Nível, sobre desenvolvimento sustentável, que ocorrerá entre 8 e 17 de julho de 2024, em Nova York. O eventual cadastramento de Parlamentares para compor a Delegação Brasileira deverá ser feito diretamente junto ao Itamaraty e os custos serão de responsabilidade de cada gabinete, organizados diretamente com as respectivas áreas do Senado Federal. Será encaminhado *e-mail* com o ofício do Ministério das Relações Exteriores a todos os gabinetes, e a agenda atualizada do evento está disponível no endereço eletrônico que está no *site* da nossa Comissão;

- Aviso nº 437, GP/TCU, que encaminha para ciência do despacho do Ministro Jorge Oliveira, em 11/06/2024, por meio do qual foi conferido efeito suspensivo ao subitem 9.4 do Acórdão nº 898/2024 TCU-Plenário, dado a conhecimento a esta CMA, na nossa última reunião, de 12 de junho de 2024, pelo Aviso nº 378 GP/TCU. O processo trata de acompanhamento da implantação do Centro Tecnológico, Nuclear e Ambiental (Centena), anteriormente denominado Repositório Nacional de Rejeitos Radioativos de Baixo e Médio Níveis de Radiação (RBMN).

Os documentos, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão, pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação nesse período.

Queridos colegas membros desta Comissão de Meio Ambiente e todos aqueles que nos assistem, é com profunda convicção e responsabilidade que nos reunimos para mais uma reunião deliberativa em nossa Comissão.

Na última segunda-feira, dia 17 de junho, foi celebrado o Dia Mundial de Combate à Desertificação e à Seca. Esse dia não apenas nos chama à ação, mas nos lembra a interdependência crítica entre saúde do nosso planeta e o bem-estar de bilhões de pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A segurança alimentar, a prosperidade econômica e a saúde pública dependem diretamente de terras prósperas, que sustentem vidas, meios de subsistência e ecossistemas vibrantes.

No Brasil, 1 a cada 4ha foi consumido pelo fogo nas últimas quatro décadas. Segundo dados do mapa MapBiomas Fogo, o Pantanal foi o bioma que mais queimou, de modo proporcional à sua área, nos últimos 40 anos, com 9 milhões de hectares, um valor que representa – pasmem – 59,2% de todo o bioma. E ele, além das queimadas, sofre com a seca extrema.

Isso não é apenas uma estatística, mas uma crise ambiental que ameaça nossos recursos naturais e a qualidade de vida das futuras gerações.

Não podemos ignorar os alarmantes sinais de alerta, e, diante dos desafios que se apresentam, é imperativo que governos, empresas, acadêmicos, comunidades e todos os setores da sociedade estejam unidos em uma ação, de fato, concreta.

A colaboração e a implementação de políticas eficazes são essenciais para enfrentar essas crises ambientais de maneira significativa e sustentável.

É com grande satisfação que também reconhecemos as decisões recentes do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), que refletem nosso compromisso renovado com a proteção ambiental. Após uma determinação do Supremo Tribunal Federal, o Conama aprovou uma nova resolução que atualiza os padrões nacionais de qualidade do ar, tornando-os mais restritivos e alinhados com as recomendações da Organização Mundial da Saúde. Pela primeira vez, nosso país estabelece prazos claros para implementação desses padrões, um marco, após três décadas de debates, que promete avanços significativos na saúde pública, na prevenção de doenças e no desenvolvimento sustentável.

Além disso, o Conama aprovou também a elaboração e a execução de planos de manejo florestal sustentável da Caatinga, juntamente à União e estados, visando a sustentabilidade desse bioma único. A resolução apresenta normativas a respeito da velocidade do ciclo de corte madeireiro deste bioma para que seja reformulado e efetuado de forma sustentável e consciente, visando a produtividade assegurada, mas também a maximização da diversidade arbórea e arbustiva. Essa resolução representa um avanço crucial na gestão responsável dos recursos naturais, assegurando não apenas a produtividade econômica, mas também a conservação da diversidade da região.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senhoras e senhores, diante dessas conquistas e desafios, conclamo todos nós a intensificarmos nossos esforços e compromissos com a proteção ambiental. Que esta Comissão seja um espaço de diálogo construtivo, onde possamos desenvolver políticas robustas e implementar ações concretas para enfrentar as ameaças ambientais que confrontam nosso país e o nosso planeta!

Uma ótima reunião para todos nós.

Eu gostaria, antes de iniciarmos a nossa reunião, de dar aqui as boas-vindas à nossa nova integrante da Bancada Feminina, Senadora Rosana Martinelli. Seja muito bem-vinda, Senadora, suplente do Senador Wellington Fagundes, que está de licença. A ele eu desejo melhoras! Acho que ele se submeteu a uma cirurgia no ombro. Seja muito bem-vinda. Vai somar à nossa força aqui, à nossa Bancada Feminina, junto com a Senadora Tereza Cristina, a Senadora Margareth Buzetti, aproveitando e dando meu bom-dia também ao Senador Alessandro Vieira e ao Senador Ireneu Orth.

O Senador Jayme foi o primeiro a chegar, já dei meu bom-dia, está pronto aí para o item 1, não é, Senador? (*Risos.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. *Fora do microfone.*) – O Senador está chegando aqui...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Está certo.

A SRA. ROSANA MARTINELLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Fora do microfone.*) – Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – De nada. Se a senhora quiser dar uma palavra, fique à vontade, por favor, Senadora.

A SRA. ROSANA MARTINELLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – É uma alegria muito grande estar aqui, principalmente substituindo o Senador Wellington Fagundes, um entusiasta pelo nosso estado e que sempre defendeu, principalmente, essa pauta do Pantanal, que faz parte da nossa vida, não é? A gente é de uma região... As nossas Senadoras aqui juntas, a Margareth e a Tereza, também vizinha, não é?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Está o Mato Grosso em peso aqui. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ROSANA MARTINELLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – E a gente fica muito feliz de estar aqui compondo a Bancada Feminina e estar aqui nesta Comissão muito importante, defendendo as causas do Pantanal, porque nós conhecemos a nossa realidade.

E, agora, a título de informação, as brigadas de incêndio já estão fazendo o serviço preventivo, para que a gente não tenha um grande incêndio, haja vista que tem uma previsão de seca muito grande para este ano, em que as chuvas foram em menor índice.

Então, é uma preocupação muito grande a questão do Pantanal, que é um bioma que atrai milhares de turistas para o nosso país e que também tem uma significação econômica muito importante. E têm que ser respeitados também aqueles que lá vivem, principalmente os ribeirinhos.

Então, essa preservação do Pantanal, de forma econômica, junto com a biodiversidade, vai contribuir muito. E de que se precisa? Realmente de uma diretriz: de como fazer e do que precisa fazer. A gente fica muito feliz de ver...

Eu tenho certeza de que hoje vai ser aprovado esse estatuto, porque é o melhor. E o que todos nós queremos é diretriz de como trabalhar. As pessoas – os empresários, os ribeirinhos, os turistas que vão lá, todas as pessoas – vão fazer o seu melhor lá, vão querer produzir, mas também nós temos que dar oportunidade àqueles que ainda vão e aos nossos turistas, porque o Brasil precisa cada vez mais investir no turismo economicamente.

Então, eu estou muito feliz, principalmente, por estar nesta Comissão em que a gente tem conhecimento, em que a gente vive. A gente está vendo resultados de todo esse trabalho da Comissão, Leila. Já está tendo resultado, não é, Senador Jayme Campos, que também é do Mato Grosso, conhece aquela realidade?

É disto que nós precisamos: dar diretriz. Ninguém quer cometer irregularidade, e, sim, trabalhar em união com as leis, também dando oportunidade economicamente e na questão do turismo em um dos nossos melhores cartões postais, que é o nosso Pantanal.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Perfeito, Senadora Rosana. Mais uma vez, reforçando, seja muito bem-vinda!

Por favor, Senadora Margareth Buzetti.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Pela ordem.) – Só complementando, o Mato Grosso e o corpo de bombeiros fizeram um pelotão para combate incêndios no Pantanal. Então, eles estão de prontidão, já estão lá, com muitos caminhões, bastantes ferramentas de combate a incêndio, porque este ano está prometendo muito. Então, eu fiquei feliz quando vi o comandante do corpo de bombeiros fazendo esse pelotão e já enviando ao Pantanal, porque já tem focos de incêndio. Quanto mais a gente conseguir apagar, melhor é, não é?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Nós não podemos deixar de parabenizar o Governador, que teve uma atuação imediata em alertar, e também os órgãos federais, que estão fazendo um trabalho conjunto, Governo Federal e Governo do estado, na figura de seu Governador Mauro, que, realmente, prontamente, agiu, de forma célere, porque as previsões para a Região Centro-Oeste, inclusive para o Distrito Federal, são de que será um inverno bastante seco, com baixa umidade. Teremos grandes desafios pela frente.

Senadora Tereza.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Pela ordem.) – Obrigada, Senadora Leila.

Quero cumprimentar todos os colegas na pessoa da Senadora Rosana, nossa nova companheira, que aumenta a nossa Bancada Feminina, o que é muito importante também.

Eu queria dizer aqui já... Eu iria deixar para falar depois, mas falar sobre os incêndios também é muito importante. Nós temos nos dois estados... O maior Pantanal é no meu estado, é no Mato Grosso do Sul, mais de 80%, mas os estados estão trabalhando em conjunto. Desde abril, o Governador Eduardo Riedel decretou emergência – até algumas pessoas falaram: "Ô..." –, antes do início desse período por que nós estamos passando, que é muito preocupante. Os incêndios começaram mais cedo este ano por conta da seca, que está mais severa.

Nós tivemos seca em 2020, em 2022. No ano passado, deu uma melhorada. Agora, neste ano, voltou a ser muito severa, com índices baixíssimos dos nossos rios, como o Rio Paraguai e os seus afluentes, que são a principal artéria do nosso Pantanal.

Quero dizer que estamos trabalhando juntos, os dois Governos com o Governo Federal. Ontem, teve uma reunião enorme, lá no meu estado, o pessoal aqui do meio ambiente, vendo as medidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desde 2020, quando houve aquele incêndio que alertou todos nós, o nosso estado comprou vários aviões. Hoje nós estamos mais preparados. Há as brigadas do Prevfogo. Os produtores rurais têm a brigada de voluntários. Estão todos lá.

Assim mesmo, a preocupação é grande, porque os incêndios estão acontecendo, mas nós temos hoje a prevenção que foi feita e a estruturação para poder ajudar nesse combate. Assim mesmo, a coisa está preocupante, porque nós estamos começando o período seco.

Era só para contextualizar.

Obrigada, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Reforço, então, mais uma vez, segundo a sua fala, Senadora.

Cumprimento, então, além do Governador Mauro, o Eduardo Riedel.

E esperamos também do Governador do Distrito Federal que fique atento também, porque, no Distrito Federal também, nós temos queimadas.

Então, vamos fazer uma ação conjunta, principalmente com os Governadores dos estados aqui da Região Centro-Oeste, com o Caiado também. A todos eles, o meu alerta com relação a um período que, segundo as previsões, será um período de muitas queimadas para a região. Então, atenção aos nossos Executivos estaduais e também ao Governo Federal, nessa parceria.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu submeto à deliberação do Plenário a dispensa de leitura e a aprovação da ata da 24ª Reunião, realizada no dia 12 de junho de 2024.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados a esta Comissão.

Item 1 da pauta.

ITEM 1

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI N° 5482, DE 2020

- Terminativo -

Dispõe sobre a conservação, a proteção, a restauração e a exploração sustentável do bioma Pantanal e altera o art. 36 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

Relatoria: Senador Jayme Campos

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações:

1. Em 16/04/2024, foi realizada audiência pública destinada a instruir a matéria.

2. Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.

Temos presente aqui o nobre Senador Jayme Campos, um decano aqui da Casa, não é, Senador Jayme?

Concedo a palavra ao nosso Relator Senador Jayme Campos para a leitura do seu relatório.

Bom dia, Senador.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Como Relator.) – Cara amiga Presidente da Comissão de Ambiente, brilhante Senadora Leila, colegas Senadores aqui presentes nesta reunião, antes de mais nada, inicio a minha fala dizendo da importância que representa este Estatuto do Pantanal, que nós vamos votar nesta Comissão, no dia de hoje.

Na verdade, como V. Exa. tem conhecimento, foi criada uma Comissão Externa, lá atrás, com a participação de vários Senadores da República. Foi feito um trabalho muito zeloso e, sobretudo, de forma muito responsável.

Eu não posso deixar de render minhas homenagens ao ilustre Senador Wellington Fagundes, autor deste projeto, um homem muito preocupado com o Brasil e, sobretudo, com o nosso querido Mato Grosso, que permitiu, com certeza, o trabalho do nosso querido amigo Senador Nelsinho Trad, da Senadora Simone, hoje Ministra, que participou desta Comissão, do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Esperidião Amin, da Senadora Soraya Thronicke e do Senador Fabiano Contarato. Esses eram os membros dessa Comissão Especial que permitiu, no dia de hoje, de forma muito zelosa, com muita resiliência, com muita paciência, fazermos este relatório, após dez audiências públicas.

Na última mesmo, V. Exa. sabe, nós fomos notificados pelo MPF (Ministério Público Federal), pedindo, solicitando que nós ouvíssemos aqui mais uma ONG, a Augusto Leverger, o que tivemos a oportunidade, no dia 16 de abril, de realizar nesta Comissão aqui. Com isso, com certeza, dirimimos qualquer uma das dúvidas.

Por outro lado, quero esclarecer ao Líder do Governo, que não sei se ainda se encontra aí, Senador Jaques Wagner, que também o Ministério do Meio Ambiente nos procurou e tivemos a mesma paciência de ouvi-lo. Após mesmo fechado o nosso relatório, Senadora Ministra Tereza, paramos o relatório e o retiramos desta Comissão para ouvir o Ministério do Meio Ambiente. De todas as suas solicitações, dez foram atendidas – dez –, permitindo que fizéssemos o substitutivo aqui, ouvindo a Federação da Agricultura e Pecuária do Mato Grosso e a Famasul (Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul). Enfim, tivemos muito zelo.

Esta coisa aqui foi muito séria, muito responsável, o que permitiu que nós fizéssemos este substitutivo, talvez um dos maiores que esta Comissão já provou. V. Exa. é testemunha do tempo que nós demandamos. V. Exa. sempre pedia que construíssemos um relatório à altura do que o Brasil necessitava e, sobretudo, o Pantanal mato-grossense, mais particularmente, Sra. Presidente, os pantaneiros, os quilombolas, os ribeirinhos. Todos tiveram a oportunidade de serem ouvidos.

Aqui, está o nosso relatório.

Se V. Exa., com a devida vênia, me permite, eu gostaria de entrar na fase de análise, até pelo fato de que ele é bastante longo. Como já está disponibilizado a esta Comissão, eu imagino que os ilustres Senadores e Senadoras já tiveram acesso a este nosso relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – O.k., Senador Jayme.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Obrigado.

Análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do art. 102-F, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CMA opinar sobre assuntos pertinentes à defesa do meio ambiente, especialmente proteção ambiental, controle da poluição, conservação da natureza e defesa do solo, dos recursos naturais e genéticos, das florestas, da caça, da pesca, da fauna e da flora. Cabe à CMA manifestar-se a respeito do mérito, da constitucionalidade, da juridicidade e da técnica legislativa do projeto, uma vez que se trata da única Comissão que examinará a proposição.

Quanto à constitucionalidade formal do projeto, consideramos os aspectos relacionados à competência legislativa, à legitimidade da iniciativa parlamentar e ao meio adequado para veiculação da matéria.

Verifica-se que a União detém competência concorrente para legislar sobre conservação da natureza e dos recursos naturais e proteção do meio ambiente, nos termos do art. 24, inciso VI, da Constituição Federal. É legítima a iniciativa parlamentar, nos termos dos arts. 48, *caput*, e 61 do texto constitucional, haja vista não incidir na espécie de reserva de iniciativa.

Ademais, revela-se adequada a veiculação da matéria por meio de lei ordinária federal, visto não haver exigência constitucional de lei complementar ou outro veículo normativo para a disciplina do assunto. Verificado o atendimento aos requisitos constitucionais formais, parecem igualmente inatingidos pela proposição quaisquer dispositivos constitucionais, não havendo vícios materiais de inconstitucionalidade a apontar. Assim, em todos os aspectos, verifica-se a constitucionalidade da iniciativa.

Quanto aos requisitos de regimentalidade, constatamos que o projeto tramita de acordo com o que preconiza o Risf. No que concerne à juridicidade, o PL em análise afigura-se apropriado, porquanto: o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; a matéria nele vertida inova o ordenamento jurídico; possui o atributo da generalidade; é consentâneo com os princípios gerais do Direito e dotado de potencial coercitividade.

No que diz respeito à técnica legislativa, entendemos que o projeto esteja vazado na boa técnica de que trata a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que "dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis".

O projeto visa a estabelecer princípios e diretrizes para conciliar a proteção ambiental e o desenvolvimento socioeconômico no bioma Pantanal, de maneira a garantir que as atividades econômicas na região não resultem em degradação do meio ambiente. Trata–se de objetivo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

meritório e consentâneo à regulamentação do art. 225, §4º, da Constituição Federal, ao estatuir que os biomas nacionais, entre os quais o Pantanal Mato-Grossense, são considerados patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

Apenas o bioma Mata Atlântica foi objeto de uma regulamentação própria, por meio da Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006. O Pantanal está presente nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, sendo que de sua área total de 15.096.107ha, 64,5% localizam-se no Mato Grosso do Sul, enquanto 35,5%, no Estado do Mato Grosso. Todavia, apesar da ausência de marco normativo federal, e dada a competência concorrente entre União e Estados para legislar sobre proteção do meio ambiente e do patrimônio turístico e paisagístico (art. 24, incisos VI e VII e §§1º a 4º da CF), necessário informar que os estados pantaneiros regulamentaram o uso do bioma há longa data.

Mato Grosso do Sul realizou avanços legislativos no que diz respeito à regulamentação estadual da ocupação e uso do bioma. Nesse sentido, foram publicados a Lei nº 328, de 25 de fevereiro de 1982, que "dispõe sobre a proteção ambiental do Pantanal Sul-Mato-Grossense"; a Lei nº 3.839, de 28 de dezembro de 2009, que "institui o Programa de Gestão Territorial do Estado de Mato Grosso do Sul (PGT/MS) e aprova a Primeira Aproximação do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de Mato Grosso do Sul (ZEE/MS)"; e o Decreto Estadual nº 14.273, de 8 de outubro de 2015, que "dispõe sobre a Área de Uso Restrito da planície inundável do Pantanal, no Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências", normas que garantem aos produtores rurais do Mato Grosso do Sul segurança jurídica, além de terem sido aprovadas com ampla discussão com a sociedade.

Mato Grosso, a seu turno, editou a Lei no 8.830, de 21 de janeiro de 2008, que "dispõe sobre a Política Estadual de Gestão e Proteção à Bacia do Alto Paraguai no Estado de Mato Grosso e dá outras providências", alterada parcialmente pela Lei nº 11.861, de 3 de agosto de 2022. Quanto ao Zoneamento Ecológico-Econômico, Mato Grosso lançou, em 2021, consulta pública sobre o instrumento, o que denota avanços na instituição desse instrumento de gestão territorial.

A existência de normas estaduais certamente não impede o legislador federal de estabelecer norma geral para regulamentar a utilização sustentável do bioma Pantanal, conforme prevê o art. 225, §4º, da Constituição Federal. No entanto, a legislação federal deve ser cautelosa e atenta aos seus limites materiais, o de norma geral, de modo que esta não venha a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

extravasar ao seu campo de abrangência, e deve garantir que estados e municípios possam legislar sobre a matéria, no exercício de sua autonomia e competências constitucionais.

Essas são as razões preliminares, Sra. Presidente, pelas quais, no mérito, percebemos oportunidades de aperfeiçoamento, de modo que, utilizando-nos da proposição original, propusemos acréscimos e supressões, com a finalidade de ajustar o PL nº 5.482, de 2020, ao conceito de norma geral, considerada a “moldura do quadro” ou “norma diretriz”, nas palavras do Ministro Carlos Velloso (Adin nºs 933-8/GO e 927-3/DF). Para adequar o texto da proposição, apresentamos um substitutivo, que ajustamos de modo a respeitar ainda mais os atos jurídicos consolidados e prezar pela segurança jurídica do futuro marco legal.

Nos moldes da Lei da Mata Atlântica, o escopo da lei deve limitar-se "ao uso, conservação, proteção e restauração da vegetação nativa". Trata-se, de fato, da regulamentação do art. 10 da Lei nº 12.651, de 2012, que prevê a possibilidade de exploração ecologicamente sustentável na planície pantaneira – estou quase concluindo, Sra. Presidente –, ficando novas supressões de vegetação nativa para uso alternativo do solo condicionadas à autorização do órgão estadual do meio ambiente.

Assim, a ementa é alterada, e a lei passa a dispor sobre as políticas de uso e conservação, proteção e recuperação da vegetação nativa do bioma Pantanal. A ementa previa, ainda, alteração no art. 36 da Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Snuc). Entendemos que a alteração do art. 36 do Snuc, que tem por finalidade priorizar a compensação do bioma impactado, não é meritória, pois pode interferir na autonomia do órgão gestor que define quais unidades de conservação serão beneficiadas com a compensação.

Substituímos fundamentos por objetivos, acrescentamos na norma a importância de reconhecimento da organização social e dos costumes do homem pantaneiro – estou fazendo com mais ênfase, porque, também, nós temos que respeitar os costumes dos homens pantaneiros –, além de um artigo sobre os princípios que regem a lei, e aprimoramos as diretrizes originalmente estabelecidas.

A respeito do Zoneamento Ecológico-Econômico, instrumento de planejamento territorial para o bioma, que tem como objetivo ordenar de forma equilibrada as atividades do bioma, propõe-se a sua exclusão; eis que os estados estão em fase avançada de sua elaboração,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

evitando-se a necessidade de dispêndio de custos orçamentários da União para fazê-lo, garantindo-se, assim, maior eficiência.

Outro tema, Sra. Presidente, foi debatido e é o controle do desmatamento, disposto no Capítulo V da proposição. Como são diretrizes voltadas ao combate do desmatamento, propomos acrescentar o adjetivo "não autorizado" ao desmatamento, a fim de diferenciar-se a aplicação das normas relacionadas apenas ao desmatamento ilegal, que é devidamente combatido. Objetiva-se, inclusive, não contrariar o disposto no art. 10 do Código Florestal, que permite supressão de vegetação, desde que devidamente autorizada pelo órgão competente.

A respeito do Capítulo VII – Da Política de Desenvolvimento do Turismo do Bioma Pantanal –, entendemos que este fomenta política pública que diz respeito à atuação de estados e municípios. Sendo assim, fizemos alterações no PL para enquadrar as regras desse capítulo como normas gerais, cuja elaboração é de competência da União nesses casos, conforme previsto no art. 24, §1º, da nossa Constituição Federal.

Quanto às regras sobre manejo integrado do fogo e controle dos incêndios, propusemos alterações pontuais para aprimorá-las. Em relação aos dispositivos que tratam da exploração sustentável do bioma, buscamos excluir dispositivos que são meramente transcrição do Código Florestal, eis que não inovam o ordenamento jurídico, além de a legislação florestal ser observada na aplicação da lei. Igualmente, regras sobre a atividade de mineração, condicionada ao licenciamento ambiental com apresentação de estudo de impacto ambiental (EIA), se necessário, além de medidas de recuperação ambiental, são matérias que exigem legislação e normas específicas, matéria essa estranha à proposição.

No tocante ao Capítulo VIII, que trata do apoio e incentivo à preservação e recuperação do meio ambiente no bioma Pantanal, entendemos que as alterações fixam normas gerais, sendo desnecessário estabelecer as linhas de ação que já estão elencadas na legislação própria que rege o instrumento econômico “pagamento por serviços ambientais”.

Por fim, salientamos que a matéria objeto da proposição em análise é de extrema relevância do ponto de vista de existir debate no âmbito do Supremo Tribunal Federal sobre o tema. A Procuradoria-Geral da República (PGR) ajuizou a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão, ADO nº 63, de 15 de março de 2021, para questionar a mora do Congresso Nacional em editar lei que regulamente, relativamente ao Pantanal mato-grossense, o comando do art. 225, §4º, parte final, da Constituição Federal. Em julgamento recente, o STF estabeleceu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

18 meses para que o Parlamento brasileiro aprove uma lei para conferir proteção especial ao ecossistema do Pantanal.

É urgente – concluindo –, pois, que aprovemos essa matéria. O Pantanal é um bioma único e merece uma legislação singular, capaz de conciliar preservação, desenvolvimento econômico e progresso social

E o voto, Sra. Presidente, considerada a nossa regimentalidade, este é o relatório que eu proponho: considerando o exposto, somos pela regimentalidade, juridicidade, constitucionalidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.482, de 2020, nos termos das emendas, do substitutivo.

Está apresentado o nosso substitutivo. Todos os nossos colegas Senadores já tiveram acesso. Eu espero que possamos votar e, sobretudo, quero dizer a V. Exa. que me sinto honrado sobremaneira, de ser designado, aqui, por esta Comissão, para ser o Relator.

E V. Exas. tenham certeza absoluta: tudo foi feito com muito respeito, com muito zelo, para que, com certeza, possamos cumprir aquilo que estava estabelecido na Constituição de 1988 e lamentavelmente não tinha sido regulamentado.

Desta feita, nós estamos tendo essa oportunidade ímpar para, com certeza, preservarmos, mas sempre respeitando aqueles cidadãos que moram ali, que são os ribeirinhos, os quilombolas e os pequenos e médios produtores.

Fico muito honrado e agradeço a V. Exa. pela designação para que eu fosse Relator nesta Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Perfeito, Senador.

Parabéns, Senador Jayme Campos, pelo relatório.

A matéria está em discussão.

Senadora Rosana Martinelli.

A SRA. ROSANA MARTINELLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para discutir.) – Quero parabenizar o Senador Jayme Campos, nosso decano, pelo trabalho e pela condução dessa relatoria, porque foi debatido muito, foram mais de dez audiências públicas em que todos tiveram a oportunidade e de que resultou um brilhante trabalho de relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero parabenizar e quero salientar que, aqui nesta Casa, hoje tem representatividade dos dois estados: tem Senadores de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul. E quero também ressaltar a decisão do STF sobre a lei para o bioma Pantanal.

O prazo foi estabelecido pelo Supremo Tribunal Federal: 18 meses para aprovação de lei. O Supremo Tribunal Federal estabeleceu um prazo de 18 meses para que o Congresso Nacional aprove uma legislação específica para a proteção do bioma, reiterando o relatório; e também reconheceu a omissão do Congresso.

Então, a decisão dos ministros, a maioria dos ministros do STF reconheceu a omissão do Congresso Nacional ao não aprovar uma lei específica para o bioma até hoje. O voto do Relator, do Ministro André Mendonça, apontou a negligência do Congresso e foi acompanhado por 9 dos 11 ministros.

Então, a situação do Pantanal precisa ser regulamentada, e eu peço encarecidamente que todos os presentes que vão votar tenham consciência da regulamentação, que precisa ser votada.

Nós temos que preservar o nosso Pantanal. E a demora, cada vez mais, se protelarem, se ficarem empurrando uma decisão, não é bom para nenhum dos nossos estados, porque todos os Governadores estão trabalhando no nosso reconhecimento e investindo, principalmente, na conscientização de todo cidadão mato-grossense, tanto de Mato Grosso como de Mato Grosso do Sul. Estão cada vez mais investindo.

Então, é importante esta votação de hoje, que vai definir, e nós vamos ter diretrizes.

E é isso que eu quero ressaltar e quero pedir a consciência de todos aqui presentes na votação, para que votem e a gente resolva esse problema que está aí.

Tudo que não tem uma diretriz acaba em problema, e nós não queremos isso. Nós queremos uma solução para o nosso Pantanal brasileiro.

Muito obrigada, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Para discutir.) – Obrigado, Sra. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero parabenizar o Relator. Efetivamente, o texto teve evoluções significativas, mas apresento pedido de vista para uma nova apreciação.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Pedido de vista concedido. Faz parte do Regimento, faz parte do direito da Casa.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Presidenta, questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Pois não, Senador Jayme.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Eu queria fazer um pedido de vista coletivo, neste caso, e solicitar apoio dos membros desta Comissão para que este pedido de vista seja de forma coletiva.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Perfeito, Senador Jayme.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Peço o apoio dos colegas Senadores.

Quero a manifestação das feministas.

V. Exa. concorda?

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Sim.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Margareth, Rosana?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Pedido de vista concedido.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Senadora Tereza Cristina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Bom, eu não esperava que a gente tivesse um pedido de vista, mas é do Regimento, e eu apoio o pedido de vista, porque eu penso que, em uma semana, nós podemos aprofundar, apesar de todas as audiências que já tivemos, mas é muito importante que a gente aprove esse estatuto, primeiro porque o próprio Supremo, na semana passada, votou por uma ADC para que a gente pudesse votar, e nós já estávamos com esse estatuto há muito tempo em andamento e pronto, para poder corresponder ao que os legisladores do Judiciário estão nos pedindo.

Então, nós temos aqui um estatuto do Pantanal, e eu queria dizer que o Pantanal é um bioma muito peculiar, porque está só em dois estados brasileiros, um pedacinho do lado de lá, na Bolívia, e um pedacinho muito pequeno no Paraguai, mas 96% dele, eu acho, está no Brasil, nesses dois estados, e aí quero dizer da consciência dos nossos governos, porque as nossas leis, que...

Mato Grosso do Sul tinha um decreto, e o decreto não era o suficiente e, no ano passado, aprovou-se uma lei estadual, em dezembro de 2023, feita com uma parceria e um entendimento entre todos os atores: os produtores rurais, os indígenas que têm, lá, algumas aldeias, os ribeirinhos – que são muitos, porque o Pantanal, afinal de contas, tem água que não acaba mais, muitos rios –, todos os ribeirinhos que vivem ali naquela região, os governos, enfim.

Fizemos uma lei, o Governo Federal participou. Então, eu acredito que hoje nós estamos, Senador – o Senador Alessandro Vieira saiu –, com muita consciência e com muito pé no chão.

É uma lei que nós precisamos fazer para respaldar as leis estaduais, que, com certeza, são mais restritivas do que a lei federal, como ela tem que ser. A lei federal tem que ser um guarda-chuva, e as leis estaduais são mais restritivas porque entram a fundo nas peculiaridades de cada estado.

Então, quero dizer que a gente espera que, na semana que vem, possamos aprová-la aqui – como disse a nossa Senadora Rosana –, para que a gente tenha diretrizes, para que as pessoas possam continuar no Pantanal, o Pantanal que, hoje, vive um problema sério de fogo – nós temos lá todo mundo trabalhando para que não tenhamos uma tragédia, como tivemos em 2020, porque estamos mais preparados –, mas é muito importante, eu acho, a aprovação deste estatuto aqui pelo Senado Federal, e que ele possa, então, ser transformado em lei e ajudar os estados que têm o Pantanal como um dos seus principais biomas.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – É o Senador Ireneu, que já tinha pedido a palavra, Senadora Margareth, e na sequência a senhora.

O SR. IRENEU ORTH (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Pela ordem.) – Minha saudação a todos, de maneira especial à nossa Presidente, Senadora Leila, e a todos os demais colegas aqui.

Na verdade, eu não sou da região pantaneira, sou de outra região, mas eu tenho propriedade no Centro-Oeste e eu sei da dificuldade que se tem no controle das intempéries climáticas, especialmente do fogo que atinge, nessa época de seca, toda essa região, por diversas razões: às vezes, naturalmente o fogo se expande e, às vezes, é colocado, e assim por diante.

Eu tenho ouvido historicamente sobre o problema do Pantanal. É uma coisa antiga, embora não tenha ligação direta, mas a gente tem ouvido, Senadora Tereza, há muitos anos: "Pantanal em fogo! Aconteceu isso, aconteceu aquilo", e não tem uma regulamentação.

Eu acho que o que foi apresentado aqui pelo Senador Jayme Campos é excepcional. Quero cumprimentá-lo. Ele não leu toda a matéria, porque estaríamos levando muito tempo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. IRENEU ORTH (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – É, mas eu acho que é fundamental, é importante, vai estabilizar a situação dos que vivem lá, dos que residem, sejam produtores rurais, sejam ribeirinhos, sejam indígenas, enfim, de todos que estão lá.

Eu não sabia da solicitação de vista, mas é um direito que o nosso colega Vieira tem. E vamos aguardar.

Espero, sim, que possa ser votado e que aquela região do país possa ter estabilidade nessas questões ambientais.

Muito obrigado.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Senadora, antes da Senadora Margareth. Eu pedi a ela.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Senadora Tereza Cristina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – É só porque eu cometi uma gafe.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Pois não.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Eu quero cumprimentar, de maneira muito especial, o Senador Jayme Campos, que se dedicou a esse relatório, e o nosso querido Wellington Fagundes, que também, desde há muito tempo, trabalha em cima desse Estatuto do Pantanal.

Então, parabéns a vocês! Desculpem-me! (*Risos.*)

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Imagina, Senadora.

Senadora Margareth Buzetti.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Pela ordem.) – Obrigada, Presidente.

Senador Jayme, cumprimento-o pelo relatório e também o Senador Wellington Fagundes.

Esse é um estatuto que vem desde 2020. Eu não entendi por que um pedido de vista depois de dez audiências. Pede vista, e não fica aqui nem para ouvir os argumentos, depois vai embora. Eu vou puxar a orelha do Senador Alessandro Vieira. O que é isso? Mas é um direito, é do Regimento, mas nós realmente precisamos aprovar esse estatuto. Não é uma semana que vai fazer diferença.

Mas nós precisamos, sim, apresentar. Tá bom?

Um abraço.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Senador Jaime Bagattoli.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Eu quero parabenizar aqui o Senador Jayme Campos, porque eu acho que, antes de existir o Pantanal, o Jayme Campos já estava lá. (*Risos.*)

Antes de ter o Pantanal, ele já estava lá.

Então, eu acho o seguinte: essa regulamentação do Pantanal é de suma importância.

Eu conheço o Pantanal, assim, de visita, já estive três, quatro vezes, andei aquilo tudo lá, e os ribeirinhos fazem uma grande contribuição.

Não muitas vezes, como se disse, falam em fogos criminosos. Jamais a gente acredita que possa alguém, um cidadão que mora numa região, que vive naquela região, fazer algo que vai prejudicar a natureza.

Então, isso é de suma importância.

A gente respeita a decisão do Senador Alessandro Vieira, mas nós temos que votar isso com urgência.

Parabéns, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. *Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sra. Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Pois não, Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Quero parabenizar o Senador Jayme Campos.

Eu pensava que o homem mais velho do mundo era Matusalém... (*Risos.*)

... mas agora o Jayme atualizou minhas configurações.

Senador Jayme, parabéns pelo relatório.

E uma coisa eu falo para o senhor: quando juntam Jayme Campos, Tereza Cristina, Rosana Martinelli, Senadora Margareth Buzetti, é coisa boa, porque vocês têm todo o nosso respeito,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

têm o respeito do agronegócio, têm o respeito das autoridades ambientais. Então, parabéns pelo relatório. Infelizmente, vamos ter que esperar mais uma semaninha.

Hoje de manhã, acordei, liguei na CNN, e só se fala do Pantanal, que está pegando fogo, que não sei o quê. Então, é importante que o Senado faça o seu papel, e vocês estão fazendo isso de forma.... Ou nós – não é? – estamos fazendo isso de forma brilhante.

Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Força-tarefa.

Os Senadores do Mato Grosso aqui são uma turma aguerrida, Senador Jorge Seif.

Bom, como o pedido de vista é um instrumento regimental, foi concedido vista coletiva. Então, na próxima reunião nós voltaremos ao debate e à apreciação do PL 5.482.

Mais uma vez, parabenizando o Senador Jayme Campos pelo excelente trabalho, quero aproveitar aqui esse momento em que nós estamos tratando do Estatuto do Pantanal e dizer que foi aprovado, aqui na Comissão de Meio Ambiente, o PL 1.818, de 2022, que institui a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo, que é algo fundamental.

A Senadora Tereza sabe muito bem – acho que todos aqui sabemos – da importância da aprovação. A matéria está já no Plenário, precisa da deliberação das emendas, da conclusão das emendas, e aí eu faço um apelo, porque é importantíssimo esse projeto, justamente para a gente poder reduzir as incidências de focos de incêndios, a ocorrência de queimadas aqui, principalmente nessa nossa região. Nós não podemos deixar.

Tem o bioma Pantanal, mas ter o bioma Cerrado, que foi duramente afetado no último ano, justamente por causa das queimadas.

Então, nós precisamos realmente nos debruçarmos, e eu faço um apelo aos Líderes, aos Líderes dos partidos, nas reuniões de Liderança, Senador Jayme Campos, Senadora Tereza, para que possamos, através dos Líderes, fazer esse apelo ao Senador, nosso Presidente, Rodrigo Pacheco, para que façamos essa deliberação no Plenário o mais urgente possível.

Fica o apelo a todos vocês aí, para que estejam conosco, fazendo esse apelo.

Antes de passar para o item 2 da pauta, eu gostaria aqui de dar boas-vindas ao nosso servidor, o Leife Montalvão. Não sei se a maioria dos Senadores sabe: no dia 3 de abril, ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisou urgentemente ser atendido pelo setor médico aqui, e graças a Deus, Leife, graças a Deus deu tudo certo...

O SR. LEIFE GONÇALVES MONTALVÃO (*Fora do microfone.*) – Obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – ... e é muito bom tê-lo conosco aqui, ter de novo o seu convívio aqui, viu?

Deus te abençoe, cara.

Em nome de todos os Senadores ...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – É uma chance! Graças a Deus deu tudo certo, e você está aqui conosco, firme e forte, cheio de saúde. (*Palmas.*)

Obrigada, muito obrigada, também ao nosso departamento médico, que agiu rapidamente para te socorrer.

A todos os nossos servidores a nossa eterna gratidão. Certamente, a minha palavra é a palavra de todos os Senadores desta Casa.

Muito obrigada, Leife.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Pois não, Senador Jayme.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Eu fui procurado aqui, agora, por um assessor da Senadora Ana Paula Lobato...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Pois não.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – ... em relação ao item 3 – e eu falei: "Olha, essa é uma atribuição e competência da Presidente" –, pedindo que eu fosse Relator *ad hoc,* evidentemente após a sua designação, para relatar o item 3, que é dela.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Certo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Não sei se já foi pedido a V. Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Inversão de pauta.

Não, assim, é uma leitura rápida...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Sim, é rapidíssima.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Tá.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Se V. Exa. me permitir, é óbvio e evidente que com a sua designação...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Sim.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Como Relator *ad hoc*, porque ele me pediu. Disseram-me que já tinham...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Sim...

Eu pergunto só ao Senador Jorge Seif, que é o item 2, se ele permite a inversão. É rapidinho.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – É uma página só, Senador Jorge.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – É rapidinho.

Depois do "Matusalém", a gente tem que respeitar o Senador Jayme Campos. (*Risos.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Depois desse...

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Como é que eu posso negar...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – ... o senhor tem apreciado esses últimos dias aqui no Senado Federal.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Depois desse "Matusalém" aí...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Está parecendo um artista de Hollywood.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – ... o que o Senador Jayme pedir para você... (*Risos.*)

Vamos lá, item 3 da pauta.

ITEM 3

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 183, DE 2020

- Não terminativo -

Susta a Instrução Normativa nº 9, de 16 de abril de 2020, que disciplina o requerimento, análise e emissão da Declaração de Reconhecimento de Limites em relação a imóveis privados.

Autoria: Senador Paulo Rocha (PT/PA) e outros

Autoria: Senador Paulo Rocha, Senador Rogério Carvalho, Senadora Zenaide Maia, Senador Jean Paul Prates e Senador Paulo Paim.

O decreto tramita em conjunto com o Projeto de Decreto Legislativo 187, de 2020.

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 187, DE 2020

- Não terminativo -

Susta a Instrução Normativa nº 9, de 16 de abril de 2020, do Ministério da Justiça/Fundação Nacional do Índio, que "Disciplina o requerimento, análise e emissão da Declaração de Reconhecimento de Limites em relação a imóveis privados."

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Jayme Campos

Relatório: Pela declaração de prejudicialidade dos Projetos de Decretos Legislativos nº 183, de 2020, e nº 187, de 2020.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Autoria: Senadora Ana Paula Lobato.

Eu concedo a palavra ao nosso Relator *ad hoc*, Senador Jaime Leme...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Senador Jayme Campos.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Desculpa, Senador Jayme Campos, para a leitura do seu relatório. Perdão, Senador Jayme Campos!

Por favor, Senador Jayme Campos, para a leitura.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Por sinal, o Senador Jaime Leme foi um grande político.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Vou tomar mais café, porque hoje... (*Risos.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Como Relator.) – Sra. Presidente, peço a senhora para ir diretamente à leitura da análise.

Conforme o Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Meio Ambiente opinar sobre proposições relativas à defesa do meio ambiente e assuntos correlatos, inclusive o gerenciamento do uso do solo.

A Instrução Normativa nº 9, de 2020, eliminava a previsão de cancelamento de Atestado Administrativo ou de Declaração de Reconhecimento de Limites caso fosse comprovada a ocupação indígena no local ou houvesse vícios na documentação. Dificultava, assim, a correção de equívocos e fraudes, o que não atende a nenhum interesse público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao contrário de fortalecer a segurança jurídica, a norma que se pretende sustar ampliava a insegurança, favorecendo, inclusive, fraudes contra terceiros de boa-fé que adquirissem essas áreas com base em declarações absolutamente temerárias. Estes seriam inadvertidamente tragados para conflitos fundiários e ainda podem ter suas pretensões anuladas caso a área sobre a qual adquirem interesse venha a ser homologada como terra indígena.

A Instrução Normativa nº 9, de 2020, foi declarada nula pela Instrução Normativa nº 30, de 9 de agosto de 2023.

Devido à perda de objeto, não há mais sentido em aprovar os projetos de decreto legislativo sob análise, restando-nos, nos termos do art. 334, inciso I, sugerir a declaração de prejudicialidade por essa razão.

Voto.

Em razão do que foi exposto, votamos pela declaração de prejudicialidade do Projeto de Decreto Legislativo nº 183, de 2020, e do Projeto de Decreto Legislativo nº 187, de 2020.

É o voto, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Grata, Senador Jayme Campos, pelo seu relatório, nosso Relator *ad hoc*.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira mais discutir, eu encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, pela prejudicialidade dos projetos.

A matéria, então, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Obrigada, Senador Jayme Campos.

Agora, item 2 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 292, DE 2020

- Não terminativo -

Altera os limites do Parque Nacional da Serra do Itajaí, localizado nos Municípios de Ascurra, Apiúna, Blumenau, Botuverá, Gaspar, Guabiruba, Indaial, Presidente Nereu e Vidal Ramos, no Estado de Santa Catarina, e criado pelo Decreto de 4 de junho de 2004.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Jorge Seif

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações:

1. Em 18/6/2024, foi apresentado um novo relatório à matéria e republicada a pauta desta reunião.

Concedo a palavra ao Senador Jorge Seif para a leitura do seu relatório.

Bom dia, Senador Jorge Seif!

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Como Relator.) – Bom dia, Senadora!

Bom dia, senhoras e senhores e todos que nos acompanham!

Esse projeto, Sra. Presidente, é muito importante para a nossa região. Nós estamos vendo o que está acontecendo no Rio Grande do Sul, e a alteração desses limites do Parque Nacional da Serra do Itajaí vai permitir que o Governo do estado, e, inclusive, esperamos a ajuda também do Governo Federal, construa uma barragem, porque, no final, o Rio Itajaí-Açu faz grandes estragos quando há enchentes. E é necessário... Inclusive, existem estudos antigos de uma empresa japonesa sugerindo várias barragens em toda Santa Catarina, e essa foi uma delas.

Então, se a senhora me permitir, eu vou direto aqui para a análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Perfeito, Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado.

Compete à CMA opinar em proposições que versem acerca de assuntos pertinentes à defesa do meio ambiente, especialmente defesa da fauna e da flora, preservação de florestas e da biodiversidade e conservação e gerenciamento dos recursos hídricos, no tocante ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável, temas abrangidos pelo PL nº 292, de 2020, conforme o art. 102-F, incisos I, III e IV, do Regimento Interno do Senado Federal.

Sendo a única Comissão a apreciar a proposição, a CMA deve analisar os aspectos de constitucionalidade e juridicidade, nesta incluída a técnica legislativa.

No que concerne à constitucionalidade do PL em análise, não são necessários reparos. A proposição atende ao disposto no art. 225, §1º, inciso III, da Constituição Federal, que estabelece a exigência de lei para promover a supressão de áreas de unidades de conservação da natureza.

Quanto à técnica legislativa, entendemos que a matéria deve ser melhorada, pois a forma proposta para a redelimitação da unidade de conservação não atende aos preceitos de clareza e precisão estabelecidos pelo art. 11 da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis. Não convém que os novos limites da unidade de conservação sejam inscritos em anexo, fora do corpo normativo do projeto. E, como detalharemos na análise de mérito, é necessário explicitar com precisão a íntegra dos novos limites do parque para que não pairem dúvidas acerca de quais áreas foram desafetadas e acrescentadas, bem como para permitir a identificação desses limites na própria lei, sem que seja necessário compará-la com o decreto de criação que estabeleceu os limites originais do Parque Nacional. A forma como o PL descreve, Sra. Presidente, essas alterações nos limites da UC compromete até mesmo o cálculo correto da área total do parque.

Quanto ao mérito, o projeto em análise é necessário. É preciso destacar que estamos tratando de uma unidade de conservação de extrema importância no contexto do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).

O Parque Nacional da Serra do Itajaí é uma unidade de conservação da natureza de proteção integral do bioma Mata Atlântica. Foi criado em 2004 com os objetivos de preservar amostra representativa desse bioma e dos ecossistemas nele existentes, possibilitando a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realização de pesquisa científica e o desenvolvimento de atividades de educação ambiental e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

Apesar, Sra. Presidente, de seu decreto de criação mencionar sua abrangência também no Município de Ascurra, assim como faz o PL nº 292, de 2020, esse município não tem território dentro dos limites do parque. A unidade em questão afeta apenas oito municípios catarinenses: Apiúna, Blumenau, Botuverá, Gaspar, Guabiruba, Indaial, Presidente Nereu e Vidal Ramos.

A relevância do Parque Nacional da Serra do Itajaí se dá pela sua biodiversidade expressiva, pela área abrangida e pela localização intermediária entre grandes blocos de floresta remanescente no norte e no centro do estado.

A unidade protege espécies ameaçadas de extinção constantes da lista nacional estabelecida pela Portaria do Ministério do Meio Ambiente nº 148, de 7 de junho de 2022, como o gavião-pombo-pequeno, o papagaio-de-peito-roxo e o gato-maracajá.

A proposição pretende sanar um grande problema que afeta a região em que se localiza o parque. A região do vale do Rio Itajaí-Mirim vem sendo castigada com enchentes que causam sérios danos econômicos e sociais.

Para resolver o problema, é necessária a construção de uma barragem de contenção de cheias, Sra. Presidente. Segundo o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, a autarquia federal que administra a unidade, durante a elaboração do projeto executivo do empreendimento, foi constatado que a área atualmente pertencente ao Parque Nacional da Serra do Itajaí que pode ser alagada pela barragem em um ciclo de cinquenta anos foi calculada em 2,02 ha, divididos em três parcelas, localizadas nos Municípios de Botuverá e Presidente Nereu. Como o empreendimento caracteriza um uso direto de recursos naturais do parque, o que não é admitido nos termos do art. 7º, §1º da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, por este ser uma UC de proteção integral, é necessário desafetar a unidade nessas pequenas porções a serem inundadas.

A área a ser incorporada ao parque a título de compensação pela desafetação pelo projeto em tela é muito superior à área destinada às barragens.

As áreas a serem acrescidas, segundo o Instituto Chico Mendes, estão em bom estado de conservação e possibilitarão a ligação do Parque Nacional da Serra do Itajaí com a margem esquerda do Rio Itajaí-Mirim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não obstante, Sra. Presidente, o mérito do projeto, entendemos que ele não está em condições de ser aprovado, nem na sua forma original nem com a redação que veio da Câmara, devido a inconsistências de ordem técnica no que diz respeito às áreas a serem desafetadas, o que exige reparos por esta relatoria.

A mera inclusão de dois polígonos adjacentes à atual área do parque não produz os efeitos de desafetar as três áreas que serão inundadas e cria uma grande confusão nos limites. O PL nº 292, de 2020, apresenta em seu anexo dois memoriais descritivos que corresponderiam às áreas a serem incorporadas no Parque Nacional da Serra do Itajaí para compensar as áreas a serem atingidas pela inundação e informa que estariam sendo excluídos da unidade de conservação 2,02 ha, mas não traz os memoriais destas áreas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Isso se caracteriza, Sra. Presidente, como uma inconsistência técnica intransponível para o alcance dos efeitos que a proposição pretende gerar. De fato, na forma em que está redigido, o PL em questão apenas amplia os limites do parque, mas não exclui as áreas que serão alagadas, apesar de mencioná-las genérica e globalmente no parágrafo único do art. 2º.

Cumpre destacar que o simples acréscimo de áreas aos limites do parque não demandaria um projeto de lei. Poderia ser feito por meio de decreto, nos termos do art. 22, §6º, da Lei do Snuc.

Outro ponto, Sra. Presidente, que merece atenção é a forma não usual de alteração de limites da unidade de conservação, que não segue a melhor técnica no PL. A forma mais adequada para redefinir os limites de uma unidade de conservação se dá com a elaboração de um novo memorial descritivo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – ... com os limites da unidade como um todo, incluindo as novas áreas e excluindo o que deve ser desafetado. Assim, os novos limites ficam mais evidentes, o que facilita seu reconhecimento pela administração e pela sociedade em geral, em respeito à transparência. Nos moldes propostos, o PL gera confusão, pois exige a consulta ao decreto de criação juntamente com a lei que seria oriunda do projeto para, mediante a justaposição do memorial da criação com os novos memoriais de ampliação, reconhecer indiretamente os limites atualizados da UC.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, Sra. Presidente, como dito anteriormente, o modelo de alteração adotado no PL exige que sejam trazidos na proposição os memoriais das três áreas a serem excluídas, o que não foi feito. Essa ausência desses memoriais impede a desafetação pretendida.

Para resolver o problema, na condição de Relator dessa importante matéria nesta Casa, oficiei à Presidência do Instituto Chico Mendes, para que a autarquia fornecesse ao Senado Federal um novo memorial descritivo com os novos limites a serem considerados para o Parque Nacional da Serra do Itajaí, com a inclusão das novas áreas e a exclusão das que serão alagadas, em um único polígono.

Fomos atendidos por meio do Ofício Circular SEI nº 11/2024-GABIN/ICMBio, de 8 de abril deste ano, subscrito pelo Presidente da autarquia, Sr. Mauro Oliveira Pires. Posteriormente, o Instituto Chico Mendes nos encaminhou o Ofício SEI nº 126/2024/CRI/GABIN/ICMBio, de 5 de junho deste ano, com um novo memorial. Segundo a autarquia ambiental, houve a necessidade de melhorar o refinamento do memorial descritivo remetido anteriormente, o que foi feito com a participação da equipe gestora do Parque Nacional da Serra do Itajaí. Este segundo memorial foi utilizado na elaboração do substitutivo que ora apresentamos.

Sra. Presidente, meu voto.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 292, de 2020, na forma do seguinte substitutivo que apresentamos:

> EMENDA Nº – CMA (SUBSTITUTIVO)
> PROJETO DE LEI Nº 292, DE 2020
> .....
> O CONGRESSO NACIONAL decreta:
> Art. 1º Esta Lei altera os limites do Parque Nacional da Serra do Itajaí.
> .....

Eu vou suprimir a leitura do art. 2º, Sra. Presidente, porque traz ali muitas coordenadas, são várias páginas de coordenadas. Eu vou suprimir, vou para o art. 3º. São quase 20 páginas de pontos.

> Art. 3º A zona de amortecimento do Parque Nacional da Serra do Itajaí será definida no seu plano de manejo e aprovada por ato da entidade gestora da unidade de conservação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parágrafo único. Enquanto não houver definição sobre o limite da zona de amortecimento no plano de manejo, será considerado como tal o limite de quinhentos metros em projeção horizontal, a partir do perímetro da unidade estabelecido pelo art. 2º desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sala da Comissão de Meio Ambiente.

Esse é o voto, Sra. Presidente.

Muito obrigado pela paciência de todos.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Perfeito, Senador Jorge Seif.

A matéria está em discussão.

Senador Jaime Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Obrigado, Presidente, Senadora Leila.

Quero parabenizar aqui o Senador Jorge Seif pela sua relatoria e dizer que eu conheço – é mais uma região que eu conheço.

Estou que nem o Matusalém aí já, agora. (*Risos.*)

Naquela região, foi criado um parque, pelo decreto de 4 de junho de 2004. Eu achava que era de 2008, mas foi de 2004 o decreto que foi criado lá.

A única coisa, Senador Jorge Seif, que me causa preocupação – eu tenho "n" amigos naquela região, que preservaram aquela área do Presidente Nereu e de Vidal Ramos... Tem diversos produtores lá que mantiveram intactas. São montanhosas, aquelas áreas; realmente, são montanhosas.

Em Vidal Ramos, existe uma indústria muito grande de cimento, que é da Votorantim. Faz uns 15, 20 anos que ela está em operação. E, realmente, aquela é uma região montanhosa. A única coisa que me preocupa, eu falei para o Senador Jorge Seif, e ele me garantiu que não, é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que, se entrar, Senador Jayme Campos, em terras que forem de propriedade da iniciativa privada, que essas áreas sejam indenizadas pelo valor justo, caso tenha que fazer a ampliação. Pelo que ele falou, parece que não vai pegar áreas da iniciativa privada. Mas, se tiver, que seja feita justiça, porque essas pessoas realmente já estão preservando aquela área por um decreto.

Obrigado.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Como Relator.) – Sra. Presidente.

Gostaria só de responder ao Senador Jaime Bagattoli.

A preocupação dele é a nossa também. Foram feitas diversas audiências públicas para ver os novos limites, o que seria inundado, o que seria desafetado e o que seria incluído. E, realmente, não houve esse conflito de terras particulares com a área do parque e as novas áreas a serem incluídas.

Então, respondendo ao Senador Jaime Bagattoli, que a preocupação dele é procedente, e uma preocupação minha, enquanto produtor rural, também, é que nas audiências públicas ninguém requereu ou manifestou que existiriam áreas nessa região, até porque, como ele falou, é muito acidentada, é muito montanhosa, com produtores naquela região.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Perfeito.

Lembro a todos que a inclusão desse item na pauta, eu gostaria de deixar muito claro, foi exaustivamente conversada por mim, pela minha equipe, com o Governo Federal, com o MMA e, inclusive, também, o Governador de Santa Catarina, o nosso ex-companheiro, ex-Senador aqui, Jorginho Mello, entrou em contato comigo e falou da necessidade, da preocupação dele.

Nós não estamos falando só de terras privadas – e, claro, a gente tem que reforçar isso –, mas também tem a questão ambiental, o impacto ambiental na Serra do Itajaí, que era uma preocupação. Essa é a nossa preocupação, além da propriedade privada, a questão ambiental, o impacto que seria para a região, mas entendendo que, pelo histórico que nós estamos vivendo, o exemplo que nós vivemos no Estado do Rio Grande do Sul, nós não podemos também fechar os olhos para uma realidade, que é um estado colado ali e que também tem inúmeras dificuldades ano após ano com relação às enchentes.

Então, entendendo a necessidade do estado, que seria importante a gente deliberar, fazendo também esse debate que nós pautamos aqui, na Casa, reforço que ele não é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

terminativo, que ainda vamos para o Plenário para mais uma sessão de debates, mas quero parabenizar o Senador Jorge Seif, o Governador de Santa Catarina, Senador Jorge Mello, que entrou em contato, e o Governo Federal, que conversaram, entraram em acordo. Estamos pautando esse importante projeto para o Estado de Santa Catarina.

É isto. Parabéns, Senador Jorge!

Bom, a matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerramos a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório apresentado pelo Senador Jorge Seif permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1, da CMA (Substitutivo).

A matéria irá ao Plenário do Senado Federal.

Obrigada, Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Como Relator.) – Sra. Presidente, eu quero, de todo o meu coração, agradecer à senhora por ter nos atendido, pela celeridade, agradecer ao ICMBio, que também nos ajudou, nos respondeu. Realmente, é uma pauta que não é ideológica nem política, mas é uma necessidade.

Quero aproveitar para dizer para a senhora que, depois de 40 anos, o Governador Jorginho Mello iniciou a dragagem dos rios, porque há 40 anos não se fazia nada em Santa Catarina. E uma medida também cabível é, realmente, a construção de barragens, o que envolve megaprojetos. Olha o que nós estamos fazendo: desafetando área, incluindo outra, compensando inundação... É um projeto gigantesco, e eu preciso parabenizar o Jorginho Mello e agradecer a ele pela preocupação, porque é uma obra que, provavelmente, ele não vai terminar, mas ele está olhando para o futuro, está olhando para as próximas gerações dos catarinenses, e eu me orgulho muito de ser do time do Jorginho Mello e ter relatado esse projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer à senhora e às Sras. e aos Srs. Senadores que nos ajudaram a aprovar esse projeto.

Obrigado, Senadora Leila.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Pois não.

Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Presidente, só para fazer uma indagação.

Eu tive notícia de que, na semana que vem, a votação vai ser remota, tendo em vista as festas de São João que vão acontecer no Nordeste. E o que eu queria pedir para V. Exa.? Que, nesse caso, particularmente, do projeto que teve pedido de vista do Senador Alessandro Vieira, nós o deixássemos para a próxima semana, até porque ele é um...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Sábia decisão, Senador. É verdade.

Então, inclusive...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Ele vai devolver para a senhora.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Com certeza.

Inclusive, como teremos, como será uma semana só remota, semipresencial, eu já vou colocar na pauta exclusivamente uma audiência pública, tá?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – O.k.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Nós não vamos deliberar por ser remoto...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Perfeito.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – ... e deixamos já como primeiro item da próxima semana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Assim é a informação que eu tenho aqui, o que me disseram aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Sim, sim. Perfeito, Senador Jayme.

Obrigada.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Agradeço à senhora.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Obrigada pela compreensão.

Deixamos, porque é melhor presencialmente o debate.

Bom, nós temos os itens 4 e 5, que são requerimentos, e são...

Só um minuto. (*Pausa.*)

O item 4 é um requerimento de minha autoria.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 30, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir os possíveis impactos do proposta de alteração do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília.

Autoria: Senadora Leila Barros (PDT/DF)

Está um debate aqui na cidade sobre esse PPCUB, e nós vamos dar celeridade a este debate também aqui no Senado Federal. Então, peço o apoio aos queridos Senadores.

Eu vou ler a justificativa. (*Pausa.*)

Isso é ótimo, obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No mês de março passado, o Governo do Distrito Federal enviou para Câmara Legislativa do DF um projeto de lei complementar que pretende alterar o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB). A proposta visa atualizar as regras de ordenamento das áreas que integram o Conjunto Urbanístico da nossa cidade de Brasília, bem como as normas de uso e de ocupação do solo. O documento foi elaborado pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh-DF) e propõe alterações significativas na atual ocupação territorial da cidade.

Vale lembrar que o Conjunto Urbanístico de Brasília é detentor do título de Patrimônio da Humanidade, além de ser tombado em nível federal e distrital e, sendo assim, há uma série de regras para ocupação de Brasília. Além disso, a capital federal do Brasil foi planejada para ter grandes áreas verdes e prédios baixos e, aparentemente, o PPCUB ameaça roubar o ar bucólico da cidade.

Entre as mudanças, está a destinação de uma gigantesca área verde no fim da Asa Sul para acampamento, comércio e restaurantes. Com essa alteração, a primeira imagem de quem desembarca no Aeroporto Internacional de Brasília seria a de um *camping*, com permissão para instalação de quiosques, *trailers* e tendas. A criação de um *camping* nesta área não está prevista na concepção original de Lúcio Costa nem no Plano Brasília Revisitada e pode impactar o meio ambiente – que já está caótico aqui. Há ainda mudanças de gabarito de hotéis na região central da cidade de 3 andares para 12 andares, entre outras mudanças importantes propostas.

Trata-se, portanto, de um assunto de grande relevância para a capital federal, especialmente considerando os impactos ambientais que pode gerar na cidade. Diante dos fatos, requeremos a realização de audiência pública para debater questão de tamanha relevância na capital federal e, para tanto, eu solicito o apoio de todos os pares.

Proponho para a audiência os seguintes convidados:

- representante Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do DF;

- representante Secretaria do Meio Ambiente e Proteção Animal do DF;

- o Sr. Alberto de Faria, Coordenador do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário de Brasília (Ceub);

- o Sr. Benny Schvarsberg, Professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (UnB);

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- o Sr. Juliano Loureiro de Carvalho, Coordenador do Núcleo do Distrito Federal do Comitê Internacional de Monumentos e Sítios.

Então, eu acho que a minha própria justificação deixa muito clara a importância de darmos luz ao PPCub. Não é uma ação política, é uma ação mais do que política, é uma ação de cidadania e de preocupação, porque Brasília tem o seu histórico patrimônio, um patrimônio urbanístico, e, como cidadã desta cidade, filha desta cidade, primeira Senadora mulher nascida nesta cidade e eleita por ela, é o meu dever ter essa legítima e genuína preocupação.

Então, vou colocar em votação.

Perdi-me um pouco pela emoção. (*Risos.*)

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permanecem como se encontram. (*Pausa.*)

O requerimento está aprovado.

Em breve, teremos a data. Será na próxima quarta-feira. O Airton já está sinalizando aqui, através da Mesa da nossa Comissão, que a audiência, como é urgente, está marcada para a próxima quarta-feira, no dia e no horário da nossa Comissão.

Item 5, também de minha autoria.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 31, DE 2024

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre a PEC 3 de 2022 e as preocupações com seus impactos no meio ambiente.

Autoria: Senadora Leila Barros (PDT/DF)

Há também o Requerimento nº 32, de 2024, da Senadora Tereza Cristina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 32, DE 2024

Requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 31/2024 - CMA, seja incluído como convidado o Senhor Helzio Mascarenhas, Presidente do Observatório do Setor de Serviços e Secretário Executivo da Frente Parlamentar Mista do Setor de Serviços.

Autoria: Senadora Tereza Cristina (PP/MS) e outros

Então, eu vou subscrever esse requerimento. Faremos uma só votação para os dois requerimentos, e esse convidado estará conosco também nesta audiência, requerida por mim, que iremos marcar.

Para essa audiência, eu proponho a presença dos seguintes convidados:

- representante do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima;

- representante da Secretaria do Patrimônio da União (SPU);

- Sra. Suely Araújo, Especialista Sênior em Políticas Públicas do Observatório do Clima;

- Sr. Paulo Henrique Soares, Consultor Legislativo do Senado Federal;

- Sr. Carlos Alberto Pinto dos Santos, Conselheiro do Conama;

- Sr. Helzio Mascarenhas, por solicitação da Senadora Tereza Cristina, Presidente do Observatório do Setor de Serviços e Secretário-Executivo da Frente Parlamentar Mista do Setor de Serviços.

A votação será simbólica.

Em votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com os requerimentos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os requerimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A nossa Secretaria vai marcar a audiência.

Finalizamos aqui mais uma sessão da nossa Comissão.

Mais uma vez, dou as boas-vindas ao Leife.

O SR. LEIFE GONÇALVES MONTALVÃO (*Fora do microfone*.) – Obrigado, Leila do Vôlei.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Muito bem-vindo, não só em meu nome, mas no de toda a CMA e deste Senado Federal. Saúde e muita força aí, irmão! Precisamos do seu competente trabalho e da sua força aqui conosco. Então, seja muito bem-vindo!

Nada mais havendo a tratar, boa quarta a todos, agradeço a presença também e declaro encerrada a presente reunião.

Até a próxima quarta.

Muito obrigada.

(Iniciada às 9 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 52 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 26ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE JUNHO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas e vinte e dois minutos do dia vinte e cinco de junho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência da Senadora Leila Barros, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Jayme Campos, Confúcio Moura, Marcos do Val, Carlos Viana, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Margareth Buzetti, Beto Faro, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Vanderlan Cardoso, Otto Alencar, Jaques Wagner, Teresa Leitão, Ana Paula Lobato, Rosana Martinelli, Damares Alves, Ireneu Orth e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Flávio Arns, Zenaide Maia, Alan Rick, Styvenson Valentim, Wilder Morais, Professora Dorinha Seabra, Jader Barbalho e Weverton, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Giordano, Eliziane Gama, Sérgio Petecão, Flavio Azevedo, Eduardo Gomes, Jaime Bagattoli e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 30/2024 - CMA, de autoria Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Finalidade:** Discutir os possíveis impactos da proposta de alteração do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília. **Participantes:** Sr. Fábio Felix, Deputado Distrital; Sr. Gabriel Magno Pereira Cruz, Deputado Distrital; Sra. Romina Faur Capparelli, Consultora Legislativa do Senado Federal; Sra. Janaina Domingos Vieira, Secretária Adjunta de Desenvolvimento Urbano e Habitação (representante de: Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do DF (SEDUH)); Sr. Juliano Loureiro de Carvalho, Coordenador do Núcleo do Distrito Federal do Comitê Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos); Sr. Alberto de Faria, Coordenador do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário de Brasília (Ceub); Sr. Benny Schvarsberg, Professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (UnB); e Sr. Leandro Grass, Presidente do IPHAN. **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Leila Barros
Presidente da Comissão de Meio Ambiente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/06/25

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, eu declaro aberta a 26ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 25 de junho de 2024.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 25ª Reunião, realizada em 19 de junho de 2024.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, com o objetivo de discutir os possíveis impactos da proposta de alteração do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília, em atenção ao Requerimento 30, de 2024, da CMA, de minha autoria.

Eu convido os que estão participando conosco hoje, deste debate: o Sr. Alberto de Faria, Coordenador do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB). (*Palmas.*)

O Sr. Benny Schvarsberg, Professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, nossa querida UnB. (*Palmas.*)

O CEUB e a UnB presentes, a academia! Grata aos representantes de ambas.

O Sr. Fábio Felix, Deputado Distrital pelo PSOL-DF – está subindo. (*Palmas.*)

O Sr. Gabriel Magno, Deputado Distrital pelo PT-DF.

Seja muito bem-vindo, Deputado! (*Palmas.*)

A Sra. Janaina Domingos Vieira, Secretária Adjunta de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Bem-vinda. (*Palmas.*)

Sr. Juliano Loureiro de Carvalho, Coordenador do Núcleo do Distrito Federal do Comitê Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos). (*Palmas.*)

Sr. Leandro Grass, Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). (*Palmas.*)

Bem-vindo, Leandro.

Sr. Renato Santana, Subsecretário de Estado da Secretaria do Meio Ambiente e Proteção Animal do Distrito Federal (Sema/DF). (*Palmas.*)

E a Sra. Romina Capparelli, Consultora Legislativa da nossa Casa aqui, o Senado Federal. (*Palmas.*)

Seja bem-vinda, Romina.

Antes de formar a primeira mesa e passar a palavra aos nossos convidados, eu comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania – www.senado.leg.br/ecidadania –, ou pelo telefone 0800 0612211 – 0800 0612211.

O relatório completo de todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos nossos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer o uso, por dez minutos... E ainda tem uma lista extra aqui, em que estamos avaliando a possibilidade de dar a fala àqueles que nos pediram aqui rapidamente. Então, daremos dez minutos, mais três de tolerância, para que tenhamos um debate mais célere e para que a gente possa ouvir a todos de forma tranquila. E, ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos, para fazerem suas perguntas ou comentários.

Sras. e Srs. Senadores, autoridades presentes e cidadãos interessados no futuro da nossa capital, é com grande responsabilidade e comprometimento que hoje nos reunimos nesta audiência pública para discutir os possíveis impactos de alteração do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília, o PPCUB.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Brasília, nosso orgulho nacional e patrimônio mundial da humanidade reconhecido pela Unesco desde 1987, não é apenas uma cidade, mas um símbolo vivo da arquitetura e do urbanismo brasileiros, que preza pela escala bucólica, com o predomínio da vegetação e de espaços livres.

O tombamento feito do Governo do Distrito Federal e pelo Iphan é um testemunho do nosso compromisso com a preservação da nossa identidade única, que se entrelaça com a nossa história e cultura.

É fundamental compreender que a preservação não é um obstáculo ao desenvolvimento, mas sim seu alicerce. É a partir da preservação responsável que garantimos um desenvolvimento sustentável, respeitando não apenas o legado arquitetônico de Oscar Niemeyer e Lúcio Costa, mas também as características ambientais e urbanísticas que tornam Brasília uma cidade singular.

O Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB), após ser enviado à Câmara Legislativa do DF em março e aprovado recentemente, traz mudanças significativas que afetarão várias regiões do Distrito Federal.

Entre as principais alterações, destaca-se a autorização para o aumento expressivo da altura de hotéis nos Setores Hoteleiros Norte e Sul, passando de 3 para 12 pavimentos. Na região final da Asa Sul, o projeto libera a instalação de lojas, restaurantes e até um *camping* no gramado próximo ao viaduto da L4 Sul. Nos Setores de Embaixadas Norte e Sul, estão previstas construções de comércios varejistas e lojas de materiais de construção. As quadras 900 Sul e Norte poderão agora abrigar pousadas, apart-hotéis, hotéis e motéis, substituindo destinações anteriormente como escolas e hospitais. Nos Setores de Clube Norte e Sul, à margem do Lago Paranoá, está prevista a criação de novos lotes para comércio e pequenas indústrias. Até mesmo nas imediações do Palácio da Alvorada e do Palácio do Jaburu, residências oficiais da Presidência e da Vice-Presidência da República, serão permitidas construções de hotéis, apart-hotéis e residenciais.

A forma como o PPCUB foi aprovada levanta sérias preocupações. Esse projeto não aborda de maneira eficaz, por exemplo, o déficit habitacional, direcionando construções para segmentos, que não necessariamente contribuem para resolver esse problema urgente. Além disso, ele abre espaço, claro, para a especulação imobiliária, privilegiando interesses que não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

contemplam a realidade da população do Distrito Federal que enfrenta carências habitacionais. A implementação dessas mudanças também pode agravar os problemas de trânsito, especialmente durante os horários de pico, sem ter apresentado um plano adequado de mobilidade urbana.

Além desses desafios, é preocupante notar que o PPCUB não aborda os impactos dos eventos climáticos extremos que estamos cada vez mais vivenciando. Vale lembrar que, na semana passada... Eu faço parte da Comissão Externa do Rio Grande do Sul, e todos sabem que eu sou Presidente da Comissão de Meio Ambiente. É estarrecedor ver a situação, a realidade dos nossos irmãos do Rio Grande do Sul. E a gente sabe que grande parte do que está acontecendo lá foi ação do homem. Nós temos agora queimadas no Pantanal, vamos ter a pior seca na Região Norte, na Amazônia, das últimas décadas. Então, aqui, além de falar sobre a questão do nosso planejamento urbanístico, nós temos que ver, Senadora Margareth Buzetti – e muito obrigada por estar aqui conosco –, qual é o impacto desse plano nas questões ambientais. É porque a gente sabe que, fora esse quadradinho aqui, Brasília cresceu desordenadamente. E nós já estamos sofrendo os impactos dessa falta de planejamento. (*Palmas.*) E nós não podemos deixar que isso aconteça com o nosso patrimônio, principalmente com as áreas tombadas.

A liberação de áreas verdes para as atividades econômicas sem um planejamento ambiental adequado pode fragilizar ainda mais nossa cidade em frente a esses eventos.

A ocupação desordenada do solo urbano não apenas compromete a paisagem, mas também intensifica fenômenos naturais, como enchentes e erosões. A impermeabilização do solo, resultado direto dessa ocupação, agrava significativamente o impacto das precipitações intensas, aumentando os riscos de inundações.

É imprescindível que qualquer decisão sobre o futuro de Brasília leve em consideração não apenas – o que já é muito importante – o nosso patrimônio cultural, mas também a proteção ambiental, a adaptabilidade e a resiliência da cidade em frente às mudanças climáticas globais. Portanto, é crucial que consideremos cuidadosamente os impactos sociais, econômicos e ambientais dessas medidas antes de sua implementação definitiva, garantindo que o desenvolvimento urbano de Brasília seja sustentável, inclusivo e verdadeiramente benéfico para toda a comunidade brasiliense. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Não se trata apenas de ajustar normativas de prevenção – vejam bem: não se trata apenas de ajustar normativas de prevenção –, mas de adotar novas abordagens e práticas de gestão que integrem a dimensão urbana de Brasília ao momento de enfrentamento das mudanças climáticas que estamos enfrentando em todo o planeta. Devemos resistir a qualquer tentativa de mercantilizar Brasília ou comprometer seu ordenamento territorial em prol de interesses econômicos irresponsáveis. (*Palmas.*)

A gestão ambiental e urbanística de Brasília deve ser pautada pela sustentabilidade, pela preservação de seus recursos naturais e pela valorização de suas qualidades arquitetônicas e urbanas.

Portanto, conclamo a todos aqui presentes a um diálogo construtivo e comprometido. Que possamos discutir o projeto aprovado e encontrar soluções que conciliam o desenvolvimento com a preservação, que protejam o nosso meio ambiente e promovam nossa gestão urbana exemplar, digna da capital de nosso país. Que esta audiência pública seja um marco em nosso compromisso com Brasília e principalmente com as futuras gerações, porque nós não temos plano B – não temos plano B.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

Feitas as considerações iniciais... Só lembrando aqui, através da equipe, que a sala já está lotada e a reunião será transmitida àqueles que não conseguiram entrar neste plenário também no Plenário 6, para acomodar todos com conforto, aqueles que não conseguiram entrar na nossa sala aqui para a audiência. Então, todos poderão acompanhá-la no Plenário 6.

Primeiro, gostaria de agradecer a presença da nossa querida Margareth. Eu não sei se a senhora gostaria de, antes dos nossos expositores, ter a palavra. Seja muito bem-vinda, Senadora Margareth. Muito obrigada.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Pela ordem.) – Senadora Leila, é tão importante esse planejamento urbano. É só olhar o que está acontecendo no Rio Grande do Sul: tem cidades que cresceram desordenadamente em áreas que não tiveram o escoamento da água, e não teve o que fazer. E nelas, simplesmente, a água subiu. Em 1941 nós tivemos quase a mesma enchente, mas não pegou a população, que se colocou em áreas que talvez não tenham sido pensadas, direcionadas para essa habitação desordenada que houve. E aconteceu o que aconteceu, inclusive no aeroporto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente precisa cuidar muito da nossa parte urbana também, porque as cidades crescem desordenadamente, sem planejamento, sem mobilidade urbana. E é horrível isso. É uma coisa... É o que você falou: quando a gente sai do quadradinho de Brasília...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – É outra realidade.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – ... é outra realidade.

Parabéns pela audiência pública...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – E eu sou de fora desse quadradinho. Conheço muito bem, porque sou de Taguatinga.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Parabéns pela audiência pública. Ela é muito importante.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Obrigada.

Uma salva de palmas! (*Palmas.*)

A Senadora Margareth é Senadora pelo Mato Grosso e nossa representante da Bancada Feminina.

Vale lembrar, Senadora, que nós visitamos, na semana passada, quarta ou quinta-feira, o Vale do Itajaí, que foi uma das regiões mais afetadas pelas enchentes no Rio Grande do Sul, e visitamos a cidade de Encantado. Nela tinha uma propriedade rural – uma pequena propriedade rural – de mais de 130 anos, familiar: passou de bisavô para avô, de avô para filho, de filho para neto. E nunca tinha acontecido uma enchente naquela região, Deputado Fábio. Simplesmente, tem uma foto aérea da propriedade... E hoje a família vive num espaço que eles colocaram mais acima, onde eles criavam porcos e tudo, porque a propriedade inteira – em 130 anos, nunca foi atingida – foi simplesmente devastada. Devastada! Então, assim... Parece que caiu uma bomba! É um negócio tão impressionante que a gente não pode deixar esfriar, de forma alguma, nos brasileiros esse momento de empatia e de solidariedade com o povo do Rio Grande do Sul.

Mas vamos voltar aqui para a nossa realidade também, que é muito séria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, vou montar a nossa primeira mesa aqui para escutar os nossos expositores.

Mais uma vez, obrigada, Senadora Margareth.

Eu convido para compor a nossa mesa: o Deputado Distrital Fábio Felix; (*Palmas.*) o Deputado Distrital Gabriel Magno; (*Palmas.*) Janaina Vieira, da Seduh-DF; (*Palmas.*) e Romina Capparelli. (*Palmas.*)

Sejam bem-vindos, colegas! (*Pausa.*)

Bom, eu vou passar primeiro a fala aos dois Deputados, porque eles têm trabalhos lá na Câmara Legislativa.

Vou passar a palavra, primeiro, para o Deputado Fábio Felix, que é do PSOL, do DF.

Seja bem-vindo, Deputado.

O SR. FÁBIO FELIX (Para expor.) – Muito obrigado.

Bom dia a todas as pessoas!

Bom dia, Senadora Leila.

Estendo o cumprimento aos demais membros da mesa, na sua pessoa, querendo também agradecer pela oportunidade de estar aqui hoje e poder comentar um pouco a discussão que nós tivemos na Câmara Legislativa sobre essa temática. Foi uma discussão, primeiro, muito difícil. Eu e o Deputado Gabriel Magno vamos dar aqui um pouco do nosso depoimento.

O PPCUB chegou à Câmara Legislativa em março de 2024. Aí a gente derruba a primeira *fake news* em relação a essa matéria, de que ela supostamente estaria sendo discutida há duas décadas. Isso não é verdade. Obviamente, os conceitos relacionados à preservação e a um plano de preservação têm uma discussão longa, mas o PPCUB, enviado pelo Governo do Distrito Federal à Câmara Legislativa do DF chegou em março de 2024. As discussões sobre a matéria relacionada e aprovada na Câmara Legislativa aconteceram apenas neste semestre e por muito pouco tempo. Nós tivemos, de fato, algumas audiências públicas – se eu não me engano, duas ou três Comissões gerais aconteceram na Câmara Legislativa –, mas foi um debate absolutamente insuficiente, *vide* o conteúdo que nós vimos sendo aprovado ali.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O primeiro ponto que eu acho muito importante salientar neste debate é a ausência de uma lógica de preservação no projeto apresentado pelo Governo, porque o PPCUB tem a função fundamental da preservação, além de plano diretor e de lei de uso do solo. Na área que o CUB abrange, ele tem a função fundamental de preservação, inclusive está lá no nome "plano de preservação", e havia a ausência de um capítulo de preservação, inclusive foi apresentada uma emenda importantíssima pelo nosso colega Deputado Gabriel Magno em relação a esse tema.

Segundo, existe uma questão democrática que nos chamou muito a atenção no texto apresentado pelo Governo. Apesar de a lei orgânica falar que as principais alterações em relação à preservação, a uso, a reparcelamentos dentro da área do CUB têm que passar pela Câmara Legislativa, o texto inicial do PPCUB tergiversava sobre esse tema, porque ele falava que o Governo iria enviar as matérias através de legislação específica, o que abrange uma série de possibilidades, inclusive infralegais.

Então, do nosso ponto de vista, o primeiro ponto do PPCUB era retirar o poder e a possibilidade de discussão dentro da Câmara Legislativa e dar superpoderes à Seduh e ao Governo do Distrito Federal para as alterações em relação ao conjunto urbanístico de Brasília. Essa foi uma correção por que nós lutamos muito – eu, o Deputado Gabriel Magno e outros Parlamentares – para fazer no PPCUB, incluindo-a em praticamente todos os artigos. Das emendas que nós apresentamos – acho que eu apresentei 64 emendas ao projeto –, pelo menos 60% eram relacionadas à garantia de que qualquer mudança teria que passar pelo devido processo legal, fosse em audiência pública, em escuta da comunidade ou em lei complementar, para que as alterações não fossem feitas de ofício pelo Governador Ibaneis ou pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano, por mais que a gente saiba que existe muita gente técnica e séria nessa área.

O terceiro ponto, que para nós teve uma importância muito grande e já foi tratado longamente pela Senadora Leila aqui na abertura desta audiência, foi a situação da proteção ambiental. Nós estamos falando hoje de um novo momento climático no mundo e no Brasil, a trágica experiência... O Presidente do Iphan, Leandro Grass, nosso colega, que faz muita falta na Câmara Legislativa do DF, está aqui. A gente tem vivido um momento muito duro de reflexão sobre esse tema, e a experiência do Rio Grande do Sul, citada aqui algumas vezes, nos traz essa reflexão. Então, o cuidado ambiental, o cuidado – não é, Lucinha? – com as nossas nascentes,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

que é uma luta que você tem feito, fundamental, hoje, no Distrito Federal. A Lucinha está aqui. Ela é da nossa Frente pela Defesa das Águas e tem sido uma referência importante nesta cidade com esse trabalho. (*Palmas.*)

A questão ambiental foi uma questão muito importante para nós, e nós apresentamos emendas nesse sentido, porque a gente sabe que a ideia do adensamento, em geral, especialmente quando ela é coordenada por um setor econômico que tem interesse direto nesse processo, que são as empreiteiras, não vem com nenhum viés ambiental – ela vem para destruir, vem para impermeabilizar o solo. Essa é a lógica que está colocada e que a gente também buscou combater ao longo da discussão sobre o PPCUB.

São vários os temas, porque nós precisamos tratar também sobre a distância que existe da região tombada para as outras regiões do Distrito Federal e a distância também em relação à democratização da nossa cidade, porque, muitas vezes, é utilizada por poucas pessoas. Muita gente, Senadora Leila, vinha com um discurso – eu vou usar uma palavra meio forte – um tanto quanto cretino de dizer que a ideia do PPCUB de adensamento era uma ideia de democratização da região central de Brasília, o que é uma falácia, porque a gente sabe mesmo qual é o projeto de adensamento que estava desenhado no PPCUB: era o projeto dos "noroestes", não era um projeto de adensamento para moradia de interesse social, não era um projeto de adensamento para trazer os setores mais populares da cidade para morar no centro de Brasília. Então, também é um outro discurso, e emendas nossas foram neste sentido: qualquer projeto relacionado à questão da moradia tem que levar em consideração a moradia de interesse social, que é o que grandes centros urbanos do mundo fizeram quando se fala nessa temática. A gente também apresentou emendas nesse sentido, que, obviamente, foram rejeitadas.

Muitas das nossas emendas... É importante dizer isto: nós trabalhamos na perspectiva de votar a favor do PPCUB. Então, a gente vinha conversando, a nossa bancada, o nosso bloco na Câmara, eu vinha conversando muito com o Deputado Gabriel, a gente trabalhava com a possibilidade de votar favoravelmente, desde que o Governo se comprometesse com um texto que fosse viável, que fosse direcionado para a preservação e que fosse um texto que, no final, não viesse recheado de novidades. Aí nós tivemos as novidades, e eu queria entrar nelas para a gente entender um pouco a nossa preocupação final.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

É óbvio que ainda tem a fase de veto e sanção do Governador, o que pode melhorar ou manter o texto como está – ou até piorar, porque ele pode vetar coisas positivas que foram adicionadas no texto –, e também a fase de judicialização, de questionamento em relação ao texto.

Mas nós tivemos algumas emendas preocupantes. Uma delas é a Emenda nº 3, que destina os terrenos remanescentes de parcelamentos ocorridos antes de 1979 para a Terracap. Isso é muito preocupante, porque isso dá um poder ao GDF que ele não tem, em relação a outros territórios, já que, nesse caso, o Governo pode fazer os reparcelamentos e as destinações por decreto, não passa pela Câmara Legislativa e não precisa de lei complementar. Então, essa foi uma emenda desenhada pela Terracap, para ter a propriedade desses terrenos, e foi acatada no texto final.

Nós temos a Emenda 10, que é uma emenda que tira a obrigação de estudos de impacto de vizinhança viária ambiental para o aproveitamento de um terreno no Setor Comercial Sul. Então, é uma emenda, obviamente, direcionada a uma área específica que, hoje, está abandonada no Setor de Clubes Sul.

Nós tivemos a Emenda 37, que foi a mais falada, a famosa emenda dos motéis, que é a emenda que abrange as EQs das 700 e 900, algumas áreas das 700 norte e das 900 norte, inclusive próximas, sim, à W3, que agora autoriza a instalação de hotéis, apart-hotéis, motéis e outros tipos de alojamento.

E eu queria dizer, Senadora, que a minha questão... Eu não tenho nada contra motel, não, e quem o utiliza. A nossa questão é: se nós estamos tratando de um plano de preservação, nós temos que passar pelo devido processo legal, e não entrar uma emenda de Plenário, uma emenda de última hora no texto. Então, a discussão que tem que ser feita é a do impacto viário, é escuta com a população. Essa é a questão fundamental do texto em relação a adicionar esses temas.

Como também a emenda dos postos de gasolina, a Emenda 38, que permite até a venda de produtos farmacêuticos, serviços funerários nos comércios dos postos de gasolina. Ela também foi acatada. E a minha questão também não é que não pode ter cabeleireiro, farmácia, drogaria no posto de gasolina, a minha questão não é essa. Eu não ia querer ir a um cabeleireiro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

dentro do posto de gasolina, ao lado da oficina, mas a questão não é nem essa. A questão é: quais foram os estudos feitos, a escuta, o diálogo em relação a esse tema?

(*Soa a campainha.*)

O SR. FÁBIO FÉLIX – Essas emendas são emblemáticas, Senadora, porque são emendas que nos trazem a reflexão e uma preocupação geral com o texto. Eu acho que essa é a preocupação que nós temos, e um pouco a deformação no formato, na metodologia por que a Câmara Legislativa optou para aprovar o texto. A nossa discussão era: vamos esperar uma semana. A demanda que nós fizemos foi esperar uma semana, mas a gente não teve esse pleito atendido. E, depois disso... Inicialmente, nós queríamos votar em agosto, porque o ideal seria votar em agosto para a gente poder ter um texto redondo. Nós lutamos muito para ter redução de danos, e, olhem, eu posso dizer para vocês que a limitação que nós conquistamos na diminuição do prazo de emendas, que foi um acordo feito, foi muito importante, porque, se a gente tivesse, Deputado Magela, possibilidade de apresentação de emendas no Plenário, a situação seria pior, porque a gente não saberia nem do que a gente estava exatamente tratando ali para votar, como acontece em muitos temas quando o trator do Governo é ligado, e não são poucas vezes que esse trator é ligado.

Essas emendas emblemáticas que a gente traz aqui têm mudanças que autorizam até pronto-socorro no SIG, por exemplo. E aí, mais uma vez, a questão não é a proibição de pronto-socorro no SIG, a questão é... Obviamente, tem mudanças na cidade. Eu tenho uma perspectiva de que a cidade se atualiza, de que a cidade se renova, de que a gente precisa pensar também naquilo que está errado e garantir o direito à cidade às pessoas, o acesso à cidade. A cidade precisa se modernizar, mas ela não precisa abrir mão dos seus símbolos, não precisa abrir mão da sua história, não precisa abrir mão da sua arte. (*Palmas.*) A cidade pode continuar de pé, ela pode se democratizar, mas ela não precisa abrir mão daquilo que ela conseguiu construir como símbolo histórico.

Então, essas são algumas das preocupações com aquilo que foi aprovado nesse projeto. Nós tivemos emendas aprovadas que eu acho que são muito importantes. A gente tem apresentado para a sociedade isso, a gente tem um resumo já disso que a gente quer trazer, emendas positivas que foram apresentadas e emendas, infelizmente, positivas que foram rejeitadas ao longo do texto, isso faz parte do processo legislativo. Mas o saldo final, para também poder ouvir os demais membros da mesa, desse processo para nós foi o atropelamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de um Governo que advogou nesse processo, infelizmente, do meu ponto de vista, para interesses privados. Ficou muito claro isso para nós. (*Palmas.*)

Inclusive, quem estava sentado na banca da votação sabe quais interesses dirigiram o processo de votação do PPCUB do Distrito Federal. Isso desonra a história de Brasília. Isso desonra a democracia, porque impossibilita, de fato, a participação popular na discussão dos rumos da cidade. E a cidade que a gente quer ou as cidades que a gente quer são as cidades em que a gente tem a possibilidade de ouvir as pessoas para construir o rumo das cidades.

Por isso eu tenho muito orgulho.

Queria ter votado a favor, Senadora, porque seria, para mim, muito positivo ter participado da construção, finalmente, de um Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília. Mas eu tenho muito orgulho de ter, junto com os meus colegas, com o Deputado Gabriel Magno, votado contra este projeto do Governador Ibaneis Rocha que, de preservação, infelizmente, não tem nada. É o projeto da especulação.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Grata pela fala e pela participação, Deputado Fábio Félix, Deputado pelo PSOL, aqui do DF. Parabéns pelo trabalho.

Vou passar a palavra, agora, ao Deputado Gabriel Magno, Deputado Distrital pelo PT, aqui do Distrito Federal.

Seja bem-vindo, Deputado.

O SR. GABRIEL MAGNO PEREIRA CRUZ (Para expor.) – Bom dia a todos e todas.

Bom dia, Senadora Leila.

Parabenizo-os pela audiência pública, que eu acredito que é fundamental para a cidade, mas também para esta Casa, para o Congresso Nacional, para o Senado.

Nós estamos falando da capital do país e de diretrizes, inclusive, constitucionais, da necessidade da preservação de Brasília como patrimônio cultural da humanidade.

O Deputado Fábio trouxe aqui alguns elementos, e eu queria complementar, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

É sempre importante destacar o que significa a sigla PPCUB: Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília.

Na nossa opinião, esse texto que chegou à Casa em março tem problemas de origem, porque ele não tratava de um plano de preservação. Tanto não tratava que foi necessária uma emenda para criar um capítulo de preservação, o que já mostra uma completa contradição do processo de debate, do fruto do próprio rito.

Na nossa opinião, e caracterizamos assim, era um plano de negócios para o setor da especulação imobiliária da cidade. (*Palmas.*) Não se pode nem dizer que é um plano de negócio para o setor produtivo, porque não foi escutado, por exemplo, no setor produtivo, o setor da indústria criativa, o setor cultural, que têm muito a contribuir, inclusive, com o processo de desenvolvimento econômico da cidade.

Aliás, várias cidades do mundo que são tombadas pela Unesco utilizam desse título como um vetor de desenvolvimento, como uma oportunidade para o desenvolvimento, inclusive, econômico, com garantias de direitos sociais, culturais da cidade.

Então, não foi feito para o setor produtivo da cidade, apesar de, assim, uma parte dele se referenciar como um plano que atendia aos interesses desse setor. Teve até nota. O Deputado Fábio lembrou aqui que, no dia da votação, eles ocuparam o Plenário da Câmara Legislativa.

Então, acho que esse primeiro ponto é importante.

O segundo é que ele perdeu uma oportunidade, na nossa opinião, Senadora, de, inclusive, ajudar a corrigir distorções do próprio desenvolvimento de Brasília e da cidade. Nós falamos isso em vários momentos, porque Brasília foi inaugurada em 1960 e, logo após, quatro anos depois, teve que conviver com o golpe militar, com uma ditadura no Brasil, o que, obviamente, afetou o processo de consolidação, de desenvolvimento da cidade, de pensamento de uma capital democrática, de uma capital de todos os brasileiros e brasileiras. Isso foi fundamental para distorcer também questões importantes, o que foi dito aqui já, do crescimento desigual do centro com a periferia. O PPCUB poderia ser esse instrumento, por exemplo.

A gente fala do conjunto urbanístico de Brasília, mas é preciso preservar o Distrito Federal como um todo. Ou nós não estamos preocupados em preservar, por exemplo, Águas Emendadas, que não faz parte do "CUB" e que é fundamental não só para o Distrito Federal,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

mas para o continente americano? Trata-se de nascente de três grandes bacias que alimentam a América do Sul inteira.

Por que não fizemos esse debate, dialogando, inclusive, para, como a senhora bem disse, corrigir problemas sociais da cidade, hoje, de déficits habitacionais?

Ficou fora do plano no processo inicial e nas emendas que apareceram, por exemplo, a garantia de uma zona de amortecimento do CUB.

A filha do Lúcio Costa já dizia que não basta preservar só o avião. Se a gente preserva só o avião, daqui a pouco, o avião vai virar aeroporto mesmo – não é, Benny? –, igual o aeroporto de Congonhas: prédios por todos os lados e um buraco para pousar avião. Não se trata disso. O PPCUB deveria, inclusive, ser um instrumento para a gente pensar além da cidade. Não foi feito.

O rito mostra, inclusive, parte disso, porque eu estou na Câmara, Senadora Leila, como Presidente da Comissão de Educação, Saúde e Cultura. É essa Comissão que trata de todos os assuntos do patrimônio cultural da cidade. E a designação inicial da tramitação do PPCUB não passava pela Comissão do Patrimônio. Aliás, é a crítica que nós fazemos. Inclusive, o processo de elaboração do próprio GDF foi a ausência, desde o início, da Secretaria de Cultura. A Secretaria de Cultura tinha que estar no processo de construção do PPCUB, porque é lá onde se trata da defesa e da preservação do patrimônio cultural da cidade. Não foi feito. Foi feito na Seduh.

Quanto à Janaina, a gente sempre dialogou – não é necessariamente uma crítica à Janaina ou ao processo, porque a Seduh cumpriu o seu papel nesse processo, mas é uma crítica a como o Governo do Distrito Federal, de origem, tratou o PPCUB.

A Seduh deveria ter sentado à mesa desde o início. A Secretaria de Cultura não sentou. A Supac (Subsecretaria do Patrimônio Cultural) não sentou, tanto que, no texto final, nós temos uma versão, com emendas rejeitadas, em que o Condepac (Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural) foi expressamente retirado. Nenhuma atribuição foi garantida para o Condepac para preservação necessária do patrimônio.

As alterações, como o Fábio colocou, de preservação, depois dos instrumentos de mudança de uso, de atividade, de desafetação, quando passam, passam pelo Conplan. Não passa nenhum instrumento mais no Condepac, que foi esvaziado do processo também de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

preservação, com esse déficit que o Fábio colocou, um déficit democrático que eu acho que é importante a gente pensar.

Do rito legislativo, Senadora Leila, eu quero entrar aqui, nos minutos que me faltam, em algumas ausências importantes e lacunas que colocam, diferentemente de *fake news* apresentada durante todo o debate, como o Fábio trouxe, que esse PPCUB garantia segurança jurídica para o desenvolvimento da cidade. Não é verdade. A forma como o texto foi aprovado, as várias incongruências e distorções, inclusive, com a Lei Orgânica do Distrito Federal, geram, hoje, mais insegurança jurídica. A primeira é que o Governo do Distrito Federal não acata a recomendação do Comitê Mundial do Patrimônio, da Unesco, de submeter submeter o texto, antes de ser votado na Câmara Legislativa, ao Comitê do Patrimônio Mundial. Isso está, expressamente, no último relatório da visita do Comitê Mundial a Brasília. Não foi respeitado esse rito.

Nós pedimos, inclusive – quando o Deputado Fábio coloca –, mais tempo, para que pelo menos os ritos pudessem ter sido respeitados, e isso não teria sido feito a toque de caixa, como foi.

Acho que todos e todas aqui acompanharam: a falta de debate nas Comissões e ter colocado uma matéria de mais de mil páginas, que teve 112 emendas aprovadas ao texto, todas em Plenário, permitiram o que eu vou chamar aqui de emenda submarino, porque eu acho que os jabutis não merecem esse título (*Risos.*) , por serem animais tão importantes para a sociedade e para a própria natureza – não merecem ser taxados com esse nome tão negativo.

As emendas submarino o Deputado Fábio já trouxe, mas eu vou aqui entrar em outras, se me permite, Senadora.

Por exemplo, a primeira emenda, a Emenda nº 1, é um presentão – por isso que a gente fala de plano de negócio –, é um grande presente que foi dado para a especulação imobiliária desta cidade. Está aqui o Deputado Magela, que foi Secretário de Desenvolvimento Urbano de Brasília e conviveu com a pressão desse setor, no processo de desenvolvimento de Brasília.

É um grande presente, Senadora Leila, porque ela retira do texto um fator de correção da Odir, para quem construir no Plano Piloto pagar menos taxa do que quem construir em outros lugares de Brasília. É um grande presente, sem falar dos inúmeros cheques em branco que são dados e foram dados, com as emendas submarino que apareceram.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Colocam em risco, de fato, o tombamento – isso é verdade e precisa ser dito –, porque a natureza da preservação das escalas tombadas de Brasília é ameaçada com o conjunto do texto e como esse processo pode se desenvolver.

No Setor de Clubes Sul, nós temos hoje uma grande preocupação com as emendas que foram colocadas, ao permitir, no Setor de Clubes Sul e Norte...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GABRIEL MAGNO PEREIRA CRUZ – E aí já concluo.

... atividades de indústria de pequeno porte, habitação, um aumento perigoso do processo de impermeabilização do solo.

E, quando a gente fala de Brasília como cidade parque, cidade verde – V. Exa. iniciou aqui, lembrando o Rio Grande do Sul –, eu relembro, Senadora Leila, o que nós vivemos aqui nesta cidade.

Eu dou este exemplo, que para mim foi marcante: a sexta-feira de Carnaval. Na sexta-feira de Carnaval deste ano, a gente conviveu com uma grande chuva. Está aqui o Prof. Benny, da Universidade de Brasília, que foi um alvo dessas chuvas, porque, por conta do processo que avança de impermeabilização do solo, como no Noroeste, como no Setor Taquari, como na área da cidade que deveria ser preservada, inclusive como zona de amortecimento do próprio CUB, e não está sendo, aquela chuva de sexta-feira de Carnaval desceu na cidade, foi parar na Universidade de Brasília e causou prejuízos enormes, mas tem acontecido com cada vez mais frequência para os moradores desta cidade, do CUB, e para os moradores de outras regiões.

Naquela mesma sexta-feira, lembramos o que aconteceu no Sol Nascente.

Era preciso e necessário que esse PPCUB pudesse ter servido para um instrumento, de fato, de preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília, mas para se pensar o conjunto do Distrito Federal, como ele dialoga, como ele poderia ser um instrumento importante para corrigir distorções; infelizmente, não o fez. Essa preocupação, para nós, é muito grave.

Por isso, como o Deputado Fábio colocou, Senadora Leila, nós estamos esperando a publicação da redação final, que ainda não foi feita. Esse foi mais um processo de um rito legislativo, na Câmara Legislativa, desrespeitado. Nós pedimos que a votação da redação final

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

fosse feita após a publicação da redação final, por se tratar de um texto, um documento de mais de mil páginas, com 112 emendas. Nem isso nós conseguimos. Estamos esperando a publicação da redação final.

Pela Comissão de Educação, Saúde e Cultura, já faço aqui, de público, também, este compromisso: iremos encaminhar, assim que a publicação seja feita, ao Iphan, ao Icomos e à própria Unesco, a avaliação sobre o texto final. E já estamos estudando também medidas legislativas.

Quero fazer um convite, Senadora, para, neste sábado, às 9h, no Museu da República, uma audiência pública para discutir o Pdot.

O Pdot não pode ser – a Janaína deve até falar sobre isso; é um instrumento que deve chegar à Câmara Legislativa no final deste ano ou início do ano que vem –, não pode ser mais um desses instrumentos que corroboram com os interesses da especulação imobiliária, (*Palmas.*) da grilagem de terras, que sempre tiveram muito peso no Distrito Federal.

Então, a sociedade tem se organizado e nós podemos utilizar, inclusive, o Pdot para tentar corrigir as distorções do PPCUB. Esperamos e apelamos para o Governador Ibaneis vetar o conjunto dessas emendas submarinos que foram apresentadas no texto na última semana.

Então, mais uma vez, quero agradecer e colocar a Comissão de Educação, Saúde e Cultura da Câmara Legislativa à disposição, também, desta Casa, e parabenizar pelo excelente trabalho, Senadora. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Obrigada, Deputado Gabriel Magno.

Inclusive, quero parabenizar os dois pelo trabalho, pela luta lá na Câmara Legislativa. Sei que os dois também têm uma agenda puxada, então, quando terminar esta mesa, fiquem à vontade.

Com relação ao Pdot, nós vamos conversar muito, vamos acompanhar.

Muitas vezes as pessoas... A pauta que está no Senado é muito macro, muitas vezes parece que a gente fica um pouco distante, mas a gente tem acompanhado tudo que tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

acontecido na cidade, diariamente, com muita atenção. E essa questão do PPCUB, para nós – eu acredito que para todo o nosso campo e para aqueles que amam Brasília – é essencial.

Como você falou, tratar do Pdot agora, neste momento, é muito importante para a gente conseguir corrigir essas distorções – sobre as quais nós estamos conversando aqui – no PPCUB.

Eu vou passar a palavra agora para a Romina Capparelli, que é nossa Consultora aqui do Senado Federal.

Obrigada por estar conosco aqui, Romina.

A SRA. ROMINA FAUR CAPPARELLI (Para expor.) – Obrigada, Senadora. Eu que agradeço o convite.

Bom dia a todas e todos.

Eu vou completar um pouco esse panorama sobre o processo legislativo e vou pegar um caso específico que é de uma emenda.

Aqui é a foto de Brasília. O cinza é proposital, porque, nesse processo, uma das áreas mais afetadas é realmente a questão das áreas verdes, é esse caráter de cidade-parque, a área bucólica de Brasília.

Então, retomando até aqui um pouco: o Projeto de Lei Complementar nº 41 chegou em 4 de março, a mensagem do Executivo; no dia 8 de março, já foi instituído um grupo de trabalho do PPCUB, composto por nove consultores legislativos da Câmara Legislativa; no dia 30 de abril, ou seja, em menos de dois meses, esse relatório já foi disponibilizado às assessorias da Câmara Legislativa; em maio, uma outra unidade de desenvolvimento urbano e meio ambiente apresentou o Estudo nº 252. Foram esse relatório e esse estudo que orientaram, em grande parte, a análise técnica que foi feita pelas Comissões da Câmara Legislativa.

As Comissões de mérito foram a Comissão de Educação, Saúde e Cultura – posteriormente, não é? –, Comissão de Assuntos Fundiários e Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo. Mas o que a gente vê é que grande parte das emendas foram apresentadas e aprovadas por Comissões que não eram de mérito: pela CAF, a de mérito, mas principalmente pela CCJ, que não foi uma Comissão de mérito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

No caso, a análise feita pela Comissão de Educação, Saúde e Cultura pegou especificamente essa questão da promoção do patrimônio cultural, mas também com o aprimoramento do projeto de lei no sentido de prever esses mecanismos de proteção, mas também prever a participação da sociedade e o desenvolvimento, que é uma coisa... A vertente do PPCUB, nessa área do desenvolvimento econômico, o foco, sempre foi o chamado desenvolvimento econômico, mas alinhar essa questão do desenvolvimento com a proteção do patrimônio cultural.

Como resultado daquelas análises que foram feitas pela Consultoria Legislativa, eles elencaram três principais desafios para a elaboração e a implementação de instrumentos adequados de preservação. O primeiro é o alto número de regras esparsas de proteção. Isso realmente é uma característica desse processo de ocupação, de normatização de Brasília, e a ideia do PPCUB realmente seria de enxugar essas normas, de ter realmente um aparato normativo que fosse mais fácil, tanto para a população, quanto para quem vai realmente investir, vai construir na cidade, mas também para a fiscalização.

Mas, nesse processo de elaboração do PPCUB, não foram disponibilizadas uma comparação entre o que hoje você tem, a estrutura normativa que hoje existe, e essa proposta. Até a Câmara Legislativa tentou fazer esse comparativo, mas, nesse tempo hábil, não conseguiu. Então, isso é uma coisa que... Existe essa dificuldade de você ter uma comparação entre o que vige e o que foi proposto. E a maior parte das alterações que nós temos hoje em dia estão em tabelas. Então, hoje em dia, o processo, realmente, de análise, não está no corpo da legislação. Você tem toda essa normatização colocada em tabelas, e é muito difícil você fazer essa comparação, mesmo para quem é da área técnica. Então, ainda mais para a população, para ter essa apreensão, essa compreensão, do que é o PPCUB e principalmente para os órgãos de fiscalização e controle.

O segundo problema que foi identificado seria o elevado número de unidades de preservação que não corresponde à classificação do Instituto do Patrimônio Histórico. Então, você vê a Portaria Iphan de 2016, que é uma complementação – uma explicação da Portaria 314 de 1990, que é a Portaria de Tombamento –, e você vê como é feita a divisão do território entre a portaria do Iphan e o projeto de lei complementar, e isso resulta nesse desenho. Então, você vê uma visão muito mais fragmentada do que propõe o PPCUB, com as áreas de proteção e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

preservação do Instituto do Patrimônio Histórico, que é a grande norma que direciona a preservação do conjunto urbanístico de Brasília.

E, por último, eles apresentam alto custo político, social e econômico para o poder público, para fazer essas modificações de considerar e regularizar as edificações consolidadas e fiscalizar o uso e a ocupação, para compatibilizar a preservação da identidade de Brasília com esse desenvolvimento urbano. Esse trabalho é elaborado pela área técnica da Câmara Legislativa.

E aí, retornando à questão das emendas que foram apresentadas pela Comissão de Educação, Saúde e Cultura, nós temos que, das 25 emendas que foram apresentadas, que são resultado de um trabalho também muito profundo, muito detalhado e bem fundamentado da Comissão, você vê que apenas dez foram aprovadas. Quinze emendas, e todas elas têm uma análise profunda. Ela não foi feita no Plenário, não foi feita de afogadilho. Você vê que grande parte delas não foi admitida.

Nós vemos aqui também, com relação... Aqui, para quem não teve ainda uma ideia do panorama, das emendas que foram apresentadas, quantas foram aprovadas. Você vê uma quantidade muito grande de emendas. Inclusive, o trabalho de redação final é quase impossível, é uma tarefa hercúlea para se fazer uma compatibilização, porque existem, entre elas, inconsistências.

E você vê que... Esse aqui é o parecer da CAF, e ele traz, também... Ele fez uma apresentação das emendas, fez uma análise das emendas, e você vê que o parecer da CCJ que foi apresentado depois, que não tem esse detalhamento, foi um parecer oral feito em Plenário. Você vê que, mesmo em relação ao parecer da CAF, você tem todas essas diferenças, que são inúmeras... Essas, na parte de cima, são emendas que foram aprovadas, que não constavam, para aprovação, do parecer da CAF, e outras que são emendas que estavam aprovadas no parecer da CAF e que foram inadmitidas.

E aqui vamos pegar um caso específico, que é o dessa Emenda nº 37, que foi apresentada pelo Deputado Thiago Manzoni. Ela diz que, nesses setores, que são, basicamente, o Setor de Grandes Áreas Norte, Quadras 700 e 900, e Setor de Grandes Áreas Sul, Quadras 900, onde se lê "Alojamento" e especificando outros tipos não descritos anteriormente, simplesmente foi retirada essa delimitação que é da Tabela Cnae (Cadastro Nacional de Atividades Econômicas).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A justificativa diz que visa a ampliar os usos nos lotes supramencionados, visando ao desenvolvimento adequado da cidade e à revitalização de setores que, nos últimos anos, têm vivido cenário de desolação, com invasões e aumento de criminalidade.

Essas áreas – a gente vai pegar aqui no mapa – a gente vê que são áreas de instituições, como escolas e igrejas, que não correspondem a esse cenário de desolação nem de aumento de criminalidade. Se fosse especificamente nas áreas – pode-se dizer – residenciais das habitações individuais geminadas, até haveria uma hipótese a ser considerada, mas, nesses setores, pegando especificamente – aqui é a entrada do Parque da Cidade, ali perto do parque Nicolândia – estes quatro lotes, que são atualmente o Crea e outras instituições, todas com áreas ocupadas, você não tem esse caráter de desolação. Esta é uma área... E isso segue por toda a Asa Sul, por exemplo, pegando setores, como o... Há o próprio Elefante Branco, que é um terreno enorme, e aqui próximo você tem a Associação dos Servidores da CEB, que é um terreno enorme. Então, você vê que não tem uma correspondência entre a fundamentação e o cenário que a gente constata hoje em dia.

E aí chega-se a este problema: no final, a gente fica naquela de que não sabe se, se vetar, melhora ou piora de vez, porque, se você reparar aqui... No caso, se houver o veto, o veto será do dispositivo, dessa alteração da prestação de serviços. Então, se for feito o veto, simplesmente será retirada toda a hipótese de alojamento...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ROMINA FAUR CAPPARELLI – ... em toda a área do Setor de Grandes Áreas Sul e do Setor de Grandes Áreas Norte, ali nas quadras 700 e 900.

Essa falta de cuidado, esse afogadilho com que foi feita a apresentação dessas emendas, com a falta de uma análise técnica, vai levar a um cenário que não tem uma saída favorável. Tudo que se espera é sempre uma sobrecarga desse setor e, principalmente, uma incompatibilidade com o que o próprio PPCUB se dispõe a corrigir.

Nós temos, por exemplo, só para complementar, as atividades de alojamento. Você tem, de um lado, hotéis e similares e outros tipos de alojamento não especificados. Então, o que estava previsto eram apenas esses outros tipos de alojamento não especificados. A partir do momento em que você tira essa limitação, passam a ser incluídos também hotéis e similares. O que são hotéis e similares? Alojamento de curta duração em hotéis, em motéis, em pousadas e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

em outros tipos de alojamento temporário, ou seja, a partir do momento em que você deixa apenas como alojamento, além daquilo que estava especificado no PPCUB, você passa a incluir também essa possibilidade.

E isto daqui é o que seria ou o que foi proposto pelo PPCUB: seriam albergues, *campings* – também a norma os prevê nessa área –, pensões e outros alojamentos.

E, no parecer da CAF que rejeitou essa emenda, a gente vê – inclusive, é interessante – a justificação da rejeição: "Extensão de usos e atividades sem estudos técnicos, [sem] audiência pública, [sem] aprovação no CONPLAN, ou [sem] análise do IPHAN".

Então, a própria Comissão de Assuntos Fundiários reconhece a inadequação dessa emenda que foi apresentada no final, depois de ter sido apresentado o parecer da Comissão de Cultura, o parecer da Comissão de Assuntos Fundiários, e foi aprovada, em grande parte, porque muitas pessoas nem perceberam exatamente o que estavam aprovando. Foi feita uma aprovação em bloco, houve destaques para deliberação sobre algumas emendas posteriormente, mas, até o final, muita gente realmente não tinha ideia do que estava sendo aprovado ali.

E, nessa questão que eu falo que é um tiro no pé do que o próprio PPCUB se propõe, a gente pega essa questão de você, como o Deputado Fábio falou, democratizar o acesso à cidade. Então, o que se busca nessa área não é uma democratização voltada à habitação de interesse social. Como são áreas em grande parte vazias, o que nós vamos ter é uma grande construção de habitações novas, e isso em contraponto com a W3, que se encontra hoje em dia degradada.

Então, você tendo essa possibilidade de novas construções num setor de grandes áreas, com grandes lotes, você vai ter um perfil tanto de construção como de público e, com isso, você vai esvaziar tudo o que você pensa, por exemplo, para a W3 Sul, que é uma área em que você tem uma infraestrutura muito mais próxima de transporte, você tem já uma infraestrutura pronta. A norma permite, hoje em dia é permitido. Fala-se tanto em fachada ativa, em uso misto; hoje em dia, a norma permite para a W3 o uso misto, só que são adaptações que terão que ser feitas nessas edificações existentes, recuperando a W3, mas, obviamente, isso não é do interesse, como o Deputado Gabriel falou, do setor produtivo, é um setor de especulação, que prefere pegar grandes áreas, fazer construções de luxo destinadas a um público específico e não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

prever essa questão de ter uma habitação de interesse social nessa área da W3, porque você tanto atende à questão do desenvolvimento econômico, à questão de trazer pessoas para o Plano Piloto e de recuperar a própria W3. (*Palmas.*)

Eram essas as minhas colocações.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Obrigada, Romina.

Inclusive, quando a gente trata das 900, tem o Centro POP ali, que não foi discutido.

A gente sabe que tem uma população de rua cada vez mais crescente no Distrito Federal. Com todo o perdão à representante do Governo aqui, à Janaina, que está fazendo o seu papel, é uma vergonha aquele Centro POP, o acesso das pessoas ali. A gente vê que as escolas estão reclamando com a questão de segurança e tudo, mas o Governo tem feito o seu papel com relação à população de rua? Não! É mais fácil desapropriar, tirar o Centro POP, colocar, enfim, em qualquer lugar e crescer da forma como você falou, desordenada, comprometendo até a questão econômica com relação à W3 Sul e aos empresários que estão ali.

Realmente, está...

Eu quero agradecer as falas até o momento, muito claras, muito técnicas com relação ao objeto aqui do nosso debate.

Obrigada, Romina, grata mesmo.

Vou passar a palavra agora para a Janaina Vieira, representante da Seduh-DF.

Seja muito bem-vinda, Janaina.

Tinha que ser uma mulher mesmo. É isso aí. Colocaram você no *front*. "Vambora"! (*Risos.*)

Antes de passar a palavra para a Janaina, eu gostaria de cumprimentar e agradecer as presenças aqui da Keka, que é dirigente do PSOL e foi candidata na última eleição ao Governo do DF; do Geraldo Magela, Deputado Federal e dirigente do PT (Partido dos Trabalhadores); e o Eduardo Brandão, que também é Presidente do PV. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Sejam muito bem-vindos, os três, aqui com todos nós.

E o Deputado... Perdão, Deputado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Perdão.

Também o Deputado Paulo Fernandes está presente aqui conosco. (*Palmas.*)

Vou passar a palavra agora, mais uma vez, para a Janaina Vieira, representante da Seduh.

Seja bem-vinda, Jana.

A SRA. JANAINA DOMINGOS VIEIRA – Obrigada.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. JANAINA DOMINGOS VIEIRA – Sou muito pequena, não é?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. *Fora do microfone.*) – Não, você deve ser gigante.

A SRA. JANAINA DOMINGOS VIEIRA (Para expor.) – Primeiramente, queria agradecer, Senadora, pela oportunidade de estar aqui. Queria também agradecer aos meus amigos – já os chamo de amigos–: o Deputado Fábio, o Deputado Gabriel e a Romina também, que é muito minha amiga. Mas eu queria, antes de mais nada, dizer que a gente, a Secretaria e eu... Estou aqui, como Secretaria de Desenvolvimento Urbano, para falar sobre as questões técnicas, tá? Então, a forma como foi conduzida na CLDF eu não vou comentar, porque isso é um outro momento, é um outro estágio.

Eu gostaria muito de falar sobre a questão de como foi feita a proposta que a gente encaminhou para a CLDF, como foi o trabalho que foi desenvolvido e esclarecer alguns pontos que eu acho que estão sendo divulgados muito na mídia, e eu acho que a gente precisa... Como técnica, como arquiteta e urbanista que sou, eu tenho a obrigação de fazer isso também.

O processo da construção da minuta de lei que foi para a CLDF foi um processo muito longo. Até o Deputado Magela, que está aqui, sabe que iniciou lá na época em que ele era Secretário, exatamente... Então, foi um processo muito longo. Foi um processo que foi muito discutido, que colocou coisas, retirou coisas. E a minuta que a gente encaminhou foi uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

minuta que, no nosso ponto de vista hoje, estava amadurecida exatamente pelo fato de ter passado por toda essa trajetória já há muito tempo.

Nesse processo todo, foram oito audiências públicas. A gente criou, dentro da secretaria, o que a gente chama de uma câmara técnica, da qual vinham membros do nosso Conplan, que é o nosso conselho de planejamento. Nessa câmara técnica, a gente ficou mais de seis meses fazendo reuniões para discutir artigo por artigo de todo o projeto de lei. Teve participação da sociedade civil; várias pessoas da sociedade civil participaram também. Então, a gente chegou ao final com essa minuta, que a gente... Aí, a gente escuta muitas coisas, como assim: "Poxa, vocês deixaram de considerar várias coisas que poderiam ser uma ótima oportunidade para fazer". Mas a gente acha que tem estudos e questões que a gente precisa discutir mais para poder fazer. E aí foi nisso que, em alguns casos, como moradias de interesse social, a gente levou muitas críticas. Inicialmente, a gente apresentou moradias de interesse social no Setor Comercial Sul. Aí, depois, a gente resolveu tirar.

Tem conversas até com o Iphan: "olha, está faltando estudo", "não está suficientemente bem", "qual é o percentual que vai ter?", "qual é o percentual que não vai ter?" Bom, então, vamos deixar isso para um segundo momento.

Então, a gente colocou isso em planos, programas e projetos, porque muita gente comenta: "ah, isso é um cheque em branco". Não, gente, não é um cheque em branco, porque em qualquer alteração de legislação, alteração de uso, alteração de parâmetros, é necessária uma lei complementar. Então, quando a gente fala que precisa de leis complementares, é nesse sentido. Então, a gente vai precisar, sim, desenvolver outras leis complementares para poder fazer qualquer alteração no PPCUB. Não tem como fazer alteração no PPCUB se não for via lei complementar, está? Isso é importante também deixar claro.

E para fazer uma lei complementar, a gente tem que seguir a Lei Orgânica, tem rito para isso ser feito: tem que se convocar audiência pública, tem que passar pela aprovação no Conplan, tem vários caminhos a serem seguidos, não é simplesmente tirar da cabeça da Seduh e aprovar. Em nenhum momento a gente pensou nisso. Então, essas questões são importantes.

Alguns pontos que foram levantados nesses últimos tempos, então... a Romina deixou muito claro aqui, com relação às 900 e às 700 Norte, que a gente, nas audiências, nas reuniões públicas que a gente fez, assumiu o compromisso com o pessoal das áreas residenciais das 700,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ali onde tinham as pensões, de que as 700 iam ficar exclusivamente residenciais, e foi o compromisso que a gente colocou no projeto de lei encaminhado. O pessoal das 700 escreveu vários artigos, mandou propostas de alteração do projeto de lei para a gente, a gente concordou, sentou, fizemos inúmeras reuniões com os moradores das 700 para chegar à proposta com moradia exclusivamente nas 700. Então, a gente deixou isso no projeto de lei.

Quando a gente fala: "ah, porque vocês vão ocupar o final da Asa Sul com *camping*, com áreas comerciais", não é nada disso, gente. Hoje, já existe um parque definido, o Parque dos Pássaros, no final da Asa Sul. A ideia nossa era de que esse parque virasse um parque de fato. E como ele vira um parque de fato? Fazendo projeto de paisagismo, de ciclovia, colocando alguns quiosques para vender água de coco, o básico. Ele tem uma ocupação, que a gente imaginou, na área enorme que o parque tem – quase cem hectare –, a gente pensou, então, em 5% disso para poder fazer esse tipo de uso: ter um quiosque, ter a ciclovia, ter uma área para estacionamento. Então, é isso que estava previsto no PPCUB, não está previsto ocupar, fazer grandes ocupações, nada disso. Então, assim, isso também é importante deixar claro.

O Setor de Embaixadas, na norma original de criação do Setor de Embaixadas... a gente não está criando nenhum lote novo no Setor de Embaixadas. A norma original do Setor de Embaixadas tem três lotes para áreas comerciais, está? Isso foi previsto lá na norma original. A única coisa que a gente fez foi trazer para o PPCUB do jeito que está na norma original. Então, não é para poder fazer, gente, uma superloja de materiais de construção, isso nem se pode fazer, porque a norma é extremamente restritiva para essa área comercial. Então, isso é um outro ponto que temos que deixar claro.

O Setor de Clubes, todos os lotes... a gente não está criando nenhum lote no Setor de Clubes, todos os lotes que estão lá são lotes já existentes, já existem os lotes que estão lá. No Trecho 4 do Setor de Clubes, sempre estiveram previstos hotéis, e a única coisa que está no PPCUB é isso, é o que estava previsto na norma, já estavam previstos hotéis lá. E todos os lotes do Trecho 4, praticamente, já estão construídos: tem dois lotes que são o da Academia de Tênis e mais um que não está construído; os outros todos estão construídos com hotéis e apart-hotéis. Então, isso também já estava previsto. Essa é uma questão que a gente precisa deixar clara, é uma questão que já estava...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Teve uma questão também que eu acho que as pessoas não entenderam, que foi a questão da desconstituição de alguns lotes no Noroeste. A desconstituição não é uma coisa ruim: a gente está tirando lotes para aumentar o parque, para a criação da área indígena. Teve que se fazer uma alteração no projeto do sistema viário e tivemos que retirar lotes para que o parque fosse aumentado para a reserva indígena que estava prevista.

Então, esses são os pequenos pontos que é importante a gente esclarecer, para a gente poder ter segurança e certeza das coisas que a gente, como Executivo, propôs para a CLDF. Assim que o projeto retornar para o Executivo, depois dessa minuta final que vai ser elaborada pela CLDF, a gente vai avaliar as consequências dessas emendas que foram propostas, porque realmente teve emendas que já foram comentadas aqui – eu não preciso falar – em que a gente vai precisar fazer uma análise, sim, do que pode ser acatado e do que não pode ser acatado: esse vai ser um próximo passo para a gente poder fazer.

Eu queria deixar bem claro que a proposta aqui encaminhada teve, sim, todos os cuidados. A nossa equipe da Secretaria é uma equipe composta basicamente por arquitetos, urbanistas, e a gente teve muito, muito cuidado com a questão do patrimônio, da preservação, de criar os conselhos...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. JANAINA DOMINGOS VIEIRA – ... para poder garantir que tudo isso depois seja vistoriado, seja acompanhado de perto.

Hoje, a gente já tem um grupo técnico executivo, junto com o Iphan, em que todos os processos, ou qualquer coisa que a gente tenha que aprovar na área tombada hoje, a gente leva para esse grupo técnico, discute para ver se é viável ou não é viável. A gente precisa ter muito cuidado com isso, sim.

Como último ponto, a Secretaria de Cultura participou, sim, de todo o processo de construção do PPCUB. Ela faz parte do Conplan, do nosso Conselho de Planejamento. Eles participaram de todas as nossas reuniões do grupo técnico. A gente encaminhou o processo para a Secretaria de Cultura para fazer análise também de toda a proposta que estava sendo feita.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria só deixar clara toda a questão da construção e de como foi feita a proposição que a gente encaminhou para a CLDF. Eu acho que era importante deixar isso claro para todos.

Obrigada, mais uma vez, pela oportunidade, e estou aqui para esclarecer outras coisas. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Obrigada, Janaina Vieira, representante da Seduh.

Quero agradecer a essa primeira fila... à primeira mesa que nos acompanhou, enfim, aos expositores que estiveram presentes: Deputado Fábio Felix, Gabriel Magno, a Romina Capparelli e a (*Pausa.*) ... perdão, a Janaina Vieira.

Fiz um caos aqui, gente. (*Risos.*)

Mas é isso. Quero agradecer aos quatro, e vamos para a segunda mesa. (*Palmas.*)

Obrigada. (*Pausa.*)

Bom, vamos para a nossa segunda mesa.

Eu convido o Leandro Grass, que é o Presidente do Iphan; (*Palmas.*) o Alberto de Faria, que é o representante do Ceub e está *online*; (*Pausa.*) o Prof. Benny Schvarsberg... Ai, que nome lindo, hein? Seja bem-vindo, Prof. Benny. (*Palmas.*) E convido o Juliano Carvalho, do ICOMOS. (*Palmas.*) (*Pausa.*)

Seja bem-vindo, Professor. (*Fora do microfone.*)

O SR. BENNY SCHVARSBERG (*Fora do microfone.*) – Obrigado. Parabéns.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Obrigada. (*Fora do microfone.*)

Já vou passar a palavra para o Juliano Carvalho, que é o representante do ICOMOS.

Seja bem-vindo, Juliano.

O SR. JULIANO LOUREIRO DE CARVALHO (Para expor.) – Bom dia. Eu agradeço à Senadora Leila. Eu agradeço a todas as pessoas aqui presentes por estarem num debate que é assim tão importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Queria saudar o Leandro, Presidente do Iphan, essa instituição tão fundamental para o país, uma das nossas mais antigas instituições, que segue lutando. Queria saudar os outros professores da UnB – essa é outra instituição tão importante para Brasília –, na pessoa do Benny,

Como foi dito na apresentação, eu estou aqui como Coordenador do ICOMOS, núcleo Distrito Federal, que é o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, o órgão assessor da UNESCO na missão de promover a preservação, o uso e a valorização do patrimônio cultural e, especificamente, do patrimônio da humanidade. Mas eu também estou aqui como morador de Brasília, e isso é muito importante.

Eu me mudei para Brasília faz 12 anos; eu escolhi morar em Brasília. Eu sou eleitor em Brasília, sou morador do Plano Piloto, proprietário de um imóvel. É o lugar onde eu vivo com a minha família, e isso eu escolhi por causa da qualidade de vida desta cidade, que é excepcional (*Palmas.*) , e é por isso que eu estou levantando esse assunto.

Quando a gente está aqui falando de preservação... Eu não tenho dúvida de que nós estamos aqui falando de preservação, porque nós temos um dever com a Unesco – um dever assumido, inclusive, pelo Congresso Nacional, quando autorizou o decreto legislativo que inseriu o Brasil no sistema do Patrimônio Mundial –, mas nós temos um compromisso com nós mesmos, com a nossa vida, sejamos nós moradores do Plano Piloto, que descemos para passear com o cachorro, para andar de bicicleta e vemos a delícia que é viver numa cidade-parque; seja com os outros moradores do Distrito Federal, que também frequentam e usam o Plano Piloto; seja com os moradores do entorno; seja com todos os brasileiros, que, de diferentes formas, se veem reconhecidos nesta cidade.

Então, é essencialmente da nossa qualidade de vida que a gente está falando também, para além de algo que importa para o mundo inteiro.

Uma segunda coisa fundamental, que é importante quando a gente discute o patrimônio de Brasília, especificamente o PPCUB, é que a gente precisa qualificar o nosso debate. Nesse sentido, todas as contribuições anteriores foram de altíssimo nível. Elas me ajudam a desenvolver a minha fala porque evitam de eu ter que falar várias coisas e vou ter mais tempo para falar outras. Mas, no dia a dia, a coisa não é assim, a gente tem uma visão geralmente maniqueísta, que diz que, se preserva, não pode ter uma novidade e, então, a cidade fica

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

congelada, ou, o contrário, já que a gente vai preservar não pode mudar nada, o que também não é verdade.

A gente tem vários outros pontos do debate público que precisam ser qualificados. A gente tem que analisar as propostas uma por uma, entender até que ponto cada uma delas é boa, entender o que está por trás, fazer estudos de impacto, fazer estudos de impacto paisagístico, simulações, usar de todos os instrumentos da nossa profissão, que é a arquitetura e o urbanismo, e que, muitas vezes, não foram suficientemente usados no desenvolvimento do plano.

A gente precisa entender que o PPCUB não está sozinho na preservação de Brasília. Não é o PPCUB sozinho que vai nem salvar nem destruir Brasília. Brasília está acontecendo no cotidiano, e esse é o cotidiano dos blocos com pilotis – e cercam os pilotis –; do bloco dos meus vizinhos, das 700, que cercam a área pública e, depois, vão dizer que são cidadãos de bem; é o cotidiano de uma fiscalização que geralmente é insuficiente, apesar dos esforços do DF Legal e do Iphan. A gente tem uma fiscalização a construir ou, pelo menos, a melhorar muito. Sem essa fiscalização, o melhor PPCUB do mundo também não vai dar uma saída, porque ele precisa ser fiscalizado.

A gente precisa qualificar o debate falando de temas que já foram falados aqui hoje, como a preservação do meio ambiente, a necessidade de uma habitação social, a necessidade de uma melhoria da mobilidade, seja a mobilidade do morador do plano, seja a mobilidade de quem vem de fora do plano. Pensando em tudo isso que eu levantei até agora, agora eu chego ao PPCUB de verdade, porque o tempo está rolando.

O posicionamento do nosso núcleo não é um posicionamento individual, é o posicionamento de um conjunto de profissionais especialistas em patrimônio cultural que vem se debruçando sobre isso há semanas, seja trabalhando para propor emendas – e muitas delas foram aproveitadas por alguns dos Deputados –, seja trabalhando, posteriormente, na tentativa de entender tudo isso o que foi aprovado da forma como já foi explicada.

O nosso posicionamento está na necessidade de sanear o PPCUB como foi aprovado. Vai precisar ser saneado com veto, mas há outros meios: se precisar ser judicializado; se precisar de outras leis para revisar, para complementar. Mas a gente precisa sanear porque os problemas são muitos e são sérios, sejam os problemas que vêm da proposta e que não foram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

suficientemente analisados, sejam os problemas que foram inseridos na própria Câmara Legislativa.

A gente fala em sanear porque o mesmo PPCUB tem, em sua proposta, um conjunto de dispositivos que já vêm positivos da proposta da Seduh e muitas emendas que também foram inseridas de forma positiva na Câmara Legislativa.

Só para dar dois exemplos, a proposta que foi encaminhada pelo GDF já inclui um olhar para a preservação também da arquitetura, dentro do conjunto tombado, e não só dos parâmetros urbanísticos; dentro da CLDF, a gente teve a proposta de um capítulo de preservação do patrimônio cultural. Então, existe muito a salvar dentro do PPCUB, mas ele precisa ser saneado.

E aí eu vou voltar a alguns temas que já foram levantados, mas com outro olhar. Transferir essa quantidade inteira de terrenos para a Terracap não somente é absurdo do ponto de vista legal e não somente vai disponibilizar uma quantidade de estoque fundiário imensa na cidade, a depender de um decreto de quem quer que seja o Governador, mas também tem um potencial de conflito gigantesco. Imagine o que a Terracap decidir lotear, no canteiro central do Eixo Monumental?! O Iphan não vai deixar. E aí? E aí o comprador do canteiro central do Eixo Monumental, como vai construir algo que ele acabou de comprar?

Então, determinadas emendas introduzem potenciais conflitos de uma insegurança jurídica gigantesca. A gente não tem como entender que determinados elementos da proposta, como a aprovada, estão trabalhando pela segurança jurídica.

Um segundo ponto é que – embora haja, digamos, submarinos e, aqui e acolá, algumas coisas difíceis de entender – isso tudo forma um todo bastante coerente. Existe um todo coerente aí que é um incentivo a uma renovação intensa e excessiva dentro dos imóveis já construídos do Plano Piloto.

Quando a gente junta a diminuição do que se paga pela Odir, quando a gente junta com a outra taxa baixa da concessão pelo direito real de uso, quando a gente coloca essa proposta de varanda com 1,5m, o que a gente está fazendo é: a gente está incentivando que uma quantidade gigantesca de imóveis na Asa Sul e na Asa Norte sejam demolidos, e sejam construídos novos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Isso, dentro de determinados parâmetros de preservação, está adequado, mas é isso que a gente quer para a nossa cidade? É a gente olhar para a Asa Sul e para a Asa Norte e, em vez de ver o que a gente está acostumado a ver, ver aqueles prédios gordos ali da ponta da Asa Norte? (*Palmas.*)

Eu não moro em Brasília para ver a Asa Sul, onde eu moro, virar a ponta da Asa Norte, mas essa legislação, com essas varandas, com esse incentivo, vai colocar todos os predinhos, os caixotes ali das 400... Tende a colocar, no médio e no longo prazo, para não sermos alarmistas, no chão; porque agora vai poder ter subsolo ampliado.

E nem tudo disso é legislação nova. Existem instrumentos anteriormente existentes que crescem com o PPCUB, mas com esse crescimento, assim como a gente teve o primeiro bloco demolido na Asa Sul ano passado, a gente vai ter isso a rodo, porque a legislação está tendendo a que isso aconteça e incentivando isso. Então, daqui a 5, 10, 12, 15, 20 anos, é para isso que a gente está caminhando.

E aí eu digo mais, o incentivo à construção e à renovação não está somente na Asas Sul e na Asa Norte. Já foram faladas n novas áreas de ocupação aqui nas falas anteriores, então eu não vou repeti-las, mas é muito diferente a gente disponibilizar um edifício novo aqui e acolá, e a gente disponibilizar um imenso estoque construído num prazo de 10 ou 15 anos.

Se a gente disponibiliza esse imenso estoque nesse prazo de 10 ou 15 anos, que é um prazo muito confortável para a construção civil, a gente vai desvalorizar enormemente os imóveis que já estão construídos, porque quem for alugar ou quem for comprar vai naturalmente se dirigir para o imóvel novo.

Então, a gente está criando...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JULIANO LOUREIRO DE CARVALHO – ... um grande problema que não é só para quem está pagando aluguel, ou que não é só o problema da preservação do patrimônio de quem está preocupado com a paisagem. A gente está criando um problema para todo mundo que já é proprietário dentro do Plano Piloto e que vai ver seus imóveis se desvalorizarem em função do imenso estoque novo construído. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Alguns últimos pontos que eu queria levantar é que, se a gente tem falado de paisagem, se a gente pensa nas qualidades de Brasília enquanto cidade-parque, a escala bucólica que está ao redor de todos nós precisa ser bem entendida. Ela precisa ser bem entendida...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JULIANO LOUREIRO DE CARVALHO – ... em sua riqueza, e isso significa entender que certos parques são parques, como o Parque da Cidade; certas áreas, como o Parque dos Pássaros, não precisam se transformar num parque com ciclovia, com quiosque, etc., etc., porque eles cumprem um outro papel na paisagem urbana; e certas áreas como (*Palmas.*) ... o Setor de Clubes Sul, por exemplo, não são parques, mas têm características de uma cidade verde e que precisam ser mantidas.

Eu estou trazendo aqui o Setor de Clubes Sul porque, embora... Eu concordo que o cheque não é em branco, mas o cheque está preenchido. (*Palmas.*) O cheque está dizendo assim: "Vamos fazer estudos para a ampliação do uso habitacional no Setor de Clubes Sul". Eu entendo, é só um estudo, mas para que estudar o que a gente não quer e não deve fazer?

Os usos habitacionais no Setor de Clubes Sul são aqueles apart-hotéis que viraram habitação permanente e que já estão lá. São volumes gigantescos que ocupam lotes muito grandes, com desafetações que já estão previstas e que já foram aprovadas, regularizando um desses apart-hotéis, juntando numa coisa só, quando eles eram dois lotes, e regularizando num outro lugar que não está construído, para permitir fazer outro apart-hotel gigantesco. E de apart-hotel em apart-hotel a gente vai seguir com a privatização da orla, em vez de melhorar a nossa situação de privatização da orla. (*Palmas.*) A gente vai transformar o que era uma zona bucólica num campo de uso para especulação imobiliária, que pode ser explorado pelas próximas décadas.

Só isso já justificaria todo o esforço das emendas que foram apresentadas com o nome dos órgãos da construção civil. Como a Emenda 1 que diz que por sugestão da Ademi estamos apresentando a Emenda 1. Isso está dito, a gente não está fazendo nenhuma acusação leviana, as coisas estão escritas.

Então, só para concluir, a gente pode sanar esse PPCUB, a gente tem... Certamente eu não sou a pessoa certa para dizer os meios legislativos e jurídicos para sanar esse PPCUB, mas a gente pode saná-lo para que a gente possa, então, falar dos bons projetos urbanísticos de que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

gente precisa, da mobilidade em todos os níveis, para falar de começar a qualificar essa cidade e não simplesmente ficar tentando evitar absurdos, porque eu quero continuar escolhendo ser brasiliense para sempre. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Obrigada pela participação, Juliano Carvalho, excelente fala. Eu vou passar agora o representante do Icomos.

Eu vou passar a palavra, agora, para o Prof. Alberto de Faria, do Ceub, que está de forma remota.

Seja muito bem-vindo, Professor. (*Pausa.*)

O SR. ALBERTO DE FARIA (*Por videoconferência.*) – Bom dia, Senadora Leila.

Ouvem-me?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Sim, Professor, ouvimos.

O SR. ALBERTO DE FARIA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Eu quero cumprimentar a Senadora Leila Barros pela oportunidade de convocação desta audiência; quero cumprimentar também todos as autoridades do Legislativo que estão presentes; cumprimentar os Deputados Distritais na pessoa do Fábio Felix; cumprimentar todos os colegas professores nas pessoas do Prof. Benny Schvarsberg e Prof. Andrei, que percebi também na plateia; quero cumprimentar a equipe legal e de Estado do GDF na pessoa do Renato Santana; quero cumprimentar a Romina Capparelli e, na pessoa dela, cumprimentar todos os técnicos, arquitetos, urbanistas e estudiosos da questão urbana de Brasília, que se dedicam a defender esta cidade e este patrimônio; e quero cumprimentar também a Janaina Vieira e, em sua pessoa, também toda a equipe técnica da Seduh, que participou da elaboração desse PPCUB.

Eu não vou me estender muito, até porque várias questões já foram colocadas de forma muito precisa e pontuada, principalmente na questão das emendas. E a avaliação que eu tenho fica muito limitada – porque não tive acesso às emendas, ao conjunto delas – às questões que estão previstas aí no PPCUB.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Inicialmente, é importante que a gente tenha sempre a percepção de que as questões da preservação, do desenvolvimento e das mudanças estão presentes desde o início de Brasília. Logo no início do Governo JK, ele editou uma lei que tratava dessa preservação. Na etapa de concurso, o júri, na figura do William Holford, que era Presidente do Júri, já sugeriu mudanças para evitar áreas livres, áreas muito abertas. A grande mudança sugerida foi a mudança de posição da torre de televisão, que fez com que se aproximasse muito mais às características visuais do contexto ali do Eixo Monumental.

Então, como vários colegas já colocaram anteriormente, é uma cidade que está viva, é uma cidade que está se desenvolvendo e que precisa ter esse acompanhamento.

Primeiro, a necessidade de que a gente tenha um plano. É também muito ruim não ter plano nenhum de preservação. Não ter nenhum plano, também favorece alguns interesses – não ter nenhum horizonte de perspectiva que garanta o entendimento da preservação da paisagem de Brasília como um todo. Isso é possível no PPCUB, além das questões de uso e ocupação do solo, mas sempre condicionadas a essa política de preservação e a essa legislação que está colocada.

Essa variedade de normas que existe hoje também é muito impactante. É muito perceptível para todos nós a diferença entre a W3 Sul e a W3 Norte e a diferença entre as atividades comerciais, os lotes comerciais, no Plano Piloto.

Essa variedade de normas implica muitas vezes em mais descaracterização das propostas. Somente na Asa Norte são mais de oito, nove, dez normas de gabarito de construção para que a gente possa construir. E isso vai também criando, incrementalmente, uma descaracterização muito grande na questão do desenvolvimento do plano como um todo e na sua preservação como um todo.

Queria chamar um pouco a atenção... não quero me deter em aspectos que já foram muito bem analisados e colocados pelos outros colegas, mas uma questão que sempre me chama muito a atenção aqui em Brasília, no Plano Piloto, e que é uma questão que está na própria origem, porque faz parte de uma conceituação que Lúcio Costa usou para a criação, é o aspecto da técnica rodoviária.

Esse assunto é muito ligado à questão da mobilidade urbana, mas a questão da mobilidade urbana ligada aos pedestres, às pessoas que precisam caminhar, que precisam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

utilizar o Plano Piloto. Essa técnica rodoviária, que está mantida e preservada, e é uma característica até, muitas vezes, de difícil revisão, proposição, mas acho que precisa ser enfrentada com qualidade, com capacidade, com inteligência, faz com que a gente tenha a principal avenida do Plano, que é o Eixo Rodoviário, com uma velocidade de 80km/h. Talvez seja uma das poucas, se não a única cidade no mundo, que tem uma via expressa, dentro da cidade, com uma velocidade nesse número de 80km/h, o que dificulta muito ligações transversais, dificulta muito as questões de travessia, de continuidade urbana.

Acho que esse ainda é um aspecto que está preservado nas características do plano, que não é nem tocado, porque a gente se preocupa muito com as questões de uso e ocupação óbvias e necessárias, mas eu acho que a gente precisa trazer um pouco, na questão da mobilidade, a questão da pessoa, a questão do ser humano, a questão de quem precisa caminhar, de quem precisa se deslocar pela cidade.

E o plano poderia pensar, ou pelo menos estimular, que nós tivéssemos condições de rever algumas características que hoje existem das passarelas de pedestres subterrâneas, que foram, na sua maioria, construídas fora do que indicava o Plano Piloto. O Plano Piloto de Lúcio Costa indicava uma passagem retilínea, onde você enxergaria de um lado a entrada e, do outro, a saída, o que talvez reduzisse um pouco as dinâmicas, mas não é uma solução adequada.

Eu acho que essa questão de como lidar com as questões rodoviárias que criam segregações dentro do plano é ainda um desafio para que a gente possa avançar e manter a preservação do que a gente tem de muita qualidade aqui, que são todas as escalas que estão colocadas como elementos na política de preservação.

Outro aspecto, também nessa linha da mobilidade, é essa questão dessas dificuldades de ligações transversais que a gente tem para pedestres, mesmo, e da dificuldade que a gente tem de criar ou de modificar algumas situações: para sair do Hotel Nacional, por exemplo, e ir até o Sesi Lab, para quem está andando a pé, é um caminho muito difícil; para quem está no Setor Hoteleiro Norte ir até o Teatro Nacional. Então, são aspectos que eu gostaria de colocar como pontos de reflexão para que nós pudéssemos incorporar à política de preservação do Plano Piloto: como incorporar a presença do pedestre nessa condição.

São as minhas contribuições.

Eu agradeço muito o convite e a participação que foi possível aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Senadora. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Nós que agradecemos a sua participação, Prof. Alberto Faria, representante do Ceub.

Agora eu vou passar para o Prof. Benny Schvarsberg, que é o representante e nosso professor da UnB.

Seja muito bem-vindo, Professor.

O SR. BENNY SCHVARSBERG (Para expor.) – Obrigado. Bom dia a todas e todos presentes aqui.

Cumprimento e parabenizo a Senadora Leila por essa iniciativa importante. Ela comentava agora – e eu estou de acordo com ela – que vai ser preciso outra audiência. A gente não vai esgotar a complexidade dos problemas que temos com este PPCUB nesta audiência aqui. Cumprimento aqui meu estimado amigo Leandro Grass, Presidente do Iphan, meu amigo Juliano e toda a plateia – pessoas aqui presentes –, na pessoa da nossa combativa Deputada Erika Kokay, que está aqui presente também.

Eu organizei a minha contribuição... (*Palmas.*)

Eu organizei uma tentativa de contribuição com nove considerandos, nove pontos, e um encaminhamento final, que me parece que é o desdobramento necessário.

A primeira consideração é no sentido... todas as considerações que eu vou fazer já foram feitas, eu só vou reafirmar aquilo que o Deputado Fábio Felix, o Deputado Gabriel e as importantíssimas análises feitas pela Romina trouxeram aqui. Eu vou reafirmar pontos colocados aqui nesses nove considerandos.

Primeiro, quero reafirmar as contradições presentes nessa condição de três em um desse PLC 41: a de plano de preservação, a de plano de desenvolvimento local e a de lei de uso e ocupação do solo. Esse triplo caráter que ele tem estabelece, desde sua origem, as contradições e as dubiedades, as lacunas. E eu penso que, especialmente a primeira condição, que é de planos de preservação, é aquela que é a mais questionável, a mais problemática, exatamente aquela que dá o título para o plano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero aqui destacar e elogiar muito o documento produzido pela equipe técnica da Consultoria Legislativa da Câmara Legislativa do Distrito Federal, especialmente o Josué Magalhães e a Ana Carolina, de quem eu tive a honra de ser professor. É um documento extremamente consistente, extremamente detalhado. Eu lastimo profundamente que os 18 Deputados governistas que aprovaram o plano... Eu lastimo muito que eles não tenham lido, não tenham ouvido, não tenham discutido nem tomado conhecimento sequer das importantíssimas contribuições daquele documento, feito pela assessoria da Câmara Legislativa.

Quero também saudar os seis Deputados – estavam aqui o Fábio e o Gabriel – que, de uma maneira corajosa, fizeram contribuições de melhoria para o plano e tiveram a ousadia de fazer críticas muito consistentes, muito coladas na nossa realidade, tiveram essa coragem. Enfim, eu diria assim, a consciência crítica dessa cidade elogia esses seis votos contrários dados na Câmara Legislativa. (*Palmas.*)

Quero dizer também que é muito sintomático que, durante o debate e após a aprovação do PLC 41, os setores técnicos, profissionais, os movimentos preservacionistas – enfim, a consciência crítica da cidade – se manifestaram de uma forma contundente e crítica a vários problemas do plano; e, por outro lado, é muito sintomático também que exatamente ele seja celebrado pelos segmentos empresariais, como o Sinduscon, a Ademi, etc., que eu digo aqui com todo o respeito, que inclusive se autodenominam "setores produtivos", como se os demais fossem improdutivos. Eu não aceito essa definição. (*Palmas.*)

Até porque, como lei de uso e ocupação do solo, que é como efetivamente, mais fortemente, esse PLC se caracteriza, ele parece dialogar bem com os interesses particulares e não o interesse público, com os interesses particulares do mercado imobiliário.

O segundo ponto que eu quero considerar é que este PLC não dialoga de forma complementar e detalhada com a Portaria 166, de 2016, produzida pelo Iphan, que atualizou a Portaria 314, que é de 1992, e que durante muitos anos foi a principal referência para orientar as políticas de preservação, orientar os projetos e as intervenções nessa cidade. A Portaria 166 – eu quero destacar isso – passou a detalhar mais a Portaria 314, para quem conhece, e ela teve um apoio muito importante de um arquiteto que eu quero homenagear, que é o Ítalo Campofiorito, com quem eu tive a honra de trabalhar. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O Ítalo foi uma pessoa fundamental para a construção de um tombamento especial, um tombamento original, um tombamento urbanístico por escalas. A contribuição do Ítalo foi fundamental para esse processo de tombamento.

E eu quero destacar que a Portaria 166 é uma portaria federal, do Iphan, portanto, superior ao PPCUB, que é distrital. Não que ele o substitua, mas eu penso que, neste momento, ela, mais do que nunca, passa a ser uma salvaguarda fundamental para a preservação do conjunto urbanístico de Brasília, especialmente o art. 85, que eu recomendo a leitura de todos e todas da Portaria nº 166, que estabelece que todo e qualquer projeto, proposta de intervenção, de parcelamento novo, alteração de uso ou de ocupação do solo, volumetrias, destinações, intervenções, etc., todas devem ser, efetivamente, submetidas à análise e aprovação dos Iphan ou, pelo menos, submetidas às suas considerações.

Eu concordo muito com uma nota que o Iphan produziu, dizendo que não cabe ao Iphan aprovar o PPCUB. O Iphan fez recomendações fundamentais, e eu diria que não foram suficientemente analisadas, bem como aquelas contribuições que a assessoria técnica da Câmara fez.

A terceira consideração: eu me reporto aqui ao meu amigo José Leme Galvão, conhecido por todos como Soneca, que foi o primeiro colega nosso que, claramente, disse: "Esse plano não tem sequer um capítulo destinado aos instrumentos, sobretudo urbanísticos, mas de preservação". E a gente sabe que um plano que não tem instrumentos pode até ser feio, como ele é, mas não morde, não morde efetivamente. E esses instrumentos deveriam, do meu ponto de vista... E eu tive a oportunidade de repetir isso em todas as audiências públicas do PPCUB que aconteceram – e, modestamente, eu fui a todas, desde 2010, 2011. Eu acho que o Deputado Magela se lembra disso. Eu sempre fui chato – o Deputado Magela sabe disso muito bem – colocando a necessidade de instrumentos de preservação articulados com instrumentos de política urbana, como, por exemplo, operações urbanas de preservação, instrumentos que coíbem a retenção especulativa do solo na nossa cidade, as outorgas urbanísticas, o IPTU progressivo; enfim, todos eles para viabilizar o cumprimento da função socioambiental da cidade e da propriedade. (*Palmas.*)

Quero aqui destacar que a Profa. Marta Romero, que está aqui presente, deu uma importante contribuição com um artigo, publicado esta semana no *Correio Braziliense*, falando,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

com muita propriedade, das implicações bioclimáticas perigosamente colocadas nesse projeto do PPCUC. E eu penso que essas questões são fundamentais, até para viabilizar estratégias, objetivos de preservação da cidade, que é reconhecida como patrimônio mundial.

A quarta consideração: eu diria que não me refiro mais a cheques em branco. Não são mais um ou outro; é um verdadeiro talonário de cheques em branco com inúmeras proposições de desafetação, de criação de áreas para parcelamento. Com todo respeito à fala anterior aqui da Janaina, eu discordo frontalmente – frontalmente! – dessas... (*Palmas.*)

... questões, porque eu penso que tem duas palavras que definem o caráter fundamental desse plano, que não é de preservação. As palavras são: permissividade e licenciosidade. Essas são as palavras que, ao meu juízo, melhor definem o caráter do plano. E aí foram todas colocadas aqui: no canteiro central do Eixo Monumental, ali acima do Cruzeiro, da Praça do Cruzeiro; as destinações; as alterações na Orla do Lago, das 700 e 900 Sul...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BENNY SCHVARSBERG (Para expor.) – Aliás, sobre as 700 e 800 Sul, é uma pérola a emenda do Deputado Manzoni. Ela é particularmente uma contribuição de pioria, fundamentalmente. Ficou conhecido como o Deputado dos motéis, mas é particularmente uma contribuição de pioria, inclusive porque ela incide naquilo que foi uma luta importante há dez anos, que foi a luta contra um projeto megalômano ali na 901 Norte. Todos aqui se lembram. Quem luta por essa cidade, quem tem amor a essa cidade e luta pelo direito à cidade sabe do que eu estou falando. Ali, se tentou uma intervenção de caráter puramente imobiliário, num projeto megalômano que nós conseguimos evitar naquele momento. O Andrey que me lembre aqui, acho que era o Fernando, o Presidente do Iphan, Fernando de Almeida, Luiz Fernando de Almeida, que conseguiu vetar aquele projeto absurdo. Infelizmente, nós não temos aqui, como diz o Gabriel Magno, um submarino, temos um jabuti, porque a emenda do Deputado Manzoni viabiliza a retomada daquele projeto megalômano.

Então, a gente tem que estar muito atento a essas questões, que me parecem que deixam, por exemplo, todas essas áreas e, sobretudo, o Eixo Monumental – o canteiro central – ao sabor *ad hoc* de projetos de interesses específicos. Ele é um obscuro objeto de desejo, e não um planejamento criterioso, preservacionista, de fato, da concepção urbanística da cidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Acho que essa questão, também, que foi colocada – eu reitero – dos lotes registrados até 1979, que circundam, como áreas públicas e verdes, esses lotes registrados, e que, portanto, jogam a sua gestão para a Terracap, é outro cheque absurdo colocado. (*Palmas.*)

Absurdo! Inclusive, não passa pela própria Câmara Legislativa, que é quem tem que votar e aprovar ou não os projetos de desafetação, que é a transformação de patrimônio público em patrimônio privado. É isto que esse projeto efetivamente libera de uma maneira extremamente licenciosa.

A questão do Setor das Embaixadas, que a minha colega Janaina aqui levantou. Ela disse: "Não, já estavam previstos ali comércios de apoio". Mas lojas de médio e grande porte de material de construção!? Isso está liberado efetivamente, do ponto de vista da Cnae até do que foi apresentado aqui. Isso tudo, ao meu ver, merece uma análise crítica e dá esse caráter permissivo.

Impressiona-me muito, como quinto ponto, a prolixidade do documento. São quase 11 áreas de preservação, dezenas de unidades específicas, e a gente perdeu uma oportunidade para reordenar o caos jurídico que nós temos na nossa legislação urbanística. Sempre foi assim; quem trabalha há muitos anos aqui no Distrito Federal sabe disso: era um mar de normas de gabarito urbanístico. E perdemos essa oportunidade que poderia melhorar problemas estruturais da cidade.

Eu quero também destacar, como sexto ponto, a questão da moradia. Desde Lúcio Costa e o relatório, o memorial do Plano Piloto, Lúcio Costa nunca usou o termo exclusividade de uso; sempre falou em predominância de uso. O próprio Setor Comercial Sul é um local que tem uma área da cidade central, no coração da cidade, com predominância, obviamente, de uso comercial. Eu quero destacar – o Thiago vai se lembrar disso – que o parecer do Iphan sobre o processo Centro Vivo nunca rejeitou de forma absoluta o uso habitacional ali, só estabeleceu um conjunto de requerimentos, de exigências para aperfeiçoar o projeto, por exemplo, manter as fachadas ativas livres nos térreos e garantir a predominância dos usos comerciais, etc.

E esse é um ponto muito importante porque, originalmente, a cidade previa 500 mil habitantes – foi isso que foi dito para os que participaram do concurso em 1957 –, e hoje, atualmente, ela não tem nem 200 mil habitantes, o Plano Piloto exclusivamente; e está cada vez

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

mais elitizado e hipervalorizado, ao contrário daquilo que preconizava o seu inventor, Lúcio Costa.

Eu já falei aqui da polêmica da 901 Norte. Eu não posso deixar de comentar os dois absurdos bolsões de estacionamento, a norte e a sul da Rodoviária do Plano Piloto, que deveriam constituir espaços públicos livres, especialmente para os pedestres, e que, agora, com a privatização, do meu ponto de vista criminosa, da Rodoviária do Plano Piloto, vão virar bolsões de estacionamento, com a prioridade absoluta para carros particulares e não para pedestres, numa área central, nobre, fundamental para democratizar e popularizar a cidade.

O próprio Lúcio Costa fez esse comentário. Ficou impressionado que aquele centro que ele imaginava que seria como os Champs-Élysées ou a Times Square, em que o povo tomou conta daquela localidade, infelizmente, esses bolsões e, agora, a privatização da rodoviária vão prejudicar mais ainda esse caráter público, popular, democrático da cidade, em detrimento, inclusive, do transporte coletivo.

O sexto ponto é que, em todas as audiências públicas – eu fui a todas e vários dos colegas presentes aqui foram a todos e são testemunhas –, sempre nós cobramos uma planilha comparando os parâmetros que eram existentes com os parâmetros propostos. Todo mundo sabe, quem trabalha com urbanismo e arquitetura, que o diabo mora nos detalhes, e o detalhe tem nome, chama-se planilha de parâmetros urbanísticos. Esse é o diabo, e ainda veste Prada. Mas esse é o problema fundamental.

Esse quadro comparativo, que sempre foi exigido por nós nas audiências públicas e nunca apresentado, não foi efetivado, e a gente tem aí quadros dos anexos, especialmente as planilhas de parâmetros urbanísticos, de enorme complexidade, que vão dificultar não só para a população, mas para os próprios órgãos de aprovação dos projetos da cidade.

Para terminar, eu penso que a maioria das intervenções que são propostas, de planos e projetos, que implicam desafetações e não em afetações, o que seria transformar áreas privadas e particulares em áreas públicas, pegam carona no PLC e abre-se o caminho, como disseram os colegas aqui anteriormente a mim, para superpoderes para a Seduh e para a Terracap, por decreto...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. BENNY SCHVARSBERG (Para expor.) – ... aprovarem indistintamente, indiscriminadamente esses projetos, sem a exigência de estudos prévios sobre seus impactos; enfim, sobre esse conjunto de questões.

Feitas essas considerações, para terminar mesmo, Senadora, eu quero fazer uma lembrança aqui muito rápida. Em 2009, foi aprovado o PDOT – em 2009! No mesmo ano, em dezembro, em que foi aprovado – era Arruda o Governador aqui do Distrito Federal –, no mesmo ano, por representação feita ao Ministério Público do Distrito Federal, na Promotoria da Ordem Urbanística, dali saíram uma ação direta de inconstitucionalidade – não sei se vocês se recordam – e também uma ação civil pública, questionando o conjunto de emendas, sobretudo as emendas jabuti, mais do que subterrâneas que foram colocadas ali, e, por força disto, outro PDOT teve que ser refeito. E todos se recordam aqui – o Deputado Magela sabe disso – que, em 2012, foi submetido novamente à Câmara Legislativa o novo PDOT.

Então, acho muito importantes as observações feitas aqui com relação à importância do casamento, da articulação entre os dois, PPCUB e PDOT, e também com o PDTU (Plano Diretor de Transporte Urbano), que agora também está em revisão. E eu penso que o caminho inexorável, inevitável, é que nós vamos ter que construir, sim, novas ações diretas de inconstitucionalidade e ação civil pública com relação a esse plano que foi aprovado.

Para terminar mesmo, eu quero lembrar uma frase extremamente conhecida do Lúcio Costa, um ano antes do tombamento de Brasília. Um ano antes, o Lúcio Costa disse o seguinte:

> [...] a [nova] capital é histórica de nascença, o que não [só] [...] justifica, mas exige que se preservem, para as gerações futuras, as características fundamentais que a singularizaram.
> É exatamente na concomitância destas duas contingências que [exige e que está esse] [...] momento crucial [para o futuro dessa cidade] [...]: de um lado, como crescer assegurando a permanência do testemunho da proposta original; de outro, como preservá-la sem cortar o impulso vital inerente a uma cidade tão jovem.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Obrigada pela participação, Prof. Benny Schvarsberg, professor da UnB.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Bem, nós convidamos o representante da Cema-DF, mas acredito que não tenha chegado até o momento ninguém da Cema-DF.

Então, vou passar a palavra agora para o nosso último expositor – já agradecendo a sua participação, além da do Prof. Benny, do Fábio e do Juliano também –, Leandro Grass, Presidente do Iphan. Seja bem-vindo!

O SR. LEANDRO GRASS (Para expor.) – Obrigado, Senadora Leila.

Muito bom dia! Boa tarde já a todos, a todas e àqueles que nos assistem.

Em primeiro lugar, quero agradecer o convite e parabenizar o mandato da Senadora por ter promovido este momento, um momento que poderia e deveria ter se repetido com mais frequência ao longo de toda a construção.

Eu gostaria de saudar também aqui a presença das representações e, de forma especial, a Deputada Erika Kokay e o Deputado Paulo Fernando. Quero saudar também aqui os nossos ex-Secretários Magela e Eduardo Brandão. Também saliento a presença da nossa equipe da gestão do Iphan, na figura do Thiago Perpetuo, nosso Superintendente do Iphan no DF, e do Andrey Schlee, nosso Diretor do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização; em especial também as representações da sociedade civil, os conselhos comunitários e as lideranças. Então, em nome da Angelina, do Bontempo e da Patrícia, um abraço aqui, um carinho a todos vocês, o nosso respeito e admiração pela luta.

Eu gostaria, Senadora Leila, de, em primeiro lugar, dizer do esforço desta gestão desde o início. É importante lembrar que nós assumimos o Iphan no dia 16 de janeiro, uma semana depois do 8 de janeiro. Embora, a posse tenha saído no dia 16, no dia 8, a gente já estava na primeira violência com que nós tivemos que lidar contra Brasília. Seja por omissão ou por ação, o patrimônio foi violentado, houve crimes e uma tentativa de golpe de Estado. Desde então, a gente vem num processo de reconstrução. Isso não é narrativa ou demagogia, muito menos apenas uma ideia. É, de fato, concreto. Nós estamos numa reconstrução de um órgão que foi deteriorado, enfraquecido, atacado em todos os aspectos, orçamentariamente falando, do ponto de vista da sua força de trabalho – diga-se aqui, da capacidade hoje da nossa equipe na superintendência; é um grupo muito restrito de servidores, mas bastante ousados, competentes e dedicados – e de todas as superintendências e instâncias do Iphan.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós estamos nessa recomposição. Reconstruir dá mais trabalho do que destruir, mas eu não poderia deixar de citar o nosso esforço e a nossa dedicação para que esse órgão, que é o principal órgão de preservação do patrimônio cultural do país, possa dar respostas concretas em todas as perspectivas, seja nas análises técnicas, como fizemos no caso PPCUB – e eu vou resgatar essa memória –, seja na entrega positiva, nos resultados e nos investimentos que nós estamos fazendo, na recuperação de dimensões que também foram bastante enfraquecidas, como o patrimônio imaterial, educação patrimonial. Então, o esforço é muito grande. Não nos falta compromisso com o Brasil.

Em primeiro lugar, eu gostaria aqui de fazer alguns resgates destas três fases: a fase prévia; o percurso no processo legislativo, este momento que nós estamos vivendo; e, por fim, aquilo que se apresenta logo ali na frente, que é uma futura sanção deste projeto de lei.

Na fase prévia, Senadora Leila, nós sabemos que a matéria de uso e ocupação do solo é uma matéria de competência privativa dos municípios e do Distrito Federal. No entanto, tratando-se de conjuntos tombados, essa lei de uso e ocupação do solo precisa dialogar com as leis de preservação do patrimônio. Portanto, desde o início, em especial nos últimos meses, o papel do Iphan foi um papel de orientação, de recomendação e de sugestão a partir, em primeiro lugar, da legislação federal vigente – forma da Portaria 166, de 2016 –, mas também de elementos que, mesmo a portaria não alcançando objetivamente, são elementos importantes para o tombamento da cidade, para a qualidade de vida, para a preservação das escalas que estão contidas na perspectiva de tombamento do conjunto urbano de Brasília.

O Iphan fez diversas recomendações. Coube ao Governo do Distrito Federal acatá-las, e muitas foram acatadas, em especial naquilo que diz respeito ao deslocamento de determinadas questões para planos, programas e projetos ou leis complementares específicas; mas há, obviamente, elementos que o Governo decidiu encaminhar, mesmo à revelia da recomendação do Iphan, e aí eu vou citar de forma especial a elevação do gabarito daqueles hotéis menores que estão no setor hoteleiro. Neste caso, o GDF ousou e decidiu encaminhar mesmo com a recomendação do Iphan para que esta parte fosse deslocada a programas, planos e projetos ou a lei complementar específica.

Também é importante dizer que nós fizemos recomendações do ponto de vista da preservação das escalas, em especial a escala bucólica da cidade, para que nós evitássemos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

supressão de área verde, para que nós evitássemos cercamentos de áreas públicas, para que o direito ao espaço público pudesse ser preservado também no conjunto urbano de Brasília. Agora, durante o processo legislativo, há uma autonomia da Câmara Legislativa e também a interferência do próprio Governo que nós não temos administrativamente o poder de alcançar naquele período. Podemos alcançar agora, e já eu chego a essa parte, que é a nossa nova manifestação técnica a respeito do texto final.

É importante dizer – e aí eu digo não só hoje como Presidente do Iphan, mas como ex-Deputado Distrital – que, embora a Câmara Legislativa tenha a força política, a legitimidade para alterar o texto do Governo, o Governo incide sobre a Câmara. Eu fui Deputado de oposição ao Governo, e uma oposição, praticamente idêntica a esta, minoritária. O Governo pode, sim, dizer aos seus Deputados e orientar no processo de votação.

Então, é espantoso que emendas como as já citadas aqui... E digo agora também como brasiliense do meu terror, do meu pânico em ver uma emenda como essa das 700 ser aprovada. Vão dizer que é responsabilidade só do Deputado? O Governo anuiu, o Governo concordou com essa emenda, porque ele poderia ter obstruído essa emenda ou orientado a base a votar contrariamente; mas o Governo, seja através das suas representações da própria Câmara, seja dos próprios secretários, poderia ter orientado a base a votar contra essa emenda.

Igualmente, a emenda que transfere para a Terracap essa discricionariedade, posteriormente, com decretos que vão determinar o uso dessas áreas públicas livres, que também foi uma emenda da base governista – aliás, do Líder do Governo na Câmara – e que o Governo poderia ter orientado.

Naquele momento, que é um processo legislativo, não cabe a um órgão federal entrar no Plenário para realizar a votação. Isso é ilegal. Agora, é óbvio que nós vamos aguardar a redação final não só em relação a essas emendas, mas a tantas outras, para nos posicionarmos tecnicamente, com base na legislação, que é a Portaria 166, de 2016, e com base naquelas compreensões que o Iphan, enquanto órgão federal, tem para a preservação do conjunto urbano do Distrito Federal.

Também é importante dizer que o próprio Governador, que, antes da votação, disse que não iria permitir que a Oposição atrapalhasse o processo e, depois da votação, disse que a base colocou a Oposição no lugar... Eu quero registrar a qualidade das emendas que os Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de oposição fizeram no sentido de garantir a participação social e de garantir um maior controle social no que diz respeito às futuras alterações do conjunto urbanístico de Brasília. Isso é preciso também ser registrado, porque o papel da Câmara Legislativa é um papel muito importante. Ele é resultado da qualidade do voto, da qualidade das urnas, daquilo que sai das urnas. Então, fica aqui o registro sobre a importância da Câmara Legislativa nesse processo e o seu papel decisivo no encaminhamento do texto final.

Também foram destacadas aqui as análises, os trabalhos de consultoria. Na época, quando eu fui Presidente da Frente Parlamentar Ambientalista, nós tivemos uma atuação da UDA muito significativa, e esse parecer que o Prof. Benny recorda é um parecer de altíssima qualidade e que nós também vamos utilizar em relação ao nosso posicionamento.

Então, sobre essa primeira fase, fizemos as recomendações, e parte foi acatada. Em alguns casos, houve o deslocamento para planos, programas e projetos, e alguns itens, como esse dos hotéis, o Governo insistiu em encaminhar na minuta original. No passo dois, que é o processo legislativo, o Iphan não foi ouvido, não foi consultado, e, desde já, eu adianto o nosso posicionamento contrário a essas duas e outras emendas que foram apresentadas e aprovadas. Nós vamos nos manifestar publicamente e tecnicamente sobre elas.

Por fim, neste momento, nós estamos aguardando a redação final. Já solicitamos também aos parceiros e àqueles que se interessam pela cidade para que... Tão logo ela seja publicada, a nossa equipe técnica vai, sim, se debruçar sobre cada elemento e vai, de novo, publicar a sua posição a respeito dos eventuais conflitos com a Portaria 166, porque essa gestão do Iphan tem, sim, compromisso com a preservação de Brasília. Muitas vezes, o papel do órgão é um papel mal compreendido de que o Iphan tem que interferir discricionariamente. Nós somos Poder Executivo federal, nós temos uma atuação que é administrativa, técnica e também política e aqui estamos trazendo a nossa visão.

Qual é a visão do Iphan sobre a preservação do conjunto urbanístico? É a de que esta cidade precisa, sim, se adaptar às novas realidades; precisa, sim, dar respostas às demandas da população, em especial no aspecto da mobilidade urbana, que se deteriorou no Distrito Federal de uma maneira que são os mais pobres pagam essa conta. Do ponto de vista da habitação social, é preciso dizer, Senadora Leila, todas as vezes em que o Iphan foi consultado sobre a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

habitação no centro da cidade, nós somos favoráveis, ratificando a importância da habitação social, em especial no Setor Comercial Sul.

Também é importante dizer que a visão dessa gestão a respeito da preservação conciliada às mudanças é a de que a economia precisa ser fortalecida no centro da cidade, com oportunidades sociais, com uma economia criativa forte, com ocupação do espaço público de forma sustentável. É triste ver a W3 Sul viver o que ela está vivendo, é triste nós vermos a degradação das passagens subterrâneas, que poderiam ser um instrumento para a acessibilidade, para o direito à cidade no Distrito Federal.

E também é importante dizer que essa gestão tem uma visão de que a preservação do centro não está dissociada...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LEANDRO GRASS – ... da preservação de toda a área do entorno e das demais regiões administrativas.

Infelizmente, o Distrito Federal vive hoje um processo intenso de grilagem atrelado à milícia e, infelizmente, à baixa fiscalização. Nós fiscalizamos dentro da área tombada, mas existem processos fora da área tombada que estão acontecendo e que estão impactando diretamente a qualidade de vida e as condições que este patrimônio cultural não só do Brasil, mas também da humanidade, experimenta.

Para concluir, eu queria aqui deixar algumas sugestões. Se porventura o plano for revisado ou se porventura for elaborado um novo plano, ele precisa ser, de fato, um plano em que estejam constando metas, estratégias, prazos, recursos, ações concretas. O que vai ser feito, por exemplo, para recuperar as áreas degradadas do centro da cidade? O que vai ser feito para a melhoria, a preservação da área verde da cidade? O que vai ser feito do ponto de vista do direito ao espaço público para a ampliação das oportunidades? Isso é um plano.

Parece-me que este debate precisa ser feito no sentido mais amplo, mais sistêmico, mais integrado e mais holístico do que é uma cidade patrimônio. Nós estamos fazendo ações em outros lugares do Brasil, com cidades também reconhecidas não só pelo Iphan, mas pela Unesco, e instituindo os comitês gestores. Nós, provavelmente na semana que vem ou na seguinte, já publicaremos a nossa portaria com as orientações para a formação dos comitês

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

gestores. Já os instituímos no Cais do Valongo, no Rio de Janeiro; estamos instituindo em Paraty; estamos instituindo também na Pampulha. E o comitê gestor é uma instância que coloca na mesma mesa o órgão federal de preservação, os órgãos locais, a sociedade civil não para decisões administrativas, porque isso legalmente é do poder público, mas para decisões políticas, para perspectivas de médio e longo prazo de sustentabilidade urbanística.

E, por fim, também gostaria de dizer aqui do papel do Condepac. Brasília é tombada em nível federal, mas ela é tombada em nível distrital, e hoje é preciso fortalecer a política de patrimônio distrital. As melhores experiências que nós estamos construindo no Brasil estão acontecendo por quê? Porque nós temos boas estruturas de gestão municipais ou estaduais de patrimônio, fundações, institutos, secretarias e conselhos bem constituídos.

Nós invertemos a lógica aqui no Distrito Federal – e, à época, eu estava na Câmara –: criou-se o Condepac sem a FunPAC, que a Lei Orgânica da Cultura prevê, Prof. Benny, que é a Fundação do Patrimônio Cultural do DF. A FunPAC não foi criada, o Condepac foi; e aí ele fica enfraquecido porque não tem uma instituição, de fato, constituída para amparar as suas decisões.

Então, fica aqui também a importância e o desejo de nós amadurecermos a estrutura de gestão do patrimônio cultural no âmbito do Distrito Federal, porque o Iphan tem apoiado todo o Brasil nesse movimento. Estamos construindo o Sistema Nacional de Patrimônio Cultural. Achar que um órgão específico, seja ele local ou nacional, vai salvar ou vai resolver todas as dimensões da preservação do patrimônio, infelizmente, não faz sentido. Nós temos a nossa responsabilidade e a estamos e vamos continuar assumindo com veemência, com rigor e com critério técnico. Mas é preciso corresponsabilidade, coparticipação e democratização dos processos.

Então, assim encerro, agradecendo à Senadora Leila, parabenizando-a, e, acima de tudo, parabenizando a sociedade civil, que vem puxando esse debate, que vem incentivando também a pedagogia, porque um processo como esse é difícil, porque, tecnicamente, ele não é de fácil compreensão.

E quero agradecer também aos veículos de comunicação, a todos os jornais, portais, veículos de TV, que têm dado visibilidade a essa discussão, porque é isso que faz com que a sociedade também se mova e participe mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Senadora. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Leandro, obrigada pela sua participação aqui, pela sua fala.

É muito importante... Eu vejo que, como eu falei com o Prof. Benny, realmente nós não vamos conseguir esgotar esse tema tão complexo, tão importante, e vamos continuar esse debate aqui na Casa.

Algumas pessoas me pediram a fala. Eu quero pedir desculpas a essas pessoas, mas vou citá-las todas aqui que estiveram presentes conosco, porque nós teremos uma segunda audiência pública e certamente nós vamos trazer esses nomes para apreciação para que possamos, enfim, trazer essas pessoas para terem o direito de fala nesta segunda audiência. (*Palmas.*)

São a Patrícia Carvalho, do Conselho Comunitário da Asa Sul, o Paulo Niemeyer, arquiteto e urbanista, neto de Oscar Niemeyer, a Vera Ramos, ex-Presidente e representante, nesta sessão, do Instituto Histórico e Geográfico, o Embaixador Sérgio Moreira Lima, a Natanry Osorio, pioneira, a Angelina Nardelli, arquiteta urbanista, uma das responsáveis pelo texto do Icomos, a Marta Romero, professora da UnB, a Veranne Magalhães, da OAB, a Lúcia Mendes, representante do Fórum de Defesa das Águas do DF, que vem muito aqui, nas audiências públicas, a Raquel Cândido também, que representa também a sociedade civil, a comunidade de Planaltina. Então, a essas pessoas nós vamos fazer a avaliação e, na segunda audiência, vamos dar, vamos puxar a audiência para um pouco mais cedo, porque acabou que a audiência começou às 10h, e, numa avaliação, acho que é necessário, pela complexidade do tema, puxarmos para mais cedo. Então, lição aprendida.

Temos aqui dois representantes da nossa bancada federal, agora, sim, fazendo também um *mea culpa*, pedindo desculpas ao Deputado Federal Paulo Fernando, que é do Republicanos do DF, e também à nossa querida Deputada Erika Kokay. Aos dois eu vou dar o direito de fala, porque ambos pediram.

Vou passar, primeiramente – *ladies first*, por favor, Deputado Paulo Fernando –, à Deputada Erika Kokay.

Seja muito bem-vinda! (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Ela está cedendo ao senhor, que também está aí desde o início.

Fique à vontade, Deputado Paulo Fernando, do Republicanos do DF.

O SR. PROF. PAULO FERNANDO (Para expor.) – Obrigado, Sra. Presidente, e Deputada Erika Kokay, pela gentileza.

Durante 30 anos, foi o Senado Federal o responsável por legislar sobre o DF. Nós tínhamos aqui a Comissão do DF, de 1960 até 1990, e só a partir de 1991 com a criação da Câmara Legislativa.

E, nesse particular, Sra. Senadora, vou pedir o apoio, nós solicitamos ao Presidente Rodrigo Pacheco que disponibilizasse todos os documentos referentes à Comissão do DF para o nosso Arquivo Público do DF e para o nosso Instituto Histórico e Geográfico, do qual eu também faço parte, e está aqui a nossa ex-Presidente Vera. Então, peço ajuda à senhora para essa colaboração.

E, entre esses documentos, muito curioso, nós temos os recenseamentos de 1957, 1959 e 1960, que fala dos imigrantes. E, curiosamente, diferente de tudo que é propagado, os candangos não eram totalmente nordestinos. A maior bancada, digamos assim, era dos goianos, de Minas Gerais e, depois, de São Paulo. Estou escrevendo, inclusive, um artigo sobre isso.

Mas, em relação ao tema de hoje, o povo é o guardião do patrimônio. Na palavra de Rodrigo Melo Franco, só se preserva aquilo que se ama, e só se ama aquilo que nós conhecemos. Então, o que me preocupa em relação a esse projeto é em relação a essa diversidade da altura e da escala gregária do Setor Hoteleiro. Ou seja, o aumento do gabarito tem que ser condicionado aos estúdios viários e também de paisagismo.

Então, na nossa capital de todos os brasileiros, nós precisamos de empregos, precisamos do crescimento econômico, mas respeitando, obviamente, o tombamento. E aí eu queria fazer a referência ao ex-Governador Elmo Serejo Farias, que, em 1978, criou o Parque da Cidade...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PROF. PAULO FERNANDO – ... que foi aprovado pela Comissão do DF no Senado Federal. Hoje, é o Parque Dona Sarah Kubitschek, um parque com 85 mil metros. Graças a essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

iniciativa, se ele não a tivesse feito, nós seríamos hoje, lá, um grande Noroeste, um grande Sudoeste.

A minha origem é no Guará, e eu vejo lá o Polo de Modas e o Setor de Oficinas com grandes prédios residenciais, a entrada de Taguatinga com prédios abissais, e, no meu atual bairro, Águas Claras, com mais de 100 mil habitantes, há a destinação de áreas públicas para privadas sem que tenhamos, lá em Águas Claras, um posto policial, uma delegacia e uma escola pública.

Como professor de Regimento, chama-me atenção que não é possível vetar uma única palavra, um único item, um único subitem. Só se pode vetar um artigo, um parágrafo ou um inciso. Isso vai fazer com que nós tenhamos um grande diálogo para negociar esses vetos, até mesmo porque, para derrubar o veto, são necessários 13 votos, e 18 Deputados votaram favoravelmente. E já prevejo inúmeras ações judiciais em relação a esse projeto, se sancionado, e também, obviamente, muitos projetos de lei para remediar esse texto tão sofrível.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Obrigada pela fala, Deputado Federal Paulo Fernando, do Partido Republicanos aqui do DF.

Agora, com a palavra, a Deputada Erika Kokay.

A SRA. ERIKA KOKAY (Bloco/PT - DF. Para expor.) – Então, eu queria lhe parabenizar, Senadora Leila, pela oportunidade dessa discussão.

Eu acho que cabe à cidade, à cidade viva, à cidade que está protestando, criarmos um grande movimento para impedir que esse PPCUB se transforme em realidade. Eu acho que ele é uma agressão sem tamanho à cidade. É uma agressão. É uma agressão ao nosso tombamento, pois são tombadas as escalas, e ninguém aqui pode negar que este PPCUB, como foi aprovado, ataca as escalas, em particular as escalas bucólicas. Nós estamos possibilitando a ocupação de uma área da orla, ou seja, atividades institucionais se transformarem em atividades comerciais, nas entrequadras. É o projeto urbanístico, que fez de Brasília Patrimônio Cultural da Humanidade, que está sendo agredido, por interesses comerciais.

Nós temos já uma tendência de o Governo atual colocar Brasília à venda. Parece que estão vendendo Brasília. Estão vendendo Brasília e estão ali se submetendo aos interesses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

empresariais. Esse é um PPCUB que foi escrito pelos interesses empresariais e que desrespeita o que representa Brasília. Nós já tivemos a venda da rodoviária, o marco zero. A rodoviária é um marco zero, é onde você conflui os eixos, é o centro. É o marco zero de Brasília que foi colocado à venda, com a venda também dos estacionamentos.

Então, você tem Brasília absolutamente – uma verdade que dói – colocada à venda por interesses empresariais, que ocupam hoje o Palácio do Buriti.

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. ERIKA KOKAY (Bloco/PT - DF) – Não tenham dúvida sobre isso!

E eu penso que há uma tentativa de ocupação do solo que desrespeita esta cidade sob os mais variados aspectos. Primeiro porque nós vamos ter, com o PDOT, a transformação de áreas rurais em áreas urbanas. É o mesmo interesse empresarial! É o mesmo interesse empresarial que quer transformar a Serrinha, com as suas cem minas, responsável por 40% da água limpa do Lago Paranoá em um bairro de luxo. É esse mesmo interesse que quer transformar e criar um novo bairro atrás da rodoferroviária, também de luxo. É a especulação imobiliária que está gritando e que está vergando esta cidade, na sua concepção. (*Palmas.*)

É porque nós estamos falando de um traço mágico, que eu costumo dizer – e eu ouvi o Deputado Gabriel falar do avião.

Eu digo, não é nem avião, é borboleta esta cidade, porque é fruto da transformação e, ao mesmo tempo, tem a leveza que tem uma borboleta, as nossas escalas, os nossos espaços públicos. Como é possível construir espigões?

E aí, lembra bem o Benny, na luta que fizemos contra a 901, que seria isso, e que nós conseguimos evitar. E agora vêm, de uma forma agressiva, inadmissível, fazer com que nós tenhamos espigões, porque eu penso que aqui também tem uma paisagem que precisa ser tombada. Há uma paisagem! Aqui nós temos um céu, que é um céu sólido, é o céu que nos protege. (*Palmas.*)

E que eles estão, em verdade, ferindo!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Lembro a luta da Estelita, que foi para tombamento da paisagem. E aqui também é um tombamento histórico, porque isso é história! Isso é história, história deste país, história da humanidade, essa construção urbanística que representa Brasília.

Portanto, penso que nós temos que reagir a tudo isso. E penso que essa mesma lógica empresarial, de venda, de colocar Brasília num balcão de negócios vai invadir o PDOT.

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. ERIKA KOKAY (Bloco/PT - DF) – Como é possível admitir que nós tenhamos uma região, ou seja, uma Águas Emendadas, que eu digo, não são nem emendadas, são abraçadas...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ERIKA KOKAY (Bloco/PT - DF) – ... as águas, porque levam água para fora do Brasil. E que nós tenhamos tantos condomínios de luxo que estão margeando as Águas Emendadas, ameaçando o abraço das águas aqui no Distrito Federal.

Por isso, penso eu que nós devemos buscar todas as formas possíveis para dizer que esta cidade não pode ser colocada no balcão de negócios, que nós não temos que ter a lógica dos cheques em branco, que eu digo, são cheques em branco, mas com destinatários já definidos nas conversas que estão nos subterrâneos da República, nos subterrâneos desta capital.

Por isso é que eu me somo a todas as pessoas que aqui estão, que carregam esse cartaz que diz, "este PPCUB não", em defesa de Brasília, em defesa do projeto urbanístico, em defesa do traço mágico de Lúcio Costa.

E aliás, seria preciso, e assim concluo, que nós tivéssemos uma preocupação com o entorno, porque a área tombada tem que ter uma proteção. Você tem que ter um tamponamento, uma proteção da área tombada, que não se pensa sobre isso. Então a área tombada exige de nós que nós nos coloquemos em movimentos e que possamos rever esse PPCUB, que tem o seu talonário de cheques em branco, com destinatários já bem definidos. Esse PPCUB não!

E viva Brasília! (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Muito bom, Deputada Erika Kokay.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Olha, nós tivemos participações expressivas no e-Cidadania, mas não dá para ler todas. Mas eu quero agradecer e vou ler algumas das mensagens que vieram também de outros estados.

Nós temos aqui o Alexandre, do Distrito Federal: "O que está sendo levado em consideração no PPCUB, o interesse dos empresários ou a necessidade da população que vive no Plano Piloto?".

Alane, de Rondônia: "Como as mudanças no PPCUB podem afetar a participação da sociedade nas decisões urbanísticas [...]?".

Beatriz, do Distrito Federal: "Para que tanto hotel se a cidade não investe em turismo? Os existentes não atendem em eventos sazonais?". (*Palmas.*)

João, do Pará: "Essa alteração no Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília está ligada ao Plano Diretor de Brasília?".

Cristina, do Distrito Federal: "O comércio da W3 Sul está abandonado, com prédios inteiros vazios. O que o plano traz para a revitalização dessa área?".

Caroline, do Distrito Federal: "Quais os cuidados e os grandes projetos urbanos que estão sendo aplicados, considerando o inevitável adensamento urbano?".

Fernanda, de Rondônia: "Qual é a relevância das alterações do projeto para o [...] [Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília] de equilíbrio entre desenvolvimento urbano e preservação do patrimônio cultural?".

João, do Maranhão: "O conjunto urbanístico de Brasília é um dos mais desenvolvidos do país; como essa medida será positiva para a parte da população mais pobre?".

Ademir, de Rondônia: "Como [...] as áreas verdes urbanas [essenciais] para o bem estar da população, [e a regulação da] temperatura [serão impactadas no futuro]?".

Enfim, inúmeras perguntas. Eu quero agradecer a todos os internautas, a todos que participaram remotamente desta audiência tão importante, que trata do PPCUB.

Bom, quero agradecer a participação dos nossos expositores. Foi uma audiência pública de elevadíssimo nível técnico, importantíssimo para a compreensão daqueles que estão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

acompanhando e para nós que estamos aqui no Senado, no Parlamento de um modo geral, entendermos o que, de fato, está por trás desse projeto.

Vejo a necessidade, de fato, de uma nova audiência, que já será tratada esta semana, na própria Comissão de Meio Ambiente, para o mais célere possível, antes do recesso parlamentar, que já é no mês de julho, nós tratarmos aqui nesta Casa.

Agradeço a: Alberto de Faria, representante do Ceub; Prof. Benny, da UnB; Deputado Fábio Felix; Deputado Gabriel Magno; Janaina Vieira, representante da Seduh-DF; Juliano de Carvalho, do Icomos; Leandro Grass, Iphan; e Romina Capparelli, assim como aos nossos Deputados e às autoridades que aqui estiveram conosco nesta manhã extremamente produtiva, assim como aos representantes da sociedade civil e lideranças comunitárias.

Bom, nada mais havendo a tratar, porque hoje ainda é terça-feira, e a Casa está bombando aqui, mesmo que em regime remoto, agradeço a participação de todos que estiveram conosco, e está encerrada a presente reunião. (*Palmas.*)

Grata a todos. Boa terça.

(*Iniciada às 10 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 46 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 27ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE JULHO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às quatorze horas e cinco minutos do dia dois de julho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Jorge Seif e Ireneu Orth, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Jayme Campos, Carlos Viana, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Margareth Buzetti, Beto Faro, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Vanderlan Cardoso, Eduardo Gomes, Jaime Bagattoli, Rosana Martinelli, Tereza Cristina, Damares Alves e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Wilder Morais, Weverton, Flávio Arns, Zenaide Maia, Izalci Lucas, Paulo Paim e Esperidião Amin, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Confúcio Moura, Giordano, Marcos do Val, Leila Barros, Eliziane Gama, Sérgio Petecão e Flavio Azevedo. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 28/2024 - CMA, de autoria Senadora Tereza Cristina (PP/MS), Senadora Leila Barros (PDT/DF), e PL 2215/2022, de autoria Câmara dos Deputados. **Finalidade:** Instruir o PL 2215/2022, que "altera a categoria da Reserva Biológica Marinha do Arvoredo, criada pelo Decreto nº 99.142, de 12 de março de 1990, para Parque Nacional e modifica sua denominação para Parque Nacional Marinho do Arvoredo; e dá outras providências". **Participantes:** Sra. Bárbara Segal Ramos, Professora Adjunta da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e coordenadora do Laboratório de Ecologia de Ambientes Recifais e do Projeto de Monitoramento Ambiental da Reserva Biológica Marinha do Arvoredo e Entorno (MAArE); Sra. Iara Vasco Ferreira, Diretora de Criação e Manejo de Unidades de Conservação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); Deputada Paulinha, Deputada Estadual de Santa Catarina; e Sr. Luiz Américo Pereira, Representante da Comissão de Pesca Artesanal do Litoral Norte de Santa Catarina. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quarenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Ireneu Orth
Presidente Eventual da Comissão de Meio Ambiente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/07/02

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Fala da Presidência.) – Senhoras e senhores, muito boa tarde; 2 de julho de 2024, Comissão de Meio Ambiente.

Havendo número regimental, declaro aberta a 27ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 2 de julho de 2024.

Comunicados da Presidência.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos.

Mensagem eletrônica encaminhada pela Sra. Bárbara Segal Ramos, que participa desta reunião, na qual encaminhava a Manifestação nº 1, de 2023, do Conselho Consultivo do Rebio Arvoredo (Corbio), e a lista de presença da reunião, que deliberou sobre a manifestação, na qual aquele conselho apresenta pontos que entendem que, se ajustados, tornarão a matéria ainda melhor, considerando o entendimento de que referido projeto pacifica questões na região, em especial na interação entre pescadores industriais e artesanais. Na reunião, foi aprovado o envio da proposta de emenda ao Projeto de Lei 2.215, de 2023, que acompanha a referida mensagem eletrônica.

Também encaminha formulário de posicionamento sobre proposição legislativa e o Parecer SEI 3, de 2018, da Rebio Marinha do Arvoredo, ambos do ICMBio, a respeito do então Projeto de Lei 4.198, de 2012 – atual Projeto de Lei 2.215, de 2022 –, quando da tramitação na Câmara dos Deputados.

Os documentos serão anexados à matéria, nos termos do art. 261, II, do Risf.

Aprovação da ata, se houver quórum.

Temos quórum? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa de leitura e a aprovação da Ata da 26ª Reunião, realizada em 25 de julho de 2024.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Objetivos e diretrizes da reunião.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2.215, de 2022, que altera a categoria da Reserva Biológica Marinha do Arvoredo, criada pelo Decreto 99.142, de 12 de março de 1990, para parque nacional, e modifica sua denominação para Parque Nacional Marinho do Arvoredo; e dá outras providências – em atenção ao Requerimento 28, de 2024, da CMA, de minha autoria e subscrito pela Senadora Leila Barros.

Participam conosco do debate a Sra. Bárbara Segal Ramos, Professora adjunta da Universidade Federal de Santa Catarina e Coordenadora do Laboratório de Ecologia de Ambientes Recifais e do Projeto de Monitoramento Ambiental da Reserva Biológica Marinha do Arvoredo e Entorno; Sra. Iara Vasco Ferreira, Diretora de Criação e Manejo de Unidades de Conservação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); Sr. Luiz Américo Pereira, ex-Vereador do Município de Penha, Santa Catarina e intimamente ligado com a pesca em Santa Catarina; Deputada Paulinha, Deputada Estadual do meu estado, Santa Catarina.

Já dou boas-vindas a todos os participantes, presencialmente ou por videoconferência. Muito obrigado pela participação.

Informo também que foi convidado o Sr. Rogério Peninha Mendonça, que foi nosso Deputado Federal e autor do Projeto de Lei 2.215, de 2022, que não pôde comparecer a esta audiência. Nosso grande abraço ao Peninha, grande homem público do meu estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço www12.senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer o uso da palavra por até 15 minutos. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários.

Eu quero também agradecer aos servidores desta Comissão, que sempre nos assessoram maravilhosamente. Muito obrigado.

Eu só vou fazer uma pequena inversão da pauta e passar para os comentários do Senador catarinense, meu amigo, respeitado nesta Casa, Senador Esperidião Amin, para comentar o projeto.

Senador Esperidião, a palavra é do senhor.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discursar.) – Presidente, eu quero, em primeiro lugar, agradecer a V. Exa., à Presidente da Comissão, Senadora Leila Barros, reiterar os cumprimentos à minha colega de universidade federal, ainda que de departamentos diferentes, mas minha colega, Profa. Bárbara Ramos, e quero fazer um comentário.

Eu sou um apaixonado pelo Arvoredo. Escrevi um artigo em 2011, que eu vou exigir que o senhor leia, e que não sei se ela leu: "Os Segredos do Arvoredo". É fascinante!

É fascinante saber que o monge número zero, em 1865, antes, portanto, do Monge João Maria de Agostini, que foi o primeiro da Guerra do Contestado, morou na Ilha do Arvoredo e atraía, com a fogueira das noites, a população de Canasvieiras, Cachoeira, Ponta das Canas, que passou a fazer troca, a mercadejar com ele. Isso – como ele já tinha passado pela Argentina,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelo Rio Grande do Sul – fez com que o Governador da província o convocasse e, por prudência, o mandasse ter uma audiência com D. Pedro II, através do Ministro Eusébio de Queirós.

A gruta onde repousa o seu corpo está no Novo México. Ele é considerado o peregrino das Américas: andou pelo Peru, veio ao sul do Brasil, Uruguai, e foi para lá. Há uma dissertação de mestrado e uma tese de doutorado fantástica sobre ele: *O Eremita das Américas*.

Então, nesse meu texto, eu falo sobre a beleza do conjunto da Reserva do Arvoredo, das suas quatro grandes ilhas, a começar pela do Arvoredo, Calhau de São Pedro, Deserta, enfim, o complexo.

E quero aqui cumprimentar a Profa. Bárbara. Eu guardo, muito cioso – eu ia trazer aqui para mostrar –, o livro que vocês produziram. Mas tem a versão digital, que não é tão pesada, que eu pediria que fizesse parte do acervo da Comissão – é uma homenagem aos técnicos que a fizeram.

É uma coisa exuberante o que as águas da Reserva do Arvoredo contemplam em matéria de diversidade biológica – fauna e flora. A explicação que eu tenho – a senhora pode consertá-la, corrigi-la – é de que a confluência das correntes, das Malvinas, do norte, do sul, produz um bioma todo especial. E como eu tive o privilégio de mergulhar um dia, no último dia em que era tolerado, com uma visibilidade de uns 25 metros, e ver o que eu vi, mais apaixonado fiquei ainda.

E, dando uma contribuição à preservação... Porque, como eu sou coautor do projeto, as pessoas dizem que eu quero explorar o Arvoredo. Não é isso, eu quero vê-lo transformado em parque, para que nós o conheçamos. A gente, conhecendo, gosta mais.

Mas o que eu quero relatar, apenas, é que, no dia 25 de agosto do ano passado, eu tive a satisfação de inspecionar o resultado de uma emenda parlamentar minha que substituiu o óleo diesel por geração fotovoltaica para gerar energia para o farol, que tem um papel importante a cumprir na navegação. Então, o farol do Arvoredo tem hoje, como fonte provedora da energia necessária para iluminar, a energia fotovoltaica.

E, finalmente, quero homenagear também o meu coautor do projeto, que é o Deputado Peninha, que foi convidado, mas não confirmou. O Deputado Peninha, que foi um brilhante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputado, atuante, está, neste momento, em período sabático, (*Risos.*) recolhido às suas reflexões, mas é um amigo muito especial.

E como deve estar, remotamente, a Deputada Paulinha, que é moradora da região, ela poderá complementar.

Quero agradecer.

Eu não li ainda a nota, a Mensagem nº 1, que é a sugestão, se não me engano, apresentada, não chegou às minhas mãos, mas eu acho que este debate deve servir para estabelecer luzes sobre o assunto.

Repito pela última vez nesta intervenção: o parque não é uma liberação, é um outro grau de unidade de conservação. Sempre me pareceu que ele é mais adequado, porque depois do monitoramento e depois do plano de manejo que compete ao próprio ICMBio, com o apoio que o laboratório desenvolver, algum manejo é possível. É este manejo, implicando inclusive em visitas absolutamente e rigorosamente não predatórias que só vão aumentar as alternativas de turismo sustentável numa área que é muito próxima do continente, a 14, 15, 16km da Ponta das Canas.

Portanto, eu acho que, se for parque, ela cumprirá o seu objetivo com plenitude, com o conhecimento e, portanto, com o amor de todos nós.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado, Senador Espiridião Amin.

Dou boas-vindas à Senadora Tereza Cristina, Relatora do projeto.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não conheço, mas quero agradecer o seu espírito público por aceitar essa incumbência que muitos não aceitariam pela controvérsia que pode gerar. Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado, Senador Esperidião Amin.

Seja bem-vinda a Senadora Tereza Cristina, pela qual eu tenho grande admiração, carinho e amor, pelo nosso trabalho junto no Governo do Presidente Bolsonaro.

Eu quero passar a palavra para a Sra. Profa. Bárbara Segal Ramos.

A senhora tem... Seja muito bem-vinda! Muito obrigado pela sua presença. A senhora tem 15 minutos para as suas explanações. Por gentileza, a palavra é da senhora.

Deixe-me só ligar aqui.

A palavra está com a Profa. Bárbara.

A SRA. BÁRBARA SEGAL RAMOS (Para expor.) – Muito obrigada.

Boa tarde a todas as pessoas presentes aqui e remotamente.

Eu gostaria de cumprimentar e de agradecer V. Exas., Senadores presentes, na pessoa especificamente do Presidente da mesa, Senador Jorge Seif. E gostaria de agradecer também a parceria de todas as pessoas do Conselho Consultivo da Reserva Biológica Marinha do Arvoredo que estão comigo hoje, certamente.

Eu gostaria então de dizer que represento aqui o setor acadêmico, a pesquisa, mas venho hoje também falar um pouco da história local através do que a gente vivencia no âmbito do Conselho Consultivo da Reserva Biológica Marinha do Arvoredo, que diz respeito a esse documento que o Senador Amin mencionou.

A representação do Conselho Consultivo da Reserva Biológica Marinha do Arvoredo é uma representação ampla de vários setores da sociedade. Somos representados ali pelo ICMBio, pelo Ibama, por vários setores da administração pública municipal, dos municípios de interesse do entorno, estadual e federal, e somos representados também pela pesca artesanal, pela pesca industrial, pelas ONGs, pelo terceiro setor e por instituições acadêmicas.

Esse conselho vem acompanhando toda essa tramitação desta matéria, desde o início, com muita preocupação – óbvio, não é? – porque temos ali muitos interessados diretos e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indiretos no teor desta matéria. E, embora o conselho, em si, não tenha chegado a um consenso de opinião sobre o mérito da categoria – alguns conselheiros são a favor, outros são contra –, todos respeitam muito essas visões, esses interesses. E nós chegamos a um consenso, no âmbito do conselho, de entendimento de que alguns pontos específicos são muito importantes para a manutenção da biodiversidade, dos atributos ecológicos da Rebio, inclusive para a manutenção desses interesses em andamento, especificamente os recursos pesqueiros para a pesca e os atributos paisagísticos para o turismo.

Então, eu gostaria de falar muito mais sobre a importância desses instrumentos do que da categoria em si. Confiamos na decisão que será tomada, mas ressaltamos a importância do consenso sobre esses outros mecanismos que acreditamos que são importantes serem debatidos no âmbito da tramitação do projeto.

Então, basicamente, o conselho se manifestou sobre esses pontos consensuais já em dois documentos diferentes, um deles está protocolado aqui. E, originalmente, o PL, na Câmara dos Deputados, foi redigido numa estrutura que atende muito bem essas questões. No entanto, ao longo da tramitação na Câmara, houve talvez um mau entendimento de instrumentos de gestão que foram propostos, o que gerou uma certa pressão, especialmente do setor pesqueiro, para a retirada de dois artigos do projeto. O projeto foi aprovado na Comissão de Meio Ambiente da Câmara na íntegra e, na CCJ, foi aprovado com substitutivo, retirando-se dois artigos que são considerados, por todos nós conselheiros, muito importantes para resguardar esses atributos que são importantes para todos os interessados.

Dentro desses pontos principais, eu vou destacar estes dois que foram removidos: o artigo referente à zona de amortecimento, que é uma zona-tampão, onde algumas atividades são regulamentadas para minimizar impactos à biodiversidade. No caso da Rebio Arvoredo, isso é muito fundamentado com base nas operações *offshore* de óleo e gás, que são operações, atividades que potencialmente geram risco para esses atributos naturais. E o segundo artigo removido se trata do plano de manejo. Na verdade, foi sugerido que se mantivesse o plano de manejo atual, porque esse plano de manejo dá uma possibilidade de se estabelecer, de imediato, o uso público na unidade, construindo, inclusive, um formato piloto para o plano de manejo definitivo de um parque.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, eu queria falar um pouquinho mais também sobre a ZA. Os estudos técnicos que subsidiaram a delimitação do traçado da ZA estão claramente expostos no Encarte 4, nas páginas 49 a 51 do Plano de Manejo da Reserva Biológica Marinha do Arvoredo, plano publicado pela Portaria Ibama nº 81, de 2004, e, posteriormente, reeditado pela Portaria ICMBio nº 91, de 2014.

Cabe ressaltar ainda que a delimitação da zona de amortecimento no âmbito do plano de manejo da unidade foi fruto de extensa discussão com a sociedade, com contribuição de representantes de diversos setores do Estado e da sociedade civil, incluindo o setor da pesca artesanal e do turismo.

Ainda, a validade e, principalmente, o reconhecimento da ZA pela sociedade catarinense vigorou até 2014, quando foi necessária a reedição do plano de manejo da UC devido à expiração da validade do primeiro ato.

Com a reedição da portaria do plano de manejo, a ZA foi transformada em proposta, a ser estabelecida posteriormente por um instrumento jurídico específico, por força da nota da AGU MC nº 7, de 2006. Tal nota, emitida pela Consultoria-Geral da União e referendada pelo Advogado-Geral da União, define que as zonas de amortecimento das unidades de conservação devem ser fixadas por ato de hierarquia normativa igual ou superior ao que criou a UC, ou seja, decreto ou lei, o que impossibilitou ao ICMBio fixar essas zonas por meio de portarias.

Assim, as demais entidades então representativas no conselho, ao perceberem a perda desses dois artigos, demonstraram grande preocupação com a fragilidade que essa recategorização pode significar nesses termos agora colocados, sem garantia, por exemplo, do início do uso público pelos interessados no âmbito do turismo antes de um novo plano de manejo ser implementado e com risco à proteção da biodiversidade de recursos pesqueiros e atrativos turísticos a partir da perda da oportunidade de restabelecimento dessa zona de amortecimento.

Então, no âmbito local, no Corbio, nós formamos um grupo de trabalho para tratar do tema, para discutir a proposta alternativa que pudesse dar, então, segurança ao setor pesqueiro sobre dúvidas que foram colocadas em relação à gestão e a aspectos normativos dessa zona de amortecimento e também aos demais interessados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O GT foi brilhantemente coordenado pela representação do Sindipi, do Sindicato de Armadores e das Indústrias da Pesca de Itajaí e Região, na figura do meu colega oceanógrafo Luiz Matsuda, e contou com participação de outros setores mais imediatamente interessados, em especial o da pesca artesanal, do turismo, da pesquisa e da gestão. O trabalho foi conduzido de forma harmônica, produtiva e atingiu um resultado de ampla aceitação e satisfação por parte de todos os conselheiros e foi aprovado no conselho consultivo.

Então, eu gostaria de pedir licença para ler o teor dessa proposta e, assim, esclarecer, em parte, as dúvidas do Senador Amin.

Essa proposta, então, foi aprovada pelo Corbio em junho de 2023 e tem, basicamente, cinco parágrafos aqui. Vou ler esses parágrafos, então, indo direto ao tema.

> Apesar do mérito da recategorização da Reserva Biológica Marinha do Arvoredo [...] a Parque Nacional não ser consenso no Conselho Consultivo da Rebio Arvoredo [...], é unânime entre os conselheiros que, caso ocorra a recategorização, alguns aspectos sejam contemplados num instrumento de recategorização, para que não ocorram significativos prejuízos à proteção da unidade de conservação [...].
> a. A consolidação da Zona de Amortecimento (ZA) da UC, conforme o descritivo memorial constante no Plano de Manejo instituído pela Portaria Ibama nº 81/2004;
> b. A manutenção do atual Plano de Manejo, instituído pela Portaria Ibama nº 81/2004 e reeditado pela Portaria ICMBio nº 91/2014, até que o Plano de Manejo do Parque Nacional seja publicado;
> c. A manutenção do Conselho Consultivo da UC, instituído pela Portaria Ibama nº 51/2004 e renovado pela Portaria ICMBio nº 1/2015, com possibilidade de inclusão de novas instituições, a fim de adequação às necessidades de uso público;
> d. Que o uso público seja feito por empresas locais (conforme já vem sendo feito em outras unidades de conservação, como, por exemplo, o Refúgio de Vida Silvestre de Alcatrazes);
> e. A retirada do art. 4º do Decreto 99.142, de 12 de março de 1990, decreto de criação da Reserva Biológica Marinha do Arvoredo, em função dos seus erros de redação e conforme o plano de manejo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, só para explicar, esse item "e" é um pleito também da pesca, porque foi um decreto mal redigido e que também dá insegurança tanto à pesca como às ações de fiscalização.

> Nesse sentido, o Corbio, em sua 49ª Reunião Ordinária, em 06/06/2023, aprovou uma proposta de emenda ao Projeto de Lei 2.215, de 2023, anexa a esta manifestação, que contempla os itens acima mencionados, ao mesmo tempo em que acolhe a preocupação de setores econômicos que atuam no entorno da UC, como a pesca e o turismo, limitando uma futura normatização dessas atividades na ZA, apenas nas áreas de influência direta sobre a UC.
>
> A importância da proposta é que ela pacificou entendimentos dos setores da pesca industrial e artesanal, turismo, instituições de pesquisa e órgãos ambientais. Ela resultou de um desafio que foi previsto no Plano de Ação 2023-2024 do Corbio, que foi construído e validado durante as 47ª e 48ª Reuniões Ordinárias do Conselho, ocorridas em 22/11/2022 e 04/04/2023. O grupo de conselheiros envolvendo os referidos setores e os municípios de abrangência, denominado GT Recategorização, se responsabilizou pela ação e, depois de duas reuniões, uma presencial e outra remota, e diversos entendimentos e trabalhos por meio de ferramentas digitais, com esforço coletivo, concluiu a proposta e a justificativa em questão.
>
> Esse GT Recategorização é coordenado pelo Sindipi (Sindicato dos Armadores e das Indústrias da Pesca de Itajaí e Região) e possui, como integrantes: a Acatmar, (Associação Náutica Brasileira); a Fepesc (Federação dos Pescadores do Estado de Santa Catarina); o ICMBIO, representado pelo NGI Florianópolis (Núcleo de Gestão Integrada de Florianópolis) e pelo Cepsul (Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Sudeste e Sul); a UFSC; e a Univale (Universidade do Vale do Itajaí). Também participaram da construção do documento, como convidados, o Conselho Municipal de Turismo de Bombinhas (Comtur) e o Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica dos Rios Tijucas e Biguaçu.
>
> Por meio desta, tornamos público o nosso entendimento acerca do tema e enviamos a quem seja de interesse.

O documento é assinado pelo Presidente do Corbio, o Sr. Marcos Cesar da Silva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu gostaria de agradecer a todas essas pessoas e instituições que estiveram envolvidas nesse processo e relatar aqui, nesta Casa, a importância desse processo participativo, coletivo, que a gente entende que traz bons subsídios para a gente aprovar esse projeto de uma forma que salvaguarde a biodiversidade e os interesses de todos esses setores no local.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado, professora, pelas suas explicações.

Eu já passo imediatamente para a Sra. Iara Vasco Ferreira, que é Diretora de Criação e Manejo de Unidades de Conservação do ICMBio.

Sra. Iara, muito bem-vinda. A palavra está com a senhora por 15 minutos.

A SRA. IARA VASCO FERREIRA (Para expor.) – Muito boa tarde a todos e a todas. Agradeço a oportunidade de estar aqui com vocês, debatendo essa importante mudança de categoria da Reserva Biológica Marinha do Arvoredo para o Parque Nacional Marinho do Arvoredo.

A Profa. Bárbara, que me antecedeu, já trouxe bastantes informações e esclarecimentos. Nós tínhamos uma apresentação – mas eu acho que houve alguns problemas técnicos –, mais no sentido de ilustrar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. IARA VASCO FERREIRA – Ah, conseguiram, então? Muito obrigada.

É mais para ilustrar principalmente para as pessoas que não têm maior conhecimento – não sei se a Profa. Bárbara chegou a fazer uma apresentação geral –, eu acho importante para que as pessoas, na verdade, tenham um pouco mais de conhecimento sobre a importância ecológica dessa área e por que foi criada, efetivamente.

Pode passar.

A Reserva Biológica Marinha do Arvoredo foi criada no ano de 1990, com 17 mil hectares, na categoria reserva biológica, que é uma categoria do grupo de proteção integral, o que se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

justifica, na verdade, pela imensa importância ecológica que ela tem no contexto da biodiversidade local.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. IARA VASCO FERREIRA – Eu posso antecipar, já, a fala.

Eu trago informações mais específicas, na verdade, para que as pessoas possam conhecer em maior detalhamento tanto a importância biológica da área, como também as diferenças de categoria, o que ela representa, na verdade, e por que se justificou, à época, a criação de uma reserva biológica.

Em 1990, o decreto de criação traz o principal objetivo para essa categoria de unidade de conservação: a proteção de uma amostra representativa dos ecossistemas da região costeira, do norte da ilha de Santa Catarina, suas ilhas, ilhotas, águas e plataforma continental, com todos os recursos naturais associados.

Essa é uma localização mais precisa do norte da ilha de Santa Catarina, onde se localiza a Reserva Biológica Marinha do Arvoredo. Ela é composta por quatro ilhas e um calhau: a Ilha da Galé, a Ilha Deserta, a Ilha do Arvoredo, que é a maior ilha desse arquipélago, e o Calhau de São Pedro.

E aí, a gente tem exemplos da biota terrestre, marinha, uma amostra representativa da Mata Atlântica e, na Ilha do Arvoredo, também, uma amostra do patrimônio histórico-cultural de habitação daquela própria ilha, que também é preservada.

Pode passar. É mais rápido.

Essa é uma área de alta biodiversidade marinha. É importante só destacar que o Arvoredo tem o único banco de algas calcárias do litoral sul brasileiro, 20% das espécies da flora de macroalgas brasileiras, único banco de coralitos do Atlântico Sul Tropical e alto endemismo de diversidade de esponjas. Quer dizer, são espécies que só ocorrem nessa região, justamente pelo ambiente, que é protegido por essa unidade de conservação.

Pode passar.

Os bancos aí dos rodolitos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Profa. Bárbara já falou sobre o conselho. Essa é uma foto dos integrantes, com a diversidade do conjunto de atores, o que é importante nesse processo evolutivo. Vale a pena, inclusive, destacar que a Reserva Biológica Marinha do Arvoredo teve seu primeiro comitê de gestão criado no ano de 1996. A legislação, a Lei do Snuc, que obriga a instituição de conselhos consultivos e deliberativos, é de 2000. Então, o Arvoredo também foi pioneiro nessa iniciativa, num trabalho da educação ambiental, em parceria, na época, com a Univale e várias instituições financiadas pela Petrobras. Então, a gente já vem de uma tradição, de uma busca por construção coletiva da gestão da Reserva Biológica Marinha do Arvoredo.

O plano de manejo da unidade de conservação é de 1990, mas ele foi publicado no ano de 2004, também resultado de um amplo processo participativo. Ele foi reeditado e revisto no ano de 2014.

Pode passar.

O plano de manejo de 2014 foi instituído pela Portaria 81, e o detalhe é que, à época, o próprio plano de manejo já trouxe estabelecida a sua zona de amortecimento. Quando cheguei, a Profa. Bárbara estava, inclusive, explicando também como foi esse processo de construção dessa zona de amortecimento, que ela tem a normatização de atividades de prospecção e exploração de hidrocarbonetos, além de outras regulações, tanto para pesca quanto para o turismo.

No plano de manejo, que trouxe o estabelecimento na zona de amortecimento dessa área de normatização de pesca e turismo... E aí só quero destacar a função desse instrumento, zona de amortecimento, para as unidades de conservação, porque, assim, com o objetivo de proteger essas amostras representativas dos ecossistemas brasileiros, com o processo de urbanização e intensificação da exploração, a própria legislação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação previu esse mecanismo, na verdade, para justamente o amortecimento de certos impactos e das próprias atividades sobre a biota, sobre o ecossistema. E, ao longo dos anos, o que a gente pôde ver, na verdade, foi a própria efetividade do resultado, tanto da criação da unidade de conservação, como do próprio estabelecimento da zona de amortecimento com a pactuação dessas regras de uso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É uma região turística, de intenso turismo, para a qual a gente precisa, na verdade, construir os meios de promover um turismo seguro e uma experiência agradável para o visitante, mas que essa experiência não comprometa a biota. Essa é a nossa grande preocupação efetivamente.

Na recategorização da Reserva Biológica Marinha do Arvoredo o que é importante e o que a gente entende? E aí eu falo de um lugar muito específico, que é o ICMBio, órgão gestor das unidades de conservação: é uma área que foi criada no ano de 1990 – já tem mais de 30 anos –, é consolidada na região e tem o seu conselho consultivo funcionando e atuante com essas representações. O plano de manejo está vigente. E aí eu gostaria de ressaltar, inclusive, que o próprio plano de manejo, em vários dispositivos, abre uma brecha também para o próprio turismo, mesmo a categoria reserva biológica sendo uma categoria mais restritiva. No momento, inclusive, da delimitação da área, foi destinada a parte sul da ilha, para não estancar completamente a atividade turística da região, que a gente já entendia ser uma área consolidada.

E aí a importância da zona de amortecimento, considerando intenso tráfico não só do turismo e da questão da pesca. A gente já tem também legislação própria, que regula esse uso. E o que a gente buscou, na verdade, foi essa construção da pactuação mesmo das regras, no âmbito da câmara técnica, no âmbito dessa comissão, no Conselho Consultivo do Arvoredo, para que se buscasse, principalmente nessa área, a normatização da pesca e do turismo, que está localizada dentro da zona de amortecimento, cujo único limite é essa área hachurada, onde você teve algum nível de restrição de atividades mais intensas e que foi construída de forma pactuada e, por isso, vinha funcionando efetivamente.

Pode passar.

Só quero destacar a importância da manutenção do conselho e do Plano de Manejo, porque é fundamental a manutenção dessa articulação existente entre os atores sociais, que hoje são membros do conselho, deixando claro o seguinte: numa mudança de categoria de Reserva Biológica para Parque Nacional, não há mudança, nesse ponto de vista, na própria composição, porque a gente continua como uma categoria de proteção integral; muda o foco da categoria, porque na reserva biológica você tem um foco muito intenso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, eu fiz questão de mostrar para vocês as especificidades que justificam a proteção especial dessa área como uma unidade de conservação, mas ela se mantém no grupo de proteção integral, dada a importância ecológica dessa área, e a composição plural atual do conselho se manteria mesmo na condição de parque nacional. E aí o favorecimento do processo de gestão, enquanto ele for reeditado como conselho do parque, porque qual é a grande preocupação do ICMBio, na verdade? Que a gente construa uma transição, já deixando claro aqui que não há divergência ou não há uma oposição do ICMBio nessa recategorização, porque a gente entende o seguinte: embora o foco da reserva biológica esteja mais na pesquisa e na proteção pela especificidade dos ambientes e das espécies que ali são protegidos, na categoria para a conservação da biodiversidade, dentro do grupo de proteção integral, a diferença está exatamente no manejo. O que é o manejo? São as ações que a gente desenvolve...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. IARA VASCO FERREIRA – ... e que passam por essa consulta ao conselho consultivo, que vem atuando, nos últimos anos, de forma bastante ativa, para que a gente aprimore a gestão da área e para que a gente esteja sempre evoluindo.

Então, como acabou o tempo, eu gostaria apenas de encerrar, reforçando a importância... Quando eu ressaltei a questão de que a nossa preocupação, do ponto de vista da gestão, é que, como esses instrumentos demoram um relativo tempo para serem elaborados, como são instrumentos consolidados e como houve, na tramitação do projeto de lei, a exclusão justamente dos artigos que manteriam a zona de amortecimento e o plano de manejo vigente, até que a gente pudesse revisar o plano de manejo com algumas adaptações, a gente gostaria de dialogar com os senhores e com as senhoras, buscando a manutenção desses artigos para que a gente não fique num vácuo institucional, porque a ausência do plano de manejo e de instrumentos que nos permitam a continuidade de gestão para uma transição pode nos levar, na verdade, a fazer justamente um fechamento, que, para a gente, é muito mais preocupante, porque a gente já tem as atividades consolidadas na área e a gente vai entrar em período de verão. Quer dizer, tem toda uma sazonalidade e uma pressão. E a gente tem uma grande preocupação de sofrer pressão sobre algo que tenhamos dificuldades de responder por falta de instrumento, porque, pela legislação do Snuc, na ausência do plano de manejo, a gente só pode executar atividades de fiscalização e pesquisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, faria muito pouca diferença. Seria por um período de tempo, mas a gente entende que é um período de tempo que causaria um transtorno, principalmente para a população que tem uma expectativa de acessar a área, o que, para a gente, não seria possível.

Eu encerro por aqui e sigo à disposição dos senhores e das senhoras para responder a qualquer pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado, Diretora Iara, pela sua explanação.

Antes de passar a palavra à Senadora Tereza Cristina, que quer dar um recado, eu quero cumprimentar a nossa querida Prefeita de Urupema, Cristiane Muniz Pagani Almeida.

Está ali o Senador Esperidião Amin, que veio nos visitar, nos prestigiar.

Um beijo para a senhora.

Bem-vindas, a senhora e a sua equipe.

Eu passo a palavra imediatamente para...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Capital Nacional do Frio!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Capital Nacional do Frio. É verdade.

Quantos graus está hoje lá, Prefeita?

A SRA. CRISTIANE MUNIZ PAGANI ALMEIDA (*Fora do microfone*.) – Estavam -4°C.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Delícia: -4°C. Geladinho, quase frio. Maravilha!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – No domingo, -7.2°C.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Passo a palavra à Senadora Tereza Cristina, para os seus comentários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Para interpelar.) – Obrigado, meu querido Senador Jorge Seif.

Quero aqui agradecer a participação da Sra. Bárbara, da Sra. Iara, da Paulinha, que está por via remota.

Agradeço muito ao Senador Ireneu, que veio aqui me cobrir, porque eu tenho uma audiência agora, na PGR, também, muito importante; e ao meu guru aqui, Senador Esperidião Amin.

Este é um assunto que eu vi de extrema importância para Santa Catarina, para a biodiversidade daquele local, do Estado, para fazer a conciliação de várias atividades, preservando uma área que, aqui disse o Senador, é um dos lugares mais bonitos.

Ele teve a oportunidade de mergulhar e ver que é uma coisa que nós precisamos realmente preservar e conservar.

Eu acho que sempre é possível a gente caminhar, fazendo essa conservação e também mantendo as atividades turísticas e econômicas da pesca, na região, o que é muito importante para a atividade econômica e para a manutenção dessa obra da natureza, tão fantástica, não é?

Gostaria de fazer duas perguntas.

Depois, vou assisti-las novamente, por vídeo, para poder fazer meu relatório.

Então, eu queria deixar uma pergunta para a Bárbara Ramos.

O processo de criação da Reserva Biológica Marinha do Arvoredo teve início em meados da década de 80, quando o movimento ambientalista reivindicava a proteção dos ecossistemas marinhos e a manutenção dos estoques pesqueiros da costa catarinense.

Pedia-se a criação de um parque nacional, englobando as ilhas ao norte de Santa Catarina, Ilhas do Arvoredo, Deserta, Galé e Calhau de São Pedro.

Como decorrência desse movimento, foi publicado o Decreto nº 99.142, de 12 de março de 1990, assinado pelo então Presidente José Sarney, que criou não um parque nacional, mas a Reserva Biológica Marinha do Arvoredo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O ato de criação dessa importante unidade de conservação não contemplou a área marinha, situada a sudoeste da Ilha do Arvoredo, até então estudada como parte da futura reserva biológica, justamente para dirimir conflitos e garantir a possibilidade de realização de mergulho recreativo na região, o que não é permitido nessa categoria de unidade de conservação. Contudo, com a recategorização da unidade como parque nacional, não existirá o impedimento para atividades turísticas e de lazer, como o mergulho recreativo.

Sendo assim, para garantir a maior proteção ambiental do ecossistema, não seria o caso de se emendar o Projeto de Lei 2.215, de 2022, para que este redefina os limites da unidade, acrescentando a área marinha ao sudoeste da Ilha do Arvoredo e, talvez, a extremidade sudoeste da Ilha, que atualmente não está englobada na unidade de conservação?

Então, fica essa pergunta para a Sra. Bárbara.

Para a Dra. Iara...

O PL 2.215, de 2022, foi apresentado originalmente na Câmara dos Deputados como o PL 4.198, de 2012. Em sua primeira versão, concebida pelo Rogério Peninha Mendonça – a qual hoje o Senador Esperidião Amin faz –, a proposição trazia, em seu art. 2º, a delimitação da zona de amortecimento do parque nacional, correspondente àquela instituída pelo Plano de Manejo da Reserva Biológica, aprovada pela Portaria 81, de 10 de setembro de 2004, do Ibama.

Essa delimitação no PL original se deu porque a Reserva Biológica Marinha de Arvoredo, atualmente, está sem zona de amortecimento, o que afronta o disposto no art. 25 da Lei 9.985, de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Snuc). Isso porque o art. 3º da Portaria 91, de 1º de setembro de 2014, do Instituto Chico Mendes, determinou que a zona de amortecimento constante do plano de manejo é apenas uma proposta e deverá ser estabelecida posteriormente por instrumento jurídico específico.

O problema decorre da interpretação adotada pelo Instituto Chico Mendes e pela Advocacia-Geral da União, originada de ações judiciais relativas ao Parque Nacional Marinho de Abrolhos, em que sentenças de 2006 determinaram que a zona de amortecimento de qualquer unidade de conservação só pode ser instituída mediante ato de idêntica natureza hierárquica àquele ato instituidor da respectiva unidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De acordo com essa interpretação, sendo a Reserva Biológica Marinha do Arvoredo criada por decreto, apenas outro decreto poderia instituir sua zona de amortecimento.

Esse não era o procedimento adotado até 2006, quando as zonas de amortecimento eram comumente estabelecidas pelo Plano de Manejo das Unidades de Conservação, aprovado por portaria da autarquia gestora da unidade.

Devido a essa interpretação, muitos consideraram necessário restabelecer, no PL 2.215, de 2022, a delimitação da zona de amortecimento, retirada da proposição pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados, porque, com a instituição do Parque Nacional Marinho do Arvoredo, por meio dessa lei, caso a zona de amortecimento não esteja prevista no PL, ela só poderá ser instituída futuramente, por meio de outra lei, o que seria muito moroso.

Ocorre que, após o caso do Parque Nacional Marinho de Abrolhos, diversas decisões judiciais vêm afirmando a competência do Instituto Chico Mendes para instituir zona de amortecimento de unidade de conservação por ato próprio, independentemente do estado hierárquico do instrumento de criação da unidade. Dessa forma, estranhamos a interpretação ainda vigente adotada pela AGU em 2006.

Nesse sentido, eu pergunto: por que o Instituto Chico Mendes e a AGU ainda não revisaram o modo de instituição de zonas de amortecimento, voltando a estabelecê-las por meio de planos de manejo devidamente aprovados por portaria da autarquia, independentemente do nível hierárquico do ato criador da unidade de conservação?

Qual é a opinião da senhora, Dra. Iara, em relação às emendas da CCJ da Câmara dos Deputados que suprimiram os artigos que tratavam da delimitação da zona de amortecimento e da manutenção da vigência do Plano de Manejo da Reserva Biológica Marinha do Arvoredo até que se publique um novo plano de manejo para o futuro Parque Nacional Marinho do Arvoredo?

Essas são as minhas perguntas, para um maior entendimento, para que eu possa fazer o meu relatório.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Senadora Tereza Cristina, muito obrigado.

Eu quero passar a Presidência para o Senador Ireneu, do nosso querido e amado Rio Grande do Sul, porque agora eu e o Senador Esperidião Amin temos um compromisso com o nosso estado, lá com a Ministra Tebet.

S. Exa. vai continuar, vai seguir aqui o debate, chamando a Deputada Paulinha e o querido amigo Luiz Américo, a quem eu já peço perdão, mas depois assistiremos aqui às respostas das doutoras, a Professora e a Diretora, e também aos comentários do Luiz e da Paulinha.

Senador, muito obrigado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, saudando a todos os que temos que sair, queremos até esclarecer.

Nós vamos nos encontrar agora com a Ministra do Planejamento, com a bancada de Santa Catarina, para tratar de algo que também tem a ver com a história e com a cultura, inclusive, do Rio Grande do Sul: as rotas bioceânicas – no nosso caso, o famoso Caminho do Peabiru. Como todos sabem, esse é um caminho bioceânico Atlântico-Pacífico – também é de interesse de todo o sul do Brasil –, que tem a respaldá-lo o seguinte fato: comprova-se, pela existência de cerca de 300 topônimos, ou seja, lugares com nomes tupis-guaranis, na costa do Chile, que a turma antiga se conversava – ela se conversava no dialeto de cada qual.

Só quero deixar um lembrete: o próprio conselho da atual reserva diz o seguinte: a definição governamental por uma reserva foi uma categoria diferente daquela que a comunidade pedia. Foi implantada por um decreto do meu prezado amigo José Sarney, três dias antes de ele deixar o cargo, no dia 12 de março de 1990 – no dia 15 de março de 1990, assumiu o Presidente Fernando Collor –, e num processo sem a devida consulta a todos os atores interessados na área. Convenhamos! Além do mais, o decreto tem imperfeições geodésicas – devo dizer assim –, ou seja, a descrição – aquela descrição enfadonha, chata, de tantos minutos, tantos segundos a oeste, a leste, ao sul – não fecha, o mapa não fecha – isso é uma coisa só para iniciados –; e, segundo, não tem zona de amortecimento. Ou seja: ele teria que ter sido constituído por lei, pela legislação atual – confere? Se fosse para criar a reserva hoje, teria que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ser por lei. Foi por decreto e sem consulta, que era uma exigência da época. Então, nós temos um instrumento precário, inseguro juridicamente.

Agora, assumir como zona de amortecimento praticamente todo o litoral da Ilha de Santa Catarina e do continente fronteiro – esse era o problema –, criar uma reserva biológica a 14km das cidades, ninguém fez isso ainda, porque não é sensato.

Então, nós estamos aqui procurando um caminho de sensatez.

Eu gostei muito do que ouvi. Infelizmente, tenho que sair e, junto com o Senador Seif, cumprir essa diligência, mas a Comissão, que eu nem consigo integrar, mas acompanho, vai ter que chegar a alguma conclusão entre os extremos que estão colocados.

Agradeço aqui e parabéns!

O senhor, que é um homem que conhece as belezas do Brasil, porque também tem laços com a Bahia, além da beleza do Rio Grande do Sul e do sul de Santa Catarina, vai conduzir muito bem esta reunião.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ireneu Orth. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Obrigado, Senador Esperidião Amin.

Eu acho que essa etapa se concluiu, não é?

Aí, nós vamos pedir para o Luiz Américo Pereira, que é ex-Vereador... (*Pausa.*)

Ah, a Paulinha vai ser antes. Então está bem!

Quero aproveitar aqui e registrar a presença da Prefeita de Santa Cruz do Sul, Helena Hermany, e seu filho.

Muito obrigado pela presença.

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Ireneu Orth. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Está bom!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, com a palavra a Paulinha, que está *online*.

A SRA. PAULINHA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Presidente.

Primeiramente, muito boa tarde a todas e todos.

Estão me ouvindo bem?

O SR. PRESIDENTE (Ireneu Orth. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Sim, bem.

A SRA. PAULINHA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu quero, de forma muito breve, primeiro, saudar o Senador Jorge Seif, Senador aqui do nosso estado, que presidia até há pouco a sessão; a Senadora Leila; de igual forma, a Senadora Tereza Cristina, que relata essa matéria tão relevante para a gente; e o meu abraço fraterno, em especial, ao Senador Esperidião Amin, ao Peninha, que nos acompanham nessa pauta há exatos 34 anos, Presidente.

De igual forma, quero, já de pronto, dizer que eu fiquei muito satisfeita com a manifestação da Profa. Bárbara e da Dra. Iara e que folgo em saber que a gente começa, depois de tantos longos anos, a construir um consenso para esse tema.

Eu queria revisitar a história e, depois, Sr. Presidente, eu até vou mandar uma breve apresentação, que eu não fiz questão de expor pela brevidade do tempo, mas eu acho que vai ser um bom instrumento de consulta, que, basicamente, apresenta o histórico do que nós vivemos.

O Senador Esperidião foi sábio quando pontuou que, em 12 de março de 90, a reserva foi criada de forma unilateral, por um único ato administrativo, em desacordo com tudo que nós clamávamos.

Eu era uma adolescente, na época, e somava forças com todos os ambientalistas. Toda a nossa cidade, as escolas de mergulho, todos nós queríamos, desde a década de 80, proteger a área ambiental que está posta, mas a nossa proposta sempre foi a criação de um parque ambiental.

Fomos surpreendidos com a criação da Rebio, que foi feita sem nenhum estudo prévio, nem sobre fauna, nem sobre flora, nem sobre os limites que a unidade deveria ter.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a reserva passou a entrar num estado de abandono. Até 91, nada se fez lá, a não ser a degradação ambiental.

De 1992 a 1994, mais de 200 visitas técnicas de monitoramento e fiscalização foram feitas pelas escolas de mergulho, que somavam mais de 20, no Município de Bombinhas. Todo ele, absolutamente todo o nosso território, está na Rebio. E também algumas escolas de Florianópolis, porque não havia estrutura para cuidar da reserva até então.

De 1997 a 2002 foi o período mais produtivo da reserva, porque se prestava ao mergulho contemplativo. Mas, com o apoio das escolas de mergulho, se passou a fazer um monitoramento que até então nós não tínhamos, em escala.

Em 2002, com o fechamento em definitivo para o mergulho – mergulho contemplativo, eu faço questão de destacar –, nós tivemos um definhamento econômico muito significativo na nossa região. Isso porque o turista que nos visita pelo mergulho contemplativo, 80% da sua despesa se enquadram em gastronomia, hospedagem, deslocamento, enfim, e nós tivemos um estrago na nossa economia de lá.

Santa Catarina, Sr. Presidente, que chegou a ter o primeiro lugar no Brasil como ambiente de mergulho, passou a ser praticamente excluída, justamente porque nós não temos mais, não tínhamos, pontos disponíveis. A parte sul, liberada para o mergulho, é praticamente inviável na maior parte do tempo. E nós tivemos, de fato, assim, muitos, inúmeros problemas, não só econômicos. Eu digo mesmo – eu dizia isso – que é muito interessante, para mim, participar dessa conferência.

Hoje eu estava revisitando uma apresentação e uma fala que eu fiz, aí na Câmara, em 2014, quando eu ainda era Prefeita da cidade de Bombinhas e falava de forma muito doída do quanto a nossa sociedade sofreu.

As minhas filhas... Eu tenho uma filha de 26 anos, outra de 23. Elas nunca puderam mergulhar no Arvoredo, porque é absolutamente proibido, inclusive para nós, filhos da terra, conhecer e visitar a nossa natureza, na qual nós estamos inseridos.

Por isso, nós, incontáveis vezes, tivemos reuniões com todos os órgãos ambientais, ao longo dessa jornada, para que nós pudéssemos, sim, ter a atividade do mergulho na condição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de parque. Isso é absolutamente muito mais possível, porque a gente enxergou, a gente viu o quanto nós perdemos em termos de proteção ambiental, justamente porque nós não temos braços satisfatórios, recursos satisfatórios, nos órgãos ambientais, para sustentar a proteção desse magnífico entorno no qual nós estamos inseridos.

Eu quero também – e acho relevante – destacar que sim, eu concordo e coaduno com esse pensamento de que, até que nós possamos revisionar o nosso plano de manejo, nós temos que manter esse que, a duras penas, foi construído, mas nós não podemos nos esquecer – está ali na lei do Snuc, não sou eu que estou falando – da Lei 9.985, que estabelece que: "XIII - proteger os recursos [...] necessários à subsistência de [...] [comunidades] tradicionais, respeitando e valorizando [...] sua cultura e promovendo-as social e economicamente".

Isso também é dever da política pública ambiental. Nós não podemos nos afastar desse ponto.

A proteção integral, à qual o Brasil imputa sua meta também como nação, prevê também no Snuc, nos arts. 4º e 5º, a proteção integral e, dentre essas categorias, a de parque nacional para uso sustentável, com descrição mais específica no art. 14º.

Então, o nosso apelo é que, de fato, essa luta, que já passa agora de 34 anos, realmente permita que nós possamos avançar, porque a sociedade inteira, inteira, e principalmente as futuras gerações da nossa terra estão sendo muito prejudicadas. Nós somos excluídos, nós somos banidos da possibilidade de conviver com essa natureza de forma eficiente, equilibrada e sustentável.

O meio ambiente vem sofrendo efeitos dessa proibição. Inúmeras e inúmeras vezes, as embarcações que ainda fazem eventualmente fiscalizações, quando autorizadas, conseguem observar a ocorrência da pesca ilegal ou da presença de lixo em áreas onde a gente tem uma biota tão exclusiva, que precisa ser cuidada e amparada, e a gente pode fazer isso de forma sustentável, de forma que a gente possa gerir esse ambiente, Sr. Presidente e Senadores, protegendo, evidentemente, mas também permitindo que nós tenhamos uma atividade econômica que nasceu conosco na nossa cidade, que é a questão do mergulho contemplativo, lembrando que o turismo de natureza já é a maior indústria do planeta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, na verdade, o apelo que eu faço aqui, na condição de Deputada Estadual, naturalmente, mas como ex-Prefeita e ex-Vereadora que fui de Bombinhas – e acho que, antes de tudo, como mãe da Manoela e da Mariana... Eu queria tanto que elas pudessem um dia mergulhar e conhecer essa beleza que é a nossa fauna e a nossa flora marítimas –, é para que a gente pudesse criar um caminho para, de fato, retificar essa grande injustiça que foi proclamada pelo nosso país, com a assinatura do então Presidente José Sarney num ato discriminatório, eu posso dizer assim, que não ouviu nada do que estava sendo debatido e construído até então.

A gente tem uma participação efetiva hoje, sim, no conselho, e eu fico feliz que o conselho amadureceu e entende hoje que nós precisamos recategorizar – precisamos sim –, para o bem e para a proteção daquele espaço ambiental, para que nós possamos criar um plano de visitação manobrada, responsável, mas que possa trazer a atividade do mergulho contemplativo de volta para Santa Catarina, como nós, durante muitos anos, recorremos, não é? Enfim...

De todo modo, eu vou encaminhar um documento formal para a Comissão e também essa breve apresentação, que eu acabei escolhendo não fazer para não tomar o tempo dos senhores e senhoras nesta audiência.

O que peço, de modo muito especial, à nossa Relatora, a Senadora Tereza Cristina, e à Comissão de Meio Ambiente, em sua totalidade, é que possam apreciar esta matéria com maior brevidade. E, sim, é muito importante que a gente, no que concerne à zona de amortecimento, à área em específico, aproveite para fazer as retificações necessárias, se for possível, neste conjunto, neste diploma legal que agora se aprecia.

Basicamente, minha fala é neste sentido: rogar ao Senado Federal que nos dê essa vitória que aguardamos há tantos e tantos anos e que possa preservar os interesses dessa comunidade tradicional, do pescador artesanal, mas, de forma muito especial, também das futuras gerações, que merecem conhecer e, mais que tudo, cuidar dessa área tão preciosa de que Deus nos deu a derrogação de competência, como filhos da terra, nesse patrimônio que é de todos os brasileiros, não só nosso.

E eu quero retomar mais uma fala do Senador Esperidião aqui, no final da minha manifestação. Ele disse que – basicamente ele disse isto – ninguém ama aquilo que não conhece. É necessário que a gente possa visitar, evidentemente com todas as limitações, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

manter a preservação dessa área e para que possamos mostrar esse ambiente para nossos filhos e filhas.

E eu termino com uma frase que também está na nossa apresentação, de que gosto muito, de Albert Einstein. Ele fala que insanidade é continuar fazendo sempre a mesma coisa e esperar resultados diferentes. Hoje, indubitavelmente, com convicção, nós estamos relegando... Por mais que o plano de manejo seja benfeito, com as instituições, com o esforço incansável do ICMBio, dos órgãos de preservação, da universidade federal, que tem sido parceira nesses anos todos, a gente não consegue cuidar de uma reserva à distância da gente. Isso é inadmissível. Nós precisamos ter, no ambiente de parque nacional, a possibilidade de fazer a gestão, de desenvolver a economia para, a partir daí, sim, permitir que a gente tenha um caminho de futuro de preservação efetiva dessa área tão sensível e extraordinária como é. Durante todos esses anos, a gente se questionou: por que Abrolhos pode ser parque, por que Fernando de Noronha pode ser parque e por que o Arvoredo não pode? Então, é nesse sentido que a gente faz esse apelo para que, de fato, a gente tenha essa vitória, esse avanço, com a aprovação desta matéria no menor prazo possível.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Eu vou ficar um pouquinho mais, mas, daqui a pouco, também me retiro, porque tenho sessão plenária hoje na Câmara dos Deputados catarinense, com pautas bastante emergentes, inclusive em razão de um ataque violento sofrido numa escola de Santa Catarina hoje, que é outra pauta pela qual a gente também advoga.

Muito obrigada a todos pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Ireneu Orth. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Obrigado, Deputada Paulinha. Cumprimentos pela explanação, brilhante explanação, e, certamente, as suas justificativas, juntadas às demais declarações, vão fazer com que o Senado aprove este projeto.

Eu passo, de imediato, a palavra ao ex-Vereador Luiz Américo Pereira, que também está *online*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ AMÉRICO PEREIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Opa! Tudo bem? Estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Ireneu Orth. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Tudo tranquilo.

O SR. LUIZ AMÉRICO PEREIRA (*Por videoconferência*.) – Sr. Senador, um abraço, obrigado pela oportunidade.

E também agradeço ao Senador Jorge Seif, ao Senador Amin e à Senadora Tereza Cristina, que já passaram pela Comissão.

Hoje é uma oportunidade de poder trazer os anseios dos nossos pescadores catarinenses, principalmente das áreas envolvidas em torno da zona de amortecimento, que é a grande discussão deste projeto.

No ano de 2021 – brevemente, vou relatar –, nós nos mobilizamos, na nossa região, no litoral centro-norte de Santa Catarina, e fomos até o Congresso Nacional, especificamente à Câmara Federal, onde fica instalada a Comissão de Constituição e Justiça, para mostrar a nossa preocupação com o então Projeto 4.198, de 2012, da recategorização da Reserva Biológica do Arvoredo (Rebio do Arvoredo). A bem da verdade, nós não somos contra o projeto, concordo plenamente que tem que ser explorada a questão turística do entorno da Reserva do Arvoredo, da Rebio, mas a nossa grande preocupação é a área que foi designada, a ZA (zona de amortecimento), uma área de 850 mil hectares, senhoras e senhores – 850 mil hectares! Hoje, a Rebio do Arvoredo tem em torno de 17 mil hectares – e me corrijam se eu estou faltando com o tamanho correto. Ela tem em torno de 17 mil hectares, e passar de 17 mil para 850 mil hectares, indo de Florianópolis até Barra Velha, 12 municípios litorâneos que estão sendo envolvidos?! Isso tudo tem um grande impacto na vida dos pescadores que ali trabalham, porque essa área não tem só essa extensão, pois vai até 46 milhas náuticas para dentro do mar, ou seja, mais de 85km para dentro do mar, uma zona de amortecimento gigantesca. E nós pescadores, nós da pesca, nós do setor pesqueiro temos, sim, uma grande preocupação com que toda essa área, essa extensão de 850 mil hectares, venha a passar para o comando, a gestão do ICMBio, porque, historicamente, a pesca vem sofrendo com algumas imposições por esse órgão. Existem alguns membros do ICMBio que tratam o pescador e o produtor rural de forma complicada, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tratamento é complicado, e nós não queremos passar por isso, sabendo o que vem acontecendo em todo o nosso litoral brasileiro.

A nossa manifestação aqui, juntamente com as nobres colegas do ICMBio e os Senadores que me antecederam e a Deputada Paulinha, é justamente para preservar aquilo que é nosso: o direito de poder pescar.

Quem nos garante que todas as atividades exercidas hoje fora do limite da reserva serão respeitadas na zona de amortecimento? Esse ponto é a grande dúvida que paira por todo o setor pesqueiro, falando que estamos aqui representando cerca de 20 mil famílias que dependem diretamente da pesca nessa região. Então, passar uma área que hoje contém 17 mil hectares para 800 mil hectares é um aumento gigantesco, fora do comum! A pesca não pode ser moeda de troca, não pode ser moeda de troca, nós não podemos ter os nossos direitos violados.

A minha indagação maior aqui hoje é que, em Florianópolis, Governador Celso Ramos, Tijucas, Porto Belo, Bombinhas, Itapema, Balneário Camboriú, Itajaí, Navegantes, Piçarras e Barra Velha, deveriam ser ouvidos esses pescadores, são comunidades tradicionais. Vou falar do meu município, o Município de Penha, onde hoje possuímos aproximadamente uma frota de 600 embarcações artesanais, com mais 200 embarcações industriais, o que será atingido por toda essa área.

É por isso que nós queremos fazer aqui um apelo para a nossa Relatora, a Senadora Tereza Cristina, que foi nossa Ministra, porque a Secretaria de Pesca no Governo do nosso Presidente Bolsonaro foi alocada no Ministério de Agricultura: que ela promova reuniões, audiências nesses municípios envolvidos para ouvir os pescadores. Cada município desse possui famílias que dependem diretamente, tiram seu sustento do mar.

E a questão toda aqui é que estão criando uma zona de amortecimento gigantesca, e o nosso medo é que nós vamos ser prejudicados num futuro bem próximo. Quem nos garante que não seremos prejudicados, que as nossas atividades não serão proibidas, sabedor do que acontece no restante do litoral do nosso país?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E é bem verdade que, desde o início, quando foi criada a Reserva do Arvoredo, a Rebio do Arvoredo, ela já não respeitou a vontade popular, não deram ouvidos ao que pensava a população; e o que nós queremos ser hoje é ouvidos, isso é um pedido dos pescadores. Nós não conseguimos ir a reuniões de Florianópolis ou de Brasília, mas vamos criar um grupo de trabalho para ir às comunidades dos pescadores. São mais de 12 municípios envolvidos, são mais de 20 mil famílias que dependem diretamente da pesca. E o que nós não queremos, senhoras e senhores, mais uma vez, é, como se já não bastasse a perseguição que existe hoje em cima do setor pesqueiro, agora ter a nossa casa, o nosso quintal, que é o mar, aqui, controlado por alguém que historicamente não vai muito com a cara do pescador. O que queremos é simplesmente ser ouvidos e que a nossa opinião aqui dos municípios envolvidos possa ser levada em conta.

Eu conversava com alguns amigos da região justamente sobre a forma como foi constituído todo esse processo, desde os anos 90 até hoje: uma forma em que não teve diálogo algum – algum! O que nós não podemos hoje é nos calar perante essa situação. Respeitamos a opinião de todos, mas o nosso povo, os pescadores, as pescadoras, as famílias, as mais de 20 mil famílias que dependem da pesca precisam ser resguardadas. E não há quem nos convença – não é uma opinião minha, é da pesca – de que toda a extensão dessa zona de amortecimento, cujo motivo até hoje eu não entendi, vai trazer benefícios para o pescador. Como falei e torno a falar, historicamente, nós temos as nossas diferenças, devido ao tratamento que recebemos por fiscais, por envolvidos com o ICMBio.

Nós queremos – é um apelo do setor pesqueiro catarinense – que a nossa querida Ministra, sempre Ministra, e agora Senadora Tereza Cristina faça, sim, um grande diálogo com a comunidade pesqueira, antes de qualquer decisão ser tomada, porque o que não pode acontecer nos dias de hoje, no ano de 2024, é essa imposição que está acontecendo.

Isso aqui não é um mero discurso. Isso aqui é um desabafo de quem tem um pai que pesca há 45 anos dentro do mar todos os dias na minha comunidade. No Município de Penha, no Bairro Armação do Itapocorói, na Praia de São Miguel, no Rio Gravatá, no Rio Iriri, são mais de 1,2 mil famílias que dependem da pesca no Município de Penha. E aí? Vamos correr esse risco? Nós não podemos. Nós não temos garantias alguma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que nós queremos é ser apenas ouvidos. Nós não queremos ser moeda de troca. Não há cabimento. Tem que haver o turismo? Tem que haver o turismo, sim! Tem que acontecer! Já passou da hora, mas por que 17 mil hectares não é o suficiente? Precisam transformar isso em 850 mil hectares? É um absurdo! Ainda mais com uma área de 85km mar adentro.

Ora, a peculiaridade da minha região é a pesca do camarão, seja sete-barbas, seja rosa. E ele está dentro dessa área. Quem nos garante que não vamos sofrer sanções no futuro, com tudo isso que está sendo proposto?! Nós só queremos ser respeitados.

Mais uma vez, é um pedido para esta Comissão, para a nossa sempre Ministra e Senadora Tereza Cristina, que é a Relatora do projeto: por favor, ouçam o clamor dos nossos pescadores.

Meu muito obrigado pela atenção,

Deus abençoe a todos!

Estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Ireneu Orth. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Muito obrigado, Luiz Américo Pereira, pela explanação. Acho que ela é importante para todos que estão acompanhando esta audiência pública.

Antes de partirmos para as perguntas dos internautas, eu quero registrar aqui a presença do Prefeito Mário Utzig, da cidade de Santa Bárbara do Sul, meu vizinho lá do Rio Grande do Sul.

Nós vamos fazer as perguntas, e eu vou pedir para a Bárbara e para a Iara, depois, sinteticamente, de uma vez só, fazerem um resumo. São muitas perguntas; se fizerem a resposta uma a uma, ficará meio comprida a história, não é?

Bom, da Viviane, de Santa Catarina: "Com a abertura para visitação não [...] [há] o risco de [se] interferir no equilíbrio ecológico, [...] [pelo aumento do] fluxo de embarcações na área?". Essa é uma pergunta.

A outra é da Meire, de São Paulo: "Quais [...] os principais desafios para a gestão do novo Parque Nacional Marinho do Arvoredo em termos de proteção e sustentabilidade?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Do Allan, do Rio de Janeiro: "Como a transformação da Reserva Biológica Marinha do Arvoredo em parque nacional marinho fortalecerá sua proteção e administração?".

Do Fernando, do Paraná: "O novo plano de manejo contemplará um programa de biomonitoramento de todo o ecossistema da ilha, incluindo avaliações ecotoxicológicas?".

Do João, de São Paulo: "Haverá parceria com a iniciativa privada para facilitar a estrutura de turismo? Como a sustentabilidade ambiental é encarada nesse contexto?".

Do Alexandre, da Bahia: "Qual a compensação ambiental [...] [proposta pelo] poder público [...] [em função da maior exploração desses] recursos naturais [...]?".

Do André, do Rio de Janeiro: "Há ações previstas para que diferentes setores do poder público e da sociedade civil invistam também [...] [atuem na] fiscalização?".

E, por último, da Bruna, de São Paulo: "Há relatórios de impacto ambiental e social, inventário de espécies animais e vegetais da reserva e descrição [...] [sobre] comunidades tradicionais [locais]?".

Vou pedir para a Sra. Bárbara...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Ireneu Orth. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – ... dar sua opinião, por três minutos.

A SRA. BÁRBARA SEGAL RAMOS (Para expor.) – Vou tentar! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Ireneu Orth. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Não, vou dar, de repente, quatro minutos, então. (*Risos.*)

A SRA. BÁRBARA SEGAL RAMOS – Bom, eu queria começar pelas questões levantadas inicialmente.

Respondendo à questão da Senadora Tereza Cristina sobre a ampliação dos limites do parque, existe um documento protocolado para essa seção, que é um parecer técnico do ICMBio, que menciona, sim, essa ampliação. Essa ampliação seria relativa à região sul da Ilha do Arvoredo, que não está dentro da reserva hoje, que, se não me engano, incorporaria pouco – eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não lembro agora, mas muito pouco – em termos de área ocupada. Isso não foi discutido, até onde eu sei, no âmbito dessa tramitação – é um parecer técnico –, mas, sim, é possível discutir-se isso.

Agora, sobre a questão do tamanho da zona de amortecimento, da abrangência dela e do regramento, eu acho que essa é a questão mais importante.

Como pesquisadora, eu queria falar especificamente para o Sr. Luiz Américo Pereira.

Desde o início das minhas pesquisas no ambiente marinho, eu sou mergulhadora, eu faço trabalho de campo, eu vou para o mar, não existem pessoas mais sábias e confiáveis em termos dos assuntos do mar do que os pescadores. Então, realmente, a questão dos pescadores é muito importante para ser incorporada devidamente em toda esta discussão. Isso está muito bem pontuado no âmbito do conselho.

Mas o que eu acho que talvez precise melhorar, e eu acho que a gente deve ter, por exemplo, audiências públicas lá em Santa Catarina, contemplando essas áreas, esses maretórios e territórios pesqueiros, para que a gente tenha a devida informação de todo mundo sobre esse processo...

A zona de amortecimento, sim, é muito grande. Ela tem um impacto, por exemplo, para o pescador artesanal, sim, um impacto, inclusive, muito positivo, porque, em todos esses anos de vigência da zona de amortecimento, que foi até 2014 – não é, Iara? –, se não me engano, a zona de amortecimento em si nunca impediu a pesca. Eu queria, inclusive, se possível, que se projetasse o mapa onde tem a zona de amortecimento e a zona de normatização de pesca e turismo. Se vocês observarem, na zona de amortecimento, que é imensa, nunca houve a proibição da pesca, da pesca artesanal, em nenhum local dessa zona de amortecimento. O que sempre houve foi uma parte muito menor dessa zona de amortecimento, chamada de zona de normatização de pesca e turismo, onde, no plano de manejo, por processo participativo, foi delimitada uma área de exclusão da pesca industrial, ou seja, de embarcações de mais de 10 toneladas de arqueação bruta.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. BÁRBARA SEGAL RAMOS – Inclusive, essa determinação veio para a proteção da pesca artesanal em frente à competição com as grandes frotas industriais. Então, se existem impactos dessa zona de amortecimento muito grande para a pesca, esses impactos devem ser vistos como positivos. Por quê, Sr. Luiz Américo? Por exemplo, quando houve o interesse de instalação de um grande estaleiro na baía norte, em Santa Catarina, na verdade, no Município de Biguaçu, se não me engano, essa zona de amortecimento permitiu que houvesse manifestação do órgão gestor sobre o impacto desses grandes empreendimentos, inclusive impactos que são muito significativos para a manutenção da pesca na região.

Agora, está projetado o mapa. Eu peço que tenham atenção.

Toda essa zona vermelha, que é muito grande, nunca teve regramento sobre a pesca. O regramento existiu numa área menor.

Na proposta que o conselho redigiu, alternativa, para ser apreciada aqui na Casa, está dito claramente que ele só estabelece os limites. As regras vão ser discutidas e estabelecidas posteriormente, com participação de todos os interessados. Então, seria muito interessante se o setor da pesca artesanal pudesse compreender isso e fazer força nesse movimento, para que a gente tenha justamente a proteção dessa cultura, dessas pessoas tão importantes para a região, para todos na região.

Então, espero que eu tenha ajudado a esclarecer um pouco disso e me coloco à disposição para outras questões.

Acho que a Iara pode complementar.

O SR. PRESIDENTE (Ireneu Orth. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Muito obrigado.

Já passo de imediato para a Sra. Iara Vasco Ferreira.

A SRA. IARA VASCO FERREIRA (Para expor.) – Vamos ver como é que a gente organiza o tempo, porque a Senadora Tereza Cristina e o próprio Senador Esperidião Amin trouxeram várias questões que eu acho que são muito importantes, para que a gente possa trazer esse esclarecimento.

Essa é só uma ressalva para a gente poder se organizar no tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando a Senadora Tereza Cristina trouxe a questão da zona de amortecimento... Continuando nessa temática, eu acho que a Profa. Bárbara já deixou bastante claro o impacto efetivamente da área, e onde efetivamente, naquela figura, está claramente a zona de normatização, e que isso não trouxe um impacto negativo para a pesca artesanal, ao contrário. Reiterando isso, eu quero esclarecer os pontos que a Senadora Tereza Cristina levantou sobre a questão de que até 2006... Foi até um posicionamento da própria AGU em função de uma série de ações judiciais alavancadas a partir da zona de amortecimento que haviam sido propostas para o Parque Nacional Marinho de Abrolhos.

Por isso que em 2004, quando o Plano de Manejo da Reserva Biológica Marinha do Arvoredo foi publicado, ele trouxe a zona de amortecimento – que até então vinha sendo instituída por portaria, por ocasião do plano de manejo, porque nem a Lei do Snuc 9.985 nem o seu Decreto regulamentador 4.340, que é de 2002, trouxeram uma especificação de como ou que instrumento instituiria a zona de amortecimento.

O que acontece? Ela perguntou e, de fato, é... Por muitas vezes, isso gera impasse e uma contradição porque dependermos de um decreto e a dificuldade de tramitação para um decreto, para o estabelecimento de uma zona de amortecimento, que é um instrumento fundamental para o fortalecimento da proteção das unidades de conservação e para, de fato, promover essa transição de atividades que são impactantes... As biotas que são protegidas pelas unidades de conservação, em muitos casos, acabaram inviabilizadas.

Toda a pressão judicial dos últimos anos para que o próprio ICMBio estabeleça a partir dos seus próprios instrumentos a zona de amortecimento está fazendo com que a nossa Procuradoria Federal especializada, no âmbito da própria AGU, avance nessa negociação para que a gente possa mudar esse ato normativo para a instituição.

Por isso que, na ocasião da revisão do Plano de Manejo da Reserva Biológica Marinha do Arvoredo, no ano de 2014, não foi aceito internamente pela nossa própria jurídica no ICMBio que a zona de amortecimento fosse mantida no plano de manejo em face dessa restrição que nós tínhamos por conta desse entendimento da AGU, que nós ainda não conseguimos superar, mas estamos já num estágio avançado de negociação com a AGU para que isso aconteça. É por isso que, para a gente, do ponto de vista da gestão da área, considerando a importância desse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

instrumento e os esclarecimentos que a própria Profa. Bárbara já fez, seria muito importante que este decreto mantivesse o... Que este decreto, não, que este projeto de lei, uma vez aprovado, mantivesse a zona de amortecimento que foi estabelecida, que foi construída por meio de uma pactuação com esse conjunto...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. IARA VASCO FERREIRA – ... de atores.

Então, é nesse sentido que a gente defende a manutenção desse artigo com a zona de amortecimento.

Eu queria dar outras explicações também, se fosse possível, respondendo. Então, estou esclarecendo essa questão da zona de amortecimento, por que ela não foi revalidada e ela entrou como proposta: é a mesma zona de amortecimento que estava vigente no plano de manejo, mas, por essa questão jurídica, a gente não pôde validá-la, mas estamos buscando e reforçamos a importância de que se conste, de que se recupere esse artigo no decreto.

A própria Senadora me pediu diretamente a opinião sobre a exclusão desses artigos da zona de amortecimento e do plano de manejo do projeto de lei de recategorização da zona de amortecimento. Eu já me manifestei e, com relação ao plano de manejo, eu também busquei, na fala, reiterar a importância da manutenção desse instrumento, que hoje ainda está vigente; que, inclusive, nos termos em que ele está vigente, não impede – pelo contrário –, ele abre brecha para que a gente desenvolva também a própria visitação na área da unidade de conservação, o que traria um prejuízo no curto prazo muito grande se, o projeto de lei sendo aprovado, a gente ficasse sem nenhum instrumento de gestão. Aí, sim, traria um caos, não só do ponto de vista da gestão da unidade, mas da própria regulação, gestão e manejo da área, até que você pudesse recompor esses instrumentos.

Eu gostaria também de responder ao Senador Esperidião Amin, quando ele cita que, no dia 12 de março de 1990, o Presidente à época, José Sarney, assinou o decreto. Eu gostaria de lembrar aqui a legislação que instituiu a obrigatoriedade da consulta pública para a criação de unidades de conservação justamente para que a gente pudesse ampliar esse diálogo com a sociedade, partindo de um entendimento comum do que seria melhor, considerando elementos que anteriormente talvez não houvessem sido considerados nessa perspectiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos conhecimento agora, na verdade, desse processo de luta, que foi uma reivindicação tanto da pesquisa, quanto de operadoras de turismo, como de pescadores, que tinham uma preocupação tanto com os estoques pesqueiros quanto com a preservação dos atributos e belezas cênicas da região.

A proposta inicial era um parque nacional, e isso não foi levado à discussão quando, tecnicamente, o Ibama, à época, resolveu, numa atitude de fato unilateral, alterar no processo a categoria de manejo para reserva biológica, por uma preocupação com a proximidade, justamente, dessa unidade de conservação com a costa e a pressão que ela sofreria, justamente em função das peculiaridades e das especificidades, como o banco de algas calcárias e outros recursos que são muito especiais para a região. Então, tecnicamente, o pensamento da época era mais preservacionista, tinha um foco muito maior na conservação da biodiversidade, sem essa perspectiva que hoje já é recorrente, com a qual a gente trabalha, e aí já tentando até dialogar com algumas questões que vieram, que é a da compatibilização da proteção com os usos socioeconômicos dos recursos, mas dentro dessas construções, dos arranjos possíveis no âmbito dos conselhos, com base científica, quer dizer, com base em informação, em conhecimento, para que a gente não prejudique nem o recurso que se quer preservar e que é essencial tanto para a manutenção da atividade pesqueira, seja ela artesanal ou industrial, como também para a atividade turística, porque uma pressão ou um uso desordenado do local vai gerar, na verdade, prejuízo e desgaste justamente do que é o atributo que faz com que as pessoas – e a Deputada Paulinha, ainda mais sendo da região, conhecendo a área, sabe... Se a gente não conservar ou fizer o manejo adequado...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. IARA VASCO FERREIRA – ... muito dificilmente a gente consegue.

Então, eu queria dizer que o próprio Congresso, para finalizar, tem um papel e teve um papel muito importante quando, de 1990 ao ano de 2000, se discutiu, foi a década de discussão da Lei 9.985, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, que trouxe uma série de instrumentos de gestão para a gente assegurar não só a proteção mas a compatibilização da conservação da biodiversidade com usos tradicionais e com o desenvolvimento de cadeias de produtos e serviços, mas com bases sustentáveis, para que essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

compatibilização realmente aconteça para benefício tanto da biodiversidade quanto das pessoas, dos seres humanos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ireneu Orth. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Muito obrigado.

Nós queremos agradecer aos participantes, convidados, Bárbara Segal Ramos; Dra. Iara Vasco Ferreira; Paulinha, Deputada Estadual, que já não está mais *online*; e Luiz Américo Pereira, nosso ex-Vereador.

Quero dizer que esta audiência pública é interativa, não termina aqui, os debates vão continuar, mas eu acho que foram muito importantes todas as explanações, todas as explicações.

Certamente, quem deverá decidir vai estar bem orientado, bem-informado das consequências e dos atos benéficos e maléficos que, eventualmente, a decisão poderá ocasionar, caso seja aprovada a legislação que esperamos que seja aprovada.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 48 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 28ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE JULHO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e vinte e quatro minutos do dia três de julho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Leila Barros, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Jayme Campos, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Zequinha Marinho, Margareth Buzetti, Sérgio Petecão, Beto Faro, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Vanderlan Cardoso, Nelsinho Trad, Otto Alencar, Jaques Wagner, Teresa Leitão, Flavio Azevedo, Eduardo Gomes, Jaime Bagattoli, Rosana Martinelli, Jorge Seif, Tereza Cristina, Damares Alves, Ireneu Orth e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Flávio Arns e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Confúcio Moura, Giordano, Marcos do Val e Eliziane Gama. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 5482, de 2020 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a conservação, a proteção, a restauração e a exploração sustentável do bioma Pantanal e altera o art. 36 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Relatoria:** Senador Jayme Campos. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Aprovado o substitutivo. **Observação:** Com a concordância do Plenário, foi submetido o Substitutivo a turno suplementar e, não tendo sido apresentadas emendas, foi definitivamente adotado pela Comissão, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo n° 174, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Susta, nos termos do inciso V do art. 49 da Constituição Federal, os efeitos da Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 12 de abril de 2021, do Ministério do Meio Ambiente, do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Tramita em conjunto com o Projeto de Decreto Legislativo n° 194, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Susta os efeitos das Instruções Normativas Conjuntas nºs 1, de 12 de abril de 2021, e 2, de 26 de abril de 2021, do Ministério do Meio Ambiente, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, que regulamentam o processo administrativo federal para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Relatoria:** Senador Ireneu Orth (*Ad hoc*), substituiu Senadora Tereza Cristina. **Relatório:** Pela aprovação do PDL 174/2021 e pela prejudicialidade do PDL 194/2021.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: Rejeitado o relatório. **Observação:** Rejeitado o relatório foi designada a senadora Tereza Cristina para apresentar parecer vencedor. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 267, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Institui o Código Civil) para prever a instituição de norma condominial que obrigue a comunicação pelo morador, ao condomínio de prédios residenciais, sobre guarda de animais silvestres em sua unidade residencial." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB). **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1348, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, e a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, para incluir o estímulo à utilização de bioinsumos na atividade agrícola entre os objetivos da política agrícola e da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais." **Autoria:** Senadora Janaína Farias (PT/CE). **Relatoria:** Senador Beto Faro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **Observação:** Aprovado o relatório e rejeitada oralmente a emenda 1 apresentada no decurso da discussão. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 1353, de 2024 - Terminativo -** que: "Erige em monumento nacional o Cânion do Rio Poti, localizado nos Estados do Ceará e do Piauí." **Autoria:** Senadora Janaína Farias (PT/CE). **Relatoria:** Senadora Damares Alves (*Ad hoc*), substituiu Senador Cid Gomes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Leila Barros
Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/07/03

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. Fala da Presidência.) – Bom dia a todas e todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 28ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 3 de julho.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 27ª Reunião, realizada ontem, dia 2 de julho de 2024.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Queridos colegas e membros desta Comissão de Meio Ambiente e todos aqueles que nos assistem, damos início a mais uma reunião deliberativa da Comissão de Meio Ambiente.

Nesta semana eu participei da 1ª Reunião de Mulheres Parlamentares do P20, realizada nos dias 1º e 2 de julho, em Maceió. O evento reuniu mulheres parlamentares das nações integrantes do G20 e dos países convidados para debater os temas prioritários deste ano, que são: mudança do clima e desenvolvimento sustentável, inclusão social, combate à fome e à pobreza e reforma das instituições globais.

O P20 é mais do que um fórum de discussão, é um espaço de cooperação interparlamentar e um catalisador para o aumento do desenvolvimento entre governos, Parlamentos e outras partes interessadas, o que permite que os Parlamentos dos países do G20 contribuam significativamente com os debates das questões globais. Seu objetivo é implementar os resultados do G20, adotando uma abordagem estratégica e inclusiva.

As sessões de trabalho enfocaram o papel das mulheres na Justiça climática e na sustentabilidade ambiental, destacando a inclusão de perspectivas diversas que possam gerar soluções mais eficazes e justas. Também discutimos iniciativas para incrementar a participação política das mulheres e fortalecer a democracia, além de promover a igualdade de gênero, autonomia econômica das mulheres e superação do racismo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A troca de informações, experiências e conhecimentos entre nações é essencial para enfrentar os desafios globais de forma colaborativa e eficaz. Este intercâmbio permite que os países aprendam uns com os outros, adotem boas práticas e desenvolvam soluções inovadoras para questões como Justiça climática, sustentabilidade ambiental e inclusão social. Ao compartilhar experiências e estratégias bem-sucedidas, as nações podem acelerar o progresso em direção a objetivos comuns, fortalecer suas capacidades institucionais e construir uma rede global de apoio e de cooperação. Essa colaboração é vital para promover um desenvolvimento sustentável e equitativo, beneficiando tanto os países individualmente quanto a comunidade global como um todo.

É alarmante constatar que, segundo a mais recente pesquisa Datafolha, 97% da população brasileira afirma perceber os impactos da crise climática em seus cotidianos. Esse dado sublinha a urgência de nossa missão, pois 77% dos brasileiros relataram ter experimentado algum tipo de evento extremo nas últimas semanas. Entre aqueles que vivenciaram episódios críticos, o calor foi o mais mencionado, atingindo 65%, seguido por chuva intensa ou tempestade, com 33%, seca extrema, com 29%, enchentes, com 20%, e deslizamentos de terras, com 7%.

Esses números não são apenas estatísticas, são reflexos de vidas impactadas e comunidades que precisam da nossa ação imediata para mitigar os efeitos devastadores da crise climática. As mulheres são as mais afetadas pelas mudanças climáticas, principalmente as mulheres negras, que enfrentam uma dupla vulnerabilidade devido à intersecção da raça e do gênero. Elas frequentemente vivem em áreas mais suscetíveis a desastres ambientais e possuem menos acesso a recursos econômicos, sociais e políticos para se adaptar e responder a esses desafios. A desigualdade estrutural agrava os impactos das mudanças climáticas, resultando em uma maior insegurança alimentar, perda de meios de subsistência e riscos à saúde para essas mulheres.

Portanto, é essencial que as políticas climáticas considerem essas desigualdades para garantir uma resposta justa e eficaz a tais mudanças. A participação ativa das mulheres em todas as esferas de decisão é crucial para avançarmos em direção a um desenvolvimento sustentável e inclusivo. As mulheres, especialmente aquelas em comunidades vulneráveis, possuem uma visão única e experiências valiosas sobre gestão de recursos naturais e adaptação às mudanças climáticas. Sua participação ativa em processos de tomada de decisão garante que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as políticas de ação climática sejam mais equitativas e abrangentes, abordando as necessidades e perspectivas de todos os segmentos da sociedade. Além disso, empoderar as mulheres para liderar iniciativas sustentáveis fortalece a resiliência das comunidades e promove um desenvolvimento mais justo e sustentável para todos.

Portanto, nossa missão aqui na Comissão de Meio Ambiente é clara: devemos continuar a fomentar a inclusão e a diversidade em nossas discussões e decisões; devemos trabalhar juntos, inspirados pelo exemplo do P20, para criar políticas que não apenas protejam o nosso meio ambiente, mas que também promovam a justiça social e a igualdade.

Amanhã teremos a segunda audiência pública para discutir os potenciais impactos da proposta de alteração do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB), um tema de extrema relevância para a população do Distrito Federal, para a capital da República e para todo o Brasil. Este é um momento crucial para aprofundarmos ainda mais o debate e entendermos as repercussões que qualquer modificação pode trazer à integridade histórica, cultural, urbanística e também ambiental da nossa icônica cidade.

Eu agradeço a todos pela presença e pela dedicação em continuarmos esta importante jornada. Que possamos juntos construir um futuro mais sustentável, justo e inclusivo para todos. Muito obrigada.

Queridos amigos, eu quero dizer que... Eu já falei aqui sobre o P20, Senadora Damares. Foi uma experiência realmente única. Ali estavam mulheres parlamentares, Senadora Cristina. Inclusive, nossa bancada foi representada pela Senadora Dorinha, pela Senadora Soraya Thronicke e por mim. Muito interessante, com Parlamentares de 30 nações, como Estados Unidos, Índia, China, Coreia, Japão. E foram muito bacanas as trocas de experiências, porque a única certeza que eu tenho é de que as angústias são as mesmas. As expectativas com relação às injustiças ambientais, sociais e econômicas que afetam as mulheres são uma situação global. E a maior preocupação hoje é justamente a questão climática, pois as mulheres estão sendo – principalmente as negras – duramente impactadas com essas mudanças. Então...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Pensei que era eu! (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Essa é... Chegaremos lá.

A nossa angústia é global. E é muito importante o trabalho. Certamente o documento que será elaborado com esse encontro e que chegará ao G20 será muito importante para essa reflexão, trazendo também como sugestão que a cada G20 nós tenhamos um braço, dentro desse encontro que acontece com as principais lideranças, da participação feminina dos Parlamentos. Então, acho que vai ser muito importante essa elaboração. Foi importante o evento que foi promovido em Maceió também, parabenizando o Presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado Arthur Lira, que levou para Maceió esse evento e que o organizou de forma excelente, pois tudo funcionou, e também a Bancada Feminina da Câmara dos Deputados, na pessoa da sua Líder, da sua Coordenadora, a Deputada Benedita da Silva – para lembrar bem: Benedita da Silva.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos... Eu acho que já falei isso, desculpem. (*Pausa.*)

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 5482, DE 2020

- Terminativo -

Dispõe sobre a conservação, a proteção, a restauração e a exploração sustentável do bioma Pantanal e altera o art. 36 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

Relatoria: Senador Jayme Campos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações:

1. Em 16/04/2024, foi realizada audiência pública destinada a instruir a matéria.

2. Em 19/06/2024, lido o relatório, foi concedida vista da matéria.

3. Em 27/06/2024, foram recebidas 6 emendas propostas pelo Senador Alessandro Vieira.

4. Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.

Acho que o Senador Jayme tem... Houve uma alteração no relatório dele e ele quer fazer a leitura dessa alteração.

Com a palavra o Senador Jayme Campos.

Bom dia, Senador.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Como Relator.) – Bom dia.

Muito obrigado, Sra. Presidente, Senadora Leila Barros.

Sras. e Srs. Senadores, vou ler a complementação, tendo em vista que houve, na última sessão desta Comissão, um pedido em vista feito pelo Senador Alessandro Vieira e ele apresentou mais seis emendas. Então, eu gostaria de fazer a complementação do meu voto.

Antes de ler a complementação do meu voto para me manifestar em relação às emendas apresentadas, quero registrar que, desde o primeiro momento, quando fui designado Relator do PL 5.482, de 2020, projeto que cria o Estatuto do Pantanal, busquei construir um relatório com muita responsabilidade, sempre ouvindo a sociedade civil, especialmente o povo pantaneiro.

O projeto propõe as melhores políticas de uso e conservação, proteção e recuperação da vegetação nativa do Pantanal, respaldadas pelas legislações estaduais de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposta vai na direção do que determinou o Supremo Tribunal Federal, o qual, em decisão recente, estabeleceu prazo de 18 meses para que o Parlamento brasileiro aprove lei para conferir proteção especial ao ecossistema do Pantanal, de forma a regulamentar o art. 225, §4º, da Constituição Federal.

O projeto de lei, de autoria do Senador Wellington Fagundes, foi construído a várias mãos a partir dos trabalhos temporários da Comissão Externa do Pantanal, criada no âmbito desta Comissão de Meio Ambiente.

Foram realizadas, Sra. Presidente, dez audiências públicas para subsidiar a elaboração do projeto. Buscamos elaborar um texto equilibrado e funcional, ouvindo todos os atores da sociedade civil. Acolhemos sugestões das Federações da Agricultura e Pecuária do Mato Grosso (Famato) e do Mato Grosso do Sul (Famasul) e das organizações sociais, as OSs, do Pantanal e dez sugestões enviadas pelo Ministério do Meio Ambiente.

O Pantanal é um bioma único, compreendendo a maior planície alagada contínua do mundo. Hoje, infelizmente, enfrenta sérias consequências com o avanço dos incêndios; portanto, chegou o momento de aprovarmos este importante projeto.

Para a proposição unificada à legislação para garantir a proteção do bioma que é patrimônio nacional é preciso um olhar especial, um olhar para que continue sendo preservado, mas que também possa trazer desenvolvimento para seus moradores. O pantaneiro precisa ser amparado, precisa de políticas públicas. E precisamos seguir atentos, trabalhando pela preservação do nosso Pantanal.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, nesta Comissão, foram apresentadas as Emendas de 1 a 6, de autoria do Senador Alessandro Vieira, que são relatadas e analisadas a partir de agora.

A Emenda 1 altera o art. 5º da proposição, que trata do Zoneamento Ecológico Econômico.

Em primeiro lugar, observamos que a proposta de alteração que se pretende com a emenda apresenta nova redação a incisos que não são previstos no art. 5º da proposição. Pela justificação, entende-se que o objetivo da proposta seria ajustar as diretrizes do PL. Nesse sentido, o substitutivo apresentado já contempla princípios, objetivos e diretrizes voltados à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recuperação do regime hidrológico, além da conservação de áreas de preservação permanente de nascentes. Quanto à elaboração e implementação do ZEE do bioma Pantanal, já afirmamos que esse instrumento de planejamento se encontra em fase avançada de elaboração pelos estados, além de inexistir impedimento para o poder público elaborá-lo assim que entender necessário. Quanto à promoção da pecuária tradicional em campo nativo, livre de gramíneas exóticas, a diretriz não vem acompanhada de como ocorrerá tal ação. São essas as razões pelas quais rejeitamos a Emenda nº 1.

A Emenda nº 2 acrescenta artigo que faculta ao poder público federal elaborar e aprovar o ZEE do bioma Pantanal, em articulação e cooperação com os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, em até cinco anos. A Emenda nº 2 deve ser rejeitada, eis que a redação do artigo, ao facultar a criação do ZEE pelo poder público federal, não inova o ordenamento jurídico. O poder público já detém a faculdade de elaborar o referido zoneamento, com base na legislação ambiental vigente.

O art. 21 do PL é suprimido pela Emenda 3. Da mesma forma como ocorreu com a Emenda 1, não há correspondência entre o artigo que se pretende suprimir e a justificação apresentada, de modo que arguimos pela sua rejeição.

A Emenda nº 4 dá nova denominação ao Capítulo V e ao inciso IX do art. 6º do projeto de lei. No substitutivo apresentado, buscamos enfatizar a aplicação do Código Florestal no bioma Pantanal e optamos por enfatizar que o controle ao desmatamento se dá ao desmatamento não autorizado, ou seja, o desmatamento ilegal. Observa-se que o próprio Código Florestal, em seu art. 51, §1º, prevê que o embargo se restringe aos locais onde efetivamente ocorreu o desmatamento ilegal, utilizando, portanto, tal expressão. Com base nesses argumentos, rejeitamos a Emenda nº 4.

A Emenda 5 acrescenta um parágrafo único ao art. 2º do projeto, de modo a prever que se aplicam, quando necessários à proteção do regime hídrico do bioma Pantanal, os dispositivos desta lei à região hidrográfica do Alto Paraguai. Há uma incongruência na emenda, eis que o PL do Pantanal, em seu art. 2º, contempla um parágrafo único, de modo que o propósito da emenda seria alterar o parágrafo único e não acrescê-lo. No substitutivo que apresentamos, contemplamos a proteção do regime hidrológico e dos corpos hídricos. A nova redação do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parágrafo único sugerida pela emenda tem caráter subjetivo, ao estabelecer que os dispositivos da lei serão aplicáveis "quando necessário" à Região Hidrográfica do Alto Paraguai, motivo pelo qual rejeitamos a Emenda nº 5.

A Emenda nº 6, a seu turno, dá nova redação ao art. 17 do projeto. Rejeitamos a emenda eis que o substitutivo, ao aplicar o Código Florestal, já estabelece a reposição ou compensação florestal no mesmo bioma e a utilização sustentável das áreas já convertidas, além de as legislações estaduais de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul já tratarem de modo singular essa temática.

Voto, Sra. Presidente.

Considerando o exposto, somos pela regimentalidade, juridicidade, constitucionalidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.482, de 2020, e rejeição das Emendas 1 a 6, nos termos do substitutivo já apresentado.

É o voto, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Perfeito, Senador Jayme.

Pergunto: a colocação... Como o texto já foi lido, houve uma complementação de voto, pergunto se alguém quer discutir. (*Pausa.*)

Então a nossa votação vai ser nominal, mas antes eu gostaria de destacar a presença da Bancada Feminina aqui – Senadoras Damares, Margareth Buzetti, Tereza Cristina e Rosana. Pois é, demos um equilíbrio aqui nesta CMA. (*Risos.*)

A gente tem que enaltecer e prestigiar as colegas, porque a gente sabe do nosso dia a dia.

Obrigada, colegas, por estarem aqui conosco nesta votação.

A votação será nominal.

Em votação, o substitutivo ao Projeto de Lei nº 5.482, de 2020, nos termos do relatório apresentado.

Então, vai-se abrir o painel aí...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores que votam com o Relator votam "sim".

As senhoras... (*Pausa.*)

As Sras. e os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Senadora Leila...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Pois não, Senadora Tereza Cristina

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Pela ordem.) – Eu gostaria de fazer uso da palavra rapidamente.

Eu quero cumprimentar aqui o autor, o Senador Wellington, e o Relator Senador Jayme Campos, colegas do Mato Grosso, vizinho do Mato Grosso original. (*Risos.*)

A Planície Pantaneira, mais de 86% dela, fica no meu estado, mas é a maior planície úmida do mundo, com uma biodiversidade incrível, com o maior número de espécies de aves do mundo. E quero dizer que o Estatuto do Pantanal vem aqui cobrir uma lacuna da lei federal, e os nossos estados já fizeram as suas leis estaduais até mais rígidas do que o estatuto, que é uma lei guarda-chuva, não é?

Esse estatuto traz princípios fundamentais, como: poluidor-pagador, protetor-recebedor, desenvolvimento sustentável, participação social, respeito às diversidades locais, uso sustentável dos recursos naturais, entre outros.

E traz também o objetivo das políticas públicas, não é? Ele define esses objetivos muito claramente através das diretrizes gerais; do combate ao desmatamento não autorizado, não legal; do manejo integrado do fogo e da prevenção e combate aos incêndios florestais.

O turismo...

E aqui eu quero dizer uma coisa em que a gente vê muita confusão. Nós estamos passando por uma seca muito severa no Pantanal, e aí confundem... O Pantanal tem pouco desmatamento, até pela sua vegetação, que é uma planície alagada. Nós temos, claro, uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vegetação, um Cerrado muito leve, um Cerrado muito, como diria, fragilizado, que confunde muito. Os incêndios não são, na sua maioria, em decorrência de desmatamentos; são outros fatores que levam a esses incêndios. Então, aqui são contemplados o manejo integrado do fogo e a prevenção e combate aos incêndios.

Ele fala do turismo, que é uma atividade muito importante, e, se a gente não tiver atividade econômica, as fazendas vão ficar cada vez mais abandonadas e, aí sim, nós teremos mais fogo e mais problemas.

Também fala da exploração ecologicamente sustentável do meio ambiente, incentivos e apoio à preservação e recuperação e o selo "Pantanal Sustentável", porque nós temos que entregar alguma coisa para que os pantaneiros que estão lá há mais de 200 anos possam continuar fazendo a preservação desse bioma, que é muito boa.

Temos, infelizmente, aí, em 2020 e agora, esses incêndios, mas em decorrência de uma seca muito severa e dessas mudanças climáticas. Mas o bioma Pantanal é completamente diferente de outros biomas e dos incêndios que a gente vê não só aqui no Brasil, em outros biomas, mas também fora do Brasil, nos Estados Unidos, agora na Grécia, em Portugal. Enfim, essas coisas que a gente vê todos os anos.

Então, aqui quero cumprimentar a todos e dizer que agora esta Casa cumpre o seu papel entregando esse estatuto, essa lei, que aliás era um pedido, uma recomendação do STF para que a gente fizesse, inclusive com um prazo, e nós estamos entregando isso, agora, nesse momento, para a sociedade brasileira.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Obrigada, Senadora Tereza.

Eu vou passar a palavra para o Senador Jaime Bagattoli e, na sequência, ao Líder Jaques Wagner.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Obrigado, Presidenta Leila Barros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar aqui o meu xará, parabenizá-lo por essa grande relatoria que fez desse projeto.

Quero dizer para vocês que eu assisti a uma matéria hoje de manhã, uma notícia aliás, em que 12 fazendas foram indiciadas pelo Ministério Público no Pantanal por indícios de incêndio criminoso.

Ora, qualquer fazendeiro que tenha gado, que tenha qualquer atividade rural, jamais ele vai querer que entre fogo dentro da sua propriedade.

Ontem também estava junto... A Tereza Cristina estava lá, a Senadora, nós tivemos uma reunião ontem lá na PGR, com o Ministério Público, e até comentamos sobre isto: vocês sabem o que ficou assim quando eu olhei para fora do vidro? Eu vi um fogo que tinha queimado aqui pertinho do lago, perto do lago ali, próximo do Ministério Público Federal. Eu pergunto a vocês, se ali... Eu olhei assim, não existe nem moradores perto. Agora vocês imaginem a mim na condição de produtor rural há mais de 20 anos... Há mais de 20 anos, eu venho falando que, se nós quisermos proteger realmente as propriedades de incêndio, quando chegar no mês de maio – todas laterais de rodovia federal, 100m, já é do domínio da BR, da rodovia federal, e 50m, se não me falha a memória, das rodovias estaduais –, por que não juntar os proprietários e se queimar aquela faixa?

Se queimassem aquela faixa no mês de maio – aquele capim, aquilo ali é um combustível, aquele capim está com 2m ou 3m de altura –, ia se fazer um aceiro, Senador Jayme Campos. A possibilidade de entrar fogo, de ter incêndio, seria muito pequena. E para isso nós temos que fazer um projeto, para que isso se faça com reuniões junto ao Dnit, ao Ministério Público Federal, para que sejam essas autorizações feitas dentro do mês de maio. Nós vamos evitar mais de 70% das queimadas.

E eu só queria deixar esta colocação para vocês de que ninguém, nenhum proprietário de terra, jamais vai querer que queime a sua propriedade. É só vocês irem a Mato Grosso, Rondônia, Goiás, a qualquer estado onde está se colhendo milho hoje, com essa seca violenta, e todos estão com água lá dentro da propriedade, dentro da colheita, com medo que qualquer coisa possa incendiar a sua propriedade. E o prejuízo não é só para o meio ambiente: o prejuízo é também para o produtor rural.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E nós só temos que respeitar, no Mato Grosso do Sul, o nosso pantaneiro, que está lá há anos. Ele está lá, e nós sabemos que ele é uma das pessoas que estão lá e são responsáveis por cuidar do nosso meio ambiente do Pantanal.

Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Grata, Senador Jaime.

Vou passar a palavra para o Senador Jaques Wagner, e, na sequência, para a Senadora Rosana.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Pela ordem.) – Bom dia a todos; bom dia, Presidenta.

É que depois chegaram alguns Senadores, antes só estavam eu aqui e os dois Jaimes. E nós estávamos numa bela de uma minoria. (*Risos.*)

Cinco Senadoras e três só Senadores. Daí chegaram esses outros cabras feios aqui e empataram o jogo. Mas é só para saudar, porque eu acho que a preocupação das mulheres pela questão ambiental é uma coisa nobre, independentemente da posição que tenham, se mais para cá, se mais para lá. Mas eu acho que meio ambiente é vida, e ninguém melhor para defender a vida do que as mulheres, porque são só elas que geram vida também.

Então, eu queria só parabenizar o meu amigo, o Relator Jayme.

Eu me orgulho muito porque esse projeto é consequência de uma ideia de um outro Senador da mesma Região, o Senador Wellington, que foi quem propôs a Subcomissão do Pantanal, e eu ainda era o Presidente da Comissão do Meio Ambiente.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – A partir dali foi desenvolvido todo esse trabalho que se conclui, aliás, não se conclui porque ainda vai para a Câmara, mas se conclui, pelo menos no âmbito do Senado, essa questão. É óbvio que algumas coisas foram colocadas – algumas foram aceitas pelo Relator; outras, não –, mas eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

continuo dizendo que o ótimo é inimigo do bom e amigo do péssimo. É melhor a gente andar com o bom, porque os extremos acabam se ajudando e não deixam sair nada.

Então, eu quero parabenizar pelo projeto.

Queria também anunciar, porque na região há a preocupação com a questão do fogo. Trabalhei aqui, ontem, com a Senadora Tereza Cristina. A Senadora Leila me pressionou bastante, porque eu voltei ontem de fora; portanto, ainda estava com fuso horário confuso, mas consegui tratar do tema e acho que fizemos um acordo.

Eu quero... Viu, Senadora Tereza? (*Pausa.*)

Não, não é por isso, não, é só para dizer... (*Risos.*)

É só para assumir o compromisso de que eu me comprometi com V. Exa. de dizer que realmente o Governo se compromete. Na medida em que V. Exa. se dispõe a retirar a emenda, o Governo se compromete. Vou fazê-lo lá na hora da votação e não mexer no decreto que já temos sobre o manejo, que era da sua intenção, através da emenda, introduzir numa lei. Para não atrasar mais, em vista das emergências, como ele está no Plenário, eu vou ter que conversar com o Presidente Rodrigo que há um acordo, para tentarmos votá-lo até hoje e a gente poder dar sequência a isso. Mas só estou assumindo aqui o que falamos ontem: o Governo não mexerá.

É evidente que eu só posso falar pelo Governo do qual eu sou Líder até 2026. A partir de 2027, a eleição dirá, e aí nós vamos ver o que tem que fazer.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – E tem o meu também, viu, Senadora? (*Risos.*)

Senadora Rosana.

A SRA. ROSANA MARTINELLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Parabéns! Muito obrigada, Presidente Leila, Senador Jaques.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero parabenizar o Senador Jayme pela relatoria, que foi um trabalho árduo, competente, que teve um aprimoramento e um empenho – depois de dez audiências públicas, estamos aqui votando –, além da ousadia, competência, visão do Senador Wellington, muito preocupado com o nosso Pantanal: Pantanal tanto do Mato Grosso do Sul como o nosso.

E, com referência às queimadas, reforçando o que o Senador Jayme tem falado, a preocupação maior com certeza é do produtor rural. Inclusive, foi passado, domingo, no Globo Rural, como está fazendo a nossa região, principalmente os produtores, que têm cuidado da questão do incêndio, porque vai a máquina colhendo milho e paralelamente vai a máquina que se usa para passar o defensivo. Nessa época, eles enchem o reservatório e acompanham a colheitadeira, para que realmente não tenha nenhum vestígio, porque não é só a perda financeira, mas também a questão do solo. Demora quatro anos, como nós temos a cultura do plantio direto, para essa vegetação, essa palhada se formar novamente. Qualquer incêndio em propriedade resulta numa perda significativa em sacas de soja. Então, precisa ter essa palhada, porque hoje nós plantamos e fazemos o plantio direto. Então, hoje, com certeza, para todos os empresários, o fogo não é o melhor caminho.

Também eu reitero o trabalho que está sendo feito pelo Governo Mauro Mendes e pelo Governo do Mato Grosso do Sul no combate aos incêndios do Pantanal. Muito antes estava sendo feito aceiro lá em diversas propriedades no Pantanal, Presidente, para que justamente não entrasse queimando todo aquele capim nas beiradas. Infelizmente, não foi o suficiente, acabou tendo vários focos incêndio no nosso Pantanal. Então, eu quero parabenizar os Governos que não estão medindo esforços para o combate aos incêndios no Pantanal e, principalmente, o Governo Federal, que mandou apoio, na semana passada, de diversos locais para que realmente se combata o fogo.

O Pantanal é o nosso patrimônio e todos nós, com certeza, queremos que se dê continuidade. E esse estatuto é fundamental, dando um direcionamento, dando uma diretriz. Então, eu quero parabenizar todos os envolvidos, toda a Comissão pelo excelente trabalho e todos os Senadores que se empenharam para a aprovação desse projeto.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Obrigada, Senadora Rosana.

Vou passar a palavra para a Senadora Margareth Buzetti.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Pela ordem.) – Obrigada, Presidente Leila.

Bom dia a todos os colegas Senadores.

O Pantanal está sob um regime de seca persistente há mais de 12 meses, de intensidade extrema a moderada. Mas eu quero aqui ressaltar o trabalho incansável dos bombeiros e policiais militares que estão lá arriscando a vida para combater esses incêndios e as chamas. Tem soldados do Distrito Federal, do Rio Grande do Sul e também do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul.

Em união, em abril deste ano, os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul assinaram um plano integrado de proteção contra as queimadas do Pantanal. São cinco anos de duração desse plano.

Senador Jayme Campos, parabéns pelo seu excelente relatório!

Olhe, nós participamos de inúmeras audiências públicas e eu tenho certeza de que esse estatuto vai ajudar muito o nosso Pantanal, porque, como disse o Senador Jaques Wagner, é vida e da vida nós temos que cuidar.

Obrigada, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Perfeito, Senadora Margareth Buzetti.

A votação...

Consulto, primeiro, se os Senadores todos votaram. (*Pausa.*)

Então, a votação está encerrada.

Vamos verificar o resultado, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – SIM, 13; NÃO, 0.

Abstenção: também 0.

Está aprovada a Emenda nº 7, CMA, substitutivo ao Projeto de Lei nº 5.482 de 2020.

Ficam prejudicados o projeto e as emendas a ele apresentados.

O substitutivo aprovado será apreciado em turno suplementar nos termos do disposto do art. 282 do Regime Interno do Senado Federal.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Pois não, Senador Jayme, Relator.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Conceda-me um minuto só.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Pois não.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Como Relator.) – Só quero, nesta oportunidade, agradecer a V. Exa. como Presidente desta Comissão, agradecer aos nossos colegas, Senadoras e Senadores, pela confiança, aqui indiscutivelmente comprovada no painel, não é? Só V. Exa., como voto Minerva, não precisou votar, mas foi votado por unanimidade.

Eu quero dizer apenas, Sra. Presidente, que nós estamos cumprindo aquilo que foi estabelecido na Constituição de 1988. Se passaram 36 anos para buscarmos a regulamentação que é a do art. 225, §4º, do qual lamentavelmente não tiveram a coragem de fazer esse enfrentamento. E quem estava pagando essa conta cara éramos nós lá do Mato Grosso, do Mato Grosso do Sul, o homem pantaneiro que está ali, com certeza, há mais de 200 anos, como disse a Ministra Tereza, mantendo ali aquelas suas tradições, sofrido, seja os quilombolas, seja os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ribeirinhos. Eu acho que hoje conseguimos dar um avanço, marcando aqui, com certeza, uma nova era, uma possibilidade para o homem pantaneiro. Aqui ninguém está fazendo nada mais do que a obrigação do Parlamento brasileiro. Neste instante – e tenho a certeza absoluta, tendo em vista que essa matéria aqui é de caráter terminativo desta Comissão –, vamos remeter lá para a Câmara, V. Exa., através naturalmente do Senado para a Câmara, e poderá ser discutida de forma também democrática.

Mas é bom que se esclareça aqui: foi construída por várias mãos. Aqui eu tenho que render minhas homenagens ao ilustre Senador e colega Wellington Fagundes, que foi autor do projeto. Entretanto, teve a participação de vários Senadores: de Nelsinho Trad; do Esperidião Amin, do Estado de Santa Catarina; da Ministra Tereza, que deu a sua contribuição sobretudo pela sua experiência, mulher pantaneira, criada no nosso Estado do Mato Grosso, sobretudo quando era uno.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. *Fora do microfone*.) – Piquiri.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Piquiri, glória a Deus!

Dessa forma, nós estamos mudando aqui, fazendo um novo regramento jurídico em que vamos permitir dar segurança. Nada mais é daquilo que certamente é esperado há já alguns anos, como bem disse, há 36 anos, Senadora Leila, quando era para ter sido feita essa regulamentação. Mas, em boa hora, V. Exa. como Presidente, tenho a certeza, terá também registrado indelevelmente na história desta Comissão como a Presidente que permitiu nós regulamentamos o Estatuto do Pantanal, dando segurança jurídica e uma nova possibilidade ao homem pantaneiro, seja ele o pecuarista, o quilombola, os povos originários – também temos muita gente margeando, não é, Tereza, Rosana e todos presentes? Assim, nós estamos cumprindo mais uma missão nossa: de legislar em favor, naturalmente, do Brasil, na sua preservação do ecossistema, mas sobretudo nunca perdendo de vista o cidadão brasileiro.

Eu, particularmente, quero aqui uma vez mais agradecer a V. Exas. pelo apoiamento, e eu espero que dentro em breve a Câmara possa aprovar e assim nós termos aqui um verdadeiro, assim, regramento jurídico, sendo um guarda-chuva para atender tanto a legislação do Mato

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Grosso como a do Mato Grosso do Sul, que com certeza já estão buscando efetivamente a preservação deste patrimônio consagrado pela ONU, pela Unesco, melhor dizendo, o Pantanal, consagrado como um dos mais lindos biomas do planeta.

De forma que eu quero agradecer a todos aqui o apoio, na certeza de que foi construído com muita responsabilidade o nosso parecer, sobretudo de forma transparente, de forma republicana, ouvindo os anseios. Dez audiências públicas foram realizadas; ademais, na última – e V. Exas. têm conhecimento –, nós abrimos a possibilidade também de mais uma organização não governamental Augusto Leverger. A pedido do Ministério Público Federal, isso foi feito e foram acatadas várias sugestões. Com isso, eu tenho certeza de que estamos dando uma contribuição para que possamos ter o Estatuto do Pantanal que preserve, mas, acima de tudo, também respeite aqueles que estão ali há mais de 200 anos tentando a sua sobrevivência.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Parabéns, Senador Jayme Campos, pelo trabalho e parabéns também à aguerrida bancada do Mato Grosso aqui!

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Senadora Leila...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Pois não.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Pela ordem.) – Se eu puder lhe pedir... Nós precisamos passar por um segundo turno de votação, porque ele é terminativo.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Sim.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Se a gente pudesse fazer isso hoje, para que a gente pudesse encaminhar, pela pressa, porque a gente precisava que esse estatuto fosse para a Câmara, para ver se consegue lá também uma urgência. Eu gostaria de lhe pedir essa gentileza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Senadora Tereza, eu só consulto aos colegas aqui, porque esta Presidência nada faz sem o apoio coletivo. Se todos estão de acordo, inclusive o nosso Líder do Governo... Todos de acordo? (*Pausa.*)

Então, vamos abrir a votação em turno suplementar.

Senador Beto Faro.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Quero só solicitar, Presidenta... Eu sou Relator do item 4 da pauta, e, daqui a pouco, nós começaremos lá no Palácio o lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar, com o qual eu tenho uma relação muito forte, e queria estar lá. Então, se pudesse fazer inversão da pauta – não sei como estão os Relatores dos outros itens –, eu queria muito que a gente pudesse fazer essa inversão.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Vamos lá.

Com relação ao turno suplementar, eu fui orientada aqui que é só anunciar o turno suplementar e perguntar se todos o aprovam.

Então, eu anuncio o turno suplementar.

Em votação.

Todos os colegas, Senadoras e Senadores, que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o turno suplementar ao substitutivo do Projeto 5.482, de 2020.

Parabéns à bancada!

Está aprovado.

Bom, pergunto ao Senador Alessandro, Relator do item 2, já que o Senador Beto Faro pediu para fazer a inversão de pauta: pode fazer? (*Pausa.*)

Então, vamos passar para o item 4.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns mais uma vez pelo trabalho! Votação do turno suplementar rápida, não é, gente? Mas, como já tem um acordo, já está, enfim, exaurido o debate, então esgotado.

Vamos lá.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 1348, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, e a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, para incluir o estímulo à utilização de bioinsumos na atividade agrícola entre os objetivos da política agrícola e da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

Autoria: Senadora Janaína Farias (PT/CE)

Relatoria: Senador Beto Faro

Relatório: Pela aprovação

Observações: *1. A matéria será apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em decisão terminativa.*

Hoje foi recebida uma emenda proposta pela Senadora Tereza Cristina.

Eu concedo a palavra ao Senador Beto Faro para a leitura do seu relatório.

Bom dia, Senador Beto Faro.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Como Relator.) – Bom dia! Quero cumprimentar todos os Senadores e Senadoras.

O Projeto 1.348, de 2024, da Senadora Janaína Farias, altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, e a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, para incluir o estímulo à utilização de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bioinsumos na atividade agrícola entre os objetivos da política agrícola e da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

Vou direto à análise. O relatório já foi divulgado todo.

Análise.

Conforme disposto no art. 102-F, incisos IV e V, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Meio Ambiente opinar sobre matérias pertinentes à conservação e gerenciamento do uso do solo, bem como fiscalização dos alimentos e dos produtos e insumos agrícolas e pecuários, no tocante ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável. Esses são assuntos relacionados ao PL em análise.

Deixamos para a CRA, cuja decisão sobre o projeto será terminativa, a análise dos aspectos formais e materiais com relação à constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, técnica legislativa e impacto orçamentário da proposição.

Com relação ao mérito, está cada vez mais claro o papel dos bioinsumos como produtos auxiliares e necessários para uma produção agropecuária sustentável e de baixo carbono.

Os bioinsumos estão presentes, hoje, como ativos indutores do crescimento, nutrição e fortalecimento das nossas culturas agrícolas. Além disso, contribuem muito para a proteção contra pragas e diminuição do estresse biótico e abiótico dos cultivos e criações, melhorando consideravelmente a produtividade.

Segundo informações da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), esses produtos são capazes, inclusive, de substituir a utilização de antibióticos sintéticos. Por isso, representam menos uso e dependência de insumos sintéticos, maior economia ao produtor, ganhos de produtividade e, sobretudo, maior sustentabilidade no campo. Dados também da Embrapa apontam para um significativo crescimento do uso dessas substâncias no país.

Para o pequeno produtor rural, a utilização de bioinsumos ainda traz outras vantagens: normalmente são produtos mais seguros para a saúde em relação a certos insumos químicos; trazem ganho de produtividade, o que é sempre vantajoso, ainda mais quando se trata de propriedades menores; são excelentes auxiliares na produção orgânica, diversificada e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agroecológica. Por sua vez, para a política ambiental brasileira os bioinsumos representam uma realização do potencial da nossa bioeconomia.

A despeito dessas vantagens e do promissor futuro com relação ao aumento do uso e descoberta de novos bioinsumos, a Política Agrícola Brasileira (dada pela Lei nº 8.171, de 1991) e a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (dada pela Lei nº 11.326, de 2006) não incluem nenhuma forma de diretriz ou orientação programática com relação a objetivos de crescimento e difusão dos bioinsumos no Brasil.

O Projeto de Lei nº 1.348, de 2024, supre essa lacuna. Acrescenta em ambas as leis dispositivos no sentido de incentivar a produção e o uso de bioinsumos no país, inclusive mediante novas linhas de crédito. Ainda, institui que o poder público poderá conceder incentivos especiais para o proprietário rural que os utilizar em sistemas produtivos de base agroecológica. Por último, faz integrar as políticas ambiental e agrícola, definindo nesta que a adoção de novas tecnologias priorizará a sustentabilidade no uso dos recursos naturais, a mitigação dos impactos no meio ambiente e a adaptação e resiliência dos sistemas produtivos perante as mudanças climáticas – objetivos esses que certamente associam-se ao desenvolvimento e maior utilização dos bioinsumos.

Por essas razões, não restam dúvidas de que o projeto de lei em apreço é meritório e contribuirá para a modernização e sustentabilidade de nossa agropecuária, com reflexos positivos e diretos no meio ambiente.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.348, de 2024.

Sala da Comissão...

Ah, um registro: não tínhamos feito emenda, mas há uma emenda feita hoje pela Senadora Tereza Cristina. Em conversas com ela, nós a estamos rejeitando aqui, e, dependendo da análise que ela fizer, ela volta na CRA, que é a próxima Comissão em que nós analisaremos.

Peço, com este relatório, a aprovação deste projeto, Sra. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Perfeito, Senador Beto Faro.

Após a sua manifestação a respeito e o acordo feito com a Senadora Tereza Cristina, eu passo aos colegas.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, eu encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

E a matéria vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Obrigada, Senador Beto Faro.

Vou passar para o item 2 da pauta.

ITEM 2

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 174, DE 2021

- Não terminativo -

Susta, nos termos do inciso V do art. 49 da Constituição Federal, os efeitos da Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 12 de abril de 2021, do Ministério do Meio Ambiente, do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 194, DE 2021

- Não terminativo -

Susta os efeitos das Instruções Normativas Conjuntas nºs 1, de 12 de abril de 2021, e 2, de 26 de abril de 2021, do Ministério do Meio Ambiente, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, que regulamentam o processo administrativo federal para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

Autoria: Senador Paulo Rocha (PT/PA) e outros

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Pela aprovação do PDL 174/2021 e pela prejudicialidade do PDL 194/2021.

Observações: *1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.*

A autoria do PDL 194 é dos Senadores Paulo Rocha, Jaques Wagner, Zenaide Maia, Jean Paul Prates e Paulo Paim.

Concedo a palavra ao nosso querido Senador Alessandro Vieira para a leitura do seu relatório.

Bom dia, Senador Alessandro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Bom dia.

Obrigado, Presidente.

Eu peço licença para ir diretamente à análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Pois não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Compete à CMA, consoante o art. 102-F, incisos I, II e VI, do Regimento Interno do Senado Federal, examinar proposições legislativas pertinentes à proteção do meio ambiente, política e Sistema Nacional do Meio Ambiente e direito ambiental, como é o caso dos PDLs nºs 174 e 194, ambos de 2021, que visam a sustar os efeitos de normas do Poder Executivo sobre fiscalização ambiental.

Por não se tratar de decisão terminativa na CMA, deixaremos ao exame da CCJ os aspectos de técnica legislativa, constitucionalidade e juridicidade das proposições.

As normas delineadas pelos PDLs introduziram uma nova etapa de conciliação ambiental no processo administrativo sancionador sem proporcionar uma transição ou preparação adequada dos órgãos ambientais para a efetiva implementação dessa fase processual. Além disso, foram estabelecidos dispositivos que impactaram negativamente a governança desses processos, incluindo: a centralização das autoridades julgadoras em primeira instância nos superintendentes do Ibama nos estados da Federação e, em segunda instância, no Presidente do Ibama; a inclusão de um dispositivo que confere ao superior hierárquico a autoridade para interromper a continuidade do processo administrativo; a previsão de suspensão de prazos desde o agendamento da audiência de conciliação ambiental até a sua realização, o que, por sua vez, nunca foi efetivamente aplicado.

Todas essas substanciais modificações na esfera da fiscalização ambiental foram realizadas sem o devido debate junto ao corpo técnico dos órgãos ambientais e tampouco com a participação pública, o que desabona, mais uma vez, a emissão dessas duas instruções normativas.

Com base nas evidências apresentadas, parece mais do que justificável inferir que as instruções normativas em questão foram um dos meios utilizados pelo Governo anterior para obstruir a execução da política ambiental do país, especialmente no que tange à fiscalização ambiental. O resultado mais evidente dessa obstrução foi o agravamento do desmatamento na Amazônia e no Cerrado brasileiros, que atingiram níveis alarmantes nos últimos anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, ressaltamos que o Ibama e, posteriormente, o Instituto Chico Mendes, neste ano, promulgaram novas instruções normativas para regulamentar o processo administrativo de apuração de infrações ambientais em suas respectivas áreas de atuação. São as Instruções Normativas de nº 19, de 2 de junho de 2023, do Ibama, e nº 9, de 23 de agosto de 2023, do Instituto Chico Mendes. Por terem emitido instruções normativas que tratam do mesmo tema, os órgãos ambientais acabaram por revogar tacitamente as duas instruções normativas anteriores. No entanto, elas ainda permanecem válidas no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, tornando, assim, pertinente a continuação da sustação de seus efeitos.

Dessa forma, somos favoráveis à aprovação dos PDLs de nºs 194 e 174, de 2021. Quando apresentadas, essas iniciativas legislativas representaram uma resposta crucial do Parlamento brasileiro para conter impactos adversos de uma política ambiental prejudicial que foi praticada recentemente. Até hoje, os projetos continuam sendo de grande valor para eliminar de forma definitiva os efeitos que ainda perdurarem dessas mencionadas instruções normativas.

Apenas por uma questão regimental, uma vez que o conteúdo normativo do PDL 174 é, no mérito, igual ao do PDL 194, somos a favor da aprovação do primeiro e consideramos o segundo prejudicado.

Pelo exposto, Sra. Presidente, nós votamos pela aprovação do PDL 174 e pela prejudicialidade do PDL 194, ambos de 2021.

É como voto.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Perfeito, Senador Alessandro.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

As Sras. e Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam...

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Pela ordem.) – Eu gostaria de pedir votação nominal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Nominal? O.k.

Como nós vamos fazer votação nominal, eu consulto aqui a... (*Pausa.*)

Tem que apresentar, Senadora, segundo a Mesa aqui, um requerimento de votação nominal.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Eu vou fazer verbal, então. Se todos aprovam aqui o requerimento de votação nominal... Consulto as colegas. (*Pausa.*)

O Senador Alessandro também concorda.

Então, vamos fazer a votação nominal.

A Mesa está preparando para abrir o painel. Só um minuto. (*Pausa.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente, enquanto a Mesa prepara, porque foi pega de surpresa, deixe-me fazer um anúncio.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Pois não, Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Na semana passada, a nossa Casa, o Senado Federal, inaugurou, lá no viveiro, a Sala Verde. Está muito linda! Os Senadores da Comissão que nunca estiveram no nosso viveiro, acho que precisam ir lá. Inclusive, eu te mandei uma mensagem, Leila, para a gente fazer uma sessão no nosso viveiro, uma reunião da Comissão, para que todo mundo conheça o viveiro e a Sala Verde. O nosso viveiro está todo acessível, a área de caminhada... É um lugar lindo, extraordinário! Eu acho que Brasília inteira tem que conhecer o nosso viveiro.

Fica aqui atrás, na rua de trás...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Inclusive fica aberto, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Aberto.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Eu já estive lá também.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – As escolas estão indo visitar, as instituições de idosos, pessoas com deficiência...

Então, eu quero cumprimentar a nossa diretora e toda a equipe envolvida e fazer aqui este desafio de a gente ter, pelo menos, uma reunião lá no nosso viveiro. Eu acho que seria uma oportunidade de todos conhecerem, o.k.?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Desafio acatado aqui, Senadora Damares.

Eu acho que é uma oportunidade de termos a Comissão e aqueles que realmente, como a Senadora falou, não conhecem o trabalho dos nossos servidores que estão ali no viveiro, fazendo... É uma questão também de educação ambiental. Como a senhora falou, as escolas estão indo, participando. O convite também foi feito, estendido, e nós vamos marcar, o mais rápido possível, possivelmente após o nosso recesso, uma sessão ali no viveiro, para que todos tenham a oportunidade de conhecê-lo.

Obrigada. (*Pausa.*)

Pessoal, vamos abrir aos colegas agora a votação nominal. O painel estará aberto...

A votação é para os PDLs 174 e 194, nos termos dos relatórios apresentados pelo Senador Alessandro Vieira.

Quem vota com o Relator vota "sim".

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente, como está todo mundo votando, V. Exa. me dá mais um minuto?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Pois não, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Esse tempinho é precioso.

A sua fala inicial foi extraordinária, quando a senhora se referiu, Presidente, às reuniões do P20, e uma frase da sua fala foi: "Mulheres Parlamentares tomando as decisões com relação às questões ambientais".

E o que nós tivemos aqui na Comissão hoje? A presença de muitas Senadoras, mulheres, a Comissão presidida por uma mulher, e as matérias que nós estamos votando hoje são, na maioria, de autoria ou relatoria de mulheres.

Nesse sentido, eu queria fazer um destaque a uma mulher que está nos visitando hoje: a Vereadora Deise, da cidade de Laguna, que está aqui com a gente. Ela veio para conhecer a Comissão e trazer, Senadora Leila, uma preocupação. Laguna é uma cidade que é um santuário ecológico. É a cidade, Senadora Tereza, que é o santuário do boto pescador. Para quem não conhece, esse aqui é o boto pescador. Eu não sei se vocês sabem, mas o boto pescador ajuda os pescadores na pesca. Eles vão na frente do barco, explicando onde estão os peixes. Então, é uma interação extremamente bonita entre o boto pescador e os pescadores, mas a gente já está correndo risco, ameaça de extinção.

E Laguna é uma cidade linda, extraordinária, que está crescendo, mas a Vereadora traz aqui uma preocupação; e é interessante ver uma mulher Parlamentar, lá na ponta, fazendo exatamente aquilo que Leila fez esta semana lá no P20, mulheres Parlamentares participando ativamente das discussões ambientais.

Então, nós temos uma Vereadora lá do interior de Santa Catarina que traz para esta Comissão, hoje, a sua preocupação com o desenvolvimento sustentável. Dá para Laguna crescer mais, é uma cidade linda, e a gente preservar aquele santuário, os botos. Inclusive, ela está nos convidando para ir conhecer a cidade, depois vamos entregar um convite à Comissão para irmos até Laguna.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Cumprimento a Senadora Damares e cumprimento a nossa Parlamentar aqui presente. Seja muito bem-vinda!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos aguardando só mais três, quatro votos. Peço a paciência das colegas. (*Pausa.*)

Bom, vamos abrir o painel de votação.

Encerrada a votação, temos 15 votos. (*Pausa.*)

Encerrada a votação...

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – SIM – quantos votos foram ali, gente, porque eu não estou enxergando? –, 5; NÃO, 9.

Então, como foi votado NÃO... (*Pausa.*)

Vencido o Relator, então... E a leitura do relatório do Senador Alessandro Vieira... Então, nós passamos...

O relatório foi aprovado com o parecer da Comissão... Não, o relatório foi rejeitado e vencido.

Eu designo para suceder, nos termos do art. 128 do Regimento, nova relatoria.

Como foi a Senadora Tereza que fez o requerimento, pedindo para que fosse nominal, eu vou designar a Senadora Tereza Cristina para suceder e oferecer um novo parecer vencedor na próxima reunião, tá bom, Senadora?

(*Interrupção do som.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Mais uma missão. Como eu prezo o seu bom senso...

(*Interrupção do som.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Perfeito, Senadora Tereza.

Bom, item 3 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 267, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Institui o Código Civil) para prever a instituição de norma condominial que obrigue a comunicação pelo morador, ao condomínio de prédios residenciais, sobre guarda de animais silvestres em sua unidade residencial.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela aprovação

Observações: *1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.*

Eu concedo a palavra à Senadora Damares Alves, para a leitura do seu relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu vou direto à análise, inclusive de uma forma resumida, porque a matéria, com certeza, é consenso.

Deixaremos a análise da constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa para a CCJ, que analisará a matéria de forma terminativa.

No mérito, apontamos que a guarda de animais silvestres é assunto que se relaciona tanto à conservação do meio ambiente quanto à saúde pública e coletiva.

É razoável que qualquer pessoa que viva em condomínio edilício tenha o direito a uma convivência segura e harmônica nesses espaços. Ao mesmo tempo, a posse ilegal e irregular de animais silvestres pode levar a uma ruptura dessa segurança sem mesmo que os demais condôminos saibam.

Aconteceu um acidente em Brasília em que uma cobra em um apartamento em Águas Claras fugiu e deixou todo mundo no condomínio em pânico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Embora seja legítimo que os moradores tenham o direito de possuir animais de estimação, é de extrema importância que isso seja feito de maneira responsável, pois determinadas espécies de animais, em especial os animais silvestres, podem apresentar potenciais riscos à segurança dos residentes, outros animais e até mesmo ao ambiente local.

Sendo assim, deve-se levar em consideração não apenas o bem-estar dos animais, mas também a saúde, segurança e o conforto de todos os condôminos e de seus respectivos animais domésticos.

Segundo dados da Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres (Renctas), da qual eu tive a honra de ser conselheira por anos, o comércio ilegal de animais movimenta US$2 bilhões por ano no Brasil, sendo a terceira maior atividade ilícita do mundo, perdendo apenas para o tráfico de drogas e tráfico de armas.

No Brasil, aproximadamente 38 milhões de animais silvestres são retirados ilegalmente da natureza, todos os anos. Tragicamente, apenas um em cada dez desses animais sobrevive, enquanto o restante acaba morrendo durante a captura ou o transporte. Este projeto de lei também fará o enfrentamento ao tráfico de animais silvestres.

Além disso, segundo dados do Ibama, foi registrada a apreensão de 62,7 mil animais em 2022, um aumento em relação aos 56,3 mil do ano anterior. Entre os animais mais traficados como animais de estimação estão cobras, tartarugas, tucanos, araras, periquitos, pequenos macacos como os saguis e até insetos. Ademais, há uma outra via de tráfico destinada à fabricação de produtos derivados de couro, peles, penas, garras e presas.

Nesse sentido, o projeto auxilia os síndicos dos condomínios a exigir que as atividades realizadas nas residências estejam dentro da legalidade, revestidas de maior segurança. Isso porque estabelece que o síndico possa instituir norma, aprovada em assembleia, para que todo condômino que tenha a posse de animais silvestres em sua residência comunique o fato à administração condominial e apresente a documentação de regularidade da guarda do animal. A proposição concorre, portanto, para a disseminação de informações que possam interessar à coletividade, o que se perfilha à construção da cidadania ecológica de que carece nossa sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por essas razões, o projeto de lei em análise é meritório e vem em boa hora.

Ante o exposto, Presidente, o voto é pela aprovação do PL nº 267, de 2024.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Excelente relatório, Senadora Damares, inclusive com dados, números e estatísticas. Muito bom!

Bom, a matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, eu encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Senadora Damares, a senhora já conversou com a assessoria da Senadora Janaína?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Foi a Senadora Janaína que pediu, *ad hoc*.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Isso.

Então, item 5 da pauta.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 1353, DE 2024

- Terminativo -

Erige em monumento nacional o Cânion do Rio Poti, localizado nos Estados do Ceará e do Piauí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senadora Janaína Farias (PT/CE)

Relatoria: Senador Cid Gomes

Relatório: Pela aprovação.

Relatoria *ad hoc* da Senadora Damares Alves.

Eu concedo a palavra, agora, à Senadora Damares, Relatora *ad hoc* da proposição, para leitura de seu relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu vou direto à análise.

Verificado o atendimento aos requisitos constitucionais formais, apresentam-se igualmente atendidos os requisitos constitucionais materiais, de forma que não se observam, na proposição, vícios relacionados à constitucionalidade da matéria. Também não foram observadas falhas de natureza regimental.

Assim, não observamos, na proposição, óbices relacionados à constitucionalidade da matéria; tampouco identificamos problemas de natureza regimental.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, inclusive no que concerne à técnica legislativa, tendo em vista que o texto do projeto se encontra igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e a consolidação das leis.

No que concerne ao mérito, a proposição merece prosperar.

O Cânion do Rio Poti é um fenômeno natural impressionante, resultado de uma falha geológica ocorrida há milhões de anos. O Rio Poti nasce no Ceará e, naturalmente, deveria seguir para o litoral cearense. Entretanto, ao chegar ao Município de Buriti dos Montes, atravessa a Serra da Ibiapaba e segue para o Piauí, onde finalmente desemboca no Rio Parnaíba, em Teresina.

Esculpidos pela correnteza do rio, os paredões da garganta chegam a 60m de altura e criam cavernas naturais e formas de beleza incomum. Além disso, algumas rochas ostentam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gravuras rupestres, diferentes das demais encontradas em outros sítios arqueológicos da região, como no Parque Nacional de Sete Cidades e no sítio arqueológico da Serra da Capivara, as quais foram esculpidas em baixo-relevo nas pedras das encostas.

Em seu estado praticamente original, de uma atmosfera quase transcendental e de puro encantamento, o Cânion do Rio Poti contribui para o desenvolvimento sustentável e o bem-estar das comunidades locais em razão de seu grande potencial geoturístico.

Ao reconhecer a importância desse espetáculo natural, bem como fortalecer a visibilidade do lugar como destino turístico, com foco na sustentabilidade ambiental e na valorização da cultura local, a proposição se torna capaz de alavancar desenvolvimento, progresso e geração de renda e emprego. É oportuno e meritório, portanto, um projeto de lei como este, que visa preservar e difundir nossas riquezas.

O voto, Presidente.

Conforme a argumentação exposta, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.353, de 2024, e aqui eu já rendo homenagem à Senadora Janaína pelo voto.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Excelente, Senadora Damares.

Eu também parabenizo a Senadora Janaína pela iniciativa, por tornar um monumento nacional o Cânion do Rio Poti.

A senhora falou de uma altura de 60m, deve ser algo incrível. Precisamos conhecer. É isso aí.

Bom, a votação...

A matéria está em discussão, perdão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir – porque eu já falei e parabenizei tanto a sua leitura como a iniciativa da Senadora Janaína – então, não havendo quem queira discutir, eu encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A votação será nominal – nominal –, já vamos atrás dos Senadores, que a maioria saiu. Fui pega de surpresa com esse nominal aqui, mas vamos embora, não é, Senadora Damares?

Então, a votação será nominal. Nós vamos abrir agora o painel.

Em votação, o Projeto de Lei 1.353, de 2024, nos temos do relatório apresentado pela Senadora Damares.

Os Senadores e as Senadoras que votam com o Relator votam "sim" e todos poderão votar. Já podem votar. Obrigada.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Vamos atrás do povo. (*Pausa.*)

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Vamos encerrar a votação?

Vou pedir para a Mesa abrir o painel...

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Dez Senadores votaram com a Relatora, SIM, nenhum Senador votou NÃO...

Aprovado o projeto.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa, para as providências cabíveis.

Eu pergunto se a autora dessa brilhante iniciativa, Senadora Janaína, quer fazer uso da palavra e já parabenizando a Senadora Damares, sempre muito gentil, está aí nos ajudando nos trabalhos da CMA, sendo Relatora *ad hoc*.

A SRA. JANAÍNA FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Bom dia, Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Bom dia.

A SRA. JANAÍNA FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Pela ordem.) – ... bom dia, nossa colega Damares.

Quero primeiro agradecer pela relatoria e agradecer ao nosso Senador Cid Gomes também, que foi o Relator. Então, a gente agradece.

A gente fala, com muita alegria... É uma região muito bonita, dos Sertões de Crateús, na região do Ceará, entre o Ceará e o Piauí, é um cânion, onde tem uma parte do cânion no Piauí e uma parte do cânion no Ceará.

Tem inscrições rupestres, tem animais... Então, assim, é uma vegetação bem...

No período de chuva, tem lá várias visitações de caiaque que o pessoal faz...

Então, assim, é uma região bonita.

O governo do estado já transformou a região em parque estadual e também numa área de proteção ambiental. Então, ele já está todo na proteção, com relação à questão ambiental.

Então, a gente tem muito orgulho de que, lá nos Sertões, a gente tem um cânion do Rio Poti, a gente imaginar que no Sertão não tem água, mas a gente tem as belezas, o Ceará tem as belezas naturais que nascem no Ceará e vão até o Piauí.

Então, hoje a gente fica feliz por estar transformando o cânion do Rio Poti em monumento nacional. Então, a gente só agradece aos Relatores e agradece à nossa Presidente.

A gente fica feliz por hoje estar... É uma forma de a gente atrair investimento, atrair turistas, para que a gente possa estar visitando essa região muito bonita na região do Ceará, que é no Sertão de Crateús.

Obrigada, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Imagina, Senadora Janaína.

Quero parabenizá-la pela iniciativa. Nosso país, com essas dimensões continentais...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos tantos lugares ainda para visitar, para conhecer, e eu, particularmente, não conhecia esse cânion no Rio Poti. Estava até conversando aqui com a assessoria: certamente vai fazer parte de uma possível viagem, o roteiro de uma possível viagem.

Então, parabenizamos a senhora e o povo do Ceará por esse brinde, presente da natureza.

A SRA. JANAÍNA FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Quero convidar a Presidente e todos que têm interesse de visitar uma região...

Está a 360km da capital, mas nós temos lá um povo acolhedor, um povo guerreiro, aguerrido, e a gente quer o bem da região, dos Sertões...

Lá nós temos a Serra das Almas, que é um projeto também na mesma região em que a Fundação Johnson faz um trabalho, junto com a Associação Caatinga, em que ela faz toda uma preservação da região lá, a Associação Caatinga... Ela envolve também a comunidade local, para que faça também a preservação da vegetação...

Então, a gente fica feliz por estar hoje dando essa visibilidade, essa importância do cânion do Rio Poti para o Brasil.

Obrigada, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Perfeito.

Povo aguerrido a senhora nem precisa me falar, porque, como filha de dois cearenses, Seu Francisco e D. Francisca – Seu Chico e D. Chica –, que Deus os tenha, aprendi muito com eles e sei muito bem a força do povo cearense, viu?

Parabéns à senhora, e parabéns pela iniciativa.

Bom, nada mais havendo a tratar, nós vamos para a nossa quarta-feira, porque temos ainda Comissões, Plenária, muito a tratar e muito a debater aqui na nossa Casa.

Agradecendo já a presença de todas e todos, agradecendo à nossa equipe aqui da assessoria da CMA e à minha, eu declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 9 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 56 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 29ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE JULHO DE 2024, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às nove horas e quarenta e três minutos do dia quatro de julho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência da Senadora Leila Barros, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Carlos Viana, Plínio Valério, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Otto Alencar, Teresa Leitão, Eduardo Gomes, Rosana Martinelli e Damares Alves, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Zenaide Maia e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Jayme Campos, Giordano, Marcos do Val, Margareth Buzetti, Eliziane Gama, Sérgio Petecão, Beto Faro, Flavio Azevedo, Jaime Bagattoli e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 30/2024 - CMA, de autoria Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Finalidade:** Discutir os possíveis impactos da proposta de alteração do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília. **Participantes:** Sra. Angelina Nardelli, Arquiteta, urbanista, vice-presidente do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural do DF (CONDEPAC-DF) e membro consultivo do ICOMOS; Sra. Marilda Fontinele, Promotora do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT); Sra. Patricia Carvalho, Presidente do Conselho Comunitário da Asa Sul (CCAS.DF); Sra. Vera Ramos, Arquiteta, urbanista e ex-presidente do Instituto Histórico Geográfico do DF (IHG-DF); e Sr. Paulo Niemeyer, Arquiteto e Urbanista. **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Leila Barros
Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/07/04

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 29ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 4 de julho de 2024.

Sras. e Srs. Senadores, autoridades presentes e cidadãos interessados no futuro da nossa capital, é com a mesma responsabilidade e comprometimento que nos reunimos, novamente, nesta segunda audiência pública, para prosseguir com o importante debate sobre o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCub).

Na primeira audiência, reconhecemos a magnitude dessa discussão e seus impactos profundos sobre nossa amada cidade e a necessidade de ampliarmos o debate, ouvindo especialistas e representantes da sociedade. Brasília, Patrimônio Mundial da Humanidade, conhecida como um dos símbolos máximos da arquitetura modernista, não pode ser vista apenas como um conjunto de edifícios e monumentos, mas, sim, um testemunho vivo da nossa identidade nacional.

Desde sua concepção por Oscar Niemeyer e Lúcio Costa, esta cidade foi planejada com meticulosa consideração à sua integração com o meio ambiente, suas amplas áreas verdes e seu traçado urbano singular, o que inspira a admiração global.

O PPCub propõe mudanças substanciais que afetarão áreas do Distrito Federal.

Destacam-se:

- ajustes na altura dos edifícios do setor hoteleiro;

- novos empreendimentos comerciais em áreas anteriormente destinadas a usos diferentes;

- as quadras 900 Sul e Norte poderão abrigar pousadas, apart-hotéis, hotéis e motéis, substituindo os usos anteriores como escolas e hospitais;

- nos Setores de Clube Norte e Sul, à margem do Lago Paranoá, está prevista a criação de novos lotes para comércio e pequenas indústrias;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- nas proximidades dos Palácios da Alvorada e do Jaburu, serão permitidas a construção de hotéis, apart-hotéis e residências;

- e até mesmo poderão ter funerárias em postos de combustíveis do Plano Piloto.

Incrível.

Segundo manifestações do GDF, alguns pontos do projeto serão vetados, mas isso não é suficiente.

É fundamental que todo o projeto seja reavaliado de forma abrangente, pois apenas com uma revisão completa e criteriosa podemos assegurar que sejam tomadas decisões verdadeiramente benéficas para todos os cidadãos do Distrito Federal. Qualquer modificação no PPCub deve ser avaliada não apenas por seus benefícios econômicos imediatos, mas também por sua contribuição para o bem-estar social e para a proteção do nosso meio ambiente. Devemos evitar a especulação imobiliária desenfreada e garantir que o plano esteja alinhado com os princípios de desenvolvimento sustentável e inclusão social.

A preservação de Brasília, Patrimônio Cultural da Humanidade, deve ser conduzida com transparência e respeito ao bem-estar coletivo, garantindo que as decisões urbanísticas priorizem a qualidade de vida e os direitos de todos os cidadãos. Preservação não é um obstáculo ao desenvolvimento, mas, sim, um guia para um crescimento sustentável, que respeite nosso patrimônio cultural e ambiental.

As decisões que tomamos hoje moldarão o futuro de nossa cidade, determinando não apenas a sua estética urbana, mas também a sua resiliência ambiental e sua capacidade de adaptação às mudanças climáticas.

Além disso, é imperativo que abordemos os desafios de mobilidade urbana, que podem surgir com o aumento da densidade populacional. A infraestrutura deve ser adequada às novas demandas, sem comprometer a qualidade de vida dos residentes de nossa cidade e sem aumentar congestionamentos já existentes. Nossa visão para Brasília deve ser a de uma cidade que se desenvolve de forma equilibrada, valorizando sua história e sua arquitetura, ao mesmo tempo em que promove o bem-estar de todos os que vivem aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, conclamo a todos os presentes a contribuírem de maneira construtiva nesta audiência, sem grandes paixões, sem campos ideológicos, sem esquerda e sem direita, direita ou esquerda. O que nós queremos de fato é fazer o debate técnico e profundo sobre os impactos disso na vida dos nossos cidadãos – de todos nós, aliás. Portanto, repito, conclamo a todos os presentes para contribuírem de forma construtiva nesta audiência e que possamos continuar neste diálogo, com serenidade e determinação, buscando soluções que honrem o nosso compromisso com Brasília e que preparem a nossa cidade para um futuro próspero e sustentável.

Eu agradeço a presença de todos e conto com a sua colaboração nessa jornada crucial para o futuro da nossa capital.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de discutir os possíveis impactos da proposta de alteração do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília, em atenção ao Requerimento nº 30, de minha autoria.

Convido agora a tomarem lugar à mesa os seguintes convidados...

Já faço aqui um pedido de desculpa por algum cargo errado que possamos citar aqui. Eu peço desculpas, pois recebemos a lista na última reunião, e a nossa equipe precisou buscar os dados no Google. Estou lendo o que está escrito aqui, gente, para justificar – estou até assim, surpresa, olhando para a Mari. Mas, enfim, esse é o mundo real, sem grandes formalidades.

Soubemos que alguns dados apareceram desatualizados, então eu já peço desculpas aos nossos convidados.

Lembro que, mais uma vez, foi convidada a representação do Governo local, da Seduh e da Sema, e nós não obtivemos resposta e nem retorno, para virem a essa audiência. Então, estamos dando a fala para todos.

Agradeço a presença aqui do nosso Deputado Gabriel Magno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais uma vez, muito obrigada pela presença, pela preocupação e pelo comprometimento com uma pauta tão importante. (*Palmas.*) E quero mandar meu abraço à nossa Câmara Legislativa aqui do Distrito Federal.

Para compor a mesa, eu vou chamar:

- a Sra. Angelina Nardelli, Arquiteta Urbanista, Vice-Presidente do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural do DF e membro consultivo do Icomos; (*Palmas.*)

- a Sra. Marilda Fontinele, Promotora do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; (*Palmas.*)

- a Sra. Patricia Carvalho, Presidente do Conselho Comunitário da Asa Sul; (*Palmas.*) é uma mesa recheada de mulheres, esse é o nosso compromisso;

- Sr. Paulo Niemeyer, Arquiteto e Urbanista; (*Palmas.*)

- Sra. Vera Ramos, ex-Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal. (*Palmas.*) Corrigindo, Arquiteta e Urbanista também.

Muito bom. Agradeço a presença a todos.

Inicialmente, nós vamos dar dez minutos para cada um dos nossos expositores e um acréscimo de até dois minutos.

Vou passar a palavra, primeiramente, à Angelina Nardelli, Arquiteta e Urbanista, Vice-Presidente do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural e membro consultivo do Icomos.

Seja bem-vinda, Dra. Angelina!

A SRA. ANGELINA NARDELLI (Para expor.) – Obrigada.

Não precisava se desculpar. Acontece mesmo a troca de cargo.

Bom dia a todos e todas! Eu vou tentar ser o mais breve possível, dentro do que é possível ser breve, num assunto tão complexo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumprimento a mesa, em especial a Senadora Leila Barros – eu também tinha "Barros" no nome. Acabei tirando. Que droga, não? –, pela iniciativa em trazer o debate do PPCUB para uma importante Casa da democracia brasileira.

Acredito que seja importante, mesmo com o pedido de desculpas, que não precisava ter ocorrido, porque, sim, a internet, às vezes, tem todos os dados e não tem todos. Eu agradeço imensamente por estar à mesa. Antes de mais nada, eu tenho muito orgulho de dizer que eu estou aqui pelas muitas instâncias da sociedade civil de que eu participo. Eu estou como brasiliense, arquiteta e urbanista, que cresceu e aprendeu sobre arquitetura nestes traços pensados por Lúcio Costa e nas obras magníficas do Oscar Niemeyer.

Eu respirei a escala bucólica a minha vida inteira. Eu fui velejadora. Então, eu entendo também que a orla do lago tem uma importância significativa para a paisagem da cidade de Brasília. Nós não somos apenas uma cidade que é tombada, inscrita na Unesco. Nós temos uma importância como preservação de uma paisagem única no mundo.

Dito isso, eu gostaria de esclarecer o equívoco para os meus colegas do CAU. No convite inicial, o meu nome veio como Vice-Presidente do CAU-DF. O cargo é ocupado por outra arquiteta. Eu estou na gestão do conselho. É a minha segunda gestão no CAU-DF. Só que, nele, eu represento o CAU no Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal. Por isso vocês encontraram mais fácil.

Dito isso, esclarecido o equívoco, com certeza, eu fui confundida com outro cargo que eu ocupo, que é o de Vice-Presidente do Condepac, muito defendido pelo Gabriel Magno. Agradeço imensamente que, aqui, tem outros conselheiros comigo. Nasceu o intuito de defender a cidade a partir de uma condição clara de necessidade em defesa do patrimônio cultural do Distrito Federal. Por lá, eu sou Vice-Presidente e represento a sociedade civil, trabalhando com outros conselheiros que, igual a mim, têm o mesmo caráter de competência e de comprometimento.

Cabe ressaltar que não recebemos jetom nem no CAU, nem no Condepac, nem no Conam. Eu quero deixar isso claro para poder fazer entender que a defesa do meio ambiente e do patrimônio não é, para mim, uma questão financeira. Ela é estritamente uma questão histórica,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acadêmica, necessária para a humanidade. É a manutenção de um bem que não é só nosso, não é só brasileiro.

Eu sou membro do Icomos (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios), uma organização governamental global que está associada à Unesco e que tem a missão de promover a conservação, a proteção, o uso e a valorização dos monumentos, sítios urbanos e centros urbanos. No Icomos, eu participo atualmente na gestão, como membro consultivo, e também estou, para além disso, num conselho que se chama Comitê Científico de Interpretações, Educação e Narrativas Patrimoniais. O Icomos tem diversos conselhos, e muitos deles tratam e trabalham a questão do patrimônio do século XX, o nosso caso.

No Icomos-DF, nós fizemos uma nota e a entregamos previamente à Seduh e também à Câmara Legislativa. Foi protocolada – isso ainda enquanto PLC 41, de 2024; hoje, PPCUB. Posteriormente, o Icomos-BR trouxe uma nota em que fez um alerta muito importante. Ele trouxe a percepção do risco para que o bem não entre, como bem protegido da humanidade, na inscrição do Heritage Alert, que é o alerta de patrimônio em risco. Este PPCUB, no formato como foi apresentado, é passível de entrar nessa lista de risco de patrimônio.

O Icomos também reiterou, mais de uma vez, e, desta vez, de novo, a solicitação da criação de um comitê gestor para o Conjunto Urbanístico de Brasília, que é o *locus* natural para avaliação dos impactos de medidas como as que estão sendo apresentadas no PPCUB. Então, é importante, neste ponto, contar que eu também estou na OAB – também sem jetom – e fui convidada a participar, como conselheira consultora. Pela OAB, um dos documentos importantes neste processo surgiu e também foi protocolado na CLDF para alertar sobre algumas partes desse texto do PPCUB, ainda PLC, e sobre a importância de modificá-los.

Então, por que eu trouxe esses pontos? É um alerta contínuo do risco que a gente corre e que Brasília corre – quando eu digo nós corremos, são as pessoas que entendem Brasília como patrimônio – a partir de propostas vindouras desta proposta, que, a qualquer momento, poderá entrar em vigor. A participação da população e a inclusão de estudos sobre impacto ambiental e estudos mais aprofundados é o mínimo – reitero as falas da Senadora e corroboro com elas –, é o mínimo a se preservar, é o mínimo a se conter num plano como esse!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O próprio plano e muitas emendas afetam, agressivamente, o tombamento e a paisagem. Eu gostaria de fazer com que entendam que paisagem é uma composição de tudo que é urbano; paisagem urbana é tudo que nós vemos. Dela fazem parte as escalas residencial; gregária, centro da cidade, onde, provavelmente, caso passe o PPCUB como está, com a emenda que foi proposta, teremos aumento de gabaritos e quantidade maior do que a história da cidade, e essa paisagem histórica, que fica marcada como uma sequência da criação e da composição em 64 anos da cidade, vai acabar acontecendo; monumental, que celebra Brasília como capital e para o mundo é reconhecida; e bucólica, que, provavelmente, vai sofrer mais com o PPCUB como está, se for apresentado.

Uma das emendas mais agressivas é a Emenda 3, art. 20, que diz o seguinte: "Nos loteamentos urbanos inseridos no Conjunto Urbanístico de Brasília, inscritos pelo Poder Público em serventia de registro de imóveis antes de 20 de dezembro de 1979 [...] [corto e pulo para] os espaços livres neles existentes são considerados áreas remanescentes de propriedade da Terracap, no tocante às terras que recebeu da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - Novacap, por sucessão legal".

Essa é uma emenda que representa um risco alto sob o ponto de vista patrimonial e é estranha ao objeto e ao objetivo do PPCUB. Ela não cabe como um processo, porque ela vai permitir um imenso estoque fundiário ao parcelamento da Terracap e um controle social e legal diminuto, visto que está livre de procedimento de desafetação. As áreas remanescentes foram mantidas, porque elas não deveriam receber edificação. Então, passamos a correr um risco sério de elas serem vendidas para o privado e de que, por meio de simples decreto, possam ser alteradas quaisquer dessas ações dentro dessas áreas.

Após a venda, como impedir uma edificação? Como impedir a construção? Então, essas áreas, inicialmente, são destinadas como áreas livres, e o risco acaba sendo um pouco mais enfático, em especial para a escala bucólica. Brasília é representada, em especial, por essa escala. No tombamento – um tombamento único –, com nossas quatro escalas, único no mundo...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ANGELINA NARDELLI – ... traz-se essa condição. Cria-se, então, uma questão ambiental problemática também, porque nesses pontos isso muda consideravelmente. Vento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agrega valor, por meio de materiais agregados na construção, impermeabiliza o solo e aumenta o risco de crises ambientais em Brasília. Um plano com tamanha importância que foi trabalhado inúmeras vezes, ao longo de 15 anos, não deveria chegar a esse ponto, 15 anos depois, com tantas falhas e com tanto comprometimento.

Eu gostaria de acrescentar uma parte. Conversávamos ali um grupo de arquitetos, e foi muito bem lembrado que há um grupo muito grande de arquitetos da Seduh, técnicos que, sim, fazem um bom trabalho. Eu sinto, quando eu tenho que falar, que se esqueceram do patrimônio, numa cidade que é, exclusivamente, pensada hoje, depois de tombada, depois de inscrita como patrimônio. Então, por mais incrível que pareça, as apresentações, todas as vezes para o CUB, não falam em questões primordiais da cidade. É importante explicar, mesmo que grosso modo, que essa paisagem da cidade é composta por signos, aquilo que a gente vê, e significados, como eu reconheço o que estou vendo; e, obviamente, o modo como as pessoas usam a vegetação que ali se encontra, os cheios e os vazios. Não existe tombamento de Brasília, pura e simplesmente, pelas ruas ou avenidas. Quando se fala em tombamento do urbano, a gente precisa inserir nisso as edificações, as áreas verdes, as praças, o modo como as pessoas utilizam a cidade.

Dito isso, Brasília é uma cidade de 64 anos, e o risco da perda dessa identidade histórica, porque ela imprime, ao longo do tempo, uma camada de composição nesses cheios e vazios...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ANGELINA NARDELLI – Estou quase terminando. Está bom.

E é iminente quando se trata de um plano em que foram desconsiderados atributos importantes. Eminentemente o quê? Essa perda. Então, qual é a categoria de indicação de preservação no PPCUB para as edificações que estão contidas nesse plano, que estão contidas nesse projeto e nessa estrutura que é a cidade, que é o CUB?

Então, uma pequena lista foi apresentada na PLC e consta na aprovação, sem que nela estejam detalhadas as edificações passíveis de manutenção da paisagem do sítio tombado. Não existe uma explicação de por que elas não são projeções a serem tombadas. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso é estresse, gente. Isso é maldade! Eu sou professora, faço isso com os alunos e acho que estou sentindo na pele: "Gente, cinco minutos." (*Risos.*)

Bom, e por que eu trouxe isso? Porque os hotéis pequenos têm sido muito falados. Eles estão na escala gregária, e o que é dito é que essa composição da escala gregária permite edificações em altura maior na composição de Brasília como um todo, desse CUB, do Conjunto Urbanístico de Brasília. A questão é que o Anexo VII da Purp TP3 da UP2 vai propor alterações nas alturas dos hotéis, e aí diminui a diversidade de volumetria que caracteriza a ocupação e a paisagem da escala gregária.

Isso induz a demolição de edificações que têm o caráter primordial de preservação, porque elas contam a história de um tempo, de um processo, de um período – está impresso na paisagem que é Brasília – e, obviamente, precisa de muito mais análises, porque impacta negativamente a paisagem do Eixo Monumental. E, infelizmente, quando eu faço uma pergunta sobre: "Por que vocês decidiram pôr essa verticalização?", eu tenho escutado coisas como, por exemplo, a verticalização vai permitir que nós possamos, de alguma forma, fazer com que o entorno seja mais privilegiado e, com isso, pessoas passem a andar na cidade.

Eu sou professora de urbanismo, eu viajo para vários lugares do mundo, eu gosto de me perder nos centros das cidades. Eu acho fascinante entender a cidade como uma questão social, uma questão política, uma questão econômica. E, todas as vezes que eu vejo centros de cidade, em especial os que contêm edificações hoteleiras, a não ser que elas virem edificações residenciais ou de uso misto, dificilmente a gente vai ver gente andando pela cidade. A melhoria de uma área dentro do CUB não depende apenas do crescimento de uma, duas, seis ou doze edificações; ela vai depender da qualidade de caminhabilidade que se traz. Então, é uma iluminação boa, um policiamento adequado, acessibilidade, porque nem todo mundo anda bem na cidade – eu sou uma prova disso – e mobilidade, que vai permitir que as pessoas façam seus caminhos, a longas distâncias, sem precisar se preocupar tanto em como chegar, onde ficar.

Alguns dos hotéis pequenos são icônicos – vocês devem saber –, alguns deles têm a ver com questões até pessoais, mas aqui eu não estou trazendo a questão pessoal, eu estou trazendo a questão técnica. E uma questão técnica seria manter, afinal de contas, em qualquer outra cidade do mundo – quando eu viajo, ou quando eu ensino sobre, ou quando eu me

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

proponho estudá-la –, nitidamente edificações que demandam processos iniciais, como essas que têm matrículas de 1961, 1970, etc., elas trazem condições singulares para o conhecimento do processo de crescimento dessa cidade tão nova, com 64 anos.

A Emenda nº 1 – que eu acho que é uma das mais agressivas também – impede a cobrança de Odir da mesma maneira como acontece em outras áreas do Distrito Federal – comentávamos isso. A Odir é uma cobrança de contrapartida do exercício do direito a construir acima do coeficiente de aproveitamento básico até os limites máximos adotados no plano diretor.

Então, juntando as duas questões, provavelmente, se isso passa, a gente não vai ver nenhum hotel pequeno, mesmo que, no mundo, grandes arquitetos tenham mantido algumas edificações históricas e construído sobre elas, a partir do miolo delas, mantendo a estrutura externa, e a gente vê isso, muito, como condição de patrimônio.

Também é estranho alegar que Brasília foi projetada para 500 mil habitantes e que a gente tem que construir mais para conseguir alcançar tudo isso. Cabe lembrar – quem conhece bem Brasília e quem não conhece e está presente, escutando ou assistindo – que na Asa Norte ainda há uma série de pontos a serem construídos com questões de edificação multifamiliar. E, mais ainda, se a gente fizer um cálculo rápido...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ANGELINA NARDELLI – ... e pensar em todas essas que vão ser construídas, já legalizadas, porque são parte do projeto original do Lúcio Costa, a gente ainda consegue pensar nas que estão vazias.

Provavelmente, essa conta vai inteirar isso que falta e que usam como justificativa. Prometo trazer essa conta detalhada, porque eu já estou fazendo-a. Não... estou detalhando, estou vendo onde está vazia, onde não está, enfim. Está sendo um trabalho árduo, mas, já que eu afirmo isso, faço questão de trazer. Se eu estiver errada, eu vou reiterar a fala, mas não é o caso – vou pedir desculpas, mas não é.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu termino a fala passando um pouco do tempo – com certeza, eu já sabia que ia passar do tempo, então escrevi isso – porque eu espero ter contribuído significativamente para um debate em que eu tenho muito mais a dizer.

Brasília é uma cidade única, é uma pérola, é nossa, mas também é do mundo. Brasília é considerada, no mundo inteiro, como uma...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ANGELINA NARDELLI – ... cidade maravilhosa e, para o turismo, uma cidade instagramável, como dizem os jovens, mas a gente não está vendo isso, o que a gente vê é um abuso. Eu vou chamar de abuso e peço desculpas por isso – palavras mais agressivas eu não gosto de usar, acho que fica muito chato com os colegas, porque eu conheço alguns deles, que estiveram em grupos, ao longo desses 15 anos, e participaram da produção desse plano.

E é muito agressivo permitir que grupos com interesses específicos gestem o poder de um plano que é único e especial para uma cidade que o mundo todo está de olho, e não está de olho porque quer construir, está de olho porque quer manter.

Mobilidade viu-se razoavelmente. Eu gostaria de ter visto muito mais, porque, quando a gente fala em desenvolvimento, em especial de uma cidade que é patrimônio, o maior sítio urbano do mundo, minimamente a gente tem que estar falando da permissão de outras regiões administrativas usarem a cidade e de as pessoas que moram em Brasília também usarem as outras regiões administrativas.

E por que não, aproveitando a deixa, já que estamos revisando – revisando não mais, estamos na reta final das questões do PDOT –, por que não a manutenção do meio ambiente, a mobilidade, que é necessária, fazendo com que todo o território do Distrito Federal ou a Grande Brasília, ou Brasília, como alguns têm preferido chamar e ainda não determinado o que seria, mas, sim, o Distrito Federal, que nasce para comportar Brasília, que nasce de um projeto de Lúcio Costa, que segue com dois grupos a fazer esse projeto, onde tem Oscar Niemeyer como um grande apoio, um grande arquiteto, corroborando com todo esse processo que fez Brasília tornar-se Brasília?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que agora é hora de todo mundo começar a entender, inteirar-se, tentar compreender o que são as escalas, porque é necessário dividi-las enquanto observação da paisagem. E lembrem, por favor, que a paisagem é um composto. O urbanismo é composto por tudo aquilo que nele se contém. É impossível dissociar tudo isso, continuar com essa fala, onde o urbanismo e o tombamento de Brasília são considerados algo que vai permitir com que todas as edificações passíveis de tombamento ou que sejam necessárias para manutenção dessa continuidade do crescimento da cidade, da história, se percam.

Eu peço desculpas por ter avançado muito a fala. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Obrigada pela participação, Angelina Nardelli.

Eu vou passar a palavra, agora, para a Sra. Promotora do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, a Dra. Marilda Fontinele.

Seja bem-vinda, Doutora!

A SRA. MARILDA FONTINELE (Para expor.) – Exma. Sra. Senadora, na pessoa de quem cumprimento os demais integrantes da mesa, senhoras e senhores, bom dia.

Em primeiro lugar, quero agradecer à Senadora por dar fala ao Ministério Público, por dar voz ao Ministério Público nesta assentada. Esta é uma Casa democrática. O Ministério Público, como instituição indispensável à função jurisdicional do Estado, encarregada da tutela dos direitos indisponíveis, que são os direitos coletivos, se sente na missão de representar a coletividade nesta audiência.

Falar de preservação do conjunto urbanístico é algo extremamente necessário, porque, como disse a Angelina, Brasília é tombada como Patrimônio Cultural da Humanidade. Brasília não interessa somente aos habitantes da cidade, mas interessa à humanidade, porque é um patrimônio histórico-cultural da humanidade. Então, quando nós, de alguma forma, violamos essa preservação, nós não estamos violando só os direitos coletivos dos habitantes da cidade, mas de toda a humanidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, nesse sentido, é que nós vemos, com muita preocupação, a aprovação pela Câmara Legislativa desse projeto e com algumas emendas que nós consideramos também inapropriadas. Se o projeto original já tinha uma série de distorções, com as emendas, fica aquela história... Vamos usar aqui um termo: às vezes, a emenda fica pior do que o soneto. Então, ficou muito complicado falar em preservação com esse texto que nós temos hoje.

O Ministério Público acabou... O nosso Procurador-Geral acabou de fazer uma Comissão, um grupo de trabalho integrado por promotores, porque vamos combinar: a Promotoria de Defesa da Ordem Urbanística é dividida em seis regiões, e a minha área geográfica é o CUB. Então, assim, seria um trabalho hercúleo que eu teria que fazer sozinha, e, então, o nosso Procurador-Geral fez esse grupo de trabalho, e já passei essa informação para alguns integrantes aqui desta mesa.

O que acontece? Nós vamos ter que rever esse plano do ponto de vista formal da constitucionalidade e do ponto de vista material. Do ponto de vista material, nós vimos que a Angelina acabou de trazer algumas questões. Nós vamos ter que analisar cada um desses pontos. E como que é se preserva e se desenvolve ao mesmo tempo?

Nós tivemos uma reunião ontem, e uma das integrantes da reunião, a Beatriz... Ela é de onde mesmo, Angelina?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. MARILDA FONTINELE – Do Icomos. Ela trouxe um dado muito importante. Ela falou assim: "Olha, não tem como preservar se não inventariar antes".

Então, o que a gente precisava fazer antes de falar em preservação? Nós precisaríamos colocar Brasília Revisitada de Lúcio Costa, com suas quatro escalas, num plano cartesiano. E que plano cartesiano seria esse? Qual é a concepção da cidade nas suas quatro escalas? Quais são as distorções que existem hoje? Onde é que está? Onde é que está o desvirtuamento? E o que ainda pode ser preservado?

Parece que nós fizemos o contrário. Em vez de colocar isso num plano cartesiano, nós usamos o seguinte – eu vou usar aqui uma expressão... O plano de Brasília Revisitada, o desenho de Lúcio Costa – que é muito bem estruturado... Se a gente colocar o PPCUB hoje, nós vamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazer o seguinte: nós vamos rabiscar esse desenho, mas rabiscar sem o menor critério. Qual o critério objetivo que o plano de preservação traz? Sabe qual é? P de planos, programas e projetos, ou seja, planos, programas e projetos, que estão previstos no texto da lei, significam que, por decreto ou por um simples estudo da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, podem se modificar.

Então, nós estamos aqui numa situação muito difícil, por quê? Esse projeto passou pela mão, ou seja, pela aprovação de uma Câmara Legislativa, composta de 24 Deputados. Tristemente, eu verifico que nós vamos ter que transferir essa análise para 21 desembargadores, porque o Ministério Público vai ajuizar uma ação direta de inconstitucionalidade. E nessa... (*Palmas.*)

Então, se a pressão, com os nobres Deputados, não foi muito eficiente, eu vou ter que conclamar a sociedade a fazer pressão no Tribunal de Justiça.

Nesta semana foi julgada uma ação direta de inconstitucionalidade da ocupação dos becos no Lago Sul e da orla do Lago por algumas propriedades. E nós vimos o trabalho hercúleo do Desembargador Diaulas, um voto excelente, em que ele fez um apanhado histórico de Brasília, na sua concepção original e na sua concepção, também, como patrimônio histórico. E aí ele trouxe um dado tão interessante, ele falou o seguinte: "Olhem, quando Brasília foi eleita como Patrimônio Cultural da Humanidade; na mesma assentada, as Muralhas da China, que são uma construção milenar". Então, olhem só a importância de Brasília no contexto mundial.

Não podemos deixar que isso aconteça. Então, esta reunião aqui, esta audiência pública é muito importante, porque a gente precisa se unir como sociedade, precisamos nos organizar. E o Ministério Público, neste momento, está aberto a todas as contribuições de juristas, de urbanistas, de arquitetos, para que a gente possa levar ao tribunal todas essas incongruências que foram aprovadas. Algumas eu espero que ainda sejam objeto de veto do Governador, e aí diminui um pouco o nosso trabalho.

Mas eu vejo um trabalho muito difícil pela frente. Como Ministério Público, eu quero dizer que esse é o meu maior desafio, em toda a minha carreira, e olhem que eu já tenho 30 anos de Ministério Público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu conto com os senhores e agradeço a oportunidade, Senadora Leila. Essas são as minhas palavras.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Dra. Marilda, deixo aqui meu abraço ao Dr. Georges, uma figura pela qual eu tenho muito respeito.

O Dr. Georges vem muito aqui ao Senado Federal, sempre provocando, provocando a mim, provocando a bancada. E, muito feliz, esperava dele e do Ministério Público essa ação, essa iniciativa, essa preocupação. Com o Ministério, eu sei que a gente sempre pode contar.

Então, instituir um grupo de trabalho para acompanhar esse plano é fundamental, a judicialização e, acima de tudo, eu gostaria... O Gabriel Magno não está mais aqui. Foi ação de poucos ali, a gente sabe que, muitas vezes, existe um Governo, existe um poder, e é o que eu falo muito, essa coisa de campos, polícia...

Um gestor público não pode simplesmente abrir a porteira e, numa canetada, achar que, por ele ter o poder, pode fazer as coisas de uma forma – digamos – sem ouvir a todos. Eu acho que, quando a gente fala de governar, quando a gente fala de participar no Executivo, tem que se governar para todos e ouvir a todos.

Então, saber que hoje, através destas duas audiências, a gente pode trazer, de fato, a área técnica... E aí eu quero agradecer o comprometimento dos urbanistas, dos arquitetos, da sociedade civil aqui, representada pela Patricia, tanta gente que veio nos acompanhar nestas audiências... É isso que nós...

Eu de certa forma me sinto feliz, porque eu achei, muitas vezes, que talvez não atingíssemos o objetivo maior, que é a sociedade civil. Nós estamos aqui – os urbanistas, os arquitetos, o Ministério Público –, mas, como a senhora falou, a população agora está entendendo, e esse era o maior objetivo de todos nós com estas audiências públicas.

Quero agradecer a vocês que são técnicos, porque este aqui é o nosso papel, e cada dia eu me convenço mais de que, quando tivermos os debates na Casa, a gente não pode, de fato, abrir mão de audiências públicas para escutar. Hoje, eu estou Relatora do projeto do mercado de carbono, e é o maior desafio da minha vida – a senhora está no seu, eu estou no meu. Já tive

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inúmeros projetos desafiadores, mas esse da transição ecológica energética no país... Então, esta é a nossa missão: trazer todos à mesa para conversar. Isso é democracia; isso é democracia.

E saber que a senhora, uma mulher – e, certamente, nada contra os homens, mas a gente sabe que... (*Palmas.*)

É verdade, é verdade.

A mulher tem uma preocupação maior de ouvir a todos. Muitas vezes até pela nossa própria característica, nossa essência, nós não decidimos nada sozinhas. A gente tem a nossa família, e as nossas ações nunca são feitas pensando na gente: é no filho, é no marido, é na família. E, quando a gente está num posto de poder, de decisão, a gente sempre pensa: tudo bem, o que a minha decisão está afetando? Ela afeta A, B, C, a minha família, inclusive o meu filho, os filhos das outras mulheres... Então, é muito bacana, neste momento, saber que a senhora está cuidando desse processo todo para nós.

Eu vou passar a palavra agora para a Patricia Carvalho, que é Presidente do Conselho Comunitário da Asa Sul.

Seja muito bem-vinda, Patricia.

A SRA. PATRICIA CARVALHO (Para expor.) – Obrigada, Senadora.

Bom dia a todos, bom dia aos meus colegas integrantes da mesa.

É muito importante estarmos aqui hoje para podermos debater sobre a importância desse plano. Se ele for aprovado da forma como está, os impactos negativos serão de grandes proporções não só para quem mora na área tombada, mas para quem trabalha nela, para quem a frequenta. Por isso, é muito importante estarmos todos aqui hoje.

Caros concidadãos, o Conselho Comunitário da Asa Sul expressa profunda preocupação com a recente aprovação do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB) pela bancada governista na Câmara Legislativa do Distrito Federal, com o apoio do Governador Ibaneis Rocha. Essa aprovação representa uma ameaça significativa ao tombamento da nossa capital, Brasília, Patrimônio Cultural da Humanidade reconhecido pela Unesco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasília, projetada pelo visionário urbanista Lúcio Costa e pelo arquiteto Oscar Niemeyer, é mais do que a sede do nosso Governo: é um símbolo de modernidade, de inovação arquitetônica e urbanística e de nossa capacidade de sonhar e de realizar grandes projetos. A cidade foi concebida com uma visão única, harmonizando espaços residenciais, comerciais e administrativos e áreas verdes de uma maneira que prioriza a qualidade de vida de seus habitantes e preserva o meio ambiente.

No entanto, o PPCUB, tal como aprovado, ameaça desvirtuar essa visão original. As alterações propostas pelo plano não apenas comprometem a integridade do projeto urbanístico original, mas também abrem precedentes perigosos para futuras intervenções, que podem descaracterizar a cidade.

Primeiramente, o PPCUB permite a expansão desordenada e a verticalização em áreas sensíveis de Brasília, que foram projetadas para manter uma harmonia entre o espaço construído e as áreas verdes. Essas mudanças podem resultar em um aumento da densidade populacional que não foi previsto pelos planejadores originais, criando problemas de infraestrutura e comprometendo a qualidade de vida dos moradores.

Além do mais, o plano aprovado inclui permissões para construções que não respeitam as escalas e o estilo arquitetônico que fazem de Brasília uma cidade única. A inclusão de novos empreendimentos comerciais e residenciais sem a devida análise de seu impacto visual e ambiental e do impacto na mobilidade podem levar à perda das características que conferem à cidade o seu valor excepcional.

Não podemos permitir que interesses econômicos de curto prazo comprometam o patrimônio que pertence não apenas aos brasileiros, mas a toda a humanidade. O tombamento de Brasília pela Unesco foi um reconhecimento da importância cultural e histórica da nossa capital, e temos a responsabilidade de preservá-la para as gerações futuras. Ignoram o fato de que o Plano Piloto foi concebido com tal proposta urbanística para ser um projeto modelo às demais cidades do DF, não para concentrar tudo em si. Ao contrário, este PPCUB virou um projeto de adensamento, de especulação imobiliária, de centralização tanto na concepção do GDF, quanto pelas emendas da CLDF.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A saúde pública está em um estado de caos, com hospitais superlotados, falta de profissionais, uma gestão ineficaz que coloca em risco a vida de milhares de brasilienses. A mobilidade urbana também é uma área de grande preocupação: o transporte público é insuficiente, é ineficiente, obrigando muitos a dependerem de veículos particulares, o que só agrava o problema de trânsito e a poluição na cidade.

Ademais, a administração atual demonstra um claro descaso com a preservação ambiental, especialmente em relação ao bioma Cerrado. Esse bioma, crucial para a biodiversidade e para o equilíbrio ambiental da região, vem sendo devastado por políticas irresponsáveis e por um desenvolvimento urbano desenfreado, sem critérios ambientais rigorosos.

O Governo de Ibaneis Rocha precisa ser responsabilizado por essa falta de visão e de planejamento, que compromete não apenas a qualidade de vida atual dos cidadãos, mas também o futuro sustentável da nossa capital.

É ainda mais preocupante notar a ascendência que tiveram o Sinduscon, a Codese e a Fecomércio – entidades com grande interesse no adensamento urbano – nesse processo, evidenciada na ata de uma reunião realizada pelo Conplan, um conselho ligado à Seduh, e explícita nos comunicados do GDF.

Senhoras e senhores, peço que todos se unam na defesa de Brasília. Precisamos exigir, conforme recomenda a própria Unesco, que o PPCUB seja encaminhado ao Comitê do Patrimônio Mundial, para que resulte num plano de preservação de verdade, respeitando a essência do projeto original de Lúcio Costa e Niemeyer. É imperativo que qualquer desenvolvimento futuro seja feito com responsabilidade e transparência por um órgão autônomo e independente, com compromisso de preservar o patrimônio cultural que é Brasília.

Concluo o meu discurso reiterando a necessidade de um planejamento urbano responsável e sustentável, que priorize a preservação da nossa capital. Brasília é um legado para o mundo, e temos o dever de protegê-la. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Grata pela participação, Patricia, Presidente do Conselho Comunitário da Asa Sul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu já falei para o Dr. Paulo Niemeyer aqui que, como ele é o bendito fruto, ele vai ser o último. Eu falei "*ladies first*". Então, eu vou passar a palavra agora para a Sra. Vera Ramos, Arquiteta e Urbanista e ex-Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal.

Seja muito bem-vinda, Dra. Vera!

A SRA. VERA RAMOS (Para expor.) – Obrigada.

Bom dia a todos!

Cumprimento a Senadora e os demais membros da mesa e parabenizo por esta iniciativa de dar voz também à sociedade civil.

Faz 11 anos que estive aqui, num outro plenário, falando de uma outra versão do PPCUB – eu fiz uma apresentação. Eu posso afirmar – eu acompanho isso desde 2008 – que a versão atual que foi aprovada traz mais ameaças, maiores ameaças do que nós pensávamos naquela época.

Muito já foi dito, mas eu julgo importante falar que a função primeira de Brasília é a político-administrativa e a de promover o desenvolvimento da Região Centro-Oeste.

E o entendimento dos sucessivos governos tem sido sempre trazer para cá e centralizar nessa área do conjunto urbanístico de Brasília, que tem a proteção em três níveis, três instâncias de poder, o tombamento distrital, o tombamento federal e a inscrição na lista do Patrimônio Mundial. Então, nós temos que ter sempre em mente que esta cidade, como já foi dito aqui, é uma cidade única, que representou muitas inovações.

Uma delas foi a de ter sido inscrita na lista dos patrimônios antes do tombamento federal. Teve um decreto distrital de proteção, ela era uma cidade muito jovem, e apenas cidades seculares eram inscritas na lista. Juscelino Kubitschek, na sua visão de estadista, com um mês e meio da cidade, aproximadamente, no dia 15 de junho de 1960, enviou um bilhete para o então Presidente do Iphan, Rodrigo Melo Franco, solicitando estudos com vistas ao tombamento, e ele justificava isso dizendo que era em função das arremetidas demolidoras que já se anunciavam vigorosas naquela época. E esse PPCUB é a mais forte arremetida demolidora que nós estamos vendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de dizer que muito se tem falado em preservação. O que é preservação do conjunto? Preservar é corrigir desvirtuamentos, resgatar conceitos, fazer complementações e atualizações necessárias seguindo a mesma lógica do projeto original. Então, você tem que respeitar as características essenciais.

E eu tenho citado também, assim como a Promotora citou, que o documento "Brasília revisitada" está sendo desconsiderado, porque, nesse documento, que é de 1987, estão as características essenciais, estão informações sobre complementação, preservação e expansão urbana, de modo que – e ele é anexo da legislação federal do Iphan, da portaria e do decreto de tombamento do Distrito Federal – é um documento que tem que ser levado em conta. Para exemplificar, dentre as áreas de expansão, Lúcio Costa sugeriu o Noroeste e o Sudoeste, não do tamanho que estão aí, naturalmente, pois a ideia inicial era uma área menor, com menos superquadras, mas isso foi proposto. E lá está dizendo o que se deve preservar, quais são as características essenciais... E parece que ele não está sendo levado em conta, lamentavelmente.

A questão ambiental, a sustentabilidade ambiental, como já foi dito aqui, também vai ser extremamente impactada. Será um retrocesso; infelizmente é um retrocesso para uma cidade que inovou em materiais construtivos, no urbanismo, na arquitetura, na plasticidade da arquitetura de Niemeyer, no novo modo de viver em apartamento que a superquadra proporciona... É uma série de valores que nós temos que levar em conta quando pensamos esta cidade.

Eu gostaria de dizer que o urbanismo de Brasília traduz uma referência ética, que é a predominância dos espaços livres sobre os espaços construídos, ou seja, a predominância do interesse coletivo sobre o interesse privado. Isso é muito importante, é uma aula de ética urbana que Brasília dá a todos nós, em especial às autoridades.

Eu gostaria de dizer que este PPCUB... Tem-se argumentado, pelos representantes do Governo, que ele preserva, que ele vai preservar. Se você ler a parte que diz respeito ao capítulo sobre preservação, são dispositivos que fazem a caracterização do Plano Piloto, trazem a definição das escalas e dispõem sobre diretrizes e recomendações, sem eficácia legal. Os artigos que têm eficácia são os de uso do solo, de desenvolvimento urbano, porque têm penalidades, sanções, etc.; os de preservação não. Inclusive, há conflitos, porque os de preservação dizem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que devemos tratar assim, tem grande valor a paisagem, o valor histórico, aquele determinado setor, mas aí você vai ler a lei e ela traz uma série de alterações. Então, eles não conversam entre si – a parte de preservação com as outras partes.

Outra coisa. A legislação usada é uma legislação aplicada – legislação de uso do solo, as normas – a todo o Distrito Federal, não tem o foco na preservação. Para você preservar sítios urbanos tombados, eles têm natureza dinâmica como em qualquer cidade, porém, eles têm instrumentos de intervenção específicos, têm que ter, porque Brasília é diferente, não pode ser tratada como uma cidade tradicional. A gente não vê essa distinção.

Não houve participação efetiva da sociedade civil, não houve. Em diversas audiências públicas, não eram respondidas as perguntas, como Patricia pode falar melhor. A sociedade está se mobilizando, eu estou muito feliz com essa mobilização, porém a sociedade não conhece o PPCUB.

Até quem é da área tem dificuldade de entender aquelas planilhas com a tabela de atividades e usos. Essa tabela é a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (Cnae), que traz expressões... Você fica tendo que ler a planilha, que é o anexo... São 15 anexos; um deles eu sei que tem trinta e tantas páginas; outro tem dezesseis; outros são menores. Então, você vai vendo aquelas tabelas e tem que consultar a Cnae.

Há ainda mais um detalhe. A regulamentação será posterior – da coluna de classes e subclasses –, você não sabe de todas as atividades permitidas ainda. E já estamos assustados com algumas.

Quanto à questão do parcelamento, do adensamento, das áreas verdes, tem um artigo nas diretrizes, o art. 8º, que diz o seguinte: as áreas verdes permanecem não edificantes, com exceção do que for previsto nos planos, programas e projetos. Então, onde é que nós vamos parar? Isso expõe o conjunto urbanístico e o patrimônio a uma alta vulnerabilidade, e esses planos, programas e projetos poderão ser incorporados ao PPCUB, como já foi dito aqui.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. VERA RAMOS – Então, ele vai ter constantes alterações. Ele fica sujeito a constantes alterações, e nós não sabemos quais serão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre a questão do adensamento também, como já foi dito aqui pela Angelina, tem muitas áreas a serem construídas. Para o Noroeste, por exemplo, foram previstas quadras econômicas. Conforme o adensamento previsto neste documento "Brasília revisitada", a expansão urbana seria ao longo das estradas, das vias principais, como a Quadra Econômica Lúcio Costa na EPTG.

O que eu posso simplificar e dizer aqui é o seguinte. Esses instrumentos de outorga onerosa, direito de construir e alteração de uso deixam também vulnerável a nossa cidade, porque ela tem setorizações... (*Palmas.*)

A setorização faz parte, é uma característica do modernismo que foi adotada. No "Brasília revisitada", Lúcio Costa diz que devemos revisar a setorização nos setores centrais e em demais áreas, com exceção das áreas residenciais e da área monumental.

O que nós vemos é uma tentativa de flexibilização de uso, no PPCUB, que, muitas vezes, extrapola, que propõe usos incompatíveis com a escala. Disso já foram dados vários exemplos, e a mídia está noticiando.

Eu quero dizer que ele é muito extenso, muito complexo, prolixo, repetitivo, com lacunas e incongruências... Infelizmente, eu repito, aqui, coisas que eu já disse há 11 anos.

E a justificativa de dizer que temos que aprovar, porque já está sendo discutido há 15 anos...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. VERA RAMOS – Foram outros atores, são outras versões. Então, nós temos que discutir, sim, nós temos que revisar.

A Unesco recomenda participação ativa. Fora as recomendações que ela deixou, aqui, nos relatórios de 2001 e 2012, ela recomenda, especificamente, nas principais, comitê gestor, participação ativa e regras claras – o PPCUB não traz regras claras, tem muita coisa obscura e subjetiva –, além de uma recomendação em uma decisão posterior, porque, além dessas, o Comitê do Patrimônio Mundial já emitiu ao longo desses anos várias recomendações nas suas decisões. Uma delas, a última de 2023, era de que o PPCUB fosse encaminhado à Unesco antes da sua aprovação pela Câmara Legislativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pois bem, os pontos são muitos, as intervenções não ficam só nessas que têm sido anunciadas, são muitas. O tempo não permite falar muito, mas eu creio que nós temos muitos projetos e problemas para serem encarados primeiro antes de ficar fazendo essa prospecção desses planos, programas e projetos futuros. Temos, como já foi dito, acessibilidade, transporte coletivo, a W3, o VLT, o metrô para a Asa Norte; e verbas para fazer conservação, reparo e restauro dos nossos espaços públicos, das nossas edificações, dos monumentos. Isso se consegue com instrumentos de preservação, de incentivo, de valorização, de turismo cultural, para você fazer a conservação e a manutenção do patrimônio.

Muito obrigada pela atenção. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Sensacional. Obrigada, Dra. Vera, pela sua participação.

Eu vou passar agora para o nosso último expositor, já deixando... Nós temos uma lista da última audiência, com algumas figuras importantes, a quem eu acho que seria muito legal a gente dar voz. A gente tem aqui o rito da Casa, mas a decisão é muito de quem está comandando a audiência pública. Então, além dos nossos expositores aqui, eu darei a palavra a três pessoas que estão aí na plenária, pois eu acho muito importante falarem.

Uma é o Embaixador Sérgio Moreira Lima, quero agradecer a presença do senhor. (*Palmas.*)

Outra é a Marilene Resende de Menezes, Arquiteta, Urbanista e Mestre em Desenho Urbano.

Sejam muito bem-vindos.

E o outro é o Antônio Danilo Barbosa, Arquiteto e Urbanista, autor do sistema de placas do Distrito Federal.

Sejam todos muito bem-vindos. (*Palmas.*)

Vou passar agora a palavra para o nosso último expositor aqui da mesa que é o Sr. Paulo Niemeyer, Arquiteto e Urbanista – e neto também do nosso querido Oscar Niemeyer.

O SR. PAULO NIEMEYER (Para expor.) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gente, eu estou muito orgulhoso de estar aqui. Para mim, é até difícil segurar a emoção. Eu morei com o Oscar, vivi com o Oscar – eu brinco que eu tive *overdose* de Niemeyer. E eu defendo Brasília há mais de 30 anos, indiretamente, apoiando o meu avô.

Estive aqui numa das últimas vezes – eu tenho um filme, inclusive, que a gente está para lançar, que é A Última Viagem de Niemeyer – curiosamente para vir a Brasília defender a escala gregária, que não existe. A escala gregária já está muito comprometida. Se o centro é a escala gregária, ela está comprometida.

Para meu avô, uma das discussões era terminar o Eixo Monumental. O Oscar entendia que Brasília era uma cidade do povo e precisava ter a grande praça do povo, que era um projeto fantástico do Oscar, a que Brasília foi contra. E, para minha surpresa, de repente, Brasília está falando de salvá-la de coisas muito mais perniciosas, que são aumentar gabarito, adensamento, não pensar em mobilidade urbana e fazer um PPCUB que não pensa na sustentabilidade de Brasília, que cresceu em cima de mananciais e terras que abastecem o país em termos de recursos hídricos.

Eu discuto plano diretor há alguns anos. Eu já li o plano diretor de várias cidades e vejo incongruência em todos eles. Eu discuto...

E eu vou tentar ser rápido, porque eu tenho palestras de Oscar e Brasília de cinco horas. Eu participo de grupos temáticos que falam sobre Niemeyer, sobre Brasília em vários lugares. Dou palestras no país inteiro falando da defesa desta cidade. Eu sou Presidente do Instituto Niemeyer, fui duas vezes da gestão do CAU/RJ, ajudei a criar o CAU nacional – fui um dos fundadores junto com o grupo de Haroldo Pinheiro e equipe. Quando a gente fundou o CAU, em 2010, lá na Câmara do Rio, a gente deu a carteirinha 01 para o Oscar Niemeyer, como arquiteto urbanista.

Era legal todo mundo entender que o Oscar Niemeyer foi formado nas belas-artes. Ele aprendeu arte, engenharia e arquitetura, e eu venho dessa escola.

Brasília começa a ser atacada desde o início, como a Vera falou muito bem, quando o JK já estava fazendo... O Oscar foi amigo do Rodrigo Melo Franco e apoiou intensamente a criação do Iphan, para proteger o patrimônio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou um defensor do patrimônio nacional. Eu acho que o patrimônio nacional é a nossa maior riqueza. Enquanto a gente viaja para a Europa para ver Milão, para ver tudo, teve uma época em que Brasília foi a nossa Milão.

Oscar Niemeyer fez o projeto da ONU, porque ele foi considerado o maior arquiteto das Américas. E o da ONU foi um concurso que teve os grandes arquitetos do mundo, inclusive Le Corbusier, criador da Carta de Atenas e do modernismo. E Oscar ganhou o concurso, e a ONU é um projeto do Niemeyer. Os Presidentes brasileiros abrem o ponto máximo que é a Assembleia Geral da ONU por serem os brasileiros que construíram a ONU.

E tudo isso vem de uma história muito importante de nacionalidade, civilidade, cidadania e orgulho nacional, que o Juscelino soube muito bem criar e solidificar, principalmente em Brasília.

Brasília não é só uma cidade, Brasília é a cidade, é uma cidade única! Ela não pode estar incluída dentro de um estatuto da cidade, não pode dar direito ao direito da cidade, e Brasília tem que ser o quadradinho, sendo que Brasília e DF não podem estar no contrassenso do que acontece em várias regiões do país, como a gente vê no Rio de Janeiro, por exemplo, onde a cidade se junta. A gente não pode segregar Brasília como Plano Piloto. RA tem que continuar RA. Se virar cidade ou chamar de cidade-satélite ou RA autônoma, ela tem que ter Ministério Público, tem que ter Câmara de Vereadores, implica um ordenamento... Eu considero que uma cidade-satélite é quase uma cidade sem lei, porque ela não tem *status* de cidade, porque não tem Prefeito, não tem quem a governe. A distribuição de renda vai ficar complicada, e a mobilidade urbana comprometida. Você não vai conseguir fazer uma mobilidade urbana decente para Brasília, o que o PPCUB nem contempla, tanto que a rodoviária, por exemplo, depois da Epia, não faz parte do Plano. Como é que pode uma rodoviária que organiza o Eixo Monumental...? O Eixo Monumental vem do Alvorada até a rodoviária, e a rodoviária, lá da Epia, não está contemplada.

São várias questões que a gente não consegue discutir aqui, e eu vou falar um pouco da escala gregária, da escala monumental. E acho que é importante... Primeiro, eu me coloco à disposição, queria muito fazer parte das comissões, porque eu posso falar de uma visão romântica e não... Também de forma técnica, mas eu tenho até... Eu estudei muito o plano

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diretor e entendo que Brasília não pode estar dentro do plano diretor. Não podemos falar só de PPCUB, eu acho que o PPCUB não existe, não pode ser... Ele tem que ter outro nome. Ele tem que pensar no PDTU, tem que pensar em vários planos, inclusive no que foi aprovado no plano diretor urbano... E tem lá os nomes. E não podia ter saído um PPCUB sem ter visto, por exemplo, o Ibram – e sem falar do meio ambiente, o que é um absurdo completo: Brasília cresce em cima da zona verde.

Eu, 20 anos atrás, estava com o Oscar na discussão de não ter Noroeste e discutíamos a zona-tampão da cidade, que hoje chamam de zona-compressão. A gente discute o urbanismo, que é a compressão. Então, aqui temos uma zona de tampão, que é a proteção do Plano Piloto, que é uma RA. E tem que ser considerada uma RA e integrar essas RAs.

Nessa discussão, quando a gente não discute território, a partir do ponto de vista público-privado, o público tem que estar sacramentado em Brasília numa questão muito mais ampla. Discutir um PPCUB com umas questões tão técnicas que ninguém entende, ninguém entenderá depois quais são os resultados. Com uma questão simples de adensamento, de coeficiente de ocupação de terreno ou de proximidade de vizinhança, ou limítrofe entre lote, você já compromete tudo. E isso tudo foi muito discutido por Oscar e por muitos urbanistas, já está posto há muitos anos, temos leis históricas e leis complementares.

É essa questão de discutir – que eu inclusive venho me batendo com isso –, ao revisitar uma cidade: a cidade não tem que crescer absurdamente. Brasília não pode virar uma Xangai, nem uma Singapura, nem ter prédios enormes. Brasília, nesse sentido, pode estar estacionada ou estabelecida da forma que é e criar novas cidades ou fazer a contemplação regional.

Então, eu vou tentar ser rápido, pois eu falo muito.

O traçado de Niemeyer e a sua importância – essa é uma síntese pequena, para entender quem é Niemeyer e qual é a importância da escala monumental de Brasília, por exemplo. Todos sabem a importância de uma obra de Oscar Niemeyer: do Monumental ou de uma Catedral de Brasília, do Congresso, do Palácio da Alvorada ou do Planalto. E, o traçado de Niemeyer, a importância é a do desenho. É uma palestra, e eu tenho de explicar: Oscar faz um desenho da arquitetura e, principalmente, fica reconhecido mundialmente como o desenho do Niemeyer. Hoje, muita gente quer ter um croqui do Niemeyer na parede. Você vai a vários escritórios ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

até... Tem gente que já tatua o traçado do Niemeyer na pele, fazendo tatuagem. Então é o traçado do Niemeyer, e é o que se tem também com o Lúcio Costa, aqui em Brasília. Brasília tem o traçado de Brasília. Então é isso que eu queria explicar.

Vou tentar ser rápido.

Esse, por exemplo, é um projeto do Partido Comunista Francês, em que Oscar faz o vazio. Se vocês repararem no desenho do Niemeyer, o vazio é fundamental. Eu digo que o Oscar tem uma simplicidade. O Saramago, por exemplo, disse para o Oscar que ele era um escritor fantástico por ser simples na forma de escrever e na compreensão de todos. Brasília tem uma coisa simples e o vazio é fundamental. O Oscar tem o vazio no desenho, tem o vazio na arquitetura, na própria prancha do projeto.

Esse é um projeto, por exemplo, da importância da praça e dos espaços vazios. O Oscar cria, no Partido Comunista Francês, duas praças que nem existiam, quando o espaço não permitia. A gente, por exemplo, não discute... A tragédia que está acontecendo no Sul, por exemplo, é uma questão simples: o Governo Federal e algumas regiões não entendem o que é área não edificante dos mananciais e dos rios. Tem lugares onde você pode construir na beira do rio, e tem leis que proíbem, com a área não edificante, em 30m, 50m, e tinha que ser 100m. O Sul alaga, o Tietê alaga, e muitas vezes por não respeito a essa questão.

Então a importância dos espaços vazios, das áreas não edificantes e dos coeficientes é uma discussão muito séria.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO NIEMEYER – E ter leis sobre isso é muito interessante.

Então, o Oscar, no desenho, é a importância do vazio.

O Oscar discutindo urbanismo e trabalhando junto com Juscelino e o próprio Lúcio Costa, para falar da importância da cidade, pois uma coisa é que Brasília sempre foi referência. O Oscar queria... Ninguém sabe muito e eu não sei, mas nas vésperas da morte do Oscar, que estava com 103 anos, nós estávamos debruçados – eu e ele – em cima do Eixo Monumental, discutindo VLT – o Oscar apoiava VLT. O Oscar estava querendo discutir os bolsões de estacionamento, e ele achava que o Eixo Monumental tinha que ter um VLT, e os VLTs locais na W3 também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A W3 é uma região do início de Brasília, onde tudo aconteceu. Estão destruindo as quadras 700. Tem muita coisa acontecendo em Brasília. Eu considero que Brasília não está ameaçada para o futuro: Brasília já foi ameaçada, já passou por uma descaracterização absurda, e a tendência é continuar.

Então é o Oscar discutindo cidade, o Oscar fazendo ponte em Veneza, o Oscar discutindo o projeto da ONU. Se vocês repararem, há o vazio da praça da ONU, que o Oscar faz quando ganha o concurso – as pessoas de Niemeyer invadindo a praça, usufruindo da praça, usufruindo da cidade, usufruindo da ONU –, e o Oscar cede ao Le Corbusier, eles fazem uma parceria. O Le Corbusier fica incomodado porque ele tinha outra versão de cidade, ele queria que se fizesse um projeto onde a ONU estivesse no centro do terreno. Então é muito interessante a experiência da ONU, onde o Oscar, por amizade ao Le Corbusier, cede e junta o projeto dele com o do Le Corbusier, em que ele termina com a praça e se arrepende profundamente.

Brasília é uma grande praça, a escala gregária é fundamental. Eu vi, na 108, por exemplo, que estão construindo garagens. Só porque pagam ao Governo do DF, podem fazer uma garagem sem nenhum recurso urbanístico, sem nenhuma qualidade arquitetônica – e de um prédio, onde tem outros prédios da quadra que são fundamentais.

Então, o Oscar, por exemplo...

Uma questão interessantíssima é a da ONU. O prédio que acaba ficando é essa parceria entre o Oscar e o Le Corbusier. O Oscar, fazendo uma cessão ao conhecimento do Le Corbusier, por amizade a ele, faz um projeto onde ele acaba não consolidando a praça da ONU, e ele se arrepende. E ele percebe que pode defender a praça de Brasília. Daí vem a questão da Praça do Povo, para Brasília, que não foi executada.

O Oscar podia ter terminado, por exemplo, a escala...

O Oscar faz, na Europa, para o Partido Comunista da França; a sede da Mondadori, em Milão, um prédio fantástico, monumental, que tem muita semelhança com o nosso Itamaraty e os palácios de Brasília; a Bolsa do Trabalho de Bobigny, que é um prédio fantástico, com auditório...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO NIEMEYER – ... Le Havre, na França; a Mesquita de Argel, etc.

Aí, Brasília: o Oscar faz Brasília, junto com o Lúcio Costa. A importância da cidade, do sol, do vazio, é fundamental – a luz que passa através dos projetos. A Catedral de Brasília é outro monumento importante. Você tem que olhar para Catedral de Brasília e imaginar que possam construir do lado dela, e que isso interfere absurdamente na escala monumental de Brasília e na escala da catedral.

Separei uns desenhos, já na questão técnica, que vocês podem ver. Desde 1960, isso são dados muito sérios da Codeplan, dos órgãos aqui do GDF. Olhem o adensamento que acontece em Brasília, que não é... Não é que Brasília vai adensar: Brasília já adensou, Brasília já tem um problema. O Plano Piloto já está adensado e comprometido. E o pior ainda são as questões que nós não vemos, os detalhes que as pessoas vão fazendo, acabando inclusive...

Agora, recentemente, eu recebi um grupo de amigos de fora do Brasil. A gente foi à Praça dos Três Poderes. E tinha um vendedor embaixo do Museu de Brasília, um ambulante, de uma forma estranha. Você tem o contraponto da Casa de Chá, das esculturas e ambulantes na Praça dos Três Poderes de uma forma completamente estranha, com a qual eu não concordo.

O adensamento é real: Brasília já foi comprometida.

Procuradora, estou junto com você. É indiscutível que Brasília tem que... Acho que este é o mote: temos que discutir como salvar o que já aconteceu e retroceder no que já é um problema. O que vem para a frente é pior.

Temos esses mapas aí em que vocês veem de lá para a frente. E Brasília... Você não pode pensar que só o Plano Piloto, naquele universozinho tão pequeno, vai ficar bem resolvido nesse universo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO NIEMEYER – ... do Distrito Federal, que foi concebido.

Eu acho que passa pelo principal tema discutir o que é Brasília, o que é o DF. Quando ninguém entende isso, nem os técnicos entendem, você não consegue ter uma legislação própria. Então, daí vêm PPCUB, o PDOT e todos esses de que nós estamos falando, que têm que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ser falados em conjunto, porque todos eles comprometem. Você não vai conseguir resolver nada, e Brasília vai ser um problema.

Eu deixaria aqui, inclusive, uma questão técnica que é: quando Brasília é criada, tem a zona tampão de proteção... E eu já chamo de zona de compressão, porque esses municípios que querem criar vão pressionar, e Brasília vai ficar um nada dentro desse universo. Brasília faz parte de uma região administrativa que é o quadradinho. Eu chamaria Brasília e DF de uma mesma coisa, como foi criado e pensado.

Bem, se vocês acham que a verticalização não vai existir... Isso aí é o centro de Brasília. A verticalização já existe. Essa é uma imagem em que, por acaso, a linha ficou no meio, mas, se olhar Águas Claras, você já vê o limite...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO NIEMEYER – ... da cidade e Águas Claras chegando próximo a Brasília. Na hora em que os prédios chegarem... Não é o Sudoeste que está indo a Águas Claras. Águas Claras, Taguatinga, Goiás estão chegando ao Plano Piloto.

Aí é uma visão também de fora do Paranoá. Se você não vê.... Isto é um termo técnico de arquitetura e urbanismo: chama-se de *skyline* da cidade. Brasília foi concebida como um *skyline* da cidade de prédios baixos. E você vê o pôr do sol, tanto que temos região administrativa do nascer do sol e do pôr do sol. Isso não acontece mais em vários lugares. Eu, para minha surpresa, estava em um lugar, numa avenida, da qual você já não vê o pôr do sol, já não vê o horizonte. Então, a verticalização que vai existir não é verdade, a verticalização já existe e já é um problema.

Esta é outra foto de Brasília. Se acham que Brasília não tem verticalização, o que são esses prédios? E isso não é distante, não é uma coisa que está distante de Brasília e do Plano Piloto. Então, temos que sair do mundinho do Plano Piloto, de que Brasília é só o nosso quadradinho, o Eixo Monumental e as Asas Sul e Norte.

Aqui há outro exemplo muito bom.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tinha um vídeo, só que eu o transformei em PDF, para passar aqui. Era o Oscar defendendo Brasília. É fundamental esse vídeo, eu posso mandar depois. É uma pena a gente não conseguir passar.

Aqui é Brasília vista do céu.

E é isso.

Eu tinha uma imagem muito boa mostrando Brasília, mas, na correria – o meu computador quebrou –, eu não consegui fazer tudo muito bem feito. Eu fiz na correria, dentro de tudo o que eu falei.

Eu conversei com todo mundo, com todos os arquitetos. Agradeço à Marta Romero, agradeço à Marilene, agradeço à Angelina, agradeço à Patricia e à Vera. Eu acho que nós podemos fazer um belo conselho de arquitetura e, daqui, formar o que nós pensamos de cidade efetiva, de qualidade e, principalmente, de inclusão, de cidade coletiva.

Senadora, agradeço muito o que você fez. Eu queria muito que você encabeçasse esse projeto e queria muito poder estar com você nessa empreitada, porque eu acho que tem leis federais fundamentais para Brasília não ficar à rigor de um movimento local. Brasília é nacional e mundial, não é local. Não se pode discutir uma coisa simples, sendo que ela é complexa. Não é meia hora de conversa, não é um bate-papo. Por isso, está sendo discutido há anos e precisa ter soluções efetivas, que não têm. São questões muito sérias, e Brasília está ameaçada.

Termino com essa imagem do céu de Brasília.

Obrigado! (*Palmas.*)

Queria deixar registrado que o Instituto Niemeyer está aqui em Brasília; hoje é uma realidade. Estamos na Asa Norte, 303 Norte, podendo ajudar e contribuir.

Estou vindo morar em Brasília também.

Entre as minhas viagens, pretendo participar do que puder para defender Brasília como Oscar, Lúcio e Juscelino gostariam. E o Rodrigo Melo Franco de Andrade, que foi citado, tem histórias incríveis. Eles são os criadores do patrimônio histórico, nacional e material. Brasília faz parte de tudo isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Obrigada, Dr. Paulo Niemeyer, neto do nosso querido e saudoso Oscar Niemeyer. Obrigada pela sua explanação e pela sua presença aqui conosco.

Bom, como eu falei, eu quero agradecer aos expositores aqui. E, na plenária, nós temos três visitantes na Casa que estão conosco desde a primeira audiência.

Eu quero muito agradecer a presença do Embaixador Sérgio Moreira Lima.

Ao senhor, por favor, uma salva de palmas por toda a trajetória. (*Palmas.*)

Vou dar a palavra... Peço até desculpas, Embaixador. Pelo adiantar da hora, eu vou dar... Pediram-me para dar dois minutos, mas, em dois minutos, ninguém consegue formular uma fala. Então, vou dar quatro a cinco minutos... Cinco minutos para cada um dos nossos expositores.

Sei que tem gente que fez cara de "Ih...", mas acho que é importante ouvi-lo.

Cinco minutos para cada expositor.

Seja muito bem-vindo, Embaixador.

O SR. SÉRGIO MOREIRA LIMA (Para expor.) – Muito obrigado, muito obrigado. Agradeço muito à Senadora Leila Barros por esta oportunidade e me sinto muito honrado também.

Eu a parabenizo pela iniciativa das duas audiências públicas tão importantes neste momento que estamos vivendo aqui em Brasília e fico muito honrado também de estar participando, juntamente com autoridades e representantes de setores que impressionam muito com suas falas e com seu conhecimento.

Sou embaixador de carreira – agora estou aposentado – e acompanhava, desde pequeno, o Juscelino Kubitschek indo lá, fazendo aquela prestação de contas – quando eu era garoto –, vendo então as metas dele, do plano de metas, serem realizadas.

Esse critério de você ter metas, de você planejar, de você pensar estrategicamente o país e prestar contas, dar satisfação ao povo brasileiro daquilo que você estava fazendo, Juscelino nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ensinou isso. Todo final do ano, ele ia lá, com um mapa, e mostrava então as metas e como é que ele estava atingindo essas metas.

Hoje, nós não vemos isso. Hoje, não há governantes que prestem, que nos expliquem os seus projetos, os seus programas e que depois prestem contas ao público disso que nós estamos vendo, que é, no fundo, o desfazer, o desconstruir de Brasília. E isso, naturalmente, preocupa todo cidadão. Eu estou falando aqui como cidadão e fico realmente preocupado.

No caminho para cá, Senadora, passei por várias apresentações que estão sendo feitas aqui nos corredores do Parlamento e que mostram uma preocupação com a Amazônia, com a destruição da Amazônia, com a destruição de vários biomas, e eu fiquei me perguntando: "O que é que está acontecendo com o Brasil? O que está acontecendo conosco? Como é que o crime organizado está na Amazônia, a grilagem está no Planalto Central, e não há respeito a essas grandes figuras que nos mostraram o caminho, que fazem parte do que nós somos, da nossa identidade, dos nossos valores? Para aonde nós vamos? Para aonde nós vamos com o crime organizado, com a grilagem, com a especulação imobiliária? Onde está a cidadania e a democracia?" – essa é que é a questão importante que temos que nos perguntar. E perguntar também uma questão importante que foi suscitada aqui.

Brasília foi inaugurada também, foi inspirada em Camberra. Olhem Camberra, como está, na Austrália – eu fui Embaixador na Austrália. Olhem Camberra, como é que está, na Austrália. Olhem como é que se discute a preservação do espaço em Camberra e vejam o que é que está acontecendo em Brasília.

E também suscitaram a questão do muro da China.

Vejam a China, como está hoje! E vejam a questão...

Imaginem se a China, se a Muralha da China estivesse sendo objeto de especulação imobiliária. Está lá a Muralha, como eu a conheci há 30 anos, e Brasília, então, como disse muito bem o neto do Oscar Niemeyer, o Paulo, quando nós olhamos para o espaço, para o horizonte na busca...

Aquele horizonte está sendo bloqueado cada vez mais por edifícios. É inacreditável quando o avião passa e você vê aquela desorganização urbana que Águas Claras representa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. SÉRGIO MOREIRA LIMA – E isso, então, me deixa...

Para concluir, Senadora, a mobilização que está sendo feita aqui não pode ser inconsequente. Ela tem que gerar consequências. Não só a reunião do grupo de trabalho com o Ministério Público, mas nós temos que mostrar que as leis do Brasil... Que o Brasil é o país da democracia, do direito, da *rule of law*, do primado do direito.

Então, temos que demonstrar que, no Brasil, efetivamente, existe aqui o primado da lei e que as leis devem ser observadas.

E não podemos continuar a assistir a esse casuísmo, a essas colchas de retalho, a esses momentos que tiram a nossa paz.

A essa altura da minha vida, eu não imaginava que fosse, então, ficar preocupado com as excentricidades, para dizer, usar uma metáfora, do que está sendo feito por representantes que seriam meus em Brasília, aqui na assembleia distrital, ou por governantes que não têm o mesmo preparo.

Então, é isso o que nós temos, infelizmente, vendo não apenas em Brasília.

E o resto do Brasil está olhando, num certo sentido, preocupado, mas, ao mesmo tempo, com uma certa esperança de que nós possamos, aqui, com a nossa mobilização, dar uma resposta muito mais ampla, uma resposta para o Brasil, que não aguenta mais esse casuísmo e essa colcha de retalhos. Não aguenta mais pessoas incompetentes.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Grata pela participação, Embaixador Sérgio Moreira Lima. Obrigada pela fala e pela participação conosco aqui.

Eu vou passar a palavra agora para a Marilene de Menezes, arquiteta e urbanista e mestre em Desenho Urbano.

Seja muito bem-vinda, Marilene.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARILENE RESENDE DE MENEZES (Para expor.) – Bom dia a todos. Prometo ser bem rápida.

Bom, eu falo da questão da raiz de Brasília mesmo.

Quando eu conheci Brasília, eu tinha sete anos, em 1963, e vim morar aqui em 1973. Fiz o curso de Arquitetura e vim morar aqui.

Conheci Brasília, passava férias em Brasília, na Asa Norte, onde só existiam barracos de madeira, muito linda, cheia de florezinhas. Havia muita família mineira e muitas famílias de outros lugares, mas eu conheci o reduto dos mineiros ali.

Bom, quando eu entrei na UnB, para chegar lá não tinha ônibus; tinha que ir para o rodoviária e esperar o próximo para ir à UnB.

Como eu vinha do interior, eu atravessava as superquadras vazias no mato e descia, eu e outros estudantes que eu fui descobrindo que moravam na mesma quadra que a minha, e a gente descia. Tinha uma trilha para ir direto à UnB.

Então, eu já sabia que, da 703, quer dizer, da W4 até a L2, o caminho era curto. Eu só não sabia a dimensão. Hoje eu sei que não passa de 2km. Então, é um espaço completamente à altura do trânsito de pedestres.

Morei a vida inteira, quase 30 anos, na Asa Norte, em vários lugares, mas sempre por ali – se bem que eu morei sete anos em Sobradinho também, quando eu tive meu primeiro apartamento da Axis. Trabalhava na Axis.

Voltei e vim para o Sudoeste. O mesmo problema.

Depois, eu tive uma convivência com o Plano Piloto, porque minha filha fazia escola no Plano Piloto, e, enquanto ela estava em uma aula de balé ou de canto, eu fazia caminhada no Plano Piloto, justamente quando eu entrei no mestrado da UnB e falei: "Por que essa diferença? Por que é que na Asa Norte não tem calçada, e na Asa Sul tem calçada?".

Estudei essa questão e entendi que, em Brasília, existe uma malha para o trânsito de veículos, que é a malha que o JK implantou para garantir Brasília.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um parêntese para o JK, que era uma pessoa visionária, que tinha muita atitude do que ele estava fazendo, e ele mandou asfaltar todas as principais vias do Plano Piloto, para que esse plano piloto fosse definitivo e que ninguém ousasse transformar ou modificar esse plano. Ele fez isso e também criou as rodovias radiais.

A partir de Brasília, nascem as oito rodovias que distribuem o trânsito no resto do país. Então, nós somos o centro dessas rodovias.

E foi criando estradas.

O que é que ele fez também, dentro do plano dele? Porque eu conheço pessoas antigas que mexeram com isso. Ele criou as cidades-satélites. Gama, lá no final. Taguatinga surgiu por conta própria, praticamente, mas foi delimitado um platô junto à Via Contorno, que era o anel viário que demarcava o lugar que era de Brasília.

Exatamente, a parte histórica está dentro da Avenida Contorno, que é um anel viário, feito de propósito, para garantir, inclusive, o abastecimento de água de Brasília. Criou o parque, e está tudo dentro dessa área.

E as outras cidades foram surgindo por fora. E não existe nada de radical, de maldade, de falta de solidariedade nisso. Existe uma estratégia política muito bem feita, porque ele tinha que ocupar o quadradinho, o Distrito Federal inteiro. Então, ele levou essas estradas para lá.

E tinha outros motivos também, geográficos e de trabalho também, que já me contaram, que é a razão de essas cidades existirem onde estão.

Taguatinga surgiu de um acampamento – é a única que não é planejada – de pessoas que vieram vender colchão, panela e alimentos em Brasília.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARILENE RESENDE DE MENEZES – Foram comerciantes que vieram fazer a vida em Brasília – e fizeram. Ficaram ricos. Está aí a Pioneira da Borracha, que é uma delas. Todo mundo conhece.

Bom, sobre o caminho de pedestre, voltando lá: Brasília tem uma estrutura, uma malha, que é a malha do sistema viário. Ela é reta, contínua na longitude, nas asas do avião, mas ela é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recortada em zigue-zague, para atravessar no sentido leste-oeste, porque o plano do Lúcio Costa previa essa ser uma cidade que privilegiava o trânsito de pedestre. Então, ele queria reduzir as velocidades. Brasília não tinha semáforo, e o carro era obrigado a andar em baixa velocidade, porque, de 200 em 250m, ele tinha que fazer uma curva e atravessar a cidade. Então, isso foi uma estratégia.

O que é que aconteceu? Essa malha de pedestre, como eu vi nesse desenho, é contínua. É a mesma malha da cidade ortogonal, da cidade antiga, onde a rua forma uma malha e, ao lado da rua, tem as calçadas, que ficam fazendo limite entre a rua e o acesso aos lotes. Essa é a cidade tradicional.

Mas Brasília não é assim. Brasília tem um sistema de vias de pedestre independente da malha viária, que passa na área verde, totalmente bucólica, totalmente interessante. Por isso que ela passa no fundo dos comércios locais. E hoje elas são a via de acesso dos restaurantes mais incrementados que existem nos comércios locais.

Os restaurantes foram quem primeiro descobriu que não caberiam todos os usuários na via do comércio, porque em restaurante entra muita gente. São centenas, às vezes. Então, eles descobriram isso e sabem que as pessoas param dentro da quadra para acessar o comércio.

Abriram.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARILENE RESENDE DE MENEZES – Só que há um problema: não existe lei.

Eu procurei o corte de postura.

Eu fui servidora do GDF, de 1984 até 2012, trabalhando primeiro na Shis e, depois, na Secretaria de Desenvolvimento Urbano, mas também passei pela Novacap, pela administração da Ceilândia – por opção, porque eu tinha trabalho específico e queria ir para lá – e, por último, na Secretaria de Transporte.

Bom, eu sei que esses planos que fazem Brasília têm um desenho completamente incompleto e estão todos com a visão imobiliarista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O PDTU, que era o Plano de Desenvolvimento de Transporte Urbano, foi feito porque o PTU já estava acontecendo: já tinha um escritório de engenharia dentro do Palácio do Buriti, dentro da Secretaria de Transporte, para fazer esse projeto. E eu fui para lá, pensando que eu iria conseguir brigar pela visão do pedestre na cidade e também pela visão de outras vias que são necessárias para o ônibus.

Ninguém pensa direito esse transporte de ônibus. Para fazer as vias de ônibus, tem que ter algumas linhas mais contínuas. Por exemplo, tinha que ter uma linha que passa pelo Terminal Rodoviário da Asa Sul, segue pelo SMAS – porque o pessoal, para vim para Brasília, para o Plano Piloto, tem que atravessar um rio de carros, e não tem...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARILENE RESENDE DE MENEZES – muito por onde passar, porque não tem essas conexões.

Então, eu comecei a brigar por essas conexões, para que pudesse existir o transporte coletivo de massa de boa qualidade, o VLT e outro.

Se a gente ficar ocupando todas as áreas verdes de Brasília sem pensar no desenho do quadradinho do Distrito Federal inteiro... Onde tem que ter espaço para trazer o pessoal do Gama de trem para Brasília, para trazer o pessoal de Ceilândia de trem para Brasília? Então, essa é a solução moderna e futura.

Acertar o espaço do pedestre é superimportante, porque, se você vai colocar um transporte coletivo de boa qualidade, é para todos nós aqui usarmos, e não só para os trabalhadores que estão lá na ponta do GDF, do Distrito Federal. É para todas as pessoas.

O transporte coletivo de massa, de qualidade, o trem, atende a todo mundo e todo mundo vai usar, mas, se não tiver planejamento para ele funcionar... Traz o trabalhador para o Plano Piloto. As empregadas domésticas, os vigias de blocos, os jardineiros, os trabalhadores da Esplanada, todos que vêm de longe vêm de trem. E o trem vai ficar parado? Não. Tem que ter um programa...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Só para concluir, Doutora. Desculpe-me, Dra. Marilene.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARILENE RESENDE DE MENEZES – Tem que ter um programa de atividades para isso acontecer.

Então, esses vazios só podem ser ocupados por essas atividades que vão prestar um serviço ao sistema de transporte de Brasília. E temos que parar com essa doidura de ficar querendo fazer só habitação. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Obrigada pela fala e pela participação, Dra. Marilene Menezes, arquiteta, urbanista e mestre em Desenho Urbano. Muito obrigada pela sua participação nas duas audiências conosco aqui.

Eu gostaria de passar a palavra agora ao Antônio Danilo Barbosa, arquiteto e urbanista, autor do sistema de placas do Distrito Federal.

Cinco minutos.

Obrigada.

O SR. ANTÔNIO DANILO BARBOSA (Para expor.) – Bom dia a todos.

Obrigado, Senadora, pela oportunidade.

Todos já explanaram com muita propriedade as questões do PPCUB. Eu estou aqui para trazer um problema paralelo que nós precisamos abordar também, que é a questão da poluição visual urbana.

Esse nosso... (*Palmas.*)

Esse nosso trabalho da sinalização urbana nos permitiu ter uma outra visão da cidade.

Eu quero lembrar aqui, iniciar minha fala...

Há 50 anos, quando nenhuma das senhoras aqui eram nascidas...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Opa! Já era! (*Risos.*)

O SR. ANTÔNIO DANILO BARBOSA – ... num evento aqui, nesta Casa, o Dr. Lúcio Costa veio para falar sobre as questões de Brasília, e uma coisa que me marcou profundamente... Aliás,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

acho que é a única coisa que eu me lembro desse evento. Eu era recém-formado. A única coisa que eu me lembro desse evento, e todos que moram em Brasília há muitos anos talvez se lembrem: ao descer o eixo monumental, no sentido de passar pela rodoviária para adentrar a Esplanada, existia, na empena daquele Edifício Conic, um enorme Guaraná Antárctica, até muito bonito, de neon.

Vera, você é menina, você não se lembra disso.

Dr. Lúcio fez um comentário, falou – não sei se foram exatamente essas palavras –: "Nós não podemos dar as boas-vindas a quem está adentrando a Esplanada com uma propaganda, uma publicidade daquele tamanho". Em uma semana, aquilo sumiu.

Hoje, nós temos ali um multimídia nojento, desculpa a expressão, que ofusca o motorista. (*Palmas.*)

E não sei quem autorizou aquilo. Aliás, a nossa Câmara tem sido bastante benevolente com essas pessoas que exploram publicidade.

Eu não sou contra publicidade. Eu acho que nós temos que conciliar com as escalas da cidade essa publicidade.

Então, eu cito esse como um primeiro exemplo.

Eu trouxe alguns exemplos aqui, eu poderia falar bastante sobre isso, mas esse primeiro caso que eu cito talvez não esteja contemplado na alteração.

O segundo caso que eu vou citar, para depois citar a legislação, é aquele multimídia do Setor Bancário Sul. Em 2017, 2018, 2019 foi uma briga, tira... Não era previsto na legislação aquilo.

As empenas do Setor Bancário Sul, Setor Comercial Sul, poderiam conter a identificação do edifício ou do órgão que o ocupa. Tem *banners* imensos lá que nunca foram tirados e um multimídia, lá, inclusive de noticiário, de notícias, e ficou uma briga.

Em 2017, 2018, 2019, a Agefis tirava, recorria à Justiça, voltava, desmontava, os bombeiros foram lá, tiraram... Bom, aí a Câmara entrou e resolveu o assunto: "Nos Setores Bancários Norte e Sul [...] e nos Setores Comerciais Norte e Sul [...], é admitida a instalação de painéis para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

veiculação de produtos, marcas e serviços, com ou sem patrocinador, para a identificação do edifício e dos órgãos, entidades ou estabelecimentos instalados no edifício, bem como para divulgação de material de conteúdo jornalístico ou de interesse público".

Isso foi feito na Lei 6.639, de 21/07/2020, alterando o art. 16, da Lei 3.035, que era de 2002 – infelizmente.

E, com isso, abriram também...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTÔNIO DANILO BARBOSA – ... para os lotes edificados nas entrequadras norte e sul, Setores de Administração Federal e Sul, Administração Municipal, Autarquias Norte e Sul, Bancário Norte e Sul, Hoteleiro Norte e Sul.

Nós vamos transformar Brasília em quê? Numa "Las Bregas"? É isso que eu estou imaginando. (*Palmas.*)

O terceiro exemplo que eu trago é de quem chega do aeroporto, entrando no Eixo Rodoviário. Tem um edifício ali. Eu chamo aquilo de "a coisa" – não tem como classificar aquele elemento. (*Palmas.*)

É um edifício de, sei lá, seis, oito andares ali, autorizado pelo DER, infelizmente, que cuida das faixas de domínio no Distrito Federal.

Eu perguntei para um diretor, que é meu amigo, e falei: "Escute, como autoriza aquilo?". Ele: "É uma rodovia". "Mas era tombada. Nós não podemos tratar área tombada como uma rodovia na área rural, gente". "Ah, não, se foi feita, é dentro da lei" – essa foi a resposta que eu obtive.

Então, eu queria até fazer um apelo aqui à Dra. Marilda, do Ministério Público, para que a gente se atente a essas questões na cidade que estão destruindo a paisagem visual. Nós estamos perdendo realmente aquela beleza do projeto limpo de Brasília.

Quando nós fizemos o projeto da sinalização, nós tivemos uma preocupação muito grande de fazer uma integração entre as várias escalas, as dimensões todas. Fizemos estudos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

durante mais de um ano e meio, para chegar a propor o que nós propusemos. E, aí, a Vera até falou aqui...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTÔNIO DANILO BARBOSA – ... de arremetidas demolidoras. Deram-me uma notícia de que o departamento de turismo já está querendo mexer na sinalização turística, que foi integrada a esse projeto, por época da Copa, e com características bem peculiares de Brasília.

Outro exemplo que eu trago: eu fiz um documento, em 2014, mostrando todas as questões de poluição visual na cidade e o plano diretor de publicidade, que nunca, em um momento nenhum, foi fiscalizado pelo poder público; essa é a grande verdade.

No lugar onde está hoje "a coisa", a que eu me referi, deveria estar um totem, que eu desenvolvi junto com a Unesco.

Em reuniões com a Unesco, nós decidimos fazer totens, que existem hoje somente – era para ter nos quatro pontos cardiais de entrada da cidade esses totens – nas posições leste e oeste: perto do CCBB e na entrada de quem chega a Brasília pelo Eixo Monumental...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTÔNIO DANILO BARBOSA – ... do lado leste.

São totens que identificam: "Olha, você está entrando numa área que é patrimônio mundial".

No lugar de "a coisa", deveria ter um totem desses; na Asa Norte, deveria ter um totem desses.

Nós os fizemos junto com a Unesco, e, infelizmente, não foram implantados, porque alegavam que estavam em obras.

Então, são questões que eu gostaria que fossem consideradas nessas discussões também.

Nos comércios, os letreiros de comércio são os piores possíveis em Brasília. Tem uma tal de proteção de pedestre nas esquinas, com publicidade; aquilo é um perigo, a pessoa desvia a atenção, além do grande perigo desses multimídias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tive duas experiências bastante recentes.

Descendo no sentido da Ponte JK, eu ia a um restaurante próximo do lago ali. Acendeu um multimídia de um desses clubes – e eles alugam os espaços também; isso também, a meu ver, não deveria ser permitido –, de uma forma que eu fiquei ofuscado e parei o carro. A minha esposa falou: "O que houve?". Eu falei: "Eu estou ofuscado por isso, eu não consigo ver, meu olho ficou realmente...".

E outro, que eu observei descendo da Terracap – eu estou falando aqui para todos que já conhecem Brasília –, por trás do Anexo do Buriti. A concessão do estádio também concedeu espaço a uma empresa famosa daqui para colocar multimídias, e tem um exatamente atrás de um sinal de trânsito. Em um dia, eu descendo, um carro avançou o sinal. Eu comentei com a minha esposa: "Ele, provavelmente, estava lendo a informação que aquele multimídia está transmitindo ali".

Não sei se a senhora se localiza nesses casos: é atrás do Palácio do Buriti.

Aí, eu acho que é o caso de o Detran intervir – porque nós estamos numa área do Detran – e fiscalizar uma situação dessas, que é perigosíssima, e isso está se multiplicando.

Se você cruza a Ponte JK, esses multimídias o agridem de uma forma absurda.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Só para concluir, Dr. Antônio.

O SR. ANTÔNIO DANILO BARBOSA – Vou concluir.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Desculpe-me.

O SR. ANTÔNIO DANILO BARBOSA – Eu só vou concluir, então.

Eu trouxe uma série de exemplos aqui, mas vou concluir citando um parecer de 2005 da Promai, da Procuradoria do Meio Ambiente e Patrimônio Urbanístico e Imobiliário da Procuradoria-Geral do DF. É uma citação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Há várias formas de degradação do meio ambiente. Uma delas é a poluição visual, que está prevista no art. 3º, alíneas "a" e "b", da Lei 6.938, de 1981.
> A poluição visual não se restringe à estética urbana [...]. Em grau maior, ela prejudica a própria saúde [dos cidadãos] e [...] a obtenção de uma vida saudável.
> A poluição visual 'caracteriza-se como uma ofensa à integridade psíquica dos indivíduos que, numa determinada cidade, residem ou transitam, violando diretamente o preceito garantidor de uma vida com qualidade', como adverte o Prof. Celso Fiorillo.
> A poluição visual, na maioria das vezes, dá-se de maneira gradativa, permitindo que nos acostumemos com a desarmonia visual. Essa paulatina poluição visual dos espaços urbanos deve ser contida, sob pena de inviabilizar-se às futuras gerações [...].

Só uma última citação...

O Dr. Lúcio realmente era uma pessoa fantástica. No Brasília Revisitada, que a Vera citou, de 1987, no §10 desse documento, ele propunha – esta é uma cópia deste documento, do Brasília Revisitada:

> Criar grupo de trabalho permanente, orientado por pessoa com bagagem cultural e sensibilidade, com a atribuição exclusiva de coordenar todas as intervenções [...] no espaço urbano: pisos de passeio, localização de bancos, de mastro, sinalização urbana, publicidade e propaganda, cabines telefônicas, enfim, um departamento de comunicação visual urbano, vinculado aos de urbanismo, arquitetura e parques e jardins.

Muito obrigado pela oportunidade. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Nós é que agradecemos a sua fala, Sr. Antônio Barbosa, que é arquiteto e urbanista, autor do sistema de placas daqui do Distrito Federal.

Grata pelo alerta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, nós estamos encerrando a nossa audiência pública, já agradecendo a participação massiva. Eu já comandei algumas aqui, em cinco anos no Senado, e nós temos uma participação impressionante na nossa audiência pública, na internet, no e-Cidadania.

Vou citar aqui a Maria, do Distrito Federal: "Por que não usar essa verba para finalizar as obras [...] [já iniciadas] e investir na saúde e educação? Cadê a [...] [preservação] da nossa história?".

João, do Maranhão: "Como ficará a [...] preservação da flora?".

Rosemberg, do Distrito Federal: "A expansão do Distrito Federal para o entorno não seria mais apropriada do que desfigurar o projeto urbanístico referencial?".

João, do Distrito Federal: "O impacto no trânsito do Plano Piloto irá piorar a qualidade de vida na região?".

Henrique, do Distrito Federal: "Qual o impacto desses empreendimentos [...] [às] aves do Cerrado, particularmente tucanos e araras, dada a derrubada das árvores nativas?".

Eduardo, do Distrito Federal: "Quais medidas estão sendo tomadas para garantir a preservação dos marcos arquitetônicos e urbanísticos icônicos de Brasília?".

Fabrício, do Rio de Janeiro: "Como será avaliado o sucesso das alterações do [...] [Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico] em termos de melhoria da qualidade de vida e preservação do patrimônio cultural?"

Lucas, do Distrito Federal: "Como as alterações propostas impactarão o *status* de Brasília como patrimônio da humanidade?" Já falado aqui.

Muitas das perguntas já foram respondidas pelos nossos expositores.

Marcos, do Distrito Federal: "Como as recentes modificações no Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília podem influenciar o desenvolvimento urbano?"

Kátia, do Distrito Federal: "Esse projeto desconfigura Brasília, privilegia poucos e vai prejudicar a população da capital que já tem trânsito caótico. Não ao [...] [Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico]!"

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Christiane, daqui do DF: "Brasília é um conjunto arquitetônico de interesse mundial. Um governo que é transitório, não pode ter poder para destruí-la. Não ao PPCub!"

Keicielle, do Distrito Federal: "A ganância de poucos não pode se sobressair ao bem comum. Brasília é Patrimônio Cultural da Humanidade e direito dos cidadãos brasileiros [e de Brasília]".

Sandrar, do Distrito Federal: "Quais [serão] os impactos ambientais [...] e quem [...] [a gerenciará]? [...] o [...] [Distrito Federal] já [...] [enfrenta] problemas com enchentes [...] [e] escoamento [durante a temporada de chuvas].

Hugo, do Distrito Federal: "Há [...] [muitos] imóveis fechados. A [...] [transformação] dos estacionamentos [...] [em] novos comércios é baseado em algum estudo, [ou] melhoria de [...] [índice de variação qualitativa]?

Tatiana, do Distrito Federal: "Quais [...] os benefícios [...] [de construir] mais hotéis? Os [...] [atuais] [...] [raramente] [...] [atingem] 100% de ocupação".

Tânia, do Distrito Federal: "Como [...] [foram definidas] as prioridades [e os critérios] para [justificar as] [...] [alterações] do PPCub [...]?

E, por fim, Lucas – outro Lucas –, do Distrito Federal: "Como o [...] Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília lida com a preservação das áreas verdes [da nossa cidade]?"

Está aqui presente a Senadora Erika Kokay, a Deputada Erika Kokay – é um presságio. Eu não sei se a senhora quer fazer o uso da palavra.

Antes de finalizarmos – a Deputada acabou de chegar –, quero só citar que a Senadora Damares ficou aqui o tempo todo em mensagem comigo, ela está comandando uma audiência no Plenário 9, então está pedindo desculpa pela ausência deste importante debate.

Deputada Erika Kokay.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem.) – Apenas, Senadora Leila, eu queria parabenizá-la, esta já é a segunda audiência que está sendo realizada, uma audiência que é muito importante para que nós possamos analisar esse Plano de Preservação, que não tem regras claras de preservação, penso eu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu penso que o conceito da Dra. Vera de urbanismo ético é absolutamente fundamental. Eu penso que esse conceito de urbanismo ético carrega uma nitidez muito grande sobre o traço mágico de Lúcio Costa, ético porque prioriza o que é coletivo e prioriza essa essência humana, que é a essência humana de nos sentirmos parte de uma trama de vida.

Então, nós estamos aqui tendo uma ameaça a esse conceito urbanismo ético, que se expressa – eu diria – nas escalas bucólicas que estão ameaçadas, que se expressa também na condição que Lúcio Costa falava de que o limite é o céu, ou o infinito é o limite, porque o processo dos pilotis significa isso, significa os espaços serem coletivizados, mas também, sobre a própria volumetria dos prédios – o gabarito dos prédios residenciais –, ele também falava que era para que as crianças possam ser escutadas por seus pais, e os espaços são todos coletivizados.

Quando a gente ameaça a escala bucólica, tudo está ameaçado. Simplesmente você não pode dizer que um hotel de 3 andares passa a ser de 12 andares nem pode aumentar o número de andares desse hotel, sem que você faça os impactos na vida, porque você tem impacto de vizinhança, você tem impacto na mobilidade, você tem impacto, inclusive, na paisagem. A paisagem tem que ser considerada.

Quando a gente diz que o céu é o mar de Brasília, que o céu é o limite... Veja, a lua espera o sol chegar, aqui, no Distrito Federal, em Brasília. Então, nesse sentido, é muito importante que nós possamos preservar as escalas e a escala bucólica que sofrem impactos, com as ondas de calor... Com o aumento dos prédios, vão aumentar as ondas de calor! Não se faz, impunemente, esse nível de alargamento dos prédios, porque vai ter um adensamento maior e vai ter um impacto sobre as mais variadas políticas públicas.

Por fim, gostaria de dizer que nós tivemos, inclusive, com o Governo Federal, colocando-nos sobre os impactos... Você tem aquela ocupação da orla... Primeiro, é uma área de fragilidade ambiental! É o urbanismo ético de áreas que são áreas coletivas, mas nós estamos, ali, em uma área em que o adensamento, talvez, chegue a 29 mil pessoas ou a 30 mil pessoas. É inadmissível isso! É inadmissível! É inadmissível também que a Terracap possa se apropriar de todos os espaços vazios! Os espaços vazios fazem parte do projeto urbanístico, os espaços vazios fazem parte do que seria a escala, inclusive a escala bucólica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, penso que é muito importante, Senadora Leila, que estejamos fazendo esta discussão e possamos fazer um grande movimento em defesa da própria cidade. Esse urbanismo ético significa que os interesses empresariais não podem se sobrepor aos interesses coletivos... (*Palmas.*) ... e aos interesses do conjunto da própria cidade, porque é o traço fundante, o traço mágico. Ele tem um princípio fundante, que é essa concepção ética e lúdica – lúdica.

Quando se fala que estará sempre florida, está. Hoje, nós temos os ipês roxos que se despedem, e se despedem, de forma graciosa, de forma amorosa, se despedem como quem não quer sair. São os ipês que serão substituídos pelo ipê amarelo... Nós teremos sempre as *bougainvilles*, nós teremos sempre o que representa essa escala bucólica, para, inclusive, preservar a capacidade de permeabilidade, porque, com todos esses extremos climáticos que, muitas vezes, são negados, é preciso manter o que foi pensado para Brasília, que já foi dito, mas você tem o Plano Piloto, que seria Brasília...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ERIKA KOKAY (Bloco/PT - DF) – ... que deveria ter 500 mil pessoas e tem por volta de 200 mil pessoas...

Não tem que se pensar nesse processo de entrega de Brasília para os interesses empresariais e, digo, abrir um precedente, porque nós estamos começando a discutir o Pdot, que tem, também, que ter a ética como primazia para a sua elaboração.

Então, gostaria de parabenizá-la, Senadora Leila do Vôlei, mas é muito mais do que do vôlei... (*Risos.*)

É da cidade, é de Brasília! (*Palmas.*)

Do vôlei também, nunca deixará de ser do vôlei!

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – E com muito orgulho!

A SRA. ERIKA KOKAY (Bloco/PT - DF) – Nunca deixará de ser do vôlei, mas, hoje, é Leila de Brasília.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Obrigada, Deputada!

Na verdade, é gratidão. Os meus pais, como falou a... Perdão. Calma.

Como falou a Dra. Marilene, ela era do grupo dos mineiros. Os meus pais se instalaram em Taguatinga, e meu pai era cearense.

Então, eu sou da primeira turma que nasceu no Hpap, que era maternidade à época, em 1971. Então, grata, porque meus pais vieram embalados pelo sonho de JK, da interiorização, o sonho do Centro-Oeste, o sonho de Brasília, da capital federal. É simplesmente gratidão. A nossa missão é por gratidão.

Bom, eu quero também citar que a presença da Associação Alternativa Terrazul.

Pessoal, esta segunda audiência pública só reforça a importância de nos mobilizarmos não só como brasilienses, mas como povo brasileiro, pela proteção do nosso patrimônio mundial, que é a nossa Brasília, a nossa capital. Que venham as alterações, sim, mas em prol de todos e não de grupos especuladores, o que está muito óbvio isto aqui para mim, e que o objeto seja modernizar o transporte público da capital e do país, reforçar e permitir a redução ao menos simbólica de nossos abismos sociais.

Para quem não sabe, eu só conheci o Lago Sul com 13 anos, e tenho muito orgulho de falar da minha trajetória, porque eu consegui conhecer o Lago Sul com 13 anos, porque eu ganhei uma bolsa numa escola particular aqui, no Plano Piloto, e comecei a conviver com filhos de servidores. Muitas vezes, eu não podia voltar para Taguatinga, aí, eu almoçava na casa dessas pessoas, e eu tenho muito orgulho dessa trajetória, e ali eu pude conhecer de fato a minha cidade.

Então, esse abismo social de que se fala aqui ainda existe, porque sabemos que há pessoas em Ceilândia, no Gama e em outras regiões administrativas que nunca visitaram o Eixo Monumental. Eu falo isso para vocês com muita propriedade. (*Palmas.*)

Tão famoso mundo afora, e, no dia dos... Por isso a mobilidade, que deve ser o nosso foco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Que o interesse coletivo impere sobre o interesse privado, e a nossa coletividade, como o nosso Embaixador Sérgio falou aí, o nosso espírito coletivo, o nosso espírito democrático, o nosso espírito de união, e, acima de tudo, com empatia com o outro, porque todos têm o direito de ir e vir, e a nossa cidade é linda, esse quadradinho é lindo, mas ele tem que ser acessível a todos.

Então, eu agradeço a todos vocês pela participação, e cito os nomes dos nossos expositores: Dra. Angelina Nardelli, a Dra. Promotora Marilda Fontinele, Sra. Patricia Carvalho, Presidente do Conselho Comunitário da Asa Sul, Sr. Paulo Niemeyer, neto do nosso saudoso Oscar Niemeyer que fez uma bela exposição, Sra. Vera Ramos, e chamamos os representantes do Governo, que aqui estão, Deputada Erika Kokay, o Deputado Distrital Gabriel Magno, Exmo. Sr. Embaixador Sérgio Moreira Lima, Dra. Marilene Resende de Menezes e Dr. Antônio Danilo Barbosa.

Agradeço a todos pela presença.

Que venham outras oportunidades de estarmos juntos!

Nada mais havendo a declarar, eu encerro esta sessão, esta brilhante reunião com todos vocês.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 9 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 47 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA DISCUTIR E ANALISAR O MERCADO DE ATIVOS AMBIENTAIS BRASILEIROS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE MAIO DE 2024, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e vinte e cinco minutos do dia nove de maio de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Jorge Kajuru, reúne-se a Subcomissão Temporária para discutir e analisar o Mercado de Ativos Ambientais Brasileiros com a presença dos Senadores Jorge Seif e Damares Alves, e ainda dos Senadores Angelo Coronel, Styvenson Valentim, Paulo Paim, Esperidião Amin e Ciro Nogueira, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Sérgio Petecão, Plínio Valério e Carlos Viana. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Plano de Trabalho - SF248157138565** que: "Plano de Trabalho da Subcomissão Temporária do Mercado de Ativos Ambientais Brasileiros (CMAATIVOS)" **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). **Resultado:** Aprovado. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da 1ª reunião e desta 2ª, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e dois minutos. Aprovada, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jorge Kajuru
Presidente da Subcomissão Temporária para discutir e analisar o Mercado de Ativos Ambientais Brasileiros

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/05/09

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Fala da Presidência.) – Brasileiros e brasileiras, nossas únicas vossas excelências, Deus e saúde à pátria amada e, em especial, ao Rio Grande do Sul.

Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Subcomissão Temporária para discutir e analisar o Mercado de Ativos Ambientais Brasileiros da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 9 de maio de 2024.

A presente reunião destina-se à leitura e à deliberação do plano de trabalho proposto para esta Subcomissão.

Antes de mais nada, eu peço a permissão aos aqui presentes, como sempre, Senadora Damares, Senador Zequinha Marinho, para que todos os demais membros tenham conhecimento – e o nosso país – de algo que aconteceu ontem, para o mundo inteiro tomar conhecimento: foi um estudo, divulgado pelo respeitado meio de comunicação *The Guardian*, que revelou que centenas dos principais cientistas climáticos do mundo esperam que as temperaturas globais subam para pelo menos 2,5ºC acima dos níveis pré-industriais, ainda neste século, ultrapassando as metas acordadas internacionalmente e causando consequências catastróficas para a humanidade e o planeta.

Assim, tendo em vista os eventos recentes em diversas partes do mundo, e agora mais especificamente em nosso país, no Rio Grande do Sul, torna-se urgente promover debates abrangentes sobre a questão do clima em nosso planeta.

Concluo apresentando, nesta reunião, o plano de trabalho da Subcomissão Temporária para discutir e analisar o Mercado de Ativos Ambientais Brasileiros.

O principal objetivo do Colegiado é discutir e propor medidas regulatórias, incentivos econômicos e boas práticas para impulsionar esse mercado de ativos ambientais brasileiros e, ao mesmo tempo, promover a gestão sustentável dos recursos naturais, a preservação ambiental, a conservação da biodiversidade e a proteção do regime climático.

Considerando a contextualização dos objetivos da Subcomissão, este plano de trabalho propõe a realização das seguintes atividades objetivamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Audiências públicas para debater os seguintes temas:

1) Ativos ambientais voltados à proteção da vegetação nativa;

2) A proteção do clima e ativos ambientais;

3) Agropecuária brasileira e ativos ambientais.

Por fim, tomando como fundamento os debates realizados nas audiências públicas, o relatório final apontará encaminhamentos aos órgãos e entidades competentes, bem como propostas de aperfeiçoamento da legislação e das proposições em curso no Congresso Nacional.

Desejando, Senadores e Senadoras presentes, a fala, para alguma observação, fico à disposição com o maior prazer.

Senador Zequinha Marinho?

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Exatamente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pois não, querido.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA. Pela ordem.) – Muito obrigado.

Primeiro, parabéns pela iniciativa, muito louvável, porque a gente precisa olhar de frente isso.

Naturalmente, esse problema climático tem muitos componentes, muitos, muitos mesmo, mas, naquilo que a gente puder ir trabalhando... não é só o Brasil, eu acho que tem que temos que criar comitês, pelo menos, continentais, aqui na América do Sul – o que estamos fazendo na América do Sul? –, para o conjunto dos países da América do Sul, e na outra "banda" do mundo, para os cinco continentes, porque é uma coisa que... temos um microclima aqui, mas tem um clima geral, global.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas vamos lá. Aqui no segundo parágrafo, terceiro, aliás, V. Exa. coloca: "O principal objetivo do colegiado é discutir e propor medidas regulatórias, incentivos econômicos e boas práticas para impulsionar esse mercado".

O problema todo, quando se fala em meio ambiente, você roda, roda, roda e cai na questão econômica, porque é a sobrevivência da população, da sociedade. Não tem como não estar ligado a isso de alguma forma.

Tem um projeto de lei que esteve aqui, está regulando o mercado, por exemplo, de carbono, crédito de carbono. Foi para a Câmara e a Câmara está dando uma rearrumada, porque é muito importante a gente começar porque tem a ver exatamente com esse tópico colocado aqui por V. Exa.

Vamos lá para a Amazônia, por exemplo, lá na minha região, na minha terra. Você compra mil hectares de terra, floresta, digamos assim, mil hectares. Você só pode utilizar 20% disso, então 200ha. Só que isso não dá viabilidade econômica. Só se a tecnologia empregada para explorar fosse muito alta. Naturalmente, ninguém tem dinheiro e o financiamento é muito escasso, muito difícil.

Não é que o dinheiro seja escasso, a dificuldade é para chegar ao dinheiro; a burocracia, aquela coisa toda. Primeiro, a terra dificilmente tem título ou escritura. Segundo, você conseguir a licença ambiental para abrir aquilo que já é legal. Você está entendendo? Porque, se você tem direito a 20%, então devia ser uma licença simples dentro desses 20% para você explorar, trabalhar ali.

E aí, aqueles 80%, que são os 800ha que sobram, vão ficar extremamente vulneráveis a alguém, o próprio dono, querer ir aumentando para poder sobreviver naquela terra. Se ele tivesse algum tipo de incentivo para que aqueles 800ha ajudassem a sobrevivência aqui nos 200 – você está me entendendo? –, pronto, você mata a charada. Porque, em que pese aquele ativo ficar imobilizado ali, mas ele está rendendo. É só se enquadrar aqui na questão da política do crédito de carbono, etc.

Podemos criar outras alternativas que você segura o avanço dessa pressão sobre a floresta. Entendido? Mas qual é a compreensão geral do Governo e do mercado? É que aquilo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que é dever do cidadão, do dono da terra, preservar então ninguém mexe. É o grande erro. "Não; já é obrigação sua preservar isso aí". Seria bom se ele tivesse viabilidade econômica de sobreviver no pedaço pequeno aqui dos 20%.

Você calcula, você que é um homem urbano, comprar um apartamento de 100m^2, que não é grande e também não é pequeno, lá em Goiânia ou aqui em Brasília, e isolar 80m e ter que sobreviver em 20m. Quer dizer, poxa, a gente tem também que botar a mão na consciência porque, se esse cidadão está colaborando com a preservação da floresta em pé, pagando... Ele não comprou 20%, ele comprou 100%.

Então, se a gente pegar, aproveitando o embalo do projeto de lei que está sendo completamente revolucionado lá na Câmara para tentar incluir isso aqui, eu acho que a gente ajuda significativamente.

Não esqueça que tudo está ligado à questão econômica. Quando eu falo econômica, não estou me referindo a lucros, a isso, aquilo, porque terra... Eu já tentei, como eu nasci e fiquei até 11 anos de idade mexendo com terra, eu saí da roça, mas a roça não saiu de mim. Eu dou uma volta e volto a ter uma terrinha de novo, agora, nesta idade, quero, daqui a uns tempos, me aposentar e viver na cidade quente, complicada, é melhor ir para a zona rural, mas não tem lucro, você está me entendendo? Só a manutenção disso já é um desafio para o produtor.

Então, se a gente puder fazer o mínimo do mínimo, a gente vai ajudar esse povo. Só se lembre de uma coisa, por exemplo, que aconteceu recentemente na Europa, principalmente na França. Enquanto aqui o menor percentual de reserva legal é 20% no campo, campo 20%, Cerrado, 35%, floresta densa, no caso da Amazônia, 80%; lá na França a reserva legal é 4%, só 4%. E aí o Parlamento Europeu se reuniu e disse "Olha, vamos crescer, passar dos 4% para os 7%". Sabe o que os franceses fizeram? Não deixaram ninguém andar mais, eles são bons de greve, eles são treinados desde que começaram o mundo lá. Encheram as estradas de tratores, de caminhão, atravessou tudo, parou o país todinho, e o Macron teve que pedir, pelo amor de Deus, para discutir isso só ano que vem, senão o pau cantava. De 3% para 7%. Por isso que eu digo que é importante pelo menos termos comitês continentais, porque na Europa ninguém preserva nada não. Você está entendendo? No entanto, é o Parlamento Europeu que quer dar regras para o mundo, é até louvável isso, mas eles também têm que fazer um pouco de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sacrifício. E o produtor rural lá não quis aumentar de 3% para 7%, parou o país todo, o cara teve que desistir, suspender para ver como é que propõe.

Então, cada país, se é para cortar na carne, e isso nos ameaça, a todo mundo, porque esses problemas estão dando no Brasil agora, mas na Ásia já deu, sei lá, até pior do que isso aqui, alguns países para lá. A gente vai ter esses trecos rondando o mundo, o globo, para lá e para cá. Não se tem muita garantia de que vai ser aqui e acabou, não, amanhã está explodindo em outro lugar. Então não, não tem como ninguém ficar fora disso. Ou todo mundo se dispõe, mas se dispor de forma inteligente, responsável, para que a gente possa ver a coisa acontecendo, porque a população precisa produzir para comer, pelo menos. Aqui no Brasil a gente diminui o custo da produção porque tem duas safras e, de repente, até uma terceira safra se faz. Na Europa só tem uma, então não se vai dividir a despesa por dois, você vai dividir a despesa por um. A Alemanha e a Inglaterra, eu vou me reunir na semana, quando voltar de uma viagem agora, sábado, com a CNA, porque eles querem que produza. Vamos produzir, porque a gente precisa de segurança alimentar.

Quer dizer, você tem o desafio da preservação com o desafio da produção, para manter essa população, que já não é tão pequena mais, no mundo todo, comendo, pelo menos naquilo que a gente encontra hoje, tem muita gente com dificuldade, mas dá para ir administrando.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Nós que agradecemos, porque, toda vez que se posiciona, o rei das PECs, o Senador do Pará, Zequinha Marinho, tem embasamento e aqui trouxe informações e observações pertinentes que reforçam, sem nenhuma dúvida, a existência e os trabalhos que precisam começar. Vamos, inclusive, prorrogar o tempo desta Subcomissão, e tudo isso, evidentemente, estará em discussão, pois trata-se da maior importância, com argumentos inquestionáveis e insofismáveis.

Senadora Damares – orgulho do nosso Distrito Federal – também quer fazer o uso da palavra. Fique à vontade, querida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Presidente, estou muito feliz de estar em mais um grupo com o senhor, porque sei como o senhor conduz, com muito carinho, com muito zelo, com muita dedicação, todos os trabalhos. Mas, antes de eu fazer minha fala, Senador Zequinha, o senhor está membro da Subcomissão?

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Meu partido... Daqui a pouco.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Vai entrar, não é? O.k.

Não, porque eu estava realmente vendo ali o painel e vendo como está boa essa composição. Nós temos ali o Norte, nós temos o Sul representado, nós temos ali o Centro-Oeste, eu e o senhor, e nós temos ali no grupo uma ex-Ministra da Agricultura e nós temos um ex-Vice-Governador de um estado que tem muito interesse no assunto. Então, creio, Senador – e temos o Plínio lá da Amazônia –, que a gente vai ter um grupo, assim, muito qualificado – muito qualificado.

Mas eu queria fazer umas sugestões, Presidente. O plano de trabalho está maravilhoso, a gente vai aprovar. O objetivo da Subcomissão é mesmo o desenvolvimento de políticas e estratégias relacionadas ao mercado de ativos ambientais.

Está todo mundo muito ocupado, nossos assessores estão sobrecarregados, nossos consultores legislativos, nós estamos num momento de muita atividade no Congresso Nacional, muita. Mas, se a gente pudesse trazer alguns colaboradores técnicos para a Subcomissão, e de forma voluntária mesmo... A gente conseguiu fazer isso com a Subcomissão de Raras, doenças raras, e foi muito bom ter colaboradores externos.

A gente viu recentemente aqui o que os juristas fizeram na construção do anteprojeto do Código Civil; fizeram um trabalho incrível, de mais de 300 horas. E a gente tem muita gente externa que poderia nos ajudar, porque tem realmente interesse que essa política, essa estratégia seja construída. Quem sabe algum colaborador da AGU, algum colaborador permanente ali da Embrapa estar com a gente, de alguns órgãos. Nós temos institutos ambientais em vários estados. O Estado do Pará tem um instituto incrível, que é governamental

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e a gente tentar, Presidente, trazer alguns colaboradores técnicos para ajudar a nossa equipe técnica a pensar, a conversar.

Acho, inclusive, Presidente, que um primeiro trabalho que a equipe técnica podia fazer é vamos catar – gosto da palavra catar –, vamos falar, vamos fazer um levantamento de tudo que tem no Congresso Nacional, que está tramitando agora sobre o tema, no Senado e na Câmara, porque, de repente, a gente está aqui, nós estamos aqui dedicados ao tema, e a Comissão do lado está discutindo o que nós estamos discutindo. A gente precisa buscar tudo que está nas duas Casas e trazer para cá, e conversar com os autores e os Relatores dessas matérias que estão em outras Comissões e a gente ter aqui um observatório nessa Subcomissão, Senador, muito técnico, porque creio que a gente pode dar uma colaboração muito grande para o Brasil.

A criação desta Subcomissão foi uma iniciativa e uma ideia brilhante, e a gente fazer essa colaboração é muito técnico, inclusive, já com um olhar, Senador, para a gente ter assento na Secretaria da COP, tá? A Secretaria da COP já está funcionando, nem que seja como observador, mas a Subcomissão também ter esse olhar, de que forma isso vai ser discutido na COP – a gente observar. Eu acho que dá para a gente estender a duração muito tempo desta Subcomissão. Ela é uma das mais importantes do Senado.

Então, assim, fica a minha sugestão de a gente ter apoiadores técnicos convidados para nos ajudar a pensar e a gente aliviar um pouco os nossos consultores, que estão sobrecarregados, mas esse corpo técnico vir para colaborar. Fica a sugestão aí para o secretário. Eu posso ajudar muito. Eu fui assessora, então eu tenho essa questão técnica. Eu gosto muito de fazer isso, eu quero ajudar muito.

E parabéns pelo plano de trabalho. E vamos trabalhar, vamos começar trabalhando.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Bom, sem dúvida alguma, Senadora Damares Alves, indiscutivelmente temos que acatar de forma unânime as suas sugestões brilhantes.

E eu já coloco neste momento, pois fiz questão de trazer da Austrália e da Inglaterra a Chefe de Gabinete de um dos maiores ambientalistas do mundo, o brasileiro Divaldo, que é a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diana Lins, que aqui está, filha do músico Ivan Lins, para ela reforçar a nossa equipe aqui e colaborar com as demais assessorias.

Então, Diana, por fineza, de imediato o seu contato com a eficiente assessoria da Senadora Damares para que a gente já transforme em ata também desta reunião as sugestões apresentadas pela Senadora, principalmente em relação ao que vai acontecer com países do mundo inteiro aqui neste segundo semestre de 2024.

Portanto, não havendo mais quem queira discutir, aqueles que...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Senador Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Desculpa, Zequinha.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA. Pela ordem.) – Só para complementar com relação à formulação de sugestões políticas.

Essa questão ambiental, nós estamos tratando aqui mais ligada à questão floresta, que é um ativo importante, tem outros setores, mas o ativo da Amazônia mais importante é a questão floresta. Por que acontece tanto desmatamento ilegal, tanto desmatamento que o Governo tem que ficar reagindo? Porque você tem que optar entre agir ou reagir, o Governo só reage. Reage.

Se o Governo pegasse metade do dinheiro que já gastou reagindo, tivesse... Pega só essa metade e age, age, liquidava a fatura. Qual é o problema nosso na Amazônia? Falta de regularização fundiária, entendeu? A terra não é de ninguém. E terra de ninguém, todo mundo se acha dono, vai lá e apronta. É aquele problema do "vê se cola, vai que cola".

O CPF do cara nunca vai estar ligado àquela terra porque, se tivesse, ele não cometeria o crime. Senão, ele vai para o pau o resto da vida. Vende a família dez vezes e não paga a multa que o Ibama dá. Não tem CPF, não tem CNPJ, não tem nada e, aí, apronta.

Então, entre as recomendações que a gente precisa fazer ao Governo Federal, que é grande, boa parte, maior do que os governos do Estado... Você sabia que o Governo Federal,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por exemplo, na Amazônia tem mais terra do que os Governadores? Pois é, o Governo Federal tem mais terra, arrecadou mais terras do que o governo do próprio estado.

Então, esses dois governos precisam montar um programa de regularização fundiária em que o CPF do cara vá para lá. Ou o CNPJ, seja lá o que for, porque dentro do CNPJ vai estar o CPF dos sócios.

Só isso aí é como aquela velha história: com uma cajadada, você mata alguns coelhos. Você mataria metade dos coelhos só na regularização fundiária, porque, na hora em que o cara bota o CPF dele como dono... Pseudodono, porque o dono vai ser sempre o Estado; ele está ali, tem um título, uma escritura. No dia em que o Estado quiser pegar aquilo, ele vai lá, desapropria a bem do interesse social, etc. Mas ele é o dono. O cara é o responsável, paga imposto, tal. No dia em que botar o CPF, você já liquida metade da problemática, e a partir dali você tem poder de polícia. "Ah, foi o Jorge Kajuru, o CPF é dele." Pronto, o Jorge pode ir para a China, mas o Jorge vai ser pego, vai ser multado, vai ser criminalizado pelo ato que fez. Se não foi ele, ele vai correr e ver de onde veio o incêndio, de onde veio isso, de onde veio aquilo.

Então, eu queria pedir, encarecidamente... É claro que eu vou estar, o meu partido, o meu bloco também vão estar ali, mas a gente tem que recomendar, veementemente, essa questão da regularização fundiária, porque, senão, a gente não consegue avançar. Isso precisa ser dever de casa número um, tanto para Governo Federal via Incra, quanto para governos estaduais via seus institutos de terras na Amazônia. Se fizermos isso... Vai por mim! Eu sou nascido, criado, vivido e viajado lá, e a gente, ao longo desses anos, tem observado isso. Na hora em que sair o título, o cara vira um leão para proteger a área dele, porque o pau come se for pego. Mas, enquanto não tem... Ah, meu irmão do céu, é um desastre! Então, não pode ficar área nenhuma. Aquilo que for reserva é do Governo. Então, o Governo tem a obrigação de cuidar da reserva dele. Aquilo que é privado... Se é privado, então, cuide do seu! Se você não cuidar, o pau lhe acha.

Comece a botar ordem na casa e a responsabilizar quem de direito.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu, além de enxergar, tenho preguiça sabe para quê, Diana Lins? Para ficar ouvindo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, por favor, faça uma observação aqui. Eu adoro quebrar protocolo.

Qual o problema que tem, não é, Senadora Damares? Uma assessora dizer, com a experiência mundial que ela tem...

Essa é a Diana Lins.

Pode falar, Diana.

A SRA. DIANA LINS (Para expor.) – Senador, a respeito do projeto de lei sobre a regulamentação do mercado de créditos de carbono, ele se iniciou aqui na Casa, aqui no Senado, teve várias modificações e foi aprovado. A nossa Senadora Leila o aprovou, fez um belíssimo trabalho, de que muitos participaram. Ele foi para a Câmara e, por causa de uma mudança do Regimento... Ele voltaria para o Senado ou seria aprovado diretamente. O que aconteceu? Por causa de mudança no Regimento na Câmara, mudou-se até o número do projeto, e ele veio como um outro projeto, com várias modificações também. Está aqui.

Só uma observação.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Bem, o Brasil vai vendo o preparo desta Subcomissão, em todos os sentidos e em quaisquer temas.

Aqueles que concordam, então, permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

E aqui aproveito, para concluir, antes de encerrarmos esta reunião, para propor a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 1ª Reunião, realizada em 13 de março de 2024, e desta reunião que finalizamos agora.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Portanto, as atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a acrescentar, eu faço questão de agradecer – com meus 2% de visão, você vai repetindo os nomes aqui – a esta eficiente Secretaria que possui esta Subcomissão, com funcionários, desta Casa, exemplares: o Airton, a Mariana e o Marcus Vinícius. Muito obrigado a vocês. Sem vocês a gente não poderia trabalhar.

Agradeço a presença de todos e todas, Deus e saúde a todos nós e a todos vocês presentes e ausentes.

Declaro encerrada a presente reunião.

Agradecidíssimo.

(*Iniciada às 10 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 52 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA DISCUTIR E ANALISAR O MERCADO DE ATIVOS AMBIENTAIS BRASILEIROS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE JUNHO DE 2024, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e trinta e oito minutos do dia treze de junho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Jorge Kajuru, reúne-se a Subcomissão Temporária para discutir e analisar o Mercado de Ativos Ambientais Brasileiros com a presença do Senador Plínio Valério, e ainda dos Senadores Wilder Morais, Paulo Paim, Zenaide Maia e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Sérgio Petecão, Carlos Viana e Jorge Seif. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Discutir o tema "Proteção do clima e ativos ambientais". O debate pretende avaliar a regulamentação internacional e doméstica para debater quais ativos ambientais têm o potencial de efetivamente auxiliar na proteção do clima e quais as barreiras envolvidas. Um dos focos do debate é analisar o Projeto de Lei nº 182, de 2024, suas regras estruturantes, possíveis questões resultantes das regras propostas e assuntos correlatos que podem ser regulamentados em paralelo à discussão da matéria tratada no citado PL. **Participantes:** Sr. Aleandro Lacerda, Diretor-Presidente da Tocantins Parcerias; Sra Beatriz Soares, Coordenadora-Geral de Finanças Verdes (representante de: Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços - MDIC); Sra. Caroline Prolo, Co-fundadora e Presidente do Conselho da LACLIMA, e sócia da fama re.capital (representante de: Observatório do Clima - OC); e Sr. Marcello Lelis, Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Tocantins. **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e doze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jorge Kajuru
Presidente da Subcomissão Temporária para discutir e analisar o
Mercado de Ativos Ambientais Brasileiros

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/06/13

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Fala da Presidência.) – Brasileiras e Brasileiros, minhas únicas vossas excelências, Deus e saúde a todos e todas presentes e àqueles que nos acompanham pelos meios de comunicação, em especial pelos veículos do grupo da TV Senado, da Agência Senado, da Rádio Senado.

Eu peço desculpas pelo atraso, aliás, em cinco anos e meio de mandato – a Secretaria aqui sabe disto –, foi a primeira vez em que eu cheguei atrasado a uma reunião, a uma Comissão, especialmente esta, fundamental e importantíssima para o país, que é a Subcomissão de Meio Ambiente.

Mas eu estava como Líder da Bancada do PSB, em uma reunião, que se acalorou, dos Líderes do Senado, com o Presidente Rodrigo Pacheco, em função de uma matéria, que é a PEC do fim da reeleição no Executivo, proposta por mim, e acabou havendo este atraso, pelo qual, repito, peço desculpas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Subcomissão Temporária para discutir e analisar o Mercado de Ativos Ambientais Brasileiros da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 13 de junho de 2024.

Senhoras e senhores, é com muito orgulho e satisfação que, hoje, vamos realizar a primeira audiência pública desta Subcomissão.

Como Presidente, gostaria aqui de agradecer a todos os presentes e, também, remotamente, agradecer às Senadoras e aos Senadores e a quem está nos assistindo pela TV Senado.

No debate de hoje, vamos avaliar a regulamentação internacional e doméstica, para debater quais ativos ambientais têm o potencial de, efetivamente, auxiliar na proteção do clima e quais as barreiras envolvidas.

Um dos focos do debate é analisar o Projeto de Lei nº 182, de 2024, suas regras estruturantes, possíveis questões resultantes das regras propostas e assuntos correlatos que podem ser regulamentados em paralelo à discussão da matéria tratada no projeto de lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para essa tarefa, contaremos com a participação do Sr. Marcello Lelis, Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Tocantins, a quem convido, por gentileza e respeitosamente, para tomar lugar a esta mesa.

Participará, também, o Sr. Aleandro Lacerda, Presidente da Tocantins Carbono, por meio de videoconferência – já está à disposição.

Esses profissionais trazem consigo um bem-sucedido projeto em andamento no Estado do Tocantins, que, por ser uns dos pioneiros do Brasil na implementação de um programa como esse, podem assim nos apontar um possível caminho a ser seguido por outros estados.

Aproveito aqui, falando do Tocantins e também por gentileza, para registrar a presença de um respeitado Deputado Federal do Tocantins...

O SR. MARCELLO LELIS (*Fora do microfone.*) – O Deputado Júlio Oliveira e o Secretário de Representação Carlos Manzini.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – O Deputado Júlio Oliveira está aqui também. Obrigado pela presença, Deputado. E o Secretário de Representação Carlos Manzini. Muito obrigado pela presença.

Quero aqui rapidamente dizer, sobre o Tocantins, do meu carinho com o estado e da minha ligação em relação ao meio ambiente, porque é de Porto Nacional, no Tocantins, o brasileiro mais respeitado hoje no mundo, como ambientalista – que, certamente, o senhor deve conhecer pessoalmente –, o Sr. Divaldo Rezende.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – A minha principal assessora nessa área trabalhou com ele, foi chefe de gabinete dele na Europa e voltou para o Brasil exatamente para esta missão em meu gabinete e, agora, aqui na Subcomissão, a Diana Lins. E ele, que gostaria de estar aqui hoje presente, fez questão de sugerir nomes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu convido também à mesa a Sra. Beatriz Soares, Coordenadora-Geral de Finanças Verdes da Secretaria de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. Por gentileza.

Por fim, também por videoconferência, recebemos – e já está à disposição – a senhora... (*Pausa.*)

Isso é a mania do Romário de colocar o microfone aqui. Como eu tenho 50 anos de profissão, só 20 anos com o Silvio Santos, microfone é direcional, é assim. "Ah, mas a câmera não vai pegar seu rosto", eu não estou nem aí para o meu rosto. Eu estou preocupado é com a minha voz, para que vocês a ouçam. Desculpem-me, é o jeito Kajuru de ser.

E, por fim, também por videoconferência, temos a honra de contar com a presença da Sra. Caroline Prolo, Advogada Especialista em Direito Ambiental e Direito de Mudanças Climáticas, co-fundadora e Presidente do Conselho da Laclima e sócia da fama re.capital.

Informo também que foi convidada a Sra. Marli Santos, Superintendente de Gestão e Políticas Públicas Ambientais, em Tocantins, mas não pôde comparecer a esta audiência.

Esperamos que os convidados nos auxiliem no debate em torno do projeto de lei que visa regulamentar o mercado de créditos de carbono no Brasil, bem como outros mecanismos de proteção climática no país, especialmente em resposta aos recentes eventos catastróficos no Estado do Rio Grande do Sul e crescentes em todo o planeta.

Gostaria de agradecer à minha equipe de gabinete, em especial, às assessoras parlamentares Diana Lins, Liana Miranda e Caroline da Luz. Quero agradecer ainda ao Secretário desta Comissão, Airton Aragão Jr., e aos servidores competentes e acima da média, Marcus Vitral, Mariana Tavares e Simone Rodrigues.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião, a partir de agora, está interativa. Já tenho até várias perguntas, chegadas anteriormente. É transmitida esta reunião ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos, mas, evidentemente, como eu sou o rei de quebrar protocolo, eu permito mais tempo, caso cada convidado assim deseje.

Exposições iniciais.

Com a palavra, o Sr. Aleandro Lacerda, por fineza. (*Pausa.*)

Aleandro, está nos acompanhando e está nos ouvindo?

O SR. ALEANDRO LACERDA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Fique à vontade, querido.

O SR. ALEANDRO LACERDA (*Por videoconferência.*) – Obrigado, Senador Kajuru. Sou seu conterrâneo, também de Goiânia.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Então, é gente boa!

O SR. ALEANDRO LACERDA (*Por videoconferência.*) – Cumprimento o Marcello Lelis, nosso Secretário, e todos os presentes.

Obrigado, primeiramente, pelo convite para a Tocantins Carbono participar desta audiência. Nós estivemos presentes também em audiência na Câmara Federal, discutindo essa matéria.

A gente vem trazer a contribuição aqui do Tocantins. O Marcello Lelis vai também poder fazer uma apresentação do nosso programa, mas o que eu gostaria de deixar aqui como contribuição foi a experiência que nós tivemos, exitosa, no sentido de trazer um financiamento para a política do REDD+ no Tocantins.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria de passar o nosso sentimento para a maioria dos colegas gestores à frente dessas pastas, principalmente a do Meio Ambiente, porque o carbono é uma política muito nova e que ainda está, aqui no Brasil, se iniciando, se você compará-la com a Europa, Canadá e China.

Mas a dificuldade que nós tínhamos é que o Governo, os governos estaduais já desenvolvem suas políticas em defesa do desmatamento, das queimadas e outras políticas de educação ambiental, várias outras, e o Tocantins fez o seu papel de casa, porque, desde 2008, ainda tem uma lei de mudança climática, estabelecida no Estado de Tocantins. Mas, quando a gente chega ao gestor e fala: "Olha, preciso de alguns milhões de reais para desenvolver um programa REDD+, creditar nossos carbonos, fazer com que tenha um financiamento...". E é um programa, que não é de 10 anos, 20 anos, mas de 30 anos, 40 anos, é perpétuo – a gente imagina assim a questão de preservar a mata, as florestas, etc. Então, a dificuldade que todo gestor encontrava era dentro de casa mesmo, dentro do próprio Governo, para trazer recursos para uma política que você não sente, você não toca, você não cheira, ou seja, uma política que é um produto invisível, mas que tem as suas metrificações e tem como você poder qualificar.

E, é como você falou, nós tivemos aqui a participação do Divaldo Rezende, como Secretário, que é um precursor da questão do carbono no mundo, instituiu aqui o projeto Canguçu, aqui no Cantão, onde foram feitas as primeiras pesquisas em que você podia metrificar o carbono aqui no bioma amazônico, no Tocantins; e depois da Marli Santos, que é colega nossa. E, em 2020, o Tocantins conseguiu eleger o seu programa REDD+ no Art Trees, certificador internacional que trabalha com o programa jurisdicional para a gente poder iniciar todo esse processo e cumprir todas as exigências, ou seja, não é um programa novo do Tocantins, já tem 15 anos que o estado vem trabalhando com várias políticas ambientais. Então, em 2020, nós conseguimos, com esse resultado, acompanhados pelo Ministério do Meio Ambiente, dados do Conaredd+, dados do InfoHub, apresentar essa elegibilidade aos padrões internacionais.

Mas por que isso? Vou deixar bem claro, nós trabalhamos com um programa jurisdicional – e é boa essa oportunidade de esclarecer aqui, porque a gente sofreu bastante com isso por ser talvez os precursores –, e dava a impressão de que ele queria avançar no privado, dava a impressão de que o jurisdicional queria avançar na propriedade privada. E não é assim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O mercado internacional, Senador – e quando a gente estava fazendo esse estudo, desde 2020, nós tivemos uma reunião muito marcante na COP de Sharm El Sheikh, no Egito, com os *players*, o mercado internacional voluntário, aquele que tem recurso, e depois de tantas problemáticas que já teve aqui de programas privados, de escândalos, recentemente, de operações vendendo milhões de toneladas na Amazônia, em terras públicas, terras indígenas –, faz três requerimentos básicos: primeiro, eles querem saber se o programa tem integridade, ou seja, se é um programa que evita a dupla contagem, se é um programa que respeita a propriedade, se tem governança, se tem fiscalização; segunda exigência, se o programa tem um alinhamento, um alinhamento com o privado, ou seja, se respeita os privados, se respeita a propriedade privada, se oportuniza ao privado participar do programa, é a segunda pergunta; e a terceira pergunta, que é muito importante, é para onde vai o dinheiro, eles querem saber. Eu vou comprar o crédito de carbono de Tocantins, para onde vai esse dinheiro? Vai para folha de pagamento? Vai para pagar alguma coisa da saúde? Não, ele vai para o Fundo Clima, que foi estabelecido.

Então, dentro dessas tratativas com o mercado internacional, a gente percebeu que a gente precisava fazer o papel de casa e estávamos fazendo o papel de casa. Então estabelecemos o quê? Uma lei que fala do Fundo Clima, cumprindo o Acordo de Paris, em que esse recurso entra para esse Fundo Clima, e lá dentro, numa tratativa, fazendo as devidas oficinas com a OIT 169, discutindo com seus povos originários, discutindo com povos tradicionais, verifica-se a repartição desse benefício, ou seja, o recurso vem da venda do carbono para o fundo estadual, o Fundo Clima. Esse fundo tem uma governança participativa das comunidades, das comunidades tradicionais, dos povos originários, dos pequenos, dos médios, dos grandes produtores rurais e a participação do estado. Parte desse recurso vai estruturar os órgãos de controle que trabalham com a política ambiental do estado, mas também os órgãos de regularização fundiária, como o Itertins, porque é fundamental você ter definido um programa de regularidade fundiária no estado e na nação. Sem a regularização fundiária, nós não combatemos o desmatamento ilegal, nós não identificamos as grilagens, nós não conseguimos, então, trazer a punição àqueles que estão fazendo o desmatamento ou a queimada de forma ilegal. Então, a gente precisa ter esse controle social sobre a terra. A regularização fundiária também é a base do programa REDD+.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Feito isso, depois da repartição do benefício do Fundo Clima, nós aprovamos a lei. Como vamos tratar o privado na área jurisdicional? Nós criamos a lei do Pepsa (Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais). O que é isso, Senador? O que a gente propõe ao estado é que, dentro do mosaico do estado, todo privado que queira fazer seu programa será bem-vindo através do Fundo Clima, por meio do qual nós poderemos dar a assistência técnica necessária, porque é um custo alto, hoje em dia, você trabalhar com carbono, principalmente em nível internacional para que ele tenha a possibilidade... Para nós conhecermos esse programa e sermos pelo menos comunicados...

O que estava acontecendo é que muitos projetos privados estavam acontecendo sem uma metodologia linear. Talvez uma metodologia séria que tivesse robustez, que tivesse integralidade, que evitasse a dupla contagem, para que o mercado internacional desse credibilidade a esse carbono... Então, a Lei do Pepsa faz com que todos os projetos privados venham comunicar a Secretaria do Meio Ambiente e mostrar a metodologia dela. E nós estabelecemos uma metodologia de alto padrão, porque a gente quer desenvolver a energia e trabalhar com carbono, trabalhar com as comunidades, mas num nível elevado de qualidade e de segurança técnica e jurídica. E o que a gente está pretendendo fazer é que todo privado também tenha, eu diria, esse nível técnico e jurídico de segurança no que o mercado internacional exige. Com isso, a gente faz com que todo o carbono que nós conseguimos produzir de crédito aqui no Tocantins, não só o público, mas o privado, tenha qualidade, tenha integridade, tenha segurança, tenha credibilidade no mercado nacional. Então, esse alinhamento nós estamos construindo, sim, com o privado a todo momento, discutindo, oportunizando.

E a questão dessa resposta ao mercado internacional tem sido positiva, tanto é que nós conseguimos desenvolver um modelo em que nós, através de uma chamada pública... E aí eu faço uma ressalva interessante, Senador: nós temos uma chamada pública em nível nacional e internacional, e, pasme, as empresas estrangeiras do Reino Unido, da Suíça vieram participar da nossa chamada pública e nós não tivemos a contribuição de nenhuma empresa nos portes da Vale e de outras empresas privadas aqui no Brasil. Depois, eu fui saber que a gente percebe o seguinte: nós tivemos uma reunião na Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais e as grandes *players* nacionais – eu cito aqui as siderúrgicas e as mineradoras – têm o seu escopo 1 e 2 da própria empresa, ou seja, elas mesmas têm suas áreas, elas mesmas desenvolvem seus

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

programas, então elas mesmas produzem seu crédito de carbono. Talvez não sejam as empresas interessadas em comprar o crédito jurisdicional, nem o privado do Tocantins. Por isso é que na chamada internacional, apareceu, então, uma instituição que é a Mercur, a empresa Mercur, de gás e de óleo, que participou da chamada pública.

E o que nós pedimos na nossa chamada pública? Nós queríamos o quê? Um parceiro que custeasse, com risco 100% dele, todo o nosso programa REDD+, que não é barato: sistemas, capacitação, pagamento de registro, certificadoras, todas as despesas técnicas.

Segundo, nós pedimos também que o parceiro tivesse um grande *know-how* no mercado de carbono. Então a Mercur apresentou-se para essa parceria com 35 técnicos...

Desculpa, vou ser rápido.

... no Brasil e no mundo, para participar do programa, ou seja, nós precisávamos do apoio financeiro, um apoio técnico, para que juntos desenvolvêssemos o programa REDD+, e o resultado também era garantir a parte da compra, que a gente solicitou, no edital, o chamamento de 50%, que ele garantisse a compra do nosso carbono em 50%, com o preço de mercado da época, que ele fosse certificado.

Então, dessa junção da Tocantins Parceria, a empresa de economia mista do estado, com a Mercur, criou-se então a Tocantins Carbono, uma sociedade de propósito específico, que tem a participação das duas. É uma sociedade contratual, em que a Tocantins Parceria entra com a equipe técnica dela, e a Mercur entra com a equipe técnica dela, e os dois contratam então os consultores, os analistas, o *software*, os sistemas para nós podermos levar o nosso carbono a registro.

Então nós estamos nessa fase de metrificação, quantificação do nosso carbono, fazendo várias outras políticas. O Lelis vai falar mais dos investimentos que foram colocados já dentro da Secretaria de Meio Ambiente. E de uma forma privada, porque quando a gente cria uma SPE, ela passa a ser limitada. Então existe essa agilidade.

E é interessante destacar, Senador, que quando a gente foi fazer o estudo da viabilidade econômica, financeira, jurídica e ambiental desse projeto, a gente fez uma planilha de cálculo da matriz de risco. E o que nos chama a atenção é que quanto mais o Brasil demora em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regulamentar o mercado de carbono, nós estamos perdendo milhões e milhões e milhões, porque nós temos o Acordo de Paris, no caso jurisdicional, até 2030, 2032, ou seja, e o carbono, ao contrário do vinho, Senador Kajuru, quanto mais antigo, mais barato ele vai ficando.

Hoje mesmo, nós estamos com uma chamada pública, contratamos uma empresa, a Wilder, do Reino Unido, para também poder fazer a nossa alienação dos nossos créditos de carbono históricos. São os créditos já registrados no Info Hub, do Ministério do Meio Ambiente.

Então o Tocantins e vários estados da Amazônia possuem esses créditos de carbono que já são os mais antigos, os *vintage*, que têm um valor menor no mercado. Mas também queremos colocar à disposição do mercado adicional a venda desses créditos.

Então acho que essa é a contribuição. Eu já passei meu tempo. Estou aqui para qualquer esclarecimento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Nós é que agradecemos, Sr. Aleandro Lacerda. Mesmo por videoconferência, com argumentações insofismavelmente importantes, inclusive informações de que aqui, creio, alguns até não tinham conhecimento, sobre a questão das empresas privadas brasileiras e as empresas de outros países.

Começamos bem, portanto, esta audiência pública. Tinha certeza do valor dela. E assim seguiremos.

E agora, com a palavra, a Sra. Beatriz Soares, aqui presente, à minha esquerda. Fique à vontade.

A SRA. BEATRIZ SOARES (Para expor.) – Bom dia a todas e todos.

Em nome do Secretário Rodrigo Rollemberg, eu gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui, discutindo esse projeto tão importante, da instituição do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o meu objetivo aqui...O PL 182, de 2024, está baseado no modelo de *cap-and-trade*. Então, o meu objetivo aqui é explicar um pouco melhor o que é esse sistema e o que está disposto no PL.

Então, para começar... (*Pausa.*)

Desculpe-me, gente. Como é que eu volto?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – A Secretaria pode dar uma colaboração, por favor?

A SRA. BEATRIZ SOARES – Voltei. Obrigada.

Então, tudo começa com a definição de agentes econômicos que têm obrigação de reduzir emissões. E o PL fala que esses agentes são aquelas fontes... Não, os agentes não. O que será regulado são as fontes ou instalações que emitirem mais de um certo patamar de emissões anuais, definido em 25 mil toneladas.

A lei cria uma figura, que são os operadores dessas fontes ou instalações, que são aqueles que têm o controle operacional e podem decidir medidas de mitigação.

Então, a gente vai precisar definir quem são esses regulados, quem são esses operadores, definir um ano-base a partir do qual a gente vai ter que coletar as informações de emissão, e definir um teto, um limite de redução de emissões.

Aqui, no exemplo, a gente botou três operadores. Vamos dizer que a gente vai coletar informações de emissões deles, o quanto eles estão emitindo em 2026. Coletivamente, eles emitem 110 milhões de toneladas. Então, o que o *cap* vai fazer é o seguinte: a gente vai definir que, para os próximos cinco anos, esses operadores só vão poder emitir 100 milhões de toneladas anualmente. Então, esses 100 milhões de toneladas viram unidades, ativos climáticos, na forma de cotas brasileiras de emissão, que são representativas do direito de emitir uma tonelada de carbono.

Essas cotas, esses ativos, têm que ser distribuídos de alguma forma para esses operadores. E o projeto de lei fala que pode ser distribuído de forma gratuita ou de forma onerosa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Plano Nacional de Alocação é um instrumento, também definido na lei, que define quais são os regulados, qual é o teto de emissões desses regulados anuais, e como essas cotas serão distribuídas.

Então, as cotas sendo distribuídas, a partir do primeiro ano... Vai ser feito desta forma... (*Pausa.*)

Nossa... Desculpa, gente. Eu estou realmente enrolada.

Bom, as cotas vão ser distribuídas, mas elas não são dadas na mão dos operadores. Elas são criadas...

Tem como vocês passarem para mim, eu estou realmente enrolada aqui. (*Risos.*)

Não, tudo bem. Não, não, volta bastante. Mais um. Isso... Para a frente.

Essas cotas são distribuídas para os operadores. Só que elas não são dadas na mão dos operadores. O projeto de lei diz que a gente vai criar um registro central, que é basicamente um banco onde essas moedinhas, CBEs, serão depositadas, os ativos climáticos serão depositados, e esses ativos representam o direito de se emitir uma tonelada de carbono.

Então, essas cotas são alocadas no registro. Cada operador vai ter que abrir uma conta, operador A, operador B, operador C. Existem outras contas para a gente gerenciar a transação dessas cotas entre os regulados, mas existe uma conta especial para a qual eu gostaria de chamar a atenção, que é o cancelamento. O que é o cancelamento? Os operadores recebem as cotas no início do ano. Ao longo do ano, eles vão medindo as suas emissões. Ao final do ano, eles vão informar para o órgão regulador, que é um órgão que vai gerenciar todo esse sistema, quanto emitiram naquele ano e vão devolver as cotas, as CBEs que receberam, para compensar as suas emissões naquele ano. E aí o órgão regulador recebe a informação e faz a operação no registro central.

Pode passar, por favor?

Então, vamos dizer que eles receberam no começo do ano... Eles já sabem o quanto vão ter que emitir nos cinco anos para a frente, eles receberam essas cotas. Começa o ano e eles começam a emitir. Vamos dizer que o operador A, ao final do ano, por exemplo, emitiu o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mesmo montante das cotas que tinha para aquele ano. O que ele faz? Ele informa ao órgão regulador: "Emiti 100 toneladas. Estou devolvendo 100 cotas no valor de 100 toneladas. Não precisamos fazer mais nada".

O operador B emitiu menos do que suas cotas, ou seja, ele tinha 100 cotas e emitiu 80 toneladas de carbono no ano. O que acontece? Sobram CBEs na mão desse cara. Então, o que ele pode fazer? Ele pode vender essas cotas para outros regulados, ou ele pode guardá-las, porque fez um investimento no ano passado e no ano que vem ele acha que vai emitir mais. Então, ele pode vendê-las ou guardá-las.

O operador C, por outro lado, emitiu mais do que as cotas que tinha, ou seja, ele vai ter que ir ao mercado comprar cotas suficientes. Vamos dizer que nesse primeiro exemplo – pode passar –, o operador B vende as suas cotas para o operador C, e está tudo compensado. A gente ficou naquele limite global que a gente definiu, que é o *cap*.

Os sistemas poderiam funcionar só com isso, sem *offset*. A Europa, por exemplo, hoje, não aceita os créditos compensatórios. O mercado de carbono funciona só com os regulados. Nosso sistema, nosso PL, admite, como vários outros sistemas no mundo, a introdução de gente que não tem obrigação de reduzir emissões, mas pode ofertar voluntariamente os créditos.

Pode passar, por favor?

Então, o nosso sistema permite que o operador C ou compre CBEs de outras pessoas, ou compre as CRVEs, que são os certificados de redução verificada de emissões, a partir de projetos e programas de redução de emissões implementados pelos agentes não regulados.

E como é que a gente faz para medir emissões de alguém que a gente não mede todo ano? Porque os regulados a gente mede todo ano as emissões, e a redução é a diminuição de um para o outro.

Então, veio isso, na inspiração do MDL, e criou-se essa ideia de projetos ou programas de redução.

Pode passar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí como a gente faz, como funciona isso? A gente precisa ter um jeito de medir quais seriam as emissões na ausência da implementação do projeto, que é essa linha de base. Então, precisa-se definir uma forma de você projetar as emissões. A gente tem que definir uma forma de medir essas emissões a partir da implementação do projeto, o que a gente chama de metodologias de mensuração, relato e verificação (MRV). E aí começa-se a se implementar o projeto. O crédito de carbono é a diferença entre o que seria emitido caso o projeto não fosse implementado e o que de fato foi emitido por causa da implementação do projeto.

Então, assim é como funciona o mercado voluntário hoje. A estrutura de oferta do mercado voluntário é baseada nisso, e o PL está aproveitando essa estrutura de oferta para jogar no regulado.

Como que são dadas essas linhas? Existem os padrões de certificação – o Aleandro citou o ART TREE, por exemplo – e, então, eles definem metodologias para dizer qual é a linha de base para esse tipo de atividade específica, qual é a adicionalidade... Essa questão da adicionalidade é muito importante, porque só podem gerar crédito de carbono aqueles que seriam adicionais. Se for uma coisa que as pessoas já fariam de qualquer forma, não tem impacto climático. Então, tem questões de adicionalidade e tem as questões de MRV.

Então, uma coisa são as metodologias que vão definir como serão medidas as emissões e as reduções de emissões do projeto. Uma vez medido e gerado o ativo, que é o crédito de carbono, os próprios padrões de certificação têm os seus próprios registros. Então, o regulado vai ter o registro central, e os padrões têm seu próprio registro. Então, a Verra tem o seu registro; o Carbon Action Reserve tem o seu registro; o Gold Standard tem o seu registro.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. BEATRIZ SOARES – Qual a diferença desses registros para o registro central? No registro central, o Governo tem total controle da emissão dos créditos, da custódia dos créditos e da transação desses créditos. Aqui, o Governo não tem controle nenhum. É uma coisa que está lá nos Estados Unidos, inclusive, apesar de ser um ativo ambiental do Brasil.

Então, o que a lei prevê?

Pode passar, por favor?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Que, para fazer a contabilidade nacional, ou seja, o que for crédito de carbono usado pelos regulados ou crédito de carbono que vai sair da nossa NDC vai ter que passar pela contabilidade do Governo. Tem que ter ajustes de correspondentes e tudo.

Então, como é que vai funcionar isso? Só vai poder entrar no sistema do Brasil aqueles créditos em que o órgão gestor credenciar a metodologia. Então, a gente tem que dizer que a metodologia é boa, que a metodologia é íntegra e que a metodologia está de acordo com como a gente mede as emissões dentro do país – então, a gente vai ter que credenciar essas metodologias –, e os créditos de carbono credenciados, gerados por essa metodologia, vão virar certificados de redução ou remoção verificada de emissões.

Então, o que acontece? Esses créditos foram gerados num registro que o Governo não tem controle, que o Governo não sabe como se trata, que o Governo não tem custódia nem rastreio. Então, o que a lei fala? Ao ser credenciado, se o desenvolvedor do projeto quiser usar esse crédito para o regulado ou para a contabilidade nacional – o regulado está dentro da contabilidade nacional –, a gente vai ter que fazer uma interoperabilidade do registro central com o registro da Verra.

Então, esse crédito de carbono que for gerado lá... Assim, ao credenciar as metodologias, o órgão gestor já vai estabelecer toda a operacionalidade entre os registros. Ninguém vai precisar fazer nada, só informar: "Eu tenho esse crédito". O órgão gestor é que já está conversando com os registros e vai falar: "Cancele o registro da Verra e recrio aqui, no meu registro, como CRV...". Porque, aí sim, o Governo tem total controle, de novo, da emissão, da custódia e do rastreio. Isso é muito importante em termos de unidades, em termos de ativos. O Governo precisa ter esse controle de como essas unidades são geradas e que circulam.

Então, acho que já passei do meu tempo. Fico disponível para perguntas.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Voltaremos, claro, com perguntas a todos.

Mais uma valiosa explanação feita nesta importantíssima primeira audiência pública da Subcomissão do Meio Ambiente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, agora, também por videoconferência, a Sra. Caroline Prolo.

Por fineza, o tempo de dez minutos, com a minha tolerância, respeitosamente.

A SRA. CAROLINE PROLO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Exmo. Sr. Senador Jorge Kajuru, Exmos. Srs. Senadores e Sras. Senadoras, colegas expositores, todos que estão nos assistindo.

Primeiramente, gostaria de agradecer o convite e a oportunidade de fala nesta discussão tão relevante sobre ativos ambientais no Brasil.

O mercado tem um papel importante na descarbonização e na manutenção da biodiversidade brasileira, seja no contexto das políticas públicas que introduzam instrumentos de mercado, seja no contexto das ações eminentemente privadas. E existe, hoje, uma falha de mercado em não capturar o custo social dessas emissões de carbono e da perda da biodiversidade, e consequentemente, também, em não valorar os ganhos relacionados às ações capazes de combater essas externalidades.

Isso tudo é para dizer que a natureza tem valor. Ela nos presta inúmeros serviços que hoje não estão precificados, e nós vimos isso recentemente, por exemplo, com as enchentes do Rio Grande do Sul: vimos que a presença da cobertura vegetal, das matas ciliares presta um verdadeiro serviço ecossistêmico de permeabilidade do solo, que é capaz de nos proteger e de promover a resiliência diante dessas chuvas torrenciais e do aumento do nível das águas dos rios, que nós vamos vivenciar cada vez mais.

Do ponto de vista de políticas públicas, nós já vemos diversas iniciativas de precificação de carbono acontecerem globalmente. Há mais de 60 jurisdições no mundo que já implementaram ou que estão em fase de estudo ou de implementação de mercados de carbono ou de impostos de carbono. Do ponto de vista privado, nós já vemos mercados voluntários de ativos ambientais, sendo o mercado voluntário de carbono o mais expressivo deles.

No Brasil, também, a gente teve diversas tentativas de criar instrumentos de mercado ou iniciativas capazes de valorar o capital natural, como a lei de pagamento por serviços ambientais e, antes disso, as cotas de reserva ambiental do Código Florestal; tivemos também o programa RenovaBio. Mas a história de como o Brasil vai passar a precificar ativos ambientais começa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mesmo com o PL 182, de 2024, e a criação de um sistema brasileiro de comércio de emissões de carbono, como muito bem explicado pela Sra. Beatriz agora há pouco.

Esse vai ser, realmente, um instrumento capaz de colocar um preço no carbono no Brasil, e o valor desse instrumento é justamente começar esse processo; ele vai servir como um tubo de ensaio de como fazer esse negócio de valorar ativos ambientais no Brasil. Por quê? Isso porque ele vai, pela primeira vez, criar uma oferta e uma demanda de ativos ambientais de forma consistente. E que ativos ambientais são esses? De novo, como explicado pela Sra. Beatriz antes, são as cotas de emissão de carbono, com cada cota dessas representando um direito de emissão de carbono, e o Governo vai regulamentar esses ativos ambientais e controlar a sua disponibilidade ao longo do tempo, de maneira que os setores regulados vão poder optar por comprar esses direitos de emissão ou por reduzir suas emissões de outras formas, inclusive investindo em tecnologias alternativas, por exemplo.

Então, este é o mercado, e, como explicou a Sra. Beatriz, também, esse sistema oferece a possibilidade de os ativos ambientais do mercado voluntário de carbono migrarem para esse ambiente regulado e assim também poderem ser utilizados pelos setores regulados, ou seja, os créditos de carbono de projetos privados e até de programas jurisdicionais de estados brasileiros, como vimos aqui, também poderiam ser ofertados dentro desse mercado regulado desde que atendam requisitos previstos por uma regulamentação futura.

Então, isso é uma ótima notícia para o mercado voluntário de ativos ambientais, porque até então esse mercado só acessava uma demanda voluntária, uma demanda com pouca liquidez, que é basicamente das empresas que queriam voluntariamente compensar as suas emissões de carbono. Então, com isso, agora os projetos privados passam a poder também acessar uma demanda regulada, uma demanda que tem obrigação legal de comprar cotas de emissão ou comprar créditos de carbono, como bem dito pela Sra. Beatriz.

Então, isso é uma boa notícia também para o aprimoramento dos ativos ambientais brasileiros, porque a gente vai poder testar como criar um ambiente regulatório favorável para créditos de carbono, um ambiente que promova mais integridade, mais segurança jurídica em torno da geração e do uso de créditos de carbono no Brasil, já que hoje isso acontece dentro de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um ambiente totalmente voluntário, que não tem regras uniformizadas, que não tem nenhum tipo de controle estatal, não tem os chamados *checks and balances*. Então, isso é relevante.

Pode parecer para alguns que isso seja motivo de preocupações, um receio que isso possa limitar o mercado voluntário, mas não há nenhuma limitação. Pelo contrário, o sistema de comércio de emissões oferece uma possibilidade adicional para esse mercado voluntário de ativos ambientais de que ele possa acessar o mercado regulado, que oferece uma demanda adicional. E aí, em acessando esse mercado regulado, esses ativos ambientais ganham mais valor, eles vão passar a ser acreditados por um sistema governamental e, de certa forma, isso significa que eles vão ter um selo de qualidade do Governo brasileiro. Isso é bom para todo mundo, isso é bom para quem vende, para quem compra, para quem investe, para quem hospeda os créditos de carbono, os projetos de carbono em suas propriedades. Isso vai servir também para fortalecer a integridade do mercado voluntário de carbono, porque vão se criar parâmetros robustos nesse mercado regulado que certamente vão ser espelhados nas práticas do mercado voluntário, que anda em paralelo.

Então, como eu disse e repito, essa lei em nada afeta prejudicialmente o mercado voluntário; pelo contrário, cria mais opções para ele.

E aí eu sei também que tem preocupações de que a lei possa limitar a possibilidade de exportações de crédito de carbono de projetos do mercado voluntário brasileiro para outros países. E aqui, de novo, não há nenhuma limitação, porque hoje em dia o mercado voluntário já pode livremente vender esses créditos de carbono para empresas em outros países, o projeto de lei em nada muda isso. O que o mercado voluntário não pode fazer hoje é vender créditos de carbono cujas reduções de emissões tenham sido descontadas da NDC brasileira, ou seja, da meta brasileira perante o Acordo de Paris, como também explicado pela Sra. Beatriz, porque isso obviamente só é possível com uma autorização do Governo brasileiro, que, para isso, precisa avaliar de alguma forma esses projetos para saber se, de fato, essas reduções de emissões são adicionais à meta brasileira e assim poderem ser descontadas do balanço de emissões que o Brasil apresenta para a ONU, por meio desses ajustes correspondentes.

Então, o PL 182, de 2024, prevê essa possibilidade, prevê um processo para isso. Então, nesse sentido, ele cria uma possibilidade adicional, que hoje não é acessível para o mercado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

voluntário de carbono, que é a possibilidade de ter os seus créditos de carbono ajustados à NDC brasileira, o que, potencialmente, pode trazer mais valor para esses créditos. E, quanto a isso, não tem jeito: essa autorização precisa passar pelo Governo brasileiro, o qual precisa ter o conforto de que pode dar esse tipo de autorização, e isso vai exigir um processo, vai exigir uma análise.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CAROLINE PROLO (*Por videoconferência.*) – No fim do dia, tudo isso vai trazer mais certeza jurídica, mais integridade e vai elevar a barra dos créditos de carbono brasileiros, trazendo segurança para o mercado e ajudando a valorizar os ativos ambientais brasileiros.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Somos nós que agradecemos, Sra. Caroline Prolo, por videoconferência. Prestei atenção em todas as suas palavras preciosas, dando mais credibilidade ainda a esta audiência pública. Não posso perder a chance de lembrar, quando a senhora disse que "a natureza tem valor", que o nosso país, infelizmente, já teve Presidente da República que não sabia nem falar sobre ativos ambientais, tampouco a palavra carbono; ou seja, ele acionava a boca e não ligava o cérebro, se é que ele o tinha, infelizmente.

Bem, por fim, em relação às quatro explanações iniciais, antes das perguntas também dos brasileiros e brasileiras – e há várias aqui já pelo e-Cidadania –, com a palavra o Sr. Marcello Lelis, aqui, à minha direita, presencialmente nesta audiência pública, com o tempo de dez minutos e com a tolerância. Eu tenho certeza de que o senhor vai concluir este início de audiência pública de forma irretocável, Sr. Marcello.

O SR. MARCELLO LELIS (Para expor.) – Bom, Senador Jorge Kajuru, quero cumprimentá-lo e agradecer-lhe o convite. É uma alegria muito grande para o Estado do Tocantins estar aqui nesta audiência apresentando a sua iniciativa.

Quero saudar a todos que estão presentes; o amigo Deputado Júlio Oliveira, do Tocantins, que se faz presente; o Secretário de Representação do Tocantins em Brasília, meu amigo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Manzini; enfim, todos os presentes da Secretaria de Representação; a Dra. Beatriz e a Dra. Caroline, que tão bem expuseram há pouco.

Eu tenho, neste momento, Senador, a oportunidade de complementar a apresentação do meu amigo Aleandro, Presidente da Tocantins Parcerias, companheiro de Governo, que também brilhantemente expôs inicialmente.

Rapidamente, um pouco do Tocantins: 277 mil quilômetros quadrados, o nosso estado é um estado grande – o senhor conhece a história, a separação de Goiás, lá atrás –, com 1,6 milhão de pessoas. No nosso Estado do Tocantins, 15% da área são protegidas por unidade de conservação, 60% do nosso território são conservados. O nosso território é composto por 9% de bioma amazônico, 91% de bioma Cerrado, e, desse bioma Cerrado, 35% são de reserva legal e 65% podem ser área produtiva, de acordo com o Código Florestal Brasileiro.

Nós estamos no Matopiba, a última fronteira agrícola do país: Maranhão, Tocantins, Piauí, Bahia.

Enfim, a pressão do agronegócio está intensa no nosso estado; esse é o ambiente em que a gente vive. É um estado que baseia a sua economia no agro, sendo que 31,5% do nosso PIB provêm da atividade agrícola – é importante ressaltar isso –; e é nesse contexto em que o programa Redd+, o nosso programa de carbono, se apresenta.

Vou contar uma história rápida, porque, Senador, eu estou tendo a alegria e a satisfação de assumir a secretaria, já há dois anos, e cheguei no momento da consolidação do projeto; mas é um projeto que vem de uma longa história. Em 2008, essa história começou, com a aprovação da Política Estadual sobre Mudanças Climáticas.

É uma alegria receber o Senador Eduardo Gomes, nosso Senador do Tocantins; o amigo César.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Nosso compositor, inclusive. Trabalha com o Ivan Lins, meu querido amigo e respeitadíssimo Senador do Tocantins, Eduardo Gomes, que é uma referência para nós aqui, Secretário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode continuar.

O SR. MARCELLO LELIS – Bom, reforçando as palavras do senhor quanto a essa referência que é o Senador Eduardo Gomes para todos nós, brasileiros e tocantinenses, a história é esta: é um projeto do qual eu tive a alegria de chegar na reta final, mas é um projeto que vem sendo construído – o Senador Eduardo Gomes é prova disso – ao longo dos 15 anos no estado.

Começou com a aprovação da Política Estadual sobre Mudanças Climáticas, em 2008. O Divaldo Rezende tem um papel fundamental, desde o início dessa história, e eu agradeço à Diana por ter organizado esse momento.

Depois, entre 2009 e 2015, a gente implementou o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento (PPCD); a gente criou a força-tarefa de combate aos incêndios florestais. São 32 instituições que trabalham unidas no combate aos incêndios, desde aquela época, e hoje está muito mais fortalecida.

Em 2019, a gente iniciou a elaboração dos cálculos de mensuração do volume de crédito. A gente começou a fazer as primeiras contas naquele período.

Entre 2020 e 2025, a gente elabora o nosso plano de prevenção e combate aos desmatamentos e incêndios florestais.

Em 2020, a gente apresentou a nossa nota conceitual ao Padrão Art-Trees, que é o padrão que regula o nosso projeto. A gente definiu como metodologia o estoque-fluxo para a repartição de benefícios – isso foi feito lá atrás –, e, naquela época, a gente conseguiu a elegibilidade perante a Conaredd+. A gente conseguiu ter os nossos créditos considerados elegíveis perante a Conaredd+, e a Conaredd+ reconheceu 245 milhões de toneladas de carbono, entre 2006 e 2020, no Estado do Tocantins. Esses créditos foram provenientes tanto do bioma Cerrado quanto do bioma amazônico. Nesse acordo que firmamos com a Mercuria – nós estamos falando desse projeto com a Mercuria –, desses créditos, desde 2016 até agora, os créditos passados foram transacionados nesse acordo, e tudo que nós conseguimos reduzir de desmatamento até 2030 também está incluído nesse acordo firmado com a Mercuria.

É importante ressaltar – estava falando aqui antes com o Júlio e com o Manzini – que esse não é um projeto da Secretaria de Meio Ambiente, é um projeto de Estado. São vários órgãos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que trabalham em parceria, são muitas mãos – repito, cheguei agora há pouco, mas é um projeto que vem sendo construído desde 2008, com muitas mãos, muitas cabeças e muito trabalho. Ele perpassou governos, os órgãos de controle estão todos dentro – o Ministério Público Estadual, o Tribunal de Contas do Estado –, todo mundo participando ativamente da construção de tudo isso.

A coragem do Tocantins... O Aleandro falou... O Aleandro foi fundamental na construção desse arcabouço legal. Depois de toda essa história, agora em 2023, a gente aprovou, na Assembleia Legislativa, a lei do Fundo Clima. A lei do Fundo Clima, Senador, cria o comitê gestor, quem vai gerir a quantidade grande de recursos que vai chegar em breve ao Tocantins, proveniente da venda dos créditos. Esse comitê de governança, formado pelo Governo, pela sociedade civil e pela iniciativa privada, terá o acompanhamento constante do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Coema) e também do Fórum Estadual de Mudanças Climáticas. Então, todos os organismos estão trabalhando na governança do projeto.

Além disso, essa lei do Fundo Clima norteia os investimentos, ou seja, está escrito lá que as Salvaguardas de Cancun terão que ser respeitadas. Está tudo colocado lá, toda a história de como a repartição dos benefícios vai acontecer, isso tudo seguindo essa Estratégia Tocantins Competitivo e Sustentável, que é uma estratégia para os próximos 20 anos no Tocantins. Isso foi construído de maneira democrática, e a estratégia perpassa pelo eixo ambiental, pelo eixo social e pelo eixo econômico. Então, essa lei garante toda a transparência do projeto.

Aprovamos, também, em 2023, outra lei, a lei da Política Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais. Essa lei... Esse é um tema muito importante, porque houve, em algum momento da discussão do PL do Carbono aqui no Senado, com a Senadora Leila, e, na Câmara, com o Deputado Aliel, uma história de que o jurisdicional não pode conviver com o privado. Isso não existe. O projeto jurisdicional é o arcabouço que recebe todos os projetos privados.

Então, nós aprovamos a lei da Política Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais, que define um aninhamento. A lei diz como o projeto privado deve procurar a Secretaria de Meio Ambiente e aninhar, para que não haja dupla contagem. Aquele grande produtor que resolveu fazer um projeto na sua propriedade pode informar o Estado do Tocantins e aquela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

área é retirada do projeto jurisdicional, que engloba toda a área do estado, para que não haja a possibilidade de dupla contagem.

Então, nós estados amazônicos, digo isso porque sou membro do Consórcio Estadual da Amazônia Legal e do Fórum dos Secretários da Amazônia Legal, e é consenso entre os secretários e entre os Governos da Amazônia Legal...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELLO LELIS – Vou ter que correr muito, Senador. (*Risos.*)

É consenso que o ambiente adequado é a união dos projetos jurisdicionais com os projetos privados, e essa lei define as regras dessa união, dentro do Estado de Tocantins.

As etapas importantes. O Aleandro falou muito disso, e foi ele – junto com outras pessoas importantíssimas do Governo de Tocantins, como o Procurador-Geral do Estado, o Kledson; como o Controlador-Geral do Estado, o José Humberto – quem construiu esse arcabouço legal.

Nós fizemos um edital de chamamento público, de acordo com a Lei nº 13.303, que está escrita ali, e nós apresentamos para o mundo esse edital. Três empresas participaram desse edital, e a Mercuria, que é uma empresa suíça de óleo e gás, como o Aleandro disse, foi a vencedora.

Com essa licitação feita, a gente, então, cria uma sociedade de propósito específico, uma empresa, especificamente, para trabalhar o projeto. Essa empresa é formada pela Tocantins Parcerias – o Aleandro é o Presidente da Tocantins Parcerias – e a Mercuria, que foi a compradora, que foi a vencedora do certame. Essa união cria uma outra, cria essa SPE que se chama Tocar, Tocantins Carbono.

A Tocar tem o objetivo de executar essa fase de pré-investimento do nosso projeto. A Tocar tem um outro regimento, então, ela desburocratiza o processo, nos dá agilidade e nos dá rapidez. As coisas estão acontecendo com uma celeridade grande, porque nós encontramos esse modelo extremamente interessante.

Esse é um marco histórico para o nosso estado. Ali está o Governador Wanderlei Barbosa, ao centro da mesa. A gente, no dia 5 de junho de 2023, em Genebra, na Suíça, assina esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acordo com a Mercuria. É a primeira transação de crédito de carbono florestal jurisdicional em um estado subnacional, na modalidade de mercado voluntário, no mundo. "Ah, mas o Estado do Mato Grosso e o Estado do Acre já fizeram isso antes!". Fizeram, em uma modalidade similar, mas não exatamente igual à que o Tocantins fez. Nessa modalidade, apenas dois países fizeram antes de nós: Guiana e Costa Rica. Então, esse é um momento realmente importante para o nosso estado e para a política ambiental do Tocantins.

Mas o mais interessante, como disse o Aleandro, é que, se nós chegássemos no consciente Governador Wanderlei Barbosa e disséssemos a ele, "Governador, nós estamos com o nosso projeto praticamente pronto, mas precisamos ainda de alguns milhões de reais para poder finalizar toda a história", seria difícil. O Tocantins é um estado em desenvolvimento, um estado pujante, mas com muitas necessidades.

E a Mercuria topa fazer o pré-inventimento. A Mercuria topa aplicar os recursos, para que nós pudéssemos finalizar – já estamos fazendo isso – todos os estudos e todas as ações necessárias para a validação e certificação dos créditos. Validados e certificados, os créditos, então, serão entregues, e aí esse valor do pré-investimento será descontado no montante a ser recebido no futuro.

Setembro de 2023 é um outro marco importante, porque é a chegada da primeira parcela. O senhor viu que, desde 2008, essa história começou. Para muitos tocantinenses e brasileiros, eu acho, mas no Tocantins era assim, as pessoas falavam: "Mas que dia que vai chegar dinheiro desse tal de carbono?". E, em setembro, os primeiros recursos chegam, e o projeto se concretiza.

O que nós estamos fazendo agora?

São mais dois ou três eslaides, Senador.

Nós estamos agora ouvindo as comunidades diretamente envolvidas na preservação do meio ambiente no Tocantins. Quem são elas? Os povos originários, os povos tradicionais, os agricultores familiares, os ribeirinhos. De acordo com o padrão Art Trees, de acordo com as Salvaguardas de Cancún, é necessário que haja a escuta de todos esses setores. Não só desses setores, mas do agro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Grande parte das terras que nós precisamos preservar no Tocantins estão em propriedades rurais. Então o agro está sendo convidado para se sentar à mesa. Nós queremos o agro junto conosco nessa discussão. Preservação e produção podem e devem andar juntos, especialmente num estado como o Tocantins, onde 31,5% do PIB provém do agro. Então nós queremos união. E é isso que nós estamos fazendo.

Serão 40 oficinas. Nessas oficinas, serão eleitos os delegados, depois vai para uma consulta pública durante 30 dias na internet, depois tem uma audiência pública com os delegados para validar todo o processo. É um processo longo, mas que nós estamos executando.

O que nós fizemos agora, dia 5 de junho? Nós lançamos a Estratégia de Combate ao Desmatamento Ilegal no Tocantins. O Tocantins e vários estados brasileiros não sabem ainda diferenciar o que é desmatamento legal do que é desmatamento ilegal. E o Tocantins não sabia até há pouco tempo. E nós então criamos, no ano passado, um grupo de trabalho formado pela Semarh, Naturatins, BPMA (Batalhão de Polícia Militar Ambiental), Ministério Público estadual e o Ibama, para formular toda essa estratégia.

Em novembro, o Governador Wanderlei Barbosa recebe, no Palácio, todas as entidades do agro, e o agro firma um compromisso com o Governo do estado, assinando um Pacto pelo Desmatamento Ilegal Zero. Então a gente traz o agro para dentro da discussão.

Em março de 2024, num trabalho com o Ministério Público, totalmente integrado, do Ministério Público com o projeto, a gente lança o painel de monitoramento. E hoje qualquer proprietário rural no Tocantins pode abrir esse painel e verificar exatamente como está a sua propriedade. "Ah, o meu desmatamento é legal? Ah, o órgão ambiental definiu que o meu desmatamento é ilegal. Por quê?" Não, porque você pediu a licença de desmatamento para uma área da sua fazenda e desmatou na outra. Não, você pediu para 10ha e desmatou 20ha. Então isso tudo está claro para todos, inclusive e especialmente para o setor do agro.

Em maio, nós estruturamos o nosso Sigma, que é a nossa central de inteligência. É uma sala de inteligência que existe dentro da Secretaria de Meio Ambiente. E isso tudo, Senador, já com recursos do pré-investimento do programa de carbono, do programa de REDD+. Então é o programa de REDD+ já influenciando diretamente na política ambiental do estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E agora, no dia 5 de junho, a gente inicia os trabalhos de campo da força-tarefa. Através da plataforma, nós identificamos as 130 propriedades onde aconteceu o desmatamento ilegal mais grave no estado. E as equipes estão em campo e vão visitar todas essas 130 propriedades.

Próximos passos: finalização de todos os estudos técnicos, estamos terminando isso agora; contratar a validadora e verificadora, uma empresa internacional que vai vir dizer se tudo isso que nós estamos dizendo é realidade, nós vamos fazer isso nos próximos dois meses; a regulamentação do Fundo Clima; e a execução do projeto, alocando os benefícios através dos subprogramas definidos nas oficinas, audiências e tal, como disse.

O Aleandro já falou um pouco. Fora esse projeto, nós estamos agora abrindo um outro edital dos créditos históricos entre 2006 e 2015, créditos oriundos dos anos anteriores ao acordo com a Mercuria. Uma empresa já venceu, que é essa Wilder, e, agora, nós já estamos na fase de finalização e preparação para colocar esses créditos no mercado.

Enfim, Senador, Senadores, fico muito honrado aqui com a presença do Eduardo, mesmo! O Eduardo é um grande amigo de desde o início de Palmas. E também fico muito feliz de estar aqui representando o Governo e o Governador Wanderlei nesta audiência.

Senador Kajuru, muito obrigado mesmo. O Tocantins está muito honrado com o convite.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Transmita o meu abraço, o meu respeito ao Governador Wanderlei.

E, Secretário Marcello, foi muito importante ouvi-lo, em todos os sentidos, e o senhor me fez lembrar, pelo seu preparo, uma palavrinha fácil de definir: DNA do seu pai – o seu pai, que, inclusive, tem a digital nos jardins encantados de Goiânia, na época da gestão saudosa do Prefeito, da minha amada Goiânia, Nion Albernaz.

Porque, hoje, Goiânia é um desastre. Hoje, por favor, não visite Goiânia. (*Risos.*)

Você não tem noção! Visite Palmas...

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – E é evidente que eu vou passar a palavra, imediatamente, a este homem público do Tocantins, que é referência para o Brasil inteiro e para todos nós aqui neste Senado Federal e que se transformou em um amigo pessoal, de estar sempre em casa, em jantares. Esteve com o Ivan Lins, que é o pai da Diana Lins, que está, inclusive, nos vendo de Portugal, assim como o Divaldo Rezende, e quer assistir a toda esta audiência pública.

Então, com a palavra o meu irmão Eduardo Gomes.

Fique à vontade para as suas observações. Se quiser perguntar, também fique à vontade.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Pela ordem.) – Muito obrigado, Senador Kajuru, meu amigo querido e também referência no nosso Estado do Tocantins. Goiano daqueles que... Para algumas pessoas, a divisão não ocorreu, não é? A gente ainda briga com os irmãos goianos e os abraça da mesma forma, e é assim que a gente acompanha essa saga desses 36 anos de estado.

Quero cumprimentar o Presidente Kajuru; quero cumprimentar a Sra. Beatriz Soares, Coordenadora-Geral de Finanças Verdes do Mdic, Ministério que tem lá o nosso Vice-Presidente e Presidente Geraldo Alckmin, um grande amigo; e quero cumprimentar Marcello Lelis, que é um grande amigo de longa data, das primeiras poeiras de Palmas. Eu tive a oportunidade de desenvolver uma amizade imorredoura aí. Nós temos a Deputada Claudia Lelis, toda a sua família, o querido Ailton Lelis, a sua mãe também, o seu irmão, os seus filhos.

É muito importante quando coincide ou quando os astros se alinham e dois tocantinenses aparecem numa circunstância dessas. Primeiro, porque aqui, no Congresso Nacional, no Senado Federal em especial, eu tive a oportunidade de, como Deputado Federal, criar a Comissão de Mudanças Climáticas Mista, permanente, que é esta Comissão que está aí até hoje e, agora, bem comentada por conta da tragédia no Rio Grande do Sul, infelizmente, mas com um dever de casa para fazer. Tive a oportunidade de fazer a implementação da Comissão, de ser o seu primeiro Presidente e de levar comigo, pelo mundo afora aí, o meu querido amigo Divaldo Rezende, num trabalho que resultou na vinda, por exemplo, por duas vezes ao país, de Sir Nicholas Stern, que criou o relatório, linha principal do documentário Uma Verdade Inconveniente, do Al Gore, que acabou ganhando prêmios internacionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nicholas Stern foi a primeira pessoa, no mundo moderno, a vincular meio ambiente e economia de maneira decisiva, e Divaldo Rezende é, até hoje, uma grande referência na política de crédito de carbono, mas, principalmente, carbono social, com essa pegada que, para a nossa satisfação, o Governador Wanderei Barbosa, com toda a sua equipe, toda a assessoria, traz, no Deputado Marcello Lelis, essa incumbência de colocar aqueles pontos, na economia do Tocantins e do Brasil, que ultrapassam os mandatos. Isso que está sendo feito, no Estado de Tocantins, hoje, primeiro, torna-se uma referência, um modelo. O assunto é global, é importante, fomenta bastante, então o Tocantins está prestando serviço ao país e ao mundo, quando tem essa postura de vanguarda de ter essa primeira comercialização de ativos de crédito de carbono, que o Marcello está conduzindo muito bem. Por isso, eu cumprimento a ele, mas também o Manzini, nosso Secretário, representante do Governo em Brasília, e o Aleandro. Quero cumprimentar também o Deputado Júlio Oliveira, que vem do Bico do Papagaio para a Câmara dos Deputados.

Então, Kajuru, é uma passagem rápida. Eu estava, agora há pouco, no debate, com o Ministro Ives Gandra, a Justiça do Trabalho e alguns ministros, falando sobre inteligência artificial, que é um outro desafio que nós estamos relatando, para uma votação na próxima semana, mas não poderia deixar de passar aqui, para dar um abraço no meu amigo e para ressaltar essa ousadia cidadã e muito importante do Governador Wanderlei Barbosa e de toda a sua equipe, tratando de um assunto que fala, diretamente, da melhoria de qualidade de vida no Brasil.

O Estado do Tocantins é a veia aorta da água brasileira. Se fosse possível fazer uma greve de água, todo mundo iria morrer de sede, se o Tocantins paralisasse o curso das nascentes do Rio Araguaia e do Rio Tocantins, que estão preservados. Na política, precisamos ficar atentos a isso, para que permaneça dessa forma, com a beleza natural deslumbrante, com a Ilha do Bananal, com o Jalapão, com os atrativos das Serras Gerais.

O Deputado Marcello Lelis também é um destaque nacional no fomento ao turismo sustentável. O Estado do Tocantins aparece como um grande atrativo de turismo sustentável, natural, turismo de aventura também, com o Jalapão. É um estado que recebe a duplicação da Belém-Brasília e o primeiro estado brasileiro a ter uma cruz de ferrovia, Norte-Sul e Fiol. Então, pode ter certeza de que nós caminhamos aí a passos largos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se cuidarmos do conceito, da preparação e dos cuidados com os povos originários e com a produção sustentável, que precisa ser reverenciada, Tocantins combate, tenho certeza, o desmatamento ilegal, porque é referência no desmatamento legal. Perguntaram-me, semanas atrás, por que é que o Tocantins bateu o recorde em desmatamento legal no país. É porque ele vem corrigindo as práticas. A política de ocupação para o uso produtivo da terra no país exige e dá visões claras. Só consegue desenvolver atividade na agricultura do Tocantins quem se dispõe a pagar pela preservação, e nisso o nosso estado tem ainda muito o que fazer, mas já mostra bons exemplos.

Enfim, o Tocantins pode apresentar ao Brasil um estado com crescimento sustentável nos próximos anos, perto de 10%, como ocorreu este ano, em que ficou em segundo lugar em crescimento, numa distância milimétrica do Mato Grosso e já com a distância razoável do terceiro colocado.

Portanto, é um momento que a gente comemora. É um momento que nós tiramos a palavra polarização do nosso estado. Há uma nova geração que pretende projetar para as próximas gerações um estado onde o planejamento seja o político mais forte. Então é isso que está acontecendo nessa oportunidade em que a secretaria e a liderança do Marcello Lelis levam um assunto tão difícil, que é preservação e desenvolvimento ao mesmo tempo, mas levam a isso com cidadania e conversando com o setor produtivo.

Por isso, eu não podia deixar de registrar aqui a minha presença, em nome da bancada federal, da Professora Dorinha, que é a nossa coordenadora de bancada. E o Tocantins nasceu com esta característica: dos estados criados na Constituição de 1988, ainda pelo Deputado Siqueira Campos, o Tocantins foi o único dos estados que não herdou folha de pagamento do Governo Federal, não temos um funcionário sequer pago pelo Governo Federal, diferentemente dos territórios que viraram estado, e é um estado que vem respondendo economicamente, dando alguns exemplos já de inovação.

Essa inovação começa quando a gente tem pessoas iluminadas aí no mundo inteiro, reconhecidas, como o Divaldo Rezende, um sonhador tocantinense que anda pelo mundo aí, de quem você gosta também muito. Então eu fico muito feliz de ver que chegou o dia, no Senado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal, de essas pessoas deixarem claro para o Brasil e para o mundo que o Tocantins está se preparando e no caminho certo. Parabéns, Marcello! Parabéns Kajuru!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Para interpelar.) – Bom, quem agradece somos todos nós, Senador Eduardo Gomes. E eu, como um aprendiz seu, estou aqui nesta cadeira em que deveria estar você, na minha opinião, como Presidente da Subcomissão de Meio Ambiente.

Você colocou muitíssimo bem o que hoje serve como exemplo para o Brasil, o Estado do Tocantins, em algo tão bonito de se falar, de se pronunciar, que é meio ambiente.

E ontem, preparando-me para esta reunião de hoje, a audiência pública, eu me lembrei de você, naquele jantar nosso, lá em casa, junto com o Ivan Lins, que virou seu amigo inclusive, porque viu que você também é compositor, não é? Sabia disso? Sabia, Marcello? E aí eu me lembrei e coloquei aquela música sobre o Araguaia e o Tocantins, uma música que o Ivan Lins fez com o Vítor. Você se lembra da letra dessa música, não é? Lindíssima, não é?

Então não tem como deixar de agradecer a sua presença aqui nesta audiência pública, quando brasileiras e brasileiros estão enviando perguntas através do e-Cidadania, pela internet.

E eu começo aqui, por fineza, e fiquem à vontade, os quatro, quem quiser responder: como os ativos ambientais podem contribuir efetivamente para a proteção do clima, considerando tanto o contexto internacional, quanto o doméstico?

Um abraço, Eduardo, querido. Abração, querido.

Essa seria a minha primeira pergunta. Vou fazer de duas em duas, para que vocês não fiquem anotando. A primeira, quem quiser responder, fique à vontade.

A segunda é: quais são os mecanismos previstos no Projeto de Lei 182, de 2024, para impulsionar a proteção climática no país e como essas medidas se relacionam com as políticas já em vigor em Tocantins, em especial no tocante a regras sobre REDD+ jurisdicional?

São essas as duas primeiras perguntas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quem quiser responder, dos quatro, eu os coloco à vontade.

A SRA. BEATRIZ SOARES (*Fora do microfone.*) – Eu posso responder primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – A primeira pergunta, então? Pois não, Beatriz Soares, querida.

A SRA. BEATRIZ SOARES (Para expor.) – Reforçando o que eu falei na apresentação, nós temos dois ativos ambientais dentro do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões: as cotas, que é o direito de emitir uma tonelada de carbono; e os créditos, que são a redução. Elas são unidades diferentes e representativas da redução de emissões efetivamente. Todas as duas contribuem para a proteção climática, na medida em que as cotas já são um teto de emissões. A gente está falando que esses agentes regulados emitiriam, por exemplo, 110 milhões de toneladas, e, com a instituição no mercado, eles vão emitir 100 milhões de toneladas. Então, efetivamente, há uma redução.

E os créditos são interessantes também, porque a gente incentiva, a partir da aceitação do voluntário, que não só aqueles que estão regulados, mas os que estão fora também induzem à adoção de atividades que reduzem emissões. Então, todos os dois ativos, apesar de serem referentes a atividades diferentes – um é o direito de emitir, e o outro é uma unidade de redução –, contribuem para a proteção climática, na medida em que resultam em emissões menores para um determinado número de agentes.

Então, eu diria nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Obrigado, Beatriz Soares.

A minha segunda pergunta quem gostaria de responder, por favor?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – A Caroline falou muito sobre isso, não é?

Caroline Prolo, você pode responder, por fineza?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CAROLINE PROLO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senador.

Vou tentar responder, embora não tenha toda a competência e o conhecimento sobre o programa do Tocantins, que acho que foi muito bem explanado pelos que me antecederam, mas posso dizer que o SBCE tem, um pouco como disse a Sra. Beatriz, o propósito de reduzir emissões de gases de efeito estufa dos setores regulados ali pelo sistema. Então, seja por meio do preço do carbono, que vai fazer com que essas atividades busquem constantemente a redução de emissões para evitar ter que pagar um preço alto dessas cotas de emissões... O mercado funciona na medida em que o preço do carbono é caro – você tem que pagar mais para emitir carbono do que o contrário.

Então, a lógica toda de haver um sistema como esse é colocar um preço do carbono que incentive a redução de emissões pelas empresas ali reguladas e, ao mesmo tempo, trazer a possibilidade de afetar outros setores não regulados, permitindo que esses setores sejam fornecedores de crédito de carbono para o setor regulado. Acho que é aí que entram atividades potenciais de projetos de carbono, como nós vemos aí, e também de programas jurisdicionais, como o Programa REDD+, como o programa do Tocantins. Então, em tese, o que a gente tem é uma contribuição desse projeto de lei para tanto fomentar as reduções das empresas reguladas por esse mercado, como também fomentar uma redução de emissões do lado daqueles que fornecem os créditos de carbono para o sistema.

E aí a gente está falando potencialmente de iniciativas inovadoras no âmbito dos estados brasileiros, que conseguem fazer isso por meio de uma política pública. Isso traz muita robustez, inclusive, para essas atividades, quando elas estão respaldadas por políticas públicas regulamentadas, com transparência, e contribuindo também para uma redução de emissões do Brasil, de certa forma, porque isso, no fim do dia, também acaba sendo contabilizado nos resultados que o Brasil reporta para a ONU no âmbito do Acordo de Paris.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Obrigado, Caroline Prolo, pela resposta.

É apenas para registrar aos brasileiras e brasileiros que enviaram suas perguntas que essas serão as últimas desta audiência pública. E as minhas três últimas colocações, por fineza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A terceira: quais estratégias específicas Tocantins adotou para garantir o sucesso na redução de emissões de carbono por meio do programa, e de que forma essas estratégias poderiam ser adaptadas por outras regiões do nosso Brasil?

O SR. MARCELLO LELIS – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pois não, Marcello Lelis, Secretário do Tocantins, para a resposta.

O SR. MARCELLO LELIS (Para expor.) – Foi parte da nossa exposição citar o que está acontecendo agora no Tocantins, que é essa estratégia de combate ao desmatamento ilegal. Esse é o primeiro passo, o combate à ilegalidade, aos 30% do desmatamento que acontecem no estado de maneira ilegal. Aquela estratégia está sendo colocada em prática, e parte dos recursos necessários para essa execução vem do programa de carbono jurisdicional do estado.

Depois disso, naturalmente, nós vamos iniciar um diálogo com o setor agrícola e com todos os envolvidos nesse cenário, para discutir formas de produzir, mesmo na parte da sua propriedade que é legal. Isso é uma discussão, isso não é nada impositivo, claro. O Código Florestal brasileiro é soberano, mas nós vamos iniciar uma discussão com o setor agrícola no Tocantins para nós encontrarmos maneiras de reduzir o desmatamento legal também.

Então, o nosso programa de REDD vai revolucionar a política ambiental do estado. Na verdade, já está revolucionando, porque os recursos do pré-investimento já estão chegando, já estão sendo empregados. Por exemplo, toda a estruturação do... A Secretaria do Meio Ambiente do Tocantins pensa a política ambiental, o Naturatins executa a política ambiental. Toda a reestruturação, a busca da eficiência e da modernidade do órgão que executa política, o Naturatins, já está sendo financiada também com recursos do REDD, parte desses avanços.

Então, eu quero dizer, Senador, que, depois da venda dos créditos, depois da entrega dos créditos, com a chegada do volume principal de recursos, o estado terá uma injeção de investimento que vai nos dar a condição de aperfeiçoar muito o nosso trabalho, em termos de sistema, em termos de tecnologia, e também dará a todos os envolvidos, aos povos originários, aos povos tradicionais, aos agricultores familiares, ao setor do agro condições também de usar esses recursos para essa política sustentável, falando de forma geral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então é um projeto que vai realmente revolucionar toda a política ambiental do estado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Obrigado, Marcello.

A minha penúltima colocação: como a regulamentação do mercado de créditos de carbono no Brasil, proposta pelo mencionado projeto de lei, pode contribuir para fortalecer iniciativas como o REDD+, em níveis estadual e nacional?

Caso o nosso, por videoconferência, querido Aleandro Lacerda queira responder...

O SR. ALEANDRO LACERDA (*Por videoconferência*.) – Estão me escutando?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Perfeitamente.

O SR. ALEANDRO LACERDA (Para expor. *Por videoconferência*.) – A gente vê o PL como um marco interessante quando vem trazer essa possibilidade também do crédito do mercado voluntário. O REDD+ traz esse papel principalmente do jurisdicional. E o que é bom destacar – que foi um dos pontos que foi colocado bastante e acentuado lá na questão do projeto que veio da Câmara – é a questão da propriedade. E o REDD+ jurisdicional permite que aqueles pequenos produtores, os povos tradicionais, os povos originários tenham acesso e possam receber pela manutenção de suas florestas, porque, quando a gente desenvolve qualquer tipo de projeto de carbono, ele tem um custo que hoje é elevado por certificadores, e as maiorias que têm credibilidade são, no mercado voluntário, internacionais. E, quando a gente discute num âmbito até grande – e eu já estive com vários outros *players* –, talvez seja a única saída realmente através da alocação do recurso no Fundo Clima, da repartição de benefícios de acordo com as regras de Cancún, em que você coloca as salvaguardas do Acordo de Paris; é a única forma que a gente tem de levar a esses pequenos produtores, essas comunidades o retorno financeiro da sua preservação das suas áreas.

Então, imagine que nós, aqui em Tocantins, apesar de termos grandes produtores, na maioria das áreas são pequenos produtores que preservam suas nascentes, preservam, combatem na hora do incêndio, estão ali dispostos a ajudar, são brigadistas – os povos indígenas, a mesma coisa. A gente entende que é um instrumento com que você traz uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

governança, você traz uma transparência para esses recursos e desenvolve subprogramas para eles. Nós não vamos, dentro da repartição de benefícios, Senador, colocar um recurso para cada CPF, não é isso – quanto ao recurso, não dá para ser feito dessa forma –, mas para programas, como a gente tem desenvolvido aqui com as comunidades indígenas, de fazer os tanques-rede, ou seja, eles vão demandar a sua real necessidade.

Então, a gente imagina que o REDD+ jurisdicional tem este perfil dessa integralidade, dessa segurança e de mostrar a quem está comprando o carbono que é um programa perene e que, de alguma forma, está atendendo os anseios dos pequenos, médios e principalmente os povos originários tradicionais. Esse é um destaque que eu faria.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Perfeito, Aleandro. Muito obrigado pela resposta.

E fico muito feliz aqui pela internet – e daí eu sempre dar valor à mulher brasileira, por isso é que, em todos os meus pronunciamentos, na tribuna, eu enuncio, eu abro com a frase: "Brasileiras e brasileiros, minhas únicas vossas excelências..." –, porque há, entre as principais perguntas aqui, a de duas mulheres.

Uma, do Rio Grande do Sul, a Amanda, pergunta: "Qual a estratégia de políticas públicas [...] [relativas] à promoção de educação climática e o combate à desinformação climática?". Quem quer responder? Uma mulher também ou um homem? Aqui são dois homens e duas mulheres. Quem quiser fique à vontade.

E a outra pergunta, a última, para encerrarmos, vem do Ceará, também de uma mulher, que é a Joyce. Pergunta: "Quais medidas serão tomadas para que tragédias como a do Rio Grande do Sul sejam evitadas? [...]".

São essas as duas últimas perguntas.

O SR. ALEANDRO LACERDA (Para expor.) – Deixe-me ajudar, Senador.

Olha, Senador, eu penso o seguinte, respondendo à pergunta da Amanda: eu acho que o que está acontecendo no Rio Grande do Sul é um grande recado para o planeta, mais especificamente para o Brasil, porque nós estamos vendo dentro do nosso país as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consequências de políticas, de erros na condução da política ambiental. Eu não estou aqui crucificando o Rio Grande do Sul – os erros acontecem no Brasil todo –, mas aquele é um exemplo de que não há tempo mais para esperarmos.

Ressaltando essa iniciativa do Tocantins – e não é só do Tocantins, porque tem vários estados, especialmente na Amazônia Legal, se movimentando –, naquela primeira pergunta, eu acabei não dizendo como é que isso podia ser replicado para os outros estados, o que já era parte da pergunta, e isso já está acontecendo, só que cada estado tem o seu modelo. O que acontece hoje no Tocantins é uma forma de resposta a toda essa questão do Rio Grande do Sul. Então, eu penso, sendo direto na resposta para a Amanda, que, infelizmente, o que acontece hoje no Rio Grande do Sul é uma grande aula de educação ambiental para o país todo. O país está olhando e está dizendo: "Nós não podemos continuar no mesmo rumo", imagino eu.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – E para a pergunta da Joyce, sobre as medidas que serão tomadas para que tragédias como a do Rio Grande do Sul sejam evitadas, quem levantou a mão? (*Pausa.*)

A Caroline Prolo. Pois não, Caroline, responda, por fineza.

A SRA. CAROLINE PROLO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigada, Senador. Bom, eu posso também falar na condição de gaúcha. Eu sou do Rio Grande do Sul e acompanhei com muita tristeza o que aconteceu. Não moro mais lá no Rio Grande do Sul, moro em São Paulo hoje, mas minha família toda está lá, então, de fato, eu posso dizer que calcei os sapatos dos gaúchos nesse momento. Trabalho já com mudança climática, como advogada, há mais de 12 anos, e realmente é muito frustrante ver que a gente não está preparado. Acho que não é só a realidade do Rio Grande do Sul, mas de outras cidades brasileiras, outros estados brasileiros, para uma crise climática tão avassaladora, devastadora, de fato.

Aqui tem muitas ações necessárias, e eu acho que vou reforçar, sem dúvida a importância da educação climática. Que a gente passe, que a gente possa entender, de fato, que o que aconteceu é o resultado de uma crise climática, que a gente passe a dar esse nome para o problema. É um problema de falta de adaptação climática, é um problema resultante das emissões de gases de efeito estufa que afetam o clima, que causam esse desequilíbrio do clima, e isso exige ações em ambas as frentes, tanto de políticas de redução de emissões de gases de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

efeito estufa – e aqui o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões que nós discutimos é uma dessas ferramentas –, mas também instrumentos de adaptação, tanto para haver políticas de adaptação no nível dos estados e dos municípios... Agora a gente acabou de aprovar uma legislação que está dando essas orientações de como os estados e municípios podem fazer essas políticas. A gente precisa de planos diretores que tenham uma dimensão de mudanças climáticas, uma dimensão de adaptação à mudança do clima. Isso hoje não é uma realidade dos nossos planos diretores no Brasil. E a gente precisa de políticas de conservação da vegetação, principalmente dessas áreas sensíveis.

A gente já tem uma legislação que protege as áreas de preservação permanente. A gente já tem um Código Florestal no Brasil, mas, de fato, precisa haver uma consciência dos governos de cumprimento, em função dessa legislação, inclusive, de fomentar, de incentivar a recuperação dessas áreas degradadas, porque elas, como eu falei no começo, prestam um serviço, de verdade, de resiliência em face às mudanças climáticas. A gente tem muito a agradecer às florestas por nos protegerem dessas catástrofes climáticas. Então, precisamos de políticas públicas (*Falha no áudio.*)

... que se cumpra a legislação e também que fomentem a recuperação, a conservação e o reflorestamento dessas áreas degradadas.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Perfeita a sua resposta.

Muito obrigado, Caroline Prolo.

Bem, como eu amo quebrar protocolo – o Manzini está aqui presente, Secretário do Governo do Tocantins, e também o destacado Deputado Federal Júlio da Silva Oliveira, desde o início desta audiência pública...

Deputado, não sei como o senhor é em relação a protocolo. Eu odeio protocolo. Então, o senhor quer fazer alguma observação? Porque isto não acontece: Deputado Federal, numa Comissão do Senado, falar. Eu gostaria de ouvi-lo.

O SR. JÚLIO OLIVEIRA (PP - TO. Para expor.) – Bom dia a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentá-lo, Kajuru, pelo brilhante trabalho que V. Exa. vem fazendo junto ao Senado. Parabéns!

Quero parabenizar aqui o nosso Secretário pelo brilhante trabalho que vem fazendo junto à Secretaria do Estado. Parabéns! Nós sabemos da importância, da magnitude desse projeto.

Parabenizo também a nossa colega Beatriz, que está aqui e conduziu muito bem, aos que estão aqui e aos internautas, que tiveram a sua participação também.

De um modo geral, Senador, quero só parabenizar vocês pelo brilhante trabalho.

Obrigado pela participação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É recíproco. Muito obrigado, Deputado Federal, pelo Tocantins, Júlio da Silva Oliveira.

Muito obrigado a todos e todas presentes, aos que nos acompanharam pela internet e, em destaque, ao músico brasileiro mais respeitado e reconhecido em todo o mundo, tanto que, quando o Presidente Lula chegou à China – Lula não esperava e nem Ivan Lins esperava –, qual foi a música que o Presidente da China escolheu para recebê-lo? Um Novo Tempo, de Ivan Lins, que está nos vendo de Lisboa, Portugal, e também o Divaldo Rezende, que está em Madri, não é isso, Diana?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Está na Indonésia hoje? Esse homem viaja, hein? Meu Deus!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Ela é a Diana, filha do nosso querido músico e meu padrinho de casamento Ivan Lins.

Nada mais havendo a tratar, agradeço, repito, a presença de todos e todas e declaro encerrada a presente reunião desta primeira audiência pública, que foi absolutamente proveitosa em todos os sentidos e com um conteúdo incontestável.

Agradecidíssimo! Deus e saúde a nossa pátria amada e a todos nós!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 10 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 12 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 13ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE MAIO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quatorze horas e vinte e três minutos do dia oito de maio de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência da Senadora Leila Barros, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Ivete da Silveira, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Margareth Buzetti, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Lucas Barreto, Eliziane Gama, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Janaína Farias, Ana Paula Lobato, Flávio Bolsonaro, Astronauta Marcos Pontes, Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Damares Alves, e ainda dos Senadores Paulo Paim e Chico Rodrigues, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Sergio Moro, Efraim Filho, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Marcos do Val, Weverton, Omar Aziz, Sérgio Petecão, Otto Alencar, Rogério Carvalho, Jorge Seif e Eduardo Girão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 12/2024 - CSP, de autoria da Senadora Leila Barros (PDT/DF), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS) e Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). **Finalidade:** Debater o Programa Pena Justa e o Plano Nacional de Política Criminal e Penitenciária 2024-2027. **Participantes:** Sr. Douglas de Melo Martins, Presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária do Ministério da Justiça e Segurança Pública; Sr. Luís Geraldo Sant'Ana Lanfredi, Coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas do Conselho Nacional de Justiça; Sr. André de Albuquerque Garcia, Secretário Nacional de Políticas Penais do Ministério da Justiça e Segurança Pública; e Sr. Gabriel Sampaio, Diretor de Litigância e Incidência da Conectas e membro da Rede Justiça Criminal. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Leila Barros
Presidente Eventual da Comissão de Segurança Pública

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/05/08

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, eu declaro aberta a 13ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Segurança Pública.

A razão desta audiência pública se deve à necessidade de o Senado Federal garantir um debate público qualificado sobre o que o Estado brasileiro está fazendo para superar a crise do sistema penitenciário nacional, visando esclarecer a sociedade sobre as medidas emergenciais e estruturais que estão sendo planejadas sobre o tema para os próximos anos, visando, primeiro, superar o estado de coisas inconstitucional, reconhecido pela ADPF 347, desde 2015, pelo STF, cujo acórdão prolatado sobre a matéria impôs várias condicionantes à União e às unidades da Federação em 8 de janeiro deste ano; e, segundo, atender a recomendação do acórdão da auditoria do Tribunal de Contas da União que é o Acórdão 026.096/2017-0, que recomenda ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, através do então Departamento Penitenciário Nacional, hoje Secretaria Nacional de Políticas Penais, e do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP), estabelecer e/ou intensificar parcerias amplas com o objetivo de produzir perspectiva integrada de todos os órgãos da execução penal, incluindo definições de como o esforço cooperativo será liderado e como o resultado das fiscalizações e dos acompanhamentos determinados pela Lei de Execução Penal será observado e tratado pelos demais órgãos da execução penal, de forma a repercutir em entregas efetivas para a sociedade. A partir da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 347 do Supremo Tribunal Federal, o então Ministério da Segurança Pública assinou em outubro de 2018 termo de cooperação técnica com o CNJ e o CNMP para a atuação conjunta no enfrentamento da situação.

Diante desse contexto, hoje a discussão sobre os planos nacionais sobre o sistema penitenciário brasileiro, no âmbito da Comissão de Segurança Pública do Senado Federal, se faz necessária, para esclarecer os pontos críticos dessa pauta, a fim de que o Estado brasileiro possa, primeiro, responder a esses desafios com real capacidade de investimentos para atender as demandas e, segundo, cumprir o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável sobre Paz, Justiça e Instituições Eficazes (ODS 16), da Agenda 2030 das Nações Unidas, pactuada com o Brasil, sobretudo diante das evidências relacionadas aos fatos: 1) o Brasil ser a terceira maior população carcerária do mundo; 2) o impacto da Lei 14.843, de 2024, que traz a reintrodução do exame criminológico para a concessão de progressão de regime, a restrição à saída temporária e a ampliação do monitoramento eletrônico; e 3) o custo social e econômico da prisão para o país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desta forma, presido esta audiência com o objetivo de enriquecer o debate público junto aos meus pares e à comunidade em geral, agradecendo a todos os presentes, física e virtualmente.

O objetivo desta presente reunião é a audiência pública que tem como objetivo debater o programa Pena Justa e o Plano Nacional de Política Criminal e Penitenciária 2024-2027, em atendimento ao Requerimento nº 12, de 2024, de minha autoria.

Informo que foi convidado para esta audiência pública, mas que infelizmente não pôde comparecer, o Sr. Marcus Castelo Branco Alves Rito, Presidente do Conselho Nacional dos Secretários de Estado de Justiça, Cidadania, Direitos Humanos e Administração Penitenciária.

E agora eu convido, para tomar lugar à mesa, os nossos seguintes convidados, os que estão presentes: o Sr. André de Albuquerque Garcia, Secretário Nacional de Políticas Penais do Ministério da Justiça e Segurança Pública. (*Palmas.*)

O Sr. Douglas de Melo Martins, Presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária do Ministério da Justiça e Segurança Pública. (*Palmas.*)

O Sr. Luís Geraldo Sant'Ana Lanfredi, Coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas do Conselho Nacional de Justiça. (*Palmas.*)

O Sr. Gabriel Sampaio, Diretor de Litigância e Incidência da Conectas e membro da Rede Justiça Criminal.

E Ana Lucia Tavares Ferreira, por videoconferência, Vice-Presidente do Instituto Brasileiro de Execução Penal. (*Palmas.*)

Bom, primeiramente, eu peço desculpas aos nossos convidados, porque vamos ter que dar celeridade a esta audiência, que julgo ser de extrema importância.

Comunico que a presente audiência pública será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço www12.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211 – 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos nossos expositores.

Na exposição final, cada convidado poderá ter o uso da palavra por até dez minutos... Na exposição inicial – perdão –, o uso da palavra por até dez minutos. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou passar a palavra, já inicialmente, para iniciarmos, mais uma vez reiterando os agradecimentos desta Casa e também dos membros da Comissão de Segurança Pública a todos os presentes, a todos os convidados para o debate, que julgamos – não só eu, como requerente –, a Comissão julga serem muito pertinentes e importantes os esclarecimentos e a possibilidade de poder ouvi-los, apesar de algum... Particularmente, acho que faltou um pouco mais desse debate, na aprovação da lei, que já citei antes, na minha fala, mas, enfim, como toda lei, a gente coloca o trem nos trilhos e ela vai ter que andar. A gente está aqui para fazer justamente os ajustes e repensar, com certeza, todo o trabalho que, muitas vezes, a gente, porventura, tenha que retroagir ou reavaliar, para fazermos o nosso melhor.

Então, eu vou passar a palavra para o Sr. Gabriel Sampaio, que é o Diretor de Litigância e Incidência da Conectas e membro da Rede Justiça Criminal. Seja bem-vindo, Sr. Gabriel.

O SR. GABRIEL SAMPAIO (Para expor.) – Muito boa tarde. Gostaria de cumprimentar, na pessoa da Senadora Leila Barros, todos os Parlamentares aqui presentes e presentes virtualmente; cumprimentar todos os colegas de mesa, Dr. Douglas, Dr. Lanfredi e Dr. André Garcia. É uma honra poder dividir este espaço de fala com Suas Senhorias.

Se me permitir, Senador, até a partir da fala inicial feita pela senhora, abro, então, esta exposição destacando a importância do momento histórico que nós estamos vivendo em relação aos direitos, às garantias fundamentais, aos direitos humanos. É um momento desafiador para a humanidade, ouso dizer, além de ser desafiador para nós que, tradicionalmente, lidamos com essa questão, atuando na defesa dos direitos humanos, no enfrentamento ao racismo estrutural no nosso país.

Nós temos uma trajetória, desde a colonização, que é muito difícil, árdua, de lutas para conseguirmos o mínimo existencial para a defesa da nossa dignidade. Então, nessa trajetória, nós temos, pela nossa ancestralidade, uma experiência grande em lidar com situações desafiadoras; mas ouso dizer, Senadora, que nós estamos, em nível global, diante dos maiores desafios da nossa geração, porque no campo dos direitos e das garantias fundamentais, nós estamos sitiados em torno de ameaças que colocam em risco a nossa própria existência como humanidade, porque nós tratamos as questões, desde as questões climáticas até às questões mais relacionadas à violência institucional, como a tortura, a violência policial, a violência nas prisões, igualmente como questões de direitos humanos. Em todas essas matérias, nós estamos diante de um momento desafiador e que coloca em questão a existência da própria humanidade, quando nós tratamos da relevância desses temas. Isso faz com que, até em alguns momentos, esses temas, que são tão próprios daqueles direitos mais básicos, até percam espaço diante desses desafios que são colocados.

O sistema penitenciário, por muito tempo, trouxe para o debate público nacional diversos questionamentos sobre quais rumos o nosso Estado de direitos daria para a questão penitenciária. Isso sempre foi objeto da pauta pública. Em algum momento, quando essa crise ficou ainda mais aguda, nós perdemos espaço para discutir aquilo que tem sido o motor dos problemas do sistema penitenciário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso fez com que toda a sociedade, talvez, perdesse o compasso da necessidade de medidas emergenciais para solucionar aquilo que são problemas crônicos. Muitas vezes, são tratados como crises, quando acontece algum episódio de projeção nacional, uma rebelião que tenha maior repercussão ou uma situação de massacre, como muitas que nós já vivenciamos na história do sistema penitenciário, mas é fato que nós perdemos um pouco o compasso da importância de tematizar a urgência dos problemas do sistema penitenciário.

E o reflexo a sociedade inteira percebe, porque o sistema não tem trazido respostas para os principais problemas que ele se propõe a resolver.

Então, o sistema hoje não traz respostas do ponto de vista da valorização da dignidade das pessoas. Fala-se muito e de forma muito crítica do sistema de ressocialização, de reintegração social. Nós sabemos dessas críticas, especialmente porque nós vivemos um contexto social em que, muitas vezes, o processo de socialização não é absoluto na nossa sociedade, mas é fato que o sistema não promove a integração social da pessoa presa. O sistema é incapaz de garantir as condições mínimas quando nós tratamos de educação, de saúde, de acesso ao trabalho, por mais que haja esforços dos agentes públicos.

E nós temos aqui pessoas certamente muito comprometidas na valorização dos direitos sociais das pessoas presas, mas, diante do retrato e do cenário que nós vivenciamos, o sistema tem se mostrado incapaz de dar respostas. Tanto é que o Supremo Tribunal Federal foi chamado a atuar diante da falta dessas respostas.

Lembrando que o próprio Legislativo também, diante de alguns chamados, deu respostas importantes. É preciso destacar a importância da nova lei de medidas cautelares, que traz um contraponto àquela prática muito comum de a prisão, ao longo do processo, ser a regra... A lei trouxe um arcabouço mais amplo, para que outras alternativas fossem propiciadas, o Legislativo também trouxe outras alternativas, como a remissão pelo estudo, e outras condições para que o sistema pudesse enfrentar, ainda que pontualmente, alguns problemas.

Mas o Supremo Tribunal Federal precisou ser chamado a se colocar, por conta de o problema ser um problema estrutural, de ele atingir tantas dimensões da nossa institucionalidade que era necessária então uma resposta também estrutural, que envolvesse tanto institucionalmente o Supremo Tribunal Federal como todos os agentes públicos da institucionalidade que se relacionam com o sistema penitenciário.

É aí, Senadora, que o desafio, então, passa a tomar, de forma central, o prumo de trazer medidas concretas para enfrentar o problema. Por isso a ideia de ter um plano; por isso a ideia de ter medidas objetivas e concretas; por isso engajar os diversos agentes públicos e da sociedade civil nesse esforço, que tem que ter uma direção muito clara, muito direta e muito imediata.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui vem uma mensagem da sociedade civil muito respeitosa a esse processo legislativo, mas se impõe, conectada com a importância da urgência das medidas de um plano e de um engajamento institucional, manifestar que, nesse momento, a sociedade e o sistema de direitos e garantias fundamentais do Brasil precisa desse Legislativo nesse esforço e precisa, nesse momento, por exemplo, numa medida objetiva, que os vetos apostos à medida legislativa citada pela senhora sejam mantidos e, se possível, até que uma nova medida legislativa trabalhe na direção oposta àquela que foi aqui aprovada, por questões que são muito objetivas e que, como a própria Senadora disse, precisam fazer parte do debate.

A ciência demonstra – a ciência demonstra – que exame criminológico não atinge os objetivos propostos pela legislação. Não atende a esses objetivos. Não há um exame, não há um método científico capaz de ser preditivo em relação à capacidade de uma pessoa cometer ou não um crime. Uma pessoa sã pode cometer um crime, uma pessoa em transtorno pode cometer um crime, em várias condições que a ciência e a humanidade são incapazes de prever e conter.

O exame criminológico só traz um problema operacional e um problema para a garantia de direitos, porque a gente sai da dimensão... Infelizmente, alguns temas da ciência são colocados em questão quando a própria ciência os supera, mas aí nós precisamos enfrentar os problemas até operacionais e de gestão.

Um sistema que mal consegue garantir devidamente, no tempo e na necessidade proposta pela legislação, o acesso ao trabalho, o acesso ao estudo, muitas vezes até à alimentação adequada, vai proporcionar condições para que as pessoas passem por um exame? Quando faltam funcionários, quando faltam servidores? Quando a agenda dos profissionais da área é cada vez mais ampla no sentido de valorização e de precarização da sua forma de trabalho?

Como é que o sistema vai se organizar para aplicar uma regra que está sendo trazida até em contraponto àquilo que a própria ciência diz? Como é que o sistema vai se organizar para cumprir essa dimensão da progressividade...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GABRIEL SAMPAIO – ... de permitir que um regime semiaberto seja um espaço para que as pessoas tenham socialização, mas, mais do que isso, Sra. Senadora, é uma preocupação também daquelas pessoas que têm o apreço à família, porque a legislação e o Estado dizem que a pessoa tem direito a trabalhar, a sair para trabalhar; a legislação já deu essa condição à pessoa, de sair para trabalhar, de sair para estudar, mas a legislação está dizendo que essa pessoa não pode sair no Dia das Mães e dar um abraço à sua mãe e ouvir da sua mãe o quanto é importante tê-la em liberdade, em condições de socialização, em condições de viver com a família com uma expectativa de cumprimento da pena. A legislação está dizendo isso.

A mesma legislação que é capaz de punir, que é capaz de colocar a pessoa presa numa situação degradante também faz um esforço para afastar a pessoa da sua família, em algo que é absolutamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contraditório aos esforços, muitas vezes aos esforços políticos feitos também dentro desta Casa, para que a família seja valorizada.

E, aí, qual é a consequência muito direta? A consequência é o agravamento dos problemas.

Aí se discute que quando o Estado é incapaz de oferecer uma porta de saída, uma porta de socialização, uma porta de acolhimento à família, se o Estado não oferece, por meios até algumas vezes ilegais, outros espaços de socialização são oferecidos. E no Brasil, hoje, é algo até intuitivo: as pessoas têm a real dimensão do quanto o Estado acabou colaborando para o fortalecimento das organizações criminosas, e elas vão se fortalecer cada vez mais com esse tipo de medida. Vão se fortalecer cada vez mais que o Estado, por meio da atuação legislativa, ou executiva, ou judicial, coloca como única opção essa dimensão que se opõe à realização de direitos e garantias fundamentais.

Se nós queremos ter um futuro enquanto nação, se nós queremos realizar todo o potencial de nação que nós temos, nós precisamos valorizar os direitos e as garantias fundamentais.

Os direitos humanos e os direitos fundamentais são a base, o alicerce para que este país realize as suas potencialidades. Um país que trate o sistema penitenciário e os problemas do sistema penitenciário da forma que nós estamos tratando, sem solução de urgência para os seus principais problemas, está condenado a agravar uma situação social de desigualdades estruturais e de um Estado incapaz de prover o bem-estar da sua população.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Nós é que agradecemos a participação do Sr. Gabriel Sampaio, que é membro da Rede Justiça Criminal.

Passo a palavra agora para o Sr. André de Albuquerque Garcia, Secretário Nacional de Políticas Penais do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Seja bem-vindo, Dr. André.

O SR. ANDRÉ DE ALBUQUERQUE GARCIA (Para expor.) – Obrigado, Senadora Leila, a quem faço já os cumprimentos e estendo-os a todos os Parlamentares. Também cumprimento o Gabriel, que esteve presente nas nossas audiências públicas, que foram realizadas na sede do Ministério da Justiça; o Dr. Douglas, Presidente do CNPCP, parceiro nessa luta de conscientização ou tentativa de superar a irracionalidade que a gente tem enfrentado na pauta na vida e na agenda pública; o meu amigo Lanfredi e também colega no Comitê Executivo de Elaboração do Plano Nacional de Enfrentamento ao Estado de Coisas Inconstitucional, que foi criado pelos Ministros Ricardo Lewandowski e Ministro Luís Roberto Barroso. Nós dois fazemos parte, Senadora, do comitê que está à frente, mas com uma equipe enorme, tanto do CNJ quanto da Secretaria Nacional de Políticas Penais. Contamos com diversas participações, e aqui que me referi à primeira delas, e talvez a mais importante, de dois dias de audiência pública

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realizada, com diversas manifestações inclusive de familiares, de presos e representações institucionais importantes dos órgãos de execução penal, que, segundo a nossa lei de execução penal, fazem parte do contexto do sistema penitenciário brasileiro. Houve também uma consulta pública que se encerrou, também aberta para colaborações de todo o país, sem nenhum tipo de veto ou preconceito, para que pudéssemos colher essas informações.

Eu queria, primeiramente, agradecer o interesse da senhora pela realização de um evento desse porte, e por se tratar, inclusive, de um tema, como foi colocado, um dos desafios que tem sofrido mais nesses últimos tempos dessa agenda que eu costumo chamar de agenda do senso comum, quando se tenta resolver problemas complexos, difíceis, desafios – que se fossem fáceis de serem resolvidos, já teriam sido resolvidos – com soluções simples, inclusive de natureza legislativa, o que nos preocupa muito.

E, como foi dito aqui muito bem pelo Gabriel, nós estamos também aproveitando a oportunidade para fazer um apelo para os nossos Parlamentares considerarem eu não vou dizer o veto do Presidente, porque, na verdade, o Presidente sancionou, ele apenas vetou um item do projeto de lei apresentado, que versa sobre as visitas aos familiares, especialmente, na famosa saída temporária. E faço um apelo, porque se a ideologia, as concepções pessoais, filosofia de vida, seja lá o termo que se queira usar, sufoca a racionalidade, a gente pode partir para um apelo de natureza pragmática mesmo.

É importante pensar sob o ponto de vista prático, porque nós temos no nosso país um sistema que tem por obrigação, dentre outras, devolver essas pessoas ao convívio social. E como é que nós queremos que essas pessoas sejam devolvidas? Essa é a pergunta mais simples, prática. Seria pura e simplesmente sufocando todas as assistências e o tratamento penal e as ações de ressocialização, por mais grave que seja o crime, e, ao fim do cumprimento da pena, abrir as comportas e soltar essas pessoas sem nenhum tipo de preocupação, inclusive no acompanhamento do período de saída do sistema prisional, que é a ideia de integração social? Ou queremos pensar e repensar a ideia de que, mesmo que... Essa ideia não é ingênua, ninguém que está aqui na mesa, tenho certeza...

Nós sabemos que tem pessoas que dificilmente vão se recuperar, vão se reintegrar bem ao convívio social, mas existem inúmeras outras, várias outras, como no caso da saída temporária, por exemplo, em que em média 97% dos internos retornam para as unidades prisionais, e sem nenhum tipo de ocorrência. Então, nós estamos prejudicando 97% da população prisional em detrimento dos 3% ou 4% que não retornam, ou que retornam tardiamente, ou que praticam os crimes que são noticiados.

Sempre esses fatos contundentes, graves, essas tragédias, como aconteceu com o que motivou a retomada da discussão na questão da saída temporária, são importantes. Há mortes envolvidas, há pessoas... Como o caso do sargento da Polícia Militar de Minas Gerais. E todos nós lamentamos, ninguém comemora esse tipo de coisa. Por outro lado, o calor dos acontecimentos não é um bom conselheiro, certamente, para que a gente tome decisões que vão se perpetuar, porque a decisão do legislador talvez

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seja a decisão mais importante numa sociedade democrática, porque é ela que vai estabelecer as regras de convivência para o futuro.

Por isso essa atividade é tão importante, tão nobre, e demanda, portanto, uma reflexão, debates, como a própria Senadora mencionou aqui a necessidade de debates, discussões aprofundadas, de preferência afastando as preferências ideológicas do debate que deve ser considerado e levantar questões de natureza técnica, científica, baseada em evidências, o que é o mais importante.

Por fim, nós temos uma grande oportunidade que foi posta para a nossa geração, Senadora, e a senhora faz parte desse processo, pela sua iniciativa, de nós contribuirmos e buscarmos os caminhos e as soluções para um problema que é histórico. Embora haja – e é sempre bom dizer isso para quem milita nessa área e conhece – boas práticas no sistema penitenciário brasileiro, embora seja inconstitucionalmente reconhecido pelo nosso Supremo Tribunal Federal, embora haja boas práticas que conseguem fazer o convívio adequado entre segurança *versus* ressocialização e reintegração, há diversos exemplos desses, é fato que também há inúmeros outros exemplos de violações de direitos, de sistemas desorganizados, de sistemas que precisam se adequar aos preceitos constitucionais, especialmente na questão da ressocialização.

Portanto, o desafio está posto, nós estamos num plano de várias mãos sendo elaborado, que depois vai ser seguido, após a homologação, pelos planos estaduais. Cada estado vai fazer o seu plano específico, com a nossa consultoria, com o apoio do Governo Federal, através da Secretaria Nacional de Políticas Penais.

E eu queria só, para terminar a minha fala, colocar um ponto que é fundamental no meu entendimento: política pública não se faz sem recurso. Nós temos um grande desafio, Senadora. O Fundo Penitenciário Nacional, que é o fundo que financia tudo isso, desde 2016 vem sofrendo um processo de desidratação, de ataques que o tornam hoje quase que irrelevante. Nós saímos de R$2 bilhões, R$1,9 bilhão em 2016 para, hoje, algo em torno de R$360 milhões. Os problemas só se agravaram, se tornaram mais complexos. O desafio está posto. Nós temos, por isso, essa oportunidade – e eu falo em oportunidade da ADPF, que decorre da ADPF, porque, com essa atividade do comitê, do qual eu faço parte junto com o Dr. Lanfredi e as nossas equipes, nós estamos participando da integração, da complementação de uma decisão judicial da mais alta Corte do país, que de fato reconheceu a inconstitucionalidade do sistema penitenciário.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ DE ALBUQUERQUE GARCIA – Portanto, posto o desafio, o que temos agora é que fazer discussões. Além das medidas que devem ser construídas para enfrentar cada um dos problemas elencados pela decisão na ADPF 347, é discutir seriamente o financiamento dessas atividades. Não adianta nada nós fazermos um plano, por melhor que seja elaborado – e será, tenho certeza disso, porque a cada dia, como diz o Dr. Lanfredi, temos um plano novo, nós vamos acolhendo as contribuições de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

várias partes da sociedade brasileira –, mas esse plano só vai se tornar viável se nós tivermos também a disposição para discutir a questão orçamentária, a reposição suficiente e adequada para o Fundo Penitenciário Nacional, que é a fonte, a única fonte de orçamento, não só para o Sistema Penitenciário Federal, que são aquelas cinco unidades de segurança máxima que todos conhecem – essas são administradas diretamente pela Secretaria Nacional de Políticas Penais –, mas também para que nós possamos financiar as atividades nos estados, as políticas públicas, as boas práticas, fazer com que essas boas práticas sejam disseminadas por todos os estados da Federação. Para isso, nós precisamos discutir também a questão do financiamento da atividade.

Eu agradeço a oportunidade de falar aqui em nome do Governo Federal, do Ministro Ricardo Lewandowski, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, e quero dizer que nós estamos completamente imbuídos na elaboração do planejamento, que é importante, mas também nesse esforço na busca de um financiamento adequado e compatível para as expectativas da senhora, da sociedade brasileira, expectativas de todos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Nós é que agradecemos sua participação, Dr. André. Venha mais vezes aqui à Casa, nós estamos precisando ouvi-los mais. Agora é que eu estou me inteirando, estando mais próxima do ministério e tudo, e tenho na minha assessoria a Márcia, que me ajuda muito na compreensão do sistema e das dificuldades que o conselho, o ministério e o próprio sistema vêm enfrentando.

Para mim, está sendo muito importante esse momento aqui, porque é uma forma de que eu também possa ser uma ponte entre tudo isso que está acontecendo aqui e os membros da Casa, principalmente do Senado Federal.

Eu vou passar agora a palavra para o Dr. Douglas de Melo Martins, Presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Seja bem-vindo, Dr. Douglas.

O SR. DOUGLAS DE MELO MARTINS (Para expor.) – Muito obrigado, Senadora Leila. Para mim, é uma grande alegria comparecer aqui em nome do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, atendendo a seu convite, que muito nos honra, pelo convite da senhora, pelo que representa o Senado Federal, pela importância da instituição e pelas pessoas que a senhora colocou ao meu lado aqui na mesa, os queridos amigos André Garcia, Gabriel e o querido amigo Lanfredi, com quem já temos debatido esse assunto em muitas oportunidades, em diversos momentos da nossa história atuando no sistema prisional, na humanização do sistema prisional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De fato, Senadora, esse assunto é muito relevante, ele é muito importante, muito oportuno, em que pese a senhora tenha feito o comentário de que, de alguma forma, com o projeto de lei agora já transformado em lei, na fase da discussão do veto presidencial, talvez fosse um pouco extemporâneo, mas não é. É oportuno, sim, porque nós estivemos aqui anteriormente, nós participamos aqui, estivemos aqui convidados anteriormente, em debate na Comissão de Segurança do Senado, na oportunidade em que, representando o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária do Ministério da Justiça, Senadora, nós sustentamos que este projeto de lei, agora lei, não serviria àquilo que está sendo apresentado para a sociedade como uma panaceia para diminuir a criminalidade, para proporcionar mais segurança pública – que é um anseio legítimo da sociedade.

Esse, talvez, Senadora, seja um dos assuntos que mais mobiliza hoje. Se fizermos qualquer pesquisa – e eu acho até que mais forte que as pesquisas é o que você vê nas feiras, nos espaços onde se discute e as pessoas demonstram as suas preocupações – talvez esteja acima até das preocupações com saúde, educação e outros temas. A segurança pública ganhou uma relevância cada vez maior em decorrência do problema, efetivamente existente, que é a violência em nossa sociedade.

Constatar a insegurança e o anseio da sociedade por mais segurança é algo em que é desnecessário se realizarem até estudos mais profundos. A constatação é simples. O problema, Senadora, está na solução, quando alguém, sem base na ciência, sem base em dados, sem base na experiência concreta, sem o conhecimento do que ocorre no sistema prisional brasileiro e as consequências do que se realiza dentro dele para a segurança de toda a sociedade, apresenta medidas que concretamente podem resultar no caminho inverso daquilo desejado pela sociedade. O caminho inverso por quê? As medidas que se propõem apontam na mesma direção de outras adotadas já no passado, Senadora, que resultaram no encarceramento em massa e na transformação do nosso sistema prisional nesta situação constatada... Não constatada; eu acho que o termo que utilizei é inadequado.

Não foi o Supremo Tribunal Federal que constatou. O Supremo Tribunal Federal declarou aquilo que nós já sabíamos, aquilo que já se tem demonstrado, que é o estado de coisas inconstitucionais no sistema prisional e, como consequência disso, o fortalecimento das facções do crime organizado e, aí sim, o incremento da criminalidade e da violência no país.

Penso, Senadora, que talvez este seja o maior problema da segurança pública hoje no Brasil: o enfrentamento do crime organizado, das facções do crime organizado e do que elas representam, o enfrentamento daquelas que efetivamente têm poder econômico, estrutura e condições de, em algumas circunstâncias, até enfrentar o Estado. Então, é preciso...

Eu penso, Senadora, que às vezes é muito fácil tomar medidas contra quem não tem como se defender e adotar medidas que efetivamente prejudicam uma parcela significativa das pessoas encarceradas, que são pessoas pobres, levadas ao sistema prisional muitas vezes por falhas do sistema de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Justiça, que lamentavelmente é seletivo para prender pessoas pobres e consegue ser capaz e eficaz para prender pessoas pobres.

Senadora, lamentavelmente, o que representa a maior parte do encarceramento no Brasil não são os crimes contra a vida, ao contrário do que as pessoas pensam. Os crimes contra a vida representam uma parte menor. Quem mais vai se prejudicar com o fim das saídas temporárias são pessoas que cometeram crimes mais leves, delitos mais leves. E penso até, Senadora, que, como disse o Secretário André Garcia, fazendo aqui um comentário sobre o número de pessoas, o percentual – na verdade, ele tratou do percentual de pessoas que agem corretamente, cumprem rigorosamente aquilo que é estabelecido na decisão judicial que permite a saída temporária, o que representa 97% –, esses não estão causando nenhum dano, mas aprovou-se um projeto de lei que causa danos, prejuízos, que prejudica esse número significativo de pessoas.

Aqui no Senado Federal, Senadora, há até um projeto... Não quero aqui que confundam e pensem que eu estou dizendo que ele é bom, amigo Lanfredi, mas, comparado com esse, teria mais sentido. Há um projeto de lei tramitando no Senado Federal que propõe, por exemplo, aumento de pena para quem comete delito na saída temporária. Aí sim, é um projeto de lei que, de alguma forma, é dirigido a quem efetivamente descumpre as regras da saída temporária e efetivamente comete algum delito. Tem até mais sentido, porque aí seria focado em quem descumpriu as regras da saída temporária, efetivamente praticou o crime, seja lá qual for, e de alguma maneira estaria esse, sim, causando dano à sociedade. Tem mais sentido, mas este de prejudicar 97%... Dados aqui apresentados pelo Secretário Nacional de Políticas Penais, que é quem tem esses dados, essas informações, coleciona essas informações, pode fornecer e está fornecendo, aqui em um ato público neste Senado Federal, essa informação relevante para a tomada de decisão do Congresso Nacional... Eu aponto como algo relevante...

Ontem mesmo, no Ministério da Justiça, o Ministro Lewandowski recebeu um Senador e vários Deputados e fez uma exposição que eu não vou conseguir fazer no mesmo nível dele aqui, uma exposição num nível muito elevado mostrando a relevância e a importância de se manter o veto presidencial para este momento, de alguma forma podendo proporcionar e até minimizar a inconstitucionalidade, se assim podemos dizer, desta lei recém-aprovada, mantendo o veto presidencial que ao menos garantiria, nessas hipóteses mínimas, ainda o instituto da saída temporária.

Digo, Senadora, que a probabilidade, se cair o veto presidencial, do risco de declaração de inconstitucionalidade desta lei aumenta no âmbito do Poder Judiciário. Nós, eu e o colega Lanfredi, que somos magistrados e atuamos no sistema de Justiça e na execução penal há décadas, temos visto como esses institutos criados por esta lei não funcionam.

Fazendo inspeção – e esses fatos o amigo Lanfredi conhece bem –, em uma certa oportunidade, Senadora Leila, me causou um grande impacto, porque as perguntas... Algumas pessoas não sabem exatamente o que se questiona, o que se investiga no exame criminológico. O que se tenta descobrir no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exame criminológico, Senadora Leila? Primeiro, tenta-se adivinhar se há probabilidade de que, em certas circunstâncias, alguém...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DOUGLAS DE MELO MARTINS – ... que tenha a expectativa de sair possa eventualmente voltar a cometer crime. Tem alguma profissão que tenha este poder de, a partir de uma análise de dados e entrevistas, chegar à conclusão de que alguém eventualmente voltará a cometer crime ou não? E aí me vem a pergunta... Eu já vi muitos exames criminológicos, eu já vi aquilo que se pergunta. Para o exame criminológico, muitas vezes se monta uma equipe multiprofissional e se colocam psicólogo, por exemplo, assistente social, psiquiatra no meio. Alguma dessas profissões tem essa condição de adivinhar? Mas eles fazem perguntas, Senadores.

Senadora Leila, eu vi exames criminológicos em que se pergunta à pessoa se ela tem para onde voltar, porque se chega à conclusão e se pontua positivamente se a pessoa tem casa; porque, se ela não tem casa, vai ficar na rua e há probabilidade maior de crime. Pontua negativamente se a pessoa... Pessoa em situação de rua não passa no exame criminológico, Senadora. Isso é justo? Nós já punimos a pessoa, porque negamos a ela direitos fundamentais, o direito à moradia, o direito à saúde, porque a parte dessas pessoas, inclusive, foi negado o direito à saúde. Por exemplo, muitas delas são dependentes químicos, precisam da rede de saúde pública e, ao contrário, apresentamos a elas o sistema de justiça criminal para prendê-las. Não passa no exame criminológico, Senadora Leila – não passa. A pessoa que foi abandonada pela família ou não tem família, não passa. A pessoa que não tem proposta de emprego – "Você tem já uma análise, a possibilidade de emprego?" – não passa. Essas são as questões... "Tem família?" Se foi abandonado pela família, Senadora, pesa negativamente no exame criminológico. É uma parte, por exemplo, do que os assistentes sociais tentam investigar no exame criminológico, ou seja, a pobreza é novamente criminalizada, como disse aqui muito bem o nosso querido Gabriel. Então, essa é uma preocupação.

Outra questão que se tenta fazer, Senadora... E essa...

A propósito do Rio Grande do Sul, eu aproveito esse ensejo para desejar e demonstrar minha preocupação, a preocupação de todos, a preocupação do Governo e a preocupação da sociedade pelo desastre que ocorreu no Rio Grande do Sul.

E aproveito para dizer que não é só lá; nós tivemos eventos extremos, enchente ao extremo no Rio Grande do Sul e seca no Norte, que foi o que nós vivenciamos muito recentemente, exatamente por essa postura, por exemplo, contrária à proteção do meio ambiente.

Mas para concluir, Senador, eu conto um evento, uma entrevista de um preso que não passava no exame criminológico, no Presídio Central de Porto Alegre, quando, em 2010, eu estava no DMF do CNJ, hoje ocupado pelo querido amigo Lanfredi, que desempenha a função no DMF muito melhor do que eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desempenhei, fui sucedido por alguém... É muito bom quando alguém nos sucede e faz melhor do que nós fizemos, porque isso dá prestígio ao cargo que nós ocupamos. Funciona bem para o meu currículo dizer que fui sucedido. Quando alguém pergunta que cargo era esse, eu digo: "É o cargo que o Lanfredi ocupa hoje". Aí, pronto, já dá um certo prestígio ao cargo.

Quando eu estava nessa função, Senadora, fui... E sabe outra coisa que pesa negativamente para o exame criminológico? Pergunta-se... Psicólogos. Eu falei um pouco dos assistentes sociais... Agora psicólogo pergunta se a pessoa está arrependida, pergunta se ela está resignada com a pena. São perguntas. Uma pessoa chegou para mim e disse: "Doutor, eu nunca vou passar nesse exame criminológico, porque eu fui condenado injustamente, eu nunca vou dizer que estou arrependido de um crime que eu não cometi e muito menos... eu nunca vou dizer, no exame criminológico, que eu estou resignado com uma pena que é absolutamente injusta, que foi contra mim aplicada".

Senadora, se alguém estiver no sistema prisional e disser: "Eu nunca vou dizer que cometi um crime, nunca vou dizer que estou resignado, porque eu tenho uma família lá fora que acha que eu sou inocente; eu vou dizer, só para passar no exame criminológico?" Eu vou morrer aqui no presídio central, mas eu não vou nunca dizer...". Naquele tempo se fazia exame criminológico. "Eu vou morrer aqui, mas eu não vou dizer que estou resignado com a pena de um crime que eu não cometi". Não passa, Senadora, no exame criminológico. É isso que nós queremos que volte?

Senadora, perdoe-me por extrapolar o tempo, mas eu precisava aproveitar essa oportunidade que a senhora me proporcionou de vir aqui e ter esse diálogo com essas pessoas, com essa Mesa maravilhosa que a senhora proporcionou, e eu espero que nós consigamos minimizar os impactos mantendo o veto presidencial e ao mesmo tempo estabelecer um grande debate...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DOUGLAS DE MELO MARTINS – ... que a senhora pode liderar aqui, no Senado Federal, para que nós consigamos, em um espaço curto de tempo, reverter essa tendência negativa que lamentavelmente estamos enfrentando.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Nós que agradecemos, Dr. Douglas, até o seu desabafo também. A gente percebe a sua indignação. Muito obrigada pela sua participação aqui.

Bom, eu vou passar a palavra para o Sr. Luís Geraldo Lanfredi, que é o Coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas, do Conselho Nacional de Justiça.

Seja bem-vindo, doutor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUÍS GERALDO SANT'ANA LANFREDI (Para expor.) – Boa tarde a todos e a todas que nos acompanham aqui, presencialmente e virtualmente.

Estimada Senadora Leila Barros, é com muita alegria e com muita satisfação que nós estamos aqui hoje, no Parlamento, nesta Casa das leis, da representação popular do povo brasileiro, sobretudo numa Comissão, talvez uma das Comissões mais significativas e emblemáticas deste Senado Federal, para discutir um tema tão caro, tão importante, numa quadra histórica desafiadora do país.

Evidentemente que a oportunidade do diálogo e da construção plural, inclusiva, com contribuições que agreguem e possam trazer ao tema o seu melhor endereçamento é o que todos nós desejamos, sobretudo falando de um sistema prisional que há muito deixou de ter sua funcionalidade e sua forma de realização, tal como a própria lei aprovada no Parlamento, como as expectativas da população brasileira sempre desejaram fosse esse sistema prisional o mais adequado e o mais empenhado em devolver cidadãos para a sociedade, e não, eventualmente, aquilo que sobrou ou ainda resta de pessoas que acabaram sendo vilipendiadas e solapadas porque estavam cumprindo pena e porque estavam sob a proteção e a custódia do Estado.

Portanto, fazer esse debate ou trazer esse debate recolocando-o nesta Casa, neste Parlamento é sobremodo significativo e extremamente importante, aqui, diante da senhora, que ousa com a liderança dessa pauta, chamando esse tema tão duro, esse tema tão complexo, muitas vezes maltratado, e fazê-lo diante de Senadores da República, com a representação popular, que evidentemente todos nós desejamos, para legitimação de um processo de transformação como nós desejamos.

Fazê-lo, inclusive, Senadora Leila, diante de uma Mesa tão seleta, tão especial, com os queridos amigos André e Douglas, também Gabriel Sampaio, é nos deixar extremamente à vontade, é como se nós estivéssemos em casa, não relaxados com a expressão da responsabilidade desse momento, mas sobretudo entendendo que esse debate vai ser em alto nível, um debate extremamente qualificado, que, desde o primeiro momento, na própria proposição do requerimento, ao que se percebe, foi a intenção da senhora quando trouxe a esta Casa a apresentação desse tema.

O Supremo Tribunal Federal, quando decide, no mérito, a ADPF 347, que é ação de arguição de descumprimento de preceito fundamental, uma ação *sui generis*, uma ação especial, não é uma ação qualquer, uma ação como essas que nós estamos acostumados a ver ou a intuir no dia a dia como aquelas mais corriqueiras... Uma ação de descumprimento de preceito fundamental é o reconhecimento de que estamos a discutir uma situação de desagregação estrutural grave no nosso país. E aqui o objeto da ação é justamente o sistema prisional, é o reconhecimento, portanto, de que esse sistema prisional, pela sua estrutura, pelos seus serviços, pelas pessoas que nele intervêm...

Esse descompasso é tão grande que esse sistema já não responde às finalidades para as quais ele existe, sobretudo interagindo com pessoas, e submetidas essas pessoas à condição de proteção de Estado,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas pessoas que estão ali a resgatar uma sanção penal, a cumprir uma pena privativa de liberdade ou qualquer outra de entre aquelas previstas na nossa legislação, mas que o façam com qualidade e com eficiência, com aquele sentimento de que se está cumprindo uma pena justa, uma pena decente e uma pena que resgate essa pessoa, devolvendo o espaço de cidadania que essa pessoa merece entre nós.

Não temos, no nosso país, por disposição constitucional, previsibilidade de pena de morte ou prisão perpétua, mas esse sistema prisional que está aí, Senadora Leila Barros, mata. O sistema prisional que está aí cancela pessoas para o resto da vida. E os efeitos reflexos indiretos pelos quais esse sistema prisional opera são efetivamente aqueles que nos colocam numa situação a desafiar, portanto, todas as autoridades no sentido de nós termos de nos reinventar, de buscarmos agora a proposta de uma própria refundação desse sistema prisional, a partir justamente desse reconhecimento: o que está aí não funciona, o que está aí não está bom, louvando iniciativas práticas, pontuais, arranjos circunstanciais muito significativos em todas as partes do país.

Não é tudo de ruim nesse sistema prisional, mas grande parte dele. Vamos deixar muito claro aqui que muita gente de bem, boa, trabalha por esse sistema prisional tentando fazê-lo operar significativamente, mas, no grosso, na forma da sua realização, esse sistema está muito aquém do desejado.

É por isso, então, que o Supremo Tribunal Federal, ao reconhecer a necessidade de nós revalidarmos esta composição de forças, de estrutura, de serviços, assinou não só um prazo, mas fez uma convocação geral, Senadora Leila, a todos, não excluindo ninguém, a todos, a começar do próprio Poder Judiciário, passando pelo próprio Poder Executivo e também não deixando de lado as responsabilidades inerentes a esta Casa, aos nossos Parlamentares, e sobretudo trazendo ao debate a participação da sociedade civil.

Quando determinou, portanto, a reposição desse estado de coisas à sua realização efetiva, reconhecendo que existe um estado inconstitucional de coisas que é uma situação de absoluta frustração para nós enquanto autoridades públicas, reconhecemos que as nossas atividades são desconsideradas ou nenhum efeito ou nenhum alcance detêm.

Quando o Supremo Tribunal Federal admite que estamos operando à margem da lei maior, das leis infraconstitucionais e dos tratados internacionais que o Estado brasileiro ratificou e comprometeu-se a cumprir perante a comunidade internacional é porque esse desarranjo é de tal monta significativo que esta obra, que esta necessidade de repensar esse sistema prisional não pode ser confiada a um, a outro ou a exclusivos atores, senão a toda a sociedade.

É isso que o Supremo Tribunal faz quando, portanto, prevê que um plano, não como esses que nós conhecemos como planos de Governo... O plano, na verdade, aqui está para simbolizar o seguimento e a continuidade da própria decisão do Supremo Tribunal Federal, em que o Supremo Tribunal Federal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

admite que as medidas, a forma como este sistema prisional deverá ser reconstituído, reprogramado, reanalisado, seja justamente a partir da contribuição de todos. Todos nós somos responsáveis por esta composição, até porque se admite, Senadora Leila, que todos nós temos uma parte significativa de responsabilidade pelos problemas que aí estão. E não estou aqui a apontar o dedo para este ou aquele Poder, para esta ou aquela pessoa, para essa ou aquela experiência, senão para um acúmulo de omissões, para uma sistemática negligência das autoridades deste país, sobretudo também pela forma muitas vezes equivocada como pensamos ou racionalizamos sobre o sistema prisional. Há necessidade, portanto, de emprestarmos um outro significado a essa conjuntura, a essa sistematização de estruturas.

Portanto, aqui, o que nós estamos fazendo neste momento ao falar de um plano? Nós estamos, na verdade, definindo como o Estado brasileiro quer se enxergar ou ser reconhecido perante a comunidade internacional, mas perante nós mesmos enquanto cidadãos. O sistema prisional fala muito de como nós somos enquanto sociedade, Senadora Leila. E é por isso que todos nós temos responsabilidade pelo que aí está.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUÍS GERALDO SANT'ANA LANFREDI – Aqui, portanto, há necessidade de nós atuarmos integralmente, e é o que nós estamos fazendo justamente agora – Conselho Nacional de Justiça, Secretaria Nacional de Políticas Penais, do Ministério da Justiça e Segurança Pública –, numa espécie de repasse desse sistema prisional pelas mais diversas lentes.

Para a senhora ter uma ideia, desde 8 de janeiro, quando este prazo de seis meses assinado pelo Supremo Tribunal Federal para que este plano possa ser devolvido à Corte Suprema, para que ela valide a sua execução pelos próximos, seguintes três anos, inúmeras reuniões, mais de 35 reuniões já foram realizadas com todo o *staff* da Esplanada, do Executivo federal. Nós estamos falando, nesse primeiro momento, apenas do plano nacional, porque o Supremo também determinou que nós devemos construir planos estaduais e o distrital, mas, primeiro, o plano nacional, que são as proposições macro, a coordenação geral de uma política ou de uma recomposição de uma política que se aspira como uma política de Estado. E, portanto, aqui nós estamos falando com o sistema de justiça, falando com a sociedade civil...

Mal terminamos agora, na semana passada, Senadora Leila, uma audiência pública para a qual se inscreveram, justamente para oportunizar voz e vez àqueles que nunca foram ouvidos, quem? Aqueles que cumprem a pena, aqueles que sofreram a pena; ou aqueles que têm entes queridos que estão submetidos ao sistema prisional, aqueles que muitas vezes estiveram na fila para visitar esses entes queridos e foram também tão vilipendiados quanto os seus parentes, que estão a desempenhar o cumprimento de pena. Essas pessoas foram ouvidas em audiência pública, no auditório do Ministério da Justiça e Segurança Pública – mais de 550 inscritos, Senadora Leila –, aquilo que o Senado faz, a Câmara faz, o nosso Parlamento faz, para que este plano pudesse também ser a caixa de ressonância dessas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoas invisibilizadas ou muitas vezes pouco ouvidas nesse tema fundamental para elas. É um tema que afeta diretamente essas pessoas. Mais de 550 habilitadas nesses dois dias em que houve, portanto, a oportunidade de ouvirmos mais de 58 pessoas.

Para além disso, uma consulta pública também foi aberta por mais de três semanas, e, para surpresa de todos nós, Senadora Leila, mais de 6 mil contribuições foram recebidas e agora estão em processos de sistematização pela equipe aguerrida do Ministério da Justiça e Segurança Pública, do Conselho Nacional de Justiça. Contribuições vêm chegando do sistema de justiça, da própria magistratura, da Defensoria Pública deste país, da Ordem dos Advogados do Brasil, do Ministério Público Federal e do estadual; ou seja, nós estamos tentando compor ou tentando articular uma formulação que possa expressar os reais sentimentos da nossa sociedade, mas sob uma perspectiva de enfrentamento de causas dos problemas, não de paliativos, não tratando desse tema com pirotecnia, mas sim, fazendo desse tema um tema central para a segurança pública brasileira.

Aqui, portanto, mais uma vez, eu não posso deixar de reconhecer a iniciativa extraordinária do requerimento trazido por V. Exa. para que nós viéssemos a esta Casa. Esta audiência hoje faz parte da construção do plano. E aqui, se eu posso dizer dessa maneira, Senadora Leila, a senhora é um pouco uma madrinha desse plano também, na perspectiva em que lidera essa discussão dentro do Senado Federal, com a presença qualificada de todos os Senadores que compõem esta Comissão, que compõem esta Casa, que compõem o Parlamento.

A vontade é, no melhor sentido, a de podermos aproveitar esta grande oportunidade, este grande momento histórico. Nós vamos ser cobrados no futuro se nós não soubermos aproveitar adequadamente este momento. Grandes iniciativas já surgiram no nosso país, encabeçadas muitas vezes por este Parlamento. Comissões Parlamentares de Inquérito nós já tivemos quatro, Senadora Leila, com belíssimo trabalho...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUÍS GERALDO SANT'ANA LANFREDI – ... e, a senhora sabe, já discutindo esse tema desde o ano de 1976, com conclusões – pasme a senhora – que estão sendo revisitadas ainda agora, porque não foram implementadas. Um trabalho magnífico desta Casa, deste Parlamento, onde ali em 1976, muitos dos problemas atuais já vinham sendo destacados e alertados, para que o Estado brasileiro não cometesse erros. De lá para cá, nós tivemos Constituição Federal, Lei de Execução Penal, uma série de outros diplomas que trouxeram incremento legislativo, punitivo e outros tantos de contemporização.

Veja, quanto à política criminal, nós temos efetivamente aqui como o lugar apropriado onde ela se faz dentro deste Parlamento. A sua realização prática está com o Executivo e com o próprio Poder Judiciário, mas aqui é o mais significativo, é a grande oportunidade que temos, também com grandes iniciativas do próprio Executivo que também não foram à frente, de aproveitar essa oportunidade para que nós possamos dizer dessa história ou contar essa história para as futuras gerações; mas não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisamos esperar tanto para que nós mesmos, enquanto cidadãos, enquanto sociedade, possamos aproveitar aquilo que seja representativo de um Estado de direito, de um Estado que cumpre soberanamente as regras aprovadas por este Parlamento.

A ADPF 347 surge justamente de uma provocação deste Parlamento para o Supremo Tribunal Federal. E o Supremo Tribunal Federal fala: "A Constituição está sendo violada; as leis aprovadas pelo Parlamento estão sendo violadas, portanto vamos rediscutir todos à mesa". Faltou diálogo. Faltou diálogo e faltou Estado. Faltou Estado; esse espaço não ocupado pelo Estado está sendo vilipendiado por outros grupos e organizações, estas sim, que aterrorizam a nossa sociedade e comprometem a segurança de todos.

Portanto, louvo, Senadora Leila, a oportunidade desse debate, o enriquecimento desse debate feito dentro desta Casa sob a sua liderança.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – E não termina por aqui, não vai terminar somente nessa audiência.

Eu quero dizer a vocês que eu já comandei algumas audiências públicas aqui: nos últimos cinco anos, quatro anos, pelo menos umas 20, 30 audiências. E essa foi impactante pela emoção de vocês. A gente percebe claramente o cansaço, a exaustão de se estar insistindo numa temática que parece que a maioria não quer enxergar, mas eu posso dizer a vocês que aqui vocês terão, de alguma forma, uma parceira, porque, de fato, eu sou uma pessoa muito sensível, muito empática, graças a Deus. Eu estou na política, mas eu não perdi essa capacidade – muitos aqui perdem essa capacidade – de se colocar no lugar do outro.

E, como vocês falaram, além do plano que tem que se entregar para a sociedade, tem a questão de que muitas vezes se criam narrativas, não é, Dr. Lanfredi e Doutores aqui? Vocês sabem que as narrativas aqui... Como nós vivemos um período muito polarizado, muito ideológico, como Gabriel falou, nós perdemos a capacidade de discutir sobre coisas muito práticas, reais, que afetam a vida das pessoas de forma contundente. Então, graças a Deus, eu sou provocada por muitos que estão ao meu lado e que são figuras, graças a Deus, que têm uma compreensão e um preparo muitas vezes melhor do que o nosso, e acho que, do meu lado, eu não perdi essa capacidade, sabe, Dr. Douglas?

Assim, eu quero dizer a vocês que a indignação de vocês eu percebi muito clara. Percebo a força e a vontade de querer transformar, modificar esse cenário. E nós vamos trabalhar, vamos provocar dentro desta Casa e, quem sabe, dentro do próprio Congresso – porque aqui é Senado Federal; nós somos um Congresso, que tem duas Casas, e esse debate não termina por aqui, Dr. Lanfredi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inclusive, uma coisa que me chamou muito a atenção foi o questionamento, as perguntas dos nossos internautas. Tem audiência pública em que não tem cinco perguntas, e aqui nós fomos simplesmente demandados, fuzilados por perguntas. Então, tem gente acompanhando, tem gente que está preocupado, tem gente que está entendendo o que está acontecendo, e estão entendendo os recados de V. Exas. também.

Então, aqui o Luiz, do Distrito Federal: "Com a restrição orçamentária sempre presente nos governos, não seria melhor investir em privatizações dos presídios?".

Fica a pergunta. Quem quiser pode responder alguma aqui.

José, do Goiás: "Por que não investir para que o preso possa trabalhar em obras do Governo [isso que eu falo de desconhecimento, não é?], tirar seu sustento, aprender a profissão e reduzir sua pena?".

Amauri, de São Paulo: "O que o Estado pretende fazer para tornar o cumprimento [de uma] pena uma verdadeira possibilidade da ressocialização do preso?".

Laerte, da Paraíba: "Existe um projeto em andamento para padronizar as estruturas e procedimentos dos presídios nos estados?". Alguns, hein?

Raul, de São Paulo: "As pessoas de bem estão presas em suas casas. [Enquanto] Criminosos [estão] soltos prematuramente, sem medo de punição [...]".

Arlem, do Ceará: "Um dos graves problemas sociais brasileiros é a segurança pública, que está diretamente ligada ao fator das penas cumpridas".

Robinson, do Paraná: "Acredito que formas alternativas e sustentáveis de punição devem ser priorizadas. Não é justo o cidadão de bem ficar com o ônus do sistema".

Nós acabamos de falar de financiamento, do valor que caiu, do fundo, que eram quase 2 bilhões, e hoje nós só temos 300 milhões para cuidar de todos os presídios do país, inclusive os cinco de segurança máxima.

Felipe, do Distrito Federal: "Como fazer o sistema carcerário se autossustentar, ou ao menos minimizar o impacto orçamentário?".

Acabei de falar do impacto orçamentário, que isso é pífio.

Simone, de São Paulo: "Como será tratada a progressão de pena em caso de reincidência? Será suprimida ou não? Qual a base legal para esse caso?".

E Gabriela, do Mato Grosso: "Como esses programas planejam promover a reintegração social [de] ex-detentos, fornecendo apoio e oportunidades para sua reinserção produtiva?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, eu entendi muito bem algumas perguntas, algumas respostas já foram dadas aqui, outras eu estou só repetindo, mas se quiserem responder, podem ficar à vontade.

Eu aproveito para pedir desculpa à Sra. Ana Lúcia Tavares Ferreira, Vice-Presidente do Instituto Brasileiro de Execução Penal, que estava por videoconferência. Houve um erro de comunicação aqui, e ela infelizmente teve que sair, porque ela tinha um outro compromisso. Então, eu peço desculpas à Dra. Ana Lúcia Tavares.

Passo para as considerações finais, e, caso os senhores queiram responder algumas das perguntas, fiquem à vontade.

Eu vou passar a palavra primeiramente... Estou sentindo que o Dr. Lanfredi está pronto para responder. (*Risos.*) Então vai lá, fique à vontade.

Com a palavra, o Dr. Luís Geraldo Lanfredi.

O SR. LUÍS GERALDO SANT'ANA LANFREDI (Para expor.) – Senadora Leila, além da participação, que nos contempla a todos, as perguntas são de excelente qualidade.

E aqui eu creio que seja interessante dizermos que nós estamos atuando na composição deste plano, não numa perspectiva teórica conceitual, mas, sim, trabalhando por uma proposta pragmática, realizável, aferível, que ela possa ser medida, que ela possa ser visibilizada, que todos possam acompanhar. A senhora veja, falta um pouco de transparência, falta agregar ao sistema prisional, talvez, os mais elementares e comezinhos princípios da administração pública: impessoalidade, moralidade, publicidade, ou seja, uma série de princípios que, de serem aplicados, já mudaria muito o que nós temos aí. Ele sempre é tratado na base da emergência, e a base da emergência justifica muita coisa, facilita também muita coisa, e nós vamos entendendo que esse sistema prisional não atua, no sentido de se reconstruir positivamente.

O Supremo Tribunal Federal, na ADPF 347, nos deixou três pistas: esse plano precisa falar de vagas, quantidade de prisões, de qualidade de vaga; esse plano também precisa abordar a ambiência prisional, a qualidade dos serviços e da infraestrutura; os processos – disse o Supremo Tribunal Federal – de reinserção social precisam ser requalificados. Nós estamos agregando, além dessas pistas já deixadas pelo Supremo Tribunal Federal, que estão sendo, portanto, destrinchadas, especificadas, uma outra proposta, que é uma vertente de não repetição...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUÍS GERALDO SANT'ANA LANFREDI – ... ao mesmo tempo em que nós trabalhamos para enfrentar os problemas a partir destas pistas deixadas pelo Supremo, já atuando para que elas não retrocedam, ou seja, que a gente não volte a esse estado tão lamentável. E cada um desses eixos no plano,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assim compreendidos, gera um problema, uma ação mitigadora e uma medida, e essa medida tendo que ser aferível e concreta, para que nós possamos mensurá-la no seu sentido prático.

O sistema prisional tem pouco ou muito recurso para ser investido? Se pouco, vamos então expressar: o Brasil quer prender 650 mil pessoas, que é a terceira maior população prisional do planeta? Sim, mas então pague por isso, pague para ter um mínimo de dignidade.

E o que nós estamos reivindicando, Senadora Leila, não é nem tanto a Lei de Execução Penal, que é muito bem-feita, ainda de 1984, mas muito completa, mas nós estamos reivindicando hoje as regras mínimas, ou as chamadas regras de Nelson Mandela, que é um arcabouço, digamos assim, elementar, para que essas pessoas possam ter dignidade e subsistência garantidas.

Então, veja, eu creio que, se essas situações todas vão receber, ou de receberem um melhor encaminhamento, para que todos possamos nos conectar aos mesmos problemas e passarmos a trabalhar por esse sistema, na perspectiva de que ele possa ter a sua funcionalidade reativada e a sua eficiência assegurada, com certeza todas essas questões e indagações formuladas pelos nossos ouvintes serão atendidas e contempladas – e isso a benefício das próprias vítimas que hoje estão em suas casas, porque imaginar que essas pessoas maltratadas nos presídios vão voltar melhores é desconhecer que um sistema prisional que age assim, tão insatisfatoriamente, deixa de prevenir a própria reiteração da criminalidade.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Nós que agradecemos, Dr. Lanfredi.

Agora com a palavra o Dr. Douglas de Melo Martins, Presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária do Ministério da Justiça e Segurança.

Para suas considerações finais, Doutor.

O SR. DOUGLAS DE MELO MARTINS (Para expor.) – Muito obrigado, Senadora Leila.

Eu começo pelo tema das privatizações, vamos direto aos questionamentos. Foi apresentado um questionamento sobre a solução, se poderia ser eventualmente as privatizações, diante da falta de recursos. Eu, Senadora, me manifesto contrariamente a essa tendência, essa proposta, é algo que já foi experimentado, foi experimentado e deu errado, por exemplo, nos Estados Unidos.

Eu tive a oportunidade, Senadora, de ter sido convidado pelo Governo americano para participar de um período de debates em vários estados americanos sobre o sistema prisional americano, e um dos fracassos do sistema prisional americano é exatamente a privatização, que aqui se apresentou como uma solução. É cara, não é melhor do que o sistema público. O que nós precisamos é fazer funcionar bem o nosso sistema, e não tentar copiar o modelo fracassado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É a mesma lógica de copiar o modelo de guerra às drogas americano, que eles próprios já abandonaram como errado, não deu certo nos Estados Unidos. Hoje, em vários estados americanos, o que se procura é um outro caminho, o caminho relacionado com a política de saúde, e não o do encarceramento em massa de pessoas, em função de temas relacionados, que poderiam ser resolvidos como tema de saúde. Então, não é o caminho nem a privatização, nem esse. E, como eu disse, nem mesmo nos Estados Unidos isso se propõe como uma política pública adequada.

Outra pergunta: a ideia de um sistema que seja autossustentável. Autossustentável completamente, não, Senadora. E a pessoa... Como disse o caro amigo Lanfredi, perguntas muito bem formuladas, mas o sistema pode não ser autossustentável, porém, pode produzir muito, e talvez isso se consiga, não ao ponto de ser autossustentável.

Temos aqui um bom exemplo, aproveitando a presença do...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DOUGLAS DE MELO MARTINS – ... Rafael Velasco, que foi Secretário Nacional de Políticas Penais, é do Maranhão: lá nós temos um sistema prisional em que se produzem móveis, Senadora, todos os móveis da Secretaria de Educação do Estado são fabricados no sistema prisional; o fardamento para todos os alunos das escolas públicas é fabricado no sistema prisional; as ruas são calçadas, projeto Rua Digna, com o calçamento feito no sistema prisional. Então, está em sintonia com a pergunta muito bem formulada – mais que uma pergunta, é uma sugestão da pessoa que acompanha esta audiência pública, e ela é perfeitamente realizável.

Não vou dizer – não tenham aqui a ilusão, a utopia de que vai ser autossustentável –, mas precisamos incentivar o trabalho. Aí, isso sim, Senadora Leila, isso sim, diminui criminalidade; isso sim, Senadora, afasta as pessoas das facções; isso sim, proporciona segurança pública. Muito recentemente, liderado pelo Secretário André Garcia, se realizou um evento no Ministério da Justiça na Senappen, exatamente sobre esse tema do trabalho no sistema prisional.

Outro questionamento – e aí já encerro com este, não vou conseguir responder a todos – é sobre a padronização, se não seria o caso de padronização do sistema. Escolhi esse para ser o último, porque é uma atribuição do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. Nós temos resolução estabelecendo exatamente essas regras mínimas de como deve ser o padrão, como deve funcionar o sistema prisional, isso cabe ao CNPCP, e o CNPCP o tem feito por meio de várias resoluções e recomendações que definem isso, desde temas como a estrutura dos presídios, quantas pessoas...

Lamentavelmente, Senadora, uma das coisas que destruiu a segurança pública em nosso país foi o modelo em que se colocavam 100, 200, 300 pessoas em um galpão sem nenhuma separação. Isso não é possível. Precisa ter um limite máximo de pessoas em cela, exatamente para dificultar a atuação das facções do crime organizado, dificultar esse modo de organização interno deles.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, com essa manifestação e, espero, com essas respostas aos questionamentos feitos, eu encerro a minha participação. E não poderia, neste encerramento – peço licença à senhora, não quero que fique parecendo aquelas coisas quando você vai lá ao programa da Xuxa e diz "quero mandar um..." (*Risos.*)

Eu perco os amigos, e não perco a piada. Eu queria aproveitar este momento para tietar um pouquinho a Senadora Leila, por favor, sou fã desde sempre...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – Obrigada.

O SR. DOUGLAS DE MELO MARTINS – ... desde antes da sua atuação na política, desde o exemplo que foi no esporte, o exemplo que é para todos nós, o exemplo que é para o país. Então, aproveito esta oportunidade para tietar um pouco. Eu sei que é inadequado para o momento, mas, se eu perdesse essa oportunidade, minha família não iria me perdoar, Senadora, se eu não dissesse o quanto a admiro.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Teria que trocar a fechadura da casa. (*Risos.*)

O SR. DOUGLAS DE MELO MARTINS – Teria que trocar a fechadura e sumir se eu não dissesse que tietei a senhora um pouquinho hoje aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Obrigada, Dr. Douglas. Eu que virei fã de vocês, sinceramente, pelo trabalho e pela dedicação aqui de vocês todos. Muito obrigada pelo carinho. Um abraço para sua família!

Vou passar a palavra agora, para finalizar, ao Sr. André Garcia, Secretário Nacional de Políticas Penais, do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Dr. André.

O SR. ANDRÉ DE ALBUQUERQUE GARCIA (Para expor.) – Aproveitando a descontração, eu estava vendo a Senadora escrevendo com a mão esquerda e me lembrei assim: essa canhotinha era difícil de marcar. (*Risos.*)

Muito difícil de marcar.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – Bons tempos!

O SR. ANDRÉ DE ALBUQUERQUE GARCIA – Eu queria agradecer a oportunidade e pedir até desculpas, às vezes, pela veemência. A gente não critica as posturas nem as pessoas. Nós criticamos o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

momento e a forma com que determinados movimentos, vamos chamar assim, ideológicos têm de concepção de mundo. Essa que é a grande divergência. Nós estamos vivendo tempos difíceis de involução civilizatória, não é? Discussões... Como disse o Gabriel, que estava aqui, está interditado o debate. Ninguém hoje pode ter opinião, porque, se tiver opinião, terá muito provavelmente de volta uma saraivada não só de críticas, porque isso faz parte de quem trabalha na vida pública, mas de ataques, como se nós estivéssemos em campos opostos quando a gente trata sobre esse tema, que é um tema muito caro para todos nós que estamos aqui.

Eu tenho um passado, Senadora, de segurança pública, embora esteja hoje como Secretário Nacional de Políticas Penais, que também integra a questão da segurança pública do nosso país. Também atuei como Secretário de Justiça e Administração Penitenciária no Espírito Santo, embora seja pernambucano. E nunca tive uma visão contraditória nesse campo. Mesmo sendo responsável por vezes de colocar para dentro, como falam no jargão popular, sempre cuidava também, tinha preocupação em como colocar para dentro, quem colocar para dentro. Como foi dito aqui, algumas medidas, algumas posturas no passado adotadas em alguns países, que estão sendo revisadas, nós estamos querendo adotar agora, ou seja, nós estamos atrasados, com pressa e errados quando discutimos determinados temas.

A privatização em si, eu não tenho preconceito nenhum contra a privatização, se alguém acha isso. O que eu tenho são algumas considerações. Uma delas... E também gera custo, o discurso é contraditório. E, ao mesmo tempo, é obrigação do Estado esse caso, a custódia dessas pessoas, a segurança dessas pessoas. Portanto, não vejo que seja algo que... não estimulo esse tipo de... Mesmo dentro do Governo, nós discutimos isso. Há pessoas que acham que essa é uma medida adequada e outras não. No meu caso, o Ministro Lewandowski já se manifestou algumas vezes contrário também nesse entendimento.

Por fim, a minha expectativa é de que esta audiência pública, essa participação muito louvável de quem está nos acompanhando possa contribuir também com essas sugestões. Nós vamos levar as perguntas, porque o mundo é movido por perguntas. As respostas reduzem muitos problemas, o mundo é movido por perguntas. Então, essas manifestações serão consideradas também para a elaboração desse plano.

E me coloco aqui...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ DE ALBUQUERQUE GARCIA – ... pela Secretaria Nacional de Políticas Penais, pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, à disposição sempre que houver a disposição para o debate, a discussão sobre esses temas, que são temas caros para a sociedade.

E, como disse aqui o Dr. Lanfredi, nós temos uma responsabilidade muito grande, porque o que nós estamos fazendo aqui, essa discussão e o trabalho que está sendo elaborado como plano nacional, no futuro, talvez nem tão remoto assim, as pessoas vão estar olhando. O que é que esse André Garcia fez?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele fez esse plano aqui junto com o Lanfredi, a Senadora Leila estava lá também. E o que é que mudou na realidade? O que é que mudou nesse sistema? Como foi bem colocado aqui, desde 1976, pelo menos no âmbito legislativo, as feridas foram expostas. Os problemas estavam lá postos, isso em pleno regime militar.

Nós temos uma Lei de Execução Penal que também é fruto do regime militar e foi elogiada aqui. E o que muito me espanta é que, em pleno regime democrático, nós pioramos a Lei de Execução Penal, criada pela ditadura. Olha só como é a contradição do mundo em que nós estamos vivendo.

Então, a discussão é essa posta. Cidadãos de bem todos nós somos. Eu não vejo essa distinção, essa separação. Não consigo, não entra na minha cabeça a divisão, colocar pessoas nessas prateleiras, uma discussão que, no ponto de vista, eu vou dizer, do debate democrático, é superficial, fica só ali, não passa daquilo, quando a gente deseja muito é se aprofundar nesses temas, discutir, mudar de posição quando a gente entender que está errado, e tem que mudar mesmo, e fazer com que esse plano, esse conjunto de medidas que vão ser propostas, com o trabalho de várias mãos e a participação de muita gente, seja de fato algo que faça diferença nos temas penitenciários brasileiros.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Obrigada, Dr. André.

Bom, vamos para a nossa quarta, ainda temos uma sessão plenária longa, extensa.

Eu gostaria muito de agradecer a todos os internautas, a todos que nos acompanharam nesta rica audiência e, mais uma vez, reforçar que a Casa, as portas estarão abertas para mais audiências, mais diálogos e, principalmente, para a discussão desse plano nacional, que eu tenho certeza de que vai ser muito importante para o nosso sistema prisional.

Nada mais havendo a tratar, eu declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada.

Boa quarta para todos. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 14 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 55 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 14ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE MAIO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e vinte minutos do dia quatorze de maio de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Sérgio Petecão, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Sergio Moro, Professora Dorinha Seabra, Ivete da Silveira, Styvenson Valentim, Leila Barros, Izalci Lucas, Rodrigo Cunha, Otto Alencar, Margareth Buzetti, Fabiano Contarato, Angelo Coronel, Janaína Farias, Flávio Bolsonaro, Astronauta Marcos Pontes, Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Damares Alves, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Zenaide Maia e Wilder Morais, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Efraim Filho, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Marcos do Val, Weverton, Alessandro Vieira, Omar Aziz, Rogério Carvalho, Jorge Kajuru, Jorge Seif e Eduardo Girão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 3707, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta o art. 12-A na Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, para estabelecer o sigilo dos dados de qualificação ou de identificação da vítima ou testemunha nos depoimentos sobre crimes praticados mediante violência ou grave ameaça." **Autoria:** Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES). **Relatoria:** Senadora Ana Paula Lobato. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto. **Observação:** Durante a reunião, é designada relatora "ad hoc" a Senadora Damares Alves. **ITEM 2 - Emenda(s) de Plenário ao Projeto de Lei Complementar n° 150, de 2021** que: "Altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, para instituir mecanismos de proteção à população LGBT+ encarcerada." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Favorável à Emenda nº 6-PLEN. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável à Emenda nº 6-PLEN. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2748, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para incluir o monitoramento eletrônico entre as medidas protetivas de urgência aplicáveis em caso de violência doméstica e familiar contra a mulher." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Bolsonaro. **Relatório:** Favorável ao projeto e à emenda nº 1, e pela prejudicialidade da emenda nº 2. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto e à Emenda nº 1-CSP, e pela prejudicialidade da emenda nº 2. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 3611, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o uso de Veículos Aéreos Não Tripulados (VANTs), Aeronaves Remotamente Pilotadas (ARP) ou “drones” pelos órgãos de segurança pública." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB). **Relatoria:** Senador Marcos do Val. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Adiado. **Observação:** Aprovado o Requerimento nº 25/2024-CSP, a apreciação da matéria é adiada. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 285, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, que dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências, para tornar obrigatória a utilização de câmeras nos fardamentos dos profissionais de segurança privada."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Flávio Dino (PSB/MA). **Relatoria:** Senador Jorge Kajuru. **Relatório:** Favorável ao projeto, com o acolhimento parcial da Emenda nº 1, nos termos da emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Adiado. **Observação:** Aprovado o Requerimento nº 24/2024-CSP, a apreciação da matéria é adiada. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 1482, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Institui a Política Nacional de Promoção da Cultura de Paz nas Escolas." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jorge Kajuru. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 1, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a "questão de plantio e tráfico de drogas ilícitas nas comunidades indígenas"." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 21, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiências públicas, com o objetivo de debater o cumprimento da Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, para fins de avaliação dessa política pública, no âmbito deste Colegiado, a ser realizada no curso de 2024." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 24, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 285/2024, que "altera a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, que dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências, para tornar obrigatória a utilização de câmeras nos fardamentos dos profissionais de segurança privada"." **Autoria:** Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 25, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 3611/2021, que "dispõe sobre o uso de Veículos Aéreos Não Tripulados (VANTs), Aeronaves Remotamente Pilotadas (ARP) ou 'drones' pelos órgãos de segurança pública"." **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Resultado:** Aprovado o requerimento, com a inclusão dos seguintes convidados: representante da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil - ADEPOL; e representante da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. **Observação:** Durante a reunião, o requerimento é subscrito pela Senadora Margareth Buzetti. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 20, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir medidas de combate à prática do tráfico humano." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). **Resultado:** Aprovada a inclusão do item como extrapauta. Colocado em votação, é aprovado o requerimento. **Observação:** Durante a reunião, o requerimento é subscrito pela Senadora Damares Alves. **2ª Parte - Plano de Trabalho de Avaliação de Política Pública**. **ITEM 1 - Plano de Trabalho** que: "Visa orientar o funcionamento da Comissão de Segurança Pública (CSP) na avaliação da Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, no exercício de 2024, nos termos do Requerimento nº 9/2024-CSP." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado o Plano de Trabalho. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Sérgio Petecão
Presidente da Comissão de Segurança Pública

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/05/14

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Segurança Pública.

Aprovação da ata.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas das 12ª e 13ª Reuniões, realizadas, respectivamente, em 7 e 8 de maio.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Objetivos e diretrizes desta reunião.

A presente reunião se constituirá em duas partes. A primeira destina-se à deliberação dos itens constantes da pauta. Posteriormente, teremos a apreciação do plano de trabalho de avaliação de política pública desta Comissão.

A Presidência esclarece que, nas votações nominais, os Senadores poderão votar tanto nos computadores localizados neste Plenário quanto por meio do aplicativo Senado Digital desde que tenham registrado a presença pessoalmente na Casa.

Adiamento de pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de começarmos as deliberações, informo que os itens 5 (PL 285, de 2024) e 6 (PL 1.482, de 2023) ficam adiados a pedido do Relator Jorge Kajuru.

(São os seguintes os itens adiados:

1ª PARTE

ITEM 5

PROJETO DE LEI N° 285, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, que dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências, para tornar obrigatória a utilização de câmeras nos fardamentos dos profissionais de segurança privada.

Autoria: Senador Flávio Dino (PSB/MA)

Relatoria: Senador Jorge Kajuru

Relatório: Favorável ao projeto, com o acolhimento parcial da Emenda nº 1, nos termos da emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

1. Em 17/4/2024, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Hamilton Mourão.

2. Em 29/04/2024, foi apresentado novo relatório à matéria.

3. A matéria seguirá posteriormente à CCJ, em decisão terminativa.

1ª PARTE

ITEM 6

PROJETO DE LEI N° 1482, DE 2023

- Não terminativo -

Institui a Política Nacional de Promoção da Cultura de Paz nas Escolas.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Jorge Kajuru

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. A matéria seguirá posteriormente à CE.)

Como nós temos aqui a presença do Senador Flávio Bolsonaro, eu vou fazer aqui uma inversão de pauta para que já atenda o Senador Flávio.

1ª PARTE

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 2748, DE 2021

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para incluir o monitoramento eletrônico entre as medidas protetivas de urgência aplicáveis em caso de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro

Relatório: Favorável ao projeto e à emenda nº 1, e pela prejudicialidade da emenda nº 2.

Observações:

1. Em 29/4/2024, foram apresentadas as Emendas nº 1 e 2, de autoria, respectivamente, da Senadora Leila Barros e do Senador Marcos do Val.

2. Em 13/05/2024, foi recebido novo relatório do Senador Flávio Bolsonaro.

3. A matéria seguirá posteriormente à CCJ.

Passo a palavra ao Senador Flávio Bolsonaro, para a leitura do seu relatório.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Bom dia, Presidente. Bom dia a todos.

Peço permissão a V. Exa. para ir direto à análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto ao mérito, verificamos que o projeto é conveniente e oportuno.

O monitoramento eletrônico, como medida cautelar de natureza pessoal, está previsto no Código de Processo Penal, em seu art. 319, inciso IX, desde o ano de 2011.

Ocorre que a imposição de medidas cautelares de natureza pessoal, nos termos do CPP, tem procedimento específico e mais moroso, o que pode colocar em risco as mulheres que são vítimas de violência doméstica e familiar.

Tendo isso em vista, o CNJ editou a Resolução nº 412, de 23 de agosto de 2021, dispondo a respeito da possibilidade de imposição de monitoramento eletrônico no caso de crimes cometidos no âmbito da Lei Maria da Penha, colaborando para aumentar a segurança das vítimas desses crimes.

Entretanto, consideramos que a Resolução do CNJ, embora valorosa, não possui natureza legal, do ponto de vista jurídico, o que prejudica parte de sua eficácia.

Com efeito, o Projeto de Lei nº 2.748, de 2021, vem justamente suprir essa lacuna normativa, prevendo expressamente na Lei Maria da Penha uma nova hipótese de medida protetiva de urgência, que possui procedimento célere e protetivo, considerando a situação de vulnerabilidade em que se encontra a vítima de tais delitos.

O PL também prevê que a ofendida, nos termos da Lei Maria da Penha, terá acesso a dispositivo que permita o imediato acionamento da autoridade policial em caso de ameaça, o que aumenta a efetividade das medidas protetivas de urgência que obrigam o agressor, bem como a segurança da ofendida.

A Emenda nº 1-CSP, apresentada pela Senadora Leila Barros, merece seu acatamento de forma integral porque converge às recomendações instruídas pelo Conselho Nacional de Política Criminal, como também possibilitará mais uma forma de proteção às mulheres que estejam na iminência de sofrer qualquer ação que possa configurar uma nova violência doméstica pelo fato de o ofensor ultrapassar os limites de distanciamento estabelecidos em decisões judiciais. Assim, com essa medida incorporada ao texto, a ofendida deverá receber um alerta sonoro de emergência nas hipóteses em que for verificada a violação do limite de distanciamento pelo ofensor, ao tempo em que o dispositivo também deverá acionar a autoridade policial, com vistas a evitar nova agressão.

A Emenda nº 2, apresentada pelo Senador Marcos do Val, é meritória. Todavia, o disposto no art. 5º da Lei Maria da Penha acrescido ao teor do art. 40-A do referido diploma legal convergem no sentido da existência da previsibilidade dos sujeitos da norma penal, na condição de ofensor e ofendida ou vítima. Desta maneira, resta prejudicada a Emenda nº 2, posto que a norma já estabelece os sujeitos dos delitos previstos em sede da Lei 11.340, de 2006.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por todo o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 2.748, de 2021, acatando integralmente a Emenda nº 1, da Senadora Leila Barros, e dando como prejudicada a Emenda nº 2, conforme acima exposto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – O.k. Agradecemos ao Senador Flávio pelo seu relatório.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

A votação será simbólica.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Para discutir.) – Pela ordem, Presidente.

Só quero concordar muito com o relatório do Senador Flávio Bolsonaro, porque tudo que venha a ajudar essa condição, esses crimes que as mulheres estão sofrendo ultimamente, com todo o requinte de crueldade...

Hoje cedo, eu vi uma notícia – e, toda vez que você liga a televisão, você vê um feminicídio – de um cara que entrou, em São Paulo, num lugar aí cujo nome eu não lembro, e matou o pai dela – matou o sogro – e a matou por causa de um vestido. É uma coisa assim... É uma sociedade que não respeita a mulher; que pode ser tão cruel a ponto de matá-la e violar seus corpos. Que lugar dará a sociedade a essa mulher? Então, é muito triste o que a gente está vivenciando.

É um apelo que eu faço à Câmara dos Deputados: o antifeminicídio está lá, com três requerimentos de urgência para ser votado, e não votam.

Então, é algo de que precisamos realmente nos proteger. E são mulheres e crianças: a cada oito minutos, uma mulher ou uma menina é violentada, é estuprada. É uma coisa bárbara no Brasil. Parece que nós estamos vivendo o tempo dos bárbaros ainda, sabe?

Mas parabéns pelo relatório, Senador.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Eu não posso me omitir em cumprimentar o Senador Flávio pelo voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E há importância em ser um homem proferindo este voto. Todo mundo acha que só mulher tem que defender a pauta da mulher. E, quando a gente vê um Senador se debruçar sobre uma matéria e apresentar um voto tão extraordinário como esse, a gente fica muito feliz, Senador Flávio.

E eu queria, inclusive, fazer mais um acréscimo: um Senador conservador – porque as pessoas acham que os conservadores não estão preocupados com a mulher, que a pauta não é nossa. Eu fiz parte de um Governo conservador, e o nosso Presidente anterior sancionou em 4 anos 71 leis de proteção de mulheres. E aí a gente vê aqui um Senador conservador... Porque o recado é para a base também, Flávio, lá na base. Aqueles que acham que quando a gente fala de mulher é feminismo, não é, é proteção, e o voto do Senador Flávio veio nessa direção.

E aí, Presidente, nós somos 15 Senadoras e parece que o Brasil inteiro manda as imagens só para nós mulheres. As imagens que a gente está recebendo todo dia, Flávio, nos tiram o sono. Nós, Senadoras, conversamos de manhã, de tarde, madrugada. A gente chora no nosso grupo, tem hora que a gente se sente impotente. Nessa cena que a Senadora Margareth acabou de falar aqui, ele, enquanto atirava, pedia desculpa: "Desculpa, mas eu vou te matar, desculpa". Tem uma loucura, há um ódio. Nós estamos vendo em alguns momentos um ódio e um motivo tão banal, Senadora, tão banal!

Seu voto foi perfeito. Parabéns, Flávio, eu tenho muito orgulho de ser sua colega, de estar aqui no Senado. E aí eu quero estender meus cumprimentos ao Senador Moro. Quando estávamos lá no antigo Governo, nós criamos a Operação Maria da Penha. Todas as polícias do Brasil, de forma coordenada, foram para a rua prender agressores. Chegamos a prender 15 mil agressores em algumas operações. Então, parabéns pelo voto, parabéns à autoria do projeto também. A gente dá mais um passo hoje na proteção da mulher. Parabéns!

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Presidente, só para retribuir aqui as palavras.

Quero agradecer às Senadoras Margareth e Damares e falar que é o tipo de pauta que é de todo mundo. Eu vejo muita gente às vezes falando: "Ah, eu não tenho lugar de fala". A discussão não é essa. A gente tem que ter a consciência de que esse tipo de legislação precisa avançar, precisa evoluir para evitar que mais mulheres sejam vítimas, porque é um crime covarde. Qual homem que não se sensibiliza com o exemplo dado aqui pela Senadora Margareth, de um crime passional, em que havia medida protetiva e um homicida vai assassinar a pessoa com quem ele tinha a relação, e nesses termos ainda, pedindo desculpa? Não tem desculpa para isso, vá se acertar com Deus, que é a justiça divina, porque da nossa parte aqui cabe exatamente fazer esse tipo de proteção legal. Isso para todos os segmentos, não é, Damares? Como você falou muito bem, não é uma pauta direita e esquerda, esse é o tipo da pauta que nos une, como nos une a pauta do Rio Grande do Sul, independentemente de coloração partidária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, parabéns, Presidente, por pautar esse projeto aqui também na Comissão de Segurança Pública. Eu espero a aprovação unânime desse relatório.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Gostaria de fazer um registro aqui.

As duas Senadoras que fizeram uso da palavra são duas Senadoras que têm dado uma contribuição grande, duas mulheres guerreiras, corajosas, que têm feito aqui um enfrentamento, não só das causas das mulheres. Sempre que nós temos aqui projetos que tratam da causa das mulheres, as nossas Senadoras têm tido aqui um comportamento que nos orgulha muito. Parabéns para as duas Senadoras.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Resultado: aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 2.748, de 2021, e à Emenda nº 1, da Comissão de Segurança Pública, e pela prejudicialidade da Emenda nº 2.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Nós temos aqui um projeto que é de autoria do Senador Marcos do Val, e a Relatora é a Senadora Ana Paula Lobato. Como a colega não está presente, eu... Senadora Damares, já lhe pedi isto e quero só reiterar o pedido...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – V. Exa. aceita, não é?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – É o Projeto de Lei nº 3.707, de 2020.

1ª PARTE

ITEM 1

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI N° 3707, DE 2020

- Não terminativo -

Acrescenta o art. 12-A na Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, para estabelecer o sigilo dos dados de qualificação ou de identificação da vítima ou testemunha nos depoimentos sobre crimes praticados mediante violência ou grave ameaça.

Autoria: Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES)

Relatoria: Senadora Ana Paula Lobato

Relatoria Ad hoc: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. A matéria seguirá posteriormente à CCJ, em decisão terminativa.

Interessante este projeto.

A relatoria é da nobre Senadora Ana Paula Lobato. Na ausência da colega, eu passo a relatoria à Senadora Damares Alves.

Passo a palavra à Senadora Damares para a leitura do relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu quero, inclusive, agradecer à Senadora Ana Paula Lobato por permitir que a gente faça esta relatoria *ad hoc*, porque ela entende a necessidade desta matéria, e o voto dela está perfeito.

E quero cumprimentar o autor também.

E me permita ir direto para a análise, Presidente.

Ressaltamos de início, pois, que a competência para a análise da constitucionalidade da proposição, bem como de critérios próprios do direito penal e do processo penal será da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo a esta Comissão, portanto, a análise do PL no contexto da segurança pública, nos termos do art. 104-F, I, "a", do Regimento Interno do Senado.

Nesse ponto de vista, a inclusão do novo art. 12-A ao teor da Lei 9.807, de 1999, em seu capítulo pertinente à proteção especial a vítimas e testemunhas é medida conveniente e oportuna.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A medida é simples e, por isso, exequível e permitirá o aprimoramento da prova testemunhal nos casos de crimes praticados mediante violência ou ameaça grave em que haja potencial ameaça à vida ou à integridade física da vítima, da testemunha ou de seus familiares. Uma testemunha sob risco ou ameaçada não tem como contribuir efetivamente para a busca da verdade real no processo penal. Separar os dados de qualificação da testemunha do conteúdo fático do depoimento será medida eficaz para grande parte dos processos penais. Destaco não ser o caso propriamente de testemunha sigilosa, o que poderia afrontar garantias constitucionais do acusado, mas de mera reserva de seus dados de qualificação.

Está garantido ao defensor público e ao advogado do investigado ou do réu o acesso aos dados reservados mediante a subscrição de termo de sigilo.

A Relatora traz aqui um excerto da dissertação "A constitucionalidade do informante no Brasil", que é de autoria da Dra. Juliana Magalhães Oliveira, Consultora Legislativa aqui nesta Casa. Eu não vou ler essa parte, mas eu vou sugerir – está publicado – esse extrato que a Senadora trouxe para o voto, essa parte interessante do tema "A constitucionalidade do informante no Brasil". Parabéns, Dra. Juliana, pelo seu trabalho!

Assim, é possível e recomendável que a legislação estabeleça medidas para a proteção das testemunhas que, em última medida, contribuirão para a melhor elucidação dos fatos em apuração.

Destacamos, por fim, que o novo regramento cuidará da assim chamada criminalidade comum, para os casos mais graves, notadamente envolvendo o crime organizado, seguem valendo as medidas mais sérias já previstas na Lei 9.807, de 1999.

Com essas considerações, somos pela aprovação do Projeto de Lei 3.707, de 2020.

Parabéns à Relatora!

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Em discussão o parecer que acaba de ser lido. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 3.707, de 2020.

A matéria vai à CCJ.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Emenda de Plenário ao Projeto de Lei Complementar nº 150, de 2021.

1ª PARTE

ITEM 2

EMENDA(S) DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 150, DE 2021

- Não terminativo -

Alteração da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, para instituir mecanismos de proteção à população LGBT+ encarcerada.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Favorável à Emenda nº 6-PLEN.

Observações:

1. A matéria seguirá posteriormente ao Plenário.

Passo a palavra ao Senador Otto Alencar para a leitura do relatório.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu já tinha lido esse relatório na Comissão de Segurança.

O Projeto nº 150, de 2021, do Senador Fabiano Contarato, foi a Plenário; em Plenário, foi apresentada uma emenda do nobre Senador Weverton; e, consequentemente, voltou para a Comissão de Segurança Pública.

No meu relatório agora, eu acolho a emenda do Senador Weverton e dou a matéria pela aprovação, com a adição da emenda do Senador Weverton.

Em razão do exposto, concluímos pela aprovação da Lei Complementada 150, com as Emendas nº 1, CDH-CSP, nº 2, CDH-CSP, e nº 5, CSP, que foram apresentadas.

O voto é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Obrigado, Senador Otto, pela leitura.

Em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável à Emenda nº 6, de Plenário, ao Projeto de Lei Complementar nº 150, de 2021.

A matéria vai ao Plenário.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Uma declaração de voto, Presidente, muito rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Flávio.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – A gente falava aqui, no projeto anterior, sobre algumas bandeiras, algumas pautas em que, teoricamente, a direita é rotulada como sendo contra, e acabamos de aprovar um projeto aqui, por unanimidade, que diz respeito à comunidade LGBT, que é uma preocupação de todos com relação àquela pessoa encarcerada que é qualificada dessa forma de ter um tratamento realmente diferenciado, porque não dá para a gente concordar com que um homem que se declare mulher ou trans vá parar dentro de um presídio feminino. E nós vemos, com alguma frequência – se der um Google aqui, eu acabei de dar –, tem algumas matérias de pessoas nessa condição que acabam agredindo uma mulher dentro do presídio, acabam engravidando uma mulher dentro do presídio. Quer dizer, é algo para que a gente precisa, sim, como Estado, ter uma atenção especial para que eles possam ter um tratamento digno e diferenciado.

Então, só para registrar, mais uma vez, que nós parlamentares conservadores temos, sim, toda uma atenção especial para esse público também.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Fica aqui o registro.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente, eu posso fazer um registro também?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Com certeza, Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – São dois conservadores falando e também é um tema em relação ao qual falam que nós não temos uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

preocupação. Eu fui Ministra da pasta. Nós fizemos um trabalho durante o Governo Bolsonaro, uma pesquisa nos presídios, Presidente, sobre a população LGBT. E o resultado foi muito triste, especialmente quanto às travestis. Nós recebemos relatos – e nós temos vídeos e imagens; a pesquisa foi muito bem conduzida por um especialista em segurança – do que travestis sofrem nos presídios. Eu vi um relato de uma travesti que disse que, em dois anos em que estava presa, nunca tinha tido uma noite inteira de sono, porque ela era de fato agredida sexualmente dentro das celas.

Então, esse projeto de lei vem para fazer essa proteção. Quando o Senador Contarato apresentou, houve todo um questionamento na sociedade. É privilégio? Não é. É um atendimento especial a eles para a proteção da vida deles no cárcere. Então, nós conservadores concordamos com a matéria. Claro, que lá na ponta o sistema prisional vai regulamentar da melhor forma possível, mas nós queremos todos protegidos nessa nação.

Parabéns, Senador Flávio!

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Eu não diria um tratamento especial, um tratamento diferenciado. Seria isso, Flávio?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Digno – não é? –, diferenciado.

1ª PARTE

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 3611, DE 2021

- Não terminativo -

Dispõe sobre o uso de Veículos Aéreos Não Tripulados (VANTs), Aeronaves Remotamente Pilotadas (ARP) ou "drones" pelos órgãos de segurança pública.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)

Relatoria: Senador Marcos do Val

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. Em 16/4/2024, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Alessandro Vieira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2. Em 14/5/2024, foi apresentada a Emenda nº 2, de autoria do Senador Flávio Bolsonaro.

3. A matéria seguirá posteriormente à CCJ, em decisão terminativa.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu gostaria de subscrever o requerimento do Senador Weverton, porque ele pede uma audiência pública sobre esse tema.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senadora Margareth, realmente tem aqui um requerimento do Senador Weverton. Como ele não está presente, eu vou nomeá-la Relatora *ad hoc* do requerimento.

Requerimento de audiência sobre a matéria a ser votada, passo agora para o item 10.

Requerimento nº 25, de 2024, de autoria do Senador Weverton, que, por solicitar a realização de audiência pública para o PL 3.611/2021, deve ser apreciado de forma preliminar ao referido projeto, que consta como próximo item da pauta.

1ª PARTE

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA N° 25, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 3611/2021, que "dispõe sobre o uso de Veículos Aéreos Não Tripulados (VANTs), Aeronaves Remotamente Pilotadas (ARP) ou 'drones' pelos órgãos de segurança pública".

Autoria: Senador Weverton (PDT/MA) e outros

Eu vou passar agora à Senadora Margareth, que é coautora do projeto.

Concedo a palavra à Senadora Margareth para leitura do requerimento.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PL 3.611/2021, que dispõe sobre o uso de Veículos Aéreos Não Tripulados (VANTs), Aeronaves Remotamente Pilotadas (ARP) ou *drones* pelos órgãos de segurança pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Proponho para a audiência pública a presença dos seguintes convidados: representante do Ministério da Justiça e da Segurança Pública; representante do Departamento de Controle do Espaço Aéreo; representante da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac); representante do Departamento de Novas Tecnologias e Direito Penal do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais; representante do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania.

Justificação.

O emprego da ARP (Aeronaves Remotamente Pilotadas) na segurança pública é hoje fundamental para o desenvolvimento das ações no campo da segurança pública e da defesa civil, vez que permite monitoramento à distância de áreas de risco ou difícil acesso com segurança para o operador e eficiência no atendimento de objetivos. Como ferramenta que permite a vigilância à distância de pessoas e locais, não raramente poderá ter atrito entre a segurança e os direitos fundamentais de intimidade, vida privada e inviabilidade do domicílio, cujas restrições demandam finalidade justa, razoabilidade e proporcionalidade.

Produzindo dados e provas, submete-se ao regime de proteção de dados e regras de direito probatório do processo penal. Trata-se, como se vê, de questões complexas que merecem ser mais bem debatidas, razão pela qual peço o apoio dos nobres pares para a aprovação deste requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Flávio.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Presidente, já encaminho, obviamente, o meu voto a favor, também, à realização dessa audiência pública, mas eu senti falta aqui, nesse requerimento, das pessoas que estão na ponta da linha, já usando muitas vezes essa tecnologia de forma bastante eficaz, inclusive.

E eu queria pedir a concordância do Plenário, Presidente, para que fosse convidado também o Presidente da Adepol (Associação de Delegados de Polícia do Brasil), o Sr. Rodolfo Queiroz Laterza, e um representante da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, porque lá no Rio, alguns batalhões da Polícia Militar já estão utilizando essa tecnologia de uma forma bastante positiva. Isso é a tecnologia a serviço do combate à impunidade, inclusive com redução de letalidade e com uma investigação muito mais qualificada, porque você consegue materializar com provas, às vezes, a participação de uma pessoa na venda de drogas, para ser enquadrada como traficante, o uso ilegal de arma de fogo por um criminoso.

Então, eu queria só solicitar a inclusão desses dois representantes, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Flávio, eu gostaria... se V. Exa. pudesse encaminhar o nome dos dois em um ofício para que a gente... já está registrado aqui, mas só para oficializar. É isso, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Tá, é porque eu não vi os nomes de nenhum representante aqui, também, nesse requerimento, por isso, eu botei assim: de um eu tenho o nome – que eu falei, o da Adepol – e do outro eu vou entrar em contato com a Secretaria de Segurança para saber quem pode ser a pessoa que represente a Secretaria de Segurança Pública.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Isso, cheque isso aí...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – ... e encaminhe em um ofício, mas obrigado pela sua contribuição. É importante.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos ao item 7.

1ª PARTE

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA Nº 1, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a "questão de plantio e tráfico de drogas ilícitas nas comunidades indígenas".

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Concedo a palavra à Senadora Damares Alves para a leitura do seu requerimento.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – Presidente, não é segredo, a imprensa está o tempo todo divulgando: plantações de maconha, em áreas indígenas, têm sido encontradas, bem como tráfico em áreas indígenas.

Então, nós vamos fazer uma audiência pública, e eu trago aqui como convidados:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- um representante da Secretaria Nacional de Segurança Pública, do Ministério da Justiça;

- um representante do Ministério dos Povos Indígenas;

- um representante da Secretaria de Saúde Indígena, porque o agente de saúde tem visto coisas lá na área;

- a Deputada Sílvia Waiãpi, que é uma das que mais denuncia no Brasil, Deputada Federal do Amapá;

- o Antônio Ferreira da Silva Apurinã, representante da liderança indígena do Estado do Acre, o senhor conhece;

- o Genival Oliveira dos Santos, representante da liderança indígena do Estado do Amazonas;

- o Messias Faustino Santana, representante da liderança indígena do Estado do Mato Grosso do Sul;

- o Raimundo Carlos da Silva, representante da liderança indígena do Estado do Maranhão.

Um de cada região, para gente discutir aqui o que está acontecendo em áreas indígenas.

Então, esse é o meu requerimento e eu peço o apoio dos pares.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Esta Presidência parabeniza a nossa Senadora Damares pela autoria da audiência pública importante. (*Pausa.*)

Item 8.

1ª PARTE

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA Nº 21, DE 2024

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiências públicas, com o objetivo de debater o cumprimento da Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, para fins de avaliação dessa política pública, no âmbito deste Colegiado, a ser realizada no curso de 2024.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

2ª PARTE

ITEM 1

PLANO DE TRABALHO

- Não terminativo -

Plano de Trabalho que visa orientar o funcionamento da Comissão de Segurança Pública (CSP) na avaliação da Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, no exercício de 2024, nos termos do Requerimento nº 9/2024-CSP.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Concedo a palavra à Senadora Damares para a leitura do seu requerimento.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – Presidente, eu acho que a gente podia fazer uma inversão. O Requerimento 21 fala da realização de audiências públicas, e o Requerimento 25 fala sobre o plano de trabalho. (*Pausa.*)

Está junto? (*Pausa.*)

Então, nós poderíamos fazer o seguinte, Presidente: a gente lê o requerimento primeiro do plano de trabalho, a apresentação do plano de trabalho, porque, no requerimento... (*Pausa.*)

O.k.?

Então, a gente faz os dois de uma única vez.

Eu estou apresentando, Presidente, o nosso plano de trabalho para avaliação da política pública. Nós vamos avaliar a política pública – está aqui na segunda parte da nossa reunião, mas eu já vou trazer agora – de busca de pessoas desaparecidas. Nós aprovamos aqui na Comissão que seria essa política que esta Comissão iria avaliar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No nosso plano de trabalho, Presidente, eu faço uma apresentação do plano de trabalho para a compreensão e informo que serão quatro eixos temáticos em que nós vamos avaliar a política. Os quatro eixos estão aqui estabelecidos junto com a apresentação.

Apresento também, no plano de trabalho, Presidente, a forma como vai se dar essa trilha de avaliação. Nós vamos fazer uma avaliação antecedente da Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas; nós vamos analisar estatísticas sobre desaparecimentos no Brasil por sexo, faixa etária, unidades da Federação, entre outros aspectos; ações de planejamento e execução relativas à gestão da informação e cooperação operacional, investigação de pessoas desaparecidas e atendimento biopsicossocial; aprendizados com experiência do terceiro setor internacional; ações implementadas de monitoramento; e recomendações para aprimoramento.

Depois que eu apresento a trilha, eu trago, no plano de trabalho, Presidente, o cronograma de ações. A gente começa agora, agora já no mês de maio, com a primeira audiência pública que vamos aprovar no próximo requerimento, dia 6 de junho, e a gente vai com o trabalho até o dia 29/11/2024.

A maioria das audiências públicas, Senadores, acontecerá nas quintas e sextas, e serão audiências *online*. E aí, eu sei que os Senadores vão estar viajando, mas a gente queria muito que as assessorias participassem dessa avaliação da forma como estamos estabelecendo. Então, este é o plano de trabalho, mas, para que o plano seja aprovado, eu preciso também, agora que a gente vote, o requerimento de audiências públicas.

Então nós vamos agora ler o requerimento de audiências públicas. E é o Requerimento nº... item 8 da pauta, Requerimento nº 21, que diz o seguinte.

Requeiro a realização de audiências públicas para debater o cumprimento da Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, para fins de avaliação dessa política pública, no âmbito deste Colegiado, a ser realizada no curso de 2024.

Eu trago no requerimento, Presidente, um roteiro de audiências públicas, o nome dos convidados, as instituições que serão convidadas e o número de audiências públicas.

Esse é o Requerimento 24 para qual eu peço apoio dos pares para a realização das audiências.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Só fazer aqui uma correção, Senadora Damares, é o Requerimento nº 21, a senhora está falando 24 e é o Requerimento nº 21. Certo?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Certo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – E, como um requerimento está conectado com outro, nós vamos... Podemos votar os dois de uma vez? (*Pausa.*)

Nada contra, não é, Senadora?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Nada contra, para agilizar.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Para que fique registrado, em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir...

Ah, o senhor quer falar?

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Desculpe, eu só quero elogiar aqui a iniciativa da Senadora Damares, porque esse é um tema muito importante, muito caro. Quem já teve a oportunidade de conversar com parentes, familiares de pessoas desaparecidas, associações... Eu lembro uma vez que estive conversando com essa associação, que foi arrolada aqui no requerimento, das mães da Sé, é de partir o coração, não é?

E no fundo o Estado brasileiro faz pouco, os instrumentos ainda são precários, vivenciamos isso, tanto eu como a Ministra Damares na época do Governo, e é difícil avançar, embora o que mais falta, a meu ver, seja mais coordenação do que propriamente investimento, porque precisamos ter banco de dados integrados, nós precisamos ter protocolos dessas buscas e, infelizmente, esse é um tema em que ainda estamos muito timidamente avançando.

Então, quero elogiar aqui a Senadora e também, Senadora, eu quero me colocar à disposição, conheço algumas pessoas, falava até agora há pouco que participei de uma banca de doutorado na qual a defesa, a tese de doutorado era de um delegado da Polícia Civil, que é especializado nessa área e que fez uma ampla pesquisa no Brasil dos instrumentos disponíveis em cada estado de busca a desaparecidos, alguns mais avançados e outros mais avançados. Naquele campo da audiência pública do especialista, será alguém que nós poderemos inclusive ouvir.

E conte comigo para participar dessas audiências, porque acho que serão bastante importantes.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Encerrada a discussão.

Não havendo mais quem queira discutir, em votação o requerimento e o plano de trabalho. Vamos votar o requerimento e o plano de trabalho já lido aqui pela colega.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento e o plano de trabalho de avaliação da política pública.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Presidente, para declaração de voto.

Eu queria, após a aprovação dos requerimentos, usar a palavra rapidamente para parabenizar a Senadora Damares pelas duas pautas que ela trouxe a esta Comissão hoje, tanto a questão de plantio e tráfico de drogas em comunidades indígenas quanto essa pauta com relação às pessoas desaparecidas. Eu já quero me colocar também à disposição, Damares, para participar desse grupo de trabalho, participar das audiências públicas.

Só quem passa por uma situação dessa tem a real dimensão da dor que é você ter um ente sobre quem você não sabe o que aconteceu, se está vivo, se está morto, se foi maltratado. É uma angústia sem fim, enquanto não se tem resultado. E um caso emblemático no Rio de Janeiro, que teve repercussão nacional, foi da Priscila Belfort, que em 2004... Todos aqui devem se lembrar desse caso. Ela desapareceu, no Rio de Janeiro, e até hoje não se sabe o que aconteceu com ela. Lá começou uma grande discussão que foi muito do que falou o Senador Sergio Moro. Essa é uma pauta para a qual falta coordenação e a tecnologia hoje pode contar muito a nosso favor. Eu cheguei a trabalhar em algumas linhas... Enquanto Deputado Estadual, no Rio de Janeiro, Senadora Damares, eu trabalhei exatamente na questão da coordenação. A gente não tem hoje um cadastro nacional unificado que cruze as informações não apenas de pessoas que são procuradas pela Justiça, mas também de desaparecidos. A gente percebe que falta uma busca ativa para que se consiga ter mais êxito em encontrar essas pessoas.

Eu falo de tecnologia porque hoje a gente tem o reconhecimento facial, que, se estivesse implementado em vários estados, de uma forma articulada, em locais onde há um grande fluxo de transeuntes, em locais onde há um grande fluxo de passageiros... Estou falando aqui de pontos turísticos, de rodoviárias, aeroportos; locais de grandes eventos como estádios, ginásios ou centros comerciais em várias cidades do Brasil, se ali tivesse uma tecnologia implementada dessa forma, com uma unificação desse cadastro, sem dúvida alguma a tecnologia faria o trabalho de centenas ou milhares de homens, nessa pauta de segurança, que é quem cuida desse tema, e em fração de segundos poderíamos saber o paradeiro de muitas pessoas que Deus queira que estejam vivas. Obviamente eu não estou falando de pessoas desaparecidas que não estão mais entre nós, mas pelo menos as pessoas desaparecidas que ainda estão em vida. Essa tecnologia com essa coordenação seria fundamental.

Então, eu tenho muito interesse e curiosidade em saber o que de fato os especialistas nesse tema falam sobre o que temos hoje de tecnologia e de coordenação, para ver como podemos na prática e efetivamente, em curto espaço de tempo, ajudar a amenizar a angústia dessas famílias que têm desaparecidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Muito bem, Senador Flávio.

Item 9.

1ª PARTE

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA Nº 24, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 285/2024, que "altera a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, que dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências, para tornar obrigatória a utilização de câmeras nos fardamentos dos profissionais de segurança privada".

Autoria: Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR)

Concedo a palavra ao nobre Senador, para a leitura do seu requerimento.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para encaminhar.) – Muito rapidamente, Presidente, eu vou fazer uma síntese.

O projeto que é apresentado, o 285, de 2024, pretende tornar obrigatória a utilização de câmeras nos fardamentos dos profissionais da segurança privada.

Não há nenhuma dúvida das boas intenções desse projeto. Ele tem o potencial de, eventualmente, reduzir, diminuir emprego de violência excessiva pelos seguranças privados; igualmente, de coibir eventuais práticas de ilícitos. No entanto, tem uma questão que creio que nós temos a responsabilidade aqui de melhor abordar, que é ouvir o setor. Nós temos presente o quanto isso incrementa em custos ou, eventualmente, o quanto isso pode impactar a eficiência da atividade.

Esta Comissão de Segurança é que faz análise de mérito. Então é claro que essa medida é legal, nós podemos estabelecer na lei, mas nós temos que avaliar as consequências disso.

Não há dúvidas, como eu disse, das boas intenções do projeto. Eu não tenho uma ideia preconcebida em relação a se é boa ou não essa medida, considerando todas as consequências, mas nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temos que, pelo menos, ouvir os representantes das entidades envolvidas para que nós tenhamos a opinião deles.

Então, o objetivo é meramente esse. Sei que estamos tendo muitas audiências públicas aqui, na Comissão, mas nós precisamos proferir nossas deliberações, nossos votos devidamente informados acerca de cada projeto.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Styvenson.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN. Para discutir.) – Muito bom, mas eu vejo que com essa pauta hoje aplicada, câmeras, as *body cams* aplicadas aos policiais públicos, concordo que diminui a intensidade até mesmo do uso inapropriado, desproporcional da força policial. Isso é uma vantagem, mas também dá outro resultado, Senador Moro, muito preciso: o quanto o policial sofre, passa, dentro de suas condições de trabalho – o desacato, a humilhação, a carteirada, tudo isso pode ser narrado, filmado, registrado pelas câmeras.

Então, acabou, porque é difícil. Eu, como policial militar, passei 16 anos... Era difícil a gente ir para uma audiência, Sr. Presidente, e estar ali, como sempre, sendo acusado, mesmo sendo o condutor daquela ocorrência. Dentro de uma ocorrência Maria da Penha, nada melhor do que um registro de ver uma mulher, naquele momento, agredida, e, logo depois, dizendo que não foi o marido, que, pelo contrário, foi o policial que agrediu o marido.

Então são situações como essa que a *body cam* vem solucionar. Eu acho que, na iniciativa privada, vai ter um custo, claro, porque não é um produto barato – mais o *software*, que é caro –, mas isso melhora os serviços. Por quê? Porque, pelo fato de saber que está sendo filmado, o cidadão vai pensar duas vezes em produzir essa prova contra ele mesmo.

Então, o que deveria estar sendo discutido aqui é se vai produzir a prova ou não contra aquele que está transgredindo e sendo filmado, porque se eu causo um desacato, se eu causo um crime de suborno, se eu causo qualquer coisa contra o Estado e contra o agente público, ali, sim, está sendo registrado.

Então, isto tem que ficar claro para o cidadão brasileiro: que no momento em que um policial ou um agente está usando câmera, aquele momento pode ser utilizado contra ele, como é no Código de Trânsito – o Código de Trânsito é bem claro: utilizar imagens do condutor que se recusa a fazer exame de etilômetro para que possam ser utilizadas como prova judicial. Aí a gente teria, sim, que discutir essa constitucionalidade de estar sendo ou não usado aquele vídeo para aquela finalidade.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Flávio Bolsonaro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Quero também declarar o voto a favor do requerimento de audiência pública do Senador Sergio Moro.

A gente está discutindo aqui um projeto sobre segurança privada, mas eu acho que tem algumas similaridades com o uso das câmeras corporais por servidores da segurança pública.

E uma coisa que foi falada aqui até pelo Senador Styvenson é que um policial vai pensar duas vezes antes de fazer alguma coisa. Esse "vai pensar em alguma coisa", antes de fazer alguma coisa, antes de reagir a uma injusta agressão, pode custar a vida dele por causa da câmera, porque eu garanto: pelo menos no Rio de Janeiro, o depoimento que eu ouço daqueles profissionais que estão na ponta da linha, em operações policiais planejadas ou em situações policiais nas ruas que não são planejadas, em especial no combate aos crimes contra o patrimônio, os roubos, os latrocínios, esse tipo de situação, é que, quando o policial pensa muito antes de reagir a uma injusta agressão como essa, para salvar sua própria vida ou a vida de um terceiro, de um desconhecido, mas que é a função constitucional dele, essa fração de segundo pode significar um tempo vital para esse policial. Ele pode se tornar vítima fatal de uma situação como essa, exatamente por pensar na hora: se eu reagir aqui, será que, na hora em que eu sentar no banco dos réus, todo mundo vai entender o contexto do que eu estou passando aqui, ou vai pegar só a imagem da câmera?

Essa é a minha preocupação com relação aos profissionais de segurança pública no Rio, porque a câmera às vezes não pega um tiro que veio de um lado, um tiro que veio do outro; aí pega só o policial atirando em alguma direção, porque ele sabe que o tiro veio de lá, mas a câmera não pegou, e, daqui a pouco, ele está no banco dos réus respondendo por algum excesso na sua atuação. Então, isso é muito delicado e tem um efeito prático na cabeça desses profissionais.

E eu lhe garanto: eu não sei como é lá no Acre, mas no Rio de Janeiro, hoje, o policial tem mais preocupação com o magistrado do que com um traficante armado com um fuzil, porque, de verdade, ele acha que está ali, colocando a vida dele em risco, e, de uma hora para outra – ele podia estar morto, podia não ter voltado para o seu convívio familiar –, daqui a pouco, ele está sentado no banco dos réus para ter que responder por alguma coisa que ele fez em função do trabalho dele?

Então é uma discussão importante, por isso eu acho louvável que haja audiências públicas não apenas para o setor de segurança pública, mas também para o setor privado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senadora Margareth.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Para discutir.) – Presidente, eu concordo plenamente com o Senador Flávio Bolsonaro, porque, na segurança privada, por exemplo, na nossa empresa, nós temos câmeras e é avisado que tem câmeras por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todo lado – só não pode ter câmeras no banheiro. Nós temos na rua, nós fizemos um convênio com o estado, daí tem o Vigia Mais MT, que dá até a placa do carro, dá tudo.

Agora, nós temos gente boa e gente ruim em todos os lugares. Eu suponho que todo policial passou por um treinamento, inclusive psicológico, e que ele é um homem bom. Então, ele tem que estar com uma câmera para mostrar que ele é um homem bom ou ruim? Quer dizer, é uma coisa meio estranha isso. Para mim, soa totalmente estranho. É a mesma coisa que nós estarmos aqui com uma câmera filmando, na cabeça, tudo que um diz, o que o outro faz, o que o outro... Quer dizer, não é assim. A vida não pode ser assim.

Mas nós temos que debater tudo em segurança pública, porque faz mais de 40 anos que está dando tudo errado. Os índices de insegurança só aumentam. Então, eu apresentei um pacote de leis aqui, eu sei que muitos vão ser contra, que passa aos estados a competência tanto da legislação penitenciária, mas também, em alguns quesitos, penal e processual penal. "Ah, eu sou contrário." Tudo bem, o Estado está lá, com o preso, com o presídio, cuidando, dando segurança. Aquele indivíduo que matou as quatro mulheres, o estado teve que trazê-lo de helicóptero, para proteger o indivíduo, porque senão iam linchá-lo. E está certo a legislação ser da União? O estado faz tudo e a legislação é da União. E esses projetos são unicamente para combater facções criminosas.

Então, eu acho que nós temos que rever tudo em segurança pública. Se daqui a cinco anos der tudo errado, nós voltamos atrás. Ou, se der certo, daí os outros... O Rio de Janeiro nos copia. (*Risos.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – Para você ver, Sr. Presidente, como esse assunto...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – É complexo.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – ... gera uma discussão. Uma coisa certa, antes de colocar a câmera em qualquer policial, em qualquer agente público, você deve colocar primeiro um colete de qualidade, um armamento equiparado ao do crime organizado. Você deve fazer legislações para que ele não vá a uma delegacia, e o vagabundo saia primeiro do que ele. Eu acho que a gente tem que ter câmera, sim, sabe? Porque a gente está sendo filmado, está toda hora sendo fiscalizado. Pior, com as câmeras dos celulares. Se não for a câmera do policial, vai ser a câmera de um terceiro que vai cortar um pedaço do vídeo e vai colocar o que quiser.

Em relação à audiência, Senador Flávio, eu acho que a gravação é mais uma prova inquestionável da excludente de tipicidade do Código Penal. Se ele reagiu a algo injusto e ali abateu um criminoso, melhor ainda. Porque se ele não tem, sempre vai ter uma desconfiança do agente público, porque se criou uma cultura da desconfiança em relação ao policial. Hoje o policial é bandido. Agora, que uma câmera evita extorsão, evita lá que vá subir o morro e pegar o tráfico de droga... Que tudo isso que acontece no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nosso dia a dia pode ser evitado, pode. Mas, antes de colocar qualquer câmera no corpo de um policial, deveria, sim, equipar e remunerar bem os nossos policiais.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Só para finalizar e esclarecer, a audiência pública, como disse, está sendo requerida sem preconceber o resultado. Só entendo que nós temos que ouvir os representantes do setor antes de dar esse passo. Até porque tem questões que o próprio projeto deixa em aberto. Por exemplo, vai ser obrigatório o uso de câmera, mas vai ficar 24 horas, todo o tempo sendo utilizada? Como é que isso vai funcionar? Ou só nos momentos de interação? E claro que segurança privada tem uma diferenciação muito significativa em relação a policiais.

Mas a verdade é que eu requeri essa audiência pública com o espírito aberto para o debate.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – E aqui não temos nenhum instrumento melhor do que audiência pública para que a gente possa tirar as dúvidas e ouvir as partes. E não é porque nós estamos aqui à frente desta Presidência, mas esta Comissão – com todo o respeito às outras, mas são os números aqui, Flávio, que mostram – é a Comissão que mais delibera aqui no Senado. Todas as terças-feiras, aqui, a maioria dos que estão aqui está presente. Isso para mim é motivo de muito orgulho. É porque é o tema que está na ordem do dia. Eu vejo a Margareth aí, que tem dois projetos aí... Coitada, ela corre atrás, se vira para um lado, se vira para outro, para tentar resolver... E as pessoas aqui que trazem esse debate são pessoas que conhecem. Então, eu fico muito orgulhoso da nossa Comissão.

Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu queria apenas cumprimentar V. Exa. pela condução dos trabalhos e dizer que essa audiência pública é uma oportunidade para alargar o debate acerca desse tema.

O uso de câmeras, que hoje virou uma disputa, uma mania no Brasil inteiro, expõe mais o policial e, ao expor o policial, expõe a sociedade, a vítima. Obviamente é um equipamento, é um instrumento que, em algumas situações, pode ser importante, mas, hoje, sendo usado de maneira indiscriminada como está, está a expor o efetivo da polícia, está a expor a ação tática da polícia, está dando para o crime organizado justamente as manobras, os exercícios militares que são feitos, que não deveriam ser de conhecimento daqueles que estão a serviço do crime.

O Brasil hoje talvez viva um dos piores momentos em termos de sentimento de insegurança. Eu acho que nós não tivemos, em outro momento, uma sensação tão grave de insegurança como a que nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temos hoje no Brasil inteiro. Até em estados como o meu Estado de Rondônia, em que, até pouco tempo atrás, não se ouvia falar em crime organizado, em facções do crime organizado, hoje essas facções, esses grupos comandam bairros, comandam condomínios. Tem lugar em que a polícia não pode entrar, tem lugar em que os aparelhos públicos são controlados por eles. E, às vezes, o Legislativo é tomado para discutir se o policial deve ou não usar a câmera, em que situação deve usar, com o bandido se armando cada vez mais, se profissionalizando cada vez mais e, às vezes, tendo o beneplácito de instituições e instâncias de poder que não digo aqui que se associam a ele, mas que criam mecanismos, situações para dificultar a atuação do próprio Estado, pois a polícia ali no enfrentamento representa o Estado.

Então é preciso que a gente tenha um olhar a essa questão da segurança pública com a responsabilidade que o tema exige de todos nós...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – É só para esclarecer. O requerimento do Senador Sergio Moro é... Não sei se V. Exa. tem acesso ao requerimento..

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Tenho! É para tratar... É colocar câmera na segurança privada.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Isso!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Aquilo que já fizeram com as polícias Brasil afora agora querem colocar também na segurança privada. Mas eu comecei a minha fala dizendo: essa audiência pública é uma janela de oportunidade para alargar o debate, porque eu quero enfrentar novamente esse debate também com relação aos policiais. Então são os puxadinhos, Sr. Presidente – são os puxadinhos.

Agora eu pergunto: isso aumenta a sensação de segurança para a sociedade ou piora ainda mais? Essa é a pergunta que temos que fazer, mas, como o debate vai ser feito lá na audiência pública, quero apenas fazer esse registro aqui para dizer que eu acho oportuna a realização dessa audiência pública para trazer esse tema ao debate nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Até porque o requerimento é do nosso colega Sergio Moro.

Não havendo mais quem queira discutir, em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente, tem um requerimento extrapauta, sobre a mesa, do Senador Girão...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Ah, tá.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... e eu vou subscrevê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Styvenson, só um pouquinho.

Nós temos aqui um requerimento extrapauta – há a solicitação de um requerimento extrapauta.

Consulto o Plenário se há objeção em relação à inclusão do requerimento. (*Pausa.*)

Esse requerimento tem a ver com a pauta que aprovamos aqui da Senadora Damares.

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA N° 20, DE 2024

Requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir medidas de combate à prática do tráfico humano.

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE) e outros

Concedo a palavra à Senadora Damares para a leitura do requerimento.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – Senador, agora em julho, nós temos um dia especial: o Dia Mundial de Combate ao Tráfico de Pessoas. A audiência, sendo em junho, se a gente puder fazer em junho ou no comecinho de julho, vai fazer diálogo com a data. É do Senador Girão, e eu estou subscrevendo, para a gente debater o combate à prática do tráfico humano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele sugere, para exposição na audiência, um representante da Polícia Federal, um do Ministério da Justiça, um do Ministério Público Federal, um da Defensoria Pública da União, um do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, um representante do Comitê Nacional do Ministério Público de Combate ao Trabalho em Condições Análogas à de Escravo e ao Tráfico de Pessoas, um representante do Ministério dos Direitos Humanos e um representante da sociedade civil, que é o Instituto Alana.

Esse é o requerimento.

Peço apoio aos pares.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente, só mais uma observação para os pares.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Esta audiência tem sido muito acompanhada pela população brasileira. A Comissão de Segurança eu acho que é uma das que mais o povo está acompanhando.

As pessoas em Roraima estão acompanhando agora, estão mandando notícias locais de que está prestes a acontecer um conflito na área Raposa Serra do Sol entre indígenas e milicianos. É grave. As notícias que estão chegando aqui são graves.

Eu quero me colocar à disposição, eu vou ligar para o Governador do Estado de Roraima ainda hoje e conversar com os nossos colegas Senadores.

Se for de fato tão grave como as notícias estão dando conta aqui, eu acho que esta Comissão vai ter que deliberar, porque é uma área indígena, cabe à União a proteção dessa área e vai caber a esta Comissão discutir o tema.

Eu estou muito preocupada com as notícias que estão chegando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na sequência, Senador, eu vou apresentar um requerimento, na semana que vem, para a gente também discutir a questão dos bingos. Essa questão das câmeras de segurança em seguranças privados vai dialogar muito com a questão dos bingos, que estão querendo legalizar no Brasil.

Então, apresentarei um requerimento sobre os jogos, sobre os bingos, a legalização dos bingos no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – O.k., Senadora Damares. Nós agradecemos a sua participação.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 25 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 15ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE MAIO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e onze minutos do dia vinte e um de maio de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Sérgio Petecão, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Sergio Moro, Efraim Filho, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Ivete da Silveira, Leila Barros, Izalci Lucas, Rodrigo Cunha, Otto Alencar, Margareth Buzetti, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Jaques Wagner, Janaína Farias, Flávio Bolsonaro, Astronauta Marcos Pontes, Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Damares Alves, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Wilder Morais e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Marcos do Val, Weverton, Omar Aziz, Rogério Carvalho, Jorge Seif e Eduardo Girão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 3673, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 28-A do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para aperfeiçoar o instituto do acordo de não persecução penal." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Relatoria:** Senador Flávio Bolsonaro. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido do relator. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2784, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para dispor sobre os exames periciais criminais." **Autoria:** Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR). **Relatoria:** Senador Weverton. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto e à Emenda nº 1-CSP. **Observação:** Durante a reunião, é designado relator "ad hoc" o Senador Sergio Moro. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 1482, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Institui a Política Nacional de Promoção da Cultura de Paz nas Escolas." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jorge Kajuru. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Vista concedida ao Senador Sérgio Moro. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 3885, de 2023 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional do Policial Penal." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Sérgio Petecão
Presidente da Comissão de Segurança Pública

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/05/21

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Segurança Pública.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 14ª Reunião, realizada no dia 14 de maio.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião se destina à deliberação dos itens constantes na pauta.

Esta Presidência esclarece que, nas votações nominais, os Senadores poderão votar tanto nos computadores localizados neste plenário quanto por meio do aplicativo Senado Digital, desde que tenha registrado presença pessoalmente na Casa.

Comunicado.

Comunico que foi apresentada à Secretaria da Comissão de Segurança o seguinte documento: Ofício nº 636, de 2023, da Câmara Municipal de Belém, Pará, que solicita que seja reconhecido o profissional perito em papiloscopia como perito criminal, qualificando-os nas mesmas condições como médicos legistas e odontolegistas.

O documento será disponibilizado na página da Comissão, no *site* do Senado, tendo o prazo de 15 dias para que os membros desta Comissão se manifestem no sentido de autuarmos, para que seja analisado por este Colegiado.

Esta Presidência comunica, antes de começarmos nossa deliberação, que o item 1 da pauta, o PL 3.673, de 2021, foi retirado de pauta a pedido do nobre Senador Flávio Bolsonaro, Relator da matéria.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 3673, DE 2021

- Não terminativo -

Altera o art. 28-A do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para aperfeiçoar o instituto do acordo de não persecução penal.

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. Em 20/05/2024, foram apresentadas as Emendas nºs 1 e 2, de autoria, respectivamente, dos Senadores Sergio Moro e Alessandro Vieira;

2. A matéria seguirá posteriormente à CCJ, em decisão terminativa.)

Não tendo o item 1, nós iremos ao item... (*Pausa.*)

Do item 2 o Relator é o Senador Weverton. Como não está presente, vamos ao... (*Pausa.*)

Como o Senador Weverton disse que gostaria de relatar o projeto, então, nós vamos ao item 3 e vamos aguardar o Senador Weverton.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 1482, DE 2023

- Não terminativo -

Institui a Política Nacional de Promoção da Cultura de Paz nas Escolas.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Jorge Kajuru

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações: *1. A matéria seguirá posteriormente à CE.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como o nosso querido Senador Kajuru passou por uma cirurgia e não está podendo ler, eu vou designar alguém aqui.

Quero pedir a ajuda do meu querido Senador para relatar *ad hoc*.

Passo a palavra ao Senador Mourão para a leitura do relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, peço permissão para ir direto à análise.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. *Fora do microfone*.) – Sim, senhor.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Bom dia a todos.

Como dito, o PL institui a Política Nacional de Promoção da Cultura de Paz nas Escolas, a ser implementada em regime de colaboração entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, com vistas ao fomento de ações que promovam a cultura de paz e a prevenção da violência nas escolas públicas e particulares (art 1º).

A proposição pormenoriza os objetivos (art. 2º), os princípios (art. 3º) e as diretrizes (art. 4º) da Política Nacional de Promoção da Cultura de Paz nas Escolas.

Confira-se, nesse passo, por exemplo, que a política tem como objetivo adotar estratégias pedagógicas que fomentem aprendizagens relacionadas à promoção da paz, cidadania e boa convivência (art. 2º, V). Para tanto, as ações devem estar orientadas pelo princípio do respeito ao outro, pautado no reconhecimento de que todos possuem o mesmo valor (art. 3º, V). Haverá, assim, a diretriz de estímulo à criação de espaços de convivência e diálogo nas escolas para a promoção da cultura de paz (art. 4º, VI).

O art. 5º do PL, por sua vez, determina a criação de protocolos de prevenção e de gestão de crise para enfrentamento de situações de violência nas escolas públicas e privadas de todo o território nacional, que deverão conter ações específicas para cada tipo de violência e, obrigatoriamente, prever também ações preventivas que fomentem a cultura da paz e o respeito ao outro.

Por fim, a proposição admite larga participação de agentes públicos, privados e do terceiro setor em parcerias e acordos de cooperação técnica e financeira (art. 6º).

Como se vê, as disposições do PL 1.482, de 2023, são meritórias. Frise-se mais: não se renderam à tentação de inutilmente recorrer ao direito penal como única medida a tratar da violência nas escolas. É certo, ainda, que, fielmente considerando a condição de pessoa em desenvolvimento de crianças e adolescentes, investe na perspectiva pedagógica e na prevenção de incidentes (art. 2º, II; art. 3º, IV; e art. 4º, III e IV). Também promove a atenção psicológica aos envolvidos (art. 2º, IV).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esses traços são, a nosso sentir, seus pontos positivos mais relevantes, razão pela qual o voto é pela aprovação.

Com essas considerações, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.482, de 2023.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Agradecemos a gentileza do Senador Mourão, sempre à disposição para nos ajudar aqui nesses momentos de dificuldades da nossa Comissão.

Em discussão o parecer que acaba de ser lido.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. *Fora do microfone*.) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Presidente, eu faço aqui um elogio ao projeto, que é bastante interessante, e ao relatório aqui favorável ao projeto. Eu não vejo nenhum problema para a aprovação dele, mas gostaria de apresentar uma emenda que me ocorreu de um projeto que a gente já preparou até aqui no Senado. É coisa simples.

Por isso, eu vou pedir vista por uma semana para apresentar essa emenda.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – O.k., Senador Sergio Moro. No caso, o senhor está pedindo vista do projeto para poder...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Vou apresentar uma emenda, já nos próximos dias, para aprimorar o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – O.k. Mas...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – O projeto é bom, mas eu quero agregar algo que me ocorreu e que acho que é importante, dentro da pertinência temática.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – O.k.

Então, nós concedemos vista do projeto ao Senador Moro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Já com o compromisso para a semana que vem...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, está tranquilo, isso aí está tranquilo. Fique tranquilo, porque V. Exa. vai ter o tempo necessário, o que V. Exa. precisar. (*Pausa.*)

O Senador Weverton justifica que não foi possível chegar até aqui a nossa Comissão, mas que está a caminho.

Eu pergunto ao Senador Moro se... (*Pausa.*)

Então, vamos passar aqui.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 2784, DE 2022

- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para dispor sobre os exames periciais criminais.

Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)

Relatoria: Senador Weverton

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações: *1. A matéria seguirá posteriormente à CCJ, em decisão terminativa.*

É de relatoria do Senador Weverton, mas, não estando presente, nós vamos pedir que o Senador Moro possa relatar o projeto.

Passo a palavra ao Senador Moro para a leitura do relatório.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Como Relator.) – Presidente, então, farei a leitura do relatório *ad hoc* aqui, um relatório muito bem escrito pelo Senador Weverton sobre esse projeto de lei do Senador Mecias de Jesus, Projeto de Lei nº 2.784, que altera o Código de Processo Penal para dispor sobre exames periciais criminais.

O projeto apresenta três artigos. O primeiro é a ementa da proposição, repete a ementa da proposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O segundo artigo inclui o art. 158-G no Código de Processo Penal para dispor que bancos de dados civis constituídos por órgãos públicos serão utilizados como padrão em exames periciais criminais para fins de confronto biométrico.

O terceiro artigo traz cláusula de vigência.

Em sua justificação, o autor da proposta discorre a respeito da falta de regulamentação legal sobre o tema de aproveitamento de banco de dados biométricos civis em investigações criminais, afirmando que essa prática hoje depende de solução de acordos de cooperação pontuais. E o projeto visa, então, viabilizar esse compartilhamento sem toda essa burocracia.

Informa, ainda, na justificação do projeto, que, apesar da autorização de criação do Banco Nacional Multibiométrico e de Impressões Digitais, o instituto ainda não foi criado, precisando de regulamentação.

Não foram apresentadas emendas nesta Comissão.

A matéria seguirá depois para a CCJ.

Cabe à CSP analisar proposições legislativas pertinentes à segurança pública, incluindo a inteligência.

Existem algumas correções necessárias ao projeto, do ponto de vista técnico, que estão sendo corrigidas por meio de emenda oferecida aqui pelo Relator.

No mérito, a proposição permite que exames periciais criminais se utilizem, como padrão de comparação, de elementos biométricos existentes em bancos de dados civis constituídos por órgãos públicos.

A falta de autorização legal acaba gerando insegurança, reclamando empecilhos burocráticos e soluções pontuais que às vezes são demoradas.

Nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados, os dados biométricos são considerados "dados pessoais sensíveis", o que produz consequências jurídicas importantes, como requisitos mais restritivos.

Há parcela da doutrina que entende que a alínea "d" do inciso III do art. 4º da LGPD autorizaria a utilização de dados biométricos de origem civil, independentemente do consentimento do titular, pois as normas do diploma não se aplicariam a situações de tratamento de dados pessoais praticados em “atividades de investigação e repressão...”. Essa interpretação não é unânime, porém, pois é possível se interpretar a norma no sentido de que a situação em apreço somente ocorreria se o dado biométrico fosse produzido no bojo das próprias “atividades de investigação e repressão de infrações penais”.

É possível ainda argumentar que os dados pessoais, nos quais se inserem os dados biométricos, estão protegidos por norma constitucional, por força da aprovação da Emenda Constitucional nº 115. Nesse ponto,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entendemos que deve haver interpretação sistemática da norma, a fim de se adequar à necessidade de garantia da segurança pública, direito de todos e dever do Estado.

Conclui-se que é necessária, além de suficiente, a alteração legislativa pretendida, a fim de autorizar legalmente a possibilidade de compartilhamento de dados biométricos civis, contidos em bancos de dados públicos, com as polícias judiciárias, a fim de que possam ser utilizados como padrões em exames periciais criminais, respeitadas as demais normas vigentes.

Não obstante o mérito do projeto, entendemos que o projeto não trata especificamente do tema "cadeia de custódia", e por isso não seria adequado inserir a nova previsão legal no art. 158-G do CPP. Com efeito, os artigos desse trecho tratam do tema "cadeia de custódia", o que não é objeto do PL.

Seria mais correto, respeitando-se a melhor técnica legislativa, inserir um novo parágrafo (§8º) ao art. 159 do CPP, que trata especificamente do tema de "exame de corpo de delito e outras perícias".

Por fim, faz-se um pequeno reparo na redação do dispositivo.

Voto.

O voto é pela aprovação do PL 2.784, de 2022, com a seguinte emenda:

> EMENDA Nº - CSP
> (ao PL nº 2.784, de 2022)
> Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei nº 2.784, de 2022, a seguinte redação:
> "Art. 2º O art. 159 do Decreto-Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal –, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo § 8º:
> "Art. 159. .....
> .....
> § 8º Os elementos biométricos oriundos de bancos de dados civis constituídos por órgãos públicos poderão ser utilizados como padrão em exames periciais criminais."
> (NR)"

É o voto, então, Sr. Presidente, destacando aqui que é um projeto que visa facilitar o trabalho da perícia criminal, com acesso a bancos de dados civis. A gente fala hoje muito do crime organizado e, infelizmente, a gente vê que a segurança pública brasileira é pouco organizada e que, às vezes, ter esse compartilhamento de dados é muito difícil.

Então, é um projeto meritório do Senador Mecias.

Assim, concluo o Relatório *ad hoc*.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, a votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que com ele concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 2.784, de 2022, e à Emenda nº 1, desta Comissão.

A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

ITEM 4

PROJETO DE LEI N° 3885, DE 2023

- Terminativo -

Institui o Dia Nacional do Policial Penal.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pela aprovação do projeto.

A relatoria é da nossa querida Professora Dorinha Seabra.

Passo a palavra à Senadora para a leitura do seu relatório.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Bom dia, Sr. Presidente, Srs. Senadores e todos que nos acompanham.

Quero parabenizar a iniciativa do Deputado Dr. Zacharias Calil, do União Brasil de Goiás. Ele faz a proposta da criação desse Dia Nacional do Policial Penal como uma homenagem a esse profissional, que realiza um importante trabalho.

Peço licença para ir direto à análise e voto.

O projeto atende a todas as condições de constitucionalidade e juridicidade e, em atendimento ao autor da proposição, foi realizada uma audiência pública na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, da Câmara dos Deputados, cujo projeto já foi aprovado.

Do ponto de vista da técnica legislativa, ele também se encontra ajustado, atendendo a todos os critérios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou direto agora ao mérito.

No que diz respeito ao mérito, reconhecemos a importância do projeto, pois, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2009): "o trabalho penitenciário é uma das atividades que mais acometem seus profissionais ao desgaste mental e problemas psicológicos, resultando em diagnósticos [presentes] como depressão, alcoolismo e [muitos] outros [...]".

É uma área nova que requer investimento público, preparo, formação e melhoria das condições de trabalho.

Os problemas enfrentados nos presídios brasileiros... (*Falha no áudio.*)

... Meu microfone está falhado... (*Falha no áudio.*)

Os problemas enfrentados nos presídios brasileiros decorrentes de superlotação, condições precárias de saúde, saneamento, violência e falta de infraestrutura são de conhecimento de todos os brasileiros. Nesse contexto, criar o Dia Nacional do Policial Penal é uma justa homenagem a essa categoria.

Dessa forma, consideramos pertinente e meritória a iniciativa ora proposta e somos, no mérito, favoráveis à instituição do Dia Nacional do Policial Penal.

É este o nosso voto.

Eu gostaria só de completar. Tenho, inclusive no meu estado, acompanhado muito a área de segurança pública, que tem, no Tocantins, um desenho diferenciado – acho que é um dos três estados que têm um modelo diferenciado em relação à questão da segurança pública –, e a Polícia Penal está na área da cidadania. E tenho colocado, Sr. Presidente, que acho que nós vamos ter uma ação bem direcionada em relação à questão da Polícia Penal.

As condições de trabalho, as condições de segurança da Polícia Penal, as condições de trabalho em muitos dos presídios brasileiros – e não é diferente no meu estado... Eles não têm condições nem do mínimo em relação a refeitório, lugares de dormida enquanto eles estão de plantão. Acho que essa é uma ação que requer um investimento como política pública, tanto no que concerne à formação quanto às condições de saúde pública. Logicamente, pela própria natureza, enfrentam problemas graves do ponto de vista de condições de trabalho, psicológicas e de formação.

Então, acho que é uma justa homenagem, mas gostaria de fazer esse destaque da necessidade de avançarmos em termos de condições de trabalho.

Foi esse o nosso voto.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Em discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Sr. Presidente, muito rapidamente, primeiro, quero elogiar a iniciativa da Senadora Professora Dorinha, e, vem a esse propósito a matéria do dia 18 de maio: "Agentes penais federais entram em alerta em Rondônia após ataque do PCC".

Leio aqui do UOL, matéria do dia 18

> Agentes penais federais entram em alerta em Rondônia após ataque do PCC.
> Uma tentativa de atentado a tiros contra um agente penitenciário federal em Porto Velho, na última segunda-feira, colocou toda a categoria em alerta em Rondônia. O alvo escapou ileso, e há indícios de que o ataque foi encomendado por presos ligados ao PCC[...].
> Imagens de câmeras de segurança registraram o momento em que um agente da Penitenciária Federal de Porto Velho escapou da ação terrorista no bairro Vila Tupy. Foram disparados de 10 a 14 tiros em direção a ele. O funcionário pretendia ir até uma padaria e conseguiu correr.

Então precisa, de fato, o Senado, o Congresso se debruçar sobre o estatuto da polícia penal, as garantias dos policiais penais, porque é uma atividade extremamente perigosa, difícil; talvez uma das áreas da segurança pública mais difíceis de serem trabalhadas, porque se fica em contato direto ali com presos, muitas vezes presos perigosos, líderes de facção.

Sobre criar um dia: é um passo, acho que tem um caráter simbólico. Temos que ir além disso depois. E aqui eu faço coro ao discurso da Senadora Professora Dorinha, porque nós temos realmente que tratar muito bem essa categoria profissional.

Quero elogiar o projeto e me colocar à disposição para discutir esse tema aqui dentro da Comissão de Segurança Pública.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Moro, na mesma linha de V. Exa., eu queria parabenizar a nossa Senadora Dorinha.

Semana retrasada eu tive a oportunidade de receber aqui, em meu gabinete, o diretor do sistema penitenciário do meu estado. Ele me fez um relato da situação. Como nós estamos, ali, numa área de fronteira, os presídios do meu estado, segundo ele, são um verdadeiro barril de pólvora, porque as condições de trabalho dos agentes, dos policiais penais, é uma situação muito difícil; dificílima. E esse relato que V. Exa. fez, Senador Moro... Hoje, esses policiais, lá no meu estado, vivem numa insegurança total, porque, como ali, naquela região, se estabeleceram esses líderes de facções, por conta da proximidade com a Bolívia e com o Peru – que são os maiores produtores de droga do mundo –, hoje o sistema prisional do Estado do Acre passa por um momento de muita dificuldade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, não é diferente do seu estado, Senador Moro – que é um especialista da área, conhece muito e faz um relato de que essa é a verdadeira situação hoje do nosso país –; tenho certeza de que não é diferente lá no Rio de Janeiro, não é diferente em outros estados.

Então, quero parabenizar. Criamos o dia nacional, mas o que eles estão querendo, mesmo, é estrutura para que possam desempenhar seu trabalho.

Parabéns, Dorinha. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente, há um requerimento extrapauta sobre a mesa, do Senador Girão, que eu queria subscrever.

Nós conversamos sobre esse tema na sessão passada. É uma audiência pública sobre os bingos. Eu gostaria de subscrever e solicitar que fosse colocado em votação.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senadora Damares, amiga Senadora Damares, na verdade, essa situação dos requerimentos extrapauta, para o meu amigo Girão virou uma rotina, entendeu? E como nós fizemos, lá no começo dos nossos trabalhos aqui, no dia 13/06/2023... O Sr. Presidente... Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD – AC... Senador Flávio Bolsonaro, inclusive a nossa assessoria aqui da Mesa me fazia o seguinte esclarecimento: Para que após o seu requerimento, nós façamos um encaminhamento para que todos os requerimentos extrapauta sejam lidos e votados na reunião seguinte. Não tem nenhum problema. Vamos ler. Mas, na próxima reunião, nós votaremos. Pode ser assim?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Pode, pode.

Girão está ouvindo. E tentei. Embora lá. Posso ler?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não. Só encerro aqui a votação, aí V. Exa....

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ah, está em votação.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Nós estamos fechando aqui o projeto da Senadora Dorinha.

Não havendo quem queira discutir, a votação será nominal.

Em votação o PL 3.885, de 2023, nos termos do relatório apresentado.

Os Senadores que votam com a relatora, votam "sim".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Votação em curso. Vamos aguardar. (*Pausa.*)

Faço um apelo aí aos colegas que estão em outras Comissões e também que estejam em seus gabinetes.

Efraim Filho. Vamos votar, Efraim! Alessandro Vieira; Flávio Bolsonaro! Dorinha está aqui. Senadora Ivete; Esperidião Amin, sempre pontual. Chamou, ele já está presente. Muito obrigado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Nunca serviu.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Se eu votasse, eu derrubaria o voto da nossa expressão espiritual da Senadora Damares. Então, portanto...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Vossa Excelência...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... este dedo não vai apertar o botão.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – V. Exa. é o substituto, não é?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não. Eu que sou substituta dele.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – É, mas ela chegou cedo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – É, mas me representa. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Isso. Obrigado pelo gesto, porque ela está aqui desde 8h da manhã.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu já registrei. Acho que não está entrando porque eu sou suplente.

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Entrou?

Presidente, enquanto todo mundo vota, permita-me um comunicado?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. *Fora do microfone*.) – Claro.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Eu acabei de falar na Comissão de Assuntos Econômicos, mas eu precisava fazer o mesmo comunicado aqui na Comissão de Segurança. É, na verdade, Presidente, uma indignação.

O Presidente do MST esteve com o Papa ontem num evento. E o Stedile disse o seguinte... E isso está me preocupando, porque pode causar uma insegurança lá no campo. Diz o líder do MST, de forma indevida: "Malditas sejam todas as cercas, malditas todas as propriedades privadas". Eu estou muito preocupada com essa fala. Na verdade, eu ando muito preocupada com o MST, com as iniciativas do MST, mas a forma como ele disse isso lá fora realmente pode causar, em área rural, muita insegurança e violência.

Que fique registrada a minha indignação.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Inclusive a roupa que ele usava...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Eu tenho certeza de que o Papa não ouviu. (*Risos.*) (*Pausa.*)

Izalci, Rodrigo Cunha, Marcos Pontes... Já deu? (*Pausa.*)

Já temos ali o quórum necessário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Encerrada a votação.

Vamos ao resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Houve 10 votos SIM; nenhum voto NÃO.

Aprovado o projeto de lei do Senado.

Parabéns mais uma vez à nossa querida Senadora Dorinha.

A decisão da Comissão será comunicada ao Presidente do Senado para a ciência do Plenário e publicação.

Senadora Damares, vamos fazer a leitura do requerimento e, na próxima sessão, a gente vota...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – ... para não quebrar aqui a nossa regra.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – Obrigada, Presidente.

Nos termos regimentais, requeiro a realização de audiência pública com o objetivo de discutir a temática dos jogos de azar na visão da segurança pública.

Proponho como expositores: um representante da Coordenação de Repressão à Lavagem de Dinheiro da Polícia Federal; um representante da 5ª Câmara (Combate à Corrupção) da Procuradoria-Geral da República; o Dr. Antônio Geraldo da Silva, da Associação Brasileira de Psiquiatria; o Dr. Carlos Aguiar, Procurador Regional da República no Rio de Janeiro; um representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública; o Dr. Rodolfo Queiroz, Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil; o Dr. Jarbas Soares Júnior, do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; e o Dr. André Estevão Ubaldino Pereira, Procurador de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais.

Esse é o requerimento. E o objetivo, a justificação que traz aqui o requerimento é, de fato, uma grande discussão sobre jogos de azar na visão da segurança pública.

Obrigada, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Moro. Moro não, perdão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Presidente, aqui...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Perdão, perdão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem.) – Presidente, eu também tenho aqui dois requerimentos do Senador Girão, que é aditamento a requerimentos já existentes para a convocação de uma pessoa aqui para a audiência pública. Posso...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, V. Exa. pode ler, mas, dentro desse nosso acordo, vamos votar na próxima, porque tem aqui mais de 50 deles. Mas vamos ler, não tem problema.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Vou cumprir aquilo que o meu amigo Senador Girão me solicitou.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Já foi lido o da Damares; agora vamos ler o de V. Exa.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para encaminhar.) – Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, §2º, do Regimento Interno do Senado Federal, que, na audiência pública objeto do Requerimento 59, de 2023 – esse requerimento é para avaliar a morte do Cleriston Pereira da Cunha, que morreu ano passado na Papuda –, seja incluído o seguinte convidado: o Sr. Chris Smith, membro da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos.

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado, que, na audiência pública objeto do Requerimento 20, de 2024, desta Comissão – esse requerimento é para tratar das medidas de combate à prática de tráfico humano –, seja incluído o seguinte convidado, que é a mesma pessoa, o Sr. Chris Smith, membro da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos e autor da Lei de Proteção às Vítimas de Tráfico e Violência de 2000.

É isso aí, Presidente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – É, o da Damares é novo. Esses aqui eram dois que já estão correndo por aí, Presidente. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para encaminhar.) – Requerimento nº 29, cujo autor é o Senador Kajuru Nasser.

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno, que, na audiência pública objeto do Requerimento 24, de 2024, com o objetivo de instruir o PL 285, de 2024, que altera a Lei 7.102, de 20 de junho de 1983, que dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para a constituição e funcionamento de empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores e dá outras providências, para tornar obrigatória a utilização de câmeras nos fardamentos dos profissionais de segurança privada, seja incluído o seguinte convidado: Dr. Márlon Reis, advogado.

Eu até o subscrevo se for preciso. Acho que é...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Lido o requerimento, iremos votá-lo na próxima sessão. É isso, não é? Mais alguma coisa? (*Pausa.*)

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a nossa reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 48 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 16ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE MAIO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e sete minutos do dia vinte e oito de maio de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Jorge Kajuru, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Sergio Moro, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Styvenson Valentim, Leila Barros, Izalci Lucas, Margareth Buzetti, Fabiano Contarato, Jaques Wagner, Janaína Farias, Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Eduardo Girão, Astronauta Marcos Pontes, Esperidião Amin, Hamilton Mourão, Damares Alves e Ireneu Orth, e ainda dos Senadores Dr. Hiran, Beto Faro e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Efraim Filho, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Marcos do Val, Weverton, Omar Aziz, Sérgio Petecão, Otto Alencar e Rogério Carvalho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 3673, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 28-A do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para aperfeiçoar o instituto do acordo de não persecução penal." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Relatoria:** Senador Flávio Bolsonaro. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 1482, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Institui a Política Nacional de Promoção da Cultura de Paz nas Escolas." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jorge Kajuru. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 28, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a temática dos jogos de azar na visão da segurança pública." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 29, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 24/2024, seja incluído convidado." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 30, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 20/2024 - CSP seja incluído o Exmo. Sr. Cris Smith, Membro da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos e autor da Lei de Proteção às Vítimas de Tráfico e Violência de 2000." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 31, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 59/2023 - CSP seja incluído o Exmo. Sr. Cris Smith, Membro da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Jorge Kajuru
Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/05/28

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Fala da Presidência.) – Brasileiras e brasileiros, minhas únicas vossas excelências, Deus e saúde à nossa pátria amada e, neste momento em especial, às gaúchas e aos gaúchos.

Esta é a Comissão de Segurança Pública e hoje é 28 de maio de 2024.

Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Segurança Pública.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 15ª Reunião, realizada em 21 de maio.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens constantes da pauta.

A Presidência esclarece que nesta reunião os Senadores poderão registrar presença tanto presencialmente quanto por meio do aplicativo Senado Digital.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de começarmos nossas deliberações, informo que o item 1, Projeto de Lei 3.673/2021, e o item 2, Projeto de Lei 1.482/2023, foram retirados de pauta a meu pedido e também a pedido do Senador Flávio Bolsonaro, nós dois como Relatores das matérias.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 3673, DE 2021

- Não terminativo -

Altera o art. 28-A do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para aperfeiçoar o instituto do acordo de não persecução penal.

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. Em 20/05/2024, foram apresentadas as Emendas nºs 1 e 2, de autoria, respectivamente, dos Senadores Sergio Moro e Alessandro Vieira;

2. A matéria seguirá posteriormente à CCJ, em decisão terminativa.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 1482, DE 2023

- Não terminativo -

Institui a Política Nacional de Promoção da Cultura de Paz nas Escolas.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Jorge Kajuru

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. Em 21/05/2024, foi lido o relatório e concedida vista ao Senador Sergio Moro;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2. Em 27/05/2024, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Sergio Moro;

3. A matéria seguirá posteriormente à CE.)

Como os requerimentos, que são quatro, constantes da pauta já foram lidos na reunião anterior, realizaremos a votação em globo dos Requerimentos 28, 29, 30 e 31, de 2024, Comissão de Segurança Pública.

Em votação, os requerimentos.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

(São os seguintes os itens aprovados:

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA N° 28, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a temática dos jogos de azar na visão da segurança pública.

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE) e outros

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA N° 29, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 24/2024, seja incluído convidado.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO) e outros

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA N° 30, DE 2024

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 20/2024 - CSP seja incluído o Exmo. Sr. Cris Smith, Membro da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos e autor da Lei de Proteção às Vítimas de Tráfico e Violência de 2000.

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE) e outros

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA Nº 31, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 59/2023 - CSP seja incluído o Exmo. Sr. Cris Smith, Membro da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos.

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE) e outros)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pois não, amigo, meu irmão Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Em primeiro lugar, eu queria cumprimentá-lo por abrir essa sessão numa semana típica, em que nós temos aí um feriado, mas o Senado, a Comissão de Segurança Pública cumpre seu papel fazendo... Eu acho que é uma das Comissões mais atuantes aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É a mais.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – É a que mais tem sessões e eu fico muito orgulhoso, Senador Hamilton Mourão, Presidente. Aqui o Senador Petecão é o Presidente titular, mas o senhor está sempre presente aqui, em todas as sessões.

E eu queria lhe agradecer, agradecer à Secretaria por colocar esses requerimentos para votar e por nós, colegas, todos aqui dessa Comissão, termos aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu só queria fazer uma consideração, porque eu estive nos Estados Unidos há cerca de 20 dias, junto a Senadores e Deputados americanos sobre a questão da liberdade de expressão, um problema grave do nosso país. E lá, exatamente, o Deputado Chris Smith, de quem nós acabamos de aprovar um requerimento, ficou estarrecido com relação a presos políticos. Ele é um defensor histórico dos direitos humanos internacional, é o Presidente do comitê lá com relação a essa temática tão importante, e conduziu uma sessão na qual foram ouvidos jornalistas, o Shellenberger, que é um jornalista que inclusive morou no Ceará, lá em Fortaleza, mas hoje ganhou uma referência internacional por causa do... Ele foi quem fez o furo do Twitter Files, dos arquivos do Twitter. Também estavam lá o Paulo Figueiredo, outro jornalista, o dono da Rumble estava também, teve o contraponto também lá de um outro acadêmico.

E foi muito bacana o evento, lotado de pessoas assistindo, com Deputados indo e saindo...

E eu fico muito feliz em aprovar esse requerimento, porque é o convite oficial ao Deputado Chris Smith para vir ao Brasil e testemunhar com os próprios olhos que nós temos presos políticos no Brasil, pessoas que não têm direito à ampla defesa, ao contraditório, e cujos advogados não têm acesso aos autos; ou seja, está sendo rasgado o nosso ordenamento jurídico, a nossa Constituição por aqueles que deveriam ser os primeiros a resguardá-la, que são os Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Então, vai ser muito importante a vinda aqui ao Senado, com essa aprovação, do Deputado Chris Smith, e eu agradeço a todos os Senadores pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Bom, aproveitando, amigo Girão, irmão, que você falou a palavra liberdade de expressão, eu vou relatar aqui, em primeira mão, para vocês três que estão aqui, amigos queridos – Mourão, Presidente; Moro, Ministro, Senador –, e para todos e todas que estão presentes.

Veja se tem cabimento. Eu acabo de sofrer mais uma condenação no Supremo Tribunal Federal por parte do Ministro Alexandre de Moraes e vou explicar. Uma das virtudes que eu sempre, em entrevista – e você é testemunha que eu até da tribuna do Senado já fiz – do ex-Presidente Jair Bolsonaro, foi quando ele me ouviu, e o Ministro Moro, que estava na Segurança Pública, não pôde estar presente... Não sei se você vai se lembrar, Moro, de uma reunião de duas horas e meia do Presidente Bolsonaro e eu, quando eu levei um calhamaço de informação de um goiano que queria ser ministro dele e estava já nomeado, ou seja, definido. Ele ia só publicar.

Eu entreguei ao Presidente, que tentou falar com o Ministro Moro, mas o Ministro Moro estava em uma reunião fora; chamou o Ministro Tarcísio, e o Ministro Tarcísio foi para lá; chamou o delegado da Polícia Federal e falou: "O Kajuru acaba de me entregar tudo isso aqui". Conclusão: o ministro nem assumiu. O Presidente Bolsonaro aceitou todas as minhas ponderações quando eu disse para ele: "Vai ser um desastre para o seu Governo, que está iniciando bem e que até agora não tem nenhum sinal de corrupção. Esse ministro cheira a corrupção".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, no final, fui processado em cinco processos cíveis – porque tem esta mania, como se a honra tivesse preço: você paga R$10 mil para a pessoa e pronto, a sua honra está limpa. Honra não tem preço, pelo amor de Deus! –, cinco! A Ministra Cármen Lúcia me absolveu dos cinco, e aí vieram os criminais. Se eu fui absolvido nos cíveis, eu esperava o quê? Que também o fosse nos criminais, o que me parecia coerente. Não! Tomei uma indenização agora de R$40 mil.

Aí a Advocacia-Geral do Senado se reuniu comigo agora e falou que nós deveríamos pensar – e aqui eu peço a opinião de vocês e sugiro que a gente faça uma reunião sobre isso – em entrarmos, até de forma legislativa, com algo que está sendo destruído, rasgado na Constituição do país, que é o art. 53, que trata da imunidade parlamentar, que simplesmente para alguns Ministros não existe. O Ministro Barroso chegou a falar: "Não, não existe imunidade nem na tribuna". Então, existe imunidade onde? Que artigo é este art. 53? A gente não tem liberdade, então, para falar nada? O que eu fiz de mais? Eu apenas apresentei ao Presidente Bolsonaro, então, informações para que ele refletisse sobre aquela nomeação que poderia existir a qualquer momento. Eu mereço ser processado por isso?

Eu sou absolvido no cível; aí, de repente, vem outro processo; e, agora, vem o criminal – a qualquer momento, deve ser a semana que vem. Mas o Ministro Alexandre de Moraes... E a turma o acompanhou. É sempre assim, não é? Eu tomei esse processo de indenização e, aí, acabei de somar. Então, para não ser longo aqui, para imitar o Presidente Mourão e ser objetivo, eu acabei de somar agora, lá no meu gabinete: em 50 anos de carreira, Ministro Moro, sabe quanto foi o total que eu já paguei de indenização? R$1,863 milhão.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Senador Kajuru, tem uma questão que é interessante. Se a gente for ver o texto histórico da Constituição, desde a evolução dela, já teve momentos em que a imunidade material foi excepcionada à calúnia e à difamação. Isso aconteceu na época do regime militar, por exemplo, ou seja, permitiam, deixaram expressamente na Constituição que calúnia e difamação não estavam incluídas na imunidade material. Isso foi mudado na Constituição de 1988; o texto foi mudado!

A ilustrar, é claro que ninguém defende calúnia e difamação, mas, às vezes, o que se fala, o que se interpreta como calúnia e difamação, de fato, não o é; é imunidade material. Agora, há algo que poderia ser feito desde logo, sem alteração do texto nesta Casa, porque, quando há o recebimento da denúncia pelo Supremo contra um Parlamentar, há uma comunicação à Casa, e a Casa pode sustar o andamento do processo. Poderia ser feito isso. Especialmente, acho que, em casos de imunidade material, isso poderia ser feito de imediato, sem alteração do texto. É claro que a ideia de alterar o texto também é pertinente, mas eu me solidarizo com V. Exa.

É claro que eu não vejo com bons olhos nenhuma calúnia, nenhuma difamação, mas a largueza que existe dentro da necessidade do debate parlamentar tem que ser preservada. E eu vou dizer, assim, bem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sinceramente: eu já me senti ofendido por V. Exa. Eu acho que V. Exa. fez um discurso equivocado nas suas premissas lá atrás...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – E eu lhe pedi desculpas publicamente.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Sim, mas eu não o processei, porque eu acho que Parlamentar processar Parlamentar por calúnia e difamação é realmente querer atirar no próprio pé, não é? Eu acho que não faz o menor sentido. Eu recebi o seu pedido de desculpas, é um assunto superado, só coloquei isso aqui como uma questão de exemplo.

Mas uma alternativa para talvez V. Exa. dar uma olhadinha – embora o processo eu não saiba se já foi julgado ou não – é se poderia haver uma sustação do andamento desse processo nesse momento processual, por um movimento aqui do próprio Senado. V. Exa. pode falar com o Senador Rodrigo Pacheco, e, particularmente de mim, teria o apoio, porque eu não creio que um Parlamentar possa ser condenado por calúnia e difamação por conta da imunidade material. E a gente não está falando do Parlamentar não ser processado por corrupção ou por algum crime comum, mas pelo exercício da palavra, o que é paradoxal.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Primeiro, eu agradeço a sua solidariedade, amigo Ministro Moro, Senador. Foi exatamente o que aconselhou a Advocacia do Senado agora na reunião comigo, pelo que eu até me atrasei na Comissão do Rio Grande do Sul. E já vamos conversar hoje com o Presidente Rodrigo Pacheco, porque, inclusive, segundo os advogados, o Supremo Tribunal Federal ou a turma que me julgou deveria entrar em contato com o Senado, deveria dar conhecimento ao Senado, e o Senado não foi notificado, o Senado não foi informado, nem os meus advogados, ou seja, é como se fosse uma coisa na madrugada, simplesmente isso, de surpresa.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. *Fora do microfone*.) – É o argumento para encaminhar sua sustação...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É o argumento para caminhar a situação, exatamente. Como o senhor juridicamente sabe tudo, os bons advogados do Senado também deram esse conselho.

Enfim, é a vida. Vamos continuar trabalhando, porque nós temos outras missões.

E não havendo mais nada...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Presidente Kajuru...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Ah, desculpe, Presidente Mourão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem.) – Eu só queria me solidarizar com V. Exa.

Realmente, se nós estamos no Parlamento, é para falar. Essa é a realidade. E calúnia, difamação é algo em que a gente não pode ser enquadrado assim, da forma como vem sendo colocado. Então, nós estamos vivendo um tempo estranho, porque, fruto dessa questão das redes sociais, a Suprema Corte vem querendo impor uma forma de interpretar a legislação. E, vamos dizer, tem uma ideia positiva de impedir que essa guerra de opiniões prossiga, mas, às vezes, a gente, para extirpar um mal, acaba causando um mal muito maior. É isso que está acontecendo, principalmente em relação a nós Parlamentares.

Eu fico imaginando se o Carlos Lacerda fosse vivo e fizesse um discurso aqui!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Nossa Senhora!

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Estaria pagando horrores aí o Carlos Lacerda! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Ele me superaria.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Você era fichinha perto do que o Carlos Lacerda estaria pagando.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Fichinha!

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – A gente tem que ter muito cuidado nisso aí.

E aquilo que o Senador Sergio Moro colocou eu acho que é o caminho – e você também foi aconselhado assim pelo pessoal da Advocacia do Senado –; é o caminho que nós temos que buscar para equilibrar essa balança. A balança tem que estar equilibrada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Muito obrigado, Presidente General Hamilton Mourão, também, pela solidariedade. E acompanho todas as suas palavras.

O Senador Girão, que já teve até rede social bloqueada – eu também já tive...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não; não tive, não.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Não; você teve o YouTube, não foi?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Foi. Foi retirada uma entrevista que eu dei. Olhem a que ponto nós chegamos!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu já tive mais de 30 retirados.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Presidente, deixe-me falar uma coisa.

Em primeiro lugar, quero manifestar minha solidariedade com o senhor. Eu me lembro desse seu discurso. Nós chegamos juntos aqui ao Senado; o Senador Sergio Moro, o Senador Hamilton Mourão chegaram no ano passado, mas eu entrei nessa legislatura com o senhor. Manifesto a minha solidariedade.

Desde 2019, eu vejo cada vez mais colegas meus... E, muitas vezes, eu me pego medindo palavras quando estou na tribuna, quando estou em alguma entrevista. É uma coisa automática. Que democracia é esta do Brasil?! O art. 53...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Exatamente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... não serve de nada. Parlamentar pianinho pensando se pode ou não pode falar?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Tendo que escrever pronunciamento porque, se falar de improviso...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Rapaz, isso é uma vergonha!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É uma vergonha.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Sabe por que nós estamos assim? Com todo o respeito – e aqui eu respeito quem pensa diferente –, é porque este Senado é acovardado. E eu faço parte deste Senado, mas a postura de 200 anos do Senado é essa! Porque não é respeitado, o Senado não é respeitado pelos outros Poderes, especialmente pelo Poder Judiciário – pelo STF, especificamente.

Em 200 anos, com tanta coisa que aconteceu, com tanta robustez de documentos em que a gente viu os colegas darem entrada, de *impeachment*, não ter analisado nenhum? Nenhum?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – De CPI do Judiciário?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – De CPI do Judiciário, da Lava Toga, que chegou bem pertinho, aí, começou a retirada de assinatura, por interferência de um Poder sobre o outro, porque teve ligações para Parlamentares. Aquela foi uma época em que houve o início dessa pajelança que está acontecendo no Brasil.

No dia em que nós tivermos o Senado se levantando com altivez e cumprindo seu dever constitucional, aí, sim, nós vamos ter no Brasil a independência entre os Poderes, uma verdadeira harmonia e a democracia voltando. Porque sabe qual é a imagem que me passa? Eu não sei se você já fez alguma constelação familiar...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Já.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O processo...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Com a Dra. Dagmar.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pronto. A imagem que me passa é a do Senado no chão, sem força. Essa é a imagem. E a população está captando isso, cada vez mais está captando isso.

Então, sabe qual é, aqui, uma coisa que resolveria e nós já votamos? Nem eu, nem Kajuru, nem Senador Hamilton Mourão, nem Senador Moro, mas a legislatura passada, de Alvaro Dias, votou o projeto dele, por unanimidade, que é sobre o fim do foro privilegiado...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Exatamente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Acabava com isso aí. Já era o primeiro passo de libertação. Por quê? Porque os processos de Senadores...

Está aí o seu caso, por exemplo. O seu caso: se fosse para a Justiça comum, se estivesse na Justiça comum, se é calúnia, difamação o que a pessoa está sentindo, ela entra na Justiça comum, e vai ter o processo, vai ser ouvida. Agora, já vai cair na mão do Ministro do Supremo...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Direto.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... que você aqui tem o dever de investigar? Como é que isso vai para frente? Como é que isso funciona? Como é que se vai assinar CPI de Lava Toga? Como é que se vai assinar *impeachment*, se qualquer coisa chega ao Ministro do Supremo, e fica na mão o Senador? – e vice-versa, só que aqui não se move. Então, é um Poder protegendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o outro. Aí, para as pessoas entenderem, é aquele símbolo do infinito. Isso está errado. A gente não pode se calar em relação a isso.

Então, Senador Kajuru, conte comigo integralmente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Obrigado, amigo. Sempre.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O senhor sabe, de todas as formas, que o senhor pode contar comigo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Sempre.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Acredito que precisamos dar esse passo.

O foro privilegiado, o fim dele foi votado no Senado; está na mesa do Presidente da Câmara, Arthur Lira, há seis anos – há meia dúzia de anos está lá.

Eu entrei com uma PEC aqui, Senador Mourão, para que tivesse a liberdade de abrir mão do foro privilegiado. Se a pessoa... Eu entrei com a PEC. Está aí! Não andou – é claro, ela não anda –, mas está aí uma PEC para que a gente tenha a liberdade de querer ou não o foro, porque, no momento em que está o Brasil, com essa exacerbação de um Poder sobre o outro, esmagando o outro, não é bom para o Parlamento você ficar pensando em que palavra pode dizer, porque pode... pelo amor de Deus!

Um grande abraço, conte comigo e muita paz.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Girão, eu conto contigo sempre. E aqui eu não tenho nada... Eu sou escancarado mesmo.

Para concluir, para a gente encerrar a reunião... Você se lembra, no ano passado, daquela outra pancada minha, que foi de R$100 mil de indenização, pelo Supremo Tribunal Federal. Isso foi, simplesmente, porque eu fiz um pedido de *impeachment*, com um abaixo-assinado de 3 milhões de pessoas, que você, eu e o Styvenson entregamos para o Presidente Rodrigo Pacheco.

Vejam o que é guardar rancor no *freezer*. Então, guarda-se rancor no *freezer*, e eu sofro essa punição. Aí, eu entrei em pânico, porque eu vivo do meu salário, como o Mourão sempre fala e brinca: "Nós vivemos do nosso salário, não é?". Eu agora estou tendo que fazer programa de televisão para voltar a ganhar um pouquinho mais de dinheiro, porque eu estava fora da televisão; senão, eu tenho que recorrer aos amigos. Inclusive o Girão e o Oriovisto emprestaram dinheiro para mim na época para pagar essa indenização de R$100 mil. É a vida. Mas vamos lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo mais nada a acrescentar, está encerrada a reunião.

Obrigado por estes momentos importantes que vocês me ofereceram aqui de solidariedade, que é o que mais nós precisamos ter neste país, especialmente com o nosso amado Estado do Rio Grande do Sul.

(Iniciada às 11 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 29 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 17ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE JUNHO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e dez minutos do dia quatro de junho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Sérgio Petecão e Hamilton Mourão, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Margareth Buzetti, Fabiano Contarato, Angelo Coronel, Jaques Wagner, Janaína Farias, Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Astronauta Marcos Pontes, Esperidião Amin e Damares Alves, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Zenaide Maia e Wilder Morais, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Sergio Moro, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Marcos do Val, Weverton, Alessandro Vieira, Omar Aziz, Otto Alencar, Rogério Carvalho, Jorge Kajuru e Eduardo Girão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 21/2023 - CSP, de autoria da Senadora Augusta Brito (PT/CE) e do Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), REQ 23/2023 - CSP, de autoria do Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS). **Finalidade:** Instruir o PL 2775/2022, que "altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a presença obrigatória de um profissional de segurança nas escolas". **Participantes:** Sr. Yann Evanovick Leitão Furtado, Coordenador-Geral de Políticas Educacionais da Juventude (representante de: Ministério da Educação); Sr. José Messias Mendes Freitas, Gerente do Programa Nacional de Polícia Comunitária Aplicada (representante de: Ministério da Justiça e Segurança Pública); Sr. Heleno Araújo, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (representante de: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação); Sra. Raquel Souza Lobo Guzzo, Conselheira (representante de: Conselho Federal de Psicologia); e Sr. Paulino Delmar Rodrigues Pereira, Presidente da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (representante de: Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino). **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Sérgio Petecão
Presidente da Comissão de Segurança Pública

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/06/04

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Segurança Pública.

Objetivo e diretrizes da nossa reunião.

A presente audiência pública tem como objetivo instruir o PL 2.775, de 2022, que "altera a Lei 9.994, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a presença obrigatória de um profissional de segurança nas escolas", nos termos dos Requerimentos 21 e 23, de 2023.

Estão presentes e podem tomar lugar nesta mesa os nossos convidados: o Sr. Yann Evanovick Leitão Furtado, Coordenador-Geral de Políticas Educacionais da Juventude, do Ministério da Educação – Yann, seja bem-vindo, amigo...

O SR. YANN EVANOVICK LEITÃO FURTADO – Bom dia, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Bom dia. Seja bem-vindo.

O Sr. Messias Mendes Freitas, que é Gerente do Programa Nacional de Polícia Comunitária Aplicada da Diretoria do Sistema Único de Segurança Pública da Secretaria Nacional de Segurança Pública, do Ministério da Justiça e Segurança Pública – seja bem-vindo, Messias –; Sr. Heleno Araújo, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – Sr. Heleno, seja bem-vindo, amigo –; Sra. Raquel Souza Lobo Guzzo, que está por videoconferência, Conselheira do Conselho Federal de Psicologia – obrigado, Sra. Raquel –; e Sr. Paulino Delmar Rodrigues Pereira, que também está por videoconferência e é Presidente da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino – obrigado, Paulino.

Comunico que a presente audiência pública será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, e pelo telefone 0800 0612211.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por dez minutos. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários. (*Pausa.*)

É praxe aqui, na nossa Comissão, para sermos o mais democráticos possível... O nosso Senador Mourão é o Relator desse projeto, e nós vamos pedir aqui a sua gentileza, para que ele conduza aqui esta audiência pública. Ele, como Relator, com certeza, domina mais o projeto e vai nos ajudar – e ajudar muito.

Então, Senador Mourão, por favor, comande aqui esta audiência. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Meu bom dia a todos, inclusive aos que nos acompanham de forma virtual.

Vamos dar início a esta audiência pública.

Inicialmente, concedo a palavra ao representante do Ministério da Educação, o Sr. Yann Evanovick Leitão Furtado, que exerce a função de Coordenador-Geral de Políticas Educacionais da Juventude daquele ministério.

O senhor tem a palavra por dez minutos, Dr. Yann.

O SR. YANN EVANOVICK LEITÃO FURTADO (Para expor.) – Obrigado, Senador Hamilton Mourão.

Cumprimento o representante do Ministério da Justiça, Sr. José Messias; cumprimento também o Prof. Heleno Araújo, que é Presidente da CNTE.

Primeiro, Senador Mourão, eu trago aqui os cumprimentos do Ministro Camilo Santana e da Secretária Zara Figueiredo.

Cumprimentava há pouco o Senador Mourão, que é um amazonense de coração – eu também venho do Estado do Amazonas –, não sem antes, até como amazonense, fazer um registro.

Hoje faz sete dias que faleceu o Deputado Arthur Bisneto, do Estado do Amazonas, então eu também aproveito para mandar aqui não só nossas estimas – Que Deus conforte o coração do Senador Arthur Virgílio! –, mas de toda a população do Estado do Amazonas. Foi uma perda muito sentida pelos amazonenses.

Sobre a temática, Senador Hamilton Mourão, primeiro eu quero parabenizá-lo – eu li o teor do relatório – e também o esforço do Senador Mecias, que é o proponente. Essa temática é uma temática

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

complexa, uma temática difícil, uma temática em que o Ministério da Educação se debruçou no último período, para exatamente buscar compreender esse fenômeno da violência que adentrou o ambiente escolar. Ele não adentrou hoje, é um fenômeno que a gente vê com maior intensidade nos últimos 20 anos no nosso país, que perpassa por ações que são praticadas por pessoas que estavam vinculadas àquela comunidade educacional e que sofreram algum tipo de violência em algum momento e que mais à frente decidiram promover algum tipo de violência nesses ambientes, mas também por grupos de ódio organizados, grupos que tentam chamar atenção promovendo um tipo de violência contra o ambiente educacional. Nesse sentido, eu trouxe uma exposição breve, Senador Hamilton Mourão, que depois eu vou lhe repassar, em que consta um pouco dos esforços que foram empreendidos pelo Ministério da Educação ao longo desse último ano.

Pode passar.

Primeiro, nós, Senador, decidimos criar um grupo de trabalho interministerial, por compreender que essa não é uma agenda que perpassa somente pela Educação. Portanto, é uma agenda que perpassa por um conjunto de outros ministérios, um conjunto de outras secretarias, mas uma agenda coordenada pelo Ministério da Educação. E o Presidente da República institui esse grupo de trabalho interministerial, liderado pelo Ministro Camilo Santana, mas com o Ministério da Justiça, com o Ministério do Esporte, Ministério da Cultura, dos Direitos Humanos, Secretaria-Geral da Presidência da República, Secretaria de Comunicação da Presidência da República, enfim, um conjunto de outros, com o objetivo de procurar compreender esse fenômeno da violência na escola. Então, essa foi a primeira medida que foi tomada.

Pode passar.

Depois, Senador Hamilton Mourão, nós compreendemos que era preciso ter um diálogo com as redes. Nós temos um pacto federativo que estabelece quais são as atribuições dos estados, dos municípios e da União. Quem toca na ponta essa agenda são os secretários municipais de educação, são os secretários estaduais de educação. Portanto, nós procuramos de imediato estabelecer uma parceria com os secretários estaduais de educação, a partir do Consed, e com os secretários municipais de educação, a partir da Undime. Somado a isso, o Ministro Camilo Santana tomou uma decisão, a partir do Programa Dinheiro Direto na Escola, de aportar R$1,818 bilhão para a aquisição de materiais, para o desenvolvimento de projetos, para a contratação de profissionais temporários, para dar atenção psicológica, para desenvolver protocolos e para adquirir, caso assim quisesse, alguns itens que foram autorizados, para aquisição de materiais a partir do PDDE; e mais R$200 milhões das nossas ações articuladas, no total de R$3,115 bilhões. Isso de imediato no ano passado. Eram duas parcelas, Senador: seria no final do mês de junho a primeira parcela; e a segunda parcela, no segundo semestre. Esse orçamento foi liberado integralmente ainda no primeiro semestre do ano passado, dada a emergência que se tinha.

Pode passar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós produzimos... Esse é um documento inédito, porque não se tinha ainda essa produção, no Ministério da Educação, das recomendações para proteção e segurança no ambiente escolar, que é exatamente um instrumento para formar não só os nossos gestores, os nossos professores, mas toda a comunidade escolar, no sentido de conseguirem detectar possíveis sinais de violência e agir diante do caso de violência extremada. Essas recomendações foram produzidas e somadas a um curso também de implementação, Heleno, dessas recomendações. Mais de 10 mil pessoas já fizeram esse curso a partir do que foi disponibilizado pelo Ministério da Educação.

Pode passar.

E um conjunto de outros materiais de como lidar com as informações que chegam às redes sociais, como lidar com informações falsas, *fake news*, enfim, também foi um material produzido. Somado a isso, porque nós achamos que política pública não pode ser produzida a partir do eu acho, do eu acredito, do eu estou sentindo, nós procuramos também encomendar pesquisas para que nós pudéssemos ter dados de força para subsidiar a produção dessas políticas. Fruto disso, nós realizamos o 1º Seminário Internacional sobre Segurança e Proteção no Ambiente Escolar, chamamos representações de praticamente todos os continentes para poder analisar as boas experiências executadas nesses países, chamamos o FBI para dar uma contribuição e ouvirmos também um pouco do que foi feito lá, produzimos uma caravana nacional pela paz nas escolas com o objetivo de dialogar e apresentar esse diálogo para as redes estaduais e municipais de educação também.

Pode passar.

E, como é uma ação integrada, recursos também foram disponibilizados por outros ministérios. Então, Ministério da Justiça e Segurança Pública, R$150 milhões, numa primeira etapa. Esse valor já foi acrescido.

Pode passar.

Dois editais, um de R$150 milhões e outro de R$100 milhões.

Foi criado um canal direto a partir do Ministério da Justiça e Segurança Pública e também um canal de comunicação pelo Ministério dos Direitos Humanos para que as denúncias pudessem ser feitas.

Pode passar.

Produziu-se uma campanha aqui, Senador Mourão, com muito cuidado, por quê? Toda a literatura apontava que esses atacantes, esses criminosos que produziam essas violências contra as escolas e o ambiente educacional buscavam visibilidade. Então, nós procuramos produzir uma campanha para orientar, mas com todo o cuidado de não potencializar. Inclusive, a mudança do comportamento e do protocolo dos meios de comunicação deu uma grande contribuição ao não divulgar mais os nomes, ao não divulgar mais vídeos, porque isso acabava potencializando essas ações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode passar.

Recursos do Programa Saúde na Escola foram disponibilizados, R$90 milhões. Esse programa está sendo atualizado, Senador, para que nós possamos, inclusive, produzir um tipo de atenção psicológica às vítimas de violência extremada. Essa é uma ação do Ministério da Saúde.

Pode passar.

Foi produzido e está finalizado um relatório, que foi coordenado pela Secretária Zara Figueiredo e por mim e foi relatado pelo Daniel Cara, de ataques às escolas do Brasil. Esse documento já foi publicizado e, com um conjunto de outros documentos e pesquisas que nós encomendamos, virou um livro, Senador, que depois eu quero lhe disponibilizar, que tem um conjunto de pesquisas de atores, de professores, profissionais que dedicam as suas vidas a essa temática.

Pode passar.

Bom, aqui é para se ater ao projeto. Eu acredito que os esforços que o Senado Federal da República e que a Câmara Federal vêm fazendo são importantes no sentido de buscar dar respostas a essa temática que é muito cara. Eu sempre disse, Senador, quando eu vi aqui, Messias e Heleno, que o caminho que nós temos que construir é um caminho do diálogo. Não se pode achar que esse problema vai se resolver só com políticas educacionais e não se pode achar que a segurança pública, que os órgãos de segurança não tenham um papel a cumprir nesse processo. É errado qualquer um que afirme que só políticas educacionais vão dar resposta a isso, e é errado também afirmar que só medidas repressivas da segurança vão solucionar esse problema.

Quando nós vamos olhar inclusive o que tem de literatura no Brasil e no mundo, nós vamos ver que onde melhorou, incluindo os Estados Unidos, que é o local onde mais se coloca sempre a lupa, onde melhorou o desempenho educacional e onde se enfrentou...

(*Soa a campainha.*)

O SR. YANN EVANOVICK LEITÃO FURTADO – ... a violência foi exatamente em locais onde a escola, o país, o estado conseguiu colocar a família próxima à escola, conseguiu integrar a comunidade, e isso está muito expresso naquilo que foi aprovado, Senador Mourão, por esta Casa, no Projeto de Lei 14.643, de 2 de agosto de 2023, que é o Sistema Nacional de Acompanhamento e Combate à Violência nas Escolas, o Snave, que foi sancionado pelo Presidente da República e que foi agora regulamentado por decreto-lei, no início deste ano de 2024.

Então, os nossos esforços vão exatamente no sentido de não permitirmos que exista uma sociedade de cancelados e canceladores. Os nossos esforços vão exatamente no sentido de nós podermos ter uma escola democrática que dialogue e que a comunidade olhe para esse ambiente como um local de pertencimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, falo isso porque acredito que os esforços que estão tanto no relatório que eu li, do Senador Mourão, quanto do proponente deste projeto de lei são exatamente para tentar assegurar que os professores, que os estudantes adentrem as escolas e saiam de lá sãos e salvos.

Todavia, é importante frisar algumas questões importantes. Veja, nós não temos na literatura algo que afirme que ao colocar vigilantes dentro das escolas, vai ser solucionado o problema. Ao tempo também que é importante que se diga que em algumas escolas, a partir de uma própria análise das secretarias, ter um agente de portaria é importante. Então, nessa busca pela mediação é que nós temos que encontrar esse caminho.

Do outro modo, eu acredito que é muito fundamental nessa discussão que nós pensemos aqui como nós vamos implementar os protocolos estaduais, e por isso o Snave foi aprovado por esta Casa, foi aprovado pela Câmara Federal, no sentido de nós...

(*Soa a campainha.*)

O SR. YANN EVANOVICK LEITÃO FURTADO – Vou concluir.

No sentido de nós subsidiarmos os estados e municípios a construírem os seus protocolos. E vejo que o relatório do Senador Hamilton Mourão faz inclusive essa ressalva, incluindo a questão dos prédios, porque nem todos os nossos prédios estão dotados dessa condição, por exemplo, de nós colocarmos os equipamentos.

A nossa Universidade Federal do Amazonas, que o Senador Hamilton Morão conhece bem, por exemplo, é um campo cercado por floresta. Nós teríamos que colocar talvez milhares de equipamentos para de fato conseguir neutralizar o acesso àquela universidade. Então, esse é um projeto que incide inclusive num debate arquitetônico das nossas escolas, das nossas universidades.

No mais, Senador, quero aqui me colocar à disposição. Acho que o que está escrito, tanto pelo Relator como pelo proponente, vai no sentido de tentar assegurar que tanto os estudantes quanto os professores consigam ir para aquele ambiente.

No mais, parabenizo a iniciativa dessa audiência e...

(*Soa a campainha.*)

O SR. YANN EVANOVICK LEITÃO FURTADO – ... dos nossos professores e estudantes do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) **–** Agradeço ao Sr. Yann, representante do Ministério da Educação, pela exposição muito clara mostrando todos os trabalhos que o ministério vem realizando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero lembrar, Senador Seif e audiência que nos acompanha, que esse projeto nasceu na esteira de acontecimentos ocorridos ano passado, de ataques a escolas, e que levou o Senado Federal, o Senador Mecias de Jesus, a propor um projeto de lei para a presença de agentes de vigilância nas escolas, com a finalidade de aumentar o nível de segurança.

Emenda de minha autoria era para a colocação de portais, por causa da questão de você fiscalizar a passagem de armas, facas e outros instrumentos, que podem ser utilizados para ferir as pessoas.

Eu agora, então, vou passar a palavra ao Sr. José Messias Mendes Freitas, que é Gerente do Programa Nacional de Polícia Comunitária Aplicada da Diretoria do Sistema Único de Segurança Pública da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

O senhor tem a palavra por dez minutos, mas fique tranquilo que a gente estende um pouquinho mais, Messias.

O SR. JOSÉ MESSIAS MENDES FREITAS (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas.

Quero saudar aqui o nosso Senador Hamilton Mourão, que está presidindo este momento tão especial; saudar aqui o Sr. Yann, representando o MEC; o nosso conterrâneo Ministro Camilo Santana, do Estado do Ceará; o nosso Sr. Heleno, meus cumprimentos; e agradeço também a presença de todos que estão aqui conosco.

Estou aqui, em nome da Diretoria do Sistema Único de Segurança Pública, que o próprio nome já define bem. Sistema Único de Segurança Pública é o esforço do Governo brasileiro, que, a partir de 2018, a partir da criação da Lei do Susp, visa criar políticas integrativas, que consigam alocar dentro do macrossistema de segurança pública a soma dos diversos esforços promovidos por todos aqueles organismos de segurança ou instituições de segurança pública que promovem esse serviço em todo o nosso país.

E aí estão envolvidas a polícia militar, a guarda municipal, a polícia civil, a polícia penal e tantos outros órgãos voltados à segurança pública.

É importante dizer do esforço brasileiro no sentido de promover a segurança nas escolas. É importante dizer que, antes de ser do MJ, eu sou Major da Polícia Militar do Estado do Ceará. E lá eu comandava um batalhão que eu reputo muito importante, que é o Comando de Prevenção e Apoio às Comunidades. Então eu tive a oportunidade de trabalhar de forma muito firme e continuada no enfrentamento àquela onda de medo que a gente teve ano passado com os ataques nas escolas.

Existia uma situação de medo absoluto que visitava as escolas, e é interessante porque existe um professor da Universidade Federal do Ceará que diz que o medo é o principal eco da violência. Então o medo não precisa de uma fonte real para que provoque esse sentimento nas pessoas, como se aquilo que ainda não aconteceu fosse acontecer. E o organismo reage como se aquilo fosse uma realidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a gente teve a oportunidade de vivenciar isso. Existe um pânico nas escolas. Na verdade, a escola estava ali às vezes em um ambiente extremamente seguro, mas existia dentro uma espécie de onda de medo, uma espécie de pandemia desse sentimento de insegurança que tomou conta das escolas, e as escolas não queriam abrir, os pais não queriam levar os filhos para as escolas, embora a gente estivesse garantindo a segurança.

Então isso é importante, porque, quando a gente pensa enquanto órgão público responsável para promover a segurança das pessoas, a gente precisa sair, às vezes, um pouco daquilo que o senso comum pensa.

Muitas vezes as pessoas podem projetar que vai ser a força pela força que vai superar essa situação de medo, e muitas vezes o efeito é reverso. Quando desconhecem o sistema de segurança, às vezes, ao chegarem a uma escola e virem, por exemplo, uma viatura em frente à escola, as mães têm medo, elas têm pânico, porque elas pensam que aconteceu alguma coisa. Existe no senso comum aquele sentimento de que a polícia foi lá porque aconteceu alguma coisa, porque a prevenção é colocada em segundo plano. Então isso é uma percepção importante que tem orientado a Política Nacional de Segurança Pública dentro do MJ.

Então nós estamos, a partir das orientações do Governo Federal, criando o Programa Nacional de Polícia Comunitária Aplicada. O que é isso? É materializar entregas de serviços de segurança que consigam equalizar esse ambiente muitas vezes confuso, às vezes quase esquizofrênico, entre aquilo que eu quero e aquilo que eu consigo dizer que quero. Existe uma dificuldade, às vezes, do próprio senso comum de compreender o que de fato ele quer como segurança, porque é um campo ainda muito confuso. Às vezes a gente não sabe o que quer, a gente não quer o que tem. E fica aquela coisa ali... Compete a nós, enquanto profissionais de segurança pública e enquanto representantes do povo, como o Senado Federal e a Câmara dos Deputados, promover esse tipo de debate que está acontecendo aqui.

E aqui o meu louvor, neste momento, eu me sinto muito honrado, Senador, por estar aqui, porque eu acho que é aqui onde a gente vai trazer maturidade aos processos, para fazer muitas vezes as pessoas enxergarem isso. O que a gente quer é se sentir seguro. E, muitas vezes, se sentir seguro não é exatamente ter um policial em cada esquina, é a gente promover, às vezes, mexer em situações, em nuances que muitas vezes fogem um pouco do senso comum, é a gente promover entregas que não são convencionais como as pessoas pensam: sempre mais polícia, mais abordagem, mais prisões. E muitas vezes isso promove uma sensação ainda mais de insegurança. E eu pude viver isso lá na ponta.

Então, o Programa Nacional de Polícia Comunitária visa exatamente a fortalecer esse relacionamento que vai além da proximidade, que vai além da presença policial; é relacionamento entre o profissional de segurança pública e a escola para, a partir do olhar profissional, técnico, especializado desse agente de segurança pública, ele conseguir se somar, por exemplo, ao MEC e a gente promover essa sensação de segurança nas escolas, a gente superar aquela situação de medo e conseguir de fato afetar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

expectativa de segurança que as pessoas depositam no Estado. Muitas vezes as expectativas de segurança das pessoas não são correspondidas com as respostas tradicionais que a gente dá. Por exemplo, o Brasil teve uma queda drástica no número de homicídios: a gente caiu de 59 mil, quase 60 mil, em 2017, para cerca de 37 mil, em 2022, por exemplo; mas, quando se fez uma pesquisa, 40% da população brasileira achava, tinha a percepção de que os índices haviam piorado. Entendeu? Então, as expectativas que as pessoas têm de segurança, às vezes, não são respondidas com os métodos tradicionais.

Então, uma das formas que a gente tenta inovar, a partir do Programa Nacional de Polícia Comunitária, é exatamente gerar juntamente com a sociedade, trazendo a população, trazendo a comunidade escolar, trazendo a classe política, trazendo as igrejas, trazendo as organizações de bairro para essa macrodiscussão, para que as pessoas possam participar e depositar entre todos a expectativa que elas têm da própria segurança pública.

Então, o Programa Nacional de Polícia Comunitária Aplicada, no ano passado, lançou dois editais: um de R$170 milhões, para fortalecer as polícias militares, fortalecer as guardas municipais, fortalecer as polícias civis; e outro de R$100 milhões. Então, foram R$270 milhões para fortalecer a rede, porque a gente entende que a segurança pública, por ter problemas multifocais, precisa ser tratada também assim, de maneira multidirecional, envolvendo todos os agentes, não somente da segurança pública, mas da escola, da sociedade civil organizada, da política, para a gente fazer entregas que realmente consigam atingir as expectativas que as pessoas depositam no poder público.

Então, esses R$270 milhões foram para fortalecer, por exemplo, as guardas municipais, porque, de repente, essa proximidade da guarda lá na escola, fazendo policiamento cotidiano, entrando na escola, batendo um papo com o professor, numa roda de conversa com os alunos, passando às vezes orientações de segurança primária... Porque muitas vezes as questões de segurança podem ser superadas por coisas que não podem ser transferidas. Existe uma dimensão da segurança primária, que a gente estuda na ciência policial, que somente o cidadão pode fazer. Por exemplo, somente o cidadão pode fechar o cadeado dele, da casa dele. Existem coisas que somente o cidadão pode fazer por ele mesmo. Às vezes uma informação simples, em uma roda de conversa de um policial ou de um agente de segurança em uma escola, abre a cabeça da criança para aquilo, e de repente a criança, o adolescente, a escola passa a adotar medidas que são simples, mas que asseguram a proteção daquela escola.

Uma das coisas que a gente está promovendo para ampliar essa repercussão é o Curso Nacional de Polícia Comunitária Aplicada, nível multiplicador, por meio do qual nós estamos trazendo agentes de segurança de todo o país – então, todo o país será contemplado –, polícias militares, polícias civis e guardas municipais, no qual eles irão ter um contato com um curso de multiplicador e vão reproduzir esse conhecimento lá nos seus territórios.

E uma das coisas interessantes, mas que a gente já conseguiu medir, a partir da nossa experiência enquanto policial há mais de 13 anos, 15 anos, na verdade, atuando diretamente nisso, é que muitos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

problemas de escolas a gente resolvia com o diagnóstico do policial, que tem uma visão de segurança, Senador, para instruir a escola a fazer às vezes controles mínimos. Eu já cheguei a superar uma situação de extrema violência numa escola, quando a escola adotou, por exemplo, uma espécie de crachá de acesso à escola. Para entrar na escola, tinha que ter um crachá, e era uma escola simples, uma escola pública, em uma área muito vulnerável, que tinha muita dificuldade com a ordem local naquela escola. E a gente o adotou, a partir de um diagnóstico do nosso policial, que foi lá e percebeu que a escola tinha uma fragilidade no acesso. O policial foi lá, a gente fez uma reunião com a diretoria da escola, ela comprou a ideia e a gente resolveu o problema. E isso trouxe tranquilidade, trouxe aquela sensação de segurança para a escola.

Então, é disto que eu estou falando, é desse trabalho minucioso...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ MESSIAS MENDES FREITAS – ... técnico que o policial, ou o agente de segurança, juntamente com o MEC, juntamente com a Secretaria estadual de Educação, juntamente com a Secretaria municipal de Educação, precisam oferecer à escola.

Quantas situações a gente precisou gerenciar, por exemplo, de violência na escola que estavam causando uma espécie de paralisação das aulas, mas que a gente conseguiu resolver com a mediação? A gente trazer o pai que ameaçou o diretor, de repente, para uma mediação, presenciada ali por um... No caso, lá, os próprios policiais eram treinados, a gente tinha esse sistema funcionando bem, o exemplo lá no Ceará, e as pessoas se abraçarem; aquele diretor que estava literalmente já não indo para a escola, com medo de ser violentado pelo pai, eles se abraçarem em uma roda de mediação.

Então, é disto que eu estou falando: é a gente capacitar, capilarizar os recursos que nós já temos – polícia militar, polícia civil, guardas municipais –, para que eles possam disseminar, nas instituições de segurança, essa cultura de paz, de uma polícia cidadã, de um relacionamento com a comunidade escolar, de maneira que o policial possa ter uma percepção que o ambiente escolar é um ambiente sensível. E a gente não pode, nem de longe, substituir o desejo de proteger por essa ansiedade de controlar.

Então, é isto que a gente quer fazer: fortalecer o desejo e deixar isso muito claro para o pai, para a mãe, para o tio, para a avó que vai deixar o filho na escola, que o filho dele ali está em um ambiente de promoção da cidadania – porque o desejo das instituições públicas é de promover segurança e não controlar o comportamento dessas crianças.

Essa é a minha fala, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Bom, queria cumprimentar o Major Messias pela exposição, extremamente objetiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu destaco que o core dos argumentos apresentados pelo Major Messias é o papel do policiamento comunitário, do relacionamento que tem que ser estabelecido entre a polícia, seja a polícia militar, seja a guarda municipal, naquele dia a dia da ronda nas escolas, na conversa com os professores, na conversa com os alunos, com os próprios pais de alunos, principalmente porque segurança é uma sensação. E isso foi colocado bem pelo senhor, Major Messias, quando comparou a questão da queda no índice de homicídio, que não aumentou a sensação de segurança para as pessoas. Então, segurança é uma sensação, e a gente passa a ter essa sensação quando nós andamos na rua e não precisamos olhar para trás com medo; quando a pessoa está falando ao celular e não tem que ficar preocupada se vai passar alguém numa bicicleta para roubar o celular dela.

Então, eu acho que o senhor foi muito feliz na sua exposição.

Vamos ao nosso terceiro expositor, que é o Sr. Heleno Araújo, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação.

O senhor tem dez minutos, Sr. Heleno.

O SR. HELENO ARAÚJO (Para expor.) – Obrigado, Senador Hamilton Mourão. Quero cumprimentá-lo e cumprimentar todos os Senadores.

Bom dia a todos os presentes e os que estão também nos acompanhando de forma remota.

Quero saudar o Major Messias, o Prof. Yann, aqui na mesa, agradecer o convite e também já a fala inicial do Prof. Yann, que está no Ministério da Educação e que fez um trabalho, coordenou um trabalho muito bom na perspectiva de evitar o que estava acontecendo em nosso país. E também agradeço a fala do Major Messias, que traz essa visão que nós, trabalhadores e trabalhadoras da educação básica pública deste país, temos com relação a políticas integradas.

Eu estou à disposição do movimento sindical, estou presidindo a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, a CNTE, e também sou Coordenador do Fórum Nacional de Educação, que realizou, agora nos últimos meses, a Conferência Nacional de Educação, a Conae 2024. E sou lotado na Escola Gelda Amorim, no Município de Paulista, Região Metropolitana do Recife, e na Escola Custódio Pessoa, da rede estadual.

Então, a minha fala aqui vai no sentido de trazer os elementos e as políticas, indicadores que nos preocupam com relação àquilo que acontece nas escolas públicas do nosso país.

Creio que o projeto de lei que estamos aqui analisando traz o objetivo de contribuir para fortalecer as ações de segurança no ambiente escolar. Em alguns elementos aqui eu vou ser repetitivo, da fala do Yann e do Messias, mas quero trazer este fortalecimento também para as políticas educacionais, Senador Mourão, porque nós temos, em nosso país, a partir da Constituição Federal, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, e também do Plano Nacional de Educação, que termina agora, dia 25 de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

junho, a sua década, e estamos debatendo e discutindo a formatação do novo Plano Nacional de Educação, que teve durar os próximos dez anos.

E, nessa perspectiva do fortalecimento também desse ambiente escolar, nós consideramos que é necessário tanto o Poder Legislativo quanto o Poder Executivo e sociedade fazerem valer aquilo que nós já conquistamos nas leis educacionais e que, pelo nosso entendimento, iria contribuir e muito para garantir a segurança no ambiente escolar e a segurança das pessoas onde a escola está inserida.

Eu me refiro aqui, por exemplo, à decisão da Constituição de definir que, para atuar em uma escola pública, o ingresso deve ser exclusivamente por concurso público. Esse é o termo da Constituição: "exclusivamente através de concurso público". E o que é que está acontecendo nas nossas escolas públicas deste país?

Primeiro que todo o serviço, do porteiro da escola, que consideramos uma peça fundamental nessa relação que o Messias colocou, na segurança que o Yann também aqui apresentou, à nossa merendeira, que cuida da alimentação escolar, ao nosso pessoal da limpeza, todos estão sendo terceirizados, ou seja, empresas que vão prestar serviços com pessoas que não têm uma frequência de atuação dentro da escola.

Eu fiz questão de me apresentar e dizer o local em que sou lotado, porque, no meu sindicato, eu mobilizava aquela região da cidade de Paulista e Abreu e Lima, e a diversidade, em 36 escolas que eu mobilizava, Senador Mourão, era incrível, porque nós tínhamos uma escola que tinha um funcionário porteiro que ingressou de forma correta dentro da escola, nós tínhamos a situação da Nordeste Segurança de Valores na frente da escola, com um vigilante armado, nós tínhamos a situação de ter escola que não tinha ninguém na entrada da escola, e outras, lá no Janga, em que eu chegava à frente da escola e quem abria o portão era a pessoa que vendia pipoca em frente à escola, porque a diretora deixava a chave com ele para fazer o controle de entrada.

Então, pela fala do Messias e pela estrutura que o Yann também trouxe para a gente aqui, ter um quadro de pessoal permanente, dentro da escola, é uma política fundamental para a nossa segurança, para essa relação com a comunidade escolar, para essa relação com a comunidade local.

Nós observamos que, nas escolas privadas, se há uma tentativa de mudar o porteiro, as famílias reagem, porque eles gostam quando a pessoa chega e o vigilante, o porteiro, grita: "Fulano, chegou seu pai, chegou sua mãe, chegou o seu avô". Por que na escola pública a gente tem que estar numa rotatividade sem criar essa relação?

Imagine ter o porteiro concursado, valorizado, profissionalizado, onde ele faça esse controle, ou seja, passou uma pessoa ali: "Cadê fulano?". "Ah, está aqui não? Ele saiu de casa e veio para escola". "Mas aqui ele não entrou, aqui ele não passou".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, há uma preocupação da comunidade com as pessoas, porque nós convivemos ali. Esse elemento do concurso público é fundamental. Combater as terceirizações nos serviços públicos e dentro da escola pública é uma política importante neste processo para a gente garantir essa segurança.

Os nossos funcionários administrativos da secretaria e os nossos professores estão sendo contratados temporariamente. A relação no Brasil é que nós somos hoje 53% de professores contratados temporariamente. No meu Estado de Pernambuco, nós somos 66% de contratos temporários. Esse contrato temporário perde todo o vínculo com a turma com a qual ele está envolvido.

Nós tivemos uma denúncia de alunos do 3º ano do ensino médio reclamando: "Eu tive quatro professores de matemática no 3º ano". Numa relação educacional, nós precisamos criar vínculo com a nossa turma. Essa rotatividade, essa temporalidade não cria esse vínculo. Então, se a gente não cria vínculo com a turma, a gente não cria vínculo com a escola, nem cria vínculo com a comunidade. Essa insegurança é forte neste processo. Por isso, chamo a atenção aqui deste ponto para a gente atuar nessa linha, como também nas políticas da valorização dos profissionais da educação.

O piso salarial que nós conquistamos em 2007 é para o conjunto da nossa categoria, para os profissionais da educação: do porteiro à diretora da escola. No entanto, o que foi regulamentado foi o piso do magistério, da professora e do professor, mas 40% dos municípios não aplicam a lei do piso. Então, esse elemento que também está no Plano Nacional de Educação, na Meta 18, que colocou até 2016 para ter a lei do piso e da carreira, até hoje não existe. Até hoje nós não conseguimos aprovar a lei do Sistema Nacional de Educação para articular entre os entes federados as responsabilidades com essa política, por conta da pendência que está colocada.

Desde 2016, a gente tem determinado na lei regulamentar o Custo Aluno Qualidade e até hoje não existe, porque seria a referência de financiamento para que a escola tivesse as condições de cumprir o seu papel. Então, essas ausências de determinações legais, não executadas, trazem prejuízos para o processo das relações dentro da escola.

Na gestão democrática, a lei do PNE também deu um prazo de dois anos para que cada ente federado tivesse sua lei específica da gestão democrática, que é o que o Major Messias colocou: essa integração, esse envolvimento, essa participação, porque não queremos a determinação ou a segurança pelo medo. Nós queremos o envolvimento da comunidade escolar, participar da gestão da escola, garantir o processo de discussão e verificar, dentro dessa infraestrutura que o Yann chamou a atenção da escola, quais as demandas que nós precisamos para que a escola, de fato, tenha uma estrutura adequada para cumprir o seu papel. E essa relação se faz com a comunidade participando. Então, a gestão democrática, que já está na lei e não é aplicada, é outro elemento que a gente levanta aqui.

A questão da autonomia pedagógica, desde 1996, no art. 15, da LDB, diz que o sistema de ensino deve dar autonomia pedagógica, financeira e administrativa às escolas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós perdemos, Senador Mourão, essa autonomia pedagógica. A decisão de ter uma Base Nacional Comum Curricular determinando, para cada ano, qual o conteúdo, qual o objetivo a ser alcançado, tirou a responsabilidade dos profissionais da educação de pensar um currículo local, de pensar uma relação de currículo que dialoga com o município, com a comunidade escolar, que dê uma perspectiva positiva a essa juventude. Então, essa autonomia pedagógica é importante para a gente.

A nossa LDB também diz que a educação deve ser pautada pelo princípio da solidariedade humana, que é fundamental. Mas o que está acontecendo na nossa escola? Uma aplicação de uma política educacional de resultados. A própria Meta 7, do Plano Nacional de Educação, em que nós consideramos que perdemos esse processo, diz que a qualidade da educação é medida por uma prova de matemática, por uma de português e por uma taxa de aprovação. Não é isso, é insuficiente. A qualidade da educação deve abarcar todo um processo dessa relação, da infraestrutura da escola. Então, combater também essa política de resultado, que coloca a situação de escola que tem o melhor Ideb contra aquela que tem o pior Ideb, há disputas internas... Criou-se, dentro do espaço da escola, um espaço de competição por melhor nota, por melhores características, contrariando o princípio da solidariedade humana, de que nós precisamos nesse processo.

A preocupação do Senador Mecias também, quando traz, na sua justificativa, a compra e o porte de armas, chamou-me a atenção, porque, como Presidente da confederação, eu vou a alguns municípios deste país e, raramente, a gente chega ao município e encontra uma biblioteca pública municipal, mas eu estou encontrando muitos clubes de tiro. Então, há política de incentivo de uso de armas, de compra de armas... Você chega a municípios em que o prédio mais bonito que se tem, o mais enfeitado, decorado, é um clube de tiro, e não se tem uma biblioteca colocada nesse processo. Então, essa política nacional de incentivar bibliotecas públicas e bibliotecas nas escolas também – o elemento da leitura – é importante nesse processo.

E, por fim, eu vi que o Senador Mourão me ajudou mudando o tempo, mas eu quero concluir, Senador, e agradecer a sua paciência.

Quero chamar a atenção também ao documento que o Yann apresentou desse grupo de trabalho de especialistas sobre violência nas escolas. O grupo fez uma análise do fenômeno e algumas recomendações governamentais e para a sociedade. Ele falou que vai passar este documento nas suas mãos. E eu quero chamar a atenção ao item 4 deste documento, que trata das propostas de políticas públicas, das recomendações para o enfrentamento do fenômeno de ataque às escolas e da prevenção da violência nas escolas. A CNTE participou desse grupo.

E ali tem as contribuições que nós consideramos importantes para a gente continuar avançando nesse fortalecimento...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HELENO ARAÚJO – ... da escola pública com segurança, uma escola sadia; como também o Senador Mecias colocou, uma escola que... Ele colocou "continuar", mas, pelas carências que eu coloquei aqui, a escola precisa que se proporcione um ambiente de aprendizagem saudável para os nossos jovens alunos. Isso é importante para nós.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Eu queria agradecer ao Prof. Heleno pela exposição que fez.

Eu destaco alguns aspectos da sua exposição, Professor. Em primeiro lugar, pela sua visão como aquele que labuta – aquilo que a gente, na linguagem militar, chama de aquele que vê, trata e peleja –, não é uma questão teórica. Como professor tanto da rede estadual, como de rede municipal, o senhor apresenta suas críticas ao problema da terceirização da atividade-meio, considerando que, para a segurança da escola, a presença de uma mesma pessoa ao longo dos anos firmaria, vamos dizer assim, uma simbiose melhor entre alunos e professores, e a comunidade com a escola especificamente.

Outra coisa que o senhor colocou foi a questão da autonomia pedagógica. O Brasil é um país do qual eu costumo dizer que são cinco países num só. Muitas vezes a gente toma decisões aqui em Brasília, centralizando, e a gente sabe que a Amazônia é uma coisa, o Nordeste é outra, o Sudeste é outra, o Sul, o Centro-Oeste, cada um é diferente, com suas características. Então, decisões centralizadas, muitas vezes, não levam ao melhor processo de ensino-aprendizagem.

Agradeço a sua exposição.

Vamos agora para os nossos expositores que vêm por videoconferência, começando com a Sra. Raquel Souza Lobo Guzzo, que é Conselheira do Conselho Federal de Psicologia.

Alguma coisa, Senador Seif?

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente, eu preciso me retirar, mas eu gostaria de fazer já algumas considerações, se o senhor me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Positivo, Seif, por favor.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar.) – Primeiramente, eu quero parabenizar todos os expositores, o Sr. Yann, o Sr. José Messias e o Sr. Heleno Araújo, pela proposição desta audiência, porque, no Estado de Santa Catarina – uma informação que eu gostaria de trazer para vocês –, a nossa polícia militar foi eleita a melhor polícia do Brasil.

Os índices de esclarecimento dos crimes da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina são comparáveis aos de países europeus, com aproximadamente 80% dos casos elucidados de homicídio, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

latrocínio. São índices totalmente fora da curva brasileira. E, mesmo assim, infelizmente, o Estado de Santa Catarina, com frequência... Inclusive, recentemente, em Blumenau, com uma adaga lá, crianças foram mortas, professores atacados, e eu queria fazer alguns comentários.

O Prof. Yann comentou que nem sempre a presença do policial poderia coibir a violência. Eu preciso discordar do senhor, Professor. Eu tenho uma estatística que eu li há alguns anos – eu até procurei na internet e não achei. Os prédios mais invadidos no Brasil, por malfeitores, ladrões, enfim, são aqueles que não têm porteiro, porque alguns prédios mais simples não têm portaria, não têm porteiro presente. A estatística – eu não vou me lembrar dos números, obviamente, porque tem muitos anos, e eu não achei a estatística – era mais ou menos assim: 1.000% a mais dos prédios que são invadidos e dos apartamentos roubados são de edificações que não têm portaria. Então, a presença – não estou falando nem de polícia, estou falando de um porteiro – coíbe a invasão.

E eu tenho certeza, ainda, Sr. Yann, de que, se naquela escola de Blumenau tivesse um policial militar aposentado, um policial civil aposentado ou um guarda municipal, esse assassino covarde que atacou crianças, matou crianças com machadada na cabeça, pensaria duas vezes. E, ainda que ele conseguisse invadir, nós teríamos um menor índice de violência e de homicídio, porque ele teria com quem combater. Ele combateu com crianças e professoras.

Então, nós temos, inclusive, dois projetos que destinam parte das multas de trânsito e parte de loterias não reclamadas, Sr. Presidente, para os governos de estado contratarem policiais já aposentados, que muitas vezes fazem até segurança privada em bancos e tal, em que eles têm um período de trabalho menor, devido à periculosidade da atividade, e muitos deles, depois, vão para a vida empresarial, montam empresas de segurança ou são seguranças de empresas privadas. Por que não continuar servindo no estado, com a experiência que eles têm, fazendo segurança em escolas públicas e particulares?

Então, é uma questão que está explodindo no mundo inteiro essa questão de invasão de escola, pelos motivos que o senhor já expôs, com muita sabedoria, e nós não sabemos direito a origem, se é só *bullying*, se é racismo, se são frustrações, e a pessoa quer, de alguma forma, aparecer, enfim. Mas o fato é que escolas brasileiras estão sendo invadidas e nós não temos eficácia nem eficiência em reduzir esses crimes.

E eu falo com o senhor com toda certeza e tranquilidade: precisamos, sim, reforçar especialmente as escolas básicas e de ensino médio, precisamos colocar em cada uma dessas escolas policiais ou agentes ou porteiros que eu tenho certeza de que vão coibir esses covardes, seja por problemas psiquiátricos, seja por frustrações, não importa, pois ninguém tem o direito de entrar lá na escola da minha filha ou do seu filho e tirar a vida de ninguém por causa de sua frustração. Ele que vá a um psiquiatra se tratar!

E uma preocupação que eu tenho com o atual Governo é que é um Governo que defende humanização de pequenos crimes, é um Governo, Sr. José Messias, que defende desencarceramento, é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um Governo que quer vetar a saidinha. Imagine o senhor que o Nardoni, que agora já está em liberdade, saía no Dia dos Pais, e para visitar quem? A filha, que ele jogou pela janela? Ou que a Richthofen, que, junto com seus namorados, matou seus pais a paulada, saia no Dia dos Pais ou no Dia das Mães, e para visitar quem? O túmulo dos pais, que ela matou?

Então, esse tipo de postura do atual Governo nos preocupa muito, porque existe uma sensibilidade, uma humanização de bandidos criminosos, assassinos, traficantes, latrocidas, enfim, estupradores, com quem nós não deveríamos ter esse tipo de misericórdia. Inclusive, o nosso país tem o "bolsa presidiário", e as vítimas, aquelas famílias que perdem seus pais e suas mães em crime, não recebem uma indenização do Estado brasileiro. Criminosos, algumas modalidades, em alguns casos específicos, aqueles que recolhiam para o INSS, têm "bolsa presidiário". Quando ele sai de lá, pega o dinheiro, compra a arma e faz de novo.

Então, o senhor comentou, Sr. José Messias, sobre a redução da violência de 2017 em diante, porque via num Governo austero, o Governo do Presidente Bolsonaro, que fortalecia as forças policiais, fortalecia as Forças Armadas, dava toda autonomia e credibilidade aos policiais brasileiros e também flexibilizou a compra, porte e posse de arma de fogo. E, ao contrário do que a imprensa e muitos diziam – "Ah, o brasileiro não tem condição de ter arma de fogo" –, os índices desceram de 75 mil mortes, no Governo de Dilma Rousseff, para 35 mil mortes, no Governo do Presidente Bolsonaro. É muita morte ainda? Com certeza. Agora, reduzir, por ano, 40 mil homicídios devido ao medo dos bandidos e pela força que a polícia tem, então, nós precisamos realmente repensar alguma coisa.

Eu queria também comentar algo que o Sr. Heleno Araújo comentou, Sr. Presidente. Ele disse que muitas cidades hoje têm clubes de tiro e não têm bibliotecas públicas. Na verdade, esses dois ramos não competem entre si. Nós podemos, sim, ter bibliotecas e clubes de tiro porque quem compra uma arma de fogo tem que treinar, até para manusear a arma, se necessário, no momento propício. E tem um agravante aí que eu queria lembrar ao senhor: hoje, a maioria das publicações físicas, jornais, revistas, migraram para o modelo digital. Por exemplo, as minhas leituras, hoje em dia, são, na maioria, de aplicativos de livros. Livros tradicionais, livros clássicos hoje migraram para o *smartphone*, para o *notebook*, para o iPad, etc.

Hoje as crianças – eu vejo minha filha – também baixam livros na internet, inclusive por recomendações dos professores. As bibliotecas acabam se esvaziando, assim como as publicações de jornais e revistas tradicionais do tempo em que nós éramos mais jovens saíram das bancas e hoje estão no formato digital, as que subsistiram.

Então, eu queria agradecer mais uma vez a presença dos senhores, o debate franco, aberto, sobre a questão da violência nas escolas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui fica todo o meu apoio, Sr. Presidente, Senador Hamilton Mourão, ao reforço do policiamento nas nossas escolas, especialmente nas de crianças e adolescentes do nosso Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Obrigado, Senador Seif, pelas suas observações, extremamente pertinentes, muito bem colocadas.

Então, voltamos agora aos nossos expositores, chamando, por videoconferência, a Sra. Raquel Souza Lobo Guzzo, que é Conselheira do Conselho Federal de Psicologia.

A SRA. RAQUEL SOUZA LOBO GUZZO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Eu quero dar bom dia a todos e todas que estão nos assistindo nesta audiência.

Eu queria saber primeiro se vocês estão me ouvindo bem, porque eu estou aqui num computador na minha sala e não sei se vocês estão me ouvindo.

De qualquer maneira, eu queria cumprimentar o Senador Hamilton Mourão e a Senadora Augusta Brito pela iniciativa deste debate. Acho que é uma questão muito delicada para a nossa sociedade, porque nós estamos, neste momento, falando principalmente de violência contra crianças, adolescentes e jovens e contra os seus professores, nas escolas que eles frequentam.

Eu queria me apresentar, porque eu sou professora da PUC de Campinas e pesquisadora nessa área de desenvolvimento infantil, focada, desde a minha formatura, em educação pública. Eu trabalho para as escolas, com as escolas e pelas escolas públicas brasileiras, defendendo uma qualidade de educação que proteja as nossas crianças e que, de alguma maneira, crie um espaço, assegure um espaço de desenvolvimento das crianças nas escolas.

Eu preparei uma apresentação, mas eu posso passar um pouco mais rápido. Eu queria apenas destacar, na primeira prancha, a importância das escolas para o desenvolvimento de sujeitos sociais e de cidadãos. Eu acho que...

Pode passar a primeira prancha, por favor? Eu não estou conseguindo passar daqui, vai ser passada daí mesmo.

Então, eu queria destacar que as escolas têm um impacto muito grande no desenvolvimento das pessoas como sujeitos sociais e como cidadãos. Por isso, a gente sempre tem que pensar: proteger do quê as crianças que estão ali numa condição vulnerável, em processo de desenvolvimento; e qual é a segurança que a gente deve manter ali naquele espaço.

Nós temos hoje um cenário de violência no contexto educativo, com uma realidade muito ruim, como já foi destacado aqui, inclusive pelo Senador Jorge, que acabou de falar. Realmente é um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contraponto muito difícil de ser equalizado, mas a gente pode, a partir das ações que desenvolvemos nesse espaço, assegurar proteção e segurança.

A próxima prancha é uma prancha em que eu enfatizo a importância da escola como um espaço onde as crianças aprendem, e pelo que elas aprendem elas vão se desenvolvendo.

Então, nós temos uma concepção, a partir da psicologia, de que as relações sociais que as crianças vivem cotidianamente são aquelas relações que determinam a sua forma de comportar-se, a sua forma de se desenvolver. Para as crianças, os primeiros sistemas de relações sociais são as famílias e os responsáveis por sua criação. E, depois, os sistemas ampliados são as escolas e as comunidades. Portanto, eu estou fazendo esse destaque porque, se a gente está neste momento discutindo a proteção e a segurança no espaço ampliado – escolas e comunidades –, nós podemos pensar, temos que pensar também que nós temos que pensar segurança e proteção nos espaços primários onde as crianças se desenvolvem, ou seja, nas suas famílias e nas suas comunidades.

Pode passar para a próxima, por favor.

Quando a gente pensa em proteção e segurança, a gente precisa, necessariamente, fazer uma avaliação da realidade cotidiana da vida dessas crianças. Quando a gente analisa e mapeia as escolas onde eu estou inserida, por exemplo, aqui em Campinas, a gente tem, primeiro, que observar os riscos nas relações familiares. As crianças vivem cotidianamente em risco; portanto, falar em segurança na escola é primordial, porque a gente pode proteger a criança naquele espaço, mas as crianças vivem em risco fora desse espaço também.

A gente tem dados de agressão e violência decorrentes de preconceitos e opressões. Isso é uma coisa que está naturalizada na sociedade brasileira e que são fontes de violência muito grande, que o espaço escolar pode mapear e prevenir. E a gente tem vulnerabilidades sociais, que são inseguranças alimentares, pobreza, trabalho dos responsáveis ou ausência de trabalho dos responsáveis, que foi uma situação de vulnerabilidade muito claramente evidenciada a partir do período pandêmico aqui no Brasil.

Em relação às desigualdades sociais, a violência faz parte desse cenário de desigualdade social. Por isso, os espaços de desenvolvimento precisam ser efetivamente protegidos. Mas eu pergunto – pode passar para a próxima –: que tipo de proteção a gente consegue desenvolver?

Então, assim, no caso da psicologia inserida dentro da escola – e nós temos hoje a Lei 13.935, de 2019, que fomenta a presença de psicólogos e assistentes sociais junto à equipe técnica, como uma equipe multiprofissional, junto aos professores para dar um apoio a essa dinâmica de violência que dentro da escola é passível de prevenção –, a gente olha para situações de risco, a gente protege o desenvolvimento das crianças para que elas tenham condição de aprender e se desenvolver, e essas ações de proteção pressupõem assegurar que a vida cotidiana delas seja segura e digna. Então, para nós da psicologia, como foi colocado aqui, é um conjunto de ações que levam à situação de proteção ao desenvolvimento das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

crianças em fase de desenvolvimento. Para nós, proteger sem eliminar as desigualdades sociais é como se a gente estivesse enxugando gelo.

A escola proteger e criar espaços seguros no contexto da escola significa propiciar condições exemplares de educação, como já foi colocado aqui pelo Heleno. Quer dizer, existem várias condições necessárias e que devem ser implementadas, para que a escola seja um espaço seguro, um espaço equipado, um espaço protegido para desenvolver as crianças. Então, nós temos que preencher o quadro funcional, nós temos que ter salários dignos, nós temos que ter equipamentos e condições físicas condizentes, com espaços diferenciados, para o desenvolvimento infantil.

Pode passar para a próxima.

Quando a gente pensa em que caminhos a gente deve seguir para proteger e dar segurança à escola, na escola como um espaço seguro e protegido para o desenvolvimento da criança, a gente tem três, quatro ordens, quatro possibilidades de caminho para seguir: primeiro, espaços equipados, variados, que estimulam o desenvolvimento integral; profissionais competentes e destinados às diversas funções exigidas pela escola, com formação continuada e salário digno; uma comunicação constante da escola com a comunidade. Eu acho que foi isso que falou o secretário, o representante do Ministério da Justiça e Segurança, o Major José Messias. É uma comunicação constante que interage com a comunidade, quer dizer, a escola não é um espaço fechado, ela é um espaço que tem que trazer a família para perto e para dentro dela, a comunidade. Sempre esse espaço de interação e de comunicação é uma ação preventiva à violência, a integração e a participação comunitária, para a segurança e a compreensão da política educacional. Muitas vezes, as famílias e as comunidades não entendem o que a escola faz, o que a educação faz com relação às crianças.

Na minha última prancha – poderia passar, por favor –, eu acho que a gente tem algumas ações que já estão sendo implementadas e que têm oferecido resultados muito grandes para a prevenção e a segurança das escolas, principalmente no combate à violência: primeiro, os programas de convivência escolar, a escola é um espaço por excelência de convivência, de ação e de reflexão sobre a vida cotidiana dentro e fora; os monitoramentos consistentes, quer dizer, a escola não pode ficar desligada, precisa estar sempre pensando na sua realidade, conversando com outros equipamentos e com outras entidades; a formação de professores e gestores, que é continuada, porque hoje em dia estar na escola pública não é a mesma coisa que estar na escola pública 20 anos atrás, assim é preciso que haja um espaço de formação constante de professores e gestores, que sofrem, que se sentem muito impotentes diante do que a realidade da escola está oferecendo hoje; a participação efetiva de estudantes em decisões que envolvem a rotina da escola, o clima escolar e a convivência; a literatura e as experiências, principalmente em países como os Estados Unidos, por exemplo, em que a escola pública está constantemente monitorando essa questão da violência, a participação dos estudantes é fundamental. Quando o estudante participa das regras, participa do desenvolvimento do clima, das ações que a escola vai desenvolver na comunidade, ele praticamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

integra essa atividade como uma atividade importante de prevenção à violência. Então, nós temos hoje muitas ações que evidenciam resultados para que a escola se mantenha como um espaço protetor e seguro ao desenvolvimento integral.

Eu gostaria de dizer que participei também, pelo Conselho Federal da Psicologia, desse GT que o MEC organizou e que o Prof. Yann demonstrou aqui na sua apresentação.

Nesta participação, a gente percebeu que, quanto mais integradas forem as ações, tanto das políticas do Ministério, quanto da rede de proteção que está disponível nos equipamentos no município, melhores serão os resultados em relação à prevenção à violência. Nós temos dados, aqui em Campinas, de uma inserção da psicologia e do serviço social nas escolas públicas, de que isso muda o clima da escola e de que, quando você fortalece as crianças para esse enfrentamento cotidiano, a escola passa a ser um lugar mais seguro e mais protetor.

Era isso que nós queríamos colocar para vocês para abrir o debate.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Muito obrigado, Profa. Raquel, pela sua exposição, com a sua experiência, obviamente.

Eu achei muito importante, nos aspectos abordados pela senhora, a primeira coisa, que é a questão da análise de risco, que é algo que a gente deixa de lado muitas vezes. Vejo isso agora na tragédia que assola o meu Estado do Rio Grande do Sul. Talvez uma análise de risco bem feita tivesse evitado muita coisa que está acontecendo lá. Também a prevenção; a senhora coloca que um dos itens da proteção é a gente prevenir. A questão da desigualdade, que já tinha sido citada em parte pelo Prof. Heleno, lembrando sempre que a escola é um espaço de convivência. Nós, que estudamos em escola pública bem mais de 20 anos atrás, tínhamos toda a tranquilidade para ir e vir da nossa escola, para a convivência dentro do colégio, e a gente vê que isso veio sendo perdido. E muitos dos aspectos que hoje perturbam o dia a dia da escola foram mencionados aqui na exposição do Yann.

Passo agora a palavra ao nosso último expositor, que é o Sr. Paulino Delmar Rodrigues Pereira, Presidente da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino. (*Pausa.*)

O SR. PAULINO DELMAR RODRIGUES PEREIRA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Uma boa tarde a todos.

Não sei se estão me ouvindo, mas eu queria, inicialmente, saudar o Senador Sérgio Petecão, que permitiu o honroso convite para participar da audiência pública, no âmbito da Comissão de Segurança Pública, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei 2.775, de 2022, que altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a presença

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

obrigatória de um profissional de segurança nas escolas, em atendimento aos Requerimentos 21, de 2023, e 23, de 2023.

Eu queria saudar também o Senador Hamilton Mourão, que está presidindo esta sessão – nossos sinceros cumprimentos –, na pessoa de quem eu cumprimento os demais membros da mesa e os palestrantes. Quero parabenizá-los pelas palavras que foram aqui proferidas nesta audiência pública.

Quero também reconhecer a preocupação do Senador Mecias de Jesus, do Republicanos, de Roraima; a boa intenção na sua preocupação com relação a um tema de grande relevância e que afetou severamente muitas unidades da Federação, um tema extremamente importante, que foi a violência nas escolas.

Passo, então, a fazer aqui uma rápida leitura, porque esse assunto foi submetido ao nosso conselho de advogados, à nossa assessoria jurídica, que o analisou e me encaminhou, depois de termos uma reunião interna, o seguinte parecer.

Trata-se do Projeto de Lei 2.775, de autoria do Senador Mecias de Jesus, do Republicanos, que visa obrigar a escola à contratação de um sistema de segurança em ambiente escolar. O art. 2º do projeto de lei, que modifica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, assim determina:

> Art. 2º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes dispositivos:
> "Art. 12-A É obrigatória a presença de um profissional de segurança, treinado e qualificado, em ambiente escolar para atuar no controle de entradas e saídas, com métodos adequados para agir preventivamente e evitar possíveis ameaças à segurança escolar.
> § 1º Entende-se por segurança escolar a garantia de ambiente isento de ameaças para alunos, professores e funcionários, sustentado por um conjunto de medidas adotadas pelo Poder Público, com vistas à construção da paz e da ordem social no interior e nas imediações de seus respectivos estabelecimentos [...].
> § 2º As despesas resultantes da aplicação desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias consignadas no Orçamento, suplementadas se necessário." (NR)

A dedução lógica a que se chega com o texto dos §§1º e 2º do art. 2º do projeto de lei em questão é que este somente se aplica à rede pública de ensino, dado o teor do financiamento se reportar a dotações orçamentárias no Orçamento, suplementadas se necessário, bem como por o §1º dizer "sustentado por um conjunto de medidas adotadas pelo Poder Público". Porém, como se trata de um projeto de lei, sendo que não consta na destinação da sua aplicação, explicitamente, "rede pública e privada", tudo pode acontecer, em especial emendas substitutivas que poderão estender a sua implementação à rede particular de ensino.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A princípio, o projeto de lei, pelo nosso entendimento e no entendimento do nosso setor jurídico, é inconstitucional diante do que prevê o art. 209 da Constituição Federal para as escolas particulares. Ele prediz:

> Art. 209 O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:
> I - cumprimento das normas gerais da educação nacional;
> II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.

Impor à rede privada de ensino a contratação de segurança ou serviço de segurança, através de modificação da Lei 9.394/96 (LDB), que não é norma geral de educação nacional (inciso I do art. 209 da Constituição Federal), caracteriza-se como inconstitucional pela via escolhida.

Em julgamento do mérito, além da inconstitucionalidade, já citada no item anterior, existe o aspecto da ingerência administrativa, além do aumento dos custos e despesas, violando o princípio da livre iniciativa, constitucionalmente previsto em favor da escola particular (*caput* do art. 209 da Constituição Federal de 1988). Não fere apenas o citado artigo, como também há violação ao art. 170, inciso, em especial, IV, da atual Constituição, no que se refere à livre iniciativa privada.

Outra questão – e essa é na seara trabalhista –: a atividade-fim da escola não é a segurança, tampouco é possível criar categoria profissional diferenciada. A escola é composta apenas de professores e auxiliares administrativos.

Não menos importante, a inconstitucionalidade é flagrante, já que o serviço de segurança é obrigação do Estado, conforme o art. 144 da Constituição Federal, não sendo de responsabilidade do setor privado.

Por fim, como dito no item 6, na modificação da LDB, prevista no projeto de lei, a via escolhida não é adequada para obrigar a escola privada a contratar segurança ou serviço de segurança, pois foge da sua finalidade, já que não é legislação de ensino, tampouco princípio pedagógico.

Assim, o Projeto de Lei 2.775, de 2022, se apresenta inconstitucional.

Brasília, junho de 2024.

Dr. Cláudio Vinícius Dornas, OAB/MG 56567.

Convém, de nossa parte, a título de colaboração, Senador Mourão, fazer, por exemplo, a manifestação do projeto que foi, para nós, um exemplo, aqui no Estado do Maranhão, onde eu presido o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino, de uma atuação marcante do atual Governo estadual, que criou o comitê interinstitucional de combate à violência nas escolas, com a participação de membros do Ministério Público, da Segurança Pública, do Poder Judiciário, do Sindicato dos Professores, dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conselhos de Educação, da Defensoria Pública e dos demais presidentes de entidades representativas do segmento de direitos humanos, ou seja, um conjunto de representatividade.

Discutimos bastante esse assunto em reuniões que foram realizadas em que ficou bem evidenciada a necessidade de que a Segurança Pública atue com a sua inteligência no sentido de, primeiramente, reforçar ou repor o que dez anos atrás foi instituído, que era a vigilância escolar por parte da Segurança Pública. Evidentemente, caberia à Segurança Pública quantificar e estabelecer a quantidade de efetivos e de viaturas que pudessem fazer essa ronda escolar, que, de certa forma, inibe a questão do agente externo.

Nós das escolas nos preocupamos não só com a questão interna de alunos que possam ter comportamento diferenciado daquele dos demais alunos e que mereçam toda a acolhida por parte da coordenação, por parte da direção da escola, do seu corpo psicopedagógico, para aproximar as famílias da escola e aconselhá-las no sentido de que procurem um atendimento para essa criança, para esse adolescente, a ajuda de um profissional habilitado quando se constatar a presença ou um comportamento um tanto quanto atípico com relação aos demais membros.

Esse comitê institucional funcionou e teve resultado bastante positivo, com uma redução significativa, à época que foi instituído, três anos atrás, para discutir essa questão da violência pública nas escolas.

Paralelamente, o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino contratou a consultoria de um policial da reserva, de um coronel da reserva que chegou a ser Comandante Geral da Polícia Militar do Maranhão, que elaborou um manual de segurança, abrangendo duas vertentes. A primeira vertente é a questão do acolhimento aos alunos, aos funcionários, a todo o corpo docente e discente, no sentido de que prestasse todo o atendimento, toda a atenção, que conversasse e buscasse o entendimento com as famílias para que esse aluno, esse adolescente, esse funcionário sejam acompanhados por um profissional de psicologia, por um profissional habilitado para ajudá-lo nesse momento pelo qual está passando, nesse momento crítico. E a outra vertente era uma questão propriamente da vigilância, dos porteiros: treinamento adequado para se evitar o acesso de pessoas não identificadas, de pessoas estranhas, com monitoramento por câmeras externas para observar, por exemplo, a presença de ser estranho diariamente, cotidianamente, nas proximidades da escola. Reforçado por essa ronda escolar e utilizando a vigilância, foi criado um comitê, um telefone que foi disponibilizado, para que fosse acionado no momento em que cada ocorrência pudesse se apresentar.

Uma outra questão foi muito bem colocada aí pelo Senador Seif sobre a história de Santa Catarina, o episódio trágico. É preciso que o Governo, que as políticas públicas façam uma atualização, uma revisão no sistema criminal, prisional, para que elementos como este que invadiu a escola de Santa Catarina não estivessem soltos. A polícia brasileira é tida como uma das que mais prende no mundo, mas também é uma das que mais solta por decisões superiores, por decisões jurídicas. Então, elementos como o cidadão que esfaqueou o sogro, matou um animal, está indiciado em um crime triplamente qualificado,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na nossa opinião, não deveriam estar em liberdade, mesmo que condicional, porque ele tem um potencial muito forte no que diz respeito ao cometimento de crimes.

Então, a experiência que foi adotada aqui no Governo do Maranhão, com a retomada da ronda escolar, com o serviço de inteligência da Polícia Militar, com a disponibilização de um telefone para que seja acionado com a maior rapidez também e ser atendido, deu um resultado extremamente positivo.

Concordo com o Prof. Heleno no que diz respeito à questão do concurso, que, os contratados, principalmente na portaria... que o controle de acesso e segurança seja exercido, se possível, através de equipamentos de tecnologia que permitam fazer o cadastramento de todos os visitantes, alunos, pais, portadores e fornecedores, para evitar o acesso de pessoas não identificadas no estabelecimento de ensino. Então, é uma forma que não tem maiores custos, mas que tem uma eficácia bem maior no combate à violência.

São as duas vertentes. Na questão interna das escolas, dar todo o acolhimento aos alunos e aos funcionários que estejam apresentando um comportamento diferenciado dos demais; chamar as famílias e orientá-las para que procurem um profissional habilitado, capacitado para ajudá-las, que é o que eles precisam, na primeira avaliação. E o corpo psicopedagógico da escola tem condições, também, de orientar, porque todos nós somos gestores. O porteiro é um gestor, o professor é um gestor, o vigilante é um gestor, o funcionário é um gestor, todos ali estão trabalhando no andamento, no desenvolvimento do trabalho educacional, e podem muito bem colaborar nesses momentos de dificuldade, nesses momentos em que somos acometidos por invasões, por violência nas escolas.

Era essa a minha participação.

Agradeço a todos os que participaram, a todos os palestrantes; agradeço, imensamente, ao Senador Hamilton Mourão, que nos deu a oportunidade de poder nos manifestar e apresentar a nossa justificativa e os exemplos que foram usados, os exemplos das práticas que foram adotadas pelo Governo do Estado do Maranhão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Agradeço ao Sr. Paulino Delmar, que, na sua exposição, colocou dois pontos, vamos dizer assim, bem distintos: um, uma apertada síntese jurídica, considerando inconstitucional o projeto em relação às escolas particulares; e outro, indo ao encontro do que já foi colocado pelos nossos expositores anteriores, em relação às rondas policiais, ao trabalho da inteligência policial, ao acompanhamento psicológico, dentro da escola, daquele aluno ou aluna que apresenta algum comportamento que pode levar a uma ação violenta. E, obviamente, citou aí a questão do nosso sistema prisional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós recebemos aqui algumas perguntas através do e-Cidadania, mas as perguntas estão nitidamente dirigidas ao projeto em si, e não às exposições que cada um dos senhores fizeram. E temos comentários – comentários que concordam com o projeto de lei e, obviamente, comentários que discordam do projeto de lei. Então, eu vou omitir essa fase, até pelo adiantado da hora em que já estamos aqui.

Gostaria, então, encerrando esta nossa audiência pública... É um tema que não é simples. Conforme eu comentei, ele nasceu, no ano passado, vamos dizer assim, no calor dos acontecimentos que nós tivemos. Eu tenho uma opinião a respeito dessa questão, uma opinião particular. Eu me preocupo muito com esses *games* de violência que, hoje, crianças e adolescentes jogam. Eu tenho cinco netos, que vão dos 20 aos 9 anos de idade, e a gente vê esses jogos onde a criança vai matar fulano, beltrano, sicrano, e já vimos casos de ataque à escola, tanto fora do Brasil como aqui no Brasil, de pessoas que foram instigadas por esse tipo de *videogame*.

Então é algo que a gente, talvez, tenha que pensar, vamos dizer assim, na forma de um controle. É óbvio que esse é um controle que tem que ser feito, muitas vezes, dentro do núcleo familiar, mas é algo que me preocupa. Eu já havia comentado isso quando era Vice-Presidente da República.

Eu pergunto se algum dos nossos expositores deseja ainda acrescentar alguma coisa. (*Pausa.*)

Pois não.

O SR. YANN EVANOVICK LEITÃO FURTADO – Senador Hamilton, primeiro...

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Dois minutos, Yann.

O SR. YANN EVANOVICK LEITÃO FURTADO – Só queria parabenizar esta iniciativa. Eu acho que vale a pena a gente mandar novos subsídios para cá, inclusive da Operação Escola Segura, que foi conduzida pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, que traz dados importantes do enfrentamento da repressão à violência no ambiente educacional. Acho que se soma, são experiências importantes que foram desenvolvidas.

Acho que é muito importante que a gente sempre se paute por dados de força, por aquilo que a ciência nos aponta. Nós, como gestores públicos, eu sou professor e não posso me embasar por "Eu acho...". Então, os dados de força que nós temos, hoje, para subsidiar essas políticas, apontam a importância de nós considerarmos o ambiente educacional como um espaço de diálogo permanente, mas, também, nós temos outros dados que eu vou enviar para a sua assessoria, do National Bureau of Economic Research, do Research Corporation...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. YANN EVANOVICK LEITÃO FURTADO – ... da American Civil Liberties Union, que apontam, exatamente, no sentido contrário daqueles que acham que só a agenda de enfrentamento vai solucionar esse problema.

Por fim, eu acredito que seja muito importante frisar a importância do ambiente educacional e da proteção dos nossos trabalhadores em educação. Eu sei o quanto é importante a escola, porque venho da escola pública, da universidade pública, e o quanto são importantes as bibliotecas, Senador, porque a biblioteca não é mais um espaço só da busca pelo livro, mas é um espaço também do estudo, para os estudantes terem um ambiente concentrado que, às vezes, não têm nas suas casas, e, por isso, é tão importante ter as nossas bibliotecas.

Sobre bolsas, no Governo do Presidente Lula e do Ministro Camilo, o que nós estamos preocupados é com as bolsas para os estudantes, com a ampliação do pagamento do valor das bolsas para os estudantes e do Pé-de-Meia, que é uma política tão importante, que contou com o apoio desta Casa, inclusive, e que, hoje, é a possibilidade de os nossos estudantes não terem mais que optar entre...

(*Soa a campainha.*)

O SR. YANN EVANOVICK LEITÃO FURTADO – ... comer ou estar na escola. É uma política para a permanência, a maior política de permanência já pensada, para o ensino médio, nos Governos brasileiros.

Era isso. Muito obrigado, Senador, pela oportunidade, também, de estar contribuindo com este debate.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) **–** Muito obrigado, Yann.

Prof. Heleno, vai querer falar alguma coisa?

O SR. HELENO ARAÚJO – Obrigado, Senador.

Só queria, de forma breve, enfatizar que...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HELENO ARAÚJO – ... nós, trabalhadores da educação básica, atuamos da creche ao ensino médio e suas modalidades. Nós estamos tratando do cuidado com as crianças e os jovens e também com a sua formação cidadã.

Então, temos como princípio a defesa dos direitos humanos. Somos seres humanos, regramos os direitos humanos e lutamos muito para que a gente tenha mais educação e menos prisão, porque nós queremos viver num ambiente saudável não só dentro da escola, mas dentro da nossa cidade, dentro do nosso município.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí preocupa, e é importante trazer os dados, Senado Mourão, porque isso tem relação com o que acontece em nosso país. Nós somos 193 países no mundo reconhecidos pela ONU e o Brasil é o 14º país desigual do mundo.

Nós estamos falando da educação escolar onde temos 40 milhões de matrículas, mas nós temos 80 milhões que não têm acesso à escola, não têm acesso ou não concluíram a educação básica. Nós estamos falando de 200 mil pessoas que moram, se a gente pode dizer morar, nas ruas, e são potenciais seres humanos que deveriam estar dentro da escola e ter sua habitação. Nós somos 4 milhões de trabalhadores de educação na base atuando nas escolas; só metade é profissionalizada. Da outra metade, alguns são analfabetos e atuam dentro da escola.

Então, esses programas de formação e de profissionalização são importantes, porque, quando a gente olha esse cenário, dá para entender um pouco porque nós não conseguimos ainda implementar os princípios que são destinados para a educação escolar em nosso país.

A gente tem o princípio da igualdade de condições para acesso e permanência na escola. Se eu tenho 40 dentro e 80 fora, não estamos cumprindo esse princípio. O princípio da solidariedade humana, de que eu já falei, e da liberdade. E temos a finalidade de garantir o pleno desenvolvimento do educando e o seu exercício pleno da cidadania. E a escola não está cumprindo esse papel.

(*Soa a campainha.*)

O SR. HELENO ARAÚJO – Então, esses elementos é importante a gente colocar no debate para a gente não atuar com uma política que pensa que vai ajudar a desenvolver a segurança, mas, na verdade, não ajuda, porque faltam outros elementos na base para a gente poder garantir esse processo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Obrigado aí, Prof. Heleno.

Major Messias.

O SR. JOSÉ MESSIAS MENDES FREITAS (Para expor.) – Eu queria, mais uma vez, agradecer ao Senador Hamilton Mourão – é uma satisfação estar aqui – e a todos que compõem a mesa.

Eu acho que, para encerrar a nossa fala, é muito oportuno a gente falar do Decreto 12.006, um decreto muito recente que ainda, certamente, vai refletir nas ações do sistema de segurança, mas ele regulamenta a Lei 14.643, de 2023, e esse decreto institui o Sistema Nacional de Acompanhamento e Combate à Violência nas Escolas. Então, já é um instrumento jurídico interessante, que busca, de alguma forma, olhar e mobilizar toda a sociedade brasileira para um enfrentamento responsável, técnico e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

científico, sobretudo humanizado, no enfrentamento a essa situação que é tão preciosa, tão central para todas as famílias brasileiras.

O importante é ressaltar que, dentro desse decreto, existem algumas ações aqui que cabem ao Ministério da Justiça. Por isso, a gente começou a nossa fala apresentando o Programa Nacional de Polícia Comunitária Aplicada, porque nós vamos ter, dentre as ações do MJSP, a identificação e o monitoramento de ameaças às escolas. Então, existe uma mobilização dos serviços de inteligência, inclusive dentro das redes sociais, auscultando esse tipo de movimentação, para que a gente possa fazer um trabalho sobretudo preventivo, desestimulando qualquer tipo de ação que venha a desencadear no que já aconteceu na história do nosso país.

De 2002 a 2023, foram 36 ataques às escolas brasileiras, com cerca de 49 mortes. A gente quer que isso não aconteça, e uma forma muito interessante é mobilizar os diversos sistemas de inteligência brasileiros para que estejam monitorando esses movimentos, inclusive dentro dos municípios, dos estados e, portanto, dentro da União.

Um outro apoio é o fortalecimento de rondas especializadas para prevenção...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ MESSIAS MENDES FREITAS – ... e resposta à violência nas escolas. Então, a gente está treinando as pessoas, a gente está dando equipamentos, a gente está, inclusive, estruturando as guardas municipais, as polícias militares, as polícias civis para que elas possam assegurar esse serviço.

Sistematização e divulgação de boas práticas de prevenção e de enfrentamento da violência nas escolas. Por exemplo, agora em agosto, a gente vai trazer todos os gestores nacionais de polícia comunitária, de todo o país, para conhecerem essas boas práticas, até para que de repente um estado possa se inspirar naquela experiência que está dando certo em outro local e possa reproduzir aquilo que está dando certo, como bem apresentou aqui o nosso Professor lá do Maranhão.

E, por último, cito a sistematização dos registros de ocorrência de violência nas escolas. Para isso nós temos o nosso Snave, dentro do MJ, que está aglutinando essas informações para que, a partir do conhecimento... E o nosso Senador sabe o quanto a informação é importante para a tomada de decisão.

Então, é isso. O que a gente quer é que, dentro dessas nossas ações, fique muito evidente que o desejo de proteger não pode sucumbir à ansiedade de controlar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) **–** Muito bem, Major Messias. Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu considero que as exposições aqui apresentadas foram extremamente importantes e servirão, obviamente, para balizar a decisão que esta Comissão irá tomar em... (*Pausa.*)

Eles querem falar alguma coisa? Querem? (*Pausa.*)

Então, voltando aqui, eu peço desculpas aos dois expositores que vieram por videoconferência, mas eu tenho a Comissão Externa do Rio Grande do Sul para presidir, e ela vai iniciar-se daqui a pouco. São os problemas que acontecem aqui.

Então, voltando ao que eu estava colocando, eu acho que todas as exposições foram extremamente importantes para balizar a decisão que esta Comissão vai tomar em relação a esse projeto de lei, que, posteriormente, ainda irá para a Comissão de Constituição e Justiça – então, quanto àquela parte da inconstitucionalidade que foi referida pelo Delmar, isso vai ser analisado lá – e, se passar nas Comissões, então finalmente irá ao Plenário.

Mas eu acho que, de tudo aquilo que foi colocado, está clara a preocupação, tanto da área da educação como da área da segurança pública, com esse problema da violência nas escolas, que não é um problema, vamos dizer assim, só de escola da periferia, pois ocorre em escolas também de áreas nobres, e é um reflexo – minha visão – do mundo em que nós estamos vivendo hoje.

Então, muito obrigado a todos.

Encerro aqui esta reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 48 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 18ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE JUNHO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e onze minutos do dia onze de junho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Jorge Kajuru e Hamilton Mourão, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Efraim Filho, Weverton, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Ivete da Silveira, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Rodrigo Cunha, Margareth Buzetti, Fabiano Contarato, Angelo Coronel, Janaína Farias, Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Astronauta Marcos Pontes, Esperidião Amin e Damares Alves, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Zenaide Maia, Wellington Fagundes e Wilder Morais, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Sergio Moro, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Marcos do Val, Omar Aziz, Sérgio Petecão, Otto Alencar, Rogério Carvalho e Eduardo Girão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 3673, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 28-A do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para aperfeiçoar o instituto do acordo de não persecução penal." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Relatoria:** Senador Flávio Bolsonaro. **Relatório:** Favorável ao projeto e contrário às emendas nºs 1 e 2. **Resultado:** Vista concedida. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 1482, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Institui a Política Nacional de Promoção da Cultura de Paz nas Escolas." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jorge Kajuru. **Relatório:** Favorável ao projeto e contrário à emenda nº 1. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto e contrário à Emenda nº 1. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 853, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 – Lei dos Crimes Hediondos, e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para vedar a progressão de regime de cumprimento de pena aos condenados por crimes hediondos." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Vista concedida. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e um minuto. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jorge Kajuru
Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/06/11

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Fala da Presidência.) – Brasileiros e brasileiras, nossas únicas vossas excelências, Deus e saúde a todos e todas presentes e àqueles que nos acompanham pelos meios de comunicação.

Hoje é segunda-feira, 11 de junho de 2024.

Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Segurança Pública, recordista de reuniões.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 16ª e 17ª Reuniões, realizadas respectivamente em 28 de maio e 4 de junho.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

As atas, portanto, estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens constantes da pauta.

A Presidência esclarece que, nas votações nominais, os Senadores poderão votar tanto nos computadores localizados neste plenário quanto por meio do aplicativo Senado Digital, desde que tenham registrado a presença pessoalmente aqui na Casa.

Comunico que foram apresentados à Secretaria da Comissão de Segurança Pública os seguintes documentos:

- Ofício nº 12/2024, da Federação Sindical Nacional de Servidores Penitenciários, que solicita apoio às pautas legislativas da polícia penal em tramitação no Congresso Nacional;

- Ofício nº 421/2024, que veio da Câmara Municipal de Taubaté, São Paulo, encaminha moção de repúdio à Resolução nº 34 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, que proíbe o proselitismo religioso nos presídios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os documentos serão disponibilizados na página desta Comissão, no *site* do Senado, tendo o prazo de 15 dias para que número desta Comissão, ou seja, o número de membros, se manifeste, no sentido de que os autuemos, para que sejam analisados por este Colegiado.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 3673, DE 2021

- Não terminativo -

Altera o art. 28-A do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para aperfeiçoar o instituto do acordo de não persecução penal.

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro

Relatório: Favorável ao projeto e contrário às emendas nºs 1 e 2.

Observações:

1. Em 20/05/2024, foram apresentadas as Emendas nºs 1 e 2, de autoria, respectivamente, dos Senadores Sergio Moro e Alessandro Vieira;

2. A matéria seguirá posteriormente à CCJ, em decisão terminativa.

Passo então a palavra ao exímio Senador Flávio Bolsonaro para a leitura de seu relatório.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Sr. Presidente Jorge Kajuru, bom dia a todos.

O relatório é um pouco extenso, Presidente. Eu vou pedir a V. Exa. para ir direto à análise...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Sem problemas.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... e ler de uma forma mais dinâmica aqui. Não ao um estilo locutor de rádio e televisão, narrando uma corrida de cavalo, mas eu vou tentar fazer o mais célere possível, Presidente Kajuru. (*Risos.*)

Análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De início, cabe lembrar que a competência para o exame da constitucionalidade da proposição, bem como de critérios próprios do Direito Penal e processo penal será feita na CCJ, cabendo à presente Comissão, portanto, analisar o projeto no contexto da segurança pública, nos termos do art. 104-F, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno do Senado Federal.

No que toca ao mérito, entendemos que o projeto é conveniente e oportuno.

O ANPP, que é o acordo de não persecução penal, insere-se na ideia de justiça penal negociada ou consensual, em que acusação e defesa chegam a um acordo sobre a resolução do processo penal. Embora esse tipo de justiça busque maior efetividade, economia e celeridade processual, não pode olvidar os direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal. Dessa forma, temos que a exigência de confissão no ANPP não é medida acertada, pois vai de encontro ao direito fundamental da não autoincriminação – *nemo tenetur se detegere* –, previsto no art. 5º, inciso LXIII, da Constituição Federal e que deve ser garantido a qualquer investigado ou réu, podendo ser exercido ou não o direito ao silêncio; bem como ao entendimento no sentido de que a confissão dentro do nosso ordenamento processual já não é considerada como a rainha das provas, valendo enaltecer que é imprescindível para o oferecimento do acordo de não persecução penal a presença de outros requisitos objetivos para a sua validação.

Sobre a matéria, a Sexta Turma do STJ decidiu recentemente que a confissão dada em ANPP, não reproduzida durante a instrução criminal – no caso de prosseguimento da ação penal pelo descumprimento do ANPP –, é insuficiente para embasar uma condenação – HC 756.907/SP –, o que revela a prescindibilidade do referido ato processual. Demais disso, vale informar que, na linha do projeto de lei, o próprio Ministério Público do Estado de Mato Grosso editou a Recomendação Conjunta nº 02, de 2023, que "dispõe sobre a prescindibilidade da confissão para celebração de Acordo de Não Persecução Penal".

Os demais pontos tratados pelo PL são igualmente relevantes. O ajuste feito na parte final do *caput* do art. 28-A do CPP retira qualquer dúvida de que as condições previstas nos seus incisos poderão ser ajustadas cumulativa ou alternativamente. Já a possibilidade de o ANPP ser apresentado depois de oferecida a denúncia, desde que antes de proferida a sentença condenatória, é medida que se alinha com a recente decisão proferida pela Primeira Turma do STF, no bojo do HC 233.147/SP. Por fim, os novos §§16 e 17 propostos para o art. 28-A do CPP preveem medidas que facilitarão a realização das audiências de proposta de ANPP, bem como a pesquisa para saber se o agente já foi beneficiado, nos cinco anos anteriores, por alguma das atuais formas de justiça penal negociada previstas na nossa legislação.

A Emenda nº 1-CSP, apresentada pelo Senador Sergio Moro, é meritória, mas o ordenamento jurídico pátrio já contempla o princípio da publicidade dos atos processuais, e de igual forma estabelece as exceções para imposição do sigilo dos atos investigatórios ou do segredo de justiça às informações de inquéritos ou ações em curso, sendo de rigor reconhecer a prejudicialidade da emenda. A publicidade dos atos processuais, garantida no art. 5º, LX, da Constituição Federal, constitui verdadeiro instrumento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

democrático de controle da função jurisdicional, razão pela qual a sua mitigação, embora autorizada de forma expressa pelo poder constituinte originário, deve receber tratamento peculiar às restrições a qualquer direito fundamental, como efetiva demonstração da sua necessidade, e a maior brevidade possível da intervenção.

A regra é que a publicidade seja irrestrita, porém poder-se-á limitá-la quando o interesse social ou a intimidade o exigirem (nos casos elencados no art. 5º, LX, c/c o art. 93, IX, da Constituição Federal e os arts. 483, 20 e 792, §2º, do CPP).

Destaca-se que, quando verificada a necessidade de restringir a incidência do princípio em questão, esta limitação não poderá dirigir-se ao advogado do réu ou ao órgão de acusação.

No tocante à Emenda nº 2, CSP, proposta pelo Senador Alessandro Vieira, em vista de tudo o que foi acima exposto, sobretudo a importância do avanço legislativo que o presente projeto de lei propõe, mormente quanto à prescindibilidade de confissão, entendemos que deverá ser rejeitada. A emenda muda substancialmente o espírito do projeto de lei ao suprimir o *caput* do art. 28-A do Decreto-Lei 3.689, de 1941, buscando a manutenção do texto originário da Lei 13.964, de 2019 (pacote anticrime), que regulamentou o negócio jurídico do acordo de não persecução penal, mantendo a necessidade de exigir do investigado ou acusado o requisito da confissão formal e circunstanciada, razão pela qual deve ser rejeitada.

Ainda ao analisar a Emenda nº 2, apresentada pelo Senador Alessandro Vieira, faz-se necessária sua rejeição em virtude de não observar o que dispõe o Regimento Interno do Senado Federal, em seu art. 230, II, tornando-a prejudicada, conforme o texto abaixo da norma regimental:

> Art. 230. Não se admitirá emenda:
> .....
> II – em sentido contrário à proposição quando se trate de proposta de emenda à Constituição, projeto de lei ou de resolução.

Com essas considerações, somos pela aprovação do Projeto de Lei 3.673, de 2021, em seu texto original, rejeitadas integralmente as Emendas nºs 1 e 2, Presidente.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Perfeito, Senador Flávio Bolsonaro, que mostrou também o mesmo pique e ritmo de locutor de jóquei. (*Risos.*)

Não foi longo de forma alguma. Já vi aqui relatórios bem mais longos.

Bem, havendo alguém que queira discutir, por fineza, coloco à disposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parece-me que o sergipano tão distante de mim, amigo Senador Alessandro Vieira...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Ele é gaúcho, não é? Mas é o rei do Sergipe.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Para discutir.) – Atendo às duas naturalidades: gaúcho de Passo Fundo, criado em Sergipe desde os oito anos de idade. Já tenho 49, acho que...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Quarenta e um, então.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – ... já estou devidamente adotado pelas terras sergipanas.

Antecipo o pedido de vista, Presidente Jorge Kajuru, e faço já um registro com relação ao tema.

O acordo de não persecução penal é uma ferramenta interessantíssima para a redução da morosidade, do sentimento de impunidade que você tem na nossa Justiça brasileira, mas vem sendo profundamente desvirtuado pelos tribunais. Observe, Senador Kajuru, que nós temos casos de indivíduos condenados pelo pleno do Supremo Tribunal Federal e que tiveram direito a fazer acordo de não persecução monocraticamente decidido pelos relatores. É uma coisa absolutamente teratológica, mas é fato. O cidadão é condenado por crime contra a administração pública pelo pleno, aí ele entra em acordo com o relator – exemplifico especificamente os Relatores Gilmar Mendes e Kassio Marques –, os acordos são colocados em sigilo e a decisão do pleno é sepultada.

Então, de fato é importante que a gente tenha um ajuste na legislação, mas com a cautela, e até por isso eu entendo o espírito da emenda, por exemplo, do Senador Sergio Moro de que se dê publicidade, porque nós temos hoje um sem-número de acordos firmados sem publicidade alguma. E o acordo não serve para ocultar crimes, o acordo não serve para ajustar a vida do criminoso, ele serve para desobstruir a Justiça, mas tem que ter a reprovação da conduta. Por isso a minha emenda apontando a necessidade da confissão, porque senão a gente vai jogar fora a Justiça por um todo. Vai bastar que você, no momento em que achar oportuno, construa um acordo, sabe-se Deus com que condições, com um relator monocrático, e destrua toda a Justiça.

Eu sei que não é o espírito da legislação apresentada nem do relatório, mas peço vista para tentar sugerir aprimoramentos, para que se reforce mais a natureza real do acordo de não persecução, que hoje está servindo para acobertar a conduta de bandidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pela voz, é o Senador Fabiano Contarato?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Isso, sou eu.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Saudade também. Fique à vontade.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu, na mesma linha do Senador Alessandro, tenho uma certa preocupação com acordo de não persecução penal não ser condicionado à confissão.

É claro que nós sabemos que a confissão não é a rainha das provas. É claro que nós sabemos que existe um conjunto probatório, mas ela já está sendo beneficiada com um instituto, e, veja, quando o próprio legislador quer beneficiar a confissão, ele o faz, seja como causa de diminuição de pena, no arrependimento posterior, quando ele fala que, nos crimes praticados sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa por ato voluntário do agente até o recebimento da denúncia ou da queixa, o juiz vai diminuir a pena, mas veja que parte de um ato de reparação e de reconhecimento do que foi feito.

A própria confissão é uma circunstância atenuante, prevista no art. 65, inciso III, alínea "d", do Código Penal:

> São circunstâncias que sempre atenuam a pena:
> [...] [Está lá]
> III - ter o agente:
> [...]
> d) confessado espontaneamente [...] [a prática delituosa].

Então, é óbvio: se a gente vai se debruçar... E eu concordo que, com essa flexibilização, às vezes, a gente, em busca de ter uma certa resolutividade... Os fins não justificam os meios. Nós vamos ter uma insegurança, como um todo, e eu acho que, se a pessoa já vai ser beneficiada pelo acordo de não persecução penal, é justamente partindo da premissa de que ela tem, no mínimo, que reconhecer que praticou aquela conduta para ter aquele benefício ali.

Mas isso vai ser objeto de discussão, e eu só faço aqui a minha... Eu fiz questão de fazer essa fala, com todo o respeito, não querendo entrar na discussão, mas já fazendo essa ponderação, porque eu acho que quem lida na ponta sabe muito bem o que é isso. Uma coisa é a fase pré-processual, a fase

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

investigatória; outra coisa é a fase processual, com contraditório e ampla defesa. E aí o Estado abdica, renuncia à *persecutio criminis* em crimes graves, em crimes de ação penal pública incondicionada, em crimes em que o titular é a sociedade, em crimes em que quem foi ofendido foi a sociedade, independentemente de qualquer reconhecimento por parte do erro praticado, do crime praticado por aquela pessoa, eu não acho que seja prudente a gente fazer essa aprovação dessa forma.

Por isso eu faço essa ressalva aqui, ao passo que, mais uma vez, quero aqui parabenizar tanto a leitura do Relator, Senador Flávio Bolsonaro, quanto a intervenção do meu querido Alessandro Vieira e de todos os Senadores e Senadoras que compõem esta tão conceituada e importante Comissão de Segurança Pública.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente, só para...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Regimentalmente, temos que respeitar o pedido de vista, mas a discussão continua.

Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Eu acho que é válido o pedido de vista. Agradeço aos Senadores que o pediram, porque eu, óbvio, estou sempre aberto a aprimorar o projeto de lei, de autoria do Senador Wellington Fagundes, mas só quero trazer um esclarecimento.

Eu acho que o escopo do projeto é exatamente ao contrário; não é incentivar a impunidade. Quando você caminha para um acordo de não persecução penal, por mais que não haja ali – essa é uma inovação – o reconhecimento formal – "eu sou culpado; então, vamos fazer um acordo após eu reconhecer que sou culpado" –, ele sempre caminha exatamente para ter um desfecho, para que haja uma conclusão, para que não seja um inquérito aberto, um processo aberto, sem conclusão, exatamente para não ter impunidade. Esse é um aspecto.

O outro aspecto que inova esse projeto de lei é aquilo que já vem acontecendo, conforme a jurisprudência até colocada aqui, no parecer: é a possibilidade de um acordo de não persecução penal acontecer também durante o processo judicial, antes da sentença condenatória.

Portanto, até no caso trazido aqui pelo Senador Alessandro Vieira, esta lei não se aplicaria, porque, se já houve uma sentença condenatória, não se está mais falando de possibilidade de acordo de não persecução penal.

Só para que todos entendam, hoje, essa possibilidade existe apenas na fase probatória, na fase de investigação. O que traz aqui o Senador Wellington Fagundes com este projeto é a possibilidade de que isso ocorra também dentro do processo, que é uma etapa que é após a investigação, mas nela também são produzidas algumas provas e nela também há a possibilidade de se chegar a um acordo e inclusive de,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vamos dizer, não ter a impunidade. É o contrário: quando a pessoa consegue fazer um acordo – aquele bem, seja a vida, seja o patrimônio que está sendo lesado –, aquilo vai ter alguma conclusão, e obviamente esse acordo pressupõe que todas as partes estejam em comum acordo e obviamente resulte numa não impunidade. Essa é que eu acho que é a intenção do Senador Wellington Fagundes, Presidente.

Mas, após o retorno da vista, a gente continua a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Sem dúvida alguma.

Bem, eu pediria, por fineza, ao nosso Presidente querido General Hamilton Mourão que assumisse a Presidência, porque o item 2 da pauta tem minha relatoria.

Será apenas rapidamente, será um complemento.

Essa será de locutor de jóquei mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) –

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 1482, DE 2023

- Não terminativo -

Institui a Política Nacional de Promoção da Cultura de Paz nas Escolas.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Jorge Kajuru

Relatório: Favorável ao projeto e contrário à emenda nº 1.

Observações:

1. Em 21/05/2024, foi lido o relatório e concedida vista ao Senador Sergio Moro;

2. Em 27/05/2024, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Sergio Moro;

3.Em 10/06/2024, foi recebido relatório do Senador Jorge Kajuru;

4. A matéria seguirá posteriormente à CE.

Passo a palavra ao Senador Jorge Kajuru para a leitura do seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Como Relator.) – Obrigado, Presidente General Hamilton Mourão.

Antes de mais nada, com muita alegria, registro o entendimento do Senador Ministro Sergio Moro, tanto que ele está ausente. Sabendo que haveria esta minha rejeição, ele entendeu os meus argumentos e poderá, inclusive, apresentar um outro projeto da forma como ele quer, na linha penal, e não na minha – a minha é a linha da cultura e da paz. E nós discutiremos esse outro projeto que ele poderá, inclusive, apresentar.

Então, rapidamente, o complemento de voto é sobre a Emenda apresentada nº 1, do Senador Sergio Moro, a respeito do aventado crime de massacre: no entanto, o meu parecer é contrário, porque não observo pertinência temática com o texto vindo da Câmara dos Deputados (art. 230, inciso I, do Regimento Interno do Senado) bem como porque a alteração de tal monta na disciplina legal dos homicídios praticados contra múltiplas vítimas está a merecer maior reflexão desta Casa.

Em suma, o Projeto de Lei nº 1.482, de 2023, por ora, não altera o Código Penal e a emenda proposta já consta do Projeto de Lei nº 1.880. de 2023, como com fidalguia bem registrou aqui o Ilustre autor da emenda.

O voto.

Então, com essas considerações, sou pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.482, de 2023, e pela rejeição da Emenda nº 1 desta Comissão de Segurança Pública, Presidente Mourão.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Resultado: aprovado.

O relatório passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 1.482, de 2023, e contrário à Emenda nº 1.

A matéria vai à Comissão de Educação e Cultura.

Devolvo a Presidência da Comissão ao extraordinário Senador Jorge Kajuru.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Bem, já vamos, então, ao item 3 da pauta, que é o último.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 853, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 – Lei dos Crimes Hediondos, e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para vedar a progressão de regime de cumprimento de pena aos condenados por crimes hediondos.

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. A matéria seguirá posteriormente à CCJ, em decisão terminativa.

Passo a palavra à nossa querida e excelente Senadora Damares Alves, do Distrito Federal, para o seu relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Acabou de chegar.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Ela e eu temos uma sintonia Pelé-Coutinho: chegamos juntos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Combinamos.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Bom dia, Presidente. Bom dia, colegas.

Eu peço permissão para ir direto à análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Preliminarmente, sob o aspecto regimental, registramos que, nos termos do art. 104-F do Regimento Interno compete à Comissão de Segurança Pública opinar sobre proposições pertinentes aos temas de segurança pública e de políticas públicas de prevenção à violência.

A CCJ, destino seguinte de tramitação da matéria, examinará a proposição, em caráter terminativo, no tocante aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, incluída a técnica legislativa.

A despeito de a Súmula Vinculante nº 26, do Supremo Tribunal Federal, apresentar interpretação sobre objeto desta matéria, entendemos que, na situação atual de violência crescente no país, a mudança é imprescindível. Tal súmula foi editada em 2009 e há de ser revista posteriormente à transformação do PL 853, de 2024, em lei. A sociedade não aguenta mais pagar pelas benesses dadas aos condenados por crimes hediondos.

Na visão da segurança pública, foco desta Comissão, tem-se presente que o PL 853, de 2024, é meritório, conveniente e oportuno.

Os crimes hediondos são aqueles considerados de gravidade acentuada, ou seja, aqueles delitos com grande potencial ofensivo. Segundo a criminologia sociológica, são assim designados aqueles crimes com alto grau de desvaloração e que, em razão disso, têm aversão incomensurável por parte da coletividade. Assim, ao praticar crime hediondo, o condenado demonstrou, com essa conduta, que não está apto ao convívio social, devendo permanecer segregado do restante da sociedade durante todo o cumprimento de sua pena. Portanto, entendemos que, ao vedar a progressão de regime no cumprimento de pena por crime hediondo, o PL impedirá que o condenado por tal crime pratique novos delitos graves após progredir para os regimes semiaberto e aberto, evitando-se, com isso, que a sociedade se torne refém de criminosos de altíssima periculosidade.

A progressão de regime visa à ressocialização de presos, por intermédio do convívio familiar e da atribuição de mecanismos de recompensas e de aferição de senso de responsabilidade e disciplina do reeducando. Dessa forma, ela constitui um meio de proporcionar a reinserção social do condenado e, melhor, de fazer com que essa ressocialização seja feita de maneira gradativa. Entretanto, embora o referido instituto seja um meio para proporcionar a gradativa reinserção social do condenado, a sociedade não pode ser utilizada como instrumento de aferição da capacidade de presos perigosíssimos retornarem ao convívio social. Há crimes que, pela natureza e forma do cometimento, mereceriam a aplicação da pena de prisão perpétua – repito, tem crimes que já mereciam, no Brasil, pena de prisão perpétua –, medida proibida em nosso ordenamento jurídico, por força do art. 5º da Constituição Federal. Países, como Estados Unidos da América, Inglaterra, Holanda, Itália, Hungria e Irlanda, por exemplo, adotam-na em suas legislações.

Estamos a falar de crimes gravíssimos, bárbaros, hediondos, trata-se de verdadeiras afrontas às famílias das vítimas e a todas as pessoas de bem, a cada instante desrespeitadas com as notícias de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

liberdade dos criminosos no transcorrer da mesma geração em que tais crimes foram cometidos. Exemplos de liberdade de criminosos por crimes hediondos no transcorrer da geração em que os crimes foram cometidos estão a toda hora sendo noticiados em nosso país. O autor, em sua justificação, cita o caso do maníaco do Parque das Nações Indígenas, José Carlos de Santana, que foi condenado a 34 anos de prisão, em 2007, por ataque a dez mulheres em Campo Grande, e voltou à prisão, na cidade de Terenos, em outubro de 2023, acusado de cometer novos estupros, apenas dois anos após ser libertado em progressão de pena. Casos como os do assassino da atriz Daniella Perez, em 1992; do casal Manfred e Marísia, em 2002; de Eliza Samudio, em 2010; de Marcos Kitano Matsunaga, em 2012, continuam a clamar por mais justiça para as famílias das vítimas enlutadas brasileiras.

Com estes dados, cumprimentamos o Senador Flávio Arns pela iniciativa da apresentação do PL 853, de 2024, oportuna e necessária, matéria que responde aos anseios de toda a população trabalhadora, ordeira e de bem do nosso país.

O voto é pela aprovação do projeto.

E, se o que eu li – quero pedir apoio aos pares – não os convenceu, vou falar uma coisa: domingo, eu estava em Manaus, Presidente. Eu fui conhecer a menininha de cinco dias que foi estuprada – cinco dias!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – O que é isso!

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Com o cordão umbilical, ela foi estuprada.

No mesmo domingo, eu me reuni com a delegada, Dra. Joyce Coelho. A Dra. Joyce Coelho, uma guerreira no Brasil, está presidindo 8 mil inquéritos, em apenas uma delegacia, de pedofilia, e, em muitos dos inquéritos, são pessoas reincidentes.

Ou a gente toma uma atitude agora de deixar aqueles que cometem crime hediondo cumprirem a pena presos – lá presos, até o final da pena –, ou a gente vai estar, o tempo todo, colocando crianças, bebês, recém-nascidos, mulheres, idosos em risco.

Então, se vocês não estão convencidos dessa necessidade, eu posso mostrar imagens, ficar horas com os meus colegas falando sobre criminosos reincidentes, criminosos que cometeram crimes hediondos, que estão em liberdade e são reincidentes.

Preço aprovação ao projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Damares Alves, tem uma emenda? A senhora deseja comentar? É do Senador Fabiano Contarato.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu rejeito a emenda do Senador Fabiano Contarato.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Alguém para discussão?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Eu, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pois não, Senador Fabiano.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Para discutir.) – Eu respeito o relatório da Relatora, eu acho que o tema de segurança pública a gente tem que trabalhar, sim, com firmeza. Defendo isso como defendi aqui aumentar a pena para traficante, como eu defendo que, efetivamente, em alguns casos, a gente tenha que repensar até o período de internação de adolescente em conflito com a lei, se ele praticou ato infracional equiparado a hediondo.

Agora, eu apresentei aqui algumas emendas, inclusive para vedar a progressão, Senadora, com relação a líder de organização criminosa, por exemplo. A gente tem que vedar também. É isto: vedar a progressão para essas pessoas, já que a gente está falando de vedação de regime de cumprimento de pena.

Já que a gente está mudando a Lei 8.072/90, que é a Lei dos Crimes Hediondos, por que a gente agora, também, aqui – e é uma emenda minha –, não coloca como crime hediondo corrupção ativa, corrupção passiva, crimes contra a ordem tributária, contra o sistema financeiro? Porque a corrupção mata, mata não só a vida, mas mata sonhos de pessoas. E aqui eu não estou fazendo um discurso pró A ou B, mas, quando há um furto no meu Espírito Santo ou aqui no Distrito Federal, você tem uma vítima; agora, quando um político desvia verba da saúde, ele está matando milhões de pessoas; quando um político desvia verba da educação, ele está matando os sonhos de milhões de jovens.

Então, por que nós, aqui nesta Comissão de Segurança Pública, não aproveitamos esse projeto, que está alterando a Lei 8.072/90, que é a Lei dos Crimes Hediondos, e colocamos na Lei 8.072 que essas condutas passam a ser crimes hediondos? Por que nós não aumentamos a pena do crime de corrupção ativa, por exemplo, que é de dois a doze anos – e, como a pena mínima é de dois anos, tem o acordo de não persecução penal –, e aumentamos a pena mínima para quatro anos, porque aí não vai ter? Aí, sim, nós estaremos agindo de forma contundente contra aquelas pessoas que mais ocasionam comportamento nocivo na população brasileira, que vilipendiam a educação, a saúde, a moradia, a carga tributária, a geração de emprego e renda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho que a gente tem que fazer essa reflexão, sim, perfeitamente. Primeiro, analisar o âmbito da constitucionalidade, que isso vai ser objeto de análise na Comissão de Constituição e Justiça, mas, se a gente vai fazer isso, de restringir progressão de regime de cumprimento de pena, que seja para líder de organização criminosa, que seja para traficante, que seja para os crimes hediondos, que coloquemos os crimes contra a administração pública, entre esses que eu elenquei aqui, inserção de dados falsos em sistema de informação, concussão, corrupção passiva, corrupção ativa, peculato...

Aumentamos a pena, que é de dois a doze, vamos botar a pena mínima agora para quatro, que aí não tem acordo de persecução penal. Aí, sim, a gente vai agir de forma contundente. Porque, do contrário, Senador Kajuru, a sensação que eu tenho, aqui no Senado, é a de que a gente age de forma contundente, infelizmente, contra pobres e pretos. Isso porque nós aprovamos, aqui na Comissão de Constituição e Justiça, por exemplo, aumentando a pena do estelionato, que é um crime contra o patrimônio, uma pena de um a cinco, passando para 19 anos!

Olha, o principal bem jurídico é a vida! Rigor para crime hediondo tem meu total apoio. Aumentamos a pena do crime de furto de cabos de energia. É o Estado criminalizando a pobreza. Mas nós não temos a coragem de aprovar aqui que crime contra a ordem tributária, contra o sistema financeiro, crime de sonegação fiscal, de corrupção ativa, de corrupção passiva, de peculato, de concussão, que os crimes praticados contra a administração pública passem a ser crimes hediondos. Por que nós não temos essa coragem? Por que nós não temos esse vigor aqui em aprovar essa conduta? Sabe por quê? Porque, infelizmente, muitos políticos querem legislar por interesse próprio.

Então, é um ledo engano quando se fala que o Congresso Nacional representa o povo. Infelizmente não é isso! O Congresso Nacional representa castas. Eu queria que entrasse por esta porta aqui, Senador Kajuru, uma representatividade maior, sabe de quem? Dos pobres, dos pretos, dos pardos, dos indígenas, dos quilombolas, da população LGBTQIA+. Aí, sim, a gente ia ter uma representatividade aqui efetivamente inserida naquilo que é uma premissa constitucional do art 5º, em que todos somos iguais perante a lei, independentemente da raça, cor, etnia, religião, origem, orientação sexual, porque, do contrário, a gente age com o rigor da lei contra uma camada economicamente menos favorecida.

Volto a falar: não é porque eu tenho meus filhos, não, que são a razão da minha vida, mas olhe a população carcerária no Brasil: 70% de pretos e pardos. Olhe essa população carcerária! Quantos políticos estão presos no sistema prisional? Eu faço esse desafio. Eu faço esse desafio. Consulte o Ministério da Justiça para saber qual o percentual da população carcerária que hoje está cumprindo, dentro do sistema prisional, penas por crimes contra a ordem tributária, crimes contra o sistema financeiro, crimes de sonegação fiscal, corrupção ativa, corrupção passiva, peculato, concussão. Você não tem, sabe por quê? Porque o Estado criminaliza a pobreza, porque o Estado criminaliza a cor da pele e porque, aqui, nós estamos aumentando as penas para furto de cabos de energia elétrica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso me faz lembrar a passagem do livro *Alice no País das Maravilhas*. Alice chega para o gato e fala: "Me ensina a sair daqui". O gato fala: "Mas para onde você quer ir?" "Ah, não importa". "Então, não importa o caminho que você deva tomar". Talvez, nós sejamos uma população de alices, que não sabemos o caminho que estamos tomando.

Enquanto eu estiver aqui, eu vou lutar para que essa premissa constitucional de que todos somos iguais perante a lei um dia deixe de estar deitada eternamente em berço esplêndido e ganhe vida, vez e voz no Senado Federal.

Obrigado, Sr. Presidente.

Eu peço vista.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente, para discutir.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pois não, querido catarinense e destacado Senador Sérgio Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Jorge Seif.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu falei "Sérgio" não sei por quê, até porque é meu xará. O Kajuru, de vez em quando, tem dessas loucuras.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para discutir.) – Senador Kajuru...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Fala, querido.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – ... eu queria dar uma informação para o Senador Contarato: isso que ele propõe já foi aprovado pelo Senado.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Está na Câmara isso, não é?

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Projeto de Lei 204, de 2011, que jaz na Câmara dos Deputados. Então, esse projeto já foi aprovado no Senado, não sendo necessário ser incluído nessa proposição da Senadora Damares.

E eu quero dizer, também para o senhor que, independentemente da cor do cara, preto, branco, azul, amarelo, quem estupra criança de cinco meses, de um mês, adolescente de 12, 13 anos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

independentemente da cor, tem que ser preso e não tem que sair para nada. Foi para isso que nós aprovamos o fim da saidinha.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – O que eu concordo.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Independente da cor da pessoa. Quem estupra...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – O que eu concordo, Senador.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Só um minutinho.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Pela ordem.) – Eu concordo plenamente com o senhor: estuprador de criança, de adolescente, tem que cumprir a pena realmente. Eu só faço uma reflexão de que a gente trate de forma igualitária outros crimes. E quando o senhor fala que isso já foi aprovado, não está lá, por exemplo, líder de organização criminosa. Líder de organização criminosa também tem que cumprir pena integralmente fechada. Está bom? Desculpe a interrupção.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente...

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente... Só para finalizar, Senadora Damares...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Para o senhor concluir. Fique à vontade.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Só o pedido de vista.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – ... se a senhora me permite. Eu quero parabenizar, Senador Kajuru, a Senadora Damares, porque ela, desde o tempo do Governo do Presidente Bolsonaro, mexe com temas – ela é uma mulher – a que muitos de nós, homens, teríamos aversão, devido à crueldade e às barbaridades com que ela vive e convive.

Algumas cenas, alguns vídeos que ela teve oportunidade de passar para nós, desde o Governo do Presidente Bolsonaro e atualmente como Senadora, eu falo para o senhor, são de passar mal, são de dar pressão baixa, são de se arrebentar emocionalmente, pela crueldade. São coisas que um ser humano faz... são coisas satânicas; não tem como isentar. E ela saiu daqui do Distrito Federal, foi lá no Amazonas prestar solidariedade à família e à delegada que conduz isso. Ela colocou isso ali num grupo que nós temos de oposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Damares, eu quero dizer que a senhora é uma mulher de Deus, a senhora me representa. Eu agradeço a Deus pela sua vida, pela sua coragem acima de tudo, pelo seu equilíbrio em conseguir enfrentar... Porque isso aí, Senador Kajuru, são quadrilhas que ganham dinheiro com fotos, com vídeos, com estupros ao vivo, e tem gente que consome isso.

Então, Senadora Damares, a senhora tem os meus parabéns pela proposição. Meu voto é "sim", consigno meu voto "sim" e espero que medidas como essa aqui no Senado Federal ajudem a proteger nossas crianças, nossos recém-nascidos, nossas mulheres, nossos adolescentes, de criminosos.

Infelizmente, Senador Kajuru, nessas oportunidades, um cara que estupra uma criança de cinco dias, para mim, não tem jeito. Esse cara, para mim, tinha que ir para o paredão, tinha que ser pena de morte...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Para mim também: pena de morte.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – ... apesar de eu ser cristão e respeitar os dez mandamentos, um deles é "não matarás", mas um cara desse, que era da família da criança, sinceramente, eu não vejo solução, eu não vejo alternativa, porque essa pessoa, sinceramente, já se perdeu nesse mundo.

Obrigado.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Presidente, só para esclarecer: a emenda do Senador Contarato não é ruim quando traz o líder de organização criminosa e corrupção, mas ela diz o seguinte: "A pena por crime hediondo com resultado morte". Então, ele só quer prever quando tem morte. Com relação à menininha de cinco dias, o agressor está preso, mas a menininha não morreu. Ela está destruída, nunca mais será uma mulher perfeita, mas ela não morreu. Então, nesse caso, ele não ficaria na cadeia porque não resultou em morte? Essa é a minha dúvida com relação à emenda do Contarato.

Eu vou conversar com ele. Ele pediu vista, a gente ganhou tempo aí. Vou conversar e posso acatar parte da emenda, se ele abrir mão da questão de que, tendo morte ou não, é crime hediondo e fica na cadeia. Então, que fique registrada a minha posição.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Para discutir também, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Parabéns pela sua sensatez, Senadora Damares.

Senador Flávio Bolsonaro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Presidente, me incomoda o discurso hipócrita que é colocado em público, como se houvesse um olhar do Estado para criminalizar quem é pobre e por aí vai, "ah, a quantidade de pessoas pobres que têm presas".

O que acontece, Presidente? A nossa legislação, o Código Penal, o Código de Processo Penal estabelece penas mais graves para aqueles crimes cometidos contra a vida ou contra a propriedade, ou contra a saúde de alguém. São penas mais graves, de até 30 anos de reclusão em regime fechado.

Então, não é porque... ele quer comparar o crime de corrupção, como já disse aqui o Seif, que tenha o tratamento de crime hediondo. Nós somos favoráveis, tanto é que o Senado já fez sua parte, já aprovou esse projeto de lei, que está lá na Câmara dos Deputados, e não é a primeira vez que a gente fala isso aqui em público para o Senador ouvir, porque ele continua com o discurso como se o Senado não estivesse fazendo nada, e já fez. Tem que haver uma mobilização para que isso aconteça na Câmara.

Agora, esse discurso me incomoda – ainda mais vindo de um policial – porque para cumprir um mandado de prisão numa favela do Rio de Janeiro, dominada por narcotraficantes armados de fuzil, a polícia tem que entrar de um jeito. Daí se viu a necessidade de se ter, inclusive, veículos blindados para você conseguir entrar numa favela dessa, tomando tiro de tudo quanto é jeito – bem, de repente, tem um pulo do gato que a gente não conhece, e o Ministro do Lula poderia indicar como é que ele entra numa favela dominada por traficantes sem tomar um tiro, sem polícia, sem nada. Realmente, é algo mágico, inexplicável, mas acontece. Agora, para o mesmo policial ir cumprir um mandado de prisão na Orla de Copacabana, ele vai tocar a campainha, vai subir no elevador, vai prender o cara e vai levá-lo embora. Não vai tomar tiro, não vai ter uma resistência, três horas trocando tiro para conseguir cumprir um mandado desse.

Então, não é "a discriminação de quem é pobre", "a polícia é mais violenta quando entra em um lugar pobre", não é isso. É pela forma como ela é recebida que ela tem que reagir. Quem dera a polícia do Rio – não é, General Mourão – pudesse entrar nessas favelas dominadas por traficantes sem precisar disparar nenhum tiro, é o sonho deles. Morreriam menos policiais, as suas famílias ficariam mais tranquilas porque ele iria trabalhar e voltaria para casa com vida.

Então, mais uma vez, se a população carcerária é mais formada por negros e pobres não é porque eles são negros e pobres, é porque o tipo de crime que foi cometido enseja que eles permaneçam mais tempo dentro da cadeia, como diz a legislação.

Então, esse discurso fácil, uma narrativa fácil, não reflete o que é a realidade. "Então, vamos punir com mais severidade os crimes de colarinho branco?" Vamos, como já fizemos, somos a favor. Mas, como está na lei hoje, o crime de tráfico é punido com cadeia alta, com uma quantidade alta de anos de reclusão. O crime de homicídio, o crime de estupro são crimes que são punidos de forma mais grave do que, hoje, um crime de colarinho branco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que se fizesse uma pesquisa, grande parte da população concordaria que tem que ser assim: o estupro ser a pena mais grave do nosso ordenamento jurídico. Assim como grande parte da população entende, e eu concluo, que tem que haver a redução da maioridade penal, são 80%, no mínimo. Pode ser até do Datafolha, em que a margem é de 200 pontos para cima ou para baixo. Até ele vai concluir lá que mais de 80% da população é a favor da redução da maioridade penal, como acontece em países desenvolvidos.

Ontem, eu estava vendo a notícia, se não me engano, em que um garoto ou dois garotos de dez anos de idade, na Inglaterra, estão sendo condenados como adultos pelo assassinato de uma jovem de 19 anos. A lei trata como se adulto fosse, se ele tiver consciência do que está fazendo. Vão ser condenados como adultos. Agora, vão cumprir a pena num lugar diferente? O.k., mas a punição, o recado que se dá, o exemplo que se dá para a sociedade é que, independente da maioridade penal, se a pessoa tem consciência do que está fazendo, vai responder integralmente pelos seus atos, e é para isso que a gente tem que caminhar aqui no Brasil; no entanto, essa matéria está travada aqui.

No Senado e na Câmara, tem 300 mil matérias tratando de redução da maioridade penal e não andam, simplesmente porque não são pautadas.

Então, feitas as considerações, Presidente, vou aguardar voltar o pedido de vista aqui para também votar favoravelmente ao relatório da Senadora Damares.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Bom, eu acompanho as opiniões, tanto do Flávio como do xará, Jorge; como as da Senadora Damares.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Agora concluo ouvindo, evidentemente, a opinião do Presidente, General Hamilton Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Presidente, indo aqui na linha do que o nosso colega Flávio Bolsonaro colocou, eu ouço esse discurso, muitas vezes, aqui da questão do crime de colarinho branco e eu acho que, às vezes, o Senador – infelizmente, ele já saiu – não se dá conta de que muitos colegas dele deveriam estar presos – essa é a realidade –, parece-me que ele esqueceu isso aí.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – A começar pelo Presidente.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Pois é.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, parece-me que ele esqueceu isso, e, posteriormente, essas mesmas pessoas são liberadas por decisões monocráticas de Ministros da Suprema Corte.

Então, é só isso que eu queria colocar.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente, só para finalizar, se o senhor me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Obrigado, Senador Mourão.

Pois não, Senador, xará.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – As mesmas pessoas que são contra a maioridade penal desses infratores, são a favor da mudança de sexo, da sexualização e da aplicação de hormônio. É uma hipocrisia que não cabe no Brasil! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Então, regimentalmente, respeitamos o pedido de vista.

Aproveito aqui para agradecer sempre a eficiência e o carinho para com a minha questão visual à nossa Secretaria, formada pelo Waldir Miranda, pelo João Murce, pela Clarissa Hayashi, pelo Thiago Albuquerque e pela Geisa Lopes.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pois não, Senador Flávio.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente, antes de V. Exa. encerrar, eu lhe pediria que fizesse a leitura de um requerimento. Se puder incluí-lo extrapauta hoje, o.k.; se não, também na próxima semana, não tem problema.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Querendo ler o requerimento, pode lê-lo, à vontade, e ele fica para a próxima semana – pode ser? –, obedecendo aquele acordo nosso.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Está bom!

Se V. Exa. puder dar como lido, então, o requerimento, para poder pautá-lo na semana que vem...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Está combinado. Já fica já... Pode ser assim, Senador?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Só para esclarecer do que se trata, Presidente.

Aqui, realmente, é uma convocação do Ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, a fim de prestar informações sobre o desvirtuamento das funções da Diretoria de Inteligência da Polícia, setor da Polícia Federal, responsável por realizar precipuamente ações de contrainteligência e investigações sobre terrorismo.

Atualmente, a Diretoria concentra investigações relacionadas ao ex-Presidente Jair Bolsonaro, tais como: inquéritos relacionados às milícias digitais e ao cartão de vacinação. Além disso, a DIP investiga *fake news*, as questões relacionadas aos sistemas de monitoramento por integrantes da Abin e as operações realizadas pela Polícia Rodoviária Federal durante o segundo turno das eleições presidenciais.

Isso é em função de uma matéria jornalística investigativa, que comprovou como hoje a Diretoria-Geral da Polícia Federal destina uma parte desproporcional do seu efetivo para dedicação exclusiva de algo que atinge o ex-Presidente Jair Bolsonaro, o que não faz nenhum sentido. Parece que não está acontecendo mais crime grave nenhum no mundo, não está acontecendo queimada na Amazônia, não está acontecendo tráfico de droga em lugar nenhum, a taxa de homicídio não explodiu no Brasil, especialmente no Nordeste, para pegar uma parte do efetivo da Polícia Federal e direcioná-la para perseguição política. Então, esse é o intuito desse requerimento, Presidente. Peço que V. Exa. o paute na semana que vem, então, para que nós possamos votá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – O Presidente Sérgio Petecão, desta Comissão de Segurança Pública, acaba de informar – e pediu para comunicá-lo, Senador Flávio Bolsonaro – que já vai colocá-lo em pauta.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Beleza!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu sou o Vice-Presidente. Se dependesse de mim, eu iria pautá-lo para a semana que vem; você me conhece, e sabe como eu sou.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Então, ele vai pautá-lo quando?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Não, eu estou dizendo que ele vai definir. Perfeito? Se dependesse de mim, eu já o colocaria em pauta semana que vem, mas eu tenho que respeitar o Presidente. Eu sou o Vice. Não sou um Vice como o Mourão, mas sou.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Nem como o Vasco, pelo amor de Deus! No 6 a 1, o que eu lembrei de você em minha casa, pelo amor de Deus!

Não havendo mais nada a discutir...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone*.) – Vamos esquecer esses comentários. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Vamos esquecer os comentários.

Encerrada a reunião.

Agradecidíssimo.

(*Iniciada às 11 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 01 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 19ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE JUNHO DE 2024, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dez horas e dez minutos do dia treze de junho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Sergio Moro, Professora Dorinha Seabra, Leila Barros, Izalci Lucas, Otto Alencar, Margareth Buzetti, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Jaques Wagner, Jorge Seif, Esperidião Amin e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Plínio Valério, Paulo Paim, Zenaide Maia e Wilder Morais, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Efraim Filho, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Marcos do Val, Weverton, Alessandro Vieira, Omar Aziz, Sérgio Petecão, Rogério Carvalho, Flávio Bolsonaro e Eduardo Girão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 9/2024 - CSP, de autoria do Senador Jorge Kajuru (PSB/GO) e da Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), e REQ 21/2024 - CSP, de autoria da Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Finalidade:** Discutir o desenvolvimento de sistema de informações, transferência de dados e comunicação em rede entre os diversos órgãos envolvidos, principalmente os de segurança pública, e a disponibilização e divulgação, na internet, nos diversos meios de comunicação e em outros meios, de informações que contenham dados básicos das pessoas desaparecidas, a fim de subsidiar a avaliação, no ano de 2024, da Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas. **Participantes:** Sra. Bruna Martins Costa, Coordenadora-Geral substituta de Segurança Pública e Direitos Humanos e Coordenadora do Comitê Gestor da Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos; Sra. Vanessa Fusco Nogueira Simões, Diretora de Gestão e Integração de Informações da Secretaria Nacional de Segurança Pública (representante de: Secretaria Nacional de Segurança Pública); Sra. Larissa Brenda da Silva de Miranda, Delegada de Polícia Federal (representante de: Polícia Federal); Sr. Arlei Gomes de Almeida, Policial Rodoviário Federal (representante de: Polícia Rodoviária Federal); e Sr. Thiago Frederico de Souza Costa, Secretário Executivo do Conselho Nacional de Secretários de Segurança Pública (representante de: Conselho Nacional de Secretários de Segurança Pública). **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves
Presidente Eventual da Comissão de Segurança Pública

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/06/13

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Bom dia.

Havendo o número regimental, declaro aberta a 19ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Segurança Pública.

A presente audiência pública tem como objetivo discutir o desenvolvimento de sistema de informações, transferência de dados e comunicação em rede entre os diversos órgãos envolvidos, principalmente os de segurança pública, e a disponibilização e divulgação na internet, nos diversos meios de comunicação e em outros meios de informações que contenham dados básicos das pessoas desaparecidas, a fim de subsidiar a avaliação, no ano de 2024, da Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, nos termos dos Requerimentos 9 e 21, de 2024.

Esta é a primeira de quatro audiências públicas que avaliarão essa política nacional. Os assuntos que hoje abordaremos estão relacionados às Diretrizes IV e V da Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, conforme dispõe o art. 4º da Lei nº 13.812, de 2019.

Estão presentes e já podem tomar assentos, já podem vir à mesa...

Bruna Martins Costa, que vai fazer a participação por videoconferência, é Coordenadora-Geral substituta de Segurança Pública e Direitos Humanos e Coordenadora do Comitê Gestor da Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, representando a Secretária Nacional de Direitos Humanos do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Muito bem-vinda, Bruna! Aproveito já para mandar um abraço para a Secretária e para o seu Ministro.

Está conosco, e eu gostaria que viesse à mesa, a Sra. Vanessa Fusco Nogueira Simões, Diretora de Gestão e Integração de Informações da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Diretora, é uma alegria recebê-la. Nós temos certeza de que a senhora vai contribuir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito, muito, com essa avaliação. Já aproveito e já mando um abraço para o seu Secretário, para o Ministro, e hoje é o início de uma grande conversa. Muito obrigada por estar aqui.

Eu convido para estar à mesa a Sra. Larissa Brenda da Silva de Miranda, Delegada de Polícia Federal representando a Polícia Federal. Que bom, Doutora, que a senhora está conosco, e eu estou gostando muito desta mesa, bem feminina. Muito bem-vinda! Obrigada. Leve um abraço para o Diretor. É uma alegria ter a senhora com a gente.

Está conosco Arlei Gomes de Almeida, Policial Rodoviário Federal, representando a gloriosa Polícia Rodoviária Federal. Seja bem-vindo! É um prazer estar contigo. Obrigada. Um abraço para o Diretor.

E nós temos também Thiago Frederico de Souza Costa, Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Secretários de Segurança Pública, representando o Conselho Nacional de Secretários de Segurança Pública. Dr. Thiago, muito bem-vindo! Já leve um abraço ao Dr. Sandro e a todos os demais secretários. É uma honra tê-lo conosco.

Informo que foram convidados a indicarem representantes, mas até o momento não o fizeram, o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público, mas nós não vamos desistir dos conselhos. Inclusive, para a próxima audiência, Secretaria, eles estarão... O convite deverá ser enviado a eles, e, se preciso, eu quero uma reunião com o presidente dos dois conselhos. Antes da próxima audiência, a gente já pode pedir uma audiência com os dois. Nós precisamos do CNJ aqui e precisamos do CNMP nessa discussão, e os senhores que estão na execução da política entendem a necessidade de os conselhos estarem conosco.

Comunico que a presente audiência pública será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211. Deixem-me repetir o telefone: 0800 0612211. Ligue, mande sua pergunta, sua colaboração, fale sobre a sua experiência...

Durante a avaliação, nós também vamos trazer casos de sucesso. Os senhores que estão na execução da política todos os dias estão vivenciando casos de sucesso também. Nós vamos trazer para o debate. Então, participe, mande a sua pergunta, mande a sua história, quais são as suas dúvidas e as suas colaborações para que a política seja aprimorada.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por dez minutos. E nós temos ali um relógio – vocês podem acompanhar por aquele relógio. Para a Bruna, que está *online*, uma campainha vai tocar, mas eu quero deixá-los à vontade. A gente estabelece um tempo, porque os Parlamentares

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

passam pela Comissão e estão todos com muita atividade hoje... Então, a gente estabelece um tempo mínimo para que os Parlamentares também acompanhem as exposições, mas, se tiver necessidade, os senhores poderão continuar a exposição por mais cinco, seis minutos. E, ao final, todos poderão fazer uma consideração final.

A população já está participando, nós já recebemos contribuições via internet. E, antes de passar a palavra aos nossos convidados, eu vou já colocar algumas perguntas que estão aqui. Quem sabe essas perguntas já possam nortear a fala dos senhores também? E, se algum dos senhores se sentir à vontade para responder algumas delas...

Pedro, de São Paulo, pergunta o seguinte: "[...] [Como a legislação em vigor] prevê o uso de [...] [inteligência artificial] para colaborar com as [...] buscas [...] [de pessoas desaparecidas]?".

Alane, de Rondônia: "Quais [...] os principais desafios enfrentados [...] pelos órgãos de segurança pública [...] [nessa] busca [...] [por desaparecidos]?".

Marielle, de Mato Grosso: "Quais [...] os [...] desafios [ainda existentes] e [os] resultados [obtidos] desde a [...] implementação [da política]?".

Vejam só, nós temos pessoas de São Paulo, Rondônia, Mato Grosso, Ceará...

Do Ceará não é uma pergunta, mas é um comentário, Doutora: "É urgente a implantação de sistemas de identificação facial com interação de [...] [inteligência artificial] e banco de dados [...]".

E Sidkley, de Pernambuco: "Um conjunto de medidas facilitaria as buscas: [...] [inteligência artificial], câmeras de monitoramento, delegacias especializadas, banco de DNA [...] [entre outras]".

Doutores, esta audiência estava sendo muito aguardada. Nós estamos ao vivo, e, depois, esta audiência vai continuar sendo transmitida em outros horários. As pessoas estão muito interessadas no assunto.

A audiência está acontecendo por força de uma atribuição desta Comissão que é avaliar uma política pública de segurança por ano. E a política escolhida, por unanimidade, na Comissão foi a política de busca de pessoas desaparecidas. Eu trouxe a sugestão para a Comissão, nós tínhamos outras sugestões para avaliação neste ano, mas a Comissão decidiu que fosse essa política. Por ser uma política relativamente nova... Ela é de 2019, a lei foi aprovada em 2019, a unificação dos cadastros. Eu estive na responsabilidade dessa política e eu já começo dizendo que eu sei que não é fácil, sei de todos os desafios de todas as áreas, sei que a lei precisa ser aperfeiçoada, sei que dá para a gente aperfeiçoar, e me senti muito honrada quando a Comissão me escolheu para ficar na coordenação da avaliação.

Então, é uma primeira reunião de muitas, mas a gente não vai ficar, doutores, apenas aqui nas audiências públicas. Nós vamos trabalhar com diligência, nós vamos trabalhar com busca de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

informações, nós vamos trabalhar com outras oitivas, reuniões menores, nós vamos fazer inúmeras ações para a gente chegar ao objetivo da avaliação.

E, deixando claro, senhores, que nós não vamos avaliar a ação e a forma com que um ou outro estão trabalhando. Nós não vamos trazer para cá críticas a nenhum gestor, nós não vamos fazer isso. O objetivo da avaliação é, de fato, ouvi-los para a gente ajudá-los a aprimorar a política.

E, claro, eu tenho um objetivo muito específico: não se tem política pública com sucesso sem dinheiro, sem recursos, e a gente vai trabalhar nessa direção também. O que nós temos que mudar aqui no Orçamento da União para garantir, lá na ponta, a execução que a gente tanto sonha? E eu quero lembrar aos senhores que hoje nós estamos, exatamente entre hoje e amanhã, no limite do prazo de a gente emendar a LDO. E a gente gostaria muito de que, a partir desta audiência, entre hoje e amanhã, sugestões viessem para a gente apresentar emendas, especialmente lá na questão de metas à LDO. Se eu não trouxer para a LDO metas, previsão, eu não vou poder trabalhar lá na LOA recursos.

Então, entendam, é possível que eu tenha aqui uma participação e uma posição muito imparciais com relação à política, e a minha imparcialidade eu já vou confessar: não tem política pública sem recursos. E vou conduzir, sim, essa avaliação para a gente discutir também de que forma a gente pode melhorar a estrutura lá na ponta, porque é muito fácil cobrar dos gestores, mas, quando a gente olha o orçamento... E aqui, Bruna, eu falo diretamente com você também. Bruna, conheço o orçamento do seu ministério, conheço o orçamento da sua secretaria e sei das dificuldades. Então, que a gente trabalhe uma avaliação dos avanços, dos obstáculos, do que a gente precisa melhorar, mas vamos ser muito coerentes, a gente está precisando de recurso? Então, vamos falar de recurso, porque esta Comissão é a Casa de vocês. É nesta Comissão que a gente decide as emendas de orçamento para a segurança pública, é nesta Comissão que a gente pode trazer os Parlamentares para essa discussão mais pé no chão. Então, vamos fazer dessa avaliação também, de fato, um instrumento para fortalecê-los lá na ponta.

Nós vamos começar as nossas exposições. Nós temos cinco pessoas que vão usar da palavra e a gente tem uma ordem de fala. Eu gostaria de mudar a ordem, deixando a Bruna para ser a segunda expositora, e a gente começa agora com a Dra. Vanessa Fusco Nogueira, Diretora de Gestão e Integração de Informações da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Bem-vinda, Doutora. Dez minutos, pode acompanhar. Vai soar uma campainha, mas não se desespere com a campainha, a senhora terá o tempo para fazer as suas conclusões.

A SRA. VANESSA FUSCO NOGUEIRA SIMÕES (Para expor.) – Bom dia, Senadora.

É um prazer imenso estar representando o Sr. Secretário Nacional de Segurança Pública, Dr. Mário Sarrubbo, nesta audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Executivo realmente precisa deste espaço, desta oitiva, desta escuta no Legislativo. Então, desde já, eu gostaria de agradecer, em nome da secretaria, essa oportunidade que temos de falar de um tema tão caro hoje, no Brasil e no mundo, que é o tema das pessoas desaparecidas.

Particularmente, na minha diretoria... Eu estou, há dois meses e meio, na Direção de Gestão e Integração de Informações da Senasp, mas tenho uma longa carreira, por assim dizer, na área acadêmica, com relação à tecnologia, à governança e à inteligência artificial. Então, para mim, é muito prazeroso estar aqui conversando com todos os que nos trouxeram suas dúvidas, com os companheiros de mesa, sobre uma matéria na qual nós precisamos muito ainda avançar no serviço público.

É sabido que, desde a instituição da política, que demorou muito até acontecer, mas finalmente aconteceu no ano de 2019, nós tivemos alguns períodos que ficamos ainda em suspenso, por assim dizer, na execução mais rápida ou veloz dessa política, por causa da pandemia, claro, que suspendeu os processos ou os avanços que nós desejávamos. Mas, já em 2021, o decreto veio para regulamentar então, porque sabemos que a legislação é muito importante, mas temos que dar os instrumentos e instituir as instâncias de atuação. E assim aconteceu com a criação dos comitês, da autoridade central, principalmente da Autoridade Central Federal e das autoridades centrais estaduais.

E o que isso tem a ver com tecnologia, não é? Por que eu estou fazendo essa regressão, essa digressão, por assim dizer, para tratar, para falar do arcabouço legal? Porque somente através dessa normatização é que nós conseguimos efetivamente buscar, propor, primeiro, dados, a criação de instrumentos para a coleta de dados e também que esses dados subsidiem essa política que, como a senhora mesma disse, Senadora, não se faz sem recursos.

Na área da Diretoria de Gestão, então eu vou falar... Estou aqui hoje com os colegas da coordenação-geral da área: da minha Coordenação-Geral de Tecnologia, o Rafael; e também o Major Leandro, que está aqui conosco, da Diretoria do Susp. O Susp, na estrutura do Ministério da Justiça, é responsável pela política, ou seja, pela execução da política. Isso quer dizer que nós temos lá várias áreas de atuação, como a própria verificação de como reunir essas autoridades centrais e como na ponta as autoridades centrais vão conduzir melhor essas investigações, vão se articular melhor.

E hoje mesmo, nesta semana, está havendo essa jornada tratando do lançamento. Nós lançamos o relatório estatístico anual das crianças desaparecidas e estamos executando esse encontro das autoridades centrais regionais, que é uma tarefa nossa de manter a articulação entre os estados sobre o quê? Sobre as dificuldades de obter na ponta o melhor, a qualidade desse dado, que chega lá na nossa Diretoria de Gestão e Integração de Informações.

Nós vamos falar um pouco do que está sendo feito atualmente, para dizer dos nossos desafios. Atualmente, o Ministério da Justiça tem, na Senasp, através da Diretoria de Gestão e Integração de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Informações, a missão de fazer a interoperabilidade dos sistemas e também a integração de todos os dados e produção de estatísticas para que subsidiem as políticas públicas.

A política de proteção ou a política de busca e localização de pessoas desaparecidas não é diferente. Nós também temos esse dever de compilar os dados deste país continental e fazer com que esses dados cheguem com qualidade à nossa diretoria, à gestão, para que sejam produzidas estatísticas como essa. No finalzinho, eu vou fazer aqui a propaganda do relatório e chamar os senhores a conhecê-lo – para quem ainda não teve a oportunidade de conhecer – e então fazer com que esses dados orientem a política pública governamental.

Muito bem, para isso, o que nós fazemos hoje? Nós compilamos, através basicamente de duas entradas hoje atualmente, que é um sistema, vamos dizer, ainda rudimentar que seria o preenchimento de um formulário que as autoridades centrais encaminham ao ministério, à Senasp, para que nós façamos essa compilação desses dados. E o sistema que é o Sinesp Integração – e também o VDE, mas eu vou falar primeiro do Integração –, que recebe os dados dos boletins de ocorrência, os quais vêm, como os senhores sabem, em alguns estados... No Brasil inteiro são 11 estados que utilizam o procedimento policial eletrônico (PPE).

O que é o PPE? É um procedimento padronizado em que há um boletim, um registro padronizado, em que as polícias judiciárias de 11 estados da Federação, no Norte e Nordeste, já ingressam dados, fazem a entrada desses dados com maior qualidade, porque houve uma padronização, na Secretaria Nacional de Segurança Pública, na DGI, onde eu estou, para que haja essa coleta de uma maneira com maior qualidade e fidedignidade.

Já o Sinesp Integração, que também recebe os dados dos outros 16 estados da Federação, também recebe os dados dos boletins de ocorrência, todavia, às vezes, com algumas, vamos dizer, lacunas que necessitam ainda ser melhoradas, tendo em vista não ser um procedimento padronizado, um formulário – por assim dizer –, um boletim de ocorrência padronizado, mas que atende às peculiaridades de cada estado e veio sendo construído.

Nós sabemos muito bem... Quem é das polícias aqui sabe que muitas vezes cada estado investiu na tecnologia, para que um sistema próprio fosse construído. Então, alguns estados, no caso 16 estados da Federação, construíram o seu próprio sistema de boletins de ocorrência e a partir desses sistemas é que nós somos alimentados no Sinesp Integração, lembrando, então, que os 11 estados que são aderentes ao PPE já têm uma qualidade de dados superior, inclusive contemplando o art. 7º, que são aqueles dados que nós obrigatoriamente temos que coletar.

O art. 7º da lei da política trata – me permitam ler aqui – dos seguintes dados: "I - número total de pessoas desaparecidas; II - número de crianças e adolescentes desaparecidos; III - quantidade de casos solucionados; IV - causas dos desaparecimentos solucionados [que nós chamamos de localizados]".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esses dados estão no VDE, que é o sistema validador. O que significa isso? É um pouco complexo, é bem complexo mesmo, porque são vários tipos de coleta. E, quanto a isso, eu acho que, neste momento, essa audiência pública vai nos auxiliar muito...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. VANESSA FUSCO NOGUEIRA SIMÕES – ... a fazer com que nós incitemos os estados a melhorar essa coleta para que nós não tenhamos que sempre validar esses dados, por meio do sistema validador, que coleta esses dados, como eu citei, e que é concentrado aqui no Ministério da Justiça, na Senasp, mas que já partam de lá com uma fidedignidade, que já tenham uma acurácia, que nós recebamos esses dados, vamos dizer, confiáveis no sentido de trabalhá-los com mais segurança, na execução das políticas.

Enfim, então nós temos vários caminhos. Fazemos a validação desses dados através do Sinesp VDE. Convido todos a buscarem a página da Diretoria, da DGI, na Senasp, no *website* do Ministério da Justiça, onde os senhores também vão poder ter uma noção mais ampla do que eu estou dizendo: o Sinesp VDE, o Sinesp Integração e o Sinesp PPE. A par desses três sistemas que coletam dados de boletins de ocorrência, como eu disse, de registros policiais, nós temos ainda este formulário que é encaminhado às autoridades centrais com os dados necessários para que produzamos estes relatórios, que são os de pessoas desaparecidas em geral e, recentemente lançado agora, no dia 11/06, o Relatório Estatístico Anual de Crianças Desaparecidas e Localizadas.

Com respeito a este relatório, Senadora, eu gostaria de fazer um recorte para dizer da importância desse momento aqui, tendo em vista os dados que estão aqui, que ressaltam, que sobressaem deste relatório.

São 2.169 crianças desaparecidas no ano base de 2022. São seis crianças desaparecidas por dia no Brasil, e somente três localizadas. Então, nós temos três crianças que não sabemos se estão efetivamente perdidas ou se efetivamente foram localizadas de alguma forma, porque – não nos enganemos – ainda podemos ter alguma falha nessa comunicação de uma localização de um boletim de ocorrência que não cruzou com outro boletim. Daí a importância da inteligência artificial que nós vamos falar daqui a pouquinho.

Desse número, 54,5% são do sexo masculino, 45,4% são do sexo feminino.

Nós temos o microdado, que é o registro de sexo e cor – e nós temos uma maior predominância neste cenário de crianças pretas ou pardas desaparecidas –, a minoria, vamos dizer, seria de brancas, mas temos um campo aí como "outros", ou seja, precisamos ainda, é um dos desafios, fazer com que este campo "outros" seja preenchido com mais fidelidade para que possamos, efetivamente, direcionar melhor as nossas políticas públicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para dizer da importância de sexo, cor e raça, senhores, eu vou trazer aqui um caso com relação aos homicídios. Vamos só trazer um exemplo para a gente saber da importância disso. Um estudo feito pela...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. VANESSA FUSCO NOGUEIRA SIMÕES – ... Project Evident, de Boston, nos Estados Unidos, trouxe *clear evidence*, ele trouxe como resultado por que é que o índice de elucidação, de solução de homicídios de vítimas da coloração branca era maior do que dos demais, muitas vezes com pessoas da raça negra ou parda, enfim. Nos Estados Unidos, o pesquisador, fazendo este estudo, vislumbrou que a possibilidade de este homicídio ter sido praticado dentro de uma residência, quando a vítima era branca, era maior, o que trazia uma facilidade na coleta da prova das evidências no local de crime, para que esse homicídio chegasse rapidamente a uma conclusão.

Infelizmente, quando, às vezes, ocorriam homicídios que eram com gangues, enfim, e que havia uma predominância, em determinado local, de indivíduos com outro tipo de raça, isso, então, trazia uma dificuldade maior na elucidação do homicídio por quê? Não havia preservação do local do crime, havia um grande número de disparos de arma de fogo, então, havia diversas circunstâncias que dificultavam. A entrada da polícia no local do crime era um complicador, muitas vezes já não havia mais evidências no local.

Enfim, então, por que eu trago isso? Porque nós precisamos entender como nós estamos tratando também as situações no Brasil, com relação à raça, cor, sexo, se nós estamos tratando adequadamente, direcionando políticas para quem são os maiores vitimizados. Se são, no caso aqui, meninos, se são meninas, o que está acontecendo?

Nós trabalhamos, também, na perspectiva de tentar enviar, divulgar esse relatório – espero que esta audiência pública nos traga essa visibilidade, quem puder acessar e quem quiser está disponível no *site* da Senasp/DGI –, o Relatório Estatístico Anual de Crianças Desaparecidas, que foi lançado dia 11. Ele traz todos esses dados e nós estamos buscando aportes da academia e do Legislativo para que nós possamos melhorar a qualidade desses dados e buscar algumas possibilidades de fazer estudos a partir desse relatório. E como nós faremos? Com a ajuda dos senhores, mas também com recursos, com tecnologia. Então, aí nós vamos falar da inteligência artificial.

Nós precisamos chegar ao ponto em que o Ministério da Justiça e Segurança Pública receba também recursos para que implementemos nessa potente base de dados, em que já compila, não com perfeição, mas com bastante propriedade, os dados de todo o país, de boletins de ocorrência, e com o recorte, por exemplo, de crianças desaparecidas, ou com o recorte de pessoas desaparecidas, como foi publicado dois anos atrás.

Com este banco de dados potente, sendo o Ministério da Justiça a autoridade central federal, a Senasp a autoridade central federal, nós podemos fazer cruzamentos e análises preditivas; incorporação,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como disse a pessoa que fez a pergunta, do reconhecimento facial; reconhecimento de objetos; reconhecimento de tatuagens, por que não? Porque nós estamos hoje com a tecnologia avançadíssima e, para isso, nós precisamos de quê? Investimento, Senadora, na infraestrutura dos ministérios.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. VANESSA FUSCO NOGUEIRA SIMÕES – Precisamos da infraestrutura tecnológica, precisamos de recursos para o desenvolvimento de aplicações e precisamos também de pessoal qualificado para que isso aconteça.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) **–** Dra. Vanessa, muito obrigada. Obrigada pela colaboração.

Eu quero só a capa aqui do relatório.

Para quem está ligando a televisão agora e nos acompanhando pelas redes sociais, está acontecendo agora, na Comissão de Segurança Pública do Senado, uma audiência pública para a gente avaliar a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas.

Essa política nacional tem quatro eixos, e, nesta manhã, nós estamos fazendo uma avaliação de um dos eixos da política, que é a gestão de informação e cooperação operacional, e é claro que as perguntas que estão aqui conduzindo esta audiência são: as informações são precisas, as informações são confiáveis, temos ou não subnotificação no Brasil de pessoas desaparecidas? Todas as notificações são mesmo de pessoas desaparecidas? Então, isso aqui é que norteia a nossa avaliação hoje.

E está conosco a Diretora de Gestão e Integração de Informações da Secretaria Nacional de Segurança Pública, que está apresentando o relatório.

O relatório está disponível no *site* do ministério, mas a gente vai colocá-lo também disponível na Comissão de Segurança Pública aqui do Senado, e eu gostaria muito de pedir à Secretaria que enviasse o relatório para o gabinete dos Senadores membros da Comissão, a partir de hoje a gente já enviar. Então, todos podem acessar.

E eu chamo a atenção aqui para um número que a Dra. Vanessa trouxe: mais de 2 mil crianças desapareceram em 2022 no Brasil. Mais de 2 mil notificações. Isso não quer dizer que foram só 2 mil. É possível que tenha sido um número maior. E ela traz aqui algumas preocupações com a coleta dos dados das informações. Ela fala sobre outros campos a serem preenchidos no boletim de ocorrência.

E aqui, Doutora, eu já trago a minha colaboração. A gente precisa muito dizer se essa criança é ou não pertencente a grupos de povos tradicionais. Eu acho que essa informação precisa constar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São crianças ciganas que estão desaparecendo? São crianças indígenas? São crianças ribeirinhas? São crianças de quilombos?

Eu acho que a este dado a gente vai precisar também estar atento, porque me preocupam muito as crianças ribeirinhas e as crianças que estão em região de fronteiras.

E eu vou deixar uma pergunta, Doutora, para a senhora responder no final. Eu gostaria muito que os senhores ficassem até o final. Sei que tem expositor que precisa falar e precisa sair, mas, se os senhores puderem ficar até o final... Eu vou deixar minha pergunta para a senhora, Dra. Vanessa. Na discussão da lei, ela é de 2019, a lei uniu o cadastro. Nós tínhamos o Cadastro Nacional de Crianças, o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas, e houve muita resistência aqui no Parlamento para a unificação do cadastro. Eu estava como assessora, eu estava sentada lá ajudando nas discussões. E eu me lembro de que uma instituição que lutou muito, Doutora, para que o cadastro não fosse unificado foi o Conselho Federal de Medicina. E eu perguntava ao conselho: "Por que vocês não querem unificar o cadastro, ser um cadastro único?". O conselho tinha pareceres e apresentava nas Comissões em que o projeto estava tramitando que, se a gente trouxesse a criança para o cadastro nacional, a criança ficaria perdida nesse cadastro. Por quê? Tem adultos – e a Bruna vai falar agora – que querem desaparecer. Aquela mulher que está sofrendo violência quer desaparecer e ela está no cadastro nacional. A esta mulher vai ser dado o mesmo tratamento dado a uma criança de dois anos que desapareceu? Uma criança de dois anos não tem o desejo de desaparecer. Então, havia essa discussão aqui no Congresso, mas o Congresso decidiu pela unificação do cadastro. Então, eu gostaria muito de deixar a minha pergunta, Doutora: foi uma decisão acertada a unificação do cadastro? A gente vai continuar com essa unificação do cadastro? É a melhor alternativa hoje?

E lembro a quem está nos assistindo que não é uma política apenas de um único ministério, ela também traz aí o Ministério dos Direitos Humanos, mas eu creio que ela é uma política transversal – o Ministério da Saúde tem que estar envolvido, o conselheiro tutelar lá na ponta está envolvido, o educador está envolvido. Então, ela é uma política de fato transversal.

Então, a minha pergunta seria se foi um sucesso a unificação do cadastro, há um prejuízo para crianças de o cadastro ser unificado e o tratamento na delegacia especializada ou nas outras delegacias ser o mesmo para o adulto e para a criança?

E fica a minha contribuição aí para vocês que estão lá na ponta, sobre o campo. Precisamos saber a etnia, a origem, a que povo essa criança que está desaparecendo pertence.

Nós vamos ouvir agora a nossa segunda expositora, que é a Bruna Martins Costa, ela está por videoconferência. Obrigada por ter aceitado o convite, Bruna. Ela é Coordenadora-Geral Substituta de Segurança Pública e Direitos Humanos do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bruna, eu já vou provocá-la. O ministério, no ano passado, divulgou o número de que nós estamos com 50 mil crianças desaparecidas no Brasil. A Doutora nos trouxe o dado de 2022. É claro que, se a gente somar dez anos e for essa média, a gente tem 20 mil; se somarmos 20 anos, nós teremos 40 mil; mas a gente gostaria muito de saber, Bruna, os dados que o ministério tem sobre o número de crianças desaparecidas, os dados que vocês já têm. Nem sempre a denúncia é o que está acontecendo de fato na ponta, a denúncia, às vezes, não bate com o boletim de ocorrência. É uma denúncia, mas não foi comprovado que essa criança desapareceu.

Nós estamos ansiosos, Bruna, para ouvir os dados do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Bem-vinda, Bruna!

Por 10 minutos, e, se precisar, a gente estende o seu tempo.

A SRA. BRUNA MARTINS COSTA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senadora.

Eu queria cumprimentar a senhora, agradecer o convite, cumprimentar todos os meus colegas de mesa que estão participando presencialmente. A gente está em um ciclo de quatro audiências públicas, e, nas próximas, garanto que poderei comparecer presencialmente.

Antes de responder a sua pergunta, eu estou com ela anotada para não me perder e não esquecer de trazer as contribuições a esse ponto, eu queria recapitular uma coisa que a senhora disse, que é uma distinção entre o comportamento de uma pessoa adulta que, de fato, quer desaparecer e uma criança, que não tem esse nível de autonomia para escolher esse tipo de encaminhamento para sua própria vida.

Assim como a Diretora Vanessa, eu também tenho uma formação técnica, acadêmica, estou trabalhando com a questão dos desaparecimentos no meu doutorado, e a gente percebe que o fenômeno do desaparecimento é muito complexo e pode se dar em várias facetas.

Então, a título de colaborar de uma forma mais pedagógica mesmo para a gente entender, vários pesquisadores da temática trabalham, por exemplo, uma primeira categorização desse desaparecimento, que é o desaparecimento voluntário, involuntário e o forçado.

O voluntário seria esse movimento de intencionalidade própria da pessoa de sair de circulação, seja por qual motivo for, o desaparecimento involuntário é o caso dessas crianças que somem sem deixar vestígios por algo que foge ao desejo delas, foge à autonomia delas, e o desaparecimento forçado é justamente quando essa pessoa que é feita desaparecer tem um envolvimento com alguma questão de crime.

Hoje, a gente tem em tramitação na Câmara dos Deputados o PL 6.240 de 2013, que é uma propositura do Senador Vital do Rêgo, de 2011, e esse projeto de lei teve um parecer na Comissão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Constituição e Justiça, em 2023, pela constitucionalidade da proposta para que houvesse a tipificação do crime de desaparecimento forçado, que é justamente quando envolve questões de ordem de violência. Portanto, teria aí um indicativo de como proceder com a investigação desse potencial crime.

Além disso, a gente também tem outra tipologia, outra forma de conceituar o desaparecimento, que seria a motivação por trás desse desaparecimento. Então, a gente tem uma dimensão política, uma dimensão civil e uma dimensão administrativa ou burocrática. A gente pensa, geralmente, como desaparecimento político aquele que ocorreu durante o período da ditadura, civil ou militar. A gente considera o desaparecimento civil quando a pessoa sai dessa sua atividade cotidiana não anunciando seu desejo de partida ou quando retorna, mas não consegue identificar se os fatores por trás desse desaparecimento têm algum cunho político ou um cunho administrativo ainda, que é quando o próprio aparato do Estado, da burocracia estatal, permite, seja pela ação ou omissão, que essas pessoas desapareçam.

Isso é para a gente entender que a questão do desaparecimento é complexa, é multifacetada, e, para a gente conseguir enfrentar essas diversas formas com que o fenômeno se manifesta, é necessária uma ação articulada de todos os órgãos aqui presentes, dos ministérios que a senhora mencionou, Ministério da Saúde, Ministério do Desenvolvimento Social, que estão no Comitê Gestor, inclusive, e também dos conselhos, com que esperamos contar na próxima agenda, que é o CNJ e o CNMP.

Dito isso, o que eu posso trazer como Ministério dos Direitos Humanos é que a gente tem, felizmente, conseguido fazer uma articulação e tem produzido resultados bastante satisfatórios com o Ministério da Justiça. Então, além da Diretora Vanessa, que está aí presente, ela mencionou a diretoria do Susp, a gente hoje conta no Ministério da Justiça com uma coordenação específica para a política de pessoas desaparecidas. No âmbito do Ministério dos Direitos Humanos, a política é tratada de forma transversal. Então, se hoje a gente analisar a composição dos membros do Comitê Gestor do Ministério dos Direitos Humanos, nós temos representantes da Secretaria dos Direitos da Criança e do Adolescente, da Secretaria dos Direitos da Pessoa Idosa, da Assessoria Especial de Memória, Verdade e Justiça, da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, tanto no âmbito da segurança pública, como no âmbito do registro civil de nascimento.

Para não perder a pergunta da senhora sobre os dados das crianças desaparecidas, é muito importante trazer que os dispositivos finais da Lei 13.812, que institui a política, traz a questão das atribuições com relação ao cadastro das crianças e adolescentes e institui que o principal fluxo para recebimento dessas denúncias é o Disque 100. Então, o nosso Disque 100 está funcionando como um canal de denúncia, que recebe as denúncias das crianças desaparecidas. O nosso fluxo do Disque 100 endereça essas denúncias aos órgãos competentes para proceder com a investigação desses casos. Então, a gente tem aí conselhos tutelares acionados, a gente tem o Ministério Público acionado, a gente tem as delegacias especializadas acionadas, que, como a Diretora Vanessa bem mencionou, esta semana mesmo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estão acontecendo reuniões com as autoridades centrais dos estados, relativas à política de pessoas desaparecidas. Inclusive também destaco aqui que esse fluxo foi aprimorado e destacado no caso da tragédia climática no Estado do Rio Grande do Sul. Então, nestas últimas semanas, o Ministério dos Direitos Humanos, em articulação com o Ministério Público do Rio Grande do Sul, com o Sinalid, que é o sistema que o Ministério Público, que o CNMP gere e alimenta com relação a dados de pessoas desaparecidas, a gente fez essa interlocução então entre diversas instituições para justamente garantir que os casos de pessoas desaparecidas no geral, mas principalmente crianças desaparecidas, tenham o devido tratamento, tenham o devido encaminhamento. Nos dados atualizados para 2024 a gente está trabalhando neles ainda.

É importante também destacar aqui – e eu estou acompanhando o meu tempo – que, agora no final de maio, o Ministério dos Direitos Humanos assumiu a Coordenação do Comitê Gestor da Política Nacional de Busca de Pessoas Aparecidas. Como a senhora bem sabe, essa coordenação é alternada entre o Ministério dos Direitos Humanos e o Ministério da Justiça e Segurança Pública, então, até o início de maio, estava com o Ministério da Justiça e agora está com o Ministério dos Direitos Humanos. Eu estou como Coordenadora do Comitê Gestor e a gente já tem uma previsão de realização da nossa próxima reunião ordinária ainda no mês de junho, e um dos pontos que vão envolver a atenção prioritária do Ministério dos Direitos Humanos e que a gente vai pautar junto ao Comitê Gestor tem a ver justamente com a questão das crianças desaparecidas, justamente também pensando protocolos para adoção segura, para investigação desses casos, para casos de tráfego de pessoas.

A gente recentemente também discutiu, no âmbito do Ministério da Justiça, o 4º Plano de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Um dos eixos desse plano diz respeito à questão do tráfico de pessoas e, no âmbito do Ministério dos Direitos Humanos, a questão do tráfico de crianças dialoga com a nossa atribuição. Então, dentro das nossas competências e dentro das nossas atribuições como ministério, a gente vai priorizar a questão da investigação, não tanto da investigação no âmbito de polícia, porque isso é mais atribuição do Ministério da Justiça, mas pensando protocolos para a gente garantir que essas crianças sejam localizadas, que os conselhos tutelares sejam sempre acionados e que a adoção dessas crianças possa ser realizada de forma segura.

Eu acho que, para este primeiro momento da exposição, era isso que eu gostaria de trazer. Mas eu também me coloco à disposição para responder perguntas. Como é uma audiência pública bastante interativa, eu vou ficar aqui à disposição, anotando e recebendo as perguntas que vierem, inclusive da senhora.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Bruna.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu só quero pedir permissão a você para a gente falar do Disque 100, porque ele registra todos os tipos de violações. E, se alguém que estiver nos assistindo souber de um adulto também desaparecido, pode acionar o Disque 100. Ele tem lá as suas atribuições, mas é o canal que o ministério tem para ter ali os seus dados. E o Disque 100 está muito bom, vocês podem confiar no trabalho do Disque 100. Liguem, denunciem, peçam informações. O Disque 100 está pronto para dar as respostas.

Antes que eu me esqueça – e aqui já é um recado para todos os senhores, para o Ministério da Justiça, PRF, PF, Direitos Humanos –, se precisarem de fato que a gente apresente uma emenda à LDO no Plano de Metas, podem enviar aqui para a Comissão que a gente vai apresentar. Se nenhum outro Senador estiver na Casa hoje para apresentá-la, eu mesma a assino. Nós precisamos ter uma atenção especial à LDO; então, ainda hoje, enviem-nos a emenda que desejem para a gente apresentar.

E aí eu quero lembrar, Bruna – porque a Comissão com que vocês se relacionam muito é a Comissão de Direitos Humanos –, que esta Comissão de Segurança está à disposição do ministério. E eu até gostaria de fazer uma propaganda da Comissão, nós temos um Presidente extraordinário, o Senador Sérgio Petecão, e, senhores, a composição desta Comissão – desculpem-me a falta de modéstia, mas eu fui assessora há anos aqui –, a Comissão desta legislatura está muito boa, com Senadores muito comprometidos com essa causa, ao ponto que escolheram esta – tinham outras – política para ser avaliada. Então, contem com os membros desta Comissão.

Por ser uma política relativamente nova, Dra. Vanessa, dá tempo de a gente corrigir a rota, dá tempo de a gente aperfeiçoar, lembrando que, de 2019 para cá, dois anos foram de pandemia e tudo muda – tudo muda –, inclusive, as lições que a gente já teve lá na pandemia e as tragédias. A gente teve aí, de 2019 para cá, Brumadinho, as enchentes na Bahia, agora o Rio Grande do Sul. Então, nesses episódios, a gente precisa observar o que a gente tem que melhorar na legislação e na política.

Muito obrigada, Bruna. Muito obrigada.

Na sequência, a gente vai ouvir a Sra. Larissa Brenda da Silva – a Dra. Larissa –, Delegada de Polícia Federal, representando a Polícia Federal.

Dra. Larissa, no início, quando eu li as perguntas, vocês observaram que os internautas – quase todos – falaram da inteligência artificial, da tecnologia. A Dra. Vanessa já trouxe aí uma abordagem sobre tecnologia. Nós gostaríamos muito de ouvir como vocês, Dra. Larissa, que estão lá na ponta, estão trabalhando os dados, a coleta de dados, a tecnologia.

Bem-vinda. Dez minutos. Se precisar, a gente estende o seu tempo também.

A SRA. LARISSA BRENDA DA SILVA DE MIRANDA (Para expor.) – Olá, bom dia a todos. Primeiramente, cumprimento a Senadora Damares, na pessoa de quem eu cumprimento os demais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

integrantes da mesa, os presentes e as pessoas que estão assistindo a esta audiência hoje, que é de um tema muito caro, pessoalmente, para mim.

Para eu poder passar os eslaides, como poderia ser? (*Pausa.*)

Ah, vai passando? Tudo bem, perfeito.

Eu vou pedir licença, eu trouxe aqui uma breve apresentação.

Pode passar para o próximo eslaide.

Só para contextualizá-los, eu me encontro na Coordenação-Geral de Repressão a Crimes contra os Direitos Humanos. Essa coordenação se encontra vinculada à Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado da Polícia Federal e lá, atualmente, eu estou como chefe dos Serviços de Repressão a Crimes de Ódio – fora do ambiente cibernético –, tortura e outras violações contra os direitos humanos, mas lá também há outras áreas muito caras da Polícia Federal, como a Divisão de Repressão ao Tráfico de Pessoas e Contrabando de Migrantes e também o trabalho forçado.

Se puder passar, por favor.

A Polícia Federal, principalmente através da coordenação, corriqueiramente era questionada sobre como ela atuava em relação à questão da pauta de desaparecidos. E, quando a gente vê a legislação, a gente vê que ela fala que cabe à Polícia Federal a atribuição para atuar na competência quando tem indício de transnacionalidade do desaparecimento. Então, nós ficamos muito vinculados a essa demanda, mas a gente pensou que a gente poderia ir além dessa pauta, porque nós temos informações, muitas vezes, muito preciosas que podem auxiliar na resolução desses casos. Foi por isso que surgiu o Projeto Lumini.

É um projeto recente, na verdade ele veio no final do ano passado, veio pensado pela estrutura do serviço e da coordenação, e ele basicamente visa desenvolver e implementar uma estratégia integrada para analisar continuamente as violações dos direitos humanos, com especial enfoque na busca de pessoas desaparecidas associadas ao tráfico humano, ao trabalho forçado, à promoção de imigração ilegal e outros. Utilizando tecnologias e colaboração interagências, o projeto visa interromper e prevenir crimes protegendo a dignidade e vida dessas pessoas.

Por favor.

O escopo do projeto é mais amplo, tem a função de buscar localização de casos de desaparecimentos internacionais, principalmente por conta da nossa atribuição, mas também de prever a cooperação internacional; cooperação interagências; apoio estratégico às instituições estaduais na busca, na localização e na identificação de pessoas desaparecidas e, também, de cadáveres não identificados ou não reclamados; e, da mesma forma, de pessoas localizadas, mas, por algum motivo, não qualificadas, como, por exemplo, se a pessoa está em coma no hospital, a família pode estar atrás dessa pessoa e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ninguém ter essa informação. E, também, o acompanhamento de inteligência; a cooperação e o desenvolvimento de protocolos internos e, se chamados, também se deve atuar externamente; o auxílio no desenvolvimento de campanhas educacionais; e a prevenção e combate a crimes violadores aos direitos humanos.

Para não gastar muito tempo, vou até pedir para passar, mas, basicamente, tem uma abordagem multidisciplinar que vai ao encontro de diversas ferramentas que a gente acredita que podem sim auxiliar na resolução de casos desaparecidos.

Atualmente a Polícia Federal dispõe de, pelo menos, três diretorias que já atuam, de forma indireta, nessa temática do desaparecido e até diretamente também.

A DCI é a nossa Diretoria de Cooperação Internacional. E no escopo da cooperação policial, a gente atua ali na questão de acionar os estados, outros estados, para tentar identificar se realmente uma pessoa desaparecida se encontra naquela localidade. É aqui, nesse escopo, que entra a questão da difusão amarela, difusão preta, para essas identificações de casos transnacionais que tenham ali, ou de estrangeiros que possam ter ingressado no Brasil ou de brasileiros que possam ter ido para o estrangeiro. E a gente é demandado pontualmente por esses estados, pela polícia civil, por alguma entidade, para buscar essas informações.

Da mesma forma, a gente também tem a Diretoria Técnico-Científica. Lá na Diretoria Técnico-Científica, a gente tem a gestão do Banco Nacional de Perfis Genéticos, onde se tem a questão do DNA, que pode ser muito útil e tem sido muito útil na resolução de casos de desaparecidos, de casos envolvendo cadáveres não identificados. Também temos uma atuação muito forte na questão envolvendo desastres, campo em que tanto a DPA, como a Ditec atuam. Então, por exemplo, em desastres como Brumadinho, Mariana, agora essa situação do Rio Grande do Rio Sul, pode ter atuação direta da Polícia Federal nessas situações e também perícias em geral.

Da mesma forma, a DPA, através do INI, tem sido forte parceira nossa, pela questão papiloscópica. A gente imagina que não, mas acaba que esse escopo nos permite resolver muitos casos de cadáveres não identificados, que podem ser casos de desaparecidos em outros estados, e também nos ajuda a solucionar inclusive casos de desaparecimento. E aqui eu vou citar um exemplo que a gente teve, porque a gente já está fazendo visitas técnicas a diversos estados, para apresentar esse projeto, e colocando a estrutura da Polícia Federal à disposição para auxiliar no compartilhamento de informações, que pode se dar pelas mais variadas formas, mas aqui a gente teve uma situação em que o Estado do Mato Grosso compartilhou com a gente a lista de pessoas que eles tinham, desaparecidas, e a gente rodou contra os nossos sistemas, pesquisando essas informações, mas também subimos as datilares dessas pessoas desaparecidas. E um desses casos acabou gerando um *hit* com um hospital aqui em Brasília, em que uma pessoa estava internada. E acabou que a Polícia Civil aqui foi, fez a coleta da digital. Quando subiu, encontrou lá o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sistema, isso permitiu aí um *hit* e identificar que aquela pessoa, desaparecida no Estado do Mato Grosso há mais de dois anos, era uma pessoa que estava hospitalizada aqui em Brasília.

Então esse sistema... O INI e a DPA têm esse sistema que, na verdade, é multibiométrico. Ele, além da questão da datilar, também tem a questão facial, em que aí entra também um pouco essa questão do reconhecimento facial, de como isso pode auxiliar nas questões envolvendo a busca de pessoas desaparecidas. E a gente tem tentado começar a ir para essa vertente dessa atuação, porque a gente entende que é um escopo muito importante, mas ainda não está tão avançado como a papiloscópica, mas a gente tem trabalhado, sim, para tentar trazer soluções relacionadas à questão também facial, relacionado ao evento do desaparecimento.

E aí a gente está falando de três diretorias, e dentro, se encontra dentro da Dicor, o serviço. Qual a função do serviço nesse projeto? A gente centraliza todas as demandas que os estados têm nos passado, relacionadas não só a desaparecimentos, mas também a cadáveres não identificados, a cadáveres identificados, mas não reclamados, porque muitas vezes, a família não sabe sequer que essas pessoas morreram. Enfim, a gente tem situações envolvendo também a própria localização de uma pessoa que não está qualificada. A nossa ideia é centralizar isso e ir distribuindo para as respectivas áreas, se for o caso.

Além disso, a gente também tem feito pesquisas diretas no nosso sistema e retornado aos estados todas as informações que a Polícia Federal dispõe daquelas pessoas após o desaparecimento.

Então se a pessoa desapareceu em 2020, mas, em 2022 tem um registro de que essa pessoa tirou um passaporte, o estado vai ser informado – o estado que está investigando aquele caso – de que há uma informação nova sobre aquela pessoa, o que pode ser uma linha investigativa muito boa para que ele consiga solucionar esse caso. E, com isso, a gente tem feito contatos com parceiros externos. Esses parceiros externos têm sido principalmente as polícias civis dos estados, os institutos de identificação e os institutos médicos legais.

Nas polícias civis dos estados, nós temos consultado principalmente as polícias realmente responsáveis pela pauta de desaparecidos. Em alguns estados essas polícias são especializadas e, em outros, elas dividem a pauta, principalmente com homicídios, mas isso varia muito para cada estado. A gente tem feito visitas, acho que hoje a gente já visitou uns 15 estados, aproximadamente, e se coloca à disposição, se a polícia civil tiver interesse.

Da mesma forma, a gente também traz os institutos de identificação. Os institutos de identificação normalmente nos passam as datilares, e, também, eles já fazem, direto, a inclusão do DNA, no Banco Nacional de Perfis Genéticos, dos cadáveres não identificados.

A parte de medicina legal, do IML, muitas vezes acaba nos passando informações sobre cadáveres identificados, mas não reclamados. Isso nos permite cruzar informações dessa pessoa com os parentes próximos e passar informações relacionadas a esse parente, permitindo que essa pessoa depois venha a ter

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

informados os seus familiares de que houve o óbito – muitas vezes pode ser uma ocorrência de desaparecimento.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LARISSA BRENDA DA SILVA DE MIRANDA – Além disso, a gente acaba também, ainda que indiretamente, alcançando os familiares dos desaparecidos e eventuais vítimas, porque entra justamente naquele escopo: eventuais vítimas por quê? Porque, muitas vezes, a pessoa realmente não quer ser encontrada. O desaparecimento, conforme foi dito, tem várias vertentes, várias motivações – pode ser que a gente consiga resgatar essa pessoa da questão de um crime, pode ser que não.

Se puder... Pode até passar esse eslaide, por favor.

Para adiantar aqui um pouquinho a ideia...

Não, esse aí pode deixar.

Quando se trata de demandas envolvendo desaparecidos, o que a Polícia Federal faz? Normalmente, a gente recebe essas demandas da polícia civil. A gente roda contra os nossos sistemas disponíveis e, com isso, a gente consegue informações atualizadas sobre o paradeiro dessa pessoa, o mais atualizado possível que a gente disponha, após a data do desaparecimento ou próxima àquele desaparecimento – porque, por exemplo, se a pessoa tirou um passaporte na semana em que desapareceu, essa, certamente, é uma informação muito relevante – e repassamos essa informação para as polícias civis.

Da mesma forma, cadáveres não identificados: institutos de identificação normalmente nos passam a coleta das digitais desses cadáveres e a gente roda contra os nossos sistemas. Já temos tido diversos casos em que há positivações e a gente consegue, sim, identificar a identidade dessas pessoas.

Cadáveres não identificados não reclamados: ao IML, conforme eu disse, a gente também consegue passar informações sobre os familiares, para que eles possam ser avisados.

Pessoas localizadas, mas não identificadas: a gente percebe a necessidade de integração com hospitais, asilos, abrigos, presídios, porque, na prática, essas informações, muitas vezes, estão fora do escopo da polícia judiciária. Se não vierem essas informações desses órgãos parceiros, a gente não vai ser informado sobre essa situação.

Além disso, a nossa ideia maior com essa recepção de dados é poder, inclusive, fazer o cruzamento dessas informações. Eu falo cruzamento em dois âmbitos: interno, para a própria Polícia Federal, para que a gente possa identificar as vítimas que nós temos – seja de tráfico de pessoas, de trabalho forçado, de contrabando de imigrantes – que também têm ocorrência de desaparecimento no seu estado de origem; mas também, especialmente, pegar todas essas informações que são passadas e conseguir identificar, por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exemplo, que um cadáver que estava como não identificado ou ignorado, depois, se tornou uma pessoa desaparecida em outro estado. Essas informações não conversam porque cada estado está ali respondendo pela sua própria circunscrição.

A gente sabe que essa problemática do desaparecimento é muito complexa, conforme já foi dito, que exige a atuação de diversos atores. A gente entende que, enquanto Polícia Federal, é nossa missão, também –, tendo informações que possam subsidiar essas investigações, tendo condições de passá-las –, passar essas informações. Não é, em regra, atribuição nossa, não é, em regra, investigação nossa, mas são situações em que a gente consegue, sim, estar auxiliando os estados da melhor forma possível.

Se puder passar para o próximo eslaide.

"Ah, mas é tudo simples, já está resolvido, tem uma superbase de dados?" Não. Infelizmente, tudo isso leva tempo.

Uma das nossas dificuldades tem sido a comunicação. Normalmente, existe uma falta de uniformidade nos envios das informações. Quando há interesse do estado... A gente sabe que os estados são entes federativos autônomos que têm total autonomia para escolherem ou não firmarem essa parceria com a Polícia Federal, se houver interesse, mas, quando há um envio de dado, às vezes, esse dado também não é tratado da forma devida e a gente precisa ficar pedindo complementação das informações. Então, a gente tem tido uma ausência de dados ou, às vezes, até uma falta de uniformização no envio dessas informações.

Também há dificuldades operacionais que são relacionadas à consolidação de um sistema que permita o cruzamento de forma automatizada. Internamente, para a gente conseguir lidar com essas demandas, a gente...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LARISSA BRENDA DA SILVA DE MIRANDA – ... tem precisado desenvolver um sistema interno em que a gente consiga pegar informações dos nossos sistemas e que faça isso de forma automatizada. Então, hoje, se a gente pede para o policial fazer isso de forma manual, gasta muito tempo e, às vezes, a gente não consegue dar resposta da forma ágil como gostaríamos. Então, aqui a gente tem tentado desenvolver esse sistema, que tem tido algumas dificuldades porque nem todos têm APIs desenvolvidas.

Recursos humanos. Então, se é pesquisa manual, naturalmente o efetivo policial vai ser limitado para essas pesquisas.

Institucional, que é ausência ou demora para o devolutivo dos casos solucionados após o envio das informações pela Polícia Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E estrutural, em que entra principalmente o nosso sistema Abis, que é aquele sistema muito biométrico que eu havia mencionado, que consegue tanto em seções de digitais quanto facial. O espaço dele está bem limitado e existe acordo de cooperação técnica com os 27 estados do Brasil para que a gente possa estar subindo as bases cíveis nesse sistema, o que tem que acontecer de forma mais lenta porque, realmente, o espaço está para se esgotar. Esse sistema tem sido muito importante para a resolução de diversos casos que a gente possui.

Aqui eu trouxe um demonstrativo do que de fato a gente já vem trabalhando. Aqui eu estou dando como exemplo casos do Mato Grosso que foram encaminhados para a gente. Na prática, foram encaminhados 686 nomes de pessoas, das quais 76 a gente não conseguiu qualificar porque tinham homônimos ou alguma coisa do gênero, mas 610 foram identificados. E dessas 610, a gente acabou conseguindo 339 informações de interesse, o que inclui os 29 óbitos que estão também destacados.

E o que são informações de interesse? São quaisquer informações que permitam identificar que aquela pessoa de alguma forma segue ativa na vida cível: ela segue trabalhando, tem registro de vínculo empregatício e está recebendo salário, recebe algum tipo de benefício, pegou algum voo, tirou passaporte, enfim, as razões são as mais diversas. Isso quer dizer que 339 casos já estão solucionados? Não. Às vezes, pode ser que a pessoa tenha pegado um voo este ano, mas esta informação não seja suficiente para a polícia civil chegar no paradeiro dela. Mas são informações que, certamente, permitem aí uma linha investigativa para se tentar chegar ao paradeiro dessas pessoas.

Se puder passar para o próximo...

Aqui são casos de Roraima, que também nos encaminharam, 27 casos, dos quais, três a gente não conseguiu qualificar, mas, dos 24 identificados, a gente conseguiu passar 21 informações de interesse e, pelo que a gente levantou com o pessoal de Roraima, possivelmente essas situações aqui todas vão ser encerradas graças às informações que a gente passou.

Realmente as dificuldades são muitas. A gente tem tido aí, como eu falei, tem feito essas visitas às pontas. Nessas visitas a gente normalmente visita as polícias civis, visita os institutos de identificação, visita os IMLs, mas, por exemplo, a própria polícia civil, muitas vezes é responsável por atuar só na capital e muitas vezes não pega, por exemplo, cenário de crianças desaparecidas. Há uma outra delegacia para tratar do tema. Às vezes, ela não vai ter informação sobre o interior.

Então, assim, há boa vontade, há total interesse na Polícia Federal nessa temática, em estar auxiliando da melhor forma possível, mas também há uma série de dificuldades sobre que certamente a gente tem trabalhado, e está trabalhando, para tentar tratar essa pauta com a importância devida.

Bom, pessoal, era mais ou menos isso.

Agradeço a atenção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dra. Larissa. Muito obrigada.

Para quem está nos acompanhando, estou lembrando que a Dra. Larissa é Delegada da Polícia Federal e está falando em nome da Polícia Federal.

Nós estamos, nesta audiência pública, numa atividade de avaliação da Política Nacional de Buscas de Pessoas Desaparecidas. Estamos avaliando um eixo da política, mas nós temos duas diretrizes nesse eixo. Eu quero lembrá-las aos senhores: desenvolvimento de sistema de informações, transferências de dados e comunicação em rede entre os diversos órgãos envolvidos, principalmente os de segurança pública, de modo a agilizar a divulgação dos desaparecimentos e a contribuir com as investigações, a busca e a localização de pessoas desaparecidas. A outra diretriz: disponibilização e divulgação na internet, nos diversos meios de comunicação e em outros meios de informações que contenham dados básicos das pessoas desaparecidas.

Com base nisso, Dra. Larissa, a senhora trouxe uma palavra que me assusta quando a política é de busca de pessoas desaparecidas: a autonomia de todos, e a integração, respeitando a autonomia da polícia civil, da polícia militar, do Ministério dos Direitos Humanos, da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal. E faço uma confissão pública, talvez não necessária e inoportuna, que deveria manter em segredo, mas eu tive problema de sentar todo mundo lá atrás...

Eu não sei, Bruna, se você tem hoje este problema, porque, se vocês observarem, a lei inicialmente, deu para o Ministério dos Direitos Humanos fazer a coordenação no primeiro momento. E o Ministério de Direitos Humanos sentar com a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, a polícia civil e dizer: "Dá aqui os dados. Vamos compartilhar"... Eu sei que, às vezes, não soava muito bem, porque existe a vaidade da atribuição, com todo o respeito à palavra vaidade. Isso não é uma disputa.

Mas a minha pergunta nesta manhã é – e a gente vai ter que ter a coragem de falar, nós estamos compartilhando dados; e aí, doutor, eu estou louca para lhe ouvir, porque nós estamos ouvindo a Polícia Federal, os órgãos federais, eu vou deixar a PRF por último, de propósito –: como é que está essa... Aí ela traz o Projeto Lumini, que é extraordinário, Dra. Larissa. Parabéns! Mas ela trouxe o exemplo de Roraima, que compartilhou dados, e do Mato Grosso, certo?

A SRA. LARISSA BRENDA DA SILVA DE MIRANDA (*Fora do microfone*.) – Tem outro em processamento.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Isso. Como é que está lá?

Aí eu pergunto: a delegacia de Polícia Civil, lá do interior de Rondônia, que às vezes nem computador tem, como é que essa delegacia, com sua secretaria, com sua regional, traz para cá para gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazer essa interação, essa integração e essa comunicação? Essa é a nossa dúvida. O que que a gente vai precisar melhorar com o compartilhamento de dados?

Eu me lembro do desespero de uma senhora que pegou um ônibus no interior e foi lá ao Ministério dizer assim: "Doutora, Ministra, o meu pai não está no Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas, e meu boletim de ocorrência de tantos anos... O que vocês fizeram com meu pai?". Como dizer para a pessoa que está do outro lado que a gente tem essa dificuldade da integração de dados? O que fazer para melhorar essa integração? E como é que o Parlamento pode fazer para melhorar?

Você trouxe uma palavra ali na sua apresentação, Dra. Larissa, que, Bruna, fala diretamente com você: as Instituições de Longa Permanência para Idosos. Nós tivemos um caso, que eu queria, até se a gente puder depois, resgatar, se esse servidor permitir. Eu estive numa ILPI em Cuiabá com uma história incrível: um senhor que estava na ILPI há muitos anos, fazia 50 anos que ele não via um filho, e o filho achava que ele não estava vivo – o filho era servidor aqui do Senado Federal. O diretor da ILPI tinha como uma iniciativa dele, porque são tantos trabalhos que eles têm dentro de uma instituição como essa, esse diretor se identificava com o tema... Então, ele pegava todos os abrigados dele e saía procurando; ele fazia isso sozinho.

Nas nossas ILPIs, Dra. Vanessa, nós temos muitos idosos lá que estão dados como desaparecidos. Como fazer, Vanessa, a integração dos dados dos que estão abrigados, que estão em ILPIs? E aí, Bruna, há grande dificuldade, e o comitê sabe disso: nós temos ILPIs que não estão nem cadastradas no Sistema Nacional de Assistência Social. Durante a pandemia, nós tivemos um grande problema, e nós tínhamos recurso para as ILPIs: o Ministério da Saúde tinha um número, o Ministério da Assistência Social tinha outro, e a Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa tinha outro número.

Como a gente integra, Dra. Vanessa, as instituições que estão cuidando de pessoas idosas? Como integrar os dados delas? Algumas são particulares, não estão nem aí para entregar os dados para a Prefeitura, mas como a gente integra esses dados à Polícia Civil, ao Ministério da Justiça, à Polícia Federal. E eu acho que esse é o grande gargalo: o compartilhamento de dados. E esta audiência se destina a isso.

Então, nesse sentido, eu tenho uma pergunta que vou deixar para o final para você, Dra. Larissa. Quando você fala Roraima, imediatamente a gente pensa nos imigrantes – imediatamente.

E aí, Dra. Vanessa, é uma outra preocupação lá no nosso campo: povos tradicionais, imigrantes estão dados como refugiados aqui, mas estão como desaparecidos lá no país deles. E essa troca de informação? Então, a minha pergunta para você seria sobre a Operação Turquesa: nós teremos alguma etapa da Operação Turquesa – é "turquesa", não é?

A SRA. LARISSA BRENDA DA SILVA DE MIRANDA (*Fora do microfone.*) – Na verdade, a Interpol atua em várias operações...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Várias, não é?

A SRA. LARISSA BRENDA DA SILVA DE MIRANDA (*Fora do microfone.*) – ... e há, entre elas, a Turquesa.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Nós teremos alguma operação internacional ainda este ano?

E a pergunta é sobre a cooperação internacional, doutora – e aí acho que a PRF pode nos ajudar também –: o compartilhamento, a comunicação de dados... Essa cooperação internacional como está? Porque não dá para a gente trabalhar a busca de pessoas desaparecidas sem a cooperação internacional. Então, eu gostaria que você falasse disso no final, está bom? O.k.?

Nós vamos ouvir agora – nós estamos com uma expectativa muito grande – o Dr. Thiago Frederico de Souza Costa – pode chorar, viu, Dr. Thiago? Pode pedir dinheiro –, Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Secretários de Segurança Pública, representando o Conselho Nacional de Secretários de Segurança Pública.

Muito obrigada por estar com a gente hoje, Dr. Thiago. Dê um abraço no seu Presidente; a gente vai depois buscá-lo, para conversar com ele também. Muito obrigada, doutor. (*Pausa.*)

O SR. THIAGO FREDERICO DE SOUZA COSTA (Para expor.) – Bom dia, Senadora Damares.

É um prazer aqui, em nome do Consesp e do nosso Presidente, Dr. Sandro Avelar, participar desta audiência pública sobre um tema extremamente relevante. E, se eu pedisse para a senhora e combinasse o jogo, acho que não daria tão certo, porque a senhora acaba de falar sobre a autonomia de todos e sobre como a gente busca essa solução de integração.

Meu nome é Thiago Frederico, eu sou Delegado de Polícia Civil aqui do Distrito Federal. Estou como Chefe de Gabinete da Secretaria de Segurança Pública e acumulando a função de Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Secretários de Segurança Pública, assessorando o Dr. Sandro Avelar, que é o nosso Secretário de Segurança do DF.

A gente está discutindo aqui hoje, como a senhora colocou muito bem, um dos eixos da política nacional de busca de pessoas desaparecidas. Eu quero trazer essa discussão um pouquinho antes, ali, para a questão... Porque a gente está discutindo, aqui, pacto federativo, antes de tudo, não é? Estamos aqui à mesa com entes federados, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Ministério da Justiça, secretarias de estado de segurança pública, e é interessante falar isso, porque o tema dos desaparecidos envolve a questão da segurança pública, e a segurança pública, historicamente e retoricamente, sempre foi colocada como um problema dos estados e casos de polícia. Eu vejo que hoje, à mesa, essa discussão nos mostra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que isso tem sido desfeito, que a gente tem desconstruído essa ideia; primeiramente, porque segurança pública não é uma função só dos estados, e quando a gente fala em questão de repartição de competências, orçamento e financiamento, a gente percebe o dever que todos esses entes federativos têm de participar na busca dessa solução.

Como a senhora colocou muito bem também, a política é recente, é de 2019, então a gente pode dizer que, desde a Constituição Federal, a gente veio se omitindo com relação a essa questão do modelo de governança pública na área de segurança pública. Não que o tema seja pouco relevante – pelo contrário –, mas a gente percebe que, de 2019 para cá, esse tema dos desaparecidos tomou uma projeção maior e começou a fazer parte da pauta nossa de discussão.

Também se fala muito que a questão da segurança pública é caso de polícia, e o que se tem dito aqui, agora, na fala de todos os partícipes desta audiência pública, é que não, não é? É que não.

A gente falou muito em articulação, integração, cooperação, e o que se percebe é que a polícia sozinha não resolve o problema de segurança pública nem dos desaparecidos. Então, essa é uma retórica que a gente também tem desconstruído e, aqui, no Distrito Federal – só para falar um pouco do que o Dr. Sandro Avelar tem defendido muito –, além da integração, a gente tem que trabalhar a integralidade. E o que vem a ser isso? A gente fala muito em integração entre os órgãos, mas a participação não é só do Estado. O art. 144 da Constituição estabelece muito claramente, e a gente pode dizer que a integralidade já está desde a Constituição Federal, mas a gente nunca atentou para esse aspecto, porque a segurança é um dever de todos; é um dever do Estado, mas é responsabilidade de todos.

E quando a gente fala "todos", a gente percebe que a própria Política Nacional de Busca das Pessoas Desaparecidas foi feliz quando, em um dos seus eixos, estabeleceu que o Estado e a sociedade civil devem participar dessa política. Então, essa audiência pública aqui, Senadora, é mais do que salutar, é necessária. Então, foi muito boa a escolha do Senado Federal, dessa Comissão de Segurança Pública quando escolheu o tema dos desaparecidos para poder fazer esse acompanhamento.

Então, indo diretamente ao tema, Senadora, e eu sei que a expectativa é grande, mas eu não sei se vou conseguir satisfazê-la totalmente com relação a isso, porque já ouvimos aqui a Dra. Vanessa, a Dra. Larissa, a outra colega do Ministério dos Direitos Humanos, que foram muito felizes em mostrar principalmente as ações que têm sido feitas e, já de antemão, pelo Consesp e como Secretaria de Segurança Pública do DF, a gente reconhece esses trabalhos. Está sendo finalizado hoje o encontro aqui das autoridades central e estaduais no caso de desaparecidos, as equipes técnicas têm participado, o DF também – e não poderia ser diferente – tem participado desse encontro.

E com relação ao eixo de integração, a gente percebe que a lei nacional estabeleceu um modelo de governança. Aquele problema maior de governança, de pacto federativo, a gente percebe que a lei buscou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

solucionar isso. Então, ela trouxe a autoridade central federal, as autoridades centrais estaduais e o comitê gestor da política nacional.

A gente percebe que as autoridades atuam ali no campo tático operacional, buscando implementar e verificar como essa política tem que ser realizada. Então, a gente tem um comitê gestor, que atua na questão da política. A gente sabe que nenhuma norma é perfeita, mas, se a gente pudesse fazer uma sugestão enquanto Conselho Nacional de Segurança, é que os estados também pudessem compor o comitê gestor, porque lá tem a representação de vários órgãos federais, e o que a gente costuma dizer é o seguinte: a segurança pública não é um problema só dos estados, mas a política de segurança também não pode ser feita sem os estados. Então, é importante que os estados estejam participando. O Consesp, hoje, é um órgão colegiado vinculado ao Ministério da Justiça. Então, ele atua de forma ampla nessa questão dos temas de interesse do Ministério da Justiça, tem sido assim com relação à discussão do Susp, com relação à discussão do Fundo Nacional de Segurança Pública, em que temos atuado junto com a Senasp com relação à aplicação dos recursos.

E a questão dos desaparecidos também passa por isso. A senhora colocou muito bem que a questão orçamentária é fundamental, e aí, quando se fala novamente em questão de repartição de competência, de pacto federativo, percebe-se que o encargo do investimento em segurança pública sempre ficou mais nas costas dos estados.

Eu tenho um dado aqui. Segundo o levantamento, a União, com relação ao PIB, contribui com 0,18%, enquanto os estados contribuem com 1,3%. Em termos de valores, isso significa que a União contribui com 21 bilhões em termos de segurança pública, enquanto os estados, 137 bilhões.

Então, a questão orçamentária é fundamental, porque você não consegue fazer a política acontecer sem os recursos.

E partindo para a questão que a senhora apontou da integração, isso também é um reflexo do problema federativo, porque, na ausência de um modelo de governança desde a Constituição Federal, e só vindo agora com relação à política de 2019, os estados, dentro da sua autonomia total, quase total na área de segurança pública, tiveram que se resolver. Então, os estados que tinham mais condições conseguiram desenvolver sistemas próprios, seja para registro de ocorrência, seja para a condução de inquéritos policiais, como a Dra. Vanessa colocou muito bem. Com isso, naturalmente, assim, o Estado foi tocando a sua vida com relação a esse ponto.

A partir de 2019, a gente percebe uma atuação muito forte do Ministério da Justiça com relação a trazer esses dados e consolidá-los. Esse é um papel muito importante da União nesse aspecto, do Governo Federal, e que é necessário, porque você não vai conseguir trabalhar uma política, seja de desaparecido ou em qualquer outra área de segurança pública, sem essas informações consolidadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí a gente começa a identificar vários problemas: a falta de integração, que foi muito bem colocada aqui por todos os participantes até o momento, a falta de padronização, e a dificuldade, em de termos de desenvolvimento tecnológico, de integrar estados e municípios, o que é muito importante, a gente não pode esquecer, porque a política pública, também na segurança, os municípios e o Governo Federal têm que estar presentes.

Então, eu acho que o caminho de que eu posso falar aqui e que não vai divergir do que já foi colocado é, dentro da política que já vem sendo muito bem desenvolvida nesse plano de desaparecidos, pelo Ministério da Justiça, com relação aos encontros dos pontos temáticos que a gente vem acompanhando aqui, pela Secretaria de Segurança Pública, mas que todos os estados estão participando é: padronização de dados, desenvolvimento de APIs, formas de comunicação entre os sistemas, porque dificilmente, além daqueles 11 estados que já usam o PPE, do Ministério, da Senasp, os outros estados terão dificuldade de simplesmente abandonarem os seus sistemas e passarem para um sistema centralizado.

Então, a alternativa é fazer com que esses sistemas se comuniquem com a Senasp e com o Sinesp e, a partir daí, você pode ter dados fidedignos, dados consolidados e padronizados. E se a gente for buscar como uma referência, eu sei que nesse encontro que está terminando hoje na Senasp, no Ministério da Justiça, tem-se tratado da questão do cadastro nacional da padronização dessas informações e de como os estados e o Governo Federal vão poder comunicar esses dados.

(*Soa a campainha.*)

O SR. THIAGO FREDERICO DE SOUZA COSTA – A gente sabe que isso é fundamental. O investimento vai ser necessário, principalmente a partir do Governo Federal para os estados, para que a gente possa desenvolver isso.

Pegando o caso do DF, eu acho que é importante eu trazer rapidamente, Senadora, a experiência do Distrito Federal, de como a gente tem tratado essa situação. A gente, neste momento, a partir dessa gestão do Dr. Sandro Avelar, já está trabalhando a questão da política distrital de atenção à pessoa desaparecida. Então, a gente vem, dentro das diretrizes da política nacional, trabalhando a integração de sistemas. A Secretaria de Segurança Pública aderiu ao Sinesp-CAD, do Ministério da Justiça, e tem trabalhado com que o sistema das polícias – polícia civil, militar, e corpo de bombeiros – possam conversar com o Sinesp-CAD e, a partir daí, a gente possa fazer essa consolidação e tratamento de informações. Então, esse é um aspecto importante que está alinhado à diretriz nacional, que é o tema do debate hoje.

A gente tem trabalhado também a questão de uma rede de alerta. Esse é um ponto fundamental e que está relacionado com o que a Dra. Larissa trouxe, que é a necessidade de sistemas, porque são sistemas diferentes, de a gente ter um sistema que consiga consolidar essas informações e possa gerar esse tipo de alerta cujo exemplo a Dra. Larissa nos trouxe, em que você tem que comunicar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O sistema do registro tem que informar aos atores de interesse, Polícia Rodoviária Federal, autarquias que cuidam dessa parte de transporte, Anac, Antaq, ANTT. Então, quando houver um registro de um desaparecimento, a gente tem que criar mecanismos para que a Polícia Militar e Polícia Rodoviária estejam com essa informação.

Existe uma experiência de criar um alerta, se tiver um veículo registrado em nome de uma pessoa desaparecida, que vai gerar um lançamento dessa informação para que a placa daquele veículo possa ser captada numa leitura de OCR, e isso vai gerar um alerta de que aquele veículo é de uma pessoa desaparecida. Emissão de passaporte ou viagem de pessoa com registro de desaparecimento são importantes. Essa rede de alerta não é fácil, todos aqui concordam com isso, porque envolve integrar sistemas de entes federados de vários órgãos distintos, mas é um fator importante.

Não é o eixo discutido, mas é um eixo importante a questão da comunicação. A gente percebe que, nessa questão da autonomia dos estados, em que, historicamente, cada um teve que ir se desenvolvendo, você percebe que há um excesso de legislação nos estados. Vou falar do DF, em que existem dezenas de leis que falam de alguma forma sobre desaparecidos, mas você vê a baixa eficácia, a baixa eficiência dessa legislação. Ela não traz o resultado que a gente deseja.

Acho que a gente se alinha à questão dos encaminhamentos, das sugestões. Como Consesp, eu reforço o registro da importância de os estados estarem alinhados no comitê gestor no que tange à definição da política, porque eu vejo que o Ministério da Justiça está trabalhando muito bem quando chama todos os estados para participarem tanto na questão dos desaparecidos como na questão da repartição e na aplicação dos recursos do Fundo de Segurança Pública, mas a gente tem que participar também em nível político, para definir o que deve ser feito, como deve ser feito, para a gente operar.

Eu vejo que a gente está caminhando muito bem. E espero que, a partir desta audiência pública, dentro da ideia de integralidade, da participação da sociedade civil, do papel da imprensa, da sociedade civil como um todo, eu acho que isso vai reforçar e vai melhorar, no fim, a entrega, que é um serviço público eficiente, que a gente deve ao cidadão.

Mais uma vez, agradeço, em nome do Dr. Sandro Avelar. Agradeço, em nome da Secretaria de Segurança Pública também, e fico à disposição.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dr. Thiago, eu confesso que o senhor frustrou as minhas expectativas. Eu achei que o senhor fosse pedir dinheiro, mais dinheiro para nós. (*Risos.*)

Dr. Thiago, eu agradeço-lhe e sei que a gente vai poder continuar esta conversa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todos os expositores, a gente não vai encerrar aqui. A gente vai continuar. Inclusive, muitas perguntas estão chegando, e algumas, eu, com certeza, vou enviar ao e-mail dos senhores, para a gente ter essas respostas depois.

Obrigada.

Leve um abraço ao Dr. Avelar. A Secretaria de Segurança do DF – deixa eu fazer propaganda do que é meu – é extraordinária. A gente tem um grande secretário, um grande secretário-executivo.

Muito obrigada, Dr. Thiago. As suas sugestões e a sua contribuição foram muito ricas, muito ricas.

E, claro, a gente esbarra de novo na questão da autonomia, em como lidar com tudo isso, respeitando a autonomia de todos.

Muito obrigada, doutor.

Registro a presença do Senador Jorge Seif.

Aqui na Casa, gente, quando um Senador chega, em virtude de tanto trabalho, de tantas atividades paralelas, a gente concede a palavra ao Senador.

E aí, Senador Seif, fique à vontade. Se quiser já fazer a sua contribuição, a sua participação, é uma alegria tê-lo conosco.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para discursar.) – Senadora Damares, bom dia para a senhora.

Sr. Thiago, Sra. Vanessa, Sra. Larissa e Sr. Arlei, é um prazer.

Quero parabenizar a senhora, pela abordagem dessa temática, que é um pesadelo para muitas famílias. Muitas vezes essas pessoas estão desaparecidas, e as pessoas não sabem nem se estão vivas ou mortas, com aquela angústia: "Será que o meu filho foi escravizado, será que ele..." Enfim, o imaginário popular destrói famílias e a gente precisa cuidar disso.

E eu precisava, Senadora Damares, dar alguns dados aqui, especialmente depois da exposição do Sr. Thiago, que honram demais as polícias do meu Estado de Santa Catarina.

A senhora sabe que, desde 2013, a nossa Polícia Civil criou a Delegacia de Pessoas Desaparecidas. Foi a primeira no Brasil a se especializar nisso. E temos um programa – quero aproveitar para mandar um grande abraço para o nosso Delegado-Geral da Polícia Civil, Dr. Ulisses –, pela Polícia Militar, o SOS Desaparecidos – e aproveito para mandar um grande abraço para o nosso Comandante-Geral Aurélio Pelozato –, que, desde 2012, Senadora Damares, busca por pessoas desaparecidas. Temos até um *site*: www.pm.sc.gov.br/sos-desaparecidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma coisa que o Dr. Thiago abordou, que é muito importante, é a união das entidades. Para a senhora ter ideia, lá no nosso Estado... Porque nós trabalhamos no Governo Federal, e a senhora sabe como existe muitas vezes preciosismo, e até vaidade, no compartilhamento de dados entre os órgãos – não vamos mentir aqui, a verdade é essa –; preciosismo porque, quando se resolve um problema, se elucida um problema, ou se acha algo, as pessoas quererem mostrar seu serviço, mas isso muitas vezes preterindo outros órgãos que podiam fazer cooperação.

Então, olha, a Polícia Civil, a Polícia Militar, o Ministério Público e o Poder Judiciário de Santa Catarina, Sr. Arlei, trabalham em conjunto na questão das pessoas desaparecidas. E essa cooperação entre órgãos é fundamental. Inclusive, Senadora Damares, como este é o primeiro de quatro debates, se não me engano, que nós vamos fazer, gostaria de pedir à senhora, oficializaria à senhora, para trazer um representante desse SOS Desaparecidos para ele mostrar *cases* de sucesso. Sabe quantos por cento, em 2023, foram elucidados, casos de desaparecimento? Foram 73%!

A Polícia Militar de Santa Catarina, a Polícia Civil, os órgãos, estão de parabéns porque, perto do que se tem no Brasil, é um número díspar – e eu me orgulho e parabenizo.

Eles usam, lógico, Senadora Damares, *software* de análise de dados, georreferenciamento, reconhecimento facial e até redes sociais, que ajudam muito na elucidação desses casos.

Em 2022... Só corrigindo, em 2022, foram 73%. E, entre 2019 e 2021, Senadora Damares, mais de 7 mil pessoas foram encontradas por esses órgãos, especialmente pela Polícia Militar.

E em 2023, até 29 de junho, a PM registrou 32 casos de desaparecimento no Estado de Santa Catarina.

Então, agradeço à senhora.

Pode falar, Larissa.

A SRA. LARISSA BRENDA DA SILVA DE MIRANDA (*Fora do microfone.*) – Quantos desaparecidos você falou agora?

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Em Santa Catarina, até 29 de junho de 2023, a nossa Polícia Militar lá registrou 32 casos de desaparecimento.

Então, Senadora, eu quero parabenizá-la e a todos os expositores que nos honram com a sua presença no Senado Federal, e contem conosco. Eu falo pela Senadora Damares e falo enquanto Senador, enquanto cidadão que contem conosco sobre recursos, sobre visitas, sobre integração, sobre interlocução, sobre políticas públicas. Nós estamos aqui para ajudar a nossa população e para reduzir ao máximo o número de desaparecidos e aumentar ao máximo o número de elucidações.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senador Seif, obrigada. Que bom que o senhor lembrou da nossa delegacia especializada, em Santa Catarina! Eu falo "nossa", porque Santa Catarina tem quatro Senadores: tem os três que eles elegeram, e eu também sou Senadora lá; é assim que o Governador me vê.

Quando nós regulamentamos a lei – ela é de 2019 – no Governo passado, Senador Seif, nós trouxemos os delegados de Santa Catarina, porque a gente queria ouvir o que eles estavam fazendo, lá na ponta. Então, eu reconheço o trabalho da Polícia Civil e o da Polícia Militar de Santa Catarina. Eu acho que trazê-los a uma audiência pública seria muito interessante, e já está acolhida aqui a sua sugestão. Leve um abraço a todos eles.

Quem dera – não é, Dr. Thiago? – que a realidade de Santa Catarina fosse a realidade do Amapá, de Roraima, de Rondônia, de Sergipe. Que país diverso! Gente, não é fácil! E está aqui a Dra. Vanessa, e a Bruna, do outro lado, do Ministério de Direitos Humanos, está também com a gente, e vão dizer como é difícil executar políticas públicas numa nação tão diversa como a nossa, com o território que nós temos e com a diversidade cultural que nós temos. Como é difícil! Mas os desafios estão aí, e a gente aceita todos eles.

Obrigada, Senador Seif. Obrigada por estar conosco nesta audiência.

Nós vamos ouvir o último expositor, que é da Polícia Rodoviária Federal, Sr. Arlei Gomes de Almeida.

Arlei, eu quero, antes da sua participação, com todo o respeito à Polícia Federal, registrar meu amor incondicional à PRF, e eles sabem por que eu falo isso.

Inspetor, quando eu descobri que a Polícia Rodoviária Federal tinha o Sinal, aquilo me deixou muito angustiada. Como é que nós temos o Sinal, o programa é Sinal, por meio do qual vocês localizavam imediatamente um carro roubado – quando um carro era roubado, aqui em Brasília, o inspetor, lá da fronteira do Rio Grande do Sul, recebia a informação do carro –, e eu ficava: "Uau! Se a gente tem o Sinal para o carro, nós vamos ter um Sinal para a criança também". E foi a primeira instituição a que eu fui, quando eu estava na responsabilidade de regulamentar, Dra. Vanessa, a lei, e fui perguntar. E aí já vou lhe dizendo que está aqui a sociedade participando, e parte das perguntas é: "Cadê o alerta Amber no Brasil? Cadê os programas no Brasil?".

Então, eu começo com essa abordagem, provocando-o. Se puder falar do que os senhores têm feito, lá na ponta, e como tem sido essa comunicação de dados com as outras instituições.

E, claro, registro os cumprimentos à PRF por tanto que tem feito no Brasil, especialmente pelas crianças.

O SR. ARLEI GOMES DE ALMEIDA (Para expor.) – Obrigado, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom dia a todos, bom dia a todos os colegas aqui presentes.

Em nome da PRF, eu gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui, falando sobre este tema tão importante, e agradeço também o carinho da Sra. Senadora, com o nosso órgão, muito válido para a gente.

Com o advento da lei, em 2019, logo em seguida, provocada, obviamente, nós, da PRF, passamos, como órgão finalístico, a procurar saber o que nós poderíamos fazer, para melhorar a nossa atuação, no caso dos desaparecidos. A partir de então, nós desenvolvemos um sistema que é chamado Sinal Desaparecidos. Ele está à disposição para todos, para o público em geral. É um programa que é hospedado via *web* mesmo, na internet, e qualquer pessoa pode fazer a comunicação de uma pessoa desaparecida.

A gente fez algumas implementações nesse nosso sistema, em que, quando uma pessoa é registrada como desaparecida, ela faz exatamente essa funcionalidade, que a Senadora mencionou, ela emite um alerta para todos os policiais que estão num raio de 500km do registro, da última visualização daquela pessoa, para que eles possam estar atentos àquela pessoa desaparecida. Não somente o registro é encaminhado, ativamente, para esses policiais, num raio de 500km, como ele fica lá, permanentemente, para que outros policiais possam fazer a consulta, mesmo fora desse raio de atuação; fica disponível lá, por tempo indeterminado. Nós temos essa funcionalidade.

Quando a gente faz o cadastro de uma pessoa, isso envolve, basicamente, a atuação de três diretorias nossas: a Diretoria de Tecnologia, que fica à frente do sistema em si, a nossa Diretoria de Inteligência e, também, a Diretoria de Operações, na qual é vinculado o efetivo lá de ponta.

A Diretoria de Tecnologia de Informação fica responsável pelo desenvolvimento das novas funcionalidades desse sistema. A Diretoria de Inteligência, pela produção de conhecimento que as inserções de dados nos dão. Então, em qualquer sinal que eu possa ter, em virtude de uma pessoa que foi cadastrada lá, uma investigação de inteligência, a produção de conhecimento se dará em cima dessa pessoa cadastrada, e o policial pode ser alertado. Isso vai ficar numa consulta qualquer. Mesmo a pessoa já tendo sido encontrada, por exemplo, no caso de reincidência, vai ter lá aquele registro, em que a pessoa, um dia, foi cadastrada como desaparecida em nossos sistemas.

Atualmente, como todos já citaram aqui, o nosso sistema não tem uma integração com os outros sistemas das polícias civis dos estados, da própria Polícia Federal, que está aqui ao meu lado, um sistema em que a pessoa faz o registro, em separado, dos boletins de ocorrência das polícias judiciárias. Porém, nós já iniciamos tratativas. A nossa Diretora de Inteligência esteve lá no Senasp e já iniciou as tratativas, com a nossa querida colega aqui, para que seja feita essa integração. Essa integração, para a gente, é muito cara; é uma coisa que todos nós aqui sabemos que é necessária, porque, dificilmente, um órgão só vai conseguir abranger toda uma seara de desaparecidos no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra dificuldade que a gente tem sempre é a própria divulgação das ferramentas. A colega que está nos acompanhando remotamente citou o próprio Disque 100. Nós temos esse outro canal, que é via *web,* e cada polícia tem o seu modo de fazer o registro de ocorrência nos estados. Também existem outros bancos de dados, como os bancos de dados dos Ministérios Públicos – São Paulo tem um banco de dados grande –, e a dificuldade justamente, eu vendo novamente, é a integração desses bancos de dados, para que o nosso sistema, como um todo, possa ser mais efetivo.

Nós temos o órgão centralizador cadastrado, que é o MJ, para nós. Assim, a Polícia Rodoviária Federal se coloca à disposição para realizar essas integrações, seja acordo de cooperação técnica, seja MJ, seja o canal que se fizer necessário. Nós estamos à disposição para fazer a integração, colocar à disposição o nosso sistema para que os outros órgãos avaliem, verifiquem e critiquem as suas funcionalidades, para que nós possamos desenvolver e melhorar as ferramentas no âmbito de atingir os objetivos desejados.

Com relação às perguntas que foram encaminhadas pelos internautas e também a alguns questionamentos suscitados aqui, hoje, a nossa ferramenta, quando a pessoa faz o cadastro, tem a categorização de se é uma criança, um adulto ou um idoso, para a gente ficar atento também às pessoas vulneráveis. E temos lá o campo de inserção de fotos, em que a pessoa cadastra quantas fotos ela desejar da pessoa desaparecida. E temos também um campo de observações em que ela pode discorrer sobre o ocorrido, colocar informações relevantes que vão levar o agente de ponta a uma maior efetividade no cumprimento ou na busca por aquelas pessoas. Nós achamos que essa funcionalidade ainda tem campos a serem desenvolvidos.

O internauta, no início, perguntou acerca da inteligência artificial. A gente poderia desenvolver essa integração do próprio reconhecimento facial das fotos que são encaminhadas com as pessoas que estão passando, que estão sendo atendidas ou que estão sendo abordadas pelos nossos policiais na rodovia.

O colega também levantou o questionamento, a ideia, na verdade, a respeito dos OCRs. Então, na nossa ferramenta, já existe hoje – já está implementado, em funcionamento – um campo em que, se aquela pessoa é associada ou não a algum veículo, ou a um veículo de um parente dela, quando ela faz o cadastro, ela pode inserir, por exemplo, a placa do veículo lá. Então, esse dado é muito importante, porque, quando ela passa por um OCR, por mais que seja em uma localidade longe, distinta, como isso foi para o cadastro, ela já vai disparar esse mesmo alarme para o policial falar: "Olha, esse carro está associado a uma pessoa desaparecida". Obviamente, isso já vai despertar o interesse do nosso agente de campo para fazer uma abordagem ali com mais cuidado, verificação, principalmente de vulneráveis. As crianças não sabem dizer: "Oh! Estou desaparecida. Esse não é meu pai, essa não é minha mãe". Não é? Essa é a ideia que a gente tem hoje, no nosso sistema, e estamos à disposição para desenvolver, e principalmente nos integrar com outros órgãos. A integração é mais do que necessária, conforme todos já falaram aqui, é a temática da reunião de hoje, da primeira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente espera, em breve – muito em breve – conseguir uma integração com o pessoal da Senasp. Se eu não me engano... Salvo engano, a nossa querida colega falou aqui hoje, são 16 – já estão em 16 estados.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ARLEI GOMES DE ALMEIDA – Ah, 11, perdão. São 11 que já estão integrados lá. Então, isso seria uma seara, um ganho muito grande para a nossa ferramenta e, da mesma forma, a integração é de mão dupla. Seria um interesse também que eles adquirissem o acesso aos nossos dados.

De 2021 para cá, quando inserimos essa ferramenta, nós a botamos *online*...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ARLEI GOMES DE ALMEIDA – ... nós já tivemos quase 6 mil cadastros de pessoas desaparecidas lá. A maioria delas no Estado de São Paulo. Isso também é um dado que a gente tem hoje, mas que a gente sabe que isso poderia ser muito maior em outros estados também, principalmente nos estados que carecem de recursos ou que têm muitos casos de pessoas desaparecidas, que ocorrem, como nos estados da Região Norte, nos estados da Região Nordeste, que, normalmente, contemplam muitos casos de pessoas desaparecidas; em estados de fronteira onde as pessoas, principalmente as vulneráveis, acabam sofrendo raptos e diversas outras questões.

Esta é a nossa contribuição atualmente como órgão finalístico e a PRF se coloca à disposição para novas implementações.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Inspetor. Obrigada!

Nós estamos chegando ao final desta audiência. Eu vou dar a palavra para vocês fazerem as considerações finais, mas eu vou direcionar algumas perguntas. Os internautas estão participando. Eu também tenho uma pergunta a mais para fazer para a Vanessa, mas nós temos um corpo técnico, que está aqui comigo. Então, essa avaliação não vai ser feita apenas aqui na audiência pública. Nós temos consultores do Senado especialista no tema, e os gabinetes dos Senadores também estão disponibilizando um assessor que entende do tema para fazer essa avaliação.

Nós estamos, Dra. Vanessa, Dra. Larissa, Inspetor Arlei, Dr. Thiago, cumprindo uma missão constitucional. É nossa obrigação como Senadores acompanhar as políticas públicas e avaliar as políticas públicas. Então, nós estamos realmente, de fato, cumprindo o que nós somos obrigados a fazer. A gente vai fazer com muito carinho e com muito zelo. A gente não está expondo nenhum executor e nenhum gestor. Nós estamos querendo, de fato, avaliar a política pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero que vocês entendam que é difícil para mim, porque eu tive que começar a implementação. Vou ter que cortar muito aqui na carne também. Foi uma honra ser escolhida, mas é uma responsabilidade muito grande, porque tem muita coisa que vai acontecer, que nós vamos ter que mudar e que foram lá na minha gestão. Então, a minha responsabilidade é muito grande.

Mas a gente vai encerrar e nós vamos encerrar da seguinte forma: Dra. Vanessa, a senhora vai ser a primeira a falar.

Tem uma pergunta que veio dos internautas para nós. "Como podemos garantir que a implementação da Política Nacional [...] seja inclusiva e sensível às diversidades?"

Eu acho que a Bruna também vai querer falar sobre isso, porque – eu acho que é disso que Raquel de Goiás quer falar –, quando a senhora falou dos campos, nós não construímos, doutora, políticas públicas sem dados e evidências. O compartilhamento dos dados dos senhores – e isso precisa acontecer – não é só para encontrar a pessoa desaparecida, é para nos nortear em outras políticas públicas. Por exemplo, por que o adolescente está desaparecendo? É por uma intolerância à sua orientação sexual? É porque a família está brigando tanto que esse menino resolveu desaparecer? Se é isso, nós vamos ter que ter política pública nessa direção! Por que as pessoas estão desaparecendo? É por intolerância religiosa? É porque a família não está aceitando a sua conversão a uma outra religião? Nós vamos ter que trabalhar políticas públicas e direção. É por saúde mental, Dra. Vanessa? As pessoas estão desaparecendo porque estão tendo surto, estão desaparecendo por surto? Nós vamos ter que investir em política mental? Então, quando a gente fala com os senhores sobre o compartilhamento e a integração de dados, é para nortear também outros ministérios na construção de políticas públicas.

Essa pergunta veio para a senhora, Dra. Vanessa, e há uma outra aqui também, além da que eu já tinha feito lá atrás: "Como a legislação em vigor prevê o uso de inteligência artificial?" Está todo mundo falando sobre isso, e eu acho, doutora, que essa pergunta está muito vindo por causa do anúncio do Facebook sobre a parceria que fez não sei se com o Ministério da Justiça, com a PF, ou com o Ministério dos Direitos Humanos, porque o Facebook está vindo com um instrumento, com um programa para encontrar pessoas desaparecidas. Aí, Vanessa, essa é a sua pergunta.

Eu vou encaminhar, agora, a pergunta para a Bruna, e, quando eu abrir a palavra, todos já respondem. Bruna, a pergunta é: "Como a [...] Política [...] [dos] desaparecidos aborda[..] [esse] aumento de 48% [...] de 2020 a 2023? Você entende que aumentou o número de pessoas desaparecidas ou os dados estão chegando mais? É isso o que o internauta está perguntando aqui ao comitê.

Ainda, eu tenho uma pergunta aqui para a Dra. Larissa: "Quais os impedimentos para [...] [implementar] [...] [os alertas], [como o alerta Amber e tantos outros?] [...]". Existe a possibilidade de a Polícia Federal também estar trabalhando nesses instrumentos, nessas ferramentas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho uma outra pergunta que veio aqui e que vai direto para a Dra. Vanessa – a Dra. Vanessa está bem demandada –: "Diante da subnotificação de casos e da falta de informações sobre o que motivou a circunstância dos desaparecimentos, o que ainda precisa ser feito para superar esses entraves?".

Dr. Thiago, a equipe técnica do Senado está perguntando: "Há esforço do Conselho Nacional de Secretários para essa integração de dados e priorização de investimento em sistemas de informação?". Lembrando, Dr. Thiago, que, às vezes, uma criança está desaparecida, e todo mundo quer que a gente divulgue a foto dela, mas ela não está desaparecida, ela está, lá com a Bruna, no PPCAAM, no Programa [Nacional] de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte. Às vezes, o homem está desaparecido, mas não está desaparecido. Está num Provita, num dos programas de proteção à testemunha no país ou está no programa nacional, lá com a Bruna, de proteção à testemunha.

E o que a gente vê? Aí denuncia para a PRF que o adolescente está desaparecido. Quem denunciou? O traficante. Então, vai todo mundo procurar. Achamos! Achamos para o traficante o adolescente?

Então, a população que está nos acompanhando com essa minha fala, entenda que tem muita delicadeza nessa política. Muita! Alguém denunciou lá no Rio Grande do Sul que uma mulher desapareceu. Aí a polícia lá de Santa Catarina está empenhada em achá-la. Foi o marido que denunciou, mas ele quer encontrá-la para matá-la. Então, tem muitas, muitas delicadezas nessa política.

E como integrar o programa de proteção de testemunha da Bruna, o PPCAM, que está lá no Ministério de Direitos Humanos, com o programa de proteção de testemunha dos estados, para não expor o protegido? Como fazer tudo isso, gente?

E a gente ainda tem uma LGPD que vive aí em cima de vocês, a Lei Geral de Proteção de Dados também.

Então, ficou essa pergunta para você, Dr. Thiago.

E, por último, para a PRF: "Os dados do Sinal Desaparecidos estão sendo considerados no banco de dados do Sinesp, doutora? Olha só a pergunta: "Os dados de vocês estão integrados ao Sinesp?". Não ficou claro se há essa interoperabilidade.

E tem dados nos cadastros dos ministérios, tem dados na PRF, tem dados na PF, tem dados no Ministério de Direitos Humanos. A integração de dados, confesso que acho que é o maior dos desafios da política.

Então, por ordem de fala, Dra. Vanessa foi a primeira a falar, cinco minutos para tentar responder a todas as perguntas – aquelas que a senhora acha que não consegue responder agora, pode nos mandar por *e-mail* – e também para fazer as suas considerações finais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. VANESSA FUSCO NOGUEIRA SIMÕES (Para expor.) – Perfeito. Obrigada, Senadora.

O debate está muito rico e instigante, acho que a gente poderia ficar, claro, o dia todo. Então, vou tentar ser bastante objetiva e, caso eu não tenha tempo, vou me permitir responder por *e-mail*.

Mas a primeira pergunta eu vou responder, a indagação da senhora sobre se foi uma decisão acertada a unificação do cadastro das crianças e adolescentes desaparecidos com a dos adultos, das pessoas desaparecidas em geral.

Foi uma decisão muito complexa na época da votação. A senhora sabe muito melhor do que eu, porque envolveu a questão do Disque 100, que já era consolidado no país, já está consolidado, e há toda uma dificuldade, mas sob o ponto de vista da investigação e também da descoberta, do padrão em localização, eu entendo que, na minha opinião, é um acerto na medida em que nós estamos disponibilizando ou integrando esse cadastro para a finalidade de fazer a localização. Então, para os entes ou as polícias que estão na ponta, tentando fazer essa localização, ficou mais, vamos dizer, prático e também mais eficiente.

Eu acredito que a política pede uma atuação mais protocolar, utilizando um protocolo padrão, e isso é uma *expertise* que as unidades têm de uma maneira própria, enfim, como uma delegacia de homicídios, enfim, ela entende.

Então, eu acho que, para tratar do tema, é claro que, dentro das unidades, há uma diferenciação em como se tratar a criança, adolescente e pessoa, muitas vezes, idosa ou vulnerável, mas que, enfim, tem motivos de desaparecimento diferentes. Mas eu entendo, sim, que a união prevista, agora, no art. 16 da lei, sob o meu ponto de vista, para o resultado da política, seria mais interessante.

Vou responder aqui com relação ao Amber Alert. Eu até faço *mea culpa* de não ter falado no princípio, a gente acaba se empolgando e falando muito... Desde agosto de 2023, o Ministério da Justiça celebrou um acordo de cooperação técnica com o Facebook e com a Meta no sentido de implementar o alerta Amber, que já existe no mundo inteiro. Já há mais de 12 anos, em Minas Gerais, nós criamos, no Ministério Público de Minas Gerais, a primeira Promotoria de Justiça de Crimes Cibernéticos, da qual tive a honra de ser a promotora titular. Eu vim do Ministério Público e fiquei lá 34 anos. Então, era muito ansiado por nós o alerta Amber, que se trata de um alerta que é disparado, tão logo seja comunicado o desaparecimento, por mensagens, pelo Facebook e pela Meta, em um raio de 160km do desaparecimento, da comunicação. Inicialmente, está no Ceará, Distrito Federal e Minas Gerais, mas será ampliado para outros estados.

Então, aproveitando esse gancho, já respondo a outra pergunta da integração. Nós todos falamos da sua importância, e aqui há muitos atores importantes, como a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal, além de diversos órgãos. Nós ainda precisamos avançar com relação ao Sistema Único de Saúde, assistência social, etc., para abranger todos os dados necessários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No Ministério da Justiça, a Senasp é o grande órgão articulador dos sistemas e dos dados para produzir a estatística. Então, como esse articulador integrador, é capaz de, talvez, diminuir, um pouco, os ciúmes que a gente vem trazendo, na medida em que todos os dados estão centralizados em um órgão neutro, um órgão federal que tem esta missão, justamente, de recolher e distribuir, tratar a informação, distribuí-la e retorná-la para os estados da melhor forma possível.

Eu convido a Polícia Federal também para estar conosco na próxima discussão. Eu tenho certeza, porque já participou de muitas, mas para trazer para a gente o modelo do projeto Luminis, porque, muitas vezes, os órgãos gastam recursos de forma separada, quando poderiam, de alguma maneira, agregar ao Ministério da Justiça, para que servisse a todos os órgãos e polícias da Federação.

Também agradeço à Polícia Federal, que já esteve conosco recentemente, através da Diretoria de Inteligência, para trazer a integração das bases também ao Ministério da Justiça, o que vai nos trazer um avanço muito grande tanto aos sistemas Infoseg, etc., como aos próprios registros, por exemplo, de imigrantes e de estrangeiros que deixam o país ou de pessoas que estão cruzando as fronteiras, então, para a gente, é muito importante e vai auxiliar na política.

Finalmente, terminando, nós temos um desafio muito grande, já respondendo ao internauta, que é a subnotificação. Por que isso acontece? Primeiro, desaparecimento não é crime.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. VANESSA FUSCO NOGUEIRA SIMÕES – Não sendo crime, há dificuldade de, muitas vezes, o agente policial, ali na hora, ter a boa vontade – vamos dizer – de registrar aquilo, em vez de registrar um delito que ele reputa, naquele momento, mais importante, no seu julgamento. É a discricionariedade do policial da ponta.

Então, cada dia a mais, melhorar a capacitação, melhorar essa possibilidade de incluir nos boletins de ocorrência, quando a vítima é um vulnerável, é uma população LGBTQIA+, que tem sofrido muito, em muitas unidades de delegacias de polícia no país afora, para registrar, sequer, o seu boletim de ocorrência.

Senhores, nós temos muito a avançar, e essa audiência pública vai trazer esses avanços. E a minha palavra aqui, em nome do Sr. Secretário Mario Sarrubbo, é dizer que o Ministério da Justiça está avançando, está, nesta gestão, muito empenhado em melhorar a tecnologia, a integração, e conta com a escuta, com os senhores trazerem para nós sugestões para que possamos aprimorar.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. VANESSA FUSCO NOGUEIRA SIMÕES – Quero agradecer à PRF também, que também já está integrada conosco em alguns – vamos dizer – acordos de cooperação técnica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada e uma boa tarde a todos ou bom dia ainda. Boa tarde já.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dra. Vanessa, Diretora de Gestão e Integração de Informações da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e Segurança Pública

Obrigada, Dra. Vanessa – muito obrigada. E a senhora não vai, até novembro, ficar longe desta Comissão, não. Nós vamos lhe demandar muito.

Na sequência, nós vamos ouvir...

Dra. Vanessa, Bruna e os demais, nós vamos fazer um relatório final, mas eu queria fazer um compromisso: ao longo dos debates, eu já vou encaminhar as sugestões que vierem, como esta agora, Bruna, que, aqui, o Dr. Thiago trouxe, de os estados comporem o comitê gestor. Quem sabe você pode já considerar isso na próxima reunião do comitê e já pode conversar com o comitê sobre isso, Bruna.

Então, na sequência, vamos ouvir Bruna Martins Costa, Coordenadora Geral substituta de Segurança Pública e Direitos Humanos, do Comitê Gestor da Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos.

Bruna, cinco minutos, para tentar responder um monte de perguntas. Pode mandar por *e-mail* as que você não puder e fazer as suas considerações finais.

A SRA. BRUNA MARTINS COSTA (Para expor. *Por videoconferência*.) – O lado bom, Senadora, é que essa é só a primeira de quatro audiências, então a gente vai conseguir continuar conversando.

Foram várias perguntas feitas, e eu acho que gostaria de começar com a questão dos dados, que a Diretora Vanessa já colocou.

A gente tem uma questão de subnotificação bastante complexa com relação à busca de pessoas desaparecidas, e, justamente, é uma preocupação nossa, tanto do Comitê Gestor como do Ministério da Justiça, do Ministério dos Direitos Humanos e dos demais ministérios envolvidos nesse comitê gestor, de pensarmos políticas públicas baseadas em evidências.

Então, eu também não consegui falar, na minha fala de abertura, que a gente está construindo uma articulação bastante importante com a Universidade de Brasília para que a gente possa implementar um observatório de pessoas desaparecidas, para ajudar na qualificação desses dados, para ajudar a se pensarem protocolos de como produzir dados mais seguros, mais eficientes, porque hoje, infelizmente, a nossa margem de erro, nos dados de pessoas desaparecidas, é bastante elevada.

A gente está com essa articulação bastante interessante, e eu fiquei bem feliz que a senhora tenha se colocado à disposição para a gente conversar sobre a questão de emenda. Eu acho que é um diálogo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

interessante para a gente pensar esse observatório e para que essa pauta possa caminhar de forma cada vez mais qualificada.

E é justamente no ponto de uma outra pergunta que a senhora trouxe: como a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas pode ser mais sensível à questão da diversidade? Eu acho que a formação do comitê gestor hoje já indica, já aponta no sentido dessa diversidade. Então a gente tem o Ministério do Desenvolvimento Social e o Ministério da Saúde representados; a gente tem possibilidade de trabalhar ainda no melhoramento dessa lei, que a senhora capitaneou em 2019. Mas eu acho que a gente pode continuar sempre fazendo os ajustes. Então é trazer uma representação da sociedade civil, para esse comitê gestor, de especialistas técnicos, para que a gente possa ouvir a demanda das pessoas que estão produzindo pesquisas sobre o tema e também as demandas das famílias das pessoas desaparecidas, porque um dos pontos do decreto do comitê gestor que a lei nacional coloca é a necessidade de a gente pensar política de atenção psicossocial, acolhimento para esses familiares das pessoas que estão desaparecidas. Então, isso também é pensar sobre diversidade, isso é também pensar e reconhecer que os perfis são diversos, apesar dos dados que nós temos, e que as necessidades dessas pessoas são também diversas.

No ano passado...

Felizmente, a gente tem conseguido traçar uma conversa bastante interessante entre os ministérios, entre as instituições. Com a Delegada Larissa, que está aí, a gente fez recentemente uma conversa bastante relevante, para também pensar cada vez mais nessa integração de informações. Com o CNMP também temos um acordo de cooperação técnica sobre o Sinalid para, cada vez mais, a gente garantir que essas informações sejam cruzadas, para que a gente possa, de fato, conseguir acompanhar e monitorar a resolução desses casos de pessoas desaparecidas.

Eu acho que temos um desafio aí. Ficamos bastante satisfeitos que essa pauta foi a escolhida também pela Comissão para ser monitorada ao longo de 2024. É uma pauta bastante cara para nós. E a outras perguntas que vocês tiverem interesse de encaminhar para o Ministério dos Direitos Humanos a gente vai responder prontamente, e também a gente vai seguir conversando nessas audiências públicas. Na próxima, garanto que estarei presencialmente aí com todas e todos.

Acho que é isso. Ficamos à disposição e agradeço mais uma vez o convite para participar desta audiência pública.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Bruna.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que esta audiência também está tendo um objetivo que é falar com as famílias de pessoas desaparecidas que estão nos assistindo. Muita gente alimentou expectativa nesta audiência, porque a gente sabe que elas estão em desespero.

Eu acho que esta audiência, Dra. Vanessa, também vai acalmar, no sentido de elas descobrirem que elas não estão sozinhas. Têm profissionais sérios do lado de cá. Olhe a qualificação das pessoas que estão falando, olhe o compromisso com a pauta. Então existe uma preocupação no Brasil com as famílias – e que isso fique muito claro. Não estamos conseguindo ainda dar todas as respostas, mas acho que esta audiência também está indo lá para a sociedade para dizer: nós estamos atentos, ninguém está de braços cruzados, os órgãos estão atentos, estão fazendo o que podem. Podemos melhorar? Podemos. E é por isso que este encontro está acontecendo. Mas que as famílias saibam que há empenho, sim, das nossas autoridades, no sentido de encontrar as pessoas desaparecidas.

É claro que a minha pauta é a infância, as pessoas que trabalham com a infância. Por que as crianças estão desaparecendo? Esse número enorme, Doutora, de 2 mil. E claro que a gente vai aí, com a política, dar as respostas. Foi tráfico humano? Foi pedofilia? Foi trabalho forçado? É adoção ilegal? São rituais? Porque a gente sabe que tem lá um ou outro registro nas delegacias.

Então, essas respostas também essas autoridades estão empenhadas em dar. Então, que seja também uma audiência de conforto, não de respostas ainda, mas de um conforto de que as autoridades estão empenhadas.

Na sequência, nós vamos ouvir, para responder às perguntas e para as considerações finais, a Dra. Larissa.

A SRA. LARISSA BRENDA DA SILVA DE MIRANDA (Para expor.) – Obrigada.

Foram feitos alguns questionamentos. O primeiro deles acho que foi relacionado à Operação Turquesa. A Operação Turquesa, só para esclarecer, na verdade é organizada e criada pela Interpol, assim como outras operações do gênero. Então, a Interpol nos convida a participar dessas operações. Até este ano, ainda não foi mandado convite, enfim, não foi informado se será ou não realizada, mas eu lhe adianto que, sempre que a Polícia Federal é instada a participar da Operação Turquesa ou de outras do gênero, nós sempre participamos.

A outra questão que a senhora havia mencionado era a questão envolvendo cooperação com outros países, como é que se dá essa interlocução.

Hoje, nós temos uma diretoria própria que trata da questão relacionada à cooperação internacional, que pode se dar tanto pela cooperação jurídica como pela cooperação policial, normalmente mais célere para esse tipo de situação, que inclui, inclusive, a própria Interpol, que é formada por mais de 190 países. Claro que, sempre que a gente se depara com alguma situação que demanda outros Estados,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

principalmente esses Estados que fazem fronteira com o Brasil, nós buscamos mecanismos de obter respostas desses Estados. Isto pode se dar tanto através do próprio canal da Interpol como através das nossas adidâncias e oficialatos que existem nos países. Enfim, nós buscamos todos os meios possíveis para conseguirmos uma resposta a contento para as demandas que nós apresentamos. Claro que, se a gente está falando aqui de autonomia, inclusive federativa, de soberania, então, nem se fala. Então, alguns países, obviamente, são mais receptivos e informam com maior precisão, e outros, claramente, a depender do tipo de situação do próprio país, nem sempre vão ser tão colaborativos. Mas, certamente, todos os esforços que são necessários para obter e exaurir as medidas que estejam ao nosso alcance vão ser realizadas para que a gente consiga essas informações.

Inclusive, nessas visitas que a gente tem feito aos Estados, a gente tem conversado muito sobre essa questão da fronteira quando o Estado é fronteiriço, porque a gente tem essa preocupação dos brasileiros que saem do Brasil e atravessam para esses outros países e vice-versa. Então é do nosso interesse obter esses dados, identificar se essas pessoas estão desaparecidas no país de origem ou vice-versa.

A gente recebe também não só relação de brasileiros, mas também chegamos a receber, por exemplo, como é o caso do Estado de Roraima, de estrangeiros que estão dando como desaparecidos no Brasil. Nós fazemos pesquisas nos nossos sistemas.

Então, todo esse esforço tem sido realizado buscando otimizar a comunicação e a informação sobre o possível paradeiro dessas pessoas.

Sobre o Alerta Amber, eu não vou entrar no mérito. Acho que já foi mais que respondido pela Dra. Vanessa. O acordo foi feito via Ministério da Justiça.

E aqui eu deixo, desde já, a Polícia Federal à disposição para o diálogo. Cheguei a conversar, no passado, no âmbito do MJ, e, reiteradamente, a gente tem feito alguns diálogos com o Susp. Igualmente, o Ministério dos Direitos Humanos também tem sido incluído na questão do projeto. A gente não pretende fazer nada sozinha, nem quer ter retrabalho. Acho que a ideia aqui é unir forças. Então, desde já a gente se coloca à disposição e aberta ao diálogo para buscar soluções que tragam aí uma resposta mais efetiva para essa demanda tão cara – e a gente sabe –, que é a demanda envolvendo o desaparecimento.

Um último ponto – na verdade, até foge um pouco do escopo do que está sendo tratado aqui, mas eu acho muito importante alertar, principalmente para essas demandas que a gente tem recebido dos estados – é a importância também de uma campanha educativa para as famílias.

A gente vê muita situação em que a família, num momento de desespero, busca as autoridades e informa que aquela pessoa se encontra desaparecida, mas, no momento do reaparecimento, também há muita subnotificação. Então, assim, infelizmente, a gente sabe do desespero, sabe da necessidade que as pessoas têm de procurar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LARISSA BRENDA DA SILVA DE MIRANDA – ... a polícia para fazer essa notificação, mas a gente também sabe que, muitas vezes, a subnotificação nesse aspecto prejudica muito o nosso trabalho, porque, ao invés de a gente estar dando atenção a uma pessoa que realmente precisa de diligências para a busca, a gente está em outro caso em que a pessoa já está em casa, já está com a família e não precisaria mais daquele esforço todo.

Então, é isso.

Agradeço-lhes aí.

Enfim, estou à disposição e aberta ao diálogo.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dra. Larissa.

Gente tão jovem e tão envolvida com o tema.

Parabéns, Dra. Larissa! Parabéns, Polícia Federal!

Olha, nós vamos ter audiências em que a sociedade civil vai estar aqui na mesa. Mesmo que vocês não estejam como convidados, acompanhem, nem que seja *online*, porque vai ser nesse momento que vai ter muita lágrima, muita cobrança, mas também, Larissa, as campanhas – como as instituições, lá na ponta, estão fazendo as campanhas. Há muita instituição surgindo no Brasil na busca de pessoas desaparecidas.

Na sequência, a gente vai ouvir o Dr. Thiago, por cinco minutos, para tentar responder tudo, fazer considerações finais, e a gente já estará encerrando depois, com o Inspetor Arlei.

O SR. THIAGO FREDERICO DE SOUZA COSTA (Para expor.) – Obrigado, Senadora.

Com relação ao primeiro questionamento, da assessoria técnica do Senado: como a atuação do Consesp pode ajudar nessa integração de dados e sistemas de informação? Como coloquei anteriormente, a prioridade do Presidente do Consesp, Dr. Sandro Avelar, tem sido, além de ser o porta-voz de todos os secretários de segurança, ser esse porta-voz direto no Ministério da Justiça. Então está acontecendo uma aproximação muito grande entre Consesp e Senasp, principalmente, como eu disse, já naquela parte de orçamento e do Fundo Nacional de Segurança Pública.

E aí é importante, Senadora – e não foi querendo frustrá-la –, dizer que não é só questão de necessidade de recursos. A gente sabe que os estados precisam deles bastante, mas, como esse é um tema em que a gente precisa de uma coordenação central, a gente tem que olhar muito para o Ministério da Justiça e para esse papel de coordenação que ele tem que exercer. Então, a gente precisa de tecnologia e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de investimento nos estados. Esse é um tema muito caro para o Consesp, e ele é discutido no âmbito da Senasp. Inclusive o Consesp faz parte do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública, e esse tema é muito debatido lá.

Como o Consesp pode ajudar nessa questão? Sensibilizando os estados principalmente, porque os estados sabem das suas dificuldades, não só de recursos financeiros, mas também, às vezes, há resistência deles naquela questão: "O dado é meu, e eu não vou fornecer"; a gente sabe disso. Eu sou policial civil. A Daniela, que trabalha com a gente na Secretaria de Segurança Pública, é da Subsecretaria de Políticas Públicas e está debruçada sobre esse tema, aqui do Distrito Federal, sabe disso, sabe da dificuldade, que é uma questão histórica, e a gente tem que superar essas barreiras. Então, o Consesp tem esse papel de sensibilizar e convencer os estados que internamente superem esses óbices para que a gente possa dar informação para o Ministério da Justiça, até como condição para poder receber recursos do Fundo Nacional de Segurança. Então, isso é muito importante

A gente precisa... Este *feedback* do MJ a gente tem recebido: "A gente precisa do dado dessa forma, dessa maneira", porque assim a gente está contribuindo para o projeto maior, para a política maior. Então, o Consesp exerce muito esse papel.

E o questionamento da senhora: como a gente pode trabalhar essa questão de uma criança que, em tese, está desaparecida, mas que está acolhida? Eu acho que o primeiro grande passo está sendo dado a partir da lei de 2019, da política nacional, e, a partir, agora, da execução, a gente está vendo o fato concreto acontecendo.

O MJ tem trabalhado com a Autoridade Central Federal e com as autoridades centrais estaduais, e trabalhando, no grupo de trabalho, como isso tem que ser executado. Então, eles vêm fazendo esse papel, desenvolvendo como tem que ser o formulário e como vai ser esse cadastro nacional. Só o cadastro nacional resolve? Não. Eu estava conversando com a Dra. Vanessa aqui sobre o exemplo do carro roubado. Se a polícia civil faz um registro de um carro roubado, isso cai na rede, e a PRF tem acesso, a PF tem acesso e a polícia militar tem acesso. Por que com o desaparecido é diferente? Então, o cadastro nacional vai suprir essa primeira etapa, que é uma base comum, com acesso a toda a rede, para quem precisa ter acesso.

Mas qual é o segundo passo importante? – que a Dra. Larissa trouxe muito bem. A gente precisa que esse cadastro nacional converse com outras bases e com outros sistemas. E aí vem o sistema do Conselho Tutelar; do Ppcaam; da assistência social, porque tem muito morador de rua que está registrado como desaparecido, mas que é morador de rua; e dos órgãos de transporte coletivo, que é muito importante.

Então, a gente tem essa primeira etapa que é fundamental, que é trabalhosa, porque tem que padronizar dado, enviar informação e padronizar como essa informação é enviada e como isso vai ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consolidado no Ministério da Justiça. Consolidada essa base nacional, todo mundo tem acesso. E como a gente integra isso para que converse com outros sistemas? Então, eu acho que o segundo passo, também muito difícil, vai ser esse. Mas, como a senhora colocou, a gente está aqui para receber os desafios e executar.

A senhora também trouxe a questão da política nacional e da LGPD. A senhora disse que assessorou muito tempo aqui no Senado; e eu, na polícia civil, atuei um bom tempo como assessor parlamentar. E, na época da discussão da LGPD...

(*Soa a campainha.*)

O SR. THIAGO FREDERICO DE SOUZA COSTA – ... eu discutia – discutia em um bom sentido – com a assessoria do Senador Aloysio Nunes, que foi o Relator da matéria aqui, e com o Dr. Fabrício, que, inclusive, assessorou na redação. A gente discutia muito, e ele me perguntava: "Thiago, e a segurança pública, como é que faz?". Eu falava: "Fabrício, a segurança tem que ter um tratamento separado, a segurança, a atividade de defesa e a atividade de inteligência".

A LGPD, hoje, ressalva e prevê que essas áreas terão tratamento diferenciado. A Dra. Vanessa, profunda conhecedora da matéria... E está em discussão, inclusive, a LGPD da área penal, criminal. A gente tem que ter uma atenção muito grande sobre isso, porque várias restrições que, às vezes, se colocam, ou várias condicionantes, para tratamento da informação, se a gente simplesmente replicá-las para a área de segurança pública, a gente vai criar um problema para a própria política não só de desaparecidos, mas também para a segurança pública como um todo.

Então, a gente... Claro, ninguém quer ser irresponsável de tratar e fazer o que quiser com o dado. Hoje, a informação pessoal é um dado valioso, a gente sabe disso; então, a gente não se furta a discutir o tema, e é importante a gente participar...

Então, fora isso, Doutora, eu acho... Foi tocado na questão da família, e a gente que trabalha na polícia, ou trabalhou na polícia, é interessante, porque a gente pode escrever um livro, ou vários livros, só de histórias da polícia. Eu gostaria só de contar um caso que me comoveu, durante um plantão.

Eu sou Delegado aqui de Brasília – já falei isso –, então eu trabalhei muito tempo em Ceilândia. Uma vez, num domingo muito tranquilo – o que era raro acontecer em Ceilândia, pelo menos numa delegacia –, uma família me procurou desesperada, porque uma menor tinha desaparecido, e ficaram alguns dias sem contato com ela. Esta teria feito contato com a família a partir de um telefone de um terceiro desconhecido, e ela estaria em Goiânia. Disseram que ela estaria na área da rodoviária. Na hora do plantão, assim, a questão dos recursos, aquela velha questão dos limites de atuação... Eu falei para um "cana" que trabalha com a gente, eu falei assim: "Vamos para a Goiânia?". E ele: "Vamos agora". Pegamos a viatura e partimos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. THIAGO FREDERICO DE SOUZA COSTA – No caminho, eu fiz contato com o delegado de lá, eu falei qual era a característica da menina, e onde ela estaria, próxima à rodoviária. O delegado de lá já prontamente atendeu o pedido, foi fazer as diligências e encontrou a menina. Localizou-a menina, eu cheguei e já fui direto à delegacia em Goiânia, ali perto da rodoviária. Eu sou de Goiânia; então, conheço bem a cidade e falei: "Vamos lá que a gente acha". Eu conversei com a menina, que estava na delegacia já com o delegado, com a equipe da polícia civil de lá. Eu fui buscá-la – a menina não conhecia Goiânia – e falei assim: "Vamos andar. Eu quero saber onde você estava e com quem você estava".

Andamos pela região central de Goiânia. A gente localizou um lugar com uma situação muito precária, onde viviam várias pessoas. Ela estava com um estrangeiro irregular no país. Então, além de localizar a menina, eu fiz a prisão em flagrante desse estrangeiro. Aí o quanto é importante a questão, mais uma vez, da integração de dados e de acesso à base de dados. A gente fala muito em ter acesso, mas eu acho que a gente tem que estar em um patamar além: não é só ter um usuário de *login* e senha para você consultar. Os sistemas têm que...

(*Soa a campainha.*)

O SR. THIAGO FREDERICO DE SOUZA COSTA – ... conversar para que tragam para a gente a informação, e não que a gente tenha que correr atrás dela.

Então, é isso. Espero que esteja menos frustrada, Senadora, e que o Consesp possa continuar participando dos debates, porque a gente tem todo interesse.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Doutor.

Eu já entendi que eu tenho que mandar todo o dinheiro para a Dra. Vanessa. (*Risos.*)

Doutor, muito obrigada. A gente vai continuar essa conversa. Muito obrigada.

E, por último, a gente vai ouvir o Arlei Gomes de Almeida, Policial Rodoviário Federal, representando a PRF, neste momento.

O SR. ARLEI GOMES DE ALMEIDA (Para expor.) – Bom dia, mais uma vez.

Respondendo diretamente, primeiro, a pergunta que me foi feita: em relação a se a base de dados está integrada ou não com a Senasp. Hoje, em dia, atualmente, essa base não está integrada, mas, conforme eu falei antes, nós já iniciamos a tratativa para um acordo de cooperação junto à Senasp, que, na verdade, é até mais amplo, ele envolve essas bases de dados dos desaparecidos e algumas outras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A boa notícia que eu tenho para trazer para vocês, além do início das tratativas que já estão em andamento, é que eu não citei anteriormente, mas a PRF também possui um outro sistema, chamado de Alerta Brasil, em que as funcionalidades do sinal "desaparecido" serão integradas nesse sistema – já está em desenvolvimento. Eu não citei porque ainda não está em produção, mas já está em desenvolvimento essa integração com esse outro sistema. É um sistema que, inicialmente, foi concebido para o caso de roubo e furto de veículos, após uma lei em 2014. Só que, nesse sistema, a gente já possui acordo de cooperação técnica com cerca de 200 outros entes. Então, já traria para a gente um incremento bom na nossa base de dados, para que nós pudéssemos ter mais eficiência e concentração nesses dados.

A gente se solidariza com as famílias. Eu gostaria de dizer isto aqui: a gente se solidariza com as famílias dos desaparecidos. Mas é bom lembrar, conforme a colega da Polícia Federal citou, que é muito importante para nós também que, após uma pessoa ser encontrada, a pessoa consiga nos dar o *feedback* de que essa pessoa foi encontrada – o recurso é sempre escasso, não é? –, para que nós possamos direcionar melhor a nossa atuação.

Fica aqui também a sugestão para a nobre Senadora de que, na parte de recursos, a gente acha interessante o direcionamento, por mais que hoje em dia existam diversas ferramentas para a concentração desses dados, para a divulgação. A divulgação dessas ferramentas é de extrema importância, não só para o meu órgão como para todos e, principalmente, para a sociedade brasileira, para que isso tenha um alcance necessário para que as pessoas tragam as informações para a gente e nós possamos ajudá-las a encontrar os seus parentes, que às vezes estão desaparecidos há muitos anos ou pode ser agora, ou pode ser uma pessoa vulnerável.

Conforme o colega citou, nós, na atividade policial, poderíamos escrever um livro. Já tive a oportunidade também de atuar em região de fronteira e nos deparar, num ônibus coletivo interestadual, com uma criança sendo levada por um estranho, a criança estar ali completamente constrangida e sendo levada embora, sendo levada embora do país, sendo levada embora do seu estado.

Então, a gente se solidariza com as famílias dos desaparecidos e pede a colaboração de todos vocês nessa seara.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Eu agradeço a presença de todos, agradeço o trabalho da Secretaria, aos técnicos que estão nos acompanhando *online*, a todos que estiveram no plenário, e um carinho especial para todos que estão nos acompanhando pela internet e pela TV. A gente vai continuar o debate, nós vamos continuar.

A apresentação da Dra. Larissa está à disposição no *site* da Comissão, e, se tiver alguma pergunta, alguma colaboração, essa é uma atividade da Comissão, você que está nos assistindo pode entrar em contato direto com a Comissão. Se quiser falar com o meu gabinete, eu também não me oponho, mas essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é uma atividade da Comissão; então, a gente está direcionando todas as informações, perguntas e dúvidas aqui para a Secretaria da Comissão.

Muito obrigada a todos.

Nada mais havendo a tratar, nós declaramos encerrada esta sessão de audiência pública.

Obrigada.

(*Iniciada às 10 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 38 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 20ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE JUNHO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e seis minutos do dia dezoito de junho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Jorge Kajuru e Flávio Bolsonaro, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Sergio Moro, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Ivete da Silveira, Leila Barros, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Rodrigo Cunha, Margareth Buzetti, Angelo Coronel, Jaques Wagner, Janaína Farias, Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Damares Alves, e ainda dos Senadores Paulo Paim e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Efraim Filho, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Marcos do Val, Weverton, Omar Aziz, Sérgio Petecão, Otto Alencar, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato, Jorge Seif e Eduardo Girão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2573, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Cria, no âmbito dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, o Pacto Nacional para o Fortalecimento e Valorização dos Profissionais da Segurança Pública." **Autoria:** Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES). **Relatoria:** Senador Jorge Kajuru. **Relatório:** Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1-CSP e 2-CSP. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 3673, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 28-A do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para aperfeiçoar o instituto do acordo de não persecução penal." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Relatoria:** Senador Flávio Bolsonaro. **Relatório:** Favorável ao projeto e contrário às emendas nºs 1, 2 e 3. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto e contrário às Emendas nºs 1, 2 e 3. O Senador Alessandro Vieira se manifesta contrariamente ao relatório. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 1667, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para proibir a visita em que possa haver intimidades corporais acompanhada de criança ou de adolescente." **Autoria:** Senador Magno Malta (PL/ES). **Relatoria:** Senadora Ana Paula Lobato. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto. **Observação:** Durante a reunião, é designado relator "ad hoc" o Senador Flávio Bolsonaro. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 853, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 – Lei dos Crimes Hediondos, e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para vedar a progressão de regime de cumprimento de pena aos condenados por crimes hediondos." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Favorável ao projeto e pelo acolhimento parcial da Emenda nº 1, na forma das três emendas que apresenta, e contrário à emenda nº 2. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, pelo acolhimento parcial da Emenda nº 1, na forma das Emendas nºs 3-CSP, 4-CSP e 5-CSP, e contrário à Emenda nº 2. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e nove minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jorge Kajuru
Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/06/18

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Fala da Presidência.) – Brasileiras e brasileiros, minhas únicas vossas excelências, Deus e saúde a todos e todas presentes e àqueles que nos acompanham pelos meios de comunicação.

Hoje é dia 18 de junho de 2024. Começa mais uma sessão da Comissão de Segurança Pública, a mais atuante desta legislatura, prazerosamente.

Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Segurança Pública.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 18ª e 19ª Reuniões, realizadas respectivamente em 11 e 13 de junho.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Sras. Senadoras e Srs. Senadores, informo que recebemos um convite para participarmos do evento "Diálogos ABIN – A atividade de inteligência e o Parlamento brasileiro na defesa da soberania nacional", que ocorrerá no dia 20 de junho, às 9h, na sede da Abin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Maiores detalhes sobre esse evento encontram-se no *e-mail* enviado na semana passada.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens constantes da pauta.

A Presidência esclarece que, nas votações nominais, os Senadores poderão votar tanto nos computadores, localizados neste Plenário, quanto por meio do aplicativo Senado Digital, desde que tenham registrado a presença pessoalmente aqui na Casa.

Item 1: Projeto de Lei nº 2.573, de 2021, não terminativo.

Secretaria, este já é o meu? (*Pausa.*)

Então, eu pediria a fineza do exímio Senador carioca Flávio Bolsonaro, para que assuma a Presidência, por fineza.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Por mim, pode ser. Pega o dele primeiro, então.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Não, para mim não tem problema nenhum.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É. Só pega o dele.

Então, vamos ao item 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 3673, DE 2021

- Não terminativo -

Altera o art. 28-A do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para aperfeiçoar o instituto do acordo de não persecução penal.

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao projeto e contrário às emendas nºs 1, 2 e 3.

Observações:

1. Em 20/05/2024, foram apresentadas as Emendas nºs 1 e 2, de autoria, respectivamente, dos Senadores Sergio Moro e Alessandro Vieira;

2. Em 11/6/2024, foi lido o relatório e concedida vista ao Senador Alessandro Vieira;

3. Em 12/6/2024, foi apresentada a Emenda nº 3, de autoria do Senador Alessandro Vieira;

4. Em 18/6/2024, foi apresentada complementação de voto pelo relator, Senador Flávio Bolsonaro;

5. A matéria seguirá posteriormente à CCJ, em decisão terminativa.

A relatoria é do Senador do Rio de Janeiro Flávio Bolsonaro.

Com a palavra, por fineza, o Senador Flávio Bolsonaro para a relatoria.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Presidente, bom dia. Bom dia a V. Exa, bom dia a todos.

É só para fazer o parecer sobre a terceira emenda, então faço a leitura muito brevemente aqui.

Na última sessão da Comissão, no dia 11 de junho de 2024, oferecemos nosso relatório ao Projeto de Lei nº 3.673, de 2021, do Senador Wellington Fagundes, que altera o art. 28-A do Decreto-Lei nº 3.689, de 1941, do Código de Processo Penal, para aperfeiçoar o instituto do acordo de não persecução penal.

Na ocasião, foi concedida vista ao Senador Alessandro Vieira, nos termos do art. 132 do Regimento Interno do Senado Federal.

Posteriormente foi apresentada a Emenda nº 3, da CSP, de autoria do Senador Alessandro Vieira, propondo a não admissão do acordo de não persecução penal para os crimes praticados contra a administração pública, ainda que em sua modalidade culposa.

Em relação à referida emenda, com todo o respeito, entendemos que – tal qual as Emendas nºs 1 e 2, da CSP – não deve ser acolhida.

É de se observar que todos os crimes contra a administração pública possuem pena mínima em abstrato inferior a quatro anos e a maior parte é punida com detenção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, é importante esclarecer que, para se beneficiar do ANPP, o investigado deve atender a determinadas condições, como a reparação do dano causado, a renúncia ao produto ou proveito do crime, o pagamento de prestação pecuniária etc.

Assim, do nosso ponto de vista, mesmo para os crimes contra a administração pública, os atuais requisitos para o oferecimento do ANPP, no caso, em que a infração penal seja sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a quatro anos, associados às mencionadas condições, se mostram adequados e suficientes para a manutenção do instituto e o seu aperfeiçoamento.

Diante disso, em complemento ao relatório apresentado em 11 de junho de 2024, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.673, de 2021, em seu texto original, rejeitadas integralmente as Emendas nºs 1, 2 e 3.

É isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Perfeito.

Relatório sempre objetivo, como sempre, do Senador Flávio Bolsonaro.

Coloco em discussão.

Alguém deseja, por fineza... (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação de forma simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Resultado: aprovado o relatório do Senador Flávio Bolsonaro, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 3.673, de 2021, contrário às Emendas nºs 1, 2 e 3.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Volto, então, agora, ao item 1.

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 2573, DE 2021

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cria, no âmbito dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, o Pacto Nacional para o Fortalecimento e Valorização dos Profissionais da Segurança Pública.

Autoria: Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES)

Relatoria: Senador Jorge Kajuru

Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações:

1. A matéria seguirá posteriormente à CCJ, em decisão terminativa.

A relatoria é minha, Senador Jorge Kajuru.

Passo a Presidência desta Comissão de Segurança Pública ao exímio Senador Flávio Bolsonaro, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Com a palavra o Relator, Senador Jorge Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Como Relator.) – Presidente Flávio, vou diretamente à análise.

Segundo o art. 104-F do Regimento Interno, cabe a esta Comissão opinar sobre proposições referentes a segurança pública.

Não foram encontrados vícios de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade ou técnica legislativa.

Compete privativamente à União legislar sobre normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação, mobilização, inatividades e pensões das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares (art. 22, XXI, da CF) e, no âmbito da legislação concorrente, compete à União estabelecer normas gerais sobre organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis (art. 24, XVI e §1º, da CF).

Quanto ao mérito, o projeto é conveniente e oportuno.

O projeto traz uma série de medidas favoráveis aos agentes de segurança pública.

Cabem, no entanto, alguns aperfeiçoamentos.

Numa primeira emenda, buscamos aqui harmonizar o pacto com as demais disposições da legislação de segurança pública já vigentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na segunda emenda, estou, por ora, suprimindo o piso salarial nacional para cargos, postos e graduações equivalentes, porque não conseguimos estimar seus impactos financeiros para estados e municípios. É mesmo de se reconhecer a complexidade da medida proposta, que carece de maiores estudos e reflexões.

Ao voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.573, de 2021, do amigo Senador Marcos do Val, com as seguintes emendas, que já apresentei neste relatório.

Obrigado, Presidente Flávio Bolsonaro.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador Kajuru.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Devolvo a Presidência a quem de direito, o Senador Jorge Kajuru.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Senador Jorge Kajuru, pela ordem, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu estava olhando para ti e não o enxergando. Agora, ouço a sua voz e fico feliz, sergipano Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – É um sempre um prazer estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – À sua disposição.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Pela ordem.) – É apenas para fazer o registro do meu voto contrário ao projeto que votamos, o item 2 da pauta, o 3.673, justamente por conta da rejeição das emendas apresentadas. E o registro é necessário, porque qualquer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

projeto que, de uma forma direta ou indireta, mesmo que não seja essa a intenção do autor ou do relator, possa reduzir a punibilidade, a repressão estatal para cidadãos que cometem crimes como corrupção nunca terá meu voto. Então, é só o registro do voto contrário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Obrigado, Senador Alessandro.

Resultado: aprovado o relatório do Senador Flávio Bolsonaro, que passa a constituir – desculpa pela confusão; o relatório é meu: Jorge Kajuru – ... que passa, então, a constituir parecer da Comissão favorável ao Projeto de Lei nº 2.573, de 2021, e às Emendas nºs 1 - Comissão de Segurança Pública e 2 - Comissão de Segurança Pública.

A matéria vai a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 1667, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para proibir a visita em que possa haver intimidades corporais acompanhada de criança ou de adolescente.

Autoria: Senador Magno Malta (PL/ES)

Relatoria: Senadora Ana Paula Lobato

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. A matéria seguirá posteriormente à CCJ, em decisão terminativa.

A relatoria é da Senadora Ana Paula Lobato; no entanto, via *ad hoc*, o Senador Flávio Bolsonaro fará o relatório aqui, nesta Comissão.

Passo a palavra, então, ao Senador Flávio Bolsonaro para a leitura deste relatório.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Presidente Kajuru, passo à leitura do relatório da Senadora Ana Paula Lobato, que, via sua assessoria, me solicitou que fizesse a leitura, porque ela não conseguiria chegar a tempo, aqui, da audiência e para não atrasar o projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, peço sua licença para ir diretamente à análise.

Ressaltamos de início, pois, que a competência para a análise da constitucionalidade da proposição, bem como de critérios próprios do direito penal e do processo penal, será feita na CCJ, cabendo a esta Comissão, portanto, a análise do PL no contexto do sistema penitenciário, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal.

É triste, mas é verdade, como bem colocou a justificação, que, abre aspas, "os estabelecimentos prisionais enfrentam problemas importantes de superlotação, por um lado, e de carência de pessoal, por outro, pode-se compreender que, eventualmente, crianças e adolescentes sejam admitidas e levadas por seus pais ou responsáveis a presenciarem troca de afetos entre os mesmos" – fecha aspas.

É de se seguir, nesse passo, a Resolução 23, de 4 de novembro de 2021, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.

No assunto específico da presente, a realidade se impôs, tendo o próprio CNPCP estabelecido que: "Art. 5º Não se admitirá a visita conjugal por pessoa menor de 18 (dezoito) anos de idade".

Infelizmente, no entanto, não pode, por óbvio, a resolução, por si, estabelecer a responsabilização administrativa dos agentes públicos, coberta pela reserva legal, e aí reside o mérito da presente proposição.

Com essas considerações, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.667, de 2023, de autoria do Senador Magno Malta, Presidente.

É o relatório da Senadora Ana Paula Lobato.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Obrigado mais uma vez pela objetividade do relatório apresentado pelo Senador Flávio Bolsonaro e coloco imediatamente em discussão.

Há alguém que queira...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Quero sim, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Senadora do Distrito Federal, exemplar, Damares Alves.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Senador Flávio, o projeto do Senador Magno fala de um adulto acompanhado com criança.

É muito comum uma mãe ir para o presídio visitar o marido, o companheiro, e no dia da visita íntima ter uma criança, porque não tem com quem deixar, leva a criança junto. A minha preocupação é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com relação ao alcance disso para as unidades socioeducativas, porque aqui a gente fala: "Visita íntima não poderá ter o acompanhamento de criança ou adolescente".

Quanto à visita íntima, nas unidades socioeducativas, o Conanda tem se manifestado fortemente a favor da visita íntima lá para os adolescentes.

Então, é um tema que vai vir para esta Casa, com certeza, vou votar a favor do projeto, mas já deixando esse alerta de que é possível que a gente tenha reação, porque eles podem entender que isso aqui vai ter efeito lá no sistema socioeducativo também.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senadora Damares, eu não sei se é possível pedir vista desse projeto ainda. Se a senhora quiser pedir vista...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não, não vou pedir. Não vou queimar essa etapa, não. Vamos aprovar, mas é um tema que vai despertar debates aqui, posteriormente, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Ficará para a CCJ. Perfeito?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ah, está proibido em tudo que é lugar. É isso? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Bem, não havendo mais quem queira discutir, passemos à votação simbólica.

Em votação o relatório apresentado pelo Senador Flávio Bolsonaro.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Resultado: aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 1.667, de 2023.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Último item, 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI N° 853, DE 2024

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 – Lei dos Crimes Hediondos, e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para vedar a progressão de regime de cumprimento de pena aos condenados por crimes hediondos.

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao projeto e pelo acolhimento parcial da Emenda nº 1, na forma das três emendas que apresenta, e contrário à emenda nº 2.

Observações:

1. Em 11/6/2024, foi lido o relatório e concedida vista ao Senador Fabiano Contarato;

2. Em 11/6/2024, foram apresentadas as Emendas nºs 1 e 2, de autoria do Senador Fabiano Contarato;

3. Em 17/06/2024, foi recebido novo relatório da Senadora Damares Alves;

4. Em 18/06/2024, foi recebido novo relatório da Senadora Damares Alves;

5. A matéria seguirá posteriormente à CCJ, em decisão terminativa.

Passo a palavra, então, para o relatório, à Senadora Damares Alves, do Distrito Federal.

Por fineza.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, na leitura do relatório, na semana passada, as emendas do Senador Contarato foram entregues na hora. Não tinha como analisar duas emendas enormes; então, eu as rejeitei. Ele pediu vista, tivemos um tempo para conversar, as assessorias se reuniram, a Consultoria do Senado... E eu decido agora aceitar, parcialmente, uma das emendas do Senador Contarato, em que ele traz, na lista de crimes hediondos, que o líder de organização criminosa, quando direcionado à prática de crime hediondo, vai ter que cumprir a pena inteira, sem a progressão.

Então, é essa a colaboração que ele traz.

A outra emenda do Senador Contarato, que fala sobre corrupção, eu acho que dá para a gente trabalhar num projeto de lei paralelo, depois. É muito boa a ideia dele, mas eu rejeito a segunda emenda dele.

Acato parcialmente a Emenda nº 1, do Senador Contarato, e o que eu fiz aqui – está em forma de emenda, acatando tudo – foi que eu especifiquei os crimes que não terão progressão de regime de pena. Então, quando eu especifico, fica muito claro quais são eles. Está aqui na minha emenda quais são os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

crimes, e atende a todo mundo: há a questão do estupro, a da pedofilia, a do abuso sexual, a do genocídio, a do tráfico de pessoas, a do sequestro... Então, estão especificados aqueles crimes mais graves, em que não haverá a progressão de pena.

Só quero explicar, porque tem muita gente que vai perguntar: "Por que há epidemia com resultado morte?". Esse item III vem da Lei de Crimes Hediondos, que é uma lei aprovada em 2003, lá atrás – não é por causa da última pandemia –, quando a pessoa... Por exemplo, havia muito aquilo de jogar produtos em caixa d'água para contaminar e as pessoas morrerem. Então, epidemia com resultado morte é de uma lei de 2003, e a gente a mantém aqui.

Então, a emenda está publicada, Sr. Presidente, e eu peço a aprovação dos pares.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Perfeito, Senadora Damares Alves.

Coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação simbólica.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Resultado: aprovado o relatório da Senadora Damares Alves, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 853, e pelo acolhimento parcial da Emenda nº1, na forma das Emendas nº 3-CSP, nº 4-CSP, nº 5-CSP, e contrário à Emenda nº 2.

A matéria vai, então, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Como sempre, a eficiência rara desta Comissão de Segurança Pública colabora em tudo. Agradeço, principalmente, pela minha questão visual, ao Secretário Waldir Miranda, ao João Murce, à Clarissa Hayashi, ao Thiago Albuquerque e à Geisa Lopes.

Não havendo mais nada a tratar, está encerrada a reunião.

Deus e saúde a todos e todas. Amém!

(Iniciada às 11 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 29 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 15ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE JUNHO DE 2024, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às quatorze horas e quatro minutos do dia vinte e sete de junho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Hamilton Mourão, reúne-se a Comissão de Comunicação e Direito Digital com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Astronauta Marcos Pontes e Esperidião Amin, e ainda do Senador Otto Alencar, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Cid Gomes, André Amaral, Davi Alcolumbre, Giordano, Veneziano Vital do Rêgo, Zequinha Marinho, Daniella Ribeiro, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Rogério Carvalho, Paulo Paim, Flávio Arns, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao REQ 41/2024 - CCDD, de autoria Senador Esperidião Amin (PP/SC), e ao REQ 46/2024 - CCDD, de autoria Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS). **Finalidade:** Debater o PLP 77/2023, que "institui o Cadastro Digital Certificado e estabelece normas para identificação de correntistas ativos e passivos de contas de depósitos abertas por meio eletrônico". **Participantes:** Senhor Marco Padilha Nogueira, Representante da MP Certificados Digitais e Sistemas Digitais; Senhor Leonardo Gonçalves, Presidente do Conselho de Administração da Associação Nacional de Certificação Digital da Associação Nacional de Certificação Digital - ANCD; Senhor Luã Cruz, Co-Coordenador do Programa Telecom e Direitos Digitais do Instituto de Defesa dos Consumidores - Idec; e Senhor Ivo Mósca, Diretor Executivo de Inovação, Produtos e Serviços Bancários da Federação Brasileira de Bancos - FEBRABAN. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e dezessete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Hamilton Mourão
Presidente Eventual da Comissão de Comunicação e Direito Digital

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/06/27

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Fala da Presidência.) – Meu boa tarde a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão de Comunicação e Direito Digital da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater o PLP 77, de 2023, que institui o Cadastro Digital Certificado e estabelece normas para identificação de correntistas ativos e passivos de contas de depósitos abertas por meio eletrônico, em atenção aos Requerimentos 41, de 2024, desta Comissão, de autoria do Senador Esperidião Amin, e 46, também de 2024, desta Comissão, de autoria dos Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão.

Participarão presencialmente – e já convido para tomarem assento à mesa – os seguintes convidados: o Sr. Ivo Mósca, Diretor-Executivo de Inovação, Produtos e Serviços Bancários da Federação Brasileira de Bancos (Febraban); o Sr. Marco Padilha Nogueira, representante da MP Certificados Digitais e Sistemas Digitais; e o Sr. Leonardo Gonçalves, Presidente do Conselho de Administração da Associação Nacional de Certificação Digital (ANCD). Participará, por meio de videoconferência, o Sr. Luã Cruz, Co-Coordenador do Programa de Telecomunicações e Direitos Digitais do Instituto de Defesa de Consumidores (Idec).

Informo também que foram convidados representantes da Confederação Nacional das Instituições Financeiras, do Banco Central do Brasil e do Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor (Brasilcon), que não puderam comparecer a esta audiência.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211. O relatório

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos, para fazerem suas perguntas ou comentários.

Quero destacar que esta audiência tem a destinação de debater os aspectos importantes do PLP 77, de 2023, que é de minha autoria. Esta medida é de suma importância para a modernização e a segurança do nosso sistema financeiro, ao instituir o Cadastro Digital Certificado e estabelecer normas para a identificação de correntistas ativos e passivos de contas de depósitos abertas por meio eletrônico.

Vivemos em uma era de intensa digitalização, onde os serviços bancários e financeiros estão cada vez mais integrados ao ambiente virtual. Essa transformação traz inúmeras vantagens, uma maior conveniência e acessibilidade aos cidadãos; contudo, também impõe significativos desafios no que diz respeito à segurança e à autenticidade das operações financeiras.

O PL nº 77 surge justamente para responder a esses desafios.

Ao criar um cadastro digital certificado, propõe-se um mecanismo robusto para garantir que a identificação dos correntistas seja feita de maneira segura e eficaz, minimizando riscos de fraudes e assegurando a integridade das transações eletrônicas.

É essencial que todos os setores envolvidos, desde instituições financeiras até órgãos reguladores e representantes da sociedade civil, contribuam com suas perspectivas e conhecimentos. A colaboração entre essas partes é fundamental para que possamos construir um sistema que equilibre a inovação tecnológica com a proteção dos direitos e a segurança dos usuários.

Durante esta audiência, ouviremos especialistas, representantes de instituições financeiras, autoridades reguladoras e outros *stakeholders,* que compartilharão suas análises e sugestões sobre o projeto. O objetivo é garantir que, ao final, tenhamos uma legislação que não apenas promova a eficiência e a inovação no setor financeiro, mas também resguarde os interesses e a segurança dos cidadãos.

Confiante de que com o engajamento de todos os presentes conseguiremos aprimorar esse projeto de lei, tornando-o um marco na regulação dos serviços financeiros digitais no nosso país,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agradeço desde já a presença de todos, pois a participação de cada um é fundamental para enriquecermos este debate.

Declaro oficialmente aberta esta audiência pública e passo a palavra ao primeiro convidado para suas considerações iniciais.

Com a palavra, o Sr. Ivo Mósca, lembrando, por até 10 minutos, mas podemos estender – viu, Sr. Ivo? –, Diretor Executivo de Inovação, Produtos e Serviços Bancários da Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

A palavra é sua, Sr. Ivo.

O SR. IVO MÓSCA (Para expor.) – Muito obrigado, Senador.

Para começar aqui o discurso, acho que é importante a gente trazer que todo o nosso setor, assim como a nossa federação e os nossos associados, comungam dessa prioridade de combate às fraudes, golpes e qualquer tentativa de furto dos nossos clientes.

Nós, da Febraban, vimos trabalhando nesse sistema, de forma prioritária, ao longo dos últimos anos. E, desde que toda a inovação tecnológica nos permitiu a abertura de contas digitais, esse vem sendo um trabalho árduo de ganhar toda vantagem que nós adquirimos ao longo dos últimos anos com a digitalização e com a bancarização dos clientes, muito provocados pela pandemia e também pela evolução tecnológica de produtos, inclusive de âmbitos regulatórios, como o PIX, que garantiram o avanço e a inclusão de mais de 70 milhões de clientes no mercado financeiro, com transações digitais, trazendo essa comodidade de, no dia a dia, dentro de suas próprias casas, cuidar de suas finanças.

Esse é um trabalho que requer cuidado diário e nós mantemos um fórum mensal de prevenção a fraudes, com todas as lideranças e a segurança dos bancos associados, buscando mensalmente trazer propostas e inovação para o setor, trazendo aqui vantagens que a tecnologia e o avanço tecnológico nos oferecem.

Muito se fala de inteligência artificial neste momento e uma série de outras ferramentas que a gente vem colocando à nossa disposição e que vem contribuindo diariamente com esse combate a golpes, fraudes e engenharia social, que hoje é o que representa a maior parte dos nossos ofensores nesse setor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esses grupos são formados com os melhores *experts* de segurança digital e cada um dos nossos associados garante um alto nível de qualidade para essas discussões e um avanço contributivo, uma vez que, nesse mercado, qualquer fraqueza ou qualquer elo fraco é uma porta de entrada para esses fraudadores. Então, esse é um trabalho colaborativo que conta com a participação intensa de todos os nossos associados.

Apesar de todo esse contexto de risco que a gente tem na sociedade, é importante ressaltar, porém, que esses avanços digitais trouxeram, como eu já disse – logo no início –, vantagens importantes para esse mercado, contribuindo com a bancarização e facilitando a aplicação de serviços e soluções que trouxeram toda a comodidade, até mesmo para a população mais carente que – sem um custo de transporte, sem a necessidade de uma movimentação diária ao longo de seu trajeto, que já é complexo para buscar o seu dia a dia de trabalho – consegue se resolver de forma totalmente digital.

Colocados esses pontos e contrapontos, a gente teve diversos avanços ao longo dos últimos anos. A gente pode citar vários aqui. Nós temos aqui exemplos provocados pelo setor privado, com um mecanismo especial de devolução, em que nós temos aqui a capacidade de tentar retornar: uma vez que já foi consumada uma fraude, busca-se de volta o recurso.

A gente já está avançando para uma versão seguinte, 2.0, em que a gente consegue permear diversas camadas ou contas já transacionadas com a entrada do Pix e sua alta velocidade transacional. Nós vemos aqui, muitas vezes, o fraudador, ao receber o recurso, já repassa para a conta seguinte, e seguinte, e seguinte. A gente vai ter a capacidade de mapear todo esse fluxo para tentar recuperar esses dados.

Além dessas soluções mais técnicas, a gente também vê avanços regulatórios importantes nesse combate, como, por exemplo, a Resolução Conjunta nº 6, que traz aqui e padroniza a necessidade de compartilhamento de dados entre as instituições, para que esse combate à fraude seja ainda mais efetivo.

Nesse contexto, a gente vê aqui a segunda grande dimensão de tratamento ao combate às fraudes, que é o compartilhamento de dados. Como coloquei no início, a colaboração nesse ecossistema é muito importante para que a gente fortaleça todos os elos e evite que o fraudador entre nas nossas casas.

Nesse contexto, o setor vê como prioridades ações importantes para ataque. Entre elas eu posso citar aqui outros projetos de lei importantes, como o PL 2254/22, também de autoria do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Hamilton Mourão, que traz aqui um processo de combate à criminalização mais forte e ataca também uma outra variável que vem aparecendo, que são as contas laranja, que é o empréstimo de contas.

Este é um ramo que vem crescendo e muito nesse setor, ou seja, todas as contas são abertas com documentos legais e a gente vê o fraudador, o delinquente alugando essas contas legais para que elas possam servir de depósitos de fluxo financeiro ilegal.

Esse projeto a gente entende que endurece esse caminho e torna mais severo o tratamento penal aos crimes de fraude, extorsão e estelionato, tipificando novas condutas de aluguel de contas e aumentando penas para os crimes de fraudes eletrônicas e sequestros para movimentação bancária.

Um outro ponto importante, também prioritário, na nossa visão, é a PEC 3, de 20, que também aguarda votação no Plenário do Senado. Essa PEC organiza o sistema de repartição de competências em dois temas extremamente relevantes, segurança cibernética e segurança física, para estabelecimentos financeiros, transporte de valores e outros, assim como centraliza as competências da União e as condições de legislar, com segurança, para enfrentar os crimes, nos ambientes digital e físico, além de atribuir responsabilidade e estipular padrões de governança.

Por fim, a gente entende que todo o trabalho feito, nos últimos cinco anos, com toda essa autorregulação criada e participação das entidades do setor financeiro em garantir agilidade e flexibilidade para o combate às fraudes, é um aspecto que a gente tange como um dos principais no combate à fraude. A velocidade, a inovação e a tecnologia que estão à disposição dos nossos inimigos são as mesmas que a gente tem que aproveitar, ou a velocidade de ataque tem que ser ainda maior. Para isso, a gente precisa de flexibilidade, e ter flexibilidade significa poder ter, aqui, normas ou regulações que permitam que a gente se adapte à velocidade superior dos nossos fraudadores, dos nossos delinquentes, nesse mercado.

Então, entendemos que, nesse processo, é muito importante que nós não tenhamos uma linha rígida, escrita com regras e campos específicos, mas, sim, uma flexibilidade de acompanhar todo o potencial desencadeado pelas informações aproveitadas, hoje, pelas instituições, nesse combate. Um exemplo muito claro disso é que, hoje, as instituições compõem mais de 200 variáveis em um processo de seguir com o Pix. Você tem uma série de análises que estão sendo feitas e que estão invisíveis aos nossos olhos, mas que vão detectando, diariamente, o perfil dos nossos clientes e discriminando aquelas transações mais suspeitas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, para abertura de contas e início de relacionamento, há cruzamento entre diversas bases, de diversas instituições, inclusive governamentais, que compõem escalas de segurança necessárias, para a gente garantir a segurança de abertura, onde poucas linhas, hoje presentes em uma única regra, não trariam uma contribuição tão grande.

Nesse intuito, nós vemos um trabalho aprofundado para rever e trazer pontos de evolução em relação a este PL, e nós nos colocamos à disposição para trazer uma contribuição mais profunda, para enriquecer esse PL e fazer com que ele tenha um impacto positivo dentro do seu objetivo inicial.

Com isso, eu termino a minha fala.

Muito obrigado, Senador Hamilton.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Bom, eu queria agradecer ao Sr. Ivo Mosca, representante da Febraban, que colocou, em rápidas palavras, todo o avanço tecnológico que houve no setor bancário. Aliás, o setor bancário do Brasil, se não é o mais avançado, é um dos mais avançados do mundo. Também colocou aí as legislações que estão circulando aqui no nosso Congresso, que endurecem penas para os criminosos cibernéticos e que atacam o nosso sistema bancário, bem como a PEC nº 3, que disciplina; coloca que, obviamente, para a gente combater criminosos que têm capacidade tecnológica e operam com ampla liberdade, a gente também não pode estar cerceado por regras demasiado rígidas. Isso é uma questão do mundo democrático. E, obviamente, estamos à disposição para melhorar aquilo que for necessário no nosso projeto de lei.

Muito bem. Vamos passar a palavra, então, agora para o nosso segundo conferencista debatedor, que é o Sr. Marco Padilha Nogueira, representante da MP Certificados Digitais e Sistemas Digitais.

O senhor tem até dez minutos.

O SR. MARCO PADILHA NOGUEIRA (Para expor.) – Boa tarde!

Muito obrigado pelo convite... (*Pausa.*)

Obrigado pelo convite ao colega, assessor do Senador Mourão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou fazer uma breve apresentação – ela é um pouquinho resumida – sobre a minha empresa de certificado digital. A gente comercializa todos os modelos de certificado: certificados A1 e A3, os *tokens*, cartões de identificação.

Vou fazer uma breve apresentação.

A MP Certificados Digitais é uma empresa parceira e representante autorizada da Cercon, que é a nossa AR, que está aqui localizada em Brasília.

Estamos integrados a uma cadeia de parceiros confiável e reconhecida, composta pela AC Digitalsign, que é a autoridade certificadora, responsável por toda a cadeia de certificados digitais, e AR Cercon, que é a responsável por verificar e validar todas as informações e documentos de quem necessita emitir ou renovar o certificado digital. Por isso, o papel da Autoridade de Registro (AR) é fundamental no processo de emissão do certificado digital.

O nosso atendimento é presencial, que eu creio que é o ponto mais forte do nosso projeto, e também por videoconferência, tendo em vista que o presencial é o mais importante neste momento. Oferecemos flexibilidade para nossos clientes com opções de atendimento presencial em Brasília e por videoconferência nos demais locais, caso a pessoa tenha alguma necessidade fora do Brasil, enfim. Isso garante conveniência e segurança.

A nossa expertise é local e nacional. Como representante autorizado da Cercon, combinamos conhecimento local com alcance nacional, proporcionando soluções personalizadas e eficientes.

O suporte é especializado. Nossa equipe, altamente capacitada, oferece suporte técnico e consultoria especializada, garantindo que nossos clientes utilizem a certificação digital de maneira otimizada.

Aqui é o meu índice.

Vou passar aqui para frente e adentrar no nosso projeto.

Certificação Digital: segurança e eficiência nas transações bancárias e abertura de contas.

A certificação digital é uma ferramenta essencial para garantir a segurança e a eficácia nas transações bancárias e dos processos de abertura de contas.

A apresentação aborda a importância da certificação digital no mercado atual, com foco especial nas instituições bancárias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Importância do certificado digital no mercado.

Segurança aprimorada: a certificação digital oferece proteção contra fraudes e acesso não autorizado, garantindo a integridade das informações e transações.

Conformidade regulatória: o uso da certificação digital atende a requisitos legais e regulatórios, posicionando as instituições bancárias como líderes em governança e *compliance*

Eficiência nos processos: a certificação digital agiliza os processos, reduzindo custos e tempo, e melhorando a experiência do cliente.

Aplicação do certificado digital nas instituições bancárias.

Abertura de contas: a certificação digital permite a abertura de contas de forma totalmente digital, sem a necessidade de se comparecer pessoalmente à agência.

Transações bancárias: a assinatura digital é criptográfica e tem autenticidade de segurança nas transações, reduzindo o risco de fraude.

Conformidade e *compliance*: o uso do certificado digital ajuda as instituições bancárias a cumprir regulamentos e diretrizes, fortalecendo sua imagem e confiabilidade.

Segurança e eficiência nas transações bancárias.

Criptografia avançada: a certificação digital utiliza algoritmos criptográficos robustos para proteger informações confidenciais durante as transações.

Assinatura digital: as assinaturas digitais garantem a autenticidade e integridade dos documentos enviados, evitando fraudes e falsificações.

Rastreabilidade: todas as atividades realizadas com a certificação digital são registradas, permitindo a rastreabilidade e a auditoria das transações.

Redução de custos: a automação e a digitalização dos processos bancários resultam em uma diminuição significativa dos custos operacionais.

Abertura de contas com o certificado digital.

Identificação do cliente: o cliente é identificado de forma segura e confiável, por meio da certificação digital, eliminando a necessidade de comparecimento presencial no banco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assinatura digital: documentos necessários para a abertura de conta são assinados digitalmente, tornando o processo ágil e eficaz.

Ativação da conta: a conta é ativada e liberada para uso imediato, sem a necessidade de espera ou deslocamentos adicionais.

Os benefícios do certificado digital para os clientes bancários.

Segurança: os clientes têm a garantia de que suas informações e transações estão protegidas contra fraudes e acessos não autorizados.

Conveniência: o processo de abertura de conta e realização de transações é mais rápido e pode ser feito de qualquer lugar.

Confiabilidade: a certificação digital reforça a imagem de solidez e credibilidade das instituições bancárias, garantindo maior confiança dos clientes.

Desafios e soluções na implementação da certificação digital

Adoção pelos clientes: capacitação e suporte aos clientes para o uso da certificação digital.

Integração com o sistema: adaptação dos sistemas bancários para a integração com a certificação digital.

Conformidade regulatória: atendimento aos requisitos legais e normativos para o uso da certificação digital.

Conclusão e próximos passos.

Para concluirmos, a certificação digital é fundamental para garantir a segurança e a eficiência das transações bancárias e da abertura de contas. As instituições bancárias devem investir na sua implementação – para se manterem competitivas e oferecer um atendimento de excelência aos seus clientes – e estabelecer um plano de implementação e certificação digital incluindo a capacitação de equipes, integração do sistema e a comunicação com os clientes.

E aqui eu finalizo minha apresentação, uma breve apresentação, e espero contribuir com mais informações a partir de perguntas. Fico à disposição para o projeto avançar e termos sucesso nas tratativas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Eu agradeço ao Sr. Marco Padilha, que fez uma apresentação sobre a empresa à qual ele pertence, os dados relativos à segurança e à rastreabilidade e todas as vantagens que o sistema oferece. É óbvio que é um dos pontos focais aqui da discussão que nós temos, e terá que ser feito um equacionamento junto ao sistema bancário para que a gente saia com um projeto de lei que atenda não só aos interesses do consumidor, que é o primeiro, como também à defesa e à segurança tão necessárias neste momento em que a série de crimes acontece.

Vamos ao nosso terceiro debatedor, o Sr. Luã Cruz, que vai entrar por videoconferência e que é o Cocoordenador do Programa Telecom e Direitos Digitais do Instituto de Defesa dos Consumidores.

O SR. LUÃ CRUZ (*Por videoconferência.*) – Boa tarde. Vocês me escutam?

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Escutamos, Sr. Luã.

O SR. LUÃ CRUZ (*Por videoconferência.*) – E conseguem me visualizar também ou não?

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Não. Só não chega a ser um canal 13, mas está quase isso. (*Risos.*)

Tem som, só não tem imagem. Mas, se seguir com o som, está bom.

O SR. LUÃ CRUZ (*Por videoconferência.*) – Eu vou tentar sair e voltar, só para a gente ter tudo certinho, o.k.?

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Está bem.

O SR. LUÃ CRUZ (*Por videoconferência.*) – Só um minutinho. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Velha história do canal 13... (*Pausa.*)

O SR. LUÃ CRUZ (*Por videoconferência.*) – Pronto.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – O.k., Luã. A palavra está contigo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUÃ CRUZ (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senador.

Eu queria aproveitar para agradecer o convite feito pela Comissão ao Instituto de Defesa dos Consumidores (Idec). Eu vou compartilhar minha tela com a minha apresentação. (*Pausa.*)

Bom, só para me apresentar, eu sou o Luã Cruz, Coordenador de Telecomunicações e Direitos Digitais do Idec.

O Idec é o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, uma organização que existe desde 1987 e que trabalha para orientar, conscientizar e defender o consumidor brasileiro a respeito da ética e dos direitos do cidadão e suas relações de consumo. O Idec surge, inclusive, antes do Código de Defesa do Consumidor, e a gente foi responsável, inclusive, pelos debates que levaram à promulgação do CDC, que é um importante instrumento regulatório que trouxe uma série de direitos e deveres tanto para os consumidores, quanto para os prestadores de serviços e de produtos.

O Idec se divide em sete programas. A gente tem o programa de alimentação; o de saúde; o de consumo sustentável; o de energia; o de telecomunicações e direitos digitais, que é o que eu represento aqui; o financeiro, que também me ajudou a montar esta apresentação de hoje; e o de mobilidade.

O Idec também, como o colega da Febraban mencionou, faz parte do Fórum Pix, que é um fórum em que se discute junto com as entidades bancárias melhorias na segurança do sistema bancário, especificamente no sistema Pix, que hoje em dia é um dos grandes vetores dos golpes e fraudes no Brasil.

Eu queria começar falando um pouco tanto do projeto de lei quanto das nossas preocupações com a forma como ele está posto hoje em dia.

O projeto de lei prevê o Cadastro Digital Certificado, cria também a figura da ficha cadastral com uma série de dados pessoais, estipula quais seriam as entidades emissoras, estipula também uma taxa a ser cobrada do consumidor de até R$15, também fala sobre a validade de dois anos desse cadastro, que precisa ser renovado a cada dois anos, e também estipula esse prazo de 60 dias para a realização do cadastro após a entrada em vigor da referida legislação.

A gente acredita que a preocupação tanto do Senador, que propôs o projeto de lei, quanto do Senador Amin, que propôs esta discussão, de fato, é uma preocupação de todos os brasileiros, porque quase todo mundo conhece alguém que sofreu um golpe ou, inclusive, já sofreu um golpe;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

só que, para além disso, a gente precisa ter uma preocupação para não jogar fora a água com o bebê junto da bacia. Então, a gente tem algumas preocupações, especificamente, sobre a coleta excessiva de dados que o projeto prevê e sobre os possíveis vazamentos desses dados. Uma coisa que a gente queria comentar aqui também é que já existem regras do Bacen e do CMN que tratam das questões que o próprio PL tenta abordar, e é uma pena que o Banco Central não esteja representado aqui hoje.

Um outro ponto interessante que talvez o projeto de lei não consiga abarcar é o ponto das contas golpistas e dos "conteiros", que é um conceito que eu vou explicar ao final da apresentação, e também eu trago um pouco da necessidade de a gente ter outros mecanismos para a prevenção de fraudes que não somente o cadastro digital, que, como eu disse, tem esses problemas que a gente tem olhado por aqui.

Então, o primeiro deles é sobre a coleta excessiva de dados. A gente entende que o projeto de lei, enfim, bate de frente com a própria LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), que, lá no seu art. 6º, sobre os princípios, tem o princípio específico da necessidade: você ou aquele que trata os dados deve coletar o mínimo necessário para a realização das suas atividades; ou seja, a gente tem que ter pelo menos os dados pertinentes e proporcionais e não excessivos em relação às finalidades de tratamento de dados, e o projeto de lei, aqui em discussão, a gente acredita que traz um excesso de dados que devem ser coletados pelas instituições que seriam responsáveis pela emissão do cadastro e do certificado. Por exemplo, um dos casos é a coleta de informações, como as tatuagens ou os sinais próprios nos braços ou nas mãos, que a gente considera um pouco excessivo dentro do escopo do projeto de lei. E por que a gente acha que isso é excessivo e por que esse é um problema? Não apenas um problema de ser, enfim, um confronto e estar em dissonância com a própria Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, a gente tem visto, nos últimos anos, uma série de casos em que os bancos e instituições financeiras não foram responsáveis pela guarda e pela proteção dos dados pessoais dos consumidores no Brasil.

O que a gente tem aqui? Uma série de vazamentos de chaves Pix, por exemplo. A gente tem casos... a cada ano ou a cada semestre a gente tem um caso novo. A gente tem casos de bancos que sofrem ataques cibernéticos, como o caso do Sicoob aqui, que está mencionado; teve o caso do Serasa, que conseguiu a proeza de vazar os dados de 220 milhões de brasileiros, de acordo com o Ministério Público Federal. E, para além disso, tem um outro ponto aqui: quando esses bancos e as instituições financeiras coletam essa quantidade enorme de dados pessoais, acabam utilizando esses dados para outras finalidades, especialmente para assediar os consumidores com ofertas de crédito com juros abusivos, e a gente tem isso claramente com as discussões sobre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

oferta de crédito consignado para idosos. Inclusive, aqui eu coloco alguns casos que foram alvo de denúncia do Idec, como o do Banco BMG, que foi multado em R$5 milhões, e do Itaú, que foi multado em R$9 milhões, por usar, irregularmente, dados dos consumidores para oferta de crédito consignado, aproveitando-se, inclusive, da vulnerabilidade dos seus clientes e de seus possíveis clientes, como é o caso dos idosos.

A gente tem esse problema de coleta excessiva de dados e, muitas vezes, o uso abusivo e o uso não cuidadoso desses dados que são coletados. Então, uma preocupação do Idec é que, uma vez que as instituições seriam responsáveis por coletar essa imensa quantidade de dados, essa coleta e esse tratamento, essa guarda não seja feita de maneira irresponsável, dado o histórico das instituições financeiras aqui no Brasil.

Um ponto que a gente sempre gosta de bater é que é muito interessante que o Congresso se volte a essa pauta das fraudes e da abertura de contas fraudulentas, mas é importante frisar que já existem regras, tanto do Banco Central quanto do CMN, relativas aos mesmos tópicos que o projeto de lei tenta abarcar. Então, por exemplo, a Resolução do Banco Central nº 96, lá de 2021 – não tão longe assim –, estipula que os bancos e as instituições devem adotar procedimentos e controles que permitam verificar e validar a identidade e a qualificação do titular da conta. Para além disso, a própria resolução diz que o Banco Central pode, inclusive, adotar medidas complementares, como as próprias medidas que estão previstas no projeto de lei. Assim, não é falta de regulamento, é falta de fiscalização e de *enforcement*. Para além disso, a própria resolução do Conselho Monetário Nacional estipula que as informações de identificação e qualificação dos titulares devem ser mantidas atualizadas pelas instituições. Então, a gente volta àquela previsão de ter que atualizar o cadastro a cada dois anos. Já é uma regra do próprio Conselho Monetário Nacional que essas informações têm que ser atualizadas.

É importante frisar que já existem regras do Banco Central que devem ser aplicadas pelos bancos, e não estão sendo aplicadas pelos bancos. E, para trazer aqui de exemplo, existe um estudo da Silverguard, que é uma consultoria, que faz um *ranking* das contas golpistas do SOS Golpe. Estão muito relacionadas aos bancos e são utilizadas por golpistas para fazer golpes do Pix. Aqui a gente tem uma lista de dez bancos que são notoriamente utilizados por golpistas para serem utilizados para fazerem fraudes e golpes. E muitas vezes a gente não vê uma atuação das autoridades para que elas sejam, de fato, responsabilizadas e para que mudem e respeitem aquelas regras que eu acabei de mencionar do Banco Central.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente vê que a gente já sabe quem são os responsáveis, já sabe aonde ir, já temos as regras e, muitas vezes, falta a aplicação da lei. E a gente já sabe, inclusive, quais são os bancos que são utilizados pelos golpistas.

A gente também tem esse problema, enfim, de reforçar... não é falta de investigação ou de dados, a gente tem os dados e a legislação para serem cumpridos.

Então, a nova lei ou o novo projeto de lei pode, sim, trazer novas regras, e regras mais específicas, mas é importante lembrar que a gente não está num limbo jurídico.

Para além disso, o projeto de lei não consegue atacar um ponto específico, que são as contas golpistas dos conteiros. E o que são esses conteiros? São pessoas que criam uma conta alugada por um cliente real, ou seja, um cliente real poderia ter um cadastro, um certificado digital, e ele poderia, inclusive, criar essa conta, mas, mesmo assim, essa conta poderia ser cooptada para ser usada como laranja. A gente tem esses casos em que são pessoas comuns que são cooptadas pelas comunidades e pelas redes sociais, e os golpistas – que não são peixes pequenos, são pessoas envolvidas com o crime organizado – miram especificamente naquelas pessoas que estão precisando de dinheiro.

Para além dessas pessoas comuns que são cooptadas, as próprias vítimas são utilizadas como laranjas e são obrigadas a abrir uma nova conta digital no momento do sequestro. Então, mesmo que a pessoa tenha o certificado digital, ela pode ser utilizada como laranja, sob ameaça, para criar uma conta nova, e isso o projeto de lei não consegue abarcar – talvez fosse necessária uma melhoria nisso.

Todas essas informações foram compiladas pelo Ministério Público de São Paulo, relacionadas a essa questão dos conteiros.

Por fim, aqui também a gente apresenta outros mecanismos para prevenção de fraudes que não estejam somente relacionados a essa coleta excessiva de dados que eu mencionei e à criação de um cadastro que fique na mão das instituições financeiras. Então, a gente tem a autenticação de dois fatores, ou seja, exigir uma verificação adicional por meio de um segundo fator, como um código enviado por SMS, um aplicativo autenticador ou o próprio *token*, que foi citado pelo colega aqui anteriormente.

Uma análise comportamental: os bancos poderiam monitorar o comportamento do usuário durante o processo de abertura da conta, como a velocidade da digitação e o padrão de navegação, para ajudar a identificar atividades suspeitas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um outro ponto que não é só realizado pela gente, mas pelo próprio Ministério Público e pela própria Febraban, é que é importante também que a gente consiga verificar a localização do usuário, durante o processo de inscrição, para garantir que ele esteja em um local esperado e familiar. Não faz sentido o consumidor ou usuário abrir uma conta em um determinado local, sendo que o seu endereço residencial é totalmente distinto daquele onde está sendo aberta a conta pelo celular.

E, por fim, uma outra sugestão que a gente traz de aprimoramento é que a gente possa ter também um mecanismo de reputação do dispositivo.

É possível identificar os dispositivos que abrem a conta. Então, é importante que a gente consiga analisar a reputação do dispositivo usado para abrir a conta, verificando se esse mesmo dispositivo já foi usado anteriormente em fraudes.

Eu queria mais uma vez agradecer o convite da Comissão, agradecer também a iniciativa tanto do Senador Esperidião Amin, pelo convite, como do Senador Hamilton Mourão, pela proposição do projeto de lei.

A gente se coloca à disposição para futuros debates, conversas e proposições. Mais uma vez, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Queria agradecer ao Sr. Luã Cruz, representante do Idec, que nos apresentou, de forma extremamente objetiva – do lado do consumidor –, as preocupações sobre a coleta de dados, vazamento dos mesmos, regras já existentes, fraudes mais comuns... Apresentou aí um rol de entidades onde essas fraudes se alojam, bem como uma proposta como oportunidade de melhoria de outros mecanismos que podem ser utilizados na prevenção de fraudes.

Eu vou passar a palavra agora ao Sr. Leonardo Gonçalves, que é o Presidente do Conselho de Administração da Associação Nacional de Certificação Digital.

Tem dez minutos, Sr. Leonardo.

O SR. LEONARDO GONÇALVES (Para expor.) – Senador, obrigado.

Boa tarde a todos.

Em primeiro lugar, é uma honra a participação da Associação Nacional de Certificação Digital num debate como este, que é de extrema relevância e importância para o país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou tentar traduzir para uma linguagem bastante simples. Os colegas utilizaram a criptografia, utilizaram *tokens*, e eu vou tentar traduzir tudo isso um pouco numa linguagem bem mais simples.

Se a gente fizer uma avaliação do projeto de lei de maneira bastante objetiva, o desafio que ele endereça, na verdade, no final do dia, é assegurar que aquela pessoa que está realizando uma transação, seja a abertura da conta corrente, seja uma transação após a abertura dessa conta corrente, é quem ela diz ser. No final do dia, é isso que o cadastro tenta endereçar a partir do projeto de lei proposto aqui pelo Senador Mourão.

A ANCD entende que, desde 2001...

Eu até me esqueci do meu PowerPoint aqui. Eu iria levar só na conversa.

A ANCD, que é a associação que congrega todas as autoridades certificadoras do país que têm a sua outorga pelo Governo Federal para fazer a emissão do certificado digital, esse Colegiado entende que, desde 2001, a partir da criação da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira, que se deu a partir da Medida Provisória 2.200, criou-se exatamente uma infraestrutura para garantir exatamente isso que a gente está propondo agora, ou seja, a maneira em que o processo de validação de um cidadão acontece a partir dos integrantes – que a gente vai ver mais um pouco à frente – que compõem a ICP-Brasil já está atuante desde 2001. Não só desde 2001, como em 2020, a partir da Lei 14.063, que criou o marco legal das assinaturas eletrônicas, corroborou-se exatamente o que dizia a Medida Provisória 2.200. Ou seja, ainda que sejam possíveis transações do tipo simples e do tipo avançada, a transação realizada a partir de um certificado digital emitido pela cadeia da ICP-Brasil é aquela que possui o mais elevado nível de confiabilidade. E por que mais elevado o nível de confiabilidade? Porque é uma infraestrutura auditada, é uma infraestrutura fiscalizada pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, uma autarquia vinculada à Presidência da Casa Civil. Então, é auditado anualmente, as autoridades de registro, as autoridades certificadoras são auditadas, é uma característica de rede distribuída. Ou seja, se o usuário, por algum motivo, perdeu o seu certificado digital, foi furtado, foi roubado, é possível a revogação imediata, coibindo e proibindo acesso a toda e qualquer outra aplicação.

Então, aqui a gente tem dois marcos legais extremamente importantes e que já vêm contribuindo de forma significativa para a transformação digital do Estado brasileiro.

E exemplo disso a gente pode ver neste eslaide, que, ainda que esteja pequeno... Vamos destacar aqui a implementação, por exemplo, do processo judicial eletrônico. Ou seja, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

garantir o peticionamento eletrônico do modelo tradicional papel para o modelo físico, a gente precisa garantir que aquele advogado que está peticionando é realmente quem diz ser. No final do dia, a ICP-Brasil permitiu a emissão de uma identidade digital para esse cidadão cuja função é a advocacia se identificar de forma inequívoca nessa aplicação e fazer o processo de peticionamento eletrônico.

Esse mesmo conceito é válido para entrega de Imposto de Renda, para a emissão de nota fiscal, para garantir a autoria de que aquela empresa é que está, de fato, emitindo aquela nota fiscal...

Percebam que essa infraestrutura não atende somente às pessoas físicas, mas atende também à pessoa jurídica, para garantir toda a transação realizada em nome das pessoas jurídicas.

O próprio sistema de pagamento brasileiro, que é um *case* de sucesso, e lá dos primórdios da ICP-Brasil, era a garantia de que a troca de informações entre os bancos aconteceria de forma segura com o uso do certificado digital. E por aí vai.

A gente tem uma série de exemplos aqui. Mais recentemente catapultado pela pandemia, o processo de receituário digital eletrônico.

Como é que eu garanto que o Dr. Carlos Alberto, meu cardiologista lá de São Paulo, é quem de fato prescreveu aquela receita médica para o Leonardo ir à farmácia fazer o uso daquele remédio controlado? Certificado digital, que é a ferramenta e a identidade com a qual ele exatamente assinou e registrou a sua vontade na realização daquela transação. Consequentemente, o Leonardo vai à farmácia e faz a dispensação do uso do seu medicamento.

Então, esse ecossistema que a gente apresenta aqui é composto hoje por mais de 45 mil agentes de registro. E o que é o agente de registro? É aquela pessoa devidamente treinada, capacitada, que passa por um processo de auditoria e que é treinada para quê? Para garantir exatamente isto, que o documento apresentado ali é de quem diz ser, que a coleta biométrica...

Lembrando, a coleta biométrica para o processo de emissão do certificado digital é condição *sine qua non*, ou seja, nós coletamos a biometria, nós coletamos dados biográficos, nós fazemos um *match* biométrico dessa coleta em bases públicas disponibilizadas pelo Estado e inclusive pela própria base de biometria criada por esse próprio ecossistema. Ou seja: a gente garante.

Esse é o papel do agente de registro que está lá na ponta, garantir que tudo isso está sendo cumprido para, aí sim, após esse processo de validação, ser encaminhado para aquilo que a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chama no ecossistema de autoridade certificadora, para que ela, de fato, entregue aquela credencial digital para aquele requisitante, para aquele cidadão que está ali na ponta, no balcão.

Sim, de fato, a ICP-Brasil, nos seus primórdios, demorou a alavancar o volume de certificados digitais, logo no início, obviamente por uma questão de não ter tanta aplicação para isso, mas não é só isso. Quem acompanha a ICP-Brasil percebe e ainda se remete à ICP-Brasil de 2004, 2005, quando, de fato, somente a validação presencial era possível. Isso era uma restrição. Isso era, de certa forma, um inconveniente para o usuário do certificado digital.

E a ICP-Brasil evoluiu, evoluiu de forma significativa nos últimos cinco anos, e aqui a gente pode acompanhar: a gente sai de um volume de 7 milhões de certificados digitais emitidos por ano e deve chegar agora, no final de 2024, com aproximadamente 11 milhões de certificados digitais. Obviamente, aqui a gente tem pessoas físicas e jurídicas.

À direita, a gente pode ver a distribuição dessas emissões e que acompanha muito a relação econômica do país. A proporção é bastante equilibrada na relação.

Esse ecossistema conta com mais de 30 mil pontos de atendimento espalhados por todo o Brasil, além da possibilidade da validação por meios eletrônicos, leia-se videoconferência.

Já é permitido pela ICP-Brasil esse processo de validação, para que seja garantida a solicitação daquela pessoa que está na frente daquele agente de registro e é quem diz ser.

Bom, nesse contexto e já caminhando até para o final, para cumprir o prazo aqui estipulado e ser bastante objetivo, obviamente o debate principal passa pelos desafios da economia digital como um todo.

Conveniência *versus* segurança. Este é o grande desafio: manter essa balança equilibrada.

Se eu aumento muito a segurança, a gente vai ter uma conveniência e uma experiência de uso para o cliente das instituições financeiras ruins. Se a gente aumenta muita a conveniência e diminui a segurança, é o que a gente está discutindo aqui: como a gente toma medidas para conseguir equilibrar e garantir que aquele cidadão, no final do dia, é quem diz ser.

Então, Senador, no final do dia aqui, o que eu gostaria de passar como mensagem é isto: a ICP-Brasil, que é a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira disponível... E a gente costuma dizer que é uma parceria público-privada de maior sucesso para o Estado brasileiro, porque foi delegado às empresas privadas prestarem esse serviço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a ICP-Brasil está à disposição do Estado brasileiro, de todo cidadão brasileiro, para justamente contribuir no que a gente está chamando, dentro da associação, como a terceira grande onda da transformação digital do Estado brasileiro.

Muito obrigado, mais uma vez, pelo convite, e sigo aqui à disposição para perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Queria agradecer ao Sr. Leonardo Gonçalves a exposição, extremamente objetiva, mostrando o histórico da instituição das chaves públicas do nosso Brasil, hoje com mais de 12 milhões de certificados ativos... Óbvio que concentrados, em sua grande maioria, onde está o ecúmeno estatal brasileiro, no Sul e no Sudeste, e alguma coisa mais no Nordeste.

No Norte, muito pouco, mostrando que a nossa Amazônia, que compreende 60% do território brasileiro, tem só pouco mais de 4% das chaves públicas. Isso são as dificuldades daquela imensidão do nosso país.

Bom, nós temos aqui algumas perguntas.

Algum Senador está inscrito aí, à distância? Não?

Não.

Então, as perguntas estão, como dizem os franceses, *avec moi*.

Eu vou fazer uma pergunta a cada um dos senhores. Depois, eu concedo um tempo para a resposta. E, depois, eu vou escolher algumas perguntas do e-Cidadania, e os senhores vejam quem estaria mais habilitado a respondê-las.

Então, para o Sr. Ivo Mósca: segundo matéria divulgada na página eletrônica da Febraban Tech, em 7 de novembro do ano passado, somente no ano de 2022, os prejuízos calculados decorrentes de fraudes foram de R$2,5 bilhões, no Sistema Financeiro Nacional.

Já a empresa de segurança digital CAF estimou, para o primeiro trimestre de 2023, que 1,73% das transações eletrônicas no Sistema Financeiro tiveram intervenção criminosa e que, nas transações eletrônicas em geral, houve 2,8 mil tentativas de fraude por minuto. Vou repetir: por minuto.

Em termos anualizados, significa que haveria 1,47 bilhão de tentativas de fraudes naquele ano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só se planta em terreno fértil.

Parece claro que o sistema tem fragilidades, que criam imensas oportunidades de furto eletrônico. Infelizmente, não há muitos canais transparentes e tempestivos de divulgação de estatísticas desse tipo de crime e de suas tentativas.

V. Sa. poderia informar, nesta audiência, os números mais atualizados de que dispõe a Febraban ou a Febraban Tech?

O SR. IVO MÓSCA (Para expor.) – Obrigado pela pergunta, Senador.

Sim, nós vemos esses números avançando todos os dias e todos os anos.

A última informação que eu tenho é de que o prejuízo já superou os R$3 bilhões, com as fraudes.

Um dado não presente, mas divulgado também na Febraban Tech, é o valor investido pelas instituições tanto em tecnologia, que este ano estão superando os R$40 bilhões, como mais especificamente em fraude – cerca de 10% desse valor –, superando os R$4 bilhões em investimento para combater essas tentativas de fraude.

Acho que, como o Senador muito bem colocou, a volumetria de tentativas de fraude é realmente absurda, superando a casa do bilhão ao ano, e,felizmente, o combate por parte das instituições tem sido eficiente até determinado ponto, para garantir que apenas uma minoria de toda essa quantidade realmente se converta em fraudes.

Nesse aspecto relacionado aos números, a Febraban continua acompanhando de muito perto esses eventos e trabalhando constantemente, como eu disse, para trazer avanços em termos de quantidade e de controle de fraudes.

Quando a gente fala em termos de abertura de contas – e aqui a gente vê o dado de 12 milhões de certificações digitais –, a gente está falando de mais de 1 milhão de aberturas de contas digitais por mês. Então, a gente tem um volume bastante alavancado e com um controle aqui enorme também – só para compartilhar esse número.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Quero agradecer ao Sr. Ivo Mósca.

Realmente, ele vai ao encontro daquilo que o Leonardo tinha colocado. Nós temos que garantir a segurança, mas tem a balança da conveniência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O consumidor tem que se sentir seguro, mas, ao mesmo tempo, tem que ter facilidade para realizar as suas transações. E sempre – essa é a realidade do mundo, infelizmente – as pessoas de bem acabam pagando pelas seguidas tentativas que as desonestas procuram fazer.

Uma pergunta aqui para o Sr. Marco Padilha.

O cenário real que temos hoje é o da proliferação de golpes – muito bem já colocado aqui e, neste ano, já na casa de algumas milhões de tentativas – e a utilização de contas laranja – foi aquilo que o Luã chamou de "conteiros" –, em alguns casos com a anuência do titular – acho que na maioria dos casos, não é?

O SR. MARCO PADILHA NOGUEIRA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Por meio da falsificação e sem conhecimento do próprio titular, às vezes pode ocorrer.

Em que a tecnologia atualmente utilizada para a confirmação de identidade e idoneidade do correntista bancário está falhando de maneira tão evidente?

O SR. MARCO PADILHA NOGUEIRA (Para expor.) – Obrigado pela pergunta, Senador Mourão.

O que eu vejo hoje, do meu ponto de vista, é que os bancos, presencialmente, conseguem fazer esse filtro com mais precisão, porém, muitas *fintechs*, muitos bancos digitais foram criados nos últimos anos e utilizam o meio eletrônico, não presencial, para abrir essas contas.

E as falhas são pertinentes à biometria. As biometrias são falhas em termos de captação, do método de captura dessa biometria, seja foto, seja... enfim, por um celular, apenas a voz e a imagem são capturadas. Como já visto na internet, em *posts* que viralizaram, da bandidagem fazendo a abertura de contas ou até acessos indevidos, com fotos de gente que talvez esteja até falecida, não existe mais a pessoa, e foto de pessoas que ainda estão ativas, conseguem ter acesso a essas contas ou à abertura das contas.

No nosso caso, o que a gente vê que falta para uma instituição bancária ou para essas novas *fintechs,* desses bancos digitais, é o nosso processo. O processo de certificação digital passa por uma verificação mais rígida, porque a gente faz duas verificações, tanto com SMS, com dois fatores, para identificar essa pessoa através de um celular, de um número; a gente faz duas consultas no SAF, que é o ITI, instituto de tecnologia e identificação; então, a gente faz duas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pesquisas para garantir que aquele CPF, aquela pessoa não está no banco de dados do ITI e a gente também faz uma verificação do documento da pessoa. Então, a verificação de uma CNH, de um RG, é feita através de um portal do Governo também. Da CNH a gente faz pelo Denatran, a gente faz uma validação, e, outras documentações, OAB, por exemplo, a gente entra no *site* da OAB, que é oficial, a gente verifica que aquele advogado está ativo, que o médico está ativo lá no CRM. Enfim, de todos os documentos a gente tem uma validação a ser feita, então são várias etapas que dificultam essa possível fraude, o que provavelmente o banco não faz e esteja passando batido nessa questão de falsificação, de abertura de conta indevida. A certificação digital veio para dificultar e garantir uma idoneidade legal na abertura da conta bancária.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Muito obrigado pela resposta.

O Luã ainda está no ar aí? O Luã está no ar? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Então, nós temos uma pergunta aqui ao Sr. Luã Cruz: a instituição que V. Sa. representa nesta audiência, o Idec, fez uma profunda investigação sobre as fragilidades dos sistemas de segurança de várias instituições financeiras. Gostaria de ouvir uma síntese muito breve desses trabalhos, suas conclusões, e ouvir sua opinião sobre a periódica e obrigatória certificação de identidade de todos os titulares de contas bancárias, conforme prevê o PLP 77, de 2023.

O SR. LUÃ CRUZ (Para expor. *Por videoconferência.*) – Senador, sobre essa pesquisa, ela diz respeito a um golpe que a gente chama de acesso fantasma. Ou seja, um terceiro consegue hackear o dispositivo do consumidor e acessar as contas bancárias desse consumidor.

E a gente percebeu que era muito fácil, em alguns bancos, você conseguir acessar remotamente o celular de um consumidor, acessar sua conta bancária, fazer transações e fazer todo o tipo de medidas dentro do aplicativo, de maneira remota. E o que a gente entendeu também é que alguns bancos tinham uma segurança mais forte e outros tinham uma segurança mais fraca. Então, por exemplo, o pior banco avaliado foi o Banco Bradesco. No Banco Bradesco, você conseguia acessar remotamente o aplicativo e você conseguia fazer todo o tipo de transação possível, enquanto, em outros bancos, você tinha algumas medidas em que o aplicativo tinha segurança, ou seja, se um terceiro o acessava remotamente, a tela ficava escura ou o aplicativo parava de funcionar. E a gente entende que, se um banco consegue ter as melhores medidas de segurança, todos os outros deveriam ter, inclusive, porque aqui a gente não está falando de empresas de fundo de quintal; a gente está falando de empresas, de um setor que lucra bilhões

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e bilhões de reais anualmente e que deveria, inclusive, ter medidas de segurança cada vez mais robustas.

Obviamente, como foi comentado aqui, o crime organizado sempre está se atualizando, mas é importante também que os bancos deem atenção para esse tipo de medida de segurança não só para o acesso remoto, sobre o qual foi a nossa pesquisa e investigação, mas também para a abertura de conta, para o Pix fraudulento. Inclusive, um ponto que a gente queria mencionar, e que é muito importante, é que existe um mecanismo de devolução de recursos, o MED, em que, se você faz um Pix por meio de uma fraude, você pode tentar reaver esse dinheiro, mas pesquisas apontam que nove entre dez brasileiros não sabem como funciona ou não conhecem esse mecanismo. Isso também é uma falha de comunicação dos bancos que não informam seus usuários e consumidores de que há, sim, um mecanismo para você reaver o seu dinheiro em caso de fraude. É óbvio que esse mecanismo está sendo aprimorado, e a gente está trabalhando com ele e está trabalhando dentro do Fórum Pix, do Banco Central, mas isso é importante também, porque não é só uma falha de segurança; é uma falha de educação digital que os bancos não fazem com seus consumidores.

Quanto à atualização de cadastro que V. Exa. mencionou e que está prevista no projeto de lei, eu volto a mencionar: essa é uma atualização que já está prevista na regulação do Banco Central. Então, a gente acredita que é muito positivo, sim, que essa atualização se dê com frequência, mas uma coisa que também é bem relevante é que boa parte das contas fraudulentas são quase que descartáveis. Então, elas funcionam, por um período, para fazer aquele golpe e, depois, elas são descartadas. Então, a gente também tem que ficar atento para este ponto de que, às vezes, essa atualização do cadastro não vai servir para conseguir atacar, de fato, os golpistas que estão fazendo esses golpes, porque eles criam a conta, utilizam-na por alguns dias e criam outra conta. A gente também precisa estar atento a se atualizar e a estar mais à frente dos golpistas do que eles à nossa frente. Então, seria um pouco disso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Muito obrigado, Sr. Luã.

Eu vou passar aqui ao Leonardo uma pergunta que vem do e-Cidadania e que vai muito ao encontro do que teve aí na sua abordagem, Leonardo, e é uma pergunta muito direta: na sua visão, o projeto, da forma como está hoje, consegue equilibrar a segurança contra fraudes com agilidade e simplicidade na abertura de contas digitais?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LEONARDO GONÇALVES (Para expor.) – É uma pergunta direta e eu vou procurar fazer uma resposta bem direta, Senador.

Ele trata de um tema extremamente importante, e, dentro do contexto desse projeto de lei, perceba que um dos atores que poderia prover o cadastro para a coleta de todos os dados requisitados é a infraestrutura de chaves públicas brasileira, que é essa infraestrutura que eu acabei de apresentar para os senhores aqui e que está à disposição.

Então, eu acho que, em uma infraestrutura que já é normatizada, que já segue padrões de segurança, você pensar em criar outras possibilidades descentralizadas... E aí eu passo um pouco pelo tópico do nosso colega do Idec, que fala da coleta excessiva de dados, vazamento de dados, até para isso existe regra nessa infraestrutura. Então, perceba que não é só criar o cadastro; é criar o cadastro, como vai ser armazenado, quão aderente à LGPD esse cadastro está, será que tem dados excessivos ali, como é que a gente vai garantir o vazamento.

Então, eu acho que é um tema importante, mas o país já conta com uma infraestrutura auditada, preparada para isso, que faz isso há duas décadas e que estaria aí à total disposição. Então, eu sigo acreditando que a infraestrutura disponível é essa que já está aí para toda a população, para os bancos, e que vem avançando, do ponto de vista técnico, muito rapidamente, possibilitando outros canais de atendimento, que é a videoconferência, como eu mencionei há pouco.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Muito obrigado, Leonardo. Bem objetivo.

Eu acho que a nossa audiência pública está cumprindo a sua finalidade de instruir esse projeto até, para que depois o Senado possa, então, debatê-lo, e se for o caso, fazê-lo avançar nas melhores condições possíveis.

Eu gostaria de saber se algum dos senhores tem alguma consideração ainda a ser feita. Que fale agora ou cale-se para sempre. (*Pausa.*)

Pois não, Sr. Marco Padilha Nogueira.

O SR. MARCO PADILHA NOGUEIRA (Para expor.) – Só um ponto aqui que eu não coloquei, para a gente refletir.

Hoje um advogado só peticiona com certificado digital; um juiz só manda para frente com certificado digital; um médico só faz uma receita... Está aqui a forma do médico é híbrida ainda,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque tem muito médico que ainda está relutando, mas funciona o certificado digital para prescrever medicação, inclusive medicação pesada, séria, muito importante para certas ocasiões.

Por que não a gente adotar isso para um banco? Para abrir uma simples conta, não há certificado digital, sendo que as coisas mais importantes que acontecem no Brasil são feitas com certificado digital.

É só essa a questão que eu vou colocar.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Pode falar aqui. Aqui é o Parlamento. O Parlamento é lugar de falar. E todo mundo ouve.

O SR. IVO MÓSCA (Para expor.) – Muito bem, muito bem. Obrigado, mais uma vez, pela oportunidade, Senador.

Acho que é um último comentário aqui é para reforçar um ponto hoje também tratado pelo nosso colega do Idec. Hoje nós temos uma regulação do CMN e Banco Central bastante forte sobre o tema. E não estou falando só do tema de documentação necessária para início de relacionamento. Temos todas as regras de KYC, temos também regras de atualização de cadastro.

E, em termos de início de relacionamento, é importante colocar e reforçar que hoje nós temos aqui, nesse mercado, mais de 1 milhão de aberturas de contas digitais mensalmente. É um volume expressivo. É um volume que conta com avanços constantes e diários em termos de tecnologia, como eu coloquei no início, que buscam informações não apenas de uma única base, mas de diversas fontes de informação, também certificadas, algumas inclusive do próprio Governo, que compõem aqui todo um contexto, uma rede de variáveis que são utilizadas para a tomada de decisão num processo de abertura de relacionamento.

Então, é importante colocar que esses avanços – avanços tecnológicos, avanços em ferramentas de biometria, tudo isso – têm composto, e que temos dado, cada vez mais, passos adiante na segurança, para que os clientes consigam fazer esse início de relacionamento sem sair do sofá de suas casas.

Então, acho que era esse o último comentário, o final.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Muito obrigado Mósca.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Luã, a palavra está contigo.

O SR. LUÃ CRUZ (Para expor.) – Também queria reforçar, de novo, o meu agradecimento pela realização da audiência pública e reforçar alguns pontos da minha fala.

É preciso que os bancos e as instituições financeiras se responsabilizem pela segurança dos seus consumidores. A gente tem visto um aumento nos casos de fraudes e golpes e uma perda enorme de bens, especialmente dos hipervulneráveis, como eu comentei, os idosos e outros cidadãos.

Então, um ponto que eu gostaria de reforçar aqui é que a gente consiga, da próxima vez, também ter aqui as autoridades que são responsáveis pela aplicação das leis. Mais uma vez, reforço que foi uma pena que o Banco Central não esteve presente, inclusive porque a presença da Febraban é muito importante, mas ela não representa todos os bancos, por exemplo, inclusive boa parte das *fintechs*. A gente acaba tendo uma falha e um buraco na discussão, especialmente de quem tem o poder de aplicar as atuais regulamentações.

Um outro ponto é que a gente aqui no Idec (Instituto de Defesa dos Consumidores) se mantém à disposição não só do Senado Federal, da Comissão, dos Senadores, mas também dos consumidores, que, inclusive, podem acessar os nossos materiais, as nossas dicas. Enfim, tudo ali está no nosso *site*, e eu espero que eles acessem. Inclusive, sobre a pesquisa que a V. Exa. mencionou sobre acesso ao golpe remoto, a gente tem tudo lá documentado e todas as nossas posições estão nas nossas redes sociais e no nosso *site* oficial. Então, mais uma vez, eu queria agradecer e convidar todos a acessarem os nossos materiais e conteúdos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Obrigado, Luã.

Leonardo, há alguma coisa ainda?

O SR. LEONARDO GONÇALVES (Para expor.) – Não poderia ficar de fora.

O meu comentário vai mais no sentido de colocar a Associação Nacional de Certificação à disposição. A gente sabe que esse debate não termina aqui. A gente está totalmente à disposição para conversar, inclusive com os bancos, com a sociedade civil, com o cidadão, para entender e encontrar um mecanismo de como utilizar a infraestrutura de chaves públicas brasileira, já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consolidada, para ser o grande motor, para que tudo isso, de alguma maneira, seja endereçado. Sem esquecer, Senador, que, no final do dia, a identidade física apresentada... porque tudo isso que a gente está comentando aqui nasce a partir de uma identidade apresentada, física. E esse é um grande desafio que também vem sendo bastante discutido e endereçado. Então, fica aqui, como o colega sugeriu, a participação do Banco Central nas próximas discussões.

O Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, a autarquia que eu mencionei, que é o grande órgão responsável por toda a fiscalização da nossa ICP-Brasil, traz consigo projetos extremamente importantes que vão ao encontro desses temas que a gente está discutindo aqui, inclusive da identidade civil. Está bom?

Obrigado, Senador, mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Muito obrigado.

Eu acho que o debate hoje aqui colocado foi muito claro. Todos aqui têm a mesma preocupação que é a segurança do sistema, a proteção do usuário, do consumidor. A gente... eu, como correntista há mais de 50 anos, não é?... Até tem um companheiro que está sentado aí, que trabalhou em banco... (*Risos.*)

Era o cara do borderô. Ainda existe o borderô, Mósca? (*Risos.*)

O SR. IVO MÓSCA (*Fora do microfone.*) – Não mais...

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Não mais, não é? (*Risos.*)

Não mais há algum tempo isso aí, não é? Está certo. Então, a gente viu toda a evolução, não é? Porque vamos lembrar: há alguns anos, você chegava ao banco para tirar dinheiro, fazia o cheque, a caixa ia lá, olhava, comparava a assinatura do cheque com a assinatura da sua ficha e aí entregava o dinheiro para você.

Então, quando a gente olha isso e olha a evolução de hoje, quando praticamente já não usamos mais dinheiro, a segurança e a proteção têm que ser cada vez maiores. Esse é o intuito do projeto, e ainda tem muita coisa que nós vamos discutir a respeito.

Nada mais havendo a tratar, eu queria agradecer a presença aqui do Ivo Mósca, do Marco Padilha Nogueira, do Leonardo Gonçalves e do Luã, pelo acesso remoto. Também agradeço pelas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

perguntas que vieram do e-Cidadania, que foram várias, e eu só selecionei uma delas, pelo tempo que nós tínhamos disponível. E assim, declaro encerrada a presente reunião. Muito obrigado.

(Iniciada às 14 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 18 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE JUNHO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dez horas e quinze minutos do dia dezenove de junho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Romário e Carlos Portinho, reúne-se a Comissão de Esporte com a presença dos Senadores Leila Barros, Plínio Valério, Jayme Campos, Fernando Dueire, Jorge Kajuru, Paulo Paim e Rosana Martinelli, e ainda dos Senadores Angelo Coronel, Professora Dorinha Seabra, Weverton, Izalci Lucas, Damares Alves, Flávio Arns e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Efraim Filho, Rodrigo Cunha, Fernando Farias, Sérgio Petecão, Nelsinho Trad, Humberto Costa e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2200, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, para permitir que pessoas físicas sejam proponentes de projetos no âmbito da referida Lei." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Carlos Portinho. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 339, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Regula a prática de pipa desportiva e proíbe a utilização de cerol ou produto industrializado nacional ou importado semelhante que possa ser aplicado nos fios ou linhas utilizados para manusear pipas ou balões, ou semelhantes; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para incluir hipótese de dano qualificado e tipificar os crimes de fabricação de cerol ou linha cortante e de utilização de linha com cerol ou produto cortante; e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para tipificar crime relacionado ao uso de cerol ou linha cortante." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Plínio Valério. **Relatório:** Pela aprovação com a emenda n.º 1 e uma emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Vista coletiva concedida. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 1884, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Regulamenta o exercício das profissões de instrutor de voo livre e do piloto de voo duplo turístico de aventura." **Autoria:** Senador Carlos Portinho (PL/RJ). **Relatoria:** Senador Romário. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Romário
Presidente da Comissão de Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/06/19

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão de Esporte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 19 de junho de 2024.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 9ª Reunião, realizada em 12 de junho de 2024.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 2200, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, para permitir que pessoas físicas sejam proponentes de projetos no âmbito da referida Lei.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Carlos Portinho

Relatório: Pela aprovação.

Observações:

1. A matéria constou da pauta da reunião do dia 12/12/2023.

2. Em 12/12/2023, retirado de pauta, a pedido do relator.

Concedo a palavra ao Senador Carlos Portinho para a leitura do seu relatório.

Senador Carlos Portinho, por favor, com a palavra.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Bom dia a todos os Senadores e a esta Comissão, que tem produzido bastante.

Passo a ler o parecer do PL nº 2.200, de 2022... Gostei, olhem: "22 00", de 2022.

Presidente, peço licença para ir direto à análise.

De acordo com o Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão manifestar-se em proposições que versem sobre políticas públicas de incentivo e desenvolvimento da prática esportiva, temas presentes no PL nº 2.200, de 2022. É regimental, portanto, a análise do projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, por ser a única Comissão a se manifestar sobre a matéria, compete-lhe, ainda, a análise dos requisitos de constitucionalidade e juridicidade da proposição.

Compete à União, aos estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre esporte, conforme prevê o art. 24, inciso IX, da Constituição da República.

Além disso, a matéria pode ser veiculada por meio de lei ordinária, já que não está reservada à esfera de lei complementar. Ademais, é lícita a iniciativa parlamentar, já que o tema não exige iniciativa privativa do Presidente da República, conforme dispõe o texto constitucional no art. 61, §1º.

O projeto coaduna-se, também, com a legislação em vigor, sobretudo com a Lei de Incentivo ao Esporte, que pretende modificar.

Da mesma forma, a técnica legislativa é adequada.

No mérito, o projeto merece prosperar.

A proposição visa modificar o inciso V do art. 3º da Lei nº 11.438, de 2006, para possibilitar que pessoas físicas sejam proponentes de projetos desportivos aptos a receber recursos por meio da renúncia fiscal prevista na norma.

Na justificação, o autor faz um paralelo entre a Lei de Incentivo ao Esporte e a Lei Rouanet, já que, nesta última, desde sua concepção, permite-se a apresentação de projetos culturais por pessoas físicas.

Não vemos razão pela qual uma pessoa física não possa ser proponente de projetos beneficiados pela Lei de Incentivo ao Esporte, como acontece na Lei Rouanet. Essa possibilidade aumentaria o número de projetos apresentados e, consequentemente, de pessoas beneficiadas. Além do mais, não é demais ressaltar que todos os projetos passam por prévia análise do Ministério do Esporte antes de estarem aptos a captar recursos, sujeitando-se, assim, à fiscalização e à prestação de contas.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.200, de 2022.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto.

A matéria vai a Plenário.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 339, DE 2024

- Não terminativo -

Regula a prática de pipa desportiva e proíbe a utilização de cerol ou produto industrializado nacional ou importado semelhante que possa ser aplicado nos fios ou linhas utilizados para manusear pipas ou balões, ou semelhantes; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para incluir hipótese de dano qualificado e tipificar os crimes de fabricação de cerol ou linha cortante e de utilização de linha com cerol ou produto cortante; e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para tipificar crime relacionado ao uso de cerol ou linha cortante.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Plínio Valério

Relatório: Pela aprovação com a emenda n.º 1 e uma emenda de redação que apresenta.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

2. A matéria constou da pauta da reunião do dia 05/06/2024.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria da Senadora Leila Barros.

Concedo a palavra ao Senador Plínio Valério para a leitura do seu relatório.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM. Como Relator.) – Presidente Romário... Kajuru, estou aqui conhecido pela voz, estou aqui, Kajuru, viu? Veja se vocês não fazem tabelinha hoje, porque o relatório está feito, está pronto, acatando as emendas, que foram boas.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Presidente, o senhor já leu a ementa. Eu só quero dizer que é oriundo da Câmara, é originalmente da Deputada Nilda Gondim. Então o senhor já leu a ementa.

A proposta é composta por 11 artigos.

O *caput* do art. 1º traz o objeto do PL, tal como descrito na ementa. O parágrafo único propõe equivaler à pipa os brinquedos conhecidos como papagaio, pandorga, quadrado, pião, barrilete, arraia ou semelhantes.

O *caput* do art. 2º explicita a regulação da pipa esportiva, estabelecendo que a prática só pode ocorrer em pipódromos.

O *caput* do art. 3º veda a elaboração, a aquisição e o uso de linha com alto poder cortante em competições ou no lazer privado, em áreas urbanas... Tem os parágrafos.

O art. 4º realça a responsabilidade penal e civil daqueles que descumprirem o disposto na lei, sem prejuízo das sanções previstas no Código de Defesa do Consumidor.

O art. 5º veicula as penalidades administrativas impostas ao fabricante, ao importador ou ao comerciante irregular dos produtos e insumos referidos na lei.

O art. 6º dispõe sobre a multa imposta ao infrator pessoa física em caso de descumprimento ao previsto na lei.

O art. 7º versa a respeito da fiscalização pelos órgãos de segurança pública, com apoio dos agentes municipais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por meio do art. 8º, altera-se o Código Penal para incluir o emprego de linhas cortantes de qualquer natureza em pipas e balões ou qualquer produto similar como hipótese de dano qualificado.

O art. 9º altera o Estatuto da Criança e do Adolescente.

O art. 10º impõe ao poder público o dever de veicular anualmente campanha para promover a educação e a conscientização sobre os riscos e as consequências associados ao emprego de linhas e materiais cortantes de qualquer natureza.

O art. 11, por fim, encerra a cláusula de vigência, estabelecendo a entrada em vigor da lei na data de sua publicação.

Na justificação, a autora aponta para a periculosidade do cerol e para os danos e riscos de lesões, mutilações e até mesmo mortes causadas pela sua utilização. Destaca a relevância nacional do tema, objeto de discussões em legislaturas anteriores. Sublinha a necessidade de proibição do uso de linhas de cerol.

No Senado, o projeto foi distribuído para análise aqui desta Comissão e da Comissão de Constituição e Justiça, seguindo, em sequência, à deliberação pelo Plenário.

Análise.

Nos termos do art. 104-H, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão deliberar sobre o assunto.

Como a matéria irá para a CCJ após a manifestação deste Colegiado, caberá àquela Comissão a análise dos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do projeto. Assim, a análise aqui empreendida cinge-se aos aspectos relacionados ao tema esportivo.

No mérito, somos favoráveis à proposição.

De fato, a regulamentação da prática da pipa esportiva e a proibição de práticas lesivas à saúde, como a utilização do cerol, são medidas de extrema importância para garantir a segurança dos praticantes e da população em geral. É fundamental compreender isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um dos princípios inerentes ao esporte é a proteção da saúde dos competidores e dos espectadores. Assim, a proibição de material cortante é providência necessária para prevenir riscos à vida e à integridade física.

Importante destacar que o material cortante pode representar perigo não apenas para os próprios praticantes, mas também para pedestres, ciclistas e motociclistas que podem ser cortados por linhas com cerol sem sequer perceberem. Em Manaus já tem alguns casos dessa natureza.

Além disso, a criação de pipódromos, espaços específicos destinados à prática da pipa, bem como a exigência de inscrição em associação específica e o cumprimento do requisito da maioridade, contribuem para a organização e a fiscalização adequadas, garantindo que as normas de segurança sejam respeitadas.

Foi apresentada a Emenda nº 1, da Senadora Leila, alterando o §3º do art. 2º do PL.

Eu conversava com o Portinho e era o mesmo assunto que interessava ao Portinho, ao Rio de Janeiro, Senador Romário. Essa emenda veio a pedido de associações do Rio de Janeiro. A emenda tem o objetivo de restringir a prática de soltar pipa com linha esportiva de competição, exceto se realizada apenas em pipódromo, por pessoa maior de idade ou por menor com idade acima de 16 anos, devidamente autorizado pelos pais.

Destacamos, por fim, o mérito de prever campanhas educativas e conscientização sobre os perigos de linhas e materiais cortantes. Ao promovermos uma cultura de segurança e responsabilidade entre os praticantes de pipa, estimulamos que a atividade continue sendo uma fonte de diversão e lazer, sem representar riscos à saúde e à vida das pessoas.

Por fim, como forma de aprimorar o projeto, sugerimos emenda de redação apenas para trocar a palavra “desportiva” por “esportiva”, em linha com a nomenclatura da nova Lei Geral do Esporte.

O voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 339, de 2024, com a Emenda nº 001/2024, aqui da nossa Comissão, e com a seguinte emenda de redação:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Substitua-se, na ementa e no art. 1º do Projeto de Lei nº 339, de 2024, a palavra "desportiva" por "esportiva".

Era esse o pleito da ponta do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – E o nosso voto é pela aprovação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A matéria está em discussão.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Senador Romário, assim como você, nós defendemos esse patrimônio esportivo e cultural que é a pipa, e é autenticamente brasileiro. Por isso, como o seu gabinete também recebeu, a Associação de Pipeiros do Estado do Rio de Janeiro (Aperj) e a Confederação Brasileira de Pipa pediram um pequeno ajuste. E eu quero aqui ressaltar a sensibilidade do Relator, que compreendeu; ou seja, dentro dos pipódromos, o uso do cerol para essa atividade se justifica por ser um uso controlado, porque está dentro de um espaço próprio para isso, num evento próprio para isso, e essa era a demanda dos pipeiros, especialmente dos nossos colegas do Rio de Janeiro, Senador Romário.

Então, o meu agradecimento ao Senador Plínio, pelo seu brilhante relatório, acatando essa sugestão, que não é nossa, mas de quem solta pipa e deve continuar com essa atividade, que é um patrimônio nosso, brasileiro.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM. Como Relator.) – Presidente, só para fortalecer, em Manaus, nós chamamos de papagaio, e tem essa prática de pipódromo.

Eu entendo que quem vai para o pipódromo sabe dos riscos ou não, já que é profissional. Então, não é possível também tolher, proibir de A a Z. A gente entendeu nesse sentido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Chegou o pedido para todo mundo, e a Leila acabou apresentando, como qualquer um poderia apresentar.

Eu acho que fica de bom tamanho, Presidente Romário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Bem, eu vou pedir vista deste projeto, porque, assim como o Senador Portinho foi procurado, eu também fui pelos pipeiros não só da associação do Rio, como do Brasil todo, e a gente vai dar uma reanalisada no projeto.

Já existe uma lei municipal que regulamenta e regulariza essa prática, e eu acredito que o mais importante deste projeto é que a gente chegue a um denominador comum junto com essas associações, que, mais do que ninguém, têm mais interesse.

Eu acredito, então, que a gente... Eu vou pedir vista, dar uma reanalisada, com a possibilidade, inclusive, de fazer até uma audiência pública, para a gente talvez incrementar, colocar algumas coisas mais positivas neste projeto.

Há mais alguma coisa? Mais alguém quer fazer algum comentário?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Para discutir.) – Eu o acompanho 100%. Agora, eu não fui procurado por eles. Portanto, eu gostaria de conversar com eles.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Presidente, mesmo não sendo membro da Comissão, eu quero cumprimentar o Senador Plínio pelo relatório. Cumprimento a Câmara e o Deputado autor.

Eu também estava trabalhando numa matéria igual e gostaria muito de conversar com os pipeiros. Tem pipeiro aqui? Queria muito conversar com eles, conhecer um pouco mais, mas deixando muito claro, Senador Romário, que tem que ir para a cadeia quem usa linha chilena, cerol, linha assassina, linha cortante. Não dá mais para a gente suportar isso – não dá.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Concordo com V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu trabalho com adolescentes, que estão sendo machucados. Não estou nem falando do adulto vítima na moto, o que já é um horror, mas o adolescente que está usando está machucado, crianças machucadas.

Como defensora da pauta da infância, eu preciso muito – muito – entender os pipeiros, entender todos os senhores e – quem sabe? – ajudar as associações de pipeiros. É lindo demais!

Gente, eu sei soltar pipa, eu sei, eu sou boa nisso, e lá no interior do Sergipe é periquito, tá? Papagaio e também periquito.

Então, vamos fazer uma audiência pública bem bonita, vamos encher esta Casa de pipa, ajudar os pipeiros, mas esta matéria é muito urgente – muito urgente.

Parabéns, Senador Romário, por ter pautado; Senador Plínio, pela sensibilidade no seu voto; e todos os que estão envolvidos.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Senador Romário, só a título de informação, os pipeiros estão acompanhando a nossa audiência e disseram que, na semana que vem, estarão aqui. Não sei qual é a disponibilidade de ser feita essa audiência pública, mas, aproveitando...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM. *Fora do microfone*.) – Se alguém pudesse marcar...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, na semana que vem, vai ser impossível; talvez na outra semana.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM. Como Relator.) – Com antecedência, eu gostaria também de trazer alguém da associação de pipeiros de Manaus.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Está bem. Muito obrigado, Senador.

Senador Portinho, pode assumir aqui a Presidência, por favor, para eu fazer o meu relatório? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Assumo aqui a Presidência, a convite do nosso Presidente, Senador Romário, para que ele possa relatar um projeto de minha autoria.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 1884, DE 2024

- Não terminativo -

Regulamenta o exercício das profissões de instrutor de voo livre e do piloto de voo duplo turístico de aventura.

Autoria: Senador Carlos Portinho (PL/RJ)

Relatoria: Senador Romário

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Romário para a leitura do seu relatório.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidente.

Vou direto à análise. Faço esse pedido.

A análise empreendida no âmbito desta Comissão cinge-se ao aspecto material da profissão. Os demais aspectos relacionados às condições para o exercício da profissão e à proteção e defesa da saúde, bem como os requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade será realizado pela CAS.

A prática moderna do voo livre começou a se desenvolver na década de 1960, na Austrália, e chegou ao Brasil em meados dos anos 1970. Desde então, o esporte tem crescido

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

significativamente e hoje é praticado em diversas regiões do País, que se destacam pela diversidade geográfica e condições climáticas favoráveis.

Eventos esportivos e campeonatos de voo livre têm o potencial de atrair turistas de todo o mundo, gerando receitas significativas e estimulando setores como o comércio especializado, a publicidade e a produção de equipamentos. Além disso, a promoção do voo livre reforça a imagem do Brasil como um polo de esportes radicais, atraindo investimentos e oportunidades de desenvolvimento sustentável.

A aprovação do PL nº 1.884, de 2024, é fundamental para fortalecer o voo livre como uma prática esportiva de grande valor cultural, esportivo, social e econômico no Brasil. Ao regulamentar essas atividades, estaremos não apenas garantindo a segurança e a qualidade dos serviços prestados, mas também promovendo o desenvolvimento do turismo de aventura e incentivando a prática esportiva saudável e sustentável. O voo livre é mais do que um esporte; é uma celebração da liberdade humana e do espírito de aventura, e merece todo o apoio e reconhecimento que esta proposição pode proporcionar.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.884, de 2024, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Diante disso, o resultado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

Quero agradecer ao Senador Romário pelo seu brilhante relatório.

O Rio de Janeiro, aprovamos aqui recentemente, está lá na Câmara, como a capital nacional do voo livre, onde se iniciou, foi pioneira. E é um dos nossos patrimônios a Pedra da Gávea e o esporte, tanto o voo duplo, quanto o voo turístico, quanto a própria competição de voo livre.

Muito obrigado, Senador Romário.

E o projeto vai para a Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos.

(*Iniciada às 10 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 36 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE JULHO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e cinquenta e oito minutos do dia três de julho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Romário e Jorge Kajuru, reúne-se a Comissão de Esporte com a presença dos Senadores Leila Barros, Plínio Valério, Jayme Campos, Sérgio Petecão, Paulo Paim, Rosana Martinelli e Eduardo Girão, e ainda dos Senadores Izalci Lucas e Flávio Arns, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores André Amaral, Rodrigo Cunha, Fernando Farias, Nelsinho Trad, Humberto Costa, Carlos Portinho e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 4717, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.696, de 1 de setembro de 1998, que dispõe sobre a regulamentação da Profissão de Educação Física e cria os respectivos Conselho Federal e Conselhos Regionais de Educação Física, para assegurar ao profissional de educação física que presta serviços personalizados (personal trainer) livre acesso, sem ônus, a unidades de promoção de saúde física, academias e similares nos horários de atendimento aos seus alunos regularmente matriculados nessas unidades." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO). **Relatoria:** Senador Romário. **Relatório:** Pela aprovação, com uma emenda que apresenta, e pela rejeição das emendas de nº 1 e 2. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 3 - CEsp, e pela rejeição das demais emendas apresentadas. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 5004, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre vedação à imposição de penas disciplinares a atletas por manifestação de pensamento." **Autoria:** Senador Romário (PODEMOS/RJ). **Relatoria:** Senador Eduardo Girão (*Ad hoc*), substituiu Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1 - CEsp (Substitutivo). **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Esporte n° 8, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei nº 339/2024." **Autoria:** Senador Romário (PL/RJ). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - Requerimento da Comissão de Esporte n° 10, de 2024** que: "Requer inserção em ata de voto de aplauso ao preparador físico da Seleção Brasileira de Basquete, Diego Falcão, e ao técnico José Neto, pelo posicionamento público e coragem ao defender suas convicções pessoais e profissionais, mesmo diante de adversidades e pressões." **Autoria:** Comissão de Esporte, Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). **Resultado:** Aprovado. Nada mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Romário
Presidente da Comissão de Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/07/03

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão de Esporte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 3 de julho de 2024.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 10ª Reunião, realizada em 19 de junho de 2024.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu passo a Presidência da reunião ao Senador irmão Jorge Kajuru, para que eu faça a leitura do relatório do primeiro item da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Irmão Presidente, querido, Deus e saúde, pátria amada e todos e todas presentes nesta nossa Comissão, sempre atuante, graças a Deus, em todos os sentidos, é, mais uma vez, Presidente, um privilégio de minha parte ler aqui o item 1.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 4717, DE 2020

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.696, de 1 de setembro de 1998, que dispõe sobre a regulamentação da Profissão de Educação Física e cria os respectivos Conselho Federal e Conselhos Regionais de Educação Física, para assegurar ao profissional de educação física que presta serviços personalizados (personal trainer) livre acesso, sem ônus, a unidades de promoção de saúde física, academias e similares nos horários de atendimento aos seus alunos regularmente matriculados nessas unidades.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO)

Relatoria: Senador Romário

Relatório: Pela aprovação, com uma emenda que apresenta, e pela rejeição das emendas de nº 1 e 2.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

2. A matéria constou da pauta da reunião do dia 21/05/2024.

3. Em 21/05/2024, foi concedida vista ao Senador Plínio Valério, nos termos regimentais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

4. Em 04/06/2024, foi apresentada a emenda n° 1, de autoria do Senador Plínio Valério (PSDB/AM). Em 10/06/2024, foi apresentada a emenda n° 2, de autoria do Senador Plínio Valério (PSDB/AM).

5. Em 12/06/2024, foi realizada audiência pública destinada a instruir a matéria.

6. Em 1º/07/2024, foi recebido novo relatório do senador Romário pela aprovação do projeto, com a emenda que apresenta, e pela rejeição das emendas de nº 1 e 2.

A relatoria só poderia ser desse homem exemplar em todos os sentidos e especialmente hoje, na vida pública, o Senador Romário de Souza Faria.

Direto, concedo a palavra ao exímio Senador Romário, para a leitura do seu relatório.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidente. Vou direto à análise.

Verificando o atendimento aos requisitos, não observamos, na proposição, vícios relacionados à constitucionalidade, de natureza regimental ou ainda a algum aspecto jurídico.

A proposta foi retirada para análise e realizou-se uma audiência pública, onde puderam ser ouvidos os professores de educação física, *personal trainers*, empresários e representantes dos proprietários de academias de ginástica.

Após ampla discussão, optamos por uma redação intermediária, que consideramos mais equilibrada e justa, tanto para os *personal trainers* quanto para os empresários, donos de academias ou similares. Nesse sentido, limitar a cobrança dessa taxa para o limite de uma mensalidade básica cobrada por aluno daquela academia de ginástica parece ser a melhor medida.

É fato que o presente projeto tem como objetivo atrair mais pessoas para a prática do exercício e aumentar a qualidade do treinamento, fazendo com que os próprios estabelecimentos se beneficiem de um maior fluxo de clientes e a valorização de sua oferta de serviços.

Foram, ainda, apresentadas duas emendas pelo Senador Plínio Valério (PSDB-AM). Ambas meritórias, mas que restaram prejudicadas pelo encaminhamento ora proposto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O voto, Sr. Presidente.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.717, de 2020, com a emenda que apresenta e pela rejeição das emendas de nºs 1 e 2.

> EMENDA Nº - CEsP
> Dê-se à ementa do Projeto de Lei nº 4.717, de 2020, a seguinte redação:
> "altera a Lei nº 9.696, de 1 de setembro de 1998, que dispõe sobre a regulamentação da Profissão de Educação Física e cria os respectivos Conselho Federal e Conselhos Regionais de Educação Física".
> O art. 1º da Lei nº 9.696, de 1º de setembro de 1998, passa a vigorar acrescido de parágrafo único, com a seguinte redação:
> "Art. 1º.....
> Parágrafo único. Ao profissional de educação física que presta serviços personalizados (*personal trainer*) fica assegurado o livre acesso a unidades de promoção de saúde física, academias e similares nos horários de atendimento aos seus alunos regularmente matriculados nessas unidades, podendo o estabelecimento cobrar uma taxa no valor máximo correspondente a uma mensalidade básica utilizada pelos alunos".
> Esse é o resumo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Como sempre objetivo o relatório do Senador Romário, Presidente desta Comissão de Esportes.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, eu já vou para a votação simbólica, apenas registrando, Presidente, que conversei com todos os membros da nossa Comissão e que, por unanimidade, há a aprovação do seu relatório, repito, exímio.

A votação simbólica coloca os Senadores que concordam com o relatório permanecendo como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 3 desta Comissão de Esporte.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

E eu já vou, imediatamente, ao item 3.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ESPORTE Nº 8, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei nº 339/2024.

Autoria: Senador Romário (PL/RJ)

Autoria: sempre ele, o Senador Romário, a quem concedo a palavra sobre a autoria desse requerimento, Presidente.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para encaminhar.) – Muito obrigado mais uma vez, Presidente.

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 339/2024, que "regula a prática de pipa desportiva e proíbe a utilização de cerol ou produto industrializado nacional ou importado semelhante que possa ser aplicado nos fios ou linhas utilizados para manusear pipas ou balões, ou semelhantes; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para incluir hipótese de dano qualificado e tipificar os crimes de fabricação de cerol ou linha cortante e de utilização de linha com cerol ou produto cortante; e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para tipificar crime relacionado ao uso de cerol ou linha cortante".

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: o Sr. Marcelo Serafim, Vereador de Manaus, um dos organizadores de um dos maiores festivais de pipa, o Manaus para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Mundo Ver; o Sr. Carlos (Kau) Magno, Representante da Confederação Brasileira de Pipa Esportiva; o Sr. Vicente Galaso, Presidente da Associação de Pipeiros do Rio de Janeiro; o Sr. Walner Mamede Jr., Diretor da Frente Nacional de Combate ao Cerol.

A realização dessa audiência pública sobre a regulamentação da prática de pipa desportiva e a proibição do uso de cerol ou produtos cortantes é fundamental para promover um diálogo equilibrado entre diferentes perspectivas. O projeto tem implicações significativas tanto para a segurança pública quanto para as tradições culturais e desportivas.

A audiência proporcionará um espaço para que especialistas, defensores da regulamentação, praticantes da atividade e representantes de comunidades compartilhem suas opiniões e experiências, buscando, portanto, uma solução consensual que atenda às necessidades e preocupações de todos os envolvidos.

Esse é o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Bem, Presidente Romário, primeiro, esse é o lado raro que você tem também como homem público, que é o do ser humano Romário. Essa audiência pública é importantíssima.

Portanto, em votação, simbólica, o requerimento.

Os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

E antes, Presidente, de devolver a Presidência a ti, o Senador Eduardo Girão está chegando rapidinho, o nosso Chico, assessor dele... Assessor não, não é? Um herói, um mártir, não é? Porque suportar o Girão... Fala a verdade, não é? Só o Chico mesmo. Pelo amor de Deus! E sobre aborto, Chico, qual é a sua opinião? (*Risos.*)

Kajuru está afiado.

Mas eu, ontem, falei e você teve que sair urgentemente, porque você tinha uma reunião e já tinha... Praticamente já tinha acabado a CPI. Então, não precisava nem de você ficar lá mais, até porque você fez os melhores questionamentos possíveis ao nosso convidado Manssur na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nossa CPI, que hoje tem, de novo, às 2h da tarde, em ponto, com os dirigentes do Londrina e do Tombense, sobre manipulação de resultados de futebol.

Eu fiz um comentário. Eu falei: "Gente, seria muito importante o Romário falar, pela representatividade mundial que ele tem. Quem sou eu perante o Romário? Ele falar sobre isso talvez provocaria uma repercussão muito grande. E por isso que eu queria saber a sua opinião, porque eu não tive a oportunidade de conversar contigo sobre isso, irmão.

Eu fiquei estarrecido, aturdido... Você deve ter visto um vídeo – muito malfeito inclusive – daquele menino de ouro. Eu sou fã dele como pessoa, um craque de futebol. Infelizmente, ontem levou o terceiro cartão amarelo, e aí teremos Brasil e Uruguai no sábado sem o Vini Jr.. O Vini Jr, aquele vídeo, Presidente Romário, em que evidentemente ele nunca falaria isso sobre o Paquetá, que vive um momento difícil... Nós não podemos nem condená-lo nem inocentá-lo. Temos que esperar a investigação.

Agora, a questão do pênalti...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu não vi o vídeo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Você não viu?

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu vou te mostrar o vídeo e você vai ficar revoltado, para depois você poder dar a sua opinião.

Ele quis dizer sobre o Paquetá estar envolvido em manipulação, e ainda falou sobre a família. Isso com o vídeo. O vídeo e ele falando.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ele Vinicius Jr.?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Ele Vinicius. Ele falando. Uma coisa que ele não falou, ou seja, inteligência artificial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Você chegou a ver, por exemplo, aquele vídeo do Marcos Mion, que é um ser humano igual a você, que tem um filho lindo, autista...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – ... que é a joia rara dele, o Romeo? Aquele foi brincadeira, não é? O Marcos Mion fazendo propaganda de um remédio que curou o filho dele autista. A ignorância é tão grande, porque não é uma doença – o autismo –, mas ela tem que ser tratada a vida inteira. Então, não existe remédio para curar. Fizeram um vídeo com o Marcos Mion; fizeram com o Pedro Bial, com o Drauzio Varella, com Wiliam Bonner, não sei se com você já fez... Comigo já.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ainda não.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Comigo, um cara me entrevistou e perguntou a minha opinião sobre Deus. E eu falei: "Deus é canalha!". Como que eu, Kajuru, que fui seminarista, falaria isso?

Então, eu queria muito que você, depois, prestasse atenção, por alguns minutos, nesse vídeo e desse a sua opinião. O mundo inteiro iria repercutir a sua opinião.

Porque eu acho que chegou a hora, Presidente Romário e senhoras e senhores aqui presentes, de nós darmos um exemplo ao país, mostrando a diferença entre liberdade de expressão e liberdade de irresponsabilidade. As redes sociais precisam de um basta. Você já sofreu, você já foi injustiçado; eu, várias vezes... Enfim, são coisas, assim, que a gente não pode mais admitir, porque provocam, às vezes, uma morte social. O sujeito, o ser humano, ele tem pai, ele tem mãe, ele tem esposa, ele tem filho, ele tem filha, ele tem neto, e são injúrias absurdas, e, agora, essa questão das gravações.

Então, imaginem o que nós teremos em agosto e setembro nessas eleições municipais. Preparem-se para o pior que puderem.

E é triste saber que, neste Congresso Nacional, tem Parlamentar que acha que não pode regulamentar as redes sociais. Regulamentar rede social não é acabar com a liberdade de expressão de ninguém. É apenas ter responsabilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho 50 anos de...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É acabar com a irresponsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Exatamente.

Você, Romário, você já foi entrevistado quantas vezes na sua vida, no mundo inteiro? Quantas vezes que jornalista colocou coisas na sua boca?

Então... Gente, chegou o limite! O Parlamentar precisa entender que liberdade de expressão é absolutamente democrática, é o pilar de qualquer democracia. Agora, pelo amor de Deus: a rede social, do jeito que ela está, realmente é triste. Ela só entristece.

E eu falei até agora porque o Girão me pediu... O Chico veio e falou: "Kajuru, enrola um pouco aí, que o Girão vai demorar um pouquinho". Como eu não tenho *off*, Girão, eu peguei e falei e inclusive chamei o teu assessor de mártir, por ele te suportar. (*Risos.*)

Meu irmão Girão, querido, você tem uma extrapauta, e eu devolvo a Presidência ao nosso querido e histórico Romário, em todos os sentidos.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Senador Kajuru, meu irmão.

Vou prestar atenção nesse vídeo, para depois poder te responder.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 5004, DE 2020

- Não terminativo -

Dispõe sobre vedação à imposição de penas disciplinares a atletas por manifestação de pensamento.

Autoria: Senador Romário (PODEMOS/RJ)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Eduardo Girão

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Defesa da Democracia, em decisão terminativa.

A Senadora Leila é a Relatora, mas não está presente. Vamos passar a relatoria *ad hoc* ao Senador Girão – muito obrigado, inclusive.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Girão, para a leitura do relatório.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Como Relator.) – Muitíssimo obrigado, Sr. Presidente. Com muita honra, faço aqui a leitura.

Peço a sua autorização para ir direto para a análise, mas, antes de mais nada, lhe agradecendo e também ao nosso querido Senador Kajuru por me esperar. Peguei um transitozinho meio fora de...

Mas vamos lá.

Compete a esta Comissão examinar o projeto unicamente sob o aspecto de mérito em matéria desportiva, em cumprimento ao art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Sua constitucionalidade e juridicidade serão analisadas pela Comissão da Democracia.

Cabe à lei federal estabelecer normas gerais sobre o desporto, bem como regular a Justiça Desportiva, a teor do art. 24, IX, com o art. 217, §2º, da Constituição. Ao pretender criar um espaço imune a punições disciplinares, protegendo a liberdade de expressão dos atletas, o projeto trata de matéria afeta à disciplina desportiva, enquadrada no âmbito material a que aludem os mencionados dispositivos constitucionais. O tema adentra aspectos interessantíssimos da dogmática constitucional, como a eficácia horizontal dos direitos fundamentais, mas isso certamente será objeto de análise pela Comissão da Democracia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No que concerne ao campo material deste Colegiado, nós concordamos com o autor do projeto nas críticas que faz a uma atuação da Justiça Desportiva silenciadora dos atletas. Estes não perdem a qualidade de cidadãos nem seus direitos fundamentais quando estão em competição. Restrições à manifestação de pensamento só podem se justificar na medida em que esta se revele perturbadora ou impeditiva do próprio evento esportivo, ou quando, por seu conteúdo ou forma, já constitua um ilícito mesmo em contextos alheios ao esporte.

Sem embargo de concordarmos com a ideia que anima a proposição, consideramos imprescindíveis alguns aperfeiçoamentos em seu texto, nos pontos a seguir comentados.

Em primeiro lugar, parece-nos que a modificação do art. 48 da Lei Pelé não será suficiente para realizar o objetivo do projeto. O art. 48 prevê sanções a serem aplicadas pelas entidades nacionais de administração do desporto e de prática desportiva. Entretanto, sanções são também previstas pelo art. 50 da lei, aplicáveis pela Justiça Desportiva no julgamento de transgressões relativas à disciplina e às competições desportivas.

Ademais, se é válido, como pensamos que seja, o argumento exposto na justificação do PL para afastar a punição no caso de manifestações políticas, ele deve se aplicar não apenas aos atletas, mas a quaisquer pessoas que, em tese, possam ser sancionadas pela Justiça Desportiva e pelas entidades de administração do desporto.

Parabéns, viu, Senador Romário? Tem tudo a ver com o extrapauta que eu vou fazer aqui, coincidentemente. Nada é por acaso.

Com efeito, a liberdade de expressão de dirigentes e da equipe técnica não tem extensão menor do que a dos atletas.

Também não vemos motivo para restringir a proteção às manifestações de cunho político. Não somente para estas a liberdade de expressão, utilizada como fundamento para a mudança legislativa, é constitucionalmente garantida. Se não há ilicitude na forma ou no conteúdo, em princípio, deve-se permitir qualquer manifestação também no ambiente de uma competição desportiva, desde que, como já dissemos, o exercício da liberdade não seja claramente perturbador da própria realização do evento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O texto do projeto veda a punição disciplinar de atleta por manifestações políticas, salvo se houver ofensa direta e expressa, durante a disputa de uma competição, a um de seus participantes, patrocinadores ou organizadores. Consideramos que outras hipóteses em que seria razoável aplicar sanção disciplinar por manifestações políticas podem ser concebidas, além das expressamente ressalvadas pelo projeto. Vejamos algumas.

Gestos, posturas, maneiras de se vestir são formas de expressão, tanto quanto a linguagem verbal. Imaginemos que o atleta de uma dada equipe se apresente com uniforme em cores que evocam um determinado grupo político, cores essas diferentes daquelas do uniforme utilizado pelos seus companheiros de time. Embora essa postura signifique claramente a exteriorização de preferências políticas do atleta, pode implicar a violação de regras inerentes à prática da modalidade desportiva, causando transtornos ao regular andamento da partida.

Outro exemplo: em certas modalidades desportivas é exigido silêncio dos competidores em ocasiões nas quais um deles está atuando, sob o fundamento de que barulho ou outras interferências podem comprometer o seu rendimento. Permitir manifestações ruidosas em tais situações, sob o argumento de se proteger a liberdade de expressão política, seria um disparate.

De resto, cumpre frisar que a liberdade de expressão não é um direito absoluto e nem toda manifestação é protegida constitucionalmente. Não por outro motivo determinadas condutas expressivas podem receber sanção até mesmo de natureza penal, como ocorre nos crimes de calúnia, injúria e difamação.

Em suma, consideramos que o projeto de lei está a reclamar os seguintes aprimoramentos: a) incidência da regra protetiva da liberdade de expressão em face de penalidades aplicadas tanto pela Justiça Desportiva quanto pelas entidades de administração do desporto; b) ampliação do universo dos protegidos pela regra, de modo a alcançar quaisquer pessoas submetidas à jurisdição das entidades; c) ampliação dos tipos de manifestações protegidas, não as limitando àquelas de cunho político; d) inclusão, entre as exceções à norma protetiva, das condutas que objetivamente comprometam a prática desportiva ou a competição, ou daquelas que já configurariam, fora do âmbito desportivo, exercício abusivo da liberdade de expressão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, com a entrada em vigor da Lei n° 14.597, de 14 de junho de 2023, a Lei Geral do Esporte, entendemos seja esse o local adequado para inserir o dispositivo proposto. Tais ajustes encontram-se condensados no substitutivo que a seguir apresentamos.

Voto.

Ante o exposto, o voto é no sentido da aprovação do Projeto de Lei nº 5.004, de 2020, na forma do seguinte substitutivo:

EMENDA Nº - CEsp (SUBSTITUTIVO)
PROJETO DE LEI Nº 5.004, DE 2020
Altera a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023, para vedar a aplicação, no âmbito desportivo, de sanções pelo regular exercício da liberdade de expressão.
O CONGRESSO NACIONAL decreta:
Art. 1º A Lei nº 14,597, de 14 de junho de 2023, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:
“Art. 212-A. No âmbito das entidades de administração do desporto e de prática desportiva e nas instâncias da justiça esportiva, não serão puníveis quaisquer manifestações, por palavras, gestos ou outra forma de expressão, salvo quando:
I – também configurarem, em tese, ilícito definido na lei civil ou penal; ou
II – importarem violação das regras inerentes à prática da modalidade esportiva, desrespeito à arbitragem ou às autoridades esportivas, ou ainda perturbação ao normal desenvolvimento da partida, prova ou equivalente.”
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Sala da Comissão.

É esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Senador Girão. Quero parabenizar a nossa querida Senadora e amiga Leila Barros pela brilhante relatoria.

Dando seguimento aqui, essa matéria está em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Presidente Romário...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador Jorge Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Para discutir.) – Bom, primeiro, próximo Prefeito de Fortaleza – lá estive –, querido Eduardo Girão, o seu relatório foi completo, irretocável, e que a gente apenas justifique aqui... Por falar em Prefeito, como o Romário é o único irmão... Você é irmão, mas não manda em mim; Romário manda. Romário já mudou o meu voto no Rio, o meu Prefeito no Rio chama-se Eduardo Paes. E, para Kajuru, da palavra dada eu viro escravo. Então, eu sou Paes, no Rio. Paes, além de paz.

A Leila, vamos falar a verdade, tem uma qualificação em projetos e em relatórios impressionante. Só para não haver má interpretação, ela só está ausente, gente, porque neste momento está presidindo a Comissão de Meio Ambiente, porque quarta-feira vocês sabem da nossa vida aqui, da nossa correria. Nós temos votação na CCJ, tem Banco Central. Evidentemente eu vou votar contra, porque eu odeio o Roberto Campos, porque ele é contra o Brasil. Um sujeito que provoca o que ele está provocando no Brasil é contra o país. Tudo bem que ele é bolsonarista, é um direito dele, mas ser contra o país não. Ele é contra o país. Portanto, eu odeio o Roberto Campos e vou lá votar rigorosamente contra.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação, o relatório apresentado.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1, aqui desta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria vai à Comissão de Defesa da Democracia.

EXTRAPAUTA

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ESPORTE Nº 10, DE 2024

Requer inserção em ata de voto de aplauso ao preparador físico da Seleção Brasileira de Basquete, Diego Falcão, e o técnico José Neto, pelo posicionamento público e coragem ao defender suas convicções pessoais e profissionais, mesmo diante de adversidades e pressões.

Autoria: Comissão de Esporte, Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)

O Senador Girão, com a palavra, por favor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para encaminhar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu tenho aqui um requerimento extrapauta que eu queria pedir ao senhor e ao Senador Kajuru que incluíssem. Eu até me surpreendi aqui lendo o relatório da Senadora Leila, impecável, que é como se fosse um complemento, dentro dessa linha.

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de aplauso ao preparador físico da Seleção Brasileira de Basquete Diego Falcão, e ao técnico José Neto pelo posicionamento público e coragem ao defenderem suas convicções pessoais e profissionais, mesmo diante de adversidades e pressões – exatamente, eu estava falando aqui sobre liberdade de expressão no esporte. Requeiro, ainda, que seja enviada cópia do presente voto, conforme dados em anexo.

Só para justificar, no dia 22 de junho, a Confederação Brasileira de Basquete decidiu demitir Falcão, por pressões das jogadoras da seleção, após ele ter feito publicações contrárias ao aborto, em meio à discussão do PL que tramita na Câmara. Ele soube, primeiramente, pela imprensa e, apenas na noite do mesmo dia, foi contactado pela Confederação Brasileira de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Basquete. No telefonema, a Diretora da entidade, Roseli Gustavo, informou que ele estava sendo desligado devido ao clima que criou.

Diego Falcão afirma que seu afastamento da Seleção Brasileira Feminina de Basquete se tratou de uma censura.

O preparador físico foi dispensado após algumas atletas protestarem contra *posts* de Falcão nas redes sociais se posicionando como pró-vida, como Clarissa Santos e Damiris Dantas, duas das principais da equipe.

Ele fazia parte da comissão técnica da seleção feminina desde 2019 – desde que nós chegamos aqui –, tendo ingressado junto com o técnico José Neto, com quem já havia trabalhado na Seleção Masculina de Basquete do Brasil, no Flamengo, no Japão e em Angola. Por sua vez, o técnico da Seleção Brasileira Feminina de Basquete, José Alves Neto, que esteve no comando da seleção nos últimos seis anos, comunicou no dia 27 de junho que havia se desligado do cargo após a demissão do preparador físico da seleção Diego Falcão, em solidariedade.

O técnico postou a seguinte mensagem em suas redes sociais: "Diante dos últimos acontecimentos envolvendo o preparador físico da Seleção Brasileira Feminina de Basquetebol Diego Falcão, profissional com quem trabalho há 17 anos e sempre escolhi para estar comigo nos últimos clubes e seleções em que fui o treinador; também seguindo os princípios e valores da minha fé, à qual devo tudo o que sou e tenho, quero comunicar que hoje deixo meu cargo de treinador da Seleção Brasileira Feminina de Basquete".

Dessa forma, a postura de Diego Falcão e José Alves Neto diante dos eventos recentes reflete não apenas um compromisso profissional, mas também uma firmeza ética de princípios. Ambos demonstraram coragem ao defender suas convicções pessoais e profissionais, mesmo diante de adversidades e pressões internas e externas. É a liberdade de expressão no esporte. A liberdade religiosa, de manifestação, de crenças pessoais são valores fundamentais de uma sociedade democrática. Aí vem a questão da tolerância. A gente pode pensar diferente, cada um. O senhor acabou de falar sobre o Banco Central. Eu tenho uma posição diferente da do senhor, mas o respeito continua. Isso faz parte. E a gente continua trabalhando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Diego Falcão e José Alves Neto, ao se posicionarem de forma clara e transparente, reforçam a importância de manter esses valores dentro e fora do campo esportivo. São valores de uma sociedade democrática. Em reconhecimento à dedicação e ao profissionalismo e integridade demonstrados por Diego Falcão e José Alves Neto, é justo e necessário que esta Casa preste um tributo público a esses profissionais. Seu trabalho, sua postura ética têm sido exemplos inspiradores para jovens atletas e para toda a comunidade esportiva brasileira.

Diante do exposto, solicito aos nobres pares a aprovação desse requerimento de voto de aplauso aos Srs. Diego Falcão e José Alves Neto, em reconhecimento ao seu inestimável serviço ao basquete feminino brasileiro e à defesa da liberdade de expressão, da liberdade religiosa, da proteção ao direito à vida e à integridade profissional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem, Senador.

A votação será simbólica.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 09 horas e 58 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 30 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Fale com o Senado
0800 61 2211

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B60BCB1F0062AF6F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.